

ANAIS 12ª EDIÇÃO

SEDEPEX

sociedades inteligentes

SEMINÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO

PROJETOS INTEGRADORES

REALIZAÇÃO:



ANAIS SEDEPEX 2020/2

PROJETOS INTEGRADORES

V.04, N.01 - Dezembro/2020
Caçador-SC

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva Funiarp

Presidente: Neoberto Geraldo Balestrin
Vice-Presidente: Moacir José Salamoni
Reitor Uniarp: Anderson Antônio Mattos Martins
Diretor Colégio de Aplicação: João Pedro Gonçalves
Diretor Geral Financeiro Funiarp: Carlos Alberto Luhrs
Secretário: Claudinei Bertotto

Reitoria

Reitor: Prof.Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Vice-Reitor Acadêmico e Vice-Reitor de Administração e Planejamento:
Prof.Dr. Jolmar Luis Hawerth
Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo: Me.Almir Granemann dos Reis
Secretária Geral: Suzana Alves de Moraes Franco
Secretária Acadêmica: Marissol Aparecida Zamboni

Coordenação Geral do Sedepex 2020/2

Me. Juciele Marta Baldissarelli

Bibliotecária

Célia De Marco

Comissão Organizadora e Avaliadora do SEDEPEX

Profa. Ma. Juciele Marta Baldissarelli (coordenação geral)
Profa. Ma. Caroline de Fátima Esperança
Prof. Esp. Heitor Antônio Cofferi
Profa. Dra. Ivanete Schneider Hahn
Prof. Dr. Joel Haroldo Baade
Prof. Dr. Levi Hulse
Prof. Me. Marcio Takahashi Kawamura
Profa. Esp. Marissol Aparecida Zamboni
Profa. Dra. Marlene Zwierewicz
Profa. Ma. Mariluci Auerbach;
Profa. Ma. Mayne Francieli Gonçalves
Profa. Ma. Sandra Mara Bragagnolo
Profa. Ma. Suzana Alves de Moraes Franco
Profa. Ma. Talize Foppa;
Coordenadoria de Extensão, Cultura e
Serviços Comunitários: Ma.Rosana Rachinski D'Agostini.

Editoração

Agecom - Agência de Comunicação e Marketing - Uniarp

Coordenação: Juciele Marta Baldissarelli
Designer: Leonardo Passarin
Diagramação: Angela Faoro e Anderson Mazzotti

Conselho Editorial da EdiUniarp

Editor-Chefe

Prof. Dr. Levi Hülse

Membros

Dr. Adelcio Machado dos Santos
Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Dr. André Trevisan
Dra. Ivanete Schneider Hahn
Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi
Dr. Joel Haroldo Baade
Dra. Marlene Zwierewicz
Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha
Dr. Saturnino de la Torre
Universidad de Barcelona – ES
Dra. Maria Antònia Pujol Maura
Universidad de Barcelona – ES
Dr. Juan Miguel González Velasco
Universidad Mayor de San Andres – BO

Anais Sedepex 2020/2 - Projetos Integradores	Caçador	V.04, N.01-p. 1-1698	Dezembro/2020
--	---------	----------------------	---------------

© 2020 - UNIARP

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui na violação da LDA 9.610/98.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Caçador

Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro - Caçador/SC

CEP: 89500-199

Tel.: (49) 3561-6200

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Fraiburgo

Rua Carlos Maester - nº 411 - Centro - Fraiburgo/SC

CEP: 89580-000

Tel.: (49) 3561-6299

FICHA CATALOGRÁFICA SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SEDEPEX (XI 2020: CAÇADOR, SC). Anais XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino Pesquisa e Extensão, 14, 15 e 16 de dezembro de 2020. Volume IV. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791



SUMÁRIO

• A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS DA QUALIDADE E SEU USO NA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	23
• ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO: REVISÃO TEÓRICA.....	28
• GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS: REVISÃO TEÓRICA.....	33
• A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NA ÁREA INDUSTRIAL: REVISÃO TEÓRICA.....	37
• LIDERANÇA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	42
• A FORMALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDORISMO NO BRASIL.....	46
• A IMPORTANCIA DO MARKETING NAS EMPRESAS: REVISÃO TEÓRICA.....	51
• GESTÃO DE CARREIRA: REVISÃO TEÓRICA.....	56
• PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	59
• DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL: PROJETO DE MELHORIA PARA O SETOR DE BENEFICIAMENTO UMA EMPRESA MADEIREIRA DE CAÇADOR - SC.....	59
• GESTÃO DE CARREIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS CAÇADOR-SC.....	68
• DIVERSIDADE E INOVAÇÃO.....	76
• A IMPORTÂNCIA DA REEDUCAÇÃO FINANCEIRA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO SEC. XXI.....	79
• LIDERANÇA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	83
• PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTOS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.....	88
• CRESCIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL: REVISÃO TEÓRICA.....	93
• REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE GESTÃO DE CARREIRAS.....	98
• SUCESSÃO E DESEMPENHO NAS EMPRESAS FAMILIARES.....	102
• CONTROLE DE MARKETING.....	106

- GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E INOVAÇÃO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA109
- GESTAO FINANCEIRA: REVISÃO TEÓRICA.....112
- DIVERSIDADE E INOVAÇÃO115
- ANÁLISE ECONÔMICA COM DADOS DE GESTORES (AS) NEGROS (AS) ATUANTES NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC118
- DESAFIOS DA GESTÃO EM UMA EMPRESA FAMILIAR122
- GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: REVISÃO TEÓRICA125
- EMPREENDEDORISMO E O EMPREENDEDOR130
- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: REVISÃO TEÓRICA.....135
- GESTÃO DE PESSOAS: REVISÃO TEÓRICA140
- O MILITARISMO NA ADMINISTRAÇÃO144
- BRANDING A IMPORTANCIA DA GESTÃO DE UMA MARCA149
- ASPECTOS RELEVANTES DA DIVERDIDADE E TALENTOS NAS ORGANIZAÇÕES153
- MARKETING DIGITAL: REVISÃO TEÓRICA165
- INVESTIMENTO COMO EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....170
- MANEJO INTEGRADO DE INSETOS E PLANTAS DANINHAS NA CULTURA DO CAQUI175
- MANEJO CULTURAL DA CULTURA DA CEBOLA.....184
- DESEQUILÍBRIO ENTRE CÁLCIO E MAGNÉSIO NA SOLUÇÃO NUTRITIVA PROMOVE PODRIDÃO APICAL EM FRUTOS E BAIXA TAXA DE TRANSPORTE DE ELÉTRONS EM FOLHAS DE TOMATE188
- AVALIAÇÃO DE CINCO CULTIVARES DE RABANETE EM CAÇADOR SC.....193
- CONCENTRAÇÕES DE CÁLCIO E MAGNÉSIO EM SOLUÇÃO NUTRITIVA NO TOMATE EM AMBIENTE PROTEGIDO198

- DOSES DE NITROGÊNIO EM AVEIA PRETA203
- COMPORTAMENTO DE PLANTAS DE TOMATEIRO SUBMETIDAS A DIFERENTES RELAÇÕES DE K E MG NA SOLUÇÃO NUTRITIVA.....207
- CONCENTRAÇÕES DE CÁLCIO: POTÁSSIO NA SOLUÇÃO NUTRITIVA DE TOMATE EM AMBIENTE PROTEGIDO212
- ADUBAÇÃO NITROGENADA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTIVAR DE TRIGO TBIO AUDAZ217
- AVALIAÇÃO DE DIFERENTES DOSES DE NITROGÊNIO EM AVEIA BRANCA221
- INCIDÊNCIA DE MANHCAS FOLIARES NA CULTURA DA AVEIA EM FUNÇÃO DA ADUBAÇÃO NITROGENADA.....226
- DESEMPENHO DE DIFERENTES CULTIVARES DE RABANETE NA CIDADE DE CAÇADOR SC231
- CULTURA DO TOMATE EM AMBIENTE PROTEGIDO SUBMETIDO A SOLUÇÕES NUTRITIVAS COM DIFERENTES RELAÇÕES CA:K.....236
- ESTRATÉGIAS DE MANEJO DE PLANTAS DANINHAS E FLUTUAÇÃO POPULACIONAL DE PRAGAS NA CULTURA DO PESSEGUEIRO242
- UMA NOVA PROPOSTA DE MOBILIÁRIO URBANO247
- MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL PARA O LARGO CAÇANJURÊ252
- COMO DESENVOLVER UM MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL PARA O LARGO CAÇANJURÊ?.....257
- BANHEIROS PÚBLICOS EM PLENA PANDEMIA DO COVID-19 BANHEIROS PÚBLICOS MAIS SEGUROS261
- MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL E INOVADOR265
- A PREVENÇÃO AO COVID-19 NO INTERIOR DE ESCRITÓRIOS270
- ARQUITETURA NA PREVENÇÃO CONTRA CORONAVIRUS¹ PRINCIPAIS CUIDADOS NO SUPERMERCADOS275
- PROJETO INTEGRADOR: ARQUITETURA E URBANISMO FRENTE AS MUDANÇAS COM A COVID-19 – POSTO DE SAÚDE.....280
- TRANSPORTE ESCOLAR¹ IMPACTOS DEVIDO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS285

• ESTRATÉGIAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS PARA PROJETOS DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (HIS) URBANISMO TÁTICO MEDIANTE UMA PANDEMIA ...	289
• FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19	294
• MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL:1 USO DA CORTIÇA NA ARQUITETURA	299
• FUJA DO TRÂNSITO E DAS AGLOMERAÇÕES PEDALANDO DURANTE A PANDEMIA.....	304
• CENÁRIO DE UM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19.....	309
• ASSESSORIA E CONTROLADORIA: CONTROLLER CONTÁBIL	313
• PLANO DE CONTAS E ANÁLISE DE CUSTOS	316
• FINANÇAS.....	321
• DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO PRODUTO SUSTENTAVEL DURANTE A PANDEMIA DO COAVID-19 PAPEL DUPLEX SUSTENTÁVEL	325
• TRIBUTAÇÃO NOS MOLDES DA CPMF, DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DAS EMPRESAS, A FOLHA NA PRÁTICA. E QUAIS CONSEQUÊNCIAS PODEM ACONTECER COM ESSA APROVAÇÃO.....	330
• COFINS-CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	335
• INCIDÊNCIA PIS/PASEP.....	340
• GESTÃO DE CUSTOS ¹ PREÇO DE VENDA.....	344
• PIS/PASEP. ASPECTOS RELEVANTES DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DIFERENTES FORMAS DE APURAÇÃO.....	350
• IMPACTOS NA REDUÇÃO DO ICMS EM SANTA CATARINA.....	355
• IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO IRPF 2020.....	362
• ESTUDO DAS MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS ADOTADAS PELAS EMPRESAS VISANDO A DIMINUIÇÃO DOS IMPACTOS GERADOS PELA CRISE DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS	370
• A LIDERANÇA FEMININA NAS ORGANIZAÇÕESREVISÃO TEÓRICA	375

• MARKETING DIGITAL: REVISÃO TEÓRICA	380
• CONTROLADORIA: REVISÃO TEÓRICA.....	385
• GESTÃO FINANCEIRA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	388
• A ECONOMIA COM ÊNFASE EM FINANÇAS.....	393
• LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SUA APLICABILIDADE NO SETOR CONTÁBIL.....	398
• PERÍCIA CONTÁBIL E SUA APLICAÇÃO	403
• SIMPLIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA CRIADA EM 2019 TRAZ PREVISÃO PARA UMA MODIFICAÇÃO DOS DIVERSOS PROGRAMAS PERTENCENTES AO AMBIENTE SPED	408
• A QUEDA NA ARRECADAÇÃO DO ICMS E DO IOF EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS IMPACTOS NA ECONOMIA.....	414
• REGIME TRIBUTÁRIO: REVISÃO TEÓRICA.....	418
• FINANÇAS: REVISÃO TEÓRICA.....	423
• PERÍCIA CONTÁBIL: REVISÃO TEÓRICA	426
• A INFLUÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA DO ESTADO NO DIREITO PENAL PARA O SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO	430
• AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS DO ESTADO MÍNIMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	435
A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	440
• O ANDAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM FACE DA PANDEMIA.....	445
• OS IMPACTOS DO COVID-19 NAS ELEIÇÕES DE 2020	450
• ESTATUTO DO DESARMAMENTO SEGUNDO A PERSPECTIVA CAÇADORENSE	455
• LEGISLAÇÃO DE EMERGÊNCIA ¹ USO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS NO COMBATE AO CORONAVÍRUS.....	460

- EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E OS REFLEXOS DA ATUAL PANDEMIA PELO COVID-19.....466
- TEORIA DA IMPREVISÃO DERIVADO DA COVID-19 NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO471
- SMART CONTRACTS COMO UMA TECNOLOGIA DECISIVA NA GESTÃO JURÍDICA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....476
- A COVID-19 E A TEORIA DA IMPREVISÃO481
- ESTADO MÍNIMO E AGENTES PÚBLICOS488
- PERIFERIAS TENDO ACESSO AO DIREITO RELACIONANDO COM A EXTINÇÃO DO JURIDICUS NAS UNIVERSIDADES493
- A PANDEMIA E A RELATIVIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS498
- IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA POR CONTA DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS.....502
- ESTADO MÍNIMO E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....512
- A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO DIREITO517
- TERRAS INDÍGENAS E AGRONEGÓCIO521
- DIREITOS FUNDAMENTAIS X DIREITOS HUMANOS.....525
- OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS APLICADOS AO DIREITO DO TRABALHO.....530
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER535
- DIREITOS DO CONSUMIDOR - REVISÃO DE OFÍCIO DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....540
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: A RELAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA E A QUEBRA DO CICLO VICIOSO.....545
- SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA: QUE PODE SER FEITO DO PONTO DE VISTA JURÍDICO550
- APOSENTADORIA ESPECIAL E O ACESSO À JUSTIÇA557

- A PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL NA JUSTIÇA COMUM DA COMARCA DE FRAIBURGO/SC DURANTE O PERÍODO DE CALAMIDADE PÚBLICA PROVACADA PELO COVID-19562
- EQUIPARAÇÃO DO ARTIGO 267 DO CÓDIGO PENAL COM O ATUAL CENÁRIO DE PANDEMIA DO COVID-19.....567
- A APLICABILIDADE DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DO TRABALHO572
- OS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO577
- DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS AÇÕES DE HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA....582
- OS DIREITOS DAS PARTES NA AUTOCOMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS587
- ARBITRAGEM NA AUTOCOMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS591
- SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA: O SISTEMA PRISIONAL COMO VIOLADOR DOS DIREITOS HUMANOS598
- O ESTADO MÍNIMO E A RECEITA TRIBUTÁRIA.....600
- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E A NECESSIDADE DE REPARAR DANOS CAUSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS605
- ESTATUTO DO DESARMAMENTO SEGUNDO A PERSPECTIVA CAÇADORENSE609
- AS GARANTIAS PROCESSUAIS PENAS NUM ESTADO MÍNIMO.....615
- IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NA PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES..... 618
- HANSENÍASE: ALÉM DE UM PROBLEMA DE SAÚDE, UMA QUESTÃO SOCIAL E DE LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS623
- JUSTIÇA RESTAURATIVA - UM NOVO MÉTODO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS628
- JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL NOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO633
- ART. 268 DO CP E A PANDEMIA DO COVID 19637
- ARBITRAGEM E SUA APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....641

• ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ¹	646
• DIREITOS DO CONSUMIDOR - REVISÃO DE OFÍCIO DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	650
• O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	654
• LIMITES DA ATUAÇÃO DO ESTADO-JUIZ: ANÁLISE DA (IM)POSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DE TUTELAS DE URGÊNCIA DE OFÍCIO	661
• O ENFRAQUECIMENTO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	666
• DIREITO DE FAMÍLIA MÍNIMO: A POSSIBILIDADE DA NÃO INTERVENÇÃO DO ESTADO DENTRO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR	671
• EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	676
• NÍVEL DE FRAGILIDADE E PRÁTICA HABITUAL DE ATIVIDADES FÍSICAS EM IDOSOS NOS MUNICÍPIOS DE CAÇADOR, FRAIBURGO E LEBON RÉGIS.....	680
• PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INSERÇÃO DOS CONTEÚDOS DA NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO	685
• PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ACADEMIAS DE CAÇADOR E FRAIBURGO A PARTIR DO QVT-PEF	690
• PERFIL DOS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC	696
• ANÁLISE DE MUDANÇAS DE HÁBITOS ALIMENTARES INFLUENCIADA PELA PANDEMIA EM MULHERES PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS	701
• ANÁLISE DE MUDANÇAS DE HÁBITOS ALIMENTARES INFLUENCIADA PELA PANDEMIA EM PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS DE AMBOS OS SEXOS	706
• A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO À BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL	711
• ASSISTÊNCIA E ATIVIDADES OFERECIDAS AOS IDOSOS NOS MUNICÍPIOS DE CAÇADOR, FRAIBURGO E LEBON RÉGIS E OS IMPACTOS DA COVID-19.....	716
• IMPACTOS NA APTIDÃO FÍSICA CAUSADOS PELO ISOLAMENTO SOCIAL EM PRATICANTES DE ACADEMIAS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO SC.....	721
• OBESIDADE E FATORES DE RISCO CARDIOVASCULARES EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESCOLAS PÚBLICAS	726

• MONITORIZAÇÃO REMOTA DA PRESSÃO ARTERIAL EM IDOSOS	731
• A RELAÇÃO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS COM A OBESIDADE INFANTIL	735
• A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NA OBESIDADE INFANTIL ¹	740
• RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE COLETIVA.....	745
• A OBESIDADE INFANTIL COMO CONSEQUÊNCIA DE ALTERAÇÕES METABÓLICAS RELACIONADAS AO DESEQUILÍBRIO VITAMÍNICO	749
• INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA ÁREA DA SAÚDE: LENÇOL ADAPTÁVEL PARA PACIENTES ADULTOS ACAMADOS	756
• RELATÓRIO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SAÚDE COLETIVA.....	761
• A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	766
• SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE OS DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE AO SOBREPESO E OBESIDADE	770
• DIAGNÓSTICO EDUCATIVO DA PRÁTICA DO AUTOCUIDADO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E TIMBÓ GRANDE.....	774
• EDUCAÇÃO PERMANENTE	779
• PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.....	785
• A UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM.....	790
• ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CUIDADO COM RECÉM-NASCIDO NA PANDEMIA DO COVID-19.....	796
• PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL: CONSTRUÇÃO DE BLOG PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE	800
• CUIDADOS PUERPERAIS EM TEMPOS DE COVID- 19, PAPEL DO ENFERMEIRO.....	805
• SAÚDE MENTAL DAS GESTANTES NO CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19.....	810
• GESTANTE E COVID-19: ISOLAMENTO COMO FATOR DE IMPACTO FÍSICO E PSÍQUICO	815

• A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DO ÚTERO	826
• ACESSO VENOSO PROTEÇÃO PARA O ACESSO EM BANHO DE ASPERSÃO E IMERSAO.....	831
• CONSEQUÊNCIAS DAS DIETAS ATUAIS NA SAÚDE DE ADOLESCENTES RELACIONADAS AO SOBREPESO E OBESIDADE	838
• GERAÇÃO Z PREVALÊNCIA DE OBESIDADE E SOBREPESO EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PRIVADA.....	843
• OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA PANDEMIA COVID-19	847
• MEDIÇÕES DE RUÍDO NA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE E SUA RELAÇÃO À CIRCUNVIZINHANÇA PERANTE A PANDEMIA, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC1.....	852
• LEVANTAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA FRIA - BLOCO C DA UNIARP.....	857
• LEVANTAMENTO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FRIA DO BLOCO B DA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP'	862
• LEVANTAMENTO DA INFRAESTRUTURA HIDROSSANITÁRIAS DA UNIARP1 GINÁSIO E ANFITEATRO	867
• DIMENSIONAMENTO DE FUNDAÇÃO ATRAVÉS DE PLANTA DE CARGAS	872
• ESPACIALIZAÇÃO DA MALHA URBANA E ESTAÇÕES GEODÉSICAS DE ABELARDO LUZ/SC	877
• PROJETO INTEGRADOR: DIMENSIONAMENTO DE UMA FUNDAÇÃO ATRAVÉS DE UMA PLANTA DE CARGAS	882
• PROJETO DE GALPÃO PARA USO COMERCIAL EM CAÇADOR – SC '1	887
• DIMENSIONAMENTO DE RESIDENCIA EM CONCRETO PROTENDIDO E ARMADO COM COBERTURA EM ESTRUTURAS METÁLICAS	893
• TRABALHO INTERDISCIPLINAR 4 FASE: MALHA URBANA, PONTOS TOPOGRÁFICOS E GEOLOGIA1	898
• ELABORAÇÃO DA MALHA DE LOGRADOUROUS E ESTAÇÕES GEORREFERENCIADAS DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA1.....	903

• PROJETO DE EDIFICAÇÃO UNIFAMILIAR COM ATÉ 150M².....	908
• É POSSÍVEL DESENHAR UM MAPA A PARTIR DE DADOS GEOESPACIAIS DO IBGE EM AUTOCAD?	915
• PROJETO ESTRUTURAL	920
• A GEOESPACIALIZAÇÃO DE DADOS GEORREFERENCIADOS E GEOLOGIA SUPERFICIAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC1	925
• DIMENSIONAMENTO DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE UMA EDIFICAÇÃO EM MATERIAIS MISTOS PARA FINS RESIDENCIAIS 1	930
• RELAÇÃO ENTRE MATEMÁTICA E FÍSICA1.....	935
• ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS DOS SISTEMAS HIDRÁULICOS DA UNIARP1.....	944
• PROJETO INTEGRADOR: COMPARATIVO ENTRE PROJETOS LUMINOTÉCNICOS COM DIFERENTES TIPOS DE LÂMPADAS	954
• PROTEÇÕES DE GERADORES ELÉTRICOS SÍNCRONOS	959
• COMPARATIVO ENTRE PROJETOS LUMINOTÉCNICOS COM DIFERENTES TIPOS DE LÂMPADAS	954
• DESENVOLVIMENTO COMPARATIVO DE UM PROJETO ELÉTRICO DE UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO.....	968
• PROTEÇÃO DE GERADORES ELETRICOS SEGUNDO OS PADRÕES DA ANSI/ IEEE (AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE / INSTITUTE OF ELECTRICAL AND ELECTRONIC ENGINEERS).....	973
• CINEMÁTICA.....	979
• TERMODINÂMICA.....	985
• DESENVOLVIMENTO COMPARATIVO DE UM PROJETO ELÉTRICO DE UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO.....	990
• PROTEÇÃO DE GERADORES SÍNCRONOS.....	995
• PROJETO INTERGRADOR ENGENHARIAS I1 LIGAS DE AÇO CARBONO 1045: APLICAÇÕES E PROPRIEDADES.....	1000
• LIGA METÁLICA ZINCO1.....	1005

• AÇO INOXIDÁVEL	1010
• PRENSA HIDRÁULICA CONFORMADORA DE CHAPAS	1014
• PROJETO E DIMENSIONAMENTO, DESBOBINADOR DE VERGALHÃO PARA MÁQUINA TREFILA	1030
• PROJETO INTEGRADOR DA 2ª FASE DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA	1035
• CUIDADOS NAS INSTALAÇÕES DE BOMBAS HIDRÁULICAS	1040
• LIGAS METÁLICAS ¹ FERRO FUNDIDO CINZENTO	1051
• ÓRTESE E PRÓTESE - BIOMECÂNICA	1056
• LIGA DE ALUMÍNIO	1061
• FABRICAÇÃO DE COROA PARA REDUTOR DE VELOCIDADE	1065
• PRENSA HIDRÁULICA CONFORMADORA DE CHAPAS	1070
• PROJETO DE EMBALAGENS FLEXÍVEIS	1075
• SISTEMA KANBAN	1079
• CONSUMO DE FRUTOSE E SUA RELAÇÃO COM A DIETA LOW CARB	1082
• ÓLEO DE COCO NA DIETA	1088
• ESTUDO DE CASO: DIETA LOW CARB	1094
• CONDUTA FARMACÊUTICA APLICADA A FARMÁCIAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19	1102
• DIETA CETOGÊNICA	1108
• TRATAMENTO DO SOBREPESO COM O USO DE UMA DIETA COM COMPOSTOS TERMOGÊNICOS	1112
• ACOMPANHAMENTO FARMACÊUTICO CLÍNICO NA DOENÇA CELÍACA E PATOLOGIAS ASSOCIADAS	1117

• A PRÁTICA DO JEJUM INTERMITENTE E O USO DO FARELO DE AVEIA EM PACIENTES OBESOS E/OU COM DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS	1122
• TIPOS DE ENSAIO DE IDENTIFICAÇÃO DO VÍRUS COVID-19	1127
• ALTERAÇÕES HEMATOLÓGICAS OBSERVADAS NA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2	1132
• COMBATENDO O SARS-COV-2: ANÁLISE DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS PARA DIMINUIR A CONTAMINAÇÃO, VACINAS E MEDICAMENTOS	1137
• A IMPORTANCIA DA ORIENTAÇÃO DO FARMACEUTICO NO TRATAMENTO DA OBESIDADE INFANTIL	1143
• ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR	1148
• OBESIDADE INFANTIL: QUAIS OS FATORES QUE INTERFEREM NO SOBREPESO NA PRÉ ADOLESCENCIA?	1153
• A ANSIEDADE COMO FATOR DE PRÉ-DISPOSIÇÃO AO SOBREPESO E OBESIDADE EM ADOLESCENTES	1157
• ADAPTAÇÃO DOS PROFESSORES COM AS AULAS ONLINE TRANSMITIDAS ATRAVÉS DE WEB CONFERÊNCIA	1161
• NÍVEL DE ESTRESSE EMOCIONAL NOS PAIS DE ALUNOS DO TERCEIRO ANO 31 DO ENSINO FUNDAMENTAL DO COLÉGIO APLICAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	1171
• AVALIAÇÃO DO ESTRESSE EM ACADEMICOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	1181
• NÍVEL DE QUALIDADE DE VIDA EM PESSOAS NÃO ATLETAS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA	1185
• A TECNOLOGIA NA OBESIDADE INFANTIL	1190
• OBESIDADE INFANTIL E SEUS PROBLEMAS ORTOPÉDICOS	1195
• PERFIL DE PRÁTICAS CLÍNICAS UTILIZADAS PELOS FISIOTERAPEUTAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA / SC	1198
• PRÁTICAS UTILIZADAS PELOS FISIOTERAPEUTAS QUE ATUAM NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA A RESOLUÇÃO DE QUADROS CLÍNICOS	1203

• PERFIL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO ESTÁGIO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DA CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA DA UNIARP	1208
• PERFIL DE PRÁTICAS CLÍNICAS UTILIZADAS PELOS FISIOTERAPEUTAS PARA A RESOLUÇÃO DE QUADROS CLÍNICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC	1213
• ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FISIOTERAPIA DERMATO-FUNCIONAL E PERFIL DOS PACIENTES DA CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA UNIARP	1218
• QUALIDADE DE VIDA EM ATLETAS PROFISSIONAIS	1123
• AVALIAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DO USO DE MÁSCARA PELOS ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA UNIARP CAÇADOR EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19.....	1228
• DISFUNÇÕES POSTURAIS EM CRIANÇAS COM SOBREPESO OU OBESIDADE	1233
• PERFIL DE PRÁTICAS CLÍNICAS UTILIZADAS PELOS FISIOTERAPEUTAS PARA A RESOLUÇÃO DE QUADROS CLÍNICOS DA CIDADE DE FRAIBURGO/SC.....	1238
• A TECNOLOGIA NA OBESIDADE INFANTIL	1243
• A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	1248
• A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA COMO PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM ADOLESCENTES1	1252
• A CONJUNÇÃO “E” E SUAS PLURISSIGNIFICAÇÕES NO GÊNERO TEXTUAL LETRA DE MÚSICA	1256
• ATIVIDADES COM GRUPOS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UMA UNIDADE BASICA DE SAÚDE DE CAÇADOR - SC	1261
• REVISÃO ABRANGENTE SOBRE O ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DOS IDOSOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	1266
• LEVANTAMENTO DA REALIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MEIO OESTE CATARINENSE	1271
• ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA AO PRÉ-NATAL	1276
• DEPRESSÃO PUERPERAL: CONHECENDO OS CUIDADOS PRESTADOS ATRAVÉS DE VISITAS DOMICILIARES AO BINÔMIO MÃE-FILHO EM UMA DETERMINADA UBS DE CAÇADOR, SC	1280
• DETERMINANTES DA SAÚDE MENTAL ENTRE ADOLESCENTES EM UM BAIRRO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC	1285

• AÇÕES DO CUIDADO PUERPERAL REALIZADAS NA ATENÇÃO BÁSICA DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE	1290
• AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PROFISSIONAIS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE SAÚDE E DOENÇA DE USUÁRIOS HIPERTENSOS EM UM BAIRRO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.....	1295
• A PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS DIABÉTICOS CADASTRADOS EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM CAÇADOR-SC: ANÁLISE PARA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO..	1300
• PREVALÊNCIAS E FATORES ASSOCIADOS A CONDUTAS PREVENTIVAS DO CÂNCER DE MAMA EM MULHERES ADULTAS DE UMA UBS DE CAÇADOR-SC	1305
• CONSULTAS DE PUERICULTURA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC	1310
• TESTAGEM DO HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC.....	1315
• ANÁLISE DO PERFIL DE INDIVÍDUOS TESTADOS PARA HIV EM UMA UBS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC	1320
• CUIDADOS PUERPERAIS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.....	1325
• IMPORTÂNCIA DA HIGIENE BUCAL NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS EM CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA DE 6 A 10 ANOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA REGIÃO DO MEIO OESTE CATARINENSE.....	1330
• ANÁLISE DOS ÍNDICES E BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM CRIANÇAS DE ATÉ 6 MESES NO ESTADO DE SANTA CATARINA	1335
• IMPORTÂNCIA DA ADESÃO ÀS CONSULTAS DE PUERICULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM ÊNFASE NOS 12 PRIMEIROS MESES.....	1340
• ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO NA UBS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.....	1345
• CONSULTA DE SAÚDE DA MULHER E A SUA RELAÇÃO COM A NEOPLASIA DE MAMA.....	1350
• TESTES RÁPIDOS PARA HEPATITES VIRAIS: RETRATO DE UMA UBS	1355
• ADESÃO AO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO	1360
• A SAÚDE DO IDOSO NA ATENÇÃO BÁSICA: IMPORTÂNCIA DE AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DO IDOSO COM A COMUNIDADE, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E NATUREZA.....	1365

• EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA NA PREVENÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	1370
• SAÚDE MENTAL: UM PANORAMA NOS ADOLESCENTES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM UM PERÍODO DE 2020 NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC	1375
• PREVALÊNCIA DO CÂNCER DE MAMA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE EM CAÇADOR-SC.....	1380
• PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL NAS CRIANÇAS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CAÇADOR-SC	1385
• AÇÕES MULTIPROFISSIONAIS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: O FOCO NO ATENDIMENTO A PACIENTES DIABÉTICOS	1389
• IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO DOS MARCADORES BIOQUÍMICOS E SOROLÓGICOS NA COVID-19.....	1394
• ÁGUA POTÁVEL: CONSUMO CONSCIENTE E PREVENÇÃO DE ZOOSE AOS USUÁRIOS DA UBS – CAÇADOR (SC).....	1399
• CONSULTAS DE PUERICULTURA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.....	1403
• IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PUERPERAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)	1409
• ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR.....	1414
• PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE UMA POPULAÇÃO EM RISCO DE SOBREPESO E OBESIDADE NA FAIXA ETÁRIA DE 12 À 14 ANOS.....	1419
• OBESIDADE INFANTIL: IMPACTO DO COVID-19 EM CRIANÇAS EM ISOLAMENTO SOCIAL	1425
• ELABORAÇÃO DE UM CARDÁPIO SAUDAVEL PARA ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19.....	1431
• AVALIAÇÃO NO ENSINO ESCOLAR.....	1437
• ECOPELAGOGIA' A ECOPELAGOGIA E A VISÃO DA VIDA.....	1442
• A ECOPELAGOGIA E A INTERDISCIPLINARIDADE NOS ANOS INICIAIS.....	1446
• RESGATE DA CULTURA DAS BENZEDEIRAS E BENZEDORES DA REGIÃO DE CAÇADOR – SC: O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA PRÁTICA DE BENZEDURAS.....	1453

• O IMPACTO DO COVID 19 NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SEU LEGADO	1459
• EFEITOS DAS AULAS ONLINE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS DO ENSINO INFANTIL, EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO, CONSIDERANDO OS FATORES BIOPSISSOCIAIS POR OCASIÃO DA PANDEMIA.....	1464
• A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ALGUMAS DE SUAS MARCAS PSICOLÓGICAS.....	1474
• RELAÇÕES ENTRE A POSTURA PROFISSIONAL E O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO ONLINE	1479
• A AUTOMEDICAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA COVID-19.....	1484
• ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE: A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA.....	1491
• A MOTIVAÇÃO DOS PAIS PARA A AUTOMEDICAÇÃO EM SEUS FILHOS.....	1497
• A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO EM CRIANÇAS POR SEUS PAIS E RESPONSÁVEIS.....	1502
• A RELEVÂNCIA DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO E DAS TÉCNICAS PROJETIVAS NAS EMPRESAS DE CAÇADOR/SC DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	1507
• ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE: A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	1512
• OS BENEFÍCIOS DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NAS ORGANIZAÇÕES E O AUMENTO PELA BUSCA DESTA PRÁTICA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID 19...1527	1527
• ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE: A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA AVALIAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	1530
• OS RISCOS DA PRÁTICA DE AUTOMEDICAÇÃO À SAÚDE E SUA PERSPECTIVA DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19	1535
• A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	1540
• COVID-19 - ORIGEM E CONTEXTO DA PANDEMIA	1554
• ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NAS ORGANIZAÇÕES NO PERÍODO DA PANDEMIA COVID-19	1558
• COMO REALIZAR AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DA CRIANÇA VÍTIMA DE BULLYING.....	1563
• A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL NA ALIENAÇÃO PARENTAL	1570

• AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DA CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL.....	1576
• VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA	1588
• PROJETO INTEGRADOR: “APRENDER FAZENDO” A PRAXIS DO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL	1592
• PROJETO INTEGRADOR: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO SETOR DE APOIO	1597
• SISTEMA DE CONTROLE DE RESERVAS PARA O SETOR DE APOIO	1601
• AROMATERAPIA NO TRATAMENTO DA ALOPECIA.....	1605
• AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DAS DISCROMIAS QUE MAIS AFETAM A POPULAÇÃO E OS ATIVOS DESPIGMENTANTES EMPREGADOS PARA O TRATAMENTO BEM COMO SUA REAL EFICÁCIA.....	1611
• TRATAMENTO DE GORDURA LOCALIZADA E FLACIDEZ COM USO ASSOCIADO A ELETROTERRAPIA, MASSAGENS E ATIVOS COSMÉTICOS.....	1616
• PRINCÍPIOS ATIVOS COSMÉTICOS ASSOCIADOS A TERAPIA DE INDUÇÃO PERCUTÂNEA DE COLÁGENO NO TRATAMENTO DE CICATRIZ DE ACNE.....	1621
• A IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS EM PRODUTOS COSMÉTICOS	1626
• COSMÉTICOS NATURAIS.....	1631
• TERAPIAS ALTERNATIVAS E OS BENEFÍCIOS DA VENTOSATERAPIA.....	1634
• COMBATE DE RUGAS E LINHAS DE EXPRESSÕES ATRAVÉS DO MERCADO DE ESTÉTICA.....	1638
• USO DE ÓLEOS ESSENCIAIS NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO FACIAL	1644
• MASCNE: UM ESTUDO DE EFICÁCIA DE PRODUTOS COSMÉTICOS PARA TRATAMENTO DA ACNE PROVOCADA PELO USO DE MASCARA	1649
• ASSOCIAÇÃO DA RADIOFREQUÊNCIA E DA VITAMINA C NO TRATAMENTO DE MELASMA, RUGAS E FLACIDEZ FACIAL.....	1654
• FISIOPATOLOGIA DO MELASMA E TRATAMENTOS	1660
• ÓLEOS ESSENCIAS NA REDUÇÃO DO STRESS E DA ANSIDADE	1668
• O USO DA CENTELLA ASIÁTICA NO TRATAMENTO DO FIBRO EDEMA GELÓIDE	1673
• MICROAGULHAMENTO NO TRATAMENTO DE ESTRIAS ASSOCIADO À COSMETOLOGIA	1678
• AROMATERAPIA E OS BENEFICIOS DOS ÓLEOS ESSENCIAIS	1683
• BENEFÍCIOS DA MASSAGEM COM PEDRAS QUENTES EM TRATAMENTOS DE SAÚDE	1688

A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS DA QUALIDADE E SEU USO NA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA¹

Hellen Aparecida Santos, hellenaparecidasantos35@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

RESUMO

Ferramentas da Qualidade são imprescindíveis para pequenas e grandes empresas. São técnicas que permitem avaliar problemas e possíveis soluções, garantindo um melhor desempenho dos processos organizacionais, além de melhorias na qualidade dos produtos e serviços finais fornecidos. O tema abordado neste trabalho tem como objetivo revisar conceitos teóricos sobre ferramentas de gestão da qualidade, além de fornecer ao leitor do mesmo uma forma simples e acessível de administrar várias áreas de sua vida, tendo como foco o aspecto financeiro. Tendo em vista que a atual crise financeira mundial possui tendência a piorar a partir de janeiro de 2021, esta revisão teórica oferece uma forma de utilizar métodos empresariais como ajuda no combate de uma possível onda de pobreza em todo o planeta. Conclui-se que é de suma importância que os governantes do mundo invistam em educação não apenas básica, mas também em áreas que possam vir a afetar diretamente seu próprio governo. A qualidade deve estar presente em todos os lugares possíveis, pois só assim pode-se ter a certeza de uma vida digna para que as futuras gerações continuem levando o mundo à evolução.

Palavras-chave: Gestão da Qualidade. Gestão Financeira.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, as empresas precisam investir recursos financeiros, humanos e de tempo a fim de melhorar e adaptar seus produtos e/ou serviços. O direcionamento correto desses recursos é de extrema importância para que a organização alcance seus objetivos e tenha lucro com esses investimentos (OLIVEIRA, 2003).

Assim, a gestão da qualidade apresenta-se como uma importante aliada e como alternativa para otimizar os investimentos, juntamente com a utilização de ferramentas da qualidade, como o Histograma, Matriz GUT, o Diagrama de Pareto, entre outras (COELHO, 2020).

Muitas empresas nascendo no cenário pandêmico de 2020 (*startups* ou não) podem facilmente deixar de existir devido à crise que se instala sorrateiramente, da mesma forma que pode ser um absoluto sucesso em sua cidade ou região. Entretanto, não apenas o produto ou serviço final é importante. É de suma importância que o gestor da mesma saiba administrá-la para poder se manter no mercado (COELHO, 2020).

O trabalho apresentado tem como objetivo revisar conceitos teóricos sobre as ferramentas da qualidade e sua imprescindível utilidade na administração financeira.

Essa pesquisa justifica-se no fato de o estado no qual todos se encontram ser extremamente complexo. A economia brasileira pode entrar em declínio a qualquer

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

momento e futuramente pode acarretar em uma imensa desigualdade, não apenas social, mas também tornando o Brasil um país inferior a muitos outros (ANDRADE, 2019).

A economia mundial está (de maneira consideravelmente importante) interligada. Enquanto aumenta o preço do dólar, cada vez mais se agravam as dificuldades das famílias que não possuem condições de uma vida digna, se residentes de países subdesenvolvidos. É necessário educar financeiramente o povo, para que consigam se manter até o fim da crise e garantir que não irão sucumbir à fome e a pobreza extrema (ANDRADE, 2019).

Mankiw (2001, p. 543) exalta que “o investimento em educação é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico em longo prazo de um país”, ou seja, é importante incentivar o ensino para melhorar a riqueza e o padrão de vida da população e além do ensino convencional é necessário o ensino econômico para gerir adequadamente uma unidade familiar ou empresarial (MANKIWI, 2001).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Inicialmente a qualidade era voltada apenas ao processo de inspeção final dos produtos, atuando somente na consequência, com o passar dos anos e a necessidade de produtos com cada vez mais qualidade, essa característica tornou-se essencial para o sucesso estratégico da empresa, e passou a envolver não só mais os departamentos de produção e operações, tornando-se função todas as áreas da empresa, com o patrocínio da alta direção (GARVIN, 2002).

Segundo Ishikawa (1993), historicamente a garantia da qualidade teve sua evolução determinada por três estágios principais:

- Ênfase na inspeção final: onde a qualidade dos produtos era totalmente voltada à inspeção bem-sucedida. Esse modelo inicial exigia um alto número de inspetores na empresa, que era uma mão de obra cara e atuava somente nas consequências.
- Ênfase no controle de processo: esse modelo surgiu a partir dos anos 1950 e enfatiza que a qualidade deve ser parte de todos os processos, fazendo com que todos os envolvidos tivessem sua parte na qualidade e não apenas a inspeção final.
- Ênfase no desenvolvimento de novos produtos: no final dos anos 1950 viu-se então a necessidade da disseminação desses conceitos para as raízes do projeto, e não só mais para o processo em si. Com isso, em cada passo do planejamento de novos produtos são estabelecidas metas de qualidade.

Quando se pretende implementar um projeto de melhoria em uma organização, independentemente do ramo de atuação, primeiramente é necessário realizar a identificação do problema, fazer as observações necessárias, fazer a coleta de dados, analisar as possíveis causas e eliminar a origem do problema, implementar as ações de melhoria e, por último, verificar os resultados (CARPINETTI, 2012). Para isso existem ferramentas da Qualidade que ajudam em cada etapa do projeto.

Bonanseia (1977, p. 17) diz que o setor de controle de qualidade se trata de “um grupo de pessoas que atua num programa técnico-administrativo, estabelecendo coerentemente com os objetivos da empresa que relacionam com a qualidade do produto”.

Entende-se que a qualidade depende da resulta da comunicação e esforço de todo o grupo envolvido. O mesmo autor lista os seguintes tópicos a serem adotados pelo setor: dirigir o grupo, inspecionar matéria-prima, fazer contatos técnicos, manter sistema de informações, divulgar relatórios, evitar produção de produtos sem qualidade, reduzir custos de garantia do produto e divulgar da importância da qualidade do produto para os demais setores. Ou seja, o setor é responsável por analisar e monitorar desde a matéria-prima, processo de produção e produto final, e intermediar as informações com as pessoas envolvidas, visando à entrega de um produto de excelência para o consumidor final (BONANSEA, 1977).

Oakland (1994, p. 79) diz que o fluxograma “é uma representação gráfica destinada ao registro das diversas etapas que constituem um determinado processo, facilitando visualização e análise. Tem a finalidade de ordenar a sequência de etapas”. Assim, a ferramenta viabiliza melhorias ao documentar através de uma sequência lógica, o fluxo de processos operacionais e atividades facilitando a interpretação das informações.

Diagrama de Causa e Efeito, também conhecido como Diagrama de Ishikawa, é utilizado para achar causas prováveis que contribuem para um efeito. Suas aplicações são: permitir com que a equipe possa identificar, explorar e demonstrar através de gráficos possíveis fatores, ou seja, causas relacionados a um problema ou condição efeito. O diagrama de Ishikawa pode ser empregado para a investigação de um efeito negativo, e corrigi-lo, ou bem como o de um efeito positivo, e incorporá-lo ao processo (BARRETO; LOPES, 2005).

Ao identificar o problema da empresa, procurando a causa que o provocou, realiza-se uma análise do processo em questão. Após o término da análise do processo e localizada a causa principal que originou o problema, deve-se realizar um novo procedimento, ou seja, uma padronização de execução do processo. A partir da padronização estabelecida, devem-se instituir os pontos de controle com os itens de controle para se certificar de que os novos procedimentos (padronização) estão sendo seguidos (BARRETO; LOPES, 2005).

Na visão de Carpinetti (2012), a folha de verificação é utilizada, com grande eficiência, para o planejamento e para a coleta de dados, simplificando e organizando-a. Para Corrêa e Corrêa (2012, p. 205), a folha de verificação tem como objetivo “[...] garantir que o ganho obtido pela aplicação das seis anteriores, não seja perdido ou esquecido depois que os problemas, já resolvidos, deixarem de ocupar as atenções da operação”.

Além disso, as folhas de verificação ajudam o usuário a organizar os dados para a utilização posterior (MONTGOMERY, 2009).

O diagrama de dispersão se baseia na necessidade de se conhecer o relacionamento entre duas variáveis (MAGAR; SHINDE, 2014), tendo em vista que um relacionamento pode ou pode não existir entre as variáveis observadas. Quando existentes, estas podem ser positiva ou negativa, forte ou fraca e pode ser ainda simples ou complexa.

De acordo com Reis e Reis (2002), esta consiste basicamente em traçar uma série de pontos representando várias observações em um gráfico em que uma variável está no eixo X e a outra variável no eixo Y.

As cartas de controle foram criadas por Walter A. Shewhart nos anos 20, dão uma visão gráfica do comportamento do processo ao longo do tempo (PINTO, 2007).

Essas cartas ainda são empregadas para determinar quando o processo está em controle. Este tipo de ferramenta possibilita uma atuação de forma preventiva, por meio da visualização de possíveis soluções para o problema, mantendo o produto sob controle, assim, impedem que o problema ocorra efetivamente. (LACHMAN; LIEBERMAN; KANIG, 2001).

O diagrama de Pareto organiza itens de acordo com a magnitude da contribuição destes, identificando produtos que possuem maior influência. Isto é, ordena as frequências das ocorrências, da maior para a menor. É amplamente utilizada para priorizar projetos de melhoria e corrigir problemas, apontando por exemplo, produtos com maior devolução, reclamações mais registradas e outros. O princípio de Pareto é conhecido como regra 80/20, o que significa que 80% dos problemas são ocasionados por 20% das causas (MAGAR; SHINDE, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo de métodos que ajudam gestores a tomar a decisão certa, torna-se viável adaptar as mesmas para que qualquer um possa usá-las como forma de administrar seu dinheiro da melhor forma e sempre ter em mãos a reposta para qualquer tomada de decisão.

São muitas as Ferramentas da Gestão da Qualidade, entretanto, apenas nove foram usadas como forma de demonstrar algumas das mais fáceis de serem usadas.

Tendo em vista que a crise vigente tende a piorar a partir de janeiro de 2021, é estritamente importante fornecer às pessoas formas de executar uma ótima administração financeira pessoal ou familiar, podendo garantir a sobrevivência de milhões de famílias.

A conclusão final é que, apesar de pouco conhecido pela população em geral, esses métodos podem fornecer às nações formas de minimizar problemas em diversos campos, tendo em vista que estamos vivendo tempos difíceis que marcaram para sempre a história do mundo, e a saúde mental de todos aqueles que fizeram parte de tal horror.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tamiris Ferreira de. **Educação financeira dos estudantes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações) - Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2020.

COELHO, Fabrício Pozzuto de Souza; SILVA, Adriano Maniçoba da; MANIÇOBA, Rafaela Ferreira. Aplicação de ferramentas da qualidade: um estudo de caso em uma agropecuária da serra gaúcha. **Revista Produto & Produção**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 43-64, 2020. Disponível em: [file:///C:/https://www.seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/99001/56140Users/Ciente/Downloads/3569-Texto%20do%20artigo-6340-1-10-20170922%20\(2\).pdf](file:///C:/https://www.seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/99001/56140Users/Ciente/Downloads/3569-Texto%20do%20artigo-6340-1-10-20170922%20(2).pdf). Acesso em: 12 set. 2020.

SILVA, Francisco Evangelista da; LOOS, Mauricio Johnny. Padronização da Utilização de Embalagem por Meio das Ferramentas da Qualidade. **Revista Produto & Produção**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 3, p. 53-75, 22 jun. 2020. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/102638/58629>. Acesso em: 3 nov. 2020.

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO: REVISÃO TEÓRICA¹

Wesley Fernandes Pachevitch, wesleyfp16@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A Administração da Produção é a área que gerencia os meios e os recursos para produção e serviços, dentro dos padrões de qualidade. O objetivo central dessa revisão teórica é apresentar os principais conceitos relacionados à qualidade dentro da administração de produção. Essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, classificada como exploratória a partir de levantamento bibliográfico. Analisar os conceitos envolventes nessa área leva a entender os processos e decisões na gestão de uma empresa para a entrega de um serviço ou um produto finalizado com qualidade e no prazo correto. A empresa deve sempre entregar aquilo que é ofertado e esperado por seus clientes.

Palavras-chave: Gestão da Produção. Controle de Qualidade.

INTRODUÇÃO

A administração de produção é a área que gerencia os recursos, tanto físicos ou materiais, como insumos, mão de obra e capital. Eles são indispensáveis na produção de produtos, buscando a qualidade com menor custo, dando à empresa a possibilidade de competir no mercado com o estabelecimento de preços (CAMPOS; BARSANO, 2016).

A função produção é mostrada como fornecedora de condições, além da produção de bens e serviços, também visa alcançar focos implantados, pôr em andamento e objetivar estratégias competitivas (FERNANDES; MELZ; FRANCO, 2015).

A produtividade e qualidade dos produtos se deve à padronização que se obteve com a produção em massa, tendo um controle melhor com produtos uniformes (CAMPOS; BARSANO, 2016, p. 137).

A administração de produção é meio estratégico, pois o mercado demanda cada vez mais de produtos e serviços, há grande concorrência em vários setores, o cliente quer qualidade, em menos tempo (CAMPOS; BARSANO, 2016, p. 135).

Essa pesquisa busca responder o seguinte problema: quais os conceitos relacionados à qualidade dentro da administração de produção?; e justifica-se pelo fato de que o estudo aprofundado dessa área tem relevância para o entendimento de aspectos importantes dentro de organizações que lidam com produção de bens e serviços, como a qualidade esperada de seus produtos e estratégias adotadas (ROCHA, NONOHAY, 2016).

Dessa forma, a presente pesquisa bibliográfica tem como objetivo: apresentar os principais conceitos relacionados à qualidade dentro da administração de produção.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

A administração é o resultado de um processo histórico devido à separação entre a propriedade e a gerência (LOPES; BRUN; ERDMANN, 2017, p. 59).

“A administração de produção (AP) é o ramo da gestão administrativa que se preocupa com a criação de produtos e serviços para atender a demanda da sociedade.” (CAMPOS; BARSANO, 2016, p. 137).

As atividades de produção estão interligadas ao processo produtivo, independentemente da intensidade de material físico que compõe o produto e dos processos utilizados pelas empresas na produção de bens e serviços. A administração também não pode ser analisada sem contemplar as áreas de compras, marketing, vendas, recursos humanos e financeiros (CAMPOS; BARSANO, 2016, p. 137).

A programação da produção objetiva a organização das tarefas da unidade de produção. São feitas listagens dos produtos que precisam ser produzidos no período, dispostos numa sequência de prioridade visando a conciliação entre quantidades e prazos (HARDING, 1981, p. 60).

A programação determina o volume que cada unidade de produção pode trabalhar, a prioridade das tarefas a serem desempenhadas e a deliberação sobre a ocasião do começo e da conclusão de cada serviço. Seu papel reside em informar sobre a viabilidade dos novos conceitos de bens e serviços. De maneira muito peculiar, necessita decidir se tem ou é capaz de disponibilizar a produção, recursos humanos e a tecnologia necessária (LOPES; BRUN; ERDMANN, 2017, p. 60).

Campos e Barsano (2017) apontam que administração de produção é o conjunto de atividades necessárias a fim da transformação de insumos e matéria-prima em um produto acabado.

De acordo com Lopes, Brun e Erdmann (2017, p. 59)

Em empresas prestadoras de serviços, a função produção é responsável por utilizar os recursos, disponibilizando aos usuários, clientes e consumidores, serviços de maneira que satisfaçam ou excedam suas necessidades e ou expectativas. Os serviços são entendidos como a atividade ou benefício que uma parte possa oferecer a outra que seja essencialmente intangível e não resulte na propriedade de qualquer coisa. Sua produção pode ou não estar vinculada a um produto físico.

Para Campos e Barsano (2017), a administração é a gestão eficaz dos recursos usados na produção dos bens, que visa maximizar os lucros da empresa, num cenário de grande concorrência em que o mercado praticamente estabelece o preço que está disposto a pagar.

Lopes, Brun e Erdmann (2017) descrevem que o ambiente concorrencial interno e externo tiraram o caráter de nobreza, que pertencia à produção, passando para outras áreas como marketing e finanças. Na década de 60, com a relevância dos

serviços para a economia, foi começado a transplantar algumas técnicas de administração da produção de bens para os serviços.

“A produção de forma geral depende dos chamados fatores de produção, que são os elementos essenciais ao processo produtivo. [...] os fatores principais são natureza, capital e trabalho.” (CAMPOS; BARSANO, 2016, p. 138).

De acordo com Campos e Barsano (2017, p. 138),

Os insumos necessários como matéria-prima, energia elétrica, advém da **natureza**. Esses recursos são adquiridos com o **capital**, que também é utilizado para o pagamento do **trabalho** (empregado). Assim, com a integração desses recursos é possível ocorrer o processo produtivo. Esses fatores têm influência direta na produção, os quais são utilizados para satisfazer os desejos e as necessidades da população.

Para Erdmann (1998, p. 17), citado por Lopes, Brun e Erdmann (2017, p. 60), planejamento é “a atividade preliminar de busca e preparação de informações que permita definir o que deva ser produzido, em que quantidades, como e com quais recursos”.

“O planejamento e o controle objetivam uma garantia de produção eficaz, através de recursos em quantidade, no momento e em nível de qualidade adequados, conciliando fornecimento e demanda” (FERNANDES, MELZ, FRANCO, 2015, p. 5)

Fernando, Melz e Franco (2015) apontam que geralmente as empresas desenvolvem mapas e planilhas para que através das tentativas e falhas, envolvendo custos, busquem estabelecer taxas de produção por produto ou grupo de produtos, levando em conta nível de mão-de-obra e estoque disponível.

Para o consumidor, a qualidade vai depender do ponto de vista individual sobre produtos ou serviços, tendo por ideal, a comparação dos pontos observados por cada um buscando o melhor resultado. A qualidade pode vir a variar nos processos e devem ser minimizadas (FERNANDES, MELZ, FRANCO, 2015).

“Para que se determine a capacidade de operação, os responsáveis pelo planejamento devem prever os aspectos de desempenho que podem ser afetados, os custos e receitas; [...] a qualidade dos serviços.” (LOPES; BRUN; ERDMANN, 2017, p. 61-62).

A percepção de qualidade dos serviços, se dá por base pela aparência das instalações físicas, materiais, equipamentos e os funcionários. A prestação dos serviços ofertados deve ser fiel e correlacionada ao prometido (LOPES, BRUN, ERDMANN, 2017).

Deve-se buscar responder a necessidade dos clientes, o que precisam e o que querem, para lançar os serviços que correspondam às expectativas, com esse foco, aumentando a eficácia com qualidade e preço adequado (LOPES, BRUN, ERDMANN, 2017).

Ter um controle de estoques é um item fundamental para a produção, junto de um planejamento futuro através de cronogramas, para efetuação de pedidos e entregas no tempo determinado pelos clientes, os quais também se deve prever datas de acordo com cada capacidade de consumo (LOPES, BRUN, ERDMANN, 2017).

Pode haver a necessidade de investir em transporte e materiais para a realização de entrega de pedidos nos prazos, que precisam de uma previsão de vendas para curto e longo prazo, onde necessita o planejamento e programação da produção, potencializando os serviços prestados (LOPES, BRUN, ERDMANN, 2017).

“No aspecto relativo à competitividade, o desempenho dos serviços deve ressaltar fatores em que a empresa é melhor que os concorrentes, ou ainda, demonstrar que possui os itens buscados pelos consumidores” (LOPES; BRUN; ERDMANN, 2017, p. 62).

“Estratégia pode ser definida como: padrão global de decisões e ações que posicionam a organização em seu ambiente a fim de fazê-la atingir seus objetivos de longo prazo” (FERNANDES; MELZ; FRANCO, 2015, p. 5).

A estratégia de produção auxilia quando imposta no ajuste das políticas e desentendimentos, sendo debatidos, ajudando para que decisões individuais possam também atingir seus fins através desse meio (FERNANDES; MELZ; FRANCO, 2015).

A produção em conjunto pode ser definida como o processo de produzir diferentes produtos simultaneamente através da mesma matéria-prima, maquinário e mão de obra. O ponto de separação da produção em conjunto é onde os produtos serão tratados separados para produção de produtos derivados, tendo a possibilidade de obter lucro no estado bruto ou derivado dele. (FERNANDES; MELZ; FRANCO, 2015).

“A visão baseada em recursos é uma corrente de pensamento em estratégia que ressalta o objetivo da organização no desenvolvimento e na aquisição de recursos que serão responsáveis por formar a sua competência essencial.” (SANTOS et al, 2015, p.1)

Barney (2001) citado por Santos et al (2015, p. 2), “define recursos como todos os ativos, capacidades, processos organizacionais, informações e conhecimentos que são controlados pela firma e que a habilitam a conceber e a implementar estratégias eficientes.”.

“A identificação dos recursos estratégicos de uma organização começa pela sua categorização. O primeiro nível da categorização de recursos é a divisão entre recursos tangíveis e recursos intangíveis.” (SANTOS et al. p. 3).

Campos, Barsano (2017) apontam tangível como aquilo que é físico, concreto, como móveis e máquinas.

“Recursos intangíveis: são mais difíceis de identificar e quantificar e normalmente incluem recursos relacionados ao conhecimento organizacional.” (SANTOS et al., 2015, p. 3).

“O capital Intelectual (ativo intangível) baseado no conhecimento é, hoje mais importante do que qualquer outro ativo que a organização possa deter.” (CAMPOS; BARSANO, 2016, p. 138).

“Além da categorização, é necessário avaliar se um recurso é estratégico ou não. Na perspectiva da RBV, a avaliação de recursos é uma atividade fundamental para a gestão estratégica das empresas.” (SANTOS et al., 2015, p. 3).

“Por meio dessa avaliação, a empresa pode traçar estratégias sustentáveis que são apoiadas em recursos que realmente garantem uma vantagem competitiva.” (SANTOS et al., 2015, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de revisão teórica traz conceitos que envolvem o processo e a qualidade na área de administração da produção. Compreende que ela fornece condições para a produção de produtos e serviços, tendo em vista a qualidade com menor preço.

A qualidade se dá pela obtenção do controle da produção de maneira a satisfazer o que os clientes esperam dos serviços prestados. É preciso ter estratégia

para lidar com cronogramas e materiais para atingir prazos de entregas e obtenção de lucros.

Analisar os recursos é de grande importância para uma gestão estratégica, desde tangíveis como materiais necessários para a produção, à intangíveis como o conhecimento pessoal, um dos mais importantes para uma empresa.

Saber os conceitos que envolvem a administração da produção leva ao que esperar de um produto ou serviço, entender os processos necessários e as decisões tomadas desde a base da matéria-prima até o resultado final que é aguardado por aqueles que procuram o serviço ou produto.

Administrar a produção é relevante para ter e manter uma empresa, prestar os serviços esperados pelos clientes e fazer a busca da qualidade. Os produtos e serviços precisam ser bons e acessíveis, isso precisa ser correspondido. Receber menos do que é ofertado é inaceitável.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Alexandre de; BARSANO, Paulo Roberto. **Administração: Guia Prático e Didático**. 2.ed. São Paulo: Érica, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517728/cfi/2!4/4@0.00:0.0> Acesso em 7 de setembro de 2020.

FERNANDES, Alexandre Costa; MELZ, Laércio Juarez; FRANCO, Cleiton. Estratégias Competitivas na Indústria Exportadora de Madeiras: Estudo de Caso de uma Empresa do Noroeste do Estado do Mato Grosso. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, 01 June 2015, Vol.1(1). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/download/599/517> Acesso em 7 de setembro de 2020.

LOPES, António Carlos Vaz; BRUN, Sergio Adelar; ERDMANN, Rolf Hermann. Planejamento e Controle da Produção em Empresas de Serviços. **Caderno de Administração**, 01 January 2017, Vol.15(2), pp.58-67. Disponível em: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/34848/18276 Acesso em 7 de setembro de 2020.

ROCHA, Henrique Martins; NONOHAY, Roberto Guedes de. **Administração da Produção**. Grupo A, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726654/recent> Acesso em 16 de outubro de 2020.

SANTOS, Luciano Costa et al. Como Dar Suporte às Estratégias de Empresas Hoteleiras? Uma Análise Segundo a Visão Baseada em Recursos. **Produção: uma publicação da Associação Brasileira de Engenharia de Produção**, 01 June 2015, Vol.25(2), pp.403-415. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prod/v25n2/0103-6513-prod-0103-6513036612.pdf> Acesso em 7 de setembro de 2020.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS: REVISÃO TEÓRICA¹

Vinícius Milan, milanivinicius69@gmail.com ⁱ²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Este artigo de Gestão estratégica de pessoas aborda os principais conceitos e teorias desse ramo, ela tem ganho uma grande atenção e estudos voltados a ela, estabelecendo associação entre políticas e práticas de gestão entre outros fatores organizacionais. Diante disso, um ponto que deve ser visto é em relação aos atores das organizações que vem sendo pouco explorada, causando um retrocesso para a execução e aplicação da gestão de pessoas no ambiente. O estudo do ramo recursos humanos colabora para na coluna de implementação. A gestão estratégica de pessoas buscará mostrar que seu foco é a preocupação pelos objetivos e metas da organização, por meio de ações planejadas que não é nada simples, examinando novas teorias e métodos para assim criar soluções para que os resultados cheguem de uma forma eficaz e concreta.

Palavras-chave: Gestão Estratégica de pessoas; Desempenho Organizacional, liderança

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade levantar as principais ideias de como a gestão de pessoas se manifesta como uma ferramenta no meio organizacional, observando como ela torna algo essencial.

A evolução das organizações tem atendido as transformações do mercado, porém ainda muito se exige por parte do público que interage. Diante disso, as organizações estão adotando novas medidas para que seu negócio se torne algo sustentável e de longo prazo, com isso novas técnicas devem ser adotadas para atender as exigências e necessidades (SILVA, 2018).

Diante dos fatos, a organização necessita de um líder com qualificação para elevar as expectativas e também identificar as fraquezas da sua equipe, direcionando de modo inteligente a distribuição das tarefas. Portanto ser líder é muito além da pessoa a frente da equipe, mas sim o profissional dedicado a buscar métodos para alavancar os resultados de sua equipe (FRANÇA, 2017).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Segundo Dutra (2014) as transformações nas organizações, no cenário empresarial e também na sociedade são fortes, estão ocorrendo em uma velocidade cada vez mais rápida.

O modelo de gestão estratégica de Pessoas inclui a característica de perfis profissionais e da competência de cada perfil, básico para atuar na organização. Também abrange a formação de uma política que oferecerá a ajuda necessária para a sustentação da organização (MARQUES,2015).

Essa política deverá incluir os pontos fundamentais do recrutamento de pessoal, planejando o desenvolvimento do profissional e pessoal, a estratégia de repor a nova distribuição do pessoal, competência do desempenho, modelo de carreira, ganhos e os incentivos, entre outros (MARQUES,2015)

Um impacto considerável que marcou esse ambiente é a mudança no ambiente, por parte das organizações, exigindo qualificação e conhecimentos por parte dos profissionais, com implicações diretas na gestão de pessoas e nos exemplares utilizados pela própria gestão (DUTRA, 2014).

Para Dutra (2014, p, 25) mecanismos e instrumentos da gestão estratégica de pessoas é;

Os principais mecanismos e instrumentos da gestão estratégica de pessoas são: a) Planejamento de recursos humanos; b) Gestão de competências; c) Capacitação continuada com base em competências; e d) Avaliação de desempenho e de competências. Esses elementos guardam uma relação de dependência entre si. A Gestão por competências define as competências e os perfis profissionais necessários à organização e, com base nessas definições, o Planejamento de recursos humanos realiza o dimensionamento e a alocação dos perfis. Por outro lado, a Avaliação de desempenho e de competências analisa o desempenho das pessoas portadoras dos perfis profissionais definidos e verifica a efetividade, oferecendo insumos para a definição da Capacitação continuada.

Vale ressaltar que os funcionários não são apenas um aparato técnico, mas seres humanos inteligentes, contém razão, emoção e sentimentos que precisam de mais atenção num todo, ao passo em que possa ter certa parceria entre a empresa e os funcionários a produtividade será maior pois estarão envolvidos com os resultados e metas da organização (FERNANDES, 2011)

Diante disso notamos que as empresas dependem diretamente das pessoas para atingir seus objetivos, em contrapartida a empresa tornasse um meio para o funcionário para atingir seus sonhos e objetivos pessoal. Então é fundamental que o trabalho em grupo é essencial (FERNANDES, 2011).

A gestão das pessoas não é um processo compartimentado, nota-se que apenas as práticas e políticas não asseguram uma gestão, mas a influência de um líder sobre os indivíduos também não. As combinações desses três fatores fortalecerão um ao outro de modo que o líder direcione o comportamento coletivo com o real objetivo da organização (BIANCHI, QUISHIDA e FORONI, 2017).

Segundo França (2017) a liderança pode

[...] contribuir de maneira decisiva com o clima organizacional, colaborando para que haja um ambiente muito mais agradável, inclusivo e com redução de conflitos internos. Além dos benefícios relacionados à gestão de pessoas, a liderança também é fundamental para a resolução de problemas e criação de soluções mais assertivas e eficientes.

Diante disso, o líder tem um papel fundamental de criar e aumentar competitividade da empresa, buscando novas fronteiras para trazer o conhecimento dentro de empresa e aplicar de modo inteligente, sempre bem informado e anexar o “follow up” (ROCHA, 2012)

Para André e Bunn (2017, p.136), o líder apresenta

O poder, a autoridade e a responsabilidade são fatores intimamente relacionados que se fazem presentes no exercício da liderança, sendo o poder e a habilidade de influenciar pessoas, acontecimentos e decisões diretamente relacionados à habilidade de liderar. Já a autoridade e a responsabilidade são o direito de comandar pessoas visando obtenção de resultados.

Para Borges (2015) o líder deve estar aberto a sugestões e críticas, apoiando e direcionando as funções, criar sua reputação e respeito através dos resultados, ter boa oratória, saber cobrar e reconhecer seus colegas quando preciso, cuidadoso com os problemas atuais e evitá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do campo de atuação profissional do gestor de pessoas na atualidade é fundamental para um bom futuro profissional na área, de modo a reconhecer os elementos basilares de uma organização, mais especificamente das pessoas, que são consideradas o elemento essencial.

Diante de todo esse cenário, o intuito é o desenvolvimento de habilidades no estudante para o processo de planejamento estratégico de gestão de pessoas e da interface dele com o planejamento estratégico global da organização. Constatou-se que os líderes analisados por seus subordinados apresentam as habilidades necessárias para o processo de influenciar as pessoas bem desenvolvidas.

No caso, a pesquisa além de mostrar a competência dos líderes apresenta também que o trabalho desenvolvido por ele gera resultado sim, não apenas em números, mas até no ambiente de trabalho

REFERÊNCIAS

- BORGES, Vania. **O papel do líder**. Mogi das Cruzes,2015. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/o-papel-do-lder/>. Acesso em: 02 nov 2020.
- BUNN e ANDRÉ: **A importância do líder na Organização: influenciando pessoas para o atingimento dos resultados**. VIACRED, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/milan/Downloads/173-1126-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 out 2020.
- DUTRA, Ademar. **Gestão Estratégica de Pessoas**. 2. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2014. Disponível em : https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/gestao_estrategica_de_pessoas.pdf. Acesso em: 26 set 2020
- FERNANDES, Renata. **Gestão Estratégica de Pessoas - uma Ferramenta Poderosa**. Rezende: SEGeT, 2011. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/61914794.pdf>. Acesso em: 29 set 2020

FRANÇA, Sulivan. **A importância da liderança na organização**. Slac, 2017
 Disponível em: <https://www.slacoaching.com.br/artigos-do-presidente/qual-a-importancia-da-lideranca-nas-organizacoes>. Acesso em 01 nov 2020

MARQUES, Fernanda. **Gestão de Pessoas: Fundamentos e tendências**. ENAP: ENAP, 2015. Disponível em:
<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2521/1/GPFT%20-%20ApostilaCE.pdf> Acesso em: 24 set. 2020

PIRES; QUISHIDA, Gabriela. **Atuação do Líder na Gestão Estratégica de Pessoas: Reflexões, Lacunas e Oportunidades**, Faculdade Campo Limpo Paulista, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v21n1/1415-6555-rac-21-01-00041.pdf>. Acesso em: 30 out 2020.

ROCHA, Pamela. **O real papel do líder na organização**. São Paulo: Administradores, 2012. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-real-papel-do-lider-na-organizacao>. Acesso em: 03 nov 2020

SILVA, Carlos. **A gestão Estratégica de pessoas como ferramenta organizacional**. São Paulo: Administradores, 2012. Disponível em:
<https://administradores.com.br/artigos/a-gestao-estrategica-de-pessoas-como-ferramenta-organizacional>. Acesso em: 03 nov 2020

SILVA, Cristina Aparecida **Gestão estratégica de pessoas: fator chave de sucesso para as organizações**. Cáceres, FAPAN, 2018. Disponível em:
<https://fapan.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2018/04/ed2/9.pdf> Acesso em: 22 out 2020.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NA ÁREA INDUSTRIAL: REVISÃO TEÓRICA¹

Eduarda Veloso Lisboa, eduardalisboa.adm@gmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

No decorrer do tempo, surgiu a necessidade de alterar alguns processos para se tornarem mais eficazes os métodos da Gestão Financeira dentro da organização. Sabendo da importância desse setor para toda e qualquer empresa, é necessário salientar suas principais funções e ferramentas. O gestor precisa conhecer e saber gerenciar todos os dados para que o objetivo seja alcançado. Neste estudo, buscou-se conceituar a Gestão Financeira de maneira que reúna os princípios fundamentais e básicos. Além disso, faz-se uma breve descrição do ambiente externo à organização em tempos de pandemia, COVID-19. Para que isso fosse possível, realizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória. Os procedimentos foram feitos através de leituras de capítulos de livros, revistas e artigos científicos em consultas à Bibliotecas Virtuais, Google Acadêmico, SciELO - Scientific Electronic Library Online, para uma maior concepção da Gestão Financeira e por um melhor entendimento sobre o momento atual seus impactos. Sabe-se que momentos de crises como o da pandemia já foram enfrentados antes, é preciso estar em constante aperfeiçoamento para criar caminhos e métodos que guiem em meio a momentos turbulentos.

Palavras-chave: Gestão Financeira. Pandemia. Ferramentas de gestão.

INTRODUÇÃO

A economia brasileira, nos anos de 1990, passou por uma transformação com sua incorporação no comércio exterior. Diante da transição, as empresas nacionais necessitaram de adequações frente à concorrência, em seus processos produtivos e administrativos para se encaixarem neste novo mercado (MORAES; OLIVEIRA, 2011).

Moraes e Oliveira (2011) ressaltam ainda que as empresas brasileiras inovaram sua gestão financeira com o processo de globalização. Mas “independente do segmento de atuação da empresa, cada vez mais, a financeirização mundial, obriga as empresas a pensar sua gestão financeira” (MORAES; OLIVEIRA, 2011, p. 52).

No mercado atual, as organizações prezam pela busca por bons resultados, priorizando o desenvolvimento financeiro. Desse setor, espera-se que as necessidades sejam sanadas em um tempo hábil (SILVA SOBRINHO; TOFOLI, 2017).

Planejar é indispensável para todas as mudanças dentro da organização, o gestor deve saber remanejar seus custos para que não prejudique os demais departamentos e também seu caixa. Com isso, ele garante que os objetivos empresariais sejam alcançados, com o papel ativo do gestor na tomada de decisões (SILVA SOBRINHO; TOFOLI, 2017).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Tendo em vista a importância e os impactos dessa área no ambiente organizacional, essa pesquisa visa, a partir de uma revisão teórica, responder ao seguinte problema: Quais as dificuldades enfrentadas na gestão financeira para a indústria em tempos de pandemia?

Assim, o objetivo do presente trabalho é abordar as dificuldades enfrentadas na gestão financeira para a indústria em tempos de pandemia.

Esta pesquisa foi desenvolvida através de revisão teórica em livros e artigos científicos condizentes ao tema. Sendo assim, apresenta-se uma pesquisa descritiva.

A estrutura do trabalho está constituída primeiramente em esclarecer o conceito e a importância da gestão financeira e do seu gestor. Depois, descrevem-se seus principais processos, a fim de um melhor entendimento. São definidas as principais ferramentas utilizadas pela gestão, com intuito de melhoria no controle e análise dos dados. Em seguida, sua relação com o ambiente externo a organização em meio aos conflitos. E, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, descritiva, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

A Gestão Financeira busca gerir e administrar recursos e “conceitua-se como a área em que decisões são tomadas, e assim maximizam o valor da empresa” (GITMAN, 2001, p. 31).

O gestor financeiro possui um papel muito importante dentro da empresa, contudo “precisa saber aproveitar as alternativas de financiamento geradas pelas atividades operacionais da empresa, pois isso minimiza os custos operacionais e, por consequência, contribui para o aumento da rentabilidade do negócio” (HOJI, 2009, p. 1).

Compreende-se como gestão financeira a função e a responsabilidade por adquirir recursos indispensáveis e pela estruturação de uma estratégia para a otimização do uso. As empresas de quaisquer ramos, possui o setor financeiro como essencial para o desenvolvimento operacional e êxito no mercado (BRAGA, 1989).

Para Ross et al. (2016, apud SILVA et al. 2016), a administração financeira é baseada na agregação de valor da empresa. Através da definição dos bens, direitos e obrigações a organização pode começar a se desenvolver de forma planejada.

Geralmente, a função da administração financeira está relacionada ao líder das finanças da empresa. O líder precisa conhecer os três tipos básicos de questões:

- Orçamento de Capital: Consiste no “processo de planejamento e gestão dos investimentos de uma empresa a longo prazo” (SILVA et al., p. 25, 2016). Diante disso, é possível identificar as oportunidades de aplicação de recursos, que ultrapasse o valor gerado pela sua aquisição.
- Estrutura de Capital: É ligada a associação do capital de terceiros e capital próprio da empresa. O gestor precisa pensar em quais as áreas que menos necessitam de fundos e quanto emprestar. Contudo, deve gerenciar como e onde obter recursos, e se necessitar tomar emprestado escolher a fonte e o tipo do recurso (SILVA et al., 2016).

- Administração do Capital de Giro: Os ativos e passivos circulantes fazem parte do Capital de giro de uma empresa. Deve ser controlado diariamente, para que a organização possua recursos suficientes para sua progressão. (SILVA et al., 2016).

Gitman (2001) destaca que, os empresários ainda pensam que eles podem fazer tudo sozinhos, controlar todos os departamentos da empresa. Mas, hoje em dia, a falta de conhecimento e de planejamento pode acarretar a empresa muitos prejuízos. Organizações que tem o planejamento financeiro que traça normas e está à frente afim de desenvolver-se continuamente tendem a entender melhor sobre os custos e gastos que podem ser diminuídos ou cortados.

O fluxo de caixa, segundo Moraes e Oliveira (2011, p. 66), “é a sintetização dos movimentos monetários realizados por uma empresa em um determinado período. É o registro de despesas e receitas.” A construção do mesmo é feita a partir das particularidades da empresa, por esse motivo é necessário o conhecimento íntegro do ciclo financeiro da organização (MORAES; OLIVEIRA, 2011).

Agora, sobre o demonstrativo de resultados do exercício (DRE), pode-se entender como uma ferramenta contábil visto que apresenta o fluxo de receitas e despesas. Apresenta-se primeiramente com a Receita operacional bruta e através dela diminui-se os custos e despesas para saber o lucro líquido. (HOJI, 2009).

Ross et al. (2005, apud SILVA et al., 2016) menciona sobre as divisões da DRE, que possuem diversas partes. A primeira se resume às operações com suas receitas e custos, e logo após a área não-operacional. Também na DRE possui uma parte que comenta os impostos sobre o lucro, e, o resultado líquido do exercício.

A DRE “é elaborada em regime de competência, isto é, os valores mostrados referem-se aos eventos registrados na data em que aconteceram, e não na data em que seus pagamentos foram efetuados ou recebidos (regime de caixa)” (LUCATO, 2008 apud SILVA et al., 2016, p. 29).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, apud LIRA; ALMEIDA, 2020) em fevereiro de 2020 já considerou que a COVID-19, doença infectocontagiosa causada pelo novo Corona vírus, havia se espalhado pelo mundo todo, ou seja, já se vivenciava uma pandemia.

A pandemia do novo Corona vírus também impactou diretamente os Mercados Financeiros de todo o mundo. Os resultados negativos desorganizaram todos os setores da economia, mas acredita-se na tendência que sejam alinhados o ciclo econômico e o crescimento (LIRA; ALMEIDA, 2020).

Em março de 2020, o Brasil teve um grande efeito no setor econômico. Para Fia (2020), a crise do Corona vírus surpreendeu setores da indústria no começo da pandemia no Brasil, pois houve a obrigatoriedade da suspensão das atividades, para atender as orientações do isolamento social, onde elevou 20% o nível de ociosidade do setor. Não só no Brasil, mas também na Ásia, Europa e Américas foram obrigadas a cessar suas atividades produtivas para conter a propagação do vírus.

O momento reflete as dificuldades e com um crescimento enorme de incertezas, podendo ocasionar riscos elevados nas tomadas de decisões equivocadas, deixando vulneráveis e expostos investidores, ocasionando perdas irrecuperáveis (FIA, 2020).

Para Fia (2020), com as variações nos valores de ativos como ações, transações, etc., ocasionam volatilidade no Mercado Financeiro que tem maior visibilidade em momentos de crise. Onde causam retração no mercado financeiro deixando em baixa a volatilidade no mercado, números que podem ser analisados entre fevereiro a setembro de 2020 em todos os âmbitos mundiais.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) junto com o Instituto Econômico Suíço KOF da ETH Zurique, elaboraram pesquisas sobre os efeitos do novo Corona vírus e apontaram que as consequências serão avassaladoras, tanto na região quanto mundialmente. Os Barômetros Econômicos Globais são indicadores que visam análise do desenvolvimento econômico em escala global, e através das pesquisas as projeções eram que houvesse uma queda de 8,5 pontos, levando o índice para 69,4 pontos, o menor nível registrado desde 2009 (FGV, 2020; FIA, 2020).

Na Bolsa de Valores houve uma desaceleração tanto nas indústrias quanto no consumo em escala progressiva, o mercado de ações sofre com os efeitos. O índice do Ibovespa, no Brasil, no mês de maio acumulou uma baixa de mais de 30% que desde março vinha se instalando. As projeções do Mercado Financeiro Mundial não são nada seguras. Os analistas reconhecem que o mundo está retrocedendo e sem previsões para melhorar (FIA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos números da DRE e do Fluxo de Caixa proporcionam aos gestores tomar decisões objetivas de investimento para a empresa, afim de proporcionar um bom resultado.

Ao se deparar com a área industrial em período de crise econômica devido à pandemia do novo Corona vírus, buscou-se, com esse trabalho, entender explicações sobre a sua importância, suas ferramentas e como a COVID-19 se desenvolveu e impactou na Gestão Financeira não só das organizações, mas do mundo todo.

Vale ressaltar que a Gestão Financeira sofre mutações com o passar do tempo e vai se adaptando a crises, buscando alternativas para, após uma queda, voltar a crescer e a se desenvolver.

REFERÊNCIAS

BRAGA, R. **Fundamentos e Técnicas da Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Global Economic Barometers**: International Economy in Grip of the Coronavirus. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/en/news/globaleconomic-barometers-international-economy-grip-coronavirus-epidemic>>. Acesso em: 16 out. 2020.

FIA. Fundação Instituto de Administração. **Mercado financeiro e o coronavírus**: histórico, impactos e projeções. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/mercado-financeiro-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 16 set. 2020.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**: essencial. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2009.

LIRA, Matheus Cunha; ALMEIDA, Severina Alves de. **A volatilidade no mercado financeiro em tempos da pandemia do (novo) Corona vírus e da Covid-19**: impactos e projeções. Tocantins: CAPES, 2020.

MORAES, Rafael Cacemiro de; OLIVEIRA, Wdson de. A importância da gestão financeira nas empresas. **Revista Científica do Centro Universitário de Araras "Dr. Edmundo Ulson"**, Araras, v. 5, n.1, p. 51-58, 2011.

SILVA, Michele Prata da; COUTO, Carlos Henrique da Mota; CARDOSO, Antônio Augusto Brion. Análise das Demonstrações Contábeis como Ferramenta de Suporte à Gestão Financeira. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, São Gotardo, v. 1, p. 140-157, out/2016.

SILVA SOBRINHO, Ana Paula; TOFOLI, Eduardo Teraóka. A importância do planejamento financeiro na organização. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 01, n. 2, p. 522-527, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplementos/area/Socialis/02%20-%20Administra%C3%A7%C3%A3o/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20PLAN EJAMENTO%20FINANCEIRO%20NA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2020.

LIDERANÇA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Gustavo Ferreira Jasinski, gustavojasinski@icloud.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O Marketing vai além de comprar ou vender algo, pois envolve planejamento, pesquisas e posicionam o produto no mercado. Devido à importância desse tema, através dessa pesquisa bibliográfica, busca-se entender Marketing, sua influência e seus métodos para atingir objetivos pré-estabelecidos para o alcance de metas.

Palavras-chave: Marketing, Otimização, Mercado, Produto.

INTRODUÇÃO

O marketing está presente na sociedade há muito tempo, mesmo que antigamente isso fosse de forma oculta. É possível que muitos comerciantes faziam marketing sem saber, já que definiam seus produtos, posicionando-os, precificando-os e anunciando-os (PATEL, 2020, p. 2).

O marketing é primordial também para a manutenção de boas relações com os consumidores das micro e pequenas empresas (MPE) que representam 99% do total das empresas brasileiras” (FARIAS, 2020, p. 1).

Não se pode confundir o assunto só em redes sociais, pois na verdade ele é um tema muito mais aprofundado e de importância para as empresas (PEÇANHA, 2020, p. 1).

O marketing é primordial também para a manutenção de boas relações com os consumidores das micro e pequenas empresas (MPE) que representam hoje, segundo o Sebrae (2019), 99% do total das empresas brasileiras” (SEBRAE, 2019, p. 43).

O objetivo dessa pesquisa é fazer o levantamento dos principais conceitos relativos ao marketing. Essa pesquisa tem como principal justificativa o fato de que o marketing não é desnecessário, ele é totalmente importante pelo fato de promover, vender ou comprar alguma coisa. “Observa-se que cada vez mais as empresas investem em setores de marketing e a tendência é que eles evoluam ainda mais. (FARIAS, 2020).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Marketing digital “tornou-se muito difundido,” pois todas as ações de marketing realizadas de forma online se referem a ele. Está no Google, Facebook, outras redes

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

sociais e até mesmo em mensagens de texto no celular. “O marketing digital é um processo destinado a promover a venda de produtos e serviços a um determinado público-alvo usuário de internet e de sistemas de informação on-line, junto com ferramentas e serviços on-line, de forma estratégica e coerente com o programa de marketing da empresa” (CINTRA, 2010, p. 56).

O marketing tradicional ou offline, como costuma-se chamar, são as ações que buscam fixar uma marca na mente do consumidor assim quando uma necessidade de compra surgir isso ser uma escolha lógica. Isso ocorre em rádio, tv, outdoors, revistas e jornais (PATEL, 2020).

No marketing direto buscam uma comunicação um para um, sem intermediários. Uma comunicação com alguém que já demonstrou interesse com a marca a algum momento. Ter uma oferta clara e completa do produto que o consumidor procurava (PEÇANHA, 2020).

O chamado Marketing de relacionamento já diz sua proposta apenas pelo nome, pois sua ideia justamente é que a marca efetivamente se relacione com o seu cliente. Sua estratégia é que o cliente não compre só uma vez e sim que futuramente seja a primeira marca que o consumidor pense quando precisar (RODRIGUES, 2020).

Deve-se ter em mente que todo plano de marketing deve ter uma sequência de passos a serem seguidos para que o processo ocorra da melhor maneira possível. Para iniciar um bom plano, é preciso fazer uma análise para compreender como os fatores internos e externos influenciam os negócios, para assim entender a situação atual da empresa (SBCOACHING, 2019).

A concorrência é umas das estratégias mais fortes, pois ela mostra como e onde acontece sua marketing mostrando inovações para colocar em prática nosso diferencial e ver quais pontos que pode se destacar perante outra opção. (COBRA, 2000, p.43).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas teorias descritas, vê-se que o marketing é a arte de explorar, criar e entregar valor para satisfazer as necessidades do mercado por meio de produtos ou serviços que possam interessar aos consumidores.

A finalidade do marketing é criar valor e chamar a atenção do cliente, gerindo relacionamentos lucrativos para ambas as partes. Destaca e cresce quem é diferente, e com isso deve-se analisar muito bem as escolhas.

Deve-se pensar que o marketing nunca é prejudicial em algum projeto, ele sempre mostrará diversos caminhos para provar que toda organização depende e precisa dele para não só satisfazer a clientela atual e sim trazer cada vez mais.

Um agradecimento especial a professora Sandra, pois sem ela isto não teria acontecido, auxiliando de forma coerente e educável, com máxima excelência.

REFERÊNCIAS

FARIAS, Nádia. **A importância do Marketing Digital nas micro e pequenas empresas.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 05, pp. 43-52. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: A importância do Marketing Digital nas micro e pequenas empresas

CINTRA, Flavia. **Marketing Digital: a era da tecnologia online.** Investigações, São Paulo: v. 10, n°1, p 6-12, 2010. Disponível em

<http://publicacoes.unifran.br/index.php/investigacao/article/view/147>. Acesso em: 04 de março de 2018.

COBRA, 2019. **A importância das ações estratégicas de marketing e vendas para captação de novos clientes.** <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-das-acoes-estrategicas-de-marketing-e-vendas-para-captacao-de-novos-clientes>.

PATEL, Neil, **Tendências de Marketing para 2020: O Que Vai Acontecer (e o Que Ninguém Está Comentando).** Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/tendencias-de-marketing-para-2020/> Acesso em 20 nov. 2020.

RODRIGUES, 2020 **Marketing de relacionamento: tudo o que você precisa saber para vender mais e fidelizar seus clientes.** Jonatan Rodrigues
3 de março de 2020
<https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-marketing-de-relacionamento/>.

NÁDIA FARIAS. **A importância do Marketing Digital nas micro e pequenas empresas.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 05, pp. 43-52. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/marketing/micro-e-pequenas>.

SBCOACHING, 2019. **Planejamento estratégico: O que é, Importância e Como fazer.** <https://www.sbcoaching.com.br/blog/o-que-e-planejamento-estrategico/>.

PATEL,,2020,**O que é Marketing: aprenda a história, estratégias e sobre** [https://resultadosdigitais.com.br/especiais/marketing/.v. 1, nº10, p 6-14, 2010.](https://resultadosdigitais.com.br/especiais/marketing/.v.1,nº10,p6-14,2010)

PEÇANHA, 2020, p. 1.Publicado em 16 de setembro de 2020. **Marketing Digital: O Que É, Como Fazer, Estratégias e TUDO** <https://rockcontent.com/br/blog/marketing-digital/>.

A FORMALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDORISMO NO BRASIL¹

Ismael Souza Pereira, ismaeloniloiv@hotmail.com²

Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Com o crescente desejo de a população brasileira investir em seu próprio negócio, e muitos acabarem optando por realizar isso de maneira ilegal é que surgiu a Lei Complementar Nº 128/08, buscando diminuir o número de empreendedores em exercício ilegal no país, com a criação do registro como Microempreendedor Individual - MEI. A pesquisa aponta as diferentes definições para empreendedor e tem como seu objetivo apresentar o cenário atual do MEI. Ao final da pesquisa é possível visualizar de forma clara e compreensível o registro, exercício e benefícios de um Microempreendedor Individual.

Palavras-chave: Empreendedor. Microempreendedor Individual. Informalidade Trabalhista. Tributação.

INTRODUÇÃO

Desde o ano de 1990, quando surgiram entidades que apoiavam o empreendedorismo no Brasil, contando com o apoio do governo, a ideia de criar seu próprio negócio passou a fazer parte cada dia mais da rotina da parte da população que tinha esse sonho (DORNELAS, 2015).

Segundo dados do Programa de Monitoramento de empreendedorismo global - Global Entrepreneurship Monitor (GEM), no ano de 2016, o Brasil contava com 48 milhões empreendedores, cerca de 36% de sua população com idade entre 18 e 64 anos (GEM, 2016).

Segundo o Ministério da Economia, a forma mais fácil de empreender legalmente atualmente é por meio do registro como Microempreendedor Individual (BRASIL, 2020).

Porém, mesmo com a década sendo considerada como a da informação, muitos empreendedores ainda atuam de forma não registrada. Tendo em vista isso, a pesquisa tem por seu objetivo contextualizar o regime do Microempreendedor Individual, mostrando quem pode fazer o registro; como fazer; quais os direitos e benefícios de participar legalmente no cenário do empreendedorismo no Brasil.

A lei responsável pela criação do MEI é do deputado Antônio Carlos Mendes, aprovada em 2008, sendo uma lei complementar, que modificou a então Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e entrando em vigor no ano de 2009 (BRASIL, 2008).

Destaca-se ainda que, em abril de 2020, o país bateu recorde com mais de 10 milhões de registros no programa (BRASIL, 2020).

METODOLOGIA

¹ Trabalho de Projeto Integrador do curso de Administração

² Acadêmico da 2ª fase do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

O termo empreendedor se refere àquele que começa novos negócios, buscando o lucro, especialmente nos casos que envolvem risco financeiro. Atualmente, entende-se empreendedor como aquele que adiciona valor pela identificação de uma oportunidade e ao assumir o risco de transformar sua visão do que é possível em realidade (CARPENTER, 2011).

Para Dornelas (2015), o movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas. Vale ressaltar que, antes disso, quase não se falava em empreendedorismo e em criação de empresas (DORNELAS, 2015).

O empreendedorismo faz parte da realidade, como sonho dos brasileiros em ter seu próprio negócio. Os empreendedores no Brasil ocupam 36% da população, isso significa que 48 milhões de pessoas, entre 18 e 64 anos, têm o seu próprio negócio ou estão envolvidas diretamente na criação de um (GEM, 2016).

Para ser bem-sucedido, o empreendedor não deve apenas saber criar seu próprio empreendimento, deve também saber gerir seu negócio para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos de seus investimentos. Isso significa administrar, planejar, organizar, dirigir e controlar todas as atividades relacionadas direta ou indiretamente com o negócio (CHIAVENATO, 2007).

Tendo em vista isso, o Quadro 1 apresenta algumas das características dos empreendedores.

Quadro 1 – Características comuns aos empreendedores:

Características comuns aos empreendedores	Características de empreendedores bem-sucedidos
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentam tenacidade; - Possuem capacidade de tolerar ambiguidade e incerteza; - Fazem bom uso de recursos; - Correm riscos moderados; - São imaginativos; - Voltam-se para resultados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Valores e cultura de empreendedorismo adquiridos por meio de contato com, pelo menos, um modelo empreendedor durante sua juventude; - Experiência em negócios; - Diferenciação; Intuição; - Envolvimento; - Trabalhadores incansáveis; - Sonhadores realistas (visionários); - Líderes; - Trabalham em rede de moderação; - Têm o seu próprio sistema de relações com os empregados; - Controladores do comportamento das pessoas ao seu redor; - Aprendizagem dos seus próprios padrões.

Fonte: Adaptado de Oliveira e Forte (2014).

Para Dornelas (2015), as pessoas que integram o mercado informal são consideradas verdadeiras empreendedoras, através de uma nova oportunidade ou necessidade de criar um negócio, objetivando sua renda mensal. Por isso, parte-se do princípio de que o empreendedorismo abrange um número crescente de pessoas que demanda na criação de novos comércios para se tornarem empreendedoras.

Desta forma, o Programa Microempreendedor Individual veio para salvar os microempresários desta informalidade no mercado, dando, assim, adesão para que possam se firmar legalmente (SOUZA, 2015).

A Lei complementar desenvolvida pelo deputado Antônio Carlos Mendes Thame, foi aprovada no ano de 2008. A Lei complementar 128/2008 foi responsável por modifica trecho da então Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, foi nesse complemento em que foi instituído o Microempreendedor Individual, e no ano de 2009, a mesma entrou em vigor (BRASIL, 2008).

A partir do ano de 2009, esses mesmos empreendedores e profissionais que buscaram fazer o seu devido registro como MEI, passaram a atuar formalmente no mercado e ainda regozijar de seus direitos por atuar legalmente como Microempreendedor Individual (BRASIL, 2008).

Para milhares de empreendedores brasileiros que já atuam no mercado, e pessoas físicas que estão a iniciar seus trabalhos, a criação de um CNPJ MEI, além de muito importante, é também o caminho mais fácil para a formalização legal de seus respectivos negócios (SEBRAE, 2020).

É interessante que antes de dar início no processo de formalização, o empreendedor tenha consciência dos requisitos para a iniciar esse processo. O Portal do Empreendedor disponibiliza os requisitos a serem preenchidos para a formalização do MEI (EMPREENDEDOR, 2017). Os requisitos a serem preenchidos são:

Abrir o CNPJ MEI sozinho (MEI impede a abertura em sociedade); Não ser dono ou sócio de outra empresa; No máximo um empregado contratado que receba um salário mínimo ou o piso da categoria; Criar a empresa dentro de uma atividade econômica (CNAE), ou ramo de atuação, que seja permitido ao MEI; Faturar no máximo R\$81 mil por ano; Não ser Servidor Público Federal em atividade; Servidores estaduais e municipais, é preciso observar os critérios da legislação local. Munido de seus documentos pessoais e de seu negócio, o empreendedor deve acessar o Portal do Empreendedor (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>), e realizar seu cadastro e formalizar seu negócio. (EMPREENDEDOR, 2017, p. 1).

O MEI tem a obrigação de contribuir para o INSS/Previdência Social, sendo de 5% sobre o valor do Salário Mínimo, mais R\$ 1,00 de ICMS para o Estado (atividades de indústria, comércio e transportes de cargas interestadual) e R\$ 5,00 ISS para o município (SEBRAE, 2020).

O Microempreendedor Individual participa do regime tributário denominado Simples Nacional, e mediante isso tem como forma de pagamento de tributos, todos em uma cota única (EMPREENDEDOR, 2017).

Apresentam-se, no Quadro 2, os tributos recolhidos por meio do DAS.

Quadro 02 – Tributos recolhidos por meio do DAS

Tributos Recolhidos por meio do DAS	
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
PIS	Programa de Integração Social
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto sobre Serviços
CPP	Contribuição Patronal Previdenciária

Fonte: Adaptado de Sebrae, 2020

Visando a simplificação e a desburocratização para o Empreendedor Individual, de acordo com a FENACON (2009), não se aplica ao MEI as seguintes regras tributárias:

- Valores fixos de ICMS e de ISS dos Estados e Municípios;
- Redução do ICMS e do ISS;
- Dedução na base de cálculo do ICMS e do ISS: imunidade, substituição tributária, etc;
- Isenções específicas para as ME e EPP do ICMS ou do ISS;
- Retenções de ISS sobre seus serviços prestados;
- Atribuições da qualidade de substituto tributário;
- Transferência e apropriação de créditos;
- Opção tributária pelo regime de caixa.

O MEI tem ainda a possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição, porém, para utilizar este benefício, é necessário que o MEI recolha para o INSS uma guia complementar da alíquota de 11% (onze por cento), paga mensalmente. A guia complementar de 9% (nove por cento), e deve ser calculada sobre o salário mínimo vigente, sendo realizado o recolhimento através de GPS, utilizando o código 1295. Este pagamento deve ser realizado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da referência do recolhimento (EMPREENDEDOR, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Empreendedor é um ser social, produto do meio que habita. Se uma pessoa vive em um ambiente em que ser empreendedor é visto como algo positivo, então terá motivação para criar o seu próprio negócio.

A pesquisa contou que o empreendedor individual, é a pessoa que trabalha sem sócios fazendo de sua profissão um negócio, porém ainda são muitos os empreendedores que atuam na ilegalidade.

Tendo em vista isso é que foi criada a lei Complementar nº 128/08, a qual foi responsável pela criação do regime do Microempreendedor Individual, um programa tributariamente simples que busca tirar os empreendedores da ilegalidade e colocá-los em uma atuação legal e ainda com diversos benefícios.

Portanto pode-se afirmar que os empreendedores brasileiros não possuem desvantagens em optar pelo MEI, mas sim diversos benefícios.

O MEI se soma às responsabilidades que os contabilistas têm assumido no decorrer dos anos, o que acarreta na legalização de pequenos negócios e, apoia a base de contribuição previdenciária do País.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Brasil ultrapassa a marca de 10 milhões de Microempreendedores Individuais (MEIs). Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/brasil-ultrapassa-a-marca-de-10-milhoes-de-microempreendedores-individuais-meis>. Acesso em 05 nov. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Cria a figura do microempreendedor individual – MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar 123/2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008.

CARPENTER, D. The power of one entrepreneur: A case study of the effects of entrepreneurship. *Southern Journal of Entrepreneurship*, 4(1), 19-35, 2011.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

EMPREENDEDOR, Portal. **Formalização**. Brasília, 2017a. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/quero-ser/formalize-se/quais-sao-seus-direitos-e-obrigacoes>. Acesso em: 04 de nov. de 2020.

EMPREENDEDOR, Portal. **Obrigações do MEI: relatórios, declarações e exigências da lei**. Brasília, 2017b. Disponível em: <https://blog.contaazul.com/obrigacoes-do-mei/>. Acesso em: 04 de nov. de 2020.

EMPREENDEDOR, Portal. **Previdência e Demais Benefícios**. Brasília, 2017c. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/5-previdencia-e-demais-beneficios>. Acesso em: 04 de nov. de 2020.

FENACON; SEBRAE. **Cartilha do empreendedor individual**. Brasília: Copyright, 2009.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2016/2017.

OLIVEIRA, O. V.; FORTE, S. H. A. C. Microempreendedor Individual: fatores da informalidade. *Connexio*, v. 4. 2014.

SEBRAE. Que impostos o Microempreendedor individual paga? *Sebrae*, 2020a. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/faq/que-impostos-o-microempreendedor-individual-paga,8c7ed15a9567d410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 04 de setembro de 2020.

SEBRAE. **Conheça os três regimes tributários**. Sebrae, 2020b. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/conheca-os-tres-regimes-tributarios,1ddf8178de8c5610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 03 set. 2020.

SOUZA, D. L. et al. Empreendedorismo e desenvolvimento local: uma análise do programa microempreendedor individual. *Desenvolvimento Em Questão*, v. 14. 2015.

A IMPORTANCIA DO MARKETING NAS EMPRESAS: REVISÃO TEÓRICA¹

Tatiane Santos de Oliveira, tatianesantos0529@gmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O surgimento do marketing teve origem das primeiras relações comerciais. Sua essência e suas estratégias foram se aprimorando, e atualmente traz diversas propostas e inovações de mercado, facilitando a maneira de engajamento com o público, para que, assim, as empresas possam trabalhar agregando valores e conquistando pessoas. Diante da vasta ampliação da concorrência de mercado e da enorme demanda de profissionais qualificados e preparados para atender as necessidades do público, as empresas estão focadas em compreender a real necessidade, valorizar e satisfazer as pessoas com o objetivo de mantê-los e aprimorar seu número de clientes. Tudo isso é possível com o Planejamento de Marketing. O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e tem como objetivo geral mostrar a influência e a importância de fazer um planejamento de marketing nas organizações, sua influência e métodos que garantem visibilidade, criatividade e inovação com o público nos dias de hoje. As principais conclusões mostram que, além de marketing ser de fundamental importância, pode ajudar tanto as empresas quanto os clientes.

Palavras-chave: Marketing, Empresas, Inovação, Planejamento

INTRODUÇÃO

O Planejamento de Marketing nas Empresas está cada vez mais presente, pois a concorrência de mercado do mundo atual faz com que diversas empresas se atualizem das reais necessidades de seus clientes (CASTRO, 2015)

O Planejamento é essencial para analisar e separar as metas ou intenções em etapas, de modo que sejam executadas quase automaticamente, sempre associando o resultado positivo ou negativo das estratégias para cada passo que se conclua (IKEDA, 2017).

Além disso, ter um bom relacionamento entre empresa e cliente traz inúmeras vantagens competitivas para as organizações, trazendo fácil compreensão dos serviços e exigências idealizados pelos consumidores, tendo como ponto positivo para a empresa a satisfação do consumidor (PEPE, 2017).

Há um método revolucionário de fazer marketing, que acontece de forma on-line chamado de marketing digital, de modo que a estratégia de marketing nas redes sociais possa ajudar as empresas na interação com o público (FAMELI, 2018).

Diante das vastas vantagens do marketing atual, pode-se destacar a capacidade elevada de classificação e funcionalidade. De maneira que se saiba responder qual é real importância do marketing para as empresas? E por quais motivos deve-se investir em marketing?

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

As empresas estão em busca de desenvolver produtos e serviços que satisfaçam as necessidades de seus consumidores. Assim, o objetivo dessa revisão teórica é evidenciar a importância de trabalhar com o marketing para gerar fidelizar novos clientes, trazendo como lucro a vantagem competitiva visando novos negócios para e ampliando seus horizontes. Deste modo conseguirá também evidenciar a importância do marketing para com todos dentro de uma sociedade.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

O marketing é de fundamental importância para qualquer empresa, segundo Castro (2015). Marketing não é apenas uma forma de sentir o mercado e se adaptar a um produto ou serviço, é um compromisso com a busca pela melhoria da qualidade de vida das pessoas (COBRA, 2011).

Marketing é a atenção total ao cliente, o respeito, a preocupação constante em identificar suas necessidades reais, e direcionar atividades, buscando explorar uma oportunidade de negócio, surgida a partir das necessidades do cliente (SPREA, 2009).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Galão (2015) define o plano de marketing como uma fonte valiosa de informações, sendo direcionado à determinação dos objetivos da comunicação com o cliente. Assim, o marketing é viável e vem evoluindo da soberania do produto para a soberania do cliente, facilitando e buscando melhorias para todos.

De acordo com Kotler e Keller (2016), marketing estratégico garante a escolha de valor ideal com a ajuda de segmentação e posicionamento de mercado. O benefício do marketing é a fusão de cinco componentes a filosofia do cliente; a organização de marketing integrada; as informações de marketing adequadas; a orientação estratégica e a eficiência operacional (KOTLER; KELLER, 2016).

Somolon (2011) garante que o método de marketing digital é de bastante evolução, pois se adquire uma maior capacidade de segmentação, praticidade e comunicação personalizada, trazendo uma maior economia em contraposto das ações de comunicação convencional. Pode-se compreender que o marketing digital se diferencia do marketing tradicional, pois usa as plataformas on-line como método de interação com o seu público-alvo, de forma segmentada e individualizada, e não apenas como um meio de comunicação em massa.

Marketing Digital é essencial e pode ajudar diversas pessoas, “traçar uma estratégia de marketing digital utilizando redes sociais pode ajudar na interação com o público que se deseja” (FAMELI 2018, p. 1).

Tem-se ainda o Marketing Contábil que é utilizado como ferramenta fundamental para o profissional da área contábil, para vender seus serviços, interagir com clientes, ter rentabilidade, impulsionar produtos e fortalecer a marca no mercado. É importante fazer com que o mercado compreenda e tenha interesse pelos serviços da empresa, tendo em mente que fazer isso sem técnicas de marketing é uma tarefa em vão (HERNANDES, 2014).

O Marketing Contábil é a aplicação dos recursos do Marketing convencional à área da contabilidade. “É o Conjunto de vantagens competitivas que permite a

empresa diferenciar seus serviços contábeis dos serviços prestados pelo mercado concorrente” (HERNANDES, 2019, p. 1). Através do marketing contábil é possível atrair pessoas, relacionamentos profissionais e clientes, bem como, preocupar-se com o desenvolvimento da sociedade perante os novos fatores da tecnologia

Hernandes (2014) afirma ainda que uma estratégia de Marketing Contábil, geralmente, acaba envolvendo um site, o que faz dele um vendedor de serviços por excelência. É desta maneira que a estratégia de marketing contábil se aprimora. Um erro cometido em um site contábil perde toda a estratégia, portanto, se as vendas não forem efetuadas algo está errado.

Alves (2011) descreve a importância de fazer o consumidor compreender os serviços que o escritório de contabilidade oferece, além de, fazer com que ele entenda sua própria necessidade.

O correto é estruturar todos os pontos de contato com o cliente de modo a imaginar condições com as quais possa sentir-se satisfeito. É de extrema importância que entregue um trabalho mais detalhado do que prometeu, isso vai gerar uma ideia de valor superior ao preço pago (HERNANDES, 2014).

Percebe-se que ao atender as necessidades dos clientes, um profissional de marketing descobre e produz resultados não solicitados pelos clientes, mas faz com que estes respondam com entusiasmo (KOTLER, 2011). Através da combinação de marketing, criatividade e inovação, as empresas podem melhorar em diversos aspectos da gestão: desenvolver processos, melhorar as formas de relacionamento com seus clientes, idealizar produtos e serviços mais eficientes e agregar valor à imagem da organização (BRAGANÇA, 2016).

Santos (2016, p. 3) afirma que “[...] se você tem uma empresa e está disposto a crescer, precisará investir na marca e na divulgação de seus produtos a fim de manter os atuais e atrair novos clientes”.

O mercado em geral está cada vez mais competitivo, e os consumidores cada vez mais exigentes com as empresas, produtos e serviços que compram, sempre em busca de empresas que melhor atendam suas necessidades de consumo, desde a oferta de produtos de boa qualidade até os preços mais acessíveis (SANTOS; SILVA, 2016).

Kotler (2012) explica que o comportamento do consumidor é o estudado como indivíduos, grupos e organizações as quais selecionam, compram, usam e descartam bens, serviços, ideias ou experiências para realizar suas necessidades e desejos. Sendo assim, existem diversas possibilidades e fatores que influenciam o consumidor, como sociais, culturais e pessoais.

Os grupos que exercem influência direta são chamados grupos de afinidade. Alguns deles são grupos primários, como família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho, com os quais se interage de modo contínuo e informal (KOTLER, 2012).

Para Porter (1986), quando se pretende alcançar e manter vantagem competitiva a empresa deve se organizar para que as atividades segundo um sistema sejam cumpridas em prazo certo, portanto deve-se observar determinadas dimensões: escolher atividades diferenciadas daquelas do concorrente, gerar uma oferta única; as atividades articuladas devem se submeter a funções dos objetivos e metas, quanto a custos, diferenciação e escopo competitivo (produtos, segmentos de mercado, territórios geográficos e canais); sendo que no desenho do conjunto das atividades devem ser priorizados mais de um componente e menos de outro, para assim melhor aprofundar e sustentar a vantagem competitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão da literatura sobre marketing, apresentou conceitos que permitem identificar os diferentes tipos de planejamento de marketing e sua importância para as empresas.

O direcionamento proposto tanto pelo Marketing tradicional como pelo digital traz como proposta fazer um plano estratégico para determinada empresa, desde que se saiba onde está e aonde quer chegar, para que possa usufruir de resultados motivadores e eleve o número de consumidores.

Muitas das organizações buscam ainda entender as reais do consumidor para que possam suprir de maneira eficaz suas reais necessidades. É muito prático e eficaz usufruir das plataformas on-line para mostrar os serviços de qualquer empresa. Sendo assim, o marketing digital ganha espaço e potencializa a demanda e a pesquisa de mercado.

O marketing deve de modo que se possa estabelecer relação mais próxima e informal com o cliente, e fidelizando-o. Assim, uma empresa que utiliza a internet e trabalha com as estratégias de marketing passa a ser vista também como uma espécie de influenciadora, de modo que os clientes possam reconhecê-la e acompanhar seus devidos serviços.

A pesquisa demonstrou com clareza a importância de utilizar o marketing não apenas para atrair os clientes, mas também para que eles possam ser vistos como prioridade e fidelizar os mesmos, gerando vantagem competitiva, independentemente de sua área de atuação, pois mesmo no marketing contábil um planejamento faz toda diferença na hora de prestar um determinado serviço.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. **Plano de Marketing para escritórios de contabilidade ou contadores.** Marketing contabilidade. 2011 Disponível em: http://anpcont.org.br/pdf/2011/artigos_iniciacao_cientifica-CCG760. Acesso em: 2 out. 2020.

ANDRADE, C. F. **Marketing.** Curitiba: Pearson Prentice Hall, 2012. Disponível em: https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/10552/GleidyFarias_Artigo.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em: 12 out. 2020.

BRAGANÇA, F. F. C.; ZACCARIA, R. B.; GIULIANI, A. C.; PITOMBA, T. C. D. T. (2016). Marketing, Criatividade e Inovação em Unidades de Informação. **Revista Brasileira de Marketing**, 15 (2), 237-245. Acesso em: 14 set. 2020.

CASTRO, D. J. O. **A importância do CRM; Revista Pensar Gestão e administração**, v. 3, n. 2. jul. 2015. Acesso em: 12 ago. 2020.

COBRA, M. **Administração de marketing.** (2 ed.). São Paulo; Atlas 2011. Acesso em: 10 set. 2020.

FAMELI, Rogerio. **Redes Sociais para Contabilidade:** Como utilizá-las em sua estratégia de marketing digital. 2018. Acesso em: 20 ago. 2020.

HERNANDES, A. **Marketing Contábil 2.0.** Tactus Editora 2014. Disponível em: > http://anpcont.org.br/pdf/2014/artigos_iniciacao_cientifica-CCG760. Acesso em: 28 set. 2020.

HERNANDES, A. **Conceitos de marketing aplicado ao mercado contábil.** 2019. Disponível em: ><https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2126/3493> Acesso em: 28 set. 2020.

IKEDA, Ana. **O planejamento de marketing e a confecção de planos:** dos conceitos a um novo modelo. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017.

KOTLER, P. **Princípios de marketing.** 12.ed. São Paulo: Prentice Hall 2011. Acesso em: 6 set. 2020.

KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de marketing** – 14. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Acesso em: 19 out. 2020.

PEPE, C. G. E. **O MARKETING NA ERA DIGITAL:** Classificação e aplicação das ferramentas modernas para o relacionamento c/consumidor GV - executivo 2017.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva:** Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência. 7. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1986. Acesso em: 15 out. 2020

SANTOS, F. C. T. **Marketing para pequenas e médias empresas de propagandas.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. Acesso em: 12 out 2020.

SILVA, V. B. **Marketing digital como ferramenta estratégica e as oportunidades nas redes sociais.** E3 - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP, Vol.2(1), pp.42-61. 2016. Acesso em: 24 jul. 2020.

SOMOLON, Michael R. **O comportamento do consumidor:** comprando, possuindo e sendo. 9. ed. Porto Alegre, RS: Bookman. 2011. Acesso em 2 set. 2020.

SPREA, Joseney. Revista Multidisciplinar da UNIESP – **Saber Acadêmico**, n. 08, dezembro, 2009. Acesso em: 12 set. 2020

GESTÃO DE CARREIRA: REVISÃO TEÓRICA¹

Cherlie Delice, cherliedelice220@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender conceitos da Gestão de Carreira. O envolvimento da Gestão de Carreira nas organizações, quanto na vida pessoal, quanto profissional. A possibilidade de crescer profissionalmente é um atrativo enorme no processo de recrutamento e seleção. Com tudo isso, pode-se entender que o processo de desenvolvimento do colaborador não é apenas responsabilidade da empresa, mas também do profissional. Por isso, aprofundar-se nas práticas da gestão de carreira é fundamental.

Palavras-chave: Gestão de carreira, Gestão de negócios, Gestão de pessoas, Estratégias.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a Gestão de Carreiras assumem atualmente dois rumos um deles foca o papel da pessoa, e o outro, da organização. Na perspectiva das pessoas, destaca-se a responsabilidade pela gestão do próprio desenvolvimento e competitividade profissional (DUTRA, 1996).

Neste artigo as práticas de gestão de carreira adotadas pelas empresas sobre a percepção de seus empregados, e sobre as suas possibilidades de crescimento profissional.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Segundo Valentich e Gripton (1978) a gestão de carreira foi mencionada como a implantação de uma carreira através de aplicação de táticas em relação a orientação de carreira escolhida.

Recrutamento, seleção, colocação profissional, formação, recompensas, promoções e desligamento podem exercer de fato um impacto significativo na carreira e, conseqüentemente, na satisfação e no sucesso dos funcionários que compõem a empresa. Assim, algumas organizações instituem processos de Gestão de Carreiras com o objetivo de perceber e desenvolver melhor os funcionários, capacitando os seus interesses e habilidades de forma mais efetiva em prol da organização. Entretanto, nem todas as empresas possuem este tipo de visão, fazendo relativamente pouco nesta área (DESSLER, 2003).

Dutra (2019) define que o papel das organizações na Gestão de Carreira consiste no três pontos fundamental. O *início* - a entrada na carreira é bem clara para

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico da 2ª fase de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

organização e para as pessoas. Quase sempre é possível estabelecer com precisão quais são os requisitos e as condições de acesso à carreira principalmente em Organizações Públicas. O segundo é o *crescimento* - as organizações em geral conseguem monitorar bem o início do processo de crescimento das pessoas na carreira, mas somente as organizações bem estruturadas conseguem estabelecer todo percurso de crescimento em determinada carreira, e por fim o *final* - raramente as organizações e as pessoas tem clareza sobre o final da carreira. O fundamental a determinar é debater com transparência sobre o final da carreira e ao fazê-lo, trabalhar a possibilidade de a pessoa preparar-se para outra carreira com o suporte das organizações

O planejamento de uma carreira requer a identificação das atividades e experiências necessárias para o alcance dos objetivos da carreira, incluindo a sequência de cargos conducentes e esses objetivos. Embora seja uma prática relativamente recente, muitas organizações estão optando pelo planejamento de carreiras de forma pró-ativo e não reativa (Donnelly, Gibson & Ivancevich, 2000)

Embora Hall (1996) tenha proposto a reflexão sobre a carreira proteana, onde a carreira é gerenciada pela pessoa e não pela organização nas décadas 1970, nas décadas de 1990, essa discussão ganhou um sentido mais concreto. Nessa época os recursos haviam se tornado mais escassos e culturas organizacionais e sociais haviam mudado o suficiente para que pessoas não tivessem expectativas profissionais de longo prazo em uma única organização. Surge então a concepção de carreiras sem fronteiras, que não caracteriza nenhuma forma singular de carreira, mas abrange possíveis formas, e que desafia as concepções tradicionais de trabalho.

A obra *The Boundaryless Career* (Arthur & Rosseau) foi editada com o propósito de sistematizar textos que tratassem das novas tendências do trabalho, que se refletem na postura do trabalhador e no cotidiano das organizações. No Brasil, até a metade dos anos 1990 não haviam literatura nacional sobre carreira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão de Carreira é um ato de planejar conscientemente as atividades e engajamentos de uma pessoa na sua projeção profissional ao longo prazo de sua vida, estruturando uma melhor realização, crescimento e estabilidade financeira. É um processo contínuo e sequencial que parte de uma compreensão de si mesmo e engloba a consciência ocupacional.

A Gestão de Carreira no ambiente corporativo é o processo de gerenciamento de planos e expectativas individuais relacionadas aos objetivos e valores organizacionais. É entender como a equipe podem se desenvolver, ao mesmo tempo que a empresa atinge suas metas sustentáveis. Podemos entender que para as empresas, um modelo eficaz consegue equilibrar as aspirações do funcionário com as necessidades organizacionais de curto, médio, longo prazo. E o grande passo da Gestão de Carreira na empresa acontece ainda no processo de recrutamento e seleção.

As empresas decidem sobre os investimentos de seus recursos e adotam práticas de gestão de pessoas esperando certo reconhecimento de seus empregados. Neste artigo, procuramos mostrar a importância de observar o impacto dessas práticas sobre a percepção das pessoas. De forma geral foi possível perceber que diferentes grupos percebem de formas diversas certos aspectos da organizacional e são impactados em diferentes graus pelo esforço organizacional em gerenciar pessoas. A adoção de práticas de Gestão de Carreira pela empresa, no geral, tem

efeito positivo sobre a percepção de seus funcionários quanto às suas possibilidades de crescimento profissional.

REFERÊNCIAS

- CURI Cesar, **Gestão de Carreira** Rio de Janeiro 28 de maio de 2018 – *começar*. <https://penser.com.br/gestao-de-carreira-o-que-e/>
- DUTRA J.S, **O papel das organizações na gestão de carreiras** 16 de abril de 2019 .<https://gennegociosegestao.com.br/organizacoes-na-gestao-de-carreiras/>
- LEAL Janayna Souto, **As práticas de gestão de carreiras e o comprometimento organizacional** Lisboa , Portugal 2013 . (p.8). https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7103/1/Dissertação_Janayna_Leal.pdf

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Amanda Ferreira Gonçalves, amandafego@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

É perceptível que os empregados não se submetem apenas ao salário, eles precisam relacionar seu cargo, com o que está exercendo e ainda comparar com seu salário. As respostas para estas perguntas condizem com o nível de motivação e interesse do empregado em buscar aperfeiçoar seu lado profissional. Diante dessa realidade, essa revisão teórica busca analisar qual o impacto frente aos concorrentes e propor uma reflexão em relação a implantação dos planos de cargos, carreiras e salários.

Palavras-chave: Salário, Planos de cargos, Gestão de Carreira.

INTRODUÇÃO

O trabalho humano começou quando o homem buscou satisfazer suas necessidades biológicas. Muitos anos atrás o trabalhador decidia o quê, como e em que quantidade produzir, pois era dono do seu tempo, optava pela intensidade do trabalho e atendia às necessidades da produção, porém não havia uma separação entre a convivência familiar e o trabalho. À medida que eram conquistadas as necessidades biológicas, o ser humano foi ampliando a quantidade de máquinas e construindo uma história para o início das empresas, mas, ao longo dos últimos anos, o cenário começou a mudar e fica cada vez mais notável a valorização dos recursos humanos na organização (DUTRA, 2017).

Devido à nova era, muitas empresas perceberam a necessidade de adequar seus departamentos, a evolução foi semelhante ao de uma borboleta. O “departamento pessoal” seria o ovo que representa o nascimento de tudo, passou a ser “recursos humanos” representando pela lagarta que basicamente foi e é um período bem longo e intenso para as empresas, onde elas estão criando forças para passar por mais uma mudança, evoluiu para “gestão de pessoas” que seria a pupa semelhante ao período de incubação na qual estamos preparando toda a estrutura para o grande impacto e por final se transformou em “gestão estratégica de pessoas” que por sua vez é a borboleta que vive livre para conhecer novos horizontes e buscar a constante evolução (GIL, 2019).

O grande desafio das empresas está em como alinhar o perfil do empregado com a cargo, função e salário. Assim essa pesquisa bibliográfica tem como objetivo propor a implantação de um plano de cargos e salários nas empresas.

REVISÃO TEÓRICA

Segundo Gil (2019), a gestão de pessoas tem um passado bastante remoto, teve seu marco quando algumas pessoas empregavam outras para realizar

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

determinadas tarefas mediante a um pagamento, deste ponto em diante iniciou-se a Gestão de Pessoas que assumiu diversas formas durante os anos.

Pode-se dizer que a gestão de pessoas “é a disciplina científica que sucedeu à Administração de Recursos Humanos, cuja história, em certa medida, corresponde à própria história da Administração” (GIL, 2019, p. 19).

Segundo Dutra (2017), as pessoas vêm sendo encaradas pela organização como um insumo. Em meio a tantas transformações, as empresas sentem grande pressão do contexto externo para rever a forma de gerir pessoas, as principais mudanças nas empresas têm sido na estrutura e formas de trabalho flexíveis e adaptáveis, processos decisórios ágeis, velocidade nas tendências de mercado e alto grau de competitividade.

Em contrapartida, houve alterações em padrões de valorização socioculturais, que necessitam de pessoas cada vez mais conscientes e atentas a elas mesmas, expectativa de vida maior e pessoas que demandam oportunidades e desafios profissionais. A velocidade das transformações tem afetado as condições de vida e expectativa das pessoas (DUTRA, 2017).

Para Lucena (2017), a reformulação das estratégias na gestão de Recursos Humanos terá de partir de um posicionamento crítico e corajoso, pois as discussões devem ser de forma aberta, mas manter as prioridades da empresa.

Ao apresentar um plano de cargos e salários na empresa, é preciso estar comprovadas todas as mudanças necessárias para não gerar surpresas no decorrer da reestruturação. As propostas devem conter alternativas para decisão da alta administração sobre o melhor caminho a seguir, e estes necessitam estar traçados com os prós e contras (LUCENA, 2017).

De acordo com Lucena (2017), identificar os cargos chaves e críticos da empresa pode ser um bom início para desenrolar as descrições de cargos e funções, bem como suas faixas salariais.

Segundo Oliveira (2017), as descrições devem conter pouco detalhamento, pois descrições excessivas podem levar à rigidez e a problemas localizados no cargo. Outro ponto ao ser cauteloso é no enfoque demasiadamente amplo, não conseguir vincular o comportamento dos empregados aos objetivos da empresa e deixá-los sem atividades definidas, ainda podendo comprometer a empresa legalmente.

De acordo com Oliveira (2017), a relação das responsabilidades e a descrição do cargo fornecem informações para base de remuneração, seleção, treinamento e outros fatores. Alguns cargos podem exercer as mesmas atividades, mas em setores diferentes, ou seja, ocupantes do mesmo cargo podem ter funções diferentes dos outros, diante deste motivo é costume distinguir cargo de função.

A função é atribuição específicas de deveres e responsabilidades. “Numa organização, existem tantas funções quanto empregados. Quando as funções são semelhantes em sua natureza e requisitos, elas são chamadas de cargo” (OLIVEIRA, 2017, p. 6).

O cargo é a “ocupação oficial do empregado, para descrevê-lo é necessário entender as várias operações da empresa e estabelecer a necessidade ou objetivo de cada função; agindo dessa forma, obtêm-se os cargos específicos” (OLIVEIRA, 2017, p. 6).

Com o passar do tempo o empregado vai adquirindo experiência no cargo que ocupa, e este compreende de zero a dois anos de experiência. Conforme sua evolução seu nível de cargo muda. (OLIVEIRA, 2017).

Com base nos estudos de Oliveira (2017), a descrição dos cargos é um processo de observação e estudo. Suas análises precisam ser feitas juntamente aos superiores dos setores, para ter uma visão de como são as atividades realizadas pelo setor.

De acordo com Oliveira (2017), o piso salarial de cada cargo deve ser por meio de sindicatos representativos das categorias econômicas e profissionais, estes devem estar descritos em acordo coletivo. Estes valores devem ser maiores que o salário mínimo atual.

O salário profissional refere-se ao salário de uma profissão ou categoria de trabalhadores, enquanto o salário mínimo vale para qualquer trabalhador. O salário mínimo visa atender às necessidades básicas de todo trabalhador, enquanto o salário profissional também tem este objetivo, mas para uma profissão regulamentada (OLIVEIRA, 2017, p. 439).

Para definir quais são as faixas salariais através dos níveis dos cargos o mais indicado é por meio de pesquisa de mercado, desta forma cada empresa pode definir seus valores com base nas respostas do seu público alvo (OLIVEIRA, 2017).

Com base nas ideias de Rebouças de Oliveira (2018), o plano de carreira apresenta diversas finalidades, como dar foco de direcionamento profissional para as pessoas, facilitar a interligação entre conhecimentos diversos, facilitar a alteração do rumo profissional, dar maior segurança para as pessoas, proporcionar amplo debate da vida profissional das pessoas.

Segundo Rebouças de Oliveira (2018), carrega são as fases que a pessoa passa durante sua vida de trabalho entre estágios e outros que consolidam a mesma, de forma a interagir com as necessidades da empresa para com a sociedade.

O plano de carreira é a explicitação formal de um conjunto planejado, estruturado, sustentado e sequencial de estágios que consolidam a realidade evolutiva de cada indivíduo, de forma interativa com as necessidades das empresas e das comunidades onde elas atuam (REBOUÇAS DE OLIVEIRA, 2018, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que esta pesquisa que muitas empresas sentem dificuldade em adaptar seus processos de recursos humanos.

Com a padronização da estrutura e hierarquia da empresa, as pessoas conseguem visualizar onde estão, aonde podem chegar e o que precisam fazer para chegarem aonde querem.

Essa padronização facilita os processos de contratação e recrutamento interno também, pois as pessoas sabem os pré-requisitos das vagas, isso faz com que as promoções não acontecessem de forma correta e não por indicação

A implantação de um plano de cargos e salários possibilita uma análise profunda de cada cargo, para saber exatamente "quanto vale cada cargo" e se o valor pago está adequado ao mercado. Assim como deixa claro: atividades, responsabilidades e atribuições.

REFERÊNCIAS

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros**. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoa: enfoque nos papéis estratégicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LUCENA, Maria Diva da Salette. **Planejamento estratégico de recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Aristeu. **Descrição de cargos, salários e profissões regulamentadas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. **Como elaborar um plano de carreira para ser um profissional bem-sucedido**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL: PROJETO DE MELHORIA PARA O SETOR DE BENEFICIAMENTO UMA EMPRESA MADEIREIRA DE CAÇADOR - SC¹

Cleiton Mariano Collombo, cleitonmarianocollombo@gmail.com²

André Chiarani da Silva, andre.silva@uniarp.edu.br³

Resumo – O presente estudo apresenta resultado de um diagnóstico empresarial em uma empresa do setor madeireiro de Caçador – SC. Com o objetivo geral de evidenciar os problemas e propor um planejamento estratégico, o estudo analisa e expõe alternativas para a redução do tempo de fornecimento dos materiais em sua produção, as quais necessitam do abastecimento de suas linhas através do uso de empilhadeiras. Através das análises ambientais foi possível identificar fatores para definições de plano de ações, o qual resultaram em propostas de melhorias voltada a maior produtividade e lucratividade da organização.

Palavras-chave: Diagnóstico Empresarial; Planejamento Estratégico; Ambiente.

INTRODUÇÃO

O diagnóstico empresarial é a primeira etapa para analisar um ambiente. Por meio do diagnóstico é possível buscar informações que permitam análises e tomadas de decisão consistes para a empresa.

O diagnóstico visa buscar resultados por meio da redução de custo e também da redução do fluxo de movimentação no setor, onde trará dois benefícios importantes para essa organização. Com o passar do tempo, esse projeto poderá ser aplicado em todos os setores, trazendo mais produtividade, lucros e resultados bastantes positivos, para empresa como um todo.

O presente estudo possui como objetivo geral propor um planejamento estratégico com o intuito de analisar e expor uma alternativa na redução do tempo de fornecimento dos materiais em todas as máquinas que precisam do abastecimento da empilhadeira, no setor beneficiamento.

Para atingir o objetivo geral são elencados os seguintes objetivos específicos: (1) Realizar diagnostico ambiental, através de análise no setor de beneficiamento da empresa; (2) Definir estratégias, cenários e plano de ação.

DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL

Oliveira (2014), explica claramente sobre o diagnóstico

O diagnóstico deve ser interno e externo à empresa. Pode-se afirmar que as projeções completam o diagnóstico, uma vez que, combinando-se os dois, obtém-se a projeção base, que corresponde a uma estimativa futura, decorrente da situação atual (OLIVEIRA, 2014, p.64).

Oliveira (2014) apresenta as projeções simplesmente proporcionam estimativas futuros, enquanto, através do planejamento, a empresa procura,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

deliberadamente, alterar os estados futuros, principalmente quando considera a realidade atual da empresa e de seus negócios, produtos e serviços.

O planejamento estratégico tem por obrigação definir mapeamento ambiental, avaliar as forças e limitações da organização. E também visando a incerteza e imprevisibilidade. Oliveira (2013) cita que:

Planejamento estratégico é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer melhor direção a ser seguida pela empresa, visando ao otimizado grau de interação com os fatores internos – não controláveis – e atuando de forma inovadora e diferenciada. O planejamento estratégico é, normalmente, de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa e diz respeito tanto à formação de o objetivo quanto a seleção dos cursos de ação a serem seguidos para sua consolidação, levando em conta as condições externa e interna à empresa e sua evolução esperada. (OLIVEIRA, 2013, p. 17).

METODOLOGIA

O estudo denominou-se como uma pesquisa descritiva, caracterizando como sendo um estudo de caso e documental. Na forma de estudo de caso, pois a pesquisa é realizada numa situação que ocorre dentro de uma empresa, ou seja, aponta fatos dados relevantes ao funcionamento da organização em seu setor de beneficiamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das análises, foi possível a realização do diagnóstico ambiental, demonstrado através do quadro abaixo apresentado:

Quadro 1 – Análise ambiental

(continua)

Forças/empresa	Fraquezas/empresa
<ul style="list-style-type: none"> Máquinas com boa tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> Desperdícios de tempos
<ul style="list-style-type: none"> Inovações em alguns produtos 	<ul style="list-style-type: none"> Máquinas com risco de descargas elétricas
<ul style="list-style-type: none"> Controle 5s na empresa 	<ul style="list-style-type: none"> Desperdícios em alguns materiais
<ul style="list-style-type: none"> Melhorias contínuas 	<ul style="list-style-type: none"> Pouco destaque em publicação
Força/Setor	Fraquezas/Setor
<ul style="list-style-type: none"> Produtividade 	<ul style="list-style-type: none"> Desentendimentos de funcionários
<ul style="list-style-type: none"> Organização 	<ul style="list-style-type: none"> Falhas em alguns processos
<ul style="list-style-type: none"> Pessoas capacitadas para as funções 	<ul style="list-style-type: none"> Retrabalhos
<ul style="list-style-type: none"> Controle em algumas despesas 	<ul style="list-style-type: none"> Desperdício de tempo aguardando a empilhadeira
Oportunidades/Empresas	Ameaças/Empresas
<ul style="list-style-type: none"> Aberturas de novos mercados 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do dólar em exportações

(Conclusão)

<ul style="list-style-type: none"> Investimentos em seus produtos 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de madeira
<ul style="list-style-type: none"> Exposição de seus produtos em feiras 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidades de descargas elétricas
<ul style="list-style-type: none"> Qualidade e garantia de seus produtos 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de impostos
Oportunidades/Setor	Ameaças/Setor
<ul style="list-style-type: none"> Funcionários livres para propor melhorias em seus processos 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de madeira
<ul style="list-style-type: none"> Possui incentivo de especialização para os colaboradores 	<ul style="list-style-type: none"> Acidentes de trabalho
<ul style="list-style-type: none"> Trabalho em equipe 	<ul style="list-style-type: none"> Maquinas com irregularidades
<ul style="list-style-type: none"> Treinamentos para os funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de Colaboradores

Fonte: Os autores (2020)

Diante de tais resultados, foi possível elaborar estratégias, cenários e planos de ações, conforme apresentado nos quadros 2, 3 e 4.

Quadro 2 – Objetivos e Indicadores

OBJETIVOS	INDICADORES	METAS			
Ganhar tempo, Gerar benefícios para empresa e ter uma boa comunicação.	1 monitorar tempo				
	2 obter mais produção mensal				
	3 reduzir custo de gás da empilhadeira				
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS					
O planejamento estratégico será elaborado no setor beneficiamento a princípio para os operadores das empilhadeiras visando melhor a comunicação com isso Reduzindo custos e tempo desperdiçado.					

Fonte: Os autores (2020)

Quadro 3 - Objetivos, Indicadores, Padrão e Metas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ORGANIZAÇÃO			
OBJETIVOS	INDICADORES	PADRÃO	META
Melhorar a comunicação entre os operadores de máquinas do setor e os operadores de empilhadeira	1 – Tempo médio de resposta para atendimento do chamado os minutos.	5 a 10 minutos	3 minutos
	2 – Custo com o gás utilizado na máquina empilhadeira no mês	R\$ 24.229,42	R\$ 18.000.00
	3 – Pacotes perdidos no mês	2 a 4 pacotes	0 a 1
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS			
1 – Implantação do uso do rádio amador para comunicação entre o operador da máquina e operador de empilhadeira.			
2 – Garantir que a máquina empilhadeira rode somente quando necessário, e com rotas certas.			
3. Com a diminuição do tempo gasto com o chamado, poderão produzir mais.			

Fonte: Os autores (2020)

Quadro 4 - Ferramenta 5W2H

Plano de Ação 5W2H						
O quê	Como	Onde	Quando	Porque	Quem	Qtdo Custa
Agilizar Comunicação entre o operador das máquinas (Plaina, Prensa, e Alta frequência), e operador da máquina empilhadeira	Através da implantação do Sistema de comunicação , (Radio Amador) no Setor.	Setor	Maio a Julho de 2020	Para melhorar a comunicação entre os operadores e aumentar a produtividade diminuindo o desperdício de tempo. Assim reduzir os custos com a operação.	Setor TI	R\$ 1.700

Fonte: Os autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no diagnóstico realizado do setor, foi evidenciado algumas melhorias que podem trazer mais produtividade, benefícios e lucros a empresa. Todas estas ações voltadas para a satisfação dos clientes, obtendo produtos com qualidade, com entregas pontuais. Através deste estudo, foi possível concluir que pequenas ações nos processos da organização resultam em resultados satisfatórios. Dessa forma, com todas as estratégias, análises e discussões que constantemente permeiam a organização, é que seus colaboradores podem ser beneficiados pelos seus bons resultados, expandindo essas consequências positivas para os setores diretivos e administrativos.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Djalma de Pinho. **Planejamento Estratégico**: Conceitos, metodologia e práticas. 32. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de Processos**: conceitos, metodologia, práticas. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 20 13.

GESTÃO DE CARREIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS CAÇADOR-SC¹

Leonice Quaresma Vieira, leonice.vieira10@hotmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A gestão de carreira é uma área na qual se pode trabalhar diferentes formas e conteúdo, pois traz possibilidades para o desenvolvimento profissional. Nesse trabalho de revisão teórica, aborda-se sua constituição e seu conceito. O método utilizado, portanto, é o da pesquisa bibliográfica. Nota-se que em cada época se produz um modo de gestão de carreira, despertando, muitas vezes, as habilidades e competências profissionais através da gestão de projetos. A gestão de carreira tem como principal objetivo atingir pessoas que tem determinado interesse em construir uma carreira consolidada, para desenvolver o prazer ao trabalho, conhecer “novos mundos”, aprender novos significados, despertar a imaginação, a criticidade, a sensibilidade, entre outros sentimentos para saber identificar e lidar com todos eles. A gestão de carreira é fundamental para a aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: Gestão de Carreira. Pessoas. Profissional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo desenvolver as principais ideias sobre a Gestão de Carreira, abordando um breve contexto histórico sobre a constituição desta área.

A gestão de pessoas é um campo na qual organiza as relações humanas dentro de uma empresa sendo essencial para o desenvolvimento da carreira pessoal, entendendo a importância do ser humano na construção do trabalho (FISHER, 2020).

REVISÃO TEÓRICA

Para Fischer (2002), um modelo de gestão de pessoas é a maneira pela qual uma empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho, definindo então princípios, estratégias, políticas e práticas ou processos de gestão; ou seja, em coerência com o modelo de gestão de pessoas, as empresas definem suas políticas, processos e práticas de gestão de pessoas, sendo que, estes últimos são elementos mais visíveis do modelo e que englobam a gestão de carreiras.

As políticas de gestão “estabelecem diretrizes de atuação que buscam objetivos de médio e longo prazo para as relações organizacionais” (FISCHER, 2002, p. 17). No âmbito desses processos, as empresas adotam práticas, entendidas como hábitos, rotinas, ações ou quaisquer atividades deles decorrentes (FISCHER, 2002).

De acordo com França (2007, apud GRISCI, 2020, p. 62),

ao analisar a evolução das práticas de gestão de pessoas considera os seguintes períodos: pré-jurídico (1930); burocrático (1930-1950); tecnicista

1
2
3

(1950-1960); abordagem sistêmica (1960-1980); relações industriais integradas (1980-1990). A partir dos anos 1990, a autora destaca que, diante das mudanças estruturais profundas, com vetores que envolvem alta velocidade, qualidade e produtividade, qualificação contínua.

Atualmente, a evolução das práticas de gestão de pessoas leva a empregos cuja fidelidade é transitória, fato que é condizente com a evolução das teorias de carreira. Arthur, Hall e Lawrence (1989, apud GRISCI, 2020) afirmam que, no início dos anos 1970, ainda não existia um campo estabelecido para a análise das carreiras nos estudos das organizações e da gestão. Porém, na segunda metade dessa década, observações de estudantes sustentaram novas iniciativas e surgiram três livros chave que ajudaram a ampliar o foco em carreiras.

Para Grisci (2020) no início dos anos 1980, eventos e reuniões foram promovidas, consolidando grupos de interesse, que passaram a gerar produção acadêmica sobre os temas relacionados à carreira.

Rizzattil (2017) descreve a transição de carreira é um tema que propicia inúmeras reflexões a partir do entendimento de situações enfrentadas por indivíduos em diferentes momentos da vida, sendo elas planejadas ou não. Por se tratar de uma experiência compartilhada por pessoas nos mais variados contextos, trata-se de um tema fértil e passível de investigação científica e produção de conhecimento.

O debate sobre esse assunto é de suma importância, especialmente nos dias de hoje e no cenário nacional, uma vez que muitos indivíduos têm empreendido trocas de emprego e carreira em razão do contexto econômico do Brasil, caracterizado por incertezas, como pode ser ilustrado pelos dados da pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 2014 (RIZATTIL, 2017).

Os resultados apontam que a taxa de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro alcançou 62,8% em 2014 (entre 2003 e 2007 a média foi de 54% no segmento de celetistas), tendo os pedidos de desligamento pelo trabalhador representado quase 25% do total. O indicador de rotatividade envolve admissões e desligamentos, com especial atenção às movimentações no setor privado, no qual os trabalhadores não têm estabilidade no emprego. Ainda de acordo com os dados, em 2014 o mercado celetista registrou 65,8 milhões de posições de empregos e, ao fim do ano, contava com 40,6 milhões de postos de trabalho ativos (Dieese, 2014). Dados complementares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que os valores compostos da subutilização da força de trabalho (taxas de desocupação por insuficiência de horas e da força de trabalho potencial) no Brasil, em 2016, foi de 21,2%, atingindo 22,9 milhões de pessoas, o que significa um incremento de 20,9% em relação a meses anteriores e de 18% em relação ao mesmo período de 2015 (RIZATTI, 2017, p.154).

De acordo com Rizzattil (2017), mudanças econômicas rápidas e frequentes enfrentadas pela sociedade, como as descritas, resultam em transformações na relação entre trabalho e carreira. Esta, segundo o autor, deixou de ser um caminho linear, passando a ser uma representação das decisões tomadas pelos indivíduos nos contextos de suas vidas e nos ambientes nos quais estão inseridos. A carreira se dá a partir de uma sequência de trabalhos, ocupações e profissões articulados no decorrer da vida, dando ao conceito uma ideia de temporalidade.

De acordo com Grisci (2020), Hall (1996) propôs a reflexão sobre a carreira proteana – onde a carreira é gerenciada pela pessoa e não pela organização nos anos 1970, nos anos 1990, essa discussão ganhou um sentido mais concreto. Nessa época

os recursos haviam se tornando mais escassos e culturas organizacionais e sociais haviam mudado o suficiente para que pessoas não tivessem expectativas profissionais de longo-prazo em uma única organização.

Isso porque, apesar da abordagem de carreiras sem fronteiras e da carreira proteana sugerirem mobilidade entre organizações, Briscoe, Hall e DeMuth (2006) e Arthur (2007, apud RIZZATTIL, 2017) entendem que esse tipo de carreira pode ser construída durante o trabalho em empregos estáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em modelos de gestão de pessoas articulados por competências, quando se colocam lado a lado pessoas e organizações, nota-se um processo contínuo de troca de competências, ou seja, as pessoas colocam em prática as competências organizacionais e as adaptam ao contexto.

Entre os tópicos levantados, pode-se destacar a necessidade de ampliação dos estudos sobre carreira proteana e sem fronteiras, inclusive demonstrando seus pontos negativos. A observação da demanda por novos estudos apoia a importância de analisar as carreiras no contexto organizacional.

Ao concluir as etapas deste trabalho, conseguimos compreender vários conceitos teóricos. Conhecemos a importância da capacidade de gestão de carreira e como esta deve ser aproveitada através do incentivo dentro das organizações.

A importância de um modelo de comunicação dentro da gestão de um projeto. O modelo de gestão orgânico, e como a economia verde está voltada ao respeito por meio da adoção de práticas em favor da sociedade e do meio ambiente, encarando as ações preventivas e sustentáveis como meta final.

Por fim, conclui-se, que para lidar com a gestão de carreira e a organização empresarial é necessário seguir determinados passos para uma efetivação melhor. Além do profissional dessa área ter grande responsabilidade na tomada de decisões organizacionais que podem gerar um grande impacto na sociedade.

REFERÊNCIAS

FISCHER, André. Um resgate conceitual e histórico do modelos de gestão de pessoas. In: Fleury, M., (org). **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora GENTE, 2002.

GRISCI, Carmem Ligia lochins; BESSI, Vânia Gisele. Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 12, p. 160-200, Dec. 2004 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Nov. 2020

RIZZATTIL, Daniela Bach; SACRAMENTO, Adriana Malheiros; VALMORBIDA, Viviane de Souza, MAYER, Viktoria Pereira, OLIVEIRA, Manoela Ziebell. Transição de Carreira em Adultos Brasileiros: um Levantamento da Literatura Científica. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 2017.

ACEITAÇÃO DAS DIVERSIDADES: DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ACADÊMICOS DE UMA UNIVERSIDADE INSTALADA NO MEIO OESTE CATARINENSE¹

Sabrina Franco, sabrinafranco107@gmail.com²

Geórgia Stockmann Bays, georgiasb14@gmail.com³

Michele Franco, michelefranco251@gmail.com⁴

Clarice Ruda Ariatti, rudaariatti@gmail.com⁵

Amanda Mergner Oleinik, amanda-oleinik@hotmail.com⁶

Juciele Marta Baldissarelli, Juciele.marta@uniarp.edu.br⁷

Resumo

A presente pesquisa, teve como objetivo identificar quais são as principais dificuldades enfrentadas por acadêmicos de uma universidade instalada no meio oeste catarinense, acerca da importância da elaboração do Marketing Pessoal e a aceitação da diversidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, em que ocorreu a aplicação de oito entrevistas com acadêmicos do curso de administração. Os resultados mostram que entre os entrevistados, o marketing pessoal ainda é deficiente a nível de aplicabilidade para alcance de um planejamento de carreira, mas que é visto como necessário para ajudar no processo de crescimento profissional. É avaliando ainda a questão da diversidade e como ela é inserida nas organizações, as limitações, as dificuldades e também a visão dos entrevistados relacionado a este tema.

Palavras-chave: Diversidade. Marketing Pessoal. Organizações.

INTRODUÇÃO

No ambiente corporativo e acadêmico, percebe-se a diversidade, sendo ela oriunda de cresças, valores, religiões, ou nas mais variadas perspectivas de vida. Também está prevista na Constituição Federal de 1988, o direito a todo cidadão de livre expressão, porém, percebe-se que nem todos os indivíduos da sociedade contemporânea podem gozar de seus direitos tornando-se livres para ser quem são, pois segundo Saraiva (2009), as organizações encararam como ponto de vista a homogeneidade no dia a dia, como se a hierarquia separasse anseios pessoais de profissionais, fazendo com que os colaboradores escondam suas potencialidades.

Segundo Scarano (2018), o Brasil é um país rico porque recebeu durante várias décadas povos das mais variadas partes do mundo, que trouxeram consigo formas de se organizar, viver e sua própria cultura, o que ocasionou grande heterogeneidade. Mas cabe ressaltar que a escravidão de negros e índios na época colonial afastou-os do acesso a bens e serviços, colocando-os a mercê da pobreza e marginalidade, gerando muitas vezes preconceito e discriminação que, infelizmente, perduram até a atualidade (Scarano, 2018)

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de administração da UNIARP Caçador.

² Acadêmica do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora mestre no curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Desta maneira, a presente pesquisa teve como objetivo identificar quais são as principais dificuldades enfrentadas por acadêmicos de uma universidade instalada no meio oeste catarinense, acerca da importância da elaboração do Marketing Pessoal e a aceitação da diversidade.

A DIVERSIDADE EM MEIO AO MARKETING PESSOAL E EDUCACIONAL

Marketing Pessoal

O Marketing Pessoal vem adquirindo grande espaço na atualidade. O Marketing Pessoal se faz presente intensamente e é algo que muitos profissionais buscam aperfeiçoar e trazer como uma necessidade para garantir o seu cargo ideal em uma organização. O Marketing Pessoal é uma ferramenta que está totalmente ligada as atitudes e se tornou uma das ferramentas mais importantes para realizar o destaque profissional, e atualmente, quem utiliza esta medida para ajudar no percurso profissional, acaba alavancando o seu caminho para o sucesso (DIAS; SILVA; RAMOS, 2017).

Cada vez mais se faz necessário desenvolver o Marketing Pessoal, tanto em ambientes organizacionais, quanto na vida acadêmica e pessoal. Segundo Lanzarin e Rosa (2011), em todas as áreas do mercado de trabalho da atualidade existe competição, essa competição não é apenas em grau de formação, mas também em como as pessoas se apresentam, comunicam-se, interagem e demonstram todo esse conjunto de habilidades e conhecimentos. Geralmente um desses fatores pode determinar o sucesso ou o fracasso, tanto a nível pessoal, quanto organizacional.

Diversidade

A diversidade faz parte da humanidade, cada pessoa possui uma identidade exclusiva e nenhuma é igual a outra, as diferentes características e a personalidade que cada um possui deve ser respeitada e compreendida por todos, seja no convívio pessoal ou profissional. Aceitar a diversidade é dar o direito a todos de serem diferentes, dar oportunidades e criar princípios para que as pessoas sejam inseridas nas organizações onde possam interagir de acordo com seus valores (FERIOTTI; DE CAMARGO, 2008).

Uma organização ao aderir a diversidade, torna-se uma referência para a sociedade, porém é necessário que se aplique na realidade os princípios de igualdade e inclusão. Infelizmente observa-se que ainda existem empresas que tratam a inclusão como obrigação estabelecida por lei. Na própria sociedade e também nas organizações, muitas vezes há preconceito, as pessoas que sentem essa indiferença, ficam desmotivadas, prejudicando rendimento profissional. Embora a heterogeneidade no mercado brasileiro de recursos humanos seja uma realidade, são poucos os esforços observados que tratam diretamente da inclusão e da diversidade nos diversos níveis: do profissional que atua nas políticas organizacionais ou na sua interação com a sociedade em geral (TORRES; PÉREZ-NEBRA, 2004).

Marketing Educacional

É também por meio da educação e dos conhecimentos adquiridos nas escolas ou instituições que os indivíduos moldam o pensamento e opinião sobre as relações da diversidade. Um dos princípios básicos do setor educacional é a inclusão, onde todos têm direitos iguais ao acesso do conhecimento. Esse primeiro contato com a área educacional é importante para o desenvolvimento no convívio social e

profissional. O aprimoramento e conhecimento é essencial para carreira profissional, porém e preciso cultivar princípios básicos de bom relacionamento com as pessoas.

A escola está associada às imagens de acolhimento, igualdade, direito universal, democracia, acesso ao conhecimento e outros tantos aspectos fortemente influenciados pelo ideário da modernidade. Entretanto, o conhecimento da realidade não se faz unicamente pela aquisição de um saber técnico ou a interiorização de conteúdo. O espaço escolar é vivido cotidianamente e as práticas que o conformam também se convertem em aprendizado, já que a educação ultrapassa os limites do sentido convencional do conhecimento tecnocrático (JUNCKES; SILVA, 2009).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter qualitativa exploratória, pois permite que observe e analise-se um fenômeno. Para isso, operacionalizou-se 8 (oito) entrevistas com alunos do curso de administração. A escolha dos entrevistados se deu por conveniência. O roteiro da entrevista, conteve 16 (dezesesseis) questões, entre elas 6 (seis) perguntas relacionadas as características dos respondentes e 10 discursivas, as quais estão relacionadas ao tema: "Marketing Pessoal e a Aceitação das Diversidades".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que 75% dos respondentes possui até 25 anos, 25% de 26 a 37 anos. Ainda 62,5% dos entrevistados são do sexo feminino e 35,5% do sexo masculino. Em relação a cor ou raça, a grande maioria é da cor parda (50%), 35,5% da cor branca e o restante (12,5%) da cor amarela. O estado civil traz a grande maioria como solteiro (a) com 87,5% e 12,5% divorciado (a). Para finalizar as características dos respondentes, a renda mensal de até 1 (um) salário mínimo (R\$ 1.045,00) é de 57,1%, de 1 (um) a três (3) salários mínimos (R\$ 1.045,01 até R\$ 3.135,00) de 28,6% e de 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos (R\$ 3.135,01 até R\$ 6.270,00).

Foram realizadas 10 (dez) perguntas relacionadas ao tema proposto pela pesquisa, em que foram analisadas a opinião dos respondentes. Observou-se que todos os respondentes expressaram que o marketing pessoal é de suma importância, além de que o mesmo pode trazer benefícios na carreira. Constatou-se também, que os entrevistados consideram uma importante ferramenta de diferencial competitivo na hora da contratação no ramo profissional. Ainda expressaram que além de trazer benefícios, pode acarretar em malefícios quando usado de maneira incorreta, o que prejudicaria a imagem do profissional.

Em relação as principais dificuldades enfrentadas por acadêmicos acerca da aceitação da diversidade, os entrevistados relataram que esse tipo de pré-conceito está estipulado como uma cultura e que a sociedade mesmo moderna, não deixou de realizar discriminações, ou até mesmo prejudicar alguém por causa da cor da pele, gênero, religião, opção sexual, entre outras características que diferenciam dos outros e as quais as pessoas usam para julgar como pessoas diferentes dos demais.

Alguns dos entrevistados relataram ainda, há a necessidade de o tema ser abordado mais no ambiente escolar e até mesmo, nas próprias organizações, pois a cor da pele, a roupa usada não demonstra qual o é caráter e a capacidade profissional de um indivíduo. Os entrevistados pontuaram ainda, que muitas pessoas estão presas aos estereótipos da sociedade, ou seja, são reféns de ideias pré-concebidas pela sociedade.

A grande maioria dos entrevistados, respondeu que não utilizam mídias sociais para promover o marketing pessoal. Expressaram que consideram que as usam apenas para publicar fotos, compartilham conteúdos que acham interessantes e interagir com o público que os segue.

Em questionamento acerca da percepção das organizações do município que prezam pela acessibilidade, representatividade, empoderamento, diversidade na sua política, dentre os 8 (oito) entrevistados, 2(dois) relatam que as organizações prezam por esses princípios e a justificativa utilizada foi a de que pela falta de mão de obra as empresas acabaram melhorando nos respectivos aspectos. Porém, 6 (seis) respondentes acreditam que as empresas, em sua maioria, não levam em consideração tais aspectos, porque são consideradas organizações conservadoras, sendo normalmente apenas a acessibilidade levada em consideração.

A grande parte dos entrevistados não deixam seu perfil explícito em seu currículo, suas peculiaridades acerca de suas ideologias e dogmas, sendo que desses apenas um acredita que a exposição pode afetar, especificamente no momento de contratações.

Segundo a percepção dos entrevistados aos obstáculos existentes para a aceitação da diversidade, a cultura interfere na aceitação, e as diversidades devem ser respeitadas, pois todos são iguais e os obstáculos existem por causa do preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ressalta a importância considerar a diversidade dentro das organizações de trabalho, no ambiente escolar e acadêmico e na sociedade em geral. Na contemporaneidade, a valorização da diversidade agrega relevante valor a estrutura das organizações, porém nota-se que ainda há preconceito em relação aos estereótipos da sociedade, alguns ainda possuem uma cultura considerada tradicionalista e conservadora. Pode-se perceber a situação, pela falta de representatividade de negros, grupo LGBT, mulheres em cargos de gestão empresarial.

Assim, é avaliado entre os respondentes desta pesquisa, como ainda o marketing pessoal não é aplicado com ênfase como uma ferramenta auxiliadora no crescimento e planejamento profissional. Conclui-se que os entrevistados sabem da importância do marketing pessoal e da relevante importância da utilização das mídias sociais e o quanto elas geram impacto. Porém, destacam que deve-se ter cuidado ao gerenciar os perfis e no que é repassado pela internet.

Em relação a diversidade os entrevistados alegam que dificuldades na aceitação da diversidade é por conta dos preconceitos em relação as características de cada indivíduo e a cultura que influencia. Conclui-se ainda, que para os entrevistados, pode ser por meio da inclusão da diversidade, que as organizações poderão ter profissionais mais qualificadas e com talentos únicos..

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 30 out. 2020.

DIAS, Álvaro Freitas Faustino; DA SILVA, Tammy Yoda Tiago; RAMOS, Fábio. **MARKETING PESSOAL: UMA ANÁLISE SOBRE A FERRAMENTA E A SUA IMPORTÂNCIA EM MODELOS DE CONTRATAÇÕES ATUAIS**. Revista Empreenda UniToledo Gestão, Tecnologia e Gastronomia, v. 1, n. 1, 2017.

FERIOTTI, Maria de Lourdes; DE CAMARGO, Dulce Maria Pompêo. **Diversidade, educação, cultura e sustentabilidade: relacionando conceitos**. O Mundo da Saúde, São Paulo, 2008.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. **Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil**. Revista de Didáticas Específicas, nº 1, pp. 148-166, 2009.

LANZARIN, Lovenir José; ROSA, Marisa Olicéia. **Marketing pessoal: uma poderosa ferramenta para ser um profissional de sucesso**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2011.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; IRIGARAY, Hélio Arthur dos Reis. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, 2009.

SCARANO, Renan Costa Valle [et al.] **Direitos humanos e diversidade**; revisão técnica: Guilherme Marin. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

TORRES, Cláudio Vaz; PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel. **Diversidade cultural no contexto organizacional**. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, p. 443-463, 2004.

DIVERSIDADE E INOVAÇÃO¹

Everton José Przybysz, e-mail²
Leonardo de Souza Zilli, leozili@hotmail.com³
Raquel Loss, raquelloss4@gmail.com⁴
Leandro Hupalo, leandro.hupalo@uniarp.edu.br⁵

Resumo – Este artigo tem por objetivo desvendar do que se trata a diversidade e a inovação e como essas duas “palavras” juntas podem fazer muita diferença, principalmente no meio de trabalho. Demonstrar as dificuldades que as pessoas encontram e o que as empresas e organizações podem fazer para melhorar.

Palavras-chave: diferença; inovação; desafios.

INTRODUÇÃO

Atualmente as empresas buscam constantemente se adaptar ao mercado para se manterem inovando para melhor atender as demandas dos clientes e sociedade em geral, não apenas no campo dos avanços tecnológicos, mas também em quesitos como diversidade e inovação ganham cada vez mais a atenção nos ambientes corporativos e passam a ser tratadas como essenciais para o sucesso das empresas.

Diversidade e inovação são temas amplos e muito presentes no mundo do trabalho nos dias de hoje. No entanto, diversidade não se trata apenas de questões de gênero ou cor, podendo ser encontrada também na forma como cada equipe encara os desafios cotidianos da empresa na solução de problemas e novas soluções para os clientes. Ter um ambiente com diversidade, inclusive de forma de agir e pensar novos produtos e serviços, torna-se um diferencial para as organizações.

O presente estudo tem o objetivo de trazer luz à tema da diversidade no campo da inovação, promovendo um debate em relação às novas tendências e publicações de autores na área. Para inovar é preciso diversificar, não apenas na promoção de novas soluções e produtos, mas também no processo criativo com equipes engajadas e comprometidas com o atendimento das demandas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na atualidade as organizações buscam o ato de inovar, ter novas perspectivas e sempre melhorar seus produtos ou serviços. Só que para isso o principal gatilho é a diversidade, mas afinal o que é diversidade? Possui muitas definições em várias áreas, como por exemplo cultura, tradições, costumes, gêneros, etnias, origens, nacionalidade, cor, gostos, entre muitas outras.

Segundo Nkomo e Cox Jr (1999) o conceito de diversidade se compõe de pensamentos mais restritos sobre o tema, partindo da diversidade a nível individual, e tratando das diferenças entre as identidades de cada ser humano. Posteriormente, o seu significado foi se tornando mais amplo, ao envolver diferentes grupos sociais,

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), titulação do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

com culturas distintas, e que apresentam diferenças na idade, história, origem, função, personalidade, formação educacional, entre outros atributos que ultrapassam os conceitos de diversidade limitados apenas à raça e gênero.

O conceito de diversidade encontra-se em discussão e demanda atenção de pesquisadores e gestores quando se trata de levar o tema para o campo das organizações. Fleury (2000) define a diversidade como uma resposta a crescente da força do trabalho e as necessidades de competitividade. Para Hanashiro e Carvalho (2003, a diversidade inclui todos, independente de raça ou gênero: ela engloba a idade, história pessoal e corporativa, formação educacional, estilo de vida, preferência sexual, origem geográfica, *status* de privilégios ou de não privilégios e administração e não administração.

A noção que a diversidade presente nas organizações provocará impactos tanto na eficácia organizacional como individual (Freury, 2000). O contexto organizacional é importante para determinar se esse impacto será positivo ou negativo. Segundo Pacheco (2002, p. 2 apud Luciano, 2006): “A diversidade passou a ser entendida como a contratação e valorização de diferentes grupos da comunidade, o que torna o ambiente de trabalho mais parecido com a sociedade a sua volta.”

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Direitos Humanos, visando os direitos fundamentais dos seres humanos em diferentes cenários. Antes, na resistência à ditadura, hoje para exigir a efetivação de relações igualitárias e justas. Art. 84, Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos: Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade.

A diversidade é entendida de várias formas por diferentes autores, mas todos com os mesmos objetivos e significados. Hayles e Russel apud Luciano (2003, p. 10) apresenta a diversidade cultural em organizações que aderem ao programa de diversidade em suas organizações:

Diversidade no local de trabalho abrange todas as diferenças que definem cada um de nós como indivíduos únicos. Diferenças tais como cultura, etnia, raça, gênero, nacionalidade, idade, religião, incapacidade, orientação sexual, educação, experiências, opiniões e crenças [...]. compreendendo e valorizando essas diferenças, nós podemos capitalizá-las como benefícios que a diversidade traz para a companhia.

Segundo Torre e Pérez-Nebra (2004), a diversidade nas organizações significa inclusão de diferentes pessoas, raças, cultura, classe social, orientação sexual e entre outros. E para ajudar a impulsionar a diversidade e inclusão as empresas estão recorrendo à tecnologia. Criar soluções para a inclusão é quebrar barreiras de acesso, assim os clientes e as empresas também. Mas para isso acontecer é importante contar com um time diverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado sobre o tema da diversidade e inovação, percebe-se que, embora seja de extrema importância para o mercado de trabalho, nem todas as empresas e organizações buscam inovar nesse quesito.

No entanto, quando nos referimos ao capital humano e a diversidade, ainda há a necessidade de se estudar a fundo o tema, como relatam os autores que serviram de referência para este estudo. Desta forma, cabe à comunidade acadêmica continuar

realizando estudos e pesquisas com o propósito de promover o debate e a discussão através da socialização dos resultados junto à sociedade, trazendo luz ao tema.

REFERÊNCIAS

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiência de empresas brasileiras. **Revista Administração de Empresa**. São Paulo: v. 40 n 34, p. 18-25, 2000.

HANASHIRO, DMM; CARVALHO, S. G. Cultural Diversity: Current Overview and Reflection Concerning Brazilian Company. **Iberoamerican Academy of Management**, p. 1-10, 2003.

NKOMU, S. M., COX Jr, T. Diversidade e Identidade nas Organizações. In: CLEGG, S.R. et al., **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 334-360

TORRES, Cláudio Vaz; PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel. Diversidade cultural no contexto organizacional. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, p. 443-463, 2004.

A IMPORTÂNCIA DA REEDUCAÇÃO FINANCEIRA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO SEC. XXI¹

João Henrique Kreutzer, joao.kreutzer@hotmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O Brasil ainda apresenta baixo índice de investidores. Esse fato está associado a condições financeiras, insegurança e falta de interesse, instabilidade política e econômica em que o Brasil está inserido, além da falta de uma cultura educacional financeira nas escolas. Desta forma, esse trabalho objetiva descrever, por meio de pesquisa bibliográfica, o perfil do investidor brasileiro. Levou-se em consideração os seguintes indicadores: idade, sexo, renda/classe social, escolaridade, região e onde a população investe seu dinheiro, com a intenção de entender o comportamento dos indivíduos quando o assunto é mercado financeiro. Percebe-se, portanto, a necessidade de uma mudança cultural em relação aos investimentos, uma vez que se prioriza o consumo imediato não pensando no longo prazo.

Palavras-chave: Investidor. Investimento. Grau de risco de investimentos. Perfil do investidor brasileiro.

INTRODUÇÃO

Investimento financeiro consiste na aplicação de capital, seja por meio de empreendimentos rentáveis, fundos de investimentos, títulos públicos, ações, entre outros, com o intuito de obter no futuro um retorno superior ao investido, podendo-se ter um horizonte de rendimento com curto, médio ou longo prazo a depender do perfil do investidor. No Brasil, segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (2019), que entrevistou 3,4 mil pessoas de norte a sul do país, 58% dos brasileiros declaram que não possuem nenhum investimento.

Ainda segundo a pesquisa, os principais motivos que levam o brasileiro a não investir estão relacionados a falta de dinheiro/salário baixo/sem condições (63%), desemprego/não tem emprego fixo (10%) ou até gastos inesperados (7%), correspondendo a 80% do número total de entrevistados. Esse alto índice pode ser justificado pela falta de cultura de investimento, uma vez que o Brasil é um país jovem neste quesito, além disso, não existem disciplinas no currículo escolar do ensino fundamental e médio sobre educação financeira, fatores que reforçam o hábito de priorizar o consumo ao invés de poupar ou investir (ANBIMA, 2019).

Também está associado ao alto índice de não investidores no Brasil, o medo e a insegurança devido à crise econômica a qual o Brasil está inserido desde 2013 e que ainda tem reflexos nos resultados do Produto Interno Bruto – PIB, que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, dentro de um ano, estabelecendo o crescimento econômico de um país (VASCONCELOS, 2009).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Desta forma, existem diversos argumentos que podem justificar o baixo nível de investimento dos brasileiros. Assim, o presente trabalho objetiva descrever o perfil dos investidores presentes no Brasil, analisando pesquisas que traçam indicadores como: idade, sexo, população economicamente ativa (PEA), renda, escolaridade, de forma a entender o comportamento dos mesmos, por meio de dados socioeconômicos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico, onde se buscou identificar os tipos de investimentos realizados pela população brasileira e um comparativo com a média mundial. Também buscamos identificar e analisar por meio de uma tabela os tipos de investimentos realizados pelas diversas classes sociais no Brasil.

REVISÃO TEÓRICA

Segundo Bodie, Kane e Marcus (2014, p. 2), investimento é o “comprometimento de dinheiro ou outros recursos no presente com expectativa de colher benefícios futuros”. Para investir não é preciso ser um perito em economia, contudo é importante saber o que é investimento e as formas de fazê-lo, uma vez que é necessário criar o hábito de poupar para poder investir e obter rentabilidade (BODIE; KANE; MARCUS, 2014).

Em geral, os investidores buscam potencializar três aspectos básicos em um investimento: retorno, prazo e proteção. Ao analisá-lo, deve-se considerar sua rentabilidade, liquidez e grau de risco, sendo que a rentabilidade está diretamente relacionada ao risco, quanto mais rentável mais arriscado (CERQUEIRA, 2015).

Um investimento financeiro corresponde à aplicação de capital em algum tipo de aplicação financeira, como: ações, commodities, caderneta de poupança, moeda estrangeira, títulos do governo entre outros, que possibilitem a arrecadação de rendimentos no futuro através de juros compostos, fazendo com que o dinheiro se multiplique. O principal objetivo do investimento financeiro é repor o valor de compra da moeda perdido com a inflação. Podem ser divididos em classes: renda fixa, renda variável, fundo de investimento, investimentos alternativos (LUCCI, 2006).

Giudicce e Estender (2017, p. 10) afirmam que a classificação mais comum no mercado financeiro para seus ativos considera os seguintes grupos:

– Ativos de renda fixa de curto prazo: esses ativos pagam juros pré ou pós-fixados sobre um valor definido. A maior parte deles, no Brasil, tem vencimento em um ou poucos meses. São exemplos: cotas de fundos de renda fixa, títulos de curto prazo do governo federal (Letras do tesouro nacional - LTN, Letras Financeiras do Tesouro-LFT, Bônus do Banco Central-BBC etc.), caderneta de poupança, certificado de depósito bancário- CDB, entre outros;

– Ativos de renda fixa de longo prazo: representados predominantemente pelos títulos de dívida do governo e das empresas para prazos mais longos, geralmente vários anos. São exemplos: debêntures, Notas do Tesouro Nacional, C-Bonds, entre outros;

– Ativos de Renda Variável: são ativos cuja remuneração não é previamente conhecida ou indexada. São exemplos: ações, contratos de opções, contratos futuros em geral, ouro, dólar e outras moedas.

É importante para o investidor saber onde alocar seu investimento. Assim, é necessário que o investidor conheça o seu perfil, principalmente para identificar e determinar três pontos fundamentais: os tipos de riscos que está disposto a enfrentar; o quanto está disposto a perder; e qual é o retorno financeiro almejado (CVM, 2018).

Para isso existem questionários elaborados por instituições financeiras, denominados API (Análise de Perfil do Investidor) que auxiliam o investidor a determinar seu perfil de acordo com seus objetivos e expectativas e é conhecida mundialmente como Suitability (RAMBO, 2014).

Segundo a ANBIMA, tais questionários devem abordar aspectos em relação a investimentos, horizonte de tempo, objetivos de investimentos, tolerância ao risco. Sendo assim, a literatura apresenta três divisões para o perfil do investidor conforme descrito a seguir (RAMBO, 2014; ALMEIDA; CUNHA, 2017):

– Conservador: caracterizado pela busca por segurança, possui baixa tolerância ao risco, e assim, visa preservar seu patrimônio em investimentos sólidos (renda fixa) e em investimentos que permitam sacar seus recursos em um período curto de tempo.

– Moderado: prioriza por segurança, mas está aberto a assumir alguns riscos em busca de um retorno maior a médio prazo. Por não terem a necessidade de obterem liquidez diária, permite investir parte de seu patrimônio em renda variável e outra parte em renda fixa.

– Arrojado: trata-se de um perfil mais agressivo que está disposto a correr mais riscos. Normalmente, se divide em dois perfis: a) Arrojado: está sempre em busca de novas alternativas atrativas de retorno financeiro, porém ainda opta por manter uma parte do seu patrimônio em investimentos com rentabilidade de médio e curto prazo; e b) Agressivo: possui alta tolerância a riscos e está disposto a enfrentar as oscilações do mercado de risco, pelo fato de possuírem domínio e conhecimento no mercado de capitais, ou seja, buscam pela máxima rentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O motivo principal de os brasileiros investirem se dá pela priorização por segurança em detrimento do quanto seu dinheiro pode render. Um segundo motivo demonstrado nas pesquisas é que há um crescimento, mesmo que lento, no interesse dos brasileiros por educação financeira, deixando de restringir-se somente à população com nível superior nas áreas afins de economia e as experiências profissionais.

Assim, evidenciando a importância do planejamento financeiro pessoal para gerenciar suas próprias contas, e como um recurso de se planejar o futuro. Deste modo, percebe-se que o perfil do investidor brasileiro é conservador, uma vez que os investidores priorizam a segurança e condições de baixo risco.

Tal fato pode ser comprovado visto que, cerca de 88% dos brasileiros investem na caderneta de poupança, 6% na previdência privada, uma vez que, são os mais produtos financeiros mais conhecidos atualmente pela sociedade. O maior percentual de investidores são homens, casados, normalmente, ativos no mercado de trabalho, tem em média 35 a 44 anos e em sua grande maioria, habitam na região Sudeste do Brasil.

Portanto, uma alternativa de se ampliar o número de brasileiros investidores, seria estimular a cultura de investimento, inserindo educação financeira no sistema educacional básico. É preciso difundir na sociedade informações a respeito de hábitos de poupança, tipos de investimento, planejamento das finanças pessoais e também

orientar as pessoas sobre a importância desses conceitos para o desenvolvimento da economia do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. F.; CUNHA, D. P. A. **Estudo do mercado brasileiro de renda fixa e o perfil do investidor brasileiro**. Monografia (Bacharel em Engenharia de Produção), Escola Politécnica – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Relatório: Raio X do Investidor Brasileiro**. 2ª edição. 2019.

BODIE, Z.; KANE, A.; MARCUS, A. J. Fundamentos de Investimentos. Tradução de Beth Honorato. 9ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2014. 564 p. BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 9. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

CERQUEIRA, A.L.S. **Aplicação do Modelo de Elton-Gruber para a Construção de Carteira no índice PSI-20**. 2015. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

CVM. **Estudo do cenário da poupança e dos investimentos dos brasileiros**. 2018. Disponível em: Acesso em: 09 de setembro 2019.

DUARTE, D. **Renda variável x renda fixa: qual é a melhor opção?** 2018. Disponível em: Acesso em 09 de setembro de 2020.

GIUDICCE, T. L. e ESTENDER, A. C. O Processo de Análise de Investimentos Financeiros em Instituições Financeiras. **Caderno de Administração**, v.1, 2017.

LUCCI, C.R. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. IX SEMEAD – **Administração no Contexto internacional**. 2006. Acesso em 19 de novembro de 2020.

RAMBO, A. C. **O perfil do investidor e melhores investimentos**: da teoria à prática do mercado brasileiro. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LIDERANÇA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Thais Cofferi Polawski, thaiscofferi5110@gmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A liderança é capaz de influenciar as pessoas e com o passar dos anos o líder vem ganhando função essencial nas empresas. Os métodos de liderança estão interligados com a personalidade do líder e os objetivos que a empresa determina, por isso vários perfis foram elaborados durante o tempo. Através dessa pesquisa bibliográfica, busca-se entender o papel do exercício do líder na gestão de pessoas, sua influência e seus métodos para atingir objetivos pré-estabelecidos para o alcance de metas. Abordam-se os estilos de liderança e seus impactos nos colaboradores. As conclusões apontam que os tipos de liderança predominantes são o transformacional e o transacional; e que o líder é o principal agente de mudança e motivador para o alcance de resultados. O líder precisa reconhecer as necessidades de seus colaboradores e conciliá-las com as necessidades da empresa.

Palavras-chave: Líder, Liderança, Estilos de Liderança, Pessoas.

INTRODUÇÃO

Os primeiros escritos sobre o tema de liderança são atribuídos, por Bass e Avolio (1997) aos egípcios, especialmente a Ptahlopet, datado em 2300 a.C.. Nesse escrito, a liderança deriva de algo transcendental ao ser humano e designa qualidades superiores.

Já no século XIX, a teoria dos traços busca uma figuração geral da personalidade, quando, no exercício da liderança, garantiria o aumento do potencial, levando ao sucesso, segundo Bergamini (1994) e Robbins (2002), a liderança revelava inexistência de traços universais e muitos estudos foram desenvolvidos durante o período das duas grandes guerras, buscava-se entender o papel do líder.

A partir desse entendimento, pode-se compactuar com a definição colocada por Pires, Bianchi e Quishida (2017): a liderança é o comportamento de um indivíduo quando está dirigindo atividades de um grupo que segue rumo a um objetivo comum.

Sabe-se que a liderança é fundamental no desempenho das organizações e a compreensão das características de um líder e seu “tipo de liderança” ou então “estilo” é determinante para os próximos passos de um negócio (TOMEI; RICHE, 2016).

O Capital Humano, como colocado por Sovienski (2008), é o bem mais precioso da organização fazendo-se necessário o gerenciamento e condução delas. Pode-se perceber uma correlação do líder à gestão de pessoas, cabendo a ele(a) a responsabilidade de motivá-las, envolvê-las e desenvolvê-las.

É necessário que os líderes criem condições na organização para as pessoas aprenderem continuamente, partilharem visões, reconhecerem e recompensarem o esforço desenvolvido nas atividades e tarefas (NEVES, 2002).

¹ Trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Portanto, a conduta dos líderes influencia na conduta de seus liderados, que, consecutivamente, procede no alcance dos resultados almejados de forma positiva ou negativa, ao passo que a liderança está diretamente ligada à motivação dos colaboradores e satisfação dos desejos da organização (CARVALHO; PALMEIRA; MARIANO, 2012; EPITROPAKI et al., 2017).

Em pleno século XX, ainda se buscam respostas para a questão de traços ou da postura de um líder, embora muitos estudos e teorias tragam visões para o tema. O que antes era sinônimo de chefe ou gestor se modificou para a busca do desenvolvimento organizacional e ramificou em diversos conceitos diferentes YAMAFUKO; SILVA, 2015).

Busca-se, a partir dessa revisão teórica, evidenciar o conceito do método de liderança mais atual e os benefícios que este traz para a empresa e seus colaboradores.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Liderar significa compartilhar objetivos, ouvir sugestões, delegar poder, informar, debater, mobilizar esforços, transformar grupos em verdadeiras equipes, existem características que são necessárias em um indivíduo que atua como líder em uma organização (GRUBBER, 2001).

Ao longo dos anos, os modelos de liderança foram evoluindo e, de acordo com o resumo elaborado por ROWE (2002), pode-se perceber isso ao analisar que:

Teoria dos traços de Liderança - 1930 a 1940: mostrava que o líder possui características inatas;

Teorias Comportamentais - 1940 a 1960: trouxeram a ideia de que o líder tem comportamentos específicos (voltado para tarefa ou para pessoas).

Teorias Contingenciais - fim dos anos 60: ganham espaço com o Modelo de contingência de Fiedler ou a Teoria do recurso cognitivo, a Teoria da Liderança Situacional, Teoria da troca entre líderes e liderados, Teoria da meta e do caminho, Participação e Liderança.

Teorias Neocarismáticas - surgem em 1990: trazem quatro tipos de liderança: a carismática, a transacional, a transformacional e a liderança visionária.

Ainda Rowe (2002) mostra que existem várias formas de exercer o papel de liderança: a estratégica, a visionária e a gerencial.

Liderança estratégica é a capacidade de prever, imaginar, manter flexibilidade e pensar estrategicamente, trabalhando com outras pessoas para iniciar mudanças que proporcionarão futuro para a empresa (ROWE 2002).

A **liderança visionária** exige autoridade para influenciar o pensamento das pessoas, o que significa delegar poderes e implica correr riscos em várias dimensões. Líderes visionários são relativamente mais proativos, moldando ideias em vez de se oporem a elas. Exercem influência que direcionam as decisões da empresa (ROWE, 2002).

Já a **Liderança gerencial**, como se pode interpretar pelo significado da palavra gerencial, é voltada para a empresa, busca-se treinar funcionários para realizar ações diversificadas na empresa (ROWE, 2002).

Araújo (2006) ressalta que “os principais tipos de liderança, são: o autocrático, o democrático e o liberal também intitulado como laissez-faire, caracterizando da seguinte maneira”:

Autoritário ou autocrático: o líder toma as decisões sem consultar o grupo, fixa as tarefas de cada um e determina o modo de concretizá-las (ARAÚJO, 2006).

Democrático: esse estilo também é chamado de estilo participativo, pelo fato de o líder compartilhar com os empregados sua responsabilidade de liderança, envolvendo-os no processo de tomada de decisão (ARAÚJO, 2006).

Liberal ou laissez-faire: de intervenção quase nula, neste estilo, o líder funciona como elemento do grupo e só acaba intervindo se for solicitado. O líder não interfere na divisão de tarefas, limitando-se a sua atividade, a fornecer informações, se a sua intervenção for requerida (ARAÚJO, 2006).

BERG e KARLSEN (2016) e NORO, STÜKER e OLIVEIRA (2015), mostram que os meios de liderança também trouxeram novos métodos para as organizações, entre eles o coaching, que visa o desenvolvimento de competências e habilidades do coachee (colaborador) para se aprimorar em meio ao ambiente de trabalho, a fim de atingir um determinado objetivo.

Perspectivas sobre liderança emergiam na década de 1980, trazendo em pauta os estilos de liderança carismático, transformacional e transacional (ANTONONAKIS, 2012).

A **liderança transacional** é baseada na autoridade burocrática e legitimidade dentro da organização. “Líderes transacionais enfatizam padrões de trabalho, atribuições e tarefas orientadas para os objetivos” (DIAS; BORGES, 2015, p. 204).

Há uma tendência de o líder transacional concentrar atenção na conclusão da tarefa, disciplina do funcionário e a confiar em recompensas e punições como influência de desempenho (DIAS; BORGES, 2015).

Em contrapartida, Burns (1978) caracterizou a **liderança transformacional** um processo que motiva seguidores, apelando aos ideais mais elevados e aos valores morais, esses líderes devem ser capazes de articular uma visão para suas organizações; e os seguidores devem aceitar a credibilidade do líder.

Pesquisas recentes sobre a relação entre o estilo de liderança percebido pelos empregados e sua satisfação no trabalho evidenciaram que o estilo transformacional foi identificado como capaz de exercer influência significativa e positiva na satisfação dos liderados (BATISTA; KILIMNIK; REIS, 2016; FONSECA; PORTO; BARROSO, 2012; SILVA; NASCIMENTO; CUNHA, 2017; TODA et.al, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas teorias encontradas, é perceptível que a liderança exerce papel fundamental, refletindo na satisfação; na geração de ideias e reflexão da equipe que, por sua vez, promove a inovação.

Conforme os conceitos aqui abordados, os tipos de liderança predominantes na atualidade são o transformacional, e o transacional. Pode-se concluir que o líder é um agente de mudança e propulsor para o alcance de resultado. Considera-se necessário que o líder saiba analisar a necessidade de seus colaboradores e conciliar com as necessidades da empresa. Além disso, é preciso que o líder saiba gerir sua

equipe, criando uma visão não somente vista por ele, mas em que seus liderados apostem e trabalhem para alcançar o que for proposto da melhor maneira possível.

REFERÊNCIAS

ANTONAKIS J. (2012). Transformational and charismatic leadership. In D. V. Day, & J. Antonakis (Eds), **The Nature of Leadership** (pp. 256-288). Thousand Oaks: Sage Disponível em: https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_3576DF50B587.P001/REF.pdf. Acesso em 7 nov. 2020.

ARAUJO, Luiz Cezar. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2006.

BATISTA, Nívea Patrícia de Oliveira; KILIMNIK, Zélia Miranda; REIS, Mário Teixeira Reis Neto. **Influência dos estilos de liderança na satisfação no trabalho: um estudo em uma entidade de fins não econômicos**. NAVUS – Revista de Gestão de Tecnologia, v. 6, nº 3, p. 24-39, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350454047003.pdf>. Acesso em 7 nov. 2020.

BASS, B. M.; AVOLIO, B. J. **Full-Range Leadership Development: Manual for the Multifactor Leadership Questionnaire**. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, 1997. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=194028663002>. Acesso em 7 nov. 2020.

BERG, M. E.; KARLSEN, J. T. A study of coaching leadership style practice in projects. **Management Research Review**, 39(9), 1122–1142, 2016.

BERGAMINI, C. W. Liderança: a administração do sentido. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 102–114, 1994. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1940/194028663002.pdf>. Acesso em 7 nov. 2020.

CARVALHO, M. S.; PALMEIRA, E. M.; MARIANO, M. G. H. **Liderança baseada na motivação e desenvolvimento de pessoal como estratégia de competitividade das organizações**. Observatório de la Economia Latino-americano, n. 167, 2012. Disponível em: <http://www.cadtecempa.com.br/ojs/index.php/httpwwwcadtecempa.combrojsindexphp/article/view/154/130>. Acesso em 7 nov. 2020.

DIAS, Maria Aparecida Muniz Jorge; BORGES, Renata Simões Guimarães e. **Estilos de Liderança e Desempenho de Equipes no Setor Público**. Porto Alegre: Ed 80, 2015.

EPITROPAKI, Olga; MARTIN, Robin; THOMAS, Geoff. **The nature of leadership, relational leadership**. SAGE Publications LTD, California, 2017.

FONSECA, Ana Márcia de Oliveira; PORTO, Juliana Barreiros; BARROSO, Aline Cavalcanti. **O efeito de valores pessoais nas atitudes perante estilos de liderança**. RAM. Revista de Administração de Mackenzie, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, v. 13, nº 3, p. 122-149, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195423691007>. Acesso em 07 nov. 2020.

GRUBBER, Lucianne Secco. **Liderança - Habilidades e características do líder numa organização bancária: um estudo de caso**. Curitiba, Universidade Federal de Santa Catarina. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/81557/187818.pdf?sequence=1>. Acesso em 07 nov. 2020.

NEVES, Paulo Alexandre Pinto. **Liderança e a mudança da natureza da performance**. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 2002. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9543/2/4757_TM_01_C.pdf. Acesso em 07 nov. 2020.

PIRES, Giavina; BIANCHI, E. M.; QUISHIDA, A. G. F. P. Atuação do Líder na Gestão Estratégica de Pessoas: Reflexões, Lacunas e Oportunidades. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 1, p. 41–61, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v21n1/1415-6555-rac-21-01-00041.pdf>. Acesso em 07 nov. 2020.

ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROWE, W. G. Liderança estratégica e criação de valor. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 1, p. 7–19, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v42n1/v42n1a03.pdf>. Acesso em 07 nov. 2020.

SOVIENSKI, F.; STIGAR, R. Recursos humanos x gestão de pessoas. **Revista Científica de Administração e Sistemas da Informação**, v. 10, n. 10, p. 51–61, 2008. Disponível em: http://www.academia.edu/download/52595376/Gestao_de_Pessoas_x_Recursos_Humanos.pdf. Acesso em 07 nov. 2020.

TOMEI, P. A.; RICHE, L. Estilo de Liderança e Desempenho organizacional: Uma Descrição Comparativa entre duas empresas Leadership Style and Organizational. A Atuação do Líder como Gestor de Pessoas: Um Estudo de Caso em uma Consultoria Empresarial. **Gestão e Governança**, v.19, p. 108-125, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/40927/estilo-de-lideranca-e-desempenho-organizacional--uma-descricao-comparativa-entre-duas-empresas->. Acesso em 07 nov. 2020.

YAMAFUKO, Everton Luiz.; SILVA, Jerson Joaquim. Liderança nas Organizações. **Colloquium Humanarum**, 2015, vol. 12, pp. 86-93. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2015/suplementos/area/Humanarum/Administra%C3%A7%C3%A3o/LIDERAN%C3%A7A%20NAS%20ORGANIZA%C3%A7%C3%95E.S.pdf>. Acesso em 07 nov. 2020.

PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTOS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO¹

Arthur Tribeck, arthurtribeckmaciel@hotmail.com²

Rafaela Abraão, 09475778900@uniarp.edu.br³

Thaíni Nunes Dias, thaininunes@hotmail.com⁴

Vinicius Scapinelli Parizotto, Parizottovinicius69@gmail.com⁵

Vitor Luiz França Gonçalves, vitorluiz299@gmail.com⁶

Dra. Ivanete Schneider Hahn, ivischneider@hotmail.com⁷

Resumo

Este estudo é o resultado do Projeto Integrador da 4ª fase do Curso de Administração, que possui como tema central a Diversidade. Considerando que o produto do Projeto Integrador é um artigo científico, foi conduzida uma pesquisa de campo, com o intuito de identificar a percepção e os comportamentos de igualdade de gênero no ambiente universitário, tendo como unidade de análise a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Para tal, uma *survey* com 106 estudantes foi conduzida. Os resultados mostram que: a amostra entende que (1) as mulheres são mais empáticas que os homens; (2) os homens teriam mais agressividade para negociar e expressam menos seus sentimentos; (3) grande parte dos respondentes afirma não manifestar comportamentos machistas, embora um percentual que variou entre 2,8% e 31% assumiu eventualmente ter tido tais comportamentos.

Palavras-chave: Igualdade de gênero. Feminismo. Ambiente Universitário.

INTRODUÇÃO

As diferenças entre os sexos têm sido percebidas por meio da história, não apenas como diferenças, mas sobretudo como sinais de superioridade do masculino sobre o feminino (CARVALHO *et al.*, 2001). A mulher tem sido vista e tratada como inferior ao homem na sociedade e, como consequência, no mercado de trabalho. Isto ocorre desde tempos remotos, com a criação e disseminação do conceito filosófico do “essencialismo genérico” defendido inclusive por pensadores que contribuíram significativamente para os valores disseminados no mundo ocidental, como Aristóteles, Platão e Rousseau. Tal conceito exaltava a capacidade masculina de utilizar a razão como forma de dominar as necessidades corpóreas e apresentava a mulher como um ser dominado pela sensibilidade, sendo assim incapaz de se controlar frente aos desejos corpóreas. O “essencialismo genérico” explica essas diferenças entre os gêneros a partir de uma explicação fundamentada na biologia. Assim, por ser de ordem natural, acreditava-se que as diferenças entre homens e mulheres eram imutáveis, sendo que a mulher passou a ser vista como uma ameaça

¹ O presente trabalho refere-se ao Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do Curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp)

⁵ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Doutora em Administração (UFMS/RS), Professora do Curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

à ordem pública, devendo ser relegada apenas às tarefas domésticas (CARVALHO *et al.*, 2001).

Após a revolução industrial houve algumas mudanças em relação ao conceito de gênero. Tema que primeiramente fora estudado pela Antropologia, posteriormente Psicanálise e nas décadas de 1960 e 1970 pelas feministas, o que ajudou a animar estudos nas Ciências Sociais (SCOTT, 1960; LOURO, 2000). Os estudos relacionados a gênero, por sua vez, começaram a sugerir que as noções de “homem” e “mulher”, “masculino e “feminino”, foram noções historicamente construídas e suas particularidades derivam das diferenças culturais de cada grupo social e das definições de realidade. Isto quer dizer que essas relações são ativas e, portanto, mutáveis e conjunturais (SCOTT, 1986; AMÂNCIO, 1996; LASSANCE e MAGALHÃES, 1997; LOURO, 2000; GROSSI, 2004).

Mas apesar de inegáveis mudanças que trouxeram melhoras para o sexo feminino, a desigualdade entre os gêneros está presente em todas as dimensões das relações sociais e evidencia-se, sobremaneira, no âmbito das organizações. Com efeito, o “problema da mulher” jamais deixou de existir. As manifestações da posição de domínio masculino são, hoje, menos explícitas, todavia continuam presentes tanto no trabalho quanto no âmbito doméstico/privado. Embora já não existam obstáculos legais ao acesso das mulheres às diversas esferas da vida social, inúmeras situações de discriminação são mantidas, o que indica que da igualdade de direitos à igualdade de fato há ainda um longo caminho a percorrer (BETIOL, 2000; HURLEY, 1999; MAVIN; BRYANS, 1999).

Pode-se observar o desenvolvimento da mulher na sociedade, como o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho (HALLOCK *et al.*, 1998; SOUZA; GUIMARÃES, 2000; WOOD, 1999), a subordinação dos papéis femininos aos masculinos (HABERFELD, 1992; KORAC-KAKABADSE; KOUZMIN, 1997; OLIVEIRA *et al.*, 2000). Mesmo o tema sendo amplamente estudados nos últimos anos, verifica-se que existem espaços considerados, historicamente, mais propensos a inclusão feminina, que é o caso das Universidades. Portanto, o **objetivo desse estudo é identificar a percepção e os comportamentos de igualdade de gênero no ambiente universitário, tendo como unidade de análise a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).**

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A desigualdade entre os gêneros ainda é real e engloba tanto a extensão das relações sociais, quanto as organizações. O cenário de dominação masculina ainda codifica os valores de todas as sociedades. Mesmo que esteja sendo disseminada de maneira menos explícita, esta dominação ainda se reflete em inúmeras situações de discriminação que continuam ocorrendo, o que indica que da igualdade de direitos à igualdade de fato há ainda uma profunda diferença (BETIOL, 2000).

Os homens, em relação a liderança da mulher acreditam que elas encontram mais dificuldades para utilizar da autoridade sobre os colaboradores, por serem mais sensíveis, compreensivas e criativas. Já para as mulheres isto é apenas uma forma diferente de liderar, compreendendo mais o emocional de todos e sendo mais democrática, já o homem utiliza mais da agressividade e objetividade. Sendo assim, o homem é muito mais individualista ao trabalhar em equipe e desafia mais ainda autoridade se ela for mulher (BETIOL; TONELLI, 1991).

Além disso, a família como um todo, casamento, e filhos acabam impactando negativamente para a mulher e positivamente para o homem. O homem não sente culpa de não dar toda a atenção para seus filhos, porque esse fator já está arraigado culturalmente. Porém, a mulher que cuida dos seus filhos e leva trabalhos para a casa, e não consegue dar toda a atenção que merecem, se sente culpada assim trazendo stress e conflitos para a família por estar sobrecarregada (NOOR, 2002). Outro fator determinante para a mulher na carreira profissional seria a decisão de escolher entre ser mãe ou ingressar no mercado de trabalho, pois é nesse exato momento em que ocorrem esses dois fatos, é que a mulher cresce em sua carreira (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002).

METODOLOGIA

Esta pesquisa se pautou num levantamento quantitativo e exploratório. A técnica de coleta de dados utilizada foi a *survey*, sendo um questionário estruturado, elaborado por meio da ferramenta do Google Forms, e aplicado online por meio da rede de contato dos pesquisadores. A seleção dos participantes foi aleatória simples, por conveniência. A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2020 e obteve-se um no total de 106 questionários válidos.

A análise dos dados foi feita utilizando técnicas estatísticas, por meio do software SPSS Statistics 21. Inicialmente, foi conduzida a preparação da matriz de entrada de dados, onde foram analisados *missing values*, *outliers*, e a normalidade da distribuição de dados. Em seguida, realizou-se a análise descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa foi composta por 81,1% de respondentes do sexo feminino e 18,9% do sexo masculino. Destes, 77,3% são solteiros. A faixa de renda mais frequente entre os respondentes é 2 a 6 salários mínimos (40,6% dos respondentes), seguido de até 2 salários mínimos (34,9% dos respondentes). Entre os respondentes, havia estudantes do Curso de Administração (37,7%), Direito (16%), Medicina (8,5%), Serviço Social (15,1%), Educação Física (6,6%), Fisioterapia (5,7%), Sistemas de Informação (2,8%), Psicologia (5,7%), Arquitetura e Urbanismo e Pedagogia (1,8%). Nas Tabelas 1 e 2, são sintetizados demais resultados da pesquisa de campo.

Tabela 1 – Resultados da análise descritiva

	Igual	Homens +	Mulheres +	Não opinou
Esforço investido no trabalho e comprometimento	67,9%	2,8%	25,5%	3,8%
Disposição em assumir riscos	48,1%	25,5%	17%	9,4%
Empatia (entender de fato o problema do outro, seja liderado, par, chefe, cliente)	35,8%	-	55,7%	8,5%
Agressividade para negociar	37,7%	47,2%	6,6%	8,5%
Estilo de gestão centralizador	47,2%	20,8	19,8%	12,3%
Expressa menos os sentimentos	17%	72,6%	7,5%	2,8%
Racionalidade e tomada de decisão	46,2%	28,3%	19,8%	5,7%

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Tabela 2 – Resultados da análise descritiva

	Sim	Não, para mulher	Não, para ninguém	Não opinou
Já interrompeu a fala de uma mulher no trabalho/ ambiente de estudo / outro	34%	1,04%	53,8%	1,9%
Já deu tratamento depreciativo quanto as falas e opiniões de mulheres	7,5%	20,8%	65,1%	6,6%
Já boicotou ou ridicularizou falas e pronunciamentos de colegas que defendem causas feministas	11,3%	15,1%	68,9%	3,8%
Já desprezou ou desvalorizou a capacidade/competência de uma mulher	9,4%	85,8%	4,7%	-
Já ignorou o pedido de palavra de uma mulher no ambiente de trabalho/ universidade / qualquer outro	5,6%	14,2%	80,2%	-
Já fez uso de reiterações discursivas como forma de ter a “última palavra” em discussões com mulheres	11,3%	9,4%	70,8%	8,5%
Já deu tratamento discriminatório no controle do tempo de fala das mulheres	2,8%	11,3%	84%	1,9%
Já rotulou de “histéricas, loucas e descontroladas” quando uma mulher reagiu ao seu discurso/ fala	18,9%	20,8%	56,6%	3,8%
Já adjetivou de forma depreciativa ou com expressões de conotação sexual uma mulher no trabalho / universidade	15,1%	14,2%	67,9%	3,8%
Já olhou com deboche, ou fez gestos e expressões faciais de reprovação ao que foi dito pelas mulheres no trabalho / universidade	31,1%	14,2%	50,9%	3,8%
Já pensou que é melhor ou que deveria ganhar mais que uma colega mulher no ambiente de trabalho / universidade	2,8%	8,5%	81,1%	7,5%

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Para os respondentes, considerando a sua posição face à relação trabalho/vida pessoal e familiar, 81,1% considera que a vida pessoal e familiar é tão importante quanto a carreira, 11,3% entende que a vida pessoal e familiar são mais importantes que a carreira, e para 7,5% a carreira está acima de tudo. Para 98,1% dos respondentes, homens e mulheres têm igual responsabilidade em garantir a subsistência da família.

Por fim, foi solicitado aos respondentes qual posicionamento teriam, sendo que 87,7% se consideram feministas (onde há igualdade de direitos e competência entre homens e mulheres), 0,9% se consideraram femistas (mulheres superiores aos homens) e 11,3% não opinaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da percepção de perfil entre homens e mulheres, tem-se os respondentes entendem que as mulheres são mais empáticas que os homens, ao ponto que os homens teriam mais agressividade para negociar e expressam menos seus sentimentos.

Na análise de comportamentos machistas, tem-se que grande parte dos respondentes afirma não os manifestar, embora um percentual que variou entre 2,8% e 31% (para a variável “olhou com deboche, ou fez gestos e expressões faciais de reprovação ao que foi dito pelas mulheres no trabalho / universidade”) assumiu eventualmente ter tido tais comportamentos.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, L. Gender representation and the representation of person. **The European Legacy: towards new paradigms**, v.3, p.999-10, 1996.
- BETIOL, M. I. S. Ser administradora é o feminino de ser administrador? In: ENANPAD, 24. Anais... Florianópolis: ENANPAD, 2000. CD-ROM.
- BETIOL, M. I. S.; TONELLI, M. J. A mulher executiva e suas relações de trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 31, n.4, p.17 - 33, out/dez. 1991
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu.**, v.17/18, p. 157-196, 2002.
- CARVALHO, M. P. F. S.; CARVALHO, J. F. L. S.; CARVALHO, F. A. Z.; O Ponto de Vista Feminino na Reflexão Ética: Histórico e Implicações para a Teoria de Organizações. In: ENANPAD, 25, **Anais...** ENANPAD, 2001.
- GROSSI, M. **Identidade e gênero**. IN: Dantas, C. C. Seminário de relações de gênero. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/geerge/redes>>. Acesso em: 8 Set. 2020.
- HABERFELD, V. Employment discrimination: an organizational model. **Academy of Management Journal**, v. 35, n. 1, March 1992.
- HALLOCK, Kevin F., HENDRICKS, Wallace e BROADBENT, Emer. Discrimination by gender and disability status: Do workers perceptions match statistical measures? **Southern Economic Journal**, v. 65, n. 2, Oct. 1998.
- KORAC-KAKABADSE, N.; KOUZMIN, A. Maintaining the Rage: From 'Glass and Concrete Ceilings' and Metaphorical Sex Charges to Psychological Audits and Renegotiating Organizational Scripts. **Women in Management Review**, v. 12, n. 5, 1997.
- LASSANCE, M.C.P.; MAGALHÃES, M.O. **Gênero e escolha profissional**. In: LEVENFUS, R.S. (Org.). A Psicodinâmica da escolha profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LOURO, G. L. **Nas redes do conceito de gênero**. 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/geerge/>>. Acesso em: 08 Set. 2020.
- MAVIN, S.; BRYANS, P. Gender on the Agenda in Management Education? **Women in Management Review**, v. 14, n. 3, 1999.
- NOOR, N. M. Work-family conflict, locus of control, and women's well-being: tests of alternative pathways. **The Journal of Social Psychology**, v. 142, n. 5, p. 645-662. 2002.
- OLIVEIRA, N.; OLIVEIRA, R.C.M.; DALFIOR, S.R. Gênero e novas perspectivas de trabalho: Um estudo junto a mulheres gerentes de atendimento no Banco do Brasil. In: 24º Encontro da ANPAD, **Anais...** ENANPAD, 2000.
- SCOTT, J. W. Gender: A useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n.5, p. 1053-1101, 1986

CRESCIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL: REVISÃO TEÓRICA¹

Vitorio Cleiton De Lima, cleitonvitorio333@hotmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O trabalho visa a apresentar a previsão da taxa de crescimento populacional e como isso vai afetar e modificar o mercado de trabalho nas próximas décadas. O objetivo é fazer uma síntese do conhecimento em relação ao tema no Brasil e como isso afeta a sociedade, devido à necessidade de adaptação às mudanças previstas para as próximas décadas. Levantam-se, também, dados sobre como a pandemia de Covid-19 irá afetar esse processo.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Crescimento Populacional. Modernidade.

INTRODUÇÃO

A gestão de pessoas é a evolução da administração de pessoal ou administração de recursos humanos. Essa área tem como objetivo a cooperação das pessoas que estão dentro da organização, para que seja possível alcançar os objetivos tanto da empresa quanto pessoais, e, dessa forma, lidar com mais pessoalidade e humanidade com as pessoas, não se utilizando mais termos como empregados ou funcionários, mas colaboradores ou parceiros (GIL, 2019).

Quanto ao processo de transição demográfica,

O Brasil passou pelo fenômeno da transição demográfica (queda das altas taxas de mortalidade e natalidade), fundamentalmente, no século XX, e, em consequência, vai ter uma grande transição da estrutura etária no século XXI. A configuração demográfica do país no atual século será totalmente diferente dos primeiros 500 anos de história do país. (ALVES, 2020, p. 1).

O mercado de trabalho e a aposentadoria para a terceira idade, segundo Antunes, Moré e Schneider (2016), as pesquisas realizadas sobre a temática da aposentadoria demonstram vários efeitos do afastamento do ambiente laboral na vida das pessoas. Dentre esses efeitos pode-se destacar, os prejuízos emocionais e na vida social de uma pessoa após a aposentadoria. Os laços que são construídos e fortalecidos durante a carreira profissional e o sentimento de utilidade, ao serem quebrados com a vinda da aposentadoria geram um sentimento de tristeza que pode ocasionar uma futura depressão, comprometendo a boa qualidade de vida do idoso.

METODOLOGIA

¹ Trabalho apresentado à disciplina de Projeto Integrador em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

A gestão de pessoas é a evolução da administração de pessoal ou administração de recursos humanos. Essa área tem como objetivo a cooperação das pessoas que estão dentro da organização, para que seja possível alcançar os objetivos tanto da empresa quanto pessoais, e, dessa forma, lidar com mais pessoalidade e humanidade com as pessoas, não se utilizando mais termos como empregados ou funcionários, mas colaboradores ou parceiros (GIL, 2019).

Para Chiavenato (2014, p. 11), gestão de pessoas é a “área que constrói talentos por um conjunto integrado de processos e cuida do capital humano das organizações, o elemento fundamental do seu capital intelectual e a base do seu sucesso”.

Gestão de Pessoas é um tema da maior importância [...], porque as empresas podem ser tudo, mas nada serão se não houver pessoas a definir lhes a visão e o propósito, a escolher estruturas e estratégias [...] e tantas outras decisões e ações” (VERGARA, 2016, p. 9).

A gestão de pessoas tem em seus desafios o apresto das pessoas para o futuro da organização, a cada dia observam-se novas mudanças no mercado de trabalho, e esses movimentos devem ser observados com atenção. Entre esses movimentos que estão transformando as perspectivas do mercado, estão a entrada de novas gerações e ao mesmo tempo uma maior longevidade das pessoas, isso traz uma maior diversidade etária dentro da empresa; maior transição e mobilidade na carreira e falta de mão de obra técnica e especializada (DUTRA, 2016).

Para Minarelli (2010, p. 43), “Quem descuida de sua qualificação e atualização perde a “atratividade”, não desperta interesse. A constante busca por conhecimento mesmo estando empregado ou não deve fazer parte da vida do profissional”.

“O profissional deve, obrigatoriamente, se preocupar em manter permanentemente atualizado e empregável, diante das exigências de formação, em face das habilidades, especializações e talentos que o mercado requer” (CARVALHO, 2011, p. 57).

A visão que se tem em torno da aposentadoria desconsidera todas as atividades que foram desempenhadas anteriormente pelo aposentado que lhe garantiram o direito à seguridade. O idoso que está apto à atividade desenvolvida no trabalho, torna-se refém da sua própria condição física e mental, uma vez que ele quer ser útil, se depara com as relações de poder que são exercidas pela sociedade, instituição, organização que não estão preparadas para recebê-lo (PINHEIRO; RIBEIRO; SOUTO, 2016).

Desse modo, o idoso representa para o mercado de trabalho como um ser improdutivo, no qual deve abrir mão do trabalho para novas gerações, ocasionando à exclusão do trabalhador, que não está atualizado a modernidade e aos novos conceitos que esse advento traz consigo. E esse sistema faz com que o idoso seja considerado improdutivo e impossibilitado de exercer suas funções que executou durante toda a sua vida profissional (PINHEIRO; RIBEIRO; SOUTO, 2016).

Podemos citar que há um tipo de intolerância para pessoas com mais idade, que desejam continuar empregados após chegar na idade de aposentadoria, o conceito de Intolerância:” (Previtali.2017)

O preconceito por a idade e discriminação etária são constituídos por várias discriminações. Devemos considerar isso com algo interseccional idade, que segundo Goldani (2010,p.414), “abrange a ideia de que pessoas podem experimentar opressão e privilegio ao mesmo tempo, com base em certas características individuais e dependendo do contexto” . isso significa que ,num mesmo caso de discriminação e preconceito, podemos encontrar diversos fatores tais como de gênero, idade, raça ou ainda de cunho social, como o nível econômico e a classe social, que tomam características únicas.

Pode-se identificar o preconceito etário no Brasil em vários setores, como nos órgãos governamentais , no trabalho assalariado ,no sistema de saúde ,na mídia e na família. A idade divide os grupos etários que podem ter privilégios ou não nas políticas públicas, o que gera um conflito de gerações (PREVITALLI, 2017)

Também se pode citar o estatuto de idoso que garante em lei os direitos do idoso. A Lei 10.741/2003, Estatuto do Idoso, “tem papel fundamental [...], pois nele foram trazidos dispositivos que ratificam os direitos e garantias dos idosos”. (GARCIA, 2016, p. 34).

Debater o tema torna-se relevante haja vista o contexto social no qual se insere – de uma população que tem se tornado cada vez mais velha, não obstante a cultura, até então formada, tratar tal condição como insignificante socialmente – uma vez que não reconhece ao idoso a sua importância cívica para a construção da nação. Frisa-se que os dados dos institutos de pesquisa revelam que até o ano de 2025 o país contará com uma população idosa de 32 milhões de brasileiros com mais de 60 anos de idade (RAMOS, 2014, p. 34).

Antunes, Moré e Schneider (2016) afirmam que as pesquisas realizadas sobre a temática da aposentadoria demonstram vários efeitos do afastamento do ambiente laboral na vida das pessoas. Dentre esses efeitos pode-se destacar, os prejuízos emocionais e na vida social de uma pessoa após a aposentadoria. Os laços que são construídos e fortalecidos durante a carreira profissional e o sentimento de utilidade, ao serem quebrados com a vinda da aposentadoria geram um sentimento de tristeza que pode ocasionar uma futura depressão, comprometendo a boa qualidade de vida do idoso.

Possuir contatos sociais com diferentes gerações possibilita ricas trocas de experiências entre elas. Em contrapartida, a ausência desse contato Inter geracional pode possibilitar a presença e manutenção de preconceitos e estereótipos na velhice (TARALLO; NERI; CACHIONE, 2017).

A integração entre as gerações por meio das atividades intergeracionais podem proporcionar benefícios tanto aos jovens como aos mais velhos, os quais aprenderão juntos por meio da experiência (TARALLO; NERI; CACHIONE, 2017).

A resiliência é considerada como um construto psicossocial bastante relevante para entender como é desenvolvido o mecanismo de superação das adversidades em idosos (ARAÚJO; SILVA, 2017).

Então, a resiliência na velhice pode ser descrita como o resultado da adaptação do indivíduo perante eventos adversos, onde se mantém bem-sucedido mediante os conflitos da vida. A resiliência na velhice é um recurso que pode ser considerado como mediador e protetor (ARAÚJO; SILVA, 2017).

A ONU (apud ALVES, 2020, p. 1) apresenta para o restante do século três cenários de projeções, para o Brasil: “1) No cenário de projeção alta, a estimativa

indica uma população de 272,7 milhões de brasileiros em 2100. 2) No cenário de projeção média, a população brasileira seria de 180,7 milhões de habitantes em 2100. 3) E no cenário de projeção baixa, o número ficaria em 114,4 milhões de habitantes em 2100”.

Nos três cenários o número de mulheres continua superando o número de homens e o processo de envelhecimento é acentuado. A idade média na projeção alta em 2100 está estimada em 42,3 anos. Na projeção baixa a idade mediana ficaria em impressionantes 62,6 anos. E na projeção média (a mais provável) a idade mediana ficaria em 51,4 anos (ou seja, metade da população ficaria abaixo de 51,4 anos e a outra metade acima desta idade). O século XXI vai ser o século do envelhecimento demográfico do Brasil. (ALVES, 2020, p. 1).

Esta nova configuração demográfica exigiria que “as políticas econômicas e sociais se adaptem à nova realidade populacional, fortalecendo as políticas de educação e emprego. Infelizmente a crise econômica que começou em 2014 já estava fazendo o Brasil desperdiçar este momento histórico (ALVES, 2020, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostrou como o crescimento populacional irá mudar a realidade do Brasil, também foi feita uma introdução a gestão de pessoas que tem o papel de preparar, treinar e direcionar essas pessoas, para tenham êxito e que permaneçam sempre, motivadas para realizarem suas tarefas. Ficando constatado que a motivação é essencial para ter um melhor desempenho e um ambiente de trabalho mais agradável.

A situação do idoso na sociedade também é determinante para a nação, deve haver mais políticas públicas para beneficiar essas pessoas, também Fica, demonstrado que as relações interpessoais e a empatia são fatores indispensáveis para uma boa condução do convívio entre os indivíduos.

Concluindo, de acordo com a pesquisa realizada podemos analisar que, Estamos passando por um momento decisivo da história brasileira, onde temos bastante mão de obra e pessoas jovens, mas não temos empregos para todos, se não recuperarmos isso, nas próximas décadas, quando a população, começar a envelhecer, será tarde demais, haverá competição por pessoas qualificadas e que também são jovens, entre os países, e se o Brasil continuar assim, iremos perder essas pessoas, e sem elas iremos, perder a chance de nos tornarmos um país, com uma melhor qualidade de vida e uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **O perfil demográfico do Brasil até 2100 e os desafios da covid-19**, 29/04/2020, in ECO DEBATE, ISSN 2446-9394, 29/04/2020. disponível em: ><https://www.ecodebate.com.br/2020/04/29/o-perfil-demografico-do-brasil-ate-2100-e-os-desafios-da-covid-19-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

ANTUNES, M. H., Moré, C. L. O. O., & Schneider, D. R. (2016). **Compreendendo o fenômeno da aposentadoria em uma perspectiva relacional: Contribuições do pensamento sistêmico**. *Pensando famílias*, 20(2), 70-84. Retirado em 16/11/2020, do PePSIC (Periódico Eletrônico de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/>

Araújo, L. F.; SILVA, R. J. S. Resiliência e velhice: Um estudo comparativo entre idosos de diferentes classes sociais. **Psicologia em Estudo**, 22(2), 141-152. 2017).

BARBIERI, Franco, U. **Gestão de Pessoas nas Organizações - Conceitos Básicos e Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2016.

CARVALHO, Pedro Carlos de. **Empregabilidade: a competência necessária para o sucesso no novo milênio**. 7. ed. Campinas: Alínea, 2011; São Paulo: Atlas, 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP : Manole, 2014

DUTRA, Souza, J. **Gestão de Pessoas - Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

ELOI, Juliana Fernandes; LIMA, Maria Eliara Gomes; SILVA, Angélica Maria de Sousa. Reinserção de idosos no mercado de trabalho: uma etnografia de tela do filme Um Sr. Estagiário. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 23, n. 1, p. 199-212, jun. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 nov. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis estratégicos** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IZZO, Helena. **Convivendo com a velhice**: efeitos da atividade física grupal no bem-estar físico e psicológico dos idosos. 1992. Tese (Mestrado em Psicologia Social)- Instituto de psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade**: Como entrar, permanecer e progredir no mercado de trabalho. 25. ed. São Paulo: Editora Gente, 2010.

PINHEIRO, A. F. S; RIBEIRO, D. J; SOUTO, I. F. Q. Inserção do idoso no mercado de trabalho. **Humanidades**, 5(1), 82-92, 2016.

PREVITALLI, Ivete Miranda Miranda **Educação e diversidade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2017. 240 p.

TARALLO, R. S., NERI, A. L., CACHIONI, M. Atitudes de idosos e de profissionais em relação a trocas intergeracionais. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 20(3), 423-431. Retirado em 16/11/2020, do SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/prc>

VERGARA, Constant, S. **Gestão de Pessoas**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE GESTÃO DE CARREIRAS¹

Marina Belli, marinabelli@hotmail.com ²

Tatiane Correia, tatianecorreia18@outlook.com ³

Dra. Ivanete Schneider Hahn, ivischneider@hotmail.com ⁴

Resumo

Este estudo se propõe a levantar reflexões teóricas sobre o tema gestão de carreiras, o qual é objeto do Projeto Integrador da 4ª fase do Curso de Administração, Campus Caçador. Para elaborar este trabalho, foi conduzida uma revisão teórica, tendo como base as referências indicadas no ementário do PI. Conclui-se que as vantagens de um gerenciamento de carreira são inúmeras, uma vez que ao aperfeiçoar o funcionário tem reflexos diretos no desempenho das empresas.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Gestão de Carreiras.

INTRODUÇÃO

As mudanças na relação entre empregador e empregado num sentido mais transacional que têm vindo a ocorrer, sobretudo na última década, e num contexto de menor segurança do emprego e menor lealdade para com o empregador, tendo em vista as alterações e percepções do empregado do que a organização da empregadora lhe deve e do que o empregado deve à organização e isso acarretou uma maior responsabilidade do indivíduo na gestão em sua carreira (MORRISON; ROBINSON, 1997).

O planejamento de carreiras é um desafio de forma complexa onde deve identificar particularidades de cada indivíduo aproveitando se há de melhor em si, e também sempre aprimorando seus pontos fracos e melhorando a cada dia seus pontos fortes, por isso esse método de trabalhado em longo prazo, focando em várias áreas possibilitando promoção, almejando cargos futuros não somente que está exercendo no momento (CHIAVENATO, 2009).

Para o mesmo autor (2009), a possibilidade de crescer nas empresas é um grande atrativo para os profissionais, e de outro lado o crescimento é um grande aliado para reter colaboradores competentes, mas o bom desempenho não é só por conta da instituição, mas sim também do colaborador, essa responsabilidade é de certa forma dividida fazendo que os dois trabalhem juntos para poder concluir com eficácia e eficiência seus deveres.

Partindo deste pressuposto, este estudo se propõe a levantar reflexões teóricas sobre o tema gestão de carreiras, o qual é objeto do Projeto Integrador da 4ª fase do

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Doutora em Administração (UFSM/RS). Professora do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Curso de Administração, Campus Caçador. Para elaborar este trabalho, foi conduzida uma revisão teórica, tendo como base as referências indicadas no ementário do PI.

REVISÃO TEÓRICA SOBRE GESTÃO DE CARREIRAS

A forma em que o ambiente se desenvolve influencia diretamente na vida das pessoas, moldando o comportamento e os objetivos pessoais, o que consequentemente molda o próprio desenvolvimento organizacional (TRAMBAIOLI; JOVILIANO, 2015).

Há muitas técnicas que podem ser usadas para auxiliar no processo da gestão de carreira, e são elas: competência técnica e comportamental. Nas competências técnicas usa-se de meios mais fáceis para que haja o seu desenvolvimento como cursos de capacitação e similares. Nela sempre o conhecimento é aplicado diretamente em execuções de tarefas, podendo assim ser aperfeiçoada por meio do estudo que pode ser aproveitada as habilidades técnicas de cada um. As competências comportamentais já tem outro modo de atingir os seus colaboradores que é por meio da experiência profissional, isto é, o saber conviver em ambientes que demandam trabalhar sempre em grupo é um dos exemplos mais figurados dessa competência, que pede certa vivência dentro da empresa para trazer o crescimento e amadurecimento profissional (CHIAVENATO, 2009).

Segundo Junior (2017) concluir que um colaborador tem competência para atuar em uma determinada função é o mesmo que dizer que ele tem os conhecimentos, habilidades e atitudes pertinentes para executar suas tarefas com qualidade. Então define o que é competência por meio do CHA: Conhecimento (saber o que fazer e por que fazer), habilidade (saber quais as técnicas para realizar a tarefa) e atitudes (querer fazer, ter determinação para fazer). Além das competências necessárias o funcionário deve estar constantemente estimulado para entrega destas competências à organização, pois é a partir desta entrega efetiva é que a organização obtém os resultados esperados, alcançando a eficiência e eficácia no desenvolvimento organizacional (BRANDÃO; GUIMARÃES, 1998).

O que deve ser considerado importante para o desenvolvimento organizacional são as competências que cada colaborador entrega para organização, pois nada agrega aquele que tem o conhecimento e habilidades e não os coloca à disposição na realização de sua (HUCZOK; LEME, 2013). Quando a organização vai realizar alguma movimentação, seja ela uma admissão, promoção ou até mesmo demissão, a avaliação é feita com base na capacidade de entrega de cada colaborador na realização de suas atividades. Busca-se em todas as situações, ter a certeza de que o colaborador realmente tem condições, ou não, para alcançar os resultados que a organização deseja (DUTRA, 2009).

Para uma boa gestão de carreira é necessário mapear as competências necessárias dentro da organização com isso fica melhor para aplicar o procedimento que precisa para o desenvolvimento de cada setor, definindo algumas projeções de cargos, criando critérios a serem atingidos para que o colaborador possa intender o funcionamento da gestão e os níveis que tende se passar para que haja sua promoção, outra forma de acertar nesse método é acompanhar os resultados para ver o nível de eficiência e trazer alguns indicadores para terem ciência de seus objetivos assim tendo mais retorno em forma de *feedbacks*, que podem ser usados para fazer alterações e fazendo aproveitamento nos processos (WOEBCKEN, 2019).

CONCLUSÕES

As vantagens de um gerenciamento de carreira são inúmeras e muito notáveis sempre dentro de uma organização, como, por exemplo, o aperfeiçoamento dos colaboradores, com a qualificação do mesmo ele vai ter um desempenho e consigo reflexos positivos, e com isso possibilitando um encaixe certo com a equipe melhorando seus produtos constantemente, pois as vezes não está interessado em diminuir chances de erros com gargalos no processo (DUTRA, 2002).

Para Trambaioli e Joviliano (2015) cada vez mais as organizações estão adotando critérios de gestão de carreira, onde são evidenciadas as competências de cada colaborador e quais são as etapas que cada um deve percorrer para o desenvolvimento de sua carreira. Atualmente, o colaborador deixa de ser executor de tarefas e passa a contribuir de forma consciente dentro das organizações. O funcionário que conhece os objetivos organizacionais, que se identifica com eles e sabe como alcançá-los, poderá trazer resultados mais eficientes, pois no desejo de desenvolver-se, conseqüentemente está contribuindo para o desenvolvimento organizacional.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H.P.; BAHRY, C.P. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n.2, p.179-194, 2005

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DUTRA, J.S.. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2002.

DUTRA, J.S. **Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HUCZOK, R.; LEME, R. **Remuneração: cargos e salários ou competências?** 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

JUNIOR, C. **O que é CHA em gestão de pessoas** (2017). Disponível em: <https://www.projectbuilder.com.br/blog/o-que-e-cha-em-gestao-de-pessoas/>. Acesso:11/11/2020.

MORRISON, R.; ROBINSON, S. When Employees Feel Betrayed: a model of how psychological contract violation develops. **Academy of Management Review**, v.22, n. 1, p.226-256, 1997.

TRAMBAIOLI; F.A.F.; JOVILIANO, R.D. A gestão de carreira como ferramenta para o desenvolvimento organizacional. **Revista UniFafibe On-Line**, v. 8, n.1, p. 451-462, 2015.

WOEBCKEN, C. **O que é gestão de carreira e qual a sua importância para o desenvolvimento profissional** (2019). Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/gestao-de-carreira/>. Acesso: 11/11/2020

SUCESSÃO E DESEMPENHO NAS EMPRESAS FAMILIARES¹

Guilherme Luiz Turatti, guilherme@turatti.ind.br²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo trazer ao leito uma pesquisa sobre a gestão e sucessão na empresa familiar. Pontuando que é muito importante a reflexão de como funciona a gestão, seu conceito e algumas pontuações feitas por alguns autores. Vai abordar também os problemas que afrontam a sucessão, quais as principais dificuldades enfrentadas pelas gerações e por fim apresentar uma solução que resulte em uma boa sucessão familiar, sempre priorizando a vida longa ao negócio, deixando de lado qualquer cultura familiar que está enraizada entre os membros familiares. Vai ressaltar também que a gestão e a sucessão consistem nos grandes obstáculos a serem deixado para trás, mas que com o passar do tempo a profissionalização dessa gestão vem sendo muito acolhida e pensada, pois tem mostrado uma significativa melhora na longevidade da empresa.

Palavras-chave: empresa; dificuldades; profissionalização.

INTRODUÇÃO

O assunto que trata o presente artigo, sendo ele a sucessão nas empresas familiares está sempre em debate, pois seu papel é fundamental no setor da economia para geral produção e empregabilidade. Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é mostrar a discussão e a preocupação de uma má gestão e tentar gerar uma solução para proceder uma boa gestão, além de entender as características que definem a empresa familiar propriamente dita, bem como mostrar quais obstáculos são encontrados no momento que o poder passa de uma geração para outra.

Será demonstrado que a gestão familiar é fundamentada sempre que um integrante de uma determinada família é o fundador ou dono da empresa, sendo passada de geração para geração para que haja vida longa ao negócio e não pereça com a má gestão ao longo do tempo.

Também, abordará sobre o processo de sucessão na empresa, que como pontuado ao decorrer do escrito acontece no momento em que há transição do poder do capital da geração fundadora para a mais recente e cabível que existir.

Deste modo, ocorre a ideia de profissionalização da gestão, trazendo pontos positivos para que toda cultura enraizada nos gestores, em razão dos costumes e crenças da família, sejam deixadas de lado, trazendo uma pessoa capacitada e totalmente imparcial as diferenças, medos e anseios que gira em torno da família, conduzindo uma boa gestão para a empresa e garantindo longevidade para seu negócio.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de xxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

No que concerne ao conceito de empresa familiar, essas empresas são conceituadas por fazerem parte de entidades com personalidade alternativa e imparcial aos seus proprietários administradores, dessa forma, é permitido terem direitos e obrigações próprios. O conhecimento geral em torno da classificação entre pessoa jurídica e física torna-se fundamental, principalmente quando se fala desse tipo de empresa, pois nela deve ser objetiva esta distinção entre empresa e seu proprietário para que se desenvolva uma boa função (ADACHI apud SOUSA; LIMA; OLIVEIRA, 2020)

Pode-se dizer que o mundo das empresas familiares verificados e comandados por famílias é encarregado de 80% do mercado universal. (Duarte, 2004). Assim, nota-se que a relevância da empresa familiar no mundo é significativa, uma vez que se tornou a maioria entre todos os tipos de empresas existentes (LIMA, 2020).

De acordo com os dados trazidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) 90% das empresas nacionais são familiares, sendo que na maioria dos casos são dirigidas pelos próprios membros da família. Conseqüentemente, as empresas familiares tomam um papel fundamental na economia nacional, tendo em vista que nove em cada dez empresas brasileiras são de qualidade familiar (LIMA, 2020).

Decorrido do processo de globalização dos negócios aliado da entrada do avanço tecnológico, as associações começaram a procura por modelos contemporâneos de gestão visando garantir sua longevidade e sustentabilidade no mercado econômico. Ao decorrer dos 60 anos surgiu uma fase de mudanças rápidas e abundantes, na qual maior parte das organizações acabou por falecer e menores empresas começaram a crescer significativamente (FAGUNDES, apud SOUSA; LIMA; OLIVEIRA, 2020).

Uma das causas de problemas na gestão familiar pode ser considerada que está presente na sua fase inicial, como alude Adachi (apud SOUSA; LIMA; OLIVEIRA, 2020), o grande problema entre família e empresa é corriqueiramente o caixa único, não encontrando diferença de receitas ou despesas pessoais e dos negócios, além de o território de trabalho acolher uma grande relevância no dia a dia da família, e resulta em confusão na hora de distinguir o que é da família e o que é da empresa.

Na concepção de Moreira Junior (apud SOUSA; LIMA; OLIVEIRA, 2020), existem dois fatos em destaque que auxiliam neste estudo, sendo: a gestão administrativa e a propriedade da organização, uma vez que o controle administrativo deve ser desvinculado da propriedade no momento em que o empreendedor, fundador ou gestor da empresa decide profissionalizar a direção da organização, dedicando-se a terceiros, que não consagram a família fundadora, entretanto, ocupam cargos que demonstram competência e habilidade.

No que tange ao processo de sucessão, Leone traz que é “o rito de transferência de poder e de capital entre a geração que atualmente dirige e a que virá a dirigir”. Ainda expõe que é um processo de suma importância para as gerações, mas que na maioria das vezes pode vir a dar errado, uma vez que alguns métodos usados

por cada gestor são diversificados, além de comandar a empresa de maneira diferente (LEONE *apud* SILVA; VALDISSER, 2020).

Tem-se que uma das maiores dificuldades achados pela empresa familiar, ao que diz respeito do seu triunfo em longo prazo, é a deslocação do poder de quem fundou para seus sucessores. Sendo que está não pode ser fundamentada por parâmetros somente objetivos, isso porque o processo sucessório é composto por problemas de comportamento enraizados nos problemas que envolvem os membros da família (TILLMANN, GRZYBOVSKI, 2020).

Para ter um bom planejamento na sucessão não poderá conter emoções, devendo ser levado em análise se será um membro da família que assumirá o controle da empresa ou um membro externo. Na hora de tomar essa decisão deve ser levada em consideração a longevidade do negócio. Desse modo, a direção não será imposta a um herdeiro pelo grau parentesco, entretanto pelo domínio e identificação com o setor da área (TILLMANN, GRZYBOVSKI, 2020).

Para Bernhoeft, (apud TILLMANN, GRZYBOVSKI, 2020), os processos sucessórios são ocorrências de transformações na direção do negócio, e que no momento que iniciados sem certa definição de parâmetros objetivos, no que diz respeito ao perfil almejado para o sucessor, vai estimular um conflito entre os candidatos, trazendo muitas desavenças e rivalidade de poder entre os membros da família.

Por outro lado, Lodi (apud FREITAS, FREZZA, 2020) leciona que o futuro sucessor precisa ter uma prática fora do negócio, onde terá uma chance de aprender com seus erros sem colocarem risco sua entidade e podendo desenvolver sua própria personalidade empresarial.

Já de acordo com Peter Leach (apud FREITAS, FREZZA, 2020, p. 1), “escolher um sucessor pode significar uma escolha entre filhos e filhas que, até então, tinham todos suas próprias ambições secretas de sucessão quando o pai se afastasse.”

Ainda, vale ressaltar que em alguns casos de empresas com divisões abundantes e de maiores patrimônios, esses institutos trazem consigo problemas característicos, como por exemplo, atraso na sucessão, no desenvolvimento da administração e também ocorre uma limitação na sua expansão. Ainda, ocorre uma falta de liderança e uma transformação nos moldes da família. Dessa forma, é imprescindível a criação da figura do Conselho de Administração, sendo composto pelos administradores designados pela assembleia-geral de acionistas da empresa (RODRIGUES, 2020).

Destaca-se que o CA traz estratégias que vão ajudar a perceber e conciliar os problemas familiares que atrapalham a administração da empresa, atuando como juiz na busca do equilíbrio entre as duas coisas, equilíbrio esse que apenas se atinge quando há um gerenciamento certo da empresa, sem promover qualquer tipo de alteração na harmonia da família. Para isto, deve ser constituído por administradores que não pertencem à família, tendo competências específicas no negócio (RODRIGUES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo principal trazer a tona os obstáculos encontrados no momento da sucessão da gestão nas empresas familiares, pontuando como é difícil fazer essa transição, uma vez que o foco na amplitude do negócio deve permanecer sem que as emoções presentes na família interfiram nisso.

No primeiro capítulo foi abordado acerca da empresa familiar propriamente dita e como ela é conceituada. Assim, pode-se dizer que este tipo de empresa só vai ser caracterizando quando houver um membro da família como fundador ou dono do negócio, tendo individualidades de uma longa vida e crenças que somente ele poderia ter e claro, quando a sucessão estiver de fato conectada com a família no momento necessário da mudança.

Após, foi identificado e explicado acerca da gestão na empresa familiar, que em decorrência de muitas empresas falecerem com a sucessão, houve um início de preocupação por parte dos empresários. Dessa forma, iniciou-se o processo de profissionalização da gestão nesta área, onde as empresas começaram a deixar de lado seus princípios e foram em busca de uma pessoa capacitada para poder realizar uma direção mais imparcial, mais profissional e eficaz, podendo decidir ou não se haveria relação sanguínea ou não com essa pessoa.

Entretanto, apesar da sua grande importância, tem-se que 70% dessas empresas familiares falecem na geração de seu fundador, mostrando assim que há uma grande mortalidade nesse ramo de empreendimento.

Diante do exposto, como tratado no último capítulo deste artigo, conclui-se que estas empresas devem desenvolver um conselho de administração imparcial, que não leve em consideração as emoções que rodeiam uma família, inserindo uma pessoa que consiga trazer o equilíbrio e uma boa gestão para que seu negócio passe por várias sucessões sem perecer.

REFERÊNCIAS

FREITAS, FREZZA, Cleusa. **Gestão e Sucessão em Empresa Familiar**. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/1063-3029-1-PB.pdf> Acesso em: 10 de nov. 2020

TILLMANN, GRZYBOVSKI, Denise. **Sucessão de Dirigentes na Empresa Familiar: Estratégias Observadas na Família Empresária**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v12n32/a03v12n32.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2020

LIMA, Abizai Campos. **Empresa Familiar: Um Estudo Sobre A Difícil Tarefa De Preparar Um Sucessor Para Sua Gestão**. Disponível em: semanaacademica.org.br/system/files/artigos/empresa_familiar.pdf. Acesso em: 18 de nov. 2020.

RODRIGUES, Jorge. **O Conselho de Administração nas Empresas Familiares**. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpb/v7n1/v7n1a07.pdf> Acesso em: 18 de nov. 2020.

SILVA, VALDISSER, Cassio Raimundo. **Gestão de Empresa Familiar: O Caso da Empresa Castelo dos Pães Ltda-Me**. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/960-3621-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: 10 de nov. 2020.

SOUSA, LIMA, OLIVEIRA, Edson Aparecida Araújo Querido. **A Empresa Familiar e Suas Contribuições Para o Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16565/4298.> Acesso em 18 de nov. 2020.

Wilian Antonio Locatelli, wilianlocata@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O marketing está presente há muito tempo, desde meados de 1940, para ser mais preciso. Possibilita uma escolha de diversas maneiras de como usar as estratégias de marketing para qualquer empresa. Um bom plano de marketing torna-se fundamental no mercado competitivo. Assim, essa pesquisa se propõe a levantar conceitos associados ao marketing.

Palavras-chave: Marketing. Venda. Preço. Compra.

INTRODUÇÃO

Essa ideia se estende, em partes, ao marketing. Ele está presente na sociedade há muito tempo, mesmo que antigamente isso fosse de forma oculta. É possível que muitos comerciantes faziam marketing sem saber, já que eles definiam seus produtos, posicionando-os, precificando-os e anunciando-os (SOUSA, 2019).

“O marketing é primordial também para a manutenção de boas relações com os consumidores das micro e pequenas empresas (MPE) que representam hoje, segundo o Sebrae (2019), 99% do total das empresas brasileiras” (SEBRAE, 2019, apud FONTES, 2020, p. 43).

O marketing não é desnecessário, ele é totalmente importante apenas pelo fato de você promover, vender ou comprar alguma coisa. “Observa-se que cada vez mais as empresas investem em setores de marketing e a tendência é que eles evoluam ainda mais” (FONTES, 2020, p. 43).

Dessa forma, essa revisão teórica apresenta os principais conceitos associados ao marketing.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Marketing é uma área muito importante e muito relevante para nosso mercado, ela é nossa propaganda, nossa venda e até mesmo um preço melhor, tudo isso é marketing. Ela é nada mais nada menos que um jeito de fazer negócio, busca sempre o máximo de satisfação tanto para o cliente quanto para o investidor assim ocasionando uma ótima relação entre ambos. Marketing está por toda parte, bens,

¹ Trabalho de Projeto Integrador do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico da 2ª fase do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ideias, serviços, informações, entre outros. Ela veio para facilitar as formas de consumo e de interação humana, sua finalidade é criar valor e chamar a atenção do cliente (NETO e col, 2019).

O mais famoso de todos eles é o Marketing digital pois todas as ações de marketing realizadas de forma online se referem a ele, está no Google, Facebook, outras redes sociais e até mesmo em mensagens de texto no celular (FONTES, 2020, p. 53).

“O marketing digital é um processo destinado a promover a venda de produtos e serviços a um determinado público-alvo usuário de internet e de sistemas de informação on-line, junto com ferramentas e serviços on-line, de forma estratégica e coerente com o programa de marketing da empresa” (CINTRA, 2010).

O marketing tradicional ou offline como costuma-se chamar. Podemos entender as ações que buscam fixar uma marca na mente do consumidor assim quando uma necessidade de compra surgir isso ser uma escolha lógica. Isso ocorre em rádio, tv, outdoors, revistas e jornais (PAREDES, 2016).

O chamado Marketing de relacionamento já diz sua proposta apenas pelo nome, pois sua ideia justamente é que a marca efetivamente se relacione com o seu cliente. Sua estratégia é que o cliente não compre só uma vez e sim que futuramente seja a primeira marca que o consumidor pense quando precisar (SILVA, 2019)

Todo plano de marketing deve ter uma sequência de passos a serem seguidos para que o processo ocorra da melhor maneira possível (MELO et al., 2019).

Para iniciar um bom plano, deve-se fazer uma análise para compreender como os fatores internos e externos influenciam os negócios, para assim entender a situação atual da empresa (MELO et al., 2019).

A concorrência é umas das estratégias mais fortes, pois ela mostra como e onde acontece sua marketing mostrando inovações para colocar em prática nosso diferencial e ver quais pontos que pode se destacar perante outra opção. (COBRA, 2000, p.43).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho leva a compreender como o marketing está presente em todo o cotidiano, pois como já mencionado ali em cima, tudo é marketing. No mundo de hoje se destaca e cresce quem é diferente, com isso o melhor sempre está na frente.

Deve-se pensar que o marketing nunca é prejudicial em algum projeto, ele sempre mostrará diversos caminhos para provar que toda organização depende e precisa dele para não só satisfazer a clientela atual e sim trazer cada vez mais.

REFERÊNCIAS

CINTRA, Flavia. **Marketing Digital: a era da tecnologia online**. Investigação, São Paulo: v. 10, nº1, p 6-12, 2010. Disponível em <http://publicacoes.unifran.br/index.php/investigacao/article/view/147>. Acesso em: 04 de março de 2018.

FONTES, Nádia Farias. **A importância do Marketing Digital nas micro e pequenas empresas**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 05, pp. 43-52. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: [A importância do Marketing Digital nas micro e pequenas empresas](#)

MELO, Aldo Rodolfo De. Et al. A estratégia Brand Experience na era do Marketing 3.0 influenciando o fortalecimento de marca. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 08, Vol. 07, pp. 82-103. Agosto de 2019. ISSN: 2448-0959

NETO, Alberto Rubens Gandra. LIRA, Paulo Henrique Menezes De. CARVALHO, Odiléa Monteiro De. **A importância do marketing para o empreendedor: Estudo de caso varanda verde.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 05, Vol. 08, pp. 143-160. Maio de 2019. ISSN: 2448-0959

PAREDES, Breno. 2016. Disponível em :<<http://cysneiros.com.br/marketing-de-conteudo-vs-marketing-tradicional/>> acesso em : 2018

SILVA, Daniela Mystica da. OLIVEIRA, Victor Miranda de. **Uma análise bibliométrica: os últimos 20 anos do marketing de relacionamento.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 10, pp. 97-114. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959

SIQUEIRA, Eduardo Déa. **A atuação do Marketing Digital como meio para divulgação do Marketing Social frente a pandemia de COVID-19 no Brasil.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 09, pp. 55-64. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/marketing/marketing-social>

SOUSA, Dyllmar Alves de. Et al. **Estratégias de marketing digital nas mídias sociais como ferramentas de aproximação entre cliente e empresa.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 11, Vol. 03, pp. 128-145. Novembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/marketing/marketing-digital>

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E INOVAÇÃO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Andrei Luiz Vogher, andreivogher3812@gmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O mundo vive em constante atualizações, desta forma, a gestão estratégica de pessoas assume papel fundamental no meio corporativo, que, para conseguirem alcançar e trabalhar com as constantes evoluções, devem preparar as pessoas para receber essas novidades. O fator que impulsiona o mercado são as tecnologias, substituindo trabalhos braçais por intelectuais, sendo essencial o treinamento para os novos equipamentos e softwares que se atualizam com frequência. O trabalho inicia com a busca e seleção de pessoas dispostas a se desafiarem e se desenvolverem e trazerem novas ideias para dentro das organizações. Um destaque para a chegada de tecnologias para dentro das empresas, está ligado à gestão que comanda as equipes, pois terá papel fundamental de auxiliar os colaboradores com a chegada dessas melhorias e motivá-los para a busca de aperfeiçoamento para crescerem com a empresa. A busca por resultados está ficando cada vez mais atrelada às tecnologias e, para se conseguir concorrer no mercado, é indispensável a inovação, que leva as empresas a correrem em busca de novidades que possam conquistar o mercado, que cada vez segue mais competitivo.

Palavras-chave: Inovação. Desafio. Gestão de Pessoas

INTRODUÇÃO

As empresas inseridas na atual sociedade buscam por perfil adequado de pessoas para fazer parte do seu quadro de colaboradores, onde o mercado exige que busquem capacitação para as novas demandas, práticas de gestão de pessoas estão sendo que ser trabalhadas para atender as novas exigências do mercado (DALMINA; ALMEIDA, 2019).

O contexto das organizações está sendo em inovação, novas práticas de aprendizagem organizacional estão inseridas, necessitando da participação efetiva das pessoas para o seu desenvolvimento, o planejamento estratégico está baseado a curto e longo prazo para o mercado constantemente atualizado (DALMINA; ALMEIDA, 2019).

Assim, o objetivo deste estudo é abordar temas relacionados à gestão estratégicas de pessoas e inovação, através de uma revisão bibliográfica de periódicos sobre o tema abordado, apresentando os resultados obtidos, como o processo é elaborado e as dificuldades para inovar e fazer a gestão de quem está diretamente trabalhando nestas novas tecnologias.

METODOLOGIA

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

A gestão estratégica de pessoas é definida como processo de planejamento, organização, direção e controle de atividades as pessoas para um desempenho eficiente para alcançar objetivos de uma organização, que exige investimentos para desenvolvimentos das competências e capacidades dos colaboradores (RAMOS, 2018).

As práticas gestão de pessoas tem grande importância no papel de selecionar pessoas, desenvolvê-las de modo que possam assegurar dentro da organização, garantindo o seu desenvolvimento, com esse processo fidelizando os seus clientes com os colaboradores que são frequentemente capacitados para atendê-los (RAMOS, 2018).

As organizações que priorizam e reconhecem a gestão estratégica de pessoas possuem vantagem competitiva e se diferem das demais, pois adquirem visão ampla das necessidades de seus colaboradores, trazendo-lhes benefícios que contemplem além da remuneração, melhor qualidade de vida que reflete no seu melhor desempenho dentro da organização (RAMOS, 2018).

As organizações em maior ou menor quantidade necessitam de pessoas para o seu sucesso, criando assim modelos para que as diferem no mercado com fatores internos e externos para fixar uma imagem e mostrar a sua competitividade e possam atrair novas pessoas e seus talentos (BATISTA, 2017).

O modelo de comprometimento é o que tem apresentado mais resultado, baseado, em uma participação ativa dos colaboradores no planejamento estratégico, as pessoas são tratadas como parceiras de trabalho, proporcionar um segundo lar e sintam-se há vontade de expor suas ideias, descobrindo novos talentos para as mais determinadas áreas dentro do ramo de atuação (SANTOS et al., 2018).

A liderança tem papel fundamental onde deve ser analisado o perfil das pessoas que realizam este trabalho e exige atenção, é depositado no líder a confiança para a inovação e crescimento, busquem conhecimento e possam inspirar pessoas a criação de novas ideias e desenvolvimento (CASTEGNARO; FACIN, 2018).

A inovação surge como vantagem na competição das empresas, e para isso ocorrer as empresas precisam de processo de conhecimento interno dos seus processos que são realizados, através dessas informações criar estratégias em conhecimento, adquirir conhecimento, formas de facilitar o uso e avalia-los constantemente (AVILA, et al.2019).

O empoderar de funcionários é um aspecto fundamental na produção de inovação nas organizações, lideranças voltadas para obtenção de resultados, o envolvimento dos colaboradores nas tomadas de decisões, a comunicação, ter um ambiente aberto para a criatividade tem papel fundamental para que seja produzida novas ideias e inovação dentro das empresas (CAMÕES, 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho, pode-se concluir que a relação entre equipes de trabalho e gestor é muito mais produtiva quando este tem em si um espírito de líder, seu grau de autoconhecimento muda totalmente uma organização, sem um líder

eficaz que faça a diferença dentro da empresa a mesma não evolui, precisa saber trabalhar em equipe, para motivar, e cobrar resultados de seus liderados.

Nesse trabalho aprendeu-se que se deve saber lidar com as pessoas dentro da organização, que quando passamos a ser líder precisamos ter responsabilidades, pois o desenvolvimento irá partir de nossa gestão em como estamos transmitindo conhecimento para os grupos que fazem parte da empresa. O líder precisa mostrar confiança e buscar deixar o ambiente favorável, pois assim os colaboradores irão mostrar melhores resultados visto que a organização deverá ficar mais produtiva e inovadora.

Nesse sentido, as pessoas que permeiam todas os processos de inovação da empresa, desde o projeto até a chegada do resultado final assumindo grande importância, tendo que haver valorização e cuidado para conseguir manter pessoas capacitadas e em busca de aprendizagem dentro da organização.

REFERÊNCIAS

RAMOS, Jonatas Rafael. **A utilização da capacidade dinâmica de inovação e a gestão estratégica de pessoas, como preditores ao desempenho na indústria hoteleira.** 2018. Disponível em:<

<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/937/Jonatas%20R.%20Ramos%20-%20TCC%20%202018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 20 out. 2020.

DALMINA, Rute Rosângela; ALMEIDA, Adilson José. **Gestão estratégica de pessoas, que prática é esta?.** 2018 Disponível em: <

http://rdigitales.uptc.edu.co/memorias/index.php/pensar_mod02018/pensar_mod02018/paper/viewFile/3105/3187>. Acessado em 05 set. 2020.

BATISTA, João Mateus Espíndola da Silveira. **O impacto das práticas de gestão de pessoas na inovação de micro e pequenas empresas de tecnologia:** Um estudo no setor de tecnologia e serviços em Florianópolis. 2017. TCC.

UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:< <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/174738>>. Acessado em 30 out. 2020.

DOS SANTOS, Rafaela Wanzeler et al. Gestão estratégica de pessoas e a importância do alinhamento das diretrizes estratégicas: um estudo de caso. **Revista De Carreiras e Pessoas**, v. 8, n. 3, p. 415-430, 2018. Disponível em:< <https://ken.pucsp.br/ReCaPe/article/viewFile/36590/26432>>. Acessado em 24 out. 2020.

CASTEGNARO, Iára; FACIN, Itamar Santo, Liderança versus sucesso organizacional. **Unoesc & Ciência- ACSA**, v. 9, n.1, p.51-60, 2018

T DAVILA, Guillermo; VARVAKIS, Gregorio; NORTH, Klaus. Influência da Gestão Estratégica do Conhecimento na Inovação e Desempenho Organizacional. **Rev.Vitória** , v. 16, n. 3, p. 239-254, 2019 .

CAMÕES, Marizaura Reis de Souza. **Inovação e gestão de pessoas no setor pública:** necessidade de novos olhares. 2017. Disponível em:< http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-02_01.pdf>. Acessado em 29 out. 2020.

GESTÃO FINANCEIRA: REVISÃO TEÓRICA¹

Rita Ketelin Horn, ritahorn17@hotmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo:

Nota-se, desde a antiguidade, a presença da auditoria, entretanto no Brasil só se tornou relevante nos meados da Segunda Guerra Mundial. A auditoria financeira pode ser classificada como um estudo da área de contabilidade, que vai analisar as atividades realizadas por uma empresa, visando aumentar a confiança relacionada às suas finanças. Com esse trabalho, a partir de uma revisão teórica, apresentam-se os principais conceitos associados a esse tema. Como conclusões, pode-se registrar que, dentro da auditoria financeira, tem-se a auditoria interna, na qual o profissional pode ser o mesmo da empresa, que irá fiscalizar se estão sendo cumpridas as funções estabelecidas. E há a auditoria externa, que necessita de um profissional contratado, que não possua relação com a empresa, que irá transmitir se os dados apresentados então sendo realizados de forma correta.

Palavras-chave: Auditoria. Finanças. Empresa. Contabilidade.

INTRODUÇÃO

Conforme Crepaldi (2007, p. 1) “a auditoria interna é um sistema de controle contábil que acompanha e estuda os erros e fraudes através de técnicas de revisão constante de processos e acontecimentos”.

De acordo com a ISSAI 200 (Normas Internacionais de Entidades Fiscalizadoras Superiores), esse tipo de auditoria tem por objetivo principal aumentar o grau de confiança dos usuários quanto às questões financeiras da empresa.

O processo da auditoria consiste em verificar o grau de cumprimento em relação a um conjunto de normas específicas, derivadas do sistema social, abrangendo, por isso, matrizes de caráter cultural, social e político (ALMEIDA, 1976).

A auditoria financeira ou auditoria das demonstrações contábeis é reconhecida como atividade de grande valor social, estimulando a concretização de grandes empreendimentos por meio da aglutinação de capitais difusos na sociedade. A importância da atividade de auditoria financeira no resguardo de interesses privados é amplamente reconhecida pelos estudiosos do tema (CAPOVILLA, 2013).

Assim, tendo em vista a importância desse tema, esse trabalho destina-se a apresentar os principais conceitos, a partir de uma revisão teórica, do tema auditoria financeira.

METODOLOGIA

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

“A auditoria interna é um instrumento de controle e gestão feito pela própria empresa. Ou seja, não se trata de uma análise independente feita para o público externo, mas sim de um estudo realizado dentro da própria companhia por seus funcionários.” (REIS, 2018, p. 1).

É realizada por profissionais ligados à própria empresa auditada, subordinados às necessidades e desejos da alta administração. O objetivo é verificar se as normas internas e exigências legais estão sendo cumpridas, fornecendo elementos para a redução de riscos e aperfeiçoamento dos procedimentos. Atende aos interesses da administração. O auditor se preocupa diretamente com a detecção e prevenção de falhas e fraudes. É realizada de maneira contínua. Não é obrigatória, e pode ser feita por profissionais de outras áreas, não necessariamente formados em ciências contábeis (SOARES, 2019, p. 1).

“A auditoria externa nasceu da evolução do sistema capitalista. Devido ao crescimento das corporações, houve a necessidade de aprimorar seus controles e procedimentos internos.” (CORDEIRO, 2013, p. 1).

A auditoria externa é uma atividade que examina e atesta a integridade, adequação e veracidade das contas de uma companhia. Utilizando um conjunto de procedimentos técnicos, a auditoria externa analisa as demonstrações contábeis da empresa, para apontar, por meio de um parecer, se estas estão de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e com as normas contábeis brasileiras (REIS, 2018, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar como a auditoria tem sua importância desde os tempos antigos, e que cada vez mais vem crescendo nas empresas, inclusive, se as empresas quiserem estar dentro das normas e em dia com suas tarefas, é obrigatória que ela obtenha a auditoria. Vejo que a auditoria externa deve ser mais vantajosa, pois o profissional não terá nenhum vínculo com a empresa e o resultado será de fato verdadeiro.

REFERÊNCIAS

SOARES, Renato. **Auditoria interna x auditoria externa**. Auditoria interna e auditoria externa. 22 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.e-auditoria.com.br/publicacoes/artigos/auditoria-interna-x-auditoria-externa/>. Acesso em 01 de novembro de 2020

CAMARGO, Renata Freitas de. **Auditoria Contábil x Auditoria Financeira: qual é a função de cada uma e o que elas apresentam de vantagens para sua empresa**. Treasy. 14 de março de 2017. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/auditoria-contabil-x-auditoria-financeira/>. Acesso em 2 de novembro de 2020

Tribunal de Contas da União. **Auditoria Financeira**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/control-externo/normas-e-orientacoes/normas-de-fiscalizacao/auditoria-financeira.htm>>. Acesso em 2 de novembro de 2020

Equals. **Auditoria Financeira: entenda o que é e como preparar a empresa**. Disponível em: <<https://www.equals.com.br/auditoria-financeira-entenda-o-que-e-e-como-preparar-a-empresa/#:~:text=Auditoria%20financeira%20%C3%A9%20um%20termo%20muito%20comum%20no%20meio%20dos%20neg%C3%B3cios.>>. Acesso em 2 de novembro de 2020

Clemente, Lucas. **Passo a Passo: como realizar uma auditoria financeira na sua empresa**. 28 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://blog.inepadconsulting.com.br/auditoria-financeira/>> Acesso em 2 de novembro de 2020

Reis, Tiago. **Auditoria externa: a análise independente das contas de uma empresa**. 30 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/auditoria-externa/>> Acesso em 2 de novembro de 2020

Profissional, Content Team Direito. **Auditoria externa: o que é e qual a sua importância?**. 27 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.direitoprofissional.com/auditoria-externa/>> Acesso em 2 de novembro de 2020

DIVERSIDADE E INOVAÇÃO¹

Everton José Przybysz, everton.jose.18jp@gmail.com²
Leonardo de Souza Zilli, Leozilli@hotmail.com³
Raquel Loss, raquelloss4@gmail.com⁴
Leandro Hupalo, leandrohupalo.lh@gmail.com⁵

Resumo – Este artigo tem por objetivo desvendar do que se trata a diversidade e a inovação e como essas duas “palavras” juntas podem fazer muita diferença, principalmente no meio de trabalho. Demonstrar as dificuldades que as pessoas encontram e o que as empresas e organizações podem fazer para melhorar.

Palavras-chave: Diferença. Inovação. Desafios.

INTRODUÇÃO

Atualmente as empresas buscam constantemente se adaptar ao mercado para se manterem inovando para melhor atender as demandas dos clientes e sociedade em geral, não apenas no campo dos avanços tecnológicos, mas também em quesitos como diversidade e inovação ganham cada vez mais a atenção nos ambientes corporativos e passam a ser tratadas como essenciais para o sucesso das empresas.

Diversidade e inovação são temas amplos e muito presentes no mundo do trabalho nos dias de hoje. No entanto, diversidade não se trata apenas de questões de gênero ou cor, podendo ser encontrada também na forma como cada equipe encara os desafios cotidianos da empresa na solução de problemas e novas soluções para os clientes. Ter um ambiente com diversidade, inclusive de forma de agir e pensar novos produtos e serviços, torna-se um diferencial para as organizações.

O presente estudo tem o objetivo de trazer luz à tema da diversidade no campo da inovação, promovendo um debate em relação às novas tendências e publicações de autores na área. Para inovar é preciso diversificar, não apenas na promoção de novas soluções e produtos, mas também no processo criativo com equipes engajadas e comprometidas com o atendimento das demandas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na atualidade as organizações buscam o ato de inovar, ter novas perspectivas e sempre melhorar seus produtos ou serviços. Só que para isso o principal gatilho é a diversidade, mas afinal o que é diversidade? Possui muitas definições em várias áreas, como por exemplo cultura, tradições, costumes, gêneros, etnias, origens, nacionalidade, cor, gostos, entre muitas outras.

Segundo Nkomo e Cox Jr (1999) o conceito de diversidade se compõe de pensamentos mais restritos sobre o tema, partindo da diversidade a nível individual, e tratando das diferenças entre as identidades de cada ser humano. Posteriormente, o seu significado foi se tornando mais amplo, ao envolver diferentes grupos sociais, com culturas distintas, e que apresentam diferenças na idade, história, origem, função,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

personalidade, formação educacional, entre outros atributos que ultrapassam os conceitos de diversidade limitados apenas à raça e gênero.

O conceito de diversidade encontra-se em discussão e demanda atenção de pesquisadores e gestores quando se trata de levar o tema para o campo das organizações. Fleury (2000) define a diversidade como uma resposta a crescente da força do trabalho e as necessidades de competitividade. Para Hanashiro e Carvalho (2003, a diversidade inclui todos, independente de raça ou gênero: ela engloba a idade, história pessoal e corporativa, formação educacional, estilo de vida, preferência sexual, origem geográfica, *status* de privilégios ou de não privilégios e administração e não administração.

A noção que a diversidade presente nas organizações provocará impactos tanto na eficácia organizacional como individual (Freury, 2000). O contexto organizacional é importante para determinar se esse impacto será positivo ou negativo. Segundo Pacheco (2002, p. 2 apud Luciano, 2006): “A diversidade passou a ser entendida como a contratação e valorização de diferentes grupos da comunidade, o que torna o ambiente de trabalho mais parecido com a sociedade a sua volta.”

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Direitos Humanos, visando os direitos fundamentais dos seres humanos em diferentes cenários. Antes, na resistência à ditadura, hoje para exigir a efetivação de relações igualitárias e justas. Art. 84, Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos: Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade.

A diversidade é entendida de várias formas por diferentes autores, mas todos com os mesmos objetivos e significados. Hayles e Russel apud Luciano (2003, p. 10) apresenta a diversidade cultural em organizações que aderem ao programa de diversidade em suas organizações:

Diversidade no local de trabalho abrange todas as diferenças que definem cada um de nós como indivíduos únicos. Diferenças tais como cultura, etnia, raça, gênero, nacionalidade, idade, religião, incapacidade, orientação sexual, educação, experiências, opiniões e crenças [...]. compreendendo e valorizando essas diferenças, nós podemos capitalizá-las como benefícios que a diversidade traz para a companhia.

Segundo Torre e Pérez-Nebra (2004), a diversidade nas organizações significa inclusão de diferentes pessoas, raças, cultura, classe social, orientação sexual e entre outros. E para ajudar a impulsionar a diversidade e inclusão as empresas estão recorrendo à tecnologia. Criar soluções para a inclusão é quebrar barreiras de acesso, assim os clientes e as empresas também. Mas para isso acontecer é importante contar com um time diverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado sobre o tema da diversidade e inovação, percebe-se que, embora seja de extrema importância para o mercado de trabalho, nem todas as empresas e organizações buscam inovar nesse quesito.

No entanto, quando nos referimos ao capital humano e a diversidade, ainda há a necessidade de se estudar a fundo o tema, como relatam os autores que serviram de referência para este estudo. Desta forma, cabe à comunidade acadêmica continuar realizando estudos e pesquisas com o propósito de promover o debate e a discussão através da socialização dos resultados junto à sociedade, trazendo luz ao tema.

REFERÊNCIAS

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiência de empresas brasileiras. **Revista Administração de Empresa**. São Paulo: v. 40 n 34, p. 18-25, 2000.

HANASHIRO, DMM; CARVALHO, S. G. Cultural Diversity: Current Overview and Reflection Concerning Brazilian Company. **Iberoamerican Academy of Management**, p. 1-10, 2003.

NKOMO, S. M., COX Jr, T. Diversidade e Identidade nas Organizações. In: CLEGG, S.R. et al., **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 334-360

TORRES, Cláudio Vaz; PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel. Diversidade cultural no contexto organizacional. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, p. 443-463, 2004.

Análise econômica com dados de gestores (as) negros (as) atuantes no município de Caçador/SC

André Lucas Bueno, buenoandre63@gmail.com¹

Natanael Castanha, natanaelcstna@gmail.com²

Tatiane Bernardy, e-mail³

Resumo – Este estudo tem o objetivo de pesquisar e analisar a economia do município de Caçador, conforme dados dos gestores negros. E apresentando os desafios e dificuldades neste ano em meio a pandemia do Covid-19. Os resultados informados foram em sua grande maioria conclusivos que há em Caçador a promoção da diversidade.

Palavras-chave: Diversidade. Caçador/SC. Gestores. Economia. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de pesquisar e analisar a econômica com dados de gestores (as) negros (as) atuantes no município de Caçador/SC. As dificuldades encontradas pelos gestores tornam-se cada vez mais recorrentes. Pois a economia está em constante mudança. Esta pesquisa se caracteriza por sua natureza quantitativa e tem como objetivo levantamento e análise de dados quantitativos referentes a análise econômica de gestores negros no município de Caçador/SC. Devido à COVID-19 a pesquisa sofreu alterações em seu cronograma inicial e o exposto neste trabalho não reflete a totalidade dos dados e análises inferidas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Existe uma relação enfatizada por alguns economistas, há certo tempo, entre crescimento econômico e saldo da conta de transações corrente, conhecido como lei de Thirlwall. De acordo com essa abordagem, é fundamental um bom desempenho do setor exportador de forma a manter a conta-corrente equilibrada para que um determinado país consiga elevados níveis de investimentos e de crescimento econômico.

Além de relaxar a restrição do setor externo, altas taxas de crescimento das exportações dinamizam a economia pela possibilidade que se abre na produção de bens mais intensivos em tecnologia, pois ocorre um processo de descolamento entre o consumo e a produção domésticos. Adicionalmente, os preços das exportações são inelásticos em relação à quantidade produzida, como argumentando por Eichengreen (2008). Vale mencionar ainda que um bom desempenho do setor exportador, com ganhos de participação deste no Produto Interno Bruto (PIB), estimula o crescimento econômico porque ele possui grande capacidade de absorver tecnologia do resto do mundo, além do maior potencial de

¹ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Mestra em Administração, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ganhos de learning by doing quando se compara aos demais setores da economia (Eichengreen, 2008).

Como meio de produção e bem de consumo do capital (MINGIONE, 1977), o território se expande segundo seus interesses de acumulação, e as intervenções nele realizadas se articulam com outras áreas geográficas em relações de subordinação (MASSEY, 1995), promovendo mudanças na estrutura econômica expressas na diversificação e multiplicação de atividades econômicas.

A depreciação cambial também eleva o nível de poupança e investimentos de forma a estimular o processo de acumulação de capital, de acordo com Bresser Pereira (2004). Segundo o autor, uma taxa de câmbio competitiva mantém os salários reais em níveis baixos, assim como o consumo. Em contrapartida, o câmbio depreciado provoca oportunidades de obtenção de lucros para as empresas do setor exportador, o que acaba promovendo uma elevação nos investimentos.

R.M. Fischer temos que "qualquer técnica não pode ser tomada por si só, mas como elemento de uma totalidade mais complexa que a determina; como componente do quadro social e político no qual se insere, cujas características essenciais ela não pode acobertar ou mascarar pela força com que se impõe, baseada na eficiência dos resultados obtidos. O predomínio da razão técnica na sociedade moderna, o qual enfatiza na empresa as técnicas de organização, as técnicas gerenciais e de supervisão, as técnicas de maquinaria e equipamentos, e, no Estado, privilegia as técnicas de planejamento e de controle da vida social, é elemento componente do quadro ideológico legitimador do Capitalismo Monopolista"¹³. É claro que podem ser destacados diversos aspectos positivos resultantes da introdução de formas mais participativas e consensuais de administração da força de trabalho. A busca de critérios mais universalistas na seleção, recrutamento, remuneração etc. tem sido amplamente apontada pela literatura administrativa e gerencial. O rompimento com critérios clientelísticos, patrimonialistas e particularistas na administração de RH, além de contribuir para o aumento da produtividade do trabalho, tem sido a meta de toda administração que se diz moderna e democrática. Assim, a "modernização da administração de Recursos Humanos verificou-se prioritariamente nas empresas do setor dinâmico, que demandavam uma mão-de-obra da qual o mercado de trabalho era carente na ocasião, e que traziam tecnologias ou processos de trabalho que mudariam radicalmente as formas habituais de trabalho. Ou então, em empresas nas quais, independentemente de pertencerem ao setor dinâmico ou tradicional da economia, o modo como se administrava o pessoal já não se mostrava eficiente para manter o controle da mão-de-obra, em função de causas diversas, tais como: mudanças no perfil da oferta de trabalhadores, introdução de aperfeiçoamentos técnicos ou tecnológicos, alterações das características do mercado consumidor, e condicionantes conjuntarias específicas.

METODOLOGIA

Estatística Inferencial ou Indutiva

Busca inferir, induzir ou estimar sobre a característica do todo (a população) com base nos dados da parte (amostra). Usa técnicas para generalizar um fato particular tendo como referência uma amostra

A pesquisa busca o levantamento e análise de dados qualitativos e quantitativos referente a análise econômica com dados de gestores (as) negros (as) atuantes no município de Caçador/SC. E tem como pergunta norteadora: Qual é o cenário econômico do município de Caçador, ainda como objetivos identificar e analisar as

dificuldades apresentadas pelos gestores no que tange os saberes os desafios relacionados à resolução de problemas sociais e econômicos, visa ainda e promover a diversidade no meio econômico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme análise dos dados pesquisados, os gestores identificaram que no município de Caçador há oportunidades para pessoas negras, assumirem cargos de gestão, desta forma promovendo a diversidade nas organizações. Dois desafios informados pelos gestores, dentro das organizações é a Qualificação e Experiência, pois ao assumir e liderar uma equipe é de grande valia deter esses dois aspectos, a qualificação que é o conhecimento, e a experiência para poder lidar com situações adversas.

Segundo os gestores, o maior desafio relativo a economia no ano de 2020, foi a Pandemia, pois todos foram pegos de surpresa, conforme legislação os estabelecimentos comerciais tiveram que se adequar, no início um cenário de instabilidade estava instaurado, mas ao longo da pandemia, a economia foi se regulando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme análise dos dados, em meio a pandemia o e-commerce se fortaleceu, o aumento da utilização deste modo de comercio foi necessário. Os lojistas tiveram que se adequar a este modo operandis. Outra forma foi o delivery, assim mantendo o comercio de acordo com a legislação.

Agradecemos primeiramente a todos entrevistados e a professora orientadora por auxiliar neste projeto, este projeto foi de grande importância porque com os resultados conseguimos ter um grande entendimento das situações do mercado e econômicas de Caçador. Esse trabalho trouxe um grande impacto em nosso grupo aprendemos muito sobre como se comporta o mercado de trabalho através da opinião de pessoas do mesmo.

A questão racial deve ser sempre discutida para evitarmos desigualdades com essa pesquisa nós conseguimos ter uma noção de como é participação e opinião negra sobre o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

MEIRELES, S. F.; JAYME JR, F. G.; LIBÂNIO, G. A. **Mobilidade de capitais e crescimento econômico: identificando elementos para uma síntese teórica.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 439-467, 2009.

BARBOSA-FILHO, N. H. **Growth, exchange rates and trade in Brazil: a structuralist postKeynesian approach.** Nova Economia, v. 14, n. 2, p. 59-86, 2004.

S, J.; DIAS, M. H. A.; LIMA, F. F. **Os efeitos da política educacional no crescimento econômico: teoria e estimativas dinâmicas em painel de dados.** Revista de Economia Política, v. 29, n. 3, p. 232-251, 2009.

MONTEIRO APARECIDO JORGE. **A questão racial e a administração de recursos humanos nas empresas brasileiras.** Rev. adm. empres. vol.29 no.1 São Paulo Jan./mar. 1989

DESAFIOS DA GESTÃO EM UMA EMPRESA FAMILIAR¹

Christian Eduardo Varotto Bertoni, christianvarotto@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

RESUMO

Muitas empresas não dispõem de recursos, ou importância para o setor de recursos humanos e, desta forma não veem os funcionários como peças-chaves para o bom desempenho da mesma. Todos sabem que as pessoas possuem muito em comum, às vezes se abalam ou ficam contentes pelas mesmas razões. Nos últimos tempos as empresas, sejam elas familiares ou não, têm procurado cada vez mais conhecer as pessoas que lhes prestam serviços e também às vezes têm motivado para que conheçam a si mesmas e aos outros com as quais convivem. O presente trabalho expõe brevemente como são as empresas familiares atualmente no Brasil, e conceitua como funciona a gestão de pessoas e o perfil do empreendedor dentro da empresa familiar. Tem-se uma breve explanação sobre o comportamento organizacional, para assim, compreender a necessidade da motivação dentro da gestão de uma empresa familiar.

Palavras-chaves: Empresa Familiar. Motivação. Gestão.

INTRODUÇÃO

Mesmo que seja desconhecido e ignorado está longe de ser uma organização retrograda, as empresas familiares, em suas várias formas tanto tradicional híbrida ou até mesmo de influência familiar, apresenta grande participação e importância frente ao quadro empresarial, a preocupação maior das empresas familiares é a sua sobrevivência, a maioria delas enfrenta problemas, quanto na escolha dos recursos disponíveis para o alcance das vantagens de mercado (ROSA, 2014).

“Para uma empresa se tornar profissional, o primeiro passo não é contratar administradores profissionais que não pertençam à família, o fundamental é a atitude, estas empresas tem uma forma predominante em todo o mundo” (ROSA, 2014, p. 11).

Boubakri, Guedhami e Mishra (2010, apud BACKES, MAZON, 2012) mantêm a afirmativa de que os investidores familiares classicamente mantêm a crença no longo prazo e um comprometimento relativamente maior com empresas, que, geralmente, se perduram por gerações.

As pessoas geralmente possuem uma boa visão de suas empresas, tanto em questão de proposta de ação quando de soluções para o futuro da empresa e isso é ocasionado devido ao que os gestores e até mesmo o chefe da organização transmite aos seus subordinados. As empresas também possuem características próprias em suas fases iniciais tais como: garra e visão que o próprio empreendedor possui do mercado, e isso acaba criando a visão, missão e objetivos da empresa e a junção destes com a já citada participação dos superiores cria a cultura organizacional (ROSA, 2014, p. 11).

¹ Trabalho apresentado à disciplina de Projeto Integrador do curso de Administração da UNIARP.

² Acadêmico da 2ª fase do curso de Administração da UNIARP.

³ Professora Mestre do curso de Administração e pesquisadora da UNIARP.

METODOLOGIA

Este artigo foi produzido através de pesquisas bibliográficas e exploratórias, as quais foram obtidas online, através de artigos online.

REVISÃO TEÓRICA

A gestão de empresas familiares, segundo Maximiano (2000) apud Rosa (2014), tem seus objetivos focados para a empresa e a família. Sendo que certas vezes ocorre uma mistura de atribuições, entre patrimônio da empresa com a renda dos gestantes. Para Dolabella apud Rosa (2014) existem em várias empresas a representação do empreendedor nato, o que não é necessariamente ruim, mas isso faz com que se esqueça dos empreendedores na gestão. O empreendedor nato é o profissional que não precisa se aperfeiçoar, pois ele já possui uma facilidade natural para os processos exigidos.

Para Dolabella (1999) apud Rosa (2014, p. 24-25),

para se aprender a empreender, faz-se necessário um comportamento proativo do indivíduo, o qual deve desejar, e isso nem sempre é encontrado nos herdeiros. [...] No campo científico e acadêmico, a formação empreendedora pode ser caracterizada por situações que contribuem diretamente para que esta ação aconteça. Entre elas, podem-se citar duas características que incidem diretamente, a primeira é a natureza da ação, caracterizada por buscar fazer algo inovador ou diferente do que já é feito. Neste ponto, o empreendedorismo está ligado diretamente às modificações de processos (ou de produtos). E a segunda é a falta ou inexistência de controle sobre as formas de execução e recursos necessários para se desenvolver a ação desejada, liberdade de ação.

Os fatores citados acima são importantes na ação empreendedora, ou execução de algo sem métodos, no entanto nem todas as ações de mudanças são empreendedoras, somente será considerada empreendedora caso os quesitos estejam cumpridos (ROSA, 2014).

Também é importante ressaltar que ações desenvolvidas com risco nem sempre são empreendedoras, também é válido salientar que as empresas tradicionais precisam se desenvolver e para isso é necessários profissionais com perfil empreendedor, já que garantem uma vantagem competitiva em relação às outras empresas concorrentes (ROSA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do trabalho espera-se que os objetivos iniciais tenham sido atingidos, já que há possibilidades de ampliar a referida pesquisa dentro de outra ótica. No decorrer deste procuramos analisar, observar e por meio de vivência de mercado, podemos afirmar que o Brasil tem um potencial enorme para ser explorado e desenvolvido na área de eventos.

Um dos grandes desafios dos líderes empresariais hoje é construir um bom convívio entre o grupo de trabalho e assim, neutralizar os preconceitos e as discriminações, reconhecendo o potencial de cada indivíduo. Lidar com resultados,

satisfatórios ou não, exige acompanhamento e avaliação constantes, coerência, determinação e vontade, para que se mantenham a coesão, a responsabilidade e a disposição de todos para recuperar os pontos frágeis.

Vimos por meio deste trabalho que são muitas as teorias sobre o sucesso ou não de empresas familiares e a satisfação das pessoas com o trabalho. Isto, por si só, já demonstra a complexidade do assunto.

REFERÊNCIAS

BACKES, Micheli A.; MAZON, Fernando S. **Gestão de Empresas Familiares: sustentabilidade, crescimento e sucessão**. [online]. Erechim, 2012, v. 36, n. 134, p. 137-150. Disponível em <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/134_277.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ROSA, Laura R.; **Desafios da Gestão em uma Empresa Familiar: uma experiência na empresa Buffet Doces Sabores**. [online]. Assis, 2014. p. 00-66. Disponível em <<file:///C:/Users/POSITIVO/AppData/Local/Temp/gestao.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: REVISÃO TEÓRICA¹

Helluane de Souza Corrêa, helluanesouza2020@gmail.com²

Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

RESUMO - Esse trabalho apresenta diferentes pontos de vista sobre liderança e sua relação com as equipes da empresa. A partir dessa revisão teórica observam-se os estilos de liderança a serem usados nas organizações. Também se trata dos desafios das empresas em como desenvolver líderes capazes de trabalhar com pessoas, na mesma proporção em que existem indivíduos desmotivados e desinteressados com relação com seus superiores. Como base nisso, são considerados os três modelos de liderança: autoritário, democrático e liberal, mostrando suas vantagens e desvantagens para a organização. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, que permitiu o levantamento de informações que pudessem fornecer dados atualizados. Como resultado, é possível constatar que é certo ter um líder com características de chefe, porém um chefe sem liderança não é uma condição interessante para desempenho de uma equipe e conseqüentemente de uma organização.

Palavras-chave: Liderança, organização, chefe, gestão, pessoas, ambiente.

INTRODUÇÃO

Os empresários que estão iniciando sua carreira no mercado de trabalho precisam saber qual é o papel de um líder transformador, que busca atingir objetivos, visto que o avanço tecnológico vem exigindo dos líderes um perfil mais dinâmico, atualizado e fácil de se adequar às mudanças organizacionais para, assim, seguir os trilhos da produtividade dentro da organização (CARDOSO, 2018).

As empresas, para se manterem ativas na competitividade do mercado, precisam também adaptar seus colaboradores a esse modelo de gestão, sendo o líder desafiado a buscar resultados nas equipes, posto que todos precisam estar em prol de um objetivo comum (CARDOSO, 2018).

Nesse trabalho é abordado o tema liderança nas empresas através de um levantamento bibliográfico. São apresentados três modelos de liderança: Autocrática, Democrática e Liberal, apontando pontos positivos e negativos de cada modelo. Também se ressalta como é o processo de dirigir uma equipe para o sucesso.

Assim o objetivo desse trabalho é colaborar para a compreensão da importância da liderança nas organizações, o quanto ela vem crescendo e se desenvolvendo nas empresas, também com o foco e como introduzi-la de forma eficiente e eficaz. É comentado também o tema gestão de pessoas que mostra o valor do capital humano dentro da empresa. Portanto, os dois temas apresentados mostram como tornar uma empresa motivadora, valorizada, produtiva e que sabe lidar com os conflitos do seu cotidiano (CARDOSO, 2018).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora do curso de Administração. Mestre em Desenvolvimento e Sociedade. Bacharel em Administração. Docente e pesquisadora na UNIARP.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

A liderança nas organizações pode ser definida como uma pessoa que esteja com foco em inspirar indivíduos ao alcance de um objetivo, ou seja, pensando no crescimento da empresa e na motivação de seus liderados, para assim ter pessoas capacitadas e qualificadas para a execução do trabalho (CASTEGNARO; FACIN, 2018).

A competitividade do mercado requer cuidado e atenção, o que exige muito do líder, pois a partir dele é que a empresa deposita total confiança para seu desenvolvimento técnico e pessoal. A liderança requer muita responsabilidade e capacidade, algumas pessoas já nascem com o dom; outros não, mas a liderança precisa sempre estar em inovação e crescimento (CASTEGNARO; FACIN, 2018).

O papel de liderança vem sendo muito importante nas organizações, definindo ideias, planejamento e treinamento. O líder é alguém que traz benefícios não só ao grupo em geral, mas a cada membro em si, obtendo confiança, reconhecimento e aceitação sem ser autoritário no processo de dirigir pessoas (CASTEGNARO; FACIN, 2018).

O mercado competitivo precisa de pessoas que exerçam o papel de liderança positiva, isso está sendo um dos diferenciais do século XXI. As empresas estão investindo no capital intelectual e na gestão de pessoas, que vem sendo a fonte de riqueza. Pessoas com habilidades e que estão à procura de resultados comportamentais, motivadores e conhecimento técnico são as que estão fazendo a diferença nas organizações e as que estão com o emprego garantido (TAJRA; FEITOSA, 2014).

Para empreender, é necessário liderar, visto que as características do líder estão no empreendedor, que busca alcançar resultados, comprometimento total, responsabilidade, perseverança e uma visão totalmente otimista para suas ações. O empreendedor, ao criar seu projeto, cria cenários de motivação, em que as pessoas nele envolvidas tenham foco em alcançar as metas por ele previstas. Assim ele atua como líder; já o empresário deve estar capacitado para fazer as coisas acontecerem, na identificação de oportunidades, no foco em resultados. Percebe-se que, para ser um líder, é necessário ser empreendedor; e que para ser um bom empreendedor é preciso ser um bom líder (TAJRA; FEITOSA, 2014).

O líder precisa preencher a lacuna que seus colaboradores estão tendo dificuldades, portanto não se deve utilizar apenas uma forma de estilo de liderança e sim vários, de acordo com as necessidades dos seus liderados, conforme a teoria mostra pode-se classificar em três tipos de estilo a autocrático, democrático e liberal (PAIXÃO; SOUZA, 2019).

Destaca-se dizer, portanto, que a liderança é o essencial para uma empresa seguir o caminho do sucesso, pois a partir dessa administração é que serão definidos as metas e objetivos para cada grupo hierárquico da organização, portanto quanto mais comunicativo, esforçado e presente o líder for, mais seus liderados estarão satisfeitos (BIEGELMEYER, et al. 2020).

O **líder autocrático** é mais autoritário como o nome mesmo já diz é mais rígido, as empresas têm um problema em líderes que demonstram esse papel pois ele usa com frequência punições e ameaças, também tem uma grande falha em escutar a opinião dos outros, apenas leva em consideração a sua, uma vez que não aceita o ponto de vista de cada um (PAIXÃO; SOUZA, 2019).

Com isso pode causar stress e desmotivação entre os liderados pelo fato de não terem espaço para mostrarem sua criatividade e não participarem dos grupos, não tornando a execução de tarefas mais produtiva, com isso o ambiente de trabalho fica mais frustrante e causa desequilíbrio para a organização, o líder que segue esse estilo tem em mente que o melhor para os subordinados é a obrigação de seguir as ordens por ele proposto, assim os empregados mesmo gostando do seu trabalho não demonstram satisfação total (PAIXÃO; SOUZA, 2019).

No entanto a execução de tarefas acontece só quando o líder está presente, contudo isso a organização demonstra certa dificuldade no alcance de seus objetivos, visto que pode ocorrer situações que o líder não poderá estar presente, dado que tem sua vida pessoal também para se preocupar e a profissional onde terá reuniões etc. (ORNELAS, et al. 2018).

A autoridade faz parte de sua vida dentro da empresa, dado que esse estilo é definido como o dominador, ou seja, aquele só dá ordens e espera que as mesmas sejam cumpridas, sem dar espaço para questionamentos de seus subordinados, ele é visto como a pessoa que se deve temer (TAVARES, 2019).

O **líder democrático** age ao contrário do autocrático, o famoso “facilitador de tarefas” é ele quem direciona e orienta a equipe de trabalho rumo ao sucesso da organização, ele valoriza o capital humano pois vê que sem as pessoas na empresa a mesma não teria crescimento, desenvolvimento e aumento da produtividade. O líder democrático está sempre disposto a questionamentos dos grupos uma vez que eles ajudam a tornar o ambiente mais produtivo, saudável e com foco nos objetivos (TAVARES, 2019).

O liderado se sente mais confiante no trabalho quando a organização tem liderança dessa forma, uma vez que ele auxilia nas tarefas dando sugestões e coordenando a atividade, ele não tem medo de problemas e em resolve-los pois é um líder encorajador, responsável e comunicativo. Ele está sempre preocupado com a execução das atividades realizada pelos membros (TAVARES, 2019).

A satisfação dos grupos no trabalho se torna cada mais maior, pois a qualidade da produtividade aumenta e os desligamentos de pessoas diminui, as tarefas são exercidas em um ambiente de tranquilidade, alegria e integridade. Os liderados se comprometem por inteiro com o trabalho, com suas responsabilidades e pontualidades, visto que não necessita que o líder esteja todos os dias e horas monitorando para que o trabalho flua, pois, os mesmos sabem o serviço que devem fazer e o objetivo a se alcançar (TAVARES, 2019).

O **líder liberal** dá total confiança aos seus subordinados, dando-lhes a liberdade de exercer suas funções sem interferência, ou seja, os liderados ficam conscientes em gerenciar as suas tarefas e os resultados a serem alcançados. Esse estilo é visto como uma forma de confiança, deixa que as equipes trabalhem livremente uma vez que permite que as mesmas sejam capazes de criar soluções para conflitos e em desenvolver ideias inovadoras (OLIVEIRA, 2017).

O líder se manifesta só quando é solicitado, portanto a empresa sente a falta de firmeza e poder de decisão no líder, no entanto o grupo passa a ser o foco de tudo. Os subordinados geralmente têm dificuldade em fazer os papéis que são propostos e não se saem bem na maioria das tarefas, não apresentando boa quantidade nem boa

qualidade no trabalho, assim passando a se ter características de individualismo, insatisfação e desrespeito (TAVARES, 2019).

O líder evita assumir responsabilidades e não realiza avaliações sobre o modo de como seus liderados estão trabalhando, ou seja, o feedback não é realizado, assim acontecendo certo desconforto para a empresa, visto que os subordinados se sentem sozinhos e fora da zona de conforto, causando certa tensão para a realização das tarefas, a organização necessita de um líder presente nas atividades, para auxiliar ajudar nos momentos de questionamentos dos empregados (FAVERO, BISSANI, 2016).

Sobre as diferenças entre líder e chefe, ressalta-se que o termo chefe é visto nas organizações como aquele que tem um papel autoritário de ser, determina as funções de cada grupo na empresa, o gestor que adquire esse papel não é de visar o bem-estar coletivo, o mesmo não possui espírito de equipe, cria suas próprias regras e acha que todos devem seguir, sua preocupação é com a produção da empresa, assim deixando de lado o principal foco para que isso aconteça, que são as pessoas não dando valor para o capital humano (ROCHA et al. 2019).

Já o líder é diferente, pois é que aquele que motiva seus colaboradores é democrático, sua maior dedicação é nas pessoas e não na produção pois sabe que a partir do desenvolvimento da equipe a produção aumenta. O líder que tem a boa comunicação e motivação consegue alcançar suas metas e atingir bons resultados (ROCHA et al. 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho, pode-se concluir que a relação entre equipes de trabalho e gestor é muito mais produtiva quando este tem em si um espírito de líder, seu grau de autoconhecimento muda totalmente uma organização, sem um líder eficaz que faça a diferença dentro da empresa a mesma não evolui, precisa saber trabalhar em equipe, para motivar, e cobrar resultados de seus liderados.

Nesse trabalho aprendeu-se que se deve saber lidar com as pessoas dentro da organização, que quando passamos a ser líder precisamos ter responsabilidades, pois o desenvolvimento irá partir de nossa gestão em como estamos transmitindo conhecimento para os grupos que fazem parte da empresa. O líder precisa mostrar confiança e buscar deixar o ambiente favorável, pois assim os colaboradores irão mostrar melhores resultados visto que a organização deverá ficar mais produtiva e inovadora.

Portando conclui-se que diante as mudanças do cotidiano dentro da empresa o líder deve saber como agir nessas situações de conflitos, e como sair de cada situação sem prejudicar os demais grupos da organização, é se for preciso ele deve mudar até o seu estilo de liderança.

REFERÊNCIAS

BIEGELMEYER, Uiliam Hahn et al. **Criação de conhecimento na liderança e desenvolvimento de novos líderes**. P2P E INOVAÇÃO, v. 7, n. 1, p. 205-226, 2020. Disponível em:< file:///C:/Users/Lenovo%20G40/Downloads/5250-Texto%20do%20artigo-17818-1-10-20200920.pdf>. Acessado em 23 out. 2020.

CARDOSO, Patric Ernane. **O papel do líder nas organizações contemporâneas**. 2018. Disponível em:<

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11556/1/51403027.pdf>>. Acessado em 05 out. 2020.

CASTEGNARO, Iára; FACIN, Itamar Santo. Liderança versus sucesso organizacional. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 9, n. 1, p. 51-60, 2018. Disponível em:< <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/14433/pdf>>. Acessado em 05 set. 2020.

DA ROSA TAVARES, Fabrício. A liderança positiva na escola desenvolve o líder de sucesso nas organizações. **Redin-Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em:< file:///C:/Users/Lenovo%20G40/Downloads/1452-3743-1-SM.pdf>. Acessado em 30 out. 2020.

DE OLIVEIRA, Silvano Candido. **A importância das pessoas nas organizações para alcançar bons resultados**. 2017. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. Disponível em:< http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/G202790.pdf>. Acessado em 30 out. 2020.

FAVERO, Leticia; BISSANI, Niloar. **identificação dos estilos de liderança na superintendência de gestão patrimonial da Universidade Federal Da Fronteira Sul**, 2016. Disponível em:< file:///C:/Users/Lenovo%20G40/Downloads/133-1-507-1-10-20160520.pdf>. Acessado em 30 out. 2020.

ORNELAS, Luiz Fernando Feliciano et al. Estilos de liderança. **Libertas: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 8, n. 1, p. 203-213, 2018. Disponível em:< <http://famigvirtual.com.br/famig-libertas/index.php/libertas/article/view/208/191>>. Acessado em 24 out. 2020.

PAIXÃO, Claudiane Reis; SOUZA, Dércia Antunes de. Análise dos estilos de liderança em uma administração pública. **Aten@-Revista Digital de Gestão & Negócios-**, v. 2, n. 3, p. 88-105, 2019. Disponível em:< file:///C:/Users/Lenovo%20G40/Downloads/1041-4281-2-PB.pdf>. Acessado em 11 set. 2020.

ROCHA, Camila Martinelli et al. Chefe X Líder: estudo comparativo. **Revista Científica on-line-Tecnologia, Gestão e Humanismo**, v. 9, n. 1, p. 2-15, 2019. Disponível em:< file:///C:/Users/Lenovo%20G40/Downloads/180-1486-1-PB%20(2).pdf>. Acessado em 10 set.2020.

TAJRA, Sanmya Feitosa; SANTOS, Nádia dos. **Planejamento e liderança: conceitos, estratégias e comportamento humano**. São Paulo: Editora Érica, 2014. [Minha Biblioteca].

EMPREENDEDORISMO E O EMPREENDEDOR¹

Matheus Cuccarolo, matheuscucca@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O empreendedorismo é uma atividade necessária tanto para a economia quanto para a sociedade como um todo, pois graças ao empreendedorismo existe a inovação e o avanço tecnológico. O empreendedorismo é caracterizado pela iniciativa e pela mudança, em que a busca por algo novo e inédito é seu objetivo. O empreendedor é o agente que torna o empreendedorismo realidade, é aquele disposto a enfrentar os paradigmas, assumindo riscos para tornar suas ideias realidades viáveis. O termo empreendedorismo vem sendo muito utilizado na atualidade, e de forma equivocada na maioria das vezes, sendo o objetivo desse trabalho conceituar de forma científica a atividade empreendedora. O resultado é a constatação do termo através de autores, que conceituaram a atividade empreendedora, concluindo que o termo está ligado diretamente à inovação e à criação de algo novo e inédito.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Empreendedor. Inovação.

INTRODUÇÃO

A inovação é fundamental para a sociedade, apenas com a inovação se tem o progresso, se melhora a vida das pessoas e sua qualidade de vida. A inovação, até mesmo as mais pequenas e simples, nós ajudaram a superar os desafios que enfrentamos ao passar do tempo. E não tem como falar de inovação sem falar sobre empreendedorismo, apenas com a figura do empreendedor que pode existir a inovação (BESSANT; TIDD, 2019).

O empreendedorismo é caracterizado pela busca de algo novo, de aproveitar oportunidades, ter iniciativa de abrir algo próprio. O empreendedorismo vem cada vez mais ocupando espaço no ambiente empresarial atual, em que grandes empresas vem perdendo lugar, para pequenas empresas inovadoras (MAÇÃES, 2017).

É com o empreendedor, com suas características de iniciativa e proatividade, que as inovações começam a surgir. O empreendedor tem a disposição de assumir riscos em virtude de suas ideias, a partir do momento em que começa a colocar em ação seus planos, muda as percepções do mercado (TAJRA, 2014).

O objetivo principal dessa revisão teórica é identificar os conceitos acerca desse tema, respondendo à pergunta, quais os principais conceitos associados ao empreendedorismo?

Nos últimos anos se teve um aumento com a utilização dos termos empreendedorismo e empreendedor, os quais, na maioria das vezes, é usado de forma errônea ou com outro sentido que não o certo.

O empreendedorismo é fundamental tanto para a economia quanto para a sociedade em geral, devido a isso a importância de realizar um trabalho em que conceitue de forma certa o termo, e ao mesmo tempo desmitifique termos errados a

¹ Trabalho referente à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ele. Abordar esse tema traz uma reflexão sobre a conceituação correta, e dessa forma tirando a redundância assimilada ao empreendedorismo e ao empreendedor. Em que o conceito correto esteja claro e compreensível após a leitura desse trabalho.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Jean Baptiste Say e Edgar Alois Schumpeter tinham similaridade ao definir empreendedorismo, sendo o empreendedor o agente que transferia os recursos econômicos para melhorar e modificar de forma mais eficiente o setor produtivo. Que para existir o empreendedorismo é necessário propor algo novo e viável, a iniciativa e a inovação pilares para o progresso de um empreendedor (VELHO, 2017).

“Numa visão mais simplista, podemos entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação” (VELHO, 2017, p. 11).

O empreendedorismo na atualidade está retirando barreiras econômicas, sociais e culturais, através da globalização, inovações criadas por empreendedores melhoram a vida das pessoas diariamente e podem ser usadas por todo o globo, além de trazerem novos aspectos para as relações de trabalho, criando novas formas de criar riquezas, fazendo com que mais pessoas possam se incluir na economia de forma com que são transformadas em novos geradores do progresso econômico (DORNELAS, 2018).

“O empreendedorismo é, indiscutivelmente, um importante vetor de progresso econômico e desenvolvimento social, acelerador de inovações, gerador de empregos e renda, impulsionador do aumento de produtividade e do crescimento” (BARROS NETO et al., 2018, p. 145).

As dificuldades sempre estiveram presentes na história da humanidade, as quais só foram superadas através de atos de mudança, criatividade e criação de algo novo. Dessa forma, o ato de empreender é algo muito antigo, que beira o início da civilização humana, sendo fundamental para a sobrevivência e, conseqüentemente, o progresso da humanidade. Claro que o empreendedorismo deve ser compreendido de acordo com cada período histórico, mas a essência sempre permanece a mesma: solucionar e buscar respostas a necessidades e, somente através da mudança, isso é possível (PATRÍCIO; CANDIDO, 2016).

Para Kuratko (2016, p. 3) as iniciativas empreendedoras “são aquelas cujos objetivos principais do empreendedor são a inovação, a rentabilidade e o crescimento acelerado. Assim, o negócio é caracterizado por práticas estratégicas inovadoras e crescimento sustentável”.

A atitude é fundamental ao empreendedorismo, a postura do empreendedor deve ser de proatividade, transformando as situações com entusiasmo, focando nos resultados, com soluções criativas e inovadoras. Essa atitude é que vai transformar e promover desenvolvimento nas empresas, fazendo com que se mantenham participativas no mercado. Assim, é necessária adaptação às mudanças tanto tecnológicas quanto sociais e culturais. Aquele que queria ser o empreendedor precisa ser o agente da mudança, estimulando a inovação (TAJRA, 2019).

O empreendedor tem em suas características a paixão pelo que faz, não se satisfaz com o senso comum, ele está em busca de algo em com que possa se sobressair, se diferenciando com ideias que os outros não conseguem nem imaginar. O que o movimenta também é o reconhecimento, as pessoas saberem que foi ele quem teve a motivação para criar algo que é diferente de tudo que já foi criado, e que com isso está ajudando e facilitando a vida de diversas pessoas (DORNELAS, 2018).

Diversos são os fatores que influenciam as características do empreendedor, Nesse caso, aspectos como o Estado, estilo de consumo e a cultura, são influências externas ao empreendedor, e as características pessoais, como liderança e criatividade, sendo aspectos internos de influência. Mas existe o consenso de que o empreendedor deve ser aquele que se antecipa e explora oportunidades, saindo de sua zona de conforto, sendo intenso e apaixonado pelo que está realizando, tomando iniciativa e mudando os paradigmas existentes (BARROS NETO et al., 2018, p. 145).

“Vemos, deste modo, que atividade empreendedora é toda aquela que começa com uma visão ou sonho, mas que depois por via de etapas de concepção e implantação, converte esse mesmo sonho inicial em realidade” (SARAIVA, 2015, p. 34).

“Ser empreendedor é pensar diferente. Enquanto a maioria das pessoas busca segurança, os empreendedores assumem riscos. Não querem um emprego; querem criar em pregos” (JOHNSON, 2019, p. 10).

Com a popularização da palavra empreendedorismo surgiu várias dúvidas e perguntas acerca do termo, muitos se utilizaram da palavra para criar ideias errôneas sobre o empreendedor e a atividade que ele desempenha, termos como sorte, e expressões como não é preciso estudar ou se nasce pronto para ser empreendedor, foram associados a atividade empreendedora (TAJRA, 2019).

O empreendedor precisa de muito conhecimento sobre o que está realizando, não é possível ter sucesso sem uma base de estudo e conhecimento. O empreendedor não nasce pronto, e não é de uma hora para outra que se torna um empreendedor de sucesso ou que se tem uma ideia que muda todos os paradigmas, é necessário muita dedicação e pesquisa (PATRÍCIO; CANDIDO, 2016).

A sorte é, por muitos, relacionada à principal causa para um empreendedor ter sucesso, mas, na verdade, o motivo de ter tido sucesso é que estava no lugar certo e com o preparo necessário para aproveitar uma oportunidade, não adianta ter sorte se não se tem o que é necessário para transformar uma oportunidade em um empreendimento de êxito (KURATKO, 2016).

Empreendedores correm riscos calculados, riscos que podem ser controlados e aproveitados. A ideia que o que os empreendedores assumem riscos diariamente e que esses riscos são desconhecidos ou que levarão eles a falência é um erro. Correr riscos faz parte do empreendedorismo, mas isso não significa que são apostas feitas sem planejamento, mas na verdade são decisões baseadas em pesquisa e conhecimento (KURATKO, 2016).

O dinheiro e o capital inicial são importantes, mas a determinação e a confiança em criar algo que irá mudar a vida das pessoas tem que ser mais importante. Uma ideia pode sim ser posta em prática sem dinheiro, muitos são os exemplos de empresas que hoje são gigantes que iniciaram suas atividades praticamente sem nenhum recurso financeiro, o importante é começar (MENDES, 2017).

A liderança é um fator fundamental para um empreendedor, é preciso estar diante da equipe, os liderando e mostrando os caminhos que o negócio deve tomar. Sendo necessário inteligência emocional, para lidar com todos os desafios

de dificuldades que terá pelo caminho, mantendo a motivação e a coragem (CAVALCANTI; FARAH; MARCONDES, 2017).

O primeiro desafio de um empreendedor é elaborar um plano de negócios, colocar suas ideias e objetivos no papel, tentar identificar tudo o que é necessário para colocar o negócio em atividade, com informações que irão auxiliar em todo a jornada (HASHIMOTO; BORGES, 2020).

O empreendedor assume a responsabilidade por todos os seus atos e pelo que acontece dentro de sua empresa. Dessa forma, é desafiador enfrentar todas as variáveis e a complexibilidade de um negócio. Além de ter que balancear a vida pessoal com a vida de empreendedor. Não trazer para a vida pessoal as incertezas é um desafio ao empreendedor (MENDES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dessa revisão, fica claro que o empreendedorismo é uma atividade relacionada à inovação, à criação de algo novo e viável. O empreendedorismo pode ser definido como atividade fundamental para o desenvolvimento, pois, através de ideias inovadoras, soluciona problemas do seu entorno.

O empreendedor se dedica para fazer com que sua ideia dê resultados, abdicando de sua vida pessoal em prol de tornar seu sonho realidade. O empreendedor age de forma que os objetivos sejam alcançados, com muita dedicação e estudo.

Os desafios são muitos, o empreendedor precisa enfrentar diariamente uma série de obstáculos, tanto pessoais quanto relacionados à sua empresa ou negócio, mas sabe que de sua resiliência depende o sucesso de seus projetos.

O objetivo proposto foi esclarecido com a realização do trabalho, ficando constado de forma clara os conceitos e aspectos relacionados ao empreendedorismo e ao empreendedor.

REFERÊNCIAS

- BARROS NETO, João Pinheiro de, et al. **Administração: Fundamentos da Administração Empreendedora e Competitiva**. São Paulo: Atlas, 2018.
- BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.
- DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 7. ed. São Paulo: Editora Empreende, 2018.
- FARAH, Osvaldo Elias; CAVALCANTI, Marly; MARCONDES, Luciana Passos. **Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
- HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Candido. **Empreendedorismo: plano de negócio em 40 lições**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- JOHNSON, Kevin D. **A mente do empreendedor**, Bauru: Astral Cultural, 2019. Livro Eletrônico. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=x7aIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=empreendedor&ots=cU_5

[wfGsOh&sig=6RC61WaTmq7WcayJui-o-L2wUrU#v=onepage&q=empreendedor&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=wtWICwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=empreendedorismo&ots=nRtDHFvutT&sig=u3jUtpYLERs-luvFUjFe6tzkCCK#v=onepage&q=empreendedorismo&f=false) Acesso em: 06 outubro de 2020

KURATKO, Donald F. **Empreendedorismo**: teoria, processo, prática. 10.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MAÇÃES, Manuel Alberto Ramos. **Empreendedorismo, inovação e mudança organizacional**. Coimbra: Conjuntura Actual, 2017.

MENDES, Jerônimo. **Empreendedorismo 360º**: A prática na prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PATRÍCIO, Patrícia; CANDIDO, Claudio R. **Empreendedorismo**: uma perspectiva multidisciplinar. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016.

SARAIVA, Pedro Manuel. **Empreendedorismo**: do conceito à aplicação, da ideia ao negócio, da tecnologia ao valor. 3. ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. Livro Eletrônico. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=wtWICwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=empreendedorismo&ots=nRtDHFvutT&sig=u3jUtpYLERs-luvFUjFe6tzkCCK#v=onepage&q=empreendedorismo&f=false Acesso em: 04 outubro de 2020

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo**: conceitos e práticas inovadoras. 2. ed. São Paulo: Erica, 2019.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo**: conceitos e práticas inovadoras. São Paulo: Érica, 2014.

VELHO, Adriana Galli; GIACOMELLI, Giancarlo. **Empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Sagah, 2017.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: REVISÃO TEÓRICA¹

Nadielly Alves Bremn, e-mail²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A partir dessa revisão teórica na área de gestão de pessoas, observa-se como ocorrem os procedimentos de recrutamento interno, externos e mistos. Também retrata como o gestor deve se apresentar diante de sua equipe e como deve acompanhá-la. A presente pesquisa bibliográfica permite identificar os elementos fundamentais de uma organização e de que forma o setor de Gestão de Pessoas atua como fator de vantagem. As pessoas são especiais dentro das empresas e deve-se sempre tratá-las de modo a motivá-las. Os processos de recrutamento e seleção de pessoas influenciam nos resultados e na produtividade da organização. A pesquisa levantou alguns conceitos importantes destas áreas, como princípios básicos de comportamentos e preparo profissional. Conclui-se destacando a importância da associação de habilidades, técnicas e práticas definidas com o objetivo de administrar uma organização, potencializando o capital humano na direção de sua missão, visão e valores.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Recrutamento. Motivação.

INTRODUÇÃO

O trabalho do gestor de pessoas está relacionado ao cumprimento de objetivos e metas a partir do trabalho dos colaboradores. Então, cuidar do bem-estar e da motivação dos mesmos, torna-se fundamental (SILVA et. al, 2016).

Alcançar os objetivos e cumprir metas é o principal pensamento em que a gestão de pessoas deve ter, pensando no desenvolvimento profissional de cada um de seus funcionários (SILVA et. al, 2016).

Incentivar treinamentos e benefícios é mais que necessário para fazer com que todos se mantenham motivados e produtivos, pois sabe-se que maior parte da vida se passa trabalhando e desenvolvendo o profissionalismo (SILVA et al, 2016). Assim, essa revisão teórica aborda a área de gestão de pessoas, sob o tema recrutamento

O recrutamento é envolvido por pessoas, as quais irão se adequar às necessidades organizacionais. Assim, os recrutadores coletam informações sobre candidatos e somente os considerados aptos à vaga são chamados para iniciar sua função (CHIAVENATO, 2015).

Comenta-se, com frequência, que o gestor deve acompanhar a forma como se está realizando entrevistas e como se divulgam vagas, pois é de suma importância que o líder opine sobre o processo de recrutamento e seleção (FERREIRA, 2014).

Aponta-se que o recrutamento pode ser interno, externo e/ou misto, cada um com seu potencial objetivo. Os três agregam para a empresa, principalmente o misto,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do Curso de Administração e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

que utiliza dos dois tipos de recrutamentos para empregar pessoas (FERREIRA, 2014).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa de natureza básica aplicada, de abordagem qualitativa. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

A gestão de pessoas é responsável pelas mudanças organizacionais. Busca sempre o alcance da visão, da missão e dos valores organizacionais, primando pelo bom rendimento dos trabalhos e desenvolvimentos de todos os funcionários, sempre mantendo a união da organização (RIBEIRO, 2012).

Um profissional capacitado deve ter comportamento e preparo profissional, voltado para a dedicação e o esforço para manter a produtividade, desenvolvendo a capacidade de liderar e de alcançar objetivos comuns, motivando os colaboradores (RIBEIRO, 2012).

Alcançar os objetivos e cumprir as metas seria o principal foco, pois nas organizações a preocupação que se tem é o resultado. Sendo assim, a preocupação com o bem-estar do colaborador e a motivação que ele tem pode chegar a ser decisivo (SILVA et al. 2016).

Vale ressaltar que o método de incentivo faz com que todos que executam suas atividades o façam com o máximo rendimento e agilidade. Vale destacar que boa parte da vida das pessoas é destinada ao trabalho, então, nada mais justo que promover o bem-estar dos funcionários (SILVA et al. 2016).

A gestão de pessoas pode ser constituída por um modelo empresarial com vários elementos. As mudanças contínuas e rápidas influenciam as organizações, mudando a forma de pensar e agir, já dito que o líder deve estar sempre com a mente aberta e em sintonia com o mundo para trazer informações e reações de respostas às mudanças do ambiente (TONET et al. 2012).

Uma rede organizacional envolve as competências de todos da empresa, contando com informações que possam potencializar seus pontos fortes, mantendo-a num ritmo de crescimento e desenvolvimento (TONET et al. 2012).

Profissionais de Gestão de Pessoas devem estar conectados com a missão, a visão e os valores da organização, pois são importantíssimos para que as contratações acertem nas competências daqueles que ocuparem as vagas em aberto (BANOV, 2015).

A vaga pode ser divulgada por jornais, revistas, folhas nas quais o pessoal pode consultar sobre as oportunidades. Entretanto, vive-se em um mundo tecnológico e vê-se a importância de se usar das redes sociais, pois é de extrema excelência para a empresa que esteja conectada nas tecnologias. As divulgações podem ser postadas em sites específicos de buscas de empregos ou até mesmo nas redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp e LinkedIn (BANOV, 2020).

As redes sociais são de extrema importância, pois são aliadas dos processos seletivos, trazendo mais facilidade de encontrar pessoas e promovem a comunicação também (QUEIROZ, 2014).

As empresas devem estar cientes na hora de usar os sites, sabendo que podem fazer publicações como sua missão, visão e valores, ou até mesmo algo sobre sua

cultura, objetivos, dialéticas e desafios, atraindo candidatos que admiram a companhia. Desta forma a empresa quebra o gelo e atrai pessoas qualificadas para ocupar a vaga em aberto (FERREIRA, 2014).

O recrutamento é uma técnica que atrai candidatos a vagas abertas nas empresas, que recrutam pessoas para suprir as necessidades. Dessa forma, buscam-se informações de candidatos capacitados e suficientes para a demanda. Isso permite que o processo de seleção seja voltado para objetivos claros (CHIAVENATO, 2015).

“O recrutamento requer um cuidadoso planejamento, que constitui uma sequência de três fases: 1) O que a organização precisa em termos de pessoas. 2) O que o mercado de RH pode oferecer. 3) quais são as técnicas de recrutamento a aplicar” (CHIAVENATO, 2015, p. 64).

O recrutamento pode ser interno, externo e misto. Cada um tem seus objetivos, que agregam para a organização. Muitas empresas optam geralmente por iniciar pelo recrutamento interno, pois ele acaba valorizando o capital humano e evolui para o externo para buscar alguém para ocupar a vaga aberta pelo colaborador que mudou de posto de trabalho. Esse processo caracteriza o recrutamento misto (FERREIRA, 2014).

Quando o recrutamento de pessoas é feito dentro da própria empresa, ocorre o recrutamento interno. O recrutamento e a seleção se completam, se não houver candidatos capacitados internamente, ocorre o recrutamento externo. Avaliam-se experiências, cursos, motivações e até mesmo características pessoais, para a escolha do profissional com a qualificação certa (FERREIRA, 2014).

Como uma fonte de motivação aos funcionários e também a economia para a empresa, sem contar que uma das vantagens é pelos contratados já conhecer a empresa e seus objetivos, já adaptado com a forma de organização da mesma. Porém só diminui a entrada de novas ideias e fonte de contato de fora (FERREIRA, 2014).

Esse processo é tido para mudanças no pessoal também, todos tentam se especializar para ganhar uma oportunidade, sem contar que muda a comunicação também e o sentimento de justiça por oportunidade a todos. De qualquer forma, deve-se ter regras e organização com muita transparência para que não ocorram conflitos e atritos desnecessários (FRANÇA, 2013).

O processo de recrutamento externo acontece quando se capta pessoas de fora da organização para suprir a demanda da vaga em aberto. O processo é postado através de anúncios, jornais, agências de emprego, cartazes, e até mesmo nas redes sociais. O candidato se apresenta espontaneamente para participar coerentemente com as experiências postadas pela empresa (CHIAVENATO, 2015).

Este processo já não é econômico para a organização, sendo sempre com cautela, tendo gastos com custos e quantidades de horas trabalhadas. Mas também tem uma grande vantagem com o trazer novos rostos para dentro da empresa, com uma nova motivação e perseverança (MONTEIRO et al. 2019).

Somente como desvantagem disso é a demora para a realização do recrutamento e muitas vezes acontece de o candidato receber uma nova proposta e ser chamado em outro lugar, gerando a necessidade de recomeçar o procedimento, gerando mais custos (MONTEIRO et al. 2019).

O recrutamento misto une o útil ao agradável, juntando o recrutamento interno e o externo. Este permite que haja uma oportunidade de todos aqueles que tiverem interesse possam candidatar-se a vagas em aberto, tanto os colaboradores quanto aqueles que estão à procura de uma locação no mercado de trabalho (MONTEIRO et al. 2019).

Já se vê que a melhor forma é os recrutamentos interno e externo, pois são complementares um ao outro, sem contar no público alcançado, pois a empresa sendo bem vista sempre terá pessoas interessadas em participar dela. Se ocorre o recrutamento interno, é preenchida uma vaga, mas se perde o funcionário na vaga que ocupava, então terá que se contratar alguém através de recrutamento externo (CHIAVENATO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de pessoas trabalha no plano estratégico das organizações, visando sempre a missão, a visão e os valores da mesma, maximizando o potencial humano. Os gestores do setor de pessoas mantêm seu papel fundamental no mapeamento de competências, levantando técnicas específicas para captação e desenvolvimento, de colaboradores.

Essa revisão de conceitos mostra a importância de haver a gestão de pessoas, em seus processos, especialmente de recrutamento de pessoas, como elemento essencial para a performance organizacional.

Como as organizações precisam ser produtivas e se adequar a mudanças, o gestor de pessoas precisa ser eficiente no desenvolvimento dos procedimentos de recrutamento de pessoas, pois isso afeta os resultados organizacionais.

REFERÊNCIAS

BANOV, Márcia Regina. **Recrutamento e Seleção com foco na transformação digital**. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2020.

BANOV, Márcia Regina. **Recrutamento, Seleção e Competências**. 4.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal: Como agregar talentos à empresa**. 8.ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

FERREIRA, Patrícia Itala. **Atração e Seleção de Talentos**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de recursos Humanos PRH**. São Paulo: Atlas, 2013.

MONTEIRO, Ana Paula Faria et al. **Recrutamento, seleção, treinamento e avaliação de desempenho**. Relatório (Faculdade Nossa Senhor Aparecida). 2019.

QUEIROZ, Helena Maria Gomes. **A utilização das redes sociais virtuais em processos seletivos: Avanços e desafios na área de gestão de pessoas**. 2014. Dissertação (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de pessoas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, Alan Miranda et al. Gestão de pessoas como alicerce nas organizações: Aspectos relevantes na condução do capital humano. **Revista Conbrad**. Maringá, v. 1, n. 1, p. 137-154, 2016. Disponível em:

<http://revistaconbrad.com.br/editorial/index.php/conbrad/article/view/15/20>. Acesso em: 10 set. 2019.

TONET, Helena Correa et al. **Liderança e Gestão de Pessoas em ambientes competitivos**. Rio de Janeiro: FVG Management, 2012.

GESTÃO DE PESSOAS: REVISÃO TEÓRICA¹

João Vitor Maiberg, joaovitorfgfgpp@outlook.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A área de Gestão de Pessoas é muito complexa e muitos desafios devidos à pressão da economia produtiva globalizada. As instituições vivem em um campo de competição com base na qualidade dos colaboradores e de sua própria produção. Essa revisão teórica visa buscar conceitos científicos de modo a refletir essa área tão importante, mesmo que tais conceitos não sejam consensuais diante das ideias. Na revisão teórica busca-se mostrar os conceitos de gestão de pessoas dentro de seis etapas de modo a refletir sobre essa área tão importante para as instituições.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas, Relações Humanas, Instituições.

INTRODUÇÃO

Após o fim da segunda Guerra Mundial, as empresas precisaram produzir em grande escala, intercalar as novas tecnologias, mão de obra preparada para as modernas máquinas e suas linhas de produção. Neste momento as grandes empresas buscaram a todo “vapor” a eficácia da eficiência para atingir os objetivos de produção e da própria empresa. Por quase todo o século XX a classe trabalhadora continuou marginalizados diante da relação humanos e patronal (HOBSBAWM, 1996).

Com a evolução da administração e a novas tecnologias, houve a necessidade de humanizar os colaboradores, nascendo aqui a chamada gestão de pessoas, a qual pode ser chamada de coração da empresa. A valorização do colaborador e a condição de trabalho trazem motivação e sucesso para todos os envolvidos na empresa (Gil, 2001).

Dessa forma, esse trabalho visa a apresentar uma revisão teórica sobre a gestão de pessoas e cada processo no que tange de agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar. Tais ações vão dar o conjunto de apoio para o desenvolvimento e sucesso da instituição.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

A metodologia adotada, portanto, é bibliográfica, a qual consiste em leituras realizadas em material publicado: livros e artigos. Beneficiando-se das reflexões de autores no que tange à temática de Gestão de Pessoas.

REVISÃO TEÓRICA

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Há diversos conceitos sobre esta temática aqui intitulada como gestão de pessoas ou administração de recursos humanos. Conforme (Marras, 2002), gestão de pessoas é uma associação de habilidades e métodos, políticos, técnicos e práticas definidas, com o objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano nas organizações.

A gestão de pessoas está entre as principais áreas das organizações. Há muitos anos os temas relacionados aos recursos humanos, mostrando-se um dos ativos mais importantes da organização que busca ter profissionais motivados para desempenhar de maneira eficiente e eficaz suas atribuições dentro da organização (CHIAVENATO, 2008).

Administrar pessoas é um grande desafio da área humana, mesmo que haja liderança e conhecimento entre os profissionais. Portanto a capacitação de cada colaborador visa buscar qualidade desempenhada pela sua função e objetivo. Assim, um líder deve fazer com que as pessoas se sintam contribuintes no desenvolvimento da organização, criando um sentimento de pertencimento à organização (COSTA, 2011).

Uma boa gestão de pessoas mantém os trabalhadores motivados a buscarem atingir seus objetivos, juntamente com aqueles estabelecidos pela empresa, fazendo com que as duas partes prosperem. Trabalhadores com condições de trabalho adequadas, objetivos bem definidos e salário compatível, darão em troca suas contribuições para que a organização também consiga atingir suas metas (VERGARA, 2003).

Para que essa reciprocidade seja alcançada entre ambas as partes, a gestão de pessoas precisa estar dentro de sua composição seis importantes processos: agregar pessoas, aplicar pessoas, recompensar pessoas, desenvolver pessoas, manter pessoas e monitorar pessoas, tal como mostra a Figura 1 (CHIAVENATO, 2008).

Figura 1: Os seis processos de Gestão de Pessoas.



Fonte: Adaptado de Chiavenato (2008)

O processo de **agregar pessoas** tem como foco a definir quem vai trabalhar na organização, ou seja, inclui as atividades de recrutamento e seleção de pessoas. Já para a definição das funções das pessoas, o processo de **aplicar pessoas** e composto por modelagem do trabalho e avaliação de desempenho. (CHIAVENATO, 2008).

O processo de **recompensar pessoas** engloba a remuneração e os benefícios; e o processo de **desenvolver pessoas**, a empresa busca treinamento e desenvolvimento, programa de mudanças e pagamentos de comunicação (CHIAVENATO, 2008).

Quanto a **manter pessoas**, as empresas buscam manter as pessoas no trabalho, através de benefícios, descrição e análises de cargo. Ao **monitorar pessoas**, busca-se manter um sistema de informação gerencial com banco de dados dos funcionários para saber o que fazem e quem são as pessoas que trabalham na empresa (CHIAVENATO, 2008).

Nota-se, portanto, que a gestão de pessoas e parte do campo administrativo das empresas, dedicando-se no desenvolvimento e potencialidade dos colaboradores das instituições. Esta composição gera equipes eficazes considerando as competências técnicas e aptidões pessoais dos trabalhadores diante a capacidade de comunicação e relacionamento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou entender de forma reflexiva a área gestão de pessoas das instituições, tornando possível entender a função desse setor.

Historicamente é um departamento que evoluiu muito diante das tecnologias, globalização, produtividade e qualidade, beneficiando funcionários, empresa e o campo social. Como partes inteligentes e elemento mais importante de uma empresa as pessoas fazem o diferencial em todos os setores.

A importância de preparar o ser humano, avaliar e organizá-lo em suas funções dá ênfase em seus objetivos de vida, condicionando no mundo social. Considerando a influência das organizações, as empresas trilham o caminho da modernidade e na compreensão do ser humano, buscando resultados positivos. Espera-se que tal situação assegure uma qualidade para futuras gerações.

Torna-se claro que um departamento de gestão de pessoas responde pelas práticas de seleção, treinamento, avaliação e desempenho na valorização do ser humano, favorecendo a motivação e o desempenho dos colaboradores e a produtividade da instituição.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

COSTA, C. E. Os processos de gestão de pessoas. **Portal da Administração: Administradores**. V.11, 2011.

Gil, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 3. ed. São Paulo: Futura, 2002.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

O MILITARISMO NA ADMINISTRAÇÃO¹

Alisson Gonçalves Cordeiro, Alisson.cordeiro.concalves@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

É notável a influência dos militares e suas organizações em vários períodos de tempos, suas teorias, organizações e realizações. No decorrer do dessa pesquisa serão descritos princípios e fundamentos das organizações militares e suas contribuições para a administração. Nesta pesquisa pode obter uma compreensão sobre hierarquia, disciplina, unidade de comando, organização linear e direção sendo muitos desses princípios usados nas empresas ou instituições atualmente. Por fim pode compreender a contribuição das organizações militares, a influência, seus métodos procedimentos e modelos administrativos que contribuíram para a gestão de diversas organizações.

Palavras-chave: militarismo, influência, administração.

INTRODUÇÃO

As organizações militares desde há muito tempo esteve afrente de seu tempo em questão de organização e liderança no que refletiu para a sociedade e como se organizar, pois, foram a primeira base científica da administração sendo parte do alicerce desta ciência social, visando a pratica de seus conhecimentos, teorias, eficiência e princípios (SILVA, 2019).

A palavra administração vem do latim, ad – que significa direção, tendência para, e minister – que significa subordinação ou obediência, ou seja, quem realiza uma função sob comando de outro ou presta serviço a outro (CHIAVENATO, 2003).

Pode ser definida a administração como “o processo de tomar decisões, sobre várias ocasiões e oportunidades que exigem uma tomada de decisão, seus objetivos e até mesmo a recursos” (MAXIMIANO 2006a, p. 6).

A instituição militar, no Brasil, necessita administração eficiente em virtude da própria constituição:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988, p. 1).

Para o militarismo no Brasil, a administração é um requisito fundamental para êxitos com base na constituição e seus objetivos. Por várias vezes a administração é relacionada às empresas que visam ao lucro, no entanto, é uma questão errônea ou equivocada, como mostra no próprio exemplo da administração dos militares, a administração é essencial para todo o tipo de atividades e organizações (MEGGINSON et al., 1998).

¹

²

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

No mesmo caso do militarismo, a hierarquia torna-se extremamente importante no funcionamento da estrutura da administração na organização, mas antes de escrever a respeito da hierarquia é necessário entendê-la. Desde a primícias da humanidade, vem se desenvolvendo a hierarquia, pois na observância dos animais e como se comportavam, viu-se que uns eram mais perigosos que outros, portanto foi aí que a hierarquia foi inserida na vida dos primeiros homens, e então surgiu uma cultura de progenitores em que cada geração estava sujeita, ou seja, que seus filhos tinham que obedecer a seus pais, já que estes eram superiores hierarquicamente. (SILVA, 2019).

Desde a antiguidade, temos um conceito bastante antigo dentro da hierarquia das organizações militares, tão antigo quanto as guerras, no caso o O § 1º, do art. 14, da Lei 6.880/90 (BRASIL, 2018, p. 1) define hierarquia como: “A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas”. De acordo com o grau de autoridade, níveis ou responsabilidades são por escala hierárquica sendo assim líderes ou gestores na própria estrutura de acordos com o grau de autoridade (CHIAVENATO, 2003).

Em meio à sociedade no que diz respeito à hierarquia militar, existem vários fatores que se relacionam à prática no meio civil, “isto é, pelo enquadramento hierarquizado de seus membros em unidades armadas e preparadas para o combate” (FERREIRA FILHO, 1999)

Tendo como missão constitucional a “defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988).

Como uma pirâmide de comando são as forças armadas, em que os militares superiores dão ordens aos subordinados em um sistema rígido, portanto, nota-se a eficiência que exige uma submissão firme e absoluta, pois são impostas obediências que não são impostas aos civis, tendo limitações a militares, fazendo-se assim um sistema único de organização e administração (FERREIRA FILHO, 1999; BRASIL, 1988).

Por outro lado, fora do ambiente do militarismo, não somente com os militares usam essa forma de hierarquia em diversas organizações para manter a ordem sejam as organizações públicas ou privadas, torna-se essencial esse tipo de organização, mas claro que menos rigorosas do que nas forças armadas (FAYOL, 1990).

O regulamento disciplinar da marinha, o artigo segundo do RDM diz: “Art. 2º. Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo” (Artigo 2º do RDM, Regulamento Disciplinar para a Marinha)

Seja qual for as forças armadas, militares mais antigos usam de suas sabedorias para passar o que sabem para os militares mais novos, sejam elas valores,

normas, disciplina, o próprio conhecimento de gestão, pois devido ao decaimento em relação a valores da sociedade do século XXI, educação familiar ausente e escolas e professores mal-intencionados, muitos civis chegam as instituições de formações militares cheios de hábitos indisciplinados (SCHEIN, 2009)

Nas Forças Armadas quando da incorporação de novos militares, existe por parte dos mais antigos um despreendimento de energia no intuito de passar os valores e normas para o novato, ou seja, de disciplinar o recruta que na maioria das vezes devido ao liberalismo da sociedade do século XXI, educação familiar ausente ou deficiente e centros educacionais civis precários, chegam às escolas de formações militares cheios de hábitos inveterados e indisciplinados ou valores negativos (BENNIS, 1985).

Segundo Chiavenato (2003), sobre o princípio da unidade de comando cada subordinado deve ter um superior, assim como a unidade de comando sendo um núcleo das forças armadas.

Num cenário de batalha vence o melhor lado, ou seja, o mais preparado, o que tem as melhores chances de vencer, não pode existir erros por partes de seus comandantes e seus subordinados, cada um precisa ser cumprir com êxito e eficácia naquilo que se executa para vencer a batalha. A forma mais eficiente de se formar a unidade em um único objetivo é quando se dá autoridade ao um único militar para tal responsabilidade, sendo necessário investir somente uma pessoa caracterizando-se na unidade de comando (DRUCKER, 2002).

Um detalhe muito importante nas forças armadas é que geralmente as ordens dadas dos militares não podem ser revogadas ou interferi-las, nem mesmo um superior. Pode parecer contraditório, já que é estrita a obediência a seus superiores nas organizações militares, entretanto para não surgir divergências fica de responsabilidade de quem deu a ordem a executar sua tarefa (SILVA, 2019).

Para não existirem conflitos internos nas organizações, contendo mais especialistas no meio civil do que nas organizações militares, deve-se evitar qualquer tipo de conflitos na empresa ou instituição, visto o desperdício de dinheiro e tempo, por isso diferentemente dos militares não é restringir o comando a uma só pessoa, assim não dependendo da centralização e tomada de decisão de apenas uma só pessoa e sim uma tomada de decisão de várias pessoas importantes (CHIAVENATO, 2003).

A organização de uma empresa se caracteriza no alcance de objetivos, resultados, ordenação e recursos. Alguns tipos de organizações nesse sentido são: organização funcional, organização de staff e organização linear (OLIVEIRA, 2004).

Originando-se nos exércitos na época medieval, a organização do tipo linear é uma estrutura simples e antiga, pois era mais comum ter uma autoridade absoluta em tempos medievais, em que cada comandante tinha autoridade única sobre seus subordinados. Aspecto piramidal, centralização, autoridade linear e linhas de comunicação são algumas características da organização linear (CHIAVENATO, 2003).

O aspecto ou formato piramidal, na qual fica clara o comando e autoridade, na obediência, regras e sistemas de punições são aspectos similares dentre tempos atuais e mais antigos conhecidos sobre organizações militares. Organizações militares e lineares andam tão juntas que é indiscutível a possibilidade de um não existir sem o outro (FAYOL, 1990)

Diferentemente de uma estrutura linear numa estrutura funcional um subordinado se reporta a vários líderes ao mesmo tempo, ficando distorcido o

significado de hierarquia, desta forma estrutura funcional não encontrando lugar no militarismo. Dentro das organizações militares existe uma certa estrutura de linha-staff, que é uma junção de organização linear e funcional (CHIAVENATO, 2003).

Numa estrutura funcional tem seu lado positivo e negativo, lado negativo é que pode haver várias discordâncias dentre vários especialistas em uma organização o que exige um certo grau de respeito e comprometimento para que não gere conflitos de assuntos por parte dos colaboradores. Porém em todo caso a estrutura linear em organizações não militares pode ter um lado positivo em que todos os colaboradores se unem em um único propósito ou objetivo, evitando assim em alguns casos um possível risco de falência. (SILVA, 2019).

A direção no sentido dos militares devido a autoridade e organização linear traz um quesito fundamental, sendo um guia para os subordinados saberem onde seguir e qual tarefas realiza-las, como Napoleão sendo um general muito bem-sucedido disse a respeito sobre as ordens para se de fato haviam compreendido corretamente (CHIAVENATO, 2003).

Mesmo Napoleão, o general mais autocrata da história militar, nunca deu uma ordem sem explicar o seu objetivo e certificar-se de que haviam compreendido corretamente, pois estava convencido de que a obediência cega jamais leva a uma execução inteligente de qualquer coisa (CHIAVENATO, 2003).

Ao analisar os militares desde de tempos atrás e os atuais, nota-se que são formadas quantidades maiores de subordinados e um número menor de comandantes ou líderes, para que assim não deem tanta atenção, fazendo que os subordinados entendam seus propósitos e os métodos utilizados, sem retirar suas dúvidas (SILVA, 2019).

Segundo Fayol (1990) existem etapas do processo administrativo sendo elas a previsão, controle, comando e coordenação. Estes princípios denota-se um grau de importância para todos saberem qual direção tomar e todos caminharem juntos segundos estes cinco princípios.

No militarismo nesse caso fica claro o princípio de direção, sendo uma essência muito importante, mas sem disciplina, hierarquia e unidade de comando não teria um êxito na direção, quanto existe nas organizações militares, pois sem direção os soldados numa batalha deixam de seguir seu objetivo final e ficam à deriva (SILVA, 2019).

Diferentemente dos militares, os civis não são obrigados a seguir os princípios dos militares, tornando o sentido de direção não radical. Segundo Fayol se uma empresa sai muito do rumo depois de ter se estabelecido os fins, é necessário a implementação de uma direção como a dos militares para que a empresa volte nos trilhos certos (FAYOL, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a influência da organização militar em vários períodos históricos, devido a sua forma eficiente de organização e hierarquização do poder de decisão. No decorrer dessa pesquisa foram descritos princípios e fundamentos das organizações militares que contribuem para o entendimento das contribuições para a administração e seus modelos de gestão e hierarquia.

Durante séculos, o militarismo contribui em diversos momentos e áreas da sociedade, como também diversos influenciadores foram responsáveis pela administração que se conhece.

Evidenciam-se suas principais contribuições: hierarquia, disciplina, unidade de comando, organização linear, direção.

REFERÊNCIAS

BENNIS, W. and Namus, B. **Leaders: The Strategies for taking Charge**. New York: Harper & Row, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. **Estatuto dos Militares**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm>. Acesso em: 19 jun. 2018.

BRASIL. **Regulamento Disciplinar para a Marinha**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/.../decreto-88545-26-julho-1983-438491-regulamento-pe.doc>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker**: obra completa. São Paulo: Nobel, 2002.

FAYOL, H. **Administração Industrial e Geral**: previsão, organização, comando, coordenação e controle. São Paulo: Atlas, 1990.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 25 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1999.

KIM, C.; MAUBORGNE, R. **A estratégia do oceano azul: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2005.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana a revolução digital. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2006a.

MEGGINSON, Leon C; MOSLEY, Donald C; PIETRI JUNIOR, Paul H. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; HARLAND, Cristine; HARRISON, Alan; JHONSTON, Robert. **Administração: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos**: uma abordagem gerencial. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Gabriel Fernandes. A influência do militarismo na administração. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 03, Vol. 01, pp. 152-164. Março de 2019. ISSN: 2448-0959.

BRANDING A IMPORTANCIA DA GESTÃO DE UMA MARCA¹

Mateus Mendes Neves, mateus.neves2009@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Gestão da marca ou branding é o conjunto de ações estratégicas que são usadas para construir a percepção do consumidor em relação a uma empresa, de maneira positiva, resultante de impressões, sentimentos e experiências vividas. No contexto do branding, marca é muito mais que um nome, um símbolo, um logotipo. Ela representa a identidade da empresa, seus processos, valores, pessoas, produtos e serviços. Empresas que não se importam ou não conseguem gerar valor a sua marca, ficam restritas a somente vender produtos e não terão muito futuro. É preciso a elaboração de um discurso coerente e único da empresa para sobreviver no mercado atual, e ter sucesso. Dessa forma, o objetivo dessa revisão teórica é levantar e compreender os conceitos associados ao branding e a geração de valor para as empresas a partir da gestão de suas marcas. Conclui-se que o branding deve ser uma prática diária, que gera valor constantemente ao cliente e o proporciona a melhor experiência, não com um produto apenas, mas com a marca em si.

Palavras-chave: Branding. Gestão de Marca. Geração de Valor.

INTRODUÇÃO

A gestão da marca é a deve ser a principal estratégia do negócio, pois contribui na percepção do consumidor sobre a marca (OLIVEIRA et al, 2015).

Quando se relaciona a palavra marca ao termo branding, significa muito mais do que apenas um logotipo ou design, é um conjunto de experiências (OLIARI; SILVA, 2017). Assim, esse pesquisa bibliográfica tem por objetivo revisar os conceitos associados ao branding ou gestão da marca.

O branding tem como objetivo ocupar uma posição única na mente e no coração do consumidor. Por isso precisa ser muito mais que um design ou logotipo. Ele diz respeito a um programa estruturado que integra os processos de criação e gerenciamento de uma marca (OLIARI; SILVA, 2017).

A gestão da marca é um dos fatores mais importantes porque é responsável por gerar o valor entre a marca e o consumidor, isso é fundamental para a “saúde” da empresa. Uma marca bem construída traz valor para o negócio e estabelece um elo com o cliente. O branding promove diferenciação mercadológica, distinção entre as marcas. Desta maneira, uma marca forte é uma vantagem competitiva por si só (OLIARI; SILVA, 2017).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

¹

²

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REVISÃO TEÓRICA

Para o melhor entendimento do tema, é preciso definir a etimologia da palavra branding. O sufixo “ing”, do inglês, nesse caso em específico, designa a “continuação” do processo, do substantivo “brand”, que significa marca (COSTA, I. 2016).

Sendo assim, quando o termo branding é usado pode-se defini-lo como o processo de condução ou construção de uma marca. Mas qual é a definição de marca? Pode-se descrever como o conjunto de imagens, ideias, atributos descritivos verbais, símbolos, nome, logo, slogan e a sua identidade visual e todo o resto que representa a essência de uma empresa, produto ou serviço. O branding é o processo usado para construir, inspirar, manter a confiança e o reconhecimento de uma empresa ou produto (COSTA, I. 2016)

Nele tem-se a criação, exposição e gestão da marca, tendo com objetivo principal a busca por um relacionamento, um laço entre a empresa/produto e o seu usuário, e de preferência, um laço fiel e duradouro (PACHECO, 2016).

Esse processo está relacionado a criar diferenças. Após colocar a marca no produto, é necessário apresentar ao público consumidor quem é o produto. Deve-se utilizar elementos que o identifiquem e se distinga dos demais, pois o consumidor deve se interessar por ele. No branding é criada toda a identidade/DNA da marca: como ela é, como ela deseja ser vista, como vai se comunicar e quem a marca irá atingir.

Busca-se distinguir e gerar uma presença diferente no mercado em que atua, para atrair e fidelizar seu público. Sua representação vai além de um símbolo, engloba também os valores, conceitos, experiências que a marca transmite, sua identidade (COSTA, C., 2016).

Branding pode ser aplicado não somente a criação de uma nova marca, mas administração da mesma e na reformulação de marcas já existentes que passam por dificuldades. O branding constrói a maneira que o consumidor vê a marca ou muda a maneira que ele a vê, no caso de uma empresa que já existe, pois em sua grande maioria os consumidores não compram os produtos, mas a imagem que tem deles (COSTA, C., 2016).

Marca é definida por pessoas, não pela empresa, mercado ou pelo público geral. Cada pessoa cria sua visão individual da marca. Porém apesar de não ser possível as empresas ditarem o que a marca é, elas podem influenciar esse processo, ao comunicar as diferenças e vantagens de um produto para o outro (PIRES, 2018).

No cenário econômico, com o crescimento cada vez mais rápido do mercado e o surgimento de novas empresas e conseqüentemente de novas marcas, diariamente a empresa deve ter força para se projetar em um mercado saturado de mensagens e conceitos de outras empresas, para que continue sendo atraente ao consumidor (PACHECO, 2016).

Devido a este fenômeno, o público passou a ver as marcas não só como uma representação de uma entidade e sim como uma pessoa, com personalidade, vontades e gostos próprios. A partir dessa visão, torna-se cada vez mais importante o fortalecimento dos valores da marca, valores esses intangíveis, que fazem a ponte, criando relação entre a marca e a pessoa. As empresas devem desenvolver estratégias que fortaleçam a imagem da marca e que não adicionem somente qualidades técnicas, mas valores desejados pelos consumidores, pois os mesmos precisam diferencia-la das demais e ver as vantagens que a marca trará para si (PACHECO, 2016).

O posicionamento da marca, a assinatura sonora, imagens, símbolos, nome, logo, slogan, marketing e tantas outras características que constituem e conduzem

uma marca confundem-se, pois o branding é a gestão da marca em sua totalidade. É a união de todos esses elementos juntos. A gestão é a união da ideia da marca, que é passada ao público através de todos esses elementos. O branding que é também conhecido como gestão da marca, tem como objetivo personificar o produto, empresa ou serviço, e para isso deve-se usar todos os sentidos, pois o branding é tudo isso, é ver, é tocar, é ouvir, é sentir (COSTA, I., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho mostra que o branding vai além de uma simples logo, bordão ou um bom slogan. Se trata de gerar a melhor experiência possível ao seu consumidor. Um processo de branding bem desenvolvido pode fazer uma marca um ícone de uma geração, pode transformar um símbolo em uma coisa muito maior, algo transitório em atemporal.

Construir uma marca forte e lembrada é um trabalho que requer consistência e estratégias. Este é o objetivo de muitas empresas. Mas o objetivo do branding é ainda maior. Transformar consumidores em fãs.

Um bom projeto de gestão de marca traz ótimos resultados e torna as marcas admiradas e amadas por todos os seus públicos de interesse: consumidores, colaboradores, clientes e acionistas.

Obviamente, realizar um trabalho como esse não é algo fácil. É, na verdade, um compromisso muito sério e detalhista, mas capaz de gerar resultados incrivelmente positivos para qualquer negócio, principalmente no longo prazo.

“Os produtos são criados na fábrica. As marcas na mente”. – Walter Lander

REFERÊNCIAS

COSTA, Caroline. **Branding**: Sound branding: uma ferramenta pouco explorada no processo de branding. 2016. 52 f. Monografia (Comunicação social - Publicidade e Propaganda), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4141/Caroline%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 de nov. de 2020.

COSTA, Iury Álex Freitas. **Branding**: Um Guia Prático. 2016. 24 f. Monografia (Publicidade e Propaganda), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/bitstream/123456789/8121/1/IuryAlexFreitasCostaTCCGRADUACAO2016.pdf>>. Acesso em: 03 de nov. de 2020.

OLIARI, Deivi Eduardo; SILVA, Glauber Vilvert. **Branding**: O Impacto de Uma Boa Gestão na Construção do Posicionamento e Valor de Uma Marca. / Publicado no INTERCOM 2017. ANAIS SUL 2017. Disponível: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-1760-1.pdf>>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

OLIVEIRA, E. R.; SERRALVO, F. A.; JOÃO, B. N.; FURLANI, R. M. O Papel da Comunicação Integrada de Marketing na Construção do Valor da Marca: O Caso Bunge Fertilizantes. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 21, p. 127-159,

2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/36097/o-papel-da-comunicacao-integrada-demarketing-na-construcao-do-valor-da-marca--o-caso-bunge-fertilizantes-ii/pt-br>>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

PACHECO, Eduardo. **Branding Aquarela**: Identidade Visual e DNA de marca sob a perspectiva do TXM Branding. 2016. PCC(graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Design. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/173172/PCC2_DudsFIAL%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 de nov. de 2020.

PIRES, Giulia Rafaela Vieira. **Brand it!**: um guia sobre branding para pequenos – e futuros – empreendedores. 2018. 46 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22518/1/2018GiuliaRafaelaVieiraPirestccmemoria.pdf>>. Acesso em: 08 de nov. de 2020.

ASPECTOS RELEVANTES DA DIVERDIDADE E TALENTOS NAS ORGANIZAÇÕES

Julie Cristina Pereira, julie.cristina.549@hotmail.com¹
Karina Barreto dos Santos, karinabarreto350@gmail.com²
Nayara de Quadros Pereira, nayaraquadros.p@gmail.com³
Saete Rodrigues, saetyrodrigues@icloud.com⁴
Silmara Silva Swirkowski, sylmarasyiva23@gmail.com⁵
Clayton Luiz Zanella, clayton@uniarp.edu.br⁶

Resumo

Neste trabalho, apresenta-se a grande importância e as vantagens competitivas, no sentido de que as divergências originadas das diferenças individuais podem levar ao surgimento de novas perspectivas para as estratégias organizacionais. Porém, trata-se de um desafio para os gestores, pois a diversidade significa a abertura de um espaço para manifestações variadas. Consequentemente, temos uma busca constante para integrar pessoas com costumes e diferenças no meio das organizações. Por outro lado, sabemos que a organização ganha em conhecimento e valores quando se obtém pessoas iguais em suas diferenças. E no enfrentamento desse desafio, os gestores adotam práticas de gestão de pessoas inovadoras e criativas de modo a propiciar um excelente local de trabalho. O objetivo desse trabalho foi investigar como a diversidade é percebida nas organizações de Caçador – SC. Para realizar este trabalho, foram consultados os sites de oito empresas caçadorenses, de ramos produtivos variados, com intuito de analisar se e como concebem a diversidade no contexto organizacional, com foco na gestão de talentos. Consideraram-se, nesta análise, a missão, a visão, os valores, as políticas e as ações realizadas pela gestão organizacional. Os principais resultados apontaram que o tema diversidade é concebido parcialmente nas missões, visões, valores e atividades organizacional. Isso prova que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que a diversidade nos talentos seja uma prática nas organizações.

Palavras-chave: Organizações. Diversidade. Gestão de talentos.

INTRODUÇÃO

As organizações de trabalho são espaços onde a diversidade se torna imprescindível para a ampliação dos processos de criatividade, produtividade e qualidade dos produtos e serviços. No mundo contemporâneo de trabalho, nota-se, cada vez mais, um empoderamento feminino, com a conquista de espaços de liderança pelas mulheres. Ainda se nota que muitas mulheres enfrentam o

¹ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

preconceito, o assédio, salários desproporcionais e discriminação. Em outro âmbito, ainda se percebe que negros, estrangeiros e pessoas com deficiência ainda enfrentam desafios para a inclusão no mercado de trabalho. Isso é preocupante, pois a diversidade de gênero, étnica e cultural são imprescindíveis para que ocorra a gestão de talentos, o respeito à vida e às diferenças. O fato de haver pessoas diferentes na mesma organização favorece a empatia, a ampliação do diálogo, o respeito mútuo e a garantia do surgimento de ideias criativas que ampliam a eficiência do trabalho e a gestão dos resultados.

A diversidade diz respeito à variedade, conjunto de diferenças, sejam elas cultural, étnica, religiosa, biológica, linguística, entre outras. A diversidade trata de reunir num só lugar as mais diferentes abordagens, ações. O conceito de diversidade nas organizações não está representando apenas na inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência física, mas também cultural, étnica, religiosa, estado civil, origem espacial, conceitos ideológicos, orientação sexual, entre outros. Muito se sabe que estes atributos não definem competência, pois elas são um conjunto de diferenças que vem para somar dentro ou fora da empresa. As equipes que trabalham com essas características, tem uma harmonia e assim promovem a inovação onde a gestão se torna melhor e seus colaboradores se sentem mais felizes realizando seus trabalhos.

O conceito de diversidade está relacionado, principalmente, ao respeito à individualidade dos empregados e ao reconhecimento desta; gerenciar a diversidade implica o desenvolvimento das competências necessárias ao crescimento e sucesso do negócio. Em outras palavras, administrar a diversidade deve adicionar valor à companhia (FLEURY, 2000, p. 23).

Onde tem diferenças, se obtém, diante das dificuldades as expectativas de uma melhora e assim experiências sempre são somadas ao que chamamos de resultados, acredita-se que diante de conflitos somado as experiências de um todo, das diversidades, que na empresa se empregam, existe a oportunidade de melhoria pois junto às ideias que cada um tem para resolver o problema, se tem muito a ganhar, e é onde aumenta o capital intelectual da empresa, para obter uma melhora nos resultados. Na diversidade Cultural, as pessoas são representadas por costumes, linguagem, tradição, religião, política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos, não é referente a cada país, mas, pode se ter dentro do mesmo território, em cada região, sendo uma troca de experiências e conhecimentos. Entende-se que uma empresa é o reflexo de quem nela trabalha, no entanto é preciso que se leve em conta essas diferenças para que o clima organizacional seja saudável e receptivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A legislação específica que as empresas devem adotar uma política ética, e aceitar as diferenças sem discriminação, o código de ética: são normas estabelecidas que a empresa precisa seguir, ou seja sua missão, visão e valores. Segundo Fleury (2000) essa conduta é fundamental para ser bem visto pela sociedade. Colaboradores diversificados agregam muito valor para a empresa, o cliente se identifica, e dá mais importância a marca que tem essa questão social bem clara. Quando temos pessoas diferentes na equipe promovemos inovação, e os funcionários ficam mais engajados e colaborativos, participam ativamente e o ambiente fica agradável.

Sabemos que o mercado vem exigindo cada vez mais pessoas que se comprometem, e que tenham uma bagagem de experiência impecável, e escolhendo da maneira certa, tratando a todos com respeito, dificilmente vamos perder esses colaboradores, com isso diminui a rotatividade nas empresas, se sair pessoas a todo tempo da empresa deve analisar se tem algo de errado, se as políticas estiverem sendo bem executadas consequentemente o turnover vai ser menor. Essa estratégia amplia a visão de negócios, valorizar a diversidade, vai além da ética e respeito, isso deve ser mostrado no momento do recrutamento, acreditar que todos somos capazes sem fazer pré- julgamentos, afinal você não pode definir se uma pessoa vai se sair bem em suas atividades, sendo que a viu pela primeira vez em seu estabelecimento, e jamais, deve determinar isso através de suas características (RAE, 2000).

De acordo com Cox (1994) a diversidade nas empresas traz consigo excelentes benefícios definidos como: Redução de conflitos: a diminuição dos desentendimentos, deixa um clima organizacional mais colaborativo e participativo, as divergências de trabalho são resolvidas com tranquilidade. Retenção de talentos, todos gostam de trabalhar em um local onde são valorizados, o funcionário se sente feliz para realizar suas tarefas, e assim, a empresa só tem a ganhar e não corre o risco de perder esses talentos para os seus concorrentes. Promove a criatividade e inovação: quando temos uma equipe satisfeita, a tendência é que fiquem mais criativos, e gerem uma produtividade maior e de excelente qualidade, melhora os resultados.

Devido a imigração temos uma população com pluralidade, a vinda de outros povos de países, continentes diferentes, exigiu que medidas relativas ao mercado de trabalho fossem revisadas, o que é muito bom, pois cada um tem uma experiências e conhecimentos específicos, que podem ser compartilhados e utilizados da melhor maneira possível, lembrando que nossas características não definem nossa capacidade para realizar as funções exigidas (GNIPPER, 2018).

É fundamental destacar que o investimento na proteção à qualidade de vida é um ponto muito importante em sua produtividade. O estímulo ao respeito às diferenças é um passo indispensável para diminuir as discussões resultantes das divergências de ideias, onde obviamente há diferentes pessoas, sendo inevitável a empresa ser difundida, massivamente, com uma cultura de respeito e tolerância, educando os profissionais a lidarem com esse tipo de questão. Elas também, valorizam a diversidade, exercendo um papel de responsabilidade social, demonstrando à sociedade como a organização de preocupa não somente com o seu ambiente interno, mas também agrega valores fundamentais à comunidade em que está inserida (SICHEROLLI, MEDEIROS, JÚNIOR, 2011).

A partir da globalização das informações e da popularização das redes sociais, temas como a inclusão e o empoderamento estão cada vez mais presentes em nossa sociedade. Essa mudança de comportamento ajudou a construir um novo perfil de profissional, e consequentemente alterou a forma com que as organizações se comportam diante desse assunto, já sendo possível observar o crescimento contínuo de empresas que valorizam a diversidade (GNIPPER, 2018).

Estamos em um mundo com mudança constante, onde os mercados se tornaram globais, e o conhecimento e a tecnologia se tornam internacionais e, consequentemente, a competição se tornou global. Esse rápido ritmo de mudança imposto pela tecnologia e globalização, pelas demandas dos clientes e pela busca de crescimento rentável faz com que se invista cada vez mais no ser humano. Em

resposta a esse cenário, a única maneira de se ter uma vantagem competitiva é através do capital humano (ROHM, FERNANDES e CABRAL, 2012).

Para Myers (2003), a promoção da diversidade pode ser observada como uma estratégia empresarial, considerando-a uma vantagem competitiva pelos seguintes pontos: desempenho financeiro fortalecido; rotatividade de mão-de-obra reduzida; maior produtividade; aumento de satisfação dos empregados nas atividades profissionais; menor vulnerabilidade das empresas face às leis trabalhistas; valorização da imagem empresarial junto aos consumidores e opinião pública em geral; reconhecimento adequado do desempenho e do potencial dos trabalhadores. Ainda outros argumentos em prol da valorização da diversidade nas organizações: o conceito que times diversificados tornam possível melhorar a flexibilidade, as respostas e a adaptação às mudanças; e que a diversidade irá ajudar as organizações a se internacionalizarem frente à crescente globalização. O autor ainda considera a diversidade essencial para o sucesso das organizações, visto que a diversidade pode provocar interações e comunicações mais efetivas entre as pessoas, o que é uma grande necessidade em uma economia de serviços.

As múltiplas perspectivas e insights que uma força de trabalho diversa fornece podem promover uma ampla gama de alternativas de decisão criativas, processo decisório eficaz e decisões de alta qualidade. Em organizações que enfatizam a necessidade de inovação, grupos com níveis altos de heterogeneidade são capazes de responder com eficácia, tirando vantagem dos diversos backgrounds, percepções, e visões de mundo (RICHARD et al., 2004).

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido, inicialmente, por meio de pesquisa bibliográfica, em sites, revistas e artigos de cunho científico, objetivando compreender melhor o fenômeno da diversidade nas organizações. Posteriormente, foram consultados oito *sites* de empresas locais, de diversos ramos produtivos, com intuito de compreender como essas organizações deixam claro ou não seus reais objetivos em relação à diversidade e gestão de talentos. Para melhor delinear as análises, optou-se por analisar a missão, visão, valores e atividades desenvolvidas por essas empresas. Para interpretar os dados, compilou-se as expressões que denotam a preocupação das empresas com a diversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando tudo que tinha de disponível nos sites de dez empresas, de médio a grande porte da cidade de Caçador, conclui-se que em relação a diversidade as empresas não deixam poucas ações. Analisando-se a missão e a visão dessas empresas, vê-se que elas não deixam em evidência o interesse em agregar colaboradores de diferentes etnias, pessoas com deficiência e mulheres. Há uma generalização muito grande nas missões e visões das empresas quanto a esse tema.

Em um país como o Brasil, com uma sociedade heterogênea e com muitas desigualdades sociais, o tema da diversidade cultural deveria assumir uma certa relevância. Um caminho promissor é ampliar o foco de atuação, incorporando ao programa objetivos econômicos e sociais, mostrando, por exemplo, como uma política de gestão da diversidade cultural pode atrair e desenvolver novas competências,

adicionando valor ao negócio. Dessa forma, essas empresas poderiam deixar mais claro o real intento na gestão de talentos e da diversidade.

É fácil dizer que a empresa não discrimina e que valoriza a diversidade, mas colocar esse valor na prática e realmente diversificar o quadro de colaboradores são tarefas bastante difíceis. Entende-se que uma mudança nesse sentido não acontece do dia para a noite, é um processo de longo prazo, mas temos que acreditar que enfrentar essas dificuldades e frustrações vai valer a pena. Apostar na diversidade é contribuir para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva. Por isso, as empresas precisariam externalizar esse desejo, modificando suas missões e visões.

Em relação aos valores e ações, há de certa forma, menção tímida em relação ao papel da diversidade no contexto do trabalho. As expressões “mulher, etnia, pessoas com deficiência, imigrantes e negros” não são vistas nos valores e ações divulgadas pelas empresas. Acredita-se que essas empresas tenham políticas de inclusão e ações para coloca-las em prática, todavia não as deixam explícitas em seus sites disponíveis à comunidade. Por isso, é indispensável que os colaboradores, e principalmente os gestores, deixem seus olhares tortos e preconceituosos de lado, que se permitam enxergar a diversidade do outro, inclusive no ambiente de trabalho, em busca não de sexo, orientação sexual, cor da pele ou qualquer outra diferença, mas sim do talento e do potencial humano que existe nas pessoas e na pluralidade que existe na diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação vigente no país oportuniza, no contexto do mundo do trabalho, uma variedade de possibilidades de que mulheres, negros, pessoas com deficiência e imigrantes possam ser incluídos de forma igualitária no mercado. Outrossim, é importante salientar que ainda há muitos desafios para garantir que as empresas tenham em seus quadros funcionais uma diversidade maior de gênero, culturas diferentes e talentos dos mais diversos. A pesquisa apontou, mesmo que de forma humilde, que as empresas pesquisadas não deixam claro que valorizam a diversidade nos processos de gestão de pessoas nem evidenciam isso no contexto de suas missões, visões e valores organizacionais. Sugere-se que toda e qualquer empresa faça uma ampla revisão em suas missões, visões, valores e políticas internas, deixando em evidência o real interesse em valorizar a diversidade no contexto do trabalho. Mesmo tendo interesses dessa ordem, as empresas pesquisadas não fazem uma clara alusão a esse objetivo e tendência.

REFERÊNCIAS

COX, Taylor Jr. **Diversidade cultural nas organizações**: teoria, pesquisa e prática. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 1994.

FLEURY, Maria Tereza. **Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras**. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v40n3/v40n3a03>>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

GNIPPER, Patrícia. **A evolução das redes sociais e seu impacto na sociedade – Parte 1**. 2018. Disponível em <https://canaltech.com.br/redes-sociais/a-evolucao-das-redes-sociais-e-seu-impacto-na-sociedade-parte-1-107830/>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

MYERS, Aaron. **O valor da diversidade racial nas empresas**. 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/eaav25n3/a05v25n3.pdf>>. Acesso em: 03/11/2020.

RAE. **Revista de Administração de empresas (EAESP/FGV)**. São Paulo, Brasil. RAE .v40.n.3.jul/set.2000. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/edicoes-anteriores>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

RICHARD, Orlando C.; BARNNET, Tim; DWYER, Sean; CHADWICK, Ken. **Diversidade cultural na gestão, desempenho da empresa e o papel moderador das dimensões de orientação empreendedora**. 2004.

ROHM, R. H. D.; FERNANDES, F. A. P.; CABRAL, A. D. **Diversidade sexual e vantagem competitiva: uma análise de seus impactos nas organizações**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/DIVERSIDADESEXUALEVANTAGEMCOMPETITIVAUMAANLISEDESEUSIMPACTOSNASORGANIZAES.pdf> Acesso em: 03/11/2020.

SICHEROLLI, Monique B; MEDEIROS, Cintia; JÚNIOR, Valdir. **Gestão da diversidade nas organizações: uma análise das práticas das melhores empresas para trabalhar no Brasil**. 2011

ASPECTOS RELEVANTES DA DIVERSIDADE E TALENTOS NAS ORGANIZAÇÕES

Julie Cristina Pereira, julie.cristina.549@hotmail.com¹
Karina Barreto dos Santos, karinabarreto350@gmail.com²
Nayara de Quadros Pereira, nayaraquadros.p@gmail.com³
Saete Rodrigues, saetyrodrigues@icloud.com⁴
Silmara Silva Swirkowski, sylmarasyiva23@gmail.com⁵
Clayton Luiz Zanella, clayton@uniarp.edu.br⁶

Resumo

Neste trabalho, apresenta-se a grande importância e as vantagens competitivas, no sentido de que as divergências originadas das diferenças individuais podem levar ao surgimento de novas perspectivas para as estratégias organizacionais. Porém, trata-se de um desafio para os gestores, pois a diversidade significa a abertura de um espaço para manifestações variadas. Consequentemente, temos uma busca constante para integrar pessoas com costumes e diferenças no meio das organizações. Por outro lado, sabemos que a organização ganha em conhecimento e valores quando se obtém pessoas iguais em suas diferenças. E no enfrentamento desse desafio, os gestores adotam práticas de gestão de pessoas inovadoras e criativas de modo a propiciar um excelente local de trabalho. O objetivo desse trabalho foi investigar como a diversidade é percebida nas organizações de Caçador – SC. Para realizar este trabalho, foram consultados os sites de oito empresas caçadorenses, de ramos produtivos variados, com intuito de analisar se e como concebem a diversidade no contexto organizacional, com foco na gestão de talentos. Consideraram-se, nesta análise, a missão, a visão, os valores, as políticas e as ações realizadas pela gestão organizacional. Os principais resultados apontaram que o tema diversidade é concebido parcialmente nas missões, visões, valores e atividades organizacional. Isso prova que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que a diversidade nos talentos seja uma prática nas organizações.

Palavras-chave: Organizações. Diversidade. Gestão de talentos.

INTRODUÇÃO

As organizações de trabalho são espaços onde a diversidade se torna imprescindível para a ampliação dos processos de criatividade, produtividade e qualidade dos produtos e serviços. No mundo contemporâneo de trabalho, nota-se, cada vez mais, um empoderamento feminino, com a conquista de espaços de liderança pelas mulheres. Ainda se nota que muitas mulheres enfrentam o

¹ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

preconceito, o assédio, salários desproporcionais e discriminação. Em outro âmbito, ainda se percebe que negros, estrangeiros e pessoas com deficiência ainda enfrentam desafios para a inclusão no mercado de trabalho. Isso é preocupante, pois a diversidade de gênero, étnica e cultural são imprescindíveis para que ocorra a gestão de talentos, o respeito à vida e às diferenças. O fato de haver pessoas diferentes na mesma organização favorece a empatia, a ampliação do diálogo, o respeito mútuo e a garantia do surgimento de ideias criativas que ampliam a eficiência do trabalho e a gestão dos resultados.

A diversidade diz respeito à variedade, conjunto de diferenças, sejam elas cultural, étnica, religiosa, biológica, linguística, entre outras. A diversidade trata de reunir num só lugar as mais diferentes abordagens, ações. O conceito de diversidade nas organizações não está representando apenas na inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência física, mas também cultural, étnica, religiosa, estado civil, origem espacial, conceitos ideológicos, orientação sexual, entre outros. Muito se sabe que estes atributos não definem competência, pois elas são um conjunto de diferenças que vem para somar dentro ou fora da empresa. As equipes que trabalham com essas características, tem uma harmonia e assim promovem a inovação onde a gestão se torna melhor e seus colaboradores se sentem mais felizes realizando seus trabalhos.

O conceito de diversidade está relacionado, principalmente, ao respeito à individualidade dos empregados e ao reconhecimento desta; gerenciar a diversidade implica o desenvolvimento das competências necessárias ao crescimento e sucesso do negócio. Em outras palavras, administrar a diversidade deve adicionar valor à companhia (FLEURY, 2000, p. 23).

Onde tem diferenças, se obtém, diante das dificuldades as expectativas de uma melhora e assim experiências sempre são somadas ao que chamamos de resultados, acredita-se que diante de conflitos somado as experiências de um todo, das diversidades, que na empresa se empregam, existe a oportunidade de melhoria pois junto às ideias que cada um tem para resolver o problema, se tem muito a ganhar, e é onde aumenta o capital intelectual da empresa, para obter uma melhora nos resultados. Na diversidade Cultural, as pessoas são representadas por costumes, linguagem, tradição, religião, política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos, não é referente a cada país, mas, pode se ter dentro do mesmo território, em cada região, sendo uma troca de experiências e conhecimentos. Entende-se que uma empresa é o reflexo de quem nela trabalha, no entanto é preciso que se leve em conta essas diferenças para que o clima organizacional seja saudável e receptivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A legislação específica que as empresas devem adotar uma política ética, e aceitar as diferenças sem discriminação, o código de ética: são normas estabelecidas que a empresa precisa seguir, ou seja sua missão, visão e valores. Segundo Fleury (2000) essa conduta é fundamental para ser bem visto pela sociedade. Colaboradores diversificados agregam muito valor para a empresa, o cliente se identifica, e dá mais importância a marca que tem essa questão social bem clara. Quando temos pessoas diferentes na equipe promovemos inovação, e os funcionários ficam mais engajados e colaborativos, participam ativamente e o ambiente fica agradável.

Sabemos que o mercado vem exigindo cada vez mais pessoas que se comprometem, e que tenham uma bagagem de experiência impecável, e escolhendo da maneira certa, tratando a todos com respeito, dificilmente vamos perder esses colaboradores, com isso diminui a rotatividade nas empresas, se sair pessoas a todo tempo da empresa deve analisar se tem algo de errado, se as políticas estiverem sendo bem executadas consequentemente o turnover vai ser menor. Essa estratégia amplia a visão de negócios, valorizar a diversidade, vai além da ética e respeito, isso deve ser mostrado no momento do recrutamento, acreditar que todos somos capazes sem fazer pré- julgamentos, afinal você não pode definir se uma pessoa vai se sair bem em suas atividades, sendo que a viu pela primeira vez em seu estabelecimento, e jamais, deve determinar isso através de suas características (RAE, 2000).

De acordo com Cox (1994) a diversidade nas empresas traz consigo excelentes benefícios definidos como: Redução de conflitos: a diminuição dos desentendimentos, deixa um clima organizacional mais colaborativo e participativo, as divergências de trabalho são resolvidas com tranquilidade. Retenção de talentos, todos gostam de trabalhar em um local onde são valorizados, o funcionário se sente feliz para realizar suas tarefas, e assim, a empresa só tem a ganhar e não corre o risco de perder esses talentos para os seus concorrentes. Promove a criatividade e inovação: quando temos uma equipe satisfeita, a tendência é que fiquem mais criativos, e gerem uma produtividade maior e de excelente qualidade, melhora os resultados.

Devido a imigração temos uma população com pluralidade, a vinda de outros povos de países, continentes diferentes, exigiu que medidas relativas ao mercado de trabalho fossem revisadas, o que é muito bom, pois cada um tem uma experiências e conhecimentos específicos, que podem ser compartilhados e utilizados da melhor maneira possível, lembrando que nossas características não definem nossa capacidade para realizar as funções exigidas (GNIPPER, 2018).

É fundamental destacar que o investimento na proteção à qualidade de vida é um ponto muito importante em sua produtividade. O estímulo ao respeito às diferenças é um passo indispensável para diminuir as discussões resultantes das divergências de ideias, onde obviamente há diferentes pessoas, sendo inevitável a empresa ser difundida, massivamente, com uma cultura de respeito e tolerância, educando os profissionais a lidarem com esse tipo de questão. Elas também, valorizam a diversidade, exercendo um papel de responsabilidade social, demonstrando à sociedade como a organização de preocupa não somente com o seu ambiente interno, mas também agrega valores fundamentais à comunidade em que está inserida (SICHEROLLI, MEDEIROS, JÚNIOR, 2011).

A partir da globalização das informações e da popularização das redes sociais, temas como a inclusão e o empoderamento estão cada vez mais presentes em nossa sociedade. Essa mudança de comportamento ajudou a construir um novo perfil de profissional, e consequentemente alterou a forma com que as organizações se comportam diante desse assunto, já sendo possível observar o crescimento contínuo de empresas que valorizam a diversidade (GNIPPER, 2018).

Estamos em um mundo com mudança constante, onde os mercados se tornaram globais, e o conhecimento e a tecnologia se tornam internacionais e, consequentemente, a competição se tornou global. Esse rápido ritmo de mudança imposto pela tecnologia e globalização, pelas demandas dos clientes e pela busca de crescimento rentável faz com que se invista cada vez mais no ser humano. Em

resposta a esse cenário, a única maneira de se ter uma vantagem competitiva é através do capital humano (ROHM, FERNANDES e CABRAL, 2012).

Para Myers (2003), a promoção da diversidade pode ser observada como uma estratégia empresarial, considerando-a uma vantagem competitiva pelos seguintes pontos: desempenho financeiro fortalecido; rotatividade de mão-de-obra reduzida; maior produtividade; aumento de satisfação dos empregados nas atividades profissionais; menor vulnerabilidade das empresas face às leis trabalhistas; valorização da imagem empresarial junto aos consumidores e opinião pública em geral; reconhecimento adequado do desempenho e do potencial dos trabalhadores. Ainda outros argumentos em prol da valorização da diversidade nas organizações: o conceito que times diversificados tornam possível melhorar a flexibilidade, as respostas e a adaptação às mudanças; e que a diversidade irá ajudar as organizações a se internacionalizarem frente à crescente globalização. O autor ainda considera a diversidade essencial para o sucesso das organizações, visto que a diversidade pode provocar interações e comunicações mais efetivas entre as pessoas, o que é uma grande necessidade em uma economia de serviços.

As múltiplas perspectivas e insights que uma força de trabalho diversa fornece podem promover uma ampla gama de alternativas de decisão criativas, processo decisório eficaz e decisões de alta qualidade. Em organizações que enfatizam a necessidade de inovação, grupos com níveis altos de heterogeneidade são capazes de responder com eficácia, tirando vantagem dos diversos backgrounds, percepções, e visões de mundo (RICHARD et al., 2004).

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido, inicialmente, por meio de pesquisa bibliográfica, em sites, revistas e artigos de cunho científico, objetivando compreender melhor o fenômeno da diversidade nas organizações. Posteriormente, foram consultados oito *sites* de empresas locais, de diversos ramos produtivos, com intuito de compreender como essas organizações deixam claro ou não seus reais objetivos em relação à diversidade e gestão de talentos. Para melhor delinear as análises, optou-se por analisar a missão, visão, valores e atividades desenvolvidas por essas empresas. Para interpretar os dados, compilou-se as expressões que denotam a preocupação das empresas com a diversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando tudo que tinha de disponível nos sites de dez empresas, de médio a grande porte da cidade de Caçador, conclui-se que em relação a diversidade as empresas não deixam poucas ações. Analisando-se a missão e a visão dessas empresas, vê-se que elas não deixam em evidência o interesse em agregar colaboradores de diferentes etnias, pessoas com deficiência e mulheres. Há uma generalização muito grande nas missões e visões das empresas quanto a esse tema.

Em um país como o Brasil, com uma sociedade heterogênea e com muitas desigualdades sociais, o tema da diversidade cultural deveria assumir uma certa relevância. Um caminho promissor é ampliar o foco de atuação, incorporando ao programa objetivos econômicos e sociais, mostrando, por exemplo, como uma política de gestão da diversidade cultural pode atrair e desenvolver novas competências,

adicionando valor ao negócio. Dessa forma, essas empresas poderiam deixar mais claro o real intento na gestão de talentos e da diversidade.

É fácil dizer que a empresa não discrimina e que valoriza a diversidade, mas colocar esse valor na prática e realmente diversificar o quadro de colaboradores são tarefas bastante difíceis. Entende-se que uma mudança nesse sentido não acontece do dia para a noite, é um processo de longo prazo, mas temos que acreditar que enfrentar essas dificuldades e frustrações vai valer a pena. Apostar na diversidade é contribuir para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva. Por isso, as empresas precisariam externalizar esse desejo, modificando suas missões e visões.

Em relação aos valores e ações, há de certa forma, menção tímida em relação ao papel da diversidade no contexto do trabalho. As expressões “mulher, etnia, pessoas com deficiência, imigrantes e negros” não são vistas nos valores e ações divulgadas pelas empresas. Acredita-se que essas empresas tenham políticas de inclusão e ações para coloca-las em prática, todavia não as deixam explícitas em seus sites disponíveis à comunidade. Por isso, é indispensável que os colaboradores, e principalmente os gestores, deixem seus olhares tortos e preconceituosos de lado, que se permitam enxergar a diversidade do outro, inclusive no ambiente de trabalho, em busca não de sexo, orientação sexual, cor da pele ou qualquer outra diferença, mas sim do talento e do potencial humano que existe nas pessoas e na pluralidade que existe na diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação vigente no país oportuniza, no contexto do mundo do trabalho, uma variedade de possibilidades de que mulheres, negros, pessoas com deficiência e imigrantes possam ser incluídos de forma igualitária no mercado. Outrossim, é importante salientar que ainda há muitos desafios para garantir que as empresas tenham em seus quadros funcionais uma diversidade maior de gênero, culturas diferentes e talentos dos mais diversos. A pesquisa apontou, mesmo que de forma humilde, que as empresas pesquisadas não deixam claro que valorizam a diversidade nos processos de gestão de pessoas nem evidenciam isso no contexto de suas missões, visões e valores organizacionais. Sugere-se que toda e qualquer empresa faça uma ampla revisão em suas missões, visões, valores e políticas internas, deixando em evidência o real interesse em valorizar a diversidade no contexto do trabalho. Mesmo tendo interesses dessa ordem, as empresas pesquisadas não fazem uma clara alusão a esse objetivo e tendência.

REFERÊNCIAS

COX, Taylor Jr. **Diversidade cultural nas organizações**: teoria, pesquisa e prática. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 1994.

FLEURY, Maria Tereza. **Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras**. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v40n3/v40n3a03>>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

GNIPPER, Patrícia. **A evolução das redes sociais e seu impacto na sociedade – Parte 1**. 2018. Disponível em <https://canaltech.com.br/redes-sociais/a-evolucao-das-redes-sociais-e-seu-impacto-na-sociedade-parte-1-107830/>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

MYERS, Aaron. **O valor da diversidade racial nas empresas**. 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a05v25n3.pdf>>. Acesso em: 03/11/2020.

RAE. **Revista de Administração de empresas** (EAESP/FGV). São Paulo, Brasil. RAE .v40.n.3.jul/set.2000. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/edicoes-anteriores>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

RICHARD, Orlando C.; BARNNET, Tim; DWYER, Sean; CHADWICK, Ken. **Diversidade cultural na gestão, desempenho da empresa e o papel moderador das dimensões de orientação empreendedora**. 2004.

ROHM, R. H. D.; FERNANDES, F. A. P.; CABRAL, A. D. **Diversidade sexual e vantagem competitiva: uma análise de seus impactos nas organizações**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/DIVERSIDADESEXUALEVANTAGEMCOMPETITIVAUMAANLISEDESEUSIMPACTOSNASORGANIZAES.pdf> Acesso em: 03/11/2020.

SICHEROLLI, Monique B; MEDEIROS, Cintia; JÚNIOR, Valdir. **Gestão da diversidade nas organizações: uma análise das práticas das melhores empresas para trabalhar no Brasil**. 2011

MARKETING DIGITAL: REVISÃO TEÓRICA¹

Anderson Gonçalves Cordeiro, agoncalves.anderson@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A internet trouxe mudanças significativas para a atual realidade, como na maneira que as empresas queiram que os consumidores vejam seus produtos. Sob essa nova perspectiva, foram desenvolvidas novas abordagens e metodologias de marketing, no intuito de manter as conexões e vínculos com clientes, estudando seus hábitos, comportamento e ações, influenciando-a a comprar. Trazendo então o processo dos 8 P's, todo produto passa por várias etapas de publicação para uma ampla propagação, tudo personalizado com a intenção de atrair o público-alvo com total precisão. Dessa forma, apresenta-se nesse trabalho uma revisão de conceitos associados ao universo do marketing, abordando o marketing digital e os 8P's. Com essa pesquisa fica evidente que o marketing digital não é apenas uma propaganda estampada em um banner ou em um anúncio da internet, tem todo um processo metodológico por trás, um estudo altamente amplo para que haja interesse do público, pois tudo influencia o ser humano.

Palavras-chave: 8 P's, Marketing Digital.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento do marketing digital, o mundo está cada vez mais conectado a uma cultura mais participativa, através de notícias e informações ao alcance de todos e é nesse ambiente que a internet ganha mais força (TORRES, 2010). A publicidade é um meio de atrair um determinado público-alvo, com ações, hábitos, gostos e expectativas dos consumidores (KHRUM, 2010).

O meio digital é cada dia mais eficaz, trazendo comerciais on-line, levando a publicidade de empresas pequenas ou de alto porte ao um patamar altamente visualizável, com um mercado vasto de oportunidades e possíveis expansões para qualquer porte de empresa (COSTA, 2013, apud SOUZA, 2016).

O marketing digital possui vários formatos de comunicação, impulsionada por um vasto meio de aplicativos e redes sociais usados pelos consumidores, tendo como base um processo cíclico de 8 P's: pesquisa; planejamento; produção; publicação; promoção; propagação; personalização e precisão (ADOLPHO, 2011).

Com base nesta abordagem, a presente revisão teórica visa apresentar a forma mais aplicada no marketing digital estabelecida pelos 8 P's.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

¹ Trabalho apresentado como Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração (UNIARP)

² Acadêmico da 2ª fase do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REVISÃO TEÓRICA

Desde o surgimento do marketing digital, a evolução mercadológica em mídia digital evoluiu consideravelmente, trazendo inúmeras ferramentas tanto de publicidade como de mídias digitais. O marketing digital é um conjunto de estratégias de marketing e publicidade, com o uso predominante da internet, e com novo comportamento do consumidor quando está navegando. Não se trata de uma ou outra ação, mas de um conjunto coerente e eficaz de ações que criam um contato permanente da sua empresa com seus clientes. O marketing digital faz com que os consumidores conheçam seus negócios, confiem nele e tomem a decisão de compra a seu favor (TORRES, 2010).

A Internet é um meio de marketing direto muito eficaz que permite, por meio de campanhas promocionais online, atingir determinado público-alvo diretamente. Uma dessas formas de publicidade on-line é conhecida como publicidade digital na web por meio de jogos interativos. É uma forma de atingir um público motivado e participativo, com um custo relativamente baixo, que permite divulgar determinados aspectos da marca para determinados segmentos de consumidores, ao mesmo tempo que disponibiliza dados relevantes sobre os hábitos, gostos e expectativas dos consumidores (KHRUM, 2010).

As atividades comerciais voltadas para o mercado on-line são as mais novas ações que vem se desenvolvendo no mundo e empresas de pequeno, médio e grande porte vem aproveitando essa oportunidade para expandir os negócios. Um mercado vasto com inúmeras possibilidades de expansão e que dispõe de grandes variedades de ferramentas de trabalho, para qualquer tipo e porte de empresa (COSTA, 2013, apud SOUZA, 2016).

Outros formatos de comunicação digital são os banners, hoje impulsionados pelo uso de tecnologias como flash e vídeo, e-mails personalizados, sites especiais para lançamento de produtos ou promoções, weblogs, usados como meio de publicações pessoais na Internet que são utilizadas pelo marketing como ferramenta de comunicação ao público (MEDINA, 2011).

Torres (2009) defende a ideia de que estas transformações estão sofrendo severas repercussões na maneira como o marketing é encarado nas organizações. Os modelos tradicionais, baseados nos 4 P's (produto, preço, praça e promoção) de McCarthy (1960) já não conseguem mais sustentar a miríade de fenômenos decorrentes do mundo digital.

Nesse sentido, Adolpho (2011, apud ARAÚJO, 2017) propõe uma nova abordagem composta por 8 Ps, a saber: Pesquisa, Planejamento, Produção, Publicação, Promoção, Propagação, Personalização e Precisão.

De acordo com Vaz (2011), o marketing digital deve ser baseado em um processo cíclico de 8 P's, que promovem sustento para estratégias de marketing digital: **Pesquisa**, para identificar o cliente ideal; **Planejamento**, para estabelecer diretrizes de atuação; **Produção**, para execução do planejamento; **Publicação**, para disponibilizar conteúdos para o mercado e consumidor; **Promoção**, para gerar maiores resultados a curto prazo; **Propagação**, para divulgação de conteúdo de consumidor a consumidor; **Personalização**, para desenvolver fidelização e relacionamento com o consumidor; e **Precisão**, para avaliar os resultados obtidos durante as ações estratégicas.

Na atualidade, é comum os consumidores estarem mais conectados, e cada vez mais comprando na internet, e eles estão mais exigentes com o passar do tempo, assim por uma extensa **pesquisa**, é possível analisar dados que podem melhorar a

satisfação do cliente, por meio desses indícios, poder-se-á chegar a uma interpretação extremamente rica e personalizada do seu comportamento e hábitos de consumo. Isso poderá municiar as empresas atentas no sentido de antecipar ou adequar suas ações de marketing, fazendo-o com que o cliente consiga ter o produto final a qual foi requerido (TORRES, 2009).

A internet está levando cada vez mais as pessoas para o mundo digital, assim como no mundo dos átomos, ou seja, no mundo tangível, o mundo dos bits necessita de cuidados específicos. O marketing Digital mesmo parecendo simples e de baixo custo, as ações podem ser muito complexas e quando mal realizada, pode causar efeitos colaterais ou muitos prejuízos. Para que estas ações sejam eficazes, faz-se necessário um **planejamento** das diversas ações a serem tomadas. Esse plano deverá ser baseado no primeiro P (pesquisa) e contará com todas as etapas a serem desenvolvidas pelas equipes envolvidas (ARAUJO, 2017).

Como o mundo digital é feito de informação, sua **produção** estará focada no desenvolvimento da melhor ferramenta para transacionar dados. Dessa maneira, deve-se adequar os recursos organizacionais de maneira que estejam alinhados ao planejamento de marketing digital estipulado. Estas ações, assim como no mundo off-line, deverão contemplar mecanismos geradores de vantagem competitiva por meio da análise da cadeia de valor e da visão baseada em recursos (BARNEY, 2011).

Em um mundo onde a informação gera valor, ser visto se torna essencial para alcançar bons resultados. Nesse sentido, não basta apenas desenvolver ações coordenadas de venda. O consumidor deseja mais do que comprar. Ele deseja criar relacionamentos. Além disso, ele sabe que possui poder de barganha, posto que está bem informado e possui capacidade de se organizar socialmente. Assim, para se destacar em um imenso mar de informações e concorrentes, as empresas devem atrair e manter seus públicos por meio da **publicação** de conteúdo interessante, cativante e inovador. Assim, espera-se que, não necessariamente em curto prazo, os prossumores tornem-se cada vez mais cativos, seguidores e advogados das marcas, servindo como embaixadores e vendedores informais (BARNEY, 2011).

As regras no mundo dos bits são diferentes e permitem que os prossumores (produtores e consumidores de conteúdo) compartilhem com muita facilidade todo e qualquer conteúdo. Assim, as estratégias de **promoção** devem ser elaboradas de maneira a sensibilizar um público muito específico (público alfa), para daí esse público possa compartilhar com seus contatos o que julgar interessante (ARAUJO, 2017).

Portanto, as ações planejadas devem possuir um apelo "viral", ou seja, devem cativar o público para que o mesmo possa compartilhá-lo espontaneamente. A ideia por trás desse raciocínio está baseada na premissa de que o esforço da empresa será compensado se criar uma campanha que se auto alimente e seja capaz de sustentar o interesse do público por mais tempo (ARAUJO, 2017).

A empresa apenas precisa focar em um marketing que o seu público veja-o e queira compartilhar, por ser algo de extremo interesse, fazendo com que a tal apenas tenha o trabalho de criar anúncios (ARAUJO, 2017).

"A **propagação** é a chave do marketing viral e da lucratividade da empresa na internet" (ADOLPHO, 2011, p.317). Esta afirmação assenta-se na premissa de que o capital social gerado na internet pode ser convertido em capital no mundo dos átomos.

Assim, as empresas devem concentrar seus esforços, em desenvolver ferramentas e conteúdo que fomentem o compartilhamento de qualidade. A ideia principal é criar campanhas que gerem um burburinho nas mídias sociais, fazendo as marcas alcançarem públicos diversos com baixo custo (ADOLPHO, 2011).

O novo ciclo do consumidor com a empresa gera relacionamento. Por isso ações de massa (propaganda) não produzem mais o mesmo feito que antes. A internet permitiu que a comunicação entre esses atores passasse a um nível quase íntimo, através da **personalização**. Assim, por meio do estudo do perfil do seu público alvo (obtido por meio das diversas ações vistas acima), consegue-se estabelecer a melhor maneira de se relacionar. O objetivo do marketing digital não é simplesmente vender, mas sim vender de maneira sustentável, e isso é obtido por meio da criação de experiências customizadas (BRANDÃO, 2020).

As ferramentas de mensuração disponíveis no mundo digital têm muito mais **precisão**, são rápidas e acessíveis do que as ferramentas presentes no mundo dos átomos. Assim, basta a empresa realizar um bom planejamento, selecionando os KPIs (Key Performance Indicators – Indicadores-chave de Performance) adequados que poderá saber, praticamente em tempo real, se suas ações estão sendo eficientes. Isso representa uma revolução no controle gerencial e permite os gestores tomarem decisões muito mais precisas e eficazes. Porém, essa realidade apresenta-se de maneira bipolar, pois as mesmas facilidades encontradas pelas empresas podem ser aproveitadas pelos consumidores para obter vantagens sobre as primeiras (BRANDÃO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marketing digital trouxe uma grande evolução mercadológica, trazendo muitas ferramentas de publicidades, pois a internet possui vastos meios de comunicações, onde levam os produtos filtrados aos consumidores, fazendo-o com que não sejam mais necessárias as pessoas irem até os estabelecimentos.

Hoje existem muitos formatos de comunicação digital, onde são impulsionados por meio da tecnologia, e com novo comportamento do consumidor quando está navegando, não se trata de uma ou outra ação, mas de um conjunto coerente e eficaz de ações que criam um contato permanente da sua empresa com seus clientes.

O marketing digital faz com que os consumidores conheçam seus negócios, confiem nele, e tomem a decisão de compra a seu favor. Um mercado vasto com inúmeras possibilidades de expansão e que dispõe de grandes variedades de ferramentas de trabalho, para qualquer tipo e porte de empresa.

O trabalho mostra que o marketing digital não é apenas uma propaganda estampada em um banner ou em um anúncio da internet, tem todo um processo metodológico por trás, um estudo altamente amplo para que haja interesse do público, pois tudo influencia o ser humano.

REFERÊNCIAS

ADOLPHO, C. Os 8 Ps do **Marketing Digital**: o guia estratégico de marketing digital. São Paulo: Novatec, 2011.

ARAUJO, G. A. de. (2017). O marketing digital sob a perspectiva do interacionismo simbólico. **Revista Vianna Sapiens**, 6(1), 19. Recuperado de <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/160>

BARNEY, J. **Gaining and Sustaining Competitive Advantage**. 4. ed. New Jersey: Pearson Education., 2011.

MIRANDA, Irene Garcia. **Marketing digital Multimedia**: nuevos for Matos y tendencias Disponível em: <http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/76/pdf>

SOUZA, C. H. B. de; OLIVEIRA, T. D. de. Marketing digital: estudo das principais estratégias para as empresas inseridas no mercado on-line. **Revista Vianna Sapiens**, 7(1), 14, 2017. Recuperado de <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/193>

TORRES, C. **A Bíblia do marketing digital**: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec, p. 15-83, 2009.

VAZ, Conrado Adolpho. **Os 8ps do marketing digital**: o seu guia estratégico de marketing digital. São Paulo: Novatec, 2011.

INVESTIMENTO COMO EDUCAÇÃO FINANCEIRA¹

Harion Taflo Alves Ramos, hariontaflo@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Essa pesquisa tem por finalidade, a partir de uma revisão teórica, demonstrar a importância do investimento como forma de educação financeira, no intuito de usar o dinheiro de forma correta. Mostram-se as formas de aplicação onde há maior possibilidade de rentabilidade, os principais tipos de investimentos: renda fixa e variável. Apresentam-se os indexadores usados para potencializar os lucros e transformá-los em ativos para reaplicar ou usar. Demonstrem-se vantagens e desvantagens do investimento como forma de melhorar a qualidade financeira.

Palavras-chave: investimentos financeiros. Aplicações. Indexadores.

INTRODUÇÃO

A gestão financeira é um ponto muito importante seja em empresa, ou na vida das pessoas, pois tem vários fatores que a envolvem. Onde os principais objetivos são reduzir gastos e ter formas de a empresa crescer e gerar lucros (GAMA; CORREIA, 2016).

Para que os objetivos sejam alcançados é necessário organização, planejamento e metas para melhorar a qualidade de vida das pessoas e consequentemente investir para ter mais uma forma de renda (LIZOTE et.al, 2014).

Quando se fala em economia, isso é automaticamente ligado pelas pessoas a poupar o dinheiro, mas isso nem sempre é benéfico. Poupar não é suficiente. É preciso também investir o dinheiro poupado. Investindo, é possível aumentar o patrimônio pessoal e familiar (SOARES et al., 2015).

Sendo assim, alguns questionamentos são feitos: As pessoas devem investir seu dinheiro deixando de apenas poupar? Existem boas formas de investimentos? E quais suas vantagens e desvantagens? (VEIGA et al., 2018).

O objetivo desse estudo através de uma revisão bibliográfica de periódicos, é mostrar como o investimento pode ser uma forma de educação financeira, além de ser uma forma de poupar e ter lucratividade.

Portanto aborda-se, nessa revisão teórica, a contextualização da gestão financeira e sua importância, as formas de investimentos e aplicações, os indexadores utilizados nos cálculos de investimentos e as vantagens e desvantagens de investir.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REVISÃO TEÓRICA

Quando se trata de gestão financeira, muitas pessoas ligam isso ao meio empresarial, onde se tem o objetivo de reduzir gastos e ter formas de a empresa crescer e gerar lucros. No entanto, esse conceito se aplica à gestão financeira pessoal também (GAMA; CORREIA, 2016).

Assim como as empresas, as pessoas necessitam de organização financeira, seja para manter as suas contas em dias ou para investir em algo que gere retorno em curto, médio ou longo prazo. O acompanhamento das receitas e despesas é fundamental para buscar rendimentos, é inadmissível esperar ter lucros se a pessoa gasta mais do que ganha (VEIGA, et.al 2018).

É notável que as pessoas necessitam de um planejamento financeiro para melhorar sua qualidade de vida e consequentemente investir para ter mais uma forma de renda. Muitos fatores influenciam, mas o principal é a desinformação e a falta de conscientização dessas pessoas (VEIGA, et.al 2018).

De acordo com Veiga (et. Al., 2019) os consumidores tomam decisões sobre compras, pagamentos e gestão de seus recursos financeiros. Sua qualidade de vida e dos membros de seu grupo familiar são fortemente afetadas por sua capacidade de gestão financeira. Porém, muitas vezes pessoas são mal informadas e suscetíveis de cometer erros com grandes consequências individuais e sociais, como por exemplo, poupar pouco para aposentadoria, gastar demais, não pagar contas no prazo e arrepende-se nas compras.

Um investimento pode ser designado como uma proposta de aplicação de recursos escassos que possuem aplicações alternativas a um negócio, como também um sacrifício feito no momento para obtenção de um benefício futuro (LIZOTE et.al, 2014).

Existe uma grande diferença entre poupar e investir, muitas vezes as pessoas abordam o conceito de “guardar” dinheiro como uma forma de investimento, pois a cada vez que aplicam, o seu patrimônio aumenta, mas necessariamente não significa que o dinheiro está rendendo. Mas poupar não é suficiente. É preciso também investir o dinheiro poupado. Investindo, é possível aumentar o patrimônio pessoal e familiar (SOARES et al., 2015).

Investimento é um “sacrifício” necessário para obtenção de lucros. É a troca de uma satisfação atual por uma satisfação futura, é preciso gastar o dinheiro, na forma de compra de um ativo, consiste na alocação, para prestação de um serviço ou venda, no intuito de gerar lucro financeiro futuramente (SOARES et al., 2015).

Os ativos que compõem um investimento pode ser categorizado em vários tipos como; ações, imóveis, produtos acabados para revenda etc (BODE, KANE, MARCUS, 2015)

As aplicações financeiras se baseiam na compra de um ativo, mais especificamente um título de uma instituição com o objetivo de gerar uma remuneração para o recurso aplicado, seja a curto, médio ou longo prazo (BODE, KANE, MARCUS, 2015).

O sistema financeiro é composto de vários intermediários, em que fazem parte o Banco Central, além de bancos comerciais e de investimentos, corretoras de valores, fundos de investimentos, fundos de pensão, bolsas de valores e companhias de seguro. Contudo, a literatura da área apresenta uma certa tendência a colocar os bancos como sendo os representantes legítimos do sistema financeiro. Existem dois investimentos, renda fixa e variável (BODY, KANE, MARCUS, 2015).

Investir em Renda Fixa é o mesmo que emprestar dinheiro para um banco, empresa ou para o governo, e em contrapartida você (investidor) recebe uma remuneração (BODY, KANE, MARCUS, 2015).

Segundo VISCO (2018), a renda variável é um tipo de investimento no qual não é possível definir o quanto seu dinheiro vai render em determinado período. Por esse motivo, costumam ser aplicações de maior risco, mas, por outro lado, o rendimento pode ser muito maior e em um espaço de tempo mais curto.

Os investimentos se baseiam em 5 modalidades mais utilizadas para aplicação de ativos, são eles: CDB (Crédito de depósito Bancário); LCI (Letra de Crédito imobiliário); LCA (Letra de Crédito do Agronegócio); Tesouro Direto e ações (VISCO, 2018).

Segundo Bernardi (2019), o mercado financeiro utiliza uma série de índices para atualizar e projetar os resultados dos investimentos chamados Indexadores, sendo os mais utilizados: CDI (taxa de juros interbancária), IPCA/IGP-M (índice de inflação) e Selic (taxa básica de juros).

Os juros interbancários são aqueles utilizados em empréstimos feitos por uma instituição financeira privada a outra usando o excesso de reservas que ela eventualmente tenha junto ao governo (BERNARDI, 2019).

Para comparar a rentabilidade de diferentes produtos do mercado financeiro, a taxa CDI é utilizada como referência no mercado. Nesse sentido, podemos comparar a rentabilidade entre fundos de investimentos, por exemplo, calculando quanto cada um rendeu em comparação à taxa CDI. Então, aquele que tiver um desempenho mais elevado em relação a taxa será o fundo com melhor rentabilidade (BERNARDI, 2019).

O Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) é um indicador que mede a variação de preços para reajuste de contratos de aluguéis, energia elétrica e telefonia. Calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ele sofre influências de outros indicadores e do dólar para seu cálculo. Considerado um indicador macroeconômico, o IGP-M varia de acordo com o cenário (LOURES, 2019).

A taxa Selic representa os juros básicos da economia brasileira. Os movimentos da Selic influenciam todas as taxas de juros praticadas no país – sejam as que um banco cobra ao conceder um empréstimo, sejam as que um investidor recebe ao realizar uma aplicação financeira (LOURES, 2019).

As desvantagens de investir são: Alta oscilação devido às incertezas políticas e econômicas: Sempre que há alguma incerteza, seja no cenário econômico ou políticas, o valor de suas ações pode oscilar. Essas oscilações contêm, em algumas ocasiões, certo grau de imprevisibilidade, gerando incertezas ao investidor (GIUDICCE, 2017).

Maior risco nas operações: Os riscos de investir em ações talvez sejam uma das suas principais preocupações neste momento. Enquanto a poupança e a renda fixa, por exemplo, oferecem ganhos pequenos e limitados em troca dos riscos quase nulos, as ações oferecem a oportunidade de ganhos muito maiores, porém, com riscos na mesma proporção (GIUDICCE, 2017).

As vantagens de investir são de acordo com Loures (2019), trabalhar em casa é uma das grandes vantagens de investir. Com um ponto de acesso à internet e um notebook, por exemplo, é possível realizar as operações de compra e venda dos ativos no conforto da sua casa. Muitas pessoas se especializam nessa área e se tornam investidores profissionais, vivendo apenas disso

Possibilidade de altos rendimentos: Existem riscos e incertezas decorrentes do investimento. Porém, os riscos são compensados pelo grande potencial de se obter altíssimos valores. Existem vantagens e desvantagens de investir. No entanto, há meios de contornar as desvantagens e tornar os investimentos mais lucrativos e com riscos bem reduzidos (LOURES, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário conhecer todos os aspectos que envolve o investimento e aplicação financeira para ter resultado positivo, mantendo o dinheiro aplicado e transformando-o em lucros de curto, médio e longo prazo. Assim se tem melhor controle e utilidade do dinheiro, e uma outra fonte de renda.

Poupar nem é sempre é uma forma de economia, pois o dinheiro perde valor com o tempo, e se não tiver rentabilidade, nem sempre economizar vai ser algo positivo, sendo assim, quando o dinheiro começa a valorizar se tem mais benefícios, pois o dinheiro vai aumentar de acordo com tipo de aplicação, seja fixa ou variável.

Foi observado que investimento é uma ótima forma de rentabilidade. Muitas dos assuntos abordados nessa revisão bibliográfica estão presente no cotidiano das pessoas, mas a maioria não tem acesso ou não buscam as esses tipos de informações.

Nota-se que dinheiro parado não é uma boa opção, pois o mesmo perde valor com o passar do tempo. Existe várias opções de investimento e aplicação, acessível para todos, ou seja, que tenha pouco ou muito para investir.

Sendo assim é necessário se manter sempre atualizado, buscando se aprofundar no assunto e novas formas para investir, poupando o dinheiro e ainda gerando lucros e adquirindo novos ativos.

REFERÊNCIAS

GAMA, Bruna Soares; CORREIA, Marcos Vasconcelos. **Planejamento financeiro pessoal e a importância da gestão dos próprios recursos** – Um estudo de caso com os estudantes de Administração da Faculdade Paraíso do Ceará – FAP CE. Juazeiro do Norte, CE; FAP, 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/bruna.pdf> Acesso em: 17 Out. 2020

VEIGA, Ricardo Teixeira et al. Validação de Escalas para Investigar a Gestão Financeira Pessoal. **Revista brasileira de gestão de negócios**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbgn/v21n2/1983-0807-rbgn-21-2-332.pdf> Acesso em: 17 Out. 2020

SOARES, Isabel Et al. Decisões de Investimento Análise Financeira de Projetos. **Silabo Gestão**. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/82888/2/116731.pdf> Acesso em: 17 Out. 2020

BODY, Zvi; KANE, Alex; MARCOS, Alan. **Investimentos**. 10. ed. São Paulo: AMGH Editora, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=aitlBAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=investimentos+pdf&hl=pt->

[BR&sa=X&ved=2ahUKEwjWn6uGmdDsAhVWJLkGHQ4jAvoQ6AEwCHoECAkQAq#v=onepage&q=investimentos%20pdf&f=false](https://repositorio.saolucasjiparana.edu.br:8080/bitstream/BR&sa=X&ved=2ahUKEwjWn6uGmdDsAhVWJLkGHQ4jAvoQ6AEwCHoECAkQAq#v=onepage&q=investimentos%20pdf&f=false) Acesso em: 25 out. 2020

LOURES, Rafael Toledo. **Vantagens da aplicação de capital em fundos de renda fixa como alternativa de investimento de baixo risco, visando melhores retornos para investidores conservadores.** Paraná, 2019. Disponível em: <http://repositorio.saolucasjiparana.edu.br:8080/bitstream> Acesso em: 25 Out. 2020

GIUDICCE, Tiago Lucas. **O Processo de Análise de Investimentos Financeiros em Instituições Financeiras.** São Paulo, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/30867/25023> Acesso em: 25 Out. 2020

LIZOTE, Suzete Antonieta et.al. **Análise de Investimentos: um Estudo Aplicado em uma Empresa do Ramo Alimentício.** Itajaí, SC, 2014. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=UNIVALI&oq=UNIVALI&ags=chrome..69i57j46i433j0i3j0i131i433j0j5.3770j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso em: 25 Out. 2020

MANEJO INTEGRADO DE INSETOS E PLANTAS DANINHAS NA CULTURA DO CAQUI

Renata Ribeiro Pahl, renata_pahl@hotmail.com¹

Maria Rita Belli dos Santos, mariaritabelli0106@gmail.com¹

Rafaela de Almeida Mello, mellorafaela10@gmail.com¹

Alex Sandro Moreira Lima, alexchaccou@outlook.com¹

Elizandro Fochesatto, elizandro@uniarp.edu.br²

Rafael Borges, rborges1977@hotmail.com²

Resumo - No Brasil a cultura do caqui totaliza uma área cultivada de 8.588 ha, a produtividade média é de aproximadamente 22,4 ton. ha⁻¹, o Estado que se destaca em maior produtividade é o Estado de São Paulo, que apresenta cerca de 28,5 ton/ha. Durante seu desenvolvimento surgem as pragas, doenças e plantas daninhas que podem interferir na produtividade, retardando seu crescimento e desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi avaliar as estratégias de manejos de plantas daninhas e o monitoramento das principais pragas do caqui. A etapa de avaliação de diferentes formas de manejo foi conduzida com os tratamentos de azevém, maravalha, capina e roçada. Os insetos monitorados foram, mosca-das-frutas, cochonilhas e lagarta-dos-frutos. Se obteve apenas uma espécie de inseto durante o monitoramento, sendo a mosca-das-frutas. Conclui-se o melhor controle de plantas daninhas foi a roçada, e para o monitoramento de insetos nenhuma das espécies de interesse atingiu a linha de dano econômico.

Palavras-chaves: Azevém. Mosca-das-frutas. Caquizeiro.

INTRODUÇÃO

A cultura do caquizeiro (*Diospyros kaki*, L.) é de origem asiática, contendo um alto valor agregado de açúcares e frutose no fruto. A cultura é considerada a espécie que possui elevada capacidade para se adaptar a regiões de clima tropical, no Brasil as principais regiões produtoras de caqui são as regiões sudeste, sul e nordeste, totalizando uma área cultivada de 8.588 ha, a produtividade média da cultura do caqui no Brasil é de aproximadamente 22,4 ton/ha. O Estado que se destaca em maior produtividade é o Estado de São Paulo, que apresenta cerca de 28,5 ton/ha) (TECCHIO; PEREIRA; MOTTA, 2019). A cultura do caqui depende de solo profundos, bem drenados e com um alto teor de matéria orgânica para um bom desenvolvimento e produção.

Como todas as demais culturas, o caquizeiro passa por diversas fases de desenvolvimento, e diante destas fases surgem as pragas e doenças da cultura que muitas vezes interferem no desenvolvimento da planta, retardando seu crescimento e produção, estas pragas são as doenças fitopatogênicas, plantas daninhas e insetos pragas que atuam diretamente no desenvolvimento das plantas (LOPES; OLIVEIRA; OLIVEIRA; ASSIS, 2014).

¹Acadêmico do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

² Professor do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

As áreas cultivadas de caqui enfrentam alguns problemas no controle e manejo de pragas e doenças, pois estas áreas muitas vezes são extensas, são muitos hectares que necessitam de monitoramento e atenção. Um dos principais problemas da cultura é o manejo de plantas daninhas, que por muitas vezes se torna de difícil controle pelo fato das áreas cultivadas serem extensas. Além das plantas daninhas um dos problemas que a cultura enfrenta são os insetos, principalmente na fase de frutificação que necessita de atenção redobrada para seu monitoramento, que por muitas vezes prejudicam o seu desenvolvimento e produção (TECCHIO; PEREIRA; MOTTA, 2019).

O objetivo deste trabalho foi avaliar as estratégias de manejos de plantas daninhas e o monitoramento das principais pragas do caqui.

DESENVOLVIMENTO

TECCHIO, Marco Antonio; PEREIRA, Ronnie Tomaz; MOTTA, Victória Monteiro da.

Caqui – Panorama nacional da produção. 2019. Disponível em:

<https://revistacampoenegocios.com.br/caqui-panorama-nacional-da-producao/> .

Acesso em: 10 nov. 2020.



MANEJO INTEGRADO DE INSETOS E PLANTAS DANINHAS NA CULTURA DO CAQUI

Renata Ribeiro Pahl, renata_pahl@hotmail.com¹

Maria Rita Belli dos Santos, mariaritabelli0106@gmail.¹

Rafaela de Almeida Mello, mellorafaela10@gmail.com¹

Alex Sandro Moreira Lima, alexchaccou@outlook.com¹

Elizandro Fochesatto, elizandro@uniarp.edu.br²

Rafael Borges, rborges1977@hotmail.com²

Resumo - No Brasil a cultura do caqui totaliza uma área cultivada de 8.588 ha, a produtividade média é de aproximadamente 22,4 ton. ha⁻¹, o Estado que se destaca em maior produtividade é o Estado de São Paulo, que apresenta cerca de 28,5 ton/ha. Durante seu desenvolvimento surgem as pragas, doenças e plantas daninhas que podem interferir na produtividade, retardando seu crescimento e desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi avaliar as estratégias de manejos de plantas daninhas e o monitoramento das principais pragas do caqui. A etapa de avaliação de diferentes formas de manejo foi conduzida com os tratamentos de azevém, maravalha, capina e roçada. Os insetos monitorados foram, mosca-das-frutas, cochonilhas e lagarta-dos-frutos. Se obteve apenas uma espécie de inseto durante o monitoramento, sendo a mosca-das-frutas. Conclui-se o melhor controle de plantas daninhas foi a roçada, e para o monitoramento de insetos nenhuma das espécies de interesse atingiu a linha de dano econômico.

Palavras-chaves: Azevém. Mosca-das-frutas. Caquizeiro.

INTRODUÇÃO

A cultura do caquizeiro (*Diospyros kaki*, L.) é de origem asiática, contendo um alto valor agregado de açúcares e frutose no fruto. A cultura é considerada a espécie que possui elevada capacidade para se adaptar a regiões de clima tropical, no Brasil as principais regiões produtoras de caqui são as regiões sudeste, sul e nordeste, totalizando uma área cultivada de 8.588 ha, a produtividade média da cultura do caqui no Brasil é de aproximadamente 22,4 ton/ha. O Estado que se destaca em maior produtividade é o Estado de São Paulo, que apresenta cerca de 28,5 ton/ha) (TECCHIO; PEREIRA; MOTTA, 2019). A cultura do caqui depende de solo profundos, bem drenados e com um alto teor de matéria orgânica para um bom desenvolvimento e produção.

Como todas as demais culturas, o caquizeiro passa por diversas fases de desenvolvimento, e diante destas fases surgem as pragas e doenças da cultura que muitas vezes interferem no desenvolvimento da planta, retardando seu crescimento e produção, estas pragas são as doenças fitopatogênicas, plantas daninhas e insetos pragas que atuam diretamente no desenvolvimento das plantas (LOPES; OLIVEIRA; OLIVEIRA; ASSIS, 2014).

¹Acadêmico do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

² Professor do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

As áreas cultivadas de caqui enfrentam alguns problemas no controle e manejo de pragas e doenças, pois estas áreas muitas vezes são extensas, são muitos hectares que necessitam de monitoramento e atenção. Um dos principais problemas da cultura é o manejo de plantas daninhas, que por muitas vezes se torna de difícil controle pelo fato das áreas cultivadas serem extensas. Além das plantas daninhas um dos problemas que a cultura enfrenta são os insetos, principalmente na fase de frutificação que necessita de atenção redobrada para seu monitoramento, que por muitas vezes prejudicam o seu desenvolvimento e produção (TECCHIO; PEREIRA; MOTTA, 2019).

O objetivo deste trabalho foi avaliar as estratégias de manejos de plantas daninhas e o monitoramento das principais pragas do caqui.

DESENVOLVIMENTO

TECCHIO, Marco Antonio; PEREIRA, Ronnie Tomaz; MOTTA, Victória Monteiro da.

Caqui – Panorama nacional da produção. 2019. Disponível em:

<https://revistacampoenegocios.com.br/caqui-panorama-nacional-da-producao/> .

Acesso em: 10 nov. 2020.



MANEJO INTEGRADO DE INSETOS E PLANTAS DANINHAS NA CULTURA DO CAQUI

Renata Ribeiro Pahl, renata_pahl@hotmail.com¹

Maria Rita Belli dos Santos, mariaritabelli0106@gmail.¹

Rafaela de Almeida Mello, mellorafaela10@gmail.com¹

Alex Sandro Moreira Lima, alexchaccou@outlook.com¹

Elizandro Fochesatto, elizandro@uniarp.edu.br²

Rafael Borges, rborges1977@hotmail.com²

Resumo - No Brasil a cultura do caqui totaliza uma área cultivada de 8.588 ha, a produtividade média é de aproximadamente 22,4 ton. ha⁻¹, o Estado que se destaca em maior produtividade é o Estado de São Paulo, que apresenta cerca de 28,5 ton/ha. Durante seu desenvolvimento surgem as pragas, doenças e plantas daninhas que podem interferir na produtividade, retardando seu crescimento e desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi avaliar as estratégias de manejos de plantas daninhas e o monitoramento das principais pragas do caqui. A etapa de avaliação de diferentes formas de manejo foi conduzida com os tratamentos de azevém, maravalha, capina e roçada. Os insetos monitorados foram, mosca-das-frutas, cochonilhas e lagarta-dos-frutos. Se obteve apenas uma espécie de inseto durante o monitoramento, sendo a mosca-das-frutas. Conclui-se o melhor controle de plantas daninhas foi a roçada, e para o monitoramento de insetos nenhuma das espécies de interesse atingiu a linha de dano econômico.

Palavras-chaves: Azevém. Mosca-das-frutas. Caquizeiro.

INTRODUÇÃO

A cultura do caquizeiro (*Diospyros kaki*, L.) é de origem asiática, contendo um alto valor agregado de açúcares e frutose no fruto. A cultura é considerada a espécie que possui elevada capacidade para se adaptar a regiões de clima tropical, no Brasil as principais regiões produtoras de caqui são as regiões sudeste, sul e nordeste, totalizando uma área cultivada de 8.588 ha, a produtividade média da cultura do caqui no Brasil é de aproximadamente 22,4 ton/ha. O Estado que se destaca em maior produtividade é o Estado de São Paulo, que apresenta cerca de 28,5 ton/ha) (TECCHIO; PEREIRA; MOTTA, 2019). A cultura do caqui depende de solo profundos, bem drenados e com um alto teor de matéria orgânica para um bom desenvolvimento e produção.

Como todas as demais culturas, o caquizeiro passa por diversas fases de desenvolvimento, e diante destas fases surgem as pragas e doenças da cultura que muitas vezes interferem no desenvolvimento da planta, retardando seu crescimento e produção, estas pragas são as doenças fitopatogênicas, plantas daninhas e insetos pragas que atuam diretamente no desenvolvimento das plantas (LOPES; OLIVEIRA; OLIVEIRA; ASSIS, 2014).

¹Acadêmico do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

² Professor do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

As áreas cultivadas de caqui enfrentam alguns problemas no controle e manejo de pragas e doenças, pois estas áreas muitas vezes são extensas, são muitos hectares que necessitam de monitoramento e atenção. Um dos principais problemas da cultura é o manejo de plantas daninhas, que por muitas vezes se torna de difícil controle pelo fato das áreas cultivadas serem extensas. Além das plantas daninhas um dos problemas que a cultura enfrenta são os insetos, principalmente na fase de frutificação que necessita de atenção redobrada para seu monitoramento, que por muitas vezes prejudicam o seu desenvolvimento e produção (TECCHIO; PEREIRA; MOTTA, 2019).

O objetivo deste trabalho foi avaliar as estratégias de manejos de plantas daninhas e o monitoramento das principais pragas do caqui.

DESENVOLVIMENTO

É comum o crescimento e desenvolvimento de plantas daninhas em área de pomares, podem interferir no desenvolvimento das frutíferas, reduzir o rendimento e a qualidade dos frutos, são hospedeiras de organismos fitopatogênicos, reduz a produção de flores e causa a diminuição do tamanho dos frutos (CARAMORI; SILVA; GRIEBELER; BERNARDI, 2018).

As plantas daninhas competem com as plantas cultivadas, principalmente por água e nutrientes. Algumas espécies podem causar perdas significativas nos pomares, resultando na redução da produção, gerando danos econômicos significativos (DELONZEK, 2017).

Algumas práticas de controle são utilizadas para o manejo de plantas daninhas, como por exemplo os métodos culturais, mecânicos e químicos com a finalidade de eliminar ou minimizar a plantas daninhas. Na cultura do caquizeiro, as principais plantas daninhas são as gramíneas. O manejo cultural é uma das principais estratégias de plantas daninhas em pomares, neste tipo de estratégia, o uso de plantas de cobertura e resíduos de madeira (maravalha), são estratégias que podem ser utilizadas como material para cobertura do solo. As espécies que podem ser utilizadas como planta de cobertura morta são, o capim braquiária, feijão-de-porco, milheto, azevém, aveia branca entre outras plantas (BALBINOT et al., 2017). Já a maravalha tem decomposição lenta, que permanece por um período maior protegendo o solo. A utilização de diferentes coberturas atua na redução da taxa de emergência e crescimento das plantas daninhas, por ser isolante, promove o sombreamento impedindo a passagem dos feixes de luz, libera compostos aleloquímicos, causando efeito alelopática sobre as plantas daninhas inibindo tanto o crescimento como a germinação (DELONZEK, 2017).

Os insetos na fruticultura geram uma preocupação constante dos produtores, pois causam diversos danos econômicos na cultura de interesse, trazendo prejuízo, para o produtor e consumidor que busca frutos de alta qualidade e perfeitos.

A vilã da fruticultura é a moscas-das-frutas (Diptera: Tephritidae), considerada a principal praga mundial da fruticultura devido à alta capacidade de adaptação e a ampla disponibilidade de hospedeiros. No Brasil há registro de quatro gêneros: *Anastrepha*, *Bactrocera*, *Ceratitis* e *Rhagoletis*. Dentre eles o gênero *Anastrepha* é o mais conhecido, sendo a espécie de maior importância econômica (OLIVEIRA, 2017). Esta espécie gera prejuízos em muitas culturas, o principal dano causado pela *Anastrepha* é a deformação dos frutos devido a oviposição para o desenvolvimento das larvas, que consomem o fruto in natura tornando-os impróprios para a comercialização (BOTTON et al., 2016).

O monitoramento destes insetos pode ser feito com armadilhas McPhail iscadas com atrativos alimentares, como suco de uva integral, proteínas hidrolisadas de origem vegetal e animal e a levedura *Torula* (BOTTON et al., 2016).

Outra importante praga é a lagarta-dos-frutos (*Hypocala andremona*), ataca a fase de formação dos frutos, no estágio de larva, que se alimentam da epiderme dos frutos verdes entre a união do fruto ao cálice, o ataque ocorre até os frutos atingirem 15 mm de diâmetro. Em frutos desenvolvidos verifica-se a deformação onde a larva se alimentou, tornando-o impróprio para comercialização (REZENDE, 2019).

Metologia.

O presente estudo foi realizado em pomar de caqui localizado no Horto Florestal Municipal na cidade de Caçador, SC (26°49'09"S 51°00'18"W) a uma altitude de 966 metros. Conforme classificação de Köppen, o clima da região caracteriza-se como "Cfb", subtropical úmido com verões quentes e úmidos, invernos com frios intensos, seguidos de períodos chuvosos e secos, em geral a temperatura varia de 10 °C a 26 °C e raramente é inferior a 4 °C ou superior a 29 °C.

O estudo foi conduzido com dois objetivos diferentes, avaliar as principais formas de manejos de plantas daninhas e realizar o monitoramento dos principais insetos pragas na cultura do caqui, os experimentos foram conduzidos no período de 17/10/2020 a 07/11/2020. O delineamento experimental foi em blocos ao acaso, com 4 tratamentos e 4 repetições, sendo avaliado quatro formas de manejo de plantas daninhas, os tratamentos utilizados como manejo cultural foram: resíduos de madeira (maravalha) e azevém (*Lolium multiflorum*) para cobertura morta e manejo mecânico sendo capina manual e roçada, resultando em 16 unidades experimentais. No manejo cultural utilizou-se 3 kg de cada tratamento para as 4 repetições, cada parcela com 1,5m² com as coberturas de azevém e maravalha, que foram depositadas no espaço delimitado formando uma cobertura de solo, para o manejo realizou-se a capina manual e a roçada dentro do espaço delimitado. As avaliações foram realizadas a cada sete dias, avaliando a altura média das plantas e os índices de cobertura do solo, avaliados visualmente, considerando a taxa de ocupação do espaço

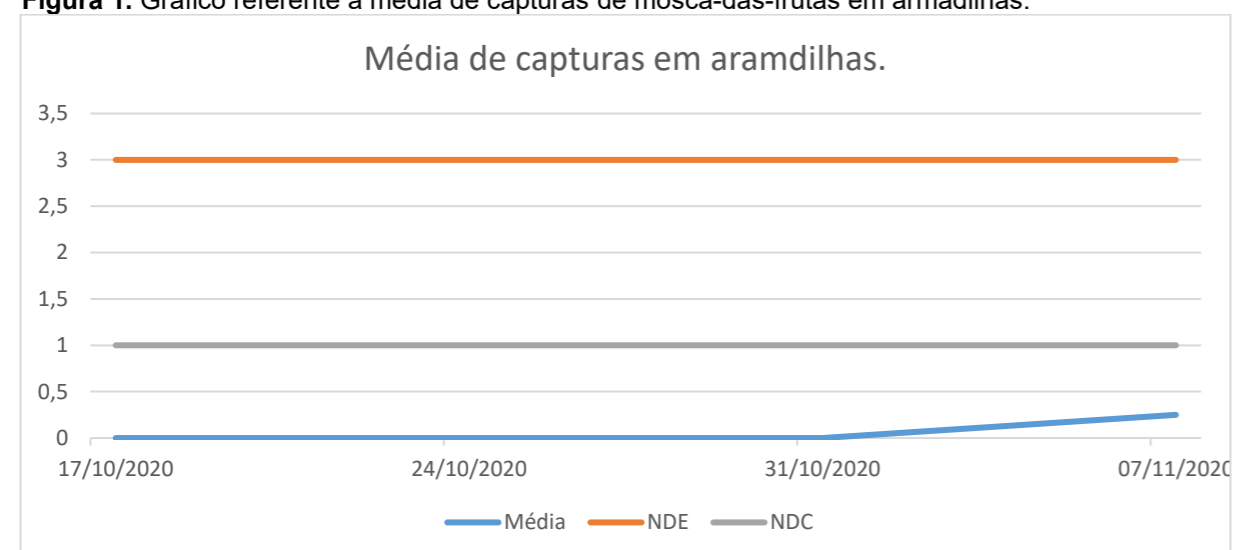
Os dados coletados foram submetidos a análise de variância, as medias foram consideradas significativas a 5% de probabilidade de erro. A comparação entre as médias foi avaliada pelo teste Tukey, a 5 % de probabilidade de erro.

O monitoramento de insetos baseou-se nos principais insetos pragas do caqui, mosca-das-frutas, lagarta-dos-frutos e cochonilhas. Para o monitoramento das moscas utilizou-se a armadilha Mac Phail com atrativo alimentar a base de suco integral de uva a concentração de 25%. Para a lagarta-dos-frutos foi utilizado armadilha caseira constituída de uma embalagem de 5 litros, com atrativo alimentar Acttra Noctideo (UPL) e para o monitoramento de cochonilhas foi utilizado a isca atrativa painel amarelo. O monitoramento foi realizado a cada sete dias, avaliando o número de insetos capturados por armadilha no período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na figura 1 pode-se visualizar os resultados obtidos no monitoramento de insetos, onde as espécies amostradas durante as semanas de avaliação não atingiram o nível de dano econômico. Apenas uma espécie dos insetos de interesse foi observada durante o ensaio, sendo a mosca-das-frutas. Não foram realizadas aplicações de inseticidas para o controle e manejo de insetos. Baseado nos dados obtidos não foi necessário realizar manejo. Diante destes dados é necessário a continuidade do monitoramento para que se possa agir no momento correto.

Figura 1. Gráfico referente a média de capturas de mosca-das-frutas em armadilhas.



NDE= Nível de Dano Econômico, NDC= Nível de Controle.

A figura 2 apresenta os resultados obtidos nas avaliações das plantas daninhas referente aos quatro tratamentos.

Figura2. Média dos índices de altura das plantas e porcentagem de cobertura.

Cobertura	Altura de planta (cm)			média
	17/10/2020	24/10/2020	31/10/2020	
Azevém	20 a*	24 a	28 a	24
Capina	4 b	7 b	9 b	7
Maravalha	15 a	22 a	30 a	22
Roçada	15 a	22 a	28 a	22
média	14	19	24	
CV%	17	12	14	
Cobertura (%)				
Azevém	9 b	15 a	21 a	15
Capina	1 b	2 b	1 b	1
Maravalha	24 a	32 a	43 a	33
Roçada	15 ab	29 a	38 a	27
média	12	19	26	
CV%	44	57	53	

Médias seguidas da mesma letra na coluna não diferem estatisticamente entre si pelo teste tukey a 5% de probabilidade de erro. CV% coeficiente de variação.

Entre os quatro tratamentos a capina manual foi o tratamento mais eficaz durante o período das três avaliações para os índices de altura média das plantas, neste tratamento as plantas tiveram crescimento inferior dos demais, não obtiveram índices significativos no seu desenvolvimento e crescimento.

Diante da análise de variância se observa que durante o período de avaliação ocorreu diferenças significativas entre as médias dos tratamentos. A capina manual foi o tratamento que apresentou as melhores médias diante dos índices de cobertura de solo, foi eficaz no manejo diminuindo a taxa de plantas daninhas presentes na área experimental, comprovando a sua eficiência como métodos de manejo para o cultivo da cultura do caqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado para monitoramento de insetos, pode-se considerar que o manejo integrado de pragas é de extrema importância, ele permite que o produtor conduza seus pomares com segurança e economicidade, ele permite criar diferentes estratégias de manejo perante os resultados obtidos por monitoramento.

No presente estudo não ocorreu incidência severa dos insetos de interesse, não atingindo nem mesmo o nível de controle, onde não foi necessário o uso de nenhuma estratégia para controle e manejo dos insetos.

No que diz respeito aos métodos de manejo de plantas daninhas na cultura do caqui, a capina manual é de extrema eficiência para o controle das invasoras na cultura, pois apresentou os menores índices avaliados neste estudo, se tornando muito eficaz no controle.

REFERÊNCIAS

- BALBINOT, et al. **Controle de plantas daninhas na fruticultura através de plantas de cobertura no manejo do solo.** 2017. Disponível em: <http://faifaculdades.edu.br/eventos/AGROTEC/1AGROTEC/arquivos/resumos/res11.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020
- BOTTON, et al. **Moscas-das-frutas na fruticultura de clima temperado: situação atual e perspectivas de controle através do emprego de novas formulações de iscas tóxicas e da captura massal.** 2016. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1047678/1/BottonAgropeccatv29n2MaioAgo2016p103108.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020
- CARAMORI, SILVA, Igor Lucas F. da; GRIEBELER, Lucas V; BERNARDI, Marcelo. **Plantas Daninhas em Frutíferas.** 2018. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/49334811/plantas-daninhas-em-frutiferas>. Acesso em: 29 out. 2020.
- DELONZEK, Edina Costa. **MANEJO DA COBERTURA DO SOLO EM POMAR DE PEREIRAS CV. HOSUI: EFEITOS NO SOLO, NUTRIÇÃO E CRESCIMENTO DAS PLANTAS E OCORRÊNCIA DE PLANTAS DANINHAS.** 2017. Disponível em: http://www.unicentroagronomia.com/imagens/noticias/dissertacao_final_edina_c_delonzek.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.
- LOPES, et al. **Cultivo do Caquizeiro no Vale do São Francisco** 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/semiarido/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1011852/cultivo-do-caquizeiro-no-vale-do-sao-francisco>. Acesso em: 29 out. 2020.
- OLIVEIRA, André Stocco de. **Tratamento hidrotérmico para caquis 'Fuyu' visando ao controle quarentenário de moscas-das-frutas (Diptera:Tephritidae) e manutenção da qualidade dos frutos.** 2017. Disponível em: <http://repositoriobiologico.com.br/jspui/bitstream/123456789/180/1/andre.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020
- REZENDE, Igor Franco. **INFLUÊNCIA DOS LÓBULOS CALICINARES NA FIXAÇÃO E NAS CARACTERÍSTICAS DO CAQUI 'RAMA FORTE' (Diospyros kaki L.).** 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27458/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.
- TECCHIO, Marco Antonio; PEREIRA, Ronnie Tomaz; MOTTA, Victória Monteiro da. **Caqui – Panorama nacional da produção.** 2019. Disponível em: <https://revistacampoenegocios.com.br/caqui-panorama-nacional-da-producao/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MANEJO CULTURAL DA CULTURA DA CEBOLA¹

Luan Cavalet Baseggio, luan.baseggio@hotmail.com²
Cláudio Ogoshi, claudiogoshi@gmail.com³

Resumo – Este trabalho tem como objetivo ressaltar o cultivo da cebola, as suas principais doenças, as datas de plantio e colheita, adubação balanceada, manejo de agrotóxico adequado e sanidade do produto no pós-colheita, deixando claro que as quantidades de produtos usadas são de acordo com a área plantada na propriedade que constam neste trabalho. Conclui-se que o cultivo da cebola é rentável na região meio-oeste de Santa Catarina e apresenta grandes desafios, principalmente em relação ao manejo de doenças.

Palavras-chave: Colheita. Cultivo. Cebola. Doenças.

INTRODUÇÃO

A cebola pertence à família Alliaceae, sendo cultivada e consumida há mais de 5.000 anos por civilizações antigas. Pode ser utilizada na forma *in natura* através de saladas, industrializada e processada para ser agregada a diversos tipos de alimentos (IBGE, 2013).

A produção de cebola vem se destacando cada vez mais entre pequenos e grandes produtores devido ao seu grande valor agregado e a possibilidade de um retorno rápido do capital investido. Na agricultura brasileira a cebola ocupa o espaço de uma cultura de importância sócio econômica, pois gera empregos de forma direta e indireta em propriedades com grandes áreas de cultivo e subsistência para pequenos agricultores familiares (IBGE, 2013).

O Brasil é o nono produtor de cebola, com volume de 1,2 milhões de toneladas, em 60 mil hectares, e um consumo médio estimado de 6 kg/pessoa/ano, sendo considerada a terceira hortaliça mais importante no País, em termos de valor econômico (IBGE, 2013).

Santa Catarina se enquadra como o maior produtor nacional de bulbos, sendo produtora de aproximadamente 25% do total da produção brasileira (IBGE, 2013).

Alguns fatores ambientais como temperatura e fotoperíodo afetam diretamente o desenvolvimento da cultura, o que pode ser favorável ou não a diferentes cultivares, sendo o fotoperíodo um fator ambiental limitante no desenvolvimento dos bulbos, classificando a cultivar sobre a quantidade de luz necessária à bulbificação.

A bulbificação da cebola acontece quando a temperatura é favorável ao desenvolvimento do bulbo, primeiramente ocorre uma dilatação das folhas basais a uma pequena distância do caule e após isso ocorre um acúmulo de substâncias de reservas nessas folhas modificadas.

A escolha da variedade é outro fator de importância a ser levado em conta na hora do plantio, pois existe cebolas de diferentes colorações nos bulbos, sendo elas: brancas, amarelas, roxas e vermelhas. Alguns são destinados mais para a indústria

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 9ª fase do curso de agronomia.

² Acadêmico do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professo orientador do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

como os de coloração branca, os roxos possuem um valor mais alto que os demais, devido a sua alta procura no mercado.

As cultivares pode ser agrupado de acordo com o seu ciclo de desenvolvimento, sendo elas: precoces, médias e tardias. Os cultivares precoces completam o seu ciclo de desenvolvimento em torno de 5 meses, sendo pouco exigentes ao comprimento do dia e não são recomendados para o armazenamento. Cultivares de ciclo médio completam seu desenvolvimento em torno de 6 a 7 meses, exigindo dias mais longos para formação dos bulbos. Cultivares de ciclo tardio necessitam ao menos 7 meses para completar o seu ciclo vegetativo, formando seus bulbos em dias mais longos e são muito mais resistentes ao armazenamento do que todas as outras citadas.

A escolha do local e área do cultivo deve ser de extrema importância para o cultivo da cebola, é muito interessante a rotação de cultura com milho e soja. A cebola é uma cultura 90% mecanizada e com maiores lucros em comparação com milho e soja, entretanto, é extremamente dependente de água para seu desenvolvimento, principalmente na fase de enchimento dos bulbos.

Outro fator importante que afeta diretamente a produtividade da cebola é a ocorrência de doenças. As principais, que causam perdas na região de Santa Catarina são: *Botrytis cinerea* (mofo cinzento), *Botrytis squamosa* (queima das pontas), *Peronospora destructor* (míldio) e *Alternaria porri* (mancha purpura).

METODOLOGIA

A propriedade rural sitio da goiabeira localizada no interior do município de Caçador, na linha caixa d'água faxinal São Pedro tem como principais cultivos: cebola, tomate, milho, soja, e videira tendo a cultura da cebola com maior agregação com uma área de 5.4 ha. O início de cultivo dessa cultura na propriedade ocorreu no ano 2000.

O preparo do solo para o cultivo da cebola foi realizado no dia 10 de junho de 2020 com equipamentos a fim de revolver a uma profundidade de ao menos 20 cm, foi feito a análise de solo cujo resultados foram: argila 65%, índice SMP 6.0, fosforo 27.78 mg/Dm³, potássio 98.35mg/Dm³, ph 1:1= 5.8, matéria orgânica 2.87% após o resultado e a interpretação de adubação e calagem foi feita, com 3,200 kg/ha de calcário logo após foi feita a adubação com super fosfato simples e adubos NPK mais micros, a interpretação da análise para cultura foi de 100kg/ha de N, já fosforo foi de 200kg de P₂O₅/ha, potássio 120kg de k₂O/ha. E em seguida o solo foi destorroado para fazer os canteiros de acordo com a largura dos equipamentos agrícolas do produtor.

A cultivar plantada foi a crioula Mercosul da empresa Hortec e também cultivar roxa da Libório sementes, o plantio foi feito no dia 23 de julho de 2020 essas cultivadas foram escolhidas por se adaptar com as condições climáticas do nosso município sendo umas cultivares resistentes a doenças fúngicas como a Mancha púrpura e o Míldio.

Depois de aproximadamente doze dias foi feita a semeadura direta com plantadeira a vácuo, proporcionando um plantio com alta eficiência de distribuição de plantas com a densidade de 26 sementes por metros linear e 30cm entre filas.

ADUBAÇÃO

A primeira adubação de cobertura foi feita 45 dias após a semeadura com ureia nitrogenada 46%, na dosagem de 130 kg/ha. A segunda adubação de cobertura foi feita com nitrato de cálcio quinze dias após a primeira com 150 kg/ha. A terceira adubação foi realizada após dezoito dias da segunda adubação com o adubo de cobertura formulado N Nitrogênio16% P Fósforo16% K potássio16% 16.16.16 com 160kg /ha. A quarta adubação ocorreu após dezoito dias da terceira adubação com o adubo de cobertura formulado N nitrogênio P fosforo K potássio 16.16.16 com 160 kg/ha. A última e quinta adubação será feita após quatorze dias da quarta adubação com o adubo formulado N nitrogênio 9% P fosforo 00% K potássio 28% 9.00.28 nitrato de cálcio e sulfato de potássio, com 150kg/ha.

TRATAMENTOS

Os tratamentos preventivos foram feitos após dez dias de semeadura visando fungos de solo e respectivos insetos que possam danificar a germinação da cebola, para isso, usou-se o inseticida clorpirifós 2.0 l/ha e o fungicida cerconil 2,5 Kg/ha.

TRATAMENTOS JÁ REALIZADOS

Captan (fungicida, dicarboximida) + Engeo pleno (inseticida, neonicotinóides). O fungicida foi na dosagem de 2.5 kg/há e foi aplicado visando o controle preventivo de *Peronospora destructor* (Míldio), e *Botrytis cinérea* (Mofo Cinzento), enquanto que o inseticida, objetivou-se a eliminação de *Diabrotica speciosa* (vaquinhas) ambos foram aplicados no dia 22 de agosto de 2020.

Antracol (fungicida, ditiocarbamato) + Decis (inseticida, piretróide): visando o controle preventivo para *Alternaria porri* (Mancha-Púrpura), *Peronospora Destructor* (Míldio), *Diabrotica speciosa* (vaquinhas) e *thysanoptera* (tripes) na dosagem de 3.0kg/ha para o fungicida e 200 mL/ha do inseticida, sendo a realizada dia 22 de setembro de 2020.

Cuprozebe (fungicida-ditiocarbamato) (oxicloreto de cobre e mancozebe) + Evidence (inseticida-neonicotinóides): visando o controle preventivo para *Alternaria porri* (Mancha purpura), *Botrytis squamosa* (Queima das pontas), *Peronospora Destructor* (Míldio) e *thysanoptera* (tripes). O fungicida foi utilizado na dosagem de 2.5 kg/ha e o inseticida com 100 g/ha, a aplicação foi realizada dia no dia 10 de outubro de 2020.

Manzate (fungicida- mancozebe) + Eleitto (inseticida) objetivando o controle preventivo para *Alternaria porri* (Mancha purpura), *Peronospora destructor* (Míldio), e *thysanoptera* (tripes) a dose de 2.5 kg/ha para o fungicida e 400 mL/ha do inseticida, sendo a pulverização realizada do dia 30 de outubro de 2020.

Sumilex (fungicida-dicarboximida) + Danimen (inseticida-fenpropatina): visando o preventivo para *Alternaria porri* (Mancha purpura), *Botrytis squamosa* (Queima das pontas) 1.5kg/ha e o inseticida visando o controle de tripes com uma dose de 150ml/ha, realizado dia 07 de novembro de 2020.

Devidos os tratamentos serem feitos preventivamente e as condições ambientais não foram favoráveis para a ocorrência de doenças, a cebola apresenta ótima sanidade. Os demais tratamentos serão feitos conforme a necessidade da cultura e a ocorrência de sinais e sintomas de doenças que a planta apresenta.

HISTÓRICO DE OCORRÊNCIAS DAS DOENÇAS

Mancha purpura: essa doença é causada pelo fungo *Alternaria porri*, que podem causar perdas acima de 50% da produção, inclusive já ocorreu perdas por essa doença na propriedade do presente trabalho. O fator climático favorável para essa doença são temperaturas entre 21 e 30°C e alta umidade relativa do ar.

COLHEITA

A colheita é feita de quatro a cinco meses após a semeadura dependendo das condições climáticas e de suas variedades. Sendo assim será feita a colheita no dia 23 e 24 de dezembro.

Após a colheita a mesma fica de doze a quinze dias (cura) antes da retirada da lavoura, após isso a mesma é colocada em sacos big bag ou bins de madeira, por fim ela é maquinada e oferecida para o consumidor final. A produtividade esperada para o ano de 2020 é de 55 t/ha.

Outro aspecto importante é a ocorrência de doenças em pós-colheita como: antracnose (*Colletotrichum circinans*), podridão-basal (*Fusarium oxysporum f.sp.cepae*) e podridão-branca (*Sclerotium cepivorum*). A principal forma para evitar essas doenças são os cuidados de armazenamento, evitar calores e umidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo isso se conclui que o cultivo da cebola é de grande importância para nosso País, pois o Brasil é um grande consumidor de cebola, tendo em vista que os cuidados com a cultura são de extrema importância, para ter um produto de qualidade. Sendo assim os produtores rurais em conjunto com os engenheiros agrônomos trocam informações a respeito de doenças, produtos, doses dos produtos, benefícios, malefícios e tendo sempre o cuidado para com uso adequado do EPI (equipamento de proteção individual), para manusear os agrotóxicos.

Tendo em vista nossa região de alto índice pluviométrico a principal doença é *Peronospora Destructor* (Míldio) é frequente se não realizado o manejo adequado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Rio de Janeiro: 2013. v.26. [Acessado 23 out. 2020]. Disponível em:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_2013_01.pdf.

DESEQUILÍBRIO ENTRE CÁLCIO E MAGNÉSIO NA SOLUÇÃO NUTRITIVA PROMOVE PODRIDÃO APICAL EM FRUTOS E BAIXA TAXA DE TRANSPORTE DE ELÉTRONS EM FOLHAS DE TOMATE¹

Adriano Coser, adriancoser.ac@gmail.com²

André Pazin, andre.luizpazin@gmail.com²

Eduardo Matheus Stolte, eduardomatheusstolte@gmail.com²

Mateus Baldissera, baldisseramateus@gmail.com²

Leandro Hahn, leandrohahn@epagri.sc.gov.br³

Resumo- O objetivo deste trabalho é avaliar concentrações de cálcio e magnésio na cultura do tomate, em cultivo protegido. Em solução de Hoagland & Arnon ajustada para tomate, testou-se as concentrações de Ca e Mg (em meq): 10:2; 9:3; 8:4; 6:6; e 4:8. Após 60 dias de cultivo, avaliaram-se variáveis de crescimento, produção, teores de Ca e K na solução da folha, teores relativos de clorofila e parâmetros da fotossíntese das plantas. A concentração Ca:Mg na solução nutritiva de 4:8 meq aumenta o número e a massa de frutos de tomate com podridão apical e diminui os teores de Ca na solução da folha e a taxa de transporte de elétrons. Dessa forma, o tomaticultor deve buscar o uso de soluções nutritivas que tenham uma concentração mais equilibrada destes dois elementos para a obtenção de frutos de alta qualidade.

Palavras-chaves: *Lycopersicon esculentum* Miller. Solução da folha. Taxa de transporte de elétrons. Podridão apical.

INTRODUÇÃO

Atualmente o estado de Santa Catarina está entre os 7 maiores produtores de tomate no Brasil e a região de Caçador é a maior produtora de tomate do estado, com uma produção de 76,6 mil t, em 918 ha na safra 2018/2019 (EPAGRI, 2019). A ampla maioria dos cultivos é a campo, no solo. Nesse sistema, anualmente, as áreas precisam ser novas; e muitos produtores estão tendo dificuldade de áreas novas, inviabilizando o cultivo de tomate nesse sistema.

Vislumbra-se o cultivo protegido como alternativa aos tomaticultores da região. Este sistema de cultivo visa aumentar a produtividade e a qualidade dos frutos. O período de colheita pode ser prolongado por seis a sete meses, o que proporciona maior produtividade, obtenção de frutos de melhor aparência e qualidade, com maior rentabilidade e compensação do investimento inicial (MEDEIROS et al., 2005).

Em cultivo protegido, os nutrientes são fornecidos às plantas via solução nutritiva, a qual deve ter concentrações adequadas para obter o máximo de rendimento de frutos. O objetivo deste trabalho é avaliar diferentes concentrações de cálcio (Ca) e magnésio (Mg) na cultura do tomate em cultivo protegido.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Ca e o Mg são dois nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento do tomate. Mg é o mais abundante cátion divalente no citosol de

¹ Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Agronomia.

² Acadêmicos do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professor de Agronomia da Uniarp e Pesquisador da Epagri, Estação Experimental de Caçador-SC.

células vegetais e participa de vários processos fisiológicos (LI et al., 2001). Mg regula a atividade de enzimas, fotossíntese, síntese de proteínas, metabolismo de lipídios e alocação de carboidratos em plantas (VERBRUGGEN & HERMANS, 2013). Consequentemente, deficiência de Mg restringe severamente o crescimento e produção de plantas. Ca é o maior constituinte da parede celular vegetal, a qual ajuda a manter sua integridade e permeabilidade, aumenta a germinação de pólen e ativa inúmeras enzimas da mitose, divisão, alongação celular, e afeta a qualidade de frutos (JONES, 1999).

Suficiente suprimento de Mg e Ca na solução nutritiva pode promover incremento de rendimento e qualidade de frutos. No entanto, há algumas desordens fisiológicas que ocorrem apesar de um bom programa nutricional como é o caso da podridão apical (PA), rachaduras e manchas em frutos. A PA é relacionada por vários autores com deficiência de Ca (TAYLOR; LOCASCIO, 2004) ou pela interação entre Ca e Mg (FRANCO et al., 1999). Diante disso, nutricionistas estão focados em um novo desafio de entender as interações entre Ca e Mg no tomate e investigar seus efeitos no crescimento das plantas, produção e ocorrência de distúrbios fisiológicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O experimento foi conduzido em casa de vegetação da Uniarp, localizada em Caçador – SC. O delineamento utilizado foi inteiramente casualizado, com quatro repetições. Plantas de tomate do cultivar Paron, foram submetidas a cinco tratamentos com distintas concentrações de cálcio e magnésio (Ca:Mg) na solução nutritiva de Hoagland & Arnon ajustada para tomate (em meq): 10:2; 9:3; 8:4; 6:6; e 4:8. O tratamento com concentração Ca:Mg de 8:4 é o recomendada para o tomate.

Uma muda foi transplantada por vaso de 8,0 L, preenchido com uma mistura 2:1 de areia e vermiculita. A solução nutritiva foi adicionada desde o plantio das mudas conforme a necessidade das plantas. Aos 60 dias após o plantio, as plantas foram avaliadas para altura de plantas, número de folhas, inflorescências e frutos. As plantas foram separadas em folhas, caule e frutos e determinada a massa seca destas partes após secagem em estufa a 65 °C. O diâmetro do caule foi medido logo abaixo da inserção do primeiro cacho. Todos os frutos foram pesados para determinação da produção e presença de distúrbios fisiológicos por planta e o peso médio de frutos. Da folha diagnóstica (4ª folha a partir do ápice completamente expandida) cortou-se um segmento de 6 cm do pecíolo que foi espremido para obtenção da solução do pecíolo. Com uso de medidores de íons específicos determinou-se os teores de cálcio e potássio. Mediu-se com uso de clorofilômetro, o teor relativo de clorofila em cinco folíolos da folha diagnóstica.

A avaliação das trocas gasosas foi realizada no período de 09 h e 30 min às 12 h da manhã, na folha diagnóstica. Para tanto, utilizou-se um analisador de gás infravermelho IRGA LI-6400XT (LI-COR, Lincoln, EUA) com fluxo de ar de 400 mL min⁻¹, fonte de luz acoplada de 1.000 µmol m⁻² s⁻¹ com concentração constante de CO₂ (400 ppm), na temperatura e umidade ambiente. Na ocasião foram mensuradas a condutância estomática (mol de H₂O m⁻² s⁻¹), taxa de assimilação líquida de CO₂ (µmol de CO₂ m⁻² s⁻¹) e a eficiência fotoquímica (eficiência quântica do fotossistema II). Determinou-se ainda a taxa de transporte de elétrons (ETR) do fotossistema II.

Os dados foram submetidos à análise de variância (ANOVA). Todas as análises foram implementadas usando o programa "R", versão 3.0.3 (Team RDC, 2014) ao nível de 5% de significância. Como teste de separação de médias foi utilizado Tukey (P<0,05).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As concentrações de Ca:Mg na solução nutritiva não tiveram efeito sobre o crescimento, número e produção de frutos/planta e massa média/fruto (Tabela 1 e Figura 1). Provavelmente as quantidades dos dois elementos fornecidos às plantas, apesar de diferentes concentrações, foram suficientes para sustentar seu crescimento. Adicionalmente, os nutrientes podem ter se acumulado no substrato, já que o fornecimento da solução nutritiva era de acordo com as necessidades diárias, sem drenagem da solução.

Tabela 1 - Massa seca de folhas (MSF), massa seca do caule (MSC), massa seca total (MST=MSF+MSC), massa seca de frutos (MSF), massa seca total da parte aérea (MSTPA), altura (A), diâmetro do caule (DC), número de inflorescências (NI) e número de folhas (NF) de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	MSF				MSC				MST	
	g	g	g	g	g	g	g	g	g	g
8:4	74,7	39,4	114,2	34,4	148,6	122,3	13,5	5,0	21,3	
10:2	77,65	44,8	122,4	35,8	158,2	129,5	14,0	5,0	20,8	
9:3	79,2	40,0	119,2	43,5	162,7	130,5	14,5	5,0	20,5	
6:6	75,2	32,6	107,8	32,2	140,0	123,3	13,1	5,0	20,5	
4:8	77,1	36,8	113,9	38,9	152,9	133,0	13,9	5,0	21,8	
F-teste	0,95	0,15	0,53	0,46	0,40	0,52	0,52	0,43	0,80	
CV (%)	11,8	16,4	10,7	24,2	11,1	8,1	8,2	4,4	8,2	

No tratamento com solução nutritiva com concentração de Ca:Mg de 4,0:8,0 meq, verificou-se a ocorrência de podridão apical (PA) (2,25 frutos planta⁻¹) e 44,1 g de massa de frutos planta⁻¹ com esse distúrbio (Tabela 2). Segundo Arruda Jr et al. (2011) as baixas quantidades de Ca provocam desequilíbrio nas concentrações do mesmo nos tecidos, acarretando na falha de transporte desse íon, que faz com que as plantas apresentem menor produção e aparecimento de PA. O suprimento adequado de Ca é essencial para a firmeza e vida útil do fruto, com maiores concentrações de Ca na solução nutritiva, tem-se maiores frutos, acarretando em maiores rendimentos totais e de frutos comercializáveis (NZANZA, 2006). A ocorrência de PA se relaciona com a quantidade de frutos, visto que quanto mais frutos, maior será a demanda de Ca. Apesar de não haver diferença no número de frutos entre os tratamentos, acredita-se que o desequilíbrio no fornecimento de Ca e Mg do tratamento Ca:Mg de 4:8 determinou a ocorrência deste distúrbio fisiológico.

As concentrações de Ca na solução da folha decresceram com a diminuição da concentração de Ca na solução nutritiva, com menores concentrações obtidas no tratamento com 4:8 meq de Ca:Mg (17,3 mg L⁻¹) e maiores concentrações no tratamento com 10:2. Já as concentrações de K na solução da folha não tiveram efeito dos tratamentos, resultado semelhante observado por Bar-Tal & Pressman (1996).

O teor relativo de clorofila, taxa de assimilação líquida de CO₂, condutância estomática e eficiência fotoquímica não apresentaram efeito das concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva (Tabela 3). No entanto, a taxa de transporte de elétrons (ETR) foi menor no tratamento com relação Ca:Mg 4:8 (171,9 μmol m⁻² s⁻¹) em relação ao tratamento com uma concentração 9:3 (200,7 μmol m⁻² s⁻¹). Como a ETR é uma medida do estresse da planta, as plantas deste tratamento, com baixo suprimento de Ca, apresentaram um comportamento fisiológico que poderá se expressar em menor crescimento e produção de frutos, caso as plantas fossem cultivadas por um maior período de tempo.



Figura 1 – Plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Tabela 2 - Número de frutos planta⁻¹ (NFP), produção de frutos planta⁻¹ (PFP), massa média fruto⁻¹ (MMF), número de frutos com podridão apical (NFPA), massa frutos podridão apical (MFPA) de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	NFP		PFP		MMF		NFPA		MFPA	
	g	g	g	g	g	g	g	g	g	g
8:4	18,25	688,75	37,93	0,0 b	0,0 b					
10:2	17,75	646,25	36,55	0,0 b	0,0 b					
9:3	15,25	669,00	43,94	0,0 b	0,0 b					
6:6	16,50	630,25	39,12	0,0 b	0,0 b					
4:8	18,50	668,75	37,02	2,25 a	44,1 a					
F-teste	0,24	0,42	0,36	0,00	0,00					
CV (%)	12,70	6,70	14,10	121,10	104,20					

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos (Tukey, P<0,05).

Dentre as avaliações fotossintéticas da planta, destaca-se que a TER, a qual indica qual a proporção de luz que foi absorvida pela clorofila associada ao FSII utilizada em atividade fotoquímica. Dessa forma, informa a quantidade de elétrons transportados, sendo um indicativo da fotossíntese (BAKER e ROSENQVIST, 2004). O principal fator determinante de sua eficiência é a habilidade com que os elétrons são removidos da quinona receptora do FSII, que é diretamente relacionado com a taxa de consumo dos produtos do transporte fotossintético de elétrons (ATP e NADPH). Tanto a baixa concentração de Ca, quanto a alta concentração de Mg desse tratamento podem ter diminuído a ETR das plantas.

Tabela 3 - Teores de cálcio (Ca SF) e potássio (K SF) na solução da folha, teor relativo de clorofila (TRC), taxa de assimilação líquida CO₂ (TAL), condutância estomática (CE), eficiência fotoquímica (EF), taxa de transporte de elétrons (ETR), em plantas de tomateiro submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	Ca SF	K SF	TRC	TAL	CE	EF	ETR
	mg L ⁻¹	mg L ⁻¹	-	μmol CO ₂ m ⁻² s ⁻¹	mol H ₂ O m ⁻² s ⁻¹	-	μmol m ⁻² s ⁻¹
8:4	68,8 a	6725,0	62,7	21,	0,16	0,61	197,0 ab
10:2	89,3 a	6700,0	61,4	19,8	0,15	0,60	184,5 ab
9:3	81,8 a	6575,0	61,2	23,2	0,18	0,63	200,7 a
6:6	41,8 ab	7975,0	61,0	22,2	0,14	0,59	188,1 ab
4:8	17,3 b	6925,0	63,6	23,6	0,16	0,59	171,9 b
F-teste	0,00	0,06	0,91	0,79	0,96	0,61	0,02
CV (%)	39,30	9,70	7,20	21,40	43,20	6,50	6,20

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos (Tukey, P<0,05).

Altas concentrações de Ca em solução nutritiva de tomate (300 mg L⁻¹) aumentaram o rendimento de frutos e reduziram a incidência de podridão apical e frutos manchados quando comparados com baixas concentrações de Ca (150 mg

L⁻¹). Altas concentrações de Ca reduziram a firmeza de frutos, porém, não afetaram tamanho de frutos e a fotossíntese de folhas. Plantas crescidas em 20 mg L⁻¹ de Mg mostraram clorose foliar em folhas inferiores e centrais na planta após oito semanas de cultivo, as quais apresentaram 50% de redução na fotossíntese (HAO & PAPADOPOULOS, 2002). Como o experimento foi conduzido durante 60 dias, acredita-se que uma condução por um período maior de tempo poderia apresentar diferenças mais consistentes entre os tratamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração Ca:Mg na solução nutritiva de 4:8 meq aumenta o número e a massa de frutos de tomate com podridão apical e diminui os teores de Ca na solução da folha e a taxa de transporte de elétrons. Dessa forma, o tomaticultor deve buscar o uso de soluções nutritivas que tenham uma concentração mais equilibrada destes dois elementos para a obtenção de frutos de alta qualidade.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA JÚNIOR, S. J.; BEZERRA NETO, E.; BARRETO, L.P.; RESENDE, L. V. Podridão apical e produtividade do tomateiro em função dos teores de cálcio e amônio. **Revista Caatinga**, v. 24, n. 4, p. 20-26, 2011.
- BAKER, N.R.; ROSENQVIST, E. Applications of chlorophyll fluorescence can improve crop production strategies: an examination of future possibilities. **Journal of Experimental Botany**, v. 55, n.403, p. 1607–1621, 2004.
- BAR-TAL, A.; PRESSMAN, E. Root restriction and potassium and calcium solution concentrations affect dry-matter production, cation uptake, and blossom-end rot in greenhouse tomato. **Journal of American Society Horticultural Science**. v.121, n.4, p. 649–655. 1996.
- FRANCO, J.A.; PEREZ-SAURA, P.J.; FERNANDEZ, J.A.; PARRA, M.; GARCIA, A.L. Effect of two irrigation rates on yield, incidence of blossom-end rot, mineral content and free amino acid levels in tomato cultivated under drip irrigation using saline water. **Journal of Horticulture Science and Biotechnology**. v.74, p.430-435, 1999.
- HAO, X.; P. PAPADOPOULOS, A. Effects of calcium and magnesium on growth, fruit yield and quality in a fall greenhouse tomato crop grown on rockwool. **Agriculture and Agri-Food Canada**, v.83, p. 903-912, 2002.
- JONES, J.B. **Tomato plant culture**: In the field, greenhouse, and home garden. CRC Press LLC, Florida. 11-53, 1999.
- LI, L.; TUTONE, A.F.; DRUMMOND, R.S.M.; GARDNER, R.C.; LUAN S. A novel family of magnesium transport genes in Arabidopsis. **The Plant Cell**, v.13, p.2761–2775, 2001.
- MEDEIROS, M. A. D.; BÔAS, G. L. V.; CARRIJO, O. A.; MAKISHIMA, N.; VILELA, N. J. **Manejo Integrado da Traça-do-tomateiro em Ambiente protegido**. Brasília: Embrapa, 2005, v.36 (Circular Técnica)
- NZANZA, B. **Yield and quality of tomato as influenced by differential Ca, Mg and K nutrition**, Faculty of Natural and Agricultural Sciences University of Pretoria, p. 1-103, 2006.
- TAYLOR, M.D.; LOCASCIO, S.J. Blossom-End Rot: A calcium deficiency. **Journal of Plant Nutrition**. v.27, p. 123-139. 2004.
- VERBRUGGEN, N.; HERMANS, C. Physiological and molecular responses to magnesium nutritional imbalance in plants. **Plant and Soil**. v. 368, n.1-2, 2013.

AVALIAÇÃO DE CINCO CULTIVARES DE RABANETE EM CAÇADOR SC¹

Cassiane Capistrano, cassianecapistrano@gmail.com²
 Franciele Barrete, francieleaparecidabarrete@gmail²
 Janine Brancher Colley, janinebranchercolley@gmail.com²
 Joice Serafim Antunes, serafimjoyce@hotmail.com²
 Anderson Fernando Wamser, afwamser@hotmail.com³
 Nicole Trevisani, nicole@uniarp.edu.br³

Resumo – O rabanete (*Raphanus sativus*) é uma hortaliça cultivada na Europa desde a Antiguidade, e hoje é consumida no mundo todo por seu sabor adocicado, refrescante e picante. Ele pertence à família Brassicaceae, a mesma da couve, do nabo, da mostarda e do agrião. Com objetivo de estudar o desenvolvimento da cultura de rabanete (*Raphanus sativus*), na cidade de Caçador (SC), foi implantado, na segunda quinzena de setembro, numa propriedade rural, cinco cultivares de rabanete diferentes, disponíveis no comércio local. Para a implantação, foi preparado os canteiros com encanteiradeira, com 20 cm de altura e 21,30 metros de comprimento, com 1 metro de largura, em área fértil e com pH entre 5,5, a 6,5, sem necessidade de adubo. Implantado a sequência conforme o croqui, tendo o espaçamento de 50 cm entre os mesmos. A semeadura foi realizada com espaçamento de 20 cm entre as linhas e a 1 cm de profundidade. Os resultados demonstram que para frutos rachados e com características não comercializáveis apenas a cultivar Redondo diferiu das demais, com 26,81%.

Palavras-chave: *Raphanus sativus*. Cultura. Cultivo. Padrão comercial.

INTRODUÇÃO

A cultura do rabanete (*Raphanus sativus*) está ganhando grande destaque entre os olericultores, tanto de pequenas e grandes propriedades, pois apresenta características atraentes, como: cultura atrativa para realizar rodízio de culturas; ciclo curto, sendo que a colheita pode ser realizada de 25 a 40 dias após a semeadura, podendo ser prolongada por mais 10 dias; possibilidade de cultivo o ano todo, intercalando com culturas de ciclo longo.

O rabanete apresenta em sua composição alta concentração de nutriente e vitaminas (BONFIM-SILVA et al., 2015), substâncias antioxidantes e baixa quantidade de calorías (CAETANO et al., 2015). É uma hortaliça com raiz tuberosa, globular, coloração avermelhada, polpa branca e sabor picante (FILGUEIRA, 2008), com altos teores de vitaminas C e B6, assim como ácido fólico, potássio, altas qualidades de fibras alimentares e baixa caloria, com razoável quantidade de carboidratos, cálcio, ferro e fósforo em comparação a outras hortaliças.

Por se tratar de uma cultura de ciclo curto, necessita de um solo rico em nutrientes para o bom desenvolvimento da parte aérea e principalmente do produto final, a raiz. É muito usada por famílias de pequenas propriedades, pois não leva mais que 30 dias da semeadura até a colheita. Conforme Marouelli et al. (2001), o ciclo é dividido em quatro fases: inicial (do plantio até a emergência), vegetativa (da

emergência até 80% do máximo desenvolvimento vegetativo), Produção (do início do engrossamento da raiz até o início da senescência da parte aérea) e Maturação (final da fase de produção até a colheita).

Possui sua melhor época de plantio no outono-inverno, pois tolera bem o frio e as geadas leves, pois apresenta melhor desenvolvimento do sistema radicular em dias curtos e temperaturas de 10 a 20°C, porém nosso experimento foi implantado no início da primavera, onde a temperatura estava em torno de 30°, o que pode ocasionar queda no crescimento das raízes, com precipitação a noite. Filgueira (2008) salienta que o rabanete se desenvolver melhor em solos leves, com pH entre 5,5 a 6,8. Apresenta demanda de N, que pode ser suprida com adubação mineral ou por adubos verdes.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é estudar o desenvolvimento da cultura de rabanete (*Raphanus sativus*), na cidade de Caçador (SC), a qual foi implantado, na segunda quinzena de setembro, numa propriedade rural, com a escolha de cinco cultivares de rabanete diferentes, disponíveis no comércio local.

METODOLOGIA

O experimento foi conduzido na propriedade da acadêmica Franciele Barrete, no Assentamento Hermínio Gonçalves, entre Caçador-SC e Calmon-SC, com a implantação no dia 26/09/2020 e colheita em 07/11/2020, de cinco cultivares diferentes. Para a implantação, foi preparado os canteiros com encanteiradeira, com 20 cm de altura e 21,30 metros de comprimento, com 1 metro de largura, em área fértil e com pH entre 5,5, a 6,5. O preparo do solo foi feito com trator grade aradora sub solador e para o canteiro foi passado uma rotativa. Após o preparo dos canteiros, foi colocado quatro sementes, com profundidade de um centímetro. Após a emergência, foi feito raleio das parcelas. Usado herbicida Select 50 ml em uma costal 20 litros e inseticida Engeo Pleno S 20 ml em uma costal de 20 litro. Com gotejamento diário, mantendo a umidade do solo próximo à capacidade de campo.

Para a primeira cultivar, foi utilizado o rabanete “Redondo”, caracterizado por plantas de porte alto, raízes redondas, de coloração externa vermelho-arroxeadas e polpa branca, sendo que a melhor época de cultivo com melhor adaptação é entre temperaturas amenas e frias, possui um ciclo de 30 a 40 dias.

Na segunda cultivar, foi usado o rabanete “Cometa”, com raiz globular vermelha, cor da casca vermelha, com diâmetro comercial de 02 a 03 cm, sendo que sua época de semeadura é o ano todo, seu ciclo no verão é de 28 dias e no inverno de 32 dias. Muito popular por ser uma das poucas variedades capazes de formar rabanetes mesmo com temperaturas elevadas.

Terceira cultura foi “Margaret Queen”, a qual tem excelente tolerância à rachadura e isoporização. Suas raízes são uniformes, globular, vermelhas e crocantes. Ampla adaptação a cultivos. Seu ciclo no verão é de 28 dias e no inverno de 32 dias. Seu diâmetro comercial é de 03 a 04 cm.

Na quarta cultura foi utilizado o “Sparkler”, o qual se adapta melhor a regiões de clima frio ou temperado, com melhores temperaturas para o seu desenvolvimento entre 10 e 20 °C. Deve ser colhido em no máximo 45 dias após o cultivo. Possui diâmetro comercial de 03 a 04 cm. Sua melhor época de plantio é o ano todo. Suportando temperaturas mínimas de 4° a 35°, sendo que 29° é o ideal.

E a última cultivar foi “Vip Crimson Seleção Especial”, sendo uma planta baixa, de forma redonda, cor vermelho brilhante com folhagem verde clara. Seu ciclo no verão é de 25 a 30, e no inverno de 30 a 35. Seu diâmetro comercial é de 03 a 04 cm.

É precoce, resiste as rachaduras e calor, crocante e de alta produtividade. Sua germinação ocorre entre 4 a 10 dias e a colheita deve iniciar aos 28 dias após a semeadura.

Após 42 dias de cultivo, as plantas foram coletadas e pesadas, sendo coletado o peso total, e após o peso da massa verde boa separada da massa verde descartada, a qual não é atrativa ao consumidor final, visto que os rabanetes chegam ao consumidor final em ramalhetes, bem como do rabanete comercial do rabanete não comercial. Os dados foram submetidos ao teste de comparações múltiplas de médias de Tukey, a 5% de probabilidade de erro.

Figura 1 - Fases do cultivo dos rabanetes. Plantas de rabanete na colheita, após 42 dias e na pesagem, em propriedade rural.



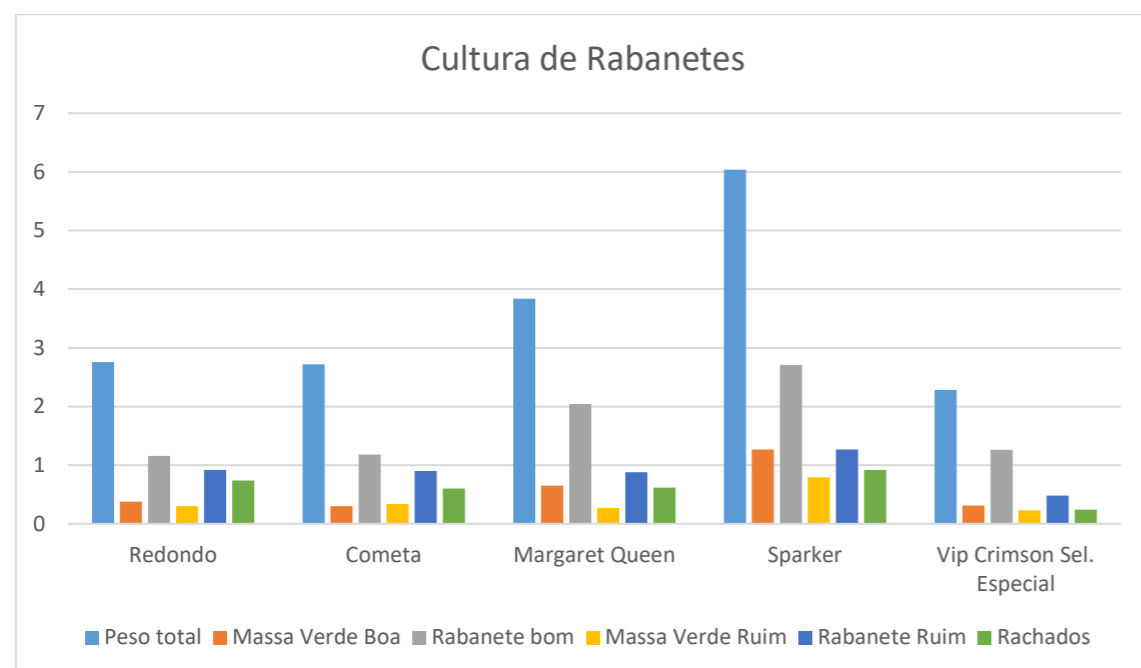
Fonte: Os autores (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No gráfico abaixo (Gráfico 1), pode-se verificar, que apesar de poucos tratamentos aplicados nos rabanetes, não houve grandes diferenças entre as qualidades cultivadas. Somente a espécie Sparkler apresentou melhor resultados, tendo um rendimento, em peso bruto, 63,58% a mais que o Rabanete da cultivar Margaret Queen.

Ao pesquisar o rabanete Sparkler, o qual teve maior rendimento em raízes e peso, verificou-se que as sementes não foram afetadas por diferentes temperaturas e germinaram adequadamente em temperaturas variando de 10 a 35°C apresentando mais massa fresca, enquanto que as cultivares Redondo e Cometa apresentaram alta taxa de rachaduras (26,81% – 22,06%).

Gráfico 1 - Comparação entre rendimento (em quilos) das cinco cultivares de rabanete, cultivados em uma propriedade de Caçador-SC.



Fonte: Os autores (2020).

Embora a ausência de tratamentos para a raiz, observou-se raiz com rachada o que pode ser explicado pelo fato de ser realizada a colheita após quatro semanas o que interfere na qualidade dos materiais. Um fator que pode ocasionar a rachadura é o excesso ou falta de água, a qual descartou-se essa possibilidade, bem como a falta de boro, pois é um terreno preparado para grandes cultivos de tomate.

O solo utilizado para cultivo era drenado e com boa fertilidade, sem excesso de nitrogênio, o qual não deixou as raízes disformes ou com textura de isopor. O que resultou e rabanetes arredondados, em alguns casos ovais ou alongados. O crescimento inicial foi lento até quinze dias após a sementeira, o qual após esse período aumentou significativamente seu desenvolvimento. Apresentou bastante massa verde boa, o qual é uma característica importante para o produto comercial, pois ele é levado aos mercados em maços e as folhas atraem o consumidor. Apesar de muitos descartarem a massa verde boa, ela promove diversos benefícios à saúde, pois contém excelentes propriedades ainda pouco conhecidas e exploradas, como por exemplo, serve para saladas, sopas, caldo, suco verde e vitaminas.

Foi realizado um teste de comparação múltiplas de médias para todas as variáveis em estudo, o que não mostrou grande diferença entre as cultivares Margaret Queen, Sparkler, Redondo e Cometa, com médias muito próximas umas das outras, considerando as variáveis: peso bruto, massa verde de rabanetes comercializáveis e não comercializáveis, e rabanetes com características comercializáveis. Portanto, estas cultivares mostraram o mesmo desempenho, não havendo diferenças estatísticas. Já para as variáveis: rabanete com rachaduras e com características não comercializáveis, apenas a cultivar Vip Crimson Sel. Especial diferiu estatisticamente das demais cultivares, apresentando a maior média para estas características.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conversa com produtores de Caçador, os mesmos consideraram que a colheita do rabanete deveria ter sido realizada uma semana antes, o qual impediria rachaduras e que os mesmos seriam menos porosos, fato esse também comentado pelos agricultores que poderia ser um solo muito rico. Concordamos com essa afirmação, pois se tratava de um solo preparado para receber a cultura do tomate.

As cultivares Margaret Queen e Sparkler apresentaram maior altura de folhas, comprimento de raiz e massa fresca de parte aérea em relação as demais cultivares, 16,93% e 16,55%, respectivamente. Vip Crimson Sel. Especial apresentou menor porcentagem de rachaduras, sendo 10,52% do total produzido. As cultivares Redondo e Cometa apresentaram piores desempenhos de massa fresca e de raiz em relação as demais.

Das cultivares testadas, a que apresentou melhores condições e desempenho na área plantada foi o Sparkler. Muito provavelmente pelo fato das temperaturas elevadas no cultivo primavera/verão, o qual influencia diretamente no desempenho das mesmas. Uma sugestão é testar essas cultivares num cultivo outono/inverno, onde as condições climáticas apresentam temperaturas mais amenas aprimorando o desempenho das cultivares testadas.

REFERÊNCIAS

BONFIM-SILVA, E.M.; CLÁUDIO, A.A.; RÉGO, V.M.; SILVÉRIO, A.T. Características produtiva do rabanete submetido a doses de cinza vegetal. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.11 n.21, p.421-432, 2015.

CAETANO, A.deO.; DINIZ, R.L.C.; BENETT, C.G.S.; SALOMÃO, L.C. Efeito de fontes e doses de nitrogênio na cultura do rabanete. **Revista de Agricultura Neotropical**, Cassilândia-MS, v.2, n.4, p.55-59, 2015.

FILGUEIRA, F.A.R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. Viçosa, MG: UFV, 2008. 421p.

MARQUELLI, W.A.; ABDALLA, R.P.; MADEIRA, N.R.; OLIVEIRA, A.S.; SOUZA, R.F. Eficiência do uso da água e produção de repolho sobre diferentes quantidades de palhada em plantio direto. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.45, p.369-375, 2010.

CONCENTRAÇÕES DE CÁLCIO E MAGNÉSIO EM SOLUÇÃO NUTRITIVA NO TOMATE EM AMBIENTE PROTEGIDO¹

Angela Aparecida Gervasio Biasiolo, angelagbiasiolo@hotmail.com²
Bruna Aparecida Ribeiro Semam, brunasemam4@gmail.com²
Gabriel Ansiliero, Gabriel.ansiliero.bridi@gmail.com²
Mateus Barpp, mateusbarpp132426@gmail.com²

Resumo – O objetivo do trabalho é avaliar o efeito de concentrações de cálcio (Ca) e magnésio (Mg) na solução nutritiva do tomateiro em ambiente protegido. Em solução de Hoagland & Arnon ajustada para tomate, testou-se as concentrações de Ca e Mg (em meq): 10:2; 9:3; 8:4; 6:6; e 4:8. Observa-se que baixa concentração de Ca na solução nutritiva aumenta a ocorrência de podridão apical nos frutos. Concentrações altas de Ca aumentam a taxa de transporte de elétrons e apresentam um maior teor de Ca na solução da folha.

Palavras-chave: Soluções nutritivas. Tratamentos.

INTRODUÇÃO

A produção de tomate é de extrema importância econômica para o município de Caçador. O município é o principal produtor do fruto em Santa Catarina - e o Estado é o sétimo em volume no país (NSC, 2014).

O tomateiro é considerado, dentre as hortaliças, uma das espécies mais exigentes em adubação. Portanto, conhecer as exigências nutricionais, os principais sintomas de deficiências e o modo de corrigi-las é fundamental para o êxito da cultura (SILVA et al., 2006). A quantidade de nutrientes extraída pelo tomateiro é relativamente pequena, mas a exigência de adubação é muito grande, pois a eficiência de absorção dos nutrientes pela planta é baixa (SILVA et al., 2006)

O tomateiro é uma planta bastante exigente em nutrientes, sendo os nutrientes mais absorvidos (em ordem decrescente): N, K, Ca, S, P, Mg, Fe, Mn, Zn, B e Cu (EMBRAPA, 1994). Com uma baixa disponibilidade de nutrientes, o desenvolvimento da planta é afetado, atrasando seu ciclo e podendo facilitar a ocorrência de doenças. Nesse sentido, uma adubação incorreta pode diminuir a produção da cultura.

O objetivo com este trabalho é avaliar o efeito de concentrações de cálcio (Ca) e magnésio (Mg) na solução nutritiva do tomateiro em ambiente protegido.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Mg é exigido em diversos processos incluindo a transferência de energia e a síntese de proteínas. Com 20-25% do total de magnésio das plantas localizado nos cloroplastos, ele se torna particularmente importante para produção de clorofila (YARA, 2020). Estudos têm descoberto que a deficiência de Mg causa uma queda mais drástica na taxa fotossintética em relação aos pigmentos de clorofila, já que o

¹ Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Agronomia

² Acadêmico do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

magnésio correlacionado ao potássio são os mais importantes ativadores enzimáticos em reações fotossintéticas.

O cálcio promove melhoria na germinação do pólen, regula alguns sistemas enzimáticos, e influencia o crescimento e a sanidade das células e tecidos condutores. Além de influenciar especificamente na qualidade de frutos de tomate, especialmente relacionado à podridão apical (YARA, 2020).

Cálcio: A deficiência de cálcio pode levar a senescência das células e a ausência de frutificação, o sintoma característico inicia com a flacidez dos tecidos da extremidade dos frutos, que evolui para uma necrose deprimida, seca e negra. O sintoma é conhecido como podridão estilar ou fundo-preto (SILVA et al., 2006).

Magnésio: A deficiência de magnésio é bastante comum em plantações de tomate, já que é um elemento que possui alta mobilidade e caracteriza-se por uma descoloração das margens dos folíolos mais velhos, que progride em direção à área Inter nerval, permanecendo verdes as nervuras (SILVA et al., 2006)

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em estufa da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, no município de Caçador-SC. Plantas de tomate, híbrido Paron, foram submetidas a cinco tratamentos distribuídos em delineamento inteiramente casualizado com quatro repetições. Em solução de Hoagland & Arnon ajustada para tomate, testou-se as concentrações de Ca e Mg (em meq): 10:2; 9:3; 8:4; 6:6; e 4:8.

Em vasos de 8 L preenchidos com uma mistura 2:1 de areia:vermiculita, foram plantados uma muda de tomate. A solução nutritiva foi adicionada desde o plantio, de acordo com a necessidade das plantas.

O cultivo foi de 60 dias. Avaliou-se após esse período alguns aspectos para obtenção de dados e análise de variância, dentre os aspectos avaliados estão: massa seca de folhas, massa seca do caule, massa seca total, massa seca de frutos, massa seca total da parte aérea (secos em estufa a 65° C), altura, diâmetro do caule, número de inflorescências, número de folhas, número médio de frutos por planta, produção (em gramas) de frutos por planta, peso médio dos frutos, número de frutos com podridão apical, peso dos frutos com podridão apical, cálcio na solução da folha, potássio na solução da folha (medidor de íons específicos), teor relativo de clorofila (usado o clorofilômetro), taxa de assimilação líquida de gás carbônico (CO₂), condutância estomática, eficiência fotoquímica e taxa de transporte de elétrons, as trocas gasosas foram avaliadas no período da manhã das 09:30 as 12:00, usando um analisador de gás infravermelho IRGA.

Com os dados obtidos, os mesmos foram aplicados para análise de variância (ANOVA), a um nível de significância de 5% e o método de Tukey (P<0,05).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não houve efeitos dos tratamentos para produção de massa seca da folha, caule, altura da planta, diâmetro do caule, número de inflorescência e o número de folhas (Tabela 1). Porém no tomateiro que recebeu a concentração de Ca:Mg 4:8, observou-se a incidência de frutos com podridão apical, “é uma desordem fisiológica que resulta da deficiência de cálcio nos frutos, devido à falta deste elemento no solo, ou a qualquer fator que reduza o suprimento ou que interfira na translocação do

cálcio ao fruto” (Malavolta et al; 1975), a relação Ca:Mg de 4:8 confirma que o baixo fornecimento de Ca, 4 meq, ocasionou a podridão apical nos frutos.

Tabela 1 - Massa seca de folhas (MSF), massa seca do caule (MSC), massa seca total (MST=MSF+MSC), massa seca de frutos (MSF), massa seca total da parte aérea (MSTPA), altura (A), diâmetro do caule (DC), número de inflorescências (NI) e número de folhas (NF) de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	MSF	MSC	MST	MSF	MSTPA	A	DC	NI	NF
	g			g		cm	mm	-	-
8:4	74,7	39,4	114,2	34,4	148,6	122,3	13,5	5,0	21,3
10:2	77,65	44,8	122,4	35,8	158,2	129,5	14,0	5,0	20,8
9:3	79,2	40,0	119,2	43,5	162,7	130,5	14,5	5,0	20,5
6:6	75,2	32,6	107,8	32,2	140,0	123,3	13,1	5,0	20,5
4:8	77,1	36,8	113,9	38,9	152,9	133,0	13,9	5,0	21,8
F-teste	0,95	0,15	0,53	0,46	0,40	0,52	0,52	0,43	0,80
CV (%)	11,8	16,4	10,7	24,2	11,1	8,1	8,2	4,4	8,2

Tabela 2 – Número frutos por planta (NFP), produção frutos por planta (PFP), peso médio por fruto (PMF), número de frutos com podridão apical (NFPA), peso dos frutos com podridão apical (PFPA) de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	NFP	PFP	PMF	NFPA	PFPA
	-	g	g	-	-
8:4	18,25	688,75	37,93	0,0 b	0,0 b
10:2	17,75	646,25	36,55	0,0 b	0,0 b
9:3	15,25	669,00	43,94	0,0 b	0,0 b
6:6	16,50	630,25	39,12	0,0 b	0,0 b
4:8	18,50	668,75	37,02	2,25 a	44,1 a
F-teste	0,24	0,42	0,36	0,00	0,00
CV (%)	12,70	6,70	14,10	121,10	104,20

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos - Tukey, P<0,05).

Observou-se ainda nos tratamentos com concentração Ca:Mg de 6:6 e 4:8 diferenças significativas no teor de Ca na solução da folha (Tabela 3), apresentando um baixo teor em relação as demais plantas com soluções mais ricas em Ca, “Por ser um elemento imóvel no floema, não ocorre a sua redistribuição na planta.” (MEDEIROS, MOREIRA; 2010) Nesse caso pode existir ao mesmo tempo, falta de Ca em partes mais novas da planta e excesso em partes velhas.

Outra diferença observada foi a variação na taxa de transporte de elétrons, tratamentos com a relação Ca mais alta, apresentaram uma maior taxa de transporte de elétrons em comparação a tratamentos com baixa disponibilidade de Ca. (Tabela 3).

Tabela 3 – Cálcio na solução da folha (CSF), potássio na solução da folha (PSF), teor relativo de clorofila (TRC), taxa de assimilação líquida de CO₂ (TAL-CO₂), condutância estomática (CE), eficiência fotoquímica (EF), taxa de transporte de elétrons (ETR) de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	CSF	PSF	TRC	TAL-CO ₂	CE	EF	ETR
	mg/L		-	μmol CO ₂ m ⁻² s ⁻¹	mol H ₂ O m ⁻² s ⁻¹	-	μmol m ⁻² s ⁻¹
8:4	68,8 a	6725,00	62,65	21,32	0,16	0,61	196,99 ab
10:2	89,3 a	6700,00	61,38	19,78	0,15	0,60	184,51 ab
9:3	81,8 a	6575,00	61,24	23,17	0,18	0,63	200,70 a
6:6	41,8 ab	7975,00	61,02	22,22	0,14	0,59	188,06 ab
4:8	17,3 b	6925,00	63,57	23,56	0,16	0,59	171,9 b
F-teste	0,00	0,06	0,91	0,79	0,96	0,61	0,02
CV(%)	39,30	9,70	7,20	21,40	43,20	6,50	6,20

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos - Tukey, P<0,05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi observado no decorrer do projeto, cada nutriente possui uma ou mais funções para a planta, no qual a falta ou excesso poderá limitar a produção da mesma, como na concentração Ca:Mg de 4:8, verificou-se aumento da ocorrência de podridão apical em frutos de tomate.

O teor de Ca na solução da folha aumenta com o aumento do suprimento de Ca na solução nutritiva.

A baixa concentração de Ca na solução Ca:Mg 4:8, resultou em uma menor taxa de transporte de elétrons.

REFERÊNCIAS

- Hahn, Leandro. Magnésio na cultura do tomate – Como manejar adequadamente nutriente. 2017. Disponível em: <https://revistacampoenegocios.com.br/magnesio-na-cultura-do-tomate-como-manejar-adequadamente-o-nutriente/#:~:text=Existe%20uma%20rela%C3%A7%C3%A3o%20considerada%20ideal,da%20CTC%20ocupada%20pelo%20K.Acesso:12 de out.2020>
- Da Silva, João Bosco Carvalho et al. Cultivo de tomate para industrialização. Adubação. 2006. Disponível em: https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Tomate/TomateIndustrial_2ed/adubacao.htm Acesso : 12 de out.2020.
- Da Silva, João Bosco Carvalho et al. Cultivo de tomate para industrialização. Deficiências nutricionais. 2006. Disponível em: https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Tomate/TomateIndustrial_2ed/adubacao.htm Acesso : 12 de out.2020.
- Yara Brasil. <https://www.yarabrasil.com.br/nutricao-de-plantas/tomate/funcao-do-magnesio-na-producao-de-tomate/>. 2020. Disponível em : <https://www.yarabrasil.com.br/nutricao-de-plantas/tomate/funcao-do-magnesio-na-producao-de-tomate/>. Acesso em : 12 de out.2020.

https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/131661/1/HorticulturaBrasileira_rav.13n.2p.1721751995.pdf

MÓGOR, Átila Francisco et al. Teores de clorofila em cultivares de tomateiro submetidas a aplicações foliares de magnésio. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 43, n. 4, p. 363-369, 2013.

Team RDC. R: A Language and Environment for Statistical Computing. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing. <http://www.R-project.org/>; 2014.

MEDEIROS, Luciana Moreira. Produção do tomateiro (*Lycopersicon esculentum* L.) cultivado em diferentes recipientes e níveis de cálcio na solução nutritiva. 2010. 67 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98822>>.

NUTRIÇÃO DO TOMATEIRO (*Lycopersicon esculentum*) EM FUNÇÃO DE DOSES DE FERTILIZANTES ORGÂNICOS *Revista Caatinga*, vol. 22, núm. 3, julho-septiembre, 2009, pp. 242-253. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2371/237117837038.pdf>>.

DOSES DE NITROGÊNIO EM AVEIA PRETA¹

Andressa Camila Alves, Andressa.camila.alves3@gmail.com²

Emerson Buchener, emersonbuchener@gmail.com²

Joemar Ricieri Martello, joemar.eng@gmail.com²

Larissa de Souza Mattos Maestri, larimattos8@gmail.com²

Verônica Niara de Souza, veronica.niara@hotmail.com²

Resumo – A aveia é uma das principais culturas de cobertura, sendo utilizada principalmente na entressafra. Porém, em muitas situações o seu desenvolvimento é limitado devido à baixa disponibilidade de Nitrogênio no solo e, se tratando de uma cultura bastante exigente em adubação nitrogenada, é de extrema importância o fornecimento deste nutriente para o aumento da produtividade. Para isso, o objetivo do trabalho foi avaliar quais as diferentes doses resultam em melhor desenvolvimento das plantas. As doses utilizadas foram 0, 8.7, 13, 17 e 26 gramas. A fonte de N utilizada foi a ureia, aplicada parceladamente e a lanço. O delineamento experimental foi de blocos ao acaso, com quatro repetições e composto por cinco tratamentos, cada parcela medindo 1m de largura e 1m de comprimento. Avaliou-se a estatura das plantas, número de perfilhos e a massa verde. Para se obter os resultados foi calculado a média da altura das plantas, a média de perfilhos e a produção média de massa verde. O delineamento experimental. Os resultados não mostraram diferença significativa, sendo que a escassez de chuvas no período de aplicação da ureia pode ter influenciado os resultados, pois não houve uma boa absorção do nutriente pela planta.

Palavras-chave: *Avena strigosa*. Repetição. Eficiência.

INTRODUÇÃO

A Aveia preta é uma gramínea de outono e inverno, originária da Europa, seu nome científico é *Avena strigosa* e pertence à família Poaceae, rica em proteínas 17,09%, grande produtora de massa verde, com aproximadamente 25 toneladas por hectare (VILELA, 1971).

Pode ser usada pelo agricultor tanto para pastagem quanto para feno ou silagem, mas também para prevenir populações de plantas espontâneas, intolerante a solos encharcados (MORAES; LUSTOSA, 1988).

É necessário que o produtor escolha um melhor genótipo para a região e também manejar o ambiente de cultivo. O melhoramento na aveia preta vem trazendo melhores características desejáveis como o aumento da produção e resistência a fatores bióticos e abióticos (CRESTANI, 2010).

Sabe-se que o nitrogênio é essencial para as plantas, desta forma este nutriente é indicado para a adubação nitrogenada para proporcionar a produtividade e melhor crescimento, além de atuar na fotossíntese, é responsável pela coloração verde das folhas e ainda atua no desenvolvimento radicular (OLSON; KURTZ, 1982; YANAI et al., 1996).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Agronomia.

² Acadêmicos do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O objetivo deste trabalho foi avaliar a campo as respostas da aveia preta sob diferentes doses de nitrogênio na forma de ureia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A *Avena strigosa* é originária dos EUA, que pertence ao gênero *Avena* e dentro deste gênero as espécies aveia branca e a preta. A cultura é destinada tanto para alimentação humana quanto para os animais, é muito utilizada para cobertura de solo e para massa seca, ela serve como palhada para outras culturas, pois é bastante resistente reduz a erosão, a perda de nutrientes e a evaporação de água no solo (CAMPOS, 2019).

Na década de 60 as primeiras cultivares de aveias foram introduzidas no EUA, como elas não eram adaptadas ao local iniciaram então o primeiro trabalho de melhoramento no Brasil, juntamente com outros pesquisadores buscaram melhorar a espécie para produtividade de grãos (HAWERROTH et al., 2014). Os programas de melhoramento de aveia, para o meio de cruzamentos, indução de mutações, entre outras, buscam desenvolver genótipos com características superiores.

Para aumentar a produção de massa verde ou rendimento de grãos é necessário manejar as condições ambientais como também a busca de genótipos superiores. Segundo Hawerth et al. (2014) a seleção permitiu obter genótipos superiores em produtividade de grãos, mais ajustados ao sistema de cultivo adotado no Brasil. Alguns trabalhos feitos com aveia branca de tamanho elevado e tardias no ciclo de desenvolvimento e produtoras da palha para o grão (relação palha : grão de 10:1), permitem progressos, o que resulta em plantas com mais de um metro, reduzindo também no ciclo do desenvolvimento e a relação palha : grão (próxima a 3:1) (BARBOSA NETO, 2000)

As mudanças de nitrogênio no solo são de extrema necessidade para sua absorção pelas plantas, também melhorando a eficácia da utilização de fertilizante nitrogenado. O nitrogênio é um nutriente que precisa ser encontrado em maiores quantidades por culturas, mesmo sendo abundante na atmosfera, as plantas tem como principal fonte o solo. A maior parte do N está ligada à matéria orgânica, componente essencial dos ecossistemas terrestres, cuja distribuição, conteúdo e qualidade têm um importante efeito nos processos que ocorrem no sistema (SÁ et al., 2001 e FERREIRA et al., 2009).

Estudos realizados com a aveia preta, em determinadas épocas com aplicação de nitrogênio, como na emergência da panícula, no perfilhamento da planta e na semeadura, é identificada grande importância no quanto o elemento é fornecido no perfilhamento, tanto para produção, quanto pra qualidade fisiológica de sementes (REICHARDT; MAUAD; WOLSHIK, 2008). Isso demonstra que existem determinados períodos onde pode ser feita a intervenção do nitrogênio, este que irá colaborar em diversos fatores, como citado anteriormente.

Isso pode ir desde o desempenho quanto a estatura mediana da planta, quanto ao ciclo do desenvolvimento, também os componentes indiretos e diretos no rendimento dos grãos, até o comportamento deles quando aos estressores abióticos e bióticos. Porém, o número de caracteres férteis por cada área, o número dos grãos por panícula e a massa média deste grão, irão caracterizar os itens que compõe diretamente o rendimento dos grãos em uma cultura de aveia branca, podendo representar caracteres de uma enorme importância (HAWERROTH et al., 2014).

METODOLOGIA

Este experimento foi realizado no ano de 2020 no Horto Municipal, pelos acadêmicos do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, no município de Caçador localizado a 26° 46' de latitude sul e 51° 0' de longitude Oeste e altitude de 920 metros. O solo se caracteriza por ser um Nitossolo Bruno Distrófico. A área experimental foi cultivada durante os meses de outubro, novembro e dezembro no sistema de plantio direto com a cultura de aveia-preta.

A aplicação de nitrogênio (N) foi realizada no estágio de afilamento da planta. Foi utilizado o delineamento experimental de blocos ao acaso, sendo quatro blocos com cinco tratamentos, sendo doses de nitrogênio (N) de 0, 8.7, 13, 17 e 26 gramas em cobertura. Cada parcela foi constituída por 1 x 1m, com uma média de 20 plantas. Foram feitas três avaliações, em três etapas. Sendo, uma vez por semana. As avaliações realizadas foram para estatura da planta, número de filhotes e volume de massa verde. Os resultados foram submetidos a análise de variância para doses (tratamentos), considerando as três variáveis. As médias dos tratamentos foram comparadas pelo teste de Tukey, a 5% de probabilidade, pelo programa Sisvar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo acadêmico teve por objetivo avaliar o efeito das doses de nitrogênio na cultura da aveia, a fim de melhorar a produção de massa verde. Para tanto, foi utilizada uma cultivar de aveia preta, a qual restou submetida a cinco doses crescentes de nitrogênio, consoante o exposto acima.

Desse modo, foi avaliado diferentes doses de Nitrogênio na aveia preta, quais sejam, 0 (zero), 40 (quarenta), 60 (sessenta), 80 (oitenta) e 120 (cento e vinte) quilos por hectare. Sendo assim, os resultados obtidos foram inconclusivos, porquanto em que pese houve pequenas diferenças entre as variáveis analisadas, os resultados não demonstraram relevantes alterações entre os tratamentos. Isso ficou demonstrado pelo teste de Tukey, em que todas as médias dos tratamentos, para as variáveis em estudo, foram estatisticamente iguais.

Por fim, a estiagem ocorrida no mês de outubro durante a realização do experimento interferiu diretamente nos resultados, tendo em vista a necessidade de chuva para a obtenção de melhores resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desse trabalho foi avaliar a campo a resposta da aveia preta sob diferentes doses de nitrogênio na forma de ureia. Sendo assim, atingido nosso objetivo, ressalta-se a importância desse trabalho para o aprofundamento do tema em questão. Analisando os testes de média de comparações múltiplas conclui-se então que para todas as variáveis estudadas não houve diferença estatística significativa entre os tratamentos apresentados.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Silvane de Almeida. **Épocas e métodos de manejo da aveia preta na cultura do milho**. Viçosa, 2019. Disponível em:

<<https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/27026/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

FERREIRA, Ademir de Oliveira et al. **Desempenho de genótipos de milho cultivados com diferentes quantidades de palha de aveia preta e doses de nitrogênio**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-204X2009000200009&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

HAWERROTH, Maraisa Crestani et al. **Importância e Dinâmica de Caracteres na Aveia Produtora de Grãos**. Pelotas, 2014. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1006117/1/documento376web.pdf>>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

KLEIN, Luiz Antônio et al. **Dissimilaridade genética entre genótipos de aveia preta**. Itapetininga, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1634/1139>>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

REICHART, João; MAUAD, Munir; WOLSHIK, Dolores. **Adubação nitrogenada aplicada no início do perfilhamento da aveia preta**. Campo Grande, 2008. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/agrarian/article/viewFile/256/207>>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

COMPORTAMENTO DE PLANTAS DE TOMATEIRO SUBMETIDAS A DIFERENTES RELAÇÕES DE K E MG NA SOLUÇÃO NUTRITIVA¹

RUPPEL, Luiz Fernando, luizfernando.cdr@hotmail.com²
GONÇALVES, Alisson, alissonfernando99@hotmail.com²
MOREIRA, Cicero José, cicerojose201717@gmail.com²
HAHN, Leandro, leandrohahn@epagri.sc.gov.br³

Resumo – O tomateiro é uma planta muito exigente quanto a questão nutricional e desta forma tanto a falta quanto o excesso de algum nutriente fornecido à cultura poderão gerar desequilíbrio nutricional e perdas de produtividade e qualidade dos frutos produzidos. Com o objetivo de analisar diferentes relações dos nutrientes potássio (K) e magnésio (Mg) na solução nutritiva fornecida às plantas de tomateiro, cv Paron, cultivado em vasos com substrato inerte (relação 2:1, areia e vermiculita), conduziu-se um experimento, em ambiente protegido, no município de Caçador - SC. O delineamento experimental foi o de blocos ao acaso, com cinco tratamentos (relações K:Mg) e quatro repetições. A variação na relação K:Mg presente na solução nutritiva disponibilizada as plantas, não afetou o seu desenvolvimento, porém, causou redução significativa no acúmulo de biomassa e produção por planta quando comparada, com o tratamento controle. No entanto, não foram observadas variações nos níveis de clorofila, nem mesmo, na taxa fotossintética das plantas conduzidas em situação de excesso ou escassez nutricional. O desequilíbrio nutricional pode levar a perdas significativas na produtividade da cultura do tomateiro, devido ao aumento da ocorrência de frutos com sintomas de deficiência nutricional caracterizados pela podridão apical.

Palavras-chave: *Lycopersicon esculentum* Mill. Nutrição de plantas. Distúrbios fisiológicos.

INTRODUÇÃO

A cultura do tomateiro é difundida mundialmente devido à apreciação de seus frutos tanto para o consumo *in natura* quanto para o consumo na forma de produtos industrializados e/ou processados, visto que são altamente nutritivos e possuem substâncias consideradas anticancerígenas, como o licopeno, pigmento vermelho (ALVARENGA; COELHO, 2013). O tomate representa uma importante fonte de renda para produtores e comerciantes a nível mundial, nacional e regional, sendo que, essa cultura tem grande importância econômica na região meio Oeste catarinense com destaque para o município de caçador que possui diversos produtores desta olerícola.

A produção mundial de tomate no ano de 2018 conforme dados da FAO (2020) foi de 182,2 milhões de toneladas, sendo o Brasil responsável por apenas 2,25% desta produção (4,1 milhões de toneladas colhidas). Embora o cultivo do tomateiro seja bastante difundido entre as diferentes regiões brasileiras o manejo da adubação fornecida às plantas é fundamental para obtenção de boas colheitas, sendo o quê, adubação deve seguir a curva de absorção de nutrientes, para atingir o

¹ Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Agronomia.

² Acadêmico do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor, Dr., Curso de Agronomia da Uniarp e Pesquisador da Epagri.

equilíbrio nutricional na planta, sem que ocorram problemas de excesso ou deficiência de minerais (FURLANI; PURQUERIO, 2010).

Considerando que eu cultivo das plantas de tomateiro pode ocorrer os mais diferentes tipos de solos, substratos e ambiente de cultivo, é fundamental que seja identificada há solução nutritiva que atenda da melhor forma as necessidades da cultura. Desta forma, o objetivo do presente estudo foi avaliar o comportamento das plantas de tomateiro cultivadas em substrato inerte e submetidas a diferentes relações nutricionais (K:Mg) na solução nutritiva.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O tomateiro (*Solanum lycopersicum L.*) é originário da América Do Sul, tendo como berço de origem:

[...] a região andina, desde o Equador, passando pela Colômbia, Peru, Bolívia, até o Norte do Chile, sendo domesticado no México. Os espanhóis e portugueses difundiram o tomate pelo mundo através de suas colônias ultramarinas, sendo introduzido no Brasil, no final do século XIX (ALVARENGA, 2013, p. 11).

Durante o seu desenvolvimento as plantas de tomateiro necessitam de uma adequada nutrição mineral, visto que, tanto a ausência, quanto, o excesso de minerais pode prejudicar ou comprometer a produção de frutos de qualidade (MORAES, 1997). Isso visando fornecer a quantidade ideal de nutriente nas fases de maior necessidade, o uso da fertirrigação é uma técnica indispensável a boa produtividade, pois permite que os fertilizantes sejam disponibilizados as plantas juntamente com a água gerando melhor eficiência de uso economia de insumos (TRANI; TIVELLI; CARRIJO, 2011).

As relações entre os nutrientes potássio e magnésio disponíveis na solução nutritiva podem afetar significativamente o desenvolvimento das plantas de tomateiro, bem como, reduzir a produtividade e qualidade dos frutos produzidos, porém a resposta fisiológica das plantas é variável, conforme a cultivar (LI et al., 2018).

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido no município de Caçador -SC, em casa de vegetação localizada nas dependências da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- Uniarp, e durante o segundo semestre do ano de 2020.

O delineamento experimental foi de blocos ao acaso com 5 tratamentos e 4 repetições, sendo cada repetição composta por um vaso com capacidade de 9 l contendo uma planta de tomateiro 'Paron'. Os tratamentos foram baseados na recomendação de Hoagland e Arnon (1950) modificada para relações de K e Mg: T1 – Controle (1,3:1); T2 (4:1), T3 (2,3:1), T4 (1:1) e T5 (0,7:1). O experimento foi implantado em 29/08 e conduzido por 60 dias.

As variáveis avaliadas, foram: altura, nº de folhas, inflorescências e frutos por planta; diâmetro do caule; massa seca, produção de frutos, incidência de distúrbios fisiológicos; teores minerais na solução da folha (4ª folha a partir do ápice completamente expandida); teor relativo de clorofila (SPAD); trocas gasosas (condutância estomática (gs) (mol de H₂O m⁻² s⁻¹), taxa de assimilação líquida de CO₂ (µmol de CO₂ m⁻² s⁻¹) e a eficiência fotoquímica e a taxa de transporte de elétrons (ETR) do fotossistema II, realizada entre 09:30 h e 12:00 h); para tanto,

utilizou-se um analisador de gás infravermelho IRGA com fluxo de ar de 400 mL min⁻¹, fonte de luz acoplada de 1000 µmol m⁻² s⁻¹ com concentração constante de CO₂ (400 ppm), na temperatura e umidade ambiente. Os dados foram submetidos à análise de variância (ANOVA), e teste de Tukey (P<0,05). Todas as análises foram realizadas pelo programa "R", versão 3.0.3 (Team RDC, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As diferentes relações K:Mg influenciaram o acúmulo de biomassa, matéria seca, observada nas diferentes partes das plantas (Tabela 01). Os maiores valores para a massa seca das folhas foram observados nos tratamentos T1 – Controle (1,3:1) e T2 (4:1), enquanto, os menores valores foram observados no T5 (0,7:1). Não foram observadas alterações para o acúmulo de massa seca no caule das plantas, porém, a maior massa seca da parte vegetativa (caule + folhas) foi observado em T5. Para a massa seca dos frutos o maior valor observado foi no tratamento controle, sendo que os demais tiveram uma redução significativa no acúmulo de biomassa. Considerando o acúmulo de biomassa total da parte aérea destacou-se o T2, sendo que ele não diferiu dos tratamentos controle e T3 (2,3:1), porém superou os demais tratamentos. Já a massa seca de caule não foi alterada pelos tratamentos.

Tabela 01 – Acúmulo de matéria seca em plantas de tomateiro submetidas a diferentes relações de cátions na solução nutritiva, Caçador, 2020.

Tratamentos	Matéria seca (MS) g/planta				MS total parte aérea
	Folhas	Caule	(caule+folhas)	frutos	
T5	66,14 b	34,13	100,3 b	27,0 b	127,4 c
T4	72,93 ab	34,24	107,2 ab	29,5 b	136,7 bc
T3	74,92 ab	39,16	114,1 ab	30,5 b	144,6 ab
T2	79,80 a	39,19	119,2 a	31,5 ab	155,7 a
T1	78,54 a	34,69	113,2 ab	36,2 a	149,4 ab
F-teste	0,00	0,68	0,04	0,00	0,00
CV (%)	6,20	19,2	7,30	6,20	5,40

Médias seguidas de mesma letra, na coluna, não se diferem estatisticamente.

As variáveis relacionadas com o crescimento e desenvolvimento das plantas não foram afetadas pelas diferentes relações nutricionais presentes entre outros tratamentos (Tabela 02). Não foram observadas alterações nos parâmetros altura, diâmetro do caule, nem para número de folhas e inflorescências por planta.

Tabela 02 – Altura, diâmetro do caule, número de inflorescências e folhas observados em plantas de tomateiro submetidas a diferentes relações de cátions na solução nutritiva, Caçador, 2020.

Tratamentos	Altura (cm)	Diâmetro caule (mm)	Número de Inflorescências	Número de Folhas
T4	128,75	13,38	5,00	20,25
T3	126,25	14,00	5,00	20,25
T2	125,75	14,75	5,00	20,25
T1	125,50	14,75	5,25	20,50
F-teste	0,59	0,15	1,00	0,82
CV (%)	5,10	6,30	0,00	3,60

Os resultados observados no presente estudo corroboram com os apresentados por Genúncio et al., (2006) que ao trabalhar com diferentes concentrações iônicas na solução nutritiva fornecida plantas de tomateiro não

observaram diferenças quanto ao ganho de altura e número de folhas nas plantas. Porém, os autores alertam para comportamento diferenciado entre cultivares, pois estas podem apresentar maior ou menor adaptação ao ambiente de cultivo protegido.

As diferentes relações de cátions presentes na solução nutritiva das plantas durante o período de estudo mostraram influência sobre a produção de frutos, bem como, sobre a presença de frutos com distúrbios fisiológicos (Tabela 03). A maior produção por planta foi observada no tratamento controle, enquanto os tratamentos com relação K:Mg abaixo da recomendada, T4 e T5, tiveram a produção por planta reduzida. Já a presença de distúrbios fisiológicos de podridão apical, foi maior nos tratamentos, T2 e T5, relações com excesso e deficiência de K. Fato este, que pode estar associado ao desequilíbrio nutricional, visto que estes dois tratamentos, apresentaram o maior e menor valor para teores de K presentes na solução da folha, 7950 e 5950 mg/kg, respectivamente. Conforme estudos desenvolvidos por LI et al., (2018), o crescimento das plantas de tomateiro, bem como a absorção e alocação de Mg, foram influenciados significativamente pelo desequilíbrio na oferta de K e Mg.

Tabela 03 – Produção de frutos, presença de frutos com distúrbios fisiológicos (podridão apical) e teores de cátions na solução da folha, em plantas de tomateiro submetidas a diferentes relações de cátions na solução nutritiva, Caçador, 2020.

Tratamentos	Produção		Frutos Podridão Apical			Teor mineral na solução da folha	
	frutos/planta	g/planta	g/fruto	Número	Massa (g)	Cálcio	Potássio
T5	17,00	546,3 b	32,48	2,0 a	19,7 a	97,50	5950,0 c
T4	18,25	564,3 b	31,64	0,0 c	0,0 c	67,25	6625,0 c
T3	16,50	605,0 ab	37,55	0,0 c	0,0 c	65,50	7800,0 ab
T2	17,50	634,5 ab	36,22	1,0 b	8,5 b	48,75	7950,0 a
T1	18,00	666,0 a	37,41	0,0 c	0,0 c	72,75	6900,0 bc
F-teste	0,83	0,00	0,38	0,01	0,02	0,20	0,00
CV (%)	13,50	7,00	15,10	176,90	195,10	38,60	6,50

Médias seguidas de mesma letra, na coluna, não se diferem estatisticamente.

Embora as plantas tenham sido mantidas em situação de desequilíbrio nutricional não foram observadas variações nos teores relativos de clorofila mensurados nas folhas, nem mesmo na taxa de assimilação líquida desceu CO₂ (Tabela 03). A taxa de transporte de elétrons não mostrou alteração entre os tratamentos, isso significa que a plantas não chegaram a sofrer níveis elevados de estresse provocado pelas restrições minerais causadas pelas diferentes relações de cátions presentes na solução nutritiva.

Tabela 03 – Terror relativo de clorofila (SPAD) e trocas gasosas, em plantas de tomateiro submetidas a diferentes relações de cátions na solução nutritiva, Caçador, 2020.

Tratamentos	Teor relativo de clorofila	Taxa de assimilação líquida CO ₂	Condutância estomática	Eficiência fotoquímica	Taxa de transporte de elétrons (ETR)
		μmol CO ₂ m ⁻² s ⁻¹	mol H ₂ O m ⁻² s ⁻¹	-	μmol m ⁻² s ⁻¹
T5	64,72	22,85	0,14	0,60	180,42
T4	62,77	22,14	0,13	0,63	187,79
T3	62,83	24,04	0,13	0,69	181,98
T2	61,89	26,50	0,16	0,60	182,09
T1	60,48	18,60	0,08	0,60	183,96
F-teste	0,58	0,16	0,58	0,70	0,98
CV (%)	5,60	17,40	55,70	15,90	10,50

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desequilíbrio nutricional pode levar a perdas significativas na produtividade da cultura do tomateiro, devido ao aumento da ocorrência de frutos com sintomas de deficiência nutricional caracterizados pela podridão apical.

As diferentes relações de K:Mg testadas não promoveram alterações nos parâmetros altura, diâmetro do caule, número de folhas e inflorescências por planta, nem mesmo nos teores de clorofila e taxa fotossintética das plantas. Porém, relações K:Mg acima da recomenda para a cultura, favoreceram o acúmulo de matéria seca nas plantas. Porém, a observação de frutos com distúrbios fisiológicos de podridão apical é favorecida em plantas submetidas a soluções nutritivas com deficiência ou excesso de K, 0,7:1 e 4:1, respectivamente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Epagri/EECd e Uniarp, por cederem equipamentos e espaço, necessários à execução desse estudo.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, M. A. R.; COELHO, F. S. **Valor nutricional** In: ALVARENGA, M. A. R. *Tomate: produção em campo, em casa de vegetação e hidroponia*. 2. ed. rev. e ampl. Lavras, MG: Editora Universitária de Lavras, 2013. cap. 2, p. 23-30.
- ALVARENGA, M.A.R. **Origem, Botânica e Descrição da planta** In: ALVARENGA, M. A. R. *Tomate: produção em campo, em casa de vegetação e hidroponia*. 2. ed. rev. e ampl. Lavras, MG: Editora Universitária de Lavras, 2013. cap. 1, p. 11-22.
- FAOSTAT **Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)** Statistics Division, 2020. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/browse/Q/QC/E>>. Acesso em: 14 nov. 2020
- FURLANI, P.R.; PURQUERIO, L.F.V. Avanços e desafios na nutrição de hortaliças. In: MELLO PRADO, R.; CECILIO FILHO, A.B.; CORREIA, M.A.R.; PUGA, A.P. **Nutrição de plantas, Diagnose Foliar em Hortaliças**. Jaboticabal, SP: FCAV/ CAPES/ FAPESP/ FUNDUNESP, p. 45-62, 2010.
- GENÚNCIO, G.C.; MAJEROWICZ, N.; ZONTA, E.; SANTOS, A. M., GRACIA, D.; AHMED, C. R. M.; SILVA, M. G. Crescimento e produtividade do tomateiro em cultivo hidropônico NFT em função da concentração iônica da solução nutritiva. **Horticultura Brasileira**, 24(2), 175-179, 2006.
- HOAGLAND, D. R; ARNON, D. I. **The Water culture method for growing plants without soil**. Berkeley: Univ. of California, California Agricultural Experiment Station, Circular, 347p., 1950.
- LI, H. X.; CHEN Z. J.; ZHOU T.; LIU Y.; ZHOU J.. High potassium to magnesium ratio affected the growth and magnesium uptake of three tomato (*Solanum lycopersicum* L.) cultivars **Journal of Integrative Agriculture**, 17(12): 2813–2821, 2018.
- MORAES, C.A.G. **Hidroponia: Como cultivar tomates em sistema NFT**. Jundiaí: DISQ Editora. 143p, 1997.
- TRANI, P. E.; TIVELLI, S. W.; CARRIJO, O. A. **Fertirrigação em Hortaliças**. 2ª. ed. rev. Atual. Campinas: Instituto Agrônomo, (Série Tecnologia APTA. Boletim técnico IAC, 196). 51p. 2011.

CONCENTRAÇÕES DE CÁLCIO:POTÁSSIO NA SOLUÇÃO NUTRITIVA DE TOMATE EM AMBIENTE PROTEGIDO¹

Alana Gabrielle de Lima, alana.Gabrielle.15@gmail.com²
Bruna Gustmann Lazzaretti, lbrunagustmann26@gmail.com²
Maria Eduarda Poli da Costa, mariaeduarda2150@hotmail.com²
Rafaela Silveira Vargas, rafaelasvargas16@gmail.com²
Leandro Hahn, leandrohahn@epagri.sc.gov.br³

Resumo – O objetivo do trabalho é avaliar o efeito de concentrações de Ca:K na solução nutritiva do tomate em cultivo protegido. Os tratamentos foram cinco concentrações de Ca:K em solução nutritiva, em meq, 11,5:2,5; 10:4; 8:6; 7:7 e 6:8. Avaliou-se variáveis de crescimento, produção e incidência de distúrbios fisiológicos em frutos, teor relativo de clorofila, teores de Ca e K na solução da folha e parâmetros da fotossíntese. Conclui-se que a massa seca total (caule+folha), é reduzida quando as concentrações de K são baixas e o de Ca é alto (meq 11,5:2,5). A podridão apical ocorreu em frutos pela deficiência de Ca e excesso de K (meq 6:8). Por fim, A taxa de assimilação líquida de CO₂ aumenta com a concentração de Ca:K.

Palavras-chave: *Lycopersicon esculentum* Miller. Solução da folha. Assimilação líquida de CO₂. Podridão apical.

INTRODUÇÃO

Segundo o CEASA Paraná (2017), o Brasil ocupa a nona posição mundial na produção de tomate, sendo cultivado em praticamente todo o país. Para seu cultivo, é requerido alguns aspectos como solo adequado, boas condições climáticas (CONAB, 2019) e um equilibrado fornecimento de água e de nutrientes.

A disponibilidade de elementos essenciais no solo é um fator imprescindível para a nutrição de plantas. De acordo com Fanasca et al., (2005), o excesso ou a falta de destes elementos pode reduzir o crescimento e o rendimento. Os mesmos autores ainda sugerem que para se ter um impacto positivo, a primeira coisa a ser feita é disponibilizar a composição ideal e concentração de nutrientes.

Cada nutriente tem um papel especial na nutrição da planta, não podendo ser substituído completamente por outro. Contudo, quando disponibilizados juntos e em quantias corretas, melhoram a produtividade. Deve-se ressaltar, que quando um elemento se apresenta em falta ele altera também a eficiência dos demais, concordante com a Lei do Mínimo de Liebig (EMPAER, 2007).

O objetivo deste trabalho foi avaliar o efeito no tomateiro, em ambiente protegido, de concentrações de cálcio:potássio na solução nutritiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

¹ Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Agronomia

² Acadêmica do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professor do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e Pesquisador da Epagri, Estação Experimental de Caçador-SC.

São dezessete os elementos essenciais para as plantas; dentre estes, estão o cálcio (Ca) e o potássio (K), muito importantes na constituição e nos processos metabólicos da planta, como no tomate. Nele, o K participa de processos de ativação enzimática, fotossíntese, regulação osmótica e transporte no floema (FONTES; SAMPAIO; MANTOVANI, 2000). Os mesmos autores explicam que sua falta ou excesso implica no rendimento final.

Como o K é um elemento móvel na planta, a deficiência aparece nas folhas velhas, com necrose das margens da folha. Ainda, as plantas apresentam sistema radicular pouco desenvolvidos, frutos e sementes pequenos e desuniformes. Já o acúmulo do nutriente, causa a desidratação de células e rompimento de membranas (DECHEN; NACHTIGALL, 2007).

Já o Ca é importante na ativação enzimática, regulação da movimentação da água e fundamental na divisão celular (JUNIOR et al., 2011). Ademais, é essencial para a parede celular, vacúolos e organelas. Sua falta causa o crescimento reduzido de raízes e nervuras e pontos de crescimentos “gelatinosos”. Ainda, problemas com podridão final da flor podem ocorrer em tomateiros, devido à forte interação do Ca com outros nutrientes, hormônios e estresses (HO; WHITE, 2005).

Segundo Nzanza (2006), o rendimento do tomate é fortemente afetado pela proporção dos nutrientes, como Ca, K e magnésio. Comprova-se que a presença de podridão apical é relacionado a quantidade de Ca, juntamente com K.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido em estufa, localizada na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), na cidade de Caçador – SC. O delineamento foi inteiramente casualizado, com quatro repetições. Os tratamentos foram cinco concentrações de Ca:K em solução nutritiva de Hoagland e Arnon ajustada para tomate, em meq, 11,5:2,5; 10:4; 8:6; 7:7 e 6:8.

Vasos de 8,0L foram preenchidos com uma mistura de areia e vermiculita na proporção de 2:1. O híbrido de tomate foi o Paron, que recebeu a solução nutritiva desde o dia do plantio, de acordo com as necessidades das plantas.

Aos 60 dias após o transplante foram analisadas as seguintes variáveis: altura das plantas (medida da base do caule ao ápice); número de folhas, inflorescências e frutos; massa seca de folhas, caules e frutos (após secagem em estufa a 65°C); diâmetro do caule (entre a inserção do primeiro cacho e a folha abaixo); produção média de frutos por planta, assim como o peso médio destes; a incidência de distúrbios fisiológicos (além de peso e a massa seca destes produtos); cálcio, potássio na solução da folha diagnóstica (4ª folha a partir do ápice totalmente expandida) com o uso de medidor de íons específico; teor relativo de clorofila, com uso de clorofilômetro, em 5 pecíolos da folha diagnóstica; parâmetros da fotossíntese (avaliação de trocas gasosas realizada entre às 09:30 e 12 horas da manhã, na folha diagnóstica) com o analisador de gás infravermelho IRGA 6400XT (LI-COR, Lincoln, EUA).

Os dados foram submetidos à análise de variância (ANOVA). Todas as análises foram implementadas usando o programa “R”, versão 3.0.3 (Team RDC, 2014) ao nível de 5% de significância. Como teste de separação de médias foi utilizado Tukey (P<0,05).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que as concentrações de Ca:K na solução não tiveram efeito sobre a massa seca de folhas, caule, altura de plantas, diâmetro do caule, número de inflorescência e número de folhas (Tabela 1). No entanto, as plantas da concentração Ca:K de 11,5:2,5, apresentaram menor produção de MS total (caule e folhas), (109,7 g) em relação a concentração Ca:K 8:6 (121,5 g) do tratamento ideal, o que representa uma diminuição de 9,7%. O baixo suprimento de K do tratamento (2,5 meq), limitou a produção de MS dessas plantas, pois o K é o nutriente mais extraído pelas plantas de tomate (SILVA et al., 2003). Ademais, Júnior Arruda (et al., 2011), verificaram que a biomassa seca das plantas de tomate diminuíam com o aumento do suprimento de Ca.

Tabela 1- MST- MS total (caule+folha); MSFR- MS dos frutos; MSA- MS total da parte área; MSF- MS das folhas; MSC- MS do caule; Altura (H); Diâmetro (D) N° de inflorescências e de folhas de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e K na solução nutritiva.

Conc. Ca:K (meq)	MST	MSFR	MSA	MSF	MSC	H	D	N° de Infl.	N° de folhas
	g					cm	mm	-	-
11,5:2,5	109,7 b	30,9 b	140,6 b	72,5	37,2	116,8	14,75	5,25	20,00
10:4	119,7 ab	35,6 ab	155,3 ab	77,7	42,0	124,8	14,75	5,50	20,75
8:6	121,5 a	38,0 ab	159,5 a	83,3	38,2	116,3	13,75	5,00	21,00
7:7	119,8 ab	39,0 a	158,8 ab	85,2	34,6	119,5	14,50	5,00	22,00
6:8	120,6 ab	31,9 b	152,4 ab	82,4	38,2	128,0	15,00	5,25	21,00
F-teste	0,04	0,02	0,03	0,13	0,06	0,20	0,34	0,41	0,57
CV (%)	5,60	10,4	6,10	8,80	8,10	6,50	6,00	7,90	7,90

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos - Tukey, P<0,05).

Não se observou efeito dos tratamentos para número de frutos por planta (Tabela 2). Contudo, a concentração de Ca:K de 8:6 (721,0 g) apresentou maior produção de frutos por planta em comparação ao tratamento Ca:K de 6:8 (581,3 g). Isso indica que a redução drástica de cálcio em 19,38% na solução, gerou uma restrição na produção e a maior produção foi obtida no tratamento 8:6 de Ca:K (solução recomendada para tomate). Ocorreu o distúrbio fisiológico podridão apical em dois frutos de concentração Ca:K de 6:8, e respectiva massa média de 22,47g, o que mostra que a baixa concentração de Ca gera problemas fisiológicos no fruto, como a podridão apical. Em concordância, Ho e White (2005), observaram que o aparecimento da podridão apical dos frutos ocorre durante um período que exige alta demanda celular de Ca, quando o crescimento do fruto é rápido ou quando a entrega de Ca ao fruto é limitada por algum fator.

As concentrações de cálcio e potássio na solução das folhas apresentaram efeito dos tratamentos (Tabela 3). Respectivamente, o nível de Ca atingiu o valor mais alto no tratamento de concentração de Ca:K de 11,5:2,5 (175,0 mg L⁻¹), o valor médio em 10:4 (75,5 mg L⁻¹) e o menor teor na concentração de 6:8 (581,3 mg L⁻¹). Já os maiores teores de potássio foram observados, mutuamente, no tratamento de concentração Ca:K de 6:8 (7500,0 mg L⁻¹) e no de 7:7 (7200,0 mg L⁻¹), sendo o menor teor no tratamento 11,5:2,5 (5200,0 mg L⁻¹). Ambos resultados, evidenciam que as diferentes concentrações aplicadas à planta resultaram em um acúmulo também diferente na folha diagnóstica. Ainda, pode-se observar, que a taxa de

assimilação líquida de CO₂, relacionada a fotossíntese destas plantas, atingiu seu valor máximo na concentração de Ca:K de 8:6 (25,4 μmol CO₂ m⁻² s⁻¹), enquanto que o menor no tratamento 7:7 (20,3 μmol CO₂ m⁻² s⁻¹). Dessa forma, mostra-se que uma maior concentração de Ca:K proporciona uma maior assimilação de líquida de CO₂.

Tabela 2- Produção de frutos, frutos com distúrbios fisiológicos e massa destes de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e K na solução nutritiva.

Conc. Ca:K (meq)	N° de frutos/planta	Pr. de Frutos/Planta	Massa média/fruto	N° de frutos-Podridão apical	Massa dos frutos-Podridão apical
	-	g			-
11,5:2,5	19,00	603,0 ab	32,48	0,0 b	0,0 b
10:4	16,75	706,5 ab	42,59	0,0 b	0,0 b
8:6	18,25	721,0 a	39,85	0,0 b	0,0 b
7:7	17,75	699,3 ab	39,58	0,0 b	0,0 b
6:8	18,25	581,3 b	32,40	2,0 a	22,47 a
F-teste	0,71	0,03	0,12	0,00	0,01
CV (%)	12,60	10,10	16,00	126,10	281,20

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos - Tukey, P<0,05).

Tabela 3- Teores de cálcio e potássio na solução da folha e parâmetros da fotossíntese de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e K na solução nutritiva.

Conc. Ca:K (meq)	Ca na solução da folha	K na solução da folha	Taxa de assimilação líquida de CO ₂	Condução estomática	Teor relativo de clorofila	Eficiência fotoquímica	Taxa de transporte de elétrons
	mg L ⁻¹	μmol CO ₂ m ⁻² s ⁻¹	mol H ₂ O m ⁻² s ⁻¹	-	-	μmol m ⁻² s ⁻¹	-
11,5:2,5	175,0 a	5200,0 b	25,4 a	0,55 a	58,03	0,58	158,86
10:4	75,5 b	6575,0 ab	23,3 ab	0,53 ab	60,89	0,62	168,87
8:6	41,0 bc	6225,0 ab	24,3 ab	0,52 ab	58,85	0,62	169,83
7:7	42,3 bc	7200,0 a	20,3 b	0,37 b	60,32	0,59	172,17
6:8	20,5 c	7500,0 a	21,7 ab	0,38 b	60,80	0,62	177,99
F-teste	0,00	0,00	0,04	0,05	0,80	0,08	0,49
CV (%)	23,00	11,60	9,70	22,90	6,70	4,10	8,70

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos - Tukey, P<0,05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A massa seca total do tomateiro diminui com o aumento de Ca na concentração de Ca:K (concentração 11,5:2,5).

A ocorrência de podridão apical no tomateiro está ligada às baixas concentrações de Ca disponibilizadas a planta (concentração de 6:8), sendo influenciado pela maior concentração de K.

A taxa de assimilação líquida de CO₂ aumenta com a concentração de Ca:K.

REFERÊNCIAS

- CONAB. **Tomate: Análise dos Indicadores da Produção e Comercialização no Mercado Mundial, Brasileiro e Catarinense. Compêndio de estudos Conab**, Brasília, v. 21, 2019.
- DECHEN, A. R.; NACHTIGALL G. R. **Livro Fertilidade do Solo, Elemento Requeridos à Nutrição de Plantas**, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, cap.3, Viçosa – Minas Gerais, 2007. p. 92-104.
- DOSSA, D.; FUCHS, F. **Tomate: Análise técnico-econômica e os principais indicadores da produção nos mercados mundial, brasileiro e paranaense. Ceasa Paraná**, Paraná, agosto de 2017. Disponível em: http://www.ceasa.pr.gov.br/arquivos/File/BOLETIM/Boletim_Tecnico_Tomate1.pdf. Acesso em: 07 out. 2020.
- FANASCA, S. et al. A influência da relação K: Ca: Mg: Na e da concentração total no rendimento e na qualidade do fruto de tomates cultivados sem solo: uma abordagem de modelagem. **Acta horticultrae**, v. 697, n. 697, p. 345-350, 2005.
- FONTES, P. C.; SAMPAIO, R. A.; MANTOVANI, E. C. Rendimento de tomate e concentrações de potássio no solo e em petíolos de planta afetadas pela fertirrigação de potássio. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 35, n. 3, p. 575-580, 2000.
- HO L. C.; White P. J. Uma hipótese celular para indução de podridão da extremidade da flor de tomate. **Annals of Botany**, Oxford University Press, 2005.
- JÚNIOR, S. J. A. et al. Podridão apical e produtividade do tomateiro em função dos teores de cálcio e amônio. **Revista Caatinga-Mossoró**, v. 24, n. 4, p. 20-26, 2011.
- NZANZA, B. Yield and quality of tomato as influenced by differential Ca, Mg and K nutrition. 2006. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade de Pretória – Pretória. 2006. Disponível em: <https://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/24683/dissertation.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- SILVA, J. B. C. da, et al. Cultivo do tomate para industrialização. **Embrapa**, janeiro de 2003. Disponível em: https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Tomate/TomateIndustrial/Def_nutricional.htm#:~:text=Pot%C3%A1ssio%3A%20%C3%89%20o%20nutriente%20mais%20extra%C3%ADdo%20pelo%20tomateiro. Acesso em: 18 nov. 2020.
- VILLAR, M. L. P. **Manual de interpretação de análise de plantas e solos e recomendação de adubação**. Cuiabá: EMPAER-MT, 2007. 182 p. (EMPAER-MT, Série Documentos, 35). Disponível em: <http://www.empaer.mt.gov.br/documents/8024815/9382198/Manual+de+Interpreta%C3%A7%C3%A3o+de+An%C3%A1lise+de+Plantas+e+Solos+e+Recomenda%C3%A7%C3%A3o+de+Aduba%C3%A7%C3%A3o/09cae279-bdf6-5b4a-4b05-67fe9b4522f1>. Acesso em: 27 out. 2020.

ADUBAÇÃO NITROGENADA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTIVAR DE TRIGO TBIO AUDAZ¹

Camila Moreira, camilamoreira0310@gmail.com²
 Gilmar Knecht, gima_knecht@hotmail.com²
 Gustavo Dalpiaz, gustavodalpiazp@gmail.com²
 Jomar Pereira, jomar.agronomo@gmail.com²
 Miguel Ricardo Petri Rambo, miguel.rambo82@gmail.com²
 Elizandro Fochesatto, elizandrofochesatto@hotmail.com³

Resumo – Para o melhor desenvolvimento da cultura do trigo é necessária a determinação do manejo eficaz da adubação nitrogenada. Portanto, o objetivo deste trabalho foi determinar a influência de diferentes doses de nitrogênio no desenvolvimento da cultivar de trigo TBIO Audaz. O experimento foi realizado no Horto Florestal do Município de Caçador-SC, em delineamento em blocos casualizados, com 3 repetições. A cultivar de trigo utilizada foi a TBIO Audaz, com semeadura no dia 27 de agosto. Os tratamentos foram constituídos de diferentes doses de nitrogênio na forma do fertilizante Super N, que contém 45% de N em sua composição, sendo T1: 30 kg/ha de N; T2: 60 kg/ha de N; T3: 90 kg/ha de N; T4: 120 kg/ha de N; T5: Testemunha (sem aplicação). Foi realizada uma coleta de dados na primeira quinzena de novembro. As avaliações realizadas foram massa seca (MS), altura das plantas, número de perfilhos e clorofila das folhas. Ao analisar os dados obtidos verificou-se que não houve diferença estatística significativa de acordo com o teste de Tukey entre os tratamentos em ambas as variáveis (matéria seca (MS), número de perfilhos, altura de plantas e clorofila na folha).

Palavras-chave: Triticultura. Nitrogênio. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O trigo (*Triticum aestivum* L.) é um dos cereais mais consumidos no mundo, o que o torna um ingrediente básico na mesa de várias famílias. É pertencente à família das gramíneas e ao gênero *Triticum* (CONAB, 2017). As sementes da cultura do trigo chegaram ao Brasil no ano de 1534, mas a importância econômica iniciou em meados do século XVII, nos estados de Rio Grande do Sul e em São Paulo (ROSSI; NEVES, 2004). O principal produto do processo de industrialização é a farinha de trigo, a qual representa uma fonte significativa de energia na dieta humana (GWIRTZ et al., 2014).

A cultura do trigo vem obtendo maior nível de importância na sustentabilidade do agronegócio brasileiro. O desenvolvimento de cultivares mais adaptadas às diversas condições de cultivo através da pesquisa tem aumentado os ganhos na produtividade de grãos e na qualidade industrial desse cereal (CONAB, 2017). A maioria dos programas de melhoramento genético de trigo do país tem por objetivos: selecionar cultivares de menor estatura, o que possibilita maior investimento em adubação nitrogenada, não havendo risco de ocorrência de acamamento, além de mais precoces, possibilitando maior eficácia na sucessão de culturas e menor período de exposição a fatores abióticos e bióticos (BENIN et al., 2009).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Agronomia.

² Acadêmico do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Além da utilização de genótipos superiores, o manejo da adubação do trigo é um dos principais fatores que agem no ciclo de cultivo. Segundo Viana e Kihl (2010), o nitrogênio é o nutriente mais demandado durante o desenvolvimento do trigo e de maior interferência na composição da planta. Há estudos que comprovam que a produtividade (BRAZ et al., 2006) e o teor protéico dos grãos (CAZETTA et al., 2008) podem ser aumentados pela disposição da adubação nitrogenada, demonstrando que o seu desenvolvimento está ligado ao manejo correto desta adubação. Isto interfere sobre o número de espigas por área e de grãos por espiga frente à variação da dose e o momento em que o N é fornecido (BRAZ et al. 2006).

Com isso, o objetivo deste trabalho foi determinar a influência de diferentes doses de nitrogênio no desenvolvimento da cultivar de trigo TBIO Audaz.

METODOLOGIA

O experimento foi realizado no Horto Florestal do Município de Caçador-SC, em delineamento em blocos casualizados, com 3 repetições. As dimensões das parcelas foram de 2m x 1m, com a distribuição das sementes a lanço. A cultivar de trigo utilizada foi a TBIO Audaz, com semeadura no dia 27 de agosto de 2020.

Os tratamentos foram constituídos de diferentes doses de nitrogênio na forma do fertilizante Super N, que contém 45% de N em sua composição, sendo T1: 30 kg/ha de N; T2: 60 kg/ha de N; T3: 90 kg/ha de N; T4: 120 kg/ha de N; T5: Testemunha (sem aplicação), distribuídos conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Croqui com a distribuição dos tratamentos.

T5	T4	T3	T2	T1
T2	T5	T1	T3	T4
T5	T4	T3	T1	T2

Fonte: Os autores (2020).

Foi realizada uma coleta de dados na primeira quinzena de novembro. As avaliações realizadas foram massa seca (MS), altura das plantas, número de perfilhos e clorofila das folhas. Para a determinação da altura de plantas foram coletadas plantas de duas linhas de 1m dentro de cada parcela e então medidas. Estas mesmas plantas foram lavadas e secas em estufa (65°C) por 6 dias para a determinação da massa seca (MS). O número de perfilhos foi avaliado através da contagem da presença em uma linha de 1m dentro de cada parcela. O teor de clorofila foi determinado com a coleta de 10 folhas por parcela, analisadas através do Clorofilômetro Digital na Estação Experimental da Epagri de Caçador.

Os dados foram submetidos ao teste de comparações múltiplas de médias de Tukey, a ($P < 0,05$) de probabilidade de erro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados obtidos verificou-se que não houve diferença estatística significativa de acordo com o teste de Tukey entre os tratamentos para todas as variáveis (matéria seca (MS), número de perfilhos, altura de plantas e clorofila na folha). Observa-se que o T1 (30 kg/ha de N) apresentou 46,92 g de média (Tabela 1), já o T4 (120 kg/ha de N) apresentou 38,20 g de média (Tabela 1). Apesar do T1 ser a menor dose (30 kg/ha de N) e apresentar a maior média, se comparado ao T4 que equivale à maior dose (120 kg/ha de N) e apresentar a menor média, não se pode afirmar a influência da dose na MS, pois estatisticamente são iguais.

No número de perfilhos o valor superior foi obtido no T5 que é a testemunha, mas não diferiu significativamente das demais. Na altura de plantas, o T5 (testemunha) foi inferior aos demais com a altura média de 34,03 cm (Tabela 1) e o T2 (60 kg/ha de N) o superior com 36,60 cm. Mas como não diferiram significativamente, não é possível afirmar a eficácia desta dose no desenvolvimento da cultura.

Tabela 1 – Teste de comparações múltiplas de médias de Tukey para as variáveis matéria seca (MS), número de perfilhos (PERF), altura de plantas (ALT) e clorofila na folha (CLOR), considerando os tratamentos : 30 kg/ha de N; T2: 60 kg/ha de N; T3: 90 kg/ha de N; T4: 120 kg/ha de N; T5: Testemunha (sem aplicação).

	Variável							
	MS		PERF		ALT		CLOR	
Tratamento	1	46.92 A	5	9.96 A	2	36.60 A	5	42.02 A
	2	46.77 A	1	9.70 A	4	36.03 A	3	41.41 A
	3	42.83 A	2	9.63 A	1	35.46 A	1	40.66 A
	5	39.56 A	3	8.56 A	3	34.46 A	4	39.85 A
	4	38.20 A	4	8.36 A	5	34.03 A	2	38.80 A
Média geral	42,85		9,24		35,31		40,54	

Fonte: O autor (2020).

O teor de clorofila foi afetado pela incidência de doenças nas plantas de trigo, as quais estavam bastante acometidas (Imagem 1). Obteve-se o valor de 42,02 no T5 (testemunha) e 38,80 no T2 (60 kg/ha de N), mas não diferiram significativamente.

Imagem 1- Folhas de trigo acometidas por doença e o clorofilômetro.



Fonte: Os autores (2020).

O ciclo produtivo da cultura do trigo teve um período de estiagem, que fez com que as plantas não expressassem seu máximo potencial produtivo e uma resposta eficaz a aplicação da adubação nitrogenada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do trigo apresentada neste trabalho teve problemas no decorrer do seu ciclo, como déficit hídrico, incidência de doenças, os quais podem ter interferido no resultado esperado e na ação da adubação nitrogenada no ciclo produtivo. Ao analisar os dados obtidos verificou-se que não houve diferença estatística significativa de acordo com o teste de Tukey entre os tratamentos em ambas as variáveis (matéria seca (MS), número de perfilhos, altura de plantas e clorofila na folha).

REFERÊNCIAS

BENIN, Giovani et al. Capacidade de combinação em genótipos de trigo estimada por meio de análise multivariada. **Pesquisa agropecuária brasileira**, Brasília, v.44, n.9, p.1145-1151, 2009.

BRAZ, Antônio Joaquim Braga Pereira et al. Adubação nitrogenada em cobertura na cultura do trigo em sistema plantio direto após diferentes culturas. **Ciência e Agrotecnologia**, Minas Gerais, v.30, p.193-198, mar. 2006.

CAZETTA, Disney Amélio et al. Qualidade industrial de cultivares de trigo e triticales submetidos à adubação nitrogenada no sistema de plantio direto. **Bragantia**, São Paulo, v.67, p.741-750, 2008.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. A cultura do trigo. Brasília, 2017.
 GWIRTZ, Jeffrey et al. Wheat: more than just a plant. In: MÜHLENCHMIE. Future off flour: a compendium off flour improvement. 2014. Disponível em: <<http://%20muehlenchemie.de/english/know-how/future-of-flour.html>>. Acesso em: 29 out. 2020.

ROSSI, Ricardo Messias; NEVES, Marcos Fava. Estratégias para o trigo no Brasil. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANA, Eloise Mello; Kiehl, Jorge de Castro. Doses de nitrogênio e potássio no crescimento do trigo. **Bragantia**, São Paulo, v.69, p.975-982, dez. 2010.

AVALIAÇÃO DE DIFERENTES DOSES DE NITROGÊNIO EM AVEIA BRANCA¹

Bianca Arigoni da Rosa, biancaarigoni98@gmail.com²
 Luiz Aurélio Dalagnol Serafini, luizaurelio00@hotmail.com²
 Ronei Romeu Knob, roneiknob@gmail.com²
 Thais Grazziotin, thaisgrazziotin2018@gmail.com²
 Wellington Masquio, masquiow@gmail.com²

Resumo - A aveia branca (*Avena sativa* L.) é um cereal comumente cultivado no inverno no Sul do Brasil, sendo utilizado para a alimentação animal, na forma de pastagens e/ou produção de feno e silagem, como cobertura do solo e uma menor parte destinado para a indústria alimentícia. Para o aumento da produtividade e qualidade da cultura, é essencial o correto manejo do solo, com destaque ao fornecimento de nutrientes às plantas. O nitrogênio é um nutriente fundamental para o crescimento das plantas e enchimento dos grãos de aveia, presente no processo de síntese proteica e na formação da molécula de clorofila. Para os estados do Sul do Brasil, as doses recomendadas de N são de 10 a 50 kg/ha. O objetivo deste trabalho é avaliar as diferentes doses de nitrogênio no crescimento da aveia branca. O projeto foi desenvolvido no horto municipal do município de Caçador/SC, sendo dividido em 3 parcelas e uma testemunha.

Palavras-chaves: Proteínas. Grãos. Crescimento.

INTRODUÇÃO

O bom desempenho de uma cultura depende de diversos fatores, que vão desde a escolha de genótipos, manejo fitossanitário, densidade de plantio e fornecimento de nutrientes às plantas. A nutrição mineral é um pilar essencial na produção das culturas, para tanto o equilíbrio de nitrogênio para uma planta é de suma importância. Além do nitrogênio requerido para o desenvolvimento, a aplicação pode maximizar a produtividade da cultura. Por este fato, é imprescindível que o produtor saiba qual a dosagem a ser aplicada na área, para que não se torne um cultivo que lhe traga prejuízo economicamente. O objetivo do experimento foi avaliar o efeito de diferentes doses de nitrogênio no crescimento da aveia branca.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A aveia branca (*Avena sativa* L.) é um importante cereal de inverno para a região sul do Brasil (FONTANELI et al., 2012). Sua composição em comparação aos outros cereais é única, pois possui altos teores de proteínas (12 a 25%), carboidratos e fibras (PRETTO, 2016). A aveia apresenta boa adaptação em quase todos os tipos de solo (FLOSS, 1988).

A aveia branca ocupa cerca de 80% da área cultivada com esta cultura do Brasil. A produção de aveia no Brasil, comparando o ano de 2018 com o ano de 2019 teve uma variação positiva de 10,6%. Em 2018 a produção foi de 794,8 mil toneladas

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Agronomia.

² Acadêmicos do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

e, em 2019 a produção foi de 879,1 mil toneladas. A produtividade aumentou em 4,4% nos últimos anos, sendo que em 2018 a produtividade foi de 2166 kg/ha e em 2019 de 2209 (CONAB, 2020). Em épocas de transição estacional no Sul do Brasil ocorre o período de vazio forrageiro, com redução do ciclo de forrageiras estivais e lento crescimento das forrageiras hibernais (HASELBAUER, 2017). O nitrogênio é um dos nutrientes mais absorvidos pela aveia, o que afeta positivamente o crescimento das plantas, produção e qualidade dos grãos.

Segundo Barbosa (2019) o nitrogênio é o que constituinte de proteínas, enzimas, ácidos nucléicos, citocromos, molécula de clorofila, além de participar de uma série de rotas metabólicas-chave em sua bioquímica, sendo constituinte de biomoléculas como ATP, NADH, NADPH. A fotossíntese reduz conforme o decréscimo de N absorvido pela planta e a taxa de crescimento da planta irá ser proporcional a presença de nitrogênio disponível (GREENWOOD et al., 1986). O efeito positivo que o nitrogênio na produção de matéria seca é explicado, pelo aumento do índice de área foliar (IAF) que culmina com interceptação de radiação solar fotossinteticamente ativa, elevando a assimilação de carbono por unidade de área (GASTAL et al., 1992).

Baixos níveis de nitrogênio disponível para as plantas reduzem a taxa de expansão foliar e a causam menor longevidade foliar. Além disso, ocorre redução da taxa de fotossíntese, em razão da baixa disponibilidade de N, interferindo negativamente na concentração da RUBISCO (GASTAL; DURAND, 2000).

Aplicações de N proporcionam maior taxa de alongação e conseqüentemente a proporção de folhas verdes (WILMAN; MOHAMED, 1980). Para o estado de Santa Catarina, recomenda-se a utilização de N de 10 a 50 kg ha⁻¹ para a cultura da aveia (KOLCHINSKI; SCHUCH, 2003). Para a mesma região recomenda-se aplicação da adubação nitrogenada em cobertura no início do afilamento, com a quarta folha visível, a quantidade de nitrogênio absorvido afeta o teor de proteínas na fase de enchimento dos grãos, pois a síntese de proteínas e de amido competem por fotossintetizados (SCHIAVO, 2015). A deficiência de nitrogênio inibe o crescimento das plantas, as plantas apresentam clorose geralmente nas folhas mais velhas, em virtude da mobilidade do nutriente na planta HASELBAUER, 2017).

METODOLOGIA

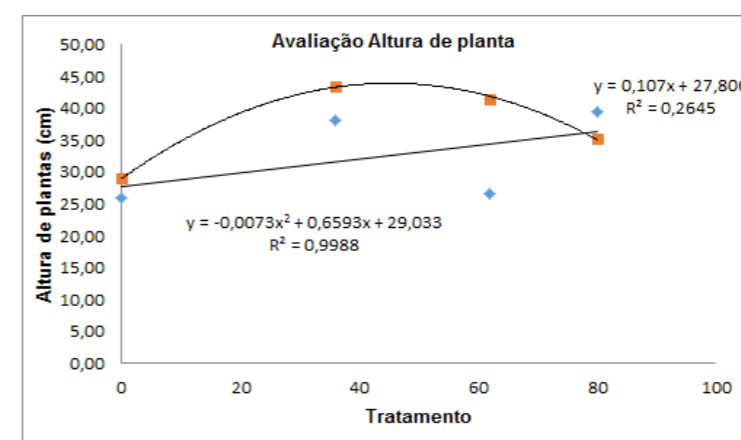
O experimento foi conduzido no horto Municipal localizado no município de Caçador – SC, na primeira quinzena do mês de outubro. A localização geográfica da área é definida pelas coordenadas 26°44'16.4"S 50°59'48.0"W e altitude média de 920 m. O clima da região, pela classificação de Köppen, é do tipo Cfb. Temperatura média anual é de 16,3°C e a pluviosidade média anual de 1707 mm.

No experimento, foram utilizados quatro 4 tratamentos, sendo que a fonte de nitrogênio foi a ureia (com 45% de N), com as seguintes quantidade/doses: T1 – 20kg N/ha; T2 – 35kg N/ha; T3 – 50kg N/ha; e a testemunha na qual não foi realizada nenhuma aplicação. Cada parcela possui 8 m², 2 metros de largura x 4 metros de comprimento, com área total do experimento de 32m². Foram realizadas duas avaliações sendo a primeira em 27 de outubro de 2020 e outra em 5 de novembro, foi delimitado em cada parcela uma pequena porção de 25cm x 25cm onde foram avaliadas o número de folhas por planta e altura de plantas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

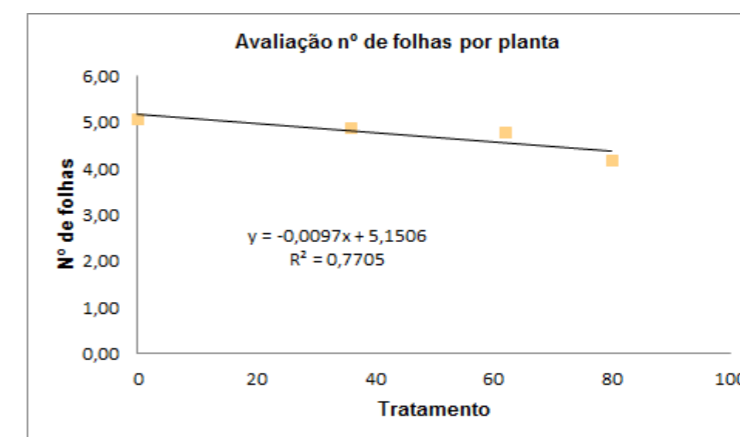
Segundo Kolchinski e Schuch (2003) para o estado de Santa Catarina, recomenda-se a utilização de N de 10 a 50 kg ha⁻¹ para a cultura da aveia. O presente trabalho, de acordo com os resultados do experimento realizado com doses de nitrogênio, demonstrou que a dose de nitrogênio que maximiza o crescimento da plantas (altura) foi de 45 kg ha⁻¹ (Gráfico 2). A área do plantio de aveia branca não foi realizada de forma homogênea o que resultou em um declínio na avaliação do número de folhas por planta (Gráfico 1). Na segunda avaliação os resultados de altura de planta foram superiores à avaliação anterior, isso devido ao aumento significativo de umidade.

Gráfico 1 - Avaliação do número de folhas por planta, em aveia branca.



Fonte: Os autores (2020).

Gráfico 2 - Avaliação de altura de plantas, em aveia branca.



Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi possível agregar diversos conhecimentos obtidos em sala de aula junto à prática vivenciada. Salienta-se que o período de escassez de chuvas pode ter interferido negativamente no desenvolvimento da cultura, pois a eficiência na absorção de nitrogênio pelas plantas está diretamente relacionada a disponibilidade de água (umidade) no solo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. A. **MANEJO DA ADUBAÇÃO NITROGENADA POR ÍNDICES ESPECTRAIS EM AVEIA-BRANCA**. 2019. 42 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Jaboticabal, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/183317/barbosa_ja_me_jabo.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 03 out. 2020.

CONAB. BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. . Acompanhamento da safra brasileira grãos: safra 2019/20. 8. ed. Brasília: **Observatório Agrícola**, 2020. 82 p

FLOSS, E. L. Aveia. In: BAIER, E. L.; FLOSS, E. L.; AUDE, M. L S. As **lavouras de inverno**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1988. p. 16-74.

FONTANELI, R.S.; SANTOS, H.P.; FONTANELI, R.S. **Gramíneas Forrageiras** Anuais de Inverno. In: FONTANELI, R. S., SANTOS, H. P., FONTANELI, R. S. Forrageiras para Integração Lavoura-Pecuária-Floresta na Região Sul-brasileira. 2. ed. – Brasília, DF: Embrapa, 2012. cap. 4.

GASTAL, F.; BELANGER, G.; LEMAIRE, G. A model of the leaf extension rate of tall fescue in response to nitrogen and temperature. **Annals of Botany (London)**, v. 70, p. 437-442, 1992.

GASTAL, F.; DURAND, J.L. Effects of nitrogen and water supply on N and C fluxes and partitioning in defoliated sward. In: Grassland Ecophysiology and Grazing Ecology (eds. G. Lemaire, J. Hodgson, A. de Moraes, C. Nabinger and P.C. de F. Carvalho), CAB International, 2000.

GREENWOOD, D. J.; NEETTESON, J. J.; DRACOTT, A. Quantitative relationships for the dependence of growth rate of arable crops on their nitrogen content, dry weight and aerial environment. **Plant and Soil**, Dordrecht, v. 91, p. 281-301, 1986.

HASELBAUER, F. R. **PRODUTIVIDADE DA AVEIA BRANCA CV. IPR 126 SUBMETIDA À NÍVEIS E FORMAS DE PARCELAMENTO DE NITROGÊNIO EM COBERTURA, COM E SEM CORTES**. 2017. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Departamento Acadêmico de Ciências Agrárias, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017.

KOLCHINSKI, E. M.; SCHUCH, L. O. B.. Eficiência no uso do nitrogênio por cultivares de aveia branca de acordo com a adubação nitrogenada. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, [S.L.], v. 27, n. 6, p. 1033-1038, dez. 2003.

PRETTO, R. **MANEJO DO NITROGÊNIO EM AVEIA: DOSE DE BASE E ÉPOCA DE FORNECIMENTO EM COBERTURA SOBRE OS INDICADORES DE**

PRODUTIVIDADE E QUALIDADE INDUSTRIAL DE GRÃOS. 2016. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Departamento de Estudos Agrários, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

SCHIAVO, J. **PRODUÇÃO E QUALIDADE DE SEMENTES DE AVEIA BRANCA: EFEITO DE CULTIVARES, SISTEMA DE CULTIVO ANTECESSOR E DOSES DE NITROGÊNIO**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/5154/SCHIAVO%2c%20JORDANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 out. 2020.

WILMAN, D.; MOHAMED, A. A. Early spring and late autumn response to applied nitrogen in four grasses. **Journal of Agricultural Science**, Cambridge, v. 94, p. 443-453, 1980.

INCIDÊNCIA DE MANHCAS FOLIARES NA CULTURA DA AVEIA EM FUNÇÃO DA ADUBAÇÃO NITROGENADA¹

Lucas Matheus Torezan, lucasmtoezan@gmail.com²
Lediane Almeida Moreira, lediane_almeida1@hotmail.com²
Bruna Bento Paravisi, brunaparavisi@hotmail.com²
Giovani Leandro de Souza, giovanii.dijho@hotmail.com²
Elizandro Fochesatto, elizandro@uniarp.edu.br³
Nicole Trevisani, nicoletrevisani88@gmail.com³

Resumo – A aveia preta é cultivada na região Sul do Brasil, com o propósito principal de uso como planta de cobertura e em sistemas de rotação de cultura. Existem diversas doenças que podem comprometer a cultura da aveia dentre elas pode-se destacar as manchas foliares. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a influência de distintas dosagens de nitrogênio na incidência de doenças na cultura da aveia preta. O experimento foi conduzido em blocos casualizados com cinco tratamentos, sendo eles, 0, 40, 60, 80, 120 kg de nitrogênio (N) por hectare e quatro repetições, com parcelas constituídas por 1m². Foram selecionadas 25 plantas por parcela e após as aplicações nitrogenadas foram avaliadas a incidência de manchas foliares aos 7, 14 e 21 dias após a adubação. Diferentes doses de N não afetaram a incidência de manchas foliares na aveia preta, porém outros fatores podem ter influenciado no desenvolvimento da cultura, como um longo período de estiagem, que pode ter afetado a absorção do nitrogênio, além das plantas permanecerem em stress hídrico, também ficaram mais suscetíveis ao ataques de doenças.

Palavras-chave: *Avena strigosa*. Patógeno. Nutrição.

INTRODUÇÃO

A aveia (*Avena strigosa*) é cultivada no período de inverno, usada com planta de cobertura em sistemas de rotação e sucessão de culturas, na alimentação do gado leiteiro e de corte, como fonte de forragem e na alimentação humana (ALMEIDA e REIS, 2009).

Devido a expansão do cultivo, principalmente visando a produção de grãos para alimentação, surgem alguns desafios para os produtores, principalmente manejo de pragas e doenças, adubação e época de semeadura. Destes, um dos maiores desafios, são as doenças que atacam a cultura da aveia, principalmente as manchas foliares. Neste sentido é importante conhecer as principais doenças da aveia e quantificar a incidência e severidade destas doenças na cultura da aveia (Comissão Brasileira de Pesquisa de Aveia, 2006).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a influência de distintas dosagens de nitrogênio na incidência de doenças na cultura da aveia preta.

REFERENCIAL TEÓRICO

A aveia é uma cultura muito utilizada no período entressafras, e sofre com algumas doenças semelhantes entre os cereais de inverno como as manchas foliares, ferrugem, oídio. Após a fase de afilhamento, começa um período em que os

¹O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Agronomia

²Acadêmico do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

³Professor de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp.

cereais de inverno, como a aveia, ficam sujeitos ao ataque de várias moléstias. O grau do ataque vai depender de vários fatores, como as condições do ambiente e a suscetibilidade dos cultivos ao patógeno (MUNDSTOCK, 1983)

A helmintosporiose, causada pelo fungo *Drechslera avenae*, é uma mancha foliar muito comum na aveia. Sob condições favoráveis, o fungo avança para as brácteas e panículas, estabelecendo-se nos grãos e permanece de um ano para outro, porém mesmo sendo uma doença restrita a aveia, é considerada uma doença de importância secundária, pois pode gerar danos menos expressivos que outras doenças (FORCELINI; REIS, 1997).

A ferrugem da folha é a moléstia que ocorre com maior intensidade, causando maiores prejuízos e sendo fator limitante ao desenvolvimento da cultura. É causada pelo fungo (*Puccinia coronata f. sp. Avenae*), um parasita biotrófico, que sobrevive principalmente, através da infecção de plantas voluntárias que permanecem no campo após a época da colheita (FERNANDES; PICININI, 1999).

Os sintomas da ferrugem nas plantas de aveia são facilmente observados através de pústulas amarelo alaranjadas, distribuídas principalmente na lâmina das folhas, podendo ocorrer também nas bainhas foliares, no colmo e nas espiguetas, quando a infecção for muito severa. A infecção tem início na fase de perfilhamento, podendo prolongar-se até a maturação (MATZENBACHER; MICHEL, 1999).

Ainda existem diversas manchas foliares que ocorrem na aveia com bastante frequência, como a mancha do halo amarelo, sendo esta causada pela bactéria *Pseudomonas syringae pv. coronafaciens*. Esta doença é considerada a segunda doença mais importante da cultura. Aparece em folhas novas, com manchas cloróticas, com halo verde-claro a amarelado. Essas manchas podem tomar toda folha e acabar matando o tecido (CHINELATO, 2020).

A mancha marrom, causada pelo fungo *Bipolaris sorokiniana* é uma doença bem comum na aveia, podendo ocorrer em qualquer estágio de desenvolvimento da planta, os sintomas são lesões necróticas pardas nas primeiras folhas, de formato oval ou alongado com coloração marrom e pode ser visto no centro da mancha uma área branca que são os conídios do fungo (FORCELINI ; REIS, 1997; FERNANDES ; PICININI, 1999).

Alguns dados relativos ao rendimento de grãos da aveia preta em relação a manchas foliares nos mostram que plantas com produtividade elevada tem menor incidência de ataque de Ferrugem e Helmintosporiose, ou seja, plantas bem equilibradas nutricionalmente, sem problemas climáticos durante o ciclo conseguem expressar o potencial das culturas (ITO, 2009). É essencial que as plantas estejam em equilíbrio nutricional, pois os nutrientes minerais podem aumentar ou diminuir a resistência das plantas aos patógenos. A resistência pode vir de modificações na anatomia, na fisiologia e nas reações bioquímicas (ZAMBOLIM; VENTURA, 1993).

A nutrição das plantas é o que vai determinar em grande parte a resistência ou a suscetibilidade às doenças, pois os minerais estão envolvidos em todos os mecanismos de defesa da planta. O nitrogênio (N), o fósforo, o potássio e o cálcio são considerados os elementos mais limitantes, tanto no rendimento de grãos, como na suscetibilidade às doenças (ZAMBOLIM; VENTURA, 1993).

Elevadas doses de nitrogênio aumentam os tecidos jovens, ampliam o estágio vegetativo, favorecendo a planta a ataques de patógenos. Já o oposto, submete as plantas à deficiência de N, torna a planta debilitada e com baixo crescimento, também aumentando a suscetibilidade das plantas aos patógenos (ZAMBOLIM; VENTURA, 1993).

METODOLOGIA DE PESQUISA

O experimento foi realizado a campo na área do Horto Municipal de Caçador – SC (26°44'16.4"S 50°59'48.0"W, com altitude média de 920 m), no segundo semestre do ano de 2020. A classificação climática de Köppen, caracteriza o clima como do tipo Cfb. Precipitação média de 1707mm e temperatura média anual de 16,3°C.

O experimento foi implantado com a semeadura da aveia preta no dia 27 de agosto e foi conduzido em blocos casualizados com cinco tratamentos e quatro repetições. Os tratamentos contaram de cinco doses de nitrogênio, sendo elas 0, 40, 60, 80 e 120 kg de N por ha⁻¹. As aplicações de nitrogênio foram realizadas no dia 10 de outubro, um dia após a ocorrência de uma precipitação, foi utilizado o fertilizante Ureia (45% de nitrogênio), porém parte do nitrogênio pode ter se perdido por volatilização. As parcelas foram constituídas com a dimensão de um metro quadrado.

Foram realizadas as avaliações de incidência de doenças 7, 14 e 21 dias após a aplicação do nitrogênio e foram contadas 25 plantas por parcela e posteriormente anotado se havia a presença de doenças na cultura. A avaliação das plantas foi feita por método visual e após isso registrado se havia ou não a presença de manchas foliares na aveia. O cálculo de incidência foi feito com a porcentagem das 25 plantas que apresentaram alguma incidência de manchas foliares.

Os resultados de incidência foram submetidos a análise de variância e as médias comparadas pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade de erro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diferentes concentrações de nitrogênio não afetaram a incidência de manchas foliares na aveia preta (Tabela 1), houve um aumento de incidência de doenças dos 7 dias aos 14 dias após a aplicação das doses de nitrogênio, porém este fato ocorreu pelas plantas de aveia estarem em um estágio de desenvolvimento muito jovem, mas não pelo efeito doses de nitrogênio.

Observa-se aumento da incidência de manchas foliares da primeira avaliação (7 DAA) até a última (16 e 21 DAA). Os valores médios de incidência foram 63 %, 85% e 91% no 7, 14 e 21 DAA respectivamente, isso representa aumento de 44% na incidência de manchas foliares da primeira para a última avaliação. Valores semelhantes ao encontrados por Martins et al, (2019), onde foi avaliado a incidência de 28 cultivares de aveia e obteve 49,8% no ano de 2016 e 85,62% em 2017. A incidência de doenças está altamente ligada ao clima e as condições ambientais que ocorre durante o ciclo da cultura.

Tabela 1 - Incidência de manchas foliares na cultura da aveia aos 7, 14 e 21 dias após a aplicação de doses de adubação nitrogênio em cobertura. Caçador – SC, 2020.

Dosagens (N kg ha ⁻¹)	Incidência de doenças (%)		
	7 dias	14 dias	21 dias
0	57a	75a	91a
40	68a	90a	92a
60	55a	84a	86a
80	63a	91a	94a
120	72a	87a	90a
Média	63	85,5	91

Médias seguidas de letras minúsculas para o fator plantas com incidência de doenças iguais não diferem entre si (Tukey p<0,05).

As doenças que foram encontradas nas plantas foram; mancha marrom (*Bipolaris sorokiniana*), ferrugem (*Puccinia coronata f. sp. Avenae*) e helmintosporiose, (*Drechslera avenae*). Doenças parecidas encontrados pelos autores Martins et al (2019), que também verificaram a incidência de *Bipolaris sorokiniana*, *Drechslera avenae* na aveia.

Houve um longo período de estiagem durante o experimento, fator que afetou negativamente o desenvolvimento da aveia, também afetando a absorção do nitrogênio pela cultura, deixando muito mais suscetível a doenças, pois essas mudanças climáticas afetam a relação planta e hospedeiro (GHINI, 2005), então possivelmente as plantas tiveram um baixíssimo aproveitamento da adubação nitrogenadas, resultando na pouca interferência do N aplicado na incidência de doenças.

O experimento passou pelo longo período de estiagem, deixando as plantas sob stress hídrico e com baixa absorção de nutrientes durante esse período, deixando as plantas suscetíveis a ataques de patógenos, isso explica o alto índice de doenças e o aumento da incidência no decorrer do ciclo, resultado que se confere com o de Barrocos et al, (2014) onde cultivares de algodão tiveram maiores índices de doenças sob stress hídrico e nutricional. Falconi, 2007 também obteve índices maiores de doenças sob stress hídrico e nutricionais na cultura do citrus, o que revela que essas deficiências possuem ligação direta com a incidência de doenças em muitas culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não houve influência das doses de nitrogênio na incidência de doenças na aveia.

O longo período de estiagem afetou bastante o desenvolvimento das plantas, afetando também a absorção de nitrogênio pelas plantas, deixando a cultura muito mais suscetível a doenças.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Uniarp, ao Horto municipal de Caçador, pelo apoio dos materiais utilizados e pela área cedida para o experimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. F. de; REIS, E. M. Comparação da sensibilidade de métodos para a detecção de fungos patogênicos em sementes de aveia branca e preta no Rio Grande do Sul. *Tropical Plant Pathology*, Brasília, v. 34, n. 4, p. 265-269, agosto. 2009. Acessado em 14 de Outubro. 2020.
- Barrocos, E. N.; Machado, J. C.; Alves, M. C.; Corrêa, C. L. Desempenho de sementes de algodão submetidas à deficiência hídrica e presença de *Colletotrichum gossypii* var. *cephalosporioides*. *Bioscience Journal*. 2014
- CHINELATO, G. As principais doenças de culturas de inverno e como combatê-las. São Paulo. 2020. Acesso em 15 novembro 2020.
- Comissão Brasileira de Pesquisa de Aveia (2006) Indicações técnicas para cultura aveia: grãos e forrageiras. Passo Fundo RS. Universidade de Passo Fundo.
- ITO, M.A., Progressos em caracteres agrônômicos de linhagens de aveia branca no sudeste Paulista. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Piracicaba, 2009. Acessado no dia 13 de outubro de 2020.
- FALCONI, R. de S. Inter-relação: citros, porta-enxerto, doença e ácaro da leprose em plantas submetidas a estresse hídrico e nutricional. Jaboticabal. 2007

FERNANDES, J.; PICININI, E. C. Controlando as doenças de trigo na hora certa, 1999. (Comunicado técnico online, 22). EMBRAPA TRIGO. Acessado em 14 de outubro de 2020.

FORCELINI, C.A.; REIS, E.M. Doenças da aveia (*Avena spp*). In: Kimati, H.; Amorim, L.; Bergamin Filho, A.; Camargo, L.E.A.; Rezende, J.A.M. (Eds.) Manual de Fitopatologia. Volume 2: Doenças das plantas cultivadas. 1997. p.107–113. Acessado em 14 de outubro.2020.

GHINI, R. Mudanças Climáticas globais e doenças de plantas. Embrapa meio ambiente. Jaguariúna. 2005. Acesso 19 novembro 2020.

MATZENBACHER, R.G.; MICHEL, C.L Doenças. In: A cultura da aveia no sistema plantio direto. Coord., Matzenbacher, R.G. Cruz Alta: FUNDACEP FECOTRIGO, 1999. p.143-158.

MUNDSTOCK, C.M. Cultivo dos cereais de estação fria: trigo, cevada, aveia, centeio, alpiste e triticale. Porto Alegre: Editora NBS, 1983

ZAMBOLIM, L.; VENTURA, J. Resistência a doenças induzida pela nutrição mineral das plantas. **RAAP**. Viçosa. Vol 1. Pag 276-278, 1993. Acesso em 15 novembro 2020.

DESEMPENHO DE DIFERENTES CULTIVARES DE RABANETE NA CIDADE DE CAÇADOR SC¹

Andrei Parizotto, andreiparizotto18@gmail.com²

Bruno Scapinelli Parizotto, brunoparizotto14@gmail.com²

Edilson Pasqualotto, edipas@live.com²

Wanio Rosa, wanirosa08@hotmail.com²

Anderson Fernando Wamser, afwamser@epagri.sc.gov.br³

Nicole Trevisani, nicole@uniarp.edu.br³

Resumo – O rabanete é uma hortaliça de origem mediterrânea que hoje é consumida no mundo todo. Inúmeras variedades de rabanete estão disponíveis para a produção, podendo se optar pela época de semeadura mais adequada a cada variedade. O rabanete apresenta melhor desenvolvimento radicular se cultivado no outono/inverno, quando a temperatura gira em torno de 10 °C a 20 °C. Devido a sua rusticidade e de possuir ciclo curto, sendo colhida de 25 a 30 dias após a semeadura, apresenta uma atratividade aos produtores. A irrigação possui um papel importante na cultura do rabanete, com o manejo adequado é possível manter os níveis de exigência hídrica para atingir melhor desenvolvimento das plantas. A redução do teor hídrico do solo, bem como, mudanças repentinas de temperatura, podem ocasionar rachaduras nas raízes do rabanete. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi avaliar o desempenho de diferentes cultivares de rabanete, submetidos a irrigação diária, através de aspersor. Foi avaliado o número e o peso das raízes sadias e defeituosas, além do peso da parte aérea das plantas. Os resultados obtidos foram submetidos a análise de variância (ANOVA) e as médias comparadas pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade.

Palavras-chave: Rabanete. Ciclo curto. Rusticidade. Irrigação. Manejo.

INTRODUÇÃO

O rabanete é uma hortaliça cultivada na Europa desde a Antiguidade, hoje é consumida no mundo todo por seu sabor adocicado, refrescante e picante. Pertence à família Brassicaceae, a mesma da couve, do nabo, da mostarda e do agrião. Inúmeras variedades de rabanete estão disponíveis, selecionadas principalmente por suas características e por época de plantio. Assim, há variedades próprias para plantar no verão, primavera, inverno ou outono. Da mesma forma, há grande variação no tamanho, na forma e nas cores das raízes, que na maioria das vezes são alongadas ou esféricas e de cor branca ou vermelha, incluindo mesclas. Há também variedades próprias para a produção de sementes, que podem ser utilizadas como tempero ou na extração de óleo.

A raiz tuberosa apresenta grande variação de tamanho e de forma, podendo ser redonda, oval ou alongada. A casca é de cor branca, vermelha, ou vermelha e branca, enquanto a polpa é sempre branca. Em geral, as raízes são vendidas em maços, de cerca de 800g. As folhas devem estar com aspecto de produto fresco, com

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do Curso de Agronomia.

² Acadêmico do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professor do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

cor verde brilhante. As raízes devem ter a casca com cor uniforme, serem firmes e lisas, sem pontos escuros ou rachaduras.

Schmitt et al. (1986) destacaram que as plantas apresentam certa plasticidade no seu crescimento, caracterizada pela grande variação no crescimento entre plantas dentro de uma população. Essa variação é devida, em grande parte, à competição intraespecífica, levando ao aparecimento de indivíduos dominadores e dominados. Destacaram, ainda, que, quanto maior for a densidade de plantio, maior será a variação entre plantas na população, e tanto maior será essa variação quanto mais limitante for o fator luz. Relataram que, no cultivar Scarlet Globe, a taxa de crescimento e a massa média produzida diminuíam com a redução da intensidade luminosa e com o aumento na densidade de plantio. Com isso, ocorria a intensificação das condições de plantas dominadoras e dominadas.

Holmes & Smith (1975) sugeriram que o crescimento das plantas em competição poderia ser alterado pelo sombreamento entre e dentro das plantas, reduzindo, assim, o nível total de radiação para cada uma.

O rabanete é uma excelente alternativa para diversificar a dieta. O uso mais comum é na forma crua, em saladas. Devido à sua cor e formato, ajuda a decorar a salada quando cortado em rodela e servido com tomate, aipo e pepino, estimulando assim o consumo de outras hortaliças. Quando grandes, podem ser consumidos cozidos ou com picles. Quando cozidos, o sabor é menos picante. Os rabanetes podem também ser preparados na forma de petiscos, uma alternativa mais saudável do que os pratos ricos em calorias geralmente utilizados. Combine-os com recheios e molhos de sua preferência. O rabanete não precisa ser descascado para ser consumido.

O objetivo deste trabalho foi avaliar o desempenho das diferentes cultivares de Rabanete, comparando número e peso de raízes sadias e defeituosas, e peso da parte aérea de cada cultivar

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O rabanete (*Raphanus sativus* L.) pertence à família Brassicaceae e é originário da região mediterrânea. Suas raízes parecem bulbos comestíveis, vermelhos e picantes. Possui propriedades medicinais como expectorante natural e estimulante do sistema digestivo, contendo vitaminas A, B1, B2, potássio, cálcio, fósforo e enxofre (MINANI; NETO, 1997).

Produção estimada de rabanete brasileiro é de 9.000 toneladas. Cerca de 6.000 empresas de produção agrícola concentram-se nas regiões Sul e Sudeste (IBGE, 2017). Comercialização de sementes Brasil gira cerca de 15,5 toneladas por ano, 1.107 hectares estão sendo cultivados por 1 ano (ABCSEM, 2010).

A variedade mais aceita produz raízes bulbosas, polpa vermelha brilhante e branca. Atualmente, é cada vez mais proeminente entre os olericultores, principalmente por apresentar características atrativas, como ciclo curto e rusticidade, sendo colhida 25 a 35 dias após a sementeira. Rabanetes têm a melhor época de sementeira no outono e inverno e podem ser resistentes ao frio e geada, mostrando melhor desenvolvimento radicular em pouco tempo. A faixa de temperatura é de 10 a 20°C (KRAMER, 2018).

Segundo Silva et al. (2019), a irrigação apresenta uma importante função na produção agrícola de hortaliças, isso se deve ao seu cultivo, que apresenta uma grande exigência hídrica. Com o bom manejo da irrigação é possível fornecer água na quantidade correta que a cultura necessita, evitando assim o estresse hídrico e resultando em maior produtividade e melhor qualidade das culturas.

Mudanças na temperatura durante o desenvolvimento do rabanete, bem como a redução do teor hídrico do solo, ocasionado por temperaturas elevadas, pode resultar em rachaduras nas raízes da planta. O uso de plantas de cobertura auxilia para que não ocorra o secamento acelerado da camada superficial do solo (COSTA; et al., 2006).

METODOLOGIA

O presente experimento foi conduzido em uma área comercial da propriedade Colônia Santo Antônio, localizado no interior do município de Caçador, região Meio Oeste do Estado de Santa Catarina (coordenadas 26°43'24.29" S, 51°03'54.07" O), de setembro de 2020 a outubro de 2020. De acordo com a escala de Köppen (1936), o clima da região é classificado como Cfb, com temperatura média anual 16,5 °C e pluviosidade média anual de 1806 mm (PANDOLFO et al., 2002).

Foram avaliados cinco cultivares de rabanete (Redondo, Sparkler, Vip Crimson Sel. Especial, Cometa e Margaret Queen) disponíveis no comércio de Caçador SC. Utilizou-se sementes de rabanete sob espaçamento de 20 centímetros entre linhas e 8 metros entre plantas.

Os canteiros foram preparados com uma encanteiradeira, com 20 cm de altura, cinco metros de comprimento e um metro de largura e com 50 cm de distância entre os canteiros. O solo estava com pH dentro do recomendado (5,5 a 6,5) e com boa fertilidade de solo. A sementeira foi realizada com espaçamento de 20 cm entre linhas, com 1 cm de profundidade e com densidade de 35 sementes por linha. Após 12 dias de sementeira, quando as plantas apresentaram aproximadamente 5 cm de altura, foi realizado o raleio prevalecendo as plantas mais vigorosas e deixando com 8 cm entre plantas. A irrigação foi feita por aspersão.

O delineamento experimental foi em blocos inteiramente casualizados. As parcelas foram feitas com 1 metro de comprimento e foram avaliadas todas as plantas da parcela.

Após 40 dias desde o plantio, todas as parcelas foram colhidas individualmente e foram avaliados o número e o peso das raízes. Os dados obtidos serão submetidos à Análise de Variância (ANOVA) e as médias comparadas pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade de erro.

Figura 1 – Raízes com parte aérea



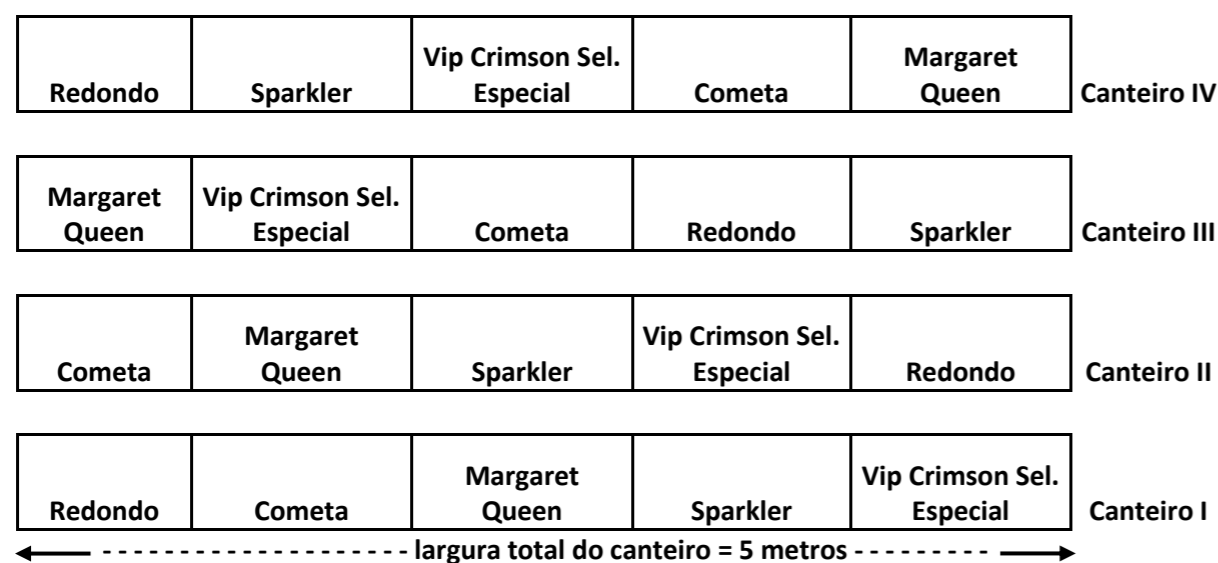
Fonte: Os autores (2020)

Figura 2 – Peso das Raízes



Fonte: Os autores (2020)

Segue abaixo croqui do ensaio de competição de cultivares de rabanete.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Resultado do teste de Tukey a 5%.

	Variável									
	01 ³	02 ⁴	03 ⁵	04 ⁶	05 ⁷					
Cultivar	4 ⁸	45.250 A	5	634.5 A	4	31.750 A	2	471.5 A	3	649.5 A
	3 ⁹	43.500 A	2	520.0 A	2	27.750 A	3	463.3 A	2	616.4 A
	2 ¹⁰	42.750 A	3	483.8 A	5	26.500 A	5	455.8 A	5	346.3 A
	5 ¹¹	36.000 A	4	480.3 ^a	3	24.750 A	1	399.3 A	1	229.1 A
	1 ¹²	30.500 A	1	332.1 A	1	20.750 A	4	265.3 A	4	226.1 A
Média geral										

Fonte: Os autores (2020).

³ Número de raízes sadias

⁴ Peso das raízes

⁵ Número de raízes com defeito

⁶ Peso raízes com defeito

⁷ Peso Estrutura Foliar

⁸ Cultivar Cometa

⁹ Cultivar Margaret Queen

¹⁰ Cultivar Sparkler

¹¹ Cultivar 5 Redondo

¹² Cultivar 1 Vip Crimson

De acordo com o teste de Tukey a 5% as cultivares comparadas não tiveram diferenças entre as variáveis avaliadas, demonstrando que elas apresentam o mesmo comportamento em todos os aspectos, nas condições edafoclimáticas em que o experimento foi conduzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se na realização deste trabalho que não há muita pesquisa em relação a cultura do Rabanete em todos os aspectos, principalmente sobre melhoramento genético da cultura, sendo assim são necessárias novas pesquisas para que a cultura se desenvolva e assim aumente sua produtividade

REFERÊNCIAS

COSTA, C.C.; et al. Crescimento, produtividade e qualidade de raízes de rabanete cultivadas sob diferentes fontes e doses de adubos orgânicos. **Horticultura Brasileira**, Jaboticabal, v.24, n.1, p. 118-122, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hb/v24n1/a24v24n1.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

HOLMES, M.G. & SMITH, H. The function of phytochrome in plants growing in the natural environment. **Nature**, Londres, **254**:512-514, 1975.

KRAMER, M. **Produção de cultivares de rabanete em função de plantas de cobertura em antecedência à semeadura**. Morrinhos. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, 2018. Disponível em: https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sgcursos/uploads/anexos_9/2018-12-11-10-56-03Marcos%20Kramer%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2020.

MINAMI, K; NETO, J.T. **Rabanete: cultura rápida, para temperaturas amenas e solos areno-argilosos**. Piracicaba, Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/biblioteca/sites/default/files/publicacoes-a-venda/pdf/4.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

PANDOLFO, C.; BRAGA, H.J.; SILVA JÚNIOR, V.P.; MASSIGNAN, A.M.; PEREIRA, E.S.; THOMÉ, V.M.R; VALCI, F.V. **Atlas climatológico do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2002. CD-ROM

SCHMITT, J.; EHRHARDT, D.W. & CHEO, M. Light dependent dominance and supression in experimental radish populations. **Ecology**, Tempe, **67**:1502-1507, 1986.

SILVA, R.R.; et al. Produção de rabanete sob diferentes manejos de irrigação. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada**, Fortaleza, v.13, n.4, p. 3588-3598, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sergio_Queiroz2/publication/340132377_PRODUCAO_DE_RABANETE_SOB_DIFERENTES_MANEJOS_DE_IRRIGACAO/links/5e7a470392851cdfca2f302f/PRODUCAO-DE-RABANETE-SOB-DIFERENTES-MANEJOS-DE-IRRIGACAO.pdf. Acesso em 29 de outubro de 2020.

CULTURA DO TOMATE EM AMBIENTE PROTEGIDO SUBMETIDO A SOLUÇÕES NUTRITIVAS COM DIFERENTES RELAÇÕES Ca:K

Augusto Ferlin Moreira, augustoferlinmoreira8@gmail.com
Luiz Ferdinando Recalcatte, luizrecalcatte@gmail.com¹
Marcos Vinícius Müller, Marcos.muller3010@gmail.com

Resumo – O objetivo do trabalho é avaliar o efeito de concentrações de Cálcio (Ca) e Potássio (K) na solução nutritiva do tomateiro em ambiente protegido.

Será analisado os efeitos que causarão na planta se houver excesso ou falta de Potássio (K).

Palavras-chave: soluções nutritivas, tratamentos

INTRODUÇÃO

O tomateiro é uma das mais importantes hortaliças cultivadas no Brasil. Para o adequado desenvolvimento da planta com obtenção de características de qualidade e produção satisfatórias é essencial o fornecimento de água e nutrientes, na quantidade ideal e no momento oportuno. A fertirrigação oferece maior versatilidade para a aplicação de fertilizantes, podendo-se dosar rigorosamente as quantidades de nutrientes e fornecê-los segundo as necessidades das plantas.

A disponibilidade de elementos essenciais no solo é um fator imprescindível A no quesito nutrição de plantas. De acordo com Fanasca (et al., 2005), o excesso ou a falta de destes elementos pode propiciar a redução de crescimento e um baixo rendimento. O mesmo autor, ainda sugere que para se ter um impacto positivo nestes pontos a primeira coisa a ser feita é disponibilizar a composição ideal e concentração de nutrientes

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cultura do tomateiro apresenta boa resposta à adubação mineral e, em particular, ao nutriente potássio, o qual exerce influência na formação dos tecidos e nos processos de respiração das plantas, aumentando os teores de açúcar, o tamanho, o peso e a resistência ao manuseio dos frutos e também a flexibilidade dos tecidos e a resistência por parte das plantas às enfermidades (CASTAÑER e CASTAÑER, 1980).

O potássio é absorvido ao longo da raiz (Clarkson et al., 1968) e pode mover-se através do floema das folhas aos frutos e de volta às raízes. Dentro contraste com K, a absorção de Ca é limitada à seção muito jovem do raízes e é transportado em direção ao xilema principalmente por apoplástico fluxo, com pouca translocação no floema (Hanson, 1982). O principal via de fornecimento de Ca para a fruta é um transporte direto de as raízes via xilema (Chiu e Bould, 1976; Ho et al., 1993; Wiersum, 1966). Consequentemente, a restrição de raiz pode ter um diferencial efeito na absorção de K e Ca pelas plantas e no seu transporte para o fruto em desenvolvimento. Assim, a restrição de raiz pode afetar a incidência de BER via seu efeito sobre o equilíbrio entre a absorção de K e Ca e transporte para fruta.

¹ Acadêmico do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

Em hortaliças, os desequilíbrios relacionados ao cálcio incluem a queima dos bordos das folhas, de ocorrência comum em alface, e a podridão apical ou fundo preto, que ocorre em tomates e pimentões. Estes desequilíbrios são determinados por concentrações inadequadas de cálcio nos tecidos e em alguns casos não resultam de concentrações insuficientes de cálcio no meio de cultivo. Esses problemas, em geral, se devem as falhas no transporte deste íon, causadas por condições internas e ambientais predisponentes (MARTINEZ, 2004).

Seu movimento na planta está estreitamente ligado ao movimento da água, resultando numa distribuição preferencial para as folhas, acompanhando a corrente transpiratória. Alvarenga (2004) verificou também que a maior parte do cálcio chega às inflorescências no período noturno devido à menor transpiração das folhas sob temperaturas noturnas mais baixas.

É essencial manter um bom equilíbrio de potássio com magnésio e cálcio. Excesso de potássio restringe a extração desses outros cátions.

O uso de altos níveis de potássio é importante sob condições salinas para manter o crescimento vegetal.

Influência do Ca:K nas plantas

Nutricionistas de plantas identificam K como o único cátion monovalente essencial para todas as plantas superiores. É o cátion mais abundante nos tecidos vegetais e desempenha um papel importante em vários processos fisiológicos e bioquímicos, incluindo a fotossíntese (Munson, 1985).

O potássio é o principal nutriente absorvido pela planta de tomate, tanto no campo quanto nas lavouras protegidas (Fayad et al, 2002). O potássio é absorvido ao longo da raiz (Clarkson et al., 1968) ele pode se mover através do floema das folhas para os frutos e de volta para as raízes. Em uso com K, a absorção de Ca é limitada à seção muito jovem das raízes e é transportado em direção ao xilema principalmente por fluxo apoplástico com pouca translocação no floema (Hanson, 1982).

O Ca é um mensageiro secundário que desempenha papéis essenciais na regulação das funções fisiológicas em frutas, vegetais e flores durante os reguladores potenciais da fisiologia pós-colheita de frutas vegetais e flores em nível celular (Aghdam et al, 2012). Além disso o Ca é considerado um importante elemento mineral regulador da qualidade dos frutos, especialmente, manutenção da firmeza dos frutos, diminuição da podridão pós-colheita e incidência de distúrbios fisiológicos como núcleo hídrico, bitter pit e degradação interna (Lurie, 2009). Uma vez incorporado ao tecido celular, o cálcio é imóvel, daí a necessidade de suprimento constante para atender ao crescimento do fruto. O cálcio é importante na ativação enzimática, na regulação do movimento de água nas células e é essencial para a divisão celular (MALAVOLTA, 2006).

O objetivo deste trabalho foi avaliar o desenvolvimento da planta de tomate controlando deferentes relações de Ca:K em solução nutritiva.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em estufa da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, no município de Caçador-SC. Plantas de tomate, híbrido Paron, foram submetidas a cinco tratamentos distribuídos em delineamento inteiramente casualizado com quatro repetições. Em solução de Hoagland & Arnon ajustada para

tomate, testou-se as concentrações de Ca e K (em meq): 4,6:1; 2,5:1; 1,33:1; 1:1; 0,75:1

Em vasos de 8 L preenchidos com uma mistura 2:1 de areia:vermiculita, foram plantados uma muda de tomate. A solução nutritiva foi adicionada desde o plantio, de acordo com a necessidade das plantas.

O cultivo foi de 60 dias. Após o tratamento avaliou-se analisados os seguintes aspectos altura das plantas (base do caule ao ápice), número de folhas, inflorescências e frutos, massa seca de folhas, caules e frutos (após secagem em estufa a 65°C), diâmetro do caule (entre a inserção do primeiro cacho e a folha abaixo), produção média de frutos por planta assim como o peso médio destes, a incidência de distúrbios fisiológicos (além de peso e a massa seca destes produtos), cálcio, potássio na solução da folha diagnóstica (4 folha a partir do ápice totalmente expandida) com o uso de medidor de íons específico, teor relativo de clorofila com uso de clorofilômetro, em 5 pecíolos da folha diagnóstica parâmetros da fotossíntese (avaliação de trocas gasosas realizada entre às 09 30 e 12 horas da manhã, na folha diagnóstica) com o analisador de gás infravermelho IRGA

Os dados foram analisados para verificação dos pressupostos estatísticos (independência, normalidade, e homocedasticidade dos erros) e submetidos à análise de variância (ANOVA) Todas as análises foram implementadas usando o programa "R" versão 3.0 3 (Team RDC, 2014) ao nível de 5% de significância Como teste de separação de médias for utilizado Tukey (P<0.05)

Tabela 1 – tratamentos e suas proporções de Ca:K.

Tratamentos	Cálcio	Potássio	Relação Ca:K
T1	11,5	2,5	4,6:1
T2	10	4	2,5:1
T3	8	6	1,33:1
T4	7	7	1:1
T5	6	8	0,75:1

Fonte: autores (2020)

Tabela 2- concentrações dos sais em cada tratamento

Sais (g/20L)	T1	T2	T3	T4	T5
Nitrato de amônio	0,00	0,17	0,34	0,51	0,68
Nitrato de K	3,21	6,42	10,70	12,84	14,98
Nitrato de Ca	21,60	21,60	17,28	15,12	12,96
Nitrato de Mg	3,84	0,00	0,00	0,00	0,00
MKP	2,74	2,74	2,74	2,74	2,74
Sulfato de Mg	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40
Sulfato de Ca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Micronutrientes	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: autores(2020)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se observar que em termos de massa seca das folhas, massa do caule, massa de frutos, massa total da parte aérea que, o tratamento T1 foi o que teve uma maior discrepância em relação as demais, e tendo os dados de altura, diâmetro de caule, número de inflorescência e número de folhas com pouco ou quase nenhuma diferença com os demais tratamentos. (Tabela 1.1).

Tabela 1- Análise referentes á massa seca, altura, diâmetro e numero de inflorescências e folhas.

relação de Ca:K (meq)	MSF	MSC	MST	MSF	MSTPA	A	DC	NI	NF
	g					cm	mm	-	-
4,6:1	72,5	37,2	109,7 b	30,9b	140,6b	116,8	14,75	5,25	20,00
2,5:1	77,7	42,0	119,7ab	35,6ab	155,3ab	124,8	14,75	5,50	20,75
1,33:1	83,3	38,2	121,5a	38,0ab	159,5 a	116,3	13,75	5,00	21,00
1:1	85,2	346	119,8ab	39,0a	158,8 a	119,5	14,50	5,00	22,00
0,75:1	82,4	38,2	120,6ab	31,9b	152,4ab	128,0	15,00	5,25	21,00
F-teste	0,13	0,06	0,04	0,2	0,03	0,20	0,34	0,41	0,57
CV (%)	8,80	8,10	5,60	10,40	6,10	6,50	6,00	7,90	7,90

Fonte: autores (2020)

Não teve-se diferença considerável na produção de frutos, entretanto, quando avaliado o peso médio, observou-se que houve discrepância nos tratamos T1 e T5, e o tratamento T5 foi o único que apresentou podridão apical, o que mostra a interferência da falta de Ca. (Tabela 1.2).

Tabela 2- Análise quanto ao numero de frutos, produção, peso dos frutos e distúrbio fisiológico.

relação de Ca:K (meq)	NºF/P	PF/P	PM/F	NºFPA	PFPA
	g				
4,6:1	19,00	603,0ab	32,48	0,0 b	0,0 b
2,5:1	16,75	706,5ab	42,59	0,0 b	0,0 b
1,33:1	18,25	721,0 a	39,85	0,0 b	0,0 b
1:1	17,75	699,3ab	39,58	0,0 b	0,0 b
0,75:1	18,25	581,3 b	32,40	2,0 a	22,47 a
F-teste	0,71	0,03	0,12	0,00	0,01
CV (%)	12,60	10,10	16,00	126,10	281,20

Fonte: autores (2020)

Tabela 3 -Análise quanto ao cálcio e potássio na solução da folha, teor de clorofila e fotossíntese

Relação de Ca::K (meq)	Ca SF Mg/L	K SF Mg/L	TRC -	TAL $\mu\text{mol CO}_2 \text{ m}^{-2} \text{ s}^{-1}$	CE $\text{mol H}_2\text{O m}^{-2} \text{ s}^{-1}$	EF -	ETR $\mu\text{mol m}^{-2} \text{ s}^{-1}$
4,6:1	175,0 a	5200,0 b	58,03	25,4 a	0,58	0,58	158,86
2,5:1	75,5 b	6575,0 ab	60,89	23,3 ab	0,53 ab	0,62	168,87
1,33:1	41,0 bc	6225,0 ab	58,85	24,3 ab	0,52 ab	0,62	169,83
1:1	42,3 bc	7200,0 a	60,32	20,3 b	0,37 b	0,59	172,17
0,75:1	20,5c	7500,0 a	60,80	21,7 ab	0,38 b	0,62	177,99
F-teste	0,00	0,00	0,80	0,04	0,05	0,08	0,49
CV (%)	23,00	11,60	6,70	9,70	22,90	4,10	8,70

Fonte: autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no desenvolvimento deste projeto, todos os nutrientes possuem funções para as plantas, onde muito ou a falta de nutriente, a produção da planta pode ser limitada, onde é destacado a importância de manter um equilíbrio dos nutrientes para a cultura se desenvolver bem.

REFERÊNCIAS

- AGHDAM, Morteza. **The language of calcium in postharvest life of fruits, vegetables and flowers.** Scientia Horticulturae 144, (2012).
- CARVAJAL, M., MARTINEZ, V. & CERDA, A., 1999. **Influence of magnesium and salinity on tomato plants grown in hydroponic culture.** J. Plant Nutr. 22, 177-190.
- Clarkson, D.T., J. Sanderson, and R.S. Russel. 1968. **Ion uptake and root age.** Nature (London) 220:805–806.
- Fayad JA, Fonte PCR, Cardoso AA, Finger FL, Ferreira FA (2002).
- Hanson, J.B. 1982. **The function of calcium in plant nutrition.** Adv. Plant Nutr. 1:149–159
- NAVARRO et al, **Mudanças na qualidade e no rendimento do tomate com amônio, fertilização com bicarbonato e cálcio em condições**

salinas. Departamento de Fisiología y Nutrición Vegetal, Centro de Edafología y Biología Aplicada del Segura, CSIC, P.O. Box 4195, 30080 Murcia, Espanha.

AMER. J 1996. **Restrição de raízes e solução de potássio e cálcio As concentrações afetam a produção de matéria seca, cátion Captação e podridão da extremidade da flor no tomate com efeito de estufa.**

MUNSON, R.D., 1985. **Potassium in Agriculture.** ASA-CSSA-SSSA, Madison, Wisconsin, USA

NUKAYA, A., GOTO, K., JANG, H., KANO, A. & OHKAWA, K., 1995. **Effect of NH₄-N level in the nutrient solution on the incidence of blossom-end rot and gold specks on tomato fruit grown in rockwool.** Acta Hort. 401, 381- 388.

Revista de Ciências Agroveterinárias, Lages, v.4, n.1, p. 17-24, 2005 17 ISSN 1676-9732 **PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DE FRUTOS DE CULTIVARES DE TOMATEIRO FERTIRRIGADO COM CLORETO E SULFATO DE POTÁSSIO.**

Universidade Federal Rural do Semiárido Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação <http://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/sistema>. **PODRIDÃO APICAL E PRODUTIVIDADE DO TOMATEIRO EM FUNÇÃO DOS TEORES DE CÁLCIO E AMÔNIO1.**

ESTRATÉGIAS DE MANEJO DE PLANTAS DANINHAS E FLUTUAÇÃO POPULACIONAL DE PRAGAS NA CULTURA DO PESSEGUEIRO¹

Mateus Rech, mateusrech321@hotmail.com²
Leonardo Collet de Souza, leonardocollet14@hotmail.com²
Robson Espit Biudaro, robson-e1@hotmail.com²
Tiago Bertotto, tiagobertotto98@gmail.com²
Elizandro Fochesatto, elizandro@uniarp.edu.br³
Rafael Borges, rborges1977@hotmail.com³

Resumo – O trabalho teve como objetivo avaliar a eficiência das estratégias de manejo de plantas daninhas e a flutuação populacional de pragas no pessegueiro. Os experimentos foram conduzidos no Horto Florestal Municipal de Caçador – SC. As plantas daninhas competem com as plantas cultivadas por nutrientes do solo, água e radiação solar, por isso busca-se a adoção de medidas para reduzir a quantidade de indivíduos e espécies na área. No experimento envolvendo as plantas daninhas, os tratamentos consistiram no manejo com herbicida, capina manual, cobertura com aveia preta e nabo forrageiro e cobertura com maravalha, avaliando-se semanalmente a altura das plantas daninhas germinadas, porcentagem de controle (visual) e massa verde total. Já no experimento monitoramento de pragas, instalou-se a 1,5 m de altura, na parte interna do pomar, armadilhas de monitoramento de mosca-das-frutas, cochonilha-branca-do-pessegueiro e mariposa-oriental, avaliando-se semanalmente a densidade populacional das pragas. A eficiência de controle das plantas daninhas variou entre os tratamentos. Nas armadilhas de monitoramento de *Grapholita molesta* foram capturados 16,5 insetos/armadilha/semana como pico máximo e *Pseudaulacaspis pentagona* 1,3 insetos/armadilha/semana. Conclui-se que a capina manual é o melhor método de controle para invasoras e que nenhuma das pragas amostradas atingiu densidade populacional igual ou superior ao nível de controle previamente estabelecido, não havendo necessidade de aplicação de algum método de controle.

Palavras-chave: Controle de Invasoras. Eficiência de manejo. *Grapholita molesta*. *Pseudaulacaspis pentagona*.

INTRODUÇÃO

Sendo oriunda da China, a espécie *Prunus persica* (L.) Batsch, popularmente conhecida como pessegueiro, é largamente difundida no território brasileiro, sendo responsável por uma produção de 190 mil toneladas em uma área de 17.283 hectares, representando uma produtividade superior a 11 mil toneladas ha⁻¹ (RUFATO et al., 2017). Santa Catarina ocupa a terceira posição no quadro dos estados produtores, correspondendo a 20% da produção nacional (MIGLIORANZA, 2018).

Há uma série de fatores que afetam o desenvolvimento da cultura, como incidência de plantas daninhas, ataque de pragas e doenças no decorrer do ciclo. Por conta disso, o desafio dos profissionais da Agronomia é auxiliar os produtores na condução do pessegueiro, sempre buscando a redução de custos e o incremento da produtividade, visando aumentar a lucratividade para os mesmos.

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a eficiência das estratégias de manejo de plantas daninhas e a flutuação populacional de pragas no pessegueiro.

(1) O presente trabalho refere-se ao Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Agronomia.

(2) Acadêmico do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil.

(3) Professor, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

No manejo para plantas daninhas, busca-se a adoção de medidas que visem reduzir a quantidade e a proporção das espécies de plantas daninhas presentes na área de interesse (VARGAS & BERNARDI, 2003). As plantas daninhas irão competir com as plantas cultivadas na busca por nutrientes da solução do solo, água e radiação solar (DURIGAN, 2001).

Por apresentar alta eficiência e grande rapidez na execução, o controle químico é o mais utilizado pelos produtores, necessitando menor mão-de-obra para aplicação (MARTINI et al., 2002). Neste sentido Pereira et al. (1981), demonstraram que a aplicação de Diuron e Simazine tem elevado índice de controle de plantas daninhas no pessegueiro.

Devido à alta exigência da população nacional pela produção de frutos livres de agrotóxicos (KESKE, 2004), o controle cultural de plantas daninhas torna-se uma prática fundamental. Em trabalho realizado por Balbinot et al. (2015), mostraram que a adoção de cobertura morta (manejo cultural) em pomares de pessegueiro, tem alta capacidade de inibir o desenvolvimento das plantas daninhas, chegando a atingir controle de 70%.

Com relação ao controle mecânico, as plantas daninhas são eliminadas com uso de enxada. Segundo Vargas & Bernardi (2003), esse tipo de manejo apresenta maior eficiência quando aplicado em plantas daninhas anuais e bianuais presentes na linha de cultivo.

Grande parte dos danos econômicos causados por insetos na fruticultura brasileira é devido ao ataque da espécie conhecida popularmente como moscas-das-frutas (SANTOS et al., 2018). Os danos são causados durante fase larval, devido ao hábito carpóforo, as larvas constroem galerias no interior dos frutos, alimentando-se da polpa e o apodrecendo os mesmos (NAVA; BOTTON, 2010).

Grapholita molesta é o nome científico da popularmente conhecida, mariposa-oriental, considerada uma das principais pragas existente da cultura do pessegueiro. O principal dano é causado pela larva que penetra no fruto, formando galerias em seu interior e se alimentando da polpa (BOTTON et al., 2011).

Pseudaulacaspis pentagona, conhecida como cochonilha-branca-do-pessegueiro, apresenta formas imaturas sem pernas e antenas, mesmo assim, são capazes de se deslocar com movimentos ondulares do corpo (NAVA et al., 2014). O seu dano é resultante da sucção da seiva da planta, reduzindo o vigor e ocasionado rachaduras em troncos e/ou galhos (NAVA et al., 2014).

MATERIAL E MÉTODOS

Foram conduzidos dois experimentos simultaneamente, nos quais foram avaliadas estratégias de manejo de plantas daninhas e amostragem populacional de três pragas da cultura do pessegueiro. Ambos foram instalados no Horto Florestal (26°44'13"S, 50°59'45"O e 966 m de altitude.) localizado no municipal de Caçador – SC. O clima da região caracteriza-se como "Cfb" (subtropical chuvoso com verão ameno), segundo classificação climática de Köppen (1948).

Para o experimento de manejo de plantas daninhas o delineamento experimental utilizado foi de blocos casualizados com cinco tratamentos e quatro repetições. Os tratamentos foram: testemunha (T1), glufosinato de amônia (T2), capina manual (T3), cobertura com massa seca de aveia preta e nabo forrageiro (T4) e cobertura com maravalha (T5). Cada unidade experimental foi composta por uma

área de quatro metros quadrados conforme indicado por MEDEIROS & CARVALHO (2007).

Após a montagem das unidades experimentais foram aplicados os tratamentos. No tratamento 2, utilizou-se o herbicida glufosinato-sal de amônio, na dosagem de 2 L.ha⁻¹, volume de calda de 300 L.ha⁻¹, A aplicação foi efetuada com o uso de um borrifador. O tratamento com a capina manual (T3), foi realizado com enxada. Para o T4, espalhou-se 3 kg/parcela de plantas de aveia preta e nabo forrageiro verdes importadas de área vizinha, com a finalidade de simular a cobertura de solo sob a incidência de plantas daninhas. Todos os tratamentos foram aplicados no dia 19/09/2020, realizando primeiramente a roçada de cada unidade experimental.

Ao todo foram avaliados quatro parâmetros: altura das plantas daninhas, principais espécies presentes na área, eficiência de controle (visual) e massa verde total. As avaliações foram realizadas aos 7, 14, 21, 28 e 35 dias após a aplicação do tratamento (DAT), sendo a massa verde determinada ao final das cinco semanas de avaliação. Os dados foram tabulados e submetidos à análise de variância conforme teste de Scott-Knott a 5% de probabilidade, com auxílio do software SISVAR 5.4.

Com relação ao monitoramento dos insetos, instalou-se armadilhas com intuito de avaliar a flutuação populacional de três principais pragas da cultura do pessegueiro. Para a mosca-das-frutas, foi utilizado uma armadilha do tipo McPhail contendo suco de uva a 25% como atrativo, instalando próxima a bordadura do pomar. Já para a cochonilha-branca-do-pessegueiro, foram instalados três painéis amarelos contendo cola entomológica e para a mariposa-oriental usou-se duas armadilhas delta contendo septo com feromônio sexual, além de uma armadilha com Tortrax (atrativo alimentar). Todas as armadilhas foram alocadas nas plantas de pêssogo, a 1,5 m de altura do solo.

Avaliou-se os insetos capturados aos 7, 14, 21, 28 e 35 dias após a instalação das armadilhas de monitoramento, através da identificação dos exemplares contidos em cada armadilha. A partir desses dados, confeccionou-se um gráfico com a flutuação populacional de cada espécie no decorrer do experimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do experimento as principais espécies de plantas daninhas identificadas foram: tansagem (*Plantago major*), serralha (*Sonchus oleraceus*), azevém (*Lolium multiflorum*), aveia louca (*Avena factua*), trevo branco (*Trifolium repens*), dente-de-leão (*Taraxacum officinale*) e milhã (*Digitaria horizontalis*).

Com relação à altura das plantas daninhas, nota-se que o tratamento com capina manual (T3) diferiu-se dos demais tratamentos em todos os períodos de tempo analisados, mostrando-se a melhor estratégia a ser utilizada quando visa-se a redução do porte físico das invasoras (Tabela 1). O menor desenvolvimento da invasora, deve-se ao fato de que a capina manual elimina as reservas acumuladas nas folhas e raízes, dificultando a emissão de novas brotações (FONTES & GONÇALVES, 2009).

A eficiência de controle das plantas daninhas foi significativamente diferente entre os tratamentos. A capina manual apresentou a melhor eficiência no controle de plantas daninhas em todas as datas de avaliação (Tabela 2). A provável explicação é a precipitação pluvial de outubro foi de 29,4 mm, abaixo da normal climatológica do mês (206 mm), favorecendo a eficiência de controle da capina manual.

De acordo com a Tabela 2, nota-se que para a massa verde total das plantas daninhas, o T2 e T3 foram os que tiveram o menor acúmulo de massa verde total.

Também observa-se a estreita relação entre eficiência de controle e massa verde acumulada, tendo em vista que quanto maior foi a eficiência de controle, menor a massa verde acumulada.

Tabela 1 – Altura de plantas daninhas submetidas a cinco distintas estratégias de manejo. Caçador, SC. 2020.

Tratamento	Altura (cm)				
	7 DAT	14 DAT	21 DAT	28 DAT	35 DAT
Testemunha (T1)	17,87 a	27 a	32,5 a	33,5 a	34,5 a
Glufosinato de amônio (T2)	14 a	21,25 a	23,75 a	24,5 a	27,5 a
Capina Manual (T3)	9,5 b	12,5 b	14 b	15,25 b	15,5 b
Aveia preta + Nabo forrageiro (T4)	18,5 a	26 a	30,75 a	32,25 a	33,5 a
Maravalha (T5)	16 a	22,25 a	27 a	29,5 a	31,75 a
CV (%)	15,7	12,49	17,94	17,95	17,32

Médias seguidas pela mesma letra não diferem entre si pelo teste de Scott-Knott (P < 0,05).

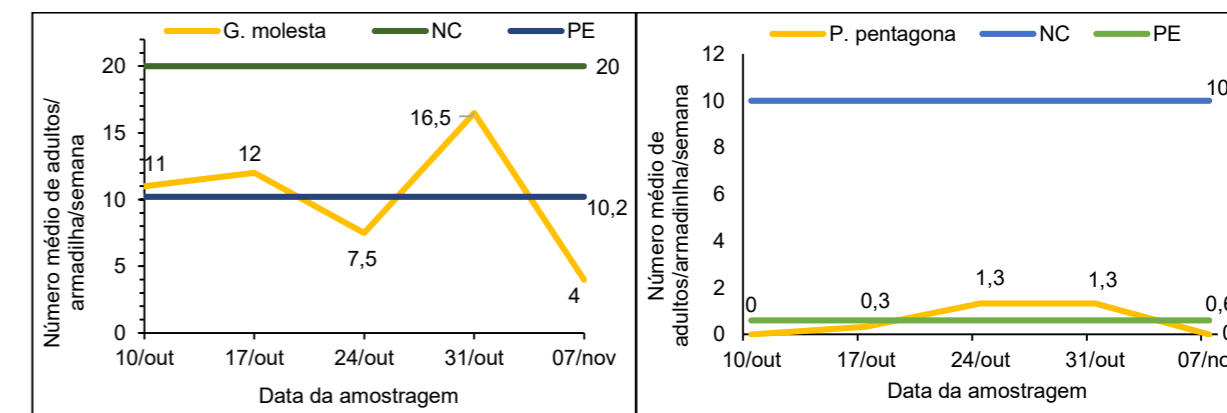
Tabela 2 – Eficiência no controle e massa verde total de plantas daninhas submetidas a cinco distintas estratégias de manejo avaliadas aos 7, 14, 21, 28 e 35 dias após a aplicação dos tratamentos (DAT). Caçador, SC. 2020.

Tratamento	Controle (%)					Massa Verde Total (g)
	7 DAT	14 DAT	21 DAT	28 DAT	35 DAT	
Testemunha (T1)	22,5 c	15 d	13,75 c	12,5 c	6,25 c	775,25 a
Glufosinato de amônio (T2)	73,75 b	66,25 b	60 b	46,25 b	46,25 b	359,75 b
Capina Manual (T3)	96,75 a	92,5 a	87,5 a	83,75 a	82,5 a	136,5 b
Aveia preta + Nabo forrageiro (T4)	82,5 b	37,75 c	18,75 c	12,5 c	8,75 c	556,5 a
Maravalha (T5)	70,5 b	52,75 c	32,5 c	26,25 c	23,75 c	744 a
CV (%)	13,7	24,73	17,76	21,5	25,32	34,92

Médias seguidas pela mesma letra não diferem entre si pelo teste de Scott-Knott (P < 0,05).

Através da Figura 1, nota-se que nenhuma praga amostrada atingiu o nível de controle, mostrando-se desnecessária a adoção de qualquer forma de manejo, seja ele cultural, químico e/ou mecânico.

Figura 1 – Flutuação populacional de *Grapholita molesta* e *Pseudaulea caspis pentagona*, pragas do pessegueiro, com nível de controle (NC) e ponto de equilíbrio da população (PE). Caçador, SC. 2020.



Chama a atenção não ter tido nenhuma quantificação de *Anastrepha fraterculus* durante o período de monitoramento. Um dos possíveis motivos para tal, é o pomar

estar longe de outras espécies frutíferas, as quais servem de hospedeiras para o inseto. Também pode-se levar em conta que durante o experimento houve uma temperatura média de 18 °C, segundo Nava & Botton (2010), essa temperatura aumenta o período de tempo para os adultos emergirem da pupa, chegando até 38 dias.

Com relação a *Grapholita molesta*, observa-se que na amostragem do dia 31/10 houve a maior incidência, chegando a 16,5 insetos/armadilha/semana. Já para a *Pseudaulacaspis pentagona*, durante duas semanas consecutivas (24/10 e 31/10) tivemos o maior número de exemplares, atingindo 1,3 pragas/armadilha/semana.

CONCLUSÃO

A capina manual mostrou-se o melhor método de controle para invasoras, tendo o maior controle, a menor altura de plantas e a menor massa verde total.

Nenhuma das pragas amostradas atingiu densidade populacional igual ou superior ao nível de controle, mostrando-nos não haver necessidade de efetuar alguma método de controle.

REFERÊNCIAS

- BALBINOT, Marciano et al. Controle de plantas daninhas na fruticultura através de plantas de cobertura no manejo do solo. **2º Simpósio de Agronomia e Tecnologia em Alimentos**. Novembro. 2015.
- BOTTON, Marcos et al. Bioecologia, monitoramento e controle da mariposa-oriental na cultura do pessegueiro no Rio Grande do Sul. **Circular Técnica Embrapa**. Bento Gonçalves-RS Setembro, 2011.
- DURIGAN, Julio Cezar. Manejo de plantas daninhas em pomares. In: Encontro Nacional sobre Fruticultura de Clima Temperado, Fraiburgo, SC. **Epagri**. 2001.
- FONTES, José Roberto Antonial; GONÇALVES, José Ricardo Pupo. Manejo Integrado de Plantas Daninhas. **I Simpósio sobre Manejo de Pragas**. 2009.
- KESKE, Cláudio. Controle fitossanitário e qualidade de frutos em ameixeira e pessegueiro sob sistema orgânico no Alto Vale do Itajaí, SC. **UFSC, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas**. Florianópolis. 2004.
- MEDEIROS, Antônio Roberto Marchese de; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. Plantas daninhas na cultura do pessegueiro. **EMBRAPA**. 2007.
- MIGLIORANZA, Sara Carolina. Poda verde e raleio de frutos em plantas de pessegueiro. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Curitibanos. 2018.
- NAVA, Dori Edson et al. PESSEGUEIRO: insetos e ácaros pragas. **EMBRAPA**. p. 435-436. Brasília. 2014.
- RUFATO, Leo et al. Panorama nacional da produção de pêssego. **Revista Campo e Negócios**. 2017.
- SANTOS, Janaína Pereira dos et al. Índices de infestação da mosca-das-frutas sul-americana em frutíferas nativas em Caçador, SC, Brasil. **I Congresso Luso Brasileiro de Horticultura | Sessão Fruticultura Temperada e Tropical**. 2018.

UMA NOVA PROPOSTA DE MOBILIÁRIO URBANO¹

Cleberton Campina de Souza, cleberton141@hotmail.com²

Karoline Vezoli, karolvezoli@hotmail.com³

Alexandre Schermach, schermach@gmail.com⁴

Cláudia Maté, claudia.mate@uniarp.edu.br⁵

Resumo – O presente trabalho possui como temática o mobiliário urbano sustentável, tendo como objetivo o desenvolvimento do projeto de um mobiliário urbano sustentável e confortável aos usuários de um espaço público bastante conhecido na cidade de Caçador-SC, o Largo Caçanjurê. O projeto foi elaborado com base na metodologia do *design thinking*, desenvolvendo as etapas de pesquisa bibliográfica e de campo, ideação e prototipação. Visando manter a história do local dando comodidade e conforto aos usuários, deu-se enfoque em dois aspectos: opiniões e sugestões do público que faz uso do local, já que este possui consciência das necessidades do espaço; e, o segundo, a valorização da história e da cultura do município, aspecto que direcionou utilização dos Pinus como inspiração do projeto. Como resultado, tem-se a proposta de um mobiliário urbano, uma área de estar coberta, que proporciona conforto aos usuários um dos principais pontos de concentração de pessoas que utilizam o transporte público.

Palavras-chave: Autossuficiência. Conforto. Cultura. Funcionalidade. Harmonia.

INTRODUÇÃO

Os mobiliários urbanos são elementos integrantes do espaço urbano com diferentes funções – estética, orientação e sinalização, circulação e transporte, iluminação, descanso -, relacionadas com as necessidades da população, principalmente na garantia de conforto, segurança e bem-estar dos usuários.

Quem já esperou pelo transporte público em um dia chuvoso, em lugar descoberto, andou por uma rua mal iluminada e se sentiu inseguro, ou ainda teve dificuldade para chegar até o destino por questões de acessibilidade e orientação, sabe que o mobiliário urbano, mesmo essencial, não atende com qualidade as necessidades dos habitantes.

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo desenvolver o projeto de um mobiliário urbano sustentável para o Largo Caçanjurê. Apesar de o Largo localizar-se em local estratégico na cidade, ser uma área com grande fluxo de pessoas, inclusive usuários do transporte público, não há uma estrutura favorável para os caçadorenses. Através do projeto, a partir das necessidades identificadas junto aos usuários, pretende-se proporcionar conforto e bem-estar aos usuários, não deixando de lado toda a história envolvendo o local.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

⁴ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, Me. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

MOBILIÁRIO URBANO

Mobiliário urbano é o conjunto de objetos e elementos que complementam a infraestrutura da cidade, colocados a serviço dos habitantes e necessários ao bom funcionamento da cidade, como: pontos de ônibus, bancas de jornal, bancos, lixeiras, floreiras, postes de iluminação, placas de sinalização e outros (ELOY, 2019).

Os mobiliários urbanos são elementos de muita importância no espaço público, afinal, com a presença dos mesmos é possível agregar qualidade ao espaço urbano, ou quando mal planejados, desarmonizar o ambiente das cidades, em função de seu formato, material, etc. (ELOY, 2019). Segundo o mesmo autor, os requisitos básicos para um bom mobiliário urbano são: a funcionalidade, durabilidade, racionalidade, bom desenho, beleza, além dos complementos específicos de cada finalidade.

Quando pensamos e pesquisamos materiais para mobiliários urbanos, Yücel (2013) destaca que os mais utilizados são o aço e a madeira, mas outros materiais como concreto e painéis fotovoltaicos também podem ser usados. A madeira de reflorestamento apresenta vantagens ambientais e econômicas como recurso renovável, mas sua resistência, durabilidade e manutenibilidade diminuíram. Já o aço inoxidável é altamente resistente e requer menos manutenção, porém tende a apresentar um custo inicial mais elevado e possui alto consumo de energia durante o ciclo de vida. O concreto tem diferentes formas que são fáceis de dar forma, mas exigem mais manutenção (YÜCEL, 2013).

Quanto aos painéis fotovoltaicos, atualmente existem três tipos principais de sistemas para captação da energia solar: Sistema Solar Térmico, Sistema Solar Fotovoltaico e Sistema Termossolar (MOTTA, 2015). A energia fotovoltaica é produzida a partir da luz solar, podendo ser gerada até mesmo em dias nublados ou chuvosos, de forma que quanto maior a radiação, maior será a geração de eletricidade produzida (SOLAR, 2016).

A conversão da energia solar é gerada por um processo que utiliza células fotovoltaicas, normalmente feitas de silício ou outro material semicondutor, de forma que, quando a luz solar incide sobre a célula fotovoltaica, os elétrons do material semicondutor entram em movimento, conseqüentemente gerando a eletricidade (SOLAR, 2016).

As vantagens de se utilizar a energia fotovoltaica são relacionadas por ECO CASA (2014) como:

- Confiável, inesgotável e gratuita;
- Energia limpa, sem poluição ou qualquer resíduo;
- Alta qualidade, sem harmônicas e sem ruídos;
- A instalação do sistema, que é modular, pode ser realizada em obras em andamento como em construções já realizadas.

SUSTENTABILIDADE EM MOBILIÁRIOS URBANOS

Mikhailova (2004, p 1) diz que “é provável que, nos anos recentes, nenhum conceito tenha sido citado tantas vezes, discutido e empregado em tantas pesquisas, como o conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade”.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2015) é importante que os governos municipais incentivem as construções sustentáveis. Intervindo diretamente através de incentivos financeiros, assim como atribuindo ao seu código de obras municipal, bem como na legislação do município.

Buscar um melhor ordenamento do ambiente urbano primando pela qualidade de vida da população é trabalhar por uma cidade sustentável.

Melhorar a mobilidade urbana, a poluição sonora e atmosférica, o descarte de resíduos sólidos, eficiência energética, economia de água, entre outros aspectos, contribuem para tornar-se uma cidade sustentável (BRASIL, 2015, p. 13).

“Estima-se que são gerados cerca de 2 a 3 bilhões de toneladas de entulho por ano em todo o mundo” (LEITE, 2001, p.16). No Brasil, as estimativas pontuais mostram uma geração de 220 a 670 quilos por habitante (JOHN, 2000).

A correta destinação dos resíduos sólidos é condição primordial para uma cidade sustentável. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em agosto de 2010, trouxe importantes instrumentos para que municípios de todo o Brasil iniciassem o enfrentamento aos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos (BRASIL, 2015, p 14).

METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho foi com base na metodologia do *Design Thinking*, seguindo suas cinco etapas. Inicialmente, na etapa de imersão foi realizada pesquisas bibliográfica, sobre materiais e alternativas sustentáveis que podem ser aplicadas na construção do mobiliário, procurando avaliar sua disponibilidade, durabilidade e aceitação no mercado; e pesquisa de campo, visando o levantamento sobre as necessidades do local. Para tanto, foi realizado um questionário com alguns usuários investigando o que eles acreditam que falta no Largo, e foram levantadas as medidas do ambiente e demais informações necessárias para projetar de forma mais precisa.

A ideação do projeto foi feita com base na história do município. Caçador é conhecido como a capital da indústria e da madeira, fato que embasou o surgimento da ideia de fazer o projeto com o formato de um Pinus. A partir disso, a prototipação do projeto, na qual foi levada em consideração as necessidades da população, projetamos um espaço de lazer, com o formato de um Pinus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da aplicação do questionário, foram obtidas respostas quanto às necessidades atuais do Largo. O Gráfico 1 retrata os aspectos levantados pelos usuários: iluminação, proteção, segurança, totem, estética e água potável.

Gráfico 1 – Necessidades atuais do Largo Caçanjurê.



Fonte: Os autores (2020).

Esse resultado foi a base para a tomada de decisão e elaboração do projeto que melhor se adequaria ao local. Foi confirmada a necessidade de um espaço

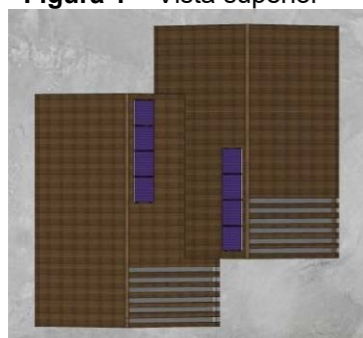
iluminado, que ofereça proteção e segurança, aspectos essenciais para o bem-estar dos usuários.

Para esta nova área de lazer na cidade, buscou-se introduzir bancos cobertos que podem ser utilizados para diversos fins utilizando materiais que tragam sustentabilidade e facilidade, como a madeira de reflorestamento que mostra vantagens ambientais e econômicas como recurso renovável e tem uma boa resistência. E para abastecimento da energia do local, há placas fotovoltaicas instaladas na cobertura do mobiliário.

O formato do projeto provém das diversas indústrias do município, as quais fizeram com que Caçador se tornasse a “Capital Industrial do Centro-Oeste”, com destaque para o setor madeireiro. Como o hino da cidade mesmo diz: *É Caçador Capital da indústria, das parreiras e dos pinheiros*. Isso justifica o uso do formato de um Pinheiro na obra.

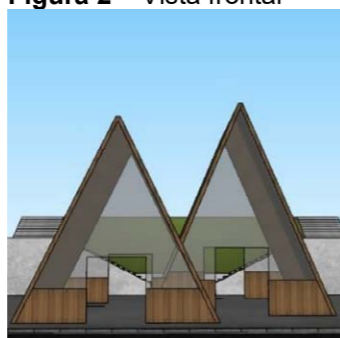
Nas Figuras 1 e 2 são apresentadas, respectivamente, as vistas superior e frontal do projeto. Na Figura 1 é possível visualizar as placas fotovoltaicas para captação da energia e as aberturas em vidro para os ocupantes do espaço conseguirem visualizar a chegada de ônibus no local, na Figura 2 é possível ver como o projeto ficará no espaço, destacando o formato do Pinus e na Figura 3 é a imagem de Pinheiro (*Pinus*) com seu formato semelhante a um triângulo, para mostrar a inspiração do projeto.

Figura 1 – Vista superior



Fonte: Autores (2020).

Figura 2 – Vista frontal



Fonte: Autores (2020).

Figura 3 – Pinheiro (Pinus)



Fonte: Pinus Elliottii (2020)

O projeto visa inovar, não só por ser um mobiliário urbano com características fortes e marcantes, mas sim por ele também ser sustentável e autossuficiente. Com base nisso, a intenção foi promover melhorias para as pessoas que utilizam do local sem fugir da história e cultura do espaço abordado. Afinal, trata-se de um ponto histórico para a cidade de Caçador, SC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste trabalho, identificamos a importância do mobiliário urbano para o município, as pessoas precisam de conforto, pois esperar o ônibus em um local sem proteção alguma, onde mal se tem um local para se sentar e muito menos poder se proteger da chuva, não é harmônico.

O mobiliário não serve só apenas para proteger os usuários do tempo – sol, chuva, vento -, ele é muito importante para o desenvolvimento do município, de modo geral contempla o desenvolvimento da cidade.

Há a necessidade de o mundo se abrir mais para a sustentabilidade. A reutilização de materiais é positiva, mas as pessoas precisam aderir a ideia, pois é evidente que muitos não se importam com o futuro da natureza.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Márcio Augusto. A moderna construção sustentável. **AECweb – Revista Digital**. 2008. Disponível em: https://www.aecweb.com.br/cont/a/a-moderna-construcao-sustentavel_589 Acesso em: 1 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Construção Sustentável**. 2015. Disponível em <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/construcao-sustentavel>. Acesso em: 1 nov. 2020.

ECO CASA. **Energia Fotovoltaica: Geração de Energia Elétrica com Energia Renovável do Sol**. 2014. Disponível em <http://www.ecocasa.com.br/energia-fotovoltaica> Acesso em: 1 nov. 2020.

JOHN, Vanderley M. **Reciclagem de resíduos na construção civil: contribuição à metodologia de pesquisa e desenvolvimento**. 2000. Tese (livre docência) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: www.repositorio.usp.br/item/001124878 Acesso em: 27 out. 2020.

LEITE, Mônica Batista. **Avaliação de propriedades mecânicas de concretos produzidos com agregados reciclados de resíduos de construção e demolição**. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/21839> Acesso em: 27 out. 2020.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria, RS. n. 16, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442> Acesso em: 1 nov. 2020.

MOTTA, Chairen. **Energia e Sustentabilidade**. 2015. Disponível em https://prezi.com/me35xg-f_5kj/energia-e-sustentabilidade/ Acesso em: 1 nov. 2020.

SOLAR. **Energia Fotovoltaica**. 2020. Disponível em <http://www.portalsolar.com.br/energia-fotovoltaica.html> Acesso em: 1 nov. 2020.

YÜCEL, Gökçen Firdevs. **Mobiliário urbano e amenidades: Projetando o urbano voltado para o usuário panorama**. Avanços na Arquitetura Paisagista. 2013. Disponível em: <https://www.intechopen.com/books/advances-in-landscape-architecture/street-furniture-and-amenities-designing-the-user-oriented-urban-landscape> Acesso em: 28 out. 2020.

MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL PARA O LARGO CAÇANJURÊ¹

Carolina da Silva, carolina.silva@hotmail.com²
Caroline Bressan, carolbressan24@gmail.com³
Claudiceu Luiz Rech, ceceu_rech@hotmail.com⁴
Marco Antonio Urío, marcourio@hotmail.com⁵
Alexandre Schermach, schermach@gmail.com⁶
Cláudia Maté, claudia.mate@uniarp.edu.br⁷

Resumo - Com a expansão das cidades e a vida agitada do dia a dia tornou-se necessário repensar alguns conceitos para o mobiliário urbano, pois este tema tem se tornado cada vez mais frequente. Dessa forma, é preciso levar em consideração vários fatores até poder alcançar o resultado de um mobiliário urbano adequado e dentro das normas. O presente trabalho objetiva o desenvolvimento de mobiliário urbano firmado em pilares de acessibilidade e sustentabilidade, para o Largo Caçanjurê, localizado na Avenida Barão do Rio Branco, no Centro, na Cidade de Caçador – SC. A metodologia adotada para a elaboração do trabalho é baseada no *Design Thinking*. Primeiramente foi desenvolvida a imersão, através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, que conjuntamente embasaram a etapa da ideação, com a proposição das soluções formais e escolha de materiais. Na sequência, passou-se para etapa de prototipação, com o desenvolvimento do mobiliário em escala 1:20. Ao final deste trabalho pode-se perceber a necessidade de um novo mobiliário urbano que atenda a toda a população caçadoreense, independente da estação do ano, clima e previsão do tempo. O protótipo elaborado busca atender todos os usuários Caçadoreenses buscando acessibilidade e sustentabilidade.

Palavra-chave: Mobiliário Urbano. Sustentabilidade. Espaços Públicos.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos percebe-se a importância que o mobiliário urbano bem elaborado tem no cotidiano da população. Diante disso, primeiramente, define-se o termo mobiliário urbano, onde a NBR 9283 (ABNT, 1986, p. 1), os entende como “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados”. Segundo Freitas (2008, p. 153), “o mobiliário urbano contribui para a estética e para a funcionalidade dos espaços, da mesma forma que promove a segurança e o conforto dos usuários”.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrados da 2ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Me. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Dessa forma, entende-se a necessidade de os espaços urbanos serem cada vez mais elaborados e desenvolvidos com materiais mais sustentáveis, priorizando o conforto, a segurança e a funcionalidade para todas as pessoas.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas define o termo sustentabilidade como sendo o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (WWF, 2020). Sendo assim, torna-se importante o entendimento dessa nova realidade por parte dos administradores municipais e a busca constante em agregar o mobiliário urbano com a sustentabilidade.

Diante disso, tem-se a necessidade de pesquisar sobre como criar um mobiliário urbano de modo sustentável para o Largo Caçanjurê, situado na cidade de Caçador/SC. Para este trabalho, torna-se essencial a percepção e o entendimento da rotina do local, do público que ali transita, quais são suas necessidades, bem como a funcionalidade que o mobiliário a ser produzido precisará ter.

Este trabalho justifica-se, pelo fato de que o Largo Caçanjurê ser um ponto central da cidade de Caçador, tendo um elevado fluxo de pessoas que utilizam o local para descanso, bem como vendas ou até mesmo a espera do transporte público, sendo que o mesmo não possui um mobiliário urbano adequado e confortável.

Para tal, temos como objetivo elaborar um mobiliário urbano que seja sustentável e funcional para o público que geralmente circula naquela área, visando atender a maior parte das necessidades desses usuários.

MOBILIÁRIO URBANO E SUSTENTABILIDADE

A NBR 9050 (ABNT, 2015) descreve mobiliário urbano como conjunto de objetos instalados em vias e espaços públicos, sobrepostos ou anexados aos elementos componentes de urbanização ou de edificação. Ao serem inseridos em um meio, estes objetos, quando modificados ou transportados não devem causar mudanças relevantes ao ambiente (ABNT, 2015).

Equipamentos como semáforos, postes de sinalização e semelhantes, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga são exemplos de mobiliários urbanos (ABNT, 2015).

Já o termo sustentabilidade “refere-se à existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana em um nível específico de bem-estar através de futuras gerações” (LÉLÉ, 1991 apud SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 4)

“A sustentabilidade é um conceito normativo sobre a maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza, e como eles são responsáveis para com o outro e as futuras gerações” (AYRES, 2008 apud SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 4). “A sustentabilidade é condizente ao crescimento econômico baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais” (LOZANO, 2012 apud SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 4)

O conceito de mobiliário urbano sustentável remete à capacidade de atender as necessidades da população em todas as suas esferas, sendo assim, capaz de acompanhar o constante processo de transformação das cidades, seja, “alterando seu desenho, incorporando novos materiais, novas tecnologias, novos formatos, assumindo também, novas funções, tornando-se [...] uma referência visual da história e dos costumes de seus habitantes.” (MONTENEGRO, 2017, p. 129).

METODOLOGIA

O desenvolvimento do projeto de um mobiliário urbano para o espaço público Largo Caçanjurê foi embasado na metodologia do *Design Thinking*. As fases da concepção do produto foram divididas em imersão no assunto, ideação, prototipação em maquete, implantação e validação do mobiliário urbano, ocorrendo de maneira sequencial.

A etapa inicial, realizada através de pesquisa bibliográfica e de campo, consistiu em uma abordagem sob os aspectos estéticos, funcionais, método de fabricação, custos e sustentabilidade, buscando identificar a necessidade dos usuários da via pública que por ali transitam e fazem uso do espaço.

Partindo das informações reunidas na primeira etapa, iniciou-se a etapa de ideação, com o *brainstorming* sobre o projeto e sobre as propostas para solucionar o problema apresentado. Foram avaliadas as alternativas de materiais para o projeto sendo escolhidos MLC – Madeira Laminada Colada, que garante ao projeto grande durabilidade, resistência à umidade e possibilidade da reprodução de diversos formatos; e o Policarbonato, pela trabalhabilidade, resistência a impactos, leveza, proteção contra raios ultravioleta e facilidade em ser moldado.

Na sequência, com a definição da solução, foi desenvolvida a etapa da prototipação. Nesta etapa, realizou-se alguns testes em função do acabamento que teriam as linhas orgânicas do mobiliário, bem como quais seriam as dimensões ideais a serem utilizadas que melhor atenderiam as necessidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Largo Caçanjurê, atualmente, possui dimensões 19,78m de comprimento e 16,50 de largura então para a realização do protótipo foi utilizada a escala 1:20, onde foram usados os materiais usados e explicados anteriormente na metodologia. O protótipo, ao fim da sua elaboração, resultou na seguinte forma (Figura 1).

Figura 1 – Estrutura da cobertura do mobiliário



Fonte: Autores (2020).

O protótipo foi elaborado visando atender as necessidades diárias das pessoas que ali transitam e permanecem, dessa forma foi desenvolvido um banco com 9 metros de comprimento e cobertura, para abrigar várias pessoas ao mesmo tempo. Nas laterais desse banco, foi utilizado uma placa de Policarbonato para o fechamento, evitando assim que as pessoas ficassem molhadas em dias de chuva. Respeitou-se ainda, a altura de 2,50 metros para a cobertura desse banco, com a finalidade de que ao desembarcarem do ônibus, as pessoas não batassem a cabeça (Figura 2).

Figura 2 – Vista frontal do mobiliário.



Fonte: Autores (2020).

Tornou-se necessário utilizar uma cobertura para esse banco, para que protegesse as pessoas em dias chuvosos. Dessa forma, se manteve a linguagem orgânica na estrutura de sustentação dessa cobertura e entre esses pilares, foi utilizado para fechamento, placas de policarbonato, mantendo a transparência e a visibilidade do jardim retratado no centro desse ambiente (Figura 1 e 2).

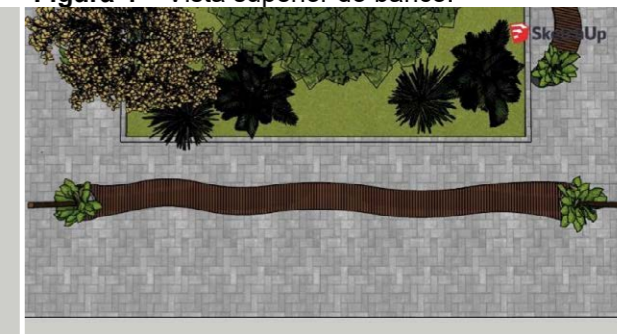
Como a principal intenção desse projeto era desenvolver um banco em meio ao centro da cidade que atendesse as necessidades daqueles que por ali passam ou aguardam o transporte público, optou-se por trazer um pouco da natureza para este conceito (Figura 3). O protótipo foi desenvolvido a partir das formas orgânicas encontradas na natureza, ou seja, um banco com linhas curvas e toques de vegetação para dar uma sensação de tranquilidade em meio à vida agitada da cidade (Figura 4).

Figura 3 – Vista superior do Largo Caçanjurê.



Fonte: Autores (2020).

Figura 4 – Vista superior do banco.



Fonte: Autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho pôde-se perceber a necessidade de um novo mobiliário urbano que atenda a toda a população caçadoreense independente da estação do ano, clima e previsão do tempo.

O protótipo elaborado busca atender todos os usuários caçadoreenses buscando acessibilidade e sustentabilidade está fundamentada nos seus três pilares que são economia, o social e o ambiental.

REFERÊNCIAS

- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9283:** Mobiliário Urbano. Rio de Janeiro, 1986.
- FREITAS, Ruskin Marinho de. Mobiliário Urbano. In: MASCARO, Juan Luís (org.). **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre: Mais Quatro, 2008.
- MAGALHÃES, Lana. **Desenvolvimento sustentável**. Toda Matéria. 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 14 set. 2020.
- MONTENEGRO, Glielson. Sustentabilidade e design de mobiliário urbano no espaço público: é possível? **Actas de Diseño** Ano XII, v. 23, p. 129 – 135. jul., 2017, Buenos Aires, Argentina; XII Encuentro Latinoamericano de Diseño “Diseño en Palermo” VIII Congreso Latinoamericano de Enseñanza del Diseño Disponível em: https://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/vista/detalle_articulo.php?id_ibro=651&id_articulo=13594. Acesso em: 22 set. 2018.
- SARTORI, Simone; LATRONICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M.S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 01-22, mar., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2020.
- WWF – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O que é Desenvolvimento Sustentável**. 2020. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/#:~:text=A%20defini%C3%A7%C3%A3o%20mais%20aceita%20para,os%20recursos%20para%20o%20futuro. Acesso em: 20 nov. 2020.

COMO DESENVOLVER UM MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL PARA O LARGO CAÇANJURÊ?¹

Julia Gabriela Lorenzoni, juliaglorenzoni@outlook.com²
 Rebeca Nascimento de Albuquerque, becalbuquerque@outlook.com³
 Sabrina Santos Bardella, sabrinabardella1@gmail.com⁴
 Alexandre Schermach, schermach@gmail.com⁵
 Cláudia Maté, claudia.mate@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Este trabalho tem como tema mobiliários urbanos e de que maneira os mesmos podem ser construídos de forma sustentável, atendendo às necessidades dos usuários e do local. Será abordada a importância da escolha dos materiais e das medidas de segurança, visando alcançar o maior público possível, de maneira segura e durável. O trabalho tem como objetivo desenvolver a proposta de mobiliário urbano sustentável para o Largo Caçanjurê, em Caçador. Para tanto, a metodologia, baseada no *Design Thinking*, envolveu as etapas de imersão, ideação, prototipação, validação. A partir desta pesquisa, foi elaborado um protótipo exemplificando um modelo de mobiliário para o Largo Caçanjurê, que trouxesse segurança, comodidade e lazer ao ambiente e seus frequentadores.

Palavras-chave: Materiais. Mobiliário Urbano. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o tema mobiliário urbano sustentável, que tem como finalidade ser um elemento inserido no espaço público que cumpra com a função de tornar a cidade mais confortável, organizada, funcional e consciente a partir da adoção de medidas sustentáveis. Atualmente, existem poucos lugares públicos que visem tanto a preservação do meio ambiente, quanto a sua funcionalidade, sendo uma área de descanso e lazer que, também embelezem a paisagem urbana.

Para tanto, o objetivo desse trabalho é entender qual a melhor maneira de se desenvolver um mobiliário urbano sustentável, a partir de técnicas e materiais, e apresentar um mobiliário urbano que atenda aos critérios apresentados, oferecendo à população uma solução prática e confortável em seu dia-a-dia de forma acessível e sustentável, expressando a preocupação pública com o meio ambiente para que o público em geral seja influenciado a adotar outras medidas sustentáveis.

MOBILIÁRIO URBANO, MATERIAIS E SUSTENTABILIDADE

De acordo com a NBR 9283 (ABNT, 1986, p. 1) mobiliário urbano é definido como “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, titulação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados”. Assim, podemos considerar como mobiliário urbano: abrigos de ônibus, cabines telefônicas, bancos, postes, lixeiras, etc.

Por outro lado, para Gil (2011 apud FERROLI et al., 2019) mobiliário urbano é definido como um conjunto de utensílios urbanos que estão inseridos em um espaço público com o objetivo de oferecer serviços específicos e funções distintas respondendo às necessidades da população. Sendo de suma importância sua relação com a arquitetura pois altera a paisagem urbana, necessitando que em sua escolha de forma e materiais tenha-se a devida cautela com fatores mercadológicos e culturais da região na qual será inserido.

Buscando a integração do modelo ESA (Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental) com os materiais utilizados em mobiliários distintos, Ferrolí et al. (2019), sugerem a seguinte classificação para o mobiliário urbano: de uso externo, com quantidades elevadas de usuários, em ambientes com acesso livre ao público. Situado em um ambiente agressivo, sujeito a intempéries e com a possibilidade de vandalismo, devido ao seu uso intenso.

Para Yücel (2013 apud FERROLI et al., 2019) existem características que precisam ser respeitadas pelos mobiliários urbanos, para a garantia da segurança e proteção de seus usuários. Tanto os materiais quanto o projeto devem ser pensados para que acidentes sejam prevenidos, evitando o uso de arestas vivas e fixadores expostos.

Yücel (2013, apud FERROLI et al., 2019) também destaca que os materiais mais usados em mobiliários urbanos são o aço e a madeira. Também podem ser utilizados outros materiais como a pedra, o concreto, o plástico reciclado e outros. Destes pode-se considerar madeira de reflorestamento, como uma fonte renovável, que possui vantagens ambientais e econômicas, mas perde em resistência e durabilidade.

Librelotto et al. (2012 apud FERROLI et al., 2019) salientam ser necessário estabelecer determinados fatores como requisitos na escolha dos materiais de acordo com a relação entre a FEM (Ferramenta de Escolha e Seleção de Materiais) e a tríade ESA. São: fatores fabris e produtivos, fatores mercadológicos e sociais, fatores ergonômicos e de segurança, fatores estéticos, fatores econômicos, fatores ecológicos e ambientais.

Para Heskett (2005 apud FERROLI et al., 2019) o “espírito” de um centro urbano pode ser entendido a partir de seu mobiliário. Dessa forma, a inclusão de fatores ecológicos e medidas sustentáveis transmitem a seguinte mensagem: nossa cidade, nosso povo, se preocupam com o meio ambiente e com os temas econômicos, sociais e culturais atrelados a isso. Tal mensagem influi diretamente no comportamento das pessoas que, ao observarem ao redor, adotam para si atitudes e hábitos semelhantes com os que são incentivados na esfera pública.

METODOLOGIA

A partir de autores, artigos e sites sobre a definição do tema "Mobiliário Urbano Sustentável", a proposta de criação de um banco para o Largo Caçanjurê, em Caçador, Santa Catarina, e o direcionamento do *Design Thinking*, iniciou-se as devidas etapas. A começar pela etapa de imersão, na qual foi realizada uma pesquisa acerca dos principais pontos, como sustentabilidade, mobiliário e urbanismo, estabelecendo o que, para quem, porque e como.

Seguiu-se adiante, aprofundando as ideias em sustentabilidade, como integrá-la em um mobiliário e ao mesmo tempo atender à população. Buscando entender quais eram as necessidades dos usuários que frequentam o Largo a partir de pesquisas nos meios de comunicação da cidade, sobre as constantes reclamações da população sobre o local.

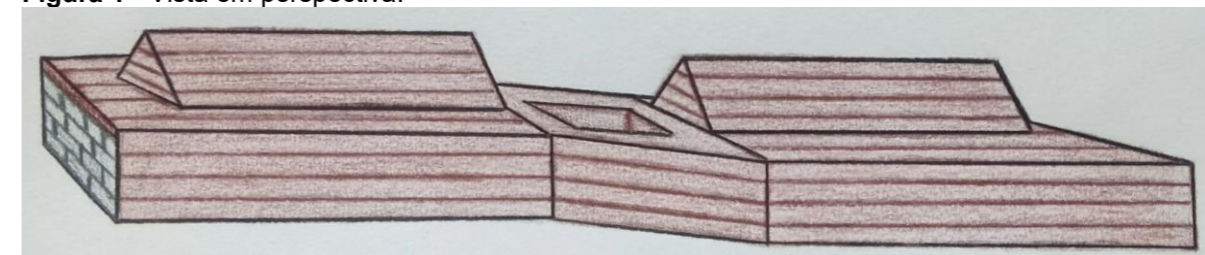
Então, passou-se para as etapas de ideação e definição, nas quais foi escolhido um modelo, entre dois, e seus materiais, a partir de obras correlatas e das definições teóricas supracitadas. Partindo dos devidos ajustes e da validação do projeto, foi implementado os estudos das etapas anteriores em um modelo ideal. Marcando, assim, a última etapa: a prototipagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a etapa da prototipagem concluída e a instalação no local pôde ser observados os efeitos do mobiliário. Foi utilizado em sua fabricação a madeira, como material predominante, e o tijolo ecológico em sua estrutura. Com isso, tem-se um banco esteticamente agradável, com temperatura confortável e estrutura duradoura.

É notável a contribuição para o local, visto que atendeu às necessidades da população que o utilizava para aguardar o transporte público, sem a mínima estrutura para tal. Foi investido em um banco com capacidade para oito pessoas, tendo seu espaço otimizado, sendo utilizado em ambos os lados, conforme pode ser visto na Figura 1.

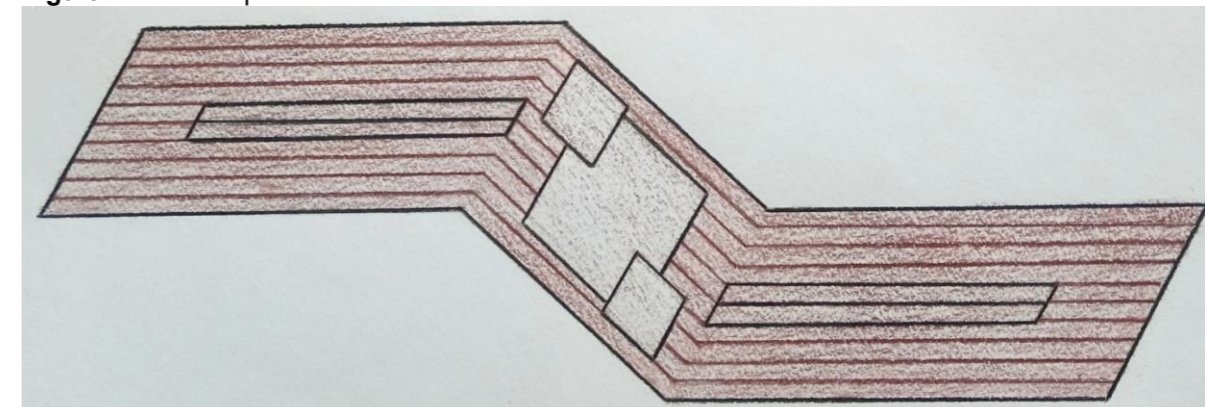
Figura 1 - Vista em perspectiva.



Fonte: As autoras (2020).

Além disso, tem-se a implantação de uma árvore em seu centro, proporcionando maior conforto, proteção e beleza, como também a instalação de lixeiras embutidas no próprio banco, contribuindo para sua funcionalidade, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Vista superior.



Fonte: As autoras (2020).

Para isso, foram priorizados materiais reciclados e ecológicos, como a madeira de demolição e o tijolo ecológico e também a utilização de mão-de-obra de profissionais que, devido à pandemia do Covid-19, encontram-se desempregados ou com pouca demanda de seus serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ademais, os objetivos foram alcançados: desenvolver ao Largo Caçanjurê, em Caçador, Santa Catarina, um banco que atendesse às necessidades do grande número de pessoas que ali frequentam, fazendo uso de materiais e técnicas que promovessem a sustentabilidade, solucionando alguns dos problemas que o local apresenta, proporcionando à população um ambiente funcional para auxiliar em sua rotina e servir de exemplo para que outras medidas sustentáveis também sejam implementadas nos mais diversos âmbitos.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9283**: Mobiliário Urbano. Rio de Janeiro, 1986.

FERROLI, Paulo Cesar Machado et al. Materiais e Sustentabilidade em Mobiliário Urbano. **MIX Sustentável**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 100-101, nov. 2019. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/mixsustentavel>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BANHEIROS PÚBLICOS EM PLENA PANDEMIA DO COVID-19

BANHEIROS PÚBLICOS MAIS SEGUROS¹

Lilian Lenz, lilian-lenz@hotmail.com²

Ana Lucia Córdova Wandscheer, ana.lucia@uniarp.edu.br³

Marcelo Wandscheer, marcelow@uniarp.edu.br⁴

Patrícia Costa Pellizzaro, patricia.costa@uniarp.edu.br⁵

Resumo – Com o surgimento de uma nova doença infecciosa que se originou na Ásia, e que se alastrou rapidamente, ocasionando uma paralisação nas cidades para tentar conter a contaminação das pessoas. No primeiro momento, foram fechados lojas, bares, restaurantes, hotéis e empresas. Moradores se resguardaram em suas casas. Então com a retomada gradual das atividades, surgiram muitas dúvidas de como devemos nos comportar em ambientes onde existe uma certa movimentação de pessoas de diversos lugares. Será que esses ambientes são realmente seguros? Neste contexto, esse trabalho tem como objetivo pesquisar as medidas de segurança em banheiros públicos, para tanto, a metodologia utilizada foi revisão bibliográfica e, tendo esta como base, a elaboração de uma cartilha de orientação para o uso desses espaços.

Palavras-chave: Banheiros públicos. Covid-19. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Depois de um período em que a maior parte da população ficou fechada dentro de sua própria casa para se proteger da Covid-19, há a necessidade da volta gradativa às atividades normais, no entanto, tomando algumas precauções e cuidados para evitar a contaminação.

Não é uma tarefa fácil já que foge bastante da rotina e costumes existentes. Há, por exemplo, a necessidade de se pensar novos ambientes, mais amplos e arejados, sendo um destes, e que atormenta muita gente, o banheiro público.

Os banheiros públicos estão presentes em muitos lugares – restaurantes, lanchonetes, bares, bancos, lojas, escolas e até no trabalho -, e sua utilização é compartilhada por diversas pessoas. O receio da grande possibilidade de contaminação gera certo desconforto para os usuários, mas desde que tomadas algumas precauções e atitudes, a sua utilização é possível e segura.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a sinalização da volta às aulas e a reabertura de shoppings, galerias, bares e restaurantes na pandemia, o cuidado ao usar o banheiro público deve ser

¹ O presente trabalho, refere-se ao Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora. Dra. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

redobrado. Mesmo se o banheiro for chique e bem decorado, ele pode esconder focos de contaminação. Por isso, todo o cuidado é pouco. (VIVABEM, 2020).

Em entrevista ao jornal britânico Daily Mail, o engenheiro Qingyan Chen, da Universidade de Purdue, nos Estados Unidos, disse que quando as fezes ou partículas de urina são agitadas pelo fluxo da água, elas podem sair em forma de aerossol e serem liberadas no ar do banheiro caso a tampa do vaso sanitário não esteja fechada na hora da descarga. Dessa forma, o vírus pode ir para superfícies próximas, como paredes e toalhas. Por isso, o engenheiro alerta para que as pessoas não se esqueçam dessa recomendação básica: abaixar a tampa do vaso antes de dar descarga. A estimativa é que esse simples gesto evita que 80% das partículas escapem do vaso sanitário. (MANSUIDO, 2020).

Sabe aquele secador de mãos, que geralmente tem em banheiros de shopping? Esqueça durante a pandemia! “O mais adequado é usar a toalha descartável. O secador de mãos não é recomendado, por mais que a gente não entre em contato com as bordas, o processo de secagem de ar comprimido por si só pode fazer a locomoção do vírus e ser uma possível fonte de contaminação”, ressalta o médico sanitário. (MANSUIDO, 2020)

Igor Marinho, infectologista de HC-SP (Hospital das Clínicas de São Paulo) e coordenador médico do hospital AACD, explica que as medidas de prevenção que são adotadas de forma genérica como usar máscaras, lavar as mãos e respeitar o distanciamento social, são ações suficientes para combater o vírus mesmo o banheiro sendo um ambiente com gotículas. “O recomendado é seguir regras de higiene normal e, se possível, usar máscara dentro do sanitário” (VIVABEM, 2020).

A principal via de contaminação da covid-19 continua sendo a saliva, mas a urina e as fezes também podem disseminar a doença. Com a descarga de tampa aberta, as gotículas aerossóis de urina podem se espalhar pelo ar, o que aumenta o risco de contágio. (CRUZ, 2020)

Com a volta ao trabalho, escolas e diversos espaços onde existe uma grande movimentação de pessoas, onde não temos o controle de onde elas estiveram e se estão se protegendo ou não, e se os ambientes estão sendo bem higienizados, devemos ter cuidados redobrados. Então tomando alguns cuidados básicos poderemos evitar a contaminação.

Então:

- Lave as mãos com frequência
- Passe álcool gel nas mãos se não for possível lavá-las
- Aguarde cerca de 20 segundos pelo menos para que o álcool gel faça o efeito correto,
- Use máscara
- Troque ela a cada 2 horas ou quando estiverem úmidas
- Quando for ao banheiro certifique-se que ele está bem ventilado
- Quando der a descarga, deixe a tampa do sanitário abaixada
- O banheiro deve ser higienizado com frequência com água sanitária e álcool com frequência,
- Para secar as mãos use papel toalha
- Mantenha o distanciamento de 1,5m entre cada pessoa
- O uso de certas espécies de vegetação, purificam o ar do ambiente, sem contar que embelezam o ambiente.
- Não utilize os secadores de mãos.

METODOLOGIA

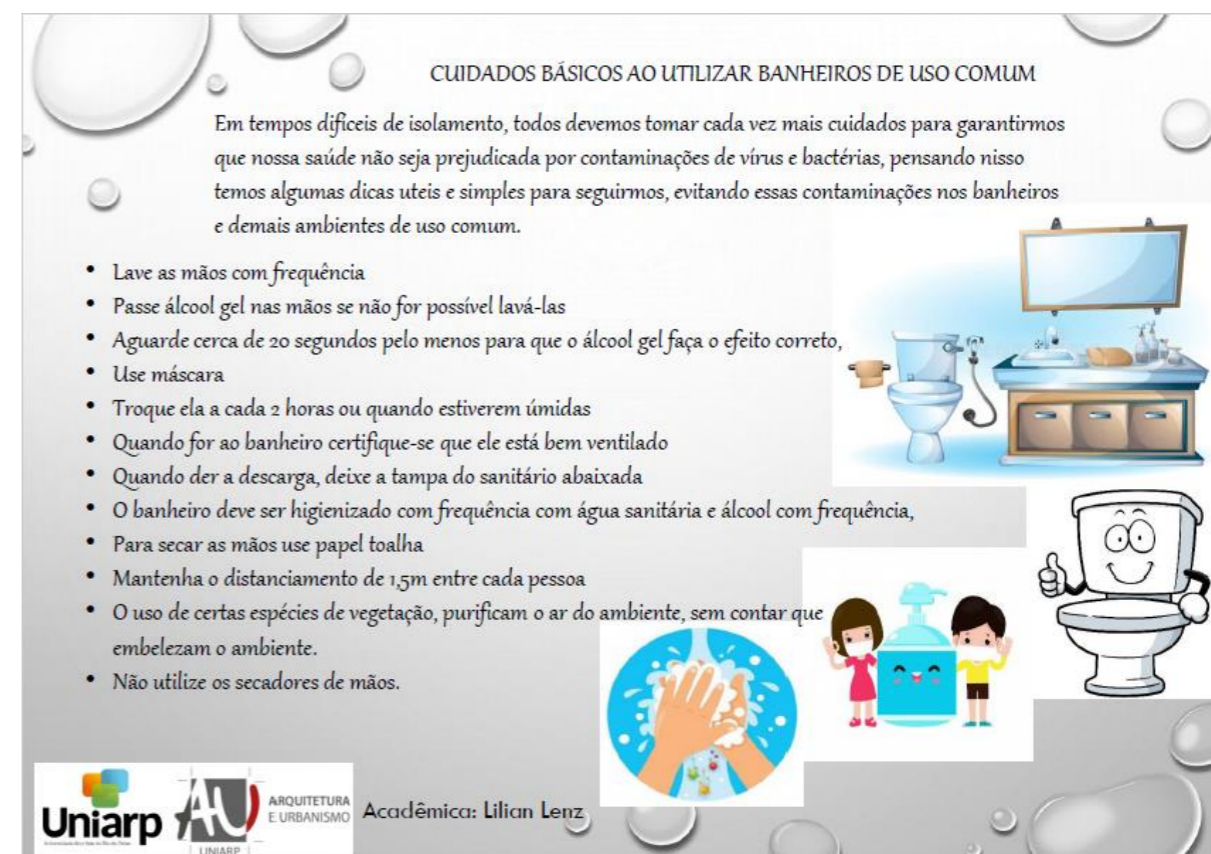
Este trabalho foi desenvolvido através da leitura de diversos artigos e sites que tratam desse assunto, que embasaram a elaboração da cartilha de boas práticas de higiene pessoais e orientação de utilização de banheiros públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da pesquisa elaborada, podemos observar as dificuldades enfrentadas por quem é infectado pelo vírus, e que tomando algumas atitudes referentes a higiene básica, podemos evitar complicações maiores para a nossa saúde,

Juntamente com este artigo será produzido uma cartilha com as orientações básicas que todos podem seguir, pois com alguns cuidados simples podemos evitar esta doença que está prejudicando a vida de muitas pessoas pelo mundo todo.

Figura 1 – Cartilha de cuidados básicos ao utilizar banheiros de uso comum.



Fonte: A autora (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então neste momento que a medicina está descobrindo como a covid-19 se desenvolve no organismo das pessoas, e está sendo visto que as consequências são bem complicadas, a melhor escolha que temos é evita-la, já que não temos uma medicação que seja específica para esta doença e que seja totalmente eficaz, e tomando alguns cuidados podemos evita-la.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Eloá. **Riscos de covid-19 em banheiros públicos: médico sanitarista orienta como se prevenir.** Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/viva/risco-de-covid-19-no-banheiro-publico-medico-sanitarista-orienta-como-se-prevenir/>. Acesso em: 22 nov. de 2020.

MANSUIDO, Mariane. **Corona vírus: veja os cuidados que devemos ter ao usar banheiros públicos ou compartilhados.** Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/coronavirus/blog/coronavirus-veja-os-cuidados-que-devemos-ter-ao-usar-banheiros-publicos-ou-compartilhados/>. Acesso em: 22 nov. de 2020.

CARVALHO, Priscila. **Covid-19: será que usar banheiro público é seguro? Veja o que dizem médicos.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/07/08/banheiro-publico-e-seguro-quais-riscos-de-ser-infectado-pelo-coronavirus.htm>, Acesso em: 19 nov. de 2020.

PINHEIRO, Chloé. **Covid-19 é doença sistêmica: conheça estragos e sintomas fora dos pulmões.** Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/covid-19-e-doenca-sistematica-conheca-estragos-e-sintomas-fora-dos-pulmoes/>. Acesso em: 23 nov. de 2020.

FERREIRA, Cláudio. **Corona virus: como usar banheiros públicos.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/675753-coronavirus-como-usar-banheiros-publicos/>. Acesso em: 22 nov. de 2020.

MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL E INOVADOR¹

Aline Aparecida Ribeiro, alineap.ribeiro@hotmail.com²
Emanuelle Martins, emanuellemartttt@outlook.com³
Alexandre Schermach, schermach@gmail.com⁴
Cláudia Maté, claudia.mate@uniarp.edu.br⁵

Resumo – Cada vez mais nos dias de hoje as cidades são poluídas, não sabendo aproveitar os materiais sustentáveis para que seja possível ajudar o meio ambiente. Este trabalho possui como seu tema e objetivo principal o mobiliário urbano sustentável, sendo ele um banco, e pensando nisso e nas necessidades do local escolhido, foi elaborado um banco/ponto de ônibus desenvolvido através de diversas pesquisas de conceito e definição de sustentabilidade, mobiliário urbano e materiais. Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa foi utilizado a metodologia de caráter exploratório. O projeto permite que haja economia sem desperdício de materiais para o desenvolvimento do mobiliário. A partir das análises coletadas, pode-se concluir que os usuários acreditam que um banco/ponto de ônibus sustentável possa trazer melhorias na questão de mobilidade urbana bem como as melhorias de espera no transporte público.

Palavras-chave: Mobiliário. Urbano. Projeto. Sustentável.

INTRODUÇÃO

Mobiliário urbano não está vinculado somente a atender mobilidade urbana. Mobiliário urbano é um conjunto de elementos que são instalados em espaços públicos para cumprir determinada finalidade, idealmente colaborando com a convivência entre as pessoas e tornando a vida na cidade mais organizada e confortável (WIKIHAUS, 2019).

Pensando na mobilidade urbana, notamos que os usuários ao se deslocar de suas residências em algum momento irão utilizar algum tipo de mobiliário urbano. O local definido é precário em questão de acessibilidade, em dias chuvosos ou de muito sol, não existe segurança e conforto para que o público que faz uso do local possa se proteger da forma correta, principalmente em horários de pico.

É de muita importância e é perceptível que na cidade não contém nenhum espaço de espera de ônibus como um banco, trazendo segurança e bem-estar a quem está fazendo uso do mesmo, um local de utilização confortável e principalmente que atenda a demanda da população no dia a dia através de diversos fatores.

Analisando os diversos fatores que atualmente sofrem uma deficiência no local a ser estudado e trabalhado, foi analisado a alternativa de trazer para nossa cidade, um mobiliário urbano sustentável e inovador, um banco/ponto de ônibus, que atenda às necessidades do público e principalmente em questão de lotação e ergonomia, que

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, Me. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

acrescente ao meio ambiente e ajude a não agredi-lo mantendo uma altura ideal para que tanto um adulto, criança ou idoso se sinta confortável, um encosto para que a postura fique correta, uma cobertura para que atenda as condições climáticas, placas fotovoltaicas para alimentação de energia primária, horários de ônibus para fácil localização, espaço para cadeirante, e materiais sustentáveis e resistentes.

Este trabalho possui como seu tema e objetivo principal o mobiliário urbano sustentável, sendo ele um banco, e pensando nisso e nas necessidades do local escolhido, foi elaborado um banco/ponto de ônibus desenvolvido através de diversas pesquisas de conceito e definição de sustentabilidade, mobiliário urbano e materiais, o projeto permite que haja economia sem desperdício de materiais para o desenvolvimento do mobiliário.

MOBILIÁRIO URBANO

O mobiliário urbano diz muito sobre a cidade e como ela é pensada, é um conjunto de elementos inseridos em um meio, local, ambiente para atender e cumprir certas finalidades e necessidades. Desta forma (KOHLSORF, 1996, p. 160-161):

Trata o mobiliário urbano como integrante dos elementos complementares do espaço urbano, afirmando que esses elementos possuem características de maior mobilidade e menor escala” e muitas vezes são os principais responsáveis pela imagem dos lugares.

SUSTENTABILIDADE

É um fator muito importante onde tem o dever de cumprir as necessidades e demandas no que se diz ao desenvolvimento econômico que não agrida o meio ambiente. Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações (DIAS, 2004).

Adotar a sustentabilidade ajuda na qualidade de vida tanto do meio ambiente quando da população. A adoção de ações de sustentabilidade garante a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garante os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações (DIAS, 2004).

MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL: MATERIAIS

De acordo com Dias (2004), a sustentabilidade é a utilização de materiais sustentáveis que ajudem o meio ambiente e traga maior qualidade de vida reduzindo custos e consumos de energia se utilizado meios de matéria prima bem como a captação de energia solar através de placas fotovoltaicas. A energia foi escolhida pois traz economia e pode ficar se alimentando da luz solar durante o dia e a noite alimenta os pontos de luz e letreiro.

A utilização de certos materiais diz muito sobre a palavra “sustentável”, materiais que não agriam o meio ambiente e que tenham como mão de obra recursos como um marceneiro aposentado etc., coisas que agreguem ao meio ambiente e ao mobiliário. “Madeira plástica é um material feito com matéria-prima reciclada que imita a aparência da madeira natural. Madeira: trata-se de uma solução

sustentável utilizada para diversas finalidades como revestimentos e confecção de móveis.” (VIVA DECORA, 2020, n.p).

Estruturas de aço, ferro, com pintura eletrostática, os benefícios dessa pintura são: alta proteção, resistência a impactos, resistência a raios, corrosão, altas temperaturas, resistência à abrasão, produtos químicos e manchas, dispensa o uso de solventes orgânicos, não agride o meio ambiente, já que não utiliza solvente, não ocorre perda do material na aplicação. O pó que não fica na peça é reaproveitado. Estima-se que uma parcela superior a 30 % do aço produzido no mundo seja usada para reposição de peças e partes de equipamentos e instalações, deterioradas pela corrosão (NUNES; LOBO, 2007). Foi utilizada pois a pintura não agride o meio ambiente e a estrutura é de alta resistência.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido Largo Caçanjurê, localizado no centro da cidade de Caçador, e teve como base metodológica o *Design Thinking*. A primeira etapa consistiu em pesquisa exploratória, na qual foi realizada pesquisa bibliográfica, investigando sobre os materiais, mobiliários urbanos e sustentabilidade, e pesquisa de campo, para identificação de fatores e necessidades locais, com observação *in loco* e aplicação de questionário aos usuários.

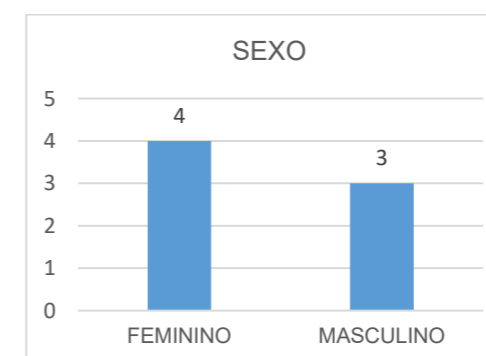
Na sequência, com base nessas informações, foi desenvolvida a etapa de ideação, com o lançamento de diferentes propostas formais e de materiais. Com a definição da solução e de materiais – madeira plástica, fabricada a partir de reciclagem de diferentes tipos de plástico; placas fotovoltaicas, que utilizam a energia solar como matéria prima; ferro com pintura eletrostática, dispensando o uso de solventes orgânicos, sem agredir o meio ambiente -, foi elaborado o protótipo.

Para o desenho da proposta inicial do protótipo foram utilizados os softwares Autocad, e Sketchup, e na sequência foi desenvolvida a maquete física, a qual foi utilizada palitos de churrasco, papel paraná, spray prata, tinta preta e vegetação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

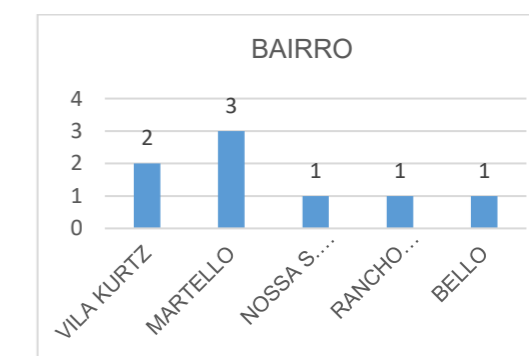
A partir do questionário aplicado aos usuários do Largo Caçanjurê, quatro mulheres e três homens (Gráfico 1) pertencentes a cinco bairros de Caçador (Gráfico 2), foram identificadas algumas necessidades do local em relação ao mobiliário urbano.

Gráfico 1 – Identificação de sexo:



Fonte: Autoras (2020).

Gráfico 2 – Identificação de bairro:



Fonte: Autoras (2020).

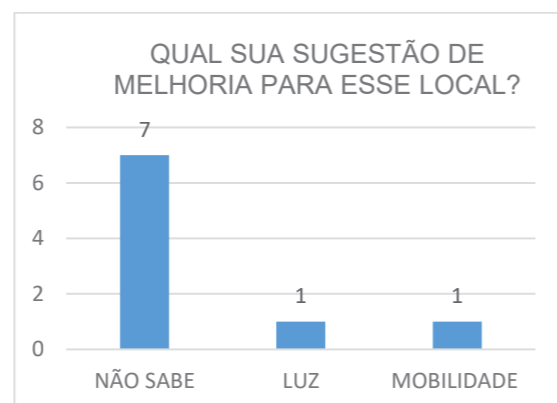
O Gráfico 3 demonstra os aspectos que os usuários julgam essenciais para o espaço de espera, banco ou ponto de ônibus, do transporte público. Os aspectos que mais se destacam são a presença de cobertura e de encosto. Já no Gráfico 4, são apresentadas as sugestões dos usuários em relação as melhorias para o Largo Caçanjurê, iluminação e mobilidade urbana.

Gráfico 3 – Definição de banco ideal:



Fonte: Autoras (2020).

Gráfico 4 – Item indispensável:



Fonte: Autoras (2020).

As respostas obtidas e a observação *in loco* realizada levaram ao desenvolvimento de um ponto de ônibus. A proposta do ponto de ônibus sustentável considerou o banco como fator mais importante devido a lotação.

Os usuários do local apontaram a falta de iluminação como um ponto muito forte que traz insegurança, desse modo utilizaremos uma fonte de energia através das placas fotovoltaicas que durante o dia irão se reabastecer através da energia solar e a noite irão sustentar a iluminação do ponto de ônibus bem como o letreiro com os horários dos ônibus. Conforme Nasta (2014, p. 74), a “ausência de claridade, principalmente à noite, torna o ambiente inseguro e pouco atrativo aos usuários, que se sentem vulneráveis”. Os dados apresentados demonstram a implementação da proposta adotando as medidas necessárias atendendo os problemas enfrentados pelos usuários (NASTA, 2014).

A partir das análises coletadas, pode-se concluir que os usuários acreditam que um banco/ponto de ônibus sustentável possa trazer melhorias na questão de mobilidade urbana bem como as melhorias de espera no transporte público. A seguir, na Figura 1, é apresentada a proposta do ponto de ônibus/ banco sustentável.

Figura 1 – Proposta de banco/ponto de ônibus para o Largo Caçanjurê.



Fonte: Autoras (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a proposta do protótipo de um ponto de ônibus sustentável levando em consideração o fator mais importante que é um banco, foi analisado os pontos de diversas cidades através de pesquisa na internet, observando os materiais, estruturas, formas, perfil e comportamento do público em nossa cidade e nas outras cidades, para então se dar início a etapa de estudo do desenvolvimento da prototipação.

Esse trabalho mostra que é possível preservar o meio ambiente trazendo meios alternativos e sustentáveis, contribuindo com a mobilidade urbana tornando as cidades e locais sustentável, podendo concluir que a proposta irá acrescentar ao meio ambiente de forma sustentável e atender as necessidades do público presente.

REFERÊNCIAS

DIAS, Reinaldo, **Sustentabilidade – origem e fundamentos; educação global; modelo de desenvolvimento**. Editora Atlas. 2004- 2020. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/sustentabilidade.htm>

Acesso em: 4 out. 2020.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

NASTA, A. P. de S. **Design, ergonomia e sustentabilidade ambiental em sistemas de abrigos de ônibus em Belo Horizonte**. 2014. 185f. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em:

http://anapaulanasta.com/wp-content/uploads/2014/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AnaPaulaNasta.pdf

Acesso em: 16 nov. 2020.

NUNES, Laerce de Paula; LOBO, Alfredo Carlos O. **Pintura Industrial na Proteção Anticorrosiva**. Rio de Janeiro: Interciência: Petrobrás, 2007.

VIVA DECORA, **Madeira plástica: Veja como usar e encante-se com 6 exemplos práticos**. Viva Decora. 2020. Disponível em:

<https://www.vivadecora.com.br/pro/curiosidades/madeira-plastica/>

Acesso em: 03 out. 2020.

WIKIHAUS. **Mobiliário urbano: referências inovadoras pelo mundo 2019**.

Disponível em: <https://wikihaus.com.br/blog/mobiliario-urbano-referencias-inovadoras-pelomundo/#:~:text=Mobili%C3%A1rio%20urbano%20%C3%A9%20um%20conjunto%20mais%20organizada%20e%20confort%C3%A1vel.>

Acesso em: 22 nov. 2020.

A PREVENÇÃO AO COVID-19 NO INTERIOR DE ESCRITÓRIOS¹

Ellen Betinelli, ellen58413@hotmail.com²
 Leticia Silveira dos Santos, silveiraleticia444@gmail.com³
 Gabriel Carminatti, gabriel-carminatti@hotmail.com⁴
 Maria Cristina Silva, mariacristina2807@hotmail.com⁵
 Ana Lúcia C. Wandscheer, ana.lucia@uniarp.edu.br⁶
 Carolina Fruet de Lima, carolina@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Este trabalho aborda a Covid-19 e métodos preventivos nos ambientes de escritórios. Dois mil e vinte foi um ano de adaptações e a busca por cuidados contra o coronavírus, doença que afeta o sistema respiratório e que transformou o dia a dia da população. Tornou-se necessário o cuidado em locais de aglomeração de pessoas, como comércios e áreas de trabalho. O contato com o ambiente interno e externo, criou um risco invisível aos olhos, pois trata-se da proliferação do vírus, onde se torna ainda mais preocupante e necessário tomar medidas preventivas a doença. Nesse contexto, desenvolveu-se uma análise das adaptações e transformações que a sociedade está vivenciando atualmente. Tendo como objetivo apresentar de forma breve e didática métodos preventivos em escritórios, afim de melhor utilizá-los durante a pandemia, abordando soluções que vão desde o uso de máscara até instruções de segurança em como ter contato com outras pessoas. Como resultado, foi elaborado uma cartilha resumo com essas informações.

Palavras-chave: Covid-19. Escritório. Ambientação. Soluções.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do projeto integrador da oitava fase do curso de Arquitetura e Urbanismo, referente ao momento pandêmico atual da Covid-19, doença infecciosa, que ataca principalmente o sistema respiratório, causada por vírus recém-descoberto e de alto índice de contágio. Devido a velocidade e violência com que o vírus se espalhou pelo mundo, fez-se necessário criar uma nova rotina para o dia a dia, com vários cuidados.

As transformações tiveram impacto em todos os espaços, principalmente em comércio e serviços, com maior quantidade de pessoas. Neste contexto, esse trabalho aborda aspectos e problemáticas, referente as transformações em que a sociedade está vivenciando, nos ambientes de escritórios. Observa-se que, apesar de algumas empresas terem se adaptado para trabalho remoto, muitas ainda continuam com trabalho presencial.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

⁴ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

⁵ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

⁶ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Respondendo as problemáticas, o objetivo se da a representar de forma ilustrativa e didática as maneiras de prevenção ao Covid-19 em escritórios, em formato de cartilha, para incentivar e dar ênfase aos cuidados em tempos de pandemia, medidas simples que fazem muita diferença, como o uso de máscara, higienização das mãos com álcool em gel, distanciamento social, home office e evitando sair de casa sem necessidade, pois esta pandemia trouxe novos hábitos e cuidados a serem tomados.

AS TRANSFORMAÇÕES QUE A PANDEMIA CAUSAM DENTRO DO ESPAÇO DE TRABALHO

Atualmente, vivencia-se um momento pandêmico, causado pela Covid-19, “identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, se parece como um resfriado, mas pode apresentar diversos sintomas, chegando a um quadro respiratório grave, levando a óbito” (BRASIL, 2020, n.p) “A transmissão do vírus é obtida pelo contato de uma pessoa infectada a outra” (BRASIL, 2020, n.p).

A pandemia transformou o cotidiano e o costume das pessoas, as quais passaram a dar mais ênfase aos métodos e cuidados das maneiras pré-estabelecidas por leis. O comércio e serviços tiveram que se adaptar a esse momento, respeitando as leis municipais e estaduais (SANTA CATARINA, 2020).

Com a Covid-19, os escritórios passaram por algumas transformações, sendo que alguns utilizaram o modelo home office, outros híbridos e aqueles em que essas alternativas não foram possíveis, tendo que realizar adequações na estrutura física existente, além de regras como uso de máscara e álcool em gel, conforme os decretos estaduais e municipais.

Os ambientes projetados hoje são pensados ergonomicamente para atender as necessidades e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Segundo Rheingantz (2000 apud CASSANO, 2010), um dos aspectos negativos sobre escritórios abertos como co-woings é que os mesmos são visualizados como espaços sujos, mal arejados, mal planejados, com pouca iluminação, com ventilação precária. Estes ambientes precisam ser moldados de forma prática e que favoreçam os usuários de forma que se sintam confortáveis e seguros, principalmente neste momento pandêmico. Mantendo o ambiente de trabalho limpo e higienizado, promovendo a higiene respiratória do local entre outros cuidados (INSTITUTO LADO A LADO, 2020).

Outro fator importante se dá ao incentivo a prevenção, através da obrigatoriedade das leis municipais, cartilhas criativas, como forma de lembrete, contribuindo, indispensavelmente para a conscientização. Inicialmente, é de grande valia o controle de acesso (Figura 1), se caso determinada pessoa tiver com sintomas da corona vírus, não aceitar a entrada no escritório, pois se estiver infectada, não contamina os demais. Para isso, verifica-se a temperatura (Figura 2), e com dialogo, pergunta se a pessoa possui algum sintoma (KPMG, 2020).

Figura 1- Controle de acesso



Fonte: KPMG (2020).

Figura 2- Verificação de temperatura



Fonte: KPMG (2020).

Conforme KPMH, “os empregados devem manter uma distância de no mínimo 1 metro (Figura 4) dos outros para reduzir o risco de contaminação proveniente de uma pessoa infectada” (KPMG, 2020, p.11). Consequentemente diminuindo a quantidade de pessoas, para não acontecer aglomeração, terá que optar que alguns funcionários trabalhem remotamente.

A qualidade do espaço de trabalho para os funcionários foi melhorada através da ergonomia e métodos que possibilitam os funcionários a desfrutarem do conforto dentro dos escritórios. Uma boa iluminação, áreas ventiladas, o uso da vegetação, é a estratégia com várias vantagens, segundo Marelli (2019) “As plantas têm a propriedade de filtrar e purificar o ar, reduzem o estresse” (MARELLI, 2019, p.1) contribuindo para o conforto térmico, para o ambiente interno do escritório, “recomenda-se as espécies lavanda, jasmim e filodendro, que se adaptam a este local” (MARELLI, 2019), além de proporcionar ambientes com distanciamentos de forma segura para a convivência entre as pessoas. Quando não se tem o distanciamento necessário, utiliza-se da estratégia de divisória nas mesas (Figura 4), estas podem ser de diversos tamanhos, e o material construtivo é variado, sendo de vidro, MDF, cobogó, metal, entre outras.

Figura 3- Distanciamento mínimo 1m.



Fonte: KPMG (2020).

Figura 4 - Barreiras físicas.



Fonte: Freepik, (2020).

A utilização de máscaras (Figura 5) ou viseiras (protetores faciais com EPIS), pois algumas pessoas podem ser assintomáticas e não apresentarem sintomas, podendo transmitir o vírus, por este fato, a máscara e o distanciamento em locais de convívio como refeitórios, sala de reuniões e demais ambientes é obrigatório (KPMG, 2020). A limpeza e higienização de todos os espaços dos escritórios com ênfase em áreas de alto contato físico, segundo KPMG “garantir que medidas adicionais adequadas também sejam adotadas para higienizar qualquer equipamento do escritório ou dispositivos de TI compartilhados entre os empregados” (KPMG, 2020, p.11), locais para que as pessoas possam lavar as mãos com água e sabão (Figura 6), mas se não for possível, utilizar álcool em gel. (Figura 7), disponibilizar lenços umedecidos (Figura 8) próximos de equipamentos (KPMG, 2020).

Figura 5- Mascara



Fonte: KPMG (2020).

Figura 6- água e sabão



Fonte: KPMG (2020).

Figura 7- Alcool em gel



Fonte: KPMG (2020).

Figura 8- Lenços



Fonte: KPMG (2020)

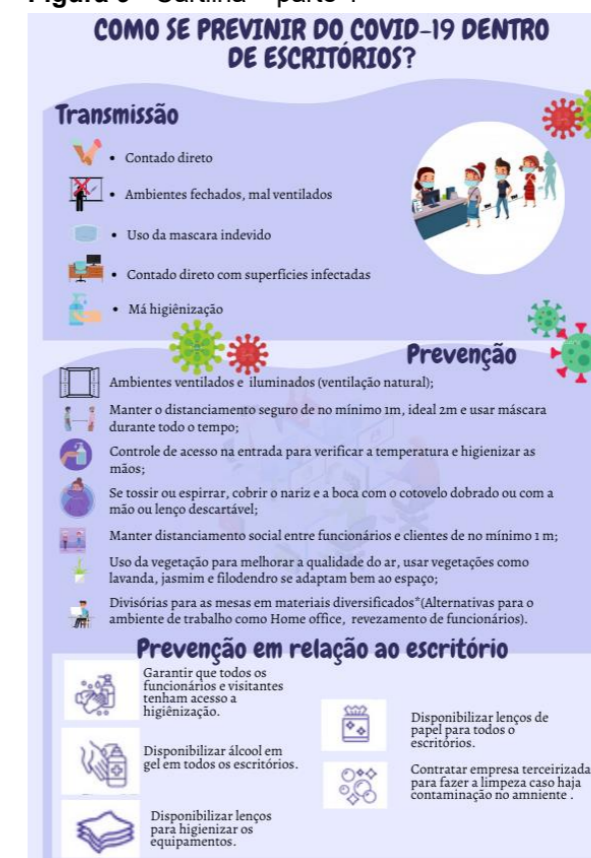
METODOLOGIA

O trabalho foi realizado com base em pesquisa de bibliográfica e documental, compreendendo artigos, publicações legais e normativas. Com base nessas informações, foi elaborada a cartilha para conscientização das pessoas sobre o uso e precauções a serem tomadas nos ambientes de escritório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

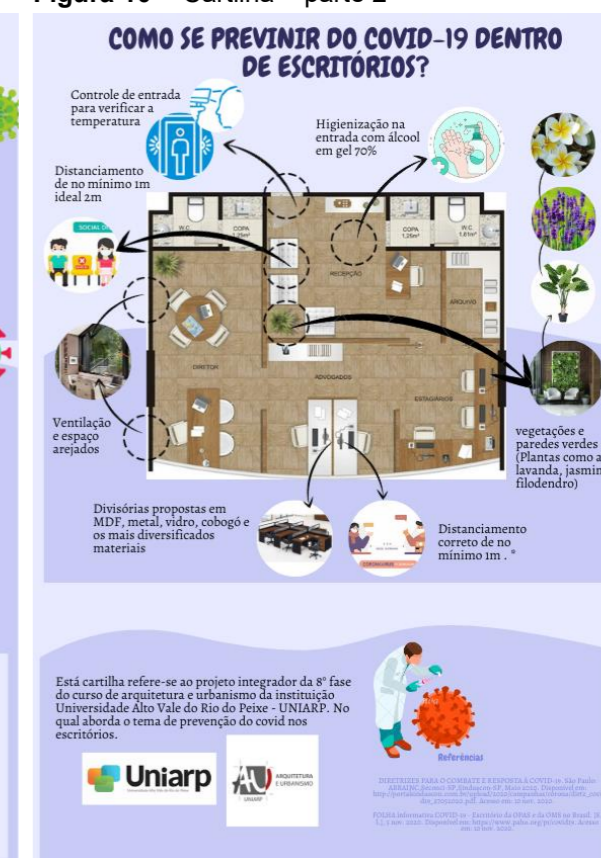
Diante do exposto, a cartilha (Figura 9 e 10) é uma das formas de conscientizar as pessoas dentro de um escritório, pelo fato de ser breve e ilustrativa é de fácil visualização, servindo como lembrete. Nela consta os métodos de precauções obrigatórios a serem tomadas.

Figura 9 - Cartilha – parte 1



Fonte: Os autores (2020)

Figura 10 - Cartilha – parte 2



Fonte: Os autores (2020)

A análise da prevenção do covid-19 dentro dos escritórios traz consigo medidas de segurança que impedem a transmissão e ajudam a demonstrar maneiras de incentivar a população com isso, quando se trata da transmissão, o contato é o principal problema dessa situação. Seja por superfícies contaminadas ou de pessoa a outra, seguidamente assim chegando na boca, nariz e até mesmo nos olhos, a mudanças de hábitos que inúmeras vezes parecem não fazer diferença nenhuma, barram o contágio.

Portanto a importância das medidas aplicadas para adaptação dos escritórios visa criar barreiras para diminuir o contato e o uso de cartilha ilustrativa é uma forma de lembrete, ajudando também na prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em lugar nenhum, descarta-se a possibilidade de contaminação, depois de muito se dizer, dentro de escritórios, o risco ainda é mais evidente. Todo cuidado é necessário e importante, seja do uso de álcool em gel, máscaras e até reorganização de ambientes, para que dessa maneira possa-se realizar as atividades diárias com segurança, dessa forma se tornando essencial para que a pandemia seja superada.

À vista disso, a organização do ambiente de trabalho, juntamente com avisos em formato de cartilhas, espalhadas nos espaços de convívio são fundamentais para a prevenção ao Covid-19, adaptando os locais para evitar a contaminação.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

A Instituição de Ensino UNIARP, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, e seu corpo docente que oportunizaram a conclusão deste trabalho. Aos professores Ana Lúcia C. Wandscheer, Carolina Fruet de Lima, Marcelo Wandscheer pelo apoio e orientação.

REFERÊNCIAS

CASSANO, Daniella Alessandra. **Arquitetura de ambientes de escritórios e Estudo de casos múltiplos no setor de serviços de uma mesma empresa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2010. Disponível em: http://www.academia.edu/download/52823014/Arquitetura_de_ambientes_de_escritorios_e_ergonomia-Celeste.pdf. Acesso em: 9 nov. 2020.

KPMG. **Covid-19 retorno aos escritórios**. 2020. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/06/br-covid-19-retorno-escritorios.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

LADO A LADO, Instituto. **Proteja seu ambiente de trabalho do coronavírus**, 2020. Disponível em: <https://www.ladoaladopelavida.org.br/detalhe-noticia-ser-informacao/proteja-seu-ambiente-de-trabalho-do-coronavirus>. Acesso em: 05/11/2020

MARELLI. **Plantas para escritório**: 6 motivos para aderir e as melhores espécies para empresas. Marelli. 2019. Disponível em: <https://blog.marelli.com.br/pt/plantas-escritorio/> Acesso em: 3 nov. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 535, de 30 de março de 2020**. Altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: Governo do Estado. Disponível em: <https://www.coronavirus.sc.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 5 nov. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 5 nov. 2020

ARQUITETURA NA PREVENÇÃO CONTRA CORONAVIRUS¹

PRINCIPAIS CUIDADOS NO SUPERMERCADOS

Amanda Huçulak, amanda.huculak@hotmail.com²

Ketlin Royer, ketlin_royer@hotmail.com³

Neridiane Garcia da Silva, neresg_@hotmail.com⁴

Ana Lúcia Córdova Wandscheer, ana.lucia@uniarp.edu.br⁵

Carolina Fruet de Lima, carolina@uniarp.edu.br⁶

Marcelo Wandscheer, marcelow@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Todos devemos ficar atentos às regras de prevenção ao novo coronavírus. Neste trabalho será apresentado alguns cuidados que devem ser adotados pelos supermercados para evitar a transmissão do mesmo, buscando entender o papel da arquitetura no decorrer da pandemia, de como ela se influencia na questão dos layouts das edificações, e de como o arquiteto pode pensar em novos ambientes. O objetivo principal é criar uma cartilha que possa apresentar os cuidados contra a epidemia de uma forma criativa e lúdica, que todos possam ter acesso e entender a importância da prevenção, tendo como resultado a implantação desse método nos estabelecimentos, onde as pessoas possam tornar-se conscientes e que adotem a melhor atitude contra a proliferação do novo coronavírus.

Palavras-chave: Pandemia. Prevenção. Supermercados. Arquitetura.

INTRODUÇÃO

Todos se depararam com uma situação atípica onde todo o cuidado é necessário, medidas de higiene se tornaram mais rígidas, atitudes comuns passaram a ser levadas mais a sério. Locais com reunião de público tiveram que adotar cuidados para evitar a transmissão do novo coronavírus. Entre eles o mais frequentado, o supermercado, por ser uma atividade essencial, nunca foi fechado desde o início da pandemia, mas teve medidas como horários reduzidos e cuidados extras e sempre contando com um grande número de pessoas circulando. Além do respeito e conscientização das pessoas ao ir até os supermercados, também houve medidas por parte desses estabelecimentos, nem sempre seguido à risca, como no controle no número de entrada de pessoas, higienização dos carrinhos, entre outros.

Através desses problemas observados durante esse período será elaborado uma cartilha de recomendações aos supermercados. Seguindo algumas precauções pode-se reduzir as chances de contágio. Com o objetivo de adotar algumas medidas,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrados da 8ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

que são estas: manter o estabelecimento arejado; disponibilização de álcool em gel tanto nas entradas quanto nas demais áreas do estabelecimento; controle de entrada de clientes, higienização constante dos carrinhos e cestas com álcool 70%; fornecimento de luvas para manuseio dos produtos em geral e hortifruti; incentivo de medidas protetivas para os clientes, como uso de álcool em gel, máscara, redução de número de pessoas da mesma família no mercado; distanciamento social de 1,50 metros; barreiras de proteção dos funcionários dos caixas, distanciamento entre as prateleiras, criando um novo layout e entre outros.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO NOS SUPERMERCADOS

Na situação complicada que estamos vivenciando hoje por conta do novo coronavírus, as pessoas estão cada vez mais com medo de sair na rua, principalmente a ida aos supermercados. A flexibilização das medidas do isolamento social já é uma realidade para muitos municípios brasileiros. Entretanto, a atenção voltada para a higienização e proteção dentro de supermercados continua sendo essencial. (MERCADO & CONSUMO, 2020).

Devido esse serviço seja um dos essenciais para sobrevivência da população, há uma necessidade de manter medidas protetivas, preventivas e funcionais para um ambiente mais seguro, tanto para funcionário quanto para os clientes. É aí que pode se entrar a função do arquiteto.

Profissionais da arquitetura e do design criaram projetos que mostram como podemos seguir com as nossas tarefas, nos resguardando do contágio e minimizando o impacto do coronavírus em nossas vidas. E podem ser configurados na própria varanda (DÁVILA; WALACE; ROCHA, 2020).

É importante reforçar que o treinamento constante dos funcionários é fundamental para prevenir a disseminação do vírus. As instalações devem garantir que os profissionais recebam informações atualizadas para manter o ambiente limpo e higienizado, seguindo as boas práticas do setor e as recomendações dos órgãos internacionais de saúde pública. (MERCADO & CONSUMO, 2020).

Devemos enfatizar também, a ideia de uso permanente de máscaras em estabelecimentos comerciais, incluindo todo o tipo de comercialização de produtos, em ambientes pequenos e fechados e em vias públicas.

Diante do exposto, fica claro que os estabelecimentos considerados essenciais para sobrevivência, como os supermercados, precisam de medidas que necessitam ser levadas a sério pela população, onde a forma de contágio pode-se dar pelo toque em carrinhos de compras, até mesmo pelo contato com produtos perecíveis ou não, e pela forma incorreta da higienização.

METODOLOGIA

Quando falamos de espaços comerciais, a modificação da estrutura física é ainda mais evidente, os supermercados deverão seguir alguns passos cruciais para poder atender o seu público dentro das normas da OMS oferecendo, além de seus produtos, a sensação de segurança (DÁVILA; WALACE; ROCHA, 2020). No entanto, é necessário favorecer a iluminação e ventilação naturais dos ambientes, nos estabelecimentos como os supermercados.

Com base nisso que esta pesquisa foi elaborada, de forma bibliográfica e documental, abordando os principais cuidados em estabelecimentos, principalmente em supermercados, e a partir disso, foi criada uma cartilha acessível para todos que

frequentam esses ambientes, tentando mostrar de uma forma criativa e lúdica e principalmente significativa, quais as devidas precauções que a população em geral deve adotar sobre a pandemia do novo coronavírus.

A pandemia de covid-19 deixou o mundo em um estado de paralisação. Embora em muitos lugares as pessoas já tenham passado um longo tempo trancadas em casa, ainda estamos nos acostumando a esse novo normal, trabalhando para mudar a maneira como nos relacionamos com as pessoas e com os espaços públicos ao ar livre (MALGI; MEHTA, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das medidas propostas, temos a realidade de que muitos da sociedade não cumprem com seu dever de tentar evitar o contágio. Percebemos hoje que novos casos aumentam gradativamente e a proliferação do vírus se torna mais rápida e fácil, é tentando evitar estas ações, que agora se busquem meios de tentar parar isso, mas só será possível com a união e posicionamento da população.

Estas são as medidas a serem adotadas pela população em geral que irão buscar os serviços dos supermercados durante a pandemia do novo coronavírus:

- Uso obrigatório de máscara no interior do estabelecimento;
- Disponibilizar álcool 70% para higienização das mãos, para uso dos clientes, funcionários, e em pontos estratégicos dos estabelecimentos (entrada, corredores, balcões de atendimento e caixas) e próximo a área de manipulação de alimentos como o hortifruti;
- Sinalizar o piso no direcionamento das filas, de modo a manter a distância estabelecida de 1,5 metros;
- Os estabelecimentos deverão realizar a higienização dos cabos de condução dos carrinhos, e alças das cestinhas após o uso de cada cliente, com álcool 70% ou outro sanitizante adequado;
- Providenciar cartazes com orientações e incentivos para a correta higienização das mãos;
- Manter ventiladas as áreas de convivência de funcionários, tais como refeitórios e/ou locais de descanso;
- Dispor de barreiras de proteção em caixas;
- Disponibilizar luvas descartáveis nas entradas do estabelecimento para evitar contato direto com os produtos;
- Não aceitar degustações e evitar consumo de alimentos no estabelecimento. Preferencialmente, levar os alimentos para consumir em casa.

Outras medidas terão de ser adotadas pelos funcionários dos supermercados:

- Os funcionários devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos e antebraços, principalmente antes e depois de manipularem alimentos;
- É indicado o uso de toalhas de papel não reciclado e lixeira acionada sem contato manual;
- Os funcionários devem evitar conversar, tocar o rosto, nariz, boca e olhos durante as atividades de manipulação de alimentos e nos atendimentos dos caixas;
- Realizar a higienização das mesas antes e após a utilização.

Todas estas medidas deverão ser cumpridas para se evitar o contágio.

Na sequência, na Figura 1, é apresentada a cartilha resultante do projeto integrador que aponta as medidas de prevenção nos supermercados.

Figura 1 - Cartilha desenvolvida sobre medidas preventivas em supermercados



Fonte: Amanda Huçulak; Ketlin M. Royer; Neridiane G. Da Silva (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade enfrentada por toda a população é de extrema importância a divulgação de medidas de proteção cada vez mais atualizadas, nessa pesquisa de medidas de proteção contra o coronavírus, foram sugeridas medidas novas e também ressaltadas medidas já tomadas no combate de disseminação em supermercados.

De acordo com todos os profissionais da arquitetura, o momento de repensar a adequação dos espaços é agora, na quarentena. Isso porque, quando a pandemia acabar, a residência e os estabelecimentos comerciais e todos os outros já estarão prontos para receber um consumidor muito receoso e traumatizado por uma pandemia que matou milhares de brasileiros e que, por causa disso, vão exigir todo o cuidado relacionado a saúde nos locais onde terão que frequentar. A arquitetura será então um meio onde a forma (e função) deverá ser interpretada como um momento constituído por sequências temporais.

REFERÊNCIAS

- CAMPO GRANDE, **Quais os cuidados na ida ao supermercado em meio à pandemia do coronavírus?** Hospital Proncor. Março, 2020. Disponível em: <https://www.hospitalproncor.com.br/post/covid-mercado>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- DÁVILA, Ilberto; WALACE, Afonso; ROCHA, Cadu. **Arquitetura pós-pandemia:** Profissionais dos escritórios Dávila Arquitetura, Painei Arquitetura e Maraú Design apontam como será o período pós pandemia e quais serão as consequências para os espaços projetados. 2020. Disponível em: <https://arqbrasil.com.br/6010/arquitetura-pos-pandemia>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- MALGI, Rajeev; MEHTA, Purna. **Urbanismo tático:** uma ferramenta adaptável para manter o distanciamento seguro. 2020. ArchDaily Brasil. <https://www.archdaily.com.br/br/948216/urbanismo-tatico-uma-ferramenta-adaptavel-para-manter-o-distanciamento-seguro>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- MERCADO & CONSUMO. **Supermercados:** medidas de combate a Covid-19 para reduzir o contágio em supermercado varejista. Julho, 2020. Disponível em: <https://mercadoeconsumo.com.br/2020/07/30/supermercados-medidas-de-combate-a-covid-19-para-reduzir-o-contagio>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- PARANÁ. Secretária de Saúde do Paraná. **Medidas de prevenção de covid-19 para aplicação em Mercados, supermercados, hipermercados, atacarejos e outros estabelecimentos que comercializem alimentos: nota orientativa.** 2020. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-06/no_06_mercado.pdf. Acesso em: 09 nov. 2020.

PROJETO INTEGRADOR: ARQUITETURA E URBANISMO FRENTE AS MUDANÇAS COM A COVID-19 – POSTO DE SAÚDE¹

Gabriel Simão de Lorena, gabriellorena@hotmail.com.br²
Ivete Farias, ivete.farias@gmail.com³
Natalia Hegre Gonzales, lilacsiveriana2003@hotmail.com⁴
Suéli Aparecida de Souza, su_souza2013@hotmail.com⁵
Ana Lúcia Córdova Wandscheer, ana.lucia@uniarp.edu.br⁶
Carolina Fruet de Lima, carolina@uniarp.edu.br⁷

Resumo - Este trabalho é resultado de um estudo de caso sobre a arquitetura frente as mudanças com a covid-19, realizado na leitura interdisciplinar da oitava fase do curso de Arquitetura e Urbanismo. O objetivo é analisar quais as medidas que devem ser adotadas para prevenir o contágio da covid-19 em um Hall de um Posto de Saúde, identificando quais os locais que são mais suscetíveis a contaminação, e quais as melhorias que podem ser feitas para minimizar a proliferação e contágio da doença. Para tanto, foi realizada a análise de um posto de saúde sendo utilizado recursos bibliográficos, visita in loco a um posto de saúde para coleta de dados, e análise de fotos do local. Conclui-se que os profissionais de arquitetura e urbanismo tem papel fundamental no combate ao covid-19, pois é através de projetos de espaços acessíveis e adequados que é possível minimizando a contaminação e proliferação do vírus. Como resultado foi elaborado uma cartilha com orientações para a população.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo. Covid-19. Posto de Saúde.

INTRODUÇÃO

A menos de um ano fomos surpreendidos por um novo vírus que foi chamado de SARS-Cov-2, popularmente chamado Covid-19. Os corona vírus são uma família de vírus comuns em várias espécies de animais, dentre elas gado, gatos e morcegos. Não sendo comum a infecção do SARS-COV-2 em seres humanos, porém em dezembro de 2019 houve a transmissão do vírus para os seres humanos, causando uma pandemia, o qual foi identificado primeiramente em Wuhan na China (BRASIL, 2020).

Não é de hoje que os órgãos ligados a arquitetura e urbanismo alertam sobre a precariedade das moradias e sistema de saúde. Em 2018 foi publicado uma Carta Aberta aos Candidatos nas Eleições de 2018, que ressalta o importante papel da arquitetura e urbanismo na produção de espaços em benefício da saúde pública e da qualidade de vida da população (CAU, 2018).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de arquitetura e urbanismo).

² Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), Esp. do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), Esp. do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral estudar e apresentar por meio de cartilha informativa, formas de orientar a população sobre as medidas preventivas e nova distribuição dos espaços do um hall de um posto de saúde.

ARQUITETURA E URBANISMO E SAÚDE PÚBLICA

HOSPITAL

O hospital é um dos projetos mais complexos da arquitetura. “É um edifício multifacetado onde existem várias relações de alta tecnologia e processos profissionais completos que interagem com outras características da indústria. Do ponto de vista funcional, o edifício deve ser construído em um pavimento térreo, estando previstas futuras expansões” (GÓES, 2011, p. 41)

POSTO DE SAÚDE

Unidade destinada à prestação de assistência a uma determinada população, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico (DATASUS, 2014)

PANDEMIA

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou uma emergência internacional relacionada ao COVID-19, que voltou a chamar a atenção da comunidade científica para o campo da saúde global. Aqui, consideramos a saúde global como um novo campo. Neste novo campo, as velhas disputas ideológicas, geopolíticas e metodológicas que ocorreram em escala internacional foram reconstruídas para formar um campo que pode fornecer ambos. A oportunidade real pode encobrir interesses e agendas específicas e mais conteúdo. A exemplo do que aconteceu durante a emergência internacional relacionada à síndrome congênita do Zika vírus, o Brasil tornou-se epicentro em abril de 2016, e a nova declaração de emergência abriu a produção científica do COVID-19 na revista internacional de alto impacto. Eles priorizaram e defenderam o acesso do público às publicações a fim de contribuir para a resposta internacional. Da mesma forma, sob os auspícios dos principais financiadores, instituições e universidades internacionais começaram a realizar pesquisas sobre o COVID-19. A história da crise da saúde diz-nos que esta prioridade desaparecerá com o fim da emergência COVID-19, o que constitui uma estratégia global de investimento timo, que é uma meta imprevisível dependendo da emergência em questão (VENTURA et al., 2020).

A mais recente ameaça à saúde global é o surto contínuo de doenças respiratórias, recentemente apelidado de Doença do Corona vírus 2019 (Covid-19). A Covid-19 foi reconhecida em dezembro de 2019. Rapidamente provou ser causado por um novo vírus, estruturalmente relacionado ao vírus que causa a síndrome respiratória aguda grave (SARS). Assim como os dois primeiros casos de doença corona vírus 2-SARS (2002 e 2003) e Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) (2012-presente) que ocorreram nos últimos 18 anos, o surto de Covid-19 trouxe o público Isso tem desafiado severamente as comunidades de saúde, pesquisa e medicina (FAUCI; LANE; REDFIELD; 2020).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi, inicialmente, pesquisa bibliográfica, a respeito da arquitetura e urbanismo e relação com a Covid-19. Na sequência foi realizada visita *in loco* a um posto de saúde para coleta de dados e a análise das fotos do local. Com base nas informações levantadas e avaliadas, foi realizada a cartilha para conscientização e orientação ao buscar o atendimento no posto de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos observar nesse estudo que a arquitetura e urbanismo tem um papel decisivo na contenção da disseminação do vírus covid-19, trazer um novo olhar quanto ao planejamento dos espaços público de um posto de saúde.

Ao analisar as fotos observa-se que houve uma adequação do espaço utilizado para a recepção dos usuários do posto de saúde, de forma a minimizar o contato das pessoas. Estas pessoas chegam as unidades de saúde encaminhados por diversas formas, por livre demanda e também pelas empresas.

Figura 1 – Acesso Posto Saúde



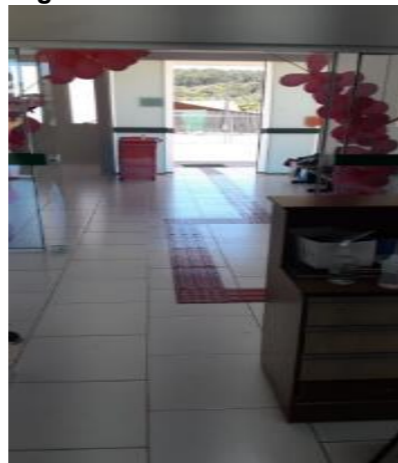
Fonte: Autores (2020).

Figura 2 – Distanciamento



Fonte: Autores (2020).

Figura 3 – Hall Posto Saúde



Fonte: Autores (2020).

Ao posto de saúde são encaminhados os atendimentos de pacientes que não apresentam sintomas gripais, evitando a propagação do vírus, e foi implantado o atendimento destes pacientes num local separado do posto de saúde, evitando assim a propagação do vírus para os usuários dos demais serviços oferecidos a população.

A arquitetura e urbanismo vem ao encontro com a busca do melhoramento dos espaços públicos, seja projetando novos espaços com aberturas mais amplas que deixam os espaços mais arejados ou reestruturando e distribuindo espaços e móveis dando segurança aos profissionais da saúde e aos usuários dos postos de saúde.

Na Figura 4 observa-se a planta baixa do posto de saúde e a distribuição dos espaços. No Hall que antes era utilizada apenas como passagem de usuários, houve alocação de cadeiras de espera, inutilizando temporariamente dois assentos do meio para garantir o distanciamento entre os usuários que aguardam o atendimento tanto de consultas médicas e/ou de enfermagem. Nas bancadas foram disponibilizados álcool em gel 70% para assepsia das mãos. A porta de acesso ao posto de saúde (Figura 1) se mantém aberta durante todo o horário de expediente para ventilar o espaço. Na Figura 5, mostra-se o folder informativo com as medidas necessários para evitar e prevenir o contágio ao buscar o atendimento no posto de saúde.

Figura 4 – P.Baixa Hall PS

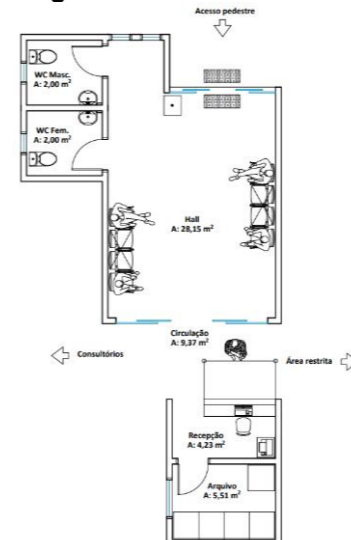


Figura 5 – Folder informativo.

COMO EVITAR O CONTÁGIO DE COVID-19 NO HALL DE UM POSTO DE SAÚDE

1. Uso de máscara ao sair de casa e entrar no estabelecimento de saúde;
2. Higienização de calçados (100 ml água + 25 ml hipoclorito);
3. Higienização de mãos com álcool gel 70%;
4. Evitar tocar nos olhos, nariz e boca;
5. Manter distanciamento social de no mínimo 1 m;
6. Agendar consulta com antecedência e acudir no horário agendado para evitar aglomeração e contato com outros usuários.

AVISO: Use máscara corretamente.

HIGIENE: Alcool gel.

PLANTA BAIXA - HALL POSTO DE SAÚDE A: 28,15 m² Esc.: 1/50

Fonte: Autores (2020).

Fonte: Autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este estudo ficou evidente os problemas sanitários e deficiências das instalações públicas e privadas na área da saúde. A pandemia da covid-19 vem ressaltar que precisamos unir forças de uma forma global para a contenção do vírus. Desde os primórdios da humanidade estamos suscetíveis aos vírus, porém com nossa tecnologia e estudos avançados na área da ciência, em conjunto com profissionais de todas as áreas, incluindo arquitetos e urbanistas estamos unidos no combate ao vírus.

Os arquitetos e urbanistas tem um papel fundamental ao projetar espaços acessíveis e adequados para assepsia dos profissionais e usuários, com aberturas amplas que garantem o conforto e insolação. Os projetos arquitetônicos trazem diversas melhorias, dentre elas podemos citar as aberturas que ao serem adequadas e amplas fazem com que o ar circule minimizando o contágio, que se dá através de espaços mal ventilados, que recebem pouca iluminação e espaços com área reduzidas que geram aglomeração.

REFERÊNCIAS

CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Carta Aberta aos Candidatos nas Eleições de 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/cau-e-iab-pedem-socorro-para-nossas-cidades-em-carta-aberta-aos-candidatos/> Acesso em: 7 nov. 2020.

COMUNIDADE, Associação Capixaba de Medicina de Família e Comunidade. **Definição Posto de Saúde e Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde**. 2020.

Disponível em: <https://acmfccapixaba.wordpress.com/2014/06/16/definicao-posto-de-saude-e-centro-de-saude-unidade-basica-de-saude/> Acesso em: 8 nov. 2020.

DATASUS, Ministério da Saúde. **Tipo de Estabelecimento**. 2020. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes//tipo_estabelecimento.htm Acesso em: 9 nov. 2020.

FAUCI, Anthony S. LANE, Clifford H. REDFIELD, Robert. **Covid-19 – Navegando no Uncharted**. 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejme2002387> Acesso em: 8 nov. 2020.

GÓES, Ronald de. **Manual Prático de Arquitetura Hospitalar**. 4ª Reimpressão. Editora Edgard Blücher 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KXy5DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=arquitetura+e+sa%C3%BAde&ots=wT7WtbGkjO&sig=ltUZISXTssJVVP_4mkWQzbZfZIk#v=onepage&q=arquitetura%20e%20sa%C3%BAde&f=false Acesso em: 8 nov. 2020.

SAÚDE, Ministério da Saúde. **Sobre a doença. O que é COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid> Acesso em: 07 nov. 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. RIBEIRO, Helena. DI GIULIO, Gabriela Marques. JAIME, Patricia Constante. NUNES, João. BOGUS, Claudia Maria. ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. WALDEMAN, Eliseu Alves. **Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade**. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n4/e00040620/> Acesso em: 8 nov. 2020.

TRANSPORTE ESCOLAR¹

IMPACTOS DEVIDO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Karoline L. de Almeida, Karoline.almeida1903@gmail.com²
Manoela Nordio, manolanordio@gmail.com³
Douglas Heckler, douglasheckler@outlook.com⁴
Ana Lúcia Córdova Wandscheer, ana.lucia@uniarp.edu.br⁵
Patrícia Costa Pellizzaro, patricia.costa@uniarp.edu.br⁶

Resumo: O transporte escolar é muito importante em todo Brasil, atuando de cidades para outras cidades e também na zona rural para locomover os alunos até a escola/faculdade. Em virtude da paralização total do funcionamento das escolas em todo o Brasil devido a pandemia do Covid19, a prestação do serviço de transporte escolar se deparou com o cenário de impossibilidade de continuar atuando. O objetivo principal desse projeto é de analisar a necessidade e as dificuldades do cuidado com a saúde no cenário do Corona vírus e encontrar soluções para que todos possam utilizar os meios de transporte de forma segura. Assim, foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e descritivo. Como resultado foi possível observar que o governo buscou soluções para a economia desse setor, além de buscar manter a segurança de todos cumprindo os decretos. Concluindo que as pesquisas futuras podem ser analisadas e abordadas outras informações por se tratar de um assunto amplo e significativo no atual cenário que estamos vivendo.

Palavras-chave: Covid19. Transporte escolar. Conscientização.

INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, que apresenta um quadro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves, sendo até fatais, com esse perigo eminente as aulas foram paralisadas, conseqüentemente com isso os transportes escolares também, pois as aulas estão tendo continuidade na plataforma online. Assim, quando as aulas retornarem presencialmente medidas de proteção serão para segurança de todos que usam esse meio de transporte

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância dos cuidados e precauções para que todos possamos voltar a utilizar os transportes públicos com segurança. Após as paralizações os comércios e escolas começaram a reabrir aos poucos, assim como os transportes foram liberados para a população que não é do grupo de risco. O transporte escolar ainda não foi liberado pois a maioria das instituições estão utilizando a plataforma online para o seguimento das aulas. Mas

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de arquitetura e urbanismo

² Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), titulação do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), titulação do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

assim como o transporte público o transporte escolar deverá seguir medidas de precaução em relação ao novo coronavírus.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O uso de máscara que nesse ano de 2020 se fez presente na vida de todos tem sido umas das maneiras de prevenir que o COVID19 se espalhe, assim como, o uso do álcool em gel e outros cuidados com a higiene pessoal. A conscientização da população está tendo diferentes abordagens, como propagandas, leis sobre aglomerações desnecessárias e reforço do uso de máscaras em locais públicos. No transporte as soluções encontradas são distanciamento dos bancos, passageiro senta e pula um banco para que o outro passageiro sente, evitar que pessoas do grupo de risco façam uso desse transporte, uso do álcool em gel e máscaras, janelas abertas entre outras maneiras de precaver a disseminação do vírus. De acordo com Castro (2006):

Os modelos de planejamento de transporte não estão se mostrando totalmente apropriados para solucionar os problemas das cidades. Esses modelos baseiam-se em intervenções que partem da implantação de grandes obras viárias, visando ampliar a oferta de infraestrutura e ordenar os fluxos de veículos, o que requer recursos financeiros intensivos sem necessariamente resultar em aumento da qualidade de vida urbana. Tem-se também a questão cultural que se faz pensar que o uso do carro particular é sinônimo de status social.

Se até meados de 1990, as políticas federais tratavam o transporte nas cidades como uma questão eminentemente de infraestrutura viária, a análise dos documentos oficiais do governo federal indica que a partir desse período, gradualmente, a abordagem das políticas públicas nesse setor passou a lidar com a mobilidade urbana como função social e econômica essencial para o desenvolvimento urbano (SOUZA, 1992).

A relação do transporte público e escolar em massa faz-se pensar no quanto é importante por diminuir a mobilidade com carros próprios que a anos já veem degradando as vias em que circulam e causando congestionamentos, mas pensando no cenário atual da pandemia e prezando pela segurança de todos recomenda-se usar o transporte público em caso de necessidade para quem vai trabalhar por exemplo, os cidadãos do grupo de risco ficam restringidos ao uso.

Nas grandes cidades brasileiras, de forma contraditória, a população com mais recursos, de forma geral, é usuária cativa do transporte individual mesmo tendo residência nas proximidades das áreas centrais, de maior densidade, onde há maior oferta de infraestrutura e serviços de transporte público e ativos de deslocamento. Enquanto isso, a população mais vulnerável, que é extremamente dependente dos modos coletivos e ativos de transportes, não é atendida de forma eficiente (GOMIDE, et al., 2006; PEREIRA et al., 2019).

O cuidado para evitar a contaminação do covid-19 fez-nos durante esse ano pensar em várias possibilidades tanto na mobilidade urbana das grandes cidades quanto essa “pausa” que fizemos nas nossas rotinas nos mostrasse o efeito que o transporte privado dos automóveis polui, e pensarmos em soluções.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica consiste em pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo, baseada em artigos e dissertações sobre o tema proposto, seguida de elaboração de cartilha de conscientização e orientação sobre o uso do transporte escolar na pandemia.

RESULTADOS

A Figura 1 apresenta a cartilha desenvolvida.

Figura 1 - Cartilha de orientação para uso do transporte escolar durante a pandemia.



Fonte: Os autores (2020).

CONCLUSÕES

A conclusão dessa pesquisa analisa que dos autores citados nesse resumo, os parâmetros indicam que estudos futuros que serão realizados ao longo dessa pandemia veremos os possíveis rastros que serão deixados com a superação da pandemia, esperamos que os aprendizados com essa pesquisa acelerem mudanças positivas no transporte e mobilidade urbana. A redução dos níveis de poluição nas cidades que adotaram medidas de distanciamento social e isolamento físico poderá, quem sabe, inspirar a criação de novas concepções mais saudáveis, valorizando ainda mais os meios de transporte público mais ativos.

Por se tratar de um assunto amplo, fica aberto para novas pesquisas ao decorrer da pandemia, esperando o final dela para novas perspectivas de vida e melhorias.

REFERÊNCIAS

CASTRO, M. A. G. **Gerenciamento da Mobilidade: Uma Contribuição Metodológica para a Definição de uma Política Integrada dos Transportes para o Brasil.** Tese

(Doutorado em Engenharia de Transportes) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2006.

SOUZA, Edgar Bastos de. **As políticas federais de desenvolvimento urbano no biênio 1989/1990**. Brasília: Ipea, 1992 (Texto para Discussão p. 282).

GOMIDE, A. A.; LEITE, S. K.; REBELO, J. **Transporte público e pobreza urbana: um índice-síntese de serviço adequado**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, ago. 2006. (Texto para Discussão, p. 1209).

PEREIRA, R. H. M.; BRAGA, C. K. V.; SERRA, B.; NADALIN, V. G. **Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2019. (Texto para Discussão, 2535)

ESTRATÉGIAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS PARA PROJETOS DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (HIS)

URBANISMO TÁTICO MEDIANTE UMA PANDEMIA¹

Leonardo Moriggi (Leonardo.Moriggi@hotmail.com)²

Majurie Zavascki (majuzs@hotmail.com)³

Ana Lucia Córdova Wandscheer (ana.lucia@uniarp.edu.br)⁴

Marcelo Wandscheer (marcelow@uniarp.edu.br)⁵

Patrícia Costa Pellizzaro (patricia.pellizzaro@gmail.com)⁶

Resumo – O tema abordado trata das Habitações de Interesse Social (HIS) com o objetivo de elencar estratégias arquitetônicas e urbanísticas que proporcionem melhor qualidade de vida aos usuários desse programa de habitação. O acesso à moradia de qualidade é direito social adquirido e fundamental para que o ser humano desfrute de uma vida digna. Projetos excessivamente padronizados, baseados apenas na especulação imobiliária e na contenção de gastos, não cumprem com estes requisitos. Elaborar projetos flexíveis, com ação participativa dos beneficiados, que levem em conta as reais necessidades e anseios dos moradores, bem como da sua cultura e características do local, mostra-se muito mais eficaz e satisfatório. Outro assunto abordado é a questão do Urbanismo mediante uma pandemia mundial – como as cidades precisaram se reinventar e algumas adaptações adotadas mundo a fora a fim de conter a contaminação e proteger os usuários das vias e calçadas públicas.

Palavras-chave: Habitação. Estratégias. Projetos Flexíveis. Urbanismo. Pandemia.

INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que o direito a moradia é caráter fundamental do ser humano, tendo o seu reconhecimento à luz constitucional como tal. Esse status de moradia como direito humano fundamental, almejado por tantos anos, está diretamente relacionado com o princípio de uma vida digna. Apesar disso, muitas pessoas em nosso país vivem em condições bem aquém as previstas por Lei. E isso se dá inclusive quando se fala daquelas “contempladas” por projetos de Habitação de Interesse Social (HIS), que são o foco principal dessa pesquisa.

Interesses do mercado imobiliário e muitas vezes a pressão política por parte dos coordenadores desse tipo de obra financiada pelo poder público, ignoram as reais necessidades dos diferentes usuários. Soma-se a isso a excessiva

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

padronização dos conjuntos habitacionais no Brasil, tornando as habitações impessoais, o que não cria uma relação de identidade e pertencimento entre o usuário e a edificação. Como consequência os usuários modificam o ambiente a seu modo, “o que nem sempre é possível, haja vista questões de ordem técnica, econômica e outras, acarretando-lhe prejuízos em diversos níveis.”

Essa padronização também não leva em conta o tamanho e as diferenças regionais e climáticas do nosso país. Questões como conforto térmico e ambiental, primordiais para uma condição de vida digna, são ignoradas.

Diante do exposto este trabalho tem por objetivo propor diretrizes dentro da arquitetura e urbanismo que auxiliem na qualidade das HIS.

Além disso, o artigo trata sobre o tema de Planejamento Urbano x Coronavírus. Diante de uma pandemia, o mundo está passando por fortes transformações. Foi preciso adaptações em praticamente todas as áreas. O “novo normal” ampliou o trabalho e a educação remota, impactando diretamente na vida de todas as pessoas. Foi preciso encontrar soluções ou ao menos alternativas práticas, rápidas e eficientes a fim de proteger a população dos centros urbanos. Para isso, o modelo urbano de muitas cidades vem procurando formas de cooperar com as ideias de isolamento social.

Algumas alternativas encontradas para proteger os usuários de vias e calçadas serão abordadas ao longo dessa pesquisa.

HABITAÇÃO FLEXÍVEL

A arquiteta Mariuzza Carla Digiaco, em sua dissertação de mestrado, fala sobre a importância da flexibilidade em casos de Projetos de HIS. Para justificar essa necessidade de habitação flexível ela cita os principais problemas oriundos desse tipo de projeto habitacional.

O problema da habitação unifamiliar para a população de baixa renda pode ser subdividido em alguns axiomas:

1. Os futuros moradores são geralmente desconhecidos, portanto não se sabe de suas necessidades espaciais.
2. Mesmo sabendo para quem se está projetando, é difícil prever as necessidades futuras dos moradores.
3. Projetos de área mínima e padronização excessiva são frequentes, pois é a solução mais fácil para reduzir os custos.
4. Modificações produzidas pelos usuários frequentemente geram um subdimensionamento nos ambientes e uma interferência negativa na articulação espacial. (SZÜCS et al. 2000 apud DIGIACO, 2004, p. 15).

Qualquer obra pode ser modificada, mas isso não garante resultados satisfatórios se as mudanças não forem previstas na elaboração do projeto. Digiaco cita a flexibilização como um diferencial definido por qualidades físicas que permitam uma variação no layout, as quais podem ser “divisórias móveis, portas de correr, paredes leves, detalhes como a hierarquia e a geometria dos espaços, localização das aberturas e posicionamento no lote.”

O arquiteto Bezerra Junior (2017, p. 131) destaca a necessidade de “antes de tudo, reconhecer e compreender o lugar.” Isso tem a ver com a ideia de Identidade, que leva em conta aspectos sociais, culturais e visuais, segundo o arquiteto, e é essencial para criar a noção e o sentimento de pertencimento dos usuários tanto ao lugar quanto a edificação.

Nas unidades habitacionais, a identidade social é refletida através das estratégias de flexibilidade e adaptabilidade do espaço construído, atendendo inteiramente às necessidades dos diferentes tipos de usuários, assim como através da ideia de filigrana, relação de corpos sólidos, com as edificações ocupando o solo, correlacionando com a fixação ao território, de identidade com a terra, com o lugar, fator significativo para o sucesso de programas habitacionais e relação direta com o conceito do projeto.

O conceito de identidade cultural, para essa análise, está diretamente relacionado aos aspectos culturais, religiosos, sociais, políticos de um determinado lugar. Verifica-se a importância de conhecer e reconhecer as manifestações culturais, a formação e história do lugar e das suas formas de uso e ocupação, sobretudo através das experiências vivenciadas no espaço [...].

A identidade do tipo visual é caracterizada por um conjunto de elementos formais que representam visualmente, e de forma sistematizada, um nome, uma ideia, um produto. Para o presente trabalho, a identidade visual está associada à tipologia edilícia, à morfologia, aos tipos de materiais empregados nas construções e aos elementos da paisagem do bairro. (BEZERRA JUNIOR, 2017, p. 133 - 134).

Existe a consciência de que essas ações devam ser locais, pensadas para cada situação e lugar de maneira individual, mas a realidade é outra. Há normatização de procedimentos e também de projeto que não consideram as condições climáticas, físicas ou culturais de cada região (DIGIACO, 2004).

URBANISMO TÁTICO

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), classificou o surto do Coronavírus como uma pandemia. A Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), em seu site oficial, caracteriza uma pandemia como “o pior dos cenários. Ela acontece quando uma epidemia se estende a níveis mundiais, ou seja, se espalha por diversas regiões do planeta.”

Foi preciso agir rápido. O mundo, tão globalizado, adotou medidas de isolamento social, única forma mais eficiente de proteção até o momento. Nas cidades, adaptações são feitas a fim de conter o surto, dentre elas, podemos citar: mudanças práticas e pontuais no modelo urbano, sem necessidade de muito planejamento ou investimento financeiro, como o alargamento de calçadas, o sentido único para pedestres seguindo o modelo das pistas de automóveis, bem como a higienização de vias públicas.

Ciclovias criadas da noite para o dia, vias convertidas em zonas calmas, calçadas estendidas às pressas – tudo para acomodar a necessidade de mobilidade urbana em um cenário de pandemia. A Covid-19 tem gerado grandes intervenções urbanas, muitas vezes sem a possibilidade de grande planejamento ou investimento. Cidades convertem-se em laboratórios de experiências que podem trazer benefícios durante a crise e legar um mundo mais sustentável quando o pior passar.

[...]

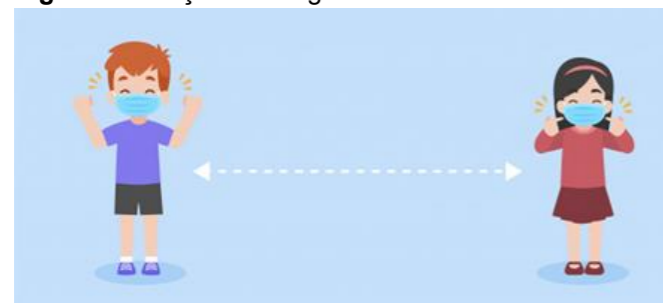
Uma das melhorias imediatas que as cidades podem fazer nesse cenário é oferecer mais espaço para que as pessoas possam manter distância segura umas das outras nos deslocamentos a pé ou de bicicleta. Em Berlim, por exemplo, a prefeitura tem alargado ciclofaixas usando fita e tinta para que ciclistas possam manter uma maior distância entre si.

(BATISTA; CORREA, 2020, n.p).

Outra alternativa prática é a adotada no interior de São Paulo, com calçadas de “mão-única”, para evitar encontros entre pedestres. “A medida, segundo a prefeitura da cidade, tem o objetivo de aumentar o distanciamento e evitar que as pessoas se toquem ou se cruzem nas ruas com a flexibilização da quarentena e reabertura do comércio no município.” (CIDADE...,2020, n.p).

A higienização de ruas e calçadas com produtos químicos para a descontaminação dos ambientes é outra medida usada em várias cidades do Brasil e do mundo para frear a contaminação.

Figura 1 - Calçadas Alargadas



Fonte: Freepik, 2020.

Figura 2 - Calçadas Sentido Único



Fonte: Freepik, 2020.

Figura 3 - Higienização de Vias e Calçadas.



Fonte: Freepik, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro que o direito constitucional à moradia, tal qual prevê a lei, com habitação de qualidade, é um grande desafio e que programas de habitação de interesse social precisam ser revistos e pensados pelos projetistas de acordo com cada situação. Apesar das arbitrariedades, este é um direito necessário para que a

pessoa usufrua de forma plena do princípio da dignidade humana. Portanto, é preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre recursos escassos e qualidade habitacional.

A questão da flexibilização como parte do planejamento, permite que os usuários realizem as mudanças necessárias ao longo do tempo nas edificações, o que lhes proporcionará melhor qualidade de vida e a sensação de pertencimento, ou seja, de identidade.

Não menos relevante que projetos de HIS flexíveis é o aprofundamento do conhecimento acerca dos futuros moradores das edificações por parte dos projetistas, sempre levando em consideração aspectos sociais e culturais, além dos fatores climáticos e ambientais do local a ser inserido o projeto habitacional.

Quanto ao momento que estamos vivendo, ainda é um grande desafio saber qual a melhor atitude a ser tomada. Mas, como vimos, pequenas mudanças, sem envolver muito planejamento ou mesmo grandes investimentos financeiros, podem fazer a diferença. Que cada um possa fazer a sua parte como cidadãos e futuros projetistas, visando o bem geral de todos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Bruno; CORRÊA, Fernando. Com urbanismo tático, cidades enfrentam a Covid-19 priorizando pedestres e ciclistas. **WRY BRASIL**, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS, abril, 2020. Disponível em: <https://wrybrasil.org.br/pt/blog/2020/04/com-urbanismo-tatico-cidades-enfrentam-covid-19-priorizando-pedestres-e-ciclistas>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BEZERRA JUNIOR, Francisco Rocha. Habitação de Interesse Social, Conceito e Projeto: Uma Proposta para Mae Luiza/Natal-RN. **Revista Projetar**, Natal – RN, Brasil, v.2, n.1, pg. 130-136, abril, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16601>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CIDADE cria calçada com sentido único para evitar "encontros" na pandemia. **BAND.UOL**. Jun., 2020. Disponível em: <https://noticias.band.uol.com.br/coronavirus/noticias/100000991863/cidade-cria-calçada-com-sentido-unico-para-evitar-encontros.html>. Acesso em: 14 nov. 2020.

DIGIACOMO, Mariuzza Carla. **Estratégias de Projeto para Habitação Social Flexível**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de mestre em arquitetura e urbanismo. Florianópolis: 2004.

OMS DECLARA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS: O QUE ISSO SIGNIFICA? **Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/oms-declara-pandemia-de-coronavirus-o-que-isso-significa/> Acesso em: 08 nov. 2020.

SANTOS, Camila Buzinaro dos. A Moradia como Direito Fundamental. **Revista Âmbito Jurídico**, São Paulo-SP, Brasil, revista 116, novembro, 2013. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-moradia-como-direito-fundamental/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19¹

Acauê Zanella, acauezanella2@hotmail.com²
 Alisson Steinner, alisson_steiner@hotmail.com³
 Maria Paula Conning, paula.coning4@gmail.com⁴
 Tainara Aparecida Xavier, tainara.ap.xavier@gmail.com⁵
 Ana Lucia Cordova Wandscheer, ana.lucia@uniarp.edu.br⁶
 Patrícia Costa Pellizzaro, patricia.costa@uniarp.edu.br⁷

Resumo – No ano de 2019 foi descoberto na China um novo patógeno responsável pelo surgimento da doença conhecida como COVID-19, esta doença é altamente contagiosa e está associada às complicações respiratórias que podem levar à morte. Dessa forma, foram adotadas medidas de segurança para conter a evolução da pandemia principalmente em estruturas essenciais para o funcionamento das cidades. Considerando o exposto, este trabalho tem por objetivo analisar as ações adotadas no sistema de transportes público. O trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental de fontes secundárias e, em um segundo momento das principais diretrizes da OMS e UITP foram sistematizadas em um folheto, o qual irá compor uma cartilha para informar a população quanto às práticas seguras e meio de evitar a contaminação pelo vírus.

Palavras-chave: COVID-19. Transporte público. Higienização. Epidemia. Segurança.

INTRODUÇÃO

Visando controlar a pandemia de COVID-19, além de intensificar as medidas de higiene e o uso de máscaras, foram adotadas medidas de distanciamento e isolamento social, as quais alteraram a rotina da população mundial. Estas diretrizes foram amplamente divulgadas e colocadas por vários órgãos nas três esferas de governo, e devem ser seguidas tanto em locais públicos como privados. Considerando a necessidade de deslocamento das pessoas, principalmente nas cidades de médio e grande porte, os serviços de transporte público tiveram que se adaptar para proteger os tanto os operadores quanto os usuários. Diante do exposto este trabalho tem por objetivo analisar as medidas adotadas para evitar o contágio da população que usa transporte coletivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No ano de 2019, um novo patógeno foi descoberto na China, após muitas pessoas passarem a desenvolver pneumonia, foi constatado que este era decorrente da infecção de uma novo corona vírus. Essa família de vírus já era conhecida pelos

¹ O presente trabalho, refere-se ao Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo

² Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora. Dra. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

cientistas, no entanto, afetava mais comumente o reino animal, apenas sete de seus membros afetam os seres humanos. As doenças causadas por eles são síndromes respiratórias, que variam de intensidade de acordo com o vírus (MCINTOSH, 2020).

O COVID-19, surgiu na cidade de Wuhan na China e se espalhou rapidamente para os outros países. Com a dificuldade de controlar a doença, no dia 11 de março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a situação de pandemia. Em novembro deste ano, foram contabilizadas 1.243.715 mortes, sendo o Brasil o país com mais mortes da América Latina, tendo 162.015 mortes o que equivale a uma morte a cada 34,75 pessoas infectadas (BBC, 2020; MCINTOSH, 2020).

O COVID-19 gerou grandes mudanças nas rotinas das pessoas, não apenas pelo uso dos EPI's, mas também pela forma como as pessoas e as cidades tiveram que passar a agir para conter a evolução da pandemia, muitas cidades pararam completamente, fechando comércios, escolas, praças e parques, entretanto, esse período gerou um grande impacto na economia mundial, fazendo com que aos poucos as medidas restritivas fossem flexibilizadas. No entanto, durante todo este período, algumas atividades consideradas essenciais não puderam parar, nesse contexto, o transporte coletivo, responsável por grande parte dos deslocamentos nas cidades, que apesar de ser essencial, apresenta um grande risco para a proliferação do vírus, pois pode ser transmitido por pessoas infectadas através gotículas de saliva, espirros, tosse, contato com superfícies contaminadas e aperto de mãos (FGV, 2020).

Assim, houve uma grande preocupação em como seria seu funcionamento, já que os ônibus e metros possuem espaços pequenos com pouca ventilação e com grande rotação de pessoas. Com isso as empresas de transporte público buscaram soluções para tornar os deslocamentos mais seguros, seguindo as orientações da OMS, os passageiros foram indicados a:

- a) Evitar sair de casa se apresentar qualquer sintoma suspeito;
- b) Utilizar modais ativos de transporte para evitar aglomerações;
- c) Evitar utilizar o transporte em horários de pico;
- d) Manter o distanciamento social de 1,5m;
- e) Praticar a higiene respiratória, utilizando máscaras e as descartando adequadamente;
- f) Evitar tocar nas superfícies; e
- g) Não tocar nos olhos, nariz e boca sem estar devidamente higienizado (OMS, 2020).

Além das orientações da OMS, as empresas ainda passaram a adotar outras medidas restritivas com o intuito de evitar o contágio dos passageiros e dos operadores, entre elas:

- a) Limpar os veículos completamente entre as viagens, caso não seja possível, é necessário desinfetar as superfícies de contato dos passageiros;
- b) Vender passagens apenas nos balcões e cabines com distanciamento adequado, ou por meio de cartões, a venda delas diretamente no ônibus em dinheiro não é permitida;
- c) Criar aplicativos para celulares, onde seja possível comprar e acessar as linhas de transporte existentes, com a identificação dos débitos pontos de embarque e desembarque;
- d) Reduzir a capacidade de atuação do transporte com relação a capacidade de lotação;
- e) Realizar o acesso dos passageiros pelas portas traseiras; e

- f) Colocar barreiras de vidro ou acrílico para separar os operadores dos passageiros (UITP, 2020).

Apesar das empresas adotarem medidas de segurança dentro dos transportes coletivos e nos pontos de venda, cabe ao poder público manter a manutenção e higienização adequada dos pontos de embarque e desembarque de passageiros, mas, essas medidas não vêm sendo executadas com a frequência desejada. Em alguns países como na Coreia do Sul, os pontos de ônibus receberam melhorias e ganhos em tecnologia para que os passageiros se sintam mais seguros, estes pontos são cabines que possuem scanners de temperatura na entrada, disponibilização de álcool em gel, e luzes ultravioleta que juntamente com o ar condicionado diferenciado esterilizam o ambiente (Figura 1). Porém existem medidas mais econômicas para serem executadas em meios públicos, entre elas a disponibilização de álcool em gel nos espaços públicos e distribuição de pias e sabão junto aos pontos de embarque e desembarque (LIMA, 2020).

Figura 1 – Vista de ponto de ônibus na Coreia do Sul



Fonte: Lima (2020).

Cabe destacar que, indiferentemente do poder público ou de instituições privadas seguirem as medidas de segurança, é dever de cada um garantir a sua proteção, adicionando ao seu cotidiano medidas higiênicas mais severas e o uso constante de máscaras.

METODOLOGIA

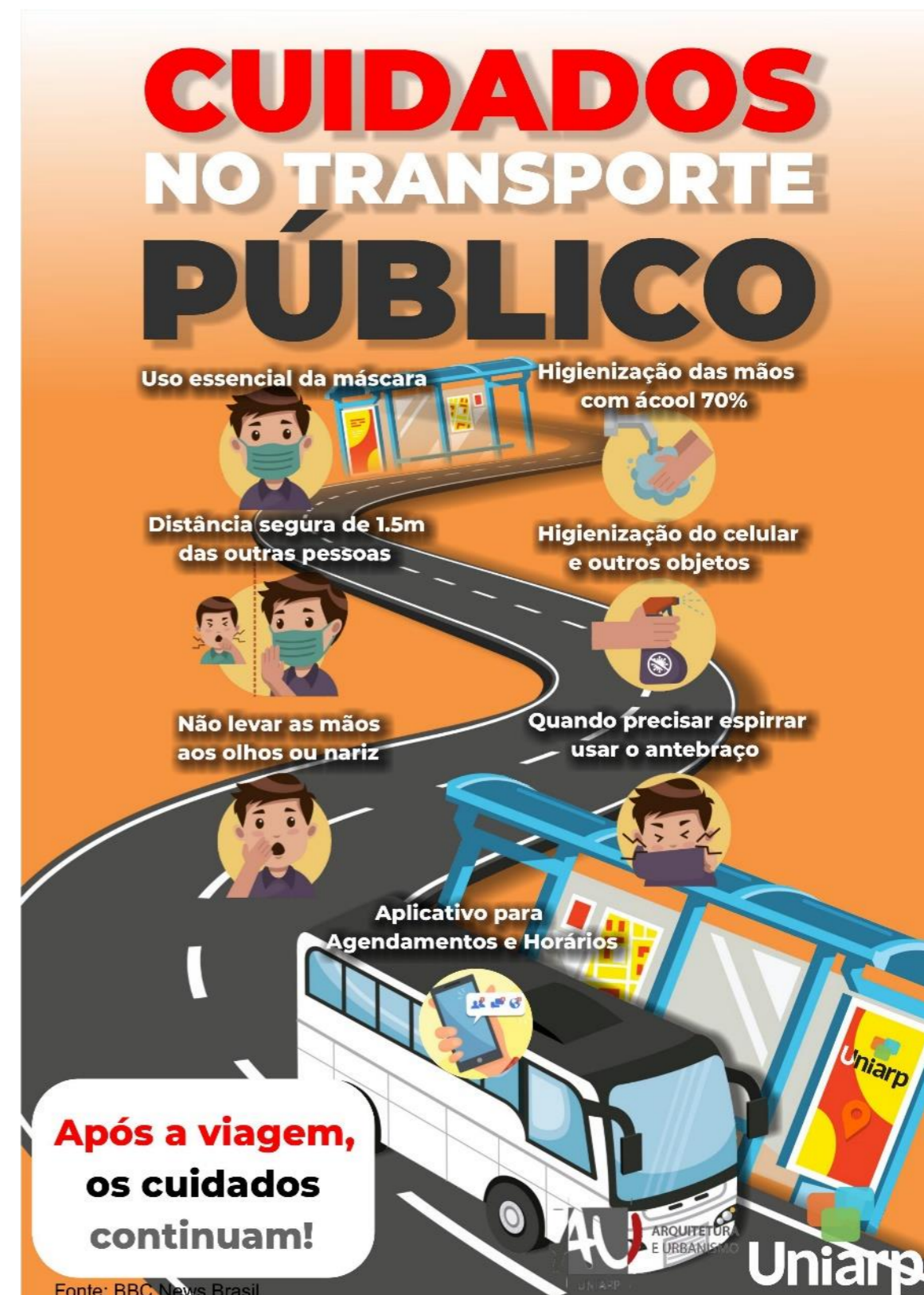
O trabalho foi realizado com base em pesquisa de bibliográfica de fontes secundárias, compreendendo artigos, publicados em jornais e principalmente informações divulgadas por organismos internacionais responsáveis pela gestão da pandemia como a OMS e UITP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, foi elaborado uma cartilha destacando as principais medidas que devem ser adotadas para garantir a segurança de todos os usuários do transporte público coletivo.

Dessa forma, na Figura 2 são apresentadas as principais diretrizes definidas pela Organização Mundial de Saúde e pela União Internacional de Transportes Públicos.

Figura 2 – Cartilha de cuidados a serem adotados no transporte público coletivo.



Fonte: BBC News Brasil

Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a disseminação do COVID-19 no mundo a rotina das pessoas mudou, assim como a estrutura e funcionamento das cidades, uma das áreas que sofreu grandes modificações foi o transporte público que se enquadra em uma categoria de risco de transmissão do vírus, por conta da grande rotatividade de pessoas que passa por ele.

Através dessa pesquisa foi possível constatar que mesmo seguindo todas as normas o COVID-19 vai deixar marcas na população, que possivelmente permaneceram mesmo após a estabilização da doença.

Em muitos países os órgãos públicos não estão seguindo as normas de segurança, porém é necessário informar e conscientizar a população para que estas práticas sejam adotadas e incorporadas ao cotidiano, dentre as quais as relacionadas ao transporte coletivo se destacam pois é o principal meio de locomoção nas cidades de médio e grande porte.

REFERÊNCIAS

- BBC – Corporação Britânica de Radiodifusão. **Coronavírus**: o mapa que mostra o alcance mundial da doença. 03 de março de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Novo coronavírus (covid-19)**: informação e orientação proteja-se. São Paul: 2020. Disponível em: https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/u5491/drh_institucional_folheto_coronaviruss_et_56789_af.pdf. Acesso em 10 nov. 2020.
- LIMA, Cláudia. Correia do Sul investe em pontos de ônibus com tecnologias especiais contra a COVID – 19. **Vogue**, ago, 2020, *on-line*. Disponível em: <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2020/08/coreia-do-sul-investe-em-pontos-de-onibus-com-tecnologias-contra-covid-19.html>. Acesso em 10 nov. 2020.
- MCINTOSH, Kenneth; BLOOM, Allyson. Coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Uptodate**, 2020. 37 p. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/coronavirus-disease-2019-covid-19>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- OMS – Organização Mundial Da Saúde. **Movendo-se em torno do surto do COVID – 19**. Disponível em: <https://anprilhos.org.br/wp-content/uploads/2020/05/oms-covid-19-movingaround-em-a4.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- UITP – Union Internationale des Transports Public. **Gestão do COVID-19**: orientação para operadores do transporte público. fev. 2020. Disponível em: <https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub637189972740689969.PDF>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MOBILIÁRIO URBANO SUSTENTÁVEL:¹

USO DA CORTIÇA NA ARQUITETURA

Andrieli Perego, andrieliperego@hotmail.com²
 Kelvyn Juan Zanatta Nunes, kelvyn.nunes@hotmail.com³
 Leandra Tragancin, le.tragancin.lt@gmail.com⁴
 Luana Eggers Piccoli, luanaapiccoli@gmail.com⁵
 Alexandre Schermach, schermach@gmail.com⁶
 Cláudia Maté, claudia.mate@uniarp.edu.br⁷

Resumo – A proposta de desenvolvimento de um mobiliário urbano sustentável, no Largo Caçanjurê de Caçador/SC, levou à busca das principais necessidades que o projeto deve atender à quem o utiliza. A metodologia adotada baseia-se *no design thinking*, inicialmente, foram realizadas pesquisas sobre a temática e a localidade e seus usuários, seguidas das etapas de ideação e prototipação. Definiu-se a cortiça como principal material para compor a obra, incorporando elementos naturais que garantissem conforto e estética favoráveis. Acredita-se que a cortiça tenha um papel revolucionário nas construções arquitetônicas, devido, principalmente, às suas inúmeras características sustentáveis. Como resultado, foi desenvolvido o projeto de um ponto de ônibus sustentável, utilizando cortiça, policarbonato e plantas naturais, alcançando os requisitos desejados, como custo-benefício, durabilidade, conforto e estética.

Palavras-chave: Mobiliário Urbano. Largo Caçanjurê. Sustentabilidade. Cortiça.

INTRODUÇÃO

O mobiliário urbano consiste em um móvel ou equipamento instalado em vias ou espaços públicos e destinado ao cidadão para lhe dar suporte. A NBR 9050 (ABNT, 2015) define mobiliário urbano como os elementos que integram a paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados com autorização do poder público.

O Largo Caçanjurê, localizado no município de Caçador, no estado de Santa Catarina - Brasil, é um local central e que possui grande fluxo de pessoas. Neste contexto, foi identificado a necessidade de um mobiliário urbano. Compreende-se que o principal público a ser considerado é o que permanece por mais tempo no local, àquele que utiliza o transporte público e, para tanto, é necessário que o mobiliário sirva de abrigo de quaisquer condições climáticas, principalmente sol e chuva.

Assim, o objetivo deste trabalho é o desenvolver um mobiliário urbano sustentável e que atenda à demanda da população, gerando impacto positivo na vida do usuário, sem agredir ao meio ambiente.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Me. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O PORQUÊ DO USO DA CORTIÇA E ELEMENTOS NATURAIS

A contemporaneidade exige mais de um mobiliário urbano do que simplesmente ser funcional. As pessoas tendem a ser mais exigentes, principalmente nos quesitos conforto e estética. Além disso, questões sociais como sustentabilidade, recursos e custos precisam ser consideradas ao elaborar esse tipo de projeto. Pensando nisso, um arquiteto é o profissional que melhor poderá desenvolver o produto. “[...] a arquitetura é uma questão global. Não há arquitetura ecológica, não há arquitetura inteligente, arquitetura sustentável: só há boa arquitetura.” (DE MOURA, 2020, n.p).

O uso de plantas no ambiente urbano, além de estar vinculado à sustentabilidade, possui relação direta com o comportamento humano, já que proporciona sensação de abrigo ao usuário. A cidade causa em seus habitantes uma desconexão com a natureza. Portanto, é fundamental que se busque integrar elementos naturais à cidade e aos mobiliários urbanos, para equilibrar o contato das pessoas com a natureza, melhorando a qualidade de vida. Segundo Kahn (2016), cidades planejadas tendo a natureza em consideração, favorecem tanto o ecossistema quanto a saúde humana.

A cortiça é um material ainda pouco explorado na arquitetura brasileira. Entretanto, seu uso é comum na fabricação de rolhas para bebidas como o vinho, por ter uma alta impermeabilidade a líquidos e gases, acarretando num alto potencial de vedação (THORNS, 2017). Essa característica é altamente útil na arquitetura, além do aspecto moderno, elegante e ecológico, que traz a sensação de conforto, proporcionada por ser um elemento natural. Possui, ainda, moldagem versátil por ser leve, elástica e compressível.

Além de todas as vantagens do uso da cortiça na construção, o principal motivo para ser considerada um material sustentável está na planta da qual provém. As florestas de sobreiros em Portugal são conhecidas como “pulmões” do meio ambiente, já que as árvores descascadas, para a extração da cortiça, absorvem ainda mais dióxido de carbono e liberam grandes quantidades de oxigênio. De acordo com Thorns (2017), quanto maior a demanda de cortiça no mercado, maior o benefício ao meio ambiente, uma vez que mais sobreiros serão plantados, melhorando ainda mais a qualidade do ar. A cortiça funciona, ainda, como um isolante térmico, acústico, e é altamente resistente ao atrito, biodegradável, reciclável e renovável (AMORIN, 2020).

O processo industrial da cortiça também é um processo limpo e sustentável. A aglomeração da cortiça não possui nenhum tipo de resina sintética; 90 % da energia consumida na industrialização provém da biomassa gerada do próprio processo produtivo e após o uso, a cortiça é completamente reciclada e reutilizada na construção (AMORIN, 2020).

De acordo com Amorim (2020, n.p), as florestas de sobreiro são a base da economia do futuro, mostrando o importante papel social da cortiça:

Em torno da cultura do sobreiro gira o trabalho agrícola mais bem pago do mundo, além de um conjunto de outras atividades agronômicas, florestais, silvo pastoris, cinegéticas e económicas - sendo a indústria da cortiça o motor desse desenvolvimento sustentável, ajudando a manter milhares de postos de trabalho e a fixar as pessoas à sua terra. Segundo a WWF - World Wild Fund for Nature, mais de cem mil pessoas no sul da Europa e no norte de África dependem direta e indiretamente destas florestas. Só em Portugal, onde existe a maior área de montado do mundo, dependem diretamente dessa economia cerca de 650 empresas responsáveis por mais de 8300 postos de trabalho diretos, a que se somam milhares de postos de trabalho indiretos.

A cortiça tem o custo um pouco mais elevado do que os materiais sintéticos, usualmente utilizados na construção. Porém, sua durabilidade é ilimitada, podendo manter todas as suas características durante 45 ou 50 anos, apresentando uma relação excelente de custo-benefício, de acordo com teste oficiais realizados pela Corticeira Amorim (2020).

METODOLOGIA

O desenvolvimento do projeto do mobiliário urbano sustentável foi embasado na metodologia do *Design Thinking* com as seguintes etapas: imersão, na temática, nos problemas a serem resolvidos com o projeto e no público alvo e suas necessidades; análise e seleção dos dados mais relevantes ao caso; ideação e definição da proposta que melhor atende às necessidades; prototipagem e teste da forma através de software de modelagem e a implementação na maquete física.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o Largo Caçanjurê e seus arredores, percebe-se que ali se encontram instituições financeiras, a Catedral da cidade, além de ser um local de embarque/desembarque do transporte de algumas linhas urbanas do município. Segundo dados obtidos com a empresa Auto Coletivo, existem 16 linhas de transporte coletivo no município.

Segundo Perego (2019, p. 85):

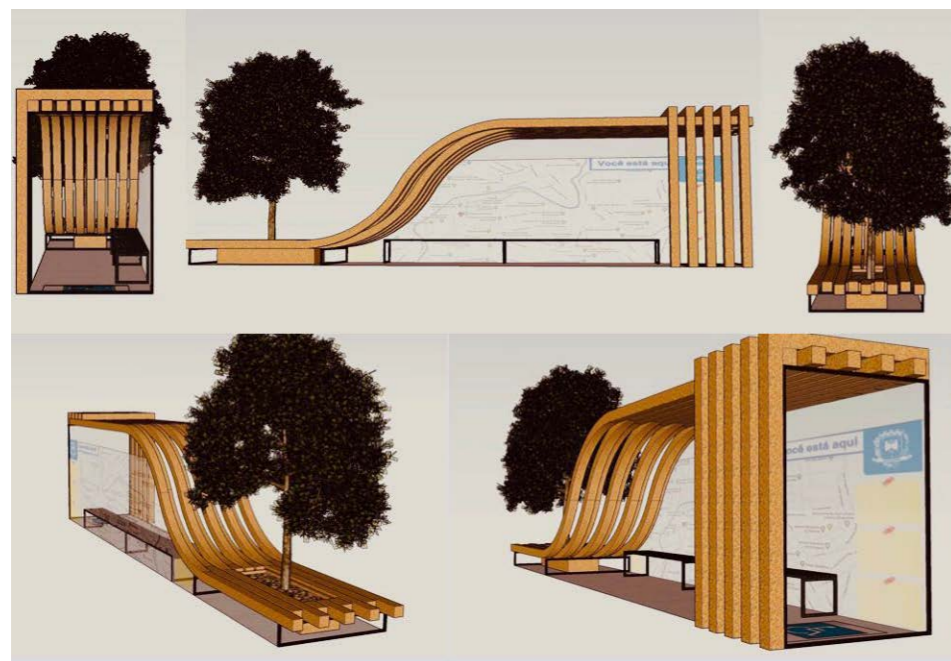
[...] é possível perceber que todas as linhas do transporte urbano do município circulam pela Avenida Barão do Rio Branco, no ponto de embarque e desembarque localizado na parte alta da avenida, conhecida popularmente como Largo Caçanjurê, sendo que de segunda-feira a sexta-feira os ônibus passam cerca de 147 vezes pela avenida (por dia), do mesmo modo que nos sábados esse número diminui para cerca de 123 vezes, e para 64 vezes nos domingos, totalizando cerca 922 solicitações por semana na avenida.

Com base nisso, estabeleceu-se uma relação de funções para que o espaço é destinado, sendo principalmente a espera, o embarque e o desembarque de usuários do sistema de transporte público coletivo, sendo esse o público-alvo do referido projeto. Dessa maneira, ao se pensar em um banco para esse espaço, deve-se levar em conta o uso por esse público e suas principais necessidades.

A partir da análise do local e das pessoas que o utilizam, percebeu-se a necessidade de um mobiliário que abrigue seus usuários das condições climáticas – sol e chuva, principalmente. Também ligado ao conforto, notou-se a necessidade de adequar o mobiliário para que cadeirantes pudessem utilizá-lo, sendo, então, reservado um espaço prioritário a esses usuários.

Tratando-se de um projeto sustentável, a escolha dos materiais foi o principal fator determinante ao desenvolver esse mobiliário. Sendo assim, optou-se pelo uso de cortiça e policarbonato, permitindo o bom aproveitamento da luminosidade natural, e também foi agregado uma planta natural para complementar a estética ecológica proporcionada por esses materiais (Figura 1).

Figura 1 – Diferentes vistas do mobiliário proposto.



Fonte: PEREGO, Andrieli; NUNES, Kelvyn (2020).

O apelo estético foi pensado para que os cidadãos que utilizam o mobiliário sintam-se responsáveis por colaborar com sua preservação. Isso levou à escolha de um design moderno e que incorpore elementos naturais, trazendo a sensação de acolhimento e cuidado com o usuário. É necessário que o público identifique que o projeto foi desenvolvido pensando no seu bem-estar e criem, com isso, consciência de cuidado e preservação do local, evitando gastos públicos desnecessários com a manutenção. Pode-se observar como o mobiliário como um todo foi pensado para o local em que está inserido (Figura 2).

Figura 2 – Proposta do mobiliário inserida no Largo Caçanjurê.



Fonte: PEREGO, Andrieli; NUNES, Kelvyn (2020).

Considerando ser uma obra pública, houve preocupação com o investimento e seu custo-benefício. Esse ponto foi determinante na escolha da cortiça como

revestimento, já que possui pelo menos 4 décadas de durabilidade, algo que compensa o custo um pouco acima dos materiais sintéticos normalmente utilizados. Além disso, o conforto proporcionado por esse material é garantido por inúmeras características, como a impermeabilidade e o isolamento térmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que os objetivos da pesquisa foram devidamente atingidos, atendendo às necessidades apresentadas no local. O mobiliário urbano desenvolvido garante conforto aos usuários, bom custo-benefício - ao utilizar materiais de alta resistência e durabilidade -, estética condizente com o papel arquitetônico e com a característica sustentável preestabelecida.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

AMORIM. **A cortiça: o que é?** Amorim, [2020?]. Disponível em: <https://www.amorim.com/a-cortica/o-que-e/>. Acesso em: 05 out. 2020.

DE MOURA, Eduardo Souto. **A cortiça não é para ficar escondida. É para ficar a vista.** Amorim. 2020. Disponível em: <https://www.amorim.com/media/noticias/Eduardo-Souto-de-Moura-A-cortica-nao-e-para-ficar-escondida-E-para-ficar-a-vista/2207/> Acesso em: 30 set. 2020.

DIAS, Inês Silva. **A cortiça não é para ficar escondida. É para ficar à vista.** Amorim News, Portugal, p. 7-8, Julho 2020.

FREITAS, Lucas Deoli. **Cortiça na arquitetura:** 6 projetos que utilizam o material com maestria. Casa Vogue, 2020. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2020/03/cortica-na-arquitetura-6-projetos-que-utilizam-o-material-com-maestria.html> Acesso em: 30 set. 2020.

KAHN, Peter. **Living in cities, naturally.** Science, Vol. 352, p. 938-940. Maio 2016.

PEREGO, Andrieli. **Estudo de caso:** Proposta de implantação de faixa exclusiva para ônibus em pavimento rígido de concreto na Avenida Barão do Rio Branco no Município de Caçador-SC. 2019. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, Caçador, 2019.

THORNS, Ella. **A cortiça pode ser uma resposta às nossas necessidades ambientais e de construção?** ArchDaily Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/886004/a-cortica-pode-ser-uma-resposta-as-nossas-necessidades-ambientais-e-de-construcao>. Acesso em: 30 set. 2020.

FUJA DO TRÂNSITO E DAS AGLOMERAÇÕES PEDALANDO DURANTE A PANDEMIA¹

Ana Paula Vogues, anavogues555@gmail.com²
Ana Lucia Córdova Wandscheer, ana.lucia@uniarp.edu.br³
Marcelo Wandscheer, marcelow@uniarp.edu.br⁴
Patrícia Costa Pellizzaro, patricia.costa@uniarp.edu.br⁵

Resumo – Em 2020 a população mundial foi surpreendida com a pandemia de corona vírus, e ficar em casa e se isolar, foi a melhor maneira de evitar mortes. Em meio a tantas adaptações a busca de alternativas para a locomoção e evitar o uso do transporte coletivo tem se destacado. Nesse contexto, o uso da bicicleta é uma das alternativas mais viáveis, considerando aspectos econômicos além de contribuir para a saúde dos usuários e melhor da qualidade do ar nos centros urbanos.

Palavras-chave: Ciclismo. Pandemia. Saúde. Aglomeração. Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Mobilidade urbana é um dos maiores problemas enfrentado para a população mundial, tanto pequenos como nos grandes centros. Lideranças mundiais se reúnem anualmente para discussão sobre o assunto e buscar novas alternativas mais eficazes e sustentáveis de transporte.

Uma das alternativas encontradas foi o incentivo do uso de bicicletas, principalmente pelos países europeus. A frota de bicicletas durante a pandemia cresceu, construir ciclovias ciclofaixas, e dar uma estrutura mais segurada na malha urbana e para o ciclista virou prioridade de muitos governos.

Com a auge da pandemia de Covid, o uso de bicicletas é uma das alternativas mais viáveis de mobilidade para evitar as aglomerações existentes nos modais de transporte coletivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Algumas pesquisas relatam o que o vírus tem menor índice de transmissão em área externas, isso significa que é menos propenso a proliferação.

“Enquanto os cientistas alertam que o risco de pegar covid-19 em ambientes fechados pode ser quase vinte vezes maior do que ao ar livre, as autoridades continuam a reduzir a capacidade de instalações fechadas e ambientes externos na mesma proporção, como se o perigo fosse o mesmo” (COEP, 2020, s.p.)

A ONU (Organização das Nações Unidas) instituiu o dia 3 de junho como o Dia Mundial da Bicicleta, com objetivo de conscientizar e incentivar o uso deste modal de transporte, destacando seus benefícios para a saúde e para o meio ambiente.

¹ O presente trabalho, refere-se ao Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora. Dra. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Contudo, em 2020, por causa da pandemia da corona vírus, este modal ganhou destaque, é um meio seguro e sustentável para manter o distanciamento social e evitar a aglomeração de pessoas nos transportes públicos (YOSHIDA, 2020).

Além de evitar aglomerações, pedalar traz a sensação de liberdade, faz com que as pessoas sintam-se mais leves, proporcionando bem esta principalmente nesse período difícil.

Por todos os motivos mencionados acima não é de se estagnar que a venda de bicicletas no mundo aumentou significativamente inclusive no Brasil.

“No Paraná, foi encabeçada uma proposta de Plano de Contingência em prol da Mobilidade Urbana contra o Covid-19, que destaca a utilização da bicicleta como meio mais seguro de se locomover durante este período de crise pandêmica” (MANDATO GOURA, 2020, n.p), conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Ciclista se locomovendo em tempos de pandemia.



Fonte: (MANDATO GOURA, 2020)

O papel dos deslocamentos ativos se destacou em decorrência, algumas cidades bloquearam ruas para o tráfego de pra viabilizar o uso seguro das ruas por este modal e assim como pedestres e evitar aglomerações (LAVERTY et al., 2020).

A pandemia do COVID-19 destacou a necessidade de uma melhor infraestrutura de caminhada e ciclismo, à medida que as comunidades se voltam para opções fisicamente distantes de mobilidade pessoal que dificultem a disseminação do vírus (NCMM, 2020). Dessa forma, o papel das viagens ativas ganhou proeminência política e social recente no auge da crise causada pela doença. Com menos carros viajando nas estradas, as cidades estão boqueando ruas para veículos e criando espaços temporários adicionais para ajudar ciclistas e pedestres manterem uma mobilidade segura e promover o distanciamento social” (LAVERTY et al., 2020, p. 53).

A mobilidade urbana é um problema na maioria dos países ao redor do mundo, cidade são construídas para veículos, meio mais modal de transporte, pouco se pensa na mobilidade com o uso da bicicleta. O transporte público vem perdendo espaço no mercado, pessoas preferem carros menores ou compartilhados como meio de transporte alternativo, arriscar suas vidas em metros lotados, todos estamos cientes que manter o distanciamento hoje é sobrevivência.

Todo esse movimento tem intensificado o setor de bicicletas pelo mundo. A Associação de Marcas de Bicicleta da Espanha (Ambe) relatou um aumento de 400% na procura de bicicletas urbanas enquanto as vendas tiveram um aumento de 200% durante a pandemia. Além disso, seus dados demonstram que a maior parte das pessoas que procuraram os serviços durante o período

é de quem não utilizava a bicicleta num cenário anterior (CICLOSFERA, 2020, p. 47)

Já sabíamos da dificuldade de locomoção em vias brasileiras, acreditamos que com a situação do transporte público, que seja feito investimentos de grande proporção para incentivar o uso da bicicleta.

É sabido também que esse processo de investimento é moroso e vai custar milhões aos cofres públicos, que possamos seguir exemplo de países Europeus que a mobilidade urbana através do uso de bicicletas virou prioridade. Que os investimentos não sejam somente na época da pandemia e sim pós pandemia, pois o planeta está pedindo socorro.

Os recursos naturais em nosso planeta estão ficando escassos, e o mundo nunca antes teve índices tão sérios de poluição sendo os veículos motores, apontados como um dos principais elementos da poluição.

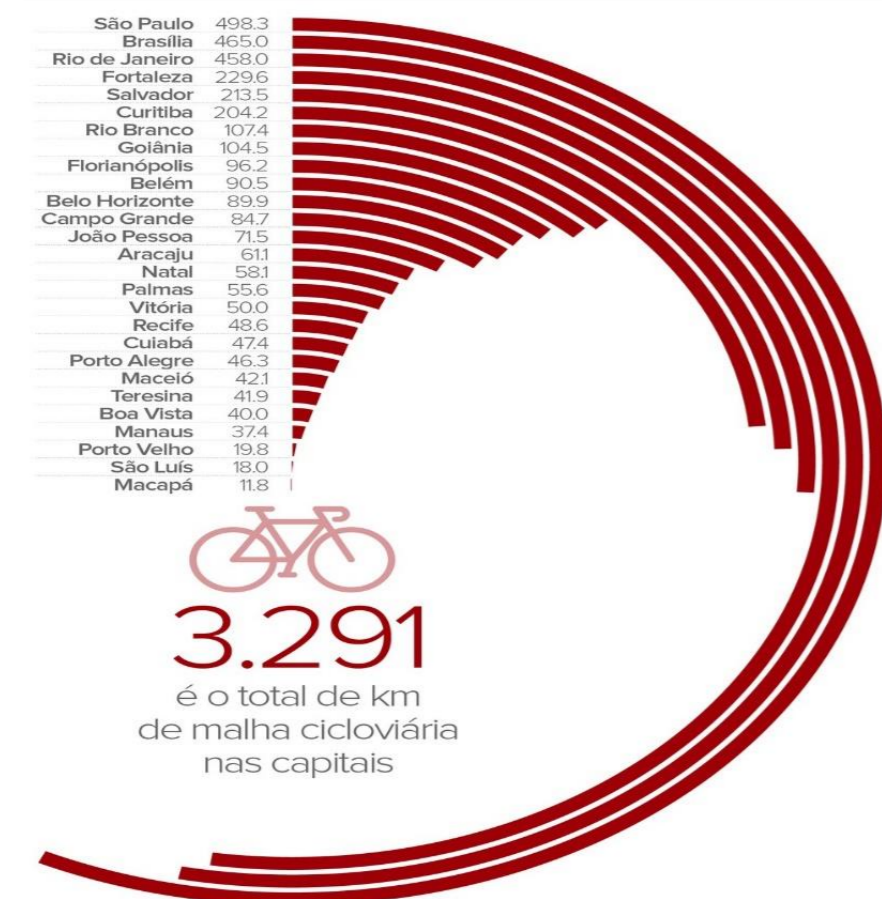
A mobilidade urbana e consequentemente gerando danos ao meio ambiente, com o aumento da emissão de dióxido de carbono. Nesse contexto entra em cena a bicicleta como alternativa para o alívio no trânsito das grandes cidades e também como transporte ecologicamente correto, já que não emite gás carbônico.

No Brasil, algumas cidades a locomoção de bicicleta têm ganhando ênfase (Figura 2), a exemplo de Curitiba que tem mais de 100 km de ciclovias que ligam vários parques da capital paranaense

Figura 2 – Malha cicloviária das capitais brasileiras.

Malha cicloviária nas capitais

Em 4 anos, vias crescem 133% e passam de 3 mil km



Fonte: (G1, 2018)

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica sobre o assunto compreendendo fontes secundária e via web, bibliográficos, documentais e dados estatísticos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estimular o uso da bicicleta para locomoção durante e pós-pandemia é essencial por ser um modal de transporte individual que permite o distanciamento social e principalmente deixa as pessoas longe de aglomerações, utilizadas ao ar livre e não- poluentes, contribuindo para manter os índices mais baixos de poluição e colabora para que as pessoas vivam com mais qualidade de vida no seu cotidiano. Manter o distanciamento social e ficar longe de superfícies contaminadas, praticar atividade física e ainda não poluir o mundo, virou prioridade para milhões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito tem se falado sobre sustentabilidade e práticas que colaboram com a preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais. Nesse contexto, para reduzir os níveis de CO2 nas grandes e pequenas cidades ao redor do mundo, o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável é cada vez mais incentivado. Além de contribuir com o meio ambiente, andar de bicicleta é econômico e também traz benefícios para a saúde e o bem-estar de muita gente que, apesar de enfrentar um cenário desafiador no que diz respeito à segurança e infraestrutura, além de ser um ótimo meio de locomoção para fugir das aglomerações e assim ficar longe da pandemia que devasta o mundo.

REFERÊNCIAS

- CICLOSFERA – Más Bicis, Mejores Ciudades. **La desescalada dispara las ventas y reparaciones de bicicletas.** 07 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.ciclosfera.com/desescalada-ventas/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- COEP - Rede Nacional de Mobilização Social. **Cientistas alertam sobre evidências “avassaladoras” de transmissão de coronavírus por via aérea.** Disponível em: <http://coepbrasil.org.br/cientistas-alertam-sobre-evidencias-avassaladoras-de-transmissao-de-coronavirus-por-via-aerea/#:~:text=Enquanto%20os%20cientistas%20alertam%20que,Fecham%20parques%20abrem%20bares>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- LAVERTY AA, MILLETT C, MAJEED A; VAMOS EP. COVID-19 presents opportunities and threats to transport and health. **J R Soc Med** 2020; 113: 251–254. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0141076820938997>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- MANDATO GOURA. **Plano de Contingência destaca a bicicleta como alternativa de transporte na pandemia da covid-19.** Disponível em: <https://mandatogoura.com.br/plano-de-contingencia-destaca-a-bicicleta-como-alternativa-de-transporte-na-pandemia-do-covid-19/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

YOSHIDA, E. **Bikes ganham impulso em vários países com a pandemia.**
Disponível em: <https://exame.com/casual/bikes-ganham-impulso-em-varios-paises-com-a-pandemia/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAMARGO, E. A. **A hora da bicicleta:** uma lição lá de fora. Revista Meio Ambiente.
Disponível em: www.revistameioambiente.com.br. Acesso em: 03 nov. 2020.

CENÁRIO DE UM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19¹

Alan Cavalet Baseggio, alancavalet@hotmail.com²
Débora Cristina Cordeiro, debora0911@hotmail.com³
Ronaldo Tonon de Souza, ronaldotonon721@gmail.com⁴
Simara Rodrigues Colpini, smrcolpini@bol.com.br⁵
Ana Lúcia Córdova Wandscheer, ana.lucia@uniarp.edu.br⁶
Marcelo Wandscheer, marcelow@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O presente trabalho irá nos trazer uma visão do impacto do novo vírus covid-19 conhecido como coronavírus na área da saúde no seu geral pois será necessário ter um cuidado redobrado para atendimentos de pacientes. Esta pesquisa tem um olhar voltado para as Consultório odontológicos na cidade de Caçador-SC, todos sabem o quanto o covid-19 mudou os hábitos das pessoas e o cotidiano e com isso muitos ambientes terão que ser repensados para esse novo momento que estamos vivenciando e para isso a arquitetura está envolvida tendo que se reinventar em um tempo tão complicado e delicado. As clínicas odontológicas já mantinham certos critérios de higienização e segurança antes desta pandemia e agora tem que ter cuidados redobrados e um ambiente bem arejado e esquematizado. Além de tudo sabemos que o trabalho de um dentista não pode ser feito remotamente e por este motivo que muitos por medo deixaram de frequentar a clínica.

Palavras-chave: Covid-19. Coronavírus. Consultório Odontológico. Saúde. Arquitetura.

INTRODUÇÃO

Em todo mundo a pandemia covid-19 está impulsionando as pessoas a pensar na higiene interna dos espaços principalmente em consultórios e demais áreas da saúde:

É um desafio sanitário global, de uma doença nova, para a qual a humanidade, além de procurar por imunidade, esforça-se para implantar medidas e estratégias de controle que evitem a saturação dos serviços de saúde (SUMIYA, 2020, p. 1).

O setor de saúde é o que mais implica no cenário atual, pois a saúde está na linha de frente para controlar a pandemia, e depende de muitos profissionais que trabalham para projetar espaços adequados.

Segundo Berg (2020 apud CUNHA, 2020), as sensibilizações para tratar vírus e doenças associadas derivam de várias organizações e profissões; desde as da linha

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrados da 8ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmico do curso de Arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Esp. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

de frente como, médicos, biólogos e pesquisadores em saúde públicas até os profissionais da arquitetura e urbanismo influenciando de várias maneiras diferentes, as pessoas, comunidades e sociedades.

A COVID-19 expõe um alto risco para os profissionais de saúde no ambiente de trabalho, seja em consultórios, ambulatórios e unidades de terapia intensiva- UTI. A carga viral concentrada nas vias aéreas superiores oriundas de secreções das vias aéreas, sangue ou saliva, tem relevante disseminação da doença entre profissionais que atuam na região de cabeça e pescoço (SOUZA; COSTA; COSTA, 2020 apud MOURA et al., 2020, pag. 4).

A saúde abrange várias áreas, com as mais diversas especialidades, dentre elas é importante destacar área odontológica, pois os tratamentos em relação à higiene em um consultório odontológico são fundamentais para prevenir a transmissão do covid-19.

Para Meng, Hua e Bian (2020 apud MOURA et al., 2020), de acordo com a Organização Mundial da Saúde, o vírus covid-19 pode ficar em superfícies por horas e até dias, dependendo do tipo de material, temperatura ou umidade do espaço. Com isso, a higiene das mãos tem sido considerada a medida mais eficaz a fim de diminuir o risco de disseminar os micro-organismos. Além disso, é importante a desinfecção geral de todas as superfícies no ambiente da clínica odontológica.

IMPACTO DO COVID-19 NOS AMBIENTES AMBULATORIAIS

Dentro do consultório odontológico possui vários equipamentos que devem manter a higiene e esterilização, além disso, deve-se ter maior cuidado na utilização e aplicação.

A emissão de aerossóis durante o tratamento clínico odontológico é considerada um potencial fator de contaminação, devido as partículas virais que são aerossolizadas, tanto durante o procedimento quanto por secreções do paciente (tosse ou espirro), que podem alcançar até 6 metros de distância. Giordano (2020), também relata que logo, não somente há risco para o profissional, como também de infecção cruzada entre pacientes, desde a recepção à chegada ao consultório (GIORDANO et al., 2020 apud MOURA et al., 2020, pag. 4).

Segundo Constante (2020), sem dúvidas umas das maiores preocupações das pessoas passou a ser a saúde e os diferentes procedimentos de proteção e de limpeza, para evitar ou enfraquecer a contaminação viral. Todo esse movimento também impactou na arquitetura. Com isso, Constante (2020), descreve que se intensificou a necessidade de iluminação e ventilação natural dos ambientes e a utilização de materiais de acabamento e revestimento mais favorável à higiene.

Em atividades específicas assim como as áreas ligadas a saúde em tempos de pandemia que exigem o atendimento presencial. Para Floriane (2020), [...] é a antecipação de uma grande tendência mundial de relacionamento entre pessoas, ambientes, espaços. Floriane (2020), relata também que os espaços devem ser pensados para proporcionar a realização de atividades que não possam ser realizadas de forma remota, pois a interação e proximidade pessoal são necessárias para prestar o devido atendimento.

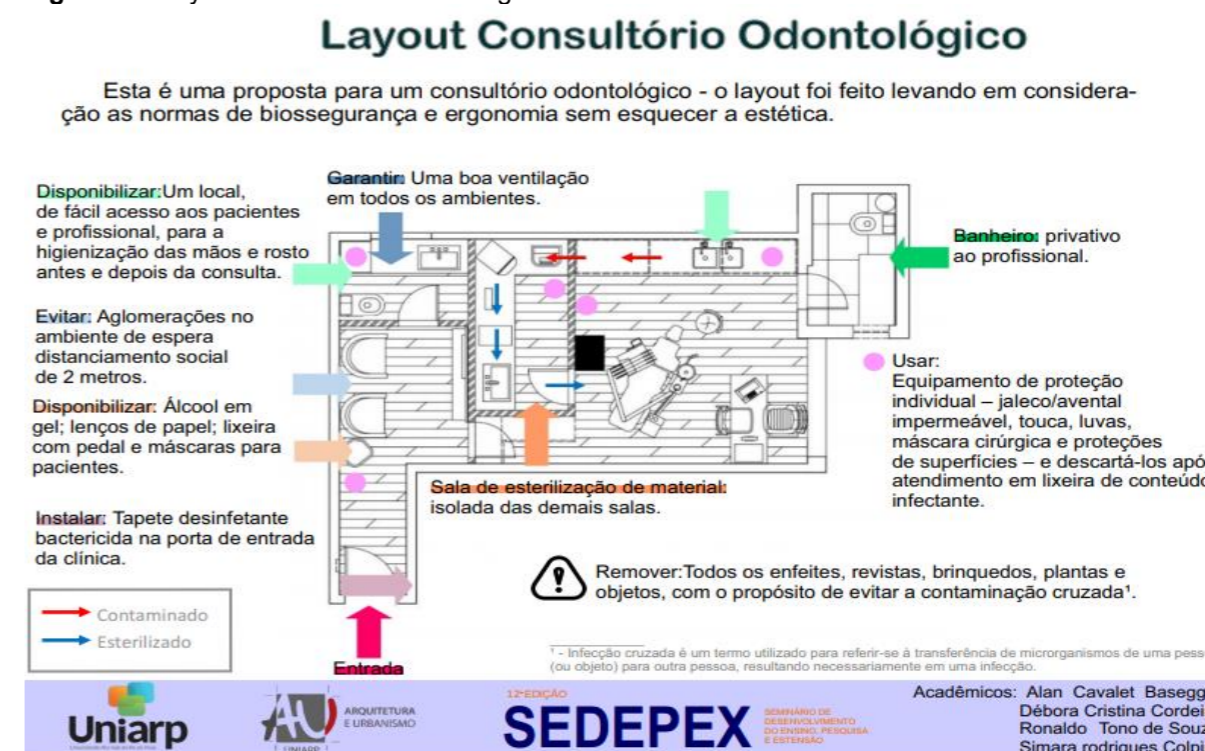
METODOLOGIA

Para a pesquisa deste trabalho foi utilizado como instrumentos de coletas de dados a pesquisa em artigos científicos, cartilha educativa voltada para atendimento em consultórios odontológicos em tempos de pandemia, bem como utilização de métodos de pesquisa descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mostra a Figura 01 conseguimos identificar o layout proposto com um ambiente mais ergonômico e mantendo a segurança dos pacientes e também do dentista.

Figura 01- Layout Consultório Odontológico



Fonte: Os autores (2020).

Com está cartilha educativa é possível identificar os cuidados necessários que o consultório odontológico precisa ter neste momento de pandemia, com um ambiente de iluminação natural para o aumento da imunidade das pessoas, ter uma cuba acessível para higienização das mãos, possuir um ambiente bem ventilado e sem muita aglomeração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia atual que foi causada pelo vírus covid-19 acabou trazendo a necessidade e obrigatoriedade de ser feito novas ideias e reformulações de infraestrutura e também na parte de climatização pelo fato de ser um vírus transmitido pelo ar, estes cuidados são necessários para poder atender o paciente diminuindo os riscos de contaminação. Diante dos fatos infelizmente é necessário ter todo cuidado possível. Conforme mostra na figura 01 mostramos todos os cuidados necessários no momento, com os distanciamentos e os locais que precisam de mais cuidado.

REFERÊNCIAS

CONSTANTE, Vladimir Tavares; FLORIANE, Ricardo. **Como novos hábitos estão influenciando mudanças na arquitetura urbana**. Joinville, 2020. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/noticias/como-os-novos-habitos-estao-influenciando-mudancas-na-arquitetura-urbana> Acesso em: 08 nov. 2020.

CUNHA, Ana Karoline Tavares. **Cidades pós pandemia**. Relatório de Estágio Supervisionado. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020. Disponível em <http://ct.ufpb.br/ccau/contents/documentos/estagio-supervisionado-i/acervo-virtual-estagio-supervisionado-i-2019-4-suplementar/ana-tavares-cidades-pos-pandemia.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

MOURA, Jacson Felipe da Silva et al. Covid-19: A odontologia frente à pandemia. **Brazilian Journal of health Review**. Curitiba, v. 3, n. 4, p. 7276-7285, jul./ago. 2020. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/12571>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SUMIYA, Alberto. Educação, saúde e fisioterapia em tempos de covid-19. **Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia**. Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 1-3, 2020. Disponível em http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/cadernos-educacao-saude-fisioter/article/view/3246/pdf_1. Acesso em: 08 nov. 2020.

ASSESSORIA E CONTROLADORIA: CONTROLLER CONTÁBIL¹

Crislaine Tibes Correa, tibescrislaine@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Nessa Revisão Bibliográfica, será abordado o tema de Controladoria e Assessoria: Controller Contábil e tem por objetivo esclarecer o que é este profissional e identificá-lo no mercado de trabalho. Será informado sobre a importância e a necessidade desse profissional nas empresas, como ele surgiu e como está neste século, assim esclarecendo o papel deste profissional nas organizações. Além disso, serão utilizados profissionais para exemplificar as teorias. Essa revisão informa sobre a modernidade do novo mercado de trabalho, usando como exemplo o Controller.

Palavras-chave: Experiência profissional. Responsabilidade. Controladoria

INTRODUÇÃO

É de fundamental importância salientar e revisar sobre umas das profissões de controladoria e assessoria mais requisitadas do momento, sendo este o profissional de Controller, a atual figura de suma importância nas empresas (BLB BRASIL, 2017).

Para se entender a diferença que este profissional faz em uma empresa, será destinado a ser o tema desta revisão bibliográfica, tendo como objetivo identificá-lo e entendê-lo neste novo mundo tecnológico (BLB BRASIL, 2017).

Observando o cenário, identifica-se um embate de indispensabilidade, pois cada organização tem suas prioridades e nem todas estão nesse novo aperfeiçoamento, assim, as empresas que estão cientes de toda essa modernização, e também as que não estão, se perguntam, será que todas as empresas possuem a consciência da tamanha importância e necessidade de uma contabilidade 4.0 obtidos de profissionais modernos e prontos para o mercado de trabalho, como um Controller? (BLB BRASIL, 2017).

Muito se debate hoje em dia sobre a ética e a responsabilidade de profissionais, e para um Controller, especificadamente estudante de Ciências Contábeis, costuma ser refletido sobre o código de ética, assim considerado um profissional de extrema confiança nas organizações (BLB BRASIL, 2016)

Para se elaborar os fatos, tem se como objetivo a importância deste profissional em uma grande empresa, em um meio de competitividade cada vez mais acirrado, com a crescente exigência de consumidores, líderes e chefes referentes a competência de profissionais (BLB BRASIL, 2016).

Conforme Rocha (et al., 2017), no cenário atual, argumenta-se que a exigência de maior controle sobre cada ação das organizações, fez com que as empresas procurassem estabelecendo alguém para planejar, dirigir, organizar e controlar, entendendo e se relacionando com a tecnologia, para assim se comunicar com a gestão, para estar mais completa em equipe.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração/ Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Controller, é uma palavra que conceitua uma profissão pouco conhecida atualmente, mesmo no mundo dos negócios; trata-se de um defensor do acionista dentro de uma empresa. É o profissional que garante a liquidez de ativos e passivos, ele é nada mais do que um agente de controles dentro de uma empresa (RORIZ, 2018).

Um das características sobre e que poucos recordam, seria que esta profissão existe desde o fim da segunda guerra mundial, mas por décadas atuou como um departamento dentro das finanças e abaixo de grandes destaques dentro das empresas (RORIZ, 2018).

Este profissional ocupa atualmente um lugar de tamanho poder nas organizações simplesmente pela função que ele exerce. É um cargo de muita responsabilidade, demanda e respeito. De acordo com Pedro Roriz (2018, p.1), “É impossível este profissional exercer seu papel tendo que ter diretor ou presidente para responder sendo que ele está ali para fiscalizar todos os departamentos da empresa, da diretoria a limpeza”.

Para Peters (2004), o Controller surgiu no início do século XX, dentro da evolução administrativa das grandes corporações americanas. Em 1920, o Controller já aparece nos organogramas das administrações centrais da General Motors como “Comptroller” e na Dupont em 1921 como “Treasurer Assistant Comptroller”. O controller é “uma figura essencial na responsabilidade econômica do gestor, ao dar condições efetivas de gerenciamento e monitoramento econômico da sociedade, e nas ações internas ou externas a ela – que afetam o status econômico desta sociedade” (PETERS, 2004, p. 2).

Um profissional de Controller precisa entender e realizar sua função, mas também ter conhecimento de um pouco de tudo é fundamental. Isso se torna importante porque a comunicação deve haver com todos os departamentos de uma empresa, portanto ele deve ter uma bagagem para saber se expressar corretamente com todas as áreas. Este profissional deve agir de forma generalista, pois ele não é um especialista em apenas um assunto (RORIZ, 2018).

O Controller vem de um background financeiro. Como já foi revisado ele não é um especialista, mas ao mesmo tempo tem que ter carga de conteúdo específica para a empresa que está, ou seja, ele tem que saber muito bem em qual meio atua a companhia onde trabalha e saber tudo sobre este meio. Isso facilita também na comunicação com os demais setores corporativos (RORIZ, 2018).

Este tipo de organização da Controladoria destina-se a grandes empresas, onde as atividades estão separadas. Para desempenhar todas estas atividades e funções, a Controladoria conta com os conhecimentos e a formação de profissionais contábeis (CALIJURI; SANTOS; SANTOS, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando esta revisão, averiguamos que ficou claro a necessidade de um Controller, de toda a sua experiência e a sua capacidade e conhecimento sobre a

todas as áreas, o profissional pronto para enfrentar crises e resolver problemas com clama e clareza.

Mas assim expondo que cada relação, cada organização, cada equipe, necessita estar interligado, pois é essencial ter comunicação em cada setor, para assim compartilhar as informações para o Controller de forma ética e responsável.

Foi revisado e confirmado que para a empresa que ainda desconhece esse profissional, está atrasada, assim como qualquer outro profissional modificado e pronto de outras áreas. Para uma empresa se adaptar a modernidade, ela deve se relacionar e estudar o novo mercado, os novos clientes, e os novos profissionais.

Este tema foi escolhido simplesmente pela modernidade futura que apresenta, a Contabilidade 4.0 resulta em deixar claro a ampla e devasta diversidade que está vindo e levando quem está pronto.

Esta Revisão será muito bem utilizada, pois o Controller é apenas um exemplo de as novas profissões que estão surgindo. E para cada pessoa conselho estar ciente, assim se especializando e entendendo que uma área não lhe garantirá nada futuramente, e sim se você estiver pronto para o que o mercado de trabalho lhe apresentar.

REFERÊNCIAS

- BLB BRASIL **Controller**: O que é e o que faz?. São Paulo -SP. 21 jun. 2016. Disponível em: <https://www.blbbrasil.com.br/blog/controller/>> Acesso em: 20 nov. 2020.
- BLB BRASIL **Saiba Estruturar uma Controladoria Contábil nas Empresas**. São Paulo-SP. 01 nov. 2017. Disponível em: <https://www.blbbrasil.com.br/blog/controladoria-contabil/>> Acesso em: 21 nov. 2020.
- CALIJURI, M. S. S; SANTOS, N. M. B. F; SANTOS, R. F dos. **Perfil do Controller no Contexto Organizacional Atual Brasileiro**. Florianópolis -SC. 28 a 30 nov. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Donzela/Downloads/2102-2102-1-PB.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2020.
- LOPES, Elberth. Mercado Financeiro: O que uma Pós-Graduação pode proporcionar a um Controller experiente? **IPOG blog**. 16 ago. 2018. Disponível em: <https://blog.ipog.edu.br/gestao-e-negocios/mercado-financeiro/>> Acesso em: 19 nov. 2020.
- ROCHA, A. V. dos S; CABANHA, M; ALCALDE, E. de A; SOUSA, M. L. L. Controladoria e Controller: Funções e Perspectivas. **Conexão Eletrônica**. Três Lagoas-MS. Vol. 14. 2017. Acesso em: 21 nov. 2020.
- RORIZ, Pedro. Controller: a profissão do século XXI. **IPOG blog**. 16 ago. 2018. Disponível em: <https://blog.ipog.edu.br/gestao-e-negocios/o-a-faz-um-controller/>> Acesso em: 19 nov. 2020.

PLANO DE CONTAS E ANÁLISE DE CUSTOS¹

Henrique Furlin, furlin.henrique@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O universo contábil desperta espanto nas pessoas pela forma com que representa de maneira exata os números do patrimônio e lucros de uma entidade, tudo isso começa com a separação e organização das contas contábeis. Essa pesquisa apresenta conceitos de lançamentos contábeis, do plano de contas e centros de custos da organização, fazendo com que você consiga analisar os resultados da empresa, mais a fundo do que simples relatórios como DRE e Balanço Patrimonial, mas também entendendo a composição e organização das contas junto com a análise de custos da organização.

Palavras-chave: Resultados. Análise de Custos. Lucros. Patrimônio.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é o sistema de informação que busca o controle do patrimônio de uma entidade, sendo o conjunto patrimonial pertencente a uma pessoa jurídica ou física (PADOVEZE, 1996).

A entidade deve seguir um sistema de contabilidade baseado na escrituração de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, com o intuito de levantar anualmente os resultados do balanço patrimonial e o de resultado econômico da instituição (BRASIL, 2002).

O plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, já que é através de sua organização se estabelece os dados utilizados para geração de todos os relatórios (CFC, 2002).

O plano de custos traz uma grande utilidade como facilitador na análise dos para os gestores, por se tratar de uma departamentalização dividindo os gastos da entidade por setores, ligando a cada departamento um responsável por gerir os seus custos. Mediando dessa forma eficiente os custos e a influência que pode gerar para de eventuais tomadas de decisões (SANTOS, 2018).

Dessa forma, esse trabalho se propõe a, através de pesquisa bibliográfica, levantar os conceitos que expliquem a importância dos resultados, bem como da análise de custos e do controle dos lucros e do patrimônio.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

¹ Trabalho apresentado à disciplina de Projeto Integrador das Ciências Sociais Aplicadas do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Ciências Contábeis e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REVISÃO TEÓRICA

A contabilidade é a ciência que busca o controle patrimonial de uma organização, definida por Padoveze (1996, p. 29) como “sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade, que nada mais é que o conjunto patrimonial pertencente a uma pessoa jurídica ou física”.

Esse controle patrimonial ocorre através da escrituração contábil registrando os acontecimentos do dia-a-dia da organização, através das Partidas Dobradas. Assim Viceconti (2017, p. 56) explica: “A essência deste método, universalmente aceito, é que o registro de qualquer operação implica que um débito em uma ou mais contas deve corresponder a um crédito equivalente em uma ou mais contas.”.

E a escrituração de uma organização deve seguir os padrões descritos conforme a Lei 10.406/2002 (BRASIL, 2002, p. 1), art. 1.179

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Dentro de uma organização tem-se inúmeras contas contábeis. Porém dentro delas existem algumas separações, como é o caso do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido (ASSAF NETO, 2007).

No ativo relacionam-se todas as aplicações de recursos efetuadas pela empresa. Esses recursos poderão estar distribuídos em ativos circulantes, assim denominados por apresentarem alta rotação, como: valores em caixa, valores a receber a curto prazo etc.; em ativos realizáveis a longo prazo, e em ativos classificados como permanentes, como: prédios, terrenos, máquinas, equipamentos etc., os quais irão servir a vários ciclos operacionais. O ativo permanente ainda, e subdividido em investimentos, imobilizado e diferido (ASSAF NETO, 2007, p. 67).

O passivo identifica as exigibilidades e obrigações da empresa, cujos valores encontram-se investidos nos ativos. Os recursos dos passivos são classificados como curto prazo e longo prazo, sendo definidos, respectivamente, por passivo circulante e exigível a longo prazo (ASSAF NETO, 2007, p. 68).

O patrimônio líquido é representado pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo em determinado momento. Identifica os recursos próprios da empresa, sendo composto de capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados (ASSAF NETO, 2007, p. 68).

A Resolução nº 774 da CFC (1994, p. 1) também define no seu 9º parágrafo que o “O Patrimônio Líquido não é uma dívida da Entidade para com seus sócios ou acionistas, pois estes não emprestam recursos para que ela possa ter vida própria, mas, sim, os entregam, para que com eles forme o Patrimônio da Entidade.”.

Segundo a equipe dos professores da FEA/USP (2000, p. 66) “entende-se por Despesa o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, ajuda a produzir uma receita. Diminuindo o Ativo ou aumentando o Passivo, uma Despesa é realizada com a finalidade de se obter uma Receita.”.

“Entende-se por Receita a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode

derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos, de alugueis e outras origens.” (FEA/USP, 2000, p. 66)

Justamente essa separação das contas contábeis é o que chamamos na contabilidade de plano de contas, e assim como Padoveze define “são as representações contábeis de elementos patrimoniais de natureza igual ou semelhante. São elementos criados pelo contador, dos quais utiliza para melhor controlar o patrimônio de uma entidade” (PADOVEZE, 1996, p. 62).

E o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2002) acentua a importância do plano de contas: “sendo a estrutura básica da escrituração contábil, pois é com sua utilização que se estabelece o banco de dados com informações para geração e todos os relatórios”.

“Não há um número máximo ou mínimo de contas. Cada empresa deve elaborar o seu Plano de Contas com todas as contas patrimoniais e de resultado que serão utilizadas pela empresa, inclusive pelas contas em que há previsão apenas de utilização a longo prazo.” (BACHTOLD, 2011, p. 208).

Para que este plano de contas cumpra sua finalidade, ele deve respeitar o porte da empresa, seu ramo de atividades, as necessidades de seus usuários que inclui as informações que deverão ser extraídas dos relatórios contábeis para os sócios, fornecedores, clientes, empregados, governo, fiscalização, entre outros possíveis usuários dos relatórios contábeis. (BACHTOLD, 2011, p. 208).

Bachtold (2011, p. 208) mostra três estruturas básicas para o plano de conta:

1º- Todas as contas receberão uma numeração, será o seu endereço no plano de contas.

2º- A numeração de ser separada por níveis ou grau de contas.

3º- A quantidade níveis dependerá da necessidade da empresa, geralmente será de 4 ou 5 níveis, sendo possível ter mais níveis.

Serão exatamente esses níveis que farão com que o nosso plano de contas crie uma estrutura organizacional que será capaz de gerar relatórios de resultados e o Balanço Patrimonial da empresa.

No nível 1 já se consegue separar quais são as contas patrimoniais com as contas de resultado, como Bachtold nos traz de exemplo: (2011, p. 209)

“1º Nível ou grau de contas: (1 - Ativo, 2 – Passivo, 3 – Receitas, 4 – Despesas, 5 – Custos)”

Um departamento é um centro de custos, ou seja, nele são acumulados os custos indiretos para posterior alocação aos produtos. Ocorre que cada departamento tem custos diferentes que são utilizados de formas diferentes nos produtos. As empresas são divididas em departamentos e estes departamentos podem ser divididos em dois grandes grupos: os que promovem qualquer tipo de modificação sobre o produto diretamente, também chamados de produção ou produtivos, e os que nem recebem o produto, chamados departamentos de serviços (LIMA, 2014, p. 14-15).

Essa separação por departamentos ajudará no controle do administrador, já que quando estourar os números dos gastos, ele já vai ter em quais departamentos estão apresentando resultados negativos maiores (SANTOS, 2018).

A grande virtude, porém, da DEPARTAMENTALIZAÇÃO nos custos, está no CONTROLE que ele possibilita, quando ligamos cada departamento à responsabilidade de uma pessoa ou grupo de pessoas (chefia), e apuramos

não só custos por produto, mas também custos por departamento, medindo dessa forma a eficiência de cada centro de custos, e, principalmente, a influência em cada um, de eventuais medidas tomadas (SANTOS, 2018, p. 57).

O custo do aluguel da fábrica é um custo que não se identifica com nenhum produto isoladamente, mas tem uma identificação clara com a fábrica, onde os produtos são produzidos, tendo portanto que ser distribuído a todos os produtos ali fabricados. Quanto ao valor do aluguel, nenhuma dúvida, está baseado em um contrato e a cada mês, uma parcela deve ser contabilizada e levada aos custos dos produtos fabricados no mês (LIMA, 2014, p. 12)

Uma análise de custos por produto produzido serve para sabermos quais são os produtos que estão apresentando melhores resultados finais e quais são os que contêm os piores resultados. Para que assim o administrador da empresa consiga visualizar onde cada setor está pecando na produção de um produto e onde cada setor está se sobressaindo na produção do outro.

Porém, para fazer essa separação por produtos deve-se observar que os departamentos de serviços não atuam diretamente na produção. Logo os seus custos devem ser rateados para os setores em que eles mais prestam auxílio.

Por exemplo, os custos do RH como são de interesse inteiro da fábrica vai ser rateado para todos os setores da empresa. Sendo que cada setor de produção da empresa irá receber os custos do RH relacionado à quantidade funcionários que o setor possui. Dessa forma, se o setor da embalagem possui 20% dos funcionários da empresa, receberá 20% dos custos do RH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de uma empresa, há várias maneiras possíveis de analisar os resultados em que a contabilidade está fornecendo, porém para você ter uma análise de custos detalhado pelos departamentos da sua empresa terá que dividir os seus gastos dentro de centro de custos.

A contabilidade é um elemento essencial para as empresas não apenas por obrigações legais e de levantamentos de impostos, mas também por ser a grande base de informação que empresa usa para a geração de relatórios trazendo os resultados da organização.

A pesquisa nos traz exatamente esse novo mundo contábil de análise de resultados, partindo de conceitos como ativo e passivo para que pudéssemos entender com exatidão a funcionalidade do plano de contas e a forma como ele pode variar de entidade para entidade.

Podendo assim adquirir conhecimento para examinar alguns relatórios e até mesmo o próprio plano de contas da instituição, conseguindo decifrar em que área a empresa está pecando para que possamos tomar atitudes corretivas.

E ainda passando com este mesmo intuito a importância da separação dos custos da instituição por departamentos, podendo assim ver os resultados trazidos na contabilidade divididos pelos setores da organização.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BACHTOLD, Ciro. **Contabilidade Básica**. Curitiba: Escola Técnica Aberta do Brasil, 2011.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. seção 3, Brasília, DF, 15 dez. 1976.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. 5.ed. Brasília: CFC, 2002.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº. 774**, de 16 de dezembro de 1994. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaoafc774.htm>. Acesso em 01 nov 2020.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP - FEA/USP. Equipe professores. **Contabilidade introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Eugenize Bezerra. **Contabilidade de custos**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: uma introdução à prática contábil. 3 ed. São Paulo: Atlas 1996.

SANTOS, Marinéia Almeida dos. **Contabilidade de custos**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez, 1948 – **Contabilidade Básica / Paulo Viceconti, Silvério das Neves**. – 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Finanças.

Rodrigo Cantú de Andrade.

RESUMO: Este trabalho tem objetivo de apresentar o funcionamento e o gerenciamento do dinheiro, particularmente em relação a empresas, organizações ou governos. Ele lida com os pontos de um indivíduo, empresa ou governo que adquire o dinheiro necessário, chamado de capital e como eles gastam ou investem esse dinheiro. Os principais tipos de finanças são: finanças pessoais, finanças empresariais, finanças públicas e finanças corporativas.

Palavras Chaves: Finanças, dinheiro, finanças pessoais e finanças públicas, finanças empresariais e finanças corporativas.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui exposto tem como objetivo o estudo em relações a parte financeiras de pessoas ou empresas. O termo finanças já existe há séculos e é de origem do francês “finance” e representa em todos os bens, posses e cofres do Estado, e também do compromisso que uma pessoa porta para efetivar sua obrigação com outra.

Mas atualmente o termo finanças está se popularizando cada vez mais, e com isso seu conceito passou a ser “o estudo da circulação do dinheiro”, sendo que esse dinheiro pode ser do Estado, das empresas ou até mesmo das pessoas.

Finanças é um termo muito extenso, pois pode estar associada a vários fatores e tanto a pessoas físicas como jurídicas, e por isso entender quais são os tipos de finanças é indispensável para que a pessoa possa entender o que ela significa.

1. Finanças Pessoais

Todo tipo de bens, renda e compromissos financeiros de uma pessoa física se traduzem por finanças pessoais. E também a sua organização financeira ao longo do tempo para lidar com a relação entre despesas e o orçamento de maneira mais qualificativa.

Para tal, é notável tratar com as finanças de modo planejado. Sem cumprimento, perdemos a guerra mensal contra as contas (fixas e variáveis), o que provoca o aumento de dívidas e também do nível de estresse financeiro que com a qual você lida.

“Cuidar das finanças pessoais é muito importante para evitar obter dívidas grandes sem ter condições de quitá-las, por isso mesmo as pessoas que são leigas no assunto precisam entender melhor esse tipo de finanças, pois é ela que irá gerir toda a sua vida financeira.”

(DUARTE, 2018)

2. Finanças Empresariais

A ideia de finanças empresariais engloba todas as técnicas que propõe resolver a direção dinheiro da empresa. Ao aplicá-lo em seu comércio, o administrador buscará a melhoria de suas aplicações fazendo com que o empreendimento procure aumentar cada vez mais a sua rentabilidade.

Esse tipo de finanças age de três formas:

- Primeira: Como suas posses devem ser distribuídas dentro da empresa. A fim de conseguir mantê-la aberta, além de identificar onde pode reduzir as despesas e aumentar o seu lucro;
- Segunda: Como ela alcançará o seu capital. Seja através de produção de mercadorias, prestação de serviços, investimentos em empresas menores, etc.
- Terceira: Para onde os lucros obtidos devem ir, visando aumentar ainda mais o patrimônio da empresa e fazer aumentar o valor de suas ações.

3. Finanças Públicas

Essa é a que mais interessam à população, uma vez que se transpõe na gestão financeira do Estado. É por meio desse cálculo que os orçamentos são determinados, o dinheiro é dividido e todo tipo de ação governamental se converte em dimensões de desenvolvimento geral para a nação. Isso integra também a aplicação e o ajuste e reajuste de impostos.

4. Finanças corporativas

Iniciando o dia a dia corporativo, as finanças empresariais são o reflexo de todo tipo de ação econômica que uma corporação pratica. Com isso, podem-se aperfeiçoar os lucros, reduzir ou até mesmo zerar os prejuízos, compor o planejamento financeiro da corporação, organizar o orçamento, investir em outras áreas e produtos, lidar com o fluxo de caixa, o pagamento de impostos e taxas etc..

Todo tipo de obrigação financeira que surja na rotina dos profissionais do setor. Não à toa, existe especialistas de todo tipo dentro dessa divisão de atuação, para garantir que as empresas antecipem-se aos problemas e obtenham resultados financeiros repetidamente melhores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como antes mencionado, finanças é associada à área da economia que estuda os investimentos, a aplicação de capital com a expectativa de benefício futuro, ou seja, o presente texto tem como propósito a aparição de um início ao estudo da aplicação de capital com a expectativa de benefício futuro; ele é de certa forma, também uma anotação dos meus estudos sobre o tema, o qual ainda está estudando, que disponibilizo aqui para a leitura de todos, espero que seja de serventia.

Os investimentos, estudados pelo campo de finanças, são títulos emitidos por firmas com o objetivo de arrecadar recursos, e colocados à venda no mercado financeiro, muitas vezes na bolsa de valores, e comprados pelos investidores com o intuito de ter lucro no futuro.

REFERENCIAS:

<https://blog.guiabolso.com.br/tudo-ou-quase-que-voce-precisa-saber-sobre-financas-pessoais/>

<https://jus.com.br/artigos/69488/principais-tipos-de-financas-e-como-controlar#:~:text=OS%20PRINCIPAIS%20TIPOS%20DE%20FINAN%C3%87AS,%2C%20FINAN%C3%87AS%20EMPRESARIAIS%2C%20FINAN%C3%87AS%20CORPORATIVAS.>

<https://blog.lexos.com.br/financas-empresariais/>

DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO PRODUTO SUSTENTAVEL DURANTE A PANDEMIA DO COAVID-19

PAPEL DUPLEX SUSTENTÁVEL

Sara Cardoso, cardososara00@hotmail.com
Luciano João Perboni, Luciano.joao@uniarp.edu.br

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professor, titulação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Resumo – O objetivo principal do projeto é descrever sobre o papel sustentável desenvolvido na empresa Bonet, durante a pandemia do COVID-19. A importância deste novo produto é que a empresa aumente seu volume de pedidos, consequentemente atenda as necessidades exigidas do mercado gráfico durante a pandemia e a grande procura do fast-food ou “comida em casa”, neste período. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica referente à fabricação de papel, além conhecer a estrutura da empresa em relação à matéria prima utilizada neste produto e o que difere dos demais papéis que a empresa fabrica. Ao fim da pesquisa, são apresentadas as características do novo produto, onde se pode observar que o papel sustentável é viável para que a empresa mantenha-se no mercado de atuação e da mesma forma, atender às necessidades dos clientes.

Palavras-chave: Produto. Mercado. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Em busca de redução de gastos e desperdícios, a empresa Bonet buscou novos produtos que atendam a exigência do mercado durante a pandemia. Com o objetivo de obter melhorias e dar maior importância ao que está acontecendo.

Para o desenvolvimento, foi analisado todo o processo da empresa Bonet Madeiras e Papeis Ltda, cujo seu processo já dispõe de todas as matérias-primas e equipamentos para a fabricação de cartão. A justificativa para a escolha do papel sustentável deve-se a situação de que a empresa se encontra com solicitações de clientes com relação a custos mais baixos devido à pandemia e preservação de meio ambiente.

PAPEL DUPLEX SUSTENTÁVEL

Gaither e Frazier (2002) ampliam o conceito de produção, passando a incorporar os serviços e denominando a função como Administração da Produção e Operações. Segundo os autores, essa função organizacional administra o sistema

de produção, onde os insumos são transformados em produtos e serviços da organização.

Para falar sobre a produção do papel, e mais especificamente sobre a produção de cartões duplex sustentável, vou contar um pouco da história do papel e a sua evolução através do tempo.

Em 105 d.C., produziu uma substância feita de fibras da casca da amoreira, restos de roupas e cânhamo, umedecendo e batendo a mistura até formar uma pasta. Usando uma peneira e secando esta pasta ao sol, a fina camada depositada transformava-se numa folha de papel. (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2018).

Durante 600 anos esta técnica de elaborar o papel artesanal pertenceu aos chineses.

O processo básico de fabricação de papel criado por T'sai Lun foi sendo aprimorado, e no ano de 1085 foram construídos os primeiros moinhos papeleiros europeus, que se localizam na Espanha, em Xavita e Toledo.

No fim do século XVI, os holandeses inventaram uma máquina que permitia desfazer trapos desintegrando-os até o estado de fibra.

Em fins do século XVIII e princípios do século XIX a indústria do papel ganhou um grande impulso com a invenção das máquinas de produção contínua e do uso de pastas de madeira.

Em 1798 teve êxito à invenção, segundo a qual foi possível fabricar papel em máquina de folha contínua. (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2020).

METODOLOGIA

Este trabalho teve como metodologia utilizada, análise do sistema de produção do cartão sustentável desenvolvido durante a pandemia. Foi conhecido processo de desenvolvimento, matéria prima, mão de obra e máquinas da empresa Bonet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 PLANO DE PRODUÇÃO

Para a fabricação do papel sustentável foi criado um plano de produção onde foi analisado todo o cenário da produção, ou seja, é uma etapa que determina todo o planejamento. Para isso demanda de um setor Planejamento e controle de produção forte, e atento a inúmeras variáveis, desde a previsão de demanda, a análise da capacidade produtiva, a previsão de matérias-primas, aquisição de matéria-prima, disponibilidade de equipamentos e de mão de obra, bem como todo o processo de fabricação, os meios de expedição e entrega do material fabricado, conforme exigência dos clientes. Os itens serão comentados a seguir.

1.1 PREVISÃO DE DEMANDA

No período da pandemia o fator econômico passa por redução de custos e inovação, sendo assim a empresa buscou com o novo cartão sustentável, primeiramente atender as necessidades dos clientes atuais e também ampliar quantidade de produtos que já oferece, conseqüentemente buscar novos clientes internos e externos garantindo produtividade e principalmente a qualidade no produto.

A estimativa de vendas e produção inicial deste cartão foi projetada para 150 toneladas mês, gerando um faturamento inicial de R\$ 375.000,00, ou seja, R\$ 2.500,00 por tonelada produzida.

1.2 PREVISÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA

Para o desenvolvimento do papel sustentável, foram analisados os três fatores predominantes: matéria prima, mão de obra e os maquinários já existentes, pode-se estabelecer uma capacidade de produção diária de 70 toneladas dia, que corresponde a uma produção de 2,9 t/hora. A produção inicial deste novo papel será de 150 toneladas / mês.

1.3 PREVISÃO DE NECESSIDADES DE MATERIAIS

Para a fabricação do papel sustentável, os materiais utilizados serão aparas cartão recicladas e aparas micro-ondulado reciclada adquiridas de fornecedores diversos de várias regiões do Brasil. Já para a camada superior será utilizada "refugo" da produção da própria empresa, sulfato, cola e amidos. Com estas composições o papel receberá as características para ser fornecido ao mercado.

A seguir a tabela 1, da composição de receita para a fabricação de uma tonelada do cartão:

Tabela 1 - Composição do cartão de uma tonelada

Produto	Unidade de Medida	Quantidade
Aparas Cartão Reciclada	Kg	800
Aparas Micro-ondulado Reciclada	Kg	400
Refugo de Papel do Processo	Kg	830
Sulfato	Kg	29
Cola	Kg	6
Amidos	Kg	25

Fonte: Bonet (2020).

1.4 PREVISÃO DE ESTOQUE

Feito uma análise da matéria-prima, máquinas e químicos, foi observado que

para a fabricação desse papel sustentável deve-se ter em estoque: Aparas cartão reciclada, Aparas de micro-ondulado reciclada, refugo oriundo do processo do próprio processo e alguns químicos utilizados na composição do papel. Abaixo, seguem as matérias-primas, químicos e máquinas utilizadas para fazer o papel cartão.

A seguir, apresenta-se a tabela 2 com as quantidades em estoque de matéria-prima a ser mantido para a fabricação do cartão sustentável.

Tabela 2 - Matéria prima para estoque

Produto	Unidade de Medida	Quantidade
Aparas Cartão Reciclada	Kg	40.000
Aparas Micro-ondulado Reciclada	Kg	20.000
Refugo de Papel do Processo	Kg	40.000
Sulfato	Kg	1.500
Cola	Kg	500
Amidos	Kg	1.200

Fonte: Bonet (2020).

1.5 MATÉRIA PRIMA

A matéria prima utilizada para a fabricação do novo cartão sustentável não terá novos fornecedores. As matérias primas será as mesmas já fornecidas para a fabricação dos demais cartões da empresa.

No quadro 3 segue os respectivos fornecedores das matérias-primas e químicos utilizados para a fabricação do papel cartão.

Quadro 3 - Matéria prima x Fornecedor

Matéria Prima	Descrição	Fornecedor
Fibra	Aparas Cartão Reciclada	Ary Villena/Visograf/Biega
Fibra	Aparas Micro-ondulado Reciclada	Auto kopy/Imprimeri
Fibra	Refugo de Papel do Processo	Processo Bonet
Químico	Sulfato	Kemira
Químico	Cola	Siderq
Químico	Amidos	MCR e Horizonte

Fonte: Bonet (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado gráfico busca constantemente de inovação na diversidade de produtos e serviços, onde o fator econômico é fundamental para o crescimento da organização. Diante disso, observa-se que para as empresas enfrentarem as

mudanças e confrontar com os desafios que encontrarão com a pandemia, foi fundamental um planejamento e desenvolvimento de um novo produto.

Diante do que foi analisado na empresa de fabricação de cartão duplex, foi observado os equipamentos do processo, a matéria-prima e mão de obra, para o desenvolvimento deste novo cartão. Com a mão de obra qualificada e utilizando a mesmas matérias-primas dos demais cartões, a empresa não teve que investir no processo produtivo para fabricação do cartão de sustentável.

A finalidade do desenvolvimento do novo cartão primeiramente foi para suprir a carência dos pedidos em carteira com a crise decorrente da pandemia do Covid-19, visto que o mercado interno de embalagens passava por um momento de turbulência com a crise econômica que o país se encontra. Foi devido à esta instabilidade financeira, e sócio econômico do país que a empresa optou a desenvolver este novo produto, e enquadrar-se às exigências do mercado e bem como solicitações de seus representantes em apresentar um novo produto.

Concluí-se, através da pesquisa e considerando a viabilidade econômica foi rentável para a empresa, pois agregou aproximadamente um volume médio de 150 toneladas mês, aumento gradativamente a cada mês este volume, podendo ser expandido para 300 toneladas mês conforme este novo produto for sendo conhecido no mercado.

A Bonet limitou-se a produção de 150 toneladas mês por já produzir outros cartões para demais aplicações.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, a instituição Universidade Alto Vale Rio do Peixe (UNIARP), a empresa Bonet Madeira e Papéis Ltda ao Professor e orientador do processo de desenvolvimento Luciano João Perboni e a todos que contribuíram de alguma forma para a realização do mesmo.

REFERÊNCIAS

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Disponível em:

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/historia-do-papel/historia-do-papel.php>
Acesso: 15 nov. 2020.

TRIBUTAÇÃO NOS MOLDES DA CPMF, DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DAS EMPRESAS, A FOLHA NA PRÁTICA. E QUAIS CONSEQUÊNCIAS PODEM ACONTECER COM ESSA APROVAÇÃO.

Kélita Carlin, kelita_carlin@hotmail.com

Mateus Savi Mundo, savi.mateusmundo@gmail.com

Rhonald Rocha, rhonald_22@hotmail.com

Yago Brusco Comazzetto, yagocomazzetto@hotmail.com

Luciano Perboni, lucianoperboni@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo dispor as informações referentes ao projeto que visa aprovar um novo imposto, a desoneração da folha de pagamento das empresas. A partir deste artigo será possível identificar quais mudanças ocorrerão e como será a adaptação do governo para implementação do imposto, relata-se ainda que qualquer alteração referente a tributação brasileira, além de restrições na base econômica, tem disposições no meio político e no repasse de informações, outro destaque é a insatisfação da população brasileira referente a alta carga tributária aplicada no país, consequentemente o governo assume uma grande responsabilidade com essa nova Base Tributária. O objeto de estudo para obtenção de resultados se dá através de inúmeras pesquisas feitas através de banco de dados disponibilizados na internet, além da disponibilização de tabela comparativa para maior entendimento sobre desoneração, ainda não se tem artigos concluídos referentes a essa pasta da Reforma Tributária, por ainda estar em discussão no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Reforma Tributária. Desoneração. Adaptação.

INTRODUÇÃO

O sistema tributário se norteia por um conjunto de regras legais que disciplina o exercício do poder impositivo pelos diversos órgãos públicos, o sistema tributário tem um papel fundamental para o desenvolvimento de um país, pois interfere de forma direta no seu padrão e competitividade. Por isso o objetivo deste trabalho é identificar as consequências que a aprovação da desoneração da folha de pagamento pode trazer as empresas. (ORAIR, RODRIGO, 2018).

Para levantamento das prováveis consequências utilizaremos plataformas digitais disponíveis para consulta na internet, para responder a seguinte problematização, além de mostrar na prática a desoneração na folha de pagamento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A primeira Reforma Tributária no Brasil foi constituída e discutida em 1965, instaurou-se nesse mesmo ano que o sistema tributário brasileiro foi um dos mais modernos do mundo, onde foi chamado de “milagre brasileiro”, foi o

primeiro país a introduzir um imposto sobre valor agregado, mas essa Reforma se esgotou em três décadas, onde se viabilizou no centro de uma moldura política centralista e autoritária. Desde 1988 todos os presidentes declaravam a importância de uma Reforma Tributária, mas todas essas tentativas falharam, por ser um sistema totalmente constitucionalizado onde é preciso emendas constitucionais para fazer mudanças nos aspectos dos tributos. (VARSANO, 1996).

A Reforma Tributária brasileira é um tema polêmico, por estar diretamente ligada a várias correntes de pensamento, que se baseia em conceitos tradicionais e mais complexos devidos a tecnologia que se expande a cada dia e é preciso vários meios de adaptação. (VARSANO, 2014).

A complexidade da realidade tributária, é o espelho de uma sociedade multifacetada e desigual, suscita diagnósticos distintos que alicerçam projetos diferenciados de reforma tributária (RANGEL, PAULO EUCLIDES, 2003).

Em 1988 foi apresentada uma nova Reforma Tributária, que ocorreu apenas cinco anos depois, e fracassou por métodos irregulares e irrealistas para o período que o Brasil estava vivenciando. No mesmo ano em que ocorreu o fracasso da Reforma ultrapassada, foi apresentada por iniciativa parlamentar uma Emenda Constitucional que foi efetivada através do apoio de lideranças e Poder Executivo foram neste ano que se introduziu importantes inovações no sistema tributário brasileiro, inclusive o imposto sobre movimentações financeiras, imposto que terá maior ênfase no artigo apresentado, além da constitucionalização do instituto da substituição tributária e a extinção do Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis, de competência municipal. (RANGEL, PAULO EUCLIDES, 2003).

No Brasil sempre houve insistência na arrecadação de tributos fáceis, onde sobrecarrega sempre o mesmo contribuinte. No ano de 1996 surgiu o imposto chamado de CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), esse imposto foi criado para financiar áreas da saúde, essa contribuição tinha alíquota de 0,20% e era cobrada sempre que houvesse movimentações financeiras bancárias em lançamentos a débito, esse tributo foi previsto para durar por apenas dois anos, mas essa decisão foi prorrogada pelo financiamento de outros setores, ao final do ano de 2000 foi permitido cruzar informações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), para identificar discordâncias entre valores arrecadados dos contribuintes para a Receita Federal. (ALBUQUERQUE, CAVALCANTI, 2003)

Considera-se ainda o sistema tributário brasileiro ser um dos mais modernos do mundo, porém só isso não basta para o país dar um salto, a tecnologia possibilita maiores recursos para análises de dados, acompanhamento e arrecadações de tributos, um dos fatores que impossibilita o país de dar um salto é a globalização, ela vem sendo responsável pelas modificações econômicas e sociais da humanidade, refletindo diretamente no sistema tributário. (VARSANO, RICARDO, 1996).

Segundo José Eduardo Faria a globalização é responsável pela “relativização de alguns importantes conceitos, princípios e categorias – como soberania, legalidade, hierarquia das leis, direitos subjetivos etc. Fortemente atingidos por mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais”.

Antes de prosseguir com o artigo, ressalta-se que o tema principal abordado é a Tributação nos Moldes da CPMF, imposto que foi extinto no ano de 2007, antes de abordar esse tema complexo é importante compreender a

Reforma Tributária em todos os seus parâmetros, com esse estudo é possível elucidar dúvidas e ter uma análise mais profunda sobre um dos assuntos mais discutidos na atualidade.

O governo está propondo a introdução do tributo denominado como ITF (Imposto sobre Transações Financeiras), aos moldes da antiga CPMF, imposto mencionado anteriormente, a intenção é taxar saques e depósito com alíquota inicial de 0,4%, e pagamento no débito e no crédito com alíquota inicial em análise seria de 0,2%, tanto para pagador como recebedor. Esse estudo de novo tributo visa desonerar a folha de pagamento e o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), além da estimativa de haver uma injeção aos cofres públicos de até 150 bilhões por ano. (O DIA, 2019).

Com a alíquota de 0,2% o ministro da economia afirma que seria possível reduzir a tributação da folha de pagamento de 20% para 13% e extinguir a CSLL (Contribuição Sobre Lucro Líquido), porém a críticas por esse tributo ser um dos pilares que sustentam a Previdência Social, além do questionamento de críticos sobre a sociedade em geral começar a usar de novos métodos para pagamentos, justamente para fugir do imposto. (UOL, 2019).

A desoneração da folha de pagamento é uma ferramenta de suma importância para o equilíbrio das contas de determinadas empresas. Ela substitui a contribuição previdenciária do empreendimento por um tributo que incide sobre a receita bruta (decorrentes de vendas e serviços). A desoneração consiste em uma redução parcial das obrigações pagas ao governo. Os contribuintes poderão escolher entre duas formas de recolhimento da contribuição previdenciária: convencional: a empresa paga 20% sobre o valor das remunerações dos profissionais; desoneração (pagamento da CPRB): os segmentos beneficiados pela norma pagam uma alíquota que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. (JORNAL CONTÁBIL, 2019)

É importante ressaltar que a opção pela desoneração se torna vantajosa dependendo da relação do volume da folha de salários com a receita. Antigamente essa desoneração era obrigatório, porém passou a ser facultativa ao não ser benéfica para determinados setores. Isso ocorre pelo fato de a contribuição sobre a receita bruta é muito maior que a calculada pela folha. (JORNAL CONTÁBIL, 2019)

METODOLOGIA DA PESQUISA

As informações buscadas para a coleta de dados do artigo científico se basearam em pesquisas de natureza qualitativa, que permite privilegiar uma melhor compreensão do tema abordado. Na primeira etapa do projeto foi a seleção do tema, logo após se fez a parte da pesquisa sobre o tema, tentando conceituar ao máximo as partes mais relevantes, com linguagem de fácil entendimento ao leitor. Pois o sistema tributário é complexo e exige uma explicação clara e objetiva.

Optamos por elaborar um estudo bibliográfico online na primeira vez sobre o estudo do caso, nesse segundo semestre buscamos mostrar como é na prática a desoneração e qual é a sua diferença, os estudos reúnem conteúdo acadêmicos de forma disciplinar e temática, além de ser o método de pesquisa mais utilizado para elaboração de trabalhos acadêmicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tema proposto para elaboração do presente artigo foi elaborado junto aos professores do curso de Ciências Contábeis, à pesquisa não traz resultados diretos sobre o novo imposto por estar em discussão e não ter sido aprovado, mas traz questões que o governo deve avaliar antes da implementação do novo imposto caso aprovado. Cabe ressaltar que a intenção principal dessa mudança é implementar um imposto único que visa baixar a alíquota da folha de pagamento de 20% para 13%, em um anexo proposto é possível ver o valor da folha de pagamento com e sem a desoneração, ressalta-se ainda que o governo visa o lucro aos cofres públicos com a implementação do ITF, discute-se ainda como será o impacto desse novo imposto, já que existem possibilidades da maioria dos contribuintes passarem a efetuar pagamentos de formas diferentes, além de um possível colapso na esfera da Previdência Social, pela possível extinção do CSLL (Contribuição Sobre Lucro Líquido), pois o sistema previdenciário já enfrenta dificuldades, o custo de trabalhadores ativos, contribuições sociais e orçamentos fiscais, já não suprem a demanda de pedidos, o governo deve avaliar de forma crítica se valerá a pena a implementação do imposto.

Exemplo do cálculo para desoneração, alíquota sobre a Construção Civil.

CÁLCULO SOBRE A FOLHA NORMAL	
RECEITA CONSTRUÇÃO (DESONERADA)	R\$ 99.660,29
FOLHA DE PAGAMENTO	R\$ 52.519,65
20% DE INSS EQUIVALERIA	R\$ 10.503,93
CÁLCULO SOBRE A FOLHA COM DESONERAÇÃO	
BASE INSS CONSTRUÇÃO (DESONERADO)	R\$ 99.660,29
VALOR DA RECEITA DESONERADA	R\$ 4.484,71
% DO INSS SOBRE FATURAMENTO	4,50%
TOTAL INSS SOBRE FATURAMENTO	4484,71

O CÁLCULO DA EMPRESA CONVENCIONAL, É FEITO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, APLICANDO A ALÍQUOTA DE 20%.

O CÁLCULO DA EMPRESA QUE SE APLICA DESONERAÇÃO, É CALCULADO SOBRE A RECEITA BRUTA, APLICANDO A ALÍQUOTA DE 4,5% OU CONFORME A LISTA DE ATIVIDADES QUE ESTÃO SUJEITAS À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo principal esclarecer as metas do governo brasileiro referente a mais essa mudança no sistema tributário, que certamente constituem avanço para um sistema moderno, todavia é preciso salientar a importância de uma explicação clara e objetiva aos contribuintes, esse tributo vem de certa forma para substituir outro, o que gera severas críticas ao ministro da economia que é o defensor do novo tributo, o cidadão brasileiro vive com medo de efetivações tributárias que possam trazer mais encargos a sua renda, por isso há resistência na aprovação do novo tributo, que pode ser chamado de ITF (Imposto Sobre Transações Financeiras).

Nos dias atuais é preciso estar atento as mudanças relacionadas aos impostos que são gerados pelo governo ao contribuinte, o sistema brasileiro apesar de ser moderno, tem taxas extremamente elevadas, o que traz descontentamento ao cidadão, tanto como empregador ou colaborador. Deve-se reconhecer que o cidadão sustenta o Estado, e ambos devem andar lado a lado para o crescimento do país.

REFERÊNCIAS

RANGEL, Paulo Euclides; NETTO, João da Silva Medeiros. Histórico de Reforma. Reforma Tributária. In: BREVE NOTÍCIA SOBRE OITO ANOS DE TRABALHOS NO ÂMBITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003. **Anais eletrônicos**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/copy_of_300322.pdf. Acesso em: (08/11/2020)

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. A Verdade sobre o Imposto Único. In: EFICIÊNCIA, COMODISMO, SONEGAÇÃO, OBSOLESCÊNCIA, INTERESSES CORPORATIVOS, CUMULATIVIDADE, FATOS E MITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL, 1., 2003, São Paulo. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14272/A%20verdade%20sobre%20o%20Imposto%20%C3%9Anico.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: (11/11/2020).

ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: Princípios norteadores e propostas em debate, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002018000200213&script=sci_art_text. Acesso em: (27/10/2020)

VARSANO, Ricardo; A TRIBUTAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, O ICMS E AS REFORMAS NECESSÁRIAS PARA CONFORMÁ-LO ÀS MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS, 2014. Disponível em: <https://www.joserobertoafonso.com.br/tributacao-do-valor-adicionado-varsano/>. Acesso em: (03/11/2020)

IMENES, Martha. Nova CPMF será de 0,2% a 1% sobre transações financeiras. **O Dia**, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/economia/2019/09/5680312-nova-cpmf-sera-de-0-2--a-1--sobre-transacoes-financeiras.html>. Acesso em: (12/11/2020)

Nova CPMF terá alíquota de 0,2% a 1% e pode arrecadar R\$ 150 bi, diz Guedes. **UOL**, São Paulo, 09 de setembro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/09/paulo-guedes-reforma-tributaria-itf-cpmf-trafficantes-sonegadores.htm>. Acesso em: (27/11/2020).

Desoneração da folha de pagamento: Conheça as mudanças e como fazer:. **JORNAL CONTÁBIL**, Araguari, 15 de março de 2019. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/desoneracao-da-folha-de-pagamento-conheca-as-mudancas-e-como-fazer/>. Acesso em: (03/11/2020)

COFINS-CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Andressa Bahls¹

Giulia Fantin²

Hamanda Padilha³

Milena Alves⁴

Luciano João Perboni⁵

Resumo: O estudo sobre a COFINS apresenta a análise de um imposto federal que incide sobre a renda bruta das pessoas jurídicas. Este tributo possui duas formas de ser aplicado: sendo incidência cumulativa e não cumulativa, as quais entram as entidades tributadas em regime de lucro presumido e regime de lucro real, respectivamente. O recolhimento deste encargo é feito através de DARF, um documento destinado a recolher os tributos à Receita Federal. O objetivo é abordar os principais fatos desse tributo para que todos tenham entendimento do formato do seu recolhimento por meio de suas alíquotas e também demonstrar de forma prática como o tributo estudado funciona em uma empresa que pertence ao lucro Real e a demonstração na prática em uma empresa de telecomunicação tributada no lucro Real.

Palavras-chave: CONFINS. Imposto, Renda Bruta. Incidência cumulativa. Incidência não cumulativa.

INTRODUÇÃO

O COFINS é um tributo federal considerado como imposto, e é pago por pessoas físicas ou jurídicas destinados a União através da constituição federal. Há algumas exceções como micro e pequenas empresas que se enquadram no regime tributário Simples Nacional e tem isenção desse tributo.

“O cálculo da COFINS e do PIS/PASEP para toda e qualquer empresa submetida à tributação pelo lucro real tem como base inicial a totalidade das receitas da empresa. Basta considerar no balancete o grupo RECEITAS e informar seu total. (PÊGAS,2018 p.33).

A Contribuição para o financiamento da Seguridade Social, mais conhecida como a COFINS, é um imposto criado em 1991 com a finalidade de financiar a seguridade social. Tem como principal objetivo manter o serviço de saúde pública e programas de assistência social ativos. De acordo com PÊGAS (2018, p.24) esta

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (4ª fase) na UNIARP. andressa12bahls@gmail.com

² Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (4ª fase) na UNIARP. giulia.fantin.123@gmail.com

³ Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (4ª fase) na UNIARP. hamanda.padilha.7@gmail.com

⁴ Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (4ª fase) na UNIARP. myllena_51@live.com

contribuição é calculada sobre a renda bruta das empresas optantes pelo lucro Real ou Presumido, tendo como fundamento o faturamento mensal e a totalidade de todas as receitas que entraram no mesmo período.

“Portanto, desde junho de 2009, PIS e COFINS de empresas submetidas ao lucro presumido ou com seu lucro arbitrado são calculadas com base apenas na receita bruta da empresa.”

A COFINS está sempre acompanhada do Programa de Integração Social o PIS, e é por este motivo que ouvimos diversas vezes falar em PIS/COFINS como um único imposto, porém, possuem alíquotas e objetivo finais diferentes. Um dos fatos com que exista tal confusão é o fato de que ambos são pagos no mesmo momento e incidem sobre a mesma base de cálculo, porém recolhidos em guias separadas.

O imposto aqui estudado, está regulamentado na Lei 9.718 de 27 de novembro de 1998. O Art. 2º menciona que a contribuição para este imposto devido pela pessoa jurídica serão calculadas sobre seu faturamento, podendo então, a pessoa jurídica estar emitindo uma DARF, a qual nada mais é do que um documento com finalidade de auxiliar no recolhimento dos tributos devidos a receita federal, emitidas através do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Receita Federal.

Os contribuintes deste imposto são as pessoas jurídicas de direito privado, fica salvo do imposto as microempresas e as de pequeno porte submetidas ao Simples Nacional, conforme previsto na Lei complementar 123/06 Art. 12.

Através do portal tributário podemos ver que para calcular o valor de recolhimento é usado em o percentual de 3% na incidência cumulativa e na não cumulativa 7,6%.

“A base de cálculo é a receita operacional bruta da pessoa jurídica, sem deduções em relação a custos, despesas e encargos. Nesse regime, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3%.” <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/pis-cofins-regimes.htm>> Acesso em:01/07/2020 23:00.

INCIDENCIA CUMULATIVA

Nesta incidência, de acordo com PÊGA (2018,p.11), o recolhimento acontece sempre quando ocorrer uma venda mesmo já tendo sido tributado outras vezes, como por exemplo, quando uma empresa vende o produto é feito o recolhimento, se o comprador for repassar a mercadoria, o recolhimento é feito novamente, e assim consecutivamente, sendo assim o consumidor final sempre pagará o valor mais alto do imposto por conta do aumento na base de cálculo do produto. *“Mas a COFINS, desde sua criação, teve como característica principal ser cumulativa, ou seja, cobrada em todas as etapas da produção, onerando assim o preço final do produto.”*

INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA

No método de incidência não cumulativa, o recolhimento da pessoa jurídica tem direito ao crédito para abater nas vendas anteriores, com a alíquota de 7,6%, gerando assim uma espécie de desconto no valor da guia a ser recolhida, como acontece com o ICMS, que assim ensina PÊGAS:

“A empresa tributada pelo lucro real, regra geral, será obrigada a utilizar o método não cumulativo, com um cálculo bem mais complexo em relação às empresas tributadas pelo lucro presumido ou que tenham seu lucro arbitrado.” (PÊGAS, 2018, P. 49)

Este tipo de incidência cabe para as pessoas jurídicas que entram no regime de lucro real.

Para aprofundar os estudos sobre o imposto apresentado, através de dados recolhidos de uma empresa de telecomunicações que possui mais de 4 mil clientes entre sua matriz e filiais, a empresa realiza diversas prestações de serviços, tais como suporte, manutenção e reparação de computadores e equipamentos periféricos; Manutenção das estações de rede; Serviço de telefonia fixa; Comércio de equipamentos e suprimentos de informática, locação de equipamentos, entre outros, porém tendo como principal fonte de arrecadação o fornecimento de internet via rádio e fibra óptica.

Recebemos através da Entidade algumas informações a quais estão demonstradas na planilha a seguir:

Demonstrativo empresarial

MATRIZ	MODELO	FATURAMENTO SCM	ICMS - SC	ICMS - PR	COFINS - 3,0%
CNPJ 01	MODELO 21	R\$ 200.000,00	R\$ 500,00	R\$ 200,00	R\$ 5.300,00
CNPJ 02	MODELO 22	R\$ 150.000,00	R\$ 350,00	R\$ 150,00	R\$ 4.000,00
CNPJ 03	DEMAIS SERVIÇOS E VENDAS	R\$ 40.220,00	R\$ 100,00	R\$ 50,00	R\$ 2.906,72
TOTAL		R\$ 390.220,00	R\$ 950,00	R\$ 400,00	R\$ 12.206,72

As empresas de telecomunicação, possuem modelos de notas específicos, como a modelo 21, SCM (serviço comunicação multimídia), sendo a mesma de uso exclusivo na prestação de serviços de comunicação. A nota fiscal modelo 22 refere-se a serviços de telecomunicação, tais como, telefonia fixa e móvel. Conforme informações na planilha, podemos observar que o modelo 21 e 22 são cumulativos, sendo assim não dão direito a crédito, entretanto, nas notas fiscais através de rateio é possível obter a apropriação do valor do crédito em benefício de outros tributos.

Como falado anteriormente o Cofins é calculado a partir do ICMS presente em todas as notas fiscais dos serviços prestados, porém, nem todos os itens apresentados tem direito a retenção, pois a empresa é prestadora de serviços, mas como podemos observar a mesma tem direito a crédito em cima de alguns serviços oferecidos, sendo uma pequena parte do lucro obtido pela empresa.

Esta entidade a qual analisamos, recolhe seus tributos todos em dia e fazem suas declarações, mas até o momento não se apropriam da utilização do crédito de Cofins, o qual tem direito. Eles relatam estar estudando as possibilidades e analisando suas ações futuras em relação a estes tributos, caso venha a utilizar este crédito terão direito a 5 anos retroativos, apresentando então todas as documentações exigidas pelo governo.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa exploratória sobre a COFINS, tem como objetivo de familiarizar como ocorre a incidência do imposto. Realizamos leituras em artigos e bibliografias específicas para aprimorar e transcorrer o conhecimento obtidos e contamos também com dados adquiridos a partir de uma pequena pesquisa realizada em uma empresa de telecomunicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arrecadação de tributos mais especificamente os impostos, existem desde 1534 no Brasil (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015), sendo divididos entre taxa, contribuição de melhoria, contribuições, empréstimos compulsórios e os impostos que são a maioria e também os mais cobrados no país.

Toda vez que ocorre o recolhimento da COFINS o valor é destinado a Previdência Social, a saúde e também ao financiamento de diversos programas sociais os quais estão totalmente voltados para sociedade, ou seja, é um valor que retorna, de maneira que auxilie e beneficie o maior número de cidadãos.

O tributo tem grande importância, pois através do pagamento da população, o Governo consegue realizar as políticas públicas, mantendo os serviços públicos ativos, efetuar investimentos na urbanização de vilas, calçamento, saneamento básico e habitação popular.

Para a empresa, este estudo foi de grande relevância, pois através dele foi possível demonstrar que possuem direito ao crédito e também para perceber o quão importante é estar sempre por dentro das atualizações da legislação, já que nosso sistema tributário é de grande complexidade. Toda a dedicação e estudo sobre todos os tributos é de grande importância pra que a entidade possa ter uma vida financeira saudável e duradoura. Acreditamos que a empresa a qual aplicamos nosso estudo, irá se informar melhor através de consultorias para que possam recorrer ao valor do imposto dos exercícios anteriores e começar a utilizar os créditos de seus direitos para as competências futuras.

REFERÊNCIAS

BLOG GUIA TRIBUTARIO, Gestão Fiscal. **PIS e COFINS- Alíquotas Gerais**. 2014. Disponível em:<<https://guiatributario.net/2014/10/09/pis-e-cofins-aliquotas/>> Acesso em 28 mai. 2020

Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.718%2C%20DE%2027%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201998.&text=Altera%20a%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Tribut%C3%A1ria%20Federal,Art..> Acesso em 07 jun.2020

Lei nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios. Brasília, DR 14. nov.2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em: 25 mai. 2020

PÊGAS, Paulo Henrique. **PIS e COFINS**. 5.ed. São Paulo, Atlas,2018.Disponível em:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017182.>> Acesso em: 17 Jun. 2020

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Histórico da Administração Fiscal. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/historia-da-administracao-tributaria/historico-da-administracao-fiscal-1#:~:text=A%20Hist%C3%B3ria%20institucional%20do%20fisco,unifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20diversos%20%C3%93rq%C3%A3os%20fiscais.> Acesso em 27 Jun 2020.[

GUIA TRIBUTÁRIO ONLINE. Disponível em:<<http://www.portaltributario.com.br/artigos/pis-cofins-regimes.htm.>> Acesso em 01 Jul.2020

INCIDÊNCIA PIS/PASEP

Andrean Nespolo Pagani, Andrean_pagani@hotmail.com¹
Anna Caroline Costa de Moraes, annacaroline0@hotmail.com²
Caroline Oliveira Martiol, carolainemartiol@gmail.com³
Elaine Gonçalves Pereira, Elaine.goncalvespereir@gmail.com⁴
Herby Calixte, herbycalixte73@gmail.com⁵
Luciano João Perboni, lucianoperboni@hotmail.com⁶

Resumo — O presente artigo refere-se ao acrônico imposto, PIS (Programa de Integração Social) cobrado pela Receita Federal, que incide sobre as receitas brutas das empresas, com finalidade de financiamento do seguro desemprego e Abono Salarial. O PIS é um tributo pertencente à Constituição Brasileira, tanto ele quanto o COFINS são citados nos Art.95 e Art.239, respectivamente.

Palavras-chave: PIS. PASEP. Incidência. Alíquota. Lei complementar.

INTRODUÇÃO

Através dos conceitos analisados e estudados, buscamos de forma clara e em detalhes a aplicação do PIS/PASEP, suas finalidades e de que forma esse tributo é registrado e fiscalizado. Serão abordados temas de conceito doutrinários, alíquotas do cumulativo e não cumulativo, e adicionais, assim como quais empresas têm obrigação de contribuir ou não.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PIS surgiu com a Lei complementar n. 07 de 1970 e está previsto no Art. 239 da Constituição Federal. Ele possui dois regimes de apuração diferenciada, sendo eles o Regime Cumulativo e o Regime Não Cumulativo.

“A não-cumulatividade significa um sistema operacional que objetiva minimizar a carga tributária incidente sobre as operações realizadas com produtos,

¹ Andrean do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Anna Caroline do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Caroline do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Elaine do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Herby do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Herby do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

mercadorias e serviços, tendo por finalidade diminuir o preço que repercute na diminuição do custo de vida, possibilitando a geração de emprego, realização de investimentos empresariais e outras medidas benéficas ao desenvolvimento econômico.” (MELO p. 51-52.)

Já no simples Nacional, conforme o portal Jusbrasil “as alíquotas tanto do PIS como da COFINS no Simples Nacional, serão variáveis em função do faturamento da pessoa jurídica nos últimos 12 meses. Como não existe a permissão de crédito de PIS e COFINS no Simples Nacional, entende-se que a apuração é cumulativa.”

DESCRIÇÃO

Conforme Silva (2016, p.50), O PIS foi instituído pela LC nº 7/70 e o PASEP pela LC nº 8/70, mas em 1º de julho de 1976 passou a ser chamado em conjunto como PIS/PASEP. O Art. 239 da CF determinou que os recursos de sua arrecadação serão utilizados para financiar o programa de seguro-desemprego e o abono salarial.

De acordo com Sabbag (2011, p. 535), o sujeito passivo do PIS/PASEP, de acordo com sua contribuição, podem ser as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas, tendo como fato gerador a obtenção de faturamento mensal e base de cálculo o faturamento mensal, que corresponde à receita bruta; entidades sem fins lucrativos (empregadoras), que possuem o pagamento de salários como seu fato gerador e a folha de pagamentos como sua base de cálculo; ou as Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, que tem como fato gerador a arrecadação de receitas ou transferências correntes e de receitas de capital.

PIS não cumulativo

No site do portal tributário declara-se que (p.01) O regime não cumulativo do PIS consiste em deduzir, dos débitos apurados de cada contribuição, os respectivos créditos admitidos na legislação. A sistemática é denominada "regime de não cumulatividade do PIS."

Alíquotas

Conforme Silva (2016, p.50), a alíquota de contribuição é dividida conforme a base de cálculo. No caso em que ele incide sobre o faturamento, à alíquota é de 0,65% nas empresas do regime cumulativo e de 1,65% para as de regime não cumulativo. Já com relação à folha de pagamento, as receitas e transferências à alíquota é de 1%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tributo possui um papel relevante na sociedade, conforme descrito acima, o PIS/PASEP é instituído por Lei complementar, sendo a folha de pagamento, o fato gerador para as sociedades sem fins lucrativos e para as pessoas

jurídicas, em geral, e grandeza econômica tributável será o faturamento obtido ou a receita. Outro fato que vale destacar, é que o objetivo das propostas de unificação entre PIS e COFINS seria simplificar a sua extensa legislação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o PIS veio para ajudar a todos que trabalham o ano todo e ainda assim, precisam de um valor extra para se divertir ou até mesmo para pagar algumas contas que com o salário mensal não se consegue fazer. Para ter esse benefício, você deve trabalhar pelo menos um mês no ano, e então, você recebe proporcionalmente ao que trabalhou. Sabe-se também, que o PIS foi instituído pela LC nº 7/70 e o PASEP pela LC nº 8/70, e apesar das diferenças, se juntaram depois de um tempo. O PIS é para trabalhadores privados e é recebido no banco CAIXA, já o PASEP é para funcionários públicos e é recebido no banco do BRASIL. Segue abaixo um exemplo do que se foi discutido:

Exemplo:

Débitos do PIS apurados: R\$ 10.000,00

Créditos do PIS apurados nas aquisições de mercadorias e outros itens admitidos na legislação: R\$ 6.000,00

PIS devido: R\$ 10.000,00 - R\$ 6.000,00 = R\$ 4.000,00.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Professor Luciano, ao professor Emerson e a coordenadora do curso de ciências contábeis, Emilene Murer, por todo o apoio e orientação para este projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: Acesso em 15/11/2020

JUSBRASIL. **ARTIGO ACADÊMICO-PIS E CONFINS**. Disponível em: <https://luizinhorabelo.jusbrasil.com.br/artigos/464942869/artigo-academico-pis-e-cofins>

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva: 2011.

SILVA, Varlindo Alves da. Livro 1 – **Texto: Contabilidade Tributária**. 18. ed. Mato Grosso: [s.n.], 2016.

TRIBUTARIO. Portal. **PIS E COFINS. ALIQUOTAS REGIMES E CRÉDITOS. MANUAL PRÁTICO ATUALIZAVEL**. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/tributos/cofins_mp135.html. Acesso em: 20 nov. 2020.

GESTÃO DE CUSTOS¹

PREÇO DE VENDA

Anderson Carlos Mello, andersonmello902@gmail.com²

Felipe Esganzela Raldi, feliperaldi135@gmail.com³

Ravel Ribeiro, ravel.ribeiro@hotmail.com⁴

Resumo

Através desta revisão teórica temos como objetivo a introdução ao tema custos. Nosso objetivo com essa pesquisa é aprofundar o conhecimento sobre a área e tirar muitas dúvidas que surgem com esse tema, como as diferenças básicas entre as definições de custos, despesas, gastos, e mostrar como o preço de venda dos produtos é diretamente influenciado pelos custos de produção. O método de elaboração desse trabalho é a pesquisa em autores conceituados na área e nosso conhecimento adquirido sobre o assunto. Infelizmente por razões de pandemia do Covid 19 não conseguimos aprofundar nossa pesquisa no campo. Nosso objetivo era conversar com alguns professores especializados na área e profissionais atuantes, porém como medida de segurança acabamos deixando a pesquisa restrita aos autores e conteúdos disponíveis na internet junto com nosso próprio conhecimento. Apesar dessa restrição, os resultados obtidos foram muito bons, pois além de ser dito o principal sobre o tema, a longa pesquisa sobre o que diversos autores também falam do tema nos ajudou a ampliar o conhecimento da área. A área de custos não é uma área de fácil conhecimento, pois além de ser necessário o conhecimento teórico também é de igual importância a aplicação das fórmulas na prática, a fim de obter um resultado preciso. Não se pode cometer erros e além disso também é necessário ter a visão do que pode ser melhorado. Com isso, esperamos que essa pesquisa possa ajudar outras pessoas da mesma forma que nos ajudou enquanto a construímos, pois, o tema de custos tende a se tornar cada vez mais relevante nas empresas.

Palavras-chave: Custos. Venda. Decisões. Markup. Lucro.

INTRODUÇÃO

Vivemos em nosso país um momento de muitas incertezas. Entre a pandemia criada pelo novo Corona Vírus, a alta do dólar e os altos preços de mercado, fica cada vez mais difícil para os empreendedores conseguirem obter lucros e gerenciar seu negócio de uma forma competitiva.

Um dos passos mais importantes que as empresas devem pensar é como estão os seus custos. Mas qual o objetivo em saber de quanto é meu custo de fabricação? A resposta é simples: sabendo quanto custa sua mercadoria, o empresário consegue saber exatamente quanto deve ser seu preço de venda para a obtenção de lucro. Se é seu desejo obter 20% de lucro sobre um determinado produto, só é possível saber

1 O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Ciências Contábeis.

2 Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

3 Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

4 Professora Especialista do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

qual deve ser o preço de venda do mesmo se souber quanto este produto custa para a empresa.

Sem um centro de custos a empresa está operando no escuro. Ela pode estar cobrando em um produto um determinado valor, sendo que só o custo desse produto já é maior que o preço de venda dele. Isso dá para a empresa uma falsa sensação de que ela está lucrando, quando na verdade está tendo prejuízo. Para Dutra (2010) o preço significa o valor estabelecido pelo dono do negócio, para vender o seu produto ou prestar seu serviço. Ainda afirma que pode ou não estar incluído no preço o custo, e também o eventual prejuízo ou lucro.

Pensando nisso, nosso objetivo com esta revisão teórica é abordar os principais conceitos relacionados ao tema de custos: O que são custos, gastos, despesas, como calcular o ponto de equilíbrio, margem de contribuição, entre outros índices. Com esses dados, o administrador consegue saber com exatidão quanto seu produto está custando e quanto deve ser o preço de venda dele para obtenção de um determinado lucro. Também explicaremos quais as diferenças entre custos, gastos e despesas, pois apesar de as vezes se confundirem, são três conceitos diferentes para serem aplicados na empresa.

Segundo Viceconti (2017) a contabilidade de custos tinha a função inicial de avaliar estoques e apurar resultados. Hoje em dia ela passou a usar os dados de custos em mais duas funções: tomada de decisões e auxílio ao controle. Com isso podemos ver como os custos são importantes nas organizações atuais. Além do controle de estoque, ela é o norte para a tomada de decisões. Só é possível ter a certeza de que a empresa está obtendo lucros se a mesma tiver um bom sistema de custos.

METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Historicamente as primeiras práticas de trocas comerciais iniciaram pelos povos fenícios e pelo povo chinês na Antiguidade e desde aquela época os comerciantes já pensavam em ter lucro sobre os seus produtos trocados. Nos dias atuais essa ideia ainda se mantém, porém no decorrer dos tempos houve várias evoluções, exemplo disso a moeda.

Hoje com os avanços tecnológicos está muito fácil comprar de outros estados e países e então nosso produto por ter um valor muito elevado perde a competitividade e fica parado em nosso estoque, ocasionando problema ao invés de solução.

A resposta para aumentar a nossa lucratividade não é tão simples demanda tempo e estudo e mais do nunca precisamos conhecer os nossos gastos, quanto esperamos ter de rendimento e por quanto tempo precisaremos vender determinado produto, só assim conseguiremos oferecer os nossos produtos por um preço justo, e justo tanto para os nossos clientes quanto para nos investidores.

Muitas empresas iniciam porque as pessoas acreditam fazer algo de qualidade, muitos dessas iniciam sem conhecer como funciona um negócio, abrem apenas porque acreditam que efetuam um trabalho de qualidade e acreditam que vão obter bons resultados.

Para isso mais do que nunca precisamos saber os custos e despesas que compõe os nossos produtos, para Eliseu Martins Custo, “é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de bens e serviços”. Diante do exposto temos a divisão entre custos fixos e custos variáveis.

Gráfico 1

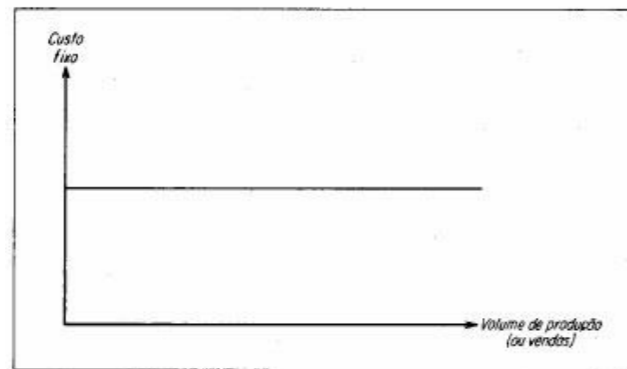


Gráfico 1 – Gráfico Custo Fixo relação entre Custo e Volumes de Produção (Ver. Adm. Empres. Vol.15 no.6 São Paulo nov./dez. 1975).

Gráfico 2

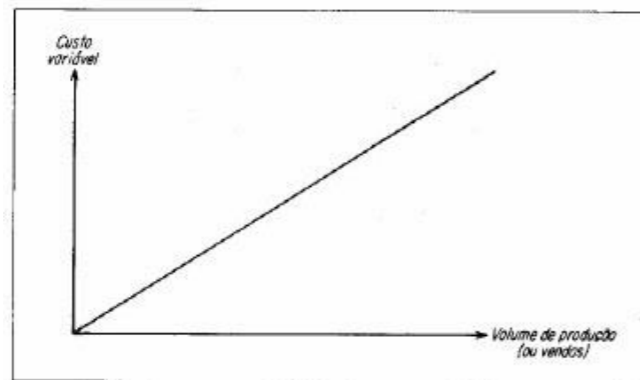


Gráfico 2 – Gráfico Custo Variável, relação entre Custo e Volumes de Produção (Ver. Adm. Empres. Vol.15 no.6 São Paulo nov./dez. 1975).

Como podemos ver na tabela a cima mesmo aumentando o volume de produção o Custo se mantém o mesmo, chamamos isso de custo fixo, para Assef (2005, p. 33-34) “custos fixos são aqueles que não variam, independentemente do nível da atividade da empresa, ou seja, produzindo-se ou vendendo-se qualquer quantidade, os custos fixos existirão.

Enquanto como demonstrado a cima conforme o volume de produção vai aumentando os Custos vão aumentando também, para isso se dá o nome de Custos Variáveis, Santos (2000, p. 27) afirma que os custos variáveis são “[..] aqueles que guardam proporção direta com o volume realizado e faturado de vendas”.

Despesa são os gastos que não estão diretamente relacionados a produção, porém sem esse desembolso não conseguimos obter receita. Segundo Megliorini (2007, p. 7), as despesas “correspondem à parcela dos gastos consumida para administrar a empresa e realizar as vendas”. Ela também é dívida em despesa fixa e em despesa variável.

Após entender isso, precisamos aprender sobre a margem de contribuição e o que ela representa. Margem de contribuição ou então ganho bruto, representa nada mais nada menos que as sobras das vendas que serão utilizadas para pagar os gastos

fixos. Para Bernardi (1998, p. 159) margem de contribuição é, “a diferença entre o valor das vendas, os custos variáveis e as despesas variáveis de venda”.

Homgren (1985, p.336-388), acredita que esses índices trazem inúmeros resultados que beneficiam as empresas pois,

(...) os índices de margem de contribuição ajudam a decidir que produtos merecem maior esforço secundário ou se devem ser tolerados pelos benefícios de vendas que puderem trazer a outros produtos; (...) se uma linha de produtos deve ser parada ou não; (...) e como utilizar recursos de maneira mais lucrativa.

Entendo tudo isso, a fórmula para a formação do preço de venda é, Preço de venda = [gastos variáveis/ (100% - margem desejada em porcentagem)] * 100. Ou seja, precisamos saber os nossos gastos variáveis (custos e despesas) como já citados acima e precisamos saber a nossa margem desejada.

Outra forma para encontrar o preço de Venda é através do MARKUP. Ele nada mais é do que um método para facilitar a forma de cálculo de preço de venda, para Santos (2000, p. 128), “o Mark-up é um índice aplicado sobre o custo de um bem ou serviço para a formação do preço de venda.

Sengundo Crepaldi (2009, p. 325), “os métodos de fixação de preços são geralmente classificados com base em três critérios: o do custo, o da demanda e o da concorrência”.

Após descobrir o preço de venda, precisamos ter em mente outra informação, precisamos saber a partir de qual momento não estamos ficando no prejuízo, para isso precisamos vender certa quantidade, até fazer com que a nossa margem de contribuição seja maior do que os nossos gastos fixos, ou seja precisamos encontrar o Ponto de equilíbrio.

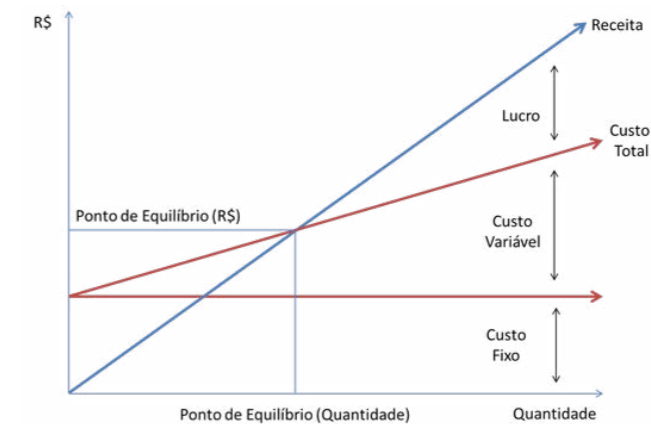


Gráfico 3 – Ponto de equilíbrio (disponível em: <<https://www.treasury.com.br/blog/indicador-de-ponto-de-equilibrio/>>).

Padovez (2005), mostra o seu ponto de vista sobre o ponto de equilíbrio

Evidencia, em termos quantitativos, qual é o volume que a empresa precisa produzir ou vender para que consiga pagar todos os custos e despesas fixas, além dos custos e despesas variáveis que ela tem necessariamente de incorrer para fabricar/vender o produto.

Como podemos ver, nossos custos, despesas e gastos não são úteis apenas para saber se estou lucrando ou tendo prejuízo, mas também é um meio de manter a empresa ativa e competitiva no mercado. O grande trunfo de hoje não é aumentar os preços, e sim diminuir os custos. Quem consegue fazer isso da melhor maneira sairá na frente de seus competidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda essa análise, podemos concluir que os custos apesar de serem muitas vezes um tema não muito abordado nas empresas, são um fator essencial para a produção. Através das informações relacionadas ao custo de produção conseguimos ter uma excelente base para o preço de venda dos produtos e um auxílio em tomadas de decisões. São vantagens excelentes que tornam a vida do administrador muito mais fácil.

Porém, ter um centro de custos funcional não é uma tarefa tão fácil assim. Requer um grande conhecimento sobre as definições de custos, despesas e gastos, e também uma aplicação perfeita na prática. Qualquer erro de cálculo ou custo não contabilizado vai afetar o valor final do custo e conseqüentemente o preço de venda. É necessário sempre de profissionais atentos e conhecedores da área para que o centro de custos possa funcionar da melhor maneira possível.

Como sugestões de aprofundamento de pesquisa destacamos toda essa área de custos. É uma área um pouco complexa de estudo, porém o profissional contador ou administrador com conhecimento em custos sai em vantagem no mercado de trabalho atual. Como um aprofundamento específico destacamos a diferença entre custos fixos, custos variáveis, despesas e gastos. São palavras muito parecidas e conceitos confundidos na maioria dos casos, porém como já vimos, cada uma dessas palavras refere-se a um conceito diferente, então saber a diferença entre esses conceitos e ter uma aprofundação no tema custos é uma ótima pedida.

Estamos muito felizes com a oportunidade que tivemos em fazer esse projeto. A área de custos é uma área que sempre nos chamou a atenção como acadêmicos, e poder fazer essa pesquisa aprofundada nos fez ampliar nossos conhecimentos e também recapitular muitos assuntos vistos nas disciplinas de custos no curso.

Também estendemos nossos agradecimentos a todos os professores e profissionais da área de Ciências Contábeis da Uniarp Câmpus Fraiburgo, em especial à coordenadora do curso de Ciências Contábeis Sandra Mara Bragagnolo e à professora Suzana Franco, que sempre se dispôs a auxiliar as pesquisas e cedeu um tempinho de sua aula para que conseguíssemos aprofundar nosso projeto.

REFERÊNCIAS

ASSEF, Roberto. Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias empresas. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de Contabilidade de Custos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HORNEGREN, Charles T.; DATAR, M. Srikant; FOSTER, George. Contabilidade de Custos. 9ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2004.

<https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-dos-custos>

https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VYVnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=custos&ots=GIC_PX4Kyl&sig=8Np_D2tTSIU4E8jwWIk67VCQ-E#v=onepage&q=custos&f=false

<https://www.treasy.com.br/blog/indicador-de-ponto-de-equilibrio/>

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901975000600001

LUIZ, Adalberto de Souza. Como definir preço de venda?. Brasília: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, 2017.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. Custos Analise e gestão. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luis. Controladoria Estratégica e Operacional: conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTOS, Joel José dos. Análise de custos: remodelando com ênfase para custo marginal, relatórios de caso . 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PIS/PASEP. ASPECTOS RELEVANTES DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DIFERENTES FORMAS DE APURAÇÃO. ¹

Lenon Ozório; lenonozorio@gmail.com²
 Marina Arigoni; marinaarigoni@hotmail.com³
 Emerson Cardoso Marques, emerson.cardoso@uniarp.edu.br⁴

Resumo – O presente artigo versa sobre diagnóstico dos aspectos relevantes da hipótese de incidência sobre as diferentes formas de apuração PIS (Programa de Integração Social) e PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) que são dispositivo considerável com finalidades fiscais e em relação as contribuição social da natureza tributária em virtude de modo geral que sempre aliviam os resultados das receitas das empresas nacionais que são distinguidos na parte pública e privada. A tributação do PIS pode se realizar de quatro formas: Simples Nacional Lucro Presumido sendo cumulativa que a empresa não tem hipótese alguma sobre o direito ao crédito do tributo pago no momento da aquisição de determinada mercadoria mencionada nos atos, o Lucro Real, que são formas não cumulativas significadas na segunda etapa que não incidente sobre o mesmo imposto pago ou recolhido na etapa anterior e a quarta forma é o Lucro Arbitrado que é aplicável quando o contribuinte é obrigado a manter a escrituração pelo lucro real, que não faz pela superfície das regras da tributação, partindo de uma análise dos principais e conceitos básicos dos doutrinários. Mais adiante podemos observar as fundamentações legais, que consta expressamente nos ordenamentos jurídicos sobre os tributos em referencias as entidades aqui citados.

Palavras-chave: PIS/PASEP. Incidência e Formas de Apuração.

INTRODUÇÃO

O PIS foi criado a partir da reformulação da Constituição Federal, que ocorreu em 1988. Ele é uma contribuição social e o valor arrecadado é direcionado ao pagamento do seguro-desemprego, abonos, participação nos lucros da empresa, ou seja, todo valor recolhido é revertido ao colaborador. Todas as empresas brasileiras estão obrigadas a recolher o PIS, inclusive os órgãos governamentais. Já o PASEP é o recolhimento apurado por entidades públicas. Conforme Art. 239 da Constituição Federal esses recursos são destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e são administrados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) ligado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

As contribuições ao PIS/COFINS, seja no sistema cumulativo, regulado pela Lei 9.718/98, conforme no art. 3º, "caput", seja no não cumulativo das Leis 10.637/02 (art. 1º, §1º) e 10.833/03 (art. 1º, §1º), incidem sobre a receita bruta, como está expressamente definida no art. 12 do DL 1.598/77, que dispõe sobre os produtos, vendas, preços, atividade e entre outros. As empresas poderão optar por três regimes

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor, Mestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

tributários, nas condições legais estabelecidas no ordenamento jurídico, que são o Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real.

Nesse contexto, podemos observar as construções da possibilidade da incidência do PIS/PASE dos incidentes sobre a importação dos serviços diários das entidades, com verificação da receita bruta dos estabelecimentos do modo geral sobre a compreensão dos resultados, visando à identificação do sentido jurídico da legislação Brasileira sobre as análise das expressões nas situações trazidas dos resultados obtidos.

Esse artigo mostrará dados cientificamente abordados nos temas como os aspectos relevantes da síntese de incidência e das possibilidades diferentes das formas de apuração vinculadas utilizando dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-social, que financia o seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades, tanto para aos trabalhadores de empresas públicas, como privadas, que tem como incidência o faturamento mensal, total das receitas auferidas, das diferentes formas de tributação.

PIS REGIME SIMPLES NACIONAL.

Para o valor sobre a atividade de uma indústria no mês de Setembro/2020 tendo uma receita de R\$ 355.679,50 e seu faturamento acumulado nos últimos 12 meses de R\$ 1.966.156,23, segue abaixo a tabela demonstrativa, onde, fica enquadrada a alíquota de dedução da 5ª faixa, com uma alíquota é de 14.70% e desconto fixo de R\$ 85.500,00.

Tabela 1 – Tabela do Simples Nacional

TABELAS SIMPLES NACIONAL - ANEXO 2 – INDÚSTRIA		
Receita Bruta 12 meses (R\$)	Alíquota	Valor a Deduzir (R\$)
1ª faixa até 180.000,00	4,50	0,00
2ª faixa de 180.000,01 até 360.000,00	7,80	5.940,00
3ª faixa de 360.000,01 até 720.000,00	10,00	13.860,00
4ª faixa de 720.000,01 até 1.800.000,00	11,20	22.500,00
5ª faixa de 1.800.000,01 até 3.600.000,00	14,70	85.500,00
6ª faixa de 3.600.000,01 até 4.800.000,00	30,00	720.000,00

Fonte: Portal Contábeis

Para resultados apurados para esta indústria, a alíquota de 14,70% incidirá sobre o cálculo que leva em consideração a receita bruta acumulada no período de 12 meses anteriores e o desconto fixo. O resultado desse novo cálculo foi denominado alíquota efetiva.

Anexo II – Indústria

Receita Setembro de 2020 R\$ 355,679,50	Receita bruta acumulada nos 12 meses: R\$ 1.966.156,23
--	---

Fórmula do pagamento do mês de setembro / 2020	
R\$ 1.966.156,23x 14.70%= 289.024,96	
Dedução: 289.024,96 – 85.500,00 = 203.524,96	
Alíquota efetiva: 203.524,96/1.966.156,23 = 10,35%	
R\$ 355,679,50 X 10,35% = R\$ 36.812,82	
Total do imposto devido= 36.812,82	

Dessa porcentagem de 10,35%, 0,26% corresponde ao PIS, conforme repartição dos tributos.

Tabela 2 – Percentuais de Alíquota do PIS

Receita bruta em 12 meses	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	CPP	ICMS	ISS	IPI
1.966.156,23	10,35%	0,57%	0,36%	1,19%	0,26%	3,88%	3,31%	-	0,78%

Fonte: Portal Contábeis

PIS – R\$ 355.679,50 x 0,26% = 924,76. A empresa tributada pelo Simples Nacional recolhe seus impostos em uma guia unificada DASN.

PIS LUCRO PRESUMIDO (REGIME CUMULATIVO).

A pessoa jurídica optar pelo lucro presumido estará sujeita ao recolhimento respectivamente nas alíquotas de 0,65% PIS e 3,0% COFINS no regime cumulativo, receita da venda de mercadorias e da prestação de serviços.

Conforme Instrução Normativa SRF nº 247/2002, são contribuintes do PIS e da COFINS incidentes sobre o faturamento as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, inclusive. (contábeis agosto 2019)

O PIS é calculado utilizando o faturamento mensal como base de cálculo aplicando a alíquota que vimos anteriormente.

Receita Setembro/2020 R\$ 355,679,50 PIS: 355.679,50x 0,65%= 2.311.91
--

PIS LUCRO REAL (REGIME NÃO CUMULATIVO)

Com a vigência da Lei 10.637/2002, a partir de 01.12.2002, com exceções específicas, foi instituído o regime não cumulativo do PIS para as empresas optantes pelo lucro real. A alíquota geral do PIS não cumulativo é de 1,65%. (PORTAL TRIBUTÁRIO)

Na tributação do lucro real, a análise e o cálculo para apuração do PIS devem ser mais minuciosos, nesse regime de apuração existem muitas particularidades, dentre elas estão os produtos monofásicos ou tributados à alíquota zero. A análise de cada produto é feita pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Os softwares, são parametrizados para que tudo seja feito de forma automática, pois seria inviável ser feito de forma manual.

A tributação monofásica é um regime diferenciado de cobrança do PIS/ Cofins, cujo objetivo é facilitar a fiscalização da Receita Federal sobre determinados produtos, concentrando o recolhimento dessas contribuições nos primeiros agentes da cadeia de produção e distribuição — muitas vezes, exclusivamente no fabricante ou importador. Dessa forma, as etapas subsequentes de comercialização são desoneradas, diminuindo o fluxo de informações tributárias e simplificando o processo de recolhimento.

A legislação tributária prevê as categorias de produtos sobre os quais incide o regime de tributação monofásica. Listamos aqui os principais, de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 594/2005:

- combustíveis, como gasolina, óleo diesel, biodiesel, álcool hidratado para fins carburantes, gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosene de aviação;
- produtos farmacêuticos;
- produtos de perfumaria, toucador e higiene pessoal;
- máquinas e veículos, bem como autopeças, câmaras de ar e pneus de borracha;
- bebidas, como água, cervejas e refrigerantes. (BLOG SIMPLES AUDITORIA)

Figura 3 - Cálculo para empresas do lucro real:

FATURAMENTO / RECEITA BRUTA - ART. 1º DA LEI Nº 10.637/2002		VALORES EM R\$
(+)	Faturamento Mensal (Receita Bruta Total do Mês)	1.305.000,00
(+)	Juros Ativos	5.000,00
(+)	Outras Receitas Financeiras	2.300,00
(=)	Total da Receita Bruta	1.312.300,00
EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO - ART. 1º DA LEI Nº 10.637/2002		
(-)	Receitas sujeitas ao Regime Monofásico	237.600,00
(-)	Vendas canceladas	1.400,00
(=)	Total das Exclusões	239.000,00
(=)	BASE DE CÁLCULO DO PIS NÃO CUMULATIVO	1.073.300,00
(=)	PIS DEVIDO = BASE DE CÁLCULO X 1,65	17.709,45
CRÉDITOS DO PIS - ART. 3º DA LEI Nº 10.637/2002		
(-)	Mercadorias Adquiridas para Revenda	100.000,00 1.650,00
(-)	Bens e Serviços Utilizados como Insumos na Produção / Fabricação	621.456,00 10.254,02
(-)	Energia Elétrica Consumida nos Estabelecimentos da Pessoa Jurídica	5.670,00 93,56
(=)	Total dos créditos	11.997,58
(=)	PIS NÃO ACUMULATIVO A PAGAR – Código no DARF 6912	5.911,87
DEMONSTRATIVO DOS SALDOS		
(+)	Créditos do Período de Apuração	11.997,58
(=)	Total do Créditos Apurados	11.997,58
(+)	Débitos do Período de Apuração	17.709,45
(=)	Saldo Devedor do Período de Apuração - Código no DARF 5856	5.711,87

Fonte: Portal Contábeis

Seu recolhimento se dará pela guia do DARF, sob o código da receita 8109 cumulativo e 6912 para não cumulativo, com vencimento no dia 25 do mês subsequente a competência apurada, e emitido através do programa SICALC.

DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO PIS:

A EFD-Contribuições trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade. A EFD-Contribuições é mensalmente que deverá ser transmitido, após a sua validação e assinatura digital, até o 10º (décimo) dia útil do segundo mês.

METODOLOGIA

O presente artigo parte do estudo de pesquisas bibliográficas, método dedutivo e descritivo, com base em artigos e leis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se realizar um breve estudo, bem como um exemplo prático para melhor entendimento da Lei nº 10.865/2004 que instituiu a Contribuição para o PIS/COFINS. Esta é uma ferramenta que está interligada aos empregados de empresas privadas e servidores públicos, das contribuições sociais de natureza tributária com objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono salarial entre outros, demonstrando as diferentes formas de tributação. Como sugestão para próximos trabalhos sobre o assunto exposto, sugerimos dar maior ênfase à incidência de PIS sobre a folha de pagamento bem como lucro arbitrado.

REFERÊNCIAS

BEVILACQUA, Leandro. 2019. **PIS e CONFINS**: apuração no regime cumulativo. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5616/PIS-e-confins-apuracao-no-regime-cumulativo/> Acesso em: 09 out. 2020.

BLOG SIMPLES. 2017. **Quais os tipos de produtos sujeitos à tributação monofásica?** Disponível: <https://blog.esimplesauditoria.com.br/quais-os-tipos-de-produtos-sujeitos-a-tributacao-monofasica/>. Acesso em: 13 out. 2020.

GOULART, Charles. 2020. **Simples Nacional**: O que é? Guia completo faturamento, Das e tabela 2020. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/simples-nacional/> Acesso em: 08 out. 2020.

PORTAL TRIBUTARIO. **Contabilidade**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/PIS-cofins-regimes.htm#:~:text= Nesse%20regime%2C%20as%20al%C3%ADquotas%20da,est%C3%A3o%20sujeitas%20%C3%A0%20incid%C3%Aancia%20cumulativa.> Acesso em: 08 out. 2020. Web

OITCHAU. 2020. **PIS e COFINS, cumulativo e não-cumulativo**: qual a diferença? Disponível em: <https://www.oitchau.com.br/blog/PIS-e-cofins-cumulativo-e-nao-cumulativo-qual-a-diferenca/> Acesso em: 09 out. 2020.

Impactos na redução do ICMS em Santa Catarina

Thayana de Souza Artuzzo, thayana.artuzzo@hotmail.com¹
Bruna Colombelli da silva, brunacolombelli@hotmail.com²
Ana Caroline Pontes, aninhapontes1301@gmail.com³
Gabriela Carlin Do Prado, gabrielacarlindoprado@gmail.com⁴
Jaqueline Ribeiro, jaqueline.menegasso17@gmail.com⁵
Mariane Aparecida Camargo, mariane.aparecida@uniarp.edu.br⁶

Resumo

Esse trabalho abrange o conceito de ICMS, que é um imposto de circulação de mercadorias e serviços, tendo como principal objetivo o impacto na redução do imposto no Estado de Santa Catarina. Trata-se da Lei 17.878/2019 publicada no diário oficial em 27/12/2019 contendo o objetivo de diminuir sensivelmente de 17% para 12% a alíquota do ICMS, podendo ocasionar impactos na economia de algumas empresas. Foi realizado pesquisas com duas empresas do ramo industrial, e por motivo de sigilo não iremos divulgar seus nomes. Foram mapeados insumos com dados adquiridos e comparativos para de mostrar o impacto nas suas economias. Embora evidenciem algumas desvantagens, as empresas não encaram isso como algo negativo, pois o efeito na redução dos valores é pequeno. Conclui-se que o principal objetivo na redução da alíquota que é igualar Santa Catarina com os demais estados está sendo atingido, mesmo existindo desvantagens.

Palavras-chave: Santa Catarina. Impacto. Economia. ICMS.

¹ Acadêmico Thayana de Souza Artuzzo do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico Bruna Colombelli da silva do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico Ana Caroline Pontes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico Gabriela Carlin Do Prado do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico Jaqueline Ribeiro do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Professora Mariane Camargo Aparecida Especialista do curso de Ciências Contábeis e Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico Jaqueline Ribeiro do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Professora Mariane Camargo Aparecida Especialista do curso de Ciências Contábeis e Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o propósito de discutir sobre o impacto de redução de ICMS no estado de Santa Catarina, que se refere da Lei 17.878/2019 publicada no diário oficial em 27/12/2019, no qual diminuí sensivelmente de 17% para 12% a alíquota do ICMS, verificando a eficácia dos sistemas de controle e arrecadação do aludido imposto. Esta alíquota de 12% só não se aplica:

- a) para os produtos que são tributados com alíquota de 25%;
- b) para os produtos destinados a uso, consumo ou ativo imobilizado do destinatário;
- c) para os produtos utilizados pelo destinatário nas prestações de serviços sujeitos ao ISS;
- d) às saídas de artigos têxteis, de vestuário e de artefatos de couro e seus acessórios promovidas pelo estabelecimento industrial que os tenha produzido.

O ICMS é um imposto de competência dos Estados que incidem sobre as operações relativas a circulação de mercadorias, prestação de serviços interestaduais, e intermunicipais, e serviços de comunicação, ainda que iniciados no exterior.

De acordo com o que foi divulgada pelo governo do Estado, “A partir do dia 1º de março, no próximo domingo, a alíquota de ICMS em operações com mercadorias destinadas ao contribuinte para comercialização, industrialização e prestação de serviços terá redução de 17% para 12%. O objetivo é estimular a competitividade da indústria catarinense, igualando o imposto com o dos estados vizinhos nas transações interestaduais. Assim, a indústria local poderá comprar insumos de Santa Catarina a um preço inferior, movimentando os negócios e a cadeia produtiva dentro do estado, gerando mais empregos e trazendo mais competitividade para a economia catarinense”.

(NUNES, Michelle. Governo do Estado reduz alíquota de ICMS. 2020. Disponível em <https://sc.gov.com.br/noticias/temas/governo-do-estado-reduz-aliquota-icms>. Acesso: 29.06.2020).

Objetivo principal é mencionar o impacto para as indústrias em virtude da redução de ICMS nas vendas de mercadoria para comercialização. Será realizada uma pesquisa com duas empresas do ramo industrial da cidade de Caçador, Santa Catarina, para mapear alguns de seus insumos com dados adquiridos e comparativos para ser analisado o impacto na economia das mesmas, após a mudança de alíquota.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

O objetivo da pesquisa é a verificação do impacto com a redução da alíquota de ICMS em duas indústrias da cidade de Caçador – SC. Foi solicitado a empresa evidenciar-se o valor de venda e compra de 02 produtos ao qual foi analisado com redução do ICMS. A forma de abordagem do tema é qualitativa e quantitativa, por fornecer dados e números.

Na elaboração deste trabalho foram utilizadas: pesquisa descritiva, pesquisa exploratória e estudo de caso, o estudo é classificado como exploratório, visto que explana sobre o problema de forma a proporcionar maior profundidade e torná-lo mais claro, para assim construir a pesquisa.

Empresa X			
VENDA			
Antes da alteração da alíquota para 12%		Antes da alteração da alíquota para 12%	
Embalagem para Erva Matte		Embalagem para Leite em pó Céu Azul	
Quantidade	5.000kg	Quantidade	4.000kg
Valor Unitário	R\$ 22,47	Valor Unitário	R\$ 9,54
Total de Mercadorias	R\$ 112.350,00	Total de Mercadorias	R\$ 38.160,00
ICMS 17%	R\$ 19.099,50	ICMS 17%	R\$ 6.487,20
Depois da alteração de alíquota para 12%		Depois da alteração de alíquota para 12%	
Quantidade	R\$ 5.000kg	Quantidade	R\$ 4.000kg
Valor Unitário	R\$ 21,49	Valor Unitário	R\$ 8,94
Total de Mercadorias	R\$ 112.450,00	Total de Mercadorias	R\$ 35.760,00
ICMS 12%	R\$ 12.894,00	ICMS 12%	R\$ 4.291,20
COMPRA			
Antes da alteração da alíquota para 12%		Antes da alteração da alíquota para 12%	
Poliéster		Alumínio	
Quantidade	10.000kg	Quantidade	4.000kg
Valor Unitário	R\$ 10,10	Valor Unitário	R\$ 9,54
Total de Mercadorias	R\$ 101.000,00	Total de Mercadorias	R\$ 38.160,00
ICMS 17%	R\$ 17.170,00	ICMS 17%	R\$ 6.487,20
Depois da alteração de alíquota para 12%		Depois da alteração de alíquota para 12%	
Quantidade	10.000kg	Quantidade	R\$ 4.000kg
Valor Unitário	R\$ 9,75	Valor Unitário	R\$ 8,94
Total de Mercadorias	R\$ 97.500,00	Total de Mercadorias	R\$ 35.760,00
ICMS 12%	R\$ 11.700,00	ICMS 12%	R\$ 4.291,20

Anexo I

Fonte: Empresa do ramo de Embalagens e laminados. Caçador-sc

Anexo II

Empresa Y	
COMPRA	
Antes da alteração da alíquota para 12%	Antes da alteração da alíquota para 12%
Renda	Elástico

Quantidade	250m	Quantidade	2.000m
Valor Unitário	R\$ 5,68	Valor Unitário	R\$ 6,25
Total de Mercadorias	R\$ 1.419,00	Total de Mercadorias	R\$ 12.500,00
ICMS 17%	R\$ 241,23	ICMS 17%	R\$ 2.125,00
Depois da alteração de alíquota para 12%		Depois da alteração de alíquota para 12%	
Quantidade	250m	Quantidade	2.000m
Valor Unitário	R\$ 4,58	Valor Unitário	R\$ 5,15
Total de Mercadorias	R\$ 1.144,00	Total de Mercadorias	R\$ 10.300,00
ICMS 12%	R\$ 137,28	ICMS 12%	R\$ 1.236,00

Fonte: Empresa do ramo Têxtil. Caçador-SC

A descrição do impacto da empresa X, está no anexo 1. Contendo, 2 produtos destinados para venda, são eles: Embalagem para Erva Matte e embalagem para Leite em Pó Céu azul e produtos destinados para compra sendo eles, Poliéster e alumínio.

O impacto da empresa Y está descrito no anexo 2, contendo 2 produtos destinados para compra sendo eles, renda e elástico. Na venda a redução de alíquota não afetou, pois, a empresa não possui o benefício fiscal das empresas têxteis e essas empresas ficaram de fora. Somente nas compras tiveram benefício com essa redução que proporcionou uma queda no custo.

Analisando os dados logo vemos que as empresa se beneficiam em alguns produtos, mas também sofrem impacto em outros. Porém na pesquisa realizada, ambas falaram que é normal sofrer o impacto positivo e também o negativo, porém a expectativa que haviam criado está sendo suprida. Santa Catarina nas suas visões, está conseguindo atingir o objetivo pelo qual essa medida foi proposta, onde o Estado se igualaria a outros, se modernizando e dando competitividade as indústrias, que é a grande vocação do Estado e não aumentando tributos, onde os efeitos de redução dos valores são pequenos, nas vendas de produtos, exceto as empresas têxteis que ficaram de fora nas vendas e se beneficiaram na compra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo de a pesquisa verificar qual o impacto da Redução de ICMS em Santa Catarina, sobre o resultado de duas empresas situadas na cidade de Caçador – SC, do ramo da indústria, foi analisado o impacto nas empresas com comparativo disponibilizado de dois produtos industrializados pelas empresas.

A pesquisa realizada foi baseada no impacto com a redução do ICMS, portanto os resultados são válidos, as análises realizadas refletem a opinião dos pesquisadores acerca do assunto, sendo está baseada em dados empíricos coletados para fins de análise e estudo.

Conclui-se que ocorre impactos, porém os valores de redução não foram crescentes de uma forma brusca, sendo assim economicamente ambas não foram prejudicadas, embora pareça algumas porcentagens em desvantagem. As empresas não encaram isso como uma forma negativa, pois um dos grandes objetivos da redução de alíquota do ICMS é modernizar o Estado de Santa Catarina, onde a indústria é extremamente presente e fazer com que a competitividade seja ainda maior, acredita-se que isso está sendo atingido, porque estará aumentando a competitividade entre as empresas.

Para o governo também fica positivo, porque dessa forma aumenta a arrecadação de imposto, o que antes empresas iriam efetuar compras em outros estados agora estão adquirindo dentro do próprio estado.

Sendo assim fica evidente que com essa competitividade pode se gerar mais empregos, aumentar a produtividade e conseqüentemente o lucro das empresas.

Pode se afirmar que os objetivos desse trabalho foram atingidos.

REFERÊNCIAS

Empresa X: Ramo de Embalagens e laminados. Ano 2020. Data pesquisa: 20/10/2020, 10:00h.

Empresa Y: Ramo Têxtil. Ano 2020. Data pesquisa: 26/10/2020, 16:30h.

NUNES, Michelle. Governo do Estado reduz alíquota de ICMS. 2020. Disponível em <https://sc.gov.com.br/noticias/temas/governo-do-estado-reduz-aliquota-icms>. Acesso: 29.06.2020.

IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO IRPF 2020¹

Ana Paula Frigotto, anapaulafrigotto95@gmail.com²
Larissa Augusta Leal da Costa, laricdr@gmail.com³
Pâmela da Silva de Vargas, pamy.vargas@gmail.com⁴
Rafael Vinicius Fernandes, rafisk215@gmail.com⁵
Roberto Luiz Manenti, contabil01@sulbrasil.com.br⁶

Resumo – O presente trabalho é apresentado sob a forma de artigo científico e tratará sobre o impacto que a reforma tributária poderá causar no IRPF 2020. Para melhor compreensão a pesquisa é dividida em três seções. Na primeira parte será analisado o sistema tributário nacional atualmente em relação ao IRPF. Em um segundo momento, o estudo tratará sobre os principais pontos da reforma tributária em relação ao tema tratado. A terceira parte recairá sobre o tema principal de nosso artigo, as implicações dessas mudanças no IRPF 2020. O artigo terá o objetivo de demonstrar as mudanças trazidas pela nova legislação se esta entrar em vigor. Ao final trataremos das conclusões a respeito do tema proposto.

Palavras-chave: Legislação; Reforma Tributária; IRPF.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata dos impactos que a reforma tributária (PEC 45/2019 e 110/2019) irá gerar no IRPF 2020. No momento, não há muitas alterações em relação à legislação atual. É necessária reforma em relação ao IRPF, pois está desatualizado em relação à realidade de nosso país e a dos contribuintes.

Assim, tem-se a seguinte problemática: Com a aprovação da nova legislação da previdência, o governo agora pretende agilizar a reforma tributária, o que pode gerar grandes implicações no IRPF 2020, será que o contribuinte tem ciência disso?

Na primeira parte trataremos do sistema tributário nacional atual em relação ao IRPF. Num segundo momento abordaremos a proposta de reforma tributária em relação ao que for pertinente ao nosso tema.

Após, trataremos do IRPF 2020, trazendo um breve histórico deste imposto e como ficará se houver esta alteração na legislação.

1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

O Sistema Tributário Nacional é formado pelo conjunto de leis tributárias, ou seja, tudo que trate sobre obrigações como, multas, impostos, taxas e contribuições de melhoria. Neste sentido, Celso de Barros Correia Neto (2019, p.3) define:

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), titulação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), titulação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Ao conjunto das regras destinadas a regular a instituição, a cobrança, a arrecadação e a partilha de tributos dá-se o nome de “Sistema Tributário Nacional”. Tomando a expressão em sentido amplo, aí estão: disposições constitucionais, leis, decretos, portarias, instruções normativas –, em suma, tudo aquilo que no ordenamento jurídico possa dizer respeito a exigências fiscais.

E ainda, define o que é tributo (2019, p. 4):

Pelo menos três características que são essenciais para que se possa enquadrar certa obrigação na noção de tributo: (1) a compulsoriedade, (2) a natureza pecuniária e (3) não constituir uma punição pela prática de um ato proibido. Em outras palavras, tributo é sempre obrigatório, é dinheiro (a ser pago ao Governo) então é uma punição por nada indevido que o contribuinte tenha feito.

O Código Tributário Nacional (CTN) (BRASIL, 2020), em seu art. 3º, define tributo como “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” E em seu art. 5º que “os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria”(BRASIL, 2020)

A CRFB/88 (BRASIL, 2020) em seu art. 145 determina:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

[...]

E no art. 153, inciso III, a CFRB/88 (BRASIL, 2020) define a competência da União para instituir impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza: “competem à União instituir impostos sobre:[...] III – renda e proventos de qualquer natureza; [...] VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.”

2. REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária traz proposta de simplificação dos impostos, como a criação do IBS (BRASIL, 2020): substituição de 5 impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e

ISS) pelo IBS; transição demorará 10 anos; criação do Imposto Seletivo Federal, que incidirá sobre bens que se deseja desestimular o consumo, como os cigarros.

O IBS terá as seguintes características (BRASIL, 2020):

- terá caráter nacional, com alíquota formada pela soma das alíquotas federal, estaduais e municipais; estados e municípios determinam suas alíquotas por lei
- incidirá sobre base ampla de bens, serviços e direitos, tributando todas as utilidades destinadas ao consumo
- será cobrado em todas as etapas de produção e comercialização
- será não-cumulativo
- contará com mecanismo para devolução dos créditos acumulados pelos exportadores
- será assegurado crédito instantâneo ao imposto pago na aquisição de bens de capital
- incidirá em qualquer operação de importação (para consumo final ou como insumo)
- nas operações interestaduais e intermunicipais, pertencerá ao estado e ao município de destino

Conforme a proposta, a transição dar-se-á em duas fases: 1) período de teste de 2 anos com redução da Cofins, não gerando impacto para os estados e os municípios e o IBS a 1%; 2) a cada ano haveria redução das alíquotas em 1/8 por ano até sua extinção e o IBS iria aumentando para repor a arrecadação anterior. (BRASIL, 2020)

Acima, vimos a proposta da Câmara dos Deputados (PEC 45/2019), mas há também a proposta do Senado Federal (PEC 110/2019). Em comparação das propostas (CENOFISCO, 2020):

Em ambas as proposições, a alteração do Sistema Tributário Nacional tem como principal objetivo a simplificação e a racionalização da tributação sobre a produção e a comercialização de bens e a prestação de serviços, base tributável atualmente compartilhada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Na PEC 110/2019 a transição seria durante **um ano onde seria** cobrada uma contribuição “teste” de 1%, com a mesma base de incidência do IBS, e, então mais **cinco anos**, em que os atuais tributos seriam substituídos por novos tributos em 1/5 ao ano. (CENOFISCO, 2020)

A PEC 110 contempla outras matérias não previstas pela PEC 45, como (CENOFISCO, 2020):

- extinção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sendo sua base incorporada ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- transferência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), da competência estadual para a federal, com a arrecadação integralmente destinada aos Municípios;

- ampliação da base de incidência do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), para incluir aeronaves e embarcações, com a arrecadação integralmente destinada aos Municípios;
- autorização de criação de adicional do IBS para financiar a previdência social;
- criação de fundos estadual e municipal para reduzir a disparidade da receita per capita entre os Estados e Municípios, com recursos destinados a investimentos em infraestrutura.

Assim, visto breve explanação sobre as propostas de reforma tributária, será abordada a seguir a situação do IRPF 2020.

3. IRPF 2020

O IRPF foi criado para o exercício de 1923, lei 4625 de 31 de dezembro de 1922. Na sequência, um breve histórico do IRPF (Receita Federal, 2020).

Instituição do imposto
LEI N. 4.625 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1922
Esta é a Lei que institui o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 1922.
Art. 1.º - Este imposto é devido por todo o rendimento, sob o domínio, administração, gozo, uso e gozo eventual no Brasil, recebido no exercício do ano, e, ainda, em todo caso, antes e durante a realização de operações de qualquer natureza.
Em 1923, o governo iniciou o estudo para elaborar o regulamento e organizar o sistema arrecadador do imposto de renda, sob o comando de Souza Reis. O imposto seria implementado em 1924.
Curiosamente, a primeira sede da administração central do imposto de renda foi a casa do Parque de Diversões da Exposição do Centenário da Independência de 1922, no Rio de Janeiro, devido ao curto prazo para encontrar um local e a falta de espaço em outros prédios do Ministério da Fazenda.

Primeiros formulários do IRPF
Os primeiros modelos da declaração do imposto de renda constavam dos anexos III e IV do Decreto nº 16.581/1924 (1º Regulamento do Imposto de Renda).
As declarações eram conhecidas como fórmulas para apurar o imposto. Anos mais tarde, as fórmulas passaram a ser chamadas formulários.

Instituição do CPF
O Cadastro de Pessoa Física (CPF) foi instituído por força do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968. Foi criado também o Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC).
Os principais motivos da instituição do CPF foram:
- Criar um sistema de identificação, fiscalização e controle das pessoas físicas sujeitas ao pagamento do imposto de renda.
- O CPF poderia ser utilizado, a médio ou longo prazo, em outras áreas não fiscais da Administração Pública.
- O início imediato da implantação do CPF constituía medida necessária para ampliar a receita tributária proveniente do imposto de renda.
Em maio de 2014, havia 206 milhões de registros na base CPF, sendo 173,5 milhões em situação regular.

O Leão ruga pela primeira vez
O Leão foi criado para a campanha institucional do Programa Imposto de Renda (PIR) de 1968. A escolha do leão levou em consideração o fato de ser um animal nobre, que inspira respeito e demonstra sua força pela simples presença, ser justo e leal.
A partir dessa campanha, a opinião pública passou a vincular a imagem do Leão ao imposto de renda. O sucesso foi absoluto.
Em dez anos foram realizados mais de trinta filmes, muitos dos quais estão disponíveis no canal da TV Receita, no Youtube.

Fonte : Receita Federal

O IRPF está em pauta na reforma tributária, onde haveria mudanças significativas para os contribuintes se fosse incluído na proposta. Neste sentido Anna Russi (2019, p. 1):

O governo federal estuda incluir na proposta oficial a redução da alíquota máxima do IR da Pessoa Física (IRPF), hoje de 27,5%. Essa medida significaria um alívio para os contribuintes, mas outros pontos prováveis são o fim das deduções com educação e saúde e a tributação dos dividendos, mudanças que aumentariam a arrecadação.

E ainda comenta sobre as duas propostas que tramitam (RUSSI, 2019):

Atualmente, há duas propostas de emendas à Constituição (PECs) sobre reforma tributária tramitando no Legislativo. Josué Pellegrini, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), destaca que as PECs nº45, na

Câmara, e nº110, no Senado, praticamente não mencionam alteração no IR. A exceção é a PEC nº110, que sugere fundir a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) com o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

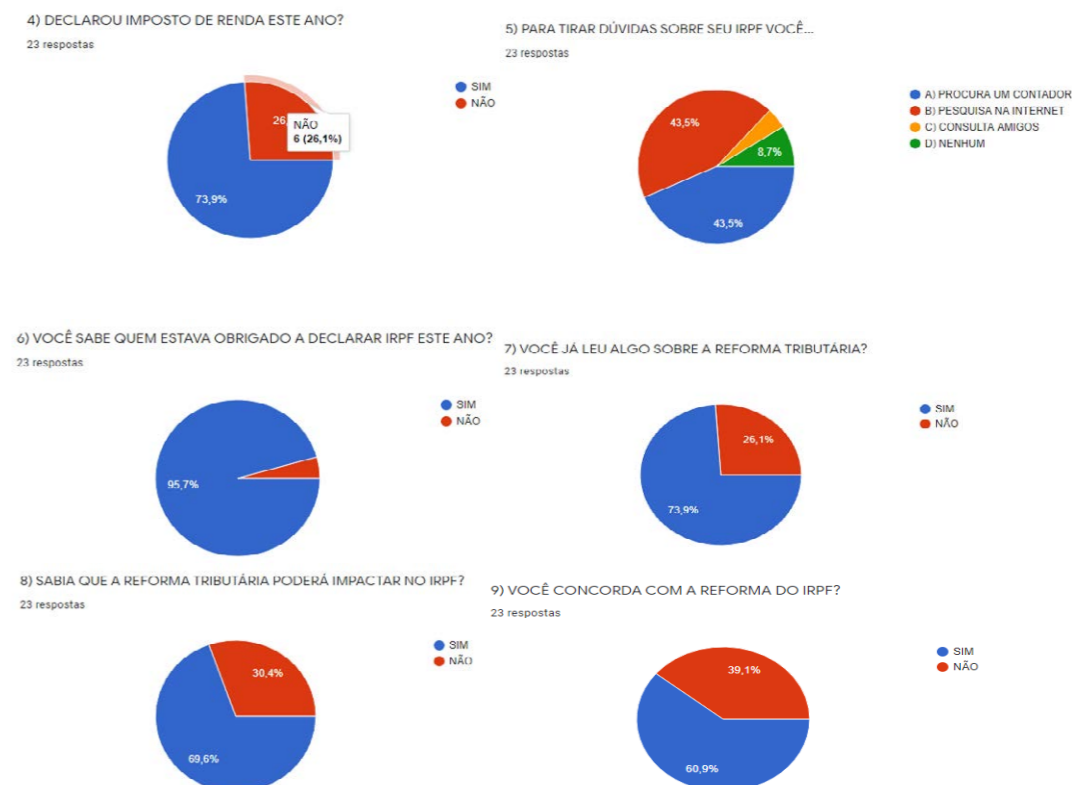
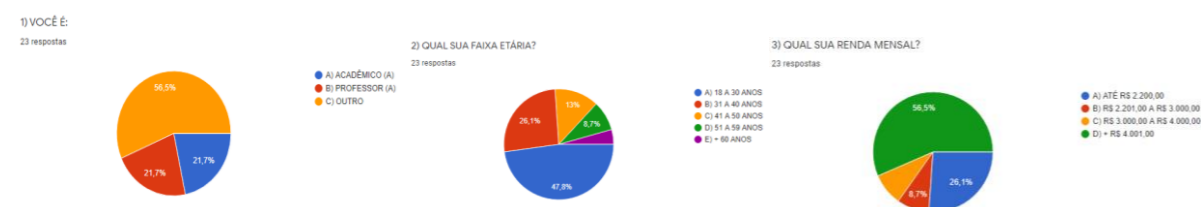
Em suma, apesar de o imposto ser cogitado para integrar a reforma tributária, até o momento não foi incluído nela.

METODOLOGIA

A proposta desenvolvida para realização deste trabalho foi a elaboração de um artigo científico, com base na pesquisa bibliográfica e um questionário contendo 9 perguntas disponibilizadas através do link “https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf8Z4v3rRBSe1N2o5QYhaSyIldxJy0jttD oT2s63O3Ei0y2lg/viewform?usp=sf_link”, a fim de identificar quais as implicações da reforma tributária no IRPF 2020 e se os cidadãos/contribuintes tem consciência desta possível mudança.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises dos dados foram feitas por meio de um questionário aplicado nas mídias sociais. Os dados foram selecionados de acordo com os objetivos propostos. Para facilitar a exposição foram utilizados gráficos de forma a evidenciar o entendimento e interpretação do estudo. Foram coletados dados para saber se é aluno, professor ou até mesmo alguém de fora da instituição que está respondendo o questionário, faixa etária, renda, se declarou o imposto de renda neste ano, como também a concordância ou não da reforma da tributária.



Constatou-se que 13 das 23 pessoas que responderam o questionário não são professores nem acadêmicos, 47,8% tem de 18 a 30 anos e renda mensal de mais de R\$ 4.001,00.

A maioria declarou imposto de renda neste ano e quando tem dúvidas sobre seu IRPF procura um contador ou até mesmo procura na internet sua dúvida, sendo que 95,7% das pessoas sabem a obrigatoriedade de declarar IRPF, 17 pessoas das 23 já leu algo sobre a reforma e também que a reforma poderia impactar no IRPF.

A mudança de dedução dos gastos com INSS do empregado doméstico irá trazer benefícios para a população, então 60,9% são a favor da reforma tributária quanto ao IRRF 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs investigar as implicações da reforma tributária no IRPF 2020, o imposto mais impactante para as pessoas físicas no Brasil.

A Constituição Federal informa-nos que o imposto incide não apenas sobre a renda, mas sobre rendimentos de qualquer natureza, pois a incidência desse tributo se dá sobre os ganhos e também sobre rendimentos de aplicações financeiras, que geram juros e que resultem em aumento patrimonial do contribuinte.

Atualmente o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias, são 92 tributos, trazendo uma burocracia e complexidade grande, impedindo e prejudicando as indústrias do nosso país a desenvolverem todo o seu potencial, aqui há muitos entraves políticos, econômicos e burocráticos que interferem dificultando os negócios. A Proposta desta Reforma Tributária é tornar o Brasil um país mais produtivo e atrativo para investimentos tanto externos como internos.

O objetivo principal deste trabalho foi proporcionar uma visão que nós, contribuintes, muitas vezes não temos que é a obrigação de saber como se processa e quais são as bases para a cobrança deste imposto, assim como também verificar se as pessoas estão de acordo com as mudanças e até mesmo se tem consciência dela.

Sendo assim, conclui-se através da pesquisa que a maioria das pessoas tem conhecimento sobre este projeto de lei e os impactos dele para com os contribuintes pessoa física, inclusive, a maior parte dos entrevistados (60,90%) concordam com as tais mudanças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Consultor legislativo: Celso de Barros Correia Neto. 2019. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/fiquePorDentro/temas/sistema-tributario-nacional-jun-2019/texto-base-da-consultoria-legislativa>. Acesso em: 06 de junho de 2020.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. REFORMA TRIBUTARIA. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/ReformaTributaria/index.html>. Acesso em: 07 de junho de 2020.

BRASIL. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 06 de junho de 2020.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 de junho de 2020.

BRASIL. RECEITA FEDERAL. Exposição História do Imposto de Renda. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/imposto-de->

[renda/cronologia-do-imposto-de-renda/cronologia-do-imposto-de-renda](http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/imposto-de-renda/cronologia-do-imposto-de-renda/cronologia-do-imposto-de-renda). Acesso em: 07 de junho de 2020.

CENOFISCO. Especial Reforma Tributária. Disponível em:

<https://www.cenofisco.com.br/Especiais/ReformaTributaria>. Acesso em: 07 de junho de 2020.

RUSSI, Anna. Mudanças no IR estão na pauta da reforma tributária do governo.

Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/10/21/internas_economia,799406/mudancas-no-ir-estao-na-pauta-da-reforma-tributaria-do-governo.shtml. Publicado em: 21 de outubro de 2019. Acesso em: 06 de junho de 2020.

ESTUDO DAS MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS ADOTADAS PELAS EMPRESAS VISANDO A DIMINUIÇÃO DOS IMPACTOS GERADOS PELA CRISE DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS ¹

Almir Natalino Passos Da Rocha, almirrocha155@gmail.com²
Maria Daiane Farias Prestes, mariadaianef.prestes@gmail.com³
Simone Consoni, siconsoni@hotmail.com⁴
Thayse M. M. de Souza Balansin, vbmadeiras@bol.com.br⁵

Resumo

No ano 2020 os governos adotaram medidas para minimizar a propagação do novo Corona vírus, pedindo para a população manter isolamento em seus domicílios, com isso empresas tiveram que se adequar a uma nova realidade. O governo Federal anunciou durante o ano medidas fiscais que suspenderam ou alteraram os valores a serem recolhidos aos cofres públicos medidas estas para conter a crise devido à pandemia. Essas mudanças atingiram e beneficiaram empresas de grande porte, pequenos negócios, microempreendedores individuais, empregadores de trabalhadores domésticos e pessoas físicas. Esse trabalho buscou expor quais alterações tributárias foram adotadas pelas empresas visando minimizar o impacto da crise do Corona vírus.

Palavras-chaves: Pandemia. Governo. Medidas fiscais. Corona vírus.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como base a pesquisa das mudanças tributárias ocorridas no ano de 2020 devido à pandemia do novo Corona vírus e como essas mudanças foram adotadas por diversas empresas. Essas mudanças atingiram e beneficiaram não só empresas de grande porte, mas também pequenos negócios, microempreendedores individuais, empregadores de trabalhadores domésticos e pessoas físicas. O governo Federal anunciou durante o ano diversas medidas fiscais que suspendem ou alteram o valor a serem recolhidos aos cofres públicos e também os prazos de pagamento ou entrega de declarações, visando reduzir os efeitos econômicos relacionados à pandemia.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Ciências contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Ciências contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Ciências contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Ciências contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A questão desse estudo é esclarecer a seguinte pergunta: quais alterações tributárias foram adotadas pelas empresas visando minimizar o impacto da crise do Corona vírus?

Para responder a esta pergunta, surgiu o objetivo geral, estudar os principais aspectos tributários alterados no ano de 2020. Para facilitar a pesquisa desse trabalho temos os objetivos específicos que são o desmembramento do objetivo geral, de acordo com Marconi & Lakatos (2003, p. 219) os objetivos específicos “apresentam caráter mais concreto. [...], permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares.” Portanto, os objetivos específicos deste estudo são, analisar fatos tributários alterado por empresas durante a pandemia do Corona vírus em 2020, avaliar quais mudanças foram adotadas pelas empresas na pratica.

Os aspectos metodológicos envolvem pesquisas bibliográficas e a pesquisa de campo que segundo Gonsalves (2001, p.67), “ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa de campo qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico e pesquisa por meio de questionários.

REVISÃO TEÓRICA

Com a pandemia o mundo entrou em choque, o que obrigou os governos a aplicarem medidas que protegessem a população para minimizar a propagação do novo Coronavírus. Com essas medidas, muitas pessoas jurídicas foram obrigadas a manter isolamento em seus domicílios (AUDITTO, 2020).

Desta maneira partiu-se para o home office. Para a contabilidade os tributos e contribuições também foram alterados causando suspensões e expansão de prazo para sua regulamentação perante a receita federal. Medidas essas colocadas para diminuir os efeitos trazidos para a economia mundial (AUDITTO, 2020). Perante a nova forma de trabalho que outrora existia apenas em casos específicos, agora se

tem em enorme escala, e com isso as datas de pagamentos dos tributos tiveram que ser alteradas, para fazer os contribuintes entregarem nos prazos de forma hábil (AUDITTO, 2020).

Por conta da pandemia do coronavírus, o calendário de pagamento de tributos sofreu alteração. No dia 03 de abril, foi publicada a Resolução CGSN nº 154, que determinou, no âmbito do Simples Nacional, novos prazos para o pagamento de tributos federais (IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, Contribuição para o PIS/PASEP e Contribuição Patronal Previdenciária).

Também a previdência social teve mudança que de certo modo melhorou, ocasionando a parada do fluxo de pessoas.

Os serviços e pedidos de benefícios podem ser feitos sem a necessidade de o contribuinte sair de casa. Entre as principais mudanças houve o adiamento por 120 dias do cronograma de bloqueio de pagamentos e de suspensão do Benefício de Prestação Continuada para os beneficiários que não fizeram a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. As agências de Previdência Social estão fechadas para atendimento público. No entanto, os processos que estavam com pedido de concessão ou revisão de benefício continuam sendo realizados. (Auditto).

Por conta da pandemia as empresas foram afetadas significativamente, 13º salário, FGTS e INSS também tiveram suas respectivas alterações. Conforme o site **Pequenas Empresas & Grandes Negócios** diz que:

Com a extensão do programa de suspensão de contratos e redução de jornada e salário, agora por até oito meses até dezembro, os trabalhadores afetados ficarão com o 13º salário abaixo da metade do valor ou mesmo sem esse pagamento em caso de suspensão. Tomando como base o mês de dezembro o funcionário não trabalhando nesse mês por conta do Covid 19 ele pode perder o 13º salário, pois o cálculo é efetuado com base no salário do mês 12 (dezembro).

De forma a salientar a pesquisa elaborada neste trabalho, houve a análise dos dados de alguns profissionais contábeis, buscando assim desmistificar o que ocorre no dia dos profissionais desta área tão importante para o mundo. Foi então questionada diversas dúvidas para colocar de forma a prover uma concordância naquilo que tange esse trabalho, a busca por respostas as quais poderiam ou não ser deixadas em evidência o fato que decorre perante a pandemia.

O governo estipulou que fossem prorrogados os pagamentos dos impostos de forma facultativa para as entidades, nas empresas em que foi realizada a pesquisa a primeira entidade expressou de forma normal dizendo que utilizaram essa prorrogação e outra empresa houve 50% de seus clientes prorrogando esses impostos sendo que os restantes mantiveram os prazos normais.

O mesmo enfatiza colocando que, seria melhor um maior prazo para quitar esses impostos, mas ainda foi bom para o contribuinte. A entidade expressou uma resposta referente ao questionário dizendo que para sua entidade a prorrogação desses impostos trouxe uma espécie de alívio, beneficiou, pois tiveram impactos com as vendas em alguns meses de pandemia. Porém em outra empresa foi relatado um suposto aumento de quitação futuro que pode de certo modo trazer um desajuste de forma que a entidade tenha que correr o risco de cometer inadimplência.

A pandemia causou uma redução drástica no quesito empregos, e as entidades em análise respectivamente “A”, adotou o home office para grupos de risco e fizeram alterações no layout para atender quem precisou ficar na empresa, usando desse modo em home office não precisou reduzir o quadro de colaboradores. Em outra entidade demonstra que não existe uma concordância entre os colaboradores, porém, outros estão reclamando da situação, muito em virtude de não entenderem o funcionamento, poucas reduziram a maioria manteve todos os funcionários.

Para outra entidade foi respondido essa questão delimitando, que, tendo notória uma crise sem precedentes, é desfavorável a condição financeira que de diversos colaboradores, causando a pandemia uma redução de 80% da renda final, sem contar ainda na alta dos preços das mercadorias que são exigidas para sobrevivência humana.

Com essa crise causada pela Covid19, o 13º salário ficou bem explicado, funcionário receberá aquilo que lhe é proporcional, como a lei condiz, causando de certo modo por conta também da lei uma maior redução na carga de pecúnia paga pelas entidades aos funcionários na base do que proporcionalmente lhes cabem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o impacto que está causando no ano de 2020 a pandemia gera muitas dúvidas no que esta acontecendo de fato, alterações em síntese, do ponto de vista legislativo-jurídico, é necessária adotar políticas públicas e legislações que possam minorar os efeitos da pandemia de covid-19 para o país; do ponto de vista econômico, mesmo com a situação fiscal delicada, é necessário implantar políticas compensatórias, ampliar a intervenção estatal e rogar ao setor privado, na medida

do possível, sua contribuição, já que não haverá saída rápida e fácil sem sua participação; pelo lado da política social, é o momento de garantir e proteger aqueles em situação de vulnerabilidade.

O grande desafio que se põe com a pandemia da COVID-19 é paralisar 80% da economia global, enfrentar um desemprego maciço, renegociar um conjunto grande de contratos, implementar políticas emergenciais para apoio aos mais vulneráveis, em um contexto de grande aperto fiscal, evitar falência de empresas, proteger o sistema produtivo.

A alteração tributária, conforme demonstrado neste trabalho, tem o intuito de minimizar o impacto da crise do corona vírus e muitas foram utilizadas pelas empresas entrevistadas, apesar de serem facultativas a utilização das mesmas. O que chamou mais atenção foi referente ao 13º salário, pois conforme as normas propostas causa muita preocupação, qual será a decisão das entidades no final de tudo isso, pois acarretará em um valor muito baixo para ser pago aos trabalhadores e isso seria o correto conforme a proporcionalidade daquilo que cabe ao funcionário. De tal modo, que não pese tanto para o bolso das entidades, pagar o valor que não for correto por talvez pena.

REFERÊNCIAS

Corona Vírus o que mudou na contabilidade. Disponível em <https://auditto.com.br/coronavirus-o-que-mudou-na-contabilidade/>. Acesso em 14 de out.de 2020.

GONÇALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. Fundamentos da metodologia científica. 5 ed. SP: Atlas, 2003.

Veja como ficam os pagamentos do 13º salário, INSS e FGTS com a suspensão e redução de jornada até dezembro. **Globo.com**. <https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2020/10/veja-como- ficam-os-pagamentos-do-13-salario-inss-e-fgts-com-suspensao-e-reducao-de-jornada-ate-dezembro.html>. Acesso em 14 de out. 2020.

A LIDERANÇA FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES REVISÃO TEÓRICA¹

Ana Paula Araújo da Silva, aninhapaulaaraujo0803@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Um bom líder precisa expor suas ideias, comunicar-se de maneira inteligente e conseguir fazer isso de maneira natural. Nesse trabalho se faz uma revisão bibliográfica sobre a Liderança Feminina e sua constante evolução no mercado de trabalho, suas principais conquistas, e as dificuldades que as mulheres encontraram para se destacar em uma sociedade tão quanto machista em que viveram. Para isso, usa-se de procedimento de natureza básica aplicada, através de pesquisa do tipo bibliográfica. Constata-se que as mulheres, gradativamente, estão tendo lugar no mercado de trabalho e na sociedade, conseguindo expressar suas ideias, que são ouvidas. As mulheres são profissionais ligadas aos detalhes de cada situação, o que faz com que tenham uma visão ampla da empresa, e, portanto, tenham maior controle de seus atos e planejamento da empresa.

Palavras-chave: Liderança Feminina. Sociedade Machista. Mulher

INTRODUÇÃO

Acredita-se que o estilo de liderança pode estar ligado ao gênero, porém isso não pode ser generalizado, pois os postos de trabalho exigem comportamentos parecidos tanto para homens quanto para mulheres (RODRIGUES; SILVA, 2015, p. 1).

Nesse trabalho, são apresentados conceitos relacionados ao tema de liderança, utilizando-se de pesquisa bibliográfica nas áreas de administração, gestão, recursos humanos e liderança, evidenciando o papel da mulher no mercado de trabalho.

As qualidades das mulheres, sejam elas aprendidas ou naturais, permitem que disputem cargos de liderança com homens. Com o passar dos anos, a mulher se tornou mais independente e adquiriu mais responsabilidades (RODRIGUES; SILVA, 2015, p. 1).

Existe preconceito e desvalorização quanto à capacidade de atuação da mulher no mercado de trabalho, mas, ainda assim, ela procura ultrapassar os obstáculos e ir em direção ao crescimento.

METODOLOGIA

¹ Trabalho apresentado como Projeto Integrados da 2ª fase do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Ciências Contábeis e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Liderança é sinônimo de agilidade, Hunter (1989, p.15) afirma que a “liderança: É a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasmadamente visando atingir aos objetivos identificados como sendo para o bem comum”. Ou seja, liderança é um fenômeno de ocorre em grupo, não se faz liderança sozinho.

De acordo com Figueira (2020, p. 7), “Para ser um líder acima da média, sua mentalidade terá que romper a barreira do comum, da mesmice, do medo, e da acomodação”.

Segundo Maxwell (2015, p. 4), “a capacidade de liderança é o limite que determina o nível de eficácia de uma pessoa”. Quanto maior ou menor o nível de eficácia de uma pessoa, trará resultados bons ou ruins quando for liderar (KOFMAN, 2018, p. 1).

Na opinião de Kofman (2018, p. 1), “Liderança é o processo pelo qual o líder suscita o comprometimento íntimo dos seguidores a cumprir uma missão em sintonia com os valores do grupo”. Novas abordagens sobre o tema defendem que a liderança é um comportamento que pode ser exercitado e aperfeiçoado.

O líder é um exemplo para todos, como diz Talarico (2014, p. 18) “o líder por sua vez, estará sendo observado constantemente principalmente por seus liderados”, ele precisa mostrar a todos que está sempre atualizado e por dentro de tudo o que o mercado de trabalho procura.

Vergara (2016, p. 42) cita que “são as pessoas que impulsionam o desenvolvimento da organização. Esse fato cria continuamente a satisfação pessoal. Muitas empresas estão investindo treinamentos para seus líderes porque sua visão inspira as pessoas e afeta diretamente o bom desenvolvimento e crescimento da empresa”.

A principal ferramenta de gestão de pessoas é o aprendizado contínuo, ou seja, é preciso deixar o líder voltar a promover o desenvolvimento por meio de serviços de alta qualidade e fornecer a abertura da transmissão de informações interna e externamente, a fim de envolver os funcionários na tomada de decisões, ação como educador, negociador, apoiador e coordenador (NOBRE, 2019).

Para Goleman (2015), o líder deve ter uma tríade de consciência com foco interno, foco no outro e foco externo, em quantidade apropriada e flexibilidade para agir no momento certo. O foco interno está relacionado a ter concentração. Foco no outro se relaciona a observações na equipe. Foco externo diz respeito a estar sempre buscando informações.

Liderança feminina é um assunto que está bastante em alta “Na Idade Média, as mulheres fiavam, teciam, cuidavam de hortas e de animais. Os pais detinham posse e controle das filhas, depois deles, os maridos” (KANAN, 2010, p.243), ou seja, eram submissas ao homem.

Desde crianças as mulheres se espelhavam em suas mães e, além disso, desenvolviam técnicas e habilidades novas e acabaram se aperfeiçoando. Então, comparações entre homens e mulheres na liderança mostram que mulheres têm pontuação mais elevada do que homens. Para Villas Boas (2010, p. 3), “a cada geração, novos padrões de comportamento vão se tornando aceitáveis”.

Com esses fatos históricos, ficou cada vez mais difícil se tornar líder feminina, porém, “em função das alterações que se processam no ambiente organizacional, algumas habilidades e características femininas tornam-se cada vez mais componentes de sucesso organizacional” (KANAN, 2010, p. 250).

As características femininas estão em alta nos últimos tempos, como diz Mandelli (2016, p. 1) “as pessoas altamente preocupadas com o autodesenvolvimento, que saibam sair da zona de conforto, que pela sua sensibilidade consigam identificar as necessidades dos que as cercam e que saibam cuidar e zelas pelas pessoas e pelo ambiente”.

Segundo Villas (2010, p. 51), “Existem importantes diferenças entre os estilos de empreender masculino e feminino. Elas têm uma ótima capacidade de persuasão e se preocupam com clientes e fornecedores, o que contribui para o progresso da empresa”.

“Algumas habilidades podem distinguir o estilo das mulheres gerentes, como multiprocessamento de informações, maior flexibilidade e capacidade de olhar para as pessoas como um todo, não apenas no campo profissional” (FLEURT, 2014, p. 48).

Contudo como diz Fleurt (2014, p. 49) “se os homens são melhores em inovação e manipulação de materiais, as mulheres se destacam em promover a união e a cooperação. Um não é superior ao outro”, não há igualdade entre eles, porém nenhum deve ser superior ao outro.

O status social da mulher é uma das mais importantes mudanças sociais que aconteceram nos últimos anos. Atualmente, as mulheres ocupam uma posição importante no mundo das organizações, e algumas atividades na área de gestão antes eram apenas relacionadas aos homens (NASCIMENTO, 2018, p. 59).

As mulheres estão procurando ser mais focadas em entrar no mercado. Procurando a melhor forma de trabalhar para suportar e adaptar-se às constantes mudanças neste ambiente altamente competitivo e exigente, mudança que exigem concentração e preparação (NASCIMENTO, 2018, p. 60).

Há ainda quem diga que as mulheres são mais emotivas, e se deixam ser influenciadas pelas emoções, todavia, hoje as mulheres vêm adquirindo domínio sobre essa área, sem deixar que influencie na tomada de decisões, agindo com sensatez e de forma racional e não mais somente emocional” como dizem Rodrigues e Silva (2015).

“Por muitos anos, as mulheres lutaram por direitos iguais sem discriminação com ambos os sexos, pretendem apenas ocupar o mesmo cargo ter o mesmo salário de acordo com a posição ocupada, e ter o mesmo poder de voz diante dos homens” RODRIGUES, SILVA (2015, p. 1)

“A ambição, a força e a confiança dos líderes homens são principais características. Portanto, as mulheres são consideradas mais comuns na posição de gestão como mostra a literatura além disso, simpatia, aparência e otimismo. Em comparação com os homens, estão mais relacionadas às mulheres, embora não sejam as mais citadas” (HRYNIEWICK; VIANNA, 2018, p. 336-337)

Para Eagly e Karau (2007), o que está por trás da discriminação contra as mulheres são as associações mentais feitas sobre mulheres, homens e líderes. As mulheres são consideradas mais comuns, portando traços como empatia e bondade, enquanto os homens são mais agênticos, manifestando confiança, agressividade e autonomia (EAGLY; KARAU, 2007)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos poucos, as mulheres estão conseguindo ter um devido lugar no mercado de trabalho e na sociedade, elas estão conseguindo expressar suas ideias de forma mais clara e são ouvidas. Mas nem sempre foi assim, antigamente as mulheres eram vistas como subordinadas do homem, expor suas opiniões ou trabalharem.

Hoje em dia, elas já conquistaram um espaço na sociedade e já têm um valor significativo, já expressam suas críticas, e já ocupam cargos importantes na sociedade, de líderes até presidente da República.

E o melhor é investir na equipe, é decisão do líder deixar as pessoas opinarem ou centralizar tudo em suas mãos. O tema abordado faz refletir sobre o porquê de as mulheres terem sofrido tanto para conquistar seu espaço na sociedade, sendo que perante a Lei todos deveriam ser iguais, deveriam ter os mesmos tratamentos, mas a realidade é outra, compreensão desse cenário.

Também se destaca que a capacidade de liderança deve estar em treinamento diariamente e que liderança feminina é um assunto bastante discutido e que merece ser abordado para conhecimento de todos.

REFERÊNCIAS

EAGLY, A.; KARAU, S; Role congruity theory of prejudice toward female leaders. *Psychological Review*, v. 109, n. 3, p. 573-598, 2002.

FIGEUIRA, Danilo. **Liderança acima da média**: uma vida de influência extraordinária esta ao seu alcance. 1 ed. São Paulo: Selah Produções, 2020

FLEURT, Maria Tereza Leme. Liderança feminina no mercado de trabalho: a árdua ascensão da mulher para cargos de liderança nas organizações destaca sua capacidade de flexibilidade e ampla visão sobre o sistema gerencial. **CE Agora é elas**. São Paulo.V12.N1. 2013.Disponível em: [file:///D:/usuario/Downloads/20634-37814-1-PB%20\(3\).pdf](file:///D:/usuario/Downloads/20634-37814-1-PB%20(3).pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

GABRIEL, Cairo F. COELHO, luiz Gonzaga S.; SILVA, Sonalt S. Liderança na gestão de pessoas. 2016.Disponível em: <http://www.unicampsciencia.com.br/pdf/50bff0efd528b.pdf> Acesso em: 21 out. 2020.

GOLEMAN, Daniel. **Liderança: a inteligência emocional na formação de um líder de sucesso**/Daniel Goleman; tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015

HUNTER, James. **O monge e o executivo**: uma história sobre a essência da liderança. Rio de Janeiro: Sextante, 1989.

HRYNIEWICZ, L. G. C; VIANNA, M. A. **Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais**. BR, v. 16, n. 3, p. 336-337, 2018.Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v16n3/1679-3951-cebape-16-03-331.pdf>. Acesso em: 20out2020.

KANAN, Lilia Aparecida. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho: **Revista organizações e sociedade**. Salvador. 17.n53.p250, 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11104/8017> Acesso em: 12 out 2020.

KOFMAN, Fred. **Liderança e propósito**: o novo líder e o rela significado do sucesso. Rio de Janeiro: Casa dos livros editora LTDA, 2018

MANDELLI, Lívia. **Liderança nua e crua**: decifrando o lado masculino e feminino de liderar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/lideran%C3%A7a-feminina-livia-mandelli-livia-mandelli/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 19out2020

MAXWELL, John Calvin. **Segredos da liderança**. Rio de Janeiro: Vida Melhor editora S.A., 2015.

NOBRE, Alexandre Paz. Liderança Organizacional: Os tipos de liderança na Gestão das Organizações. – **Revista Especialize On-line IPOG** - Goiânia - Ano 10, Edição nº 17 Vol. 01 Julho/2019. Disponível em: <https://assets.ipog.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/07015627/alexandra-nobre-9410214.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

TALARICO, Bruno. **Liderança Eficaz**: Como influenciar as Pessoas pelo Exemplo e não pela imposição. São Paulo: Clube dos Autores, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016

VILLAS BOAS, Andréa. **Valor Feminino**: desperte a riqueza que há em você – São Paulo: Do autor, 2010.

MARKETING DIGITAL: REVISÃO TEÓRICA¹

Anderson Gonçalves Cordeiro, agoncalves.anderson@gmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A internet trouxe mudanças significativas para a atual realidade, como na maneira que as empresas queiram que os consumidores vejam seus produtos. Sob essa nova perspectiva, foram desenvolvidas novas abordagens e metodologias de marketing, no intuito de manter as conexões e vínculos com clientes, estudando seus hábitos, comportamento e ações, influenciando-a a comprar. Trazendo então o processo dos 8 P's, todo produto passa por várias etapas de publicação para uma ampla propagação, tudo personalizado com a intenção de atrair o público-alvo com total precisão. Dessa forma, apresenta-se nesse trabalho uma revisão de conceitos associados ao universo do marketing, abordando o marketing digital e os 8P's. Com essa pesquisa fica evidente que o marketing digital não é apenas uma propaganda estampada em um banner ou em um anúncio da internet, tem todo um processo metodológico por trás, um estudo altamente amplo para que haja interesse do público, pois tudo influencia o ser humano.

Palavras-chave: 8 P's, Marketing Digital.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento do marketing digital, o mundo está cada vez mais conectado a uma cultura mais participativa, através de notícias e informações ao alcance de todos e é nesse ambiente que a internet ganha mais força (TORRES, 2010). A publicidade é um meio de atrair um determinado público-alvo, com ações, hábitos, gostos e expectativas dos consumidores (KHRUM, 2010).

O meio digital é cada dia mais eficaz, trazendo comerciais on-line, levando a publicidade de empresas pequenas ou de alto porte ao um patamar altamente visualizável, com um mercado vasto de oportunidades e possíveis expansões para qualquer porte de empresa (COSTA, 2013, apud SOUZA, 2016).

O marketing digital possui vários formatos de comunicação, impulsionada por um vasto meio de aplicativos e redes sociais usados pelos consumidores, tendo como base um processo cíclico de 8 P's: pesquisa; planejamento; produção; publicação; promoção; propagação; personalização e precisão (ADOLPHO, 2011).

Com base nesta abordagem, a presente revisão teórica visa apresentar a forma mais aplicada no marketing digital estabelecida pelos 8 P's.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

¹ Trabalho apresentado como Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração (UNIARP)

² Acadêmico da 2ª fase do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REVISÃO TEÓRICA

Desde o surgimento do marketing digital, a evolução mercadológica em mídia digital evoluiu consideravelmente, trazendo inúmeras ferramentas tanto de publicidade como de mídias digitais. O marketing digital é um conjunto de estratégias de marketing e publicidade, com o uso predominante da internet, e com novo comportamento do consumidor quando está navegando. Não se trata de uma ou outra ação, mas de um conjunto coerente e eficaz de ações que criam um contato permanente da sua empresa com seus clientes. O marketing digital faz com que os consumidores conheçam seus negócios, confiem nele e tomem a decisão de compra a seu favor (TORRES, 2010).

A Internet é um meio de marketing direto muito eficaz que permite, por meio de campanhas promocionais online, atingir determinado público-alvo diretamente. Uma dessas formas de publicidade on-line é conhecida como publicidade digital na web por meio de jogos interativos. É uma forma de atingir um público motivado e participativo, com um custo relativamente baixo, que permite divulgar determinados aspectos da marca para determinados segmentos de consumidores, ao mesmo tempo que disponibiliza dados relevantes sobre os hábitos, gostos e expectativas dos consumidores (KHRUM, 2010).

As atividades comerciais voltadas para o mercado on-line são as mais novas ações que vem se desenvolvendo no mundo e empresas de pequeno, médio e grande porte vem aproveitando essa oportunidade para expandir os negócios. Um mercado vasto com inúmeras possibilidades de expansão e que dispõe de grandes variedades de ferramentas de trabalho, para qualquer tipo e porte de empresa (COSTA, 2013, apud SOUZA, 2016).

Outros formatos de comunicação digital são os banners, hoje impulsionados pelo uso de tecnologias como flash e vídeo, e-mails personalizados, sites especiais para lançamento de produtos ou promoções, weblogs, usados como meio de publicações pessoais na Internet que são utilizadas pelo marketing como ferramenta de comunicação ao público (MEDINA, 2011).

Torres (2009) defende a ideia de que estas transformações estão sofrendo severas repercussões na maneira como o marketing é encarado nas organizações. Os modelos tradicionais, baseados nos 4 P's (produto, preço, praça e promoção) de McCarthy (1960) já não conseguem mais sustentar a miríade de fenômenos decorrentes do mundo digital.

Nesse sentido, Adolpho (2011, apud ARAÚJO, 2017) propõe uma nova abordagem composta por 8 Ps, a saber: Pesquisa, Planejamento, Produção, Publicação, Promoção, Propagação, Personalização e Precisão.

De acordo com Vaz (2011), o marketing digital deve ser baseado em um processo cíclico de 8 P's, que promovem sustento para estratégias de marketing digital: **Pesquisa**, para identificar o cliente ideal; **Planejamento**, para estabelecer diretrizes de atuação; **Produção**, para execução do planejamento; **Publicação**, para disponibilizar conteúdos para o mercado e consumidor; **Promoção**, para gerar maiores resultados a curto prazo; **Propagação**, para divulgação de conteúdo de consumidor a consumidor; **Personalização**, para desenvolver fidelização e relacionamento com o consumidor; e **Precisão**, para avaliar os resultados obtidos durante as ações estratégicas.

Na atualidade, é comum os consumidores estarem mais conectados, e cada vez mais comprando na internet, e eles estão mais exigentes com o passar do tempo, assim por uma extensa **pesquisa**, é possível analisar dados que podem melhorar a

satisfação do cliente, por meio desses indícios, poder-se-á chegar a uma interpretação extremamente rica e personalizada do seu comportamento e hábitos de consumo. Isso poderá municiar as empresas atentas no sentido de antecipar ou adequar suas ações de marketing, fazendo-o com que o cliente consiga ter o produto final a qual foi requerido (TORRES, 2009).

A internet está levando cada vez mais as pessoas para o mundo digital, assim como no mundo dos átomos, ou seja, no mundo tangível, o mundo dos bits necessita de cuidados específicos. O marketing Digital mesmo parecendo simples e de baixo custo, as ações podem ser muito complexas e quando mal realizada, pode causar efeitos colaterais ou muitos prejuízos. Para que estas ações sejam eficazes, faz-se necessário um **planejamento** das diversas ações a serem tomadas. Esse plano deverá ser baseado no primeiro P (pesquisa) e contará com todas as etapas a serem desenvolvidas pelas equipes envolvidas (ARAUJO, 2017).

Como o mundo digital é feito de informação, sua **produção** estará focada no desenvolvimento da melhor ferramenta para transacionar dados. Dessa maneira, deve-se adequar os recursos organizacionais de maneira que estejam alinhados ao planejamento de marketing digital estipulado. Estas ações, assim como no mundo off-line, deverão contemplar mecanismos geradores de vantagem competitiva por meio da análise da cadeia de valor e da visão baseada em recursos (BARNEY, 2011).

Em um mundo onde a informação gera valor, ser visto se torna essencial para alcançar bons resultados. Nesse sentido, não basta apenas desenvolver ações coordenadas de venda. O consumidor deseja mais do que comprar. Ele deseja criar relacionamentos. Além disso, ele sabe que possui poder de barganha, posto que está bem informado e possui capacidade de se organizar socialmente. Assim, para se destacar em um imenso mar de informações e concorrentes, as empresas devem atrair e manter seus públicos por meio da **publicação** de conteúdo interessante, cativante e inovador. Assim, espera-se que, não necessariamente em curto prazo, os prossumores tornem-se cada vez mais cativos, seguidores e advogados das marcas, servindo como embaixadores e vendedores informais (BARNEY, 2011).

As regras no mundo dos bits são diferentes e permitem que os prossumores (produtores e consumidores de conteúdo) compartilhem com muita facilidade todo e qualquer conteúdo. Assim, as estratégias de **promoção** devem ser elaboradas de maneira a sensibilizar um público muito específico (público alfa), para daí esse público possa compartilhar com seus contatos o que julgar interessante (ARAUJO, 2017).

Portanto, as ações planejadas devem possuir um apelo “viral”, ou seja, devem cativar o público para que o mesmo possa compartilhá-lo espontaneamente. A ideia por trás desse raciocínio está baseada na premissa de que o esforço da empresa será compensado se criar uma campanha que se auto alimente e seja capaz de sustentar o interesse do público por mais tempo (ARAUJO, 2017).

A empresa apenas precisa focar em um marketing que o seu público veja-o e queira compartilhar, por ser algo de extremo interesse, fazendo com que a tal apenas tenha o trabalho de criar anúncios (ARAUJO, 2017).

“A **propagação** é a chave do marketing viral e da lucratividade da empresa na internet” (ADOLPHO, 2011, p.317). Esta afirmação assenta-se na premissa de que o capital social gerado na internet pode ser convertido em capital no mundo dos átomos.

Assim, as empresas devem concentrar seus esforços, em desenvolver ferramentas e conteúdo que fomentem o compartilhamento de qualidade. A ideia principal é criar campanhas que gerem um burburinho nas mídias sociais, fazendo as marcas alcançarem públicos diversos com baixo custo (ADOLPHO, 2011).

O novo ciclo do consumidor com a empresa gera relacionamento. Por isso ações de massa (propaganda) não produzem mais o mesmo feito que antes. A internet permitiu que a comunicação entre esses atores passasse a um nível quase íntimo, através da **personalização**. Assim, por meio do estudo do perfil do seu público alvo (obtido por meio das diversas ações vistas acima), consegue-se estabelecer a melhor maneira de se relacionar. O objetivo do marketing digital não é simplesmente vender, mas sim vender de maneira sustentável, e isso é obtido por meio da criação de experiências customizadas (BRANDÃO, 2020).

As ferramentas de mensuração disponíveis no mundo digital têm muito mais **precisão**, são rápidas e acessíveis do que as ferramentas presentes no mundo dos átomos. Assim, basta a empresa realizar um bom planejamento, selecionando os KPIs (Key Performance Indicators – Indicadores-chave de Performance) adequados que poderá saber, praticamente em tempo real, se suas ações estão sendo eficientes. Isso representa uma revolução no controle gerencial e permite os gestores tomarem decisões muito mais precisas e eficazes. Porém, essa realidade apresenta-se de maneira bipolar, pois as mesmas facilidades encontradas pelas empresas podem ser aproveitadas pelos consumidores para obter vantagens sobre as primeiras (BRANDÃO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marketing digital trouxe uma grande evolução mercadológica, trazendo muitas ferramentas de publicidades, pois a internet possui vastos meios de comunicações, onde levam os produtos filtrados aos consumidores, fazendo-o com que não sejam mais necessárias as pessoas irem até os estabelecimentos.

Hoje existem muitos formatos de comunicação digital, onde são impulsionados por meio da tecnologia, e com novo comportamento do consumidor quando está navegando, não se trata de uma ou outra ação, mas de um conjunto coerente e eficaz de ações que criam um contato permanente da sua empresa com seus clientes.

O marketing digital faz com que os consumidores conheçam seus negócios, confiem nele, e tomem a decisão de compra a seu favor. Um mercado vasto com inúmeras possibilidades de expansão e que dispõe de grandes variedades de ferramentas de trabalho, para qualquer tipo e porte de empresa.

O trabalho mostra que o marketing digital não é apenas uma propaganda estampada em um banner ou em um anúncio da internet, tem todo um processo metodológico por trás, um estudo altamente amplo para que haja interesse do público, pois tudo influencia o ser humano.

REFERÊNCIAS

ADOLPHO, C. Os 8 Ps do **Marketing Digital**: o guia estratégico de marketing digital. São Paulo: Novatec, 2011.

ARAUJO, G. A. de. (2017). O marketing digital sob a perspectiva do interacionismo simbólico. **Revista Vianna Sapiens**, 6(1), 19. Recuperado de <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/160>

BARNEY, J. **Gaining and Sustaining Competitive Advantage**. 4. ed. New Jersey: Pearson Education., 2011.

MIRANDA, Irene Garcia. **Marketing digital Multimedia: nuevos for Matos y tendencias** Disponível em:
<http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/76/pdf>

SOUZA, C. H. B. de; OLIVEIRA, T. D. de. Marketing digital: estudo das principais estratégias para as empresas inseridas no mercado on-line. **Revista Vianna Sapiens**, 7(1), 14, 2017. Recuperado de
<https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/193>

TORRES, C. **A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec, p. 15-83, 2009.

VAZ, Conrado Adolpho. **Os 8ps do marketing digital: o seu guia estratégico de marketing digital**. São Paulo: Novatec, 2011.

CONTROLADORIA: REVISÃO TEÓRICA¹

José Vinícius Szymkuv, josevinciuszy@hotmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Neste estudo busca-se conhecer os problemas que um controlador pode solucionar com mais facilidade que gestores com outras especializações. Esse profissional apresenta planejamento para seus superiores, para que analisem e avaliem sua execução. Esse profissional também analisa o orçamento e a situação financeira da organização. No caso de uma organização com dívidas, cria medidas corretivas para que possa pagar as contas e realize acordos com fornecedores. Desta forma, o profissional precisa estudar as necessidades da empresa, para que os gestores possam organizar o caixa, sem dívidas. Outra forma de objetivar a empresa é traçando metas a serem atingidas no final de um mês ou ano. Depois de objetivos serem traçados, metas alcançadas, negociações de dívidas e quitações de dívidas deve-se analisar o desempenho da organização, avalia setores onde se torna mais difícil a realização dos objetivos, propondo reestruturação. Por estes e outros motivos toda organização que pretende crescer sempre deverá buscar no mercado de trabalho alguém que formação e que entenda do assunto quando se trata em controladoria.

Palavras-chave: Controladoria. Gestão. Organização.

INTRODUÇÃO

Na controladoria tem a responsabilidade da tabulação e da modelagem das informações que pode se tornar a base da gestão organizacional, assim podemos fazer com que os questionamentos possam ser levantados e, dessa forma, suprir os gestores para que eles possam direcionar a empresa no caminho de suas metas e objetivos (OLIVEIRA, 2009).

As organizações estão sempre em desenvolvimento para sempre se manterem competitivas e assim crescerem. Com isso, o papel da controladoria, como ferramenta de gestão, está ligado às informações confiáveis e precisas que ajudam no desenvolvimento e na competitividade da empresa (OLIVEIRA, 2009).

Na controladoria existem aspectos que devem ser seguidos para a organização ter um ótimo crescimento. Sendo a execução um dos mais importantes desses aspectos (BRUNI, 2010).

Pois na execução é onde todos os objetivos da organização os postos em prática, seguindo o planejamento, e sempre avaliando os riscos ocorrentes (BRUNI, 2010).

Deste modo qual seria a maior dificuldade das organizações no passado e nos dias de hoje. Já que com a controladoria a maioria das coisas seriam mais organizadas e fáceis de compreender e solucionar estes problemas (BRUNI, 2010).

¹ Trabalho apresentado à disciplina de Projeto Integrador em Ciências Sociais Aplicadas do curso de Ciências Contábeis

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A maior dificuldade principalmente em pequenas empresas são os gastos, porque muitas vezes estas empresas não tem dinheiro para contratar um controlador, que pode avaliar os riscos de um investimento mal feito e diminuir os prejuízos desta organização (BRUNI, 2010).

METODOLOGIA

Neste trabalho procuramos buscar qual são os desafios de um Controlador dentro de uma organização, trabalhando em conjunto com um auditor. Buscamos listar principalmente as maiores dificuldades, que existem dentro de organizações que ainda não estão bem estruturadas dentro do mercado nacional.

REVISÃO TEÓRICA

A função do controlador vai além dos registros contábeis uma vez que provê habilidades interpretativas e analíticas, informações estatísticas e contábeis feitas sob medida para atender às necessidades gerenciais (BORINELLI, 2006).

Deste modo podemos dizer que a controladoria é dar suporte ao processo de gestão, buscando produzir informações operacionais e estratégicas, pois são de fundamental importância para o processo de gestão (BORINELLI, 2006).

Com os objetivos e compreensão das atividades e das funções da controladoria podemos estruturar um processo de planejamento e controle da seguinte forma: planejamento, orçamento, execução, controle, medida corretiva e avaliação de desempenho (BORINELLI, 2006).

Com o planejamento podemos traçar metas, objetivos nos quais a organização deverá seguir para tentar evoluir dentro do mercado (BORINELLI, 2006).

Já com o orçamento temos que transformar nosso planejamento em orçamento operacional e financeiro (BORINELLI, 2006).

Durante a execução devemos implementar os planos, para que não haja nenhuma dificuldade dentro da organização (BORINELLI, 2006).

Já que durante a execução devemos implementar os planos, durante o controle devemos observar a mensuração e o desempenho, podendo comparar o real do esperado e assim analisando as variações e as causas de algo que possa estar errado (BORINELLI, 2006).

Desta forma utilizamos a medida corretiva para buscar sugestões de como implementar e acompanhar estes processos, para que não haja problemas futuramente por falta de planejamento (BORINELLI, 2006).

Depois de todas estas implementações, devemos avaliar o desempenho, para saber estas execuções impactaram dentro da organização, positivamente mantendo os novos processos ou negativamente, tendo que fazer tudo novamente (BORINELLI, 2006).

Um dos elementos mais importantes de qualquer plano de organização é a independência das funções de operação, custódia, contabilidade e auditoria interna. Por isso a independência estrutural requer uma separação de funções, assim os registros existentes, que estão fora de cada departamento podem servir como controle das atividades dentro do departamento (ATTIE, 1998).

O trabalho de todos os departamentos devem ser integrados e coordenados, a fim de possibilitar fluxo suave de trabalho e eficiência de toda a operação. E de forma apropriada dividir funcionalmente as obrigações, que devem ser estabelecidas a responsabilidade e a delegação de autoridade que faça cumprir todas responsabilidades dentro das seções (ATTIE, 1998).

Deste modo concordar com este estudo e estrutura, está diretamente relacionado com a forma com as quais visualizamos a controladoria, com foco nos resultados do planejamento, com engajamento da execução e controle, e métodos para corrigir erros e avaliar os desempenhos (BORINELLI, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesses estudos podemos dizer que controladoria tem por objetivo manter um bom desempenho dentro de uma organização. Desta maneira eles podem manter um controle padrão dentro da empresa, sem imprevistos e com muita responsabilidade.

Na controladoria trabalhamos em conjunto com vários setores, desde o setor de vendas até na gestão da organização. E como gestores sempre auxiliamos outros setores para sempre tomar a melhor decisão possível para a organização, como investimentos, retenção de impostos entre vários outros.

Por motivos como estes a controladoria é indispensável em qualquer organização, pois sem eles a organização pode ficar desorganizada e sem nenhum tipo de orientação de qual o melhor caminho para seguir.

REFERÊNCIAS

ATTIE, Willian. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 1998.

BORINELLI, Márcio Luiz. **Estrutura Conceitual Básica de Controladoria: Sistematização à Luz da Teoria e da Práxis**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

BRUNI, Adriano Leal. GOMES, Sonia Maria da Silva. **Controladoria Empresarial: Conceitos, Ferramentas e Desafios**. Bahia: EDUFBA, 2010.

OLIVEIRA, Antonio Benedito da Silva. **Controladoria – Fundamentos do Controle Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GESTÃO FINANCEIRA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Maria Eduarda Milani, dudamll@icloud.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A gestão financeira é imprescindível para o corpo empresarial e social brasileiro, com a análise precisa e minuciosa das demonstrações contábeis se torna um mecanismo de conhecimento de extrema necessidade e importância para que os gestores consigam ser assertivos perante a organização e seus resultados, dentre este assunto abrange a contabilidade financeira, o ambiente econômico que influencia diretamente nos negócios, o sistema financeiro brasileiro, a análise de demonstrações contábeis que está diretamente ligada a gestão financeira, as técnicas e métodos de gestão financeira, dentre outros os assuntos que serão tratados e podem ser vinculados com o principal e levados para o banco de informações do regedor. Assim, existindo o conhecimento constante e atualizado de todos esses tópicos amplia-se significativamente a visão estratégica do gestor dentro das organizações para o auxílio da tomada de decisões. Sendo assim, conclui-se que esta pesquisa bibliográfica teve como objetivo identificar dentro de outros artigos científicos e livros a importância da gestão financeira para as organizações e dentro das empresas e sua rede de informações e tópicos secundários que se comunicam diretamente com o assunto principal e com a economia brasileira.

Palavras-chave: Gestão Financeira. Economia. Demonstrações Contábeis.

INTRODUÇÃO

A gestão financeira consiste em métodos e técnicas que o gestor utiliza para aumentar o capital investido de acionistas e investidores das organizações (WERNKE, 2008).

A gestão financeira implica diretamente com o ambiente econômico brasileiro, sistema financeiro nacional, entre outros assuntos que serão tratados no decorrer da pesquisa (ARAUJO, 2017).

Assim, a problematização consiste em descobrir a diferença entre gestão financeira e contabilidade financeira assim como o que é análise das demonstrações contábeis e qual a relação do balanço patrimonial com a mesma.

A gestão financeira e a contabilidade financeira são muito importantes para todas as pessoas sendo pessoas jurídicas ou não, pois todas possuem eventos econômicos suas rotinas (SALAZAR; BENEDICTO, 2014).

O objetivo é abordar os principais tópicos relacionados a gestão financeira, mostrar o que é gestão financeira, contabilidade financeira e pontos que influenciam nas mesmas.

METODOLOGIA

¹ Trabalho de projeto integrador do curso de Ciências Contábeis

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Dentre as diversas concepções encontradas na literatura, a que mais se destaca é aquela que considera a administração financeira como um conjunto de métodos e técnicas utilizados para gerenciar os recursos financeiros da entidade, objetivando a maximização do retorno do capital investido pelos acionistas. Ou seja, cabe ao gestor das finanças da empresa a tarefa de utilizar seu conhecimento técnico e as ferramentas gerenciais disponíveis com a finalidade de aumentar a riqueza dos investidores (WERNKE, 2008).

Na verdade, todo gerente de empresa deveria ter a mentalidade de “investidor” do negócio e não agir com a mentalidade de “dono” deste, independentemente de ser o proprietário, um dos sócios ou um administrador profissional da organização (WERNKE, 2008).

A contabilidade tem um papel muito importante na gestão empresarial. Seus relatórios auxiliam a diminuir a assimetria de informação entre gestor e proprietário, fazendo cada participante dessa relação exercer sua função dentro do que se espera de cada um deles. Também é importante, pois ajuda a medir a quantia a que cada um terá direito no resultado da empresa, sejam investidores, credores ou, até mesmo, colaboradores (COSTA, 2020).

Nas empresas, a demanda então passou a ser o retorno aos investidores, bem como o retorno do capital aos proprietários. A criação das sociedades por ações tornou possível o desenvolvimento do mercado financeiro e, com ele, a necessidade de uma auditoria obrigatória, a fim de verificar o reporte contábil realizado pelas empresas (COSTA, 2020).

A contabilidade, portanto, é importante para todas as pessoas, físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, pois todas elas experimentam o desenvolvimento de eventos econômicos que precisam ser monitorados para que se tornem viáveis ao longo do tempo (SALAZAR; BENEDICTO, 2014).

Na macroeconomia, estudam-se as relações de causa e efeito das variáveis denominadas agregados econômicos que afetam, de maneira genérica, todos os agentes da economia. As principais são: PIB, inflação, juro, dólar e taxa de emprego (LOPES, 2018).

Quando o assunto é déficit público, estamos falando de um dos tripés da macroeconomia (a política fiscal) que está sob a responsabilidade da secretaria do tesouro nacional (STF), órgão vinculado ao ministério da fazenda. Cabe a este órgão a obrigação de controlar os gastos do governo de forma a manter o Estado em condições de solvência para poder saldar seus compromissos financeiros, zelando assim pela estabilidade econômica do país (LOPES, 2018).

A atividade econômica é bastante sensível à política monetária. Sempre que o Bacen restringe a oferta de moeda na economia via elevação das taxas de juros, a oferta de crédito tende a diminuir e ao mesmo tempo o dinheiro fica mais caro, principalmente para as empresas de menor porte. Por outro lado, quando há expansão da oferta de moeda, embora o acesso ao crédito seja facilitado, há o risco de alta da inflação, o que provoca elevação de custos nem sempre possíveis de serem repassados aos preços, principalmente quando estamos falando do pequeno

empreendedor, que possui menor poder de barganha junto a seus clientes (LOPES, 2018).

A terceira e última ponta do tripé macroeconômico é a política cambial, Também sob a responsabilidade do Banco Central, está associada à forma com que o governo administra as taxas de conversão de câmbio entre moedas. A taxa de câmbio estabelece uma relação de troca entre duas moedas distintas, por exemplo, entre R\$ (reais) e USD (dólares estadunidenses) (LOPES, 2018).

No Brasil, atualmente, a política adotada é o regime de taxas flutuantes administradas (dirty floating) (LOPES, 2018).

As demonstrações contábeis (financeiras) consistem num conjunto de demonstrativos, previstos por lei ou consagrados pela prática, normalmente elaborados ao final do exercício social. A Lei n. 6.404/76, alterada pela Lei n. 11.638/07, definiu a maioria dos demonstrativos (REIS, 2009).

Alguns são obrigatórios em qualquer circunstância, outros facultativos e outros, ainda, obrigatórios em circunstâncias especiais. A legislação fiscal estendeu os dispositivos básicos da Lei n. 6.404/76, relativos às demonstrações contábeis, para todo tipo de sociedade que estiver enquadrada no regime de tributação pelo lucro real (REIS, 2009).

O Balanço Patrimonial demonstrativo básico e obrigatório - é uma apresentação estática, sintética e ordenada do saldo monetário de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa em determinada data (REIS, 2009).

As informações provenientes da contabilidade somente serão úteis se os gestores dessas empresas as utilizarem de maneira oportuna, a fim de dar suporte à tomada de decisões (RAIFUR KOS; ANJOS, 2014).

O sucesso e a solvência de uma empresa não podem ser garantidos meramente por projetos rentáveis e pelo aumento das vendas. “A crise de liquidez”, isto é, a falta de caixa para pagar as obrigações financeiras sempre põe em perigo uma companhia (LAMBIASI et al., 2017).

O papel prioritário da função financeira é, assim, a gestão do conjunto destes fluxos, devendo os responsáveis financeiros assegurar que, globalmente, os fluxos monetários de entradas e saídas não apresentam desequilíbrios permanentes que possam pôr em perigo a continuidade da empresa ou, pelo contrário, que possam traduzir-se num excesso de meios financeiros líquidos não remunerados (SILVA; COUTO; CARDOSO, 2002).

Estudar os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação decisões - necessárias à tomada de sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO, 1997, p. 21).

Gestão caracteriza-se pela atuação em nível interno da empresa que procura otimizar as relações recursos-operação-produtos/serviços, considerando as variáveis dos ambientes externo e interno que impactam as atividades da empresa, em seus aspectos operacionais, financeiros, econômicos e patrimoniais (CATELLI; PEREIRA; VASCONCELOS, 1999, p. 57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações e leitura dos artigos e livros expostos neste trabalho, foi possível detectar o significado da gestão financeira e sua importância na economia.

O primeiro passo foi expressar o significado gestão financeira e contabilidade financeira, enquanto uma está ligada ao reger e controlar transações outra tem a função de agir deixando a empresa em conformidade com a legislação vigente e nas demonstrações contábeis. Aliadas, a contabilidade financeira auxilia o gestor financeiro a tomada de decisões mais seguras dentro da entidade.

O segundo passo foi identificar o que é a análise demonstrações contábeis e balanço patrimonial.

Por fim, os métodos de gestão financeira, que é algo mais abstrato, pois é difícil existir apenas um método, cada organização se destaca pela sua cultura e planejamento, sendo assim, podem existir formas parecidas mas cada entidade é única e cada gestor financeiro irá agir conforme os números passados pela contabilidade e seus parâmetros, para ser assertivo dentro da empresa.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Ana Claudia Henriques de. **A gestão da informação nos acervos de artes visuais em instituições públicas que integram o Sistema Financeiro Nacional**. 2017. 269 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- CATELLI, A., PEREIRA C. A. e VASCONCELOS, M.T. Processo de gestão e sistemas de informações gerenciais. In: CATELLI, Armando (Org). **Controladoria: uma abordagem de gestão econômica**. São Paulo: Atlas. 1999.
- COSTA, Simone Alves. **Contabilidade financeira**. Editora Senac, São Paulo, 2020.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral** 23 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1997. 407p.
- LAMBIASI, Eduardo; José Carlos Tiomatsu Oyadomari; Adriano Bertoldo Alves; Octavio Ribeiro de Mendonça Neto, Leonardo Pagano **Implantação de técnicas de gestão financeira em pequena empresa: uma abordagem intervencionista**. 2017 v. 5, n. 2 p. 128-148 • ISSN 2319-0485.
- LOPES, Wellington. **Contabilidade e gestão financeira**. São Paulo: Editora Senac, 2018.
- RAIFUR Kos, Sonia; dos Santos Bortolucci Espejo, Marcia Maria; Raifur, Léo; Prediger Anjos, Raquel **Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão** Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 33, núm. 3, septiembre-diciembre, 2014, pp. 35-50 Universidade Estadual de Maringá Paraná, Brasil.
- REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SALAZAR, José Nicolás Albuja; BENEDICTO, Gideon Carvalho de . **Contabilidade financeira**. 1. Ed. Editora Pioneira Thomson Learning, 2014.
- SILVA, Michele Prata da; COUTO, Carlos Henrique da Mota; CARDOSO, Antônio Augusto Brion. **Análise das Demonstrações Contábeis como Ferramenta de Suporte à Gestão Financeira**.

SILVA, Angelo Alves da. **Gestão financeira**: um estudo acerca da contribuição da contabilidade na gestão do capital de giro das médias e grandes indústrias de confecções do estado do Paraná. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2003.
doi:10.11606/D.12.2003.tde-29042003-094202.

WERNKE, Rodney. **Gestão financeira**. 1. Ed. Editora saraiva, 2008.

A ECONOMIA COM ÊNFASE EM FINANÇAS¹

José Ronildo Furtado de Oliveira, jronildo@hotmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A economia sofreu transformações ao longo do tempo, porém seus princípios básicos permanecem iguais, sendo baseados na escassez, no consumo e na busca de recursos para suprir essa escassez. Evidencia-se, assim, a participação dos entes governamentais, empresas e indivíduos em gerais no mercado econômico. Destaca-se a globalização de economia mundial, apontando pontos positivos e negativos, sendo que alguns países se desenvolveram e outros há onde as desigualdades sociais prevaleceram. Devido à relevância na economia, buscou-se um estudo sobre finanças, mercado financeiro e empreendedorismo. Tem-se como objetivo ampliar o conhecimento sobre economia de modo geral e mais especificamente em finanças, busca-se entender os fatores econômicos e financeiros e seus impactos no desenvolvimento de um país. Essa pesquisa é, portanto, bibliográfica sobre a temática de economia e finanças. Essa pesquisa possibilitou um entendimento dos problemas econômicos, seus impactos, o surgimento das crises econômicas e também a potencialização importantíssima do empreendedorismo para a economia. Por fim, destaca-se que, com a interligação econômica, o mercado financeiro sofre alterações constantes, onde o fracasso e o sucesso de uma empresa dependem de uma boa gestão com conhecimento macroeconômico.

Palavras-chave: Economia. Finanças. Mercado Financeiro. Empreendedorismo.

INTRODUÇÃO

Ao se fazer uma análise, percebe-se que a economia afeta a vida das pessoas, independentemente da sua situação financeira, todos sofrem as consequências em seu cotidiano, seja consumidor, produtor ou empresário. Uma vez inseridas nesse ciclo, as pessoas tornam-se entes econômicos, com participação ativa na economia, pois, através de suas escolhas, influenciam a lei da oferta e da procura, ou seja, interferem na escassez dos recursos.

Diante do exposto, desperta o interesse de se estudar e tentar entender melhor esses fatores econômicos e financeiros. Destaca-se como a globalização mudou a economia mundial, elencando seus principais pontos, tantos positivos como negativos, marcando, assim, o rompimento das fronteiras geográficas da economia global.

Pode-se afirmar que, na economia, a área financeira é marcante, podendo ser considerada um fator chave, visto que no mercado financeiro acontecem as principais transações com impacto direto na economia. Destaca-se, também, o

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Ciências Contábeis do campus de Fraiburgo.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) do campus de Fraiburgo.

³ Professora Mestre do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Campus de Fraiburgo.

empreendedorismo, como válvula propulsora que move a economia, seja oferecendo novos produtos ou serviços, seja pela geração de empregos.

Dentro da problematização, esse trabalho busca trazer entendimento sobre os fatores que influenciam na economia, os quais contribuem positivamente ou aumentam as desigualdades sociais. Assim sendo, cabe indagar se esses fatores econômicos poderiam ser melhores conduzidos por gestores financeiros mais qualificados, sejam eles da iniciativa privada ou pública.

É notável que, em qualquer área de atuação, o conhecimento e a excelência em qualificação, potencializam a assertividade de um profissional. Frente à complexidade do mercado econômico e financeiro, há a necessidade de gestores qualificados. Assim, o objetivo desse estudo é desenvolver uma pesquisa bibliográfica na área da economia, haja vista a importância dessa área para o desenvolvimento da sociedade. Mais especificamente analisar as áreas de finanças, mercado financeiro e o empreendedorismo.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Segundo Hubbard e O'Brien (2010), economia pode ser definida como o estudo a respeito das escolhas feitas por consumidores, agentes governamentais e empresários em gerais, tendo por objetivo alcançar um resultado frente a seus recursos escassos.

Conforme destaca Vasconcellos (2012), um dos fatores principais da economia é a demanda, ou seja, é a procura propriamente dita por um recurso, seja ele produto ou serviço. A demanda sofre diversas influências que podem ser a escolha, o preço, a concorrência de outros similares, e também fatores financeiros como a renda dos consumidores, entre outros.

Em qualquer sociedade, os recursos produtivos ou fatores de produção (mão de obra, terra, matérias primas etc.) são limitados. Já as necessidades humanas são ilimitadas, e sempre se renovam, por força do próprio crescimento populacional e do contínuo desejo de elevar o padrão de vida. Independentemente do seu grau de desenvolvimento, nenhum país dispõe de todos os recursos necessários para satisfazer a todas as necessidades da coletividade. Tem-se, então, um problema de escassez: recursos limitados, contrapondo-se a necessidades humanas ilimitadas (VASCONCELLOS, 2012, p. 4).

Outro fator principal da economia segundo Vasconcellos (2012) é a demanda, ou seja, é a procura propriamente dita por um recurso, seja ele produto ou serviço. A demanda sofre diversas influências que podem ser a escolha, o preço, a concorrência de outros similares, e também fatores financeiros como a renda dos consumidores, entre outros.

Salienta-se, assim, que a demanda também de certo modo pode ser criada, principalmente através de propaganda, a qual faz com que o consumidor se sinta atraído a consumir o produto ou serviço, mesmo sem ter a real necessidade. Destaca-se nesse conceito a importância do marketing, o qual é fator importante para a venda e consumo em nossa sociedade (VASCONCELLOS, 2012).

globalização foi um marco primordial para a economia, visto que acelerou o processo econômico internacional, fazendo fluir mais rápido os fluxos comerciais, para Oliveira (2011) muitos fatores que ocorrem nos dias atuais estão relacionados a globalização. Pois pode ser entendida como um processo capitalista complexo, sendo resultado da revolução e evolução tecnológica, onde surgiram mecanismos de informação e controle como a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Para Pena (2018) uma das principais vantagens da globalização é o encurtamento das distâncias e do tempo. Ocorrido principalmente pelo avanço dos meios de comunicação e de transporte, tornando assim tudo mais acessível. Permitindo a difusão de notícias e do conhecimento em geral de forma mais rápida, destacando assim a transposição das barreiras físicas e políticas do mundo.

Todavia mesmo com alguns aspectos negativos a globalização precisa ser entendida como uma aliada do desenvolvimento e não como um inimigo, pois com ela se abre horizontes tanto para vendas como para compras. Nesse conceito as empresas podem vender para vários mercados, podendo assim abrir o seu portfólio de produtos para mundo, também a tecnologia passa a ser melhor compartilhada. Isso possibilitou que muitas empresas de países em desenvolvimento conseguissem importar a tecnologia de primeiro mundo para as suas indústrias, podendo assim em alguns casos reduzir os custos e aumentar a sua capacidade produtiva (Pena, 2018).

Dentro desse contexto da globalização, Rossetti (2016) destaca que o terceiro grande desafio que acabamos herdando de acontecimentos passados, é a universalização do desenvolvimento socioeconômico, isso vai além de conceitos convencionais, necessitando de políticas econômicas estratégicas, buscando avanços nos índices de competitividade. Visto que historicamente o fracasso de políticas econômicas não bem estruturadas, acabaram contribuindo para o baixo crescimento econômico de alguns países

Na área de finanças, conforme Hoji (2017) independente se a empresa é privada ou pública o seu objetivo é a geração de lucro. Sendo entendida por parte dos investidores como um sistema de geração de retorno sobre os seus investimentos. Uma vez gerando retorno aos investidores, todos os envolvidos no processo acabam ganhando também.

Nesse contexto, segundo Kuster e Nogacz (2002) para a empresa atingir seu objetivo de geração de lucros, crescer, ou mesmo sobreviver, precisa de um gerenciamento administrativo adequado. Destacando a figura de um bom gestor com conhecimentos financeiros e contábeis, de modo que possa fazer um excelente controle e planejamento dos números da empresa.

Destaca-se como parte importante da economia, o mercado financeiro pode ser conceituado como a livre negociação de fornecedores de fundos, investidores e tomadores de empréstimos. Também segundo Gitman (2010) o mercado financeiro pode ser dividido em dois, sendo mercado de capitais e mercado monetário. Enquanto no mercado monetário são realizadas as transações de curto prazo ou de valores mobiliários negociáveis. No mercado de capitais são realizadas as transações de longo prazo, como títulos de dívidas de ações.

Em relação aos títulos, percebe-se que independentemente de serem de mercado de capitais ou monetário, ambos iniciam no com a emissão no mercado primário. Sendo a característica desse mercado o envolvimento direto nas transações ou do governo ou das sociedades anônimas. Desse modo recebendo os benefícios diretos sobre essa emissão, ou seja, recebem o efetivo pelas vendas dos títulos. Já no mercado secundário é onde acontece a venda dos títulos adquiridos no mercado primário, sendo caracterizado pela compra e venda, sem o envolvimento do órgão

emissor. Nesse estágio o objetivo principal é dar liquidez aos títulos, através da negociação (SILVA; LUIZ, 2018). Conforme Losada (2020) é essencial que dentro de um empreendimento tenha alguém na análise dos números, pois é necessário o controle das finanças. Mesmo em pequenas empresas ou empresas mais enxutas, se faz necessário um profissional capacitado para administrar as finanças, visando o sucesso da empresa. Salienta ainda que esse pode ser um fator determinante, evitando o fracasso e garantindo a solidez da empresa no mercado.

Indiferentemente da modalidade, o empreendedor é uma válvula propulsora na economia de uma nação. Através do empreendedorismo o dinheiro circula, seja através da criação de empregos, através de soluções ou pela própria concorrência, desse modo oferecendo novas opções seja pela qualidade, menor preço ou novos produtos. Entende-se que pessoas empreendedoras são visionárias e inovadoras, criam riquezas e contribuem como desenvolvimento da sociedade (SIGNIFICADOS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar sobre economia, se abre um leque muito grande, pois é algo intrínseco a cada indivíduo e na sociedade como um todo. É possível entender que cada pessoa é um agente econômico, seja como força de trabalho, como um ser consumista, empreendedor entre outros. Desde os tempos mais remotos as pessoas buscaram formas de fazer as suas negociações, explorando o desconhecido e em busca algo novo. De tal modo que foram sendo criadas novas necessidades, mediante a busca incessante em satisfazer os consumidores.

Compreende-se que em função da escassez dos recursos surgiu a necessidade de estudar a economia e os fatores que interferem nesse processo, sejam eles desemprego, inflação, crescimento ou déficit entre outros. A ciência econômica analisa todos esses fatores, buscando encontrar soluções para melhorar a vida em sociedade.

Percebe-se um novo paradigma criado pela globalização, onde todos os países estão interligados, desse modo todos são dependentes um dos outros, seja para comprar ou para vender. Criando assim uma interdependência econômica, de tal modo que não importando o desenvolvimento do país, necessita-se dessa relação, como destacou o autor acima, nenhum país detém todos os recursos de que sua população precisa.

REFERÊNCIAS

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HUBBARD, R. Glenn; O'BRIEN, Anthony. **Introdução à economia**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KUSTER, Edison; NOGACZ, Nilson Danny. **Finanças Empresariais**. 4. ed. Curitiba: Gazeta do Povo, 2002.

LOSADA, Bruna. **Finanças para startups: o essencial para empreender, liderar e investir em startups**. 1. ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2020.

OLIVEIRA, Murilo. **A Economia Mundial e a Globalização**. São Paulo: 2011. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-economia-mundial-e-a-globalizacao>. Acesso em 23 out. 2020.

SIGNIFICADOS. **O que é Empreendedorismo**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/empreendedorismo/>. Acesso em 25/10/2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Vantagens e desvantagens da Globalização**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/geografia/pos-contras.htm>. Acesso em: 24 out. 2020.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, Cesar Roberto Leite da; LUIZ, Sinclayr. **Economia e Mercados**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Economia Básica**. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S. **Introdução a Economia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SUA APLICABILIDADE NO SETOR CONTÁBIL¹

Ana Paula Bottcher, ana_paula.159@hotmail.com²
Carolina Maria Marqueviski, carolinamarqueviski@hotmail.com³
Gabriela Maria Marqueviski, gabriela.marqueviski@hotmail.com⁴
Maellen Foscarini, maellenmazotti@gmail.com⁵
Emerson Cardoso Marques, emerson.cardoso@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Este estudo apresenta uma análise sobre a Lei Geral da Proteção de dados – LGPD, Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a qual, surgiu com o propósito de manter informações pessoais em confidência e sigilo, além de trazer mudanças e impactos para toda sociedade, como também em empresas e negócios. Tendo conhecimento da relevância deste tema e sua amplitude, será abordado especificamente na área contábil, com ênfase na aplicabilidade deste setor. O método utilizado baseia-se em uma pesquisa realizada através do meio eletrônico, sobre o conhecimento das pessoas perante esta lei, recentemente aprovada e que passou a vigorar em 18 de setembro de 2020.

Os resultados promoveram um olhar crítico as rotinas e processos que os profissionais contábeis se deparam diariamente, independente do meio físico ou digital. As conclusões foram de que serão necessárias modificações e adequações, tanto dos indivíduos, quanto das empresas, conhecimentos dos processos e atividades, para que sejam executados e correspondidos diante da lei.

Palavras-chave: Contábil. Lei. Proteção de Dados. Sigilo.

INTRODUÇÃO

No século XXI, a tecnologia e o acesso as informações, estão presentes assiduamente no cotidiano dos cidadãos e conseqüentemente no ramo dos negócios, dentre eles a contabilidade. Neste contexto, surge a necessidade da apropriação de alternativas que assegurem e protejam os dados pessoais de cada indivíduo.

Neste trabalho será abordado a Lei Geral de Proteção de Dados e sua aplicabilidade no setor contábil. Esta lei está voltada as pessoas físicas e necessita que todas as empresas, públicas ou privadas, as quais, detém base de dados e informações pessoais, independentemente de seu porte, regime tributário e limites de faturamento, se adequem.

Na Contabilidade, os profissionais, processam dados pessoais, contábeis e fiscais das empresas, as quais, envolvem colaboradores, sócios, clientes e caracterizam-se de suma importância garantir o sigilo, a transparência e a segurança.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Ciências Contábeis.

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor, Mestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SUA APLICABILIDADE NO SETOR CONTÁBIL

A Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, foi sancionada em 14 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 15 de agosto de 2018 e entrou em vigor dia 18 de setembro de 2020. Esta é uma lei criada para proteger e garantir a segurança dos dados dos cidadãos em todo o território nacional e é de competência de todos os entes da federação, conforme dispõe artigo 1º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2018, Art. 1º).

Diante de um mundo globalizado e tecnológico, com acessos a diversas informações, sejam elas físicas ou digitais, surgiu a necessidade do Brasil em se juntar a mais de 120 países, no qual, tem uma lei para assegurar a proteção de dados e informações pessoais. A LGPD foi inspirada no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (*General Data Protection Regulation-GDPR*), da União Europeia.

A LGPD considera três tipos de dados, conforme Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 em seu Artigo 5º, incisos I, II, e III:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento. (BRASIL, 2018, Art 5º).

Além dos tipos de dados, existem os agentes de tratamentos, os chamados controladores, operadores e encarregados. O Controlador é a quem cabe o parecer e o arbítrio referente ao tratamento dos dados pessoais, pode ser uma pessoa, empresa ou órgão público. O operador é aquele quem trabalha ou opera os dados seguindo as orientações do controlador. Já o DPO - *Data Protection Officer* ou encarregado é o indivíduo que exerce a função de interligar a comunicação tanto com o controlador quanto com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – a chamada ANPD.

Para assegurar o cumprimento da lei, foi criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD. Este é um órgão da esfera pública federal, que tem por competência garantir o cumprimento fiscalizando, realizando auditorias, promovendo ações de divulgação e de estudos.

O principal objetivo da lei é fazer com que o titular das informações tenha empoderamento, saiba o que circula sobre si e para que é utilizado. O indivíduo pode

ainda solicitar seus dados, corrigir ou atualizar quando incompletos, além de poder requerer eliminação de informações que julgue supérfluas e dispensáveis sobre sua titularidade.

A lei, em seu Art. 52, estabelece que caso sejam cometidas infrações ou que não seja cumprida, poderão ser aplicadas advertências para que sejam tomadas medidas retificadoras, além da possibilidade de aplicação de multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento do último exercício, excluídos os tributos, limitando-se, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

A Lei Geral de Proteção de Dados deve ser implantada e cumprida por todos os segmentos, inclusive pela contabilidade. Isto deve ao fato de que, o setor contábil, é um segmento que obtém as mais diversas informações, possuindo um banco de dados, que apresentam uma grandiosidade de elementos, desde dados pessoais de colaboradores: como CPF, RG, e-mail, localização, além de ter acesso a situação econômica e fiscal das empresas e dos proprietários e sócios.

É de grande valia ressaltar que a Lei Geral de Proteção de Dados tem validade para os dados das pessoas físicas. Em uma empresa, o sigilo dos dados de um CNPJ, por exemplo, não se aplica.

Com o propósito de adequação a lei, são necessárias algumas mudanças nos processos das rotinas dos escritórios contábeis.

Segundo Janaína Ferreira, da *Sibrax Software*, “a lei exigirá um maior controle dos dados dos clientes e dos funcionários para garantir a conformidade com as diretrizes da Lei de Proteção de Dados” (SIBRAX, 2020).

É de fundamental importância que, as empresas contábeis, busquem meios para que todo o banco de dados dos funcionários, informações de clientes e seus colaboradores sejam protegidos. Além disso, é válido explorar estratégias, para que os profissionais da contabilidade conheçam a LGPD, por processar dados sensíveis todos os dias.

As empresas contábeis deverão efetivar mecanismos que proporcionem a garantia da legislação, com o intuito de dar transparência e clareza as informações que serão compartilhadas. Além disso, garantir o consentimento do titular e desenvolver a tecnologia da informação são primordiais para a manutenção e segurança das informações. Em decorrência da necessidade, a equipe de Tecnologia da Informação pode auxiliar na adequação das normas, para que se obtenha resultados eficazes. Além disso, o código de ética do profissional contábil já prevê o sigilo dos dados, mas com a introdução das normas da LGPD, a responsabilidade é ainda maior.

Considera-se também, como um exemplo prático da aplicação desta Lei, a realização de declarações de imposto de renda dos sócios das empresas, os quais, frequentemente são solicitados por bancos, financiadoras, para análise de crédito e atualizações cadastrais dos mesmos. Neste quesito, o consentimento e autorização de compartilhamento das informações do titular é indispensável.

As novas normas da LGPD no departamento pessoal das empresas de contabilidade sofrem impactos diretamente, afinal, informações de colaboradores, seus familiares, ex-funcionários das empresas são coletados e transmitidos ao E-social. Salienta-se também que há solicitações de dados pessoais, telefone, endereço residencial, orientação sexual, política e religiosa. O envio de algumas informações são exigências legais, mas a transparência entre a organização e o colaborador deverão ser zelados.

METODOLOGIA

O presente artigo parte do estudo de pesquisas bibliográficas, método dedutivo e descritivo, com base em artigos e leis. Além disso, foi realizada a aplicação de uma pesquisa, com um questionário, através de um formulário eletrônico, criado com a utilização do *Google Formulários*. O link de acesso foi disponibilizado de forma virtual, através de e-mail e do *WhatsApp*.

Foram elaboradas 10 perguntas, encaminhadas de forma digital, com a obtenção total de 86 respostas de forma anônima, dentre eles, acadêmicos, profissionais contábeis, professores e sociedade em geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa realizada foram bastante surpreendentes.

Ao questionar os participantes se já se tinha ouvido falar sobre a LGPD, 61,06% informaram que sim. Cerca de 80,02% responderam que o consentimento do titular, sobre suas informações pessoais que circulam é necessário.

Mais de 68,06% relatam que em suas respectivas empresas onde trabalham, estão sendo feitas mudanças para adequarem-se a lei.

Quando questionados sobre os impactos da LGPD na contabilidade, mais de 77,9% responderam que é muito importante a atualização nos sistemas para a garantia do sigilo dos dados. Além disso, outros impactos citados foram a transparência, e a segurança dos dados. Conforme mencionado acima, caso descumprida a LGPD poderá gerar multa, cerca de 73,03% não sabiam sobre este fato.

Ademais, 70,09% dos participantes, relatam que para que não haja falhas na execução da LGPD, é essencial e imprescindível, treinamentos e capacitações. Além de 74,40% apoiam a divulgação e as orientações de como proceder. Também, contar com uma equipe engajada para as adequações necessárias para se enquadrar as exigências da lei são fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se observar e concluir sobre a importância e o alcance da Lei Geral de Proteção de Dados para o setor contábil e também para todos os cidadãos.

Encontra-se em um dos métodos mais complexos e modernos do mundo advindo da União Europeia. A lei vem em benefício e em favor das pessoas físicas portadoras dos dados pessoais, os quais, o consentimento do titular seja primordial e de ciência do mesmo, para que saiba a finalidade e o tratamento dos dados. A contabilidade tem como papel fundamental desenvolver medidas de segurança para a proteção dos dados os quais detém, além de zelar pela transparência, credibilidade, segurança e sigilo dos dados.

Em suma, faz-se necessário que as empresas contábeis realizem controles internos, mapeando as mudanças necessárias, com tomadas de decisões precisas, e com o propósito de implementação e seguridade da aplicação da lei.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Flávia. **Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) – aplicada às empresas de contabilidade.** Monografia de conclusão de curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio grande do Norte, p. 19, 2020. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/10702/1/LeiGeraldeProtecao_Camara_2020.pdf. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

FENACON, 2019. **ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DEVEM ESTAR PREPARADOS PARA A LGPD.** Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/noticias/escritorios-de-contabilidade-devem-estar-preparados-para-a-lgpd-5070/> Acesso em: 08 de nov. de 2020.

FERREIRA, Adriano. **Os impactos da LGPD nos escritórios de Contabilidade.** Domínio Sistemas, 2019. Disponível em: <https://www.dominiosistemas.com.br/blog/o-impacto-da-lgpd-nos-escritorios-de-contabilidade/>. Acesso em: 24 de out. de 2020.

FERREIRA, Janaína. **LGPD no escritório de Contabilidade: Como se adaptar?** Sibrax, 2020. Disponível em: <http://blog.sibrax.com.br/2020/09/lgpd-no-escritorio-de-contabilidade-como-se-adaptar/> Acesso em: 24 de out. de 2020.

JR FEITOSA, Alessandro. 2020. **Lei Geral de Proteção de Dados: o que muda para os cidadãos? Veja perguntas e respostas.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/09/18/lei-geral-de-protecao-de-dados-o-que-muda-para-os-cidadaos-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2020.

HSC, 2019. **LGPD LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL.** Disponível em: <https://www.hscbrasil.com.br/lgpd/>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

MARTINS, Renato. **LGPD em empresas contábeis: como se adaptar à nova lei de proteção de dados.** Disponível em: <https://contadores.contaazul.com/blog/lgpd-em-empresas-contabeis>. Acesso em: 24 de out. de 2020.

SERPRO, 2020. **O QUE MUDA COM A LGPD.** Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/a-lgpd/o-que-muda-com-a-lgpd>. Acesso em: 01 nov. 2020.

PERÍCIA CONTÁBIL E SUA APLICAÇÃO¹

Naiane Scapinelli, naiane.scapinelli@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A contabilidade se fundamenta no levantamento de dados, possibilitando ao administrador uma melhor tomada de decisões. Por ser uma ciência que se apresenta sempre em constante mudança, o profissional deve buscar o conhecimento constantemente. São diversos os ramos em que o contador pode se especializar. Atualmente vem ocorrendo uma demanda crescente da utilização de serviços periciais nos mais diversos campos. Essa revisão teórica tem como objetivo explicar a perícia contábil e exemplificar o trabalho do profissional perito contador. Aborda-se a formação, atuação e importância do perito perante o meio empresarial e judicial. O estudo foi baseado em artigos publicados, disponíveis em acervos digitais, com suas devidas referências. Os resultados mostram que esse profissional tem extrema importância principalmente em decisões judiciais. A falta de peritos no mercado de trabalho oferece uma oportunidade a mais para futuros formados em Ciências Contábeis. Essa revisão contribui para a apresentação de fatos para conhecimento da profissão e profissional. Estudantes de contabilidade podem ter uma noção deste ramo, podendo ser um formador de opiniões e decisões futuras.

Palavras-chave: Perito. Contabilidade. Laudo Pericial. Ciências Contábeis.

INTRODUÇÃO

No dicionário, perícia tem como sinônimas as palavras sabedoria, prática, experiência, destreza, habilidade em alguma ciência ou arte. Trata-se do trabalho realizado por profissional habilitado e especialista no assunto. Cada vez mais, o perito é um especialista em determinado assunto (MULLER, 2017).

Assim, pergunta-se: Quais os conceitos necessários para a formação de um perito contábil? Quais os requisitos para se especializar nessa área? Como funciona o laudo pericial contábil?

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória, elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer técnico-contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente (CFC, 2015).

O objetivo da perícia contábil é apresentar a verdade dos fatos econômicos, comerciais, tributários, previdenciários, financeiros, trabalhistas, fiscais e administrativos, segundo cada caso e segundo o que está pleiteado na inicial (ZANNA, 2011).

A perícia tem por função auxiliar processos litigantes onde se faz necessário constituir provas para esclarecer dúvidas e controvérsias já que estas, por sua vez,

¹ Trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Ciências Contábeis.

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do Curso de Ciências Contábeis e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

geram diferentes opiniões e interpretações necessitando de uma opinião técnica adequada e consistente (SILVA; NIYAMA, 2017).

O trabalho do perito é remunerado e geralmente cabe adiantamento de honorários, quando solicitados. Não há horário fixo para o trabalho, podendo ser realizado quando se dispõe de tempo. Como a atividade não exige exclusividade há possibilidade de o profissional estar empregado ou ter outras atividades e realizar perícias durante seu tempo disponível (MANUAL DE PERÍCIAS, 2017).

Tendo em vista o objetivo de desenvolver conhecimento sobre esse profissional, essa revisão tem o objetivo de apresentar sua importância, área de atuação e o como o perito está inserido no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

A definição de Perícia Contábil, segundo a legislação pertinente, é encontrada nas Normas Brasileiras de Perícia Contábil (NBC, 2015, n.p), definindo que:

A perícia tem finalidades diversas, entre as principais estão as de matéria prévia para o estudo de viabilidade processual, de prova pericial no âmbito do judiciário, administrativo e fiscal, devendo ser exercida por profissional legalmente habilitado. O fim é o de obter prova competente para que se decida em base consistente e de plena materialidade.

“Para a execução dos trabalhos, uma das responsabilidades do perito consiste na observação à sua capacitação relativa ao conhecimento suficiente e discernimento de irrestrita independência e liberdade para tanto” (CFC, 2015, n.p).

Souza e Gasparetto (2016) consideram que a perícia contábil é uma das atividades exercidas pelo contador da mais alta relevância e que exige imensa gama de conhecimentos, não só de contabilidade, mas de outras ciências afins, além de uma atitude ética irrepreensível.

O trabalho do perito contábil materializa-se no laudo pericial contábil. É a partir da juntada desse relatório contábil ao processo judicial que, com imparcialidade, o perito pode apresentar ao Juiz uma visão isenta e fundamentada dos fatos, revelada por meio das informações ali contidas (LEITÃO JUNIOR, 2012).

É esperado do perito contábil o apoio às decisões que exijam conhecimento técnico, científico e um comprometimento com a honestidade, mesmo se o resultado de seu trabalho não seja favorável ao interesse de terceiros (KNACKFUSS, 2010).

O juiz não dispõe de conhecimentos universais, logo, necessita de profissionais especializados que o auxiliem e assim possa julgar a causa com convicção. Em virtude dessa carência de conhecimento técnico é que se admite a Perícia para busca da prova pericial, conforme o Art. 149 e 156 do Novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015).

Ao ser intimado para dar início aos trabalhos periciais, o perito do juízo deve comunicar às partes e aos assistentes técnicos, a data e o local de início da produção da prova pericial contábil, exceto se designados pelo juízo de forma expressa. A partir daí o perito-assistente pode, tão logo tenha conhecimento da perícia, manter contato

com o perito do juízo, colocando-se à disposição para a execução da perícia em conjunto (NBC, 2015).

A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias. Do ponto de vista pericial, já que quase sempre se trata de manifestações patológicas das matérias, estas circunstâncias são habitualmente: astúcia, má-fé, fraude, malícia e outros procedimentos aéticos que visam obscurecer a verdade (ALBERTO, 2012; NBC, 2015).

De acordo com Alberto (2012), os honorários periciais são, normalmente, executados dentro do mesmo procedimento a que afeita a lide, já que é uma despesa do processo. Porém podem existir situação em que isso não se processa de forma comum, seja por entendimento do 25 juízo, seja pela necessidade de agilização da execução ou no caso de necessidade de habilitação em falências e concordatas.

Conforme Hoog (2007), a maior demanda por profissionais peritos contábeis encontra-se nas Justiças Federal e Estadual, varas cíveis, criminais, de falência e concordata, família, precatórias, execuções fiscais, trabalhista. Este profissional atua nos casos de incorporação, fusão, cisão e reavaliação de patrimônio, como os mais relevantes para o mercado extrajudicial; não excluindo ainda, a existência da esfera arbitral.

Segundo Santos, Andrade e Gomes (2016), o laudo pericial é o produto da perícia, em que estão contidas de forma imparcial todas as informações obtidas através de exames e vistorias realizadas pelo perito, com a finalidade de subsidiar o magistrado a uma tomada de decisão mais justa.

Para Silva e Pelegrine (2016) o laudo contábil tem como finalidade identificar as provas existentes e qual a importância da prova pericial contábil e sua indispensabilidade, ou não, no auxílio para os magistrados trabalhistas no resultado efetivo da ação trabalhista.

Ao entender que é oportuno e/ou imperativo o uso do trabalho pericial contábil, a fim de defender a sua linha de raciocínio, a parte pode propor ao juízo a feitura de laudo pericial contábil. É o laudo pericial que aglutina em seu corpo todos os aspectos formais de exposição e documentação, no sentido de demonstrar a opinião do perito sobre as questões formuladas pelas partes, e pelo juízo por meio dos quesitos (MAGALHÃES; LUNKES, 2017).

De acordo com Medeiros, et al. (2018), uma das determinantes da qualidade do trabalho pericial contábil sob o ponto de vista dos magistrados, são os aspectos formais exigidos pela NBC TP 01/2015. Estes vão desde a identificação do processo e das partes, passando pela transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o laudo pericial contábil, e chegando à assinatura do perito contábil. “Verifica-se que as regras e procedimentos técnicos trazidos pela NBC TP 01/2015, em sua maioria, são consideradas importantes para a apresentação do laudo pelos magistrados participantes deste estudo”.

A importância do laudo pericial contábil como instrumento de informação para a tomada de decisão no âmbito judicial, procurando identificar e apontar a sua função e finalidade. Verificou-se que perícia contábil é usada pelo poder judiciário para esclarecer controvérsias e fatos de natureza patrimonial, havendo necessidade de auxílio ao juiz para a tomada de decisão em seus julgamentos em uma lide. Dessa forma, a perícia contábil é uma atividade importante para o poder judiciário, quando a matéria em questão exigir conhecimento científico e técnico em Contabilidade (LEITÃO JUNIOR, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem do contador muitas vezes é estereotipada a um profissional sério, quieto e até tachado como chato. Para a maioria é um trabalhador que fica o dia todo trancado em um escritório fazendo cálculos. A associação com matemática ainda é comum, apesar de não corresponder à uma área de exatas.

O perito contábil ainda não tem um grande reconhecimento, normalmente apenas profissionais contabilistas tem sabedoria desse ramo da contabilidade. Peritos em geral são associados a investigações policiais.

Assim como todo profissional, em especial da área contábil, o perito deve estar sempre em constante busca pelo conhecimento, aprendendo e repassando as mudanças constantes que envolvem a legislação e burocracias governamentais. Sua formação em ciências contábeis é obrigatória, assim como o exame de suficiência realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Grande parte dos peritos abrangem seus conhecimentos realizando a segunda graduação em direito.

Os laudos periciais contábeis ajudam na defesa de organizações perante a requerimentos jurídicos, devem apresentar clareza dos dados e os fins que tomaram. Tem suma importância em decisões e servem de provas para os juízes aplicarem as devidas penalidades, sendo considerado como provas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL, Presidência da República. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 26 abr. 2019.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade nº Técnica de Perícia**, de 27 de fevereiro de 2015. Dá nova redação à NBC TP 01. Perícia Contábil. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2018.
- HOOG, W. A. Z. **Prova pericial contábil: aspectos práticos & fundamentais**. 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2007
- KNACKFUSS, Eduardo Luiz Dieter. **Perícia Contábil no contexto do Processo trabalhista**: Um estudo sobre a influência do laudo pericial na decisão judicial. São Leopoldo, 2010. Disponível em: < http://bdtd.unisinos.br/tde_arquivos/13/TDE-2011-01-21T143702Z1304/Publico/EduardoKnackfussContabeis.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.
- LEITÃO JUNIOR, Luiz Roberto Duran et al.. Relevância do laudo pericial contábil na tomada de decisão judicial: percepção de um juiz. **RIC - Revista de Informação Contábil** - ISSN 1982-3967 - Vol. 6, nº2, p. 21-39, Abr-Jun/2012.
- MAGALHÃES, A. de D. F; LUNKES, I. C. **Perícia Contábil nos Processos Cível e Trabalhista**. São Paulo: Atlas, 2017

MANUAL DE PERÍCIAS CONTÁBEIS. **Manual de Perícias Contábeis**. Disponível em <http://www.manualdepericias.com.br/quero-mais-informações/quem-pode-ser-perito>, Acesso em 10\03\2017.

MEDEIROS, Jislene Trindade, et al, 2018. **Determinantes da qualidade do trabalho pericial contábil nas varas cíveis da comarca de Natal/RN**. Disponível em < <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/view/3253/2514>> Acesso em 18 set. 2018.

MULLER, Nicolas. **Perícia contábil** Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219888/>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

NBC - NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE T 13 – **Perícia Contábil**, 2015. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t13.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2020

SANTOS, J. L.; ANDRADE, P.; GOMES, J. M. M. **Fundamentos de perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, E.; PELEGRINE, C. **Perícia contábil trabalhista: um estudo de caso em Vitória da conquista no período de 2010 a 2015**. 2016. Disponível em <http://www2.uesb.br/cursos/contabeis/wpcontent/uploads/MONOGRAFIA.pdf>. Acesso em: 28. Abril, 2019.

SILVA, C. A. T.; NIYAMA, J. K. (Org.). **Contabilidade para Concursos e Exame de Suficiência**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SOUZA, E.; GASPARETTO, V. **Características e impactos da indústria 4.0: percepção de estudantes de ciências contábeis**. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 25., Vitória, 2016, Anais [...].Vitória: CBC, 2016. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4570/4571>. Acesso em: 8 jun. 2019.

ZANNA, Remo Dalla. **Prática de Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo: IOB, 2011

SIMPLIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA CRIADA EM 2019 TRAZ PREVISÃO PARA UMA MODIFICAÇÃO DOS DIVERSOS PROGRAMAS PERTENCENTES AO AMBIENTE SPED¹

Amanda Camargo Bento, mandynha456@gmail.com²
Bianca Simões Costa Alves, biancasimoes54@gmail.com³
Eliane Lidani, sharolinee@hotmail.com⁴
Maikon Diego Prigol, maikonprigol@gmail.com⁵
Mariane Aparecida Camargo, mariane.aparecida@uniarp.edu.br⁶

Resumo – O objetivo deste trabalho é analisar profundamente o tema, avaliando os pontos positivos e negativos relacionados às mudanças ocorridas. Buscou-se estudar a Lei da Liberdade Econômica, por meio de análise dos dados de pesquisa, revela-se que a finalidade desta nova lei é reduzir a burocracia nas atividades econômicas e facilitar a abertura e o funcionamento de empresas, e prevê, entre outras medidas, a simplificação das obrigações do e-Social e Bloco K. Conclui-se que a lei tenta minimizar a atuação estatal na economia dando mais poder aos particulares para realizarem negócios entre si.

Palavras-chave: Burocracia. Lei. Liberdade Econômica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compõe o tema da Lei da Liberdade Econômica, sancionada em setembro de 2019 e prevê, entre outras medidas, a simplificação das obrigações do e-Social e Bloco K, essas medidas são fruto da busca do governo em desburocratizar e simplificar a iniciativa privada. Por ser um tema presente nos dias atuais, é de extrema importância analisar todas essas modificações, são esclarecidos

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Ciências Contábeis.

² Amanda Camargo Bento do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Bianca Simões Costa Alves do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Eliane Lidani do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Maikon Diego Prigol do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Mariane Aparecida Camargo, professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

também os objetivos da ação, que além de beneficiar toda a economia nacional, convém destacar a compreensão de quais foram as mudanças previstas na lei da liberdade econômica e seus impactos sobre o e-Social e o Bloco K onde é importante para as organizações que desejam manter o cumprimento de todas suas obrigações.

Em abril, Bolsonaro assinou a medida provisória com as mudanças legais. O Congresso Nacional teve 120 dias para aprovar o texto. Se não fosse analisado no prazo, alterações deixariam de valer. O Legislativo concluiu a aprovação da MP em 22 de agosto e o texto foi à sanção. Desde então, o governo espera que as mudanças facilitem e gerem mais segurança jurídica aos negócios e estimulem a criação de empregos. A lei em si, declara alguns direitos de liberdade para as atividades econômicas e altera pontos muito importantes.

Outro ponto a se destacar sobre a lei da Liberdade Econômica, é que essa nova lei vai fazer com que o Brasil tenha práticas mais alinhadas com os melhores países internacionais, pois até então o Brasil ocupa uma posição muito ruim nos rankings internacionais da Liberdade Econômica, de facilidade de fazer negócios e também de competitividade global. Sendo assim, o objetivo desta, é tornar o Brasil um país mais competitivo com mais produtividade e que todos os brasileiros possam ter mais oportunidades de emprego, de renda e de trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei Da Liberdade Econômica declara alguns direitos de liberdade para as atividades econômicas e altera pontos muito importantes. Neste sentido, apenas reforça o compromisso do governo com estes projetos, tanto o e-Social quanto o Bloco K já estavam sendo alvos de projetos de substituição e simplificação. Entretanto, esclarecemos uma questão muito importante: o e-Social não está suspenso. Se o empregador já está enquadrado na obrigatoriedade, deve continuar emitindo os eventos do mesmo normalmente. Além disso, a medida reafirma que o objetivo do governo não é extinguir a obrigação acessória, mas simplificar o módulo e-Social e torná-lo menos burocrático e redundante.

Com o objetivo principal de gerar desburocratização para o empresariado, a Lei da Liberdade Econômica alterou diversos aspectos das rotinas das empresas, uma das grandes mudanças destacadas foi possibilitar a dispensa de alvará para negócios de baixo risco.

No município de Caçador no mês de janeiro, foi visto que a prefeitura prorrogou, através de decreto, a data de vencimento dos alvarás de funcionamento para as atividades de baixo risco, conforme a Lei da Liberdade Econômica. Essa decisão foi informada, pelo prefeito em exercício, Alencar Mendes e seus representantes, onde os alvarás que teriam vencimento no dia 31 de janeiro tiveram seu vencimento prorrogado até o dia 31 de março.

“Hoje a Lei Federal prevê que atividades de baixo risco deixam de ter a obrigatoriedade do alvará de funcionamento. Por ser Federal não cabe ser questionada, mas aplicada pelo Município e a Prefeitura já vem realizando ações para isso. Servidores estão sendo capacitados, bem como a parte de tecnologia, sistemas estão sendo atualizados para atender a Lei”, completou Alencar.

Apesar de da não obrigatoriedade de emissão de alvarás municipais, como o de funcionamento e da vigilância, para as atividades de baixo risco, isso não exige a empresa de cumprir com as regras estabelecidas, e não está dispensado de fiscalização, conforme Art 1º parágrafo único, 2º §1º da Resolução CGSIM 51/2019 e Art 3º §2º da Lei 13874/2019.

A Lei da Liberdade Econômica amplia a liberdade do cidadão, como foi visto também na reportagem de reunião com dirigentes empresariais e o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar da medida, onde o secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel ressaltou que a medida pode gerar num prazo de dez anos, 3,7 milhões de empregos e também 7% no crescimento no PIB.

E desde então, esse é um dos resultados esperados pela medida, que objetiva facilitar a vida dos empreendedores no país, sendo um ponto importante a desburocratização, que tornará o país de uma maneira que seja mais competitivo e gere mais empregos.

METODOLOGIA

O Projeto Integrador do curso de Ciências Contábeis integra os conteúdos abordados durante o 1º e 2º semestre/2020.

Os acadêmicos autores deste trabalho, orientados pela professora Mariane Aparecida Camargo, levantaram dados por meio de pesquisas em sites, artigos e reportagens onde foram apresentados os resultados.

Trata-se de um tema bastante discutido, em termos de modificações. Dessa forma, quanto ao método, esse trabalho é do tipo teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aprovação da Lei 13.874 as empresas passaram a ter mais liberdade, na maneira de escolher a melhor forma de trabalho. De acordo com Leandro Chiarello, do setor de tributação da prefeitura de Caçador, a ideia do alvará pela internet já tinha sido implantada, pois o objetivo proposto, através deste setor era proporcionar formas de simplificar e agilizar processos relativos à vida das empresas.

Então os contabilistas, a partir de agora passam a entrar no sistema da prefeitura por meio de senha, de forma segura, para emitir o alvará. Sendo assim percebemos que o alvará online representa um avanço na desburocratização do processo de abertura de empresas na cidade de Caçador e em outros municípios.

Dentre as atualizações da lei, está sendo colocada em prática também a dispensa do alvará para os microempreendedores individuais (MEI), estando dispensados de atos públicos de liberação de atividades econômicas relativas à categoria, então os negócios mantidos por MEI não precisarão mais ter que apresentar alvará e licença de funcionamento.

Para esse processo de dispensa o MEI, deverá concordar com o Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará de Licença de

Funcionamento, que faz com que o empresário esteja ciente dos requisitos legais que envolvem aspectos sanitários, tributários, de segurança pública e entre outros.

Diante desta inscrição, o empreendedor terá acesso ao documento que é emitido eletronicamente, facilitando seu acesso, permitindo o exercício de suas atividades e tendo a autorização também da fiscalização da empresa pelo poder público, mesmo que sejam as atividades realizadas na própria residência.

Estas medidas buscam fomentar o empreendedorismo desenvolvendo e apoiando políticas públicas, reduzindo assim, a burocracia e simplificar o ambiente de negócios pelo país favorecendo a economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que diante das principais mudanças que ocorrem com a nova lei, tornam-se necessárias estas alterações onde as empresas estudam as novas possibilidades com cautela, visando sempre o aprimoramento dos procedimentos e a otimização dos resultados.

Sendo assim, percebemos que a Lei da Liberdade Econômica tem benefícios extremamente importantes para a economia e desburocratização de procedimentos, pois desta forma obtêm-se a aceleração a constituição, as alterações e extinções de empresas, garantindo ao empreendedor uma maior segurança nos contratos firmados, com proteção de sua entidade e a modernização dos atos e documentos.

Tal modificação, ao decorrer dos anos, possivelmente refletirá na geração de empregos, pois como foi analisado, as medidas criam um ambiente mais propício à inovação e à realização de negócios.

REFERÊNCIAS

KRÜGER, Ana; RODRIGUES, Mateus; **Entenda o que muda com a Lei da Liberdade Econômica**. Brasília, 2019. Disponível em : ><https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/20/entenda-o-que-muda-com-a-lei-da-liberdade-economica.ghtml>< Acesso em : 10 set. de 2020

Lei da liberdade econômica: **Impactos no eSocial e no Bloco K**. Tecnospeed. Disponível em: ><https://www.blog.tecnospeed.com.br/lei-da-liberdade-economica/>< Acesso em: 03 de set. 2020

Lei da liberdade econômica: **Prefeitura prorroga vencimento do Alvará para atividades de baixo risco até 31 de março**. Ascom Prefeitura de Caçador. Disponível em: > <https://www.cacador.net/noticias/geral/2020/01/29/liberdade-economica-prefeitura-prorroga-vencimento-do-alvara-para-atividades-de-baixo-risco-ate-31-de-marco-47223>< Acesso em: 29 de out. 2020

NASCIMENTO, Thamiris; **A Lei da Liberdade Econômica: Principais Reflexos para as Empresas**. Assis e Mendes. Disponível em : ><https://assisemendes.com.br/blog/a-lei-da-liberdade-economica-principais-reflexos-para-as-empresas/>< Acesso em : 15 de set. 2020

OLIVEIRA, Gleydson. **Lei de Liberdade Econômica representa fortalecimento da livre iniciativa**. São Paulo, 2020. Disponível em : > <https://www.conjur.com.br/2020-out-27/gleydson-oliveira-lei-liberdade-economica-livre-iniciativa>< Acesso em : 2 nov. 2020

Simplificação obrigações acessórias. Disponível em: ><https://www.contabeis.com.br/artigos/5430/a-simplificacao-das-obrigacoes-acessorias-a-velocidade-quase-zero-de-seu-avanco/>< Acesso em: 05 de nov. 2020

A QUEDA NA ARRECADAÇÃO DO ICMS E DO IOF EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS IMPACTOS NA ECONOMIA

Andressa Carpen¹

Anderson Silva de Camargo²

Flávio da Silva Wimmer³

Juliana Carina Goetten da Cruz⁴

Thiago Augusto Duarte⁵

Resumo: Este estudo apresenta uma análise sobre alguns impostos, são eles: ICMS e IOF. As observações incorrerão desde sua incidência, as alíquotas, o modo de aplicação, buscando proporcionar maior entendimento sobre sua utilização. O método utilizado foi com base na leitura de livros, artigos, leis, sites e análise prática da arrecadação em uma empresa de transportes, possibilitando uma articulação e verificação destas contribuições. O resultado foi à ampliação dos conhecimentos sobre tais impostos e seus impactos na economia. As conclusões foram à percepção da importância destes tributos diante da vida em sociedade, sua aplicação e como sua arrecadação diminuiu.

Palavras-chave: Impostos. Pandemia. Economia. Sociedade.

Introdução:

Há no Brasil inúmeros impostos, sendo dois deles o ICMS e o IOF. O ICMS, cuja sigla significa Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, é um imposto de finalidade fiscal, de competência dos Estados, referente à circulação de mercadorias, e prestação de serviços interestaduais e intermunicipais. Sua cobrança é feita de forma indireta, pois seu valor já vem adicionado ao valor do produto ou serviço (REZENDE, PEREIRA, ALENCAR, 2010).

Já o IOF, que é imposto sobre Operações Financeiras, incide sobre operações de crédito (cartão de crédito, cheque especial, empréstimos, financiamentos), câmbio, seguros, compra e venda de títulos e valores mobiliários. As alíquotas do IOF variam conforme a operação realizada. O lançamento é diário, mas o recolhimento do IOF é mensal.

Com isso, é possível ter uma base do que são esses dois impostos, e quando são arrecadados. A seguir, veremos melhor suas mudanças desencadeadas pela

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (4ª fase) na UNIARP. andressa.carpen@outlook.com

² Graduando do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (4ª fase) na UNIARP. andersonpotter@outlook.com

³ Graduando do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (4ª fase) na UNIARP. flavio_wintercont@outlook.com

⁴ Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (4ª fase) na UNIARP. julianacarinac@gmail.com

pandemia, e como isso afetou uma empresa do ramo de transportes. (REZENDE, PEREIRA, ALENCAR, 2010).

O IOF:

Diante do cenário pandêmico ao qual está sendo vivenciado no Brasil, o Governo decidiu zerar a alíquota do IOF nas operações financeiras, medida que entrou em vigor em abril, e está prevista para se estender até dezembro desse ano. A decisão está no decreto nº 10.504, de dois de outubro de 2020. Tal medida visa baratear as linhas de financiamento, para que fique mais fácil e acessível para as pessoas físicas, assim como para as micro e pequenas empresas, adquirirem um financiamento. No caso das empresas, essa medida surgiu com o intuito de as manterem ativas em um momento de baixa nos rendimentos. A estimativa é de que o Governo deixe de arrecadar aproximadamente R\$ 20 bilhões de reais com essa medida sendo estendida até o final do ano.

O ICMS:

Dados extraídos do portal da transparência do estado de Santa Catarina apontam que o ano de 2020 foi o qual teve a menor arrecadação de impostos comparado com o previsto, isso desde 2011. Os dados, referentes ao período de janeiro a outubro, mostram que a baixa contabilizada foi de pouco mais de R\$ 5 bilhões de reais, 18% do previsto, o que mostra o quanto a pandemia afetou a economia catarinense. A maior parte dessa arrecadação se dá com o ICMS, que esse ano representou 84,52% do valor total. Em comparação com o ano passado, maio foi o mês com a menor arrecadação de impostos, tendo uma queda de 22%.

De acordo com a Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), o primeiro semestre de 2020 teve uma queda de 3,89% de receita, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Agora, com a flexibilização das medidas de enfrentamento à pandemia, essa arrecadação começa a se elevar, sendo que o mês de outubro apresentou aumento de 15% na arrecadação, em comparação com o mesmo período no ano passado. O Estado também apresentou, pelo quarto mês consecutivo (julho, agosto, setembro e outubro), alta na arrecadação, se comparada com o mesmo período de 2019. Mas, de acordo com a Fecam, esse aumento não indica uma retomada na economia, mas sim, "uma possível demanda reprimida dos meses anteriores, por isso, não deve servir de base para o planejamento orçamentário". (FECAM, 2020)

Metodologia da pesquisa:

O presente artigo parte do estudo de pesquisas bibliográficas, método dedutivo e descritivo, com base em artigos, blogs de notícias e leis.

Resultados e discussão:

Com base nos estudos, foi possível fazer uma análise da arrecadação do ICMS na empresa Lindomar de Souza Transportes Eireli – Me, de Timbó Grande-SC, optante pelo Lucro Presumido. A análise do IOF em uma empresa não foi estudada, já que o mesmo foi zerado, dificultando o seu estudo nesse caso.

A análise feita no demonstrativo do ICMS na referida empresa, nos mostrou os seguintes dados abaixo de arrecadação de ICMS, referente às compras

realizadas pela empresa nos anos de 2019 e 2020, arrecadação desses anos se deram através de Postos de Combustíveis, que venderam para transportadora, destacando o ICMS nas notas, através destes demonstrativos de lançamentos fiscais, temos o valor arrecadado de cada mês, esse comparativo serve, para mostrar o quanto a epidemia afetou na arrecadação e as diferenças de valores de um ano para outro.

Tabela comparativa de arrecadação de ICMS anos 2019 e 2020 Empresa Lindomar Transportes.

Mês	2019	2020
Janeiro	3.263,40	3.442,83
Fevereiro	3.175,36	3.551,87
Março	3.396,74	3.400,52
Abril	2.408,77	2.024,13
Mai	2.626,37	2.317,77
Junho	3.096,25	3.222,43
Julho	2.118,34	4.094,32
Agosto	3.092,46	4.050,95
Setembro	2.727,69	4.672,44
Outubro	2.789,22	2.725,14
Total	28.694,60	33.502,40

Autores (2020): Flávio da Silva Wimmer e Juliana Carina Goetten da Cruz.

Diante dos dados apresentados na tabela, a análise feita no demonstrativo do ICMS na referida empresa, nos mostrou que os impactos da pandemia só começaram a se mostrar reais em Abril, quando houve uma queda de 16% na arrecadação do ICMS em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa queda seguiu ainda até Maio, mas depois disso, conseguiu se recuperar, apresentando já em julho, um aumento de 93% na arrecadação.

Os totais mostram que de Janeiro a Outubro, o ano de 2020 apresentou um aumento de 17% em comparação com o mesmo período de 2019.

Em relação ao IOF, o Governo prorrogou IOF zero para crédito e isenção de insumos contra a Covid-19 até Dezembro. O Governo deixará de arrecadar R\$ 7 bilhões.

O Presidente assinou dois decretos que prorrogam reduções tributárias, tentando diminuir os impactos da Covid-19 na economia. Essa medida beneficia Pessoas Físicas, Jurídicas, optante pelo simples nacional nos casos de pagamento em atraso e renegociações de dívidas. E também facilitam a aquisição de insumos necessários para enfrentar a pandemia, o imposto havia sido zerado em abril por conta da pandemia, sendo estendida por mais 90 dias, já com a perda estimada de R\$ 14 bilhões, sendo prorrogada agora com a estimativa de perda adicional de R\$ 7 bilhões.

Considerações finais:

Com o estudo deste tema, podemos entender a importância dos tributos para a economia dos estados e por conta da pandemia mundial de COVID-19 o tamanho do impacto negativo que originou.

Por fim, é importante entender, que este não é um problema apenas regional, mas mundial e infelizmente longe de termos um fim haja vista que até o momento não se dispõe de uma arma eficaz para o combate desta pandemia.

Entretanto campanhas de conscientização do uso de máscaras e álcool em gel se mostraram eficazes e de certa forma vem ajudando a ao menos manter os números de infectados, bem como os da economia dentro de uma margem aceitável.

Para tal cabe recorrer ao estado buscando formas de ao menos diminuir o tamanho do impacto que já se observou ser muito negativo.

Referências:

HEINEN, Vicente Loeblein; Mattei Lauro. **A queda na arrecadação do ICMS já está refletindo os impactos da crise da COVID-19 em Santa Catarina.** Disponível em: <https://necat.ufsc.br/icms-covid-19/> acesso em 11 nov.2020.

Igor Renato. **Coronavirus em Santa Catarina provoca queda de R\$ 200 milhões na arrecadação.** Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/coronavirus-em-santa-catarina-provoca-queda-de-r-200-milhoes-na-arrecadacao> Acesso em 15 nov.2020

Portal Tributário. ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de serviços. Disponível em:

<http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html> Acesso em: 21 jun.2020.

Rezende, José Amaury, Pereira, Carlos Alberto, Alencar, Roberta Carvalho de. **Contabilidade Tributária: Entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas.** 1. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

Sabbag, Eduardo de Moraes. Elementos do Direito: Direito tributário. 3ª Edição, Porto Alegre: Editora Premier. 2006

REGIME TRIBUTÁRIO: REVISÃO TEÓRICA¹

Renan Gustavo de Souza, renanngdesouza@gmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O espírito empreendedor é vivo dentro dos brasileiros, com isso o número de empresas que não criadas, batem recorde anualmente. Porém, é possível observar que a maioria dos empresários e empreendedores que adentram o mercado possuem apenas um conhecimento superficial quando o assunto é a tributação de suas respectivas empresas. O seguinte estudo tem como objetivo através de um referencial teórico, apresentar os regimes tributários vigentes no Brasil e mostrar quem se enquadra no regime. Ao concluir é possível de forma clara observar qual o regime irá favorecer no recolhimento de tributos da empresa.

Palavras-chave: Simples Nacional. Lucro Presumido. Lucro Real. Regime Tributário.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar um dos pontos importantes na gestão financeira, o regime tributário a ser escolhido pela empresa. O regime tributário abrange um conjunto de normas e leis que tem por objetivo definir a tributação a ser paga pelas empresas, estabelecendo quanto deverá ser pago de tributos e como dará a arrecadação dos mesmos (BERTI, 2011).

O Brasil já chegou a contar com cinco regimes, porém atualmente são apenas três para a escolha das empresas. São eles o Simples Nacional, Lucro Presumido e o Lucro Real (SEBRAE, 2020).

O regime do Simples Nacional foi criado pela Lei Complementar 123, de dezembro de 2006, é denominado com o adjetivo “simples”, por ter sua arrecadação tributária simplificada com relação aos demais (SEBRAE, 2020).

A arrecadação de todos os tributos desse regime se dá por meio de uma única guia denominada DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional (SEBRAE, 2020).

Segundo Berti e Berti (2011, p. 73), “é denominado lucro presumido, pois presume-se a margem de lucro por ramo de atividades, sem levar em consideração as despesas e custos que a empresa teve para implantar seu empreendimento”.

Nesse regime, a contribuição não é realizada por cota única, porém, também não tem como base do cálculo tributário o lucro real da empresa, mas sim um lucro pré-fixado com base em uma projeção de lucratividade da empresa (SEBRAE, 2020).

No regime tributário do Lucro real assim como no Lucro presumido, o pagamento dos tributos é feito separado um dos outros, porém a maior diferença entre os dois regimes é que no Lucro Real o cálculo tributário é feito baseado no lucro real da empresa e não em uma presunção. Este regime é o menos utilizado entre os três, isso por que se trata do regime com maior complexidade na sua carga tributária, o

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Ciências Contábeis.

² Acadêmico da 2ª fase de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

faturamento das empresas sem o maior, e seu cálculo ser baseado no lucro real. (SEBRAE, 2020).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Atualmente no Brasil a definição de Tributação encontra-se no Código Tributário Nacional, Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966, artigo 3º. (VARSAÑO, 1996).

“Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (PÊGAS, 2017).

Porém no Brasil nem sempre a tributação se deu por contribuição com moeda, pode-se dizer que no país tudo começou junto a seu descobrimento em 1500, com a extração do Pau-Brasil. Não era escrita e nem declarada, e o tributo à monarquia portuguesa era dado por matéria prima produzida (PÊGAS, 2017).

No entanto com o crescente crescimento econômico de Portugal, vários países da Europa viram no Brasil-Colônia um território rico em matérias primas, incentivando assim com que salteadores viesse para o Brasil explorar e extrair riquezas presentes no local (VARSAÑO, 1996).

Perante essa situação a realeza portuguesa preocupada com a extração de matérias de seu território sem tributos, criou em 1534 as capitânicas hereditárias, tendo por uma de suas responsabilidades a captação de tributos dentro do delimitado território e posteriormente repassar para Portugal, esse período ficou conhecido como a primeira fase da tributação no Brasil (VARSAÑO, 1996).

Mais tarde no ano de 1548, Portugal cria no Brasil um governo-geral, com Thomé de Souza como governado geral, com o objetivo que ele representasse os interesses do rei de Portugal no país. No mesmo ano, no mês de dezembro, se deu início a segunda fase da tributação no Brasil com a nomeação do provedor-mor (VARSAÑO, 1996).

Em 1649, após boa fase de arrecadação naqueles cem anos que se passaram, foi criada a Companhia Geral do Comércio, que daria, da mesma forma, o monopólio legal e da macroeconomia e fazia com que a Fazenda Real tivesse controle total sobre a sonegação de impostos (PÊGAS, 2017).

No entanto somente depois de mais de um século que a tributação realmente ganhou forças legais no país, foi no ano de 1789 com a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos, que deu início a impostos de importação, dando ensejo a legislação e criação de demais impostos (PÊGAS, 2017).

Em 1821, quando a família real portuguesa resolve voltar para seu país natal, deixando como governante o príncipe D. Pedro, e ano posterior com a Independência do Brasil, o sistema de tributação se tornou bastante caótico, com tributos sendo cobrados de maneira cumulativa (VARSAÑO, 1996).

Avançando na linha do tempo vários impostos surgiram, formas de paga-los, leis tributárias também apareceram, mas foi só no ano de 1943 que surgiu o primeiro regime tributário para pessoas jurídicas (VARSAÑO, 1996).

A contabilidade como cultura milenar que sempre existiu presente nos povos e nações fora acumulando sua força teórica e científica no decorrer dos séculos, até um

auge que marcou com o culmine de sua ciência. Graças a evolução da contabilidade, temos hoje no Brasil três regimes tributários muito bem definidos para pessoas jurídicas. Esses regimes são o conjunto de leis que regem e indicam os tributos a serem pagos pelas pessoas jurídicas ao governo (SEBRAE, 2020)

Atualmente no Brasil, são três os principais regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Presumido e o Lucro Real (SEBRAE, 2020).

Crepaldi (2012, p. 89) explica que: Para se enquadrar Simples Nacional, além de, por obrigatoriedade, ser uma Empresa de Pequeno Porte ou uma Microempresa, a empresa deve ter seu faturamento compreendido na tabela disponibilizada pela Receita Federal”.

Segundo o Sebrae (2020, p.1), também se faz necessário que a empresa se enquadre em algumas características como:

Não possuir outra empresa no quadro societário; Não ser sócia de outra empresa; Caso os sócios possuam outras empresas, a soma do faturamento de todas elas não pode ultrapassar o limite de 4,8 milhões de faturamento; Não ser uma sociedade por ações; Não possuir sócios que morem no exterior; Não possuir débitos com o Governo.

A tributação com base no Lucro Presumido é uma forma simplificada de determinar a base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No regime do Lucro Presumido, a apuração do IRPJ e da CSLL ocorre no encerramento de cada trimestre do ano-calendário e o recolhimento dos valores devidos é efetuado no trimestre seguinte, em quota única ou em até três quotas mensais e sucessivas. (RODRIGUES, 2009, p. 327).

O Sebrae (Sebrae, 2020) indica que o segundo regime mais presente na comunidade jurídica do país é o Lucro Presumido. Nesse regime o cálculo dos tributos não se dá baseando no lucro real na empresa, mas sim utilizando uma tabela que pressupõem o lucro que cada empresa terá.

O limite (teto) anual de receita bruta, para a empresa poder optar pelo Lucro Presumido, por força da Lei 12.814/2013, a partir de 01.01.2014, corresponde a R\$ 78 milhões e R\$ 6,5 milhões multiplicados pelo número de meses de atividade, caso a atividade for menor que 12 meses. (SILVA, 2014)

As empresas que participam desse regime têm por obrigação a prestação de contas através de alguns documentos como: (Sebrae, 2020).

Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF);
Declaração do Imposto sobre Serviços (ISS);
Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração Contábil Digital (ECD);
Nota fiscal de produtos ou serviços;
Transmissão de informações do IRPJ e da CSLL;

O lucro real é “determinado com base na escrituração que o contribuinte deve manter, com observância das leis comerciais e fiscais” (YOUNG, 2009, p. 17).

O regime tributário do Lucro Real representa hoje, na atual legislação, a mais complexa forma de tributação do país, conhecida como o “regime geral”. Oliveira (2013) descreve que no artigo 246 do regulamento do imposto de renda é definido as pessoas jurídicas que são obrigadas a calcular o IRPJ com base no Lucro Real. Oliveira (2013, pg.101) descreve ainda as seguintes formas de obrigatoriedade:

a) cujo faturamento (receita total) no ano –calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 48.000.000,00 ou ao limite proporcional de R\$ 4.000.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade no ano, quando inferior a 12 meses (até o ano de 2002, esse limite era de R\$ 24.000.000,00);

b) cujas atividades sejam de bacos comerciais, de investimentos, de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de credito, financiamento e investimento, sociedades de credito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuídas de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

c) que tiveram lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

d) que autorizadas pela legislação tributária, usufruam benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

e) que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa.

f) que explorem as atividades de prestação cumulativa e continua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de credito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de sérvios (factoring);

g) que explorem a atividade de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, enquanto não concluídas as operações mobiliarias para as quais haja registro de custo orçado (IN SRF nº 25/1999);

h) que seja sociedade de propósito específico formado por microempresa e empresa de pequeno porte optante pelo SIMPLES;

l) que explorem as atividades de securização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio (medida provisória 472/2009).

Devido à alta taxa de tributos e a alta complexidade, esse regime costuma interessar as empresas somente quando existe a combinação de um grande volume de faturamento com negócios que possuem margens de contribuição apertadas. (Sebrae, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo vive em constante crescimento no Brasil e a maioria dos brasileiros que não possuem seu negócio, pensam em empreender em algum ramo, porém, empreender vai muito além de saber negociar.

Pode-se destacar que a principal característica entre os três regimes, é facilmente observado em seus nomes. O Simples Nacional tem o adjetivo “simples”, pelo cálculo de tributos e sua contribuição tributaria ser dada através de uma cota única, o DAS.

O Lucro Presumido denomina-se dessa maneira por ter o cálculo tributário baseado em uma presunção de faturamento. E por fim o Lucro Real, leva esse nome por levar em consideração os números financeiros reais da empresa como base para o cálculo tributário.

Tendo em vista isso, vale lembrar que a escolha do regime tributário, é dado principalmente pelo faturamento da empresa, o qual ira se enquadrar em um dos regimes tributários e seus respectivos valores máximos de arrecadação. Simples Nacional: faturamento de até 4,8 milhões de reais anuas; Lucro Presumido: faturamento anual de até 78 milhões de reais; Lucro real: faturamento anual acima dos 78 milhões de reais.

REFERÊNCIAS

BERTI, Anélio; BERTI, Adriana Costa Pereira. **Contabilidade Básica - Primeiros Passos para o Conhecimento Contábil**. Curitiba: Juruá, 2011.

CREPALDI, S.A., Planejamento Tributário: Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, L.M. et al. Manual de Contabilidade Tributaria, 7.ed., São Paulo: Ed Atlas, 2009.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Livro Manual de Contabilidade Tributaria**. 9. Ed. Atlas: São Paulo, 2017.

PORTAL AUDITORIA. **Base de cálculo do imposto**. Disponível em: http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/audtrib_audlpbasedecalculo.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. I. IRPJ e CSLL: **Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido**. 3. Ed. São Paulo: IOB, 2009.

SEBRAE, **Conheça os três regimes tributários**, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/conheca-os-tres-regimes-tributarios,1ddf8178de8c5610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 17 out. 2020.

SILVA, Mauricio Alvarez. **Lucro Presumido – Aumento do teto para 2014**. Portal Tributário, 2014. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/lucro-presumido-2014.htm>. Acesso em: 04 nov. 2020.

VARSANO, Ricardo. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século**. 1996. Rio de Janeiro, janeiro de 1996. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1839/1/td_0405.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Lucro real – coleção prática contábil**. Curitiba: Juruá,

FINANÇAS: REVISÃO TEÓRICA¹

Nicole Carolina Cordeiro de Jesus, nick-nicolee@hotmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

RESUMO

Em uma sociedade conhecida por ser “escrava” do dinheiro, ter uma base sobre finanças é essencial. Possuir conhecimento e capacidade de lidar com finanças pessoais e profissionais, atuais e futuras garante vantagem ao indivíduo do século XXI. A lógica matemática em finanças nem sempre ajuda a resolver problemas financeiros, quando se trata de comportamento humano com dinheiro, em que não se tem o controle e a dosagem do que é realmente necessário, não adiantam cálculos matemáticos. Um bom planejamento do capital de giro e das reservas financeiras, sem dúvida, dá aos planejadores maior estabilidade e confiança de que estão fazendo bons negócios. Atualmente, existem diversas formas de se educar financeiramente, através de pesquisas, estudos e o uso de autocontrole através de atos bem pensados e planejados, sem estar suscetível a influências do marketing, consumismo, mal uso do dinheiro e decisões mal pensadas, pois isso pode acarretar prejuízos e, para empresas, até a falência. Assim, essa revisão teórica se propõe a levantar conceitos e aprofundar o conhecimento sobre as finanças, abordando desde a educação financeira até o planejamento financeiro.

Palavras-chave: Finanças, planejamento financeiro, finanças pessoais.

INTRODUÇÃO

No mundo atual, algo bem marcante e decorrente que acontece são as chamadas crises econômicas que basicamente é um período onde ocorre a diminuição de produção e consumo de bens, acarretando altos níveis de inflação e uma significativa elevação nos preços, tanto de matéria prima como bens de consumo, se planejar financeiramente tanto na parte pessoal como profissional se tornou muito necessário (SANTANA, 2017).

A capacidade de planejar com eficiência se torna um grande diferencial, dando ao indivíduo a possibilidade de menos falhas e perdas, garantindo assim investimentos mais bem-sucedidos. Sem dúvida outro diferencial é sempre se manter atualizado, pois em um mundo que muda e evolui o tempo todo, estar ciente das novidades garante uma boa posição no quesito bons investimentos (SANTANA, 2017).

Ainda é pequena, mas a implementação do estudo de se educar financeiramente está ocorrendo, devido à grande necessidade de se ter esse conhecimento, percebida pelo governo e por boa parte da sociedade (TAUE, 2017).

Finanças pessoais e empresariais na sua origem, não se diferem muito pois muitas nas técnicas podem ser usadas da mesma maneira, só em dimensões distintas, como o ato de economizar e possuir sempre um reserva, que pode ser usada

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Ciências Contábeis.

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Ciências Contábeis e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

em casos de emergência por exemplo, o que se tornou algo bem difícil de ser feito, devido aos altos índices de consumismo que cada vez crescem mais (VIRZI, 2015).

É nítido que para manter um bom nível financeiro, uma vida dentro dos mínimos padrões de uma “boa vida”, se baseia totalmente no ato de se planejar, tanto no presente quanto futuramente, sempre levando em condições possíveis perdas e se baseando pelo menor valor possível que se terá á disposição naquele período (HOJI, 2015).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Mesmo em países com grande desenvolvimento econômico, as crises das últimas duas décadas não passaram despercebidas, fazendo com que fosse necessária a inclusão do planejamento financeiro e da preocupação com finanças em todo os âmbitos, mas principalmente nos pessoais do presente e do futuro (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2017).

A variação que ocorre no mercado financeiro e com as altas taxas de inflação, estudar e conhecer sobre finanças no século XXI é uma das aplicações básicas em que um indivíduo com exercícios sociais deve ter (SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2017)

Com os altos índices de inflação, a educação financeira se tornou um assunto muito discutido, pois tendo uma base sobre como anda seus investimentos, onde seu dinheiro está sendo empregado, garante que você não seja mais um alvo dos grandes índices inflacionários do nosso país (MULLER; VILLARREAL, 2017).

O domínio da arte de se educar financeiramente garante ao indivíduo a capacidade de diminuir falhas, tornando suas decisões mais seguras, com maior eficiência na capacidade de administrar seu capital (MULLER; VILLARREAL, 2017).

Em sua origem, as técnicas de planejamento financeiro pessoal não se diferenciam muito de técnicas empresariais, podendo de assimilar uma cadeia empresarial a uma cadeia familiar que também necessita investimentos, aumento de capitais, podendo também ter grandes ou pequenos prejuízos (VIRZI, 2015).

Segundo Hoji (2015), qualquer pessoa pode tornar-se um milionário, através da disciplina e do ato de poupar. A grande variedade em produtos e as grandes produções de marketing fazem com que pessoas fracas em planejamento financeiro pessoal caiam nas armadilhas do “preciso disso” e se envolvam em grandes dívidas, as quais não cabem em seu orçamento.

A palavra planejar é de fácil compreensão, significa orientar-se, traçar um plano, ter um roteiro, o que é essencial para qualquer indivíduo. O planejamento inclui ações desde as mais básicas, como escolher por qual caminho se vai para trabalhar de manhã, como para eventos mais sérios, do tipo a escolha da moradia que irá comprar (TAUE, 2017).

Em um mundo que sofre decorrentes modificações econômicas, o ato de planejar-se financeiramente se faz muito necessário, contendo uma série de eventos como planificação, instituições de metas, coordenação de tarefas, levantamento de possíveis ameaças, entre vários outros fatores para que alcance seu definitivo objetivo (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2017).

É notável que a maior dificuldade no quesito se planejar financeiramente são os planejamentos de longo prazo, que englobam reservas financeiras, fontes de renda extra na aposentadoria, despesas com faculdades, médicos e emergências. Além do cuidado na hora de investir na casa própria, devido a uma grande oferta de créditos proporcionados pelo governo, os quais, sem o devido conhecimento e controle, podem facilmente endividar o investidor (VIRZI, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa revisão teórica teve como objetivo dar uma breve explicação sobre finanças, abordando algumas situações que podem levar alguém a prejuízos. Explanou-se o tema de forma simplificada para fácil compreensão, fazendo com que se torne perceptível que planejar é essencial para quem busca bons níveis financeiros, diminuindo probabilidades de endividamentos e até mesmo falência. Para isso o caminho mais seguro é planejar.

Nunca é cedo para se planejar e educar financeiramente, só deve ser feito da maneira certa, por especialistas, como é o caso de grandes empresas, mas também treinando o autocontrole e a capacidade de perceber o que é realmente necessário, não se deixando influenciar pela grande oferta que cerca indivíduos do século XXI.

REFERÊNCIAS

HOJI, Massakazu, **Finanças De Família**, São Paulo: Harbra, 2015.

MULLER, Lúcia; VILLARREAL, Magdalena. **Finanças e sociedade**. 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/civitas/v17n1/1984-7289-civitas-17-01-5.pdf> >. Acesso em: 24 set. 2020.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; TAUE, André; SAITO, Roberto Ferreira; SANTANA, Flávia de Angéllis; **Paradigmas da educação financeira no Brasil**, 2017; 4:7. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2020.

VIRZI, Alexandre Hansen. **Planejamento financeiro**, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v30n2/v30n2a08.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PERÍCIA CONTÁBIL: REVISÃO TEÓRICA¹

Karine de Melo dos Santos, kmellorodrigues@icloud.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

Este trabalho foi elaborado com o intuito de conhecer mais e como funciona a perícia contábil. A perícia consiste em uma ferramenta fundamental para a resolução de conflitos entre pessoas físicas e jurídicas. O trabalho realizado por um Perito é desenvolvido de acordo com as normas contábeis e legislação vigente, tem o papel de analisar de forma completa, toda a estrutura financeira de uma organização para reunir provas e esclarecer se aconteceu alguma irregularidade ou controvérsia relacionada à área fiscal. Neste trabalho de revisão teórica, o Laudo Pericial Contábil, tem sua importância e atributos que ele deve ter para influenciar expressivamente a decisão do magistrado na resolução de litígios. Após todas essas etapas realizadas de estudos e pesquisa chega-se à conclusão de que os Laudos Periciais Contábeis possuem papel relevante no processo de tomada de decisão, por parte dos juízes, auxiliando-os no julgamento das demandas judiciais.

Palavras-chave: Contador. Perito. Laudo Pericial. Perícias Contábeis.

INTRODUÇÃO

A profissão de contador é totalmente regulamentada de acordo com a Resolução CFC 560/83, na qual se descreve que o contador poderá atuar em diversas áreas, sendo uma delas a perícia contábil (CFC, 2015).

Neste sentido, a Contabilidade, sendo uma ciência social, requer do Contador conhecimentos gerais diferente da expressão conhecimento profundo de todas as ciências que se inter-relacionam, traduzindo-se em necessário domínio da matemática, especialmente a financeira, de noções de economia, direito, lógica e outras (MAGALHÃES, 2001).

Laudo pericial contábil é a peça escrita na qual o perito contador expressa sua opinião a respeito de eventos e fatos submetidos à sua apreciação, e este deve ser elaborado com objetividade, rigor científico, concisão, argumentação e clareza, além de citações de dispositivos legais, assim ele será considerado de boa qualidade e auxiliará o magistrado, podendo ser muito relevante para a sentença, dando apoio técnico científico para que o juiz chegue à justa resolução do conflito de interesses, proferindo a justa sentença (SÁ, 2001).

O Contador deve fazer parte desse mundo novo, pesquisando, atualizando-se e sendo competente e ético com seus clientes na sociedade em geral (SÁ, 2001).

REVISÃO TEÓRICA

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância

¹ Trabalho de Projeto Integrador

² Acadêmica da 2ª fase do curso de Ciências Contábeis

³ Professora do curso de Ciências Contábeis da UNIARP.

decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente. Pode haver perícia em qualquer área científica ou até em determinadas situações empíricas (CFC, 2015).

Perícia contábil é a verificações de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião (SÁ, 2008).

Trata-se de um instrumento que visa criar os elementos comprobatórios necessários para que uma empresa apresente, em vias judiciais ou extrajudiciais, provas de que um fato ocorreu ou não, averiguando-se se há ou não desrespeito à legislação vigente. Para que seja feita essa averiguação, os procedimentos devem ser conduzidos por um perito contábil, profissional que precisa estar habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade (SOUZA, 2009).

Ao realizar uma Perícia Contábil, devemos levar em considerações os efeitos sociais dela decorrentes, com, no exemplo, uma justa e honesta partilha de bens, em um processo de inventário, cuja decisão do Juiz de Direito seja orientada pelo trabalho do contador, nas funções de perito, propiciará bem-estar a todos os que interesse na partilha. Nesse exemplo, a Ética tem grande peso, pois o trabalho honesto e eficaz é decorrência de uma formação sadia do profissional (FAVERO, 2001).

A lei processual civil chama de perito aquele que é nomeado por iniciativa do juiz. Depois da nomeação do perito, podem as partes ou uma delas indicar assistente técnico "Perito da Parte" (SÁ, 2008).

O compromisso moral e ético do perito para com a sociedade e para com sua classe constitui o principal lastro de sustentação da realização profissional o trabalho de boa qualidade, com valor social, faz parte do contexto moral e ético. Conhecer os códigos contábil e pericial é condição indispensável ao profissional que atua nessa área (LONARDONI, 2001).

Conforme descreve Ornelas (2011), a perícia contábil é ampla e pode ser dividida da seguinte forma: Judicial solicitada pelo Poder Judicial, Extrajudicial solicitada por pessoa jurídica e física para uma análise não judicial envolvendo as partes; e Arbitral – solicitada para solucionar conflitos entre as partes, fora do âmbito da justiça, agilizando acordos entre elas.

De acordo com Magalhães (2001), a perícia administrativa é o exame decisivo de situações, em caráter administrativo, quando o responsável pelos negócios de uma entidade econômica se depara com uma questão em que ele próprio tem dúvidas e solicita, então, os subsídios do contador para dirimi-las.

O exame pericial nessas condições é estritamente particular. É o administrador que tem necessidade de se apoiar no juízo autorizado de um conhecedor da matéria, o que fortalece seus atos decisórios (MAGALHÃES, 2001).

Mais comum quando o administrador não confia em atos de seus subalternos e auxiliares, como depositários, caixas e empregados de escritório. O apelo ao perito pode ser motivado por irregularidades supostas ou manifestadas por erros e vícios funcionais (SOUZA, 2001).

Os casos podem ser propostos pelo interessado e indicados os pontos ou atos de irregularidade ou suposta irregularidade, e ser invocada a sagacidade do perito para descobri-los. Em tal aspecto, a ação de investigação é detectiva e terá ele a função de determinar efeitos e investigar as respectivas causas (SOUZA, 2001).

Para Sá (2011), a Perícia Contábil Judicial tem como objetivo servir de prova ou arbitramento no âmbito Judiciário, deve ser solicitada apenas por um Juiz ou pelas partes envolvidas no conflito e ser executada por um perito contábil nomeado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade, assim como no cadastro de peritos da comarca na qual se encontra a ação/processo.

Ela é necessária para conferência de dados, verificação de provas apresentadas pelas partes ou até a coleta de provas. Geralmente, é requerida quando defesa ou acusação apresentam determinados argumentos que não podem ser comprovados com as provas existentes (STUDIO, 2019).

A Perícia Extrajudicial, conforme Magalhães (2001), mantém-se totalmente fora do Poder Judiciário e do aparato institucional do Estado. O perito será contratado em comum acordo e o que prevalecerá nesse caso é a vontade das partes envolvidas na situação. Essa tem como finalidade apenas demonstrar a veracidade das informações, discriminar interesses dos envolvidos, comprovar desvios e/ou fraudes, dentre outros.

Pode-se definir que “a perícia extrajudicial opera-se, principalmente, por acordo entre as partes. Estas convencionam que a questão pendente seja solucionada tendo por base a informação pericial” (MAGALHÃES, 2001, pag. 22).

“Já a PE é aquela que não é solicitada por um juiz em situação de litígio. Então, é requerida pela própria empresa ou pessoa que busque respostas específicas sobre determinada situação contábil” (STUDIO, 2019).

Pode-se entender, segundo Alberto (2002), que a Perícia Arbitral é a combinação da Perícia Judicial com a Extrajudicial. Será realizada por um perito que atuará como árbitro no processo, de acordo com as regras estabelecidas pelas partes envolvidas. Essa perícia é escolhida quando as partes interessadas têm como objetivo ter agilidade de um processo extrajudicial, mas mantendo a credibilidade e segurança como em um processo judicial.

De acordo com Sá (2011) orienta que o contador, habilitado como perito, deverá sempre se manter de acordo com a legislação, tendo ciência de sua responsabilidade ética, social, mantendo também a legalidade de suas ações. Em caso de o perito não agir de acordo com isso, responderá judicialmente por seus atos e, caso recuse elaborar um laudo, ele deve fazer apresentar, em um prazo de cinco dias, sua escusa.

Como o perito é o profissional que auxilia o magistrado na tomada de decisão, emitindo sua opinião para a justa resolução do conflito de interesses, é necessário um documento, denominado Laudo Pericial, onde nele o expert manifesta sua opinião (SÁ, 2001).

Para Lopes de Sá (2001), Laudo Pericial Contábil É o julgamento ou pronunciamento, baseado nos conhecimentos que tem o profissional da contabilidade, em face de eventos ou fatos que são submetidos a sua apreciação (SÁ, 2001).

Não existe um modelo obrigatório de laudo pericial que deve ser feito pelos peritos, na verdade a estrutura do laudo é muito subjetiva, cada perito trabalha com determinado padrão de laudo pericial, sempre com o intuito de este ser completo e de fácil entendimento por parte do juiz, para que a decisão dele seja tomada com base nas constatações do perito (Alberto, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da pesquisa foi de buscar conhecimento sobre Perícia Contábil, tipos de perícia, perito contábil e execução do laudo pericial, buscando com isso,

aprofundar o tema escolhido através do levantamento bibliográfico, de modo também que favorecesse o entendimento a partir dos dados coletados na pesquisa de campo.

Dentre as áreas de atuação do Contador está a Perícia Contábil Judicial, que constitui como importante instrumento na elucidação de controvérsias envolvendo pessoas físicas ou jurídicas, provindas de fatos patrimoniais e financeiros, em que o perito pode ser nomeado pelo juiz ou indicado pelas partes, visto que o mercado está cada vez mais abrangente e a demanda de trabalho pode ser considerada grande, fazendo com que os Contadores se sintam atraídos por esse tipo de atividade.

A revisão desse trabalho abordou um breve histórico da Perícia Contábil, conceito, tipos, alguns artigos do CPC relacionados à perícia, a prova pericial, o perfil do perito e a nomeação, a indicação, quando ocorre o impedimento e a suspeição, o mercado de trabalho da perícia, a prova pericial e as atividades desenvolvidas pelo perito. Tudo isso, foi possível através de leituras de livros, artigos que proporcionaram um apanhando muito interessante e elucidativo do assunto abordado.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Vander Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

CFC. **Resolução 560 de 28 de outubro de 1983**: regulamentação da profissão de contador. Acesso em: 15 out. 2020.

FAVERO, Luiz Hamilton, **Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LONARDONI, Mário, **Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias et al. **Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes de, **Perícia Contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, CLOVIS, **Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

A INFLUÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA DO ESTADO NO DIREITO PENAL PARA O SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO¹

Luiz Fernando Vescovi²
Emanoeli Neriz da Cruz³
Karine Ribeiro de Souza⁴
Lisiane Dias dos Santos⁵
Sara Yasmin dos Santos⁶
Rosa Aparecida Pit Gatti⁷

RESUMO: O presente trabalho aborda acerca da influência trazida pelo princípio da intervenção mínima no Direito Penal, e conseqüentemente no sistema processual penal brasileiro. Assim, é abordado, primeiramente sobre o próprio princípio, o qual é limitador da aplicação do Direito Penal nos casos de delitos praticados. Sendo que, deve ser observado outras medidas a serem aplicadas, para que não acabe sendo aplicada de imediato uma medida restritiva de liberdade. Ao ser observado o princípio da *ultima ratio*, evitando que infratores de grau mais baixo, respondam com medidas tão drásticas, transformando esse cidadão em um profissional do crime. Assim, será abordado sobre as influências trazidas e pontos que culminam pela conservação de tal princípio, já que necessária para a solução da criminalidade.

PALAVRAS-CHAVES: Direito Penal, Sistema Processual Penal Brasileiro, Princípio da Intervenção Mínima.

1 INTRODUÇÃO

Por ser o Direito Penal bastante violento, já que impõe medidas restritivas e bastante drásticas, principalmente para a liberdade do infrator, o que acaba por afetar os próprios direitos individuais do mesmo, houve a necessidade de criação de alguma medida que limitasse a aplicação de suas penas, restringindo-as para as situações que realmente fossem necessárias.

Assim, criou-se o instituto/corrente da intervenção mínima, com a finalidade de orientar e limitar o poder penal violento do Estado. Mas esta ideia veio de tempos passados, não sendo contemporânea.

Fato é que, além do sistema carcerário não possuir capacidade para acolher todos os infratores, tais medidas de restrição da liberdade também não eram as mais adequadas e recomendadas. Logo, a máquina estatal não suportou mais o

¹ Trabalho apresentado pelo curso de Bacharel em Direito, sob a orientação do professor Luiz Fernando Vescovi.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Mestre em Direito das Relações Internacionais e da Integração na América Latina pela Universidad de la Empresa – UDE. Advogado.

³ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: emanoelinerizz@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: karineribeirojj@gmail.com

⁵ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: lisiydias@hotmail.com;

⁶ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: sarayasmiin01@gmail.com;

⁷ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: rapgatti@gmail.com

excesso de leis que aplicavam tais penas, sendo que, em verdade, por si só, não traziam efetividade, de modo duradouro.

Foi aí que, com o princípio da intervenção mínima passou-se, a dar mais atenção a outras medidas, antes da aplicação do próprio direito penal, a fim de que houvesse a tentativa de ressocialização da pessoa na sociedade.

Portanto, o Direito Penal e Processual Penal moderno passaram a buscar fins sociais, sendo que só seriam aplicados quando houvesse esgotamento de todos os meios extrapenais de controle social. Neste sentido, o instituto do princípio da intervenção mínima trouxe enorme influência para a proporcionalidade na aplicação das penas, de modo que o Direito Penal deve respeitá-lo e voltar-se à sistematização democrática para garantir, acima de tudo, a dignidade da pessoa humana. Por isso, se faz necessário entender os aspectos norteadores da aplicação do referido princípio.

2 CONCEITO DO DIREITO PENAL

Para Guilherme de Souza Nucci, o Direito Penal é entendido como “conjunto de normas jurídicas voltadas à fixação dos limites do poder punitivo do Estado, instituindo infrações penais e sanções correspondentes, bem como regras atinentes à sua aplicação” (NUCCI, 2008). O Direito Penal, então, nada mais é que uma maneira de deter e impor medo de certa forma às pessoas para que não venham cometer infrações. Contudo, caso venham a ocorrer, que as sanções penais possam ser impostas a esses infratores.

Portanto, este segmento jurídico é uma modalidade criada da necessidade de evitar com que as pessoas venham a efetuar infrações. Como dito anteriormente, se o mesmo já tiver ocorrido, sua finalidade será a de realizar a punição adequada, segundo as disposições normativas do Direito Penal vigente.

2.1 Princípios

2.1.1 Conceito dos Princípios

Os princípios que integram os sistemas penal e processual penal se mostram de duas formas, os *materiais* e os *formais*.

As fontes materiais dizem respeito à competência para legislar sobre matéria penal. Já a fonte formal versa sobre a forma, de acordo com Gomes e Molina, de “como se exterioriza formalmente o direito penal” (GOMES, MOLINA, 2007). Neste último, ainda, há uma subdivisão, em *imediatas* e *mediatas*. O primeiro é a lei propriamente dita e o segundo são os costumes constituídos.

2.1.1.1 Princípios Constitucionais Penais

A Constituição Federal de 1988 traz princípios penais a serem aplicados em nosso ordenamento jurídico, como por exemplo, o princípio do contraditório, da proporcionalidade, igualdade e da necessidade. Ademais, alguns dos princípios que integram o Direito Penal também estão expressos na Constituição, entre os artigos 1º e 5º. Tais princípios estão, de certa maneira, relacionados à missão fundamental do ramo penal, bem como com a correlação entre o agente do fato e a pena.

2.1.1.2 Princípios Penais Constitucionais

São aqueles que integram o ordenamento jurídico penal positivo, tendo, pois, características constitucionais, que restringem aos limites do poder punitivo que o indivíduo passa a estar no âmbito do sistema penal.

2.2 Parte Histórica do Princípio da Intervenção Mínima do Direito Penal e Processo Penal

O surgimento do princípio da intervenção mínima ocorreu no século XVIII, por meio de movimentos sociais, na França, com base na falta de capacidade governamental e com a insatisfação da burguesia, que decorre das contradições entre o capitalismo e o absolutismo político. Já se tinha uma busca pela limitação da intervenção punitiva do Estado, e seria necessário fazer testes se as normas penais realmente eram eficazes, para que pudesse barrar ou não a propagação do âmbito penal (APOLINÁRIO, 2012).

Importante destacar a Declaração de direitos do homem e do cidadão, de 1789, cujo artigo 8º descreve que a lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias, formando, assim, o princípio da intervenção mínima.

No ano de 1980, em Estrasburgo, o princípio da intervenção mínima passa a ter seu verdadeiro reconhecimento no sistema penal, expandindo-se e ganhando uma nova dimensão. Neste ano, com o informe do conselho da Europa sobre Descriminalização, passou a ter o seu devido reconhecimento (ORLANDO, 2010).

Com o documento internacional, que é a favor de um direito penal mínimo, foi intitulado as Regras de Tóquio (1990). São essas orientações e sinalizações para os países signatários introduzirem em seus sistemas jurídicos medidas não privativas de liberdade. Referido documento indica, de forma expressa, o emprego do princípio da intervenção mínima (ORLANDO, 2010).

Vale ressaltar que a intervenção mínima corresponde a um princípio constitucional implícito, não expressamente disciplinado no texto constitucional, nem nas leis penais. É possível de se observar que o ordenamento jurídico brasileiro não encontra de forma expressa a previsão legal que menciona sobre o princípio da intervenção mínima, sendo infraconstitucionais ou constitucionais, podendo, pois, ser aplicado por meio de análise implícita das leis penais e da Lei maior.

É possível, então, concluir que o mesmo decorre da interpretação ampliativa do artigo 5º, *caput*, que faz alusão à inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança, à liberdade e à propriedade (ORLANDO, 2010).

No entanto, falar em direito penal mínimo e em intervenção mínima parece fácil e muito razoável. O difícil é determinar como o Estado poderá atender a esse requisito de todo e qualquer Estado Democrático de Direito (PASCHOAL, 2015, 11).

Para garantir essa mínima intervenção, é preciso observar, além do princípio da subsidiariedade, analisar o princípio da fragmentariedade, que menciona que, mesmo sendo um bem merecedor de proteção mediante o direito penal, nem todas as lesões a esse bem poderão justificar esse efeito no ramo do Direito (PASCHOAL, 2015).

Tem-se que o princípio da intervenção mínima é um princípio complementar da subsidiariedade e o da fragmentariedade, na medida em que determina que toda e qualquer ação é atenta a esse bem deva ser objeto de criminalização (PASCHOAL, 2015).

2.2.1 Princípio da Intervenção Mínima

Este deve se restringir às consequências mais gravosas, limitando à proteção dos bens jurídicos, respeitando critérios políticos da época e suas necessidades. Assim nasce um princípio limitador do poder punitivo do Estado, a saber: o princípio da intervenção mínima (ALMEIDA, 2017).

Para Damásio de Jesus, “restringir ou impedir o arbítrio do legislador, no sentido de evitar a definição necessária de crimes e a imposição de penas injustas, desumanas ou cruéis, a criação de tipos delituosos”, o qual deve ser obedecido a necessidade e a eficácia em que o Estado possui em intervir, por meio do Direito Penal (ALMEIDA, 2017).

2.3 Conceito e Inserção no Modelo Jurídico Brasileiro do Princípio da Intervenção Mínima

Tal princípio é aplicável em todo o ordenamento jurídico brasileiro, mesmo não estando disposto expressamente na Constituição Federal. Para Robert Alexy, os princípios são entendidos como:

Princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes, pois são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas (ALEXY, 2008).

Isto é, os princípios têm alcance normativo e se traduzem por uma dimensão valorativa, maior ou menor. A Carta Magna, por sua vez, consagra princípios que dão diretrizes e metas para todo o ordenamento. Sendo assim, no direito penal, os princípios constitucionais limitam a intervenção estatal da coletividade.

O programa de minimização da intervenção penal se baseia no princípio da dignidade da pessoa humana, bem como se a inserção da penalização é necessária, como previsto no artigo 59 do Código Penal, “a pena estabelecida para cada delito de ser necessária e suficiente para a reprovação do crime”.

Quando se fala na segurança ou na proteção da sociedade por meio da criminalização – com a maior penalização das condutas –, fundamenta-se, pois, na desconfiança que esse mesmo Estado tem em punir quem já faz parte do seu sistema. A solução, na verdade, é o contrário desse pensamento, pois quanto maior a limitação do direito penal no Estado Social e Democrático de Direito, maior será o desenvolvimento da personalidade humana e da paz social.

Portanto, o princípio da intervenção mínima se fixa na ideia de que a pena para ser aplicada deve ser o único (e último) recurso para a proteção do bem jurídico violado, pois somente assim há distribuição mais equilibrada de justiça. Em virtude disso, este princípio do direito penal deve ser utilizado para caso concreto a sua real necessidade.

3. CONCLUSÃO

O Princípio da Intervenção Mínima, chamada de *ultima ratio*, faz plena alusão à manifestação do Estado fazendo uso da aplicação do Direito Penal, de forma

mínima na vida das pessoas. Logo, ele deve intervir na esfera de direito do indivíduo apenas quando for extremamente necessário.

Em meio a isso, existe um subprincípio, o Princípio da Fragmentariedade, que consiste em subdividir a competência quanto à aplicação do direito nos fatos que podem ser abrangidos pelas demais esferas do direito, haja vista que, o direito penal não pode evitar todas as condutas lesivas dos indivíduos.

Também é aplicado o Princípio da Subsidiariedade, invocando o direito penal somente quando os demais ramos do direito não forem capazes de resolver todos os problemas.

O Estado se valerá de todos os âmbitos do direito em suas particularidades para intervir. O Princípio da Intervenção Mínima, só será invocado quando apenas os mecanismos do direito penal, em conjunto com o Estado não forem suficientes.

No direito penal há a pena restritiva de direito, a prisão, que é o mecanismo extremo, e somente será aplicado em última circunstância, onde a prisão é a maior intervenção que o Estado pode fazer em forma de intervenção, quanto à liberdade do cidadão, tirando o direito do cidadão de ir e vir.

Portanto, o Princípio da Intervenção Mínima, está ligeiramente interligado com o direito penal, devendo ser utilizando apenas quando for realmente necessário, ou seja, quando os demais ramos não conseguem evitar ou resolver tal situação. Para tanto, estes são aplicados respeitando o que é dito na Constituição Federal de 1988.

4. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

APOLINÁRIO, Rafael dos Santos Sant'ana. **Princípio da intervenção mínima frente ao direito penal contemporâneo**. 2012. Monografia (Bacharel em Direito - Faculdade de Direito de Presidente Prudente), Presidente Prudente, 2012.

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, García-Pablos de. **Direito penal: parte geral**. Vol.2. Coordenação Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. São Paulo: RT, 2008.

ORLANDO, Marielen Paura. **O princípio da intervenção mínima no direito penal**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário Eurípides de Marília, Marília, 2010.

PASCHOAL, Janaina Conceição. **Direito Penal: Parte geral**. 2 ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS DO ESTADO MÍNIMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Luiz Fernando Vescovi²

Ana Caroline Padilha de Goes³

Graciela Tahynara Barbosa dos Santos⁴

Marcelo Stieven⁵

Suzane da Silva⁶

RESUMO: O objetivo do trabalho é discorrer sobre o conceito de liberalismo, as consequências de um Estado Mínimo e sua aplicabilidade no contexto atual de nossa nação. A pesquisa foi realizada em livros de pensadores das ciências jurídicas e de filósofos que discutem a formação social e a necessidade estatal nesta, bem como em portais de notícias e de discussão na Internet e veículos de pesquisa social. Avançando sobre a pesquisa do Liberalismo, buscamos conceituar seu objetivo e características e ao mesmo tempo, demonstrar qual seria sua consequência em caso de aplicação imediata. Com a análise realizada, percebemos que um número considerável na população, busca auxílio estatal para sua subsistência. Dessa forma, o presente estudo busca discorrer sobre o prisma atual das políticas públicas em nossa nação, da impossibilidade do afastamento delas, ao menos em nosso cenário atual, bem como analisar as que estão em operação atualmente e qual seria o impacto social de sua redução ou extinção.

Palavras-chave: Liberalismo. Políticas Públicas. Estrutura Estatal.

1 INTRODUÇÃO

O Liberalismo trata-se de um movimento que busca reduzir a máquina estatal ao mínimo, tendo esse, incumbência de discutir apenas questões ligadas a segurança, administração pública de maneira restrita e saúde, sendo que pensadores mais radicais, essa útil seria também extinguida de suas obrigações. Isso tudo, buscando reduzir ao máximo os gastos com a máquina pública, dessa forma, reduzindo a cobrança de tributos.

As políticas públicas são resultados advindos da estrutura estatal, que tomam forma através das atividades da administração pública, por meio de leis que autorizam a atividade estatal.

¹ Trabalho apresentado pelo curso de Bacharel em Direito, sob a orientação do professor Luiz Fernando Vescovi.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Mestre em Direito das Relações Internacionais e da Integração na América Latina pela Universidad de la Empresa – UDE. Advogado.

³ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: acarolineg@outlook.com

⁴ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: graci.barbosa@hotmail.com;

⁵ Acadêmico do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: marcelostieven@gmail.com;

⁶ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; e-mail: silvasuzane9@gmail.com

O Estado brasileiro possui forte gama de serviços e auxílios sociais, que abrangem variadas camadas e grupos sociais. Com isso, em nossa cultura, temos forte vínculo entre a relação sociedade e Estado, tornando muito mais complexa a discussão de uma redução da participação do Poder Público.

Por este, existe amplo campo de discussões entre especialistas em políticas públicas sobre a estrutura estatal e sua influência na vida em sociedade, quais seriam os resultados de um “Estado menor”, se, de fato, a redução da máquina pública fosse beneficiar os indivíduos componentes desse grupo através da redução de impostos, dando, assim, maior liberdade

2 LIBERALISMO

Em sua essência, é uma doutrina político-econômica que surge da vontade de limitação do Estado para a ascensão da liberdade, direitos individuais e a igualdade, garantidos pela Constituição Federal de 1988, bem como a proteção da propriedade privada e o livre comércio. As lutas da burguesia, na Inglaterra, no século XIII, estão intimamente ligadas a essa vontade e por tal motivo, o liberalismo estará sempre associado a essa classe social. Para o liberalismo, portanto, é necessário o Estado Mínimo para garantir as pautas defendidas. (NADER, 2013)

O liberalismo é pois, visto por três perspectivas distintas: o liberalismo político, econômico e como corrente de pensamentos, os dois primeiros citados são facilmente correlacionados e o terceiro pode abranger os demais, ou não.

O liberalismo como corrente de pensamento se opõe ao conservadorismo e tende a ser mais tolerante com a diversidade e com o novo. Como corrente político-econômica, diferentemente do liberalismo como corrente de pensamento, no Brasil, estão atrelados a linhas como ideias mais conservadoras e à direita na política. Isso porque, tradicionalmente, o liberalismo não concorda, mesmo que seja a regra geral, com a moral conservadora. (NADER, 2013)

3 ESTRUTURA ESTATAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Muito se fala sobre o que vem a ser o Estado. Nicolau Maquiavel justificava ser um instrumento pelo qual se tem o controle dos homens, é, portanto, o meio que representava poder e o exercia. Em sua obra, O Príncipe (1955), fez referência a essa afirmação no trecho: *“todos os Estados, todos os domínios que exerceram e exercem poder sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”*. Por se posicionar dessa maneira, escrever e falar abertamente e de forma crítica sobre o Estado – contrariando as ideias platônicas e aristotélicas e retratando deveras a realidade –, ganhou a fama de mau, era chamado de “maquiavélico” por muitos. (MAQUIAVEL, 1955)

O principal objeto que norteia a discussão sobre Estado está diretamente ligado a liberdade. Ora, se o Estado é diretamente responsável pela criação e pela imposição de regras e sanções, o que caracterizaria a liberdade dentro do Estado, visto que é considerado livre somente aquele que caminha como as leis permitem? Montesquieu afirma que *“em um Estado, isto é, numa sociedade onde existem leis, a liberdade só pode consistir em poder fazer o que se deve querer e em não se forçando a fazer o que não se tem o direito de querer”*. (MAQUIAVEL, 1955)

4 ESTRUTURA ESTATAL BRASILEIRA

O Estado brasileiro possui sua própria organização. Já no seu primeiro artigo, a Constituição Federal dispõe que a nação brasileira é formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sendo um Estado Democrático de direitos e garantias, e que o exercício do poder do povo ocorre por meio de representantes eleitos ou nomeados pela própria Constituição. (NADER, 2013)

Em seu artigo 18, encontra-se especificadamente que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Ainda, a cláusula pétreia constante do artigo 60º, § 4º dispõe: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos poderes; e IV - os direitos e garantias individuais”. A Carta Política consagrou, então, o princípio da autonomia dos entes federados, os quais possuem capacidade de se autogovernar, auto legislar e se auto administrar. (HÖFLING, 2001)

No que tange ao Poder Legislativo, o Brasil optou pelo sistema bicameral, Câmara dos Deputados e Senado Federal (o Congresso Nacional). Sua função é de fiscalizar e legislar sobre o Estado, conforme dispõe a Constituição, em seus artigos 48, 70 e 71. O Poder Executivo, por sua vez, conforme o artigo 76 do mesmo livro, é exercido pelo Presidente da República com o auxílio dos Ministros, seus exercícios estão previstos no artigo 84, tendo, por exemplo, o disposto no inciso IV: Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. (HÖFLING, 2001)

5 ESTADO E POLITICAS PÚBLICAS

Primeiramente, cabe mencionar que as políticas sociais aplicadas pelo Estado usualmente são entendidas como as relativas à educação, à saúde, à previdência, à habitação, ao saneamento, e outros. Diferentemente do *governo*, este transitório e mutável, o *Estado* é composto por instituições permanentes que formam um bloco necessário para o pleno desenvolvimento social. Sendo assim, as políticas públicas são: *“O Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”* (HÖFLING, 2001).

As políticas públicas, em muitas situações, são entendidas como formas pelas quais o Estado tenta resolver os conflitos sociais, mesmo sabendo que os problemas do país não serão resolvidos apenas pelas ações mais simples do Estado, a maneira com que as políticas são aplicadas molda o pensamento de grande parte da população. A garantia dos direitos individuais expressamente regulamentadas pelo Estado difere da interferência nas esferas de vida pública e econômica da sociedade (HÖFLING, 2001).

6 ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO

Com o advento da Constituição de 1988, o tema assistencial social adquiriu um “status” de política pública, se tornando, assim, uma responsabilidade estatal.

Entretanto, a parcela mais pobre da sociedade não goza do mesmo acesso à assistência de pessoas com maior poder aquisitivo, por exemplo, contrariando a ideia de que a assistência social é acessível a todos os brasileiros, sendo que somente cerca de 15% a 25% da população é beneficiada com tais atos (COUTO, 2008).

Diferentemente dos serviços prestados à população, os quais geram retorno financeiro, essa “ajuda” fornecida pelo Estado é embasada no viés filantrópico, o qual, para a maioria dos governantes, não gera qualquer benefício econômico. Berenice Rojas Couto explica que com o passar do tempo e as constantes alterações no cenário político, o quadro da assistência social continuava a mesma: práticas clientelistas, conservadoras e seletivas, operadas por entidades desarticuladas, sendo os programas sociais organizados no fundamento do empréstimo e da doação, contrapondo-se ao direito (MULLER, Gobert, 1987).

A assistência social deve ser direcionada às regiões mais carentes e de maior vulnerabilidade para que pessoas que não tem condições mínimas de sobrevivência recebam tal auxílio do poder estatal. Ocorre que, atualmente, a maior parcela da população brasileira mora em áreas de comunidades, onde, nelas, encontram-se famílias sem o mínimo amparo, com desempregados, portadores de deficiências, usuários de drogas, entre outros (COUTO, 2008).

7 CONCLUSÃO

Entende-se que no Liberalismo não se pode falar de políticas públicas e no assistencialismo ao mesmo tempo, pois um é antítese direta do outro, enquanto que no primeiro há uma proposta de reduzir até a extinção os gastos sociais do Estado, no outro, este mesmo busca arrecadar mais, para ter capacidade financeira de oferecer ainda mais recursos aos necessitados desse auxílio.

Dessa forma, percebe-se que a conjuntura atual, o Estado se faz de elevada necessidade para garantir uma vida digna a alguns indivíduos, por este, a discussão sobre Estado Mínimo deve ser sempre fracionada, com doses homeopáticas de sua inserção, pois a estrutura social momentânea jamais poderia vir a suportar a falta de assistencialismo proposta pelo regime Liberal, não sendo essa uma proposta intolerável, mas sim, inviável, conforme avaliação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

EPIFANIO, Alex. **A assistência social no Brasil à luz da Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3267/1/Alex%20Ferreira%20Epif%C3%A2nio.pdf>> . Acesso em: 04 nov. 2020.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão.** Porto Alegre: Globo, 1977.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> . Acesso em: 04 nov. 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Sécondat. **O Espírito das Leis.** 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito.** 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

PAGANINI, Juliana; VIEIRA, Reginaldo de Souza. **A política nacional de assistência social no Brasil: reconhecimento da assistência social enquanto política pública ou reprodução do assistencialismo.** Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3gXVbacPeLIJ:https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/download/13169/2375+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> . Acesso em: 04 nov. 2020.

PAULANI, Leda. **Neoliberalismo e individualismo.** Economia e Sociedade, Campinas, 1999.

POULANTZAS, Nico. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO DIREITO CONSTITUCIONAL ¹

Ana Luísa Balestrin Silva, Analuisabalestrinsilva6@gmail.com²
Daniel Galvão, danielgalvao99191177@gmail.com³
Eloiza Vitória dos Santos Correa, Eloisacorrea725@gmail.com⁴
Michelly Moreira de Souza, Michellysouza490@gmail.com⁵
Ana Lilian Villwock Azevedo, ana.lilian@uniarp.edu.br⁶

Resumo – É evidente o crescente desenvolvimento tecnológico não apenas no Brasil como mundialmente. Estas novas tecnologias se tornam indispensáveis a vida humana e subsequentemente o desenvolvimento acaba influenciando o direito, no tempo atual os profissionais na área do direito estão gradualmente empregando as novas tecnologias, devida às suas potencialidades e inteligência artificial que auxiliam em seus trabalhos para torná-los mais precisos. É notório que o assunto gera discussões relativas ao avanço da tecnologia no direito, levanta-se a hipótese que em determinado momento os profissionais jurídicos possam ser substituídos em determinadas tarefas por softwares ou aplicativos, já em outros pensamentos se pontua os benefícios e a contribuição com a justiça. O Supremo Tribunal Federal já utiliza ferramentas na otimização dos julgamentos, o sistema judiciário brasileiro é considerado bastante vagaroso por não conseguir atender todas as demandas necessárias em um andamento necessário, o tempo médio de transmutação de um processo no Brasil cresceu nos últimos dois anos demonstrando a existência de burocracia exagerada. Assim, inserir a tecnologia de forma adequada respeitando os entendimentos previstos em nosso sistema processual ajudará a agilizar as etapas burocráticas do processo e também todo o sistema o tornando mais eficiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Tecnologia. Avanços. Constituição.

INTRODUÇÃO

Desde o princípio o homem sempre buscou transformar o mundo a sua volta, com o intuito de lhe proporcionar mais conforto e bem-estar, certamente sem o conhecimento nada disso seria possível, a sociedade em que vivemos frequentemente vive sofrendo incoercíveis mudanças em todos os âmbitos de nossa federação, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos. A medida que manifestou - se os avanços o estado começou a perceber que seria importante dar continuidade ao processo de desenvolvimento e implantação de políticas públicas projetando o desenvolvimento científico e tecnológico.

A nossa atual constituição, trata da ciência, tecnologia e inovação em capítulo próprio, alusivo à ordem social a emenda constitucional de nº85 criada em 2015, formou novo texto em relação a vários dispositivos deste capítulo e ratificou sua valorização dando especial destaque a inovação, a emenda incluiu o termo

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de (Colocar a modalidade, por exemplo: Projeto Integrador da 5ª fase do curso de administração).

² Acadêmico do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), titulação do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

inovação ao caput do art. 218, determinando que a inovação também deve ser promovida e incentivada pelo estado juntamente com a ciência, a pesquisa e a tecnologia. Consequentemente essa alteração proporcionou uma nova perspectiva para o desenvolvimento econômico do país, que incluiu a busca por novos produtos, serviços, processos e soluções, entre várias mudanças ela ampliou as possibilidades de apoio financeiro do poder público dessas áreas que encontra-se exposto no art.213 da constituição.

A emenda incluiu os incisos 6º e 7º art. 218 da constituição, incentivando a cooperação entre entes tanto públicos quanto privados nas diversas esferas do governo. O caput do art. 218 da Constituição estabelece que o estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. O Estado tem o dever de realizar as tarefas relacionadas a estas áreas, como exemplo por meio das universidades, o órgão incumbido e responsável por esta efetivação é o ministério da ciência, tecnológica e inovação (MCTI). Incentivar significa que o estado deve desenvolver oportunidades e mecanismos que possibilitem aos seus agentes atingir os objetivos já mencionados.

O que se percebe pois, é que o país cresce e progride quando desenvolve pesquisa nas mais diversas áreas. O avanço da ciência apresenta relação direta com a melhora de qualidade de vida das pessoas, de todas as pessoas, de maneira igualitária tal qual é característico dos direitos sociais. (TANAKA,2019).

O governo brasileiro tem apostado em grandes projetos, com o intuito de estimular o progresso econômico social, em áreas como setores de infraestruturas, ciência e tecnologia e educação. Alguns programas foram criados com o objetivo de auxiliar esse desenvolvimento, podemos citar, (FNDE) fundo Nacional do desenvolvimento da educação que tem como grande objetivo transferir recursos financeiros e prestar assistência aos Estados, municípios e o Distrito Federal, para garantir uma educação de qualidade a todos.

Consideramos que se trata de um tema enriquecedor para o nosso conhecimento, pois percebe-se que as Novas tecnologias permitem a incorporação do conhecimento mais avançado e determina progresso para o país, pois auxilia ultrapassar mais rapidamente as estruturas econômicas do subdesenvolvimento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mundo transformou-se em uma plataforma digital, assim tudo se resume a vídeos, imagens, dados e informação. Nesse processo usuários e criadores se confundem, todos almejam seus momentos de curtidas e divulgação. Dominar a tecnologia significa liberdade, a soberania, a primazia industrial enfim melhores condições de vida. Na indústria isso representa competitividade e lucros. (CASTRO, 2011)

Inegável o avanço na comunicação e modificação dos meios de se comunicar e até mesmo vender. Tudo está interligado e seus efeitos extrapolam o âmbito restrito, podendo ser transmitidos para quem interessar, combinando tempo e espaço. Assim a mesma tecnologia que facilita e modifica a forma de viver é a mesma que propõe novos desafios à proteção aos direitos da privacidade. A informação enviada, antes de chegar ao destinatário final, trafega por computadores capazes de capturar e armazenar as comunicações que passam por ela. (INELLAS, 2009)

Para o Direito, a nova realidade não pode ser desprezada, pois as consequências da informática e da rede no mundo jurídico são incontestáveis e totalmente diferentes que no mundo físico. O Direito encontra-se, assim, diante de um

grande desafio, algo muito diferente das relações que se buscava regular há cinquenta anos. O direito sempre regulou as relações decorrentes da realidade fática e de âmbito material. As redes têm muitas vantagens como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para sobreviver e prosperar em um ambiente de rápida modificação. (CASTELLS, 2003).

A Constituição Federal em seu artigo 218 indica que o Estado é o incentivador da ciência e da tecnologia sendo de forma direta ou indireta, no fomento da ação provada. Ainda que indiretamente o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e capacitação tecnológicas. Assim sendo sua responsabilidade para a autonomia do país, viabilizando o rompimento com o processo de dependência tecnológica em que os países subdesenvolvidos se encontram. (GRAU, 2007)

Nos artigos 218 e 219 da Constituição Federal evidencia que a prioridade deve ser com o objetivo de promover o “bem público e o progresso das ciências, e o esforço da pesquisa tecnológica nacional deve ser sempre direcionado á solução dos problemas brasileiros e para desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Sempre voltado ao mercado interno, na busca de sua independência e melhora da economia como um todo. (GRAU, 2007)

E nesse contexto há o desafio do desenvolvimento cultural. Assim incentivar o mercado é distribuir renda e realizar políticas de bem-estar, e em consequência causando o aumento da demanda, como ocorreu na industrialização central. O artigo 219 traz a situação de dependência externa e trata também do bem-estar da população, indo de encontro a heterogeneidade das classes sociais existente no Brasil. (OCTAVIANI, 2008)

O mercado interno integra o patrimônio nacional, assim subordina-se a vontade política e as posições jurídicas determinadas pelo titular do patrimônio. O titular do patrimônio, dessa forma, é a “nação” e o objeto são as relações econômicas, de produção, de circulação, de poupança e de consumo, ou seja, todo o mercado financeiro e econômico. O mercado interno deve seguir à nação e viabilizar as duas tarefas de superação do subdesenvolvimento: a eliminação das assimetrias entre as classes e setores sociais, internamente, e externamente entre os países, afinal vivemos num país interdependente e interligado. (OCTAVIANI, 2008)

O rompimento dos vínculos das relações internacionais, o comendo constitucional deveria se vincular todas as políticas públicas e ações estatais, pois é uma questão chave para a conquista da autonomia política e também tecnológica. A situação de cada sociedade diante desse desafio tecnológico é o que determinara a posição de sujeito ou objeto, no cenário internacional. (GRAU, 2007)

O ordenamento jurídico é um complexo emaranhado de normas e princípios que se complementam e se vinculam, dessa forma a visão que devemos tomar da constituição é uma visão holística, pois no artigo 3º, onde se definem os objetivos da República, são norteadores de todas as políticas públicas aplicadas pelo Estado, inserido no rol está o de desenvolvimento nacional. (GRAU, 2007)

O processo da industrialização modificou o perfil das relações econômicas e de poder na sociedade, criando um novo perfil de consumo, nessa transição constituíram-se diferenças entre as sociedades que aderiram a industrialização de forma direta para atender as suas próprias demandas e consolidar posições hegemônicas no contexto mundial. E aquelas sociedades que aderiram de forma indireta, sendo a industrialização advém das necessidades de expansão da economia internacional, sendo passivo nas demandas do mercado externo de consumo. Podemos perceber que a industrialização é um “divisor de águas” para determinar

relações de dependência, o que ocorre em grande escala devido ao fator da ciência e da tecnologia desempenham no mundo desde a industrialização. (FURTADO, 1978)

Ao observarmos a realidade do país identificamos que a Constituição não é neutra. Toma posição nos principais conflitos em que o país e seu povo inseriram-se. E sua posição é pela superação da condição do subdesenvolvimento, assim vincula os demais institutos jurídicos, tornando toda a cadeia em funcionamento para esse fim almejado. (OCTAVINI, 2011)

Dentro da ordem econômica internacional tem relevância: a) controle da tecnologia; b) controle das finanças; c) o controle do acesso à mão-de-obra barata. Todos esses combinados em doses diversas, resultam em posições de força, tanto economicamente quanto política. (OCTAVINI, 2011)

Para que exista inovação é imprescindível que exista criatividade, sendo uma dimensão da cultura. Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconsciente, aqueles que são atingidos sem seus interesses, implícito na criatividade existe o elemento de poder. Deste ponto surge a inovação, seno um elemento do sistema produtivo é capaz de movimentar um contexto, podendo modificar o perfil do consumidor bem como a composição de um preço/custo. (FURTADO, 1978)

No Brasil, o entendimento assumido para inovação é designado pela lei 10.973 de 2004, conhecida pela Lei da Inovação. A inovação tecnológica é um elemento da civilização industrial que tem o poder de reorganização a situação de dependência dos países. Também é um elemento de acumulação do excedente produzido pelo capitalismo, dessa forma há uma tendência de perpetuar as assimetrias das classes sociais. (OCTAVIANI, 2008)

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, porque, visto que a mesma oferece meios que facilitam o conhecimento geral do assunto tratado, como também permite explorar de modo mais profundo áreas específicas do tema exposto, permitindo também que o tema seja analisado sob novas perspectivas e abordagens produzindo novas conclusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade, na busca de informações, vem influenciando amplamente em todos os setores da sociedade. No âmbito jurídico não poderia ser diferente. Visando isso, o presente artigo buscou analisar a maneira com que o direito trata a questão ciência, inovação e tecnologia.

A sentença “ciência, tecnologia e inovação” foi adotada recentemente pelo ordenamento jurídico, quando promulgada a Emenda Constitucional de 1985, em que aparecem nos artigos 218 e 219. Ambos os artigos contam com o “Bem Público” e também com o processo da ciência para que haja, conseqüentemente, um desenvolvimento e praticidade mais eficaz.

Outro marco é a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973), que foi promulgada no dia 02 de dezembro de 2004, cuja finalidade é estabilizar as metas inseridas no texto constitucional. Visando, à capacitação e o alcance da autonomia tecnológica e desenvolvimento industrial do país.

A Lei 10.973 pretende estabelecer o sistema de cooperação entre os setores acadêmicos e econômicos, concedendo que a produção de novas tecnologias também ocorra no contexto empresarial.

Apesar da incerteza que rodeiam as questões relativas ao avanço da tecnologia aplicada no direito, visto que já existem inúmeras ferramentas que prestam auxílio aos profissionais e autores do âmbito jurídico. O desenvolvimento tecnológico e da ciência, não substituirão profissionais e não servirão como algo que domina e/ou manda, mas sim como uma ferramenta tecnológica que poderá ter inúmeros benefícios para contribuir significativamente para a área almejada.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carlos Henrique Siqueira. **Direito constitucional e regulatório: ensaios e pareceres**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

CRUZ, Lucas Mendes Coelho. **A ciência, tecnologia e inovação no ordenamento jurídico brasileiro**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4980, 18 fev. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55882>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1978.

GRAU, Eros. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 12ª Edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2007.

INELLAS, Gabriel Cesar Zaccaria. **Crimes na internet**. 2. ed., atual. São Paulo, 2009

OCTAVIANI, Alessandro. **Recursos Genéticos e Desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2008.

SCALQUETTE, Ana Cláudia Silva; SIQUEIRA NETO, José Francisco Siqueira. **60 Desafios do Direito – Economia, Direito e Desenvolvimento**. vol. 2. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **A benção de Hamilton na semi-periferia: Ordem Econômico-Social e os juros da Dívida Pública Interna**. 2011.

O ANDAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM FACE DA PANDEMIA

Guilherme Fagundes da Luz, guilherme.klaus@outlook.com¹

Jadiel Santos da Silva,, direitojadiel@gmail.com²

Julia Padilha Canfil, juliapdireito@gmail.com³

Wesley Ceron Bairro, wesley_ceron@hotmail.com⁴

Heitor Antônio Coffferri, direito@uniarp.edu.br⁵

Resumo: O presente artigo busca analisar o andamento dos processos judiciais em face do atual momento que vivemos. Discorrendo sobre o princípio da celeridade processual, levando em consideração o acúmulo de processos decorrentes dos efeitos da pandemia. Devido tais circunstâncias foi decretado o estado de calamidade pública, tanto no Brasil como nos demais países, trazendo assim mais responsabilidades para o governo, que deve garantir a segurança da população. Um dos mecanismos utilizados foi a prorrogação e suspensão dos prazos, onde possibilitou que as partes envolvidas pudessem se adaptar ao trabalho remoto. Deste modo a tecnologia vem como meio de solucionar os problemas acarretados pela pandemia, também auxiliando a desburocratizar os processos no poder judiciário que visa a extinguir os autos físicos, contribuindo na proatividade e a celeridade dos processos. Tendo em vista que durante a pandemia muitos processos foram agilizados e a população acompanhou através do TJ/SC, é esperado que ainda muitos processos sejam abertos, em especial de cunho trabalhista, observando que várias empresas acabaram desligando seus funcionários sem o devido amparo legal.

Palavras-chave: Pandemia. Covid-19. Processo. Prazos. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

Na análise dos princípios processuais é a celeridade e a razoabilidade dos processos são primordiais para a concretização da justiça. Porém, com a pandemia estão havendo inúmeras dificuldades no acesso inerente a justiça e dificuldade em conseguir sanar dúvidas da sociedade quanto a problemas processuais. As recentes decisões judiciais vão no sentido de que não há possibilidade de eternizar o processo judicial.

Ademais é possível vislumbrar problemas coma a suspensão dos prazos processuais, nos casos em que reconhecido o Estado de Calamidade, conflitantes diretamente com o princípio do devido processo legal.

Com impacto trazidos por novas tecnologias, a sociedade tende a viabilizar novos instrumentos afim de alcançar os veículos jurídicos, além da necessidade dos profissionais precisarem se adaptar a esta nova realidade digital, trazendo nova concepção e uma transformação na sociedade.

¹ Acadêmico da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor Orientador Especialista em Direito Tributário, em Direito Processual Civi e Direito Empresarial. Coordenador e docente do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0693250187059696>.

A INFLUÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NOS PROCESSOS JUDICIAIS

No Brasil, seguindo o exemplo de outros países foi decretado estado de calamidade pública, que assim como no estado de emergência, é permitida a flexibilização dos limites orçamentários sem que se caracterize como crime de responsabilidade fiscal (DA CUNHA, 2020).

Dentre os diversos exemplos que demonstram o impacto das mudanças estabelecidas em virtude do estado de calamidade pública, podemos ressaltar a chamada dimensão organizatória-procedimental dos direitos fundamentais, retratada pelo problema da suspensão dos prazos processuais, nos casos em que reconhecido o Estado de Calamidade ocasionando principalmente um atrito com princípio do devido processo legal, concretizando que o decreto Legislativo que reconhece o Estado de Calamidade tem efeitos jurídicos também no âmbito processual. Temos ainda quando a suspensão dos prazos processuais o juízo de ponderação e preocupação ao mesmo tempo com a efetividade e a segurança jurídica, um binômio em permanente tensão e equilíbrio no direito processual (SARLET, 2020).

O período atual vivenciado pelo novo coronavírus, pode ser considerada uma hipótese de “calamidade pública”, prevista no artigo 222, §1º, do Código de Processo Civil, que traz “§ 2º Havendo calamidade pública, o limite previsto no caput para prorrogação de prazos poderá ser excedido.” tendo o Magistrado o poder de prorrogar os prazos processuais por mais de dois meses (DA CUNHA, 2020).

Além disso, é possível entender que, diante da pandemia da Covid-19, o Decreto Legislativo que reconhece o Estado de Calamidade tem efeitos jurídicos também no âmbito processual. Porém a pandemia do Covid-19 não acarreta a suspensão automática de todos os processos; Só serão suspensos aqueles que, diante de suas próprias peculiaridades, o juiz assim o ordene expressamente (SARLET, 2020).

Nesse contexto, situa-se a resolução 313/2019, de 19.03.2020, do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, que determinou, em todo o País a suspensão dos prazos processuais até 30.04.2020 (DA CUNHA, 2020).

Ademais a Resolução cria um regime de plantão extraordinário visando reduzir os impactos no Poder Judiciário Nacional. A finalidade da Resolução é uniformizar a suspensão do trabalho presencial de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias de todo país. Advogados, partes, membros do Ministério Público e interessados deverão ter disponibilizado atendimento remoto pelos meios tecnológicos disponíveis (SARLET, 2020).

PRORROGAÇÃO E SUSPENSÃO DE PRAZOS DOS PROCESSOS JUDICIAIS.

O COVID-19 trouxe grande impacto em todos os setores de nossa sociedade. Saúde, administração, judiciário, entre outros. No quesito justiça foi aplicado o que chamamos de prorrogação e suspensão de prazos (COELHO, 2020).

Desse modo, insta salientar que a suspensão ocorre quando os prazos são interrompidos e voltam a contar no próximo dia útil. Isso pode ocorrer por dias não-úteis (finais de semana, feriados, dias com expediente suspenso e pontos facultativos), indisponibilidades eletrônicas no sistema do Tribunal e por força maior (Mariana Barros, 2020).

Já a prorrogação apenas ocorre quando o processo inicia ou termina/vence em dias não úteis assim sendo retornado no próximo dia útil. Essa modalidade está

prevista no art.224, § 1º, do CPC/2015 e do art.132, § 1º, do Código Civil de 2002. Com o novo vírus circulando pelas ruas, o CNJ(Conselho Nacional de Justiça), estudou meios para que a proliferação do mesmo seja menor. Em 19/3/2020 foi estabelecido um novo regime de plantão extraordinário no âmbito do Judiciário, onde suspendeu o trabalho presencial de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores (TALAMINI; AMARAL, 2020).

Ainda a mesma resolução suspendeu os prazos processuais até 30 de abril, porém não impediu os atos processuais necessário e de natureza grave. Nesta questão levamos em consideração que os prazos foram suspensos e/ou prorrogados pelo motivo de força maior, que é caracterizado como um fato que não é possível evitar/impedir, gerando assim suspensão dos expedientes (TALAMINI; AMARAL, 2020).

TECNOLOGIAS AUXILIANDO O JUDICIÁRIO DURANTE A PANDEMIA

Para reprimir a propagação do Covid-19 houve a urgência do trabalho remoto no Poder Judiciário, levando milhares de brasileiros se adaptarem ao trabalho em home office pois muitos são considerados serviços essenciais para garantir a segurança da população. Devido às circunstâncias foi necessária adoção de tecnologias eficientes para suprir as necessidades, vale salientar que mesmo antes do Covid-19 a tramitação de processos por meios digitais regulamentada em 2006, já era utilizada por diversos Tribunais agilizando decisões e despachos através de audiências por videoconferência (FLORÃO, 2020).

Podemos perceber que após a pandemia a adoção de novas tecnologias pelo poder judiciário é irremediável, pois essa modalidade digital do processo visa abandonar os autos físicos assim desburocratizando e acelerando a modernização na Justiça, que vem sofrendo com os acúmulos de processo, um exemplo claro foi próprio Supremo Tribunal Federal que adotou um sistema de videoconferência e plenário virtual para a discussão. (Luciano Teixeira, 2020)

Muitos advogados também adotaram o termo “tele advocacia” com atendimento online sendo assim uma nova forma de contatar seus clientes, e principalmente nas audiências por videoconferências puderam exercer seus direitos de defesa sem que fossem lesados. (TEIXEIRA, 2020)

É compreensível que nem todos estão de acordo com o uso e a evolução da tecnologia, visto que sendo usada de forma ilícita pode trazer perigo, e não estamos livres de sermos alvos de crimes cibernéticos, contudo é necessário muito investimento e aperfeiçoamento para que possa alcançar não somente os tribunais e órgãos públicos mas o restante população (BASILIO, 2020).

AÇÕES ESPERADAS PÓS PANDEMIAS

A presidenta da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), destacou em outras palavras, quando o convívio social voltar a sua normalidade as pessoas terão mais liberdade na busca da efetivação de seus direitos, sem restrições na procura de seus advogados e defensores (GIL, 2020).

A expectativa é de que a quantidade de processos trabalhistas também aumente, como explica, vice-presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do DF. pois há muitas empresas que têm demitido o funcionário sem pagar a rescisão de forma correta, por conta desses motivos que tá ocorrendo esse excesso de demandas

trabalhistas. No presente momento, a solução para a diminuição dos impactos de uma judicialização em excesso, o CNJ já tinha desenvolvido, desde antes da pandemia, uma plataforma de mediação on-line (SANTOS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, a celeridade do trâmite das ações processuais é um direito fundamental expresso na constituição, antecipadamente ao impacto da pandemia o poder judiciário já havia programado uma solução virtual para o andamento adequado da demandas judiciais, concluindo dessa forma os litígios, com objetivo de atingir uma sentença rápida da jurisdição, percebemos em nosso trabalho que este direito constitucional fundamental foi afetado, a Pandemia COVID-19 afetou diversos aspectos tanto processos judiciais quanto extrajudiciais, principalmente relacionado aos prazos e ao andamento destes processos.

Porém temos como um grande aliado que impulsionou o avanço do poder judiciário e da justiça a grande tecnologia que reduziu drasticamente os impactos da pandemia, verificamos processos que antes eram físicos sendo transformados em digitais, os magistrados, servidores, advogados, promotoria e todos os membros do processo podendo dar andamento mesmo em suas casas com os trabalhos em "Home Office" entre outros tantos percebemos que graças a internet tivemos a garantia do cumprimento de diversos direitos.

Deste modo, conclui-se que a tendência é atingir os resultados com eficiência dos respectivos processos pendentes, mesmo em estado de calamidade, o judiciário tem que dispor a perfeição do atendimento dos processos para que se efetive o direito assegurado a todos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Mariana. Suspensão e Prorrogação de Prazos no Novo CPC: O que são?. **Legal Cloud**, 2020. Disponível em: <https://legalcloud.com.br/suspensao-prorrogacao-ao-razos-novo-cpc/#:~:text=Essa%20diferen%C3%A7a%20%C3%A9%20baseada%20na,que%20iniciam%20e%2Fou%20vencem..> Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. STJ . Stjnoticias. **Instagram**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/stjnoticias/?hl=pt-br>. Acesso em: 25 out. 2020.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. A suspensão dos prazos processuais. **Migalhas**, 2020. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/coluna/cpc-marcado/325720/a-suspensao-dos-razos-processuais>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE,.Covid-19 abarrotta a Justiça e 'tsunami' de ações é esperado pós-pandemia. **Correio Braziliense**, 2020. Disposto por Israel Medeiros e Renata Rios em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/06/internas_economia,869666/covid-19-abarrotta-a-justica-e-tsunami-de-aco-es-e-esperado-pos-pandem.shtml. Acesso em 25 Out. 2020.

DA CUNHA, Leonardo Cordeiro: Covid-19: Quais os reflexos do estado de calamidade pública para o processo?. **Revista Consultor Jurídico**, 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-03/direito-civil-atual-quais-re>

flexos-estado-calamidade-publica-processo#:~:text=Uma%20calamidade%20p%C3%BAblica%20caracteriza%20um,313%2C%20VI).&text=Se%20o%20processo%20for%20suspensao,221). Acesso em 25 Out. 2020.

FLORÃO, Marcos. O impulso da pandemia à evolução digital da Justiça. **Jota**, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/inoa-e-acao/a-pandemi-a-como-catalisadora-da-evolucao-digital-da-justica-brasileira-16062020>. Acesso em: 26 out. 2020.

JURÍDICO, Consultor. CNJ permite que servidores do Judiciário trabalhem do exterior. **Revista Consultor Jurídico**, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-dez-03/cnj-permite-servidores-judiciario-trabalhem-externo?imprimir=1>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SARLET, Ingo. Covid-19: Quais os reflexos do estado de calamidade pública para o processo?. **Revista Consultor Jurídico**, 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-05/direitos-fundamentais-direitos-fundamentais-tempos-pandemia-ii>. Acesso em 24 Out. 2020.

TALAMINI, Eduardo; AMARAL, Paulo Osternack. Suspensão dos prazos processuais por força da pandemia. **Migalhas**, 2020. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/322617/suspensao-dos-razos-processuais-por-forca-da-pandemia>. Acesso em: 25 out. 2020.

TEIXEIRA, Luciano. As mudanças tecnológicas do mundo jurídico em meio à pandemia. **LEXLATIN**, 2020. Disponível em: <https://br.lexlatin.com/reportagens/mudancas-tecnologicas-do-mundo-juridico-em-meio-pandemia>. Acesso em: 26 out. 2020.

OS IMPACTOS DO COVID-19 NAS ELEIÇÕES DE 2020

Breno Vinicius Cousseau¹
Daniel Patrick Castro dos Anjos²
Guilherme Zavarizzi³
Pedro Reinaldo Xavier de Lima⁴
Taylor de Lima Maciel⁵
Heitor Antônio Cofferi⁶

Resumo – A pandemia causada pela COVID-19, ou mais popularmente conhecido por Coronavírus, tem se tornado palco de uma das maiores crises tanto no âmbito político, social e também econômico. Cabe dizer que nunca antes fora visto uma tamanha mobilização para conseguir a diminuição de seus casos, porém é fato que no ano de 2020 estava previsto as eleições municipais, estas que aconteceriam mesmo diante de uma pandemia, buscando priorizar o caráter político. Diante de todos os fatos, o artigo tem como objetivo uma reflexão de como é necessário preservar a democracia brasileira, além de elencar os pontos como: de que forma ocorrerá as eleições observando a proibição de aglomerações em locais fechados, buscar informações quanto a comícios no âmbito de adquirir votos, além de responder sobre os prazos, se estes serão alterados. Ademais, salienta-se neste a importância do cuidado e preocupação para com os eleitores, candidatos e trabalhadores durante as eleições.

INTRODUÇÃO

É impreterível que o voto faz parte da sociedade brasileira, porém ressalta-se que este foi um ano atípico, diante desde quadro alguns questionamentos foram levantados devido ao possível adiamento das eleições municipais.

A democracia é um regime imperfeito, isto é sabido por todos. Nós seres humanos compelidos a dominar e transformar o ambiente que nos circunda e, conseqüentemente, os nossos próprios semelhantes, temos a constante necessidade de um poder maior em prol da convivência social.

Para a democracia cumprir melhor seu papel além das eleições é necessário igualdade política, participação efetiva do povo nas decisões, transparência pública, liberdade de informação e de expressão, educação cívica, controle da ação dos governantes, normalidade e legitimidade do poder de sufrágio popular, exercido de forma universal, sem restrições desarrazoadas.

Não obstante, o direito eleitoral existe para garantir a normalidade e a legitimidade do poder de sufrágio. Entretanto, questiona-se se é constitucional e se obedece às premissas de busca das garantias da normalidade e da legitimidade do sufrágio popular.

¹ Acadêmico da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico da 4ª fase do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor Orientador Especialista em Direito Tributário, em Direito Processual Civi e Direito Empresarial. Coordenador e docente do curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0693250187059696>.

NORMALIDADE E LEGITIMIDADE DO SUFRÁGIO POPULAR EM FACE DA POSSIBILIDADE DE ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Diante do fato atípico que foi presenciado este ano, devido a uma pandemia ter se instalado em nosso país é preciso muita cautela ao tomar decisões, ainda alterar normas no período eleitoral de forma que possa influenciar o resultado do pleito pode ser considerada conduta vedada constitucionalmente (ALMEIDA, 2020).

Algumas etapas do processo eleitoral não poderão ser cumpridas em pandemia já que o isolamento social é necessário. Pela falta de condições de preservação da saúde pública é essencial algumas mudanças no que diz respeito às eleições 2020, principalmente no aspecto de campanha, onde comícios tiveram que ser substituídos por carreatas ou outras iniciativas em que o contato entre as pessoas fosse reduzido, buscando menores impactos no setor de saúde, que é sem dúvidas nenhuma o mais afetado nesse período de pandemia. Esse acontecimento inédito é fundamental a busca do equilíbrio e, essencialmente, no campo político, a preservação da legitimidade do sufrágio (ALMEIDA, 2020).

Em casos excepcionais, em que não seja possível a realizar as eleições na data designada, as regras eleitorais já estabelecidas para as eleições daquele ano deverão ser preservadas (ALMEIDA, 2020).

Caso seja necessário o adiamento de uma eleição, deverá ser aprovada uma Emenda Constitucional válida apenas para o pleito municipal do ano em que ocorreu o fato causador desse atraso. A Emenda deve estabelecer a prorrogação dos mandatos de vereadores e prefeitos eleitos no mandato anterior até ser possível a escolha dos seus sucessores (ALMEIDA, 2020)

UM DEBATE NECESSÁRIO PARA FUGIR DO VOLUNTARISMO POLÍTICO

O surgimento do Covid-19 afetou praticamente todas as áreas da sociedade, tanto empresários, como estudantes, porém há um questionamento muito mais atual quanto ao impacto do vírus sobre a democracia, impreterivelmente no ano de 2020.

O debate sobre como reagir frente as eleições se transformou em outro, na direção da unificação das eleições e como reagir diante do impacto do coronavírus frente as eleições municipais. Cabe ainda ressaltar que o adiamento das eleições é diferente de prorrogar mandatos e unificar todos os pleitos em um só (SANTANO, 2020).

O debate sobre o assunto assim como suas propostas já foi rechaçado em 2015, e levando em conta que o embasamento é o mesmo da época torna-o cada vez mais repetitivo, uma vez que não pode ser base para a unificação das eleições, por tratar-se da utilização de uma razão existente em benefício alheio, o que já é comum no Brasil (SANTANO, 2020).

Segundo dados de 2015 feitos pelo ex-Ministro do do TSE, Henrique Neves, com a unificação das eleições, um total de 3.195.584 candidaturas seriam apresentadas, as coligações não foram consideradas, porém devido a posterior criação de partidos, e possível alteração do número de vereadores em alguns

municípios o cálculo de 2020 seria diferente. Cabe ainda dizer que um dos principais argumentos levantados pelos defensores é o de que as eleições custam caro (SANTANO, 2020).

Em primeiro lugar vale ressaltar que ter uma democracia e realizar eleições tem sim um valor altíssimo, porém, a democracia exige investimentos para ser funcional. Contudo, esse argumento não deveria pautar o debate sobre a unificação, sob a pena de estar se precificando o exercício dos direitos políticos (SANTANO, 2020).

Em segundo lugar, com mais candidatos disputando eleições, precisando de recursos de épocas eleitorais (gráficas, pessoas para contratar, veículos para alugar) os preços aumentariam relativamente, fazendo com que se gaste mais e conseqüentemente o giro da economia funcionasse de maneira a beneficiar muitos empresários (SANTANO, 2020).

Um dado importantíssimo é que para as eleições de 2018 foram utilizados R\$ 1.717.209.431,00 (mais de 1 bilhão, setecentos e dezesseis milhões de reais). Mesmo assim muitos candidatos indicaram que o valor seria insuficiente para todos. Já em 2020 foram separados 2 bilhões de reais, que serão divididos na mesma regra de 2018 (SANTANO, 2020).

Existe ainda uma discussão que diz que os recursos eleitorais deveriam ser direcionados para o combate ao Covid-19, porém, ocorre que é inevitável a realização de eleições por se tratar de uma democracia, desse modo, isso não poderia acontecer, o desvio de verba para outra função a não ser aquela que foi destinada (SANTANO, 2020).

As eleições municipais estão bem mais próximas ao povo e representam mais a vontade da soberania popular que as nacionais, visto que eleições municipais têm um poder de participação popular bem mais alto. Além das pautas também serem muito distintas (SANTANO, 2020).

O que acontece é que cada vez mais os partidos adotariam estratégias obscuras, tentando de toda maneira maximizar sua chance de vitória, não havendo um código de ética a ser seguido. Sendo os debates ainda contaminados por populismo, contribuindo para uma democracia em risco (SANTANO, 2020).

Outra razão na proposta da unificação é que a administração pública não seria interrompida por uma eleição, o que de fato não haveria validade, tendo em vista que modificam-se as opiniões e ações públicas de candidatos para candidatos (SANTANO, 2020).

Atualmente uma pessoa já eleita pode apresentar candidatura para outra área, o que é completamente benéfico para a formação de pessoas públicas aptas a cargos diversificados. A unificação dificultaria a eleição de novas pessoas dentro da política, a sufocando, uma vez que alguém ficando tanto tempo fora da política apresentaria dificuldade para ser eleita. Causando assim uma dificuldade de renovação (SANTANO, 2020).

O maior impacto recai justamente sobre o eleitorado, que tem sua visão de eleição modificada. O período maior sem eleições causaria um menor incentivo pela democracia, pois com um tempo se exercer o sufrágio, menor seria o interesse pela política. Além de praticamente anular todos os incentivos dos mais jovens por uma presença maior em processos eleitorais prejudicaria também na decisão do voto, uma vez que com uma gama diversificada de candidatos para os mais variados cargos, os cidadãos se encontrariam cada vez mais confusos com esse processo de escolha (SANTANO, 2020).

A unificação das eleições também prejudicaria os eleitores que têm dificuldade com voto eletrônico e com a ordem dos candidatos, pois seriam mais cargos a se eleger. Diante do apresentado, a unificação é desaconselhada, pois ao invés de benefícios, são grandes as chances do processo eleitoral ser mais prejudicado ainda. Outro fator que corrobora com isso é que na América do Sul, a grande maioria dos países adotam pleitos em anos distintos (SANTANO, 2020).

Em momentos de crise como a pandemia, a democracia já sofrendo há um tempo, não há necessidade que sofra ainda mais, por isso unificação não é algo benéfico para que o sistema opere de forma correta (SANTANO, 2020).

O novo cenário das eleições, por conta da pandemia, impõe muitos obstáculos a serem vencidos. Vários desafios nos serão apresentados, porém o maior desafio para a Justiça Eleitoral (servidores, colaboradores, juizes) será encontrar soluções viáveis para preparar as Eleições da maneira mais segura possível, a fim de promover a proteção à saúde de todos os atores do processo eleitoral” (SANTANO, 2020).

Como exemplo, a utilização de ferramentas tecnológicas (aplicativos de mensagens instantâneas - WhatsApp, e-mail) que já estão autorizadas para as convocações, segundo a Resolução Administrativa TRE-BA nº 19/2020. O TSE também já está fechando parcerias com o setor privado, a exemplo do que ocorreu no último dia 8 de julho, quando os representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Ambev se comprometeram com o TSE a doar materiais e equipamentos (ALMEIDA, 2020).

CONCLUSÃO

O adiamento das eleições municipais 2020, em razão da crise sanitária causada pela pandemia da Covid 19, trouxe como principal consequência mudanças nas etapas do pleito. Com isso, os atores envolvidos no processo da escolha de candidatos devem ficar atentos aos novos prazos. Por outro lado, a justiça eleitoral ganhou mais 42 dias para a execução dos atos preparatórios das eleições, a fim de garantir o processo democrático de maneira segura.

Contudo, o processo eleitoral sofreu penas o adiamento para a data de 15 de novembro de 2020, não apresentando nenhuma vantagem aos partidos políticos nem aos candidatos. Insta salientar que o ano de 2020, no Brasil, é marcado pela realização de pleito eleitoral municipal, estabelecida pela carta magna.

Inesperadamente o surgimento da coronavírus, em sua versão COVID-19, inicialmente tendo como se originado na china e ramificado por todo o planeta, teve sua penetração no Brasil, identificada e se oficializada a partir do mês de março deste ano, momento em que já se discutia suas consequências no pleito eleitoral. Neste percurso até mesmo sugestões de que as eleições fossem adiadas para o próximo ano ocorreram, visando a esperança de uma diminuição ou erradicação dessa pandemia, chegando-se à conclusão de que tal procedimento alteraria os prazos já referidos.

No entanto considerado que ainda é temerosa a aglomeração em massa de pessoas no dia do pleito, regras serão estabelecidas a garantir o máximo possível de distanciamento entre os eleitores, o uso de materiais para promover a higienização dos locais respectivos, diferenciação entre momentos de pessoas vulneráveis votarem e os demais não assim entendidos, ou até mesmo uma elasticidade de horário de votação afim de que possa garantir a participação completa.

A realização das eleições desse ano foi sem dúvida nenhuma um marco importante para o fortalecimento do sistema democrático brasileiro, obviamente alternativas incomuns para esse período tiveram que entrar em ação para que fosse mantido um equilíbrio entre a questão de saúde pública e o exercício da soberania popular na escolha de seus interesses através dos representantes municipais, esse equilíbrio que acaba sendo o grande dilema para a nação, saber escolher as melhores alternativas que cumpram com todas as necessidades tanto da esfera política quanto da sanitária.

O mais importante é que a democracia seja exercida de maneira correta, respeitando todas as normas inseridas na Constituição, formando da melhor maneira possível um governo justo e que preze pelos interesses daqueles que colocam políticos em seus cargos e lhe dão poder para agir, visando sempre o bem comum, isso é o que torna o sistema democrático aquele que melhor representa uma forma ideal de governo que faz com que qualquer pessoa tenha condições de evoluir em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Acir. As Eleições municipais e a pandemia de Covid-19: alternativas de ação e possíveis impactos. **Repositório IPEA**. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9988/1/NT_36_Diest_As%20Eleicoes%20municipais.pdf. Acesso em: 25 de out. de 2020.

SANTANO, Ana Claudia. Covid-19 e Eleições de 2020: um debate necessário para fugir do voluntarismo político. **Direito do Estado**. 2020. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/ana-claudia-santano/covid-19-e-eleicoes-de-2020-um-debate-necessario-para-fugir-do-voluntarismo-politico>. Acesso em: 15 de outubro de 2020. Acesso em: 10 nov. 2020.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO SEGUNDO A PERSPECTIVA CAÇADORENSE¹

Ezequiel Gonçalves Fragoso, ezegf8@gmail.com²

Fabio Luiz Dummel, fabiodummel@gmail.com³

Jennifer Dubiella, jenniferdubiella97@gmail.com⁴

Manoela Pereira, manukapereira17@gmail.com⁵

Mileny Aparecida da Silva, milenyaparecidanaconeskisilva@gmail.com⁶

Pedro Paulo Baruffi, Pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁷

Resumo –O projeto aborda o Estatuto do Desarmamento, frente às novas percepções armamentistas no país e na política. No decorrer do trabalho é analisado como esse sistema de ideias se manifesta nas opiniões de parcelas de Caçador-SC sobre a posse e porte de armas. A pesquisa busca delimitar um perfil qualitativo e quantitativo, sobre a opinião dos caçadorenses sobre o assunto. Foram feitas análises bibliográficas e estudo comparativo com os dados coletados pelas pesquisas “semiestruturada” lançada em redes sociais. As informações coletadas darão subsídio para a análise do perfil caçadorenses. Constatando que maior parte dos participantes da pesquisa tem conhecimento sobre o estatuto do desarmamento, concordam com ela e não tem intenção de adquirirem armas de fogo.

Palavras-chave: Políticas de Armas. Posse de Armas. Porte de Arma. Desarmamento.

INTRODUÇÃO

Vem se acirrando o debate sobre uma política armamentista mais branda no país. A pesquisa visa delinear a percepção de Estudantes de Direito de Caçador sobre a Política Nacional de Armas no Brasil, e promover a reflexão sobre a percepção dos estudantes sobre o tema.

Dentro deste contexto a criminalidade no Brasil vem crescendo, fruto do fracasso do poder público de empregar políticas capazes de conter o avanço da criminalidade, acirrando o debate sobre o estatuto do desarmamento, que para alguns é a interferência Estatal no direito à legítima defesa e de escolha do cidadão, determinando o que é “melhor ou pior para ele”. (Moura, 2016, p.307-308)

O DESARMAMENTO

Para entender a legislação atual é preciso de um breve apanhado histórico do Brasil, com uso generalizado de violência com emprego de armas na vida social e política. (Almeida, 2015). No Brasil, o controle de armas e munições não é novidade,

¹O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷Professor, Mestre do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

quando ainda colônia de Portugal, sujeita as “Ordenações Filipinas”, que vigoraram de 1603 a 1830, estas dispunham que (Aleixo; Behr, 2014, p.10),

[...]traz como infratora a pessoa encontrada com arma de péla de chumbo, de ferro ou de pedra feitiça. [...] um mês de prisão, multado em quatro mil réis e açoitado [...], sendo o indivíduo a quem, por nascimento, não caiba açoite, este seria “exilado” para a África por dois anos. (Aleixo; Behr, 2014, p.10),

Depois de 1831, as infrações penais concernentes ao porte e posse de arma de fogo ficaram a cargo do Código Penal do Império que impunha pena a quem fizesse uso de arma, permitindo o porte “apenas os oficiais de justiça e militares em diligência e os autorizados pelos juízes de paz” sob a pena de prisão, multa e perda das armas (Aleixo; Behr, 2014. p. 12). Mas o controle estatal, não impediram a eclosão de diversas revoltas armadas durante o Brasil Imperial que perduraram até o Brasil República,

Os conflitos políticos, também, eram resolvidos por meio das armas. De fato, chama atenção na vida política brasileira, num extenso período que pode abranger de meados do século XVIII à primeira metade do século XX, a recorrência de conflitos armados. [...] lutas entre setores das elites regionais pela condução dos governos provinciais, depois estaduais. (Aleixo;Behr, 2014. p. 12)

Com a reforma dos Códigos Penal em 1890 houve pequenas alterações referentes a fabricação de armas. Somente em 1941 com o Decreto Lei n. 3688/1941, Lei das Contravenções Penais que diz: (ALEIXO; BEHR, 2014, p.12)

“Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade: – prisão simples, de quinze a seis meses, ou multa, de um a cinco contos de réis, [...], se o crime não constitui crime contra a ordem política e social.” (ALEIXO;BEHR, 2014, p.12)

O legislador não viu um potencial lesivo, julgando-a como crime menor, tendo uma pena inferior ao o crime de Calúnia (ALEIXO; BEHR, 2014, p.12).

As armas estavam relacionadas à vida doméstica e meio de vida, a caça e proteção. Culturalmente associada à masculinidade e intrinsecamente ligada à defesa da vida e da comunidade (Almeida, 2015). A sociedade vinha mudando com a industrialização, a emigração trazia pessoas dos campos às cidades, buscou coibir o porte indiscriminado de armas com mudanças na legislação (ALEIXO; BEHR, 2014, p.12).

O aumento da criminalidade novas leis buscam reprimir o porte e posse ilegal de arma, a Lei 9.437/97, não era drástica com o porte e posse de arma (Aleixo; Behr, 2014, p. 13-14), já a Lei 10.826/03, mais severa, proibiu o porte e posse de arma em todo o território nacional, tipificando como crime sua infração. (ALEIXO; BEHR, 2014, p. 14).

METODOLOGIA

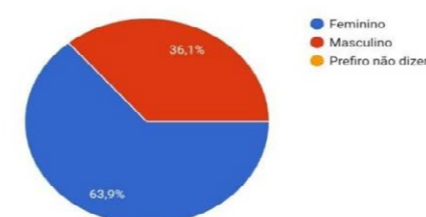
O estudo trata-se de uma pesquisa transversal onde foram convidados a participar acadêmicos de Direito do Campus de Caçador/SC, no período 16 a 18 de novembro de 2020. Questionário encaminhado via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de obter a percepção dos acadêmicos em relação a política nacional das

armas. Foram incluídos no estudo todos acadêmicos de Direito de ambos os sexos sendo excluídos os que não preenchem todo questionário adequadamente sendo uma pesquisa qualitativa e bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

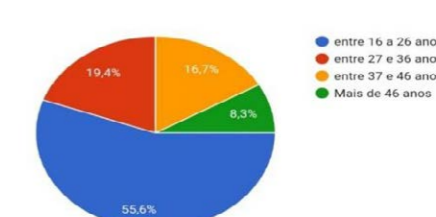
Esta pesquisa foi feita online, via Google Formulários, para obter informações sobre o desarmamento. Essa pesquisa contou com a participação de 36 pessoas, sendo todas acadêmicas de Direito da UNIARP. Obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 01 – Gênero



Fonte: Autores (2020)

Gráfico 02- Idade

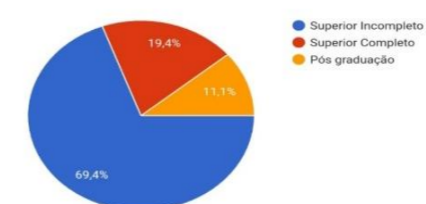


Fonte: Autores (2020)

Na primeira questão, nota-se que a maior parte dos indivíduos participantes da pesquisa se declararam mulheres. Já em relação, percebe-se que mais da metade dos que responderam à pesquisa têm entre 16-26 anos.

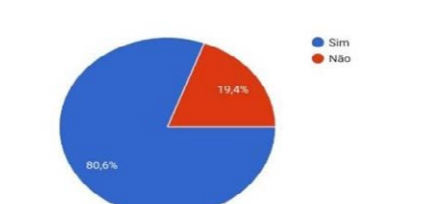
A pesquisa revela que quase 70% dos entrevistados não possuem curso superior completo.

Gráfico 03 – Nível de Escolaridade



Fonte: Autores (2020)

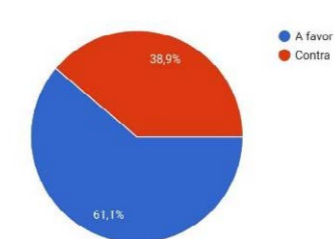
Gráfico 04 –Conhece a lei do Desarmamento?



Fonte: Autores (2020)

Nota-se,aqui, que a grande maioria dos entrevistados estão cientes sobre a lei do desarmamento, cerca de 80%. Dos 80% que disseram saber sobre a lei do desarmamento, na questão anterior, apenas 20% deles é contra essa lei.

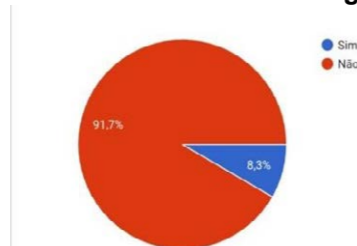
Gráfico 05 – A favor ou contra o desarmamento



Fonte: Autores (2010)

Esta questão deixa explícito que apenas 8,3% do índice acima possuem armas legalizadas, sendo que dos 91,7%, 83,3% (ver gráfico seguinte) declararam não possuir arma de fogo.

Gráfico 06 – Possui uma arma legalizada



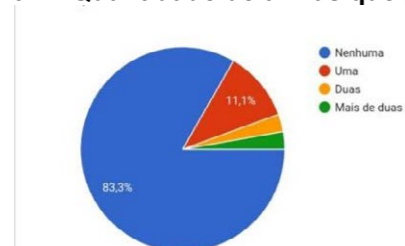
Fonte: Autores (2010).

Como visto no gráfico acima, a maior parte dos entrevistados alegaram que não possuem armas de fogo. Acreditamos que as questões 6 e 7 podem ter causado nos entrevistados ambiguidade (duplicidade de sentido) ou incoerência.

No gráfico 6, 8,3% declararam possuir arma de fogo, porém 16,7% declararam possuir arma de fogo em casa. Portanto, evidenciou-se uma divergência nas respostas. Dando margem para as seguintes interpretações. 1.a O entrevistado não possui arma, mas alguém em sua casa a possui, que não ele. 1.b O entrevistado possui arma não legalizada.

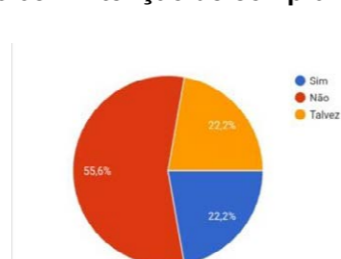
Mesmo o índice estando equilibrado entre sim e talvez, mais da metade, 55,6%, afirma não ter intenção de comprar armas de fogo.

Gráfico 07 – Quantidade de armas que possui



Fonte: Autores (2010).

Gráfico 08 – Intenção de comprar uma arma



Fonte: Autores (2010).

Portanto, pode-se concluir que a maior parte dos entrevistados são mulheres, jovens, possuem ensino superior incompleto, conhecem a lei sobre o desarmamento e são a favor dela, não possuem e não desejam possuir uma arma de fogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em armas automaticamente pensamos em violência, para Bartley (1999), a proibição de armas de fogo não mudaria a incidência por crimes, pois criminosos não ligam em estar usando armas ilegais. Já Lott (2010), alega que o aumento de armas de fogo pode reduzir a violência por causa da dificuldade em que o criminoso encontraria, pois haveria maior número de vítimas armadas.

Os números da violência são alarmantes, mas não se trata é claro, apenas de armas, mas sim de políticas públicas que englobam não somente segurança, e sim,

a presença Estatal, saúde e educação. A redução do número de armas legais e dificultar sua aquisição não garantem segurança, ao passo que a legítima defesa é um direito constitucional (Moura, 2016. p. 307), já Roberto Brunelli, defende a ilegalidade da Lei 10.826/03, por impedir a legítima defesa. (Brunelli, 2017).

Já para os participantes da pesquisa, mesmo que dividido, maior parte não tem intenção de comprar arma de fogo, aliado ao um baixo índice de pessoas que disse ter ao menos uma arma de fogo em sua residência, ou ainda, igualmente baixo o número de participantes que discordam da Lei 10.826/03.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Márcio Santos, BEHR, Guilherme Antônio. **Desarmamento no Brasil: Lei 9.437/97 x Lei 10.826/03**. Revista Brasileira de Criminalística. Publicado em 2014. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.15260/rbc.v4i1.78> Acesso em 10/10/2020.

ALMEIDA, Adilson José de. **Sociedade armada: o modo senhorial de atuação no Brasil Império**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. Publicado An. mus. paul. vol.23 no.2 São Paulo July/Dec. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672015v23n0204> . Acesso em 21/11/2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017. Acesso em 21/11/2020.

BRUNELLI, Roberto Giordani. **A (in)convencionalidade do Estatuto do Desarmamento à Luz da Convenção Americana de Direitos Humanos**. Âmbito Jurídico 2017, Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-in-convencionalidade-do-estatuto-do-desarmamento-a-luz-da-convencao-americana-de-direitos-humanos/>.; Acesso em 21/11/2020.

MOURA, Rodrigo Sérgio Ferreira. **Controle de armas de fogo no Brasil: Criminalidade e defesa**. Publicado em Revista de Direito Setorial e Regulatório 2016 305-324. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/19238-Texto%20do%20artigo-32520-1-10-20181115.pdf>. Acesso em 21/11/2020.

PEKINY, Ana Carolina; LANFWANI, Bruno; ANGELI, Felipe; MARQUES, Ivan; MORIN, Stephanie, **Controle de Armas no Brasil: Caminho a Seguir**. Publicado em Dez. 2015. Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12336.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PINTO, Isabella Vitral; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; SANTOS, Ana Pereira dos; BEVILACQUA, Paula; FERREIRA, Sheila Aparecida Lachtim; Pereira, Vinícius Oliveira de Moura; Malta, Deborah Carvalho. **Adolescência Ferida Retrato das violências com arma de fogo notificada no Brasil**. Publicado em Rev. Bras. Epidemiol. Jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23suppl1/e200002.SUPL.1/>. Acesso em 21/11/2020.

LEGISLAÇÃO DE EMERGÊNCIA¹

USO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS NO COMBATE AO CORONAVÍRUS

Fernando João Ferreira, fernaponando@gmail.com²

Mayara Terezinha Brito, mayaratbrito@gmail.com³

Rodrigo Alves de Souza, rodrigodigo9696@gmail.com⁴

Thailine Furlan Godinho, thailinegodinho1@hotmail.com⁵

Wilton Lazarotto, wiltonlazarotto@deap.sc.gov.br⁶

Cleony Lopes Barboza Figur, cleony@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O artigo “Legislação de Emergência: Uso de Medidas Provisórias no combate ao Coronavírus” tem como objetivo elucidar as principais medidas previstas na Constituição Federal para a defesa do Estado, das instituições democráticas e possibilidades que poderiam ser utilizadas neste período de pandemia e combate ao coronavírus. É demonstrado que uma das alternativas bastante utilizadas foi a emissão de Medidas Provisórias (MP) devido ao imediatismo de sua aplicação. Através de um método bibliográfico, com a utilização de doutrinadores de renome nacional, mostra-se as regras de criação e sanção de Medidas Provisórias, bem como a possibilidade de vetos, demonstrados através de exemplos.

Palavras-chave: Coronavírus. Defesa do Estado. Medidas Provisórias.

INTRODUÇÃO

O primeiro boletim epidemiológico da Organização Mundial da Saúde foi divulgado no dia 21 de janeiro de 2020 colocando o mundo em alerta sobre o Covid-19 e demarcando sua força de proliferação em nível moderado. O vírus foi se alastrando e dia 27 de janeiro de 2020 surge o primeiro caso brasileiro suspeito de coronavírus, fazendo com que o comitê de operações de emergência elevasse o nível do Brasil para 2. Logo em seguida a organização mundial da saúde declara emergência internacional no dia 30 de janeiro de 2020, mas o Brasil só eleva seu status de estado de emergência dia 03 de fevereiro de 2020 (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2020).

Com o surgimento da pandemia mundial ocasionada pelo novo vírus do coronavírus (SARS-CoV-2), doença que foi batizada como Covid-19, torna-se um dos maiores problemas sanitários, graves e agudos ocorridos nas últimas décadas. Trazendo ao mundo um quadro crítico de emergência pública de saúde mundial. Um vírus altamente transmissível, com alta letalidade sobre idosos e portadores de doenças, principalmente doenças voltadas ao sistema respiratório (Lipsitch, Swerdlow e Finelli, 2020).

Conforme Bendinelli (2020) o primeiro registro sobre coronavírus (SARS-COV-2) o vírus que ocasiona o popular COVID-19 foi no dia 26 de fevereiro de 2020.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor (a), titulação do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

Ocorrido na cidade de São Paulo, por um masculino de idade de 61 anos, chegado da Itália onde esteve por 12 dias em uma das cidades consideradas epicentros de proliferação do vírus na Itália. E desde a chegada o vírus foi se disseminando pelas cidades, ultrapassando fronteiras e atingindo o nível de transmissão comunitária em diversos pontos do país.

A Constituição Federal de 1988 possui dispositivos voltados à proteção do país em estados excepcionais, como é o caso do coronavírus. Conforme BRASIL (2020) a Constituição Federal em seu artigo 21 relata que dentre as competências da União estão o planejamento e promoção da defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações, o que é chamado de legislação de emergência.

LEGISLAÇÃO DE EMERGÊNCIA

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo primeiro, definiu que, em regra, o Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e, no parágrafo único do referido artigo, de que todo o poder emana do povo, não se admitindo governos ditatoriais e redução de direitos individuais, conforme as cláusulas pétreas do artigo 60, § 4º da Constituição (BRASIL, 1988).

No entanto, de acordo com o jurista Alexandre de Moraes (2020), existem situações, o chamado sistema constitucional de crises ou legislação de emergência, previsto em lei, em que esta regra não é cumprida, devido a fatores externos e/ou internos, não previsíveis, em que torna-se necessário defender o Estado e as instituições democráticas, como a decretação de estado de sítio, de defesa, calamidade pública ou situação de emergência a fim de preservar a ordem pública.

A situação de emergência, conforme Decreto nº 7.257, de 04 de Agosto de 2010, corresponde a uma “[...] situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido”. O estado de emergência no Brasil durante a pandemia do coronavírus foi caracterizado com a publicação da Portaria nº 188 de 03 de Fevereiro de 2020 em que, apesar de não haver casos confirmados de COVID-19 no Brasil, o governo federal declarou perigo iminente de infecção devido ao aumento de casos mundialmente (BRASIL, 2020).

O estado de calamidade pública é reconhecido pela autoridade local, regional ou nacional, conforme o âmbito de sua ocorrência. Geralmente, é decretada nos estados que passam por períodos de grande seca ou inundações, necessitando de ajuda federal para se restabelecerem. Conforme Decreto nº 7.257, de 04 de Agosto de 2010, o estado de calamidade pública caracteriza-se por ser “[...] situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido”.

A decretação de calamidade pública autoriza comportamentos extraordinários das autoridades públicas, como a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos (CF, art. 136, § 1º, II) e realização de despesas imprevisíveis e urgentes, através de créditos extraordinários (CF, art. 167, § 3º (FARHAT, 1996). No caso da pandemia do coronavírus, o Brasil decretou estado de calamidade pública até 31 de Dezembro de 2020, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de Março de 2020.

O estado de defesa, previsto no artigo 136 da Constituição Federal, é decretado pelo Presidente da República por um período de trinta dias, podendo ser

prorrogado uma vez por igual período, não dependendo de autorização do Congresso Nacional para sua decretação. É uma modalidade que abrange locais restritos e determinados e que restringe alguns direitos constitucionais, como o sigilo de correspondência. De acordo com Moraes (2020), o estado de defesa é instaurado em períodos de instabilidade institucional, calamidade nacional ou ordem pública ameaçada.

O Estado de sítio corresponde à suspensão temporária e localizada de garantias constitucionais, apresentando maior gravidade que o Estado de defesa e obrigatoriamente o Presidente da República deverá solicitar autorização da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para decretá-lo (MORAES, 2020, p. 653).

A necessidade de autorização de maioria absoluta do Congresso Nacional é justificada pela história, pois a Primeira República trouxe em sua Constituição o instituto do estado de sítio usado em momento de agressão estrangeira declarada ou comoção interna. No entanto, Floriano Peixoto usou abusivamente o estado de sítio para prender parlamentares, violando imunidades e prendendo gerais, desqualificando o objetivo inicial (FERREIRA, 1996).

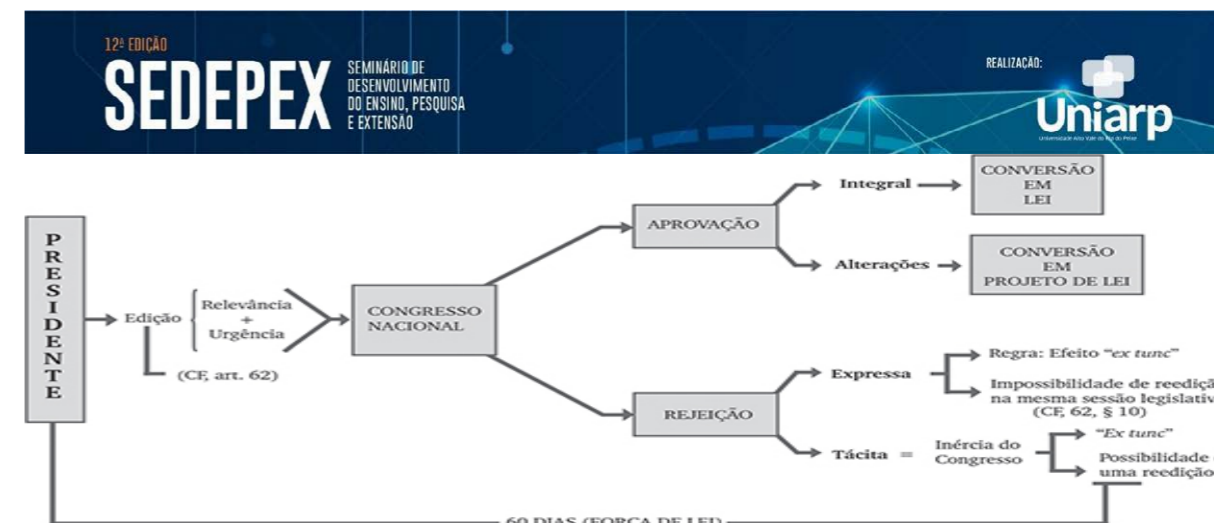
Como visto nos conceitos acima, a principal medida adotada pelo governo federal frente à pandemia do coronavírus foi a decretação de estado de calamidade pública, condicionando o uso de créditos extraordinários e empréstimos compulsórios à publicação de Medidas Provisórias, posteriormente vetadas ou aprovadas pelo Congresso Nacional.

MEDIDAS PROVISÓRIAS (MP)

De acordo com Carvalho (2008, p.1047), “As medidas provisórias na Constituição brasileira são instrumentos que, se têm pressupostos semelhantes aos da Constituição italiana [...]”. O termo “Medidas Provisórias” foi adotado pelo poder constituinte originário em 1988 em substituição ao antigo “Decreto-Lei”. Conforme Moraes (2020), a possibilidade e edição de medidas provisórias demonstram a necessidade de um ato normativo excepcional e célere para situações de urgência e relevância.

Na Constituição Federal de 1988, a edição de medidas provisórias é prevista no artigo 62, proibindo-se a edição sobre matérias relativas à nacionalidade, direito eleitoral, direito penal e processual penal e civil, planos plurianuais, entre outros; possuindo um prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Durante este período, o Congresso Nacional deve analisar a Medida, podendo aprová-la integral ou com alterações ou também vetá-la, conforme esquema abaixo:

Figura 1 – Regras das Medidas Provisórias



Fonte: MORAES (2020, p.731).

Conforme informações do site do Congresso Nacional, desde 13.03.2020 até 15.11.2020 foram editadas 85 (oitenta e cinco) Medidas Provisórias, algumas sendo aprovadas, convertidas em lei, outras, vetadas, e ainda algumas estão vigentes, estando em tramitação e análise pelo Congresso.

Como exemplo de Medida Provisória aprovada tem-se a MP 936, convertida em Lei nº 14.020/2020, a qual instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, permitindo às empresas realizarem a redução de salários e jornada e suspensão dos contratos de trabalho a fim de manter os empregos e concedendo aos trabalhadores informais e desempregados o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00, evitando o colapso da economia (BRASIL, 2020)

Em contrapartida, outras medidas provisórias, também na área trabalhista, não foram aprovadas, como a MP 927, a qual delimitou regras para o teletrabalho, banco de horas, antecipação de feriados e antecipação de férias individuais. Devido ao grande número de alterações e conflitos, a MP perdeu sua vigência sem ser aprovada, ocorrendo a perda da sua eficácia, conforme Ato nº 92/2020 (BRASIL, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, o presente trabalho propôs-se a apresentar e discutir um tema jurídico atual e bastante relevante sob o ponto de vista constitucional, pois devido à pandemia do coronavírus e alastramento do número de casos, o Brasil está em estado de calamidade pública até 31 de Dezembro de 2020.

Apesar de a decretação de calamidade pública ser prevista em Constituição Federal e ser bastante utilizada em períodos de secas e inundações em locais e regiões específicos, o coronavírus é considerado um fato atípico, presente em todo o país e causando modificações nas relações públicas e privadas e em diversos ramos do Direito, além do constitucional.

Devido a essas alterações repentinas, mudanças e medidas urgentes e pontuais foram necessárias, o que se justifica pelo elevado número de Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal, as quais são decisões tomadas pelo Poder Executivo (Presidente da República) a fim de trazer respostas rápidas e efetivas a toda a sociedade, como é o caso do benefício emergencial aos trabalhadores.

No entanto, seguindo o princípio da separação dos poderes, o Presidente não possui poder ilimitado, devendo essas medidas provisórias serem aprovadas ou vetadas pelo Congresso Nacional durante a sua vigência, sob pena de perder sua validade, como ocorreu com diversos instrumentos normativos no decorrer da pandemia.

É importante frisar que, com esse trabalho, verificou-se a importância e necessidade de uma Carta Magna que preveja eventos incomuns e soluções para tais situações e a relação existente entre os poderes (Executivo e Legislativo), comprovando-se que a harmonia e independência entre eles é imprescindível para toda a coletividade.

REFERÊNCIAS

BEDINELLI, Talita. Borges, Rodolfo. Oliveira, Regine. **Evolução dos casos de coronavírus no Brasil**. El país. São Paulo. 2020. Acessado em 19 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-07-23/evolucao-dos-casos-de-coronavirus-no-brasil.html>>.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. **Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV)**. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública. COE-nCoV. COE 02. Fev. 2020. Acessado dia 19 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/Boletim-epidemiologico-COEcorona-SVS-13fev20.pdf>>.

BRASIL. **Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 92, de 2020**. DF, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Congresso/adc-92-mpv927.htm>. Acesso em 15.11.2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02.11.2020.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6, de 2020**. DF, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm>. Acesso em 02.11.2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.257, de 04 de Agosto de 2010**. DF, 2010. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7257-4-agosto-2010-607732-norma-atualizada-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7257-4-agosto-2010-607732-norma-7257-4-agosto-2010-607732-norma-atualizada-pe.html)>. Acesso em 02.11.2020.

BRASIL. **Lei nº 14.020, de 06 de Julho de 2020**. DF, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm>. Acesso em 15.11.2020.

BRASIL. **Portaria nº 188, de 03 de Fevereiro de 2020**. DF, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em 02.11.2020.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição**. Direito Constitucional Positivo, Belo Horizonte: DelRey Editora, 2008

FARHAT, Said. **Dicionário Parlamentar e Político: O processo político e legislativo no Brasil**, São Paulo: Fundação Peirópolis, 1996.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Curso de Direito Constitucional**. Edição 8. São Paulo. Editora: Saraiva. Página 459. 1996.

LIPSITCH, Marc; FINELLI, Lyn, ; SWERDLOW, David. **Defining the epidemiology of Covid-19: studies needed**. *The New England Journal of Medicine*, Waltham, volume. 382, número. 13, página 1195, 2020. DOI: 10.1056/NEJMp2002125. Acessado em 19 setembro de 2020. Disponível: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32074416/>>.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 36ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Estado de Emergência: O controle do poder em situação de crise**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. Página 123. 2008.

EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E OS REFLEXOS DA ATUAL PANDEMIA PELO COVID-19¹

Barbara Maria Bäuerle Motta, barbara15bauerle@gmail.com²
Bruno Roberto Fischer, bruno.fischer@hotmail.com³
Gabriella Casali Santi, gabriella.c.santi@gmail.com⁴
Isadora Zeni, dora.zeni@gmail.com⁵
Larissa Prado Xavier, laarissaxavier@gmail.com⁶
Ricardo Emilio Zart, ricardo.zart@gmail.com⁷

Resumo – O presente trabalho discorre acerca do alcance dos direitos fundamentais no sistema prisional brasileiro, inclusive considerando o atual cenário pandêmico vivenciado em decorrência da Covid-19. Para tanto, verificar-se-á o respeito e a observância dos direitos fundamentais presentes nos principais instrumentos normativos e na legislação vigente, através da contraposição entre estes e a realidade encontrada no sistema penitenciário em geral, com enfoque na situação local do Presídio Regional de Caçador, inclusive com a explanação da opinião de alguns profissionais operadores do direito atuantes na Comarca. Ademais, a metodologia utilizada foi a do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica e de levantamento, observando-se as normas técnicas-científicas adotadas pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Ao final, concluir-se-á que, em que pese existam diversos direitos fundamentais, estes não são efetivados, sobretudo ante a falta de investimento público, sendo o direito à dignidade humana o mais evidente direito fundamental que enfrenta dificuldades para ser concretizado, o que ficou mais visível com a doença do coronavírus que resultou na pandemia atualmente enfrentada.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Sistema prisional. Legislação. Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro afasta o réu e o condenado da sociedade, através da prisão, com a intenção de punir-lhe e promover-lhe condições efetivas para que se engaje às normas e retorne ao meio social. Todavia, o que se tem em concreto é uma situação diversa, pois a realidade do sistema prisional brasileiro está muito longe de cumprir com o que determina a lei, sobretudo quanto aos direitos que um preso tem para viver dignamente. Assim, a precariedade do sistema prisional não contribui em nada para a ressocialização dos presos.

Nesse contexto, o presente trabalho visa analisar os direitos fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988 (CF) face à necessidade de sua efetivação no sistema prisional brasileiro, posto que, na prática, estes direitos, embora estejam amplamente dispostos no ordenamento jurídico brasileiro, não possuem uma efetivação satisfatória, sendo essencial a abordagem do tema para que os demais

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

leitores conheçam a realidade carcerária, a qual é diversa da utopia apresentada nas leis e doutrinas pátrias.

Desta forma, o Sistema Penitenciário brasileiro tem exposto várias violações de direitos humanos, e, como instituição política, vem mantendo seu caráter punitivo e pouco ressocializador, deixando à margem o seu papel educativo na recuperação dos condenados, principalmente ante a sua inércia quanto à efetivação dos direitos fundamentais dos detentos.

2 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Em um passado não tão distante nem tão diverso do atual, as prisões eram utilizadas como meio de contenção das civilizações, inexistindo efetivamente um direito ao detento. Porém, com o passar dos séculos começou-se a suscitar a ideia de que aquele preso não deixava de ser um ser humano e, como tal, merecia garantias, ainda que tivesse cometido um delito (DULLIUS; HARTMANN, 2011).

Segundo apontam os autores Dullius e Hartmann (2011), no século XIX foram feitos diversos congressos a respeito do tema, até que em 1929 a Comissão Penitenciária Internacional se transformou na Comissão Penal e Penitenciária e, após a Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir as Leis de Execução Penal, visando justamente regulamentar o sistema penitenciário.

Neste cenário, a pena deixou de meramente visar a punição e, com isso, uma “justiça” pelo fato criminoso (pena retributiva), tornando-se imprescindível a prevenção também para que o indivíduo deixasse de continuar delinquindo, sendo uma das vertentes da prevenção a ressocialização do preso (AVENA, 2019).

2.1 DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Os estabelecimentos penais estão destinados aos condenados (aquele cuja condenação transitou em julgado, segundo o art. 5º, LVII, da CF), aos que sofrem medida de segurança (aquele inimputável que cometeu crime, conforme art. 26 do Código Penal - CP), aos presos provisórios e aos egressos, isto com fulcro no art. 82 da Lei de Execuções Penais (LEP) (BRASIL, 1984).

De forma breve, nota-se da Lei n. 7.210/84 (BRASIL, 1984) que existem os seguintes estabelecimentos penais: Penitenciária; Colônia Agrícola, Industrial ou Similar; Casa do Albergado; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, e; Cadeia Pública.

Na comarca de Caçador existe apenas o Presídio Regional de Caçador, o qual, segundo recibo de cadastro de inspeção elaborado em 24/09/2020, “deveria ser destinado somente aos presos provisórios” (Conselho Nacional de Justiça - CNJ, 2020, p. 4). Todavia, como se infere desse documento, existem presos definitivos e provisórios no local, com superlotação de suas celas masculinas (capacidade para 141 presos e lotação atual de 405 presos – devendo-se observar que 39,2% destes estão no regime aberto, em liberdade).

3 DIREITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS AOS PRESOS E A ATUAL SITUAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Sabe-se que os direitos fundamentais encontram-se previstos na Carta Magna deste país, bem como na legislação penal vigente. Inicia-se pelo direito a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da Constituição (art. 1º, III, CF). Além deste, depreende-se que o artigo 5º da CF traz diversas garantias, dentre elas,

é possível observar a proibição de penas mais severas (art. 5º, III e XLVII, da CF). Também, entende como prerrogativa do cidadão preso, entre outros, o direito à integridade física e moral (art. 5º XLIX, da CF), o qual é tido como um dos principais direitos fundamentais (BRASIL, 1988).

A LEP (BRASIL, 1984), em seu art. 10 e seguintes, regulamenta diversos direitos dos detentos como à assistência (material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa e ao egresso), dispendo entre os artigos 40 e 43 os direitos do preso, bem como aponta medidas a serem adotadas no sistema carcerário para a recuperação e preparação do detento para o convívio social - a exemplo, o trabalho externo -.

Todavia, embora com o passar dos séculos se tenha buscado cada vez mais o reconhecimento desses e outros direitos fundamentais, a crise vivenciada pelo Estado não o permite cumprir com os objetivos da Constituição, sendo imprescindível uma mudança neste sentido para que se consiga, de forma plena, alcançar os objetivos da prisão (JÚNIOR, 2014).

Importante destacar, neste diapasão, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 347 ajuizada em maio de 2015, na qual o partido PSOL requereu o reconhecimento da inobservância dos preceitos fundamentais aos presos e a adoção de diversas medidas por parte do executivo para efetivar estas garantias (diminuindo a superlotação), o qual ainda não possui julgamento definitivo (STF, 2015). Algumas medidas inclusive legalizadas por meio da Lei n. 13.964/2019.

Assim, em que pese exista uma legislação garantidora dos direitos aos presos, a realidade tem se mostrado diversa, vez que a previsão legal não chega nem ao menos a amenizar a questão de proporções desumanas cujo cárcere esta inserido, sendo o principal causador disto a falta de interesse por parte do Poder Estatal face às necessidades destes seres humanos (JUNIOR; SIQUEIRA, 2019).

3.1 A PANDEMIA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA PRISIONAL

Ademais, com a expansão e chegada do Covid-19 no Brasil, o CNJ formulou a Recomendação n. 62/2020, que visava trazer um regulamento geral a ser tomado como base pelos demais magistrados do país para a contingência e proteção de todos os envolvidos no judiciário, inclusive priorizando a soltura dos detentos (através de medidas cautelares ou até mesmo da antecipação de direitos) com base na súmula vinculante 56 do STF (CNJ, 2020).

Destaca-se neste tópico que, em que pese existisse grande divulgação midiática de que todos os estabelecimentos prisionais estavam seguindo com as determinações e isolando eventuais detentos com suspeitas do coronavírus, um vídeo de grande impacto circulou na internet, no qual um preso do Complexo Prisional de Chapecó relatava a precariedade que estavam vivenciando, sem higienização adequada (principal fator para prevenção contra o vírus), sem a possibilidade de manter o espaço mínimo determinado, existindo a convivência nos mesmos alojamentos de pessoas com suspeita de infecção e pessoas saudáveis, e ao contar estes fatos fazia um apelo à população e as autoridades (ND+, 2020).

4 BREVE OPINIÃO DE OPERADORES DE DIREITO ATUANTES NA ÁREA PENAL DA COMARCA DE CAÇADOR

Para a Defensora Pública do Estado de Santa Catarina, atuante na cidade de Caçador, Elaine Caroline Masnik, a garantia da assistência jurídica é o direito

fundamental que mais encontra dificuldade em ser efetivado, tendo como base a noção de que os presos hipossuficientes, que não possuem condições financeiras para efetivamente contratar um advogado no momento em que são detidos acabam, conseqüentemente, tendo os demais direitos privados.

O servidor público aposentado, Laudemir Domingues, sargento da PM aposentado que atuou no presídio de Caçador através do CTISP, expôs:

Entendo que o princípio que se tem mais dificuldade para ser efetivado é o da Dignidade da Pessoa Humana, devido muitos acusados ficarem reclusos mais tempo que o necessário, pois foram presos precocemente. Em um caso específico, um detento ficou 8 meses preso para depois ser absolvido.

Por fim, a opinião do Juiz de Direito Gilberto Kilian dos Anjos, magistrado que atuou até o início do segundo semestre de 2020 na Vara Criminal da cidade de Caçador, foi de que:

A maior dificuldade em termos de sistema penal e efetivação de direito fundamental, a meu ver, é a consolidação da dignidade da pessoa humana, na consideração principalmente do valor intrínseco da pessoa humana, bem como do mínimo existencial.

Assim, nota-se que o direito fundamental da pessoa humana, embora mais citado, não é o único que enfrenta empecilhos para sua efetivação a nível local.

METODOLOGIA

Para a investigação, o estudo fez uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica e de levantamento utilizando a produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente projeto integrador teve como resultado, após as diversas pesquisas realizadas, a evidência de que os direitos fundamentais, embora legalizados, não estão sendo efetivados em sua grande maioria, notando-se que isto se da ante ao fraco investimento e atenção do Poder Público ao tema.

Além disso, com a pandemia ficou mais evidente a importância de se evitar a superlotação, uma vez que neste contexto as faltas de higiene e de espaço mínimo poderiam causar uma infecção em massa dos detentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se que o legislador teve a preocupação de firmar que o Estado proporcionasse a dignidade para todos os indivíduos. Assim, percebe-se a preocupação em conceder uma condição normativa aos direitos fundamentais, sendo um dos alicerces do Estado Democrático de Direito. Entretanto, percebe-se a dificuldade de sua efetivação no sistema prisional brasileiro.

Conforme evidenciado acima, os cárceres sofrem com superlotação, evidenciando o desleixo do Estado em resolver o problema carcerário. Tal problema foi amplificado com a pandemia pelo Covid-19, ficando claro que o sistema prisional não é apto, atualmente, para garantir a saúde e a vida digna aos detentos, e essa

precariedade apenas colabora para o aumento do índice de reincidência criminal em nosso país.

Dito isso, se faz necessário um investimento e uma preocupação maior de políticas públicas voltadas ao sistema prisional brasileiro, não se falando em liberação em massa, mas sim no investimento em medidas cautelares diversas da prisão e na ressocialização do presidiário, buscando ainda verificar e investir na garantia dos direitos fundamentais neste contexto, caso contrário a permanência do apenado na cadeia acaba surtindo um efeito oposto ao desejado.

REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto. **Execução Penal**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987411/cfi/6/10/4/8/2@0:0>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. **Planalto**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

CNJ. **Recomendação Nº 62 de 17/03/2020**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>. Acesso em: 28 out. 2020.

CNJ. **Relatório de Cadastro de inspeção do Presídio Regional de Caçador**. Caçador: Set/2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php. Acesso em: 21 out. 2020.

DULLIUS, Aladio Anastacio; HARTMANN, Jackson André Müller. Análise do sistema prisional brasileiro. **Âmbito Jurídico**, 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/analise-do-sistema-prisional-brasileiro/>. Acesso em 20 out. 2020.

JUNIOR, Edson Alves de Oliveira; SIQUEIRA, Heloíse Garcia. O Princípio da Dignidade Humana Inserido no Sistema Prisional do Brasil. **Âmbito Jurídico**, 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-inserido-no-sistema-prisional-do-brasil/>. Acesso em: 24 out. 2020.

JÚNIOR, Aderaldo Ribeiro de Queiroz. Direitos fundamentais do preso. **JUS**, 06/2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29380/direitos-fundamentais-do-preso>. Acesso em: 25 out. 2020.

RICARDO, William. Em vídeo, detento detalha suposta negligência para Covid-19 em Chapecó. **ND+**. Chapecó: 23/07/2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/em-video-detento-detalha-suposta-negligencia-para-covid-19-em-chapeco/>. Acesso em: 28 out. 2020.

STF. **STF inicia julgamento de ação que pede providências para crise prisional**. Notícias STF, 27/08/2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=298600>. Acesso em: 25 out. 2020.

TEORIA DA IMPREVISÃO DERIVADO DA COVID-19 NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO¹

Aline Aparecida Ribas, aribas1803@gmail.com²
Eloyse Gabriella Sopczak, eloyse.gs1@gmail.com³
Jennifer Nichelle Gonçalves, jennifer.gonchelle@gmail.com⁴

Resumo – Com a chegada do novo Coronavírus, ocorreram muitas mudanças, as quais ocasionaram impactos em nossa sociedade, como por exemplo, o desemprego, a diminuição da renda familiar, o endividamento, as rescisões contratuais, entre outros. Dessa forma, será abordado os efeitos da COVID-19 nos contratos formalizados, especialmente no contrato imobiliário, utilizando-se artigos e sites, além aplicação de questionário, para obtenção de informações e dados. Cumpre ressaltar, que o contrato é um negócio jurídico, devendo-se observar as cláusulas contratuais, porém, por se tratar de caso fortuito e imprevisto, e não havendo previsão específica em nosso ordenamento jurídico, há necessidade de compreensão das partes, no momento de negociação.

Palavras-chave: Impactos. Covid-19. Contratos. Imobiliário.

INTRODUÇÃO

Após o surgimento do novo Coronavírus, medidas de segurança foram implantadas para evitar a disseminação do vírus. Ocorre que essas medidas aplicadas, acabaram gerando consequências para a sociedade, como o desemprego, a diminuição da renda familiar, a quebra de muitas empresas, e mesmo com as iniciativas do Poder Público, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos causados pela COVID-19, o prejuízo continua.

Como o Coronavírus, impactou diretamente na economia, houve muitos estabelecimentos que fecharam as portas, outros tiveram que reduzir a quantidade de pessoal, o fluxo de compra e venda diminuiu, resultando no aumento de desempregados e consequentemente endividados no país. Dessa forma, os contratos já celebrados foram afetados, como por exemplo, financiamento de veículos, contratos de locação de imóveis, contratos bancários, entre outros.

Sendo assim, esse artigo abordará quais foram os impactos ocasionados pela COVID-19, em alguns tipos de contratos, destacando-se os contratos de locação de imóveis tanto residenciais, quanto comerciais, levando em consideração o conceito de contrato, obrigação, bem como a classificação dos contratos imobiliários, com base em artigos, sites, além do questionário aplicado nas imobiliárias da cidade de Caçador - Santa Catarina, como meio de obtenção de dados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Levando em consideração o Código Civil, o Direito das Obrigações, é um conjunto de normas que regem relações jurídicas. A obrigação existe quando há um

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

vínculo jurídico entre duas ou mais pessoas, no qual uma pessoa tem o dever de realizar uma prestação em favor da outra. (Lima, 2006).

Entende-se que o contrato é um negócio jurídico, com objetivo de gerar obrigações entre as partes (Samaiadevivo, 2015), sendo que podem ser classificados quanto à forma como se aperfeiçoam (Solenes, não solenes, consensuais e reais), quanto a própria natureza (Unilateral, bilateral, oneroso, gratuito, comutativo, aleatório, causal e abstrato), quanto ao nome (Nominados ou típicos e inominados ou atípicos), quanto sua relação (Principal e acessório) e quanto ao objeto (Definitivo e preliminar). (Reis, 2008).

Os impactos gerados pela pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus, são nítidos, sendo que diversas áreas foram afetadas, como saúde, educação, segurança pública, restrições à liberdade individual, atividades econômicas, entre outras. Esses fatos geram impactos em todas as relações obrigacionais. Há situações, em que devido às medidas de restrições tomadas pelo Poder Público, torna-se impossível o cumprimento das obrigações. Em outras situações, não há uma impossibilidade, mas a dúvida, quanto a possibilidade no momento da execução. Além disso, ainda há os contratos que já foram celebrados e estão em execução, em que as partes procuram cumprir com suas obrigações, ajustando-se a nova realidade, como é o caso dos contratos escolares, contratos bancários, contratos imobiliários, entre outros. (Miragem, 2020).

Com o fechamento dos comércios, a renda das empresas caiu, afetando tanto os trabalhadores quanto empregadores, sendo necessário acionar a Justiça para auxiliar nesse impacto financeiro, dessa forma, para os contratos de locação, fundamentou-se na Teoria da Imprevisão, caso fortuito ou força maior, gerando a suspensão do pagamento, a redução do valor do aluguel, entre outros. Porém, para que haja a aplicação desses dispositivos, o locatário deverá provar o quanto foi economicamente afetado em razão da pandemia, pois caso contrário, os locadores, acabariam sendo prejudicados também, deve-se analisar cada caso, ponderando os riscos entre as partes. (Rocha; Rocha. 2020).

METODOLOGIA

Durante o desenvolvimento do artigo foi aplicado um questionário para as imobiliárias que atuam na cidade de Caçador-SC, 7 participaram da pesquisa, com o intuito de coletar informações no que tange às relações contratuais no cenário pandêmico.

A coleta de dados se caracteriza como quantitativa, com perguntas claras e objetivas de múltipla escolha, visando relacionar os impactos da teoria da imprevisão derivada da COVID-19 nos contratos imobiliários em Caçador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COVID-19, teve um impacto significativo na esfera econômica, no âmbito imobiliário a condição não é diferente, porém no gráfico 1 observou-se que não houve consequências nos prazos determinados no contrato, 85,7% afirma que a maioria dos contratantes não teve complicações para efetuar os pagamentos e 14,3% que todos os contratantes mantiveram os prazos.



Gráfico 1 - Quantidade de locatários que manteve pagamentos no prazo.

No cenário atípico algumas medidas tiveram que ser tomadas para reduzir o impacto da pandemia, para que os dados apresentados no gráfico 1 nesse contexto, fossem fundamentados. No gráfico 2 nota-se que todas as imobiliárias contatadas em Caçador intermediaram acordos entre proprietários e locatários.

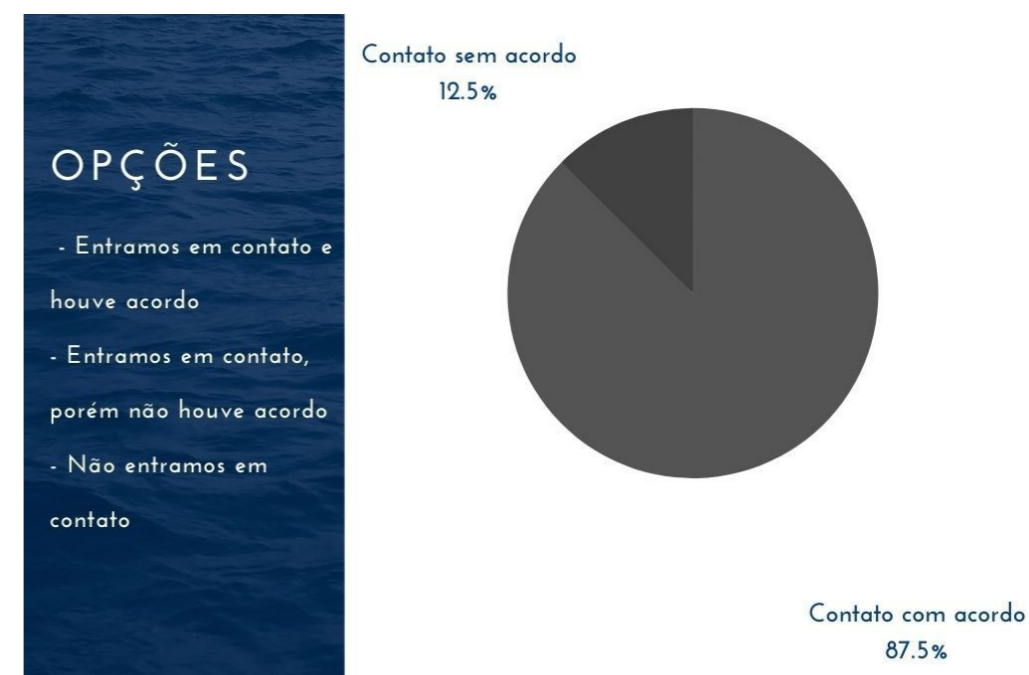


Gráfico 2 - Contato e acordo entre as partes.

A atuação das imobiliárias em Caçador, não difere do restante do país que de um modo geral estão buscando realizar acordos para que não haja desocupação de imóveis deixando levar para a justiça como última alternativa, recomenda-se que haja compreensão entre as partes (Rodas, 2020). Por consequência as imobiliárias em Caçador não foram atingidas com deficiência de pagamentos, evidenciado do gráfico 1, priorizando a flexibilidade e tolerância por meio de diálogo, havendo comunicação entre os envolvidos para chegar a um consenso, evitando a revisão dos contratos que são baseados na Teoria da Imprevisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas restritivas, impactaram a sociedade em geral, principalmente as pessoas que tiveram seus contratos de trabalhos suspensos ou rescindidos, aumentando a taxa de desemprego, de devedores e inadimplentes, afetando também os contratos já celebrados.

Entende-se que o contrato é um negócio jurídico, com objetivo de gerar obrigações entre as partes (Samaiadevivo, 2015). Um tipo de relação obrigacional afetada foi os contratos imobiliários. Além dos contratos residenciais, os não residenciais (comerciais), também foram negativamente afetados, levando os inquilinos a buscar às imobiliárias para realizar acordo, caso não houvesse, poderiam pleitear seus direitos juntos ao Poder Judiciário, podendo aplicar a Teoria da Imprevisibilidade, e ainda incluir o fato como força maior e/ou caso fortuito, dependendo do locatário, comprovar o quanto foi atingido economicamente devido a pandemia. (Marzagão; Queiroz; Rillo, 2020).

Na cidade de Caçador - SC, não houve a procura pelo Poder Judiciário, pode-se visualizar através dos questionários aplicados, que as imobiliárias entraram em contato com seus inquilinos, com objetivo de realizar acordo entre as partes, o que de fato aconteceu, evitando as revisões contratuais, fundamentadas pela Teoria da Imprevisão.

REFERÊNCIAS

LIMA, Sílvia Mara de. **Direito das Obrigações (Conceito)**, 2006. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3044/Direito-das-obrigacoes-conceito>>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.

MIRAGEM, Bruno. **Nota relativa à pandemia de coronavírus e suas repercussões sobre os contratos e a responsabilidade civil**, 2020. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2020/03/27/coronavirus-responsabilidade-civil/>>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

SAMAIODEVIVO, Giulia. **Dos Princípios Contratuais Clássicos aos Modernos**, 2015. Disponível em: <<https://giuliadevivo.jusbrasil.com.br/artigos/228074334/dos-principios-contratuais-classicos-aos-modernos>>. Acesso em: 17 de outubro de 2020.

REIS, Jair Teixeira dos. **Contratos - Considerações Gerais**, 2008. Disponível em: <[https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-53/contratos-consideracoes-gerais/#:~:text=S%C3%A3o%20solenes%20os%20contratos%20que,bem%20m%C3%B3vel\)%20s%C3%A3o%20livres%20na](https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-53/contratos-consideracoes-gerais/#:~:text=S%C3%A3o%20solenes%20os%20contratos%20que,bem%20m%C3%B3vel)%20s%C3%A3o%20livres%20na)>. Acesso em: 17 de outubro de 2020.

ROCHA, Debora Cristina de Castro da; ROCHA, Edilson Santos da. **A negociação nos Contratos de Locação Comercial e a (in) Aplicabilidade da Teoria da Imprevisão em Tempos de Covid-19**, 2020. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/depeso/330930/a-negociacao-nos-contratos-de-locacao-comercial-e-a--in--aplicabilidade-da-teoria-da-imprevisao-em-tempos-de-covid-19>>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

SMART CONTRACTS COMO UMA TECNOLOGIA DECISIVA NA GESTÃO JURÍDICA EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

André Lemuel Ferreira Krieguer, e-mail: andrelfkrieguer@gmail.com²
Jaquelyne Maria Guimarães, e-mail: jaquelyneguimaraes23@gmail.com³
Pedro Henrique Willemann dos Anjos, e-mail: pwillemann32@gmail.com⁴
Sabrina Frigotto, e-mail: sabrinafrigotto19@gmail.com⁵
Thiara Zen, e-mail: thiara@uniarp.edu.br⁶

Resumo: Os contratos são negócios jurídicos bilaterais que regulam acordos de vontades. Vários princípios precisam ser analisados quando se trata deste tema, dentre eles, sobretudo o da autonomia de vontade, da força obrigatória, da boa-fé e do consensualismo. Em tempos de pandemia, pode ficar difícil consultar um advogado de maneira presencial para redigir um contrato, é neste contexto que se apresentam os Smart Contracts (Contratos Inteligentes). O presente estudo, portanto, possui o escopo de analisar os Smart Contracts como um método alternativo para a situação atípica na qual o mundo atualmente se encontra. Buscará também salientar quais são os pontos positivos e negativos da contratação em meio virtual, como também da tecnologia reguladora o contrato digital. Para os fins buscados, quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi de natureza básica, com abordagem qualitativa, objetivo exploratório e bibliográfico do tipo narrativo.

Palavras-chave: Contratos. Smart Contracts. Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

Os Contratos são negócios jurídicos bilaterais regulados pela autonomia de vontade das partes. Vários princípios regem esses acordos, tais como o da força obrigatória, da boa-fé e do consensualismo. Tudo isso com o objetivo de gerar a segurança de obrigações mútuas a serem cumpridas, bem como, a alcançar uma função social.

Os Smarts Contracts (em português: contratos inteligentes), vieram para facilitar e reforçar a negociação ou o desempenho de um contrato, pois dispensam a linguagem formal e assim não requerem tanto esforço para sua construção. Havendo um baixo custo na sua formalização e execução.

É um meio seguro, sendo um protocolo de computador auto executável. Utiliza-se das criptomoedas, como o Bitcoin, para realizar pagamentos online sem a necessidade uma instituição financeira. O Bitcoin ganhou a fama de ser a mais segura e estável moeda que existe, utilizando-se de criptografias digitais, especificamente da tecnologia *blockchain*.

Mesmo não existindo envolvimento humano a partir que este contrato é firmado, sendo um negócio jurídico entre desconhecidos, terá uma relação de confiança e grande transparência entre as partes, proporcionando confiabilidade nas transações online, decorrente de uma realização formalizada e automática.

¹ O presente trabalho, refere-se ao projeto integrador da quarta fase do curso de Direito, voltado a matéria de Direito Civil III: Contratos.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

2. SMART CONTRACTS E SUA IMPORTÂNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

2.1. DOS CONTRATOS E SEUS PRINCÍPIOS

O contrato é um negócio jurídico por meio do qual as partes declarantes, auto disciplinam os efeitos patrimoniais que pretendem atingir, segundo a autonomia de vontades. Dado que a boa-fé sabidamente cumpre múltiplas funções no direito dos contratos, cuida-se aqui primordialmente de seu papel na formatação do significado e do alcance no adimplemento contratual. A questão central é saber se, e em que medida, a boa-fé atua como fonte de deveres contratuais implícitos de cooperação e colaboração, além daqueles expressamente previstos (PARGENDLER, 2017).

Todo contrato deve dispor a uma função social, assim CLÓVIS BEVILÁQUA, discorre com um enfoque historicista, em sua clássica obra Direito das obrigações:

Pode-se, portanto, considerar o contracto como um conciliador dos interesses collidentes, como um pacificador dos egoísmos em lucta. É certamente esta a primeira e mais elevada função social do contrato. E para avaliar-se de sua importância, basta dizer que, debaixo deste ponto de vista, o contracto corresponde ao direito, substitui a lei no campo restricto do negócio por elle regulado. Ninguém dirá que seja o contracto o único factor de pacificação de interesses, sendo o direito mesmo o principal delles, o mais geral e o mais forte, mas impossível será desconhecer que também lhe cabe essa nobre função socializadora (apud PAMPLONA; GAGLIANO FILHO, 2018. p. 416).

O direito contratual rege-se, basicamente, por quatro princípios, sendo eles o da autonomia de vontade, da força obrigatória, da boa-fé e do consensualismo. A boa fé compreende que o significado literal do acordo não poderá ser superior à intenção a ser inferida desta. Além disso, as partes devem agir com lealdade e confiança mútuas, havendo cooperação entre credor e devedor (GOMES, 2019).

O contrato é um acordo de vontades, assim, a *pacta sunt servanda*, (princípio da força obrigatória), coaduna com o entendimento de que o contrato faz lei entre os contratantes, suas cláusulas devem ser executadas como preceitos legais imperativos. A parte que deixa de cumprir com a sua obrigação, não apenas viola o acordo, mas a lei contratual baseada na boa fé e na livre vontade (TARTUCE, 2020).

Sobre o tema, Flávio Tartuce, exímio professor, salienta:

Decorrente do princípio da autonomia privada, a força obrigatória dos contratos prevê que tem força de lei o estipulado pelas partes na avença, constringendo os contratantes ao cumprimento do conteúdo completo do negócio jurídico. Esse princípio importa em autêntica restrição da liberdade, que se tornou limitada para aqueles que contrataram a partir do momento em que vieram a formar o contrato consensualmente e dotados de vontade autônoma (TARTUCE, 2020, p. 107).

O contrato, enquanto instrumento para realização pacífica de transações, gera entre as partes a certeza e a segurança de que as obrigações por eles assumidas serão cumpridas. Caso isso não ocorra, poderá qualquer das partes requerer perante a justiça a execução forçada, bem como a reparação de eventuais danos advindos de seu descumprimento (FERRAZ, 2019).

2.2. DOS SMART CONTRACTS

Em meio a constante evolução e ao mundo globalizado, é comum que várias ferramentas do dia-a-dia acabem por ganhar um cunho mais automatizado, é o caso,

por exemplo, dos contratos. Com a pandemia de covid19 tornou-se latente a necessidade de meios alternativos virtuais para a realização das mais diversas tarefas. O isolamento e a cautela se fazem de importância ímpar neste momento delicado, entretanto, para os que ainda assim desejam celebrar negócios jurídicos na forma de contratos, uma ótima alternativa são os Smart Contracts.

Os denominados “Contratos Inteligentes”, são acordos que dispensam a linguagem formal, pois os termos deste armazenam-se em um código de computador. Os benefícios surgem com redução de esforços em sua construção, bem como a conquista de grande transparência entre as partes, o que decorre de uma realização formalizada e automática. Além disso, possui baixo custo em sua formalização e conseqüentemente em sua execução (FERRAZ, 2019).

Aplicar-se-á aos contratos inteligentes a mesma regulamentação cabível aos demais contratos, observe-se:

Aos contratos inteligentes aplicam-se as mesmas regulamentações jurídicas da legislação referente aos contratos. Com relação ao ordenamento jurídico brasileiro, entende-se que em casos de lacunas na legislação, com aplicação especial nos temas que envolvem novas tecnologias, coadunando com o artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, tem-se que "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito" (FERRAZ, 2019, p. 37).

Representam, assim, uma maneira inovadora de contratar e ocorre sem o intermédio de terceiros. São criados através de uma fórmula que, implementando certa condição aguardará pela prestação contraposta. Importante frisar que os Smart Contracts, tal qual os contratos tradicionais, podem ser padronizados de modo que os contratantes escolham qual modelo se adequa melhor ao tipo de contrato em foco (EFFING; SANTOS, 2018).

2.3. TECNOLOGIA BLOCKCHAIN

Como explicação primacial, deve-se analisar a importância da tecnologia *blockchain* (corrente de blocos) utilizada em diversos meios digitais, como na moeda mais famosa do mundo chamada bitcoin e em outros negócios virtuais de que se tem conhecimento, até chegar à vista da área do Direito com os *Smarts Contracts*. O bitcoin possui a função de permitir pagamentos online sem que passem por uma instituição financeira, ou melhor dizendo, aos olhos do Estado, deixando assim nas mãos do livre mercado (MOUGAYAR, 2017).

Esta moeda que hoje em dia vale muito, ganhou a sua fama em ser a mais segura e estável que existe, utilizando-se de criptografias digitais, especificamente da tecnologia *blockchain* que é a peça responsável pelo funcionamento de todo o esquema. Ela é formada por uma corrente de blocos que funcionam como um banco de dados, organizando transações em ordem cronológica em mais de um computador, por meio de cadeias de informações criptografadas e unidas entre si (CARVALHO; ÁVILA, 2019).

A tecnologia, e todas as outras relacionadas a mesma, são também chamadas de “crypto 2.0”, são utilizadas em geral para uma solução atrativa de segurança e confiança. Ao invés de esperar que as partes ajam honrosamente, a tecnologia inclui todas as propriedades desejadas no sistema, de maneira que continuarão funcionando mesmo tentando ser alterada, e sempre havendo o registro de alterações.

Todas as transações que ocorrem por meio do “crypto 2.0” vem com rastros auditáveis de provas criptográficas. As redes descentralizadas peer-to-peer podem ser utilizadas para reduzir a confiança em qualquer servidor individualmente; a chave criptográfica pública poderia criar uma noção de identidades portáteis controladas pelo usuário. Tipos mais avançados de matemática, incluindo assinaturas em anel, criptografias homomórficas e provas de conhecimento-zero, garantem privacidade, permitindo que usuários abram seus dados de modo que algumas propriedades possam ser verificadas, e até mesmo computadas, sem realmente revelar nenhum detalhe privado (MOUGAYAR, 2017, p.10).

De forma simples os contratos inteligentes são contratos codificados e organizados em uma base de dados de execução automática e autônoma, sendo a tecnologia utilizada *blockchain*, uma rede de nós compartilhada, ou melhor, uma corrente de blocos, organizadas e compartilhadas em um banco de dados que armazena diversas informações codificadas e criptografadas. Isso insere as cláusulas do Contrato Inteligente em blocos inalteráveis, imutáveis, garantindo a execução das obrigações de modo imediato, autônomo e a prova de possíveis corrupções, formando assim um meio com maior agilidade, segurança e praticidade (CARVALHO; ÁVILA, 2019).

3. METODOLOGIA

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi de natureza básica de caráter qualitativo, para analisar e interpretar até os aspectos profundos a fim de que se chegue a essência do tema. O objetivo foi exploratório, de forma a propiciar maiores informações sobre o assunto. Já o procedimento foi bibliográfico, o que implica na análise de livros e artigos, não caracterizando simples repetição do que já foi escrito, mas um olhar sob nova perspectiva, de forma a gerar conclusões inovadoras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere a fusões-jurídico-tecnológico surge os Smarts Contracts, uma nova forma de se realizar um negócio jurídico, onde a presença humana para a celebração não é frequente. Os contratos inteligentes se tornaram viáveis e promissores no ambiente das relações obrigacionais pelo seu desenvolvimento em ambiente *blockchain* (*cadeia de blocos*), tecnologia criptografada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se então, que os contratos inteligentes são grandes facilitadores para o desempenho de um acordo, especialmente em tempos de pandemia, pois geram baixo custo na sua execução e dispensam uma linguagem formal. Por ser um negócio jurídico entre desconhecidos, é esperado que haja grande confiabilidade e transparência em sua relação.

Em contrapartida por não havendo a participação de um advogado para redigir o contrato, uma das partes poderá sair prejudicada, em caso de não ser observado o princípio da boa-fé objetiva ou o contrato poderá ser redigido de forma errônea, por se tratar de leigos na elaboração do mesmo.

Os Smarts Contracts são de grande valia para quem quer poupar tempo e dinheiro. Todavia, a elaboração de um contrato não é simples, e poderá trazer prejuízos se não for bem desenvolvido. Para que um contrato tenha êxito, se faz

necessário o saber jurídico, para que, dessa forma, não existam cláusulas que venham a desrespeitar os princípios contratuais ou mesmo acarretar eventual nulidade futura, e assim garantam que os direitos e obrigações das partes sejam cumpridos.

Diante do exposto, é possível destacar que existem pontos positivos e negativos em fazer a contratação utilizando a via tecnológica digital, mas que em tempos extraordinários como os atuais constitui-se uma excelente forma para regular contratos de caráter mais simples.

6. REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Carla Arigony de; ÁVILA, Lucas Veiga. A tecnologia blockchain aplicada aos contratos inteligentes. **Revista Univem**, 2019. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3210>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.
- EFFING, Antonio Carlos; SANTOS, Adrielly Pinho dos. Análise dos smart contracts à luz do princípio da função social dos contratos no direito brasileiro. **Revista Direito e Desenvolvimento**, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/755/554>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.
- FERRAZ, Robertson Novelino. As tecnologias envolvendo os contratos inteligentes (smart contracts) e alguns dos impactos nos contratos. **Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**. Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37502>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil, volume único**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume 4: contratos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- MOUGAYAR, William. **BlockChain para negócios - Promessa, Prática e Aplicação da Nova Tecnologia da Internet**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
- PARGENDLER, Mariana. O direito contratual comparado em nova perspectiva: revisitando as diferenças entre os sistemas romano-germânico e de *common law*. **Scielo**, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322017000300796&lang=pt>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.
- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

A COVID-19 E A TEORIA DA IMPREVISÃO COVID-19 AND THE UNPREDICTABILITY THEORY

Juliara Silveira, juliara.silveira@outlook.com¹
 Miriã Alano de Souza, miria.alano@hotmail.com²
 Mike Phelipe Rosa, mike.vr@live.com³
 Rafael Cachoeira, rafaelpiacentini0910@gmail.com⁴
 Rayane Julia Mazzurana, rayane.mazzurana2001@gmail.com⁵
 Thiara Zen, thiara@uniarp.edu.br⁶

Resumo - “A COVID-19 e a Teoria da Imprevisão” aborda a possibilidade de aplicação da teoria de imprevisão aos negócios jurídicos face a pandemia do coronavírus. Neste cenário, através de uma abordagem bibliográfica, são apresentados os fundamentos e regras que permitem a utilização da referida teoria em detrimento ao *pacta sunt servanda*, princípio basilar dos contratos, ensejando a revisão de contratos, na qual poderá resultar a modificação, suspensão ou extinção do negócio jurídico anteriormente celebrado. Objetiva comprovar que a teoria da imprevisão, bastante utilizada no âmbito público, pode também ser aplicada nas relações particulares e contratuais embasadas no Direito Civil brasileiro.

Palavras-chave: Teoria da Imprevisão. Covid-19. Revisão de Contratos.

INTRODUÇÃO

As infecções respiratórias agudas são causas comuns de morbidade e mortalidade em todo o mundo. Os vírus são considerados os agentes predominantes dessas infecções devido à sua alta mutabilidade e facilidade de transmissão, como é o caso dos coronavírus, grande família viral comum em diferentes espécies de animais, como gatos e morcegos, e dificilmente, encontrado em humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

No entanto, recentemente, em dezembro de 2019, foi constatada a transmissão de um novo coronavírus (SARS-Cov-2), identificado em Wuhan na China, o qual causou a doença COVID-19, que, devido ao seu espectro clínico bastante variável, de infecções assintomáticas a quadros graves, e rápida propagação de pessoa a pessoa, levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar situação de pandemia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Diante desse cenário, países do mundo todo passaram a adotar medidas a fim de reduzir o número de casos, como a determinação de quarentena, distanciamento social, restrição de acesso a espaços públicos, atividades em grupos, empresariais e civis, prática conhecida como *lockdown*. A preocupação e objetivo principais eram a manutenção da vida e a prevenção do sistema de saúde, evitando seu colapso (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, titulação do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Entretanto, o cenário proporcionado por essa pandemia traz desdobramentos que vão além da saúde das pessoas, afetando a economia, a política e, inclusive a esfera contratual, pois vislumbra-se nesta situação, o aumento da crise econômica e consequentemente da inadimplência das obrigações contratuais.

Para comprovar essa situação, foi realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), um estudo intitulado Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) no início de maio de 2020, constatando que a economia brasileira sofrerá uma queda de PIB (Produto Interno Bruto) na ordem de 6% no ano de 2020 e que houve um aumento do endividamento das famílias brasileiras devido à pandemia: em relação aos cartões de crédito, o índice de inadimplência atingiu a marca de 66%, enquanto que foi observado um aumento de 40% de pedidos de acordo de aluguel (CNN BRASIL, 2020).

Com base no exposto, objetiva-se apresentar e discutir a possibilidade do uso da teoria da imprevisão como solução a esta questão contratual, buscando minimizar os impactos decorrentes da pandemia, de forma que ambas as partes do negócio jurídico consigam honrar seus compromissos.

O CONTRATO E A TEORIA DA IMPREVISÃO

O ato de contratar faz parte da vida em sociedade. Na vida contemporânea, há a necessidade de contratos, desde os mais simples até os mais complexos, como observa-se com os contratos de fornecimento de água e luz, televisão por assinatura, relações de trabalho e abertura de empresas, sendo instrumentos que reforçam a confiança e a colaboração entre as partes (FRAGA et al., 2018).

O contrato é considerado uma espécie de negócio jurídico, devendo seguir as mesmas regras, como a capacidade do agente, forma e objeto, além das normas sobre vícios de vontade e vícios sociais (VENOSA, 2020). De acordo com o artigo 81 do Código Civil de 2016, negócio jurídico é “todo o ato lícito, que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos”.

O direito contratual brasileiro acolheu três princípios concebidos pelos romanos: livre manifestação da vontade, força obrigatória (*pacta sunt servanda*) e relatividade dos efeitos, os quais tornaram-se dogmas nas relações contratuais. Em situações de normalidade, a segurança jurídica quanto ao adimplemento de um contrato é fundamentada nesta força obrigatória, a qual impede qualquer possibilidade de alteração contratual que não seja pela vontade dos envolvidos. Desta forma, nenhum evento externo, em regra, pode alterar esta premissa (FRAGA, et al., 2018).

Entretanto, no passado, existiram fatos externos, como as duas guerras mundiais e a gripe espanhola do início do século XX, que alteraram as relações políticas, econômicas, financeiras e contratuais completamente, semelhante ao coronavírus nos dias atuais (CASTRO, 2020). De acordo com Ferraresi (2020), foi nessa época que juristas e doutrinadores procuraram outras formas de lidar com as relações contratuais, identificando na Idade Média e no direito romano a existência de uma cláusula implícita: a *rebus sic stantibus*, em tradução literal, “enquanto as coisas assim estiverem”.

A regra da cláusula *rebus sic stantibus* traz como premissa de que o contrato faz lei entre as partes, “[...] enquanto as coisas permanecerem na forma estabelecida na época do contrato [...], podendo assim invocá-la como forma de rompimento caso mudanças substanciais ocorram de forma extraordinária e imprevisíveis [...]” (NETO, 2020). Apesar de ser um princípio antigo, presente no Código de Hamurabi, no direito

romano e muito utilizado na Idade Média, foi com a ampla aceitação e inclusão desta cláusula nos ordenamentos jurídicos após as duas guerras mundiais, que a teoria da imprevisão passou a ser utilizada e levada em consideração nas matérias contratuais (FERRARESI, 2020).

Conforme Fraga et al. (2018, p. 224), “A teoria da imprevisão visa a preservação do contrato com a sua execução continuada ou diferida após a ocorrência de acontecimento extraordinário e imprevisível que o torne excessivamente oneroso”. Nessas situações, admite-se a revisão do contrato a fim de ajustá-lo às novas circunstâncias.

Segundo Lôbo (2018), no ordenamento jurídico brasileiro, até a metade do século passado, havia grande resistência em reconhecer a aplicação da teoria da imprevisão como exceção ao princípio da obrigatoriedade dos contratos por falta de dispositivo legal, sendo o Ministro Nelson Hungria considerado o primeiro julgador a reconhecer a aplicação dessa teoria.

Atualmente, a estipulação legal da teoria da imprevisão encontra-se nos artigos 317, 478 e 479 do Código Civil:

Art. 317. Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.

Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.

Art. 479. A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se ao réu a modificar equitativamente as condições do contrato.

REQUISITOS DA TEORIA DA IMPREVISÃO

Em primeiro lugar, devem ocorrer acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, atingindo uma camada mais ou menos ampla da sociedade (SCHLICKMANN, 2020). “Um fato será extraordinário e anormal para o contrato quando se afastar do curso ordinário das coisas. Será imprevisível quando as partes não possuírem condições de prever, por maior diligência que tiverem” (VENOSA, 2020, p. 131).

Em um segundo momento, segundo Venosa (2020), deve-se analisar a reflexão desses acontecimentos sobre a prestação do devedor, em que se observa que a prestação devida torna-se excessivamente onerosa para o devedor.

Outra característica e requisito importantes é que os contratos devem ser a prazo, ou de duração, pois o fato imprevisível e extraordinário ocorre posteriormente à assinatura do contrato, enquanto este perdurar. Entretanto, se algum dos contratantes já souber da ocorrência ou existência desse fato extraordinário, o enfoque desloca-se de teoria da imprevisão para vícios de vontade (VENOSA, 2020).

Observa-se, portanto, segundo o civilista Rafael Schlickmann (2020) que a aplicação da teoria da imprevisão somente será possível se o fato extraordinário e imprevisível causador da onerosidade excessiva não estiver coberto pelos riscos próprios do contrato, como ocorre no atual cenário econômico com a pandemia do coronavírus, configurando-se um fato totalmente aleatório e completamente imprevisível aos contratos comerciais, comprovada pela última pandemia em escala global, declarada em 1968, com a Gripe de Hong Kong.

A consequência da aplicação da teoria da imprevisão a um contrato é a possibilidade de sua resolução ou da revisão de seus termos, sendo que a revisão contratual como corolário do princípio da conservação dos negócios jurídicos, não somente com olhos na teoria da imprevisão, mas também na aplicação dos princípios da boa-fé, é certamente o melhor campo para a manutenção da estrutura econômica das empresas (SCHLICKMANN, 2020, p.03).

CORONAVÍRUS E A TEORIA DA IMPREVISÃO

O coronavírus, considerado um fato atípico e extraordinário para o ambiente contratual, já trouxe alterações impactantes no âmbito público, como exemplo pode-se citar o Superior Tribunal de Justiça, que no julgamento do REsp 1.433.434/DF, a fim de garantir a manutenção das condições dos contratos celebrados, permitiu a revisão contratual e aplicação da teoria da imprevisão (FERRARESI, 2020).

Segundo Venosa (2020), no âmbito privado, a revisão dos contratos não é tão simples, devendo ser realizada judicialmente, em que o devedor onerado deve ingressar com uma ação, requerendo o reconhecimento da teoria da imprevisão, podendo pleitear a liberação da obrigação ou a redução do montante da prestação.

Desta forma, a partir de um fato atípico e extraordinário, como o coronavírus, que afetou amplamente a economia, haverá a análise das consequências econômicas dessa pandemia: se a impossibilidade de cumprimento da obrigação for total, postergam-se as prestações vencidas para outro momento, não havendo mora ao devedor; se a impossibilidade for parcial, reduz-se a prestação, cumprindo-a em parte.

Como exemplo, pode-se citar um contrato de locação comercial, em que o locatário poderá obter a suspensão do pagamento do aluguel (impossibilidade total) ou obter a redução do valor da parcela (impossibilidade parcial). Em ambos os casos, não haverá mora nem possibilidade de despejo (CASTRO, 2020).

Em suma a pandemia do coronavírus pode ser considerada como fato imprevisível, em matéria de contratos, e dar ensejo a teoria para resolver o contrato (art. 478 c.c.) ou apenas operar a sua revisão com a modificação equitativa (art. 421, parágrafo único, art. 421-A e art. 479, ambos do código civil).

E nem se argumente que a revisão ou readequação de tais cláusulas ofenderia a segurança jurídica, posto que tal primado tem por objetivo precípuo harmonizar as relações jurídicas.

A considerar, portanto, que a instabilidade gera efeito gravoso no meio social, de modo, a impossibilitar o cumprimento de regras e condições estipuladas antes do seu evento, segue-se que a aplicação da teoria da imprevisão vem justamente no sentido de dar plena e integral aplicação ao princípio da segurança jurídica e certeza do direito.

METODOLOGIA

Como já foi visto, o cenário proporcionado por essa pandemia traz divisões que vão além da saúde das pessoas, ela também afeta a política, a economia e a contratual, pois calcula-se neste caso, o aumento da crise econômica e dessa forma ocorre a inadimplência das obrigações contratuais.

Esse estudo é conduzido em todos os estados brasileiros, o Centro de Pesquisas Epidemiológicas da UFPEL que desenvolveu a metodologia, foi treinado 1700 pessoas do Ibope Inteligência para realizar os teste juntamente com as entrevistas, e também analisou as dados coletadas.

O objetivo dos teste sorológicos é para identificar quem já teve contato com o Covid-19 e conseguiu desenvolver anticorpos contra a doença. Esses testes não são tão valiosos como os testes PCR, que identificam a presença do vírus, mas conseguem identificar o contágio após semanas.

É fundamental fazer vários teste durante a pandemia para avaliar o percentual da população que foi infectada, também é importante para fazer uma estimativa da velocidade de expansão do vírus, a taxa de letalidade da doença e os casos que são assintomáticos. Todas essas questões são importantes para decidir se deve flexibilizar o isolamento social. O Brasil é um dos países que menos faz teste na população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o exposto, diante da situação que estamos vivenciando, existem algumas previsões legais que podem ser aplicadas nas mais diferentes situações.

Ao se tratar da teoria da imprevisão aplicada a pandemia pode-se dizer que é uma opção ao se tratar dos contratos em geral, tendo em vista que não foi previsto uma crise desta neste momento, sendo assim, ninguém estava preparado para tamanha dificuldade que afetou a sociedade de forma tão grande e trouxe consigo tantas frustrações para a população.

Quando se trata de contratos, o objetivo inicial sempre é o cumprimento deste, sendo assim pode ser amparado pela lei para que cumpra seu papel e chegue ao resultado esperado, seja um pagamento, uma troca, dentre outros.

Diante dos transtornos trazidos pela Covid-19 fica claro, que a aplicação da teoria da imprevisão está presente para que auxilie no cumprimento do contrato para que ambas as partes fiquem satisfeitas com a ação. Sendo assim, resta que o objetivo desta teoria é auxiliar as partes do contrato diante de situações inesperadas e difíceis para todos.

Ninguém espera que isso aconteça de uma hora para outra, sendo assim existem regras para que tudo seja resolvido para que nenhuma parte de qualquer processo saia prejudicada.

A teoria da imprevisão visa ajudar quando a situação não é esperada, sendo assim não terá nenhuma eficácia em uma situação que já é prevista, sendo que serve para amparar aqueles no momento de dificuldade extrema e extraordinária para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, o presente trabalho propôs-se a apresentar e discutir um tema jurídico atual e bastante relevante devido à situação econômica decorrente da crise ocasionada pela pandemia do coronavírus e que, futuramente, poderá ser colocado em discussão judicial ou extrajudicial.

Diante dos fatos e informações apresentados, observa-se que o princípio *pacta sunt servanda* dos contratos não é absoluto, podendo, em situações excepcionais, a força contratual ser quebrada a fim de atender aos princípios da função social dos contratos e da boa-fé, através da teoria da imprevisão.

Apesar de recente e com divergências doutrinárias em sua aplicação, a teoria da imprevisão apresenta-se como uma alternativa concedida às partes contratantes de se protegerem contra eventos extraordinários e imprevisíveis, como o coronavírus, que causem desproporção na obrigação contratual, impossibilitando o cumprimento total ou parcial de uma obrigação anteriormente assumida.

Conclui-se, portanto, que, semelhante ao que ocorre na Administração Pública em que é possível revisionar os contratos objetivando a manutenção da relação contratual, no âmbito privado também há a possibilidade de revisar, suspender ou extinguir os contratos celebrados em virtude de fatos atípicos e não previsíveis na data de celebração que causem desequilíbrio econômico a uma ou ambas as partes contratantes.

É importante frisar, que nestas situações, para uma recuperação saudável de toda a conjuntura econômica afetada direta ou indiretamente, a alternativa mais recorrente e aceita é o princípio da conservação dos negócios jurídicos, buscando, sempre que possível um caminho de reequilíbrio e continuidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

CASTRO, Thiago Soares Castelliano Lucena de. **O coronavírus e a teoria da imprevisão: contratos no Direito Civil**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-18/lucena-castro-coronavirus-teoria-imprevisao#:~:text=A%20doutrina%20foi%20trazida%20ao,maior%20como%20excludentes%20de%20responsabilidade>. Acesso em: 20 set. 2020.

CNN BRASIL. **Pandemia aumenta número de inadimplentes no Brasil: veja qual conta priorizar**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/05/26/nao-vai-conseguir-pagar-todas-as-contas-veja-multas-e-cortes-no-fornecimento>. Acesso em: 20 set. 2020.

FERRARESI, Neibo Aparecido. **Covid-19 e a aplicação das teorias da imprevisibilidade e da onerosidade excessiva nos contratos**. *Revista Âmbito Jurídico*, nº 198, julho, 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do-consumidor/covid-19-e-a-aplicacao-das-teorias-da-imprevisibilidade-e-da-onerosidade-excessiva-nos-contratos/> Acesso em: 20 set. 2020.

FRAGA, Patrícia Fernandes, et al. **Direito Civil III: Teoria Geral dos Contratos**. São Paulo: Sagah Educação S.A, 2018.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**. Volume 3. Contratos. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é COVID-19**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid> Acesso em: 20 set. 2020.

NETO, Jose Campello Torres. **A teoria da imprevisão e a sua possível aplicação pelos agentes econômicos ante a pandemia – covid-19**. Disponível em:

<https://www.migalhas.com.br/depeso/324764/a-teoria-da-imprevisao-e-a-sua-possivel-aplicacao-pelos-agentes-economicos-ante-a-pandemia-covid-19> Acesso em: 20 set. 2020.

SCHLICKMANN, Rafael. **COVID-19: Inexecução contratual, onerosidade excessiva e a força maior**. Páginas 01-05, março, 2020. Disponível em: https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2020/03/VF_covid19-CONTENCIOSO.pdf Acesso em: 20 set. 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Contratos**. 20ª Edição. São Paulo: Atlas Ltda, 2020.

LEITE, Carlos Alberto Moura. **Teoria da Imprevisão – Coronavírus**. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/322291/teoria-da-imprevisao---coronavirus>. Acesso em: 16 nov. 2020.

<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/08/06/Covid-os-resultados-e-o-futuro-do-estudo-por-amostragem-no-Brasil> Acessado em: 17 nov. 2020.

ESTADO MÍNIMO E AGENTES PÚBLICOS¹

Ailson Davi Alves da Silva, ailson@damadvogadps.com.br²

Ariana Renata Felistroveski, aryanarenata@hotmail.com³

Laura Rinaldi, laurarinaldi43@gmail.com⁴

Fernando Henrique Rönnau, fernando.ronnau@uniarp.edu.br⁵

Resumo – Pela noção de Estado Mínimo, é possível inferir maior liberdade, principalmente econômica, e com a presença mínima da atuação estatal, o que, por consequência, levaria a crer também uma redução no número de agentes públicos e na diminuição dos gastos, principalmente com a folha de pagamento deles. É difícil crer que o Brasil se adaptaria aos moldes de um Estado mínimo. Toda a estrutura administrativa construída se baseia na figura do Estado Provedor de políticas públicas, inclusive com poderes para intervir na economia, quando esta não consegue se auto-regular, ou então na propriedade privada para poder prevalecer o interesse público.

Palavras-chave: Estado Mínimo. Agentes Públicos. Redução. Despesas. Impactos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre o Estado mínimo e os Agentes Públicos, visando as três principais razões para aqueles que defendem o Estado mínimo. Todavia, a noção de Estado mínimo não significa a inexistência do Estado, mas sim a sua racionalização, devendo exercer apenas as funções básicas para a sociedade, como boas condições de saúde, educação e segurança, e o restante seria regulado pela própria iniciativa privada. Os Agentes Políticos se caracterizam por terem funções de direção e orientação. Desenham os destinos fundamentais do Estado e criam estratégias políticas para que o Estado atinja os seus fins.

1 O ESTADO MÍNIMO

Estado mínimo é a denominação ligada à ideia de que a atuação estatal na sociedade deve ser a menor possível, atingindo apenas as atividades tidas como “essenciais” e de primeira ordem.

¹O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de direito.

²Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Esse conceito se insere, de certa maneira, na noção de liberalismo, cujos defensores deste modelo sustentam que a forte presença do Estado na economia, por exemplo, atrapalharia o cálculo econômico e a racionalidade empresarial, resultando num progresso contido da sociedade.

Para BOBBIO (1998: 11), “...a noção corrente para representar o limite das funções do estado dentro da perspectiva da doutrina liberal”.

Segundo REIS (2019), três as são principais razões para aqueles que defendem o Estado mínimo, a saber, a) Menor erro de cálculo econômico, o que reduz os desperdícios de recursos escassos e melhora na alocação de capital de uma sociedade; b) Maior crescimento econômico e geração de empregos, pois libera recursos engessados pelo Estado; c) Menor carga tributária e maior liberdade de empreender.

Todavia, a noção de Estado mínimo não significa a inexistência do Estado, mas sim a sua racionalização, devendo exercer apenas as funções básicas para a sociedade, como boas condições de saúde, educação e segurança, e o restante seria regulado pela própria iniciativa privada.

Para o professor NOZICK (1990: 7), o Estado mínimo estaria

... limitado às estreitas funções de proteção contra a violência, o roubo e a fraude, ao cumprimento de contratos, etc., se justifica; que qualquer estado mais abrangente violaria o direito das pessoas de não serem obrigadas a fazer certas coisas e, portanto, não se justifica; que o Estado Mínimo é inspirador, assim como correto.

Portanto, é possível inferir que, para os minarquistas, a noção de Estado tem bastante relação com a liberdade, principalmente econômica, e com a presença mínima da atuação estatal, o que, por consequência, levaria a crer também uma redução no número de agentes públicos e na diminuição dos gastos, principalmente com a folha de pagamento deles.

2. AGENTES PÚBLICOS

Agentes públicos é o conceito mais amplo para designar aqueles que, de certa forma, exercem a função pública.

Para CARVALHO FILHO (2019), é o conjunto de “*pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica.*”

A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito na Administração Pública, exerceu o papel de conceituar, com bastante abrangência, o termo:



Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Didaticamente, é possível realizar uma classificação em categorias distintas, a seguir descritos.

Os Agentes Políticos se caracterizam por terem funções de direção e orientação. Desenham os destinos fundamentais do Estado e criam estratégias políticas para que o Estado atinja os seus fins. São exemplos de agentes políticos os Chefes do Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos); seus auxiliares (Ministros e Secretários Estaduais e Municipais); e os membros do Poder Legislativo (Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores).

Já os Agentes Particulares Colaboradores, executam funções especiais com certo vínculo jurídico ao Estado. Podem ser voluntários, designados, credenciados ou agentes delegados. Vários destes agentes não recebem remuneração pela sua função, como exemplo os mesários e jurados, também denominados de agentes honoríficos. Igualmente fazem parte dessa classificação os titulares de registro e ofícios de notas, cujas funções são desempenhadas em caráter privado, por delegação do Poder Público.

Por fim, tem-se os conhecidos servidores estatais. É a categoria que detém maior quantidade de integrantes. Possuem vínculo de natureza administrativa com a Administração. Podem, ainda, ser divididos em: temporários, celetistas, e estatutários.

Com exceção dos temporários, que o ingresso na função pública se dá através de processo seletivo, que é mais simplificado os demais servidores têm a obrigatoriedade de ingressar por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos. Isso porque a contratação não é realizada com base na pessoa, mas sim em critérios objetivos.

A necessidade de realização do concurso é prevista no art. 37, inciso II da Constituição de 1988:

Art. 37. ...

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Portanto, realizadas as noções básicas sobre o que é agente público e a forma de ingresso no cargo ou emprego, passa-se a analisar a relação entre o Estado mínimo e os Agentes Públicos.



3. O ESTADO MÍNIMO E OS AGENTES PÚBLICOS

Inicialmente, é interessante mencionar que a plataforma Atlas do Estado Brasileiro⁶, lançada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou que existe 11,5 milhões de servidores públicos, que custaram, no ano de 2017, o valor de R\$ 725 bilhões. Isso representa 10,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

É um número bastante expressivo. Apenas no âmbito municipal, o aumento no número dos servidores passou de 2,4 milhões para 6,5 milhões de 1995 para 2017, representando um acréscimo de 175%⁷.

Os agentes públicos representam papel fundamental nas atividades da Administração Pública. São os responsáveis por produzirem os atos administrativos, que nada mais significam decisões que refletem nas ações para toda a coletividade. Eles atuam nas mais diferentes frentes, tais como Juízes, membros do Ministério Público, Procuradores, Governadores, Prefeitos, Assistentes Administrativos, Delegados, Policiais, entre outros. Cada um desempenha um papel fundamental na sociedade.

Com a redução do Estado, transformando-o em mínimo, em consonância com a ideia de liberalismo, o funcionalismo público, sem sombra de dúvidas, sofreria grande impacto.

Sob o ponto de vista meramente econômico, isso pode parecer algo positivo, pois como demonstrado acima, o total dispendido com os servidores públicos compromete cerca de 10% do PIB brasileiro.

Além do mais, com a redução do número de servidores estatais, estes teriam que buscar outra fonte de renda, forçando a busca por novos mercados de trabalhos e meios de subsistência, que pode ser totalmente positivo, se obterem êxito nos negócios ou um fracasso social, em não obter êxito, porque seriam mais pessoas que necessitariam de amparo financeiro, aumentando o risco social de vulnerabilidade das famílias.

É difícil crer que o Brasil se adaptaria aos moldes de um Estado mínimo. Toda a estrutura administrativa construída se baseia na figura do Estado Provedor de políticas públicas, inclusive com poderes para intervir na economia, quando esta não consegue se auto-regular, ou então na propriedade privada para poder prevalecer o interesse público.

E nesse sentido, os servidores públicos são os protagonistas das ações estatais que visam combater as desigualdades e as injustiças sociais.

⁶ Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>>

⁷ NITAHARA, Akemi. Funcionalismo tem 11,5 milhões de pessoas e custa R\$ 725 bilhões. Publicado em 18/12/2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/atlas-aponta-que-servicopublico-cresceu-menos-que-o-setor-privado>>. Acesso em: 20 nov. 2020.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto é possível notar que a noção de Estado mínimo não significa a ausência do Estado, mas sim a sua racionalização.

A ideia é que o Estado passaria exercer apenas as funções básicas para a sociedade, como boas condições de saúde, educação e segurança, e o restante seria regulado pela própria iniciativa privada.

Por outro lado, restou demonstrado que os agentes públicos representam papel fundamental nas atividades da Administração Pública. São os responsáveis por produzirem os atos administrativos, que nada mais significam decisões que refletem nas ações para toda a coletividade.

Se o Estado fosse transformado em mínimo, de acordo com o que pensam os liberais, isso causaria um grande impacto no funcionalismo público.

Porém, no Brasil, toda a estrutura administrativa construída se baseia na figura do Estado Provedor de políticas públicas, sendo os servidores públicos protagonistas das ações estatais que visam combater as desigualdades e as injustiças sociais.

Assim, seria difícil crer que o Brasil se adaptaria ao modelo minimalista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 28 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm> Acesso em 28 out. 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 33. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

REIS, Tiago, disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/estadominimo>> Acesso em: 27 de out. 2020.

LIMA, Renato. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/estado-minimo>>. Acesso em: 28 de out. 2020.



PERIFERIAS TENDO ACESSO AO DIREITO RELACIONANDO COM A EXTINÇÃO DO JURIDQUÊS NAS UNIVERSIDADES¹

Ana Karoline Bochnia, anakarolinebochniaa@gmail.com²

Bernardo Luiz de Paula, bernardodp001@gmail.com³

Isabelle Crisanto da Silva, isabellecrisantyy8@gmail.com⁴

Roberto Fernandes Torrezan, xone.roberto@hotmail.com⁵

Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Quando pensamos no Direito claramente percebemos a feição de falta de entendimento de quem à escuta, essa cultura vem de muito tempo atrás e está impregnada nas mais profundas raízes do direito, profissionais adquirem essa falha em comunicação provavelmente durante a universidade e locais de conhecimento, mas nos dias de hoje professores lutam para que o juridiquês seja extinguido de sala de aulas, escritórios, palestras e de todos os adventos propagadores de informação, esta pratica não deve ser repassada para mais ninguém. Pessoas da periferia obviamente com seus recursos escassos não tem condições de estimular a iniciativa de abranger o conhecimento pelo Direito, então por quê nós operadores desta área não facilitamos um pouco que seja a comunicação com eles. É de dever de todo o operador do Direito fazer com que a informação repassada seja entendida de maneira efetiva pela outra parte, a grande problemática do juridiquês é a falta de vontade de mudança da parte de quem o pratica apenas por achar que há uma superioridade no uso de palavras enfeitadas de significados singelos e simplificados, então esse projeto vem de forma exploratória e desafiadora abranger esse conteúdo muito discutido mas tão pouco aplicado, renovando com projetos em periferias e universidade

INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que muitos operadores do Direito ficam acostumados a usarem termos jurídicos excessivamente técnicos pois fazem uso continuo no dia a dia. Esses termos jurídicos complexos conhecidos como juridiquês, nem sempre é uma linguagem fácil de compreender, até os próprios profissionais da área chegam, muitas vezes, a se confundir.

Levando isso em considerações, o presente projeto tem a intenção de mostrar a importância de uma comunicação mais clara sem fazer os usos de termos complexos, usando uma linguagem mais concisa e de fácil entendimento.

Neste projeto iremos mostrar a importância de operadores do Direito levarem uma comunicação concisa e clara para as periferias, já que vivemos em um país com alto índice de desigualdade social, então é justo nos profissionais da área que

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor, Mestre do curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Rio do peixe (UNIARP)

possuímos entendimentos desses termos jurídicos traduzirmos essa linguagem complexa para uma comunicação de simples entendimento.

CONFLITO ENTRE O JURIDIQÛÊS E O ACESSO AO DIREITO

Segundo a autora Luciana Helena Palermo de Almeida Guimarães, em seu artigo A Simplificação da Linguagem Jurídica como Instrumento Fundamental de Acesso à Justiça, publicado em julho de dezembro de 2012, defende que a linguagem é o instrumento que permite ao operador do direito alcançar o verdadeiro sentido das normas. Esta, que tem sua beleza na clareza e concisão de conteúdo e não em sua sofisticação. Este fenômeno é conhecido como juridiquês, e é responsável por trazer palavras incompreensíveis aos cidadãos leigos, o que por sua vez, impede a possibilidade do conhecimento de seus próprios direitos.

A autora aborda o termo juridiquês, que referencia textos dotados de palavras impressionantes, palavras com classe, porém, vazias de significado no texto. Nesta linha de pensamento, explica Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça, que o juridiquês " [...] acoberta um mistério que amplia a distância entre a fé e o fiel; do mesmo modo, entre o cidadão e a lei. Quanto mais complicada a linguagem, mais poder, porque menos gente entende." Ou seja, o Juridiquês é o uso desnecessário e excessivo do jargão jurídico e de termos técnicos de direito.

É visto que com o passar dos anos vêm observando-se um certo cuidado e uma exigência para com os profissionais de direito, com o intuito de facilitar o entendimento para as demais pessoas, isto é, facilitar o entendimento de quais são seus próprios direitos. Num país como o Brasil, banhado pela desigualdade social, pela violência e por inúmeros outros dados não agradáveis, é no mínimo desumano. Como é possível apresentar para uma pessoa da periferia, sem acesso e oportunidade de informação, seus direitos, se a mesma não terá condições de entendê-los?

Para os que não têm nenhum compromisso com a democratização do acesso à Justiça é mesmo interessante que o universo jurídico continue falando para si mesmo.", nas palavras de Adilson de Carvalho, Mestre em teoria literária pela universidade de Brasília. Sob essa ótica, com uma grande crítica aos governantes do país, convém muito manter direitos "escondidos", mantê-los de forma que ninguém tenha capacidade de reivindicá-los. Quando se fala em democratização da Justiça, deve prender-se à ideia de que a mesma deve alcançar todas as classes, todos os grupos, todas as condições sociais.

Os tempos atuais exigem que as Universidades criem profissionais do direito voltados para uma formação humanística, que deve se revelar em diversas formas, uma delas sendo a postura. O modo de agir e se comportar perante os indivíduos.

Outro empecilho causado pela sofisticação da língua é o atraso. Muitos processos poderiam, muitas vezes, adiantados quando se há uma linguagem mais direta e clara do que se é tratado. Os julgamentos dos juízes, por exemplo, seriam

muito mais objetivo e mais ágeis, uma vez que os textos fossem mais entendíveis. O que resultaria numa aplicação dos direitos mais rápida.

Para exemplificar, a palavra-chave seria a adaptação. Neste caso, adaptar a linguagem com cada indivíduo que se tem contato, de forma que esta, possa entender claramente tudo o que lhe é dito.

METODOLOGIA

Como o tema do trabalho escolhido abrange basicamente a postura, a forma correta de se portar diante de pessoas com diferentes níveis de conhecimento, procuramos basear nossa pesquisa em artigos e textos que explicassem o real problema causado nos dias atuais pelo Juridiquês; pensando desde as origens que legitimam esse tipo de linguagem rebuscada no Brasil, até suas causas em um contexto social.

Através da multidisciplinariedade com as outras matérias do curso de Direito da UNIARP, principalmente Linguagem Jurídica, nos ficou evidente o porquê de esse ser um assunto com muita relevância social.

Fora nossas pesquisas de cunho científico (em artigos, textos publicados na internet e outros), buscamos nos atentar às experiências pessoais, em vários ambientes. Buscamos prestar atenção em nossas posturas corporais e na forma de comunicação em nosso meio de trabalho, cursos, textos acadêmicos, diante da família, amigos e etc.

Seguindo a linha de raciocínio individual, começamos a ampliar nossas visões, pensando em outras realidades, outras visões de mundo, começando a nos questionar: " eu, sendo detentor de um nível de conhecimento razoável, posso ter algumas dificuldades em entender alguns de meus direitos e deveres. Mas e uma pessoa dotada de um nível de conhecimento mais baixo? As políticas públicas dão todo o apoio possível para que as mesmas possam ficar cientes de tudo que lhes é de direito? As pessoas em situação de periferia, sabem tudo que podem reivindicar?"

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas ao todo 48 pessoas, das quais:

- 5 não possuem ensino fundamental completo
- 10 tem o ensino médio completo
- 4 tem o ensino médio incompleto
- 22 tem o ensino superior incompleto
- 7 tem o ensino superior completo

Dos entrevistados 100% dos que não possuem ensino fundamental sentem dificuldade ao interpretar a linguagem jurídica; 57,14% dos que completaram, ou não, o ensino médio possuem problemas de entender os textos jurídicos; e 58,62% dos formados, ou com superior incompleto, possuem complicações para compreender os termos jurídicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocorre que com todo o estudo que foi realizado durante o projeto se teve uma grande abrangência de pensamentos e uma nova perspectiva do assunto abordado, o tema em si é um assunto de tamanha importância e conhecimento que todos os operadores do Direito deveriam ter aprendido e aplicabilidade no seu cotidiano. Com esta pesquisa que realizamos tivemos o intuito de abranger não somente essa pequena esfera que apenas englobava pessoas ligadas ao Direito, mas sim abranger as comunidades, a população em geral sem o conhecimento dessa linguagem, não somente queríamos que o conhecimento chegasse até eles como também temos o intuito de extinguir esse tipo de linguagem em todo e qualquer setor judiciário.

No entanto a principal dificuldade encontrada é a implementação dessa conscientização nas pessoas que se encontram na área jurídica, pois os mesmo acreditam que essa linguagem é superior e algo marcante que todo profissional deveria ter, então acrescentar isso em seu pensamento crítico é algo de extrema complexibilidade mas com muito trabalho e alternativas conscientes e didáticas acredita-se ser possível essa alteração de linguagem

REFERÊNCIAS

SAMENE Batista Pereira Santana. A Linguagem Jurídica como Obstáculo ao Acesso a Justiça. Publicado em 01 Novembro 2012. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-105/a-linguagem-juridica-como-obstaculo-ao-acesso-a-justica-uma-analise-sobre-o-que-e-o-direito-engajado-na-dialetica-social-e-a-consequente-desrazao-de-utilizar-a-linguagem-juridica-como-barreira-entre-a/>. Acesso em 09 de outubro de 2020.

CARVALHO, Adilson de, Linguagem jurídica, uma porta fechada para o acesso à justiça. Matéria publicada do Correio Braziliense em 27 de Março de 2006. <https://jfm.jusbrasil.com.br/noticias/140750/linguagem-juridica-uma-porta-fechada-para-o-acesso-a-justica>. Acesso em 09 de outubro de 2020.

Fausto, Boris. Juridiquês, O jornal Folha de S. Paulo publicou quarta-feira, 2 de Fevereiro de 2005. Disponível em <https://migalhas.uol.com.br/quentes/9727/juridiques>. Acesso em 10 de Outubro de 2020.

Schwirkowsky, Vanessa. Linguagem X Juridiquês, Publicado em Maio 2014. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/28441/linguagem-x-juridiques>. Acesso em 10 de Outubro de 2020.

TOMAZI, Nelson Dácio. Iniciação a Sociologia. SP, atual; 1993. Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/as-classes-sociais-as-desigualdade.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

Cabral, Luciana. Desigualdade no Acesso à Informação. Publicado 25 Novembro 2016. Disponível em <https://medium.com/@LuDoneda/desigualdade-no-acesso-%C3%A0-informa%C3%A7%C3%A3o-fcedb728f776>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

Silmara Yurksaityte Mendez, A luta pelo Direito. Publicado no Brasil Escola. Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-luta-pelo-direito.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2020.

SCIREA, B. Magistrado faz sentença em linguagem coloquial para combater "juridiquês". ZH Vida e Estilo, 05/06/2015. Disponível em http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2015/06/magistrado-faz-sentenca-em-linguagem-coloquial-para-combater-juridiques4774852.html?utm_source=Redes%20Sociais&utm_medium=Hootsuite&utm_campaign=Hootsuite. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

IHERING, Rudolf Von, A Luta Pelo Direito, São Paulo: ed. Martin Claret, 2002.

BUSTILLO, Luísa Nascimento; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira; GONÇALVES, Jean Cleber. O JURIDIQUE E SUA COMPLEXIDADE COMO BARREIRA ENTRE O CIDADÃO LEIGO E O MUNDO JURÍDICO. Direitos Humanos e Formação de Professores: tensões, desafios e propostas, [S. I.], p. 1-18, 23 out. 2017.

MAIA, Nelson. Português Jurídico. [S. I.]: Elsevier Brasil, 2013. 312 p.

MIGUEL, Emilio Sánchez. Compreensão e redação de textos: dificuldades e ajudas. [S. I.]: Artmed, 2002. 278 p.

A PANDEMIA E A RELATIVIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS¹

Gabrieli Simonetti da Rosa, gabrielesimonetti02@gmail.com²
Mariana Pollo, marianapollo15@outlook.com³
Taciana Bernardi Castanheira, taci.bc48@gmail.com⁴
Fernanda Dos Santos, fernandasantoos319@gmail.com⁵
José Victor Rossa Belaver, josevictor179@gmail.com⁶
Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo discorrer e analisar sobre as liberdades individuais, a relativização de direitos fundamentais, o papel do Direito neste cenário conjuntamente com a conduta adotada pelo Estado em face das políticas de enfrentamento da pandemia da Covid-19, sendo de extrema necessidade o entendimento do impacto atroz e sem precedentes que a pandemia trouxe a população global.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Liberdade. Direito. Estado. Pandemia.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, além de trazer sofrimento, morte e angústia, trouxe diversos impactos em todos os setores globais, como econômicos, sociais, políticos, culturais e que sem dúvidas se tornou o pior acontecimento mundial em larga escala, ainda não sendo possível contabilizar os estragos, prejuízos, e principalmente as vidas que foram dizimadas, mortes que só aumentam ao decorrer dos dias e do avanço da doença pelo mundo.

Com todo esse poder destrutivo, o mundo todo precisou descobrir da pior maneira como o vírus se comporta, os danos causados às pessoas, e as diretrizes necessárias para o enfrentamento da doença, as formas para diminuir o estrago, e principalmente uma resposta ainda em andamento, que todo o globo terrestre está em busca.

As autoridades governamentais de todo o mundo, mas neste caso em específico, as brasileiras, desde o início buscam encontrar formas de conter tais impactos e conter a disseminação do vírus através da criação de leis e decretos, que acabam contrariando os Direitos Fundamentais da população.

¹ O presente trabalho, refere-se a atividade do projeto Integrador da IV fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), titulação do curso de xxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Um dos principais direitos contidos, foi o direito de ir e vir dos cidadãos, com o isolamento social, impedindo a entrada ou saída de pessoas dos países, fechando empresas, escolas e quaisquer outras instituições que possuíssem um grande número de pessoas, e que não fosse de um serviço essencial, fazendo com que cada vez mais as coisas fossem feitas sem sair de casa e precisar ter contato com outras pessoas.

Vale ressaltar que os Direitos Fundamentais não são absolutos, e que podem ser limitados em determinadas situações, como seria este caso, onde foram tomadas algumas medidas drásticas de isolamento, ferindo os direitos individuais, mas pensando em toda a coletividade, para que o vírus não se alastrasse ainda mais rápido e trouxesse impactos ainda maiores.

RELATIVIZAÇÃO DE DIREITOS NO ESTADO DE EMERGÊNCIA

Evidenciou-se que desde as históricas guerras mundiais que o mundo presenciou a pandemia também se constitui como uma catástrofe que ameaça os valores societários, da liberdade, vida, democracia e direitos humanos. Além de colocar em risco todas as vidas humanas, também expôs ainda mais os vulneráveis.

Os Estados em sua maioria precisaram intervir, adotando medidas restritivas, o Brasil entrou em estado de emergência, assim se tornando possível suspender alguns direitos fundamentais em prol do enfrentamento da pandemia, coisa que a Magna Carta não permitiria se não fizessem o mesmo, indo a colisão com o que diz vários documentos dos Direitos Humanos. Porém para o Estado essas medidas foram necessárias. A sociedade precisou aprender a viver de forma isolada, em confinamento, para conter o avanço da doença, questão que levantou questionamentos, em relação a esses direitos fundamentais.

Marmelstein (2008, p. 368) afirma que o STF, assinalando a possibilidade de limitação dos direitos fundamentais, decidiu que não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto.

Para Alexandre de Moraes (2003, p. 61), “os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela carta Magna (princípio da relatividade)”.

A pandemia do covid-19 trouxe um novo modo de vida. O isolamento social se fez necessário para frear a curva de contaminação, o Estado fez o papel de impor o novo regulamento sanitário que as pessoas precisaram se adaptar, mas ao mesmo tempo não houve uma ordem coercitiva absoluta.

Ocorreu então uma sobreposição de um direito acima de outro, por exemplo, o direito à vida e a saúde coletiva foi sobreposto em relação aos direitos de locomoção, de livre circulação, de reunião, trabalho, aprendizado. Demonstrando ainda que nenhum dos direitos fundamentais é absoluto, e a situação atípica que surgiu devastando as sociedades, colocou isso a prova, e a decisão individual de cada um, a solidariedade e a empatia também.

Assim como as decisões dos líderes de cada Estado, suas diretrizes e políticas de enfrentamento mostraram os princípios de cada Estado e o que cada um escolheu priorizar. Cada Estado escolheu qual posição gostaria de ocupar em meio a uma crise global de saúde, posições essas que já refletem a realidade de cada país, o número de mortes, as ocupações dos leitos de hospitais, a alta taxa de transmissibilidade e os recursos disponibilizados para a população, a diminuição e

redução de empregos, e a crise econômica que todos vivenciam, e no futuro certamente irá transparecer ainda mais as consequências de tais decisões.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico, onde foram utilizados artigos, monografias, as palavras utilizadas para encontrar esses materiais foram Direitos fundamentais, liberdade, direito, Estado e pandemia.

Essa pesquisa faz parte do Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Direito, tem como principal objetivo discutir sobre os impactos causados pela pandemia em relação à relativização de direitos fundamentais, além disso, analisar e destacar os problemas que foram se formando durante a pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tecnicamente, encontrar soluções jurídicas com desafios jurídicos não é suficiente para duelar em conformidade com o impacto contratual da pandemia do COVID-19, mormente quando se trata de tópicos desafiadores. A opinião aqui apresentada é a primeira impressão projetada para auxiliar os profissionais do direito a enfrentar alguns dos problemas que têm interrompido seus interesses devido à eficácia da disseminação do coronavírus nos relacionamentos.

Ao analisar a evolução da força de trabalho para responder às crises, é possível distinguir mudanças evidentes no princípio do poder executivo federal quando o perímetro provisório 927 mostra sinais claros de liberalismo e se limita ao uso mecanismos flexíveis de resposta a doenças previstos na legislação brasileira. Para tornar um dia mais flexível, as medidas provisórias 936 e 944 são obviamente muito importantes. Para ajustar seu procedimento, o armazém brasileiro abriu suas reservas de dinheiro sob a promessa de que a redução da renda do trabalho não significaria que ninguém os impediria de respeitar seus deveres e proteger seu sustento. Não chegamos ao capítulo da regulação das situações de estabilidade, como fizeram outros países com uma tradição próxima, especialmente Argentina e Itália. Porém, criamos garantias de candidatos temporários enquanto os empregados, ao receberem a crise, se beneficiam do encontro do afeto e da preservação da independência e nos empregados das empresas, pois utilizam a seriedade das empregadas credenciadas com o financiamento de salários, é muito cedo para falar sobre esses recursos e se será suficiente. Também é cedo para questionar se a posição do governo declarado liberal permanecerá a mesma nos próximos anos de representação ou se veremos uma forma diferente de abordar as condições de trabalho, como é desejável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos analisar diante dos fatos expostos pelo presente trabalho que a sociedade em sua coletividade teve que se adaptar a novas maneiras de convivência, e adotar diversas medidas de proteção, levando em consideração que todos precisam estar conectados por um mesmo propósito, o bem geral, houve a amortização de alguns direitos individuais, pois foi necessário se solidarizar e ter

empatia pelas vidas, foi possível entender que a liberdade individual é algo pequeno em relação ao direito à vida e a saúde da maioria da população, muitas pessoas perderam familiares, ou ainda ficaram com sequelas desta doença, sendo necessário que a sociedade em geral se colocasse no lugar do próximo.

Pensando em cada atitude como um bem ou mal geral, que não impacta somente a vida individual de cada ser, mas sim de uma sociedade, e o mundo que conhecemos. E hoje mais do que nunca se nota que a escolha mais humana e solidária de liberdade é ficar em casa visando esse bem coletivo. Nesse cenário da pandemia, é possível aprender que todos dependem do esforço colaborativo.

A realidade mundial ainda aponta uma situação de grande atenção e risco, onde devemos estar atentos às escolhas do caminho a ser seguido para o enfrentamento do cenário atual, a fim de cessar com o aumento da doença, de mortes, de relativização de direitos, e do descaso com as vidas humanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 de novembro de 2020.

DAUD, Felipe. “**O Direito no combate ao coronavírus**”. Disponível em: <https://www.jota.info/especiais/o-direito-no-combate-ao-coronavirus-03042020>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

DOBJENSKI, Sandra Mara. “**Interfaces da supressão dos Direitos Fundamentais em tempos de Pandemia**”, jus.com.br. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/83334/interfaces-da-supressao-dos-direitos-fundamentais-e-m-tempos-de-pandemi>. Acesso em: 21 de novembro de 2020.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAIS, Alexandre de. **Curso de Direito Constitucional**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SARLET, Ingo. “**Direitos Fundamentais em tempo de pandemia**”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-23/direitos-fundamentais-direitos-fundamentais-tempos-pandemia>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA POR CONTA DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS

Ana Paula Bandeira (anapaulabandeira96@yahoo.com.br)
Felipe Thomé de Lima Manfroi (femanfroi@gmail.com)
Juliano Neves de Oliveira (juliano151091@gmail.com)
Marlon D'Aquino (daquinomarlon@gmail.com)
Matheus Bellaver (bellaver.matheus@hotmail.com)
Pedro Henrique Sionek (pedrosionek@gmail.com)
Renata Domingues de Lima (renata.domingueslima@gmail.com)

Resumo: Em regra, no Brasil, o devedor responde por todos os seus bens para o cumprimento de suas dívidas (art. 391, Código Civil). Todavia, o instituto do bem de família, que possui duas espécies – voluntário e legal, amenizou esta regra com o intuito de proteger a família, ratificando o direito social à moradia garantido no caput do art. 6º da Constituição Federal de 1988. Tanto o bem de família voluntário quanto o legal adotam uma impenhorabilidade limitada do imóvel, podendo ser atingido apenas por algumas dívidas específicas, tal como a decorrente de tributos relativos ao próprio imóvel. Neste caso, discute-se até que ponto pode-se relativizar o instituto do bem de família, de cunho amplamente protetivo, para satisfazer a obrigação tributária.

Palavras-chave: Bem de família; impenhorabilidade; obrigação tributária.

1. Introdução

O instituto do bem de família é bastante antigo e teve seu surgimento por meio do Homestead Exemption Act, nos Estados Unidos, que tinha por objetivo a ocupação do território do Texas ao conceder benefícios aos ocupantes, entre eles a isenção de penhora das pequenas terras que servissem como residência do devedor. Neste sentido, Caio Mário da Silva Pereira (2010, p. 601) afirma:

Na Constituição Texana de 1845 o homestead era definido como uma porção de terra pertencente aos chefes de família protegida contra a alienação judicial forçada, por quaisquer débitos contraídos por seu proprietário posteriormente à aquisição da propriedade (PEREIRA, 2020, p. 601).

No Brasil, o bem de família surgiu no Código Civil de 1916. Nesta oportunidade, muito se discutiu a respeito do melhor posicionamento para o instituto do bem de família dentro da sistemática do Código sendo inserido

nos artigos 70 a 73 do Código de 1916, no livro dos bens, oriundo da emenda de Feliciano Pena, em 1912, inserido na Parte Geral. Era permitida a instituição dos bens de família, ao chefe da família (AZEVEDO, 2002).

Ressalta-se que sua proteção apenas ganhou força por meio da Constituição Federal de 1988, a Lei 8.009/90 e o Código Civil de 2002, que trouxe uma visão centrada no indivíduo nos negócios jurídicos.

De acordo com Hebert Mendes de Araújo Schultz:

Partindo do princípio de que a família é a base de tudo, o bem de família está diretamente ligado ao equilíbrio do ser humano, pois é no ambiente familiar que o indivíduo aprende conceitos que irão acompanhar para a vida toda (SCHUTZ, 2016).

Neste sentido, a Constituição atual, desde a sua publicação, já trouxe um benefício de impenhorabilidade para o pequeno produtor rural, conforme o art. 5º, XXVI. A Carta Magna também atribuiu grande importância à moradia ao colocá-la no caput do art. 6º, garantindo-a como direito social.

Dada a importância do instituto como medida protetiva, hoje o diploma mais importante está na Lei 8.009/90, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família e convencionou o que hoje é chamado de bem de família legal, contrário ao bem de família voluntário que tem o art. 1.711 e seguintes do Código Civil de 2002 como fundamento.

2. Desenvolvimento

2.1 Bem de Família

O bem de família nada mais é do que o imóvel utilizado como residência da família. Segundo Ricardo Arcoverde (apud Gonçalves, 2010):

O bem de família é o direito de imunidade relativa à apreensão judicial, que se estabelece, havendo cônjuges ou entidade familiar, primeiro por força de lei e em alguns casos ainda por manifestação de vontade, sobre imóvel urbano ou rural, de domínio e/ou posse de integrantes, residência efetiva desse grupo, que alcança ainda os bens móveis quitados que a guarneçam, ou somente esses em prédio que não seja próprio, além das pertenças e alfaías, eventuais valores mobiliários afetados e suas rendas (ARCOVERDE apud GONÇALVES, 2010).

Apesar de existirem duas espécies de bem de família – voluntário e legal –, existem poucas diferenças práticas. A maior delas é a forma de instituir o bem de família, sendo voluntário e dependente de registro de acordo com o Código

Civil, por meio de escritura pública ou testamento, e independente de qualquer ato no caso da espécie legal. Segundo o art. 1º da Lei 8.009/90:

Art. 1º. O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

Percebe-se por meio do texto da lei que o bem de família não é apenas o imóvel, mas abrange também bens móveis ou outros úteis à subsistência da família, como os bens de uso profissional. Todavia, deve-se ressaltar que bens dispensáveis, como veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos não estão amparados pela rede protetiva deste instituto, segundo o art. 2º.

Para o Código Civil, por sua vez, em seu art. 1.712, o bem de família é o “prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios”, que se destina ao estabelecimento do domicílio “e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família”. Percebe-se que não há muita diferença nas definições, de modo que o objetivo de proteger a dignidade da pessoa por meio da manutenção da moradia prevalece. Ainda, é preciso ressaltar que tanto o bem de família voluntário quanto o legal coexistem em harmonia na legislação brasileira, não podendo falar que um revogou o outro.

Apesar do termo família, alguns doutrinadores brasileiros entendem que o benefício da impenhorabilidade deve e pode ser estendido às pessoas solteiras, haja vista que, existem várias jurisprudências neste entendimento. Sobre a proteção do bem de família estendida às pessoas solteiras, Álvaro Villaça de Azevedo afirmou o seguinte:

Entendo diferentemente desse posicionamento contrário à proteção do solteiro ou do que vive solitariamente. Eles não podem ser excluídos da proteção da lei, porque cada pessoa, ainda que vivendo sozinha, deve ser considerada como família, em sentido mais estrito, já que o homem, fora da sociedade deve buscar um ninho, um lar, para protegesse das violências, das agruras e dos revezes que existem na sociedade (VILLAÇA, 2002, p. 174-175).

Neste mesmo sentido, Mariana Ribeiro Santiago ratifica tal entendimento:

Entende-se que a constituição federal reconheça também a comunidade que seja formada entre pais e seus descendentes. Podemos então afirmar e dizer que a Lei nº 8.009/90, quando ao resguardar o bem imóvel residencial da entidade familiar das eventuais penhoras, assegura e abrange os bens das pessoas com todos os estados civis, inclusive em uniões estáveis e as famílias monoparentais (SANTIAGO, 2008).

Assim, ratificando este entendimento doutrinário e de várias decisões judiciais, o STJ criou a Súmula 364 para pacificar o entendimento, com o seguinte enunciado: O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.

2.2 Impenhorabilidade do bem de família

O Código Civil de 2002, em seu art. 1.715, é mais protetivo no sentido de só permitir a penhorabilidade no caso de dívidas tributárias referentes ao bem (IPTU, contribuição de melhoria, taxas) e despesas de condomínio. A Lei 8.009/90, por sua vez, em seu art. 3º, traz um rol abrangente de hipóteses que retirariam o status de impenhorabilidade do bem de família.

No presente trabalho, o ponto de interesse é quanto à dívida tributária, buscando-se entender até que ponto é possível que esta pode alcançar o bem de família. Para tanto, remete-se ao caput do art. 1º da Lei 8.009/90, o qual libera o bem de família de qualquer dívida fiscal, mas no art. 3º, IV, permite a penhorabilidade decorrente de tributos provenientes do bem.

Diante da normativa, deve-se interpretar o inciso IV como mais específico e, portanto, como única forma de penhorabilidade do bem de família decorrente de dívida tributária. Quanto ao assunto, não há dúvidas nos tribunais quanto a possibilidade de se executar o bem de família neste caso. Ademais, é preciso se atentar à taxatividade do art. 3º, de modo que apenas os itens ali listados permitem a relativização do bem de família, conforme já decidido no STJ:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL CIVIL DECORRENTE DA PRÁTICA DE ATO ILÍCITO. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA. LEI 8.009/1990. INTERPRETAÇÃO ESTRITA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. [...]5. Ademais, a Lei 8.009/1990 ostenta natureza excepcional, de modo que as exceções à regra geral da impenhorabilidade do bem de família são previstas de forma taxativa, sendo insuscetíveis de interpretação extensiva. Precedentes. 6. Recurso especial provido. (STJ, Recurso

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento do bem de família no direito brasileiro foi de suma importância para a garantia da dignidade da pessoa humana, trazendo proteção a direitos estampados na Carta Magna de 1988. Todavia, apesar de sua importância, o próprio instituto é relativizado em algumas situações específicas, como é o caso da dívida tributária decorrente do imóvel de família. Assim, é possível a penhora do bem de família no caso de dívidas de IPTU, contribuição de melhoria ou taxas referentes ao bem de família. Este entendimento é restritivo e decorre do rol taxativo do art. 3º da Lei 8.009/90, não podendo extrapolar a interpretação e penhorar o bem de família por conta de outras dívidas fiscais. Portanto, deve-se tomar o caput do art. 1º como regra – a impenhorabilidade por conta de dívidas fiscais – e o art. 3º, IV, como exceção.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AZEVEDO, Álvaro Villaça. Bem de família. São Paulo. revista dos tribunais, 2010. Bem de Família com Comentários à Lei 8.009/90. 5. ed. São Paulo: RT, 2002.
2. BRASIL, Código Civil. Lei 10.406/2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm
3. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro 3. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
4. PEREIRA, Caio M. S. Instituições de Direitos Civil. 18. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
5. SANTIAGO, Mariana Ribeiro. Bem de Família. In: Jus Navigandi, Teresina, 2008.
6. SCHULTZ, Hebert Mendes de Araújo. Impenhorabilidade do bem de família: aspectos relevantes. Âmbito Jurídico, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-154/impenhorabilidade-do-bem-de-familia-aspectos-relevantes/#:~:text=Partindo%20do%20princ%C3%ADpio%20que%20a,pr%C3%B3ximo%2C%20solidariedade%2C%20dentre%20outros.>

IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA POR CONTA DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS

Ana Paula Bandeira (anapaulabandeira96@yahoo.com.br)
Felipe Thomé de Lima Manfroi (femanfroi@gmail.com)
Juliano Neves de Oliveira (juliano151091@gmail.com)
Marlon D'Aquino (daquinomarlon@gmail.com)
Matheus Bellaver (bellaver.matheus@hotmail.com)
Pedro Henrique Sionek (pedrosionek@gmail.com)
Renata Domingues de Lima (renata.domingueslima@gmail.com)

Resumo: Em regra, no Brasil, o devedor responde por todos os seus bens para o cumprimento de suas dívidas (art. 391, Código Civil). Todavia, o instituto do bem de família, que possui duas espécies – voluntário e legal, amenizou esta regra com o intuito de proteger a família, ratificando o direito social à moradia garantido no caput do art. 6º da Constituição Federal de 1988. Tanto o bem de família voluntário quanto o legal adotam uma impenhorabilidade limitada do imóvel, podendo ser atingido apenas por algumas dívidas específicas, tal como a decorrente de tributos relativos ao próprio imóvel. Neste caso, discute-se até que ponto pode-se relativizar o instituto do bem de família, de cunho amplamente protetivo, para satisfazer a obrigação tributária.

Palavras-chave: Bem de família; impenhorabilidade; obrigação tributária.

1. Introdução

O instituto do bem de família é bastante antigo e teve seu surgimento por meio do Homestead Exemption Act, nos Estados Unidos, que tinha por objetivo a ocupação do território do Texas ao conceder benefícios aos ocupantes, entre eles a isenção de penhora das pequenas terras que servissem como residência do devedor. Neste sentido, Caio Mário da Silva Pereira (2010, p. 601) afirma:

Na Constituição Texana de 1845 o homestead era definido como uma porção de terra pertencente aos chefes de família protegida contra a alienação judicial forçada, por quaisquer débitos contraídos por seu proprietário posteriormente à aquisição da propriedade (PEREIRA, 2020, p. 601).

No Brasil, o bem de família surgiu no Código Civil de 1916. Nesta oportunidade, muito se discutiu a respeito do melhor posicionamento para o instituto do bem de família dentro da sistemática do Código sendo inserido

nos artigos 70 a 73 do Código de 1916, no livro dos bens, oriundo da emenda de Feliciano Pena, em 1912, inserido na Parte Geral. Era permitida a instituição dos bens de família, ao chefe da família (AZEVEDO, 2002).

Ressalta-se que sua proteção apenas ganhou força por meio da Constituição Federal de 1988, a Lei 8.009/90 e o Código Civil de 2002, que trouxe uma visão centrada no indivíduo nos negócios jurídicos.

De acordo com Hebert Mendes de Araújo Schultz:

Partindo do princípio de que a família é a base de tudo, o bem de família está diretamente ligado ao equilíbrio do ser humano, pois é no ambiente familiar que o indivíduo aprende conceitos que irão acompanhar para a vida toda (SCHUTZ, 2016).

Neste sentido, a Constituição atual, desde a sua publicação, já trouxe um benefício de impenhorabilidade para o pequeno produtor rural, conforme o art. 5º, XXVI. A Carta Magna também atribuiu grande importância à moradia ao colocá-la no caput do art. 6º, garantindo-a como direito social.

Dada a importância do instituto como medida protetiva, hoje o diploma mais importante está na Lei 8.009/90, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família e convencionou o que hoje é chamado de bem de família legal, contrário ao bem de família voluntário que tem o art. 1.711 e seguintes do Código Civil de 2002 como fundamento.

2. Desenvolvimento

2.1 Bem de Família

O bem de família nada mais é do que o imóvel utilizado como residência da família. Segundo Ricardo Arcoverde (apud Gonçalves, 2010):

O bem de família é o direito de imunidade relativa à apreensão judicial, que se estabelece, havendo cônjuges ou entidade familiar, primeiro por força de lei e em alguns casos ainda por manifestação de vontade, sobre imóvel urbano ou rural, de domínio e/ou posse de integrantes, residência efetiva desse grupo, que alcança ainda os bens móveis quitados que a guarneçam, ou somente esses em prédio que não seja próprio, além das pertenças e alfaías, eventuais valores mobiliários afetados e suas rendas (ARCOVERDE apud GONÇALVES, 2010).

Apesar de existirem duas espécies de bem de família – voluntário e legal –, existem poucas diferenças práticas. A maior delas é a forma de instituir o bem de família, sendo voluntário e dependente de registro de acordo com o Código

Civil, por meio de escritura pública ou testamento, e independente de qualquer ato no caso da espécie legal. Segundo o art. 1º da Lei 8.009/90:

Art. 1º. O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

Percebe-se por meio do texto da lei que o bem de família não é apenas o imóvel, mas abrange também bens móveis ou outros úteis à subsistência da família, como os bens de uso profissional. Todavia, deve-se ressaltar que bens dispensáveis, como veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos não estão amparados pela rede protetiva deste instituto, segundo o art. 2º.

Para o Código Civil, por sua vez, em seu art. 1.712, o bem de família é o “prédio residencial urbano ou rural, com suas pertenças e acessórios”, que se destina ao estabelecimento do domicílio “e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família”. Percebe-se que não há muita diferença nas definições, de modo que o objetivo de proteger a dignidade da pessoa por meio da manutenção da moradia prevalece. Ainda, é preciso ressaltar que tanto o bem de família voluntário quanto o legal coexistem em harmonia na legislação brasileira, não podendo falar que um revogou o outro.

Apesar do termo família, alguns doutrinadores brasileiros entendem que o benefício da impenhorabilidade deve e pode ser estendido às pessoas solteiras, haja vista que, existem várias jurisprudências neste entendimento. Sobre a proteção do bem de família estendida às pessoas solteiras, Álvaro Villaça de Azevedo afirmou o seguinte:

Entendo diferentemente desse posicionamento contrário à proteção do solteiro ou do que vive solitariamente. Eles não podem ser excluídos da proteção da lei, porque cada pessoa, ainda que vivendo sozinha, deve ser considerada como família, em sentido mais estrito, já que o homem, fora da sociedade deve buscar um ninho, um lar, para protegesse das violências, das agruras e dos revezes que existem na sociedade (VILLAÇA, 2002, p. 174-175).

Neste mesmo sentido, Mariana Ribeiro Santiago ratifica tal entendimento:

Entende-se que a constituição federal reconheça também a comunidade que seja formada entre pais e seus descendentes. Podemos então afirmar e dizer que a Lei nº 8.009/90, quando ao resguardar o bem imóvel residencial da entidade familiar das eventuais penhoras, assegura e abrange os bens das pessoas com todos os estados civis, inclusive em uniões estáveis e as famílias monoparentais (SANTIAGO, 2008).

Assim, ratificando este entendimento doutrinário e de várias decisões judiciais, o STJ criou a Súmula 364 para pacificar o entendimento, com o seguinte enunciado: O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.

2.2 Impenhorabilidade do bem de família

O Código Civil de 2002, em seu art. 1.715, é mais protetivo no sentido de só permitir a penhorabilidade no caso de dívidas tributárias referentes ao bem (IPTU, contribuição de melhoria, taxas) e despesas de condomínio. A Lei 8.009/90, por sua vez, em seu art. 3º, traz um rol abrangente de hipóteses que retirariam o status de impenhorabilidade do bem de família.

No presente trabalho, o ponto de interesse é quanto à dívida tributária, buscando-se entender até que ponto é possível que esta pode alcançar o bem de família. Para tanto, remete-se ao caput do art. 1º da Lei 8.009/90, o qual libera o bem de família de qualquer dívida fiscal, mas no art. 3º, IV, permite a penhorabilidade decorrente de tributos provenientes do bem.

Diante da normativa, deve-se interpretar o inciso IV como mais específico e, portanto, como única forma de penhorabilidade do bem de família decorrente de dívida tributária. Quanto ao assunto, não há dúvidas nos tribunais quanto a possibilidade de se executar o bem de família neste caso. Ademais, é preciso se atentar à taxatividade do art. 3º, de modo que apenas os itens ali listados permitem a relativização do bem de família, conforme já decidido no STJ:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL CIVIL DECORRENTE DA PRÁTICA DE ATO ILÍCITO. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA. LEI 8.009/1990. INTERPRETAÇÃO ESTRITA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. [...]5. Ademais, a Lei 8.009/1990 ostenta natureza excepcional, de modo que as exceções à regra geral da impenhorabilidade do bem de família são previstas de forma taxativa, sendo insuscetíveis de interpretação extensiva. Precedentes. 6. Recurso especial provido. (STJ, Recurso

Especial nº. 1.074.838/SP, Quarta Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, j. 23/10/2012, V. U.).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento do bem de família no direito brasileiro foi de suma importância para a garantia da dignidade da pessoa humana, trazendo proteção a direitos estampados na Carta Magna de 1988. Todavia, apesar de sua importância, o próprio instituto é relativizado em algumas situações específicas, como é o caso da dívida tributária decorrente do imóvel de família. Assim, é possível a penhora do bem de família no caso de dívidas de IPTU, contribuição de melhoria ou taxas referentes ao bem de família. Este entendimento é restritivo e decorre do rol taxativo do art. 3º da Lei 8.009/90, não podendo extrapolar a interpretação e penhorar o bem de família por conta de outras dívidas fiscais. Portanto, deve-se tomar o caput do art. 1º como regra – a impenhorabilidade por conta de dívidas fiscais – e o art. 3º, IV, como exceção.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AZEVEDO, Álvaro Villaça. Bem de família. São Paulo. revista dos tribunais, 2010. Bem de Família com Comentários à Lei 8.009/90. 5. ed. São Paulo: RT, 2002.
2. BRASIL, Código Civil. Lei 10.406/2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm
3. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro 3. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
4. PEREIRA, Caio M. S. Instituições de Direitos Civil. 18. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
5. SANTIAGO, Mariana Ribeiro. Bem de Família. In: Jus Navigandi, Teresina, 2008.
6. SCHULTZ, Hebert Mendes de Araújo. Impenhorabilidade do bem de família: aspectos relevantes. Âmbito Jurídico, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-154/impenhorabilidade-do-bem-de-familia-aspectos-relevantes/#:~:text=Partindo%20do%20princ%C3%ADpio%20que%20a,pr%C3%B3ximo%2C%20solidariedade%2C%20dentre%20outros.>

ESTADO MÍNIMO E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE¹

Anny Caroline Dias – e-mail: annycarolinedias25@gmail.com²
Felipe Andrade – e-mail: felipe.anda2010@gmail.com³
Thiago Brandt – e-mail: thiagobrandt5@gmail.com⁴
Valci Angelo Prigol Junior – e-mail: jrprigol@hotmail.com⁵
Caroline Neris Bridi – e-mail: caroline.neris@uniarp.edu.br

RESUMO

O presente resumo visa conhecer e conceituar o estado mínimo e compreender até onde o Estado pode ou não participar na economia levando a uma reflexão sobre as bases da sociedade e sua organização. A sociedade, por sua vez é formada por pessoas que se encontram em constante mudança, que organizadas dão origem ao Estado. O Estado é uma organização viva que busca adaptar-se a cada momento histórico da humanidade. Sendo assim cada homem e mulher que compõe a sociedade necessita ser conhecedor de seus direitos e obrigações enquanto cidadão. Esse trabalho buscou subsídios teóricos para responder a problemática em questão e verificar a viabilidade da intervenção mínima do Estado na função social do direito de propriedade. Sabe-se que o Estado nem sempre foi como é conhecido hoje, consolidou-se pela necessidade de um conjunto de indivíduos através dos tempos e em diferentes lugares do mundo, cada grupo se organizou conforme sua realidade atendendo as necessidades locais.

Palavras-chave: Estado mínimo. Função social. Direito de propriedade.

1 INTRODUÇÃO

O país passa por transformações políticas, sociais e econômicas constantemente e à informação cada vez mais acessível, sendo assim se faz necessário que homens e mulheres tenham conhecimento e discernimento no momento de utilizar e analisar as funções do Estado.

O presente estudo apresentou como objetivo geral “analisar a aplicação do direito do estado mínimo sobre a propriedade”. Os objetivos específicos buscaram subsídios teóricos para analisar quais são os elementos ou como se concretiza a intervenção mínima do estado; demonstrar a necessidade da intervenção do estado

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Direito da UNIARP Fraiburgo.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Fraiburgo.

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Fraiburgo.

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Fraiburgo.

⁵ Professora Especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

na função social da propriedade; conceituar função social e analisar o direito de propriedade privada.

Esse estudo apresenta grande relevância como forma de nos apropriarmos do conhecimento referente ao Estado Mínimo e o direito de propriedade, também busca conceituar a função social demonstrando a importância da intervenção do estado na função social da propriedade.

Encontramos autores que defendem o estado mínimo conforme está sendo proposto pelo ministro da economia do atual governo, no entanto tem outros autores que não estão a favor do estado deixar nas mãos da iniciativa privada serviços considerados essenciais para a população.

Para a realização desse estudo utilizou-se como método de investigação para sistematizar a pesquisa qualitativa quanto a natureza dos dados, quanto aos objetivos realizou-se de forma exploratória e como procedimento Bibliográfica.

2 ESTADO MÍNIMO

Para poder iniciar uma reflexão sobre o assunto faz-se necessário conceituar Estado Mínimo:

Estado Mínimo nada mais é do que o entendimento que o papel do estado na sociedade deve ser o mínimo possível para que o Estado consiga entregar serviços públicos de qualidade para a sociedade, com maior eficiência, deixando apenas nas mãos de iniciativas privadas funções consideradas não essenciais. (LIMA, 2020)

Parafraseando Lima (2020) ao citar Adam Smith em sua obra intitulada “A Riqueza das Nações” definiu três intervenções clássicas do Estado que estabelecem o limite de abrangência do mesmo, são elas:

- Financiar, através de gastos, a força militar para proteger a sociedade contra a invasão estrangeira;
- Proteger os membros da sociedade contra a injustiça que possa vir a ser cometida por outros membros;
- Manter instituições e obras públicas que proporcionam vantagens para a sociedade, mas que não oferecem uma possibilidade de lucro que compense a atividade privada.

Lima (2020) coloca que a ideia do Estado Mínimo veio na corrente do liberalismo clássico. O autor cita Robert Nozick em seu artigo que utiliza o termo “minarquismo” para identificar os governos que mais se assemelham com a teoria, e “minarquistas” para destacar os indivíduos que defendem a tese.

Mas segundo Lima (2020) ao contrário do que muitos acreditam, a ideia de estado mínimo não está ligada a inexistência do Estado, e sim na sua racionalização. Para o autor os minarquistas defendem que o Estado mantenha apenas suas funções básicas, deixando todo o resto a cargo da iniciativa privada.

Isso, no entanto é preocupante principalmente no Brasil, onde a desigualdade social e de oportunidades é gritante.

3 FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Para se discutir e compreender melhor a função social da propriedade faz-se necessário conceitua-la primeiro, então no artigo “a função social da propriedade Martins a classifica a Propriedade como:

A Propriedade não é só um direito, mas também um dever. É um direito do proprietário de ter para si a coisa e também um dever dele para com a coletividade de que essa propriedade produza frutos e atinja sua função social. (MARTINS, 2019)

Contudo, o surgimento da propriedade é considerado por Rousseau o marco para o surgimento da sociedade civil, mas o conceito de propriedade passou por transformações através dos tempos, como podemos observar na citação de Martins a seguir:

No direito romano a propriedade se baseava e três características que consistiam no direito de usar (*jus utendi*), gozar (*jus fruendi*) e abusar (*jus abutendi*) das coisas, possibilitando ao proprietário destruir a coisa caso queira. Possuía caráter personalista, oponível a todos, podendo ser assegurada por ação própria no “*jus civile*” que era a “*rei vindicatio*”. (JOAO LUIZ NOGUEIRA MATIAS apud MARTINS, 2019).

Martins (2019) explica em seu artigo que o legislador brasileiro adotou a percepção de que a propriedade não deveria ser absoluta, mas que deveria servir a um fim, ter uma finalidade a ser atingida.

Para Martins (2019) a função social compõe-se de limites internos, que consistem em obrigações de utilizar a propriedade, ou seja, transformando-a em algo produtivo economicamente.

No ordenamento jurídico brasileiro a propriedade tem a definição intimamente ligada à função social, e se constitui um dos direitos basilares do ser humano. No Código Civil atual, de 2002, o artigo 1.228 trata dessa definição, dando à propriedade as faculdades ali descritas: “Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

O parágrafo primeiro do mesmo Artigo deixa explícito que a propriedade deve atender à sua Função Social:

“§ 1 o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.”

Martins (2019) afirma que é um direito do proprietário de ter para si a coisa e também um dever dele para com a coletividade de que essa propriedade produza frutos e atinja sua função social. Citando Martins Ainda sobre o conceito de função social,

“à ideia de uma função social nada mais é que o reconhecimento de que os interesses do titular daquele direito precisam se compatibilizar com os de outros cidadãos não proprietários, mas que, em um regime democrático, precisam do mesmo respeito e consideração por parte do sistema de direitos construído para a regulação da sociedade como um todo, e em igual medida”. (DANTAS, P. 29 Apud MARTINS, 2019)

Para Chagas (2002) a doutrina da “função social da propriedade” não tem outro fim senão o de dar sentido mais amplo ao conceito econômico de propriedade, encarando-a como uma riqueza que se destina à produção de bens que satisfaçam as necessidades sociais.

Castilho (2018) argumenta que são necessários dois requisitos para que seja alcançada a função social da propriedade: deve atender a interesses de ordem pública privada.

A propriedade privada está prevista na Constituição, porém, o poder público impõe normas e limites na utilização dessa propriedade, com o objetivo de garantir a função social e o bem-estar social.

Quando se tem a necessidade da intervenção do Estado na propriedade privada, tal intervenção, deve ter base no objetivo da proteção dos interesses da sociedade. Toda intervenção que for realizada, deverá proporcionar o bem-estar, não podendo o poder público intervir apenas sem motivos, e sempre observando a lei e seus limites.

E para melhor definição da função social e garantia da propriedade, a Carta Magna a conceitua de forma clara no Artigo 186: “A função social quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei”.

O conceito do tema pela Constituição no Artigo 182 §2º: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. Ou seja, nota-se que cada município, por possuir plano diretor próprio, possui conseqüentemente suas exigências particulares.

Como dito anteriormente, a intervenção não pode ser baseada somente no interesse do poder público, deve se ter a necessidade de utilização pelo povo, para que esses possam aproveitar de maneira mais ampla, se chegando ao bem estar social.

Ainda, vale destacar, que toda propriedade privada deve cumprir com a sua função social, que é o que faz com que a propriedade atinja ao máximo sua utilização e assim gere maior bem-estar para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar a aplicação do direito do estado mínimo sobre a propriedade através dos subsídios teóricos analisou-se os elementos, como se concretiza a intervenção mínima do estado demonstrando a necessidade da intervenção do estado na função social da propriedade conceituando a função social e o direito de propriedade privada.

Ao se falar em direito a propriedade percebeu-se que este direito está inserido a um contexto social, pois cada sociedade possui suas próprias normas e regras que determinam como esse direito poderá garantir o suprimento das necessidades básicas

das pessoas promovendo a dignidade humana. Em um mundo globalizado, cada vez mais as pessoas precisam ter clareza dessas regras e normas para defender e lutar por seus direitos.

No entanto, isso não pode ocorrer de forma individualizada, mas de uma forma humanizada e de cooperação social, para que as riquezas não fiquem nas mãos de poucos tendo a esperança de uma distribuição de renda mais justa, diminuindo as desigualdades sociais, favorecendo o surgimento de uma sociedade mais equilibrada, com igualdade de oportunidade onde todas as pessoas, independentemente de sua origem, possam ter qualidade de vida.

Esse entendimento é fundamental para o futuro profissional do Direito. Saber diferenciar o direito de posse do direito de propriedade, ter o discernimento de até onde o Estado pode e deve interferir no direito à propriedade. Sendo assim em uma sociedade capitalista onde o acúmulo irracional de bens e propriedades ocorre de forma desmedida o Estado precisa ter autonomia para fiscalizar evitando que alguns enriqueçam de forma desmedida em detrimento de outros, prejudicando ou mesmo explorando e desrespeitando seus direitos.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Heloisa Natalino Castilho. **A função social da propriedade no Brasil**. Publicado em 06/2018. <https://jus.com.br/artigos/67119/a-funcao-social-da-propriedade-no-brasil>. Acesso dia 28/10/2020.

CHAGAS, Marco Aurélio Bicalho de Abreu. **A Doutrina da Função Social da Propriedade**. Publicado em 01 de julho de 2002. <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/795/A-Doutrina-da-Funcao-Social-da-Propriedade>.

LIMA, Renan. **Estado Mínimo o que é?** <https://www.politize.com.br/estado-minimo/>. RENAN LIMA. Publicado em 6 de março de 2020. VISTO EM 14/09 as 21:15.

MARTINS, Luciano Lopes. **A função social da propriedade**. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11370/A-funcao-social-da-propriedade>. Acesso em 28/10/2020.

MELLO, José Mário Delaiti. **A função social da propriedade**. Publicado em 01/01/2013 <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/a-funcao-social-da-propriedade/>

A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO DIREITO.

Gabriela Griggio, souzagabycarlos@gmail.com¹
 Veronica Pereira de Oliveira, veronica01oliveira@outlook.com²
 Ana Claudia Ortiz, ortizanaclaudia@gmail.com³
 Marina Floriani Butci, mfbutci@hotmail.com⁴
 Samuel Herbert da silva, samuh258@gmail.com⁵
 Orientador: Sally Douglas Narloch, sdnarloch@gmail.com⁶

RESUMO – Nos tempos hodiernos a humanidade vivencia um novo fenômeno que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico. Não obstante, o direito também acaba sendo influenciado pela tecnologia. Diante disso, o objetivo geral do presente artigo é descrever sobre a colisão dos direitos fundamentais e a sua relação com as tecnologias. Quanto a metodologia sua natureza é básica e a abordagem é qualitativa, já sua finalidade é exploratória e os procedimentos metodológicos são bibliográficos. Conclui-se que a utilização da tecnologia no direito, está cada vez mais avançada e a mesma ajudará a melhorar a cultura, facilitar na resolução de conflitos e implementar plataformas de acordo.

PALAVRAS CHAVES: Direito. Desenvolvimento. Tecnologia. Filosofia.

INTRODUÇÃO

Desde a invenção da escrita o ser humano vem transformando a história com o avanço das tecnologias, na atualidade as tecnologias vêm influenciando a todos em ritmo acelerado, acredita-se que centenas de bilhões de livros foram publicadas em 500 anos desde a invenção da prensa por Gutenberg, mas esse valor, é inferior à quantidade de conteúdo mensal que é inserido na *web* sendo uma quantidade imensurável (PINSKY, 2013).

Para Altmann (2015), o ser humano, buscou ampliar seu poder sobre sua conjuntura, ou seja, para modificar a natureza valorizar o tempo aproximar a distância, ou até mesmo controlar uns aos outros, o que é preocupante pois qualquer pessoa que possua um aparelho conectado à internet pode trazer à tona para o conhecimento de outrem, fatos ocorridos no passado, a mídia digital permite revirar a todo instante a honra da pessoa invadindo a privacidade e a dignidade de quem quer que seja, trazendo consequências graves que ofenda a esfera pessoal e profissional.

Nesse contexto CJF/STJ aprova em março de 2013 um pronunciado que resguarda a subsistência do direito ao esquecimento, tutelado dentro das normas do direito brasileiro (JUSTIÇA FEDERAL, 2013).

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

⁶ Professor, Mestre em Ciência e Biotecnologia, do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

DESENVOLVIMENTO

Segundo o advogado Zamproga (2019), o uso da tecnologia no direito é de suma importância principalmente para o contato do profissional com o cliente. A tecnologia cresce em uma alta velocidade, no ramo jurídico é usado para postagem dos processos virtuais assim como para documentos digitais entre outros, ainda mais em uma época como esta que estamos vivendo, o uso da tecnologia é fundamental para melhoraria dos atendimentos. O conhecimento da tecnologia no direito pode trazer benefícios para todo o mundo.

Para Albuquerque (2019), o conhecimento científico do direito é uma forma de tecnologia que surgiu para facilitar os advogados ou operador do direito.

Segundo o sociólogo Odon (2018), o desenvolvimento na tecnologia tem seu lado positivo facilitando nossa rotina nosso trabalho, no âmbito jurídico os advogados e os servidores da justiça usufruem do processo eletrônico trazendo certa comodidade aprimorando sua atuação profissional, mesmo tendo o lado negativo a tecnologia quando tem um papel importante na sociedade, ela é como um Deus Janus da mitologia Greco-romana, com duas faces contraditórias que, no entanto, uns caminham junto em prol a transformação das sociedades.

A tecnologia se tornou um instrumento para melhor expor, compreender e raciocinar os processos de produção jurídica. Aumentando desta forma a capacidade de construção de pensamento jurídico para o profissional ou estudante do direito a partir da união entre teoria e a prática, adaptando a técnica jurídica às necessidades do mundo real. Conclui-se assim que a tecnologia pode ajudar os operadores do direito e não prejudicar assim a tecnologia sendo um aliado.

No texto o Desenvolvimento tecnológico aliado ao Direito, Nunes (2020, *web*) diz que:

Como sabemos, a evolução da sociedade desdobra-se por sobre o espaço e tempo; com isso as realidades vão se modificando e regras vigorantes em uma determinada época já se mostram ineficazes e obsoletas para atender aos novos anseios e exigências nascedouras. É bem verdade que algumas modificações ocorreram, no sentido de se dar uma maior efetividade e confiabilidade no aparelho judiciário, através principalmente da edição de novos ordenamentos, como, por exemplo, a Lei nº 10.259/2001 que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Nunes (2020, *web*) ainda menciona que:

Podemos citar, de plano, algumas práticas que no futuro não muito longe serão suscetíveis de apreciação, mormente em que teremos regulamentado instituto tais como: o da prova judicial via satélite, o interrogatório *on line* do acusado, a produção de prova testemunhal via televisão, enfim, alguns atos cometidos no meio eletrônico via Internet.

Quais privilégios o Direito e tecnologia trazem aos advogados e estudantes do Direito?

A velocidade em que a tecnologia vem desenvolvendo e os benefício que nos

proporcionam, diversas estratégias podem ser criadas e problemas resolvidos com poucos clics, eliminando diversas burocracias, reduzindo custos e gerando ainda um aumento na produtividade, tanto para o profissional do Direito, quanto para os acadêmicos, que tem desta forma o acesso ampliado ao conhecimento

Piletti e Piletti (2012) afirmam, em seu livro, Platão pensava em uma forma diferente de ensino onde achava que não devia ser repassado nenhum tipo de conhecimentos aos alunos, e sim deixá-los à vontade para formar, buscar seu próprio conhecimento de uma forma livre e por intermédio de conversa, descobrisse suas próprias respostas, não defender nenhum tipo de métodos autoritários de conhecimento ou ensino.

Como é possível perceber tanto na área jurídica como em outras áreas está movendo-se para uma evolução de desenvolvimento e inovações que vai impor aos advogados prática, competência, boas habilidades de adaptação, agilidade e uma boa visão estratégica para relacionar-se. As transformações de forma conveniente, positiva e assim modificando os novos avanços tecnológicos que contem em nosso dia a dia de trabalho. Desta maneira todo o processo é facilitado, diminuindo a necessidade de retrabalhos e ainda ressaltam o foco nas questões que realmente são interessantes para a solução dos casos em um tempo e com um nível maior de eficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir ainda usando Zamproga (2020) a utilização da tecnologia no direito está cada vez mais avançada. Ela nos ajudara a melhorar a cultura, facilitará na resolução de conflitos e irá implementar plataformas de acordo com as necessidades dos profissionais.

Já para Hayne e Wyse (2018), a tecnologia nem sempre esteve tão próxima, mas sempre trouxe e gerou contextos sociais, hoje a situação é a mesma de antigamente, mas é claro que hoje com uma evolução mais rápida. É fácil de encontrar raízes do direito desde o início do desenvolvimento da tecnologia desde sempre tinham problemas a serem resolvidos. A tecnologia deve ser olhada nesse momento como uma geradora de oportunidades.

Diante do exposto, é possível concluir que os operadores do direito necessitam adequar-se às novas tecnologias para dessa forma trabalhar de maneira mais eficaz e usar os recursos a seu favor.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Jurgen. **Direitos humanos** w novas tecnologias. Paco Editorial. Jundiaí, 2015.

ALBUQUERQUE, Humberto. **Direito e novas tecnologias**: As inovações no mundo jurídico. Disponível em: <https://noticias.cers.com.br/noticia/direito-e-novas-tecnologias-as-inovacoes-no-mundo-juridico/> Acesso em: 23 nov. 2019.

HAYNE, Luiz Augusto; WYSE, Angela Terezinha de Souza. **Análise da evolução da tecnologia: Uma contribuição para o ensino da ciência tecnológica**. R. bras. Ens. Ci. Tecnol., Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 37-64, set./dez. 2018 Disponível em: <file:///C:/Users/rodrigo/Downloads/5947-32922-4-PB.pdf> Acesso em: 23 nov. 2020.

JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado trata do direito ao esquecimento na sociedade da**

informação. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2013/abril/enunciado-trata-do-direito-ao-esquecimento-na-sociedade-da-informacao> Acesso em: 23 nov. 2020.

NUNES, Diogo Licurgo Meireles. **O desenvolvimento tecnológico aliado ao Direito.** Disponível em: <https://www.jfrn.jus.br/institucional/biblioteca-old/doutrina/doutrina206.doc> Acesso em: 23 nov. 2020.

ODON, Tiago Ivo. **Justiça como Equilíbrio: Uma conversa entre Filosofia do Direito, Economia e Sociologia.** 2018. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/549464/Justica_como_Equilibrio.p](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/549464/Justica_como_Equilibrio.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 23 nov. 2020.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo.** São Paulo: Editora, 2012.

PINSKY, Luciana. **Do papel ao digital: como as novas tecnologias desafiam a função do editor de livros de história.** 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZAMPROGNA, Carlos Alberto Doering. **O avanço da tecnologia no direito e sua contribuição para a Segurana Jurídica.** Disponível em: <https://cnbba.org.br/2019/07/26/artigo-o-avanco-da-tecnologia-no-direito-e-sua-contribuicao-para-a-segurana-juridica-por-carlos-alberto-doering-zamprogna/> Acesso em: 23 nov. 2020.

TERRAS INDÍGENAS E AGRONEGÓCIO¹

Bianca Maria Castilho Mellek, bia_castilho@hotmail.com²,
 Cleich Souza, cleych,souza@hotmail.com³
 Emilio Josué Padilha, emiliopadilha@gmail.com⁴,
 Gabriele Schreiber, gaabi_schreiber@hotmail.com⁵
 Rafael Zir Padilha, Rafael_zir@hotmail.com⁶,
 Vanessa Rossa Pontes, vanessarossapontes@gmail.com⁷,
 Bruno Renato dos Santos, brunorenato_@hotmail.com⁸
 Caroline Neris Bridi, caroline.neris@uniarp.edu.br⁹

RESUMO: O presente trabalho objetiva abordar a expansão do agronegócio em detrimento de terras indígenas, o direito de propriedade fundamentais, o papel da Funai e os conflitos que ocorrem por esse motivo no Brasil. Destaca-se que o estudo faz uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica, observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PALAVRAS-CHAVE: agronegócio; terras indígenas; FUNAI; direito civil.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta como tema a expansão do agronegócio em detrimento das terras indígenas. Discorre-se sobre a ideia de propriedade como direito fundamental, baseado no texto de lei e doutrina; cita-se também as leis de proteção elencadas no Estatuto do Índio e Constituição Federal, assim como o papel fundamental da Funai na defesa dos nativos brasileiros; e por fim, menciona-se exemplos de conflitos ocorridos entre ruralistas e indígenas, além de dois projetos de lei que visam “facilitar” práticas ilegais.

Para encetar a investigação, o estudo fez uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando a produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

1. Propriedade como Direito Fundamental

Antes de adentrar no tema principal, faz-se necessário explanar detalhadamente do que se trata cada um de seus elementos engajadores, por se tratar da propriedade como direito fundamental, é de suma importância destacar o que é propriedade, ou seja, de modo simples, conceitua-se propriedade como o direito

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da Oitava fase do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁸ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁹ Professora Especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

de dispor das coisas, de modo pleno e claro, respeitando os limites impostos no ordenamento jurídico (GOMES 2019).

O direito de propriedade nada mais é do que o direito de usar e dispor dos bens, é a submissão da coisa ao seu dono (GOMES 2019).

Tal direito, sob as lentes de um direito fundamental, é facilmente abordado em textos de conteúdo constitucional, no entanto, sofreu e ainda sofre contestação.

A propriedade enquanto direito fundamental encontra raízes na própria ideia de liberdade, pois, o homem livre, tem o direito de possuir e bem sabe-se que faz parte da natureza humana querer se apropriar das coisas. A propriedade privada é um misto de direito natural e direito positivo, previsto nos incisos XXII e XXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Sua função social proporciona dinamicidade, pois, quando uma pessoa é proprietária, ela não pode abster-se de exercer seu direito de propriedade (GOMES 2019).

Entende-se que as terras indígenas são invadidas por garimpeiros, pescadores, empresas, madeireiras... Além de que sofrem os efeitos causados por regiões que os cercam como: poluição de rios, desmatamentos, queimados, etc. Diante de tudo isso, fica claro a importância de demarcações das terras.

É indiscutível que o agronegócio possui papel fundamental na economia brasileira, mas cabe destacar que seu desenvolvimento é precedido por crescentes preocupações, como impactos ambientais provocados pela agricultura e pecuária nos recursos naturais, que podem repercutir na biodiversidade, na disponibilidade hídrica, na qualidade do ar e do solo e na saúde humana (GOMES 2019).

2. Terras Indígenas

O conceito de terra indígena, segundo a Funai, é:

Uma porção do território nacional, a qual após regular processo administrativo de demarcação, conforme os preceitos legais instituídos, passa, após a homologação por Decreto Presidencial para a propriedade da União, habitada por um ou mais comunidades indígenas, utilizada por estes em suas atividades produtivas, culturais, bem-estar e reprodução física. Assim sendo, se trata de um bem da União, e como tal é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis (BRASIL, FUNAI, n.p).

A demarcação de terras visa estabelecer os limites físicos das terras indígenas, protegendo-os de invasões e ocupações ilegais de não-índios, assegurando a preservação de sua identidade cultural, modo de vida e tradições (SOUSA)

As leis indígenas estão no Estatuto do Índio, Lei 6001/73 e Constituição Federal, sendo divididas em três modalidades (BRASIL, FUNAI):

- **Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas:** São aquelas tratadas no art. 231 da Constituição Federal de 1988 e disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.
- **Reservas Indígenas:** São aquelas doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, destinadas permanentemente a eles e são consideradas patrimônio da União.
- **Terras Dominais:** São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer forma de aquisição nos termos da legislação civil.

São 488 terras regularizadas, representando 12.2% do território nacional e concentradas, em sua maioria, na Amazônia Legal (SOUSA).

3. O Conflito

Mesmo com todo embasamento legal, com a atuação da Funai na conservação dos territórios indígenas, ainda existe confrontos de interesses para a exploração dos recursos naturais protegidos. Um exemplo disso foi o ocorrido em 2016 no estado do Mato Grosso do Sul onde indígenas tentaram retomar uma área, que se encontra dentro da terra indígena Dourados Amambaieguá, e ruralistas tentaram impedir, resultando em um índio morto e outros 6 feridos (KATAYAMA, 2016).

Além de confrontos armados, há também projetos de lei que nitidamente tramitam contra os nativos. Sendo esse o Projeto de Lei 2633/2020, que substitui a Medida Provisória 910/2019, conhecida como MP da Grilagem. O texto do projeto de lei representa retrocessos socioambientais, ou seja, estimula o desmatamento, invasões, crimes e conflitos. Mesmo tendo diminuído de 15 para 6 módulos fiscais o projeto de lei continua estimulando às grilagens, desmatamentos ilegais, intensificação dos conflitos no campo, com destaque às comunidades tradicionais e povos indígenas (ROCHA, PORTO, 2020).

E também o Projeto de Lei 191/2020 vem sendo considerado mais um passo na “agenda anti-indígena” do atual governo. O projeto visa excluir do rol de terras indígenas todas aquelas que ainda estão em alguma etapa do processo administrativo de demarcação e por isso ainda não foram homologadas, em conformidade com a recente Instrução Normativa 09/2020 da Funai, que também limita a categoria de terras indígenas àquelas já homologadas para efeitos de emissão de declaração de limites e resposta a consultas oficiais sobre a existência ou não de terras indígenas em determinada áreas (ROCHA, PORTO, 2020).

Ambos indo completamente contra a ideia de proteção já vigente no dispositivo de lei.

CONCLUSÃO

Através de todo o exposto, o presente trabalho, agora concluso, transmite às pessoas, que a propriedade se torna direito fundamental ao ser humano, em virtude do fato de a mesma tratar-se de necessidade fundamental.

O que se pode dizer com isso, é que o ser humano, desde os primórdios de sua existência teve a necessidade de ter um local para habitar, um local seguro onde o mesmo pôde exercer tal direito ao passo em que construiu sua casa, e ali abrigou sua família.

Para os indígenas, não é diferente.

Apesar de terem uma legislação que assegura seus direitos, além da Constituição Federal, a FUNAI dá-lhes o direito de propriedade como direito fundamental, visando também a preservação da cultura, das tradições e da história em si, para que acima de tudo, todas as pessoas possam exercer seu direito de propriedade conforme exposto na Lei nacional.

Com base no trabalho aqui encerrado, ficou claro que os indígenas têm o mesmo direito de propriedade e a eles é dado o dever de exercê-lo sem que haja discussão quanto ao tema.

Todos os brasileiros possuem o direito de propriedade, e a eles, tal direito deve ser assegurado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundação Nacional do Índio. **Terras indígenas: o que é?** Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 21 nov. 2020.

GOMES, Cecília Siman. IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. 2019. P.1. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13160>.

KATAYAMA, Juliene. **Entenda o conflito entre indígenas e produtores rurais no sul de MS.** Publicado em 18 de jun. 2016. <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/06/entenda-o-conflito-entre-indigenas-e-produtores-rurais-no-sul-de-ms16-06-16.html>. Acesso em: 21 nov. 2020.

ROCHA, Diogo. PORTO, Marcelo Firpo. **O que se trama contra os Povos Indígenas.** Disponível em: 2020). <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/o-que-se-trama-contra-os-povos-indigenas/>

SOUSA, Rafaela. **Demarcação de terras indígenas.** Disponível em: [https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/demarcacao-terras-indigenas.htm#:~:text=para%20evitar%20conflitos,-,Demarca%C3%A7%C3%A3o%20de%20terras%20ind%C3%ADgenas%20refere%2Dse%20%C3%A0%20garantia%20dos%20direitos,do%20%C3%8Dndio%20\(legisla%C3%A7%C3%A3o%20espec%C3%ADfica\)>](https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/demarcacao-terras-indigenas.htm#:~:text=para%20evitar%20conflitos,-,Demarca%C3%A7%C3%A3o%20de%20terras%20ind%C3%ADgenas%20refere%2Dse%20%C3%A0%20garantia%20dos%20direitos,do%20%C3%8Dndio%20(legisla%C3%A7%C3%A3o%20espec%C3%ADfica)>). Acesso em: 21 nov. 2020.

DIREITOS FUNDAMENTAIS X DIREITOS HUMANOS

Vitória Aparecida Pinheiro Ferreira da Rocha.

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil.

RESUMO

O presente artigo tem a finalidade de trazer a luz o entendimento entre os direitos fundamentais e os direitos humanos, e suas respectivas funções e correlações entre si. E, a importância dos direitos humanos e sua fundamental oportunidade de controlar e limitar abusos do poder do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: direitos, constituição, Estado, fundamentais e humanos.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, é preciso entender a diferença entre os direitos humanos e os direitos fundamentais. Direitos fundamentais são os direitos humanos positivados na Constituição Federal. Já os direitos humanos são aqueles ligados a igualdade e liberdade que estão positivados no plano internacional. Assim, o conteúdo de ambos são essencialmente o mesmo, o que os diferencia é o plano em que estão consagrados.

Esses direitos estão sempre se transformando e evoluindo, ou seja, eles são modificados em consonância com o desenvolvimento da sociedade. O desenvolvimento dos direitos fundamentais e humanos não se deram em um só momento, mas sim, de modo lento, no transcorrer de uma evolução histórico-social, pelas consequências das conquistas políticas angariadas, aos poucos pelo homem, tais direitos foram surgindo e gradativamente disciplinados nos textos constitucionais. E assim, esses direitos foram reunidos em diferentes grupos, chamados de gerações ou dimensões.

Enquanto os direitos humanos são aqueles declarados como inerentes ao ser humano, uma aspiração a universalidade; por outro lado, os direitos fundamentais são aqueles direitos reconhecidos e positivados na Constituição de um determinado Estado, existindo, pretensões de territorialidade. É perceptível a existência de uma verdadeira “confusão” terminológica que assola a doutrina. Há autores que usam nomes diferentes, quanto a isso, é preciso sedimentar uma terminologia adequada, pois se trata de uma questão essencial.

Pode se estabelecer um método acerca dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. Os humanos são diretos atribuídos a humanidade em geral, por meio

de tratados internacionais (Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU em 1948), enquanto os direitos fundamentais são positivados em um determinado ordenamento jurídico (Constituição Brasileira). Essa tese é afirmada pela Constituição Federal, quando se trata de assuntos internos a Constituição se refere a "Direitos e garantias fundamentais", quando trata de tratados internacionais se refere a direitos humanos.

É perceptível que os Direitos Humanos são como um agrupamento de direitos e princípios reunidos pelo objetivo de representar defesa para a vida honrada da pessoa humana. Isso implica em afirmar a sustentabilidade da universalidade do ser humano respeitando, também, a especificidade de cada pessoa. Há o surgimento de inúmeras regras acerca da defesa dos direitos humanos e da defesa dos direitos fundamentais, como a acessão de uma cultura opositora a qualquer tipo de violência. Nesse contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 1948 é reconhecida por ser uma referência básica a todo e qualquer princípio e direito expresso. Visto por sua tentativa de alinhar os países a um compromisso de defesa do direito de todos a uma vida digna em qualquer contexto que ela se encontre. É bem pertinente contextualizar algo já estabelecido, acerca dos paradigmas dos Direitos Humanos, que representa um ideal de mundo e de ser humano. Um processo de mudança necessário para transformar, constantemente, cada contexto de demanda no atender as alteridades do povo.

A sociedade moderna nem sempre foi organizada da maneira em que conhecemos atualmente. Foi ao longo do tempo, que a humanidade desenvolveu questões atinentes as maneiras de sobrevivência, se organizando em prol da vida em comunidade. É a partir do contexto de formação dos valores humanitários e da promoção de uma cultura baseada na paz em que se percebe o entrelace da história dos direitos humanos, é importante ressaltar que tal processo tem se desencadeado por maneiras conflituosas, por disputas e conquistas. A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 consolidou uma visão contemporânea de direitos humanos marcada pela universalidade, indivisibilidade e interdependência.

Diante de tudo isso, é perceptível a evidência de que os valores mais caros a humanidade merecem ser organizados em um documento jurídico dotado da força normativa hierarquicamente superior as demais normas do ordenamento. Com isso, reconhecer a Constituição enquanto documento supremo do ordenamento jurídico, justifica a estrutura constitucional de proteção aos direitos fundamentais arquitetada nos moldes atuais.

A história dos direitos fundamentais está relacionada a evolução filosófica dos chamados direitos humanos como direitos de liberdade, evoluindo das concepções naturalistas para a concepção positivista até a formação do chamado novo constitucionalismo ou pós-positivismo. A evolução da sociedade acarretou a modificação das tutelas requeridas e abriu espaço para o surgimento de novos direitos. Passamos dos direitos fundamentais clássicos, que exigiam uma mera omissão do Estado, para os direitos fundamentais de liberdade e poder que exigem uma atitude positiva por parte do Estado. Acerca da dignidade humana estende-se como um princípio aberto, mas que em uma síntese, podemos dizer se tratar de

reconhecer a todos os seres humanos, pelo simples fato de serem humanos, alguns direitos básicos, justamente os direitos fundamentais. Embora não se trate de unanimidade, a doutrina majoritária concorda que os direitos fundamentais "nascem" da dignidade humana.

A necessidade de se realizar essa analogia acerca dos direitos em estudo neste artigo, se deve ao fato da existência de autores que estimulam conceitos de sinônimos dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. Tais conceitos podem ser diferenciados por razões técnicas centradas em suas características. Tanto os direitos humanos quanto os fundamentais, tem como foco a pessoa humana, como destinatário da sua proteção.

A democracia é encarregada de promover o regime da cultura dos direitos humanos. São cinco os princípios de democracia; a igualdade, solidariedade, a riqueza da diversidade e a força da participação. Sabe-se que a existência de leis não é suficiente para garantir a existência de novas realidades, mas, é fundamental para garantir novas condutas. Por esse motivo, que se torna tão necessário saber da necessidade de políticas, práticas, pessoas e instituições comprometidas com a realização de novas perspectivas políticas quando a técnica é o bem-estar de todos. Pensar e executar a democracia acontecer inteiramente seja, talvez, uma das maiores barreiras enfrentadas pela sociedade moderna. A questão da instituição de uma democracia na qual os processos de participação sejam efetivos, capazes de enfrentar e superar as imensas desigualdades existentes, parece ser eixo da sustentação a agendas mais promissoras e avançadas do ponto de vista da viabilidade e do fortalecimento da relação entre o Estado e a sociedade civil na cidadania ativa. Na gestão pública, o diálogo social com as entidades da sociedade civil e o fortalecimento e consolidação dos espaços de participação social como forma de elaboração e acompanhamento das políticas públicas, sempre reconhecendo a importância das entidades da sociedade civil e respeitando sua representatividade e autonomia.

A participação social assume um papel de destaque na promoção da paz, dos Direitos humanos. Em função da mesma, os cidadãos e profissionais vão se formando representantes da democracia e sujeitos de direitos. É uma vitória que nasce da força participativa, sendo gerada por cadeias de cunho geral, local ou global, devido a isso, características diferentes na atuação de propostas, de execução ou de monitoração das políticas. Sendo assim, é necessário a formação de uma rede que seja capaz de garantir a incidência das situações mencionadas anteriormente.

Uma gama de características jurídicas transformadoras do Direito em geral, uma negativa de exclusividade ao Direito Constitucional, com nome próprio, Neoconstitucionalismo, pode falsamente revelar. Há diversas consequências, um exemplo; a constituição passa a ser o centro do ordenamento e possuir supremacia sobre as demais normas; os precedentes jurisprudenciais ganham bastante relevância; e os princípios são considerados normas. Atualmente, é possível, falar em um momento de constitucionalismo que se caracteriza pela superação da supremacia do Parlamento. Hoje em dia, é marcado pela superioridade da

Constituição, a que se subordinam todos os poderes por ela constituídos, garantida por mecanismos jurisdicionais de controle de constitucionalidade. A Constituição se caracteriza pela absorção de valores morais e políticos, além disso, em um sistema de direitos fundamentais autoaplicáveis. Tudo isso, sem prejuízo de se continuar a afirmar a ideia de que o poder derivado do povo, que se manifesta por seus representantes.

CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi apresentado, foi essencial a sabedoria de diferenciar direitos fundamentais que são delineadores do perfil ético do Direito e definidores da ação estatal em seus diversos setores (executivo, legislativo e judiciário), dos direitos humanos que são como um "referencial ético dos homens", são inerentes a pessoa humana, não necessitam que o legislem, são direitos naturais universais.

Os direitos que hoje são entendidos como humanos e fundamentais e essenciais ao resguardo da dignidade humana estão dispostos no ordenamento jurídico brasileiro de forma "especial". Tais direitos surgiram com escopo de limitar e controlar os abusos de poder do Estado, com o objetivo de assegurar aos cidadãos uma vida mais digna. Infelizmente, alguns desses direitos humanos e fundamentais não são aplicáveis, na maioria das vezes, pela própria inércia do Estado e em outras por falta de regulamentação.

A eficácia desses direitos aqui apresentados, somente terão eficácia se for concretizada sua delimitação, extensão e fundamentação, assim, serem incluídos no conjunto de valores sociais. E só será possível alcançar uma sociedade organizada pela vivência e eficácia dos direitos fundamentais. A ideia apresentada aqui, não é de direitos apenas consagrados na Constituição Federal e sim de direitos que possam ser usufruídos e isso dependerá do comprometimento da sociedade, que deverá fazer sua parte com o intuito de tornar os direitos fundamentais costumes sociais. As principais formas de garantir a efetivação dos direitos fundamentais será a participação pública.

REFERÊNCIAS:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6ª Ed., Coimbra: Almedina, 1995.

CAPPETELLI, Mauro. **O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. Trad. Aroldo Plínio Gonçalves, 2ª Ed., Porto Alegre: Fabris, 1992.

MENDES, Gilmar; MARTINS, Ives. **Controle concentrado de constitucionalidade: comentários à Lei n. 9.868, de 10-11-99**. 2ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2005.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 30ª Ed., São Paulo: Atlas, 2014.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. Salvador: Jus Podivm, 2013.

RODRIGUES, M. et al. **Formação de Conselheiros em Direitos Humanos**. Brasília (DF): Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

SARMENTO, Daniel. **Direitos Fundamentais e Relações Privadas**. 2ª Edição, Rio de Janeiro : Editora Lumen Juris, 2006,.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19ª Edição, São Paulo : Editora Malheiros, 2006.

CAVALCANTI, Themístocles *apud* MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2005

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional de constitucionalidade**. 2ª Ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

MENDES, Gilmar. **Jurisdição Constitucional**. 6ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **Mudança da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria tributária. Segurança jurídica e modulação dos efeitos temporais das decisões judiciais**. 2005.

OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS APLICADOS AO DIREITO DO TRABALHO¹

Ana Paula Stanki Alves, anapstank@gmail.com²

Charles Couto, couto.c@yahoo.com³

Gilvana Aparecida Gonçalves, gilvanacomercial@hotmail.com⁴

Guilherme Henrique De Bastiani Rech, grech48@hotmail.com⁵

Julya Roberta Flexa, julya_roberta@hotmail.com⁶

Maic Sandro Rodrigues, maicsandro32@hotmail.com⁷

Victória Gonçalves Rinaldi, victoria.rinaldi@hotmail.com⁸

Leandro Chiarello, e-mail⁹

Resumo: O presente trabalho abordou as formas de soluções de conflitos no âmbito geral do Direito, bem como na parte específica do Direito do Trabalho. Com apontamentos específicos sobre a negociação, arbitragem, mediação e conciliação, foi possível verificar quais ferramentas são possíveis de se executar nesta esfera atualmente.

Palavras-chave: Direito. Trabalho. Conciliação. Arbitragem. Mediação.

Objetivos

Identificar as formas de solução de conflitos utilizadas no âmbito do Direito do Trabalho, bem como analisar a sua aplicabilidade e resultados.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal dispõe, nos incisos do art. 114, o que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar. Ainda, em sequência, os parágrafos evidenciam que:

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Direito.

² Autora, acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Autor, acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Autora, acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Autor, acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Coautora, acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Coautor, acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁸ Autora, acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁹ Professor orientador curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

No entanto, são buscadas cada vez mais formas de solucionar conflitos de maneira pacificadora, fora do judiciário brasileiro. Algumas das alternativas são negociação, arbitragem, mediação e conciliação, as quais serão descritos a seguir.

Para Ariel de Jesus Silva e Maria Carolina Padovani (2008), a seara trabalhista, como ramo especial do Direito, possui inúmeras peculiaridades em relação à justiça comum. No que tange aos meios alternativos de gestão de conflito, deve-se ressaltar que os institutos da conciliação, mediação e arbitragem, embora também integrem a justiça comum (não existindo nesta a figura específica das comissões de conciliação prévia), possuem especificidades quando aplicados à área trabalhista.

Negociação

Negociação é uma forma de resolução de conflitos em que as partes dialogam diretamente. É uma prática utilizada para solucionar conflitos de naturezas diversas, entre elas questões pessoais, profissionais, políticas, comerciais, diplomáticos, institucionais, gerenciais, jurídicos, trabalhistas, de libertação de reféns, etc.

Existem três tipos básicos de negociação, sendo: distributivas, integrativas e criativas. Em negociações complexas, como as conduzidas em projetos ou contratos de grande porte, é comum que o negociador necessite utilizar as técnicas necessárias para conduzir os três tipos de negociação, simultaneamente.

As negociações distributivas envolvem apenas uma questão, normalmente relacionada à valores. Como exemplo de sua aplicação pode-se citar a compra ou venda de um carro, em que a única questão a ser negociada é o valor do automóvel. As negociações integrativas envolvem diversas questões. Como exemplo de aplicação pode-se citar a mesma compra ou venda de um carro, mas ao invés de negociar apenas o valor do automóvel, negocia-se também o prazo de pagamento, a inclusão de certos acessórios, a data de entrega, etc.

Já na negociação criativa, cada parte revela seus interesses, a partir dos quais busca soluções que sejam capazes de atender a maior quantidade possível de interesses envolvidos. Essa negociação é ideal para encontrar soluções conciliadoras para problemas complexos.

Mediação

A Lei 13.140/2015 descreve o conceito de mediação como sendo uma técnica de negociação na qual um terceiro, indicado ou aceito pelas partes, as ajuda a encontrar uma solução que atenda a ambos os lados.

O artigo 5º da referida lei prevê também que a mediação deve ser orientada pelos princípios da imparcialidade do mediador, igualdade entre as partes, oralidade, informalidade, vontade das partes, busca do senso comum, confidencialidade e boa-fé.

O Código de Processo Civil, em seu artigo 165, faz uma diferenciação entre mediadores e conciliadores judiciais, registrando que o conciliador atua preferencialmente nas ações, nas quais não houver vínculo entre as partes, e pode sugerir soluções, por outro lado, o mediador atua nas ações nas quais as partes possuem vínculos, com objetivo de restabelecer o diálogo e permitir que elas proponham soluções para o caso.

Conciliação

A CLT impõe a tentativa de conciliação trabalhista ao processo do trabalho. No entanto, não determina em que momento exato ela deverá ser proposta.

Apesar disso, estabelece que, aberta a audiência de julgamento, o juiz deverá propor a conciliação. Desse modo, entende-se que a conciliação no processo do trabalho poderá ocorrer até o momento da sentença final.

Apesar da discussão, é consenso que a conciliação evita o desgaste de um processo litigioso. E também evita uma decisão proferida por terceiro não interessado (o juiz), que pode não atender aos interesses de qualquer das partes.

A CLT torna obrigatória a proposta de conciliação em dois momentos processuais - após a abertura da audiência de instrução e julgamento (art. 846) e depois de aduzidas as razões finais pelas partes (art. 850), sendo certo que a sua omissão pode gerar a nulidade do julgamento.³

O termo de conciliação lavrado perante aquelas comissões tem natureza de título executivo extrajudicial com eficácia liberatória geral, conforme se depreende do art. 876 da CLT. Porém, a conciliação celebrada perante as comissões de conciliação não tem efeito de decisão irrecorrível, como acontece com os acordos homologados pela Justiça do Trabalho. Por isso, pode ser desconstituída mediante ação anulatória do ato jurídico, de acordo com o art. 486 do CPC.

A conciliação trabalhista não é um meio de renunciar aos direitos trabalhistas, mas um meio de resolver os litígios.

Conforme lecionam os Art. 846 e 850, da CLT:

“Art. 846 - Aberta a audiência, o juiz ou presidente proferirá a conciliação.”

“Art. 850 - Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão”.

Arbitragem

A lei da arbitragem é uma forma extrajudicial de solução de conflitos não obrigatória e usa como característica principal uma terceira pessoa que opera sendo um juiz privado, o árbitro, que atuará expondo o direito nas causas levadas ao seu arbitrio.

As partes interessadas podem submeter-se a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória arbitral (art. 3º da Lei nº 9.307/96).

Na atualidade, também houve uma transformação no mercado e nas formas de produção, impactando diretamente nas relações de trabalho. Novas tecnologias trouxeram reestruturação do processo produtivo, com maior dispersão da cadeia que envolve o resultado final desta, afastando-se dos modelos básicos. Diante disto temos a interferência estatal, tentando tornar o mercado mais fluído e dinâmico, inclusive com forte atuação do legislativo na produção de leis que projetem a flexibilização de direitos trabalhistas, visando a necessidade de proteção integral do trabalhador e sua natural hipossuficiência face aos empregadores.

Atualmente o Sistema Judiciário Brasileiro tem um alto número de casos o que resulta na demora da resolução de conflitos, isto é resultado do grande número de conflitos que vem das relações de convívio social no ambiente de trabalho, os tribunais que tratam desse assunto estão cada vez mais carregados de processos, surgindo assim a procura de formas extrajudiciais de solução de conflitos e encontra-se na arbitragem

uma alternativa de tentar esclarecer ou, ao menos, minimizar tal desordem na Justiça do Trabalho.

Vê-se a Súmula nº 259 do TST: “Só por ação rescisória é impugnável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da CLT.”

Para Cavalcante e Jorge Neto (2016, p. 575) O entendimento predominante da Justiça do Trabalho era de não admitir a arbitragem para conflitos individuais, pois se tratava de um direito indisponível, e consideravam viciadas as cláusulas arbitrais celebradas no momento da contratação do empregado ou na vigência do contrato de trabalho. Porém, de acordo com a Lei 13.467/2017 a arbitragem passou a ser admitida, cito artigo 507-A da CLT.

“Art. 507-A. Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).”

METODOLOGIA

A realização do presente trabalho se deu através de pesquisas bibliográficas, artigos de lei, jurisprudências atuais e demais informações obtidas por meio de diálogos sobre experiências dos autores, tudo sob as Normas dos Trabalhos Acadêmicos da UNIARP e regulamento do SEDEPEX.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez que o objetivo principal do presente estudo era identificar as formas de solução de conflitos utilizadas no âmbito do Direito do Trabalho, o resultado alcançado foi de grande valia. Pois, em análise as informações, é cristalina a existência de diversas ferramentas utilizadas com a finalidade de solucionar conflitos. Isso enseja, não somente na resolução pacífica entre as partes, mas também no nível de demanda sobre o sobrecarregado Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.

COSTA. Paulo Roberto Sifuentes. A conciliação no processo do trabalho. P.1. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/conciliarConteudoTextual/anexo/A_conciliacao_no_processo_do_trabalho.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

JESUS SILVA, Ariel. PADOVANI, Maria Carolina. Gestão de Conflitos Trabalhistas soluções e problemas por trás dos métodos alternativos de resolução de demandas. CIPPUS. Canoas, v. 6, n. 1, 2018. Disponível em:

<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/cippus>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MALLET, Estevão. A arbitragem no Direito do Trabalho. Núcleo de Comunicação AASP. 31 jul. 2019. Disponível em: <https://www.aasp.org.br/em-pauta/artigo-a-arbitragem-no-direito-do-trabalho/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Mediação x Conciliação x Arbitragem. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 2018. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/mediacao-x-conciliacao-x-arbitragem#:~:text=Apesar%20de%20serem%20m%C3%A9todos%20muito,partes%20e%20pode%20sugerir%20solu%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 20 nov. 2020.

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER ¹

Larissa da Silva Farias, fariaslarissa770@gmail.com²

Luana da Silva Maiberg, luanamaiberggg@gmail.com³

Paulo Ricardo Fernandes Furtado, ricardoffurtado19@gmail.com⁴

Tamara dos Santos Ribeiro, dossantosribeirotamara22@gmail.com⁵

Pedro Paulo Baruffi, Pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁶

Resumo: O presente trabalho aborda a questão de como combater a violência contra as mulheres para que não sejam mais violentadas e possam ter o mínimo de respeito que merecem, sendo cuidadas, protegidas e amadas. O trabalho irá auxiliar mulheres que sofrem algum tipo de violência, sendo violência física, psicológica, sexual entre outras. Resumidamente será tratado sobre como denunciar o seu agressor, pois a maioria das mulheres tem medo, pelo fato que serão mais violentadas ainda a partir do momento que denunciarem seu agressor, mas como tem muitos serviços de proteção, é possível denunciar agressões e receber proteção do Estado, mesmo nesse período emergencial de saúde provocada pelo novo coronavírus.

Palavras-chave: Combate. Violência. Mulher.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda questões sobre a violência contra a mulher e a gravidade desse problema de saúde pública e dos direitos humanos, a violência doméstica pode acontecer de várias formas, como violência física, sexual é psicológica, também na maioria dos casos a violência é cometida por seus próprios cônjuge.

Gradualmente, este se tornou um tema do campo dos Direitos Humanos e da Saúde Pública. Partimos da Declaração Universal dos Direitos dos Homens para, em seguida, discutirmos sua importância para o campo dos Direitos Humanos e analisarmos a polêmica entre direitos humanos versus direitos das mulheres. Posteriormente, apresentamos as diversas convenções e tratados internacionais de proteção dos direitos das mulheres e sua importância para a conscientização da Saúde Pública, com relação ao fenômeno da violência. Inicialmente abordada como "causas externas" de morbidade e mortalidade, devido à grande incidência e aos elevados prejuízos sociais, econômicos e de saúde (física e psicológica), atualmente a violência é reconhecida como um campo específico e urgente de intervenção sob a perspectiva da Saúde Pública. De modo particular, a violência praticada contra as

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de direito).

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor, Mestre do Curso de Direito da UNIARP.

mulheres é um problema de proporções mundiais, que atinge pessoas de todas as classes sociais, religiões e etnias. Afirmamos que, a partir da inclusão da violência contra as mulheres na arena dos direitos humanos e da Saúde Pública, começaram a ocorrer transformações mais efetivas nas políticas legais de muitos países, como a criação de programas de intervenção e outros suportes. Por fim, apresentamos a situação do Brasil com relação à igualdade de gênero (NOGUEIRA, Conceição 2008).

Osterne (2005) distingue a violência doméstica contra as mulheres da violência contra as mulheres perpetrada por parceiro íntimo ou a mais conhecida violência conjugal, afirmando que violência doméstica contra a mulher é qualquer ação ou conduta que cause morte, constrangimento, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou simbólico à mulher, no âmbito doméstico, ou seja, em seu espaço domiciliar. Violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo se refere a toda forma de manifestação de agressividade, ou seja, em sua versão física, sexual, psicológica ou moral, provocada por um cônjuge, companheiro, amante, namorado ou qualquer parceiro íntimo, mas comumente ocorrendo, embora não necessariamente, no espaço privado do domicílio (Osterne p. 58)

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher não é resultado de eventos inexplicáveis ou de condutas desviantes ou patológicas, mas constitui práticas aprendidas, produto de uma organização social fundamentada na desigualdade. Nesse sentido, ela resulta de relações desiguais de poder e é exercida pelos que se apossam do direito de intimidar e controlar. Dentro da família, as desigualdades produzidas por gênero e idade são as principais determinantes das relações violentas que nela se constituem, mostrando a face adultocêntrica e misógina do poder (SAFFIOTTI, 1999; SAGOT, 2000; SCOTT, 1990).

O movimento feminista vem denunciando a violência contra a mulher há mais de 20 anos. D'Oliveira & Schraiber (1999) afirmam que a violência contra a mulher refere-se a situações tão diversas como a violência física, sexual e psicológica cometidas por parceiros íntimos, o estupro, o abuso sexual de meninas, o assédio de mulheres, o turismo sexual, a violência étnica e racial, a violência cometida pelo Estado, por ação ou omissão, a mutilação genital feminina, a violência e os assassinatos ligados ao dote, o estupro em massa nas guerras e conflitos armados. Segundo as autoras, a temática em questão também pode ser vista da perspectiva de gênero, referindo-se assim "sofrimentos e agressões dirigidos especificamente às mulheres pelo fato de serem mulheres" (SCHRAIBER & D'OLIVEIRA, 1999, p. 14).

Desde a década de 1970, as organizações de mulheres vêm denunciando a violência de gênero como um grave problema que afeta a saúde física e mental das mulheres, comprometendo severamente o seu desenvolvimento integral, embora tenham passado muitos anos até que a violência de gênero fosse reconhecida como um fenômeno substantivo na agenda pública dos organismos internacionais. O termo 'gênero' começou a ser utilizado pelas feministas para traduzir a forma como a cultura se apropria do sexo biológico (SAFFIOTTI, 1999). A perspectiva de gênero mudou a visão da violência do enfoque da vitimização para o enfoque relacional, que considera as relações entre homens e mulheres. Assim, segundo Tavares (2000), as relações sociais violentas e as relações violentas estabelecidas entre homens e

mulheres, seriam vistas a partir das diferenças culturais e não das especificidades biológicas atribuídas aos sexos masculino e feminino.

Minayo et al. (2003) afirmam que a abordagem de gênero consolidou-se, de maneira progressiva, como modelo explicativo hegemônico para a ocorrência da violência contra a mulher. Com isso, a violência sofrida pela mulher é compreendida como uma violência ligada ao gênero (D'OLIVEIRA & SCHRAIBER, 1999), estruturada por um 'padrão de relações sexuais hierárquico' (MENEGHEL et al., 2000), no qual as mulheres sofrem violência pelo fato de serem mulheres (D'OLIVEIRA & SCHRAIBER, 1999).

Corrêa (2000), afirma que isso configuraria um reflexo da manutenção de desigualdades e hierarquias existentes para garantir a obediência e a subalternidade de um sexo sobre o outro, expressando um 'sistema social de gênero desigual e injusto' (KANTORSKI et al., 1997).

A natureza do evento, que ocorre na intimidade do lar e das relações familiares, cercado por preconceito e vergonha, é uma dificuldade adicional, que frequentemente resulta em subnotificação de sua ocorrência. Contudo, essas dificuldades não podem servir como desestímulo para a realização de estudos; ao contrário, devem ser consideradas no delineamento dos mesmos, buscando minimizar os potenciais vieses e possibilitar a comparabilidade entre diferentes estudos.

"A Lei Maria da Penha teve impacto positivo na redução de assassinatos de mulheres, em decorrência de violência doméstica, diz o estudo Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha, divulgado hoje (4) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com o instituto, a lei fez diminuir em cerca de 10% a projeção anterior de aumento da taxa de homicídios domésticos, desde 2006, quando entrou em vigor. "Isto implica dizer que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no país", diz o estudo.

Enquanto a taxa de homicídios de homens, ocorridos em casa, continuou aumentando, a de mulheres permaneceu praticamente no mesmo patamar. "Aparentemente, a Lei Maria da Penha teve papel importante para coibir a violência de gênero, uma vez que a violência generalizada na sociedade estava aumentando. Ou seja, num cenário em que não existisse a Lei Maria da Penha, possivelmente as taxas de homicídios de mulheres nas residências aumentariam (CAMPOS, Ana Cristina, 2006).

Aparentemente, a Lei Maria da Penha teve papel importante para coibir a violência de gênero, uma vez que a violência generalizada na sociedade estava aumentando. Ou seja, num cenário em que não existisse a Lei Maria da Penha, possivelmente as taxas de homicídios de mulheres nas residências aumentariam, pois ela protege mulheres em situação de violência, salva vidas, pune os agressores, fortalece a autonomia das mulheres, educa a sociedade, cria meios de assistência e atendimento humanizado, além de agregar à política pública, valores de direitos humanos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo aprofundar o conhecimento ao tema proposto, e contribuir para o estudo, foi utilizado de métodos de pesquisas em livros, artigos científicos e legislações referente ao tema, a pesquisa permite ao investigador uma gama de fenômenos mais amplo do que se pesquisasse diretamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a elaboração desse trabalho foi possível compreender que mesmo o Brasil tendo em vigor Lei Maria da Penha, uma das mais recentes leis do mundo que visa coibir a violência contra a mulher, o problema ainda existe e não foi totalmente resolvido. A incidência de violência é alta e dois terços das mulheres sofrem ou sofreram alguma forma de crueldade, infelizmente é uma realidade que esta longe de acabar pois a sociedade designa às mulheres um lugar de submissão e menor poder em relação aos homens (Chakian, 2016).

Uma pesquisa realizada na área da saúde aponta que as principais consequências das mulheres que sofrem com a violência são: “sentimentos de aniquilação, tristeza, desânimo, solidão, estresse, baixa autoestima, incapacidade, impotência, ódio e inutilidade”. Entre as doenças que são desenvolvidas, estão: obesidade, síndrome do pânico, gastrite, doenças inflamatórias e imunológicas, mutilações, fraturas e lesões. portanto as mulheres que sofrem violência são mais propensas a necessitar de serviços de saúde, e, em caso de danos permanentes à integridade física e à saúde mental, elas necessitam de tratamento continuado, desta forma sobrecarregando os sistemas de saúde, causando danos para o país. Sendo assim, as consequências da violência contra a mulher são multidimensionais e afetam desde a esfera familiar até o mercado de trabalho e a saúde pública (REZENDE, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher é um problema global e de saúde pública, que atinge todas as classes sociais e diferentes níveis de cultura, educação, religião etc. Hoje, infelizmente as mulheres ainda vivem em condições que não as favorecem, embora tenham adquirido direitos suficientes, ainda são consideradas como propriedades de seus parceiros. Embora o número de iniciativas implementadas tenha aumentado e o tema tenha chamado a atenção, essas informações necessitam de mais visibilidade e transparência. (Telma Sobolh, 2020).

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de e NOGUEIRA. Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saude soc.** [online]. 2008, vol.17, n.3 [citado 2020-11-21], pp.101-112. . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300011&lng=pt&nrm=iso>

CAMPOS, Ana Cristina, 2006, "n.p". "Lei Maria da Penha"; **IPEA**. Disponível em: https://istoe.com.br/407496_LEI+MARIA+DA+PENHA+REDUZIU+VIOLENCIA+DO+MESTICA+CONTRA+MULHERES+SEGUNDO+IPEA/

CORRÊA, M. S. M. Vivência de mulheres em condições de violência conjugal, 2000. Dissertação de Mestrado. Salvador: Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. & SCHRAIBER, L. B. Violência de Gênero, saúde reprodutiva e serviços. In: GIFFIN, K. & COSTA, S. H., Questões da saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 337-355.

SCHRAIBER, L. B. & D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 3 (5): 11- 26, 1999.

MENEGHEL, S. N.; CAMARGO, M.; FASOLO, L. e cols. **Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 16 (3): 747-757, 200

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Violência sob o Olhar da Saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

Osterne, M. S. F. (2005, "p.58"). **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina: análise das ocorrências na Delegacia de Defesa da Mulher em Fortaleza**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

REZENDE, Milka de Oliveira. "Violência contra a mulher"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-contra-a-mulher.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2020.

SAFFIOTTI, H. Gênero e Patriarcado. **PUC-SP**. 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22. 1990.

TAVARES, D. M. C. Violência doméstica: uma questão de saúde pública, 2000. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

DIREITOS DO CONSUMIDOR - REVISÃO DE OFÍCIO DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS¹

Alana Letícia Bonetti²
Marcos Vinícius Blanco Miguel³
Gedson Pagnussatt⁴

Resumo: Representando uma mitigação à força vinculatória dos contratos, o artigo 51, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece um rol meramente exemplificativo de cláusulas consideradas abusivas pelo ordenamento pátrio em contratos de consumo. De acordo com o artigo 51, do CDC as cláusulas abusivas em contratos de consumo serão nulas de pleno direito. Destaque-se, contudo, que, conforme inteligência do parágrafo 2º, do referido artigo, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida por completo o contrato. A exceção, contudo, ocorre quando inexistir contrato e, apesar dos esforços de integração da cláusula invalidada, decorrer ônus excessivo para qualquer das partes. Vale ressaltar que há doutrinadores que possuem entendimento no sentido de que as cláusulas abusivas poderiam ser reconhecidas inclusive de ofício pelo Poder Judiciário, por envolver matéria de ordem pública, visto que se trata de matéria de ordem pública. Contudo, em que pese forte crítica doutrinária, o Superior Tribunal de Justiça exclusivamente quanto aos contratos bancários concluiu que não é dado ao Poder Judiciário conhecer de ofício a abusividade de cláusulas. Trata-se do que está estipulado na Súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Palavras-chave: Cláusulas Abusivas. Ônus Excessivo. Reconhecimento de Ofício. Ordem Pública. Superior Tribunal de Justiça.

INTRODUÇÃO

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/90, surgiu no ordenamento jurídico nacional como a concretização do direito fundamental previsto no art. 5º, inc. XXXII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a promoção dos direitos do consumidor pelo Estado.

Esta legislação, entre as mais diversas formas de direitos e garantias concedidos à parte vulnerável da relação de consumo, contém regulamentação sobre os contratos de consumo, com evidente destaque para o tratamento das cláusulas abusivas.

Antes do Código de Defesa do Consumidor, a legislação brasileira desconhecia o instituto das cláusulas abusivas, sendo o ato civil seu conceito mais próximo, mas sem identidade plena. Porém, após o seu surgimento, a proteção ao consumidor contra cláusulas abusivas tornou-se um dos instrumentos mais contundentes do Código e, conseqüentemente, teve ampla aplicação nas demandas que contribuem para o Judiciário.

Dessa forma, passaremos à análise do objeto do projeto em questão.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador, disciplina de Direito do Consumidor, da 8ª fase do curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Especialista, Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS

Cumpra mencionar inicialmente que desde sua denominação mais comum, Código de Defesa do Consumidor (CDC), e já na norma positivada em seu primeiro artigo, a Lei nº 8.078/90, faz transparecer seu caráter protetivo (PEREIRA, 2013).

Nesse sentido, vale ressaltar que a Constituição faz referência, à defesa do consumidor em seu art. 170, V, oportunidade em que arrola os princípios gerais da atividade econômica, bem como em seu art. 48 de suas Disposições Transitórias, do que se detrai a preocupação do legislador constitucional em estabelecer um novo patamar às relações de consumo pós 1988 (PEREIRA, 2013).

Por sua vez, o Código de Defesa do Consumidor, com a configuração dada pelas normas constitucionais, não se trata propriamente de um código do consumo, que identifica objetivamente um tipo de relação jurídica presente na sociedade e busca regulá-las (PEREIRA, 2013).

E sim, trata-se de um código que dissecou subjetivamente a relação jurídica e identificou a figura do consumidor como merecedor de proteção, passando a regular a relação de consumo a partir da ideia de defesa do sujeito “consumidor” (PEREIRA, 2013).

Nesse sentido, Marques e Turkienicz afirmam o seguinte:

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro não é um Código de 'consumo', como a consolidação legal francesa denominada Code de la Consommation, nem é uma lei geral sobre contratos de adesão comerciais e civis concentrada no método do uso das cláusulas contratuais gerais, como a lei alemã de 1976 (MARQUES, et al, 2000, p. 236).

Ainda, houve, por parte do legislador constitucional, atenção a uma das características do sujeito de direitos consumidor quando diante de uma relação de consumo: a sua vulnerabilidade (art. 4º, I do Código de Defesa do Consumidor).

Além disso, observe-se o art. 6º, IV, do CDC:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e **cláusulas abusivas** ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

No que concerne às cláusulas abusivas, pontua Pereira:

A proteção contra cláusulas abusivas é prevista no artigo ao lado da proteção contra a publicidade enganosa e abusiva (art. 36 e seguintes do CDC) e das práticas abusivas (art. 39 e seguintes do CDC), e diz respeito ao capítulo da proteção contratual, cuja regulação no CDC encontra-se a partir de seu artigo 46, mas com ênfase na seção específica contida nos arts. 51 a 53 do referido Código. E, pelo que se denota da escolha do legislador brasileiro, antes da indicação do que se entende 2 Art. 5º, inc. XXXII; art. 170, V; art. 48 da ADCT. 12 por cláusula abusiva, houve a determinação de quais são os seus efeitos – nulidade de pleno direito – com a descrição de um rol exemplificativo de cláusulas de forma casuística (incisos I a III e VI a XVI do art. 51 do CDC), além da indicação de uma cláusula geral prevista no inciso IV do referido

artigo 51, somado ao conteúdo de seu parágrafo primeiro. Assim, antes de propriamente estabelecermos uma diferença de tratamento jurídico-interpretativo para as cláusulas abusivas previstas em normas casuísticas e as decorrentes de cláusula geral, é necessário que entendamos o que torna uma cláusula abusiva e, por corolário legal, nula de pleno direito (PEREIRA, 2013, p. 11-12).

DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO DE OFÍCIO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS

Uma vez definido pela doutrina o significado da expressão “nulidade de pleno direito” previsto no *caput* do art. 51 do Código de Defesa do Consumidor pela identificação com nulidade absoluta do direito civil, predominou o entendimento doutrinário acerca da possibilidade do conhecimento de ofício da abusividade das cláusulas nos contratos de consumo.

Sobre o tema, esclarece Pereira:

Este movimento, diga-se de passagem, teve origem, ainda na própria inovação legislativa nascida com o advento do CDC no ano de 1990. Até então os contratos em geral eram regidos pelas tradicionais normas do direito civil, em especial porque àquele tempo vigia o Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/16). Neste contexto, portanto, ainda possuía força predominante na interpretação dos contratos o princípio régio acerca da imutabilidade das avenças, o *pacta sunt servanda* (PEREIRA, 2013, p. 16).

Além disso, de acordo com Miguel Lopes, tornou-se evidente com o advento do Código Napoleônico, que equiparou o contrato à lei quanto à sua força obrigatória, trazendo até os tempos atuais a noção de que “o contrato faz lei entre as partes”.

Contudo, a doutrina e a jurisprudência iniciaram um movimento de identificação de novos princípios para o direito em geral, em especial para o direito das obrigações, tais como a função social do contrato e a boa-fé objetiva (Pereira, 2013).

Dessa forma, o CDC surge como um instrumento de concretização da boa-fé e da função social do contrato, ainda que não mencionando este último expressamente na legislação, como acabou sendo feito mais de uma década depois pelo Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/02), em seus artigos 421 e 422 (Pereira, 2013).

Nesse novo contexto jurídico e social, a relativização do princípio do *pacta sunt servanda*, em nome de princípios tão caros como a boa-fé e a função social do contrato, aliado ao preceito do artigo 51, *caput*, do CDC que prescreve nulidade absoluta às cláusulas abusivas, bem como ao fato de o Código revestir-se do caráter de norma de ordem pública, nos termos do art. 1º, do CDC, os intérpretes e aplicadores do direito reconheceram sem maiores questionamentos a possibilidade de conhecimento de ofício da abusividade das cláusulas em contratos de consumo, visto que se trata de matéria de ordem pública (Pereira, 2013).

Nesse sentido, Bruno Miragem disciplina que:

A norma do art. 51 do CDC determina, para os contratos de consumo, espécies de conformação da autonomia negocial do consumidor, restringindo a validade jurídica de suas declarações em face do caráter de ordem pública que possui o CDC, justamente para tornar inafastáveis suas normas de proteção, ainda que por acordo entre as partes (MIRAGEM, 2009, p.45-48).

Por outro lado, apesar de forte crítica doutrinária, o Superior Tribunal de Justiça, exclusivamente quanto aos contratos bancários, firmou entendimento no

sentido de que não é dado ao Poder Judiciário conhecer de ofício a abusividade de cláusulas. Observa-se:

Súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

METODOLOGIA

No que concerne a metodologia, a pesquisa foi de natureza básica, pois não se teve a intenção de aplicar as reflexões feitas, mas sim de apenas torná-las possíveis. Além disso, utilizou-se o método descritivo visando o estabelecimento das relações existentes entre a temática proposta.

Por fim, o procedimento técnico deu-se de forma bibliográfica, onde através do embasamento teórico tido por meio de alguns pensadores conceituados tornou-se possível a realização das reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise do presente projeto fez-se possível verificar que o art. 51, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece um rol meramente exemplificativo de cláusulas que podem vir a ser consideradas como sendo abusivas pelo nosso ordenamento jurídico pátrio em contratos de consumo.

Assim sendo, faz-se importante destacar que nos moldes do referido artigo as cláusulas abusivas em contratos de consumo serão consideradas nulas de pleno direito, contudo, há que se salientar que a nulidade de uma cláusula abusiva não invalidará o contrato em questão por completo.

Entretanto, existe exceção nos casos em que houver inexistência de contrato, e, apesar dos esforços de integração da cláusula invalidada, decorrer ônus excessivo para qualquer das partes.

Por fim, ressalte-se que de acordo com os entendimentos do Superior Tribunal de Justiça quanto aos contratos bancários, exclusivamente, não é dado ao Poder Judiciário conhecer de ofício a abusividade de cláusulas, nos moldes da Súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por fim, conclui-se que o principal tema objetivado neste relatório fora devidamente demonstrado, auxiliando conseqüentemente, na construção acadêmica, profissional, e também, na construção do ser humano, diante de colocação de diferentes desafios que foram impostos para a formação acadêmica dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em www.planalto.gov.br

BRASIL, **Lei nº 8.078 de 11 setembro de 1990**, que instituiu o **Código de Defesa do Consumidor**. Acesso em www.planalto.gov.br

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil: fontes das obrigações: contratos**. v.3. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

MACIEL, Igor. **Direito do Consumidor p/ TJ-PR (Juiz Substituto) - Pós-Edital – Aula 02 – Proteção Contratual do CDC.** Estratégia Concursos. Disponível em <https://www.estrategiaconcursos.com.br>.

MARQUES, Cláudia Lima e TURKIENICZ, Eduardo. **Caso Teka Vs. Aiglon: em defesa da teoria finalista de interpretação do art. 2º do CDC.** Revista de direito do consumidor, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 36, out-dez 2000. p. 221-240.

MIRAGEM, Bruno. **Nulidade das cláusulas abusivas nos contratos de consumo: entre o passado e o futuro do direito do consumidor brasileiro.** Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, n. 72, 2009.

PEREIRA, Daniel Neves. **A (im)possibilidade de conhecimento de ofício da abusividade das cláusulas contratuais após o advento da súmula nº 381 do STJ.** Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/156542>.

VIOÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: A RELAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA E A QUEBRA DO CICLO VICIOSO¹

Camila de Almeida, kobercamila8@gmail.com²
Fátima Rosemari da Silva Ledux, fatimarosemari30@gmail.com³
Hadassa Marques de Lima, hadassa.delima.hdl@gmail.com⁴
Ilton Jeferson de Campos, camposilton57@gmail.com⁵
Luiza Marieli Fragoso, luizamfragoso@gmail.com⁶
Pedro Paulo Baruffi, pedrobaruffi@uniarp.edu.br⁷

RESUMO

O presente artigo visa a discussão acerca da violência doméstica contra a mulher e o ciclo vicioso da violência, buscando destacar e explanar alguns dos motivos que levam as mulheres a permanecerem em um relacionamento agressivo, bem como apontar que a relação da idade e do rompimento do ciclo de violência doméstica se dá, na maioria dos casos, entre a faixa etária dos 40 à 60 anos, onde as mulheres mais maduras tendem a romper definitivamente com o ciclo vicioso e dar seguimento com a denúncia de seus agressores.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Quebra do ciclo vicioso. Faixa etária. Denúncia.

INTRODUÇÃO

Apesar das lutas e direitos conquistados através dos séculos no que tange ao direito da proteção às mulheres, sabe-se que ainda há muito o que se buscar, pois muitas ainda levam uma vida de opressão, violentadas por seus cônjuges. Assim sendo, o artigo busca tratar do tema violência doméstica contra a mulher dentro do relacionamento conjugal, respondendo quais os fatores que levam as mesmas após determinada idade a romper com esse ciclo criminoso, bem como os motivos que ainda as fazem permanecer no relacionamento. Desta forma, busca-se entender a relação abusiva e os porquês da vítima manter o ciclo vicioso, bem como discorrer acerca da relação da faixa etária na quebra desse ciclo.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor orientador do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

CULTURA PATRIARCAL

Há cerca de dois milhões de anos, quando a espécie humana começou a habitar o planeta, as sociedades tinham como cultura a coleta e a caça de pequenos animais. Naquele tempo, não havia necessidade de força física para a sobrevivência e as mulheres possuíam um lugar central porque eram consideradas seres sagrados, capazes de dar a vida, ajudar na fertilidade da terra e dos animais. O masculino eo feminino governavam juntos. Havia divisão de trabalho entre os sexos, mas não desigualdade. (BALBINOTTI, 2018)

Enquanto as sociedades eram de coleta, as mulheres ocupavam um papel primordial para viabilizar a sobrevivência da espécie em condições hostis. Não havia coerção ou centralização, mas um rodízio de lideranças entre homens e mulheres (MURARO, 2015).

Segundo Stearns (2007, p. 31), “[...] o deslocamento da caça e da coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres”. As sociedades, então, se tornam patriarcais, baseadas na supremacia do homem nas relações sociais. (BALBINOTTI, 2018).

O CICLO VICIOSO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A teoria do ciclo de violência é enunciada pela psicóloga americana e feminista Lenore Walker, para explicar como acontece a dinâmica da violência nas relações conjugais, as dificuldades das mulheres para romper com essa relação violenta e como essa violência é produzida e reproduzida (ROCHA, 2007).

Segundo Walker, o ciclo de violência é constituído de três fases: 1) a construção da tensão no relacionamento: caracterizada pelos xingamentos, injúrias, ameaças, insultos, humilhação, provocações mútuas; 2) a explosão da violência – descontrole e destruição: o agressor passa a agredir fisicamente a vítima; 3) a lua-de-mel – arrependimento do(a) agressor(a): o agressor se arrepende do que fez, diz que ama, pede desculpa, diz que não vai mais agredi-la, as promessas são mútuas, ocorrendo assim, uma idealização do parceiro e a negação da vivência de violência (SOARES, 2005).

Em meio a esse ambiente hostil e de difícil rompimento, a maioria dos casos resultam na morte da vítima, seja por suicídio ou, em grande parte, no feminicídio praticado pelo agressor como resultado do caráter progressivo do ciclo da violência. Porém, há também casos em que a vítima, não conseguindo se defender no momento da violência sofrida, age contra o agressor posteriormente, na tentativa de evitar uma nova agressão e, assim, romper de vez com o cenário violador (MONTEIRO, COUTINHO, 2020).

DANOS PSICOLÓGICOS DAS VÍTIMAS

Além das lesões físicas, o impacto da violência também inclui danos psicológicos. No campo emocional, no autoconhecimento e na interação social, a

vítima acabará por sofrer de doenças psicológicas e psicossomáticas. Algumas dessas doenças podem desenvolver consequências duradouras e cada qual com uma sequência de impactos na vida da vítima. Esses danos podem durar até que a vítima possa receber acompanhamento e tratamento adequado.

Entre os danos psicológicos estão a depressão, ansiedade, perda da identidade pessoal, isolamento social, insônia, síndrome do pânico, de personalidade, TEPT, abuso de drogas e bebidas, problemas de concentração, medo constante, falta de confiança, entre outros. Pessoas que sofrem violência ainda possuem maior tendência de suicídio, ou podem vir a se tornar um agressor no futuro, entre muitos outros problemas.

Apesar de parecer óbvio, nem sempre a vítima compreende o que está passando e a extensão disso, em grande parte dos casos a vítima demora para perceber que está sendo agredida, pois acha que aquilo é uma forma de cuidado, ou que fez algo errado ou ainda que aqueles atos são direitos do companheiro, e nem sempre a vítima está preparada para lidar com o fato de estar sendo agredidas.

AS DIFICULDADES EM PROCURAR AJUDA

As mulheres que são agredidas muitas vezes se sentem culpadas, impotentes e o discurso é sempre o mesmo “ele é um bom homem quando está bem”. Muitas acreditam que ser agredida é normal, que é o preço a ser pago por estarem com o homem que amam (PETROCEFSKY, 2019).

No entanto, as mulheres têm dificuldade em pedir ajuda, pois se prendem a essa vivência por tantos motivos que as mesmas acreditam ser uma justificativa, explicação, seja por causa dos filhos, por medo do abandono, medo da ausência do pai na vida dos filhos, medo de perder a guarda dos filhos, muitas não têm como se sustentar, não conseguem se manter sozinhas, pois dependem financeiramente do companheiro, elas sentem medo de enfrentar a vida sozinhas (NAKASHIMA, 2011).

E por essas e tantas outras desculpas, seguem suas vidas ao lado do agressor, com a esperança de que um dia ele mude. Muitas têm pena do agressor, pois pensam que eles também são vítimas do álcool das drogas, algumas relatam “ele só faz isso quando está bêbado ou drogado” (LEÔNCIO, 2008).

METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste projeto propõe uma integração dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e de campo. A partir dos levantamentos realizados, adquiriu-se conhecimento acerca do caso.

“Pesquisa bibliográfica é fundamentada nos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia; sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa.” (PÁDUA, 2004).

Segundo Gonsalves (2001, p.67): “Pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada, ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. A revisão narrativa possibilita a análise da literatura publicada, proporcionando respostas qualitativas para questões específicas e a metodologia permite a reprodução dos dados.

As buscas de artigos foram realizadas nas bases de dados da Policia Militar SC, Scielo, PubMed, MedLine, CAPES/MEC, utilizando os descritores: Maria da Penha, Violência Doméstica, Patriarcalismo, Violência Doméstica, Agressões Físicas contra Mulher, Violência Sexual, realizada no mês de agosto de 2020, foram considerados os artigos publicados no período de 2009 a 2020, e o limite da idade da população de 18 a 63 anos.

Neste estudo, foram realizados levantamentos estatísticos da Rede Catarina de Proteção a mulher da cidade de Caçador/SC, onde utilizou-se, mais especificamente, dos dados das vítimas que solicitaram a medida protetiva de urgência.

A pesquisa qualitativa e de campo possibilitaram, a partir de dados estatísticos, a observação de que entre os meses de junho e agosto de 2020, das 28 mulheres que solicitaram a medida protetiva de urgência, a idade predominante foi de 41 à 60 anos, apresentando uma porcentagem de 45,83% com relação às demais mulheres das faixas de 18 à 30 anos, que apresentaram porcentagem de 37,50%.

Desta forma, grande parte das vítimas tardam a romper com o ciclo da violência por depender financeiramente do marido, bem como os filhos são pequenos. Outro fator analisado foi a esperança do marido mudar as atitudes e se mostrar um homem exemplar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que grande parte das vítimas costumam tardar em romper definitivamente com o ciclo da violência. Tal fenômeno ocorre, em grande parte, porque mulheres de faixa etária superior (entre 40 e 60 anos) possuem uma maturidade maior para lidar com mudanças em suas vidas, e após vivenciarem a mesma situação degradante por anos, essas mulheres sentem-se desencorajadas e deixam de acreditar nas falsas promessas de mudança do cônjuge agressor. Há um momento em que estas não se vêem tão dependentes do violentador: os filhos crescem, saem de casa, não mais dependem da renda familiar... desta maneira, as mulheres que sofreram por anos não se encontram mais em uma situação sem saída, não mais sentem-se capazes de persistir no ciclo. Dá-se, então, a procedência definitiva com as denúncias.

REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, Izabele. **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO EXPRESSÃO DO PATRIARCADO E DO MACHISMO**. Revista da Esmesc, v.25, n.31, p. 239-264, 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/download/191/165>. acesso em: 03. Nov. 2020.

SANTOS, Ariane Gomes dos; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. **Domínios dos transtornos mentais comuns em mulheres que relatam violência por parceiro íntimo**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Revista Latino-Americana de Enfermagem, ano 2018, v. 26, 29 nov. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692018000100385&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 22 ago. 2020.

LEÔNCIO, K. L et al. **O perfil das mulheres vitimizadas e seus agressores**. Revista de Enfermagem UERJ, v. 16, n. 3, p. 307-312, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/285959039/O-Perfil-de-Mulheres-Vitimizadas-e-de-Seus-Agressores>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MONTEIRO, Izabelle Pontes Ramalho Wanderley. COUTINHO, Ana Luisa Celino. **Maternidade e direito** [livro eletrônico] Organizadora Ezilda Melo. – 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2020.

MURARO, Rose Marie. Introdução. In: KRAEMER, Heinrich; SPRENGE, James. **O martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

NAKASHIMA, Cáren. **Mulheres agredidas que continuam com seus parceiros são movidas por amor ou medo**. Colaboração para o UOL, 2011. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2011/07/26/mulheres-agredidas-que-continuam-com-seus-parceiros-sao-movidas-por-amor-ou-medo.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PETROCEFSKY, Keila Abadia dos Reis. **A violência contra a mulher e o princípio da dignidade humana: análise sob a lei maria da penha**. Disponível em: <https://kpetrocefsky.jusbrasil.com.br/artigos/801504890/a-violencia-contra-a-mulher-e-o-principio-da-dignidade-humana-analise-sob-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Violência conjugal: os difíceis caminhos de ruptura**. In: **Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

SOARES, Bárbara. **Enfrentando a violência contra a Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Presidência da República: Brasília, 2005.

WALKER, Lenore (2000), **The Battered Woman Syndrome**. New York, Springer, 2ª ed.

Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública: que pode ser feito do ponto de vista jurídico.

Anderson Torezan¹
Gabrielle Aparecida Martins²
Isabella Romão Martins Ferroni Olsen³
Kauana Olenka Ribas⁴
Laoana Sthefani da Luz Goetten⁵
Cleony Lopes Barboza Figur⁶

Resumo

A finalidade deste trabalho é debater sobre a atualidade e sua problemática: COVID 19, especificamente em discutir o que pode ser feito em situação de emergência e estado de calamidade pública, do ponto de vista jurídico. Trata-se de uma pandemia avassaladora, a qual envolve, por exemplo, a difícil decisão entre a manutenção ou o fechamento de estabelecimentos e serviços, sendo em suma, requisitado o desenvolvimento de leis, decretos e decisões judiciais. Na atual conjuntura, tais atitudes jurídicas giram em torno da mobilização para conter e superar a pandemia sanitária causada pela proliferação do coronavírus, as quais serão abordadas no presente trabalho, de acordo com o Direito Constitucional.

Palavras-chave: COVID-19. Decretos. Direito Constitucional.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se de uma análise descritiva acerca do tema expressivo e polêmico que é a pandemia de COVID-19 que por sua vez acarretou impactos socioeconômicos e políticos inegáveis, gerando problemas também no universo jurídico brasileiro.

Tal trabalho destaca conceitos importantes, bem como doutrinas e legislações que fundamentaram o tema e suas modificações legais. O debate em questão neste estudo, destaca quanto ao que pode ser feito, pensando no bem de todos, para combater essa problemática.

Inicialmente, é importante ressaltar que o conceito moderno de pandemia é o de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente, sendo necessárias grandes ações para combatê-la. Em nosso ordenamento jurídico, temos fundamentos que embasam e direcionam os caminhos necessários a se percorrer em situação de emergência e estado de calamidade pública, descrito no art. 21, XVIII, da CF/88 destaca que, planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações, é dever da União.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Especialista em Direito Processual, Docente na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. cleony@uniarp.edu.br

Além disso, no mesmo artigo inciso V, vemos que também compete a União decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal. Ou seja, são ações decretadas em estados críticos de saúde e economia, preconizando o bem-estar de todos.

Desse modo, em meio a situação de emergência e calamidade pública, a união se encarregou aplicar e criar uma legislação pertinente, afim de vislumbrar a manutenção e equilíbrio entre situação econômica e saúde pública. Por fim, o objetivo desse estudo é discutir e analisar juridicamente as questões que foram e estão sendo implementadas para melhorar a situação da população e do país.

2. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Inicialmente, é notório entender o que significa situação de emergência e estado de calamidade pública, medidas estas, reconhecidas pelo Governo durante a pandemia de COVID-19. O estado de emergência se caracteriza pela iminência de danos à saúde e aos serviços públicos. Já o estado de calamidade pública é decretado quando ocorre uma situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido.

A partir do decreto 7.257/2010 o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) passou a existir e regulamentou as condições de situação de emergência e calamidade advindas de evento adverso. Com isso, o SINDEC ficou responsável pelo planejamento de ações de prevenção, intervenção e ação quando dos danos causados a população atingida por desastres, definindo os critérios necessários ao poder público para que tais ferramentas possam ser acionadas. No momento do evento adverso, o governo local ou estadual não tem recursos suficientes para lidar com a situação. Nesses casos, além do material humano, são necessários muitos recursos financeiros e materiais que, por causa do evento, acabam não sendo facilmente encontrados.

De certo, os gastos executivos são baseados na tomada de valores através de processos licitatórios, ou seja, uma forma de provar efetivamente como o dinheiro do contribuinte está sendo aplicado. Além disso, dada a urgência em situações como a acima, a licitação não tem tempo para ser realizada, justificando a necessidade de uma situação jurídica especial para esse período. De acordo com Ceará (2020),

Essa situação jurídica especial permite que a licitação seja dispensada para contratos destinados à aquisição dos bens necessários para atender à situação de urgência ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que podem ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, a partir da ocorrência da emergência ou calamidade, está encerrada a prorrogação dos respectivos contratos, conforme expresso no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993. (CEARÁ, 2020)

Sendo assim, no instante em que ocorre a decretação de situação anormal, o ente federativo passa a poder usufruir dos recursos do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, conforme preconizam os termos da Lei nº 12.340/2012. Essa lei autoriza o chefe do executivo a proceder a compra de materiais e a realização de despesas oriundas do evento adverso sem a necessidade das formalidades administrativas. Aos habitantes do local do evento, a decretação de emergência e calamidade os beneficia com a possibilidade do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o objetivo de incentivar a

economia local e auxiliar na retomada da vida da população. Também são liberadas diversas linhas de crédito especiais para auxiliar os setores produtivos e industriais atingidos.

2.1. LEIS E DECRETOS

A Lei nº 10.177/01 dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

A referida lei foi sancionada na intenção de promover recursos através de fundos constitucionais de financiamento, auxiliar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O artigo 1º da Lei nº 10.177/01, com a redação dada pela Lei Nº 13.682/18, dispõe que os encargos financeiros, assim como os bônus de adimplência, são definidos pelo Conselho Monetário Nacional, advertida proposta do Ministério da Integração Nacional e segundo as diretrizes da PNDR e dos respectivos planos regionais de desenvolvimento, bem como podem se diferenciar ou ser mais favoráveis a depender da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento

Para tanto, o § 2º enfatiza que tais encargos financeiros e o bônus de adimplência poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte, do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento. Após as considerações acima, os subitens seguintes se destinarão a trazer aspectos específicos e alguns números sobre os referidos Fundos Constitucionais.

Considerando o relevante aumento de casos de infecção pelo vírus Sars-CoV-2, causador da doença denominada Covid-19, bem como da evolução da pandemia mundial instalada, foi publicada, em 6 de fevereiro de 2020, a Lei 13.979, contendo as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus responsável pelo surto de 2019.

A Lei traz uma série de medidas de diversas espécies, administrativas, restritivas, de preservação da saúde, entre outras, atingindo inclusive direitos e garantias fundamentais, tendo como objetivo a proteção da coletividade, conforme definido pelo seu §1º do Art 1º.

Dentre as medidas determinadas cita-se as definidas no Art 3º:

- I - isolamento;
- II - quarentena;
- III - determinação de realização compulsória de: a) exames médicos; b) testes laboratoriais; c) coleta de amostras clínicas; d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou e) tratamentos médicos específicos;
- III-A – uso obrigatório de máscaras de proteção individual;
- IV - estudo ou investigação epidemiológica;
- V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;
- VI – restrição excepcional e temporária, por rodovias, portos ou aeroportos, de: a) entrada e saída do País; e b) locomoção interestadual e intermunicipal;
- b) locomoção interestadual e intermunicipal;
- VIII – autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus [...] (BRASIL, 2020)

Nesse contexto enquadra-se a característica da relatividade dos direitos fundamentais, em uma situação de emergência ou calamidade pública, citando o esclarecedor ensinamento de Luis Roberto Barroso (2019):

Normas de direito fundamental ora se apresentam com estrutura de regra, ora de princípios. Muito frequentemente, terão a natureza de princípios, o que significa que podem sofrer **restrições**, podem ter de ceder parcial ou inteiramente diante de certas situações fáticas ou jurídicas e estarão sujeitas à ponderação com outros direitos fundamentais ou interesses coletivos. [grifamos].

Além das medidas elencadas, a Lei 13979/2020 definiu profissionais essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública; fez alterações temporárias nas formas de contratação da administração pública, redução dos prazos dos procedimentos licitatórios; entre outras fundamentadas no art. 4º da referida lei (BRASIL, 2020).

O Decreto Legislativo nº 6 de 23/03/2020, foi criado com base no art. 65 da Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, a fim de reconhecer o estado de calamidade pública em todo território nacional, devido à pandemia do novo Corona vírus (Covid-19). Tal decreto tem efeito até 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do Presidente da República.

Constituído por 3 artigos, tal decreto reconhece o estado de calamidade pública estabelecendo meios de manter-se no período, bem como avaliações e reuniões com o ministério da economia para avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

A Lei 14047, de 24 de agosto de 2020, traz medidas especiais de enfrentamento da pandemia da Covid-19 para o setor portuário, bem como a cessão de uso especial de pátios sob administração militar e o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) (BRASIL, 2020).

2.2. ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, as primeiras medidas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus foram definidas pelo Decreto Estadual 506, de 12 de março de 2020, tendo como base a Lei Federal 13979/2020. A declaração de situação de emergência em todo o território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19 foi dada pelo Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2020. Em 17 de abril de 2020, o Decreto Estadual 562, de 17 de abril de 2020 foi declarado estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento à epidemia da COVID-19, com vigência prorrogada pelo Decreto Estadual 890, de 14 de outubro de 2020, até 31 de dezembro de 2020.

No que concerne à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi declarado estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, por meio do Decreto Legislativo 18.332, de 20 de março de 2020.

Em Caçador, mais de uma dezena de decretos foram expedidos até o momento, com a situação de emergência, no âmbito municipal, decretada em 18 de março de 2020, por meio do Decreto Municipal 8630/2020, que também dispões de medidas de prevenção e enfrentamento. 7 dias depois foi declarada situação de calamidade pública, através do Decreto Municipal 8639/2020.

3. METODOLOGIA

Para este trabalho foi utilizado como método, uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, visando realizar uma breve discussão acerca do tema proposto e suas fundamentações jurídicas. Foram analisadas algumas etapas para a elaboração da pesquisa bibliográfica tais como, conceitos e embasamentos jurídicos, bem como posicionamentos doutrinários, ressaltando a importância de Direitos e Garantias que constam na Constituição Federal e devem ser aplicados em caso de situação de emergência ou calamidade pública.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo buscou relacionar e destacar as principais contribuições amparadas legalmente para suporte da população em período que são acometidos por uma situação de emergência ou de calamidade pública, no caso ocorrido no decurso do ano de 2020, através do coronavírus COVID-19.

Desse modo o art. 21, XVIII, da CF/88 destaca que, planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações, é dever da União. Além disso, no mesmo artigo, inciso V, destaca a competência da União em decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal. Ou seja, são ações decretadas em estados críticos de saúde e economia, preconizando o bem-estar de todos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101), sancionada no ano de 2000, impõe que a União observe as metas fiscais e os limites de gastos determinados para cada ano, o que, na prática, limitaria o quanto o Governo poderia gastar no combate ao Corona Vírus. Entretanto, a própria lei, em seu artigo 65, prevê que, na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, o Governo é dispensado de atingir a meta fiscal anteriormente imposta. Em síntese, a situação de calamidade pública autoriza gastos extraordinários, para o combate da situação calamitosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios utilizados como fundamento deste estudo, tais quais, legislações vigentes aplicadas pelo Governo Federal, Estaduais e Municipais, afim de garantir direitos constitucionais à população que passam por uma situação de calamidade pública, no decorrente ano, certamente é de grande relevância para o conhecimento da população de modo geral e toda sociedade acadêmica, que por sua vez destacou questionamentos e posicionamentos na elaboração de diversas medidas e decretos. Os impactos da pandemia são amplos, destacando-se, entre outros, a imposição de máximo confinamento das pessoas, que devem evitar circulação pública, sendo estimuladas a trabalharem e a desenvolverem suas atividades profissionais em casa.

Destarte, analisando os Direitos e Garantias fundamentais presentes em nossa constituição atual, e todas as medidas e decretos criadas com o fim de

equilibrar o sistema socioeconômico e os efeitos da pandemia quando a saúde pública da população, nota-se que o Poder público, interviu juridicamente vislumbrando tranquilizar a população e evitar maiores transtornos advindos da situação de calamidade pública, no entanto, por ser algo anormal em nosso país, muitas das alternativas permanecem estáticas e não se sabem mensurar o prejuízo futuro.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**, 8ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

_____. **Decreto Legislativo Nº 6, de 20 de março de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 mar. 2020. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. **Decreto Nº 7.257, de 04 de agosto de 2010**. Regulamenta a Medida Provisória no 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências.. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 ago. 2010. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. **Lei Nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei No 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10177.htm. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Lei Nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010**. Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12340.htm. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 fev 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em 16 nov. 2020.

_____. **Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020.** Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14047.htm. Acesso em 16 nov. 2020.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. **Declaração de situação anormal (emergência ou calamidade pública).** 2020. Disponível em: http://www.defesacivil.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=651&Itemid=192. Acesso em: 14 nov. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020.** Declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000. Diário Oficial do Estado de

APOSENTADORIA ESPECIAL E O ACESSO À JUSTIÇA

Ana Cristina Ferreira de Lima, anaflima1719@gmail.com¹
Eva Simone Thomaz da Silva, simonetomas28@gmail.com²
Larissa Rosa da Silva, laryrosa09@outlook.com³

Resumo – Os direitos dos trabalhadores são resultados de muitas lutas no decorrer da história, onde de um lado encontrava-se o proletariado, sendo a maioria da população e força produtiva, e do outro lado, a classe dominante, detentora dos meios de produção. Uma dessas conquistas dos trabalhadores é a Previdência Social, a qual se constitui em um instrumento jurídico-estatal que atua em prol das necessidades e direitos da classe trabalhadora. Com as contribuições dos trabalhadores, pode-se assegurar a cobertura dos eventos de doença, invalidez, idade avançada, aposentadoria especial, porém nem sempre o órgão acaba concedendo seu benefício, ou mais conhecido por muitos aposentadoria, o índice do reconhecimento só vem pela justiça, ou seja, dificilmente é reconhecido uma aposentadoria especial via administrativamente. Os custos geram tanto para o ingressante como para o INSS, pois para o reconhecimento de uma aposentadoria especial na justiça precisa provocar o Estado e outros serviços são designados, como a função fundamental de um perito, muitas vezes, precisa fazer perícia da atividade que elaborava para comprovar sua atividade especial. Fica claro a importância da justiça para um reconhecimento de tal grau, onde envolve toda a saúde física, mental de um colaborador, pois aposentadoria especial ela visa entender que o colaborador não pode mais exercer a atividade.

Palavras-chave: Aposentadoria.Especial.Justiça.Reconhecimento.INSS.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar os principais tipos de aposentadoria existente no Brasil, onde o cidadão deve comprovar para o INSS sua capacidade laborativa na empresa, exercendo atividade especial, onde a aposentadoria especial é um benefício previdenciário destinado aos segurados da previdência social que trabalharam sob condições especiais, expostos de maneira habitual e permanente, a agentes nocivos, físicos, químicos ou biológicos, que prejudicam ou que tenham potencial de prejudicar à saúde ou a integridade física do segurado, durante o período mínimo de 15, 20 ou 25 anos, a depender da disposição da lei para cada agente de risco.

SEGURIDADE SOCIAL DENTRO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Para a melhor compreensão desse estudo, inicialmente precisa-se compreender o que é Seguridade Social. A Seguridade Social no Brasil está materializada na Constituição Federal nos artigos 194 a 204.

Segundo Sposati (2018, p.1) “Entende-se que a Seguridade Social, instituída no Brasil pela Constituição Federal de 1988 (CF-88), expressa modos de mercadorização nas três políticas que a materializam: saúde, assistência social e previdência social”.

Quando se fala em Seguridade Social, fala-se de um Sistema de Proteção Social, capaz de amparar todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou em situação de risco, como doença, idade avançada, acidente, reclusão, maternidade, morte, entre outros (TEIXEIRA, 2016, p.1).

Seguridade social é o novo e superior conceito eleito pelo Brasil para gerar um sistema inédito de proteção social, a fim de garantir proteção de renda, prevenção, tratamento e recuperação da saúde, bem como de inclusão de pessoas em situação de exclusão social (SERAU, FOLMANN, 2015).

Trabalho em Condições Perigosas

Quando ao conceito **Art. 193** assim dispõe:

São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - Inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - Roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial”.

O §4º do art. 193, acrescentado pela lei n. 12999/2014, prevê que também são consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicletas, que foram definidas pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n. 1.565/2014. (BRASIL,2019)

2.3 Insalubridade

Romar destaca o reconhecimento do adicional da insalubridade e remuneração por trabalho em atividades insalubres é previsto pelo art.7º, XXIII, da Constituição Federal. (ROMAR,2019)

Algumas atividades pode gerar dano gravíssimo a saúde do colaborador, com isso tipo de risco que são considerado atividade insalubres. (ROMAR,2019)

O Art. 189 da CLT assim conceitua o trabalho insalubre:

Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. (BRASIL, 2019)

Para uma atividade insalubre deve-se levar em conta toda sua natureza, o ambiente de trabalho, os agentes que em si pode levar muito a prejudicar a saúde dos colaboradores, com tudo mesmo com uso de EPI's alguns agentes continuam sendo agressivo para a saúde humana, mesmo fixado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. (ROMAR,2019)

Aposentadoria Especial pela Justiça

Todo pedido aposentadoria especial, quando negado pelo INSS, somente o seu reconhecimento pode vim por via judicial, onde uma estatística cancela 8 a cada 10 pedidos. A cada dez trabalhadores que recebem uma aposentadoria especial por insalubridade do INSS, oito só conseguiram o reconhecimento desse direito na Justiça, vê a facilidade do reconhecimento das especialidade, porém somente via judicial, onde o INSS que é o principal órgão competente não reconhece. (BRAMANTE,2019)

Em janeiro deste ano, o INSS liberou 1.356 aposentadorias especiais a trabalhadores urbanos, sendo que 1.064 das concessões (78,5%) se deram pela via judicial, segundo a edição mais recente do Boletim Estatístico da Previdência Social, o primeiro a informar dados sobre o grau de judicialização desses benefícios. (BRAMANTE,2019)

O elevado número de concessões judiciais é atribuído por especialistas às restrições impostas pelo INSS ao reconhecimento de provas do trabalho insalubre, como nos casos em que o órgão previdenciário aceita como eficaz equipamentos de proteção que, na prática, não impedem o dano ao trabalhador. (BRAMANTE,2019)

A aposentadoria especial é devida ao trabalhador que completa períodos de atividade insalubre que variam entre 15, 20 e 25 anos, sendo que as diferenças nos tempos de contribuição exigidos dependem do nível do risco à saúde do empregado

(baixo, moderado ou alto). (BRAMANTE,2019)

Além de não exigir idade mínima e de antecipar a concessão em até 20 anos, a aposentadoria especial também não sofre redução do fator previdenciário, o que faz do benefício um dos mais vantajosos do Regime Geral da Previdência Social. (BRAMANTE,2019)

A comprovação dos agentes nocivos, como químico, eletricidade, ruído com alta intensidade de vibrações podem ser comprovado mediante o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). O documento deve ser fornecido pelo empregador. Com este documento consta todas as informações possíveis, desde sua descrição de atividade até os agentes expostos a sua saúde.(BRAMANTE,2019)

Algumas atividade está em seu âmbito já reconhecido, tendo seu destaque como categoria, profissionais que exerceram suas atividades como mecânico, eletricista, neste períodos até 28 de abril de 1995 são reconhecidas de acordo com a profissão não necessariamente precisa apresentar o PPP ou um DSS8030. (BRAMANTE,2019)

METODOLOGIA

Seção destinada a apresentação do tipo de pesquisa, à abordagem, ao local, à população e amostra, às técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, à metodologia de análise de dados, bem como aos procedimentos éticos da pesquisa. Caso seja um relato de experiência, esta seção pode ser substituída pela sua descrição, ajustando o respectivo título. Desta forma, a técnica utilizada neste projeto é de cunho exploratório descritivo, com embasamento bibliográfico e qualitativo.

A pesquisa descritiva, para Gil (2009), descreve as características de determinadas populações ou fenômenos.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009 apud Triviños, 1987), “a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Seguridade Social no Brasil e no mundo originou-se da necessidade social de se estabelecer métodos de proteção contra os variados riscos ao ser

humano. Com o intuito de reduzir os efeitos que as doenças, a fome causam na sociedade, elaborou-se medidas de contingência.

Sem seus direitos garantidos, o novo documento deixa lacunas em relação aos valores que os mesmos já contribuíram por anos e como ficará a saúde dos trabalhadores que exercem serviços com condições perigosas e prejudiciais ao físico e mental dos mesmos.

Referências

BRASIL. Disponível em: [LUCAS, Felipe, Aposentadoria Especial, 2019, disponível em <https://jus.com.br/artigos/71533/a-aposentadoria-especial-do-profissional-exposto-ao-ruído-no-regime-geral-da-previdencia-social>. Cessado 15 de outubro.2020.
 REIS, Jair Teixeira, disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-previdenciario/seguridade-social-na-constituicao-de-1988/>. Cessado dia 13 de setembro de 2020.](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_194_.asp#:~:text=CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20FEDERATIVA%20DO%20BRASIL&text=Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Gerais-,Art.,previd%C3%AAncia%20e%20%C3%A0%20assist%C3%AAncia%20social.Cessado 13 de setembro de 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

SERAU, Marco Aurélio; FOLMANN, Melissa. **Previdência social: em busca da justiça social**. São Paulo: LTr, 2015.

SPOSATI, Aldaiza. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil**. Ciênc. saúde colet. 23 (7) Jul 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018>. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2018.v23n7/2315-2325/pt>>. Acesso em: 20 out 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA,Denise Tolfo Silveira. **Métodos de pesquisa**. 2009. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de M939 Graduação Tecnológica– Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

BRAMANTE, Adriane, disponível em: <https://bramanteprevidencia.adv.br/aposentadoria-especial-pela-justica-no-inss/> acessado no dia 27 de setembro de 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Brasileira de 1988, TÍTULO VIII CAPÍTULO II Da Seguridade Social, Art. 194 a Art. 204**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf>. Acesso em: 19 out 2020.

A PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL NA JUSTIÇA COMUM DA COMARCA DE FRAIBURGO/SC DURANTE O PERÍODO DE CALAMIDADE PÚBLICA PROVOCADA PELO COVID-19¹

Antonio Rosa de Lima, toninhoinez@gmail.com²
Crisnara Collet Moreira Krenz, crisnarakrenz@gmail.com³
Eduarda da Silva, eduardadasylava12345@gmail.com⁴
Gustavo Henrique Lima da Silva, gushenrique409@gmail.com⁵
Mariela Letícia Córdova Ransolin, marielaransolin@gmail.com⁶
Vantoir Alberti, vantoir.alberti@uniarp.edu.br⁷

Resumo – A prestação da tutela jurisdicional vem sendo modificada cada vez mais no decorrer das eras e a evolução dos procedimentos processuais e jurisdicionais são evidentes, demonstrando, cada vez mais, a influência da tecnologia. Atualmente, em razão da epidemia provocada pelo COVID-19, o uso da tecnologia como instrumento de trabalho é a realidade do Judiciário brasileiro. Em razão disso, o presente trabalho procura aferir se houve ou não melhoria na prestação da tutela jurisdicional na Justiça Comum da Comarca de Fraiburgo – SC, no período de pandemia, em que a tutela jurisdicional está sendo prestada de forma remota. O método utilizado para desenvolvimento do trabalho foi o dedutivo.

Palavras-chave: Tutela. Jurisdicional. Tecnologia. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O Estado, através do Poder Judiciário, tem a função de dirimir, pacificar e resolver os conflitos de interesse que ocorrem na sociedade, em prazo razoável, visando a prestação da tutela jurisdicional de forma efetiva.

Nesta toada, o Poder Judiciário está utilizando meios tecnológico como, por exemplo, processos eletrônicos para prestar a tutela jurisdicional.

Ocorre que, em 20 de março de 2020, foi reconhecido, através do Decreto Legislativo n. 6, estado de calamidade pública no território brasileiro, em decorrência da disseminação do COVID-19, o que provou o distanciamento de pessoas.

A partir de então, houve a necessidade de o Poder Judiciário aprimorar e ampliar os meios tecnológicos para dar continuidade na prestação da tutela jurisdicional de forma remota e virtual.

Diante desta importante alteração na prestação da tutela jurisdicional pretende-se investigar se na Justiça Comum da Comarca de Fraiburgo – SC houve agilidade, estabilidade ou dilação dos prazos na prestação dos principais atos processuais como, por exemplo, realização de audiências, prolação de sentenças e análise de pedidos de tutela de urgência.

A análise da ocorrência de melhora, estabilidade ou piora na prestação da tutela jurisdicional na Justiça Comum da Comarca de Fraiburgo - SC é importante porque dará subsídios para o Poder Judiciário decidir se manterá ou não a prestação

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Me. do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

da tutela jurisdicional nos moldes atuais ou se há necessidade de aperfeiçoá-la, além de interessar a todos os jurisdicionados da localidade.

A fundamentação do presente trabalho está dividida em quatro itens. O primeiro define tutela jurisdicional, o segundo aborda o princípio da celeridade processual e a pandemia provocada pelo COVID-19, o terceiro aborda o acesso à justiça através dos meios de tecnologia e o quarto apresenta respostas de pesquisa de opinião sobre a efetividade da prestação da tutela jurisdicional na Justiça Comum da Comarca de Fraiburgo – SC durante o estado de calamidade pública.

DEFINIÇÃO DE TUTELA JURISDICIONAL

O Estado, como um órgão que garante a paz social, assumiu a função de solucionar os conflitos intersubjetivos de transgressão à ordem jurídica, limitando o âmbito da autotutela. Em consequência, dotou o Judiciário da atribuição de solucionar os referidos conflitos. (DINAMARCO, 2009).

A tutela jurisdicional é o amparo do Estado para dirimir, pacificar e, por conseguinte, resolver conflitos seguindo um procedimento de aplicação de leis aos casos concretos, de modo a obter-se um resultado prático do processo, aproximando-se o máximo possível de uma decisão “justa” e não só reconhecendo ou declarando direitos. (BEDAQUE, 2003).

O fim pretendido pela tutela jurisdicional é a pacificação dos conflitos de interesse para proporcionar o bem-estar na sociedade, com instrumentos acessíveis a todos os cidadãos e dentro de um prazo razoável, conforme analisar-se-á no item abaixo.

PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL E A PANDEMIA PROVOCADA PELO COVID-19

O princípio da celeridade processual decorre do princípio constitucional do devido processo legal, previsto no artigo 5º, LIV, da Constituição Federal, e contém duas normas que precisam ser satisfeitas para assegurar a sua efetividade, a saber: a razoável duração do processo e os meios acessíveis que garantam a celeridade processual. (RODRIGUES; LAMY, 2019).

Rodrigues e Lamy (2019) definem tempo razoável como sendo o cumprimento do prazo legal, destacando que, em cada caso concreto, deve-se averiguar se ele efetivamente foi respeitado, exceto se houver justificativa decorrente da complexidade da causa, e serem tomadas medidas, pelo órgão jurisdicional competente, para evitar atitudes procrastinatórias dos litigantes e seus procuradores.

A partir de março de 2020 o mundo está passando por um período incomum, e em maior parte, difícil, tendo que adotar diferentes medidas em seu dia-a-dia, em decorrência do COVID-19. (ANDRADE, 2020).

De acordo com estatísticas da Organização Mundial da Saúde, os pacientes que são diagnosticados com COVID-19 podem ser assintomáticos ou sintomáticos, e cerca de 20% dos casos contaminados exigem internação por dificuldades respiratórias. A Organização Mundial da Saúde classificou a nova doença como uma pandemia, devido aos grandes números de infectados, de modo que todos devem seguir e respeitar as medidas necessárias para combater esse vírus. (BRASIL, 2020).

Em decorrência disso, regras foram estipuladas para a ocorrência de audiências presenciais, ganhando preferência as feitas via web-conferência. É importante destacar que os processos eletrônicos, podem ter o seu andamento

normal, até porque, se faz possível o seu trabalho remoto, inclusive pelos servidores da justiça, o que possibilitou que muitos tribunais adotassem a realização de trabalho remoto pelos servidores, inclusive magistrados, possibilitando o fluxo processual. (GALF, 2020).

A necessidade de um processo com duração razoável, para muitos, é a representação de um processo funcional e acessível. O tema vem sendo tratado como uma das modificações legislativas, além de outras medidas tomadas pelo Conselho Nacional de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário, para que o tempo de duração de um processo não exceda um tempo razoável de espera para um julgamento. (POLI, et al., 2017).

O uso da tecnologia pode promover a celeridade processual e, concomitantemente, o acesso à justiça, conforme demonstrar-se-á no item a seguir.

O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DA TECNOLOGIA

O avanço tecnológico na modernidade é de fácil visualização, tal como a necessidade de que todas as áreas de conhecimento acompanhem essas novas tecnologias (POLI, et al., 2017). Com isso, é fácil notar as mudanças que foram geradas no campo do direito. A realidade atual dos processos eletrônicos, ou dos avanços tecnológicos no âmbito processual trazem consigo o importante papel de garantir o acesso à justiça e a dignidade humana. (POLI, et al., 2017).

Assim sendo, em busca de assegurar o acesso à justiça a todos os cidadãos, o Poder Judiciário percebe a necessidade de acompanhar e atualizar seus sistemas para que a justiça e o direito andem junto aos avanços tecnológicos da atualidade. É dentro desse pretexto que os processos eletrônicos surgem, com papel primordial de contribuir com o acesso à justiça, à uma ordem jurídica eficaz, e ao mesmo tempo ágil, sem perder sua função essencial, analisando cada caso com precisão e aplicando corretamente a lei. (POLI, et al., 2017).

A toda evidência, as plataformas tecnológicas estão se tornando uma realidade e podem promover o acesso à justiça, principalmente, mas não se limitando, aos períodos de isolamento de pessoas, como vivenciado, atualmente, em decorrência da propagação do COVID-19.

EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL NA JUSTIÇA COMUM DA COMARCA DE FRAIBURGO - SC DURANTE O PERÍODO DE CALAMIDADE PÚBLICA PROVOCADO PELO COVID-19

Com o objetivo de identificar se a tutela jurisdicional na Justiça Comum da Comarca de Fraiburgo – SC está sendo prestada de forma célere durante o período de calamidade pública provocado pelo COVID-19, realizou-se uma pesquisa de opinião, através de formulário virtual elaborado na plataforma do Google, o qual foi enviado para todos os advogados da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Fraiburgo - SC, serventúrios da justiça e cidadãos que buscaram a prestação da tutela jurisdicional na Justiça Estadual da Comarca de Fraiburgo – SC.

A pesquisa revelou que houve agilização na prestação da tutela jurisdicional para 36,7% dos que responderam o questionário, enquanto que para 33,3% piorou a celeridade processual e para outros 30% a celeridade processual continua igual. (GOOGLE FORMS, 2020).

Os pedidos de medida cautelar, tutela de urgência ou de evidência foi analisado durante o período de pandemia: (a) em prazo razoável para 60% dos advogados que

responderam o questionário; e (b) em prazo não razoável para os outros 40%. (GOOGLE FORMS, 2020)

As audiências iniciais e/ou de tentativas de conciliação foram realizadas em: (a) maior espaço de tempo para 63,3%, comparado com o período anterior a pandemia; (b) em menor espaço de tempo para 23,3%, comparado com o período anterior a pandemia; e (c) no mesmo espaço de tempo do período anterior a pandemia para 13,3%. (GOOGLE FORMS, 2020)

Por sua vez, as audiências de instrução foram marcadas em: (a) maior espaço de tempo para 73,3%, comparado com o período anterior a pandemia; (c) no mesmo espaço de tempo do período anterior a pandemia para 20%; e (b) em menor espaço de tempo do período anterior para 6,7%. (GOOGLE FORMS, 2020)

O impulso dos processos, “em cartório”, está ocorrendo: (a) de forma igual para 36,7%; (c) de forma mais ágil para 36,7%; e (b) de forma mais demorada para 26,7%, das pessoas que responderam o questionário. (GOOGLE FORMS, 2020)

As sentenças, para 36,7% dos advogados que responderam à pesquisa, foram proferidas de forma mais ágil em comparação ao período anterior a pandemia, para outros 36,7% estão sendo proferidas no mesmo espaço de tempo e para 26,7% não houve diferença no prazo de prolação das sentenças. (GOOGLE FORMS, 2020).

A pesquisa revela que para a maioria das pessoas que responderam o questionário as audiências de tentativa de conciliação e de instruções estão sendo marcada em maior espaço de tempo, isto é, estão demorando mais para ocorrerem, mas, de modo geral, há divisão de opiniões sobre a melhora na agilidade da na prestação da tutela jurisdicional, por meio remoto, durante o período de pandemia provocado pelo COVID-19.

METODOLOGIA

O presente trabalho fundamentou-se em pesquisa: bibliográfica, especialmente, em artigos científicos publicados em periódicos, livros, anais de congresso e sites; pesquisa documental; e pesquisa de opinião pública, através da elaboração de questionário na plataforma Google, qual foi enviado por e-mail e WhatsApp dos advogados da subseção da OAB de Fraiburgo –SC e pessoas que buscaram a prestação da tutela jurisdicional durante o período de calamidade pública provocado pelo COVID-19.

A pesquisa de opinião foi respondida por 31 pessoas, das quais 87% são advogados, 3,2% são serventúrios da justiça, 3,2% são cidadãos beneficiário da justiça e 3,2% representantes legais de escritório de advocacia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prestação da tutela jurisdicional através do uso da tecnologia tornou-se uma necessidade e está dividindo opiniões sobre a sua celeridade, mas ainda é um instrumento de acessibilidade à justiça que precisa ser aperfeiçoado para garantir acesso, celeridade e efetividade à tutela jurisdicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de calamidade pública provocado pelo COVID-19 apresentou uma série de mudanças nas relações e estruturas jurídicas e o uso da tecnologia se tornou uma grande aliada para a prestação da tutela jurisdicional.

Os jurisdicionados tem opiniões divergentes sobre a melhora ou não na agilidade da prestação da tutela jurisdicional na Justiça Estadual da Comarca de Fraiburgo - SC, mas é fato que as audiências de tentativa de conciliação e de instruções foram marcadas em maior espaço de tempo, o que retardará a prolação de sentença dos processos que se encontram na fase probatória.

Contudo, a tecnologia foi uma alternativa para promover o acesso à justiça e a continuidade da prestação da tutela jurisdicional no período de calamidade pública, podendo ser aperfeiçoada e adaptada, inclusive para o período pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Vantoir. et. al. A efetividade da prestação da tutela jurisdicional no período de pandemia provocada pelo Covid-19 na Justiça Comum na Comarca de Fraiburgo – SC. 2020. **Google Forms**. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1OfK9HvB9cAH2ejR8C8CDTFPmeeMWGv_I0HPTNkBQcnY/edit.

ANDRADE, Paula. **Pandemia: Pannel informa situação dos prazos processuais em tribunais**. CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pandemia-pannel-informa-situacao-dos-prazos-processuais-em-tribunais/>. Acesso em: 25 out. 2020.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência**. São Paulo, Malheiros, 2003.

BRASIL. Sistema Universidade Aberta Do SUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus: Mudança de classificação obriga países a tomarem atitudes preventivas**. EBC, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 25 out. 2020.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. V, I. 6. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

FORD, Martin. **Os robôs e o futuro do emprego**. Tradução de Claudia Gerpe Duarte. 1ª ed. Rio de Janeiro: Best Business, 2019.

GALF, Renata. **Entenda a suspensão de prazos de processos judiciais na crise do coronavírus: Medida foi determinada pelo CNJ; ação não se aplica ao STF nem à Justiça Eleitoral**. GZH, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/03/entenda-a-suspensao-de-prazos-de-processos-judiciais-na-crise-do-coronavirus-ck86abl7n01fr01qu8vrpktr.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

POLI, Luciana Costa; et al. Acesso à Justiça. **Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, 2017. Disponível em: <http://conpedi.daniolr.info/publicacoes/27ixgmd9/wxl3d59i/8lel7xzK6rgpGNpL.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

RODRIGUES, Horácio Vanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria Geral do Processo**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

EQUIPARAÇÃO DO ARTIGO 267 DO CÓDIGO PENAL COM O ATUAL CENÁRIO DE PANDEMIA DO COVID-19

Camila Cristina Machado, Claudiane Alves, Cíntia Souza Trindade, Evelin Carine Schmitt Bianchi, Heloise Araldi Fezer, Samantha Jungles Perego.

RESUMO: Este projeto tem como finalidade a pesquisa e aprendizagem através de uma sucinta equiparação do Artigo 267, presente no Código Penal, com o cenário de pandemia do COVID-19 vivenciado atualmente. Serão analisadas as penalidades aplicadas em caso de propagação do vírus a título de dolo e culpa, características e especificidades do texto de lei e possibilidade de enquadramento legal do artigo em tela com a atual situação vivida no Brasil com a propagação do novo vírus.

Palavras Chaves: Covid-19, artigo 267, penalidades.

INTRODUÇÃO

Pode-se entender que as normas penais foram instituídas a partir do momento que os indivíduos começaram a formar sociedades, assim, sendo necessário criar limites para os acontecimentos destes grupos, dessa forma, o presente projeto tem por objetivo, neste período de tamanha insegurança e ocorrências que impossibilitam as mais simples atividades cotidianas dos indivíduos, com um novo vírus rodando todo o mundo, apresentar informações sobre o artigo 267 do Código Penal. Nele será explicado as características gerais do texto de lei e os pontos fortes que o diferenciam dos demais atentados contra a saúde pública.

Neste contexto, torna-se amplamente importante adentrar a temas como o que está em tela, vez que a comunicação e aprofundamento de conhecimentos pode fazer a diferença em momentos como o atual.

2. DO TEXTO NORMATIVO

O artigo 267 do Código Penal está explícito no Título VIII - Dos crimes contra a incolumidade pública, e Capítulo III - Dos crimes contra a saúde pública. O artigo em questão, já citado:

Em âmbito constitucional, relativo à saúde pública, temos no Título VIII - Da ordem social, Capítulo II - Da seguridade social, e Seção II - Da saúde, da Constituição Federal de 1988, o artigo 196, cujo reza que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

3. CONCEITUAÇÕES

Em primeiro momento, torna-se cabível adentrar a explicação acerca do que refere-se a epidemia/pandemia (para, desde logo, diferir as duas situações), germes patogênicos, e demais especificidades do texto de lei referido.

A saúde pública está presente no Código Penal no que diz respeito à proteção do bem jurídico, mais especificamente à tutela de incolumidade pública. Podendo-se conceituar incolumidade, que vem do latim *incolumitas*, referindo-se ao estado de segurança ou de preservação em relação à integridade física e à saúde. Tal bem jurídico é atingido pelos crimes tipificados a partir do art. 250, do CP. Sendo então que o artigo 267, do Código Penal, será prescrito o crime de epidemia.

Conceituando-se ainda a palavra epidemia, que origina-se do grego *epidemein*, significa “espalhar-se pelo povo”, trata-se de uma doença acidental e passageira que atinge, em um pequeno período, um grande número de pessoas. Aproxima-se da pandemia, tendo em vista que a mesma trata-se de uma epidemia em escala mundial. Um exemplo claro para diferenciação de tais termos é a malária, considerada uma epidemia, já que acomete apenas certas regiões do País. Já um exemplo claro de pandemia é o COVID-19, que causa uma Síndrome Respiratória Aguda Grave e atingiu uma escala global.

Em se tratando de pandemia, encontram-se algumas diferenças em relação à conceituação de epidemia, o que não pode ser confundido no cenário atual vivido no mundo, e menos ainda perante o que reza o artigo 267, CP.

Os agentes patogênicos são os organismos que produzem infecção ou doenças infecciosas nos hospedeiros em condições favoráveis. O agente patogênico só causará a doença se conseguir penetrar no sistema imunológico do hospedeiro. Normalmente, proporciona doenças transitórias. Os agentes podem contaminar de diversas formas, como por exemplo: pelo ar (doenças respiratórias), pela relação sexual (DSTs - doenças sexualmente transmissíveis), placentária (transmissão vertical). Os agentes patogênicos mais conhecidos são: vírus (caso em questão na atual situação pandêmica), bactérias, fungos e protozoários.¹

4. CARACTERÍSTICAS DO CRIME

O artigo 267 do Código Penal, como já mencionado, pune o crime de epidemia, entretanto, mediante o exposto, trata-se de um crime de resultado, ou seja, a epidemia, cujo surgimento pode ser imputado ao agente. (Montenegro, 2020), (Viana, 2020).

Com esse entendimento, torna-se notório que para considerar a existência do crime, faz-se necessário que grande número de pessoas apresentem uma doença infecciosa, num curto período de tempo, pela ação descuidada/planejada de terceiro, propagando os germes, e com publicação de declarações oficiais de autoridades sanitárias confirmando a epidemia.

De forma simplificada, o sujeito tem que, em razão de uma conduta específica, poder ser responsabilizado pelo desenvolvimento da própria epidemia. Seria o caso, por exemplo, de alguém que contamina com uma bactéria infecciosa uma fonte de água potável que abastece toda uma região. (Montenegro, 2020), (Viana, 2020)

¹ BEZERRA, Claudia de Carvalho Falci. Agente patogênico. Infoescola, 20---. Disponível em: <https://www.infoescola.com/microbiologia/agente-patogenico/>. Acesso em 11 de nov. de 2020.

Para a realização desse tipo penal, tem de haver, além do resultado epidemia, um vínculo entre a conduta do sujeito e a existência da epidemia que, em dogmática penal, é explicitada pelos conceitos de causalidade e imputação objetiva. (Montenegro, 2020), (Viana, 2020)

Ou seja, haveria o resultado típico, mas esse resultado não pode ser imputado a um autor específico. A atribuição da epidemia a alguém que, por exemplo, estando infectado, cumprimenta várias pessoas em uma manifestação não satisfaria a exigência de causalidade, isto é, a existência de uma epidemia não dependeria exclusivamente dessas ações e existiria em uma situação hipotética, mesmo que essa conduta não houvesse ocorrido. (Montenegro, 2020), (Viana, 2020)

Em simplória explicação, remete-se à um crime comissivo, ou seja, requer a ação de um indivíduo ou um grupo de indivíduos, onde tinha-se o dever jurídico de evitar o resultado, podendo ser enquadrado como sujeito ativo qualquer pessoa, e o sujeito passivo sempre será a coletividade, por referir-se a um crime de atentado à saúde pública. O dolo pode ocorrer pela vontade consciente do agente, ou até mesmo por ter assumido o risco.

5. RELAÇÃO COM O ATUAL CENÁRIO PANDÊMICO DO BRASIL

Diante da nova pandemia do coronavírus nosso país adotou medidas de proteção buscando a diminuição de casos ativos de infectados, tendo como restrição o isolamento e quarentena. Ressalta-se que mediante decreto ficam estabelecidas as atividades essenciais.

A portaria 454, publicada no dia 20 de março de 2020 pelo Ministério da Saúde descreve que pessoas com sintomas da doença deveriam ficar restritos em casa por um período de 14 dias, tendo essa ação como finalidade a contenção da transmissibilidade do vírus.

É sabido que a saúde pública é bem jurídico penalmente tutelado, devendo desta maneira ser protegido e assegurado a todos, como já mencionado. Portanto é de suma importância ressaltar que a Constituição Federal assegura que nenhum cidadão pode ser restringido do seu direito de ir e vir, sem que o estado de sítio ou de defesa esteja decretado. Deste modo, as medidas determinadas pelos governadores e prefeitos encontram sua base legal na recém aprovada lei nº 13979/2020 a qual prevê o isolamento para pessoas contaminadas ou suspeitos de estarem contaminados.

Ainda, pode-se interligar a propagação de germes patogênicos com a COVID-19 levando em consideração que o agente cometeu o crime de forma dolosa. O crime apresentado tem de forma genérica a sociedade/coletividade como vítima, dispondo como resultado naturalístico causar dano ao coletivo.

Apesar do artigo 267 do Código Penal estabelecer a propagação de epidemia como um crime, até o momento não houve trânsito em julgado de nenhuma ação que configure-se o crime de propagação de germes patogênicos. Existe até o presente momento, somente denúncia-crime.

Uma delas foi a denúncia-crime oferecida ao presidente Jair Bolsonaro referente ao artigo 267, onde o mesmo foi acusado de disseminação do vírus, pelo fato de ter feito dois exames e não ter divulgado resultado de nenhum deles, logo em seguida se encontrou com diversas pessoas. A petição que se refere ao fato já foi arquivada, pelo entendimento do STF.

Com a maioria dos pensamentos gerados atualmente com a pandemia do Covid-19, por tratar-se do resultado de uma transmissão difusa e generalizada, não pode-se atribuir o crime exclusivamente a uma única pessoa. Tendo o art. 267 pouca relevância neste cenário de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste trabalho conclui-se que atualmente, não só o Brasil, mas todo o mundo, está vivendo um cenário de pandemia. Em especial nosso país vem adotando diversas medidas para controlar e evitar a propagação do COVID-19. Para isso, foi necessário criar restrições e até mesmo amparar-se no que já havia sido expresso em lei.

O foco deste projeto foi o artigo 267 do Código Penal, onde foi trazido informações, características gerais presentes no texto de lei, bem como a diferenciação do artigo em relação aos demais crimes contra a saúde pública.

Conclui-se então que é extremamente importante, em períodos como o que estamos vivendo, amparos legais para que se tipifiquem certas condutas criminosas e auxiliem até mesmo para prevenir e evitar a disseminação do vírus.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 09 de nov. de 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 19ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <https://andersonzeferino.jusbrasil.com.br/artigos/455836759/inquerito-policia#:~:text=Instaura%2Dse%20formalmente%20o%20inqu%C3%A9rito,reduzidas%20a%20escrito%20ou%20datilogradas>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Pandemia, trabalho e responsabilidade criminal. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/55822#:~:text=Desdobramentos%20no%20campo%20penal%20podem,no%20campo%20administrativo%20e%20trabalhist>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal: parte especial (arts. 121 ao 361). 11.ed. Salvador: JusPodivm, 2019. Acesso em out. 2020.

Jusbrasil, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10605058/artigo-267-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. A pandemia do coronavírus e aplicação da lei penal. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2020/03/23/pandemia-do-coronavirus-lei-penal/>. Acesso em: 14 de nov. 2020.

NUNES, Leandro Bastos. Crimes relacionados à pandemia do coronavírus. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11579/Crimes-relacionados-a-pandemia-do-coronavirus>. Acesso em nov. 2020.

ROMANO, Rogério Tadeu. Crime de epidemia. Jus.com.br, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/56783/crime-de-epidemia>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

SOUZA, A. B. G.; JAPIASSÚ, C. E. O novo Coronavírus e o Direito Penal, 2020. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2020/04/06/novo-coronavirus-crime-de-epidemia/>. Acesso em 15 de nov. de 2020.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disseminar o coronavírus é crime. TJDF, 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/disseminar-o-corona-virus-e-crime>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

VITAL, D.; ROVER, T. Aplicação do Direito Penal na pandemia é tênue e ineficiente. Consultor Jurídico, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-11/aplicacao-direito-penal-pandemia-tenu-ineficiente>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

A APLICABILIDADE DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DO TRABALHO¹

Eduardo Eger, e-mail: Eduardo_eger2010@hotmail.com.br²

Gabriel Mariano, e-mail: gabrielmariano962010@hotmail.com³

Leandro Chiarello de Souza(orientador), e-mail: leandosouza@conection.com.br⁴

Mauricio Ribeiro, e-mail: mauriciocdr@gmail.com⁵

Resumo – A presente atividade versa acerca dos métodos alternativos de solução de conflitos e a arbitragem no direito do trabalho e tem-se como objetivo geral da pesquisa o estudo dos meios cabíveis para resolução de conflito entre empregador e empregado, bem como uma compreensão a luz da Consolidação das Leis Trabalhistas. Para melhor compreensão, o artigo é dividido em três partes. Na primeira parte será analisado a relação entre empregador x empregado, vínculo contratual que pode acarretar litígios. Em um segundo momento, o presente trabalho abordará os meios de solução de conflitos, onde visa buscar uma solução fora do Poder Judiciário, por métodos que visam desafogar o Judiciário, solucionando o litígio. No terceiro ponto o foco é voltado especialmente a arbitragem, carro chefe na busca pela resolução de conflitos. O estudo faz uso da pesquisa utilizando a produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Palavras-Chave: Consolidação das Leis Trabalhistas. Conflito. Arbitragem.

INTRODUÇÃO

O poder Judiciário brasileiro passa por uma grave colapso, ao que tange a capacidade de solucionar conflitos, comprometendo valores base da democracia brasileira. Das formas de soluções possíveis de conflitos, remetidas ao Direito do Trabalho, cabe a importância de meios alternativos, como: Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem.

Para deixar mais claro, a negociação é uma espécie de solução de conflitos por meio do ato de negociar, um dos principais instrumentos utilizados na relação empregador X empregado, com objetivo a superação de conflitos, a regulação das relações de trabalho, a celebração de contratos coletivos e convenções onde é fixado parâmetros do trabalho.

Abrangendo a mediação, temos que, o mediador buscará aproximar as partes, atribuindo-lhes perguntas sem dar opinião ou fazer alguma proposta. O mediador por sua vez é a terceira pessoa que em virtude do litígio, agindo de maneira neutra e imparcial, facilita o diálogo entre as partes envolvidas, diálogo que por vezes possui complicações pelas questões discutidas na relação contratual que existia entre as partes.

Logo, a conciliação encaramos de uma maneira branda, simples, um conciliador com autoridade busca aproximá-las, compreender e ajudar nas possíveis negociações. Por fim, a Lei da Arbitragem, onde as partes definem uma terceira

¹ A presente atividade, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor, titulação do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

pessoa ou entidade para solucionar o seu problema, sem a participação do Poder Judiciário.

OS MEIOS ALTERNATIVOS PARA SOLUÇÕES DE CONFLITOS

Para que seja possível abordar esse assunto, é necessário fazer uma diferenciação entre empregado e empregador, que está descrita conforme a CLT. (BRASIL, 1943)

Art. 2º – Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

Neste mesmo sentido:

Art. 3º – Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

A nova CLT passou a vigorar em novembro de 2017 depois de realizada a mais profunda alteração na história, que foi chamada de Reforma Trabalhista e que mudou sensivelmente o funcionamento do direito do trabalho. A Reforma passou a autorizar, por exemplo, a resolução do conflito fora do Poder Judiciário. Até então, o acordo só podia ser realizado nas reclamações trabalhistas que já existiam. O entendimento amigável tinha que ser alcançado apenas e tão somente durante o processo judicial. (ANAMATRA, 2019)

Corroborando com os meios alternativos propostos, a negociação coletiva deslumbra-se como um procedimento de resolução de conflitos, estes essenciais para uma estabilização das relações de trabalho. Permite consigo uma flexibilização e adaptação dos direitos previstos em lei, por sua vez proporcionando a manutenção da paz social, por meio do entendimento entre as partes. (CONCEIÇÃO; PORTELA; SILVA; COSTA, 2019)

É de suma importância mencionar que a negociação coletiva é regida por alguns princípios, os quais se destacam: da boa-fé; da razoabilidade; da igualdade; do direito de informação. Nesse mesmo sentido, entende-se que a negociação coletiva é um dos principais instrumentos utilizados pelo empregador e empregado, que tem por objetivo a superação de conflitos, a regulação das relações de trabalho, a celebração de contratos coletivos, convenções coletivas ou acordos coletivos, em que serão fixados os parâmetros do trabalho. (RODRIGUES *apud* CONCEIÇÃO; PORTELA; SILVA; COSTA, 2019)

Diante dos inúmeros conflitos trabalhistas, não resta dúvidas de que o instituto da mediação como meio de solução de conflitos nas relações de trabalho possui inúmeros benefícios para todas as partes envolvidas, além de diminuir o volume alarmante de processos impetrados perante à Justiça do Trabalho. De nada adianta a persistência da problematização e das reclamações dos brasileiros em relação à mora do processo perante o Judiciário - tendo em vista a centralização dos litígios perante os órgãos julgadores - sem que tentem solucionar conflitos através de formas alternativas legalmente previstas e eficazes. Portanto, cabe aos juristas e advogados trabalhistas intensificarem a conscientização de seus clientes quanto aos benefícios da mediação trabalhista, dentro dos ditames éticos e legais, bem como cabe ao Judiciário incentivar a realização desta prática. (SECURATO, 2019)

O direito do trabalho gera muitas dúvidas quanto à aplicação do instituto da mediação, por se tratar, em sua maioria, de direitos indisponíveis porem, serão

demonstrados que vários aspectos da relação trabalhista podem ser objeto de acordo e numa eventual controvérsia, a mediação pode e deve ser utilizada como forma de solucionar o combate, evitando gastos desnecessários para o empregador que geraria impacto financeiro no âmbito econômico da empresa, gerando um desgaste na relação pessoal de trabalho, afinal, mesmo em se tratando de um conflito de uma pessoa física (trabalhador) com a pessoa jurídica (empresa) as relações é entre seres humanos de um lado representando um interesse pessoal, e do outro lado representando um interesse de uma instituição. (NORMANDO, 2020)

Ao focalizar para a Conciliação, cabe saber, que é uma forma de resolução de conflitos na qual um conciliador com autoridade ou indicado pelas partes, busca aproximá-las, compreender e ajudar nas possíveis negociações, no intuito de resolver, sugerir, indicar propostas ao mesmo tem que aponta as falhas, vantagens e desvantagens fazendo jus à composição. (MINGHINI; LIGERO)

Com a reforma trabalhista de 2017, instituída pela Lei 13.467/17, segundo Athena Bastos, também impactou o instituto da conciliação trabalhista. O art. 855-B, incluso, dispôs acerca da homologação de acordo extrajudicial. (BASTOS, 2018)

Art. 855-B. O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.

§ 1º As partes não poderão ser representadas por advogado comum.

§ 2º Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.

Logo, portanto, a conciliação extrajudicial poderá ser homologada em juízo. Haja visto que em muitos casos, em se tratar de Direito do Trabalho, são marcados por uma relação de hipossuficiência do trabalhador. Por esta razão, há previsão neste mesmo dispositivo acerca da obrigatoriedade da assistência de advogado. (BASTOS, 2018)

A Lei de Arbitragem passa a ser encarada como uma ferramenta importantíssima na busca de uma solução para evitar litígios. Cabe salientar que as funções exercidas pelos juízes de primeira instância sejam valorizadas diante do poder judiciário brasileiro. (MELO, 2019)

A arbitragem no Direito do Trabalho está prevista na Constituição Federal Brasileira no artigo 114, §§ 1º e 2º (BRASIL, 1988):

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros;

§ 2º - Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

Ainda, está presente na Lei Complementar nº 75/93, no artigo 83, XI, tratando dos dissídios coletivos. (BRASIL, 1993)

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

XI – atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.

METODOLOGIA

Levantamento de dados através de pesquisa bibliográfica em artigos com base de dados eletrônicos: Google Acadêmico (Google), entre outros endereços eletrônicos que compõe a realização do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido observar os impactos causados pela reforma trabalhista de 2017, que de maneira geral teve forte influência nas questões litigiosas, reformulando e dando cara nova as soluções pacíficas, sem a necessidade do Poder Judiciário.

É imprescindível atentar aos meios alternativos para solução de conflitos, que tem como objetivo amenizar e trazer uma resposta amigável e possível as partes, não gerando um desgaste desnecessário dos envolvidos nas questões pertinentes as relações trabalhistas, além da tentativa válida de desafogar o Judiciário.

Concluimos que a busca ao Poder Judiciário, tanto almejado em alguns conflitos trabalhistas, pode significar uma resposta através de sentença, ressaltando a efetividade da justiça de fato. Logo, é de conhecimento que nem sempre a resposta será positiva, pois há autor e réu, logo, ganhador e perdedor.

AGRADECIMENTOS

Transmitir conhecimentos é um ato de nobreza, que muito além de enriquecer quem os recebe, é a satisfação de quem busca a cada tempo o seu melhor como docente. Agradecemos a disposição, auxílio e maestria do orientador Leandro Chiarello de Souza, estendendo os agradecimentos a toda a equipe da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANAMATRA. **Como a mediação no direito do trabalho pode resolver conflitos?** Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/27731-como-a-mediacao-no-direito-do-trabalho-pode-resolver-conflitos#:~:text=A%20media%C3%A7%C3%A3o%20no%20direito%20do%20trabalho%20permite%20que%20empregado%20e,de%20homologa%C3%A7%C3%A3o%20do%20acordo%20extrajudicial.&text=S%C3%B3%20que%20o%20trabalho%20passou,querem%20o%20reconhecimento%20do%20acordo>>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

BASTOS, Athena. **Como ficou a Conciliação trabalhista após a reforma e o novo CPC.** Disponível em: <<https://blog.sajadv.com.br/conciliacao-trabalhista/#:~:text=764%20e%20%C2%A7%203%C2%B0,de%20encerrado%20o%20ju%C3%ADzo%20conciliat%C3%B3rio%E2%80%9D.>>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5452, de 01 de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

OS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Amanda de Moraes Schulze
 Analine Rodrigues Vieira
 Franciele Oliveira dos Santos
 Vinicius Renan Balestrin
Orientador: Gustavo Marcondes

BRASIL. **Lei n. 9307, de 23 de setembro de 1996.** Dispõe sobre a arbitragem. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9307.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.140/2015, de 26 de julho de 2015.** Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13140.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

CONCEIÇÃO, Dandara Roberta Soares; PORTELA, Eduarda Mello; SILVA, Luiza Heider Salles da; COSTA, Marcelo Cacimotti. **Resolução de conflitos: Negociações Coletivas no Direito do Trabalho.** Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/Anais-da-II-Mostra-de-Trabalhos-em-Praticas-Socioculturais.pdf#page=41>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

MELO, Leonardo Ranieri Lima. **Os meios alternativos de soluções de conflitos e a arbitragem no direito do trabalho.** JusBrasil. Disponível em: < Os meios alternativos de solução de conflitos e a arbitragem no Direito do Trabalho - Jus.com.br | Jus Navigandi>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

MESQUITA, Andréa. **Lei da Mediação e novo CPC reforçam acerto da Resolução 125 do CNJ.** CNJ: Brasília-DF, 27 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81043-lei-da-mediacao-e-novo-cpc-reforcaram-acerto-da-resolucao-125-do-cnj>>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

MINGHINI, Paula Heugênia; LIGERO, Gilberto Notário. **Meios alternativos de resolução de conflitos: Arbitragem, Conciliação, Mediação.** Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/download/2444/1968>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

NORMANDO, Thiago Edirsandro Albuquerque. **A Mediação como meio alternativo de solução de conflitos trabalhistas no âmbito do TRT22.** Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do-trabalho/a-mediacao-como-meio-alternativo-de-solucao-de-conflitos-trabalhistas-no-ambito-do-trt22/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

SECURATO, Claudia Orsi Abdul Ahad. **Como a mediação trabalhista pode trazer mais conforto nas resoluções de conflitos entre empregado x empregador.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/77332/como-a-mediacao-trabalhista-pode-trazer-mais-conforto-nas-resolucoes-de-conflitos-entre-empregado-x-empregador>>. Acesso em: 04 de novembro de 2020.

RESUMO

Os crimes contra a organização do trabalho passaram por vários ramos do direito, deixando mais claro quais foram os caminhos que o legislador teve até chegar nos tipos penais atuais. O atual Código Penal conta com onze artigos, do 197 ao 207, que tutelam na forma individual de trabalho e também na coletiva. O artigo 197 menciona ser crime constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a exercer ou não, ofício ou indústria, a trabalhar ou não durante certo período ou em determinados dias. Desta forma todos podem ter sua devida liberdade de acordo com a relação do trabalho, mesmo em tempos atuais onde estamos presenciando os acontecimentos da Covid-19, um empregador não pode agir com violência ou ameaça, forçar seus empregados a trabalharem durante este período, aqui se deve haver um acordo entre as partes para que ambas estejam aptas a trabalhar e de forma segura.

Palavras-Chave: Crimes. Trabalho. Penal. Legislação.

INTRODUÇÃO

No que tange o Direito Penal no âmbito do trabalho, tornam-se temas de discussão, algumas condutas realizadas podem se tornar crime.

Para que se caracterize crime, o delito precisa ferir a liberdade individual do trabalhador, bem como o próprio trabalho, o delito deve atingir a dignidade humana e ferir a manutenção da Previdência Social e as Instituições Trabalhistas colocando-as em risco. Os crimes contra a organização do trabalho são tratados no Código Penal brasileiro, definidos no título IV, artigos 197 a 207 e visam a proteção da liberdade individual do trabalhador.

Para um melhor entendimento desse cenário, serão abordados temas que envolvem o trabalho no dia a dia e crimes que podem ocorrer neste decorrer, bem como a legislação que ao nosso ver, está desatualizada ao nosso mundo atual.

1 EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NOS ÚLTIMOS ANOS

Ao longo da história o direito do trabalho passou por diversas mudanças, desde as primeiras relações trabalhistas que ocorreram na pré-história, como

escravidão, servidão, corporações de ofício, até as revoluções francesa e industrial, se consagrando no constitucionalismo social.

O direito do trabalho se desenvolve com a evolução da sociedade, sendo assim, pode ser considerado resultado das mudanças ocorridas na sociedade. O direito do trabalho no Brasil foi muito influenciado pelas mudanças e revoluções ocorridas na Europa.

Segundo Bezerra Leite, a história do direito do trabalho é dividida em três fases:

No Brasil, podemos dividir a história do direito do trabalho em três fases: a primeira, do descobrimento à abolição da escravatura; a segunda, da proclamação da república à campanha política da Aliança Liberal; e a terceira, da Revolução de Trinta aos nossos dias. (LEITE, 2018)

Diz ainda, Silva (2020) a relação de trabalho, no Brasil, foi influenciado por todas essas fases, e se iniciou com a abolição da escravidão, se desenvolvendo com a proclamação da república, e, conseqüentemente, sendo consagrado com as constituições e revoluções sociais que ocorreram no país.

Em 1824 a Constituição da época, assegurou a liberdade do trabalho e extinguiu as corporações de ofício. No ano de 1830, foi feita uma lei que regulamentou o contrato por escrito sobre prestação de serviço celebrado por brasileiro ou estrangeiro. MORAES (1995).

Em 1850 foi criado o Código Comercial, dispendo sobre o mercantilismo, os salários, as indenizações, aviso prévio, etc. No ano de 1903 foi criada a lei sobre a sindicalização dos profissionais da agricultura.

Em 1930 pelo Decreto nº 19.443 foi criado o Ministério do trabalho, indústria e comércio, que impulsionou a formação da política trabalhista brasileira. Para BARROS (2010) a doutrina dominante considera este marco do aparecimento do direito do trabalho no Brasil, embora anteriormente já existisse legislação a respeito.

A constituição de 1934 garantiu alguns direitos trabalhistas, como o salário mínimo, a liberdade sindical, o repouso semanal, a isonomia salarial, jornada de 8 (oito) horas de trabalho e férias anuais remuneradas. O Decreto Lei nº 1.237, em 1939 construiu a Justiça do Trabalho, tendo como órgãos as Juntas, os Conselhos Regionais do Trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho.

Porém depois do golpe de Getúlio Vargas, uma nova constituição foi implementada, a constituição de 1937, que aniquilou grande parte dos direitos já conquistados.

Já em 1943 aconteceu um grande avanço no direito do trabalho com a aprovação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), está reuniu todas as leis sobre o trabalho individual, direito coletivo e processo do trabalho.

1988 no Estado Democrático de direito, foi promulgada a chamada constituição cidadã, que aprovou a Lei de Greve (Lei nº 7.783/1989), lei sobre política salarial (Lei nº 7.788/1989), a lei sobre o salário mínimo (Lei nº 7.789/1989), lei sobre o FGTS (Lei nº 8.036/1990). Além de tornar os direitos trabalhistas constitucionais, sendo, dessa forma, consagrados no ordenamento brasileiro.

2 IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente em 11 de março de 2020 que o vírus do covid-19, o qual surgiu na cidade de Wuhan na China, havia se espalhado e que logo atingiria todos os países tornando-se uma pandemia global, sendo um vírus com alto nível de contágio e mortalidade, que por conseqüente ocasionaria a morte de milhares de pessoas, em especial, de idosos.

Desde então o mundo se viu diante de uma crise sanitária sem precedentes, com o número de infectados e países contagiados cada vez mais alto, afetando inicialmente as áreas sociais e econômicas. O desconhecimento do vírus e a necessidade de medidas protetivas para a população ensejaram políticas públicas de cunho emergencial em todo o mundo, determinando medidas com ênfase na minimização dos efeitos da pandemia, uma vez que evitá-los, seria impossível.

Por outro lado, no que tange a economia nacional, essa sofre impactos tenebrosos, milhões de trabalhadores perderão seus empregos, e inúmeras pequenas empresas irão falir, a recuperação e retomada de crescimento não será algo rápido ou fácil.

A partir da declaração emitida pela OMS (Organização Mundial de Saúde) referente ao Coronavírus, e do comunicado de estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional, fez-se necessário a criação de medidas provisórias para regulamentar o trabalho das pessoas.

O Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 356 no mesmo dia 11 de março, disciplinando as iniciativas que deveriam ser adotadas para o combate e enfrentamento do vírus no Brasil. Logo após, os Estados brasileiros em geral foram adotando medidas de isolamento social, paralisação de atividades não consideradas essenciais e orientando a população a ter hábitos de higiene como uso de máscaras faciais e constante lavagem das mãos e uso de álcool em gel.

Medidas provisórias permitiram a possibilidade de uma relação entre empregado e empregador nas relações de trabalho, inclusive autorizando exceções à legislação trabalhista, ou a acordos coletivos firmados anteriormente, porém observado o disposto na constituição federal e tendo como finalidade principal de manter o vínculo empregatício.

3 CRIMES PENAIS EM NOVOS TEMPOS

Nesse momento, surgem diversas dúvidas acerca dos direitos e deveres do empregado e do empregador, principalmente no que diz respeito à obrigatoriedade do trabalho em tempos de pandemia, e segundo dispõe o Código Penal:

Art. 197 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:

I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência; (BRASIL, 1940)

Entende-se por grave ameaça qualquer constrangimento moral, que cause um dano a um bem jurídico, tendo como finalidade a imposição da vontade do agente.

A norma tem como objetivo a liberdade individual, tanto do empregado como do empregador, inclusive em tempos do Covid-19, o empregador não pode fazer uso da violência ou da ameaça para obrigar os empregados a trabalharem nesse período, no entanto, pode ser acordado entre os dois, podendo ainda, criar exceções as normas trabalhistas, contanto que não utilize de violência ou de grave ameaça.

No entanto, mesmo que alguns serviços encontrem-se temporariamente suspensos, outros são considerados de cunho essencial, como é o caso dos supermercados, nesse caso, por exemplo, a ausência de presença no trabalho, servir como penalização/suspensão do vínculo de emprego não pode ser enquadrada como grave ameaça e constituir o crime do Código Penal.

Obrigar alguém a trabalhar violando a determinação sanitária pode dar o pontapé a um crime previsto no Código Penal:

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa. (BRASIL, 1940)

Isso porque, quando se determina o isolamento não se evita tão somente a pessoa de não infectar outras pessoas, mas também é essencial evitar que ele não propague o vírus ou então que exponha pessoas ao risco de contrair a doença. Contudo, evitando as sanções penais, em virtude das recentes atualizações legais, é recomendado que as empresas criem acordos com os empregados, sem recorrer ao judiciário para a resolução de conflitos, onde muitas vezes é possível encontrar modos alternativos para execução do trabalho, como por exemplo o "home office", se assim consentirem as partes.

O dia a dia dos brasileiros ob graves risco à sua saúde por causa do covid-19, e também da incerteza do futuro e da certeza de uma crise econômica sem precedentes, sendo assim os empregadores devem estar por dentro das normas legais, afim de evitar a configuração de um crime.

CONCLUSÃO

Concluimos neste artigo, o assunto foi relacionado com a obra Os Robôs e o Futuro Do Emprego, dentre alguns conteúdos existe o nosso atual cenário, a pandemia e as consequências que a mesma está trazendo para esse setor.

Explanamos sobre a evolução do trabalho pegando informações desde quando às pessoas trabalhavam como escravos, mas com o desenvolvimento da sociedade o direito dos trabalhadores começaram a surgir, na constituição de 1934 houve um avanço tão grande que usamos esses direitos trabalhistas até os dias atuais, tendo como exemplo a (Lei nº 7.789/1989) sobre o salário mínimo.

A respeito dos crimes contra organização do trabalho, estes surgiram em 1830, mas com algumas alterações em nosso código penal, no momento presente temos onze artigos que tutelam sobre este assunto, agindo de forma individual e coletiva.

Por fim, nos dias de hoje o cenário é outro, em nosso país mesmo havendo inúmeras leis trabalhistas algumas pessoas trabalham de forma escrava e nem sequer conseguem sustentar suas próprias casas, a maioria destas não sabem os direitos que os pertencem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aggeu. **Dos crimes contra a organização do trabalho**. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 53, p. 370-389, jan. 1958. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66301/68911>> Acesso em: 3 nov. 2020.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2010. p.70.

COLLOCA, Felipe Governati; TANGERINO, Davi; ÁGUEDO, Patrícia Lopes Dannebrock. Coronavírus e os crimes contra a organização do trabalho. In: **Coronavírus e os crimes contra a organização do trabalho**. [S. l.], 20 maio 2020. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/depeso/327297/coronavirus-e-os-crimes-contra-a-organizacao-do-trabalho>>. Acesso em: 29 out. 2020.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. – 10 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018

MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antônio Carlos Flores de. **Introdução ao direito do trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 1995. p. 100.

SILVA, Rubiana Padilha da. **A formação e a evolução histórica do Direito do Trabalho no Brasil e no Mundo** Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 19 out 2020. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53078/a-formacao-e-a-evolucao-historica-do-direito-do-trabalho-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 22 out 2020.

DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS AÇÕES DE HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA¹

Gean Carlesso dos Santos²
Henrique Rodrigues Viapiana³
Aline Gomes Savi⁴
Maicon Meireles Moraes⁵
Fábio Laismann Junior⁶
Bianca Gabriele de Moraes⁷

Resumo - Bem se sabe que os direitos e garantias fundamentais se encontram previstos na Constituição Federal e são direitos inerentes ao ser humanos, cabendo ao Estado o dever de protegê-los. Além disso, estão se tornando cada vez mais importantes, principalmente na defesa da dignidade humana. No entanto, em certos casos, tais direitos são violados e, em sua proteção, surgem os conhecidos “remédios” constitucionais, ou ações constitucionais, dentre as quais serão citadas as ações de Habeas Corpus e Mandado de Segurança.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais, Ações Constitucionais, Habeas Corpus, Mandado De Segurança.

INTRODUÇÃO

Como o nome sugere, os direitos fundamentais são os direitos garantidos aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes ou de passagem no território nacional, essenciais à vida digna, o que faz com que as vezes sejam confundidos com os direitos humanos (BASTOS, 2018).

Entretanto, embora exista uma estrita relação, a diferença está na amplitude que eles têm, já que os direitos humanos estão ligados ao conjunto de direitos e garantias de cada ser humano, mas são estabelecidos em nível internacional, ou seja, são aqueles direitos previstos na Declaração de Direitos Humanos da ONU e acatados por todas as nações que assinaram e reconhecem tal Declaração (BASTOS, 2018).

O Habeas Corpus encontra previsão legal nos incisos LXVIII e LXXVII do artigo 5º da Constituição Federal. Pode ser definido como um remédio constitucional que busca a garantia da proteção do direito de ir e vir dos indivíduos.

Já o Mandado de Segurança é uma ação constitucional, disponibilizada a toda pessoa física e jurídica, que serve como proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, e que esteja ameaçado de lesão por ato de autoridade (MEIRELLES, 2008).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos fundamentais, se encontram expressos dentro do ordenamento jurídico brasileiro, baseados, sobretudo, no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, sendo aqueles previstos na Constituição Federal de 1988 (BASTOS, 2018)

Aludidos direitos são dotados de irrenunciabilidade, ou seja, ninguém pode abrir mão de seus direitos, são ainda inalienáveis e invioláveis o que significa que não podem ser trocados, vendidos ou violados, sob o risco de punição estatal, ademais são imprescritíveis, podendo ser exigidos a qualquer tempo, sendo também universais, uma vez que alcança a todos os indivíduos de forma indistinta (BASTOS, 2018).

Como já dito os direitos fundamentais estão dispostos da Constituição de 1988, mais precisamente em seu título II e, vale destacar que enquanto os direitos fundamentais estão relacionados aos direitos positivados, as garantias fundamentais são normas de direito assecutorio que visam a proteção dos direitos previstos, como por exemplo o Habeas Corpus que serve para assegurar o direito fundamental à liberdade.

O Caput do artigo 5º da Constituição Federal apresenta os cinco direitos que possuem mais importância e são tidos como bases para o ordenamento jurídico brasileiro. Vejamos a redação do artigo supracitado:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988, n.p).

De forma sucinta vale dizer que o direito à vida não se refere apenas ao direito de existir, mas sim ao direito de viver uma vida digna, respeitando-se a integridade física e moral, quanto ao direito à liberdade refere-se não só ao direito do indivíduo ir e vir, mas também em sua liberdade religiosa, social, etc. O direito à igualdade veda a discriminação de qualquer forma. Outrossim, o direito à segurança visa o poder de punição do Estado em face da proteção dos indivíduos. Por fim o direito à propriedade, que estabelece que a propriedade é um direito de todos e deverá atender ao princípio da função social. (BASTOS, 2018).

Suprida a explicação acerca dos direitos fundamentais, cabe trazer a baila as duas garantias fundamentais, ou também chamadas de “remédios” constitucionais que serão explanados daqui em diante.

Os remédios constitucionais, são instrumentos previstos no ordenamento jurídico brasileiro que deveriam ser conhecidos por todos os cidadãos do país, já que são meios que os indivíduos têm de garantir a perfeita ordem dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal quando o Estado, ora garantidor de tais direitos, não cumpre seu dever, seja por despreparo, ilegalidade ou abuso de poder (SCHAEFER, 2016).

HABEAS CORPUS

Atualmente está descrito no artigo 5º, LVIII da Constituição Federal de 1988:

[...] conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. (BRASIL, 1988, n.p)

Em seus ensinamentos Diomar Ackel Filho, explica também que quando o direito fundamental à liberdade é violado o Habeas Corpus é a ação cabível, vejamos:

Qualquer pessoa tem direito de se locomover para onde quer que seja, sob as restrições decorrentes da propriedade privadas e locais proibidos pela autoridade pública. O mesmo direito existe em radicar-se e ficar onde quiser, desde que não haja violação à lei. De modo que se houver algum dano potencial ou efetivo a esse *status libertatis*, de que goza o cidadão livre, o habeas corpus será cabível. (apud, MAGALHÃES, 1992, p. 03).

O Habeas Corpus é uma ação autônoma de impugnação gratuita, constitucionalmente estabelecida, que tem como objetivo preservar ou reestabelecer a liberdade de locomoção de um indivíduo. É concedido sempre que uma pessoa se encontrar ameaçado ou sofrer violência em seu direito de ir e vir ficar e estar, seja por ilegalidade ou abuso de poder (SCHAEFER, 2016).

Outrossim, o Habeas Corpus pode ser liberatório, quando tem por âmbito fazer cessar o constrangimento ilegal, ou preventivo, quando tem por fim proteger o indivíduo contra constrangimento ilegal que esteja na iminência de sofrer (SCHAEFER, 2016).

MANDADO DE SEGURANÇA

O Mandado de Segurança é um remédio constitucional de natureza de ação civil, mesmo quando o ato coator for penal, trabalhista, militar, policial, eleitoral, etc., cuja tramitação se dá em rito sumário especial visando preservar o direito líquido e certo do impetrante, ou seja, aquele direito que não necessita da produção de prova pericial ou testemunhal, mas somente da prova documental. É uma ação de natureza residual, subsidiária e só é oponível quando não for o caso de Habeas Corpus ou Habeas Data (SCHAEFER, 2016).

Encontra-se expresso na Carta Magna em seu artigo 5º, LXIX:

[...] conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. (BRASIL, 1988, n.p)

Existem duas formas de mandado de segurança, o Mandado de segurança preventivo, que tem por finalidade evitar um ato ilegal e visa garantir que o direito se cumpra e o Mandado de segurança repressivo, onde o ato ilegal já foi cometido pela autoridade pública, neste caso impetra-se a ação com o fim de reprimir a injustiça cometida (DUARTE, 2018).

Sobre o tema, destaca-se ainda, que quanto à legitimidade para impetração, o Mandado de Segurança poderá ser individual ou coletivo, diferenciando-se este último do primeiro por destinar-se à defesa de direitos líquidos e certos de um grupo de pessoas, direitos esses que podem ser coletivos ou individuais homogêneos (Dantas, 2012).

METODOLOGIA

Para confecção do presente artigo utilizou-se, como metodologia, a pesquisa bibliográfica, buscando apresentar as mais recentes ideias de diferentes autores sobre o assunto proposto, com a intenção de promover um melhor entendimento e

apresentar de forma concisa os conceitos das ações de mandado de segurança e habeas corpus e a relação de tais ações constitucionais com os direitos fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que as ações constitucionais de Habeas Corpus e Mandado de Segurança fornecem meios para garantir a efetivação dos direitos individuais, ocorrendo uma forma de dupla efetivação, uma vez que visam a preservação, manutenção, proteção e restituição dos direitos fundamentais, ao mesmo tempo que garantem a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, este essencial na aplicação de qualquer norma do ordenamento jurídico, sendo considerado como princípio base.

Outrossim, conforme vislumbrado, o Estado é detentor do dever de cumprir as promessas constitucionais, ao passo que a efetivação dos direitos fundamentais trazidos pela Constituição Federal tem que se dar de maneira espontânea por parte do agente público, já que são tidos como o mínimo existencial para o indivíduo.

Contudo, mesmo assim, o Estado, em certos casos, deixa de cumprir seu papel de garantidor dos direitos fundamentais, nesse passo surge a lesão ao direito do cidadão, que como meio para restabelecer sua vida digna busca dos remédios constitucionais, dentre os quais o Habeas Corpus e o Mandado de Segurança.

REFERÊNCIAS

- ACKEL FILHO, Diomar. **Writs Constitucionais, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Habeas Data**. Editora Saraiva. São Paulo, 1988. Pg. 30. Apud, AS GARANTIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. Brasília, 1992. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176046/000472185.pdf?sequen ce=3>. Acesso em: 14 out. 2020.
- BASTOS, Athena. **Direitos e garantias fundamentais: o que são e quais as particularidades?** In: SAJADV. 8 jul. 2020. Disponível em: <https://blog.sajadv.com.br/direitos-e-garantias-fundamentais/>. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2020.
- DANTAS, Rosalliny Pinheiro. **O Mandado de Segurança Coletivo** In: jusbrasil. 01 jun. 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/o-mandado-de-seguranca-coletivo/>. Acesso em: 14 out. 2020.
- DUARTE, Erick. **A viabilidade da utilização do habeas corpus como meio de defesa na execução de alimentos**. In: Jus.com.br, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70694>. Acesso em: 14 out. 2020.
- PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Apud SCHAEFER, Jacqueline Dias de Freitas. Remédios ou garantias de Direito Constitucional. In: DireitoNet, 8 maio

2016. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9708>. Acesso em: 14 out. 2020

SCHAEFER, Jacqueline Dias de Freitas. **Remédios ou garantias de Direito Constitucional**. In: DireitoNet, 8 maio 2016. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9708>. Acesso em: 14 out. 2020.

OS DIREITOS DAS PARTES NA AUTOCOMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS

Carlos Eduardo Speggorin (carlos.speggorin@outlook.com)
Prof. Esp. Roselaine de Almeida Périco (roseperico2@gmail.com)

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador/SC, Brasil

RESUMO

Considerando o exorbitante número de novos ajuizamentos de ações/recursos no Judiciário Brasileiro, esta pesquisa vem com o objetivo de demonstrar o funcionamento do nosso sistema jurídico através da mediação/autocomposição de conflitos perante o meio da Administração Pública. Ao passar das décadas, notou-se entre os estudiosos do ramo que o sistema Judiciário precisaria de um “escape” para situações cotidianas, as quais poderiam ser abordadas de forma mais objetiva, porém de maneiras consoantes aos princípios presentes no texto da Constituição Federal em vigor. Oriundo a este fato, começaram a surgir novos métodos para o tratamento destes tipos de relações, como por exemplo, a mediação e autocomposição, bem como outras possibilidades na aplicação do direito das partes envolvidas. Entretanto, o grande ponto em debate, seria qual o método a ser utilizado para a resolução dessas divergências de maneira amigável, sem que houvesse o desrespeito aos princípios e interesses do Estado. Em atenção a esta disciplina, o Código de Processo Civil permitiu a resolução de conflitos por meio da Arbitragem, assim como adotou que¹ “O Estado sempre promoverá a solução consensual dos conflitos”.

PALAVRAS-CHAVE

Mediação. Arbitragem. Administração Pública. Processos. Conflitos.

INTRODUÇÃO

Inicia-se explicando que a mediação apesar de ser introduzida desde o Código Civil de 1916, apenas no Código de Processo Civil de 2015 encontrou larga utilização, que é oriunda de uma das mais antigas formas de resolução de conflitos por meio de um terceiro imparcial, estando presente desde o significativo Direito Romano dos séculos antigos.

De costume, entende-se que “a jurisdição é monopólio e função do Estado que, assim, substitui as partes na solução do conflito que os envolve, mediante aplicação do direito material por meio do processo” (Cândido Rangel Dinamarco,

¹ Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 1º É permitida a arbitragem, na forma da lei.

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos

Ada Pellegrini Grinover e Antonio Carlos Araújo Cintra, Teoria geral do processo, 10. ed., São Paulo, Malheiros, 1994, p. 125.)

Dessa forma, ante a demasiada procura para a resolução de conflitos, dentre os mais variados interesses, é de estima importância a aplicação do direito de forma correta e justa para ambas as partes, conforme será demonstrado ao longo desta pesquisa.

OBJETIVO

É de interesse do autor explicar os direitos da aplicabilidade da mediação e a autocomposição de litígios perante aos atos da Administração Pública Brasileira.

O MEIO DA ARBITRAGEM

Entende-se por arbitragem, “como o meio privado, jurisdicional e **alternativo de solução de conflitos** decorrentes de direitos patrimoniais e disponíveis por sentença arbitral, definida como título executivo judicial e prolatada pelo árbitro, juiz de fato e de direito, normalmente especialista na matéria controvertida” (Scavone, Luiz Antonio, 2015, p. 19, grifo meu). Deste modo, caso ainda haja necessidade de se recorrer ao Judiciário, tal medida se tornaria o segundo grau da arbitragem.

Grande porcentagem da massa da população não sente segurança na tentativa da resolução de conflitos via arbitragem, uma vez que a decisão do árbitro não teria poder no judiciário, e assim, causando insegurança. Entretanto, após algumas mudanças no ordenamento jurídico, ocorreu que a decisão do árbitro teria poder de Sentença, podendo até constituir título executivo judicial, consoante artigo 515, VII,:

Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:
 VII - a sentença arbitral.

Imperioso mencionar que a solução concedida pelo árbitro, tem a denominação de *sentença arbitral*².

De mais a mais, entende-se que a arbitragem é representada pela heterocomposição, sendo “solução do conflito pela atuação de um terceiro dotado de poder para impor, por sentença, a norma aplicável ao caso que lhe é apresentado” (Scavone, Luiz Antonio, 2015, p. 24), e advindo disto, “A solução através do Poder Judiciário (*jurisdição estatal*) decorre da atribuição sistemática do Estado, que deve dizer o direito e, principalmente, impor a solução do conflito.” (Scavone, Luiz Antonio, 2015, p. 24).

Em consonância com a obra já citada em alguns momentos, a mesma discorre que as partes não possuem obrigação na solução de conflitos de forma alternativa, com a justificativa de que a solução arbitral somente pode ser adotada em razão da vontade das partes. Isto é, o respeito ao uso dos princípios

² **Sentença arbitral** é o comando privado emitido por árbitro ou tribunal **arbitral** constituído legitimamente e com jurisdição para prolação da decisão.

constitucionais deverá estar em uso, que neste caso, se faz do princípio da autonomia da vontade.

“Em resumo, a arbitragem não é obrigatória, vez que ninguém pode ser compelido a se submeter à arbitragem.

Nem sequer a lei poderia impor esta obrigação de forma compulsória, como vimos por ocasião da análise da constitucionalidade da Lei 9.307/1996.

Todavia, se as “partes” convencionarem a arbitragem, em razão da manifestação volitiva livre e consciente, pelo princípio da autonomia da vontade, o que foi estabelecido entre elas se torna obrigatório: *pacta sunt servanda*.” (Scavone, Luiz Antonio, 2015, p. 101/102).

Diante aos fatos já apresentados, é de elevada importância mencionar aos leitores que a arbitragem/autocomposição de litígios fundou-se diante ao fato de que o judiciário estaria abarrotado de processos, assim podendo levar mais do que o dobro do tempo necessário, ou seja, com outra opção podendo ser optada, as decisões tendem a ser tomadas de forma mais célere e eficaz.

Complementando, a Constituição Federal vigente em nosso país protege a recusa na resolução de conflitos por meio da arbitragem no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme segue abaixo:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
 § 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

Por fim, o resultado que se quer obter com esta pesquisa, é informar ao leitor que o meio da arbitragem além de ser seguro suficiente para a resolução de litígios, também ajuda o sistema judiciário brasileiro a poder obter seus resultados de forma mais célere e eficaz, uma vez que diminuindo a quantidade de processos ajuizados, a justiça pode cumprir o seu papel perante a sociedade.

METODOLOGIA

Utilizou-se para estudo e concretização a obra “Manual de Arbitragem – Mediação e Conciliação” do Dr. e Professor Luiz Antonio Scavone Junior e respeitou-se a Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e Regulamentação do SEDEPEX.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Originou-se das pesquisas realizadas, que o uso da arbitragem deveria ser um meio mais utilizado pelas partes ativas do judiciário, uma vez que com o sistema sobrecarregando, não há possibilidade de se obter o resultado adequado diante as inúmeras situações.

Outra questão observada, fora de que uma boa parte das demandas ajuizadas no sistema judiciário não são de merecimento de tal relevância, isto

porque, são conflitos que podem ser resolvidos de forma mais primordial entre as partes.

Diante disto, conclui-se que a longa espera pela sentença judicial é alusiva ao fato do sistema judiciário estar completamente sobrecarregado de situações que podem ser resolvidas por meio de arbitragem/autocomposição.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APIADORAS

Recursos Próprios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

SCAVONE, Luiz Antonio. Manual da Arbitragem – Mediação e Conciliação. Editora Forense. 8ª edição. 2018.

ARBITRAGEM NA AUTOCOMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS¹

Carlos Eduardo Speggorin, carlos.speggorin@outlook.com²
Roselaine de Almeida Périco, roselaine.almeida@uniarp.edu.br³

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador/SC, Brasil

Resumo - Considerando o exorbitante número de novos ajuizamentos de ações/recursos no Judiciário Brasileiro, esta pesquisa vem com o objetivo de demonstrar o funcionamento do nosso sistema jurídico através da mediação/autocomposição de conflitos perante o meio da Administração Pública. Ao passar das décadas, notou-se entre os estudiosos do ramo que o sistema Judiciário precisaria de um “escape” para situações cotidianas, as quais poderiam ser abordadas de forma mais objetiva, porém de maneiras consoantes aos princípios presentes no texto da Constituição Federal em vigor. Oriundo a este fato, começaram a surgir novos métodos para o tratamento destes tipos de relações, como por exemplo, a mediação e autocomposição, bem como outras possibilidades na aplicação do direito das partes envolvidas. Entretanto, o grande ponto em debate, seria qual o método a ser utilizado para a resolução dessas divergências de maneira amigável, sem que houvesse o desrespeito aos princípios e interesses do Estado. Em atenção a esta disciplina, o Código de Processo Civil permitiu que a Administração Pública adote a solução consensual dos seus conflitos.

Palavras-chave: Arbitragem. Administração Pública. Conflitos. Solução.

INTRODUÇÃO

Inicia-se explicando que a mediação apesar de ser introduzida desde o Código Civil de 1916, apenas no Código de Processo Civil de 2015 encontrou larga utilização, que é oriunda de uma das mais antigas formas de resolução de conflitos por meio de um terceiro imparcial, estando presente desde o significativo Direito Romano dos séculos antigos.

De costume, entende-se que “a jurisdição é monopólio e função do Estado que, assim, substitui as partes na solução do conflito que os envolve, mediante aplicação do direito material por meio do processo” (DINAMARCO;GRINOVER; CINTRA, 1994, p. 125.).

Dessa forma, ante a demasiada procura para a resolução de conflitos, dentre os mais variados interesses, é de estima importância a aplicação do

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª. Fase do Curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora especialista, do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

direito de forma correta e justa para ambas as partes, conforme será demonstrado ao longo desta pesquisa.

ARBITRAGEM NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS

Entende-se por arbitragem, segundo Luiz Antonio Scavone (2015, p. 19):

[...] meio privado, jurisdicional e alternativo de solução de conflitos decorrentes de direitos patrimoniais e disponíveis por sentença arbitral, definida como título executivo judicial e prolatada pelo árbitro, juiz de fato e de direito, normalmente especialista na matéria controvertida.

Deste modo, caso ainda haja necessidade de se recorrer ao Judiciário, tal medida se tornaria o segundo grau da arbitragem.

Grande porcentagem da massa da população não sente segurança na tentativa da resolução de conflitos via arbitragem, uma vez que a decisão do árbitro não teria poder no judiciário, e assim, causando insegurança. Entretanto, após algumas mudanças no ordenamento jurídico, ocorreu que a decisão do árbitro teria poder de Sentença, podendo até constituir título executivo judicial, consoante artigo 515, VII, do Código de processo Civil:

Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:

[...]

VII - a sentença arbitral.(BRASIL, 2015)

Imperioso mencionar que a solução concedida pelo árbitro, tem a denominação de sentença arbitral, que é o comando privado emitido por árbitro ou tribunal arbitral constituído legitimamente e com jurisdição para prolação da decisão. (SCAVONE, 2015)

De mais a mais, entende-se que a arbitragem é representada pela heterocomposição, sendo considerada solução do conflito pela atuação de um terceiro dotado de poder para impor, por sentença, a norma aplicável ao caso que lhe é apresentado, e advindo disto, solução através do Poder Judiciário decorre da atribuição sistemática do Estado, que deve dizer o direito e, principalmente, impor a solução do conflito. (SCAVONE, 2015)

As partes não possuem obrigação na solução de conflitos de forma alternativa, com a justificativa de que a solução arbitral somente pode ser adotada em razão da vontade das mesmas. Isto é, o respeito ao uso dos princípios constitucionais deverá estar em uso, que neste caso, se faz do princípio da autonomia da vontade. (SCAVONE, 2015)

Em resumo, a arbitragem não é obrigatória, vez que ninguém pode ser compelido a se submeter à arbitragem.

Nem sequer a lei poderia impor esta obrigação de forma compulsória, como vimos por ocasião da análise da constitucionalidade da Lei 9.307/1996.

Todavia, se as “partes” convencionarem a arbitragem, em razão da manifestação volitiva livre e consciente, pelo princípio da autonomia da vontade, o que foi estabelecido entre elas se torna obrigatório: pacta sunt servanda. (SCAVONE, 2015, p. 101/102).

A arbitragem/autocomposição de litígios fundou-se diante ao fato de que o judiciário estaria abarrotado de processos, assim podendo levar mais do que o dobro do tempo necessário, ou seja, com outra opção podendo ser optada, as decisões tendem a ser tomadas de forma mais célere e eficaz.

Complementando, a Constituição Federal protege a recusa na resolução de conflitos por meio da arbitragem no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme segue abaixo:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

[...]

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.(BRASIL, 1988)

O meio da arbitragem além de ser seguro suficiente para a resolução de litígios, também ajuda o sistema judiciário brasileiro a poder obter seus resultados de forma mais célere e eficaz, uma vez que diminuindo a quantidade de processos ajuizados, a justiça pode cumprir o seu papel perante a sociedade. (SCAVONE, 2015)

METODOLOGIA

Utilizou-se para estudo e concretização a obra “Manual de Arbitragem – Mediação e Conciliação” do Dr. e Professor Luiz Antonio Scavone Junior e respeitou-se a Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e Regulamentação do SEDEPEX.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Originou-se das pesquisas realizadas, que o uso da arbitragem deveria ser um meio mais utilizado pelas partes ativas do judiciário, uma vez que com o sistema sobrecarregando, não há possibilidade de se obter o resultado adequado diante as inúmeras situações.

Outra questão observada, fora de que uma boa parte das demandas ajuizadas no sistema judiciário não são de merecimento de tal relevância, isto porque, são conflitos que podem ser resolvidos de forma mais primordial entre as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disto, conclui-se que a longa espera pela sentença judicial é alusiva ao fato do sistema judiciário estar completamente sobrecarregado de situações que podem ser resolvidas por meio de arbitragem/autocomposição.

Assim, tendo em vista que a resolução de controvérsias através da Arbitragem, em que o ente da Administração Pública esteja envolvido pode, de fato, lograr êxito, eis que tal acordo eventualmente firmado virá pela vontade das partes, mostrando-se de maneira mais justa porque definido entre as mesmas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS

Recursos Próprios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm

DINAMARCO, C.R.; GRINOVER, A.P.; CINTRA, A.C.A. **Teoria geral do processo**. 10. ed., São Paulo, Malheiros, 1994

SCAVONE, Luiz Antonio. **Manual da Arbitragem: Mediação e Conciliação**. 8ª ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA¹:

O sistema prisional como violador dos direitos humanos

Ilana Sarielly Zanotto Rodrigues, zanottoilana@gmail.com²

Isabela Frigeri Grando, isabela.f.grando@gmail.com³

Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁴

Resumo – Os presídios deveriam ser locais em que condenados fossem penalizados e ao mesmo tempo recuperados para que não voltassem a reincidir no que os levou a situação de encarceramento, prevenindo dos mesmos cometerem crimes piores mas, parecem estar causando o inverso de seu propósito. A precariedade e as condições subumanas que os detentos vivem hoje são de muita violência. Os presídios se tornaram depósitos humanos. Isso tudo em conjunto com a crescente violência em todo o território nacional pode levar a um colapso do sistema, com consequências negativas não apenas para a população carcerária mas, para toda a sociedade. Assim o objetivo dessa pesquisa foi buscar a responsabilidade do Estado diante da superlotação carcerária, trazendo referências bibliográficas que mostram se existe a superlotação carcerária e se isso traz riscos a sociedade em geral. Utilizando a metodologia teórica, onde coletaram-se informações literárias disponíveis. Quanto à modalidade de pesquisa, utilizou-se a pesquisa descritiva, não propondo soluções, mas visando a interpretação do assunto exposto e a contribuição no sentido de promover uma análise do objeto da pesquisa.

Palavras-chave: Sistema prisional, ressocialização, direitos humanos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o compromisso de discutir a importância dos direitos humanos no sistema carcerário, por isso tem como problema observar se o sistema carcerário viola os direitos humanos dos apenados trazendo risco para a sociedade.

Esse tema é contemporâneo da sociedade, pois segundo o levantamento feito em 2019 pelo INFOPEN, sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, o Brasil possui uma população carcerária de 773.151 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes, 33% dos casos sequer foram julgados. Esse dado torna-se um impasse uma vez que o país possui uma capacidade prisional total de 415.960 pessoas. A superlotação carcerária é um problema que acarreta graves consequências, pois ainda de acordo com o INFOPEN, como os presídios não possuem as condições necessárias para abrigar tamanha quantidade de pessoas, torna-se habitual que os direitos de presos sejam violados constantemente.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor, Mestre do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Tendo em vista que a sociedade enfrenta atualmente um de seus maiores desafios sociais e econômicos com a precariedade do sistema penitenciário, o objetivo deste trabalho é pesquisar a respeito da responsabilidade do Estado diante da superlotação carcerária e discutir dados que apresentam a violação dos direitos humanos da população carcerária. Trazendo referências bibliográficas que mostram se a superlotação carcerária e o quanto isso traz riscos a sociedade em geral, a fim de esclarecer os direitos que amparam os presos.

1- O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO BRASIL

Segundo o Ministério da justiça (2016), o sistema penitenciário brasileiro tem como objetivo além da punição pelo delito dos condenados, sua ressocialização e educação. É uma forma de vingança social, pois uma vez que o cidadão fere a sociedade de forma que a autotutela é proibida, o Estado assume a responsabilidade de retaliação dos crimes, privando o criminoso de sua liberdade deixando de ser um risco para a sociedade, para que com isso ele possa refletir sobre os seus atos, alheio a influências externas.

SENNÁ (2008 P.574) explica que o sistema penitenciário em sua imensa maioria possui excesso populacional carcerário, não possibilitando, a individualização da pena, muitas vezes descumprindo uma norma da Lei de Execução Penal, que estabelece a custódia separada entre processados e sentenciados. FERNANDES (2000) diz que a capacidade real de uma prisão é difícil de ser objetivamente estimada e como resultado disso, é fácil de ser manipulada. Mas, segundo o autor supracitado:

[...] não resta dúvida que quase todos os estabelecimento prisionais brasileiros estão superlotados. Como todos os administradores prisionais sabem, prisões superlotadas são extremamente perigosas: Aumentam as tensões elevando a violência entre os presos, tentativas de fuga e ataque aos guardas. Não é surpresa que uma parcela significativa dos incidentes de rebeliões, greves de fome e outras formas de protestos nos estabelecimentos prisionais do país sejam diretamente atribuídos a superlotação." (FERNANDES, 2000. P. 163/164)

Para MUKAD (1998 P.19) mesmo as modificações introduzidas no sistema penitenciário, não são o bastante para atender a sua verdadeira finalidade, que seria recuperar os delinquentes para que ao retornarem à sociedade, pudessem ser úteis e não um peso para ela, que talvez tenha sido a própria causadora de suas deficiências.

O relatório da CPI do Sistema Carcerário, 2008 (P 23) deduziu que a superlotação fosse talvez o princípio de todos os demais problemas do sistema carcerário, a CPI encontrou homens seminus gemendo diante da cela entupida com temperaturas de até 50 graus. Em muitos estabelecimentos, redes sobre redes em cima de camas ou do lado de fora da cela em face da falta de espaço. Mulheres com suas crianças recém-nascidas espremidas em celas sujas, e não para por aí a CPI ainda relata dezenas de homens fazendo suas necessidades fisiológicas em celas superlotadas sem água por dia a fio.

2- REBELIÕES

Com todo esse descaso com as normas e objetivos das prisões, acontecem diversas rebeliões que embora se constituam de uma organização violenta pelos

presos, para ASSIS (2007 P.2) nada mais são do que um grito de reivindicação de seus direitos e uma forma de chamar a atenção das autoridades quanto à situação subumana na qual eles são submetidos dentro das prisões.

O problema maior é que, nesses estabelecimentos, não há possibilidade de trabalho ou de estudo por parte do preso e, a superlotação das celas é ainda mais acentuada. As instalações nesses estabelecimentos são precárias, inseguras, e os agentes responsáveis pela sua administração não tem muito preparo para a função, e muitas vezes o que se tem visto é a facilitação por parte desses funcionários para a fuga de detentos ou para que estes possam ser arrebatados por membros de sua organização criminosa (ASSIS, 2007, p. 2).

E ainda segundo o autor supracitado, a ocorrência de homicídios, abusos sexuais, espancamentos e extorsões são uma prática comum por parte dos presos que já estão mais "criminalizados" dentro da ambiente da prisão.

Entre as rebeliões que marcaram o Brasil, a maior delas ocorreu, na Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru. O que deu início a esse massacre foi uma briga entre dois presos que rapidamente transformou-se em uma rebelião. Forças policiais invadiram o local e, segundo dados oficiais do Governo do Estado de São Paulo, 111 presos foram mortos. O criminalista Assis (2007) expressa:

Os abusos e as agressões cometidas por agentes penitenciários e por policiais ocorrem de forma acentuada, principalmente depois de rebeliões ou tentativas de fuga. Após serem dominados, os amotinados sofrem a chamada "correição", que nada mais é do que o espancamento que se segue à contenção dessas insurreições, que tem a natureza de castigo. Muitas vezes há excessos, e o espancamento termina em execução, como no caso, que não poderia deixar de ser citado, do "massacre" do Carandiru em São Paulo, no ano 1992, no qual oficialmente foram executados 111 presos (ASSIS, 2007, p. 76).

Assis (2007) também fala sobre a impunidade dos agentes carcerários em meio a rebeliões:

O despreparo e a desqualificação desses agentes fazem com que eles consigam conter os motins e rebeliões carcerárias somente por meio da violência, cometendo vários abusos e impondo aos presos uma espécie de "disciplina carcerária" que não está prevista em lei, sendo que na maioria das vezes esses agentes acabam não sendo responsabilizados por seus atos e permanecem impunes (ASSIS, 2007, p. 5).

3- RESSOCIALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

Sem dúvida a tarefa de ressocialização é de responsabilidade do Estado e da sociedade, reintegrando o ex presidiário a mesma, fazendo com que a coletividade fique mais protegida e menos exposta, mas que acontece é que o sistema carcerário é tão precário que:

A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não

cumpra a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação. (MIRABETE, 2002, p. 145)

Com a superlotação e as condições insalubres, isso acaba instigando a revolta dos presos e os apresentando novas “técnicas” de crimes, para aqueles que nunca tiveram sua liberdade privada anteriormente e foram presos por leves infrações. “Vê-se que, nas prisões, a ressocialização não acontece, ao contrário, o preso apenas torna-se um criminoso ‘ainda melhor, mais especializado’”. (MARCON, 2008, p.13)

Professor Calhau (2008 P.1) ressalta o verdadeiro papel das penitenciárias no processo de ressocialização do indivíduo:

A recuperação do preso não se dá através da pena privativa de liberdade, mas apesar da pena privativa de liberdade. O que os profissionais penitenciários devem ter como objetivo não é 'tratar os presos ou impingir-lhes um 'ajuste ético', mas sim planejar-lhes, com sua participação, experiências crescentes e significativas de liberdade, de encontro significativo, refletido e consciente como mundo livre (CALHAU, 2008, p. 1).

Muitos detentos vivem em situações desumanas dentro dos presídios brasileiros, isso se deve ao sistema prisional brasileiro se encontrar falido impossibilitando impossibilitando ainda mais a ressocialização e a recuperação da dignidade.

A propósito Ingo Wolfgang Sarlet diz o seguinte a respeito do que é dignidade:

[...] qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2007. p. 62)

Ou seja, embora preso, o indivíduo deve ter respeitada a sua integridade física e moral, bem como a sua dignidade.

O conceito e o processo de execução, de modo algum, podem arranhar a dignidade do homem, garantida contra qualquer ofensa física ou moral. Lei que contrariasse esse estado, indiscutivelmente seria inconstitucional" (CERNICCHIARO, 1995. P. 144).

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi utilizada a metodologia teórica, onde foram coletadas informações literárias disponíveis, como livros, artigos e dados oficiais. Quanto à modalidade de pesquisa, será utilizada a pesquisa descritiva, não propondo soluções, mas visando a interpretação do assunto exposto e a contribuição no sentido de promover uma análise do objeto da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação carcerária no país é extremamente grave, existe uma grande diferença entre os ditames legais, os escritos doutrinários e a realidade.

Com efeito, a superpopulação carcerária, a falta de condições mínimas de higiene, segurança e saúde, além de violações sexuais às quais estão os presos sujeitos, sem contar a violência a que estão expostos, tanto por parte dos funcionários como de outros presos, uma realidade corrente no país, fazem com que os indivíduos cumpram pena em condições degradantes, indignas, desumanas, configurando uma das mais sérias violações aos direitos humanos. Diante dessa triste realidade, cumpre às autoridades concretizar aquilo que o texto constitucional, os diplomas internacionais e a Lei de Execução Penal determinam o que é um enorme desafio a ser vencido.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Senado Federal. **A visão social do preso**. Set. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/privatizacao-de-presidios/privatizacao-de-presidios/a-visao-social-do-preso>> Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Dados sobre população carcerária do Brasil são atualizados**. 17 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados>> Acesso em: 02 set. 2020.

CALHAU, Lélío Braga. **A “ressocialização” de presos e a terceirização de presídios: impressões colhidas por um psicólogo em visita a dois presídios terceirizados**. Disponível em: <<http://www.novacriminologia.com.br/artigos/leiamais/default.asp?id=2049>>. Acesso em 3 de set. 2020.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente, COSTA JUNIOR, José Paulo da. **Direito Penal na Constituição**. 3.^a ed. São Paulo: RT, 1995. p. 144.

DAMASCENO DE ASSIS, Rafael. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. 29 mai. 2007. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>> Acesso em: 14 set. 2020.

MATTOS, Edivania. **Superlotação carcerária x pena alternativa**. Jus.com.br. Out. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/43534/superlotacao-carceraria-x-pena-alternativa>> Acesso em 06 set. 2020

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5^a ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 62.
 OAB - Rio de Janeiro. **Superlotação carcerária supera Carandiru**. Jusbrasil. 2012. Disponível em: <<https://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100070086/superlotacao-carceraria-supera-carandiru>> Acesso em: 06 out. 2020.

O ESTADO MINIMO E A RECEITA TRIBUTÁRIA¹

Andressa Marian de Souza, souzamandressa01@hotmail.com²
Estéfani Cardoso Bueno dos Reis, estefanicardoso03@gmail.com³
Fernando Henrique Rönna, fernando.ronnau@uniarp.edu.br⁴

Resumo – O presente trabalho visa, elaborar ponderações em relação ao Estado mínimo e a receita tributária, verificando-se caso o Estado, não arrecadasse tributos para a prestação de serviços à população, a possibilidade de o Estado ser mínimo, quais seriam seus reflexos e suas consequências. Ao decorrer do trabalho, será mostrado a importância e objetivo dos tributos em meio a população.

Palavras-chave: Tributos. Serviços. Estado. Arrecadação. Benefícios.

Abstract: The present work aims to elaborate weightings in relation to the minimum State and tax revenue, to verify if the State does not collect taxes to provide services to the population, the possibility of the State being minimal, what are its reflexes and its consequences. During the work, the importance and purpose of the taxes among the population will be shown.

Keywords: Tributes. Services. State. Tax revenues. Benefits.

INTRODUÇÃO

O Estado é instituição indispensável de uma sociedade organizada. Todavia, para a sua manutenção e execução de atividades para atingir os seus objetivos, é dependente de recursos financeiros.

Assim, pode-se afirmar que a tributação é inerente ao próprio Estado, independentemente da ideologia política ou do momento de desenvolvimento que ele se encontra.

Nessa ordem de ideias, será analisado se tais cobranças não existissem.

Certamente haveria um abalo, por exemplo, na liberdade de expressão; direito de propriedade; livre iniciativa e de locomoção, entre outros direitos individuais garantidos pela constituição. Isso porque o Estado está aparelhado para manter instituições capazes de assegurar tais direitos.

1 O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de direito.

2 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

3 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

4 Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

1 LIBERALISMO ESTADO SOCIAL

É interessante realizar uma abordagem histórica referente a sociedade e sua evolução, para identificar as mais diversas mudanças por ela sofrida.

Durante a idade primitiva, a comunidade era formada por pessoas com laços de parentesco, integrantes de um núcleo familiar, conforme ensina Norberto Bobbio:

O Estado, como ente político foi criado, foi criado pelas comunidades primitivas para atender ao bem comum e nasceu da dissolução da sociedade primitiva, fundadas sobre laços de parentesco e da formação das comunidades mais amplas derivadas da união e de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externas (defesas) (BOBBIO 2003, p. 401)

Mais adiante, evoluiu-se para o sistema feudal, baseado nas relações de suserania e vassalagem. O sistema envolvia a troca de benefícios, onde o detentor de terras concedia uma parcela delas a um trabalhador, para que este produzisse e lhe entregasse parte de sua produção. O fim do sistema feudal, para a sociedade moderna, ocorreu lentamente, embora muitos historiadores acreditem que princípios da idade média ainda estão inseridos na sociedade.

Já no século XVII, surgiu a forte corrente do liberalismo.

O termo “liberalismo” padece de um alto grau de polissemia, pois sua formação e maturação como doutrina econômica e ideologia social se desenvolveu ao longo dos séculos XVII a XX. Esse período de alta ebulição social, política e econômica assistiu ao surgimento do Estado Nação, à ascensão da burguesia, ao surgimento e predominância do mercado como principal instituição política e econômica e à progressiva internacionalização da economia e do comércio (POLANYI, 1957, p. 163).

A conquista dos burgueses, ocorre no período da Revolução Francesa, momento em que as máquinas industriais, ganham força, extinguindo o trabalho braçal adotado aos feudos. Para tanto, haviam inúmeras discriminações, desigualdades. Sendo distante o sistema democrático atualmente adotado.

Muito embora, tal conquista aflorou na população a busca incansável pela independência política, aspirando pela igualdade entre classes, participação ativa ao poder político.

A fim de, elucidar, as peculiaridades do Estado Social, cabe citar o entendimento de Norberto Bobbio:

Na realidade o que distingue o Estado assistencial de outros tipos de Estado não é tanto a intervenção direta das estruturas públicas na melhoria do nível de vida da população quanto o fato que tal ação é reivindicada pelos cidadãos como um direito. (BOBBIO 2003, p. 416).

Portanto, o Estado social, se caracteriza, pelo fornecimento de assistência a população, direitos fundamentais do indivíduo, presentes na vida em sociedade, sendo alguns básicos como o direito a alimentação e saúde, dignidade da pessoa humana, dentre outros. Buscando a qualidade de vida melhor. Neste interim, o Estado encontrava-se como “agente” ativo na vida da população, uma vez que a escolha política afeta significativamente o bem comum.

2. A ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS

As receitas tributárias são a fonte primordial de custeio das atividades públicas, enquanto dever fundamental de todos os integrantes da sociedade, responsáveis por viabilizar a existência e o funcionamento das instituições públicas.

É através dos tributos que o Estado adquire a disponibilidade financeira para viabilizar as suas mais variadas atividades. A tributação nos Estados democráticos sociais, é instrumento da sociedade para a consecução dos seus próprios objetivos.

O estudo sobre o dever de pagamento de tributos se dá por parte do Direito Tributário, que pode ser definido como:

O conjunto de normas jurídicas que disciplina a atividade de tributação, levada a efeito pelo Estado e pelas entidades a ele relacionadas, de forma a que na cobrança de tributos e de penalidades pecuniárias decorrentes da infração a deveres tributários se observem critérios e limites pré-estabelecidos (MACHADO SEGUNDO, 2018).

A cidadania é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que se tem direitos, liberdades e garantias, também se tem deveres.

Os tributos se dividem em cinco espécies, sendo impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições. A principal espécie é o imposto. Isso porque ele constitui uma receita desvinculada de qualquer ação Estatal, ressalvadas exceções. Ou seja, o dinheiro entra para os cofres públicos para o administrador utilizá-lo nos mais variados programas.

Pagar tributo é o cumprimento de um dever jurídico e não cumprimento de um dever de solidariedade social. Se o dever de pagar tributo fosse um dever de solidariedade social, cada um pagaria o que reputasse adequado voluntariamente sem nenhum tipo de sanção.

Para NABAIS (2009), o ser humano, tem o direito de usufruir de um ambiente equilibrado, ar puro, no entanto em contrapartida, é dever de todos, contribuir para a preservação do mesmo, em outras palavras, trata-se de uma “ação e reação”, ou seja o Estado busca por meio de tributos, manter tais direitos aos indivíduos.

A cobrança de tributos, nada mais é do que uma ferramenta utilizada pelo ente público, em garantir e assegurar ao direito a liberdade, integridade, ao lazer a propriedade.

3. O ESTADO MINIMO E A RECEITA TRIBUTÁRIA

A ideia de Estado mínimo não está ligada com a sua inexistência, mas sim a racionalização da máquina estatal para que exerça apenas as funções essenciais para a sociedade, como a segurança, educação e saúde. As demais áreas seriam tratadas pela própria iniciativa privada, entregando a noção de um liberalismo.

Diante de um Estado racionalizado, tal situação implicaria numa forte queda de arrecadação dos tributos, pois nada justificaria uma alta carga tributária quando as atividades desenvolvidas pelo Estado são diminutas.

Num primeiro plano, parece algo benéfico para o contribuinte que tem que sustentar altas cargas de tributos e que, em muitos países como o Brasil, pouco vê o retorno de tudo o que paga, ou seja, o retorno de benefícios à coletividade é baixo.

Porém, consequências de tais hipóteses poderiam ser observadas, como o enfraquecimento das instituições públicas. A arrecadação de dinheiro pelo Estado lhe garante poder. Sem poder, facilmente haveria um domínio de mercados privados impondo as suas vontades.

Além do mais, como já demonstrado acima, a arrecadação de tributos tem um papel fundamental na garantia dos direitos individuais e no combate às desigualdades sociais, que poderiam ser drasticamente afetadas.

No âmbito brasileiro, o Estado atua como verdadeiro provedor de políticas sociais. Apesar da alta carga tributária, ela não é a maior do mundo. Porém, o retorno de bem-estar aos cidadãos é decepcionante. Se houvesse melhor gestão dos gastos públicos e ações mais eficientes e administradores compromissados, essa taxa de retorno poderia ser melhor.

CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho, percebeu-se como seria viver em Estado Mínimo, ou seja, sem precisar fazer o pagamento de tributos.

Todo mundo em algum momento já ouviu alguém dizer que os tributos são “um roubo” ou um absurdo no Brasil. Isso é pela falta de conhecimento do motivo do pagamento ou por acharem que o governo simplesmente deixa em seus cofres os valores obtidos, enriquecendo políticos.

Muitos não sabem o porquê existem os tributos. Seria de suma importância se todos soubessem que em algum momento ou outro, o valor dos tributos retorna pra

população, com base no que foi apresentado no presente trabalho, sendo por meio deles uma forma se suprimir nós de pagarmos eventuais serviços públicos essenciais, se estendendo também em garantir e assegurar ao direito à liberdade, integridade, ao lazer a propriedade.

O trabalho aborda de forma crítica a redução do Estado, ou seja, o Estado Mínimo, e a consequência que isso poderia acarretar: o enfraquecimento das instituições políticas e um possível domínio do mercado privado. É decorrência lógica que precisariam existir normas de direito mais severas para coibir esse acontecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943.

NABAIS, José Casalta. O dever fundamental de pagar impostos: contributo para a compreensão do estado fiscal contemporâneo. Coimbra: Almedina, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito (Coord.). Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais. São Paulo/Fortaleza: Malheiros/ICET, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. Manual do Direito Tributário, 10ª Edição. São Paulo. Atlas, 2018.

TIPKE, Klaus. Moral tributaria del estado e de los contribuyentes. Tradução de Pedro M. Herrera Molina, Madrid: Marcial 43 Pons, 2002, p. 74; SIQUEIRA, Natércia Sampaio;

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E A NECESSIDADE DE REPARAR DANOS CAUSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS¹

Moisés Ossoski Kunen, moises_ossoski@estudante.sc.senai.br²

Caroline Marques Telles, tellescaroline03@gmail.com³

Maria Eduarda Borrachini, eduarda.nb@hotmail.com⁴

Fernando Henrique Rönau, fernando.ronnau@uniarp.edu.br⁵

Resumo – O Estado sofreu drásticas evoluções sendo uma delas na responsabilidade civil o qual este século atrás se eximia de qualquer dano gerado por alguma ação ou omissão de seus representantes. Tudo isso mudou e através de tal evolução temos como objetivo analisar se o exercício de um Estado mínimo teria relação direta na redução ou aumento de suas responsabilidades referente ao dano a um particular. Deste modo utilizemos do método de pesquisa bibliográfico, determinando assim que Estado mínimo possui a mesma proporção de responsabilidade, pois continua com a mesma gama de responsabilidade.

Palavras-chave: Irresponsabilidade Estatal. Responsabilidade Civil e o Estado de Direito. Estado mínimo e os danos causados na prestação de serviços.

INTRODUÇÃO

Cada Estado, dotado de soberania, determina a sua forma de governo. Como regra, isto está disciplinado em diretrizes normativas, como textos Constitucionais, leis e atos infralegais.

Após longo período de evolução histórica, a irresponsabilidade estatal hoje não é mais admitida, pois retrata uma verdadeira negativa ao Estado de Direito, que é caracterizado pelo respeito do Estado às regras por ele criadas.

Assim como em outros países, a República Federativa do Brasil adota a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, para responderem pelos danos que seus agentes causam, nesta qualidade, a terceiros.

Portanto, o Estado se responsabiliza por agir, caso se verifique algum dano a um particular nesta atuação. Refira-se, por oportuno, que existem situações em que a responsabilidade pode surgir em razão da conduta omissiva do Estado, quando deveria prestar determinado serviço, porém não o prestou; ou se prestou, este se deu de forma ineficiente, resultando em prejuízo para o administrado.

1 O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de direito.

2 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

3 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

4 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

5 Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O que pretende se analisar, em linhas gerais, neste artigo é se o exercício de um Estado mínimo teria relação direta na redução ou aumento de suas responsabilizações quando da ocorrência de um dano a um particular.

1 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

O termo responsabilidade tem origem do latim *respondere* e era vinculada ao devedor no direito romano. No entanto, há muitos entendimentos acerca de responsabilidade, tanto fundadas na vontade própria quanto motivações psicológicas. Ou seja, a responsabilidade é aspecto inerente a realidade social.

A responsabilidade é uma forma de reparação do dano, existindo inúmeras formas de responsabilidade, abrangendo todo o ramo do direito. Aquele que causar um dano será o responsável por repará-lo.

Segundo Celso Antônio de Mello (2008. p. 977):

A responsabilidade civil do Estado está ligada a obrigação que lhe incube de reparar economicamente os danos lesivos a esfera juridicamente garantida de outrem e que lhes sejam imputáveis em decorrência de comportamentos unilaterais lícitos ou ilícitos, comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos.

No caso do Brasil, a responsabilidade civil do Estado é objetiva está prevista na própria Constituição, no art. 37, § 6º, que prevê:

Art. 37 ...
§6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Disposição semelhante, que trata sobre a responsabilidade estatal pode ser encontrada também no art. 43 do Código Civil de 2002:

Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

Assim, para que o Estado responda pelos danos causados a um terceiro, basta verificar a existência de três elementos: a conduta do agente; o dano; e o nexo de causalidade.

A conduta do agente se refere a uma ação, um acontecimento, um fato. Já o dano deve ser o ferimento de um direito pré-existente, ainda que seja exclusivamente moral; e o nexo de causalidade é a ligação entre a conduta do agente e o dano, ou seja, se a conduta do agente, por si só, seria suficiente para ter o resultado dano.

Caracterizados esses elementos, não há que se discutir elementos subjetivos como dolo e culpa.

2 RESPONSABILIDADE OBJETIVA E O ESTADO MÍNIMO

Como já citado acima, a responsabilidade pelos danos advém da atuação estatal. Nos moldes atuais, o Estado é responsável por uma diversidade astronômica de serviços. E isso está relacionado também aos planos de governo de cada gestão. Para se ter uma ideia básica da diversidade de frentes que uma Administração age, cite-se como exemplos a aquisição de sêmen bovino, para auxiliar produtores rurais; a manutenção de aeronaves, inclusive militares e de armamento; a compra de uniformes escolares e comida para as crianças.

Isso demonstra a forte presença do Poder Público na vida dos cidadãos. É decorrência lógica que em algum momento o serviço prestado pelo Estado falhará. E esta falha poderá resultar em prejuízo.

Porém, analise-se o aspecto dessa responsabilidade no Estado mínimo. Dentro do Estado Mínimo, é previsto que a intervenção seria menor. Praticamente três lógicas poderiam surgir: Menor responsabilidade, em razão de ter número reduzido de atividades; Maior responsabilidade, tendo em vista que são poucas as suas incumbências e erros não poderiam ser admitidos; ou então a responsabilidade na mesma proporção.

A linha de pensamento trilhada foi de que o Estado mínimo responderia na mesma proporção com o Estado de hoje, pois continua com a mesma gama de responsabilidade, visto que não é a quantidade de delegação, mas sim o próprio instituto da responsabilidade em si, com o dever de reparação de danos.

Independentemente do grau de responsabilidade, o Estado deve cumprir com sua atribuição na melhor maneira possível e caso deixe de cumprir responderá da mesma maneira. Então para fim de responsabilidade por danos ou má prestação de serviço o sentido da regra jurídica é a mesma.

A partir do momento que o Estado tomou do particular a liberdade de escolha para ele prestar o serviço em seu nome "ESTADO", ele tem a mesma sistemática de responsabilidade, como por exemplo a responsabilidade objetiva, independente do número de intervenções.

CONCLUSÃO

Assim sendo, tendo em vista a responsabilidade civil no Estado, tanto na esfera mínima quanto em comparativo com o atual hoje, temos como resultado que a responsabilidade do Estado é a mesma na prestação de seus serviços.



Independe da sua intervenção e sim da própria responsabilidade que este assume o qual se manteria conservada. Sendo o Estado mínimo, as ações públicas, de fato, seriam menor. Todavia, o Estado responderia da mesma proporção de acordo com suas responsabilidades.

Portanto a sistemática seria a mesma, assim como ele assumiu a responsabilidade objetiva, independe do número de intervenções.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry, “Balanço do neoliberalismo”, in Pós- neoliberalismo – As Políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo, Paz e Terra, página 19-34, 2017.

BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de política. Brasília, Editora Universidade de Brasília, página 9-15, 2014.

BRASIL. Código Civil (2002). Código Civil 2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm

MORAES, Antônio Carlos, O projeto neoliberal e o mito do Estado mínimo, São Paulo, artigo Professor do Programa de Estudos Pós Graduated e Econômica Política da PUC-SP, páginas 8-9, 2012

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25 ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2008. P. 977.

SORMAM, Guy, O Estado mínimo, Brasil, Rio de Janeiro, volume II, páginas 35-49, 1998.



ESTATUTO DO DESARMAMENTO SEGUNDO A PERSPECTIVA CAÇADORENSE¹

Ezequiel Gonçalves Fragoso, ezegf8@gmail.com²

Fabio Luiz Dummel, fabiodummel@gmail.com³

Jennifer Dubiella, jenniferdubiella97@gmail.com⁴

Manoela Pereira, manukapereira17@gmail.com⁵

Mileny Aparecida da Silva, milenyaparecidanaconeskisilva@gmail.com⁶

Pedro Paulo Baruffi, Pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O projeto aborda o Estatuto do Desarmamento, frente às novas percepções armamentistas no país e na política. No decorrer do trabalho é analisado como esse sistema de ideias se manifesta nas opiniões de parcelas de Caçador-SC sobre a posse e porte de armas. A pesquisa busca delimitar um perfil qualitativo e quantitativo, sobre a opinião dos caçadorenses sobre o assunto. Foram feitas análises bibliográficas e estudo comparativo com os dados coletados pelas pesquisas “semiestruturada” lançada em redes sociais. As informações coletadas darão subsídio para a análise do perfil caçadorenses. Constatando que maior parte dos participantes da pesquisa tem conhecimento sobre o estatuto do desarmamento, concordam com ela e não tem intenção de adquirirem armas de fogo.

Palavras-chave: Políticas de Armas. Posse de Armas. Porte de Arma. Desarmamento.

INTRODUÇÃO

Vem se acirrando o debate sobre uma política armamentista mais branda no país. A pesquisa visa delinear a percepção de Estudantes de Direito de Caçador sobre a Política Nacional de Armas no Brasil, e promover a reflexão sobre a percepção dos estudantes sobre o tema.

Dentro deste contexto a criminalidade no Brasil vem crescendo, fruto do fracasso do poder público de empregar políticas capazes de conter o avanço da criminalidade, acirrando o debate sobre o estatuto do desarmamento, que para alguns é a interferência Estatal no direito a legítima defesa e de escolha do cidadão, determinando o que é “melhor ou pior para ele”. (Moura, 2016, p.307-308)

ESTATUTO DO DESARMAMENTO SEGUNDO A PERSPECTIVA CAÇADORENSE

¹O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Mestre do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Para entender a legislação atual é preciso de um breve apanhado histórico do Brasil, com uso generalizado de violência com emprego de armas na vida social e política. (Almeida, 2015). No Brasil, o controle de armas e munições não é novidade, quando ainda colônia de Portugal, sujeita as “Ordenações Filipinas”, que vigoraram de 1603 a 1830, estas dispunham que (Aleixo; Behr, 2014, p.10),

[...]traz como infratora a pessoa encontrada com arma de péla de chumbo, de ferro ou de pedra feitiça. [...] um mês de prisão, multado em quatro mil réis e açoitado [...], sendo o indivíduo a quem, por nascimento, não caiba açoite, este seria “exilado” para a África por dois anos. (Aleixo; Behr, 2014, p.10),

Depois de 1831, as infrações penais concernentes ao porte e posse de arma de fogo ficaram a cargo do Código Penal do Império que impunha pena a quem fizesse uso de arma, permitindo o porte “apenas os oficiais de justiça e militares em diligência e os autorizados pelos juízes de paz” sob a pena de prisão, multa e perda das armas (Aleixo; Behr, 2014. p. 12). Mas o controle estatal, não impediram a eclosão de diversas revoltas armadas durante o Brasil Imperial que perduraram até o Brasil República,

Os conflitos políticos, também, eram resolvidos por meio das armas. De fato, chama atenção na vida política brasileira, num extenso período que pode abranger de meados do século XVIII à primeira metade do século XX, a recorrência de conflitos armados. [...] lutas entre setores das elites regionais pela condução dos governos provinciais, depois estaduais. (Aleixo;Behr, 2014. p. 12)

Com a reforma dos Códigos Penal em 1890 houve pequenas alterações, somente em 1941 com o Decreto Lei n. 3688/1941, Lei das Contravenções Penais diz: (Aleixo;Behr, 2014, p.12)

“Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade: – prisão simples, de quinze a seis meses, ou multa, de um a cinco contos de réis, [...], se o crime não constitui crime contra a ordem política e social.” (Aleixo;Behr, 2014, p.12)

O legislador não viu um potencial lesivo, julgando-a como crime menor, tendo uma pena inferior ao o crime de Calúnia (Aleixo; Behr, 2014, 12). As armas estavam relacionadas à vida doméstica e meio de vida, a caça e proteção. Culturalmente associada à masculinidade e intrinsecamente ligada à defesa da vida e da comunidade (Almeida, 2015). A sociedade vinha mudando com a industrialização, a emigração trazia pessoas dos campos às cidades, buscou coibir o porte indiscriminado de armas com mudanças na legislação (Aleixo; Behr, 2014, p.12).

O aumento da criminalidade novas leis buscam reprimir o porte e posse ilegal de arma, a Lei 9.437/97, não era drástica com o porte e posse de arma (Aleixo;

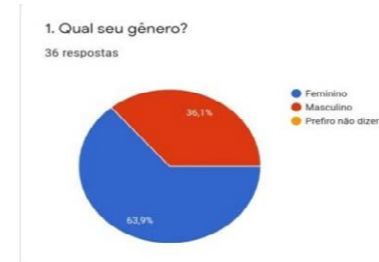
Behr, 2014, p. 13-14), já a Lei 10.826/03, mais severa, proibiu o porte e posse de arma em todo o território nacional, tipificando como crime sua infração. (Aleixo; Behr, 2014,p. 14).

METODOLOGIA

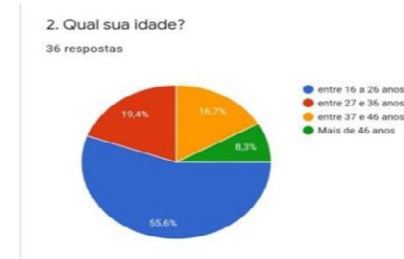
O estudo trata-se de uma pesquisa transversal onde foram convidados a participar acadêmicos de Direito do Campus de Caçador/SC, no período 16 a 18 de novembro de 2020. Questionário encaminhado via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de obter a percepção dos acadêmicos em relação a política nacional das armas. Foram incluídos no estudo todos acadêmicos de Direito de ambos os sexos sendo excluídos os que não preenchem todo questionário adequadamente sendo uma pesquisa qualitativa e bibliográfica.

ANALISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta pesquisa foi feita online, via Google Formulários, para obter informações sobre o desarmamento. Essa pesquisa contou com a participação de 36 pessoas, sendo todas acadêmicas de Direito da UNIARP. Obteve-se os seguintes resultados:

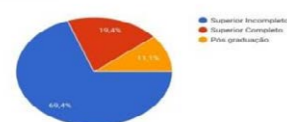


Na primeira questão, nota-se que a maior parte dos indivíduos participantes da pesquisa se declararam mulheres.



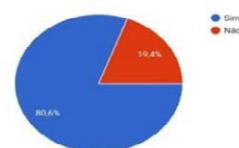
Já aqui, percebe-se que mais da metade dos que responderam à pesquisa têm entre 16-26 anos.

3. Qual seu nível de escolaridade?
36 respostas



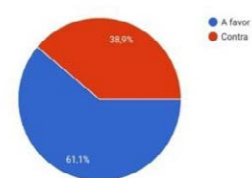
A pesquisa revela que quase 70% dos entrevistados não possuem curso superior completo.

4. Você conhece a lei sobre o desarmamento?
36 respostas



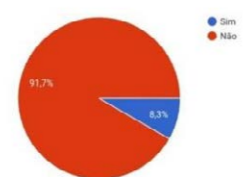
Nota-se, aqui, que a grande maioria dos entrevistados estão cientes sobre a lei do desarmamento, cerca de 80%. Dos 80% que disseram saber sobre a lei do desarmamento, na questão anterior, apenas 20% deles é contra essa lei.

5. Caso você conheça a lei do desarmamento, você é a favor ou contra?
36 respostas



Esta questão deixa explícito que apenas 8,3% do índice acima possuem armas legalizadas, sendo que dos 91,7%, 83,3% (ver gráfico seguinte) declararam não possuir arma de fogo.

6. Você possui arma legalizada?
36 respostas

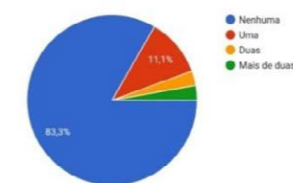


Como visto no gráfico acima, a maior parte dos entrevistados alegaram que não possuem armas de fogo. Acreditamos que as questões 6 e 7 podem ter causado nos entrevistados ambiguidade (duplicidade de sentido) ou incoerência.

No gráfico 6, 8,3% declararam possuir arma de fogo, porém 16,7% declararam possuir arma de fogo em casa. Portanto, evidenciou-se uma divergência nas respostas. Dando margem para as seguintes interpretações. 1.a O entrevistado

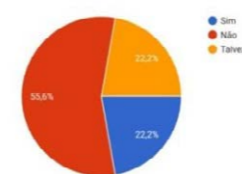
não possui arma, mas alguém em sua casa a possui, que não ele. 1.b O entrevistado possui arma não legalizada.

7. Quantas armas de fogo têm em sua residência?
36 respostas



Mesmo o índice estando equilibrado entre sim e talvez, mais da metade, 55,6%, afirma não ter intenção de comprar armas de fogo.

8. Você tem a intenção de comprar uma arma?
36 respostas



Portanto, pode-se concluir que a maior parte dos entrevistados são mulheres, jovens, possuem ensino superior incompleto, conhecem a lei sobre o desarmamento e são a favor dela, não possuem e não desejam possuir uma arma de fogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números da violência são alarmantes, mas não se trata é claro, apenas de armas, mas sim de políticas públicas que englobam não somente segurança, e sim, a presença Estatal, saúde e educação. A redução do número de armas legais e dificultar sua aquisição não garantem segurança, ao passo que a legítima defesa é um direito constitucional (Moura, 2016. p. 307), já Roberto Brunelli, defende a ilegalidade da Lei 10.826/03, por impedir a legítima defesa. (Brunelli, 2017).

Já para os participantes da pesquisa, mesmo que dividido, maior parte não tem intenção de comprar arma de fogo, aliado ao um baixo índice de pessoas que disse ter ao menos uma arma de fogo em sua residência, ou ainda, igualmente baixo o número de participantes que discordam da Lei 10.826/03.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Márcio Santos, BEHR, Guilherme Antônio. **Desarmamento no Brasil: Lei 9.437/97 x Lei 10.826/03**. Revista Brasileira de Criminalística. Publicado em 2014. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.15260/rbc.v4i1.78> Acesso em 10/10/2020.

ALMEIDA, Adilson José de. **Sociedade armada: o modo senhorial de atuação no Brasil Império**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. Publicado An. mus. paul. vol.23 no.2 São Paulo July/Dec. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672015v23n0204> . Acesso em 21/11/2020.

BRUNELLI, Roberto Giordani. **A (in)convencionalidade do Estatuto do Desarmamento à Luz da Convenção Americana de Direitos Humanos**. Âmbito Jurídico 2017, Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-in-convencionalidade-do-estatuto-do-desarmamento-a-luz-da-convencao-americana-de-direitos-humanos/>.; Acesso em 21/11/2020.

MOURA, Rodrigo Sérgio Ferreira. **Controle de armas de fogo no Brasil: Criminalidade e defesa**. Publicado em Revista de Direito Setorial e Regulatório 2016 305-324. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/19238-Texto%20do%20artigo-32520-1-10-20181115.pdf>. Acesso em 21/11/2020.

AS GARANTIAS PROCESSUAIS PENAIS NUM ESTADO MÍNIMO

Angela Karine Schuck, angelakarine14@gmail.com¹
Cesar Arnaldo Frey, cesarfrey@gmail.com²
Emerson Zanol, emersonzanolz@gmail.com³
Emily Gusatto Vaz, emilyvaz7029@gmail.com⁴
Marcelo Garcia da Rosa, marcelogarciadarosa90@gmail.com⁵
Aldair Marcondes, aldair@uniarp.edu.br⁶

Resumo: Embora se reclame da massiva intervenção do Estado na vida da sociedade, não se pode concordar que ele se diminua a ponto de deixar de suprir as necessidades elementares do povo. Com vistas a melhor elucidar essa busca de equilíbrio, o presente trabalho tem como objetivo explanar sobre o Estado mínimo, explicando o que é e qual a finalidade do mesmo em nossa sociedade. Via de consequência, será explicado sobre como o Estado, juntamente com as garantias processuais penais interferem na questão da segurança pública e da vida do cidadão brasileiro.

Palavras-chave: Estado Mínimo. Garantias Processuais Penais. Segurança Pública.

INTRODUÇÃO

O conceito de estado mínimo não é recente. Surgiu juntamente e faz parte da ideia inicial do liberalismo, onde ambos têm origem no movimento iluminista.

Fazendo parte do pensamento liberal, a ideia de estado mínimo é justamente manter o papel do Estado o menor possível, restringindo sua atuação às atividades essenciais para manter uma sociedade. Este conceito vem em contraposição ao socialismo, que, ao contrário, prega por um Estado forte e soberano e que possui o controle de todas as relações comerciais e bens de um país.

O direito penal em seu aspecto formal corresponde a um conjunto de normas jurídicas onde o Estado define quais condutas são proibidas e passíveis de sanção. Em seu aspecto social, o direito penal é um modo de controle realizado pelo Estado.

Assim, há uma corrente que defende a aplicação dos conceitos de estado mínimo no direito penal e processual penal brasileiro. Seguindo neste contexto, o papel das garantias processuais penais é “legitimar, pelo estrito controle jurisdicional, a intervenção estatal na esfera individual, de modo que, se qualquer constrição de direitos vier a ser infringida, ela seja necessária, adequada e proporcional” (EMERJ, 2003).

Sendo assim, em um estado mínimo, é obrigação do Estado intervir tão pouco quanto baste, mesmo na esfera penal, a fim de garantir a máxima liberdade do cidadão, visto que não resolveremos o problema da violência em nosso país apenas através de medidas legislativas restritivas.

¹ Acadêmica do Curso de Direito - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do Curso de Direito - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do Curso de Direito - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do Curso de Direito - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do Curso de Direito - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O QUE DIZEM OS PENSADORES

Para iniciar um estudo sobre o Estado mínimo e as Garantias processuais penais, se faz interessante observar as conclusões apontadas pelo filósofo e professor Robert Nozick *apud* Antonio Carlos de Moraes, que assim se manifesta:

Minhas conclusões principais sobre o Estado são que um Estado mínimo, limitado às estreitas funções de proteção contra a violência, o roubo e a fraude, ao cumprimento de contratos, etc., se justifica; que qualquer Estado mais abrangente violaria o direito das pessoas de não serem obrigadas a fazer certas coisas e, portanto, não se justifica; que o Estado mínimo é inspirador, assim como correto (MORAES, 1996).

Para Norberto Bobbio, em Dicionário da Política, o Estado Mínimo é:

A noção corrente para representar o limite das funções do Estado dentro da perspectiva da doutrina liberal (BOBBIO, 1998).

A doutrina de Jakobs Günther e Cancio Meliá (Direito Penal do Inimigo: Noções e críticas), nos impõe a ideia de que o Estado tem o dever de proceder de dois modos com os ditos criminosos, quais sejam, ao “delinquente-cidadão” aplicar-se-á o direito penal do cidadão, ao “delinquente-inimigo” aplicar-se-á o direito penal do inimigo (JAKOBS; MELIÁ, 2005).

Para os referidos autores, alguns delinquentes (não contumazes), que por infelicidade cometerem erros estarão sujeitos aos Direitos penais do cidadão, em que pese haver uma violação da norma. Por um lado oposto, outros delinquentes (contumazes), devem ser impedidos de cometer violações ao ordenamento jurídico, mediante uma coação mais severa. Estar-se-á, como proposto, explicitamente, aplicado o direito penal do inimigo.

Ferrajoli (2002) afirma que “o escopo justificador do processo penal se identifica com a garantia das liberdades do cidadão, mediante a garantia da verdade – uma verdade não caída do céu, mas atingida mediante provas e debatida – contra o abuso e o erro”.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho foi a intensa pesquisa realizada pelos acadêmicos a partir das mídias sociais e leituras de artigos expostos na internet.

Com o auxílio da tecnologia foi possível pesquisar sobre o assunto, contemplando diversas opiniões de operadores do Direito, opiniões essas que esclareceram muitas dúvidas referente ao assunto, tornando todo o trabalho algo proveitoso para todos os envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As garantias processuais penais no Estado mínimo consistem em um sistema jurídico principalmente para tutelar os direitos fundamentais. O processo penal moderno possui uma atribuição garantida, que visa assegurar ao réu todos os direitos previstos na Constituição.

As garantias processuais penais pressupõem necessariamente: a comissão de um delito, prévia tipificação legal, necessidade de sua proibição e punição, efeitos lesivos da conduta para terceiros, imputabilidade e culpabilidade do autor e verificação de todos os requisitos através de uma prova empírica, levada para acusação a um

juiz que é imparcial em um processo público, contraditório, com amplitude de defesa e mediante um procedimento legalmente preestabelecido.

A intervenção penal somente se justifica quando é absolutamente necessária para a proteção dos cidadãos.

O objetivo do garantismo basicamente é o instrumento fundamental a regular o processo penal, protegendo os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos sem interferir na função principal do processo penal.

A partir do exposto foi possível obter os seguintes resultados com a pesquisa: as garantias processuais penais no Estado mínimo consistem em punir, conscientizar e ressocializar aqueles que cometem infrações penais com as garantias fundamentais que todos os seres humanos têm direito, já que qualquer cidadão pode vir a sofrer uma ação penal algum dia.

É um direito que visa proteger todos os membros da sociedade em geral, não apenas aqueles que enfrentam uma ação penal, com o maior objetivo que é garantir a paz, a segurança e a ordem na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos propostos nesta pesquisa eram mostrar o contexto do Estado Mínimo ligado ao direito penal, o papel das garantias processuais penais, mostrar como as garantias penais no Estado mínimo consistem em punir, conscientizar e ressocializar, aqueles que cometem as infrações penais, mostrar como que esses autores conseguem novamente ser inseridos na sociedade, bastando apenas dar os seus direitos mínimos para que seja possível a ressocialização.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a UNIARP por nos proporcionar fazer parte deste incrível projeto que foi criado para fomentar o interesse dos alunos em pesquisar e agregar conhecimento, não só para nossa vida acadêmica, como para de nossos colegas, os quais poderão ter acesso a toda a pesquisa, através do SEDEPEX, programa este de grande valia para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. et al. **Dicionário de política**. 11.ed. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do inimigo: noções e críticas**. Trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2005.

MORAES, Antonio Carlos de. **O projeto neoliberal e o mito do Estado Mínimo**. 1996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18807>. Acesso em 28 out. 2020.

IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NA PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES¹

Alexsandro Hartt Badlhuk, alexsandroharttbadlhuk@gmail.com²

Profa. Orientadora Ms. Joice Luiza Flores de Matias, joiceluiza@hotmail.com³

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-Uniarp. Caçador/Brasil.

Resumo: O presente trabalho destaca a mediação familiar no âmbito jurídico no Brasil, apresentando a conceituação do instituto, previsão legal, suas principais distinções com outras técnicas consensuais de pacificação e sua aplicabilidade no direito de família. Os modos alternativos de resolução de conflitos entre as partes tem sido utilizados para subsidiar o Poder Judiciário na efetivação do acesso à Justiça. O método utilizado é o indutivo e a pesquisa bibliográfica. Conclui-se que a mediação tem efetiva contribuição na ações de família sendo atualmente amplamente utilizada no direito brasileiro.

Palavras-chave: mediação, família, conflito familiar.

Objetivo: Pesquisar sobre a importância da mediação no âmbito do direito de família e sua contribuição para a pacificação dos conflitos familiares.

Introdução

Desde os primórdios da humanidade o ser humano vem impondo sua vontade sobre outrem, usando como motivo para início de conflito, a cor do céu, se a terra é redonda, a crença, e principalmente a opção de viver de tal modo; havendo assim, conflito de argumentos, poderes, ideias e até mesmo físico. Não é diferente nos dias de hoje, pois pequenas intrigas já são motivos para que o indivíduo bata às portas do Poder Judiciário, às vezes por motivos de relevância questionável, gerando morosidade, e gerando um imagem negativa da Justiça. (JANNIS, 2016)

Como o Estado tem obrigação de intervir quando acionado, entram em cena as políticas públicas, surgindo ideias para solucionar o congestionamento processual, sem dúvidas, o maior problema enfrentado não só pelo Judiciário, mas, também pelos advogados, que pela demora da solução de seus processos pendentes, acabam que desacreditados pelos clientes. (JANNIS, 2016)

A estrutura clássica do processo civil aliada ao conhecimento de áreas como a psicanálise, a psicologia, a sociologia é essencial que haja a utilização de meios para solucionar esses conflitos, e com o auxílio do direito material poderá alcançar objetivos comuns, auxiliando para a uma boa qualidade das relações humanas. (CAROLINO e JUNIOR, 2014)

Meios Consensuais de Resolução de Conflitos: Mediação, Conciliação e Arbitragem

Importa diferenciar o método de aplicação de outras medidas de solução de conflitos, que são elas: mediação, conciliação e arbitragem. Estas, muitas vezes se confundem por sua semelhança, no entanto a aplicação se dá de forma distinta. (VIANA, 2014)

¹ O presente trabalho refere-se ao Projeto Integrador da 6ª. Fase do Curso de Direito intitulado "O Direito em Paz". Direito de Família.

² Acadêmico da 6ª. Fase do Curso de Direito da UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professora do Curso de Direito da UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

A mediação é técnica usada quando os sujeitos em conflito têm histórico de vínculo anterior e o canal de comunicação foi rompido. Comumente, são casos em que o conflito é incrementado por situações de cunho pessoal, marcadas por sentimentos como raiva, vingança e intolerância, infelizmente muito comuns em causas que envolvem o Direito de Família. (VIANA, 2014)

Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari (2012, p.1) define conciliação como sendo:

(...) o método de solução de conflitos no qual um terceiro imparcial, que domina a escuta, sem forçar as vontades dos participantes, investiga apenas os aspectos objetivos do conflito e sugere opções para sua solução, estimulando-os à celebração de um acordo."

A conciliação é bastante utilizada para resolução de conflitos que não envolvam relacionamento entre as partes, nos quais a solução não repercute diretamente no futuro das partes, ou seja, aplicável a solução rápida e objetiva de problemas superficiais. A conciliação, pois, distingue-se da mediação por se tratar de um procedimento mais simples, no qual o conciliador tem mais compromisso com a verdade formal, não se atendo investigar as reais necessidades e interesses das partes, subjacentes ao conflito aparente. (LUCIARI, 2012)

Carlos Henrique Soares (2014, p.3) apresenta importante distinção entre os institutos da conciliação e mediação quando afirma:

A mediação e a conciliação se constituem em duas das diversas formas alternativas de solução de controvérsias capazes de evitar a judicialização desses conflitos, sendo métodos não adversariais. Essas duas técnicas partem do pressuposto de que sempre, para se ter composição, haverá a renúncia, desistência ou transação dos direitos controvertidos. A principal diferença entre conciliação e mediação é que a primeira é forma de resolução de conflitos autocompositiva, ou seja, as partes, sem a participação de um terceiro, entabulam um acordo sobre as questões controvertidas. Já a mediação é forma heterocompositiva de solução de conflitos, no qual, com a participação de um terceiro, mediador, as partes estabelecem uma transação sobre os direitos controvertidos.

Já a arbitragem, é regulada pela lei 9.307/96 e instituída mediante negócio jurídico denominado "convenção de arbitragem", que compreende a cláusula compromissória e o compromisso arbitral. A arbitragem consiste no julgamento do litígio por terceiro imparcial, escolhido pelas partes, prevista no artigo 3º desta Lei.

A Mediação no Direito Brasileiro

Atualmente a mediação é admitida nas legislações de diversos países da Europa, principalmente pelos Estados Unidos, utilizada para resolver e simplificar a demora da justiça. Sua prática nada mais é do que uma maneira consensual, com a intervenção o mediador, que será imparcial, facilitando a conversa e a negociação entre as partes envolvidas, fazendo com que elas consigam vislumbrar os pontos de desavenças e desejos de cada um, nascendo uma solução para resolver de vez os conflitos existentes, para que consigam conviver de uma forma pacífica, dando continuidade à relação familiar. (SOUZA, 2014, p.55)

A utilização da conciliação e da mediação no Brasil disciplinada pela Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos de interesses, tendo como cerne o acesso à justiça. (BRASIL, 2010)

O Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução n. 326, de 26 de junho de 2020 instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos

de Interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade, prevendo, pois, que antes da sentença sejam oferecidos outros mecanismos de soluções de controvérsias, especialmente os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação. Em seu artigo 2º dispôs expressamente sobre os critérios de implementação de tal política pública, determinando sejam observados a centralização das estruturas judiciárias, a adequada formação e treinamento dos servidores, conciliadores e mediadores e o acompanhamento estatístico específico, tudo com vista à boa qualidade dos serviços e à disseminação da cultura de pacificação social. (BRASIL, 2020).

A mediação familiar faz parte do desenvolvimento da sociedade, pois exige uma conduta pacífica na resolução de conflitos, através do diálogo, chegando à resolução da lide, sendo, desafio do Direito de Família. Assim, justifica a tentativa de resolver os problemas das melhores formas possíveis, sendo a mediação uma forma admirada pelos promotores e juizes. (SOUZA, 2014, p. 55)

Importância da Conciliação e Mediação na Resolução dos Conflitos Familiares

É de suma importância a mediação, sendo que se deve lutar por políticas públicas que possibilitem a resolução adequada de conflitos por meios distintos do Poder Judiciário, assoberbado, com conseqüente morosidade nos processos, gerando assim um sentimento de injustiça. (SOUZA, 2014, p. 65)

A técnica da mediação tem ampla aplicabilidade no Direito de Família ante a natureza das relações, que caráter continuado, relações de afeto entre amigos, vizinhos, cônjuges, pais e filhos, nos quais os vínculos precisam ser restabelecidos ou preservados. (GERBASE, 2020).

Ao tratar da mediação de conflitos familiares Beraldo (2016) *apud* Oliveira (2020) aponta que o restabelecimento da comunicação entre as partes é fundamental para uma resolução de conflitos que atenda seus próprios interesses, sendo objetivo que as partes se aliem, e colaborando mutuamente, compreendam as necessidades do outro e foquem no interesse comum.

Contudo, faz-se mister distinguir os interesses patrimoniais e materiais das questões afetivas, pois percebe-se que as pessoas utilizam os bens materiais conquistados durante a união e até mesmos os filhos como forma de agredir o outro, utilizando o judiciário como forma de lucrar com o fim do casamento, esquecendo da afetividade, e utilizando o processo judicial como meio de vingança, vez que neste se discute predominantemente relações de caráter patrimonial. (SOUZA, 2014, p. 77)

A prestação da tutela jurisdicional nas ações de família deve ser realizada com cuidado especial, vez que nestas se fazem presentes diversos sentimentos relativos a conflitos emocionais advindos do divórcio, da guardas de filhos, dos alimentos, da divisão de bens. A decisão imposta pelo julgador não tem o condão de dirimir a desavença, mas, na maioria dos casos, ao contrário, tende inflamar a animosidade, o que não ocorre quando se obtém o consenso das partes como protagonistas da solução encontrada que melhor atenda as necessidades individuais de cada um. (OLIVEIRA, 2020)

Metodologia: Para realização deste trabalho, o estudo fez uso de pesquisa bibliográfica, artigos de lei e publicações, coligadas a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da UNIARP e Regulamento do SEDEPEX.

Resultados e conclusões

Os conflitos de natureza familiar podem ser resolvidos também com o protagonismo das partes, desde que aplicadas técnicas adequadas. Com a mediação e a conciliação existe a possibilidade de gerar um bem estar entre as pessoas, talvez acabar com o conflito que impede a boa convivência e o desenvolvimento pessoal dos entes da família.

Conclui-se, pois, que o acesso à ordem jurídica justa importa no oferecimento de uma solução célere, justa e adequada, sendo que os métodos consensuais de solução de conflitos como a mediação apresentam-se como possibilidades eficazes, notadamente no que se refere às ações de família.

Limitações: A necessidade de pesquisa interdisciplinar e domínio de áreas afins como a psicologia, bem como a amplitude do tema.

Recomendações de estudo: Importância da Mediação Familiar e suas Transformações em Tempos de Pandemia.

Referências

ARAUJO, Ana Katia de França. Mediação familiar: uma análise na separação de casais com filhos. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-162/mediacao-familiar-uma-analise-na-separacao-de-casais-com-filhos/>> Acesso em 5 nov. 2020.

BRASIL. **Código de Processo Civil de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>, Acesso em 6 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº9.307 de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm>. Acesso em 18 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível e <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156m>> Acesso em 14 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução n. 326, de 26 de junho de 2020. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências**. Disponível e <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156m>> Acesso em 14 nov. 2020.

CAROLINO, Hugo Napoleão Macêdo e Junior, Cicero de Alencar. Direito Holístico e a possibilidade de um novo paradigma para a nova ordem mundial: Uma nova visão para a vida humana. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/33627/direito-holistico-e-a-possibilidade-de-um-novo-paradigma-para-a-nova-ordem-mundial-uma-nova-visao-para-a-vida-humana>>, Acesso em 17 nov 2020

GERBASI, Ana. Conciliação e mediação pela via digital. **IBDFAM**. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/artigos/1544/Concilia%C3%A7%C3%A3o+e+media%C3%A7%C3%A3o+pela+via+digital>> Acesso em 5 out 2020

HENRIQUES, Arnaldo. Conciliação como meio de resolução de conflitos e sua aplicabilidade na Lei n. 13.105/2015. Disponível em: <<https://www.editorajc.com.br/conciliacao-como-meio-de-resolucao-de-conflitos-e-sua-aplicabilidade-na-lei-n-13-1052015/>> Acesso em 17 nov. 2020

JANNIS, Andre. O que são meios alternativos de resolução de conflitos. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/meios-alternativos-resolucao-de-conflitos-o-que-sao/>>, Acesso em 20 nov. 2020.

LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari. Conflito, conciliação e mediação. Revista de Ciências Jurídicas e Sociais. v.2. n.1. 2012. Disponível em <<http://revistas.ung.br/index.php/cienciasjuridicasesociais/article/view/1370/1164>> Acesso em 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, Alline Berger de. A mediação como método eficaz nas ações de família em casais com medida protetiva. **IBDFAM**. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/artigos/1514/A+media%C3%A7%C3%A3o+como+m%C3%A9todo+eficaz+nas+a%C3%A7%C3%B5es+de+fam%C3%ADlia+em+casais+com+medida+protetiva#_Toc45570756> Acesso em 5 set. 2020

SOARES, Carlos Henrique. Ações de direito de família no novo código de processo civil brasileiro. **Revista Síntese de Direito de Família**, 2014. Pdf. Disponível em: <www.academia.edu> Acesso em 23 out 2020.

SOUZA, Luciane Moessa de. Resolução Consensual de Conflitos Coletivos envolvendo Políticas Públicas. Brasília – DF: 2014.

VIANA, Salomão. Mediação, conciliação e arbitragem. Qual a diferença entre elas?. Disponível em: <<https://salomaoviana.jusbrasil.com.br/artigos/159810633/mediacao-conciliacao-e-arbitragem-qual-a-diferenca-entre-elas>> Acesso em 20 nov. 2020

HANSENÍASE: ALÉM DE UM PROBLEMA DE SAÚDE, UMA QUESTÃO SOCIAL E DE LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS¹

Alencar Mendes, alencarmendes@globocom.com²

Aloir Borges Junior, junioraloir@outlook.com³

Andrieli de Medeiros Soares, andrielisoares16denovembro@gmail.com⁴

Elisângela de Lima Azeredo, elisangelaazeredolima@gmail.com⁵

Gregory William Buczek, gregorywillian2015@gmail.com⁶

Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Relaciona-se a questão da Hanseníase com a garantia de acesso aos Direitos Humanos. Através da revisão da literatura, abordam-se os aspectos etiológicos da doença ao longo dos tempos. Percebe-se a evolução do enfoque de um completo banimento do convívio em sociedade para o entendimento de uma doença, infectocontagiosa, com tratamento e prevenção de contágio. Ainda assim, uma doença que pode trazer sequelas e limitações. A evolução histórica do tratamento conta, por si só, uma boa parte da história da própria humanidade, que demonstra, desde sempre, o medo do desconhecido e a segregação daquilo que considera inconveniente. Entretanto, o desenvolvimento de terapêuticas adequadas, associado ao diagnóstico precoce puderam enfrentar adequadamente este problema. O Brasil ainda ostenta o segundo lugar na lista de países mais acometidos pela doença, entretanto, o Estado de Santa Catarina já conseguiu praticamente erradicar o problema. Consta-se, especialmente em regiões onde o problema torna-se raro, o desconhecimento a respeito da existência e da garantia de acesso a direitos. Ao descortinar a existência destes direitos através de um método comprovadamente eficaz como os cartazes, pretende-se contribuir para que o conhecimento a respeito destas garantias seja acessível a todos, pacientes, familiares e a comunidade que os cerca.

Palavras-chave: Hanseníase. Histórico. Direitos Humanos. Garantias.

INTRODUÇÃO

A temática desenvolvida no presente artigo é a análise da hanseníase como doença capaz de acarretar impactos sociais ao portador e à sociedade ao seu redor, apesar de sobejamente conhecido que há tratamento e garantia de impedimento do contágio. Como fazer com que o portador e a sociedade possam, por meio do conhecimento a respeito do tema, tratar esse assunto com mais naturalidade, mais dignidade, e fundamentalmente mais humanidade?

É de fundamental importância observar a Hanseníase, além de um problema de saúde, visto que é uma questão social e de luta pela garantia de direitos, em virtude disso, o artigo buscou abordar este tema.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a) Mestre do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio Do Peixe (UNIARP).

O presente trabalho de pesquisa e extensão propõe averiguar a literatura existente a respeito do tema da hanseníase, focando em sua condição limitante da vida em sociedade. A falta de informação atinge, inicialmente, os próprios pacientes e atinge de maneira ainda mais intensa à sociedade que, ignorante das causas, possibilidades de tratamento, capacidade de virtual bloqueio do contágio, e ainda, enraizadas questões históricas, religiosas e quase culturais, ainda teimosamente permite haver cerceamento de direitos aos portadores e alta carga discriminatória aos pacientes, afetando sobremaneira seu convívio social e o empoderamento como cidadãos plenos de direitos.

Por fim, propomos a utilização de um método eficaz e claro de comunicação, como impulsionador da informação, transformando a existência de legislações e direitos em verdadeira garantia do exercício destes direitos, através da disseminação da informação.

ANÁLISE HISTÓRICA

A Hanseníase, conhecida desde o Antigo Testamento como lepra, é uma doença infectocontagiosa de evolução crônica que se manifesta, principalmente, por lesões cutâneas com perda de sensibilidade térmica, dolorosa e tátil. Entretanto, quando se analisa sobre sua origem há contradições, um debate que ocorre até nos dias atuais, pois alguns autores defendem que surgiu na Ásia, enquanto outros acreditam que o berço da Hanseníase seja o continente africano (BIERNATH, 2017).

Somente em 1873, o bacilo causador da lepra foi descoberto. Tal proeza ocorreu devido aos estudos do médico norueguês Gerhard Amaue Hansen, por isso mais tarde a doença recebeu o nome de “hanseníase”, em homenagem ao seu descobridor (EIDT, 2004).

A doença chegou ao Brasil com os primeiros colonizadores portugueses, pois a hanseníase não havia entre os indígenas brasileiros, assim como em outras regiões da América. Para a disseminação da mesma, muitos escravos africanos contribuíram.

Com a disseminação da hanseníase novas medidas foram tomadas, como por exemplo, os doentes tinham que andar com a cabeça coberta e com os pés calçados para não infectarem os caminhos por onde passassem, além do uso obrigatório de uma indumentária especial. (EIDT, 2004)

Atualmente, desde 1954, o internamento compulsório dos doentes acometidos de hanseníase foi abolido por lei.

TRATAMENTOS USADOS NO COMBATE À HANSENÍASE NO BRASIL.

Até a década de 1930, as doenças eram tratadas, no mundo inteiro, por meio de medicamentos produzidos à base de substâncias presentes na natureza.

Uma evolução de tratamentos foi proposta, com diversas substâncias sendo utilizadas. No entanto, a monoterapia apresentava-se como a causa mais frequente de desenvolvimento da resistência ao medicamento e a utilização de, no mínimo, duas drogas potentes ajudariam a superar esse problema. (GOULART, 2002).

Diante disso, foi introduzida a quimioterapia combinada com três drogas, conhecida como Poliquimioterapia, que consiste no uso das três drogas consideradas as melhores, a saber: DDS + CFZ + RMP.

Depois de vários anos e diversos medicamentos testados finalmente a cura foi achada e com efeitos colaterais fracos, atualmente se pessoa for diagnosticada cedo sua chance de cura é muito grande.

A QUESTÃO DOS DIREITOS DOS PORTADORES DE HANSENÍASE

A partir do entendimento do problema como uma doença, iniciaram-se as iniciativas e tratativas para a busca por direitos aos portadores desta doença.

O direito a saúde é o principal direito fundamental social encontrado na Lei Maior brasileira, diretamente ligado ao princípio maior que rege todo o ordenamento jurídico pátrio: o princípio da dignidade da pessoa humana, razão pela qual tal direito merece tratamento especial. (BRASIL, 1988)

Além destes direitos fundamentais, diversas outras legislações asseguram o tratamento gratuito, o direito ao sigilo, o direito à reabilitação, o direito em receber órteses e próteses, auxílio doença, isenções tributárias, em especial relacionadas ao imposto de renda, o direito à pensão especial aos submetidos à internação compulsória, além da aposentadoria por invalidez.

A GARANTIA DOS DIREITOS

A simples existência de leis que assegurem direitos não é uma garantia de que tais direitos estejam realmente assegurados. A informação produzida só é válida depois de efetivamente disseminada e acessada pela população, especialmente quando se fala sobre garantias de direitos. Ciente deste fato, o Ministério da Saúde lançou, ainda em 2008, uma cartilha explicativa da existência destes direitos.

Os objetivos, claramente explicitados da cartilha, informam sobre a:

[...] preocupação do Ministério da Saúde com o seu direito de conhecer mais sobre a hanseníase, os seus direitos na saúde e os seus deveres como parceiro da equipe de saúde que acompanha. Essa preocupação estendeu-se aos direitos humanos em geral e aos direitos específicos para as pessoas atingidas pela hanseníase que já têm alguma incapacidade. (BRASIL, 2008).

Este material, especialmente em sua parte gráfica de ilustrações, baseia, orienta e serve como modelo para o material produzido ao final deste trabalho.

No entanto, em forma de livreto, com mais de 70 páginas, o material não é algo de fácil acesso à população. Ao menos não é passível de causar um primeiro impacto positivo na sensibilização das pessoas. Evidentemente, é algo mais completo e explicativo, mas tem a limitação de sua extensão como medida de alto impacto na apresentação de direitos aos portadores de hanseníase.

Agências de publicidade e empresas de comunicação reconhecem nos cartazes ou outros meios de comunicação essencialmente visuais como algo de grande impacto inicial nas populações. (SOMA)

No entanto, no caso da hanseníase, a utilização de cartazes, apesar de bastante difundida, é focada quase que exclusivamente nos aspectos de diagnóstico precoce, ou de formas de tratamento da doença.

A ONG The Leprosy Mission Trust India, existente há mais de 140 anos, percebeu a importância de falar sobre a questão dos direitos humanos relacionados à Hanseníase (LEPROSY, 2020).

Mais do que isto, aparentemente sua experiência quase sesquicentenária fez com que esta organização percebesse a importância da comunicação através de cartazes que estabelecem a correlação entre a Hanseníase e os Direitos Humanos.

Utilizando-se desta forma direta e impactante de comunicação, dialogam tanto com os pacientes, na conscientização de seus direitos, quanto com a sociedade, na prevenção da estigmatização destes problemas.

METODOLOGIA

Através de pesquisa bibliográfica foram levantadas as informações necessárias ao entendimento e delimitação do problema que é a existência de Direitos relacionados ao tema da Hanseníase e uma dificuldade na aquisição do conhecimento acerca desses Direitos por parte da população. Seja a população diretamente afetada pelo problema, pacientes e familiares, seja a indiretamente afetada, representada por toda a comunidade.

Diante deste fato, elaborou-se um cartaz, com todas as suas características de rápido e fácil impacto visual para transmissão da mensagem pretendida, abordando e chamando a atenção para a existência destes direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado final do presente projeto de pesquisa, verificando todas as fontes e referências utilizadas para esta obra, o grupo considerou válida a apresentação e disponibilização de um produto gráfico que relacionasse o tema da Hanseníase com os Direitos Humanos, salientando de maneira clara e evidente a existência de tais direitos.

Encontram-se amiúde exemplos de utilização de cartazes alertando para a existência da doença, seus métodos de diagnóstico precoce e a existência de tratamento. A ampla maioria deles utilizando-se de fotografias de casos ou letras garrafais que procuram chamar a atenção aos aspectos da saúde e não à garantia de direitos.

Tomando por base uma riquíssima e detalhada publicação do Ministério da Saúde do ano de 2013, reproduzimos algumas das imagens existentes naquele livreto de maneira a deixá-las de maneira mais fácil de ser acessada, tornando possível que um breve olhar sobre o tema possa ter talvez mais efeito do que horas de leitura atenciosa. Especialmente na questão da conscientização da existência dos direitos relacionados ao tema.

Optamos por não fazer um cartaz dissociado da realidade do público alvo, entrando tão somente na questão dos Direitos, mas sim um cartaz híbrido, que conduz o potencial leitor a uma abordagem que vai dos aspectos básicos da doença, passando pela afirmação categórica de que a doença tem cura e ressaltando os sistemas de apoio existentes para a evolução do tratamento. Tudo isto com o objetivo de levar à conscientização da existência de Direitos e Garantias Fundamentais, relacionados ao portador da Hanseníase e, por extensão, à sociedade que o cerca.

A apresentação resumida dos principais direitos envolvidos na questão da Hanseníase é feita de maneira obviamente reduzida, por tópicos, mas com palavras cuidadosamente escolhidas para ressaltar a existência destes direitos e despertar o interesse pela busca de maiores informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de pesquisa teve o objetivo geral demonstrar a existência de direitos específicos aos portadores da doença e também demonstrar que a aplicação desses direitos e garantias estabelecidas podem fazer com que essas pessoas possam ter um convívio social, também teve como objetivo específico a elaboração de uma revisão literária sobre o tema, apontar as legislações existentes sobre o tema e por último a elaboração de material informativo.

Ao visualizarmos que uma instituição com larga experiência utiliza-se da metodologia que propomos neste trabalho para comunicar a interrelação entre Hanseníase e Direitos Humanos, pudemos perceber que nossa linha de raciocínio e iniciativa de escolha deste tema e produto final de nosso trabalho estava adequada a uma real e significativa construção de algo útil, tanto para nosso conhecimento acadêmico como uma forma de extensão universitária, com impacto positivo no ambiente extra-muros universitários.

REFERÊNCIAS

BIERNATH, André. Hanseníase e as histórias de um Brasil que está na Idade Média. **Veja saúde**. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/tunel-do-tempo/hanseníase-e-as-historias-de-um-brasil-que-esta-na-idade-media/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Hanseníase e Direitos Humanos Direitos e Deveres dos Usuários do SUS**. Brasília – DF 2008 1ª edição. Disponível em: https://bvs.saude.gov.br/bvs/publicacoes/08_0317_M.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

EIDT, Leticia Maria. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, p.76-88, mai-ago 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/08.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

GOULART, Isabela Maria Bernades, et al. O óleo de chaulmoogra como conhecimento científico: a construção de uma terapêutica antileprotica. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** 35: 453-460, set-out, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v35n5/13162.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

LEPROSY MISSION TRUST INDIA, THE. **Human Rights**. Disponível em: <https://www.leprosymission.in/resources/awareness-materials/general-leprosy-awareness-materials/social-media-posters/human-rights/>. Acesso em 04 set. 2020.

SOMA COMUNICAÇÃO VISUAL. **Conheça os Benefícios da Utilização de Cartazes e Precificação**. Disponível em: <https://www.somacomunicacaovisual.com.br/post/conheca-os-beneficios-da-utilizacao-de-cartazes-e-precificacao>. Acesso em 04 set. 2020.

JUSTIÇA RESTAURATIVA - UM NOVO MÉTODO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Bruno Richard De Melo Alves (brunorichard1213@hotmail.com)¹
Diogo Angelini (diogoangelini@gmail.com)²
Luiz Andrey Dos Santos (luizandrey428@gmail.com)³
Matheus Martins Dos Santos (matheus16martins@outlook.com)⁴
Marcos Ademar De Moraes (mmmarquinho1981@gmail.com)⁵
Cláudio Adão Sanches (sanches@uniarp.edu.br)⁶

RESUMO: O presente estudo, tem por objetivo demonstrar as falhas do atual sistema penal, e apresentar uma nova forma de resolução de conflitos através de Justiça Restaurativa. A forma alternativa de resolução de conflito, representa maior envolvimento das partes envolvidas, e indo mais profundamente ao cerne do problema, saindo da dualidade culpado x inocente.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema punitivo, desigualdade, conflito, mediação.

1. INTRODUÇÃO

O atual sistema punitivo busca exclusivamente identificar o autor de um delito e provar sua culpa, para que então uma sanção penal seja aplicada, desconsiderando os vários aspectos que permeiam a vida do autor e do ofendido.

Também, a força motriz do Direito Penal atualmente, encontra-se no comportamento humano, o Estado, que detém o *Jus Puniendi*, determina quais os comportamentos humanos que ofendem a ordem do Estado, para que deste modo se apliquem as sanções.

Em contrapartida, com a Justiça Restaurativa, todas as partes serão envolvidas, deste modo, então, analisa-se os motivos que levaram o autor a delinquir, bem como busca reparar todos os danos possíveis causados ao ofendido, e assim tenta-se estabelecer o *status quo* inicial entre ofensor e ofendido.

2. SISTEMA PUNITIVO ATUAL

O Direito Penal visa provar a culpa e punir o autor de determinada infração penal, sem a preocupação de reparação de danos causados à vítima e as causas que levaram o autor a praticar o delito, conforme os sentidos adotados pela doutrina brasileira em seus aspectos formal ou estático, material e sociológico ou dinâmico. (CUNHA, 2016)

¹ Acadêmico da 6ª fase do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp, Caçador, Brasil.

² Acadêmico da 6ª fase do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp, Caçador, Brasil.

³ Acadêmico da 6ª fase do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp, Caçador, Brasil.

⁴ Acadêmico da 6ª fase do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp, Caçador, Brasil.

⁵ Acadêmico da 6ª fase do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp, Caçador, Brasil.

⁶ Professor de Direito Penal e Criminologia da Uniarp. Especialização em Gestão de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina pela Unisul. Especialização em Formação pedagógica para docência no ensino superior pela UNIARP. Atua como Agente de Polícia na Polícia Civil de Santa Catarina.

Deste modo, vemos que o objeto central de trabalho do Direito Penal está inserido na conduta danosa do ser humano em relação a sociedade, entretanto, tais condutas são definidas pelo Estado, detentor do *jus puniendi*, desvalendo a posição do ofendido, levando em conta apenas as ofensas consideradas reprováveis pelo Estado e tendo como principal forma de punição a reprimenda corporal. (CRUZ, 2011)

Sobre isso, Lopes Junior, considera a simples reprimenda, um meio ineficiente para resolução dos problemas desta ordem, apenas a punição não basta para correção do delinquent, é necessário entender os motivos que o levaram a prática deste delito e dar visibilidade ao ofendido, pois este é o principal prejudicado pela prática delituosa, entretanto, o sistema penal atual carece de medidas que o tornem possível. (LOPES, 2006)

3. TRATAMENTO DESIGUAL EM NOME DA IGUALDADE

Outro grave problema do sistema punitivo nos dias de hoje, é o engessamento no julgamento do infrator, tal como Têmis, a deusa da justiça presente no STF, que “pesa” de olhos vendados, o processo penal busca fechar os olhos para os problemas humanos, considerando exclusivamente os fatos, desconsiderando as diferenças sociais, raciais, econômicas entre outros atributos fundamentais que compõe o ser humano. (ZEHR, 2008)

O Direito surge do seio da sociedade, existe no tempo, e na forma em que a sociedade se encontra, sendo o comportamento social a origem do Direito, faz-se mister, a adequação dele para melhor eficácia na elaboração das normas penais e processuais penais. (DURKHEIM)

É necessário aperfeiçoar o sistema penal existente, e considerar a complexidade social para elaboração das normas, e julgamentos. As dualidades, culpado ou inocente, absolver ou condenar, não são mais suficientes, ou nunca foram a melhor resposta para a justiça criminal. Tratando todos iguais perante a lei, aumenta o leque da desigualdade. (PALLAMOLLA, 2009)

4. JUSTIÇA RESTAURATIVA - UMA RESPOSTA AO ATUAL SISTEMA

A justiça restaurativa é uma nova modalidade, baseada num conceito de procedimento por consenso, no qual a vítima, o infrator e, se necessário outros membros da comunidade direta ou indiretamente afetados pelo crime participam de forma coletiva no fomento de soluções para os danos psicológicos, ressentimentos e perdas causados pelo crime nos ensinamentos de Antônio Baptista Gonçalves. (GONÇALVES, 2009)

É uma resolução de conflitos que onde o cunho maior é a restauração do indivíduo, onde em um procedimento voluntário, são colocados vítima, acusado, em alguns casos familiares e membros da comunidade, participam de forma ativa na resolução de determinado conflito.

César Barros Leal afirma possuir a justiça restaurativa em seu alicerce cinco pontos básicos, quais sejam o encontro, a reparação, a reintegração, a participação e a transformação. O encontro ocorre entre a vítima, o ofensor e, se possível, membros da comunidade, todos acompanhados por um facilitador, objetivando-se a reflexão com relação ao delito, o desabafo, o compartilhamento do medo e das angústias, assim como a busca pela real reparação. Já a reparação consiste na restituição material do bem subtraído ou então na entrega do dinheiro em si. Como o foco da

justiça restaurativa não é a punição, a reparação não só pode, como também deve ser simbólica, materializando-se através de um pedido de desculpas, por exemplo. Permite-se ainda, no mesmo caso, a reparação material e a simbólica. A reintegração tem como premissa básica a recuperação do infrator, evitando-se a reincidência, e da vítima, estigmatizada pela culpa. Ambos devem sair do procedimento restaurativo aptos a contribuir e integrar-se na sociedade. Entende-se ser necessária a participação ativa da vítima e do ofensor em todas as fases do processo, buscando-se o consenso e a recuperação. (LEAL, 2010)

Inicialmente cumpre destacar que há distinções procedimentais significativas entre as diversas espécies de mediação. Exemplificativamente, em mediações cíveis há, em regra, a contraposição de interesses e resistência quanto a pedidos recíprocos. Já na mediação vítima-ofensor, o fato de uma parte ter cometido um crime e outra ter sido a vítima deve ser incontroversa. Assim, a questão de culpa ou inocência não é mediada. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016)

Lília Maia de Moraes Sales preceitua que a mediação é um mecanismo consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência. As pessoas envolvidas nesse conflito são as responsáveis pela decisão que melhor as satisfaça. A mediação representa assim um mecanismo de solução de conflitos pelas próprias partes, as quais, movidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória, sendo o mediador a pessoa que auxilia na construção desse diálogo. (SALES, 2010)

5. TRAÇOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Apesar de todas as limitações encontradas no sistema processual brasileiro, a Constituição de 1988, em seu artigo 98, I discorre:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:
 I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

Nossa Carta Magna, inova ao trazer a possibilidade de criação de juizados especiais na esfera criminal, envolvendo crimes de menor potencial ofensivo, possibilitando nesses casos a mediação.

Agregando a isso, temos a Lei 9.099 de 1995, que regulamenta o procedimento de conciliação nos crimes de menor potencial ofensivo, através da composição civil, transação penal e suspensão condicional do processo.

Ainda o Estatuto do idoso, Lei 10.741 de 2003, prevê a aplicação da justiça restaurativa de acordo com o artigo 94 da referida lei:

Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Temos também, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 1990, em seu artigo 126, que traz o instituto da remissão:

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.
 Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Deste modo, vemos então, que o Brasil já deu alguns passos lentos em direção a novas formas de resolução de conflitos, isso abre oportunidades para uma justiça criminal mais justa e democrática, considerando também o fator humano em toda sua complexidade, não se prendendo a dualidade culpar e punir.

6. CONCLUSÃO

Concluimos neste trabalho que a punição não basta para correção do delinquente é necessário entender os motivos que o levaram a prática deste delito e dar visibilidade ao ofendido, pois este é o principal prejudicado pela prática delituosa, entretanto, o sistema penal atual carece de medidas que o tornem possível a finalidade de reintegração social do arguido e do condenado, reconhecida, em geral, às sanções criminais e em particular às penas privativas de liberdade. Em traços gerais, o sistema de sanções criminais definido no Código Penal é composto por um conjunto de penas e medidas de segurança aplicáveis a imputáveis e imputáveis maiores de 16 anos.

O processo penal é atividade estatal que, como todas as demais, não acha a sua finalidade em si mesmo, encontrando sua razão teleológica na utilidade pública. Antes de realizarmos uma reforma penal, promovendo a despenalização de condutas ilícitas, devemos avaliar se estas merecem, de fato, serem criminalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAMOLLA, Rafaela da Porciúncula. **Justiça Restaurativa: da teoria à prática**. São Paulo: IBCCRIM, 2009. p. 69.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 de novembro de 2020.

BRASIL. Lei 10.741 de 1 de Outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em 10 de novembro de 2020.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 de novembro de 2020

BRASIL. Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm. Acesso em: 10 de novembro de 2020

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça Restaurativa. Horizontes a Partir da Resolução CNJ 225**. 1 Edição 2016, p.141.

LEAL, César Barros. **A Justiça Restaurativa: Uma visão global e sua aplicação nas prisões**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52686/justica-restaurativa-origem-e-evolucao-como-metodo-de-solucao-extrajudicial-de-conflitos> - Acesso em 01/11/2020.

CRUZ, Rafaela Alban. **JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO MODELO DE JUSTIÇA CRIMINAL**. 2011. p. 02 Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/cienciascriminais/III/19.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal: parte geral** (arts. 1º ao 120) | Rogério Sanches Cunha - 4. ed. rev., ampl. e atual.- Salvador: JusPODIVM, 2016. p. 31-32

Durkheim, **De la Division du travail social**, Paris, 1902, p. 28

GONÇALVES, Antonio Baptista. **Justiça Restaurativa: Novas soluções para velhos problemas**. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.25, p. 295 Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52686/justica-restaurativa-origem-e-evolucao-como-metodo-de-solucao-extrajudicial-de-conflitos> - Acesso em 01/11/2020.

LOPES JUNIOR, Aury. **Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 16.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006. p. 90.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008. p. 76

JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL NOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO.

Amanda Gabriele de Lima Leite, Luan Almeida Veiga, Ricardo Feiten, Taina Vieira e Thaize Rodrigues de Bastos.

RESUMO: Este trabalho tem objetivo de apresentar o funcionamento da justiça restaurativa no âmbito da justiça federal, abordando principalmente a possibilidade da justiça restaurativa nos crimes de colarinho branco e se essa realmente devolve a vítima para antes da ação delituosa, de modo a reparar por completo os danos causados em um tema supostamente polêmico, além de abordar o funcionamento desse método alternativo.

Palavras Chaves: Justiça Restaurativa, Justiça Federal e Crimes de Colarinho Branco

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui exposto, tem como objetivo o estudo sobre a justiça restaurativa no âmbito da justiça federal.

Desta forma, abordaremos primeiramente a explicativa do que é justiça restaurativa para podermos ter a compreensão do todo. Assim, seguiremos para a parte central, a qual trará ao discurso a exposição dos dados coletados na tentativa de esclarecer se existe a possibilidade a justiça restaurativa nos crimes de colarinho branco e se a vítima realmente tem a reparação almejada.

A justiça restaurativa é uma técnica que prioriza solucionar conflitos, devolvendo a vítima ao estado que estava antes do delito, uma técnica é utilizada nos crimes que não são considerados graves.

A justiça restaurativa se dá através de um mediador e não através de um juiz. O mediador fará o encontro entre vítima e agressor para promover um diálogo entre as partes.

Esse encontro não substitui a cominação da pena, mas promove a reparação de danos causados pelo delito, uma outra função da pena, resultando em uma eficácia complementar

Deve-se enfatizar que sua forma de aplicação nos crimes de colarinho branco se diferencia das demais, pois neste tipo de crime a identificação do infrator se torna muito mais difícil. Entretanto, a realização da justiça restaurativa é possível nos crimes de colarinho branco, apesar dos empecilhos que ocorrem na identificação, tanto da vítima como a do infrator, ainda há meios de conseguir resolver o conflito através da justiça restaurativa.

1. O QUE É JUSTIÇA RESTAURATIVA

Pode-se dizer, que a justiça restaurativa é uma técnica que prioriza solucionar conflitos, devolvendo a vítima ao estado que estava antes da ação delituosa, uma forma atípica de resolver o processo.

Essa técnica é utilizada, nos crimes, os quais não são considerados graves. Neste, a vítima é colocada defronte com o autor do ato lesivo, podendo exprimir todo o sofrimento que lhe foi causado, permitindo também ao próprio agressor tomar ciência dos danos que causou, compreendendo os impactos que suas ações trouxeram a vida de outrem.

2. COMO FUNCIONA E SUA EFICÁCIA

A justiça restaurativa opera através da construção do consenso entre as partes envolvidas, bem como com a sociedade. Assim, a justiça restaurativa "[...] é uma técnica de solução de conflito e violência que se orienta pela criatividade e sensibilidade a partir da escuta dos ofensores e das vítimas" (PUCSP, 2020, p. 1).

A justiça restaurativa se dá através de um mediador e não através de um juiz. O mediador fará o encontro entre vítima e agressor para promover um diálogo entre as partes.

Esse encontro não substitui a cominação da pena, mas promove a reparação de danos causados pelo delito, uma outra função da pena, resultando em uma eficácia complementar (CUNHA, 2019).

Havendo sucesso na mediação, haverá a submissão dos termos do encontro em um "termo restaurativo, que é encaminhado ao juiz para verificação dos requisitos legais e para ouvir o Ministério Público" (TJDFT, 2020).

3. HÁ POSSIBILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO? ESTÁ PROPORCIONA A REPARAÇÃO ALMEJADA?

A justiça restaurativa tem por fundamento a utilização de métodos para a resolução de conflitos. De momento, devemos enfatizar que a sua forma de aplicação nos crimes econômicos se difere das demais, pelo simples fato de que, nos crimes de colarinho branco a identificação do infrator se mostra muito mais difícil, por conta que, geralmente esses crimes são cometidos por grandes corporações e também por pessoas que detêm de privilégios exclusivos referente a sua atividade profissional. Outro ponto complicado sobre esse tema, é que o crime econômico quando ele ocorre, ele atinge um número muito elevado de pessoas, acarretando assim em uma dificuldade na hora da identificação dos ocupantes do polo passivo. (DI PIETRO, 2014).

Em acordo com o entendimento de VITTO (2005), um dos principais problemas encontrados neste sentido é o fato da relação com a vítima que neste caso é a sociedade como um todo que é prejudicada, neste ponto começam a surgir as dificuldades. A principal delas é a de que o crime abordado é intitulado como um crime sem vítima, dificultando a caracterização da legitimidade para o titular dos interesses.

Já para SLAKMON (2005), a responsabilidade do ofensor também seria uma das maiores preocupações da justiça restaurativa, pois neste sistema, o agente não é estimulado a compreender as consequências dos seus atos e a conscientizar-se dos danos decorrentes da sua conduta, propondo que o conflito

interpessoal seja solucionado de forma a conduzir à reparação dos danos sofridos pela vítima através da assunção da responsabilidade pelo agente.

Essas implicações, atingem diretamente o objetivo da justiça restaurativa, visto que, nela se é buscado a aproximação do infrator com a vítima, para que juntos eles possam buscar formas para resolver a lide. (TJDFT, 2019).

Nos casos em que o dano é pessoal ou patrimonial como no caso de um crime ambiental, as partes prejudicadas podem intervir em um conflito, porém em um caso de corrupção o dano não ocorre somente a uma pessoa, o desvio de verbas destinadas a saúde prejudica a todas as pessoas que precisam deste sistema, bem como as que eventualmente virão a precisar, neste caso, a comunidade teria de ser representada por uma entidade para que buscasse a solução através da justiça restaurativa. (VITTO, 2005).

McCold e Wachtel (2002, apud JESUS Damásio, 2005), trazem o seguinte o seu entendimento doutrinário sobre o tema:

A justiça restaurativa é conseguida idealmente através de um processo cooperativo que envolve todas as partes interessadas principais na determinação da melhor solução para reparar o dano causado pela transgressão. A teoria conceitual apresentada possibilita uma resposta abrangente que explica o como, o por quê e o quem do paradigma da justiça restaurativa.

Apesar da justiça restaurativa requerer que nos processos as partes, infrator e vítima trabalhem conjuntamente na resolução do conflito, uma forma encontrada para aplicá-la nos casos dos crimes de colarinho branco, é a da escolha de um representante para ocupar o polo passivo do processo, sendo restabelecido esse representante, será ele o responsável por buscar os melhores meios para resolver aquela discussão. Essa possibilidade de representação, também se estende aos infratores, em casos em que há vários réus. (DI PIETRO, 2014).

Sendo assim, fica claro que a realização da justiça restaurativa é possível nos crimes de colarinho branco, que, apesar dos empecilhos que ocorre na identificação, tanto da vítima como a do infrator, ainda há meios de conseguir resolver o conflito através da justiça restaurativa, pois ela tem como objetivo solucionar o impasse e evitar a reincidência daquele infrator.

Entretanto, o crime de colarinho branco pode causar danos irreversíveis nas famílias. Um desvio de dinheiro pode ser devolvido pelo acusado, mas as vidas perdidas em decorrência desta ação jamais serão recuperadas, causando na população um sentimento de impunidade e de inferioridade.

Deste modo, apesar de haver a possibilidade da justiça restaurativa nos crimes de colarinho branco, mesmo com todos os obstáculos encontrados na identificação, tanto da vítima como do autor é possível resolver o conflito, entretanto, não proporciona a reparação almejada, pelo fato de não ser possível recuperar as vidas perdidas por doenças, fomes, entre outro causado pelo desvio de dinheiro público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como antes mencionado, a justiça restaurativa é uma técnica para solucionar conflitos, os quais emergem da vida em sociedade, sendo aplicada em crimes que não são considerados graves, uma forma de aproximar a vítima e infrator, dando a ambos a possibilidade de se manifestarem a respeito de suas atitudes e como tais foram recebidas pela outra parte, compreendendo o todo.

Conclui-se assim, que a justiça restaurativa nos crimes de colarinho branco é possível, apesar de toda a dificuldade para identificar as partes, entretanto, não consegue ter uma efetiva eficácia, de modo que a devolução do dinheiro por parte do infrator não consegue reparar o dano por completo, deixando resquício na vida de outrem.

REFERÊNCIAS:

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal: parte especial (arts. 121 a 361). 11.ed. Salvador: JusPodivm, 2019. Acesso em out. 2020.

McCold e Wachtel. Restorative Practices Typology, 2002, apud JESUS, Damásio de. Justiça Restaurativa no Brasil, 2005. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/24035701/justica-restaurativa-no-brasil-damasio-e-de-jesus>. Acesso em out. 2020.

PUCSP. Enciclopédia jurídica. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/138/edicao-1/justica-restaurativa>. Acesso em out. 2020.

SOUZA, Ana Cristina da Silva. Justiça Restaurativa: Sua Aplicabilidade nos Delitos Econômicos, 2009. Disponível em <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/232>. Acesso em out. 2020.

TJDFT. Como funciona a Justiça Restaurativa no TJDFT, 2019. Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/junho/como-funciona-a-justica-restaurativa-no-tjdft>. Acesso em out. 2020.

TJDFT. Justiça Restaurativa: entenda conceitos e objetivos de 2019. Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/maio/justica-restaurativa-entenda-os-conceitos-e-objetivos>.

OXHORN, SLAKMON E VITTO. Philip Oxhorn, Catherine Slakmon e Renato Campos Pinto De. Justiça Restaurativa Coletânea. Disponível em <https://site.mppr.mp.br/arquivos/Image/Nupia/Coletanea-de-Artigos-Livro-Justica-Restaurativa.pdf>. Acesso em out. 2020.

ART. 268 DO CP E A PANDEMIA DO COVID 19

Ana Merabe Correa, anamerabee@gmail.com
Eduarda Grimes Pierdona, eduardapierdona@gmail.com
Isabel Paola Zanotto, isapzanotto@gmail.com
Ladi Alves de Souza, ladi.alvesdesouza@gmail.com
Marcio Airton de Souza, marcioautoelite1@gmail.com
Claudio Sanches, sanches@uniarp.edu.br¹

Resumo: O art. 268 do Código Penal, vem tratar sobre a medida sanitária preventiva, o mesmo vem sendo usado este ano com o intuito de evitar o contágio da doença que vem matando milhares de pessoas. A violação das recomendações e determinações impostas pelo Ministério da Saúde resulta em crime tipificado previsto no art.268, o indivíduo que contraiu o COVID-19 e decide manter suas atividades mesmo sabendo dos riscos de contaminar outras pessoas, irá responder também pelo crime tipificado previsto no art. 268.

Palavras-chave: Código Penal. Doença. Violação. Recomendação

INTRODUÇÃO

Diante da atuação situação em que se encontramos neste ano, foi necessário discutir mais sobre o art. 268 do CP, o qual fala sobre as violações e determinações para evitar a propagação de uma doença contagiosa. Devemos entender a diferença entre recomendações e determinações.

No dia 26 de fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde adotou algumas recomendações para que a doença não se propagasse, o não cumprimento das medidas impostas pelo Poder Público poderá ser penalizado.

A lei 13.979/2020 regulamentada pela portaria 356/2020 traz disposições para serem adotadas no enfrentamento desta doença, como por exemplo, a quarentena. O uso de máscaras também se tornou uso obrigatório em todos os espaços públicos para evitar a contaminação do covid-19, entretanto, o presidente da república, Jair Bolsonaro, não tem respeitado essa regra, e vem sendo contraditório aos comandos do Ministério da Saúde.

É possível notar que não apenas o presidente, mas também muitas pessoas vêm desrespeitando as recomendações e as determinações do Poder Público, devido a isso tivemos um grande número de contaminações dentro do nosso país, e é nesse momento em que deveríamos agir conforme o art. 268 do Código penal, sendo ele: “Infração de medida sanitária preventiva.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

1. RELAÇÃO COM O PERÍODO ATUAL

¹Professor da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

O crime tipificado pelo Art 268 do Código Penal referente à infração de medida sanitária preventiva trata-se de um delito de perigo abstrato, ou seja, pode ser caracterizado apenas pelo perigo de contágio, sem necessariamente haver a propagação da doença, como o exemplo do indivíduo que contrai o vírus do COVID-19, e mesmo ciente do risco de contagiar outros ao seu redor, decide manter suas atividades habituais, vindo a pôr em risco a integridade física de outrem, ainda que não chegue a contaminar ninguém.

Durante a Pandemia do Coronavírus 19, cada município passou a realizar seus próprios decretos, adotando as medidas de acordo com suas necessidades específicas, uma vez que nem todas as regiões se enquadram no mesmo nível de contágio. Com intuito de evitar a propagação da doença, os decretos contendo as medidas sanitárias estão sendo publicados com frequência, se adequando a evolução da pandemia em cada região, decidindo então se as medidas previstas na Lei 13.979/20 se enquadram e continuaram a ser aplicadas.

2. MEDIDAS A SEREM TOMADAS

Com o aumento de casos no Brasil, fez-se necessário que o Governo Federal, estados e municípios elaborassem algumas medidas com o objetivo de controlar a disseminação da doença. Podemos citar que foi autorizado a substituição das aulas presenciais por aulas no formato de ensino a distância, o cancelamento de todas as atividades que houvesse concentração de pessoas, como cultos evangélicos, missas, shows, partidas de futebol.

É importante ressaltar que a Lei 13.979/2020, regulamentada pela Portaria 356/2020 foi editada, trazendo disposições a serem adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública. Dentre elas, o isolamento, a quarentena (restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes), a restrição excepcional e temporária de entrada e saída de pessoas do país, uso obrigatório de máscaras de proteção individual, entre outras.

3. COMO SE PRÁTICA A CONDUTA E O QUE É ESTE CRIME

Art.268 é uma situação muito discutida nos últimos dias. O artigo fala das violações e as determinações importadas pelo poder público, para evitar a propagação de uma doença contagiosa. Dessa forma o poder público pode fazer regras para combater o contágio de caráter generalizado, se violarem essas condutas impostas caracteriza crime do Art 268.

A grande questão que se deve entender, que a determinação do poder público por que estamos diante de uma norma penal em branco, seja ela nitidamente de caráter heterogêneo, é necessário ou seja a complementação dela não vem necessariamente do poder Legislativo, e sim do poder Executivo, isso que a torna uma norma heterogênea. Mas a constituição de 1988 concede a todos os poderes Federal, Estadual e Municipal, quando trata se de saúde da República. Sendo assim até o município pode impor suas normas.

4. CASOS

Adiante seguem um exemplo de caso que infringiu as determinações destinadas a impedir a propagação do novo corona vírus:

- Presidente Jair Bolsonaro cumprimenta idosos e abraça crianças sem máscara durante passeio no litoral de São Paulo. Ao participar de um almoço em Praia Grande durante o feriado de finados, Jair Bolsonaro cumprimentou pessoas que o aguardavam, entre idosos e crianças. No trajeto entre deixar a fortaleza militar e voltar, o presidente parou para 6 cumprimentar e conversar com a população que o aguardava, abraçou crianças e idosos e tirou dezenas de fotos. Durante todo o trajeto, o presidente esteve sem máscara de proteção facial.

Em todo o Estado de São Paulo, o uso de máscaras de proteção é obrigatório em espaços públicos para evitar o contágio do novo coronavírus.

O presidente, tem mantido uma declaração amplamente controversa ou anticientífica sobre a pandemia, com seu modo peculiar de se referir a ela: 'País de maricas', 'Mais uma que Jair Bolsonaro ganha', 'Vacina obrigatória só aqui no (cachorro) Faísca', 'Não precisa entrar em pânico', 'Cobre do seu governador', 'E daí?', 'Vamos todos morrer um dia', 'Gripezinha', 'Superdimensionado'. Vale ressaltar que no dia 7 de julho, Bolsonaro confirmou ter contraído a doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que algumas medidas não estão sendo tomadas, o que torna o art. 268 do CP muito utilizado nos dias de hoje. Se as recomendações e as determinações fossem cumpridas da forma como o Ministério da Saúde recomendou talvez o contágio do COVID—19 não estivesse em um nível tão alto, é possível notar quanto o Código Penal vem sendo importante nessa relação do art. 268 com a pandemia atual.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Clarissa. Coronavírus e o crime de infração de medida sanitária preventiva. ConJur, 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mar-20/clarissa-azevedo-coronavirus-crime-infracao-medida-sanitaria>>. Acesso em 08 de novembro de 2020.

ZAUPA, Fernando. Aplicabilidade e limites do artigo 268 do Código Penal na Covid-19. ConJur, 2020. Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/2020-jun-17/zaupa-covid-19-artigo-268-codigo-penal#:~:text=Disp%C3%B5e%20o%20artigo%20268%20do,a%20um%20ano%2C%20e%20multa.&text=Qualquer%20pessoa%20pode%20ser%20autora,aumentada%20\(vide%20par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico\)](https://www.conjur.com.br/2020-jun-17/zaupa-covid-19-artigo-268-codigo-penal#:~:text=Disp%C3%B5e%20o%20artigo%20268%20do,a%20um%20ano%2C%20e%20multa.&text=Qualquer%20pessoa%20pode%20ser%20autora,aumentada%20(vide%20par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico))>. Acesso em 08 de novembro de 2020.

BERALDO, Lílian. Veja as medidas que cada estado está adotando para combater a covid-19. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/veja-medidas-que-cada-estado-esta-adotando-para-combater-covid-19>>. Acesso em 07 de novembro de 2020.

Medidas adotadas pelo Governo Federal no combate ao coronavírus - 8 de abril. Gov.br, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/medidas-adotadas-pelo-governo-federal-no-combate-ao-coronavirus-8-de-abril>>. Acesso em 08 de novembro de 2020.

Medidas preventivas e orientação sobre o Covid-19 (CORONAVÍRUS). Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2020. Disponível em: <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/medidas-preventivas-e-orientacao-sobre-o-covid-19-coronavirus/>>. Acesso em 06 de novembro de 2020.

Coronavírus: Prevenção, Controle e Notificação. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, 2020. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/coronavirus-prevencao-controle-notificacao/>>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

GUGLIELMINETTI, Rose. Prefeitura determina suspensão de cultos, missas e eventos culturais e esportivos. Blog da Rose, 2020. Disponível em: <<https://blogdarose.band.uol.com.br/prefeitura-determina-suspensao-de-cultos-missas-e-eventos-culturais-e-esportivos/>>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

Brasil. Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

ARBITRAGEM E SUA APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA¹

Felipe Maxwell Stona (felipe.stona@hotmail.com)²
 Francislaine Tibes (frantibes17@gmail.com)³
 Julia Soupinski Ribeiro, (juliasoupinski_@hotmail.com)⁴
 Kemelyn Brand (kemelynbr@gmail.com)⁵
 Vitoria Muniz Carniel (vitoriamcarniel@gmail.com)⁶
 Prof. Esp. Roselaine de Almeida Périco (roseperico2@gmail.com)⁷

Resumo – A arbitragem é forma extrajudicial de resolução de conflitos, onde as partes envolvidas podem escolher uma pessoa, física ou jurídica, para solucionar a lide, deixando de lado a prestação jurisdicional estatal. Assim, o objetivo geral da pesquisa é abordar a técnica de arbitragem, na resolução de conflitos nas relações jurídica-contratual entre a administração pública e o setor privado, explanando sobre sua aplicação de forma interdisciplinar no âmbito do direito administrativo. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Como resultado tem-se a administração pública pode estar se utilizando do recurso da arbitragem na resolução de conflitos nas relações jurídica-contratual com o setor privado, tendo se comprovado eficaz e mais célere, já que é um forma extrajudicial de resolver conflitos, com resultado mais benéfico as partes.

Palavras-chave: Arbitragem. Administração Pública. Conflitos. Resolução.

INTRODUÇÃO

A arbitragem consiste no julgamento do litígio por terceiro imparcial, escolhido pelas partes. É, tal qual a jurisdição, espécie de heterocomposição de conflitos, que se desenvolve mediante trâmites mais simplificados e menos formais do que o processo jurisdicional.

No âmbito da administração pública, fica restrita apenas aos direitos patrimoniais disponíveis, sendo assim os instrumentos convocatórios de licitações e os contratos contenham cláusula prevendo a arbitragem e delimitando as matérias sobre as quais ela é possível. Sendo assim apenas atos que necessitem de apreciação econômica poderá ser discutido em tribunal de arbitragem.

Inicialmente apresenta-se por um breve relato do que é a arbitragem, passando à aplicação da arbitragem na esfera da Administração Pública e a diferença entre arbitrabilidade objetiva e subjetiva.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

1. ARBITRAGEM

Inicialmente, vê-se a extrema necessidade de conceituar o significados e sentidos da arbitragem, neste viés, da citação do Haroldo Lourenço podemos dizer que na arbitragem, um terceiro, imparcial, da confiança das partes impõe a solução do conflito, sendo uma forma de heterocomposição privada, não oficial e que se desenvolve por um trâmite mais simplificado e menos formal do que o processo jurisdicional.⁸

Partindo deste viés, poderá se concluir da citação acima que o principal objetivo da arbitragem é a resolução de conflitos de forma extrajudicial. A possibilidade desta solução está amplamente baseada no Código Civil Brasileiro e no Código de Processo Civil, ambos que regulamentam a norma.

Arbitragem, inicialmente, se dá por meio de um negócio jurídico processual (art. 190 CPC), denominado de convenção de arbitragem, que a constitui como forma de solução de conflito, investindo e dando competência para o árbitro de solucionar o litígio, somente podendo ser convencionada por pessoas capazes (art. 1º LA). A convenção de arbitragem possui, principalmente, duas espécies, sendo a primeira denominada de cláusula compromissória, em que as partes decidem que eventuais conflitos que possam surgir, decorrentes de determinado negócio, serão solucionados pela arbitragem (art. 4º), portanto uma deliberação prévia ao litígio e em abstrato. A segunda espécie é o compromisso arbitral, que ocorre quando a arbitragem é escolhida como forma de se conflito quando este já se estabeleceu (art. 6º).⁹

Ainda, a Lei 13.129/2015, alterando o artigo 1º, parágrafo 1º da Lei 9.307/96, determina que a administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.¹⁰ Portanto, conclui-se que a forma de solução de conflitos através da arbitragem é amplamente assegurada pela legislação brasileira, devendo a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, se assim querendo, poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativas de conflito.

1.2 Arbitragem no Direito administrativo

A arbitragem é heterocompositiva, diferente da autocomposição, possui força vinculante, já que as partes se submetem a uma cláusula compromissória arbitral, presentes em contratos administrativos incluídos pela Lei 13.129/15.

Desse modo a administração pública pode estar se utilizando do recurso da arbitragem na resolução de conflitos nas relações jurídica-contratual entre a administração pública e o setor privado, que por sua vez tem se comprovado eficaz e mais célere, por ser uma forma mais prática, já que é um forma extrajudicial de redimir conflitos, sendo mais benéfico para ambas as partes.

8 LOURENÇO, Haroldo. **Ruptura do Dogma do Interesse público**. Revista EMERJ. Rio de Janeiro, v.20, n3, p 230 -252. Dezembro 2018.

9 Ibid.

10 REZENDE, Leonardo Pereira. **Setor público deve adotar métodos alternativos de soluções de controvérsias**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jul-31/administracao-publica-adotar-metodos-alternativos-solucao-controversias>. Acesso em 06 de novembro de 2020.

Apesar da arbitragem ser admitida no âmbito da administração pública fica restrita apenas aos direitos patrimoniais disponíveis, sendo assim os instrumentos convocatórios de licitações e os contratos contenham cláusula prevendo a arbitragem e delimitando as matérias sobre as quais ela é possível. Nesse caso um tribunal de arbitragem não tem prerrogativas para discutir por exemplo cláusulas regulamentares do contrato que são as cláusulas que disciplinam a forma da execução do contrato, não podendo ser matéria de discussão na forma de arbitragem as prerrogativas do artigo 58 da lei 8.666 (alteração unilateral, rescisão unilateral, aplicações de penalidades).¹¹

As hipóteses que permitem a aplicação da arbitragem na administração pública, ato de gestão, em relação aos serviços comerciais e industriais do Estado, nos atos negociais, em que administração se igual ao particular, nos contratos de direito privado, nas empresas estatais que exercem atividade com base no artigo 173, §1º, da Constituição Federal de 1988.

Sendo assim apenas atos que necessitem de apreciação econômica poderá ser discutido em tribunal de arbitragem. As decisões sobre desapropriação, tombamento, servidão administrativa, não pode ser objetos de discussão pela arbitragem somente os efeitos patrimoniais dessas decisões.¹²

1.3 Arbitrabilidade subjetiva e objetiva

Define-se a arbitrabilidade como sendo o conjunto de condições objetivas e subjetivas que informam a possibilidade de que um conflito possa ser submetido à Arbitragem¹³, sendo que o pressuposto subjetivo será referente a quem poderá participar da Arbitragem, enquanto o objetivo será relativo à que matéria ou direito pode ser objeto em conflito a ser solucionado por juízo arbitral.

Quanto à arbitrabilidade subjetiva, por se tratar de um limite que determina quem pode utilizar-se deste instituto, cumpre analisar a capacidade de o Estado figurar como parte em controvérsia solucionada por meio alternativo ao Poder Judiciário. Assim, a arbitrabilidade subjetiva, conseqüentemente, está intimamente ligada aos princípios da legalidade e da inafastabilidade do controle jurisdicional.

Muito se debateu quanto à inadmissibilidade do uso da Arbitragem pela Administração Pública em face deste princípio, por entender-se que a lei genérica não autorizava que a Administração se valesse do instituto da Arbitragem, embora diversas leis esparsas o autorizassem. Até que, em 2015, com o advento da Lei 13.129, que modificou a Lei de Arbitragem, encerrou-se a questão, por inserir de maneira explícita em seu art. 1º, § 1º a possibilidade de a Administração Pública figurar como parte na Arbitragem.

11 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **As Possibilidades da arbitragem em contratos administrativos**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-set-24/interesse-publico-possibilidades-arbitragem-contratos-administrativos>. Acesso em 10 de Novembro de 2020

12 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **As Possibilidades da arbitragem em contratos administrativos**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-set-24/interesse-publico-possibilidades-arbitragem-contratos-administrativos>. Acesso em 10 de Novembro de 2020

13 BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-Book. ISBN: 978-85-02-17182-4. Disponível em: <http://www.fkb.br/biblioteca/Arquivos/Direito/Mediacao%20e%20Arbitragem%20-%20Roberto%20Portugal%20Bacellar.pdf>. Acesso em 11 de Novembro de 2020.

Quanto à arbitrabilidade objetiva, por se tratar de um limite que determina quais direitos poderão ser objeto em juízo arbitral, tem-se que está intimamente ligado ao princípio da indisponibilidade do interesse público. Nesse sentido, cumpre lembrar o ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello¹⁴, ao expor que o interesse público secundário (da Administração) deve sempre buscar a efetivação do interesse público primário, e só poderá ser realizado se coincidente com este. A indisponibilidade a que se refere o princípio constitucional, contudo, diz respeito ao interesse público primário, e não secundário. O princípio constitucional da indisponibilidade do interesse público visa a proteger os direitos dos administrados, que, por serem primários, são indisponíveis, e não os direitos da Administração, que são secundários e, por conseguinte, disponíveis.

Desta feita, tem-se que o fato de que a Administração atue em favor do interesse público não determina o afastamento das condições de arbitrabilidade objetiva, uma vez que poderá se submeter ao juízo arbitral para dirimir questões relativas a direitos disponíveis. O questionamento consiste, assim, em verificar os requisitos de arbitrabilidade objetiva em cada caso em que figure a Administração Pública, para que se comprove que tais litígios envolverão apenas direitos patrimoniais disponíveis, em consonância com o princípio da indisponibilidade do interesse público, bem como as questões relativas ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e da legalidade.

METODOLOGIA

Para a investigação e relato, o estudo fez uso da pesquisa bibliográfica, associado à produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conclui-se que a arbitragem é de extrema relevância para o direito, tanto para o sistema judiciário, pois desta maneira há um auxílio ao poder judiciário diminuindo os processos, não ficando tão sobrecarregadas com pequenos conflitos, que muitas vezes acabam por ter mais congestionamento no sistema judiciário de maneira com que ações de maior relevância social, acabem se tornando parte da grande “fila” de ações, com mais demora para resolução, mas que com a arbitragem são de rápida e fácil resolução, sem maiores demandas judiciais e então promovendo a justiça; assim como para a parte em si, pois assim como tem por objetivo uma rápida e eficiente resolução, também em que pese o tipo de conflito, é uma justiça mais barata.

REFERÊNCIAS

LOURENÇO, Haroldo. **Ruptura do Dogma do Interesse público**. Revista EMERJ. Rio de Janeiro, v.20, n3, p 230 -252. Dezembro 2018.

14 BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Saraiva. 2010, pp. 66-67. Acesso em 11 de novembro de 2020.

https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v20_n3/versao-digital/230/ . Acesso em: 6 nov.2020.

REZENDE, Leonardo Pereira. **Setor público deve adotar métodos alternativos de soluções de controvérsias**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jul-31/administracao-publica-adotar-metodos-alternativos-solucao-controversias>. Acesso em: 6 nov.2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **As Possibilidades da arbitragem em contratos administrativos**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2015-set-24/interesse-publico-possibilidades-arbitragem-contratos-administrativos> . Acesso em: 10 nov.2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **As Possibilidades da arbitragem em contratos administrativos**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2015-set-24/interesse-publico-possibilidades-arbitragem-contratos-administrativos> . Acesso em: 10 nov.2020.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-Book. ISBN: 978-85-02-17182-4. Disponível em: <http://www.fkb.br/biblioteca/Arquivos/Direito/Mediacao%20e%20Arbitragem%20-%20Roberto%20Portugal%20Bacellar.pdf> . Acesso em: 10 nov.2020.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Saraiva. 2010.

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA¹

Carla Maria Mazzotti (carlamariamazzotti@hotmail.com)²

Carla Josiane Paz (carlapaz1989@gmail.com)³

Eula Daiane Wantowski (euladaianealves@hotmail.com)⁴

Prof. Esp. Roselaine de Almeida Périco (roselaine.almeida@uniarp.edu.br)⁵

Resumo – O novo Código de Processo Civil de 2015, inovou ao disciplina a possibilidade do uso na administração pública de formas de solução dos seus conflitos sem a luta ferrenha de ambas as partes na esfera judicial, através de três meios para a solução de conflitos, quais sejam: a arbitragem, a mediação e a conciliação. Assim, o objetivo geral da pesquisa é abordar tais técnicas na resolução de conflitos entre a administração pública e particulares, explanando sobre sua aplicação de forma interdisciplinar no âmbito do direito administrativo. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Como resultado tem-se a administração pública pode estar se utilizando dos recursos da arbitragem, mediação e conciliação na resolução de conflitos nas relações com particulares, tornando os procedimentos mais céleres e desafogando o Judiciário.

Palavras-chave: Administração Pública. Arbitragem. Mediação. Conciliação.

INTRODUÇÃO

A luta por interesses sempre existiu, isso são fatos teóricos, o qual temos conhecimento de muitos anos atrás, porém a sociedade vai mudando, tanto em suas formas sociais como culturais, e o meio jurídico busca acompanhar essa evolução, mesmo que de forma mais lenta, pois é essas peculiaridades que vão surgindo ao poucos que vão fazendo com que se busque novas formas de solução de conflitos. Ainda sem tem muito receio nas novas formas de solução de conflito, pois mitos adoram judicializar, acham que a melhor forma de resolver é pelo meio judicial, mais os tempos estão em constantes mudanças e o próprio meio jurídico aposta em uma nova forma de resolução de conflitos, partindo do principio da autonomia das partes em conciliarem entre si, buscando os mesmo se entenderem, se envolverem no problema em questão e os mesmo acharem a solução para tal. Sendo assim uma forma de resolverem amigavelmente, onde nenhum lado sai perdendo, mais ambos saem satisfeitos.

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A arbitragem é o meio mais antigo de solução de conflitos por um terceiro imparcial, já estando presente no Código Civil de 1916 entre os meios indiretos de pagamento, sobre o título de compromissos, porém não obteve grande êxito pois

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

nos artigos 1.085 e 1.102 do Código de Processo Civil de 1973 exigia a homologação do então conhecido “Laudo Pericial” por sentença judicial com todos os recursos inerentes. Todavia, assim podemos dizer então que o judiciário se tornava um segundo grau de jurisdição da arbitragem.

A Lei nº 9.307/1996, regulamento a aplicação da arbitragem, dando possibilidade e da aplicação na esfera da administração pública, conforme previsão do art. 1º, § 1º:

Art.1º.[...]

§ 1º. A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. (BRASIL, 1996)

Ademais ainda salienta que se tratando de atos praticados por parte da administração pública se exige que se dê de forma transparente, seguido pelo princípio da publicidade, como se refere no art. 2º, § 3º:

Art.2º.[...]

§ 3o A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade. (BRASIL, 1996)

A arbitragem é conceituada por Scavone Junior (2018, pg 19) como:

A arbitragem pode ser definida, assim, como o meio privado, jurisdicional e alternativo de solução de conflitos decorrentes de direitos patrimoniais e disponíveis por sentença arbitral, definida como título executivo judicial e prolatada pelo árbitro, juiz de fato e de direito, normalmente especialista na matéria controvertida.

Como a prática arbitral se dá na esfera extrajudicial na solução de conflitos, possibilita que os litigantes versem sobre a forma de suceder o litígio, podendo ser utilizadas maneiras de direito não afrontando a ordem pública e os bons costumes, pela aplicação dos princípios gerais de direito, pelo uso e costumes e pela equidade.

O uso da equidade é muito positivo no sentido de possibilitar as partes de convencionarem entre si as regras de direito que poderá se aplicadas, desde que não venha contra a ordem pública e os bons costumes, eis que o artigo que presta suporte, método previsto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 9.307/96:

Art2º.[...]

§ 1º Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública. (BRASIL, 1996)

Ademais outro ponto positivo desta lei é que podem as partes compactuar na escola do juiz arbitral, possibilitando a eles escolherem uma pessoa com entendimento do assunto que estão litigando, dando assim uma sentença arbitral mais compreensiva para as partes pelo seu já entendimento referente à matéria discutida trazendo mais segurança referente ao resultado final do processo, conforme previsão no artigo 13º, § 3º:

Art.13º. [...]

§ 3º As partes poderão, de comum acordo, estabelecer o processo de escolha dos árbitros, ou adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada. (BRASIL, 1996).

Percebe-se ser finalidade da arbitragem sua celeridade na resolução da contenda, versando a lei acerca do tempo máximo para a sentença arbitral, o qual as partes podem estipular, conforme previsão do art. 23:

Art. 23. A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro. (BRASIL, 1996).

No entanto, o uso da arbitragem na esfera pública se limita ao cumprimento da lei, de acordo com o princípio da legalidade.

A Lei de Mediação 13.140/15 tem como objetivo estabelecer o uso de métodos adequados nas resoluções de conflitos, bem como, no sistema de Justiça, uma vez que possui dispositivos aplicáveis à mediação judicial e ainda nos casos de mediação de conflitos que tenham como parte a administração pública.

Destaca-se a previsão do Código de Processo Civil, que estabelece que o Estado promova, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos, devendo a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial, assim prevendo:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial. (BRASIL, 2015)

Alguns aspectos devem ser seguidos na administração pública sendo um dos mais importantes à escolha do mediador, uma vez que esse deve ter capacidade e conhecimento para tratar do assunto em questão.

Deverão ser observados os Princípios constitucionais, previstos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e ainda obediência ao princípio da oralidade, autorizando as partes a apresentar seus pleitos; o princípio da confidencialidade e da publicidade, em que pese seja diametralmente oposto, podem ser relativizados quando analisados sob a ótica da lei, sendo confidencialidade exceção da publicidade quando o gestor público entender que o caso é inexoravelmente sigiloso, e quando a publicidade da mediação possa prejudicar ou pôr em risco a segurança da sociedade e do Estado. (ANDREANI, 2017)

Considerando os objetivos da mediação, de restauração da comunicação e restabelecimento de vínculos e de uma possível realização de acordo, observa-se que a técnica deve ser utilizada, prioritariamente para relações interpessoais continuadas, que são aquelas nas quais, posteriormente ao surgimento da discordância, ainda permanecerão existindo, não sendo meras relações pontuais, efêmeras.

METODOLOGIA

Para a investigação e relato, o estudo fez uso da pesquisa bibliográfica, associado à produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conclui-se que houve uma quebra de paradigmas em se tratando dos meios que a administração pública passou a se utilizar para resolução de seus conflitos

de forma mais sensata, amigável e com o comprometimento da boa-fé, através da arbitragem e mediação, formas de composições que já eram aplicadas há muito tempo, porém na esfera da administrativa de aplicação limitada, pois não tinham norma específicas que regulamentassem em seu completo teor, surgindo após a regulamentação acerca da mediação e arbitragem previstas no Código de Processo Civil de 2015, bem como as respectivas regulamentações, possibilitando assim resolver seus conflitos de forma mais pacífica e rápida, e com previsão legal dando mais segurança aqueles que a buscam.

REFERÊNCIAS

ANDREANI, Márcia Santos Nogueira. **Mediação e administração pública**. 2017. Disponível em <https://migalhas.uol.com.br/depeso/263494/mediacao-e-administracao-publica> Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm. Acesso em: 05nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 05nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 05nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm. Acesso em: 05nov. 2020.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Manual de arbitragem: mediação e conciliação**. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em https://www.academia.edu/37864205/2018_Manual_de_Arbitragem_Media%C3%A7%C3%A3o_e_Concilia%C3%A7%C3%A3o_Luiz_Antonio_Scavone_Junior. Acesso em: 05nov. 2020.

DIREITOS DO CONSUMIDOR - REVISÃO DE OFÍCIO DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS¹

Alana Letícia Bonetti²
Marcos Vinícius Blanco Miguel³
Gedson Pagnussatt⁴

Resumo: Representando uma mitigação à força vinculatória dos contratos, o artigo 51, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece um rol meramente exemplificativo de cláusulas consideradas abusivas pelo ordenamento pátrio em contratos de consumo. De acordo com o artigo 51, do CDC as cláusulas abusivas em contratos de consumo serão nulas de pleno direito. Destaque-se, contudo, que, conforme inteligência do parágrafo 2º, do referido artigo, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida por completo o contrato. A exceção, contudo, ocorre quando inexistir contrato e, apesar dos esforços de integração da cláusula invalidada, decorrer ônus excessivo para qualquer das partes. Vale ressaltar que há doutrinadores que possuem entendimento no sentido de que as cláusulas abusivas poderiam ser reconhecidas inclusive de ofício pelo Poder Judiciário, por envolver matéria de ordem pública, visto que se trata de matéria de ordem pública. Contudo, em que pese forte crítica doutrinária, o Superior Tribunal de Justiça exclusivamente quanto aos contratos bancários concluiu que não é dado ao Poder Judiciário conhecer de ofício a abusividade de cláusulas. Trata-se do que está estipulado na Súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Palavras-chave: Cláusulas Abusivas. Ônus Excessivo. Reconhecimento de Ofício. Ordem Pública. Superior Tribunal de Justiça.

INTRODUÇÃO

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/90, surgiu no ordenamento jurídico nacional como a concretização do direito fundamental previsto no art. 5º, inc. XXXII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a promoção dos direitos do consumidor pelo Estado.

Esta legislação, entre as mais diversas formas de direitos e garantias concedidos à parte vulnerável da relação de consumo, contém regulamentação sobre os contratos de consumo, com evidente destaque para o tratamento das cláusulas abusivas.

Antes do Código de Defesa do Consumidor, a legislação brasileira desconhecia o instituto das cláusulas abusivas, sendo o ato civil seu conceito mais próximo, mas sem identidade plena. Porém, após o seu surgimento, a proteção ao consumidor contra cláusulas abusivas tornou-se um dos instrumentos mais contundentes do Código e, conseqüentemente, teve ampla aplicação nas demandas que contribuem para o Judiciário.

Dessa forma, passaremos à análise do objeto do projeto em questão.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador, disciplina de Direito do Consumidor, da 8ª fase do curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Especialista, Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS

Cumpra mencionar inicialmente que desde sua denominação mais comum, Código de Defesa do Consumidor (CDC), e já na norma positivada em seu primeiro artigo, a Lei nº 8.078/90, faz transparecer seu caráter protetivo (PEREIRA, 2013).

Nesse sentido, vale ressaltar que a Constituição faz referência, à defesa do consumidor em seu art. 170, V, oportunidade em que arrola os princípios gerais da atividade econômica, bem como em seu art. 48 de suas Disposições Transitórias, do que se detrai a preocupação do legislador constitucional em estabelecer um novo patamar às relações de consumo pós 1988 (PEREIRA, 2013).

Por sua vez, o Código de Defesa do Consumidor, com a configuração dada pelas normas constitucionais, não se trata propriamente de um código do consumo, que identifica objetivamente um tipo de relação jurídica presente na sociedade e busca regulá-las (PEREIRA, 2013).

E sim, trata-se de um código que dissecou subjetivamente a relação jurídica e identificou a figura do consumidor como merecedor de proteção, passando a regular a relação de consumo a partir da ideia de defesa do sujeito “consumidor” (PEREIRA, 2013).

Nesse sentido, Marques e Turkienicz afirmam o seguinte:

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro não é um Código de 'consumo', como a consolidação legal francesa denominada Code de la Consommation, nem é uma lei geral sobre contratos de adesão comerciais e civis concentrada no método do uso das cláusulas contratuais gerais, como a lei alemã de 1976 (MARQUES, et al, 2000, p. 236).

Ainda, houve, por parte do legislador constitucional, atenção a uma das características do sujeito de direitos consumidor quando diante de uma relação de consumo: a sua vulnerabilidade (art. 4º, I do Código de Defesa do Consumidor).

Além disso, observe-se o art. 6º, IV, do CDC:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e **cláusulas abusivas** ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

No que concerne às cláusulas abusivas, pontua Pereira:

A proteção contra cláusulas abusivas é prevista no artigo ao lado da proteção contra a publicidade enganosa e abusiva (art. 36 e seguintes do CDC) e das práticas abusivas (art. 39 e seguintes do CDC), e diz respeito ao capítulo da proteção contratual, cuja regulação no CDC encontra-se a partir de seu artigo 46, mas com ênfase na seção específica contida nos arts. 51 a 53 do referido Código. E, pelo que se denota da escolha do legislador brasileiro, antes da indicação do que se entende 2º Art. 5º, inc. XXXII; art. 170, V; art. 48 da ADCT. 12 por cláusula abusiva, houve a determinação de quais são os seus efeitos – nulidade de pleno direito – com a descrição de um rol exemplificativo de cláusulas de forma casuística (incisos I a III e VI a XVI do art. 51 do CDC), além da indicação de uma cláusula geral prevista no inciso IV do referido

artigo 51, somado ao conteúdo de seu parágrafo primeiro. Assim, antes de propriamente estabelecermos uma diferença de tratamento jurídico-interpretativo para as cláusulas abusivas previstas em normas casuísticas e as decorrentes de cláusula geral, é necessário que entendamos o que torna uma cláusula abusiva e, por corolário legal, nula de pleno direito (PEREIRA, 2013, p. 11-12).

DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO DE OFÍCIO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS

Uma vez definido pela doutrina o significado da expressão “nulidade de pleno direito” previsto no *caput* do art. 51 do Código de Defesa do Consumidor pela identificação com nulidade absoluta do direito civil, predominou o entendimento doutrinário acerca da possibilidade do conhecimento de ofício da abusividade das cláusulas nos contratos de consumo.

Sobre o tema, esclarece Pereira:

Este movimento, diga-se de passagem, teve origem, ainda na própria inovação legislativa nascida com o advento do CDC no ano de 1990. Até então os contratos em geral eram regidos pelas tradicionais normas do direito civil, em especial porque àquele tempo vigia o Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/16). Neste contexto, portanto, ainda possuía força predominante na interpretação dos contratos o princípio régio acerca da imutabilidade das avenças, o *pacta sunt servanda* (PEREIRA, 2013, p. 16).

Além disso, de acordo com Miguel Lopes, tornou-se evidente com o advento do Código Napoleônico, que equiparou o contrato à lei quanto à sua força obrigatória, trazendo até os tempos atuais a noção de que “o contrato faz lei entre as partes”.

Contudo, a doutrina e a jurisprudência iniciaram um movimento de identificação de novos princípios para o direito em geral, em especial para o direito das obrigações, tais como a função social do contrato e a boa-fé objetiva (Pereira, 2013).

Dessa forma, o CDC surge como um instrumento de concretização da boa-fé e da função social do contrato, ainda que não mencionando este último expressamente na legislação, como acabou sendo feito mais de uma década depois pelo Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/02), em seus artigos 421 e 422 (Pereira, 2013).

Nesse novo contexto jurídico e social, a relativização do princípio do *pacta sunt servanda*, em nome de princípios tão caros como a boa-fé e a função social do contrato, aliado ao preceito do artigo 51, *caput*, do CDC que prescreve nulidade absoluta às cláusulas abusivas, bem como ao fato de o Código revestir-se do caráter de norma de ordem pública, nos termos do art. 1º, do CDC, os intérpretes e aplicadores do direito reconheceram sem maiores questionamentos a possibilidade de conhecimento de ofício da abusividade das cláusulas em contratos de consumo, visto que se trata de matéria de ordem pública (Pereira, 2013).

Nesse sentido, Bruno Miragem disciplina que:

A norma do art. 51 do CDC determina, para os contratos de consumo, espécies de conformação da autonomia negocial do consumidor, restringindo a validade jurídica de suas declarações em face do caráter de ordem pública que possui o CDC, justamente para tornar inafastáveis suas normas de proteção, ainda que por acordo entre as partes (MIRAGEM, 2009, p.45-48).

Por outro lado, apesar de forte crítica doutrinária, o Superior Tribunal de Justiça, exclusivamente quanto aos contratos bancários, firmou entendimento no

sentido de que não é dado ao Poder Judiciário conhecer de ofício a abusividade de cláusulas. Observa-se:

Súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

METODOLOGIA

No que concerne a metodologia, a pesquisa foi de natureza básica, pois não se teve a intenção de aplicar as reflexões feitas, mas sim de apenas torná-las possíveis. Além disso, utilizou-se o método descritivo visando o estabelecimento das relações existentes entre a temática proposta.

Por fim, o procedimento técnico deu-se de forma bibliográfica, onde através do embasamento teórico tido por meio de alguns pensadores conceituados tornou-se possível a realização das reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise do presente projeto fez-se possível verificar que o art. 51, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece um rol meramente exemplificativo de cláusulas que podem vir a ser consideradas como sendo abusivas pelo nosso ordenamento jurídico pátrio em contratos de consumo.

Assim sendo, faz-se importante destacar que nos moldes do referido artigo as cláusulas abusivas em contratos de consumo serão consideradas nulas de pleno direito, contudo, há que se salientar que a nulidade de uma cláusula abusiva não invalidará o contrato em questão por completo.

Entretanto, existe exceção nos casos em que houver inexistência de contrato, e, apesar dos esforços de integração da cláusula invalidada, decorrer ônus excessivo para qualquer das partes.

Por fim, ressalte-se que de acordo com os entendimentos do Superior Tribunal de Justiça quanto aos contratos bancários, exclusivamente, não é dado ao Poder Judiciário conhecer de ofício a abusividade de cláusulas, nos moldes da Súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por fim, conclui-se que o principal tema objetivado neste relatório fora devidamente demonstrado, auxiliando conseqüentemente, na construção acadêmica, profissional, e também, na construção do ser humano, diante de colocação de diferentes desafios que foram impostos para a formação acadêmica dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em www.planalto.gov.br

BRASIL, **Lei nº 8.078 de 11 setembro de 1990**, que instituiu o **Código de Defesa do Consumidor**. Acesso em www.planalto.gov.br

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil: fontes das obrigações: contratos**. v.3. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

MACIEL, Igor. **Direito do Consumidor p/ TJ-PR (Juiz Substituto) - Pós-Edital – Aula 02 – Proteção Contratual do CDC.** Estratégia Concursos. Disponível em <https://www.estrategiaconcursos.com.br>.

MARQUES, Cláudia Lima e TURKIENICZ, Eduardo. **Caso Teka Vs. Aiglon: em defesa da teoria finalista de interpretação do art. 2º do CDC.** Revista de direito do consumidor, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 36, out-dez 2000. p. 221-240.

MIRAGEM, Bruno. **Nulidade das cláusulas abusivas nos contratos de consumo: entre o passado e o futuro do direito do consumidor brasileiro.** Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, n. 72, 2009.

PEREIRA, Daniel Neves. **A (im)possibilidade de conhecimento de ofício da abusividade das cláusulas contratuais após o advento da súmula nº 381 do STJ.** Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/156542>.

O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

Leticia Daiana Capelin Krutzmann, leticiadaianack@gmail.com²

Luiza Nascimento Peretto, luizanperetto@gmail.com³

Mariana Vitória Schollosser Ribeiro, marivitoria.sribeiro@hotmail.com⁴

Mateus Brasil Tibes, matheustibes23@gmail.com⁵

Raissa Busato, raissabusato@hotmail.com⁶

Pedro Paulo Baruffi, Pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁷

Resumo

O presente artigo disserta, por meio de pesquisas em revistas, matérias, artigos, entrevista e questionários, sobre as dificuldades no ensino de pessoas com deficiência durante o presente período de pandemia. Nele, foi demonstrada a abordagem da APAE de Caçador em relação a esse assunto, além de ser baseado em relatos de professores e de pais, de todos os lugares do Brasil, que vêm tendo obstáculos para garantir uma boa educação para as crianças e adolescentes deficientes, já que as escolas não possibilitam os meios necessários para que tal aconteça.

Palavras-chave: Deficiência. Pandemia. Dificuldade.

INTRODUÇÃO

Desde o início do surto de coronavírus, denominado SARS-CoV-2, houve uma grande apreensão diante de uma doença que se espalhou rapidamente em várias regiões do mundo, com diferentes e inúmeros impactos. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em 30 de outubro de 2020, foram confirmados no mundo 44.888.869 casos de COVID-19 e 1.178.475 mortes. Nesse sentido, nem no mundo nem no Brasil existiam planos estratégicos prontos para serem aplicados a uma pandemia, isto é, todas as camadas tiveram que tomar providências do zero (LIMA, 2020).

Para isso, houve uma necessidade urgente de adaptação. Nessa perspectiva, as escolas e universidades necessitaram mudar seu método de ensino para migrarem para um ambiente totalmente novo, o online (CORRÊA, 2020). Por consequência, observou-se a dificuldade no aprendizado de uma maneira eficaz à

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito.

² Leticia Daiana Capelin Krutzmann(UNIARP).

³ Luiza Nascimento Peretto(UNIARP).

⁴ Mariana Vitória Schollosser(UNIARP).

⁵ Mateus Brasil Tibes (UNIARP).

⁶ Raissa Busato(UNIARP).

⁷ Professor, Mestre em Desenvolvimento e Sociedade

distância. Pensando nessas dificuldades encontradas por pessoas sem nenhum tipo de deficiência, o grupo se questionou a respeito do círculo populacional com deficiências, e como este está se adaptando neste momento (DOS SANTOS SILVA; ANDRADE; DOS SANTOS, 2020).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No decorrer da pandemia do novo coronavírus, as aulas online se tornaram um desafio ainda maior para estudantes com algum tipo de deficiência. Um dos motivos para que isso ocorra é a pouca adaptação nos materiais ou quase inexistente para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, levando em consideração qual o tipo de deficiência abordada, os conteúdos necessitam dessas readaptações nas metodologias, para que assim supra as necessidades do aluno e o faça aprender de forma eficiente (BILCHES, 2020).

Nesse sentido, um grande auxiliar para a educação nesse período de pandemia tem sido o aplicativo Educ 360, que propõe a inclusão de todos e foi desenvolvido com orientação dos profissionais da APAE de Cotia. É uma plataforma especialmente desenvolvida para conseguir prender a atenção dos deficientes intelectuais, promovendo a interatividade, estimulando a lógica e a fala. Destarte, esse aplicativo já é usado por 600 famílias, mas ainda existem muitas famílias desamparadas nesse preciso dificultoso (DUNDER, 2020). Nessa perspectiva, a Unesco também citou algumas orientações para as pessoas com deficiência durante esse período, dentre elas (FRAIDENRAICH, 2020): escolher as melhores ferramentas e tecnologias disponíveis para o ensino remoto, com recursos de acessibilidade que garantam o acesso a vídeo por todas as pessoas; assegurar programas inclusivos; criar comunidades e aumentar a conexão entre aluno e professor; apoiar professores e pais quanto ao uso de tecnologias digitais; criar regras e avaliar a aprendizagem de cada estudante.

METODOLOGIA

O estudo realizado tem como objetivo averiguar se o direito educacional inclusivo está sendo respeitado e como está sendo realizado. Através de pesquisas sobre esse tema, foi observado algumas instituições em âmbito municipal de apoio para pessoas com deficiências, entre elas a APAE. Assim, foi elaborado, além da

entrevista, dois questionários, um para os pais ou responsáveis da pessoa com deficiência e outro para os professores. Desse modo, conseguiu-se alcançar todos os pontos de vista em relação a esta questão e através da coleta e análise dos dados e em consonância com os estudos bibliográficos, e assim foi possível constatar como está sendo realizada a educação para as pessoas com deficiência em meio a este período, e desse modo averiguar se o direito educacional inclusivo está sendo respeitado. O grupo optou por subsidiar o trabalho com pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, na qual foi utilizado dois instrumentos: a entrevista e o questionário. Estes, coletaram dados qualitativos acerca do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de aferir os dados coletados, foi necessário analisá-los. Dessa forma, primeiramente, procedeu a entrevista com as responsáveis da instituição APAE, Neide Tendo Yoshida, diretora geral, e junto a ela a diretora pedagógica Silmara de Moraes.

Mediante a isso, várias questões, entre elas a primeira medida tomada pela instituição quando decretada a quarentena. No tocante a isso, as diretoras responderam que foram pegas de surpresa e devido a isso, algumas medidas tiveram de ser tomadas, como exemplo: todos os estudantes foram dispensados por 15 dias. Contudo, a situação foi se agravando, e era cada vez mais claro que não teriam o retorno em uma quinzena de dias. Por causa disso e por se tratarem de famílias carentes monetariamente, nem todos tem acesso a um telefone celular ou então notebook. À vista disso, a instituição necessitou adotar algumas providências para amparar esse grupo, para isso, apoio-as com suprimentos alimentícios e para a higiene, e levou até elas as atividades, resguardando o contato entre o professor e o aluno. Outro ponto importante questionado durante a entrevista, foi a relação da APAE com a Secretaria Municipal da Educação. Nesse quesito, a escola faz parte do Conselho Municipal de Educação e por isso existem vários encontros virtuais com a secretaria. A respeito dos recursos que são direcionados a APAE, esses são provenientes do município, estado e federação. O recurso municipal é repassado de mês em mês e serve para garantir os salários de servidores, como motoristas, cozinheiras e dos auxiliares de limpeza. Os estaduais provém do fundo social. Ele é

utilizado para manter a instituição funcionando. Logo, o financiamento federal, serve para a mobilização de projetos.

Uma das discussões fundamentais da entrevista, foi sobre as leis que asseguram a educação das pessoas com deficiência. Existem normas de política estadual, sendo Santa Catarina o único estado com uma política de educação inclusiva, a qual foi reformulada recentemente em 2018. Consta-se então, que a instituição segue essas diretrizes e em consequência disso, forma-se um órgão de ligação entre as APAEs do estado com as demais do país. A respeito dessa temática, existe também a lei da pessoa com deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

“Resiliência e Renovação”, foi assim que definiram todo este momento em que vivemos. Ao questionar o porquê das palavras, a diretora geral Neide justificou: “a condição de trabalho ficou limitadíssima, mas ela é possível de alguma forma, então nós estamos tentando abrindo caminhos com a foice”(sic). Silmara deu sua resposta alegando: “Não temos mais condições de dizer que vai voltar ao normal, que vai ser tudo como era antes, eu acredito que isso mudou as pessoas, acredito também que isso trouxe um aprendizado e que vai ficar pra nossa história como um aprendizado de renovação”(sic). Realizamos também questionários, direcionados aos pais e docentes para ter uma visão mais abrangente da situação.

Analisando os dados coletados acerca dos questionários aos professores, vemos que a visão dos professores é a de que o desenvolvimento das atividades online têm sido regulares, isto é, nem excelente e nem péssima. Levando em consideração que os pais ou responsáveis são quem tem sido incumbidos da aplicação das atividades, este é um bom resultado. Isto posto, para grande maioria dos questionados, este modo ensino a distância tem sido proveitoso. Além disso, mais de 50% dos docentes acreditam que os órgãos governamentais têm dado real apoio às pessoas com deficiência intelectual, um trabalho de acessibilidade que pode garantir a muitas pessoas uma melhor vida. A cerca dos questionários referentes aos pais e responsáveis, à primeira vista, foi questionado acerca do nível de participação e engajamento nas atividades a distâncias das pessoas com deficiência, para isso, o resultado foi otimista, tendo como produto mais da metade

na situação boa e mais de 10% na opção excelente. A grande maioria dos pais, quando questionados sobre o rendimento dos alunos da instituição, afirmaram que mesmo com as aulas em formato EAD, há rendimento. Em consonância com a entrevista, na qual as responsáveis da APAE mencionaram que a instituição tem dado apoio com suprimentos alimentícios e para a higiene, o questionário respondeu a essa afirmação obtendo como resultado que 38,9% dos questionados declararam que foram auxiliados nesse quesito pela APAE. Em suma, tanto a APAE quanto os pais, estão fazendo um excelente trabalho em meio a esse surto, apresentando resultados positivos para as famílias e também para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que na pandemia os familiares dos estudantes estão tendo um papel de grande relevância e assim habituar-se com a nova realidade de educação a distância. Além do mais, não são todas as famílias que contam com os recursos necessários e os pais não possuem a experiência para ajudar da melhor forma seus filhos a aprenderem.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à APAE Caçador pela colaboração para a elaboração do projeto integrador.

REFERÊNCIAS

BILCHES, William. Os desafios dos alunos com deficiência para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia. **Gazeta do povo**, Curitiba, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

CORRÊA, Luiza Andrade. **Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da covid-19**: Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. São Paulo, Instituto Rodrigo Mendes, 2020.

DE FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 1, p. 178-185, 2009.

LIMA, Danilo Lopes Ferreira et al. COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1575-1586, 2020.

Limites da Atuação do Estado-Juiz: Análise da (IM)Possibilidade da Concessão de Tutelas de Urgência de ofício

Gabrielle Aparecida Bairros de Souza, gabidireito26@gmail.com¹

Rafaela Bolsani, rafabolsani@hotmail.com²

Rita Stefani Proença Doim, ritaproencadoim@gmail.com³

Silvane Vieira, silvanelavi2@gmail.com⁴

Gedson Pagnussatt, gedson@ppadvogadosassociados.adv.br⁵

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo iniciar os estudos pelas tutelas disponíveis a sujeitos do processo, consistindo na proteção que o Estado-Juiz garante ao direito do indivíduo, se ramificando em tutela padrão e de urgência. Todavia, a concessão das tutelas, em qualquer de suas modalidades, via de regra, deve ser requerida pela parte interessada, cabendo ao magistrado a análise do seu cabimento. Em um segundo momento, como problema de pesquisa, detemos o questionamento sobre o cabimento da tutela reconhecida de ofício pelo magistrado, sem o prévio requerimento da parte.

Palavras-chave: Tutela. Responsabilidade Processual.

INTRODUÇÃO

Uma sociedade sem direitos é inimaginável, em sendo assim, tem-se o direito como um pilar básico para a construção de uma sociedade digna, coerente e funcional, entretanto há a necessidade de regramento desses direitos, se fazendo necessário a divisão de matérias dentro do próprio instituto para um melhor estudo de aplicação de cada direito, penalidade e organização.

No tocante ao direito civil, tanto no âmbito material quanto no processual, é possível visualizar a figura das tutelas, ferramenta que possibilita o alcance efetivo do direito antes mesmo do término do tramite processual, reconhecendo o direito e a urgência na aplicação do que é jurisdicionado.

Nessa produção, estudaremos a aplicação dessas tutelas, quando são reconhecidas de ofícios pelo homem togado, sem um prévio pleito pela parte interessada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“No atual estágio dos conhecimentos científicos sobre o direito, é predominante o entendimento de que não há sociedade sem direito: ubi societas ibi jus.” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2009, p. 25).

Sendo assim, o direito busca harmonizar as relações sociais intersubjetivas, de modo que os princípios são a base de um ordenamento jurídico, haja vista serem imprescindíveis para soluções interpretativas.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor, titulação do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Dessa forma, “o sistema jurídico adota o modelo normativo de princípios e regras, o que proporciona uma maior atuação do juiz na seara da “avaliação”” (BARRETO, 2014, p. 15).

Logo, faz-se necessário compreender alguns destes princípios.

PRINCÍPIO DO DISPOSITIVO – CONGRUÊNCIA

De início, registra-se que “o princípio dispositivo consiste na regra de que o juiz depende, na instrução da causa, da iniciativa das partes quanto às provas e às alegações em que se fundamentará a decisão”. (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2009, p. 70).

A rigor, este princípio tem por escopo resguardar a imparcialidade do juiz, a qual é fundamental para o julgamento, sendo que o mesmo se encontra diretamente ligado a diversos princípios, tais como, ampla defesa e contraditório.

Outrossim, o Código de Processo Civil estabelece em seu artigo 141 que “(...) o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas cujo respeito a lei exige iniciativa da parte”. (BRASIL, 2015).

Diante disso, o Princípio do Dispositivo igualmente conhecido como Princípio da Congruência visa impor limites ao órgão jurisdicional ao decidir a lide, veja-se:

(...) o juiz deverá declarar o provimento ou o improvimento do pedido do autor, jamais podendo ir além deste, deixar de se pronunciar sobre a totalidade da pretensão do demandante ou ainda conceder bem da vida diverso do pleiteado.” (LIMA, 2014).

Portanto, o pedido e a sentença devem ser correlatos, ou seja, estarem interligados, na medida que qualquer pronunciamento judicial que fere este princípio poderá ser reformado ou revisto, sob o argumento de decisão ultra, citra, ou extra petita, salvo questões de ordem pública, as quais o juiz poderá se manifestar sem a iniciativa da parte.

PRINCÍPIO DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO

É cediço que incumbe ao interessado buscar o órgão jurisdicional, a fim de solucionar a lide em questão, de modo que o Poder Judiciário tão somente se manifesta quando provocado.

Este princípio encontra-se consagrado no artigo 2º, do Código de Processo Civil, in verbis:

(...)
 Art. 2º O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei. (...). (BRASIL, 2015).

Inobstante a isso, ressalta-se que sem o princípio da inércia da jurisdição, a imparcialidade do juiz seria comprometida, razão pela qual afirma-se que “(...) não há jurisdição se não houver a provocação do autor.” (BURGOS, 2019). Além disso, resta imprescindível a imparcialidade do magistrado, a fim de que o mesmo mantenha-se equidistante dos interessados.

Por fim, registra-se que apesar de o autor provocar o órgão jurisdicional, o mesmo deve dar prosseguimento ao feito, tendo em vista que o juiz permanecerá inerte, exceto as questões que poderá se manifestar de ofício.

DAS TUTELAS

Nem sempre a prestação jurisdicional necessariamente buscará resolver um conflito, mas, haverá na ação procedimentos típicos de um processo, onde se houver retardamento do judiciário será capaz de provocar ou agravar o processo existente.

A demora na tomada de decisões é conceituada pela doutrina e por pesquisadores do mundo jurídico, nas palavras do professor e pesquisador Antônio do Passo Cabral:

A demora na solução do litígio impõe a todos os litigantes em prejuízo: autor e réu perdem simultaneamente em razão do prolongamento injustificado da lide. Trata-se de um dano que não decorre da derrota em relação a pretensão deduzida, mas um “dano marginal”, expressão popularizada na doutrina Italiana por Enrico Finzi.

Dano marginal é aquele que sofrem os litigantes em razão de deficiência na tramitação dos processos, e esta demora, afeta ambos, autor e réu, vencedor e vencido. (2012, p. 102).

Diante disso, sabemos que a tutela provisória é tido agora como um gênero, na qual comporta espécies de tutelas, divididas em urgência e evidencia.

Nesse sentido, Marcus Vinicius Rios Gonçalves em seu manual de direito processual civil esquematizado diz:

A tutela provisória pode ser classificada pela natureza, fundamentação ou momento em que requerida. Conforme a natureza, pode ser antecipada ou cautelar, quanto à fundamentação, de urgência ou evidencia; e quanto ao momento de concessão, antecedente ou incidental. (GONÇALVES, 2016, p.348).

Diante disso, é possível analisar que a tutela provisória de urgência antecipada e a tutela provisória de urgência cautelar são distintas, e o fato de ser antecedente ou incidente diz respeito apenas ao momento procedimentos, estabelecido em ritos diferentes.

DA CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE OFÍCIO

A doutrina se divide em dois entendimentos. Há doutrinadores que entendem que não é possível a concessão de tutela antecipada de ofício em hipótese alguma, e há autores que defendem a sua possibilidade.

Para os defensores da impossibilidade de concessão de ofício da antecipação dos efeitos da tutela, tal medida implicaria violação aos princípios dispositivo e da inércia do Judiciário, haja vista que o dispositivo legal que disciplina o instituto submete a sua concessão à existência de requerimento da parte interessada.

Sobre o respectivo assunto da concessão ou não da tutela provisória de ofício na atual legislação o que se vê é a forte harmonia de entendimento dos doutrinadores sobre a impossibilidade sem ter havido o devido pedido anteriormente por uma das partes.

Importante frisarmos sobre o art 5º, XXXV da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

A tutela é direito imprescindível, assegura a propositura da ação e também o direito de uma tutela conveniente na qual se deseja muito.

Desse norte, o juiz na apreciação naquilo que seja essencial para estabelecer um direito, deve e pode agir de modo independente das determinações da lei, atuando com maior eficiência no direito pleiteado.

Nossa legislação em alguns casos específicos possibilita a concessão de ofício, entretanto, deverá ser tomada apenas exclusivamente, em questões sobre fatos trazidos na ação, sendo um exame assertivo do fato.

No caso de a parte procurar o juizado especial, descrevendo seus direitos, pleiteando sem os devidos requisitos legais de costume, sendo escolha da parte apresentar sem a devida presença de um advogado, nas causas que há dispensa, poderá ocorrer lesões por falta de conhecimento, sendo que os pedidos poderão estar incompletos.

Nesse caso, o juiz poderá atuar de ofício, concedendo uma tutela provisória, ante a falta de conhecimento da parte postulante, podemos observar a conveniência de haver a concessão de ofício, sem o requerimento das partes, pois a falta do pedido ocorreu porque a parte não teve conhecimento suficiente para requerer.

METODOLOGIA

Esgotado o referencial teórico e passando aos aspectos metodológicos, pode-se dizer que a presente pesquisa acontecerá pela operacionalização da apontada análise interdisciplinar entre algumas áreas de conhecimento, numa plena troca de conceitos e visões comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar durante o decorrer da pesquisa a divergência de entendimento dos doutrinadores acerca da concessão da tutela de ofício pelo julgador.

Entretanto é possível concluir que a concessão da tutela de ofício é matéria complexa e de diversos entendimentos, podendo sim ser reconhecida de ofício, cabendo a análise do caso concreto para a aplicabilidade desta possibilidade, bem como o entendimento de cada magistrado, tendo em vista não ser um entendimento predominante ou pacificado.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Adalberto Fulco Feitosa Paes. **A flexibilidade do princípio do dispositivo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10316/28537>>. Acesso em: 24 out. 2020.

RASIL. Constituição Federal, 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em Nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o **Código de Processo Civil**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 24 out. 2020.

BURGOS, Rayam. **Jurisdição: Inércia Inicial do Estado e impulso oficial**. Revista Jus Navigandi. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/76092/jurisducao-inercia-inicial-do-estado-e-impulso-oficial>>. Acesso em: 24 out. 2020.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios, **Direito Processual Civil Esquematizado**; coordenador Pedro Lenza. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

HEINRICH, Guilherme. **Jus Brasil**. Disponível em: <https://guillermogheinrich.jusbrasil.com.br/artigos/625904539/concessao-de-oficio-da-tutela-de-urgencia#:~:text=A%20concess%C3%A3o%20de%20of%C3%ADcio%2C%20por,c autelar%2C%20e%20sob%20o%20pressuposto>. Acesso em 29 out. 2020.

LIMA, Isan Almeida. **Da revisão do conteúdo dos princípios da congruência e da demanda no processo civil a partir do neoprocessualismo**. Revista Âmbito Jurídico. Disponível em:< <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/da-revisao-do-conteudo-dos-principios-da-congruencia-e-da-demanda-no-processo-civil-a-partir-do-neoprocessualismo/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

O ENFRAQUECIMENTO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS¹

Bianca Aparecida Franco, bia_franco14@hotmail.com²

Daniele Furtado, danielefurtado17367@gmail.com³

Francis Siqueira Michalski, francismichalski81@gmail.com⁴

Isaias Pedroso Marins, isaiayped@hotmail.com⁵

Leonardo Felipe Duarte, leofduarte@gmail.com⁶

Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) surgiu em 1948, é um mecanismo de defesa dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos dos cidadãos, garantindo a dignidade da pessoa humana, pode atuar nos países membros da Organização dos Estados Americanos, no entanto, apesar de ter extrema importância, o sistema não tem conseguido exercer suas tarefas de forma plena, diversas crises tem afetado a instituição, assim sendo o estudo aborda o enfraquecimento do SIDH, e por meio de uma pesquisa qualitativa bibliográfica tem como objetivo Identificar os motivos que levaram a essa situação, bem como os riscos do afastamento Brasil do sistema, além de buscar possíveis soluções para evitar esse enfraquecimento, visto que é essencial na prevenção e no julgamento de violações.

Palavras-chave: Direitos humanos. Crise do SIDH. Desafios Contemporâneos. Democratização

INTRODUÇÃO

O estudo em si é amplamente explicativo, para compreender o enfraquecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, foi abordado a sua contextualização histórica, desde a sua origem em 1948 com a assinatura da carta OEA (Organização dos Estados Americanos), a qual visa promover garantias dos direitos fundamentais, que mais tarde foi composta pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela convenção Americana de Direitos Humanos, atuando na fiscalização e supervisão no exercício de direitos.

Ressalta-se também, seus desafios e contribuições ao longo da história, e por fim a sua atual situação em que por falta de apoio dos países dos membros, financeiramente e na aplicabilidade, encontra-se em crise, deste modo o presente trabalho pretende compreender os motivos que levaram a falta de interesse por parte dos Estados, e principalmente o posicionamento do Brasil diante desse cenário, ressaltando os riscos em caso de afastamento do Sistema, visto que este é essencial na concretização dos Direitos em geral.

1 O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito.
2 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
3 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
4 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
5 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
6 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
7 Professor, Mestre do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Portanto, os direitos humanos são direitos garantidos a todo e qualquer indivíduo, não importando sua classe social, raça, sexo ou nacionalidade. São garantias históricas que devemos lutar para serem mantidas e aplicadas para a totalidade dos indivíduos. Por isso, quando um órgão que tem como objetivo a promoção e a proteção dos direitos humanos está passando por uma crise se torna relevante que discutamos as causas que levaram a essa crise. É necessário que não só o mundo acadêmico, mas a sociedade como um todo se vire para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e discuta as melhores formas de fortalecer esse organismo para que ele possa continuar servindo como um fiscal dos direitos naturais garantidos a todos e protegendo, dessa forma, a população de atitudes arbitrárias de governos autoritários e auxiliando na aplicação dessas garantias aos menos favorecidos.

ORIGEM DO SIDH

A comissão interamericana de direitos humanos (CIDH) e a corte Interamericana de Direitos Humanos são órgãos que pertencem ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos que por sua vez integra a organização dos estados americanos (OEA). Essa organização, a OEA, é o organismo regional mais antigo do mundo, remetendo sua origem à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. O resultado dessa reunião foi a União Internacional das Repúblicas Americanas que deu início ao “Sistema Interamericano” o mais antigo sistema institucional internacional. Já em 1948, a União Internacional das Repúblicas Americanas passa a se chamar Organização dos Estados Americanos (OEA), com a assinatura da “Carta da OEA”, em Bogotá, Colômbia (OEA,2020).

Em 1959 a OEA cria a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão administrativo e autônomo com o objetivo de promover a proteção dos direitos humanos nas Américas. Com a Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969, é criada a Corte Interamericana de Direitos Humanos que atua em conjunto com a CIDH. Essa corte interpreta e aplica as disposições da própria convenção que a criou. São esses dois órgãos que compõem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH)(OEA,2020).

Após sua criação o SIDH se desenvolveu para proporcionar a toda a América um organismo preparado para defender as possíveis violações dos governos autoritários que estavam estabelecidos aqui. Foi nesse contexto que se desenvolveu o sistema tendo como alicerce a OEA e tendo como objetivo cumprir nas Américas os ideais da Carta das Nações Unidas (respeito aos direitos e liberdades fundamentais, manutenção da paz e promoção do desenvolvimento social).

PRINCIPAIS CONFLITOS ENTRE O BRASIL E O SIDH

Por ser um organismo que fiscaliza a manutenção dos direitos humanos dentro de territórios soberanos, não é incomum que haja conflitos entre as nações e o organismo. Os principais conflitos entre o SIDH e o Brasil são os descritos de forma resumida na sequência.

Um dos grandes conflitos e mais recente é o caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em que o Estado busca eludir os acordos firmados com o SIDH, tratando levemente situações que ferem o direito de posse permanente das terras aos indígenas e, de forma indireta, desapropria a população que depende do

rio, já que o curso dele será desviado na maior parte para a geração de energia (ALVES, 2020).

Um segundo conflito, no entanto, que teve origem a mais tempo é de Gomes Lund no ano de 1995. De acordo com Lima Junior:

Esse conflito consistiu em uma demanda para apurar a responsabilidade do Estado Brasileiro em razão de detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de setenta pessoas (alguns membros do novo Partido Comunista do Brasil e outros camponeses da região), fruto da atuação do Exército brasileiro para conter e erradicar a Guerrilha do Araguaia, em plena ditadura militar brasileira (LIMA JUNIOR, 2020).

Após todos os procedimentos para evolução processual na corte interamericana, alegações finais e audiência, chegou-se a uma sentença. A corte rejeitou as arguições brasileira e condenou o Brasil no caso (LIMA JUNIOR, 2020).

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SIDH

É em razão dos dois exemplos de conflitos citados no tópico acima que o SIDH busca se aprimorar para reduzir os atritos gerados pelo desempenho de suas funções. Diante disso, o fortalecimento do SIDH requer a adoção de algumas medidas, seja para o reforço e aprimoramento interno do sistema, seja para a maior abertura dos regimes internos (PIOVESAN, 2018).

Piovesan (2018), elenca sete tópicos que devem ser abordados como desafios para o SIDH para seu fortalecimento:

1. Democratização do Sistema Interamericano;
2. Composição da Corte e da Comissão Interamericana;
3. Jurisdição automática e compulsória da Corte Interamericana;
4. Implementação das decisões da Comissão e da Corte Interamericana;
5. Medidas logísticas e recursos;
6. Adoção de medidas internas visando à plena implementação das decisões internacionais no plano doméstico;
7. Fortalecimento do regime doméstico de proteção dos direitos humanos;

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido através de pesquisa qualitativa, teórica e descritiva. Assim, foi elaborado um estudo bibliográfico a partir de uma revisão integrativa de documentos e publicações disponibilizadas no meio físico ou virtual, possibilitando a aquisição de conhecimentos sobre o tema.

O material bibliográfico pesquisado se baseou em artigos científicos, reportagens jornalísticas, livros e publicações do site da Organização dos Estados Americanos. Para as buscas realizadas entre os meses de agosto a outubro de 2020, foram considerados os artigos e reportagens publicadas a partir do ano de 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a elaboração deste trabalho foi possível compreender que o enfraquecimento do SIDH iniciou quando os Governos acharam que o SIDH estava indo contra as atitudes governamentais e procurando proteger os interesses dos povos.

O Brasil faz parte do sistema americano dos direitos humanos sendo estado membro da organização, assinou a convenção dos direitos humanos em 1992, mas reconheceu sua competência jurisdicional apenas em 1998. Desde então o Brasil

deve cumprir com as decisões oriundas dos órgãos que compõem o sistema interamericano.

A Organização dos Estados Americanos foi criada pela Carta de Bogotá, em 1948. Juntamente com esse tratado, foi assinada a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, com o objetivo de proporcionar proteção regional aos direitos humanos aos países americanos. A Resolução VIII da V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em 1959, estabeleceu a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que começou a trabalhar no ano seguinte, e tinha como função promover os direitos estabelecidos tanto na Carta de Bogotá quanto na Declaração de Direitos e Deveres do Homem (MAZZUOLI, 2011). No entanto, o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos tem sua efetividade com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969, também conhecidos como Pacto de São José da Costa Rica, a qual entrou em vigor apenas em 1978, após obter o número mínimo de ratificações. Esse tratado, também, instituiu a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com sede em São José na Costa Rica (MAZZUOLI, 2011)

Aqui no Brasil com a constituição de 1988 muita coisa mudou, pelo menos no papel, impondo aos governos acima de tudo o respeito a pessoa humana, as culturas e as miscigenação de etnias existentes aqui no nosso país.

O que pode ser observado é que o Brasil tem muitas vezes quebrado seu pacto de comprometimento perante ao seu pacto com o sistema interamericano dos direitos humanos, fazendo com que a ganância o capitalismo fique afrente de tudo até dos direitos da pessoa humana.

Um dos exemplos foi a construção da represa de belo monte, no governo Dilma, que violou os direitos dos povos indígenas, onde o governo quis passar por cima dos direitos humanos em favor do “progresso”, se assim pudermos chamar tal atitude, após este fato o Brasil devido as imposições do CIDH cogitou até deixar de fazer parte do sistema interamericano dos direitos humanos.

Tal ocorrido criou grande repercussão principalmente perante os demais países que compõem o mesmo sistema de direitos a tomarem atitudes até mesmo mais duras contra o sistema interamericano dos direitos humanos, depois desse péssimo exemplo do Brasil.

Por fim o que se pôde entender, foi uma brecha para que os países se rebelassem contra o sistema, de certa forma a extinguir a CIDH, organização que fiscaliza e impõem suas leis para os países de como agirem em tudo e respeitar a pessoa humana.

Agindo assim sem deixar de seguir os direitos humanos, mas agora cada qual (país) com suas próprias regras, sendo assim como exemplo do Brasil, se isso acontecesse provavelmente o que menos iria importar seria a voz ou situação do povo, os direitos humanos não podem ficar somente no papel, mas devem ser observados e acima de tudo, aplicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SIDH trabalha em prol dos povos, principalmente onde existem sistemas políticos que possam querer usurpar a soberania popular, pois tais governos além de submeter a população a suas ordens, ainda tira seus direitos e em nome da economia causa danos irreversíveis a natureza.

Foi possível observar, apesar da pouca literatura sobre o enfraquecimento do SIDH, que o trabalho do Sistema Interamericano dos Direitos Humanos “atrapalha” o

governo que não se preocupa com a população, e por consequência, os governos em retaliação, diminuem ou cortam os subsídios que enviam ao SIDH, ocorrendo assim o enfraquecimento do sistema.

E os governantes deveriam ter a consciência que o SIDH não quer interferir nos governos, mas somente procura proteger os mais fracos, os que não possuem voz, sendo de extrema importância a existência de um sistema que trabalha apenas para haver um equilíbrio entre o querer governamental e as necessidades humanas.

A fim de ter liberdade de escolha em seu território sem que a OEA e a SIDH se intrometam em seus assuntos, o Brasil assim como mais alguns países membros do grupo exigiram formalmente autonomia para decidirem sozinhos assuntos de direitos humanos em seus territórios. Mostrando assim certa insatisfação com a SIDH e desinteresse.

A SIDH existe a 50 anos sendo uma ramificação da carta dos direitos humanos, pós-guerra, sendo assim foi criada para que as nações vivessem em paz, liberdade e respeito a vida, para que tais catástrofes provocadas pela ganância, intolerância e ódio não se repetissem mais nas futuras gerações. Mas com tais atitudes destes países em virar as costas para SIDH, deixam a mesma à mercê, enfraquecida. É certo que cada país conhece suas realidades e possuem seus movimentos de direito, mas não se pode esquecer que eles só existem, devido a OEA, SIDH e que estas podem e devem fiscalizar em qualquer lugar com liberdade e poder.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna. COELHO, Maytê. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a desterritorialização dos ribeirinhos do Rio Xingu**: 2020. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/941563/usina-hidreletrica-de-belo-monte-a-desterritorializacao-dos-ribeirinhos-do-rio-xingu>. Acesso em 12 out. 2020;

LIMA JÚNIOR, Wilson Simões de. **Sentença internacional no caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) vs Brasil e suas consequências no caso de descumprimento**. Revista Jus Navigandi, Teresina, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72546>. Acesso em: 12 nov. 2020;

MAZZUOLI, Valério de Oliveira, **Curso de Direito Internacional Público**. Editora Revista dos Tribunais, 5 Edição, 2011. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/4219/mazzuoli-curso-de-direito-internacional-publico-1-120.pdf>. Acesso em 14 nov. 2020.

Organização dos Estados Americanos. 2020. Disponível em: https://www.oea.org/pt/sobre/comissao_direitos_humanos.asp. Acesso em: 16 out. 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. 9788553600298. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600298/>. Acesso em: 12 Nov 2020

DIREITO DE FAMÍLIA MÍNIMO: A POSSIBILIDADE DA NÃO INTERVENÇÃO DO ESTADO DENTRO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR¹

Franciele Souza, francisouzzaa@gmail.com²
Marco Antonio Córdova Ransolin, macoransolin@gmail.com³
Marcos Burzanello, marcoburzanello@gmail.com⁴
Nedilson Ribeiro, nedilson@tjsc.jus.br⁵
Paulo Cesar da Rosa, pcr_paulorosa@hotmail.com⁶
Caroline Neris Bridi, caroline.neris@uniarp.edu.br.⁷

Resumo – O presente trabalho traz a discussão sobre a capacidade de interferência do Estado na família, e sobre as possibilidades de uma total “não interferência”. Feito através do método da pesquisa bibliográfica, os resultados nos apontaram na direção de que a intervenção mínima neste tão importante estudo já ocorre, mas resta-nos analisar sua interferência no planejamento familiar.

Palavras-chave: Direito de Família. Estado. Intervenção.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos milênios de história da humanidade, a organização familiar sempre foi o núcleo mais fundamental de toda sociedade, e assim podemos afirmar que o desenvolvimento do próprio conceito de Estado foi contemporâneo a este. (COULANGES, 1998)

Resta-nos claro que o Estado sempre interferiu na organização das famílias das mais diversas formas, e pensando nisso, o presente trabalho busca de forma atual e contextualizada, discutir a possibilidade da organização familiar sem a intervenção do Estado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O DIREITO DE FAMÍLIA E AS LIMITAÇÕES DO ESTADO

Buscando elucidar os limites do Estado perante a família do particular podemos mencionar o que vem transcrito no próprio Código Civil em seu artigo 1513, na parte que se refere ao casamento: “Art. 1.513. É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família”. Fazendo clara alusão a impossibilidade de qualquer tipo de intervenção na comunhão entre as pessoas. Dentro do mesmo ordenamento jurídico ainda encontramos limitações pela redação dos artigos 1.639 e 1.641.

Dentre os doutrinadores que lecionam sobre tal tema encontramos Gagliano que brilhantemente explica que:

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora Especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

[...] não cabe, portanto, ao Estado, intervir na estrutura familiar da mesma maneira como (justificada e compreensivelmente) interfere nas relações contratuais: o âmbito de dirigismo estatal, aqui, encontra contenção no próprio princípio da afetividade, negador desse tipo de agressão estatal. (GAGLIANO, 2012, p. 91)

Ainda na discussão sobre a capacidade de intervenção, Bitencourt se posiciona da seguinte maneira:

O princípio da intervenção mínima, também conhecido *ultima ratio*, orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a preservação de ataques contra bens jurídicos importantes. Ademais, se outras formas de sanção ou outros meios de controle social revelam-se suficientes para a tutela desse bem, a sua criminalização é inadequada e não recomendável. (BITENCOURT, 2013, p. 54).

Observando tais citações das obras de Gagliano e Bitencourt é de clareza solar afirmar que o Estado somente irá intervir nos momentos em que não reste nenhuma outra alternativa.

Isso porque tal atuação tem função exclusiva de tutelar a família e de garantir a esta instituição todas as garantias e direitos que lhe caibam. E tal visão sobre este sistema, provém de uma tendência surgida contemporaneamente a Declaração de Direitos Humanos de 1948. (PEREIRA, 2006, p. 157, apud GAGLIANO, 2012)

Pelo acima exposto não se tornam necessárias demais explicações, sobre as permissões mínimas a interferência do Estado na organização familiar.

O PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Como já muito bem citado, a família é o alicerce fundamental de toda sociedade, mas tal instituto da sociedade somente se tornou um direito fundamental a pouco tempo. Com o advento da Constituição Federal de 1988 a família passou a ser vista como um núcleo heterogêneo, retirando dela o caráter obrigacional da instituição e passando a enxergá-la como ambiente de afeto, segurança e proteção, de afetividade e de defesa ao princípio da dignidade humana. Surgindo junto a esta garantia novos modelos de famílias tais como: homoafetivas, anaparentais, mosaicas e outras. (LANFREDI)

Consagrado ainda no ordenamento jurídico, podemos citar:

Art. 1.565 [...] § 2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas. (BRASIL, Código Civil)

Podemos também lembrar que no artigo 226 da Constituição Federal a família é definida como instituto a ser protegido pelo Estado, assegurando ainda uma série de ações em seus parágrafos e nos demais artigos subsequentes. Restando inquestionável o quão fundamental é tal direito. (QUARANTA, 2010)

Ainda, segundo Lanfredi: “observa-se que o Estado, através dos tempos, tem sido constantemente motivado a atuar de forma reguladora sobre a vida do indivíduo, ultrapassando os limites da intervenção estatal”. A Lei nº 9.263/1996 assegura ao cidadão o planejamento familiar de maneira livre, não podendo nem o Estado, nem a

sociedade ou quem quer que seja estabelecer limites ou condições para o seu exercício dentro do âmbito da autonomia privada do indivíduo. (LANFREDI)

O QUE É O PLANEJAMENTO FAMILIAR?

Planejamento familiar é a liberdade de escolha de um casal acerca da formação de sua família com relação aos filhos e também da “limitação e aumento da prole”, mormente, “a adoção dos meios lícitos necessários para o desenvolvimento físico, psíquico e intelectual dos integrantes da sua família” (LISBOA, 2013, p. 40).

Planejamento familiar é ainda mais abrangente ao tratar das famílias plurais que segundo ela, “9...0 funda-se sob os pilares da repersonalização, da afetividade, da pluralidade e do eudomonismo, impingindo uma nova roupagem axiológica do direito de família”, e acrescenta ainda que “A família-instituição foi substituída pela família-instrumento, ou seja, ela existe e contribui tanto para o desenvolvimento da personalidade de seus integrantes, como para o crescimento e formação da própria sociedade, justificando, com isso, a sua proteção pelo Estado”. (TARTUCE, 2008, p. 46)

A família identifica-se pela comunhão de vida, de amor, de afeto no plano da igualdade, da liberdade, da solidariedade e da responsabilidade recíproca. No momento em que o formato hierárquico da família cedeu à sua democratização, em que as relações são muito mais de igualdade e de respeito mútuo, e o traço fundamental é a lealdade, não mais existem razões morais, religiosas, políticas, físicas ou naturais que justifiquem a excessiva e indevida ingerência do Estado na vida das pessoas (DIAS, 2009).

Evoluir ou mudar conceitos e princípios familiares nos remete uma noção de igualdade, pois não há que se falar em mudança sem ter aplicação do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana. A família é a base central, a unidade indispensável do indivíduo, para sua formação, educação e envolvimento harmonioso de respeito e amor com a sociedade.

SERIA POSSÍVEL A NÃO INTERVENÇÃO DENTRO DESTE PLANEJAMENTO?

Considerando o anteriormente apresentado sobre as garantias de intervenção mínima que a família possui, e ainda, os pontos de vistas de doutrinadores concretizando o que foi afirmado, seria possível a não intervenção no planejamento familiar?

É mister analisar que apesar de pouco intervir neste instituto, o Estado é extremamente vigiado e contestado quando o faz. E isso não ocorre tão somente pela importância fundamental deste instituto, mas também pela intensidade que todas as decisões sobre este assunto possuem. (DIAS, 2009)

Se por exemplo algo fosse discutido e aplicado sobre o aborto com fim de auxiliar no planejamento familiar, sobre a comentada “limitação no aumento da prole”, ou até sobre a burocratização no processo de adoção de uma criança; a sociedade por certo entraria em choque ao ver qualquer coisa sobre estes temas, pois apesar de aparentarem uma simples alteração na legislação vigente, tais atos provocariam enormes mudanças não só ao planejamento familiar mas a todo desenvolvimento das pessoas que estão dentro deste grupo. (LISBOA, 2013)

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a produção do presente trabalho foi a da pesquisa bibliográfica, na qual, através de livros e artigos pudemos obter os conteúdos necessários para que atingíssemos os resultados e conclusões previstos no próximo item.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através de toda a pesquisa feita, conseguimos fortes indicadores que nos apontaram no sentido que a família é um núcleo basilar do Estado e por isso recebe proteções e garantias únicas. Assim, o Estado somente pode interferir dentro desse tão importante instituto, nos casos em que for agir como uma *ultima ratio* a fim de resolver eventual conflito ou similares. A sua participação, entretanto, dentro do planejamento familiar é uma incógnita de muitas variáveis, que para ser entendida em sua completude e realmente analisada, merece um estudo ainda mais aprofundado do que o do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal percalço no desenvolvimento do presente estudo, reside justamente na análise hipotética de uma absoluta “não intervenção” estatal; isso porque quando estudando especificamente esta matéria, percebemos já ocorrer uma intervenção mínima no instituto da família que pode ser igualmente verificada em partes do próprio planejamento familiar.

Mas mesmo assim, através da ampla pesquisa feita, ainda pudemos obter bons direcionamentos que nos apontaram as conclusões deste trabalho.

Então que por suposto pudesse ser retirar toda intervenção do Estado deste instituto, como isso ocorreria? Seria algo positivo para a sociedade?

Se tratando de uma análise hipotética, devemos amparar a seguinte conclusão através de todo entendimento feito pela leitura do referencial de pesquisa. Com base neste referencial conclui-se que a absoluta não interferência seria uma via de duas mãos.

Por um lado, a absoluta “não interferência” do Estado no planejamento familiar, permitiria ao individual a capacidade mais plena possível de coordenar este instituto. Para a sua execução, entretanto, seria necessária uma grande mobilização de forças, já que para tornar tal ideia aplicável, seria necessário fazer uma grande mudança em nosso ordenamento jurídico, assim como também alguma espécie de campanha social que demonstrasse as famílias a grande capacidade que passariam a dispor.

Por outro lado, muitos doutrinadores ainda acreditam que interferência mínima do estado, tanto como *ultima ratio* como dentro do próprio planejamento familiar, compreende o mínimo necessário para se manter a ordem neste instituto que é tão fundamental para a existência da sociedade e do próprio Estado. E por isso a possível manutenção desta intervenção seria o mais salutar.

Tratando-se por fim de uma situação hipotética, não podemos tirar algum tipo de conclusão muito bem embasada, entretanto podemos estudar as possibilidades e até cogitar que no futuro, as preferências políticas de nossos governantes e legisladores se inclinem para algum lado diferente do que é atualmente concebido, provocando quem sabe no futuro alguma espécie de grande mudança no que conhecemos hoje como planejamento familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI N o 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em: 06/11/2020.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988..** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 06/11/2020.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral 1. 19ª ed. rev., ampl. E atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**: Estudos sobre o culto, o direito e as Instituições da Grécia e de Roma. 1ª ed. Bauru, EDIPRO, 1998.

DIAS, Maria Berenice. **Adoção e a espera do amor**. Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/site/content.php?cont_id=1042&isPopUp=true Acesso em: 04 de novembro de 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**, volume 6, 2ª edição rev., atual., e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

LANFREDI, Eduarda Schilling. **O Princípio da Autonomia Privada e da Mínima intervenção Estatal à luz do Direito de Família Contemporâneo**. Disponível em <<http://www.brauliopinto.com.br/artigos/10/a-importancia-da-guarda-compartilhada-como-um-instrumento-imprescindivel-a-plena-constituicao-da-crianca>>. Acesso em 06/11/2020.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil**: Direito de Família e Sucessões. 8. ed. São Paulo: Saraiva. 2013. v. 05.

QUARANTA, Roberta Madeira. **O Direito Fundamental ao Planejamento Familiar**. Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-74/o-direito-fundamental-ao-planejamento-familiar/>>. Acesso em 06/11/2020.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil**: família. v. 5. São Paulo: Método. 2008.

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL¹

Rafaela Zampiron Oliveira, ro0676865@gmail.com²

Matheus Farias, matheuskosciow@gmail.com³

Rafaely Cristina Lourenço Portaluppi, rafaelycriss2@icloud.com⁴

Renan Felipe Gonçalves dos Santos, renanfelipetg@gmail.com⁵

Pedro Paulo Baruffi, Pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁶

Resumo – A exploração do trabalho infantil atinge cerca de 104 mil menores entre 5 a 14 anos. Crianças estão sendo privadas de sua infância e de frequentar a escola para trabalharem em serviços pesados correndo um sério risco de perder uma parte de seu corpo como mãos, braços, pernas, deixando graves sequelas na criança por algum acidente do ambiente de trabalho, que pode levar essa criança à óbito, pois esse com certeza não é apropriado. Viemos através desse projeto conscientizar as pessoas de que isso traz consequências irreversíveis para as crianças. O país deve focar sua ação na educação e proteção social e em estratégias que promovam o trabalho decente para as famílias e para os jovens que tem idade para trabalhar.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Crianças. Vulneráveis. Adolescentes.

INTRODUÇÃO

A exploração do trabalho infantil hoje já virou paisagem no nosso país, viemos através desse projeto conscientizar as pessoas de que isso traz consequências irreversíveis para as crianças. O país deve focar sua ação na educação e proteção social e em estratégias que promovam o trabalho decente para as famílias e para os jovens que tem idade para trabalhar, reduzindo a exploração de mão de obra infantil para o sustento das famílias. Nossas crianças devem brincar pois isso é um direito da criança e está previsto internacionalmente desde 1959 na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, ser adulto não está ao alcance delas, pois essa vida é muito mais complexa.

TRABALHO INFANTOJUVENIL

Sabe-se que o trabalho infantojuvenil é um fenômeno social, que gera indignação, pois trata dos seres humanos mais vulneráveis e que deveriam receber a maior atenção e cuidado da sociedade: as crianças e adolescentes Sua existência

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a) Mestre do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio Do Peixe (UNIARP).

acarreta em uma realidade de exploração, abuso, negligência e violência, independentemente de ser responsabilidade da própria família ou de terceiros beneficiários (ANDRASCHKO; CAYE; KRUNG, 2020)

Segundo o Ministério Público do Trabalho, o termo “trabalho infantil” compreende a realização, por parte de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, de atividades que visem obtenção de ganho ou que não gerem remuneração alguma (ANDRASCHKO; CAYE; KRUNG, 2020)

Há diversas distinções entre trabalho infantil e exploração de mão de obra infantil, sendo que atualmente há a possibilidade de ingresso de jovens entre 16 e 18 anos no mercado de trabalho, com direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, além da admissão para jovens entre 14 e 16 anos, na condição de menores aprendizes de formação técnico-profissional. É possível identificar diversas formas de trabalho infantil, sob as mais diversas configurações e classificações: em relação à área, em relação ao tempo, quanto à forma, o local e à natureza da atividade executada. O presente trabalho teve por objetivo conceituar o que é o trabalho infantil, diferenciando-o de exploração de mão de obra infantil, para assim identificar os seus riscos, prejuízos e possíveis benefícios. Utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica de literatura com enfoque descritivo e caráter exploratório em suporte de dados online (ANDRASCHKO; CAYE; KRUNG, 2020).

É consenso entre os autores que a exploração do trabalho infantil é constituída principalmente pela pobreza. Há também diversos outros fatores, nos quais devem ser considerados o nível de escolaridade do país em questão, a desigualdade social, os aspectos culturais da dignificação do trabalho, a forma de produção capitalista e a falta de políticas públicas eficientes. De acordo com uma pesquisa feita em 2011, 67% dos trabalhadores infantis domésticos eram negros (172.666 jovens), enquanto os não negros somam 85.026 mil jovens. Neste mesmo ano, de 258 mil jovens (entre 5 e 17 anos) em situação de trabalho infantil doméstico, 102.668 (39,9%) estavam na Região Nordeste; 66.663 mil (25,9%), na Região Sudeste; 35.590 (13,8%), na Região Norte; 34.755 (13,4%), no Sul e 18.015 (7%), no Centro-Oeste. Com isto, consideramos que a exploração da mão de obra infantil priva as crianças e adolescentes de viver o período mais importante da vida de forma digna e ainda acarreta muitos efeitos negativos na vida desses jovens em diversos aspectos, tanto físico, psicológico, social, educacional e moral. Em contrapartida, a inserção desses jovens no mercado de trabalho contribui para o crescimento como cidadão, refletindo sentimentos de autoestima e realização quanto à personalidade, desde que a atividade de trabalho seja compatível e equilibrada de acordo com as condições legais, particulares e os limites de cada indivíduo (ANDRASCHKO; CAYE; KRUNG, 2020).

METODOLOGIA

O método que foi utilizado foi a pesquisa descritiva, a partir de artigos e matérias sobre o trabalho infantil no Brasil e no mundo, e que veio com o objetivo de mostrar o quanto o trabalho infantil causa graves consequências na vida das crianças, tanto físicas quanto psicológicas, com um estudo profundo em diversos sites da internet, trazendo informações concretas e verdadeiras.

E foram realizadas pesquisas de campo, análise documental, entre outras formas para que se tenha uma maior abrangência sobre o tema para que se possa trazer mais informações pra o trabalho.

Esse problema é muito grave no Brasil que infelizmente vem aumentando cada dia mais. Essas crianças estão tendo uma vida que não é para elas, sendo privadas de viver o melhor momento de suas vidas. Entre 2007 e 2019 foram registrados 279 acidentes fatais entre crianças de 5 a 17 anos que estavam trabalhando ilegalmente, nesse mesmo período foram mais de 29.000 acidentes graves.

RESULTADOS E SOLUÇÕES

Foi encontrado algumas soluções para diminuir o trabalho infantil, sedo assim foi elaborada uma cartilha para conscientizar a todos que o trabalho infantil é problema sério e que atinge uma grande porcentagem das crianças em nosso país e infelizmente está longe de acabar, pois muitos empresários buscam crianças para trabalhar por ser uma mão de obra barata e muitas das vezes isso acontece com o apoio dos próprios pais, e por isso, apresentar esse problema e especificar as soluções é um ponto tão importante para que o trabalho infantil se acabe de uma vez por todas e as crianças possam voltar a estudar e brincar como deveria ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou um estudo do trabalho infantil, especialmente no Brasil. Mostrando universo das crianças e adolescentes trabalhadores, ressaltando que o trabalho precoce é algo que infringi o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes que de certa forma muitas ficam alienadas com obrigações que cabe somente a um adulto. Prejudicando sua educação, carregando marcas em sua vida de uma infância sem o aproveitamento, oportunidades e sonhos realizados, tornando a vida algo frustrantes.

REFERÊNCIAS

SANDRÉ, Lu. **Brasil de fato**- São Paulo, SP Disponível em: colocar o link. Acesso em 12 de junho de 2020.

DOCUMENTÁRIO faz raio-X do trabalho infantil em Santa Catarina. **JurisWay**, 05 jun.2015. Disponível em: <https://jurisway.jusbrasil.com.br/noticias/149858735/documentario-faz-raio-x-do-trabalho-infantil-em-santa-catarina>. Acesso em: 29 ago. 2020.

Agência ALESC. **SANTA Catarina ocupa a quarta posição no ranking nacional do trabalho infantil**. Disponível em:

http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/santa-catarina-ocupa-a-quarta-posicao-no-ranking-nacional-do-trabalho-infa. Acesso em: 14 set. 2020.

IBGE. **Trabalho Infantil**. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalho infantil/ outros/graficos.html>. Acesso em: 4 set. 2020.

Misturebas. **Trabalho infantil aumenta 38% durante o carnaval, saiba como denunciar**. Disponível em: <https://misturebas.com.br/2020/02/23/trabalho-infantil-aumenta-38-durante-o-carnaval-saiba-como-denunciar/>. Acesso em: 26 set. 2020.

REDE PETECA. **O QUE o ECA diz sobre o trabalho infantil**. Disponível em:

<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/o-que-o-eca-diz-sobre-o-trabalho-infantil/>. Acesso em: 12 set. 2020.

NÍVEL DE FRAGILIDADE E PRÁTICA HABITUAL DE ATIVIDADES FÍSICAS EM IDOSOS NOS MUNICÍPIOS DE CAÇADOR, FRAIBURGO E LEBON RÉGIS

Elaine Caroline Boscatto, elaine.caroline@uniarp.edu.br¹
Thauana Nayara Machado, tha_naiara98@hotmail.com²
Juliana Santos Cardoso, jusantos_95@hotmail.com³
Leda Maria Pepes Strapazzon, ledastrapazzon@gmail.com⁴

Resumo – O presente estudo teve como objetivo verificar o nível de Fragilidade e a prática habitual de atividades físicas no período da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) em idosos nos municípios de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis. A pesquisa caracterizou-se como descritiva, transversal, retrospectiva, com análise quanti-qualitativa dos dados. Um questionário adaptado de Nunes et al. (2015) foi organizado de maneira on-line e aplicado em idosos. Participaram da pesquisa 18 idosos, sendo 13 do sexo feminino e 5 do sexo masculino, com idades entre 61 e 82 anos. A maioria (n=15) informou praticar alguma atividade física antes da Pandemia, tendo como mais citadas a caminhada, musculação e Pilates. No período atual, dez idosos informaram manter a prática de atividades físicas. Para a classificação do nível de Fragilidade considerou-se a avaliação de cinco componentes: Perda de peso, redução de força, redução da velocidade de caminhada, baixa atividade física e fadiga relatada, no período de março a outubro de 2020. Dos 18 idosos participantes, 7 foram classificados como Não Frágeis, 10 como Pré-frágeis e 1 como frágil. Os resultados permitiram concluir impactos negativos durante isolamento e por favorecer a redução da prática habitual de atividades físicas e aumentar a probabilidade de Fragilidade em idosos.

Palavras-chave: Idoso; Exercício Físico; Fragilidade

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho foi verificar o nível de Fragilidade e a prática habitual de atividades físicas no período da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) em idosos nos municípios de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis.

Os objetivos específicos foram: Identificar a prática habitual de atividades físicas antes do período da pandemia e atual; Avaliar os componentes da Fragilidade: Redução do peso, redução da força, redução da velocidade de caminhada, redução

¹ Professora Mestre do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)).

² Acadêmica do curso de educação física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de educação física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de educação física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

da atividade física e fadiga relatada, desde o início do isolamento social; Classificar os idosos de acordo com o nível de Fragilidade.

REVISÃO DE LITERATURA

O envelhecimento é um processo de diminuição das funções fisiológicas, tanto físicas quanto mentais (FABRICIO; RODRIGUES, 2008).

A fragilidade é conceituada como uma síndrome clínica que afeta principalmente os idosos e pode ser identificada por perda de peso involuntária, exaustão, fraqueza, diminuição da velocidade da marcha e do equilíbrio e diminuição da atividade física.

A preservação do estado de equilíbrio (homeostase) através de atividades físicas pode diminuir a síndrome da fragilidade e proporcionar a autonomia dos idosos (TRIBESS, 2012).

Por conta da Pandemia pelo coronavírus, muitas atividades deixaram de ser realizadas, incluindo as atividades físicas, esportivas e de lazer. Isso gerou um forte impacto no contexto social, físico e mental, principalmente das pessoas mais idosas tornando mais suscetíveis ao estresse, ansiedade. É necessário viver em boas condições que proporcionam uma qualidade de vida para que possa ter saúde (MOROSINI, 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, transversal, retrospectiva, com análise quanti-qualitativa dos dados.

Acadêmicos da disciplina de Atividade Física para Terceira Idade da 8ª fase do curso de Bacharelado em Educação Física da UNIARP, realizaram entrevistas com idosos dos municípios de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis, por meio de telefone ou presencial, cumprindo com as recomendações de proteção do coronavírus e distanciamento social. O método de seleção da amostra foi intencional, por acessibilidade.

O questionário foi organizado de maneira on-line, utilizando o aplicativo da Microsoft forms e abordou questões sobre a prática habitual de atividades físicas

antes e durante a pandemia e a avaliação do Nível de Fragilidade, adaptando o instrumento de rastreamento por avaliação autorreferida da síndrome de fragilidade entre idosos, proposto por Nunes et al. (2015).

A ferramenta é composta por questões relacionadas a cinco componentes do fenótipo de fragilidade, considerado padrão-ouro: perda de peso não intencional, fadiga, baixa atividade física, redução de força e de velocidade de marcha nos últimos 12 meses. Para esta pesquisa, considerou-se o período de março de 2020, início do isolamento social regulamentado pela legislação nacional, até o mês de outubro de 2020, onde ocorreu a coleta de dados, totalizando 7 meses.

A classificação utilizada para avaliação da Fragilidade foi: Não frágil (nenhum componente identificado); Pré-frágil (presença de um ou dois componentes) e Frágil (presença de três ou mais componentes).

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 18 idosos, sendo 13 do sexo feminino e 5 do sexo masculino, com idades entre 61 e 82 anos.

A maioria (n=15) informou praticar alguma atividade física antes da Pandemia: alongamentos, baile, bocha, caminhada, ginástica, hidroginástica, musculação e pilates. Atualmente, dez idosos informaram manter a prática de atividades física, de forma individualizada, por diversas atividades em grupo e sociais permanecerem interrompidas devido às medidas preventivas.

A Tabela 1 apresenta os componentes da avaliação autorreferida de fragilidade, considerando o período entre o início do isolamento social até o período de coleta de dados:

Tabela 1 - Componentes da avaliação autorreferida de fragilidade em idosos de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis, SC. Março a outubro de 2020.

COMPONENTES	Sim		Não	
	Sim	Não	Sim	Não
1) Redução do peso (mais de 3kg de forma não intencional)	2 (11%)	15 (83%)		
2) Redução da força	5 (28%)	13 (72%)		

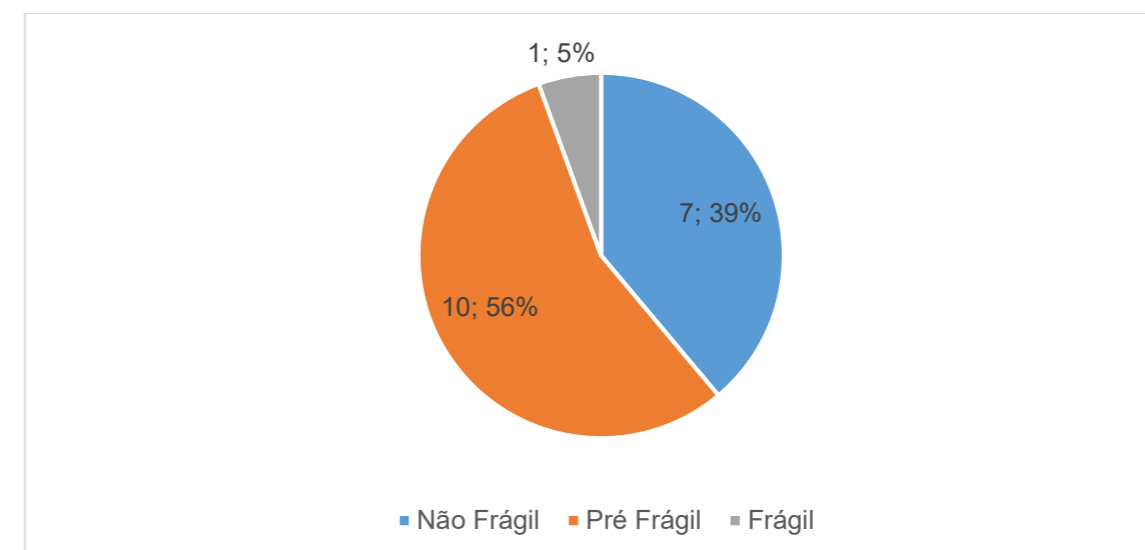
3) Redução da velocidade da caminhada	8 (44%)	10 (56%)
4) Redução da atividade física	7 (39%)	11 (61%)
5) Fadiga Relatada*	Algumas vezes / A maior parte do tempo	Nunca – Raramente / Poucas vezes
Iniciar uma tarefa e não conseguir concluir	1 (6%)	17 (94%)
Grande esforço para realização de tarefas rotineiras	1 (6%)	17 (94%)

Fonte: Autoria Própria (2020)

* Pontua-se neste componente o idoso que referir “algumas vezes” ou “a maior parte do tempo” em pelo menos uma das perguntas.

Diante da avaliação dos componentes, foi possível classificar o nível de Fragilidade dos idosos, conforme mostra o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Classificação do nível de Fragilidade em idosos de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis, SC, 2020.



Fonte: Autoria Própria (2020)

É possível perceber que a maioria (56%) dos idosos classificou-se como Pré Frágil, ou seja, relataram a presença de um ou dois componentes de fragilidade.

Entre os componentes mais relatados destaca-se a redução da velocidade da caminhada, relatado por 8 idosos e a redução da atividade física, relatado por 7 idosos, quando avaliado dentro do componente fragilidade.

Estes resultados são expressivos e merecem serem avaliados com cautela, por acelerarem processo considerados inerentes ao processo de envelhecimento, como

a redução da força, massa muscular, entre outras capacidades físicas, interferindo na aptidão funcional e qualidade de vida.

Apesar de apenas um idoso ser classificado como frágil, sugere-se atenção e acompanhamento particularizado, devido aos impactos negativos à saúde que a síndrome impõe, bem como cautela e medidas de prevenção aos demais componentes referidos pelos idosos, também por estarem relacionados a consequências adversas ao envelhecimento saudável.

CONCLUSÃO

Os resultados permitiram concluir que o período de isolamento social devido a Pandemia do coronavírus refletiu em impactos negativos à saúde dos idosos, por favorecer a redução da prática habitual de atividades físicas e aumento da probabilidade de Fragilidade em idosos, influenciando no processo de envelhecimento saudável.

Sugere-se medidas de prevenção, atenção e controle das condições de saúde do idoso e alternativas de promoção de atividade física para manutenção e preservação das capacidades físicas e funcionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FABRÍCIO, Suzele Cristina Coelho; RODRIGUES, Aparecida Partezani. Revisão da literatura sobre fragilidade e sua relação com o envelhecimento. *Revista Rene*, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 113-119, abr/jun, 2008.

MOROSINI, Liseane. Vidas idosas importam: pandemia expõe visão negativa sobre envelhecimento e saúde. *RADIS: Comunicação e Saúde*, n. 216, p. 22-28, set, 2020.

NUNES, Daniella Pires et al. Rastreamento de fragilidade em idosos por instrumento autorreferido. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, 2, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102015000100212&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 30 set 2020.

TRIBESS, Sheilla; JÚNIOR, Jair Sindra Virtuoso; OLIVIERA, Ricardo Jacó. Atividade física como preditor da ausência de fragilidade em idosos. *Revista Associação Medicina Brasileira*, Minas Gerais, p. 341-347, 2012.

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INSERÇÃO DOS CONTEÚDOS DA NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO.

Caetano, Joel¹
Geovanna Victor de Souza, Catyellen²
Di Domenico, Rubia Maria³
Sousa Gomes, Tauane⁴
Silva de Assis, Sthephanie⁵
Ludcke dos Santos, Valéria⁶

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de analisar a percepção dos professores de Educação Física sobre Inserção dos Conteúdos da Nova Base Nacional Comum Curricular no ensino Médio. A pesquisa proposta do presente estudo foi desenvolvida como pesquisa de campo. O estudo caracterizou-se como de natureza quantitativa com aspectos descritivos. Foi aplicado um questionário com perguntas fechadas e abertas encaminhadas por e-mail à 15 professores de educação física que lecionam no ensino médio. Foi constatado que a maioria dos professores trabalham os conteúdos da BNCC com seus alunos no ensino médio. Além do exposto acima vale ressaltar a prioridade de novos estudos acerca da aplicabilidade dos conteúdos elencados na BNCC, produzindo estudos que auxiliem profissionais de educação física no ensino médio e que sirvam como base para futuras pesquisas.

Palavras-chave: BNCC, Ensino médio, Educação Física, Professores.

ABSTRAT

This study aimed to analyze the perception of Physical Education teachers about the Insertion of the Contents of the New Common Base National Curriculum in High School. The research proposed in the present study was developed as a field research. The study was characterized as quantitative in nature with descriptive aspects. A questionnaire was applied with closed and open questions sent by email to 15 physical education teachers who teach in high school. It was found that most teachers work with BNCC content with their students in high school. In addition to the above, it is worth emphasizing the priority of new studies on the applicability of the contents listed in the BNCC, producing studies that help physical education professionals in high school and that serve as a basis for future research.

Keywords: BNCC, High School, Physical Education, Teachers.

INTRODUÇÃO

A disciplina de Educação Física escolar possui um histórico recente no Brasil, o qual vem se conquistando por diversos movimentos de organização e regulamentação da disciplina, o qual a pouco tempo foi sistematizado os conteúdos para ser trabalhado com escolares (BETTI,2009).

Portanto surge uma renovada BNCC (2017), trazendo uma proposta diferenciada, onde o componente de educação física no ensino médio está dividida em unidades temáticas. Sendo que as aulas devem focar em diversas práticas corporais, ou seja, além de estudar a teoria, os professores deverão proporcionar momentos de diversas vivências nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para atingir durante o ciclo escolar.

Diante desses aspectos, esse trabalho traz como objetivo geral analisar a percepção dos professores de Educação Física sobre Inserção dos Conteúdos da Nova Base Nacional Comum Curricular no ensino. E também faz necessário atingir como objetivos específicos: a) apontar a aceitação dos professores de Educação Física sobre a inserção dos conteúdos propostos pela nova base, b) verificar os conteúdos mais trabalhados pelos professores. c) identificar as dificuldades na inserção destes conteúdos; d) apresentar as contribuições da BNCC para aulas de Educação Física no ensino médio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo do Ministério da Educação, com o objetivo de orientar as propostas curriculares dos sistemas estaduais, municipais e instituições de ensino de todo o Brasil. Foi elaborado por especialistas de várias áreas, sendo um documento plural, atual, que propõem um

conjunto de conhecimentos, que devem ser desenvolvidos na Educação Básica (BRASIL, 2017,2018, p.07).

A BNCC (BRASIL,2017,2018, p.07) apresenta um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens, apontadas como essenciais, para que os alunos desenvolvam na Educação Básica, assim, lhes será assegurado o direito de aprendizagens e desenvolvimento. A BNCC é uma referência nacional obrigatória que as redes de ensino e instituições escolares públicas e privadas seguem na elaboração adequação das propostas pedagógicas e currículos (BRASIL, 2017,2018, p. 05).

METODOLOGIA

A presente pesquisa baseou-se na prática de uma pesquisa de campo descritiva, de natureza quantitativa e também qualitativa (MARCONI E LAKATOS 2007).

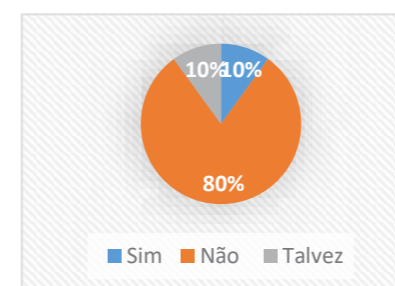
O questionário aplicado foi elaborado com perguntas fechadas de múltipla escolha e abertas. (MARCONI E LAKATOS, 2007.p.103).

O questionário foi encaminhado por e-mail à 15 professores de educação física de ensino médio que estão cadastrados diretamente na secretaria de Estado da Educação - 10ª Caçador – SED e também pelo aplicativo de WhatsApp.

Para a análise de dados foi utilizado a estatística descritiva, com análise de percentual, utilizando-se o programa Microsoft Office Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

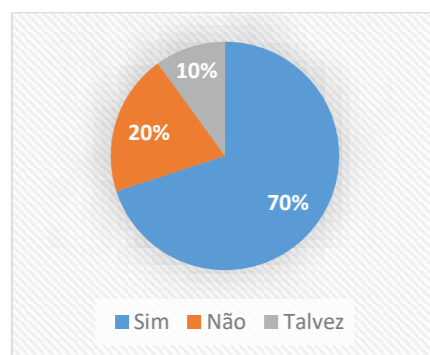
Gráfico 1 – Em seu planejamento há resistência na inserção dos conteúdos da BNCC no ensino médio por parte dos alunos e/ou a comunidade escolar?



De acordo com o gráfico 1, dos 15 questionados, representando (10, %) acham que sim, existe resistência no planejamento com a inserção dos conteúdos da BNCC, porém a falta de infraestrutura das escolas ocasiona resistência na inserção, e representando (10 %) acham que talvez seja possível ter resistência no planejamento com a inserção dos conteúdos da BNCC na escola e representando (80,%) afirmam que não existe resistência com o planejamento dos conteúdos da BNCC com a inserção das práticas corporais.

No estudo de Oliveira e Filho (2006), onde também faz este questionamento sobre a resistência para se implantar o conteúdo de lutas nas aulas de Educação Física, foram destes, dez (10) professores responderam que a maior dificuldade é a falta de materiais e cinco (5) que é a falta de preparo e conhecimento sobre o assunto. Vale lembrar que nem sempre todas as escolas são equipadas com materiais que auxiliam na prática pedagógica de inúmeras atividades, e assim, alguns conteúdos deixam de ser oferecidos por falta desses elementos.

Gráfico 2- Em sua instituição que trabalha você recebeu capacitação sobre a BNCC?



De acordo com o gráfico 2, dos 15 questionados, representando (70,%) afirmam que sim, que receberam capacitação para trabalhar com os conteúdos da BNCC, porém a falta de infraestrutura das escolas ocasiona resistência na inserção, e representando (20,%) responderam que não receberam a devida capacitação (10%) afirmam que talvez receberam mas relataram que não existe resistência com a inserção das práticas corporais da BNCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade física sempre foi uma manifestação cultural do homem, presente desde os primórdios da humanidade, diversificada de várias maneiras durante nosso processo evolutivo. Portanto foi constatado que a maioria dos professores trabalham os conteúdos da BNCC com seus alunos na escola no ensino médio, e foi mencionada que o grande desafio da inserção destes conteúdos na atualidade fosse devido por falta de conhecimento de algumas modalidades e que a dificuldade vem desde do ensino superior devido a carga reduzida de horas de algumas disciplinas quando comparadas a outras disciplinas das universidades. Foi identificado também que os professores devem buscar na literatura fontes seguras para lecionar estes novos conteúdos da base no ensino médio, visando seguir a proposta da BNCC que é trabalhar seu aluno de forma integral buscando não somente o desenvolvimento físico mais também aspectos cognitivos e sociais.

Além do exposto acima vale ressaltar a prioridade de novos estudos acerca da aplicabilidade dos conteúdos de educação física da BNCC no ensino médio, produzindo outros estudos que auxiliem profissionais de educação física e que sirvam como base para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017 -2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 10 setembro. 2020.

BETTI, M. **Educação física escolar: ensino e pesquisa-ação**. Ijuí: Unijuí, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, S. R. L. & SANTOS, S.L.C. **Lutas Aplicadas à Educação Física Escolar**. Curitiba – PR, 2006.

PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ACADEMIAS DE CAÇADOR E FRAIBURGO A PARTIR DO QVT-PEF

Alisson Milani ¹
Luana Rodrigues ²
Miriam Werle ³
Wilson Sampaio ⁴
Rodolfo Segundo ⁵

RESUMO

Qualidade de vida é um tema complexo e abrangente envolvendo dimensões biológica, psicológica e social. O objetivo deste estudo foi analisar a percepção do nível qualidade de vida de professores de educação física das academias de Caçador e Fraiburgo. Este estudo foi realizado com 21 professores em atividade nas academias da região. Os instrumentos de coleta dos dados foram o QVT-PEF (BOTH et al., 2006) e o questionário sociodemográfico adaptado de (MOREIRA, 2009). Os resultados mostraram que 66% dos professores consideram como Boa a sua Satisfação salarial. Discordando dos dados obtidos a partir do questionário de Both (2006), onde foram classificados como indecisos a sua remuneração e compensação salarial. A relação onde podemos citar como um dos principais fatores de influência na qualidade de vida dos professores, está na sua relevância social no trabalho, tendo obtido 6,4 na escala likert de classificação. Ao final do estudo, nossa amostra foi classificada como possuindo uma QV na média, por ter obtido 4 escalas como indeciso e 4 escalas como satisfeito dentro do QVT-PEF.

Palavras Chave: Qualidade de Vida, Professor de Educação Física, Academias.

ABSTRACT

Quality of life is a complex and comprehensive issue involving biological, psychological and social dimensions. The aim of this study was to analyze the perception of the quality of life of physical education teachers at the academies of Caçador and Fraiburgo. This study was carried out with 21 teachers active in the academies of the region. The data collection instruments were the QVT-PEF (BOTH et al., 2006) and the sociodemographic questionnaire adapted from (MOREIRA, 2009). The results showed that 66% of the teachers consider their salary Satisfaction to be Good. Disagreeing with the data obtained from the questionnaire of Both (2006), where their remuneration and salary compensation were classified as undecided. The relationship where we can cite as one of the main factors influencing the quality of life of teachers, is in its social relevance at work, having obtained 6.4 on the likert rating scale. At the end of the study, our sample was classified as having an average QOL, as it obtained 4 scales as undecided and 4 scales as satisfied within the QVT-PEF.

Keywords: Quality of Life, Physical Education Teacher, Academies.

INTRODUÇÃO

^{1 2 3 4} – Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Educação Física, UNIARP, Caçador/SC.

⁵ – Docente Orientador do Curso de Educação Física, UNIARP, Caçador/SC, Mestre em Desenvolvimento e Sociedade.

Se tratando de qualidade de vida de professores de Educação Física, há poucos estudos realizados sobre o tema. Para superar a escassez e a superficialidade de estudos nesta temática, Nogueira (2005) sugere a criação de linhas de pesquisa voltadas à qualidade de vida do profissional de Educação Física, contemplando tanto os aspectos individuais quanto os aspectos socioambientais destes profissionais.

A saúde dos professores escolares, da sala de musculação e inclusive dos professores de educação física no nível universitário, sofrem algumas consequências, a excessiva carga de trabalho, o ambiente físico, a exposição ao cuidado com os indivíduos, as dores musculoesqueléticas, etc (Araújo *et al.*, 2005). Fazendo com que a saúde desses trabalhadores sofra um impacto negativo, afetando consequentemente a qualidade de vida.

Conhecer a qualidade de vida dos trabalhadores é indispensável para buscar melhorias na saúde, pois assim conseguimos investigar os fatores que influenciam positivamente ou negativamente na saúde dos trabalhadores, para então buscar a solução de um possível problema que esteja afetando a qualidade de vida do profissional (FREITAS, 2005).

Perante todos esses fatores queremos buscar dentro de nossa pesquisa a resposta para o seguinte questionamento: quais são os principais fatores que influenciam diretamente na percepção do nível de qualidade de vida dos professores de Educação Física das academias de Caçador e Fraiburgo?

Dentro dessa sistemática de pensamento, se tem o propósito com essa pesquisa de tentar mensurar quais os fatores que podem influenciar na qualidade de vida dos professores de educação física, sendo os fatores avaliados na pesquisa os que seguem: o nível de atividade física dos indivíduos, a satisfação salarial dos avaliados, avaliar a qualidade de vida dos indivíduos, a carga horária semanal trabalhada, tempo de carreira na profissão. A partir desses fatores, tentar identificar os fatores que influenciam diretamente no nível de qualidade de vida dos professores de Educação Física das academias de Caçador.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo se caracteriza por ser descritivo é do tipo correlacional, com um delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. Segundo Thomas, Nelson e Silverman (2007) uma pesquisa descritiva correlacional é uma pesquisa que explora as relações entre as variáveis e que, às vezes, envolve a predição de um variável critério.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população para o estudo será de 21 professores de educação física das academias de Caçador e Fraiburgo. A amostra será composta por professores de Educação Física que estão em plena atuação como Personal Trainer ou como professor da sala de musculação, excluindo da pesquisa professores em outras funções dentro das academias e bem como professores que ainda não sejam graduados.

DELINEAMENTO DA PESQUISA

Inicialmente será realizado um contato com os responsáveis pelas academias visitas pelos pesquisadores, a fim de explicar a finalidade da pesquisa, bem como analisar a população da pesquisa. Após os procedimentos iniciais, o pesquisador irá se locomover até as respectivas academias, para realizar a coleta dos dados com os professores de educação física que aceitarem participar do estudo.

Para a coleta dos dados Sociodemográficos e Qualidade de Vida dos Professores de Educação Física, serão utilizados questionários, e aplicados por meio de entrevistas com os professores participantes.

AValiação DA QUALIDADE DE VIDA

O instrumento adotado para a coleta de dados a respeito da Qualidade de Vida (QV) do professor de educação física (Anexo I), será a Escala de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho Percebida por Professores de Educação Física QVT-PEF (BOTH et al.,2006). O QVT-PEF é composto por 34 questões, distribuídas em oito dimensões: remuneração e compensação; condições de trabalho; oportunidade imediata para uso e desenvolvimento de capacidades humanas; oportunidade futura de crescimento e segurança; integração social na organização do trabalho; constitucionalismo na organização do trabalho; trabalho e espaço total de vida; relevância social da vida no trabalho (BOTH et al.,2006).

Na aplicação do QVT-PEF, os sujeitos foram solicitados a se posicionar sobre o grau de concordância ou discordância relativa a cada uma das 34 questões, numa escala Likert com sete pontos (1=discordo totalmente, 2=discordo bastante, 3=discordo um pouco, 4=não concordo nem discordo, 5=concordo um pouco, 6=concordo bastante, 7=concordo totalmente). As questões 6 e 29 foram analisadas de forma inversa.

No que diz respeito à fidedignidade do instrumento, os resultados obtidos revelaram níveis aceitáveis de reprodutibilidade e consistência interna, justificando a sua utilização em pesquisas com professores de Educação Física (BOTH et al.,2006).

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

O questionário sociodemográfico será aplicado para elencar os seguintes itens: a idade, sexo, tempo de trabalho em academias, renda salarial, pluriempregos, formação acadêmica, carga horária semanal e nível de atividade física. Para a coleta das informações sobre o questionário sociodemográfico será utilizado um questionário semiestruturado contendo perguntas fechadas (Anexo I) de acordo com o modelo adaptado de (MOREIRA 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Tabela 1. Dados do questionário Sociodemográfico

Características	Categoria	Total	%
Idade	18 a 30	16	76 %
	31 a 45	3	14 %
	46 ou mais	2	10 %
Gênero	Masculino	11	52 %
	Feminino	10	48 %
Tempo de atuação em academia	1 a 5 anos	17	80 %
	6 a 15 anos	3	15 %
	16 anos ou mais	1	5 %
Satisfação Salarial	Ruim	5	24 %

	Bom	14	66 %
	Ótimo	2	10 %
	Sedentário	0	0 %
Nível de atividade física	Moderado	6	28 %
	Ativo	15	72 %
Carga horária semanal	10 a 20 horas	7	33 %
	30 a 40 horas	12	57 %
	Mais que 40 horas	2	10 %

SEGUNDO et all, 2020

ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PERCEBIDA POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QVT-PEF

Tabela 2 – Média das Dimensões do QVT-PEF

DIMENSÃO	MÉDIA	INDICADOR
1) Remuneração e Compensação	5,28	INDECISO
2) Condições de Trabalho	6	SATISFEITO
3) Oportunidade imediata para uso e desenvolvimento de capacidades humanas	4,9	INDECISO
4) Oportunidade futura de crescimento e segurança	5,25	INDECISO
5) Integração social na organização do trabalho	6,2	SATISFEITO
6) Constitucionalismo na organização de trabalho	5,12	INDECISO
7) Trabalho e espaço total de vida	6,2	SATISFEITO
8) Relevância social da vida no trabalho	6,4	SATISFEITO

SEGUNDO et all, 2020

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS DIMENSÕES E SUAS RELAÇÕES COM O QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

No questionário adaptado de Moreira 2009, foi analisado o nível de satisfação salarial dos professores objetos desta pesquisa, onde esse item se relaciona com a dimensão 1 (D1) do questionário de QVT-PEF de Both et al 2006, cujo qual, analisa a

concordância dos professores em sua própria percepção, a respeito da sua remuneração salarial.

Podemos analisar, dentro das percepções obtidas, que 66% dos professores, a partir do questionário de Moreira, consideram como Boa a sua Satisfação salarial. Discordando dos dados obtidos a partir do questionário de Both (2006), onde foram classificados como Indecisos a sua remuneração e compensação salarial.

A baixa remuneração ou insatisfação salarial, acaba contribuindo para um quadro crônico de depreciação e desqualificação social, psicológica e biológica dos professores, influenciando assim de maneira direta na sua qualidade de vida e melhor qualidade na sua docência (GOMES, 2002).

Em outro aspecto que pode-se observar dentro da média dos respectivos dados foi que, quanto maior o tempo de atuação em academias, melhor vai ser a autonomia do professor para planejar e executar suas atividades de ensino, e maior será sua satisfação profissional com as tarefas realizadas como professor na instituição. A sua remuneração tende a ser maior, tendo assim influência direta na qualidade de vida do professor.

A qualidade de vida também está associada à capacidade funcional e, ou, da autonomia. Segundo Rowe; Kahn (1987), autonomia é a medida pela qual os indivíduos são capazes de tomar decisões em relação à escolha das atividades, métodos, maneiras de participação social, tempo de duração de atividades, dentre outras. Alguns limites impostos ao professor configura uma perda de autonomia, implicando em cobranças e exigências que faz com que a liberdade do professor seja limitada, limitando, principalmente em relação às possibilidades de satisfação (FRANÇA, 1989).

Podemos também observar, dentro das respostas obtidas pelos professores que responderam os questionários, que a medida que os professores vão se encontrando na metade da carreira, consideram a sua Relevância social da vida no trabalho é satisfatória, tornando – os bem esclarecidos nessa dimensão.

Para Hackman (1997), um dos fatores que afetam diretamente a QVT é a Relevância social da vida no trabalho, onde o trabalho deve ser uma atividade social que traga orgulho para as pessoas em participar de uma organização. A organização deve ter uma atuação e uma imagem perante a sociedade, responsabilidade social, responsabilidade pelos produtos e serviços oferecidos, prática de emprego, regras bem definida de funcionamento e de administração eficiente.

CONCLUSÃO

Diante das evidências encontradas no estudo e considerando as suas limitações, as seguintes conclusões foram elaboradas. No que diz respeito ao questionário, a Escala de Avaliação da qualidade de vida no Trabalho percebida pelos Professores de Educação Física (QVT-PEF) é envolvido por 34 questões. Onde avalia dimensões como Remuneração e Compensação, Condições de Trabalho, Oportunidade imediata para uso e desenvolvimento de capacidades humanas, Oportunidade futura de crescimento e segurança, Integração social na organização do trabalho, Constitucionalismo na organização de trabalho, Trabalho e espaço total de vida e Relevância social da vida no trabalho.

No geral, segundo as respostas obtidas pelo questionário QVT-PEF, a amostra mostrou – se satisfeita quanto a sua percepção de qualidade de vida no trabalho.

Diante dos dados observados, as dimensões com maior grau de satisfação foram as de Condições no trabalho, Integração social, relevância social e o trabalho e

espaço total de vida. Ficando a amostra classificada como satisfeita no que diz respeito a essas dimensões e indecisa nas outras dimensões.

Podemos então fazer uma relação de conveniência, onde podemos citar como um dos principais fatores de influência na qualidade de vida dos professores está sua condição de trabalho, pois ela afeta diretamente a dimensão de Trabalho e Espaço Total de Vida. Essa dimensão teve a pontuação de 6,0 pontos na escala likert, uma das mais altas avaliadas dentro do QVT-PEF.

Podemos concluir também que através do protocolo de Moreira e do resultado obtido na média geral dentro da avaliação do QVT-PEF, a QV dos professores de educação física se encontra na média, sendo assim possui uma coerência entre ambos os protocolos.

Classificando nossa amostra ao final desse estudo como possuindo uma QV na média, ou seja, não se classifica a amostra nem como ruim e nem como ótima.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T.M. et al. Aspectos psicossociais do trabalho e distúrbios psíquicos entre trabalhadores de enfermagem. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 2005.

BOTH, J.; NASCIMENTO, J. V.; LEMOS, C. A. F.; DONEGÁ, A. L.; RAMOS, M. H. K. P.; PETROSKI, E. C.; DUARTE, M. F. S. Qualidade de vida no trabalho percebida por Professores de Educação Física. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 8, n. 2, p. 45-52, 2006.

FRANÇA, L. H. P. Perspectivas existenciais num grupo de idosos. **Intercâmbio**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 49-56, 1989

FREITAS, Clara M. S. M. de. As classes sociais na sociedade do espetáculo: o olhar dos torcedores de futebol. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. v.5, n.3, 2005, p.329-334.

Gomes L. Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites [dissertação]. Rio de Janeiro: **Fundação Oswaldo Cruz**; 2002

HACKMAN, J. Richard e J.L. Suttle. Improving Life at Work: **Behavioral SCIENCE Approaches to Organizational Change**. Santa Monica: [s.n.], 1977.

MOREIRA, H. Síndrome de burnout em professores de Educação Física: um estudo de casos. **Lecturas, Educación Física y Deportes, Revista Digital**. Buenos Aires, ano 13, n. 123, ago. 2009.

NOGUEIRA, L. Qualidade de vida no trabalho do professor de educação física: reflexões sobre as possibilidades de um novo campo de investigação acadêmica. **Arquivos em Movimento**, v.1, n.1, 2005.

ROWE, J. W.; KAHN, R.L. Human Aging: usual and successful. **Science, Whashington, DC**, v. 237, p. 143-149, 1987.

THOMAS, J.; NELSON, J.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividades físicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PERFIL DOS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC

DOS SANTOS, Augusto Cesar
DAROS, Vinicius
PESSOA, André Renan O.
KURACZ, Rafael
PICOLOTTO, João Victor
CORDEIRO, Kelvin

Resumo Sabe-se que para ter e manter uma boa qualidade de vida é fundamental que a alimentação seja adequada e controlada, isso em qualquer momento da vida humana, isso por si só já é um desafio. Atualmente com o surgimento do isolamento social decorrente da pandemia do corona vírus, esse desafio se tornou ainda maior. Nesse sentido este estudo pretendeu analisar a mudança de hábitos alimentares influenciada pela pandemia em mulheres praticantes de atividade física. Portanto o grupo pesquisado foram de 35 mulheres entre 18 e 42 anos de idade. Os resultados da pesquisa mostram que 44,2% da amostra pesquisa confirma mudança nos hábitos alimentares e para 37% a mudança foi negativa. Concluindo, houve mudança no comportamento alimentar dos entrevistados bem significativamente, sendo que esta mudança em boa parte dos casos foi negativa. Outro aspecto interessante é de que um dos motivos da mudança desses hábitos alimentares quando positivamente, foi para fortalecer o sistema imunológico.

Palavras-chave: Nutrição. Nutrientes. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Sabendo que manter uma boa qualidade de vida é extremamente necessário para a saúde e bem estar, uma alimentação saudável e a prática de atividade física estão diretamente ligadas a esse tema. Nahas (2013) entende a qualidade de vida como a percepção de bem-estar decorrente de um conjunto individual de parâmetros e socioambientais modificáveis ou que caracterizam as condições em que o ser humano vive. O autor ainda afirma que existem muitos indícios de que a expectativa de uma vida mais duradoura e independente dependa de um indivíduo fisicamente ativo. (Nahas, 2013).

Atividade física é um dos principais fatores para a maior longevidade, qualidade de vida e uma boa saúde. (Silva et al, 2012). No entanto, para que ela seja potencializada no seu objetivo, precisa estar aliada a uma boa alimentação.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde (2006), a alimentação adequada se dá em função do consumo de alimentos e não de nutrientes, deve estar baseada em práticas alimentares que tenham significado social e cultural.

Diante do momento atual em que o mundo inteiro vem vivendo com o vírus da COVID-19, essa pesquisa buscou saber: Quais as mudanças nos hábitos de alimentação impostas pela pandemia às pessoas praticantes de atividade física?

Sendo assim, o objetivo principal foi verificar as mudanças nos hábitos de alimentação impostas pela pandemia às pessoas praticantes de atividade física?

Tendo, ainda, como objetivos específicos: Identificar quais as principais modificações de hábitos alimentares e se estas foram positivas ou negativas neste período de pandemia; identificar quais foram as mudanças de rotina e se estas foram positivas ou negativas no estado geral de saúde; analisar pontos positivos e identificar quais melhorias contribuem para a melhoria da imunidade e prevenção a COVID 19.

O isolamento social se fez necessário para que o vírus pudesse ser controlado e não se espalhasse ainda mais, com isso buscou-se responder a principal questão: será que ocorreram mudanças alimentares nos praticantes de atividade física devido a pandemia, com o intuito de melhoria da imunidade e prevenção?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Musculação é um treinamento de força, um dos mais praticados hoje em dia existe vários adeptos a esse treinamento contra resistência usando pesos normalmente em ambientes fechados, sendo em academias com fins lucrativos.

A musculação pode ser conceituada como a atividade física desenvolvida, predominantemente, através de exercícios analíticos, utilizando resistências progressivas fornecidas por recursos materiais tais como: halteres, barras, anilhas, aglomerados, módulos, extensores, peças lastradas, o próprio corpo e/ou seus segmentos, etc. (GODOY 1994, p. 03)

Muitas vezes, as pessoas procuram por formas de treinamento na musculação sem ter o conhecimento sobre a qualidade e eficácia deste. Somente o profissional de educação física está preparado para determinada prescrição. Porém, nem sempre isso acontece. Pessoas sem qualquer respaldo científico, muitas vezes prescrevem treinamentos se baseando em repetições de conceitos e idéias infundadas (LIMA; CHAGAS, 2008).

Isso acontece em nossas academias onde colocam pessoas que não estão capacitadas e formalmente formadas para trabalhar e passar o treinamento para os alunos, o que é algo totalmente errado onde sempre deve estar um professor.

O treinamento resistido pode ser definido como uma forma especializada de condicionamento usado para a habilidade de produzir ou resistir a uma força (Riewald, 2005; Dowshen, 2001).

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foi utilizado um questionário fechado, elaborado pelos próprios autores.

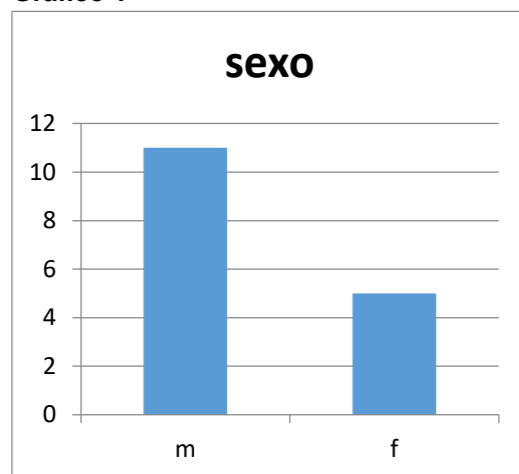
O questionário foi aplicado com praticantes de atividade física em academias de ginástica, de ambos os sexos no município de Caçador – SC, com idade média entre 15 e 57 anos de idade.

Os questionários foram entregues e respondidos pelas pessoas participantes deste estudo, na própria academia que frequentam.

Para a análise de dados foi utilizado a estatística descritiva, utilizando o programa Microsoft Office Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1



Pode-se perceber, através do gráfico 1 que a maioria da amostra é do sexo masculino (11), sendo que do sexo feminino são 5 pessoas.

Quanto a idade da amostra, o gráfico 2 nos mostra que é bastante ampla, indo dos 15 aos 57 anos de idade. Mas a maioria deles esta na faixa etária dos 15 aos 27 anos, portanto de jovens.

Gráfico 2

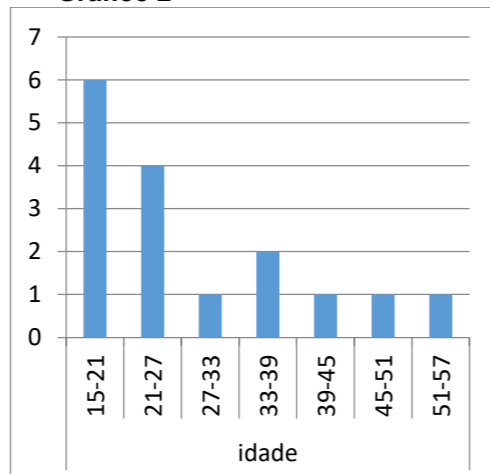
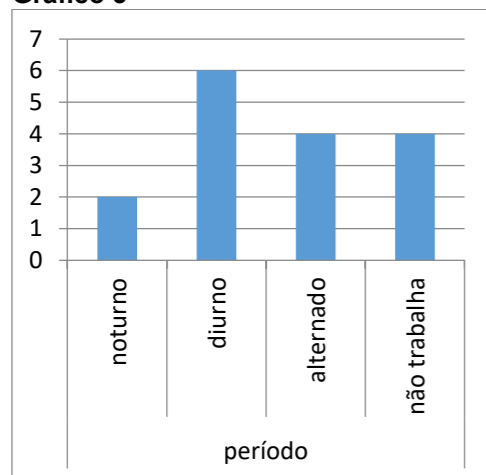


Gráfico 3



No gráfico 3, nota-se que o período de trabalho dos participantes da pesquisa é bastante equilibrado, inclusive com jovens que não estão trabalhando.

Quanto a renda salarial da amostra, verifica-se que também há uma variação, no entanto aqueles que estão na faixa salarial entre dois a cinco mil prevalecem.

Gráfico 4

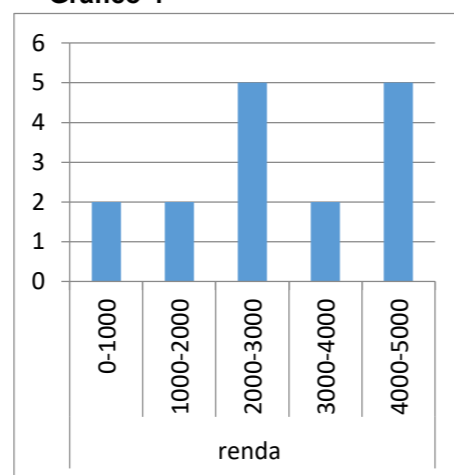
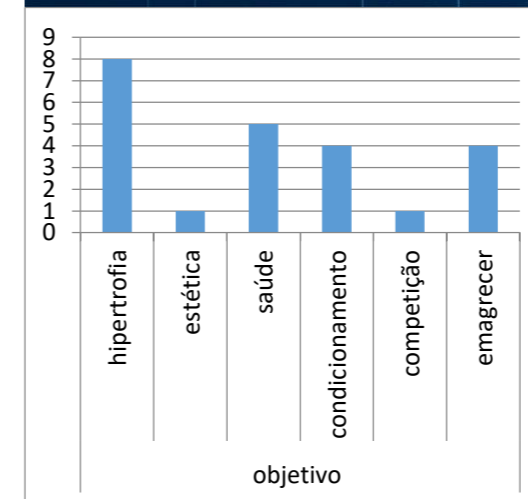


Gráfico 5

Gráfico 6

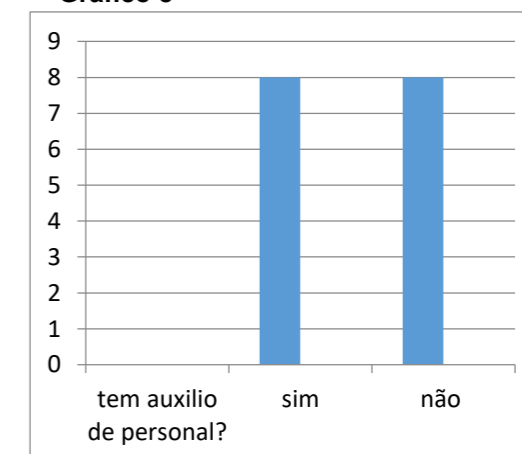


Nos gráficos 5 e 6 constata-se que os objetivos para frequentar a academia é variado, mas tendendo para a hipertrofia muscular e o condicionamento físico geral e a saúde. E que para isso eles se propuserem entre 3 meses a 2 anos de prazo para alcançar seus objetivos.

Gráfico 7



Gráfico 8



Já o gráfico 7 nos revela que em termos de tempo de prática de exercícios na academia aparece os extremos, sendo 7 dentro do prazo de 0 a 1 ano e 5 com mais de 5 anos de prática.

Gráfico 9

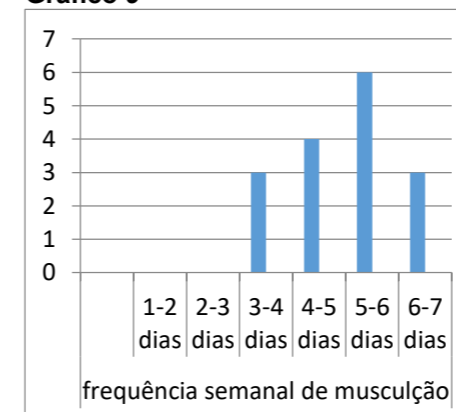
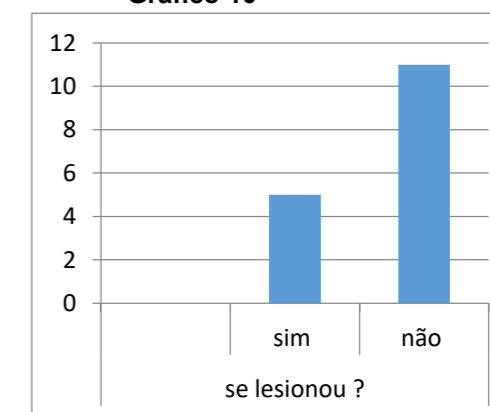


Gráfico 10



De acordo com os gráficos 9 e 10, a maioria frequenta as atividades da academia no mínimo três vezes por semana, e também a grande maioria nunca se lesionou durante as atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir através desta pesquisa que os praticantes de musculação, participantes dessa pesquisa, têm hábitos saudáveis, praticam atividade física de 5 a 6 dias na semana e metade das pessoas entrevistadas tem o auxílio de personal trainer e outra metade não tem a ajuda de um profissional individualizado.

Também conclui-se que o objetivo principal é a hipertrofia seguida da saúde e também emagrecimento, dentro desta pesquisa podemos ainda verificar que a maior parte dos alunos tem entre 18 a 27 anos e com renda de 2000,00 R\$ a 5000,00 R\$, a maior parte treina entre 0 a 1 ano, e a grande maioria nunca se lesionou dentro do esporte.

Destaca-se, ainda, grandes limitações como o fato de pandemia causada pelo covid-19 em que mudou os hábitos saudáveis dos praticantes e até mesmo para a realização da pesquisa em questão, mas ainda foi alcançado o objetivo e deixando aberto a ideia para que novos estudos possam ser realizados.

REFERÊNCIAS

GODOY, E. S. **Musculação: Fitness**. Rio de Janeiro RJ: Editora Sprint Ltda, 1994.

LIMA, F.V.; CHAGAS, M.H.; **Musculação: variáveis estruturais**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2008.

RIEWALD S. **Strength training for young athletes**. NSCA, 2005.

ANÁLISE DE MUDANÇAS DE HÁBITOS ALIMENTARES INFLUENCIADA PELA PANDEMIA EM MULHERES PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS.

BLANGER, Bianca Bernardes
ROSA, Eliane
LIMA, Thamiris V. D'Oliveira
RAMOS, Tuani Lemos
HASS, Vanessa
REIS, Mauro Rogerio dos

Resumo Sabe-se que para ter e manter uma boa qualidade de vida é fundamental que a alimentação seja adequada e controlada, isso em qualquer momento da vida humana, isso por si só já é um desafio. Atualmente com o surgimento do isolamento social decorrente da pandemia do corona vírus, esse desafio se tornou ainda maior. Nesse sentido este estudo pretendeu analisar a mudança de hábitos alimentares influenciada pela pandemia em mulheres praticantes de atividade física. Portanto o grupo pesquisado foram de 35 mulheres entre 18 e 42 anos de idade. Os resultados da pesquisa mostram que 44,2% da amostra pesquisa confirma mudança nos hábitos alimentares e para 37% a mudança foi negativa. Concluindo, houve mudança no comportamento alimentar dos entrevistados bem significativamente, sendo que esta mudança em boa parte dos casos foi negativa. Outro aspecto interessante é de que um dos motivos da mudança desses hábitos alimentares quando positivamente, foi para fortalecer o sistema imunológico.

Palavras-chave: Nutrição. Nutrientes. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Sabendo que manter uma boa qualidade de vida é extremamente necessário para a saúde e bem estar, uma alimentação saudável e a prática de atividade física estão diretamente ligadas a esse tema. Nahas (2013) entende a qualidade de vida como a percepção de bem-estar decorrente de um conjunto individual de parâmetros e socioambientais modificáveis ou que caracterizam as condições em que o ser humano vive. O autor ainda afirma que existem muitos indícios de que a expectativa de uma vida mais duradoura e independente dependa de um indivíduo fisicamente ativo. (Nahas, 2013).

Atividade física é um dos principais fatores para a maior longevidade, qualidade de vida e uma boa saúde. (Silva et al, 2012). No entanto, para que ela seja potencializada no seu objetivo, precisa estar aliada a uma boa alimentação.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde (2006), a alimentação adequada se dá em função do consumo de alimentos e não de nutrientes, deve estar baseada em práticas alimentares que tenham significado social e cultural.

Diante do momento atual em que o mundo inteiro vem vivendo com o vírus da COVID-19, essa pesquisa buscou saber: Quais as mudanças nos hábitos de alimentação impostas pela pandemia às pessoas praticantes de atividade física?

Sendo assim, o objetivo principal foi verificar as mudanças nos hábitos de alimentação impostas pela pandemia às pessoas praticantes de atividade física?

Tendo, ainda, como objetivos específicos: Identificar quais as principais modificações de hábitos alimentares e se estas foram positivas ou negativas neste período de pandemia; identificar quais foram as mudanças de rotina e se estas foram positivas ou negativas no estado geral de saúde; analisar pontos positivos e identificar quais melhorias contribuem para a melhoria da imunidade e prevenção a COVID 19.

O isolamento social se fez necessário para que o vírus pudesse ser controlado e não se espalhasse ainda mais, com isso buscou-se responder a principal questão: será que ocorreram mudanças alimentares nos praticantes de atividade física devido a pandemia, com o intuito de melhoria da imunidade e prevenção?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A alimentação é um ato voluntário e consciente e depende totalmente da vontade da pessoa e é o mesmo quem escolhe o alimento para o seu consumo. A alimentação está relacionada com as práticas alimentares, que envolvem opções e decisões quanto à quantidade, tipo de alimento que comemos e quais os alimentos que consideramos comestíveis ou aceitáveis para nosso padrão de consumo, além da forma como adquirimos, conservamos e preparamos os alimentos, além dos horários, do local e com quem realizamos nossas refeições. A alimentação pode ser abordada sob 3 perspectivas, ao mesmo tempo independentes e complementares, a perspectiva econômica (relação entre a oferta e a demanda, o abastecimento, os preços dos alimentos e a renda do indivíduo), a perspectiva nutricional (ênfase nos constituintes dos alimentos indispensáveis à saúde e ao bem-estar do indivíduo, nas carências e nas relações entre dieta e doença) e a perspectiva cultural (voltada para as associações entre a alimentação e a organização social do trabalho, a diferenciação social do consumo, os ritmos e estilos de vida) e a perspectiva cultural (interessada nos gostos, hábitos, tradições culinárias, representações, práticas, preferências, repulsões, ritos e tabus) (Oliveira, 1997).

A nutrição expressa a disponibilidade e o aproveitamento metabólico de energia e nutrientes a nível de células e tecidos. Trata-se de uma condição delineada por duas grandes vertentes: o consumo de alimentos, por um lado, e a sua utilização biológica, por outro (Béghin, 1990), sendo assim a nutrição é um ato involuntário, onde o indivíduo não tem controle e inicia no momento que o alimento é levado à boca. A partir disso, o sistema digestório entra em ação, ou seja, a boca, o estômago, o intestino e outros órgãos desse sistema começam a trabalhar em processos que vão desde a trituração dos alimentos até a absorção dos nutrientes, que são os componentes dos alimentos que consumimos que são muito importantes para a nossa saúde. Tais nutrientes são os componentes dos alimentos que consumimos e estão divididos em macronutrientes (carboidratos, proteínas e gorduras) e micronutrientes (vitaminas e minerais). Apenas os macronutrientes são responsáveis pelo fornecimento de energia, que às vezes é indicada como “caloria” do alimento desta forma, a escolha desses nutrientes interferem na nossa saúde trazendo a imunidade para vários tipos de doenças.

Diversos autores apontam como fator importante para se atingir uma vida saudável a correlação entre alimentação balanceada e prática de atividades físicas, os indivíduos que praticam alguma atividade física com regularidade, devem também ter uma boa alimentação pois é um fator fundamental para garantir o resultado esperado pelo indivíduo. Por isso, ela deve ser equilibrada e completa, permitindo que o corpo realize todas as suas funções adequadamente e alcance um bom desempenho. Uma correta nutrição ajuda a evitar a fadiga, aperfeiçoa o período de recuperação, diminui o risco de lesões, além de garantir a correta reposição dos estoques de energia. Por outro lado, não atingir as demandas nutricionais adequadas pode prejudicar a recuperação pós-treino e comprometer a saúde dos indivíduos. Há várias evidências de que a alimentação equilibrada e a prática de atividade física regular atuam diretamente na prevenção de doenças (OPAS, 2003), ou seja a alimentação saudável é indispensável para a atividade física, assim como a atividade física é indispensável para uma vida saudável. Uma alimentação saudável ocorre quando é adequada e variada. A atividade física regular pode ajudar a atingir e manter um peso saudável.

METODOLOGIA

A presente pesquisa baseou-se em um questionário, elaborado pelas próprias autoras, aplicado de forma online devido à pandemia, de natureza quantitativa.

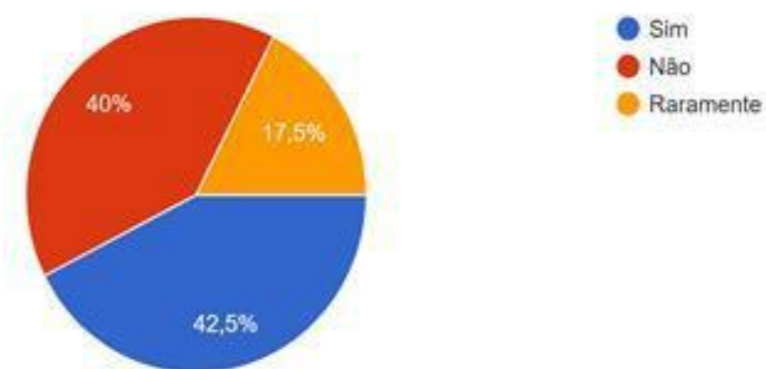
O questionário foi aplicado em 35 mulheres, praticantes de atividade física no município de Caçador – SC, com idade média entre 18 e 42 anos.

Os participantes da pesquisa responderam um questionário de forma online com perguntas fechadas e para a análise de dados foi utilizado a estatística descritiva, utilizando o programa Microsoft Office Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1

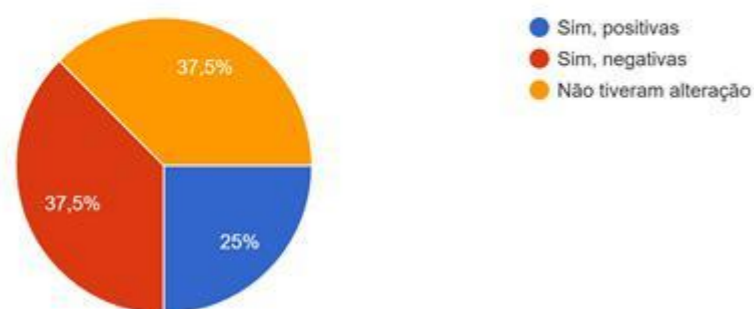
Houve alterações no seu hábito alimentar no intuito de melhoria da imunidade durante a pandemia?



Os dados apresentados no gráfico número 1 mostra que 42,5% dos participantes da pesquisa tiveram alterações no seu hábito alimentar com o intuito de melhoria da imunidade durante a pandemia, 40% não mudou os hábitos alimentares e 17,5% raramente modificava o hábito alimentar no intuito de melhoria da imunidade.

Gráfico 2

Seus hábitos diários de alimentação tiveram alteração durante a pandemia? Se houve, foram mudanças positivas ou negativas?



O gráfico 2 apresenta os dados referentes a mudanças positivas ou negativas dos hábitos alimentares dos entrevistados, onde, 37,5% responderam que houveram mudanças negativas nos hábitos alimentares, com o mesmo percentual de 37,5% dos entrevistados, responderam que não houve alteração e apenas 25% mudaram positivamente os hábitos alimentares.

Os gráficos apresentados referem-se à questões que tiveram uma conexão direta com o objetivo e problemática do estudo, que foi verificar as mudanças nos hábitos alimentares em praticantes de atividade física durante a pandemia, sendo assim, podemos observar que a maior parte dos entrevistados tiveram uma mudança nos hábitos alimentares com o intuito de melhorar a imunidade durante a pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Referente a mudança no comportamento alimentar dos entrevistados, grande parte do público apresentou mudança na forma de se alimentar, enfatizando, uma boa alimentação rica em nutrientes agrega aumentando a imunidade e mesmo que boa parte tenha melhorado neste quesito, deve-se levar em consideração os entrevistados que não melhoraram ou vieram a piorar seus hábitos, uma vez que, a alimentação está diretamente ligada as emoções e em meio a pandemia da Covid-19 aqueles que possuem transtornos alimentares e sobrepeso tem maior risco de complicações no estado geral de saúde.

Com relação as principais modificações de hábitos alimentares positivas ou negativas neste período de pandemia; grande parte dos entrevistados pioram no quadro alimentar, o que certifica-se que o estresse da pandemia e da quarentena

ocuparam um papel prevalente nos hábitos alimentares que anteriormente eram saudáveis, uma vez que, o distanciamento social pode piorar ou manter o problema.

Quando identificadas as mudanças de rotina e se estas foram positivas ou negativas no estado geral de saúde; grande parte da população apresentou mudança negativa. Deve se levar em consideração que saúde não é apenas ausência de doenças e sim estado total que envolve os aspectos sociais, mentais e físicos e estes aspectos fora de equilíbrio pode-se estar desenvolvendo doenças relacionadas.

Abrangendo os pontos positivos que melhoram a imunidade da população, a prática de atividades exercícios é um forte aliado na prevenção a Covid-19, é necessário também uma dieta rica em nutrientes e embora seja norma de segurança ao covid-19 o isolamento social, nota-se de extrema importância para manutenção e prevenção da saúde mental.

REFERÊNCIAS

BÉGHIN, I., 1990. **Abordagem causal em nutrição**. In: Nutrição, Saúde & Comunidade (E. L. C. Gouveia, org.), pp. 181-193, Rio de Janeiro: Revinter.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde; 2006 [acesso 31 Mar 2013]. 210 p. Disponível em:

http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_conteudo.pdf

NAHAS; M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina- PR. Midiograf, 2013.

SILVA, R. B; MATIAS, T. S; VIANA, M. S; ANDRADE, A. **Relação da prática de exercícios físicos e fatores associados às regulações motivacionais de adolescentes brasileiros**. Motricidade. V. 8, n. 2, p. 8-21, 2012.

OLIVEIRA, Silvana P. de.; THÉBAUD-MONY, Annie. **Estudo do consumo alimentar em busca de uma abordagem multidisciplinar**. Revista de Saúde Pública, v. 31, n. 2, p. 201-208, 1997.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Doenças crônico-degenerativas e obesidade: estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde**. Brasília, DF: OPAS, 2003.

ANÁLISE DE MUDANÇAS DE HÁBITOS ALIMENTARES INFLUENCIADA PELA PANDEMIA EM PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS DE AMBOS OS SEXOS

ALVES, Gracieli Aparecida
PRESTES, Manuela Andrade
SANTOS, Henrique Andrade dos
LOURENÇO JR., José Moacir
DOMINGUES, Delacir Lourdes
MATTOS, Sadra Regina Martins de
REIS, Mauro Rogério dos

Resumo Os hábitos alimentares e a prática de atividade física são duas vertentes que unidas trazem ao ser humano os benefícios de uma vida saudável e são essenciais. Este estudo teve como objetivo verificar as mudanças nos hábitos alimentares e no cotidiano de praticantes de atividade física durante a pandemia do COVID-19, a população envolvida foi composta por 54 praticantes de atividade Física. Os dados foram coletados no mês de novembro de 2020, através de um questionário on line desenvolvido no google docs. Os resultados demonstraram que quem estava com uma rotina frequente nas atividades físicas e cuidados com a alimentação tiveram algumas mudanças, onde demonstra que o acompanhamento físico é um estímulo de grande importância para praticantes de atividade física e a atividade física de importância maior ainda no controle do peso e alimentação saudável estimulando quem prática a cada vez mais buscar por novos resultados.

Palavras-chave: Atividade Física. Hábitos Alimentares. Covid-19.

INTRODUÇÃO

A alimentação é algo muito importante para praticantes de atividade física, tendo como hábitos saudáveis de saúde e cuidado com o corpo sendo o controle alimentar um fator que auxilia muito para um bom desenvolvimento do praticante. Contudo durante a pandemia do COVID 19, muitos praticantes assíduos com um controle regrado de sua alimentação, por se deparar com a necessidade de permanecer em um isolamento social foi obrigado a se reorganizar com seu habito alimentar e pratica de atividade.

Segundo Malavé (2020) relata que uma boa alimentação pode sim melhorar a imunidade, fortalecendo o sistema imune possibilitando ao indivíduo ter uma qualidade de vida mais tranquila comparado a alguém com a imunidade comprometida. Existe uma relação direta entre nutrição, saúde e bem-estar físico e mental do indivíduo. Algumas pesquisas comprovam que a alimentação saudável vai fazer parte positivamente na prevenção e no tratamento de doenças onde um equilíbrio na dieta é um dos motivos que deram ao homem a possibilidade de ter uma vida mais longa e de qualidade.

A mídia tem uma grande influência na alimentação da população, onde se torna cada vez mais difícil de se manter uma alimentação equilibrada, uma vez que ela propaga uma gama de facilidades de obter alimentos industrializados e por serem propagados com poder. É importante saber que se deve adquirir uma alimentação saudável e um equilíbrio positivo entre atividade física a união desses dois elementos é essencial para uma saúde de qualidade (ANDREOLI; FOLADOR, 2016).

Este trabalho teve como objetivo verificar se houve mudanças nos hábitos alimentares em praticantes de atividades físicas influenciada pela pandemia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Narras (2017), você é o que você come. Uma vez que os alimentos tanto de origem vegetal quanto animal, fornecem ao ser humano os nutrientes que são necessários para o bom funcionamento do organismo, trazendo substancias que ajudam e permitem que as células possam crescer e fornecer energia nos processos metabólicos que são vitais e nas atividades do dia a dia.

A inatividade física é apontada como um dos maiores causadores para o aumento de morte, sabendo que praticar atividades físicas pode melhorar no risco de doenças cardiovasculares, cardiopulmonares, no sobrepeso e obesidade sem contar que ela essencial para ajudar no controle e tratamento de doenças como diabetes, hipertensão, ansiedade, depressão e até mesmo alguns tipos de câncer. As pessoas passaram por um padrão de vida negativo nos últimos anos com a falta de atenção à saúde e uma alimentação de baixa qualidade ou excessos provocados pelo estilo de vida moderno e desequilibrado, onde fez com que se buscasse a atividade física como refúgio e tratamento para uma vida com um pouco mais de qualidade (FILHO; JESUS; ARAUJO, 2014).

Para Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte e exercício (2020), defende a importância da pratica de exercícios físicos melhorando a função imunológicas e defesas do organismo, perante os agentes infecciosos como o Covid-19. Trazendo como recomendação a manutenção de atividades físicas (LEITÃO et al, 2020).

METODOLOGIA

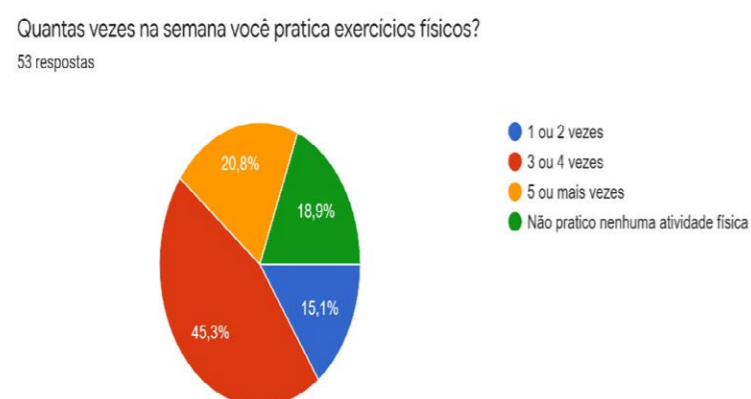
Este trabalho através de um questionário dentro de um projeto integrador com dez perguntas sobre o assunto foi enviado esse questionário ao grupos de WhatsApp de pessoas que frequentam uma academia, esse questionário foi usado como base na elaboração dos gráficos e conclusão sobre o assunto.

Foram 53 pessoas ao total que responderam o questionário, sendo 39,6% masculino e 60,4 femenino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa demonstra que a pandemia teve alguma influencia sobre as pessoas seja ela na alimentação, exercícios físicos, rotina, stress, medo ou algo do tipo, a porcentagem de pessoas que mudaram a alimentação ou ganharam peso foi de 70% ou seja, uma grande porcentagem, podemos observar que a quarentena afetou muito além da rotina saudável de cada pessoa, desenvolvendo um estresse diário levando a desmotivações durante o período de isolamento.

Gráfico 1- Identificação de frequência semanal da pratica de exercícios físico durante a pandemia.



Fonte: os autores, 2020.

Gráfico 2- Identificação da continuidade ou redução de exercícios físicos.

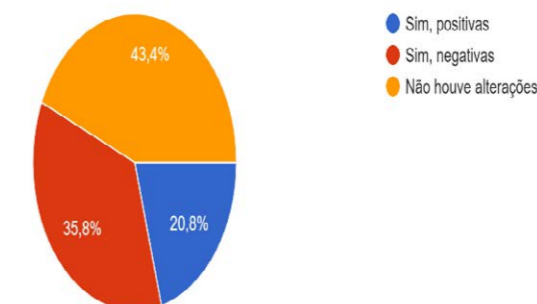


Fonte: os autores, 2020.

Gráfico 3- Identificação nas mudança de hábitos alimentares durante a pandemia.

Seus hábitos de alimentação mudaram durante a pandemia? Se sim foram positivas ou negativas?

*
 53 respostas



Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos ver que em relação à saúde e bem estar durante quarentena teve sim algumas mudanças onde a principal foi a diminuição nas atividades físicas por questão do isolamento. Foi observado que visivelmente a rotina já não era mais a mesma tendo aumento de peso corporal e o descontrole alimentar por parte dos entrevistados, mas deixando bem claro que houve um stress, um medo e mudanças corporais e principalmente na rotina de exercícios de cada, podendo até ressaltar que uns sofreram alguns impactos a mais que a maioria. Mas a ênfase principal dessa pesquisa é que sim, houve mudanças de hábitos e muitas das pessoas acabaram numa fase ruim tanto corporal como emocional

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, Rejane; FOLLADOR, Franciele A. C. **Os desafios da Escola Pública na Perspectiva do Professor PDE**. Alimentação saudável: prevenção de doenças e cuidados com a saúde, v. 1, p. 4-25, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_cien_unioeste_rejaneandreoli.pdf Acesso em: 17 nov. 2020.

FILHO, Isaias Batista; JESUS, Leonardo Leite de; ARAÚJO, Lucinei Gomes da Silva de. **Atividade Física e Seus Benefícios a Saúde**. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_31_1412869196.pdf Acesso em: 17 nov. 2020.

LEITÃO, Dr. Marcelo Bichels et al, Informe 2 da Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE) sobre exercício físico e o coronavírus (COVID-19), São Paulo, 2020. Disponível em: http://www.medicinadoesporte.org.br/wp-content/uploads/2020/03/sbmee_covid_informe2.pdf Acesso em: 17 nov. 2020.

MALAVÉ, MAYRA MALAVÉ. **Alimentação e Covid -19: o que você precisa saber.** Instituto Nacional Fernandes Figueira- IFF. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/index.php/8-noticias/674-alimentacao-covid> Acesso em 17 nov. 2020.

NAHAS MV. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** 7ª. Florianópolis: Ed. Do autor, 2017

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO A BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MAGUEROSKI, Carla
MACHADO, Dieison
MOREIRA, Fabio Henrique
FERNANDES, Gabriele
REIS, Mauro Rogério
CAETANO, Joel

Resumo O presente estudo tem como objetivo verificar a percepção dos professores de educação física em relação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação infantil. A BNCC é um documento lançado pelo Ministério da Educação que define as aprendizagens essenciais que os alunos brasileiros devem ter no Ensino Básico. A pesquisa caracterizou-se como descritiva, transversal, com análise quanti-qualitativa dos dados. A amostra foi composta por 10 professores do ensino fundamental que aceitaram participar do estudo voluntariamente. a coleta de dados se deu através de um questionário fechado respondido pela amostra pela plataforma Google Forms e analisado pelo programa excel 2010. Os resultados revelam que a amostra pesquisada não tem grandes dificuldades de incorporar os conteúdos estabelecidos pela BNCC em seus planejamentos, visto que a grande maioria revela que recebeu capacitação para isso e que ao incorporam os conteúdos, estes tendem a ter uma grande contribuição na formação integral destes alunos. Por fim conclui-se que os conteúdos tem grandes possibilidades de serem incorporados nas aulas de Educação Física, visto que houve capacitação desses profissionais e que há uma boa perspectiva na formação integral desses alunos, através destes conteúdos.

Palavras-chave: Educação Física - Educação Infantil - BNCC.

INTRODUÇÃO

Com a implementação da BNCC, pelo ministério da educação, um nova perspectiva se formou em todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo da educação infantil. Nesses sentido, estudar esse novo documento que embasa a educação nacional e sua aplicabilidade no cotidiano escolar é fundamental na medida que precisamos estar sempre o aprimorando.

Assim sendo, o objetivo estudo foi verificar a percepção dos professores de educação física em relação a BNCC na educação infantil. E os objetivos específicos foram: apontar a aceitação dos professores de Educação Física sobre a inserção dos conteúdos propostos pela nova base; verificar os conteúdos mais trabalhados pelos professores; identificar as dificuldades na inserção deste conteúdo e apresentar as contribuições da BNCC para aulas de Educação Física na Educação Infantil.

Reiterando que, essas análises devem e precisam ser feitas para que este documento e a prática pedagógica dos professores sejam sempre atualizadas e adequadas as exigências da sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação brasileira) Educação Física é componente curricular da Educação Básica, portanto, também é componente curricular obrigatório na Educação Infantil (creche e pré-escola).

Ainda na LDB, no artigo 26, fala-se sobre a BNCC na Educação Básica:

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.”

Os campos de experiências são aspectos de uma organização curricular que inclui experiências concretas da vida cotidiana das pessoas e vinculando isso, com as áreas do conhecimento que nos rodeiam. Os Campos de Experiências são baseados na Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), mais especificamente nos saberes e conhecimentos fundamentais a serem propiciados às crianças e associados às suas experiências.

É através do corpo que as crianças exploram o espaço e os objetos ao seu redor, por meio de gestos, movimentos e sentidos espontâneos ou coordenados, impulsivos ou intencionais, estabelecem relações, expressam-se, brincam, produzem conhecimento sobre si, sobre o outro, sobre a vida social e cultural e ganham, progressivamente, consciência corporal. É através de diferentes formas de gestos e linguagens que as crianças se comunicam e se expressam e estabelecem uma relação entre o Corpo, as emoções e linguagem. O corpo das crianças na Educação Infantil tem importância central pois é foco das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para emancipação, para liberdade, e não para a submissão.

Os movimentos As sensações e funções corporais são reconhecidas, através dos gestões e movimentos as potencialidades e limites são identificados e desenvolvem a consciência sobre o que é seguro ou o que é risco a integridade física.

Na educação infantil, apesar de não serem definidos como Educação Física, a BNCC menciona aprendizados essenciais relacionados ao corpo na educação de crianças entre 0 e 5 anos e 11 meses de idade.

Quanto as crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), segundo a BNCC ela devem aprender a:

- Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convivem.
- Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.
- Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.

METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, transversal, com análise quanti-qualitativa dos dados. A amostra foi composta por 10 professores do ensino fundamental que aceitaram participar do estudo voluntariamente.

A coleta de dados se deu por conta de um questionário composto com 10 perguntas sobre a visão dos Professores de Educação Física sobre a Inserção dos Conteúdos da Nova Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil. O questionário foi elaborado por acadêmicos regularmente matriculados na 8ª fase do curso de Bacharelado em Educação Física da UNIARP, e o professores de educação Física das escolas responderam através da plataforma Google forms.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1

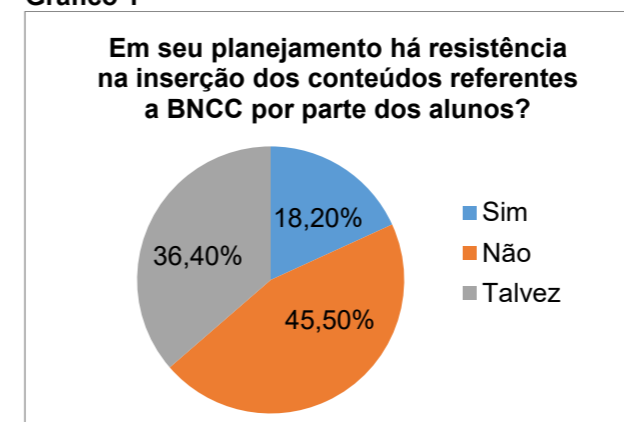
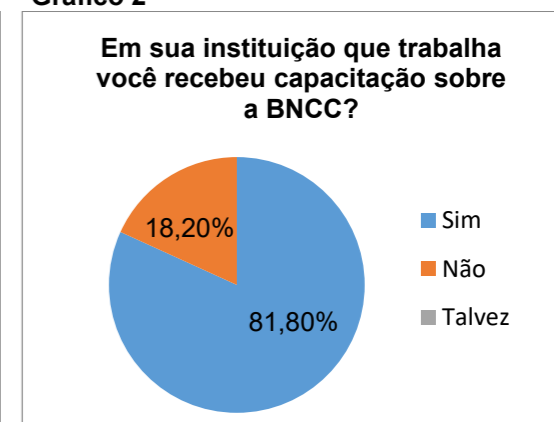


Gráfico 2

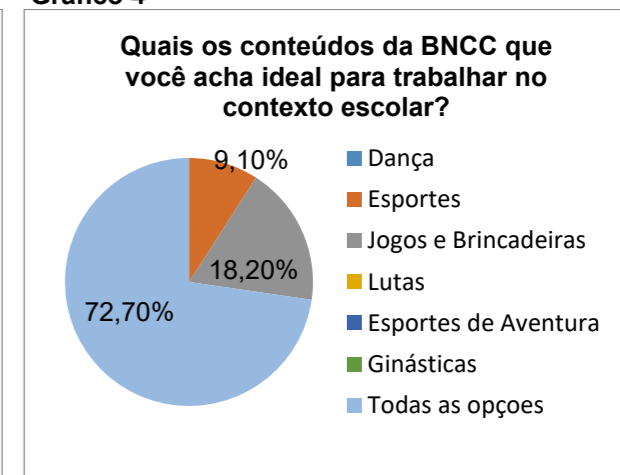


Através dos gráficos 1 e 2 percebe-se respectivamente que, primeiro, embora não haja uma resistência para a inserção dos conteúdo da BNCC por parte dos alunos, também se verifica que muito precisa ser feito para que estes sejam completamente aceitos; e em segundo lugar percebe-se, também, que os professores receberam capacitação para essa implementação.

Gráfico 3



Gráfico 4



Nos gráficos 3 e 4, fica evidente a opinião da amostra de que não só é possível a inserção nos seus planejamentos das práticas corporais estabelecidas pela BNCC como a maioria acha que é possível trabalhar todas elas no ambiente escolar.

Gráfico 5

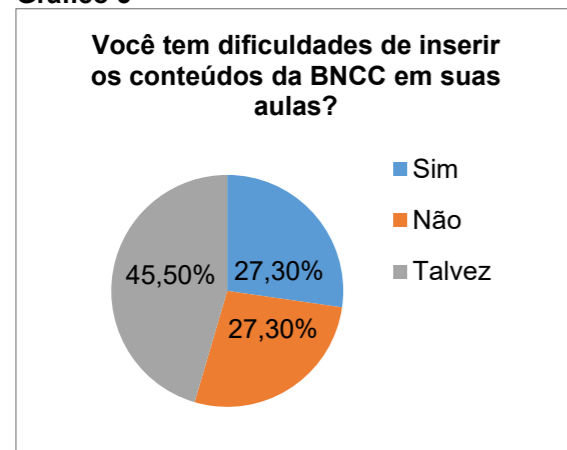
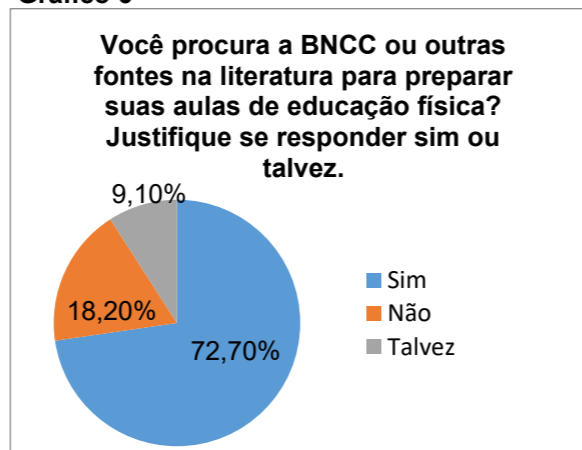


Gráfico 6



Quanto a dificuldade dos professores inserirem as práticas corporais estabelecidas na BNCC em suas aulas, no gráfico 5, vê-se que a maioria não encontra dificuldade. Já no gráfico 6 percebe-se que a maioria busca outras fontes de consulta para preparar suas aulas além da BNCC.

Gráfico 7

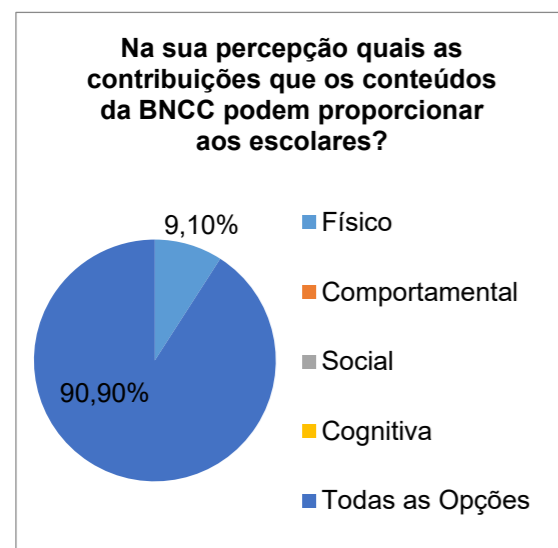
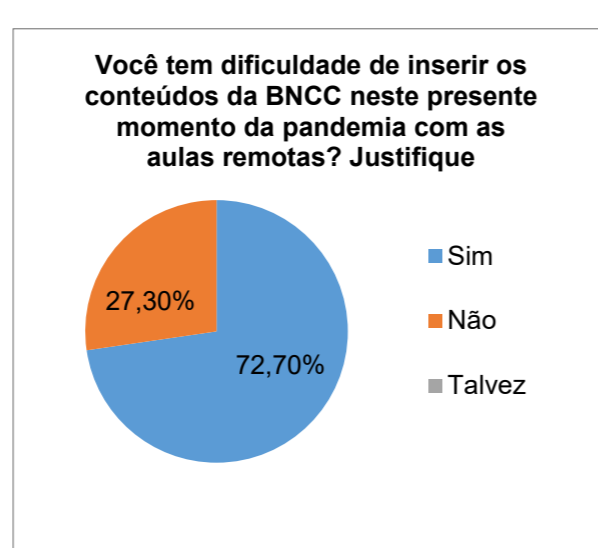


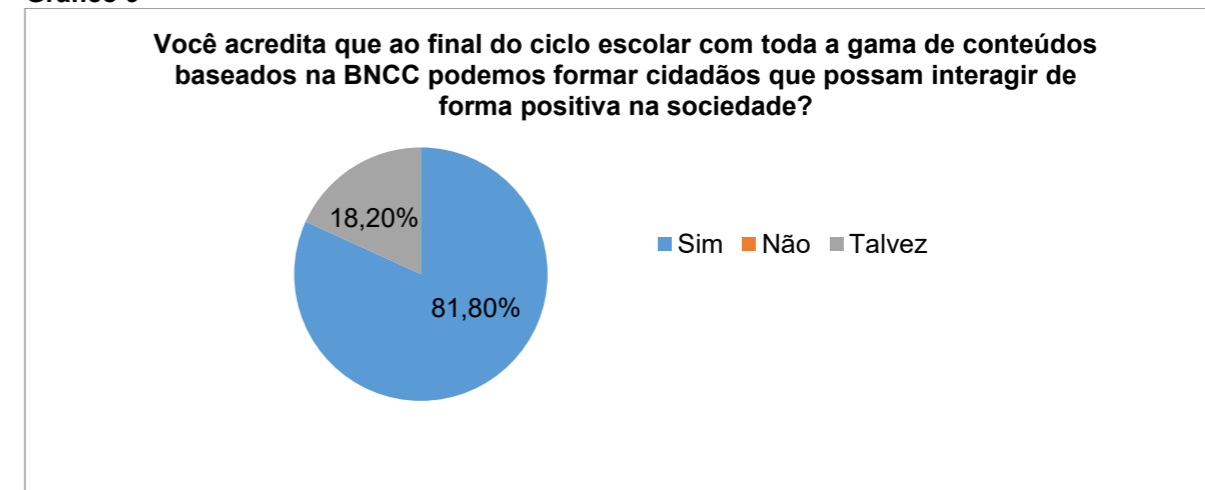
Gráfico 8



No gráfico 7, nota-se que a maioria da amostra entende que esas práticas corporais contribuem para a formação integral dos alunos. Um dado muito

interessante e bem atual é a percepção dos professores sobre o momento atual de isolamento social decorrente da pandemia, em que eles tem dificuldade de cumprir os seus planejamentos anteriormente elaborados, através das aulas remotas.

Gráfico 9



E por fim, no gráfico 9 os professores entrevistados tem convicção de que esses conteúdos estabelecidos pela BNCC podem formar cidadão que irão interagir positivamente na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada a pesquisa e analisado as informações coletadas, foi possível concluir que tanto professores e alunos não tiveram grande resistência para incorporar os conteúdos estabelecidos pela BNCC, percebeu-se, também, que estes conteúdos tem grandes possibilidades de serem incorporados nas aulas de Educação Física, visto que houve capacitação desses profissionais por parte das escolas em que trabalham e que há uma boa perspectiva na formação integral desses alunos, através destes conteúdos. Dentro da realizada atual de isolamento social provocado pela pandemia do corona vírus, e a mudança para as aulas remotas, ficou evidente que os planejamentos anteriormente elaborados não puderam ser seguidos.

Visto que a BNCC é um instrumento educacional recente, precisa continuamente de estudos afim de que a monitorem com o intuito de aprimorá-la.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 1996.

BRASIL. Ministério da **Educação**. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010

ASSISTÊNCIA E ATIVIDADES OFERECIDAS AOS IDOSOS NOS MUNICÍPIOS DE CAÇADOR, FRAIBURGO E LEBON RÉGIS E OS IMPACTOS DA COVID-19

Elaine Caroline Boscatto, elaine.caroline@uniarp.edu.br¹

Amanda Maitelli, hamandaa_10@hotmail.com²

Andressa Hoffmann Grazziotin, andressa_grazziotin@hotmail.com³

Maurício Maiberg de Souza, mauriciosouza250@outlook.com⁴

Thalia Renata da Silva Cardoso, thaliarenata01@gmail.com⁵

Vanessa Bileski, nessabileski@hotmail.com⁶

Resumo – O presente estudo teve como objetivo verificar o impacto da doença do Coronavírus (COVID-19) sobre a assistência e atividades oferecidas aos idosos nos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe: Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis. A pesquisa caracterizou-se como descritiva, transversal, com análise quanti-qualitativa dos dados. Um questionário foi elaborado pela professora e acadêmicos da disciplina de Atividade Física para Terceira Idade, o qual buscou compreender a assistência e atividades oferecidas aos idosos, como Lar Geriátrico, Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) nas Empresas, Grupos de Convivência e Atividades de lazer e esporte, bem como a situação durante a ocorrência da Pandemia, desde março de 2020. Os idosos dos municípios de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis recebem assistência satisfatória e tem acesso a variadas atividades de cultura, lazer e promoção da saúde, incluindo a prática regular de atividades físicas. No entanto, a maioria das atividades estão suspensas em decorrência da Pandemia da COVID-19. Apenas o município de Caçador possui Lar Geriátrico e não houve registro de Programa de Preparação para Aposentadoria nas empresas dos três municípios. Considerando o aumento constante da população idosa, sugere-se o desenvolvimento de programas e assistência contínua ao idoso, com intuito de aprimorar melhora em diversos aspectos relacionados à saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Idoso. Política de Saúde. Exercício Físico.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a população idosa vem crescendo constantemente, portanto a importância de atividades e assistência relacionada ao idoso, uma vez que muitos deles ficam desamparados de suas famílias por falta de tempo, pelo trabalho e outros motivos, passando a maior parte do dia sozinhos, as atividades oferecidas ao idoso contribuem para um bem geral de sua saúde. Na situação atuam em que vivemos com a pandemia muitos idosos podem ser impactados por não receberem estes auxílios uma vez que a maioria das atividades estão suspensas para a segurança de todos.

Este projeto justifica-se por essa importância de amparo ao idoso, e conhecimento aos acadêmicos das atividades relacionadas ao idoso nos municípios de

¹ Professora do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis, e se as mesmas sofreram impactos pela pandemia, podendo assim gerar ideias de projetos futuros.

Diante disto o objetivo geral deste trabalho foi verificar o impacto da doença do Coronavírus (COVID-19) sobre a assistência e atividades oferecidas aos idosos nos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe: Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis.

Já os objetivos específicos foram: identificar os tipos de assistência e atividades oferecidas aos idosos nestes municípios e buscar compreender de que forma a COVID-19 têm interferido neste público

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento teve grande aumento em países desenvolvidos. Segundo Lima-Costa et al. (2003), no Brasil o número de idosos (60 anos de idade) passou de 3 milhões em 1960 para 7 milhões em 1975 e 14 milhões em 2002 (um aumento de 500% em quarenta anos) e estima-se que alcançará 32 milhões em 2020.

Outra questão muito relevante é com relação às doenças crônicas, haja visto que idosos sofrem com elas e por isso tem seu tempo prolongado em hospitais, pois uma vez com a doença passa a ser frequente, aumenta também as idas aos hospitais, uso contínuo de medicações e também a frequência do uso dos órgãos da saúde.

Problemas psicológicos também são bastante comuns no envelhecimento, pois os conceitos que muitos idosos têm de si mesmo são aqueles bordões populares como “ não serve mais para nada”, “estorvo na vida dos filhos”, entre outros e a partir daí, começam a acarretar os problemas psicológicos (VELOZ, 1999).

METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, transversal, com análise quanti-qualitativa dos dados.

Um questionário foi elaborado por acadêmicos regularmente matriculados na 8ª fase do curso de Bacharelado em Educação Física da UNIARP, juntamente com a professora responsável pela disciplina de Atividade Física para Terceira Idade.

As questões buscaram compreender a assistência e atividades oferecidas aos idosos nestes municípios, como Lar Geriátrico, Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) nas Empresas, Grupos de Convivência e Atividades de lazer e esporte, bem como a situação durante a ocorrência da Pandemia, desde março de 2020.

Os acadêmicos foram divididos em grupos, separados por cidade, ou seja: acadêmicos residentes em Caçador, buscaram informações neste município e o mesmo ocorreu com os acadêmicos pertencentes às cidades de Fraiburgo e Lebon Régis.

A divisão de tarefas foi feita entre os grupos e a busca de informações foi aleatória, de acordo com o conhecimento e contatos que cada um possuía.

Foi delegado o período de uma semana para coleta das informações, as quais foram apresentadas durante o período da aula, em formato de web-conferência pela plataforma Teams, da Microsoft.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 mostra a assistência e atividades oferecidas aos idosos, divididos por município:

Quadro 1 - Assistência e atividades oferecidas aos idosos nos municípios de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis.

	Caçador	Fraiburgo	Lebon Régis
Lar Geriátrico	Presente	Ausente	Ausente
PPA em Empresas	Não identificado	Não identificado	Não identificado
Grupo de Convivência	Sim*	Sim*	Sim*
Atividades de Lazer e Esporte	Sim*	Sim*	Sim*

Fonte: Autoria Própria (2020)

*: Atividade modificada ou interrompida durante a pandemia do COVID-19.

Complementando as informações dispostas no Quadro 1, o município de Caçador conta com o atendimento de dois Lares Geriátricos, sendo um deles de caráter público e outro privado. Ambos contam com o atendimento de equipe multiprofissional e especializada e possuem suas particularidades quanto à assistência ao idoso. Observou-se modificações nos programas sociais e quanto às condições de visitação, devido à Pandemia do coronavírus.

Os acadêmicos também entraram em contato com 11 empresas do município e as mesmas informaram não apresentar algum Programa de Preparação para a Aposentadoria, sendo que algumas nunca ouviram falar desta possibilidade. O que foi observado é que na maioria dos casos, os idosos trabalhadores estão afastados durante a Pandemia por pertencerem ao grupo de risco.

O município de Caçador possui 15 Grupos de convivência, tendo 526 idosos cadastrados. Realizam atividades como bingos, bailes, alongamento, teatro, dança, palestras, passeios.

Contam também com atividades esportivas como Bisca, Biscola, Scapa, Quatrilho, que são jogos de cartas trazidos pelos imigrantes italianos e participam dos Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI) nas modalidades de vôlei, bocha, jogos de mesa, dominó e canastra.

Por conta da pandemia, as atividades estão interrompidas. Apenas 30 idosos optaram por serem atendidos em casa, com orientações de alongamento. Uma professora é responsável por fazer a visita, sem entrar na residência e cumprindo as regras de distanciamento.

No município de Fraiburgo, a maior parte das atividades oferecidas pelo município também estão interrompidas por conta da Pandemia. Porém, até o período que antecedeu o isolamento social, aconteciam diversas atividades e grupos sociais.

Entre as atividades oferecidas destacam-se os jogos de mesa como: bocha, canastra, tranca, truco e dominó, tendo importante participação do público masculino, além de tardes de lazer, ambos assistidos pela Fundação Municipal de Esportes.

Há 16 anos acontece o grupo “Melhor Idade em Ação”, uma parceria entre prefeitura e empresa privada, com o auxílio de um profissional de educação física responsável por oferecer atividades físicas duas vezes na semana para aproximadamente 35 idosos.

A Secretaria da Cultura e Lazer também oferece atividades diversas como bailes, confraternizações para em torno de 400 a 540 idosos. E a Secretaria da Saúde promove atividades físicas, caminhada orientada e estimulação cognitiva para

aproximadamente 300 idosos de todos os bairros, com auxílio de profissionais de educação física.

Foram contatadas 8 empresas no município e, destas, 3 apresentam algum tipo de benefício como ginástica laboral ou associação recreativa em que os idosos podem ser beneficiar. Na maioria dos casos os idosos estão afastados do trabalho, ou respeitando as regras de distanciamento e uso de proteção individual contra o coronavírus.

No município de Lebon Régis foi realizado o contato com 6 empresas, das quais se caracterizam pela agricultura familiar, não sendo identificado o registro de idosos.

O município conta com grupos de convivência e uma associação denominada Nova Vida, responsável por organizar bailes, mas também estão com suas atividades suspensas.

A Secretaria de Cultura e Esportes atende aproximadamente 20 idosos que participavam dos Jogos Abertos da Terceira Idade com truco, canastra, dominó. A Secretaria também oportuniza atividades de dança e festival da canção.

Um programa vinculado à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, denominado UAMI – Universidade Aberta da Maior Idade, atende aproximadamente 400 idosos dos municípios de Caçador, Fraiburgo, Lebon Régis e Santa Cecília. O objetivo deste programa é trabalhar aspectos biopsicossociais do idoso, abordando conteúdos relacionados às áreas de filosofia, psicologia, sociologia e atividades físicas, envolvendo informações sobre saúde e qualidade de vida. Além disso, os idosos são oportunizados a realizar visitas em empresas, viagens para cultura e lazer. As atividades permanecem suspensas até o presente momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os idosos dos municípios de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis recebem assistência satisfatória e tem acesso a variadas atividades de cultura, lazer e promoção da saúde, incluindo a prática regular de atividades físicas. No entanto, a maioria das atividades estão suspensas em decorrência da Pandemia da COVID-19.

Apenas o município de Caçador possui Lar Geriátrico e não houve registro de Programa de Preparação para Aposentadoria nas empresas dos três municípios.

Considerando o aumento constante da população idosa, sugere-se o desenvolvimento de programas e assistência contínua ao idoso, com intuito de aprimorar melhora em diversos aspectos relacionados à saúde e qualidade de vida.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos contribuintes que nos amparar como informações solicitadas a respeito das atividades e auxílio referente aos idosos para que este projeto fosse possível acontecer, dentro deles a fundação de esportes e cultura dos municípios de Caçador, Fraiburgo e Lebon Régis.

REFERÊNCIAS

LIMA-COSTA, Maria Fernanda, VARGAS, Renato, Saúde pública e envelhecimento, **Cadernos de Saúde Pública** vol.19 no.13, Rio de Janeiro Jun 2003, Disponível em; https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000300001&script=sci_arttext Acesso em; 05 Set 2020.

VELOZ, Triguero et al Representações Sociais do Envelhecimento, **Psicologia reflexão e crítica**, vol. 12 no. 2 Porto Alegre 1999, Disponível em; <https://www.redalyc.org/pdf/188/18812215.pdf> Acesso em; 05 Set 2020.

IMPACTOS NA APTIDÃO FÍSICA CAUSADOS PELO ISOLAMENTO SOCIAL EM PRATICANTES DE ACADEMIAS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO SC

Lindomar Palmera, kico.palmera@yahoo.com.br¹
Alex Sandro de souza, alexsandomoto232@gmail.com²
Bruno Ronaldo Caregnato, bruno.caregnato@hotmail.com³
Édipo Henrique Pedroso, edipopedroso89@hotmail.com⁴
Luan Pires da Silva, luan_guitars@hotmail.com⁵

Resumo – O estudo teve como objetivo identificar se o isolamento social causou impactos na aptidão física em praticantes das academias do município de Fraiburgo. A pesquisa foi de cunho descritivo transversal com uma abordagem mista, realizada com 102 participantes que frequentam academias. Foi utilizado como instrumento de pesquisa, um questionário de cunho próprio com 14 questões contendo informações pessoais, laborais, sobre exercícios físicos relacionadas a prática nas academias e perguntas relacionadas ao impacto sobre a Covid-19 em relação saúde física dos participantes. A partir dos resultados obtidos percebemos que (51,0%) são do sexo masculino e (49,0%) do sexo feminino e quanto a frequência semanal, (79,4%) praticam semanalmente 3 vezes ou mais. Nas tabulações cruzadas encontramos que das N=95 pessoas que seguiram o isolamento social N=89 pessoas (93,7%) sofreram impactos na aptidão física e N=87 pessoas e não sofreram impactos na sua aptidão física e N=8. E aquelas que não seguiram o isolamento social tivemos um total de N=7, desse total, tivemos N=5 (71,4%) que sofreram impactos na aptidão, apenas N=2 (28,6%) não sofreram impactos na aptidão. Diante do resultado pode-se concluir que o isolamento social causou impactos na aptidão física de frequentadores de academia no município de fraiburgo SC.

Palavras-chave: Isolamento social, Academia, Atividade física.

INTRODUÇÃO

No cenário mundial, ainda que distante de nosso cotidiano, o início de 2020 foi marcado por um surto de uma misteriosa pneumonia causada por uma variação do Corona vírus cujo primeiro caso foi reportado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

Desde o início do atual surto de Coronavírus (SARS- -CoV-2), causador da Covid-19, houve uma grande preocupação diante de uma doença que se espalhou rapidamente em várias regiões do mundo, com diferentes impactos (FREITAS; NAPIMOGA; DONALISIO, 2020).

¹ Professor, Mestre do curso, de educação física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de educação física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de educação física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de educação física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de educação física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A sociedade passou a ser organizada em forma de isolamento social, medidas preventivas para evitar a propagação da doença pelo mundo inclusive no Brasil. Nesse cenário, a OMS declarou a Covid-19 como pandemia em 11 de março de 2020 (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020). O Estudo teve como objetivo analisar quais os impactos causados pelo isolamento social em praticantes de academia no município de Fraiburgo SC. Nesse sentido, analisando ainda a grande necessidade de ter a atividade física como parte integrante nas atividades essenciais das pessoas, e tratando-se de uma excelente complementação para a promoção da saúde e qualidade de vida o estudo apresenta como problema a questão: O isolamento social pode ter causado impactos na aptidão física em praticantes das academias no município de Fraiburgo SC?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura aponta que a adesão e permanência na prática de exercício físico está diretamente associada à motivação do indivíduo pela modalidade (SILVA *et al.* 2019). Percebe-se também a importância do exercício e da atividade física para como suporte social, adoção de hábitos saudáveis, melhora no corpo e mente, além de minimizar as DCNT's e grupos vulneráveis (PEIXOTO, *et al.* 2018).

A atividade física, que antes era comprometida pela rotina atribulada, tornou-se indispensável nesse período de isolamento social. Durante sua prática, vários são os hormônios liberados, em especial a endorfina, que tem a função de controlar a ansiedade e diminuir o estresse, e a serotonina, cuja atuação está relacionada ao humor, sono e apetite, ambos proporcionando a sensação de bem-estar (PESSOA, 2020).

Corroborando com o tema, a saúde, como categoria associada a atividade física de lazer, pode indicar a questão do direito dos sujeitos a vivência de atividades de livre escolha, com interesse único e exclusivo na atividade em si (SILVA *et al.* 2019).

METODOLOGIA

Esta pesquisa descritiva caracterizou-se como um estudo de campo transversal, de cunho quantitativo. O grupo de pesquisa foi composto por aproximadamente 102 pessoas praticantes de exercícios físicos em academias de ambos os sexos, com idade acima de 18 anos acima, escolhidos aleatoriamente e

que estão em atividades com práticas de atividades físicas em academias no município de Fraiburgo SC. Para a investigação individual foi elaborado um Questionário com 14 perguntas de assinalar, contendo informações pessoais, laborais, sobre exercícios físicos relacionadas a prática nas academias e perguntas relacionadas ao impacto sobre a Covid-19 em relação saúde física dos participantes do estudo. As atividades foram distribuídas por etapas e individualmente pelos acadêmicos na pesquisa.

Para análise dos dados foi utilizado o pacote computadorizado *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 20.0. Onde a análise dos principais resultados foi realizada pelo teste de Qui-quadrado de Pearson.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1 apresenta os resultados do perfil ocupacional dos entrevistados, praticantes de exercícios físicos. Dos participantes, (51,0%) são do sexo masculino e (49,0%) do sexo feminino. Encontramos também, quanto a atividade laboral, que das (N-102) do estudo, (58,8%) estão empregados, (26,5%) trabalham de forma autônoma e (14,7%) estão desempregados. Em relação ao tempo da prática dos exercícios físicos, (43,1%) pratica a mais de 2 anos e quanto a frequência semanal, (79,4%) praticam semanalmente 3 vezes ou mais. Do trabalho praticado temos (85,3%) que realizam os exercícios com o instrutor da academia, e (14,7%) tem o atendimento personal individualizado. Em relação as modalidades de exercícios físicos praticada pelos participantes temos, (85,3%) praticantes da musculação, (11,8%) funcional e (2,9%) corresponde a danças e lutas.

Tabela 1 – Perfil ocupacional dos praticantes de exercícios físicos

Variáveis de estudo	Categoria	N = 102	(%)
Sexo	Masculino	52	51,0
	Feminino	50	49,0
Idade	18 a 25	44	43,1
	26 a 32	25	24,5
	33 ou mais	33	32,4
Atividade Laboral	Empregado	60	58,8
	Autônomo	27	26,5

	Desempregado	15	14,7
Sobre a prática na academia	Menos de 1 ano	36	35,3
	Mais de 1 ano	22	21,6
	Mais de 2 anos	44	43,1
Quantas vezes na semana	1 vez	5	4,9
	2 vezes	16	15,7
	3 vezes ou mais	81	79,4
Sobre o trabalho prático	Instrutor	87	85,3
	Personal	15	14,7
Quantas horas dedicado a atividade na academia	1 hora	85	83,3
	2 horas	17	16,7
Sobre os tipos de atividades ou exercícios	Musculação	87	85,3
	Funcional	12	11,8
	Dança/lutas	3	2,9

Fonte: Os Autores, 2020.

Na tabela 2, foi realizado uma tabela de contingência de tabulação cruzada com duas variáveis para verificar a correlação entre elas. Das N=95 pessoas que seguiram o isolamento social N=89 pessoas (93,7%) sofreram impactos na aptidão física e N=6 pessoas (6,3%) não sofreram impactos na sua aptidão física. E aquelas que não seguiram o isolamento social tivemos um total de N=7, desse total, tivemos N=5 (71,4%) que sofreram impactos na aptidão física e apenas 2 (28,6%) não sofreram impactos na aptidão física.

Tabela 2 – Tabela de contingencia tabulação cruzada das variáveis seguiu o isolamento social decretado e sofreu impactos na aptidão física?

		SOFREU IMPACTOS NA APTIDÃO FÍSICA ?			
		Sim	Não	Total	
SEGUIU O ISOLAMENTO SOCIAL DECRETADO	Sim	Contagem (N)	89	6	95
		(%)	93,7%	6,3%	100,0%
	Não	Contagem (N)	5	2	7
		(%)	71,4%	28,6%	100,0%
Total		Contagem (N)	94	8	102
		(%)	92,2%	7,8%	100,0%

Fonte: Os Autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o isolamento social teve relação direta com a redução do nível de atividade física e aumento do estresse, impactando na aptidão física. Por isso devemos sempre destacar o quão importante é trabalhar essas situações de isolamento social para que possamos manter uma rotina de exercícios físicos para minimizar os impactos sobre a nossa saúde física e psicológica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimentos aos envolvidos no trabalho, as academias e participantes do estudo. A Uniarp caçador, curso de educação física e colaboradores.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Andre Ricardo; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. *Epidemiol. Serv. Saude*, Brasília, 29, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200008> > Acesso em: 18 out. 2020.

OLIVEIRA, Adriana Cristina; LUCAS, Tabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de Prevenção. *Texto & Contexto Enfermagem*, v.29, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2020-0106> > Acesso em 25 out. 2020.

PEIXOTO, Sérgio Viana; MAMBRIRI, Juliana Vaz de Melo; FIRMO, Josélia Oliveira Araújo; FILHO, Antônio Ignácio de Loyola; JUNIOR, Paulo Roberto Borges de Souza; ANDRADE, Fabíola Bof de; LIMA-COSTA, Maria Fernanda. Physical activity practice among older adults: results of the ELSI-Brazil. *Revista de Saúde Pública*. 2018, v. 52, n. Suppl 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052000605>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

PESSOA, Rochelle Furtado. **A importância da atividade física no período de isolamento social**. Disponível em: < <https://www.sesi-ce.org.br/blog/a-importancia-da-atividade-fisica-no-periodo-de-isolamento-social/> > Acesso em: 12 nov. 2020.

SILVA, Thays da Cruz; FREIRE, Gabriel Lucas Moraes; MORAIS, Olga Santana Guimarães; NASCIMENTO JUNIOR, Jose Roberto de Andrade do. Motivação Bem-Estar Autoestima de Praticantes de Diferentes Modalidades de Exercício Físico. *Saúde e Pesquisa*. v. 12 n. 2 2019. Maringá. Disponível em: < <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n2p359-366> > Acesso em: 16 nov. 2020.

OBESIDADE E FATORES DE RISCO CARDIOVASCULARES EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESCOLAS PÚBLICAS¹

SANTOS, Vanessa Lima dos, vanylyma001@gmail.com, 012.800.179-88²
GRACIANO, Carine Eduarda, eduardacarine@icloud.com, 012.799.099-27³
SANTOS, Daiane Tenczna Ferreira dos, tencznadaiane@gmail.com, 047.403.069-56⁴
OLIVEIRA, Alex Júnior de, oalex2059@gmail.com, 090.887.519-35⁵
TENCZNA, Priscila, Priscilatenczna@hotmail.com, 067.814.849-07⁶
MASSOCO, Sarah C.C. sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

Resumo: A obesidade entre as crianças e adolescentes através dos tempos, vem apresentando novos casos, uma questão preocupante sendo um fator de risco a saúde e o desenvolvimento de doenças cardiovasculares posteriormente na vida adulta. **Objetivo:** avaliar a influência da obesidade na infância até a adolescência e associar as doenças cardiovasculares. **Método:** resumo expandido com a obesidade na infância, adolescência e as doenças cardiovasculares, em uma revisão bibliográfica, com publicações de artigos e diretrizes de promoção da saúde. **Resultados:** é evidente por meio das estatísticas epidemiológicas, a associação ao desenvolvimento das doenças cardiovasculares com a obesidade na fase da infância e adolescência, onde a principal intervenção é ações de promoção da saúde nas escolas.

Palavras-chave: Obesidade. Problemas Cardiovasculares. Comportamento Alimentar. Escolas.

INTRODUÇÃO

A obesidade é um distúrbio que envolve excesso de gordura corporal, causada por uma ingestão em excesso de calorias que é devido a uma má alimentação com alimentos de alta densidade calórica e baixa qualidade nutricional, como fast food e alimentos industrializados além da falta de atividades físicas. O mal hábito alimentar começa já na infância influenciado pelo estilo de vida dos pais, porém questões emocionais e genéticas, alterações hormonais, ou até mesmo medicamentos facilitam o ganho de peso em excesso, entre outros fatores (WANDERLEY, FERREIRA,2010).

A obesidade não influencia apenas na aparência física, mas traz grandes problemas a saúde. O diagnóstico é realizado a partir do Índice de Massa Corporal (IMC), obtido através do peso (kg) X estatura (m)² do indivíduo, é considerado obeso

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

quando o indivíduo está igual ou acima de 30kg/m². (WANDERLEY, FERREIRA,2010).

Nos anos de 2006 para 2019 foi monitorado a obesidade no Brasil, onde foi percebido o aumento no número de casos e se considerado também o sobrepeso, hoje mais da metade da população brasileira está acima do peso (BRASIL,2020).

Os problemas cardiovasculares são os mais comuns em obesos, sendo a primeira colocada em mortalidade, nesta lista a mulher está adoecendo mais comparado com os homens, atingidas por doenças isquêmicas, como infarto do miocárdio, até nas mais jovens (SBC,2020).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por muitos anos a desnutrição foi considerada a maior calamidade pública, porém com o passar dos anos foi sendo trocada pela obesidade, sendo considerada uma epidemia mundial, desde a revolução industrial os hábitos de vida das pessoas foram mudando, sendo facilitados pelas máquinas, que com o tempo exigiram menos esforços físicos, e com a gastronomia teve grande alterações aderindo meios para conservação de alimentos e transformando seus alimentos no preparo extremamente gordurosos, com essa facilidade o peso da população já foi crescendo (GOMES,2010).

O primeiro impacto que essa situação do ganho de peso são as preocupações relacionadas a saúde, com os problemas relacionados a doenças cardiovasculares, que é uma doença que afeta o coração e os vasos sanguíneos, podendo afetar indivíduos de diferentes faixas de idade e sexo, só no Brasil existe 14 milhões de pessoas que são acometidas, sendo responsável por 30% das mortes no país (SBC,2020).

De acordo com a pesquisa de Brasil (2020) foi possível identificar que ao passar mais de seis horas em frente as telas, aumentam o risco de ter síndrome metabólica, pois acabam comendo petiscos nesse tempo sem ao menos ter fome, podendo desenvolver uma compulsão alimentar, além disso a criança ou adolescente por ficar tanto tempo nas telas, que deixam de brincar ou fazer alguma atividade física que ocasiona o desenvolvimento precoce de Doenças Cardiovasculares (DC) e Diabetes tipo 2 (DM) (BRASIL,2020).

Estudo aponta que crianças que já possuem sobrepeso tentem a ter 75% de chance de serem adolescentes obesos e adolescentes possuem 89% de chance de serem adultos obesos, apontam que 12,9% das crianças brasileiras de 5 a 9 anos são obesas (BRASIL,2019).

A obesidade traz um grande impacto na qualidade de vida da criança ou adolescente, além de trazer complicações na saúde também afeta psicologicamente e socialmente, isso acontece quando o indivíduo perde a autoestima, tendo dificuldade de aceitação da autoimagem corporal podendo se sentir inferior a outros adolescentes, devido ao bullying que geralmente é criado no ambiente familiar (WANDERLEY;FERREIRA,2010).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esta pesquisa, foi a busca por publicações nas bases da saúde, com o objetivo de identificar a relação em a obesidade em crianças e adolescente com problemas cardiovasculares. Os periódicos consultados de forma aleatória, nos descritores obesidade, crianças, adolescentes e DC, nos últimos cinco anos. Contemplam nesta revisão os artigos, que foram consultados de forma completa em português. Essa identificou que problemas psicológicos, problemas familiares, problemas com aparência, falta de atividade física, alimentação inadequada são fatores que levam esta faixa etária a tornar-se obesa, e consequentes problemas cardiovasculares na fase adulta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de conhecer o grande problema que a saúde pública enfrenta com relação as doenças cardiovasculares na infância e adolescência, foi realizada um questionário, com estudos antropométrico e nutricional entre crianças de 6-10 anos de uma escola estadual, foi estudado 226 crianças com média de idades, e ambos os sexos, bem como a deficiência de atividade física e hábitos alimentares, pouco saudáveis, tudo isso favorecendo o aumento do IMC e score Z das crianças (BELEM, CARVALHO, MARTINS, 2017).

Partindo dessa realidade uma pesquisa feita com 1.030 estudantes 29,6% (305) apresentavam sobrepeso/obesidade e 30,4% (313) hipertensão 24% (247) tinham elevado e 18,3% (189) apresentavam RCQ (Relação cintura-quadril). Participantes com RCQ $\geq 0,50$ tiveram 2,4 veze mais chances de ter hipertensão do que aquele com RCQ $< 0,50$ OR 2,39; IC95% 1,73-3,32; $p < 0,001$ (MADRUGA, 2016)

Sendo assim, torna-se importante o incentivo na qualidade e quantidade de exercício físico e orientações relacionadas a alimentação, prevenindo as doenças e que se tornem adultos obesos, diminuindo os riscos de desenvolverem a SM, e além de evitar os problemas psicológicos gerados pela discriminação relacionada ao excesso de peso que podem gerar ansiedade, depressão e até isolamento social. Tudo isso fica nítido a falta de envolvimento familiar juntamente com a escola torna-se essencial para o êxito da prevenção e tratamento a obesidade (BELEM, CARVALHO, MARTINS, 2017).

"A obesidade cria uma enorme carga psicológica... Em termos de sofrimento, esta carga pode ser o maior efeito adverso da obesidade". Como mostra a literatura, a obesidade está relacionada a fatores psicológicos como o controle, a percepção de si, a ansiedade e o desenvolvimento emocional de crianças e de adolescentes. Tal relação demanda uma investigação sistemática, especialmente quando se propõe construir conhecimentos que possam subsidiar uma prática de assistência (Stunkard & Wadden, 1992).

O relatório, publicado no Jornal da Associação Médica Canadense, constataram que as pessoas que têm TV, computador e carro são mais propensas à obesidade e ao diabetes tipo 2, e mostrou que a faixa etária mais atingida com o sedentarismo provocado pelo uso de eletrônicos são os adultos jovens e os adolescentes, "os maiores prejudicados pela cultura da modernidade", afirma Magliocca.

O especialista diz que, para diminuir os impactos do sedentarismo, a dica é a caminhada, sendo que "o ideal é dar de 8.000 a 10 mil passos por dia, o que equivale a quase 90% da atividade física diária recomendada" (SBD, 2020).

Além de tudo isso, o médico diz que o usuário precisa se adaptar a vários fatores diários, como hidratação, boa noite de sono, controle de estresse, boa alimentação e prática de atividade física intercalada nos horários livres de cada pessoa. Segundo o médico, estas ações aumentam a capacidade de concentração, o bom humor e ajudam a prevenir contra tipos de câncer (SBD,2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade é vista hoje como um problema de saúde pública devido ao crescimento do número de casos entre crianças e adolescentes, tal preocupação deverá ser considerada pelos profissionais da saúde, como ações de promoção e no combate das DC ainda nesta faixa etária.

A tecnologia favorece a obesidade, pois as crianças passam mais tempo em seus smartphones, vídeo games, computadores ao invés de estar realizando alguma atividade física ou alguma brincadeira. E também aliado a outros aspectos ambientais a que os adolescentes estão expostos, como o uso de drogas, fumo e contraceptivos orais, o ganho de peso torna-se evidente neste período de desenvolvimento.

Compete a equipe multiprofissional, estimular este grupo a mudanças no estilo de vida, como o incentivo à atividade física e adequação da dieta e a manutenção do peso saudável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

WANDERLEY, FERREIRA, Emanuela Nogueira; Vanessa Alves. Obesidade: uma perspectiva plural. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pág. 185-194, janeiro de 2010. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100024&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 22/10/2020

GOMES, Fernando et al. Obesidade e doença arterial coronariana: papel da inflamação vascular. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v. 94, n. 2, p. 273-279, Feb. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2010000200021&lng=en&nrm=iso>. Acessado em:17/10/2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diabetes, hipertensão e obesidade avançam entre os brasileiros**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/diabetes-hipertensao-e-obesidade-avancam-entre-os-brasileiros-3>. Acessado em: 16/10/2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Obesidade infantil traz riscos para a saúde adulta**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/obesidade-infantil-traz-riscos-para-a-saude-adulta>. Acessado em: 22/10/2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisadores da Capes publicam estudo sobre obesidade infantil. Disponível em : <https://www.gov.br/mec/pt->

br/assuntos/noticias/pesquisadores-da-capes-publicam-estudo-sobre-obesidade-infantil . Acessado em 17/10/2020

BELÉM, Carvalho, Adryangela Renata Martins de. **Sobrepeso e obesidade em alunos de 6-10 anos de escola estadual de UMUARAMA/PR**

. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-832991> Acessado em 17/10/2020

SBD. SOCIEDADE BRASILEIRA DOS DIABETES. **Manual de orientações sobre o diabetes tipo 2**. Disponível em:

<https://www.diabetes.org.br/publico/ultimas/47-uso-excessivo-de-aparelhos-eletronicos-aumenta-o-risco-de-obesidade-e-diabetes#:~:text=O%20relat%C3%B3rio%2C%20publicado%20no%20Jornal,cintura%20dos%20viciados%20em%20tecnologia>. Acessado em 17/10/2020

MADRUGA, Juliana Gomes; 2016: **Estratégias interdisciplinares na abordagem do risco cardiovascular para combate à obesidade infantil**. Disponível em:

Acessado em 17/10/2020

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-875539>

MONITORIZAÇÃO REMOTA DA PRESSÃO ARTERIAL EM IDOSOS ¹

SANTOS, Adriana Ribeiro dos, ribeiroadri1235@gmail.com, 101.117.389-11²

FAE, Bruna Maria Scolado, brunascolarofae@gmail.com, 117.097.209-80³

LUZ, Gisele Ferreira da, gygaby13@gmail.com, 103.796.099-83⁴

PALHANO, Paloma Marini palhano_marinipalhano@hotmail.com, 121.279.409-54⁵

CARNEIRO, Priscila dos Santos, priscilacarneiro082001@gmail.com, 084.314.789-00⁶

MASSOCO, SARAH C. C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

RESUMO – Objetivo: o envelhecimento da população mundial é uma realidade. Muitos pacientes que possuem elevação da Pressão Arterial (PA) também são idosos, isto dificulta a realização da aferição da pressão, o que muitas vezes é uma preocupação para os familiares. **Método:** com base em uma revisão bibliográfica para fundamentação de uma proposta de tecnologia na assistência de enfermagem, possibilitando a monitorização remota dos níveis pressóricos por meio de uma pulseira. **Resultados:** a monitorização remota da PA dos pacientes idosos, possibilitará a intervenção para administração de medicamentos, controle do regime terapêutico e prevenção das complicações como o Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Palavras-chave: Pressão Arterial. Idosos. Enfermagem. Inovação.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional, fenômeno mundial e irreversível, acontece de forma acelerada também no Brasil, o que o tornará o sexto país em número de idosos já no ano 2020, devido a essa transição demográfica e epidemiológica, ocasionada pela diminuição das taxas de natalidade e mortalidade e o avanço tecnológico e científico, ocorrem as doenças próprias do envelhecimento (VERAS, 2007).

Conforme Araújo et. al (2017) “a tecnologia em saúde constitui uma importante ferramenta voltada às diversas condicionalidades e demandas inerentes ao processo de envelhecimento, proporcionando melhora na condição de saúde e autoestima”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil cerca de 4,3 milhões de idosos moram sozinhos, o aumento da expectativa de vida para 81 anos em 2050, em 2025 o país será o sexto no número de idosos no mundo (IBGE,2010).

O Comitê Gestor da Internet (2014), pesquisou sobre o uso de tecnologias e mostrou que as desigualdades regionais e socioeconômicas são relevantes, a

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 4ª fase do Curso de Graduação em Enfermagem da UNIARP do Campus da Caçador.

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem da disciplina Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

inclusão das Tecnologias de informação e comunicação (TICs) é um grande desafio para permitir o acesso da população aos benefícios das novas tecnologias (CGIB,2014).

A gerontecnologia é o termo mais específico, interdisciplinar, que surgiu da união do crescente mundo tecnológico e digital, com a longevidade da população, seu objetivo é a melhora da qualidade de vida com suporte da tecnologia, auxílio e organização do cuidado, na prevenção de alterações fisiológicas e comportamentais e na incapacidades (VAN BRONSWUK, 2009).

Uma ferramenta utilizada pela gerontecnologia é a teleassistência, que vem como proposta tecnológica ao problema de acesso ao cuidado e manutenção do autocuidado (VAN BRONSWUK, 2009). O que apresenta uma nova área para o desenvolvimento de protótipos sobre a ótica do Enfermeiro.

METODOLOGIA

Neste estudo utilizaram-se como base para o desenvolvimento do produto uma revisão bibliográfica em artigos nas bases eletrônicas como o Scientific Eletronic (SciELO) e em revistas eletrônicas. Surgindo a proposta da Pulseira Inteligente (PI) tem como finalidade a inovação e tecnologia no cuidado com os idosos hipertensos, propõem-se então um recurso de monitorização remota da PA para controle dos familiares, via internet no smartfone.

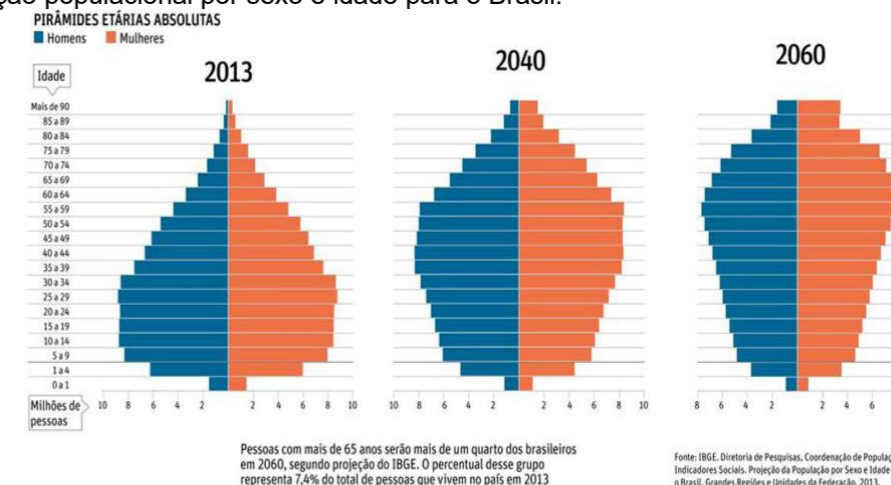
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teleassistência pode ser uma importante ferramenta para o cuidado e assistência do idoso, isso vem de encontro a ideia de “Envelhecer no lugar” que se refere às adaptações ambientais e apoio para permitir que os idosos viviam em sua residência por mais tempo, como segurança e de forma independente, adequando o ambiente as suas limitações (WILES et al., 2011).

A tecnologia causa medo e a ansiedade aos idosos, quando é necessário utilizar equipamentos tecnológicos, por tanto informar e capacitar essa população para o uso proporcionará independência a estes pacientes (RAYMUNDO, 2013; SANTANA, et al., 2014).

Sabemos que o envelhecimento causa perdas das capacidades funcionais, trazem dificuldades ou impedindo as atividades de vida diárias, pois essas sofrem influência direta de fatores socioculturais, econômico, psicossociais, demográficos e das dinâmicas dos familiares (ROSA et al., 2003). No entanto através do controle, de forma preventiva, de alguns fatores passíveis de intervenção e a prevenção das doenças crônicas, podemos evitar a sobrecarga das famílias e do próprio sistema de saúde (ROSA et al., 2003).

Figura1- Projeção populacional por sexo e idade para o Brasil.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2013.

Com o aumento da expectativa de vida, algumas enfermidades vêm junto, entre esses idosos como a hipertensão atinge 60%, que está relacionada com doenças do coração causando assim 200 mil mortes todos os anos, e cerca de 36 milhões de adultos tem pressão alta (SCB,2020).

E pensando nessa população foi desenvolvido o projeto da PI para a monitorização da pressão arterial, quando ocorrer a elevação da PA, acendera uma pequena luz vermelha, enviando uma mensagem ao familiar responsável.

Tabela e imagem 1 – Descrição das orientações ao paciente para o uso da PI.

PULSEIRA INTELIGENTE	
<p>DESIGNER: A pulseira terá um designer simples, quem olha é apenas uma pulseira de silicone, como qualquer outra, mas terá um diferencial. Na parte de cima uma pequena luz vermelha, que acenderá quando q pressão estiver em níveis altos, na parte de baixo terá um sensor que irá monitorar a pressão. Será totalmente a prova de água, então poderá usar em qualquer lugar, seja no banho, ou na piscina ou qualquer outro lugar, não é preciso tirar.</p> <p>O nylon trará essa flexibilidade, e conforto para a pulseira, o sensor e a luz será em uma única central, possibilitando assim a retirada dos mesmos e podendo trocar a pulseira pela cor desejada.</p> <p>MAS COMO SABER SE ESTÁ ALTA OU NÃO, E EM QUANTO ESTÁ A PRESSÃO? A pulseira será sincronizada com seu smartfone ou de seus filhos, poderá monitorar de qualquer lugar.</p> <p>COMO VAI FUNCIONAR: A pulseira será colocada no braço, e terá um sensor acoplado na região interna da pulseira, que mandará os dados para o celular, através de um aplicativo instalado, assim poderá monitorar como está a sua pressão a qualquer hora do dia ou da noite. Em caso de níveis extremos mandará um sinal de socorro nesse aparelho que está sincronizado e para a emergência também.</p> <p>PRECISA CARRREGAR? Não, esse dispositivo será carregado pelo próprio corpo, que tem a capacidade de captar a energia continuamente no interior do corpo, haverá também uma bateria reserva para garantir que o aparelho funcione em qualquer circunstancia e podendo ser trocada em caso de algum defeito.</p>	

Fonte: Lista&Cia.com 10/11/2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pulseira inteligente é um importante equipamento para a assistência de enfermagem no cuidado dos idosos com hipertensão arterial, pois promove a sensação de segurança para o idoso e para sua família. Existem outras propostas de monitorização remota, no entanto para este projeto o objetivo é o controle da PA. Assim o Enfermeiro tem em sua ciência do cuidado a capacidade de promover inovações para assistência ao paciente idoso promovendo o autocuidado.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) por promover a iniciação científica.

REFERÊNCIAS fazer as referenciais

GRANDIN, FELIPE; RODRIGUES, MATHEUS - Brasil tem 4, 3 milhões de idosos vivendo sozinhos; **Revista eletrônica** g1.globo.com 27/03/2020, 06h00.
<https://g1.globo.com/figue-em-casa/noticia/2020/03/27/brasil-tem-43-milhues-de-idosos-vivendo-sozinhos-coronavirus-muda-rotinas-e-impoe-desafios.ghtml>
Data de acesso: 30/10/2020.

DE CASTRO BIANCHI, MARCELA MARIA. **Sistema de Alarmes pessoais para idosos que residem sozinhos**. São Carlos 2016.
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/82/82131/tde-03102017-091156/publico/TDE_MarcelaACBianchi_Mestrado_Definitiva.pdf
Data de acesso: 10/11/2020

ROCHA, CAROLINE EDITADO POR PEREIRA, LEONARDO. Relógio é alimentado pelo batimento do coração; **Olhar Digital**. 12/01/2017 12h26. olhardigital.com.br
<https://olhardigital.com.br/noticia/relogio-e-alimentado-pelo-bombeamento-do-coracao/65292> Data de acesso: 31/10/20

ARAÚJO, SARAH NILKECE MESQUITA et. al. Tecnologias voltadas para o cuidado ao idoso em serviços de saúde: uma revisão integrativa. **Revista Enfermeira Global**. n° 46. Revista eletrônica trimestral de Enfermagem. Abril, 2017.
http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v16n46/pt_1695-6141-eg-16-46-00562.pdf Data de acesso: 19/11/2020

A RELAÇÃO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS COM A OBESIDADE INFANTIL¹

SCHWENTER, Aline, alischwenter@gmail.com, 057.897.009-00²
RAMOS, Camila Pagno Alves de, camilapagno8720@gmail.com, 102.478.889-07³
ANTUNES, Emilly Garcia, emillygarciaantunes@gmail.com, 129.506.339-51⁴
SILVA, Rafaela Baseggio Borges da, Baseggiorafaela@gmail.com, 106.534.409-01⁵
ALVES, Sabrina Cavanhol, cavanholsabrina@gmail.com, 088.848.309-07⁶
MASSOCO, Sarah C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

Resumo – Objetivo: este estudo pretende relatar a relação de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) com a obesidade infantil, dados epidemiológicos apontam o crescimento nas taxas de obesidade infantil, tornando-se um fator preocupante entre os profissionais da saúde pelo risco de desenvolvimento de doenças ou agravos na vida adulta. **Método:** pesquisa de revisão bibliográfica nas bases de publicações de consulta pública de saúde, com os descritores DCNTs e obesidade infantil. **Resultados:** a obesidade favorece as doenças crônicas que podem iniciar na infância ou até na fase adulta, prejudicando a saúde da criança.

Palavras-chave: Doenças crônicas não transmissíveis. Obesidade. Infantil.

INTRODUÇÃO

Os crescentes casos de obesidade infantil, tem sido observado na população brasileira, indicando um fator de risco para o desenvolvimento precoce de doenças crônicas. Alguns autores apontam, o aumento do peso corporal decorrente de fatores hereditários e de fatores comportamentais (MIRANDA, 2015).

Para Coutinho et al (2008), estudos comprovam que o Brasil, convive com a transição nutricional, ocasionada pela má-alimentação. Houve redução nos casos de desnutrição, mas observa-se uma crescente no excesso de peso, contribuindo com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis.

“O aumento da obesidade coincide com um período de crescimento do poder de compra dos brasileiros, incentivado por políticas econômicas e programas de distribuição de renda” (SEIBT, 2017).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), caracterizadas por serem multifatoriais e de longa duração, são responsáveis por 41 milhões de mortes anuais no mundo, tendo impacto principalmente em países em desenvolvimento. Entre essas enfermidades estão o grupo constituído por Diabetes Mellitus (DM), Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças pulmonares (PEREIRA, SANTOS, UEHARA, 2020).

O diabetes *mellitus* (DM) destaca-se, atualmente, como uma importante causa de morbidade e mortalidade. O envelhecimento da população, a crescente prevalência da obesidade e do sedentarismo, e os processos de urbanização são considerados os principais fatores responsáveis pelo aumento da incidência e prevalência do DM em todo o mundo (FLOR, CAMPOS, 2017).

A obesidade é uma condição multifatorial, com componente genético e ambiental. O acúmulo de gordura corporal, sobretudo do tipo andróide presente na idade escolar, que persiste na adolescência, exerce efeitos fisiológicos e patológicos com claros efeitos sobre a mortalidade e morbidade na vida adulta. Além dos efeitos deletérios sobre a saúde, a obesidade se associa a problemas psiquiátricos como a depressão, a perda da autoestima e a alteração da imagem corporal (Rodrigues et. al, 2011).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfico em formato aleatório, desenvolvido com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados foram consultados a biblioteca virtual em saúde (BVS), revistas e artigos científicos disponibilizados na internet, salientando: Scientific Eletronic Library Online (SciELO), entre outros. A seleção do material que foi analisado se deu através do cuidado da saúde infantil, cuja coleta de dados foi realizada em setembro 2020 mediante os seguintes descritores: Doenças crônicas não transmissíveis, obesidade infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aumento da prevalência de obesidade infantil tem sido observado na população brasileira, e está sendo apontado como um fator de risco para o desenvolvimento precoce de doenças crônicas¹.

A obesidade pode iniciar em qualquer idade, desencadeada por fatores como o desmame precoce, má distribuição de alimentos durante a infância, substituição do aleitamento materno pelo consumo excessivo de carboidratos, bem como o sedentarismo (MIRANDA, 2015).

Algumas alterações como: respiratórias, ortopédicas, neurológicas, endocrinológicas, psíquicas e do sistema digestivo estão presentes em casos mais graves de obesidade e sobrepeso. Podem ser presentes também alterações dermatológicas, além da baixa qualidade de vida e da dificuldade para desenvolver atividades físicas².

No entanto as crianças com sobrepeso ou obesidade tendem a diminuir a sua estabilidade e a necessidade de buscar mecanismos de adaptação de postura, podendo assim apresentar uma modificação no eixo de equilíbrio habitual³.

Em relação aos distúrbios ortopédicos também são frequentes na obesidade, devido à sobrecarga nas articulações, sendo a dos joelhos a mais envolvida, é notório que crianças com obesidade ou com sobrepeso possuem uma dificuldade maior que as demais para participar das atividades físicas, elas podem sentir-se envergonhadas ao expor o seu corpo, ou até mesmo sentem maior dificuldade na realização dos movimentos corporais, sendo assim elas escolhem atividades onde sejam menos exigidas fisicamente, contudo irão ter um menor gasto energético^{3,4}.

A obesidade é um problema de saúde pública, as ações devem ser tomadas visando alcançar todas as crianças de forma integral, sendo com ações de recuperação da saúde em crianças obesas, ou de prevenção do sobrepeso⁵.

Tabela 1 – Artigos da revisão consultados para descrição das DCNTs e obesidade infantil

Titulo da publicação	Tipo de publicação	Publicação	Ano
Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. Privadas ¹	Artigo	Ver Bras Med Esporte vol.21 no.2 São Paulo Mar./Apr . 2015	2015
O crescimento no primeiro ano de vida e o excesso de peso no início da idade escolar ²	Tese	Biblioteca Virtual em Saúde São Paulo;s.n; 2016. 136 p.	2016
Influência do sobrepeso e da obesidade na postura, na praxia global e no equilíbrio de escolares / Influence of overweight and obesity on posture, overall praxis and balance in schoolchildren ³	Artigo	Rev.bras. crescimento desenvolv. hum. vol.22 no.2 São Paulo 2012	2012
Evolução do excesso de peso e obesidade até a idade adulta, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 1982-2012 ⁴	Artigo	Cadernos de Saúde Pública Set 2015, Volume 31 Nº 9 Páginas 2017 - 2025	2015
Em idade pediátrica, o que pesa a obesidade quanto ao risco cardiovascular? / Em idade pediátrica, o que pesa a obesidade quanto ao risco cardiovascular? / How heavy is the impact of childhood obesity on cardiovascular risk? ⁵	Artigo	Rev Port Cardiol ; Volume 37, edição 4 , abril de 2018, páginas 293-295 Abril de 2018 , páginas 293-295	2018

Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste projeto interdisciplinar discorreremos sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) com um foco maior sobre a obesidade infantil que se trata de um problema de extrema complexidade e gravidade. Com a perspectiva da necessidade da equipe multiprofissional da área da saúde desenvolver ações de promoção da saúde, como medida de prevenção das doenças crônicas ainda na infância.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

- FLOR, L.S., CAMPOS, M.R. Prevalência de diabetes mellitus e fatores associados na população adulta brasileira: evidências de um inquérito de base populacional. **Rev. bras. epidemiol.** 20 (01) Jan-Mar 2017 • Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201700010002> acesso em 19 de nov de 2020.
- PEREIRA, Helena Nayara Santos; SANTOS, Rebeca Isis de Oliveira; UEHARA, Sílvia Carla da Silva André. **Efeito da Estratégia Saúde da Família na redução de internações por doenças crônicas não transmissíveis** [Effect of the Family Health Strategy in reducing hospitalizations for chronic non-communicable diseases] [Efecto de la Estrategia de Salud Familiar en la reducción de hospitalizaciones por enfermedades crónicas no transmisibles]. *Revista Enfermagem UERJ*, [S.l.], v. 28, p. e49931, out. 2020. ISSN 0104-3552. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/49931/35747> .Acesso em: 19 nov. 2020.
- RODRIGUES PA, MARQUES MH, CHAVES MGAM, SOUZA CF, CARVALHO MF. Prevalência e fatores associados a sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública. **Cienc Saude Coletiva.** 2011; 16 (Supl 1): 1581-8. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700094> acesso em 19 de nov 2020.
- ALEIXO, Andrezza Aparecida et al . Influência do sobrepeso e da obesidade na postura, na praxia global e no equilíbrio de escolares. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 239-245, 2012 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822012000200017&lng=pt&nrm=iso acessos em 27 out. 2020.
- FERREIRA, Helena Em idade pediátrica, o que pesa a obesidade quanto ao risco cardiovascular?. **Revista Portuguesa de Cardiologia**, v.37, p. 293-295, 2018. disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-29650433> Acesso em: 20 out 2020
- LIMA, Natália Peixoto et al. Evolução do excesso de peso e obesidade até a idade adulta, Pelotas, 1982-2012. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 9, p. 2017-2025, Sept. 2015. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000902017&lang=pt Acesso em: 25 out 2020

MIRANDA, João Marcelo de Queiroz et al . Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas. **Rev Bras Med Esporte**, São Paulo , v. 21, n. 2, p. 104-107, Apr. 2015 . Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922015000200104&lang=pt . Acesso em: 25 Out. 2020.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; FREITAS, Sérgio Fernando Torres de; CORSO, Arlete Catarina Tittoni. Uma abordagem epidemiológica da obesidade. **Rev. Nutr.** , Campinas, v. 17, n. 4, pág. 523-533, dezembro de 2004. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732004000400012&lng=en&nrm=iso acesso em 24 de setembro de 2020.

ENES, Carla Cristina; SLATER, Betzabeth. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 13, n. 1, p. 163-171, mar. 2010 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2010000100015&lng=pt&nrm=iso acesso em 27 Out. 2020.

GOUVEIA, Maria João et al . Imagem corporal e qualidade de vida na obesidade pediátrica. **Psic., Saúde & Doenças, Lisboa** , v. 17, n. 1, p. 52-59, abr. 2016 . Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862016000100008&lng=pt&nrm=iso .acessos em 20 out. 2020.

A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NA OBESIDADE INFANTIL¹

PRATES, Jeniffer de Souza., jeninhasp20@gmail.com, 128.019.139-28²
 ALVES, Larissa Thayná., larissathayna1@hotmail.com, 103101639-27³
 LEMOS, Leonardo Melo., leo.lemos864@outlook.com, 082558959-22⁴
 LEITE, Miriam Zanatta, zanatta.miriam@bol.com.br, 049171889-16⁵
 BUENO, Nathan Grein., nathangreinbueno@gmail.com, 108016759-52⁶
 PEIXOTO, Jeniffer Raugust, jeniffer19peixoto@gmail.com, 029.258.730-90⁷
 MASSOCO, Sarah C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁸

Resumo – Objetivo: a obesidade infantil é um grave problema, que afeta crianças e adolescentes com consequência na vida adulta. **Método:** neste estudo foi aplicado um questionário para verificar a relação entre a obesidade infantil e o uso da tecnologia. **Resultados:** obteve-se que a pesar do conhecimentos do grupo familiar sobre a questão da obesidade infantil, o profissional Enfermeiro deverá promover ações de promoção da saúde entre esta faixa etária, pois o tempo gasto com equipamentos eletrônicos é maior que as atividades físicas, com o agravante pelo isolamento social pela pandemia do Coronavírus-19.

Palavras-chave: Tecnologia. Obesidade Infantil. Isolamento social. Alimentação.

INTRODUÇÃO

A tecnologia digital influencia na rotina diária de crianças e adolescentes, e também pode mudar hábitos alimentares e as atividades físicas (ALCÂNTARA et.al, 2010). Conforme Rossi et. al (2020), ressalta sobre o sedentarismo nesta faixa etária, onde em média o tempo em frente à TV é de 2,6 horas/dia e com atividade física 1,1 hora/dia, entre os escolares.

Ainda crianças em famílias de baixa renda, estão mais propensas ao consumo de alimentos mais calóricos devidos o preço (MEDINA, et. al, 2019).

A relação entre obesidade infantil e a tecnologias presente no cotidiano é relevante, visto que o uso de aparelhos eletrônicos requer menos gasto energético, e o consumo de alimentos como: salgadinhos, chocolates, pizzas, biscoitos recheados são a preferência entre as crianças (SUPLICY (2002 APUD BORBA, 2006).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁸ Professor (a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A obesidade é considerada um problema de saúde pública, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o acúmulo de gordura excessiva pode ser caracterizado como obesidade, trazendo consequências maléficas a saúde (OMS, 1998 apud GODOY et. al, 2016). Alguns estudos indicam que o sobrepeso e a obesidade em adolescentes estão relacionados à geração “conectados” a TV, vídeo game, computadores e celulares, tornando a prática esportiva cada vez mais distante, e ainda a mudança no estilo de vida, hábitos alimentares, o fator socioeconômico de ambientes familiares influenciam no ganho de peso (GODOY et. al, 2016).

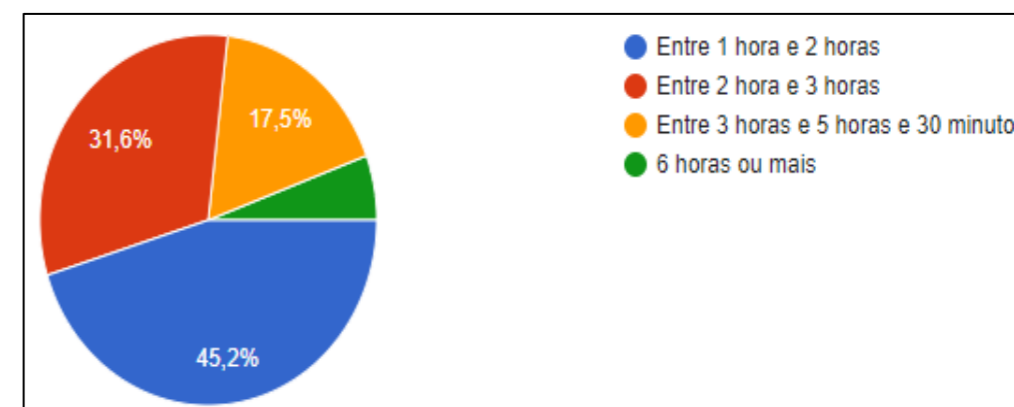
METODOLOGIA

Esta se trata de uma pesquisa quantitativa e descritiva, com a análise do registro e a interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador (BARROS e LEHFELD, 2007). Com a aplicação de questionário online e apresentação dos resultados em formato de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No questionamento direcionado sobre a percepção da família em relação ao tempo médio em que as crianças utilizavam ou interagiam com equipamentos eletrônicos, representado de acordo com o gráfico 1, apenas 45,2% relatou uso entre 1 a 2 horas, um hábito prejudicial a saúde conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria que declara que “a aceleração das redes sociais pela Internet com a multiplicação do acesso aos vários aplicativos e jogos online, requer a atenção de todos que lidam com as tarefas de responsabilidade dos cuidados de saúde durante a infância e a adolescência (SBP,2019).

Gráfico 1- Índice diário gasto energético infantil por meio de televisores.

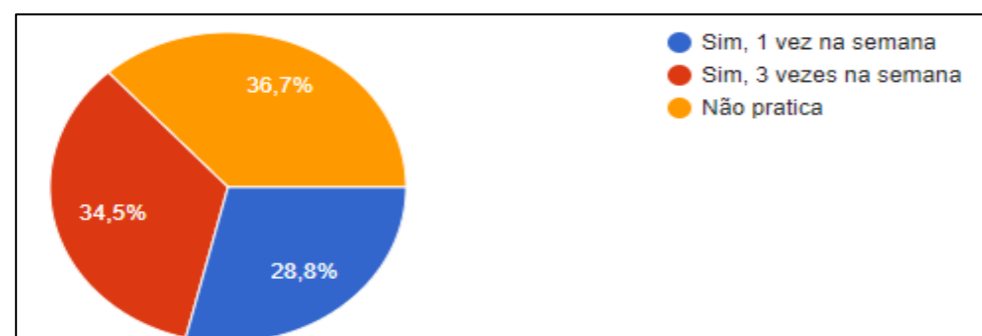


Fonte: os autores, 2020.

Em comparação a prática de exercício físicos das crianças e adolescentes obteve-se um alto índice de 36,7% da amostra sem atividade física, ressaltando a importância da atividade física na escola que devido à pandemia do Coronavírus foram suspensas em todo o estado de Santa Catarina.

De acordo com a SBP (2019), “obesidade infantil leva a inflamação vascular ou até a aterosclerose o que aumenta a pressão arterial sistólica e/ou diastólica que acima do percentil 95 considera-se pré-hipertensão”.

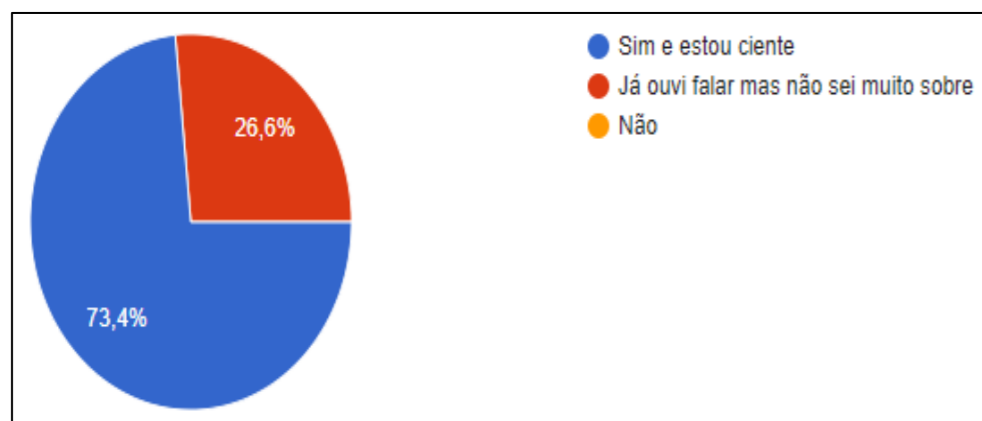
Gráfico 2- Índice diário gasto energético infantil por meio de atividade física.



Fonte: os autores, 2020.

Sobre o conhecimento do núcleo familiar sobre a obesidade infantil, observa-se que a amostra tem conhecimento sobre a implicância desta no desenvolvimento da criança e do adolescente com 73,4% afirmar ter este conhecimento.

Gráfico 3- Conhecimento sobre a obesidade infantil.



Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta amostra de 41 participantes com questões direcionadas sobre a obesidade infantil de amostragem aleatória, ficou evidente a necessidade de intervenções de promoção da saúde direcionada para criança e adolescentes ainda

em tempo de isolamento social. Onde o uso da tecnologia tem substituído a prática de atividades físicas o que poderá acarretar em doenças crônicas na fase adulta.

Assim a importância de que o Enfermeiro tenha seu olhar direcionado a esta faixa etária através do Programa Saúde na Escola preconizada pelo Ministério da Saúde com foco sobre alimentação saudável e atividade física.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Caroline Magalhães de et al. Tecnologias Digitais Para Promoção De Hábitos Alimentares Saudáveis Dos Adolescentes. **REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**. Fortaleza, v.72, n.2, p. 1-11, Mar/Abr 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672019000200513&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 14 out. 2020.

GODOY, Izabela Candreva et al. Obesidade infantil: uma relação entre alunos de uma escola pública e particular. **Revista UnilaSaúde Saúde e Desenvolvimento Humano**, Vol 4, no.1, p.58-66, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/2317-8582.16.19>. Acesso em: 22 set. 2020.

MEDINA, Lhais de Paula Barbosa et al. Desigualdades Sociais No Perfil De Consumo De Alimentos Da População Brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 1-15, out, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190011.supl.2>. Acesso em: 13 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **No Brasil, Países Das Américas Definem Próximos Passos Para O Enfrentamento Da Epidemia De Obesidade Infantil**: Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não transmissíveis e Saúde Mental. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5957:no-brasil-paises-das-americas-definem-proximos-passos-para-o-enfrentamento-da-epidemia-de-obesidade-infantil&Itemid=839. Acessado em: 23 out. 2020.

ROSI, Camila Elizandra et al. Influência Da Televisão No Consumo Alimentar E Na Obesidade Em Crianças E Adolescentes: uma revisão sistemática. **REVISTA DE NUTRIÇÃO**. Florianópolis, v.23, n.4, p. 1-11, jul/ago 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141552732010000400011&lang=pt. Acesso em: 14 out. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **#MENOS TELAS #MAIS SAÚDE**. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021) Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf Acesso em 20/11/2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Obesidade na infância e adolescência**. Departamento de Nutrologia– Manual de Orientação / Sociedade

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE COLETIVA

Eduarda Pruner Valentini, eduardapruner@hotmail.com¹

Sarah Cristina Massoco, sarahmassoco@gmail.com²

Resumo – Foi realizado estágio curricular obrigatório na unidade básica de saúde (UBS) São Miguel, no município de Fraiburgo, no período de 15/07/2020 a 01/10/2020 das 13:30 às 17:30, totalizando 225 horas. Com isso tive a oportunidade de executar atribuições do enfermeiro de uma estratégia saúde da família (ESF) e conseqüentemente aprimorar meu conhecimento e experiência sobre saúde coletiva e sistema único de saúde (SUS). A UBS campo do estágio possui três equipes de ESF e presta assistência a uma população de aproximadamente 10.000 habitantes.

Palavras-chave: Estágio.Saúde.Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade apresentar meu desenvolvimento no estágio curricular obrigatório da 10ª fase em saúde coletiva e descrever minhas atividades desempenhadas junto a UBS. O período de estágio tem por objetivo o desenvolvimento de atividades relacionadas às funções atribuídas ao enfermeiro da ESF, neste contexto o acadêmico deve aplicar seu conhecimento adquirido durante a graduação em todas as práticas e condutas, visando contribuir com a UBS e somar conhecimento prático e vivencial.

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE CONCEDENTE

“As UBS’s ainda hoje conhecidas como postos de saúde, surgiram na década de 1980 no contexto de organização dos serviços, como possibilidade de maior eficácia de tratamento (resolutividade nas questões referentes à saúde)” (CHIAPINOTTO; FAIT; JÚNIOR, 2007, p.158).

A UBS campo deste estágio possui 03 ESF’s, atendendo uma população de aproximadamente 10 mil habitantes, a unidade disponibiliza atendimento com médico pediatra e médico ginecologista e obstetra (além do clínico geral de cada ESF). A equipe de saúde da UBS São Miguel é composta por: 3 médicos clínicos gerais, 3 enfermeiros, 4 técnicos de enfermagem (sendo um da sala de vacina), 1 assistente social, 1 dentista, 1 auxiliar odontológico, 11 agentes comunitários de saúde (ACS’s), 1 fisioterapeuta, 1 nutricionista (atende de 15/15 dias mediante agendamento), 3 assistentes administrativos (2-recepção e 1-farmácia), 2 auxiliar de serviços gerais, 1 motorista exclusivo para a UBS.

ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

A Atenção Básica ou Atenção Primária à saúde é a principal porta de entrada do sistema de saúde, inicia-se com o ato de acolher, escutar e oferecer resposta resolutiva para a maioria dos problemas de saúde da população, minimizando danos

O presente trabalho, refere-se à atividade de relatório de estágio curricular obrigatório da 10ª fase do curso de Enfermagem.

¹ Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Docente do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

e sofrimentos e responsabilizando-se pela efetividade do cuidado (BRASIL, 2011 apud FIGUEIREDO, 2011). Para isso, é necessário que o trabalho seja realizado em equipe, de forma que os saberes se somem e possam se concretizar em cuidados efetivos dirigidos a população (BRASIL, 2011 apud FIGUEIREDO, 2011).

No Brasil, o Ministério da Saúde adota, desde 1994, a Estratégia de Saúde da Família para estruturar os sistemas municipais de atenção básica visando reordenar e promover a transformação do modelo biomédico tradicional de atenção e racionalizar a utilização dos demais níveis assistenciais (CAMPOS et al., 2011).

Figura 1- Fachada da UBS



Fonte: Prefeitura de Fraiburgo (2018).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Durante o estágio obrigatório foi possível desenvolver diversas atividades, sendo elas: Consulta de enfermagem à livre demanda, evolução no prontuário eletrônico, pré-natal, testes rápidos, teste mãe catarinense, passagem de sonda vesical de demora (SVD), visitas domiciliares, alimentação nos sistemas de informação de saúde, organização de planilhas.

SUGESTÕES DE MELHORIAS

Durante o estágio foi possível observar a rotina de serviço, com isso alguns pontos foram levantados para que o atendimento e organização dos serviços sejam ainda melhores elaborados, trazendo benefícios para os usuários do SUS e profissionais.

Quadro 1- Descrição do planejamento estratégico em saúde coletiva.

Avaliação	Diagnóstico situacional	Ações estratégicas
Gestão do serviço de enfermagem (Enfermeiro)	Ausência de organização de agenda mensal/ semanal do enfermeiro ficando sempre atendimento à livre demanda.	Elaborar uma agenda do mês com todos os dias úteis e estabelecer o trabalho executado em cada dia. Ex: Segundas-feiras: atendimento de pré-natal; Terças-feiras: Visitas domiciliares. Quartas-feiras: PCCU Quintas-feiras: Atendimento à livre demanda; Sextas-feiras: Grupos HIPERDIA/Saúde mental.
Sistematização da assistência de enfermagem (SAE)	Ausência de realização do processo de enfermagem em alguns atendimentos	Estabelecer uma rotina de realização de processos de enfermagem visando o melhor atendimento e tomada de decisão em relação ao usuário.

Fonte: VALENTINI (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da graduação eu nunca tive pretensão de futuramente trabalhar em um hospital, não me identificava com as atribuições do enfermeiro no hospital e tampouco com o horário de trabalho no hospital. Minha realização profissional é e sempre foi ser enfermeira concursada e trabalhar em uma UBS.

Neste estágio pude executar tarefas, atribuições e competências que executarei num futuro não tão distante, como enfermeira. Minha admiração ficou ainda maior pelo trabalho realizado por toda equipe da UBS, é um trabalho de organização, prevenção, acompanhamento, tratamento e reabilitação da população assistida dentro da área territorial de abrangência, toda a equipe é essencial. Sem dúvidas foi o melhor estágio que já realizei em toda a graduação, a enfermeira responsável pela Estratégia Saúde da Família, me deixou muito à vontade e contribuiu bastante para com meu conhecimento e manejo das situações que nos deparamos cotidianamente dentro de uma UBS.

Fiz esse estágio com muita dedicação, procurando absorver todas as experiências e buscando executar as tarefas de maneira que pudesse contribuir com os atendimentos da unidade, desde uma simples orientação até um procedimento privativo do enfermeiro, como uma passagem de sonda. Apesar de a UBS seguir uma rotina, todos os dias nos deparamos com alguns casos diferenciados, que exigem muito profissionalismo e conhecimento para que seja desempenhado da melhor forma com a finalidade de solucionar as questões trazidas pelos pacientes. O enfermeiro da UBS- ESF é fundamental para a saúde em geral, sendo que na atenção básica este profissional tem autonomia e voz para liderar a equipe, e assim desempenhar um trabalho que seja efetivo e traga bons resultados para a saúde da população.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Elisabeth Niglio. **A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS**. São Paulo, p. 01-12, 2011. Disponível em:

<https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade_05/unidade05.pdf> Acesso em: 14 ago. 2019.

CAMPOS, Rosana Onocko et al. Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde: estudo avaliativo em uma grande cidade brasileira. **Ciência e Saúde Coletiva**, Campinas, v. 16, p. 4643-4652, out. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1413-81232011001300013> Acesso em: 13 ago. 2019.

CHIAPINOTTO, Luciane; FAIT, Cláudia Sedano; JÚNIOR, Manoel Mayer. O modo de fazer saúde: reflexões sobre o cotidiano de uma unidade básica de saúde de Porto Alegre – RS. **Saúde e Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.155-164, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000100014#:~:text=As%20Unidades%20B%C3%A1sicas%20de%20Sa%C3%BAde,nas%20quest%C3%B5es%20referentes%20%C3%A0%20sa%C3%BAde> Acesso em: 22 set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO. **Informações das Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Apoio**. Fraiburgo, p. 01-04, out. 2018. Disponível em: <<https://www.fraiburgo.sc.gov.br/site/orgaosmunicipais.aspx?o=368&n=456>> Acesso em: 22 set. 2020.

A OBESIDADE INFANTIL COMO CONSEQUÊNCIA DE ALTERAÇÕES METABÓLICAS RELACIONADAS AO DESEQUILÍBRIO VITAMÍNICO¹

GATTI, Caroline, caroolgatti99@gmail.com, 110.514.979-06²
 LARA, Paola K, paolakarinelara@gmail.com, 100.897.979-14³
 CAMARGO, Paula E, paula147.pc@gmail.com, 109.306.319-00⁴
 MELNISKI, Rayza R, rayza.rafaela@yahoo.com.br, 120.840.379-64⁵
 GATTI, Tatiani, tatigatty@hotmail.com, 093.921.339-79⁶
 MASSOCO, Sarah C. C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

Resumo – Objetivo: a obesidade é considerada a “síndrome do novo mundo”, um dos principais problemas de saúde pública que afeta milhões de jovens no Brasil. A obesidade infantil é considerada atualmente uma epidemia mundial, do século XXI, apresentando-se de forma crescente e prevalente na população. **Método:** por meio de uma revisão bibliográfica sobre a obesidade infantil, apresentando o papel e ação de diferentes fármacos e vitaminas no organismo. **Resultados:** a deficiência de micronutrientes, pode acarretar em deficiências de vitaminas, devido a alimentação deficiente de crianças e adolescentes, os quais têm mais acesso a alimentos altamente calóricos e baixas propriedades nutricionais, com isso o aparecimento de diabetes mellitus, hipertensão, obesidade, sobrepeso e síndrome metabólica é uma questão de saúde pública.

Palavras-chave: Vitaminas. Obesidade infantil. Farmacêutico.

INTRODUÇÃO

“Em todo o mundo, inclusive no Brasil, a obesidade infantil é um dos principais fatores que põe em risco o futuro das crianças e um dos mais urgentes desafios a serem enfrentados pelo poder público e pela sociedade em geral” (BRASIL, 2019).

Quando referente aos dados estatísticos sobre a obesidade infantil a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que em 2025 será de 75 milhões crianças e adolescentes com obesidade, ainda de acordo com o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (2019), revelam que 16,33% crianças entre cinco e dez anos estão com sobrepeso, 9,38% com obesidade e 5,22% com obesidade grave, para os adolescentes, 18% apresentam sobrepeso, 9,53% são obesos e 3,98% têm obesidade grave (BRASIL, 2019).

1 O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

2 Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

3 Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

4 Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

5 Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

6 Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

7 Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a OPAS a prevenção da obesidade infantil e sobrepeso é a manutenção de uma alimentação, o que também evitará o surgimento das Doenças Não Transmissíveis (DCNT) na fase adulta, pois o número elevado de crianças e adolescentes no mundo com esta condição é devido ao aumento do consumo de alimentos processados ricos em calorias, gorduras, açúcares livres e sal, urbanização e a mudança de estilos de vida (OPAS, 2019).

A obesidade tem grande relação com a alteração metabólica, que nada mais é do que uma desarmonia que ocorre no organismo. Dependendo o seu grau pode ser revertida sem maiores prejuízos, atualmente tem aumentado o número de casos entre as crianças o que acarreta doenças cardiovasculares, diabetes mellitus tipo 2 e por consequência, menor sobrevivência da população (DAMIANI, 2011).

METODOLOGIA

Este estudo tem por metodologia uma revisão bibliográfica para exploratória e descritiva quanto a intervenção farmacêutica de suplementação de vitaminas como estratégia de prevenção da obesidade infantil. A coleta de dados foi na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (PUBMED), com os descritores tw:((tw:(vitamina)) AND (tw:(obesidade infantil))) AND (fulltext:("1") AND mj:("Obesidade Pediátrica" OR "Sobrepeso" OR "Vitaminas" OR "Síndrome Metabólica") AND la:("en" OR "es" OR "pt")) AND (year_cluster:[2011 TO 2016])). Foram incluídos os artigos científicos que constam de acesso livre, nos idiomas inglês e português. Obteve-se uma amostra de 223 artigos para a leitura prévia, porém ao fim das leituras integral apenas 13 artigos estão dentro do critério da pesquisa e análise por método Prisma é utilizado em revisões sistemáticas, ele tem como objetivo facilitar todo o processo dos relatos e bases utilizados em revisões, juntamente com suas metanálises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obesidade afeta o mundo todo, sendo um grande desafio que deve ser enfrentado pela saúde pública, pois além de trazer problemas físicos traz problemas psicológicos e sociais⁹.

Tabela 1 – Revisão bibliográfica para relacionar as alterações metabólicas causadas por desequilíbrio vitamínico com a obesidade infantil.

Título do artigo	Publicação	Ano
1. Ingestão de cálcio, níveis séricos de vitamina D e obesidade infantil: existe associação?	Revista Paulista de Pediatria: Vol. 33, Ed. 2, Páginas 222-229, 2015 Jun.	2015
2. Associação dos níveis de ácido úrico com componentes da síndrome metabólica e doença hepática	Jornal de Pediatria: Vol. 89, Ed. 4, Páginas 412-418, 2013 Jul a Ago.	2013

gordurosa não alcoólica em crianças e adolescentes com sobrepeso ou obesidade.		
3. Deficiência de vitamina A e seus determinantes entre crianças em idade pré-escolar: um estudo transversal de base comunitária na Etiópia	BMC Res Notes. 9, n. 323, 2016 Jun	2016
4. Fatores de risco modificáveis no início da vida para adiposidade e excesso de peso na infância: uma análise de seu impacto combinado e potencial para prevenção.	The American Journal of Clinical Nutrition, v. 101, Ed. 2, p. 368-375, 2015 Fev.	2015
5. Prevalência de sobrepeso e obesidade na infância e adolescência no estado de Benue, Nigéria.	A European Journal Tropical Medicine International Health -Wiley On. Library, v. 17, n. 11, p. 1369-1375, 2012 Nov.	2012
6. Análise dos fatores associados ao excesso de peso em escolares.	Revista Paulista de Pediatria, v. 34, Issue 4, p. 460-468, 2016 Dez.	2016
7. Frequência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes com autismo e transtorno do déficit de atenção/hiperatividade.	Revista Paulista de Pediatria, v. 34, Issue 1, p. 71-77, 2016 Mar.	2016
8. Alimentação infantil e pré-escolar brasileira: revisão da literatura.	Jornal de Pediatria, v. 92, n. 5, p. 451-463, 2016 Set/Out.	2016
9. Tendência do baixo peso, sobrepeso e obesidade de crianças e adolescentes brasileiros.	Jornal de Pediatria, v. 89, ed. 5, p. 456-461, 2013 Set/Out.	2013
10. Diluição do óxido de deutério e composição corporal em escolares de seis a nove anos com sobrepeso e obesidade.	Jornal de Pediatria, v. 92, Issue 1, p. 46-52, 2016 Jan/Fev.	2016
11. Prevalência e fatores associados a sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública.	Ciência e Saúde Coletiva, v. 16, supl. 1, p. 1581-1588, Rio de Janeiro, 2011.	2011
12. O nível sérico de vitamina A está associado à obesidade e à síndrome metabólica entre crianças em idade escolar em Chongqing, China.	Asia Pacific Journal of Clinical Nutrition, v. 25, ed. 3, p.563-570, 2016 Set.	2016
13. Zinco, ferro e vitaminas A, C e E estão associados à obesidade, inflamação, perfil lipídico e resistência à insulina em crianças mexicanas em idade escolar	Nutrients, v. 5, n.12, p. 5012-5030, 2013 Dez.	2013

Fonte: os autores, 2020.

A prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares de 10 a 16 anos e sua associação com fatores dietéticos e comportamentais, observou-se que o aumento de peso e obesidade estava relacionado com diversos fatores, dentre eles, consumo diário de doces e refrigerantes, uso excessivo de televisão, celular e computador, preferência por alimentos mais calóricos e com menos nutrientes, dentre outros⁹. Ainda associada a baixa taxa de atividade física sendo 30% dos meninos e 40% das meninas, afirmam que no tempo livre não praticam atividades físicas que exijam gasto energético⁹.

Assim todos estes fatores associados mostram que cerca de 18% das crianças têm altas concentrações de triglicérides. 7,1% das pessoas têm baixas concentrações de HDL e a prevalência combinada de sobrepeso e obesidade é alta (44%)¹², além de baixos níveis de vitamina E, vitamina C e ferro e zinco¹².

Quando se trata a ingestão de cálcio e a avaliação níveis de vitamina D com a obesidade infantil, percebe-se que em níveis de cálcio menor o índice de gordura, para vitamina D no Índice de Massa Corporal encontra-se com um percentual maior de gordura corporal, no perímetro da cintura, perímetro do braço e dobra cutânea tricípita¹.

Podemos citar que a diminuição da ingestão de cálcio aumenta os níveis de calcitriol, conseqüentemente pode estimular o fluxo de cálcio dos adipócitos pelos receptores de membrana da vitamina D, associado a resposta rápida a esteroides, isto aumenta os níveis intracelulares de cálcio o que resulta no acúmulo de gordura corporal^{1,2,3}. Acredita-se que dietas ricas em cálcio, suprimem os níveis de calcitriol e com isso ocorre um menor acúmulo de gordura corporal, já que há a redução da produção de cortisol no tecido adiposo^{1,2,3}.

A maior incidência de obesidade é em meninas, devido ao fato do aumento do percentual de gordura durante a puberdade, enquanto nos meninos é menor devido a massa por centímetros de altura¹.

Estudos descrevem que a deficiência de micronutrientes, como o cálcio e a vitamina D tem maior impacto em crianças com excesso de peso, já que essas deficiências estão associadas a fatores de risco cardiovasculares, como hipertensão, obesidade, síndrome metabólica e diabetes mellitus tipo 2^{1,2,3,4, e 5}.

Em uma avaliação do ácido úrico, síndrome metabólica, esteatose hepática e a obesidade infantil, constatou que é prevalente a hiperuricemia em três grupos: na adolescência, em portadores de síndrome metabólica e hipertensão, além da síndrome metabólica estar associada aos elevados de ácido úrico⁶.

A vitamina A atua na manutenção da função visual e imunológica do organismo, administra a integralidade celular epitelial, o crescimento e o desenvolvimento saudável, a falta desta torna o sistema imunológico mais vulnerável e o aumento do risco de xerofalmia^{7,8,9,12}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade infantil está relacionada as deficiências vitamínicas, devido ao consumo de alimentos com altos teores de açúcar, gorduras, no entanto com baixos micronutrientes, o que favorece as respostas inflamatórias e as DCNT.

Promover ações em relação a adesão a alimentação saudável de baixo custo, é papel dos profissionais da saúde, principalmente do farmacêutico o qual possui competência técnica para a indicação de suplementos vitamínicos, como auxiliares na prevenção e tratamentos da obesidade.

Enfim, neste trabalho a evidência de déficits vitamínicos como: A, E, D, cálcio, zinco e ferro favorecem o sobrepeso e implicam no quadro geral de saúde de crianças e adolescentes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Kelly A. et al. Ingestão de cálcio, níveis séricos de vitamina D e obesidade infantil: existe associação? **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 33, Issue 2, p. 222-229, jun. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0103058215000222?via%3Dihub#bib0280> Acesso em: out. 2020.

CARDOSO, Anajás S. et al. Relação entre ácido úrico e os componentes da síndrome metabólica e esteatose hepática não alcoólica em crianças e adolescentes com sobrepeso ou obesidade. **Jornal de Pediatria**, v. 89, Issue 4, p. 412-418, jul./ago. 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S002175571300096X?via%3Dihub> Acesso em: out. 2020.

TARIKU, Amari. Et al. Deficiência de vitamina A e seus determinantes entre crianças em idade pré-escolar: um estudo transversal de base comunitária na Etiópia. **BMC Res Notes**. 9, n. 323, 2016 Jun. Disponível em: <https://bmresnotes.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13104-016-2134-z> Acesso em: out. 2020.

ROBINSON, Siân M. et al. Fatores de risco modificáveis no início da vida para adiposidade e excesso de peso na infância: uma análise de seu impacto combinado e potencial para prevenção. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 101, ed. 2, p. 368-375, 2015 Fev. Disponível em: <https://academic.oup.com/ajcn/article/101/2/368/4494394> Acesso em: Out. 2020.

MUSA, Danladi I. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade na infância e adolescência no estado de Benue, Nigéria. **A European Journal Tropical Medicine International Health - Wiley Online Library**, v. 17, ed. 11, p. 1369-1375, 2012 Nov. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-3156.2012.03083.x> Acesso em: Out. 2020.

PINTO, Renata P., NUNES, Altacílio A., MELLO, Luane M de. Análise dos fatores associados ao excesso de peso em escolares. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 34, Issue 4, p. 460-468, 2016 Dez. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0103058216300223?via%3Dihub> Acesso em: Out. 2020.

KUMMER, Arthur et al. Frequência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes com autismo e transtorno do déficit de atenção/hiperatividade. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 34, Issue 1, p. 71-77, 2016 Mar. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0103058215001185?via%3Dihub>
Acesso em: Out. 2020

MELLO, Carolina S., BARROS, Karina V., MORAIS, Mauro B. de. Alimentação infantil e pré-escolar brasileira: revisão da literatura. **Jornal de Pediatria**, v. 92, n. 5, p. 451-463, 2016 Set/Out. Disponível em: <https://jped.elsevier.es/pt-brazilian-infant-preschool-children-feeding-articulo-S225553616300702> Acesso em: Out. 2020.

FLORES, Larissa S. et al. Tendência do baixo peso, sobrepeso e obesidade de crianças e adolescentes brasileiros. **Jornal de Pediatria**, v. 89, ed. 5, p. 456-461, 2013 Set/Out. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0021755713001277?via%3Dihub> Acesso em: Out. 2020.

BILA, Wendell C. et al. Diluição do óxido de deutério e composição corporal em escolares de seis a nove anos com sobrepeso e obesidade. **Jornal de Pediatria**, v. 92, Issue 1, p. 46-52, 2016 Jan/Fev. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0021755715001059?via%3Dihub> Acesso em: Out. 2020.

DAMIANI, Durval et al. Síndrome metabólica em crianças e adolescentes: dúvidas na terminologia, mas não nos riscos cardiometabólicos. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, v. 55, n. 8, São Paulo, 2011 Nov. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302011000800011&lng=pt&tlng=pt Acesso em: Out. 2020.

ROCHA, Evangelista. Síndrome metabólica: a sua existência e utilidade do diagnóstico na prática clínica. **Revista Portuguesa de Cardiologia**, v. 31, ed. 10, p. 637-639, 2012 Out. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870255112001680?via%3Dihub> Acesso em: Out. 2020.

RODRIGUES, Paula A. et al. Prevalência e fatores associados a sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, supl. 1, p. 1581-1588, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700094&lng=pt&tlng=pt Acesso em: Out. 2020.

WEI, Xiao-Ping et al. O nível sérico de vitamina A está associado à obesidade e à síndrome metabólica entre crianças em idade escolar em Chongqing, China. **Asia Pacific Journal of Clinical Nutrition**, v. 25, ed. 3, p. 563-570, 2016 Set. Disponível em: <https://www.airitilibrary.com/Publication/alDetailedMesh?DocID=09647058-201609-201607270043-201607270043-563-570> Acesso em: Out. 2020.

GARCIA, Olga P. et al. Zinco, ferro e vitaminas A, C e E estão associados à obesidade, inflamação, perfil lipídico e resistência à insulina em crianças mexicanas em idade escolar. **Nutrients**, v. 5, n. 12, p. 5012-5030, 2013 Dez. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/5/12/5012> Acesso em: Out. 2020.

BRASIL. **Obesidade infantil desafia pais e gestores**. Ministério da Saúde. Ano: 2019. Disponível em: www.saude.gov.br/noticias/81-obesidade-infantil-desafia-pais-e-gestores Acesso em: 21/11/2020.

OPAS. **Obesidade**. Folha Informativa. Ano: 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5964:folha-informativa-alimentacao-saudavel&Itemid=839 Acesso em: 21/11/2020

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA ÁREA DA SAÚDE: LENÇOL ADAPTÁVEL PARA PACIENTES ADULTOS ACAMADOS ¹

DONADEL, Thais, thaisdonadel@hotmail.com²
LOPES, Ingrid Monalisa Bernart, ingredbernart2222@gmail.com³
BANDEIRA, Alexia Nathali Gonçalves, alexianathalyb@gmail.com⁴
CARNIEL, Édina Claudia, infoedina102@gmail.com⁵
PEREIRA, Andressa Alves, andybackschat@gmail.com⁶
MASSOCO, Sarah Cristina Chiesa, sarahmassoco@gmail.com⁷

Resumo: Objetivo: a lesão por pressão em pacientes acamados, tratam-se de lesões crônicas localizadas na pele ou tecidos sub adjacentes, geralmente sobre uma proeminência ósea, sendo uma das principais causas de morbidade e mortalidade, especialmente para pessoas com a sensibilidade reduzida, imobilidade prolongada ou idade avançada. **Método:** esta trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, realizada através de artigos nas bases eletrônicas como: Google Acadêmico (Google), Scientific Electronic Online (Scielo), publicados tanto em inglês como português. **Resultados:** partindo da ideia de um protótipo, foi desenvolvido o lençol adaptável móvel, indicado para pacientes acamados adultos, para auxiliar na alternância de decúbito de pacientes, e assim diminuindo cisalhamento da pele. Este protótipo é uma reformulação de um cuidado já utilizado em unidade de terapia neonatais sobre a ótica do Enfermeiro.

Palavras-chave: Enfermagem. Conforto. Conhecimento. Inovação. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

Conforme Pereira & Nogueira (2020), a lesão por pressão (LPP) é uma lesão localizada na pele ou tecidos subjacentes, normalmente sobre uma proeminência óssea, secundárias a um aumento de pressão externa e/ou cisalhamento, que leva ao dano tissular, provocando complicações ao paciente acamado (PREIRA&NIGUEIRA apud IRION G, 2005).

O desenvolvimento da LPP relaciona-se a fatores como: idade, morbidade, estado nutricional, hidratação, condições de mobilidade, nível de consciência, pressão, cisalhamento, fricção e umidade (PREIRA&NIGUEIRA, 2020).

E em relação ao perfil dos pacientes com risco elevado conforme Pereira e Nogueira são “pacientes hemodinamicamente instáveis, em uso de corticoides e drogas vasoconstrictoras, com a nutrição alterada, portadores de neoplasias e diabetes mellitus, idosos e restritos ao leito”.

¹ (O presente trabalho refere-se à atividade Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Enfermagem).

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor (a), Especialista do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Na concepção de Lorenzetti (2012) “as tecnologias de atenção à saúde podem ser desde medicamentos até programas e protocolos assistenciais, por meio dos quais a atenção e os cuidados com a saúde são prestados à população”.

Assim amplia-se o olhar para elaboração de um modelo de redes para uso em pacientes adultos acamados, modele este que atualmente é utilizada a redinha para prematuros, que não apresenta efeitos colaterais como apneia, bradicardia ou queda na saturação de oxigênio (COSTA, 2016).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A saúde ao longo dos anos vem se associando as inovações tecnológicas que estão surgindo no mundo, seu grande crescimento ocorreu logo após a segunda Guerra Mundial, se intensificando nas últimas décadas, tecnologias de informações, comunicações, nanotecnologias e biotecnologias (COSTA, 2016).

As tecnologias em saúde aderem os novos tipos de medicamentos, equipamentos, procedimentos técnicos realizados pelo profissional, formas organizacionais, educacionais, programas e protocolos a assistência (SALVADOR, 2012).

Existem diversos tipos de inovações, não são apenas dispositivos e equipamentos que auxiliam o trabalho dos profissionais, mas tudo o que pode ser ampliado dentro desse contexto, é considerado uma tecnologia, como procedimentos, produtos químico-farmacêuticos, dispositivos terapêuticos e até mesmo instrumentos sociais, que auxiliam na relação entre profissional e pacientes, o cuidado humanizado e formas de acolhimento, fazendo o paciente se sentir confortável, confiante e satisfeito com o atendimento realizado pela equipe multidisciplinar (SALVADOR, 2012).

A incorporação de novas tecnologias acarreta novas demandas, muitas vezes aumentando a intensidade do trabalho, requisitando a multidisciplinaridade do conhecimento e trabalhadores com especialidades diversas e complementares, este processo é complexo, não linear, incerto e requer interação entre os profissionais, instituições e gestores (SALVADOR, 2012).

Nessa perspectiva, o enfermeiro deve estar em constante processo de capacitação teórico-prática, aprendendo e pesquisando, conhecendo as novas tecnologias, identificando seus conceitos e as políticas que o permeiam, além de ser um profissional competente capaz de integrar e aplicar os novos adventos tecnológicos ao processo de cuidar em saúde (SALVADOR, 2012).

METODOLOGIA

A proposta de confecção de protótipo para cuidado de enfermagem tem como objetivo a inovação e tecnologia no cuidado pelo Enfermeiro neste estudo utilizaram-se de uma revisão bibliográfica para a fundamentação teórica com levantamento de dados através de artigos nas bases eletrônicas como: Google Acadêmico (Google), Scientific Electronic Library Online (Scielo), publicados em inglês e português, após este estudo dirigido sobre a temática foi elaborada esta proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inovação tecnológica facilita a prática para os profissionais de enfermagem no trabalho ao cuidado do paciente dependente, por isso foi elaborado um lençol

móvel adaptável, para pacientes adultos acamados, fornecendo maior precisão, eficácia e assim reduzindo o tempo que os profissionais utilizam para realizar os cuidados, como a mudança de decúbito do paciente, higienização do leito com troca de roupa de cama e movimentação do mesmo, deixando assim o paciente confortável (SALVADOR, 2012).

Deste modo observa-se que com estudos demonstrativos de melhoramento para esses recém-nascidos, com a criação deste protótipo, mas para pacientes adultos acamados, possa vir a trazer melhoras no cuidado e conforto dos mesmos (COSTA, et al. 2016). A ideia da elaboração deste protótipo veio através das redes de descanso feitas para bebês hospitalizados, que fornecem maior segurança, conforto, qualidade, diminuição do estresse e auxilia na movimentação e mudança da postura dos bebês.

As lesões por pressão podem desencadear sérios problemas de saúde nos pacientes hospitalizados, os quais possuem maior risco de desenvolvimento das lesões por pressão, além de ter seu tempo de permanência hospitalar prolongado, aumento do distanciando-o de seu convívio familiar, elevação dos custos hospitalares e experimentando o desconforto da dor (ALVES, et al. 2008; PEREIRA&NOGUEIRA,2020).

Por isso, as lesões por pressão, devem ser prevenidas, e quando presentes tratadas corretamente pelo risco de infecção grave (BERNARDES, 2020; PEREIRA&NOGUEIRA apud CREMASCO MF, et al.,2009)

A prevenção da LPP necessita de inovação sobre a ótica do enfermeiro, pois a ciência e tecnologia são instrumentos importantes para a saúde e o tratamento de doenças, pois a tecnologia pode ser definida como o campo de conhecimento para melhoria dos cuidados, à luz do conhecimento científico (LORENZETTI, 2012).

Tabela 1 – Descrição do protótipo: Rede para pacientes acamados.

Indicação	Descrição do uso
Posicionamento do equipamento.	Rede móvel, com suporte fixado no leito. O lençol ficará suspenso nas bases superiores da cama.
Conforto e estabilidade do paciente.	O paciente será colocado sobre o lençol, e após suspenso em altura ajustável, facilitando o trabalho da equipe de assistência na alternância de decúbito na prevenção LPP.
Material do lençol.	Tecidos utilizados: algodão, manta acrílica, nylon dublado ou gabardini.
Orientação a enfermagem.	Realizar a troca de decúbito de acordo com o plano de intervenção mais adequado para cada paciente, priorizando as necessidades e conforto do mesmo (BERNARDES, 2020).

Fonte: os autores, 2020.

Imagem 1 – Protótipo: Rede para pacientes acamados.



Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Enfermeiro dispõe do conhecimento direcionado ao cuidado global do ser humano, utilizando de sua ciência para a arte do cuidar. Inovar é uma atribuição intrínseca deste profissional na prevenção da LPP. Tornar palpável sua percepção da implementação da assistência enfermagem, promove ao acadêmico a ampliação do foco sobre a pesquisa científica e atuação profissional após sua formação.

Enfim inovar, desenvolver tecnologia também pode ser executado por este profissional da saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do curso de Enfermagem ao desenvolvimento de inovação e tecnologia da assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, E de J, & NOGUEIRA, M. S. Atuação do enfermeiro na prevenção da lesão por pressão em pacientes acamados. **Revista Eletrônica**. Acervo,2020. Disponível em: <https://www.acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3332> Acesso em: 09/11/2020

ALVES, A. R. et al. A importância da assistência de enfermagem na prevenção da úlcera por pressão no paciente hospitalizado. **Rev Inst Ciênc Saúde** 26.4 (2008). Disponível em: https://www3.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2008/04_out_dez/V26_N4_p397-402.pdf Acesso em: 07/11/2020.

BERNARDES, R. M. Segurança do Paciente na prevenção e manejo da lesão por pressão. **Feridas Crônicas**. Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: http://eerp.usp.br/feridascrônicas/recurso_educacional_lp_1_3.html Acesso em: 06/11/2020.

COSTA, K. S. F. et al. Rede de Descanso e ninho: comparação entre efeitos fisiológicos e comportamentais em prematuros. **Revista Gaúcha de Enfermagem**; vol 37 no.spe. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.62554> Acesso em: 06/11/2020.

COSTA, L. S. Inovações nos Serviços de Saúde: apontamento sobre os limites de conhecimento. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csp/v32s2/pt_1678-4464-csp-32-s2-e00151915 Acesso em: 26/10/2020.

LORENZETTI, J. et al. Tecnologia, Inovação Tecnológica e Saúde: uma reflexão necessária. Scielo. **Revista de Enfermagem**. vol.21 no.2 Florianópolis Apr./June 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000200023> . Acesso em: 02/11/2020

SALVADOR, P. T. C. O. et al. Tecnologia e Inovação para os cuidados em Enfermagem. **Revista Enfermagem UERJ**. v. 20, n.1. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/4004/2773> Acesso em: 02/11/2020

RELATÓRIO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SAÚDE COLETIVA ¹

Silvana de Fatima Querino, silvana_querino@outlook.com²
Sarah C. C. Massoco, sarahmassacco@gmail.com³

Resumo – Este trabalho é de acordo com o relatório de estágio de gestão e gerenciamento de enfermagem em saúde coletiva II refere-se às atividades que foram realizadas durante o estágio na Unidade básica de saúde da Vila Santa Catarina, na cidade de Caçador- SC, durante o estágio obrigatório da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. O estágio teve duração total de 450 horas, sendo 225 horas em estágio hospitalar II e 225 horas em saúde coletiva II, que foi desenvolvido durante o período de 23/07/2020 a 05/11/2020. O estágio obrigatório supervisionado compõe obrigatoriamente o currículo do Curso de Enfermagem que têm como objetivo a inserção do ensino da teoria com a prática diária do enfermeiro, visando à aprendizagem com as experiências. As atividades de estágio supervisionado foram desenvolvidas junto a UBS do posto Vila Santa Catarina com coordenação da professora Sarah C.C. Massoco. Durante o estágio, participei da Rotina da UBS, onde executei atividades de planejamento, supervisão e execução de trabalhos de rotina e ou exclusivos do Enfermeiro. Este estágio serviu como espaço de aproximação com a realidade do trabalho da enfermagem, que teve uma reflexão crítica e ação criativa. O estágio supervisionado obrigatório está no cumprimento da legislação do exercício profissional da enfermagem, Lei 7.498/86 – Código de Deontologia da Enfermagem – Decreto 94.806/87; e buscando, para este exercício, inovações científicas, tecnológicas, políticas e legais que contribuam para o desenvolvimento da enfermagem profissional, e para o contexto de saúde do país.

Palavras-chave: Enfermagem. Saúde pública. Relatório de estágio.

INTRODUÇÃO

O estágio foi realizado na Unidade Básica de Saúde Santa Catarina que é localizada na Rua Arthur Travesian, SN, no bairro Santa Catarina, localizada na cidade de Caçador no Estado de SC. Realizo busca por informações referentes ao histórico da UBS, inclusive na secretaria de saúde, porém, sem sucesso, a UBS não possui registros sobre sua fundação, reforma e demais eventualidades. A UBS possui duas estratégias, assim contando com uma equipe de uma enfermeira, um médico para o Santa Catarina, e uma enfermeira e médico para atender o Santa Clara. A unidade possui 472 hipertensos, 160 diabéticos, 23 gestantes, 18 etilistas, 9 usuários de drogas e 20 acamados e domiciliados. No estágio é a oportunidade que o formando tem de conhecer a realidade em si, e se fosse para assumir uma função em uma UBS estaria capacitado para esta área. Com o estágio conseguimos perceber uma grande importância para crescimento tanto como acadêmica quanto profissional, pois oportuniza a ter uma visão ampla que o enfermeiro precisa é ter pontualidade, planejamento mensal de atividades, organização e responsabilidades que não são

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Estágio Supervisionado Obrigatório em Saúde Coletiva, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe da 10ª fase do Curso de Enfermagem.

² Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor(a), titulação do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

poucas. Pois além de administrar a equipe o enfermeiro precisa ter visão em todos os setores para que haja um bom funcionamento, e no final obterem resultados positivos nas ações. Quando inicia o planejamento surgem várias dúvidas e questionamentos como por exemplo por onde começar? No entanto ao decorrer dos dias foi possível observar toda a estrutura principalmente a dos colaboradores, onde a atenção a cada detalhe e com ajuda de alguns colaboradores, consegui acrescentar vários problemas e já pensando no que poderia fazer para mudar. Depois de pronto chegou o momento de me sentar com as enfermeiras mostrando os problemas encontrados, alguns me apoiaram somente dois não foi aceito.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011 que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica, assim a define: um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde (BRASIL, 2011b, p. 2).

De acordo com Schrader (2012)

No que se refere ao conceito de qualidade de vida, cabe citar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) define qualidade de vida como a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, levando em conta o contexto da sua cultura e do sistema de valores nos quais ele está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (SCHRADER; et al. 2012)

Segundo Andrade, Barreto, Bezerra (2006), a atenção Básica pode ser considerada como o nível do sistema de saúde que fornece entrada no sistema para todas as necessidades e problemas da população. É caracterizada, ainda, como o eixo ordenador e coordenador do cuidado, de forma a organizar e racionalizar os recursos, tanto os básicos quanto os mais especializados, direcionados para a promoção, manutenção e melhoria da saúde (Barreto; Bezerra, 2006, apud SILVA; MOTTA, 2015, p. 02). Durante a intervenção fiz a retirada de Sonda vesical sendo este um procedimento de enfermagem.

Nesta intervenção foi realizada limpeza da sala de enfermagem, consultórios médicos e lavabos, sendo também uma das funções do quadro de enfermagem, pois a limpeza gera segurança para os pacientes.

Segundo o parecer de conselheiro nº 063/2018

A Retirada de Sonda Vesical de Demora é um procedimento de enfermagem diferente da Inserção do Cateter Vesical de Demora. É uma técnica de menor complexidade, que oferece menos riscos ao paciente em relação a inserção. Até presente momento, esta técnica não foi alvo de discussão e entendimentos que a considerassem procedimento de alta complexidade técnica, não sendo, então, privativo do profissional Enfermeiro, conforme o disposto na legislação vigente (Parecer de conselheiro nº 063/2018 apud SILVA, 2018, P.03).

Nesta intervenção foi realizado limpeza da sala de enfermagem, consultórios médicos e lavabos, sendo também uma das funções do quadro de enfermagem, pois a limpeza gera segurança para os pacientes.

De acordo com o Parecer Técnico Nº 130/2015 – Sobre Limpeza Terminal do Leito de Quem é a Responsabilidade:

A Enfermagem é parte integrante do processo descrito e em muitas instituições ela é a responsável pelo setor de Higienização, estando à frente na tomada de decisões. Diante do exposto é de responsabilidade da Enfermagem a higienização e desinfecção de todo material e equipamentos que estejam relacionados à assistência ao paciente, visando garantir a segurança de toda a equipe. É de suma importância a realização de protocolos institucionais em busca da padronização das ações de higiene, validados pelo serviço de infecção hospitalar e pela gerência de Enfermagem NR 32 (Brasil, 2005).

Nem tudo que se refere a higienização é atribuição do pessoal responsável pela limpeza, ou seja, é atribuição da equipe de enfermagem.

As Normas Regulamentadoras 32, tem a capacitação continua como item obrigatório para todas as categorias profissionais. Tendo como objetivo principal a segurança e proteção do trabalhador com relação aos riscos inerentes a sua função, por meio de treinamento que os conscientizem e os preparem para agir de forma segura frente aos riscos ocupacionais. A mesma trata exclusivamente para a segurança do trabalhador do serviço de saúde independente da função que exerça. NR 32 (Brasil, 2005).

METODOLOGIA

Seção destinada a apresentação do tipo de pesquisa, à abordagem, ao local, à população e amostra, às técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, à metodologia de análise de dados, bem como aos procedimentos éticos da pesquisa. Caso seja um relato de experiência, esta seção pode ser substituída pela sua descrição, ajustando o respectivo título.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

• COLETA DE PREVENTIVO

O câncer é caracterizado pelo crescimento descontrolado de células aberrantes, tornando-se fatal em consequência da invasão destrutiva dos órgãos normais por extensão direta e disseminação para locais distantes através do sangue, linfa ou superfícies serosas. Todos os tumores que invadem ou se metastizam apresentam características específicas do tipo de neoplasia. (UGHINI, 2016)

Todas as mulheres que tem ou já tiveram vida sexual ativa, e que tem entre 25 e 64 anos de idade devem realizar a coleta deste exame de 3 em 3 anos.

No momento do exame, a mulher fica em posição ginecológica e é introduzido no canal vaginal um dispositivo para visualização do colo uterino. Em seguida, o profissional da saúde usa uma espátula ou escovinha para recolher uma pequena amostra de células que será enviada para análise em laboratório.

• VISITA DOMICILIAR

Sendo guiada pelos princípios ético-políticos, a visita domiciliar contribui para a realização do estudo social, através da investigação no espaço do indivíduo em seu âmbito familiar. A intervenção e o estudo social no local proporcionam uma coleta de dados mais satisfatória.

Ao longo das visitas domiciliares, devem ser realizadas atividades que tenham como propósito atendimento educacional, didático e assistencial, sendo assim direcionada para a percepção e compreensão, da comunidade com ligação aos fatores que interferem na saúde diante do contexto. O resultado esperado com a visita

domiciliar é a transformação de atos baseado em novas concepções alcançadas pelas comunidades e famílias (MENEZES et al., 2017).;

- Curativos

Os curativos são um meio terapêutico que consiste na limpeza e na aplicação de uma cobertura estéril em uma ferida. Eles têm a finalidade de promover a rápida cicatrização e prevenir a contaminação ou infecções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio é a oportunidade de o formando conhecer a realidade em si, e se fosse para eu assumir uma função em uma UBS estaria capacitado para esta área. Foi de grande valia o estágio, fui bem recebida por todos, alguns mais abertos outros nem tanto, como sempre fiz, observava a tudo, rotina, comportamento individual dos colaboradores, as condutas da equipe de enfermagem, como elas resolviam os problemas e situações do dia a dia.

Este estágio demonstrou uma grande importância para meu crescimento como acadêmica quanto profissional, pois me oportunizou a ter uma visão ampla que o enfermeiro precisa ter pontualidade, planejamento mensal de atividades, organização e responsabilidades que não são poucas. Pois além de administrar a equipe o enfermeiro precisa ter visão em todos os setores para haja um bom funcionamento, e no final obterem resultados positivos nas ações.

As enfermeiras tanto da ESF Santa Catarina e Santa Clara são grandes exemplos a seguir como profissionais e humanas, faz pouco tempo atuam na UBS, mas ambas trabalham juntas e não fazem nada que a outra não concorde. Com toda a certeza consegui pegar o melhor de cada uma e trazer de exemplo para mim e analisar os erros para que eu não venha a cometer quando coordenadora de uma UBS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família. 2. ed. Brasil: Ministério da Saúde, 2008. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). disponível em:

<https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTI3MA==>. Acesso 23 out. 2020.

_____. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html.

Acesso em 22 out. 2020

_____. portaria nº 012 de 05/01//2012. Secretaria do Estado da Saúde. 2012.

Disponível em: www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br. Acesso em 22 out. 2020.

_____. PORTARIA N.º 485, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005. Ministério Do Trabalho E Emprego, Gabinete Do Ministro Disponível em:

https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_Legislacao/SST_Legislacao_Portarias_2005/Portaria-n.-485-Aprova-NR-32.pdf. Acesso em 23 out. 2020.

DA SILVA, Ticiane Raimundo. MOTTA, Roberta Fin. A percepção dos usuários sobre a política de saúde na atenção básica. Publicado em: Mudanças – Psicologia da Saúde. Ano: 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/blog/index.php/2018/04/15/citacao/> Acesso em: 16 out. 2020.

MENEZES, Naiany Gabrielle Atanasio. Et el. Um olhar da enfermagem voltado à importância da visita domiciliar na ESF: Uma revisão de literatura. Publicado em: International Nursing Congress. Ano: 2017. Disponível em:

<https://eventos.set.edu.br/cie/article/view/5589/2285>. Acesso em: 21 out. 2020.

RIBEIRO DE SÁ, Mariluce. Sobre limpeza terminal do leito de quem é a responsabilidade. Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, João Pessoa-PB, 04 de Setembro de 2015. Disponível em: http://www.corenpb.gov.br/parecer-n-1302015-sobre-limpeza-terminal-do-leito-de-quem-e-a-responsabilidade_2401.html. Acesso em: 23 out. 2020.

SCHRADER, Greice. et al. Trabalho na Unidade Básica de Saúde: implicações para a qualidade de vida dos enfermeiros. Publicado em: Revista brasileira de enfermagem. Ano: 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672012000200004&script=sci_arttext#end Acesso em: 16 out. 2020

SILVA, Luciano. Parecer de conselheiro nº 063/2018. Conselho Federal de Enfermagem, Brasília, 02/02/2018. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/parecer-de-conselheiro-n-063-2018_61757.html#:~:text=A%20Retirada%20de%20Sonda%20Vesical%20de%20De,mora%20%C3%A9%20um%20procedimento,paciente%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20inser%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 out. 2020.

UGHINI, Sílvia Fischmann Osorio. Análises, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano: 2016. Disponível em: http://sbac.org.br/rbac/wp-content/uploads/2016/05/ARTIGO-7_VOL-48_1_2016-ref-434.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

UGHINI, Silvia Fischmann Osorio. Importância da qualidade da coleta do exame preventivo para o diagnóstico das neoplasias glandulares endocervicais e endometriais Importance of the sample coll. Ano: 2016. Disponível em: <http://www.rbac.org.br/artigos/importancia-da-qualidade-da-coleta-do-exame-preventivo-para-o-diagnostico-das-neoplasias-glandulares-endocervicais-e-endometriais/> Acesso em: 21 out. 2020.

A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL¹

COMERLATTO, Fabiana, fabicomerlatto@gmail.com, 129.339.999-00²
TRALESK, Helen de Almeida, helentralesk@gmail.com, 101.196.119-96³
SOUZA, Laohana Cristine de, cristinelaoh2002@gmail.com, 013.271.309-80⁴
KATH, Laura Elisa, laurakathh@gmail.com, 077.385.419-38⁵
SOUZA, Millena Thomaz de, millenathomaz919@gmail.com, 061.649.649-46⁶
MASSOCO, SARAH C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

Resumo – Objetivo: a alimentação, possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento infantil, contudo o cenário de desnutrição acomete diversas crianças ainda pelo mundo, este problema de saúde pública causa danos, risco de óbito infantil déficit neurológico e o fisiológico. **Método:** nesse artigo será discutido sobre a alimentação no desenvolvimento infantil, através de uma revisão da literatura. **Resultados:** a alimentação adequada durante a infância é um direito, pois a carencia nutricional afeta o desenvolvimento neurológico, psicológico, motor elevando do risco de óbito infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil. Desnutrição. Crianças. Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A alimentação e nutrição adequadas são requisitos essenciais para o crescimento e desenvolvimento neuropsicomotor de todas as crianças brasileiras. Mais do que isso, são direitos humanos fundamentais, pois representam a base da própria vida (BRASIL, 2005).

A alimentação é atividade ligada à manutenção vital, e nesse sentido, o ser humano está a ela condicionado. A alimentação, possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento humano, colaborando com o fortalecimento da saúde principalmente nos primeiros anos de vida (VILARTA, et al, 2007). Segundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Brasil, 2013), a alimentação e nutrição estão constituídas como pilares para a promoção e a proteção da saúde, incentivando e promovendo o potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.

No que se refere ao período de puerícia, a alimentação é condição substancial para o desenvolvimento e manutenção da vida saudável da criança, e quando a alimentação não é suficiente ou não é realizada adequadamente, há um aumento dos riscos do desenvolvimento de doenças (BRASIL, 2013).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme o CONSEA (2004) alimentação e nutrição adequadas são direitos fundamentais, assegurados pela Constituição Federal. Por meio dessas condições básicas a criança alcança o desenvolvimento físico, emocional e intelectual de forma satisfatória. Pelos alimentos garantimos tudo aquilo de que o nosso corpo necessita para a obtenção de energia, de nutrientes e de materiais de construção de novas células de reparo de componentes celulares para a regulação de funções e prevenção contra várias doenças (CUNHA, 2014).

Os primeiros anos de vida de uma criança, em especial os dois primeiros, caracterizam-se pelo crescimento acelerado e o significativo processo de desenvolvimento. Com a devida atenção e cuidados pode-se promover uma maior expectativa de vida do adulto futuro, ainda cabe ressaltar que a criança não deve ficar muito tempo sem se alimentar, visto que o alimento é determinante para o desenvolvimento, assim tendo uma alimentação balanceada (BRASIL, 2010).

METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica de metodológica qualitativa e descritiva, sintetizou mediante as principais publicações com os descritores: crianças, desnutrição, desenvolvimento motor e fisioterapia a importância da alimentação para o desenvolvimento infantil, consultando as obras nas bases: Ministério da Saúde, (Organização Pan-Americana da Saúde), Ministério da Saúde (Secretaria de Atenção à Saúde), Ministério da Saúde- (Dez Passos Para Uma Alimentação Saudável) e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento motor que se inicia nos primeiros anos de vida envolve vários aspectos. E são nos primeiros anos que ocorrem as principais formações motoras, físicas, mentais e sociais, sendo o período em que a criança possui especial sensibilidade aos estímulos vindos do ambiente, que chegam a ela por meio de seus sentidos, onde a nutrição eficiente é um fator determinante para o crescimento e o desenvolvimento além da maturação cerebral (SACANNI et al, 2007).

A falta de alimentação adequada prejudica o ser humano em todas as fases da vida, e no período da infância com um agravante no que se refere ao desenvolvimento físico e intelectual, atualmente ainda ocorrem, em muitos locais do planeta, as condições de extrema pobreza, onde não há padrões que garantam uma alimentação saudável (MEZZARI et al, 2019).

A falta da alimentação adequada poderá afetar o desenvolvimento motor, o qual é um processo dinâmico e suscetível que se molda a partir de inúmeros estímulos como características físicas e estruturais, o ambiente e o tipo de tarefa a ser aprendida (MEZZARI et al, 2019).

“Dentre as principais causas de atraso motor encontram-se: baixo peso ao nascer, distúrbios cardiovasculares, respiratórios e neurológicos, infecções neonatais, desnutrição, baixas condições socioeconômicas, nível educacional precário e prematuridade (MEZZARI et al, p. 82, 2019).

Neste sentido, Willrich et al 2008, explicam que crianças com desenvolvimento motor atípico em decorrência de desnutrição podem apresentar problemas de coordenação e controle do movimento poderão se prolongar até a fase adulta.

E ainda o autor Fronio et al (2011) mencionam que desnutrição pode gerar sequelas e comprometer algumas áreas do desenvolvimento neuropsicomotor, prejudicando, por exemplo, o funcionamento intelectual e motor, alertando que ainda que depois de afetadas determinadas áreas e funções do desenvolvimento podem não ser completamente recuperadas, mesmo após a melhora nutricional (FRONIO et al, 2011) ou ainda tratamento fisioterápico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fisioterapia, enquanto área de conhecimento, tem a responsabilidade de contribuir com as pesquisas envolvendo o desenvolvimento infantil, especialmente as relacionadas à evolução da motricidade, tanto em lactentes saudáveis quanto nos expostos a fatores de risco como a desnutrição ou sobrepeso. Ressaltamos assim que a fisioterapeuta visa estabelecer, promover ou recupera o desenvolvimento psicomotor, estimulando posturas e movimentos funcionais, proporcionando desenvolvimento neurológico e motor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças menores de 2 anos** / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2013. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez Passos Para Uma Alimentação Saudável- Guia Alimentar Para Crianças Menores de Dois Anos-Um Guia Para o Profissional da Saúde na Atenção Básica**- 2ª Edição- Brasília- DF- 2010.

BRASIL Ministério da saúde **PESQUISA NACIONAL DE DEMOGRAFIA E SAÚDE DA CRIANÇA E DA MULHER - PNDS 2006: Dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**. 2009. Brasília.

CUNHA, L.F. A importância de uma alimentação adequada na educação infantil. 2014. Monografia. (Especialização em ensino de ciências). **Universidade tecnológica federal do Paraná**, Medianeira.

FRÔNIO JS et al. Estado nutricional e desenvolvimento motor grosso de lactentes entre seis e dezoito meses de idade. **Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Hum.** 2011; 21(1): 30-38

VILARTA , R. (Org) et. al. **Alimentação saudável e atividade física para a qualidade de vida**. 2007. Campinas, IPES EDITORIAL, 229P .

WILLRICH A, Azevedo CCF, Fernandes JO. Desenvolvimento motor na infância: influência dos fatores de risco e programas de intervenção. **Rev Neurocienc** , 51-57.2008

MEZZARI SS, DONADIO MVF, GERZSON LR, ALMEIDA CS. **Desenvolvimento neuropsicomotor e desnutrição de uma população de risco de um bairro de Porto Alegre**. Medicina (Ribeirão Preto. Online) 2019;52(2):80-90 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v52i2p80-90>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE OS DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE AO SOBREPESO E OBESIDADE ¹

SALES, Larissa do Nascimento, larrisa.salles925@gmail.com, 121.312.295-5 ²
FRANCO, Poliana. poli_mariafranco@hotmail.com, 070.794.669-96 ³
MACHADO, Franciele. francieledossantosmachado23@gmail.com, 086.120.669-05 ⁴
BENTO, Niscareli, aborsattinisca@gmail.com, 057.613.009-58 ⁵
AMARAL, Emily C.L., emylizinha8@hotmail.com, 070.581.949-39 ⁶
SCHNEIDER, Clediane Fortes, cledianeschneider96@gmail.com, 103.078.309-85 ⁷
MASSOCO, Sarah C.C., saramassoco@gmail.com, 065.822.449-22 ⁸

Resumo – Objetivo: o papel do Enfermeiro como promotor da saúde na Atenção Básica (AB), é além de ações de vacinação, quando a questão é saúde da criança e do adolescente, pois a obesidade infantil impacta não apenas em aspectos físicos, psicológicos como poderá se tornar crônica ou outras doenças como hipertensão, diabetes mellitus na fase adulta. **Método:** realizado uma revisão bibliográfica na base da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) para ressaltar o papel do enfermeiro na prevenção da obesidade infantil. **Resultados:** a assistência de enfermagem não é apenas curativa, mais deve ser inserida junto a escola, com ações de orientações e palestras com o tema alimentação saudável, como também a consulta de enfermagem poderá ser uma forma educativa e de promoção da saúde de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Saúde. Criança. Adolescente. Obesidade. Enfermeiro.

INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é uma grande preocupação para os serviços de saúde disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), conforme dados atuais revelam que 9,4% das meninas e 12,4% dos meninos são considerados obesos no país (BRASIL, 2020).

A situação ainda é mais agravante na perspectiva dos próximos anos, onde há a relação de aumento dos índices da doença nos países de baixa e média renda, onerando os cofres públicos, e nas últimas quatro décadas o número de crianças e adolescentes obesos saltou de 11 milhões para 124 milhões (BRASIL, 2020).

“O excesso de peso na infância e adolescência representa um grande problema de saúde pública, tão grave que é considerado uma epidemia” (NASCIMENTO, 2016).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁸ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A obesidade infantil era considerada doença somente quando atingia um grau mórbido, apenas quando apresentava consequências ou nos casos complicações (BORGES, 2017).

Conforme a OPAS (2010), descreve que a prevalência da obesidade triplicou desde 1975, e um contraste se apresenta um em cada quatro adultos estão obesos e a fome afeta 42,5 milhões de pessoas no mundo (OPAS, 2019).

Um contraste preocupante que em meio obesidade, ainda a desnutrição pode afetar a saúde das crianças e adolescentes, o papel do Enfermeiro poderá ampliar-se para a atuação no individual ao coletivo da atenção primária à especializada (BRAQUINHO; LANZA, 2018).

As políticas de atenção à saúde da criança estão voltadas conforme Branquinho e Lanza (2018), na redução da mortalidade infantil, cobertura vacinal, acesso aos serviços de saúde, apoio ao aleitamento e redução da desnutrição.

METODOLOGIA

Neste artigo foi utilizado uma revisão bibliográfica na base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) com os descritores: (enfermagem) AND (obesidade infantil) AND (fulltext:("1") AND la:("pt")) AND (year_cluster:[2015 TO 2020]) como critério de inclusão para o trabalho apenas publicados em revistas brasileiras de enfermagem enfermagem) AND (obesidade infantil) AND (fulltext:("1") AND db:("BDENF") AND la:("pt")) AND (year_cluster:[2015 TO 2020]). Com um total de 9 artigos publicados apenas na Base de Dados Bibliográficas Especializada d Enfermagem (BDENF), com acesso integral a artigo sendo um total de 4 artigos relacionados com o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel do Enfermeiro no combate ao sobrepeso e a obesidade infantil, poderá ser inicialmente junto Unidades de Saúde da Família desenvolvendo práticas preventivas e educativas, que visem à promoção da saúde integral da criança e do adolescente¹. Através da consulta de enfermagem é possível a coleta de dados referente ao a história alimentar e familiar, acompanhar o crescimento pela da avaliação antropométrica^{1,2}.

A consulta de enfermagem direcionada à criança ou puericultura é uma ferramenta que o enfermeiro poderá investigar e acompanhar o padrão decrescimento e desenvolvimento, e identificar riscos e vulnerabilidade².

Outras ações dos enfermeiros são para o “autocuidado da criança e da família, nos cenários das Unidades de Saúde da Família, domicílio e escola, com intuito de prevenir ou minimizar os efeitos do sobrepeso e obesidade na infância”¹.

Além de atuar como educador, levando a educação em saúde para estes escolares através do Programa Saúde na Escola (PSE) ⁴. E ainda com condutas e estratégias junto a família para enfrentar a obesidade infantil e controlar o peso da criança, relacionadas à mudança de hábitos, à alimentação e à prática de atividades físicas ³.

Tabela 1 – Artigos utilizados na revisão bibliográfica com os descritores: enfermagem e obesidade infantil na base BDEF no período de 2015 a 2020.

Título	Tipo de publicação	Ano
Ações de enfermagem às crianças com sobrepeso e obesidade na Estratégia Saúde da Família ¹	Artigo	2019
Saúde da criança na atenção primária: evolução das políticas brasileiras e a atuação do enfermeiro ²	Artigo	2018
Perspectiva familiar sobre obesidade infantil e suas formas de enfrentamento: estudo descritivo.	Artigo	2017
Atuação do enfermeiro na educação alimentar de crianças em um núcleo de educação infantil.	Artigo	2016

Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do profissional de enfermagem no combate a obesidade infantil, é ampla deste do seu enfrentamento como condição de doença crônica até ações de prevenção como no PSE.

Garantir a saúde da criança e do adolescente é promover qualidade de vida e saúde a esta população, evitando o colapso do sistema de saúde com adultos obesos e em tratamento de doenças crônicas não transmissíveis.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, ADICÉA DE SOUZA; MORAES, JULIANA REZENDE MONTENEGRO MEDEIROS DE; GOÉS, FERNANDA GARCIA BEZERRA DE; SILVA, LILIANE FARIA DA; BROCA, PRISCILLA VALLADARES; DUARTE, SABRINA DA COSTA MACHADO. Ações de enfermagem às crianças com sobrepeso e obesidade na Estratégia Saúde da Família - Nursing actions for overweight and obese children in the Family Health Strategy - **Rev Rene (Online)**;20(1): e33892, jan.-dez. 2019.

BRANQUINHO, ISABELLA DUARTE; LANZA, FERNANDA MOURA. Saúde da criança na atenção primária: evolução das políticas brasileiras e a atuação do enfermeiro - Salud del niño en la atención primaria: evolución de las políticas brasileñas y la acción del enfermero - Child health in primary care: evolution of brazilian policies and nurses' performance - **Rev. enferm. Cent.-Oeste Min**;8mar. 2018.

BORGES, FERNANDA; BARRETO, MAYCKEL DA SILVA; DECESARO, MARIA DAS NEVES; VIERA, CLAUDIA SILVEIRA; MARCON, SONIA SILVA. Perspectiva familiar sobre obesidade infantil e suas formas de enfrentamento: estudo descritivo - Family perspective on childhood obesity and its forms of coping: a descriptive study - Perspectiva familiar sobre obesidad infantil y sus formas de enfrentamiento: estudio descriptivo - **Online braz. j. nurs.** (Online);16(4): 460-470, dez. 2017.

NASCIMENTO, ANA PAULA DA SILVA; AVELINO, DIOGO MARTINS; MAXIMO, MARIA MADALENA GOMES PEREIRA; MOURA, WANDERSON CARDOSO DE. - Atuação do enfermeiro na educação alimentar de crianças em um núcleo de educação infantil - Role of the nurse at nutrition education of children in an core of child education - **Rev. enferm. UFPI**;5(1): 40-45, jan.-mar. 2016.

BRASIL. Obesidade infantil é tema do programa Salto para o Futuro. Ministério da Educação. Ano: 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/obesidade-infantil> Acesso: 20/11/2020.

OPAS. Nações Unidas pedem ações urgentes para frear o aumento da fome e da obesidade na América Latina e no Caribe. Ano: 2019. Disponível: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_joomlabook&view=topic&id=234 Acesso: 21/11/2020.

DIAGNÓSTICO EDUCATIVO DA PRÁTICA DO AUTOCUIDADO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E TIMBÓ GRANDE

Camila Aparecida Fernandes de Moraes, camilafernandes16051999@gmail.com¹
Danielle Thaizi Zimini, Danni.tz@hotmail.com¹
Hemilly Prevedo, hprevedo@gmail.com¹
Luana de Souza Tibes, souzatibesluana@gmail.com¹
Lorete Aparecida Braun, loretebraun@yahoo.com.br²
Leyza Paloschi de Oliveira, leyza@uniarp.edu.br²

Resumo – As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) visam a estimulação da prevenção de agravos de saúde e o autocuidado de forma holística e inserir o indivíduo no contexto da sociedade e meio ambiente. Este trabalho teve por objetivo realizar um diagnóstico em relação ao autocuidado de agentes comunitários de saúde no município de Lebon Regis e Timbó Grande para subsidiar as necessidades de aprendizagem de curso de PICs. Foi aplicado questionário no formato Google forms, com perguntas relacionadas a percepção de saúde e uso de PICs. O questionário foi preenchido por ACS dos municípios de Lebon Regis (n=24) e Timbó Grande (n=10). A amostragem para o diagnóstico foi significativa. Observou-se que os ACS desses municípios são mulheres, em 88% delas, a maior escolaridade foi o ensino médio completo, com autopercepção positiva de saúde e interesse em substituir o uso de medicamentos por métodos naturais, quando possível, para cuidar da saúde. Em relação ao interesse de participar de um curso de autocuidado com uso de PICs, 87,5% dos ACS de Lebon Regis manifestaram interesse e 90% dos ACS de Timbó Grande.

Palavras-chave:

INTRODUÇÃO

As formas de cuidado e atenção à saúde estão relacionadas com o meio cultural, social, político e econômico. Dentro desse contexto o modelo ocidental predominante é o biomédico, que embora seja eficaz em algumas situações, não tem levado em consideração esses aspectos relacionados a saúde (BARROS et al., 2019).

Com a aprovação da Política Nacional de Práticas Integrativas (PNPIC), em 2006, regulamentaram-se várias Práticas Integrativas e Complementares (PICs), entre elas: a acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia e o termalismo social/crenoterapia, além da prática da medicina antroposófica. Outras racionalidades médicas compõe as PICs e tem atraído a atenção da população brasileira e profissionais da saúde, porque trazem abordagens em prática de saúde integral, autocuidado, atentando para a tríade corpo – mente – alma (ASSIS et al., 2018).

As PICS trazem uma visão holística ao processo saúde-doença e estimulam a prevenção de agravos de saúde como forma de autocuidado, utilizam a escuta acolhedora, estreitamento do vínculo terapêutico e a inserção do indivíduo no contexto da sociedade e meio ambiente (LIMA et al., 2018).

¹ Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professora do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Nesse sentido, este trabalho teve por objetivo realizar um diagnóstico em relação ao autocuidado de agentes comunitários de saúde no município de Lebon Regis e Timbó Grande para subsidiar as necessidades de aprendizagem de curso de Práticas Integrativas e Complementares.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Agente Comunitário de Saúde (ACS), compõe a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) e desempenha um papel de importância na equipe, tendo como desafio ampliar seus limites, objetivando buscar resolução das demandas, e veiculando conhecimento e práticas da população (PARANAGUÁ et al., 2009).

O adoecimento do ACS apresenta um risco não apenas para a saúde do profissional, mas também para as pessoas por eles assistidas, com as quais sua relação é extremamente importante. Foi constatado que quando as condições de trabalho são boas, há maior grau de resolutividade. Se o ACS é peça fundamental dentro da ESF, espera-se que ele seja saudável e satisfeito para realizar suas funções (GOMES et al., 2011).

As PICs estimulam o processo de autoconhecimento levando o indivíduo a assumir o processo de autocuidado e potencialidade para a autocura (LACERDA, 2013).

É evidente notar-se a necessidade e relevância de conhecer sobre o uso das PICs pelos ACS, pois estas representam um importante grupo de profissionais que desempenham o papel de propagadores de informações voltada a saúde, são exemplo e modelo para a comunidade (LIMA et al., 2018).

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido no mês de outubro e novembro de 2020, baseado em dados coletados após a aplicação de questionário no formato Google forms, preenchido por ACS dos municípios de Lebon Régis e Timbó Grande. O questionário abordou informações referentes à caracterização dos entrevistados, atuação como ACS, percepção do impacto do trabalho na saúde e uso da PICs, respondidas em 18 questões de múltipla escolha e duas abertas. Os links para o preenchimento online dos questionários foram enviados aos ACS depois de obtida a permissão da Secretaria De Saúde dos dois municípios. Foram incluídos os questionários respondidos pelas ACS dos municípios em estudo, até a data de 16 de novembro. Era objeto de exclusão o público alvo que não estava em atividade no momento da pesquisa. Os dados foram compilados e os resultados obtidos apresentados em tabelas e gráficos dinâmicos do Excell Os dados obtidos foram interpretados e comparados com literatura disponível.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos ACS participantes da pesquisa pode ser identificado na Tabela 1. Participaram da pesquisa 34 ACS, sendo 24 de Lebon Regis e 10 de Timbó Grande. Em Lebon Regis houve participação de 100% das ACS que estavam na ativa, enquanto que a participação de Timbó Grande foi em torno da metade do contingente (n=21). Observou-se que a totalidade dos participantes da pesquisa eram mulheres, o que confirma o papel de cuidadora exercido pela mulher na sociedade (KRUG et al., 2017).

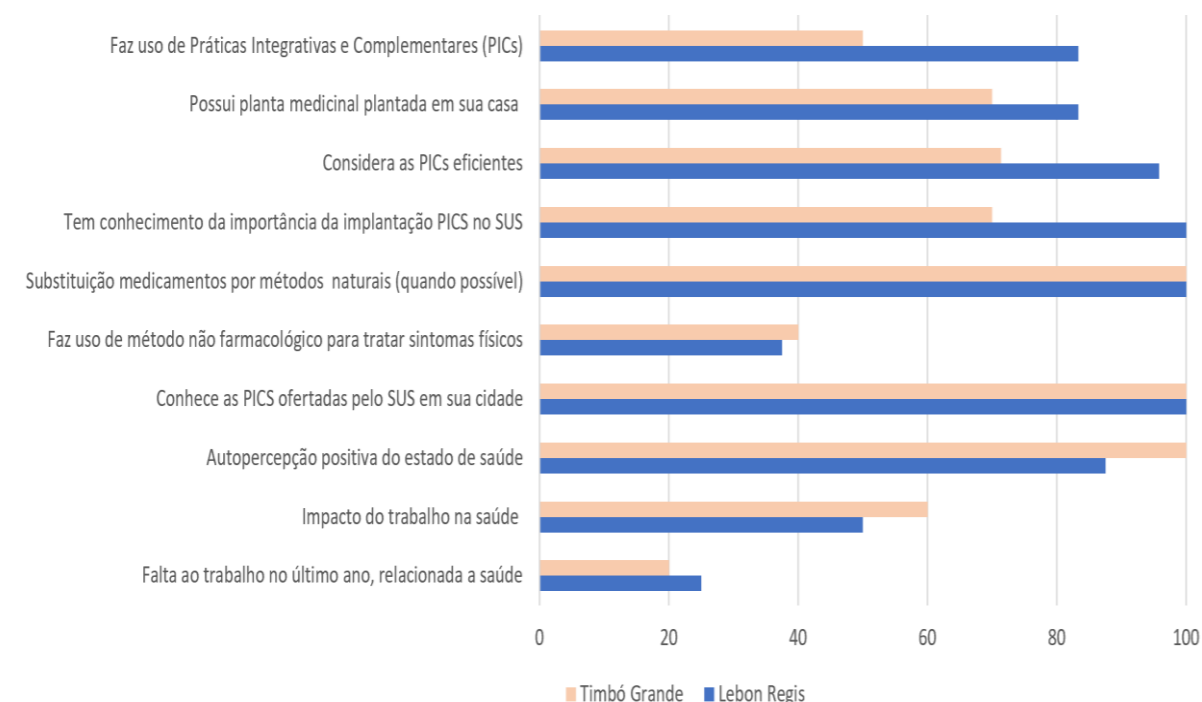
Tabela 1. Caracterização dos agentes comunitários de saúde, Lebon Regis e Timbó Grande, Santa Catarina, Brasil, 2020

Cidade	Gênero		Idade			Estado civil companheiro		Escolaridade			Tempo atuação	
	M	F	<20	21-40	>40	com	sem	M	G	PG	< 1	>1
	(%)											
Lebon Regis	0	100	0	50	50	79	21	88	8	4	92	8
Timbó Grande	0	100	40	40	20	60	40	70	30	0	70	30
Média		100	20	45	35	70	31	79	19	2	81	19

Obs.: ACS que responderam questionário: Lebon Regis n=24, 100% dos ACS do município; Timbó Grande n=10, 47,6% dos ACS do município. M=masculino, F=feminino; M=Ensino Médio, G=graduação, PG=Pós graduação; tempo de atuação=anos).

A equipe de trabalho de Timbó Grande caracterizou-se por um grupo representativo de mulheres mais jovens que o de Lebon Regis. Em relação ao tempo de atuação, a equipe de Lebon apresentou o maior percentual (92%) de ACS com tempo inferior a um ano quando comparado a Lebon Regis (70%).

Figura 1. Respostas afirmativas dos agentes comunitários de saúde em relação a percepção de saúde e Práticas Integrativas e Complementares (PICs) em Lebon Regis e Timbó Grande, Santa Catarina, Brasil, 2020

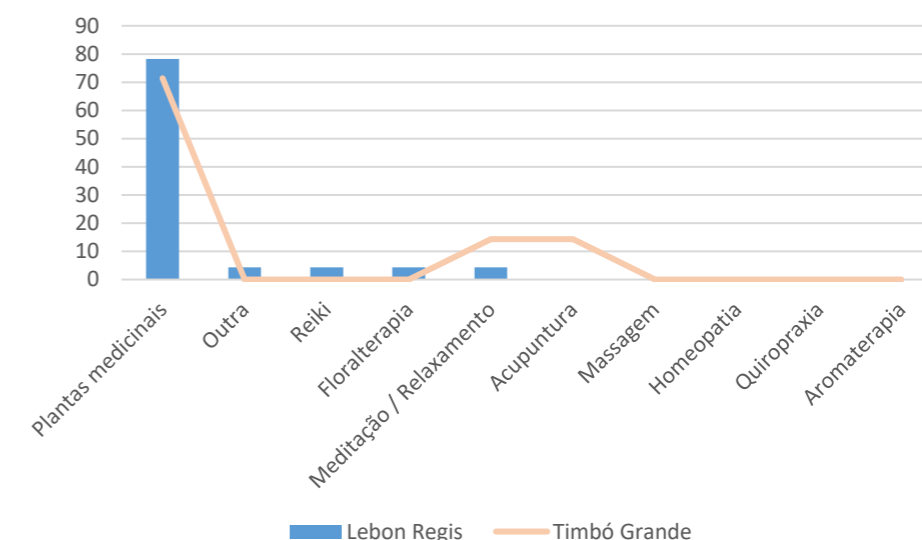


Obs.: ACS que responderam questionário: Lebon Regis n=24, 100% dos ACS do município; Timbó Grande n=10, 47,6% dos ACS do município. M=masculino, F=feminino; M=Ensino Médio, G=graduação, PG=Pós graduação; tempo de atuação=anos).

Em relação a percepção de saúde, a avaliação foi positiva para os ACS de Lebon Regis (87,5%) e de Timbó Grande (100%), registrando o impacto do trabalho na saúde na faixa de 50-60% e auto percepção, com falta ao trabalho em pelo menos 1 vez no ano em torno de 20 a 25%, para ambas as equipes (Figura 1).

Todos os entrevistados conheciam as PICs ofertadas pelo SUS em seus municípios e apresentaram interesse em substituir medicamentos por métodos naturais quando possível (Figura 1). O uso de plantas medicinais destaca-se como a principal PICs utilizada pelos ACS dos dois municípios (Figura 2). As plantas medicinais também foram as PICs com maior predomínio na pesquisa realizada junto a ACS do município de Montes Claros, Minas Gerais (LIMA et al., 2018).

Figura 2. Descrição da utilização de Práticas Integrativas e Complementares por agentes comunitários de saúde, em Lebon Regis e Timbó Grande, Santa Catarina, Brasil, 2020.



Obs.: ACS que responderam questionário: Lebon Regis n=24, 100% dos ACS do município; Timbó Grande n=10, 47,6% dos ACS do município. M=masculino, F=feminino; M=Ensino Médio, G=graduação, PG=Pós graduação; tempo de atuação=anos).

Observou-se que as ACS participantes do estudo avaliaram as PICs como eficientes, 71,4% das respostas em Timbó Grande e 95,8% em Lebon Regis. Em relação ao interesse de participar de um curso de autocuidado com uso de PICs, 87,5% dos ACS de Lebon Regis e 90% dos ACS de Timbó Grande, manifestaram positivamente. A inserção de PICs no autocuidado projetam o sujeito no centro das ações de cura de si mesmo, por fornecer instrumentos de autoconhecimento (LACERDA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amostragem de respostas foi satisfatória em Lebon Regis e Timbó Grande para o diagnóstico educativo. A proporção de público alvo jovem foi maior em Timbó Grande do que em Lebon Regis, e o principal estágio de escolaridade, o ensino médio. As equipes formadas se caracterizaram de forma prevalente com tempo de atuação inferior a um ano. O uso de plantas medicinais foi a principal PICs praticada pelos ACS.

As características dos ACS em relação a autopercepção de saúde foram positivas e manifestaram interesse em participar de um curso de autocuidado com uso de PICs.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Wagner Couto et al. Novas Formas de Cuidado Através das Práticas Integrativas no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. Fortaleza. 2018. Disponível em <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/7575>>. Acesso em 16 nov. 2020.
- BARROS, Leylaine Christina Nunes de et al. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde: Percepções dos Gestores dos Serviços. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, e20190081, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000200204&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- GOMES, André de Lima et al. O Elo Entre o Processo e a Organização do Trabalho e a Saúde Mental do Agente Comunitário de Saúde na Estratégia Saúde da Família no Município de João Pessoa - Paraíba - Brasil. **Revista brasileira de ciências da saúde**, v. 15, n. 3, 2011.
- KRUG, Suzane Beatriz Frantz et al. Trabalho, sofrimento e adoecimento: a realidade de agentes comunitários de saúde no sul do Brasil. **Trabalho educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 771-788, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000300771&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- LACERDA, Lidiane Abreu de. **Um olhar empírico sobre a dádiva**: percepção do autocuidado por agentes comunitários de saúde a partir das práticas integrativas e complementares. 2013. Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Coletiva) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo, Recife, 2013. Disponível em: <<https://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2013lacerda-la.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- LIMA, Cassio de Almeida et al. Práticas integrativas e complementares: utilização por agentes comunitários de saúde no autocuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s6/pt_0034-7167-reben-71-s6-2682.pdf>. Acesso em: 16 nov, 2020.
- PARANAGUÁ, Thatianny Tanferri de Brito; BEZERRA, Ana Lucia Queiroz; SOUZA, Marcus Antônio de; SIQUEIRA, Karina Machado. As práticas integrativas na estratégia saúde da família: visão dos agentes de saúde. **Revista de enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 75-80, jan./mar., 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-17516>. Acesso em: 16 nov. 2020.

EDUCAÇÃO PERMANENTE¹

Andressa Jendrassiak;
 Douglas Ansiliero;
 Giovanni Debastiani;
 Mayelle Cassamalli.²

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Educação Permanente (NEPE) de um hospital do meio Oeste Catarinense, foi criado em abril de 2020 a fim de atender as demandas de treinamento e capacitação dos profissionais atuantes na instituição. A proposta é usar a Educação Permanente para melhorar a formação e o desenvolvimento dos profissionais desse hospital utilizando a metodologia ativa, com vistas à reflexão do modelo de atenção à saúde e das práticas de assistência desenvolvidas no hospital preservando sempre a identidade como valor primordial. Desta forma a proposta refletirá em capacitar e orientar os colaboradores desse hospital pautados à missão de cuidar da vida por meio de serviço de excelência em saúde. Tendo como Visão: ser uma instituição Reconhecida pela excelência em serviço de saúde, garantindo uma educação com mais conhecimento, afetividade, inovação e confiança. A ideia central é promover conhecimento inspirado experiências para que o profissional reconheça sua singularidade e se fortaleça, superando limites e dificuldades; e desenvolva também o seu potencial.

INTRODUÇÃO

No setor da saúde, Educação Permanente é um conceito pedagógico utilizado para expressar as relações entre ensino e ações e serviços, articulando docência e atenção à saúde. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) ampliou esse conceito, que passou a designar também as relações entre a formação e a gestão setorial, desenvolvimento institucional e controle social em saúde.

A educação permanente em saúde constitui, portanto, estratégia fundamental às transformações do processo de trabalho no setor, direcionando-o a tornar-se locus

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de enfermagem ministrado pela professora Maria Aparecida Tavares.

² Acadêmicos do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

de atuação crítica, reflexiva e propositiva. Dessa forma, a transformação e qualificação das práticas de saúde, da organização das ações e dos serviços, dos processos formativos e de desenvolvimento dos trabalhadores dessa área, mais do que diretrizes de uma Política, são prerrogativas de um Estado democrático.

A efetiva implementação da educação permanente, aliada ao pacto pela saúde nos diferentes níveis gestores, depende de um conjunto de fatores, muitos deles relacionados à autonomia do espaço de gestão dos entes federados, que podem ser propícios, e algumas vezes não, à concretização de estratégias de aproximação ensino-serviço.

A educação permanente em saúde, como política e estratégia para a mudança das práticas de saúde, deve contar com a participação dos envolvidos: gestores, formadores, trabalhadores da saúde e pessoas envolvidas em movimentos sociais e no controle social. Assim, espera-se contribuir para ampliar o debate sobre a implementação e a participação dos diversos agentes nas decisões em educação permanente, bem como nas possibilidades de fortalecer a integração ensino-serviço em saúde. (BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: MS, 2009, p. 20)

OBJETIVO GERAL:

O NEP tem como objetivo promover o desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem voltadas para todos os profissionais de Enfermagem. A proposta é usar a educação permanente para melhorar a formação dos profissionais, utilizando uma metodologia problematizadora, uma reflexão do modelo de atenção à saúde e das práticas de assistência desenvolvidas no hospital.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- 1) Pensar a saúde de forma ampliada preparando os profissionais das diversas áreas para assumir adequadamente suas funções, com vistas a prestar atendimento integral ao usuário,
- 2) Estimular a formação da equipe multiprofissional de saúde, através do desenvolvimento de um novo modo de pensar-fazer crítico-reflexivo que promova mudanças nos processos e relações de trabalho;

- 3) Pactuar com os diversos atores e gestores institucionais a prioridade dos processos educacionais nos setores do hospital;

O que é Educação Permanente (NEP)

Educação, enquanto cultura, é o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A Educação desenvolve-se através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida e, ainda, tem o sentido de cortesia, civilidade, polidez. Segundo René Hubert:

Segundo Humbert a Educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade. (HUBERT apud TOMAZONI, 2014, p. 28).

Em relação ao aspecto técnico: Educação é um processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo. Nesse sentido a Educação Permanente pode ser entendida como:

Verifica-se que a Educação Permanente ou Continuada constitui-se no processo de permanente aquisição de informações pelo trabalhador, de todo e qualquer conhecimento, por meio de escolarização formal ou não formal, de vivências, de experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. Compreende a formação profissional, a qualificação, a requalificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização. Tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha. (BRASIL, 2005, p. 32).

Segundo Ceccim (2005) a educação permanente não se contrapõe à educação continuada.

Ainda Ceccim afirma que a Educação Permanente em Saúde pode corresponder à Educação em Serviço, quando esta coloca a pertinência dos conteúdos, instrumentos e recursos para a formação técnica submetidos a um projeto de mudanças institucionais ou de mudança da orientação política das ações prestadas

em dado tempo e lugar, tem-se também que corresponde à Educação Continuada, quando esta pertence à construção objetiva de quadros institucionais e à investidura de carreiras por serviço em tempo e lugar específicos. Temos à Educação Formal de Profissionais, quando esta se apresenta amplamente porosa às multiplicidades da realidade de vivências profissionais e coloca-se em aliança de projetos integrados entre o setor/mundo do trabalho e o setor/mundo do ensino.

Competências do NEP:

Assessorar a gestão hospitalar nos assuntos referentes à Educação Permanente mantendo uma boa comunicação entre os diretores, coordenadores, supervisores e colaboradores.

Organizar cursos de capacitação/qualificação, oficinas, seminários, workshops, rodas e ministrá-los em conjunto com as especialidades.

Colaborar na implementação e execução de projetos de extensão de instituições de ensino com a finalidade de capacitar/qualificar os profissionais voltados para os interesses desse hospital da região.

Contribuir com o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e estratégias de educação permanente em saúde implementada.

Estimular a interlocução entre os gestores de saúde, instituições formadoras e instancias de controle social em saúde, facilitando a interação ensino/serviço.

Promover espaços de compartilhamento e aprimoramento de iniciativas inovadoras de formação e qualificação da gestão e do trabalho em saúde.

Desenvolver atividades afins, dentro de sua competência

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

Membro Efetivo:

Acadêmicos de enfermagem, cursando 8 fase do curso de enfermagem da UNIARP

Membros Colaboradores:

Andressa Jendrassiak: Acadêmica de enfermagem;

Douglas Ansiliero: Acadêmico de enfermagem;

Geovani de Bastiani: Acadêmico de enfermagem;

Mayelle Ap. Cassamalli: Acadêmica de enfermagem.

CRONOGRAMA DE TREINAMENTOS

Meses Outubro e Novembro				
Data	Treinamento	Local	Quem?	Objetivos
22/10/2020	Atenção as Questões do COVID19 Responsável: Andressa, Douglas, Geovani e Mayelle	Web Conferência	Equipe de enfermagem	Revisar técnicas e Protocolos
29/10/2020	Assistência de enfermagem no óbito por COVID19 e orientações para familiares Responsável: Andressa, Douglas, Geovani e Mayelle	Web Conferência	Equipe de enfermagem	Conhecer os protocolos
05/11/2020	Isolamento de pacientes, uso de EPI, higienização das mãos. Responsável: Andressa, Douglas Geovani e Mayelle	Web Conferência	Equipe de enfermagem	Revisar fisiopatologia Revisar protocolos de proteção individual.
12/11/2020	Apresentação Pessoal e higiene pessoal no período COVID19 Responsável: Douglas, Andressa, Geovani e Mayelle	Web Conferência	Equipe de enfermagem	Seguir as normas da instituição de trabalho

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS (NOB/RH-SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. 96 p. ISBN 85-334-0827-7. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/nob_rh_2005.pdf>. Acesso em: 18 maio 2015.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface Comunic, Saúde, Educ, v. 9, n. 16, p. 161-177, set. 2004/fev. 2005.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. **Educação permanente em saúde**. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs.). Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 162-168.

MOTTA, J. I. J. et al. **Educação Permanente em Saúde**. Olho Mágico, Londrina, v. 9, n. 1, p. 37-78, abr./jun., 2002. ISSN 1517-1345.

TOMAZONI, Ana Maria Ruiz. Práticas e reflexões sobre educação alimentar: uma narrativa interdisciplinar. 2014. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/gepi/downloads/TESES_CONCLUIDAS/2014-TESE%20ANA%20TOMAZONI.pdf>. Acesso em: 28 maio 2015.

PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC

Alessandra Pereira Prestes, alessandra_pprestes@hotmail.com¹

Carla Leticia da Rosa, carla_leeh@hotmail.com¹

Gessica Zilli Scain, gessiczilliscain@gmail.com¹

Josiane Ferreira, Josiane_vc.ellen@hotmail.com¹

Leia Borges Rodrigues, leiaborgesrodrigues@hotmail.com¹

Lorete Aparecida Braun, loretebraun@yahoo.com.br²

Resumo – A educação em saúde é essencial para desenvolver capacidades individuais e coletivas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e saúde da população assistida. Para que uma equipe de Estratégia de Saúde da Família, possa assistir adequadamente os usuários adscritos em seu território é fundamental o conhecimento do cenário em que estão inseridos, planejando e adequando suas ações às necessidades. A nível nacional discute-se a importância da Educação Continuada, qual promove conhecimento aos profissionais e qualifica a atenção à saúde. O Agente Comunitário de Saúde, como parte da equipe e que representa o elo profissional/usuário/comunidade, sendo essencial para um bom desenvolvimento de ações de promoção, prevenção da saúde, deve estar atualizado, com bom conhecimento de temas atuais para um bom desempenho do trabalho. A Educação Continuada é a maneira de manter esse profissional atualizado e para isso o enfermeiro tem como responsabilidade planejar e desenvolver atualizações em saúde. Este trabalho tem como objetivo uma proposta de ações de Educação Continuada aos Agentes Comunitários de Saúde do município de Caçador-SC, visando oferecer subsídios para o desenvolvimento adequado de suas atribuições, auxiliando no esclarecimento de dúvidas de forma objetiva, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população.

Palavras-Chave: Educação Continuada. Agente Comunitário de Saúde. Estratégia de Saúde da Família.

INTRODUÇÃO

A Atenção Básica, é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o

¹ Acadêmico do curso de enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professora do curso de enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades(BRASIL,2018).

A Estratégia de saúde da Família, criada em 1994 foi destinada a reorganização da Atenção Básica, como porta de entrada e buscando atender integralmente as necessidades da população, composta por uma equipe, na qual o Agente comunitário de Saúde faz parte sendo o elo entre o usuário e a Unidade. Este profissional leva informações, promovendo a saúde, sendo assim se faz necessário conhecimento contínuo e atualizado para o bom desenvolvimento de suas atribuições(RODRIGUES et al, 2020).

A Educação Continuada como componente essencial do desenvolvimento humano é a melhor e mais eficaz maneira de se obter e atualizar conhecimentos. O enfermeiro como gestor, traz em suas atribuições e responsabilidades o desenvolvimento desta prática, inclusive para o agente comunitário de saúde que é de sua responsabilidade dentro da equipe de saúde. Planejar e desenvolver ações de Educação Continuada com Agentes comunitário de Saúde não é apenas uma proposta, é responsabilidade e dever do enfermeiro e da gestão (RODRIGUES et al, 2020).

Nesse sentido, este trabalho teve por objetivo elaborar uma proposta de Educação Continuada para Agentes comunitários de Saúde do município de Caçador-SC.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Criado em 1991, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), qual vem se inovando e ganhando seu espaço como profissional de saúde parte da equipe de Estratégia de saúde da Família. O trabalho desempenhado pelo ACS possui centralidade enquanto pratica social do seu fazer e propagação de ações que almejam melhorias para a saúde da sociedade a respeito de sua responsabilidade sanitária. O ACS dentre os profissionais de saúde acaba de diferenciando devido ser um agente social, possuindo forte vínculo com a sociedade, havendo como objeto em seu trabalho a prática relacionada ao cuidado o que o valida como um profissional unicamente do SUS (ALENCAR et al, 2020).

Sendo considerado entre uma das principais portas de entrada no sistema de saúde o ACS, sendo o prioritário o fortalecimento e ampliação da atenção básica a saúde. O ACS é responsável de fazer o acompanhamento de todas as famílias em um determinado território sendo denominada de área. A área se torna dividida em microáreas, e dessa maneira o ACS se torna responsável por até 750 pessoas (ALMEIDA, BAPTISTA, SILVA, 2016).

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída no ano de 2004, representa um marco para a formação e trabalho em saúde no País. Segundo a OPAS(Organização Mundial da Saúde), Educação continuada é um processo de ensino e aprendizado ativo e permanente que se inicia após a formação básica e está destinado a atualizar e melhorar a capacidade de uma pessoa ou grupo, frente às evoluções técnico-científica e às necessidades sociais(BRASIL,2018).

Portanto, intervir na educação e na formação dos ACS é algo economicamente viável e que certamente pode contribuir na melhoria da saúde da população, pois representam um grupo de multiplicadores de informações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde da população (FIGUEIRAS,2011).

METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza pelo tipo qualitativa com abordagem descritiva, construção de um plano de ações conforme pesquisa de revisão literaria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades propostas para o desenvolvimento da Educação Continuada com Agentes Comunitários de Saúde estão dispostas conforme planejamento no quadro 1.

Quadro 1: Planejamento de Educação Continuada

Planejamento	Atividades Realizadas
1- Encontro com ACS, enfermeiros e coordenação Atenção Básica	Apresentação do projeto. Coleta de dados(ACS, enfermeiros) Levantamento de temas Definição de cronograma das atividades.
2- 1º Educação em Saúde	Atribuições do ACS; Acolhimento na visita domiciliar; Atividade:Dinamica de grupo.
3- 2º Educação em Saúde	Atualização Calendário vacinal;

	Outro tema(escolha ACS)
4- 3º Educação em Saúde	Importância Indicadores de Saúde; PICS; ou tema (escolha ACS)
5- 4º Educação em Saúde	Tema escolha ACS; Avaliação das atividades; Encerramento.

Fonte: Os autores, (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da proposta de intervenção junto aos ACS, estes terão acesso a conteúdo e informações que possibilitem realizar suas atribuições com maior zelo, respeitando os limites de responsabilidade da sua função. Tornando possível efetuar um cuidado de dimensões complexas, centrado na promoção da qualidade de vida do indivíduo e da população. Por fim, o projeto de intervenção proposto por esse trabalho pode ter seguimento, podendo ser adaptado às transformações e às novas demandas da população e da própria equipe de saúde. Objetivando a constante aquisição de conhecimento pela equipe de saúde, também chamada educação continuada, devendo ser um dos focos da atenção básica. Somente pela troca de saberes, de forma continuada e multidisciplinar, é possível oferecer um serviço de excelência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mirian Cristina dos Santos; BAPTISTA, Patricia Campos Pavan; SILVA, Arlete. Cargas de trabalho e processo de desgaste em Agentes Comunitários de Saúde. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 50, n. 1, pág. 93-100, fevereiro de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342016000100093&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de outubro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000100013>.

ALENCAR, Olga María de; ABREU, Leidy Dayane Paiva de; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da; PEREIRA, Thayza Miranda; MARINHO, Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho. Saberes e práticas dos agentes comunitários de saúde no contexto da promoção da saúde: uma revisão integrativa. **Enferm. glob.**, Murcia, v. 19, n. 59, p. 626-657. 2020. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/eq/v19n59/pt_1695-6141-eg-19-59-626.pdf. Acesso em 27 de Out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.– 1. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

FILGUEIRAS, Andréa Sabino; SILVA, Ana Lúcia Abrahão. Agente Comunitário de Saúde: um novo ator no cenário da saúde do Brasil. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 899-916, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000300008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 21 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000300008>

NUNES, Cristiane Abdon et al. Visitas domiciliares no Brasil: características da atividade basilar dos Agentes Comunitários de Saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe2, p. 127-144, Oct. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000600127&lng=en&nrm=iso>. acesso em 27 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s209>.

RODRIGUES, Fernanda Cristina Santos et al. Agentes comunitários de saúde: percepção sobre os serviços de saúde relacionados à doença de Chagas. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 130-139, Mar. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2020000100130&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 out.2020.

A UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM¹

OLIVEIRA, Jaciara Emanuelle Alves de, jaciara_emanuele@hotmail.com, 021.329.650-05²
RODRIGUES, Cleverson de Souza, cleversonsouzarodrigues61@gmail.com, 108.207.009-24³
MAIBERG, Delair Martins, dilamaibergmaiberg@gmail.com, 050.176.009-14⁴
RIGO, Ana Luiza, aninharigo@hotmail.com, 078.272.019-62⁵
VOYTYLAKI, Andréia Cristina, andreiavoytylaki@gmail.com⁶
MORAES, Sabrina Fontes de, sabryfontes03@gmail.com, 112.407.749-90⁷
MASSOCO, Sarah Cristina Chiesa, sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁸

Resumo – Objetivo: promover o princípio da universalidade de acesso aos serviços de saúde da atenção básica em tempos de pandemia do COVID-19. **Método:** após a realização de uma revisão bibliográfica com artigos publicados em bases de revistas de saúde, desenvolveu um protótipo de aplicativo de acesso online para agendamento dos serviços de saúde junto a Unidade Básica de Saúde. **Resultados:** desenvolvido o protótipo de aplicativo online para acesso e agendamentos aos serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com base no conhecimento e na prática do profissional Enfermeiro.

Palavras-chave: Enfermagem. Aplicativos digitais. Inovação. Sistema de informações em saúde (SIS).

INTRODUÇÃO

“A saúde é direito de todos e dever do Estado a garantia de redução do risco de doença e agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Neste contexto como medida para a promoção da saúde é criada a Atenção Básica (AB), sendo a porta de do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL,2006), é implantado nos municípios as Unidades Básicas de Saúde (UBS) que são o elo entre o sistema e o cidadão. Compete a AB as ações individuais e coletivas, desde promoção, proteção, a prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e a manutenção da saúde (BRASIL,2006).

Dentre os princípios do SUS a universalidade é uma garantia (BRASIL,2000), neste contexto promover o acesso a saúde em meio a pandemia do COVID-19 é uma necessidade iminente, principalmente à população mais carentes, que depende deste sistema.

Assim a inovação e tecnologias para ferramentas que promoção à saúde e ao acesso (LORENZETTI et.al,2012), é necessário que o Enfermeiro amplie sua perspectiva com o auxílio das tecnologias, para garantia deste direito aos pacientes.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A UTILIZAÇÃO DE APPS

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) permitem a formação de redes de comunicação em massa em uma realidade online (MAGALHÃES 2016),

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Enfermagem).

possibilitando o uso desta ferramenta para promover o acesso à saúde. Com a inovação e tecnologia em informação, aplicado no setor da saúde, é possível promover os serviços com mais agilidade, eficiência, redução de falhas e erros, diagnóstico médico e de enfermagem, prontuário eletrônico entre outros (LORENZETTI et al., 2012)

O desenvolvimento de aplicativos online com finalidade terapêutica é uma realidade que deve ser explorada em toda a sua amplitude, tanto pelos pacientes quanto pela equipe multiprofissional (HEFFERNAN et al. 2016). Através desta tecnologia é possível estabelecer uma rede de apoio ao paciente disponibilizando lembretes de consultas e retornos, sanando dúvidas e com isso reduzindo filas de espera dentro de Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como estimular a adesão aos tratamentos e hábitos saudáveis (HEFFERNAN et al. 2016).

Segundo Kim, Powell e Bhuyan (2017), os aplicativos móveis são uma fonte adicional de informação, a utilização dessa ferramenta na área da saúde é capaz de promover acessibilidade, mobilidade, promoção de saúde e informação em tempo real aos usuários.

Uma das principais vantagens das intervenções em saúde por aplicativos é a facilidade de acesso e uso, além de alcançarem diferentes segmentos da população. (AMORIN et al 2018).

Pensa, projetar os aplicativos para a saúde deve estar fundamentado em evidências e teorias científicas que equilibrem as preferências dos usuários, sendo considerados como parte integrante do desenvolvimento dos aplicativos (CURTIS, LAHIRI e BROWN 2105).

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado a partir de uma revisão literária em artigos científicos, com os descritores: inovação, tecnologia e Aplicativos Móveis “APPLICATION” (APP) relacionados ao setor de saúde. Após o estudo direcionados, utilizou-se o conhecimento para a formulação de protótipo de página online de acesso público para o agendamento de serviços das UBS em formato online, integrando e provendo o acesso a saúde.

O aplicativo foi desenvolvido com o apoio de profissional de Sistemas de Informação, com APP é possível ter acesso para: **agendamento** (consultas, dentista, receituários e curativos), **prevenção** (saúde da mulher, saúde do idoso, saúde da criança e do adolescente, gestante e vacinas) e **Núcleo de Apoio da Saúde da Família** (NASF) (nutricionista, assistente social e psicólogo).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de uma tecnologia é definida como o campo de conhecimento para a planificação, operação, ajuste, manutenção e monitoramento, à luz do conhecimento científico (LORENZETTI et al., 2012), o que pode ser entendida como máquinas, equipamentos e aparelhos (LORENZETTI et al., 2012), devido a lacuna de acesso em meio a pandemia, foi desenvolvido uma plataforma online para acesso e agendamento de serviços, que o paciente pode acessar via internet, integralizando à saúde com a UBS de seu bairro ou município.

É possível o acesso a esta plataforma através do endereço online: <https://afonsoqoiaba.github.io/UNIARP-enfermagem/>



Imagem 1 – Página inicial de acesso online ao portal de agendamento à saúde para Atenção Básica.



Fonte: os autores,2020.

Imagem 2 – Página inicial de acesso online para agendamento de consultas, dentista, receituários e curativos.



Fonte: os autores,2020.



Imagem 3 – Página inicial de acesso online para prevenção nos programas: saúde da mulher, saúde do idoso, saúde da criança e adolescente, gestantes e vacinas.



Fonte: os autores,2020.

Imagem 3 – Página inicial de acesso online para agendamento com o NASF: nutricionista, psicólogo e assistente social.



Fonte: os autores,2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber o quanto a tecnologia dos aplicativos está inserido da sociedade, essa revisão bibliográfica proporcionou a visibilidade da importância da tecnologia e inovação para a assistência de enfermagem. Com a utilização de aplicativos é possível proporcionar informação em tempo real a população.

Enfim o Enfermeiro contribuindo para a promoção da saúde através da inovação e tecnologia para assistência de enfermagem na UBS.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo a iniciação científica na graduação em Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- AMORIM.D.N et al. **Aplicativos móveis para a saúde e o cuidado de idosos**. Universidade Católica de Brasília. 2017. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br e-ISSN 1981-6278 Acesso em: -8/11/2020
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.
- CURTIS, K.E.; LAHIRI, S.; BROWN, K. E. 2015 Targeting Parents for Childhood Weight Management: **Development of a Theory-Driven and User-Centered Healthy Eating App**. JMI
- HEFFERNAN, K.J. et al. 2016. **Guidelines and recommendations for developing interactive eHealth apps for complex messaging in health promotion**. JMIR mHealth and uHealth, n.4, v.1, 2016.
- KIM H, POWELL MP, BHUYAN SS. Seeking medical information using mobile apps and the internet: are family caregivers different from general public? **Med Syst** .2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28101781/> Acesso em: 08/11/2020
- Koerich MHAL, Vieira RHG, Silva DE, Erdmann AL, Meirelles BHS. Produção tecnológica brasileira na área de enfermagem: avanços e de-safios. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS) 2011 dez;32(4):736-43.
- LOPES OCA, HENRIQUES SH, SOARES MI, CELESTINO LC, LEAL LA. Competências dos enfermeiros na Estratégia Saúde da Família. **Esc Anna Nery** 2020;24(2):e20190145.

LORENZETTI, J., TRINDADE, L.L., PIRES, D.E.P. DE, & RAMOS, F.R.S. (2012). **Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária**. Florianópolis, 2012.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000200023&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Acesso: 08/11/2020.

MAGALHÃES, A. R. 2016. Complexidade e incerteza na sociedade contemporânea: potenciais cenários para os processos educacionais. **Ciência** (In) Cena Bahia, 2016. Disponível em:

<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/cienciaincenabahia/article/view/2370>

Acesso em: 06/11/2020.

SILVA RM, BRASIL CCP, BEZERRA IC, QUEIROZ FFSN. Mobile health technology for gestational care: evaluation of the GestAção's App. **Rev Bras Enferm**. 2019;

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de atenção básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde – Brasília. Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Sistema Único da Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Ministério da Saúde. Brasília. Ano: 2000. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf Acesso em: 22/11/2020.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CUIDADO COM RECÉM-NASCIDO NA PANDEMIA DO COVID-19¹

BARROS, Jaynara Renata Thibes de, jaythibes@yahoo.com.br²

CORRÊA, Suelen Ribeiro, suelenribe21@gmail.com³

BUZZI, Talissa, talissanathan@gmail.com⁴

OLIVEIRA, Silmara, oliveirasilmara361@gmail.com⁵

ANDRADE, Raquel Fátima Ribeiro de, raquel0030@gmail.com⁶

MASSOCO, Sarah Cristina Chiesa Massoco, sarahmassoco@gmail.com⁷

Resumo – Objetivo: O aleitamento materno é influenciado por mitos, crenças e tradições, o que pode acarretar em suspensão da amamentação exclusiva, atualmente o COVID-19 também afetou a relação mãe e bebê na questão de há transmissão pelo leite materno. **Método:** este trabalho através de revisão bibliográfica com as principais publicações na área da saúde, descreve que forma qualitativa as informações sobre aleitamento e COVID-19. **Resultados:** as contribuições deste será parte integrante de um e-book interdisciplinar, com as recomendações de manter o aleitamento materno, mesmo com a mãe suspeita ou positiva do coronavírus, com medidas de higiene, uso de máscara, orientações sanitárias, o vínculo deste binômio deverá ser promovido pelo Enfermeiro.

Palavras-chave: COVID-19, Amamentação, Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Segundo a OPAS (2020) “as recomendações sobre aleitamento materno devem se basear não apenas nos riscos potenciais da COVID-19 para o bebê, mas em relação a mortalidade e mortalidade ao não aleitamento”. Além de que o risco de infecção pela COVID-19 é baixo (OPAS, 2020).

O presente estudo irá tratar sobre a amamentação de crianças por mães suspeitas ou infectadas pelo vírus SARS-CoV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2), cuidados que elas devem ter com relação a utilização higienização de instrumentos, bem como os benefícios trazidos da continuidade do aleitamento materno aos recém nascidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pandemia do novo COVID-19 trouxe um sério problema de saúde pública no mundo, enquanto ainda se descobrem mais evidências sobre a doença, se mantém

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 6ª fase do curso de graduação em Enfermagem – Cartilha de Orientação à Saúde da Criança na Pandemia do COVID-19).

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), Especialista do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

medidas preventivas de aglomerações, uso de máscara e lavagens das mãos frequentemente, diante deste cenário, muitas mães têm dúvidas a respeito da amamentação, se este ato pode gerar risco de infecção através do leite materno (SILVA, 2020).

Segundo evidências do Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), não tem riscos de transmissão vertical do vírus Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2 (SARS-Cov-2) no leite materno, a amamentação não deve ser interrompida e o contato da mãe com o bebê deve ser preservado, porém medidas preventivas devem ser mantidas (SILVA, 2020).

METODOLOGIA

Em período de pandemia do COVID-19 em que a adoção do isolamento social como medida de prevenção, o apoio familiar e de pessoas próximas às mulheres gestantes e puérperas pode ser fazer prejudicado e um momento de novo ciclo vital, com tantas dúvidas com o novo papel, inseguranças entre outros. É possível contribuir, na divulgação de conhecimentos de enfermagem sobre maternidade em tempos de COVID-19 por meio de um e-book?

Neste projeto integrador teve-se como objetivo a elaboração capítulo de um e-book com orientações de Enfermagem para a saúde do recém-nascido em tempos de Pandemia do COVID-19, e posterior à divulgação em mídia e publicação a comunidade junto ao através do portal da universidade. Assim a escolha metodológica foi uma revisão bibliográfica na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) online, com os descritores amamentação e COVID-19 com o total de 139 artigos, após a utilização dos descritores específicos: (aleitamento) AND (COVID-19) AND (fulltext:"1") AND mj: ("Aleitamento Materno") AND la:("en" OR "pt") na versão português e inglês e critérios de inclusão textos completos, publicados no ano de 2020 sendo 8 artigos, sendo sintetizado os aspectos da assistência de enfermagem na orientação a amamentação durante esta pandemia mundial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel do profissional de enfermagem no enfrentamento ao COVID-19, na assistência ao aleitamento materno, deparou-se com as reflexões mantem a amamentação, contato pele a pele com mãe suspeita, benefícios e medidas de prevenção, para esta análise e síntese da assistência de enfermagem na amamentação no COVID-19, utilizou-se da revisão bibliográfica.

Conforme Silva (2020), os estudos científicos demonstram que as mães que amamentam precisam ter cuidado com a higiene das mãos antes e após o contato com o bebê, além de usar máscara facial, para as que não se sentem seguras em relação à amamentação, podem ordenhar o leite manualmente ou com bombas extratoras, utilizando os mesmos cuidados de higiene para depois disponibilizá-lo através de colheres ou copos, os profissionais devem orientar a iniciar ou manter a amamentação, pois os benefícios da amamentação são essenciais à saúde da mulher e do bebê, além de ser superior ao risco de contágio causado pelo COVID-19.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), recomendam o contato mãe-bebê e a manutenção do aleitamento materno, primeiramente deve ser feito uma avaliação abrangente que leve em consideração os riscos da COVID-19 para a criança, os prejuízos associados

à ausência da amamentação e o uso inadequado das fórmulas infantis. Visto que a amamentação, é uma estratégia natural de vínculo, proteção e nutrição, pois quando feita de forma exclusiva até os 6 meses de e ainda a proteção contra infecções, inclusive a infecção por COVID-19, redução da mortalidade neonatal; redução da probabilidade de sobrepeso e obesidade, efeitos positivos na inteligência, contribuição no alcance de maior renda durante a vida adulta, no aspecto materno diminui o risco de câncer de ovário e mama, reduz os gastos voltados para a saúde e auxilia no planejamento familiar evitando gravidez indesejada, através do Método de Amenorréia Lactacional (LAM).

Até o presente momento não existem dados suficientes para determinar se é possível a transmissão vertical da COVID-19 pela amamentação, em contrapartida se tem conhecimento sobre dois aspectos: o primeiro está relacionado aos diversos benefícios trazidos com o aleitamento materno, e o segundo diz respeito a infecção pelo novo coronavírus, a qual em bebês é comumente leve ou assintomática com risco baixo (OPAS,2020).

Em um estudo proposto por Marin et. al (2020), apresentou dados que a transmissão é negativa de SARS-CoV-2 para colostro expresso manualmente de mães positivas evidenciou que a expressão manual (garantindo o uso de máscara e as medidas higiênicas adequadas para as mãos e a mama), quando a amamentação direta não é possível, parece ser uma forma segura de alimentação de recém-nascidos de mães com COVID-19. O ácido nucleico do SARS-CoV-2 não foi detectado no leite materno, mas os anticorpos, não havendo assim evidência de transmissão do vírus na amamentação, o aleitamento materno não é considerado fonte de infecção de vírus para o bebe, ao contrário, tem o papel de prevenir as infecções respiratórias, permitindo o vínculo do binômio (MARTINS-FILHO; SANTOS; SANTOS JR., 2020)

As recomendações durante a lactação durante o risco do COVID-19 são : lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou higienizá-las com álcool em gel, principalmente antes de tocar no bebê, usar máscara médica (cirúrgica) durante qualquer contato inclusive durante a amamentação, espirrar ou tossir em um lenço de papel e descartá-lo imediatamente após o uso, além de lavar as mãos novamente, limpar e desinfetar rotineiramente as superfícies em que se toca com frequência (OPAS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao profissional Enfermeiro compete a assistência de enfermagem na orientação quanta amamentação durante a pandemia do COVID-19: início ou manutenção da amamentação mesmo em casos suspeita de infecção, a lactação é essencial para a manutenção do vínculo familiar, os benefícios da livre demanda ao leite materno ao recém-nascido são desde a proteção contra infecções, inclusive a infecção por COVID-19, redução da mortalidade neonatal, redução de sobrepeso e obesidade e promove o desenvolvimento neurológico. E quando as recomendações para evitar a infecção retoma-se as mesmas em condições cotidianas ao enfrentamento da pandemia: higienização das mãos e o uso de máscaras.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus de Fraiburgo pelo incentivo à iniciação científica.

REFERÊNCIAS

GABRIEL, Miguel Ángel Marín et al. Transmissão negativa de SARS-CoV-2 para colostro expresso manualmente de mães positivas para SARS-CoV-2. **Remédio para Amamentação**, v. 15, n. 8, p. 1-6, ago., 2020. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/bfm.2020.0183>. Acesso em: 23 out. 2020.

HAND, Ivan L.; NOBLE, Lawrence. Covid-19 e a amamentação: qual é o risco? **Journal of Perinatology**, ano 2020, n. 40, p. 1459-1461, jul., 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41372-020-0738-6.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

MARTINS-FILHO, Paulo Ricardo; SANTOS, Victor Santana; SANTOS JR., Hudson P. Amamentar ou não amamentar? Ausência de evidências sobre a presença de SARS-CoV-2 no leite materno de mulheres grávidas com COVID-19. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, n. 44, p. 1-5, abr., 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52038>. Acesso em: 26 out. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Aleitamento materno e a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19):** informações científicas 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52479>. Acesso em: 16 out. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Benefícios da amamentação superam riscos de infecção por COVID-19, afirmam OPAS e OMS.** Disponível em: www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6267:beneficios-da-amamentacao-superam-riscos-deinfeccao-por-covid-19-afirmam-opas-e-oms&Itemid=820. Acesso em: 14 out. 2020.

SILVA, Luciana Rodrigues. **SBP, aleitamento materno e Covid-19:** compromisso com a ética e a ciência, ed. 26, set., 2020. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/especiais/sbp-amamentacao-2020/>. Acesso em: 19 out. 2020.

PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL: construção de blog para educação em saúde

Janaina da Silva Batista, janabatista2013@gmail.com¹
Mariana Balatka, Marianabalatka@gmail.com²
David Constante Alonso, davialoncons5@gmail.com³
Jessica Sabrina Lopes, jessicasah1999@gmail.com⁴
Dayane Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁵

RESUMO – Uma das áreas de atuação da Enfermagem é na Educação em Saúde. Entre as estratégias para realizar as práticas educativas estão palestras, rodas de conversa, orientações individuais e grupais no sentido de contribuir com informações científicas que promovam saúde e, estímulo ao autocuidado pelas pessoas. No contexto da pandemia e de reflexões acadêmicas para construção de um Projeto integrador, surge o objetivo deste estudo que é promover educação em saúde mental por meio da construção de um blog. Estudo qualitativo, tipo pesquisa-ação que se fundamenta em quatro etapas: observação da realidade; elaboração de postos-chave; teorização; hipóteses de solução e aplicação à realidade - execução da ação. O trabalho foi desenvolvido no período de agosto a novembro de 2020. O resultado deste trabalho foi a criação do Blog “Fala Enfermagem” com assuntos discutidos nas disciplinas que os acadêmicos cursam durante o semestre.

Palavras-Chave: Enfermagem. Saúde Mental. Promoção. Blog. Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

A educação em saúde é um campo multifacetado em que conhecimentos da área de educação e da saúde se complementam com objetivo de promover saúde e estimular o autocuidado. A promoção da saúde foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1986 como o “processo que capacita a pessoa a tomar o controle e a melhorar a sua saúde”.

O enfermeiro, em especial o enfermeiro de saúde mental, tem entre suas ações realizar orientações e o suporte familiar como estratégias que podem facilitar na promoção em saúde mental principalmente na atenção primária. Neste sentido, entende-se que educação em saúde possibilita ao indivíduo desenvolver capacidades e competências que facilitam a sua adaptação às várias etapas do seu ciclo vital e aos seus processos de saúde e doença, de forma efetiva (FREIRE et al, 2016).

De acordo com Barbosa et al, (2020), o enfermeiro exerce papel fundamental na elaboração de ações educativas em diversos setores, partindo da saúde pública a setores privados, conhecer as situações em que se encontra o indivíduo e elaborar

¹ Acadêmico do curso Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

a partir desta realidade estratégias que levem até a pessoa o conhecimento, implica não só em desafio profissional, mas também pessoal para o enfermeiro. Desta forma fomentar o lado criativo do acadêmico de enfermagem ainda na sua formação contribuirá para um profissional com maior capacidade de adaptação e discernimento de situações tendo maior facilidade na elaboração de estratégias de ações educativas futuras.

Em 11 de março de 2020, o diretor da OMS, Tedros Adhamon, declarou que o estado de contaminação pela COVID-19, tinha alcançado o nível de pandemia, que refletiu em um grande isolamento social como estratégia de conter a transmissão do vírus, o que resultou em mudanças na rotina da população a nível mundial, percebendo-se que os efeitos do isolamento ultrapassaram os hospitais lotados chegando a afetar também a saúde mental da população.

Acredita-se que informações precisas e confiáveis permitem que pessoas tomem decisões conscientes e adotem comportamentos positivos de enfrentamento ao COVID-19 sendo assim o objetivo deste estudo é promover educação em saúde mental por meio da construção de um blog para disseminar dicas de cuidados com a saúde mental.

METODOLOGIA

Trata-se de um projeto integrador do Curso de Enfermagem da Uniarp, abordagem qualitativa, tipo pesquisa-ação realizada no período de agosto a novembro de 2020. O projeto integrador envolve as disciplinas de Enfermagem em Saúde Mental I, Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente e Enfermagem na saúde da mulher. Esta parte do projeto refere-se especificamente à Enfermagem em saúde mental I.

A pesquisa ação fundamenta-se no método da problematização: observação da realidade; elaboração de postos-chave; teorização; hipóteses de solução e aplicação à realidade - execução da ação (LACERDA; COSTENARO, 2016).

A primeira etapa, observação da realidade, partiu da declaração da pandemia em que muitas pessoas foram obrigadas a permanecer em isolamento e que este pode trazer diversos problemas nos níveis individual, familiar, comunitário e social; em que acadêmicos de Enfermagem poderiam contribuir na divulgação de informações de saúde de forma verídica e confiável à população, percebeu-se ser um problema de cotidiano real neste contexto.

A segunda etapa, elaboração de pontos-chave, a escolha de alguns termos para aprofundamento do estudo. Neste momento, como se direcionava a disciplina de projeto integrador de saúde mental, foram selecionados: promoção de saúde mental, prevenção de doenças, educação em saúde.

Foi na etapa de teorização que houve aprofundamento de pesquisa e seleção de artigos científicos, leitura dos mesmos para apropriação dos pontos-chave. Importante também nesse momento foram às aulas teóricas da disciplina de Enfermagem em Saúde Mental I.

As hipóteses de solução emergiram de discussões de grande grupo, com os acadêmicos e docentes da 6ª fase do curso, quando então decidiu-se pela construção de um Blog.

A quinta etapa assim denominada como aplicação à realidade, tratou-se da construção efetiva do blog: escolha no nome, temas e assuntos selecionados na disciplina de Enfermagem em saúde mental para alimentar o blog.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

A partir das etapas da pesquisa-ação, e principalmente pela etapa da teorização em que se aprofundaram os estudos de temas da área de saúde mental, iniciou a construção do Blog.

A escolha do nome do Blog foi realizada por votação simples entre todos os acadêmicos do 6ª fase do Curso de Enfermagem, regularmente matriculados nas disciplinas de Enfermagem em Saúde Mental I; Enfermagem na Saúde da Mulher e Enfermagem na saúde da criança e adolescente. Posteriormente, foi necessário definir funções: a criação do blog e manutenção ficou sob a responsabilidade de um acadêmico com domínio em informática mais avançada; o desafio de elaborar os conteúdos para a alimentação do blog mobilizou toda a turma: grupos menores ficaram responsáveis por criar conteúdos referentes às matérias cursadas na 6ª fase do curso para postagem posteriormente no blog.

Os conteúdos selecionados foram revisados pelas docentes das disciplinas para postagem. Na disciplina de Enfermagem em saúde mental, alguns temas escolhidos foram pela familiaridade e interesse inicial. O desafio maior foi resumir conteúdos, redigi-los em uma linguagem que qualquer pessoa que acesse o blog consiga ter uma informação de qualidade sem que se torne cansativa a leitura. Ainda com a preocupação de a escrita ser clara e objetiva para permitir a compreensão do assunto, também quais ações podem adotar para manter a sua saúde mental. A divulgação do blog ficou incumbida a cada acadêmico, que deve divulgar por meio de suas redes sócias o link de acesso ao blog: Fala Enfermagem.

A seguir, um print das telas de como ficou o Blog:

The image shows a screenshot of a Blogger profile page. On the left, there is a profile picture placeholder with the text 'No Blogger desde outubro de 2020' and 'Visualizações do perfil - 18'. The main content area is titled 'Meus blogs' and lists 'Fala Enfermagem'. Below this is a 'Sobre mim' section with a table of information:

Profissão	Colaboração entre alunos - 6ª fase
Local	Caçador , SC, Brasil
Introdução	O curso de Enfermagem na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP, comprometida com a formação de enfermeiros para atuação nos diversos contextos de cuidado, estimula a execução de projetos integradores com o intuito de desenvolver habilidades de trabalho em equipe, comunicação, resolução de problemas ... Nesse contexto, surge o blog "Fala Enfermagem". Espaço administrado por acadêmicos do 6º período do Curso no ano de 2020.2, sob orientação docente, com o objetivo de ampliar a divulgação de informações em saúde baseada em conhecimento científico.
Interesses	Levar informação com clareza, de uso diário, motivar e elevar o nível de saúde física e mental.
Livros favoritos	Enfermagem em Saúde mental e psiquiátrica/ desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar - João Fernando Marcolan, Rozeane C. B. Ribeiro de Castro, Enfermagem em Saúde mental e psiquiátrica - Sheila L. Videbeck

The image shows a screenshot of a blog post. The title is 'PREVENÇÃO A SAÚDE MENTAL'. The post date is 'novembro 12, 2020'. The main text reads: 'Para promoção em Saúde Mental existem inúmeras práticas. A seguir listadas: Benefícios da Leitura para a saúde mental. Praticar o hábito da leitura certamente é um diferencial na vida de qualquer pessoa. A leitura além de promover a melhora de raciocínio e auxiliar no desenvolvimento da escrita é uma grande aliada para a manutenção da Saúde mental. De acordo com pesquisador do Instituto do Cérebro (InsCer) e professor da Escola de Ciências da Saúde e da Vida Augusto Buchweitz, ler pode atuar como um exercício que estimula o cérebro. Praticar o hábito da leitura melhora a saúde mental, quando lemos estimulamos nossa imaginaçã...'. At the bottom, there are options to 'Compartilhar' and '1 comentário', and a 'LEIA MAIS' link.

Realizar educação em saúde nem sempre foi uma tarefa fácil, mas o cenário da atualidade traz a tecnologia como aliada para promover de forma segura e prática o cuidado com a saúde. A utilização de meios virtuais estão sendo uma ferramenta acessível que proporciona aprendizado sobre os conteúdos publicados pelos acadêmicos e desta forma promove educação em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver uma estratégia de levar informação a população em um cenário como o que estamos vivenciando é algo desafiador, sobretudo quando não se pode manter um contato direto com a população. É possível visualizar o potencial de cada acadêmico através o esforço em fornecer um conteúdo de qualidade e sobretudo o empenho na criação do blog. A enfermagem é uma arte em constante mudança e quando percebemos a capacidade do profissional em se adaptar em meio a diversas situações podemos perceber a grandeza desta profissão. O blog pode levar muito mais que informações de cuidado com a saúde mental; pode ser expandido com outros conteúdos de saúde elaborados pelos próprios acadêmicos no decorrer do curso de graduação em Enfermagem e, inclusive como forma de dar visibilidade às atividades promovidas, conteúdos e assuntos estudados. Fica o desafio da manutenção do blog e da divulgação do mesmo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, R. M. A. *et al.* Um olhar sobre a promoção da saúde e a prevenção de complicações: diferenças de contextos. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt_0104-1169-rlae-24-02749.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

LACERDA, M., R.; COSTENARO, R.G.S (org.). Metodologias da pesquisa para a Enfermagem e Saúde: da teoria à prática. Porto Alegre: Moriá, 2016.

SILVA, H. G.N, SANTOS, L. E. S, OLIVEIRA, A. K. S. Efeitos da pandemia do novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. **J. nurs. health**, 2020. Disponível em: http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1097482/4-efeitos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-saude-mental-de-i_fNxf8zd.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

LADEIA, D. N. *et al.* Análise da saúde mental na população geral durante a pandemia de Covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3925>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUIDADOS PUERPERAIS EM TEMPOS DE COVID- 19, PAPEL DO ENFERMEIRO.

Alexandre da Silva, resgateaph2011@hotmail.com¹
Ana Paula Bastiam, abastiam@yahoo.com¹
Elizete T. Santos, zetesantoss@hotmail.com¹
Karine Quadros, ks980765@gmail.com¹
Suellen Rodrigues, suhhenzohenrique@gmail.com¹
Ana Paula Pinculini, anapaulapinculini@hotmail.com²

Resumo –O corona vírus é um vírus identificado como causa de um surto de doença respiratória a qual começou em 2019 na cidade de Wuhan, na China. Ele tem se propagado rapidamente, e, fragilizando diversos grupos sociais, como as gestantes e puérperas. Este trabalho analisa a função dos enfermeiros tanto no ambiente hospitalar, no domiciliar no auxílio de puérperas e seus recém-nascidos. O puerpério é um momento de fragilidade da mulher, no qual ela está passando por mudanças hormonais, corporais e em sua rotina. Visto isso, os enfermeiros têm como objetivo o cuidado mais próximo a puérpera e ao recém-nascido, para possíveis esclarecimentos quanto suas dúvidas, bem como o auxílio das ações no dia-a-dia que, em tempos de pandemia, devem ser diferenciadas, com a finalidade de prevenir qualquer tipo de afecção nesses grupos.

Palavras-chave: Puerpério; Assistência à saúde; Cuidados de Enfermagem; COVID -19;

INTRODUÇÃO

O puerpério, também denominado período pós-parto, tem início após a dequitação placentária até a volta do organismo materno às condições pré-gravídicas, passíveis de involução, esse período se estende por 45 dias no qual a mulher passa por transformações em seu corpo e também na sua rotina diária, pois precisa prestar os cuidados ao seu bebê. (CABRAL; MEDEIROS; SANTOS, 2011).

Em dezembro de 2019, os primeiros casos da doença chamada de COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, foram registrados na província de Wuhan, na China. A partir desse momento, o número de pessoas infectadas aumentou, e o vírus se espalhou por todos os continentes; porém, e em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. Diante disso, o profissional deve prestar o apoio necessário no processo de reorganização psíquica quanto ao vínculo com o bebê, mudanças corporais, amamentação, cuidados com contato e higiene, retomada da atividade sexual e planejamento familiar.

.O presente artigo tem como objetivo geral, apresentar a importância da atuação da enfermagem nos cuidados em puerpério imediato no âmbito hospitalar e domiciliar diante da pandemia. Destacando-se que é dever e obrigação do profissional de saúde em acolher a puérpera e o recém-nascido, dando-lhes a

¹ Acadêmicos do Curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP

² Professora do Curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP

assistência e orientações necessárias para os mesmos, em específico busca orientar a puérpera e familiares quanto aos cuidados consigo puerperais e com o recém-nascido, que se inicia-se no campo hospitalar até o retorno ao domicílio. O puerpério, também chamado de sobre parto ou pós-parto, é período cronologicamente variável durante o qual se desenvolvem todas as modificações involutivas das alterações causadas pela gravidez e o parto. Estas ocorrem tanto na genitália materna como no organismo de modo geral, perdurando até o retorno às condições pré-gravídicas. O presente artigo tem por objetivo, apresentar a importância e cuidados de enfermagem no puerpério, abordando de que maneira a mesma pode diminuir e prevenir a incidência de intercorrências clínicas e domiciliares neste tempo de pandemia do COVID-19. (ANDRADE rd, et al., 2015)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A assistência a puérpera deve proporcionar um ambiente seguro e adequado para essa mulher e família, a equipe deve demonstrar ética, registrar toda e qualquer alterações de registro de amamentação, retorno de menstruação e atividade sexual. Realizando assim ações educativas e conduta das possíveis complicações, onde é fundamental uma assistência da equipe de enfermagem, passando uma segurança para a puérpera e seus familiares, com esclarecimentos e informações válidas, para que cada um consiga levar em sua vida experiências, medos, incertezas, inquietações, interesse e esperança e que o profissional possa exercer um papel de grande importância, na promoção e prevenção da saúde das puéperas (ZANIBONI, 2015).

O enfermeiro é o profissional que mais convive com a mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois acompanha a gestante desde o pré-natal até o pós-parto e tem o principal papel nos programas de educação em saúde, evitando assim situações complicadas. Espera-se respeito e consideração, diálogo/contato por meio da sistematização da assistência de saúde, assim como da equipe de enfermagem por motivo fundamental para a característica do cuidado às puéperas, deste modo, Wanderley(2011) propõe que os profissionais de saúde reconsiderem de modo, preciso novas linhas de relacionamento com sua clientela tendo em vista o progresso do resultado em favor do público que carece da sua atenção.

O acompanhamento emocional e psicológico que deve ser dado à essa puérpera, pois é o momento mais frágil e importante da sua vida e dos seus familiares. Deste modo, independente dos problemas de saúde apresentados, o processo do cuidado é imprescindível para a melhoria da qualidade da assistência, proporcionando recuperação adequada à mulher, assim como seu estado geral. Portanto o conhecimento da equipe de saúde é de suma importância em suas habilidades em usar estratégias específicas para contribuir para a eficácia de suas ações. A mulher, durante o período puerperal, precisa ser atendida em sua totalidade, por meio de uma visão integral que considere o contexto sociocultural e familiar. Os profissionais de saúde devem estar atentos e disponíveis para compreender e atender as reais necessidades apresentadas por cada mulher, qualificando o cuidado dispensado.

Portanto sugere uma reflexão quanto aos aspectos que precisam ser melhorados, para que possam contribuir com a construção de um cuidado humanizado que considera a puérpera como principal.(WANDERLEY, 2011)

A atuação do enfermeiro no atendimento a puérpera pode trazer resultados significativos no que tange as ações desenvolvidas. É o que contribui primordialmente para a sua rápida recuperação e diminui o risco de agravos à saúde

dessas puéperas. A assistência de qualidade no puerpério imediato visa o bem-estar tanto da mãe – filho e prevenir agravos, proporcionar uma bem sucedida recuperação da puérpera tendo como objetivo diminuir a internação e evitar possíveis infecções hospitalares porém apresentam algumas dificuldades na prestação de uma boa assistência devido à escassez de recursos humanos e da sobrecarga de trabalho dificultando assim o planejamento e a execução das ações de assistência à saúde a essa puérpera. (BARDIN I, 2011)

Visita domiciliar é um conjunto de ações de saúde voltadas para atendimento tanto educativo como assistencial. A visita domiciliar constitui uma atividade utilizada, com o intuito de subsidiar a intervenção no processo de saúde e doença de indivíduos ou no planejamento de ações, visando a promoção da saúde da coletividade. A finalidade da visita domiciliar é examinar a mãe e o bebê ajudar no cuidado com a amamentação, planejamento familiar, teste do pezinho, vacinação, higiene e fazer o acompanhamento necessário. É através da visita domiciliar que o profissional de saúde terá condições de avaliar a situação socioambiental e habitacional, onde o indivíduo e sua família vivem e ainda poderá realizar a busca ativa de levantar dados importantes das condições das doenças transmissíveis e ou parasitárias, e contribuir para a mudança de padrões de comportamento, que acarretam riscos a qualidade de vida dos membros da família.(SAÚDE COLETIVA2009).

As dificuldades iniciais vivenciadas pelas puéperas estão relacionadas com alterações físicas e fisiológicas, associadas à gravidez e ao parto o que pode interferir na qualidade de vida.

O puerpério passou a ser dividido em quatro períodos: o período imediato que se inicia após o término da dequitação, chamado quarto período do parto, onde são mais frequentes e graves as complicações hemorrágicas e suas consequências e se estende até duas horas pós-parto; o período mediano que vai da 2ª hora até o 10º dia pós-parto, quando a regressão dos órgãos genitais é evidente, a lactação é escassa e amarelada e a lactação esta plenamente instalada; o período tardio que perdura do 11º dia até o 42º dia pós-parto e, finalmente, o período remoto que segue após o 42º dia em diante.(CABRAL; MEDEIROS; SANTOS, 2014,p.2619).

As complicações podem pôr em risco a vida da puérpera. Sinais comuns: calafrios, cansaço, hemorragias, dor lombar, cefaleia, tremores, problemas com as mamas, constipação intestinal e resfriamento corporal, exaustão pós-parto, são queixas frequentes. (BATISTA; FARIAS & MELO, 2013).

Cabe ao profissional orientar sobre a pega correta no seio materno, os mamilos devem ser limpos antes e após a cada mamada. Quando as mamas estiverem ingurgitadas fazer aplicações de compressas quentes e esvaziamento da mama com bombas. Após as 24 horas, surge o colostro, que oferece ao recém-nascido grande quantidade de anticorpos vindo da mãe. O leite aparece após o 3º dia e a sucção é fator fundamental para a manutenção da lactação, pois estimula a liberação de ocitocina que estimula a ejeção láctea. A mãe não deverá amamentar se estiver com febre ou se estiver fazendo uso de antibiótico e hormônios. Observar micção devido à retenção urinária nas primeiras horas após o parto. Podendo evitar possíveis complicações para a mãe e o bebê a importância de deambular, a importância de uma alimentação equilibrada tudo isso evitar dor sofrimento para a mãe quanto para o bebê orientar que existe medidas terapêuticas para alívio de dores não apenas uso de fármacos.

METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa, foi necessário consultar artigos científicos de acordo com o assunto previamente selecionado. Tem como finalidade conhecer e acompanhar as atividades do enfermeiro no puerpério imediato, em campo hospitalar e domiciliar em tempos de COVID-19.

Por isso, quanto aos objetivos do trabalho, optou-se por uma pesquisa de caráter bibliográfico. Configura-se como pesquisa bibliográfica pois é uma das mais comuns entre os estudantes. Com ela, é feita uma coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas científicas para utilizar como citação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O enfermeiro tem por objetivo orientar a puérpera para que suas dúvidas sejam esclarecidas da melhor forma, e diante disso foi explanado um quadro com as seguintes recomendações:

Quadro 1:

Recomendações em ambiente hospitalares:	Recomendações em ambiente domiciliares:
Não realizar o contato pele-a-pele.	Orientação de isolamento domiciliar.
A higiene das mãos deve ocorrer antes da colocação e remoção dos equipamentos de proteção individual e do exame de cada paciente.	Orientar o uso de máscara cobrindo nariz e boca durante todo o tempo de amamentação. Lavar as mãos com água e sabão por pelo menos 20 segundos antes de tocar o bebê ou antes de retirar o leite. Limpar e desinfetar os objetos e superfícies usados pelo bebê
Limitar as visitas durante a internação da criança ao menor número de pessoas possível.	Evitar falar durante as mamadas.
Orientar o não compartilhamento de objetos e brinquedos.	Evitar que o bebê toque o rosto da mãe, especialmente boca, nariz, olhos e cabelos.
Implementar cuidados de precaução de contato e gotículas.	Orientação para higienização das mãos por pelo menos 20 segundos antes de pegar no RN ou de manipular mamadeiras e bombas de leite quando for necessário.
Quando a puérpera for caso suspeito ou confirmado, orienta-la que higienize suas mãos e utilize máscara cirúrgica em todos os momentos que necessitar ficar a menos de 1 metro de distância do bebê, principalmente durante o aleitamento materno, cuidados do bebê e antes de manipular objetos e roupas do bebê.	Minimizar visitas e contatos físicos. Manter o quarto bem arejado de preferência com janelas

Fonte: os autores

Através das pesquisas realizadas verificou que o puerpério é um momento decisivo para a mulher e sua família, visto as necessidades de novos aprendizados, de consolidação da unidade familiar e de laços afetivos.

Com isso pode se observar importância do cuidado a puérpera e recém-nascido, em tempos de pandemia, a atenção vigilante aos sinais e sintomas maternos e dos recém-nascidos deve ser intensificada, com a finalidade de detecção precoce, no caso de um agravamento no quadro de saúde materna. Apesar de a hipertermia ser o sintoma mais relatado na clínica da infecção pelo SARS-CoV-2, um diagnóstico diferencial deve ser traçado, uma vez que outras patologias podem estar associadas e, no quadro da COVID-19, outros sinais e sintomas específicos dessa infecção respiratória devem ser investigados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que gestantes e os recém-nascidos devem ser considerados populações particularmente vulneráveis no que respeita as estratégias de prevenção e gestão da COVID-19.

Em tempos de pandemia a melhor opção é ficar em casa e seguir sempre as orientações atualizadas do ministério da saúde. Em casos de dúvidas sempre procurar informações com profissionais de saúde.

Entretanto podemos citar a importância de uma assistência de enfermagem qualificada tendo assim como base a prevenção de complicações visando sempre o conforto emocional e físico de mãe- filho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a professora orientadora e coordenadora do curso de Enfermagem 6 fase do Campus Uniarp Fraiburgo Ana Paula Pinculini, por toda ajuda e dedicação conosco.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. D.; SANTOS, J. S.; MAIA, M. A. C.; MELLO, D. F.** de. Fatores relacionados à saúde da mulher no puerpério e repercussões na saúde da criança. Escola Anna Nery, v. 19, n. 1, p. 181-186, 2011. Disponível em: Acesso em: 30 de Janeiro de 2018.
- BARDIN L.** Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. Cervera DPP, Parreira BDM, Goulart BF. Educação em Saúde: percepções dos enfermeiros da atenção básica em Uberaba (MG). **Ciência e Saúde Coletiva**. 2011; 16.
- BATISTA, K. R. de A.; FARIAS, M. do C. A. D. de; MELO, W. dos S. N.** de. Influência da assistência de enfermagem na prática da amamentação no puerpério imediato. Saúde em Debate, v. 37, n. 96, p. 130-138, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n96/15.pdf>> Acesso em: 10 de Janeiro de 2018. 15
- CABRAL, R. W. de L.; MEDEIROS, de A. L.; SANTOS, dos S. R.** Assistência de enfermagem à mulher no período puerperal, proposta de sistematização. In: VII Congresso Brasileiro De Enfermagem Obstétrica E Neonatal, 275, 2011, Belo Horizonte. Fortalecendo redes e alianças estratégicas pela cidadania e saúde das mulheres e dos recém-nascidos. Belo Horizonte: ABENFO-MG, 2011. p. 2615- 2634.
- WANDERLEY, R.; MEDEIROS, A. L.** de. Assistência de enfermagem á mulher no período puerperal, proposta de sistematização. Escola Anna Nery, v. 14, n. 1, p. 83-89, 2012.
- ZANIBONI, A.L.G.** atenção e cuidados necessários a mulher no puerpério imediato, p.11-13, 2015; Disponível em< file:///C:/Users/userdi/Documents/Puerpero/2018_arti_tlima.pdf> Acesso em: 19 de maio de 2018.

SAÚDE MENTAL DAS GESTANTES NO CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19

Joseane Carla Milani, joseanecarlamilani@yahoo.com.br¹
Rafaela Gomes, rafaela.gomes29@hotmail.com²
Welliton Michelon, wellitonmichelon20@gmail.com³
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁴

Resumo – A pandemia de COVID-19 trouxe consigo, além de todas as questões específicas da doença, estresse e insegurança que influenciam direta e indiretamente a saúde física e mental das pessoas incluindo nas gestantes. Este trabalho tem como objetivo investigar em evidências científicas a saúde mental das gestantes no cenário da pandemia de COVID-19, bem como salientar o papel do enfermeiro neste contexto. Para isso, foi realizado uma busca bibliográfica em bases científicas como: SciELO; MEDLINE; LILACS; e Journal of Nursing and Health, a partir dos seguintes descritores: Enfermagem; Saúde Mental; Gestantes; e COVID-19. Os artigos deveriam ser textos completos e publicados no ano de 2020 em Língua Portuguesa. Foram encontrados um total de 130 artigos, dos quais apenas 2 se enquadravam nos critérios de inclusão estabelecidos e estavam em concordância com o objetivo do estudo. Para que haja mudanças no plano das ações de saúde mental as gestantes constitui-se em um espaço de socialização e de vivências, o que possibilita um melhor enfrentamento das mudanças e situações que envolvem a gestação por meio da pandemia de forma compartilhada e integrada.

Palavras-chave: Enfermagem. Saúde Mental. Pandemia. Gestante.

INTRODUÇÃO

No término do mês de dezembro de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) teve o conhecimento sobre a existência de um novo vírus até então desconhecido. Com início da disseminação na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China o vírus se espalhou pelo mundo tornando-se em 11 de março de 2020 uma pandemia. A fim de identificar o que estava acontecendo, pesquisadores realizaram exames com materiais coletados dos pacientes internados e conseguiram isolar o novo vírus, o qual foi denominado como SARS-CoV-2, esse o agente etiológico do COVID-19 (SILVA; SANTOS; OLIVEIRA, 2020).

Sabe-se que o COVID-19 é uma infecção respiratória pode afetar a população de modo geral, fazendo com que haja grupos de maior vulnerabilidade. Um grande exemplo são gestantes, tendo em vista que há riscos de complicações tanto para o feto, como para a mulher em si (ESTRELA et al., 2020).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (2020) até o dia 13 de Outubro de 2020 nas Américas haviam 74.925 casos confirmados de COVID-19 em as mulheres grávidas, marcando 507 óbitos. Já em relação as gestantes brasileiras, os dados trazem 2.256 casos confirmados e 135 óbitos, ou seja, 26,6% dos óbitos entre as gestantes com COVID-19 aconteceram no Brasil.

¹ Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora, do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O cenário brasileiro atual em relação ao COVID-19 nos mostra números alarmantes. De acordo com os dados publicados pelo Ministério da Saúde (2020) no site oficial do COVID-19 no Brasil, até o momento, levando em consideração o dia 04 de novembro de 2020, a situação epidemiológica apresentada é: 5.590.025 casos confirmados e 161.106 óbitos pelo COVID-19.

O vírus SARS-COV2 possui como característica uma alta transmissibilidade, ocorrendo de um indivíduo doente para o outro por contato próximo ou através de um aperto de mão, abraço que configura um contato físico. A letalidade é relativamente baixa, mas isso não significa que o número de mortos totais ao final da pandemia será pequeno. Por isso, recomenda-se medidas preventivas como uso de máscaras, uso de álcool gel, cuidados gerais de higienização das mãos e o isolamento social (BEZERRA et al., 2020).

Neste sentido, como uma das medidas preventivas abordadas para o grupo das gestantes, foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 65, de 16 de março de 2020, na qual dispõe em seu Art. 2º: “Os servidores portadores de doenças crônicas, maiores de 60 anos e gestantes deverão ficar em casa, exercendo suas atividades de forma remota, conforme orientação da chefia imediata” (BRASIL, 2020).

Partindo dessas informações é necessário levar em conta todos os reflexos que a pandemia de COVID-19 poderá causar período gestacional, uma vez que as gestantes deverão permanecer em isolamento social. Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo identificar evidências científicas sobre a temática com o intuito de investigar a saúde mental das gestantes no cenário da pandemia de COVID-19, bem como salientar o papel do enfermeiro neste contexto.

GESTAÇÃO E SAÚDE MENTAL

Conforme Falcone et al. (2005), o período gestacional é entendido com um processo natural e fisiológico do organismo feminino. As transformações que ocorrem neste ciclo afetam diretamente no bem-estar geral da mulher, consequentemente influenciando em no seu estado psíquico.

Muito se pensa que a gestação é uma fase mágica na vida da mulher, ou seja, será repleta de alegria e realizações, porém na prática esta fase pode ser totalmente ao contrário do que se imagina, visto que é comum entre as gestantes sintomas como tristeza e ansiedade. Esta informação é justificada por literaturas científicas, as quais evidenciam a gravidez como a fase de maior predomínio de transtornos mentais, esses no primeiro e terceiro trimestre de gestação (PEREIRA; LOVISI, 2020).

Aliane et al. (2007) declara que as alterações psíquicas decorrentes da gravidez trazem prejuízos para saúde mental da mulher e podem gerar interferências negativas para o desenvolvimento adequado bebê. Os recém-nascidos apresentam irritabilidade, choro e apatia, como consequência na idade adulta pode ser associado como fator de risco para distúrbios afetivos.

A assistência pré-natal realizada prioritariamente na Atenção primária em Saúde, objetiva acolher a gestante, garantindo seu direito a uma atenção de qualidade, como componente da cidadania. Deve ser acompanhada por equipe multiprofissional entre eles o (a) Enfermeiro, que muitas vezes detectam e iniciam tratamento precoce de transtornos mentais comuns presentes no período gravídico (DUARTE, ANDRADE, 2006).

Ao analisar os transtornos mentais mais comuns (TMC), Murcho; Pacheco; Jesus (2016, p.30) diz que “[...] são sintomas não psicóticos que habitualmente estão

relacionados com quadros subclínicos de ansiedade, depressão e estresse, os quais pela sua elevada prevalência nos Cuidados de Saúde Primários (CSP) [...]”.

LUCHESE et al. (2017) em estudo sobre a prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres grávidas, que utilizou as questões do *Self-Reporting Questionnaire 20* identificou prevalência superiores às encontradas em estudos com amostras de população geral. Com respeito às variáveis associadas, sugere-se atenção para o estado civil, o planejamento da gestação, a idade gestacional e o aparecimento da intercorrência sangramento, como contribuições para o pré-natal e preparo de profissionais que atuam no campo da triagem, promoção, diagnósticos e tratamento na área da saúde.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa de busca bibliográfica, fundamentada em evidências científicas publicadas em forma de texto completo no ano de 2020, em Língua Portuguesa, nas bases de dados eletrônicas de acesso livre: SciELO; MEDLINE; LILACS e no Journal of Nursing and Health.

A mensuração do tema sucedeu-se nos meses de Outubro e Novembro de 2020 a partir dos seguintes descritores: Enfermagem; Saúde Mental; Gestantes; e COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados um total de 130 artigos nas bases de dados pesquisadas, seguindo os descritores definidos na pesquisa. Os artigos encontrados foram: SciELO – 50 artigos; MEDLINE – 38 artigos; LILACS – 37 artigos; e Journal of Nursing and Health – 05 artigos. Em relação a seleção dos mesmos, efetuou-se de acordo com os critérios de inclusão estabelecidos e de concordância com o objetivo do estudo, ao fim da análise, identificou-se 2 artigos (Tabela 1).

Tabela 1 – Artigos selecionados

Título artigo	Autores	Revista
1. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios.	ESTRELA, Fernanda Matheus et al.	Physis: Revista de Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-5, 2020.
2. Protocolo de Atenção ao Parto, Puerpério e Aborto durante a Pandemia COVID-19.	TRAPANI JUNIOR, Alberto et al.	Rev. Bras. Ginecol. Obstet. , Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 349-355, 2020.

Fonte: Os autores (2020).

O COVID-19 ou o novo coronavírus (SARS-COV2), ganhou espaço em âmbito mundial de forma rápida e letal, sendo que os grupos com morbidades são mais vulneráveis as formas críticas do vírus, pelo fato do risco elevado de morbimortalidade, as gestantes foram classificadas como grupo de risco para o novo Coronavírus. Trata-se de sobre impactos das possíveis alterações psíquicas das gestantes em meio a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que visa uma síntese do conhecimento sobre o assunto, apontando as falhas a serem reparadas com a realização de novos estudos, com os critérios de inclusão sendo documentos

do tipo artigo, não convencional, conferência virtual publicados com texto completo no ano de 2020.

Os resultados nos levaram a demonstrar que a pandemia do novo Coronavírus tem suas consequências drásticas, podendo acarretar a morte massiva de indivíduos, já que o patógeno se propaga fácil e sustentavelmente entre os seres humanos e ainda não se tem um mecanismo de imunização ativo que seja eficaz e eficiente para prevenção e promoção de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que os hospitais e maternidades reconheçam os direitos das gestantes para garantir um cuidado humanizado e seguro. Para isso, podem ser adotados protocolos de paramentação e outras estratégias de proteção e prevenção, de modo a evitar a infecção do vírus e assegurar os direitos das gestantes. No período gestacional, além das intensas alterações hormonais, existem questões relacionadas à maternidade, a qual é definida como proteção e cuidado dos filhos, de forma, sendo desenvolvida ao longo da vida como próprio da mulher. A pandemia da Covid-19 e estar gestante, não existe consenso entre os estudos que acerca da associação de gravidade da doença a esse período da vida, se relaciona a sentimentos de medos e incertezas.

E nesse contexto que os profissionais, sobretudo de enfermagem, necessitam repensar sua atuação de modo a amenizar ou impedir os impactos da doença para o binômio mãe-filho. Além disso, requer que sejam pensadas estratégias de cuidado que acolham e proporcionem bem-estar às mulheres durante todo o período gravídico-puerperal. Mesmo considerando o cenário de pandemia, a assistência ao pré-natal e período de puerpério deve ser mantida pelos serviços de saúde, mesmo que de forma individualizada, em busca do cuidado integral considerando com maior atenção sua saúde mental.

REFERÊNCIAS

- ALIANE, Poliana Patrício et al. Avaliação de Saúde Mental em Gestantes. **Rev. Interinstitucional de Psicologia**. Minas Gerais, v. 1, n. 2, dez., 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202008000200004. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 2411-2421, jun., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020006702411&script=sci_arttext. Acesso em: 08 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 65, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-65-de-16-de-marco-de-2020-248327812>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **PAINEL CORONAVÍRUS**, 2020. Disponível: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- DUARTE, Sebastião Junior Henrique; ANDRADE, Sônia Maria Oliveira de. Assistência pré-natal no Programa Saúde da Família. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.

121-125, Abr., 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2020.

ESTRELA, Fernanda Mateus et al. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 01-05, jul., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v30n2/0103-7331-physis-30-02-e300215.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FALCONE, Vanda Maфра et al. Atuação multiprofissional e a saúde mental de gestantes. **Rev. Saúde Pública.**, São Paulo, v. 39, n.4, p. 612-618, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n4/25534.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.

JÚNIOR, Alberto Trapani et al. Protocolo de cuidados no parto, no puerpério e no abortamento durante a pandemia de Covid-19. **Rev. Bras Ginecol Obstet.**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 349-355, jul., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-72032020000600349&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 05 nov. 2020.

LUCHESE, Roselma et al. Fatores associados à probabilidade de transtorno mental comum em gestante: estudo transversal. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jun., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000300201&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 2020.

MURCHO, Nuno et al. Transtornos mentais comuns nos Cuidados de Saúde Primários: Um estudo de revisão. **Rev. Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental.**, Porto, n. 15, p. 30-35, jun., 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602016000100005. Acesso em: 13 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Atualização epidemiológica: COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus. **Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)**, out. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/atualizacao-epidemiologica-covid-19-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-15-outubro-2020>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PEREIRA, Priscila Krauss, LOVISI, Giovanni Marcos. Prevalência da depressão gestacional e fatores associados. **Rev. Psiquiatria Clínica.**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 144-153, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000400004#:~:text=A%20preval%C3%Aancia%20de%20depress%C3%A3o%20gestacional%20encontrada%20nas%20pesquisas%20provenientes%20de,de%2010%25%20e%2015%25. Acesso em: 27 out. 2020.

SILVA, Hengrid Graciely Nascimento et al. Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. **Jornal Nurs Health.**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, p. 01-10, 2020. Disponível em: http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1097482/4-efeitos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-saude-mental-de-i_fNxf8zd.pdf. Acesso em: 07 nov. 2020.

GESTANTE E COVID-19: ISOLAMENTO COMO FATOR DE IMPACTO FÍSICO E PSÍQUICO¹

SILVEIRA, Vanessa Ribeiro, acmvanessa01@gmail.com²
 ALVES, Maryleize Aparecida, maryzinha331@gmail.com³
 ARAÚJO, Cristiano Mirandade, cristianomiranda0803@hotmail.com⁴
 LIZ, Claudemir José Olivio de, claudemirdeliz@gmail.com⁵
 TRAGANCIN, Wanderleia, leiatragancin@hotmail.com⁶

Resumo –O vírus SARS-COV -2 ou COVID-19, surgiu de uma forma impactante e agressiva em toda sociedade mundial, por meio de contato em gotículas infectadas, afetando além da saúde física a saúde mental principalmente dos grupos de riscos, entre eles as gestantes. Com isso, o presente artigo objetiva-se em propor uma discussão e uma análise sobre o impacto do isolamento social, fisicamente e psicologicamente em gestantes nesse período atípico que estamos vivenciando, baseando-se em algumas publicações científicas de forma a fundamentar a pesquisa. A pesquisa possui abordagens qualitativas, com metodologia bibliográfica, tomando por referência contribuições de autores e pesquisadores para utilização de método descritivo. Contudo, é essencial que a frequência médica seja efetuada de modo rotineiro e exercícios sejam realizados sempre, para que a saúde mental seja cuidada e menos afetada possível, garantindo saúde e uma qualidade de vida maior.

Palavras-chave: Gestante, Isolamento social, Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

O vírus SARS-COV – 2 ou COVID – 19, trouxe nos últimos meses um surto pandêmico inesperado, com um mecanismo de transmissão por meio de contato

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Enfermagem.

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor (a), Especialista do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

direto ou por gotículas espalhadas. Como o vírus ainda é uma incógnita, as instruções são que o distanciamento social, uso de máscara, higienização de mãos e locais, sejam praticadas diariamente e façam parte do nosso cotidiano.

No que se refere aos grupos de risco, sabe-se que gestantes estão incluídas por conta das diversas alterações fisiológicas que este vírus pode causar. Para Fiuza e Morais (2017) durante o período de gestação as células NK do sistema imune diminuem consideravelmente, o que causa uma maior potencialidade de riscos de infecções no trato respiratório, tornando as gestantes mais vulneráveis a contaminação pelo vírus.

Além desses pontos levantados, é válido ressaltar que o vírus não causa apenas sequelas no trato respiratório, alguns estudos recentes, afirmam que o vírus influencia em algumas doenças de forma direta ou indireta (Bezerra, 2020). Isso se dá, porque o vírus gera um processo inflamatório e propicia um quadro de hipercoagulabilidade, tanto na circulação arterial como na venosa.

Com relevância ao citado, o cuidado psicológico é tão fundamental quanto, pelo fato de que o isolamento social tem mexido de maneira gritante com a psique da sociedade. Em gestantes, interfere diretamente na ansiedade e depressão, causando o sedentarismo, sobrepeso e outros transtornos. (FERREIRA, *et al*, 2020).

Dessa forma, o objetivo do artigo é realizar uma breve análise sobre o impacto do isolamento social, fisicamente e psicologicamente, em gestantes nesse período atípico que estamos vivenciando, se baseando em alguns artigos publicados como forma de fundamentar cientificamente a pesquisa.

Portanto, a pesquisa usa o método descritivo com abordagens qualitativas, adotando a metodologia bibliográfica, pois o objetivo é promover a reflexão e análise sobre a temática.

Com a finalidade de alcançar o proposto, o artigo irá deslindar alguns pontos fundamentais como a gestação e suas mudanças fisiológicas e mentais, para ser possível compreender de maneira breve as alterações que ocorrem durante esse período; o COVID – 19 e suas complicações, para que compreenda-se os danos desse vírus e finalizando com os impactos do isolamento social fisicamente e psicologicamente em gestantes, qual é a temática de nossa pesquisa e ponto com essencialidade nos dias atípicos que a sociedade está vivenciando.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta sessão, serão explanados alguns subtítulos para fundamentar nossa pesquisa e análise documental e conseguir chegar a um resultado e uma discussão. O mesmo terá início conceituando de maneira breve sobre a gestação e suas mudanças fisiológicas e mentais, ponto este fundamental para compreender o segundo subtítulo a ser trabalhado que se refere ao covid-19 e suas complicações na gestação. Ao compreender esses pontos, será possível analisar os impactos que o isolamento social está causando, tendo em vista que esta é uma das medidas adotadas para combate ao vírus. Finaliza-se o presente com a análise de resultados e discussão.

2.1 GESTAÇÃO E SUAS MUDANÇAS FISIOLÓGICAS E MENTAIS

A gravidez é um fator diferenciado que causa diversas mudanças físicas e também mentais. Dentre as alterações da gestação, as emocionais são as mais características pois causam diversas oscilações nos sentimentos (CAMACHO, *et al*, 2010).

No que se refere as mudanças fisiológicas, causam mudanças transformativas profundas, como forma de se adaptar ao novo corpo e ser possível preparar o organismo para desenvolvimento no ventre e parto.

Com isso, percebe-se que as mudanças corporais e as mudanças mentais, estão intimamente ligadas. O período de gestação, pode ser marcado como uma fase de tensão, por conta da grande expectativa e novidade que continuam acontecendo durante o processo (FREITAS, *et al*, 2003).

O corpo da mulher sofre muitas alterações hormonais importantes, tendo o aumento de progesterona e estrogênio, que atingem valores elevados. Dessa forma, é possível perceber que fisiologicamente, mudanças drásticas acontecem (NERME, 2006).

Levando em consideração que a disposição, mal-estar e aumento de peso surgem constantemente, ainda para Nerme (2006), o psicológico começa a ser interferido, por meio de problemas com autoestima e mudanças de humor. No terceiro semestre, geralmente a indisposição se torna constante devido ao inchaço e problemas com respiração se tornam mais frequentes.

São inúmeras alterações que envolvem mecanismos de adaptações anatômicas, fisiológicas e bioquímicas durante o período de gestação. As adaptações estão ligadas a circulação, uterina e metabolismo, por conta da necessidade de nutrientes e desse modo, a necessidade deste, torna intimamente ligado o psicológico com o fisiológico.

Um dos grandes temores da gravidez, é o medo de não voltar ao formato anterior do corpo, antes da gestação, de perder a sua identidade e tornar-se em outra pessoa. Essa introversão emocional, acaba causando a necessidade de mais cuidado, atenção e afeto.

A ansiedade é um ponto que se eleva quando o período do parto se aproxima. Para Barbieri (1983), isso acontece pelo medo das dores e preocupação do que acontecerá com a pessoa e com o bebê.

Também, vale ressaltar que a somatização é compreendida como sintomas físicos e psíquicos, tendo origem a disfunção emocional. Estes, expressam cefaleia, sintomas gastrointestinais e questões de ordem psicológica, podendo desencadear também a depressão pós-parto, muito comum em 25% de brasileiras (FIOCRUZ, 2016).

Diante disso, os profissionais da saúde, na maioria a equipe de enfermagem, estejam atentos aos sintomas mais comuns como ansiedade, ataques de pânico, insônia, culpa e apetite. O olhar sensível para Fiocruz (2016), é essencial para reconhecer a mulher nessas situações e realizar os encaminhamentos necessários.

Com o exposto até o momento, percebe-se que o período de gravidez é um momento que transforma e torna a mulher mais propícia a complicações respiratórias, cardíacas e principalmente psicológicas. Por isso, se faz fundamental conhecer as complicações do nosso vírus COVID-19, durante esse período e em seguida, os impactos que o isolamento causado pelo mesmo, pode causar para as gestantes.

2.2 COVID-19 E SUAS COMPLICAÇÕES NA GESTAÇÃO

O novo vírus que atinge o mundo, SARS-COV-2, de maneira rápida e vulnerável, tem afetado diversos grupos, entre eles as gestantes. Com as

complicações, é importante refletir sobre os cuidados a serem ofertados de forma a superar os desafios que permeiam esse contexto.

Por meio de pesquisas, foi possível levantar que durante as infecções causadas pela influenza H1N1, SARS-CoV e MERS-CoV, quais ocorreram nos anos de 2002, 2009 e 2012, as mesmas trouxeram diversas complicações as grávidas, como tosse, dispneia e também febre (ALFARAJ; AL-TAWFIQ; MEMISH, 2019).

A OMS (Organização Mundial da Saúde), classificou as gestantes como grupo de risco para Covid-19, apesar dos sintomas apresentados serem leves, a preocupação se torna maior pelo fato de que em algumas grávidas, existem sintomas como fadiga, diarreia, coriza, dispneia e congestão nasal. Outras, ainda podem apresentar complicações mais graves como síndromes respiratórias agudas grave (SARS), segundo Zaigham, *et al*, 2020).

Tendo vista esse cenário, o receio dos problemas que possam surgir ainda é grande, pelo fato de que os estudos ainda não são conclusivos. Existem aqueles que afirmam possibilidades de sintomas semelhantes ao da mãe no recém-nascido e outros que afirmam impossibilidade de rompimento da barreira placentária (HOFMANN, *et al*, 2020).

Diante de tantas informações incertas da ciência sobre as infecções, é compreensível o medo das gestantes. Dessa forma, é fundamental que as fakes News sejam reconhecidas e paradas.

É válido ressaltar que apesar do momento adverso, os direitos das grávidas devem ser respeitados. Mas, alguns hospitais, para manter a segurança e prevenção do vírus, tem adotado a ideia do isolamento no momento do parto, impedindo o acompanhante nesse processo, qual é apoiado na Lei nº 11.108/2005.

Com o citado anteriormente, sobre os conflitos emocionais e psicológicos que as gestantes entram durante o período, a companhia é fundamental para que elas obtenham um apoio, principalmente as de primeira viagem. Pesquisas realizadas, apontam que a presença de alguém para dar o suporte durante o parto, é capaz de amenizar as dores e promover segurança (SOUZA; GUALDA, 2016).

O ministério da Saúde, garante a presença de alguém durante o parto, mesmo com a mulher tendo positivado ao covid, desde que se mantenham as ressalvas de não realizar revezamento e que o acompanhante não seja grupo de risco.

Contudo, o cuidado dos profissionais para com as gestantes é um grande desafio, sendo necessário um cuidado especial. Pois além das diversas mudanças fisiológicas e interferências psicológicas, existe ainda o risco do covid-19. Portanto, os profissionais da saúde devem se atentar a tudo isso e intervir da melhor maneira possível, por meio de orientações para que os encaminhamentos aconteçam, tornando o processo ágil e facilitando a melhora para as mães e para os bebês.

2.3 OS IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NO FISICO E NA PSIQUE DE GESTANTES

As medidas de restrição necessárias durante esse período pandêmico, produziram em sua totalidade, uma drástica mudança de vida em todos os populacionais.

É sabido que em situações de grande pandemia como esta, além dos números excessivos de pessoas infectadas, o número de pessoas afetadas psicologicamente tende a ser maior do que o esperado.

Segundo estudos, estima-se que de um terço à metade da população tende a apresentar diversas alterações psicológicas e psiquiátricas sem um atendimento adequado (LIMA, 2020).

Seguindo nesta direção, diversas instruções em documentos institucionais vêm sendo disponibilizado, incorporando prescrições de conduta com o objetivo de instruir e promover uma melhoria na qualidade de vida durante esse período de isolamento social (BRASIL, CFP, 2020).

Orientações se repetem como cuidado aos hábitos que possam gerar sofrimento, excesso de informações, notícias sensacionalistas, falta de pausas em home office, organização de rotinas, manter atividades físicas, práticas de relaxamento e meditação, manter contato com familiares de maneira online (LIMA, 2020).

Levando em consideração essas instruções é válido reforçar o cuidado com gestantes, pois com as mudanças hormonais, fisiológicas e emocionais, a tendência de fatores psicológicos serem afetados, aumenta consideravelmente. Dentre os diversos casos psicológicos, a depressão aumentou 8%, ansiedade 14,9%, estresse 7,9% (UERJ, 2020).

Esse sofrimento psíquico, interfere intimamente no desenvolvimento do feto e inclusive no seu cuidado após nascimento, portanto, é fundamental cuidar do adocimento e realizar a medicação e cuidados necessários.

A Universidade de Calgary no Canadá, tem indicado por meio de estudos diversos níveis alterados de depressão e ansiedade. O programa de pesquisa está a alguns meses examinando o sono das mulheres grávidas e o suporte social no país, por meio de questionários online. E os resultados tem sido negativo, surgindo preocupações no impacto que isso pode causar não apenas na mãe, mas no bebê.

As gestantes têm medo de pegar o novo coronavírus. Além disso, quando elas são diagnosticadas com a COVID-19, temos todo um processo para proteger o bebê no parto. (GINECOLOGISTA RITA SANCHES, HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN, 2020).

Isso mostra que a mãe leva um tempo maior para ser apresentada ao recém-nascido. O que a faz ficar mais ansiosa. Estudos na fundação Oswaldo Cruz (2020), estima que 25% das gestantes tem desenvolvido transtornos mentais com o isolamento social causado pelo atual vírus. A doença tem sido caracterizada pelo desinteresse por atividades diárias e que envolvam o bebê. Sintomas como tristeza, falta ou excesso de apetite, são dois grandes sinalizadores desses transtornos.

Os pesquisadores têm orientado a essencialidade de uma parceria entre ginecologista e psicoterapeuta, para que os tratamentos durante a gravidez e também no pós-parto, sejam mediados por meio de conversas e uso de medicamentos que não prejudiquem a gravidez e a amamentação.

Outro medo constante, é que as gestantes deixem de fazer o pré-natal por conta do covid-19. Por isso o apoio familiar, é fundamental para realizar essa motivação e acompanhamento juntamente com a grávida, evitando o surgimento de outras complicações e doenças durante o período de gravidez (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, 2020).

Portando, as orientações é que mantenham as gestantes em contato com atendimento obstétrico e atendimento psiquiátrico, além de uma boa alimentação e exercícios físicos. Dessa forma, com apoio familiar e atendimento especializado, as chances de diminuir os impactos do isolamento social, aumentam de maneira a garantir a qualidade no período de gestação.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão descritiva de literatura. Os dados foram buscados em revistas, artigos, dissertações e publicações periódicas, em bases de dados tais como: Scielo, Science Direct, disponíveis na íntegra, em português, as pesquisas foram feitas no período do mês Outubro e Novembro de 2020, tendo como descritores: Corona vírus; Gravidez; Epidemia, Isolamento Social.

Foram envolvidos neste trabalho, estudos científicos com abordagem voltada para as Gestantes e COVID-19, disponibilizados na íntegra em Língua Portuguesa, publicados entre os anos de 2019 a 2020, incluindo todos os tipos de delineamento de estudo que envolvesse seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo do artigo foi realizar uma breve análise sobre o impacto do isolamento social, fisicamente e psicologicamente, em gestantes nesse período atípico que estamos vivenciando, se baseando em alguns artigos publicados como forma de fundamentar cientificamente a pesquisa.

Portanto, a pesquisa usa o método descritivo com abordagens qualitativas, adotando a metodologia bibliográfica, pois o objetivo é promover a reflexão e análise sobre a temática.

Com a finalidade de alcançar o proposto, o artigo abordou alguns pontos fundamentais como a gestação e suas mudanças fisiológicas e mentais, para ser possível compreender de maneira breve as alterações que ocorrem durante esse período; o COVID – 19 e suas complicações, para que se compreenda os danos desse vírus e finalizando com os impactos do isolamento social fisicamente e psicologicamente em gestantes e como foi compactam-te para todos da sociedade e principalmente para as gestantes pois além de estar em risco suas vidas a dos seus filhos em seus ventres também estava assim muitas entraram em depressão crises de pânico ansiedades e assim tendo uma incerteza dos seus futuros como mães. Estudos na fundação Oswaldo Cruz (2020), estima que 25% das gestantes tem desenvolvido transtornos mentais com o isolamento social causado pelo atual vírus. Dessa forma, é fundamental frisar que o cuidado com a mente e a frequência no obstetra e ginecologista se faz essencial, para que os encaminhamentos necessários sejam realizados da melhor forma possível.

Também, dentre os diversos casos psicológicos, a depressão aumentou 8%, ansiedade 14,9%, estresse 7,9% (UERJ, 2020). Com esses números, é possível observar que a pandemia piora os quesitos psicológicos e até mesmo o bem-estar das gestantes, causando complicações e até mesmo problemas mentais futuros que da mesma forma irão comprometer o bebê.

Faz-se fundamental, diante do exposto até o momento que as gestantes mantenham o contato frequentemente com seus médicos, fazendo todos os exames necessários, bem como realizando sempre que possível, exercícios físicos e conversas com psicólogos.

Dessa forma, será possível possibilitar uma melhor gestação, com saúde e bem-estar as mães que são acometidas pelo vírus e que estão sendo acometidas pelo isolamento social, minimizando o impacto desse momento atípico e destrutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo foi discutido referente o quanto afetou o as gestantes com o isolamento em um momento tam especial para uma mulher aonde ela precisa de apoio de todo a família de profissionais qualificados para cuidar da sua saúde física e mental pois com as mudanças de seu corpo e hormonais ela fica mais sensível precisando de um apoio diferenciado e com a pandemia isso ficou tudo distante dela pois estamos restritos pois como as gestante estão no grupo de risco eram permitido sair de casa somente para o necessário e nesse artigo está bem claro que elas foram muito afetadas com isso na parte psicológica pois tudo é inserto como seria as consequência de uma contaminação e suas consequências pois como e um vírus novo que sabemos pouco sobre ele todos os cuidados são fundamentais para a proteção das gestantes e seus filhos e que a cada dia vem muitas informações que estão sendo divulgadas que alguns especialista dizem uma coisa e outros falam ao contrario então temos que ficar atentos para os cuidados necessários. O ministério da Saúde, garante a presença de alguém durante o parto, mesmo com a mulher tendo positivado ao covid, desde que se mantenham as ressalvas de não realizar revezamento e que o acompanhante não seja grupo de risco para amenizar todo esse processo de isolamento e tentando evitar complicações psicologias no pós-parto como a depressão pós-parto e outras patologias

Com esse isolamento social vimos o quanto precisamos nos unir para apoiarmos uns aos outros e evitarmos que isso tudo se torne permanente e que possamos sentir o calor humano e que as gestantes retornem as suas preocupações normais do dia a dia que seria com o enxoval do nome escolhido do seu filho e não de uma doença que só veio para nos afastar uns dos outros.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do curso de Enfermagem ao desenvolvimento de inovação e tecnologia da assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Nicola. **Isolamento social intensifica depressão e ansiedade durante a gravidez.** AGÊNCIA, Einstein, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/06/17/isolamento-social-intensifica-depressao-e-ansiedade-durante-a-gravidez.htm>. Acesso em 6, nov. 2020

ALFARAJ, S. H.; AL-TAWFIQ, J. A.; MEMISH, Z. A. **Middle East Respiratory Syndrome Coronavirus (MERS-CoV) infection during pregnancy: Report of two cases & review of the literature.** *Journal of Microbiology, Immunology, and Infection*, v. 52, n. 3, p. 501-503, jun. 2019. Doi: <https://dx.doi.org/10.1016%2Fj.jmii.2018.04.005>.

BARBIERI, O.I. et al. **Assistência a parturiente** : alguns aspectos psicossociais. *Rav. Esc. Enf. USP*, v.H , n.1, p.33-37, 1983,

BRASIL. Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005. **Dispõe sobre acompanhamento durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

CAMACHO KG, Vargens OMC, Progianti JM. **Adaptando-se à nova realidade: a mulher grávida e o exercício de sua sexualidade.** *Rev. enferm. UERJ*. 2010; 18(1):32-37.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 4, de 26 de março de 2020. **Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19.** Diário Oficial da União. 2020 Mar 30; Seção 1. p 251.

FERREIRA MJ, Irigoyen MC, Consolim-Colombo F, Saraiva JFK, De Angelis K. **Vida Fisicamente Ativa como Medida de Enfrentamento ao COVID-19.** *Arq Bras Cardiol*. 2020. 114 (4): 601-2.

FIUZA C, Moraes PB. **Aspectos Imunológicos essenciais na Gestação Regular.** *J Applied PharmSci*. 2017; 4 (3): 42-51.

FREITAS F, Costa SHM, Ramos JGL, MagalhãesJA. **Rotinas em obstetrícia.** 2a ed. Porto Alegre: Artmed editora; 2003.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Depressão pós-parto acomete mais de 25% das mães no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/depressao-pos-parto-acomete-mais-de-25-das-maes-no-brasil>. Acesso em: 06 nov. 2020.

HOFFMANN, M. et al. **SARS-CoV-2 Cell Entry Dependson ACE2 and TMPRSS2 and is Blocked by a Clinically Proven Protease Inhibitor.** *Cell*, 2020. Doi: <https://dx.doi.org/10.1016%2Fj.cell.2020.02.052>.

LIMA RC. **Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 2020; 30(2): e300214. doi: 10.1590/S0103-73312020300214.

NEME B. **Obstetrícia básica.** 3a ed. São Paulo: SAVIER; 2006.

SOUZA, R. R. K.; GUALDA, D. M. R. **A experiência da mulher e de seu acompanhante no parto em uma maternidade.** *Texto Contexto Enfer*, v. 24, n. 1, e4080014, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1590/0104-0707201600004080014>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa da Uerj indica aumento de casos de depressão entre brasileiros durante a quarentena [Internet]. Rio de Janeiro: UERJ; 2020 [acesso 2020 Maio 17]. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/11028/>.

ZAIGHAM, M.; ANDERSSON, O. **Maternal and Perinatal Outcomes with Covid-19: a systematic review of 108 pregnancies.** *Acta Obstetrica Et Gynecologica Scandinavica*, [s. l.], 7 abr. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1111/aogs.13867>.

A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DO ÚTERO

Professora Wanderleia Tragancin
Eva Lidia Coroneti Bandeira,eva.coroneti1@gmail.com
Marlise Scapin ,scapinmarlise@gamail.com

Resumo –

O Câncer do Colo Uterino (CCU), também conhecido por câncer cervical, é causado através de uma infecção persistente diante de alguns tipos de papiloma vírus humano (HPV10). O CCU está associado á infecção persistente por subtipos de vírus HPV, sendo que muitas mulheres não se atentam com o surgimento de pequenas verrugas. Aproximadamente, a cada ano são diagnosticados 530 mil casos, sendo que 265 mil são considerados óbitos. Segundo o Ministério da Saúde, é relatado em seu manual técnico a respeito da prevenção do câncer colo do útero, no qual foi lançado em 2002, de um modo de comprovação em que relata que, para prevenir o câncer do colo do útero, é através realização de exames periódicos, como o Cito Patológico (Papanicolau).

Palavras-chave: Colo do Útero, Prevenção, Enfermeiro.

INTRODUÇÃO

O câncer do colo do útero (CCU) é também denominado carcinoma de útero cervical, é causado através de uma infecção persistente diante de alguns tipos de papiloma vírus humano que evolui lentamente. O CCU está associado a infecção persistente por subtipos de vírus HPV, sendo que muitas mulheres não se atentam com o surgimento de pequenas verrugas. Aproximadamente, a cada ano são diagnosticados 530 mil casos, sendo que 265 mil são óbitos. As neoplasias interepiteliais da cérvix (NICs) são caracterizadas por lesões que se apresentam nas fases pré-invasivas e benignas. Na sua fase invasiva, maligna ocorre o crescimento de uma lesão na cérvix, atingindo assim os tecidos localizados na parte exterior do colo uterino e as glândulas linfáticas anteriores ao sacro (SANTOS et al., 2010). Entre os tipos de câncer existentes o CCU apresenta um dos mais altos potenciais de cura e prevenção, chegando perto de 100%, quando

diagnosticado na fase inicial da doença. É necessário para um programa nacional de combate ao CCU ter quatro elementos importantes em sua realização: detecção precoce, prevenção primária, diagnóstico/tratamento e cuidados paliativos. A modalidade mais eficaz na redução do CCU é a detecção precoce (VASCONCELOS et al., 2011). A prevenção pode ser realizada através das atividades de rastreamento, dentre elas o exame citopatológico e a educação em saúde (BRASIL, 2009). De um modo geral, a prevenção primária é executada a partir do momento em que ocorre a identificação de fatores de risco para a prevenção do surgimento da doença. Já a prevenção secundária do CCU é executada através do exame cito patológico para a detecção da doença. A estratégia de rastreamento aconselhada no Brasil pelo Ministério da Saúde é o exame citopatológico com preferência em mulheres de 25 a 64 anos. Segundo Jorge e Silva (2010) o enfermeiro contribui para a melhora é o bem-estar das mulheres portadoras do CCU. Tem como proposta feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o enfermeiro sempre estar avaliando a qualidade de vida como fatores físicos, psicológicos e relações sociais. Segundo Vasconcelos et al (2011) o papel exercido pelo enfermeiro na prevenção e controle do CCU é fundamental, já que ele atua em diversas áreas de estratégias educativas em saúde da mulher. O assunto é relevante em razão dos altos índices de CCU.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O cenário surgido a partir da década de 1960, quando aconteceu o deslocamento da abordagem da doença individual para o campo da saúde pública. Foi nessa época, a partir dos estudos de George Nicholas Papanicolau, que se comprovou a possibilidade de diagnosticar alterações citológicas prévias à ocorrência do câncer, por meio da análise microscópica de amostras do esfregaço vaginal, o exame que hoje é conhecido como Papanicolau. A partir de então, diversas ações têm sido estruturadas para a detecção precoce do câncer do colo do útero, tendo em vista que esse tipo de câncer é totalmente prevenível se as lesões pré-cancerígenas forem detectadas e tratadas precocemente. (FONTE MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, Falando sobre câncer e seus fatores de risco. 2 ed.,Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Câncer, Coordenação Nacional de Controle do Tabagismo e Prevenção Primária de Câncer (Contapp).

Estimativas de novos casos de câncer de colo de útero: 16.590 (2020 - INCA)

Número de mortes: 6.526 (2018 - Atlas de Mortalidade por Câncer - SIM)

O câncer do colo do útero, também chamado de câncer cervical, é causado pela infecção persistente por alguns tipos do Papiloma vírus Humano - HPV (chamados

de tipos oncogênicos). A infecção genital por esse vírus é muito frequente e não causa doença na maioria das vezes. Entretanto, em alguns casos, ocorrem alterações celulares que podem evoluir para o câncer. Essas alterações são descobertas facilmente no exame preventivo (conhecido também como Papanicolau ou Papanicolau), e são curáveis na quase totalidade dos casos. Por isso, é importante a realização periódica desse exame. (Última modificação: 14/08/2020 | 09h04) INCA.

É um tipo de câncer que demora muitos anos para se desenvolver. As alterações das células que dão origem ao câncer do colo do útero são facilmente descobertas no exame preventivo. Conforme a doença avança, os principais sintomas são sangramento vaginal, corrimento e dor. (<http://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/990-cancer-do-colo-de-utero>)

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica no desenvolvimento da leitura indisciplinar foram usadas comparações de dois artigos sobre colo de útero, através da leitura interdisciplinar universitária, o tema escolhido pelo grupo, a prevenção do câncer de colo de útero por profissionais da saúde, ênfase em colher informações semelhante por método de comparação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora haja muitos meios de informações sobre o câncer de colo de útero, muitas mulheres ainda apresentam diversas dúvidas, receios e vergonha. O Ministério da Saúde vem investindo em políticas que auxiliam na melhoria da saúde feminina. Entretanto, não adianta criar políticas para serem seguidas sendo que os profissionais da saúde não façam a busca ativa dessas mulheres para a realização do exame cito patológico, eles necessitam sensibilizar e se disponibilizarem para reverterem esse quadro de saúde que vem trazendo consequências catastróficas na vida de muitas mulheres brasileiras. O profissional deve atuar de maneira integrada diretamente com as pacientes em consultórios, devem se portar de forma

respeitosa, evitando qualquer tipo de constrangimento. O câncer do colo de útero pode ser reduzido significativamente, e com isso os profissionais da saúde podem realizar interações entre a atenção primária e a população estudada.

A seguinte pesquisa apresentou inúmeras limitações durante a produção, cada membro da equipe reside em diferentes cidades no atual momento enfrentamos uma pandemia dificultando o encontro para o debate e produção da pesquisa, sendo realizada através da tecnologia virtual apresentando dificuldade para o entendimento mútuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o dado encontrado nessa pesquisa refere-se à educação em saúde realizada pela enfermagem, constatou-se que o enfermeiro deve realizar ações educativas com as mulheres da comunidade através de palestras, transmitindo o máximo de informação possível, para que as pacientes possam conscientizar não só a si como também a seus parceiros, pois o câncer de colo do útero quando detectado precocemente tem 100% de cura. Fica evidente que o profissional enfermeiro é o principal responsável dentro da atenção primária, por ser capaz de analisar as dificuldades encontradas para a realização do exame cito patológico, dessa forma ele pode buscar soluções adequadas através de uma postura crítico-reflexiva para a busca de uma assistência mais humanizada.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, pela oportunidade de estar participando de um projeto de tanto mérito de aprendizado, a nossa família pelo apoio e consideração, juntamente a professora orientadora Wanderleia Tragasim pelos conhecimentos passados, a instituição Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP.

REFERÊNCIAS

Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA DOI: <http://dx.doi.org/10.31072>. ISSN: 2179-4200

A importância do enfermeiro em saúde para prevenção do câncer de colo de útero.

Submetido: 30 jan. 2020.

Publicado: 26 ago. 2020.

Revista Científica FacMais, Volume. VIII, Número 1. Fev/Mar. Ano 2017/1º Semestre.

ISSN 2238- 8427. Página 217 BORSATTO, Alessandra Zanei et al .

MS. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama.

INCA. BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. Estimativa 2014: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2016.

<http://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/990-cancer-do-colo-de-utero>)

Acesso venoso

Proteção para o acesso em banho de aspersão e imersão

Gabriela dos Santos, gaabitg@gmail.com.br¹

Shirlei Maria Domingues, shirleidomingues@outlook.com.br²

Tagnar Thibes Mello, tagthibes27@gmail.com.br³

Wanderleia de Oliveira Tragancin, Wanderleia@uniarp.edu.br⁴

Resumo

Objetivo: identificar e elaborar uma inovação tecnológica para a proteção do acesso venoso durante um banho de imersão e aspersão. Métodos: trata-se de uma revisão literária sobre inovações tecnológicas e desenvolvimento de um protótipo que ajude a facilitar o dia a dia da equipe de enfermagem em um banho de aspersão e imersão visto que durante o mesmo há grande dificuldade em proteger o acesso venoso. Resultados: durante a pesquisa literária foi identificado aspectos importantes em relação aos cuidados para que não molhe o acesso e também para evitar infecção do mesmo. Conclusão: observa-se que há grande dificuldade de mobilidade para fazer a higiene pessoal usando cateter venoso. Sugere-se então que através das inovações tecnológicas haja uma proteção para que o procedimento de banho seja feito de maneira segura e eficaz.

Palavras-chave: Banho de imersão. Banho de aspersão. Acesso venoso. Higiene

Introdução

Existem técnicas e cuidados com o paciente internado em ambiente hospitalar esses procedimentos são feitos pela equipe de enfermagem entre eles está higienização do corpo através do banho que pode ser de leito, aspersão e imersão. O banho inibe o risco de infecção e proporciona relaxamento e sensação de conforto ao paciente e ao enfermeiro permite uma maior visão do estado físico de saúde do paciente pois é possível observar se há alguma anormalidade no corpo como feridas por ulcera de pressão, edema nos membros entre outros. O tipo de banho vai depender do estado de saúde do paciente por exemplo o banho de leito geralmente é recomendado em algumas situações como um pós cirúrgico, o acamado que teve algum AVC e também usado muito em unidade de terapia intensiva. (PRADO ARA, R. RL. R. OMPL, F. NMA, MM, 2017)

As principais dificuldades está no banho de imersão que é feito na banheira e o de aspersão que é no chuveiro apesar de muitas vezes o paciente conseguir realizar esse procedimento sozinho em alguns casos o paciente faz uso de cateter venoso o que impossibilita a execução do banho de maneira correta.

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O acesso venoso é a via de administração de medicação diretamente nas veias, nela é possível fazer medicação em grande quantidade e aquelas que pela via oral não são possíveis de administrar. São dois tipos: acesso venoso periférico, que é a inserção de um cateter nos membros (braço, mão, perna, etc.) e acesso venoso central, este é utilizado em pacientes que necessitam de grandes quantidades de medicamento e soro - é uma via calibrosa para infusão de algumas medicações específicas, como quimioterapia, dieta parenteral. ([/PORTALARQUIVOS2.SAUDE.GOV.BR/IMAGES/PDF/2017/DEZEMBRO/21/10-CUIDADOS-COM-ACESSO-VENOSO.PDF](http://PORTALARQUIVOS2.SAUDE.GOV.BR/IMAGES/PDF/2017/DEZEMBRO/21/10-CUIDADOS-COM-ACESSO-VENOSO.PDF))

Existe varias dificuldades, pois há Possibilidade de ocorrer sangramentos se não estiver bem fechada, Possibilidade de sair se não houver cuidado e boa fixação, é Porta de entrada para infecções, Desconfortável para o paciente, causa muita dor.

São inúmeros os cuidados que tem que ter e também na higienização como:

»Sempre lavar as mãos antes de entrar em contato com o paciente;

»Somente a equipe médica e de enfermagem pode manipular o acesso e fazer a medicação;

»Verificar se está bem fixado na pele;

»Sempre que for mexer no local do acesso, garantir a lavagem de mãos para evitar possíveis infecções;

»Verificar sempre se há sinais de sujidade e sangramentos e caso tenha, chamar imediatamente a equipe de enfermagem;

»Se houver vermelhidão, edema e a pele na região do acesso estiverem quentes, solicite avaliação da equipe de enfermagem;

»Caso o paciente diga que tem dor durante a infusão de alguma medicação ou mesmo em repouso, feche o registro do equipo imediatamente e solicite imediatamente avaliação da equipe.

»No momento do banho, proteger o acesso e evitar com que caia água no local. (PORTALARQUIVOS2.SAUDE.GOV.BR/IMAGES/PDF/2017/DEZEMBRO/21/10-CUIDADOS-COM-ACESSO-VENOSO.PDF)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O banho de leito é o cuidado auxiliar que deve ser executado com muita seriedade tanto tecnicamente quanto eticamente, pois há uma grande exposição do paciente. (GISELE MOLLER PORTO ALEGRE 2014)

TIPOS DE BANHO

Aspersão - banho de chuveiro;

Imersão - banho na banheira;

Ablução - jogando pequenas porções de água sobre o corpo

; No leito - usado para pacientes acamados em repouso absoluto;

(SO ENFERMAGEM)

CUIDADOS O BANHO

É muito importante que antes de banho ser iniciado que os materiais já estejam todos organizados para que assim o paciente não sem ser assistido;

As portas e janelas devem ficar fechadas;

Os acessórios devem ser retirados para evitar lesões no paciente;

A água deve ser morna com o objetivo de evitar queimaduras;

O sabonete deve ser o neutro ou o indicado pelo médico;

As toalhas devem ser macias e limpas, ´relembrando da importância de secar totalmente o corpo do paciente evitando a proliferação de bactérias e fungos;

Fazer o uso de hidratante após o banho da satisfação maior para o paciente lhe oferecendo uma sensação maior de conforto;

As roupas que o paciente vai vestir devem ser sempre limpas e s precisar abertas a trás;

No instante de vestir o paciente devesse começar a por a roupa no lado que tem menor movimentação e para despir é ao contrario ;

Se houver dificuldade devesse procurar ajuda de outro profissional;

A decisão da hora do banho é importante entrar em um acordo com o paciente que esteja em conformidade com o horário desejado do paciente e a flexibilidade do profissional, isto proporciona ao paciente uma autonomia ao tomar decisões de acordo com a sua rotina. (GECENE)

MATERIA UTILIZADOS

- 3 litros de agua morna em uma bacia ;
- 2 gases para a região dos olhos ;
- 2 esponjas macias;
- Uma toalha de banho macia;
- Sabonete liquido;
- Lençóis limpos ;
- Roupas limpas;

(VICTÓRIA RÉGIA 21 DE JULHO DE 2017)

O QUE É ACESSO?

São as vias de administração de medicamentos inseridas diretamente nas veias, por essa via é possível adicionar uma maior quantidade do medicamento, sendo dois tipos, o acesso venoso e o acesso venoso periférico. .(EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2012-13/04/2018)

ACESSO VENOSO QUEM PODE MANIPULAR?

Podem ser manipulados por enfermeiras, técnicas de enfermagem e médicos, agora no acesso venoso só o medico pode fazer a punção seja na residência do paciente ou mesmo no ambiente hospitalar. .(EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2012-13/04/2018)

QUAIS OS CUIDADOS COM O ACESSO?

Fazer sempre a higienização das mãos antes de fazer contato com o paciente; Somente os profissionais da enfermagem e os médicos que podem fazer esta ação; .(EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2012-13/04/2018)

Se certificar que esta bem fixa na pele;

Fazer a proteção no momento do banho cobrindo com plástico;

Verificar sempre o tom da pele em roda do acesso;

Prestar atenção nas queixas do paciente em relação ao acesso;

DIFICULDADES COM O ACESSO VENOSO

A probabilidade de haver sangramento se não estiver bem fechado;

A chance de sair se não houver cuidados e uma boa fixação;

Porta de entrada de infecções;

Desagradável para o paciente;

Dor no local;

.(EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2012-13/04/2018)

TIPOS DE ACESSO

CATETER VENOSO CENTRAL

A maior parte dos medicamentos quimioterápicos são administrados imediatamente na corrente sanguínea ,é um método é o mais grande e longo que é posicionado nas grandes veias no tórax ou na parte superior do braço, permanecendo no local durante o tratamento. .(EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2012-13/04/2018)

PORT-A-CATH

Este tipo de cateter é completamente implantado, ele se constitui de um material pequeno de plástico ou metal que é adentrado em uma grande veia que é utilizada no momento cirúrgico, ele é posicionado no tórax ou braço. Podendo ficar no local por anos, esse cateter não requer cuidados especiais no caso de ausência de agulha, quando já estiver cicatrizado o paciente já pode tomar banho sozinho. (EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2012-13/04/2018)

CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA

É um cateter exclusivo para a infusão intravenosa administrada em uma das veias próxima da dobra do cotovelo ou na parte superior do braço , ele pode permanecer ao local por muitas semanas e meses mas não pode ser molhado sendo assim devesse ser coberto no momento de banho.(EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2012-13/04/2018)

CATETER DE LINHA MEDIANA

Cateter similar ao PICC, porém é menor de idade comprimento, sendo inserido ate chegar a uma veia na parte superior do braço não há precisão de processo cirúrgico para ser posto, mas é essencial que heparinizá-lo ou salinizá-lo uma vez ao mês.(EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2018)

CATETER VENOSO CENTRAL TUNELADO

É um tipo de cateter com vários tubos separados denominados lumens, é situado sob a pele, contudo as aberturas para os lumens saem da pele do tórax, esse tipo de cateter tem potencial para durar por alguns anos em consequência o cateter externo e ao redor da pele precisa ter cuidados especiais com frequência. .(EQUIPE ONCOGUIA 11/03/2012,13/04/2018)

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo experimental e tecnológica que visa como objetivo o desenvolvimento de um protótipo de inovação tecnológica que usa revisão literária como base para o desenvolvimento de uma proteção para o acesso venoso durante o banho de aspersão ou imersão, foi utilizado pesquisa em artigos e livros fornecidos pelo acervo da biblioteca da UNIARP (Fundação do alto vale do rio do peixe),para a fundamentação da problematização.Na confecção da proteção para o acesso foi utilizado como tecido a sarja que é impermeável a água e como forro

tecido de algodão formando uma espécie de luva para a proteção do acesso nos membros superiores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a pesquisa literária e a explicação sobre o tema escolhido conclui-se a importância das inovações tecnológicas no dia a dia da equipe da enfermagem, pois proporciona a agilidade e o conforto para com o paciente. Sabe-se que o banho não é tarefa fácil para o profissional pois é necessário no mínimo três pessoas da equipe para realizar o procedimento. O tipo de banho vai depender do estado de saúde do paciente e de suas limitações o processo se torna ainda mais complexo quando existe um acesso venoso no paciente, o cuidado e a atenção devem ser redobrados, pois devemos ficar atentos para que não haja contaminar e para que ele não seja deslocado do lugar também, durante o banho temos que evitar que o mesmo seja molhado então através da pesquisa desenvolvemos a proteção para esse acesso. (PEIXOTO, SÃO PAULO 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações tecnológicas são pouco exploradas nesse contexto de estudo, pois nos deparamos com a dificuldade em encontrar materiais para esse assunto e tivemos que desenvolver a ideia, pois com o impacto do cenário atual em que nos encontramos, nossa única ferramenta de pesquisa é a internet procurando sempre uma fonte segura, desejamos que através da pesquisa possamos contribuir para dar qualidade de vida aos pacientes e segurança durante o procedimento.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram para a realização desse projeto aos professores que deram todo apoio e dedicaram seu tempo para a orientação, agradecemos também a UNIARP que nos desafiou e fez com que saíssemos da nossa zona de conforto para desenvolver essa pesquisa e também pelo apoio de pesquisa através da biblioteca online.

REFERÊNCIAS

La Torre Fabiola Peixoto Ferreira, Baldanzi Gabriel, Troste Eduardo Juan Rev. bras. Rev. bras. ter. intensiva vol.30 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2018 disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-507X2018000400436&lang=pt acesso em 28 de outubro de 2020.

Gisele Moller . Porto Alegre 2014 disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/101264/000931448.pdf?sequence=1> acesso em 11/11/2020.

<http://www.soenfermagem.net/tecnicas/banhos.html>

<https://gcene.com/o-banho-e-importante-para-higiene/#:~:text=Portas%20e%20janelas%20devem%20ser,um%20produto%20indicado%20pelo%20m%C3%A9dico.>

Victória Réegia .21 de julho de 2017 disponível em <http://blog.cirurgicavitoriaregia.com.br/saiba-como-dar-banho-no-leito-em-paciente-acamado/>

Acessado em 11/11/2020.

Equipe oncoguia 11/03/2012,13/04/2018 disponível em [http://www.oncoquia.org.br/conteudo/cateteres-venosos-centrais/246/593/#:~:text=Existem%20diferentes%20tipos%20de%20CVC,de%20insers%C3%A7%C3%A3o%20perif%C3%A9rica%20\(PICC\).&text=A%20maioria%20dos%20medicamentos%20quimioter%C3%A1picos%20%C3%A9%20administrada%20diretamente%20na%20corrente%20sangu%C3%ADnea.](http://www.oncoquia.org.br/conteudo/cateteres-venosos-centrais/246/593/#:~:text=Existem%20diferentes%20tipos%20de%20CVC,de%20insers%C3%A7%C3%A3o%20perif%C3%A9rica%20(PICC).&text=A%20maioria%20dos%20medicamentos%20quimioter%C3%A1picos%20%C3%A9%20administrada%20diretamente%20na%20corrente%20sangu%C3%ADnea.) Acessado em 11/11/2020

Prado ARA, Ramos RL, Ribeiro OMPL, Figueiredo NMA, Martins MM, Machado WCA. Bath for dependent patients: theorizing aspects of nursing care in rehabilitation. Rev. Bras Enferm [Internet]. 2017;70(6):1337-42. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0258>

</portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/dezembro/21/10-cuidados-com-acesso-venoso.pdf>)

CONSEQUÊNCIAS DAS DIETAS ATUAIS NA SAÚDE DE ADOLESCENTES RELACIONADAS AO SOBREPESO E OBESIDADE¹

BUSS, Alexandra B, alexandrabuss0@gmail.com, 098.246.219-03²
TOMACHESKI, Ediane tomacheskiediane@gmail.com, 111.930.499-70³
OLIVEIRA, Tainara A taiinara53@gmail.com, 087.377.249-08⁴
VALER, Valéria D. val.d.valer@gmail.com, 123.153.529-67⁵
MASSOCO, Sarah C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁶

Resumo – Devido as modificações biológicas e psicossociais que ocorrem na faixa etária do adolescente entre 12 anos aos 18 anos, é notória a importância de uma alimentação saudável, com o objetivo de prevenir a obesidade infantil e na adolescência. **Objetivo:** neste estudo é proposto uma avaliação quanto as dietas de adolescentes e a relação com o sobrepeso e obesidade. **Método:** através de uma revisão bibliográfica nas bases de publicações científicas da saúde nos descritores dietas, adolescentes e obesidade. **Resultados:** o sobrepeso e a obesidade em adolescentes esta relacionada com hábitos alimentares com dietas ricas em gordura, mas fatores sociais, psicológicos e metabolismo.

Palavras-chave: Dietas. Adolescentes. Obesidade. Sobrepeso.

INTRODUÇÃO

Neste estudo sobre a obesidade infantil e na adolescência, é necessário identificar o grupo etário que de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e assim sucessivamente a define a faixa etária de 12 a 18 anos de idade para adolescência (BRASIL, 1990).

Segundo Eisenstein (2005, p.1), “Adolescência é o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive”.

Os adolescentes são o alvo do tema relatado, pois são eles que devem adquirir ainda mais a alimentação saudável, praticar exercícios pois estão em constantes mudanças corporais, mas para que isso aconteça diversos fatores interferem, um deles é a relação familiar, o incentivo recebido de seus familiares. À vista disso as modificações biológicas e psicossociais, os quais ocorrem nesta faixa etária tornasse importante à atenção quanto a alimentação e as dietas saudáveis para evitar a obesidade, conforme Marangoni e Manigila (2017, p. 31), apresentam a definição da palavra dieta como sendo do grego *díaita* que significa “*modo de vida*” ou “*modificação do estilo de vida*”, ou seja, a dieta esta interligada com uma

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

mudança de estilo de vida, mais precisamente alimentar cujo se prolonga ao longo do tempo, buscando a adoção de conjuntos de ações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Neutzling et. al, (2006), os hábitos alimentares possuem grande influência em relação ao crescimento, desenvolvimento e saúde em geral dos indivíduos mostrando assim que dietas ricas em fibras são uteis para a proteção contra obesidade. A mesma autora ainda cita que, o perfil alimentar da população está fortemente associado a aspectos culturais, socioeconômicos e demográficos, tornando-se necessário uma melhor compreensão desses aspectos no entendimento do comportamento alimentar de adolescentes (NEUTTZLING, et al, 2006, p. 02).

Segundo Ferreira et. al, (2018), a obesidade infantil tem sido um tema de grande repercussão na saúde pública nos últimos anos sendo considerada uma epidemia mundial, possuindo com maior prevalência famílias de baixa renda. Desta maneira é identificado que a maioria das famílias possui algum déficit no autocuidado o que demarca o aumento de peso. Assim defende-se a ideia que os hábitos alimentares dos familiares, como o apelo das mídias sociais para consumo de determinados produtos são considerados um dos fatores para o desenvolvimento da obesidade infantil.

METODOLOGIA

Este trabalho tem por metodologia de revisão bibliográfica, quanto as consequências das dietas atuais na saúde de adolescentes. Para a realização deste trabalho foi realizada uma buscas na base de dados da Biblioteca Virtual de saúde (BVS) com os descritores de pesquisa dieta, obesidade e adolescente utilizando os critérios de incluso de pesquisa `tw:(dieta) AND (tw:(obesidade)) AND (fulltext:(“1”) AND db:(“LILACS” OR “BDENF”) AND mj:(“Obesidade” OR “Fatores de Risco”) AND la:(“pt”)) AND (year_cluster:[2015 TO 2020])` – totalizando 47 artigos para leitura previa, e utilizando apenas 4 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nutrição adequada é necessária em todas as idades, principalmente quando estamos em desenvolvimento. Segundo os dados apresentados no primeiro texto podemos ver que entre 42,5 e 51,8 milhões de crianças e adolescentes da América Latina apresentam sobrepeso, isso nos mostra que a obesidade pode trazer aos adolescentes muitos efeitos adversos, como também podem apresentar problemas comportamentais, problemas de socialização, além dos agravos a saúde¹.

Podemos levar em consideração que a maioria dos adolescentes tem uma dieta rica em alimentos com alto teor de energia, gorduras e baixo em fibras, levando os jovens a serem mais propensos ao excesso de peso e obesidade¹. Os hábitos alimentares em estudantes de educação básica, em sua maioria preferem lanches rápidos, poucos deles comem frutas na hora do lanche, ainda com a falta da alimentação saudável prejudica a saúde, trazendo diversos problemas como diabetes e hipertensão².

Outros números demonstram índices significativos de obesidade, remetendo a dados nacionais que contabilizam 17% do índice de adolescentes apresentando excesso de peso, ficando evidente que uma dieta inadequada causa o excesso de peso, mas devem ser consideradas as mudanças psicológicas, sociais e físicas que ocorrem neste período³.

Buscando a diminuição dos índices de obesidade na adolescência a OMS busca emitir recomendações sobre a ingestão de alimentos ricos em gorduras e açúcares incentivando a ingestão de alimentos ricos em fibras e com baixa densidade energética como frutas e hortaliças. O fator financeiro exerce um papel de suma importância no consumo de frutas e hortaliças, pois o acesso de famílias de baixa renda a estes alimentos é menor, alguns estudos demonstram que dietas saudáveis possuem um custo elevado, baseando-se no texto de Luana Romão, o Excesso de peso, consumo de frutas e hortaliças por adolescentes e ambiente alimentar local em São Paulo.

Entre 2006 e 2013, segundo Freitas et. al (2017), no artigo “Avaliação da efetividade dos programas de prevenção da obesidade em adolescentes” as frequências de excesso de peso e de obesidade aumentaram 8,2% e 5,7%, respectivamente, o sobrepeso e a obesidade nos adolescentes são problemas de saúde pública, associados a repercussões psicossociais, como baixa autoestima, depressão e qualidade de vida prejudicada, isto acarretam sérios agravos à saúde na idade adulta, incluindo distúrbios metabólicos que aumentam o risco de doenças cardiovasculares e diabetes.

Tabela 1 – Revisão bibliográfica em relação a obesidade, sobrepeso e a dieta de adolescentes.

Título da publicação	Tipo de publicação	Ano
Dieta, excesso de peso e puberdade em adolescentes chilenos ¹	Tese de doutorado	2019
Hábitos alimentares associados ao desvio nutricional em estudantes de educação básica ²	Artigo	2018
Excesso de peso, consumo de frutas e hortaliças por adolescentes e ambiente alimentar local em São Paulo ³	Dissertação	2018
Avaliação da efetividade dos programas de prevenção da obesidade em adolescentes ⁴	Artigo	2017

Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado com o objetivo de demonstrar que a obesidade na adolescência é uma realidade e sua disseminação está associada a diversos motivos que afetam a vida do indivíduo psicologicamente, fisiologicamente, qualidade de vida e sobre a vida. Além disso a pesquisa mostra que a puberdade é

considerada um estágio muito frágil nutricionalmente, porque os nutrientes estão relacionados ao crescimento e desenvolvimento físico, estilo de vida e os hábitos alimentares inadequados afetam a ingestão e requisitos nutricionais básicos. As mudanças físicas drásticas, os eventos psicológicos e sociais que ocorrem durante este período acabam afetando comportamentos alimentares. Portanto, os jovens são propensos à preferência alimentar onde pode levar a maus hábitos e nutrição insuficiente. Este estudo sugere que a intervenção no estilo de vida deve começar o mais cedo possível até a puberdade. Acontece uma mudança importante no caráter pessoal durante a puberdade, por isso é considerado um estágio favorável para consolidação de hábitos tendo um impacto direto na saúde da vida adulta

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Ángela Martínez. **Dieta, excesso de peso e puberdade em adolescentes chilenos**. Tese de doutorado. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-05122019-132450/publico/Tesis_Doutorado_AM_simplificada.pdf Acesso em 25 de out de 2020
- BERNARD, Aline; CARVALHO, Graça Simões de; BOFF, Eva Teresinha de Oliveira. **Hábitos alimentares associados ao desvio nutricional em estudantes de educação básica**. Mundo saúde. São Paulo, n 42, v.2, p.478-498, jun. 2018. Acesso em: 20 de out de 2020 Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/eating_deviation_students.pdf Acesso em: 20 de out. de 2020
- BRASIL, **Decreto Lei nº8.609, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acessado em: 23 de out. de 2020.
- EISENTEIN, Evelyn. **Adolescência: Definições, conceitos e critérios**. 2005. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v2n2a02.pdf> Acessado em: 23 de out. de 2020
- FERREIRA, Adicéa de Souza, et. al. **Ações de enfermagem às crianças com sobrepeso e obesidade na Estratégia Saúde da Família**. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/33892/pdf> Acessado em 23 de out. de 2020.

FREITAS, Marina Gonçalves; SOUZA, Kathiaja Miranda; ELIAS, Flávia Tavares Silva; SANTOS, Marisa da Silva. **Avaliação da efetividade dos programas de prevenção da obesidade em adolescentes: revisão sistemática e metanálise.** Comun. ciênc. Saúde. p.250-261, jan. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-972651> Acesso em 25 de out de 2020.

LE MOS, Maria Cecilia de. **Obesidade Infantil: As dificuldades da criança em relação à obediência de regras impostas por uma dieta alimentar.** São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/298/309> Acesso em: 23 de out. de 2020

MARANGONI, Jhennifer Sienna, MANIGLIA, Fabíola Pansani. **Análise de composição nutricional de dietas da moda publicadas em revistas femininas.** RASBRAN. São Paulo. 2017 Disponível em : <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/565> Acesso em: 20 de out. de 2020

NOGUEIRA, Luana Romão. **Excesso de peso, consumo de frutas e hortaliças por adolescentes e ambiente alimentar local em São Paulo.** Dissertação. Universidade de São Paulo, Faculdade de saúde pública, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-15082018-152208/publico/LuanaRomaoNogueira_MTR_REVISADA.pdf Acesso em 27 de out de 2020

GERAÇÃO Z PREVALÊNCIA DE OBESIDADE E SOBREPESO EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PRIVADA¹

GOES, Fabiola R., fabigoes06@hotmail.com, 093.659.309-10²
 BATAGHIN, Maria J. S., juliabataghin25@gmail.com, 111.800.119-29³
 PRIGOL, Luiza, luizaprigol3@gmail.com, 128.958.119-38⁴
 SILVA, Jéssica Garcia, jeeh.garcia.silva@gmail.com, 124.773.279-77⁵
 VALDUGA, Thaís, thaisvalduga@gmail.com, 107.471.319-29⁶
 MASSOCO, Sarah C. C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

Resumo – A nova geração, geração tecnológica, também conhecida como geração Z, são os adolescentes conectados à internet e suas tecnologias da informação. **Objetivo:** relacionar a obesidade nesta geração Z, através da avaliação do Índice de Massa Corporal (IMC) em um grupo de estudantes de uma escola privada. **Método:** pesquisa quantitativa, com dados obtidos por meio de um formulário da plataforma Google. **Resultados:** nesta amostra com 38 participantes, de acordo com a classificação do Ministério da Saúde (MS) Menor que 18,5 - Abaixo do peso: 29%, Entre 18,5 e 24,9 - Peso normal: 58% e Entre 25 e 29,9 - Sobrepeso (acima do peso desejado), onde não houve obesos nesta amostra. **Palavras-chave:** Geração Z, Obesidade, Sobrepeso, Escola e Adolescentes.

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase da vida em que se desenvolve um conjunto de mudanças evolutivas na maturação física e biológica, ajustamento psicológico e social (BATISTA, 2005).

O atual estilo de vida dos adolescentes da geração Z em meio a pandemia, o sedentarismo e a decadência nutricional atualmente se tornaram preocupantes, pois a obesidade é considerada uma epidemia em saúde pública (VALENT F, 2008).

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 377) a palavra geração, com origem no latim generatione, apresenta o seguinte significado: “sf. 2. Cada grau de filiação de pai a filho. 3. Conjunto de pessoas nascidas pela mesma época. 4. O espaço de tempo (aproximadamente 25 anos) que vai de uma geração (3) a outra”.

O termo ‘Geração Z’, é utilizado para definir o público nascido entre os anos de 2000 e antes de 2010. Recebe esse nome por apresentar o comportamento de mudar

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do curso do Núcleo Comum da Saúde.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

incessantemente o canal da televisão ou a música no aparelho de som, ato que remete ao termo 'zapear' (VEEN e VRAKING, 2009).

Segundo FAVA podemos descrever a geração Z, como garotos com muita atitude e limitado conteúdo, que apreciam ser assentidos, bajulados, reconhecidos pelo grupo. Jovens sem discernimento de que não basta começar um movimento, é preciso saber terminar (FAVA, 2014, p. 59).

Uma geração conectada, desde bebês já nascem com suas linhas do tempo em redes sociais criadas por seus pais. Os adolescentes querem rapidez e mobilidade, porém com a pandemia acabaram ficando em casa apenas conectados ocorrendo uma queda no condicionamento físico, podendo ser um fator preocupante para o desenvolvimento de sobre peso e obesidade.

Segundo Segal e Fandiño podemos avaliar a obesidade como, "A obesidade não é classificada como um transtorno psiquiátrico [...]. Esta afirmação se faz necessária dado que a doença foi por muito tempo compreendida como uma manifestação somática[...]" (SEGAL E FANDIÑO 2002, p.70).

Sabe-se que é difícil mudar hábitos já estabelecidos aos adolescentes da geração Z, mas é preciso conscientização da parte familiar para mudanças sobre a alimentação e sedentarismo neste momento de pandemia.

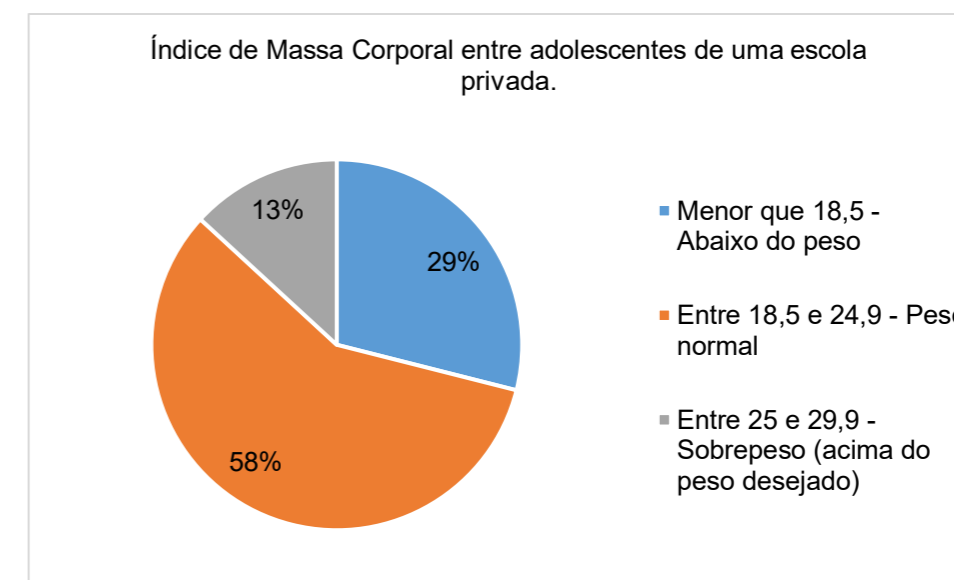
METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e analítica que segundo o autor Robledo Lima Gil (2008), a pesquisa quantitativa é uma classificação do método científico; descritiva descrever as características de determinadas populações ou fenômenos; analítica amplia as conclusões da pesquisa descritiva ao analisar e explicar os fatos. A pesquisa foi aplicada a um grupo de estudantes de uma escola privada, por meio de formulário online pelo programa Google, os dados foram tabulados, e após foi realizado o cálculo do IMC desta amostra, com um total de 38 adolescentes na faixa etária de 11 anos a 15 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados de pesquisa apontaram que há alteração em relação a hábitos alimentares e alteração de peso nesta geração, que podemos associar a uso constante da tecnologia o que promove o sedentarismo e a situação de pandemia atual. Sendo que 66% da amostra relatou modificação no consumo de alimentos, 51% com aumento ponderal de peso e com 11% de participantes com idade de 14 anos.

Gráfico 1 - Classificação do IMC dos estudantes da geração Z de uma escola privada.



Fonte: os autores, 2020.

Na adolescência, além das transformações fisiológicas, sofre importantes mudanças psicossociais, o que contribui para a vulnerabilidade. Os adolescentes podem ser considerados um grupo de risco nutricional, devido à inadequação de sua dieta decorrente ao aumento das necessidades energéticas e de nutrientes para atender a demanda do crescimento. (ENES, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que não bastam apenas as informações sobre a prevalência de obesidade, mas estes dados tratam da realidade, que deve ser levada em consideração pelos profissionais da saúde para promover ações estratégicas na prevenção do sobrepeso nesta faixa etária. São também necessárias ações de intervenção para combater os casos detectados, assim como ações de prevenção, pois o excesso de peso é um dos principais preditores de doença crônicas e cardiovasculares.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Marcos Antonio. **Sintomas de ansiedade mais comuns em adolescentes**. Psic v.6 n.2 São Paulo dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142005000200006#:~:text=A%20adolesc%C3%AAncia%20%C3%A9%20uma%20fase,fazer%20durante%20o%20seu%20desenvolvimento.
- BERG, Raquel. **Medicina, Freud e obesidade: diálogos multidisciplinares sob a perspectiva de Foucault**. Ágora (Rio J.) vol.14 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982011000200002 Acesso em 21/10/2020.
- ENES, Carla Cristina. **Obesidade na Adolescência e seus principais fatores determinantes**. Rev. bras. epidemiol. vol.13 no.1 São Paulo Mar. 2010. Disponível em : https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2010000100015 Acesso em 13/11/2020.
- FAVA, Rui. Educação. **Aplicando OPdca nas Instituições de Ensino – 1ª ed.**SãoPaulo: Saraiva, 2014.
- FERREIRA, AurélioBuarque de Holanda. **MiniAurélio: o dicionário da língua portuguesa**. – 8ª ed. – Curitiba:Positivo, 2010.
- GIL, Robledo Lima. **Tipos de Pesquisa: Licenciatura em Ciências Biológicas, Disciplina de Pesquisa do Ensino de Ciências e Biologia**. 2008. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf> Acesso em 24/10/2020.
- INDALÉCIO, Anderson Bençal. CAMPOS, Douglas Aparecido. **Reflexões sobre o Educar em um Mundo Nativo Digital**. Editora Copyright. Votuporanga, 2016.
- VALENTE, Francine. **Obesidade: a atual epidemia**. Arq Mudi. 2008;12(1):31-7.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA PANDEMIA COVID-19¹

Amanda Lavínia de Souza da Silva, amanda.souza@uniarp.edu.br²
 João Vitor Pavelski, joavitorpavelski@hotmail.com³
 Karize Danine de Medeiros, kaarize@hotmail.com⁴
 Lucas Perboni, Lucaass_perboni@hotmail.com⁵
 Milena Dellai, milenadellai@gmail.com⁶
 Patrícia de Deus e Silva, patricia.silva@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O presente trabalho objetivou analisar e traçar um panorama sobre os principais impactos ambientais causados pela pandemia covid-19, demonstrando seus resultados sobre aspectos hídricos, atmosféricos, edáficos, sonoros e visuais. A fim de conscientizar que nem todo os impactos causados pela pandemia foram exclusivamente positivos ou negativos. Os dados para o presente estudo, foram obtidos por meio de pesquisas bibliográficas, revista eletrônicas e artigos. Tais pesquisas contemplaram temas relacionados a atual situação de pandemia mundial, bem como, impactos ambientais. Por fim demonstraram grandes perdas no setor econômico, melhoramento da qualidade dor ar, aumento na produção de resíduos e desmatamento além de beneficiamento da fauna.

Palavras-chave: Impactos. Covid-19. Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Não se sabe ao certo o início da disseminação do covid-19, os primeiros casos registrados ocorreram na cidade de Wuhan China. Porém apenas no ano de 2020 o mundo teve ciência sobre seu alto poder de contágio. Os surtos de disseminação da doença foram tão grandes, afetando não só a sanidade física da população, como também impactando diretamente na economia e no meio ambiente (SANTOS; SILVA; SOARES, 2020).

A principal medida tomada pelos órgãos sanitários para conter a disseminação da doença, foi o isolamento social, porém essa atitude pode tanto ter sido benéfica, pois reduziu a disseminação em massa da doença. Bem como pode ter acarretado prejuízos a níveis econômicos, sociais e ambientais (DUTRA; SMIDERLE, 2020).

O método utilizado para a obtenção de dados no presente artigo, foi o bibliográfico com buscas em artigos, livros e revistas eletrônicas. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, que visa identificar as formas que o atual cenário mundial de Pandemia covid-19 tem impactado em nosso cotidiano

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de: Projeto Integrador da 10ª fase do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.

² Acadêmica do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora da Universidade Alto Vale do Rido do Peixe (UNIARP).

especificadamente sobre o prisma ambiental nas vertentes hídricas, atmosféricas, edáficas e visuais.

O termo impacto, dentro da gestão ambiental refere-se a qualquer alteração físicas ou biológicas de um determinado local, sendo positivos ou negativos apresentando efeito momentâneo o permanente, duração de curto, médio ou longo prazo e possibilidade ou não, de reversão, desta forma, qualquer atividade exercida pelo homem sobre o meio ambiente provocará um impacto ambiental (SILVA, 2020).

A importância do presente trabalho é demonstrar e conscientizar a comunidade sobre os impactos ocasionados em nosso meio, em virtude de nossas mudanças de hábitos, sensibilizar que o atual cenário não possui impactos exclusivamente positivos ou negativos. Historicamente já foi comprovado que grandes eventos mundiais mesmo que catastróficos tomaram rumos decisivos para a humanidade.

IMPACTOS SOBRE ASPECTOS HÍDRICOS

Os resultados da Pandemia covid-19 sobre toda a questão hídrica do país, sobre diversos aspectos, culturais, ambientais e econômicos, foram tanto negativos, quanto positivos. Para o enfrentamento do vírus, órgãos sanitários promoveram orientações, algumas delas bem simples e cotidianas como; lavar constantemente as mãos, e a desinfecção assídua de lugares com fluxo de pessoas, sem contar que com as medidas de isolamento restringindo a população a ficar em casa, o consumo de água é maior (DUTRA; SMIDERLE, 2020).

Ficando evidente a essencialidade do saneamento em tempos de pandemia. Porém é de um conhecimento universal, que vários locais do planeta, tem muitas restrições quanto ao acesso de água. Segundo dados da organização mundial da saúde (2019), aproximadamente 40% da população mundial não possuíam em suas residências instalações básicas para sua própria higiene, no cenário brasileiro, aproximadamente 33 milhões de pessoas não tem acesso a água encanada em suas residências (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2018).

Desta forma, muitos países adotaram o sistema de volumes mínimos de água para subsistência, garantindo assim, montantes de água sem cortes por inadimplemento. No Brasil por exemplo, em alguns estados pessoas que comprovem baixa renda foram isentas das três primeiras faturas de água, a contar dos decretos de calamidade de cada região (DUTRA; SMIDERLE, 2020).

Porém, analisando sobre aspectos hídricos, nem todos os impactos foram negativos, estudos feitos pela SOS Mata Atlântica (2020) constataram que devido as medidas de isolamento e diminuição do fluxo de pessoas nas ruas, contribuíram para a melhora da qualidade da água no rio Tietê (um dos rios considerados mais poluídos do mundo) os mais de 83 pontos amostrais ao longo do percurso do rio, mostraram faixas de qualidade indo do bom ao ruim, saindo do péssimo, situação esta que se mantinha há mais de 10 anos, tornando-a imprópria para consumo, e impossibilitando a vida aquática no local.

IMPACTOS SOBRE ASPECTOS ATMOSFÉRICOS

Com a pandemia afetando o mundo inteiro, os pontos mais fracos da humanidade ficam em evidência, desde o desequilíbrio da humanidade em questões sociais e na saúde. Em relação a poluição, a pandemia pode se assim dizer que

“limpou os céus”. As evidências são grandes sobre o efeito impressionante sobre a poluição atmosférica. Um estudo pelo Centro de Pesquisa sobre Energia e Limpeza do Ar (CREA) — instituição independente, uma média de 11 mil mortes já foram abdicadas na Europa, isso se dá devido à diminuição da poluição atmosférica.

Contudo, o período que vivenciamos atualmente em isolamento social, tem diminuído o fluxo de automóveis e atividades de poluição das indústrias. Atualmente, temos pontos positivos e pontos negativos. O que está pesando mais, sem dúvida são as questões econômicas em meio a este colapso mundial. Os governos promovem formas para ajudar a população, porém a forma abrupta como tudo ocorreu, e o despreparo a nível global, se torna muitas vezes ineficientes.

Tivemos também fortes demandas de EPI's para evitar o contágio entre a população. Como por exemplo, máscara e luvas. Sendo que, muitas vezes estes equipamentos de proteção comum são descartados inapropriadamente e acabando parar nos oceanos e prejudicando a vida marinha e ao meio ambiente daquele local Cavalcanti (2020).

Os impactos positivos serão temporários, pois sabemos que os aumentos dos poluentes serão ainda maiores após a pandemia. As produções das industriais irão aumentar, uma vez que elas pararam em um período longo. Desde o início sabemos que, irão existir vários desafios para estes impactos da pandemia. Sendo assim, além dos desafios da economia, poluição e miséria a educação também entrou neste meio enfrentando grandes problemas com o ensino a distância. A educação e a saúde são uma das prioridades para os planos de governo, o colapso entre esses dois pontos é evidente. O mundo inteiro entrou nessa situação, alguns países irão buscar formar rápidas de sair desta crise já outros podem ser tardos sua reestruturação (SENHORAS, 2020).

IMPACTOS SOBRE ASPECTOS EDÁFICOS, SONOROS E VISUAIS

A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), informou que por conta da pandemia e isolamento social, a geração de resíduos domiciliares pode aumentar de 15% a 20% (ECODEBATE, 2020). O lixo hospitalar pode ser 20 vezes maior, devido ao aumento de pessoas necessitando de atendimento médico.

O desmatamento em terras indígenas aumentou significativamente após a pandemia, sendo cerca de 50% de acordo com dados do sistema Deter, do Inpe. O trabalho de fiscalização é prejudicado e a pressão pela proteção das florestas diminuiu. Cabe destacar que há estudos que comprovam a relação entre o desmatamento e o surgimento de doenças, como o Covid-19 (ECODEBATE, 2020).

O fluxo de pessoas diminuiu, causando uma diminuição da pressão antrópica sobre a biota (fauna e flora) e no meio ambiente como um todo, havendo um melhoramento no descarte de resíduos e menor interação de pessoas com a fauna nativa (SILVA, 2020).

A diminuição do ruído, tráfego de veículos faz com que os animais fiquem mais à vontade para se alimentar e ocupar os espaços no território. Desta forma, o isolamento urbano tem sido 'bom', considerando que o meio ambiente consegue 'respirar' melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual situação de pandemia é relativamente nova, dessa forma muitas informações sobre o assunto estão em fases de testes, descobertas ou são meras suposições. A dificuldade na realização do presente estudo se dá pela pré-maturidade e escassez das informações obtidas.

Na presente pesquisa, pode-se analisar impactos positivos e negativos sobre diversos aspectos em decorrência da pandemia Covid-19, sem dúvida os setores econômicos foram os mais afetados, todavia os segmentos fabris de EPis, tiveram aumentos na demanda, como nunca houvera antes. Ocorrido também nos serviços essenciais a população, exemplo este citado no trabalho, sobre a questão de fornecimento de água. Em contrapartida a positividade no melhoramento da qualidade da água em um dos rios mais poluídos do mundo.

O impacto com maior positividade, foram sobre aspectos atmosféricos, já é possível evidenciar melhoras significativas na qualidade do ar de diversas regiões, por consequência da diminuição do fluxo de pessoas nas ruas, utilizando assim, poucas vezes veículos automotores. Sem contar na diminuição dos gases poluentes gerados pelas empresas, já que por sua vez, os decretos de isolamento restringiram também as atividades laborais.

Retomando os aspectos edáficos. Podemos concluir a crescente geração de resíduos sólidos, sem ainda estudos mais aprofundados sobre os impactos já causados ao meio ambiente. E aumento do desmatamento em terra indígenas. Por fim os impactos causados com relação a sonoros e visuais não foram significativos ao presente estudo.

Ressalva que os impactos causados pela pandemia sobre o meio ambiente podem ser positivos e negativos, porém os impactos positivos são apenas um alento temporário, mas não a solução dos problemas encontrados no meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- DUTRA, Joisa; SMIDERLE, Juliana. **Água e saneamento na pandemia covid-19- desafio e oportunidade**. Conjuntura econômica, 2020.
- BAKONYI, S. M. C. et al. "Poluição atmosférica e doenças respiratórias em crianças na cidade de Curitiba, PR". **Revista Saúde Pública**, vol. 38, n. 5, 2004. BENDER, A. P.;
- BRAGA, et al. **Introdução a Engenharia Ambiental**. 2ª edição. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.
- CAVALCANTI, P. M. S. **Avaliação dos Impactos Causados na Qualidade do Ar pela Geração Termoelétrica** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- DZIEDZIC, M. "Dispersão de poluentes nos eixos estruturais em Curitiba (PR), Brasil". **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, vol. 19 n. especial, 2014.

ECODEBATE. **Os efeitos que já podemos ver da pandemia sobre o meio ambiente**. Disponível em: [https://www.ecodebate.com.br/2020/05/15/os-efeitos-que-](https://www.ecodebate.com.br/2020/05/15/os-efeitos-que-ja-podemos-ver-da-pandemia-sobre-o-meio-ambiente/)

[ja-podemos-ver-da-pandemia-sobre-o-meio-ambiente/](https://www.ecodebate.com.br/2020/05/15/os-efeitos-que-ja-podemos-ver-da-pandemia-sobre-o-meio-ambiente/). Acesso em: 31 de out de 2020.

SANTOS, Marília Barbosa; SILVA, Delmira Santos da Conceição, SOARES, José Nascimento. **Impactos causados pela covid- 19: um estudo preliminar**. Revbea, São Paulo, V. 15 Nº 4: 128-147. 2020.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Pandemia de Covid-19 e clima impactam na qualidade da água do rio Tietê**. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/noticias/pandemia-de-covid-19-e-clima-impactam-na-qualidade-da-agua-do-rio-tiete/>. Acesso em: 28 de out de 2020.

SILVA, R.R. Impactos ambientais causados pela pandemia. Ulbra Canoas, 2020.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Saneamento**. Disponível em <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento>. Acesso em: 28 de out de 2020.

MEDIÇÕES DE RUÍDO NA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE E SUA RELAÇÃO À CIRCUNVIZINHANÇA PERANTE A PANDEMIA, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC¹

Lecilda Reichardt, lecilda_reichardt@hotmail.com²

Letícia Geniqueli Reichardt, leticia_reichardt@hotmail.com³

Adriana Farias Prestes, adrianafpres@gmail.com⁴

Daniel Moretto, danielmoretto20@gmail.com⁵

Juliano Tasca Bisotto, julianotbisotto@gmail.com⁶

Patrícia de Deus e Silva, patricia.silva@uniarp.edu.br⁷

Resumo - O ruído é emitido através de atividades industriais, comerciais e em meios urbanos, onde por sua vez se apresenta como uma poluição não agressiva, sendo um poluente invisível que pode causar danos à audição como em todo o organismo. Portanto o objetivo do presente trabalho é apresentar uma medida de mitigação para minimizar o impacto do ruído sobre as atividades realizadas nos laboratórios da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. O presente estudo foi realizado através de medições do ruído externo e interno da universidade, com auxílio de um aparelho de decibelímetro do modelo AK 820, e seguindo os procedimentos estabelecidos pela NBR 10151. Os laboratórios atendem ao valor estabelecido na NBR 10151. A parte externa do local também apresentou baixa emissão de ruído para a sua circunvizinhança. Em comparação com o ano de 2018 que foi realizado a medição em meio urbano, onde apresentou grande diminuição na taxa de emissão de ruído, pois com a circulação de veículos e civis diminuiu drasticamente sobre o local. Conclui-se que as emissões de ruídos estão intimamente relacionadas com o fluxo de pessoas, além de trazer resultados satisfatórios de comparação de momentos de grande e pequena circulação de pessoas.

Palavras-chave: Poluição sonora. Saúde Pública. Medições de Ruído.

INTRODUÇÃO

A exposição ao ruído, ou níveis elevados de pressão sonora, é a principal causa, sujeita à prevenção, de perda auditiva sensório-neural em indivíduos (MARQUES; COSTA, 2006). O ruído é emitido através de atividades industriais, comerciais e em meios urbanos, onde por sua vez se apresenta como uma poluição não agressiva, sendo um poluente invisível que pode causar danos à audição como em todo o organismo (TAVARES, 2016). A concentração de sons emitidos tanto pela comunidade quanto pela passagem de veículos, como também demais atividades

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de (Projeto Integrador da 10ª fase do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária).

² Acadêmica do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Patrícia de Deus e Silva, titulação Mestre em desenvolvimento e sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

realizadas ao entorno do município de Caçador, Santa Catarina acumulam um grande nível de pressão sonora equivalente em dB(A). Portanto o objetivo do presente trabalho é apresentar uma medida de mitigação para minimizar o impacto do ruído sobre as atividades realizadas nos laboratórios da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

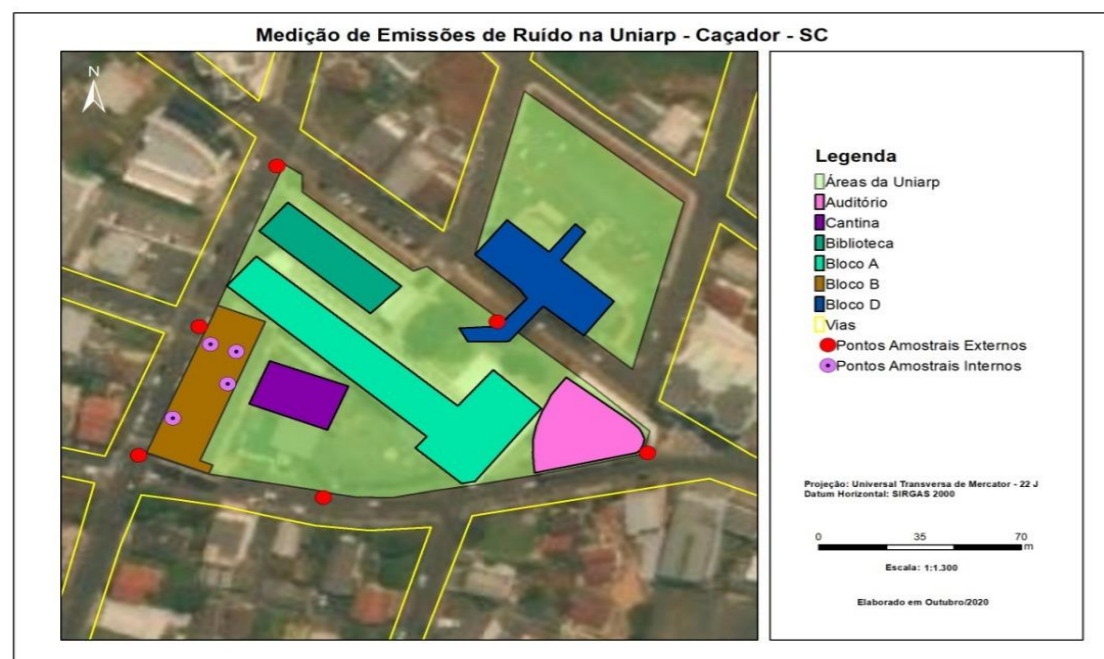
As avaliações específicas dos habitantes em zonas de alta e baixa com incidências de ruído podem fornecer informações que indiquem os potenciais efeitos negativos para a saúde desses habitantes que estão expostos à poluição sonora. A análise comparativa trata-se de um método de pesquisa que permite relacionar os efeitos orgânicos que são sentidos e a consciência individual ao ruído no contexto das regiões urbanas. Ainda podem ser confirmados pela avaliação objetiva os níveis de ruído ambiental existente através de medições físicas (PAZ; FERREIRA; ZANNIN, 2004).

Com o grande crescimento da população, houve grande movimento nas vendas de veículos, assim gerando uma maior quantidade de circulação pelas vias, onde pode se observar um fator importante como o ruído, à poluição sonora vem sendo alvo de muitos estudos durante os últimos anos em todos os lugares do mundo, esses trabalhos tem como objetivo analisar a poluição sonora de um ponto de vista específico. Sendo assim é analisado através de algumas medições em grandes escalas de pontos, para que se possa dar uma classificação em meio urbano se os níveis sonoros estão poluindo ou não (ZANNIN, CALIXTO, DINIZ, et al. 2002).

METODOLOGIA

A Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP localiza-se no município de Caçador do estado de Santa Catarina, Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro. O presente estudo foi realizado através de medições do ruído externo e interno da universidade, com auxílio de um aparelho de decibelímetro do modelo AK 820, e seguindo os procedimentos estabelecidos pela NBR 10151, onde são 5 minutos em todos os pontos, e em cada minuto é marcado a quantidade sonora emitida, após as 5 medições é realizado uma média dos valores. Para a medição do ruído do local na parte externa foi realizado em 6 pontos ao entorno da universidade, e para a parte interna 4 pontos, os pontos internos são localizado dentre os laboratórios situados ao centro da universidade e próxima da cantina da mesma, onde ocorre maior emissão de ruído, para esta medição foram marcados 5 pontos dentro dos laboratórios, sendo 4 nas pontas e 1 ao centro para a maior precisão dos dados. A Figura 1 a seguir demonstra a localização dos pontos de análise.

Figura 1 - Pontos amostrais



Fonte: Autores (2020)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 a seguir demonstra os dados de emissões de ruído obtidos durante os anos de 2018 e 2020, onde serão apresentados as médias dos pontos de cada local, assim comparando com a NBR 10151, que determina os níveis de emissões de ruído em decibéis – dB(A) permitido em determinados horários, as medições foram realizadas no período noturno, sendo assim a NBR 10151 determina que o limite de emissão de ruído não pode ultrapassar de 50 dB(A).

Tabela 1 - Ruído externo da universidade;

Pontos amostrais	Médias externas 2018	Médias externas 2020	NBR 10.151
1	67,7	32,5	< - 50 dB(A) (noturno)
2	68,4	38,6	< - 50 dB(A) (noturno)
3	75,7	39,4	< - 50 dB(A) (noturno)
4	63,9	38,3	< - 50 dB(A) (noturno)
5	65,7	40,2	< - 50 dB(A) (noturno)
6	59,3	37,7	< - 50 dB(A) (noturno)

Fonte: Autores, 2020. Obs: dB(A) – Decibéis; <- Menor.

Tabela 2 - Ruído da universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

Local de análise	Médias de 2019	Médias de 2020	NBR 10.151
P 7 - Laboratório de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> P1° 42,4 P2° 44,3 P3° 39,9 P4° 63 P5° 46,9 	<ul style="list-style-type: none"> P1° 30,1 P2° 27,4 P3° 29,6 P4° 25,3 P5° 28,8 	< - 50 dB(A) (noturno)
P 8 - Laboratório de Biologia e histologia	<ul style="list-style-type: none"> P1° 50,5 P2° 59,4 P3° 41,8 P4° 43,4 P5° 39,9 	<ul style="list-style-type: none"> P1° 24,0 P2° 26,7 P3° 29,5 P4° 30,1 P5° 29,2 	< - 50 dB(A) (noturno)
P 9 - Laboratório de química	<ul style="list-style-type: none"> P1° 43,6 P2° 44,5 P3° 42,3 P4° 44,9 P5° 39,9 	<ul style="list-style-type: none"> P1° 32,3 P2° 31,4 P3° 35,5 P4° 29,8 P5° 31,1 	< - 50 dB(A) (noturno)
P 10 - Sala da coordenação	<ul style="list-style-type: none"> P1° 42,4 P2° 44,3 P3° 39,9 P4° 63 P5° 46,9 	<ul style="list-style-type: none"> P1° 25,6 P2° 26,4 P3° 29,6 	< - 50 dB(A) (noturno)

Fonte: Autores, 2020. Obs: P – pontos de medição; dB(A) – Decibéis; <- Menor.

De acordo com a Tabela 2, os laboratórios de alimentos, biologia e histologia e o de química no ano de 2019 quando ainda havia a circulação nos blocos da universidade, estavam atendendo ao valor estabelecido na NBR 10151, a qual estabelece os limites de nível de ruído para conforto acústico. Já a sala da coordenação dos laboratórios encontrava-se um pouco acima do estabelecido, isso se justifica por estar localizada próxima a cantina da universidade. Com a parada obrigatória estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, devido à pandemia de Covid-19, houve uma grande diminuição nos valores obtidos.

A parte externa do local também apresentou baixa emissão de ruído para a sua circunvizinhança, onde nenhuma das análises apresentaram valores maiores que 40 dB(A), com exceção do Ponto 5, onde apresentou uma média de 40,2 dB(A), em comparação com o ano de 2018 que foi realizado a medição em meio urbano, ao qual apresentou grande diminuição na taxa de emissão de ruído, pois com a circulação de veículos e civis diminuiu drasticamente sobre o local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o estudo que os níveis de emissões de ruídos está intimamente relacionados com o fluxo de pessoas e veículos nas dependências da instituição, além de trazer resultados satisfatórios de comparação de um momento de grande circulação de pessoas para um momento de circulação reduzida, com embasamento na NBR 10151.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à empresa RT Engenharia e Consultoria Ambiental pela disponibilidade de empréstimo do material necessário para realizar as medições.

REFERÊNCIAS

MARQUES, F; COSTA, E. A. da. **Exposição ao ruído ocupacional: alterações no exame de emissões fotoacústicas**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rboto/v72n3/a11v72n3.pdf>>. Acessado em: 10/11/2019.

NBR, Associação Brasileira de Normas Técnicas 10151. **Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento**. Disponível em: <<http://www.sema.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/NBR-10151-de-2000.pdf>>. Acessado em: 27/10/2020.

PAZ, E.C; FERREIRA, A.M.C; ZANNIN, P.H.T. Estudo comparativo da percepção do ruído urbano. **Revista de Saúde Pública**, Curitiba, v.39, n. 3, p.467-472, 2004.

TAVARES, V.C. O processo de britagem da empresa Britamix no município de Queimadas/PB e a análise da poluição sonora. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.9, n.2, p.399-412, 2016.

ZANNIN, P. H. T; CALIXTO, A; DINIZ, F. B. et al. Incômodo causado pelo ruído urbano à população de Curitiba, PR. **Revista de Saúde Pública**. Curitiba, v.36, n. 4, p. 521-524, 2002.

LEVANTAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA FRIA - Bloco C da UNIARP

Daiane de Freitas Borges, e-mail: daia93b@outlook.com¹

Mariana Thalia Tibes Inocêncio, e-mail: marianatibes517@gmail.com²

Frank Dieter Schulze, frank.dieter@hotmail.com³

Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁴

Luciane Dusi Pereira, dusiluciane@gmail.com⁵

Resumo

A instalação hidráulica de uma edificação tem a finalidade do abastecimento, distribuição e escoamento de água até os pontos de utilização. É composta por projetos arquitetônico e hidráulico, contendo elementos como caixa d'água, redes de distribuição, registros, peças de utilização e outros. Este trabalho fez parte do Projeto Integrador da sexta fase do curso de engenharia civil e teve como objetivo executar o levantamento da infraestrutura de abastecimento de água fria existente na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), bloco C. A partir da execução dos levantamentos bibliográficos e técnicos, com auxílio da ferramenta AutoCad os projetos foram atualizados, também foi utilizado o software Excel para detalhamento dos pontos de utilização de água fria. Os resultados obtidos proporcionaram uma visão analítica sobre a rede de abastecimento da edificação, onde consolidou a interação e prática acadêmica.

Palavras-chave: Instalação hidráulica. Abastecimento de água fria. AutoCad. Excel. Plantas arquitetônicas.

INTRODUÇÃO

O projeto foi realizado na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, na unidade de Caçador, Santa Catarina e fez parte do Projeto Integrador da sexta fase do curso de engenharia civil. O campus universitário foi fundado em 31 de julho de 1971, atualmente possui 49 anos de história, inicialmente nomeada como Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE) e em dezembro de 2009 sob nova administração tornou-se Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Araújo (2014 apud SANTOS; LAGE, 2020, P. 18) afirmam que as instalações prediais hidráulicas e sanitárias devem possuir condições de uso durante toda a vida útil da edificação, sendo que as instalações hidráulicas e sanitárias devem funcionar adequadamente, pois são responsáveis por disponibilizarem vários insumos, como é o caso da água aos usuários. Desta maneira, a qualidade destas instalações possuem implicações no desempenho que atenda às necessidades das pessoas, bem como a racionalização em relação às perdas, desperdícios e utilização de insumos adequados.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor Frank Dieter Schulze, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a) Luciane Dusi Pereira, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Visando a importância das Instalações Hidráulicas, detalhou-se o abastecimento hídrico de toda a rede de abastecimento do Campus: canos, tubulações, conexões, caixas de água e reservatórios. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo destacar o levantamento de abastecimento de água fria no Bloco C da Uniarp.

Em sua elaboração, as plantas antigas do bloco foram fornecidas para auxiliar no levantamento técnico. Porém, as mesmas já não condizem com a real atualidade, onde vários pontos físicos já sofreram alterações. No próprio mapeamento, o bloco vem passando por reestruturação e ampliação, o que dificulta a elaboração e o rendimento do projeto como um todo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho tem por objetivo descrever o sistema hidráulico de água fria voltado ao Bloco C da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), localizada na cidade de Caçador-SC, na qual atualmente possui 15.531,39 m² de área total construída.

Araújo (2014 apud SANTOS; LAGE, 2020, p. 18) afirma que as instalações prediais hidráulicas e sanitárias devem possuir condições de uso durante toda a vida útil da edificação, sendo que as instalações hidráulicas e sanitárias devem funcionar adequadamente, pois são responsáveis por disponibilizarem vários insumos, como é o caso da água aos usuários. Desta maneira, a qualidade destas instalações trás implicações no desempenho que atenda às necessidades das pessoas, bem como a racionalização em relação às perdas, desperdícios e utilização de insumos adequados.

Os sistemas hidráulicos estão definidos, legalmente, na NBR 5626, sendo que a mesma descreve que uma instalação predial de água fria é um sistema composto por tubos, peças de ventilação, reservatórios, equipamentos, dentre outros componentes, sendo que este sistema possui como propósito conduzir a água fria da fonte fornecedora até os pontos de utilização (ABNT, 1998).

De acordo com a NBR 5626, são estabelecidos requisitos básicos para o bom funcionamento dos sistemas prediais de água fria e água quente (SPAFAQ), desde o projeto, execução, operação até sua devida manutenção, onde deve-se assegurar a preservação da potabilidade da água. (ABNT, 2020).

As patologias dos sistemas hidráulicos são provenientes de problemas nas instalações hidráulicas prediais e isto é decorrente do fato de que não se dá a atenção que de fato precisa para o projeto hidráulico. São falhas decorrentes da qualidade dos materiais utilizados, na execução, podendo ser pela falha na mão de obra ou pela falha na fiscalização ou omissão do construtor (CARVALHO; JUNIOR, 2015 apud SANTOS; LAGE, 2020).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil.

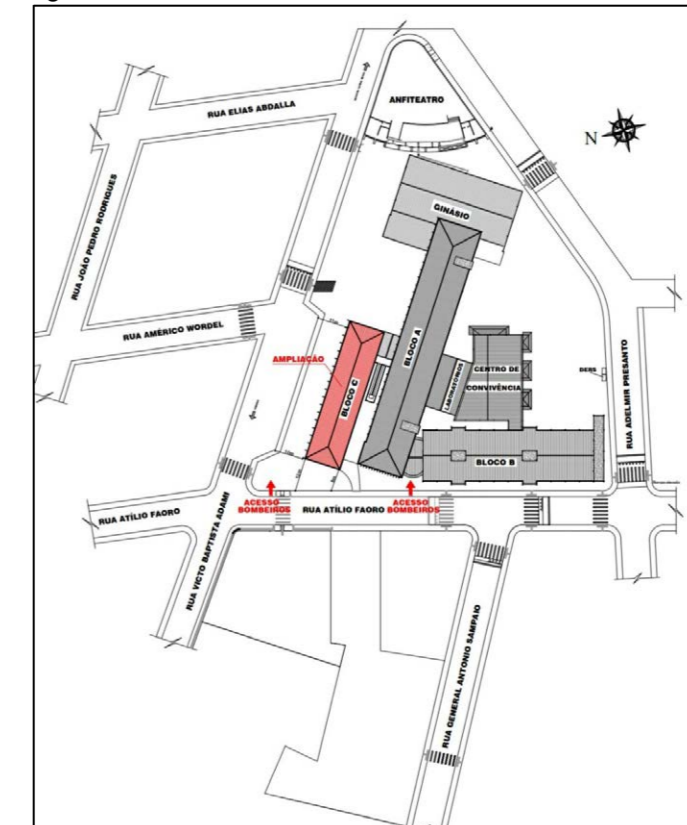
² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor Frank Dieter Schulze, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a) Luciane Dusi Pereira, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Figura 1: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.



Fonte: RÓIER, Ricky Alan (2020).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizada revisão bibliográfica. O levantamento foi realizado através de mapeamento do local, utilizou-se como apoio as plantas arquitetônicas antigas do Bloco e por meio do software AutoCad foram efetuadas as atualizações de cada ponto de descida de água fria.

Registros fotográficos foram realizados, detalhando todos os banheiros, torneiras, preventivo de incêndio. A atualização do projeto foi executada no software AutoCad para melhor visualização e compreensão, como também, foram obtidas informações diretamente dos responsáveis na execução da ampliação atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O abastecimento de água fria de toda a universidade é feito pela rede pública de água BRK, possuindo um hidrômetro direcionado à dois reservatórios principais compostos por fibra e com volume de 20.000l cada, localizados no Bloco B, os quais são responsáveis pela redistribuição do abastecimento para todos os blocos incluindo

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor Frank Dieter Schulze, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a) Luciane Dusi Pereira, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ginásio, teatro e cantina. No Bloco C onde o detalhamento está sendo realizado não possui nenhum reservatório, o abastecimento de água ocorre através dos reservatórios do Bloco A. Este bloco possui duas caixas de concreto, nas quais não foram realizadas medições para definir a capacidade e quatro caixas de fibra, localizadas acima das duas escadas contidas nesse espaço. Cada caixa de fibra possui capacidade de armazenagem para 5.000l, totalizando 20.000l, sem contar os dois reservatórios em concreto. A alimentação do bloco C ocorre através de dois pressurizadores, visto que, as caixas encontram-se abaixo do nível dos banheiros, impactando na pressão da água.

Atualmente, o bloco C possui uma área de 4.894,62m², e está passando por ampliação. Em breve, possuirá 6.671,04 m² de área, pois ganhará dois andares extras, bem como, também, será adaptado um reservatório com volume de 750l, o qual ficará localizado acima do elevador e será responsável por abastecer o terceiro e quarto pavimentos, tornando estes dois andares independentes do bloco A.

As peças de utilização de água fria, levantadas no trabalho, bem como seu estado de conservação, estão apresentadas na tabela 1.

Tabela 1: Análise dos sistemas hidráulicos e sanitários Bloco C.

Item	Quantidade	Situação
Bacia sanitária	16	Ótimo estado
Chuveiro	1	Ótimo estado
Lavatório (Torneira/Pia/ Sifão)	30	Ótimo estado
Bebedouro	0	Nenhum bebedouro localizado no bloco

Fonte: BORGES, Daiane; TIBES, Mariana (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos proporcionaram uma vivência técnica de campo, a qual consolidou a formação teórica dos ensinamentos integrados, desenvolvidos a partir das unidades curriculares, tendo como objetivo principal mapeamento, levantamento da rede de abastecimento de um bloco de 4.894,62m² de área.

Pode-se citar que a execução do projeto foi um desafio, visto que as plantas arquitetônicas fornecidas para análise estavam desatualizadas, causando dificuldade na obtenção de dados. Porém, apesar da dificuldade apresentada, foi possível colocar em prática o conhecimento adquirido, enriquecendo o desenvolvimento e despertando a paixão na arte de edificar.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5626**: Instalação Predial de Água Fria. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor Frank Dieter Schulze, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a) Luciane Dusi Pereira, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ARAÚJO, L. S. M. **Avaliação durante operações dos sistemas prediais hidráulicos e sanitários em edifícios escolares**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CARVALHO JUNIOR, R. **Instalações prediais hidráulico sanitárias: princípios básicos para a elaboração de projetos**. São Paulo: Blucher, 2014.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor Frank Dieter Schulze, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a) Luciane Dusi Pereira, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

LEVANTAMENTO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FRIA DO BLOCO B DA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP¹.

Mickel Saren Abrao Mathias, mickel01salen@gmail.com²

Rony Cardoso dos Santos, rony@rondil.com.br³

Vanessa Lazzarotto, vanessa.lazzarotto@hotmail.com⁴

Frank Dieter Schulze, frank.dieter@hotmail.com⁵

Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁶

Luciane Dusi Pereira, dusiluciane@gmail.com⁷

Resumo - Este trabalho teve como objetivo o levantamento da distribuição de água fria da edificação do Bloco B, da UNIARP, o qual foi realizado através de uma vistoria, levantamento dos dados com registros fotográficos e inserção das informações no software AutoCad. Através desta atividade, pudemos perceber as modificações e adaptações feitas durante os anos de uso da edificação e que as mesmas não haviam sido atualizadas nos projetos originais.

Palavra-chave: Rede de água fria. Instalação hidráulica. Edificações existentes.

INTRODUÇÃO

A instituição estudada neste projeto foi a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, onde a mesma está subdividida em 10 edificações, entre elas os Blocos A, B, C e D, o qual abordaremos o Bloco B.

O foco do estudo está no sistema hidráulico de água fria do Bloco B, onde se localiza o Colégio Aplicação/Uniarp, evidenciando a forma de abastecimento, disponibilidade e distribuição da água pela edificação, mostrando se há necessidades de melhorias ou não. O bloco B é um local onde há uma grande demanda do abastecimento, pois nele encontram-se grande quantidade torneiras, bebedouros, grande parte dos laboratórios, onde exige bastante demanda de água e de um sistema hidráulico bem dimensionado.

De forma sintética, tem-se que o objetivo Geral do trabalho foi realizar uma experiência prática de levantamento da infraestrutura de abastecimento de água fria existente no Bloco B da UNIARP, unidade de Caçador. Já como objetivos específicos, tem-se: Ter uma experiência prática com a infraestrutura de abastecimento de água fria de uma edificação; Fazer o levantamento das informações e projetos existentes, de forma a evidenciar a importância de bons projetos, arquivamento e atualizações das informações; Realizar o levantamento da infraestrutura atual, atualizar os projetos

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor, Especialista do Curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁶ Professor, do Curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Mestre do Curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

em AutoCad, elaborar planilha de pontos de utilização de água fria e proceder com registro fotográfico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dentre os vários sistemas que compõem a construção civil, o hidrossanitário é aquele que mais entra em contato com os usuários e a falta de inspeção resulta em queda do bem estar físico e psicológico das pessoas (CONCEIÇÃO, 2007).

De acordo com Barros (2004) um sistema predial hidráulico tem como prioridade permitir o uso da água para diversas finalidades. As instalações prediais hidráulicas e sanitárias devem ser operadas na edificação adequadamente, afinal, é responsável por disponibilizarem vários insumos, entre eles a água aos usuários. Assim, pode-se considerar que as instalações hidro-sanitários são partes vitais da edificação.

Oliveira Benedicto (2009), o desempenho dos Sistemas Prediais Hidráulicos e Sanitários que compõem a edificação está atrelado às condições de uso para qual o mesmo foi projetado, à execução da obra de acordo com as normas técnicas, à utilização de elementos e componentes sem defeito de fabricação e a programas e técnicas de inspeções periódicas e de manutenção prediais.

Uma diferença do sistema estrutural para o sistema hidrossanitário, em relação à patologia, é que as anomalias na estrutura sofre em silêncio sua falta de manutenção, enquanto o sistema de água e esgoto é perceptível desde o início do transtorno causado aos usuários (ASSUNÇÃO; FERREIRA; PINA, 2011).

Nunca se deu muita importância às instalações hidráulicas das edificações, pois elas ficam embutidas (ocultas) sendo, portanto, muito comum à execução de obras sem os projetos complementares como, por exemplo, o projeto hidráulico. Analisar a natureza de patologias frequentes em uma amostra pode contribuir para a prevenção, evitando-se o surgimento dos mesmos problemas em novas obras. É importante que esse tema seja mais difundido e com maior aprofundamento, o que poderá contribuir com projetistas e construtoras na busca por melhoria em projetos (NEVES e MACEDO, 2013).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso realizado na UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, localizada no município de Caçador. Esse local foi escolhido devido desatualização dos projetos hidráulicos da edificação. A metodologia empregada no desenvolvimento da atividade seguiu os preceitos do Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil, constituindo de um levantamento técnico do sistema predial hidráulico de água fria.

O estudo de caso baseou-se em atividades de campo que levaram os alunos a conhecerem o sistema hidráulico existente, integrando a prática com a utilização de desenho em AutoCad, onde foram atualizadas as plantas do Bloco B, sendo alvo de muitas reformas e adequações ao longo dos anos. Adicionalmente foi realizado o levantamento quantitativo dos aparelhos e equipamentos hidrossanitários, o que gerou uma lista da infraestrutura existente, utilizando o Excel, de forma a sistematizar as informações ao setor de manutenção da universidade. Também foi realizado um registro fotográfico para ilustrar o levantamento de campo e evidenciar possíveis falhas.

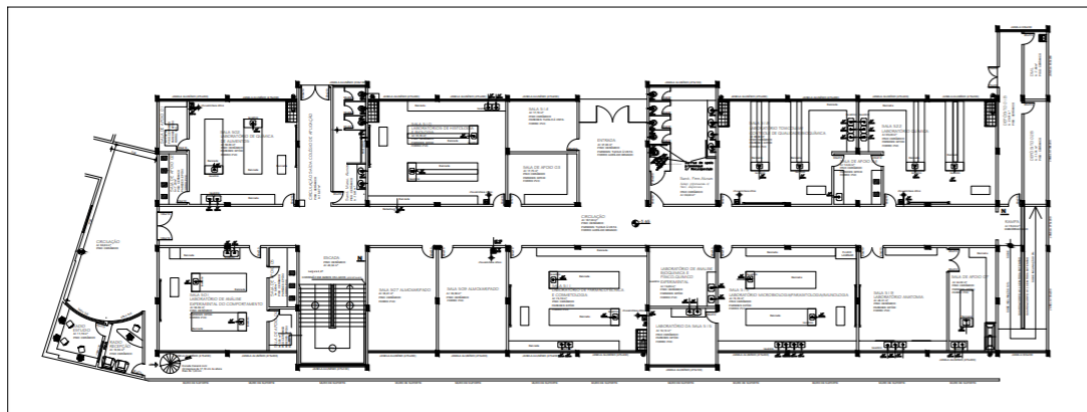
O período de realização da pesquisa compreendeu os meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São apresentados os resultados em conformidade com os objetivos, bem como são confrontados com o referencial teórico.

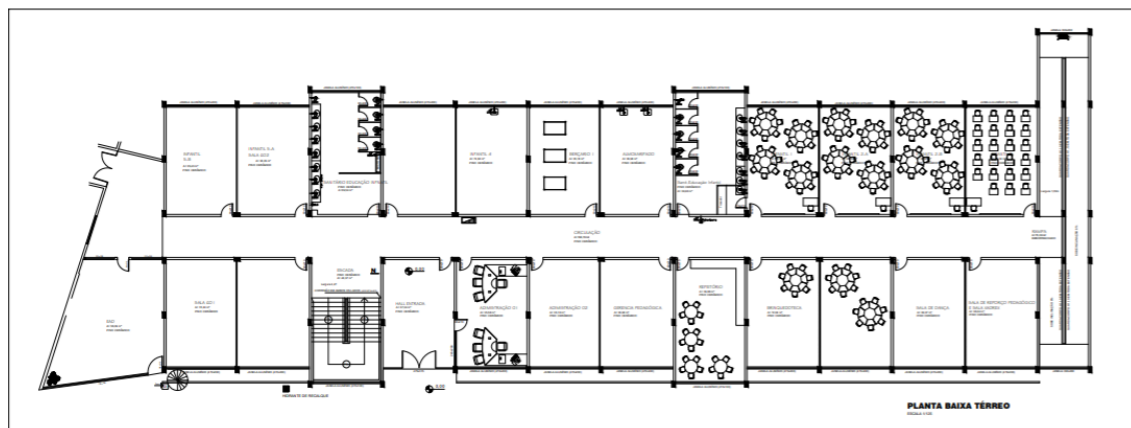
1 – Apresentação de imagens das plantas trabalhadas.

Figura 01 – Planta Baixa Sub-solo.



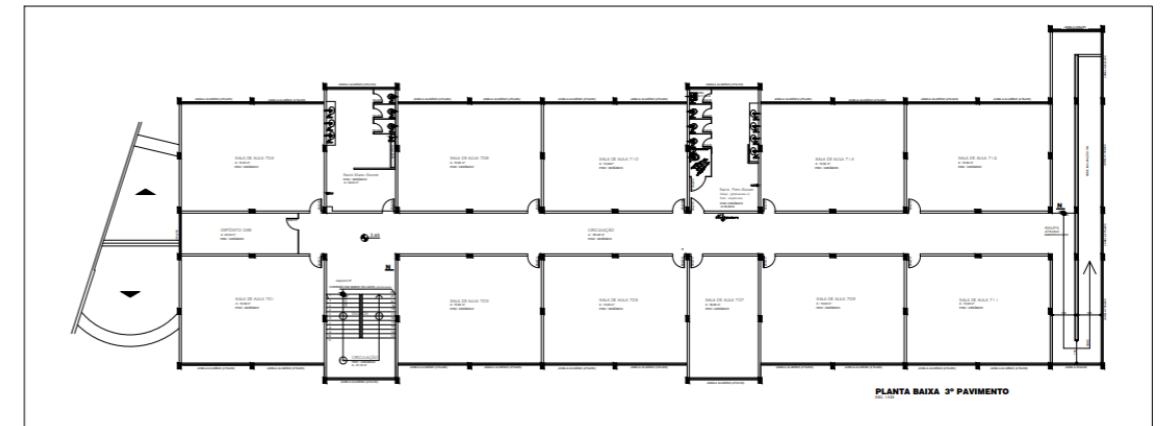
Fonte: Autores, 2020.

Figura 02 – Planta Baixa Térreo



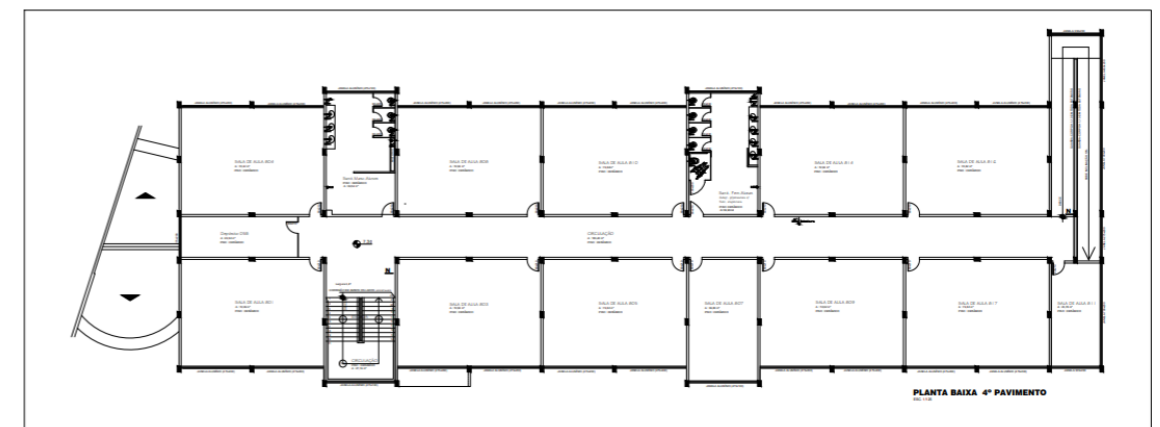
Fonte: Autores, 2020.

Figura 03 – Planta Baixa 3º pavimento.



Fonte: Autores, 2020.

Figura 04 – Planta baixa 4º pavimento.



Fonte: Autores, 2020.

2 – Apresentação das planilhas.

Pavimento	BLOCO B			
	Saída água 25mm (torneiras)	Saída água 50mm (válvula)	Chuveiros de emergência	Bebedouros
Sub solo	49 und.	8 und.	6 und.	1 und.
Térreo	18 und.	9 und.	1 und.	1 und.
3º pavimento	8 und.	8 und.	-	1 und.
4º pavimento	10 und.	9 und.	-	1 und.

3 – Apresentação das fotografias.

Figura 05 – BWC



Fonte: Autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do Projeto Integrador observou-se a importância de um projeto hidráulico para o conhecimento dos pontos de consumo em uma edificação de grande porte do tamanho da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A ausência de projetos hidro-sanitários dificulta a possível extensão dos ramais de água, assim como verificar a real capacidade de reservatório de água de forma adequada.

Foi possível também verificar vários pontos onde a rede de água fria foi ampliada, desta forma, entende-se que o quão importante se faz necessário o arquivamento de projetos hidráulicos, a fim de facilitar a execução de obras de ampliação e manutenção.

REFERÊNCIAS

Vasconcelos, B. V. T., Santos, M.L.S.. **Análise Das Patologias Em Instalações Hidrossanitárias Ocasionadas Em Edificações Residenciais Na Cidade De Maceió-AI**, Trabalho De Conclusão De Curso, Centro Universitário Cesmac, Maceió, 2018.

Leite, A. M. S., **Análise Das Patologias Recorrentes Em Instalações Prediais Hidrossanitária**, Trabalho De Conclusão De Curso, Universidade Federal Rural Do Semi-Árido, Mossoró - RN, 2017.

LEVANTAMENTO DA INFRAESTRUTURA HIDROSSANITÁRIAS DA UNIARP¹

GINÁSIO E ANFITEATRO

Matheus Drissen Schulze, matheus.schulze@live.com²
 Theodoro Scariot Menoncin, theodoroscariotm@gmail.com³
 M.e Frank Dieter Schulze, e-mail⁴
 Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁵
 M.^a Luciane Dusi, dusiluciane@gmail.com⁶

Resumo

Os sistemas hidráulicos são um dos pontos básicos da construção civil, pois constituem subsistemas construtivos para a adequada recolha, transporte e armazenamento dos fluidos, garantindo que os pontos de captação sejam atingidos com a pressão adequada, quantidade suficiente e boa qualidade para o consumo. O estudo foi realizado na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, na unidade de Caçador, em Santa Catarina. O estudo foi realizado primeiro no anfiteatro da Universidade Alto Vale de Rio do Peixe - UNIARP no município de Caçador, e a seguir no ginásio da mesma instituição. Todas as informações necessárias, como registros fotográficos e questionários, foram realizadas in loco com a liberação dos responsáveis. Para a elaboração do inventário das colunas hidráulicas existentes, estas foram observadas e documentadas desde os pontos de coleta, inicialmente os banheiros de entrada do anfiteatro, até os pontos de coleta dos vestiários sob o palco. As fotografias foram feitas em todos os pontos. Subimos a escada acima do teto onde estavam os tanques, o lado esquerdo da estrutura é movido por um tanque de 3.000 litros, e o lado direito por outro de igual tamanho.

Palavras-chave: Sistema hidráulico, UNIARP, água fria.

INTRODUÇÃO

As instalações hidráulicas, são um dos pontos basais no ramo da engenharia civil, pois compreendem subsistemas de uma edificação para a correta captação, transporte e armazenagem de fluidos, garantindo que a mesma chegue aos pontos de consumo com pressão apropriada, quantidade satisfatória e com boa qualidade para o consumo.

O levantamento foi realizado na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, na unidade de Caçador, Santa Catarina. A história da UNIARP começou em 1971, quando foi criada a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE). A FEARPE foi criada a partir de uma política pública do estado de Santa Catarina, voltada a garantir a igualdade de oportunidades educacionais à população do estado, bem como estimular a implantação de cursos diversificados destinados a atender demandas regionais. Com uma alteração organizacional, em 1997 a FEARPE constituiu junto com a FUNPLOP, FUNORTE, FEAUC e FEPLAC a Universidade do Contestado (UnC). Em dezembro de 2009 a UNIARP foi reconhecida pelo CEE

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor, Especialista de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁵ Professor, do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor, Mestre de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

(Conselho Estadual de Educação) como universidade autônoma, desmembrando-se assim da UnC. (PEGORARO, 2008).

O campus de Caçador é composto por 10 construções, sendo eles: Bloco A, Bloco B, Bloco C, Bloco D, Anfiteatro, Ginásio, Cantina, Reitoria, Mestrado e Arena. Todavia, o presente trabalho tem como objetivos geral realizar o levantamento da infraestrutura de água fria do Anfiteatro e do Ginásio tendo como objetivos a realização de vistorias; o levantamento dos pontos de consumo de água fria e atualização dos mesmos em planta baixa no software AutoCad, criado e comercializado pela Autodesk.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As instalações prediais hidráulico-sanitárias têm como finalidade fazer a distribuição de água, em quantidade suficiente e sob pressão adequada a todas as peças de utilização e aparelhos sanitários da edificação, promover a coleta e o abastecimento adequados das águas pluviais e das águas servidas, impedir o retorno de águas poluídas nas canalizações de alimentação dos aparelhos bem como a entrada de gases de esgoto, roedores ou insetos nos edifícios, criando, desta forma, condições favoráveis ao conforto e segurança dos usuários (CARVALHO JUNIOR, 2014).

Existe, ainda, o problema da ocupação ou utilização que a edificação está sujeita, uma vez que o tempo de utilização provoca um processo natural e progressivo de obsolescência nos sistemas prediais hidráulicos e sanitários, sendo os fatores os mais variados, como manutenção ineficiente ou irregular, desgastes, envelhecimento natural dos materiais utilizados, falha nos componentes e condições de exposição inadequadas. O mau desempenho dos sistemas prediais hidráulicos e sanitários acabam gerando sérios problemas ao bem-estar físico e psicológico dos usuários (TOZEVICH et al., 2015).

Os sistemas hidráulicos estão definidos, legalmente, na NBR 5626, sendo que a mesma descreve que uma instalação predial de água fria é um sistema composto por tubos, peças de ventilação, reservatórios, equipamentos, dentre outros componentes, sendo que este sistema possui como propósito conduzir a água fria da fonte fornecedora até os pontos de utilização (ABNT, 1998).

Existem requisitos que são primordiais aos sistemas hidráulicos, sendo estes: preservação da potabilidade da água, garantia do fornecimento da água de maneira contínua e em quantidade adequada com velocidade e pressão de acordo com os aparelhos de destino, manutenção fácil e econômica, bem como, deve proporcionar conforto aos usuários (CARVALHO JUNIOR, 2014).

Os sistemas sanitários podem apresentar diversas patologias e por consequência, podem, ainda, contaminar a água potável do ambiente externo, interno e provocar mau cheiro. Dentre as diversas patologias que podem ocorrer em um sistema sanitário, as mais comuns são: mau cheiro, retorno de espuma, vazamentos em tubulações, ruptura do fecho hídrico, infiltrações e entupimento nas canalizações (CARVALHO JUNIOR, 2014).

Quanto ao retorno de espuma, a NBR 15575/2013 enfatiza a importância do projeto e execução com corretos sistemas de ventilação e selos hídricos para as instalações de esgoto, além de existir uma correta disposição das caixas de gordura e inspeção, sem que exista o risco de retorno da espuma (ABNT, 2013).

METODOLOGIA

O levantamento foi realizado primeiramente no Anfiteatro da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP do município de Caçador e em seguida no Ginásio da mesma instituição. Todas as informações necessárias, como registros fotográficos e levantamentos foram realizados in loco com a liberação dos responsáveis.

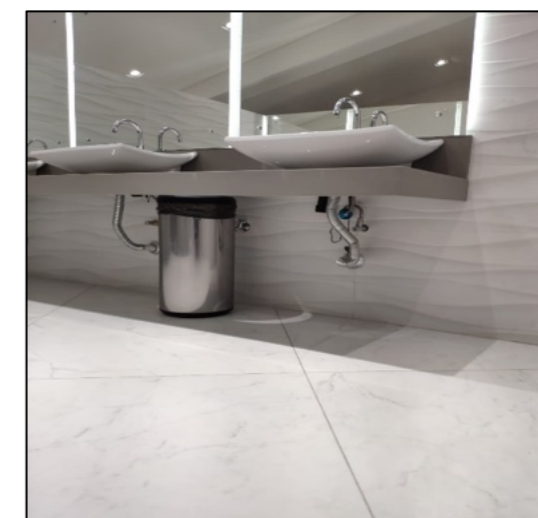
Para o desenvolvimento do levantamento das colunas hidráulicas já existentes, foi observado e registrado desde os pontos de consumos, inicialmente os banheiros na entrada do hall do anfiteatro, até os pontos de consumo dos camarins abaixo do palco. Em todos os pontos e registros foi feito o registro fotográfico. Com uso de escada, subiu-se acima do forro onde foram localizados os reservatórios, o lado esquerdo da estrutura é alimentado por um reservatório de 3000 litros e o lado direito por outro reservatório de igual dimensão.

Da mesma forma, foi levantado a situação hidráulica do Ginásio, o qual apresenta apenas pontos de consumo nos vestiários e algumas adaptações. Todos os pontos de consumo e registros foram levantados. Não foi possível definir com exatidão sobre a entrada de água da instalação, em conversa com o técnico da UNIARP, o mesmo comentou que acredita que a entrada hidráulica do ginásio ocorra pelo laboratório de solos, anexo ao ginásio e parte da edificação principal da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instalações hidráulicas e hidrossanitárias dos banheiros do anfiteatro estão em ótimas condições, pelo fato de terem sido reformadas no ano de 2019 (figura 1), porém as demais instalações estão em mau estado, possuindo várias adaptações para suprir as necessidades do edifício (figuras 3 e 4), as estruturas de apoio dos reservatórios estão em bom estado (figura 2). Quanto aos projetos em AutoCad, tivemos facilidade em localizar as plantas hidráulicas hidrossanitárias com os responsáveis, demonstrando que o arquivamento dos projetos foram feitos de forma correta e organizada.

Figura 1 – Banheiros do Anfiteatro



Fonte: Próprios autores (2020).

Figura 2 – Estrutura de apoio dos reservatórios



Fonte: Próprios autores (2020).

Figura 3 – Estruturas em mau estado



Fonte: Próprios autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou a identificação dos pontos hídricos no ginásio e no anfiteatro da UNIARP, fazendo com quem adquiríssemos uma grande experiência prática com a infraestrutura de abastecimento de água fria existente nas edificações estudadas.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5626: **Instalação Predial de Água Fria**. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 1557: **Edificações habitacionais: Desempenho. Parte 2: requisitos para os sistemas estruturais**. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

CARVALHO JUNIOR, R.. **Instalações prediais hidráulicosanitárias: princípios básicos para a elaboração de projetos**. São Paulo: Blucher, 2014

PEGORARO, Ludimar. **Terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações de Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado**. Orientador: Profª Drª. Arabela Campos Oliven. 2008. 358 p. Trabalho de conclusão de curso (Pós Graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13279>. Acesso em: 5 nov. 2020.

TOZEVICH, P. L.; VOGT, W. M.; DARONCO, G. C.; MOURA, D. D.. **Patologias em sistemas prediais de água fria**. Unjuí: Salão do Conhecimento Luz-Ciência-Vida, 2015.

DIMENSIONAMENTO DE FUNDAÇÃO ATRAVÉS DE PLANTA DE CARGAS

Mariane Prandini, mariane1823@hotmail.com¹

Renata Huhn, renata_huhn@hotmail.com²

Natália Bleichvel, nataliableichvel@gmail.com³

Resumo – Este trabalho tem como objetivo dimensionar alguns dos elementos de fundações mais utilizados nas obras da construção civil. Através do projeto estrutural e do dimensionamento é possível obter um resultado mais assertivo, garantindo a segurança e qualidade da edificação, além da economia relacionada a custos. A escolha da fundação de uma edificação ocorre em função da variação da carga estrutural e da resistência do solo. Portanto é essencial a análise feita por um profissional qualificado.

Palavras-chave: Sapata. Pilar. Bloco. Dimensionamento.

INTRODUÇÃO

O Projeto Estrutural reúne um conjunto de informações referentes ao dimensionamento de toda a estrutura de uma edificação. Sua principal função é trazer segurança, mas também é um meio de economia no planejamento, pois estipula a quantidade necessária, racionalizando e otimizando de maneira geral, para a resistência e durabilidade do imóvel.

A norma brasileira que parametriza os procedimentos para o projeto estrutural é a NBR 6118 – Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimento. A norma menciona que “ a solução estrutural adotada em projeto deve atender aos requisitos de qualidade estabelecidos nas normas técnicas, relativos à capacidade resistente, ao desempenho em serviço e à durabilidade da estrutura” (ABNT, 2014, p.31).

Este trabalho busca realizar o pré-dimensionamento dos elementos de fundação, escolhendo uma sapata e um bloco de uma estaca, servindo de modelo para o cálculo estrutural de estruturas semelhantes. O objetivo geral é efetuar o dimensionamento que contemple as modalidades de fundações apresentadas na disciplina de estruturas especiais. Para alcançar o objetivo principal, foram traçados alguns objetivos específicos, são eles: realizar breve pesquisa bibliográfica sobre o tema; escolha de uma planta de cargas de um projeto estrutural; dimensionar e detalhar os elementos estruturais.

CONCEITO DE SAPATAS E BLOCO DE COROAMENTO

“Os elementos estruturais de fundações devem apresentar resistência adequada para suportar as tensões geradas pelos esforços solicitantes” (ALVA, 2007 p.1). Podem ser classificadas em dois tipos: fundações rasas e fundações profundas. Para a execução da fundação rasa, o solo abaixo da base recebe as tensões que equilibram a carga aplicada. A NBR 6122 define sapata como “elemento de fundação rasa, de concreto armado, dimensionado de modo que as tensões de tração nele

¹ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

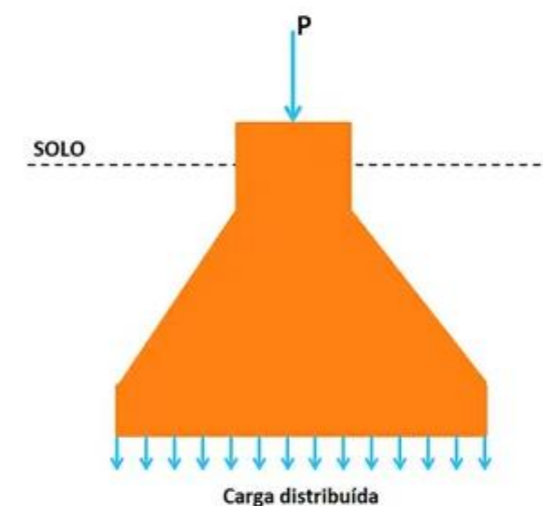
² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor (a), titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

resultantes sejam resistidas pelo emprego de armadura especialmente disposta para esse fim” (ABNT, 2019, p.8).

Esse tipo de fundação é muito utilizado na construção civil, pois não demanda a utilização de grandes equipamentos para a escavação, e pode ser usada em obras de pequeno e médio porte. A seguir, na Figura 1, é possível observar a distribuição das cargas em uma sapata:

Figura 1 – Sapata



Fonte: Schneider (2020).

Adota-se as fundações profundas, quando as camadas superficiais de solo não suportam as solicitações provenientes da superestrutura (Schneider, 2020). O bloco é um tipo de fundação profunda, que tem como objetivo distribuir as cargas da estrutura, de pilares, lajes, a estacas e tubulões. Segundo a NBR 6122 (ABNT, 2019, p.3), o bloco pode ser definido como:

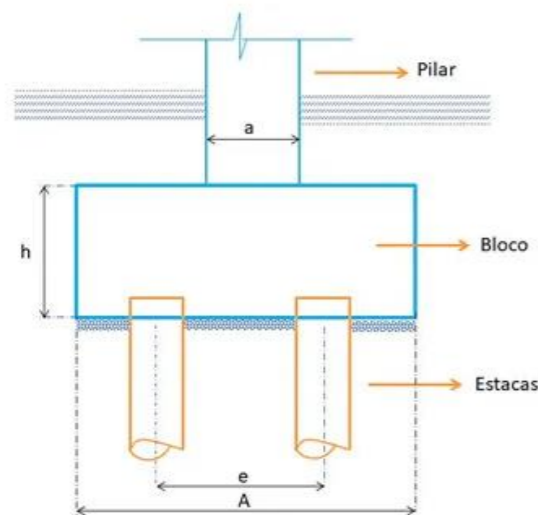
Elemento de fundação rasa de concreto ou outros materiais tais como alvenaria ou pedras, dimensionado de modo que as tensões de tração nele resultantes sejam resistidas pelo material, sem necessidade de armadura.

Quanto a descrição de estaca, a norma (ABNT, 2019, p. 3) refere-se como:

Elemento de fundação profunda executado inteiramente por equipamentos ou ferramentas, sem que, em qualquer fase de sua execução, haja trabalho manual em profundidade. Os materiais empregados podem ser: madeira, aço, concreto pré-moldado, concreto moldado in loco, argamassa, calda de cimento, ou qualquer combinação dos anteriores.

A ABNT também define bloco de coroamento como “bloco estrutural que transfere a carga dos pilares para os elementos da fundação profunda” (2019, p.3). A seguir, a Figura 2 demonstra os elementos que compõem este tipo de fundação:

Figura 2 – Bloco sobre Estacas



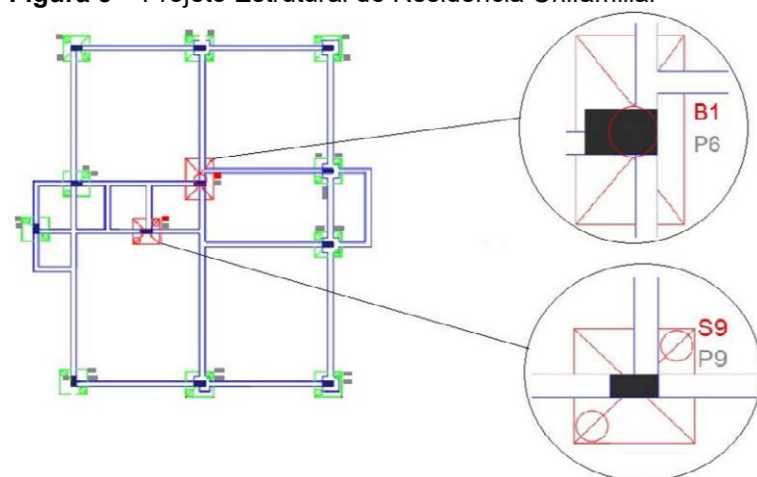
Fonte: Schneider (2020).

METODOLOGIA

A planta de cargas escolhida é de uma edificação Residencial Unifamiliar, e para este trabalho foram escolhidos uma sapata e um bloco de coroamento para o dimensionamento. Utilizou-se o Software AutoCad para análise da planta baixa da edificação, bem como o detalhamento das fundações. O dimensionamento foi realizado manualmente, segundo as normas vigentes.

Conforme mostra na Figura 3, utilizou-se a sapata número 9 (nove) e o bloco 1(um) para dimensionamento.

Figura 3 – Projeto Estrutural de Residência Unifamiliar



Fonte: Os autores (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme pesquisa realizada e conteúdo ministrado na disciplina de estruturas especiais, segue dimensionamento da sapata indicada anteriormente.

Dados: Sapata Isolada – S9; Seção do Pilar 15x30; Carga de 500 KN; Tadm 0,35 Mpa.

a) Base da sapata

$$Ab = \frac{1,05 \times 500}{0,025} = 2,1 \text{ m}^2$$

$$A = \sqrt{\left(\frac{30}{15}\right) \times 2,1} = 205 \text{ cm}$$

$$B = \sqrt{\left(\frac{15}{30}\right) \times 2,1} = 102 \text{ cm}$$

Estabelecendo relação em 1,8: A= 210x115cm

b) Altura da sapata

$$h_2 \geq \frac{210 \times 30}{3} \approx 60 \text{ cm}$$

$$h \geq \frac{115 \times 15}{3} \approx 35 \text{ cm}$$

$$h_0 \geq \frac{60}{3} \approx 20 \text{ cm}$$

Posteriormente realizado o cálculo do bloco de coroamento de uma estaca, conforme Figura 3 apresentada na metodologia. Verificou-se que no projeto apresentado não tem valores referente ao comprimento de arranque, sendo assim estimado um valor para o cálculo.

Dados: Estaca broca 40cm; Pilar 30x50cm; Carga 70tf; Fck 30MPa; Aço CA50.

a) Cálculo da dimensão em planta

$$L \geq 50 + 30 = 80 \text{ cm}$$

$$50 + 10 = 60 \text{ cm}$$

Utilizamos L = 80cm

b) Cálculo da altura do bloco

$$h \geq 0,75 \times (80 - 50) = 22,5 \text{ cm}$$

$$0,75 \times (80 - 30) = 37,5 \text{ cm}$$

Utilizamos h = 50cm

c) Cálculo de esforço de tração

$$Z = \frac{0,25 \times 70 \times (80 - 30)}{50} = 17,50 \text{ tf}$$

d) Verificação de tração no concreto

$$f_t = \frac{17500}{80 \times 50} = 4,37 \text{ kgf/cm}^2$$

Sendo 4,37 kgf/cm² está ok!

e) Cálculo e detalhe dos estribos horizontais

$$A_{sh} = \frac{1,61 \times 17,5}{2 \times 5} = 2,82 \text{ cm}^2$$

$$\varnothing 16,0 \text{ mm} \quad \text{N}^\circ \text{ de barras} = \frac{2,82}{2} = 2 \text{ barras}$$

$$S_h = \frac{50 - 30}{2 - 1} = 20 \text{ cm}$$

Considerando cobrimento horizontal de 4 cm

$$80 - 2 \times 4 = 72 \text{ cm}$$

2 \varnothing 16,0mm com 20 cm

$$L = 72 \times 4 + 22 = 310 \text{ cm}$$

f) Cálculo da área de concreto necessária

$$A_{c, nec} = \frac{1,4 \times 1,05 \times 70.000}{0,85 \times \frac{300}{1,4} + 0,008 \times \frac{7000}{1,15}} = 445,78 \text{ cm}^2$$

g) Cálculo e detalhe dos estribos verticais

$$A_{sw} = 0,008 \times A_{c, nec}$$

$$A_{sw} = 0,008 \times 445,78 = 3,57 \text{ cm}^2$$

$$\varnothing 8.0\text{mm} \quad N^\circ \text{ de barras} = \frac{3,57}{2 \times 0,5} = 4 \text{ barras}$$

$$S_v = \frac{80 - 30}{4 - 1} = 16,7 \text{ cm}$$

Considerando cobrimento vertical de 5 cm

$$80 - 2 \times 5 = 70 \text{ cm}$$

$$50 - 2 \times 5 = 60 \text{ cm}$$

4 \varnothing 8.0mm com 17 cm

$$L = 70 \times 2 + 60 \times 2 + 20 = 280 \text{ cm}$$

h) Cálculo do volume de concreto

$$V_c = 0,8 \times 0,8 \times 0,5 \quad V_c = 0,32 \text{ cm}^3$$

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional responsável pela escolha do tipo de fundação deve ter todas as informações pertinentes, como o tipo do solo, análise dos processos executivos, aferição das diferentes soluções, estimativa dos custos, para então decidir sobre a viabilidade da fundação escolhida.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 6118. **Projeto de estruturas de concreto – Procedimento**, Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2014.

ABNT NBR 6122. **Projeto e execução de fundações**, Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2019.

ALVA, Gerson Moacyr Sisniegas. **Projeto Estrutural de Sapatas**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Tecnologia. 2007. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49692322/Sapatas_1.pdf?1476806559=&response-content. Acesso em: 06 nov. 2020.

SCHNEIDER, Nelson. **Bloco de Coroamento**: Definição, aspectos técnicos e normativos de dimensionamento. 2020. Disponível em: <https://nelsoschneider.com.br/bloco-de-coroamento/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ESPACIALIZAÇÃO DA MALHA URBANA E ESTAÇÕES GEODÉSICAS DE ABELARDO LUZ/SC¹

Juliana Berezoski, julianaberezoski@hotmail.com²

Leisiane de Paula Schlösser, leisianedpsch@outlook.com³

Rodrigo Vitto, rodrigo.vitto@uniarp.edu.br⁴

Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁵

Liane da Silva Bueno, liane.bueno@uniarp.edu.br⁶

Resumo - Este artigo apresenta estudos desenvolvidos da integração interdisciplinar da 4ª fase do Curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Caçador/SC, envolvendo Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por computador. O projeto propõe temas relacionados a elaboração de um mapa onde informações de logradouros municipais, estações geodésicas da rede brasileira, georreferenciados, agregados a geológica superficial predominante, fossem representados. Desenvolveu-se o trabalho com metodologia aplicada, sendo pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, com estudo de caso. Tendo a área de estudo, o município de Abelardo Luz, localizado na Região Oeste do Estado de Santa Catarina. Utilizou-se coordenadas de pontos geodésicos em bom estado, logradouros e subdistritos obtidos na base de dados do IBGE. Os softwares QGIS e ProGRID permitiram a conversão dos arquivos em formato compatível ao software AutoCAD. Logo, transformou-se os pontos geodésicos em coordenadas UTM, similarmente as malhas de logradouro e subdistrito, para formato DXF, integrando-as a partir da geoespacialização, os pontos com a malha de logradouros contextualizando a delimitação do subdistrito. Concluindo-se, obteve-se um mapa em escala apropriada, e geologia predominante, permitindo a contribuição na visualização dos dados para estudos e projetos posteriores de acadêmicos e profissionais das áreas de engenharia ou afins.

Palavras-chave: Malha urbana. Pontos geodésicos. Mapa. Abelardo Luz/SC.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será apresentado o desenvolvimento através metodologia aplicada, de caráter bibliográfico, qualitativa, com estudo de caso. Com o uso de dados, auxílio de softwares e pesquisas, a elaboração do mapa dos logradouros e estações geodésicas georreferenciadas, além da geologia superficial predominante no município de Abelardo Luz/SC. O projeto explicita os meios e caminhos, além da confirmação da possibilidade de realizar-se um uma planta a partir de dados geoespaciais do IBGE em AutoCAD.

¹ Este trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

³ Acadêmica do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁴ Professor, Especialista do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁵ Professor, Mestre do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁶ Professora, Doutora do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

REFERENCIAL TEÓRICO

A disciplina de Topografia I tem como objetivo de estudar a dimensão, posição e representação de uma porção da superfície dos terrenos sem levar em conta a curvatura terrestre, conforme menciona (TULER, 2014).

Na disciplina de Desenho Assistido por Computador é desenvolvido conhecimentos necessários para o domínio de ferramentas de desenho através do software AutoCad(2018). O AutoCad(2018) pode ser utilizado para desenhar, desenvolver e aperfeiçoar o processo, criando um desenho executivo gerado por computador que é limpo e claro e tem dimensões exatas, de acordo com (KUBBA, 2014).

A Geologia propõe a identificação da origem e idade do planeta, além das suas transformações e sua história através de registros encontrados nas rochas e minerais. Popp (2004) menciona que o objeto da Geologia e o estudo dos agentes de formação e transformação das rochas, da composição e disposição das rochas na crosta terrestre.

METODOLOGIA

A realização deste projeto propõe uma. Gil (2008) explicita que o estudo de caso e estudo profundo e exaustivo de um objetivo, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. A área de estudo foi o município de Abelardo Luz, pertencente ao grupo de municípios da região Metropolitana do Oeste do estado de Santa Catarina. Foi realizada pesquisa bibliográfica no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), livros, artigos buscando-se fundamentar os temas envolvidos como dados georreferenciados para levantamento topográfico, ferramentas de desenho assistido por computador e geologia predominante de municípios.

Bem como foram utilizados alguns softwares necessários para viabilizar a execução do projeto, tais como: Software QGIS versão 2.18.24 (2018); Software ProGrid (2019); Software AutoCad (2018).

O município de Abelardo Luz, localiza-se a 574 km de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Faz fronteira com os municípios de São Domingos, Ipuçu, Bom Jesus, Ouro Verde, Faxinal dos Guedes, Vargeão e Passos Maia. O município possui área de 953,992 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019) e possui uma altitude de 760 metros em sua sede. Sua população segundo IBGE (2010) é de 17.960 habitantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscou-se dados georreferenciados, onde obteve-se acesso às malhas dos logradouros georreferenciadas dos municípios do território brasileiro incluindo o de interesse Abelardo Luz, ao qual foi obtido.

Em seguida, foi necessário o auxílio do Software livre QGIS versão 2.18.24 (2018) utilizado para tratar informações geográficas. O arquivo, obtido encontrava-se georreferenciado com coordenadas geográficas, sendo necessário transformá-las em coordenadas métricas Universal Transversa de Mercator (UTM). Assim como, no sistema de coordenadas de referência, selecionou-se o sistema de referência oficial brasileiro SIRGAS 2000/UTM, e o fuso correspondente a 22s (zone 22s). Depois de realizar a transformação no software QGIS 2.18.24 (2018) o arquivo ficou pronto para o software AutoCAD 22.0.49.0 (2018), e para a elaboração do mapa.

A rede de pontos geodésicos brasileira é composta, por um conjunto de pilares geodésicos e pela rede de estações de referência de rastreamento contínuo

do IBGE. (SEGANTINE, 2015). O Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), e o conjunto de informações das estações possui dados de altitudes e/ou gravidade, descrição entre outras informações disponíveis através do Relatório de Estação Geodésica (REG) gerado pela aplicação (IBGE, 2020).

Fez-se a busca no Banco de Dados Geodésicos (BDG) pelo município de Abelardo Luz para obtenção do REG, das estações geodésicas de situação Boa (B), sendo que as mesmas ainda podem ser classificadas como: Destruído (D) e Não Encontrado (NE). Para transformação das coordenadas das estações geodésicas em coordenadas UTM, utilizou-se do software aplicativo do IBGE, ProGrid.

Segundo Granell-Pérez (2004), coordenadas planas UTM, são usadas internacionalmente. Apontando o uso desse sistema para cartas com escalas entre 1:1.000.000 a 1:25.000, o que corrobora com a escala neste estudo 1:50.000. O autor destaca ainda que a projeção UTM se adapta a programas de informática (GRANELL-PÉREZ, 2004), como o caso do software AutoCad utilizado.

De acordo com Alves e Silva (2016), o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS), surgiu da necessidade à adoção no continente de sistema de referência preciso, compatível com o Sistema de Posicionamento Global por Satélites (GNSS). Após todas as adequações pertinentes, mencionadas o arquivo ficou preparado para ser utilizado no software AutoCAD (2018).

A Geologia tem seu interesse principal centrado na representação dos materiais e estruturas que constituem a crosta terrestre. Loch (2006), menciona que os mapas geológicos possuem características e padrões, tanto no uso de cores ou símbolos, assim como distribuir as informações no mapa.

A geologia na área Oeste é composta por rochas vulcânicas provenientes de derrames basálticos da Formação Serra Geral (THOMÉ et. al., 1999). O Grupo Serra Geral, possuem predomínio de Rochas Básicas Extrusivas (Basalto) (DVM) e Rochas Ácidas (Riolitos e/ou Riodacitos)(DVMrrd).

Os autores Wildner et. al (2004), consentem que o Domínio do Vulcanismo Fissural do tipo Platô (dvm) compreende rochas resultantes do Magmatismo Serra Geral. As unidades geológicas são subdivididas em ambientes com predominância de Basalto e Rochas Ácidas.

Em similaridade o que diz Wilder et. al (2014) na unidade geológica – (DVMrrd) predomina um relevo muito suave, rochas resistentes ao intemperismo, solos evoluídos, boa drenagem, pouco propensos à erosão. Essa porção compreende Riolitos e Riodacitos, rochas representantes do magmatismo ácido que integram as Formações Chapecó e Palmas, do Grupo Serra Geral.

Através de recursos de softwares computacionais, existe a vantagem de produzir mapas pois tem-se facilidade da execução, sendo possível criar fazendo variações de tamanhos, como é o caso da espacialização de pontos (LOCH, 2006), o que vem reforçar quanto da representação das Estações georreferenciadas do município de Abelardo Luz, onde a mesma como proposto foi realizada com software AutoCad 22.0.49.0 (2018).

Através dos arquivos em formato DXF desenvolvidos no software Qgis 2.18.24(2018), iniciou-se a confecção do mapa. No software do AutoCad 22.049.0 (2018), conforme Baldam e Costa (2013) a área de trabalho em que se desenvolve, modifica e implementa o desenho é subdividida em Model (escala 1:1) e Layout.

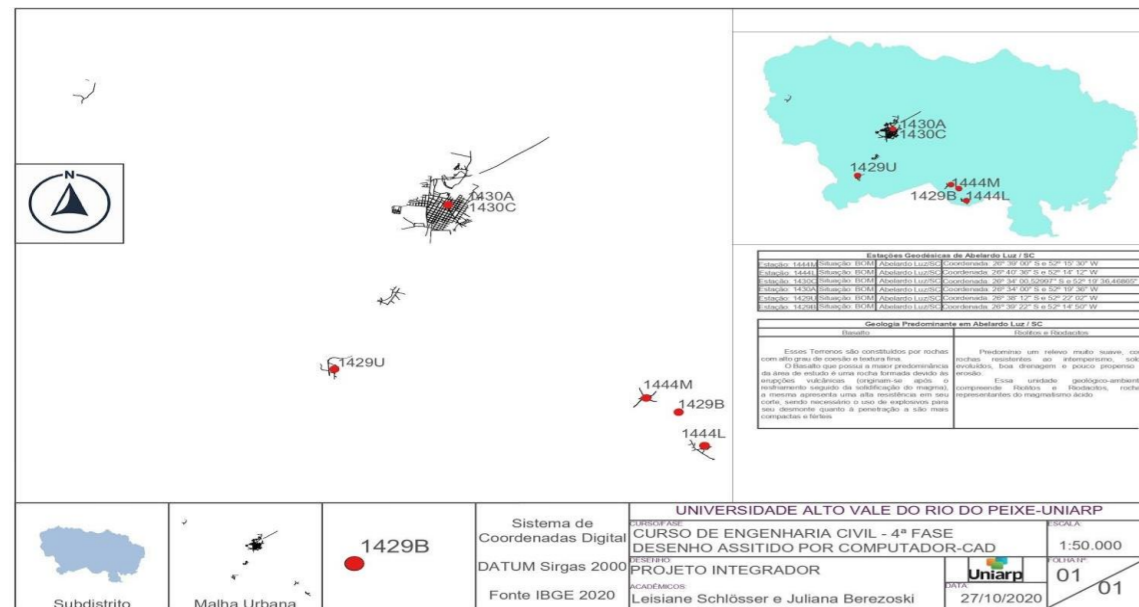
Sendo assim no Model Space (Área de criação do desenho), com uso do comando Block que segundo Netto (2019) blocos são objetos usados para otimizar a produtividade. Fez se a inserção do mesmo, nomeou-se com os códigos as estações geodésicas a partir das informações do BDG (2020). Com os arquivos DXF

do município no Model Space, iniciou-se a formatação do mapa. Segundo Longley et al (2013) um mapa produzido pode ser disponibilizado ao público sendo assim tem que transmitir ao leitor as informações para o qual foi criado sem deixar dúvidas.

Para trabalhar no Paper Space, visualizando o que foi feito no Model Space, é usado viewports. Baldam e Costa (2013) mencionam que pode fazer-se o uso de viewport de layout pois nelas gera-se uma visualização do modelo, em escala e orientação especificadas. Fazendo uso da área do Paper Space, com folha configurada e área de impressão no formato A3, seguindo as dimensões e formatação das margens imposto pela NBR 10068 (Folha de desenho - Leiaute e dimensões), adicionou-se as viewports e buscou-se os blocos inseridos no Model Space. Posteriormente fora incluída duas tabelas uma contendo descrições pertinentes as estações e outra com as características geológicas predominantes.

Finalmente como resultado final deste trabalho, obteve-se o Mapa da malha de logradouro, estações georreferenciadas e geologia predominante de Abelardo Luz, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2: Mapa dos logradouros e estações georreferenciadas e geologia predominante de Abelardo Luz/SC



Fonte: Os autores

O mapa da Figura 2, apresenta uma planta produzida a partir de dados geoespaciais desenvolvidos em AutoCad, foram pesquisados dados pertinentes ao georreferenciamento no IBGE; Utilizados diferentes recursos do AutoCad(2018); E as características geológicas predominantes do município; o mapa foi representado na escala de 1:50.000. Para Granell-Pérez (2004), o mapa em sistema de coordenadas UTM, na escala 1:50.000, representa que a cada 2 mm do mapa equivale à décima parte do quilômetro, ou seja, 100 metros no terreno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do projeto integrador, durante o cumprimento das disciplina de Topografia I, os estudos direcionados a Planimetria, contribuíram para o estudo das coordenadas. A disciplina de Desenho Assistido por Computador forneceu-se ferramentas necessárias para a elaboração do mapa bem como a espacialização das estações da rede geodésica de Abelardo Luz, onde as informações delimitadas pelo projeto foram atendidas, igualmente a disciplina geologia forneceu a geologia predominante do município. Cabe ressaltar que, as pesquisas aos temas pertinentes

ao projeto integrador, tange ao planejamento de levantamentos topográficos. A identificação da geologia, limitando-se quanto às proposições do projeto, que previa a identificação superficial predominante do município, sem a previsão de amostragens locais para a caracterização do substrato.

O artigo contribui para estudos acadêmicos e profissionais das áreas das engenharias ou áreas afins, ressaltando que é possível desenhar uma planta a partir de dados geoespaciais do IBGE em AutoCAD, além de detalhar os caminhos de busca de dados da rede de referência geodésica dos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10068:** Folha de desenho - Leiaute e dimensões. Rio de Janeiro. 1987.
- AUTO CAD** versão 22.0.49.0 (2018). Disponível em: <<https://www.autodesk.com.br/>>. Acesso em: Jul. 2020.
- BALDAM, Roquemar; COSTA, Lourenço. **AutoCAD 2013:** Utilizando Totalmente. 1ª Edição. São Paulo: Editora Érica, 2012.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, Atlas, 2008.
- GRANELL-PÉREZ, María del Carmen. **Trabalhar Geografia com as cartas Topográficas.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
- IBGE. **Banco de Dados Geodésicos.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/ede-geodesica/16327-banco-de-dados-geodesicos.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: Out. 2020.
- IBGE. **Malhas de logradouros dos municípios e dos limites dos municípios.** Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitarios/censo_2010/base_de_faces_de_logradouros>. Acesso em: ag. 2020.
- KUBBA, Sam A. A. **Desenho Técnico para Construção.** Porto Alegre: Editora Bookman, 2014.
- LOCH, Ruth E. Nogueira. **CARTOGRAFIA: Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- NETTO, Cláudia Campos. **Estudo Dirigido de AutoCAD.** 1ª Edição. São Paulo: Editora Érica, 2019.
- POPP, José Henrique. **Geologia Geral.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- ProGrid,** versão 2019 (2019). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico/16312-progrid.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: ag. 2020.
- QGIS** versão 2.18.24 (2018). Disponível em: <<https://qgis.org/downloads/>>. Acesso em: ag. 2020.
- SEGANTINE, Paulo. **Topografia para Engenharia - Teoria e Prática de Geomática.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2015.
- THOMÉ, V.M.R. et. al. **Zoneamento agroecológico e socioeconômico do Estado de Santa Catarina:**(versão preliminar). Florianópolis: Epagri, 1999.
- TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Topografia.** Porto Alegre: Bookman, 2014.
- WILDNER, W.; ORLANDI FILHO, V.; GIFFONI, L.E. **Excursão virtual aos Aparados da Serra – RS/SC:** aspectos geológicos e turísticos – Cânions do Itaimbezinho e Fortaleza. Porto Alegre: CPRM, 2004.
- WILDNER, W.; CAMOZZATO, E.; et, al. **Mapa geológico do estado de Santa Catarina.** Porto Alegre: CPRM, 2014. Escala 1:500.000. Programa Geologia do Brasil. Subprograma de Cartografia Geológica Regional.

PROJETO INTEGRADOR: DIMENSIONAMENTO DE UMA FUNDAÇÃO ATRAVÉS DE UMA PLANTA DE CARGAS

Camila Paola Rotta, camilap.rotta@gmail.com
 Daiane Forbici Donadel, dai.enf.eng@hotmail.com
 Rodrigo Belotto Bruch, d_igo_bruch@hotmail.com
 Natalia Cristina Thiem Bleichvel, nataliableichvel@gmail.com

Resumo

Este resumo é referente ao projeto integrador desenvolvido na unidade curricular de Estruturas Especiais, da 10ª fase do curso de Engenharia Civil. A fundação de uma obra é a estrutura responsável por receber os carregamentos provenientes da estrutura, como peso próprio, sobrecargas, ações de vento e empuxos. Sua função é uma das mais importantes do conjunto estrutural, pois ao transmitir as cargas recebidas da superestrutura para o solo sem sofrer deformações ou recalques excessivos, essa peça estrutural garante a estabilidade da edificação. Um colapso da fundação pode levar uma obra à ruína, porém o seu colapso não é o único possível inconveniente de uma fundação mal dimensionada ou executada, pois pequenas falhas na fundação podem provocar trincas, fissuras e mover janelas e portas do seu eixo reduzindo a vida útil da estrutura. O estudo das fundações pode ser dividido em dois grandes grupos: o primeiro é o das fundações superficiais (também chamadas diretas ou rasas) e o segundo das fundações profundas. O trabalho em questão inicia fazendo um estudo teórico bibliográfico do tema fundações, dando particular ênfase nas fundações superficiais dos tipos sapata e bloco. Em seguida é apresentado um dimensionamento de uma fundação com o objetivo de realizar um dimensionamento através de um projeto de carga.

Palavras-chave: Fundação. Projeto. Sapata. Bloco.

INTRODUÇÃO

“Fundações são os elementos estruturais destinados a transferir ao terreno as cargas de uma estrutura” (AZEVEDO, 1997, p. 29). Ou seja, é o meio de ligação entre a superestrutura e o solo e, por essa razão, é uma peça estrutural que deve resistir às tensões causadas pelos esforços solicitantes.

A NBR 6122:2010 é a norma regulamentadora que cria parâmetros básicos a serem observadas no projeto e execução de fundações de edifícios, pontes e demais estruturas, e ela classifica as fundações em superficiais e profundas. A fundação rasa ou superficial é caracterizada por estar apoiada no solo em uma pequena profundidade de assentamento. Nestas fundações, as cargas transmitidas ao terreno são influenciadas pela distribuição de pressão sob a base da fundação, gerada pelo carregamento provindo da superestrutura.

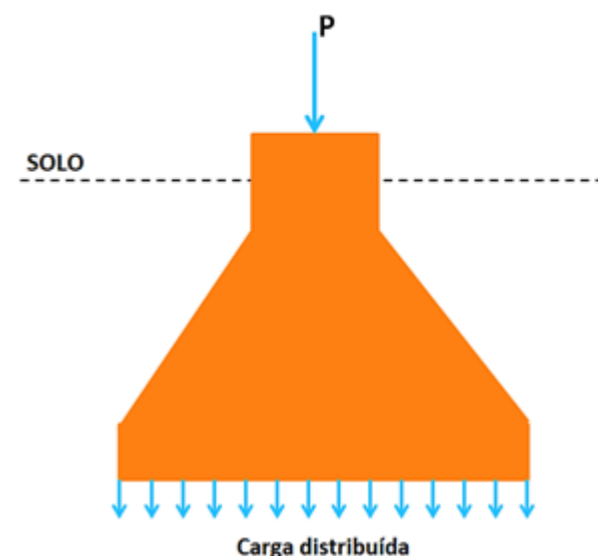
A escolha do melhor tipo de fundação é parte de fundamental da concepção do projeto e é necessário analisar primeiramente as questões geotécnicas, geológicas e estruturais, para que assim seja possível aplicar a melhor técnica de dimensionamento e de execução. Segundo Brito (1987), fundações bem planejadas

alcançam um custo final de 3% a 10% da obra, caso sejam mal planejadas o custo pode ser elevado e variar 5 a 10 vezes o valor da fundação adequada para o projeto. Além disso de acordo com Joppert (2007) “o controle de qualidade das fundações deve iniciar-se pela escolha da melhor solução técnica e econômica, passando pelo detalhamento de um projeto executivo e finalizando com o controle de campo da execução do projeto”.

FUNDAÇÕES RASAS

De acordo com NBR 6122 – projeto e execução de fundações (ABNT 2010) tanto a fundação rasa ou superficial tem uma profundidade pequena. A distribuição de cargas no terreno ocorre através do carregamento da supraestrutura qual gera uma pressão na base da fundação conforme Figura 1.

Figura 1: Sapata



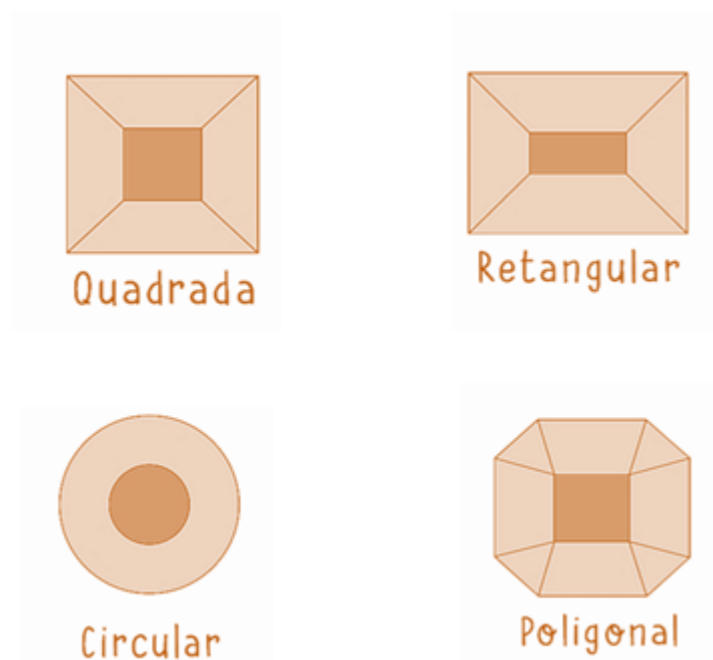
Fonte: Schneider (2020, p. 2)

“Basicamente a definição de fundação rasa está ligada a profundidade de assentamento do elemento de fundação em questão” (SCHNEIDER, 2020, p.2).

Segundo a NBR 6122 – projeto e execução de fundações (ABNT 2010), sapata é um componente de fundação superficial ela é dimensionada para que possa resistir a tração, sua armadura é disposta para este fim. Ela pode ser rígidas e flexíveis, quando segue duas direções é rígida e quando somente uma é flexível.

De acordo com Schneider (2020) sapata são o tipo mais comum de fundação rasas utilizado no Brasil. Elas são constituídas de concreto armado podem ter diferentes formas conforme Figura 2.

Figura 2: Tipo de Sapatas



Fonte: Schneider (2020, p. 2)

De acordo com Schneider (2020) elas pode ser sapatas isoladas, sapatas corridas, sapatas associadas e alavancadas.

A grandeza fundamental para o projeto de fundações diretas é a determinação da tensão admissível, se o projeto for feito considerando coeficiente de segurança global ou a determinação da tensão resistente de projeto quando se consideram fatores parciais. Estas tensões devem obedecer simultaneamente aos estados limites último (ELU) e de serviço (ELS), para cada elemento de fundação isolado e para o conjunto (NBR 6122 – projeto e execução de fundações, 2010, p. 32)

De acordo com NBR 6118 – projeto de estruturas de concreto (ABNT 2014) os blocos sobre estacas podem ser para 1, 2, 3 ou mais estacas, dependendo principalmente da capacidade da estaca e das características do solo. Blocos sobre uma ou duas estacas são mais comuns em construções de pequeno porte, como residências térreas e de dois pavimentos.

Blocos são estruturas de volume usadas para transmitir às estacas as cargas de fundação e podem ser consideradas rígidas ou flexíveis por critério análogo ao definido às sapatas”. A fundação superficial de bloco é feita de tal maneira que dispensa o uso de armadura (horizontal) para flexão em seu dimensionamento, sendo que as tensões de tração, que são máximas na base, são resistidas pelo próprio concreto. Esse tipo de fundação, assume normalmente algumas formas, sendo elas: bloco escalonado ou pedestal ou tronco de cone (NBR 6118 - projeto de estruturas de concreto: procedimento, 2014, p. 196).

De acordo com Schneider (2020) os blocos de concreto devem der utilizados em dolos de boa resistência e para obras que não tenhas altas cargas.

METODOLOGIA

Foi necessário a utilização de um modelo de projeto de fundações, para a realização do cálculo de uma sapata, e um bloco de “n” estacas, na realização do cálculo da sapata escolhemos o P10, que tem uma dimensão de 60x60 cm, e uma carga de 74,2tf aplicando sobre a fundação, e para o dimensionamento do bloco o P7, com dimensão de 30x100cm e uma carga de 95,4tf, para os dois casos a resistência do solo considera foi de 37t/m², concreto fck 25Mpa e aço CA50.

Sapa foi calculada pelo método de sapata econômica, sendo o passo a passo iniciando pelo cálculo da base da sapata, efetuada pela formula $ab = 1,05xP/Tensão$ admissível, seguido então o cálculo de sapata econômica de balanços iguais, então o dimensionamento da sapata, cálculo da altura útil, esforços de tração, para então chegarmos a área de aço necessária e especificar a armadura.

No cálculo do bloco considerou-se o mesmo aplicado sobre uma broca de 30cm, iniciou-se o cálculo pela dimensão em planta, seguido de cálculo da altura do bloco, esforços de tração (Z), esforço de tração no concreto, calculo e detalhe dos estudos horizontais (ASH), cálculo da área de concreto necessária (Ac, nec), calculo e detalhe dos estribos verticais, e então o volume de concreto para concretar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os cálculos referente a sapata, obteve-se os resultados das dimensões com uma área da base de 2,1m², uma sapata de 1,50m x 1,50m com altura de 30cm, os esforços de tração foram de 29,21tf para Tx, e 29,21 tf para Ty, a área necessária de aço foi de 9,4cm², utilizando-se barras de aço com 10mm de diâmetro, a distribuição ficou por conta de 12 barras de 10mm em ambas as direções.

Para os cálculos do bloco, os resultados ficaram em L=110cm para a dimensão em planta, h=105cm para altura do bloco, esforço de tração z=18,17 tf, e na verificação de tração que deveria ser no máximo 15kgf/cm² foi aprovado, que é um valor tabelado. A área do detalhamento dos estribos horizontais calculada foi de Ash=1,92cm², e utilizando de barras de aço de 10mm de diâmetro, obteve-se o resultado de 4 barras a cada 25cm afastadas entre si, o comprimento do corte para as barras deve ser de 420cm considerando-se uma dobra de 20cm.

Ainda no bloco calculou-se a área de concreto necessária (Ac, nec), chegando ao valor de Ac, nec=751,7cm², seguido do cálculo e detalhamento dos estribos verticais com resultado de Asw= 6,01cm² para a área, dividindo-se em barras de aço de 10mm de diâmetro, sendo de 4 barras distanciadas 30cm entre si, com comprimento para corte calculado de 410cm considerando-se 20cm de dobra, e, para finalizar calculado o volume de concreto, sendo de 1,27m³ necessários para o bloco do P7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que os objetivos iniciais deste trabalho foram alcançados ao se aprofundar nos conhecimentos sobre fundações superficiais e blocos sobre estacas. Além disso foi realizado um dimensionamento utilizando-se de uma planta de cargas já conhecida.

As sapatas rasas podem ser de diferentes formatos, podendo também ser isoladas, associadas e de divisa, para que ela seja calculada é necessário conhecer

o tipo de solo em que ela será apoiada e qual a carga que a estrutura irá receber. Sua armadura é calculada para garantir que ela possa resistir à tração. Já os blocos de estacas são utilizados para transmitir cargas às estacas e tubulões, podendo ser rígidos ou flexíveis.

A importância das fundações superficiais é enorme pois elas que distribuem adequadamente o peso da construção para o solo, de maneira segura, evitando riscos de deslizamentos de terra e outros problemas, como trincas e rachaduras nas paredes. E, para concluir, pela observação dos resultados obtidos no item anterior, pode-se concluir que foi possível dimensionar uma fundação para uma planta de cargas existentes de maneira segura e econômica.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 6118:2014. Projeto de estruturas de concreto. Rio de Janeiro, 2014. 221 p.

AZEVEDO, Hélio Alves. **O edifício até sua cobertura**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.

BRITO, José Luis Wey de. **Fundações do edifício**. São Paulo, EPUSP, 1987.

JOPPERT, Ivan Jr.. **Fundações e Contensões de edifícios: qualidade total na gestão do projeto e execução**. São Paulo: PINI, 2007. 221 p.

SCHNEIDER, Nelso. **Fundações Rasas: Definição, quando são utilizadas e quais os tipos**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://nelsoschneider.com.br/fundacoes-rasas/>

PROJETO DE GALPÃO PARA USO COMERCIAL EM CAÇADOR – SC ¹

Fabiana Gromnicki, fabianagromnicki@hotmail.com²

Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com³

João Paulo Col Debella, jpcoldebella@gmail.com⁴

Maurício Cagnin, cagninmauricio@hotmail.com⁵

Natália Cristina Thein Bleichvel, nataliableichvel@gmail.com⁶

Valdecir Viana, valdecirviana@hotmail.com⁷

Resumo

Este respectivo trabalho apresenta um projeto desenvolvido através da unidade curricular da 8ª fase do curso de Engenharia Civil da UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP. O projeto prevê um galpão para uso comercial na cidade de Caçador – SC. Para tal elaborou-se um estudo teórico, aplicado pelas disciplinas ministradas nesta fase em caráter de estudo de caso, sendo elas: Concreto III, Concreto Protendido e Estruturas Metálicas. As principais normas que subsidiam o projeto de galpões são: ABNT NBR 8681:2003, ABNT NBR 6123:1988, ABNT NBR 8800:2008, ABNT NBR 14762:2010. Foram realizados estudos para dimensionamento da estrutura de concreto armado, estudos para o dimensionamento da estrutura metálica responsável pela sustentação de telhado e vigas protendidas para que o maior vão, abaixo do mezanino, fosse suprido adequadamente. Este trabalho capacitará os inscitos com teorias e práticas no sentido de desenvolver processos de liderança, além de colocar em prática todo o conteúdo passado em sala de aula virtual, devido a pandemia vivida neste ano, expondo assim os acadêmicos a responsabilidades e vivência real sobre a futura profissão.

Palavras-chave: Vigas Protendidas. Concreto Armado. Projeto Estrutural. Estruturas Metálicas.

INTRODUÇÃO

Conforme Giongo (2007):

“Os projetos estruturais devem considerar incertezas associadas às propriedades dos materiais, às propriedades geométricas e aos carregamentos. Essas incertezas tornam impossível a elaboração de um projeto que apresente segurança total ou probabilidade de falha nula, visto que, determinada combinação de valores das variáveis pode resultar em uma condição de falha. Com intuito de considerar a natureza probabilística destas incertezas, faz-se necessário identificar e definir estas variáveis como aleatórias no modelo de análise. Para consideração destas incertezas as normas atuais (NBR 6118/2014; NBR 8681/2003) indicam a aplicação de coeficientes de segurança, de forma a majorar os esforços e minorar as resistências”

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil;

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

³ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

Os projetos estruturais podem ser considerados com incertos, pelo fato de estarem associados ao material e suas propriedades geométricas que podem variar o seu carregamento. Esse tipo de incerteza na hora de elaborar um projeto, pode trazer também a incerteza de um projeto completo e seguro, causando danos materiais e danos a vida humana. Com intuito de considerar a natureza probabilística destas incertezas, faz-se necessário identificar e definir estas variáveis como aleatórias no modelo de análise (GONZALES et.al, 2015). Para consideração destas incertezas as normas atuais (NBR 6118/2014; NBR 8681/2003) indicam a aplicação de coeficientes de segurança, de forma a majorar os esforços e minorar as resistências (GONZALES et.al 2015 p. 575).

Este trabalho se divide basicamente em 5 partes: identificação do terreno, definição de arquitetura, cálculo da estrutura com o auxílio do programa Eberik da empresa AltoQi, cálculo manual de viga protendida e cálculo da estrutura metálica para a sustentação do telhado desta obra.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Muitos são os pensamentos de incerteza intrínsecos ao projeto estrutural. Apesar de geralmente se estimar os parâmetros da carga e da capacidade resistente dos elementos estruturais, estas não são quantidades tecnicamente medidas. Elas são variáveis razoavelmente aleatórias, sendo assim, a segurança absoluta não pode ser alcançada. Consequentemente, as estruturas devem ser projetadas para servir a sua função com uma probabilidade finita de falha (NOWAK E COLLINS, 2000).

METODOLOGIA

A metodologia aplicada foi de um projeto quantitativo, onde os acadêmicos utilizaram dos conhecimentos adquiridos nas matérias cursadas na oitava fase para elaborar um espaço desenvolvido no Município de Caçador-SC, contendo alguns itens propostos. Em seguida foi elaborado o projeto de planta baixa, conforme figura 1, para definir o local de uma viga protendida referente a disciplina de Concreto Protendido, onde depois de definido sua laje protendida e a planta baixa foi definido o telhado, onde seria em estrutura metálica conforme figura 2 e 3, de acordo com o estudado na disciplina de Estrutura Metálicas, após propôs-se um estudo de melhor aproveitamento do espaço disponível no galpão, visando acessibilidade, conforto, sendo o barracão e um mezanino para utilização de escritório de atendimento ao cliente.

Após definidos os detalhes e já tendo a área da planta baixa que foi definido em 10x15m, é possível realizar o cálculo estrutural para o dimensionamento da estrutura, conforme figura 3, ministrado na disciplina de Concreto 4, tendo em vista de que o mesmo se trata de um galpão comercial.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil;

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

³ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

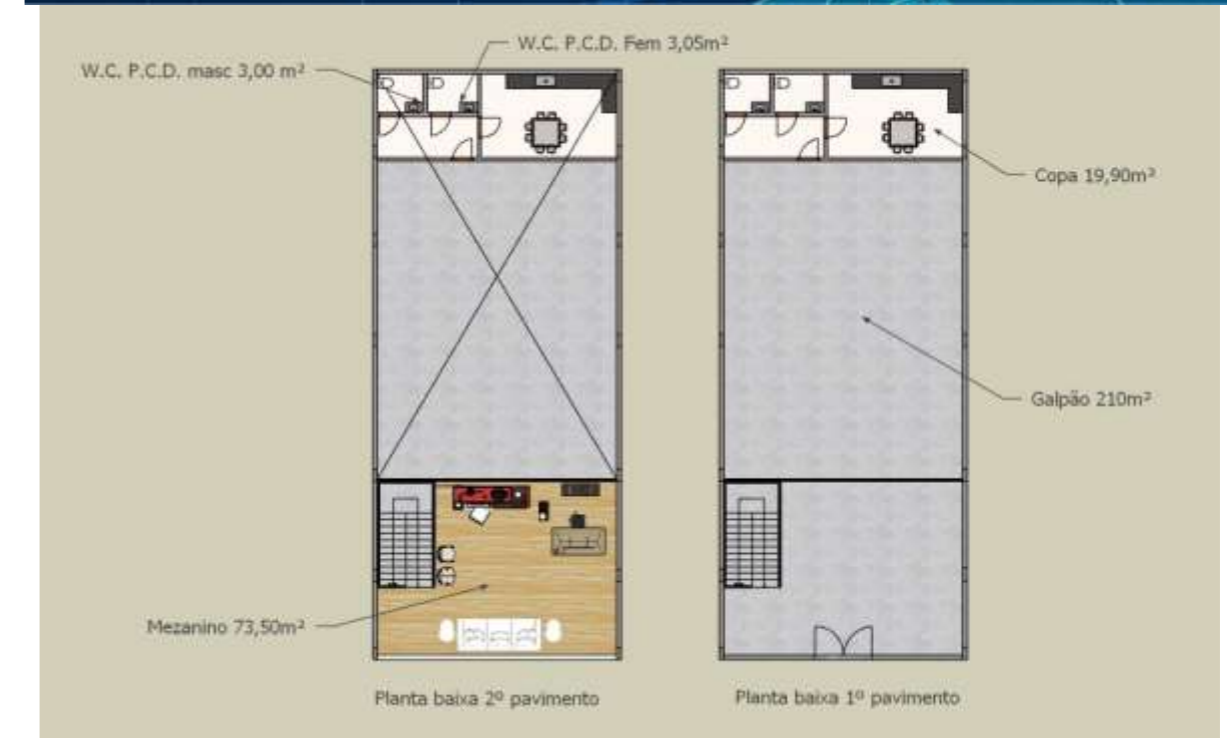


Figura 1. Planta baixa.
Fonte: Autores, 2020.

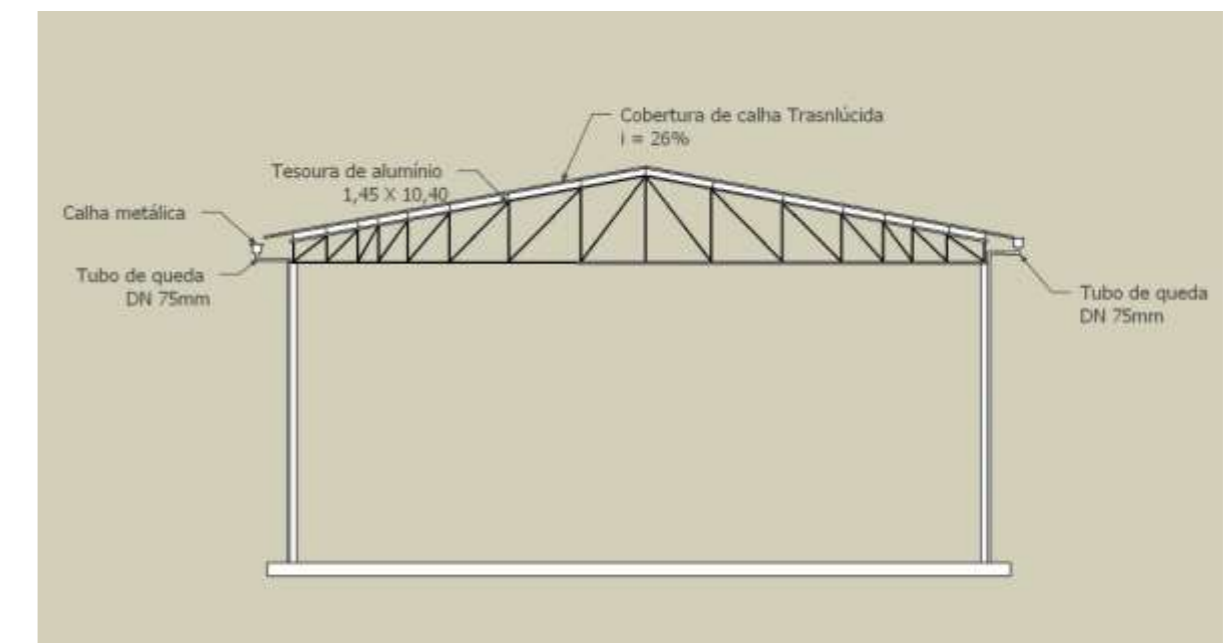


Figura 2. Estrutura metálica de cobertura
Fonte: Autores, 2020.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil;

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

³ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

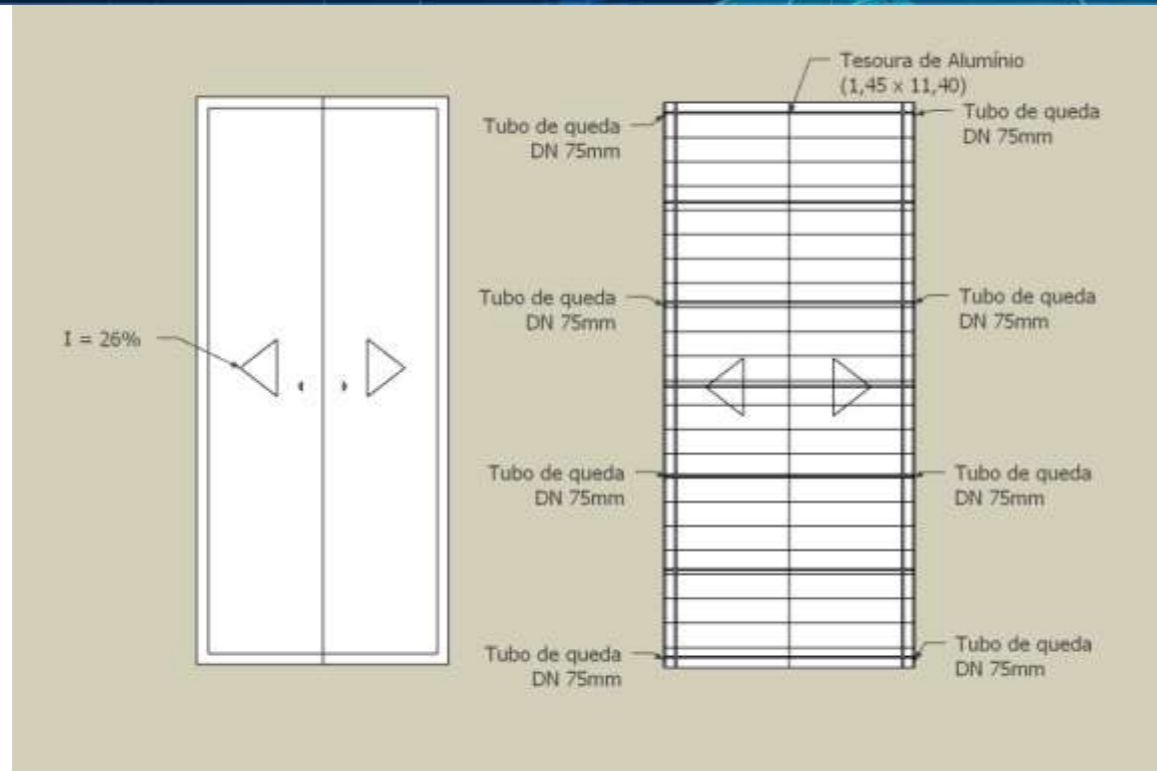
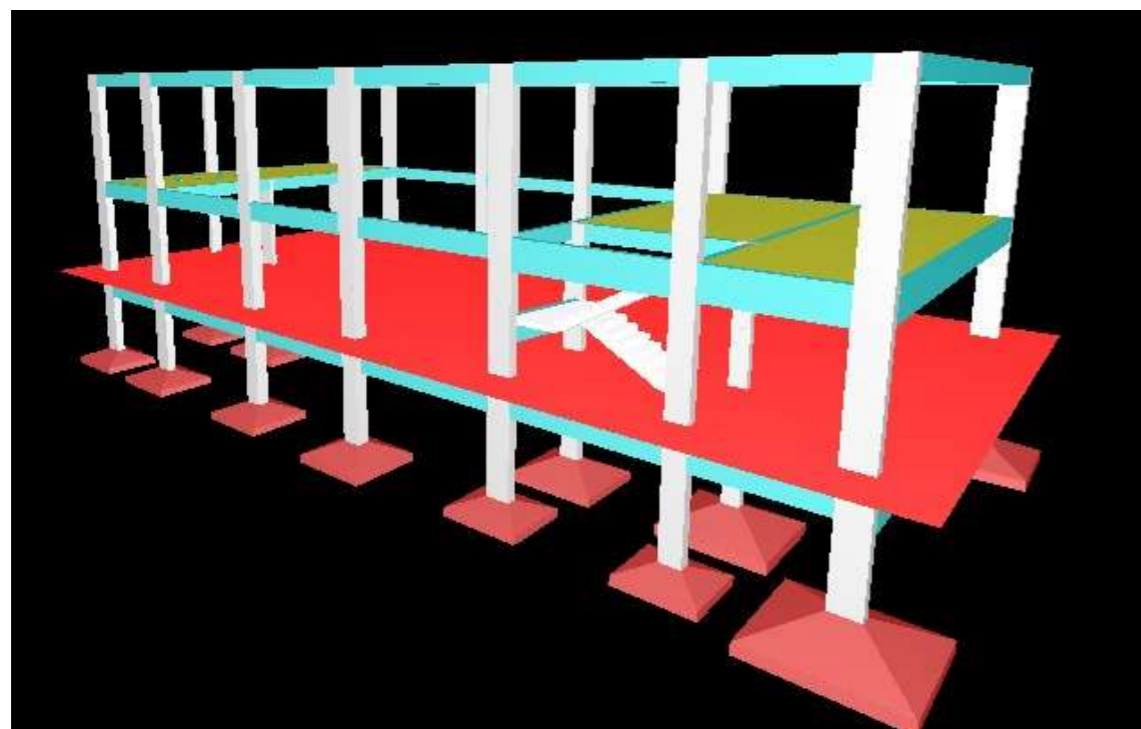


Figura 3. Estrutura metálica de cobertura
Fonte: Autores, 2020.



- ¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil;
² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
³ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

Figura 4. Dimensionamento estrutural.
Fonte: Autores, 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O barracão comercial, mesmo que não executado, trouxe aos alunos de Engenharia Civil da 8ª fase da UNIARP a experiência de desenvolver um projeto complexo, pensando em todas as etapas da construção civil e aplicando noções de segurança para os ocupantes do edifício e conforto, visando sempre seguir as normas da ABNT vigente no projeto. Experiência essa que se faz necessária em ambiente profissional e é de grande auxílio para entendimento e compreensão, por parte dos alunos, da profissão a qual estão estudando. O barracão possuirá toda área necessária para atender à necessidade que foi proposta, segurança, conforto e espaço. A utilização do barracão ficará no térreo para área comercial, e a parte de atendimento especial ao cliente poderá ser usado no mezanino, local criado para suprir essa função, já que está previsto em projeto a divisão do térreo do barracão em diversos espaços os quais podem ser utilizados para diversas funções da área de vendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto teve grande importância no desenvolvimento acadêmico por ser um desafio em tempos de pandemia, nos mostrou que desenvolver o projeto de forma remota é possível, mesmo sem contato com outros participantes, foi de grande importância a comunicação social para seu desenvolvimento. Podemos afirmar que a segurança estrutural é um grande dever do Engenheiro, pelo fato de estar colocando vidas em risco. As disciplinas associadas trouxeram grande conhecimento a todos, mesmo de forma remota foi possível compreender a forma que temos essa responsabilidade em desenvolver, segurança, conforto ambiental e visual a todos que estão envolvidos na obra.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Projeto de estruturas de concreto** – Procedimento: NBR-6118. Rio de Janeiro, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.
- FELDMAN, A. **Bonded and unbonded prestressed concrete beams failing in flexure**. University of Illinois, 1954.

- ¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil;
² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
³ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);
⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

GIONGO, José Samuel. **Concreto Armado: Projeto Estrutural de Edifícios**. São Carlos, USP, 2000.

NOWAK, A. S.; COLLINS, K. R. **Reliability of Structures**. New York, McGraw-Hill, 2000.

DIMENSIONAMENTO DE RESIDENCIA EM CONCRETO PROTENDIDO E ARMADO COM COBERTURA EM ESTRUTURAS METÁLICAS¹

Dionatan Zini, dionatan_zini@hotmail.com²

Karine Corrêa do Prado, karine_nanica@gmail.com³

Sabrina Aparecida Teodoro Pereira, sasa.apteodoro25@gmail.com⁴

Tainara Ribeiro de Freitas, tainarafreitas1008@gmail.com⁵

Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁶

Natalia Cristina Thiem Bleichvel, nataliableichvel@gmail.com⁷

RESUMO - Este trabalho teve como objetivo a elaboração do dimensionamento de uma residência cujo a estrutura terá concreto armado, do qual foi lançado no programa Eberick, para poder-se fazer a análise da estrutura, o projeto arquitetônico também conta com um vão livre de 10 m, onde projetou-se uma viga protendida, que foi dimensionada e detalhada. A cobertura foi projetada em estrutura metálica. O seguinte projeto aborda como assunto o dimensionamento de uma residência em concreto protendido e armado com cobertura em estruturas metálicas, e seu desenvolvimento se deu através de artigos, livros, revistas e também contou com orientação de professores das matérias de estruturas metálicas, concreto 3 e concreto protendido.

Palavras-chave: Estruturas Metálicas. Concreto 3. Concreto Protendido

INTRODUÇÃO

O concreto convencional usado na construção civil é composto basicamente por três componentes: aglomerantes (normalmente cimento Portland), agregados (grãos e miúdos) e água. Em alguns casos, onde é necessária alguma característica especial, são usados aditivos industrializados para compor a mistura, os quais reagem com os ingredientes básicos e modificam algumas propriedades, melhorando o concreto para sua utilização, afirmam (ALLEN; IANO 2013).

Segundo Araújo, (2010) as principais características desse material são a sua alta resistência à compressão, e baixa resistência à tração, sendo um material frágil, suscetível a fissuras. Já o concreto armado é a união do concreto convencional com uma armadura, normalmente composta por barras de aço, que possuem alta

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil;

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

³ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP);

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

resistência à tração, fazendo com que a mistura final suporte tanto os esforços de compressão, por parte do concreto, quanto tração, pelo aço.

As propriedades do aço são de essencial importância no ramo de estruturas metálicas, pois o projeto e a execução são baseados nelas. Dentre outras, dentre as principais propriedades do aço estão a dureza, a superfície do material que oferece resistência à penetração de uma peça com dureza maior. Analisar o aço é relevante nas operações de estampagem de chapas. E a ductilidade, que é a capacidade que o material tem de ser deformado sob ação de uma carga antes de romper-se, estas deformações são aviso antes de romper o material, podendo evitar acidentes na construção (FERRAZ, 2003).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O concreto armado é um material de construção resultante da união do concreto simples e de barras de aço, envolvidas pelo concreto, com perfeita aderência entre os dois materiais, de tal maneira que resistam ambos solidariamente aos esforços a que forem submetidos. A utilização de barras de aço juntamente com o concreto, só é possível devido as seguintes razões: trabalho conjunto do concreto e do aço, assegurado pela aderência entre os dois materiais; o coeficiente de dilatação térmica do aço e do concreto são praticamente iguais; o concreto protege de oxidação o aço da armadura garantido a durabilidade da estrutura (SOUZA; JÚNIOR, 2012).

O uso de estruturas pré-moldadas protendidas faz com que a obra tenha características diferentes de uma obra com concreto armado convencional. Tecnologias inovadoras e o controle de qualidade da produção fazem com que esse método construtivo se diferencie dos demais, principalmente pelo ganho de resistência, durabilidade e diminuição das fissuras (CARVALHO, 2012). Conforme Nakamura, (2007), essa técnica de protensão não aderente é muito utilizada em edificações residenciais, comerciais e em fundações tipo radier. Tem como objetivo executar peças mais leves e esbeltas, e conseqüentemente, vãos maiores. São usadas cordoalhas engraxadas e plastificadas, para evitar corrosão.

A estrutura metálica, de acordo com Sales, Sousa e Neves, (2001) possui metodologia construtiva própria e desconhecer essa tecnologia leva a adoção de solução incompatível com o sistema estrutural, por isso esse tipo de construção exige conhecimento das potencialidades e das limitações e grande atenção no planejamento e interação desde a concepção de projeto até a finalização da obra. A interação do projeto estrutural metálico com os demais projetos é bastante relevante, uma vez que a estrutura metálica não é dada a improvisos podendo causar transtornos durante a construção. “Nesse sistema construtivo, a compatibilização dos vários projetos que constituem uma obra civil, a coordenação e planejamento interativos das etapas de projeto e execução são fundamentais para o sucesso final do empreendimento”. (SALES; SOUZA; NEVES, 2001, p.1).

METODOLOGIA

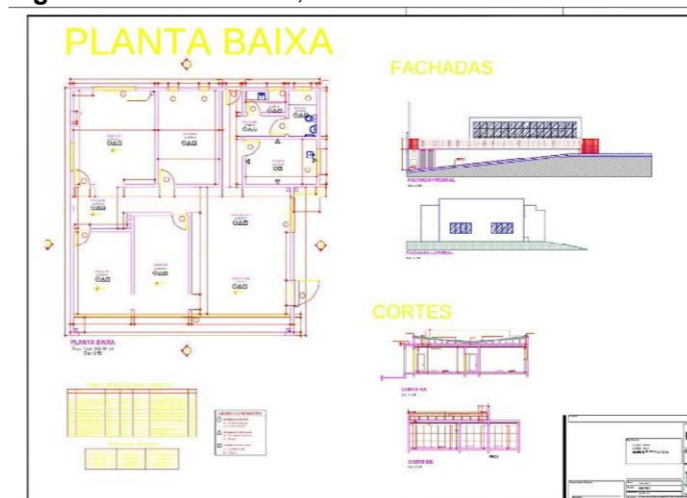
Para desenvolver este trabalho, realizou-se pesquisas bibliográficas baseadas em revistas, livros, artigos digitais e também nas seguintes normas técnicas: NBR 6118 (ABNT, 2014), NBR 6120 (ABNT, 1980) e NBR 8800 (ABNT, 2008), foram realizados cálculos manuais e através de programas como o eberick, para o projeto arquitetônico utilizou-se o software AutoCAD 2019 e por finalidade em estruturas metálicas usou-se o programa AutoMETAL. Essa pesquisa é descritiva e sua

finalidade é apresentar da melhor forma o pré-dimensionamento de um projeto de aproximadamente 160 m², onde deixou-se um vão livre de 10 m para lançar a viga protendida junto com detalhamento e dimensionamento e a cobertura feita de estruturas metálicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura dimensionada é uma residência localizada no município de Caçador, com apenas um pavimento e com área construída de 166,94 m² possuindo 3 quartos, sala de estar, sala de jantar, cozinha, lavanderia, escritório e banheiro. Pé direito de 3 m. O projeto arquitetônico completo, com planta baixa e corte, conforme ilustrado na Figura 1 abaixo:

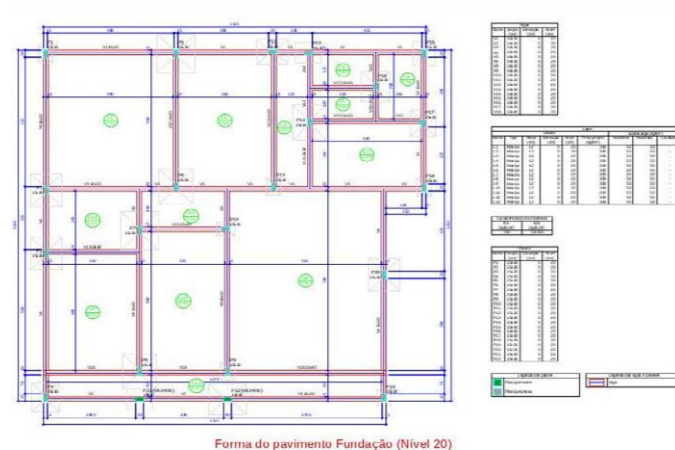
Figura 01– Planta baixa, fachadas e cortes.



Fontes: Os autores, (2020).

Para a análise estrutural utilizou-se o programa Eberick, o qual possibilita analisar melhor a estrutura. Foi lançado a estrutura, lajes, vigas, pilares e sapatas, seguindo o padrão de normas, seguindo a altura que está no arquitetônico, conforme planta de pavimentação ilustrada na Figura 2, considerando as cargas de parede para as vigas, obteve-se todos os resultados corretos.

Figura 2- Forma pavimento fundação.

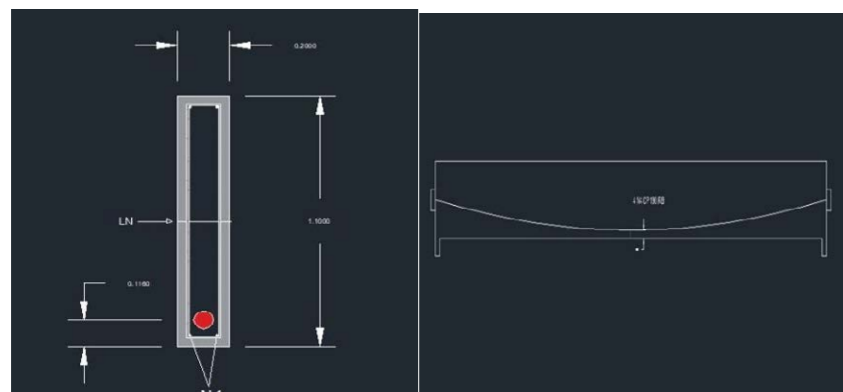


Fontes: Os autores, (2020).

As vigas foram dimensionadas em vários tamanhos, levando em consideração que para vãos maiores e de maiores cargas necessitam vigas maiores também, foram colocadas cargas de paredes sobre elas, as sapatas foram de tamanhos variados, e as de canto foram as maiores. Os pilares dimensionados 15x30, piso bruto com malha e laje. Sobre a laje a cobertura metálica.

Para a viga protendida foi calculada manualmente e dimensionada, logo após foi desenvolvido seu detalhamento conforme demonstrado na Figura 3, precisando utilizar 1 bainha e 4 cordoalhas.

Figura 3- Detalhamento viga protendida.



Fonte: Os autores, (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho é ressaltar o quão importante é o uso do concreto armado e protendido em uma obra residencial, também se usou de estruturas metálicas para cobertura, obteve-se os resultados através de cálculos

manuais e através de programas, dos quais facilitam sempre o trabalho de engenheiros e arquitetos. Programas como auto CAD, Auto Metal e Eberick tornam o trabalho de fazer um projeto em tempo mais hábil e ági, com resultados mais exatos, e melhor forma de apresentação.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 6118. **Projeto de estruturas de concreto - Procedimento**, Associação Brasileira de Normas Técnicas 2014.

ABNT NBR 6120. **Cargas para o cálculo de estruturas de edificações**, Associação Brasileira de Normas Técnicas 1980.

ABNT NBR 8800. **Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios**, Associação Brasileira de Normas Técnicas 2008.

ALLEN, Edward; IANO, Joseph - **Fundamentos de engenharia de edificações**. 5ª edição. Porto Alegre - RS: Editora Bookman, 2013.

ARAÚJO, José Milton de - **Curso de concreto armado**. Rio Grande – RS: Editora Dunas, 2010.

CARVALHO, Roberto Chust - **Estruturas em concreto protendido: pré - tração, pós - tração, cálculo e detalhamento**. São Paulo SP: Editora PINI, 2012.

FERRAZ, H. O Aço na Construção Civil - **Revista Eletrônica de Ciências, Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos - SP: Centro Universitário Central paulista, n. 22, 2003. 16 p.

NAKAMURA, Juliana – **Protensão em lajes**. *Revista Equipe de Obra*, São Paulo – SP, 14ª edição, dez. 2007. Disponível em: [http://equipe de obra.pini.com.br/construcao-reforma/14/passa-a-passo-protensao-em-laje-67916-1.aspx](http://equipe%20de%20obra.pini.com.br/construcao-reforma/14/passa-a-passo-protensao-em-laje-67916-1.aspx) > Acesso em: 25 out. 2020.

SALES, U. C.; SOUZA, H. A.; NEVES, F. A. **Mapeamento de problemas na construção industrializada em aço**. *Revista Escola de Minas*, Ouro Preto - MG, v. 54, n. 4, p. 303-309, 2001.

SOUZA JÚNIOR, Tarley Ferreira de. **Estruturas de Concreto Armado**. Universidade Federal de Lavras. Lavras – MG, 2004. Disponível em: livrosgratis.com.br/ler-livro-online-71656/tecnologia-do-material-concreto-em-construcoes-agroindustriais> Acesso em: 05 nov. 2020.

TRABALHO INTERDISCIPLINAR 4 FASE: MALHA URBANA, PONTOS TOPOGRÁFICOS E GEOLOGIA¹

Marcelo Furtado Leffer, marcelolefferlebon@gmail.com²
 Vinícius Perazzoli Pellin, vini-pelin@hotmail.com³
 Rodrigo Vitor, rodrigo.vitto@uniarp.edu.br⁴
 Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁵
 Liane da Silva Bueno, liane.bueno@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Este artigo apresenta os estudos referente a integração das disciplinas de Desenho Assistido por Computador, Geologia e Topografia I do curso de Engenharia Civil, quarta fase. Os objetivos da Topografia como ciência refere-se aos levantamentos para representação de uma área da superfície terrestre. Já o objetivo da Geologia e uma ciência que trata estudar e descobrir a composição, estrutura da superfície e seus processos internos e externos e de sua evolução, através do estudo das rochas existentes. Nesse trabalho será abordado a composição geológica e as estações da rede geodésica de apoio a levantamentos topográficos pertencente ao município de Campo Alegre – Santa Catarina, e a malha de logradouros pesquisados no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Concluindo, com apoio dos Softwares ProGrid, QGIS 3.12 e o AutoCad, realizou-se o mapa explicitando as informações pertinentes, afim de subsidiar estudos e trabalhos futuros.

Palavras-chave: Topografia. Geologia. Software para desenho QGIS 3.12. AutoCad.

INTRODUÇÃO

O trabalho interdisciplinar da quarta fase de Engenharia Civil da UNIARP, propõe a integração de três disciplinas, Topografia, Geologia e Desenho Assistido por Computador.

A topografia surgiu com a necessidade do homem em determinar áreas e elevações do espaço onde vive e habita, ela busca representar um local com base na geometria e na trigonometria plana, surgiu como ciência e apresenta conceitos similares de Geodésia e de cartografia. Nesse trabalho utilizaremos os dados do site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como referência da cidade de Campo Alegre, região norte de Santa Catarina.

Os dados da cidade escolhida foram retirados do site do IBGE, foram salvos os pontos topográficos já registrados e encaminhados para o software QGIS 3.12,

¹ Este trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Especialista em automação industrial pela faculdade de tecnologia SENAI de Florianópolis. Docente do curso de Engenharia Civil da UNIARP

⁵ Mestre pelo programa de pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Docente do curso de Engenharia Civil da UNIARP

⁶ Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). Docente do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

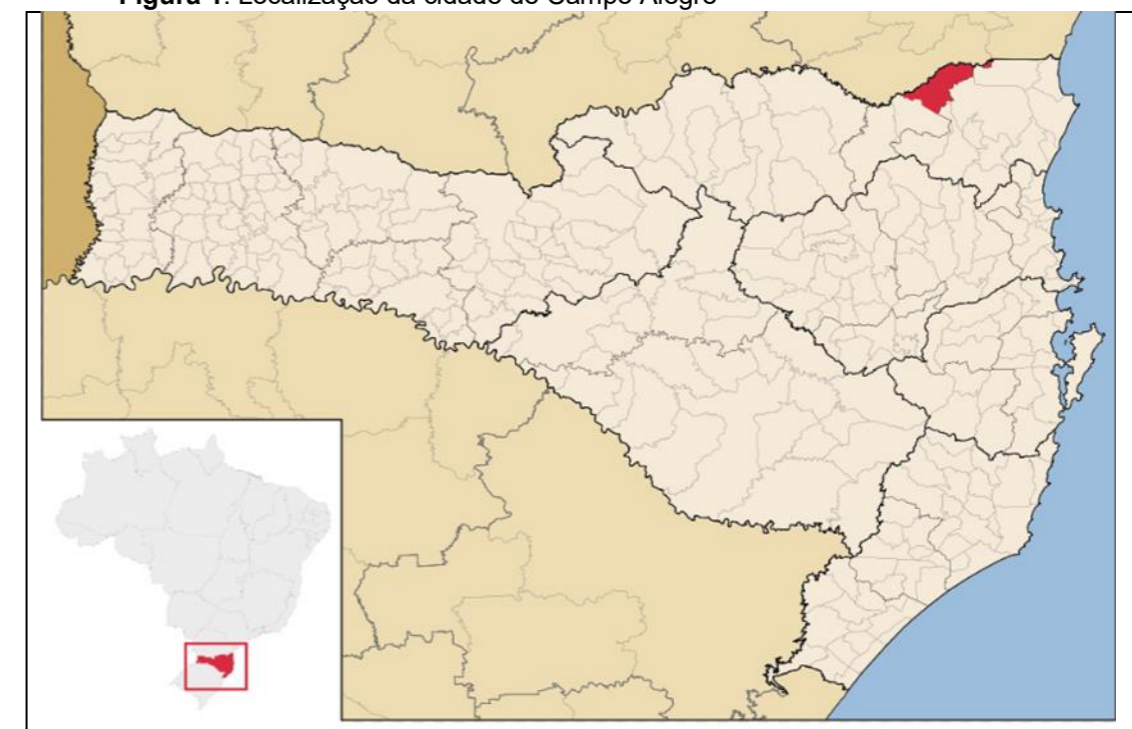
programa de desenho de topografia, e após feito esse envio foi salvo novamente e logo em seguida enviado para o Software Autocad (2019), um dos programas de desenho mais usado por engenheiros e arquitetos em todo o mundo. A partir daí, foi criado um layout em folha A3 para melhor visualização dos pontos e do mapa de logradouros da cidade (malha).

Este trabalho teve como objetivo pesquisar as estações do sistema geodésico brasileiro no contexto do município de Campo Alegre (Figura1), em estado de conservação boa, bem como as malhas de logradouros para a composição de um mapa, agregando a característica geológica predominante superficial.

Para tanto, pesquisou-se no banco de dados disponíveis no site do IBGE, tanto as malhas de logradouros quanto as estações georreferenciadas do município de Campo Alegre, preparando-os para os trabalhos de desenho no software Auto Cad(2019).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Figura 1: Localização da cidade de Campo Alegre



Fonte: Imagem: Santa Catarina MesoMicroMunicip.svg

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Campo Alegre situa-se a 870m acima do nível do mar, com picos de 1500m. Situa-se na mesma altitude da Nova Zelândia. Possui uma área 506 km², ocupando cerca de 0,53% do território catarinense e 11,86% da microrregião econômica do Nordeste catarinense, sendo 132km² na área Urbana e 374km² na área rural, com posição geográfica sob as coordenadas médias de 26° 12' 48" de latitude sul e 49° 15' 12" de longitude oeste de Greenwich (MOTA, 2010).

CLIMA

Segundo (MOTA 2010), O clima no município é subtropical temperado, sem estação seca; ao leste, verões quentes e a oeste, verões frescos; com temperatura média anual de 19°C, com máxima de 34°C nos meses de dezembro, Janeiro e Fevereiro, e mínima de -8°C nos meses de Maio, Junho e Julho. Tem uma umidade relativa do ar que vai de 80% a 85%. Verifica-se uma precipitação que varia de 1400mm a 1500mm anuais. A insolação no verão varia das 6h às 19h30min e no inverno das 6h às 18h. Estas condições climáticas levam o município a ser classificado como detentor de um dos melhores climas de Santa Catarina e o 3º melhor clima do Brasil. Campo Alegre tem uma temperatura média de 19°C e uma precipitação média anual de 119,8mm, tendo sua temperatura máxima de 34°C e mínima de -8°C.

GEOLOGIA

A maior parte do município de Campo Alegre está assentado sobre rochas da Bacia de Campo Alegre, bacia geológica com cerca de 500 km² de área e composta por rochas vulcânicas e sedimentares que foram depositadas aproximadamente a 600 milhões de anos atrás, durante a era geológica conhecida como Neoproterozóico. Remanescentes da caldeira vulcânica ainda existem na região, como, por exemplo, o Cerro. (MOTA, 2010).

RELEVO

No contexto fisiográfico faz parte do Planalto Meridional Brasileiro, possuindo dois domínios fisiográficos principais, a Serra do Mar, localizada na região leste do município e o Planalto de Canoinhas no restante do mesmo. Sua altitude média é de 870m acima do nível do mar, com picos máximos da ordem de 1500m, localizados no limite leste do município, divisa com Garuva (MOTA, 2010).

HIDROGRAFIA

É constituída pela rede de drenagem natural (rios) e por outras superfícies d'água também naturais como lagos, lagoas, lagoas e quedas d'água. Os rios que drenam o território de Campo Alegre desembocam na vertente do interior, onde a rede de drenagem é representada pelas bacias hidrográficas dos rios Uruguai e Iguazu, cujas água contribuem para a Bacia do Rio Prata. Os principais rios, lagos e sangas: Rio Negro e seus afluentes, Rio Turvo, Lageadinho, São Miguel, Bateias, Rio Bonito e Cubatão. Ocorrem também outros elementos hidrográficos naturais que são a Cascata Paraíso, o Salto do Engenho, o Salto do Imigrante, o Salto Branco, a Cachoeira Duque/Avenquinha, o Salto dos Farias, a cachoeira da fazenda Schneider, a Cascata-cor-de-rosa, a Cascatinha, Barbaqua, a Cachoeira do Renato Bahr e os lagos naturais de águas cristalinas da Serra do Quiriri (MOTA, 2010).

METODOLOGIA DE PESQUISA USADA NO TRABALHO

Neste trabalho os acadêmicos limitaram-se a utilizar suas pesquisas apenas na internet nos sites do IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no site da Prefeitura de Campo Alegre onde tem algumas informações muito importantes e artigo científico. Os procedimentos para desenho da malha urbana com a legenda foi um desafio pois no momento os acadêmicos estão ainda cursando a matéria de desenho assistido de computador, e matérias da área do trabalho abordado.

O tipo de pesquisa, usado foi demonstrar as principais informações à abordagem, do tema do trabalho da quarta fase, ao local, à cidade, ao desenho em AutoCad(2019)

e às técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, à metodologia de análise de dados foi a mais simples e compacta possível para que qualquer leitor entenda a dinâmica do trabalho, bem como aos procedimentos éticos da pesquisa.

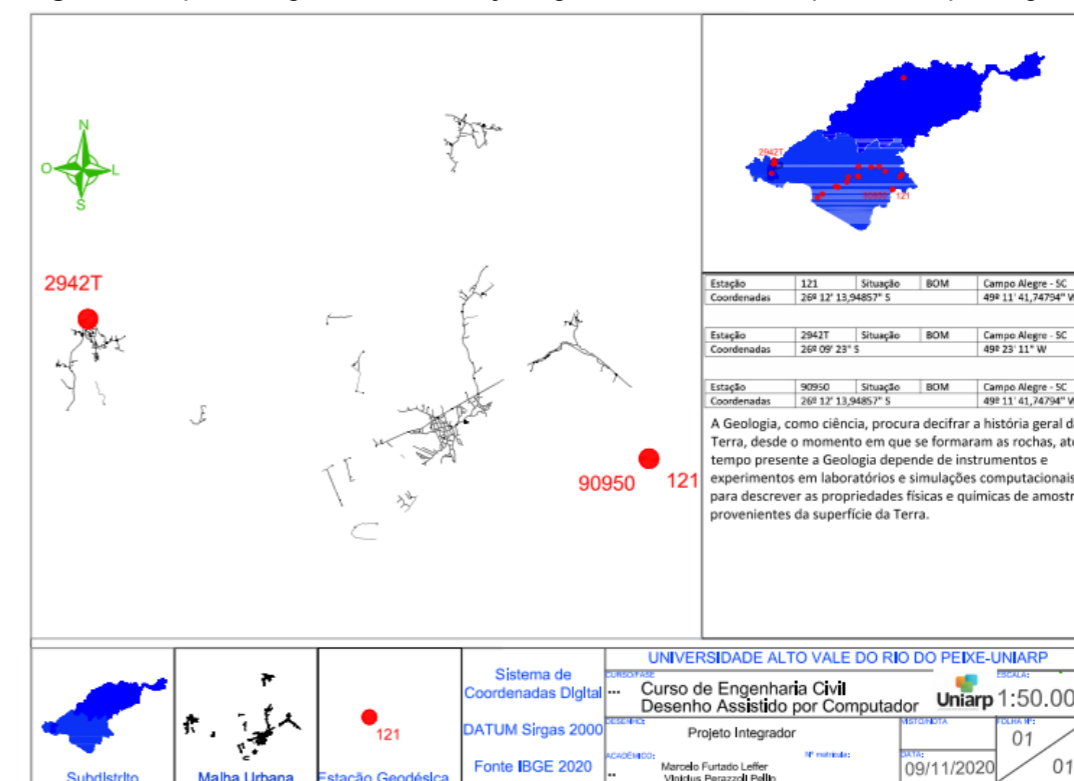
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados em conformidade com os objetivos, bem como são confrontados com o referencial teórico, destacando as semelhanças e diferenças dos resultados em relação há pesquisa precedente.

No contexto da integração dos conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas de Topografia 1, Geologia e Desenho Assistido por Computador, a parte de topografia planimétrica foi importante com a parte bidimensional (2D), do AutoCad (2019), com os planos cartesianos (X, Y), foram o ponto de partida para o desenvolvimento do desenho e sua elaboração final do mapa, conforme Figura2.

O AutoCad (2019), com seus comandos essenciais para visualizar a malha urbana do município bem como a rede de estação Geodésica do IBGE, confirma ser uma ferramenta de geoespacialização, possibilitando realizar o projeto integrador, contribuindo com acadêmicos e profissionais, pois as informações serão disponibilizadas e divulgadas pelo Sedepex.

Figura 2: Mapa de Logradouros e Estações geodésicas do município de Campo Alegre



Fonte: Os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos mais relevantes do estudo ou da experiência apresentada, considerando-se, em sua elaboração todos os passos relatados nesse artigo, onde os objetivos propostos foram alcançados. Houveram algumas limitações durante as

pesquisas, pela falta de experiência, sendo o primeiro contato com as informações georreferenciadas do IBGE.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10068**: Folha de desenho - Leitura e dimensões. Rio de Janeiro. 1987.

AutoCad versão 22.0.49.0 (2019). Disponível em: <<https://www.autodesk.com.br/>> Acesso em: novembro. 2020.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 2008.

IBGE. **Malhas de logradouros dos municípios e dos limites dos municípios**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitarios/censo_2010/base_de_faces_de_logradouros>. Acesso em: ag. 2020.

MOTA, Luís Andrade. **Município de Campo Alegre**. Disponível em: <https://www.campoalegre.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28668>. Acessado em: 06/10/2020

ProGrid, versão 2019 (2019). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico/16312-progrid.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: ag. 2020.

QGIS versão 3.12.(2018). Disponível em: <<https://qgis.org/downloads/>> Acesso em: ag. 2020.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

ELABORAÇÃO DA MALHA DE LOGRADOUROS E ESTAÇÕES GEORREFERENCIADAS DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA¹

Edson Machado dos Santos, e-machado-santos@hotmail.com²
 Michele Pinheiro da Rosa, michele_pinheiroda_rosa@hotmail.com³
 Robert Alves Antunes, robertantunes0917@gmail.com⁴
 Rodrigo Vitto, rodrigo.vitto@uniarp.edu.br⁵
 Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁶
 Liane da Silva Bueno, liane.bueno@uniarp.edu.br⁷

RESUMO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui em seu banco de dados a Base de Logradouros do último Censo Demográfico realizado em 2010, que contempla todos os 5.570 municípios brasileiros. Esses dados são arquivos vetoriais digitais, onde fornece à sociedade uma base de logradouros (ruas, avenidas, praças, jardins) segmentados em quarteirões, que faz parte das bases cartográficas urbanas e rurais e o Cadastro nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), atualizados durante o último recenseamento de população realizado em 2010. A base pode se constituir numa ferramenta para descrição do espaço urbano de uma grande quantidade de municípios que ainda não dispõem de bases cartográficas digitais. Este projeto busca utilizar estes dados existentes para a elaboração da malha de logradouros e estações georreferenciadas e identificar as características geológicas do município de Santa Cecília, região do Planalto Serrano do estado de Santa Catarina. Utilizou-se as metodologias de pesquisas bibliográficas para fundamentação, softwares livres e ferramentas de desenho como o software Autocad para a elaboração da malha. Os estudos assumem significativa importância para pesquisa, bem como o conhecimento dos dados do IBGE, dos softwares utilizados e ao planejamento de levantamentos topográficos e identificação geológica para obras de Engenharia Civil.

Palavras-chave: Malha Georreferenciada. Características Geológicas. Santa Cecília. Autocad.

INTRODUÇÃO

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade ao Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor, Especialista do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁶ Professor, Mestre do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁷ Professora, Doutora do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

O projeto integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da UNIARP, Campus Caçador propõem a elaboração de um mapa da Malha de Logradouros e Estações Georreferenciadas, bem como, abordará a geologia predominante do município de Santa Cecília, município escolhido para estudo. Adotando a Integração dos conhecimentos desenvolvidos a partir das disciplinas de Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por Computador.

Topografia I tem como objetivo de estudar a dimensão, posição e representação de uma porção da superfície dos terrenos sem levar em conta a curvatura terrestre, conforme menciona (TULER, 2014).

Segundo Borges (2013) na Planimetria são medidas as grandezas sobre um plano horizontal. Essas grandezas são as distâncias e os ângulos, portanto, as distâncias horizontais e os ângulos horizontais. Para representá-las, teremos de fazê-lo por meio de uma vista de cima, e elas aparecerão projetadas sobre um mesmo plano horizontal. Essa representação chama-se planta, portanto a planimetria será representada na planta.

Desenho Assistido por Computador busca desenvolver os conhecimentos necessários para o domínio das ferramentas de desenho através do software AutoCAD. O AutoCAD é a linguagem básica para desenhos de arquitetos, engenheiros e projetistas desde o final dos anos 1980, os desenhos gerados a partir dos anos 1990 já nasceram em CAD. Esta ferramenta evoluiu muito e hoje está plenamente consolidada entre os profissionais de construção (NETTO, 2019). O software funciona através de comandos, inseridos pelo usuário através do teclado, que irão criar elementos de desenho de forma a atender o modelo desejado pelo projetista. Os arquivos gerados pelo programa são basicamente dwg e dxf, apesar de possuir outros menos utilizados. (AMARAL, 2010).

A Geologia apresenta um enorme fator de importância, isso se dá por conta dos crescentes trabalhos da construção civil, da necessidade da utilização de terrenos que muitas vezes possuem péssima qualidade, nesse sentido a geologia torna-se protagonista para a caracterização dos terrenos na construção civil (OLIVEIRA, 2020).

O IBGE possui em seu site, o Banco de Dados Geodésicos (BDG) que é composto pelo conjunto de estações geodésicas, cuja posição serve como referência precisa nas atividades de mapeamento do território nacional, ao suprimento de informações necessárias à condução de grandes obras de engenharia. Além disso, agrega informações da rede altimétrica com o objetivo de proporcionar aos usuários um referencial altimétrico de alta precisão, com abrangência nacional. Esta pesquisa busca contribuir com o estudo, identificando as estações geodésicas existente do município de Santa Cecília no BDG, para a elaboração do mapa de logradouros e estações georreferenciadas, a partir dos conhecimentos desenvolvidos.

METODOLOGIA

A realização deste projeto propõe uma metodologia aplicada, de caráter bibliográfico, qualitativa, com estudo de caso. Assim sendo, realizaram-se pesquisa bibliográfica no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serviço Geológico do Brasil (2010), livros, artigos buscando-se fundamentar os temas envolvidos. Bem como foram utilizados alguns softwares necessários para viabilizar a execução do projeto, tais como: QGIS(2015), ProGrid(2009) e AutoCad(2020).

CARACTERÍSTICAS GEOLÓGICAS

Quando se diz respeito à Construção Civil, a Geologia tem aplicação relevante quanto ao estudo da composição e relevo do local, também na descoberta e compreensão de efeitos naturais.

A Geologia tem seu interesse principal centrado na representação dos materiais e estruturas que constituem a crosta terrestre em suas diversas partes. Enquanto que a cartografia geológica pode se considerar como uma denominação nas representações desta índole, segundo Martínez e Alves(1989) apud LOCH(2006). Loch(2006), menciona que os mapas geológicos possuem características padrões, tanto no uso de cores ou símbolos, assim como distribuir as informações no mapa. A autora destaca que o Manual Técnico de Geologia do Departamento de Produção Mineral (DNPM, 1985), segue uma ordem cronológica, onde as cores mais claras representam rochas mais recentes e as mais escuras as rochas mais antigas. Os terrenos são constituídos por basalto, adotando então as cores verde e azul e suas variações, usadas para representar rochas ígneas extrusivas.

As rochas em si é uma excelente fonte na área da construção civil, em especial na construção de pavimentações asfálticas, meio fio, fundações e calçamentos. Os solos argilosos tem uma boa capacidade hídrica assim como uma boa capacidade de fixar nutrientes e matéria orgânica com isso tem uma ótima resposta a adubação (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2010).

Na região também pode-se observar o comportamento das rochas que são geomecânicos e hidráulicos com variedades tanto na horizontal como na vertical. Também pode ser visto rochas que estão vulneráveis aos desprendimentos de blocos de rochas (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É preciso pensar cuidadosamente na aparência final do mapa como instrumento de comunicação e análise. Um mapa é feito para a leitura de usuários, então, se justifica a atenção na escolha de cada ingrediente do desenho gráfico, a harmonia das cores, textos e símbolos, pois eles vão influenciar na leitura (LOCH, 2006).

Desenvolveu-se a busca de dados georreferenciados a partir do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde obteve-se acesso as malhas dos logradouros georreferenciadas dos municípios do território brasileiro, localizando a malha georreferenciada de logradouros do município de Santa Cecília.

Através do Software livre QGIS (2015/2.18.24), foi possível transformar os arquivos que estava georreferenciada a partir de coordenadas geográficas, em coordenadas métricas universal Transversa de Mercator (UTM), utilizando o sistema de referência oficial SIRGAS 2000/UTM, zone 22s.

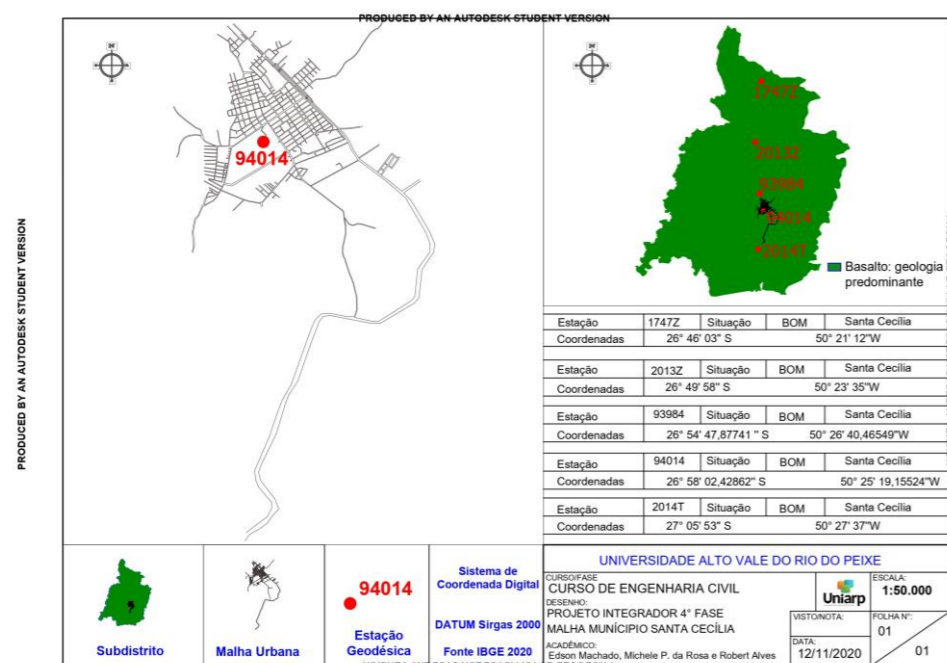
De acordo com o Banco de Dados Geodésicos (IBGE, 2020), o município de Santa Cecília encontra-se com 21 estações geodésicas sendo elas 5 boas (B), 2 destruídas (D) e 13 não encontrado (NE). Cada estação geodésica possui um relatório constando as coordenadas em sul e oeste, buscou-se ainda o recurso do software do IBGE Progrid para transformação das coordenadas geodésicas presentes no relatório em coordenadas UTM.

Segundo (LOCH, 2006) através dos recursos de softwares computacionais, a vantagem de produzir mapas se dá pela facilidade da execução, quando comparadas aos métodos manuais, sendo possível criar mapas fazendo a variação de tamanhos, como é o caso da espacialização de pontos, o que vem corroborar quando da

representação das Estações georreferenciadas do município de Santa Cecília, onde a confecção do mapa proposto foi realizada com software AutoCad (2020).

Com os conhecimentos desenvolvidos foi possível a elaboração do mapa da malha de logradouros, objetivo principal do projeto. Como resultado final deste trabalho, apresenta-se o Mapa da malha de logradouros, estações georreferenciadas e geologia predominante de Santa Cecília, contendo a malha urbana, subdistrito, estações geodésicas com suas respectivas coordenadas, geologia predominante e legenda, conforme mostra a Figura 1:

Figura 1: Mapa dos logradouros e estações georreferenciadas e geologia predominante de Santa Cecília



Fonte: autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto se propôs, a elaborar a malha de logradouros e estações georreferenciadas do município de Santa Cecília, utilizando além de pesquisas bibliográficas os conhecimentos de Topografia, Desenho Assistido por Computador e de Geologia para identificar as características geológicas do município.

Os conhecimentos adquiridos durante o cumprimento da disciplina de Topografia I, direcionados a Planimetria, contribuíram para o estudo das coordenadas cartesianas ou bidimensionais, fundamentais para o andamento do projeto, além do conhecimento dos dados disponíveis do IBGE para consulta, assim como o software Progrid que foi de grande valia.

Desenho Assistido por Computador forneceu as ferramentas necessárias para a elaboração do mapa da malha urbana do município, onde as informações delimitadas pelo projeto foram representadas. Assim como, obteve-se o conhecimento da geologia predominante do município de Santa Cecília, em que o estudo dos elementos estruturais é de suma importância, uma vez que a Geologia se direciona ao estudo da composição geológica, que são a base de um projeto. As

informações pesquisadas aos temas pertinentes ao projeto integrador, assumem importante significância ao que tange, o conhecimento teórico e prático desenvolvido, assim como ao planejamento de levantamentos topográficos para obras de engenharia e a identificação do aspecto da geologia, limitando-se quanto as proposições do projeto com a identificação predominante, sem que haja a realização de amostragens locais de caracterização do substrato.

REFERÊNCIAS

AutoCad. Disponível em: <https://www.autodesk.com.br/> . Acesso em: ag. 2020.

BORGES, Alberto de Campo. **Topografia Aplicada à Engenharia Civil**. São Paulo: Editora Blucher, Vol. 1, 2013.

IBGE. Manuais Técnicos em Geociências Número 8: **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. **Malhas de logradouros dos municípios e dos limites dos municípios**.

Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitario/s/censo_2010/base_de_faces_de_logradouros. Acesso em: ag. 2020.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=3213&t=ibge-disponibiliza-base-faces-logradouros-censo-2010&view=noticia> . Acesso em: Nov. 2020.

LOCH, Ruth E. Nogueira. **CARTOGRAFIA: Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

NETTO, Claudia Campos. **Estudo Dirigido de Autocad 2019**. São Paulo; Editora Érica Ltda. 2019

ProGrid(2009) Disponível em:

https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_sobre_posicionamento_geodesico/sirgas/aplicativos/transformacao_coordenadas/ . Acesso em: ag. 2020.

QGIS(2015). Disponível em: <https://qgis.org/downloads/>. Acesso em: ag. 2020.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Mapas de Geodiversidade Estaduais**.

Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/14712>>. Acesso em: nov. 2020.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

LEITURA INTERDISCIPLINAR: PROJETO DE EDIFICAÇÃO UNIFAMILIAR COM ATÉ 150M² ¹

Adrielle de Melo, engadrimelo@outlook.com²

Gustavo Barcaro, gustavo_barcaro@hotmail.com³

Natalia Cristina Thien Bleichvel, nataliableichvel@gmail.com⁴

Luiz Maurício Moura de Lima, jantunesdelima@gmail.com⁵

Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁶

Rafael Padilha Prigol, rafaelprigol01@hotmail.com⁷

Resumo –

Este presente trabalho traz a nos o mais puro desenvolvimento de um projeto de edificação unifamiliar, cujo o objetivo principal e desenvolver então o projeto arquitetônico, calculo da viga protendida na extensão de 12,0m que está locada para ser desenvolvida na lateral do projeto da edificação, trazendo também para ampliar ainda mais o presente projeto, uma estrutura metálica na parte do telhado desse projeto feito toda uma avaliação da quantidade de material para essa estrutura e assim para se concluir e obter mais eficiência foi projetado todos os cálculos dessa estrutura no programa *eberick* abordando ao grupo um melhor entendimento de todos os processos para uma melhor eficiência. Será apresentado imagens do projeto desde ao arquitetônico até os procedimentos feito no programa do cálculo da estrutura assim como o cálculo feito à mão da viga em protendida.

Palavras-chave: Concreto protendido. Estrutura metálica. Eberick

INTRODUÇÃO

O artigo traz para nós uma significativa e relevância de todos os processos em desenvolver um projeto de habitação unifamiliar, e sabe-se que um projeto bem planejado tanto em questão de transparência com o projeto arquitetônico até o desenvolver dos cálculos de cargas e como no caso desse projeto que há o uso de uma viga em concreto protendido e estrutura de cobertura metálica, faz-se de um projeto de habitação unifamiliar para olhos de Engenheiro Civil ou até mesmo Arquitetos, tornar-se um desafio com cálculos e atenção para assim manter uma eficiência de 100% ao aplicar em construção com o cliente. Apresenta-se então um projeto e todos os seus devidos cálculos em programa e outra parte a mão. Nesse contexto, será abordado todos os processos evolutivos dos cálculos do projeto para assim estarmos preparados e até mesmo qualificados para devido fins de contratação para projetos nesse padrão. **Problematização:** O presente projeto nos traz a missão em desempenhar todo um projeto delimitado aos processos aprendido e facultado em sala de aula. **Justificativa:** Por se tratar de um projeto com uma área total de 142,66m² foram feitos o planejamento com o grupo para um melhor desempenho e

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora orientadora do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

distribuição de todo o projeto, começando pelo projeto arquitetônico sendo então o primeiro ponto crítico do cronograma na sequencia ampliando para a definição da viga em protendido vencendo um comprimento de 10.90m com uma carga de 871kgf/m, e, assim na sequencia lançando todos os pilares, vigas no programa *eberick* fazendo todo o desenvolvimento de uma estrutura em metálica para o telhado. **Objetivo:** o objetivo principal é concluir-se o projeto com eficiência de todos os planos programado e colocado em cronograma para o desenvolvimento assim do passo a passo a ser seguido e orientado.

PROJETO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR

“A expressão “residência unifamiliar” refere-se a uma habitação, geralmente independente e rodeada por espaços verdes, destinada a acolher uma única família. O projeto de residência unifamiliar começa com a definição do tipo. O tipo de construção é um conjunto de regras de composição ou características relacionadas a formas, funções e estruturas” (BIBLUS, 2019).

Entrando em contexto na elabora de projetos podemos também citar encima dos processos da estrutura metálica, onde se faz toda composição na estrutura do telhado que alguns profissionais da área da construção civil optam em aplicar. “O aço tem a sua origem desde o século XVIII e desde então vem sendo um dos produtos mais utilizados em obras da construção civil, tendo se mostrado extremamente eficiente para arquitetos, engenheiros e construtores. Podendo-se argumentar algumas vantagens de sua utilização de sistemas construtivos em aço que vão muito além da linguagem estética. Estão também amplamente associados à redução no tempo de construção, racionalização no uso de materiais e mão de obra (NOVELLI, 2018).

Também se utilizou para o desenvolvimento desse projeto o cálculo no programa *eberick* e uma ampliação total em concreto protendido que hoje é muito utilizado em grandes construções para vencer grandes vigas. Ou seja, o Eberick é um software desenvolvido pela AltoQi para projetos estruturais em concreto armado moldado in-loco e concreto pré-moldado que engloba as etapas de lançamento, análise da estrutura, dimensionamento e o detalhamento final dos elementos, além da visualização tridimensional da estrutura modelada (LAGES, nnp).

Já entrando em questão de concreto protendido, podemos citar que “apesar de ser desconhecido por muitos, o processo já é aplicado há tempos. Desde o final do século 19, tem-se notícias de experiências do uso de concreto protendido. Mas, a prática se consolidou a partir de 1928, quando o engenheiro francês Eugene

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora orientadora do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

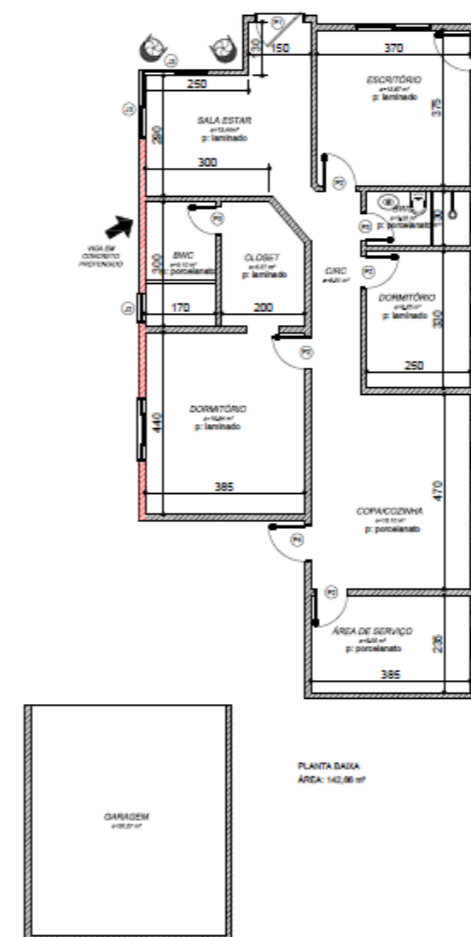
⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Freyssinet, com o objetivo de superar a fraca resistência à tração que o concreto possui, utilizou-se de arames de alta resistência ao concreto armado e, desta forma, começou a resolver estes problemas” (JZ, 2018).

METODOLOGIA RESULTADOS E DISCUÇÃO

Assim como todo bom projeto precisa-se de uma análise e estudo, este projeto nos trouxe a essa realidade de planejamento e desenvolvimento, pensar como dividir um projeto com uma área já determinada e com alguns pontos descritos e orientado a ser seguido, na figura dois abaixo podemos identificar o projeto arquitetônico de uma residência unifamiliar com 142,66 m², subdividida em 4 dormitórios, sala de estar, copa cozinha, área de serviço e B.W.C.

Imagem 2- projeto arquitetônico onde indica também a localização da nossa viga em protendido



Fonte: Próprio autor

Logo após todo esse planejamento e definição, lançamos nosso projeto no programa *eberick* para assim fazermos todos os lançamentos sendo eles, pilares e vigas na sequencia as lajes e locando os baldrames para a cobertura. Logo todos estarem lançados foram feitas algumas verificações das cargas analisando os pilares e as vigas para notar-se junto ao programa se avia uma aceitação.

Na sequêcia abordamos também os cálculos executados para a viga de concreto protendida com uma extensão de 10,90 m e uma carga de 871kgf/m:

- Cálculo da seção transversal

$$h = \frac{10,90}{12} = 90,8 \text{ cm} \approx 95 \text{ cm}$$

$$h = \frac{95}{6} = 15,8 \text{ cm} \approx 17 \text{ cm}$$

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora orientadora do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora orientadora do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

- Cálculo das cargas

$$Pp = (0,17 \times 0,95) \times 2500 = 403,75 \text{ kgf/m}$$

$$Acidental = 871 \text{ kgf/m}$$

$$CP = 403,75 + 150 = 553,75 \text{ kgf/m}$$

$$Permanente = 150 \text{ kgf/m}$$

- Cálculo dos momentos

$$Mg = \frac{871 \times 10,9^2}{8} = 12935 \text{ kgf.m}$$

$$Mp = \frac{554 \times 10,9^2}{8} = 8227 \text{ kgf.m}$$

$$Mtotal = 12935 + 8227 = 21162 \text{ kgf.m}$$

$$Md = 29627 \text{ kgf.m ou } 2.962.700 \text{ kgf.cm}$$

- Cálculo das tensões

$$J = \frac{17 \times 95^3}{12} = 1.214.614 \text{ cm}^4$$

$$\tau_{comp} = \frac{2962700 \times 47,5}{1214614} = 115,86 \text{ kgf/m}^2 = \tau_{prot}$$

CP 190 RB - 12,7 mm

cob = 35 mm

øestribo = 8 mm

raio da bainha = 38 mm

folga = 25 mm

øporta – estribo = 10 mm

d = 116 cm

ex = 475 – 116 = 359 mm

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora orientadora do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

$$\omega = \frac{1214614}{47,5} = 25570 \text{ cm}^3$$

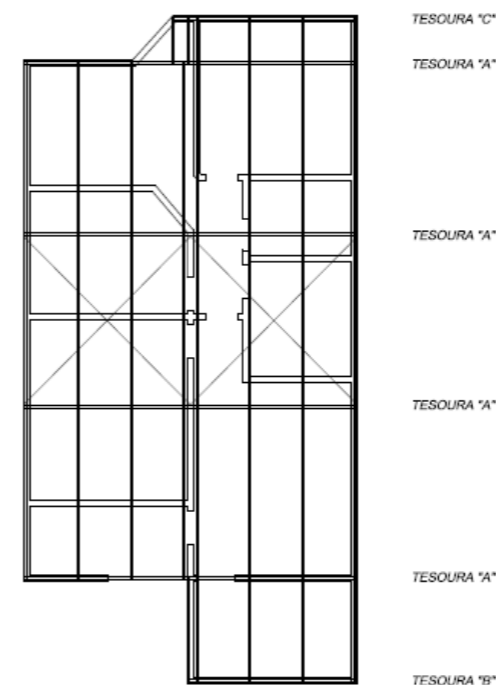
$$115,86 = \frac{Fp}{17 \times 95} + \frac{Fp \times 35,9}{25570} = 572,66 \text{ kN}$$

$$n^\circ \text{ de cordoalhas} = \frac{572,66}{0,8 \times 168,6} = 4,24 \approx 5 \text{ cordoalhas}$$

Cada cordoalha $\varnothing 12,7 \text{ mm} \times 5 = 63,5 \text{ mm} \rightarrow 1 \text{ bainha}$

Ao fazer-se o lançamento do baldrame para a cobertura no programa foi verificado a aplicação do projeto para telhado em estrutura metálica, sendo então tanto o perfil de cima quanto o perfil de baixo UCD 75X38 e 1/8 a espessura com um preenchimento da cantoneira $\frac{3}{4}$ por $\frac{1}{8}$. Podemos verificar melhor nas imagens do projeto logo abaixo:

Imagem 04- projeto do telhado em estrutura metálica



Fonte: Próprio autor

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora orientadora do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos então o aprendizado ao desenvolver-se esse projeto, podemos e tivemos a chance de abordar como aplicar alguns processos na prática. Dos conhecimentos adquiridos em estudo podemos retratá-los na prática e justamente por conta da missão que o projeto lança para ser alcançada, com isso aprendemos a trabalhar em equipe e reforçamos ainda mais o potencial em aplicar o que realmente aprendemos.

REFERÊNCIAS

NOVELLI, Rafael. **Utilização de estruturas metálicas na construção.** Nove engenharias, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.novesengenharia.com.br/utilizacao-de-estruturas-metalicas-na-construcao/>

JZ, Engenharia. **Qual a importância do concreto protendido na construção?** JZ Engenharia, 07 novembro de 2018. Disponível em: <www.jz.eng.br/qual-a-importancia-do-concreto-protendido-na-construcao/#:~:text=Nele%2C%20o%20aço%20sofre%20um,de%20surgirem%20rachaduras%20ou%20fissuras>

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora orientadora do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

É POSSÍVEL DESENHAR UM MAPA A PARTIR DE DADOS GEOESPACIAIS DO IBGE EM AUTOCAD?¹

Jackson Felipe Martins, jacksonfsalles@gmail.com²
 Leandro Antonio Tessari, leandro_tessari@hotmail.com³
 Liane Bueno, liane.bueno@uniarp.edu.br⁴
 Pedro Paulo Baruffi, baruffipedro@gmail.com⁵
 Rodrigo Vitto, rodrigo.vitto@uniarp.edu.br⁶

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo produzir um mapa de malha georreferenciada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em AutoCAD. Dessa forma, buscou-se no acervo de dados do IBGE a malha urbana do município de Videira/SC e pontos homologados de coordenadas conhecidas do município. Houve o preparo dos arquivos para o AutoCAD, buscando ilustrar o mapa da malha georreferenciada e suas distintas identidades geológicas. Concluindo-se, o mapa da malha de logradouros, estações georreferenciadas e geologia predominante do município de Videira foi produzido, sendo um importante material de apoio para obras de engenharia, tanto ao planejamento de levantamentos topográficos quanto na identificação do aspecto da geologia.

Palavras – Chave: Malha georreferenciada. IBGE. Pontos homologados. AutoCAD.

INTRODUÇÃO

O projeto integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da UNIARP, campus Caçador, propôs a integração dos conhecimentos desenvolvidos a partir das disciplinas de Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por Computador.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme menciona Tuler (2014), a disciplina de Topografia I tem como objetivo de estudar a dimensão, posição e representação de uma porção da superfície dos terrenos sem levar em conta a curvatura terrestre.

Segundo Oliveira (2020), a disciplina de Geologia realiza a observação direta dos processos, utilizando-se de modelos comparativos. Apresenta um enorme fator

¹ O presente trabalho refere-se ao Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora, Doutora do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁵ Professor, Mestre do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁶ Professor, Especialista do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

de importância, nunca se precisou tanto do uso da geologia na engenharia civil, isso se dá por conta dos crescentes trabalhos da construção civil.

METODOLOGIA

A realização deste projeto propõe uma metodologia aplicada, de caráter bibliográfico, qualitativa, com estudo de caso. Para tanto, definiu-se como área de estudo o município de Videira, região Meio-Oeste do Estado de Santa Catarina. Assim sendo, realizaram-se pesquisas bibliográficas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), livros, artigos buscando-se fundamentar os temas envolvidos como dados georreferenciados para levantamento topográfico, ferramentas de desenho assistido por computador e geologia predominante de municípios.

Bem como foram utilizados alguns softwares necessários para viabilizar a execução do projeto, tais como:

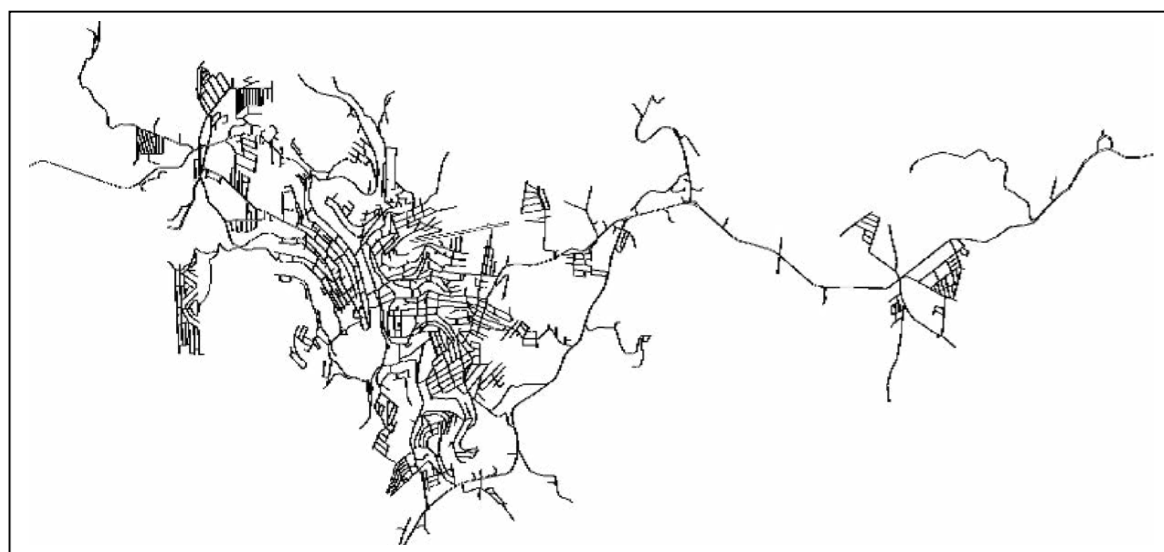
- Software QGIS (2018)
- Software ProGrid (2011)
- Software AutoCad (2021)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desenvolveu-se o conhecimento de busca de dados georreferenciados a partir do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde obteve-se acesso as malhas dos logradouros georreferenciadas dos municípios do território brasileiro.

A partir daí, localizou-se a malha georreferenciada dos logradouros do município de Videira, área de estudo para a realização das atividades pertinentes a elaboração do mapa, objetivo principal do projeto integrador. Para tanto, com advento da localização do município de interesse, descompactou-se o arquivo obtendo-se acesso a malha do município, conforme Figura 1.

Figura 1: Malha Urbana do município de Videira /SC



Fonte: Malha de logradouros dos setores censitários 2010 (IBGE, 2020)

O Município de Videira/SC, encontra-se com 1 (uma) estação geodésica, sendo ela boa, tem um relatório que constam dados como: última visita, situação do marco além de dados planimétricos, dados altimétricos e dados gravimétricos, conforme figura 2.

Figura 2: Relatório Estação Geodésica do município de Videira/SC

IBGE Relatório de Estação Geodésica					
Estação :	1225	Nome da Estação :	GRAMADO DOS MORAIS	Tipo :	Vértice de Triangulação - VT
Município :	VIDEIRA			UF :	SC
Última Visita :	15/12/1957	Situação Marco Principal :	BOM	Última Atualização :	17/07/2017
DADOS PLANIMÉTRICOS		DADOS ALTIMÉTRICOS		DADOS GRAVIMÉTRICOS	
Latitude	27° 03' 52,15827" S	Altitude Ortométrica(m)	1.016,21	Gravidade(mGal)	
Longitude	51° 05' 13,56751" W	Fonte	Nivelamento Trigonométrico	Datum	
Fonte	Triangulação	Sigma Altitude(m)		Data Medição	
Origem	Ajustada	Datum		Imbituba	Data Cálculo
Datum	SIRGAS2000	Data Medição		15/12/1957	
Data Medição	15/12/1957	Data Cálculo		15/12/1957	
Data Cálculo	06/03/2006				
Sigma Latitude(m)	0,365				
Sigma Longitude(m)	0,365				
UTM(N)	7.006.419,053				
UTM(E)	491.363,083				
MC	-51				
<p>• Ajustamento Altimétrico Simultâneo da Rede Altimétrica em 30/07/2018 - REALT 2018 2ª edição disponível em : https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101666.pdf</p> <p>• Ajustamento Planimétrico SIRGAS2000 em 23/11/2004 e 08/03/2006 - Relatório em : ftp://geofp.ibge.gov.br/informacoes_sobre_posicionamento_geodesico/rede_planimetrica/relatorio_rel_sirgas2000.pdf</p> <p>• Para obtenção de Altitude Ortométrica referente a levantamento SAT utilizar o MAPGEO2015 disponível em : https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/modelos-digitais-de-superficie/modelos-digitais-de-superficie/10855-modelo-de-ondulacao-geoidal.html</p> <p>• As informações de coordenadas estão relacionadas ao sistema SIRGAS2000, em conformidade com a RPR 01/2015 de 24/02/2015 disponível em : ftp://geofp.ibge.gov.br/metodos_e_outros_documentos_de_referencia/normas/rpr_01_2015_sirgas2000.pdf</p>					
Localização					
Em um morro mais ou menos elevado, dista da cidade de Videira 13,8 km, rumo 39 graus SE.					
Descrição					
Pilar, medindo 30 X 30 cm, salientando 20 cm do solo. Na chapa de bronze que se acha inserta em um dos lados do marco, esta estampada: GRAMADO DOS MORAIS-1225. No marco existe uma haste, que determina o centro do vértice. Os marcos de referência A e B são troncos cônicos pré-fabricados, com chapas do CNG e não estampadas.					
Itinerário					
Partir do lado da Igreja Matriz de Videira, seguir com o rumo 75 graus NW, pela Rua Padre Anchieta; com 32 metros à esquerda com rumo 89 graus NW, pela Rua do Comércio; com 0,6 km esquerda rumo 58 graus SW, pela Avenida D. Pedro II; com 1 km direita rumo 18 graus NW, ainda pela Avenida D. Pedro II; com 1,3 km passar por uma ponte de madeira sobre o Rio das Pedras; com 1,4 km esquerda rumo 74 graus SE, estrada para Tangara-Campos Novos; com 3,6 km esquerda rumo 24 graus SW, com 5,3 km esquerda rumo 20 graus SE; com 8 km esquerda; com 9,8 km em frente a uma igreja, à direita com rumo 35 graus SE; com 11,9 km deixar a estrada de Campos Novos, e entrar à esquerda com rumo 45 graus SE; com 12,1 km passar pela casa do Sr. Alfano Jacomino; com 13,8 km chega-se a casa do Sr. Abel Craco, onde deixar o veículo, avistando-se o vértice rumo 15 graus NW.					
Observação					
Proprietário: Sr. Abel Craco. Informações com os Srs. Isaias Tiesco e Abel Craco, apanhando-se água na casa do último. Distância a pé: mais ou menos 500 m, tempo gasto a pé 20 minutos. Tempo gasto: mais ou menos 20 minutos de veículo. O terreno é usado para cultura mista. O solo é avermelhado e pedregoso. O morro caracteriza-se pelo fato de existir uma única árvore no ponto mais alto. A visibilidade é ilimitada. Não foi possível colocar o marco de azimute, devido a topografia do terreno. No marco existe uma haste, que determina o centro do vértice.					

Fonte: Banco de Dados Geodésicos - BDG (IBGE, 2020)

A Geologia tem seu interesse principal centrado na representação dos materiais e estruturas que constituem a crosta terrestre em suas diversas partes.

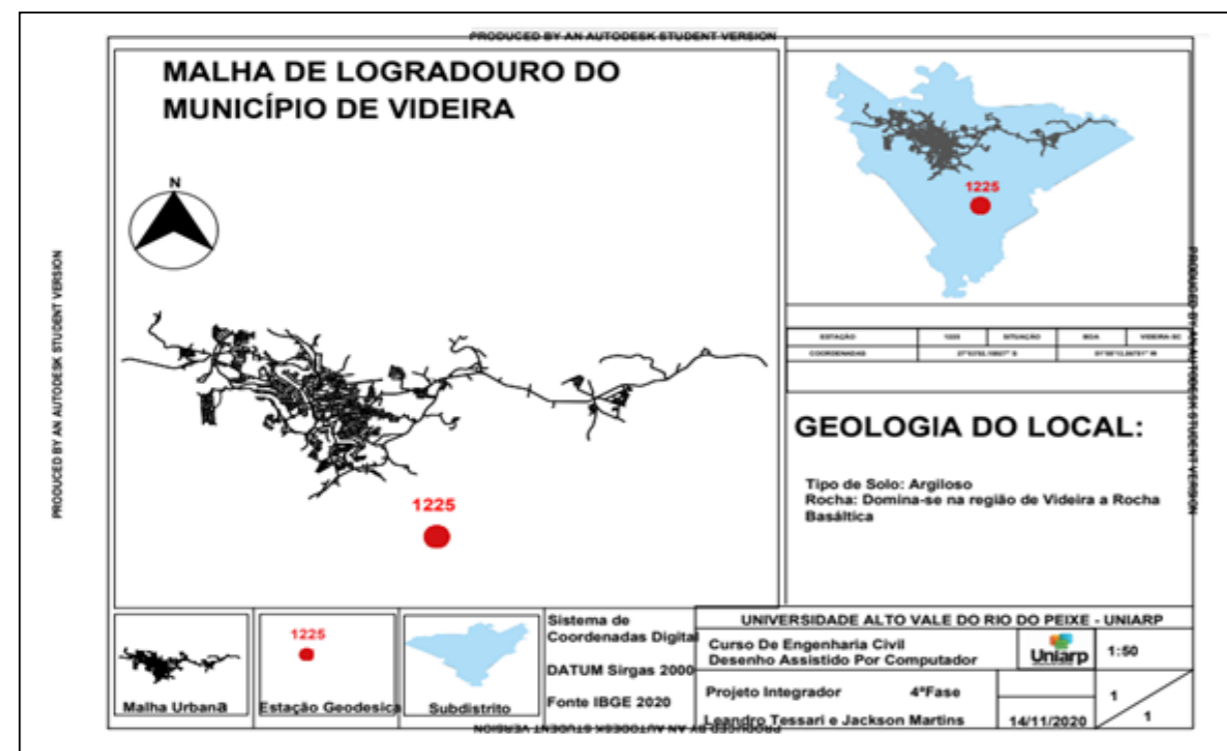
Os terrenos são constituídos por basalto, e rochas com alto grau de coesão e textura fina. A rocha em si é uma excelente fonte na área da construção civil, em

especial na construção de pavimentações asfálticas, meio fio, fundações e calçamentos.

Através dos recursos de softwares computacionais, a vantagem de produzir mapas se dá pela facilidade da execução, quando comparadas aos métodos manuais, sendo possível criar mapas fazendo a variação de tamanhos, como é o caso da espacialização de pontos (LOCH, 2006), o que vem corroborar quando da representação das Estações georreferenciadas do município de Videira, onde a confecção do mapa proposto foi realizado com software Auto Cad (2021).

Finalmente como resultado final deste trabalho, apresenta-se o Mapa da malha de logradouro, estações georreferenciadas e geologia predominante de Videira, conforme mostra a Figura 3:

Figura 3: Mapa dos logradouros, estações georreferenciadas e geologia predominante de Videira SC.



Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do projeto integrador, os conhecimentos adquiridos durante o cumprimento da disciplina de Topografia I, direcionados a Planimetria, contribuíram para o estudo das coordenadas cartesianas ou bidimensionais, fundamentais para o andamento do projeto.

A disciplina de Desenho Assistido por Computador forneceu as ferramentas necessárias para a elaboração do mapa da malha urbana do município de Videira SC, onde as informações delimitadas pelo projeto foram representadas.

Cabe ressaltar que, as informações pesquisadas aos temas pertinentes ao projeto integrador, assumem importante significância ao que tange ao planejamento

de levantamentos topográficos para obras de engenharia assim como a identificação do aspecto da geologia, limitando-se quanto as proposições do projeto com a identificação predominante, sem a realização de amostragens locais.

REFERÊNCIAS

Auto CAD. 2021. Disponível em: <https://www.autodesk.com.br/>. Acesso em: ag.2020.

IBGE. Manuais Técnicos em Geociências. Número 8: Noções Básicas de Cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. Malhas de logradouros dos municípios e dos limites dos municípios. Disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitario/s/censo_2010/base_de_faces_de_logradouros. Acesso em: ag. 2020.

LOCH, Ruth E. Nogueira. CARTOGRAFIA: Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ProGrid 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico/16312-progrid.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: ag. 2020.

QGIS 3.14.1- Pi. Disponível em: <https://qgis.org/downloads/>. Acesso em: ag. 2020.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Mapas de Geodiversidade Estaduais. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/14712>>. Acesso em: 10 de nov, de 2020.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014.

PROJETO ESTRUTURAL¹

Danielly Mattiollo de Lima, danielly_lima30@hotmail.com²
João Vitor Freitas de Godoi, joaovitor.joo12@gmail.com³
Lucas Ceron Machado, lucasceron75@gmail.com⁴
Ruth Mariana Morais, ruthmorais22729@gmail.com⁵
Natalia Cristina Bleichvel, nataliableichvel@gmail.com⁶
Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁷

1

RESUMO

O artigo proposto tem por objetivo final a elaboração do projeto estrutural, visando trabalhar com as ferramentas indicadas pelos nossos mentores, atribuindo o uso de estrutura metálica e concreto protendido. O desenvolvimento do projeto se deu através do uso das ferramentas Eberick e Auto Metal, instrumentos estes regidos por normas, neste presente projeto temos o desafio de aplicar uma viga protendida, o que viabilizou todo o âmbito arquitetônico, o que nos leva a disseminar a protensão como algo realmente favorável a vencer grandes vãos sem que haja a necessidade de retificação arquitetônica.

Palavras-chave: Projeto estrutural. Arquitetônico. Estrutura metálica.

1 INTRODUÇÃO

Na construção civil, ter um projeto bem elaborado é de suma importância para a qualidade e sustentabilidade, podendo ser instrumento de economia no planejamento do orçamento. É nesta etapa que se tomam as decisões que trazem maior impacto nos custos, conduzindo assim a qualidade da obra bem como a velocidade em que irá se corporificar todo o conjunto. Diversas pesquisas salientam os projetos como responsáveis por mais da metade das patologias que sobrevêm nos edifícios, evidenciando sua notabilidade.

Por meio do projeto estrutural é que o engenheiro calculista define o uso dos materiais, considerando disposição e dimensões de vigas, pilares e lajes. Visto que a cobertura desta edificação é um dos desafios dessa estrutura, estabelecemos o conceito de estrutura metálica. Entre os mais relevantes benefícios em optar pela estrutura metálica, neste caso para cobertura, se dá por ser mais leve do que a convencional de madeira, o custo é reduzido além de podermos observar que os materiais disponíveis para coberturas metálicas estão em constante evolução o que os torna ainda mais atrativos aos nossos projetos.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da Universidade Auto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

³ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da Universidade Auto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁴ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da Universidade Auto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁵ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da Universidade Auto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁷ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

O presente projeto tem como objetivo o desenvolvimento de uma edificação residencial em alvenaria com 01 pavimento, medindo 116,71 m², o mesmo foi desenvolvido com certas peculiaridades, uma delas foi ter uma fachada totalmente livre sem pilares com um vão aproximado de 12 metros, com o objetivo de destacar a sua fachada, para vencer esse vão foi utilizada uma viga protendida visto que permite vencer vãos maiores que o concreto armado convencional para o mesmo vão.

2 DIMENSIONAMENTO ESTRUTURAL

Por sua vez, concreto armado é uma etapa deste projeto temos que:

O concreto é um material resistente às tensões de compressão, mas sua resistência à tração varia de 8 a 15 % da resistência à compressão. O Concreto Protendido surgiu como uma evolução do Concreto Armado, com a ideia básica de aplicar tensões prévias de compressão, na região da seção transversal da peça, que será tracionada posteriormente pela ação do carregamento externo aplicado na peça. Desse modo, as tensões de tração finais são diminuídas pelas tensões de compressão pré-aplicadas na peça (protensão). Assim, pretende-se diminuir os efeitos da baixa resistência do concreto à tração (BASTOS, 2015 p 1).

O concreto protendido foi desenvolvido pelo engenheiro Francês Eugene Freyssinet. A primeira obra utilizando concreto protendido no Brasil foi a ponte do Galeão no Rio de Janeiro em 1949, aumentando seu uso na construção civil partir 1995, principalmente no Nordeste, com a chegada das cordoalhas engraxadas que são mais usadas em edifícios, que são compostas por fios de aço de alta resistência entrelaçados cobertos por uma camada de graxa e uma camada de plástico de alta resistência (VERISSIMO; CÉSAR JR, 1998).

Protender consiste em utilizar barras de aços que serão alongadas, com uma força horizontal, surgindo um efeito de compressão no concreto e assim gerando forças de atrito que são maiores que o peso próprio da estrutura e cargas as quais estão sujeitas (PFEIL, 1984).

A cobertura metálica tem diversas vantagens, e vem ganhando cada vez mais espaço no mercado. Além dela ser mais leve se comparada às demais, é também bem vista pela sua praticidade de execução, sua resistência e durabilidade.

De acordo com NORTON 2008, entre as vantagens do uso de estruturas metálicas esta o alívio de cargas nas fundações tornando de modo geral a estrutura da edificação mais leve, além da possibilidade de vencer vãos maiores com perfis de menor esbeltez.

Cardão (1981, p. 66-67) revela que na cobertura “[...] deverá apresentar propriedades isolantes, principalmente de isolante térmico, para que possa ser atingido o máximo de comodidade e conforto no interior dos edifícios”.

3 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa apresenta a elaboração de projeto arquitetônico bem como dimensionamento estrutural, tendo como material de trabalho o software Auto Metal e Eberick, a fim de levantar informações necessárias, para o alcance do objetivo do proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Projeto Estrutural

O Projeto Estrutural é uma das etapas mais importantes de toda construção, pois esse é o processo responsável pela segurança do edifício. Podemos subdividir as etapas do Projeto Estrutural em:

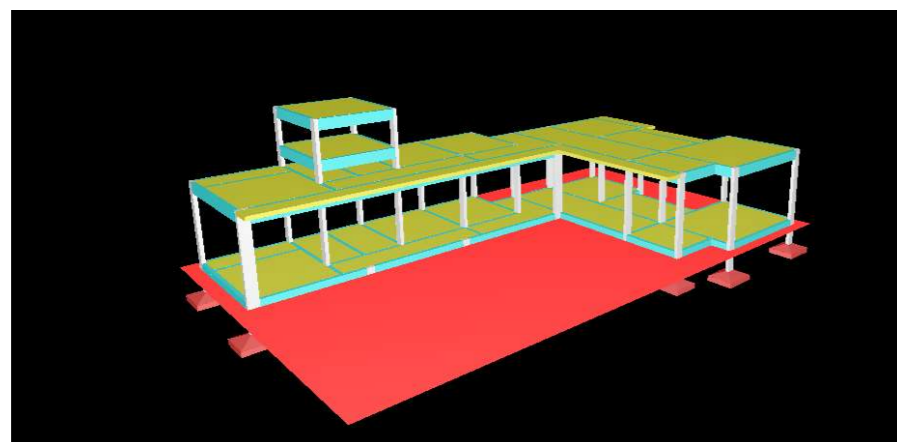
- Desenvolvimento do projeto estrutural;
- Definição das forças que atuam na edificação;
- Cálculo dos esforços e deformações;
- Dimensionamento das peças estruturais;
- Detalhamento do projeto para sua execução.

Nessa fase do projeto temos por desafio dimensionar uma viga protendida com um vão de 12 metros, fazendo esta parte do projeto arquitetônico de uma residência unifamiliar de um pavimento.

Com auxílio do Software Eberick, chegou-se a definição para esta situação, tendo em vista que cada projeto tem suas particularidades portanto precisa-se calcular cada caso respeitando sua singularidade, de tal forma temos:

- 50 vigas com dimensões de 14x40
- 44 pilares (sendo 42 pilares de 14x30 e 2 pilares de 14x40)
- 31 panos de lajes (sendo 26 pré-moldadas e 5 maciças)

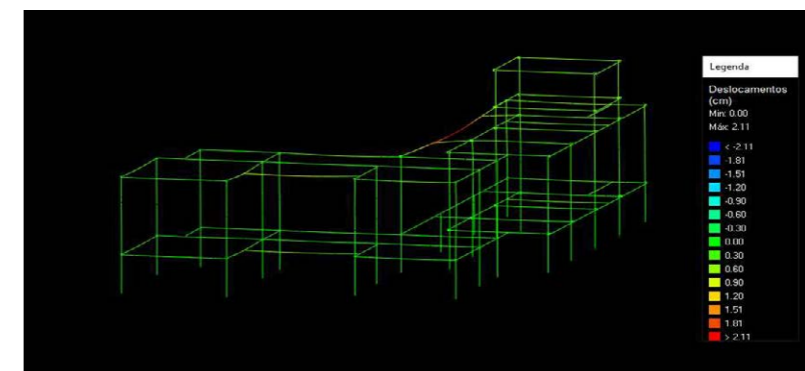
Imagem 1: 3D estrutural



Fonte: Os autores

Diagrama de esforços (imagem 3 acima citada) nota-se que a estrutura resiste às tensões impostas pela força da estrutura, sendo portanto em vermelho a viga protendida exigida em projeto.

Imagem 3: Diagrama de esforços



Fonte: Os autores

No dimensionamento de ambos os telhados, adotamos sendo ele composto por dois apoios fixos nas laterais, quatro apoios na extensão das treliças, seguindo a NBR 6120 a sobrecargas dos mesmos foi de 50kgf/m².

Consideramos a topografia do terreno plano, fracamente acentuado, com base nos resultados demonstrativos pelo fator de rugosidade, fator estatístico e velocidade média do vento da região, detectamos a carga do vento sendo de 87,17.

Para o dimensionamento da cobertura da residência, utilizamos o software AutoMETAL, criado pela UNICAMP. Primeiramente dividimos a residência em dois telhados composto por duas águas cada, optamos por escolher telha MF40 da tabela de METFORM, tendo como características de inclinação de 18%, peso de 4,90kgf/m² e espessura da mesma é de 0,50mm.

O dimensionamento de cada telhado foi feito separado, sendo o telhado 1 com o vão de 4,65 metros, a distância entre as treliças de 3,15m, considerando uma variação para conseguir o encaixe ideal do projeto. Sendo então dimensionado a treliça de aço ASTM A36, de perfil de chapa dobrada conforme a figura abaixo:

Imagem 4: Perfis Dimensionados no Telhado 1.

Grupo	L (m)	λ	Perfil	Peso (kg/m)	Total (kg)	%
BANZO INFERIOR	4.65	165	U_CD - 90 x 25 x 2.50 x 2.59	2.59	12.02	29%
BANZO SUPERIOR	4.72	64	URCD - 127 x 50 x 17 x 2.28 x 4.40	4.40	20.80	51%
DIAGONAIS	2.36	168	U_CD - 90 x 25 x 2.50 x 2.59	2.59	6.11	15%
MONTANTES	0.84	59	U_CD - 90 x 25 x 2.50 x 2.59	2.59	2.16	5%

Fonte: Os autores

O telhado 2, é composto por um vão de 6,75m, sendo a distância entre as treliças de 3,50m podendo haver alteração para melhor encaixe do telhado.

Imagem 5: Perfis Dimensionados no Telhado 2

Grupo	L (m)	λ	Perfil	Peso (kg/m)	Total (kg)	%
BANZO INFERIOR	6.75	138	U_CD - 100 x 40 x 2.66 x 3.58	3.58	24.14	35%
BANZO SUPERIOR	6.86	93	URCD - 127 x 50 x 17 x 2.28 x 4.40	4.40	30.20	43%
DIAGONAIS	3.43	140	U_CD - 100 x 40 x 2.66 x 3.58	3.58	12.26	18%
MONTANTES	1.22	86	U_CD - 90 x 25 x 2.50 x 2.59	2.59	3.14	5%

Fonte: Os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do projeto proposto foi possível detectar vastas possibilidades de estruturas metálicas bem como o amplo universo da protensão em vigas, desta forma tornou-se plausível o conhecimento e aplicação da protensão, o que viabilizou facilmente nossa proposta arquitetônica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

A todos os meus professores do curso de Engenharia Civil da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, pela excelência da qualidade técnica de cada um. Aos nossos orientadores Natalia Bleichvel e Gilsinei Da Silva por aceitar conduzir este presente trabalho.

REFERÊNCIAS

NARDIN, F. A. A importância da estrutura metálica na construção civil. 2008. Monografia (Graduação em Engenharia Civil)- Universidade de São Francisco, Itatiba. Disponível em: <

file:///C:/Users/danie/Downloads/a-importancia-da-estrutura-metalica-na-construcao-civil.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CARDÃO C. Técnica da Construção. 5. Ed. Belo Horizonte: Edições Engenharia e Arquitetura, 1981. V. 2.

BASTOS, Paulo Silva. Concreto protendido. **Bauru: UNESP**, 2015.

VERISSIMO, G.S; CÉSAR JR, K.M.L. Concreto protendido: fundamentos básicos. 1998. Disponível em: <http://wwwp.feb.unesp.br/lutt/Concreto%20Protendido/CP-vol1.pdf> Acesso em: 14 nov. de 2020.

PFEIL, W. Concreto protendido, 1: introdução. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1984.

A GEOESPACIALIZAÇÃO DE DADOS GEORREFERENCIADOS E GEOLOGIA SUPERFICIAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC¹

Gabriel Tessari, gabrieltessari@hotmail.com²
 Nayana Rosa Coelho, nayrcoelho01@gmail.com³
 Rodrigo Vitto, rodrigo.vitto@uniarp.edu.br⁴
 Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁵
 Liane da Silva Bueno, liane.bueno@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Este artigo apresenta estudos que partiram da integração das disciplinas de Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por computador da 4ª fase do Curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Caçador/SC. Um projeto que propõe fundamentar os temas relacionados a elaboração de um mapa onde as informações de logradouros municipais e estações geodésicas pertencentes a rede brasileira, georreferenciados, agregados a característica geológica superficial predominante, fossem representados. Desenvolveu-se este trabalho através de uma metodologia aplicada, pautada em pesquisa bibliográfica. Sendo assim, buscou-se como área de estudo, o município de Caçador, localizado na região meio oeste do estado de Santa Catarina. Utilizou-se as coordenadas dos pontos geodésicos que encontram-se em boa situação no município, logradouros e subdistrito, obtidos através de banco de dados do IBGE para o desenvolvimento do mapa. Os softwares QGIS e ProGRID permitiram a conversão dos arquivos, para que estes fossem compatíveis com o software AutoCAD. Concluindo, obteve-se um mapa em escala apropriada, incluindo a característica geológica predominante, fundamentado a partir do potencial das informações envolvidas, com intuito de contribuir na visualização dos dados, em estudos e projetos posteriores de acadêmicos e profissionais das áreas das engenharias e áreas afins.

Palavras-chave: Pontos geodésicos. Malha de logradouros. Geoespacialização. Mapa. Caçador/SC.

INTRODUÇÃO

O projeto integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da UNIARP, campus Caçador, propôs a integração dos conhecimentos desenvolvidos a partir das disciplinas de Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por Computador.

A disciplina de Topografia I tem como objetivo estudar a dimensão, posição e representação de uma porção da superfície dos terrenos sem levar em conta a curvatura terrestre, conforme menciona (TULER, 2014). Na planimetria são medidas as grandezas sobre um plano horizontal, e essas grandezas são as distâncias e os ângulos, portanto, as distâncias horizontais e os ângulos horizontais (BORGES, 2013, p.12). Já a disciplina de Desenho Assistido por Computador busca desenvolver os

¹Trabalho desenvolvido como Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

³ Acadêmica do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁴ Professor, Especialista do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁵ Professor, Mestre do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁶ Professora, Doutora do Curso de Engenharia Civil da UNIARP

conhecimentos necessários para o domínio das ferramentas de desenho através do software AutoCAD. (Wagner et al.,2018, p. 28).

A disciplina de Geologia propõe o estudo das características do solo e a formulação do mesmo na região centro-oeste, na qual está localizada o município de Caçador. O crescimento da construção civil, e a necessidade de construir em terrenos de má qualidade, faz com que o ramo da geologia seja reconhecido e procurado. É indispensável a análise do solo para que a previsão de comportamentos no terreno seja possível. (Oliveira,2020)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da UNIARP, campus Caçador, propôs a integração dos conhecimentos desenvolvidos a partir das disciplinas de Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por Computador.

A disciplina de Topografia I tem como objetivo estudar a dimensão, posição e representação de uma porção da superfície dos terrenos sem levar em conta a curvatura terrestre, conforme menciona (TULER, 2014).

Já a disciplina de Desenho Assistido por Computador busca desenvolver os conhecimentos necessários para o domínio das ferramentas de desenho através do software AutoCAD.(Wagner et al.,2018, p. 28).

A principal área de interesse da geologia centra-se na representação dos materiais e estruturas que constituem a crosta terrestre nas suas várias partes. Enquanto a cartografia geológica pode ser considerada um nome em representações desta natureza, segundo (LOCH,2006).

METODOLOGIA

A realização deste projeto propõe uma metodologia aplicada, onde objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. De caráter bibliográfico, qualitativa com estudo de caso. Definiu-se como área de estudo o município de Caçador, região meio-oeste do Estado de Santa Catarina. Assim sendo, realizaram-se pesquisa bibliográfica no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), livros, artigos buscando-se fundamentar os temas envolvidos como dados georreferenciados para levantamento topográfico, ferramentas de desenho assistido por computador e geologia predominante de municípios. Bem como foram utilizados alguns softwares necessários para viabilizar a execução do projeto, tais como, Software QGIS 3.14.1-Pi, Software ProGrid 2010 e Software AutoCad 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desenvolveu-se o conhecimento de busca de dados georreferenciados a partir do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde obteve-se acesso às malhas dos logradouros georreferenciadas dos municípios do território brasileiro. A partir daí, localiza-se a malha georreferenciada dos logradouros do município de Caçador, área de estudo para a realização das atividades pertinentes a elaboração do mapa, objetivo principal do projeto integrador. Para tanto, com advento da localização do município de interesse, descompactou-se o arquivo obtendo-se acesso a malha do município. Através do Software livre QGIS 3.14.1-Pi, sendo este um sistema utilizado para tratar informações geográficas, selecionou-se o arquivo obtido no portal do IBGE, da malha do município de interesse, na qual estava georreferenciada a partir de coordenadas geográficas ou seja, no formato sexagesimal. Com a obtenção do referido arquivo, realizou-se a transformação do

sistema de coordenadas, a fim de viabilizar os trabalhos planejados em ambiente de AutoCad, passando para o sistema de coordenadas métricas Universal Transversa de Mercator (UTM). Segundo Granell-Pérez (2004), as coordenadas planas UTM, são adotadas internacionalmente para a cartografia básica de precisão. Este sistema tem a propriedade da conformidade, o que significa que os ângulos do objeto representado não ficam alterados, preservando as formas. Aponta o uso desse sistema para cartas com escalas entre 1:1.000.000 a 1:25.000, o que corrobora com a escala adotada neste estudo, tal seja, escala 1:50.000.

Bem como, no sistema de coordenadas de referência, foi selecionado o sistema de referência oficial brasileiro SIRGAS 2000/UTM, e o fuso correspondente a 22s, ou seja, zone 22s, correspondente ao fuso que faz a cobertura do Estado de Santa Catarina. Uma rede de referência, é composta por pontos, que são utilizados para gerar novos levantamentos de todos os tipos, (GHILANI; WOLF, 2012).

Realizando-se as adequações necessárias a partir do software QGIS 3.14.1-Pi, o arquivo ficou preparado para ser utilizado no software AutoCAD 2018, para elaboração do mapa das informações geoespaciais.

Tem-se que no contexto do município de Caçador, identificou-se as estações geodésicas, pertencentes à rede geodésica brasileira, com suas características a partir do relatório de cada estação, contendo o código, as coordenadas, a localização, estado de conservação, a data da última visita realizada por técnicos do IBGE. Identificou-se a situação das Estações D(Destruída), NE (Não Existente) e as 6(seis) estações em situação B (Boa). Para realizar a transformação das coordenadas das estações geodésicas de Caçador, buscou-se o recurso do software aplicativo do IBGE ProGrid, para transformação de coordenadas geodésicas (latitude, longitude) em coordenadas UTM.

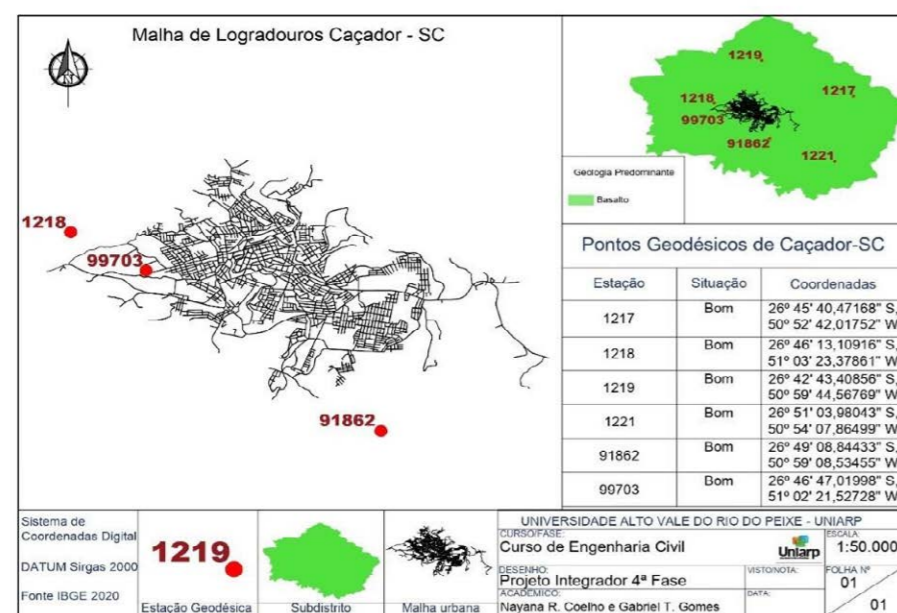
Loch (2006), menciona que os mapas geológicos possuem características padrões, tanto no uso de cores ou símbolos, assim como distribuir as informações no mapa. A autora destaca que o Manual Técnico de Geologia do Departamento de Produção Mineral (DNPM, 1985), segue uma ordem cronológica, onde as cores mais claras representam rochas mais recentes e as mais escuras as rochas mais antigas, tais como: O amarelo é usado para representar rochas sedimentares; O verde e o azul e suas variações são usados para representar rochas ígneas extrusivas; já o vermelho, magenta e o rosa são usados para representar rochas ígneas intrusivas e os marrons e cinzas são usados para a representação de rochas metamórficas.

Assim sendo, adotou-se uma simbologia (ou tonalidade) para a geologia predominante identificada para a área de estudo, ou seja, o município de Caçador. Através do Mapa Geodiversidade do Estado de Santa Catarina foi possível observar as formas de relevos existentes em toda a região, separado por cores, números e letras. A cidade de Caçador situa-se em cor verde escuro.

No município de estudo, predominam basaltos. As rochas possuem alta resistência ao corte e boa capacidade para suportar obras de grande porte, são ótimas fontes de materiais para a construção civil. Os solos têm boa capacidade hídrica e retêm nutrientes, o que é muito útil para a agricultura. (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2020). Através dos recursos de softwares computacionais, a vantagem de produzir mapas se dá pela facilidade da execução, sendo possível criar mapas fazendo a variação de tamanhos, como é o caso da espacialização de pontos (LOCH, 2006), o que vem corroborar quando da representação das estações geodésicas georreferenciadas do município de Caçador, onde a confecção do mapa proposto foi realizado a partir do software AutoCad (2018).

Em folha A3 elaborado o mapa final, a folha foi dividida para representar todos os itens do mapa separadamente, foi adicionada a malha do município, com os pontos geodésicos que se situam dentro da cidade, o subdistrito juntamente com a malha, e com os demais pontos que se encontram distantes dos demais, para que seja possível a visualização de todos os pontos existentes na cidade. Em uma tabela foram adicionadas as informações sobre os pontos geodésicos, que são suas numerações e coordenadas, em outras três janelas de visualização foram representados os pontos, a malha e o subdistrito. Finalmente como resultado final deste trabalho, apresenta-se o Mapa da malha de logradouro, estações georreferenciadas e geologia predominante de Caçador, conforme mostra a Figura1.

Figura 1: Mapa dos logradouros e estações geodésicas georreferenciadas e geologia predominante de Caçador



Fonte: Gabriel Tessari Gomes e Nayana Rosa Coelho (2020)

Para Granell-Pérez (2004), em mapa a partir do sistema de coordenadas UTM, na escala 1:50.000, representa que, a cada 2mm do mapa equivale à décima parte do quilômetro, ou seja, 100 metros no terreno. Assim sendo, as distâncias entre dois pontos da superfície dos terrenos com coordenadas conhecidas são identificadas por Pitágoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do projeto integrador, os conhecimentos adquiridos durante o cumprimento da disciplina de Topografia I, direcionados a Planimetria, contribuíram para o estudo das coordenadas cartesianas ou bidimensionais, fundamentais para o andamento do projeto. A disciplina de Desenho Assistido por Computador forneceu as ferramentas necessárias para a elaboração do mapa da malha urbana do município bem como a espacialização das estações da rede geodésica de Caçador, onde as informações delimitadas pelo projeto foram atendidas. Assim como, obteve-se o conhecimento da geologia predominante do município estudado pelo grupo.

Cabe ressaltar que, as informações pesquisadas aos temas pertinentes ao projeto integrador, assumem importante significância ao que tange ao planejamento de levantamentos topográficos para obras de engenharia. A pesquisa para a

identificação da geologia, limitando-se quanto às proposições do projeto, que previa a identificação superficial predominante do município, sem a previsão de amostragens locais para a caracterização do substrato, contribuiu para elencar a necessidade do aprofundamento do assunto frente a importância para obras de engenharia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marcelo de Carvalho; SILVA, Fábio Moreira da. **GEOMÁTICA para levantamento de ambientes. Base para aplicações em Topografia, Georreferenciamento e Agricultura de Precisão**. Lavras: Ed. UFLA, 2016.
- AutoCad 2018. Disponível em: <https://www.autodesk.com.br/>. Acesso em: ag.2020.
- BORGES, Alberto de Campo. **Topografia Aplicada à Engenharia Civil**. São Paulo: Editora Blucher, Vol. 1, 2013.
- GHILANI; C. D.; WOLF, P. R. **Elementary surveying: An introduction to geometics**. 13ed. Prentice Hall, Upper Saddle River, New Jersey, 2012.
- Granell-Pérez, María del Carmen. **Trabalhar Geografia com as cartas Topográficas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
- IBGE. **Malhas de logradouros dos municípios e dos limites dos municípios**. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitario/s/censo_2010/base_de_faces_de_logradouros. Acesso em: ag. 2020.
- LOCH, Ruth E. Nogueira. **CARTOGRAFIA Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- OLIVEIRA, Ricardo. **Origem e evolução da Geologia de Engenharia**. Disponível em: https://moodle.uniarp.edu.br/pluginfile.php/126617/mod_resource/content/1/Cap_1_GE.pdf. Acesso em: 11 de set. de 2020.
- ProGrid 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico/16312-progrid.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ag. 2020.
- QGIS 3.14.1- Pi. Disponível em: <https://qgis.org/downloads/>. Acesso em: ag. 2020.
- SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Mapas de Geodiversidade Estaduais. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/14712>. Acesso em: 10 de nov, de 2020.
- TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
- WAGNER, J. et al. **Projetos bidimensionais auxiliados por computador**. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028319/cfi/27!4/4@0.00:10.4>. Acesso em: 29 de out. de 2020.

DIMENSIONAMENTO DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE UMA EDIFICAÇÃO EM MATERIAIS MISTOS PARA FINS RESIDENCIAIS ¹

Euarda Rizzo, dudsrizzo@gmail.com²
Ezele Eduardo Orchulhak, weselly@hotmail.com³
Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁴
Michele Paola de Lima, mpaolalima@gmail.com⁵
Natália Cristina ThienBleichvel, nataliableichvel@gmail.com⁶
VolneyGranemann, volneygra@yahoo.com.br⁷

Resumo – Com a grande evolução da tecnologia em softwares em diversas áreas, hoje é possível o dimensionamento de grandes edificações em um curto período de tempo, com uma maior facilidade e precisão. Tendo em vista a importância dos diversos programas para a Engenharia Civil, o presente trabalho tem como principal objetivo dimensionar uma edificação residencial utilizando Software Eberick e AutoMetal, sendo este avaliado e dimensionado de acordo com normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Palavras-chave: Eberick. AutoMetal. Dimensionamento. Edificação residencial.

INTRODUÇÃO

No universo da Engenharia civil estamos cercados de *softwares*, que servem para nos ajudar em diferentes situações que encontramos em projetos, eles tornaram-se uma ferramenta indispensável para o ramo da construção. Com a utilização dos mesmos, podemos ver vários avanços na engenharia civil, tais como, a diminuição do prazo de entrega dos projetos, diminuição do índice de erro, entre outros fatores.

Através do projeto arquitetônico, que contém um vão livre de 10 metros e cobertura de estrutura metálica, foi efetuado os respectivos pré-dimensionamentos. Desta forma, o presente projeto buscou realizar o dimensionamento estrutural com os cálculos do concreto armado, concreto protendido sobre a viga de 10 metros e os cálculos da estrutura metálica da cobertura.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor orientador do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Como engenheiros ou arquiteto envolvido no projeto de prédios, pontes e outras estruturas, você será obrigado a tomar muitas decisões técnicas sobre sistemas estruturais” (LEET;UANG;GILBERT, 2009, p.25), ainda para os mesmos autores, Leet, Uang e Gilbert, o projeto estrutural, seja ele de qualquer estrutura é executado através de etapas rotativas de projeto e logo em seguida sua análise, cada etapa após sua análise é obtido informações que permitem o projetista ir modelando o projeto afim de não precisar mais de nenhuma alteração, enfim assim chega-se no objetivo final, e respectivamente na sua aprovação.

A utilização do concreto para resolver problemas da humanidade se dá a muito tempo, hoje em dia para seu dimensionamento existem inúmeros programas no mercado que facilitam a vida do engenheiro, porém tem que ter todo o cuidado com esses programas, nunca esquecendo as normas vigentes do país, e assim lembrando que nenhum *software* substituirá o engenheiro projetista(TERHORST;SILVA,2018).

O dimensionamento de uma estrutura de concreto armado deve garantir que ela suportará de forma segura, estável e sem deformações excessivas, todas as solicitações cuja estrutura estará submetida ao longo de sua vida útil. Assim, o dimensionamento consiste em impedir a ruína dos elementos presentes na estrutura (TERHORST; SILVA, 2018, p.68)

Para Barbosa, Silva e Garcia (2017, n.p) “concreto protendido consiste em aplicar num determinado elemento estrutural um estado prévio de tensões capaz de aumentar significativamente sua resistência e comportamento quanto a esforços de flexão, cortante e deslocamento”. Segundo Moura, Real e Loriggio (2018, p.320), “As vigas de concreto protendido apresentam, em geral, três fases de comportamento distintos quando submetidas a carregamentos estáticos crescentes até a ruína”.

METODOLOGIA

Para a efetuar o dimensionamento estrutural da edificação residencial foi utilizado três programas, sendo o AutoCad, usado para confecção dos projetos arquitetônicos, o segundo AltoQiEberick V9®, usado nos dimensionamentos dos elementos estruturais em concreto armado, AutoMETAL, para o dimensionamento das estruturas metálicas. As vigas com vãos maiores de 10 metros foram dimensionadas

manualmente, com o auxílio das cargas fornecidas pelo dimensionamento no AltoQiEberick V9®.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estruturas executadas em concreto protendido são aquelas necessárias a vencer grandes vãos e sob ação de cargas de grande magnitude, tais como vigas de pontes.

Para dimensionamento da viga protendida com vão entre apoios de 10 metros, solicitada por motivos arquitetônicos, utilizou-se métodos manuais, pelos quais foram adotou-se para viga uma seção de 85cm x 15cm. Sabendo com qual seção trabalhar calcula-se o peso próprio da viga, para o peso específico do concreto foi adotado $P_e=2500\text{kgf/m}^3$.

$$P_p = h \times bw \times P_e$$

$$P_p = 0,15 \times 0,85 \times 2500 = 318,75\text{kgf/m}$$

Segundo AltoQiEberick V9®, as reações das lajes que se apoiam na viga são de 472kgf/m. Encontradas as reações que atuam na viga, efetua-se o somatório das reações atuantes na viga.

$$\sum q = 472 + 318,75 \cong 791\text{kgf/m}$$

Assim encontrar-se o momento de carga uniformemente distribuída:

$$M = \frac{q \times l^2}{8} = \frac{791 \times 10^2}{8} = 9887,5\text{kgf.m}$$

Encontrado o momento atuante na viga, multiplica-se por 1,4 para o momento majorado:

$$Mm = M \times 1,4 = 9887,5 \times 1,4 = 13842,5\text{kgf.m}$$

Multiplicando 13842,5kgf.m por cem, obtemos o valor de 1384250,00kgf.cm.

Encontrando a inercia(J) da viga:

$$J = \frac{bw \times h^3}{12} = \frac{15 \times 85^3}{12} = 767656,25\text{cm}^4$$

Para cálculo das tensões:

$$\sigma = \frac{Mm \times (x,y)}{J} = \frac{1384250 \times (85/2)}{767656,25} = 76,6\text{kgf/cm}^2 \text{ ou } 7,66\text{Mpa}$$

Como pode-se observar 7,66Mpa ultrapassa os 10% de 21,4Mpa ($f_{ck}=30/1,4$). Com isso a viga pode ser protendida.

Para o cálculo de protensão deve-se encontrar a posição inicial da bainha de proteção dos cabos a serem tencionados. Dessa forma tem-se raio da bainha 38mm + folga 2,7mm + diâmetro do estribo 5mm + diâmetro da armadura 16mm + cobrimento 30mm = 114mm.

$$\text{Área da viga } 15\text{cm} \times 85\text{cm} = 1275,00\text{ cm}^2$$

Para estimativa da força de protensão utiliza-se a seguinte equação:

$$w = \frac{J}{x} = \frac{767656,25}{42,5} = 18062,5\text{cm}^3$$

$$\sigma_p = \frac{F_p}{A} + F_{p \times ex} \frac{76,6}{w} = \frac{F_p}{1275} + \frac{F_p \times 311}{18062,5} = F_p = 3051,8\text{Kn}$$

Para o cabo CP190-15,2 Ne = Carga a 1% deformação. Ne= 239,2Kn

$$\text{Número de cabos: } \frac{F_p}{0,8 \times Ne} = \frac{3051,8}{0,8 \times 239,2} = 15,9$$

Foram utilizadas 16 cordoalhas, cada cordoalha com diâmetro 15,2mm, portanto obtemos o número de 4 bainhas.

Em relação ao dimensionamento das estruturas do telhado, utilizou-se para dimensionamento estrutura metálica, a qual possui um menor peso estrutural em relação a madeira e ao concreto, e por possuir uma resistência elevada, permite projetos com peças mais esbeltas. Os cálculos para dimensionamento do telhado em estrutura metálica, foram realizados tendo em vista os preceitos preconizados pela norma técnica ABNT/NBR 8800.

Para cálculo da cobertura, utilizou-se o aço ASTM A36, sendo que a inclinação do telhado, foi projetada em 75%. O comprimento da treliça é de 10,36 metros de largura, sendo necessário para a confecção de cada unidade, um total de 325,47 kg de aço, em perfis U, laminados.

Para cada treliça, foram dimensionadas 10 terças, com Perfil "U" - 76.0 x 38.0 x 6.00 x 6.55 - ASTM A36.

As telhas dimensionadas, são do tipo Galvalume, modelo MF 25, com espessura da chapa de 0,50 mm, e peso de 4,56 kg/m².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da definição de projeto arquitetônico, foi possível o dimensionamento de toda a estrutura em concreto armado utilizando o softwares *AltoQiEberick V9®* em conjunto com NBR 6118. Devido ao projeto arquitetônico apresentar vão livre com 10 metros, houve também o dimensionamento desta viga com concreto protendido, sendo esta dimensionada com seção de 15cmx85cm, com 16 cordoalhas, cada cordoalha com diâmetro 15,2mm, portanto foi obtido o número de 4 bainhas. Além do descrito acima, foi possível a elaboração do projeto da cobertura com estrutura metálica, sendo a mesma dimensionada e por meio do auxílio do software *AutoMETAL*.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jadson da Silva; SILVA, Jorge Leandro Imamura Ferreira; GARCIA, Rogério Silva. Análise comparativa do dimensionamento de vigas de concreto armado e protendido. **Anais do 8º fórum científico da FUNEC: Educação, ciência e tecnologia**, Santa fé do sul (SP) v.8, n.8, ISSN: 2318-745X, Nov. 2017. Disponível em: <https://seer.unifunec.edu.br/index.php/forum/article/view/3138/2909>, acesso em 05 de Nov. de 2020.

LEET, Kenneth M.; UANG, Chia-Ming; GILBERT, Anne M. Fundamentos da Análise Estrutural. Porto Alegre: **AMGH editora Ltda**, 3d. 9788563308344, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563308344/>. Acesso em: 04 Nov 2020.

MOURA, M. W.; REAL, M. V.; LORIGGIO, D. D.. Momento último de vigas de concreto protendido: validação e cálculo do erro do modelo. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.** São Paulo, vol.11, n.2, pp.307-330. ISSN 1983-4195, Março/Abril 2018,. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/riem/v11n2/pt_1983-4195-riem-11-02-00307.pdf. Acesso em 05 de Nov. de 2020.

MOURA, M. W.; REAL, M. V.; LORIGGIO, D. D.. Momento último de vigas de concreto protendido: validação e cálculo do erro do modelo. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, vol.11, n.2, pp.307-330. ISSN 1983-4195.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1983-41952018000200006>. Acesso em 04 de Nov. de 2020.

TERHORST. Henrique Matheus; SILVA, Gilsinei. Dimensionamento e detalhamento estrutural de um edifício com auxílio do software Eberick. **Ignis**, Caçador, v.7, n.3, p.65-79, set/dez de 2018. Disponível: <https://45.238.172.12/index.php/ignis/article/view/1856/938>. Acesso em 05 de Nov. de 2020.

Relação entre Matemática e Física¹

Rita de Cassia Oliskovicz - cassiaoliskovicz@gmail.com²

Patrícia de Deus e Silva, patricia.silva@uniarp.edu.br³

Darci Martinello, darcimartinellocdr@yahoo.com.br⁴

Resumo – Vários estudos evidenciam as interrelações da entre a Matemática e a física. Porém dentro do contexto escolar essas disciplinas são tratadas separadamente, nessa pesquisa para o trabalho será aplicado um instrumento desenvolvido para mostrar a relação entre o conhecimento físico e matemático.

Palavras-chave: Relação. Matemática. Física.

INTRODUÇÃO

Nas citações abaixo ilustram a relação entre o conhecimento matemático e o mundo concreto, para o suíço Ferdinand Gonseth, as construções abstratas estão relacionadas com aspectos da experiência concreta, do mundo real, acessível aos nossos sentidos, enquanto que para Einstein parece defender a visão platônica de que a matemática, como produto do pensamento humano é independente.

“Em toda a construção abstrata a um resíduo intuitivo (da experiência concreta) que é impossível eliminar” (Gonseth 1890-1975).

“Como pode a matemática, sendo acima de tudo um produto do pensamento humano, independente as experiência, se adaptar tão admiravelmente a realidade objetiva?” (Einstein 1879-955).

Isso faz pensar qual a relação entre o conhecimento matemático e o físico e como podemos utiliza-lo no contexto educacional?

Física do grego significa natureza, e nos das formas de compreender fenômenos naturais e descrever as leis que regem o universo. Já a matemática do grego é associada a ciência, conhecimento e aprendizagem, podemos chamar de padrões, estruturas abstratas.

Podemos dizer que a física trata de um mundo real e concreto, enquanto a matemática trabalha com um mundo imaginário, constituído por objetos preexistentes e independentes.

Essa distinção parece estar presente na forma como essas duas disciplinas vêm sendo abordadas no contexto escolar, porém uma análise nos leva a discordar dessa visão e nos permite perceber as complexas relações existentes entre o conhecimento físico e o matemático.

Nesse trabalho vamos fazer uma reflexão, sobre a inter-relação entre matemática e física, e a relação abordada entre as duas disciplinas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

¹ O presente trabalho refere-se a atividade do Projeto Integrador da 4ª fase do Curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

Se perguntar a um físico sobre a função da matemática, ele provavelmente dirá que é uma ferramenta para realização da descrição dos fenômenos físicos, e que a física usa modelos matemáticos para estabelecimentos das leis da natureza.

Segundo Bassanezi (2002, n.p),

Um modelo matemático designa um conjunto de símbolos e relações matemáticas que representam o objeto estudado, o qual expressa e interpreta uma ou mais hipóteses de maneira quantitativa. Assim, a importância de um modelo matemático reside no fato de possibilitar a expressão de nossas ideias de maneira clara, em uma linguagem concisa e universal.

Nas palavras do professor Taylor, um físico hipotético, “o papel da matemática em física ou em tecnologia é o de uma poderosa ferramenta para o raciocínio em situações complexas” (DAVIS e HERSH, 1995, p. 60).

Agora se a gente perguntar para um matemático a importância da física na matemática, ele vai associar ao “real”, porém deverá deixar claro que a matemática é independente e que os objetos matemáticos são criações produtos do pensamento humano. Essa superioridade da Matemática concebe uma hierarquia do abstrato sobre o concreto, supondo que os objetos matemáticos tem poderes de reger o real.

A história da ciência prova sobejamente que um corpo de proposições abstratas – mesmo que, como as seções cônicas, fique dois mil anos sem afetar a vida cotidiana – pode, a qualquer momento, ser usado para causar uma revolução nos pensamentos e ocupações habituais de todo cidadão. Só a matemática tornou possível o uso do vapor e da eletricidade [...] A experiência não oferece qualquer meio de resolver que partes da matemática serão úteis. A utilidade, portanto, só pode ser um consolo em momentos de desânimo e não um guia a orientar nossos estudos (RUSSEL, 1977, p. 80-81)

Entretanto a independência dessas duas áreas demonstra que estão infundadas quando são analisadas quando analisado suas trajetórias. Podemos encontrar muitos exemplos de teorias e experiências físicas motivadas pelo resultado de expressões e equações matemáticas. Um exemplo disso é a das ondas eletromagnéticas pelas equações de Maxwell, o eletromagnetismo, quanto aos cálculos matemáticos mostram que a velocidade das ondas eletromagnéticas é igual a da luz, e a posterior emissão e detecção das mesmas por Hertz. Talvez a mais extraordinária tenha sido a previsão matemática da existência de netuno, investigando pequenas diferenças entre a teoria da gravitação e a observação da órbita de Urano, esses dois casos ilustram claramente o poder da matemática em resultados de experiências físicas.

Também podemos encontrar diversos exemplos de teorias matemáticas desenvolvidas a partir de experimentos físicos, ou seja, o mundo real servindo de inspiração para a Matemática. Como por exemplo o cálculo diferencial, o conceito de derivadas e o conceito de velocidade, é impossível pensar também na história da trigonometria sem associá-la a astronomia e a importância dos fenômenos físicos para o avanço do estudo sobre equações diferenciais.

Esses são apenas alguns exemplos que mostram a importância da física para a matemática.

A seguir vamos falar sobre cálculo diferencial e integral, o cálculo diferencial e integral de uma variável estuda dois tipos de problemas, o associado a noção de derivada, antigamente chamadas de tangências e os problemas de integração, antigamente chamadas de quadraturas. Os relativos à derivação envolvem variações ou mudanças como por exemplo a propagação de poluentes na atmosfera, ou até

mesmo comportamentos econômicos, como exemplo de problema relacionado à integração temos os cálculos de áreas e regiões delimitadas por curvas, do volume sólido e do trabalho realizado por uma partícula.

Grande parte do Cálculo Diferencial e Integral foi desenvolvida no século XVIII por Isaac Newton para estudar problemas de Física e Astronomia. Devemos a Newton e Leibniz o estabelecimento da estreita relação entre derivada e integral por meio de um teorema fundamental.

No estudo do movimento dos corpos, temos álgebra que é uma parte da Matemática que contribui para as várias situações cotidianas, se tornando uma ferramenta nos cálculos de situações reais, as equações do movimento de um corpo são uma dessas aplicações da álgebra na Física. As situações que envolvem velocidades constantes são chamadas de movimento uniforme.

Um exemplo que podemos usar é no trânsito das rodovias, deparamo-nos com sinalizações que orientam sobre a velocidade máxima permitida para tráfego, a velocidade média de um veículo é calculada a partir do espaço percorrido e do tempo levado para percorrer tal espaço. Ao dividirmos espaço por tempo, obtemos a velocidade média do veículo.

Temos um sistema que calcula a velocidade média do veículo em determinados trechos. Ele funciona da seguinte forma, duas marcações ponto A e ponto B. O sistema marca o tempo que o veículo leva para ir de A até B. Dividindo a distância de A até B pelo tempo que o móvel levou para percorrer tal espaço, obtemos a velocidade média do veículo no percurso (MACHADO, 2001)

O matemático não deve ser para o físico um simples fornecedor de fórmulas; é preciso que haja entre eles uma colaboração mais íntima. A física matemática e a análise pura não são apenas potências limítrofes, que mantêm relações de boa vizinhança; penetram-se mutuamente, e seu espírito é o mesmo (POINCARÉ, 1995, p. 90).

METODOLOGIA

Foi abordado na busca pelo entendimento das relações entre Matemática e Física e o nosso enfoque foi analisar a maneira como essas relações foram abordadas no contexto do ensino do Cálculo Diferencial e Integral e velocidade. Naturalmente, precisamos estar cientes de que a essa pesquisa foi realizado em livros e em trabalhos de dissertação. Entretanto, as pesquisas feitas foi em base do conteúdo repassado nas aulas online desse segundo semestre nas aulas de Física III, Cálculo III e de Álgebra, e também nas aulas presenciais dos semestres anteriores nas aulas de Física I e II e também de cálculo I e II, as aulas de Fundamentos de matemática e física também contribuíram para a pesquisa desse tema da relação dessas matérias. podem fornecer alguns indícios sobre sua maneira de encarar o papel da matemática nas teorias físicas. Em alguns momentos tivemos dúvidas quanto às opções/abordagens teórico-metodológicas adotadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dificuldade maior encontrada para excussão desse trabalho foi a falta das aulas presenciais, aonde esse contato pessoal com o professor nós auxiliaria muito na descrição do trabalho, dando mais ênfase nos temas abordados e também a menção de mais exemplos usando cálculos e exemplo de problemas e exercícios relacionado ao tema escolhido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo de mostrar a interrelação da física e da matemática, e apontar alguns exemplos dessas aplicações no ensino, em função da complexibilidade do tema, o método usado foi de consulta a trabalhos já realizados por professores, aonde essas aplicações são adotadas em ensino, principalmente no ensino médio e nos primeiros semestres da graduação. Foi possível identificar vários exemplos de possibilidades de aplicação da matemática e física e a compreensão de sua interrelação.

A ideia de que a matemática é a estrutura do pensamento físico esteve presente nesses materiais pesquisados.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, C. R. O ensino de Matemática e da Física numa perspectiva integracionista. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) PUC/SP, 2000.

Pietrocola. Construção e realidade: o papel do conhecimento físico no entendimento do mundo. Ensino de Física, Conteúdo, metodologia e epistemologia no concepção integradora, 2ª edição, organizador: Maurício Pietrocola, Editora da UFSC. Florianópolis: 2005;

Gaspar. O "R" de retilíneo. Caderno Catarinense de Ensino de Física, Florianópolis, v.11, n.1,p.7-10, abril, 1994;

Souza, Uma abordagem para os conceitos de velocidade e aceleração. Tese (Mestrado em ensino de física) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011;

MACHADO, Matemática e Realidade: análise dos pressupostos filosóficos que fundamentam o ensino da matemática. São Paulo: Cortez, 2001.

POINCARÉ, O Valor da Ciência. Tradução Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.



ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS DOS SISTEMAS HIDRÁULICOS DA UNIARP¹

Alexia Ketllin dos Anjos Gonçalves, alexia_dosanjos@hotmail.com²

Guilherme Raizer da Cruz, guilermemanga03@hotmail.com³

Frank Dieter Schulze, frank.dieter@hotmail.com⁴

Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁵

Luciane Dusi Pereira, dusiluciane@gmail.com⁶

Resumo

A elaboração deste trabalho teve como proposta, a atualização dos projetos das instalações hidráulicas de água fria do Bloco A, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe de Caçador. Os projetos originais, disponibilizados pela universidade, estavam desatualizados. Foram executados alguns levantamentos dos pontos de consumo e reservatórios de toda infraestrutura do bloco, sendo necessário a atualização do layout das plantas baixas devido as reformas ocorridas nos últimos meses. Após a avaliação constatou-se que os componentes hidráulicos estavam em bom estado de conservação, não apresentando patologias.

Palavras-chave: Componentes. Hidráulico. Infraestrutura. Patologias.

INTRODUÇÃO

As instalações hidráulicas, são um dos pontos fundamentais no ramo da engenharia civil, pois são responsáveis por fornecerem água às pessoas que utilizam edificações, garantindo que a mesma chegue aos pontos de consumo com pressão adequada, quantidade suficiente e com boa qualidade.

O levantamento foi realizado na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, na unidade de Caçador, Santa Catarina. Com cerca de 50 anos, o campus foi fundado em 31 de Julho de 1971 como Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE), e em dezembro de 2009 tornou-se Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. De acordo com informações disponíveis no site da Uniarp.

O campus de Caçador é composto por 10 edificações, sendo elas: Bloco A, Bloco B, Bloco C, Bloco D, Teatro, Ginásio, Cantina, Reitoria, Mestrado e Arena. Todavia, o presente trabalho tem como objetivos geral realizar o levantamento da infraestrutura de água fria apenas do Bloco A. Como objetivos específicos, tem-se a realização de vistorias; o levantamento dos pontos de consumo de água fria do bloco; e atualização dos mesmos em planta baixa no AutoCad.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ M.e Frank Dieter Schulze, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Gilsinei da Silva, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ M.^a Luciane Dusi Pereira, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O desenvolvimento do trabalho foi desafiador devido as instalações do prédio serem antigas e os projetos da infraestrutura, fornecidos pela administração da universidade, estarem desatualizados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As instalações prediais hidráulicas e sanitárias de água fria têm como finalidade fazer a distribuição de água, em quantidade suficiente e sob pressão adequada a todas as peças de utilização e aparelhos sanitários da edificação (CARVALHO JUNIOR, 2014).

Os sistemas hidráulicos estão definidos, legalmente, na NBR 5626, sendo que a mesma descreve que uma instalação predial de água fria é um sistema composto por tubos, peças de ventilação, reservatórios, equipamentos, dentre outros componentes, sendo que este sistema possui como propósito conduzir a água fria da fonte fornecedora até os pontos de utilização (ABNT, 1998).

Existem requisitos que são primordiais aos sistemas hidráulicos de água fria, sendo estes: preservação da potabilidade da água, garantia do fornecimento da água de maneira contínua e em quantidade adequada com velocidade e pressão de acordo com os aparelhos de destino, manutenção fácil e econômica, bem como, deve proporcionar conforto aos usuários (CARVALHO JUNIOR, 2014).

Araújo (2014) afirma que as instalações prediais hidráulicas de água fria devem possuir condições adequadas de uso durante toda a vida útil da edificação. Desta maneira, as qualidades destas instalações possuem implicações no desempenho que atenda às necessidades das pessoas, bem como a racionalização em relação às perdas, desperdícios e utilização de insumos adequados.

Os sistemas hidráulicos prediais evoluíram ao longo dos anos com um considerável incremento do nível de conforto aos usuários. Porém, ainda ocorrem muitas patologias associadas às redes hidráulicas por: deficiências no projeto, na instalação e na montagem das redes; bem como na fase de utilização da edificação. É preciso, então se ater a reduzir essas patologias e proporcionar uma maior qualidade aos sistemas hidráulicos prediais (MACEDO, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso realizado na Universidade Uniarp localizada no município de Caçador. Esse local foi escolhido devido a faculdade estar passando por reformas no bloco A, tais que essas mudanças implicam diretamente nas plantas baixas do prédio e estavam sem atualizações há algum tempo. A metodologia empregada no desenvolvimento da atividade seguiu os preceitos do Projeto Integrador da 6 fase do curso de Engenharia Civil, constituindo de um levantamento técnico do sistema predial hidráulico de água fria.

O estudo de caso baseou-se em atividades de campo que levaram os alunos a conhecerem o sistema hidráulico existente, integrando a prática com a utilização de desenho em AutoCad, onde foram atualizadas as plantas do Bloco A, que tem 50 anos de vida útil, sendo alvo de muitas reformas e adequações ao longo dos anos. Adicionalmente foi realizado o levantamento quantitativo dos aparelhos e equipamentos hidrossanitários, o que gerou uma lista da infraestrutura existente,

utilizando o excel, de forma a sistematizar as informações ao setor de manutenção da universidade. Também foi realizado um registro fotográfico para ilustrar o levantamento de campo e evidenciar possíveis falhas. O período de realização da pesquisa compreendeu os meses de setembro a novembro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O abastecimento de água fria de todo o bloco A da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe é feito pela rede pública de água BRK Ambiental. A Uniarp possui um hidrômetro, sendo que o mesmo alimenta todo bloco A e C, incluindo a cantina no que diz respeito a torneiras, banheiros, caixas d'água e vasos. É uma universidade que possui 6 reservatórios de água, ou seja, 4 caixas d'água de polietileno com capacidade de armazenagem para 5.000 litros cada e 2 caixas d' água de concreto também com capacidade de 5.000 litros.

De acordo com as análises efetuadas, foram consideradas devido a aparência que todos os equipamentos como: lavatórios, bacia sanitária e reservatórios que os mesmos se encontram em bom estado de conservação. A organização da análise feita dos sistemas hidráulicos de água fria da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe está demonstrada na tabela a seguir.

Tabela 1 - Análise dos equipamentos da Uniarp.

Equipamento	QTD	Descrição da Situação
Caixa d'água fibra	4	Todas as caixas estavam em boa conservação.
Caixa d'água concreto	2	Todas estavam em boa conservação.
Caixa acoplada	51	Todas as caixas acopladas estavam em ótimas conservações.
Mictório	19	Todas os mictórios estavam em ótimas conservações.
Pia	46	Todas as pias estavam em ótimas conservações.
Tanque	2	Todas os tanques estavam em ótimas conservações.
Torneira	48	Todas as torneiras estavam em ótimas conservações.

Fonte: Autoria Própria, 2020.

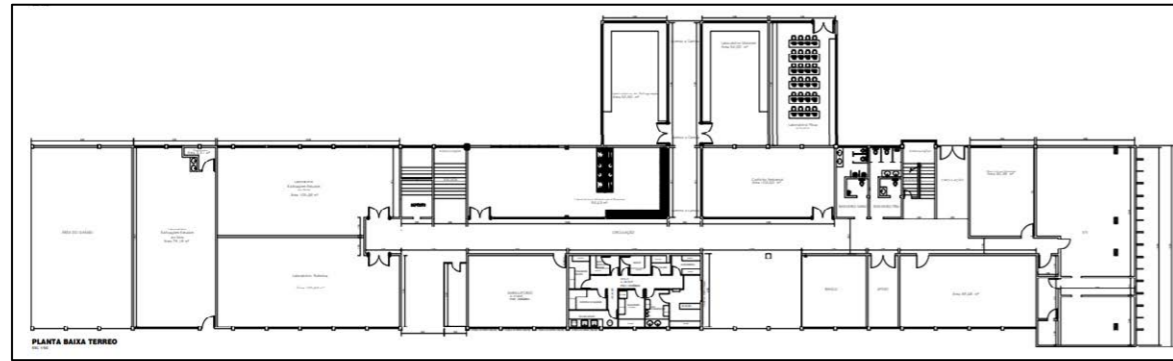
Constatou-se durante a pesquisa que a universidade não apresenta evidências patológicas nos sistemas hidráulicos de água fria, ressaltando que o levantamento em campo consistiu na inspeção visual. Todavia, de acordo com o levantamento feito, observou-se diversas mudanças nas plantas baixas, as quais foram atualizadas, conforme imagens abaixo.

Imagem 1 – Banheiros 2º pavimento.



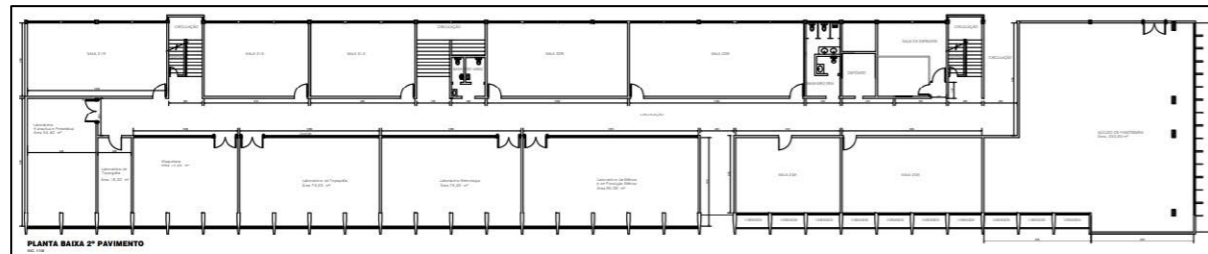
Fonte: Autoria Própria, 2020.

Imagem 2 - Planta Baixa Térreo



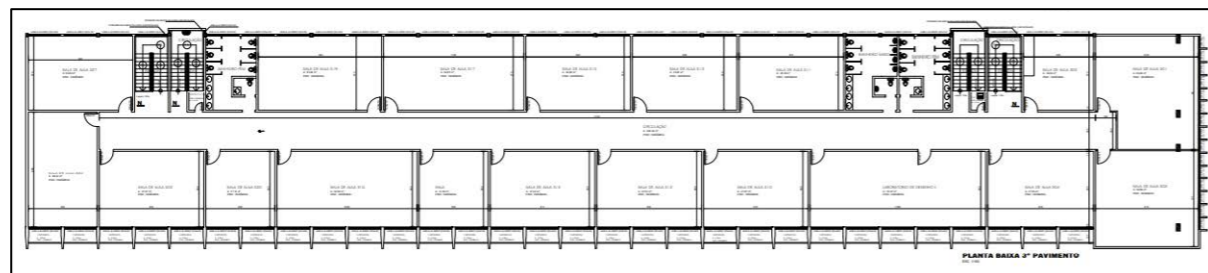
Fonte: Autoria própria, 2020.

Imagem 3 - Planta Baixa 1º Pavimento



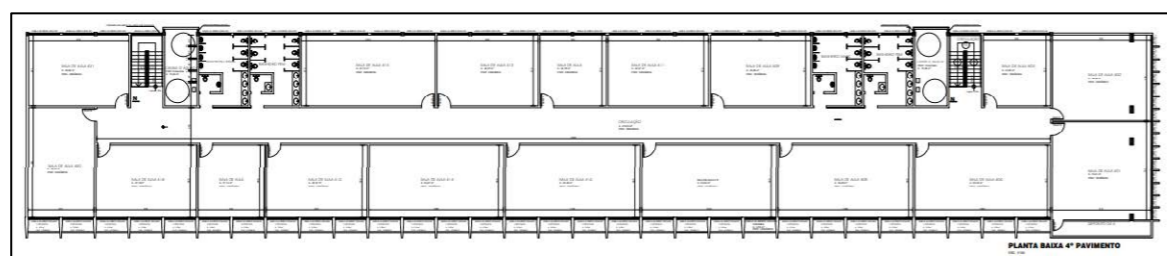
Fonte: Autoria Própria, 2020.

Imagem 4 - Planta Baixa 2º Pavimento



Fonte: Autoria Própria, 2020.

Imagem 5 - Planta Baixa 3º Pavimento



Fonte: Autoria Própria, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas hidráulicos conservam diversas características dinâmicas de acordo com os seus equipamentos e componentes. Este trabalho teve como objetivo avaliar as instalações hidráulicas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, localizada no município de Caçador. A avaliação das instalações hidráulicas foram realizadas conforme os critérios da NBR 15575/2013 - Desempenho de edifícios habitacionais de até cinco pavimento.

Diante do levantamento realizado, ficou perceptível a importância da existência de projetos de água fria atualizados das edificações para auxílio nas manutenções e reformas. Com a falta de projetos atualizados na Universidade, ficamos incumbidos por meio do projeto integrador de atualizar as plantas já existentes em AutoCad, sendo necessário visitas *in loco*, devido ao bloco A ter sofrido inúmeras modificações.

Após a avaliação constatou-se que os componentes e equipamentos dos sistemas hidráulicos estavam em bom estado de conservação e não apresentaram nenhuma patologia, visto que foram trocados todos os acessórios mecânicos, com exceção das caixas d'água.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5626: Instalação Predial de Água Fria. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- ARAÚJO, L. S. M.. Avaliação durante operações dos sistemas prediais hidráulicos e sanitários em edifícios escolares. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- CARVALHO JUNIOR, R.. Instalações prediais hidráulicosanitárias: princípios básicos para a elaboração de projetos. São Paulo: Blucher, 2014
- HISTÓRIA. [Uniarp.edu.br](http://www.uniarp.edu.br), 2019. Disponível em: <www.uniarp.edu.br/home/a-uniarp/institucional/historia/>.
- MACEDO, N. P.. Estudo de patologias em instalações prediais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade do Porto, Porto, 2015.

ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS DOS SISTEMAS HIDRÁULICOS DA UNIARP¹

Alexia Ketllin dos Anjos Gonçalves, alexia_dosanjos@hotmail.com²

Guilherme Raizer da Cruz, guilermemanga03@hotmail.com³

Frank Dieter Schulze, frank.dieter@hotmail.com⁴

Gilsinei da Silva, gilsinei.s@gmail.com⁵

Luciane Dusi Pereira, dusiluciane@gmail.com⁶

Resumo

A elaboração deste trabalho teve como proposta, a atualização dos projetos das instalações hidráulicas de água fria do Bloco A, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe de Caçador. Os projetos originais, disponibilizados pela universidade, estavam desatualizados. Foram executados alguns levantamentos dos pontos de consumo e reservatórios de toda infraestrutura do bloco, sendo necessário a atualização do layout das plantas baixas devido as reformas ocorridas nos últimos meses. Após a avaliação constatou-se que os componentes hidráulicos estavam em bom estado de conservação, não apresentando patologias.

Palavras-chave: Componentes. Hidráulico. Infraestrutura. Patologias.

INTRODUÇÃO

As instalações hidráulicas, são um dos pontos fundamentais no ramo da engenharia civil, pois são responsáveis por fornecerem água às pessoas que utilizam edificações, garantindo que a mesma chegue aos pontos de consumo com pressão adequada, quantidade suficiente e com boa qualidade.

O levantamento foi realizado na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, na unidade de Caçador, Santa Catarina. Com cerca de 50 anos, o campus foi fundado em 31 de Julho de 1971 como Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE), e em dezembro de 2009 tornou-se Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. De acordo com informações disponíveis no site da Uniarp.

O campus de Caçador é composto por 10 edificações, sendo elas: Bloco A, Bloco B, Bloco C, Bloco D, Teatro, Ginásio, Cantina, Reitoria, Mestrado e Arena. Todavia, o presente trabalho tem como objetivos geral realizar o levantamento da infraestrutura de água fria apenas do Bloco A. Como objetivos específicos, tem-se a realização de vistorias; o levantamento dos pontos de consumo de água fria do bloco; e atualização dos mesmos em planta baixa no AutoCad.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ M.e Frank Dieter Schulze, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Gilsinei da Silva, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ M.^a Luciane Dusi Pereira, titulação do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O desenvolvimento do trabalho foi desafiador devido as instalações do prédio serem antigas e os projetos da infraestrutura, fornecidos pela administração da universidade, estarem desatualizados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As instalações prediais hidráulicas e sanitárias de água fria têm como finalidade fazer a distribuição de água, em quantidade suficiente e sob pressão adequada a todas as peças de utilização e aparelhos sanitários da edificação (CARVALHO JUNIOR, 2014).

Os sistemas hidráulicos estão definidos, legalmente, na NBR 5626, sendo que a mesma descreve que uma instalação predial de água fria é um sistema composto por tubos, peças de ventilação, reservatórios, equipamentos, dentre outros componentes, sendo que este sistema possui como propósito conduzir a água fria da fonte fornecedora até os pontos de utilização (ABNT, 1998).

Existem requisitos que são primordiais aos sistemas hidráulicos de água fria, sendo estes: preservação da potabilidade da água, garantia do fornecimento da água de maneira contínua e em quantidade adequada com velocidade e pressão de acordo com os aparelhos de destino, manutenção fácil e econômica, bem como, deve proporcionar conforto aos usuários (CARVALHO JUNIOR, 2014).

Araújo (2014) afirma que as instalações prediais hidráulicas de água fria devem possuir condições adequadas de uso durante toda a vida útil da edificação. Desta maneira, as qualidades destas instalações possuem implicações no desempenho que atenda às necessidades das pessoas, bem como a racionalização em relação às perdas, desperdícios e utilização de insumos adequados.

Os sistemas hidráulicos prediais evoluíram ao longo dos anos com um considerável incremento do nível de conforto aos usuários. Porém, ainda ocorrem muitas patologias associadas às redes hidráulicas por: deficiências no projeto, na instalação e na montagem das redes; bem como na fase de utilização da edificação. É preciso, então se ater a reduzir essas patologias e proporcionar uma maior qualidade aos sistemas hidráulicos prediais (MACEDO, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso realizado na Universidade Uniarp localizada no município de Caçador. Esse local foi escolhido devido a faculdade estar passando por reformas no bloco A, tais que essas mudanças implicam diretamente nas plantas baixas do prédio e estavam sem atualizações há algum tempo. A metodologia empregada no desenvolvimento da atividade seguiu os preceitos do Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Engenharia Civil, constituindo de um levantamento técnico do sistema predial hidráulico de água fria.

O estudo de caso baseou-se em atividades de campo que levaram os alunos a conhecerem o sistema hidráulico existente, integrando a prática com a utilização de desenho em AutoCad, onde foram atualizadas as plantas do Bloco A, que tem 50 anos de vida útil, sendo alvo de muitas reformas e adequações ao longo dos anos. Adicionalmente foi realizado o levantamento quantitativo dos aparelhos e equipamentos hidrossanitários, o que gerou uma lista da infraestrutura existente,

utilizando o excel, de forma a sistematizar as informações ao setor de manutenção da universidade. Também foi realizado um registro fotográfico para ilustrar o levantamento de campo e evidenciar possíveis falhas. O período de realização da pesquisa compreendeu os meses de setembro a novembro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O abastecimento de água fria de todo o bloco A da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe é feito pela rede pública de água BRK Ambiental. A Uniarp possui um hidrômetro, sendo que o mesmo alimenta todo bloco A e C, incluindo a cantina no que diz respeito a torneiras, banheiros, caixas d'água e vasos. É uma universidade que possui 6 reservatórios de água, ou seja, 4 caixas d'água de polietileno com capacidade de armazenagem para 5.000 litros cada e 2 caixas d' água de concreto também com capacidade de 5.000 litros.

De acordo com as análises efetuadas, foram consideradas devido a aparência que todos os equipamentos como: lavatórios, bacia sanitária e reservatórios que os mesmos se encontram em bom estado de conservação. A organização da análise feita dos sistemas hidráulicos de água fria da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe está demonstrada na tabela a seguir.

Tabela 1 - Análise dos equipamentos da Uniarp.

Equipamento	QTD	Descrição da Situação
Caixa d'água fibra	4	Todas as caixas estavam em boa conservação.
Caixa d'água concreto	2	Todas estavam em boa conservação.
Caixa acoplada	51	Todas as caixas acopladas estavam em ótimas conservações.
Mictório	19	Todas os mictórios estavam em ótimas conservações.
Pia	46	Todas as pias estavam em ótimas conservações.
Tanque	2	Todas os tanques estavam em ótimas conservações.
Torneira	48	Todas as torneiras estavam em ótimas conservações.

Fonte: Autoria Própria, 2020.

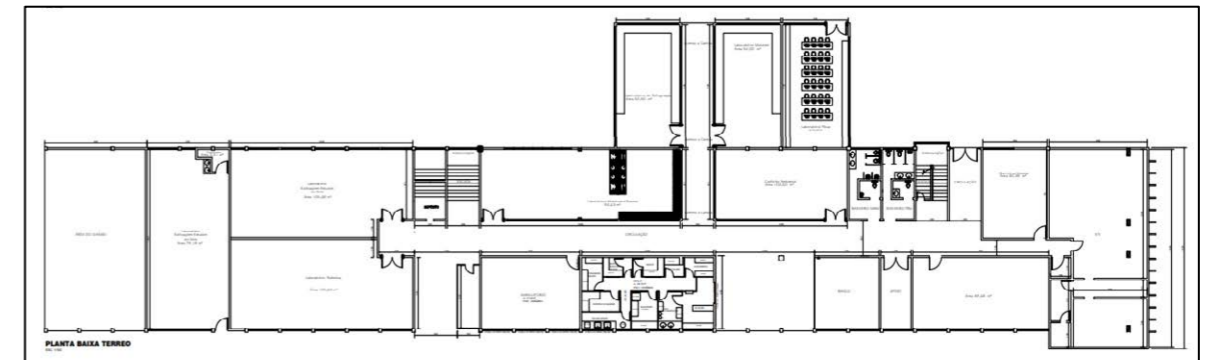
Constatou-se durante a pesquisa que a universidade não apresenta evidencias patológicas nos sistemas hidráulicos de água fria, ressaltando que o levantamento em campo consistiu na inspeção visual. Todavia, de acordo com o levantamento feito, observou-se diversas mudanças nas plantas baixas, as quais foram atualizadas, conforme imagens abaixo.

Imagem 1 – Banheiros 2º pavimento.



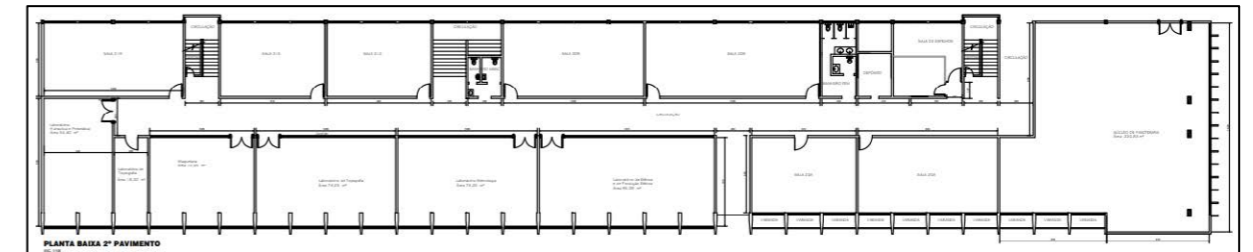
Fonte: Autoria Própria, 2020.

Imagem 2 - Planta Baixa Térreo



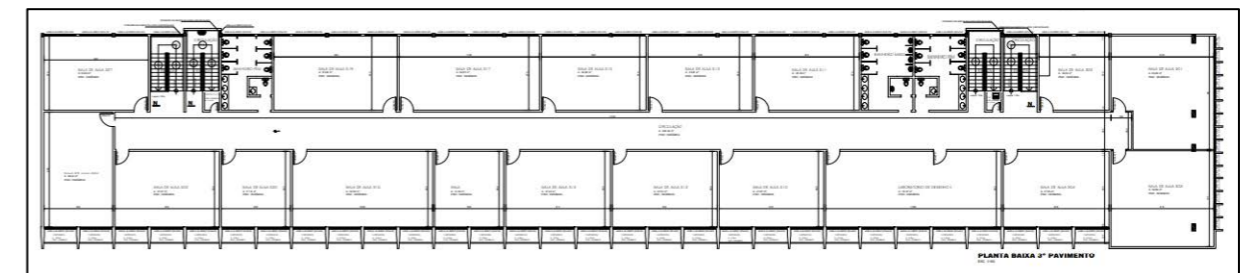
Fonte: Autoria própria, 2020.

Imagem 3 - Planta Baixa 1º Pavimento



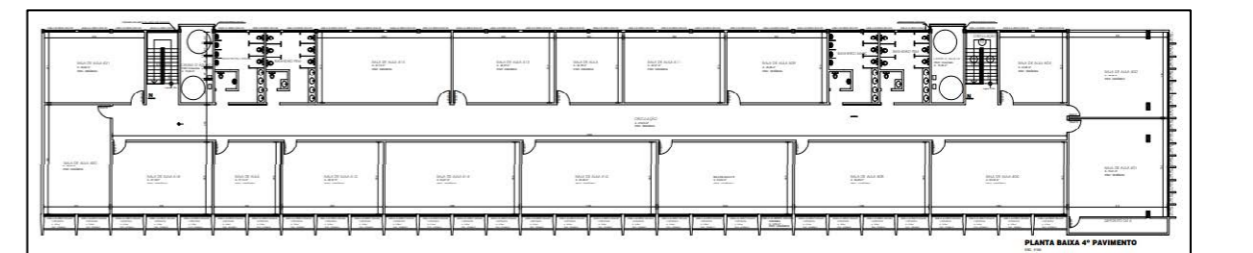
Fonte: Autoria Própria, 2020.

Imagem 4 - Planta Baixa 2º Pavimento



Fonte: Autoria Própria, 2020.

Imagem 5 - Planta Baixa 3º Pavimento



Fonte: Autoria Própria, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas hidráulicos conservam diversas características dinâmicas de acordo com os seus equipamentos e componentes. Este trabalho teve como objetivo avaliar as instalações hidráulicas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, localizada no município de Caçador. A avaliação das instalações hidráulicas foram realizadas conforme os critérios da NBR 15575/2013 - Desempenho de edifícios habitacionais de até cinco pavimento.

Diante do levantamento realizado, ficou perceptível a importância da existência de projetos de água fria atualizados das edificações para auxílio nas manutenções e reformas. Com a falta de projetos atualizados na Universidade, ficamos incumbidos por meio do projeto integrador de atualizar as plantas já existentes em AutoCad, sendo necessário visitas *in loco*, devido ao bloco A ter sofrido inúmeras modificações.

Após a avaliação constatou-se que os componentes e equipamentos dos sistemas hidráulicos estavam em bom estado de conservação e não apresentaram nenhuma patologia, visto que foram trocados todos os acessórios mecânicos, com exceção das caixas d'água.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5626: Instalação Predial de Água Fria. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- ARAÚJO, L. S. M.. Avaliação durante operações dos sistemas prediais hidráulicos e sanitários em edifícios escolares. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- CARVALHO JUNIOR, R.. Instalações prediais hidráulicosanitárias: princípios básicos para a elaboração de projetos. São Paulo: Blucher, 2014
- HISTÓRIA. [Uniarp.edu.br](http://www.uniarp.edu.br), 2019. Disponível em: <www.uniarp.edu.br/home/a-uniarp/institucional/historia/>.
- MACEDO, N. P.. Estudo de patologias em instalações prediais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade do Porto, Porto, 2015.

PROTEÇÕES DE GERADORES ELÉTRICOS SÍNCRONOS¹

Alisson Antonio Casatti, alissoncasatti@hotmail.com²

Evaldo Maciel dos Santos, evaldocdr@hotmail.com³

Felipe Vier, stryder.felipe@hotmail.com⁴

Luis Augusto Pompeo da Silva, luis_pompeo@hotmail.com⁵

Resumo – Os geradores síncronos são máquinas elétricas dinâmicas destinadas à geração de energia elétrica, através da conversão de energia mecânica rotacional por meio da utilização de turbinas instaladas em usinas hidrelétricas dentre outras. São chamados de síncronos em razão da existência de sincronismo, devido à velocidade elétrica de giro do rotor ser a mesma do campo magnético. Nesses geradores os sistemas de proteção são essenciais para a integridade dos equipamentos ligados aos sistemas elétricos e para o bom funcionamento dos mesmos. Neste contexto, é fundamental que os relés de proteção respondam da forma correta. Para isso são usados TCs e TPs, que monitoram a corrente e tensão do circuito. É importante destacar ainda o uso das funções ANSI. Está é uma tabela de códigos que visa a padronização das funções de proteção, regulação e controle. Os ajustes das curvas de seletividade dessas proteções, devem ser definidas através de estudos do circuito. Destaca-se a importância dos sensores, estes que desempenham papel fundamental na monitoração das temperaturas e níveis de óleo dos mancais, nas vibrações de sobre/sub velocidades do gerador entre outras.

Palavras-chave: sistema de proteção, relé, gerador síncrono, sensores.

INTRODUÇÃO

Na geração de energia elétrica a automação significa, de uma forma geral, monitorar e controlar as grandezas elétricas envolvidas no processo da geração, transmissão e distribuição de energia: tensões, correntes, potências ativas, reativas e posições abertas/fechadas de chaves seccionadoras e disjuntores.

Para isso é usado o gerador síncrono que é a máquina principal na geração de energia elétrica, este é utilizado em grandes usinas, devido a sua grande eficiência. Para que o gerador síncrono efetue um bom trabalho, necessita-se de uma série de sistemas, equipamentos e dispositivos que, façam a monitoração e controle do conjunto que coloca o gerador, em funcionamento até o seu desligamento, garantindo a qualidade da tensão e frequência exigidos pelos órgãos fiscalizadores. Para isso são usados dispositivos de proteção que são essenciais para a integridade dos equipamentos ligados aos sistemas elétricos e para o bom funcionamento dos mesmos. Essas proteções são feitas através do uso de relés, sensores e dos TCs e TPs, que tem por função monitorar as grandezas elétricas envolvidas no processo. Ainda se destaca a importância da tabela ANSI que é uma tabela de códigos que visa a padronização das funções de proteções, e das curvas de ajustes das proteções.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Elétrica.

² Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

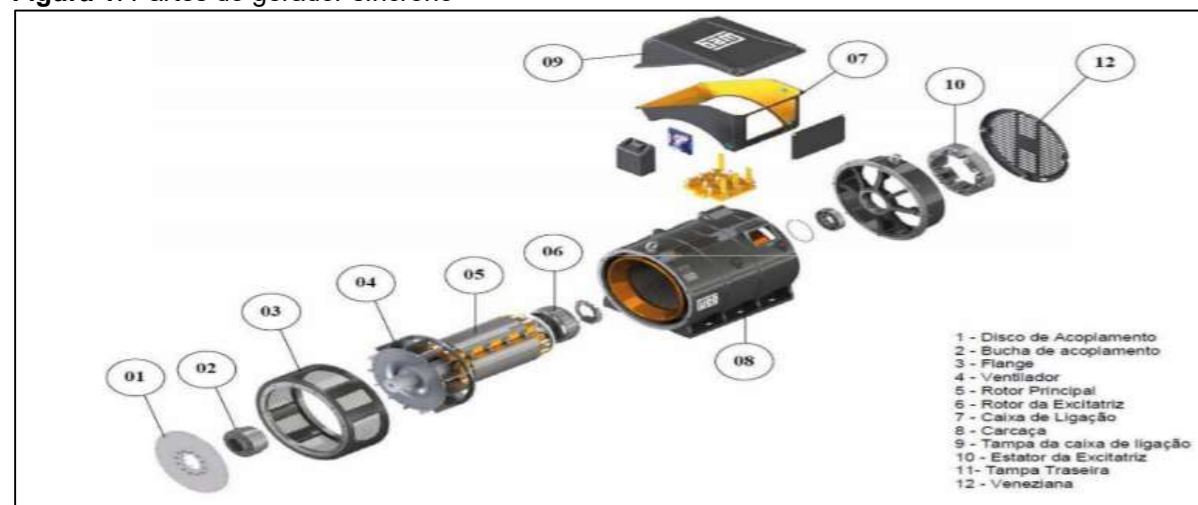
⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

GERADOR SÍNCRONO

O gerador do tipo síncrono recebe esse nome, pois a frequência elétrica gerada está diretamente relacionada (sincronizada) com a velocidade de rotação do gerador. (WEG, 2020). A Figura 01 ilustra as partes do gerador síncrono.

Os geradores síncronos são classificados em dois tipos, o primeiro é o de baixa velocidade acionada por motor, caracteriza-se fisicamente por ter polos salientes, um grande diâmetro e pequeno comprimento axial. Já o segundo, é o turbo gerador que usa a turbina como força motriz, este não possui polos salientes (TORO, 1999).

Figura 1: Partes do gerador síncrono



Fonte: Weg (2020).

Os geradores síncronos estão sujeitos a diversas condições anormais de operação quando conectados ao sistema elétrico de potência. Estas condições são: curto-circuito nos enrolamentos, curto-circuito externo, sobrecarga, sobreaquecimento dos enrolamentos e mancais, sobrevelocidade, redução ou perda total da excitação, motorização do gerador, operação com correntes desequilibradas, energização inadvertida, perda de sincronismo, oscilações subsíncronas, sobreexcitação e sobretensão (WEG, 2020).

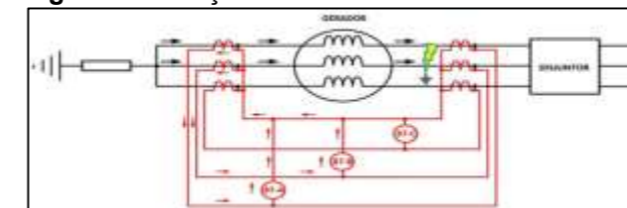
Transformador de Corrente e Transformador de Potencial

O Transformador de Corrente (TC), tem a finalidade de detectar e medir a corrente elétrica que circula em um cabo ou barra de alimentação. Este muda a intensidade da corrente através da relação de transformação, abaixando a corrente para níveis compatíveis com a máxima corrente suportada pelos instrumentos eletrônicos de medição. (BENFICA; MATTEDE, 2020).

O Transformador de Potencial (TP) é um instrumento usado normalmente para sistemas de medição de tensão elétrica sendo feito tanto para baixa tensão como para alta tensão, capaz de diminuir a tensão do circuito para níveis compatíveis com a máxima tensão suportada pelos instrumentos de medição (INSTRUMENTI, 2017).

Uma das proteções mais importantes dos geradores síncronos é a proteção diferencial que utiliza TCs. Ela é empregada para detecção de faltas no estator do equipamento. O esquema de proteção diferencial de geradores síncronos emprega TCs com a mesma relação de transformação (ANSI/IEEE-5, 2005). A Figura 01 ilustra essa proteção diferencial.

Figura 2: Proteção diferencial



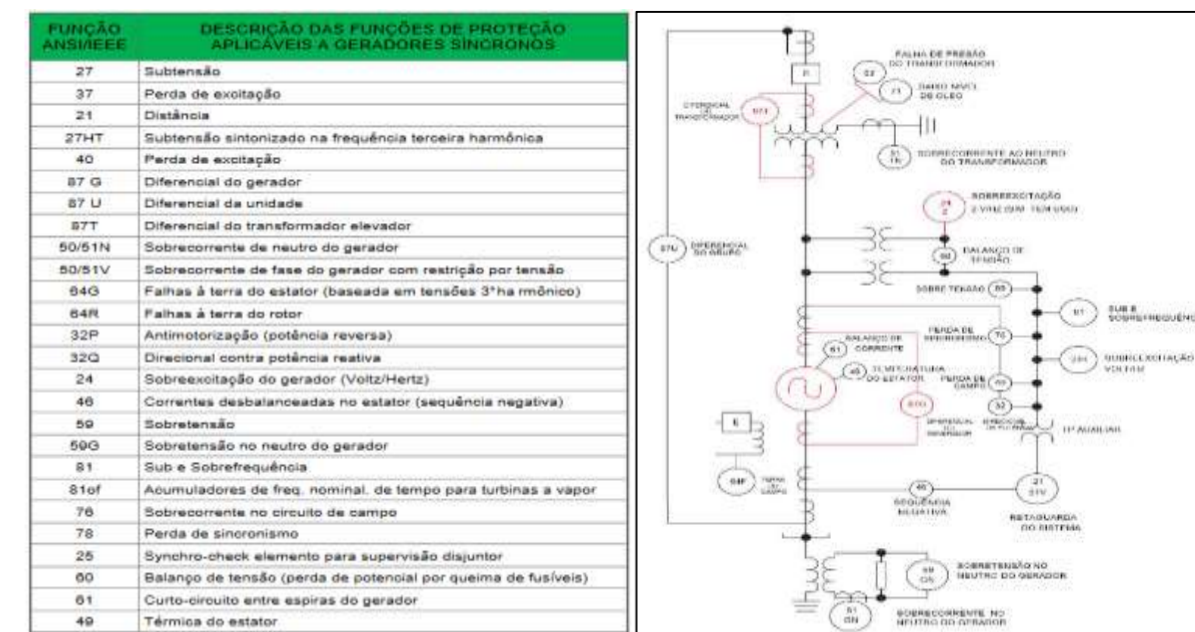
Fonte: Abramam (2020).

Relés de Proteção e funções ANSI

O relé é definido como dispositivo elétrico criado para atender a condições de entrada estabelecidas e que, após o acontecimento de condições intrínsecas, causa ação de contato elétrico ou mudança inesperada nos circuitos elétricos interligados. As entradas geralmente são elétricas, porém podem ser de natureza mecânica, térmica, ou outras amplitudes físicas ou, uma junção das citadas. As curvas dos relés devem ser ajustadas conforme a necessidade e seletividades do circuito (SILVA, 2012).

As funções ANSI são uma tabela de códigos que visa a padronização das funções de proteções, esta foi desenvolvida pelo Instituto Nacional Americano de Padrões. Os números de dispositivo padrão ANSI indicam quais recursos um dispositivo de proteção suporta (como um relé ou disjuntor). Esses tipos de dispositivos protegem sistemas elétricos e componentes de danos quando ocorre um evento indesejado, como uma falha elétrica (GOES, 2013). A Figura 03 ilustra funções de proteção aplicáveis a geradores síncronos.

Figura 3: Funções de proteção aplicáveis a geradores síncronos



Fonte: IEEE Guide for AC Generator Protection (2012).

Sensores

Atualmente os sistemas de supervisão de geradores síncronos fundamentam-se na coleta de dados através, de sensores de temperatura, pressão e vibração

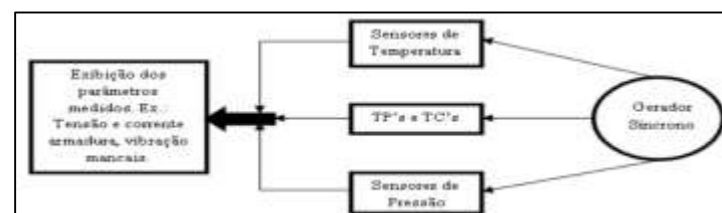
instalados em partes específicas do equipamento. A Figura 04 ilustra esses sensores de monitoração. Estes sistemas garantem uma supervisão operacional de monitoramento contínuo. Alguns dos parâmetros analisados nos geradores são: vibração e temperatura em mancais, temperatura dos enrolamentos através de sensores instalados nas ranhuras, pressão e temperatura do óleo de lubrificação dos mancais, tensão e corrente elétrica no estator, frequência, potência ativa, potência reativa e corrente de excitação (ARAÚJO, 2011).

É importante destacar a função do sensor de pressão do óleo que evita que o motor/gerador opere com baixa pressão de óleo e conseqüentemente venha a fundir por falta de lubrificação no sistema. (STEMAC, 2007).

A troca do óleo dos mancais de rolamento a óleo deve ser feita obedecendo aos intervalos em função da temperatura de trabalho do mancal. A vida útil dos mancais depende das condições de operação do gerador e dos procedimentos de manutenção (WEG, 2016).

Na questão da manutenção dos enrolamentos do rotor e do estator, os enrolamentos das máquinas elétricas rotativas estão sujeitos a tensões elétricas, mecânicas e térmicas. Os enrolamentos e o isolamento envelhecem gradualmente e se deterioram em função dessas tensões (ABB, 2018).

A Figura – Sensores de monitoração



Fonte: Lume UFGS (2011).

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de estudar as funções dos mancais, relés, dos TCs e TPs, da tabela ANSI e dos sensores, destinados às proteções dos geradores síncronos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da pesquisa bibliográfica realizada foi possível descrever o princípio de funcionamento do gerador síncrono, e demonstrar as diversas condições anormais de operação quando este está conectado ao sistema elétrico de potência. Por fim foi apresentada as principais funções das proteções usadas nos geradores síncronos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o gerador síncrono efetue um bom trabalho, necessita-se de uma série de equipamentos e dispositivos que, façam a monitoração e controle do conjunto que coloca o gerador, em funcionamento, garantindo a qualidade da tensão e frequência exigido pelo mercado.

Em usinas geradoras de médio e grande porte, interligados ao sistema elétrico, a utilização das proteções passa a ter uma importância maior, devido principalmente

a estrutura a ser protegida. As proteções a serem utilizadas vai depender do tamanho da estrutura, assim como da potência dos geradores instalados. Nessas usinas uma gama maior de funções de proteção é utilizada. É importante destacar que a utilização de relés proporcionam inúmeras vantagens. Que os TPs e TCs tem função muito importante no processo da aquisição dos dados de tensão e corrente. É salientado a importância das funções da tabela ANSI, que vai auxiliar na hora da interpretação dos projetos das usinas geradoras. E que para um bom projeto esse deve levar em conta a seletividade do circuito, este ajustado através das curvas de proteções.

Foi demonstrado que a utilização de sensores tem uma grande importância, na monitoração dos geradores síncronos. Estes podendo identificar possíveis problemas que possam gerar desligamentos ou quebras do gerador.

REFERÊNCIAS

ABB. Manual geradores ABB: **Manual De Geradores E Motores**. Helsinki, Finland: ABB, 2018.

ANSI/IEEE-5 0.13. **American National Standard For Cylindrical Synchronous Generator**, 2005.

ARAÚJO, Alexandre. P. **Estudo De Técnicas De Detecção E Diagnóstico De Falhas Em Geradores Síncronos**. Porto Alegre. 2011.

BENFICA, Alex; MATTEDE, Henrique. **Transformador de corrente (TC)**. Revista Eletrônica Mundo da Elétrica, 2017. [Site institucional]. Disponível em: <https://www.mundodaeletrica.com.br/transformador-de-corrente-tc/> Acesso em: 22 de junho de 2020.

GOES, A. R. G. **Modernização da Proteção de Sistemas Elétricos de Potência**. Rio de Janeiro. 2013.

INSTRUMENTI. **Transformador de Potencial**. 2017. Disponível em: <http://www.instrumenti.com.br/index.php/pt/133-destaque/241-transformadores-de-potencial>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

SILVA, M. G. M. **Avaliação de Desempenho de Relés de Proteção Digitais**. Rio de Janeiro. 2012.

STEMAC S/A Grupos Geradores. **Sensores de fluxo**. 2007.

TORO Vincent Del. **Fundamento de Máquinas elétricas**. Editora: Livros Técnicos e Científicos. 1999.

WEG Geradores, **Manual de Instalação, Operação e Manutenção**: turbogeradores- linhas - horizontais. Jaraguá do Sul, SC: WEG, 2016.

_____, **Características e especificações dos geradores**. Jaraguá do Sul, SC: WEG, 2020.

PROJETO INTEGRADOR: COMPARATIVO ENTRE PROJETOS LUMINOTÉCNICOS COM DIFERENTES TIPOS DE LÂMPADAS

Vitor Bischoff dos Santos, vitor.bischoff@hotmail.com¹

Resumo – Hoje em dia, em um projeto elétrico de qualquer que seja o edifício que irá ser construído ou reformado, deve-se lembrar do quão importante é o projeto luminotécnico, pois com ele pode-se ter comparativos entre tipos de lâmpadas, nos quais mostra as diferenças de intensidade de iluminação, eficiência na energia elétrica, tipos construtivos, economia na hora de comprar, entre muitos outros pontos. Diante esse ponto, neste projeto integrador, será desenvolvido um comparativo entre três tipos de lâmpadas, das quais será mostrado os aspectos construtivos de cada uma, como ela funciona, qual é a quantidade de lux e lumens, e mais importante, quais as vantagens e desvantagens de usar os três tipos de lâmpadas. O exemplo que será seguido é de uma empresa têxtil, na qual terá as dimensões de 40m de largura por 70m de comprimento e contendo um pé direito de 7,5m, e com isso a altura do plano de trabalho dos funcionários é de 0,85m de altura diante disso, o tipo de luminária a ser escolhido será de acordo com as normas e sempre visando a economia do sistema e principalmente ergonomia visual.

Palavras-chave: Luminotécnico, lâmpada, ergonomia visual.

INTRODUÇÃO

Por muitos anos as lâmpadas incandescentes foram as mais utilizadas nas residências brasileiras. Mas por conta da sua baixa eficiência energética foram retiradas das prateleiras. Para substituí-las, as lâmpadas de LED e as fluorescentes chegaram no mercado com diferenciais energéticos tangentes. (LIGHT, 2017).

A energia elétrica é um dos recursos mais importantes que usamos em nossa casa, contudo seu uso de ser racional, a economia de energia é uma das obrigações dos consumidores e item que deve fazer parte do cotidiano de todas as pessoas. Usar materiais corretos e eletroeletrônicos que consomem menos energia é uma prática bastante saudável. (CASA, 2019).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na sua casa as lâmpadas são incandescentes, fluorescentes ou LED? Essa escolha simples pode significar uma economia significativa na conta de luz no final do mês. Você já sabe que as lâmpadas incandescentes devem sair do mercado gradativamente até 2016, não é? De acordo com o plano de Metas, aquelas que não atenderem aos novos níveis mínimos de eficiência energética deverão ser banidas do mercado. Isso porque o Plano Nacional de Eficiência Energética tem como meta a redução do consumo de energia em 10% até 2030. (JATOBA, 2015)

No presente trabalho, será feita a comparação entre três tipos de lâmpadas que podem ser facilmente compradas em qualquer loja de material de construção.

¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

As lâmpadas que serão avaliadas são as lâmpadas incandescentes, fluorescentes e de LED.

Funcionamento da lâmpada incandescente:

Quando o interruptor é acionado, a corrente elétrica entra no sistema através de duas gotas de solda de prata na parte inferior do bocal. Em seguida, percorre fios de cobre que estão firmemente fixados dentro de um bulbo de vidro. Entre as duas extremidades dos fios de cobre, estende-se outro fio muito fino e espiralado, o filamento de tungstênio. Quando a corrente passa, o filamento esquenta e incandesce liberando energia que se transforma em calor (95%) e em luz (5%). (LIGHT, 2017).

Funcionamento da lâmpada fluorescente:

As lâmpadas fluorescentes emitem luz pela passagem de corrente elétrica através do gás argônio e do vapor de mercúrio acondicionados em um tubo selado. Quando a energia é acionada, os eletrodos passam a emitir elétrons que se movem de uma extremidade para a outra criando um fluxo de corrente. Esses elétrons se chocam com os átomos de gás argônio que passam a liberar mais eletros. Todos esses elétrons se chocam com os átomos do vapor de mercúrio provocando uma descarga elétrica quase que totalmente formada por radiação ultravioleta invisível ao olho humano. Quando a radiação ultravioleta entra em contato com a poeira fosforosa (ou pó fluorescente) é convertida em luz. (LIGHT, 2017).

Funcionamento da lâmpada de LED:

Um diodo semicondutor, formado pela junção de dois pequenos cristais de silício, impregnados com diferentes materiais. Os cristais que formam o diodo possuem carga elétrica em polaridades opostas. Quando aplicamos uma voltagem no LED, a movimentação de elétrons gerada libera uma determinada quantidade de energia em forma de luz. A cor da luz emitida pelo LED é determinada pelo tipo de material utilizado em sua construção. (LIGHT, 2017).

METODOLOGIA

Para fazer o cálculo de consumo elétrico de cada tipo de lâmpada, usa-se basicamente uma fórmula básica.

$$\text{Consumo} = \text{Potência} \times \text{Horas} / 1000$$

Após fazer o cálculo de consumo elétrico, pode fazer o cálculo de total de reais que será gasto no mês com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Cobrado} = \text{Consumo} \times \text{Tarifa}$$

Quantidade de luz é medido em lúmens e lux. Lúmen é a intensidade da luz, enquanto Lux = quantidade de luz por metro quadrado.

Com isso, deverá ser calculado a quantidade de lux para o ambiente, para assim saber a quantidade de lâmpadas a ser usada.

A - Calculando lux para ambiente:

- > Que ambiente é? Quarto? Sala? Cozinha? Veja o padrão lux para o ambiente na tabela abaixo.
- > Meça a largura e o comprimento cômodo.
- > Multiplique a largura pelo comprimento, em metros. O resultado é a medida do ambiente em metros quadrados.
- > Multiplique o número lux pela medida do ambiente em metros quadrados. Este é seu número "A"

B - Calculando lux para lâmpadas:

- > Multiplique o valor de lm/w (lúmens por watt) pelo número de watts. Este é seu número "B"

Divida o número A pelo número B, e você tem a quantidade de lâmpadas necessárias para iluminar bem este ambiente. :-_

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, deve-se separar o que se precisa calcular para fazer um correto dimensionamento de luminosidade e custo para um projeto luminotécnico.

Como o barracão desta indústria têxtil é de 70m por 40m, devemos calcular a área que será utilizada para ver qual a iluminação necessária e quantas luminárias deverão ser instaladas no local, obviamente considerando o pé direito de 7,5m e a altura de trabalho de 0,85m dos funcionários.

TIPO DE LÂMPADA	POTÊNCIA (W)	LUMENS (lm)	Area*lux	NUMERO DE LÂMPADAS
Incandescente	600	5500	140000	25.45454545
Fluorescente	135	5525	140000	25.33936652
LED	100	5500	140000	25.45454545

Nesta primeira tabela, foram comparados três tipos de lâmpadas, sendo elas a incandescente, fluorescente e de LED, na qual respectivamente mostra suas potências e quantidade de lumens de cada uma, que progressivamente irá acarretar o total de lumens necessários para atender o barracão, e com isso podendo saber o valor total de luminárias necessárias a ser instalada, dando um total de 26 lâmpadas de qualquer tipo de lâmpada.

CONSUMO MENSAL TOTAL DE CADA TIPO DE LÂMPADA				
TIPO DE LÂMPADA	POTÊNCIA (W)	TEMPO LIGADO (h)	DIAS LIGADO	TOTAL DE CONSUMO MENSAL (kW)
Incandescente	600	8.5	20	102
Fluorescente	135	8.5	20	22.95
LED	100	8.5	20	17

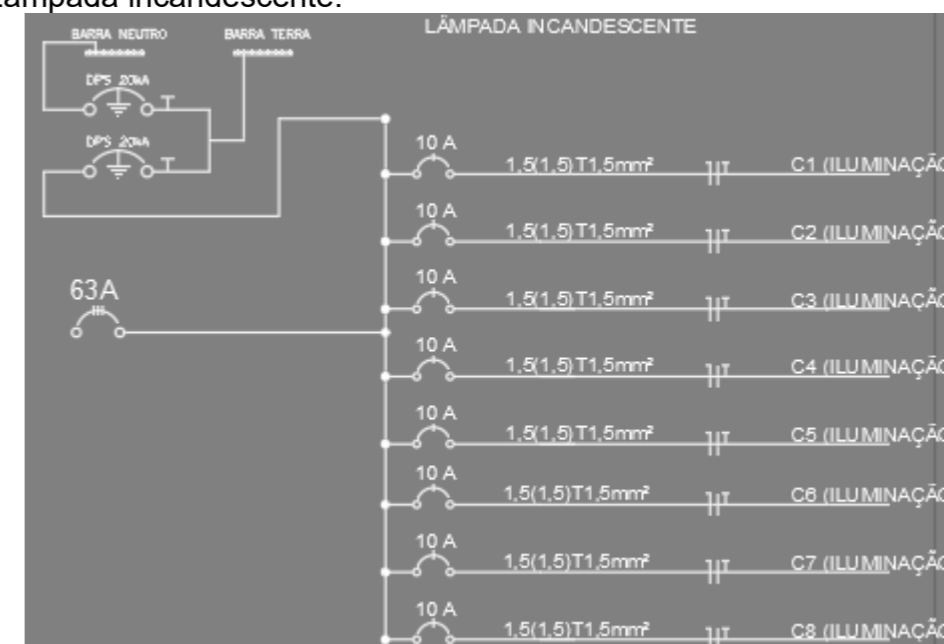
Na tabela acima, foi feito o consumo mensal de cada lâmpada, visando a economia durante o tempo que serão utilizadas as mesmas.

VALOR TOTAL GASTO POR MÊS DE CADA TIPO DE LÂMPADA			
TIPO DE LÂMPADA	TOTAL DE CONSUMO MENSAL (kW)	VALOR DO Kw/h	TOTAL GASTO POR MÊS (R\$)
Incandescente	102	0.5059	51.6018
Fluorescente	22.95	0.5059	11.610405
LED	17	0.5059	8.6003

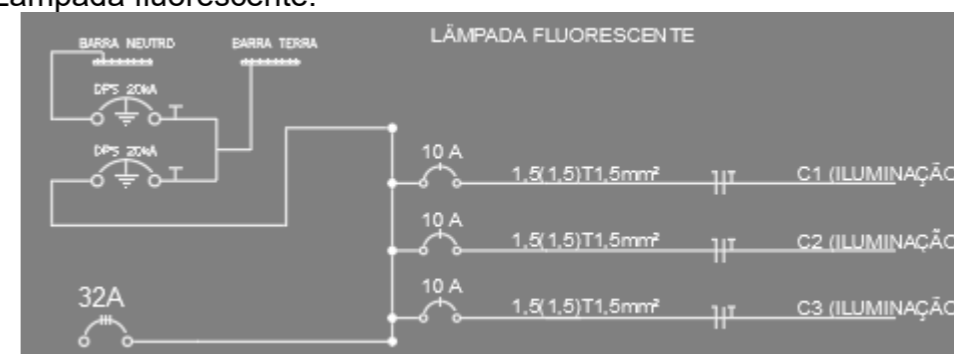
Já nesta tabela, o total de consumo mensal foi atrelado com o valor do kW/h que é cobrado na rede de distribuição da CELESC, que tem um valor de 0,5059 reais por cada kW/h utilizado, assim sendo, pode-se concluir que há uma grande diferença entre as três lâmpadas, sendo o maior valor gasto por mês a lâmpada incandescente, pois sua característica construtiva utiliza basicamente do calor dos seus filamentos para gerar uma luminosidade, isso acarreta um grande uso de energia para que funcione. Nas lâmpadas fluorescente e LED tem uma pequena diferença entre elas, pois seus aspectos construtivos são bastante distintos, mas ainda por algumas questões de característica a lâmpada de LED é a que gasta menos por mês e ainda tem uma vida útil de aproximadamente 10x a de uma lâmpada incandescente.

E quanto á divisão de circuitos, foi feito um diagrama unifilar para cada tipo de lâmpada

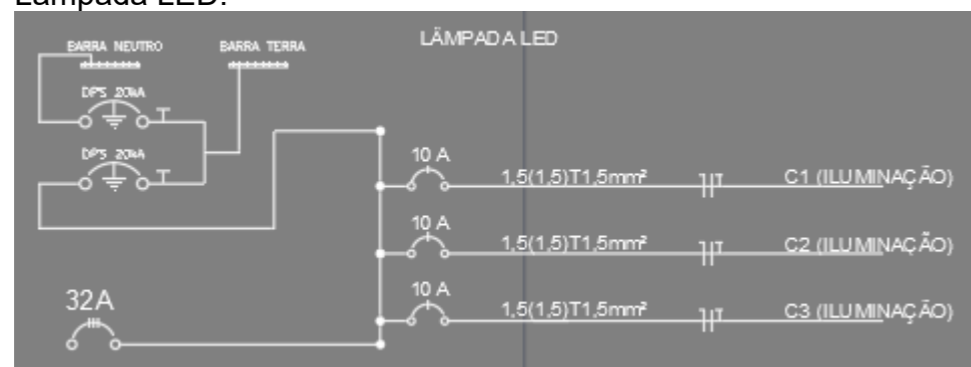
Lâmpada incandescente:



Lâmpada fluorescente:



Lâmpada LED:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intuição deste presente projeto integrador foi de estabelecer uma meta de comparação entre alguns tipos de lâmpadas presentes no mercado de materiais de construção, para mostrar a suma importância que tem um projeto luminotécnico na hora de fazer alguma reforma em um imóvel ou até construir do zero.

Comparando as lâmpadas incandescente, fluorescente e LED, nota-se que dentre elas a lâmpada incandescente foi a que se saiu pior em comparação com as demais, pois sua elevada potência para chegar a mesma iluminação das demais lâmpadas, deixa a mesma com uma terrível eficiência energética. Já as lâmpadas fluorescente e de LED se saíram muito bem, com uma diferença pequena entre elas, tendo como fluorescente a intermediária e LED se saiu mais econômica entre as três, concluindo que o melhor tipo de lâmpada a ser aplicado vai para a lâmpada de LED.

REFERÊNCIAS

- LIGHT, G. **Diferença entre as lâmpadas de LED, as incandescentes e as fluorescentes**. 2018. Acesso em: 18 nov. 2020.
- CASA, D. **Diferença entre lâmpadas incandescentes e fluorescentes e LED**. 2019. Acesso em: 18 nov. 2020.
- RODRIGUES, LUCIMAR. **Afinal. É melhor comprar lâmpada LED ou comprar lâmpada fluorescente?** 2019. Acesso em: 18 nov. 2020.
- MORAIS, LUCIANO. **Como calcular a quantidade de lâmpadas / luz para um ambiente?** 2015. Acesso em: 18 nov. 2020.
- BERGMANN, FRANCIS. **LEDs versus Lâmpadas Convencionais Viabilizando a troca** 2012. Acesso em: 18 nov. 2020.
- PANESI, RICARDO. **Impacto do uso de lâmpadas LED, fluorescente e incandescente no consumo de eletricidade em sistemas de refrigeração** 2019. Acesso em: 18 nov. 2020.

PROTEÇÕES DE GERADORES ELÉTRICOS SÍNCRONOS

Cezar Ricardo Alves, cezariricardo@hotmail.com
Evelin Aparecida Sabidot, evelinsabidot17@gmail.com
Gabriel Godoy, gabrielgodoy1995@yahoo.com.br
Kenedy Burin Scaratti, kenedyscaratti@hotmail.com

Resumo – O sistema de geração é responsável pela produção de energia elétrica através de diferentes fontes de energia. O Gerador elétrico é um dispositivo que consegue converter diferentes formas de energia, como energia mecânica, química e solar em energia elétrica. A manutenção é essencial para assegurar o funcionamento seguro e adequado do gerador, bem como para otimizar o seu tempo de vida útil. Os geradores síncronos estão sujeitos a diversas condições anormais de operação quando conectados ao sistema elétrico de potência. Visando cobrir todos os defeitos e as demais anormalidades suas proteções mais comuns são, Proteção de sobrecorrente (50, 51), Proteção diferencial (87), Proteção de subtensão (27), Proteção de sobretensão (59) etc. A ação de cada função de proteção e os tipos de parada do gerador e da turbina após a atuação de uma das proteções variam de acordo com a filosofia do agente responsável pela instalação e também com o tipo da unidade geradora.

Palavras-chave: Gerador Síncrono. Proteção. Energia Elétrica.

INTRODUÇÃO

O sistema de geração é responsável pela produção de energia elétrica através de diferentes fontes de energia. O Gerador elétrico é um dispositivo que consegue converter diferentes formas de energia, como energia mecânica, química e solar em energia elétrica. O princípio de funcionamento mais comum entre os geradores é a indução eletromagnética. O mais simples é formado por uma espira plana com liberdade suficiente para se mover sob a ação de um campo magnético uniforme. Essa espira gira em torno de um eixo perpendicular à direção das linhas de força do campo magnético aplicado. A variação do valor do fluxo que atravessa a espira móvel induz nela uma força eletromotriz. Os estudos de proteção de geradores, são cada vez mais necessários, portanto serão apresentadas as proteções mais comuns neles utilizados.

FALHAS MAIS COMUNS

A manutenção é essencial para assegurar o funcionamento seguro e adequado do gerador, bem como para otimizar o seu tempo de vida útil. No entanto, mesmo com manutenção regular, há diversos fatores que podem levar a falhas inesperadas no funcionamento do gerador. (Grupel [20-?]).

- Motorização
- Causada pela falha da máquina primária;

- Ausência de suprimento de energia da turbina, o gerador passa a funcionar como motor síncrono, acionando aquela;
- Motorização provoca o fenômeno de cavitação nas pás da turbina.

- Perda de Excitação
 - Perda de campo da excitatriz principal;
 - Desligamento acidental do disjuntor de campo;
 - Curto-circuito nos circuitos do campo;
 - Mal contato nas escovas da excitatriz;
 - Perda da alimentação CA no sistema de excitação;
 - A perda de excitação causa aceleração passando a operar como gerador de indução.

- Sobrevelocidades
 - Ocorre quando o gerador é desacoplado do SEP;
 - Necessária em todos os geradores acionados por turbinas hidráulicas.

- Correntes Desequilibradas
 - Correntes desequilibradas no gerador causam a correntes de sequência negativa nos enrolamentos;
 - Fluxos gerados por estas correntes induzirão correntes de frequência dupla na superfície do rotor provocando sobreaquecimento;
 - Caso o gerador não seja desligado poderá causar até o derretimento do núcleo do rotor. (Elétrica, [20-?]).

OPERAÇÃO EM PARALELO DE GERADORES SÍNCRONOS

[...] É muito raro encontrar um gerador síncrono isolado que esteja alimentando sua própria carga, independentemente de outros geradores. Essa situação só ocorre em algumas aplicações incomuns, como geradores de emergência. Em todas as aplicações usuais de geradores, há mais de um gerador operando em paralelo para fornecer a potência demandada pelas cargas (CHAPMAN, 2013, p. 224).

Para conseguir esse acoplamento, as seguintes condições de paralelismo devem ser atendidas:

1. As tensões eficazes de linha dos dois geradores devem ser iguais.
2. Os dois geradores devem ter a mesma sequência de fases.
3. Os ângulos de fase das duas fases a devem ser iguais.
4. A frequência do novo gerador, o gerador que está entrando em paralelo, deve ser ligeiramente superior à frequência do sistema que já está em operação (CHAPMAN, 2013, p. 226).

CONDIÇÕES ANORMAIS OPERACIONAIS DOS GERADORES

Os geradores síncronos estão sujeitos a diversas condições anormais de operação quando conectados ao sistema elétrico de potência, entre elas pode-se encontrar:

- Curto circuito:
 - entre fases;

- entre espiras;
- fase e carcaça;
- trifásico.

- Falha de funcionamento:
 - perda de excitação;
 - carga desequilibra;
 - sobrevelocidade;
 - vibração;
 - sobrecarga;
 - sobretensão. (SILVA, 2012, p. 37).

“A falha de isolamento, conduzindo a curto-circuito é devida normalmente seja a sobretensões, a sobreaquecimentos (corrente desequilibrada, ventilação deficiente, etc.), ou a movimentos do condutor (força do curto-circuito, perda de sincronismo, etc.)” (SILVA, 2012, p. 37).

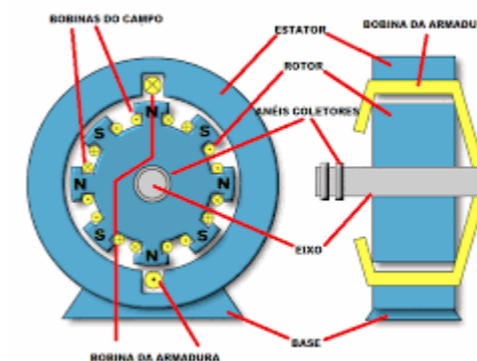
TIPOS DE PROTEÇÃO DO GERADOR SÍNCRONO E SEUS CÓDIGOS ANSI

Visando cobrir todos os defeitos e as demais anormalidades, as proteções mais comuns em geradores síncronos são:

- Proteção de sobrecorrente (50, 51);
 - Proteção diferencial (87);
 - Proteção de subtensão (27);
 - Proteção de sobretensão (59);
 - Proteção de sequência negativa (46);
 - Proteção de imagem térmica (49);
 - Proteção de perda de excitação (40);
 - Proteção de sobre-excitação (24);
 - Proteção de distância (21);
 - Proteção direcional de potência (32);
 - Proteção de frequência (81);
 - Proteção de perda de sincronismo (78);
 - Proteção de balanço de tensão (60);
 - Proteção de terra (ground) (64);
 - Proteção de balanço de corrente (61);
 - Proteção de mancal (38);
 - Proteção contra vibrações (39).
- (SILVA, 2012, p. 42).

A figura 1, mostra o esquema compilado de um Gerador Síncrono.

Figura 1-Gerador Síncrono



Fonte: PET Elétrica, (2016).

O relé é o dispositivo mais importante de todo esquema de proteção, todavia, devemos lembrar que ele não protege sozinho o sistema elétrico, [...] a proteção está pautada na operação conjunta do relé com outros dispositivos que desempenham papéis específicos, em especial disjuntores de potência e transformadores de instrumentação – de corrente (TC) e de potencial (TP) (FRAZÃO, 2019, pag. 42).

TRANSFORMADORES DE CORRENTE (TCs)

São equipamentos que permitem aos instrumentos de medição e proteção funcionarem de forma adequada sempre que haja a necessidade de possuírem correntes nominais de acordo com a corrente de carga do circuito ao qual estão ligados (SILVA, 2012, pag.14).

TRANSFORMADORES DE POTENCIAL (TPs)

“Igualmente baseado na tecnologia de núcleo magnético, os transformadores de potencial são equipamentos que fornecem uma tensão secundária de reduzida magnitude que é proporcional a uma tensão primária de elevada magnitude” (FRAZÃO, 2019, pag. 49).

FUNÇÕES DE PROTEÇÕES

- Proteção de Mínima Impedância ou Distância

A proteção de mínima impedância ou distância é empregada em unidades geradoras como proteção de retaguarda contra defeitos polifásicos internos e externos. Para tal, são monitoradas as correntes e tensões do gerador para que sejam calculadas as impedâncias “vistas” pelo gerador [...] (BATISTA, 2015, p.32).

- Proteção contra Sobrefluxo ou Volts/Hertz

“O sobrefluxo ocorre devido à sobreexcitação do gerador, ou durante fenômenos que promovem afundamento de frequência, seja por falhas no sistema de excitação do gerador, ou por condições anormais do sistema elétrico” (BATISTA, 2015, p.33).

- Proteção contra Subtensão

A proteção contra subtensão tem o propósito de impedir a operação do gerador em condições de tensão terminal abaixo de seu limite operativo. Geralmente uma tensão terminal de baixo valor está relacionada com uma subexcitação do gerador, fazendo com que ele opere fora da região segura da curva de capacidade (BATISTA, 2015, p.32).

- Proteção contra Subtensão de Terceiro Harmônico, Proteção contra Sobretensão de Terceiro Harmônico, Proteção contra Falha a Terra no Estator 100% (27TN, 59TN, 64-100%)

Os pontos acessíveis para a medição do terceiro harmônico são os bornes de saída e o neutro da máquina. Tais pontos possuem uma quantidade específica do referido harmônico, que varia basicamente em função do projeto do equipamento, das

tensões terminais e da potência gerada. Em condições normais de operação, a magnitude do terceiro harmônico cresce com o aumento da carga do gerador, tanto no neutro como nos bornes de saída (BATISTA, 2015, p.35).

- Proteção contra Potência Inversa ou Motorização

Em condições normais, o gerador síncrono opera injetando potência ativa no sistema elétrico. No entanto, se, por alguma falha, a potência mecânica aplicada em seu eixo for eliminada, ocorre a reversão do fluxo de potência ativa, na qual o gerador passa a se comportar como um motor síncrono cuja potência absorvida da rede é utilizada para suprir todas as suas perdas (BATISTA, 2015, p.37).

- Proteção contra Perda de Excitação

A perda ou a redução significativa da corrente de campo de uma máquina síncrona faz com que ela opere em uma condição de subexcitação que pode trazer instabilidade e perda de sincronismo, que são prejudiciais à própria máquina e também ao sistema elétrico (BATISTA, 2015, p.37).

- Proteção contra Carga Desequilibrada

A proteção contra carga desequilibrada é empregada para proteger geradores contra o aquecimento excessivo de seu rotor, resultante do desequilíbrio das correntes em seu estator. A componente de sequência negativa induz uma corrente superficial de frequência dupla no rotor, a qual causa uma elevação perigosa de temperatura em um curto intervalo de tempo, podendo provocar danos ao equipamento. Existem diferentes fontes de correntes desequilibradas. As mais comuns são a assimetria do sistema elétrico, cargas desequilibradas, faltas e circuitos abertos. A maior fonte de corrente de sequência negativa são os curtos-circuitos entre fases (BATISTA, 2015, p.40).

- Proteção contra Sobretensão de Sequência Negativa

A proteção contra sobretensão de sequência negativa é utilizada para a detecção de erros na sequência de fases do gerador, principalmente pela inversão dos cabos do circuito primário, ou erros nos circuitos de medição do relé de proteção. Em alguns casos, utiliza-se a função 47 para a proteção de retaguarda contra curtos-circuitos desequilibrados. O seu ajuste é definido normalmente entre 30 a 50% da tensão nominal do gerador, com temporização da ordem de 3 a 5 s (BATISTA, 2015, p.41).

- Proteção contra Sobrecarga

O estator de geradores está sujeito a sobreaquecimento devido a sobrecargas, falhas no sistema de refrigeração, ou até mesmo a curtos-circuitos. Essas condições podem ser detectadas com o uso de sensores de temperatura (RTDs) instalados em diversos pontos do estator da máquina, facilitando a localização do defeito (BATISTA, 2015, p.41).

- Proteção de Sobrecorrente Instantânea de Fase

A proteção de sobrecorrente instantânea de fase é utilizada como proteção complementar para detecção de curtos-circuitos bifásicos e trifásicos na unidade geradora e barramentos de média tensão. Isso é possível se a magnitude das correntes de um curto-circuito interno for superior às correntes de contribuição do gerador para um defeito externo, multiplicados por um fator de segurança. Esse critério garante que a função não atue para defeitos externos (BATISTA, 2015, p.42).

- Proteção contra Energização Acidental

Para Batista, 2015, ao ser energizado indevidamente, um gerador desconectado e parado passa a se comportar como um motor de indução partindo diretamente. Elevados valores de corrente passam a circular nos enrolamentos de armadura e amortecedor, danificando-os em poucos segundos. O giro inesperado do gerador pode danificar seus mancais, uma vez que os sistemas auxiliares que permitem a circulação e a injeção de óleo estão desligados. Além disso, os altos valores de potência reativa absorvidos pela máquina podem causar um afundamento de tensão significativo, comprometendo o funcionamento do SEP (BATISTA, 2015, p.42).

- Proteção contra Falha de Disjuntor

“A proteção contra falha de disjuntor é baseada na verificação do estado do disjuntor ou das correntes que circulam nesse equipamento após o envio de um comando de disparo pela proteção” (BATISTA, 2015, p.44).

- Proteção de Sobrecorrente de Terra

“As correntes de falha a terra podem ser detectadas por meio da medição direta da corrente de neutro do gerador, ou indireta no resistor conectado nos terminais secundários do transformador de aterramento do gerador” (BATISTA, 2015, p.44).

- Proteção contra Sobretensão

A sobretensão nos terminais de um gerador tem como consequência um estresse no isolamento dos enrolamentos do estator, provocado por um elevado nível de campo elétrico que deteriora o isolamento da máquina, possibilitando o surgimento de curtos-circuitos (BATISTA, 2015, p.46).

- Proteção contra Falha a Terra no Rotor

O enrolamento de campo do gerador opera de forma isolada, sem nenhum contato com a referência de terra da instalação. A incidência de uma primeira falta a terra no enrolamento de campo não afeta o funcionamento da máquina, porém a segunda falta a terra pode ser extremamente perigosa, especialmente quando se dá no polo oposto ao da primeira, causando um curto-circuito entre os polos positivo e negativo do campo do gerador (BATISTA, 2015, p.48)

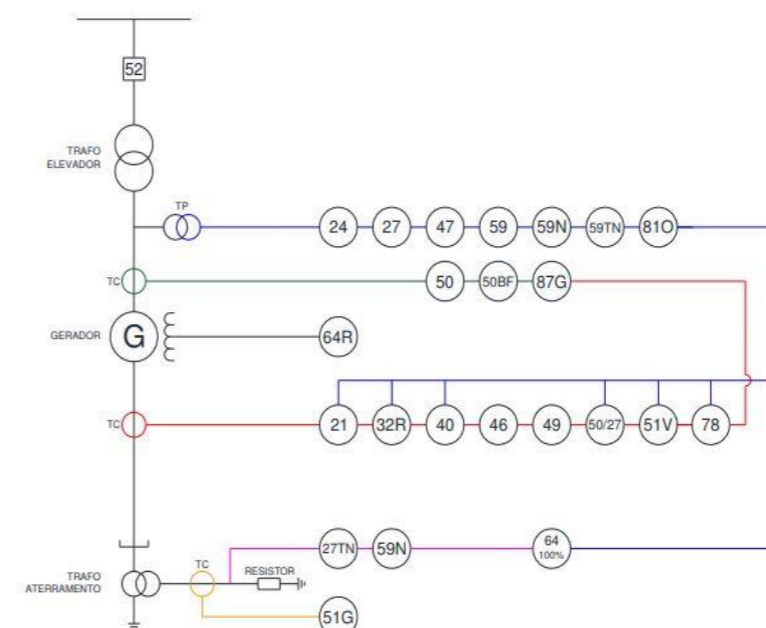
- Proteção contra Perda de Sincronismo

A proteção contra perda de sincronismo monitora as trajetórias das impedâncias vistas pelo relé durante oscilações na potência. As oscilações instáveis podem ocorrer quando o lugar geométrico das impedâncias vistas pelo relé intercepta o eixo imaginário. Assumindo-se que as resistências do gerador, transformador e equivalente do sistema elétrico possam ser desprezadas, quando o ponto de intercepção corresponder a um valor inferior à reatância do transformador elevador, é necessário o desligamento do gerador (BATISTA, 2015, p.49).

DIAGRAMA UNIFILAR TÍPICO DE UM SISTEMA DE PROTEÇÃO DE GERADOR SÍNCRONO DE MÉDIO E GRANDE PORTE, IDENTIFICANDO A CONEXÃO DAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO

A figura 2, mostra o diagrama unifilar de proteção do gerador síncrono.

Figura 2– Diagrama unifilar típico de um sistema de proteção de gerador síncrono



Fonte: BATISTA, 2015.

“A ação de cada função de proteção e os tipos de parada do gerador e da turbina após a atuação de uma das proteções variam de acordo com a filosofia do agente responsável pela instalação e também com o tipo da unidade geradora” (BATISTA, 2015, p.27).

INSTRUMENTOS UTILIZADOS NOS SISTEMAS DE LUBRIFICAÇÃO DE MANCAIS E SENSORES DE TEMPERATURA

- Unidade Hidráulica de Lubrificação

“Hidro-gerador: Sistema de levantamento (partida, revisão) sistemas para lubrificação de mancais, sistemas de freio, sistemas de resfriamento” (Hydac, [20-?]).

- Sensores de fluxo

- Para fluidos líquidos e gasosos;
- Variantes para uso em aplicações higiênicas;
- Conexão de processo variável mediante adaptadores;
- Monitoramento do fluxo também para fluidos agressivos (Ifmm, [20-?]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função de um gerador é garantir que a diferença de potencial elétrico (ddp), ou tensão elétrica, dure mais tempo e não interrompa o circuito. É utilizado para converter energia mecânica, produzida por uma máquina motriz, em energia elétrica. Por isso é importante garantir o seu bom funcionamento, para que não ocorra falhas durante sua operação, caso isso aconteça há diversos tipos de proteção que neles podem ser aplicados.

REFERÊNCIAS

As principais razões de falhas de partida em geradores de energia. Luminus, 2018. Disponível em: <https://www.luminuseletricidade.com.br/as-principais-razoes-de-falhas-de-partida-em-geradores-de-energia>. Acesso em: 30 out. 2020.

BATISTA, Júlio César. **Metodologia para ensaios de modelo de sistemas de proteção de geradores síncronos utilizando simulador digital em tempo real.** Repositório, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9W2R23/1/disserta__o_de_mestrado__j_liao_c_sar_batista.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

CHAPMAN, Stephen J. **Fundamentos de Máquinas Elétricas.** 5. ed., Porto Alegre. AMGH, 2013. Disponível em: <http://www.paftech.com.br/gallery/fundamentos%20de%20maquinas%20eletricas%20chapman.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

Componentes, Sistemas e Assistência para Usinas Hidrelétricas. Hydac, ([20-?]). Disponível em: https://www.hydac.com.br/wp-content/uploads/p10-106-1-0_0914_wasserkraft_web.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

FRAZÃO, Rodrigo José Albuquerque. **Proteção do Sistema Elétrico de Potência.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019. Disponível em: http://cm-klcontent.s3.amazonaws.com/201901/INTERATIVAS_2_0/PROTECAO_DO_SISTEMA_ELETRICO_DE_POTENCIA/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

Gerador elétrico. Copel, 2016. Disponível em: <https://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F40A0E2ABD99123CF0325740C00496689>. Acesso em: 29 out. 2020.

Geradores elétricos: o que são, tipos e exemplos. Toda matéria, [20-?]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/geradores-eletricos/>. Acesso em: 29 out. 2020.

HELERBROCK, Rafael. **Gerador elétrico,** [20-?]. Mundo educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/fisica/gerador-eletrico.htm>. Acesso em: 29 out. 2020.

Possíveis causas de falhas no gerador. Grupel, [20-?]. Disponível em: <https://grupel.eu/grupel/possiveis-causas-de-falhas-no-gerador/>. Acesso em: 30 out. 2020.

Proteção de Sistemas Elétricos. Elétrica, ([20-?]). Disponível em: https://www.eletrica.ufpr.br/p/_media/professores:mateus:te_131_-_capitulo_5.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

Sensores de fluxo /Sensores de vazão. Ifm, ([20-?]). Disponível em: https://www.ifm.com/br/pt/category/040/040_030. Acesso em: 02 nov. 2020.

SILVA, Rogério Cesar Serapião. **Proteção diferencial de geradores síncronos.** Teses, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18154/tde-16042012-155039/publico/Rogerio.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

PROJETO INTEGRADOR¹

DESENVOLVIMENTO COMPARATIVO DE UM PROJETO ELÉTRICO DE UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

Alan da Silva Coelho, alancoelho76@gmail.com.²
Bruno Balvedi Moraes, balvedimoraes@gmail.com.³
Douglas Henrique Horn, horndouglas@hotmail.com.⁴
Josiel Maciel dos Santos, sem.eletricista@hotmail.com.⁵
Lucas Silva Pivoto, lucas.pivotto2@gmail.com.⁶
Celso Cardoso de Lima Júnior, celso@uniarp.edu.br.⁷

Resumo – Num projeto elétrico que ira ser construído ou reformado, deve-se lembrar do quão importante é o projeto luminotecnico, pois com ele pode-se ter comparativos entre os tipos de lâmpadas, nos quais mostra as diferenças de intensidade de iluminação, eficiência na energia elétrica, tipos construtivos, economia na hora de comprar, entre muitos outros pontos. Neste projeto será desenvolvido um comparativo entre tipo de lâmpadas, aspectos construtivos de cada uma, como funcionam, qual a quantidade de lux e lumens, e mais importante, quais as vantagens e desvantagens de usar os três tipos de lâmpadas. O exemplo trabalhado, é de uma empresa de têxtil, o qual terá as dimensões de 40m de largura por 70m de comprimento e contendo um pé direito de 7,5m e com isso a altura do plano de trabalho dos funcionários é de 0,85m de altura diante disso, o tipo de luminária a ser escolhido será de acordo com as normas e sempre visando a economia dos sistema principalmente ergonomia visual.

Palavras-chave: Luminotecnico. Lâmpada. Ergonomia Visual. Eficiência. Energia elétrica.

INTRODUÇÃO

O método dos lumens baseia-se na teoria de transferência de fluxo e é, basicamente um método simples de radiosidade que foi desenvolvido para cálculos rápidos manuais. Com a utilização deste método, obtemos informações referentes à iluminação geral distribuída, para um plano de trabalho horizontal, que ocupa toda área do ambiente. Pretende-se disponibilizar informações necessárias para a execução da análise luminotecnica do recinto e desenvolvimento de projetos para esses ambiente.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de engenharia elétrica.

² Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Especialista do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Descreve-se os principais conceitos da luminotécnica, as características dos diversos tipos de lâmpadas e luminárias que serão utilizadas no decorrer do estudo.

Essas características e conceitos são associados aos métodos de verificação de iluminância de interiores e métodos de cálculos de iluminação, a fim de se obter uma metodologia eficaz e otimizada para a verificação e dimensionamento da iluminação de ambientes internos especiais.

O método utilizado foi método dos Lumens ou do fluxo luminoso. A metodologia desenvolvida é aplicada a ambientes especiais como a indústria a ser estudada e de têxtil, especificamente no setor de costura e deve atender a norma NBR 8995-1 e a carga horaria de trabalho é 8,5 h diária de segunda a sexta-feira

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

NOÇÕES LUMINOTECNICA

Iluminar um local não significa apenas destinar àquele espaço ou superfície uma determinada quantidade de fluxo luminoso, mas criar condições com a luz para que as atividades sejam desenvolvidas pelo modo mais eficiente e confortável.

FLUXO LUMINOSO: é uma das unidades fundamentais em engenharia de iluminação, dada como a quantidade total de luz emitida por uma fonte luminosa em todas as direções do espaço. Sua unidade de medida é o lúmen. O lúmen é a quantidade de luz irradiada através de uma abertura de 1m² em uma esfera de 1m de raio. Como referência, considera-se que uma fonte luminosa uniforme de intensidade de 1 candela emite 12,56 lúmens, ou seja, $4\pi R$ lúmens, sendo 1 lúmen para cada área de 1m² na superfície dessa esfera.

INTENSIDADE LUMINOSA: é a quantidade de luz que uma fonte emite em uma determinada direção. O seu valor está diretamente relacionado à direção dessa fonte de luz, pois pode-se perceber que fontes luminosas normalmente não emitem a mesma quantidade de luz em todas as direções.

ILUMINÂNCIA: Também conhecida como nível de iluminamento, é definida como o fluxo luminoso que incide sobre uma superfície situada a certa distância da fonte, ou seja, é a quantidade de luz que está chegando em um ponto. A unidade de medida da iluminância é expressa em lux e pode ser medida através de um aparelho chamado luxímetro. A equação 1 serve para a realização do cálculo de iluminância.

LUMINÂNCIA: É a medida de sensação de claridade provocada por uma fonte de luz ou superfície iluminada e avaliada pelo cérebro. A luminância depende tanto do nível de iluminamento, quanto das características de reflexão das superfícies e é dada em candela/m². Também podemos definir luminância como sendo a intensidade luminosa emanada de uma superfície, pela sua superfície aparente.

EFICIÊNCIA LUMINOSA (η): As lâmpadas não se diferenciam apenas pelo fluxo luminoso emitido, mas também pelas potências consumidas. Uma das formas de fazer uma análise da eficiência de uma lâmpada é descobrindo a relação entre a quantidade de lúmens emitidos e a potência consumida. Essa relação é denominada

eficiência luminosa e pode ser determinada através da equação 4. $P \cdot \eta = \Phi$ Equação
Onde: η = eficiência Luminosa, em lúmen / Watt. Φ = fluxo Luminoso, em lúmen. P = potência consumida, em Watt..

TEMPERATURA DE COR (T): é a característica que indica a aparência da cor da luz. As lâmpadas mais amareladas possuem baixa temperatura de cor, abaixo de 3000K. Já as lâmpadas com aparência tendendo ao azul violeta são de alta temperatura de cor, sendo superior a 6000K.

REFLETÂNCIA (ρ): parte do fluxo luminoso que incidem sobre uma superfície é absorvido, parte sofre refração e uma terceira parcela é refletida. A relação entre o fluxo luminoso incidente sobre a superfície e o fluxo luminoso refletido é conhecida como refletância. A refletância de uma superfície pode ser determinada de acordo com a equação. $\phi_r = \rho \cdot \phi_i$ Equação Onde: ρ = Refletância ϕ_r = fluxo luminoso refletido ϕ_i = fluxo luminoso.

LÂMPADAS ELÉTRICAS: As lâmpadas elétricas utilizadas comercialmente podem ser classificadas de acordo com seu processo de emissão de luz. Podem ser, portanto, incandescentes ou de descarga. Uma outra forma de fazer sua classificação é através do seu desempenho. Para isso deve-se considerar algumas de suas características.

LÂMPADAS INCANDESCENTES: seu princípio de funcionamento baseia-se na emissão de luz por um corpo aquecido, normalmente um filamento de tungstênio. Esse aquecimento é gerado pela potência elétrica dissipada por ele quando em funcionamento.

LÂMPADAS INCANDESCENTES CONVENCIONAIS: basicamente são constituídas de um filamento de tungstênio normalmente enrolados em forma espiralada, que atingem a incandescência devido a sua dissipação de potência. Envolvendo o filamento existe um bulbo de vidro cheio de gás inerte, normalmente nitrogênio, que evita a oxidação do tungstênio.

LÂMPADAS INCANDESCENTES HALÓGENAS: É um tipo de lâmpada incandescente um pouco mais aperfeiçoada que a convencional. Basicamente é constituída de um tubo de quartzo, dentro do qual existe um filamento de tungstênio e partículas de um elemento halógeno, normalmente iodo ou bromo.

LÂMPADAS FLUORESCENTES: As atuais lâmpadas fluorescentes também melhoraram seu índice de reprodução de cores, apresentando-se na faixa de 70 a 80% para lâmpadas comuns e 80 a 90% para lâmpadas trifósforo, podendo atingir até mesmo 95% em lâmpadas fluorescentes especiais.

LUMINÁRIAS: as luminárias são aparelhos destinados à fixação da lâmpada. Mas, além de dar suporte, elas devem controlar e distribuir a luz, manter a temperatura de operação dentro dos limites estabelecidos, ter uma aparência agradável, ser economicamente viável e facilitar instalação, conservação e manutenção.

MÉTODOS DE CÁLCULOS DE ILUMINAÇÃO

Quando desenvolvemos um projeto de iluminação de um ambiente qualquer, num primeiro momento devemos escolher o sistema lâmpada-luminária adequado aquele lugar. A partir daí pensamos na quantidade de lâmpadas e luminárias que fornecerão um nível de iluminamento adequado ao ambiente. A determinação dessa é feita de três formas: Pela carga mínima exigida por normas; Pelo método dos lúmens; Pelo método das cavidades zonais.

METODOLOGIA

A indústria a ser estudada e de têxtil, especificamente no setor de costura e deve atender a norma NBR 8995-1 e a carga horária de trabalho é 8,5 h diária de segunda a sexta-feira. As dimensões do pavimento que se encontra o setor de costura são de 40m de largura por 70m de comprimento e um pé direito de 7,5m. A altura do plano de trabalho é de 0,85m. Com relação ao ambiente, as cores do teto e parede são brancas e o piso possui cor escura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As lâmpadas comerciais utilizadas para iluminação são caracterizadas pela potência elétrica absorvida (W), fluxo luminoso produzido (lm), temperatura de cor (K) e índice de reprodução de cor. As com filamento convencional ou halógenas produzem luz pela incandescência, assim como o sol. As de descarga aproveitam a luminescência, assim como os relâmpagos e as descargas atmosféricas. E os diodos utilizam a fotoluminescência, assim como os vaga-lumes. O projeto de iluminação tem por objetivo estabelecer o melhor sistema de iluminação para uma dada aplicação. De uma forma geral, o sistema de iluminação deve garantir níveis de iluminamento médio adequado em função das características do local e da atividade a ser desenvolvida. Para tanto, as normas técnicas possuem valores de referência habitualmente utilizados em projetos de iluminação. Uma vez escolhida a luminária a ser utilizada, a etapa final do projeto consiste em determinar o número de luminárias necessárias para alcançar o valor de iluminamento médio especificado e ainda proceder a ajustes de uniformização levando em conta a simetria do local. Define-se iluminamento médio (EM) em uma dada superfície como: $EM = \frac{\phi}{S}$ Em que: ϕ - é o fluxo luminoso total que atravessa a superfície (lm); S - é a área da superfície considerada (m^2). A unidade do iluminamento é lm/m^2 , mais conhecida por lux. É através do iluminamento médio que são fixados os requerimentos de iluminação em função da atividade a ser desenvolvida em um determinado local. Outro conceito fundamental em luminotécnica é o de curva de distribuição luminosa. Os valores de intensidade luminosa são fornecidos considerando luminária equipada com fonte luminosa padrão com fluxo luminoso total de 1000 lm. Caso a lâmpada produza um fluxo diferente, os valores de intensidade luminosa deverão ser corrigidos proporcionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer o iluminamento médio do local, em função das dimensões do mesmo e da atividade a ser desenvolvida. Conforme mencionado anteriormente, as normas técnicas possuem valores de referência para o iluminamento médio. De acordo com a NBR 5413, para a determinação da iluminância conveniente é

recomendável considerar as seguintes classes de tarefas visuais. Estabelecer o tipo de lâmpada e de luminária a serem utilizadas no local. A experiência do projetista é muito importante neste passo, pois um determinado conjunto lâmpada/luminária disponível comercialmente pode-se adaptar melhor a algumas aplicações e não a outras. Por exemplo, iluminação fluorescente convencional é bastante indicada para iluminação de escritórios, e iluminação incandescente é a opção preferencial para galerias de arte, devido a sua excelente reprodução de cores. Para a luminária escolhida no passo anterior determina-se o Fator de Utilização (Fu). Este coeficiente, menor ou igual a 1, representa uma ponderação que leva em conta as dimensões do local e a quantidade de luz refletida por paredes e teto. A contribuição das dimensões do local é feita através do chamado Índice do Local (K).

Para o local de instalação determina-se o Fator de Depreciação (Fd). Este coeficiente, menor ou igual a 1, representa uma ponderação que leva em conta a perda de eficiência luminosa das luminárias devido à contaminação do ambiente. Existem tabelas que fornecem valores deste coeficiente em função do grau de contaminação do local e da frequência de manutenção (limpeza) das luminárias. Determina-se o fluxo luminoso total ϕ (em lúmen) que as luminárias deverão produzir.

Ajusta-se o número de luminárias de forma a produzir um arranjo uniformemente distribuído (por exemplo, certo número de linhas cada uma com o mesmo número de colunas de tal forma que o número de luminárias resulte o mais próximo possível do valor determinado). Uma vez ajustado o número efetivo de luminárias por linha e coluna, efetuar o cálculo da iluminância efetiva no plano de trabalho.

REFERÊNCIAS

PHILIPS. Iluminação – Noções Básicas de Iluminação. Informação de produto – Informação de Aplicação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR-5413 - Iluminância de Interiores. Rio de Janeiro, 1992.

CREDER, H. Instalações Elétricas. 13. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996.

OSRAM. Manual Luminotécnico Prático. [online]. 2006. Disponível: <http://www.osram.com.br/download/manual/MANUAL.PDF> acessado em 22/11/2020.

FIALHO BONATES, M. Análise da Influência do Projeto Arquitetônico no Conforto Lumínico: o casos dos ambientes de trabalho de uma imobiliária. [online]. Disponível: 22/11/2020.

PROTEÇÃO DE GERADORES ELETRICOS SEGUNDO OS PADRÕES DA ANSI / IEEE (AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE / INSTITUTE OF ELECTRICAL AND ELECTRONIC ENGINEERS).

Guilherme liczkoski, liczeletrica@gmail.com¹

Resumo – Proteções em geradores elétricos são muito importantes, para que não haja algum acidente e que não ocasione falhas inesperadas, os padrões ANSI/IEEE são muito uteis a modo de padronizar o sistema de proteção.

Palavras-chave: Proteções. Geradores. ANSI/IEEE

INTRODUÇÃO

Os primeiros conhecimentos sobre as vistas relativas à estrutura do átomo (ano de 1911) se devem a Lord Rutherford, físico inglês. Anteriormente, o átomo era simplesmente considerado como a última partícula indivisível da matéria (átomo significa, em grego, indivisível).

Chama-se de **Gerador elétrico** a qualquer aparelho capaz de produzir força capazes de desvincular os elétrons periféricos da atração do núcleo e de deslocá-los no sentido da força, ao longo do condutor isolado (chamado enrolamento interno).

O sistema de proteção de unidades geradoras tem por objetivo evitar a operação das máquinas em condições inadequadas e instáveis, além de minimizar os danos causados na ocorrência de defeitos nos equipamentos primários, proporcionando maior segurança para as instalações. Além disso, o sistema de proteção deve evitar desligamentos indevidos, originados por atuações incorretas causadas por erros em ajustes ou mau funcionamento dos relés de proteção, seja por hardware ou firmware.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

GERADORES ELETRICOS (ALTERNADORES) SINCRONOS

Alternadores ou geradores elétricos são máquinas que transformam energia mecânica em energia elétrica. O esquema da Fig. 1 representa o princípio construtivo de um alternador trifásico, constituído pelas suas duas partes essenciais, isto é:

- o **indutor**, que espera a produção do campo magnético;
- o **induzido**, que leva o enrolamento sede de força eletromotriz induzida.

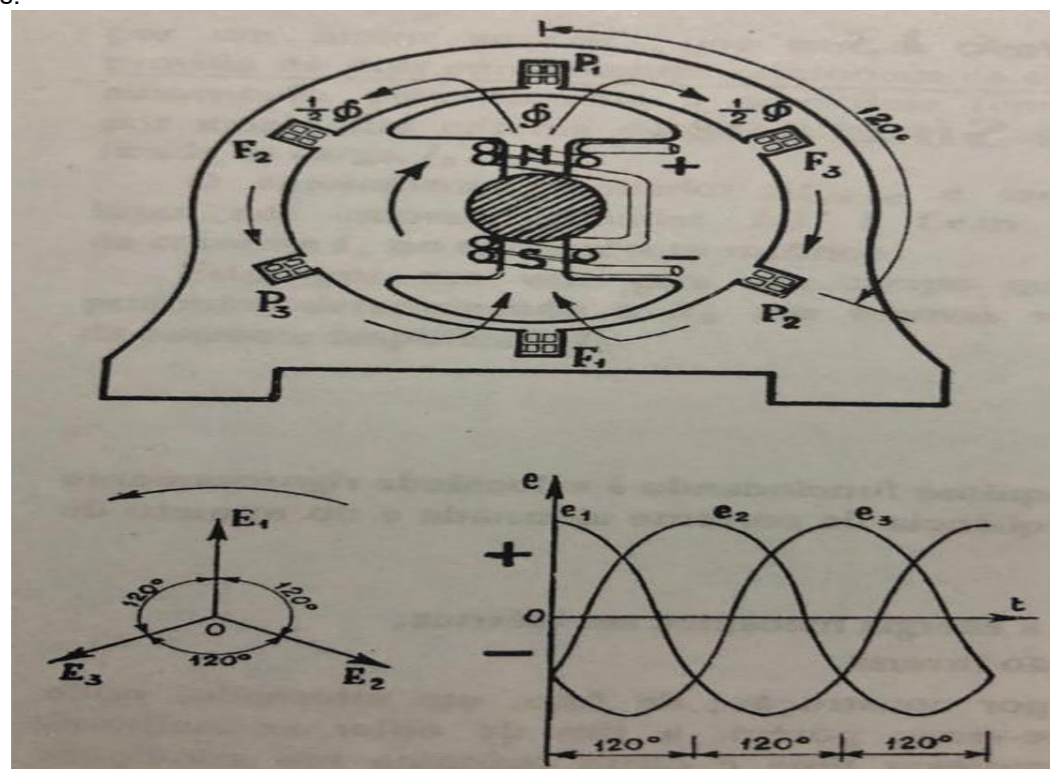
O indutor é composto dos pólos, constituídos dos núcleos e das expansões polares, fixados em um cubo solidário ao eixo.

¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Cada núcleo leva as espiras magnetizantes, enroladas alternadamente em sentido oposto em cada um desses, de modo excitar os polos de maneira tal a formar um polo norte, um polo sul e assim por diante.

Para ligar eletricamente essas espiras girantes à fonte de eletricidade externa, constituída de um gerador coaxial de corrente contínua, chamado de excitatriz, recorre-se à ligação anéis-escova. Para isso, as extremidades do enrolamento excitador do rotor se solda a dois anéis fixos no eixo, isolados entre si e do eixo, enquanto as escovas que deslizam sobre eles são ligadas aos terminais da excitatriz.

Fig. 1 – Esquema de alternador trifásico bipolar e diagramas (vetorial e cartesiano) das f.e.m. geradas.



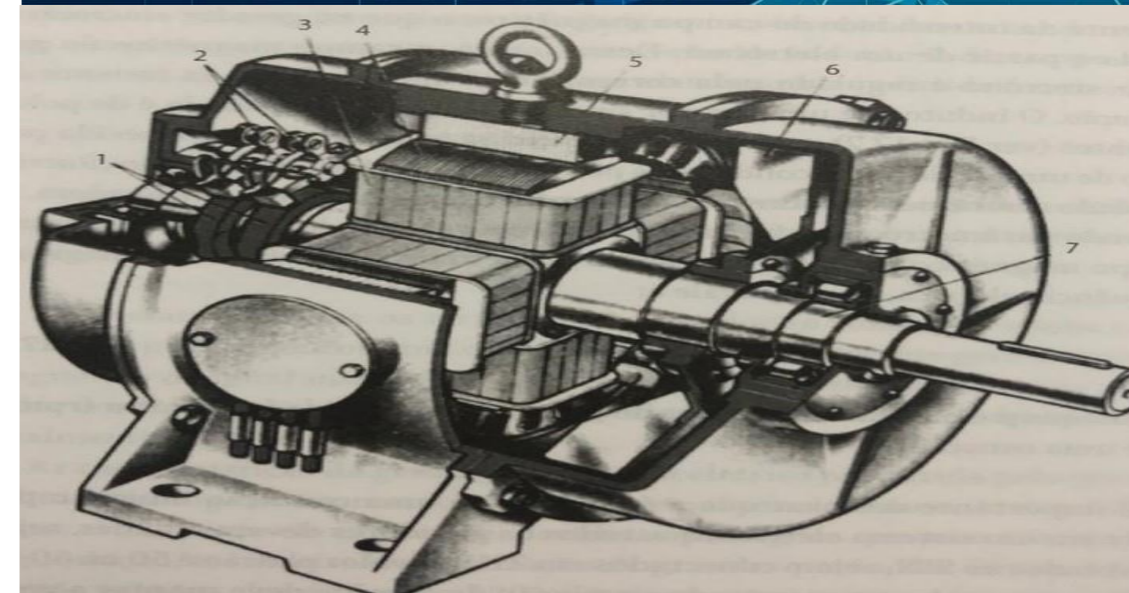
Fonte: MARTINO, G. *Eletricidade industrial*. 2002. Pag.300.

COMPONENTES DE UMA MAQUINA SINCRONA

A máquina síncrona é composta de duas partes principais separadas por um entreferro: indutor (rotor) e induzido (estator), como indica a Fig. 2. Cada uma delas tem um núcleo magnético e uma bobina.

O rotor, ou indutor, dispõe de um núcleo magnético (4) formado por um conjunto de chapas de aço-silício, material de excelentes características magnéticas, com finalidade de evitar perdas por histerese e correntes parasitas. Nele estão montadas as bobinas do rotor (3), normalmente de cobre, refrigeradas a ar, que, em conjunto com o núcleo, formam os pares de polos, que, por sua vez, constituem a excitatriz. A corrente de excitação chega à excitatriz por meio de um conjunto de escovas (2) e um par de anéis condutores (1). As escovas estão instaladas sobre o estator do gerador, e os anéis condutores, sobre o rotor do gerador.

Fig.2 Componentes de uma máquina síncrona.



Fonte: FLÓREZ, Ramiro. *Pequenas Centrais Hidroelétricas*. 2014.

A excitatriz esta montada sobre o eixo do rotor, que gira sobre mancais (7).

A parte fixa da máquina (induzido) e composta de um corpo e de um núcleo (5) que contem um bobina trifásica. O corpo da máquina é uma peça inteiriça obtida por fundição. No corpo da máquina é uma peça inteiriça obtida por fundição. No corpo da máquina esta montado o núcleo do estator (5), formado por laminas estampadas e separadas entre si por uma película de isolamento para reduzir as perdas magnéticas da máquina. Na parte interna do núcleo do estator encontram-se as ranhura nas quais estão alojadas as bobinas.

O esfriamento da máquina e feito por ventilação forçada externa ao redor de seu corpo. O fluxo do ar é fornecido por um ventilador (6) montado sobre o eixo do rotor.

PROTEÇÃO DE GERADORES SINCRONOS

Para proteções em geradores no brasil e padronizado a normativa da ANSI / IEEE de Proteção de Geradores e usado uma tabela:

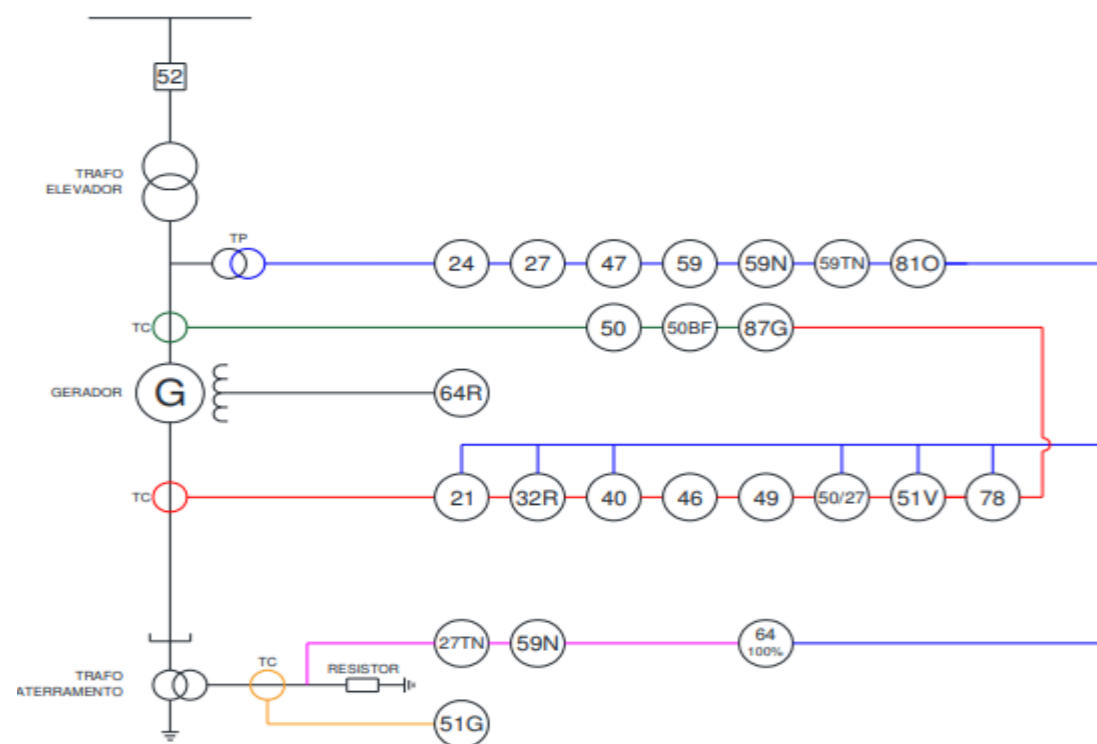
Tabela 1. Principais funções de proteção gerador síncrono [IEEE, 2011]

Número ANSI da Função	Descrição
21	Proteção de Mínima Impedância ou Distância
24	Proteção contra Sobrefluxo ou Volts/Hertz
27	Proteção contra Subtensão
27TN, 59TN, 64-100%	Proteção contra Subtensão de Terceiro Harmônico, Proteção contra Sobretensão de Terceiro Harmônico, Proteção contra Falha a Terra no Estator 100%
32R	Proteção contra Potência Inversa ou Motorização
40	Proteção contra Perda de Excitação
46	Proteção contra Carga Desequilibrada
47	Proteção contra Sobretensão de Sequência Negativa
49	Proteção contra Sobrecarga
50	Proteção contra Sobrecorrente Instantânea de Fase
50/27	Proteção contra Energização Acidental
50BF	Proteção contra Falha de Disjuntor
51G	Proteção de Sobrecorrente Temporizada de Terra
51V	Proteção de Sobrecorrente de Fase com Restrição por Tensão
59	Proteção contra Sobretensão
59N, 64-95%	Proteção contra Sobretensão de Neutro, Proteção contra Falha a Terra no Estator 95%
64R	Proteção contra Falha a Terra no Rotor
78	Proteção contra Perda de Sincronismo
81	Proteção contra Subfrequência e Sobrefrequência
87G	Proteção Diferencial de Gerador

Fonte: BATISTA, Júlio. **Metodologia Para Ensaios de Modelos de Sistemas de Proteção de Geradores Síncronos Utilizando Simulador Digital em Tempo Real**. 2015. Pag. 32

DIAGRAMA DE LIGAÇÃO DOS RELES

Figura 9. Diagrama unifilar típico de um sistema de proteção de gerador síncrono.



Fonte: RIBEIRO, Guilherme. **Proteção de Geradores Síncronos**. 2001.pag.35

IMPORTÂNCIA DAS PROTEÇÕES NOS GERADORES.

Todas essas proteções são de imensa importância no sistema, pois não é muito fácil trocar um gerador de uma hora pra outra sendo assim com todo um sistema de monitoramento a caso alguma falha aconteça já se pode programar uma manutenção preventiva ao invés de uma corretiva, pois uma manutenção corretiva em uma usina pode prejudicar muitos consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje no mundo dos geradores já se encontra muita tecnologia tanto que para as proteções também evoluíram e muito, pois todo esse estudo se referente a um componente elétrico que consegue monitorar todos os aspectos físicos do gerador obtendo os valores exatos e com a parametrização de acordo com os testes de cada gerador se obtém o máximo de rendimento sem perder a segurança. Um caso muito famoso que mostra como é importante a proteção dos geradores e o caso de Chernobyl que contou com um operador inexperiente que quis aumentar o rendimento dos geradores além do que ele suportavam, mas infelizmente naquela época não contávamos com toda a proteção que existe hoje se não provavelmente não o sistema não permitiriam o aumento exagerado e trabalharia na faixa segura se não iria desligar.

REFERÊNCIAS

- FLÓREZ, Ramiro. **Pequenas Centrais Hidroelétricas**. 2014.
- OLIVEIRA, Milton. **Energia Elétrica**. 2014.
- MARTINO, G. **Eletricidade industrial**. 2002.
- BATISTA, Júlio. **Metodologia Para Ensaios de Modelos de Sistemas de Proteção de Geradores Síncronos Utilizando Simulador Digital em Tempo Real**. 2015.
- RIBEIRO, Guilherme. **Proteção de Geradores Síncronos**. 2001.
- MARDEGAN, Claudio. **Dispositivos de Proteção**. 2001.
- AFONSO, Paulo. **RETROFIT EM PROTEÇÃO DE GERADORES: aspectos qualitativos da função de sobrefluxo e subfrequência**. 2017.
- GAZEN, Yuri. **RETROFIT EM PROTEÇÃO DE GERADORES: aspectos qualitativos da função de sobrefluxo e subfrequência**. 2015.
- NETO, José. **ESTUDO DE PROTEÇÃO ELÉTRICA DE TURBOGERADORES**. 2018.
- www.mediatensao.com.br/imagens/produtos/28216.pdf

CINEMÁTICA

Everton Ricardo dos Santos, evertonricardosantos19@gmail.com¹

Roni Marcos Deon, ronideon@yahoo.com.br²

Patrícia Deus e Silva, patricia.silva@uniarp.edu.br³

Darci Martinello, darcimartinellocdr@yahoo.com.br⁴

Resumo – A Cinemática é um ramo da Física que estuda os movimentos entre dois ou mais corpos dispostos no espaço, sem considerar os resultados e as reações destes movimentos, com isso algumas características e particularidades precisam ser analisadas e interpretadas de forma a garantir confiabilidade nos resultados obtidos.

O objetivo deste trabalho acadêmico é descrever as maneiras de identificar e calcular esses movimentos, onde o método utilizado será de pesquisa bibliográfica sobre o assunto onde faremos uma abordagem geral explanando de forma resumida suas partes e a inte-ração entre elas.

Pois com a mudança de apenas uma variável, como por exemplo a velocidade do corpo, indica que outras variáveis também sofreram alterações, como aceleração, tempo e trajetória, representando um Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV), que é diferente de um Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) onde a aceleração é nula, fazendo com que a velocidade do corpo se mantenha constante em toda sua trajetória, que comumente é representada por uma reta.

Assim, quando estudamos estes movimentos sem levar em consideração o que está proporcionando ou influenciando para que este ocorra, estamos fazendo o uso dos conceitos da Cinemática.

Palavras-chave: Movimento.Referencial.Trajetoária.MRU. MRUV

INTRODUÇÃO

O Estudo da CINEMÁTICA concentra-se em descrever principalmente o MOVIMENTO ente corpos, sem levar em consideração o resultado deste movimento, porém para isto precisamos descrever e definir alguns fatores que interferem diretamente para determinar qual dos corpos é que está em movimento, qual está em repouso e o tipo de movimento que os corpos estão efetuando, pois dependendo do ponto de vista, o tipo de movimento é extremamente diferente um do outro.

São vários os assuntos que compõem o estudo da Cinemática, dentre eles temos o Referencial, Movimento, Trajetória, Posição, Deslocamento e distância percorrida, Instante e Intervalo de tempo, Velocidade Média, Movimento Retilíneo

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso das engenharias).

¹ Acadêmico do curso de Eng. Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Eng. Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Patrícia Deus e Silva, do curso de Eng. Elétrica e Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor Darci Martinello, do curso de Eng. Elétrica e Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Uniforme (MRU) e o Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV). Cada qual com suas particularidades e serão apresentados a seguir.

Os Objetivos desta pesquisa são organizar e explicar de forma simples os conceitos e definições da Cinemática, sua utilização, as equações matemáticas e as relações entre o estudo da Física e Cálculo.

COMPONENTES DA CINEMÁTICA

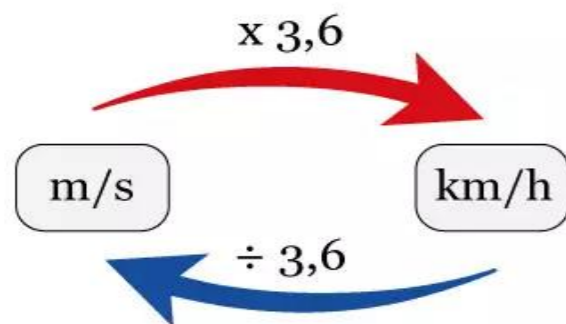
A Cinemática é um campo da Física que estuda o movimento entre corpos sem analisar suas causas e consequências. Mas para determinar se o corpo encontra-se em movimento ou em repouso para tanto, precisamos de um ponto de referência, que chamamos de Referencial, com isso, se houver uma mudança de posição em um determinado tempo em relação ao referencial determinado, podemos dizer que o corpo encontra-se em movimento, caso não ocorra alteração na posição com o passar do tempo, dizemos que o corpo encontra-se em repouso.

Para analisar este movimento, precisamos definir o ponto material onde se iniciará o movimento, posição inicial e qual a trajetória percorrida, que pode ser uma sucessão de pontos formando uma linha visível ou imaginária, até a posição final, onde termina o movimento, com isto teremos a medida da variação do espaço percorrido em um determinado tempo que chamamos de Deslocamento Escalar.

Com este movimento teremos uma velocidade média, que representa o relação entre o deslocamento do corpo e o tempo gasto para tal, matematicamente representada pela equação $V_m = \frac{\Delta s}{\Delta t}$ e sua unidade de medida em m/s ou km/h.

Com a Velocidade média podemos calcular a velocidade instantânea em um determinado tempo, que no Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) serão iguais, esta grandeza que está diretamente associada a aceleração que neste tipo de movimento é nula, fazendo com que o corpo não sofra mudança na velocidade com o passar do tempo.

A velocidade média é uma grandeza da física que verifica o deslocamento de um corpo em um determinado espaço de tempo, conhecida também como velocidade escalar. É um ramo da cinemática que analisa os movimentos dos corpos, sua unidade de medida no sistema internacional (SI) é o m/s, porém é comumente usado o quilômetro/hora (Km/h) dependendo da necessidade de unidade requerida e para obter essa medida, no entanto a partir no m/s é bem simples, basta multiplicar o valor em m/s por 3,6 e caso queira transformar Km/h em m/s divide-se o valor em Km/h por 3,6 isso pode ser observado na ilustração a seguir:



Fonte: TodaMateria

A velocidade média também pode variar conforme o tipo de movimento, sendo eles movimento retilíneo uniforme (MRU), onde o corpo se desloca com velocidade

média e instantânea iguais, assim não havendo aceleração. No MRU, a velocidade é constante e o corpo encontra-se com sua trajetória em linha reta. Em seguida temos o Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV), onde o corpo possui velocidade diferentes, com variação uniforme de tal modo que a velocidade média é diferente da velocidade instantânea, onde a aceleração é o motivador desta alteração, e quando o corpo adquire acréscimo na velocidade, temos aceleração positiva e quando o corpo diminui sua velocidade temos aceleração negativa, fazendo com que o corpo “freie” na sua trajetória.

$$\text{Calculando a velocidade média temos: } V_m = \frac{\Delta s}{\Delta t}$$

Onde: V_m = velocidade media

Δs = intervalo do deslocamento

Δt = intervalo de tempo

MRU (Movimento Retilíneo Uniforme)

Como o próprio nome já diz é um tipo de movimento onde um corpo qualquer realiza um movimento constante em linha reta, levando em consideração fatores como velocidade média e o intervalo de tempo de determinado trajeto.

Também dentro do estudo do MRU, verificasse a velocidade instantânea, velocidade que por sua vez se dá pelo valor da velocidade para um intervalo de tempo pequeno. Um exemplo dessa forma de velocidade pode ser observada em velocímetros de automóveis, é a velocidade que se vê no momento em que se está rodando com o veículo, outro ponto importante para se citar é que a velocidade instantânea apresenta o mesmo valor da velocidade média.

Ou seja: $V_m = V$

Onde: V_m = velocidade media

V = velocidade instantânea.

Observando os pontos iniciais e finais da trajetória, apresenta-se a função horária da posição, essa que por sua vez é encontrada substituindo Δs por $s - s_0$ na equação da velocidade, em relação ao intervalo de tempo, comumente utilizamos $t_1 = 0$, isso representa o início da medição do intervalo, independente de onde o corpo esteja localizado no espaço, é como se zerássemos o cronômetro ao dar a partida na leitura.

$$v = \frac{\Delta s}{\Delta t} = \frac{s - s_0}{\Delta t}, \text{ isolando (s), encontra-se a função horária da posição do MRU:}$$

$$s = s_0 + v \cdot t$$

Onde: s = Posição final

s_0 = posição inicial

V = velocidade final

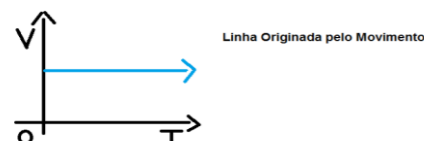
Δt = intervalo de tempo.

Fazendo uma relação com a disciplina de Cálculo, se o cociente variação do espaço percorrido $\Delta s = s - s_0$ pela variação do tempo correspondente $\Delta t = t_2 - t_1$ teremos velocidade escalar instantânea (v) de um corpo determinada a partir da sua velocidade média como:

$$v(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \left(\frac{\Delta s}{\Delta t} \right) = \frac{ds}{dt} \quad \text{onde } ds/dt \text{ é a derivada da função } s \text{ em}$$

relação à variável t.

Abaixo apresenta-se o gráfico gerado pelo movimento retilíneo uniforme, antes uma breve explicação do porquê que o gráfico fica assim. A velocidade é constante portanto o gráfico sempre será representado por uma reta paralela ao eixo do tempo.



MRUV (Movimento Retilíneo Uniformemente Variado)

Assim como no MRU, o MRUV também é realizado em uma reta e a diferença entre os dois se dá devido um deles apresentar variação de velocidade no mesmo intervalo de tempo, porém com aceleração constante $\neq 0$.

Sua trajetória pode ocorrer tanto na horizontal ou na vertical, exemplo disso é uma motocicleta em um percurso retilíneo em uma pista ou um foguete sendo lançado ao ar. O MRUV também possui dois tipos de movimento são eles: MRUV acelerado onde velocidade e aceleração tem o mesmo sinal, e MRUV retardado onde a velocidade e aceleração tem sinais opostos. A seguir iremos descrever o que é MRUV, apresentando suas funções que envolvem as funções das outras grandezas físicas apresentadas neste presente trabalho.

Aceleração, na física aceleração é uma grandeza que mede a variação de velocidade em um móvel em função do tempo, sua representação de medida no sistema internacional (SI), é o m/s^2 . Uma observação a respeito da aceleração é que ela não é somente positiva e não se aplica exclusivamente para aumentar velocidade, pois quando se reduz a velocidade do corpo também temos aceleração, mas essa terá valor negativo gerando assim movimento retardado (termo designado na física).

a constante = Movimento uniformemente variado (MRUV)
 $a \geq 0$ = Movimento acelerado
 $a \leq 0$ = Movimento retardado
 $a = 0$ = Movimento uniforme

Função da aceleração: $a = \frac{\Delta v}{\Delta t}$.

Aceleração média: $a = \frac{\Delta v}{\Delta t}$

Função horaria da velocidade: $V = V_0 + a.t$

Função horaria do espaço: $s = s_0 + v_0 t + at^2/2$

Velocidade média: $v_m = \frac{v_1 + v_2}{2}$

Equação de Torricelli: $v^2 = v_0^2 + 2a\Delta s$

Se utilizarmos a $v(t)$ obtida pelo MRU anterior, e o intervalo de tempo Δt , fazendo novamente a derivada teremos a aceleração do corpo no mesmo espaço e tempo analisados, sendo:

$$a(t) = \frac{dv}{dt}, \quad \text{onde } dv \text{ é a derivada da velocidade em relação a } dt.$$

Porém se analisarmos de forma contrária, tendo por base a aceleração do sistema, utilizando o cálculo da integral, podemos encontrar a velocidade do corpo em estudo, sendo:

$$\int a(t) dt = v(t) + C, \quad \text{onde } C \text{ é uma variável arbitrária.}$$

METODOLOGIA

Toda pesquisa foi baseada em materiais disponíveis em mídia digital, com acesso pela Internet no período de Agosto a Novembro de 2020, sendo indicada nas referências bibliográficas a seguir, obedecendo as orientações e indicações de sites com materiais confiáveis e elaborados por órgãos responsáveis pelas pesquisas com conteúdos destinados aos estudantes das instituições de educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos concluir que o estudo dos movimentos dos corpos no espaço tem seu início com base nos conceitos da Cinemática e suas componentes, e a partir disto é possível estabelecer relações com outras disciplinas, fazendo a interação dos conhecimentos adquiridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo apenas reunir os principais conceitos da Cinemática e as possíveis interações com os cálculos matemáticos. Este Projeto Integrador limita-se no avanço do estudo das consequências que a Cinemática provoca nos corpos, pois os mesmos abrangem outros assuntos que serão trabalhados pelos demais colegas da instituição de ensino.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Instituição de ensino (UNIARP) pela oportunidade de aprofundar nossos conhecimentos e aos professores por serem os norteadores neste aprendizado.

REFERÊNCIAS

BISPO, Manuela. Resultado da aplicação de uma força não nula. Educa Mais Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/fisica/aceleracao>. Acesso em Out/20

DIAS, Fabiana. Grandeza que calcula a rapidez do deslocamento de um corpo em um espaço de tempo. Educa Mais Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/fisica/velocidade-media>. Acesso em Nov/20

GOUVEIA, Rosimar. Movimento Retilíneo Uniforme. TodaMateria, 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/movimento-retilíneo-uniforme>. Acesso em Nov/20

GASPAR, Alberto. Física. Mecânica. Vol. 1. São Paulo: Ática, 2000. 384 p.

BONJORNO/CLINTON. Física 1. Mecânica. São Paulo. FTD, 1992

Rev. Bras. Ensino Fís. vol.38 no.1 São Paulo 2016 Epub Apr 01, 2016

Obs. O trabalho elaborado está bem encaminhado. O objeto de estudo está devidamente contextualizado com elementos básicos que dão a fundamentação necessária ao estudo proposto. A nota é a mesma que foi atribuída anteriormente. Prof. Darci CD: 17/11/2020.

TERMODINÂMICA

Eduardo Ribeiro - Eduardomkt4@hotmail.com - CPF: 104.779.499-32

Leonardo Alupp - laluppscolaro@gmail.com - CPF: 093.266.239-04

Leonardo Gugiel - Leonardogugiel2@gmail.com - CPF: 122.087.349-71

Rafael Baldissera - Rafa.baldissera22@hotmail.com - CPF: 107.619.829-57

Renan Cavalheiro - renan.cavalheiro@guararapes.com.br - CPF: 069.970.359-06

Resumo – De maneira sucinta, termodinâmica é o estudo das leis que regem as relações entre calor, trabalho e as demais formas de energia, sendo as principais: Trabalho de um gás, máquinas térmicas e ciclo de Carnot.

Palavras-chave: Termodinâmica. Trabalho de um gás. Ciclo de Carnot. Máquinas térmicas.

INTRODUÇÃO

A termodinâmica é o estudo das leis que regem as relações entre calor, trabalho e as demais formas de energia, ela estuda também diversos fenômenos e sistemas físicos complexos em que podem ocorrer trocas de calor e ou variações de temperatura. Em um geral, a termodinâmica se estrutura em quatro leis, sendo elas:

- Lei Zero;
- Lei Primeira;
- Lei Segunda e;
- Lei Terceira.

Das quais, a Lei Zero é associada ao conceito de temperatura, a primeira lei é associada ao conceito de energia, a segunda é associada ao conceito de entropia e a terceira lei (que também é chamada de postulado de Nernst), associada ao limite constante da entropia quando a temperatura K se aproxima de zero.

Outro ponto importante quando tratamos da termodinâmica é termos alguns conceitos-chaves para que todo o assunto seja compreendido, são eles:

- Temperatura: grau de agitação das moléculas;
- Calor: troca de energia térmica entre os corpos e;
- Energia: capacidade de um corpo realizar trabalho.

Ainda dentro do mesmo conceito devemos ter em mente que de maneira básica, estudaremos os gases em termodinâmica, eles que podem sofrer transformações que são chamadas de:

- Isobárica: pressão constante;
- Isovolumétrica: volume constante;
- Isotérmica: temperatura constante;
- Adiabática: transformação sem troca de calor com o ambiente externo.

Nesse trabalho ainda, é abordada a relação “Cálculo Física” dentro da termodinâmica.

TERMODINÂMICA

A termodinâmica como a maioria dos demais assuntos físicos, tem grande parte de sua fundamentação teórica baseada no cálculo, mas para que possamos entender toda essa fundamentação, é importante nos aprofundarmos um pouco mais em sua vasta extensão.

O primeiro ponto e o mais importante, é conhecer as 4 leis básicas que fundamentam a termodinâmica, sendo elas:

1. Lei Zero

Essa lei estabelece o seguinte: dois sistemas em equilíbrio térmico com um terceiro estão em equilíbrio térmico entre si.

Esta lei justifica o conceito de temperatura como sendo a propriedade que, sendo igual para dois sistemas, indica que estão em equilíbrio térmico.

De maneira dedutiva, para saber se dois sistemas têm a mesma temperatura não é necessário colocá-los em contato térmico entre si, bastando verificar se ambos estão em equilíbrio térmico com um terceiro corpo, nesse caso chamamos de termômetro.

Dessa maneira pode falar tendo dois corpos e um termômetro, A, B e T respectivamente e a está em equilíbrio com T, temos a indicação de T_a , e se b está em equilíbrio com b, temos a indicação T_b , logo se $T_a = T_b$, os corpos estão em equilíbrio térmico.

2. Lei Primeira

Essa lei diz respeito a conservação de energia. De acordo com essa lei, toda energia que é transferida para um corpo pode ser armazenada no próprio corpo, nesse caso, transformando-se em energia interna. A outra porção de energia que é transferida para o corpo pode ser transferida para as vizinhanças na forma de trabalho ou na forma de calor. A fórmula utilizada para descrever a primeira lei da termodinâmica é a seguinte:

$$\Delta U = Q - T$$

3. Lei Segunda

A segunda lei diz respeito a uma grandeza física conhecida como entropia que é uma medida do número de estados termodinâmicos de um sistema, em outras palavras, a entropia fornece uma medida de aleatoriedade ou da desorganização de um sistema.

4. Lei Terceira

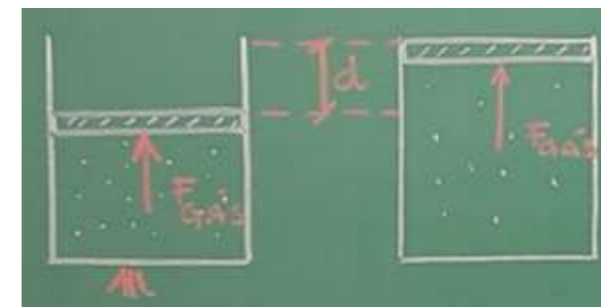
A terceira lei da termodinâmica diz respeito ao limite inferior da temperatura: o zero absoluto. De acordo com a lei terceira, não há como um corpo atingir a temperatura do zero absoluto. Ela também traz a questão do rendimento das máquinas térmicas.

Levando em consideração a transformação de gases que ocorre também dentro da termodinâmica, temos que conhecer algo chamado:

a. Trabalho de um gás ideal:

Um gás contido num recipiente indeformável com um êmbolo é aquecido.

Como as moléculas estarão mais agitadas, ocorrerá a expansão do gás.



Utilizando a equação do trabalho ($W=F \cdot d$), a equação da pressão ($p=F/A$) e a equação de Clapeyron ($PV=nRT$), chegamos a seguinte equação para o trabalho em um gás:

$$W = p \cdot \Delta V$$

Onde p é pressão do gás e ΔV é a variação do gás. Para esse tipo de estudo, a pressão deve ser constante. (Transformação isobárica)

- O gás sofre uma expansão quando $W > 0$ e, obrigatoriamente, $\Delta V > 0$.
- O gás sofre uma contração quando $W < 0$ e, obrigatoriamente, $\Delta V < 0$.
- Se $W = 0$ temos, obrigatoriamente, $\Delta V = 0$ (transformação isovolumétrica).
- Se o gás recebe calor: $Q > 0$.
- Se o gás cede calor: $Q < 0$.
- Se não ocorre troca de calor: $Q = 0$ (Transformação adiabática).

FINAIS

Neste trabalho abordamos os principais pontos da termodinâmica, de modo a compreender o cálculo e física existente dentro de todo o assunto, foram abordados pontos como transformação e alteração nos gases bem como as 4 principais leis que regem a termodinâmica, juntamente com algumas de suas ramificações.

Conclui-se de maneira pontual que a termodinâmica aliada a alguns conceitos já conhecidos usualmente, fazem parte do dia a dia da população, estando lá mesmo que não possamos a ver.

REFERÊNCIAS

<http://coral.ufsm.br/gef/l-termo.html>

<https://brasilecola.uol.com.br/fisica/termodinamica.htm>

<https://descomplica.com.br/artigo/o-que-e-termodinamica/4HP/#:~:text=Termodin%C3%A2mica%20%C3%A9%20parte%20da%20F%C3%ADsica,dire%C3%A7%C3%A3o%20das%20trocas%20de%20calor.>

Desenvolvimento comparativo de um projeto elétrico de um sistema de iluminação¹

Bruno Leonado Vitória, brunoleonardovitoria@gmail.com²
 Éliton Lourenço Do Nascimento, elitonlourencodonascimento@gmail.com³
 Gustavo Kind Benetti, gustavokindbenetti@gmail.com⁴
 Kesedi da Silva, kesedi10@gmail.com⁵
 Lucas Dos Reis de Souza, lucas_reis_souza@hotmail.com⁶
 Rodrigo Pedro Baziuk, rodrigobazz12@gmail.com⁷

Resumo

O presente trabalho consiste em uma análise das condições luminotécnicas do ponto de vista de conforto ambiental, qualidade e segurança no trabalho. A indústria a ser estudada é de têxtil, especificamente no setor de costura. Um ambiente que apresenta o nível de iluminação deficiente ou com excesso de iluminação, pode causar o comprometimento da saúde visual, segurança e do rendimento dos trabalhadores. O estudo considerou a análise de variáveis ambientais no processo de produção, processo de investigação ocorreu por meio de um levantamento de bibliografias sobre o tema, a partir de sites oficiais, teses, manuais e livros. Em seguida apresentam-se as verificações do sistema atual de iluminação, dividida em quatro etapas: verificação de modelos e fabricantes das luminárias, reatores e lâmpadas; verificação das condições do ambiente de trabalho (apresentação de poeiras, particulados, condições de limpeza e iluminação ambiente); avaliação de níveis de iluminâncias mínimos exigidos pela equipe de segurança de trabalho e por último as medições de iluminância. Partindo dos resultados obtidos, realizaram-se então avaliações técnicas, verificação de atendimento à norma vigente e apresentação de um método de cálculo luminotécnico que poderá ser de uso da empresa para estudar formas de melhorar o sistema de iluminação.

Palavras-chave: Sistemas de Iluminação. Segurança do Trabalho. Indústria.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceitos de Iluminância:

Os principais conceitos de iluminâncias são (PHILIPS, 2008):

a) Fluxo luminoso: É a quantidade total de luz emitida a cada segundo por uma fonte luminosa. A unidade de medida do fluxo luminoso é o lúmen (lm), representado pelo símbolo Ø.

b) Intensidade Luminosa: É definida como a concentração de luz em uma direção específica, radiada por segundo. Representada pelo símbolo I e a unidade de medida é a candela (cd).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 6ª fase do curso de engenharia elétrica.

² Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

c) Nível de Iluminação ou Iluminância: Quantidade de luz ou fluxo luminoso que atinge uma unidade de área de uma superfície por segundo. A unidade de medida é o lux, representada pelo símbolo E. Um lux equivale a 1 lúmen por metro quadrado (lm/m²).
 d) Eficiência Luminosa de uma Lâmpada: É calculada pela divisão entre o fluxo luminoso emitido em lúmens e a potência consumida pela lâmpada em Watts. A unidade de medida é o lúmen por Watt (lm/W). Uma lâmpada proporciona uma maior eficiência luminosa quando a energia consumida para gerar um determinado fluxo luminoso é menor do que da outra.

A iluminação dos ambientes deve atender a padrões de Iluminância, que no Brasil é determinado pela NBR ISO/IEC 8995-1 de 03/2013 - Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1 desenvolvida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), substituindo e cancelando a ABNT NBR 5413 (Iluminância de interiores), com última revisão em 1992 e a ABNT NBR 5382 (Iluminação de ambientes de trabalho), que havia sido inicialmente publicada em 1977 e que se encontrava sem atualização há 28 anos (desde 1985).

A NBR 8995-1 especifica os requisitos de iluminação para locais de trabalho internos e os requisitos para que as pessoas desempenhem tarefas visuais de maneira eficiente, com conforto e segurança durante todo o período de trabalho. Adicionalmente a norma apresenta quatro anexos informativos, elaborados com o intuito informar detalhes referentes aos requisitos desta Norma.

Conforme o projeto integrador passado, a indústria é do ramo têxtil, mais especificadamente no setor da costura, com carga horária de 8,5h diária de segunda a sexta-feira. As dimensões do pavimento que se encontra o setor de costura são de 40m de largura por 70m de comprimento e possui um pé direito de 7,5m. A altura do plano de trabalho é de 0,85m.

Conforme NBR ISO 8995-1, como é uma indústria têxtil e no setor de costura precisa de um iluminamento médio de 750 lux. Parede branca 70% de refletância, teto branco 70% de refletância, chão escuro 10% de refletância. Foram escolhidas as seguintes lâmpadas/luminárias:

Tabela 01: Tipos de lâmpadas/luminárias

Tipo de Lâmpada	Potência (W)	Fluxo Luminoso (lm)
LHB04-S13000840 (LED)	110	13157
FHB02-S828 (Fluorescente)	248	17892
MPK460 (Vapor metálico)	428	30875

Fonte: Do Autor, 2020.

METODOLOGIA

Para elaboração do presente trabalho, foi realizado uma pesquisa a fundo dos tópicos a serem abordados. Inicialmente o recebimento dos dados possibilitou por meio do uso do software DIALux v4.12, gerar o diagrama de iluminamento médio, com base na norma NBR ISO 8995-1, como também o layout do posicionamento das luminárias, o que possibilitou o desenvolvimento dos esquemas elétricos realizados pelo Software AUTOCAD 2018. O dimensionamento de condutores e proteções foram baseados na norma NBR5410. Os demais tópicos foram elaborados com base no referencial teórico, como também nos modelos das lâmpadas/luminárias utilizadas.

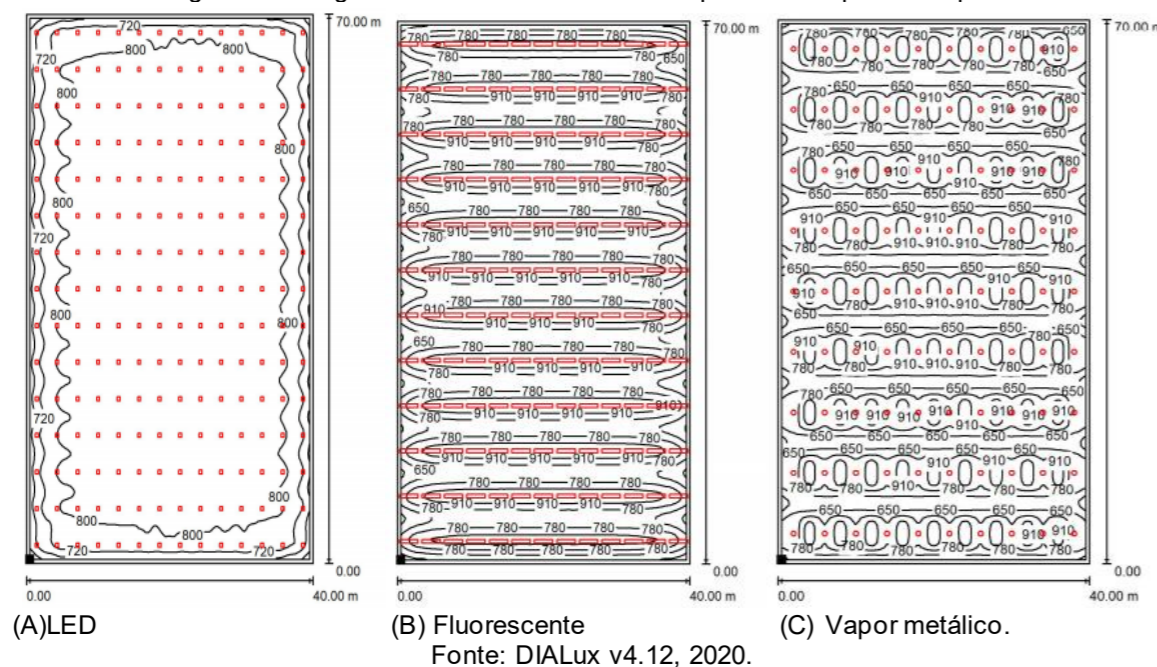
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a inserção dos dados constados no referencial teórico, os dados do projeto, como as luminárias, no Software constado na metodologia, DIALux v4.12, chegou-se à conclusão de que colocar as luminárias na altura do pé direito se fazia ineficaz, uma vez que a quantidade de lâmpadas/luminárias seria muito maior, portanto, se optou por deslocar a luminária para 4 metros acima do plano de trabalho.

Como constado na norma, nessa indústria têxtil, no setor de costura, tem de ter 750 lux de iluminação médio, para suprir essa demanda, com o uso do Software, será utilizado 210 lâmpadas/luminárias de Led com modelo LHB04-S13000840, 156 lâmpadas/luminárias fluorescentes com modelo FHB02-S828 e, 90 lâmpadas/luminárias de vapor metálico com modelo MPK460.

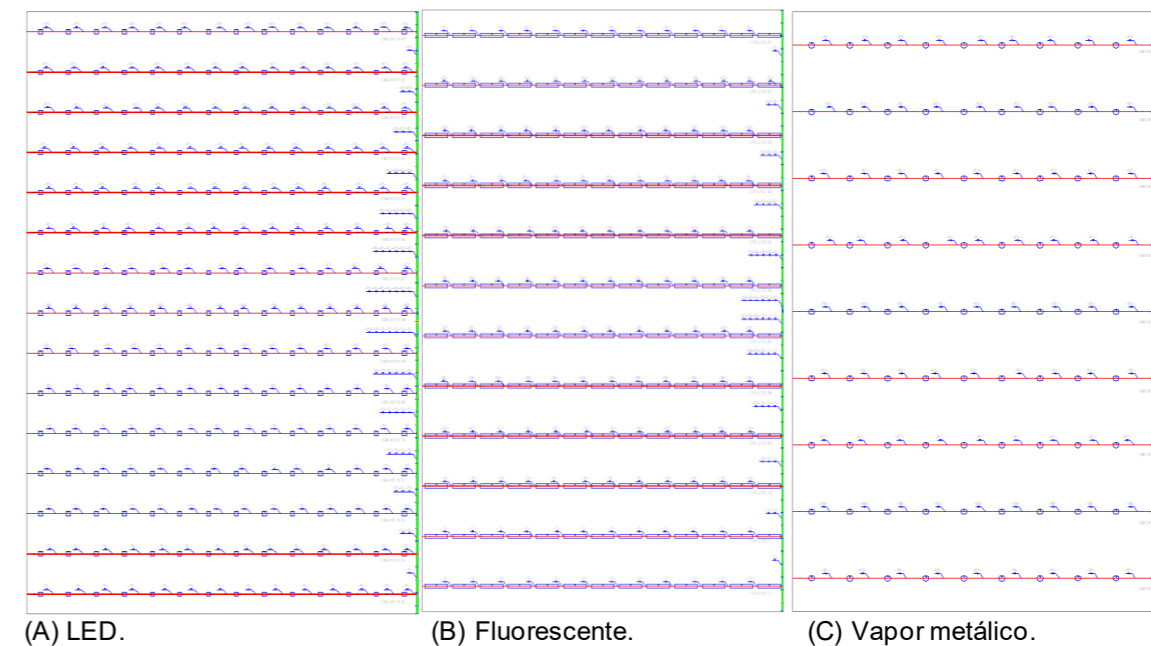
A seguir, o diagrama de iluminação médio de cada uma delas, considerando-as sobre o plano de trabalho.

Figura 01: Diagrama de iluminação médio para cada tipo de lâmpada



O Software DIALux v4.12 tem uma função onde consegue-se exportar em extensão de arquivo DWG, do layout das luminárias, pronto para ser utilizado pelo Software Autocad da Autodesk. A infraestrutura elétrica foi realizada da seguinte forma: Chega alimentação da iluminação do QGBT (Quadro Geral de Baixa Tensão) com eletroduto aterrado, até o QGL (Quadro Geral de luz), e sobe até o nível da instalação da luminária com eletrocalha perfurada de fora a fora do barracão, e deriva-se perfilados para alimentar cada linha de luminárias.

Figura 02: Planta baixa luminárias



Foi previsto a instalação de um Quadro de Distribuição em um ponto central de uma das faces laterais, mais precisamente aos 35 metros. Esse quadro tem alimentação geral trifásica, onde deriva para todos os circuitos monofásicos (220VCA), com as cargas distribuídas entre as fases.

Foi previsto um circuito elétrico para cada fila de luminárias, sendo: 15 circuitos para luminárias LED, 12 circuitos para luminárias fluorescentes e 9 circuitos para luminárias de vapor metálico. A alimentação, foi previsto um circuito trifásico vindo direto do Quadro Geral, com comprimento total de 70 metros. Foi considerado fator de potência 1.

Foi previsto para os circuitos monofásicos, cabos do tipo isolado, com isolamento em PVC. Para o circuito trifásico, foi previsto cabo do tipo multipolar com isolamento em EPR. Para todos os casos, foi previsto temperatura ambiente de 30°C.

Tabela 02 – Dimensionamento de condutores e proteções para os tipos de lâmpadas

LED												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Fila	Largura (mts)	Comprimento (mts)	Altura (mts)	Total (mts)	Potência (Watts)	Corrente (A)	Método de instalação	Queda de tensão unitária (V/A.Km)	Queda de tensão (V)	Queda de tensão (%)	Cabo (mm²)	Disjuntor (A)
1 e 15	40	32,67	4	76,67	1540	7	B1	10,74	5,76	2,62	4	10
2 e 14	40	28	4	72	1540	7	B1	10,74	5,41	2,46	4	10
3 e 13	40	23,33	4	67,33	1540	7	B1	16,8	7,92	3,60	2,5	10
4 e 12	40	18,67	4	62,67	1540	7	B1	16,8	7,37	3,35	2,5	10
5 e 11	40	14	4	58	1540	7	B1	16,8	6,82	3,10	2,5	10
6 e 10	40	9,33	4	53,33	1540	7	B1	16,8	6,27	2,85	2,5	10
7 e 9	40	4,67	4	48,67	1540	7	B1	16,8	5,72	2,60	2,5	10
8	40	0	4	44	1540	7	B1	16,8	5,17	2,35	2,5	10
Geral				70	23100	35,1	B1	3,82	9,38	2,47	10	40

FLUORESCENTE												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Fila	Largura (mts)	Comprimento (mts)	Altura (mts)	Total (mts)	Potência (Watts)	Corrente (A)	Método de instalação	Queda de tensão unitária (V/A.Km)	Queda de tensão (V)	Queda de tensão (%)	Cabo (mm²)	Disjuntor (A)
1 e 12	40	32,08	4	76,08	3224	14,65	B1	7,03	7,84	3,56	6	16
2 e 11	40	26,25	4	70,25	3224	14,65	B1	7,03	7,24	3,29	6	16
3 e 10	40	20,42	4	64,42	3224	14,65	B1	7,03	6,64	3,02	6	16
4 e 9	40	14,58	4	58,58	3224	14,65	B1	7,03	6,03	2,74	6	16
5 e 8	40	8,75	4	52,75	3224	14,65	B1	10,5	8,12	3,69	4	16
6 e 7	40	2,92	4	46,92	3224	14,65	B1	10,5	7,22	3,28	4	16
Geral				70	38688	58,78	B1	2,44	10,04	2,64	16	63

VAPOR METÁLICO												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Fila	Largura (mts)	Comprimento (mts)	Altura (mts)	Total (mts)	Potência (Watts)	Corrente (A)	Método de instalação	Queda de tensão unitária (V/A.Km)	Queda de tensão (V)	Queda de tensão (%)	Cabo (mm ²)	Disjuntor (A)
1 e 9	40	31,11	4	75,11	4280	19,45	B1	4,18	6,11	2,78	10	20
2 e 8	40	23,33	4	67,33	4280	19,45	B1	4,18	5,48	2,49	10	20
3 e 7	40	15,56	4	59,56	4280	19,45	B1	7,03	8,15	3,70	6	20
4 e 6	40	7,78	4	51,78	4280	19,45	B1	7,03	7,08	3,22	6	20
5	40	0	4	44	4280	19,45	B1	7,03	6,02	2,74	6	20
Geral				70	38520	58,53	B1	2,44	10	2,63	16	63

Fonte: Do Autor, 2020.

A seguir, mostra a eficiência luminosa, o quanto se gera de luminosidade com base em sua potência elétrica.

Tabela 03: Eficiência luminosa para os tipos de lâmpadas

Tipo de Lâmpada	Potência (W)	Fluxo Luminoso (lm)	Eficiência Luminosa (lm/W)
LHB04-S13000840 (LED)	110	13157	119,60
FHB02-S828 (Fluorescente)	248	17892	72,14
MPK460 (Vapor metálico)	428	30875	72,13

Fonte: Do Autor, 2020.

A diante, tem-se o consumo elétrico mensal, considerando-se consumo diário de 8,5 horas por dia e 22 dias no mês:

Tabela 04: Consumo elétrico mensal para os tipos de lâmpadas

Tipo de Lâmpada	Potência(W)	HORAS/DIA	DIAS	QUANTIDADE	kWh
LHB04-S13000840 (LED)	110	8,5	22	210	4319,7 kWh
FHB02-S828 (Fluorescente)	248	8,5	22	156	7234,7 kWh
MPK460 (Vapor metálico)	428	8,5	22	90	7203,2 kWh

Fonte: Do Autor, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se desenvolver o projeto de iluminação para um determinado ambiente não se deve analisar apenas o conjunto de luminárias e lâmpadas, mas também a quantidade da luz resultante, sua distribuição no ambiente – minimizando o ofuscamento e evitando a criação de áreas muito escuras - garantindo que as atividades do local sejam executadas com conforto e, conseqüentemente, maior produtividade. Os dados quantitativos indicam a necessidade de que sejam tomadas medidas de modo a garantir melhores condições de conforto para os trabalhadores, e maior eficiência no consumo de energia.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5410:2004**: Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO/CIE 8995-1:2013**: iluminação de ambientes de trabalho. Parte 1: Interior. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- Dialux. Versão 2014.4.12.[SP]: *Lumicenter*: Engenharia de iluminação, 2014. Disponível em: <https://www.lumicenteriluminacao.com.br/tecnologias/arquivos-ies-dialux/>. Acesso em: 15 novembro 2020.
- RIBEIRO GIARETA, VANESSA. **AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ILUMINÂNCIA EM POSTO DE TRABALHO**: ESTUDO DE CASO DE UMA INDÚSTRIA TÊXTIL. Orientador: Massayuki Mario Hara. 2014. 48 p. MONOGRAFIA (ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO) - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba, Paraná, 2014.

PROTEÇÃO DE GERADORES SÍNCRONOS

Alex Cordeiro, cordeiro.alex@yahoo.com¹

Jackson Batista, jackson_batista@outlook.com.br¹

Maylon dos Santos Drun, maylon.drun@live.com¹

Rodolfo Augusto Trizotto Antunes, Rodolfo.augusto12@hotmail.com¹

Rudimar Fortunato da Silva, rudymar.silva@hotmail.com¹

Resumo – A proteção de geradores síncronos é essencial, pois, quando estão em operação podem sofrer diversos riscos, sendo do sistema e até de sinistros. Este trabalho tem como objetivo mostrar e explicar cada proteção, o que é necessária para que um gerador possa operar sem que ocorra qualquer tipo de anomalia durante sua operação. A importância destas proteções faz com que os geradores operem sem nenhuma preocupação, pois, com as devidas proteções funcionando corretamente a atuação destas é instantânea, fazendo com que o gerador não sofra nenhum dano. Utilizando o método de pesquisa explicativa onde irá apresentar as principais proteções que possuem em um sistema de proteção para geradores síncronos e assim explicar o quanto são necessárias essas proteções.

Palavras-chave: Gerador. Proteção. Riscos.

INTRODUÇÃO

O gerador síncrono é o equipamento principal na parte de distribuição de energia elétrica, este que por sua vez, está exposto a diversas divergências no sistema, correndo o risco de sofrer curto circuito é iminente, desta forma, é necessário tomar as devidas precauções para que esta peça fundamental para o sistema desempenhe sua função com totalidade, através disto, são seguidos algumas normas de proteção que a norma ANSI/IEEE estabelece para serem adotadas.

Com base nisso, serão ressaltadas as principais proteções de um gerador síncrono e suas peculiaridades e do que é composta toda a parte da distribuição de energia elétrica.

GERADOR SÍNCRONO

O gerador síncrono é uma peça fundamental dentro do sistema elétrico de potência, o que deve ser estritamente protegido contra diversas falhas que o sistema poderá apresentar no decorrer do tempo, com base nisto, deve-se seguir algumas medidas de proteção, de acordo com a Figura 01, será detalhado o diagrama unifilar das proteções do gerador síncrono (BATISTA, 2015). Geralmente as falhas que ocorrem na geração de energia se dão através do baixo nível e temperatura do líquido refrigerante, a carbonização, de tal forma que o gerador opere em cargas baixas pro um longo tempo de serviço, ocorrerá um aquecimento dentro do cilindro, sendo assim, não será o suficiente para consumir todo o combustível, ocorre também vazamentos de refrigerante e combustível que causam falhas comumente

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Engenharia Elétrica.

¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

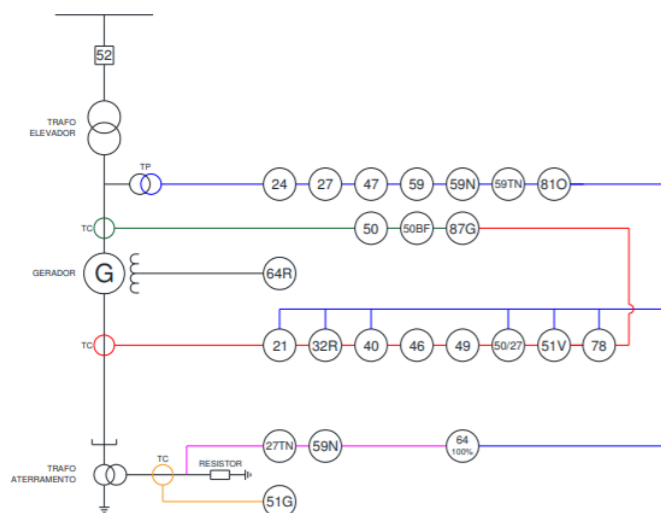
¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

no sistema, por fim, o desarme de disjuntores, que são o fator principal para ocasionar as falhas, deve-se sempre checar o motivo pelo qual desarmou (ENGMAN, 2018).

Figura 01 – Diagrama unifilar para proteção de um gerador síncrono



Fonte: Batista (2015)

De acordo com o diagrama da Figura 01, os números representam cada tipo de proteção do gerador, tais elas são:

- a) Proteção 21: proteção de mínima impedancia ou distancia.
- b) Proteção 24: proteção de sobrefluxo ou volts/hertz.
- c) Proteção: 27: proteção contra subtensão.
- d) Proteção 27tn, 59tn, 64-100%: proteção contra subtensão de terceiro harmônico, proteção contra sobretensão de terceiro harmônico, proteção contra falha a terra no estator 100%
- e) Proteção 32r: proteção contra potência inversa ou motorização
- f) Proteção 40: proteção contra perda de excitação
- g) Proteção 46: proteção contra carga desequilibrada
- h) Proteção 47: proteção contra sobretensão de sequência negativa
- i) Proteção 49: proteção contra sobrecarga
- j) Proteção 50: proteção contra sobrecorrente instantânea de fase
- k) Proteção 50/27: proteção contra energização acidental
- l) Proteção 50bf: proteção contra falha de disjuntor
- m) Proteção 51g: proteção de sobrecorrente temporizada de terra
- n) Proteção 51v: proteção de sobrecorrente de fase com restrição por tensão
- o) Proteção 59: proteção contra sobretensão
- p) Proteção 59n, 64-95%: proteção contra sobretensão de neutro, proteção contra falha a terra no estator 95%
- q) Proteção 64r: proteção contra falha a terra no rotor
- r) Proteção 78: proteção contra perda de sincronismo
- s) Proteção 81: proteção contra subfrequência e sobrefrequência
- t) Proteção 87g: proteção diferencial de gerador (batista, 2015)

Conforme demonstrou o digrama unifilar da Figura 01, para a proteção do gerador síncrono, há diversas proteções, algumas delas serão explicadas a seguir:

A proteção contra subtensão tem por finalidade garantir que o gerador não trabalhe com tensão abaixo de seu limite operativo, alguns geradores que não

possuem essa particularidade são considerados uma proteção de retaguarda, com o ajuste aproximado em 80% da tensão nominal (BATISTA, 2015).

A proteção contra carga desequilibrada é utilizada quando o rotor do gerador sobreaquece, o que acarreta no desbalanceamento das correntes no estator, ocorrendo assim a assimetria do sistema elétrico (BATISTA, 2015).

O gerador está em constante risco contra sobreaquecimentos devido as sobrecargas do sistema, com base nisso, para ser realizado a proteção contra sobrecargas, é instalado sensores de temperatura em vários pontos do estator para monitorar a temperatura, ou até mesmo, através da detecção de análise térmica (BATISTA, 2015).

Para se detectar os curtos circuitos bifásicos e trifásicos do sistema é utilizada a proteção de sobrecorrente instantânea de fase, de tal forma que analisa a magnitude da corrente elétrica, se estiver muito excedida, a proteção atua (BATISTA, 2015).

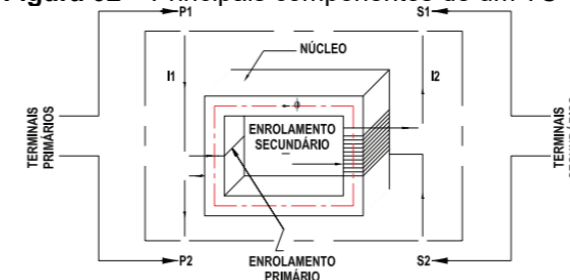
A falha do disjuntor geralmente ocorre quando é solicitado o disparo do equipamento pela atuação de quaisquer outras proteções, e ele continua fechado, para isto, a função 50BF é iniciada, de tal forma que age para tentar abrir o disjuntor, caso não abra, o sistema entenderá que ocorreu falha na tentativa de abrir o disjuntor, ocorrerá a proteção contra falha de disjuntor (BATISTA, 2015).

Para a proteção contra sobretensão ocorre comumente quando o enrolamento do estator sofre por um estresse em seu isolamento, ocasionando assim um alto nível de campo elétrico, desta forma, aumentando assim a tensão elétrica do sistema, e aumentando as chances de curtos circuitos. Com base nisso, a proteção é configurada para adotar um tempo de atuação quando ocorrer este tipo de problema ou quando o nível de sobretensão for muito elevado, sendo assim a ordem de configuração para a temporização de atuação é entre 100 milli segundos a 500 milli segundos (BATISTA, 2015).

TP's e TC's

Os Transformadores de Corrente são dispositivos essenciais para aplicação de um gerador síncrono, um dispositivo monofásico que possui dois enrolamentos, o lado primário e o secundário (Figura 02), utilizados para transformar a corrente de tal forma que se torne em valores baixos, desta maneira, assegurando a proteção do pessoal e sendo possível fazer a leitura e monitoramento da corrente elétrica (MARDEGAN, 2010).

Figura 02 – Principais componentes de um TC



Fonte: Mardegan (2010)

O Transformador de Potencial juntamente com o TC, serve para promover a proteção pessoal, sua função é rebaixar a tensão elétrica a valores baixos, de tal forma que possa ser realizada a medição da mesma no sistema, assim como o

transformador de corrente este possui um lado primário e um secundário (MARDEGAN, 2010).

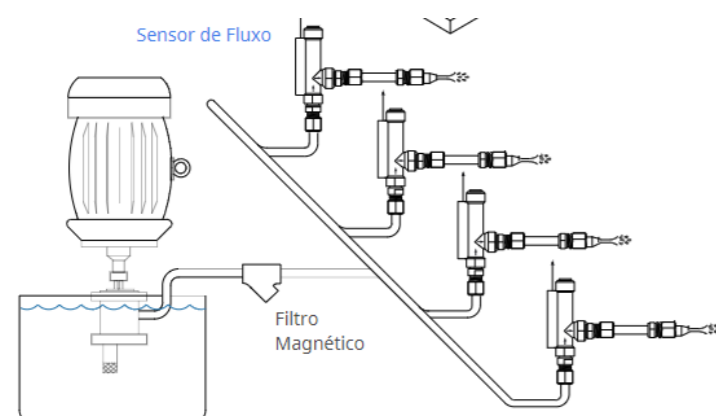
RELÉS DE PROTEÇÃO

Os relés de proteção são os componentes mais fundamentais para o sistema elétrico de potência, sua particularidade é vigiar as condições de operação dos equipamentos do sistema, com base nisso, ele deve detectar quando houver alguma divergência, de tal forma, atuando a sua proteção, por exemplo, quando ocorre um curto circuito, acaba-se sensibilizando o relé, este, envia um sinal para o disjuntor abrir. As principais funções de um relé de proteção é identificar os defeitos e localiza-los o mais rápido possível, atentar o operador do sistema e por fim, enviar o sinal para o disjuntor atuar caso por ventura ocorra alguma falha no sistema (SEVERO, 2019).

SENSORES DE FLUXO

Os sensores tem uma função muito importante para com o gerador síncrono, pois eles são responsáveis por fazer o monitoramento em que encontra o fluxo de óleo do sistema de lubrificação dos mancais, para isto é utilizado um pressostato, cuja função é se caso a rede estiver pressurizada, seu comportamento indica estado normal, mas se por ventura ocorrer algum entupimento em alguma região da rede, o dispositivo indicará pressão, com isto o óleo não chegará ao destino final (ICOS, 2014). Conforme demonstra a Figura 03, mostra-se o sensor de fluxo no sistema.

Figura 03 – Sensores de fluxo



Fonte: Icos (2014)

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi o de pesquisa aplicada, onde seu objetivo é realizar a pesquisa para gerar conhecimento, sem aplicação na prática e buscar solucionar o problema ou buscar entender o problema específico. Como o este trabalho é realizado para fins de conhecimento em sistema de proteção para geradores síncronos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o referencial teórico, para realizar a construção de um sistema de proteção para geradores síncronos em um sistema elétrico de potência, deve-se seguir um padrão no circuito para aplicar as proteções estabelecidas pelas normas ANSI/IEEE. Esta norma estabelece e especifica cada proteção e sua determinada função de funcionamento, fazendo assim com que o gerador protegido não sofra danos significativos do sistema e assim opere sem nenhuma anomalia presente no sistema elétrico de potência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalho realizado para identificar e abordar as principais proteções utilizadas para proteger um gerador síncrono em um sistema elétrico de potência. A importância dessas proteções é essencial para que o gerador opere, seguindo as normas estabelecidas pela ANSI/IEEE, o mesmo irá operar sem nenhuma preocupação de sofrer algum dano quando estiver operando.

Toda proteção irá realizar uma determinada função de proteção no sistema, fazendo assim com que falhas onde possam danificar o equipamento sejam detectadas e ajustadas. A utilização de várias proteções é importante pelo fato do equipamento ser um pouco “sensível” e ter um valor significativo e assim não deixar de operar frequentemente, pois, existem vários fatores que são dependente desse gerador.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Júlio César. **Metodologia para Ensaio de Modelo de Sistemas de Proteção de Geradores Síncronos Utilizando Simulador Digital em Tempo Real**. 2015. Disponível em <https://www.ppgee.ufmg.br/defesas/1147M.PDF>. Acesso em: 07 de nov. 2020.
- ENGMAN. **Falhas de Partida em Grupos de Geradores**. 2018. Disponível em <https://www.engman.com.br/informativos-tecnicos/falhas-de-partida-em-grupos-geradores/54>. Acesso em 13 de nov. 2020.
- ICOS. **Supervisão de Lubrificação com Sensores de Vazão de Óleo**. 2014. Disponível em http://cdn.eicos.com.br/downloads/controle-de-vazao-lubrificacao-icos.pdf?_ga=2.198178604.207424290.1605308549-1691084350.1605308549. Acesso em 14 de nov. 2020
- MARDEGAN, Cláudio. **Proteção e Seletividade**. 2010. Disponível em [http://www.alfredo.eng.br/downloads/Prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20Seletividade%20\(CI%C3%A1udio%20Mardegan\).pdf](http://www.alfredo.eng.br/downloads/Prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20Seletividade%20(CI%C3%A1udio%20Mardegan).pdf). Acesso em: 13 de nov. 2020.
- SEVERO, Dhébora Sayonara de Moraes. **Proteção de Sistemas Elétricos**. 2019. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/72720627/aula-5-reles-de-protecao>. Acesso em 13 de nov. 2020.

PROJETO INTERGRADOR ENGENHARIAS I¹

LIGAS DE AÇO CARBONO 1045: APLICAÇÕES E PROPRIEDADES

Aneara Souza dos Santos Machado, aneara@gmail.com²

Bruno de Souza Santos, brunossantos2000@gmail.com³

Leonardo Johann, leo.johann@hotmail.com⁴

Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br⁵

Resumo – O aço carbono 1045 é um dos mais comuns do mercado, sendo amplamente utilizado na indústria, em eixos, virabrequins e outros. Este projeto tem como objetivo realizar o estudo sobre uma liga metálica, a qual foi escolhida o aço 1045. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica sobre as propriedades, características e aplicações do aço carbono 1045. Neste sentido, foi necessário se aprofundar no estudo das referências para conhecer melhor o material escolhido. Dentro da metodologia aplicada foi necessário explorar as propriedades físicas e químicas, percebendo a importância que algumas propriedades têm na formação do aço, gerando melhores ligas para determinadas aplicações e usos. Como parte do projeto além da revisão bibliográfica, do estudo das propriedades físicas e químicas, realizou-se o desenho de uma engrenagem que faz parte de uma bomba hidráulica, onde a liga de aço carbono 1045 foi aplicada.

Palavras-chave: Aço 1045. Propriedades Físicas. Resistência.

INTRODUÇÃO

De acordo com Ferraz (2003), há uma vasta e abundante categoria de aços, que se distinguem pelo tamanho, forma e uniformidade dos grãos, e primeiramente por sua composição química. Sendo que a composição química pode ser alterada em razão da sua utilização final. Ela é obtida com a junção de diferentes elementos químicos, para formular aços com diferentes valores para: resistência mecânica, soldabilidade, ductilidade, resistência à corrosão, etc. De forma geral, os aços têm ótimas características mecânicas: tem boa resistência à flexão, à tração, à compressão, e como é homogêneo, pode ser estampado, laminado, estriado, forjado e suas características conseguem ser alteradas por tratamentos químicos ou térmicos.

Segundo a ABNT (2000 apud AZEVEDO, 2002) em sua NBR 172/2000 o aço carbono 1045 é tido como um bom aço para construção mecânica. Isto leva em conta às condições do teste de impacto para o aço estando temperado e revenido.

O presente trabalho visa referenciar o aço carbono 1045, demonstrando suas características, propriedades físicas e químicas e aplicações. Através dele foi desenvolvido habilidades e competências para observar qual a melhor aplicação do determinado aço na indústria, sendo observado que o mesmo é indicado para uso em

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador Engenharias I.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, Mestre do Núcleo Comum das Engenharias da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

peças da indústria em geral, bem como peças para eixos ventiladores e também em bombas utilizadas nas refinarias.

AÇO CARBONO 1045

De acordo com a ABNT (2000 apud AZEVEDO, 2002) em sua NBR NM 87/2000, que determina a quantidade de elementos químicos que serão utilizados nos aços para a indústria mecânica, diz que o aço carbono 1045 deve ter a formulação especificada na Tabela 1.

Tabela 1 – Composições químicas médias (%)

C	Si	Mn	P	S
0,43	0,10	0,60	0,040	0,050
0,50	0,60	0,90	Máximo	Máximo

Fonte: Adaptado de Azevedo (2002).

Os elementos químicos que compõem o aço 1045 podem ter uma variação.

O material SAE 1045 tem, em sua composição química, praticamente, só o teor de Carbono controlado, o que não lhe garante alta repetitividade em termos de processamento, quanto aos residuais (uma vez que muitos blocos e bitolas redondas costumam ser fabricados a partir de sucata e em forno elétrico o que leva a residuais no pico da liga) porém lhe confere um custo mais acessível do que muitos aços ferramenta para a utilização em seus moldes (MARTINELLI, 2018, n.p).

Azevedo (2002 apud SILVA; SILVA, 2017) abordam entre outras aplicações o uso em eixos ventiladores e também em bombas utilizadas nas refinarias de petróleo e gás em suas torres, onde na grande parte das vezes sofre com o uso em ambiente hostil ao qual é exposto. Devido a sua composição ter entre 0,43% a 0,50% de carbono, quando o aço 1045 é colocado na presença de ciclos térmicos de soldagem, ele desenvolve uma dureza elevada na ZAC (zona afetada pelo calor) e apresenta pouca resistência ao revenimento, processo de reaquecer peças já temperadas.

De acordo com UENF (2016) as propriedades físicas são específicas de cada matéria. Podem ser vistas quando ocorre atividade mecânica ou atividades que envolvam energia térmica. Dentre elas pode-se destacar algumas como: densidade, ponto de fusão, dureza, permeabilidade, calor específico e condutibilidade.

Segundo Luz (2017) a densidade é uma importante propriedade e serve para distinguir uma substância pura de uma impura, no caso da liga de aço 1045, a densidade é 7.87 g/cm³ ou 0.284 lb/in³.

De acordo com UNESP (2020) cada substância possui um conjunto único, exclusivo de características que permitem saber quem são em meio a outras. As propriedades químicas mostram como determinado componente pode se alterar ou se modificar para originar outros.

Quando se fala de ferro, o carbono é o elemento que pode ser utilizado para gerar um endurecimento. Existem outros, como o silício, o manganês e o fósforo, que atuam na regulação da resistência do aço. No caso do Aço 1045 pode-se classificar como aço de médio carbono, devido a quantidade apresentada em sua composição (QUALINOX, 2017).

METODOLOGIA

A metodologia aplicada no presente projeto integrador das engenharias, foi a de pesquisa, realizada com busca de material para construir um referencial teórico que fundamentasse o presente trabalho.

Primeiramente, foram organizadas equipes para realizar o projeto, a equipe escolheu o aço carbono 1045 e iniciou suas pesquisas.

Na busca por referências, trabalhou-se na busca por identificar as características deste material, suas propriedades físicas e químicas, bem como as aplicações e usos do mesmo.

Como parte das atividades desenvolvidas realizou-se a elaboração e adaptação de tabelas com as características do material e de um desenho utilizando o software Inventor.

As atividades de pesquisa do grupo foram desenvolvidas na modalidade ead não havendo encontros presenciais entre os integrantes, as interações do grupo ocorreram de forma online, sendo possível a integração dos dados e do conhecimento entre os participantes do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de referencial teórico fez com que fosse desenvolvido nos integrantes do projeto competências e habilidades para entender as aplicações do aço carbono 1045.

Com base nos conhecimentos adquiridos foram adaptadas e reelaboradas tabelas para demonstrar as propriedades físicas, apresentando seu conteúdo nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Propriedade Físicas

Densidade	Limite de Escoamento	Resistência a tração	Módulo elasticidade	Dureza	Condutividade térmica
7.87 g/cm ³ ou 0.284 lb/in ³	450 MPa ou 65300 psi	585 MPa ou 84800 psi	de 190 GPa ate 210GPa	84 Rockwell B	51,9 W/mK

Fonte: Adaptado de Azevedo (2002).

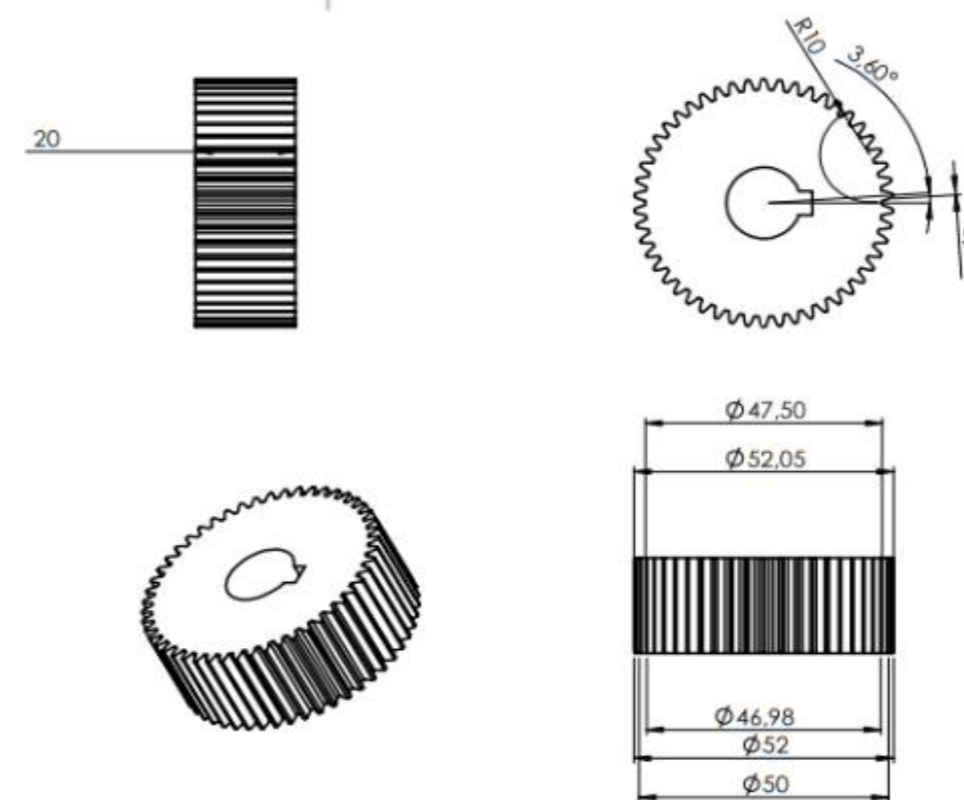
Tabela 3 – Outras propriedades Físicas

Usinabilidade	Soldagem	Forjamento	Recozimento	Normalização	Alívio de tensões	Revenimento
Boa, quando normalizado ou laminado	Uso de eletrodos de baixo hidrogênio	850°C e 1250°C	800°C e 850°C	870°C e 920°C	550 e 660°C	400 e 650°C

Fonte: Adaptado de Luz (2017).

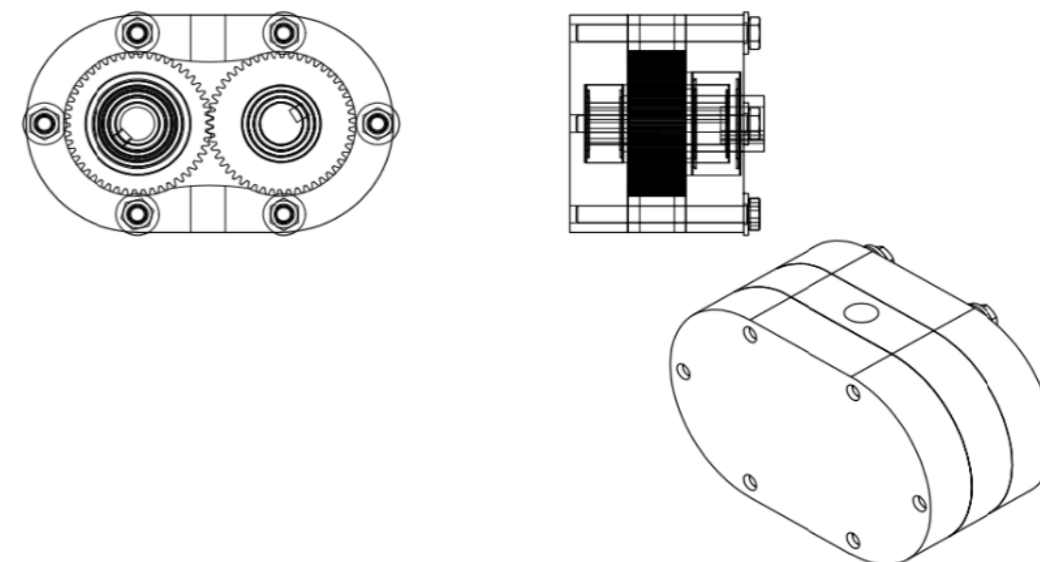
Foi elaborado no software Inventor o desenho de uma peça, mais especificamente uma engrenagem que faz parte do conjunto de uma bomba hidráulica, onde o material aço carbono 1045 devido a sua característica de usinabilidade é indicado para a construção da mesma. Na Figura 1 é apresentado o desenho de uma engrenagem e na Figura 2 está exposto a aplicação da peça.

Figura 1- Engrenagem em aço carbono 1045



Fonte: Os autores (2020).

Figura 2- Aplicação de uso da engrenagem



Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto foi de suma importância para adquirir conhecimentos sobre determinadas ligas metálicas, destacando neste projeto a liga de aço carbono 1045. Com base no conhecimento adquirido foi possível a formulação de tabelas de dados sobre as propriedades físicas e químicas. Também foi possível a idealização e

desenho de uma engrenagem com o uso deste material. Em relação ao desenho nem todos os integrantes possuíam as habilidades necessárias para a realização do mesmo em software específico, porém através da integração e união dos conhecimentos foi possível o desenvolvimento e utilização da ferramenta de desenho. Houve uma certa dificuldade de realizar as atividades na modalidade ead, visto que não houve interação presencial dos integrantes do projeto, porém não limitou a construção do conhecimento, tornando possível a realização deste projeto integrador das engenharias e alcançando os objetivos almejados.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Alessandra Gois Luciano. **Avaliação da técnica da dupla camada na recuperação de peças de aço ABNT 1045**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Ciência de Materiais) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/790/1/AplicacaoAcoABNT1045.pdf>. Acesso em: 25 ago.2020.
- FERRAZ, Henrique. O aço na construção civil. **Revista eletrônica de Ciências**, núm. 22, 2003. Disponível em: <https://www.ft.unicamp.br/~mariaacm/ST114/O%2520A%25C7O%2520NA%2520CONSTRU%25C7%25C3O%2520CIVIL.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- LUZ, Gelson. **Aço SAE 1045 Propriedades Mecânicas e Composição Química**. Blog Materiais, [s. l], 2017. Disponível em: <https://www.materiais.gelsonluz.com/2017/10/aco-sae-1045-propriedades-mecanicas.html>. Acesso em: 06 set.2020.
- MARTINELLI, Fundação. **Aplicações e Propriedades de Produtos da Linha de Aço**. 2018. Disponível em: <https://fundicaomartinelli.com.br/produto/aplicacoes-e-propriedades-2/#:~:text=Propriedades%20Mec%C3%A2nicas,na%20condi%C3%A7%C3%A3o%20normalizada%20ou%20laminada>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- QUALINOX. 2017. **Aço Carbono**. Disponível em: <http://www.qualinox.com.br/aco-carbono.htm>. Acesso em: 06 set.2020.
- SILVA, Adauto Junior da; SILVA, Edson Roberto da Silva. **Influência da seção da peça na dureza do aço ABNT 1045**. 2017. Artigo (Graduação em Engenharia Mecânica)- Universidade de Rio Verde, Rio Verde. 2017. Disponível em: <http://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Adauto%20J%C3%BAnior.pdf>. Acesso em: 25 de ago.2020.
- UENF, Universidade Estadual do Norte Fluminense. **Propriedades físicas da matéria.2016**. Disponível em: <http://ead.uenf.br/moodle/mod/page/view.php?id=79>. Acesso em 06 set.2020.
- UNESP, Universidade Estadual Paulista. **Propriedades da Matéria**. 2020. Disponível em: <http://www.proenc.iq.unesp.br/index.php/quimica/194-propriedades-materia>. Acesso em: 06 set.2020.

Liga Metálica Zinco¹

Diego André Bridi, dbridi@gmail.com²
 Everton Luiz Nunes, eevertonnunes@gmail.com³
 João Gabriel Menegotto de Almeida, menegotto.sc@gmail.com⁴
 Kelvin Granemann dos Santos, granemannkelvin@gmail.com⁵
 Petterson dos Santos Pavloski, petterpavloski@gmail.com⁶
 Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br⁷

Resumo– O trabalho em tela apresenta a liga metálica de zinco com suas principais propriedades físicas e químicas e também suas principais aplicações. Tendo como objetivo, obter o maior número de informações que possam dar sustentabilidade no trabalho apresentado. O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, qualitativa sobre a liga metálica de Zinco. Bem como, foi realizado o desenho de uma telha de zinco exemplificando uma das aplicações desta liga. Com os dados encontrados, pode-se concluir que o Zinco é utilizado como forma de revestimento. Tendo a telha galvanizada como produto final, sua vantagem é a ótima resistência a corrosão, e desvantagem o seu baixo nível de isolamento acústico.

Palavras-chaves: zinco, liga, metálica, aplicação.

INTRODUÇÃO

O Zinco é muito utilizado em indústrias de eletrodomésticos, automobilística e de construção civil, a liga metálica de zinco vem sendo utilizada principalmente em forma de revestimento de proteção, devido sua ótima resistência a corrosão, através dos mais variados tipos de aplicação do revestimento onde a eletrodeposição e imersão a quente são os dois meios mais utilizados atualmente.

O presente trabalho tem como foco principal apresentar as propriedades físicas, químicas e aplicações da liga metálica de zinco, e também destacar localidades onde o zinco teve seus primeiros níveis de produção em grande escala e a níveis industriais, além de taxas de produção a níveis mundiais, por meio de resultados encontrados através de pesquisas bibliográficas realizadas por alunos dos cursos de engenharia civil, elétrica e mecânica.

Indicando assim uma peça para sua aplicação que é a telha galvanizada, destacando onde pode ser utilizada, suas vantagens e desvantagens, justificando assim a aplicação do zinco em sua utilização.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA LIGA METÁLICA ZINCO

O Zinco é um elemento químico do grupo dos metais. Com o símbolo químico Zn e número atômico 30, sendo um metal de cor branca-azulada, onde constitui cristais do sistema hexagonal, com o peso atômico: 65,38g, ponto de ebulição 920°C e ponto de fusão 419°C (SANTOS, 2009).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador 2ª fase Engenharias.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre do curso de Engenharia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O zinco, sendo o metal do grupo dos não ferrosos, onde os depósitos de sulfetos mostram uma importante representatividade da fonte desse metal, onde ocorre em fartura na crosta terrestre. O zinco é extraído de determinados minerais principais como: calamina, franklinita, esfalerita, willemita, hidrozincita smithsonita, zincita e wurtzita (NEVES, 2017).

Para Santos (2009), esse metal caracteriza-se pela facilidade de oxidação, em função do potencial de redução muito aquém do potencial de desenvolvimento do hidrogênio, sendo após a redução da água configurado como um metal pouco nobre.

O zinco pode ser reciclado completamente sem perder a sua propriedade resíduos que surgem na fabricação de chapas de aço galvanizado e materiais exauridos ou fora de uso. Além da produção de zinco a partir do minério – metal primário – cerca de 30,0% da produção (NEVES, 2017, p. 1).

Para Oliveira e Anjos (2016), o metal mais aproveitado em condições de exposição à atmosfera é o zinco. Em contato com a atmosfera, vão se formando moléculas de óxido de zinco (ZnO), que atuam como uma barreira contra a corrosão. Conforme vai formando essa barreira, a taxa de corrosão vai diminuindo e tornando-se desprezível quando totalmente se forma a barreira.

Segundo Volpato, Gryzinski e Neto (2011), no mercado nacional existem várias ligas de zinco disponíveis, comercialmente conhecidas como zamac, alterando do tipo 1 a 8. Os elementos da liga que trazem esse nome são: alumínio, zinco, magnésio e cobre, esses elementos apresentam outras relações na concentração. A dureza da liga de zamac, é resistente ao desgaste, fadiga e à abrasão. Com seu ponto de fusão muito baixo faz com que sua utilização tenha vantagens, onde pode ser fundida e reutilizada muitas vezes, sendo assim seu custo-benefício se torna mais efetivo.

Segundo Neves (2017), até o ano de 2008 a indústria do zinco manteve-se em desenvolvimento, onde a procura pelo aço galvanizado manteve alimentada a procura pelo zinco, em especial pela demanda do mercado chinês.

O padrão de consumo do zinco em relação ao mercado internacional não difere muito. Sua utilização tem uma aproximada interdependência entre a estrutura e dimensão do parque industrial com o desenvolvimento tecnológico. Onde a indústria de aço tem forte ligação com a indústria de zinco do Brasil, sobressaindo na produção de chapas galvanizadas. Onde ficou distribuído em 2008 os setores das vendas internas: automobilístico (48,0%); construção civil (10,6%); utensílios domésticos e comerciais (6,5%), com destaque para os eletrodomésticos (6,2%) (NEVES, 2017).

Na tabela 01 são relacionadas as principais propriedades do Zinco que justificam a sua qualidade na utilização.

Tabela 01 – Propriedades físicas e químicas do zinco (Zn)

		Propriedade
Estado da matéria	Sólido	Física
Ponto de fusão	692,68 K	Física
Ponto de ebulição	1180 K	Física
Condutividade térmica	116 W/(m.K)	Física
Massa molar	65,38 g/mol	Química
Raio atômico	134 pm	Química
Estrutura cristalina	Hexagonal	Química
Densidade	7140 kg/m ³	Química
Dureza	2,5	Química
Resistência Mecânica	Baixa	Física

Fonte: Santos (2009).

APLICAÇÃO DA LIGA METÁLICA ZINCO

O zinco proporciona importante aplicação nas indústrias de eletrodomésticos, automobilística e de construção civil, isso se deve pela sua propriedade anticorrosiva e de combinações com outros metais. Assim permite o emprego no revestimento protetor do aço e do ferro, sendo assim, esses produtos tem uma vida útil extremamente prolongadas. Na forma de compostos químicos, na qualidade de óxido de zinco, tem diversas aplicações industriais, como: têxtil, vulcanização de borrachas, indústria cerâmica, produção de pilhas, indústria de cosméticos e baterias, tratamento de deficiência de zinco nos solos, medicinal e segmentos alimentício (NEVES, 2017).

Segundo Santos (2009), o zinco tem uma enorme facilidade de combinação com outros metais, podendo produzir outras ligas, como bronze, latões e zamac. Onde as ligas zamac são utilizadas em peças fundidas, indústria de material bélico, automobilístico e eletrodomésticos.

Na construção civil o zinco é bastante utilizado em: maçanetas, dobradiças, porta-toalhas e torneiras, muitas peças de cerâmicas e pisos contém óxido de zinco. Além dessas aplicações, outra aplicação muito importante que fica exposta são as estruturas de aços, como vergalhões, parafusos e cabos de aço utilizados em estruturas de pontes. Sendo que 50% de todo o zinco produzido no mundo é utilizado em revestimento de proteção. Para fins estruturais o zinco não é adequado, algumas de suas ligas podem ter a resistência mecânica suficientemente alta para algumas aplicações específicas, sendo melhor aproveitada (OLIVEIRA; ANJOS, 2016).

Como o zinco tem uma excelente resistência à corrosão, quando exposto à ambientes naturais, como por exemplo, águas naturais e atmosfera, sua utilização fica abrangente. Sendo que 50% do zinco produzido mundialmente é utilizado para revestimentos de proteção de estruturas, equipamentos de aço e tubulações (PANASSIAN, 1993 apud DUTRA, 2010).

Os processos mais usados para aplicação de revestimento à base de zinco atualmente são dois: eletrodeposição e imersão a quente. Existem ainda outros processos realizados, mas que são poucos utilizados: sherardização (galvanização), aspersão térmica (metalização) e revestimento por tinta rica em zinco (TOMACHUK, 2015).

Para Tomachuk (2015), para se fazer a opção do procedimento de aplicação de revestimentos de zinco, existe alguns fatores para se basear: aparência decorativa, tamanho da peça, geometria da peça e espessura do revestimento.

O processo de revestimento da superfície mais utilizado industrialmente é a eletrodeposição do zinco sobre o aço. Onde a camada apresenta bom desempenho à exposição atmosférica, oferecendo assim uma proteção galvânica ao substrato de aço em regiões de descontinuidade (TOMACHUK, 2015).

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho foi utilizado o método descritivo por meio da pesquisa bibliográfica, qualitativo, sobre a liga metálica. Para a pesquisa bibliográfica foi utilizado materiais terciários de informações, como artigos científicos e livros.

O zinco foi a liga escolhida devido a sua grande importância no meio das engenharias, por se tratar de um material resistente e muito utilizado.

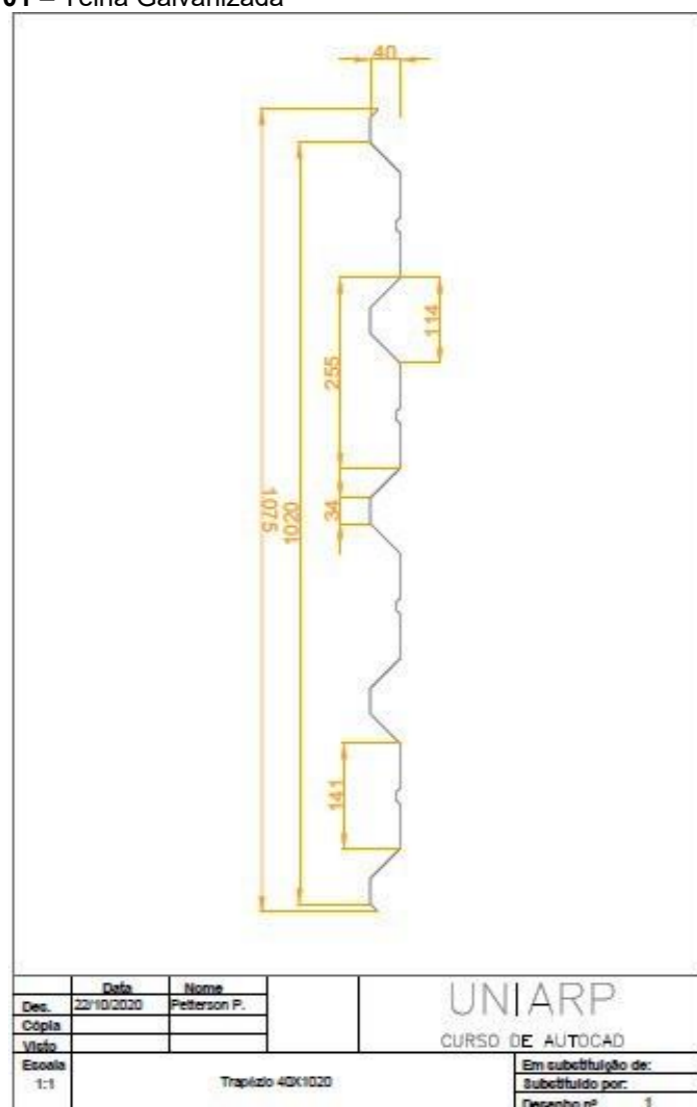
O desenho foi realizado no AutoCAD versão 2019, em cima das principais características do zinco, onde é o revestimento de peças, sendo muito conhecido na própria telha de zinco, e se tratando de um material muito usado na construção civil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização da pesquisa bibliográfica e análise das informações, foi possível identificar que a liga de zinco pode ser utilizada para revestimento por imersão a ar quente em bobinas de chapas de aço, que após passar por processos industriais é transformado em telhas galvanizadas.

A telha galvanizada tem-se entre suas vantagens a ótima resistência a corrosão, onde a dureza que é uma propriedade física utilizada juntamente com o ponto de fusão proporciona que se chegue ao melhor resultado final, e como desvantagem apresenta um baixo nível de isolamento acústico sendo que qualquer ruído em contato com a telha se torna maior do que outros tipos de materiais. Na Figura 01 é apresentado o desenho de uma telha galvanizada que representa uma das aplicações de zinco.

Figura 01 – Telha Galvanizada



Fonte: Os autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando o principal objetivo do trabalho apresentado, que seria o estudo das propriedades químicas e físicas da liga metálica de zinco e suas principais aplicações, podendo assim auxiliar em futuras pesquisas, conclui-se então que a liga metálica de zinco é uma ótima opção, quando se quer uma liga em forma de revestimento de

proteção, principalmente contra corrosão e também com boa viabilidade financeira. Além de apresentar várias outras características químicas e físicas que proporcionam por exemplo a sua enorme facilidade de combinação com outros metais, que fazem que ele se torne tão utilizado no mundo todo até mesmo em áreas com altos níveis de corrosão.

Sendo assim, pode-se concluir que o objetivo do presente trabalho foi alcançado, e com base nas informações pesquisadas, visualiza-se que devido as suas propriedades químicas e físicas, a utilização da telha galvanizada é elevada na construção civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUTRA, Conceição Aparecida Matsumoto. **Estudo do comportamento eletroquímico e da resistência à corrosão de eletrodepósitos de zinco e ligas de zinco em solução de NaCl e na presença de oxi-ânions do grupo VIB.** 2010. 164 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Guaratinguetá, 2010. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103755>>. Acesso em 21 ago. 2020.

NEVES, Carlos Augusto Ramos. **Zinco.** ANM Agência Nacional de Mineração, Brasília, 2017. Disponível em:

<https://sistemas.anm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=3985>. Acesso em 21 ago. 2020.

OLIVEIRA, Mateus O., ANJOS, Bruno O., **Estudo das Propriedades do Zinco e suas aplicações na construção civil.** Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais, 22º CBECiMat, Natal, 2016. Disponível em:

<<http://www.metallum.com.br/22cbecimat/anais/PDF/304-248.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2020.

SANTOS, Juarez Fontana dos. **Produto 39, Cadeira do Zinco.** Ministério de Minas e Energia – MME, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.mme.gov.br/documents/36108/449811/P39_RT65_Perfil_do_Zinco.pdf/c3da8a6e-3af7-1c6e-4217-3a9cd2d64990?version=1.0>. Acesso em: 17 ago. 2020.

TOMACHUK, Célia R. **Revestimentos de zinco sobre aços e suas aplicações.**

Artigo técnico, Corrosão e Proteção, Lorena, 2015. Disponível em

<<http://repositorio.ipen.br/bitstream/handle/123456789/26550/22454.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

VOLPATO, Neri, GRYZINSKI, Ismael, NETO, Salvador Claro. **Análise das propriedades do polipropileno injetado em molde de liga de zinco obtido por usinagem.** 6º Congresso Brasileiro de Engenharia de Fabricação, Caxias do Sul, 2011. Disponível em:

<<http://alvarestech.com/temp/cobef2011/grima.ufsc.br/cobef2011/media/trabalhos/COF11-0357.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

AÇO INOXIDÁVEL¹

Rafael Alves Ribeiro, rafaelalvesribeiro18@gmail.com²

Josué Tenczna, tenczna98416626josue@gmail.com³

Widner Menderson Romulus, mendersonromulus@yahoo.fr⁴

Thomas Guilherme Cordeiro, Thomascordeiro1@gmail.com⁵

Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br⁶

Marcio Alexandre Kreuzsch, marcio.kreusch@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O aço inox considerado metal branco pela sua cor e aparência é o foco da pesquisa, escolhido dentre várias outras ligas por estar diretamente ligado ao ser humano pois por sua alta resistência a corrosão é utilizado especialmente na indústria do alimento, a qual precisa ter total preocupação com o saneamento do local e de seus equipamentos. Para a fabricação de materiais, utensílios domésticos, e demais produtos utilizados na sociedade, os metais puros geralmente não apresentam todas as características necessárias para serem aplicados. Sendo assim, após diversos estudos, começaram a desenvolver as ligas metálicas do inox, que podem ser misturadas com dois ou mais metais, ou com outra substância simples por aquecimento, dependendo de qual a composição e quais características químicas desejadas. Com base nesses dados o estudo irá apresentar as suas aplicações no setor alimentício, com a sua liga mais indicada, da qual deve possuir resistência à corrosão e demais características que evitem a contaminação dos alimentos. Os aços inoxidáveis martensíticos AISI 420 são empregados em moldes para injeção plástica e, portanto, precisam ter resistência ao desgaste, à corrosão e à mecânica. Os austeníticos tem as características principais de alto teor de níquel e baixo teor de carbono, podem ser submetidos a tratamentos térmicos e não são magnéticos. São os aços mais utilizados em tanques, pias, cubas e outros. Por meio da pesquisa foi possível trazer ao público interessado o conhecimento da liga metálica “aço inoxidável” e também descobrir quais suas funcionalidades, composições químicas, utilizações e origem.

Palavras-chave: Aço Inox. Corrosão. Resistência.

INTRODUÇÃO

O aço inox é utilizado para a fabricação de materiais, utensílios domésticos, e demais produtos utilizados na sociedade, os metais puros geralmente não apresentam

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase dos cursos de Engenharia Mecânica e Elétrica.

² Acadêmico do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, Mestre dos cursos de Engenharia Mecânica e Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Mestre dos cursos de Engenharia Mecânica e Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

todas as características necessárias para serem aplicados. Sendo assim, após diversos estudos, começaram a desenvolver as ligas metálicas do inox, que podem ser misturadas com dois ou mais metais, ou com outra substância simples por aquecimento, dependendo a sua composição e as características químicas desejadas, com base nesses dados o estudo irá apresentar as suas aplicações no setor alimentício, com a sua liga mais indicada, da qual deve possuir resistência à corrosão e demais características que evitem a contaminação dos alimentos.

Desta forma, foi escolhido trabalhar com o aço inoxidável pois é uma liga de fácil usinabilidade, belíssima aparência e que está presente no dia a dia de todos de várias formas, é raro dizer que em um dia qualquer, um ser humano não entre em contato com essa liga pelo menos uma vez mesmo que sem perceber.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As ligas metálicas se fundem em altas temperaturas, depois esfriam, solidificando-se. Os aços inox possuem características microestruturais, das quais os ferríticos, que foi o melhor aplicável no setor alimentício, possui uma alta porcentagem de cromo (Cr), entre 16% e 30%, baixo teor de carbono (CO), o que faz ter alta resistência a corrosão, baixa condução de temperaturas. A utilização de cada uma de suas ligas é dada de acordo com a sua microestrutura, o que define qual liga é a mais adequada para determinados trabalhos. O AISI 304 é uma liga com alta resistência a corrosão, é muito utilizada na fabricação de equipamentos hospitalares, na indústria química, alimentícia e também utensílios de cozinha evitando a popular “ferrugem”, pois possui Carbono (C) com máximo de 0,07%, Manganês (Mn): máximo de 2%, Fósforo (P): máximo de 0,045%, Cromo (Cr): 17,50 a 19,50% e Níquel (Ni): 8% a 10,50% (ABINOX, 2017).

METODOLOGIA

Utilizando uma análise de dados qualitativa de forma sistematizada, a fim da compreensão dos dados coletados, com uma pesquisa aplicada, bibliográfica e de campo, que por si, visa gerar ou buscar os conhecimentos e as aplicações práticas para a solução de problemas, e uma investigação do tratamento mais eficaz do projeto escolhido, tendo como fontes de pesquisas livros, artigos, periódicos e feito a coleta de dados diversos, juntamente com os integrantes do grupo.

Foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo, voltada para o setor alimentício, visando a prevenção da contaminação dos alimentos, por ser um material de fácil limpeza, higiênico e resistente a corrosão, focando especialmente para frigoríficos, onde é feito o transporte dos restos do processo, sendo eles, penas, vísceras, sangue e quaisquer outras matérias descartadas do processo, misturadas na água para facilitar o transporte, que vai por dutos até a estação de tratamento de Afluentes (ETA), onde é feito o devido processo de purificação da água, até ela estar dentro dos padrões internacionais, para o retorno ao meio ambiente. Com base nestas informações foi definido qual peça seria desenhada pela equipe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo o embasamento teórico sobre o aço inox e a liga escolhida, fica claro que o aço inoxidável possui um alto grau de resistência a corrosão, ao calor e assim podendo ser utilizado em diversas áreas, entre tantos, os aços inox 430 e 304 são os

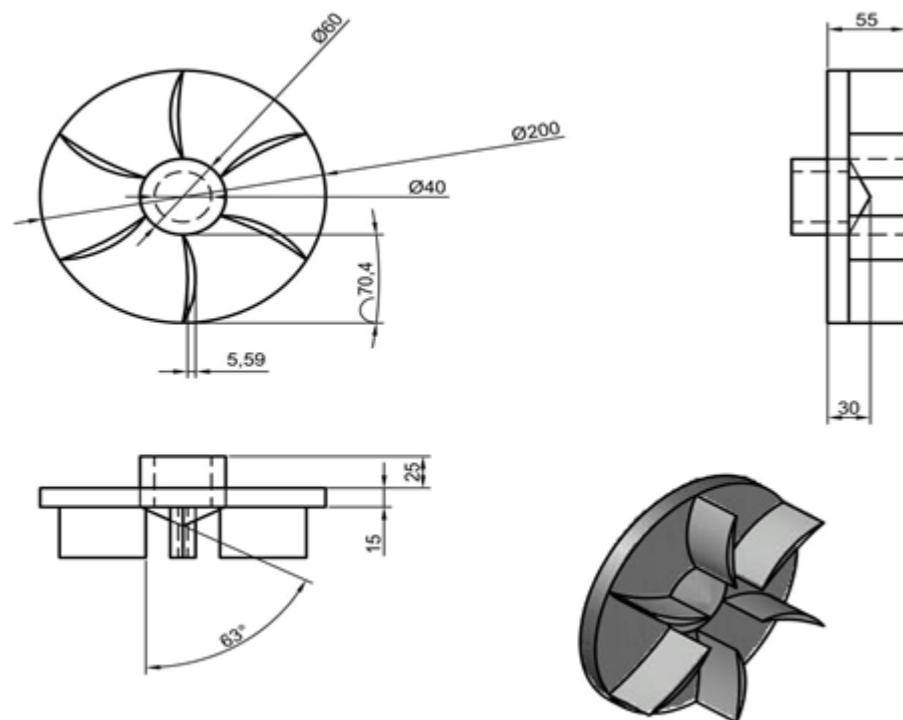
aços comerciais mais utilizados no setor de linha branca, pois são materiais com superfície escovada ou polida.

A liga 3016 tem o molibdênio, portanto é a melhor entre eles quando se fala de resistência a corrosão. Foi constatado que o Duplex é mais usado na fabricação de segmentos de óleo, gás, papel, etc. Os austeníticos são aços que podem ser usados mais propriamente em tanques e pias. Os endurecidos e ferríticos por precipitação é o que tem maior resistência a corrosão sendo utilizado em indústrias aeronáuticas ou petroquímicas. E por fim os martensíticos que por sua vez são muito utilizados em instrumentos cirúrgicos.

A pesquisa em si foi um desafio para todos, que apesar de já ter um leve conhecimento sobre o material, fez se necessário pesquisar a fundo sobre a composição química e as diferentes ligas, que estão por trás do nome aço inoxidável. Como já citado em outros tópicos a escolha da liga foi feita porque é um material que está presente no dia a dia de todos, de fácil acesso, boa usinabilidade, custo acessível, etc.

Como resultado do estudo, foi desenhado um rotor de bomba centrífuga (Figura 1), no qual foi projetado as vistas de diferentes ângulos, com cotas, referências e demais características do material, sendo utilizado no setor alimentício para facilitar o transporte de resíduos do processo, como exemplo o que ocorrem em frigoríficos. Este desenho corresponde a representação de uma aplicação do aço inoxidável. Para realizar o desenho o software utilizado foi o da empresa Autodesk conhecido como AutoCAD.

Figura 1 - Desenho técnico.



Fonte: Os autores (2020)

O resultado obtido com a realização da pesquisa, foi dentro do esperado, uma vez que a liga de aço inox escolhida, mostrou-se ser eficaz na prevenção a corrosão e na proliferação de microrganismos nos alimentos, portanto pode-se dizer com embasamento técnico, que se tratando de setor alimentício essa liga será uma das melhores escolhas da atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os comentários feitos sobre a utilização e aplicações dos materiais citados devem ser considerados somente como uma orientação, portanto cada um dos casos deve ser tratado com mais profundidade. Algumas alterações na composição dos materiais na temperatura e etc., podem causar grandes mudanças no comportamento do material diante a corrosão.

Portanto conclui-se que o aço inoxidável é um material utilizado em vários segmentos devido a suas propriedades físicas e químicas. Sendo um material de muita beleza e de forte resistência a corrosão que futuramente poderá substituir vários materiais em diversas áreas.

REFERÊNCIAS

- ABINOX. **As diferenças entre as ligas de aço inox AISI 304 / 304 L / 304h**. São Paulo, 18/12/2017. Disponível em: <https://www.abinox.org.br/site/agenda-inox-noticias-detalhes.php?cod=5811&q=As+diferen%25C3%25A7as+entre+as+ligas+de+a%25C3%25A7o+inox+AISI+304+%252F+304+L+%252F+304+H>. Acesso em 23 de Novembro de 2020.
- DE SOUZA, Líria Alves. **Ligação Metálica**. Ligação Metálica, 2020, [https://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/ligacao-metalica.htm#:~:text=As%20propriedades%20de%20uma%20liga%C3%A7%C3%A3o,C\)%20e%20apresentam%20cor%20prateada](https://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/ligacao-metalica.htm#:~:text=As%20propriedades%20de%20uma%20liga%C3%A7%C3%A3o,C)%20e%20apresentam%20cor%20prateada). Acesso em 23 Agosto 2020.
- GONÇALVES, Renata Barbosa et al. **Efeito do Tratamento Térmico de Solubilização e Estabilização na microestrutura de uma Junta Soldada com Aço Inox 304**. Rio de Janeiro, v. 22, n.1, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-70762017000100414&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 Agosto 2020
- RIBEIRO, João Paulo Caixeta et al. **Tecnologia Metalúrgica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025936/>. Acesso em: 23 Agosto 2020
- SILVA, Raida de Jesus et al. **Otimização da programação de cargas de forno em uma fábrica de fundição em aço-inox**. Gest. Prod., São Carlos , v. 11, n. 1, p. 135-151, Abril 2004 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2004000100012&lng=en&nrm=iso > acesso em 16 Agosto 2020.
- SIMÕES, Luiz Gustavo Pagotto et al . **Aço inox bactericida**. Rem: Rev. Esc. Minas, Ouro Preto , v. 60, n. 1, p. 101-108, Mar. 2007 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672007000100016&lng=en&nrm=iso . acesso em 16 Agosto 2020.

PRENSA HIDRÁULICA HYDRAULIC PRESS

Elian Santos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil

Luiz Roberto Gonçalves

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil

Mauro Ribeiro dos Santos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar de uma maneira didática e concisa os princípios que regem o funcionamento de uma prensa hidráulica, aliado com a intenção de explicar de forma rápida a história e o contexto por trás deste equipamento amplamente utilizado pelas indústrias mundiais e que muito contribui para a execução de produtos utilizados em nosso cotidiano.

Palavras-chave: Lei de Pascal. Hidráulica. Prensa Hidráulica.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate in a didactic and concise manner the principles that govern the operation of a hydraulic press, coupled with the intention of quickly explaining the history and context behind this equipment widespread by global industries and which greatly contributes to the execution of products used in our daily lives.

Keywords: Pascal's law. Hydraulics. Hydraulic press.

INTRODUÇÃO

No século 17, na França, o matemático e filósofo Blaise Pascal deu início a uma pesquisa sobre o comportamento dos fluidos. Esta pesquisa, apresentada no ano de 1648 descreve um dos princípios da hidrostática, o qual vem a ser o princípio responsável pelo funcionamento de uma prensa hidráulica.

Este princípio define que um líquido incompressível, diferente do que acontece em um sólido, quando recebe uma força em um de seus pontos, não transfere essa força de um ponto a outro do líquido, transfere somente o acréscimo de pressão aplicado sobre ele.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Gomes (2012 *apud* SILVA et al., 2017), prensa hidráulica é um equipamento utilizado na montagem e desmontagem de componentes mecânicos, e também na conformação de chapas. O embolo do cilindro hidráulico recebe pressão através de um fluido incompressível por meio de bombas de alta pressão ou de forma manual (macacos hidráulicos).

Cilindro hidráulico é um dos principais componentes de um PH (prensa hidráulica), constituídos de uma camisa, uma haste, um embolo na parte superficial da haste, e os engates ou conexões para mangueiras. Seu funcionamento se dá quando o fluido preenche todo o volume da camisa do cilindro, fazendo com que a haste desloque-se (SILVA et al., 2017).

Não se pode falar em pressão hidráulica se não falar em fluidos, afinal a palavra hidráulica é derivada do grego, onde “hydor” é água e “aulos” é condução. Para Netto e Fernández (2015, p.22), a definição de fluidos é a seguinte:

“Fluido são as substâncias ou corpos cujas moléculas ou partículas têm a propriedade de se mover umas em relação às outras sob a ação de forças de mínima grandeza, [...] os fluidos subdividem-se em dois grandes grupos, os fluidos líquidos e aeriformes (gases e vapor)”.

Ainda de acordo com Netto e Fernández (2015), a pressão exercida pelo sistema hidráulico pode ser encontrada através da unidade de força sobre a unidade de área, cuja fórmula estará representada na Equação 1.

Equação 1 – Cálculo de pressão

$$P = \frac{f}{a} \quad (1)$$

Na equação acima, está representada também a Lei de Pascal, que define “a pressão exercida em um ponto é a mesma em todas as direções” (SILVA et al., 2017; n.p.).

Fialho (2004), afirma que há diversos tipos de circuitos hidráulicos, mas o princípio de funcionamento para todos é mesmo, os autores subdividem os circuitos em três sistemas igualitários, o primeiro composto por filtros, motores, bombas, reservatório, entre outros componentes, denominado como sistema de geração. O segundo sistema, conhecido como distribuição e controle, constituído por válvulas direcionais de pressão e de controle e distribuição. O terceiro sistema, composto por

cilindros hidráulicos (atuadores), osciladores, motores hidráulicos entre outros, este terceiro é denominado sistema de aplicação de energia.

METODOLOGIA

O presente artigo foi elaborado por meio de pesquisas a literaturas de autores conceituados juntamente com o conhecimento empírico de cada participante do grupo, houve também acesso a vídeos relacionados ao assunto em questão que possibilitaram entender de forma simples e objetiva a forma com que o princípio de Pascal atua sobre o equipamento estudado.

Artigos e sites técnicos também foram consultados a fim de sanar dúvidas e agregar conhecimento com a finalidade de tornar este artigo mais completo e objetivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inventada e patenteada por Joseph Bramah no ano de 1795 (Hydraulics online, 2016). A prensa hidráulica se baseia no princípio de Pascal e em suas primeiras utilizações era constituída apenas por dois cilindros com seções transversais diferentes. Quando uma pequena força era aplicada sobre o cilindro com seção transversal menor, esta força era ampliada no cilindro com seção transversal maior, de maneira proporcional a razão entre as áreas dos cilindros.

Atualmente as prensas hidráulicas ainda são elaboradas de maneira simples, compostas por bombas hidráulicas, válvulas e cilindros hidráulicos. Apesar de sua simplicidade são capazes de atingir níveis elevados de força, tornando este equipamento indispensável no âmbito industrial.

Nas épocas anteriores a criação da prensa mecânica a compactação de materiais só era possível de forma manual e isto tornava a produção e os produtos limitados à capacidade de quem os desenvolviam. A partir do surgimento da prensa hidráulica a forma de trabalho manual foi abandonada, visto que a produção poderia ser ampliada e os produtos poderiam ter configurações mais complexas e confiáveis.

O sistema hidráulico de uma prensa industrial usa principalmente óleo como fluido de trabalho, e sua pressão pode facilmente atingir 200 bar. As prensas hidráulicas têm uma ampla gama de usos, como forjamento, conformação e inserção. Um exemplo de prensa hidráulica aparece na Figura 1.

Conforme mencionado anteriormente, as prensas hidráulicas têm uma capacidade de carga maior, usando componentes relativamente pequenos. Além disso, eles têm alta flexibilidade, como ajuste de curso, que pode fornecer força máxima em qualquer posição de seu curso total. Por outro lado, geralmente não são máquinas muito rápidas, e geralmente não possuem controle preciso de posição e velocidade, geralmente atuando com velocidade uniforme em seu deslocamento.

Figura 1 - Prensa Hidráulica



Fonte: NOWAK, 2020.

Com base na pesquisa efetuada a fim de elaborar este artigo, foi possível obter uma ampla visualização sobre as aplicações das prensas hidráulicas e os princípios que regem o seu funcionamento, agregando, assim, um conhecimento, que embora teórico, servirá de base para futuras realizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do conhecimento adquirido, pode-se observar que os princípios que regem o funcionamento de uma prensa hidráulica, apesar de simples e não muito complexos, tem um papel fundamental na elaboração e na execução de trabalhos de maneira muito menos onerosa e muito mais eficiente.

REFERÊNCIAS

FIALHO, Arivelto. B. **Automação Hidráulica**: Projetos, Dimensionamento e Análise de Circuitos. 2. ed. São Paulo, 2004.

SILVA, André. L. C et al. **Prensa Hidráulica Automatizada**. IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Páginas 1-46, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/1/folders/10O31YiCW-D7uo6Fw710deAFwu4rkGw8P> />. Acesso em: 05 nov. 2020.

NETTO, J.M.A. FERNÁNDEZ, M.F. **Manual de Hidráulica**. 9. ed. 635 p. São Paulo. Blucher. 2015.

NOWAK. **Prensas Hidráulicas**: Catalogo. Disponível em: <<https://b2b.nowak.com.br/prensas>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PRENSA HIDRÁULICA CONFORMADORA DE CHAPAS

Pedro de Campos Pinheiro

Universidade do Auto Vale do Rio Peixe – Uniarp. Caçador, Brasilⁱ

Vinicius Fabian

Universidade do Auto Vale do Rio Peixe – Uniarp. Caçador, Brasilⁱⁱ

Resumo – O propósito deste artigo vem demonstrar como um equipamento de uso simples e fácil pode ter inúmeras atividades a demonstrar de uma forma melhor a teoria em cima das mesmas. O artigo tem como objetivo demonstrar de forma prática o estudo de inúmeras matérias, com uma melhor visualização dos fenômenos mecânicos. Mostrando o funcionamento de uma prensa hidráulica e os conteúdos acadêmicos que ela pode abranger.

Palavras-chave: Prensa.Hidraulica.Chapa .

Abstract – The purpose of this article is to demonstrate how simple and easy-to-use equipment can have numerous activities to better demonstrate the theory on top of them. The article aims to demonstrate how to practice the study of countless subjects, with a better visualization of mechanical phenomena. Showing the operation of a hydraulic press and the academic contents it can cover.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo abordar sobre os conceitos básicos de hidráulica, embasando no equipamento prensa hidráulica, para viabilizar ao estudante visualizar processos e fenômeno mecânicos de formas teórica. Os conteúdos que o equipamento pode atingir são os mais diversos e em inúmeras matérias, pois a sua aplicação é muito diversa e muito simples. Onde também será exemplificado o funcionamento e construção

FUNDAMENTAÇÃO DA HIDRÁULICA

A Hidráulica é a Ciência que estuda líquidos em escoamento sob pressão. O uso do fluido sob pressão, como meio de transmissão de potência, já é mais recente, sendo que o seu desenvolvimento ocorreu mais precisamente, após a primeira grande guerra.

A grande vantagem da utilização da energia hidráulica consiste na facilidade de controle da velocidade e inversão, praticamente instantânea, do movimento. Além disso, os sistemas são auto lubrificados e compactos se comparados com as demais formas de transmissão de energia.

Trabalho de Integrador apresentado como exigência de avaliação das disciplinas Desenho assistido por computador e Aacionamento hidráulicos pneumáticos, do Curso de Engenharia Mecânica, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, orientado pelos Professores: Ademar Fagundes, Gilberto Marafon e Júlio Cesar Carvalho.

As desvantagens dos sistemas é que se comparados com a eletricidade, por exemplo, os sistemas têm um rendimento baixo, de modo geral em torno de 65%, principalmente devido a perdas de cargas e vazamentos internos nos componentes. A construção dos elementos necessita de tecnologia de precisão encarecendo os custos de produção.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

FLUIDO - é qualquer substância capaz de deformar-se continuamente e assumir a forma do recipiente que a contém, podendo ser líquido ou gasoso. No caso de sistemas hidráulicos o fluido é líquido.

HIDRÁULICA – é uma ciência baseada nas características físicas dos líquidos em repouso e em movimento. Potência hidráulica é aquela fase da hidráulica que se refere ao uso dos líquidos para transferir potência de um local para outro. Portanto, é essencial para o estudo dos princípios de potência hidráulica, compreender o conceito de potência e fatores relacionados.

HIDROSTÁTICA – parte da hidráulica que estuda os fluidos em estado de repouso.

HIDRODINÂMICA – parte da hidráulica que estuda os fluidos em movimento.

FORÇA - é definida como qualquer causa que tende a produzir ou modificar movimentos.

Segundo Newton: $F=m.a$ (força é igual a massa vezes a aceleração). As unidades de medida de força e pressão são idênticas, apenas que no caso da força essa unidade não é relacionada a nenhuma unidade de área.

Devido à inércia, um corpo em repouso tende a permanecer em repouso, e um corpo em movimento tende a permanecer em movimento, até ser atuado por uma força externa. A resistência à mudança de velocidade depende do peso do objeto e da fricção entre as superfícies de contato. Se quisermos movimentar um objeto, como a cabeça de uma máquina-ferramenta (torno), devemos aplicar-lhe uma força.

A quantidade de força necessária dependerá da inércia do objeto. A força pode ser expressa em qualquer das unidades de medida de peso, mas comumente é expressa em quilos ou libras.

PRESSÃO – é uma quantidade de força aplicada numa unidade de área. $P=F/A$. Os sistemas hidráulicos e pneumáticos têm como medida de pressão o quilograma-força por centímetro quadrado (kgf/cm^2), a libra/força por polegada quadrada (PSI = do inglês Pounds per Square Inch) e também bar ($\text{N/m}^2 \times 1000$) do sistema francês ou ainda pascal (Pa) que é igual a força de 1 Newton por metro quadrado.

TRABALHO – é a aplicação de uma força através de um deslocamento: $T = F \times d$, onde: T = trabalho - F= força - d = distância.

POTÊNCIA – é a velocidade com que o trabalho flui através de uma carga em um determinado período de tempo: $P = T/t$ onde P = potência - T = Trabalho - t = tempo. Também pode ser expresso por: $P = F \times V$, onde P = potência - F = força - V = velocidade de deslocamento. Podemos então dizer que potência maior implica na capacidade de realizar um trabalho mais rapidamente.

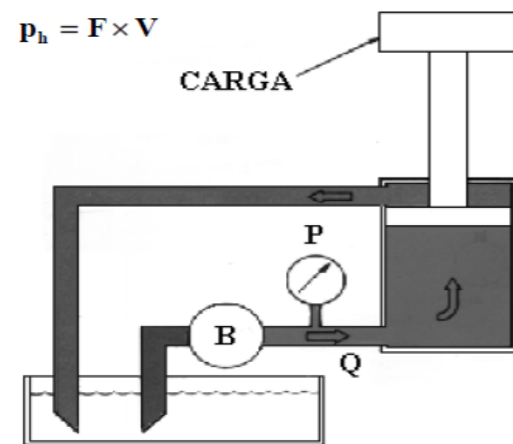
ENERGIA - é o tempo em que a potência é aplicada a uma carga. Note que a potência é uma característica de projeto do aparelho, enquanto que energia tem a ver com o tempo em que o aparelho é utilizado.

RENDIMENTO – é uma medida adimensional que expressa a quantidade de energia recebida por um dispositivo que é transformada em energia útil. Pode ser expresso como um quociente entre a energia de saída e a energia de entrada.

Os sistemas hidráulicos e pneumáticos são amplamente utilizados nas indústrias, seja para deslocamento de cargas ou para sistema de automação, onde o uso da eletricidade não é apropriado.

POTÊNCIA HIDRÁULICA E POTÊNCIA DE ACIONAMENTO

A potência de um circuito hidráulico normalmente é criada a partir do atuador para o motor de acionamento e para cálculos rápidos considera-se o rendimento total do sistema em torno de 65%, conforme a seguinte expressão;



Fonte: <http://www.fatecc.com.br/eadmoodle/hidraulicaindustrial/apostilas/conceitosbasicoshidraulica.df>

Onde;

P_h

= Potência hidráulica (Watt)

F = Força desenvolvida considerando uma segurança de $\pm 10\%$ na carga (Newton)

V = Velocidade de movimentação da carga (m/s)

ÓLEOS UTILIZADOS COMO FLUIDOS HIDRÁULICOS

O óleo a ser usado nos sistemas hidráulicos deve ser especialmente fabricado para tal fim. Além dos poderes normalmente encontrados nos demais óleos (incompressibilidade, lubrificante, antioxidante), ele deverá conter o poder antiespumante e principalmente a viscosidade apropriada para transmissão de força num circuito fechado. Requisitos básicos para o óleo hidráulico:

- 1- Prevenir a formação de goma e verniz;
- 2- Ser incompressível;
- 3- Lubrificante;

4- Anticorrosivo;

5- Baixo custo;

6- Refrigerante;

7- alto índice de viscosidade (sofrer pouca alteração de fluidez com alteração de temperatura);

8- Separar-se da água;

9- Liberar o ar instantaneamente;

10- Não ser tóxico, nem ter acidez;

11- Não ser inflamável;

12- Ser compatível com retentores e gaxetas;

13- Diminuir a formação de espuma.

BOMBAS

As bombas são utilizadas nos circuitos hidráulicos, para converter energia mecânica em energia hidráulica. A ação mecânica cria um vácuo parcial na entrada da bomba, o que permite que a pressão atmosférica force o fluido do tanque, através da linha de sucção, a penetrar na bomba.

A bomba passará o fluido para a abertura de descarga, forçando-o através do sistema hidráulico. As bombas são classificadas, basicamente, em dois tipos: hidrodinâmicas e hidrostáticas. As bombas hidráulicas são classificadas como positivas (fluxopulsante) e não-positivas (fluxo contínuo).

VÁLVULAS

As válvulas são elementos destinados a controlar o fluxo de ar comprimido com a finalidade de se obter um determinado resultado, existe vários tipos de válvulas, as mais usadas são válvulas limitadoras de pressão, válvulas de segurança e válvulas

de bloqueio. A pressão máxima do circuito hidráulico pode ser controlada com o uso de uma válvula limitadora de pressão normalmente fechada.

Com a via primária da válvula conectada à pressão do sistema, e a via secundária conectada ao tanque, o carretel no corpo da válvula é acionado por um nível predeterminado de pressão, e neste ponto as vias primária e secundária são conectadas, e o fluxo é desviado para o tanque.

ATUADORES HIDRÁULICOS

Os atuadores hidráulicos têm a função de aplicar energia mecânica, fazendo-o funcionar. No entanto, atuam na transformação da energia de trabalho em energia mecânica.

Os atuadores hidráulicos são equipamentos que utilizam pressão de fluidos em sua operação e, por isso, se distinguem dos demais motores, que trabalham com eletricidade como fonte de trabalho.

CLASSIFICAÇÃO DOS ATUADORES HIDRÁULICO

Os atuadores hidráulicos tem suas funções determinadas a partir do tipo de fluido que manterá sob pressão para geração de força mecânica, podendo ser:

- Pneumáticos: quando atua com pressão de ar comprimido;
- Hidráulico: quando utiliza óleo para gerar a força mecânica.

Ainda, dependendo da forma como se comportam em relação ao movimento, podem ser classificados como atuadores hidráulicos, lineares ou rotativos:

- Os lineares praticam movimento de translação e contínuo;
- Os rotativos produzem a performance de movimento rotativo.

Os atuadores caracterizados como rotativos, podem, por sua vez, serem descritos como angulares, quando giram apenas em um determinado ângulo em toda a operação; ou contínuos, podendo realizar um número maior de giros.

DEFINIÇÃO DO PRODUTO - ATUADORES HIDRÁULICOS

Os motores elétricos também são considerados como atuadores, mas que utilizam outro tipo de alimentação para a operação mecânica, a energia elétrica. E não atua com pressão.

Esses atuadores lineares são comumente conhecidos como cilindros ou pistão, que com a injeção e posteriormente pressão do fluido, desloca-se em vários sentidos, em movimentos repetitivos. Estes são aplicados em uma grande gama de máquinas utilizadas no setor industrial, como as operadas pela construção civil, guindastes, basculantes de caminhões, entre outros.

Já os atuadores hidráulicos rotativos são amplamente conhecidos como cilindros rotativos, acionados por cremalheira ou alerta rotativa no acionamento do eixo e engrenagens. Podem ser encontrados em guindastes, esteiras rolantes, equipamentos agrícolas, bobinas, demais aplicações no setor industrial em geral.

Os atuadores hidráulicos são flexíveis quanto à montagem e ao tamanho, com diâmetros de 1" a 14" e comprimento entre 10mm e 1.000mm. Eles possibilitam que os equipamentos operem com muita força e alta velocidade.

PRENSA HIDRÁULICA

Prensa Hidráulica é um dispositivo no qual uma força aplicada num êmbolo pequeno cria uma pressão que é transmitida através de um fluido até um êmbolo grande, originando uma grande força grande.

O funcionamento da Prensa Hidráulica baseia-se no princípio de Pascal, em que a pressão aplicada em qualquer ponto de um fluido, fechado num recipiente, é transmitida igualmente em todas as direções.

Realizamos uma visita na empresa VIMASA S/A, que possui algumas prensas hidráulicas, que possui sistema com temperatura para acelerar a catalisação da cola nas chapas de madeira.

CONSTRUÇÃO

A prensa é construída em estrutura de duas molduras inteiriças usinadas, garantindo perfeito paralelismo e rigidez. O carregamento da prensa é feito na medida de 2700mm.

Os cilindros são de tubos mecânico previamente testados a pressão superior a de trabalho possuindo flange e anel raspador para aumentar a vida útil das gaxetas e facilitar sua troca.

Os pistões são retificados e cromados, proporcionando constância na manutenção da pressão, pois inexistem vazamentos. A ligação do vapor e coleta de condensado é feita através de mangueiras de aço inox.

FUNCIONAMENTO

A prensa possui duas bombas de palhetas e dois cilindros auxiliares para fechamento rápido e uma bomba adicional pequena de engrenagem para recalagem. Acionando o fechamento da prensa, com os produtos a prensar em seu interior, o controle e manutenção da prensa dá-se automaticamente, através de um manômetro de máxima e mínimo. O comando da prensa é centralizado em um painel elétrico que contém todas as chaves, contadores, fusíveis, manômetros e termômetros indicador de temperatura dos pratos. Findo o tempo de prensagem a abertura da prensa é automática.

Imagem 01: Vista frontal.



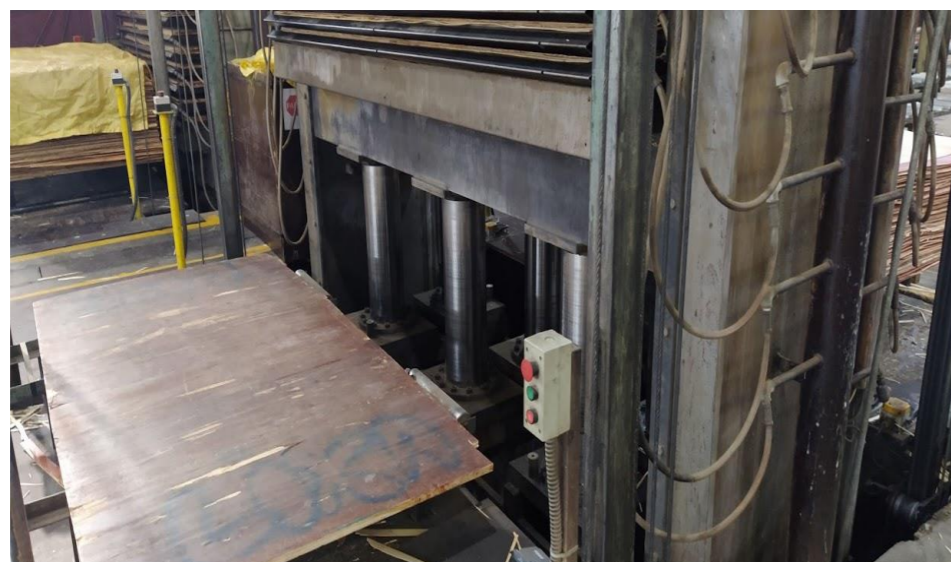
Fonte: Os autores

Imagem 02 – Vista lateral da prensa.



Fonte: Os autores

Imagem 03 – Parte pistões.



Fonte: Os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi apresentado o estudo das propriedades que consiste em realizar a análise de uma Prensa Hidráulica e conceitos hidráulicos. O funcionamento da Prensa Hidráulica baseia-se no princípio de Pascal, em que a pressão aplicada em qualquer ponto de um fluido, fechado num recipiente, é transmitida igualmente em todas as direções.

O princípio da Prensa Hidráulica é extensamente utilizado em macacos de elevação, travões de veículos e prensas que usam geralmente óleo como fluido. O objetivo do projeto é facilitar a observação, o estudo e o maior conhecimento do estudante em conceitos como Elementos de Máquinas, Hidráulica e Pneumática. Foi realizada a pesquisa de um equipamento que agregaria ao conhecimento prático dos alunos.

REFERÊNCIAS

XAVIER, Diogo. PRENSA HIDRAULICA. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos18/30226335.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SENAI FLORIANÓPOLIS, Hidráulica e técnicas de comando, Florianópolis, 2004

<http://www.fatecc.com.br/eadmoodle/hidraulicaindustrial/apostilas/conceitosbasicoshi-draulica.pdf>

Discentes do curso de graduação em Engenharia Mecânica.
E-mail: pedrodecampospinheiro@gmail.com; viniciusfabian67@gmail.com

PROJETO E DIMENSIONAMENTO, DESBOBINADOR DE VERGALHÃO PARA MÁQUINA TREFILA

Fernando Zanotto Bataglion, nando_zanotto@hotmail.com

Resumo – O presente projeto se refere ao dimensionamento de desbobinador de vergalhão, que irá exercer a função de desbobinar jumbos de vergalhões de uma forma automatizada, mais segura e em um intervalo de tempo menor. Será abordado assunto sobre projetos mecânicos, para poder encontrar os métodos utilizados pelos devidos autores na execução dos projetos, em seguida será tratado sobre os elementos mecânicos que completam o projeto do desbobinador de vergalhões. Na sequência, será desenvolvida a metodologia utilizada no trabalho, completado com a pesquisa informal e técnica. Após essas etapas, o próximo passo será a elaboração do croqui inicial aonde serão determinadas as diretrizes para a realização do projeto. Após a conclusão do croqui inicial, será possível dar continuidade com a etapa de dimensionamento do projeto mecânico com base nas informações e requisitos coletados nas pesquisas, por meio de cálculos matemáticos e especificações para seleção dos elementos que compõe o projeto do desbobinador. Por último será realizado o dimensionamento das esteiras transportadoras do vergalhão, o dimensionamento da estrutura metálica, o dimensionamento do sistema de guia fio (funil guia), o dimensionamento do sistema pneumático. Na sequência será desenvolvido o projeto do equipamento no software Solidworks.

Palavras-chave: Projeto. Dimensionamento. Desbobinador.

INTRODUÇÃO

O projeto consiste em uma melhoria no sistema de alimentação da máquina trefila de vergalhões, atualmente esse processo é feito de forma manual com o auxílio de uma talha para posicionar o vergalhão no local demarcado, e em seguida iniciar o processo de alimentação da máquina, sendo ele feito através de um “funil guia do fio” que são fixos em uma estrutura metálica acima do vergalhão que irá alimentar a máquina, que em seguida seguirá por um rolo guia do fio em direção a entrada da máquina, esse equipamento é nomeado de desbobinador de vergalhão.

O emprego de um sistema automatizado executado através de esteiras transportadoras que alimentam os vergalhões no desbobinador automaticamente exige uma melhoria tanto na estrutura metálica quanto em todo o sistema de guia fio do desbobinador de vergalhões até a entrada da máquina. Na atualidade o mesmo é realizado manualmente com a necessidade de que a cada troca de vergalhão a ser desbobinado a máquina diminua bruscamente a velocidade e o operador após fazer a solda da ponta de um vergalhão no outro e ao acabar o vergalhão antigo, posicione o próximo jumbo de vergalhão na posição demarcada, onde fica alinhado o centro do jumbo de vergalhão ao centro do funil guia.

Devido à nova forma de alimentar a máquina com auxílio das esteiras será necessária uma estrutura de guia fio adequada a ela, sendo ela automatizada e com um funil guia do fio móvel e acionado por um sistema pneumático pelo operador para fazer a troca de posição do funil guia do fio, do centro do jumbo que foi desbobinado para o novo jumbo que estará iniciando o processo de desbobinar.

Com a melhoria no sistema de alimentação os jumbos se encontraram um ao lado do outro, não tendo assim, a necessidade de colocar o novo no lugar do antigo. O projeto visa o dimensionamento da estrutura metálica, das esteiras transportadoras e do sistema funil guia do fio.

O posicionamento dos jumbos de vergalhões de forma manual na máquina trouxe uma necessidade de automatização através de esteiras transportadoras que posiciona um jumbo um ao lado do outro e com isso surgiu também a necessidade de um desbobinador com um “funil guia de fio” móvel que efetue a troca de um jumbo ao outro sem diminuir bruscamente a velocidade da máquina, ou seja, não poderá ser fixo como é hoje em dia, deverá se deslocar no eixo x para ambos os lados com o auxílio de um sistema pneumático acionado pelo operador.

O processo atual demanda um tempo muito grande para desbobinar o setup, a cada troca de jumbo de vergalhão a máquina tem que diminuir bruscamente a velocidade para que o operador consiga efetuar o posicionamento do novo jumbo de vergalhão no lugar do antigo, dando assim, continuidade ao processo.

O projeto resultará em uma melhora na ergonomia, ou seja, na relação entre homem e máquina, visando à segurança e eficiência no modo como se interagem.

Ocasionará um aumento na segurança, tendo em vista de que não haverá a necessidade de que o operador sempre tenha que efetuar a movimentação dos jumbos até a posição de início do processo com o auxílio da talha, ele somente terá que posicionar os jumbos de vergalhões no início das esteiras transportadoras com o auxílio da talha e após isso as esteiras se encarregaram do resto, as mesmas irão posicionar o jumbo no devido local e o funil guia do fio irá se movimentar até o centro do jumbo ao lado, aumentando assim a segurança do operador.

O intervalo de troca dos jumbos será menor, assim a máquina vai obter uma produção maior, com o ganho de velocidade e tempo durante o processo de desbobinar o material de entrada da linha de produção.

Projeto e dimensionamento de desbobinador de vergalhão, que irá exercer a função de desbobinar jumbos de vergalhões de uma forma automatizada, mais segura e em um intervalo de tempo menor. Sendo os objetivos específicos:

- Dimensionamento das esteiras transportadoras do vergalhão;
- Dimensionamento da estrutura metálica;
- Dimensionamento do sistema de guia fio (funil guia);
- Dimensionamento do sistema pneumático;
- Realizar projeto do equipamento;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tem como objetivo a fundamentação lógica do trabalho, visando analisar, compara e demonstrar o mesmo, é o corpo do trabalho. Serve para dar embasamento teórico na realização da pesquisa, também mostra o entendimento do pesquisador acerca do assunto bem como os autores utilizados. (UNIARP, 2013). Nessa etapa do trabalho, será realizada a pesquisa para a execução do projeto e dimensionamento do desbobinador.

METODOLOGIA E MATERIAIS

O presente projeto de término de curso trouxe em vista a oportunidade para elaboração de um projeto e dimensionamentos de um equipamento de desbobinador

para máquina trefila, o qual visa o processo de desbobinar jumbos de vergalhões para alimentação de material na máquina.

Visando em cumprir com os objetivos específicos propostos foi utilizado de métodos de pesquisa exploratória e revisão de literatura. Usando de uma metodologia descritiva, podendo chegar à melhor forma para definir os componentes utilizados no projeto, através de tabelas e catálogos de fornecedores de peças com as especificações técnicas para melhor dimensionamento do projeto.

Pesquisa informacional serviu de base para retirar as informações necessárias para a construção do projeto e dimensionamento.

Sendo o primeiro item realizado, através de reuniões com supervisor da área da empresa Corfio em que o presente problema foi proposto, e com o orientador deste trabalho.

Nessa etapa foram definidos os princípios básicos para a realização do projeto e dimensionamento do equipamento, tais como: O funcionamento do equipamento, os principais elementos utilizados e as principais dimensões.

Pesquisa institucional, nessa etapa foi definido os componentes necessários para a realização do equipamento, levando em base a criação de uma fundamentação teórica sobre os mesmos, a fim de adquirir e aprimorar conhecimentos para poder ter capacidade em desenvolver o projeto mecânico, utilizando de Software Cad.

Levando em conta a disponibilidade das matérias, dos elementos e dos recursos necessários para a construção do equipamento, discutido anteriormente na pesquisa informal. Utilizando-se de catálogos e tabelas com especificações técnicas de elementos já existentes, com o auxílio do dimensionamento matemático para comprovar a real necessidade dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alan S. **Elementos orgânicos de máquina II**. Curitiba: Editora da UFPR, 2009.

ALMEIDA, Júlio Cesar de; LIMA, Key Fonseca de; BARBIERI, Renato. **Elementos de Máquinas**: projeto de sistemas mecânicos. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2017. 504 p.

ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J.. **Física: Um curso universitário - Mecânica**: volume 1 de um curso universitário. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2018. 508 p.

BAZZO, Walter A.; PEREIRA, Luiz T. **Introdução à engenharia**. 6. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006

BARBOSA, João Paulo. **ELEMENTOS DE MÁQUINAS**. São Mateus: Ifes, 2011. 214 p. Disponível em: http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/TMEC038/Prof.Jorge_Erthal/Referencia%20complementar/apostilas/Apostila%20Elementos%20de%20Maquinas%20IFES.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

BUDNAS, Richard; NISBETT, J. Keith; BARBIERI, Renato. **Elementos de Máquinas Elementos de máquina de Shigley**: projeto de engenharia mecânica. 8. ed. Porto Alegre: Amgh, 2011. 1084 p.

BIGATON, Claudinei. **Projetos mecânicos**: 3º ciclo de técnico em mecânica. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018. 58 p. Disponível em: http://www.etepiracicaba.org.br/cursos/apostilas/mecanica/3_ciclo/projetos_mecanicos.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

BITENCOURT, Diógenes. **PARAFUSOS**. Araranguá: Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnologia, 2010. 21 p. Disponível em: https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/b/bc/PARAFUSOS_IV.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

BOEIRA, Alexandre Pitoli; BECK, Daniel. **TECNOLOGIA DOS MATERIAIS**. Passo Fundo: Universidade de Ensino Passo Fundo, 2007. 94 p. Disponível em: http://docente.ifsc.edu.br/claudio.schaeffer/material/2_Mecatr%C3%B4nica/Materiais_1_Meca_2/Tecnologia%20dos%20Materiais_Complementar.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

CRUZ, Antônio Jose Ramos de Souza. **Apostila elementos de máquina**. 2008. Instituto Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/3/35/Sdfg.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

DORTE, Fernando Carlos; BITENCOURT Geovane; WITTACZIK Jackson Fabiano Alexandre; FERREIRA Robson Albano. **Elementos de máquina**. Florianópolis: Editora SENAI/SC, 2010, 96 p.

FEVEREIRO, José Luiz. **Como calcular a potência do motor e selecionar o redutor no acionamento de maquinas e equipamentos**. Curitiba: Assessotec, 2020. 158 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/212055702/Como-calcular-a-potencia-do-motor-e-selecionar-o-redutor-no-acionamento-de-maquinas-e-equipamentos>. Acesso em: 05 out. 2020.

FERREIRA, Ricardo Artur Sanguinetti. **Conformação Plástica**: fundamentos metalúrgicos e mecânicos. Recife: Editora Universitária Ufpe, 2002. 185 p

FRANCESCHI, Alessandro de; ANTONELLO, Miguel G. **Elementos de máquinas**. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria: Rede e-Tec Brasil, 2014.

Gestão da produção: planejamento da produção e atendimento de pedidos/Falko Wieneke; tradução ingeborg Sell.- São Paulo Editor Blucher, 2009 216p.

GORDO, Nívia; FERREIRA, Joel. **Elementos de Máquinas - 1** -. Sao Paulo: Senai, 1996. 425 p. Disponível em: <http://professor.luzerna.ifc.edu.br/charles-assuncao/wp-content/uploads/sites/33/2016/07/Apostila-Elementos-de-M%C3%A1quina-SENAI.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

KIMINAMI, Claudio Shyinti; CASTRO, Walman Benício de; OLIVEIRA, Marcelo Falcão de. **Introdução aos processos de fabricação de produtos metálicos**. Sao Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2013. 236 p.

LAMB, Frank. **Automação Industrial na Prática**: na prática. Porto Alegre: Amgh, 2015. 376 p.

MELCONIAM, Sarkis, **Elementos de Máquinas** 10ªed, São Paulo: pg. 376, 2013.

NIEMANN, Gustav. **Elementos de máquinas**. 3. ed. Sao Paulo: Blucher, 1971. 184 p.

MELCONIAN Sarkis. **Elementos de máquina**. 4. ed. Sao Paulo: Érica Ltda, 1990. 273 p.

MELCONIAN, Sarkis. **Elementos de máquinas**. 11. ed. Sao Paulo: Érica, 2019. 384 p

MORO, Prof. Eng. Mec. Norberto; AURAS, Téc. Mec. André Paegle. **Elementos de máquinas**: parte 2 - características dos elementos. Florianópolis: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <http://norbertocefetsc.pro.br/downloads/elementosii.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020

PAULI, Evandro Armini de; ULIANA, Fernando Saulo. **Mecânica**: noções básicas de elementos de máquinas. Vitória: Senai, 1996. Disponível em: <http://www.abraman.org.br/arquivos/72/72.pdf>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

PAULI, Evandro Armini de; ULIANA, Fernando Saulo. **Noções básicas de processos de soldagem e corte**: mecânica. Vitória: Senai, 1996. Disponível em: <http://www.abraman.org.br/arquivos/73/73.pdf>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

PEIXOTO, Arildomá Lobato. **Soldagem**. Santa Maria: E-Tec, 2012. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifpa/tecnico_metalurgica/soldagem.pdf. Acesso em: 29 de setembro de 2020

PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança. **Estruturas metálicas**: cálculo, detalhes, exercícios e projetos. 2. ed. Pinheorp: Blucher, 2005. 316 p.

SHIGLEY, Joseph Edward; MISCHKE, Charles R.; MISCHKE, Charles R.. **Projeto de engenharia mecânica**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 960 p.

UNIARP – **Normalização de trabalhos acadêmicos da UNIARP** – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador – SC, 2013, 97 p.

WIENEKE, Falko. **GESTÃO DA PRODUÇÃO**: planejamento da produção e atendimento de pedidos. 2. ed. Sao Paulo: Blucher, 2009. 215 p

ZATTONI, Célio Carlos. **Perfis metálicos e laminados planos**. Bom Retiro: Fratec, 2008. 62 p. Disponível em: <https://www.docsity.com/pt/perfis-metalicos/4738452/>. Acesso em: 02 out. 2020.

PROJETO INTEGRADOR DA 2ª FASE DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA¹

AÇO SAE 4340

Gustavo Mussak de Lima, gustavomussak96@gmail.com²

Nathan Straginski Dias, nathansdias100702@gmail.com³

Otávio Tiepo de Lima, otaviotiepo46@gmail.com⁴

Vitor Luiz Bergonsi, vitor-bergonsi@hotmail.com⁵

Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br⁶

Marcio Alexandre Kreuzsch, marcio.kreusch@uniarp.edu.br⁷

Resumo – No presente trabalho, está exposta pesquisa realizada sobre a liga metálica de aço SAE 4340 suas aplicações e características, destacando-se na indústria para fabricação de virabrequins, eixos, engrenagens entre outras peças onde é necessário que a dureza seja uma característica importante. É um aço para beneficiamento de alta temperabilidade e elevada tenacidade, com alta resistência a fadiga, porém é um aço com baixa usinabilidade e baixa soldabilidade. Com o objetivo de reunir informações através de pesquisa bibliográfica afim de definir uma peça onde pode ser aplicada a liga metálica escolhida, foram constituídos quadros com propriedades físicas e químicas e elaborado um desenho de um eixo com rosca sem fim de um redutor feito com o aço SAE 4340.

Palavras-chave: Aço. Dureza. Tenacidade. Resistência. SAE 4340.

INTRODUÇÃO

As ligas metálicas do aço são formadas principalmente pelos elementos ferro e carbono, são diferenciadas do ferro fundido pelo teor de carbono, o qual possui entre 2,11% e 6,67%. Disponível comercialmente desde 1955 dentre os aços com alta resistência, o aço SAE 4340 possui um elevado endurecimento e alta ductibilidade, grande resistência e alta tenacidade, assim, apresentando boa soldabilidade e uma alta resistência a fadiga.

Sabendo que o SAE 4340 tem várias aplicações tais como, fabricação de eixos bielas, virabrequins e peças com alta solicitação mecânica, bem como nas indústrias automotivas, aeroespaciais e de máquinas e equipamentos. Este trabalho tem como objetivo realizar pesquisa bibliográfica das propriedades físicas e químicas e com base nos resultados obtidos definir uma peça onde pode ser aplicada a liga metálica SAE 4340.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de engenharia mecânica.

² Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, Mestre do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Mestre do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O método de classificação frequentemente utilizado para os aços é feito através de sua composição química seguindo o sistema SAE (*Society of Automotive Engineers*). Este sistema utiliza a notação ABXX, onde, AB são os elementos liga propositalmente adicionados, e XX é a multiplicação por cem da porcentagem de peso de carbono. Na sigla, são indicados os principais elementos da liga, mas, além desses são adicionados outros elementos com o objetivo de melhorar alguma propriedade como resistência, dureza, usinabilidade, soldabilidade, entre outros. O aço-carbono comum possui, além de ferro e carbono, no máximo 2% de outros elementos, entre 2% e 5% de elementos liga o aço torna-se de baixa-liga, de 8% para cima é considerado aço de alta-liga (CALLISTER, 2002 apud CARDOSO, 2012).

Assim como uma alta temperabilidade, os aços 4340 possuem uma elevada tenacidade e resistência mecânica, contrariando assim uma usinabilidade e soldabilidade ruim. Podendo se obter uma grande facilidade no tratamento térmico e uma boa resistência a fadiga, a dureza quando temperada varia de 54 à 59 HRC (*Hardness Rockwell C*), considerados de baixo custo e alta relação com a resistência ou massa especificada (SENAI, 2000).

Este modo de aço, possui diversos elementos para sua composição, contendo carbono, manganês, fósforo, enxofre, silício, níquel, cromo e molibdênio (SENAI, 2000).

O aço SAE 4340 tem características de um aço para beneficiamento de grande resistência mecânica, alta temperabilidade, elevada tenacidade, baixa usinabilidade e baixa soldabilidade. O aço SAE 4340 pode ser usado na fabricação de eixos, bielas, virabrequins e peças com alta solicitação mecânica. Na indústria aeroespacial, de máquinas e equipamentos e automobilística (FAVORIT, 2020).

METODOLOGIA

No presente trabalho foi utilizado bases de conhecimento diferenciadas, através de pesquisas e realizações de ações trabalhadas no dia a dia. Pesquisas foram feitas em sites seguros e com uma ótima referência em relação ao aço SAE 4340 obtendo informações de propriedades físicas, composições químicas, aplicações e conteúdos gerais, assim como informações práticas foram retiradas por um integrante do grupo sendo que o mesmo possui contato diário com diferentes tipos de aços, a partir disso foi retirado o modelo para que fosse feito o desenho da peça exemplar utilizando o software SolidWorks da Dassault Systemes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O avanço tecnológico sempre ocorre na necessidade da humanidade de obter uma nova ferramenta ou atingir o objetivo, não foi diferente no caso do aço SAE 4340 que foi criado na necessidade de um material de grande resistência mecânica e elevada dureza que possibilita-se a utilização de tratamentos térmicos para melhorar suas propriedades durante a corrida aeroespacial entre EUA e Rússia.

Com inúmeras pesquisas e testes realizados por essas potências mundiais hoje é possível fazer a utilização do aço SAE 4340 em sistemas mecânicos nas mais diversas indústrias, geralmente aplicado onde faz-se necessário uma dureza distribuída em toda a seção transversal além de elevada resistência mecânica para suportar os esforços nas mais exigentes aplicações da indústria. As aplicações mais usuais são eixos, engrenagens, mangas, cilindros, entre outros.

Pode-se observar no Quadro 1 as propriedades químicas da liga, mostrando cada elemento presente na liga de aço SAE 4340, a porcentagem de cada um e a função que exerce no material.

Quadro 1- Aço SAE 4340 - Composição e Propriedades Químicas

ELEMENTO	SÍMBOLO	PORCENTAGEM	FUNÇÃO
CARBONO	C	0,38 - 0,43	Confere resistência mecânica e dureza à liga metálica.
MANGANÊS	Mn	0,60 - 0,80	Ajuda na desoxidação do metal fundido e elimina o efeito nocivo do enxofre. Melhora a forjabilidade do aço, a temperabilidade, a resistência ao impacto e o limite elástico.
FÓSFORO	P	Máx. 0,03	Proporciona um aumento da dureza, da resistência à tração, da resistência à corrosão e da usinabilidade.
ENXOFRE	S	Máx. 0,04	Um alto teor faz o aço se romper facilmente ao ser laminado, forjado ou vergado em temperaturas acima de 1.000°C
SILÍCIO	Si	0,15 - 0,35	Ajuda na desoxidação e impede a formação de bolhas durante a fundição
NÍQUEL	Ni	1,65 - 2,00	Ajuda a formar e estabilizar a austenita, gerando um aumento considerável na resistência mecânica.
CROMO	Cr	0,70 - 0,90	Contribui significativamente para a resistência à corrosão.
MOLIBDÊNIO	Mo	0,20 - 0,30	Melhora a temperabilidade e reduz as temperaturas de têmpera. Aumenta a dureza e a resistência ao desgaste.

Fonte: Luz (2017); Favorit (2020).

No Quadro 2 são apresentadas as propriedades físicas do aço Sae 4340, através dos valores apresentados na tabela pode-se realizar os cálculos de dimensionamento de peças e estruturas, verificando de o material será adequado a aplicação desejada.

Quadro 2 - Aço SAE 4340 - Propriedades Físicas

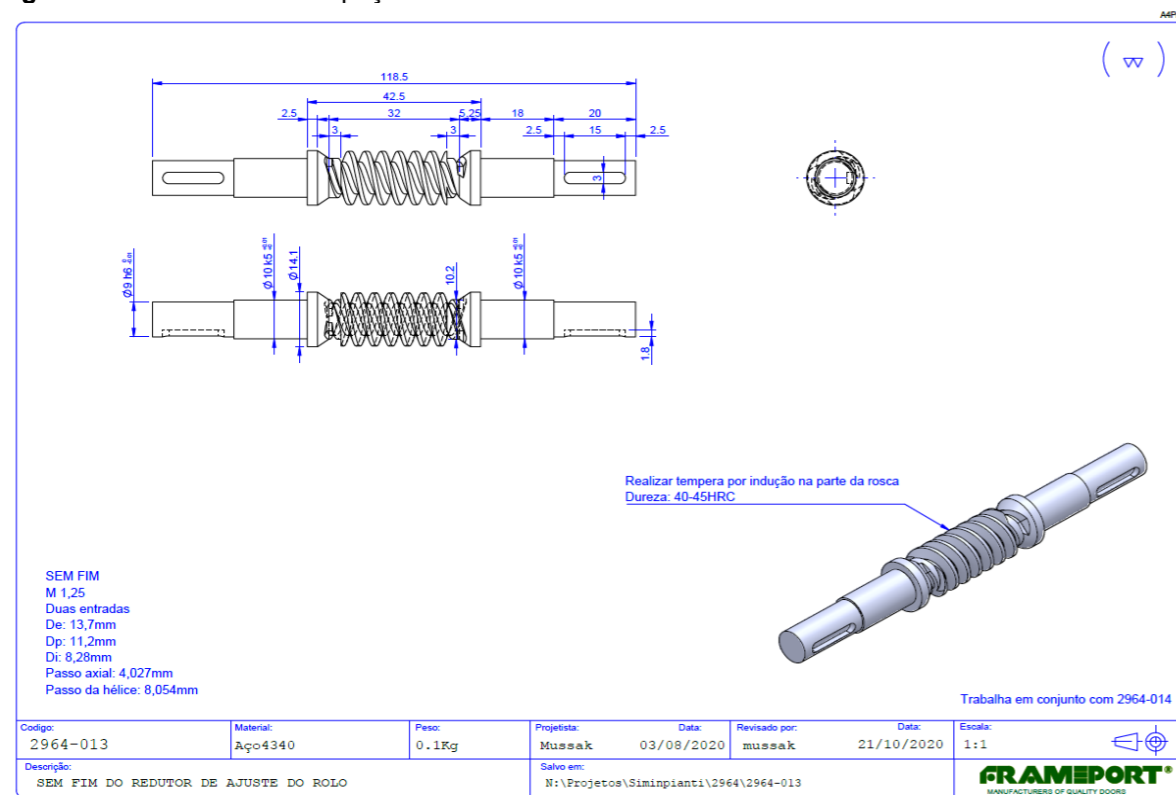
PROPRIEDADE	VALOR	UNIDADE
Peso Específico	7,85	g/cm ³
Limite de Escoamento	470	Mpa
Resistência à Tração	745	MPa
Módulo de Elasticidade	190 - 210	GPa
Coeficiente de Poisson	0,27 - 0,30	
Dureza Brinell	217	HB
Dureza Rockwell C	17	HRC
Dureza Vickers	228	
Condutividade térmica	44,5	W/mK
Coeficiente de expansão térmica	12,3	µm/m°C

Fonte: Luz (2017); Favorit (2020).

Como exemplo de aplicação prática da liga metálica detalhada anteriormente foi escolhido um eixo de redutor de rosca sem-fim, este eixo fabricado em aço SAE

4340 atua na transmissão de potência entre eixos ortogonais no sistema de regulagem de posição de um rolo aplicador de cola. Na Figura 1 pode-se observar o detalhamento utilizado para a fabricação da peça, com todas as dimensões e especificações de tratamento térmico.

Figura 1 – Detalhamento da peça

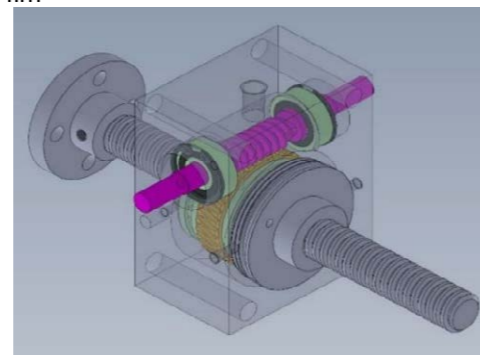


Fonte: Frame Madeiras Especiais (2020).

Sendo uma peça que sofre vários esforços durante sua atuação necessita de um material que resista a estas forças, para tal, foram escolhidas duas propriedades principais para a definição do material, resistência mecânica e dureza, que é o caso do aço SAE 4340 com sua elevada resistência mecânica para resistir a torção aplicada pelo motor e aos esforços aplicados na rosca, além disso, sofrerá bastante com o atrito com a coroa do redutor, por isso foi aplicado o processo de têmpera para elevar a dureza na área de contato, garantindo assim uma maior vida útil sem que sofra desgastes por atrito.

Na Figura 2 pode-se observar a montagem onde está aplicada a peça, tornando mais fácil a compreensão dos esforços aplicados e da região que poderia sofrer desgaste por atrito. Para um fácil entendimento, a peça está em destaque na cor rosa.

Figura 2 – Montagem do redutor de rosca sem fim



Fonte: Frame Madeiras Especiais (2020).

A peça apresentada já existe e está em funcionamento na sua máquina de origem, portanto pode-se perceber que a escolha do material para tal aplicação foi feita de maneira correta, garantindo assim uma grande vida útil para o equipamento e evitando perdas de tempo com paradas para manutenções corretivas por quebra de peças mal dimensionadas ou com um material inadequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe uma grande oportunidade de aprendizado sobre ligas metálicas, principalmente o aço SAE 4340 que foi o foco do trabalho, foi descoberto um pouco de sua história e o surgimento da liga para suprir as necessidades da época. Percebeu-se que cada elemento da liga tem sua vital importância para o resultado final do material determinando cada propriedade física e química que pode ser obtida, sendo que uma pequena diferença em porcentagem pode transformá-lo em um material totalmente diferente.

A determinação do material adequado para uma peça é uma escolha difícil, pois, escolhendo a liga inadequada pode-se causar um desgaste prematuro ou até mesmo uma ruptura do material, aí está a importância do entendimento sobre as ligas metálicas e a aplicação de cada propriedade em uma função específica,

Foi utilizado um desenho de uma peça já existente, então pode-se observar se a escolha do material estava correta para a aplicação e se atenderia as necessidades do equipamento no qual trabalha.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a empresa Frame Madeiras Especiais LTDA por ceder o desenho da peça que utilizamos para exemplificar a aplicação da liga metálica foco de nosso estudo.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Andréia de Souza Martins. **Caracterização mecânica e microestrutural dos aços SAE 4340 e 300M após soldagem a laser e tratamento superficial de nitretação a plasma**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais na área de materiais metálicos, cerâmicos e poliméricos) Universidade de São Paulo. Lorena-SP. 2012.

FAVORIT, Aços Especiais. **AÇO SAE 4340**. Disponível em: <https://favorit.com.br/produtos/acos-construcao-mecanica/aco-sae-4340>. Acesso em: 17 ago. 2020.

LUZ, Gelson. Aço SAE 4340 Propriedades Mecânicas. Blog Materiais, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.materiais.gelsonluz.com/2017/10/aco-sae-4340-propriedades-mecanicas.html>. Acesso em: 12 Set. 2020.

SENAI-SP. **Materiais**: Módulos especiais Mecânica. São Paulo, 2000. Disponível em: http://docente.ifsc.edu.br/claudio.schaeffer/material/2_Mecatr%C3%B4nica/Materiais_1_Meca_2/Apostila_Materiais_para_Aulas.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

CUIDADOS NAS INSTALAÇÕES DE BOMBAS HIDRÁULICAS CARE IN HYDRAULIC PUMP INSTALLATIONS

Bruno Fernandes Abrão

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil¹

Larissa Gonçalves Cordeiro

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil

Resumo – Quando falamos de hidráulica industrial, um dos principais assuntos abordados é a bomba hidráulica, um equipamento sensível e de alto custo, que muitas vezes por parecer um componente robusto, não recebe os devidos cuidados. Uma bomba nova pode ser danificada ou comprometida instantes após seu *start-up* caso o responsável pela instalação não possua conhecimento suficiente para executar a tarefa. Este estudo busca contribuir ao mecânico de manutenção, montador hidráulico, engenheiro e demais públicos da hidráulica com o conhecimento técnico para uma instalação correta do equipamento e como grande resultado, uma vida útil prolongada. Por meio de situações presenciadas e estudo austero, seguidos de recomendações dos maiores fabricantes de bombas e componentes hidráulicos, apresenta-se um procedimento a ser seguido para a instalação segura e adequada às solicitações de um funcionamento correto de bombas hidráulicas em geral.

Palavras-chave: Bomba hidráulica; Vazão; Fluidos; Hidráulica.

Abstract – When we talk about industrial hydraulics, one of the main issues addressed is the hydraulic pump, a sensitive and high-cost equipment, which often because it looks like a robust component, does not receive due care. A new pump can be damaged or compromised moments after its start-up if the person responsible for the installation does not have enough knowledge to perform the task. This study seeks to contribute to the maintenance mechanic, hydraulic assembler, engineer and other hydraulics audiences with the technical knowledge for a correct installation of the equipment and as a great result, an extended service life. Through witnessed situations and a rigorous study, followed by recommendations from the major manufacturers of pumps and hydraulic components, a procedure is presented to be followed for the safe and adequate installation to the requests for correct functioning of hydraulic pumps in general.

Keywords: Hydraulic pump; Flow rate; Fluids; Hydraulics.

¹ Currículo sucinto de cada autor e endereço de contato.

INTRODUÇÃO

Para a execução de muitos trabalhos, são necessárias grandes forças. A energia requerida para tais instalações e máquinas em geral é fornecida por motores elétricos. Tal energia gerada pelo grupo de acionamento muitas vezes não é apropriada para acionar diretamente os componentes de trabalho. Nem sempre um motor elétrico será capaz de executar o trabalho necessário para por exemplo, o acionamento de uma prensa hidráulica. Para isso, é necessário fazer a transformação da energia elétrica e conduzi-la ao local que acontecerá o trabalho.

A hidráulica é responsável pela transmissão de força e comando de movimentos, aproveitando-se de uma série de propriedades físicas dos fluidos. A maioria dos circuitos hidráulicos utilizados na indústria, faz o uso de óleo mineral como o fluido responsável pelo escoamento e transmissão de forças. Este fluido por ser praticamente incompressível é capaz de manter força elevada e constante em diferentes velocidades e por muito tempo.

As bombas hidráulicas são responsáveis por succionar e deslocar um determinado fluxo de óleo ao sistema, mais conhecido como vazão. Durante o trajeto livre do óleo, a pressão no sistema é praticamente zero. A pressão então surge com a restrição do fluxo de óleo, ou seja, a partir de uma resistência à passagem.

As bombas hidráulicas fazem parte do grupo de geração, sendo assim, tornam-se um dos componentes mais relevantes de um sistema hidráulico. Seu aspecto construtivo é altamente preciso, pois, para fornecer vazão e suportar altas pressões suas folgas internas são extremamente calibradas.

Tendo o conhecimento de que a sucção do fluido hidráulico parte da bomba, é muito importante que a limpeza e o grau de pureza do sistema estejam dentro dos padrões mínimos desejáveis para que não ocorra uma falha precoce do funcionamento da bomba hidráulica.

BOMBAS HIDRÁULICAS – CLASSIFICAÇÃO E INSTALAÇÃO

O funcionamento de uma bomba hidráulica é feito através de acoplamento em um motor elétrico. A potência do motor é dada pelo produto da vazão e pressão, com isso é normal vermos circuitos hidráulicos com um motor enorme acoplado a uma pequena bomba. Mas quanto a isso, não podemos levar em consideração só

tamanho, mas sim analisar a pressão que a bomba precisará suportar e portanto, a potência desejada pode ser alta, explicando o tamanho dos motores elétricos. As bombas hidráulicas mais conhecidas na indústria são: bomba de engrenagens, bomba de palhetas, bomba de pistões axiais e radiais. São classificadas no mercado pela sua construção, vazão fornecida para o sistema e pressão máxima de trabalho.

É indispensável saber a origem das falhas em um sistema hidráulico para resolver o problema antes de fazer a troca de qualquer equipamento. Em um sistema hidráulico é possível identificar visualmente uma falha na bomba através dos seus sintomas apresentados como por exemplo: ruído excessivo, aquecimento da carcaça da bomba, baixa pressão no sistema e perda de rendimento.

É comum encontrar situações em que a pressão no sistema está abaixo da pressão normal de trabalho e muitas vezes antes mesmo de identificar a falha no sistema ou até pela falta de conhecimento, a intervenção humana faz com que piore a situação de funcionamento adequado da bomba.

Sendo assim, o profissional acaba optando por outras intervenções a fim de solucionar o problema de pressão no sistema.

Uma inspeção visual é capaz de identificar possíveis causas de falhas de bombas hidráulicas como falta de lubrificação (gera aquecimento bem como a carbonização do óleo), contaminação do fluido (pequenas impurezas em contato com o óleo e peças internas da bomba removem material das placas, causando desgaste), nível baixo de óleo do reservatório (todo projeto deve determinar um volume mínimo de óleo. Caso contrário, a bomba estaria succionando ar junto ao óleo. Este fenômeno é conhecido como aeração. Neste caso, o aquecimento no sistema estará vulnerável ao efeito Diesel, que nada mais é quando o ar presente no sistema se torna comburente e o óleo aquecido é o combustível. Ambos em alta temperatura podem causar uma explosão no sistema, danificando componentes como válvulas e até mesmo a bomba).

Quando se pretende fazer um dimensionamento de uma bomba para a instalação em um sistema hidráulico, é necessário ter ciência que para cada tipo de construção de bomba e capacidade existe um grau máximo de contaminação do fluido, onde, as dimensões desses contaminantes estão na casa dos milésimos de milímetro (micra). Quando uma partícula excede o limite máximo do permitido, compromete todo o sistema, podendo gerar ocorrências indesejadas. Dessa forma, o

monitoramento e o controle desses elementos contaminantes se colocam como fundamentais para garantir o bom funcionamento das máquinas, bem como em prol de sua longevidade e produtividade. Um óleo contaminado com partículas metálicas quando em contato com as peças, se torna um problema, pois, ocasionará o desgaste prematuro de peças, conseqüentemente este atrito dá origem a outras partículas que nada mais são do que material removido das paredes internas desta bomba ou equipamento. Como sabemos, a bomba possui tolerâncias dimensionais altamente precisas que garantem a lubrificação adequada da mesma para uma máxima eficiência de trabalho. Sendo assim, quando as partículas entram em contato com as peças internas, elas criam folgas excessivas, comprometendo assim o rendimento da bomba que traz como consequência a queda de pressão no sistema.

Para evitar estes problemas e prolongar ao máximo a vida útil de uma bomba, listamos abaixo um procedimento ideal para a instalação, troca ou manutenção de bombas hidráulicas em geral.

PROCEDIMENTO PARA INSTALAÇÃO DE BOMBAS HIDRÁULICAS

AVISO: Antes da instalação de um novo produto, verifique a causa da falha ocorrida em seu equipamento. Posteriormente, de seqüência ao procedimento abaixo.

1. DRENAGEM DO SISTEMA: Com o sistema hidráulico todo retraído, drene o óleo que está no reservatório. Procure uma empresa especializada para o descarte adequado do fluido.
2. LIMPEZA – Limpe o reservatório de óleo com produtos específicos, como soluções desengraxantes, sabão neutro ou querosene para remoção de gorduras e contaminantes. Para evitar que resíduos como fibra de tecidos sejam eliminados no sistema, utilize esponjas de poliuretano.
3. FILTRAGEM – Instale ou substitua os elementos filtrantes adequados ao sistema hidráulico. Em caso de substituição de uma bomba danificada por uma nova, é indispensável a troca dos elementos filtrantes devido a saturação que implica no rendimento da bomba.

4. ALINHAMENTO – Verifique primeiramente se os encaixes dos acoplamentos não estão desgastados. Em seguida, monte acoplamentos novos e livres de folgas (quando possível). Por último, garanta o alinhamento entre os eixos quando não houver flanges de ligação. O alinhamento da montagem da bomba implica diretamente com a sua vida útil.
5. AJUSTE DA VÁLVULA LIMITADORA – **Regule a válvula limitadora de pressão do sistema no seu valor mínimo.** Isso é aconselhável para sistemas onde o desgaste interno resultou na queda do rendimento da bomba, fazendo com que na maioria das vezes o ajuste da limitadora de pressão seja elevado, a fim de compensar a queda de pressão no sistema. Nesta situação, a bomba nova estaria sujeita a uma pressão acima de sua capacidade de resistência.
6. PREENCHIMENTO DO RESERVATÓRIO – Preencha o reservatório de fluido de acordo com o volume mínimo estabelecido pelo projeto. Verifique a viscosidade ideal do fluido para o sistema. Utilize meios que garantam a não contaminação deste fluido.
7. PREENCHIMENTO DA BOMBA – É obrigatório o preenchimento total da carcaça da bomba com óleo hidráulico para facilitar a lubrificação interna. Se a bomba der sua partida à seco, o atrito entre os elementos do conjunto rotativo ocasionará no desgaste prematuro da bomba.
8. REMOÇÃO DO ÓLEO ANTIGO – Desconecte todos os atuadores, sejam eles lineares ou rotativos. Acione o sistema para que o novo fluido expulse os resíduos que permaneceram na tubulação. Agora, conecte as tubulações e mangueiras no lado de avanço dos atuadores e execute o movimento para que os resíduos contidos nele sejam expulsos. Repita o processo desconectando o avanço dos atuadores e conectando o retorno. Após esse procedimento, o sistema está pronto para ser religado.
9. RESPIRO – Verifique o respiro do reservatório para garantir que todo o ar presente no sistema sairá pelo mesmo.
10. AJUSTE DE PRESSÃO – Deve-se restringir o sistema mantendo a bomba isolada para o ajuste da pressão corresponder ao valor máximo

requerido de projeto. Garanta que seu manômetro está funcionando em perfeitas condições de uso. Após a regulagem da pressão, libere o fluxo de óleo no sistema novamente.

11. TESTE DE MOVIMENTAÇÃO – Execute todos os movimentos necessários para o equipamento por cerca de trinta minutos, garantindo que os atuadores atinjam seu curso total.
12. VERIFICAÇÃO DE VAZAMENTOS – Verifique se existem vazamentos no sistema. Se o sistema possuir vazamentos, é aconselhável a troca novamente dos elementos filtrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse procedimento de cuidados na troca ou instalação de bombas hidráulicas é assegurada a garantia e qualidade do produto. Por possuir um custo muito elevado, a bomba hidráulica se torna um elemento inviável para se ter em estoque. Portanto é essencial seguir esses cuidados durante a manutenção, troca e instalação dessas bombas, bem como fazer um acompanhamento visual e preditivo do equipamento para diminuir as falhas e riscos indesejáveis.

O investimento nas técnicas de filtragem do óleo traz como benefício uma vida útil prolongada da bomba e demais conjuntos de componentes hidráulicos. A filtragem no sistema hidráulico evita o desgaste prematuro de peças, evita perda de produtividade bem como máquina parada por falhas indesejáveis além de evitar a perda de rendimento do conjunto.

REFERÊNCIAS

REXROTH, **Treinamento Hidráulica Industrial** – Curso HIR, Bosh Rexroth, 2020.

Prensa hidráulica conformadora de chapas

Cleiton Bassani – cleytonbassani@hotmail.com



Resumo

A prensa hidráulica é uma máquina mecânica utilizada para a elevação ou para comprimir itens grandes. A força é gerada através da utilização de sistemas hidráulicos para aumentar a potência a um padrão de nível mecânico. Este tipo de máquina é tipicamente encontrado em um ambiente de fabricação.

Objetivo

Elaboração de um estudo teórico sobre uma prensa hidráulica.

Revisão de literatura

Inventado em 1795 por Joseph Bramah, a prensa hidráulica é também conhecida como a prensa Bramah. Ele usou seu conhecimento da mecânica dos fluidos e de movimento para desenvolver este dispositivo. Esta invenção aumentou significativamente o poder de compactação disponível, ampliando os grupos de produtos e opções disponíveis para outros inventores. Ao aplicar a hidráulica para uma prensa, uma classe inteira de máquinas foi inventada.

A hidráulica nos permite a obtenção de força usando um fluido como meio de trabalho. Com a automação aplicada à hidráulica, podemos direcionar a força para o sistema ou equipamentos que desejamos (FIALHO, 2013).

Existe uma vasta gama de diferentes máquinas de prensa hidráulica, que variam a partir de pequenas unidades de mesa para amadores até máquinas enormes usadas para criar peças de metal.

A prensa é um equipamento que comprime ou achata objetos entre a sua base e a punção, sob operações de: conformação, corte e vazar peças. Vistas em grande parte nas indústrias e oficinas mecânicas, nas quais são de varia dos tipos, sendo elas: pneumáticas, manuais, mecânicas e hidráulicas, com modelos, tamanhos e diferenciadas capacidades de aplicação de força ou carga. (GOMES, 2012)

Metodologia

Princípios físicos da hidráulica

Pressão é a força exercida por unidade de superfície. Em hidráulica, a pressão é expressa em kgf/cm², atm ou bar. A pressão também poderá ser expressa em psi (Pound per square inch) que significa libra força por polegada quadrada, abrevia-se lbf/pol².

$$P=F/A$$

Pressão hidrostática é a pressão exercida por uma coluna de líquido, e é dada pela seguinte expressão:

$$p=\mu \cdot g \cdot h$$

Vazão

Define-se vazão como sendo o volume de fluido descarregado pela bomba por unidade de tempo, ou ainda o produto entre a velocidade com que um fluido se desloca em uma tubulação e a seção transversal desta. Sua unidade no S.I é dada em m³/s, embora seja comum encontrar em unidades hidráulicas como l/min ou gpm (FIALHO, 2004).

Manômetro

Principal tipo de manômetro: Manômetro de Bourdon consiste de uma escala calibrada em unidades de pressão e de um ponteiro ligado, através de um mecanismo, a um tubo oval, em forma de "C". Esse tubo é ligado à pressão a ser medida.

Fluido hidráulico

A respeito da viscosidade do fluido hidráulico, é a medida de resistência ao fluxo das moléculas de um líquido quando elas deslizam umas sobre as outras. É uma medida inversa à de fluidez. O índice de viscosidade é o número puro que indica

como um fluido varia em viscosidade em relação à mudança de temperatura. A maioria dos sistemas hidráulicos requer um fluido com um índice de viscosidade de 90 ou mais. (GOMES, ANDRADE, FERRAZ, 2008)

Velocidade x vazão

Em um sistema ativo, o fluido que percorre a tubulação se desloca a certa velocidade, esta velocidade é medida em centímetros por segundo [cm/s]. O volume do fluido percorrendo a tubulação em um determinado período de tempo é a vazão ($Q=V \times A$), medida em litros por segundo [l/s].

Esquema geral de um sistema hidráulico

Dependendo da finalidade, existem vários tipos de circuitos hidráulicos, mas todos seguem um mesmo esquema. Podem ser divididos em três partes iguais: Sistema de Geração -Constituído por reservatório, filtros, bombas, motores, acumuladores, intensificadores de pressão e outros acessórios; Sistema de distribuição e controle -Constituído por válvulas controladoras de vazão, pressão e válvulas direcionais; Sistema de aplicação de energia -Constituído pelos atuadores, que podem ser cilindros (atuadores lineares), motores hidráulicos e osciladores. (FIALHO, 2004)

Reservatório hidráulico

Normalmente um reservatório é constituído dos seguintes componentes: motor elétrico, bomba, indicador de nível e temperatura do óleo, bocal de abastecimento com tela e respiro de ar, plugue de drenagem, acoplamento, registro de aeração, registro de cavitação, vacuômetro, manômetro de pressão, válvula controladora de pressão e conexões de pressão e de retorno.

Bomba hidráulica

São bombas de deslocamento positivo que fornecem determinada quantidade de fluido a cada rotação ou ciclo. Como nas bombas de deslocamento positivo, a vazão de saída do fluido não depende da pressão, exceto pela influência de perdas e vazamentos internos. Por este motivo, são utilizadas em equipamentos industriais, em maquinaria de construção e aviação. As bombas hidrostáticas produzem fluxos de forma pulsativa, porém sem variação de pressão no sistema. (PAVANI, 2011)

Bomba de parafuso (engrenagem helicoidal)

É composta por duas ou três engrenagens helicoidais dentro de sua carcaça, uma sendo a motora e a(s) outra(s) a(s) movida(s). As roscas ou os dentes helicoides quando rotacionam, deslocam o óleo da sucção para a pressão com uma vazão constante.

Bombas de engrenagem

Engrenagem motora é ligada a um eixo que é conectado a um elemento acionador principal, a outra engrenagem é a engrenagem movida. Funciona da

seguinte forma: no lado da entrada, os dentes das engrenagens desengrenam, o fluido entra na bomba, sendo conduzido pelo espaço existente entre os dentes e a carcaça para o lado da saída onde os dentes das engrenagens engrenam e forçam o fluido para fora do sistema. (PAVANI, 2011)

Bombas de palhetas fixas

Bombas de palhetas (realizam a ação de bombeamento fazendo com que palhetas que ficam presas a um rotor que não é concêntrico à carcaça da bomba, acompanhem o contorno da cavidade da bomba, as palhetas entram e saem de seus alojamentos, por conta da excentricidade existente entre o rotor e a carcaça (PARKER, 1999).

Bombas de pistões

Antes de falar dos modelos existentes de bombas de pistões, é preciso entender que o princípio de funcionamento dessas bombas é o mesmo para todos os modelos existentes. Esse princípio se baseia em um pistão que “succiona” o óleo quando seu êmbolo retrai para dentro de uma camisa, e descarrega o óleo quando esse êmbolo se desloca na direção para fora da camisa (podendo ser comparado a uma seringa por exemplo). (ESPOSITO, 1997)

Válvula limitadora de pressão (válvula de segurança)

As válvulas, de modo geral, exercem a função de controlar a pressão, a direção ou o volume de um fluido nos circuitos hidráulicos.

Válvula de retenção

A válvula de retenção consiste basicamente do corpo da válvula, vias de entrada e saída e de um assento móvel que é preso por uma mola de pressão. O assento móvel pode ser um disco ou uma esfera, mas o mais utilizado nos sistemas hidráulicos é a esfera. O fluido passa pela válvula somente em uma direção, quando a pressão é alta o suficiente para vencer a força da mola que segura o assento, o mesmo é deslocado para trás. Isso é conhecido como fluxo direcional livre da válvula de retenção. O fluido é impedido de passar pela válvula, pela via de saída, pois o assento é empurrado contra sua sede. (GOMES; ANDRADE; FERRAZ, 2008)

Mangueiras do sistema hidráulico

As linhas flexíveis para condução de fluidos são necessárias na maioria das instalações em que ocorre a compensação de movimento e absorção de vibrações. Um tipo comum de linha flexível é a mangueira, cuja aplicação visa atender a três propostas básicas: conduzir fluidos líquidos ou gases, absorver vibrações, e partes das mangueiras.

Atuadores hidráulicos

Os atuadores hidráulicos convertem a energia de trabalho em energia mecânica. Os atuadores lineares, são os chamados cilindros hidráulicos, sua função é converter a energia do fluido comprimido em energia linear, podem ser classificados em simples ação, um cilindro no qual a pressão de fluido é aplicada em somente uma direção para mover o pistão.

Os atuadores rotativos e giratórios, convertem a energia hidráulica em mecânica, produzindo movimentos rotativos ou giratórios, esse tipo de atuador também é chamado de motor hidráulico.

Resultados e conclusões

Com a elaboração deste artigo, foi necessário bastante pesquisa sobre o assunto, com isso nos ajuda a aumentar ainda mais o nosso conhecimento, sobre hidráulica e seus componentes.

Referências

<https://sjc.ifsp.edu.br/cmi/index.php/component/phocadownload/category/8-primeiro-semester-2017?download=32:prensa-hidraulica-automatizada>. Acesso em: novembro.2020.

<https://www.mecanicaindustrial.com.br/507-o-conceito-primario-da-prensa-hidraulica>. Acesso em: novembro.2020.

<https://revistaadnormas.com.br/2019/05/07/prensas-hidraulicas-os-conceitos-de-seguranca>. Acesso em: novembro.2020.

<https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/O-Consumo-De-Energia-EI%C3%A9trica-Para-Uma-Resid%C3%Aancia-119632.html>. Acesso em: novembro.2020.

<https://www.movicontrol.com.br/pdf/artigos-tecnicos1/APOSTILA%20HIDRAULICA%20B%C3%81SICA.pdf>. Acesso em: novembro.2020.

<https://pt.slideshare.net/TarcsioBandeira/noes-de-hidraulica>. Acesso em: novembro.2020.

<http://professor.unisinos.br/danielf/Apostila%20Hidraulica.pdf>. Acesso em: novembro.2020.

<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/227>. Acesso em: novembro.2020.

Fialho, Arivelto Bustamante. automação hidráulica projeto dimensionamento e análise de circuitos. 2ª Edição. Érica. São Paulo. 2004.



LIGAS METÁLICAS¹

FERRO FUNDIDO CINZENTO

Heliton Piran, heliton.piran@gmail.com²

Jardel Alves do Amaral, jardelalvesdoamaral@gmail.com³

Lucas Eduardo Figueira, lucas.eduardo.figueira@gmail.com⁴

Thiago José Scussiatto, scussiatotjs@hotmail.com⁵

Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br⁶

Resumo – A liga metálica “Ferro Fundido Cinzento” além de ser o mais barato de sua classe, é também o mais versátil em questão de uso, ele é utilizado em diversas áreas industriais. Sua estrutura contém elementos como, Cromo (Cr), Silício (Si), Manganês (Mn), Fosforo (P) e Carbono (C). Na maior parte das aplicações o Ferro Fundido Cinzento é usado em seu estado bruto. Esse trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica, com ênfase em materiais já publicados, tais como, livros, sites e artigos científicos, tem como objetivo mostrar mais detalhes desta liga, e seu uso na indústria, neste caso usando como exemplo, a aplicação da liga em uma carcaça de motor elétrico, demonstrando que os objetivos principais da peça era possuir resistência mecânica e resistência à corrosão, a partir desses dados, foi projetado a carcaça de um motor elétrico, possibilitando a visualização da liga em um produto final.

Palavras-chave: Ligas metálicas. Ferro fundido. Composição do ferro fundido cinzento.

INTRODUÇÃO

Segundo Colpaert (2008) a mistura eutética com compostos e ou elementos químicos, faz o uso de silício e carbono para sua base, formando assim o ferro fundido, onde utiliza entre 1 a 3% de silício, podendo também conter em sua composição outros elementos químicos. A diferença entre as ligas de ferro fundido e aço, são as variações em seus teores de carbono, no qual o aço pode variar entre 0,008% a 2,11%, enquanto que no ferro fundido seu teor de carbono fica em torno de 2,11% a 6,67%, além disso, o ferro fundido é mais rígido do que o aço devido ao grafite em sua estrutura que se dá por causa do silício, o que também o torna mais frágil. Portanto não se tem as opções de forjar, laminar, vergar ou esticar essa liga, indiferente da temperatura.

Para Colpaert (2008), além disso, existe o ferro fundido ligado, o qual faz uso de outros elementos químicos em sua composição, para trazer as propriedades desejadas a essa liga básica. De acordo com cada elemento, a quantidade dele

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de: Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Engenharia elétrica.

² Acadêmico do curso de Engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia de controle e automação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, Mestre do curso de Engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

utilizado, o tratamento térmico ou até mesmo a maneira que ele é resfriado, pode-se classificar o ferro fundido em branco, cinzento, maleável ou nodular.

Este trabalho tem como foco o ferro fundido cinzento, que está classificado como uma liga metálica, no decorrer do trabalho será descrito suas propriedades físicas e químicas, promovendo um ponto de vista em relação ao seu custo benefício, e as possíveis aplicações dessa liga metálica na indústria, utilizando como exemplo a carcaça de um motor elétrico.

FERRO FUNDIDO CINZENTO

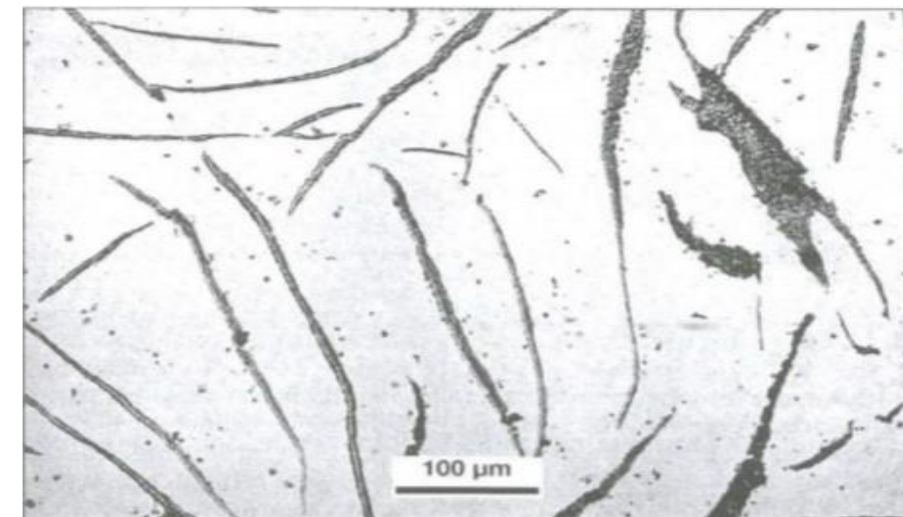
Para Callister (2006) o ferro fundido cinzento possui o carbono apresentado em forma de grafita, flocos ou lâminas, isso é o que dá à cor cinza ao material. Pelo fato do silício favorecer na decomposição da cementite do ferro e da grafita essa liga apresenta um teor maior cerca de 2,8%. O resfriamento também favorece na criação da grafita.

Segundo Machado (2017) o ferro fundido cinzento pode ser considerado o mais barato se comparado aos outros, devido a ele poder ser fabricado de sucatas; ter uma elevada usinabilidade; alta fluidez ao ser fundido permitindo assim que possa ser realizada a fundição em peças de extrema dificuldade; alta fabricação já que não depende de muitos equipamentos para fusão e solidificação, esse material é muito utilizado por vários tipos de indústrias de equipamentos, máquinas e peças, para diferentes finalidades. Podem ser submetidos a tratamentos para maior endurecimento em locais estratégicos, mas geralmente é usado em estado bruto, outra forma de utilização é recozido. O ferro fundido cinzento tem a capacidade de amortecer as vibrações, por isso é muito utilizado nas empresas automobilísticas, na fabricação de equipamentos agrícolas, na fabricação de cabeçotes de motores, etc.

De acordo com Chiaverini (2012), o termo ferro fundido cinzento, se deve ao aspecto visual da quebra desse material. Esta liga é composta principalmente por grafitas em formas de veios que fornecem boa condutibilidade térmica que garantem uma boa resistência à fadiga térmica e amortecimento de vibrações. Isso se deve ao fato que essa liga possui uma boa fluidez na temperatura de fusão, o que permite seu vazamento em moldes de fundição que possuam uma geometria relativamente complexa. Nestas ligas, a concentração de carbono está na faixa de 2,5% e 4,0% e o silício de 1,0% a 3,0%. Quando submetidos à força esse tipo de ferro fundido, tem uma resistência relativamente baixa, isso se deve ao formato pontiagudo dos veios de grafita que trabalham como pontos concentradores de tensão.

Para Shackelford (2008), estas ligas são amplamente utilizadas na indústria em diversas aplicações, dentre elas destacam-se: bases para máquinas, blocos de motores, eixos, carcaças, dentre outras utilizações. Estas ligas apresentam algumas das características dos ferros fundidos: materiais pouco dúcteis; pois, possuem boa capacidade de amortecimento de vibrações; ponto de fusão mais abaixo que o aço; matéria prima de baixo custo. Estas ligas podem ter como principais elementos que as constituem: ferrita, perlita, cementita, martensita e também, como principal, a grafita. A formação da grafita, em particular, é resultado da concentração de carbono na liga como mostrado na Figura 1, a grafita possui uma grande influência nas propriedades mecânicas dos ferros fundidos, pois promove a descontinuidade da matriz do material.

Figura 1 – Ferro fundido Cinzento com grandes veios de Grafita



Fonte: Colpaert (2008, p. 565).

Conforme Vlack (1984), enquanto o ferro fundido resfia, pode-se observar a cementita se decompondo em ferrita e grafita. Quando a velocidade de resfriamento é alta há uma tendência que seja inibida a decomposição o que causa uma menor formação de grafita na matriz do material. Essa taxa de resfriamento é influenciada por fatores como: material do molde de fundição, e espessura da parede do fundido. Segundo Rosário (2012), foi realizado um estudo com base nos resultados experimentais vindo da análise técnica sobre os efeitos dos elementos de liga na solidificação de um ferro fundido cinzento.

Para Pieske, Montenegro e Friedric (1974), A utilização de um pequeno teor de inoculação, mantido constante em 0,02% em peso, permitiu isolar os efeitos dos elementos de liga nos parâmetros de solidificação, foi possível avaliar os efeitos dos elementos adicionados no intervalo de solidificação eutética, bem como na evolução da proporção as fases da matriz metálica, na aparência da grafita e nas propriedades da dureza, podemos verificar as propriedades físicas e químicas no Quadro 1.

Quadro 1 – Propriedades físicas e químicas do ferro fundido cinzento

Propriedades do ferro fundido cinzento			
Físicas		Químicas	
Resistência de tração (MPa)	235	Cromo (Cr)	2,50% à 4,00%
Dureza (HB)	200	Silício (Si)	1,00% à 3,00%
Módulo de elasticidade (GPa)	110	Manganês (Mn)	0,20% à 1,00%
Densidade (kg/m³)	7400	Fósforo (P)	0,20% à 1,00%
Condutibilidade térmica (W/mK)	48	Carbono (C)	2,50% à 4,00%

Fonte: Adaptado de Colpaert (2020, p. 566).

CARCAÇA DE MOTOR ELÉTRICO

Segundo Vianna, Duarte e Nogueira (2014), basicamente as carcaças de motores elétricos são constituídas em ferro fundido cinzento, assim criando uma condição mais favorável em relação à troca de calor, e melhorando a sua resistência mecânica, a utilização dessa liga metálica visa minimizar a oxidação da carcaça

projetada. Esse componente é fabricado de modo a reduzir o acúmulo de materiais contaminantes, que possam prejudicar a refrigeração do motor.

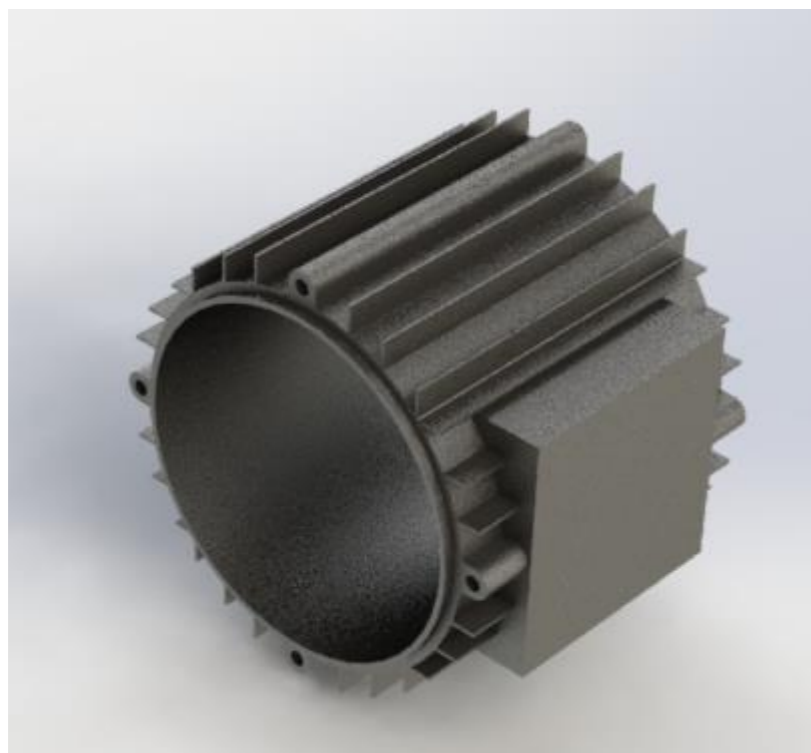
METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza a pesquisa bibliográfica como metodologia, apresentando conteúdo elaborado com base em material já publicado. Para esta modalidade de pesquisa foi utilizado estudo de caso através de sites, livros, e artigos científicos; já para o desenho técnico, utilizou-se o software SolidWorks, no qual foi projetado uma peça já utilizada no mercado.

RESULTADOS E DISCUÇÕES

Com o avanço do trabalho surgiu a ideia de pesquisar sobre uma carcaça de motor (Figura 2), a qual é fabricada em ferro fundido cinzento, assim podendo identificar os principais fatores da utilização dessa liga para a fabricação da peça, como por exemplo, a fácil usinabilidade, alta resistência à corrosão e custo benefício. Tal pesquisa ajudou no entendimento das funções das aletas do motor, que serve para troca de calor, assim elevando a vida útil média que gira em torno de 13 anos.

Figura 2 – Carcaça de motor elétrico fabricada em Ferro Fundido Cinzento



Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa, foi possível aprimorar os conhecimentos sobre a liga metálica de ferro fundido, tendo como foco o ferro fundido cinzento, Com o desenvolvimento da atividade foram estudadas as propriedades físicas e químicas,

disseminando a função das mesmas dentro da liga, compreendendo seus aspectos de usinabilidade, custo benefício e aplicações.

Além disso, com a leitura de diversos artigos, livros e sites, aperfeiçoou-se mais o conhecimento sobre o assunto, e foi possível utilizar ferramentas que facilitaram o desenvolvimento da pesquisa, como exemplo a utilização do software SolidWorks.

O objetivo do projeto integrador foi atingido, obtendo como resultado final o desenho da carcaça de um motor elétrico, representando desta forma a aplicação de ferro fundido cinzento no ramo industrial e na área de engenharia.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a empresa Adami/SA por disponibilizar uma carcaça de motor elétrico para o presente trabalho.

REFERÊNCIAS

- CALLISTER, Willian D. **Materiais Science and Engineering: An Introduction**. 7. ed. New York: Third Avenue, 2006.
- COLPAERT, Hubertus. **Metalografia dos produtos siderúrgicos comuns**. 3. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1974.
- COLPAERT, Hubertus. **Metalografia dos Produtos Siderúrgicos Comuns: revisão técnica André Luiz V. da Costa e Silva**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2008.
- CHIAVERINI, Vicente. **Aços e ferros fundidos: Características gerais, tratamentos térmicos, principais tipos**. 7. ed. São Paulo: AMB, 2012.
- MACHADO, Fernando. **Ferro fundido cinzento e nodular: Propriedades, processos e impactos ambientais**. Brasil Escola: Monografias Brasil Escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/engenharia/ferro-fundido-cinzento-nodular-propriedades-processos-impactos.htm>. São Paulo: Leme, 2017. Acesso em: 09 set. 2020.
- PIESKE, Adolar; MONTENEGRO, Luiz Filho Chaves; FRIEDRIC, Jacob. **Ferros fundidos cinzentos de alta qualidade**. 1. ed. Santa Catarina: Sociedade Educacional Tupy, 1974.
- SHACKELFORD, James F. **Ciência dos Materiais**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.
- VLACK, Van Lawrence H. **Princípios de Ciência e Tecnologias dos Materiais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- VIANNA, Yuri Tavares; DUARTE, Denise Freire; NOGUEIRA, Élcio. **Alumínio e ferro fundido na produção de carcaças de motores elétricos aletados: eficiência, custos, aspectos operacionais e ambientais**. 1. ed. Volta Redonda: Cadernos UniFOA, 2014.

Órtese e Prótese - Biomecânica

Hygo Breno Santos Araujo, hygobreno@gmail.com
Lucas Ribeiro, lucasribeiroaluno@gmail.com

Resumo – Sempre se fez necessário o uso de elementos de apoio ou substituição de funções corporais, como por exemplo, muletas as quais auxiliam na locomoção e movimentação do indivíduo, seguindo o mesmo parâmetro temos a cadeira de rodas, elementos externos que possibilitam ao usuário uma vivência quase que normal, dentro das delimitações causadas no contexto geral da situação. Aumentando o raio desses elementos e abrindo espaço para outros dispositivos além de muletas e cadeiras de rodas, temos a prótese que efetivamente substituem partes corporais que tiveram má formação ou até mesmo sofreram amputação no decorrer da vida.

Atualmente próteses e órteses possuem cada vez mais avanços, devido a evoluções tanto na área médica quando na área mecânica. A busca constante por melhorias tanto em condições de materiais dos componentes como dos acionamentos requisitados para as funções necessárias. Todos os modelos de próteses ou órteses trazem consigo algum avanço mecânico, seja ele estrutural ou de acionamento, atuadores, motores, sensores entre outros elementos os quais completam o conjunto correspondente a prótese/órtese.

Palavras-chave: Prótese. Órtese. Dispositivo. Acionamento.

INTRODUÇÃO

Sempre se fez necessário o uso de elementos de apoio ou substituição de funções corporais, como por exemplo, muletas as quais auxiliam na locomoção e movimentação do indivíduo, seguindo o mesmo parâmetro temos a cadeira de rodas, elementos externos que possibilitam ao usuário uma vivência quase que normal, dentro das delimitações causadas no contexto geral da situação. Aumentando o raio desses elementos e abrindo espaço para outros dispositivos além de muletas e cadeiras de rodas, temos as próteses que efetivamente substituem partes corporais que tiveram má formação ou até mesmo sofreram amputação no decorrer da vida.

Atualmente próteses e órteses possuem cada vez mais avanços, devido a evoluções tanto na área médica quando na área mecânica. A busca constante por melhorias tanto em condições de materiais dos componentes como dos acionamentos requisitados para as funções necessárias. Todos os modelos de próteses ou órteses trazem consigo algum avanço mecânico, seja ele estrutural ou de acionamento, atuadores, motores, sensores entre outros elementos os quais completam o conjunto correspondente a prótese/órtese.

De forma geral cada modelo específico de prótese tem uma peculiaridade, seja ele, pré-moldado ou feito sob medida, cada usuário terá um dispositivo que se adapta ou é indicado por sua melhor adaptação, dentre isso os tipos de acionamento, peso, material. Esse último ponto em específico refere-se muito mais a características de escolhas de próteses, seguindo para órteses que são elementos que auxiliam, sendo assim não substituem nenhum outro membro ou elemento, tornando-se dessa forma auxiliares de postura ou ergonômicos, que implicam exponencialmente na execução final de uma tarefa.

PRÓTESES E ÓRTESES- BIOMECÂNICA

Fazendo o uso referencial de trabalho do Professor Daniel Boari coelho – Universidade Federal do ABC – Princípio de Reabilitação e Tecnologias Assistivas – 3º Quadrimestre de 2018

METODOLOGIA

Fez-se o uso das informações presentes no trabalho anteriormente citado, na modalidade de trabalho de pesquisa, trazendo o embasamento dos dados e opiniões citadas nesse artigo referem-se excepcionalmente aos seus autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falando especificamente de órteses, os quais são dispositivos que buscam correção ou melhoria de funções corporais, como equipamentos que corrigem desvios de coluna por exemplo ou dispositivos que permitem a trabalhadores reduzirem esforço e intensidade excessiva na execução de determinadas tarefas, como por exemplo exoesqueletos os quais diminuem as tensão geradas por ações com elevação de carga entre outros esforços, estes elemento podem corresponder também a elementos de correção ergonômica. Tendo em vista tal informações tem-se outras aplicações, que podem corresponder a prevenir eventuais deformidades ou anomalias estruturais, mas que tais funções possam ser realmente cumpridas, os materiais aos quais são fabricados devem ter efetividade nas ações requeridas.

Entre os materiais utilizados estão; metais, como ferro, aço cromado, aço inoxidável, alumínio e titânio) tipo de metais similares ao utilizados em próteses.

Termoplásticos- polivinil carbonato/PVC, polietileno, polipropileno, resinas.
Fibra de vidro ou carbono;
Couro, espumas, borracha, cortiça ou silicone
Tecidos sintéticos, lona e velcro;
Manufatura aditiva: acrílica, butadieno estireno – ABS, poliácido láctico –PLA, elastômero e cera de fundição.

Tendo todos os tipos de materiais citados anteriormente, tem-se aplicações específicas de acordo com as situações, tendo dessa forma resoluções de aplicabilidade em relação a características físicas de cada material.

Usando como exemplo os termoplásticos os quais são mais utilizados que podem ser classificados em duas vertentes devido ao estilo de processo ao qual correspondem. Esses elementos se subdividem em de baixa temperatura, normalmente utilizados para moldes, e de alta temperatura, conjuntos com maior resistência. Existe ainda outra nomenclatura, os termorrígidos, elementos ainda mais resistentes, porém com desvantagens nas questões dermatológicas.

Órteses biomecânicas, são a efetiva união entre a mecânica e a medicina, onde estudos de encargos mecânicos trazem a pessoas a possibilidade de retornar a se locomover ou realizar determinadas tarefas as quais estavam impossibilitadas. Sobre a aplicação da mecânica temos elementos que utilizam três pontos de força para que desta forma atuam e estabilizam a região anteriormente afetada, tendo dessa forma uma força atuando diretamente e uma força distal e outra proximal atuando de forma contrária a primeira força. Parâmetros como a força aplicada a pelo simples fato de caminhada sobre o efeito da gravidade deve ser levado em consideração final sobre qual modelo e qual composição da qual a órtese vai ser fabricada. Outro fator importante é a adaptação do usuário às matérias, elementos como peso, pressão exercida e também qual o valor de tensão de cisalhamento entre o dispositivo e o usuário.

Entrado nos parâmetros de acionamentos, temos acionamentos naturais como uma simples resposta a um movimento do membro, correspondendo desta forma a um tipo específico de órtese conhecida como RGO(reciprocating gait orthosis) ou órtese de propulsão recíproca, onde a descarga de peso corporal serve como acionamento do dispositivo onde o cabo de reciprocção atua como um pistão de acionamento, com relação ao movimentos, quando o movimento em questão é o de sentar ou levantar o mesmo cabo age proporcionalmente como amortecedor ou impulsor.

Já sobre próteses, temos a área onde a influência da mecânica é maior devido aos modelos de acionamentos deterem elementos mais complexos que os correspondentes as órteses, devido aos acionamentos serem originados sobre partes substituídas, devido a amputações ou má formações, desta forma são aplicados elementos como sensores, motores, atuadores, pistões entre outros elementos possíveis

PRÓTESES

Tais elementos podem ser divididos em dois grupos, passivas ou funcionais, dentre as funcionais abre-se ainda mais uma gama de subgrupos como exoesqueléticas e endoesquelética que podem ser endoenergéticas ou exoenergéticas. Cada subdivisão com sua determinada característica e melhor aplicação.

Na fabricação e montagem de um dispositivo completo, é o onde a mecânica aparece, na adaptação dos mecanismos de acordo com a necessidade, basicamente para montagem desses materiais temos elementos como soquetes e liners, cabos e correias, sistemas de controle, articulações e o dispositivo final a prótese em si, seja ela, temporária ou a final. Separando esses elementos temos;

Soquete: elemento principal de todo o conjunto, parte do dispositivo ao qual realiza o contato direto entre o membro e a prótese.

Liners: age como uma segunda pele, protegendo dermatologicamente o usuário.

Esses dois elementos são os principais aspectos de ligação entre pessoa e dispositivo, cabe ainda o tipo de acionamento que vai ser utilizado para funcionamento da prótese. Dentre outros processos temos recriações de articulações como cotovelo e joelho, utilizando dessa forma pinos, hastes metálicas e rolamentos entre outros elementos como pistões em alguns tipos de próteses para membros inferiores (joelho)

os quais necessitam de uma atuação maior de força de impulsão ou de controle de distribuição de força em forma de amortecimento.

Tem-se entre os tipos de prótese anteriormente citados, o sistema endoenergético, que utiliza cabos e correias tendo como acionamento mecânico ou impulso muscular através de eletrodos quando sofrem determinada pressão.

Em caso específico de necessidade de acionamento mecânico tem se os sistemas exoenergéticos, onde os acionamento podem ser pneumáticos fazendo o uso de atuadores e pistões; elétricos, onde os componentes são ligados e acionados por impulsos originados do esforço muscular ainda existente ou ainda através de ligações com terminações nervosas ainda presentes no membro; por fim tem-se as mioelétricas onde efetivamente se faz o uso de eletrodo na superfície ou mesmo implantado, esse tipo de determinação se refere diretamente a nível de intensidade e gravidade da lesão e também da capacidade de comunicação entre o corpo e o dispositivo. Esse tipo de prótese pode ainda ser encontra de forma hibrida unindo ao os elementos anteriormente citados, como por exemplo um acionamento elétrico manual (interruptor) para dessa forma dar a carga inicial ao sistema e posteriormente o movimento do conjunto se tornar “autônomo” fazendo com que o motor, os pistões e os atuadores que realizam o movimento tenho resposta quando os impulsos vindos dos eletrodos forem originados.

Os elementos mioelétricos, como citados anteriormente pode ser implantado ou de superfície. Sobre a eletromiografia de superfície, vemos um uma interação com o motoneurônio que traz consigo o impulso elétrico que estimula o contexto muscular e motor do membro onde o mesmo responde o impulso gerando a carga necessária para unidade receptora que que reenviará para a prótese em forma de comando de movimento.

Nas próteses de joelho os elementos mecânicos ganham um grande espaço visto que muitos das partes biológicas que compõe essa articulações quando sofrem determinado grau de lesão não possuem mais regeneração trazendo dessa forma, intervenções cirúrgicas visando a substituição da articulação parcialmente ou por completa por próteses em sua maioria de titânio, em alguns casos são próteses intra corporais, onde não são visíveis, podem também serem encontradas de forma externa e dessa forma correspondem a substituição de um membro amputado, para esses casos existem variações e variedades de modelos, acionamentos e modelagem dos dispositivos. Entre eles temos o joelho livre, tipo de prótese que tem boa execução de movimentos, mas devido a ser de acionamento quase que totalmente por força colateral o movimento tem menos naturalidade e se tornam quase que robóticos. Joelho com trava manual, para casos onde a pessoa não se sinta totalmente confortável e confiante então, quando o mecanismo se encontra em extensão a mesma trava e mantém a estabilidade e é posteriormente destravado quando o sistema manual de desbloqueio é acionado.

Já o modelo de joelho com trava de fricção onde o dispositivo automaticamente possui um controle de ação de movimento, diferente o joelho de trava manual, esse mecanismo tem travamento parcial, devido a isso traz consigo os males de uma intensidade máxima de movimento e perca de estabilidade.

Entre outros temos três dispositivos especiais e em âmbito mecânico merecem destaque, são eles o joelho policêntrico onde é um modelo de dispositivo que se

assemelha muito ao joelho normal, tendo dessa forma maior condições e variação de movimentos adquirindo dessa forma vantagens biomecânicas que permitem uma movimentação quase que natural ao seu usuário, fazendo o uso de conjuntos de acionamentos que podem ser únicos, mas na grande parte dos casos com compostos por combinações híbridas de fricção, trava, hidráulico ou pneumático.

Joelhos pneumáticos e hidráulicos; tendo maior custo e maior manutenção, esses dispositivos mecânicos trazem movimentos mais naturais e controlados ao usuário seus sistemas de pistões e atuadores agem de forma conjunto tanto na parte de amortecimento quando na área de extensão ou impulsão requerida. A evolução desse tipo de conjunto foi a utilização de microprocessadores, criando os joelhos micro processados, onde através da interpretação dos impulsos biomecânicos captadas pelos sensores, tais informações são transformadas em instruções e comando de ações para os pistões e atuadores presentes nas próteses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo realizado nota-se a influência da mecânica e seus avanços na ressocialização de pessoas que passaram por traumas físicos que geraram traumas irreversíveis ou que ainda podem ser reversíveis porém dependem de elementos externos para que não haja o agravamento do trauma. Nesse casos apresentam –se as órteses e próteses elementos biomecânicos os quais visam recuperação/apoio ou substituição da região afetada, dispositivos que vão das mais simples montagens até conjuntos híbridos (elétricos, pneumáticos, hidráulicos ou ainda fazendo uso sensores sobre a pele ou , que o quanto mais complexos transformam em mais naturais as ações as quais realizam, o sensores podem ser implantados ou acompanham terminações nervosas que geram o impulso inicial para que haja o movimento (situação principal em caso de prótese, no caso das órteses tem-se movimentos mais mecânicos de acionamento com relação a forças colateral originada a parte de um outro movimento).

REFERÊNCIAS

BOARI COELHO, Daniel. Aula 7 – Órteses e Próteses. **Princípios de Reabilitação e Tecnologias Assistivas**, Universidade Federal do ABC, 3º Quadrimestre de 2018.

LIGA DE ALUMINIO¹

Fernanda Pasa, pasafernanda27@gmail.com²
Jose Leandro do Amaral, joseleandro30@hotmail.com.br³
Johny Alex dos Santos, alexds985@gmail.com⁴
Weslen Tavares Pereira, tavaresweslen88@gmail.com⁵
Robson Rodrigues de Oliveira, robson_isca@hotmail.com⁶
Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica sobre as ligas de alumínio, as quais tem excelentes propriedades químicas e físicas, e se destacam pelo baixo peso e resistência a corrosão. Podendo ser várias vezes recicladas, tem uma vasta utilização na indústria moderna, tornando-se um dos materiais mais utilizados no mundo todo. As ligas de alumínio são utilizadas nos processos de fabricação de diversas indústrias, como a naval, automobilística, utensílios domésticos, eletrônicos, construção civil, aeronaval, entre outras. Para o estudo em questão foi escolhido a liga de alumínio 6351 T6, a qual foi aplicada no projeto de uma roda de automóvel.

Palavras-chave: Alumínio. Peso. Resistencia. Corrosão. Reciclagem.

INTRODUÇÃO

De acordo com Abal (2007), o alumínio é considerado um dos elementos metálicos mais abundante encontrado na crosta terrestre, ficando com a terceira posição em comparação a outros da mesma classe. O alumínio pode ser encontrado de diversas maneiras, como por exemplo em tecidos biológicos, na água, no ar e no solo, sendo o metal não ferroso mais consumido no mundo, a forma de extração é a principal maneira de se obter, em forma da Bauxita, e é efetuada em três etapas: Mineração, Refinaria e Redução. Ela é extraída, lavada e secada para ser levada a refinaria onde se transforma em alumínio.

De acordo com Abal (2007) o processo químico mais utilizado é Bayer na indústria, nesse processo a alumina é dissolvida em soda cáustica, é filtrada para separar todo o material sólido, transformando na cristalização da alumina. Os cristais são secos e calcinados para eliminar a água, ficando só um pó branco que é a alumina pura, sendo levado a eletrólise para transformar em alumínio, um processo bem complexo.

De acordo com Ggdmetals (2020) as vantagens do alumínio são a excelente usinabilidade, com alta velocidade de corte (5 vezes mais rápido que o aço), tempo de usinagem mais curto, menor desgaste nas ferramentas, baixo peso (equivalente a 1/3 do peso do aço), alta condutividade térmica (4 vezes maior que o do aço), alta

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de engenharias.

² Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre do Núcleo Comum das Engenharias da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

condutividade elétrica (10 vezes maior que a do aço), resistência a corrosão ou oxidação, sendo que em contato com a atmosfera, forma uma camada fina de óxido protegendo da corrosão. Além disso possui propriedades anti-magnéticas, não produz faíscas, é um material infinitamente reciclável e não perde suas características químicas e físicas.

De acordo com Ggdmets (2020) a liga de alumínio 6351 T6 é da série 6000 que é uma mistura de alumínio com outras ligas: silício, manganês, ferro, cobre, magnésio e outros. Entre suas características estão a alta resistência mecânica, ótima usinagem, boa conformabilidade, alta resistência a corrosão. Essa liga é utilizada em diversas aplicações como componentes diversos para construção mecânica (engrenagens, buchas, coroas, mancais, rodas, etc.).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esse projeto integrador das engenharias foi a exploratória com caráter bibliográfico. A equipe escolheu a liga de alumínio e iniciou as pesquisas sobre conceitos, características físicas e químicas e aplicações. As pesquisas foram realizadas em materiais técnicos, livros, artigos e demais bases de pesquisa. Após a realização da pesquisa, foram elaborados quadros com as principais propriedades físicas e químicas da liga de alumínio 6351 T6 (Quadro 1 e Quadro 2), bem como foi determinado uma aplicação desta liga e desenhado uma roda de um veículo utilizando o software AutoCad.

As atividades da equipe foram realizadas de maneira online devido a pandemia do COVID 19, por meio de reuniões online e desenvolvimento das pesquisas.

Quadro 1 – Propriedades Físicas

Ligas e propriedades físicas	Alumínio
Temperatura de fusão (Graus Celcius °C)	660
Modulo de elasticidade (MPa)	70000
Densidade (g/cm ³)	2,7
Condutividade Térmica a 25 °C (Cal/cm/°C)	0,53
Condutibilidade elétrica (%IACS)	61
Coefficiência de dilatação Térmica (L/°C)	23.10 ⁻⁶

Fonte: Abal (2020).

Quadro 2 – Propriedades Químicas

LIGAS	12 -Mg	13 - Al	14 -Si	22 - Ti	23 - V	24 - Cr	25 - Mn	26 - Fe	29 - Cu	30 - Zn
	Magnésio	Alumínio	Silício	Titânio	Vanádio	Crômio	Manganês	Ferro	Cobre	Zinco
6351	0,40 - 0,80	Restante	0,70 - 1,30	0,20	-	-	0,40 - 0,80	0,50	0,10	0,20

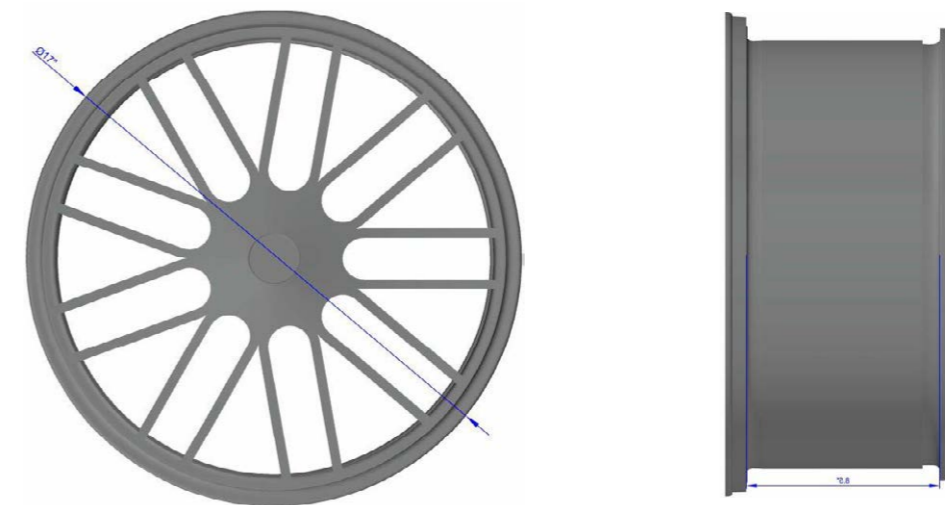
Fonte: Metalhaga (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos no desenvolvimento da pesquisa proporcionaram um conhecimento mais aprofundado sobre a liga de alumínio 6351 T6, no qual foi possível identificar que este material apresenta uma boa resistência a corrosão e possui um menor peso comparado com outros metais.

Nas Figuras 1 e 2 são apresentados o desenho descritivo da peça desenvolvida pelo grupo no software AutoCad, com todos os detalhes e cotas em polegadas para melhor entendimento na hora de fazer os acabamentos na usinagem.

Figura 1 - Vista frontal e lateral da peça.



Fonte: Os autores (2020).

Figura 2 - Vista Isométrica



Fonte: Os autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto foi muito importante para adquirir o conhecimento das ligas de alumínio, que existem várias combinações de elementos, possibilitando diversas formações de diferentes características físicas e químicas, podendo ser empregadas em muitas áreas das engenharias, transformando um leque muito grande para o uso das mesmas, com isso é possível identificar a importância de possuir outras opções de ligas com obtenção de melhores resultados em sua atividade. O Software de desenvolvimento de desenho técnico AutoCad, foi de grande ajuda para apresentar o desenho da peça do projeto.

A maior dificuldade foi não poder reunir o grupo para maior interação presencial, sendo a execução totalmente online, mas mesmo assim foi possível quebrar a barreira concluindo esse projeto integrador das engenharias.

REFERÊNCIAS

ABAL, Associação Brasileira do metal. Disponível em: <http://abal.org.br/> Acessado em: 16/11/2020.

GGDMETALS. Disponível em: <https://www.ggdmetals.com.br/> Acessado em: 16/11/2020.

METALTHAGA. Disponível em: <https://metalthaga.com.br/> Acessado em: 16/11/2020.

FABRICAÇÃO DE COROA PARA REDUTOR DE VELOCIDADE¹

Amanda Lavínia de Souza da Silva, amanda.souza@uniarp.edu.br²

Giovani Magalhães dos Reis, giovani_reis@estudante.sc.senai.br³

Pablo Eduardo Alves Ramos, pabloalves380@gmail.com⁴

Roberto Cavaletti, robertocavaletti@live.com⁵

Rodrigo Carlos Gabiatti, rodrigogabiatti@outlook.com⁶

Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br⁷

Resumo- O presente trabalho tem como objetivo colocar em prática uma das diversas aplicações das ligas de bronze, dessa forma, foi desenvolvido uma coroa para um redutor de velocidade presente em uma serra fita, fabricado com o material, bronze TM 23. A peça foi projetada para a substituição da coroa original, responsável pelo controle de velocidade e modificação do ângulo de trabalho da máquina. Para a realização deste trabalho foram contemplados estudos acerca do material bronze, material este, escolhido para a realização da peça, bem como processo de usinagem. A mesma foi projetada no software Solid Works 2020, e fabricada pelo torno mecânico modelo Imor MVS 250, Plaina Rocco-700/2 e Geradora de engrenagens TOS Renânia FO-6. Como resultado, obteve-se a coroa de substituição, utilizada na serra fita de modelo Manrod Mr 122, possibilitando assim, a continuidade do bom funcionamento da máquina.

Palavras-chave: Bronze. Usinagem. Redutor.

INTRODUÇÃO

A liga de bronze TM 23 é comumente empregada na fabricação de peças que necessitam maior resistência a corrosão possuindo excelente soldabilidade, dentre suas muitas aplicações, destacam-se a fabricação de engrenagens, coroas, buchas para prensas, casquilhos, entre outros (SHOCKMETAIS, 2020). Dessa forma, foi escolhido para o presente estudo como material adequado para a confecção da coroa de substituição do redutor de velocidade.

Os redutores de velocidade, são mecanismos responsáveis pela transmissão de energia mecânica de um sistema para outro. Alternando sua velocidade e modificação do ângulo de trabalho das peças (SILVA, 2013).

O presente trabalho tem como principal objetivo aliar todo o conhecimento obtido sobre o material bronze, com a prática de uma usual aplicação fabril, onde por meio dos processos de pesquisa, projeção e confecção da peça, foram possíveis analisar histórico, características, tecnologias e aplicações, de uma das ligas metálicas mais antigas já utilizadas pelo homem (ALMEIDA 2018).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de: Projeto Integrador da 2ª fase dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica. da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

BRONZE

O bronze é um material muito conhecido, sempre é encontrado em diversos equipamentos e máquinas de parques fabris das indústrias de diferentes setores, o bronze é uma liga metálica composta pela mistura entre cobre e estanho, sendo assim, não é encontrado de forma pura na natureza. Não possuindo então, um processo de extração propriamente dito. O bronze é uma das ligas mais antigas que se tem conhecimento, a fabricação do bronze iniciou-se a mais de 3000 anos, e essa época ficou conhecida como a idade do bronze (ALMEIDA, 2018).

A composição da liga metálica de bronze constitui-se basicamente de 60% cobre (Cu) e estanho (Sn), e dependendo da sua aplicação, pode ter outros constituintes (ALMEIDA, 2018). Quanto maior for a percentagem de estanho, conferida a liga de bronze, maior sua resistência (OLIVEIRA, 2011), os bronzes comerciais variam de 2 a 10% de estanho, para fundição podendo chegar a 11%, como também para este percentual o material pode ser trabalhado a frio, sendo mais resistentes a tração e escoamento. Outros materiais usualmente adicionados a estas ligas são fósforo (P), zinco (Zn), e Chumbo (Pb), o fósforo e o chumbo também são adicionados para maior resistência mecânica, enquanto o zinco atua como desoxidante, isso é, prolonga a durabilidade quanto a corrosão dos mesmos (CHIAVERINI, 1986).

USINAGEM

O Processo de usinagem pode ser caracterizado como meio de transformação da matéria, pela atividade de remoção de material, por cisalhamento considerada a forma mais tradicional pelos processos de fresamento, alargamento, torneamento, etc. como também, há a forma não tradicional onde são empregadas formas não muito utilizadas, como por exemplo laser, feixe de elétrons, reações químicas, etc (SALES; SANTOS, 2007).

Lembrando que todo o processo onde haja a remoção de cavaco por cisalhamento, é chamado de usinagem. É chamado de cavaco os resíduos dos processos de usinagem (SALES; SANTOS, 2007).

A usinagem é o método de fabricação mais popular no mundo compreende uma cadeia de etapas muito complexas e imprevisíveis pelo fato da dificuldade de se obter com precisão condições ideais de corte, porém quando descobertas e alinhadas ao processo de corte, seu uso é economicamente viável e a máquina que o realiza, trabalha praticamente sem intervenções (MACHADO; et al, 2009).

METODOLOGIA

O método de pesquisa abordado, foi o bibliográfico, caracterizando a pesquisa como descritiva qualitativa. Os dados obtidos para a confecção do trabalho foram retirados de livros, sites, revistas eletrônicas e tabelas de fabricantes. Todos acerca do material bronze e sobre os processos que compreendem a usinagem.

Para a confecção da peça, o projeto adotou as seguintes dimensões, conforme Tabela 1.

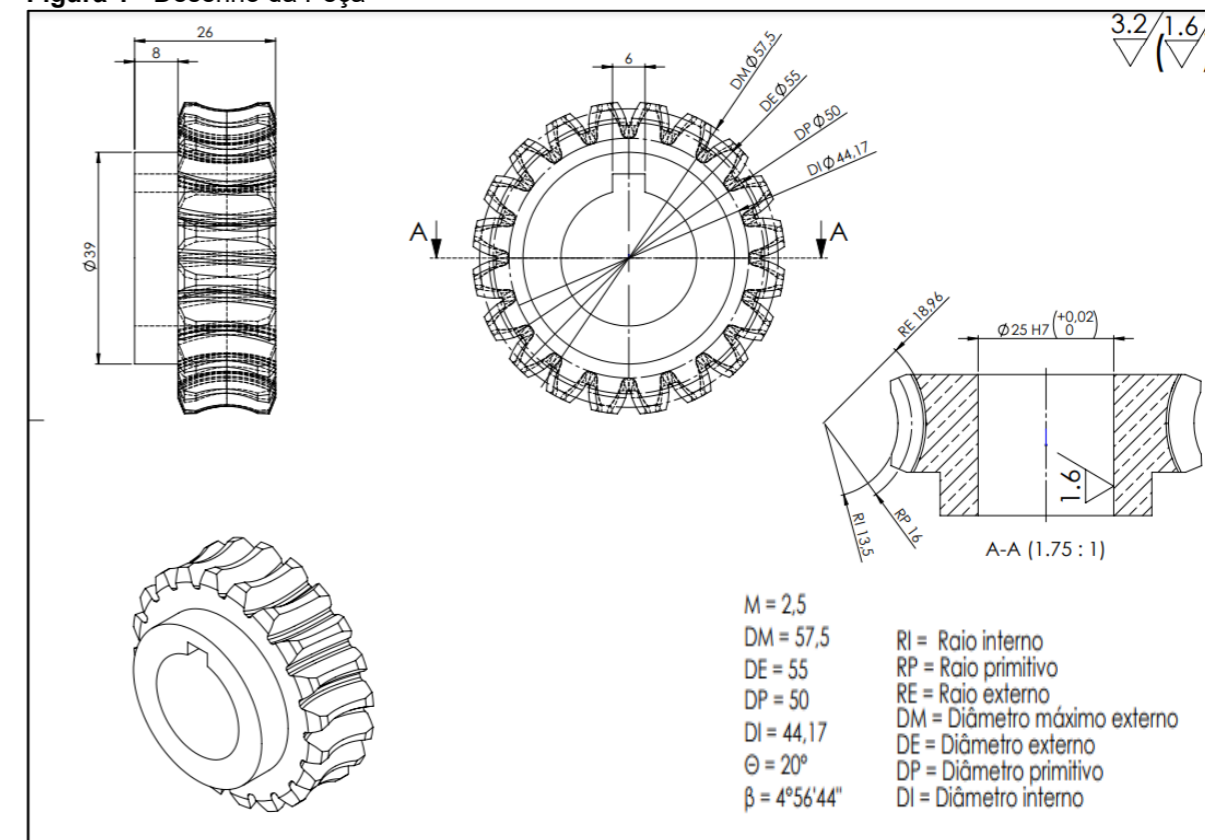
Tabela 1 - Especificações do projeto

Nomenclatura	Dimensão
Diâmetro externo	57,5mm
Diâmetro primitivo	50mm
Diâmetro Interno	44,17mm
Número de dentes	20
Módulo	2,5
Largura chaveta	6mm
Altura chaveta	2,8mm
Diâmetro furo	25mm
Largura total	25mm

Fonte: Os autores (2020)

Tais especificações foram projetadas com o auxílio do software Solid Works 2020, conforme demonstrados na Figura 1.

Figura 1- Desenho da Peça



Fonte: Os autores (2020).

Com a definição da peça, deu-se início a fabricação do redutor de velocidade, para isso foi escolhido o material Bronze TM 23 Bucha 2" x 1/2" x 26 mm.

Na Tabela 2 é apresentado a composição química do Bronze TM 23 conforme descrito pelo fabricante.

Tabela 2 - Composição química do Bronze TM 23 (%)

Zn	Pb	Sn	Fe	Ni	Cu
7,3113	14,6403	3,9788	0,7194	0,3793	72,64

Fonte: UF Bronze (2020).

Para fabricar a peça, primeiramente foram efetuados os furos de desbaste, processo este que consiste na remoção de material sobressalente, no centro da peça com diâmetro 24 mm, e desbaste externo visando também retirada de material sobressalente.

Após este processo houve a substituição de ferramentas do torno para ferramentas de acabamento interno e acabamento externo. Usinando o furo para ficar com 25 mm na parte interna, e na parte externa deixando a peça com 57 mm de diâmetro, também foi usinado um côncavo com raio de 13.5 mm na parte externa da peça.

Houve novamente substituição de ferramenta para uma de “sangramento” onde a peça foi cortada para obter-se uma espessura de 26 mm.

Após isto a peça foi para um equipamento chamado plaina, nesse processo foi aberto um canal com largura de 6 mm e 3 mm de profundidade, este canal é conhecido como chaveta, sendo responsável por travar a peça em cima do eixo que será utilizada.

Terminado o processo de usinagem, a peça foi para a geradora de engrenagens para fresar os dentes, procedimento este feito em empresa de usinagem do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as etapas de usinagem para a confecção da peça foram trabalhadas a frio, e ao decorrer destas etapas, a barra de bronze TM 23 não apresentou nenhuma ruptura em sua estrutura, sendo assim pode-se afirmar que o material apresenta grande resistência quando cisalhado, sendo um material leve e de fácil manuseio.

Como resultado obteve-se a coroa para o redutor de velocidade, possuindo 25mm de largura total, diâmetro interno de 44,17mm e 20 dentes, em função dos procedimentos de usinagem citados no trabalho. A peça foi acoplada a caixa redutora de uma serra fita mecânica modelo Manrod Mr 122, conforme demonstrado na Figura 2, permitindo o bom funcionamento da máquina.

Figura 2- Redutor de velocidade finalizado e acoplado na caixa redutora



Fonte: Os autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar uma aplicação da liga de Bronze, apresentando aspectos relevantes sobre o material a ser estudado. E partindo desses estudos, foi escolhido a melhor tipologia de bronze em função da aplicação proposta. Que visou a fabricação de uma coroa para um redutor de velocidade.

Para o projeto, foram abordados e descritos todos os procedimentos. Inicialmente realizadas pesquisas bibliográficas sobre o material, posteriormente efetuado o projeto da peça com auxílio de software, para conduzir o trabalho de usinagem. Com base nas características apresentadas do material durante os processos de fabricação, constataram que houve êxito na escolha do mesmo, obtendo grandes vantagens de resistência durante o trabalho na peça.

A importância do trabalho foi o conhecimento obtido, onde após muitas pesquisas e discussões acerca do material de escolha, houve também a parte prática podendo avaliar as vantagens do material empregado, para a aplicação a qual foi destinado. Para a realização deste artigo houve o estímulo à pesquisa, bem como conhecer a fundo as características do objeto de estudo e principalmente colocar em prática uma de suas muitas aplicações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Samuel. **Manutenção Mecânica Industrial: Conceitos Básicos e Tecnologia Aplicada**. São Paulo: Érica, 2014.

CHIAVERINI, Vicente. **Tecnologia Mecânica**. 2º ed. São Paulo: Ed McGraw- Hill Ltda, 1986.

MACHADO; et al. **Teoria de usinagem dos materiais**. São Paulo: Ed Blucher, 2009.

OLIVEIRA, MM. **Tecnologia da conservação e da restauração - materiais e estruturas: um roteiro de estudos** [online]. 4th. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2011. 243 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k8tdh/pdf/oliveira-9788523209230-02.pdf>. Acesso em 24 de Ago. de 2020.

SALES, Wisley Falco; SANTOS, Sandro Cardoso. **Aspectos tribológicos da usinagem dos materiais**. São Paulo: Ed Artliber, 2007.

SHOCKMETAIS. **Tabelas de medidas, pesos e informações técnicas**. Disponível em: <<https://shockmetais.com.br/tabelas/bronze/plig>> Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, Gustavo Brasília Lopes Martins. **Projeto de um variador de velocidades escalonado tipo bloco deslizante para máquinas operatrizes**. Projeto de Graduação. Escola Politécnica. Curso de Engenharia Mecânica. Rio de Janeiro, 2013.

PRESA HIDRÁULICA CONFORMADORA DE CHAPAS

Projeto integrador

Guilherme de Oliveira Ribeiro, gui-dou@hotmail.com
João Paulo Schinaid, jpschinaid03@outlook.com
Lucas Nazário dos Santos, lucasnazario50@hotmail.com
Ricardo Pedroso, ricardo_torn@hotmail.com

Resumo – As prensas são um maquinário de grande valia nas indústrias, muito característico pela sua diversidade em funções, desde o corte como a modelagem de matérias primas, dentre tantas formas de aplicações às prensas se tornam muito utilizadas nas indústrias, e vem se destacando de forma negativa com altos índices de acidentes, muitas vezes pelo maquinário não ter o alto controle humano operacional, pelas altas forças muitas vezes exercidas, o qual se torna perigoso o seu uso, onde não é muito empregado nos ambientes estudantis, e através desse artigo iremos abordar mais sobre a mesma, sendo destacada a prensa hidráulica, que vem sendo a mais moderna dos modelos, e mais utilizada nos ambientes fabris.

Palavras-chave: Prensas Hidráulicas. Prensagem. Hidráulica.

INTRODUÇÃO

As prensas ganharam muito espaço nas indústrias, pela sua diversidade de aplicações, sendo uma ferramenta de compreensão, elevação, ou formatação de objetos com o intuito de diminuição, alongamento, modelamento, ou corte da matéria no espaço, podendo dar um formato definido ou não, muito utilizada na indústria.

A prensa pode ser hidráulica, ou mecânica, tendo seu trabalho realizado através de um fluido em movimento ou por uma força motriz provida de um humano através de um devido manuseio mecânico, sendo caracterizadas de acordo com seu tipo, definida pelo Programa de prevenção de riscos em prensas e similares PPRPS, 2014.

As prensas ocupam um grande espaço na indústria pela sua versatilidade e simplicidade, porém provem de diversos riscos a integridade humana, pela sua falta de segurança.

Com os passares dos anos e com o alto avanço da tecnologia, as novas prensas vêm se adaptando as normas de fabricação e proteção necessária, tais motivos que levam a pouca utilização em ambientes estudantis.

Nesse artigo abordamos a questão de prensa hidráulica, a qual vem ganhando cada vez mais espaço nas indústrias. As quais se destacam quando comparadas aos demais modelos por diversos fatores, onde pode-se dizer que dentre as prensas são os modelos mais atualizados e sofisticados do mercado.

Seu conceito primário tende fornecer energia através de um nível de pressão num sistema fechado constante através de um fluido, partindo de princípios criados

por Pascal, onde um fluido dentro de um sistema fechado em que as áreas sejam iguais as suas pressões também tende a ser a mesma, onde através desse sistema, forças são aplicadas em êmbolos proporcionalmente menores que geram uma força constante a movimentar êmbolos maiores, ou vice-versa, que traduz em uma forças superiores a de início aplicada, tal sistema que o potência em relação ao nível mecânico, é comandada por um acionamento contínuo de alimentadores automáticos, o qual potencializa o risco a integridade física, por não haver um comando humano.

O PROCESSO DE PENSAGEM

A prensagem é uma operação de conformação de chapas metálicas utilizando forças que são desenvolvidas por aparelhos robustos, forças estas que acentuam a chapa de metal, de uma força tal que para que haja conformação, uma força capaz de elevar as tensões para além do limite elástico do material, e para que se entre em domínio plástico, mas com restrição de não ultrapassar o valor da tensão de rotura ruptura visto que conduziria a quebra do material.

A dobra tem por característica nunca fazer com que o material entre em contato com o fundo do canal de matriz, apoiando-se em dois pontos: nas bordas do canal da matriz e no raio da ponta da punção. Esse processo é o mais versátil e econômico graças a possibilidade de executar qualquer ângulo entre 180 graus até a medida do ângulo da matriz, com as mesmas ferramentas, como o contato entre o material e as ferramentas é pequeno, também será menor a força exigida para a operação.

A força é sem dúvida uma variável muito apreciada na prensagem. É a partir da força de dobra que se realiza o trabalho em chapas metálicas, gerando assim na chapa esforços mecânicos capazes de provocarem deformação plásticas e desta forma assegurar a deformação permanente das chapas, ficando estas com a forma desejada.

A partir da prensagem podem-se obter peças com formas complexas, podendo, desta forma, haver a combinação de vários processos de dobra para a conformação de determina peça. Combinação dos vários processos de dobra para a conformação de chapa requer uma análise bem atenta perante as forças de dobra presentes, de acordo com os vários processos de dobra em combinação.

Com a evolução tecnológica o beneficiamento de chapas metálicas passando por um processo antes feito por máquinas sem capacidade de produzir e manter a qualidade dos produtos e com a chegada de máquinas de alta tecnologia em corte a laser, corte plasma, corte a jato de água e puncionamento de chapas, as prensas também tiveram que evoluir por ser um componente muito importante para garantir as tolerâncias exigidas por esta forma tecnológica.

E com isso as empresas perceberam que as peças que são produzidas em máquinas que garantem esta precisão absoluta de medidas no corte, é preciso antes passar por um direcionamento muito técnico na engenharia para descobrir a capacidade elástica e plástica deste material e desenhar direcionado para as ferramentas que vão ser usadas nas prensas CNC, e assim garantir o desenvolvimento das peças.

Em uma prensa dobradeira, diferentes de máquinas mais comuns, os eixos principais utilizados são:

- Y1 e Y2 pistões hidráulicos e movimento vertical;
- Eixos X, X1 e X2 encostos traseiros movimento horizontal;
- Eixo R encosto traseiro movimento vertical;
- Eixos Z1 e Z2 encostos traseiros movimento horizontal lateral
- Eixo bombatur movimento vertical controla ação central da mesa de dobra ou prensagem.

METODOLOGIA

As prensas hidráulicas são mais utilizadas em processos que demandam grandes esforços e produtividade. No processo de dobra, a chapa a ser dobrada sofre uma deformação por flexão que é obtido graças à força que o cilindro hidráulico realiza sobre a chapa para vencer a sua resistência (PALMEIRA, 2014). O princípio físico que se aplica em prensas hidráulicas deve-se ao físico e matemático francês Blaise Pascal (1623-1662), que diz que “O acréscimo de pressão produzido num líquido em equilíbrio transmite-se integralmente a todos os pontos do líquido”, ou seja, a hidráulica possibilita potencializar, através de prensas, as forças aplicadas (BRAGANFER, 2012). Dobradeiras possuem uma grande aplicação em diversos setores industriais, desde metalúrgicas, fábricas automotivas para produção de chassis e até na produção de utensílios domésticos. (DOLBLES, 2017).

Para seu funcionamento, são necessários três itens básicos: a bomba, o atuador de movimentação e os acionamentos de controle com as válvulas. Além de toda estrutura do equipamento, é necessário também ferramentas de dobra, de acordo com a necessidade de cada setor, sendo possível ter vários jogos de ferramentas, tendo assim versatilidade na execução (NASCIMENTO, 2010).

A máquina possui pistões hidráulicos posicionados na sua parte superior, os quais devem ser acionados eletricamente pelo operador através de um pedal de segurança ou comando bi manual para que a travessa superior desça. Dessa forma, o material é prensado, atingindo a dobra desejada conforme as ferramentas utilizadas (WESS, 2013).

Para um melhor entendimento do processo, a Figura 1 representa um esquemático frontal da prensa hidráulica dobradeira, enfatizando as ferramentas utilizadas para a realização da dobra. A Figura 2 mostra a vista traseira da máquina, enfatizando a mecânica traseira, responsável pelo apoio da chapa e definição da distância da sua borda até o eixo de dobra. (DACOL DE OLIVEIRA, ELISSON; HAAG DO AMARAL, LUIZ EDUARDO; CUNHA DE ANDRADE, RÔMULO.)

PRINCIPAIS COMPONENTES DA MÁQUINA

As prensas dobradeiras hidráulicas podem ter algumas variações no seu aspecto construtivo, porém a maioria possui componentes semelhantes:

Estrutura: Pode ser confeccionado em ferro fundido, aço fundido ou em chapa de aço soldada (FIERGS, 2013).

Cilindro hidráulico: É um atuador mecânico que é utilizado para aplicar uma força através de um percurso linear, nas prensas dobradeiras é utilizado para pressionar o punção contra a matriz. A Figura 4 ilustra um cilindro hidráulico instalado na máquina dobradeira (FIERGS, 2013).

Bomba hidráulica: Dispositivo que fornece energia aos líquidos (óleo), tomando energia mecânica de um eixo. No caso da dobradeira a transmissão de energia é através da pressão, que é fornecida principalmente para os dois cilindros principais. (FIERGS, 2013).

Válvulas hidráulicas: A válvula solenóide é a combinação de duas partes funcionais: O pacote eletromagnético, constituído por um solenóide com seu núcleo móvel e um corpo de válvula com os orifícios de entrada, passagem e saída. Essa combinação permite que a válvula atue obstruindo ou liberando o caminho do fluido em questão, permitindo o controle da máquina (JEFFERSON, 2014).

Reservatório de óleo: É um recipiente, geralmente de aço, utilizado para o armazenamento do fluido de trabalho que também contribui para a troca de calor e decantação das partículas contaminantes (OTTO, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos com a realização do dimensionamento dos componentes principais da dobradeira hidráulica. Após a realização dos cálculos obtivemos os valores de pressão do cilindro hidráulico, volume do tanque da bomba hidráulica, os componentes foram selecionados conforme catálogo PARKER, atendendo aos resultados obtidos no dimensionamento. Além destes parâmetros foram considerados também a velocidade de avanço e de retorno, Força e pressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a prensa hidráulica dobradeira pode exercer vários tipos de dobras, fazendo apenas o processo de prensagem da chapa em uma matriz a partir de um pistão hidráulico, assim foi feito dimensionamento da bomba hidráulica e do cilindro, abordando o conhecimento adquirido em sala para elaboração dos cálculos.

REFERÊNCIAS

PALMEIRA, 2014. CONFECÇÃO DE DOBRADORA HIDRÁULICA DE PEQUENO PORTE. CURSO DE Engenharia Mecânica da UniRV, mestrado em Engenharia Mecânica, por SILVA, Rodrigo, e Junqueira, Anderson, Pg 2

DOLBLES, 2017. CONFECÇÃO DE DOBRADORA HIDRÁULICA DE PEQUENO PORTE. CURSO DE Engenharia Mecânica da UniRV, mestrado em Engenharia Mecânica, por SILVA, Rodrigo, e Junqueira, Anderson, Pg 2

BRASIL. Catalogo Parker, 2015 CONFECÇÃO DE DOBRADORA HIDRÁULICA DE PEQUENO PORTE. CURSO DE Engenharia Mecânica da UniRV, mestrado em Engenharia Mecânica, por SILVA, Rodrigo, e Junqueira, Anderson, Pg 3.

(SILVA, 2008). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Engenharia Mecânica da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Engenharia Mecânica. JOSÉ NARCIZO FERNANDES NETO, RIO VERDE - GOIÁS 2015

(CIESIELSKI, 2013). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Engenharia Mecânica da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Engenharia Mecânica. JOSÉ NARCIZO FERNANDES NETO, RIO VERDE - GOIÁS 2015

APLICAÇÃO DA NR-12 EM PRENSAS DE PEQUENO PORTE PARA PRENSAR BLOCOS E TIJOLOS ECOLÓGICOS, MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO, CURITIBA 2013, CIESIELSKI, João Vitor, (LIMA, 2008)., Pg 15.

DIMENSIONAMENTO DE UMA UNIDADE HIDRÁULICA PARA CONTROLE DE UMA PRENSA DESTINADA A OPERAÇÕES DE FORJAMENTO, UTILIZANDO CONCEITOS DE INDÚSTRIA 4.0, JARAGUÁ DO SUL, 2017, GESSER, Alexandre, Trabalho de Conclusão de Curso, (FIALHO, 2004). Pg 18.

PROJETO DE EMBALAGENS FLEXÍVEIS¹

Anderson Kruger, anderson_kruger@hotmail.com²
Christian Patrick dos Santos, christianpatrick354@gmail.com³
Fernando Luckmam, fernando.luckmam@hotmail.com⁴
Wendel Ribeiro, whenrique.rduartte@gmail.com⁵
Giliarde Alves, giliarde@uniarp.edu.br⁶

Resumo – É analisado que a embalagem plástica tem uma alta rotatividade, pois logo após o processo são transformadas em resíduos. Esse trabalho tem por objetivo descrever o processo produtivo de uma indústria de embalagens flexíveis.

Palavras-chave: Embalagens, Flexíveis, Plástico.

INTRODUÇÃO

Os produtos de material plástico vêm tomando seu espaço no mundo ao longo do tempo e de diversas formas. As primeiras embalagens de alimentos utilizadas eram garrafas de vidro, barricas de madeira, caixas de papelão, sacos a granel. Só em 1960 o plástico começou a adquirir força com o aumento da oferta de resina e os primeiros passos da petroquímica nacional. Hoje estes produtos são cada vez mais elaborados, considerado um produto essencial à vida moderna, são sinônimos de desenvolvimento e qualidade de vida, capazes de oferecer barreiras a gases, resistência a fortes impactos, variações de temperatura, vapores e contaminação microbiana.

Além disso, o plástico está presente em importantes áreas da economia, capaz de proporcionar praticidade, maior desempenho, qualidade, durabilidade com baixo custo. Tais condições estão ancoradas no crescimento notável dos últimos anos e perspectivas ainda mais promissoras da indústria petroquímica, cuja reestruturação tem colocado o Brasil como um dos grandes produtores mundiais. Neste mercado aquecido e competitivo, fabricantes de resinas observam atentamente as oportunidades de desenvolvimento de novos mercados e tecnologias que permitem utilização de plástico em substituição a materiais como vidro, papel, madeira, dentre outros.

A indústria brasileira é responsável por um dos maiores consumidores de embalagens plástica do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos. O polímero é o plástico mais utilizado.

O setor que utiliza mais embalagens plásticas é o setor alimentício, principalmente nos segmentos de bebidas alcoólicas, laticínios, carnes e vegetais.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 10ª fase do curso de Engenharia de Produção.

² Acadêmico do curso de Engenharia de Produção da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia de Produção da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia de Produção da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia de Produção da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), Mestre do curso de Engenharia de Produção da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

As embalagens têm rotatividade alta, pois acabam se transformando em resíduo sólido urbano após o consumo do produto de interesse. A geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil em 2010 foi da ordem de 60,7 milhões de toneladas, um aumento de 6,8% em relação ao volume gerado em 2009 (COLTRO; DUARTE, 2008, p. 132).

Os plásticos são importantes na indústria e sociedade. Eles aparecem nas mais diversas aplicações, desde produtos médico hospitalares e embalagens até peças de alta tecnologia, como as usadas em equipamentos espaciais (SARDELLA, 2003).

Os plásticos surgiram, a partir da Segunda Guerra mundial, de um polímero sintético da nafta, um derivado do petróleo. Com a crescente utilização de artefatos de plástico, tem-se acentuado problemas com o descarte desses materiais, pois ocupam um grande volume nos aterros sanitários, dificultando a compactação e a degradação de materiais biologicamente degradáveis, criando camadas, impedindo a troca de líquidos e gases. Sendo assim, surgiu o estudo do reaproveitamento desses materiais, a partir da reciclagem (GORNÍ, 2006).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Há tempos atrás, era muito importante descobrir materiais cada vez mais duráveis e entre eles, estavam os plásticos, pois possuem grande variedade de aplicação, devido as suas propriedades e sua versatilidade de uso e preço. O uso do plástico está aumentando muito no mundo todo, e uma consequência disso, seria a grande quantidade de resíduos plásticos descartados no ambiente. Sabe-se que os plásticos, demoram até cem anos para degradarem-se totalmente, devido sua massa molar alta e sua hidrofobicidade, o que dificulta a ação de microrganismos e de suas enzimas na superfície do polímero (FRANCHETTI E MARCONATO, 2006).

O plástico pertence à família dos polímeros, sendo provavelmente o mais popular. Os polímeros são materiais compostos de macromoléculas. Essas macromoléculas são cadeias formadas pela repetição de uma unidade básica chamada mero. Esses meros estão dispostos um após o outro formando um cordão. Os monômeros são obtidos a partir do petróleo ou gás natural, e isto é mais barato, pois pode-se extrair monômeros também de madeira, carvão, álcool, e até de CO₂, já que essas matérias primas possuem carbono, que são a base dos polímeros, porém aumenta bastante o preço dos monômeros, não sendo competitivo no mercado (GORNÍ, 1993).

Os termoplásticos são os chamados plásticos, e constituem a maioria dos polímeros comerciais. Sua principal característica é poder ser fundido diversas vezes e também podem dissolver-se em vários solventes, dependendo do plástico. E, sua reciclagem é possível, uma característica bastante importante nos dias de hoje (GORNÍ, 1993).

O processo de biodegradação consiste na modificação física ou química causada pela ação de microrganismos, sob a forma de calor, umidade, luz, oxigênio, minerais e nutrientes orgânicos adequados. Uma outra maneira de diminuir a quantidade de resíduos plásticos no meio ambiente, seria a aplicação de polímeros biodegradáveis (FRANCHETTI E MARCONATO, 2006).

A coleta seletiva é um método que tem como objetivo, diminuir o desperdício de matéria-prima, praticar a reciclagem de forma racional e gerir os resíduos sólidos urbanos, mudando os conceitos, os procedimentos e atitudes, uma vez que a reciclagem é uma maneira de educar e criar nas pessoas um vínculo afetivo, um sentimento de poder mudar o meio em que vivem (CALDERONI, 1996).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura 01 demonstra os dados coletados sobre a descrição de operação, equipamentos, tipos de gastos e valores.

Figura 01: Dados coletados

Nº da Operação	Descrição da operação	Equipamento	Tipo de gasto	Valor
1	P&D	Mesa de desenho, computador, laboratório	Investimento inicial	R\$ 25.000,00
2	Cadastro do produto	Sistema de produção	Investimento inicial	R\$ 60.000,00
3	Compras	polietileno, pigmento, tintas, solventes, tubetes, embalagem de papelão, etiquetas, equipamento para manutenção, ferramentas.	Custo mensal	R\$ 198.000,00
4	Recebimento de matéria-prima	Almoxarifado	Investimento inicial	R\$ 70.000,00
5	Planejamento e controle da produção	Sistema de produção	Custo mensal	-
6	Ordem de produção	Sistema de produção	-	-
7	Início do processo de produção	extrusão, balança	Investimento inicial	R\$ 58.000,00
8	Impressão	impressora, balança	Investimento inicial	R\$ 95.800,00
9	Acabamento	maquina de corte e solda, balança	Investimento inicial	R\$ 75.400,00
12	Controle de Qualidade	Equipamentos para medições, pasta padrão	Investimento inicial	R\$ 9.000,00
14	Estoque entre fases	Sala de armazenamento	Investimento inicial	R\$ 14.000,00
15	Vendas	Sistema de produção/Internet/Telefone	Investimento inicial	R\$ 20.000,00
16	Expedição	estoque	Investimento inicial	R\$ 15.000,00
	embalagem	caixa de papelão	Custo mensal	R\$ 7.000,00
17	Logística	Fretes com caminhões CIF/FOB	Custo mensal	R\$ 25.000,00
18	Recepção	-	Custo mensal	-
19	Técnico de segurança(Brigada)	-	Custo mensal	-
20	terceiros(PH, manutenção, detetização, segurança patri	-	Custo mensal	-
21	EPI's e uniformes	-	Investimento inicial	R\$ 8.000,00
22	EPI's e uniformes(Manutenção)	-	Custo mensal	R\$ 1.200,00
22	Paletização	Paletes e empilhadeiras	Investimento inicial	R\$ 94.000,00

Fonte: O Autor, 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria de transformados plásticos caracteriza a terceira geração da cadeia petroquímica. Ela é abastecida pela primeira e segunda geração, que extraem a nafta do petróleo e através de diferentes processos, formam as resinas, das quais são transformadas em uma infinidade de produtos plásticos destinados ao mercado consumidor intermediário ou final. Para tanto, existem máquinas desde as mais simples, destinadas a pequenas quantidades e de lenta produção, até as mais automatizadas, capazes de fabricar embalagens de diversos tamanhos, com muita rapidez, precisão, espessuras e acabamentos. A combinação entre os diversos tipos de plástico e as inúmeras formas de transformá-lo dota a matéria plástica de uma enorme flexibilidade, que adapta os produtos e atende as mais diversas e exigentes utilizações, principalmente nos setores da medicina, desporto, indústria automobilística, indústria elétrica e eletrônica, agricultura e embalagem.

O segmento de embalagens de plástico, demonstra a maior demanda no Brasil, se comparada a outros segmentos do setor de plásticos, com um percentual de 41% de todo plástico consumido no Brasil. Isso porque esse mercado está crescendo muito no país, devido à substituição deste por outros materiais menos resistentes e de menores possibilidades de aplicação. No processo de produção, a fabricação de filmes é o segmento com maior percentual de utilização, representando 31% do total de plástico brasileiro, devido a grande demanda desse produto pelas empresas do setor alimentício, que através da embalagem semielaborada, realizam o fechamento desse filme com máquinas que não requer tecnologia avançada. Na sequência aparecem a extrusão, injeção e sopro, somando 52% do plástico aplicado.

Esse trabalho foi de muita importância para os acadêmicos pois foi possível se aprofundar mais sobre as indústrias dos plásticos.

REFERÊNCIAS

- CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanistas, 1996.
- COLTRO, Leda; DUARTE, Leda. **Reciclagem de Embalagens Plásticas Flexíveis: Contribuição da Identificação Correta**. São Paulo: Atlas, 2008.
- FRANCHETTI, S. M. M.; MARCONATO J. C. **Polímeros Biodegradáveis: Uma solução parcial para diminuir a quantidade dos resíduos plásticos**. Química Nova, vol. 29, No. 4, 811-816, 2006.
- GORNI, A. A. Introdução aos Plásticos. Revista plástico industrial, 2003. Disponível em: < <http://www.gorni.eng.br/intropol.html> > Acesso em: 18/11/2020. LOPES, A. R. C. Contribuições de Gaston Bachelard ao ensino de ciências. **História e Epistemologia das Ciências**, v. 11, n. 3, p. 324-330, 1993.
- SARDELLA, A. **Química: Série Novo Ensino Médio**. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. 191p.

SISTEMA KANBAN

Geovane Ribeiro Sutil, geovasutil@gmail.com
William Mariano, willianmarianodossantos@outlook.com
Giliarde Alves, giliarde@uniarp.edu.br

Resumo – Este trabalho tem por objetivo descrever o desenvolvimento de uma empresa que presta consultoria na área de implementação do sistema Kanban, a qual fornece assessoria e acompanhamento para implementação do sistema nas empresas.

Palavras-chave: Kanban. Assessoria. Inovação. Prestação de Serviço.

INTRODUÇÃO

Toda a empresa busca eliminar desperdícios no seu processo produtivo, a inovação é uma aliada para que isso ocorra, porém, há também alguns sistemas tradicionais que podem auxiliar com grande eficácia neste sentido. Este projeto traz como base o Sistema Kanban de Produção, qual é aplicável em qualquer ambiente organizacional desde que sejam feitas as adaptações necessárias para o tipo de empresa que visa implantá-lo.

Este trabalho visa o desenvolvimento de uma empresa de prestação de serviço que atua na acessória especializada do Sistema Lean Manufacturing, de melhoria contínua mais especificamente da ferramenta Kanban, qual foi aplicado em uma empresa do ramo alimentício na cidade de Fraiburgo.

SISTEMA KANBAN

O kanban é uma ferramenta do sistema Lean Manufacturing, o termo Kanban tem origem Japonesa, qual significa quadro de sinais, qual consiste basicamente em um método de programação de produção, que utiliza dispositivos de sinalização que ativam a liberação de material em um sistema de produção puxada. É importante enfatizar que este sistema de produção vai muito além do controle de estoque podendo ser aplicado em todas as áreas da empresa desde que a mesma tenha clareza de objetivos e saiba como aplicar de forma correta este sistema

Pensando nisto foi montado a empresa Gestão da Inovação M L M - CONSULTORIA qual presta acessoria a empresas que desejam implantar o sistema Kanban de produção. Para tanto se faz necessário seguir uma ordem lógica na implementação do Kanban para que seja possível não apenas acompanhar o processo produtivo, mas identificar os gargalos.

1- Mapear; entender o início e o fim de cada processo, entendendo como as demandas surgem, como e quanto tempo é preciso para a realização de cada tarefa, para onde é encaminhada. Nesse processo será possível identificar quais são os pontos de trabalho e as pessoas envolvidas, isso será fundamental para a próxima etapa. Esse momento do trabalho pode ser realizado por alguém da área de processo, porém, é melhor que seja construído com a equipe.

2- Selecione os recursos; para que as tarefas não fiquem acumuladas, é preciso limitar o número delas em cada setor e ter recursos suficientes para que o

1 O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto SEDEPEX, da 6ª fase do curso de Engenharia de Produção.

fluxo seja contínuo. Quando existe a continuidade do trabalho, prazos são cumpridos e valor agregado.

3- Monte o quadro kanban; para que possamos montar um Kanban será fundamental analisar o processo e, dessa forma criar listas correspondentes às etapas. Usar um quadro branco com imãs ou post-its para o compor. Dependendo do processo será necessário criar algumas etapas que você entende que são necessárias. Um quadro Kanban simples pode ser composto apenas por: “por fazer”, “em execução” e “feito”. Um que exija mais processo pode conter: “planejamento”; “validação” entre outros.

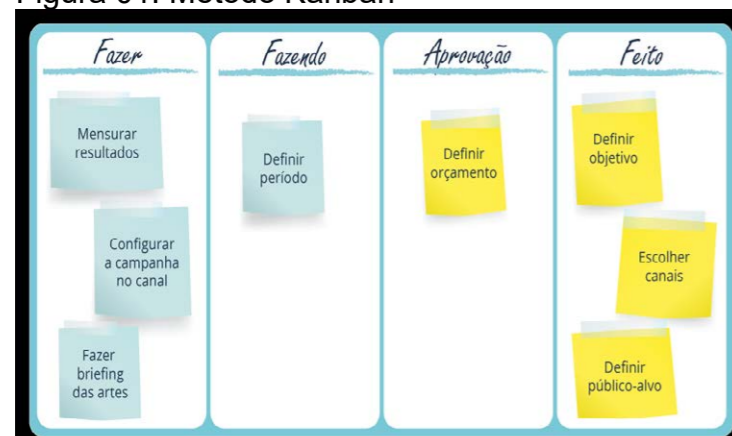
4- Organizar as prioridades; depois de entender como montar um Kanban é preciso buscar a melhor forma de uso. A definição das prioridades é algo essencial e pode ser feita de diferentes maneiras, algumas empresas optam por colocar as atividades-chaves no topo da lista, outras preferem usar cartões coloridos, por exemplo, vermelho para urgentes.

5- Começar a usar; quando todas as etapas estiverem prontas, é hora de começar a usar o Kanban. Fixe em um ponto que todos possam ver, treine a equipe para uso e acompanhamento e comece a movimentar os cartões de acordo com o andamento das atividades. Conhecer os passos de como montar um Kanban é a primeira etapa para organizar e acompanhar melhor os processos. Quando tudo é seguido corretamente em pouco tempo se consegue um ganho produtivo e melhora da ociosidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a aplicação correta do kanban, o mesmo pode melhorar todo o processo de uma empresa, ou setor que seja implantado, contemplando os procedimentos envolvidos. Evitando desperdícios, atendendo os clientes de forma satisfatória obtendo confiança de mercado, lucratividade nos produtos fabricados agregando um valor real as produções. Estabelecer e melhorar a relação de eficiência entre empresa e colaboradores.

Figura 01: Método Kanban



Fonte: O Autor, 2020

1 O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto SEDEPEX, da 6ª fase do curso de Engenharia de Produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa MLM – Consultoria visa atender primeiramente a região de Fraiburgo, para ganhar experiência e mercado, sendo que a meta é que com 6 anos de atuação a mesma possa buscar grandes centros. Para isso a empresa irá melhorar os procedimentos envolvidos, buscando atender os clientes de forma satisfatória, obtendo lucratividade.

REFERÊNCIAS

<https://www.voitto.com.br/blog/artigo/kanban>

1 O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto SEDEPEX, da 6ª fase do curso de Engenharia de Produção.

Consumo de frutose e sua relação com a dieta Low Carb¹

Sabrina Bolzan, sabribolzan07@hotmail.com²

Marcielle Aline Rodrigues, marciellealine2014@gmail.com³

Juliana Aparecida Neves, juju2016neves@outlook.com⁴

Sabrina Aparecida Schneider, sabrinabraschneider@hotmail.com⁵

Talize Foppa, talize@uniarp.edu.br⁶

Resumo

A dieta Low Carb tem função de diminuir o consumo de carboidratos, sendo a frutose uma alternativa para tal atividade, ela um importante regulador da síntese de glicogênio que atua no armazenamento de açúcar no fígado e músculos. O presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre os benefícios e malefícios da frutose em uma dieta a base de redução de carboidratos, além disso realizou-se uma avaliação dos carboidratos em comparação de laranja e limão. A frutose, por ser de baixo índice glicêmico (IG), é um carboidrato de absorção lenta muito utilizada na indústria alimentícia, que oferta produtos que aumentam a saciedade e tem menor IG. Porém, quando consumida em excesso induz estados de resistência à insulina na qual a um desequilíbrio da quantidade produzida pelo pâncreas. Os resultados da prática não mostraram a presença de açúcares do suco do limão, no entanto no suco de laranja obteve 11,60%, o que condiz com a literatura. Muitos fazem dietas e usam a frutose como fonte de carboidrato, ela pode ser uma boa opção mas se usada corretamente e não em doses elevadas, pode-se por exemplo ser utilizado o bagaço da laranja que é fonte de fibras onde ajuda no metabolismo e não contém tanta frutose, o consumo de frutose não é aconselhado a diabéticos pois seu uso a longo prazo pode causar aumento nos níveis de triglicerídeos no sangue, aumento da concentração de colesterol, superprodução de insulina hepática e intestinal.

Palavras-chave: Frutose. Dieta. Carboidrato.

INTRODUÇÃO

A dieta low carb tem como função diminuir o consumo de carboidratos e aumentar o consumo de proteínas e gorduras, a proteína eleva o gasto energético, preserva massa magra, com isso ocorre um menor estímulo da secreção de insulina

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de farmácia.

² Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), titulação do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

em comparação a dietas tradicionais (CORDEIRO, Renata; SALLES, Marina Baldasso; AZEVEDO, Bruna Marcacini, 2017). Esta dieta tem sido utilizada para a redução de peso corporal, porém é também indicada para controle glicêmico em diabéticos do tipo 2, pois com menor ingestão de carboidratos ocorre a menor ingestão de glicose sanguínea, para indivíduos epiléticos e para distúrbio de Ovário policístico. Tal estratégia possui benefícios em relação ao aumento do HDL Colesterol (SILVA, 2018).

A frutose é um carboidrato semelhante a sacarose mas com poder adoçante duas vezes maior. A frutose é absorvida lentamente em relação a sacarose mas ela é captada e metabolizada pelo fígado rapidamente sendo convertida em glicose e triglicerídeos (FRAIGE FILHO, Fadlo et al, 1996). Ela pode ser encontrada em frutas como laranja, melão, maçãs, morango, onde estudos sugerem que a frutose melhora a tolerância a glicose especialmente nos casos de resistência à insulina. Sendo que a frutose é um importante regulador da síntese de glicogênio que atua no armazenamento de açúcar no fígado e músculos e captação de glicose pelo fígado. Então qualquer efeito benéfico está correlacionado à atividade da enzima glicocinase hepática e à facilitação de captação de glicose (SILVA, 2008). O presente trabalho tem como objetivo de fazer um levantamento bibliográfico sobre os benefícios e malefícios da frutose em uma dieta a base de carboidratos.

Estudos mostram que o consumo de açúcares em fruta *in natura* não está relacionado a ocorrência de doenças, mas se o suco e alimentos forem abusivos e este contenham grande concentração de frutose pode-se ter problemas metabólicos (SILVA *et al*, 2017).

Uma alimentação rica em frutose induz estados de resistência à insulina na qual a um desequilíbrio da quantidade produzida pelo pâncreas e o funcionamento dessa quantidade de insulina que geralmente são característicos de uma dislipidemia metabólica, a qual parece ser o resultado de uma superprodução hepática e intestinal de partículas de lipoproteínas aterogênicas. À medida que alguns estudos demonstram que um pequeno consumo de frutose em curto prazo indica melhorias da resposta glicêmica pós-prandial ou seja após alimentação e menor produção de insulina, outros estudos indicam que um grande consumo de frutose por longo período de tempo promove a hipertrigliceridemia que é um aumento do nível de triglicerídeos

no sangue e a hipercolesterolemia que é o aumento da concentração de colesterol (SILVA, 2008).

A frutose é absorvida por dois mecanismos diferentes, um por transporte facilitado que não depende da glicose, com baixa capacidade, e o outro um co-transporte que dependente da glicose e com alta capacidade. Na frutose a difusão facilitada é mediada pela proteína GLUT 5, esse transportador tem alta afinidade com a frutose e pouca afinidade com a glicose. Seu principal papel é o transporte da frutose da dieta e sua ação não depende da estimulação por insulina (BARREIROS, BOSSOLAN, TRINDADE, 2005).

Após a absorção, a frutose sai do enterócito uma célula epitelial do intestino, onde ela pode quebrar moléculas e movê-las para dentro dos tecidos, pela membrana basolateral atingindo o sangue da veia porta que a transporta até o fígado. Esse transporte é mediado pela GLUT 2 uma transportadora de glicose de baixa afinidade das membranas intestinais (BARREIROS, BOSSOLAN, TRINDADE, 2005).

3. METODOLOGIA

O levantamento bibliográfico seguiu o método exploratório do tipo revisão bibliográfica. Ao todo avaliou-se 25 artigos, sendo selecionados 14 para a discussão. As bases de dados utilizados foram: Google Acadêmico, Scielo, Pubmed, Lilacs utilizando critérios de inclusão como língua portuguesa e inglesa e temas relacionados aos benefícios e malefícios da frutose.

A metodologia para determinação dos carboidratos das frutas analisadas (limão e laranja) seguiu titulação de felhing para o suco e para o bagaço um tratamento ácido prévio anterior foi necessário para a titulação.

O cálculo foi expresso em porcentagem para 100 gramas da amostra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados dos carboidratos presentes no suco e bagaço da laranja e do limão estão dispostos na tabela 1.

Carboidratos	Suco	Bagaço
Laranja	11,60%	8%
Limão	Não detectável	10%

Tabela 1 – Resultados Carboidratos encontrados na reação de fehling. Resultados expressos em g/100g amostra

De acordo com os resultados encontrados de carboidratos do suco do limão e da laranja os achados mostram que o limão não possui açúcares detectáveis, em comparação com o suco da laranja que possui valores de 11,60% (tabela 1). Isso mostra que o limão é uma boa fonte de fruta a ser consumida em uma dieta low carb, ou no caso de pacientes portadores de diabetes. De acordo com Viana (2010) o qual encontrou valores de 8,42% em suco de limão os resultados divergem, a diversos fatores que podemos considerar para essa diferença como o tipo de fruta, sua conservação e técnica de análise usada, o mesmos fatores servem para a TACO(2011).

Já para os resultados do bagaço do limão e da laranja, os resultados encontrados foram 10% e 8% respectivamente (tabela 1). Quanto a comparação do bagaço do limão de acordo com Mendonça *et al.* (2006) os valores de carboidratos/fibras são condizentes sendo 9,39%, no entanto para TACO(2011) encontrou-se o valor de 1,80% ficando bem divergentes, mesma consideração do suco onde o tipo de fruto, conservação e análise podem obter alteração final.

A parte branca encontrada entre os gomos das laranjas e dos limões podem ser até mais relevante que o próprio suco, porque é nela que é possível encontrar a peptina uma fibra solúvel que, no intestino, vira um tipo de gel que auxilia no emagrecimento e contribui para saúde. Esse gel tem a competência de reduzir a absorção de açúcares e gorduras, impede reabsorção do colesterol. A peptina também auxilia equilíbrio as taxas de glicose no sangue, se tornando uma grande ajudante no combate a diabetes. A fibra é tem a função de ajudar na digestão dos alimentos gordurosos, facilitando o trabalho dos intestinos. A peptina proporciona maior saciedade, por isso é excelente para dietas (SILVA *et al.*, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos fazem dietas e usam a frutose como fonte de carboidrato, ela pode ser uma boa opção mas se usada corretamente e não em doses elevadas, pode-se por exemplo ser utilizado o bagaço da laranja que é fonte de fibras onde ajuda no metabolismo e não contém tanta frutose. O consumo de frutose se torna uma opção para o tratamento de Diabetes, devido a sua baixa produção de insulina, contudo devemos cuidar também certas frutas que contenham frutose pois esta não é uma conduta aconselhada a pessoas diabéticas devido as alterações que ela pode provocar, como causar um aumento nos níveis de triglicédeos no sangue, aumento da concentração de colesterol, superprodução de insulina hepática e intestinal. O uso das frutas laranja e limão na dieta low carb, o suco de laranja não é tão indicado pois possui alta taxa de carboidrato sendo assim uma fonte de frutose em potencial, já o bagaço por conter fibras é bom para o intestino e não possui tanto carboidrato, no entanto o limão é uma ótima fruta para ser usado na dieta, por ter taxas bem baixas em carboidratos, isso auxilia alcançar resultados na dieta.

6. REFERÊNCIAS

BARREIROS, Rodrigo Crespo; BOSSOLAN, Grasiela; TRINDADE, Cleide Enoir Petean. Frutose em humanos: efeitos metabólicos, utilização clínica e erros inatos associados. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 3, p. 377-389, 2005.

BRITO, Kátia Davi *et al.* Estudo experimental do limão Tahiti (*Citrus latifolia* Tanaka): composição físico-química e de minerais da polpa in natura e do resíduo albedo. **Principia**, Pernambuco, v. 1, n. 37, p. 64-70, fev. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1298-4402-1-PB.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

BUBLITZ, Sâmira *et al.* PRODUÇÃO DE UMA FARINHA DE ALBEDO DE LARANJA COMO FORMA DE APROVEITAMENTO DE RESÍDUO. **Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 3, p. 112-121, out. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/4088-16831-1-PB.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

CORDEIRO, Renata; SALLES, Marina Baldasso; AZEVEDO, Bruna Marcacini. Benefícios e malefícios da dieta low carb. **Revista Saúde em Foco**, v. 9, 2017.

FRAIGE FILHO, Fadlo *et al.* Avaliação da utilização da frutose na dieta de pacientes diabéticos. **Arquivos Médicos do ABC**, v. 19, n. 1 e 2, 1996.

MENDONÇA, Luciana Maria Vieira Lopes *et al.* Caracterização da composição química e do rendimento dos resíduos industriais do limão Tahiti (*Citrus latifolia* Tanaka). **Food Science and Technology**, v. 26, n. 4, p. 870-874, 2006.

MOURA, Sílvia Cristina Sobottka Rolim de *et al.* PREDIÇÃO DA ATIVIDADE DE ÁGUA E RELAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DE ÁGUA E A DEPRESSÃO DO PONTO DE CONGELAMENTO DE SUCOS DE FRUTAS. **Ciência e Tecnologia de Alimento**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 4-18, 03 out. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-20611998000400019#tab1. Acesso em: 03 nov. 2020.

SILVA, C. E. F. *et al.* Avaliação do Potencial de Uso do Bagaço de Laranja Visando a Produção de Etanol 2G. In: **XX Congresso Brasileiro de Engenharia Química (COBEQ)**. 2014.

SILVA *et al.* Caracterização dos efeitos da frutose na dieta de pacientes diabéticos. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**. v.20, n.2, p. 139-145, 2017.

SILVA, ANDRÉ MARIO MENDES. Efeitos do consumo de frutose no metabolismo de carboidratos e lipídios no diabetes mellitus. **Revista uningá**, v. 18, n. 1, 2008.

SOUTO, D. Lopes; ROSADO, E. Lopes. Use of carb counting in the dietary treatment of diabetes mellitus. **Nutricion hospitalaria**, v. 25, n. 1, p. 18-25, 2010.

Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP. - 4. ed. rev. e ampl. – Campinas: NEPA- UNICAMP, 2011.161 p.

VANDRESEN, Solange *et al.* Caracterização físico-química e comportamento reológico de sucos de cenoura e laranja e suas misturas. 2007.

VIANA, DANIELA SOARES. **Lima ácida (*Citrus latifolia*, Tanaka), cv. Tahiti, de cultivos convencional e orgânico biodinâmico: avaliação da capacidade antioxidante dos sucos in natura e clarificados por membranas de microfiltração**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. APÊNDICES.

Óleo de coco

ÓLEO DE COCO NA DIETA

Sabrina Aparecida Schneider, sabrinabraschneider@hotmail.com
Sabrina Bolzan, sabrinabolzan@hotmail.com
Marcielle Aline Rodrigues, marciellealine2014@gmail.com
Juliana Aparecida neves, juju2016neves@outlook.com
Talize Foppa, talize@uniarp.edu.br

Resumo – O óleo de coco é uma gordura extraída da fruta do coco (*Cocos nucifera* L), é composto por ácidos graxos saturados (80%), e ácidos graxos insaturados. Os ácidos graxos insaturados, achados no óleo de coco são: capríco, caprílico, cáprico, láurico, mirístico, palmítico e esteárico. Atualmente é uma fonte dietética muito comum e mostra crescimento na utilização como promessa de muitos benefícios a saúde. O referente trabalho teve como objetivo avaliar o consumo do óleo de coco, através de avaliação de artigos científicos de grande impacto. A busca de trabalhos baseou-se seguiu pesquisa bibliográfica utilizando como termos chaves as palavras Óleo de coco, gordura saturada, carboidratos, ácidos graxos de cadeia média. Os sites de pesquisa foram Scielo e Google acadêmico, o levantamento teórico deu ênfase para explicar todas essas informações filtradas no decorrer do embasamento. Os estudos mostram que o mesmo é muito usado em todo país, com várias finalidades para nosso organismo podendo ser substituto de vários óleos vegetais, havendo muitas citações na rede e poucos registros de artigos desta forma são necessários mais trabalhos publicados para aferir cientificamente sobre o assunto. Entretanto os poucos trabalhos relatam benefícios do óleo para a saúde, emagrecimento e melhora dos níveis bioquímicos.

Palavras-chave: Óleo de coco. Gordura Saturada. Carboidratos. Ácidos graxos de cadeia média.

INTRODUÇÃO

O óleo de coco é constituído da polpa do coco, o fruto do coqueiro (*Cocos nucifera* L). Com a característica da polpa e a técnica utilizada para a extração da gordura pode-se obter óleos com diferentes qualidades (GIUSTINA,2014).

No processo para obter o óleo, não são empregados solventes químicos, nem elevadas temperaturas, portanto, seus fitoquímico são mantidos, isso resulta em um óleo cheio de compostos antioxidantes (SILVA,2017). Maia (2020) relata que óleo de coco e considerado uma gordura vegetal, bem comum, que está presente na carne do coco.

É um alimento com muitas propriedades boas para nossa saúde, que nos proporciona fortalecimento do sistema imunológico, ajudando na digestão e na absorção de nutrientes. Foram descobertas várias substâncias no óleo de coco, entre elas os ácidos graxos essenciais e o glicerol, que é importante para o organismo, com este componente o corpo acaba produzindo ácidos graxos saturados e insaturados de acordo com suas necessidades (LOPES, 2015)

Quando elevado a altas temperaturas, o óleo de coco acaba não perdendo suas características nutricionais, tendo comparações com outros óleos e nos mostrando ser estável. (MARTINS, 2015)

Porem artigos discutem possíveis malefícios no consumo deste lipídio saturado, o ácido graxo faz parte da família dos lipídios, sendo moléculas complexas depois de ingeridos no nosso organismo sendo decompostos e circulam pelo corpo com determinadas proteínas, é considerada lipoproteína o LDL, o famoso colesterol ruim, concentrado de mais em nosso sangue pode ocorrer risco de ataque cardíaco.(ZAMBON,2004)

Jesus relata no ano de 2018 que uma dieta rica em lipídios saturados, prejudica a saúde prostática, favorecendo lesões proliferativas podendo gerar câncer no início da idade adulta.

Marques (2012) relata que os óleos vegetais acabam se degradando, pelo mesmo mecanismo que os óleos minerais, tendo uma velocidade de reação maior, sendo super rápido com o oxigênio. Esse fato acontece devido por serem compostos por cadeias triglicerídes, possuindo insaturação, assim sendo, apresentando finalidade cm radicais de oxigênio.

Sendo composto por ácidos graxos saturados (80%), e ácidos graxos insaturados. Os ácidos graxos insaturados, achados no óleo de coco são: capríco, caprílico, cáprico, láurico, mirístico, palmítico e esteárico. E os insaturados são: oléico e linoléico. Sendo rico em ácido láurico, sua concentração é acima de 40%, sendo forte a oxidação não enzimática, sendo diferente dos outros óleos nesse aspecto. (MARTINS,2015)

Desta forma o objetivo do trabalho foi analisar as literaturas, fazer comparação das mesmas, para que conseguíssemos ver se o óleo de coco nos traz benefícios e malefícios, havendo algumas controversas entre eles.

METODOLOGIA

A metodologia seguiu pesquisa bibliográfica utilizando como termos chaves as palavras Óleo de coco, gordura saturada, carboidratos, ácidos graxos de cadeia média. Os sites de pesquisa foram Scielo e Google acadêmico, o levantamento teórico deu ênfase para explicar todas essas informações filtradas no decorrer do embasamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando os artigos do embasamento, observa-se que muitos revelam coisas boas sobre o óleo de coco havendo mais benefícios que malefícios.

Pode-se observar que o óleo de coco tem diferença de alguns óleos vegetais, pois possui alto teor de ácidos graxos de cadeia média, que é composto por 60% da composição, assim sendo responsável, pela elevação da saciedade e também reduz o consumo de energia do organismo. (RIBEIRO,2017). Além disso o óleo de coco é composto por várias outras constituições, sendo elas: acetovanilona, ácido ascórbico, ácido cáprico, ácido cáprilico, ácido cítrico, ácido ferúlico, ácido láurico, ácido mirístico, ácido químico, ácido accínico, ácido valínico, celulose, fitosterol, inositol, tocoferol, vanilina, e também vitamina E. (Souza,2018)

Santos, (2013) relata a respeito das dislipidemias, considerando que as gorduras sólidas saturadas ricas em ácido láurico, acabam resultando em perfil lipídico, favorável, melhor que uma gordura sólida, rica em ácidos graxos trans. O óleo de coco é quase todo composto por ácido láurico, que são resistentes a oxidação não enzimática e diferente de alguns óleos e gorduras que nos apresentam sua temperatura de fusão baixa e definida.

O uso do óleo de coco apresenta uma ação antibacteriana contra patógenos da microbiota intestinal, e também oral, como possui alto teor de cadeia média pode trazer vários benefícios para quem utiliza, como, redução da cintura das mulheres obesas que fazem uso, prevenção de Alzheimer, atividade antibacterianas e imunomoduladoras contra *Staphylococcus aureus*. (RIBEIRO,2017) Fatos semelhantes foram relatados por Silva em 2017, o autor cita que em pesquisas nacionais, sobre inúmeras ações do óleo de coco que há possibilidades de haver capacidades e ações bacterianas onde o óleo agiria na proliferação/ extermínio da bactéria no organismo.

Da mesma forma Maia (2020), reforça em um estudo realizado na Índia, que o óleo de coco possui atividade antimicrobiana, contra *S. mutans* e *C. albicans*). Havendo publicações do mesmo que relatam propriedades anti inflamatórias e antimicrobianas do ácido láurico. Esses ácidos gordos saturados, vem demonstrando ser muito eficaz, contra estas bactérias Gram negativas e também as Gram positivas, e fungos e bactérias.

Um Trabalho recente de Silva em 2017 demonstrou que idosos com doença de Alzheimer, suplementados com 40 mL/dia de Óleo de Coco extravirgem durante 21 dias, apresentaram melhora cognitiva dependente do sexo, da presença ou ausência de diabetes e do grau de demência. (SILVA,2017)

Uma das grandes preocupações está na elevada taxa de lipídios saturados e a possibilidade de desenvolvimento de doenças coronarianas como o consumo do óleo de coco. Porém segundo Dauber, em 2015 relata que mesmo sendo uma gordura saturada o óleo de coco não produz efeitos adversos sobre o coração contribuindo para o controle de colesterol, através da elevação do colesterol HDL (Bom) e diminuição do LDL (ruim), contribuindo também para absorção de vitaminas lipossolúveis, controle de glicose e insulina, melhorando a circulação sanguínea e inibição de tumores.

Já Amazararay em 2018, relata em sua literatura que o consumo frequente dessa gordura saturada é relacionado com o aumento do LDL plasmático e elevação do risco cardiovascular. Havendo relatos de algumas pessoas que teriam medo de utilizar o mesmo, porém sem comprovação científica.

Além dessas propriedades há relatos da melhora de absorção de nutrientes e o consumo do óleo de coco. O consumo de óleo de coco poderia auxiliar na absorção de alguns nutrientes como como vitaminas e minerais, não se armazena nos adipócitos na forma de triglicérides, é menos calórico do que os outros óleos, não requer insulina durante seu metabolismo, adiposidade abdominal é relacionada um dos melhores preditores de algumas doenças vasculares, esse depósito de gordura abdominal denominada adipócito viscerais, tem uma taxa de elevação lipolípídica, e também produz citocinas inflamatórias, desenvolve um papel importantíssimo na produção de insulina, podendo levar a diabetes melito e a síndrome metabólica. (SANTOS, 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica trouxe informações positivas frente ao óleo de coco. É um óleo vegetal que é consideravelmente extraído totalmente da planta, é muito utilizado em várias regiões e países como benéfico para a saúde, sendo uma boa opção para quem gostaria de substituir um óleo vegetal pelo mesmo, sendo composto por ácidos graxos e gorduras saturadas que nos auxiliam a saciedade e no emagrecimento, também diminuindo o consumo de energia do organismo.

Este presente estudo nos mostra que o óleo de coco é utilizado para várias finalidades benéficas para o corpo humano, sendo eles anti-inflamatório, ação antibacteriana, prevenção de Alzheimer, e imunomoduladoras contra *Staphylococcus aureus*, entre outras. Existindo várias evidências para nós relatando o papel desse óleo na vida de um ser humano. Poucos trabalhos foram realizados para legitimar a eficácia deste produto.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Carmen Raya. Saúde, ciência e mídia social: o caso do óleo de coco. 2018.

DAUBER, Regiana augusta, óleo de coco uma revisão sistemática. 2015.

GIUSTINA, Amanda Della et al. Efeito dos óleos de coco e cártamo na adiposidade abdominal e perfil lipídico de ratas realimentadas com frutose. 2014.

JESUS, Mariana Marcielo de et al. Interferências da exposição gestacional ao di-n-butil ftalato e do consumo excessivo de lipídios saturados sobre a próstata do gerbilo: alterações histopatológicas e mecanismos envolvidos. 2018.

LOPES, Ítala Kariny Barroso. Avaliação físico-química e química dos óleos e gorduras e seus efeitos na ingestão in vivo. 2015.

MAIA, Geisa Priscilla Araújo Gomes et al. Os impactos à saúde correlacionados ao consumo do óleo de coco. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e38973538-e38973538, 2020

MARQUES, Adriana. **Estudo do efeito da adição de diésteres em fluidos industriais de origem vegetal e suas propriedades**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARTINS, Jakeline Santos; SANTOS, José Carlos Oliveira. Estudo comparativo das propriedades de óleo de coco obtido pelos processos industrial e artesanal. **Blucher Chemistry Proceedings**, v. 3, n. 1, p. 515-526, 2015.

RIBEIRO, Lair Geraldo Theodoro. A verdade cinética sobre um super alimento fíncional denominado óleo de coco. Vol.18, n.3, pp.109-117. 2017

SANTOS, Raul D. et al. I Diretriz sobre o consumo de gorduras e saúde cardiovascular. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 100, n. 1, p. 1-40, 2013.

SILVA, Débora de Cássia da. **Efeitos do óleo de coco e do exercício em esteira sobre parâmetros comportamentais e metabólicos de ratos Wistar jovens submetidos a estresse de contenção**. 2017. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

SOUSA, Rafael Damiane Santos. Estudo de substâncias químicas em óleos de coco, copaíba, calêndula e girassol utilizados no tratamento de feridas: uma abordagem teórica. 2018.

ZAMBOM, Maximiliane Alavarse; SANTOS, G. T.; MODESTO, Elisa Cristina. Importância das gorduras poliinsaturadas da saúde humana. **Rev Soc Bras Zootec**, v. 547, p. 553-7, 2004.

Estudo de caso: Dieta Low Carb

Sabrina Bolzan, sabribolzan07@hotmail.com

Juliana Aparecida Neves, juju2016neves@outlook.com

Marcielle Aline Rodrigues, marciellealine2014@gmail.com

Sabrina Aparecida Schenider, sabrinasabrinascheneider@hotmail.com

Talize Foppa, talize@uniarp.edu.br

RESUMO

A dieta low carb (redução do consumo de carboidratos e maior ingestão de proteínas e gorduras) tem sido usada como uma forma de emagrecimento. Se for praticada de forma correta traz benefícios à saúde. O trabalho teve como objetivo o estudo de uma paciente praticante da dieta Low Carb e sua influência nos exames bioquímicos. A metodologia se baseou na comparação e reflexão com a literatura, utilizando os parâmetros normais dos exames bioquímicos. Os resultados mostraram que o paciente possui uma taxa de LDL muito acima do normal e uma ferritina elevada, o que mostra a possibilidade do desenvolvimento de uma síndrome metabólica e maiores chances de desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Além disso a restrição de carboidratos está fazendo com que o glicogênio muscular seja consumido de forma rápida, causando cansaço, dores de cabeça e dificuldades para realizar as atividades físicas intensas. A orientação ao paciente seria diminuir o consumo de gorduras animais e monitorar os exames, além de introduzir algum carboidrato de absorção lenta. Uma alternativa também poderia ser a inclusão da classe das estatinas para redução nestes níveis, sob orientação médica.

PALAVRA CHAVES: Dieta. Síndrome. Carboidrato.

1.0 INTRODUÇÃO

A dieta low carb tem como função diminuir o consumo de carboidratos e aumentar o consumo de proteínas e gorduras, a proteína eleva o gasto energético, preserva massa magra, com isso ocorre um menor estímulo da secreção de insulina em comparação a dietas tradicionais (CORDEIRO; SALLES; AZEVEDO, 2017).

O aumento da obesidade está sendo um dos grandes problemas de saúde mundial. A dieta low carb pode ser definida com ingestão de 200g de carboidrato ao dia (CORDEIRO; SALLES; AZEVEDO, 2017) diminuindo assim a concentração plasmática de triglicerídeos e produzir um aumento na concentração plasmática de

colesterol HDL. Especula-se que o aumento do colesterol HDL durante uma dieta Low Carb é resultado, pelo menos em parte, do aumento da ingestão de gordura dietética. Ainda, a redução nos níveis de hemoglobina glicada nos indivíduos que fizeram uso de dietas Low Carb é relatada. O consumo de ácidos graxos monoinsaturados melhora a sensibilidade à insulina, um efeito que pode explicar a vantagem dessa dieta no que se refere aos níveis de HbA1C (LOPES, 2017)

O objetivo do trabalho foi avaliar um caso de um paciente usuário da dieta low carb, sua dieta e as relações com os exames bioquímicos.

2.0 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DA DIETA LOW CARB

A dieta Low Carb revelou ser eficaz na perda de peso e redução da massa gorda, contribuiu para melhora do perfil lipídico, aumento significativo do HDL, diminuição dos triglicerídeos e controle glicêmico, além de melhora de alguns parâmetros de risco cardiovascular, porém existem efeitos adversos resultantes dessa dieta como dores de cabeça, diarreias, estado de fraqueza e câimbras musculares, indivíduos que fazem uso dessa dieta e que tomam medicamentos devem fazer acompanhamento clínico para que sejam evitados episódios de hipoglicemia, hipotensão e outras complicações (XAVIER, 2017).

A dieta resulta em uma redução da insulina liberada, o que promove um aumento da circulação dos ácidos graxos livres do tecido adiposo, que por sua vez são utilizados na oxidação e produção de corpos cetônicos no fígado, para posteriormente serem usados pelos tecidos como fonte energética, num curto período. Este processo estimula o organismo a maximizar a oxidação de gordura e aumentar o gasto energético culminando assim na perda de peso (CORDEIRO; SALLES; AZEVEDO, 2017)

Porém as respostas à essa dieta não estão totalmente esclarecidas e há, entre o meio científico, preocupações com o perfil lipídico das pessoas que adotam esse tipo de alimentação, podendo assim, ocasionar um impacto potencialmente nocivo na saúde cardiovascular (VIEIRA, 2018).

Dietas com restrição de carboidratos podem prejudicar a capacidade do indivíduo de praticar atividade física, por reduzir os estoques de glicogênio muscular e aumentar a fadiga durante o exercício (WHITE *et al.*, 2007).

Indivíduos que utilizam uma dieta pobre em hidratos de carbono apresentam um aumento do LDL, porque ao restringir carboidratos, há um aumento da ingestão de gorduras totais, inclusive saturada. Recorrendo assim a reservas de glicogênio para disponibilizar glicose, no entanto essas reservas esgotam rapidamente em 48hrs. Portanto deixa de existir energia para “alimentar” o Sistema Nervoso Central (este que não usa gordura pois ácidos graxos não atravessam a barreira hematoencefálica) e para garantir a produção de oxaloacetato, que por sua vez é necessário para que se dê a oxidação normal da gordura no Ciclo de Krebs. Com esse aumento dos níveis de LDL, e sendo este altamente aterogênico, a dieta Low Carb pode promover a morbidade/mortalidade em longo prazo (XAVIER, 2017).

Entre os principais alimentos que compõe a dieta estão verduras pobres em amido, frutas pobres em frutose, grãos, bebidas sem açúcar e carnes em geral. Ex. Ovos, carne de vaca, cordeiro, frango, carne de porco, bacon, peixes e frutos do mar, salmão, truta, sardinha, crustáceos, brócolis, tomates, couve de Bruxelas, couve – flor, couve, berinjela, pepino, pimentões, aspargo, abacate, azeitona, morango, damascos, limão, kiwi, laranja, framboesa, nozes amêndoas, azeite extra virgem, óleo de coco, água, café, chá, ervas especiarias e condimentos são os principais alimentos utilizados na dieta Low Carb (PIMENTEL, 2017).

3.0 METODOLOGIA

A metodologia seguiu o estudo de caso de paciente usuário de dieta low carb e sua influência nos parâmetros fisiológicos e bioquímicos. As bases de dados pesquisadas foram google acadêmico, Scielo, Lilacs, utilizando as palavras chave dieta low carb.

4.0 RESULTADOS EDISCUSSÃO

O caso: Estudo de caso de um paciente usuário da Dieta Low Carb

“Juarez, 26 anos, praticante de halterofilismo, relata ter sentido câimbras, náuseas, diarreia, tonturas e dores de cabeça nos últimos dias. Não está tendo o mesmo desempenho para praticar atividades físicas como fazia antes há três semanas, desde que começou com uma nova dieta há bases de alimentos como baixo teor de carboidratos.

Sua alimentação baseia-se em: ovos, carne de vaca, cordeiro, frango, carne de porco, bacon, peixes e frutos do mar, salmão, truta, sardinha, crustáceos, brócolis, tomates, couve de Bruxelas, couve-flor, couve, berinjela, pepino, pimentões, aspargo, abacate, azeitona, morango, damascos, limão, kiwi, laranja, framboesa, nozes, amêndoas, azeite extra virgem, óleo de coco, água café, chás, ervas, especiarias e condimentos.”

A tabela 1 mostra os valores de exames do caso em estudo e a comparação com os valores de referência.

Exames	Taxa Normal	Taxa Juarez	Resultado
Glicemia de jejum	99 mg/dL.	89mg/dL	Normal
Colesterol total	190 mg/dl	181mg/dL	Ideal
Colesterol – HDL	40 mg/dL	67mg/dL	Ideal
Colesterol –LDL	Menor que 110 mg/dl	495mg/dL	Elevado
Ferritina	23 a 336 ng/MI	515mg/DI	Elevado
Gama Glutamil Transferase	85 U/L	45 U/L	Baixo
Aspartato Aminotransferase(ast)	5 e 40 U/L	42 U/L	Normal
Alanina Aminotransferase (alt)	7 e 56 U/L	54 U/L	Normal
Creatinina	0,6 a 1,3mg/dL.	1,3 mg/dL	Normal
Hemograma com Eritrócitos		7,05 milhões/mL	
Hemoglobina	28-34 g/dL	7,05 g/dL	Baixo
Hematócrito	40 e 50%;	48,1%	Ideal

Tabela 1 – Resultados da avaliação dos exames (RODRIGUES *et al.*, 2020).

O organismo necessita de diversos minerais para um funcionamento correto, e um deles é o ferro o qual influencia no transporte de oxigênio, produção de energia, divisão de células e sistema imunológico. As melhores fontes de ferro estão em carnes, legumes secos, frutas secas e cereais, níveis baixos de ferritina indicam baixo nível de ferro no organismo, já níveis elevados pode se ter diversos fatores envolvidos como doença de Hodgkin, hepatite, leucemia e até síndrome metabólica (SM) (BOEIRA; DA CUNHA; 2018).

A síndrome metabólica está associada a práticas etilista e tabagista, sedentarismo e consumo de uma dieta rica em gordura podendo desenvolver doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. São considerados fatores de risco metabólico como dislipidemia aterogênica que é hipertrigliceridemia, níveis elevados de apolipoproteína B, partículas de colesterol LDL pequenas e densas e níveis de colesterol HDL baixos, bem como também hipertensão arterial, hiperglicemia e possíveis estados inflamatórios. Para um tratamento da SM, recomenda-se a perda de peso para melhorar o perfil lipídico se este for o caso de obesidade, diminuindo assim também a pressão arterial e a glicemia, reduzindo o risco de doença aterosclerótica (PENALVA, 2008).

A dieta recomendada deve ser composta de carboidratos complexos e integrais como fonte de fibras temos aveia, frutas, vegetais, legumes como feijão, lentilha e ervilha, as fibras insolúveis como grãos integrais de cevada, farinha integral, arroz e centeio (MELLO; LAAKSONEN; 2009). Recomenda-se também atividade física de 30 minutos por dia na qual promove a redução do tecido adiposo visceral, melhorando a homeostase da glicose, promovendo o transporte de glicose e de ação da insulina na musculatura, além do mais melhora o perfil lipídico, aumenta os níveis de HDL e diminui os triglicerídeos (PENALVA, 2008).

Uma alternativa para ajudar este paciente na diminuição dos níveis de LDL são as estatinas que demonstraram ser efetivas na redução do risco de doença cardiovascular em pacientes de alto risco (por exemplo, pacientes diabéticos) mesmo com níveis de colesterol LDL medianos ou abaixo da média. A magnitude da redução do colesterol LDL depende da eficácia e da dose da estatina administrada (FALUDI *et al*, 2017). As estatinas são os fármacos mais prescritos no tratamento do excesso de lipídeos plasmáticos, o que se deve a sua eficácia, tolerância e segurança em tratamentos prolongados. Apesar dos benefícios superarem os riscos, os médicos

devem dar início ao tratamento com a menor dose possível, tomando o devido cuidado com as interações medicamentosas, evitando assim possíveis efeitos adversos indesejáveis e mais complicados (COLLINS *et al.*, 2016).

O paciente parece não possuir problemas de fígado, pois as enzimas hepáticas estão de acordo com os padrões de referência. A Gama Glutamil Transferase tem como função medir a quantidade de enzimas no sangue e avaliar a função hepática do organismo. A gama GT está nas células das vias biliares e a possível lesão dessas células, tende a causar a elevação de suas enzimas no sangue o paciente possui 45 U/L, o nível normal é 85 U/L, o resultado do exame do paciente Juarez tem um valor abaixo do normal, mas preocuparia se estivesse em um valor elevado, pois o paciente não demonstra ter alterações no fígado ou doença hepática (DA SILVA NAZATTO *et al*, 2020)

Já para o nível de hemoglobina o paciente está com um valor de 7,05 g/dl, o nível da taxa normal é de 28- 34 g/dl. Estudos indicam que a dieta low carb resulta em maior redução nos níveis de hemoglobina glicada, especula-se que o consumo de ácidos graxos monoinsaturados melhora sensibilidade à insulina, um efeito que pode explicar a vantagem dessa dieta no que se refere aos níveis de HbA1C (ELHAYANY *et al.*, 2010).

Ainda o paciente relata ter sentido câimbras, náuseas, diarreia, tonturas e dores de cabeça nos últimos dias. Não está tendo o mesmo desempenho para praticar atividades físicas como fazia antes há três semanas o que também se justifica pela dieta restritiva que vem seguindo. Dietas com restrição de carboidrato podem prejudicar a capacidade do indivíduo de praticar atividade física, por reduzir os estoques de glicogênio muscular e aumentar a fadiga durante o exercício (WHITE *et al.*, 2007).

Quando os hidratos de carbonos são extremamente restringidos, como é o caso das dietas Very Low Carb, recorre-se num primeiro momento às reservas de glicogênio para disponibilizar glicose, porém, estas reservas esgotam-se rapidamente em, aproximadamente, 48 horas. Portanto, deixa de existir energia para “alimentar” o Sistema Nervoso Central (que não usa gordura como fonte energética pois os ácidos graxos não atravessam a barreira hematoencefálica) e para garantir a produção de

oxaloacetato, que por sua vez é necessário para que se dê a oxidação normal da gordura no Ciclo de Krebs (XAVIER, 2017).

No que diz respeito aos efeitos adversos resultantes deste modelo de dieta, tem sido mencionada alguma propensão para o aparecimento de algumas dores de cabeça, diarreias, estados de fraqueza e câimbras musculares. Os indivíduos que adotam esta dieta e que tomam simultaneamente medicação devem ter supervisão clínica para que sejam evitados episódios de hipoglicemia, hipotensão e outras complicações (XAVIER, 2017).

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dieta low carb tem efeitos positivos para a perda de peso, considerando as variáveis abordadas pelos estudos, pois há uma redução da ingestão de carboidratos que resultou, no processo do emagrecimento e diminuindo outras doenças crônicas. Diante dos resultados o paciente possui um início de síndrome metabólica onde seu elevado nível de ferritina reflete da alimentação proveniente de carnes, ele necessita de acompanhamento nutricional para reeducação da dieta, pois a dieta low carb é muito eficiente se feita corretamente e com acompanhamento, para redução dos níveis de colesterol e ferritina neste momento é necessário atividade física de 30 minutos por dia e ingerir fibras como o bagaço da laranja pois ele contém fibras solúveis que ajudaram a diminuir a quantidade de gordura no sangue e regular o metabolismo. Uma alternativa que pode ser aprofundada é o uso de estatinas para diminuir os níveis de LDL, caso o reajuste alimentar não resolva, porém este plano deve ser prescrito por um profissional médico.

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOEIRA, Luana; DA CUNHA, Gladis Franck. Estudo exploratório de pacientes com índices elevados de ferritina (hiperferritinemia) atendidos em serviços de saúde no município de Bento Gonçalves-RS. *Revista Interdisciplinar de Ciência Aplicada*, v. 3, n. 6, p. 10-15, 2018.

COLLINS, R., et al. Interpretation of the evidence for the efficacy and safety of statin therapy. *The Lancet*, v. 388, p. 2532-61, 2016.

CORDEIRO, Renata; SALLES, Marina Baldasso; AZEVEDO, Bruna Marcacini. Benefícios e malefícios da dieta low carb. *Revista Saúde em Foco*, v. 9, 2017.

DA SILVA NAZATTO, Marcela Franciele et al. Comparação entre os efeitos da dieta low carb e do jejum intermitente no processo de emagrecimento: síntese de evidências. *International Journal of Health Management Review*, v. 6, n. 1, 2020.

FALUDI, A.A., et al. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. *Arq Bras Cardiol*, v. 101, p. 1-76, 2017.

LHAYANY, A. et al. A low carbohydrate Mediterranean diet improves cardiovascular risk factors and diabetes control among overweight patients with type 2 diabetes mellitus: a 1-year prospective randomized intervention study. *Diabetes, Obesity and Metabolism*, v. 12, n. 3, p. 204-209, 2010.

LOPES, Leonardo Luiz Pereira. Efeitos da dieta low-fat e low-carb no emagrecimento e nas variáveis metabólicas relacionadas. 2017.

MELLO, Vanessa D. de; LAAKSONEN, David E. Fibras na dieta: tendências atuais e benefícios à saúde na síndrome metabólica e no diabetes melito tipo 2. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, v. 53, n. 5, p. 509-518, 2009.

PENALVA, Daniele Q. Fucciolo. Síndrome metabólica: diagnóstico e tratamento. *Revista de Medicina*, v. 87, n. 4, p. 245-250, 2008.

PIMENTEL, J. (2017). Alimentos Low Carb: Conheça quais são os 32 melhores. Disponível em: <https://drjulianopimentel.com.br/artigos/alimentos-low-carb-conhec-32/>. Acesso em: 17/11/2020.

VIEIRA Meneses Yone. EFEITOS METABÓLICOS DA DIETA LOW CARB NO EMAGRECIMENTO, (2018) Disponível em >:https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8747/2/YONE_MENEZES_VIEIRA.pdf.

WHITE, A. et al. Blood ketones are directly related to fatigue and perceived effort during exercises in overweight adults adhering to low carbohydrate diets for weight loss: a pilot study. *J AM Diet Assoc*, v. 107, n. 10, p. 1792-1796, 2007.

XAVIER, S.C. Dietas pobres em hidratos de carbono na perda de peso corporal. Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, 2017.

CONDUTA FARMACÊUTICA APLICADA A FARMÁCIAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.

Heliude de Quadros e Silva¹ - heliudequadros@outlook.com

Gisele Ricardo² - giselericardo20@gmail.com

Jesiel Guedes dos Santos³ - jesielguedesdosantos@gmail.com

Mozart Arthor Bondan⁴ - mozartt@uniarp.edu.br

Resumo – O novo Coronavírus (COVID-19), já infectou mais de 5 milhões de pessoas em mais de 181 países, vem causando inúmeros problemas socioeconômicos e aumentando a morbimortalidade relacionada ao contágio. O vírus ainda não possui uma farmacoterapia adequada, efetiva e segura nem mesmo uma vacina eficaz, apenas em fase de teste. Então o foco tem sido a prevenção e promoção da saúde, contribuindo assim na redução da transmissão. Nesse contexto, o farmacêutico exerce papel fundamental e vital no controle da transmissão da doença e na atenção às necessidades de saúde da comunidade durante a crise, dissipando informações baseadas em evidências, controle epidemiológico e fortalecendo o uso racional de medicamentos. Este trabalho tem por objetivo abordar as condutas farmacêuticas em farmácias durante a pandemia do COVID-19. Com este estudo observa-se que farmácias se fortalecem como estabelecimentos de atenção primárias, o farmacêutico torna-se importante aliado a equipe multidisciplinar no controle de transmissão e prevenção passando aos pacientes informações confiáveis contribuindo para diminuição da sobrecarga sobre o sistema de saúde.

Palavras-chave: COVID-19, Farmácia, Conduta farmacêutica, Farmácia Clínica

INTRODUÇÃO

O vírus causador da pandemia foi nomeado como SARS-CoV-2. Este Novo Coronavírus gera uma doença classificada como COVID-19, sendo agente de uma série de casos de pneumonia na cidade de Wuhan (China). Sem informações concretas sobre o mecanismo de ação, nem medidas de efetividade inquestionáveis para manejo clínico dos casos de infecção humana pelo SARS-CoV-2, restando ainda muitos detalhes a serem esclarecidos. No entanto, sabe-se que o vírus provoca uma síndrome respiratória aguda que varia de casos leves – cerca de 80% – a casos muito graves com insuficiência respiratória – entre 5% e 10% dos casos. Sua letalidade varia, principalmente, conforme a faixa etária e condições clínicas associadas (KENNETH, 2020).

O SARS-Cov-2 demonstrou ser um vírus com alta transmissibilidade desta forma decretou-se estado de alerta para pandemia e a Organização Mundial da Saúde decretou quarentena no Brasil.

O fácil acesso as farmácias comunitárias as tornam um ponto estratégico para gestão do cuidado aos suspeitos de Covid-19 e para encaminhamento do trabalho interprofissional na rede de atenção à saúde (CADOGAN; HUGHES, 2020); (ZHENG et al., 2020); (CDC, 2020); (FIP, 2020).

Os farmacêuticos são os profissionais ideais para prevenção da automedicação inadequada, notificação de casos leves suspeitos e orientação de atendimento médico quando se faz necessário, pois os pacientes com preocupações relacionados

¹ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

² Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

³ Acadêmico do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

⁴ Bacharel em Farmácia, Acadêmico de Medicina, Especialista em Farmácia Clínica, professor da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

à saúde optam por procurar farmácias como primeira forma de atendimento. (PERROT et al., 2019)

A Internacional Pharmaceutical Federation (FIP) definiu um rol de apanágios para os farmacêuticos durante a pandemia da Covid-19: avaliação de casos suspeitos e confirmados, assim como sua estratificação de risco; determinação de casos para encaminhamento; prevenção de doenças, controle de infecções, informação e educação em saúde para o público, entre outras (FIP, 2020). Considerando o exposto, é possível compreender a relevância em se executar com excelência a conduta farmacêutica, a importância dos cuidados farmacêuticos, desta forma reduzindo a sobrecarga de trabalho gerada ao sistema de saúde durante a pandemia de Covid-19.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na cidade de Wuhan, na China, no fim do ano de 2019, surgiu uma série de casos de pneumonia de etiologia desconhecida a qual gerava uma síndrome respiratória severa aguda. (DI GENNARO et al., 2020); (LAKE, 2020). Em janeiro de 2020, poucas semanas depois com amostra do trato respiratório inferior foi identificado o novo Coronavírus (SARS-CoV-2) como agente causador da patologia. (HUANG et al., 2020)

Da família Coronaviridae o novo Coronavírus apresenta características comuns aos outros membros desta família. O vírus apresenta RNA de fita simples como material genético. (KANNAN et al., 2020)

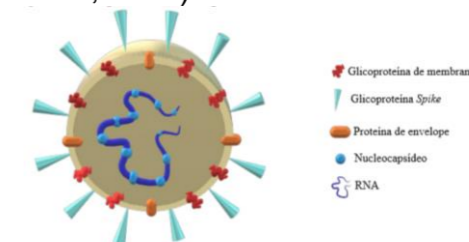


Figura1: Morfologicamente, o Coronavírus é envelopado, predominantemente esférico, com aproximadamente 150 a 160 nm de diâmetro. Sua denominação tem origem na presença de espículas que se projetam a partir do envelope viral dando um aspecto de coroa (do latim corona) (Figura 1). O genoma do Coronavírus codifica para quatro ou cinco proteínas estruturais, sendo elas: glicoproteína Spike (S), glicoproteína de membrana (M), proteína de envelope (E), nucleocapsídeo (N) e hemaglutinina-esterase (HE). (KANNAN et al., 2020). Imagem: (TÚLIO DI ORLANDO CAGNAZZO*, 2020)

O período de incubação da COVID-19 é de aproximadamente 5 dias, podendo variar entre 3 e 14 dias (LI et al., 2020d). O tempo de surgimento dos sintomas até o desfecho fatal, quando ocorre, é de aproximadamente 6-41 dias, com uma média de 14 dias. (ROTHAN; BYRAREDDY, 2020);

Segundo BULUT; KATO, (2020) last three of them entered our life with a fear of outbreak, pandemic or death. Last human coronavirus which emerged world from Wuhan China, SARS CoV-2 and its clinical expression, Coronavirus disease (COVID-19), a Covid-19 pode ser classificada quanto a sua seriedade em 5 grupos: I - Infecção Assintomática: quando não há nenhum sintoma com diagnóstico positivo para SARSCoV-2; II - Sintomas leves: sintomas de infecção respiratória do trato superior, incluindo febre, fadiga, mialgia, tosse, dor de garganta, coriza e espirros, sem pneumonia (Figura 2); III - Moderado: com pneumonia, febre frequente e tosse; pode haver chiado, mas não hipoxemia como falta de ar; IV - Severo: rápida progressão em torno de uma semana, dispneia com cianose central, saturação de oxigênio menor

que 92% e outras manifestações de hipoxemia; Crítico: pacientes com Síndrome de Aflição Respiratória Aguda (ARDS) ou falência respiratória, choque, falência dos órgãos.

Com tudo, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para orientação da prática clínica têm sido elaborado por países e organizações de saúde (Ministério da saúde, 2020). Como relutância, mesmo sem fortes evidências científicas, muitos medicamentos têm sido utilizados empiricamente na tentativa de minimizar a letalidade da COVID19. Tal situação vem sendo assistida nos diferentes níveis de atenção à saúde e alerta para o risco de iatrogenia no cuidado em saúde (National Institutes of Health, 2020).

Serviços Farmacêuticos voltados à promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM), compreende uma prescrição adequada à condição de saúde, o acesso oportuno e a utilização, com intervalo e tempo definidos, de medicamentos custo-efetivos, seguros, eficazes e de qualidade (BRASIL, 2001).

Um estudo realizado por ZHENG et al. (2020) indicam um modelo de serviço farmacêutico durante a pandemia de COVID-19. Tais autores relatam que a farmácia, por meio dos farmacêuticos, pode promover abordagem dos pacientes na interação direta entre profissional e paciente a Figura 3 mostra seis serviços farmacêuticos a serem prestados pelo profissional.

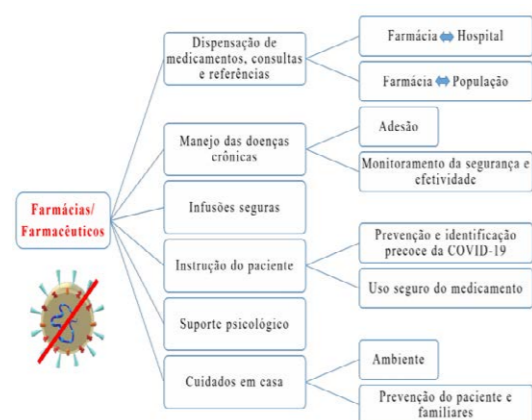


Figura 3 – Modelo de serviço farmacêutico durante a pandemia de COVID-19. Fonte: Modificado de (ZHENG et al., 2020)

METODOLOGIA

Uma revisão bibliográfica com base em legislações e nas bases de dados: Google Scholar, Scielo, Science Direct e PubMed. Os unitermos utilizados para a busca foram: Coronavirus, COVID-19, SARS-CoV-2, Atenção farmacêutica, Pharmaceutical care, Healthcare workers. Pharmacy. Como critério de inclusão, foram utilizados artigos de 2018 e 2020 na língua inglês, espanhola e portuguesa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Conselho Federal de Farmácia estabelece as etapas recomendada internacionalmente:



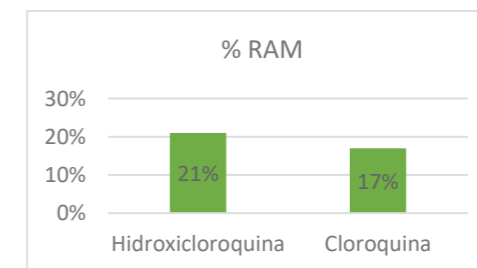
- Preparar:**
- Adquirir, armazenar e distribuir medicamentos e outros produtos para a saúde, para suprir a demanda;
 - Gerenciar a farmácia de forma que o fluxo de casos suspeitos e casos amenizem a disseminação do vírus;
 - Definir uma área isolada para atendimento de casos confirmados, casos prováveis de covid-19, com base em parâmetros técnicos;
 - Desenvolver planos de emergência e fluxo de trabalho local;

- Identificar:**
- Efetuar a triagem clínica e testes rápidos em casos suspeitos, contato próximo e contato domiciliar que acessarem a farmácia;
 - Notificar casos confirmados e casos suspeitos;

- Isolar:**
- Direcionar os casos confirmados ou suspeito, conforme gravidade e risco de complicações para atenção primária à saúde, ou isolamento domiciliar;
 - Acompanhar a evolução de casos confirmados, casos prováveis e casos suspeitos sintomáticos leves;
 - Acompanhar o estado de saúde da equipe e recomendar isolamento se algún membro atender à definição de caso confirmado ou suspeito;

- Conter:**
- Promover a contenção da infecção e o alívio sintomático de casos confirmados leves e casos suspeitos;
 - Renovar receitas de medicamentos de uso contínuo a pacientes assintomáticos com doenças crônicas não transmissíveis;
 - Educar a equipe e estabelecer processos de trabalho que propiciem proteção ambiental e ocupacional visando minizar os riscos de contaminação;
 - Informar e educar a comunidade, a equipe de trabalho e o gestor do serviço com informações oficiais e baseadas em evidência científica.

Seguindo a Nota técnica Nota Técnica 03/2020 a Cloroquina/hidroxiclороquina, estão sendo utilizado com plano de contingência para COVID-19 em hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), com especial atenção para prolongamento do intervalo QT, enzimas cardíacas elevadas e distúrbios hidroeletrólíticos importantes. Tendo em vista a estreita margem terapêutica de cloroquina e hidroxiclороquina e seus possíveis efeitos adversos (prolongamento do intervalo QT, enzimas cardíacas elevadas e distúrbios hidroeletrólíticos importantes), a SESA publicou a Nota Técnica Nº 04, de 12 de abril, em que orienta os profissionais da saúde para a necessidade de notificar o uso e as suspeitas de reações adversas aos medicamentos hidroxiclороquina e cloroquina.



Reações adversas associadas à utilização de cloroquina e hidroxiclороquina desde 1968, até novembro do ano de 2020 foram responsáveis por 21% das notificações de RAM à cloroquina e 17% de RAM atribuídas ao uso de hidroxiclороquina. Considerada toda a série histórica, o ano de 2020 foi o que apresentou maior número de RAM para cloroquina e a terceira maior incidência de RAM para pacientes utilizando hidroxiclороquina. (Fonte: VigiAccess, 2020).

Em um estudo realizado no Ceará no período de abril a maio de 2020, foram notificados 996 usos de hidroxicloroquina (ou cloroquina) e azitromicina no tratamento de pacientes internados com COVID-19. Nas notificações constavam alguns medicamentos que foram introduzidos devido ao agravamento do quadro clínico do paciente. 98,8% dos casos foram reportados por farmacêuticos e os EAM mais reportadas foram insuficiência renal. (CABRAL, *et. al.*, 2020)

Segundo Rismanbaf e Zarei (2020), fígado e rins podem ser danificados em pacientes com COVID-19, o que pode dificultar o alcance da dose terapêutica dos medicamentos e aumentar o risco de reações adversas.

A criação de um formulário de monitoramento do uso e de registro de eventos adversos a medicamentos, elaborada na urgência das ações suscitadas pela pandemia de COVID-19, foi pensada como um instrumento de auxílio para acompanhar o uso dos medicamentos, auxiliando a evitar o uso irracional de medicamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da utilização de medicamentos não conhecidos na sua finalidade de tratar a COVID-19 propicia uma oportunidade para o exercício do uso racional de medicamentos, na medida em que podem ser definidos doses e esquemas posológicos mais adequados aos pacientes. Além disso, a monitorização do uso e o acompanhamento das reações adversas aos medicamentos podem resultar na redução de danos pessoais e evitar possíveis desperdícios financeiros.

Considerando o exposto, é possível compreender a relevância em se executar com excelência a conduta farmacêutica, a importância dos cuidados farmacêuticos auxiliando na prevenção da transmissão do COVID-19 e orientando o uso racional de medicamentos, desta forma reduzindo a sobrecarga de trabalho gerada ao sistema de saúde durante a pandemia de Covid-19.

Observou-se a necessidade do farmacêutico deixar claro que ainda não há vacina efetiva ou terapêutica específica para a COVID-19. No caso de sintomas suspeitos como febre, tosse e fadiga, os indivíduos devem ser orientados a procurar auxílio médico e seguir as orientações do profissional, explicando todos os cuidados desde a boa higienização ao isolamento social principalmente em casos suspeitos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Curso de Farmácia da Uniarp e aos professores do curso.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Política Nacional de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.
- BRASIL. **Protocolo de Manejo Clínico para o coronavírus (2019-nCoV)** - Versão 9. Brasília: **Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, SAPS**; 2020 maio.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- CABRAL, F. F. EVENTOS ADVERSOS A MEDICAMENTOS NO TRATAMENTO DA COVID-19 NO CEARÁ COVID-19 IN CEARÁ ORIGINAL. v. 14, n. 1, p. 30–37, 2020.
- CADOGAN, C. A.; HUGHES, C. M. On the frontline against COVID-19: Community pharmacists' contribution during a public health crisis. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, n. March, p. 1–4, 2020.

CEARÁ. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Nota Técnica 03/2020 sobre a **Distribuição e Fluxo de Acesso aos medicamentos Hidroxicloroquina e Cloroquina**, de 06 de abril de 2020.

DI GENNARO, F. et al. Coronavirus diseases (COVID-19) current status and future perspectives: A narrative review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 8, 2020.

HUANG, Z. et al. Occupational exposure to SARS-CoV-2 in burns treatment during the COVID-19 epidemic: Specific diagnosis and treatment protocol. **Biomedicine and Pharmacotherapy**, v. 127, n. April, p. 110176, 2020.

Sistema VigiAccess. Acesso disponível em: <http://www.vigiaccess.org/>

National Institutes of Health. COVID-19 Treatment Guidelines Panel [Internet]. Coronavirus Diseases 2019 (COVID-19) Treatment Guidelines. 2020

KANNAN, S. et al. Covid-19. **Africa Research Bulletin: Economic, Financial and Technical Series**, v. 57, n. 5, p. 2006–2011, 2020.

LAKE, M. A. What we know so far: COVID-19 current clinical knowledge and research. **Clinical Medicine, Journal of the Royal College of Physicians of London**, v. 20, n. 2, p. 124–127, 2020.

PERROT, S. et al. Self-medication in pain management: The state of the art of pharmacists' role for optimal Over-The-Counter analgesic use. **European Journal of Pain (United Kingdom)**, v. 23, n. 10, p. 1747–1762, 2019.

Rismanbaf A, Zarei S. **Liver and Kidney Injuries in COVID-19 and Their Effects on Drug Therapy**; a Letter to Editor. *Arch Acad Emerg Med*. 2020;8(1). e17. Published 2020 Mar 9.

TÚLIO DI ORLANDO CAGNAZZO*, B. G. C.-A. Artigo de Divulgação. **R Dental Press Ortodon Ortop Facial**, v. 6, n. 4, p. 61–65, 2020.

ZHENG, S. QIAN et al. Recommendations and guidance for providing pharmaceutical care services during COVID-19 pandemic: A China perspective. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, n. 49, p. 0–1, 2020.

DIETA CETOGÊNICA

Franciele Pontes Guedes¹ - franciele01guedes@gmail.com

Gislaine Stelzner² - gislaine11stelzner@gmail.com

Patrícia Soares Joch³ - patriciasj123@outlook.com

Mozartt Arthor Bondan – mozartt@uniarp.edu.br

Resumo – A dieta cetogênica, tem como princípio apresentar baixa concentração de carboidratos, com adequada quantidade de proteína e alta concentração de gorduras. É muitas vezes utilizada como ferramenta para perda ponderal. Já é de conhecimento que essa dieta é adotada para pacientes com epilepsia. A epilepsia é um distúrbio neurológico crônico caracterizado por crises epiléticas repetidas. No início do século passado notou-se que pacientes epiléticos apresentam uma melhora significativa de suas crises quando praticavam jejum, ou na presença de acidose metabólica, mas com o passar do tempo surgiram novas terapêuticas, drogas com eficiência no tratamento da epilepsia, sendo assim a dieta passou a ser menos utilizada. Atualmente o interesse clínico voltou a aumentar e está sendo considerado como um arsenal terapêutico associado a farmacoterapia com o intuito de tratar pacientes que apresentam resistência a farmacoterapia ou com baixa adesão ao tratamento, o seu mecanismo de ação ainda permanece desconhecido.

Palavras-chave: Dieta cetogênica. Epilepsia. Interações. Tratamento.

INTRODUÇÃO

Dieta cetogênica induz o organismo humano a produzir uma modificação química resultando em cetose crônica. O estado de cetose apresenta efeito antiepilético cujo mecanismo de ação ainda é desconhecido. É capaz de reverter o cérebro a formas mais primitivas do metabolismo sendo mais efetiva em criança seguido de adolescentes e, em menor escala, em adultos. Consiste em dieta hiperlipídica, hipoglicêmica, normoprotéica, hipocalórica, além de limitação da oferta líquida. (RAMOS, 2001).

A epilepsia é uma condição clínica crônica, atinge 0,5% a 1,0% da população em países desenvolvidos, aumentando a prevalência em países em desenvolvimento. Cerca de um terço dos pacientes evolui com crises epiléticas sem resposta farmacológica, sendo algumas vezes indicada cirurgia. Quando a cirurgia não é indicada, a dieta cetogênica passa a ser uma opção terapêutica. Um terço dos pacientes respondem bem ao tratamento demonstrando a efetividade dessa terapêutica (NONINO-BORGES, 2004).

Os mecanismos de ação sobre essa dieta ainda estão sendo investigados. Segundo estudos a dieta cetogênica exerce efeito neuroprotetor e ocasionam diversas alterações metabólicas. O cérebro torna-se ainda mais intrigante quando se estuda a epilepsia e o efeito de uma dieta completamente modificada, em comparação com os padrões dietéticos habituais (SAMPAIO, 2018).

¹ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

² Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

³ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

⁴ Bacharel em Farmácia, Acadêmico de Medicina, Especialista em Farmácia Clínica, professor da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A epilepsia caracteriza-se como disfunção do cérebro evidenciada por uma predisposição definitiva para gerar crises epiléticas. Uma crise epilética é um rápido episódio de sinais e/ou sintomas devido à atividade neuronal anormal excessiva ou sincrônica no cérebro (FISHER, et al., 2005)

Considerada umas das doenças do sistema nervoso central, tem sido muito comum entre as crianças. Geralmente é administrado corretamente os medicamentos, porém um terço dos pacientes continuam com as crises, mesmo se as doses estiverem adequadas (CASTRO et al, 2020).

A epilepsia tem atingindo uma grande parte da população, onde começa na infância apresentando a epilepsia refratária (ER) juntamente com os antiepiléticos (DAE), e a dieta cetogênica que não é um tratamento farmacológico, porém muito eficaz. (REBOLLO et al, 2020)

A dieta cetogênica (DC) almeja replicar os efeitos do jejum, causando a cetogênese por meio de alimentos com maior ingestão de lipídios sendo adequada as proteínas e muito pouco carboidratos. (CASTRO et al, 2020)

A ação desta dieta, nas crises epiléticas, o qual leva a redução da mesma, ainda não está elucidado. Os principais fatores responsáveis pelo controle das crises seriam a sua concentração no plasma, seu grau de acidose, a sua ação sedativa dos corpos cetônicos, a desidratação parcial, adaptação metabólica do cérebro e alterações na síntese lipídica decorrentes da cetose (TOMÉ; AMORIM; MENDONÇA, 2003; NONINO-BORGES et al., 2004).

A DC, quando iniciada ambulatorialmente, possui a vantagem na diminuição da ansiedade da criança e dos pais, favorecendo o dia a dia dos familiares e cuidadores, que não precisam deixar de suas casas e suas atenções com os outros familiares, facilitando, mais ainda, as regiões com recursos limitados, visto que reduz os custos relacionados à hospitalização (KOSSOFF, et al., 2009).

METODOLOGIA

Revisão bibliográfica com auxílio das bases de dados: Google Scholar, Scielo, Science Direct e PubMed. Os unitermos utilizados para a busca foram: Dieta cetogênica, Epilepsia, crises epiléticas. Como critério de inclusão, foram utilizados artigos de 2001 a 2020 na língua inglês, espanhol e português.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a literatura, a compreensão da resposta da Dieta cetogênica em quadros de crianças com epilepsia, tem como objetivo de promover cetogênese através de um jejum prolongado seguido de uma dieta rica em gordura e pobre em hidratos de carbono.

A dieta cetogênica tem sido uma boa alternativa nos casos de epilepsia quando as medicações de uso contínuo não estão sendo eficazes ou quando há muito efeito colateral que dificultam o tratamento (RAMOS, 2001).

Para que esta dieta seja eficaz é necessário que ela produza o estado cetótico do jejum, é de extrema necessidade que contenha alta porcentagem de gordura e baixa porcentagem de proteínas e carboidratos e deve atender a nutrição adequada para o paciente proporcionando energia, proteínas, minerais e vitaminas, mesmo que

tenha que entrar com suplementos, para atender as respostas fisiológicas do paciente (NONINO-BORGES, 2004).

A dieta cetogênica necessita que para ser executada haja equipe de profissionais treinados que saibam trabalhar em equipe, isso é de suma importância para que tenham fins e resultados em termos de eficácia, tolerância e aderência.

As decisões para concordarem com todo o processo deve ser entre a equipe de saúde, o paciente e sua família. O neurologista fica responsável por orientar a equipe, e decidir quanto tempo irá durar a dieta e quando deve parar. (FASULO et al, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem por finalidade entender que a dieta cetogênica é uma boa opção terapêutica, que pode auxiliar e ser uma alternativa em pacientes que tenham uma dificuldade maior de controlar suas crises. Sendo confirmado sua eficácia como terapêutica para pacientes com crises epiléticas principalmente as crianças, a dieta cetogênica tem sido muito utilizada. A sua execução se torna um pouco mais trabalhosa que a indicação de medicamentos antiepiléticos, o que acaba atrapalhando o uso no dia-dia desses pacientes. (NONINO-BORGES,2004)

A dieta cetogênica é de grande valia, porém como todo tratamento e medicamentos tem seus benefícios e seus malefícios. Um dos efeitos colaterais mais difíceis é a hipoglicemia, onde o paciente apresenta náuseas, fraqueza, sudorese, vertigem e letargia. Outros efeitos colaterais que se nota nas crianças são a perda de peso, náuseas, obstipação intestinal, sonolência, entre outros de curto prazo e de longo prazo. Em outros casos a dieta evita os efeitos colaterais das DAE como sedação ou alteração de julgamento, sem falar também que economiza nos gastos de medicamentos (RAMOS, 2001)

Essa dieta pode ser útil no controle das crises, mas apenas para crianças que não obtiveram respostas através das medicações, infelizmente a epilepsia não tem cura, porém a dieta cetogênica pode controlar as crises de difícil controle (RAMOS, 2001)

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Uniarp – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, instituição proponente e financiadora do projeto integrador.

REFERÊNCIAS

- CASTRO V., Felipe; HERESI V., Carolina. Dieta cetogênica para el manejo de la epilepsia fármacorresistente en pediatría. **Rev. chil. pediatra.**, Santiago, 2020 .
- FISHER, et al. **Epileptic seizures and epilepsy: definitions proposed by the International League Against Epilepsy (ILAE) and the International Bureau for Epilepsy (IBE).** Epilepsia. 2005;46:470-472.
- KOSSOFF, Eric; et al. **Pediatrics.** N 109, p 780-783, maio de 2002: Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.109.5.780>

NONINO-BORGES, Carla Barbosa et al .Dieta cetogênica no tratamento de epilepsias farmacorresistentes. Revista. Nutrição, Campinas , v. 17, n. 4, p. 515-521, De. 2004.

RAMOS, Ana Maria Figueiredo. Eficácia da Dieta Cetogênica no Tratamento da Epilepsia Refratária em Crianças e em Adolescentes. **Revista Neurociências.** 127-131, 2001

REBOLLO G., María J. et al. Dieta Cetogênica en el paciente con epilepsia refractaria. **Rev. chil. pediatra**, Santiago, 2020

SAMPAIO, Leticia Pereira de Brito. Ketogenic diet for epilepsy treatment. **Arq. Neuro-Psiquiatria.** São Paulo, v. 74, n. 10, p. 842-848, Oct. 2016

TRATAMENTO DO SOBREPESO COM O USO DE UMA DIETA COM COMPOSTOS TERMOGÊNICOS¹

Cinara Cardoso, cynaraa_cardoso@hotmail.com²

Cristiane Naginski, cristianenaginski@hotmail.com³

Júlia Tristão, juliatristao1208@gmail.com⁴

Thaluani Casarin, thaluani.c@hotmail.com⁵

Juliângela M. S. Ribeiro dos Santos, juliangela@uniarp.edu.br⁶

RESUMO – O sobrepeso é uma combinação de vários fatores, dentre eles os hábitos alimentares, alterações metabólicas, hereditárias entre outros. O uso de suprimentos termogênicos tem sido considerado um dos métodos mais comuns para reduzir a gordura corporal, se refere à capacidade de estimular um aumento na produção de calor no corpo, aumentando o gasto energético e oxidação das gorduras. Objetivou-se nessa pesquisa uma revisão de literatura em artigos científicos nas bases Scielo e Google Scholar, onde os termos usados em língua portuguesa e inglesa para a pesquisa foram: termogênese; alimentos termogênicos; dieta termogênica; suprimentos termogênicos; thermogenesis; caffeine diet, buscando uma breve revisão para encontrar evidências literárias acerca sobre a dieta termogênica seus benefícios e malefícios para o tratamento de sobrepeso. As xantinas e seus derivados são usados como estimulantes cerebrais, onde provoca a quebra da gordura. A cafeína em consumo excessivo pode causar efeitos colaterais, como dores de cabeça, batimentos cardíacos irregulares, insuficiência cardíaca, tontura, insônia e problemas gastrointestinais. Portanto, seu consumo deve ser realizado sob orientação de nutricionistas e farmacêuticos, que verificarão as necessidades e determinarão a dosagem adequada para cada pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Sobrepeso; Alterações metabólicas; Termogênicos.

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença multifatorial com causas diversas, o excesso de gordura ocorre quando a ingestão alimentar é maior que o gasto energético correspondente. O sobrepeso constitui um fator de risco muito elevado que pode desencadear problemas de saúde. O uso de termogênicos vem sendo um grande aliado na perda de peso, desde que seja indicado por um profissional de saúde habilitado, pois seu uso em excesso pode trazer riscos à saúde (MURARO; SALDANHA, 2016).

Os três alcaloides principais das xantinas mais usados para auxiliar na redução de Índice da Massa Corporal (IMC), são ingeridas em fórmulas medicamentosas de suprimentos termogênicos também consumida em várias diversidades de alimentos e plantas. As xantinas possuem substâncias que potencializam ações do Sistema Nervoso Central, devido à presença em sua ação estimulantes que são capazes de estimular a queima da gordura (ARAGÃO, 2009).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Farmácia.

² Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O objetivo deste projeto foi avaliar, através de um levantamento bibliográfico, sobre a dieta termogênica baseada em um caso clínico.

Sobrepeso

Segundo o Ministério da Saúde, excesso de peso seria uma pessoa com IMC entre 25,0 a 29,9kg/m² calculado pela fórmula peso (em kg) dividido pelo quadrado da altura (em metros). Podendo facilmente evoluir para obesidade, que está diretamente relacionada a hipertensão arterial, doença cardíaca, osteoartrite, diabetes tipo 2 e alguns tipos de câncer (ABRANTES; LAMOUNIER; COLOSIMO, 2003).

Como consequência dessa condição, o indivíduo pode apresentar baixa autoestima, afetando assim seus relacionamentos, tanto profissionais como pessoais levando a problemas psicológicos sérios. Em algumas comunidades pessoas obesas podem também sofrer discriminação social (ABRANTES; LAMOUNIER; COLOSIMO, 2003).

Alimentos termogênicos e auxílio na perda de peso

Os alimentos termogênicos são caracterizados por terem uma digestão mais lenta, fazendo com que o organismo gaste mais energia nesse processo, ou seja, há um consumo maior de calorias. Por consequência, aumentam a temperatura corporal, aceleram o metabolismo e aumentam a queima de gordura. É sempre bom lembrar que alimentos com essas propriedades devem ser consumidos com orientação e acompanhamento de nutricionistas. Consumi-los no período noturno pode prejudicar o sono, e seu exagero pode acarretar em alguns sintomas adversos como dor de cabeça, tontura, insônia e problemas gastrointestinais. Pessoas com problemas cardíacos e distúrbios da tireoide devem ter cuidado excessivo ao consumir esses alimentos (ROSA; CONTI; SOHN, 2010).

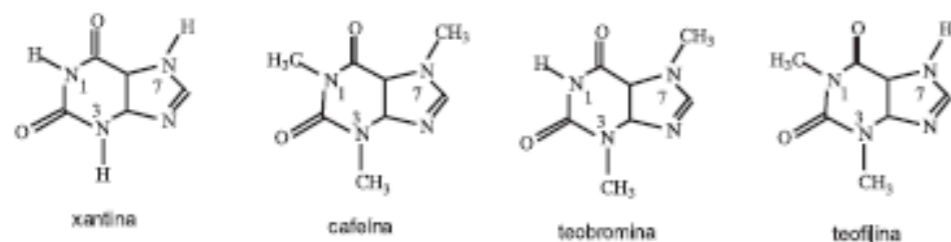
São substâncias que aumentam a adrenalina noradrenalina na fenda sináptica, isso faz com que o metabolismo basal aumente, o metabolismo basal e quantas calorias e gasto por dia. A cafeína é muito ingerida pela população, sendo segura em poucas quantidades e importante equilibrar o consumo desse tipo de produto, para ter efeitos benéficos no organismo ocorrendo uma melhor resposta do organismo. Os alimentos termogênicos ingeridos na dieta reflete a produção de calor. Na mastigação ocorre a produção de enzimas digestivas, absorção, deposição dos produtos ingeridos requerem uma demanda grande de gasto de energia, as classes dos alimentos auxiliam nesse processo considerando um ponto positivo para perda do peso (PEÇANHA; FRIGERI; SILVA FILHO, 2017).

As xantinas e seus derivados são usados como estimulantes cerebrais. Eles estimulam várias porções do SNC como o córtex cerebral e os centros medular. As metilxantinas mais empregadas na medicina são: cafeína, teofilina e teobromina. Estão presentes principalmente em doses pequenas, na forma de infusões de café, chá, cola, erva-mate, guaraná e cacau. Tem efeito de aumentar a vivacidade mental e vigília, reduzir a fadiga e produzir diurese. Seu uso excessivo pode causar insônia e agitação a algumas pessoas. A cafeína forma sais ácidos, mas somente em pH extremamente baixo (KOROLKOVAS; BURCKHALTER, 1988).

Das três metilxantinas, a cafeína é o estimulante cerebral mais potente; a teofilina é a segunda em intensidade, enquanto a teobromina se mostra quase isenta de ação estimulante (KOROLKOVAS; BURCKHALTER, 1988), suas estruturas estão esquematizadas na figura 1.

As metilxantinas, em especial a teofilina, derivam sua ação à inibição competitiva da fosfodiesterase de nucleotídeos cíclicos, enzima que catalisa a conversão do 3',5'-adenosinomonofosfato cíclico (3',5'-AMP cíclico) a 5'-adenosinomonofosfato (5'-AMP). Em resultado, a concentração de 3',5'-AMP cíclico é aumentada em muitos tecidos. O mesmo efeito é produzido por catecolaminas, mas por mecanismo diferente: estímulo da adenilciclase, no sentido da conversão de ATP em 3',5'-AMP cíclico. Este desempenha papel crítico na promoção da glicogenólise. Em consequência, o aumento de concentração de 3',5'-AMP cíclico pode provocar o estímulo psíquico observado na administração de metilxantinas, aumentando a disponibilidade de glicose para o cérebro. No entanto, à luz dos conhecimentos atuais, parece que as metilxantinas exercem sua ação mediante bloqueio do receptor da adenosina, que desempenha grande número de funções fisiológicas (KOROLKOVAS; BURCKHALTER, 1988).

Figura 1 - Estruturas das xantinas e derivados metilados



Fonte: ARAGÃO, 2009

METODOLOGIA

Para a realização desse resumo, foram pesquisados ao todo 66 artigos científicos, livros e teses/dissertações, dos quais foram selecionados 9. Para isso, foi realizado um estudo exploratório do tipo revisão bibliográfica a partir de bases de dados do Google Acadêmico e Scielo utilizando critérios de inclusão como língua portuguesa e inglesa. Os termos usados em língua portuguesa e inglesa para a pesquisa foram: termogênese; alimentos termogênicos; dieta termogênica; suplementos termogênicos; thermogenesis; caffeine diet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à perda de gordura corporal, o uso de termogênicos, como a cafeína, são aceleradores eficazes no organismo. Esses tipos de alimentos podem beneficiar e ajudar no controle de gordura corporal. Mas, muitas vezes, pela facilidade de ingerir alimentos com ações mais rápidas buscamos o que está pronto e com concentrações maiores de estimulação, podendo assim aumentar os efeitos metabólicos gerando benefícios ou malefícios para saúde como a perda de sono. (MURARO; SALDANHA, 2016).

Os benefícios dos termogênicos são redução de peso, aumento do consumo de energia e melhores efeitos de treinamento. No entanto, o consumo excessivo pode causar alguns danos. A maioria desses alimentos tem importantes efeitos anti-inflamatórios e antioxidantes que podem resistir aos radicais livres e levar ao envelhecimento precoce (LETIERI, 2019).

A cafeína é uma droga psicotrópica do grupo dos estimulantes do sistema nervoso central. Em geral, seu efeito no corpo é aumentar o estado de alerta e reduzir a fadiga, podendo aumentar a capacidade de realizar determinadas tarefas.

A cafeína também tem um efeito tônico, que pode ser parcialmente devido à ativação do sistema dopaminérgico. Outro efeito importante da cafeína é estimular a diurese, aumentando o trabalho dos glomérulos e aumentando o fluxo sanguíneo através dos rins, aumentando o débito cardíaco (GUERRA; GUTIÉRREZ, 2000).

No entanto, alimentos aquecidos como café, chá, canela, gengibre e pimenta se destacam nessa característica, que auxiliam no metabolismo e fazem com que o corpo queime mais calorias. O gasto calórico de uma dieta natural de energia térmica é aproximadamente 5% a 10% maior que o gasto normal de energia do nosso metabolismo, o que pode auxiliar na redução de peso. Recomenda-se ingerir esse tipo de alimento durante o dia, antes ou depois do exercício, pois ajuda a queimar mais calorias (LETIERI, 2019).

A alimentos com essas propriedades devem ser consumidos com orientação e acompanhamento de nutricionistas. Consumi-los no período noturno pode prejudicar o sono, e seu exagero pode acarretar em alguns sintomas adversos como dor de cabeça, tontura, insônia e problemas gastrointestinais. Pessoas com problemas cardíacos e distúrbios da tireoide devem ter cuidado excessivo ao consumir esses alimentos (ROSA; CONTI; SOHN, 2010).

Ressalta-se que o consumo excessivo termogênicos podem levar à formação efeitos colaterais, como dor de cabeça, batimento cardíaco irregular Insuficiência cardíaca, tontura, insônia e problemas gastrointestinais. Portanto, seu consumo deve ter orientação e companhia de nutricionistas e farmacêuticos, isso irá verificar os requisitos reais e determinar a dose apropriada para cada pessoal (ALTIMARI et al., 2005).

Pressão alta e pessoas com doenças cardíacas devem ter cuidado redobrado com alguns desses alimentos. O coração funciona mais rápido devido ao efeito no metabolismo (BENITES et al., 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos aspectos observados pode-se concluir que a dieta termogênica traz muitos benefícios, ajuda a reduzir o gasto energético e melhora a resposta do sistema metabólico, resultando em redução significativa da gordura corporal e aumento da massa magra relacionado ao exercício físico.

Considerando que a cafeína é a xantina mais consumida entre as substâncias termogênicas, ela traz efeitos benéficos e prejudiciais. Concluímos que a combinação de alimentos termogênicos com exercícios físicos e dieta balanceada é um aparato eficaz no controle da obesidade. Consequentemente, prevenção de doenças no controle da obesidade.

Ressalta-se ainda, que alimentos que produzem calor, tais como os termogênicos, devem ser consumidos com cautela, pois o uso incorreto pode causar sérios problemas de saúde.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, M. M.; LAMOUNIER, J. A.; COLOSIMO, E. A. Prevalência de sobrepeso e obesidade nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 49, n. 2, p. 162-166, 2003.

ALTIMARI, L. et al. Efeito ergogênico da cafeína na performance em exercícios de média e longa duração. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. Vol. 5. Num. 1. 2005. p. 87-101.

BENITES J. et al. **Uso de alimentos termogênicos no tratamento da obesidade.** Rio de Janeiro, junho de 2010.

GUERRA, R. O.; GUTIÉRREZ, G. C. B. E. C. V. Artigo de Revisão. **Caféina e esporte**, Granada- Espanha, v. 6, n. 2, p.8-355, abr./2000.

KOROLKOVAS, A.; BURCKHALTER, J. H. Química farmacêutica. In: **Química farmacêutica**. 1988. p. 266-275.

LETIERI, R. **Termogênicos naturais: o que são e para que servem os alimentos que ajudam na queima de calorias.** Rio de Janeiro, nov 26, 2019.

MURARO, C. R.; SALDANHA, R. P. Uma revisão de literatura sobre o uso de termogênicos e seus efeitos no organismo. *Revista Perspectiva: Ciência e Saúde*, v. 1, n. 1, 2016.

PEÇANHA, A. M. M.; FRIGERI, R.; SILVA FILHO, J. N. Suplementos termogênicos: evidências sobre a sua eficácia na redução da gordura corporal. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, v. 11, n. 65, p. 544-553, 2017.

ROSA, G.; CONTI, T.; SOHN, V. **Uso de alimentos termogênicos no tratamento da obesidade.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

ACOMPANHAMENTO FARMACÊUTICO CLÍNICO NA DOENÇA CELÍACA E PATOLOGIAS ASSOCIADAS¹

Ana Paula Soares²
Danayla Luiza Freitas³
Ingrid Rebelin⁴
Marina Carneiro Canalle⁵
Mirian Caetano Da Silva⁶
Mariane Rafaela Seidel⁷

RESUMO

O presente estudo buscou definir um plano de cuidado de paciente, 63 anos, com doença celíaca (DC) associada a osteoporose, hipotireoidismo, anemia e hiperparatireoidismo. Foram revisados fisiopatologia autoimune da DC, auto-anticorpos marcadores de diagnóstico, sinais e sintomas mais comuns. O apanhado de dados se deu por meio de estudo de diversos artigos voltados a essa temática. Sendo assim, observou-se que a DC gera má absorção de cálcio e vitamina D, estreitamente ligada à osteoporose. Assim, há elevada remodelação óssea e hiperparatireoidismo. O diagnóstico da doença pode ser feito quando surgem sintomas de emagrecimento, anemia ferropriva, e diarreia, paralelamente à piora dos níveis densitométricos. Quanto ao hipotireoidismo, este provavelmente ocorre por distúrbios da tireóide, tendo em vista que na DC há diminuição do desempenho dessa glândula. Com base nesta avaliação bibliográfica, foram definidas estratégias a fim de estabelecer um plano de cuidado no âmbito alimentar (consumo de alimentos isentos de glúten, como farinha de aveia, arroz e banana) e sobre o uso de medicamentos.

Palavras-chaves: Doença Celíaca. Osteoporose. Hiperparatireoidismo

1 INTRODUÇÃO

A Doença Celíaca (DC) é caracterizada por inflamação do intestino delgado, devido a intolerância ao glúten, ao ingerir alimentos que contenham cevada, trigo e malte. Tem como sintomatologia diarreia crônica, flatulência, distensão abdominal, anemia e osteoporose de início precoce (SILVA, 2010).

O diagnóstico clínico é baseado nos sintomas e avaliação clínica abdominal (distensão no abdômen e palpação), enquanto que o laboratorial é a pesquisa de auto-

² Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe– UNIARP. Caçador-SC, Brasil. Inscrita no CPF 083.981.989-74- anapaulasoares458@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe– UNIARP. Caçador-SC, Brasil. Inscrita no CPF 092.793.899-55 - danayla.freitas@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe– UNIARP. Caçador-SC, Brasil. Inscrita no CPF 078.829.889-52- ingridrebelin@hotmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe– UNIARP. Caçador-SC, Brasil. Inscrita no CPF 107.955.479-35 marinacc65@gmail.com

⁶ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe– UNIARP. Caçador-SC, Brasil. Inscrita no CPF 097.586.679.63 - miriancaetanodasilva@outlook.com

⁷ Professora do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador – SC, Brasil. Inscrita no CPF 027.412.639-73 – marianeseidel@uniarp.edu.br

anticorpos antiendomísio, anti-transglutaminase tecidual e antigliadina (SILVA, 2010).

O tratamento da DC é basicamente alimentar, com a retirada do glúten da dieta, trocando alimentos que possuem glúten, por farinhas como de arroz, batata e milho. Com essa mudança, há notável melhora clínica do paciente (SILVA, 2006).

O diagnóstico precoce com mudança dos hábitos alimentares, previne doenças relacionadas à essa síndrome de má absorção: anemia, osteoporose, hipotireoidismo e hiperparatireoidismo. A má absorção de nutrientes pelo intestino, consequência da DC, pode causar anemia por baixa absorção de ferro, ácido fólico e ou vitamina B12. A má absorção de cálcio e vitamina D (e o hiperparatireoidismo secundário) podem causar osteopenia e osteoporose (NEKEL, 2013).

A osteoporose, quando secundária a desordens inflamatórias crônicas do trato gastrointestinal, com ênfase na DC, tem sido cada vez mais identificada. Há redução da massa óssea e alterações no metabolismo do cálcio, resultando em osteomalácia, osteoporose e raquitismo (MACHADO et al, 2010).

Para a prevenção de fraturas em paciente com osteoporose, é indicado o medicamento alendronato, que facilita a fixação do bifosfonato ao cálcio presente no tecido ósseo (FERNANDES; LEITE; LANÇAS, 2005). A *Equisetum arvense* (cavalinha) possui compostos fitoquímicos e minerais que contribuem para a melhora dessa condição, pois colaboram com a absorção, mineralização e revitalização óssea e epidérmica (BADOLE, KOTWAL, 2014).

Em paciente com DC, as doenças da tireóide são as mais frequentes doenças auto-imunes. O déficit na secreção dos hormônios tireoidianos na DC parece estar relacionado por déficit na função glandular. A levotiroxina é o tratamento de escolha para o hipotireoidismo (GERONIMO 2018). Também é muito utilizado o fitoterápico fucus, conhecido como *Fucus vesiculosus* ou bodelha, que é uma alga marinha rica em iodo, que regula os hormônios da tireoide (YARNELL, ABASCAL, 2006).

A principal complicação da DC é o hiperparatireoidismo secundário à esta, que predispõe ao risco aumentado de calcificação cardiovascular e mortalidade. Caracteriza-se por hiperplasia das glândulas paratireóides, paratormônio (PTH) elevado, e doença óssea de alto remanejamento (ROSÁRIO, 2019). O tratamento inicial é baseado na diminuição dos fatores que estimulam a hiperprodução do PTH, com o objetivo de manter o cálcio e fósforo séricos normais. O uso de calcitriol para suprir a deficiência da produção da 1,25-hidroxilase, diminui a hipocalcemia. O uso de carbonato de cálcio nas refeições também aumenta o cálcio sérico e diminui a absorção intestinal do fosfato (LACATIVA et al, 2003).

2 OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo, definir plano de cuidado para paciente com DC e patologias relacionadas, a fim de promover uma melhora em sua qualidade de vida.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um estudo de caso de uma paciente do sexo feminino, 63 anos, com hipotireoidismo em uso de levotiroxina, e osteoporose em uso de cálcio e vitamina D, com posterior introdução de alendronato.

A paciente do caso realizou consulta com Farmacêutico Clínico por ter tido emagrecimento, anemia e piora nos níveis densitométricos. Também relatou diarreia intermitente há 2 anos, levando à suspeita e, sendo confirmada a DC pela análise dos

resultados de seus exames laboratoriais, sendo que estes últimos também sugeriram hiperparatireoidismo secundário à síndrome mal-absortiva.

Foi realizada orientação da retirada de todos os alimentos que contém glúten e retorno em 15 dias para reavaliação. Nesse período foi elaborado um plano de cuidado farmacêutico, para ser apresentado à paciente na reavaliação.

Para a elaboração do plano de cuidado, foram utilizados artigos pesquisados nos sites SciELO e Google Scholar. Para a avaliação das interações medicamentosas foi utilizado o aplicativo *Medscape*®.

5 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A paciente em questão procurou o Farmacêutico Clínico quando já estava em tratamento de hipotireoidismo em uso de levotiroxina há 5 anos, e osteoporose em uso de cálcio e vitamina D há 2 anos. Relatou posterior uso de alendronato 70 mg/semana e ganho significativo de massa óssea no primeiro ano (6,1% em coluna e 6,1% em fêmur).

Em consulta, relatou emagrecimento, anemia e piora nos níveis densitométricos (perda de 12,6% em coluna lombar e 20,9% em colo de fêmur). Na anamnese foi realizado exame de palpação abdominal, sugerindo processo inflamatório intestinal. A paciente também citou quadro de diarreia intermitente há 2 anos, levando à suspeita de DC, confirmada nos exames laboratoriais pesquisa de anticorpos anti-gliadina (AGA) IgG e IgA aumentados, e pesquisa de anticorpos anti-endomísio (EmA) IgG e IgA reagentes. A paciente também apresentou ao Farmacêutico Clínico, resultados de dosagem de cálcio e fósforo normais e paratormônio (PTH) aumentado, sugerindo hiperparatireoidismo secundário à síndrome mal-absortiva.

Os marcadores sorológicos (AGA, anti-transglutaminase – anti-tTG, e EmA) têm sido usados no rastreamento diagnóstico da DC. A pesquisa de anticorpos AGA IgA foi durante muitos anos, o teste de rastreamento de escolha, mas atualmente os AC anti-tTG e EmA tem mostrado melhor sensibilidade e especificidade. O diagnóstico confirmatório é o achado de atrofia vilosa em biópsia endoscópica de intestino delgado e resolução do quadro após adoção de dieta isenta de glúten (LANCET et al, 2013).

A orientação foi retirar todos os alimentos que conten glúten e retornar em 15 dias para reavaliação. Nesse período foi elaborado um plano de cuidado farmacêutico, para ser apresentado à paciente na reavaliação. O plano de cuidado incluiu nova anamnese e novo exame abdominal (verificação do estado inflamatório).

Para uma melhor avaliação e acompanhamento da anemia, foi definido no plano de cuidado, a realização dos exames hemograma, ferritina, vitamina B12 e ácido fólico, para avaliar se há anemia nutricional, e qual o nutriente envolvido, e caso confirmada, encaminhar a paciente para médico clínico geral ou especialista na área.

Foram elaboradas informações para a paciente acerca de farinhas isentas de glúten e outras recomendações relacionadas à alimentação (tabela 1).

Tabela 1. Plano de Cuidado Alimentar

Alimentos sem glúten (pode consumir)	Farinhas sem glúten (pode consumir)
Frutas, vegetais, arroz e seus derivados, milho e seus derivados, carnes, peixes, chocolate, sorvete, gelatina, óleos e azeite	Integral, de arroz integral, de coco, de sorgo, de trigo sarraceno, de chia, de linhaça, de milho, de amêndoa, de castanha-do-Pará, de amaranto, de grão-de-bico, de banana verde

* podem atuar como farinha no processo de pães e bolos: polvilho doce e azedo, amido de milho, fécula de batata e fécula de araruta.

Fonte: Pimentel; Silva; Madureira (2019, p. 33028)

O cálcio e vitamina D utilizado pela paciente, provavelmente são mal absorvidos devido à DC (PEREIRA, CORRÊA, HALPERN, 2006). Devem ser ingeridos após uma refeição mais rica em gorduras, sendo assim melhor absorvidos.

Sobre o uso do alendronato, a paciente deve permanecer ereta (sentada, em pé ou caminhando) durante pelo menos 30 minutos. Nesse período, não se alimentar, beber ou tomar qualquer outra medicação, incluindo antiácidos, suplementos de cálcio e vitaminas. O alendronato de sódio só é eficaz se ingerido quando o estômago estiver vazio. Também recomendar que a paciente não se deite até que tenha feito a primeira refeição do dia. Essas ações facilitarão a chegada do alendronato ao estômago e reduzirão o potencial de irritação do esôfago (CORDEIRO et al, 2019).

A levotiroxina pode ter tido má absorção, sendo recomendável encaminhá-la ao endocrinologista, para avaliação, e caso necessário, reajuste de doses. A mesma deve ser ingerida em jejum, somente ela, sendo melhor absorvida em pH ácido. Após 2 horas, tomar os demais medicamentos (HARPER, SEIFERT, 2008).

Também foi orientado o uso de fitoterápicos para auxiliar no tratamento: cavalinha para tratamento de anemia e osteoporose, 400 a 1000 mg ao dia, divididos em três doses (BATISTUZZO; ITAYA; ETO, 2006).

Por fim, foram verificadas possíveis interações medicamentosas (IM), incluindo os fitoterápicos. Com base nas informações relacionadas à posologia e IM, foi organizada a tabela 2 com orientações sobre o uso adequado dos medicamentos.

Tabela 2 - Orientação sobre medicamentos

Medicamentos	Horário
Alendronato de sódio	Capsulas de 10mg, todos os dias pela manhã em jejum ou Cápsulas de 70 mg, uma vez por semana em jejum
Levotiroxina de sódio	De manhã em jejum
Carbonato de cálcio+vit.D	Tomar 1 comprimido ao dia após o almoço
Cavalinha	2 cápsulas ao dia, não ultrapassando 1000mg ao dia

Fonte: Batistuzzo; Itaya; Eto (2006); Cordeiro et al (2019); Harper, Seifert (2008); Pereira, Corrêa, Halpern (2006)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu verificar a importância do diagnóstico precoce e do cuidado farmacêutico na DC, pois pacientes que apresentam essa condição, podem ter complicações graves, como por exemplo, o hiperparatireoidismo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADOLE, Smita; KOTWAL, Swati. Ethnopharmacological and Phytochemical review with reference to osteoporosis. **International Journal of Pharmaceutical Science and Health Care**, Paris, v. 1, n. 4, fev. 2014.

BATTISTUZZO, José Antônio de Oliveira; ITAYA, Masayuki; ETO, Yukiko. **Formulário Médico-Farmacêutico**. 3 d. São Paulo: Pharmabooks, 2006. p. 670.

CORDEIRO, Michael Pereira et al. O uso de alendronato de sódio na osteoporose. **Conscientiae Saúde**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 309 – 315, 2009.

FERNANDES, Christian; LEITE, Rodrigo Souza; LANÇAS, Fernando Mauro. Bisfosfonatos: Síntese, Análises Químicas e Aplicações Farmacológicas. **Química Nova**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 274-280, 2005.

GERÔNIMO, Aline de Assis; SCHMIDT, Rafael Binow; SALVI, Jeferson de Oliveira. Aspectos farmacológicos da levotiroxina sódica: uma breve revisão. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, Cianorte, v. 23, n. 2, p. 128-134, jun/ago., 2018.

HARPER, Mary Hellen; SEIFERT, Erin. L. Thyroid Hormone Effects on Mitochondrial Energetics, **Thyroid**, New York, v. 18, n. 2, p. 145-156, fev. 2008.

LACATIVA, Paulo Gustavo S. et al. Indicações de Paratireoidectomia no Hiperparatireoidismo Secundário à Insuficiência Renal Crônica. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, São Paulo, v. 47, n. 6, p. 644-653, dez. 2003.

MACHADO, Ana Paula de Souza Lobo et al. Doença Celíaca e Osteoporose: Revisão Atualizada Da Literatura. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, n. 9, v.1, p. 65-72, 2010.

NEKEL, Jocieli Carine. **Anemia carencial em idosos por deficiência de ferro, ácido fólico e vitamina B12**. Monografia (Pós-Graduação em Hematologia Laboratorial) – Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2013.

PEREIRA, Camila C.; CORRÊA, Pedro Henrique S.; HALPERN, Alfredo. Relato de Caso: Doença Celíaca Recém-Diagnosticada Como Fator Agravante de Osteoporose em Mulher Idosa. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, São Paulo, v. 50, n. 6, p. 644-653, p. 1127-1132, dez. 2006.

PIMENTEL, Elias da Silva; SILVA, Guilherme Ferreira da; MADUREIRA, Moisés Teles. Formulação, desenvolvimento e viabilidade na produção de pão sem glúten utilizando farinha de arroz e polvilho doce. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n.12, p. 33025-33036, dez. 2019.

ROSÁRIO, Pedro Wesley. Doença celíaca como diagnóstico diferencial do hipertireoidismo normocalcêmico. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, Rio de Janeiro, v. 56, p. 1-3, 2020.

SILVA, Paulo César da et al. Doença Celíaca: Revisão. **Revista de Clínica e Pesquisa Odontológica**, Curitiba, n. 5, v. 2, p. 401-406, 2006.

SILVA, Tatiana Sudbrack da Gama e; FURLANETTO, Tania Weber. Diagnóstico da Doença Celíaca em Adultos. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 122-126, 2010.

YARNELL, Eric; ABASCAL, Kathy. Botanical Medicine for Thyroid Regulation. **Alternative and Complementary Therapies**, New York, v. 12, n. 3, p. 107-112, 2006.

A PRÁTICA DO JEJUM INTERMITENTE E O USO DO FARELO DE AVEIA EM PACIENTES OBESOS E/OU COM DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Chayana Jungles de Lima Ribeiro
Ivan do Prado Ribeiro
Lucas Ramon Groch
Jessica Camile Favarin

Resumo:

Introdução: Muito se discute sobre as formas de emagrecimento, principalmente para pacientes obesos e/ou com doenças crônicas. Diante desse cenário, o jejum intermitente associado ao farelo de aveia aparecem como promissores auxiliares na redução de peso e na diminuição do aparecimento das doenças crônicas. Objetivo: realizar um levantamento bibliográfico sobre a prática do jejum intermitente e a utilização de farelo de aveia em pacientes com obesidade e/ou doenças crônicas não transmissíveis. Metodologia: Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, em bases de dados científicos como PubMed e Google Scholar, resultando em artigos nacionais e internacionais. Resultados e discussão: O jejum intermitente é uma estratégia de diminuição da ingestão alimentar não somente para tratar sobrepeso e obesidade, mas também para melhorar a saúde, visando uma maior longevidade e qualidade de vida. Outro aliado da dieta é a fibra de aveia que é considerada um alimento funcional, contendo nutrientes e compostos antioxidantes, fenólicos e b-glucana, que auxiliam na perda de peso e na redução de doenças cardiovasculares e diabetes. Conclusão: o jejum intermitente associado a farelo de aveia pode trazer bons resultados aos pacientes, desde que sejam seguidos os protocolos presentes na literatura e possua acompanhamento de um profissional da área da saúde.

Palavras-chave: Jejum intermitente. Obesidade. Doenças Crônicas. Aveia

1. INTRODUÇÃO

A obesidade em sua forma geral é definida como o consumo excessivo de calorias que pode contribuir para o aparecimento de outras doenças crônicas. A região do hipotálamo, no encéfalo, é quem faz o controle e o monitoramento do peso corporal e promove ajustes no metabolismo e no apetite das pessoas (AZEVEDO et al., 2013).

Muito se discute sobre as formas de emagrecimento, tanto para a estética quanto para a saúde e qualidade de vida das pessoas. Entre as opções, podemos citar a prática de exercícios físicos, tratamento medicamentoso, procedimentos estéticos e cirúrgicos, dietas, entre outros. Existem muitas formas de se fazer dietas, dentre elas temos a prática do jejum intermitente, que consiste em uma estratégia alimentar onde há a diminuição da ingestão de alimentos, não somente para o tratamento do sobrepeso e da obesidade, mas também para melhoria da saúde visando uma maior qualidade de vida (HORDONHO et al., 2019).

Dentre os alimentos disponíveis para a realização das dietas, o farelo de aveia por exemplo, tem demonstrado melhora no quadro de controle de obesidade e de algumas doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, dislipidemias, doenças cardiovasculares e também nas funções imunológicas (REIS, et al., 2003).

O objetivo desse trabalho foi realizar um levantamento bibliográfico sobre a prática do jejum intermitente e a utilização de farelo de aveia em pacientes com obesidade e/ou doenças crônicas não transmissíveis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o aumento do sedentarismo e da obesidade, é comum o aparecimento das doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes mellitus, síndrome metabólica e doenças cardiovasculares, as quais estão relacionadas diretamente com fatores como a má alimentação e a falta da prática de exercícios físicos (NASCIMENTO, et al., 2018).

Relacionado a alimentação, temos inserido na sociedade diversos métodos de dietas. Uma delas, consiste no jejum intermitente que é uma estratégia de diminuição da ingestão alimentar essencial para os objetivos terapêuticos nutricionais. No jejum intermitente o organismo utiliza os estoques de gordura, e com isso, há a redução de massa gorda e os períodos em que se pode ingerir alimentos são denominados de janelas de alimentação. Uma hipótese aceita sobre esse tipo de dieta é de que manter-se em jejum intermitente por períodos mínimo de 6 horas pode trazer benefícios à saúde e reduzir o risco de doenças crônicas não transmissíveis (SANTOS, et al., 2017).

O jejum intermitente pode ser classificado em três categorias diferentes: a primeira que consiste no jejum de dia alternativo, que intercala as refeições, sendo a primeira com zero calorias, somente ingestão de água e nos outros dias a ingestão de alimentos e bebidas de baixa caloria (SAMILTO et al., 2019). A segunda que consiste no jejum de dia inteiro onde restringe-se de dois a três dias da semana a ingestão de qualquer tipo de alimento calórico, podendo somente ingerir água. E a terceira categoria, constitui-se na alimentação com restrição de tempo, a qual tem como objetivo aumentar o intervalo entre as refeições e reduzir a ingestão calórica durante o dia. A primeira e a terceira categoria demonstraram em alguns estudos, eficácia na redução de peso, da composição corporal e dos lipídeos em humanos (MOLIN et al., 2011).

Com a diversidade de alimentos disponíveis para consumo em dietas, alguns se destacam por auxiliarem no controle do peso e também por diminuírem a incidência e ajudar no controle de algumas doenças crônicas não transmissíveis. De acordo com Huang e colaboradores (2011), a B-glucana, fibra solúvel presente na farinha de aveia tem recebido uma grande atenção, principalmente devido a seus efeitos benéficos na saúde, incluindo a redução do colesterol total de LDL e no aumento de HDL, na manutenção da glicemia pós-prandial e na maior saciedade após as refeições.

O consumo de aveia pode diminuir a absorção de glicose, o que se torna benéfico para diabéticos podendo também estimular funções imunológicas. O uso da farinha e do farelo de aveia tem crescido e auxiliado no controle de doenças, principalmente pela presença de um elevado teor de polissacarídeos, proteínas, minerais e lipídios que são benéficos a saúde (DE MORI, 2012).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura sobre o jejum intermitente e o uso do farelo de aveia em pacientes obesos e/ou com doenças crônicas, a partir da discussão de um estudo de caso de uma paciente obesa que se

submeteu ao jejum intermitente. A pesquisa de bibliografia deu-se entre os meses de agosto e novembro de 2020, com publicações científicas indexadas em bases de dados científicos como PubMed e Google Scholar, sendo considerados artigos e demais literaturas publicadas em língua portuguesa e inglesa.

Incluíram-se neste estudo literaturas que faziam menção ao uso do jejum intermitente e do farelo de aveia em dietas de pacientes obesos e/ou com doenças crônicas não transmissíveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um estudo realizado por Reis et al., (2019) com ratos Wistar em jejum intermitente por 42 dias, demonstrou eficácia no grupo teste em manter o peso corporal, diferente do grupo controle no qual houve aumento significativo de peso. Eles avaliaram também os parâmetros bioquímicos no qual obtiveram como resultado redução dos triglicerídeos em ambos os sexos comparado com o grupo controle. Já com relação ao colesterol, houve uma redução significativa nos machos e aumento nas fêmeas, o que pode ser explicado pela correlação entre os níveis de estrogênio e o dimorfismo lipídico. Outro parâmetro que também se relaciona com o dimorfismo lipídico nas fêmeas é o HDL, o qual demonstrou aumento significativo, enquanto que nos machos não houve diferença de valor.

Já em uma pesquisa realizada pela Abran (Associação Brasileira de Nutrologia) com indivíduos de 18 a 55 anos de idade e IMC igual ou superior a 30kg/m², o jejum intermitente se mostrou eficaz, baixando em até 10% o peso dos indivíduos analisados em um período de 8 semanas (MIRANDA, et al., 2018).

Em um outro trabalho que contou com 8 mulheres de idades variando entre 21 a 47 anos, praticantes de atividade física e jejum intermitente por 8 semanas, houve redução no peso (em média 1,46kg), na medida de cintura (em média 2,06cm) e na gordura corporal (em média 1,63%). É importante ressaltar que o grupo iniciou com 20 participantes, tendo um alto índice de desistência por vários motivos, entre eles a dificuldade em manter a dieta, fatores emocionais e compromissos externos (VARGAS, PESSOA, ROSA, 2018).

Alguns alimentos podem ser utilizados durante o período de dieta, entre eles temos os alimentos ricos em fibra como por exemplo a farelo de aveia. A fibra solúvel da aveia é considerada um alimento funcional, sua composição nutricional é variada e repleta de nutrientes, sendo eles os compostos antioxidantes, fenólicos, β-glucana, além de uma boa quantidade de aminoácidos e carboidratos (MALANCHEN, et al., 2010).

Dentre suas funções, podemos citar o melhoramento da atividade vital e o bom desempenho do trato gastrointestinal. Seu uso diário é importante para a redução do tempo de trânsito intestinal, além de prevenir a constipação e também na redução de risco do câncer de cólon retal. É benéfico como um probiótico no crescimento da microflora intestinal, por conter polissacarídeo em sua composição e polímeros fenóis que são resistentes a ação das enzimas digestivas no trato gastrointestinal (DE MORI, et al., 2012).

Os efeitos benéficos para a saúde humana relatados na literatura incluem ainda, a redução dos níveis de lipídeos séricos, hipertensão arterial e distúrbios intestinais, além de estarem relacionadas ao menor risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares e diabetes mellitus tipo 2 (MARTINS, LIMA, 2018).

Um estudo realizado por Chang e colaboradores (2013) em indivíduos com IMC ≥ 27 e idade entre 18 e 65 anos, divididos em dois grupos sendo um grupo controle e

outro tratado com aveia ou cereal de aveia contendo β-glucana por aproximadamente 12 semanas, demonstraram que a aveia devido a presença da β-glucana, auxiliou na redução de peso e gordura corporal e na melhora da relação entre circunferência de cintura e quadril, em indivíduos adultos com massa corporal maior que 27, sendo que os mesmos também apresentaram melhora da função hepática, além de aumentar os níveis de HDL e diminuir os níveis de LDL.

Em uma outra pesquisa feita com 45 pacientes internados em um hospital psiquiátrico, que apresentavam uma média de idade de 55,5± 13,2 anos, com risco alto para eventos cardiovasculares (em pelo menos 75% dos pacientes avaliados) e com algum grau de sobrepeso ou obesidade (pelo menos 30% dos avaliados), receberam a adição de 20g de farelo de aveia no café da manhã, e obtiveram como resultado, diminuição do colesterol total durante os primeiros 90 dias de suplementação, o qual se manteve até o final do estudo. O resultado da avaliação dos triglicerídeos também foi positiva, assim como o de HDL. Não foi constatado diferenças nos níveis de glicose durante o período de suplementação (OLIVEIRA, et al., 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos com esse levantamento bibliográfico, que o jejum intermitente pode ser benéfico para a saúde, trazendo bons resultados para a perda de peso, além de ser um bom aliado para a redução do risco de aparecimento de doenças crônicas, se realizado corretamente de acordo com os protocolos existentes na literatura e com o auxílio de um profissional da área. Assim como o farelo ou a farinha de aveia, que se configura como importante alimento funcional, além de apresentar um valor nutritivo natural, pode também ter um papel importante na redução do risco de aparecimento de obesidade e algumas doenças como o diabetes mellitus e doenças cardiovasculares.

7 RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO

Mais estudos são necessários para responder a alguns questionamentos levantados como, qual o melhor tempo de dieta a ser seguido, qual o protocolo mais eficaz do jejum intermitente, qual a melhor dosagem do farelo de aveia a ser consumido, o que sugere um devido aprofundamento do assunto.

REFERÊNCIAS

DE AZEVEDO, Fernanda Reis; IKEOKA, Dimas; CARAMELLI, Bruno. Effects of intermittent fasting on metabolism in men. **Revista da Associação Médica Brasileira (English Edition)**, v. 59, n. 2, p. 167-173, 2013.

Cavalcante M.S. JEJUM INTERMITENTE: BENEFÍCIOS À SAÚDE HUMANA. Universidade Federal do Piauí-UFPI/Campus Universitário Senador Helvécio Nunes de Barros. Rua Cícero Duarte, 905, Bairro Junco. Mar – Mai 2018.

TIPOS DE ENSAIO DE IDENTIFICAÇÃO DO VÍRUS COVID-19¹

Bruna Leticia Marcondes²
Luana de Melo Figuerêdo³
Mariane Rafaela Seidel⁴
SueleUrupuckna⁵

CHANG, Hong-Chou et al. Oat prevents obesity and abdominal fat distribution, and improves liver function in humans. **Plant foods for human nutrition**, v. 68, n. 1, p. 18-23, 2013.

DE MORI, Cláudia; FONTANELI, Renato Serena; DOS SANTOS, Henrique Pereira. Aspectos econômicos e conjunturais da cultura da aveia. **Embrapa Trigo Documentos (INFOTECA-E)**, 2012.

HUANG, Xu.Feng et al. Diet high in oat β -glucan activates the gut-hypothalamic (PYY3–36.NPY) axis and increases satiety in diet-induced obesity in mice. **Molecular nutrition & food research**, v. 55, n. 7, p. 1118-1121, 2011.

LIMA, Carla Láine Silva et al. Jejum intermitente no emagrecimento: uma revisão sistemática. **RBNE-Revista Brasileira De Nutrição Esportiva**, v. 13, n. 79, p. 426436, 2019.

MALANCHEN, Bruno Eduardo et al. COMPOSIÇÃO E PROPRIEDADES FISIOLÓGICAS E FUNCIONAIS DA AVEIA. **FAG JOURNAL OF HEALTH (FJH)**, v. 1, n. 2, p. 185-200, 2019.

MARTINS, Lorena Gomes; LIMA, Camila Melo Araujo de Moura. Consumo de fibras alimentares e seus benefícios no tratamento de doenças crônicas não transmissíveis. 2018.

DO NASCIMENTO, MELLISSA TUANNY SILVA; DE, NA COMPOSIÇÃO CORPORAL EM PRATICANTES. CENTRO DE CAPACITAÇÃO EDUCACIONAL.

MOLIN, Viviane Terezinha Sebalhos Dal et al. Avaliação Química e Sensorial do Grão da Aveia em diferentes formas de Processamento. 2011.

OLIVEIRA, Elen Cristiane Doná et al. Oat bran in cardiovascular risk control in mental disorder. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020

REIS, Nelzir Trindade. Nutrição clínica sistema digestório. In: **Nutrição clínica sistema digestório**. 2003. p. 294-294.

REIS, Renandro et al. Efeitos do jejum intermitente no peso corporal e perfil lipídico em *Rattus norvegicus*. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 7, n. 4 (Out-Dez), p. 399-404, 2019.

LIMA, Carla Láine Silva et al. Jejum intermitente no emagrecimento: uma revisão sistemática. **RBNE-Revista Brasileira De Nutrição Esportiva**, v. 13, n. 79, p. 426436, 2019.

VARGAS, Ana Júlia; DE SOUZA PESSOA, Letícia; DA ROSA, Roseane Leandra. Jejum intermitente e dieta low carb na composição corporal e no comportamento alimentar de mulheres praticantes de atividade física. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 12, n. 72, p. 483-490, 2018.

RESUMO

O SARS-CoV-2 (Vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2) faz parte da família dos coronavírus, recentemente identificado como agente responsável pela Covid-19 (*Corona Virus Disease* ou Doença do Coronavírus de 2019). Tal infecção possui espectro clínico que varia entre casos assintomáticos ou oligossintomáticos (a maioria) a graves. Mesmo que a menor parte dos indivíduos necessite de atendimento hospitalar por dificuldade respiratória ou suporte de ventilação, a COVID-19 já matou milhares de pessoas em todo o mundo. Por se tratar de um vírus novo, foi necessário desenvolver novos testes diagnósticos e de identificação. Desde o início da pandemia, surgiram diferentes testes, como os “rápidos”, sorológicos, pesquisa do antígeno, e pesquisa do vírus pelo método reação da polimerase em cadeia (PCR). Dependendo do método, tais testes avaliam a presença ou ausência do vírus, ausência ou presença e/ou quantidade de anticorpos (AC) das classes IgM e/ou IgA (infecção ativa) e/ou IgG (infecção passada). O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre os principais métodos diagnósticos usados nos testes disponíveis para a identificação de contato e/ou infecção pelo vírus SARS-COV-2 até o presente momento, e comparar sua finalidade, sensibilidade, especificidade e limitações do método.

Palavras-chaves: Covid-19. Anticorpos. SARS-COV-2

1 INTRODUÇÃO

A Covid-19 (*Corona Virus Disease* ou Doença do Coronavírus de 2019), infecção causada pelo vírus SARS-CoV, acabou desencadeando uma pandemia a nível mundial, com expressivo aumento do número de casos no decorrer dos dias. Após o aparecimento de sinais e sintomas leves ou graves, ou contato com pessoas infectadas, testes diagnósticos devem ser realizados para análise e confirmação da doença. De uma forma geral, podem ser realizados testes rápidos, testes sorológicos, pesquisa do antígeno (Ag), ou pesquisa pelo método reação da polimerase em cadeia (PCR) (BRANDÃO, et al 2020).

A produção de anticorpos (AC) na infecção aguda é equivalente na maioria das pessoas, exceto nas que possuem imunodeficiências. O SARS-CoV-2 induz o sistema a produzir tais AC (PAVÃO, et al 2020). Os resultados dos testes, podem ser positivos

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do Curso de Farmácia

² Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil. Inscrita no CPF 101.276.709-47- marcondesbruna2017@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil. Inscrita no CPF 077.588.539-86- meloluaana@gmail.com

⁴ Professora do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador – SC, Brasil. Inscrita no CPF 027.412.639-73 – marianeseidel@uniarp.edu.br

⁵ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe– UNIARP. Caçador-SC, Brasil. Inscrita no CPF 076.383.949-33 - suele_14@hotmail.com

ou negativos. Em alguns casos, o resultado do teste pode ser falso-negativo (exemplo: amostras coletadas no período incorreto em relação ao início dos sintomas). Já os resultados falso-positivos podem ocorrer devido a falhas técnicas ou reações cruzadas (MORAES et al, 2020).

Pelas proporções atingidas por esta infecção a nível de pandemia, cuidados com higiene e outras medidas profiláticas, são essenciais para a evitar a propagação do vírus. Além disso, a disponibilidade de testes confiáveis para o diagnóstico, auxilia para uma melhor identificação dos casos e controle endêmico (ISER et al, 2020).

2 OBJETIVOS

Apresentar os principais métodos diagnósticos usados para a detecção de contato e/ou infecção pelo vírus SARS-COV-2, e comparar sua finalidade, sensibilidade, especificidade e limitações do método.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os principais métodos de testes diagnósticos existentes até o momento, para a identificação de contato e/ou infecção pelo vírus da COVID-19, a fim de comparar sua finalidade, sensibilidade, especificidade, limites de detecção.

Os testes pesquisados foram pesquisa de AC IgG e IgM em soro/ sangue pelo método imunocromatográfico (teste rápido), pesquisa de IgG e IgM em soro pelos métodos ELISA (*Enzyme-Linked Immunosorbent*) e quimioluminescência, pesquisa de Ag por imunocromatografia (nasofaringe), e pesquisa por reação da polimerase em cadeia ou RCT-PCR (nasofaringe ou orofaringe).

A pesquisa foi realizada com base em livros e artigos científicos.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A COVID-19 pode se caracterizar com casos assintomáticos e sintomáticos. Nesses últimos, a grande maioria das pessoas infectadas, apresenta um ou mais sintomas na forma mais leve: mal-estar, febre, fadiga, tosse, dor de garganta, corpo ou cabeça, e congestão nasal. Sintomas como náuseas, vômito, outros gastrointestinais, alteração de olfato ou paladar, também têm sido relatados entre casos leves. Nos casos mais graves, o sintoma mais recorrente tem sido a dispnéia com evolução ao óbito (ISER et al, 2020).

Em avaliação realizada pelo Ministério da Saúde (2020), dos testes registrados e avaliados no Brasil, a maioria é pelo método de imunocromatografia no sangue/soro, sendo também realizados testes sorológicos para detecção e avaliação dos AC IgG, IgA e IgM (métodos ELISA, quimioluminescência ou imunofluorescência), pesquisa de Ag por imunocromatografia, e pesquisa da presença do vírus pelo RT-PCR.

O melhor momento para detectar os AC produzidos pelo sistema imunológico IgM e IgA, presentes na fase aguda da doença, ou seja, contato recente com o vírus, são após 7 ou 8 dias de sintomas. Somente depois de 11 dias é que surgem os anticorpos IgG (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Os testes rápidos realizados pelo método de imunocromatografia tem um sistema com uma membrana na qual são imobilizados anticorpos anti-IgG e anti-IgM em fita teste. A presença de uma linha na área teste indica que o resultado é reagente,

e a ausência, que é não reagente. Por esse método, a especificidade da detecção de IgM varia entre 94% a 98%, e para IgG entre 97% e 98%. Já a sensibilidade para os anticorpos IgM varia entre 85% a 90% e para os anticorpos IgG entre 95% a 100%, conforme avaliação do Ministério da Saúde (2020). As limitações estão relacionadas em identificar corretamente o tempo de início da doença (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2020).

Já, os testes sorológicos podem ser realizados por diferentes metodologias automatizadas, incluindo ELISA e a quimioluminescência, avaliados no presente estudo, com análise qualitativa e quantitativa dos anticorpos IgG, IgA e IgM. São realizadas em laboratório, sendo normalmente mais sensíveis e específicas, sem limitações técnicas humanas (VIEIRA; EMERY; ANDRIOLO, 2020).

Com base no estudo de acurácia dos testes, realizado pelo Ministério da Saúde (2020), foi realizada uma avaliação da tabela dos testes que usam o método quimioluminescência e ELISA. Foi evidenciada sensibilidade média de 86% e especificidade média de 96,79% para a pesquisa de IgG pelo método ELISA. Para a pesquisa de AC IgM pelo mesmo método foi observada uma sensibilidade de 100% e especificidade de 99,87%. Usando o método quimioluminescência, a detecção de AC IgG tem uma sensibilidade de 91,21% e uma especificidade de 97,33%, enquanto para IgM, há uma sensibilidade de 78,65% e especificidade de 97,05%.

Com relação ao imunoenensaio para pesquisa rápida de antígeno, suas vantagens são que o mesmo é facilmente executado e interpretado sem o uso de equipamentos, é mais barato, e mais rápido de executar. Em estudo realizado por Albert, 2020, este teste tem especificidade de 100% e sensibilidade de 79,6%, usando como referência o método RCT-PCR (ALBERT, 2020).

Através da coleta de aspirado de nasofaringe e/ou orofaringe e/ou secreção respiratória inferior, é possível confirmar a doença por tempo real e sequenciamento parcial ou total do genoma viral usando o RCT - PCR (LIMA, 2020). Este teste é considerado o confirmatório pela infecção pelo SARS-CoV-2. A sua sensibilidade é mais elevada nos primeiros dias de sintomas e diminui no decorrer do período da doença, sendo esta uma limitação (BRANDÃO et al, 2020; MOURÃO et al, 2020).

O PCR possui uma especificidade elevada (100%) considerado o melhor teste confirmatório, mas sua sensibilidade pode variar em torno de 50-70%, uma vez que as partículas virais variam entre os indivíduos infectados, e os melhores resultados são obtidos do lavado broncoalveolar (MOURÃO et al., 2020). Embora o método de escolha seja o ensaio RCT-PCR, são necessários instrumentos especializados para realiza-lo (ALBERT, 2020).

A tabela 1 descreve compara as principais características dos testes avaliados:

Teste	TESTES RÁPIDOS	SOROLOGIA		PESQUISA DE ANTÍGENO	RCT-PCR
Método	Imunocromatografia	ELISA	Quimioluminescência	Imunocromatografia	Reação da Polimerase em Cadeia
Material Biológico	Soro, sangue, plasma	Soro, sangue, plasma		Secreção de nasofaringe	Secreção de nasofaringe, orofaringe, lavado broncoalveolar

Finalidade	Pesquisa qualitativa de AC IgG e IgM	Pesquisa quantitativa de AC IgG e IgM		Pesquisa qualitativa do antígeno	Pesquisa quantitativa da carga viral
Período da Coleta	IgG = 7 a 8 dias após sintoma ou suspeita de exposição ao vírus IgM = 11 dias após sintomas ou suspeita de exposição ao vírus			2 a 7 dias após sintomas ou suspeita de exposição ao vírus	Primeiros dias de aparecimento de sintomas
Sensibilidade	IgG = 99 a 100% IgM = 85 a 90%	IgG = 86% IgM = 100%	IgG = 91,21% IgM = 78,65%	79,6%	50-70%
Especificidade	IgG = 97 a 98% IgM = 94 a 98%	IgG = 96,79% IgM = 99,87%	IgG = 97,33% IgM = 97,05%	100%	100%
Limitações	Interferência humana na realização Reações cruzadas Depende da data de início dos sintomas	Depende da data de início dos sintomas		Interferência humana na realização Depende da data de início dos sintomas	Sensibilidade de mais elevada no início dos sintomas e diminui no decorrer da doença
Vantagens	Custo Tempo de realização	Maior sensibilidade e especificidade em relação à imunocromatografia Tempo de realização		Custo Tempo de realização	Deteção precoce

Fonte: Ministério da Saúde (2020); Governo do Estado do Ceará – Secretaria de Estado da Saúde (2020); Vieira; Emery; Andriolo (2020)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das pesquisas realizadas, foi possível analisar as vantagens e desvantagens relacionadas aos métodos empregados nos testes usados para o diagnóstico do COVID-19, qualificando-os de acordo com sua sensibilidade, especificidade e limitações do método.

O RCT-PCR é melhor método de escolha para confirmação do diagnóstico, mas como tem como limitação o custo com equipamentos, tem sido realizado cada vez mais o diagnóstico pela pesquisa do antígeno em nasofaringe, que também possui boa especificidade e sensibilidade. Mesmo assim, ambos só têm valor, quando realizados no período correto a partir do início dos sintomas.

O estudo sobre o vírus SARS-COV-2 deve ser continuado, afim de descobrir novos métodos diagnósticos, tratamentos com o menor número de efeitos adversos possíveis, cura mais rápida, diminuição das sequelas relacionadas à infecção, e vacina, para diminuir e controlar a propagação do vírus.

6 LIMITAÇÕES

O estudo realizado apresentou limitações importantes com relação às pesquisas e informações. Ainda há diversas dúvidas em relação aos testes de identificação, pois

ainda não se conhece exatamente seu período de incubação, janela imunológica, e a forma exata como age em diferentes organismos hospedeiros.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO Simone Cristina Soares et al. **COVID-19, imunidade, endotélio e coagulação: compreenda a interação.** Recife, p. 2-70, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – SECRETARIA DE SAÚDE. **Nota Técnica Teste Rápido Covid 19**, 06 mai. 2020.

ISER, Betine Pinto Moehleke et al. Definição de caso suspeito da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos confirmados. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 1-11, 2020.

LIMA, Cláudio Márcio Amaral de Oliveira. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiologia Brasileira**, São Paulo, v. 53, n. 2., p. V - VI, abril/2020.

MORAES, Edgar Nunes et al. COVID-19 nas instituições de longa permanência para idosos: estratégias de rastreamento laboratorial e prevenção da propagação da doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n.9, p. 3445-3458, 2020.

MOURÃO, Camila Rocha dos Santos et al. Diagnóstico da doença causada pelo novo coronavírus. **Residência Pediátrica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-4, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CORONAVÍRUS COVID-19. Acurácia dos testes diagnósticos registrados na ANVISA para a COVID-19.** 2020

PAVÃO, Ana Luiza et al. **Nota técnica: Considerações sobre o diagnóstico laboratorial da Covid-19 no Brasil.** Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/nota-tecnica-consideracoes-sobre-o-diagnostico-laboratorial-da-covid-19-no-brasil>>. Acesso em: 22 nov.2020.

VIEIRA, Luisane Maria Falsi; EMERY, Eduardo; ANDRIOLO, Adagmar. COVID-19: laboratory diagnosis for clinicians. An updating article, **São Paulo Medical Journal**, São Paulo, v. 138, n. 3, p. 259-66, 2020.

ALTERAÇÕES HEMATOLÓGICAS OBSERVADAS NA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2

Jocelaine Mancias Javorski¹
 Taiza de Moura²
 Vilmair Zancanaro³

RESUMO

A COVID-19, a qual a notificação é crescente em diferentes países, atualmente afeta mais de um milhão de pessoas, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), que a caracterizou como pandemia. As anormalidades hematológicas mais consistentes com COVID-19 incluem, trombocitopenia, contagem de plaquetas e níveis aumentados de D-dímero. A Trombose e danos a órgãos extrapulmonares também são observados sem a presença comprovada do vírus nos locais, postulando-se que a infecção pelo SARS-CoV-2 envolva intensa resposta inflamatória, com estado de hipercoagulabilidade e isquemia, agravados por hipoxemia. A gravidade da doença é variável e está associada ao prolongamento do tempo de protrombina (TP), INR e o tempo de trombina (TT); entretanto, o tempo parcial de tromboplastina (TTPa) pode apresentar-se diminuído. Dos artigos selecionados, todos relatam alterações hematópóieticas, como, linfopenia e plaquetopenia, relacionando com o grau de gravidade do paciente.

Palavras-chaves: SARS-COV-2. COVID-19. Alterações Hematológicas.

INTRODUÇÃO

O SARS-CoV-2 entra nas células via receptor da enzima conversora de angiotensina 2, que está presente nos alvéolos. A forma grave da infecção é caracterizada por uma resposta inflamatória imunológica intensa, evidenciada pela presença de neutrófilos, linfócitos, monócitos e macrófagos. As plaquetas têm um papel central no desenvolvimento das anormalidades da coagulação na sepse e podem ser ativadas diretamente por mediadores pró-inflamatórios, como o fator ativador de plaquetas, bem como por meio da trombina gerada. A ativação de plaquetas também pode estimular a formação de fibrina por mecanismo alternativo (CHEN; GUANG et al., 2020).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O dímero-D, um produto da degradação da fibrina, quando elevado, tem sido associado a maior taxa de mortalidade. A opinião de especialistas, baseada em experiência clínica e análise de poucos estudos descritivos, destaca o papel do estado de hipercoagulabilidade na fisiopatologia da COVID-19, uma vez que o nível de dímero-D aumenta progressivamente com a exacerbação da infecção. A fase da doença em que ocorre o desenvolvimento de SDRA (Síndrome do Desconforto

^{1,2}Acadêmicas do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil. e-mail: jocelainejavorski20@hotmail.com, taizamoura@hotmail.com

³Professora do curso de Farmácia da Uniarp. E-mail: vilmair@uniarp.edu.br

Respiratório Agudo) e a piora do padrão radiológico é marcada pela elevação expressiva de dímero-D, observando-se nos casos mais graves injúria miocárdica e coagulação intravascular disseminada (CIVD) (LI; LU; ZHANG, 2020).

Trombose e danos a órgãos extrapulmonares também são observados sem a presença comprovada do vírus nos locais, postulando-se que a infecção pelo SARS-CoV-2 envolva intensa resposta inflamatória, com estado de hipercoagulabilidade e isquemia, agravados por hipoxemia (ZHANG; SUN; FENG et al., 2020).

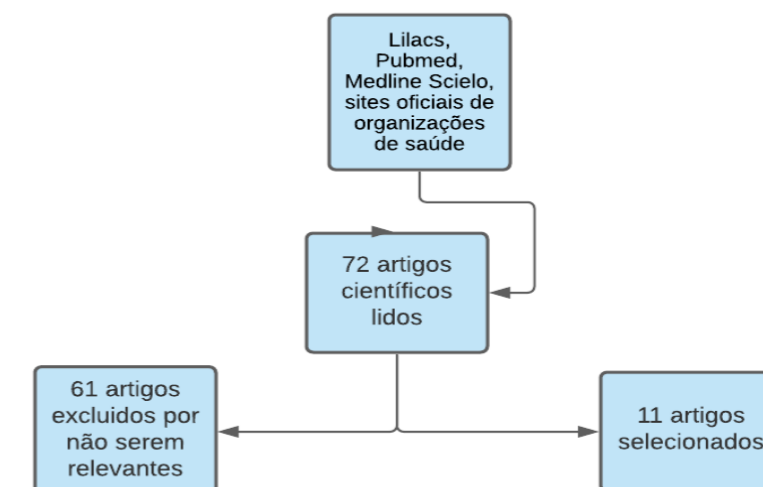
As anormalidades hematológicas mais consistentes com COVID-19 incluem, trombocitopenia, a qual pode ser classificada como leve (contagem de plaquetas de 100.000 a 150.000/mm³), moderado (50.000 a 99.000/mm³) e grave (<50.000/mm³); e níveis aumentados de D-dímero. A gravidade da doença é variável e está associada ao prolongamento do tempo de protrombina (TP), INR e o tempo de trombina (TT); entretanto, o tempo parcial de tromboplastina (TTPa) pode apresentar-se diminuído (BIKDELI et al., 2020).

As alterações laboratoriais mais frequentes em pacientes com a COVID-19 são aumento de 75%-93% da proteína C reativa (PCR) com diminuição da albumina sérica em 50%-98% e contagem total de leucócitos com considerável variação, conforme relatos na literatura, por vezes aparecendo alta ou diminuída, mas com evidente presença de linfopenia (35%-75%). Há também diminuição da hemoglobina de cerca de 41% a 50% e aumento da taxa de sedimentação de eritrócitos (VHS) em 15%-85%, Alanina Aminotransferase (ALT) e Aspartato Aminotransferase (AST) de cerca de 8%-37% e lactato desidrogenase (LDH) em aproximadamente 12% (LIPPI; PLEBANI, 2020).

Linfopenia pode ser considerada um achado laboratorial básico, com um potencial de prognóstico. A razão neutrófilos/linfócitos e a relação pico de plaqueta/linfócito podem também ter um valor de prognóstico para determinar casos graves. Durante o curso da doença, uma avaliação longitudinal da contagem de linfócitos, sua dinâmica e os índices inflamatórios, incluindo LDH, PCR e IL-6, podem auxiliar na identificação de casos com prognóstico sombrio e na mediata intervenção com o objetivo de melhorar os resultados. Biomarcadores como procalcitonina sérica alta e ferritina também emergiram como pobres fatores de prognóstico (LI; LU; ZHANG, 2020).

METODOLOGIA

Foram realizados levantamentos bibliográficos, sobre as alterações hematológicas na infecção por SARS-COV-2.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o estudo realizado por Huang; Kovalic e Graber (2020) na província de Wuhan na China, onde foram admitidos 41 pacientes, o hemograma apresentou 10 (25%) de leucopenia (contagem de leucócitos inferior a $4 \times 10^9/L$) e 26 casos (63%) de linfopenia (linfócitos contagem $< 10 \times 10^9/L$). O tempo de protrombina e o nível de dímero-D na admissão eram maior em pacientes de UTI (tempo médio de protrombina 12s; nível médio de dímero D 2mg/L) do que nos pacientes da enfermaria (protrombina media tempo 10s; nível médio de dímero D 0,5mg/L).

Segundo QIN et al. (2020) alguns fatores são associados à mortalidade intra-hospitalar, entre eles destacam-se a contagem de neutrófilos superior a $6,3 \times 10^9$ células, linfocitopenia, tempo de protrombina > 13 segundos e dímero D > 1 mg. Concluindo, neste estudo, idade avançada, aumento da contagem de neutrófilos, tempo de protrombina, dímero-D e diminuição da contagem de linfócitos na admissão foram fatores de risco associados à mortalidade hospitalar da COVID-19. Sendo assim o autor analisa que o modelo de predição combinado desses fatores pode melhorar a identificação precoce do risco de mortalidade em pacientes com a COVID-19.

FENG et al. (2020), analisou pacientes da província de Wuhan, onde 216 (75%) dos pacientes apresentavam leucócitos na faixa normal e a linfopenia ocorreu em 91 (31,6%) dos pacientes. Quando foi comparando pacientes graves com os que não estavam em situação crítica, os pacientes graves tiveram redução significativa da hemoglobina sérica, plaquetas e mioglobina, bem como aumento significativo de leucócitos.

No estudo de AN et al. (2020), 28 (43,8%) pacientes com a COVID-19 apresentaram leucopenia, 10 (15,6%) apresentaram linfopenia, 41 (64,1%) apresentaram alta taxa de sedimentação de eritrócitos e, 30 (46,9%) apresentaram aumento da concentração de fibrinogênio. Após o tratamento, a contagem de leucócitos e plaquetas aumentaram significativamente. Sendo assim, os autores concluíram que os resultados dos exames de sangue têm valor clínico potencial em pacientes com a COVID-19.

Segundo Liu e Jing et al. (2020), a linfopenia é observada em 4% dos pacientes leves e 6% dos pacientes graves no início da doença, as contagens absolutas de linfócitos no sangue periférico dos pacientes graves foram significativamente menores, enquanto as contagens absolutas dos leucócitos e neutrófilos foram significativamente maiores do que as dos pacientes leves no momento da admissão hospitalar.

Os dados agrupados em estudos iniciais validam uma correlação significativa entre a contagem elevada de leucócitos e a diminuição da contagem de linfócitos entre pacientes com casos graves em comparação com aqueles com casos leves e o porque a linfopenia está associada a doenças graves ainda não está claro. Foi hipotetizado que essa associação poderia resultar de infecção direta de linfócitos, destruição de tecido linfático, inflamação levando à apoptose de linfócitos ou inibição de linfócitos por distúrbios metabólicos, como acidose láctica. A linfopenia como marcador de gravidade não parece ser específica para a COVID-19, tem sido usado para prognosticar outras pneumonias virais, como influenza. A neutrofilia pode ser mais específica para a doença grave do que a leucocitose, mas a contagem de neutrófilos não foi relatada de maneira uniforme nos estudos incluídos em nossa análise (HUANG; KOVALIC; GRABER, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa, conclui que a COVID-19 possui manifestações no sistema hematopoiético que está associado com hipercoagulabilidade e linfopenia, o que pode determinar a gravidade do quadro do paciente, bem como o prognóstico.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

O trabalho foi realizado artigos com publicação em português e inglês, com pesquisa sobre alterações hematológicas na infecção por COVID-19, tendo como instituição apoiadora a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Agradecemos a Professora orientadora Vilmar Zancanaro pela orientação onde não mediu esforços para nos ajudar.

REFERÊNCIAS

- AN, XU-SHENG. et al. Clinical Characteristics and Blood Test Results in COVID-19 Patients. **Annals of Clinical & Laboratory Science**, v. 50, n. 3, p. 299-307, 2020. Acesso em: 16 de set. 2020.
- BIKDELI, BEHNOOD. et al. COVID-19 and Thrombotic or Thromboembolic Disease: Implications for Prevention, Antithrombotic Therapy, and Follow-Up: JACC State-of-the-Art Review. **Journal of the American College of Cardiology**, v. 75, n. 23, p. 2950-2973, 2020. Acesso em: 16 de set. 2020.
- CHEN, GUANG. et al. Clinical and immunologic features in severe and moderate forms of Coronavirus Disease. **J Clin Invest.**, v. 137244, 2019. Acesso em: 17 de set. 2020.
- FENG HE. et al. Risk factors for severe cases of COVID-19: a retrospective cohort study. **Aging (Albany NY)**, v. 12, n. 15, p. 15730, 2020. Acesso em: 17 de set. 2020.
- HUANG, GLEN; KOVALIC, ALEX J.; GRABER, CHRISTOPHER J. Prognostic value of leukocytosis and lymphopenia for coronavirus disease severity. **Emerging infectious diseases**, v. 26, n. 8, p. 1839, 2020. Acesso em: 18 de set. 2020.
- LI T, LU H, ZHANG W. Clinical observation and management of COVID-19 patients. **Emerg Microbes Infect** 2020 Dec; 9(1): 687-690. Acesso em: 18 de set. 2020.
- LIPPI, GIUSEPPE; PLEBANI, MARIO. Laboratory abnormalities in patients with COVID-2019 infection. **Clinical Chemistry and Laboratory Medicine (CCLM)**, v. 58, n. 7, p. 1131-1134, 2020. Acesso em: 18 de set. 2020.
- LIU, JING. et al. Longitudinal characteristics of lymphocyte responses and cytokine profiles in the peripheral blood of SARS-CoV-2 infected patients. **EBioMedicine**, p. 102763, 2020. Acesso em: 19 de set. 2020.

OMS - Organização Mundial da Saúde. Relatórios de situação da doença coronavírus 2020 (COVID-19). Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>. Acesso em: 22 Set. 2020

QIN, ZHI-JUN. et al. Impaired immune and coagulation systems may be early risk factors for COVID-19 patients: A retrospective study of 118 inpatients from Wuhan, China. *Medicine*, v. 99, n. 35, 2020. Acesso em: 22 de set. 2020.

ZHANG, T.; SUN, L. X.; FENG, R. E. Comparison of clinical and pathological features between severe acute respiratory syndrome and coronavirus disease 2019. *Zhonghua jie he he hu xi za zhi= Zhonghua Jiehe he Huxi Zazhi= Chinese Journal of Tuberculosis and Respiratory Diseases*, v. 43, p. E040-E040, 2020.

COMBATENDO O SARS-COV-2: ANÁLISE DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS PARA DIMINUIR A CONTAMINAÇÃO, VACINAS E MEDICAMENTOS¹

Érica Camargo, ericacamargospears@hotmail.com²
Luana Caroline Scheffmacher, luana_scheffmacher@hotmail.com³
Luciane dos Santos Goetten de Carvalho, luciane_goetten@hotmail.com⁴
Marivane Lemos, marivane@uniarp.edu.br⁵

RESUMO

A descoberta do novo coronavírus (Sars-CoV-2) fez com que pesquisadores, cientistas e profissionais da saúde do mundo inteiro iniciassem uma corrida contra o tempo, para buscar respostas preventivas e curativas. Mesmo aplicando as medidas de segurança importantes como o distanciamento social, uso de máscaras e álcool em gel, a disseminação pandêmica ainda continua, o que se torna necessário o desenvolvimento de novos sanitizantes mais eficazes e abordagens terapêuticas tais como vacinas e fármacos. Este trabalho teve por objetivo revisar a literatura referente ao tema descontaminação desenvolvimento de vacinas e fármacos para o tratamento do covid-19, utilizando as principais bases de dados de artigos científicos e a plataforma *GoogleScholar*® como meio de pesquisa. Os estudos indicam que a contaminação cruzada pode ser muito perigosa, sendo ela a transferência de patógenos (contaminantes) de um determinado local, superfície ou alimento para outros alimentos e superfícies por meio de utensílios, equipamentos, mãos e outros, contaminando-os, sendo necessário o uso frequente de álcool 70% ou hipoclorito de sódio 5%. O processo de estudo de fármacos é lento, pois o mesmo passa por diversas etapas. Os antivirais como o arbidol, favipiravir, remdesivir e o anticorpo ab8 mostraram-se mais eficazes no combate ao vírus. A parceria de diversas entidades resulta no desenvolvimento da vacina contra o Sars-Cov-19, que está prevista a produção para dezembro de 2020.

Palavras-chaves: Coronavirus. COVID-19. Vacinas. Antivirais. Anticorpos.

1 Introdução

No dia 11 de março de 2020 a OMS anunciou a pandemia do COVID-19 além de já se terem no início dados elevados tanto de casos positivos como número de óbito. O percurso da fase grave da doença possui uma porcentagem de 20% em idosos ainda mais por esse grupo possuir várias outras doenças. Tendo em vista que o vírus afeta mais o sistema respiratório (AL-QUATEMAT; AMER, 2020; KAUR; GUPTA, 2020).

O vírus possui uma fita de RNA e pertence à família Coronaviridae no qual ainda possui divisões, essa classe é a responsável por causar sintomas leves e graves em humanos e animais. O agente causador da doença é denominado de SARS CoV e

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Farmácia.

² Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Farmacêutica Bioquímica, Doutora em Ciências e Professora do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

MERS CoV. Sua estrutura é composta por uma protease denominada “3CL pro” no qual pode ser de interesse perante ao desenvolvimento de medicamentos no qual possam inibir essa protease impedindo assim que o vírus se replique (CHELLAPANDI; SARANYA, 2020; MARIAN, 2021).

Diversos estudos foram realizados com fármacos e anticorpos já presentes no mercado na tentativa de buscar um protocolo para o tratamento do COVID-19. Além disso, medidas de higienização e sanitização, e protocolos de quarentena com distanciamento social estão sendo aplicados em todo mundo na tentativa de conter a disseminação viral. Porém, no segundo semestre de 2020, a esperança de uma vacina em desenvolvimento é a abordagem mais promissora para esta contenção (PRIYADARSHINI et al., 2020; ROMANO; CHEBABO; LEVI, 2020).

2 Objetivos

Esta revisão qualitativa tem como objetivo buscar a literatura científica a respeito dos métodos de prevenção de contaminação por COVID-19, tais como produtos sanitizantes mais utilizados e a atualização terapêutica através do desenvolvimento de vacinas e fármacos.

3 Delineamento metodológico

Esta revisão foi elaborada em caráter bibliográfico e exploratório foi conduzido por meio de busca de artigos científicos indexados nas principais bases de dados eletrônicos: *Web of Science* (Thomson Reuters), *PubMed Central* (NCBI); *Science Direct* (Scopus, Elsevier); *Cochrane* (Cochrane Library); *Springer Link* (Nature); *Wiley Online Library* (John Wiley ; Sons); *Taylor & Francis* (Taylor ; Francis Group); *EBSCO* (EBSCO Industries); *Scielo* (Scientific Electronic Library Online) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), publicados em língua inglesa, portuguesa ou espanhola. De forma complementar, foram realizadas buscas a partir de referências bibliográficas dos estudos que abordaram de maneira relevante o tema na plataforma de busca do *Google Scholar* (Google, EUA).

O presente estudo procurou investigar a literatura a respeito de abordagens para a prevenção da contaminação cruzada, desenvolvimento de abordagens terapêuticas, tais como vacinas e fármacos. Para tanto, foram utilizados os descritores *COVID-19 decontamination products*, *COVID-19 vaccine development* e *COVID-19 drug discovery development*, inicialmente em inglês, e de forma complementar em espanhol e português.

Os artigos foram excluídos se: a) fossem relatórios, banners ou resumos de congressos; b) não apresentou dados relevantes ou conflitantes sobre o tema. Não houve revisão de informações confidenciais de saúde e o estudo não foi intervencionista. Portanto, o comitê de ética a aprovação não foi necessário.

4 Resultados e discussão

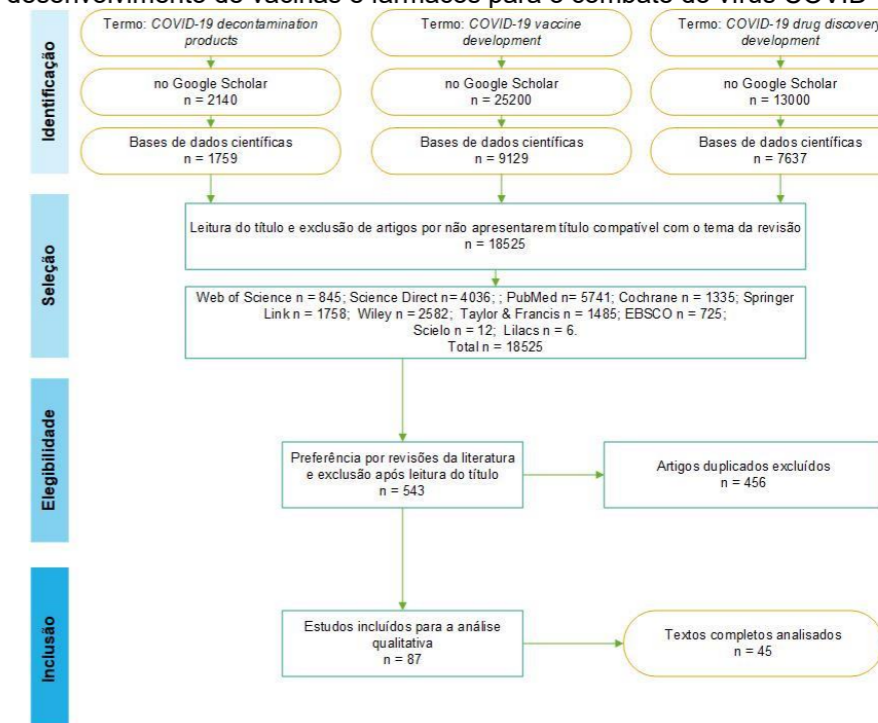
Os termos *COVID-19 decontamination products*, *COVID-19 vaccine development* e *COVID-19 drug discovery development*, apresentam 40340 resultados na plataforma de busca GoogleScholar (excluindo-se patentes e citações).

Dentro das bases de dados pesquisadas, é possível encontrar um total de 18525 artigos científicos, porém, a maior parte dos artigos possui ano de publicação

entre 2019 e 2020, desde o início da pandemia, e alguns previstos para publicação em 2021 (Figura 1).

Devido ao grande número de artigos, priorizou-se aqueles que continham informações sobre dados de revisões da literatura, sendo que após leitura dos títulos, resumos e exclusão dos artigos repetidos, foi possível observar que 45 referências atendiam os requisitos e utilizam os termos acima relatados como ferramenta de estudos a respeito de abordagens descontaminantes e promissoras no desenvolvimento de vacinas e fármacos.

Figura 1. Número de artigos disponíveis na literatura que apresentam os termos sobre produtos sanitizantes, desenvolvimento de vacinas e fármacos para o combate do vírus COVID-19.



Fonte: os autores, 2020.

Com o avanço da contaminação pelo novo coronavírus entre os profissionais de saúde, e a falta de infraestrutura apropriada em muitas unidades destinadas ao atendimento dos pacientes, precisamos ficar em alerta para os riscos de contaminação cruzada, em que um profissional pode, sem saber acabar infectando outros pacientes e demais profissionais da área como também a família (AL-QUTEIMAT; AMER, 2020; ILYAS; SRIVASTAVA; KIM, 2020).

A contaminação cruzada pode acarretar sérios danos à saúde de todos, e é capaz de ocorrer por resíduos de outra formulação que permanecem nos utensílios ou equipamentos utilizados no preparo, por partículas em suspensão no ar devido ao processo de manipulação ou de procedimentos de limpeza indevidos (HALLAM; DENTON; THIRKELL, 2020; LAHRICH et al., 2021; SUM; OW, 2020).

O risco de contaminação se verifica principalmente em centros hospitalares sem recursos, cujos profissionais são obrigados a improvisar, por estarem desprovidos de EPIs, expondo-se, assim, ao risco. Portanto, com a progressão da pandemia e acesso se tornou limitado aos EPIs (ANDERSON et al., 2020; GARRIDO-MOLINA et al., 2020; ILYAS; SRIVASTAVA; KIM, 2020).

O risco de contaminação dos profissionais em centros de saúde é evidente, principalmente em locais com alta demanda de atendimento, o que impõe o uso racional dos poucos insumos existentes para evitar a impossibilidade técnica de prestar cuidados aos pacientes infectados, com risco iminente de danos à saúde do trabalhador por contaminação decorrente da exposição desprotegida (ILYAS; SRIVASTAVA; KIM, 2020; PRIYADARSHINI et al., 2020).

Atualmente, existe a necessidade de condutas preventivas e da higienização das instituições (atender em salas arejadas com janela aberta e porta fechada, e com ar-condicionado ou ventilador desligado), instruções de biossegurança, como a limpeza e desinfecção da sala antes e após o atendimento, limpeza dos instrumentais utilizados com álcool 70% ou hipoclorito de sódio 5%; uso de máscara, avental, óculos, luvas, evitar tocar olhos, nariz e boca, higienizar as mãos com água e sabonete líquido ou utilizar álcool 70%, a retirada dos EPIs dentro da técnica asséptica, desprezar os materiais descartáveis no lixo infectante, entre outras (CELINA et al., 2020; ITIKI; ROY CHOWDHURY, 2020).

Desde o início da pandemia, vários fármacos foram testados frente ao vírus Sars-Cov-2, porém os mais promissores foram os arbidol, favipiravir, remdesivir, anticorpo Ab8. Todos os medicamentos citados sofreram processos de randomização. Os resultados com o arbidol e o favipiravir no qual chegou à conclusão que favipiravir teve mais êxito em relação ao arbidol. Já o remdesivir (RDV) foram feitas pesquisas, na qual foram passadas para o FDA, chegando à conclusão que o RDV possui uma eficácia elevada no tratamento da COVID-19 (CAI et al., 2020; CHOY et al., 2020; FERNER; ARONSON, 2020; SOUSA et al., 2020; YAVUZ; ÜNAL, 2020).

Já o anticorpo Ab8 descoberto pela Universidade de Pittsburgh foram feitos ensaios em camundongos e hamsters chegando à conclusão que a Ab8 tem capacidade para tratar o Covid-19 além do mais pode ser utilizado para evitar uma contaminação pelo vírus. Além do mais medicamento não causará reações adversas comprometedoras pois o medicamento não afeta as outras células do corpo humano (LI et al., 2020; SOUSA et al., 2020).

Com o impacto da pandemia, observando o número de pessoas que chegaram a óbito e principalmente o número de casos aumentando diariamente, fizeram com que pesquisadores se unissem cada vez mais para encontrar uma vacina para combater o vírus, as pesquisas continuam, mas seu processo é lento, lento porque passa por diversas etapas, desde a fase pré-clínica até os estudos de fase IV, onde o fármaco estará disponível para comercialização (MARIAN, 2021).

Foi desenvolvida uma vacina na Universidade Oxford, na Inglaterra — ela pertence à farmacêutica Astra Zeneca. A pesquisa já está fase III na qual pretende recrutar mais de 50 mil voluntários ao redor do mundo. Entre eles, 5 mil profissionais de saúde brasileiros, em uma parceria com a rede D'Or e a Universidade Federal de São Paulo (MAHASE, 2020; OXFORD, 2020).

5 Considerações finais

Historicamente, a fabricação de vacinas é extremamente complicada, por isso no atual estado de pandemia causada pelo Sars-Cov-19, abordagens colaborativas podem acelerar os testes e a fabricação das vacinas candidatas Covid-19. Se ainda neste ano, ou no máximo, no começo do ano de 2021 os esforços em conjunto de diversos pesquisadores resultarem em uma vacina efetiva para o Covid-19, o mundo

presenciará algo que até o momento não era possível, que é o desenvolvimento de um fármaco em tempo recorde.

Para combater essa pandemia, será necessário produzir uma quantidade de vacina sem precedentes em um período de tempo muito curto e, o que necessita também do maior número possível de abordagens para ter sucesso.

Não há modelos ou processos de fabricação padrão devido à complexidade e diversidade das modalidades de vacina, o que torna a produção um desafio para todas as organizações que competem para desenvolver uma vacina ou um fármaco que atue sobre o Covid-19 de forma segura e eficaz.

Por enquanto, o coronavírus pode ser disseminado pelo contato manual. Muitas pessoas costumam tocar o nariz ou a boca com as mãos, mesmo sem perceber. Uma forma importante de prevenir a disseminação do novo coronavírus é seguir as diretrizes de higiene e utilizando os produtos sanitizantes, tais como álcool 70% e hipoclorito de sódio 5%. Manter locais com acesso ao público periodicamente limpos e lavar as mãos com frequência reduz o potencial de propagação do coronavírus e é uma parte crítica nas medidas de contenção da disseminação do vírus.

6 Limitações

Devido à grande produção científica a respeito do tema durante a pandemia de COVID-19, graças aos esforços de controlar a contaminação e oferecer uma forma de prevenção e tratamento efetivo, a maior dificuldade de filtrar os artigos sobre o tema.

7 Recomendações de estudo

Recomendamos o seguimento do levantamento bibliográfico, tendo em vista o grande número de publicações a respeito do tema.

8 Referências bibliográficas

- AL-QUTEIMAT, O. M.; AMER, A. M. SARS-CoV-2 outbreak: How can pharmacists help? **Research in Social and Administrative Pharmacy**, n. March, p. 18–20, 2020.
- ANDERSON, D. E. et al. Povidone-Iodine Demonstrates Rapid In Vitro Virucidal Activity Against SARS-CoV-2, The Virus Causing COVID-19 Disease. **Infectious Diseases and Therapy**, v. 9, n. 3, p. 669–675, 2020.
- CAI, Q. et al. Experimental Treatment with Favipiravir for COVID-19: An Open-Label Control Study. **Engineering**, v. in press, p. 4–10, 2020.
- CELINA, M. C. et al. Extended use of face masks during the COVID-19 pandemic - Thermal conditioning and spray-on surface disinfection. **Polymer Degradation and Stability**, v. 179, p. 109251, 2020.
- CHELLAPANDI, P.; SARANYA, S. Genomics insights of SARS-CoV-2 (COVID-19) into target-based drug discovery. **Medicinal Chemistry Research**, v. 29, n. 10, p. 1777–1791, 2020.
- CHOY, K. T. et al. Remdesivir, lopinavir, emetine, and homoharringtonine inhibit SARS-CoV-2 replication in vitro. **Antiviral Research**, v. 178, n. April, p. 104786, 2020.
- FERNER, R. E.; ARONSON, J. K. Remdesivir in Covid-19. **The BMJ**, v. 369, n. April, p. 1–2, 2020.
- GARRIDO-MOLINA, J. M. et al. Disinfection of gloved hands during the Coronavirus outbreak (COVID-2019). **Journal of Hospital Infection**, 2020.
- HALLAM, C.; DENTON, A.; THIRKELL, G. COVID-19: considerations for the safe management

and disposal of human excreta. **Infection Prevention in Practice**, v. 2, n. 4, p. 100085, 2020.

ILYAS, S.; SRIVASTAVA, R. R.; KIM, H. Disinfection technology and strategies for COVID-19 hospital and bio-medical waste management. **Science of the Total Environment**, v. 749, p. 141652, 2020.

ITIKI, R.; ROY CHOWDHURY, P. Fast deployment of COVID-19 disinfectant from common ethanol of gas stations in Brazil: COVID-19 disinfectant from common ethanol. **Health Policy and Technology**, v. 9, n. 3, p. 384–390, 2020.

KAUR, S. P.; GUPTA, V. COVID-19 Vaccine: A comprehensive status report. **Virus Research**, v. 288, n. July, p. 198114, 2020.

LAHRICH, S. et al. Review on the contamination of wastewater by COVID-19 virus: Impact and treatment. **Science of the Total Environment**, v. 751, p. 142325, 2021.

LI, W. et al. High Potency of a Bivalent Human VH Domain in SARS-CoV-2 Animal Models. **Cell**, v. 183, n. 2, p. 429- 441.e16, 2020.

MAHASE, E. Covid-19: Oxford team begins vaccine trials in Brazil and South Africa to determine efficacy. **BMJ (Clinical research ed.)**, v. 369, p. m2612, 2020.

MARIAN, A. J. Current state of vaccine development and targeted therapies for COVID-19: impact of basic science discoveries. **Cardiovascular Pathology**, v. 50, p. 107278, 2021.

OXFORD. **multiple COVID-19 vaccines will aid distribution**Expert BriefingsOxford Analytica, 2020.

PRIYADARSHINI, R. et al. Rationing PPEs during a pandemic: The COVID-19 scenario. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, *in press*, p. 6–7, 2020.

ROMANO, C. M.; CHEBABO, A.; LEVI, J. E. Past, present, and future of COVID-19: A review. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v. 53, n. 9, p. 1–8, 2020.

SOUSA, M. R. N. et al. Patogênese e perspectivas de tratamento da Covid-19: uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e05973730, 2020.

SUM, Z. Z.; OW, C. J. W. Community pharmacy response to infection control during COVID-19. A cross-sectional survey. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, *in press*, 2020.

YAVUZ, S. Ş.; ÜNAL, S. Antiviral treatment of COVID-19. **Turkish Journal of Medical Sciences**, v. 50, n. SI-1, p. 611–619, 2020.

9 Instituições financiadoras

Curso de Farmácia da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Campus Caçador-SC.

10 Agradecimentos

Ao curso de Farmácia, à Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Campus Caçador-SC.

A IMPORTANCIA DA ORIENTAÇÃO DO FARMACEUTICO NO TRATAMENTO DA OBESIDADE INFANTIL¹

SACRAMENTO, Amanda C., amandasacramento1704@gmail.com, 113.052.509-07²
 SILVA, Camila C., camilacaetano2018@gmail.com, 097.586.639-76³
 MORAES, Dhiéssica M. R., dhiessica_moraes@hotmail.com, 066.885.899-07⁴
 GOMES, Eliana R., elianarosagomes@hotmail.com, 029.299.089-80⁵
 BARRETE, Gisele F., giselebarrete2015@gmail.com, 099.018.059-02⁶
 MASSOCO, Sarah C. C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

Resumo - Enfatizar sobre a importância da orientação farmacêutica no tratamento da obesidade infantil é essencial, visto que a obesidade é assunto atual e de extrema prevalência no Brasil, além do aumento descompensado do peso, a saúde do indivíduo passa a ser prejudicada, podendo surgir diversas patologias desde à infância. **Objetivo:** Neste estudo a atenção está voltada a obesidade infantil e sua importância, e o papel do farmacêutico. **Método:** o estudo propôs analisar a importância do farmacêutico no atendimento a crianças obesa, através de uma revisão bibliográfica de acordo com os descritores e avaliação do título e após o resumo, para a leitura integral e inclusão neste estudo. **Resultados:** tornou-se evidente a importância da assistência farmacêutica no tratamento e na prevenção da obesidade infantil para o desenvolvimento saudável e prevenção de doenças crônicas secundárias ao sobrepeso.

Palavras-chave: Orientação. Farmacêutico. Obesidade Infantil. Promoção da saúde.

INTRODUÇÃO

Segundo Corrêa et al (2020), a obesidade infantil é classificada como distúrbio de estado nutricional que se dá pelo aumento do tecido adiposo resultando em obesidade, pode ter seu agravo decorrentes de fatores genéticos, alimentares e comportamentais, tornou-se uma epidemia mundial que afeta com frequência crianças e progredindo a vida adulta podendo a progredir a disfunções que acontecem com o excesso de peso, como diabetes mellitus, problemas respiratórios, hipertensão arterial sistêmica e dislipidemia aumentando também problemas cardíacos.

A obesidade pode gerar várias disfunções na saúde da criança até a idade adulta, além de patologias, pode trazer problemas como distúrbio do sono, ortopédicos, incidência de tipos de câncer, modificando de forma prejudicial a qualidade de vida do indivíduo (CORRÊA et. al., 2020).

Segundo Aragão (2017), cita as consequências severas que podem acometer a saúde em decorrência da obesidade, que pode elevar a pressão arterial, perfil

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum em Saúde).

² Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), Especialista, mestranda do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

lipídico, elevar a resistência à insulina, alteração do metabolismo da glicose, por isso é o importante a prevenção da obesidade infantil.

“O tratamento da obesidade infantil, basicamente consiste em mudanças de conduta, alimentar e física, da criança [...] baseado na modificação dos estilos de vida, o que implica na alteração de seus hábitos alimentares e físicos” (MEDINA, 2018).

De acordo com Martins (2014), os profissionais de farmácia são de fácil acesso para a população, sendo a primeira opção quando há algum problema relacionado à saúde, desta forma o profissional farmacêutico deve atuar como promotor da saúde, com vista à adoção de comportamentos e estilos de vida cada vez mais saudáveis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A obesidade para Santos (2016), caracteriza-se por doença crônica que se dá pelo acúmulo excessivo de gordura, sendo responsável por ocasionar várias disfunções no organismo até mesmo desenvolvimento de patologias, podendo se originar de diferentes formas, uma vez que ocorre por uma associação entre fatores genéticos, comportamentais e ambientais. Também pode se desenvolver devido a alterações hormonais, maus hábitos alimentares e o sedentarismo.

Para Caldas (2019), a obesidade o risco à várias doenças, que pode levar a complicações de saúde até mesmo resultar em morte, o paciente estando acima do peso está exposto a desenvolver doenças como, diabetes tipo II, hipertensão, doenças cardiovasculares, artrose, pedra na vesícula, artrite, cansaço, refluxo esofágico, tumores de intestino e vesícula, distúrbios hormonais, etc. Ainda ressalta que a obesidade resulta em várias alterações, como modificar fatores psicológicos, estresse, compulsão alimentar, entre reduzir a autoestima e levar a depressão.

METODOLOGIA

Esse estudo foi desenvolvido através da disciplina de Projeto Integrador, a fim de promover a iniciação científica dos acadêmicos na temática sobre a obesidade infantil e adolescentes. Como metodologia foi utilizado a revisão bibliográfica como os descritores: orientação, farmacêutico, obesidade infantil, consultados na base de dados do Google Acadêmico (Scholar Google), como critérios de inclusão: período de publicação entre os anos de 2016 a 2020, na modalidade acadêmica do trabalho científico (tese, monografia, artigo ou trabalho de conclusão de curso) em português e acesso integral a obra. Após a leitura prévia dos títulos e resumos foram elencados 4 as publicações com análise descritiva do conteúdo, para definir a importância da orientação deste profissional na prevenção e combate a obesidade infantil.

Tabela 1 – Descrição das obras da revisão bibliografia do estudo.

Título da publicação	Tipo de publicação	Publicação	Ano
Farmacoterapia da obesidade: uma revisão da literatura ¹	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFCG	2019
Obesidade Infantil: revisão de literatura ²	Artigo de Revisão	Aragão SG. Obesidade Infantil: Revisão de Literatura. Rev Med UFC. 2017 set- dez 57(3): 47-50.	2017
Obesidade Infantil: análises antropométricas, bioquímicas, alimentares e estilo de vida ³	Artigo	Paiva ACT, Couto CC, Masson APL, Monteiro CAS, Freitas CF. Obesidade Infantil: análises antropométricas, bioquímicas, alimentares e estilo de vida. Rev Cuid. 2018; 9(3): 2387-99.	2018
Assistência Farmacêutica Na Obesidade: Uma Nova Análise ⁴	Monografia	Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso	2018

Fonte: os autores, 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obesidade vem se destacando como um dos maiores problemas globais em saúde, colaborando para o surgimento de diversas patologias, sendo uma grande preocupação à nível de qualidade de vida das pessoas, onde vários pacientes recorrem a utilização de fármacos, que por sua vez tem sua ação em conjunto, favorecendo a perda de peso corporal e atuando em possíveis comorbidades interligadas ao excesso de peso, sendo necessárias mudanças no estilo de vida favorecendo a vida saudável, com uso de reeducação alimentar e a prática de exercícios físicos¹. Destaca-se que a obesidade trata-se de um distúrbio médico-social, pode resultar em prejuízos na infância, como uma questão de saúde pública mundial chamada de epidemia causada por obesidade².

O papel do farmacêutico deve manter-se contínuo no acompanhamento farmacoterapêutico da obesidade, orientando e passando informações ao paciente quanto a efeitos e possíveis reações que possam surgir de medicações utilizadas¹. Assim o profissional de farmácia é capacitado para orientar e também instruir o uso de fármacos de forma ajudar o paciente ter uma melhora na qualidade de vida, pois a assistência farmacêutica e acompanhamento junto ao paciente com obesidade é de extrema importância¹. Dentre as ações de promoção da saúde, compete a este profissional colaborar com a criação de programas e projetos em relação ao tratamento da obesidade, como exemplo palestras, consultas farmacêuticas, criando cada vez mais vínculo com os pacientes¹.

Na contextualização quanto as implicações e causas da obesidade infantil, pois as crianças com excesso de peso tem grandes chances de se tornarem adultos obesos. Observou que é de extrema necessidade ações de promoção à saúde, como: orientações aos pais e responsáveis para controle de peso, estimular a prática de atividades físicas e mudanças em hábitos alimentares⁴. As implicações do sobrepeso infantil poderá apresentar alterações cardiovasculares, elevação da pressão arterial sistólica e diastólica e outras morbidades³, que essas crianças possam desenvolver, bem como trabalho amplificado perante as práticas saudáveis para alimentação infantil, e a importância dessas para o desenvolvimento da criança, cabendo ao profissional da área farmacêutica orientar e acompanhar resultados dos pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo, possibilitou a análise quanto à importância do profissional farmacêutico na prevenção, tratamento, acompanhamento da criança e adolescente com obesidade. Pois esta trata-se de um problema que atinge grande parte da população, tendo como alvo deste estudo esta condição na idade infantil. As intervenções e os cuidados devem surgir desde o desenvolvimento infantil, a fim de promover hábitos alimentares saudáveis. Desta forma o farmacêutico tem sua participação desde a orientação de uso correto de fármacos, a consulta farmacêutica, orientações para melhorias na qualidade de vida.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Sofia Goersch Andrade. Aragão. **Obesidade Infantil**: revisão de literatura. Disponível em:

http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28486/1/2017_art_sgaaraq%c3%a3o.pdf.

Acesso em 8 de outubro de 2020.

BORSATO, Débora Maria et. al. **O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ORIENTAÇÃO DA OBESIDADE**. Visão Acadêmica, Curitiba, v.9, n.1. 2008. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/14636/9824>. Acesso em 15 de

outubro de 2020.

LUCAS, Bárbara Belmiro. **Farmacoterapia da obesidade**: uma revisão da literatura.

Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/8269>. Acesso em 8 de outubro de 2020.

MEDINA, Vilma. **"Tratamento da obesidade infantil"**. Disponível em:

<https://br.guiainfantil.com/obesidade-infantil/133-tratamento-da-obesidade-infantil.html#header2>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

MENDES, Carla Fernanda. **Assistência Farmacêutica Obesidade**. Monografia

Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1057>. Acesso em 8 de outubro de 2020.

Paiva ACT, Couto CC, Masson APL, Monteiro CAS, Freitas CF. **Obesidade Infantil**: análises antropométricas, bioquímicas, alimentares e estilo de vida. Rev Cuid. 2018; 9(3): 2387-99. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.v9i3.575>. Acesso em 8 de outubro de 22 de outubro de 2020.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **"Obesidade infantil"**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/saude/obesidade-infantil.htm> Acesso em 15 de outubro de 2020.

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR¹

FRITSCH, Letícia, leticiafritsch10@gmail.com, 109.077.729-94²
 BERTOTTO, Jennyfer, jennyferbertotto@hotmail.com, 105.792.979-42³
 GARCIA, Amanda M., amanda.mgarcia01@gmail.com, 094.975.589-37⁴
 MARQUES, Valéria K., valeriakaulm@gmail.com, 098.887.849-60⁵
 SILVA, Carolina A., carolina_azeredo@outlook.com, 069.392.889-10⁶
 MASSOCO, Sarah C. C., sarah@uniarp.edu.br, 065.822.449-22⁷

Resumo: Nos últimos anos, diversos hábitos de vida mudaram, dentre eles a alimentação, impactando nas diversas faixas etárias, passando a ter a necessidade da avaliação nutricional desde a infância, devido a obesidade e sobrepeso tornarem-se comuns ainda no período do desenvolvimento da criança. O presente estudo teve como objetivo investigar o estado nutricional de crianças do ensino fundamental, buscando por meio deste definir estratégias de promoção da saúde e prevenção da obesidade através de uma análise multidisciplinar. Como metodologia, utilizou-se a revisão bibliográfica a partir de pesquisas na Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), que foram inclusos neste estudo 9 artigos, após a para leitura prévia. Conclui-se que os profissionais da saúde, como nutricionistas, fisioterapeutas, e farmacêuticos, desempenham papel primordial no acompanhamento de crianças com problemas nutricionais relacionado ao ganho de peso, promovendo saúde e melhorando a qualidade de vida.

Palavras-chave: Estado nutricional. Crianças. Educação alimentar. Multidisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O estado nutricional de crianças em idade escolar é um fator importante a ser investigado, visto que dados epidemiológicos indicam que a obesidade, por exemplo, está se tornando um fator de risco para a população brasileira (MIRANDA et al., 2015). Condições médicas como obesidade ou desnutrição são fatores que impactam diretamente na vida e na saúde do indivíduo, e, por isso, é de extrema importância o acompanhamento com a equipe multiprofissional.

O presente trabalho faz parte da disciplina de Projeto Integrador em Saúde, o qual está incluso na segunda fase do Núcleo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. A situação mobilizadora é embasada na investigação do estado nutricional de crianças do ensino fundamental, baseando-se em um olhar multidisciplinar. Sem dúvidas a análise nutricional de crianças em idade escolar proporciona parâmetros sólidos para a previsão de como serão os índices da saúde nas próximas décadas, conforme Brasil (2014) que preconiza as ações como a

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum Saúde.

² Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora do Núcleo Comum Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

alimentação saudável (tão essencial de ser trabalhada na situação atual de epidemia de obesidade infantil).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação nutricional foi desenvolvida para identificar precocemente o risco nutricional (OLIVEIRA et al, 2017). Sendo um mecanismo usado para aferir as condições de vida e a qualidade de vida da população, o estado nutricional infantil é determinado pela condição de vida populacional associado a aspectos sociais e econômicos (PEREIRA et al, 2017), podendo ser também classificado como uma variável do fator pessoal biológico, determinando características relevantes individuais e definindo comportamentos (SOUZA et al, 2020).

Para a avaliação antropométrica, são usados índices pré-determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo eles: peso por idade (P/I), altura por idade (A/I), peso por altura (P/A) e Índice de Massa Corporal (IMC) (AZEVEDO et al, 2019).

No Brasil, esta questão tem se tornado cada vez mais frequente, visto que os hábitos alimentares, como o consumo de alimentos ultraprocessados, e hábitos de vida têm mudado. Esse distúrbio pode causar diversas complicações para a saúde da criança, aumentando o risco do desenvolvimento precoce de doenças crônicas (MIRANDA, et al., 2015).

METODOLOGIA

Neste estudo utilizou-se de uma revisão bibliográfica, na base da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) como fonte para coleta de dados com os descritores: “estado nutricional” e “crianças”, abrangendo artigos que foram publicados entre os anos de 2015 a 2020. O método qualitativo foi usado, coletando os dados a partir das leituras prévias. E a análise descritiva aponta a importância do trabalho multiprofissional relacionado com estado nutricional da criança na prevenção da obesidade infantil.

Tabela 1 – Revisão bibliográfica sobre o estado nutricional de crianças do ensino fundamental

Título da publicação	Tipo de publicação	Publicação	Ano
1. Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas.	Artigo	Revista Brasileira de Medicina do Esporte	2015
2. Capacidade funcional de exercício e hábitos de vida de crianças escolares	Artigo	Revista de Fisioterapia da Universidade de São Paulo	2018
3. Estado Nutricional de Crianças e Adolescentes Hospitalizados: comparação entre duas ferramentas de	Artigo	Revista Paulista de Pediatria	2017

avaliação nutricional com parâmetros antropométricos			
4. Estado Nutricional de menores de 5 anos de idade no Brasil: evidências da polarização epidemiológica nutricional.	Artigo	Revista Ciência & Saúde Coletiva	2017
5. Associação do estado nutricional e os desfechos clínicos em cirurgia cardíaca pediátrica.	Artigo	Acta Paulista de Enfermagem	2020
6. Estado nutricional de crianças em amamentação exclusiva prolongada no Estado de Pernambuco	Artigo	Revista Brasileira de Epidemiologia	2019
7. Desenvolvimento da motricidade fina em crianças com desnutrição crônica	Artigo	Cadernos brasileiros de terapia ocupacional	2019
8. A influência do nutricionista na afetividade e na alimentação da criança na creche.	Artigo	Brazilian Journal Of Health Review	2020
9. A influência da farmácia comunitária na promoção de estilos de vida saudáveis em crianças e adolescentes	Monografia	Repositório Científico Lusófona	2019

Fonte: os autores,2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os profissionais de diferentes áreas da saúde podem auxiliar no tratamento de crianças com problemas nutricionais, o olhar multiprodiciplinar é destacado na como essencial para a promoção da saúde, onde cada profissional executa suas atribuições em uma ação primária de promoção da saúde. Além disso, estudos indicam que crianças que possuem desnutrição crônica apresentam atraso no crescimento e desenvolvimento, comprometendo a motricidade fina, fator de extrema importância no desenvolvimento da criança (COSTA, NETO, 2019).

Descreve-se então que o fisioterapeuta é responsável por avaliar a capacidade funcional de exercícios, pois os hábitos de vida impactam diretamente na capacidade funcional da criança (POZZO, CIBINELLO, FUJISAWA, 2018). Estudos indicam que o sedentarismo leva ao desenvolvimento precoce de doenças, com a obesidade que poderá acarretar em alterações ortopédicas, as quais podem ser tratadas com fisioterapia (MIRANDA et al, 2015).

O farmacêutico, por sua vez, revela grande importância em relação à proximidade do profissional com o paciente quando trata-se de aconselhar e acompanhar o tratamento, bem como na promoção da saúde, atuando o e intervindo precocemente para minimizar riscos de doenças relacionadas ao sobrepeso e à obesidade (SOUZA,2019).

Sendo assim, a infância é um período de adaptação física e social, saindo do meio familiar e indo para a escola, assim o nutricionista desempenha um papel fundamental no educar e cuidar, tendo a finalidade de buscar o lúdico para a

explicação, de modo a atingir os objetivos de uma boa alimentação, a fim de que o propósito seja atingido, o profissional necessita conhecer as condições familiares (LOPES et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os presentes aspectos, pode-se concluir que o olhar multidisciplinar amplia as estratégias de promoção da saúde, desempenham um papel primordial no acompanhamento e reabilitação crianças obesas. Partindo do pressuposto que a educação alimentar e a saúde nutricional da comunidade necessitam de atenção da equipe, ainda mais as crianças obesas em idade escolar que estão em constante desenvolvimento, ou seja, físico, cognitivo ou psicossocial.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Pedro Tadeu Álvares Costa Caminha de et al. Estado nutricional de crianças em amamentação exclusiva prolongada no Estado de Pernambuco.

Revista brasileira de epidemiologia, São Paulo, v. 22, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2019000100408&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

COSTA, Aline Gabrielle dos Santos da; NETO, Jorge Lopes Cavalcante. Desenvolvimento da motricidade fina em crianças com desnutrição crônica.

Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 27, n. 1, p. 54-60, Jan. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000100054&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Out. de 2020.

LOPES, Wedja Myrelly de Andrade et al. A influência do nutricionista na afetividade e na alimentação da criança na creche. **Brazilian Journal Of Health Review**, Curitiba, jan. 2020. V. 3, n. 1, p. 300-307. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv3n1-022>>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

MIRANDA, João Marcelo de Queiroz et al . Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.104-107, Abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922015000200104&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de Set. de 2020.

OLIVEIRA, Thaynara Cristina de et al. Estado nutricional de crianças e adolescentes hospitalizados: comparação entre duas ferramentas de avaliação nutricional com

parâmetros antropométricos. **Revista paulista de pediatria.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 273-280, Set. 2017. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822017000300273&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

PEREIRA, Ingrid Freitas da Silva et al. Estado nutricional de menores de 5 anos de idade no Brasil: evidências da polarização epidemiológica nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3341-3352, Out. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003341&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

POZZO, Carolina Cotrim Dal; CIBINELLO, Fabíola Unbehaun; FUJISAWA, Dirce Shizuko. Capacidade funcional de exercício e hábitos de vida de crianças escolares. **Fisioterapia e Pesquisa.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 49-55, Mar. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502018000100049&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de Out. de 2020.

SOUSA, Sara Cristina Camacho de. A influência da farmácia comunitária na promoção de estilos de vida saudáveis em crianças e adolescentes. **Repositório Científico Lusófona**. Lisboa, 2019. Disponível em <<https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/9923>>. Acesso em 28 de Out. de 2020.

SOUZA, Nayana Maria Gomes de et al. Associação do estado nutricional e os desfechos clínicos em cirurgia cardíaca pediátrica. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 33, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100459&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

Brasil. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 2. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento_1ed.pdf Acesso em: 05 de Nov. De 2020.

OBESIDADE INFANTIL: QUAIS OS FATORES QUE INTERFEREM NO SOBREPESO NA PRÉ ADOLESCENCIA?¹

DALLA, Evelyn G. Santa, evelynfgf@hotmail.com, 109.705.699-63²

OLIVEIRA, Leticia D., leticiagodoes@gmail.com, 123.323.989-96³

GILIOLI, Natalia D. S., nataliasgilioli1108@gmail.com, 081.073.089-80⁴

RIBEIRO, Maiane P., maianepaiano14@gmail.com, 113.714.819-54⁵

MASSOCO, Sarah C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁶

Resumo – Este estudo trata-se sobre o tema da obesidade infantil e quais os fatores que interferem no sobrepeso na pré adolescência. **Objetivo:** descrever sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento de obesidade em crianças e adolescentes. **Metodologia:** revisão bibliográfica realizada a pesquisa nas bases de publicações acadêmicas Scielo, com a seleção dos artigos a partir de descritores específicos do assunto e ano de publicação. **Resultados:** os principais fatores que interferem no desenvolvimento da obesidade estão relacionados à alimentação inadequada e falta da prática de exercícios físicos, além de questões genéticas e ao sono, descrevendo que a obesidade é como uma pandemia mundial com sua origem em hábitos inadequados ainda na infância e adolescência.

Palavras-chave: Obesidade, Sobrepeso e Adolescente.

INTRODUÇÃO

O estilo de vida moderno resultou em uma pandemia de sobrepeso e obesidade que afeta mais de 100 milhões de crianças no mundo. Suas principais causas decorrem da alimentação rica em alimentos processados e do sedentarismo (EL HALAL, 2019). Os hábitos adotados na infância e na adolescência refletem-se na vida adulta, principalmente os hábitos alimentares e de exercícios (SHERR, 2018).

Do mesmo modo, conforme estudos revelam que a distribuição da gordura corporal e os distúrbios da pressão arterial podem ser originados na adolescência (SHERR, 2018). Assim sendo, os hábitos que os adolescentes adquirem nessa fase podem ajudar ou prejudicar os seus modos de vida e saúde quando adultos (SHERR, 2018).

Portanto, a infância torna-se a fase mais importante para o desenvolvimento das medidas de hábitos saudáveis, pois apresentam maior possibilidade de serem

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

mantidas, assim diminuindo consequentemente possíveis fatores de risco de outras doenças cardiovasculares, por exemplo (SCHERR, 2018).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ciclo da vida onde mais ocorrem mudanças é a adolescência, sendo estas psicológicas, biológicas e sociais. Sobre o tema obesidade infantil, é um fato que ela vem se tornando um grande problema de saúde pública, que se apresenta em proporções pandêmicas e em fase crescente nos últimos anos (LIMA, 2017). Pode-se afirmar que isso decore das mudanças de comportamento que a sociedade tem passado nos últimos anos, como a baixa frequência na realização das atividades físicas e a má alimentação que na maioria das vezes enfoca-se em alimentos gordurosos e ricos em calorias, assim tendo a transição que desencadeou uma diminuição das doenças infecciosas e o aumento da prevalência das doenças crônicas, como a obesidade (LIMA, 2017).

Um grande fator de risco para a persistência da obesidade na vida adulta e o desenvolvimento de outras morbidades é quando a obesidade é desenvolvida de maneira precoce, muitas vezes na infância ou adolescência (LIMA, 2017).

Dentre os diversos fatores determinantes dessa enfermidade, os que se tornam mais corriqueiros são os hábitos alimentares inadequados, a falta de atividade física muitas vezes decorrente da alta frequência em dispositivos eletrônicos - tempo de tela, questões econômicas e sociais, fatores perinatais, e o que é possível considerar de grande influência na vida dos pré adolescentes, o estado nutricional dos pais e sua escolaridade (LIMA, 2017). Aspectos genéticos também apresentam grande relevância de risco no contexto da obesidade, sendo repassados de gerações em gerações (LIMA, 2017). Igualmente a tais fatores, a menor duração do sono na infância influencia o risco de obesidade e sobrepeso (BARBOSA, 2019).

Por fim, a ingestão de bebidas alcoólicas pode causar um desequilíbrio ao estado de saúde dos adolescentes. Isso ocorre por consequência de seus altos valores calóricos e as mudanças que podem vir a ocorrer no apetite e ganho de peso (BARBOSA, 2019).

METODOLOGIA

Nesse trabalho foi utilizado a busca por publicações científicas na base de dados da Scielo através do link para consulta Para este estudo foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica, metodologia qualitativa nas bases Scientific Electronic Library Online (SIELO) de domínio público com os descritores específicos para busca dos artigos publicados com os filtros (hábitos) AND (sobrepeso) AND (adolescentes), conforme o fluxograma de inclusão dos artigos para esta revisão, pelo método prisma. Tendo como resultado 8 artigos, sendo 7 selecionados para leitura prévia, destes 6 foram utilizados para o desenvolvimento do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se que os pré-adolescentes apresentam fatores relacionados ao sobrepeso e obesidade, que são a história familiar de obesidade e dislipidemia, além de apresentar um perfil lipídico elevado de 50,9% de colesterol indesejável (BARBOSA, 2019).

O Brasil apresentou dados de excesso de peso entre adolescentes ininterruptamente nos últimos 34 anos, esse aumento ocorreu principalmente no sexo masculino (BARBOSA, 2019).

O sono em uma quantidade insuficiente influencia o ganho de peso, apresentando 58% de risco de maior sobrepeso ou obesidade para adolescentes na faixa de 18 anos que possuem menor duração de sono, e adolescentes com maior extremo de curta duração esse risco cresce para 92% (EL HALAL, 2019). Sendo que em participantes de até 16 anos, o risco de sobrepeso é de 76% para com aqueles que têm menor duração de sono (EL HALAL, 2019).

Os estudos chegam a conclusão que adolescentes que possuem pais com excesso de peso tem maior risco de apresentar essa enfermidade, se comparados a pais com peso menor, tendo esse risco aumentado quando ambos os pais apresentam obesidade (LIMA, 2017).

Tabela 1 – Revisão bibliografia: obesidade infantil e quais os fatores que interferem no sobrepeso na pré-adolescência.

Título da publicação	Tipo de publicação	Ano
Prevalência e fatores associados ao excesso de peso corporal em adolescentes ¹	Artigo	2019
Sono e desenvolvimento pondero-estatural ²	Artigo	2019
Excesso de peso e fatores associados em crianças e adolescentes com fenilcetonúria: uma revisão sistemática ³	Artigo	2020
Excesso de peso em adolescentes e estado nutricional dos pais: uma revisão sistemática ⁴	Artigo	2017
Práticas Esportivas e Risco Cardiovascular em Adolescentes ⁵	Artigo	2018
O Modelo Trans teórico para Auxiliar Adolescentes Obesos a Modificar Estilo de Vida ⁶	Artigo	2018

Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da aplicabilidade das propostas para as soluções de alguns problemas observados sobre a obesidade infantil, até o momento não identifica-se resultados sólidos, mas foi possível constatar, uma maior preocupação, na questão da má alimentação, falta de exercícios, a troca de alimentos naturais e saudáveis por alimentos ultra processados é além de tudo o uso da tecnologia. Portanto, sugere-se que os pais e responsáveis, cuidem da alimentação de seus filhos, incentivando a praticar esportes e restrição ao tempo de uso da tecnologia.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Isabelle Arruda et al . Prevalência e fatores associados ao excesso de peso corporal em adolescentes. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 32, n. 5, p. 485-492, Oct. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002019000500004&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Oct. 2020. Epub Oct 10, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900068>.

BOFF, Raquel de Melo et al . O Modelo Transteórico para Auxiliar Adolescentes Obesos a Modificar Estilo de Vida. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto , v. 26, n. 2, p. 1055-1067, June 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000201055&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Oct. 2020. <https://doi.org/10.9788/tp2018.2-19pt>.

EL HALAL, Camila dos Santos; NUNES, Magda Lahorgue. Sono e desenvolvimento pondero-estatural. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre , v. 95, supl. 1, p. S2-S9, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-7572019000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Oct. 2020. Epub Apr 18, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2018.10.009>.

LIMA, Niedja Maria da Silva et al . Excesso de peso em adolescentes e estado nutricional dos pais: uma revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 2, p. 627-636, Feb. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200627&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.17522015>.

SCHERR, Carlos et al . Práticas Esportivas e Risco Cardiovascular em Adolescentes. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo , v. 110, n. 3, p. 248-255, Mar. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2018000300248&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Oct. 2020. Epub Feb 19, 2018. <https://doi.org/10.5935/abc.20180024>.

SENA, Berilany dos Santos et al . EXCESSO DE PESO E FATORES ASSOCIADOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM FENILCETONÚRIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo , v. 38, e2018201, 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822020000100506&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 out. 2020. Epub 09-Mar-2020. <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2018201>.

A ANSIEDADE COMO FATOR DE PRÉ-DISPOSIÇÃO AO SOBREPESO E OBESIDADE EM ADOLESCENTES ¹

SILVA, Wagner, wagner87reis@gmail.com, 008.447.579-00 ²
 MASSANEIRO, Arieli, arielialvesmassaneiro@gmail.com, 120.817.149-65 ³
 CARNEIRO, Patricia, pati.queridinh@gmail.com, 042.002.889-74 ⁴
 VIDAL, Cintia, cintiasantosvidal@gmail.com, 126.731.819-89 ⁵
 MASSOCO, Sarah C. C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22 ⁶

Resumo – A obesidade possui uma complexidade ampla e diversos fatores interligados, o tratamento pode ser efetuado de diversas formas dentre elas psicológico e farmacológico. **Objetivo:** investigar sobre a relação da ansiedade no sobrepeso e obesidade em adolescentes. **Metodologia:** revisão bibliográfica nas bases científica de publicações da área da saúde, utilizado como base a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) através dos descritores: tw:(tw:(ansiedade)) AND (tw:(obesidade)) AND (fulltext:"1") AND mj:("Obesidade" OR "Ansiedade") AND la:("pt" OR "en")) AND (year_cluster:[2015 TO 2020]), com 15 artigos para leitura prévia e avaliação dos critérios de inclusão, com um total de 5 artigos para este estudo. **Resultados:** nota-se que a mulher tem elevado risco para a obesidade devido à depressão, estágios avançados de ansiedade.

Palavras-chave: Ansiedade, Obesidade, Sobrepeso, Adolescentes.

INTRODUÇÃO

Dentre aos fatores que levaram o indivíduo a obesidade, um dos principais de maior fator é o emocional e o psicológico, que são os mais propensos a indicadores ligados diretamente a ansiedade seja entre jovens do ensino médio e subsequente com maior abrangência, quando estes vão a universidade no primeiro ano com propensão maior em mulheres independentemente da idade, raça, cor ou etnia ou status social (SCOTTON, 2018).

A ansiedade decorre de transtornos depressivos, define-se então por depressão as mudanças súbitas de humor ligados a obesidade e sintomas depressivos, dos quais mulheres com excesso de peso possuem gradativamente mudanças mais súbitas no humor (FAGUNDES, CAREGNATO, SILVEIRA, 2016).

Na prevalência desta doença, apontam importantes dados como a diferença de idade e sexo que apontam ser significativos quando associados a transtornos de humor e ansiedade e a obesidade, acarretando em sofrimento ao paciente (FAGUNDES, CAREGNATO, SILVEIRA, 2016).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004) define obesidade como sendo um acúmulo anormal e excessivo de gordura prejudicial à saúde. Os sintomas de estresse, transtorno do humor, ansiedade, depressão, e compulsão alimentar são comuns em pacientes com sobrepeso ou obesidade, sugerindo relação entre estresse e sobrepeso (FAGUNDES, CAREGNATO, SILVEIRA, 2016).

O enfrentamento da obesidade envolve vários fatores relacionados ao comportamento alimentar, dificuldade inerente a sua vontade, que demonstra a culpa pela condição de ser obeso e a incapacidade em realizar dietas e tratamentos (LIMA, OLIVEIRA, 2016).

Embora não seja um transtorno mental, a obesidade envolve também perturbações comportamentais e emocionais relacionadas à alimentação e pode haver comorbidade com transtornos psicológicos como depressão, ansiedade, transtornos alimentares, além de distorção da imagem corporal e baixa autoestima (DELUCHI et al., 2013; APA, 2014).

A obesidade e o aumento em potencial de peso promovem o surgimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) que vem de diferentes causas e fatores com uma ação muito longa e duradoura defendendo fatores genéticos e o tempo em que determinado indivíduo ficou exposto naquela situação que causou aquele problema (LOPES, REZENDE, CALÁBRIA, 2017). Associada aos fatores de obesidade a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), é um dos mais importantes agentes causadores de problemas em saúde pública com alta prevalência e baixa taxa de controle (LOPES, REZENDE, CALÁBRIA, 2017).

O cálculo utilizado pelos profissionais da saúde com aplicabilidade para o uso também pelo farmacêutico para verificação de sobrepeso ou obesidade, é pela fórmula de índices de gordura em pessoas adultas é o Índice de Massa Corporal (IMC) sendo esta para diagnosticar e classificar a obesidade (LIMA, OLIVEIRA, 2016).

METODOLOGIA

Neste optou-se pela metodologia de revisão bibliográfica que conforme Boccato (2006) “a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266). Foi utilizado como base a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) através dos descritores: `tw:((tw:(ansiedade)) AND (tw:(obesidade))) AND (fulltext:("1") AND mj:("Obesidade" OR "Ansiedade") AND la:("pt" OR "en")) AND (year_cluster:[2015 TO 2020])`, com 15 artigos para leitura prévia e avaliação dos critérios de inclusão, com um total de 5 artigos para este estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os principais resultados, notou-se que os fatores psicológicos e emocionais interferem negativamente na vida saudável de muitos adolescentes que adentram tanto no ensino médio como na vida universitária¹.

Percebe-se que esses fatores interferem ainda mais as mulheres, propiciando a obesidade ligada a depressão⁴.

Como terapias no combate a ansiedade e conseqüentemente para a obesidade, na procura por uma vida saudável os meios naturais vêm sendo utilizados, como por exemplo: a terapia floral².

A Organização Mundial de Saúde (OMS) revelou, em 2010, que 36 milhões (63%) das mortes mundiais eram ocasionadas pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e que, entre 2010 e 2020, este número poderia subir para 44 milhões, um aumento de 15%. No Brasil, as DCNT são responsáveis por 72% do total de óbitos, sendo que a maioria ocorre de forma prematura, ou seja, antes dos 70 anos³.

Tabela 1 – Revisão bibliografia para relacionar a ansiedade, sobrepeso e obesidade em adolescentes.

Titulo da publicação	Tipo da publicação	Ano
Aspectos psicológicos em indivíduos com sobrepeso e obesidade ¹	Artigo	2019
Significados da terapia floral para ansiedade em pessoas com sobrepeso ou obesidade ²	Artigo	2018
Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em universitários ³	Artigo	2017
Variáveis psicológicas associadas à cirurgia bariátrica ⁴	Artigo	2016
Fatores psicológicos da obesidade e alguns apontamentos sobre a terapia cognitivo-comportamental ⁵	Artigo	2016

Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que frente aos dados encontrados nessa pesquisa, os sintomas de cunho psicológico estão presentes em pacientes com sobrepeso e obesidade, como também em adolescentes com ganho de peso. Dentre as terapêuticas a procura por tratamentos naturais vem aumentando, um exemplo disso é a terapia floral, para diminuir casos de ansiedade. Então se dá a importância do acompanhamento médico, psicológico e do farmacêutico para um melhor resultado no tratamento da ansiedade e depressão, pois estas condições patológicas necessitam de acompanhamento, onde interfere na eficácia da perda de peso e controle das doenças crônicas decorrentes da obesidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

FAGUNDES, Maria Anobes bonet Grespen; CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. Variáveis psicológicas associadas à cirurgia bariátrica / Psychological variables associated with bariatric surgery. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/BR. Portal Regional da BVS, 2016.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-949848>

LIMA, Ana Carolina Rimoldi de; OLIVEIRA, Angélica Borges. Fatores psicológicos da obesidade e alguns apontamentos sobre a terapia cognitivo-comportamental / Psychological factors of obesity and some notes about cognitive-behavioral therapy. Instituto Luterano de Ensino Superior ILES-ULBRA/Brasil / Universidade Federal de Uberlândia/Brasil. Portal Regional da BVS, 2016.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-69915>

PANCIERI, Ana Paula; et al. Meanings of flower therapy for anxiety in people with overweight or obesity. Portal Regional da BVS, 2018. Brasil. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-30365799>

DAS DÔRES LOPES, Patrícia; AZENHA ALVES DE REZENDE. Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em universitários / Risk factors for non-communicable diseases in university students / Factores de riesgo para enfermedades crônicas no transmisibles en universitários. Portal. Universidade Federal de Minas Gerais/BR. Regional da BVS, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-877475>

SCOTTON, Isabela Lamante; et al. Aspectos psicológicos em indivíduos com sobrepeso e obesidade / Psychological aspects in overweight and obese people. Universidade de São Paulo/BR / Universidade do Minho/PT. Portal Regional da BVS, maio\ago 2019. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1015860>

ADAPTAÇÃO DOS PROFESSORES COM AS AULAS ONLINE TRANSMITIDAS ATRAVÉS DE WEB CONFERÊNCIA

Emerson Rufino de Oliveira¹
Luana Alves Martins¹
Luana Weber¹
Sara Roveda Camargo¹
Adriano Maffessoni²
Vania Maria Castro Gouveia²

¹ Acadêmicos do curso de Fisioterapia (UNIARP); ² Docente do curso de Fisioterapia (UNIARP)

RESUMO

Em meio a situação atual do ano de 2020 a maioria das pessoas precisou adaptar seu trabalho para poder se proteger e continuar o serviço de forma home office. Com os professores a situação não foi diferente, esses profissionais precisaram adaptar a forma de transmitir o conhecimento, utilizando os recursos digitais, fazendo da tecnologia sua principal ferramenta de trabalho. Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa que envolveu 42 participantes, usuários dos recursos disponíveis para transmissão das aulas online. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs. Observa-se que 61,1% dos professores relatam que os alunos não prestam atenção nas aulas online, 55,3% estão gostando dessa nova experiência, 61,1% já se adaptaram com o novo formato de aula e 44,7% não estão muito contentes em ministrar aulas online, avaliando como regular esse novo método de trabalho. Podemos concluir que os professores obtiveram dificuldades para se adaptar e que de fato os métodos tradicionais de ensino presencial ainda é o mais indicado, porém em meio a situação em que vivenciamos o ensino remoto é a melhor alternativa para suprir o distanciamento.

Palavras-chave: Professor, trabalho, Online,

INTRODUÇÃO

De acordo com Vieira, a situação iniciada a partir do contágio mundial em massa pelo COVID-19 se tratando de uma questão há saúde pública, afetou mundialmente diversos campos, trazendo consequências econômicas, políticas, sociais e principalmente no campo educacional. (VIEIRA, et al., 2020).

As medidas principais para se evitar a disseminação do vírus são o uso de máscara, a higienização constante das mãos e dos materiais individuais, o distanciamento social e a quarentena. Isso tem gerado impacto diretamente na vida de todos os brasileiros, especialmente na educação, causando o afastamento presencial de docentes e discentes. (PASINI, et al, 2020).

Com a decorrência da paralisação, aumentou o uso das tecnologias educacionais para realização de atividades escolares não presenciais. Diante da

situação emergencial, governos estaduais e municipais, prescindindo da estrutura necessária para a prática de ensino a distância, depararam-se com a necessidade de concentrar esforços na preparação dos professores para o desenvolvimento de situações de aprendizagem remota que estão sendo mediadas pelo uso das tecnologias. Devido a isso grande capacidade dos docentes buscaram experimentar, inovar, sistematizar o conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos (VIEIRA, et al., 2020).

A suspensão temporária das aulas presenciais foi uma medida imposta pelos órgãos públicos como forma de conter a disseminação do vírus em meio à pandemia. Dessa forma, tanto os profissionais como os alunos passaram a ficar de quarentena, assim como as demais pessoas. A continuação do ensino através da educação online foi o meio encontrado por escolas e universidades do mundo todo. Os trabalhadores de outros setores que puderam implementar o trabalho home office também estão se comunicando e fazendo atividades remotas (DIAS e PINTO, 2020).

Para os alunos com acesso à internet, o grande desafio é aprender a gerenciar o tempo dentro de casa e ter disciplina para estudar no modelo de ensino a distância. Tudo isso no contexto de estresses por estarem confinados em casa, longe dos amigos e professores e vivendo no meio a uma pandemia.

Para os professores, aprender a adaptar as costumeiras aulas presenciais para aulas virtuais também não é nada fácil, ainda mais sem prévio treinamento pedagógico e tecnológico, como acontece em muitas instituições de ensino.

No momento atual, escolas públicas e privadas, estão sofrendo com o método de aula online, tanto os professores, pais e alunos. Há diferenças substanciais entre as famílias, atualmente, em confinamento algumas podem ajudar seus filhos a aprender mais do que outras. Fatores como a quantidade de tempo disponível para se dedicar aos estudos dos filhos, auxiliando-os com as aulas online, isso gera ainda mais dificuldades para alunos e professores, pois afeta o aprendizado de cada um dos alunos que acabam se prejudicando (DIAS e PINTO, 2020).

Em meio a um turbilhão de problemas, a educação deverá ser uma potencializadora da esperança humana, capaz de continuar auxiliando para a modificação de condutas, sempre para o bem da sociedade, em busca de nos fazermos sujeitos melhores. Uma crise sanitária é superada, também, por uma maior educação. Os instrumentos tecnológicos estão aí para nos auxiliarem e diminuir as distâncias. (PASINI, et al, 2020)

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. Uma pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (THOMAS; NELSON E SILVERMAN, 2007).

A população envolvida neste estudo foi composta por 42 professores onde 75,6% foram mulheres e 24,4% homens, sendo estes, usuários dos recursos de plataformas online de ensino, como ferramenta utilizada durante a realização das aulas à distância.

Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no Google Docs. O link da pesquisa foi divulgado pelos acadêmicos através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e Whats App®.

O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha que avaliou as condições e adaptações dos professores em meio as aulas online transmitidas através de web conferencias.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente foi realizado a análise descritiva dos dados, apresentando os resultados através de tabela.

RESULTADOS

Ao questionar os entrevistados sobre quais as dificuldades para dar aula em tempos de pandemia, nota-se que 61,1% respondeu que a maior dificuldade é ver que os alunos não estão prestando atenção nas explicações, outros 25% sentem dificuldades para criar conteúdo dinâmico em formato online, 13,9% responderam que o que mais dificulta o ensino é não ver os alunos durante a aulas (Tabela 1).

Tabela 1 - Adaptação dos professores em meio as aulas online transmitidas através de web conferencia

	%
Quais as dificuldades para ministrar aulas online em tempos de pandemia?	
Criação de conteúdo	25%
Não ver os alunos	13,9
Os alunos prestarem atenção nas aulas	61,1%
Como está sendo a experiencia das aulas online?	
Excelente	13,2
Bom	55,3
Ruim	26,3
Péssimo	5,2
Você já se adaptou com as plataformas de ensino online?	
Sim	61,1
Não	27,8
Ainda apresenta dificuldades	11
Como você avalia esse novo método de ensino	
Ruim	13,2
Regular	44,7
Bom	34,2
Ótimo	7,9

Fonte: Autores (2020).

Ao observar os resultados vemos que a maioria dos profissionais que utilizam as ferramentas de ensino online, estão encarando como uma boa experiência esse novo método.

Sobre como está sendo a experiência dos professores nesta época de pandemia, os resultados obtidos foram: 13,2% achou excelente, 55,3% respondeu bom, 26,3% acha esse tipo de ensino ruim e 5,3% respondeu péssimo.

Ao perguntar se os profissionais já estão adaptados com as plataformas de ensino online, as respostas foram: 61,1% respondeu que sim, já estão acostumados, 27,8% disseram que não se adaptaram ainda e 11% falaram que ainda possuem dificuldades.

Foi possível perceber que a maioria já está acostumado com a nova forma de ensino, mesmo estando implementado a poucos meses, os profissionais já não possuem tantas dificuldades para utilizar os recursos digitais.

Ao solicitar aos entrevistados para que avaliassem o novo método de ensino, 13,2% disseram que acham ruim este tipo de ensino, 44,7% acham regular, 34% estão satisfeitos pois responderam bom ao questionamento e 79% falaram que está ótimo essa nova forma de ministrar aulas.

Nota-se que alguns professores ainda apresentam dificuldade com esta nova forma de transmitir o conteúdo e que de fato este novo método de ensino é a única opção de continuar as aulas.

CONCLUSÃO

Através desta pesquisa chegamos à conclusão que por mais que a tecnologia esteja cada vez mais presente em nossas vidas o contato e a aproximação ainda são necessários para uma boa aprendizagem. A conexão entre professor e alunos é de grande importância para uma maior compreensão do conteúdo transmitido, somos seres que necessitamos do contato e da visualização para que assim sejamos cativados a aprender.

REFERÊNCIAS

DIAS, Érika e PINTO Fátima Cunha Ferreira. A educação e a COVID-19. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n108/1809-4465-ensaio-28-108-0545.pdf> Acesso em 12 out. de 2020.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati et al, **A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações**. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf> Acesso em: 10 out. de 2020

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VIEIRA, Leticia, et al. Inovação curricular no ensino médio: das experiências exitosas às duvidosas propostas de mudança. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 15, n. 3, p. 1422-1442, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12720/0>. Acesso em 29 out. de 2020.

ADAPTAÇÃO DOS PROFESSORES COM AS AULAS ONLINE TRANSMITIDAS ATRAVÉS DE WEB CONFERÊNCIA

Emerson Rufino de Oliveira¹
Luana Alves Martins¹
Luana Weber¹
Sara Roveda Camargo¹
Adriano Maffessoni²
Vania Maria Castro Gouveia²

¹ Acadêmicos do curso de Fisioterapia (UNIARP); ² Docente do curso de Fisioterapia (UNIARP)

RESUMO

Em meio a situação atual do ano de 2020 a maioria das pessoas precisou adaptar seu trabalho para poder se proteger e continuar o serviço de forma home office. Com os professores a situação não foi diferente, esses profissionais precisaram adaptar a forma de transmitir o conhecimento, utilizando os recursos digitais, fazendo da tecnologia sua principal ferramenta de trabalho. Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa que envolveu 42 participantes, usuários dos recursos disponíveis para transmissão das aulas online. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs. Observa-se que 61,1% dos professores relatam que os alunos não prestam atenção nas aulas online, 55,3% estão gostando dessa nova experiência, 61,1% já se adaptaram com o novo formato de aula e 44,7% não estão muito contentes em ministrar aulas online, avaliando como regular esse novo método de trabalho. Podemos concluir que os professores obtiveram dificuldades para se adaptar e que de fato os métodos tradicionais de ensino presencial ainda é o mais indicado, porém em meio a situação em que vivenciamos o ensino remoto é a melhor alternativa para suprir o distanciamento.

Palavras-chave: Professor, trabalho, Online,

INTRODUÇÃO

De acordo com Vieira, a situação iniciada a partir do contágio mundial em massa pelo COVID-19 se tratando de uma questão há saúde pública, afetou mundialmente diversos campos, trazendo consequências econômicas, políticas, sociais e principalmente no campo educacional. (VIEIRA, et al., 2020).

As medidas principais para se evitar a disseminação do vírus são o uso de máscara, a higienização constante das mãos e dos materiais individuais, o distanciamento social e a quarentena. Isso tem gerado impacto diretamente na vida de todos os brasileiros, especialmente na educação, causando o afastamento presencial de docentes e discentes. (PASINI, et al, 2020).

Com a decorrência da paralisação, aumentou o uso das tecnologias educacionais para realização de atividades escolares não presenciais. Diante da

situação emergencial, governos estaduais e municipais, prescindindo da estrutura necessária para a prática de ensino a distância, depararam-se com a necessidade de concentrar esforços na preparação dos professores para o desenvolvimento de situações de aprendizagem remota que estão sendo mediadas pelo uso das tecnologias. Devido a isso grande capacidade dos docentes buscaram experimentar, inovar, sistematizar o conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos (VIEIRA, et al., 2020).

A suspensão temporária das aulas presenciais foi uma medida imposta pelos órgãos públicos como forma de conter a disseminação do vírus em meio à pandemia. Dessa forma, tanto os profissionais como os alunos passaram a ficar de quarentena, assim como as demais pessoas. A continuação do ensino através da educação online foi o meio encontrado por escolas e universidades do mundo todo. Os trabalhadores de outros setores que puderam implementar o trabalho home office também estão se comunicando e fazendo atividades remotas (DIAS e PINTO, 2020).

Para os alunos com acesso à internet, o grande desafio é aprender a gerenciar o tempo dentro de casa e ter disciplina para estudar no modelo de ensino a distância. Tudo isso no contexto de estresses por estarem confinados em casa, longe dos amigos e professores e vivendo no meio a uma pandemia.

Para os professores, aprender a adaptar as costumeiras aulas presenciais para aulas virtuais também não é nada fácil, ainda mais sem prévio treinamento pedagógico e tecnológico, como acontece em muitas instituições de ensino.

No momento atual, escolas públicas e privadas, estão sofrendo com o método de aula online, tanto os professores, pais e alunos. Há diferenças substanciais entre as famílias, atualmente, em confinamento algumas podem ajudar seus filhos a aprender mais do que outras. Fatores como a quantidade de tempo disponível para se dedicar aos estudos dos filhos, auxiliando-os com as aulas online, isso gera ainda mais dificuldades para alunos e professores, pois afeta o aprendizado de cada um dos alunos que acabam se prejudicando (DIAS e PINTO, 2020).

Em meio a um turbilhão de problemas, a educação deverá ser uma potencializadora da esperança humana, capaz de continuar auxiliando para a modificação de condutas, sempre para o bem da sociedade, em busca de nos fazermos sujeitos melhores. Uma crise sanitária é superada, também, por uma maior educação. Os instrumentos tecnológicos estão aí para nos auxiliarem e diminuir as distâncias. (PASINI, et al, 2020)

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. Uma pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (THOMAS; NELSON E SILVERMAN, 2007).

A população envolvida neste estudo foi composta por 42 professores onde 75,6% foram mulheres e 24,4% homens, sendo estes, usuários dos recursos de plataformas online de ensino, como ferramenta utilizada durante a realização das aulas à distância.

Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no Google Docs. O link da pesquisa foi divulgado pelos acadêmicos através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e Whats App®.

O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha que avaliou as condições e adaptações dos professores em meio as aulas online transmitidas através de web conferencias.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente foi realizado a análise descritiva dos dados, apresentando os resultados através de tabela.

RESULTADOS

Ao questionar os entrevistados sobre quais as dificuldades para dar aula em tempos de pandemia, nota-se que 61,1% respondeu que a maior dificuldade é ver que os alunos não estão prestando atenção nas explicações, outros 25% sentem dificuldades para criar conteúdo dinâmico em formato online, 13,9% responderam que o que mais dificulta o ensino é não ver os alunos durante a aulas (Tabela 1).

Tabela 1 - Adaptação dos professores em meio as aulas online transmitidas através de web conferencia

	%
Quais as dificuldades para ministrar aulas online em tempos de pandemia?	
Criação de conteúdo	25%
Não ver os alunos	13,9
Os alunos prestarem atenção nas aulas	61,1%
Como está sendo a experiencia das aulas online?	
Excelente	13,2
Bom	55,3
Ruim	26,3
Péssimo	5,2
Você já se adaptou com as plataformas de ensino online?	
Sim	61,1
Não	27,8
Ainda apresenta dificuldades	11
Como você avalia esse novo método de ensino	
Ruim	13,2
Regular	44,7
Bom	34,2
Ótimo	7,9

Fonte: Autores (2020).

Ao observar os resultados vemos que a maioria dos profissionais que utilizam as ferramentas de ensino online, estão encarando como uma boa experiencia esse novo método.

Sobre como está sendo a experiencias dos professores nesta época de pandemia, os resultados obtidos foram: 13,2% achou excelente, 55,3% respondeu bom, 26,3% acha esse tipo de ensino ruim e 5,3% respondeu péssimo.

Ao perguntar se os profissionais já estão adaptados com as plataformas de ensino online, as respostas foram: 61,1% respondeu que sim, já estão acostumados, 27,8% disseram que não se adaptaram ainda e 11% falaram que ainda possuem dificuldades.

Foi possível perceber que a maioria já está acostumado com a nova forma de ensino, mesmo estando implementado a poucos meses, os profissionais já não possuem tantas dificuldades para utilizar os recursos digitais.

Ao solicitar aos entrevistados para que avaliassem o novo método de ensino, 13,2% disseram que acham ruim este tipo de ensino, 44,7% acham regular, 34% estão satisfeitos pois responderam bom ao questionamento e 79% falaram que está ótimo essa novo forma de ministrar aulas.

Nota-se que alguns professores ainda apresentam dificuldade com esta nova forma de transmitir o conteúdo e que de fato este novo método de ensino é a única opção de continuar as aulas.

CONCLUSÃO

Através desta pesquisa chegamos à conclusão que por mais que a tecnologia esteja cada vez mais presente em nossas vidas o contato e a aproximação ainda são necessários para uma boa aprendizagem. A conexão entre professor e alunos é de grande importância para uma maior compreensão do conteúdo transmitido, somos seres que necessitamos do contato e da visualização para que assim sejamos cativados a aprender.

REFERÊNCIAS

DIAS, Érika e PINTO Fátima Cunha Ferreira. A educação e a COVID-19. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n108/1809-4465-ensaio-28-108-0545.pdf> Acesso em 12 out. de 2020.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati et al, **A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações**. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf> Acesso em: 10 out. de 2020

THOMAS, J.R.; NELSON. J.K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VIEIRA, Leticia, et al. Inovação curricular no ensino médio: das experiências exitosas às duvidosas propostas de mudança. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 15, n. 3, p. 1422-1442, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12720/0>. Acesso em 29 out. de 2020.

NÍVEL DE ESTRESSE EMOCIONAL NOS PAIS DE ALUNOS DO TERCEIRO ANO 31 DO ENSINO FUNDAMENTAL DO COLÉGIO APLICAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vânia Maria Castro Gouveia¹ [vania@uniarp.edu.br¹
Adriano Mafessoni¹ \[adriano@uniarp.edu.br¹
Matheus Fernandes Sotel², \\[matheussotel@hotmail.com\\]\\(mailto:matheussotel@hotmail.com\\)²
Stefany Almeida Schena² \\[stefany-schena@hotmail.com\\]\\(mailto:stefany-schena@hotmail.com\\)²
Tamires FernandaVicente² \\[tamires_vicente@hotmail.com\\]\\(mailto:tamires_vicente@hotmail.com\\)²
Thainá Moraes² \\[thainamoraes152@hotmail.com\\]\\(mailto:thainamoraes152@hotmail.com\\)²
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil
Área de conhecimento: Ciências da Saúde\]\(mailto:adriano@uniarp.edu.br\)](mailto:vania@uniarp.edu.br)

Resumo A epidemia atual e todo o ambiente que a acompanha são transmitidos ao cérebro das crianças por meio de informações, como as emoções dos pais, emoções de outros adultos próximos, atividades diárias e mudanças ambientais. (POLANCZYK, 2020). Neste momento, todas as crianças e jovens estão enfrentando situações jamais vividas, tendo que se adaptar ao ensino remoto e/ou aulas online. O ensino remoto defende a transmissão em tempo real das aulas. No ensino a distância, é necessário dar suporte aos professores forma atemporal, conteúdos e materiais didáticos mais padronizados. (NOVO, 2020). Assim as crianças e jovens necessitam do auxílio dos familiares para realizar as tarefas remetidas, além de ter os efeitos do isolamento social, ocasionando assim um estresse emocional muito grande nas crianças, refletindo este estresse em seus pais. Contudo este estudo tem por objetivo avaliar o nível de estresse dos pais em tempos de pandemia. Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida neste estudo foi composta por 11 pais de alunos do 3º ano do ensino fundamental do Colégio Aplicação –Caçador. Constatamos com a presente pesquisa

Palavras-chave: Estresse emocional. Ensino remoto. Pandemia.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia gerada por um vírus altamente contagioso, o Corona Vírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), conhecido como COVID-19. A infecção causada pelo SARS-Cov-2 tem alta taxa de mortalidade, principalmente em idosos, imunossuprimidos, diabéticos, cardiopatas e hipertensos. Muitas infecções são assintomáticas ou apresentam sintomas leves a moderados, semelhantes aos da gripe comum (XAVIER, 2020).

O estresse emocional é um dos fatores de risco evitáveis mais importantes para transtornos mentais. Os transtornos causados pelo estresse podem ocorrer na

infância e mesmo dentro de alguns anos após a ocorrência de uma situação estressante (POLANCZYK, 2020).

Neste momento, todas as crianças e jovens estão enfrentando situações dolorosas. Do ponto de vista da educação presencial, seus pais estão atualmente ansiosos, causando preocupação, raiva, brigas, sentimento de insuficiência, estas são situações estressantes e comuns nesta pandemia (POLANCZYK, 2020).

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo avaliar o nível de estresse causado nos pais em tempos de pandemia.

DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

JUSTIFICATIVA

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

Relatar os efeitos gerados a nível de estresse emocional nos pais devido a necessidade de adaptação em tempos de Pandemia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os efeitos do isolamento social não foram favoráveis a ninguém. As crianças perderam o convívio social de amigos, parentes, professores, perderam a rotina escolar que seguiam, perderam os espaços físicos em que brincavam. As pessoas perderam seus tempos de entretenimento, muitos perderam familiares, sem poder se quer fazer uma despedida. Esses tópicos, entre muitos outros, trouxe uma convergência em todas as famílias, o que será destacado no seguinte estudo (CRUZ, 2020).

Os pais são os protagonistas do crescimento dos filhos, pois poderão reconhecer os sinais de estresse, lidar com eles e transmitir suas respostas, de forma segura e inteligente, gerando um ciclo positivo. Porém, muitos pais também apresentam problemas emocionais, acabam descontando nas crianças, sendo incapazes de reconhecer os problemas dos filhos e até mesmo os colocam sob outras pressões, tornando vulneráveis a situações de violência doméstica (POLANCZYK, 2020).

Neste momento, todas as crianças e jovens estão enfrentando situações dolorosas. Limitações de inacessibilidade, limitações de espaço, incapacidade de encontrar ou abraçar os avós, incapacidade de encontrar amigos, incapacidade de

organizar e/ou ir a festas, viagens e campeonatos, medo de ser infectado ou ser infectado por membros da família, interrupção. Do ponto de vista da educação presencial, seus pais estão atualmente ansiosos, causando preocupação, raiva, brigas, sentimento de insuficiência, estas são situações estressantes e comuns nesta pandemia (POLANCZYK, 2020).

O ensino remoto defende a transmissão em tempo real das aulas. A ideia é que os professores e alunos da turma sejam interativos, e a aula da disciplina seja conduzida simultaneamente em um modelo presencial. No ensino a distância, é necessário dar suporte aos professores forma atemporal, conteúdos e materiais didáticos mais padronizados (geralmente fornecidos com antecedência), horários padronizados, avaliações padronizadas, atividades síncronas e assíncronas, o que consequentemente traz mais responsabilidade aos pais (NOVO, 2020).

A dificuldade existente entre a conciliação da vida pessoal e profissional dos pais com a vida estudantil dos filhos, que passou a ser de forma remota, onde os professores dão as aulas através de aplicativos digitais, deixou os pais suscetíveis a estresses, pois os deixou responsáveis pela educação e aprendizado das crianças. Tarefas, atividades e trabalhos a serem realizados com as crianças do ensino infantil, acostumadas com a convivência escolar, deixou-os mais rebeldes, mais ansiosos e sem vontade de aprender (QUINTELLA, 2020).

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. Uma pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (THOMAS; NELSON E SILVERMAN, 2007).

A população envolvida neste estudo foi composta por 11 participantes, pais dos alunos do 3º ano do ensino fundamental do colégio Aplicação-CAÇADOR.

Os dados foram coletados no mês de Novembro de 2020, através de uma questionário em formato online, desenvolvido no google forms, respondido através deste link < https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfUZnCcHWX9iKb-BHok--rLtlLL-Addnbx7pRLRD0_Af0Rrug/viewform> divulgado pelos acadêmicos através da rede social: WhatsApp®.

O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha que avaliou os níveis de estresse emocional dos participantes em tempos de pandemia.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os resultados através de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1- Nível de estresse emocional nos pais de alunos do terceiro ano do ensino fundamental do colégio aplicação em tempos de pandemia.

	N	%
Você aceita participar desta pesquisa?		
Sim	11	100
Não	0	0
Sente dificuldade para auxiliar seu filho (a) nas atividades EAD?		
Sim	4	36,4
Não	7	63,6
Acha que o estresse dentro de sua casa aumentou durante o isolamento social?		
Sim	8	72,7
Não	3	27,3
Na sua opinião, este estresse é?		
Baixo Nível	7	63,6
Médio Nível	2	18,2
Alto Nível	2	18,2
Quem cuida dos seus filhos nesse período de pandemia?		
Pais	6	54,5
Familiares	2	18,2
Outros	3	27,3
Acompanha as atividades EAD do seu filho com frequência?		
Sim	10	90,9
Não	1	9,1
As atividades geram algum tipo de estresse?		
Sim	6	54,5
Não	5	45,5

Fonte: Autores (2020)

Conforme os resultados do questionário mostrado na tabela 1, foi observado que 72,7% dos pais relataram o aumento do nível de estresse dentro de casa neste período de pandemia. Sendo que, 63,6 % relataram baixo nível de estresse, 18,2% relataram médio nível de estresse e 18,2% relataram um alto nível de estresse.

Ademais ,54,5% dos pais relataram que o estresse aumentou devido o acompanhamento com as atividades EAD dos filhos. Além disso, 90,9% dos pais acompanham estas atividades juntamente com os filhos, sendo que 36,4% encontraram dificuldades em auxiliar os filhos nestas atividades.

Além disso, foi analisado também quem cuida dos seus filhos, neste período que deveriam estar em aula, e obtivemos as seguintes respostas: 54,4% das crianças ficam com os próprios pais, 18,2%, ficam com familiares e 27,3% com outras demais pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos com a presente pesquisa que houve um aumento do nível de estresse em casa, neste período de pandemia, porém este estresse foi mais relatado como de baixo nível. Além disso ,90,9% dos pais acompanham as atividades dos filhos, e pouco mais da metade dos pais se sentem estressados em acompanhá-las.

Analisou-se também que mais da metade das crianças ficam em casa com os pais neste período em que estariam na escola.

Desta forma, podemos concluir que a pandemia mudou a rotina de muitas famílias, desde os pais às crianças, que ambos precisaram se adaptar a uma nova forma de aprendizagem. Gerando assim, um estresse maior dentro de casa, devido a necessidade dos pais em auxiliar seus filhos nos exercícios EAD.

REFERÊNCIAS

1. CRUZ, Monica. **Os efeitos do confinamento na saúde mental de pais e filhos.** Colunas, IG Delas, 23 out. 2020. Disponível em: <https://delas.ig.com.br/colunas/amor-e-limites/2020-10-23/os-efeitos-do-confinamento-na-saude-mental-de-pais-e-filhos.html>. Acesso em: 7 nov. 2020
2. FERRARI, Andrés; CUNHA, André Moreira. **A pandemia de Covid-19 e o isolamento social: saúde versus economia.** UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-a-pandemia-de-covid-19-e-o-isolamento-social-saude-versus-economia/>. Acesso em: 7 nov. 2020.
3. NOVO, Benigno Núñez. **AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: Análise da importância das aulas remotas em tempos de pandemia de COVID-19.** Brasil Escola, Educação UOL, 2020. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/aulas-remotas-em-tempos-de-pandemia.htm>. Acesso em: 7 nov. 2020.
4. POLANCZYK, Guilherme V. **O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes.** Jornal da USP, São Paulo, 11 maio 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-custo-da-pandemia-sobre-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 7 nov. 2020.
5. QUINTELLA, Sérgio. **Como pais, alunos e professores lidam com as aulas na quarentena.** Revista VEJA, São Paulo, n. 2681, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/educacao-na-quarentena-ensino-particular-no-online-e-publico-fechado/>. Acesso em: 7 nov. 2020.
6. XAVIER, Analucia R. et al., **COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus.** J. Bras. Patol. Med. Lab., Rio de Janeiro, v. 56, 2020. Acesso em 07 nov. 2020.

NÍVEL DE ESTRESSE EMOCIONAL NOS PAIS DE ALUNOS DO TERCEIRO ANO 31 DO ENSINO FUNDAMENTAL DO COLÉGIO APLICAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vânia Maria Castro Gouveia¹ vania@uniarp.edu.br¹
Adriano Mafessoni¹ adriano@uniarp.edu.br¹
Matheus Fernandes Sotel², matheussotel@hotmail.com²
Stefany Almeida Schena² stefany-schena@hotmail.com²
Tamires FernandaVicente² tamires_vicente@hotmail.com²
Thainá Moraes² thainamoraes152@hotmail.com²
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil
Área de conhecimento: Ciências da Saúde

Resumo A epidemia atual e todo o ambiente que a acompanha são transmitidos ao cérebro das crianças por meio de informações, como as emoções dos pais, emoções de outros adultos próximos, atividades diárias e mudanças ambientais. (POLANCZYK, 2020). Neste momento, todas as crianças e jovens estão enfrentando situações jamais vividas, tendo que se adaptar ao ensino remoto e/ou aulas online. O ensino remoto defende a transmissão em tempo real das aulas. No ensino a distância, é necessário dar suporte aos professores forma atemporal, conteúdos e materiais didáticos mais padronizados. (NOVO, 2020). Assim as crianças e jovens necessitam do auxílio dos familiares para realizar as tarefas remetidas, além de ter os efeitos do isolamento social, ocasionando assim um estresse emocional muito grande nas crianças, refletindo este estresse em seus pais. Contudo este estudo tem por objetivo avaliar o nível de estresse dos pais em tempos de pandemia. Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida neste estudo foi composta por 11 pais de alunos do 3º ano do ensino fundamental do Colégio Aplicação –Caçador. Constatamos com a presente pesquisa

Palavras-chave: Estresse emocional. Ensino remoto. Pandemia.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia gerada por um vírus altamente contagioso, o Corona Vírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), conhecido como COVID-19. A infecção causada pelo SARS-Cov-2 tem alta taxa de mortalidade, principalmente em idosos, imunossuprimidos, diabéticos, cardiopatas e hipertensos. Muitas infecções são assintomáticas ou apresentam sintomas leves a moderados, semelhantes aos da gripe comum (XAVIER, 2020).

O estresse emocional é um dos fatores de risco evitáveis mais importantes para transtornos mentais. Os transtornos causados pelo estresse podem ocorrer na

infância e mesmo dentro de alguns anos após a ocorrência de uma situação estressante (POLANCZYK, 2020).

Neste momento, todas as crianças e jovens estão enfrentando situações dolorosas. Do ponto de vista da educação presencial, seus pais estão atualmente ansiosos, causando preocupação, raiva, brigas, sentimento de insuficiência, estas são situações estressantes e comuns nesta pandemia (POLANCZYK, 2020).

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo avaliar o nível de estresse causado nos pais em tempos de pandemia.

DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

JUSTIFICATIVA

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

Relatar os efeitos gerados a nível de estresse emocional nos pais devido a necessidade de adaptação em tempos de Pandemia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os efeitos do isolamento social não foram favoráveis a ninguém. As crianças perderam o convívio social de amigos, parentes, professores, perderam a rotina escolar que seguiam, perderam os espaços físicos em que brincavam. As pessoas perderam seus tempos de entretenimento, muitos perderam familiares, sem poder se quer fazer uma despedida. Esses tópicos, entre muitos outros, trouxe uma convergência em todas as famílias, o que será destacado no seguinte estudo (CRUZ, 2020).

Os pais são os protagonistas do crescimento dos filhos, pois poderão reconhecer os sinais de estresse, lidar com eles e transmitir suas respostas, de forma segura e inteligente, gerando um ciclo positivo. Porém, muitos pais também apresentam problemas emocionais, acabam descontando nas crianças, sendo incapazes de reconhecer os problemas dos filhos e até mesmo os colocam sob outras pressões, tornando vulneráveis a situações de violência doméstica (POLANCZYK, 2020).

Neste momento, todas as crianças e jovens estão enfrentando situações dolorosas. Limitações de inacessibilidade, limitações de espaço, incapacidade de encontrar ou abraçar os avós, incapacidade de encontrar amigos, incapacidade de

organizar e/ou ir a festas, viagens e campeonatos, medo de ser infectado ou ser infectado por membros da família, interrupção. Do ponto de vista da educação presencial, seus pais estão atualmente ansiosos, causando preocupação, raiva, brigas, sentimento de insuficiência, estas são situações estressantes e comuns nesta pandemia (POLANCZYK, 2020).

O ensino remoto defende a transmissão em tempo real das aulas. A ideia é que os professores e alunos da turma sejam interativos, e a aula da disciplina seja conduzida simultaneamente em um modelo presencial. No ensino a distância, é necessário dar suporte aos professores forma atemporal, conteúdos e materiais didáticos mais padronizados (geralmente fornecidos com antecedência), horários padronizados, avaliações padronizadas, atividades síncronas e assíncronas, o que consequentemente traz mais responsabilidade aos pais (NOVO, 2020).

A dificuldade existente entre a conciliação da vida pessoal e profissional dos pais com a vida estudantil dos filhos, que passou a ser de forma remota, onde os professores dão as aulas através de aplicativos digitais, deixou os pais suscetíveis a estresses, pois os deixou responsáveis pela educação e aprendizado das crianças. Tarefas, atividades e trabalhos a serem realizados com as crianças do ensino infantil, acostumadas com a convivência escolar, deixou-os mais rebeldes, mais ansiosos e sem vontade de aprender (QUINTELLA, 2020).

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. Uma pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (THOMAS; NELSON E SILVERMAN, 2007).

A população envolvida neste estudo foi composta por 11 participantes, pais dos alunos do 3º ano do ensino fundamental do colégio Aplicação-CAÇADOR.

Os dados foram coletados no mês de Novembro de 2020, através de uma questionário em formato online, desenvolvido no google forms, respondido através deste link < https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfUZnCcHWX9iKb-BHok--rLtlLL-Addnbx7pRLRD0_Af0Rrug/viewform> divulgado pelos acadêmicos através da rede social: WhatsApp®.

O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha que avaliou os níveis de estresse emocional dos participantes em tempos de pandemia.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os resultados através de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1- Nível de estresse emocional nos pais de alunos do terceiro ano do ensino fundamental do colégio aplicação em tempos de pandemia.

	N	%
Você aceita participar desta pesquisa?		
Sim	11	100
Não	0	0
Sente dificuldade para auxiliar seu filho (a) nas atividades EAD?		
Sim	4	36,4
Não	7	63,6
Acha que o estresse dentro de sua casa aumentou durante o isolamento social?		
Sim	8	72,7
Não	3	27,3
Na sua opinião, este estresse é?		
Baixo Nível	7	63,6
Médio Nível	2	18,2
Alto Nível	2	18,2
Quem cuida dos seus filhos nesse período de pandemia?		
Pais	6	54,5
Familiares	2	18,2
Outros	3	27,3
Acompanha as atividades EAD do seu filho com frequência?		
Sim	10	90,9
Não	1	9,1
As atividades geram algum tipo de estresse?		
Sim	6	54,5
Não	5	45,5

Fonte: Autores (2020)

Conforme os resultados do questionário mostrado na tabela 1, foi observado que 72,7% dos pais relataram o aumento do nível de estresse dentro de casa neste período de pandemia. Sendo que, 63,6 % relataram baixo nível de estresse, 18,2% relataram médio nível de estresse e 18,2% relataram um alto nível de estresse.

Ademais ,54,5% dos pais relataram que o estresse aumentou devido o acompanhamento com as atividades EAD dos filhos. Além disso, 90,9% dos pais acompanham estas atividades juntamente com os filhos, sendo que 36,4% encontraram dificuldades em auxiliar os filhos nestas atividades.

Além disso, foi analisado também quem cuida dos seus filhos, neste período que deveriam estar em aula, e obtivemos as seguintes respostas: 54,4% das crianças ficam com os próprios pais, 18,2%, ficam com familiares e 27,3% com outras demais pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos com a presente pesquisa que houve um aumento do nível de estresse em casa, neste período de pandemia, porém este estresse foi mais relatado como de baixo nível. Além disso, 90,9% dos pais acompanham as atividades dos filhos, e pouco mais da metade dos pais se sentem estressados em acompanhá-las.

Analisou-se também que mais da metade das crianças ficam em casa com os pais neste período em que estariam na escola.

Desta forma, podemos concluir que a pandemia mudou a rotina de muitas famílias, desde os pais às crianças, que ambos precisaram se adaptar a uma nova forma de aprendizagem. Gerando assim, um estresse maior dentro de casa, devido a necessidade dos pais em auxiliar seus filhos nos exercícios EAD.

REFERÊNCIAS

1. CRUZ, Monica. **Os efeitos do confinamento na saúde mental de pais e filhos**. Colunas, IG Delas, 23 out. 2020. Disponível em: <https://delas.ig.com.br/colunas/amor-e-limites/2020-10-23/os-efeitos-do-confinamento-na-saude-mental-de-pais-e-filhos.html>. Acesso em: 7 nov. 2020
2. FERRARI, Andrés; CUNHA, André Moreira. **A pandemia de Covid-19 e o isolamento social: saúde versus economia**. UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-a-pandemia-de-covid-19-e-o-isolamento-social-saude-versus-economia/>. Acesso em: 7 nov. 2020.
3. NOVO, Benigno Núñez. **AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: Análise da importância das aulas remotas em tempos de pandemia de COVID-19**. Brasil Escola, Educação UOL, 2020. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/aulas-remotas-em-tempos-de-pandemia.htm>. Acesso em: 7 nov. 2020.
4. POLANCZYK, Guilherme V. **O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes**. Jornal da USP, São Paulo, 11 maio 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-custo-da-pandemia-sobre-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 7 nov. 2020.
5. QUINTELLA, Sérgio. **Como pais, alunos e professores lidam com as aulas na quarentena**. Revista VEJA, São Paulo, n. 2681, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/educacao-na-quarentena-ensino-particular-no-online-e-publico-fechado/>. Acesso em: 7 nov. 2020.
6. XAVIER, Analucia R. et al., **COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus**. J. Bras. Patol. Med. Lab., Rio de Janeiro, v. 56, 2020. Acesso em 07 nov. 2020.

AVALIAÇÃO DO ESTRESSE EM ACADEMICOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Daniela Scolaro: Daniela.scolaroo@gmail.com¹
 Diego Tonioli: diegotonioli@hotmail.com¹
 Larissa Menegon Gomes: lari_menegongomes@outlook.com¹
 Maiara Paiano Ribeiro: maiarapaianoribeir@gmail.com¹
 Adriano Luiz Maffessoni: adriano@uniarp.edu.br²
 Vânia Maria Castro Gouveia: vania@uniarp.edu.br²

¹ Acadêmicos do curso de Fisioterapia (UNIARP); ² Docente do curso de Fisioterapia (UNIARP)

RESUMO

O ano de 2019 ficou marcado pelo surgimento de um novo coronavírus, originário da china, que fez do ano 2020 no mínimo anormal. A pandemia do vírus SARS-COV-2 juntamente com a quarentena adotada por grande parte dos países, trouxe consigo muitas mudanças, principalmente na rotina, além de medo, estresse e preocupação para grande parte da população. Atividades rotineiras como correr no parque ou jogar futebol com os amigos são alguns simples exemplos de práticas que se tornaram proibidas durante um longo período de tempo e que contribuíram de forma significativa para o aumento do estresse dos indivíduos. Este estudo foi realizado por acadêmicos do curso de fisioterapia da UNIARP com o intuito de avaliar o nível de estresse dos acadêmicos da universidade durante a pandemia da COVID-19. Um questionário com 4 perguntas básicas foi aplicado em 39 voluntários de diversos cursos onde a maioria referiu se sentir estressado na maior parte do tempo, além de escalar o nível de estresse em grau 8, o que é considerado alto. É perceptível que o estresse tende a aumentar quando os cidadãos não conseguem fazer o que gostam por um longo período de tempo. No geral, grande parte dos entrevistados sentem ou sentiram desconforto durante a pandemia. Entretanto uma coisa é certa, seguindo as recomendações de precauções, logo tudo será normalizado.

Palavras-chaves: Avaliação; Estresse; Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

A recente pandemia de COVID-19 causada pelo vírus SARS-COV-2, é um grande desafio para a sociedade. Isso é potencial de grande pressão, considerando as medidas para prevenir e controlar a doença, economia, política e sociedade. As regras de distanciamento e isolamento social tomadas durante o período de isolamento significam grandes mudanças no estilo de vida, que podem ter um impacto psicológico, emocional, cognitivo e comportamental negativo durante esse período.

Segundo a definição de Selye (1936), o estresse é uma reação biológica, que ocorre quando ele precisa se adaptar para além de seus limites. Atualmente, a pesquisa sobre o estresse não cobre apenas o impacto no corpo e mente humanos, mas também na qualidade de vida social. O estresse pode afetar a saúde geral, a qualidade de vida e a felicidade (Lipp, 2001).

2 REVISÃO DA LITERATURA

No contexto da epidemia, alguns dos principais estressores são relacionados ao tempo de isolamento, distância social, frustração e tédio, acúmulo de tarefas, incluindo a realização de atividades normalmente realizadas ao ar livre com a família (por exemplo, ensino doméstico e dever de casa), falta de suprimentos, informações e dificuldades financeiras. Eles também estão relacionados ao próprio COVID-19, incluindo o medo de contrair doenças e de cuidar da sua saúde e de seus entes queridos. Parentes, estigma de doença, trabalho perigoso dos profissionais de saúde e serviço importante.

Na graduação, os alunos enfrentam um ambiente novo, diferente e distante de seu contexto de vida, eles precisam se adaptar às diferentes demandas e obrigações que contribuem para estresse e alterações neuroendócrinas. O estresse também pode levar a sentimentos de tristeza ou depressão. Às vezes, todos nós nos sentimos deprimidos ou tristes. Esses sentimentos são uma parte normal da vida de qualquer criança ou adulto.

Quando o estresse é acompanhado de irritabilidade, os comportamentos sociais negativos tendem a aumentar. Donnerstein e Wilson (1976) demonstraram que o estresse acompanhado de irritabilidade ou raiva pode aumentar o comportamento agressivo e manter seus efeitos negativos após o término do evento traumático.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. Uma pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (THOMAS; NELSON E SILVERMAN, 2007).

A população envolvida neste estudo foi composta por 39 participantes. Os dados foram coletados no mês de novembro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google forms, respondido através deste link <<https://forms.gle/FtgFiqatevFbhEq87>>, divulgado pelos acadêmicos através de suas redes sociais facebook®, instagram® e whatsapp®.

O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha, que possui como objetivo avaliar o nível de estresse em acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os resultados através de gráficos.

4 RESULTADOS

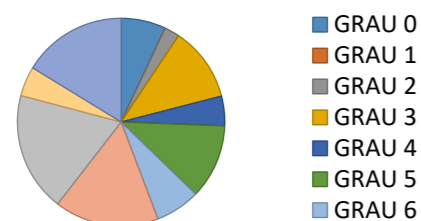
Os resultados da pesquisa foram analisados de acordo com questionário de avaliação do estresse. O gênero feminino teve uma relação estatisticamente relativa, sendo 69,2% mais afetado do que o masculino, com 30,8%. Considerando a faixa etária do acadêmico, 53,8% têm entre 17 a 22 anos, 25,6% entre 23 a 28 anos e 20,5% possuem mais que 29 anos.

Em relação à porcentagem de stress, 53,8% dos estudantes referem se sentir nervoso e/ou estressado frequentemente. 38,5% tendem a irritabilidade frequente pelas coisas estarem fora do seu controle. E 46,6% sentem que algumas vezes os problemas se acumularam a ponto de não conseguir resolvê-los.

	N	%
GÊNERO		
FEMININO	27	69,2
MASCULINO	12	30,8
IDADE (ANOS)		
17 A 22	21	53,8
23 A 28	10	25,6
29 A 34	5	12,8
35 OU MAIS	3	7,7
GRADUAÇÃO		
AGRONOMIA	3	7,7
DIREITO	4	10,3
ENFERMAGEM	5	12,8
FARMÁCIA	2	5,1
FISIOTERAPIA	14	35,9
PSICOLOGIA	2	5,1
OUTROS	9	23,1

	Você se sentiu nervoso e/ou estressado durante a pandemia?		Você tem ficado irritado porque as coisas que acontecem estão fora do seu controle?		Você sentiu que os problemas se acumularam a ponto de não conseguir resolvê-los?	
	N	%	N	%	N	%
Sempre	6	15,4	9	23,1	5	12,8
Frequentemente	21	53,8	15	38,5	9	23,1
Algumas Vezes	9	23,1	11	28,2	17	46,6
Raramente	3	7,7	4	10,3	6	15,4
Nunca	0	0	0	0	2	2,1

Escala do Nível de Estresse
(grau 0 = sem estresse, grau 10 = muito estressado).



Na escala relacionada ao grau de estresse em acadêmicos durante a pandemia, a grande maioria referiu grau 8, totalizando 20,5% da amostra. Com 17,9% das respostas, os estudantes apresentam muito estresse, avaliando como grau 10. Os graus 6,7 e 9 representam 20,5% dos alunos. O restante dos resultados totaliza em 41,1%, com níveis mais baixos de estresse.

5 CONCLUSÕES

A recente pandemia de COVID-19 causada pelo vírus SAR-COV-2, é um grande desafio para a sociedade, de modo geral, a pandemia e as medidas de resposta tomadas trouxeram fatores de estresse para as pessoas, especialmente para os estudantes.

No contexto da atual de isolamento social, além da ansiedade e do estresse, é cada vez mais comum vivenciar emoções negativas, como medo, tristeza, raiva e solidão todos os dias. Existem vários fatores que se somam e aumentam esses sentimentos, levando a um grave desconforto emocional. Há muitas notícias sobre a pandemia, mudanças de rotina, distanciamento social, consequências econômicas, sociais e políticas relacionadas a esta nova situação.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lipp, M. E. N. (Org.). (2001). Pesquisas sobre stress no Brasil: Saúde, ocupações e grupos de risco. Campinas: Papyrus Editora.

Enumo, S. R. F., Linhares, M. B. M., Machado, W. A., & Silva, A. M. B. (2017). Impacto do estilo de vida sobre as condições de saúde do adulto. In M. A. Santos, D. Bartholomeu, & J. M. Montiel (Orgs.), Relações interpessoais no ciclo vital: conceitos e contexto (pp. 313-334). SP: Vetor Ed.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NÍVEL DE QUALIDADE DE VIDA EM PESSOAS NÃO ATLETAS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

Eduarda Zamboni Locatelli, eduarddalocatelli@hotmail.com¹
Endy Naiara Cruber Stuhler, nstuhler@yahoo.com²
Gizele Locatelli, zanellagizele@gmail.com³
Graziela Montibeller, grazilamontibeller@outlook.com⁴
Luana Alves, lu050807@gmail.com⁵
Talitta Padilha Machado, talitta@uniarp.edu.br⁶

RESUMO - O bem-estar e a qualidade de vida do indivíduo podem ser preservados através da prática regular de atividade física, pois o sedentarismo é um risco para a saúde. O que motiva as pessoas a procurar por atividade física é satisfazer necessidades básicas como a sobrevivência e derivados da psicologia que são chamados de impulsos. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a melhora do bem estar em pessoas praticantes de atividades físicas mas que não são atletas profissionais, enaltecendo os benefícios que os mesmos proporcionam. O trabalho foi desenvolvido através de um questionário online e verificou que as atividades mais praticadas são corridas e caminhadas e a maioria dos participantes realizam as atividades para ter uma melhor qualidade de vida, melhorando o sono, habilidades motoras, entre muitos outros benefícios.

Palavras-chave: Atividades físicas. Qualidade de vida. Pessoas não atletas.

INTRODUÇÃO

O termo qualidade de vida abarca múltiplos fatores no desenvolvimento do indivíduo e no seu bem estar, no entanto, vale ressaltar que isso decorre de uma sucessão de fatores sendo elas a nível social, emocional e, sobretudo, a nível físico. Neste sentido, denota-se que “a prática de exercícios físicos é benéfica e recomendada para pessoas de diferentes idades, envolvendo muito mais do que estética, como mudanças na mente e no corpo, melhorando o humor e a autoestima e evitando doenças” (SANTOS et al., 2019, p. 02).

A intenção de realizar esse estudo acerca da qualidade de vida em pessoas não atletas tem como pergunta problema: De que modo a atividade física proporciona melhoras em relação a níveis físicos e psicológicos?

A presente proposta justifica-se com base na importância das condições do bem-estar global do indivíduo associado a realização de exercícios físicos e aos resultados que o mesmo propicia. O estudo possibilita uma visão acerca de como a execução desses exercícios acarreta benefícios que promovem o relaxamento corporal, controle do estresse e da ansiedade, aumento do tônus muscular influenciando na autoestima e imagem corporal, melhora do sono, diminuição do quadro álgico e uma maior disposição e prazer no convívio social.

¹ Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora do Curso de Fisioterapia Mestre em Biociências e Saúde Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a melhora do bem-estar em pessoas praticantes de atividades físicas, mas que não são atletas profissionais, enaltecendo os benefícios que os mesmos proporcionam.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O bem-estar e a qualidade de vida do indivíduo podem ser preservados através da prática regular de atividade física, pois o sedentarismo é um risco para a saúde. Desenvolvendo hábitos saudáveis, como a atividade física, é possível observar menor probabilidade de morte, fornece para a população resultados positivos na saúde pública, reduz os gastos com medicamentos e hospital, assim, essas pessoas apresentam menor predisposição a contrair doenças crônico-degenerativas. Segundo Matsuda, Matsuda e Barros Neto (2000) a atividade física tem papel importante no controle do peso e gordura corporal, contribuindo na prevenção e controle de possíveis condições clínicas associadas como doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão, AVC, artrite, apneia do sono e prejuízo da mobilidade. O exercício físico contribui para o envelhecimento saudável, dizem Oliveira e Furtado (1999), além disso há um aumento da auto estima e redução da depressão e do isolamento social (GAUVIN; SPENCE, 1996).

Riscos cardiovasculares relacionados aos exercícios físicos são baixos, podendo ainda ser reduzidos com avaliação pré-participação para prática orientada. Baseados nas características da população é realizada a avaliação e, com isso, é possível chegar aos objetivos da atividade física. Se necessário, são realizados exames e consultas com um médico para eventuais restrições e orientação correta de exercícios. Exercícios físicos prescritos por médicos para mulheres tem, como início básico, a manutenção da saúde e prevenção de doenças, particularmente voltados para a saúde reprodutiva (VERTINSKY, 1990), diferente do que indicado para os homens.

Algumas atividades estão relacionadas ao cotidiano como andar, subir escadas, pedalar e dançar, podendo ser incrementada atividades informais sendo aeróbio, sobrecarga muscular e flexibilidade variando com a condição física e objetivo do indivíduo. As atividades físicas mais praticadas são a caminhada, futebol, ginástica, corrida, tênis, voleibol, lutas, musculação e hidroginástica. A caminhada melhora a capacidade respiratória e, também, a saúde reprodutiva, e a ginástica modela a silhueta e define os músculos. De acordo com Batista e Cols (2003) atividade física é qualquer movimento corporal de corrente de contração muscular com gasto energético acima do repouso.

Contudo, o que motiva as pessoas a procurar por atividade física é a satisfação das necessidades básicas como a sobrevivência e derivados da psicologia que são chamados de impulsos (DAVIDOFF, 2004), pela estética, condicionamento físico geral, saúde, profilático (prevenção de doenças) e lazer.

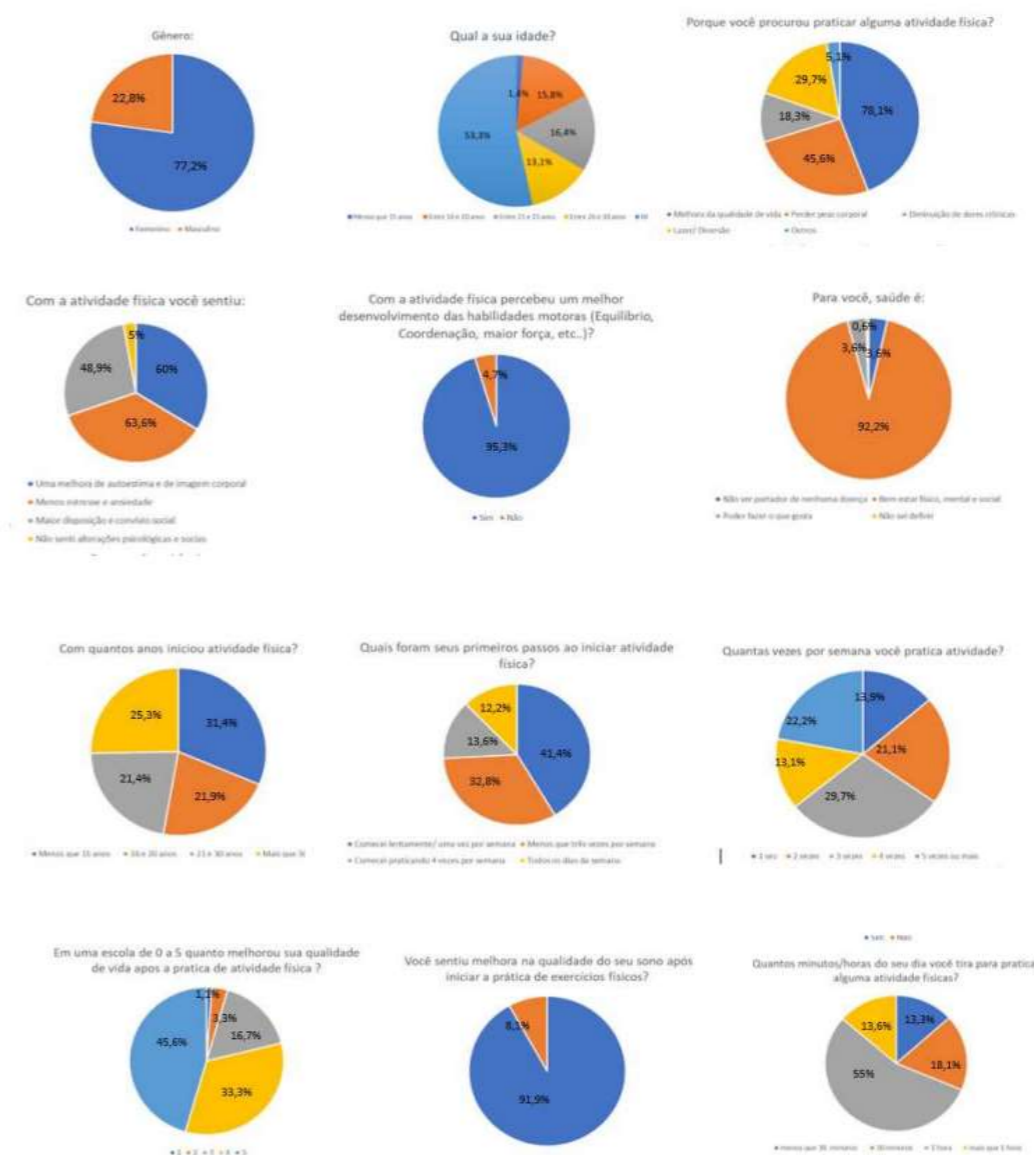
METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por 360 pessoas, praticantes de atividades físicas, não atletas. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no *Google forms*®, divulgado pelos pesquisadores através de suas redes sociais *Facebook*®, *Instagram*® e *WhatsApp*®. O questionário foi composto por perguntas

de múltipla escolha e abertas que avaliaram a melhora do bem-estar em pessoas praticantes de atividades físicas, mas que não são atletas profissionais, enaltecendo os benefícios que os mesmos proporcionam. Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e, posteriormente, foi realizada a análise descritiva dos dados, apresentando a frequência absoluta (n) e relativa (%).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados da pesquisa estão apresentados nos gráficos a seguir.



Entre os 360 participantes da pesquisa a maioria, 77,2%, eram do sexo feminino e 22,8% do sexo masculino. Dentre os motivos que levaram os participantes a realizar atividades físicas 78,1% responderam que foi por melhora na qualidade de vida, 63,3% da amostra relataram menos estresse e ansiedade. Questionados se perceberam melhora no desenvolvimento das habilidades motoras 95,3% responderam que sim. Para 92,2% das pessoas saúde é bem-estar físico e

mental. Referente ao modo que começaram a prática das atividades 41,4% da amostra relatou ter iniciado lentamente (uma vez por semana). A periodicidade da prática esportiva é de três vezes por semana para 29,7% dos participantes. O tempo diário que passa praticando atividade física é de uma hora para 55% dos participantes. Em relação a idade com que iniciaram as atividades físicas 31,4% começou com menos de 15 anos. 91,9% pessoas relatam ter sentido melhora da qualidade do sono após iniciar as atividades físicas. Em uma escala de 0 a 5 foi questionado qual foi a melhora na qualidade de vida após o início da prática de atividades físicas e para 45,6% a nota foi 5. A atividade física mais praticada entre os pesquisados foi a corrida/caminhada 66,6%.

O estudo realizado por Matsuda et al. (2002) apresenta resultados semelhantes ao do presente estudo, pessoas do sexo feminino também apresentam maior índice de prática de atividade física. No quesito idade, tanto em pessoas do sexo feminino como do sexo masculino, a faixa etária mais ativa é acima dos 30 anos. Quando relacionado com a idade que iniciou a prática esportiva, não houve muita diferença entre as alternativas, porém, a faixa etária que mais apresenta início dessas práticas é na média dos 15 anos.

Analisando os resultados do artigo de Wendet et al. (2019) o mesmo também apresenta maior número de mulheres na prática de atividades físicas. Outro fator que pode ser comparado é o fato das caminhadas e corridas serem os exercícios mais realizados pelos indivíduos. No início, os indivíduos procuram fazer com mais cautela, ou seja, menos vezes por semana e durante menos tempo. Após certo tempo de prática, a média de prática semanal é de três vezes e durante uma hora diária.

O motivo que mais leva à prática de atividade física é a saúde, podendo ser citados, também, diversão, aparência e convívio social. De maneira geral, o que mais se busca com a atividade física é a melhora na qualidade de vida (GONÇALVES; ALCHIERI, 2010). Falando sobre qualidade de vida, entende-se que o sono é um fator imprescindível para que se tenha uma vida saudável e isso também pode ser alcançado com a realização de exercícios físicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi desenvolvido através de um questionário disponibilizado para pessoas de várias idades que costumam realizar atividades físicas, mas não são profissionais. 360 pessoas participaram respondendo o mesmo, as atividades que mais são praticadas são corridas e caminhadas e a maioria dos participantes realizam as atividades para ter uma melhor qualidade de vida, melhorando o sono, habilidades motoras entre muitos outros benefícios apontados no estudo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, as professoras Daniela dos Santos, Liamara Basso Dala Costa e Talitta Padilha Machado por tornarem o estudo possível e auxiliarem tudo o que foi necessário.

REFERÊNCIAS

DAVIDOFF, Linda. **Introdução a Psicologia**. 3 ed. São Paulo: Pearson Malron Booksm, 2004.

GAUVIN, Lise; SPENCE, John. C. Physical activity and psychological well-being: Knowledge base, currents issues and caveats. **Nutrition Reviews**, v. 54, p. S53-S65, 1996.

GONÇALVES, Marina Pereira; ALCHIERI, João Carlos. Motivação à prática de atividades físicas: um estudo com praticantes não-atletas. **Psico-USF**, v. 15, n. 1, p. 125-134, abr., 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141382712010000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 nov. 2020.

MATSUDA, Sandra Mahecha et al. Nível de atividade física da população do Estado de São Paulo: análise de acordo com o gênero, idade, nível socioeconômico, distribuição geográfica e de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 10 n. 4 p. 41-50, out., 2002. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/469/495>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MATSUDA, Sandra Mahecha; MATSUDA, Victor Keihan Rodrigues; BARROS NETO, Turíbio Leite. Efeitos benéficos da atividade física na aptidão física e saúde mental durante o processo de envelhecimento. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, São Caetano do Sul, v. 5, n. 2, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Jacó; FURTADO Adriana Cardoso. Envelhecimento, sistema nervoso e o exercício físico. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, n. 15, 1999.

SANTOS Eduardo Ribeiro dos et al. Os benefícios do exercício Físico para a qualidade de vida e longevidade. In: XVII JORNADA CIENTIFICA DOS CAMPOS GERAIS, 2019, Ponta Grossa. [...] **Anais**. Ponta Grossa: 2019.

VERTINSKY, Patricia. *The Eternally Wounded Women: Women, Doctors and Exercise in the Late Nineteenth Century*. New York: Manchester University Press, 1990.

WENDT, Andrea et al. Preferências de atividade física em adultos brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 24, 2019. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/13895>. Acesso em: 18 nov. 2020.

A TECNOLOGIA NA OBESIDADE INFANTIL¹

Peixoto, Jeniffer Raugust, jeniffer19peixoto@gmail.com, 029.258.730-90²
MASSOCO, Sarah C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22³

Resumo – Contextualizar a influência da tecnologia como fator relacionado à obesidade infantil é o início de uma discussão sobre atividade física e inclusão social. **Objetivo:** esta pesquisa visa identificar a influência do uso de tecnologias pelas crianças e a obesidade, a fim de evidenciar a importância da atividade física e o incentivo da inclusão social através de termos lúdicos. **Método:** uma pesquisa qualitativa, com a aplicação de questionário a população em geral, em busca de dados sobre o uso da tecnologia e o ganho de peso em crianças devido ao sedentarismo, pois a tecnologia tem atribuída a ela as funções tecnológicas tanto educativas como recreativas. Fez-se notório a influência da tecnologia sobre a obesidade infantil, os números concluem que os familiares de crianças e adolescentes não possui controle no uso de eletrônicos, além de não ter domínio sobre o consumo de alimentos não saudáveis, o que impacta diretamente na obesidade infantil.

Palavras-chave: Tecnologia. Obesidade Infantil. Inclusão. Prática Esportiva. Atividade Lúdica.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a obesidade infantil é um sério problema de saúde pública que vem gradualmente aumentando seus índices, independente da classe social. A falta de interligação entre as famílias com outras áreas como a educação e a saúde acaba distanciando a prática esportiva das crianças e adolescente o aumento no uso de aparelhos eletrônicos (Oliveira et al, 2015).

A tecnologia digital influencia na rotina diária de hábitos, saudáveis e as taxas de obesidade infantil têm aumentado drasticamente em muitas famílias, principalmente as famílias de alta renda familiar. De acordo com Alcântara et. al (2019), atualmente 75 mil adolescentes entre 12 e 17 anos de 1.247 escolas, distribuídas em 124 municípios, apontou que a maioria deles faz refeições "sempre ou quase sempre" assistindo televisão. Isto demonstra que o entretenimento durante a refeição resulta na ingestão de grandes quantidades de alimentos densamente calóricos (ALCÂNTARA, et al, 2019. p.2).

Segundo estudo liderado pelo Imperial College London e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2017, haverá mais crianças e adolescentes com obesidade do que com desnutrição moderada e grave até 2022. Com isso é evidente que o uso das tecnologias sem restrições pelas crianças e adolescentes durante as refeições, relaciona-se com o ganho de peso.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Comentado [u1]: Ficou bom assim prof ou precisa ser igual as conclusões

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A obesidade segundo Neri, Lencya (2017), é caracterizada pelo excesso de massa gorda na composição corporal elevando o índice de Índice de massa corporal (IMC). A obesidade é um fator hereditário, onde cerca de 40 a 70% dos casos tem grande influência sobre o IMC, ainda segundo os dados da Organização Pan-Americana de Saúde (2019), o número de crianças e adolescentes (5-19 anos) obesos em todo o mundo aumentou dez vezes nas últimas quatro décadas (OPAS,2019).

As vulnerabilidades sociais das famílias brasileiras refletem diretamente na saúde da população, seja pela alimentação quanto pela falta de acesso a bens e produtos (Bezerra et al, 2020. p.1). As famílias de baixa renda tendem a consumir alimentos menos nutritivos, ao contrário das famílias de renda superior que conseguem ter acesso a alimentos mais saudáveis, devia a questão financeira permite esse acesso (Medina, et al, 2019. p.1).

Nas grandes cidades atualmente, tornam-se quase impossível a prática de atividade física, as crianças não possuem espaços suficientes para seu desenvolvimento e aprendizagem (BORBA, 2006) onde as atividades foram substituídas pelos aparelhos eletrônicos, que impedem o gasto energético (ANGELIS, 2003 apud BORBA, 2006).

A questão da obesidade infantil é de saúde pública, onde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) definiu diretrizes para organizar as ações de prevenção e tratamento da obesidade, onde foi estabelecida uma linha de cuidado para obesidade como parte da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas (DIAS, et al. 2016).

METODOLOGIA

Na pesquisa quantitativa e descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (Barros e Lehfeld, 2007). Com aplicação de questionário direcionado com questões fechadas. Encaminhado em formato online, utilizando a técnica DELPHI, que consiste em reunir informações chegar a um consenso sobre um tema não encontrado na literatura pertinente. E os resultados apresentados em formato de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil da amostra contou com 41 indivíduos que responderam às perguntas relacionadas à pesquisa, sem questões referente ao gênero ou idade, com o objetivo das pergunta é promover a percepção das familiares que com crianças e adolescentes sobre o uso da tecnologia e a obesidade infantil. O método utilizado é

Comentado [u2]: Prof pode ser assim..

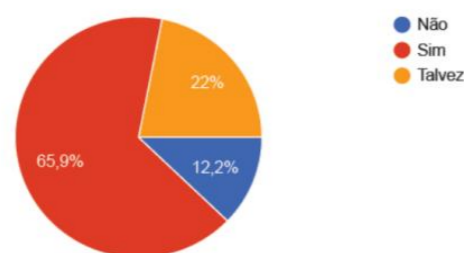
descritivo exploratório, o qual visa aprofundar sobre o tema baseando-se na amostra aleatória.

O gráfico 1 trata-se sobre o impacto que os aparelhos eletrônicos têm nas refeições familiares, sendo que 65% dos pesquisados relataram que fazem a ingestão de alimentos na companhia de aparelhos eletrônicos.

Gráfico 1 – A ingestão de alimentos e o uso da tecnologia.

Voce e sua família assistem tv, mexem em smartphones, tablets no momento de alguma refeição?

41 respostas



Fonte: os autores, 2020.

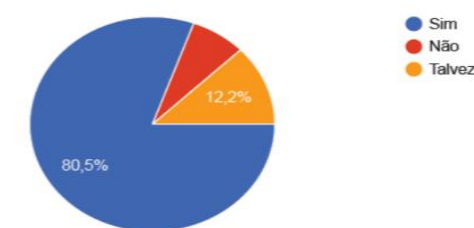
As prevalências de adolescentes que assistem TV enquanto realizam as principais refeições variou de 48,0% na região Norte a quase 62,0% na região Centro-Oeste, hábito prejudicial à nutrição e saúde dos adolescentes, com repercussões na fase adulta (OLIVEIRA et al, 2015).

E no gráfico 2, reflete-se sobre a importância da conscientização que as famílias devem ter a respeito da influencia tecnológica atualmente, isso não se refere diretamente a obesidade, como também a inclusão social entre os adolescente, a comunicação intelectual, a atividade física, são diversos fatores negativos que contribuem ao não desenvolvimento infantil, cerca de 80% das resposta mostra esse interesse preventivo do controle e influencias digitais.

Gráfico 2 – A percepção da amostra quanto a influência da tecnologia na obesidade infantil.

Você acha que a tecnologia, influencia na obesidade infantil atualmente?

41 respostas



Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo fica evidente a influência da tecnologia sobre a obesidade infantil, onde os participantes descrevem que não tem controle no uso de eletrônicos de crianças e adolescentes, além da falta de controle e orientação nos alimentos não saudáveis.

Sugerem-se novas pesquisas acerca da proposta desse estudo, para quem dimensionar a influência da tecnologia sobre a obesidade infantil abordada e assim propor estratégias de promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Caroline Magalhães de et al. Tecnologias Digitais Para Promoção De Hábitos Alimentares Saudáveis Dos Adolescentes. **REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**. Fortaleza, v.72, n.2, p. 1-11, Mar/Abr 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672019000200513&script=sci_arttext&tIing=pt. Acesso em 14 out. 2020.

BEZERRA, Mariana silva et al. Insegurança Alimentar E Nutricional Do Brasil E Sua Correlação Com Indicadores De Vulnerabilidade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25, n.10, p.1, set, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>. Acesso em: 14 out. 2020.

BORBA, Patrícia Silva C. **A importância da atividade física lúdica no tratamento da obesidade infantil**. Monografia. 2006. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/atividade-fisica-e-obesidade-infantil.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

DIAS, Patrícia Camacho et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Revista Cadernos De Saúde**, V.33,

n.7, p. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00006016>. Acesso em: 20 set. 2020.

GUMIERI, Francielly Aparecida; TREVISI, Vanessa Cristina. A Importância Do Lúdico Para O Desenvolvimento Da Criança: O Brincar Como Ferramenta De Aprendizagem Na Educação Infantil. Revista Pedagógica. Bebedouro SP. 2016. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/40/25042016154500.pdf>. Acessado em: 23 out. 2020.

MAAS, Gilberto Natal; CANABARRO, Ivo dos Santos. Crianças e adolescentes: o processo de inclusão social no Brasil. **Revista Eletrônica de Mestrado em Direito da UFAL**, Maceió/AL. n.2, p. 143-165, jul./dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/1537-5949-1-PB.pdf>. Acessado em: 23 out. 2020.

MEDINA, Lhais de Paula Barbosa et al. Desigualdades Sociais No Perfil De Consumo De Alimentos Da População Brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 1-15, out, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190011.supl.2>. Acesso em: 13 out. 2020.
NERI, Lencya de Cassio Lopes et al. **Obesidade Infantil**: 1.ed. Barueri-SP: Manole Ltda, 2017. P.3-11.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **No Brasil, Países Das Américas Definem Próximos Passos Para O Enfrentamento Da Epidemia De Obesidade Infantil**: Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não transmissíveis e Saúde Mental. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5957:no-brasil-paises-das-americas-definem-proximos-passos-para-o-enfrentamento-da-epidemia-de-obesidade-infantil&Itemid=839. Acessado em: 23 out. 2020.

OLIVEIRA et al. ERICA: Uso De Telas E Consumo De Refeições E Petiscos Por Adolescentes Brasileiros. **Rev. Saúde Pública**. Recife-PE, p. 2-8, out, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s1/pt_0034-8910-rsp-S01518-87872016050006680.pdf. Acessado em: 28 out. 2020.

OBESIDADE INFANTIL E SEUS PROBLEMAS ORTOPÉDICOS¹

SCHMIDT, Maria., maahlschmidt00@outlook.com, 093.866.679-75²
BAADER, Emanuelle., manubaader@live.com, 110.872.589-95³
JODAR, Eduarda., eduardajodar13@hotmail.com, 027.697.200-74⁴
DELAZERE, Fernanda., fernandadelazere0004@gmail.com, 106.624.979-29⁵
MALLMANN, Mariana., marianamallmann20009@gmail.com, 087.505.669-54⁶
MASSOCO, Sarah C. C., sarah@uniap.edu.br, 065.822.449-22⁷

Resumo – Objetivo: discutir sobre a relação entre a obesidade e problemas ortopédicos durante o desenvolvimento é essencial ainda na infância, a obesidade é considerada uma doença crônica e está relacionada a situações patológicas acarretando problemas respiratórios, dermatológicos e ortopédicos. Método: revisão bibliográfica em bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO) nos descritores: obesidade infantil e alterações ortopédicas.

Palavras-chave: Obesidade infantil. Alteração ortopédica. Inatividade física.

INTRODUÇÃO

A mudança dos hábitos alimentares vem mudando muito durante o passar dos anos, com o aumento do consumo de alimentos industrializados, refinados, açúcares e gorduras saturadas a obesidade infantil vem tendo uma alta taxa no Brasil (PINHEIRO, 2001). Junto com esse aumento excessivo de consumo de alimentos inadequados estão os hábitos sedentários provocando um ganho de peso excessivo nas crianças (BRANDALIZE, 2010)

Dentre os diversos problemas que a obesidade ocasiona, destacam-se os ortopédicos, nas crianças a obesidade traz grandes alterações posturais, principalmente na coluna vertebral e membros inferiores com esse sobrepeso gera uma sobrecarga sobre a coluna, alterando suas curvaturas normais (CASTRO, 2017).

Outro problema é a morfologia do pé, em um risco aumentado para o desenvolvimento de lesões e patologias (CASTRO, 2017)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Bruschini e Néri (2010), Os problemas ortopédicos em crianças obesas podem afetar muito no seu desenvolvimento, o aumento de peso e sobrecargas lesa os membros inferiores, causando desajuste e dores em idade prematura. As complicações mais comuns da obesidade são as alterações posturais e dores músculo-esqueléticas, portanto às crianças que estão sujeitas há esse aumento de sobrecarga ao longo de seu desenvolvimento tem o risco de deformações. Acredita-se que há relações entre obesidade e alterações

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum Saúde.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

musculoesqueléticas podem afetar o aparelho locomotor tanto de forma estrutural como funcional. A obesidade altera a coluna vertebral e membros inferiores, devido o abdome protuso, levando à lesões como lordose lombar e cifose dorsal compensatória, por consequência da hiperlordose cervical e anteriorização da cabeça.

A grande incidência de joelho valgo em obesos se explica pelo aumento da anteversão pélvica, que causa rotação interna dos quadris. Isso, associado ao acúmulo de gordura na região das coxas, causa o afastamento da região dos maléolos, promovendo a abertura do compartimento medial e uma hiperpressão no compartimento lateral do joelho. Com o tempo e o desenvolvimento, ocorre um crescimento desigual entre os dois compartimentos, conduzindo à instalação de uma deformidade fixa (MICHELLE, 2010).

METODOLOGIA

As análises narrativas de literatura foram realizadas através da consulta de artigos científicos publicados de consulta pública. A busca realizada no mês de setembro de 2020, utilizou-se o Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando das palavras-chaves obesidade infantil, alteração ortopédica, inatividade física.

Tabela 1 – Revisão bibliográfica sobre obesidade infantil e seus problemas ortopédicos.

Título da publicação	Tipo de publicação	Publicação	Ano
Alterações ortopédicas em crianças e adolescentes obesos ¹	Artigo	Fisioterapia em Movimento	2010
O Trauma Ortopédico no Brasil ²	Revista	Revista Brasileira de Ortopedia	2011
Alterações posturais em crianças e adolescentes obesos e não-obesos ³	Revista	Revista Brasileira de Cineantropometria Desempenho Humano	2011
Sobrepeso e obesidade infantil: fatores predisponentes para alterações ortopédicas ⁴	Artigo	Fisioterapia Brasil	2017

Fonte: os autores, 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obesidade infantil é considerada um problema de saúde pública, por quase sempre estar relacionada a um grande número de situações patológicas, nas quais se incluem disfunções do aparelho locomotor. Essas disfunções não estão presentes somente em obesos, mas sua prevalência é maior graças ao aumento de massa corporal e pelo consequente aumento das necessidades mecânicas

regionais. A relação entre obesidade e sistema musculoesquelético em crianças não é clara, mas se acredita¹. A incapacidade funcional decorrente do trauma ortopédico é também um problema de saúde pública, dado o cerceamento que causa ao indivíduo, às dificuldades que impõem aos seus familiares e ao custo social agregado a esta limitação. Isto posto, se faz mandatória uma revisão sobre a priorização do atendimento qualificado no trauma ortopédico².

A postura envolve uma relação dinâmica entre os segmentos corporais, a qual é determinada pela ação dos músculos esqueléticos que se adaptam aos estímulos recebidos³. No presente estudo não houve diferença significativa entre angulações da coluna vertebral e dos joelhos entre gêneros nem entre obesos e com sobrepeso, porém observou-se uma tendência à retificação lombar e presença de joelhos valgus⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos voltados para avaliação postural de crianças obesas e com sobrepeso são escassos, é fato que estas crianças necessitam de um cuidado e atenção para que se desenvolvam de forma saudável prevenindo futuras complicações.

Portanto, são necessários mais estudos para delinear o padrão dos problemas ortopédicos que acometem estas crianças e delinear propostas de intervenções.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIA

BRANDALIZE, Michelle and LEITE, Neiva. **Alterações ortopédicas em crianças e adolescentes obesos**. Fisioter. mov. (Impr.) [online]. 2010, vol.23, n.2, pp.283-288. ISSN 1980-5918. <https://doi.org/10.1590/S0103-51502010000200011>.

KFURI JUNIOR, Mauricio. O trauma ortopédico no Brasil. **Revista Brasileira de Ortopedia**. São Paulo, v. 46, supl. 1, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010236162011000700003&lng=en&nrm=iso.

SILVA, Larissa Rosa da et al . Alterações posturais em crianças e adolescentes obesos e não-obesos. **Rev. bras. cineantropom. desempenho hum. (Online)**, Florianópolis , v. 13, n. 6, p. 448-454, Dec. 2011 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198000372011000600007&lng=en&nrm=iso.

DE CASTRO, Gisélia Gonçalves et al. Sobrepeso e obesidade infantil: fatores predisponentes para alterações ortopédicas. **Fisioterapia Brasil**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 426-432, out. 2017. ISSN 2526-9747. Disponível em: <https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/1202>.

PERFIL DE PRÁTICAS CLÍNICAS UTILIZADAS PELOS FISIOTERAPEUTAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA / SC¹

Ana Paula dos Santos, annapaula_cdr@hotmail.com²

Júlio César Rebelatto, julio.rebelatto@gmail.com³

Micheli Cristina Polli, polli.micheli@gmail.com⁴

Natália Karoline Becher, karolinebecher.nati@gmail.com⁵

Nicoli Tibes, nicolitibes02@gmail.com⁶

Daniela dos Santos, danielasantos@uniarp.edu.br⁷

Resumo

Muito se discute sobre os efeitos negativos das guerras mundiais do século XX, porém, o que pouco se fala é que elas proporcionaram que a profissão de fisioterapia nascesse, em prol da reabilitação dos envolvidos nos combates. O presente estudo buscou avaliar o perfil das práticas clínicas dos fisioterapeutas do município de Videira/SC, onde foi elaborado um questionário pelo Google Docs e enviado aos profissionais pelo aplicativo WhatsApp no período de 24 de setembro a 24 de outubro de 2020. Os resultados apresentaram que a faixa etária da amostra variou de 24 a 51 anos, representada por profissionais do gênero feminino. 89% solicita exames de imagem, onde os mais solicitados são Raio-X e Ultrassonografia e 89% tem conhecimento de que o profissional fisioterapeuta pode solicitar exames de imagem. 100% dos entrevistados utilizam em seus tratamentos recursos de eletroterapia, onde os mais empregados são TENS, FES e Ultrassom. 100% dos entrevistados utilizam recursos cinesioterapêuticos para o tratamento dos pacientes, onde os mais utilizados são alongamentos, liberação miofascial, exercícios resistidos, Pilates, cinesioterapia respiratória, drenagem linfática e massagem terapêutica. Podemos concluir que a amostra faz uso de recursos eletroterapêuticos e cinesioterapêuticos variados no tratamento de seus pacientes, bem como exames complementares de imagiologia.

Palavras-chave: Fisioterapia. Área de Atuação. Procedimentos

INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre os efeitos negativos advindos das guerras mundiais do século XX, porém, o que pouco se fala é que as mesmas proporcionaram que a profissão de fisioterapia nascesse, em prol da reabilitação dos envolvidos nos combates. O mundo se viu abarrotado de indivíduos feridos e lesionados, que necessitavam de processos que visassem sua reinserção na sociedade. Inicialmente, a fisioterapia foi executada por voluntários nos campos de batalha, e logo mais começou a passar por mudanças com o passar dos anos, agregando novas descobertas e técnicas as práticas da profissão e desenvolvendo assim um campo específico de atuação e independente (CREFITO 3). No Brasil, a regulamentação da profissão de fisioterapeuta em nível superior ocorreu pelo Decreto-lei nº 938 de 13 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969). O profissional estuda, diagnostica, previne e recupera pacientes que apresentem distúrbios cinéticos funcionais em seu organismo,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Fisioterapia.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), Docente do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

decorrentes de diversos fatores, como traumas, alterações genéticas, doenças adquiridas etc (PIMENTA; COSME; SOUZA, 2013).

A eletroterapia é uma técnica que utiliza correntes elétricas para finalidades terapêuticas, onde se obtém efeitos fisiológicos de caráter analgésico ou motor. Os principais benefícios da eletroterapia são o controle da dor, diminuição do edema, relaxamento muscular, regeneração de tecidos moles e diminuição de contraturas musculares. Diversos são os aparelhos utilizados dentro da eletroterapia, onde se pode citar o TENS (terapia por estimulação elétrica nervosa transcutânea), Corrente Russa, FES (estimulação elétrica funcional), Infravermelho, Corrente Aussie, Iontoforese, Corrente Interferencial, Ultrassom e Ondas Curtas (KITCHEN, 2003).

Para o diagnóstico de possíveis patologias de um indivíduo, se utiliza os exames de imagem, pois os mesmos possibilitam uma avaliação detalhada dos órgãos internos, estruturas musculares e ósseas. Solicitar e interpretar exames permitem que o profissional possa elaborar um completo diagnóstico cinético-funcional do paciente, e com isso elencar as mais apropriadas condutas fisioterapêuticas, bem como acompanhar a evolução do paciente diante do tratamento aplicado (BRASIL, 2002). O Raio-X é o método padrão para detectar lesões ósseas iniciais, isso por ser mais simples e com custo baixo. Porém, nas últimas décadas houve um avanço tecnológico no desenvolvimento de outros métodos de diagnóstico por imagem, como a ultrassonografia, a tomografia computadorizada e a ressonância magnética, que conseguem detectar modificações em partes moles de tamanho muito pequeno (CERUTTI et al., 2019).

A cinesioterapia é um conjunto de exercícios terapêuticos que visam o tratamento de patologias através do fortalecimento e alongamento dos músculos a fim de recuperar uma determinada função ou mesmo prevenir certos tipos de lesões (SHESTACK, 1987). Dessa forma, a principal finalidade da cinesioterapia é a manutenção ou desenvolvimento do movimento livre, onde seus efeitos se baseiam na melhora, restauração ou manutenção da força, resistência a fadiga, mobilidade, flexibilidade, relaxamento e coordenação motora (KISNER; COLBY, 2015).

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar o perfil dos atendimentos realizados pelo serviço de fisioterapia oferecido pelas clínicas de fisioterapia no município de Videira/SC.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por Fisioterapeutas do município de Videira- SC. Os dados foram coletados entre os meses de setembro e outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs, respondido através deste link <https://forms.gle/JhoHv4HuMdaYYRHZ9>. O mesmo continha 4 questões referentes a dados do profissional e 8 questões sobre os temas: eletroterapia, exames de imagem, cinesioterapia e código de ética da profissão. O link do questionário foi divulgado pelos pesquisadores através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e Whats up®.

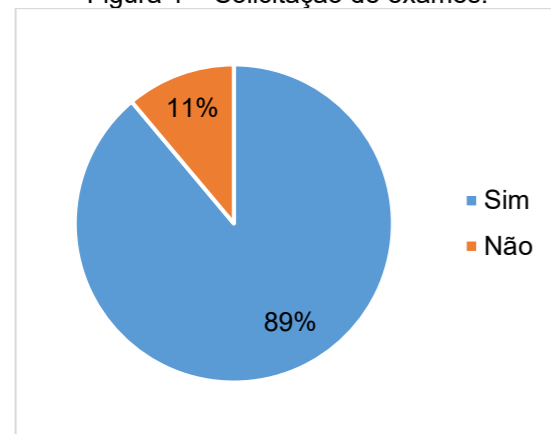
Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os a análise descritiva (frequência absoluta (n) e relativa (%)).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados do Departamento do Crefito-10, a lista total de fisioterapeutas do município de Videira/SC é de 36 profissionais (CREFITO 10), porém apenas 9 responderam à pesquisa. No que tange o perfil dos mesmos, 78% fisioterapeutas é do gênero feminino sendo que 22,2% apresentaram 30 anos.

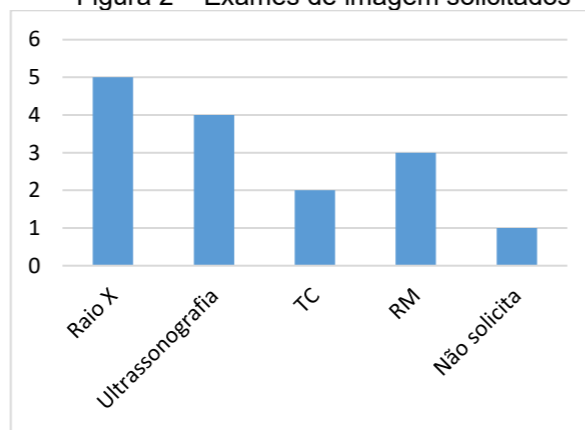
Em relação ao perfil das práticas clínicas, a Figura 1 identifica que 89% da amostra solicita exames complementares, onde na Figura 2 se verifica que os exames mais solicitados por estes são Raio-X e Ultrassonografia.

Figura 1 – Solicitação de exames.



Fonte: Os Autores (2020)

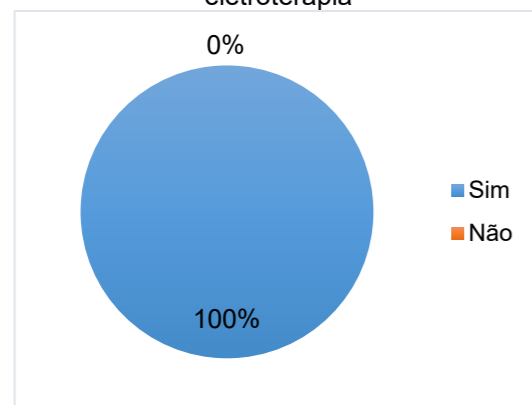
Figura 2 – Exames de imagem solicitados



Fonte: Os Autores (2020)

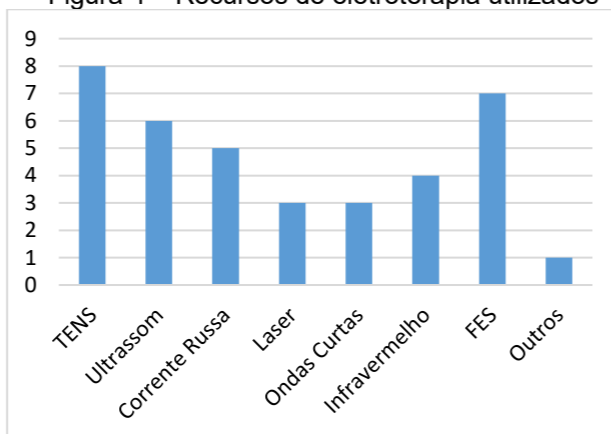
No item eletroterapia, a Figura 3 apresenta que 100% da amostra utiliza esses recursos para o tratamento de seus pacientes, onde na Figura 4 é possível analisar que os recursos mais empregados são TENS, FES, Ultrassom e Corrente Russa.

Figura 3 – Utilização de recursos de eletroterapia



Fonte: Os Autores (2020)

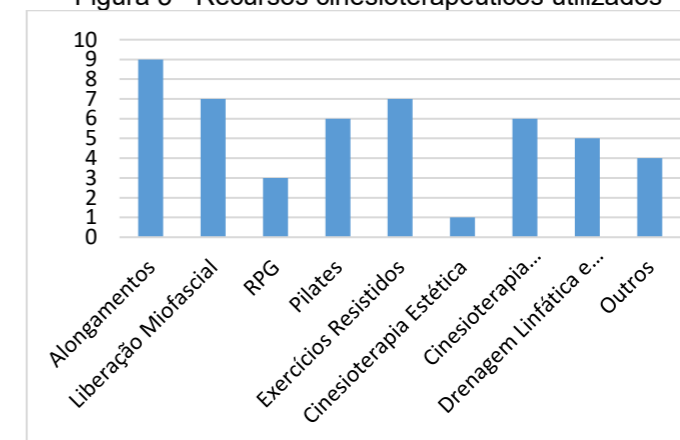
Figura 4 – Recursos de eletroterapia utilizados



Fonte: Os Autores (2020)

Na questão cinesioterapia, 100% da amostra utiliza recursos cinesioterapêuticos para o tratamento de seus pacientes, demonstrados na Figura 5 se verifica que os recursos mais utilizados são alongamentos, liberação miofascial, exercícios resistidos, pilates, cinesioterapia respiratória, drenagem linfática e massagem terapêutica.

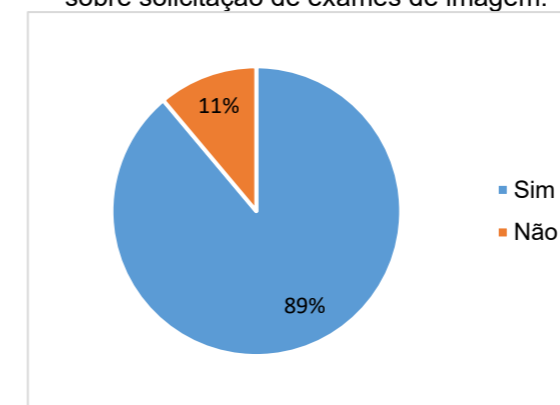
Figura 5 - Recursos cinesioterapêuticos utilizados



Fonte: Os Autores (2020)

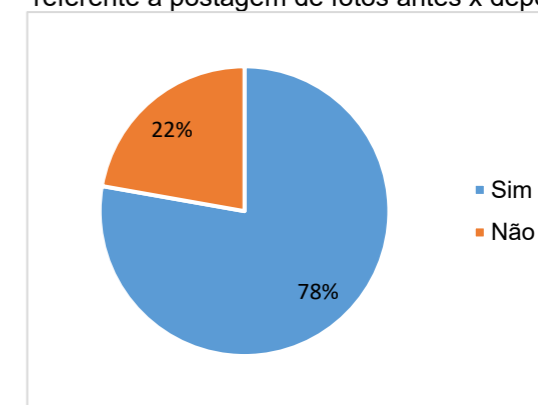
Referente ao Código de Ética, a Figura 6 expõem que 89% da amostra tem conhecimento na questão de que o profissional fisioterapeuta pode realizar solicitações de exames de imagem. Na Figura 7 é possível analisar que 78% da amostra tem conhecimento referente a postagem de fotos de antes e depois de seus pacientes, salvo a não divulgação de suas identidades.

Figura 6 – Conhecimento do Código de Ética sobre solicitação de exames de imagem.



Fonte: Os Autores (2020)

Figura 7 – Conhecimento do Código de Ética referente a postagem de fotos antes x depois.



Fonte: Os Autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o presente estudo observou o perfil de práticas clínicas dos profissionais fisioterapeutas no município de Videira/SC, mostrando que há um predomínio de profissionais do gênero feminino e jovens. Se verifica que a amostra além de utilizar diversos métodos de eletroterapia no tratamento de seus pacientes, também utiliza distintos recursos cinesioterapêuticos para o mesmo fim. Também se conclui que a grande maioria da amostra solicita exames de imagem para complementar o processo de reabilitação do paciente, onde o Raio-X é o mais empregado. Em relação à legislação vigente, também se analisa que grande maioria dos entrevistados tem conhecimento acerca do Código de Ética da profissão em relação aos temas solicitação de exames de imagem e postagem em redes sociais de antes e depois de pacientes, salvo o consentimento dos mesmos e a não divulgação de suas identidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia. Decreto-lei nº 938, de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1969.

CERUTTI; F. L. S et al. Radiodiagnóstico e procedimentos radiológicos. PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Ebook-Radiodiagnostico-e-Procedimentos-Radiologicos-1.pdf>> Acesso em 21 de Set. 2020

CREFITO-3. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região. Definição de Fisioterapia. Disponível em: <<http://www.crefito3.org.br/dsn/fisioterapia.asp#:~:text=A%20Fisioterapia%20%C3%A9%20uma%20ci%C3%Aancia%20t%C3%A3o%20antiga%20quanto%20o%20homem.&text=A%20Fisioterapia%20como%20profiss%C3%A3o%20nasceu,novamente%20em%20uma%20vida%20ativa>> Acesso em: 20 de Set. 2020

CREFITO-10. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região. Estatística de Profissionais por Tipo de Registro. Disponível em: <<http://www.crefito10.org.br/estatportiporegistro.jsp?c=VIDEIRA&u=SC&a=profissional>>. Acesso em: 19 Out. 2020.

KISNER, C; COLBI, L. A. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 6. ed. São Paulo: Manole, 2015.

KITCHEN, S. Eletroterapia: Prática baseada em evidências. 11ª ed. São Paulo: Manole, 2003.

PIMENTA, A. L; COSME, A. C; SOUZA, M. L. Fisioterapia no Brasil: aspectos históricos de sua identidade. Fisioterapia Brasil, v. 14, n. 3, Mai./Jun. 2013.

SHESTACK, Robert. Fisioterapia prática. 3.ed. São Paulo: Manole, 1987

PRÁTICAS UTILIZADAS PELOS FISIOTERAPEUTAS QUE ATUAM NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA A RESOLUÇÃO DE QUADROS CLÍNICOS¹

Ana Paula Xavier Leite, paulaxaviersc@gmail.com²
Camila Gonçalves Coito, camilagoncalves06048@gmail.com³
Daniela dos Santos, danielasantos@uniarp.edu.br⁴
Adriano Mafessoni, adriano@uniarp.edu.br⁵
Juliano Mazzotti, juliano.mazzotti@uniarp.edu.br⁵

Resumo

O objetivo deste estudo foi avaliar quais as práticas fisioterapêuticas mais utilizadas pelos Fisioterapeutas que atuam no sistema único de Saúde (SUS). O tipo de pesquisa se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por 12 Fisioterapeutas, prestadores de serviço do SUS das cidades de Caçador, Videira e Fraiburgo - SC. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs sendo divulgado pelos pesquisadores através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e Whats up®. Os participantes apresentaram média de idade de 36,3 (±9) anos, com tempo de formação de 12,4 (±7,8) anos, média de tempo de trabalho no SUS foi de 9,2 (±7,6) anos, 66,7% dos atendimentos acontecem no formato domiciliar com 66,7%, sendo a fisioterapia ortopedia, respiratória e neurológica as áreas de tratamento mais procuradas e apenas 25% dos profissionais solicita exames complementares. Podemos concluir que existem poucos profissionais que atuam pelo SUS nestes municípios e que a Fisioterapia acaba atuando mais com foco reabilitativo e não preventivo.

Palavras-chave: Fisioterapia. Atuação. SUS. Procedimentos.

INTRODUÇÃO

A Fisioterapia é uma área da saúde que faz diagnóstico, prevenção e tratamento de disfunções cinéticas funcionais. O profissional é dotado de habilidades que o possibilita atuar em todos os níveis de atenção à saúde e em equipes multidisciplinares, contribuindo para a manutenção da saúde, bem estar e qualidade de vida (BISPO JUNIOR, 2017).

A fisioterapia foi instituída no Brasil como profissão de nível superior em 1969, através da publicação do Decreto-Lei no 938/692. Anteriormente a esse período, a ocupação de fisioterapeuta era de nível técnico e sua função era de executar técnicas, prescritas por médicos, com objetivo de reabilitar pessoas lesionadas. Com a publicação do Decreto-Lei no 938/69, o fisioterapeuta ganha status de nível superior e autonomia profissional; no entanto, sua atuação continua destinada, quase que exclusivamente, às ações reabilitadoras. Levando-se em consideração o contexto

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Fisioterapia.
² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
³ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
⁴ Professor(a), Mestre do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
⁵ Professor(a), Pós Graduado do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

histórico do período de publicação do referido decreto-lei, pode-se tolerar que as condições de saúde da população e a própria lógica de organização do sistema de saúde vigente corroboravam essa forma de atuação. No entanto, as mudanças no perfil epidemiológico e as transformações no sistema de saúde brasileiro, com destaque para a implantação do SUS, impõem novos desafios à fisioterapia e novas responsabilidades aos profissionais (BRASIL, 2016).

O objetivo deste estudo foi avaliar quais as práticas fisioterapêuticas mais utilizadas pelos Fisioterapeutas que atuam no sistema único de Saúde (SUS).

METODOLOGIA

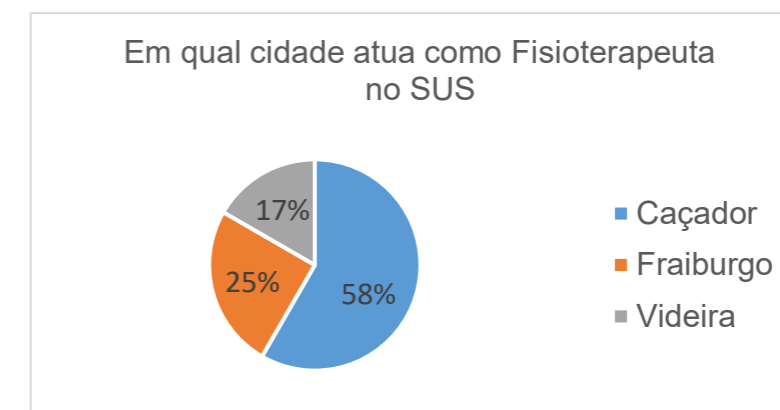
Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por 12 Fisioterapeutas, prestadores de serviço do SUS das cidades de Caçador, Videira e Fraiburgo - SC. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs e divulgado pelos pesquisadores através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e Whats up®. O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha que avaliaram quais as práticas fisioterapêuticas utilizadas pelos fisioterapeutas que realizam atendido pelo SUS dos municípios já citados, respondido através deste link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSebyjJn9McxH5KagAdg1FvFwnPVygaNuzmNxRYWJP8r88zBiw/viewform?usp=pp_url.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os a análise descritiva (frequência absoluta (n) e relativa (%)), e os resultados estão apresentados em gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

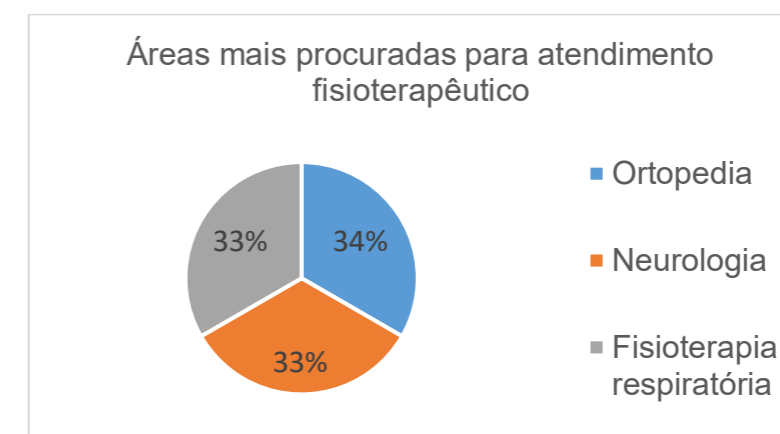
A amostra do estudo foi composta por 12 Fisioterapeutas, com média de idade de 36,3 (±9) anos, tempo de formação de 12,4 (±7,8) anos, onde 1 Fisioterapeuta está atuando no SUS a menos de 6 meses e os demais (11) tem uma média de atuação de 9,2 (±7,6) anos. Os atendimentos acontecem na maioria no formato domiciliar com 66,7% das solicitações enquanto o atendimento clínico atinge 50% das solicitações. Dos profissionais entrevistados apenas 25% solicita exames complementares enquanto os 75% não solicita exames complementares, sendo que os exames mais solicitados foram radiografia e ressonância magnética. Os demais questionamentos estão representados na figura 1 abaixo.

Figura 1 – Em qual cidade atua como fisioterapeuta do SUS



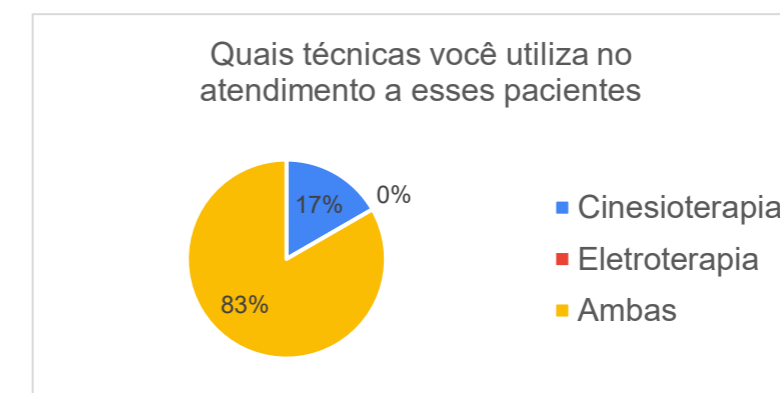
Fonte: Autores (2020)

Figura 2 – Áreas mais procuradas para atendimento fisioterapêutico no SUS



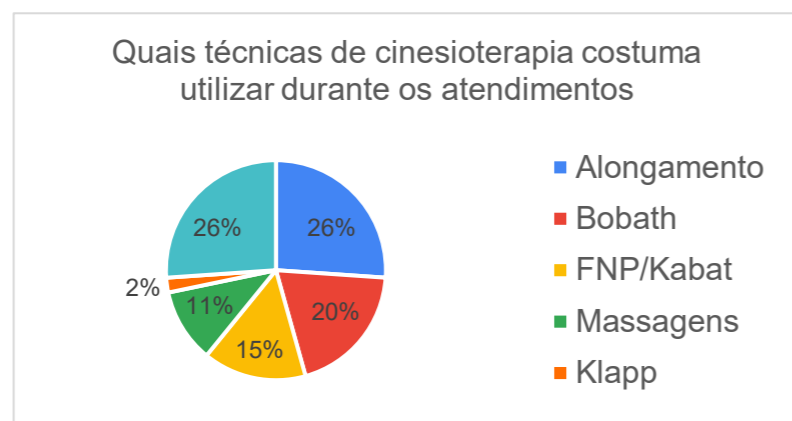
Fonte: Autores (2020)

Figura 3 – Quais técnicas são utilizadas nos atendimentos do SUS



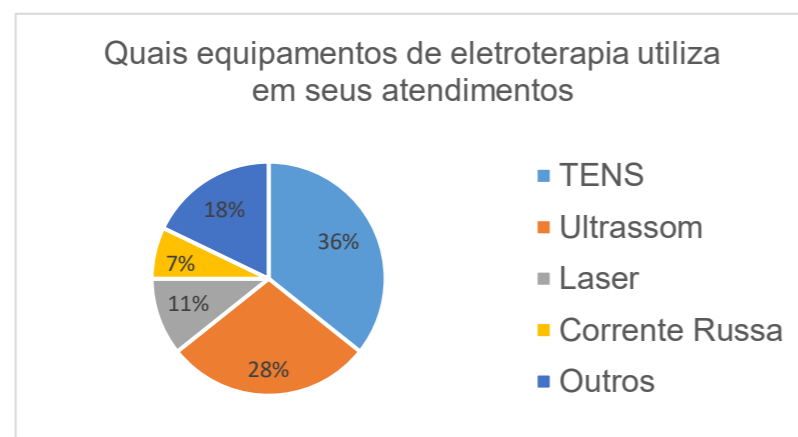
Fonte: Autores (2020)

Figura 4 – Quais as técnicas de cinesioterapia mais utilizadas nos atendimentos do SUS



Fonte: Autores (2020)

Figura 5 – Quais equipamentos de eletroterapia mais utilizados nos atendimentos do SUS



Fonte: Autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os resultados encontrados, observa-se que existem poucos profissionais atuando no atendimento ao sistema único de saúde, que a forma predominante de atendimento é a domiciliar, e que o fisioterapeuta atua mais no processo reabilitativo do que preventivo.

Tivemos como limitação do estudo a participação de poucos profissionais que atuam nesta área dos três municípios estudados.

REFERÊNCIAS

BISPO JUNIOR, José Patrício. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1627-1636, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

PERFIL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO ESTÁGIO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DA CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA DA UNIARP¹

Bruno Henrique da Silva, henriquebruno80@hotmail.com²

Júlio César Moriggi, julio.sheva@hotmail.com³

Lucas Dias Antunes, lucasantunes@hotmail.com⁴

Lucas dos Anjos Gaspar da Silva, lucasgaspar1102@gmail.com⁵

Lucas Felipe Camargo Machado, lucaasfelipee08@gmail.com⁶

Daniela dos Santos, danielasantos@uniarp.edu.br⁷

RESUMO

O estágio de ortopedia é de extrema importância para os acadêmicos, pois, além de ser tratar de umas das principais áreas da fisioterapia, faz com que eles adquiram conhecimento e experiência a cada paciente atendido. O estudo teve como objetivo coletar dados sobre o perfil de atendimentos realizados no estágio de Ortopedia da clínica escola de Fisioterapia da Uniarp. Este estudo se caracteriza como retrospectivo e abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 14 fichas dos pacientes atendidos pelos acadêmicos da 10ª fase do curso de fisioterapia no ano de 2020. Os dados foram reunidos através de um formulário desenvolvido no Google Docs®, onde os acadêmicos responderam aos seguintes questionamentos sobre os pacientes: gênero, idade, queixa principal, diagnóstico médico, exames complementares e quantidade de atendimentos realizados. Através dos resultados apresentados, foi possível observar que o público que frequenta os atendimentos é predominantemente feminino, a principal queixa é a dor, os exames são solicitados por médicos, o principal exame apresentado é o Raio X e com uma média de 10 e 15 sessões. Podemos concluir que o maior acometimento das doenças osteomioarticulares são as dores, e a fisioterapia apresenta ampla capacidade de solucionar este problema dos pacientes.

Palavras-chave: Estágio, Fisioterapia, Ortopedia.

INTRODUÇÃO

A Resolução nº 260, de 11 de fevereiro de 2004, reconheceu a Especialidade de Fisioterapia Traumatológica Funcional, mas foi a Resolução nº 404, de 03 de agosto de 2011, que a regularizou (COFFITO, 2020).

Diversos pacientes procuram o atendimento fisioterapêutico, por diversas razões diferentes, e por isso é necessário realizar uma pesquisa para ter um levantamento de dados sobre os principais grupos, queixas e outros dados que dizem respeito ao estágio. O estudo irá coletar dados sobre: o gênero dos pacientes que frequentam, idade, queixa principal, diagnóstico médico, se apresentaram ou não exames complementares, quem o encaminhou à fisioterapia e a quantidade de atendimentos realizados.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 10ª fase do curso de Fisioterapia.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A fisioterapia Traumatológica atua na prevenção e tratamento das alterações no sistema musculoesquelético (ossos, músculos, tendões, articulações e ligamentos) com o objetivo de promover a recuperação cinético-funcional do paciente, otimizando a amplitude de movimento, força muscular, gesto funcional, coordenação e propriocepção. Algumas alterações mais comuns tratadas nessa área são: fraturas, tendinites, entorses, luxações, artrose, contraturas, distensões, algias, e atuação no pré/pós-operatório (DUTTON, 2010).

A atuação do fisioterapeuta Traumatológico se caracteriza pelo exercício profissional em todos os níveis de atenção à saúde, com ações de prevenção, promoção, proteção, educação, intervenção, recuperação e reabilitação do paciente. Para o tratamento dessas alterações são utilizados recursos terapêuticos como: Eletroterapia, Fototerapia, Termoterapia, Cinesioterapia, Massoterapia, dentre outros (MAGEE, 2002).

O profissional desta área pode desempenhar seus trabalhos e desenvolver ações de educação e saúde em escolas, estabelecimentos comerciais e empresas, conscientizando as pessoas sobre a prevenção de acidentes e oferecendo orientações ergonômicas e de exercícios terapêuticos laborais para a preparação e relaxamento de estruturas do sistema musculoesquelético sobrecarga na atividade de trabalho ou tarefa do dia a dia (DUTTON, 2010).

O fisioterapeuta Traumatológico é uma peça fundamental na equipe multiprofissional de atenção básica, evidências mostram que a sua atuação é capaz de resolubilidade deste nível de atenção, reduzir o número de encaminhados para atenção secundária e terciária, prevenir agravos à saúde musculoesquelética e promover a independência funcional e a participação social do indivíduo na comunidade, contribuindo para melhora do seu nível de saúde e qualidade de vida (O'SULLIVAN e SCHMITZ, 2010.)

METODOLOGIA

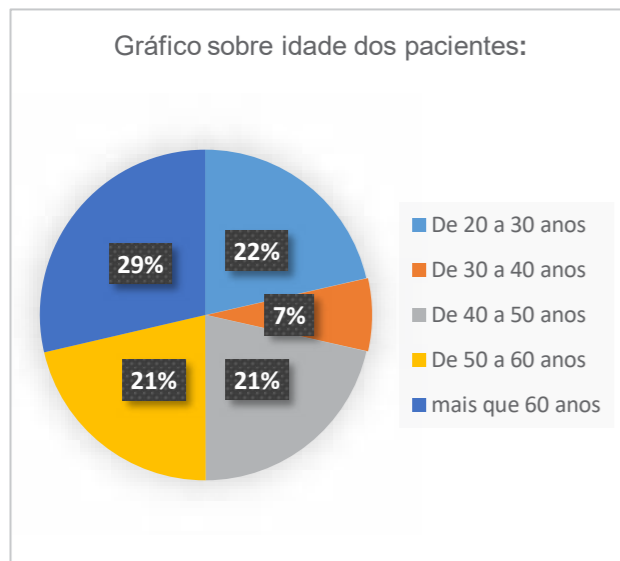
Este estudo se caracteriza como retrospectivo e abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 14 fichas dos pacientes atendidos pelos acadêmicos da 10ª fase do curso de fisioterapia no ano de 2020. Os dados foram reunidos através de um formulário desenvolvido no Google Docs®, onde os acadêmicos responderam aos seguintes questionamentos sobre os pacientes: gênero, idade, queixa principal, diagnóstico médico, exames complementares e quantidade de atendimentos realizados. Após os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel®, onde realizou a análise através da frequência absoluta (n) e relativa (%).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo contou com a participação de 14 respostas e através delas foram obtidos os seguintes dados que estão representados nos gráficos abaixo

O gráfico 1 representa a idade dos pacientes e mostra que população mais idosa, ou seja, acima de 60 anos, são as que mais frequentam os atendimentos. O gráfico 2 demonstra os resultados quanto ao gênero da amostra, onde a população feminina é maior que a masculina.

Gráfico 1: sobre idade dos pacientes



Fonte: AUTORES, 2020.

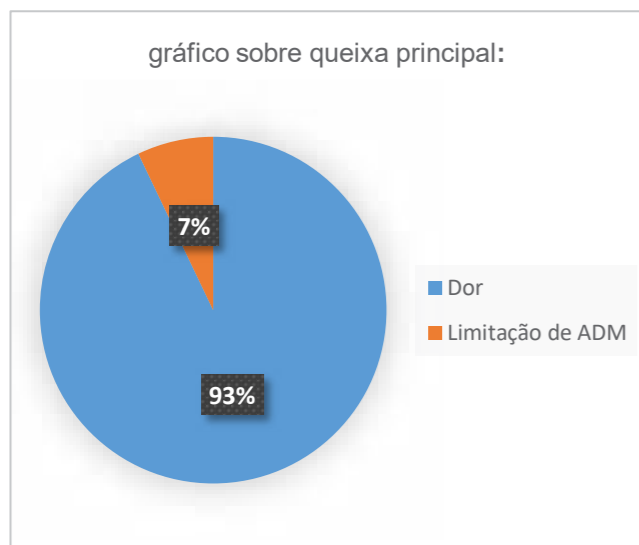
Gráfico 2: sobre o gênero dos pacientes



Fonte: AUTORES, 2020.

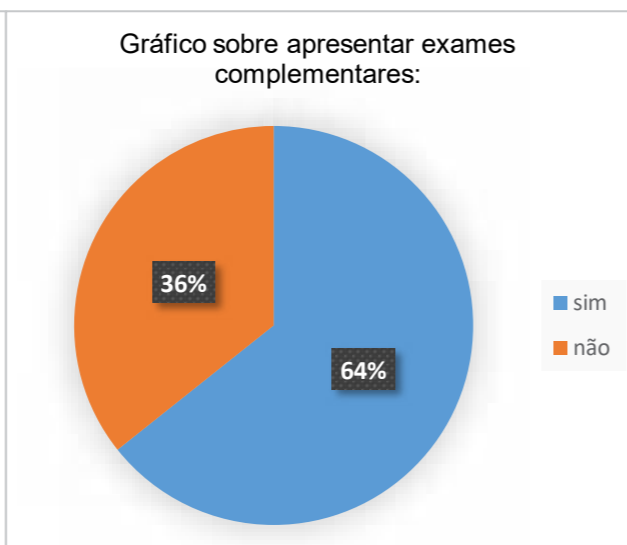
O gráfico 3 é sobre a queixa principal que o paciente apresenta quando chega ao atendimento, sendo que a dor foi a principal queixa relatada. O gráfico 4 traz informações sobre os pacientes que apresentam os exames complementares no atendimento, e as informações obtidas são de que a maior parte apresenta, e o Raio-X é o mais apresentado (gráfico 5).

Gráfico 3: sobre queixa principal dos pacientes:



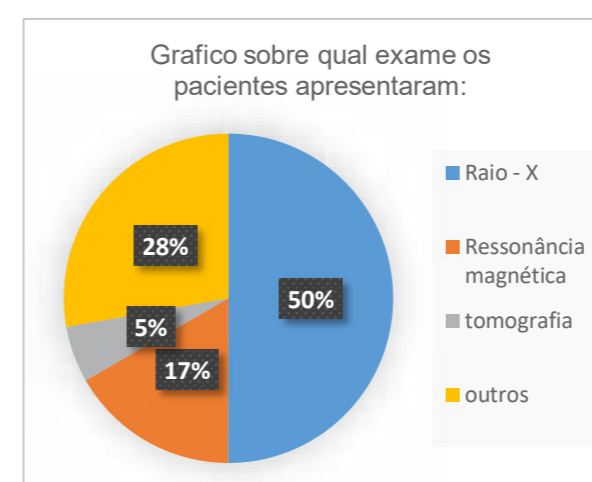
Fonte: AUTORES, 2020.

Gráfico 4: sobre exames complementares:



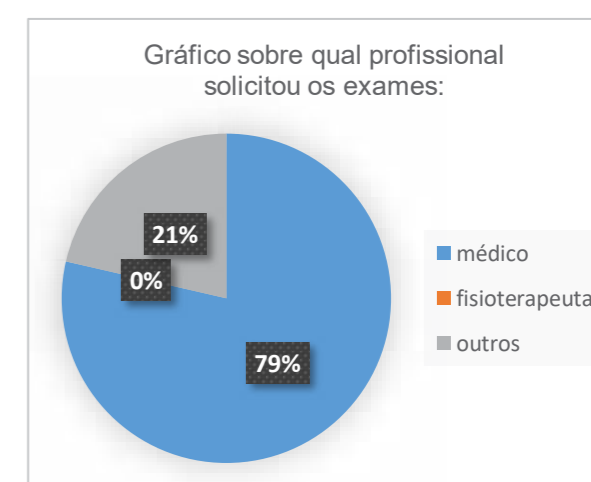
Fonte: AUTORES, 2020.

Gráfico 5: sobre o qual exame apresentou:



Fonte: AUTORES, 2020.

Gráfico 6: sobre o profissional que solicitou:

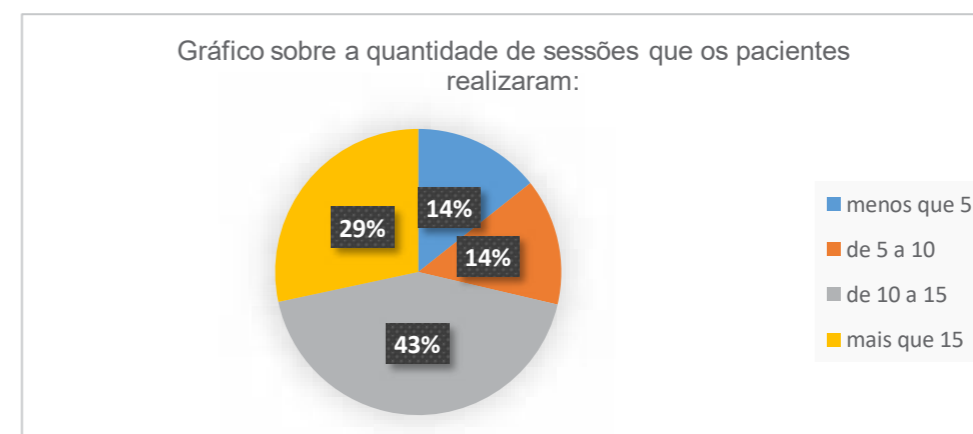


Fonte: AUTORES, 2020.

O gráfico 6 representa o profissional que solicitou os exames, e os médicos são os que mais solicitam os exames. O gráfico 7 é referente a quantidade de sessões realizadas pelos pacientes, e mostrou que a maior parte realizou entre 10 e 15 sessões de fisioterapia.

A questão sobre diagnóstico médico apresentada no questionário mostrou que grande parte das pessoas apresentavam problemas nos membros superiores, com os seguintes diagnósticos: pós-operatório de ombro, trauma no ombro tendinopatia do manguito rotador, bursite subacromial e epicondilite lateral. A outra parte apresentou diagnóstico envolvendo problema na coluna com diagnósticos de: hérnia de disco lombar, escoliose, lombalgia, lombociatalgia.

Gráfico 7: quantidade de sessões realizada pelos pacientes



Fonte: AUTORES, 2020.

CONCLUSÃO

O estágio supervisionado de ortopedia possibilitou vivenciar as experiências na elaboração e desenvolvimentos de protocolos de tratamento para os pacientes, bem como experiência e conhecimento na área de atuação. Através do estudo realizado sobre os pacientes que frequentam os estágios, foi possível obter um levantamento de dados que traz informações importantes sobre os itens que compõe a ficha de avaliação. Diante disto, o período de estágio foi complementação de tudo que foi estudado no decorrer do curso. Ressaltando a importância da boa relação entre colegas, para que haja um ambiente agradável e confortável de trabalho, bem como a relevância de ajuda entre eles.

REFERÊNCIAS

COFFITO. Disponível em <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3167>>. Acesso em: 14/11/2020.

DUTTON, M. **Fisioterapia Ortopédica: Exame, avaliação e intervenção**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MAGEE, D. J. **Disfunção musculoesquelética**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2002.

O'SULLIVAN, Susan B.; SCHMITZ, Thomas J. **Fisioterapia avaliação e tratamento**. 5. Ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

PERFIL DE PRÁTICAS CLÍNICAS UTILIZADAS PELOS FISIOTERAPEUTAS PARA A RESOLUÇÃO DE QUADROS CLÍNICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC¹

Bárbara Kuster Lemos, barbara_luar@hotmail.com²
Natiely Bonette, natielybonettebtt@gmail.com³
Amanda T. Condrat, amandateleski@hotmail.com⁴
Bruna Mittanck, brunamittanck@gmail.com⁵
Ana Cláudia Guedes, claudinha2044@hotmail.com⁶
Adriano Mafessoni, adriano@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O objetivo geral do estudo foi identificar quais são as técnicas que são mais utilizadas pelos fisioterapeutas da cidade de Caçador-SC na resolução de quadros clínicos. Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por 09 fisioterapeutas do município de Caçador- SC. Os dados foram coletados entre os meses de setembro e outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs, divulgado pelos pesquisadores através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e Whatsapp®. Os resultados mostraram que 100% respondeu utilizar exercícios de mobilidade, exercícios de fortalecimento, alongamento e mobilizações articulares como técnica cinesioterapêuticas e, quanto a utilização da eletroterapia 88,9% utilizam o equipamento de ultrassom, 77,8% o laser, 66,7% o TENS, 55,6% a corrente russa em suas práticas clínicas. Quando questionados sobre a solicitação de exames complementares, todos responderam que fazem uso desta prática no seu dia a dia. Os resultados sugerem que as técnicas de cinesioterapia, eletrotermoterapia, assim como a solicitação de exames complementares são altamente utilizadas por estes profissionais.

Palavras-chave: Fisioterapeutas; Cinesioterapia; Tratamento

INTRODUÇÃO

Dentro da fisioterapia existem múltiplas técnicas que podem ser executadas para resolução de quadros clínicos, com isso o fisioterapeuta tem a oportunidade de elaborar planos de tratamentos diferenciados. Entre as técnicas que podem ser utilizadas na resolução de quadros clínicos podemos destacar a cinesioterapia e a eletrotermoterapia (eletroterapia). O fisioterapeuta ainda é habilitado a solicitar exames complementares que podem compor o processo de avaliação do paciente, para assim ajudar a definir qual será a melhor conduta a ser aplicada.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Fisioterapia.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), titulação do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A cinesioterapia é uma técnica que se baseia nos conhecimentos de anatomia, fisiologia e biomecânica, com o objetivo de proporcionar ao paciente um melhor e mais eficaz trabalho de prevenção, cura e reabilitação. Usa o movimento ou exercício como forma de tratamento, os efeitos dessa técnica baseiam-se no desenvolvimento, melhora, restauração e manutenção da força, da resistência à fadiga, da mobilidade e flexibilidade. A indicação da técnica para realização de tratamento dos pacientes é bastante criteriosa, necessita de uma avaliação inicial para traçar objetivos e estratégias, e posteriormente realizar reavaliações frequentes, visando a atualização junto a progressão do paciente e em consequência da necessidade de correções ao programa inicial até atingir o potencial de recuperação esperado (GUIMARÃES, CRUZ, 2003).

A eletroterapia é um recurso fisioterápico amplamente utilizado na reabilitação dos mais diversos tipos de patologias. Sua técnica utiliza correntes elétricas de intensidade baixa, média e alta, através de eletrodos que são aplicados diretamente na pele e cada tipo de corrente possui indicações e contraindicações específicas. Suas indicações para o uso da eletroterapia são: controle de dores agudas e crônicas; redução de edema; redução de contraturas; redução de aderência facial, inibição de espasmos musculares; minimização da atrofia; reeducação muscular; consolidação de fraturas; fortalecimento muscular; cicatrização de lesões abertas e fechadas, entre outras (AGNE, 2017)

O objetivo desse estudo foi realizar uma pesquisa no município de Caçador, com os profissionais de Fisioterapia, para saber quais são as técnicas que são mais utilizadas por esses profissionais na resolução de quadros clínicos.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por Fisioterapeutas do município de Caçador- SC. Os dados foram coletados entre os meses de setembro e outubro de 2020, através de um questionário em formato online desenvolvido no google docs. O mesmo era composto por 07 questões de múltipla escolha, algumas questões existia a opção de mais de uma resposta. O link do questionário foi divulgado pelos pesquisadores através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e Whatsapp® (https://docs.google.com/forms/d/19tg4EQPEBduely_2Xy3fH6OAKuAHv5b5-LS6ap3tg9E/edit).

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os a análise descritiva (frequência absoluta (n) e relativa (%)).

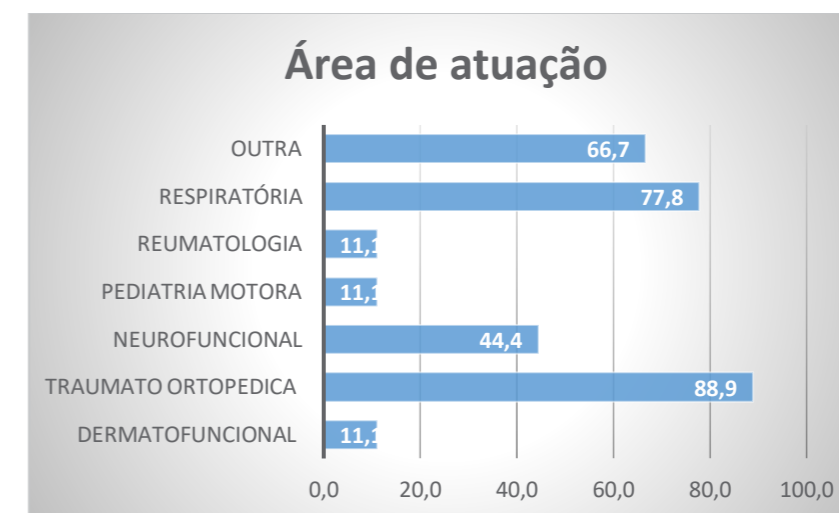
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 09 profissionais fisioterapeutas dos quais 88,9% eram do gênero feminino e 11,1% do gênero masculino. 45% dos participantes tinha idade entre 26 a 29 anos. Com relação ao local de trabalho, 78% atua em clínicas e 22% em consultórios. Entre as áreas de atuação, 88,9% dos profissionais trabalha com Traumatologia e Ortopedia, seguida da fisioterapia Respiratória com 77,8% (gráfico 1). O tempo de formação dos participantes ficou entre 0 a 5 anos com 88,8% (gráfico 2).

Quando questionados sobre as técnicas cinesioterapêuticas mais utilizadas 100% respondeu utilizar exercícios de mobilidade, exercícios de fortalecimento,

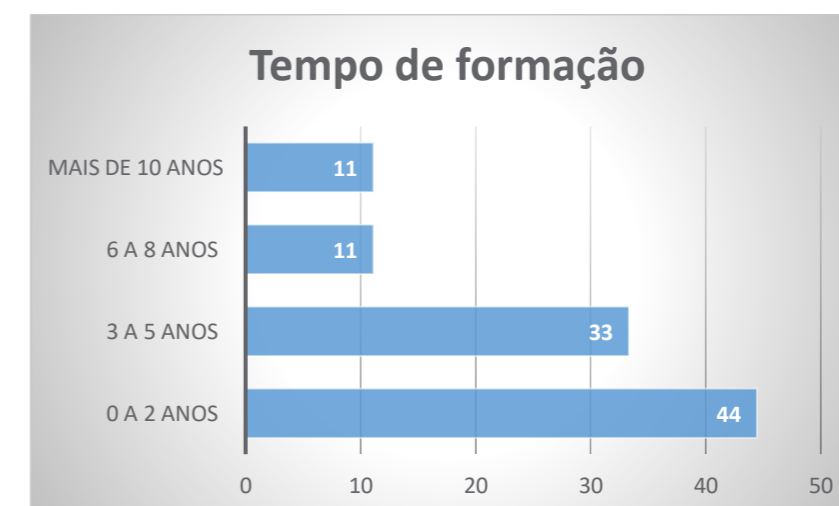
alongamento e mobilizações articulares (gráfico 3). Já 88,9% utilizam o equipamento de ultrassom, 77,8% o laser, 66,7% o TENS, 55,6% a corrente russa e 88,9% ainda relatou utilizar outro equipamento de eletroterapia não listados no questionário em suas práticas clínicas (gráfico 4). Com relação a solicitação de exames complementares, 100% dos profissionais solicita e faz uso desta prática.

Gráfico 1 – Áreas de atuação dos fisioterapeutas participantes do estudo



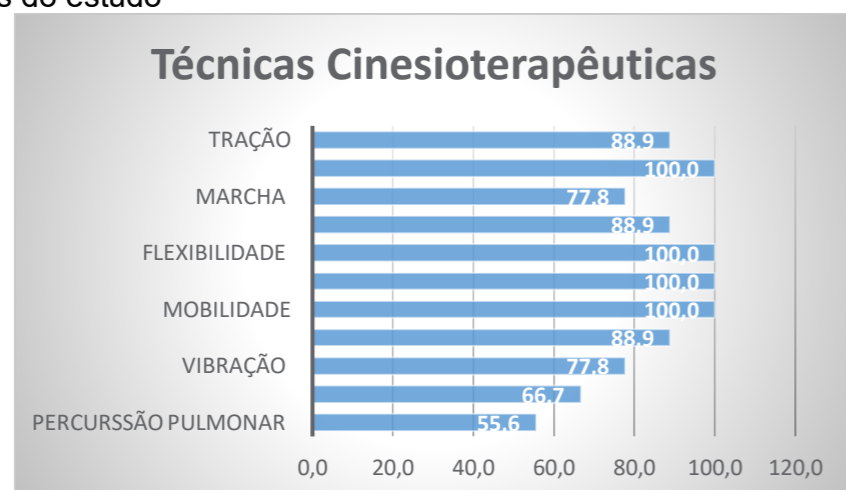
Fonte: Os Autores, 2020

Gráfico 2 – Tempo de formação dos fisioterapeutas participantes do estudo



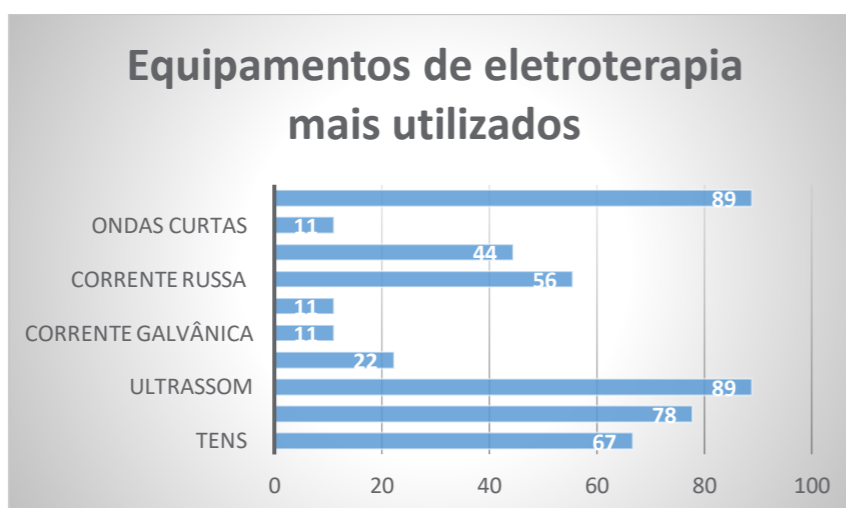
Fonte: Os Autores, 2020

Gráfico 3 – Técnicas Cinesioterapêuticas mais utilizadas pelos fisioterapeutas participantes do estudo



Fonte: Os Autores, 2020

Gráfico 4- Equipamentos de eletroterapia mais utilizados pelos fisioterapeutas participantes do estudo



Fonte: Os Autores, 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que as técnicas de cinesioterapia, eletrotermoterapia e os exames complementares são altamente utilizadas atualmente, tendo maior uso os exercícios de mobilidade e de fortalecimento muscular, e que dos equipamentos de eletroterapia mais utilizados destaca-se o ultrassom, sendo a radiografia o exame mais solicitado.

REFERÊNCIAS

AGNE, Jones Eduardo. **Eletrotermoterapia**. 4ªed. Santa Maria: O Autor, 2017.

GUIMARÃES, Layana de Souza. CRUZ, Mônica Cardoso. **Exercícios Terapêuticos: A Cinesioterapia como Importante Recurso da Fisioterapia**. UNISUL. Belém, v. 4, n. 1, p. 3-5, outubro, 2013. Disponível em: < http://fisio-tb.unisul.br/arquivos/artigo_Cinesioterapia.pdf >. Acesso em 07 de novembro de 2020.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FISIOTERAPIA DERMATO-FUNCIONAL E PERFIL DOS PACIENTES DA CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA UNIARP¹

Caroline Paris de Lemos, carolineparisdelemos@gmail.com²

Emily Goetten R. Bartolomeu, emilygoetten@hotmail.com³

Rafaela dos Santos Locatelli, rafaelasa@outlook.com⁴

Thaine Andressa Ruschel, thaiandressa_@hotmail.com⁵

Liamara Basso Dala Costa, liamara@uniarp.edu.br⁶

Resumo - O estágio aplicado à Fisioterapia Dermato-funcional é de extrema importância para auxiliar na formação acadêmica, pois é uma das áreas que vem expandindo cada vez mais. O estudo teve como objetivo a coleta de dados sobre o perfil dos pacientes atendidos no estágio de Fisioterapia Dermato-funcional da Clínica Escola de Fisioterapia da Uniarp. Esse estudo se caracteriza como um estudo descritivo, retrospectivo e documental através de um roteiro de análise de dados obtidos através do prontuário eletrônico. A amostra foi composta por 14 pacientes atendidos pelos acadêmicos da 10ª fase no primeiro semestre de 2020. Os dados foram reunidos através de um formulário desenvolvido no *Google Docs*®, onde os acadêmicos responderam aos seguintes questionamentos sobre a população do estudo: Idade, sexo, queixa principal, quantas sessões foram realizadas, tipo de tratamento e escala de satisfação. Através dos resultados apresentados, foi possível observar que o público que frequentou os atendimentos é predominantemente feminino, com a busca para tratamentos faciais e com o objetivo de reduzir as rugas e linhas de expressão, apresentando uma média de 11 a 15 sessões de tratamento. Com isso, podemos concluir que a fisioterapia nessa área tem sido bastante procurada para melhorar a autoestima de quem buscou os tratamentos.

Palavras-chave: Fisioterapia Dermato-funcional. Tratamentos. Estágio.

INTRODUÇÃO

Em 20 de maio de 2009, a resolução 362 do COFFITO reconheceu a fisioterapia dermatofuncional como uma especialidade do fisioterapeuta, com a finalidade de promover assistência às demandas clínico-cinesiológico-funcionais do sistema tegumentar e estruturas associadas (LEITE et al., 2013).

A atuação do fisioterapeuta nessa área é de grande relevância e tem sido mais reconhecido nos últimos tempos mostrando sua importância juntamente com outros profissionais, quando se trata da estética corporal e qualidade de vida. Se apresenta em diversas áreas como por exemplo: pré e pós-operatório de cirurgias plásticas, com a utilização de técnicas manuais como a drenagem linfática, eletroterapia, crioterapia, entre outros recursos, para promover a melhora no aspecto geral do tecido (LEITE et al., 2013).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 10ª fase do curso de Fisioterapia.

² Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, mestra do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

PRINCIPAIS PATOLOGIAS

Algumas patologias são mais comumente encontradas dentro das clínicas de Fisioterapia Dermato-Funcional, sendo assim, serão abordadas algumas das principais e posteriormente os tratamentos possíveis para tais alterações.

O fibroedema gelóide, mais conhecido como celulite, é uma das patologias mais comuns e é caracterizada pelo edema no tecido conjuntivo e causado principalmente pelo acúmulo de proteoglicanas no meio extracelular, que levam consigo grande quantidade de água. Pode ocorrer também um aumento do tamanho e número de adipócitos, o que causa uma compressão no sistema venoso e linfático, não afetando o arterial (MILANI; JOÃO; FARAH, 2006).

Com aspecto linear, comprimento e largura variáveis, as estrias são regiões de atrofia da pele. Podem ser em pouca quantidade ou numerosas, com disposição paralela umas às outras e perpendicularmente às linhas de clivagem da pele. Inicialmente têm aspecto eritemato-violáceas, finas e podem gerar prurido. Com a evolução do quadro, adquirem o aspecto esbranquiçado, quase nacarado, tornando-se mais largas (MILANI; JOÃO; FARAH, 2006).

A flacidez é uma consequência causada por vários episódios ocorridos ao longo dos anos como não prática de atividade física, o emagrecimento excessivo, o envelhecimento, entre outros. A musculatura perde a tonicidade e sem contornos definidos as fibras musculares tornam-se atrofiadas e flácidas (LIMA; RODRIGUES, 2012).

A lipodistrofia, mais conhecida como gordura localizada, é o acúmulo regional de tecido adiposo, onde varia de acordo com o sexo: homens tem o predomínio de células adiposas na região do abdome e mulheres apresentam maior depósito em regiões femoroglúteas (MILANI; JOÃO; FARAH, 2006).

Outra alteração bastante frequente é o linfedema, caracterizado pelo excesso de líquido intersticial que ocorre devido a insuficiência linfática (GODOY; SILVA; SOUZA, 2020).

Já as cicatrizes hipertróficas e os queloides caracterizam-se por síntese de colágeno com fibras que não se orientam ao longo das linhas de fenda, mas sim em espiral (MILANI; JOÃO; FARAH, 2006).

TRATAMENTOS DERMATOLÓGICOS

A busca é constante de recursos e técnicas apropriados para a reparação do tecido conjuntivo lesado, onde há uma busca de alternativas para minimizar as consequências físicas e psicológicas de quem apresenta alterações dermatológicas (AZEVEDO; TEIXEIRA; SANTOS, 2009; PEREIRA; SILVA; SILVA, 2008).

Tratamentos esses que tem finalidade de prevenir sequelas do estiramento da pele, promover a neovascularização, restauração das fibras de colágeno e estimular a produção de elastina, melhorando o aspecto da pele, como por exemplo o eletrolifting, que é uma espécie de levantamento da pele e das estruturas (GUIRRO e GUIRRO, 2004).

Outro método utilizado, é a Microdermabrasão que tem como finalidade de abrasar a camada epidérmica e/ou dérmica superficial, podendo ser feito por microcristais com vácuo ou dermabrasor com ponteiros impregnados de diamantes, para estimular a regeneração da estria pela instalação de um processo inflamatório, com consequente estímulo da atividade fibroblástica (MORO; ALDENUCCI, 2010).

Uma alternativa não invasiva capaz de estimular mudanças na conformação do colágeno e induzir a neocolagênese, através da produção de calor, é a radiofrequência. Atua em camadas mais profundas do tecido cutâneo e subcutâneo, com sua corrente de alta frequência que gera calor por conversão (CARVALHO et al., 2011).

Já a carboinfusão que tem como forma de tratamento a administração de gás carbônico de forma subcutânea, atua estimulando a formação de colágeno e novas fibras elásticas através de um trauma gerado pelas punturações da agulha, juntamente com microdescolamento da pele para gerar uma inflamação e vasodilatação local e oxigenação tecidual (SCORZA E JAHARA, 2010).

A Dermotonia consiste na utilização de um aparelho de vácuo, onde pode ser aplicado de duas maneiras: a depressomassagem e depressodrenagem linfática, tendo a função de reorganizar a arquitetura e função dos tecidos resultando na melhora da circulação sanguínea e linfática, oxigenação do meio intersticial e aumento do número de fibroblastos. Pode ser utilizada de forma isolada ou em conjunto com outros recursos e deve estar associada a uma alimentação adequada, boa ingestão de água e prática de exercícios para otimizar os resultados (ROSSETTI, 2010).

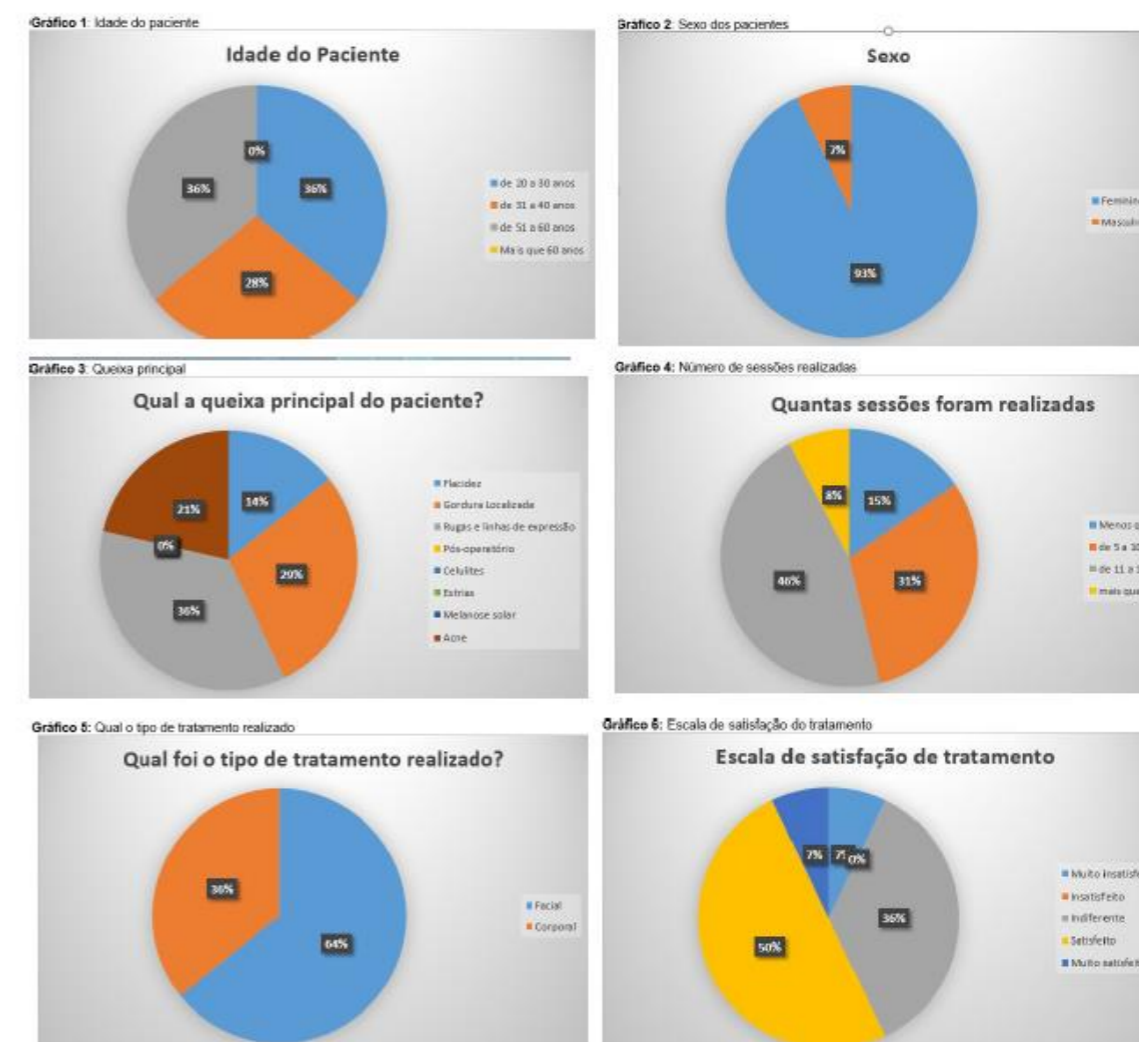
Por último, dentro das opções de tratamentos que podem ser utilizados nessa área, o Peeling Químico consiste na aplicação de um ou mais agentes esfoliantes na pele, resultando na destruição de partes da epiderme e/ou derme, seguida da regeneração tecidual, promovendo o rejuvenescimento (VINADÉ; OLIVEIRA; BORGES, 2009).

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo e documental através de um roteiro de análise de dados obtidos através do prontuário eletrônico, sem identificação de participantes. Foram incluídos os prontuários de indivíduos atendidos da Clínica-Escola de Fisioterapia da UNIARP pelo componente curricular Estágio Supervisionado de Fisioterapia na Clínica Escola III e IV, no ano de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no *Google Docs*®, respondido através do link <https://docs.google.com/forms/d/1e4QQuJRkiAuxJpxNcklq6V6m2V1cyQJx2yL98Nd dwE/edit?usp=sharing>. O questionário foi composto por 06 questões abertas para caracterizar o perfil da amostra e procedimentos aplicados. Os dados foram tabulados em uma planilha do *Microsoft Excel*® 2010 e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão apresentados nos gráficos abaixo:



Fonte: As autoras (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fisioterapia Dermato-Funcional tem como objetivo restaurar a função do tecido lesado, com isso pode-se observar através deste estudo, que a maior procura para tratamentos se dá entre as mulheres, para tratamentos faciais, com o objetivo de reduzir as rugas e linhas de expressão, decorrentes da idade, flacidez, hormônios, exposição solar, entre outros fatores. Com base nessas alterações, o estágio supervisionado possibilitou aos acadêmicos uma vivência das principais queixas e melhora do conhecimento e experiência nessa área.

Como forma de tratamento para estas afecções de pele, utilizamos os aparelhos de Radiofrequência, Carboinfusão e Microdermabrasão com a finalidade de prevenir sequelas do estiramento da pele, promover a neovascularização, restauração das fibras de colágeno e estimulação da produção de elastina, melhorando o aspecto da pele e assim, aumentando a autoestima dos pacientes atendidos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. S.; TEIXEIRA, G. M.; SANTOS, L. L. A. Análise do grau de satisfação de universitárias submetidas ao tratamento de estrias atroficas através da corrente microgalvânica. *Fisioterapia Ser*, v. 7, n. 2, p. 72-76, 2009.

CARVALHO, G. F. et al. Avaliação dos efeitos da radiofrequência no tecido conjuntivo. **Revista Brasileira de Medicina: dermatologia e cosmiatria**, v. 68, p. 10-25, 2011.

GUIRRO, E.; GUIRRO, R. **Fisioterapia dermatofuncional: fundamentos, recursos e patologias**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.

GODOY, José Roberto P. de; SILVA, Vinícius Zacarias Maldaner da; SOUZA, Hugo Alves de. Linfedema: revisão da literatura. **Universitas Ciências da Saúde**, v. 2, n. 2, p. 267-280, 2020. Disponível em: <https://www.arqcom.uniceub.br/cienciasaude/article/view/539>. Acesso em: 24 out. 2020.

LEITE, Claudia Batista Siqueira; SOUSA, Marina Leite de; ZARAMELLA, Sheila Azevedo; D'AFONSÊCA, Aline. Atuação do fisioterapeuta dermatofuncional e seu reconhecimento pela classe médica. **Revista Inspirar Movimento e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 1-4, fev. 2013. Disponível em: <https://www.inspirar.com.br/wp-content/uploads/2013/03/atuacao-fisiot-dermato-artigo-286.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

LIMA, Evelyne Patrícia Fernandes; RODRIGUES, Geruza Baima de Oliveira. A estimulação russa no fortalecimento da musculatura abdominal. **Abcd Arq Bras Cir Dig**, v. 2, n. 25, p. 125-128, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/abcd/v25n2/13.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

MILANI, Giovana Barbosa; JOÃO, Silvia Maria Amado; FARAH, Estela Adriana. Fundamentos da Fisioterapia dermatofuncional: revisão de literatura. **Fisioterapia e Pesquisa**. v. 1, n. 13, p. 37-43, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fpusp/article/view/76159/79904>. Acesso em: 21 out. 2020.

MORO, A. K. E.; ALDENUCCI, B. G. A atuação da fisioterapia dermatofuncional no pós-operatório de cirurgia bariátrica: uma revisão de literatura. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 28-36, 2010.

PEREIRA, L. M. B. N.; SILVA, I. D.; SILVA, T. V. O efeito da microcorrente galvânica no tratamento de estrias atróficas. **Fisioterapia Ser**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 242-246, 2008.

ROSSETTI, R. Dermotonia. In: BORGES, F. dos S. **Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**. São Paulo: Phorte, 2010.

SCORZA, F. A.; JAHARA, R. S. Carboxiterapia. In: BORGES, F. Dos S. **Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**. São Paulo: Phorte, 2010.

VINADÉ, I. A.; OLIVEIRA, K. S.; BORGES, T. R. **Efeitos comparativos entre a aplicação de eletroterapia e medicação no tratamento de estrias**. 2009. 84f. Monografia (Bacharel em Fisioterapia) – Faculdade de Fisioterapia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2009.

QUALIDADE DE VIDA EM ATLETAS PROFISSIONAIS¹

Alana Carla dos Santos Gomes, alana.carla088@gmail.com²

Gabrielle Aparecida Chaves, gabrielleapchaves@gmail.com³

Melissa de Andrade Santos, melissaandrade2@outlook.com⁴

Sidnei Victor Pires de Lima, sidnei.victor98@gmail.com⁵

Vanessa da Silva Gaio, vanessa17gaio@gmail.com⁶

Liamara Basso Dala Costa, liamara@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Quando se trata de qualidade de vida, a abordagem está se tornando bastante ampla, pois os indivíduos vêm procurando cada vez mais estar bem fisicamente e mentalmente. As atividades esportivas são uma forma especial de exercício físico que requer preparação rigorosa por parte dos atletas, o que aumentará a carga de treinamento e o desempenho. Os atletas treinam duro e seguem estritamente a disciplina para desenvolver suas habilidades mentais, físicas, técnicas e táticas. Os objetivos deste estudo foram abordar como os atletas profissionais estão perante seus treinamentos e sua qualidade de vida e quais são as problemáticas que os mesmos apresentam.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Atletas. Condicionamento. Saúde mental e física.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define qualidade de vida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive, considerando seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (CRUZ; COLLET; NÓBREGA, 2016). Quando se trata de qualidade de vida, a abordagem está se tornando bastante ampla, pois os indivíduos vêm procurando cada vez mais bem estar fisicamente e mentalmente.

Pesquisas científicas têm demonstrado que exercícios voluntários com atividades prazerosas em intensidade moderada podem melhorar o humor, a cognição, a ansiedade e a qualidade de vida de indivíduos saudáveis. As atividades esportivas são uma forma especial de exercício físico que requer preparação rigorosa por parte dos atletas, o que aumentará a carga de treinamento e o desempenho. Os atletas treinam duro e seguem estritamente a disciplina para desenvolver suas habilidades mentais, físicas, técnicas e táticas.

A rotina esportiva pode levar atletas e treinadores a se excederem, ocasionando o aparecimento de lesões que podem interromper treinamentos e prejudicar o planejamento para uma temporada ou campeonato (PASTRE et al., 2005). O esporte constitui um tipo de atividade física e, segundo Drewe (2003), suas duas principais características são a exigência de habilidades físicas e a ênfase na

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Fisioterapia.

² Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Docente do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

competição. O esporte também é caracterizado por ser gerador de estresse (BERGER; PARGMAN; WEINBERG, 2007).

Este trabalho teve como objetivos abordar como os atletas profissionais estão perante seus treinamentos e sua qualidade de vida e quais são as problemáticas que os mesmos apresentam.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A popularidade de cada esporte varia de acordo com as condições climáticas, hábitos, costumes e tradições de cada população. Os esportes como o beisebol, futebol, basquete, vôlei, atletismo, golfe, tênis de mesa, hóquei e ciclismo são os mais praticados no mundo. No Brasil, a preferência são os esportes coletivos e com bola como o voleibol tanto quadra como o de areia, basquetebol, futebol, handebol.

Estudos têm demonstrado a relação existente entre a QV e atividade física. O exercício físico pode influenciar diretamente a saúde física e o humor e, indiretamente, a vida social do indivíduo (SAMULSKI, 2009). Assim, a prática de exercícios físicos é considerada um importante instrumento para promoção de saúde e melhoria da QV de seus praticantes (MATSUDO et al., 2002).

A carreira esportiva de um atleta passa por diversas fases desde a iniciação até a aposentadoria. Os atletas passam por processos de captação e seleção, longos períodos de formação envolvendo treinamento e competições, socializam-se no ambiente esportivo, alcançam ou não o alto nível e finalmente cessam a prática sistemática do desporto (SALMELA, 1994).

Segundo Kujala (2005), na Grécia Antiga, filósofos e médicos afirmavam que o esporte poderia causar prejuízos ao corpo e à mente. Hipócrates reconhecia os benefícios da atividade física, mas também acreditava que a competição intensa tinha um efeito prejudicial ao coração e outros órgãos e diminuía a resistência às doenças.

Os riscos de lesão também estão presentes no esporte e dependem de aspectos como as exigências de cada modalidade, a ética de dirigentes e atletas e de fatores culturais. A atitude dos atletas também pode aumentar o risco de lesões, pois eles muitas vezes são desafiados a levar seus corpos ao limite para melhorar o desempenho (KUJALA, 2005).

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta 48 atletas profissionais de ambos os sexos. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, através de um questionário em formato *online*, desenvolvido no *Google forms*®, divulgado pelos pesquisadores através de suas redes sociais *Facebook*®, *Instagram*® e *WhatsApp*®. O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha e abertas que abordaram como os atletas profissionais estão perante seus treinamentos e sua qualidade de vida e quais são as problemáticas que os mesmos apresentam.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e, posteriormente, foi realizada a análise descritiva dos dados, apresentando a frequência absoluta (n) e relativa (%).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão apresentados nos gráficos e tabela abaixo:

Tabela 1 – Gráficos da pesquisa



Fonte: Autores, (2020).

Participaram da pesquisa 48 atletas profissionais sendo 34 homens (70,8%) e 14 mulheres (29,2%). A média da idade foi de 23,3 anos (mínima de 15 anos e a máxima de 42 anos). Entre os pesquisados a média de tempo de prática do esporte foi de 10,7 anos e 10,8 anos de início das competições. Em relação ao volume de treino 45,8% dos pesquisados treinam 5 vezes ou mais por semana, 62,5% treina uma vez por dia e 43,75% da amostra respondeu que o tempo de treino diário é de 1 hora e 30 minutos. Quanto as competições 89,6% dos atletas participaram de competições estaduais.

Tabela 2 - Nível de qualidade de vida do atleta

Pergunta	Péssimo	Moderado	Bom	Muito bom
Relacionamento com os colegas.		03	12	33
Relacionamento com o treinador, equipe técnica e dirigentes.		02	21	25
Comunicação e entrosamento entre os membros da equipe técnica.		03	21	24
Qualidade da alimentação.		14	17	17
Qualidade do sono.	01	07	30	10
Cansaço/fadiga física.		14	30	4
Cansaço/fadiga mental.		07	24	17
Nível de dores e desconforto físico.	04	15	22	7
Nível de condicionamento físico.		13	28	7
Pressão Arterial na hora da atividade física.		03	25	20
Tempo de descanso.		09	34	5
Nível de cobrança de outras pessoas (familiares, amigos, colegas em geral).	05	08	20	15

Qualidade dos serviços médico e fisioterápico.	02	16	17	13
Nervosismo excessivo durante a competição	02	13	20	13
Cobrança excessiva de si mesmo.	02	05	19	22

Fonte: Autores, (2020).

Nota-se na tabela de número 2 que as perguntas que os atletas responderam com melhores resultados, ou seja, optaram como alternativa muito bom, foram: relacionamento com os colegas, seguido do relacionamento com o treinador, equipe técnica e dirigentes e comunicação e entrosamento entre os membros da equipe técnica. Já os itens com pior quesito, péssimo, ficaram para qualidade do sono, qualidade dos serviços médico e fisioterápico, nervosismo excessivo durante a competição e cobrança excessiva de si mesmo.

Almeida (2005) defende que a inicialização esportiva acontece em três estágios. O primeiro deles é a iniciação desportiva, onde a criança entre 8 ou 9 anos, tem como objetivo a habilidade motora, destrezas específicas e globais, realizadas com formas básicas de movimento. De acordo com o autor, nessa faixa etária, a criança esta apta a aprendizagem inicial dos esportes, exceto para o esporte coletivo e de competição.

As aptidões que o treinador deve ter para conseguir estabelecer e manter uma boa relação com seus esportistas, está relacionada à importância de saber observar e analisar, fazer comentários eficazes e receber comentários dos atletas (GOLDSMITH; SWEETENHAM, 2002).

Sabendo que a fadiga, idade, lesão articular e muscular são fatores que podem afetar a propriocepção (CALLEGARI et al., 2010), isso gera uma adaptação do metabolismo, fazendo com que o atleta resista ao esforço físico por um tempo mais prolongado, obtendo a prevenção de lesões durante a partida (SILVA, 2001).

Como a expressão que o atleta tem a uma dada situação, determina se o estresse vivenciado vai ser negativo (ameaça, preocupação e/ ou medo) ou positivo (desafiadora e /ou motivante).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do esporte profissional acarreta para o atleta diversos benefícios como a realização pessoal mas pode também trazer muitos aspectos negativos como a ocorrência de lesões, aumento da ansiedade, cansaço e fadiga física e mental. O esporte de rendimento necessita de muito treinamento e nem sempre a convivência entre atletas e treinadores é fácil. Sugere-se a ampliação desta pesquisa coletando mais dados e com um maior número de amostra.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, as professoras Daniela dos Santos, Liamara Basso Dala Costa e Talitta Padilha Machado por tornarem o estudo possível e auxiliarem tudo o que foi necessário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Tadeu Paes de. **Iniciação Esportiva na escola** – a aprendizagem dos esportes coletivos. Disponível em: <http://www.boletimef.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BERGER, B. G.; PARGMAN, D.; WEINBERG, R. S. **Psychological benefits of an active lifestyle: what we know and what we need to know**. Quest, v. 48, p. 330-353, 1996. Foundations of exercise psychology. 2.ed. Morgantown: Sheridan Books, 2007. 459 p.

CALLEGARI, B.; e colaboradores. Atividade eletromiográfica durante exercícios de propriocepção de tornozelo em apoio unipodal. **Fisioterapia e Pesquisa**. vol. 17. Num. 4. p.312-316. 2010.

CRUZ, Déa Silvia Moura da; COLLET, Neusa; NÓBREGA, Vanessa Medeiros. **Qualidade de vida relacionada à saúde de adolescentes com dm1- revisão integrativa**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 973-989, 05 jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2018.v23n3/973-989/pt>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DREWE, S. B. **Why sport? An introduction to the philosophy of sport**. Toronto: Thompson Educational Publishing, 2003.

GOLDSMITH, W.; SWEETENHAM, B. Reserve tempo para ser treinador: ensine os seus atletas a porem em prática os princípios científicos. **Revista Treino Desportivo**, Lisboa, v. 117, mar. 2002.

KUJALA, U. M. **Does training adversely affect long-term health?** The Lancet. v. 366, i. 9503, p. S55(2), dec. 2005.

MATSUDO, S. M.; MATSUDO, V. R.; ARAÚJO, T.; ANDRADE, D.; ANDRADE, E.; OLIVEIRA, L.; BRAGGION, G. **Nível de atividade física da população do estado de São Paulo: análise de acordo com o gênero, idade, nível socioeconômico, distribuição geográfica e de conhecimento**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v.10, n.4, p. 41-50, 2002.

PASTRE, C. M.; CARVALHO FILHO, G.; MONTEIRO, H. L. JÚNIOR, J. M.; PADOVANI, C. R. **Lesões desportivas na elite do atletismo brasileiro: estudo a partir de morbidade referida**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, jan./fev. 2005, v.11, n.1, p.43-47.

SALMELA, J.H. **Phases and transitions across sport careers**. In: HACKFORT, D. (Ed.). Psycho-social issues and interventions in elite sports. Frankfurt: Peter Lang, 1994. p.11-28.

SAMULSKI, D. M. **Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas**. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

SILVA, P. R. S. Efeito do treinamento muscular realizado com pesos, variando a carga contínua e intermitente em jogadores de futebol. **Acta Fisiátrica**. Vol. 8. Num. 1. p.18- 23. 2001.

Avaliação da adaptação do uso de máscara pelos estagiários do curso de Fisioterapia da UNIARP Caçador em meio a pandemia da COVID-19

Ana Paula Maciel Fischer, anafischerr@gmail.com¹

Dyana Aparecida Granemann Nunes, dyana.lorena@yahoo.com¹

Kamyla Zanotto Pedrozo, kamylaanjo@hotmail.com¹

Larissa Chiquetti, larissachiquetti@hotmail.com¹

Paola Moreira de Moura, paolammoura@outlook.com¹

Vânia Maria Castro Gouveia, vania@uniarp.edu.br²

Resumo - A COVID-19 é uma doença infecciosa provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). A via de transmissão ocorre por meio de gotículas respiratórias. Dentre as recomendações de prevenção pode-se citar o uso da máscara. O objetivo geral da pesquisa foi avaliar a adaptação do uso da máscara pelos estagiários do curso de fisioterapia da UNIARP. Trata-se de uma pesquisa de opinião descritiva, com delineamento transversal e abordagem quantitativa, a população envolvida foi composta por 28 estagiários. Os dados foram coletados em novembro de 2020, através de um questionário online de múltipla escolha. Referente a adaptação ao uso da máscara, a maioria já se adaptou (57%), entre esses, boa parte levou mais de 2 meses para se habituar (18%), grande parte já esqueceu de colocar a máscara ao sair de casa para ir ao estágio (93%), a manifestação clínica mais referida ao usar a máscara foi a falta de ar (22%), as manifestações aparecem, em boa parte, durante médios esforços (32%) e a máscara de preferência foi a de tecido (56%). Conclui-se que a maioria dos estagiários já se adaptou ao uso da máscara, a manifestação clínica prevalente foi a falta de ar e a máscara de preferência foi a de tecido.

Palavras-chave: Adaptação; Máscara; COVID-19; Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa provocada pelo novo coronavírus, em 31 de dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, surgiram vários casos de pneumonia, os quais se tratavam de uma nova cepa (tipo) de coronavírus, que ainda não tinha sido identificada antes em seres humanos. Após uma semana no dia 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo tipo deste vírus, no total existem sete tipos de coronavírus humanos (HCoV) identificados e o mais recente é o novo coronavírus chamado inicialmente de 2019-nCoV. A partir de 11 de fevereiro de 2020 passou a ser chamado de SARS-CoV-2, sendo este o responsável por causar a doença COVID-19 (OMS; OPAS, 2020). O SARS-CoV-2 é uma espécie de vírus relacionado à síndrome respiratória aguda grave (MICHELIN; LINS; FALAVIGNA, 2020).

Os sintomas da COVID-19 podem variar desde um resfriado comum, a uma síndrome gripal (SG) e até mesmo uma pneumonia severa, sendo os mais comuns: tosse, febre, coriza, dor de garganta, perda de olfato, alteração no paladar, dor de garganta, dispnéia, entre outros (OMS; OPAS, 2020).

¹ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professora do Curso de Fisioterapia Especialista em Ortopedia, Traumatologia e Desportiva, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A via de transmissão do vírus ocorre de pessoa para pessoa, por meio de gotículas respiratórias ou contato, a pessoa se torna vulnerável através do contato próximo de 1 metro com alguém que tenha sintomas respiratórios como espirros e tosse (BRASIL, 2020d).

Algumas das recomendações para prevenir à COVID-19 são: lavar as mãos com água e sabão com frequência, ou então higienizar com álcool em gel 70%; ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com a parte interna do cotovelo ou com um lenço; não é indicado tocar os olhos, nariz, boca ou a máscara com as mãos não higienizadas; deve-se manter a distância mínima de 1 (um) metro entre as pessoas, não compartilhe objetos de uso e deve-se utilizar máscaras em todos os ambientes (BRASIL, 2020e).

Conforme Brasil (2020a), diversos tipos de máscaras estão sendo utilizadas como medida de proteção pela população nesse momento de pandemia do COVID-19. Os tipos são divididos em três: máscaras de proteção de uso não profissional, máscaras cirúrgicas e equipamentos de proteção respiratória (respiradores).

As máscaras de proteção de uso não profissional são aquelas confeccionadas artesanalmente com tecidos como o algodão, não possuem um “elemento filtrante” e são utilizadas pela população em geral (BRASIL, 2020a). Já as máscaras cirúrgicas são máscaras confeccionadas em material tecido não tecido (TNT), são descartáveis e possuem um elemento filtrante que filtra os fluidos transportados pelo ar, são utilizadas por profissionais de saúde, pacientes com sintomas de infecção respiratória, profissionais de apoio que prestarem assistência a menos de 1 metro do paciente suspeito ou confirmado de infecção pelo novo coronavírus (BRASIL, 2020c). Por fim os respiradores são equipamentos de proteção que possuem um filtro eficiente para reduzir a exposição respiratória a contaminantes químicos ou biológicos, um exemplo de respirador é o de filtro PFF2/P2 ou N95, que é utilizado pelos profissionais da saúde (BRASIL, 2020a).

Segundo Brasil (2020b), o uso das máscaras evita a disseminação de gotículas expelidas do nariz ou da boca do usuário no ambiente, assegurando uma barreira física que vem colaborando na mudança de comportamento da população e redução dos casos.

A UNIARP segue todos os protocolos epidemiológicos indicados. Os ambientes estão em constante processo de higienização e todas as pessoas que chegam passam pelo processo de higienização de mãos e calçados e também é realizada aferição da temperatura com a utilização de termômetro a laser. Caso a temperatura ultrapasse 38,1°C, não se permitirá a entrada na universidade e a pessoa será indicada a buscar auxílio médico. A utilização de máscara é constante, tanto o aluno, quanto o professor e o paciente. Na porta da clínica o paciente recebe uma luva plástica e na saída faz a retirada e passa álcool gel novamente (UNIARP, 2020).

A clínica escola de fisioterapia da UNIARP presta atendimento gratuito para toda a comunidade, com local amplo e agradável e aparelhos de ótima qualidade. Os acadêmicos de fisioterapia, com a supervisão de professores, realizam atendimentos nas áreas de Ortopedia e Traumatologia, Cardiopulmonar, Dermatofuncional Neurologia, Oncologia e Fisioterapia Aquática (UNIARP, 2019).

O objetivo desta da pesquisa foi avaliar a adaptação quanto ao uso de máscaras pelos acadêmicos estagiários do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como pesquisa de opinião descritiva, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por 28 acadêmicos estagiários do curso de Fisioterapia da UNIARP. Os dados foram coletados entre o dia 10 a 12 de novembro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs, respondido através deste link <https://forms.gle/scXp727e5gNK6Kuw7>, divulgado pelos pesquisadores através de sua rede social WhatsApp®. O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha que avaliaram a adaptação quanto ao uso de máscaras pelos acadêmicos estagiários do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os a análise descritiva frequência absoluta (n) e relativa (%).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo a tabela 1 apresenta os resultados da pesquisa:

Tabela 1 - Adaptação do uso de máscara nos estagiários do Curso de Fisioterapia em meio a pandemia da COVID 19

Perguntas	N	%
Você já se adaptou ao uso da máscara?		
Sim	16	57%
Não	12	43%
Quanto tempo você demorou para se adaptar ao uso da máscara?		
1 semana	2	7%
15 dias	2	7%
1 mês	3	11%
2 meses	5	18%
Mais que 2 meses	5	18%
Não me adaptei	11	39%
Alguma vez você esqueceu de colocar a máscara ao sair de casa com destino aos Estágios?		
Sim	25	93%
Não	2	7%
Ao utilizar a máscara sentiu algumas destas manifestações clínicas? (pode marcar mais que uma opção)		
Falta de ar	24	22%
Fadiga	20	18%
Dor de cabeça	15	14%
Ansiedade	19	17%
Espirros	9	8%
Coceira no nariz	16	15%
Coriza	6	5%
Não senti nenhum sintoma	1	1%
Como ocorreram as manifestações clínicas durante o uso da máscara?		
Em repouso	7	25%
Pequenos esforços	7	25%
Médios esforços	9	32%
Grandes esforços	5	18%
Você se adaptou melhor a qual tipo de máscara?		
Tecido	15	56%
Descartável	12	44%
N95	0	0%

Fonte: Os Autores (2020).

A população do estudo foi composta por 28 participantes que responderam ao questionário, porém na variável ao utilizar a máscara sentiu algumas destas manifestações clínicas foi permitido à escolha de mais de uma opção, dessa forma contabilizou mais respostas (tabela 1, suplemento).

A partir da aplicação do questionário foi constatado que a maioria dos estagiários já se adaptaram ao uso da máscara (57%), em comparação aos que não conseguiram se adaptar (43%), porém na variável que avaliou o tempo para a adaptação o percentual mais expressivo remete que nem todos os estagiários já se adaptaram (39%), e outros levaram mais de 2 meses (18%) e cerca de 2 meses (18%), enquanto que alguns tiveram mais facilidade, levando 1 mês (11%), 15 dias (7%) e até mesmo 1 semana (7%), foi possível identificar que a maioria dos estagiários já esqueceram de colocar a máscara ao sair de casa com destino aos estágios (93%), em comparação a baixa porcentagem de quem nunca esqueceu de colocar a máscara (7%).

Quanto às manifestações clínicas decorrentes do uso da máscara a mais referida foi a falta de ar (22%), seguida pela fadiga (18%), ansiedade (17%), coceira no nariz (15%), dor de cabeça (14%), espirros (5%), coriza (5%) e que não sentiu nenhum sintoma (1%). Em decorrência do aparecimento de algumas manifestações clínicas foi possível verificar como elas se manifestam, na maioria dos casos ocorre em situações que exijam médios esforços (32%), grandes esforços (18%), pequenos esforços (25%) e até mesmo estando em repouso (25). Identificou que os estagiários se adaptaram melhor ao uso da máscara de tecido (56%), seguida pela descartável (44%) e não tem nenhuma preferência pela máscara N95.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa feita foi possível identificar as principais características sobre o uso da máscara pelos estagiários de fisioterapia da UNIARP. A maioria já se adaptou ao seu uso, entre esses, a maior parte levou cerca de 2 meses para a adaptação, grande parte já esqueceu de colocar a máscara ao sair de casa para ir ao estágio, a manifestação clínica mais referida ao usar a máscara foi a falta de ar, as manifestações aparecem, em boa parte, durante médios esforços e a máscara de preferência desses estagiários foi a de tecido.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a instituição UNIARP-Caçador pelo incentivo à pesquisa científica e por propiciar à publicação das mesmas e assim potencializar conhecimento e oportunidades acadêmicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional De Vigilância Sanitária (ANVISA). **Nota técnica nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA**: Orientações para Serviços de Saúde: Medidas de Prevenção e Controle que Devem ser Adotadas Durante a Assistência aos Casos Suspeitos ou Confirmados de Infecção pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Publicada em 30 de janeiro de 2020. Atualização em 31 de março de 2020c. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Nota_T%C3%A9cnica_Anvisa.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Covid-19: tudo sobre máscaras faciais de proteção**, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/covid-19-tudo-sobre-mascaras-faciais-de-protecao>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da saúde. **Perguntas e respostas**, 2020b. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de Manejo Clínico para o Novo Coronavírus (2019-nCoV)**. Brasília: publicação eletrônica, 2020d.

BRASIL. Ministério da saúde. **Sobre a doença**, 2020e. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-protoger>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MICHELIN, Lessandra; LINS, Rodrigo Schrage; FALAVIGNA, Asdrubal. **COVID-19: perguntas e respostas** Centro de Telemedicina da UCS. Caxias do Sul: Educs, 2020.

Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização Pan-americana da saúde (OPAS). **Folha informativa COVID-19** - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. [S.l.], 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 14 nov. 2020.

UNIARP. **Clínica Escola de Fisioterapia da UNIARP está em novo local**. 03 abr. 2019. Disponível em: <https://www.uniarp.edu.br/home/clinica-escola-de-fisioterapia-da-uniarp-esta-em-novo-local/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

UNIARP. **Retorno das atividades práticas e estágios com total segurança**. 09 jun. 2020. Disponível em: <https://www.uniarp.edu.br/home/retorno-das-atividades-praticas-e-estagios-com-total-seguranca/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

DISFUNÇÕES POSTURAIS EM CRIANÇAS COM SOBREPESO OU OBESIDADE ¹

CHELLI, Bruno A, brunochelli10@gmail.com, 085.099.929-40²
FANTINEL, Larissa, laryfanty2002@gmail.com, 102.940.769-05³
PADILHA, Maria E., dudapadilha1610@gmail.com, 102.364.619-66⁴
MASSOCO, Sarah C.C. sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁵

Resumo – A obesidade é um grande problema na atualidade, já que desencadeia vários problemas de saúde, podendo aumentar os riscos de lesões e dores envolvendo as determinadas partes do corpo como osteomuscular e principalmente a coluna vertebral. **Objetivo:** O equilíbrio postural e o estado nutricional estão interligados, assim busca-se identificar o que influencia na alteração do desenvolvimento motor e estabilidade postural da criança com sobrepeso ou obesa. **Metodologia:** Neste projeto, foram utilizados diversos artigos atuais para estabelecer a relação em disfunções e obesidade em crianças. **Resultados:** Visto que, a fase do crescimento é a mais importante para o desenvolvimento da criança, é de extrema importância que os pais ou responsáveis fiquem atentos às possíveis disfunções posturais e auxiliem o infante a adquirirem hábitos saudáveis. **Palavras-chave:** Postura. Obesidade. Criança.

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma das doenças que mais atingem a população mundial, principalmente crianças atualmente. Uma epidemia que preocupa os profissionais da saúde hoje em dia é a obesidade, fato que se torna um problema de saúde pública, visto que as gerações atuais se tornaram um tanto quanto sedentárias (GUIMARÃES, 2018).

Grande parte dos indivíduos obesos estão passando por problemas, não tendo conhecimento do mesmo. Contudo, esses indivíduos tem dificuldades de se relacionarem com a sociedade, descontando essa solidão na ingestão de alimentos em grandes quantidades, enxergando assim a comida como fonte de prazer. Por esse motivo se torna um ciclo vicioso onde a população está vivendo em torno desses fatores, os quais corroboram para o aumento das estatísticas de sobrepeso e obesidade, as quais geram diversas consequências (BERNARDI, CICHELO, VITOLO, 2005)

Algumas dessas consequências são problemas no colesterol, distúrbios respiratórios e problemas na coluna e articulações (BOSCO, 2018) na qual essa última é destacada nesse trabalho, relatando todas as consequências, como problemas no crescimento e no desenvolvimento dos músculos, ossos e articulações,

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

e sugerindo ainda orientações as quais a criança e os seus pais ou responsáveis devem seguir.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Arruda (2009 apud PINHEIRO, 2004), alega que a obesidade é um problema de saúde pública, onde está indicando um grau muito grande de incidência em escolares obesos, causando maiores problemas musculoesqueléticos.

A percepção de que os adolescentes da modernidade, tecnológica, apresentar um novo perfil em relação a peso corporal, o que demonstra dois lados opostos como “Ao mesmo tempo em que declina a ocorrência da desnutrição em crianças e adultos num ritmo bem acelerado, aumenta a prevalência de sobrepeso e obesidade na população brasileira [...]” (ARRUDA, 2009, p. 143).

Nesta fase do desenvolvimento muscular e esquelético a criança, inicia com as habilidades motoras e pratica suas atividades como brincadeiras e interação social, considerando a infância como o estágio mais importante de crescimento e desenvolvimento, a avaliação do equilíbrio postural em crianças se torna relevante, a fim de determinar os fatores relacionados aos possíveis transtornos do equilíbrio [...]” (LARA, 2017). mas em condição de sobrepeso poderá ser prejudicial, pois “no sujeito obeso, a manutenção do equilíbrio e da estabilidade da coluna, durante a postura estática, a marcha e a locomoção, é mais difícil em virtude do excesso de peso, da distribuição da massa corporal [...]” (SIQUEIRA, 2011).

METODOLOGIA

Neste projeto integrador o objetivo é realizar um levantamento bibliográfico sobre as disfunções posturais em crianças com sobrepeso ou obesidade. Foi utilizado como base de dados a Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), com os descritores da pesquisa postura, obesidade e criança e os critérios contidos da pesquisa foram tw:(postura, obesidade e criança) AND (fulltext:"1") AND mj:("Obesidade" OR "Postura" OR "Equilíbrio Postural") AND la:("pt")) contabilizando no total 13 artigos para a leitura prévia, porém para este apenas 3 contemplam os interesses de pesquisa em relação ao papel profissional do fisioterapeuta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) obesidade está relacionada como o acúmulo anormal de gordura no corpo, é um distúrbio nutricional que pode desencadear inúmeras doenças no aparelho locomotor do infante, aumentando a dor e lesões que podem afetar a coluna vertebral, entre outras enfermidades (SIQUEIRA e SILVA, 2011). Visto que o excesso de gordura no organismo afeta diretamente no alinhamento corporal da criança obesa, a estabilidade da coluna é afetada de tal modo que pode sobrecarregar as estruturas articulares durante a movimentação aparecendo disfunções osteomioarticulares e dores envolvendo a coluna vertebral (SIQUEIRA e SILVA, 2011).

É de grande importância a manutenção do peso adequado, já que o mesmo é o responsável pelo alinhamento do corpo, no caso o desequilíbrio biomecânico com

gordura central que pode ocasionar hipotrofia muscular que é o atraso dos músculos estabilizadores da coluna (SIQUEIRA e SILVA, 2011).

O desenvolvimento infantil, é a fase que a criança passa a vivenciar, crescer e ampliar seus conhecimentos, pois a infância é a fase mais importante do desenvolvimento da criança, pois é nesse momento que começam a engatinhar, ficar em pé e a caminhar, todos esses movimentos estão relacionados ao equilíbrio que a criança desenvolve na infância e que vai levar para toda sua vida (LARA et al, 2017). Contudo, encontra-se maior relação entre o equilíbrio postural e o estado nutricional, devendo ficar atento aos possíveis transtornos de equilíbrio já que, estudos relatam que há altos índices de atrasos motores em crianças brasileiras (LARA et al, 2017).

Visto que, a fase de crescimento é a mais importante para o desenvolvimento da criança, a obesidade infantil pode acarretar consequências no desenvolvimento dos músculos, ossos e articulações, prejudicando a formação do esqueleto.

Portanto, para auxiliar e orientar na prevenção de distúrbios musculares e nas articulações, é necessário que os responsáveis tenham o cuidado de não ultrapassar 10% do peso da mochila em relação ao peso da criança, proporcionar atividades e brincadeiras para a movimentação dos membros, evitando ficar muito tempo na frente de televisões e celulares, podendo prejudicar os ossos, o equilíbrio, entre outros (PINHEIRO, 2019). Escolher ou adaptar melhor as cadeiras também são condutas para evitar problemas de coluna, prevenindo assim deformações no seu crescimento.

Tabela 1 – Revisão bibliográfica sobre as disfunções posturais e obesidade infantil.

Título	Tipo de publicação	Ano
Associação entre o equilíbrio postural e indicadores antropométricos em escolares / Association between postural balance and anthropometric indexes in elementary schoolchildren ¹	Artigo	2017
Análise postural computadorizada de alterações musculoesqueléticas decorrentes do sobrepeso em escolares: [revisão] / Evaluation posture computerized in disturbance on musculoskeletal resulting from by overweight schoolchildren: [revision] ²	Artigo	2009
Alterações posturais da coluna e instabilidade lombar no indivíduo obeso: uma revisão de literatura / Postural alterations on the spinal column and lumbar instability in obese individual: a literature review ³	Artigo	2011

Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As orientações sugeridas acima, podem impedir doenças e problemas de coluna, como a escoliose e a cifose, que são problemas que afetam não apenas adultos, mas as crianças podem desenvolver esses distúrbios também, sem emprego dos devidos cuidados, especialmente nas primeiras fases de desenvolvimento do infante. É de extrema importância que os familiares ou responsáveis pela criança se conscientizem e estejam auxiliando e propondo estratégias de exercícios e alimentação juntamente profissionais qualificados para evitar o sobrepeso ou obesidade, visto que a criança pode ter grandes chances de permanecer acima do

peso a vida toda e desenvolver inúmeras doenças prematuramente. Pois a obesidade é um problema de saúde mundial que afeta muitas crianças e adolescentes, sendo necessário a tomada de medidas que contribuam para a perda de peso, ajudando na qualidade e expectativa de vida, melhorando a postura, já que a mesma influência em diversas funções do corpo humano.

Contudo, as orientações podem ser feitas por Ortopedista juntamente com o profissional de Fisioterapia para auxiliar na melhora da postura, prevenir e tratar lesões queixadas pelo paciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

LARA, Simone et al. Associação entre o equilíbrio postural e indicadores antropométricos em escolares - Association between postural balance and anthropometric indexes in elementary schoolchildren. **Rev. paul. pediatr**, v. 36, n.1, p. 59-65, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-902892>. Acesso em: 26 out. 2020.

ARRUDA, Mauricio Ferraz. Análise postural computadorizada de alterações musculoesqueléticas decorrentes do sobrepeso em escolares: [revisão] - Evaluation posture computerized in disturbance on musculoskeletal resulting from by overweight schoolchildren: [revision]. **Motriz rev. educ. fis. (Impr.)**, v. 15, n. 1, p. 143-150, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-516334>. Acesso em: 26 out. 2020.

SIQUEIRA, Gisela Rocha de; SILVA, Giselia Alves Pontes da. - Alterações posturais da coluna e instabilidade lombar no indivíduo obeso: uma revisão de literatura - Postural alterations on the spinal column and lumbar instability in obese individual: a literature review. **Fisioter. mov.** v. 24, n. 3, p. 557-566, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-600805>. Acesso em: 29 out. 2020.

GUIMARÃES, Thaís. A obesidade infantil: as causas, os riscos e como prevenir esse problema. **Unimed**, 2018. Disponível em: [https://www.unimed.coop.br/viver-bem/pais-e-filhos/obesidade-infantil#:~:text=A%20obesidade%20infantil%20%C3%A9%20caracterizada%20por%20um%20excesso%20de%20gordura,\(%C3%ADndice%20de%20massa%20muscular\)](https://www.unimed.coop.br/viver-bem/pais-e-filhos/obesidade-infantil#:~:text=A%20obesidade%20infantil%20%C3%A9%20caracterizada%20por%20um%20excesso%20de%20gordura,(%C3%ADndice%20de%20massa%20muscular)). Acesso em: 16 nov. 2020.

BOSCO, Mariana Del. Obesidade infantil: um desafio de peso. **Veja Saúde**, 2018. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/obesidade-infantil-um-desafio-de-peso/>. Acesso em : 16 nov. 2020.

PINHEIRO, Marcelle. Como evitar 7 hábitos que prejudicam a postura. **Tua Saúde**, 2019. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/como-evitar-7-habitos-que-prejudicam-a-postura/>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

BERNARDI, Fabiana; CICHELERO, Cristiane; VITOLO, Márcia Regina. Comportamento de restrição alimentar e obesidade. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 85-93, 2005. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000100008. Acesso em 19 de novembro de 2020.

PERFIL DE PRÁTICAS CLÍNICAS UTILIZADAS PELOS FISIOTERAPEUTAS PARA A RESOLUÇÃO DE QUADROS CLÍNICOS DA CIDADE DE FRAIBURGO/SC¹

Amanda Menegussi, amanda10menegussi@gmail.com²
Renata Guesser, grrenataguesser@icloud.com³
Sandra Vasiak, vasiaksandra5@gmail.com⁴
Vanessa Mattge Ferreira, vanessamattge00@gmail.com⁵
Viviane de Menes da Silva, vmenesdasilva@gmail.com⁶
Juliano Mazzotti, juliano.mazzotti@uniarp.edu.br⁷

Resumo

O fisioterapeuta é o profissional da saúde que pode atuar nos três níveis de assistência à saúde, podendo ainda escolher a sua especialidade de atuação. O objetivo deste estudo foi conhecer perfil de práticas clínicas utilizadas pelos fisioterapeutas para a resolução de quadros clínicos da cidade de Fraiburgo/SC. O tipo de pesquisa se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por 07 fisioterapeutas do município de Fraiburgo - SC. Os dados foram coletados entre os meses de setembro e outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google Docs®. O link do questionário foi divulgado pelas pesquisadoras através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e WhatsApp®. Os resultados apresentaram que a maioria dos fisioterapeutas participantes era do gênero masculino, com especialidade em Trauma-Ortopedia, todos solicitam exames complementares em sua prática clínica e fazem uso de várias técnicas cinesioterápicas e eletroterápicas na resolução dos quadros clínicos. Podemos observar com os resultados que as técnicas utilizadas pelos profissionais dependem muito da sua área de especialização, mas que, tanto a cinesioterapia quanto a eletroterapia são importantes aliados no processo de resolução de quadros clínicos.

INTRODUÇÃO

Fisioterapeuta, é o profissional da saúde que se destaca no tratamento da mobilidade, funcionalidade e reabilitação do corpo humano.

Desde o seu reconhecimento como profissional legal, pela Lei n. 938 de 13 de outubro de 1969 (DOU n. 197. 14.10.1969) (1), o fisioterapeuta tem buscado se integrar às equipes de saúde, mostrando seu serviço de assistência, ações de prevenção, tratamento e reabilitação, assim como de promoção em saúde. Essa assistência fisioterapêutica vem tornando-se cada vez mais complexa e variada,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Fisioterapia.
² Acadêmico do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
³ Acadêmico do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
⁴ Acadêmico do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
⁵ Acadêmico do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
⁶ Acadêmico do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
⁷ Professor(a), Pós Graduado do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

acrescida de novas técnicas que necessitam de fundamentação científica norteadora da prática clínica a fim de aprimorar a formação dos profissionais e consolidar a profissão. (QUEIROZ; SANTOS 2013).

A fisioterapia tenha ampliado e aprofundado seus conhecimentos técnicos e alargado sua área de atuação nos últimos anos, onde várias técnicas podem ser citadas, mas essa ampliação ocorreu, majoritariamente, no nível terciário. Mesmo com a ampliação das possibilidades de atuação do profissional, ainda predomina uma atenção destinada à recuperação de distúrbios ortopédico-traumatológicos e neurológicos. Como em sua gênese, a fisioterapia ainda concentra seu foco na reabilitação de indivíduos vítimas de doenças ocupacionais, lesões por traumas e acidentes, sequelas de doenças isquêmicas ou cerebrovasculares e distúrbios do sistema nervoso central e periférico. (BISPO JÚNIOR, 2017).

Os desfechos clínicos de interesse dos fisioterapeutas não devem se reduzir apenas ao diagnóstico médico, mas principalmente àquele decorrente do impacto das doenças ou das condições de saúde na vida das pessoas, assim, o fisioterapeuta precisa, avaliar, estabelecer o diagnóstico e prognóstico fisioterapêutico, selecionar intervenções e realizar reavaliações (MARQUES; PECCIN 2005).

De acordo com o CREFITO e a resolução do COFFITO nº10 de 03/07/78, que aprova o Código de Ética Profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no capítulo II art.7º está explícito como dever do fisioterapeuta no exercício profissional: o zelo, o respeito à vida humana desde a concepção até a morte, a prestação de assistência, respeitando a dignidade e os direitos da pessoa humana, a utilização de todos os conhecimentos técnicos e científicos, respeito ao natural pudor e intimidade, bem como o respeito do direito de decisão da pessoa de seu bem-estar e a informação sobre seu diagnóstico e prognóstico fisioterapêutico (FLORENTINO; SOUSA; MAIWORN; CARVALHO; SILVA 2012).

O objetivo deste estudo foi conhecer perfil de práticas clínicas utilizadas pelos fisioterapeutas para a resolução de quadros clínicos da cidade de Fraiburgo/SC.

METODOLOGIA

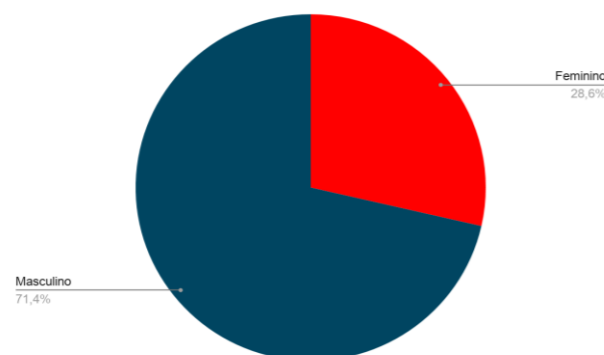
Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por Fisioterapeutas do município de Fraiburgo - SC. Os dados foram coletados entre os meses de setembro e outubro de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs, respondido através deste link <https://forms.gle/nYpM1T2yKSndLmvY6>. O questionário foi divulgado pelas pesquisadoras através de suas redes sociais Facebook®, Instagram® e Whatsapp®.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os à análise descritiva (frequência absoluta (n) e relativa (%)) e os resultados apresentados através de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 07 fisioterapeutas, sendo 71,4% do gênero masculino e 28,6% do feminino (gráfico 1).

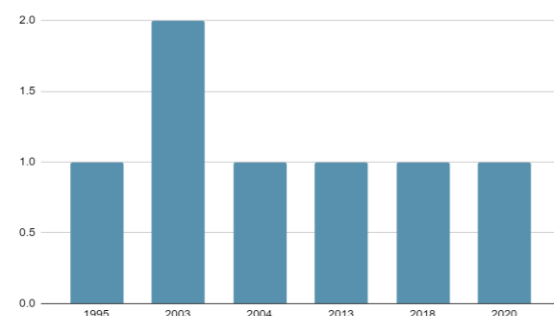
Gráfico 1 – Representa o gênero dos participantes



Fonte: Autores, 2020.

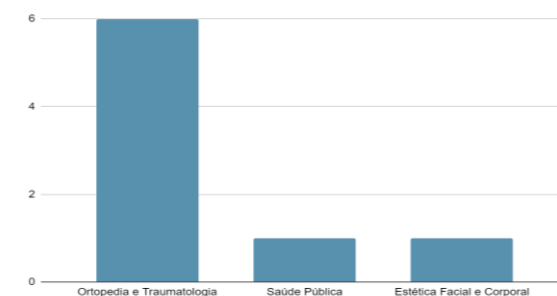
No gráfico 2, está representado o ano de formação acadêmica, sendo a mais antiga em 1995 e a mais atual em 2020, e no gráfico 3 a especialidade dos participantes, sendo a maioria, 85,7% , especialista em Traumato-Ortopedia .

Gráfico 2 - Ano de formação acadêmica dos profissionais.



Fonte: Autores, 2020

Gráfico 3 – Área de especialidade dos participantes

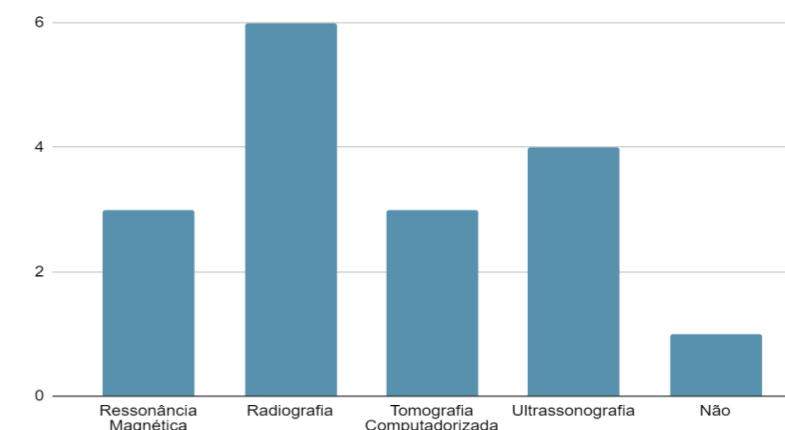


Fonte: Autores, 2020

Segundo Queiroz (2013), a área de Traumato-Ortopedia é a mais procurada pelos pacientes, já que essa é a especialidade que previne e trata as doenças do sistema musculoesquelético em geral.

O gráfico 4, representa o resultado sobre a solicitação de exames complementares pelos participantes. Todos responderam que fazem uso desta prática no seu dia a dia. Entre os exames mais solicitados para chegar ao diagnóstico, percebe-se que 85,7% dos entrevistados solicitaram a radiografia e 57,1% a ultrassonografia.

Gráfico 4 – Solicitação de exames complementares



Fonte: Autores, 2020

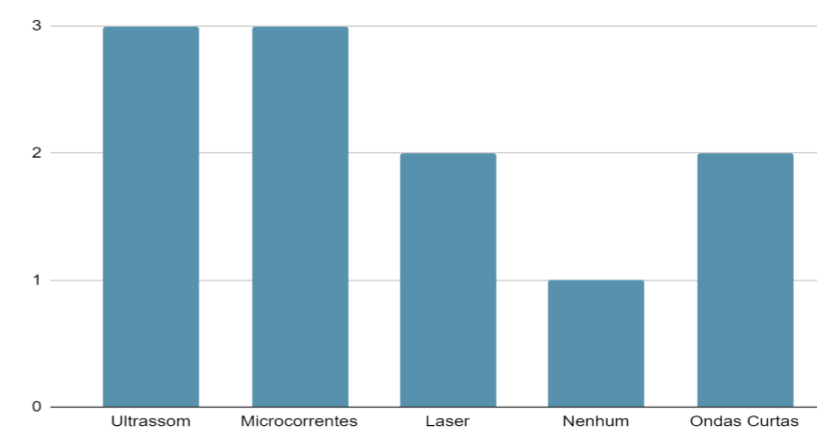
Segundo Barros (2003), o fisioterapeuta vem buscando há anos seu aprimoramento científico através de uma nova concepção que inclui a consulta diagnóstica própria, com a competência para solicitar exames complementares.

Quando questionados sobre as técnicas de cinesioterapia mais utilizadas em sua prática clínica, os profissionais elencaram várias delas, variando conforme sua área de especialização. Abaixo estão relacionadas as técnicas mais citadas:

- Alongamentos passivos e ativos;
- Exercícios de fortalecimento isométricos, concêntricos e excêntricos;
- Mobilizações articulares;
- RPG;
- Kabat;
- Bobath;
- Liberação miofascial.

O gráfico 5, representa os resultados sobre a utilização de equipamentos de eletroterapia, onde foram citados o uso do ultrassom, microcorrentes, laser e onda curtas.

Gráfico 5 - Equipamentos de eletroterapia mais utilizados.



Fonte: Autores, 2020.

Os participantes ainda foram questionados sobre a indicação de exercícios domiciliares, todos responderam que indicavam, e o foco destes exercícios era simples e não complexos, como exemplo o alongamento. Os profissionais ainda relataram que uma das principais dificuldades encontradas para a reabilitação do paciente é a disciplina e comprometimento, e o entendimento por parte do paciente que o processo de reabilitação depende do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar com os resultados que as técnicas utilizadas pelos profissionais dependem muito da sua área de especialização, mas que, tanto a cinesioterapia quanto a eletroterapia são importantes aliados no processo de resolução de quadros clínicos.

Algumas limitações encontradas para dar prosseguimento a pesquisa foi, a colaboração dos profissionais fisioterapeutas da cidade de Fraiburgo. Desta forma, havendo poucas respostas para a finalidade do projeto.

REFERÊNCIAS

BARROS, Fabio Batalha Monteiro de. **Autonomia Profissional do Fisioterapeuta ao longo da história**. Revista FisiBrasil, Brasil, n. 59, p.20-31, 2003.

BISPO JUNIOR, José Patrício. **Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais**. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1627-1636, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700074&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 22 Nov. 2020.

FLORENTINO, Danille et al. **Fisioterapia no alívio da dor: uma visão reabilitadora em cuidados paliativos**. Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto, Rio de Janeiro, v.11, n. 2, jun. 2012.

MARQUES, Amélia Pasqual; PECCIN, Maria Stella. **Pesquisa em fisioterapia: a prática baseada em evidências e modelos de estudos**. Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v.11, n. 1, jan./abr. 2005.

QUEIROZ, Priscyla Silva; SANTOS, Marcio José dos. **Facilidade e habilidades do fisioterapeuta na procura, interpretação e aplicação do conhecimento científico na prática clínica: a um estudo piloto**. Fisioterapia em Movimento, Curitiba, v.26, n. 1, p.13-23, jan./mar. 2013.

A TECNOLOGIA NA OBESIDADE INFANTIL¹

Peixoto, Jeniffer Raugust, jeniffer19peixoto@gmail.com, 029.258.730-90²
MASSOCO, Sarah C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22³

Resumo – Contextualizar a influência da tecnologia como fator relacionado à obesidade infantil é o início de uma discussão sobre atividade física e inclusão social. **Objetivo:** esta pesquisa visa identificar a influência do uso de tecnologias pelas crianças e a obesidade, a fim de evidenciar a importância da atividade física e o incentivo da inclusão social através de termos lúdicos. **Método:** uma pesquisa qualitativa, com a aplicação de questionário a população em geral, em busca de dados sobre o uso da tecnologia e o ganho de peso em crianças devido ao sedentarismo, pois a tecnologia tem atribuída a ela as funções tecnológicas tanto educativas como recreativas. Fez-se notório o uso da tecnologia sobre a influência na obesidade infantil, os dados da pesquisa concluíram que os familiares de crianças e adolescentes não possuem controle de seus aparelhos eletrônicos no cotidiano, além de não ter domínio sobre o consumo de alimentos não saudáveis, o que impacta diretamente na obesidade infantil.

Palavras-chave: Tecnologia. Obesidade Infantil. Inclusão. Prática Esportiva. Atividade Lúdica.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a obesidade infantil é um sério problema de saúde pública que vem gradualmente aumentando seus índices, independente da classe social. A falta de interligação entre as famílias com outras áreas como a educação e a saúde acaba distanciando a prática esportiva das crianças e adolescente o aumento no uso de aparelhos eletrônicos (Oliveira et al, 2015).

A tecnologia digital influencia na rotina diária de hábitos, saudáveis e as taxas de obesidade infantil têm aumentado drasticamente em muitas famílias, principalmente as famílias de alta renda familiar. De acordo com Alcântara et. al (2019), atualmente 75 mil adolescentes entre 12 e 17 anos de 1.247 escolas, distribuídas em 124 municípios, apontou que a maioria deles faz refeições “sempre ou quase sempre” assistindo televisão. Isto demonstra que o entretenimento durante a refeição resulta na ingestão de grandes quantidades de alimentos densamente calóricos (ALCÂNTARA, et al, 2019. p.2).

Segundo estudo liderado pelo Imperial College London e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2017, haverá mais crianças e adolescentes com obesidade do que com desnutrição moderada e grave até 2022. Com isso é evidente que o uso das tecnologias sem restrições pelas crianças e adolescentes durante as refeições, relaciona-se com o ganho de peso.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A obesidade segundo (Neri, Lencya, 2017) é caracterizada pelo excesso de massa gorda na composição corporal elevando o índice de IMC (Índice de massa corporal). A obesidade se dá também ao fator hereditário cerca de 40 a 70% dos casos tem grande influência sobre o IMC, ainda segundo os dados da Organização Pan-Americana de Saúde, (2019), o número de crianças e adolescentes (5-19 anos) obesos em todo o mundo aumentou dez vezes nas últimas quatro décadas.

As vulnerabilidades sociais das famílias brasileiras refletem diretamente na saúde da população, seja pela alimentação quanto pelo acesso a bens e produtos (Bezerra et al, 2020. p.1). Famílias de baixa renda tendem a consumir alimentos menos nutritivos, por exemplo, privações de acesso contribui o não consumo, o custo mais elevado dos alimentos, famílias de renda superior conseguem ter acesso a alimentos mais saudáveis, questão financeira permite essa acessibilidade (Medina, et al, 2019. p.1).

Nas grandes cidades da atualidade tornam-se quase impossível a prática de atividade física, as crianças não possuem espaços suficientes para seu desenvolvimento e aprendizagem (BORBA, 2006). Dentre esses fatores (ANGELIS, 2003 apud BORBA, 2006) aponta principalmente o uso exagerado de aparelhos eletrônicos, que impede o gasto energético ingerido.

A questão da obesidade infantil é de saúde pública, onde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) definiu diretrizes para organizar as ações de prevenção e tratamento da obesidade, onde estabeleceu a linha de cuidado para obesidade como parte da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas (DIAS, et al. 2016).

METODOLOGIA

Na pesquisa quantitativa e descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (Barros e Leffeld, 2007). Com aplicação de questionário direcionado com questões fechadas. Encaminhado em formato online, utilizando a técnica DELPHI, que consiste em reunir informações chegar a um consenso sobre um tema não encontrado na literatura pertinente. E os resultados apresentados em formato de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil da amostra contou com 41 indivíduos que responderam às perguntas relacionadas à pesquisa, não se sabe o sexo dos indivíduos e nem a média de idade, o objetivo das perguntas é promover a sensatez entre familiares que convivem com crianças e adolescentes em seus lares, a fim de gerar uma afinidade positiva sobre o uso da tecnologia no desenvolvimento intelectual, físico e motor das

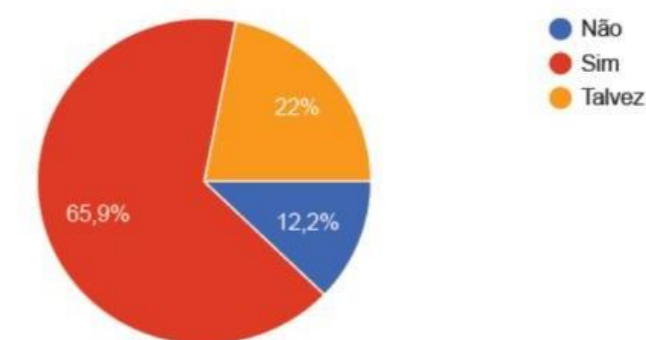
próximas gerações. O método utilizado é descritivo exploratório, o qual visa aprofundar sobre o tema baseando-se na amostra aleatória.

O gráfico 1 trata-se sobre o impacto que os aparelhos eletrônicos têm nas refeições familiares, sendo que 65% dos pesquisados relataram que fazem a ingestão de alimentos na companhia de aparelhos eletrônicos.

Gráfico 1 – A ingestão de alimentos e o uso da tecnologia.

Voce e sua familia assistem tv, mexem em smartphones, tablets no momento de alguma refeição?

41 respostas



Fonte: os autores, 2020.

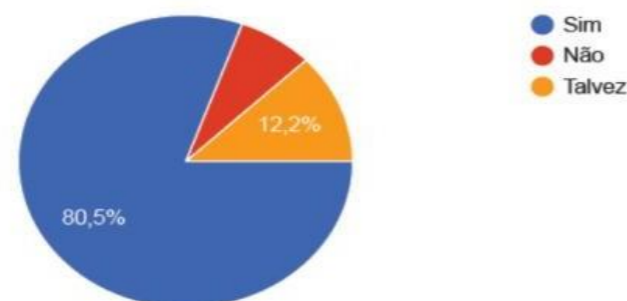
As prevalências de adolescentes que assistem TV enquanto realizam as principais refeições variou de 48,0% na região Norte a quase 62,0% na região Centro-Oeste, hábito prejudicial à nutrição e saúde dos adolescentes, com repercussões na fase adulta (OLIVEIRA et al, 2015).

E no gráfico 2, reflete-se sobre a importância da conscientização que as famílias devem ter a respeito da influencia tecnológica atualmente, isso não se refere diretamente a obesidade, como também a inclusão social entre os adolescente, a comunicação intelectual, a atividade física, são diversos fatores negativos que contribuem ao não desenvolvimento infantil, cerca de 80% das resposta mostra esse interesse preventivo do controle e influencias digitais.

Gráfico 2 – A percepção da amostra quanto a influência da tecnologia na obesidade infantil.

Você acha que a tecnologia, influencia na obesidade infantil atualmente?

41 respostas



Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo fica evidente a influência da tecnologia sobre a obesidade infantil, onde os participantes descrevem que não tem controle no uso de eletrônicos de crianças e adolescentes, além da falta de controle e orientação nos alimentos não saudáveis.

Sugerem-se novas pesquisas acerca da proposta desse estudo, para quem dimensionar a influência da tecnologia sobre a obesidade infantil abordada e assim propor estratégias de promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Caroline Magalhães de et al. Tecnologias Digitais Para Promoção De Hábitos Alimentares Saudáveis Dos Adolescentes. **REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**. Fortaleza, v.72, n.2, p. 1-11, Mar/Abr 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672019000200513&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 14 out. 2020.

BEZERRA, Mariana silva et al. Insegurança Alimentar E Nutricional Do Brasil E Sua Correlação Com Indicadores De Vulnerabilidade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25, n.10, p.1, set, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>. Acesso em: 14 out. 2020.

BORBA, Patrícia Silva C. **A importância da atividade física lúdica no tratamento da obesidade infantil**. Monografia. 2006. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/atividade-fisica-e-obesidade-infantil.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

DIAS, Patrícia Camacho et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Revista Cadernos De Saúde**, V.33,

n.7, p. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00006016>. Acesso em: 20 set. 2020.

GUMIERI, Francielly Aparecida; TREVISIO, Vanessa Cristina. A Importância Do Lúdico Para O Desenvolvimento Da Criança: O Brincar Como Ferramenta De Aprendizagem Na Educação Infantil. **Revista Pedagógica**. Bebedouro SP. 2016. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/40/25042016154500.pdf>. Acessado em: 23 out. 2020.

MAAS, Gilberto Natal; CANABARRO, Ivo dos Santos. Crianças e adolescentes: o processo de inclusão social no Brasil. **Revista Eletrônica de Mestrado em Direito da UFAL**, Maceió/AL. n.2, p. 143-165, jul./dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/1537-5949-1-PB.pdf>. Acessado em: 23 out. 2020.

MEDINA, Lhais de Paula Barbosa et al. Desigualdades Sociais No Perfil De Consumo De Alimentos Da População Brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 1-15, out, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190011.supl.2>. Acesso em: 13 out. 2020.

NERI, Lencya de Cassio Lopes et al. **Obesidade Infantil**: 1.ed. Barueri-SP: Manole Ltda, 2017. P.3-11.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **No Brasil, Países Das Américas Definem Próximos Passos Para O Enfrentamento Da Epidemia De Obesidade Infantil**: Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não transmissíveis e Saúde Mental. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5957:no-brasil-paises-das-americas-definem-proximos-passos-para-o-enfrentamento-da-epidemia-de-obesidade-infantil&Itemid=839. Acessado em: 23 out. 2020.

OLIVEIRA et al. ERICA: Uso De Telas E Consumo De Refeições E Petiscos Por Adolescentes Brasileiros. **Rev. Saúde Pública**. Recife-PE, p. 2-8, out, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s1/pt_0034-8910-rsp-S01518-87872016050006680.pdf. Acessado em: 28 out. 2020.

A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL¹

COMERLATTO, Fabiana, fabicomerlatto@gmail.com, 129.339.999-00²
TRALESK, Helen de Almeida, helentralesk@gmail.com, 101.196.119-96³
SOUZA, Laohana Cristine de, cristinelaoh2002@gmail.com, 013.271.309-80⁴
KATH, Laura Elisa, laurakathh@gmail.com, 077.385.419-38⁵
SOUZA, Millena Thomaz de, millenathomaz919@gmail.com, 061.649.649-46⁶
MASSOCO, SARAH C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

Resumo – Objetivo: a alimentação, possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento infantil, contudo o cenário de desnutrição acomete diversas crianças ainda pelo mundo, este problema de saúde pública causa danos, risco de óbito infantil déficit neurológico e o fisiológico. **Método:** nesse artigo será discutido sobre a alimentação no desenvolvimento infantil, através de uma revisão da literatura. **Resultados:** a alimentação adequada durante a infância é um direito, pois a carencia nutricional afeta o desenvolvimento neurológico, psicológico, motor elevando do risco de óbito infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil. Desnutrição. Crianças. Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A alimentação e nutrição adequadas são requisitos essenciais para o crescimento e desenvolvimento neuropsicomotor de todas as crianças brasileiras. Mais do que isso, são direitos humanos fundamentais, pois representam a base da própria vida (BRASIL, 2005).

A alimentação é atividade ligada à manutenção vital, e nesse sentido, o ser humano está a ela condicionado. A alimentação, possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento humano, colaborando com o fortalecimento da saúde principalmente nos primeiros anos de vida (VILARTA, et al, 2007). Segundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Brasil, 2013), a alimentação e nutrição estão constituídas como pilares para a promoção e a proteção da saúde, incentivando e promovendo o potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.

No que se refere ao período de puerícia, a alimentação é condição substancial para o desenvolvimento e manutenção da vida saudável da criança, e quando a alimentação não é suficiente ou não é realizada adequadamente, há um aumento dos riscos do desenvolvimento de doenças (BRASIL, 2013).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme o CONSEA (2004) alimentação e nutrição adequadas são direitos fundamentais, assegurados pela Constituição Federal. Por meio dessas condições básicas a criança alcança o desenvolvimento físico, emocional e intelectual de forma satisfatória. Pelos alimentos garantimos tudo aquilo de que o nosso corpo necessita para a obtenção de energia, de nutrientes e de materiais de construção de novas células de reparo de componentes celulares para a regulação de funções e prevenção contra várias doenças (CUNHA, 2014).

Os primeiros anos de vida de uma criança, em especial os dois primeiros, caracterizam-se pelo crescimento acelerado e o significativo processo de desenvolvimento. Com a devida atenção e cuidados pode-se promover uma maior expectativa de vida do adulto futuro, ainda cabe ressaltar que a criança não deve ficar muito tempo sem se alimentar, visto que o alimento é determinante para o desenvolvimento, assim tendo uma alimentação balanceada (BRASIL, 2010).

METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica de metodológica qualitativa e descritiva, sintetizou mediante as principais publicações com os descritores: crianças, desnutrição, desenvolvimento motor e fisioterapia a importância da alimentação para o desenvolvimento infantil, consultando as obras nas bases: Ministério da Saúde, (Organização Pan-Americana da Saúde), Ministério da Saúde (Secretaria de Atenção à Saúde), Ministério da Saúde- (Dez Passos Para Uma Alimentação Saudável) e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento motor que se inicia nos primeiros anos de vida envolve vários aspectos. E são nos primeiros anos que ocorrem as principais formações motoras, físicas, mentais e sociais, sendo o período em que a criança possui especial sensibilidade aos estímulos vindos do ambiente, que chegam a ela por meio de seus sentidos, onde a nutrição eficiente é um fator determinante para o crescimento e o desenvolvimento além da maturação cerebral (SACANNI et al, 2007).

A falta de alimentação adequada prejudica o ser humano em todas as fases da vida, e no período da infância com um agravante no que se refere ao desenvolvimento físico e intelectual, atualmente ainda ocorrem, em muitos locais do planeta, as condições de extrema pobreza, onde não há padrões que garantam uma alimentação saudável (MEZZARI et al, 2019).

A falta da alimentação adequada poderá afetar o desenvolvimento motor, o qual é um processo dinâmico e suscetível que se molda a partir de inúmeros estímulos como características físicas e estruturais, o ambiente e o tipo de tarefa a ser aprendida (MEZZARI et al, 2019).

“Dentre as principais causas de atraso motor encontram-se: baixo peso ao nascer, distúrbios cardiovasculares, respiratórios e neurológicos, infecções neonatais, desnutrição, baixas condições socioeconômicas, nível educacional precário e prematuridade (MEZZARI et al, p. 82, 2019).

Neste sentido, Willrich et al 2008, explicam que crianças com desenvolvimento motor atípico em decorrência de desnutrição podem apresentar problemas de coordenação e controle do movimento poderão se prolongar até a fase adulta.

E ainda o autor Fronio et al (2011) mencionam que desnutrição pode gerar sequelas e comprometer algumas áreas do desenvolvimento neuropsicomotor, prejudicando, por exemplo, o funcionamento intelectual e motor, alertando que ainda que depois de afetadas determinadas áreas e funções do desenvolvimento podem não ser completamente recuperadas, mesmo após a melhora nutricional (FRONIO et al, 2011) ou ainda tratamento fisioterápico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fisioterapia, enquanto área de conhecimento, tem a responsabilidade de contribuir com as pesquisas envolvendo o desenvolvimento infantil, especialmente as relacionadas à evolução da motricidade, tanto em lactentes saudáveis quanto nos expostos a fatores de risco como a desnutrição ou sobrepeso. Ressaltamos assim que a fisioterapeuta visa estabelecer, promover ou recupera o desenvolvimento psicomotor, estimulando posturas e movimentos funcionais, proporcionando desenvolvimento neurológico e motor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças menores de 2 anos** / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2013. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez Passos Para Uma Alimentação Saudável- Guia Alimentar Para Crianças Menores de Dois Anos-Um Guia Para o Profissional da Saúde na Atenção Básica- 2ª Edição-** Brasília- DF- 2010.

BRASIL Ministério da saúde **PESQUISA NACIONAL DE DEMOGRAFIA E SAÚDE DA CRIANÇA E DA MULHER - PNDS 2006: Dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**. 2009. Brasília.

CUNHA, L.F. A importância de uma alimentação adequada na educação infantil. 2014. Monografia. (Especialização em ensino de ciências). **Universidade tecnológica federal do Paraná**, Medianeira.

FRÔNIO JS et al. Estado nutricional e desenvolvimento motor grosso de lactentes entre seis e dezoito meses de idade. **Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Hum.** 2011; 21(1): 30-38

VILARTA , R. (Org) et. al. **Alimentação saudável e atividade física para a qualidade de vida**. 2007. Campinas, IPES EDITORIAL, 229P .

WILLRICH A, Azevedo CCF, Fernandes JO. Desenvolvimento motor na infância: influência dos fatores de risco e programas de intervenção. **Rev Neurocienc** , 51-57.2008

MEZZARI SS, DONADIO MVF, GERZSON LR, ALMEIDA CS. **Desenvolvimento neuropsicomotor e desnutrição de uma população de risco de um bairro de Porto Alegre**. Medicina (Ribeirão Preto. Online) 2019;52(2):80-90 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v52i2p80-90>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA COMO PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM ADOLESCENTES¹

PIERI, Rafael, rabruga59@gmail.com, 092.772.54-55²
VARELA, Alécia S. M. H., alexia_maquerroski@hotmail.com, 115.481.159-08³
GREIN, Emanuelli M., magnanu12@icloud.com, 116.369.419-31⁴
BORGES, Gabriela, gabriela0504borges@outlook.com, 055.579.089-43⁵
BRANCO, Izabela, izabelabranco41@gmail.com, 077.946.349-89⁶
MASSOCO, Sarah C. C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁷

Resumo: A prevenção das doenças crônica está relacionada com a atividade física, alimentação saudável, evitar o sedentarismo, uso de drogas lícitas e ilícitas, ainda assim há um longo caminho entre as orientações e a prática pelos pacientes. **Objetivo:** este trabalho busca ressaltar que a atividade física em adolescentes, previne as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), sendo as principais obesidade, hipertensão, diabetes e dislipidemias. **Método:** em uma revisão bibliográfica nas publicações atuais de acesso público, com os descritores: atividade física, DCNTs e adolescentes, justificando a importância da atividade física, inclusive nesta faixa etária. **Resultados:** as ações de promoção da saúde devem ser efetivas nesta etapa do desenvolvimento humano, onde ainda há lacunas de investimentos e orientações a mantêm um estilo de vida mais saudável na alimentação e prática de atividade física.

Palavras-chave: Atividade física. Doenças crônicas não transmissíveis. Adolescentes.

INTRODUÇÃO

A relevância de estudos em relação a obesidade infantil, deve-se a fragilidade de crianças e adolescentes durante essa fase de crescimento e desenvolvimento. Pesquisas indicam a probabilidade de adolescentes com sobrepeso e obesidade tornarem-se adultos obesos, essa característica na infância e adolescência é considerada um fator de risco grave no desenvolvimento de inúmeras doenças crônicas não transmissíveis (PEREIRA, et al; 2017).

A prevenção destas condições é a prática de atividade física, que traz muitos benefícios, tanto para o corpo, quanto para a mente e ajuda na prevenção de doenças cardíacas, osteoporóticas, renais (COSTA, et al; 2019).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).⁵ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O período da infância e o início da adolescência é uma fase muito complexa, devido ao crescimento, mudanças hormonais e autoconhecimento, associado ao sedentarismo e a má alimentação resultar em sobrepeso ou desnutrição (LOPES, et al; 2015).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A adolescência, período entre os 10 e 19 anos, é um intervalo de tempo de grandes mudanças físicas e psicológicas associadas com a maturação (LOPES, et al; 2015).

A sensação de liberdade na tomada de decisões pode levar os jovens a adotar comportamentos que proporcionam risco à saúde, como o consumo de bebidas alcoólicas, níveis insuficientes de atividade física, hábitos alimentares inadequados, tabagismo, consumo de drogas ilícitas, envolvimento em brigas e não utilização de preservativos nas relações sexuais são comportamentos que podem contribuir para o surgimento e/ou agravamento de morbidades e mortalidade entre os jovens (LOPES, et al; 2015).

Esta população representa 27% da população mundial, e sua saúde tem sido largamente negligenciada porque essa faixa etária, muitas vezes, é vista como saudável, no entanto, a iniciação ou consolidação de hábitos de risco para DCNT emergem nessa fase, e as oportunidades de prevenção de doenças e lesões nessa faixa etária são inexploradas (CAMPOS, et al; 2018). Pois a carga global de doença sugere que o investimento à atenção e à saúde do adolescente impactaria em menor ocorrência de doenças, óbitos e incapacidades no futuro (CAMPOS, et al; 2018).

METODOLOGIA

A escolha metodológica de revisão bibliográfica, nos principais artigos de acesso integral na temática, proporcional uma análise descritiva sobre a importância da atividade física em adolescentes na prevenção da obesidade e DCNTs. Os descritores da pesquisa foram: `tw:(adolescente) AND (tw:(doenças crônicas não transmissíveis)) AND (fulltext:"1" AND la:("pt")) AND (year_cluster:[2015 TO 2020])`, na base da Biblioteca Virtual da Saúde, com inclusão de 7 artigos neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os hábitos de um indivíduo é influenciado pelas experiências com familiares, amigos, redes e momentos, aprendem a se relacionar e identificar no seu meio, além da mídia em sites, programas, notícias e redes de comunicação, são fatores que levam ao consumo ainda na adolescência, como o tabagismo, álcool, má alimentação, e a não prática de exercícios físicos são os principais grandes fatores para as DCNTs^{1,3}.

Em virtude da gravidade das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e suas consequências nos sistemas de saúde e na sociedade, em 2011 a ONU (Organização das Nações Unidas), discutiu compromissos globais sobre o tema, o que resultou em uma declaração política, instante em que os países-membros se responsabilizam a trabalhar contra o crescimento das DCNT diante ações de prevenção de fatores de risco^{1,4}. Sendo aprovado no ano de 2012, a meta de redução

de 25% sobre mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis, citando metas de diminuição de fatores de risco, tais como: diminuição do sedentarismo, da hipertensão arterial, do consumo de tabaco, álcool e sal, detenção do crescimento da obesidade e do diabetes⁴.

O sistema de saúde não está preparado para lidar com o aumento de pessoas com DCNTs, pois dependentes do percurso longitudinal da vida acometida por este grupo de doenças, portanto, é necessário pensar em outra forma de resolutividade no cuidado de pessoas em condições crônicas².

O diagnóstico de sobrepeso é importante, pois é a qualidade de vida do adolescente que está sendo afetada, obter o diagnóstico de obesidade ou excesso de peso auxilia na elaboração de medidas de controle e reversão dos casos, também previne o aparecimento das DCNTs⁶.

Na perspectiva de promover ações de saúde, foi criado o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (PSE), que tem o intuito de facilitar a formação integral dos jovens estudantes da rede pública de educação básica por intermédio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde^{4,6}.

Tabela 1 – Revisão bibliográfica com os descritores sobre a DCNTs em adolescentes com sobrepeso ou obesidade.

Titulo da publicação	Tipo de publicação	Ano
Fatores de risco e proteção contra doenças crônicas não transmissíveis entre adolescentes ¹	Artigo	2017
Saúde, meio ambiente e doenças crônicas não transmissíveis: aspectos bioéticos ²	Monografia	2015
Fatores de risco simultâneos para doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes escolares brasileiros ³	Tese de doutorado	2019
Fatores de risco e proteção para as doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes nas capitais brasileiras ⁴	Artigo	2018
Comportamentos de risco relacionados à saúde em adolescentes escolares da zona rural ⁵	Artigo	2015
Perfil nutricional e percepção da imagem corporal em adolescentes em escolas públicas e privadas ⁶	Artigo	2019

Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde e a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) não são ações distintas, mas complementares, que devem ser pensadas pelas equipes multiprofissionais em saúde. Este grupo de doenças estão dentre as principais causas

de morte, e acometem também adolescentes, doenças silenciosa, que podem ser prevenidas pela prática de exercícios e boa alimentação.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO LADO A LADO PELA VIDA. **DOENÇAS CRÔNICAS**. São Paulo, [s.d.], c2017. Disponível em: <https://www.ladoaladopelavida.org.br/doencas-cronicas-o-que-e-doencas-autoadquiridas> Acesso em: 21 out. 2020.

CAMPOS. Maryane Oliveira. et al. **Fatores de risco e proteção para as doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes nas capitais brasileiras**. Biblioteca Virtual em Saúde BVS. Rev. Bras. Epidemiol. Ano: 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-977714> . Acesso em: 19/10/2020

COSTA, Jessica. **Perfil nutricional e percepção da imagem corporal em adolescentes de escolas públicas e privadas**. Biblioteca virtual em saúde, Juiz de Fora. 05/04/2019. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1048511> Acessado em: 27/10/20

JUNGUES, J.R. Saúde, meio ambiente e doenças crônicas não transmissíveis: aspectos bioéticos. Biblioteca Virtual em Saúde, Unisinos, São Leopoldo, RS. 02/06/2015. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-833019> Acesso em 21 out. 2020.

LOPES. Samuel Volz. et al. Comportamentos de risco relacionados à saúde em adolescentes escolares da zona rural. Biblioteca Virtual em Saúde BVS. **Rev. Mundo Saúde**. Ano:2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-972949> . Acesso em: 19/10/2020

LUCENA ROCHA, Fabiana. Fatores de risco simultâneos para doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes escolares brasileiros. Portal Regional da BVS, 2019 <http://hdl.handle.net/1843/31067> Acesso dia:15/10/2020

PEREIRA, Keise Adrielle Santos, et al. Fatores de risco e proteção contra doenças crônicas não transmissíveis entre adolescentes. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. Fortaleza - CE, v. 30, n. 2, p. 205-212, mar./2017. Disponível em: DOI: <10.5020/18061230.2017.p205.> Acesso em: 8 out. 2020.

A conjunção “E” e suas plurissignificações no gênero textual letra de música ¹

Anderson Palhano Domingues, apd-bgs@hotmail.com²
Maria Galdina Goetten De Souza, galdinagoetten2@gmail.com³
Zelinda Ribeiro de Moraes, zelalinda@hotmail.com⁴
Thiago Emanuel Agostini, agostinithi34@gmail.com⁵
Scheilla Marisol Pacheco, scheillapacheco@hotmail.com⁶
Marileusa Carvalho, marileusa@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Com base em análise linguística realizada, este estudo tem por objetivo principal mostrar as muitas significações que a conjunção E pode ter no português brasileiro, especialmente gênero textual música. Por meio de análises de canções nacionais, pôde-se verificar muitas das significações que essa conjunção, a mais utilizada em nossa língua materna, pode tomar. Por mais que se ressalte o seu valor aditivo, é necessário verificar que o E ultrapassa tal classificação gramatical e ganha novos sentidos de acordo com o seu emprego em situações práticas.

Palavras-chave: Conjunção. E. Significações. Letra de Música.

INTRODUÇÃO

O estudo das conjunções, parte importante das análises sintáticas realizadas para que ocorra aprofundamento em questões gramaticais, sempre traz à tona as relações semânticas estabelecidas por cada conjunção.

A conjunção é a palavra que tem por finalidade realizar as interconexões entre as orações e períodos de um texto, por meio de mecanismos de adição, comparação, sequenciamento e explicação. Entende-se, assim, que podem ser considerados significados lógicos que relacionam atividades e mensagens sequenciadamente. Este estudo somente focará nas conjunções responsáveis pelos processos de coordenação, muito utilizados no cotidiano, os quais implicam determinadas significações às construções textuais. Pensando na variedade de conotações que algumas conjunções coordenativas podem assumir, aqui se pretende analisar a mais representativa conjunção coordenativa do português, pelo menos quando se considera o critério frequência: a aditiva E. A partir de tal análise, objetiva-se mostrar os diversos valores incorporados pelo elemento conectivo em questão. Para a análise proposta, pretende-se ter como suporte teórico diferentes gramáticas do Português. A proposta deste trabalho é analisar ocorrências da conjunção E no gênero textual letra de música.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre em Desenvolvimento Regional, do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A conjunção E encaixa-se na categoria das conjunções coordenadas aditivas. Contudo, entende-se que é mais do que isto, posto sua frequência extraordinária de utilização em variados contextos, tipos e gêneros textuais.

Tal verdade faz com que a conjunção coordenativa E seja, indubitavelmente, considerada a conjunção coordenativa prototípica em muitas línguas, incluindo-se, logicamente, o Português.(...) A importância adquirida pela conjunção coordenativa E, ao longo da própria existência da língua, e as variadas funções verificáveis no uso de tal elemento linguístico contribuem para que ele receba denominações como: conjunção coordenativa polivalente, conjunção plena, coordenante puro, dentre várias outras terminologias adotadas. (MESQUITA, 2003, p. 22)

É importante notar que, como destacado por Mesquita, frequente utilização do “E” dá-se não apenas na língua portuguesa, mas em muitas outras línguas. Essa ocorrência se dá não apenas pelo seu caráter de adição, mas também pela polissemia que essa palavra apresenta.

Cargas semânticas adquiridas pela preposição E

Para fins de análise da conjunção E em seus diversos significados, procurou-se o apoio de autores que já haviam realizado estudos acerca de sua polissemia. Neves (2000) demonstra algumas situações em que a conjunção E adquire outros valores além do aditivo, classificando-a como neutra e destacando suas possibilidades de estabelecimento de relações de contraste e de causa-consequência. Outros autores, como Cunha e Cintra (1985) ainda sublinham que outros papéis assumidos pelo E podem ser de valores adversativos, concessivos, de consequência/conclusão, de finalidade e valor consecutivo.

A conjunção E pode ainda introduzir uma explicação enfática; iniciar frases de alta intensidade afetiva, desempenhando quase o mesmo valor das interjeições e facilitar a passagem de uma ideia a outra, mesmo que não relacionadas. (MESQUITA, 2003, p. 24)

Bechara (1999) destaca que, apesar das possibilidades de significação serem imensas, o que prevalece sempre é o valor aditivo do E:

Muitas vezes, graças ao significado dos lexemas envolvidos na adição, o grupo das orações coordenadas permite-nos extrair um conteúdo suplementar de “causa”, “consequência”, “oposição”, etc. Estes sentidos contextuais, importantes na mensagem global, não interessam nem modificam a relação aditiva das unidades envolvidas. (BECHARA, 1999, p.269)

Com base nesses autores, buscou-se a análise de letras de música, nas quais buscou-se avaliar as cargas semânticas, ou seja, de significação, de diversas conjunções E em seus usos práticos.

METODOLOGIA

Conforme as análises indicadas por Neves (2000); Cunha e Cintra (1985) e Mesquita (2003), a metodologia empregada foi a análise da conjunção E em letras de música, com base nos significados sugeridos no quadro abaixo:

ADIÇÃO
CONTRASTE/ OPOSIÇÃO (USO ADVERSATIVO)
CAUSA/ CONSEQUÊNCIA
FINALIDADE
INTRODUÇÃO DE UMA EXPLICAÇÃO ENFÁTICA
INÍCIO DE FRASES DE ALTA INTENSIDADE AFETIVA
FACILITAÇÃO DA PASSAGEM DE UMA IDEIA A OUTRA (MESMO SEM RELAÇÃO)

As letras de música foram escolhidas aleatoriamente, e efetuou-se a leitura e posterior análise dos usos da conjunção E com base nas classificações propostas acima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na letra da música “Eduardo e Mônica” foram encontradas 37 conjunções E, com as seguintes significações: *adição, adversativa, causa, consequência, finalidade, facilitação da passagem de uma ideia a outra*. Abaixo, listam-se algumas das análises realizadas para fins de exemplificação.

“*E conversaram muito mesmo pra tentar se conhecer*”: Nessa ocasião, expressa-se finalidade, pois o “e” evidencia uma atitude que se faz com objetivo de se obter um resultado.

“*A Mônica de moto e o Eduardo de camelo*”: Nesse período nota-se o uso do “e” como opositor de ideias diferentes (de algo que se propõe na primeira ideia e vice-versa), sendo assim, duas situações adversas se unem na oração.

“*Ele aprendeu a beber, deixou o cabelo crescer, e decidiu trabalhar (não!)*”: Nessa situação o “e” aponta um fato que desencadeou-se devido ao contexto apontado nos anteriores (maturidade, independência, rebeldia), pois o oração final expressa uma consequência dos fatos narrados anteriormente dentro do contexto.

Já na canção “Liberdade Provisória”, houve 10 ocorrências do E, sendo suas significações: *consequência, introdução de uma explicação enfática, início de frase com alta intensidade afetiva*. A seguir, são apresentadas as análises realizadas para exemplificação.

“*Só que foi eu quem terminou E quem foi largado não espera*”: Nessa oração, o uso do “e” reforça o argumento contextual da situação do eu lírico, com uma explicação enfatizando o porquê da ação relatada na sequência da letra.

“*E ela tava mais linda cada vez que eu olhava*”: Na introdução desta frase, o uso do “e”, acrescenta ênfase ao elogio prestado à mulher amada, enaltecendo o sentimento e, portanto, salientando a intensidade da expressão.

“*E ela me matou na unha*”: Neste trecho, temos a presença do “e” juntamente com a figura de linguagem expressando a ideia do autor da canção sobre a justificativa das atitudes de sua pretendida, concluindo o insucesso de suas pretensões para com a sua amada.

Na canção sertaneja romântica “Convite de Casamento”, notou-se o uso da conjunção “E” 4 vezes, sendo eles com as seguintes significações: *adição e consequência*. Na sequência, apresentam-se algumas análises para exemplificação.

“*Como se fosse o sol E a lua*”: Neste período percebe-se que a conjunção “E” tem valor aditivo, pois expressa dois pensamentos similares que são adicionados um ao outro por meio dela.

“*O tempo passou E eu sofri calado*” Neste fragmento percebe-se que a conjunção “E” evidencia um valor de consequência, pois acrescenta a ideia de que um acontecimento que causou determinada reação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mister salientar que o conectivo E é portador de características diferenciadas, o que justifica o interesse e variado estudo sobre ele. Entende-se, também que as utilizações pressupostas neste estudo não esgotam as possibilidades significativas dessa palavra tão frequentemente utilizada. Tal característica mostra como o falante usa desse termo em inúmeras situações e com as mais diversas conotações. O E é aprendido ainda na infância, e seu uso constante se estende por toda a vida do indivíduo. Apesar da prevalência do E como conectivo de adição, a análise de músicas populares fez com que se percebesse sua grande polissemia e frequência de utilização.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1985). Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MESQUITA, Elisete Maria De Carvalho. . A REALIZAÇÃO DA ADITIVA “E” EM DIFERENTES TIPOS TEXTUAIS. *Letras & Letras*, v. 22, n. 1, 2 mar. 2007.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. 2a ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

VIAN, Jr.; & MENDES, W. (2015). O sistema de conjunção em textos acadêmicos: os mecanismos de sequenciamento e de explicação. *Letras*, 0(50), 163-186.
doi:<https://doi.org/10.5902/2176148520209>

ATIVIDADES COM GRUPOS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CAÇADOR - SC¹

ISADORA REGINA MACHADO ROSAR, isa_rosar@yahoo.com.br²
LUANA MACHADO SEIXAS, luanamseixas@gmail.com³
DAYANE CARLA BORILLE, dayanecarla@uniarp.edu.br⁴
TALITA CZEKSTER, talita.czekster@uniarp.edu.br⁵

Resumo: Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus são doenças crônicas não transmissíveis, representam as maiores taxas de mortes no país, além de constituir para os fatores de risco para as doenças cardiovasculares, e é nesse cenário que a atenção primária se insere para prevenção e tratamento dessas doenças. O presente trabalho buscou analisar a quantidade de diabéticos e hipertensos cadastrados em uma unidade de saúde e o número de consultas destes, a fim de observar a importância da equipe da atenção básica no quesito educação em saúde. Foi analisado a quantidade de diabéticos e hipertensos, bem como, o número de consultas destes no período de janeiro a agosto de 2020. Os dados demonstram que há uma ativa procura por consultas, totalizando aproximadamente mais de duas por paciente no período estudado. Diante disso, observou-se a importância dos programas de educação em saúde para diminuir o fluxo destas consultas, por vezes desnecessárias. Portanto, esse estudo contribuiu na identificação da relevância das atividades integrativas para construção de um espaço de compartilhamento de informações, criando um vínculo da população com a unidade de saúde a fim de estimular a prevenção, promoção e tratamento da Hipertensão e Diabetes, melhorando deste modo a qualidade de vida destes indivíduos.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Promoção da Saúde. Unidade Básica de Saúde.

INTRODUÇÃO

Por serem patologias com maior taxa de mortes no país, a hipertensão arterial e a diabetes mellitus são as doenças crônicas que necessitam de maior atenção. Além disso, as duas são fatores de riscos para doenças cardiovasculares. Frente ao pressuposto, é de extrema importância o papel da atenção básica na prevenção e na promoção da saúde, não priorizando apenas a doença. A educação em saúde emerge de forma eficaz neste aspecto, uma vez que abrange um processo dinâmico, dialógico e interativo. No encontro entre o profissional e a comunidade, ocorre um momento de reflexão sobre os problemas, bem como, sobre as melhorias em prol da saúde, a fim de construir juntos sujeitos ativos, corresponsáveis pelo processo saúde doença. (MENDONÇA, 2015).

Dentre as estratégias que dão visibilidade aos agravos da saúde dos indivíduos e seus fatores de riscos associados, encontra-se a promoção da saúde. Esta direciona o atendimento analisando a pessoa como um todo, na sua integralidade,

¹ Trabalho de graduação referente ao Curso de Medicina, Área de Ciências da Saúde da Universidade Alto Vale Rio do Peixe, como requisito parcial para aprovação da Disciplina IESC do terceiro período.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Docente do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Docente do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

seu coletivo e também, avaliando o ambiente ao qual ele está inserido, e por meio disso elabora-se estratégias capazes de minimizar estas situações agravantes. Frente a isto, a educação em saúde emerge como alicerce da promoção a saúde, sendo as duas capazes de modificar condutas individuais, por meio do desenvolvimento da autonomia do indivíduo frente a sua doença e melhoria da qualidade de vida. (JANINI, 2015).

Justifica-se deste modo que a partir do desenvolvimento desse projeto de extensão poderemos fomentar dados afim de serem tomadas iniciativas a respeito de ações em prol de diabéticos e hipertensos, para auxiliar tanto na prevenção como no tratamento dessas doenças crônicas. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o número de diabéticos e hipertensos de uma unidade de saúde pertencente a Caçador-SC, por meio de dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde deste município.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como possíveis problemas agravantes de saúde pública no Brasil e no mundo, encontra-se as doenças crônicas não transmissíveis (LOBO, 2017).

Dentre os problemas de saúde pública, com alta prevalência e taxas de mortalidade, encontra-se a hipertensão arterial sistêmica (HAS). Em 2016 o Brasil constava com a porcentagem desta enfermidade em 25% da sua população, tendo a estimativa de 40% para o ano de 2025. A HAS é trajada como doença crônica não transmissível, tendo ocasionadores multifatoriais e está diretamente relacionada a alterações do organismo. (SILVA, 2016).

Outro problema em destaque na saúde pública, está a diabetes mellitus, a qual é a condição crônica em maior crescimento. Estima-se que no Brasil, no ano de 2025, tenha aproximadamente 11 milhões de pessoas diabéticas. Dentre os aspectos negativos da sua prevalência destaca-se a elevada morbimortalidade e os custos significativos para a realização do seu controle e tratamento, comprometendo significativamente a qualidade de vida dos portadores (CORTEZ, 2015).

Frente ao pressuposto, é indispensável o desenvolvimento de ações preventivas e promocionais de saúde que foquem além da doença na pessoa, mas também considere seus aspectos sociais, econômicos e culturais em relação ao processo saúde doença, uma vez que estes estão interligados no desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis. Dentre as possibilidades de mudança e promoção da saúde, encontra-se as atividades propostas pela atenção primária, a qual está sempre reorganizando os serviços de saúde, reestruturando a relação do autocuidado por meio do vínculo entre comunidade e equipe de saúde, através de atividades integrativas, onde escuta-se o usuário, fazendo o mesmo ter participação ativa no planejamento do seu cuidado e na autoria do seu processo saúde-doença. (SILOCCHI, 2017).

É de suma importância a ciência da prevalência destes fatores de riscos aos indivíduos, e igualmente, o conhecimento dos grupos mais vulneráveis para a elaboração de estratégias ativas preventivas (LOBO, 2017).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa. A escolha pelo método qualitativo foi feita, uma vez que o estudo apresenta como objetivo analisar o número de diabéticos e hipertensos de uma unidade de saúde pertencente a Caçador - Santa Catarina.

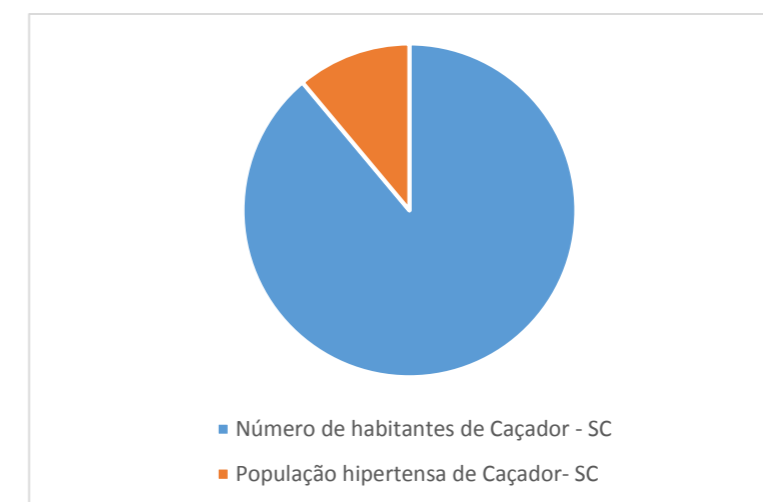
O mesmo será desenvolvido através dos dados disponibilizados pela secretaria municipal de saúde de Caçador, junto aos dados fornecidos pela unidade de saúde em estudo, oriundas do sistema eletrônico, o qual repassa dados de produtividade mensalmente ao e-SUS.

Os dados levantados dizem respeito a população acometida por hipertensão arterial e diabetes mellitus, cadastradas nesta Unidade Básica de Saúde de Santa Catarina. As informações obtidas são referentes ao período 01/01/2020 e 31/08/2020, e foram analisados através de estatística simples comparativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscamos dados do último censo realizado e publicado sobre o município de Caçador-SC. O mesmo, foi levantado em 2010, entretanto a população estimada para este ano foi de 79.313 munícipes residentes nesse período (IBGE, 2020). Comparamos esta informação com um dos dados fornecidos pela secretaria municipal de saúde deste mesmo município. Este dado diz respeito ao número total de hipertensos pertencentes a cidade de Caçador no período estudado por este projeto, conforme mostra o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Número de habitantes de Caçador - SC x população hipertensa.

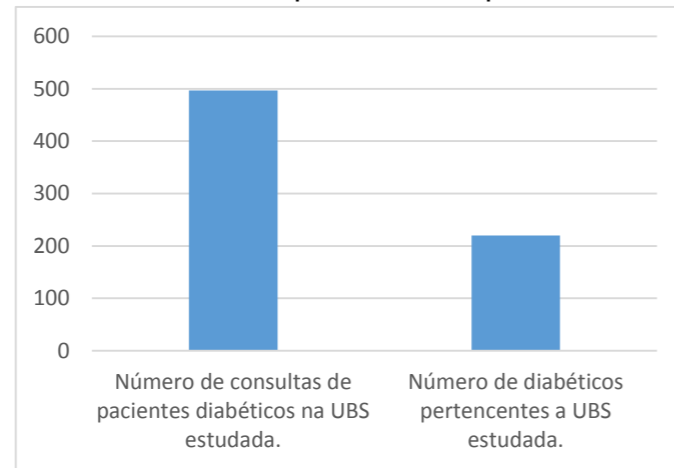


Fonte: Secretaria de saúde de Santa Catarina (2020).

Frente a isto, observamos a porcentagem de aproximadamente 12% da população pertencente a este município são hipertensos. Para controle desta enfermidade, precisa-se da assistência da equipe de saúde, bem como, da participação dos indivíduos, uma vez que a não presença de sintomas aliada a cronicidades da doença, condicionam o processo do efetivo controle (GEWEHR, 2018).

Outro dado fornecido pela secretaria de saúde e posto em comparação neste trabalho, é referente ao número de pacientes hipertensos pertencentes a unidade de saúde estudada, e seus números de consultas nesta mesma unidade no período de pesquisa deste estudo. Conforme ilustrado no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2: Número de consultas x pacientes no período de 01/01/2020 e 31/08/2020

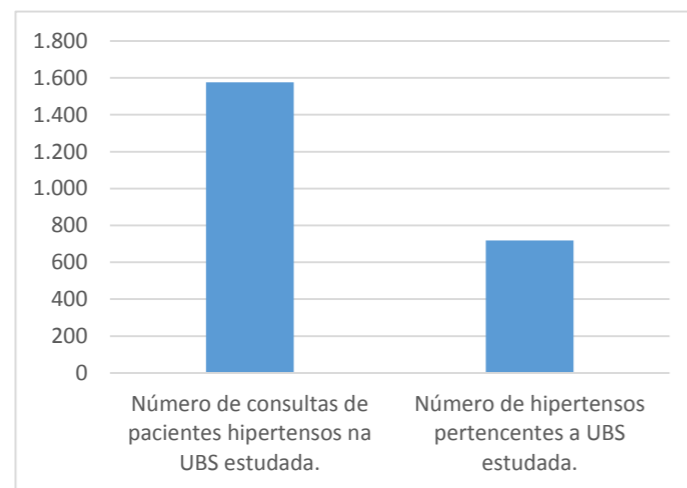


Fonte: Secretaria de saúde de Santa Catarina (2020).

Frente a estes dados, constatamos uma ativa procura destes pacientes hipertensos a consultas médicas, tendo aproximadamente mais de duas consultas por usuário hipertenso no período de seis meses. Isto mostra que os mesmos procuram auxílio no tratamento de suas enfermidades, e com isto, observa-se a importância das atividades integrativas, as quais possam minimizar esta busca. Deveríamos deixar de ter a doença como foco, e trata-la apenas como elemento da vida, por meio da constituição expandida dos serviços de saúde (MENDONÇA, 2015).

Por último, trouxemos os dados referentes a pacientes diabéticos pertencentes a mesma unidade de saúde, e sua média de consultas nesta mesma unidade no período estudado no projeto, dados também fornecidos pela secretaria de saúde de Caçador-SC, conforme ilustrado no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3: Número de consultas x pacientes no período de 01/01/2020 e 31/08/2020.



Fonte: Secretaria de saúde de Santa Catarina (2020).

Constatamos neste gráfico uma intensa procura desses usuários portadores de diabetes a consultas na unidade de saúde, totalizando aproximadamente mais de duas consultas por usuário no período de seis meses. Observa-se o bom acompanhamento destes frente a sua doença, e ressalta-se igualmente o valor que estratégias educacionais preventivas teriam frente a isto. Deste modo, os grupos de

educação em saúde são importantes estratégias educacionais para promoção de saúde a portadores de doenças crônicas (MENDONÇA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se no presente estudo, a procura ativa dos usuários portadores de doenças crônicas pertencentes a unidade de saúde estudada, a consultas médicas nesta unidade. Contatou-se deste modo, a busca pelo tratamento de doenças e suas alterações. Ressaltamos frente a isto, por meio desta pesquisa, a importância dos grupos de educação em saúde na prevenção e promoção da saúde destes indivíduos, uma vez que estes encontros são capazes de formar indivíduos responsáveis, colaborativos e, ativos nas estratégias para melhoria da sua qualidade de vida, a partir da construção compartilhada e transferência de informações, diminuindo deste modo, a procura deles por consultas focadas exclusivamente na enfermidade.

REFERÊNCIAS

- CORTEZ, Daniel Nogueira et al. Complicações e o tempo de diagnóstico do diabetes mellitus na atenção primária. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 250-255, 2015.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GEWEHR, Daiana Meggiolaro et al. Adesão ao tratamento farmacológico da hipertensão arterial na Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 179-190, 2018.
- JANINI, Janaina Pinto; BESSLER, Danielle; VARGAS, Alessandra Barreto de. Educação em saúde e promoção da saúde: impacto na qualidade de vida do idoso. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 480-490, 2015.
- LOBO, Larissa Aline Carneiro et al. Tendência temporal da prevalência de hipertensão arterial sistêmica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00035316, 2017.
- MENDONÇA, Fernanda de Freitas; NUNES, Elisabete de Fátima Polo de Almeida. Avaliação de grupos de educação em saúde para pessoas com doenças crônicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 397-409, 2015.
- SILOCCHI, Cassiane; JUNGES, José Roque. Equipes de atenção primária: dificuldades no cuidado de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 2, p. 599-615, 2017.
- SILVA, Elcimary Cristina et al. Prevalência de hipertensão arterial sistêmica e fatores associados em homens e mulheres residentes em municípios da Amazônia Legal. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, p. 38-51, 2016.

Revisão abrangente sobre o acompanhamento psicossocial dos idosos na atenção primária em saúde

João Victor Ribeiro Dal Pizzol, dalpizzol09ks@hotmail.com¹
Lara Luiza Bordignon, laraluizabordignon@hotmail.com²
Patrícia Carvalho da Rosa, patycarvalhorosa@hotmail.com³
Dayane Carla Borille, Dayanecarla@uniarp.edu.br⁵
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁶
Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁷

RESUMO

O processo de senescência deve ser vivenciado com autonomia, reconhecimento de direitos, segurança, dignidade e saúde. Desse modo, o acompanhamento psicossocial dos idosos é fundamental para a redução de risco de surgimento de transtornos como depressão, ansiedade e suicídio. O planejamento de programas de promoção à saúde, devem ser utilizados com maior frequência nessa população, sendo úteis para o desenvolvimento da autonomia e bem-estar físico e mental. Objetivou-se nesse estudo, o reconhecimento da saúde mental da população idosa de uma Unidade Básica de Saúde de Caçador, SC, dando ênfase ao número de atendimentos médicos, dispensação de medicamentos controlados, relacionado aos diagnósticos por faixa etária entre 60 a 89 anos, no período de janeiro a agosto de 2020. Método de estudo quantitativo, organizado com dados brutos e, baseado nos relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Sistema Informatizado do Município e a exportação de seus dados mensalmente ao e-SUS. Os resultados obtidos apresentam uma divergência entre os atendimentos e a dispensação de medicamentos controlados. Conclui-se que esse fato contraditório ocorre devido a uma mudança na Lei nº 13.979 a qual tange a dispensação de medicamentos controlados enquanto durar o cenário de pandemia.

Palavras-chave: Idosos, saúde mental, senescência, Estratégia e Saúde da Família.

INTRODUÇÃO

Durante os últimos anos, no Brasil, verificou-se uma transição na estrutura etária (TEE), em virtude disso, há um aumento significativo da população idosa em relação há tempos pretéritos. Destarte, devido à alteração da pirâmide etária, novos desafios emergem a cada dia, sendo estes, tópicos recorrentes de debates na área de políticas públicas em saúde, sobretudo, na rede de atenção primária. (WONG, 2006)

Nesse contexto, “Idoso” é um termo que indica uma pessoa com uma vivência traduzida em muitos anos. Em geral, a literatura classifica, didaticamente, as pessoas

¹ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

acima de 60 anos como idosos e participantes da Terceira Idade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2020), o envelhecimento é classificado em quatro estágios: Meia-idade: 45 a 59 anos, Idoso (a): 60 a 74 anos, Ancião: 75 a 90 anos, velhice extrema: 90 anos em diante. (KARA & CARVALHO, 2020)

Com o intuito de promover o envelhecimento saudável, a prevenção do processo de adoecimento e a reabilitação funcional, foi criada a Política Nacional de Saúde do Idoso, a qual, visa também garantir a permanência da população idosa no meio em que vive, exercendo de forma autônoma, suas funções na sociedade. Assim sendo, a ESF (Estratégia de Saúde da Família) constitui-se em um espaço privilegiado para atenção integral à saúde da população senil, devido a sua proximidade com a comunidade, conjuntamente com a atenção domiciliar proporcionada por ela. (OLIVEIRA, 2010)

Como base no exposto, os objetivos do trabalho em questão se baseiam em identificar a quantidade de idosos cadastrados na UBS; Detectar as comorbidades mais recorrentes nos idosos que frequentam a unidade; Verificar se existe grupos/redes de apoio à essa população idosa; Identificar a quantidade de idosos que utilizam medicamentos controlados; Verificar a prevalência de doenças mentais, depressão, ansiedade, Alzheimer, demência na comunidade abrangida.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A senescência caracteriza-se por ser o processo natural de envelhecimento, em vista disso, o indivíduo, com o passar dos anos, sofre diversas alterações fisiológicas corpóreas, ocasionando a progressiva incapacidade homeostática do organismo. Por conseguinte, há uma maior prevalência de doenças crônicas, limitações físicas e intelectuais, perdas cognitivas, declínio sensorial, propensão para a ocorrência de acidentes domésticos, e, isolamento social nessa faixa etária. Ademais, a saúde mental dessa parcela populacional também pode ser comprometida, tanto pelo processo natural de envelhecimento, quanto pelo desenvolvimento de processos patológicos relacionados ao emocional. (PEREIRA, 2004)

Desse modo, os transtornos mentais representam em média 12% da carga total de doenças, sendo que, dentre estes, encontram-se os Transtornos Mentais Comuns (TMC), representados por um quadro sintomático que inclui, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração, ansiedade, insônia, fadiga e queixas somáticas, aos quais abrangem cerca de um terço da população de inúmeras idades. A manifestação dos TMC acentua-se durante o processo de senescência. Inúmeros fatores podem associar-se a esse quadro, sendo os mais comuns, a alta prevalência de comorbidades e incapacidades, episódios de estresse, condições precárias de vida, e isolamento social (SILVA, 2018).

Em vista disso, a pesquisa foi idealizada mediante à observação da ampla quantidade de usuários idosos na Unidade Básica de Saúde em estudo pelos acadêmicos, bem como, a insuficiente prática de ações voltadas à saúde mental dos mesmos. Outrossim, no contexto da atual edição da Política Nacional de Saúde do Idoso (2020), os esforços tendem a concentrar-se em manter o idoso ativo dentro da comunidade, com concedido suporte psicológico, social e médico, sendo necessário, do mesmo modo, apoio familiar, sendo esse, de extrema importância durante a sucessão do envelhecimento, em que se verificam inúmeras mudanças fisiológicas, que, muitas vezes, tornam o processo delicado, e, regularmente, conturbado. Deve-

se considerar, então, a forma mais digna, confortável e saudável possível para a transição durante esse período. (FERNANDES, 2012)

Portanto, tendo em vista às modificações observadas na pirâmide etária, doenças senis ganham maior visibilidade como um todo na sociedade. Um dos resultados dessa visibilidade é uma demanda crescente por serviços de saúde, fato esse representado como um desafio atualmente, tendo em vista a escassez de recursos para uma demanda crescente. De modo geral, as doenças dos idosos são crônicas e múltiplas, mantêm-se por vários anos e exigem acompanhamento constante, cuidados permanentes, medicação contínua e exames periódicos. (LIMA-COSTA, 2003)

METODOLOGIA

O estudo em questão trata-se de pesquisa quantitativa, organizada com dados brutos e, baseada nos relatórios da Secretaria de Saúde Municipal de Caçador, SC, por intermédio do Sistema Informatizado do Município e a exportação de seus dados mensalmente ao e-SUS. Os dados analisados são baseados no cadastro de idosos acima de 60 anos pertencentes a uma Unidade Básica de Saúde de um município do Meio Oeste catarinense, no período de janeiro a agosto de 2020.

A pesquisa de bibliografia foi fundamentada em publicações científicas, em bases de dados como BVS e Scielo, sendo considerados artigos e literaturas oficiais publicadas em língua portuguesa, de 2003 a 2020, utilizando os seguintes descritores: Idoso, Doença, Envelhecimento, Senescência, Estratégia Saúde da Família, Preparações Farmacêuticas, Sistema Único de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

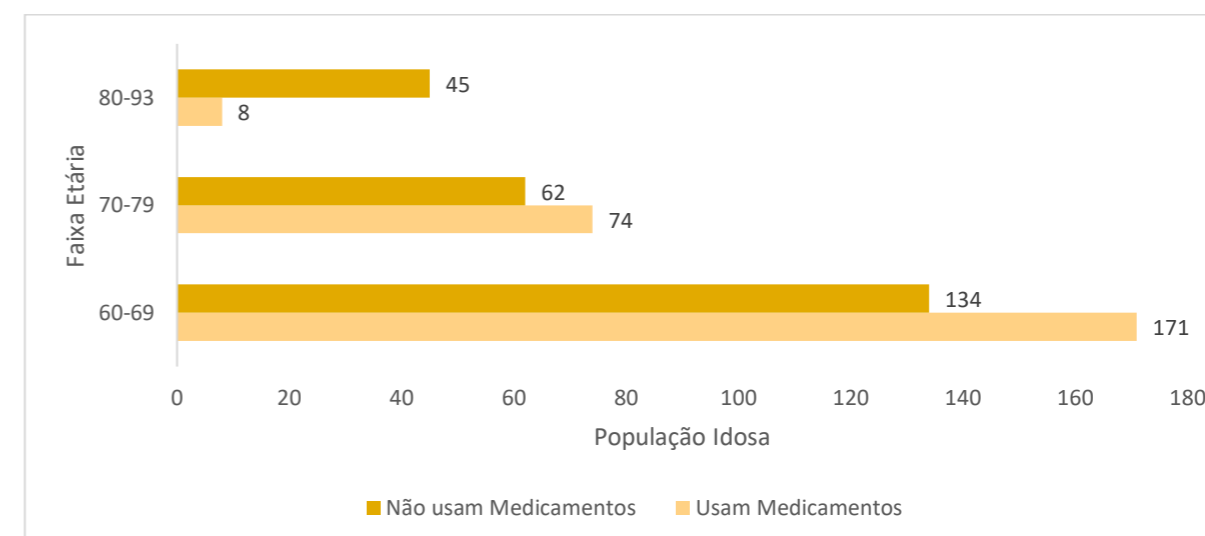
A pesquisa envolveu a população sênior, sendo 305 indivíduos compreendidos na faixa etária entre 60 e 69 anos, 136 indivíduos de 70 a 79 anos e 53 indivíduos de 80 a 89 anos, totalizando 494 idosos cadastrados em uma determinada unidade básica de saúde.

Mediante a análise de dados, foi observado uma quantia significativa de idosos que fazem o uso de medicamentos controlados, seja para transtornos depressivos, ansiedade e doenças degenerativas como Alzheimer, Parkinson e epilepsia. Dos 494 idosos cadastrados, um total de 253 (51,21%) destes fazem o uso contínuo de alguma medicação relacionada as patologias citadas.

No entanto, conforme o levantamento de dados decorrentes dos meses de janeiro de 2020 a agosto de 2020, foram realizados 956 atendimentos médicos, nos quais apenas 6 destes apresentaram um diagnóstico relacionado a transtornos mentais.

A justificativa para tal fato, foi a alteração da Lei nº 13.979 a qual tange a dispensação de medicamentos controlados visando a garantia de que a receita dada pelo médico, no tocante aos medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo, possua uma maior validade, pelo menos enquanto se prolongarem as medidas de isolamento para controle do surto de Covid-19.

Figura 1. Relação de idosos que fazem ou não o uso contínuo de medicamentos controlados conforme a faixa etária.



Fonte: Os autores, 2020.

CONCLUSÃO

Após a análise total dos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, observou-se um quadro atípico de dispensação de medicamentos controlados, comparado com o número de consultas e diagnósticos realizados no período de janeiro a agosto de 2020.

Sabe-se que para a dispensação de medicamentos controlados, é necessária uma receita atualizada a cada dois meses, para tal processo, o paciente precisa passar por uma nova consulta e avaliação médica.

Ademais, foi observado que durante este período, dos 264 idosos que fazem o uso de medicamentos controlados, somente 6 passaram por avaliação médica. Esse fato reflete a alteração da Lei nº 13.979, promulgada em 6 de fevereiro de 2020.

Portanto, apesar do momento vivido durante a pandemia, observou-se que o isolamento social ocasionou um agravamento na saúde mental dos idosos, favorecendo para essa injúria o tratamento desses acompanhamentos como atendimento eletivo. Além das patologias já diagnosticadas, a classificação da população idosa como grupo de risco, ocasionou uma maior vulnerabilidade psicológica, assim como um agravamento mental nos mesmos.

Conclui-se que há necessidade de uma atenção maior voltada a população idosa relacionada a saúde mental, tendo em vista a elevada demanda de dispensação de medicamentos controlados, sem uma avaliação prévia médica, principalmente de ansiolíticos e antidepressivos, os quais demandam acompanhamento bimestral para o total acompanhamento do caso.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Nº 13.979, Art. 5º-B. de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000600029&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Nov. 2020.

GUERRA, Ana Carolina Lima Cavaletti; CALDAS, Célia Pereira. Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso. **Ciência de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2931-2940, Sept. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000600031&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Oct. 2020.

Kara José N; Bicas HEA; Carvalho RS. **Cirurgia de Catarata: do histórico às necessidades sociais**. <http://hob.med.br/com-que-idade-a-pessoa-e-classificada-de-idosa/> acesso em 02 Nov. 2020.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; VERAS, Renato. Saúde pública e envelhecimento. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 700-701, June 2003.

PEREIRA, Aline et al. Envelhecimento, estresse e sociedade: uma visão psiconeuroendocrinológica. **Ciência Cognitiva.**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 34-53, mar. 2004 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212004000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 nov. 2020.

SILVA, Paloma Alves dos Santos da et al. Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados entre idosos de um município do Brasil. **Ciência da saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 639-646, Feb. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000200639&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Nov. 2020.

OLIVEIRA, Juliana Costa Assis de; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Atenção ao idoso na estratégia de Saúde da Família: atuação do enfermeiro. **Revista escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 774-781, Sept. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300032&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2020.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista brasileira de estudo populacional**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, June 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Oct. 2020.

LEVANTAMENTO DA REALIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MEIO OESTE CATARINENSE¹

Juliana Floss, juliana_floss@hotmail.com²
 Lidiane Caroline Zenaro Guerreiro, lidiane.zenaro@hotmail.com³
 Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁴
 Andreia V.S Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁵
 Dayane C. Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁶

Resumo – O HIV é um vírus que ataca os células do sistema imunológico, responsável pela defesa do corpo contra doenças. Considerado agente causador da AIDS (ou SIDA, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), essa patologia representa um problema de saúde pública, sendo a atenção primária responsável principalmente pela prevenção. O trabalho buscou analisar os dados acerca da realização de testes rápidos na unidade básica de saúde a fim de identificar a parcela da população que é menos suscetível a realização do teste como forma de diagnóstico precoce. Foi realizado a análise segundo faixa etária e gênero no período de 2018 e 2019. As notificações de HIV no período também foram analisadas. Os dados demonstram que mulheres jovens são as que mais realizam testes rápidos na UBS, enquanto as mulheres acima dos 40 anos demonstraram menor adesão à testagem. Os homens são os que apresentam maior resistência na realização dos testes rápidos, fato que reflete no cenário, visto que representam o grupo de maior índice de notificações por HIV. O presente estudo contribuiu para identificação de grupos de vulnerabilidade e para o direcionamento das ações e estratégias na área da saúde, visando controle do aumento dos casos de HIV e melhoria do diagnóstico precoce.

Palavras-chave: HIV. AIDS. Testes rápidos. Prevenção.

INTRODUÇÃO

A AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) representa um dos maiores problemas de saúde pública da atualidade em virtude de seu caráter pandêmico (BRASIL, 2005). É uma doença crônica causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), responsável perda progressiva da imunidade celular e, conseqüente aparecimento de infecções oportunistas (ARAÚJO et al., 2006).

Embora com o passar dos anos se tenha reduzido o número de novos casos, grande parcela dos novos doentes são identificados tardiamente. Somando isso ao fato de nem todos os doentes que são diagnosticados estarem ligados aos cuidados de saúde, nem terem supressão virologia adequada sob terapêutica antirretroviral (TARV), se explica que se verifique ainda tão elevada morbimortalidade associada a esta infecção (TRIGO e COSTA, 2016).

¹ O presente trabalho, refere-se ao Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Diante disso, o presente estudo buscou analisar os dados sobre a realização de testes rápidos para a detecção precoce do vírus na unidade básica de saúde, para que assim possamos identificar os grupos que procuram com menor frequência os serviços para detecção da doença, afim de que sejam estabelecidas ações e estratégias voltadas à prevenção do HIV que aproximem os usuários ao acesso à rede pública, para melhoria dos índices de detecção precoce do HIV.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O HIV é um retrovírus causador da Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (SIDA ou AIDS – termo em inglês) que acomete o sistema imunológico, caracterizada por depleção seletiva dos linfócitos T CD4+, prejudicando assim a resposta imunológica do indivíduo contra infecções (PATROCLO, 2007).

A transmissão ocorre pela prática sexual sem uso de camisinha, uso de seringa contaminada, transfusão de sangue contaminado e transmissão materno-fetal, que ocorre principalmente na hora do parto, mas também pela amamentação (BRASIL, 2007). Embora não tenha cura, a infecção pode ser controlada, por meio do diagnóstico precoce e terapia adequada ao indivíduo portador da imunodeficiência (BRASIL, 1998).

Diante dos altos índices da infecção revelados no decorrer dos anos, diversas ações e estratégias visando o controle da doença foram criadas no Brasil. Dentre as ações destaca-se a descentralização do Teste Rápido (TR) anti-HIV, como uma resposta imediata a demanda de casos de HIV/Aids, a fim de criar um vínculo da atenção primária com os seus usuários, e ampliando o acesso ao diagnóstico. (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2016).

A utilização de práticas de proteção em relação às infecções sexualmente adquiridas (IST) e, principalmente, à aids, envolve questões como sexo, classe social, etnia e faixa etária (LAZAROTTO, 2007). Apesar de não haver cura, fortes evidências demonstram que o tratamento do HIV é altamente eficaz na redução da transmissão do vírus e que as pessoas em terapia antirretroviral com carga viral indetectável têm chance insignificante de transmitir o HIV sexualmente (BRASIL, 2018).

Em relação ao diagnóstico das infecções sexualmente transmissíveis, a Portaria nº 77, de 12 de janeiro de 2012 preconiza a realização de testes rápidos na atenção básica para a detecção de HIV e sífilis, como também para outros agravos que estão sobre cuidados da atenção pré-natal (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2016).

A Atenção Primária a Saúde (APS) é considerada o serviço essencial na atenção em HIV/AIDS, pelo fato de ser a porta de entrada do SUS, local onde ocorre o contato entre o sistema e a população, desde o rastreamento pelas agentes comunitárias de saúde até o diagnóstico e tratamento desses portadores de HIV (COLAÇO et al., 2019).

Em casos de AIDS, segundo estudos, o risco de morte nos 12 primeiros meses após detecção da doença, está relacionada ao diagnóstico e tratamento tardio. Sendo o diagnóstico precoce fundamental para reduzir essas mortes, e é nesse cenário que a saúde primária se torna essencial para a comunidade, visando prevenção do HIV, detecção precoce e tratamento adequado dos portadores da doença (GRANJEIRO et al., 2011).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa com foco na análise da realização de testes rápidos para HIV em uma Unidade Básica de Saúde do meio oeste catarinense. Os dados foram obtidos pela Secretaria de Saúde do município por intermédio das orientadoras, também foram obtidos através dos sites do Ministério da Saúde. Esse material contém o número de notificações de pacientes HIV positivos, o quantitativo de testes rápidos realizados para a infecção, separados por gênero e idade, compreendendo os período de 2018 e 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados do IBGE (2019), o município de Caçador conta com uma população estimada em 78.595 habitantes. Constata-se que a população adscrita da UBS em estudo é de 3.870, representando menos de 5% da população do município.

Através dos dados demonstrados na tabela abaixo, pode-se constatar que no período de 2017 e 2018 não houve variação no número de notificações de casos de HIV no município de Caçador, enquanto no ano de 2019, houve um valor reduzido de novas notificações. Ainda em 2019 o número de notificações da UBS representou 18% do total de notificações de todo o município.

Em se tratando de notificações em gestantes, na UBS estudada um único caso foi notificado em 2019, no mesmo período duplicou-se o número de novas notificações de gestantes no município. Apesar do baixo número de notificações em gestantes na UBS, o mesmo representa 16,6% do total de novos casos de gestantes HIV positivos de todo o município no mesmo período.

Número de notificações de HIV Positivos > 15 anos.				
Ano de Notificação	CAÇADOR		UBS	
	-gestantes		-gestantes	
2017	14	(3)	1	-
2018	14	(3)	0	-
2019	11	(6)	2	(1)
Total	40	(13)	3	(1)

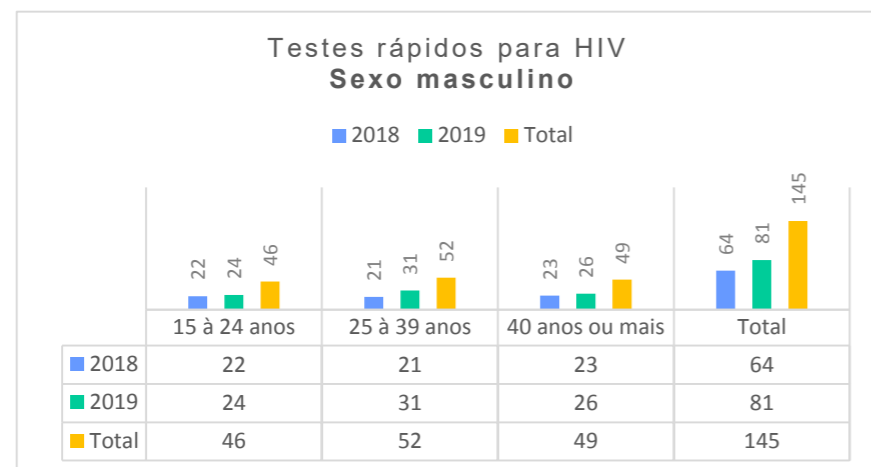
Fonte: Tabnet (2020); AIDS, MS (2020); Sec. municipal de saúde (2020).

Os Testes Rápidos (TR) para diagnóstico da infecção pelo HIV são cada vez mais utilizados no mundo, sua realização é essencial em casos de necessidade da rapidez no diagnóstico (BRASIL, 2010). A utilização dos testes rápidos na UBS teve início de forma intensiva a partir de Agosto de 2017, sendo assim, o presente estudo objetivou a análise de dados obtidos no período de 2018 e 2019.

Em se tratando da realização de testes rápidos na UBS pelo sexo masculino, o gráfico 01 demonstra que no ano de 2019 houve maior adesão do que no ano anterior. No ano de 2018 não houve grandes diferenças na realização dos testes rápidos segundo a faixa etária. Por outro lado em 2019 os homens entre 25 à 39 anos foram os que mais realizaram os testes na UBS.

Quando comparado o total dos testes realizados no sexo masculino e sexo feminino - “não gestantes”, existe uma diferença significativa demonstrando que as mulheres são mais cuidadosas com a saúde que os homens. Dados do município de Caçador demonstram que homens são mais acometidos às infecções por HIV do que as mulheres. Desta maneira torna-se essencial que os mesmos realizem os testes com maior frequência a fim de obter um diagnóstico precoce.

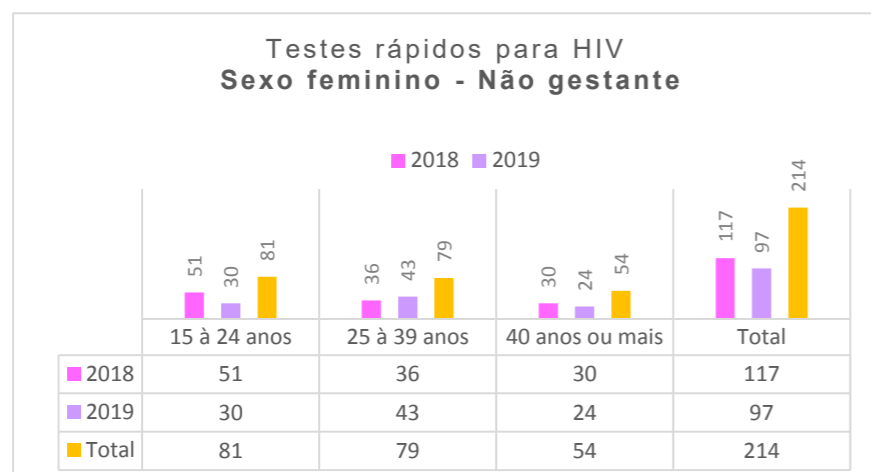
Gráfico 01: Número de testes rápidos realizados de acordo com faixa etária e ano em uma UBS do município de Caçador



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Caçador (SMS), 2020.

Em se tratando de mulheres não gestantes, o estudo demonstrou (Gráfico 02), que em 2018 e 2019 houve uma maior adesão à realização dos testes por mulheres jovens, na faixa dos 15 à 24 anos, sendo que no ano de 2018 esse índice foi maior. De forma geral, o total dos testes realizados por mulheres na faixa dos 25 à 39 anos, foi semelhante às mulheres entre 15 e 24 anos. Estando as mulheres de forma geral mais susceptíveis à realização dos testes em relação aos homens.

Gráfico 02: Número de testes rápidos realizados de acordo com faixa etária e ano em uma UBS do município de Caçador



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Caçador (SMS), 2020.

Através dos dados analisados, verificou-se que as mulheres acima dos 40 anos de idade demonstraram realizar os testes rápidos com menos frequência em relação às mais jovens. Esses dados podem estar associados ao fato de que a sexualidade na velhice ainda é um tema pouco discutido, e que o aumento do número de idosos vivendo com HIV/aids no Brasil demonstra a importância dos profissionais de saúde refletirem sobre sua atuação, pois muitas vezes não estão preparados para identificar a vulnerabilidade destes em relação ao HIV/aids, remetendo, conseqüentemente, ao diagnóstico tardio do HIV/aids nessa população (ALENCAR e CIOSAK, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribuiu para identificação dos principais grupos de vulnerabilidade em uma UBS no município de Caçador, estando assim notória a necessidade de ações e estratégias na área da saúde, visando a melhoria no acesso às informações e aos testes rápidos. Essas ações podem ser realizadas através de abordagens de conscientização em escolas, afim de alcançar os jovens, apresentados como um dos grupos de menor adesão às testagens. As ações voltadas aos idosos também devem ser priorizadas, podendo ser realizadas nos centros de encontro dos idosos e na UBS. Estes atualmente representam um grupo com vida sexual ativa, sendo assim, os profissionais de saúde também precisam estar com olhar atento para identificar a vulnerabilidade destes em relação ao HIV. Ações voltadas à conscientização de homens das diversas faixas etárias são imprescindíveis para alcançar este grupo que representa o mais atingido pelas infecções, ao mesmo tempo que são os que menos procuram a UBS para realizar os testes rápidos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Rúbia Aguiar. CIOSAK, Suely Itsuko. AIDS em idosos: motivos que levam ao diagnóstico tardio. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília. v.69, n.6. nov-dez, 2016.
- ARAÚJO, Maria Alix Leite et al. Aconselhamento pós-teste anti-HIV: análise à luz de uma teoria humanística de enfermagem. **Esc. Anna Nery.** v.10 n.3 Rio de Janeiro. 2006.
- BRASIL. **Guia de vigilância epidemiológica.** Ministério da Saúde. 6. ed. 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção e Controle das DST/HIV na Comunidade: **Manual do Agente Comunitário de Saúde.** Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/ Aids. **Boletim epidemiológico AIDS/DST.** Brasília; 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis: manual de bolso,** 2007.
- COLAÇO, Aline Daiane et al. O cuidado à pessoa que vive com HIV/AIDS na atenção primária à saúde. **Rev. Texto contexto - enf.** vol.28. Florianópolis, 2019.
- LAZZAROTTO, Alexandre et al. **HIV/aids e meia idade: avaliação do conhecimento de indivíduos da região do Vale do Sinos (RS).** Feevale, Novo Hamburgo/RS. 2007.
- PATROCLO, Maria Aparecida de Assis; MEDRONHO, Roberto de Andrade. Evolução da contagem de células T CD4+ de portadores de AIDS em contextos socialmente desiguais. **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro. v.23, n. 8, Ago. 2007.
- TRIGO, Diva; COSTA, João Borges da, Infecção VIH: Epidemiologia, História Natural e Diagnóstico. **Revista SPDV.** v.74, nº4. Out-Dez, 2016.
- ZAMBENEDETTI, Gustavo, SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Descentralização da atenção em HIV-Aids para a atenção básica. **Physis.** v.26. n.3. 2016.

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA AO PRÉ-NATAL¹

Bárbara Fontana, barbarafontana@hotmail.com²

Paola Lima Moreira, pa-oli-nha@hotmail.com²

TalitaCzekster, talita.czekster@uniarp.edu.br³

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br³

Andréia Valeria de Souza Miranda, Andréia.valeria@uniarp.edu.br³

Resumo –A Atenção Básica é a porta de acesso ao Sistema de Saúde, essencial nos cuidados aos usuários das Redes de Atenção a Saúde. Uma das Redes Temáticas do país é a Rede Cegonha, que tem como objetivo a saúde materno-infantil, e o planejamento familiar até que a criança complete dois anos de idade. Os profissionais de saúde que compõem a equipe multiprofissional desempenham importante papel, na atenção ao pré-natal e período puerperal, garantindo atenção de qualidade à gestante, promovendo cuidados multiprofissionais assistenciais e educacionais, a fim de garantir uma gestação saudável e humanizada. Nesta pesquisa, visamos, sobretudo, conhecer e compreender as ações multiprofissionais na Atenção à gestante na Unidade Básica de Saúde, visto que uma atenção pré-natal de qualidade e humanizada é fundamental para a saúde materna e neonatal. Para isso foram utilizadas como fontes de pesquisa as plataformas de informação Scielo, BVS, LILACS, Pub Med, dados coletados pelo CNES, e informações coletadas pelos profissionais de saúde que compõem a equipe de uma Unidade Básica de Saúde. A criação de uma equipe multidisciplinar tende a romper o modelo de saúde assistencialista e biologicista, visando o atendimento de forma integral, respeitando as diretrizes e princípios propostos pelo SUS.

Palavras-chave: Equipe Multiprofissional. Pré-natal. Puerpério. Gestação. Rede Cegonha.

INTRODUÇÃO

A atenção pré-natal tem sido uma preocupação constante do Ministério da Saúde, o qual tem investido na capacitação de profissionais de todo o sistema de saúde, através da criação de protocolos e da implementação de unidades de referência. (OLIVEIRA et al. 2018)

De acordo com OLIVEIRA et al. (2018) “Os serviços de saúde e seus profissionais devem acolher a mulher com dignidade, tendo um olhar crítico e consciência de que ela é sujeito de direito e não objeto passivo da atenção prestada.”

Uma das Redes Temáticas do país é a Rede Cegonha, cujo foco é a saúde materno-infantil, atuando desde o planejamento familiar até que a criança complete dois anos de idade. Ela visa implantar um novo modelo de atenção à saúde, garantir

¹O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

²Acadêmicas do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

o acesso, acolhimento e resolutividade na atenção e reduzir a mortalidade deste público. (SILVA CEI et al. 2019)

A atenção às necessidades das gestantes é uma das propostas do acolhimento, sendo que este é proporcionado toda vez que a usuária entre em contato com o serviço de saúde e recebe uma resposta às suas necessidades, por meio da assistência ou através de orientações, ou seja, quando a equipe demonstra interesse pelos seus problemas e se empenha na busca de soluções (OLIVEIRA et al. 2018).

De acordo com JUNQUEIRA et al. (2018) normalmente o primeiro contato da gestante com a equipe de saúde acontece no momento da confirmação da gravidez. E é justamente nas primeiras consultas que podemos perceber o impacto que o bom acolhimento da equipe multiprofissional, bem como sua participação eficaz, influência durante todo o processo de gestação.

O objetivo desta pesquisa é compreender como a equipe multiprofissional atua na promoção e assistência ao pré-natal no grupo de gestantes da Unidade Básica de Saúde, visto que uma atenção pré-natal de qualidade e humanizada é fundamental para a saúde materna e neonatal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o Manual Técnico da Assistência ao Pré-Natal, do Ministério da Saúde, cabe à equipe multidisciplinar, ao entrar em contato com uma mulher gestante, na unidade de saúde ou na comunidade, buscar compreender os múltiplos significados da gestação para aquela mulher e sua família (BRASIL, 2015).

Uma escuta aberta, livre de julgamentos e preconceitos, que permita à mulher falar de sua intimidade com segurança, fortalece a gestante no seu caminho até o parto e a ajuda a construir o conhecimento sobre si mesmo, levando a um nascimento tranquilo e saudável (BRASIL, 2015).

Apesar da redução importante da mortalidade infantil no Brasil nas últimas décadas, os indicadores de óbitos neonatais apresentaram uma velocidade de queda acima do esperado. A mortalidade materno-infantil ainda ocorre por causas evitáveis, principalmente no que diz respeito às ações dos serviços de saúde e, entre elas, a atenção pré-natal, ao parto e ao recém-nascido (BRASIL, 2015).

A manutenção e a melhoria da saúde materno-infantil são alguns dos objetivos definidos pelo Ministério da Saúde e, para isto, é essencial a atenção pré-natal e puerperal, cuja responsabilidade é do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma das Redes Temáticas do país é a Rede Cegonha, que foi instituída em 2011, como uma inovadora estratégia do Ministério da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria nº 1.459 (BRASIL, 2015a).

Segundo Tomasi et al. (2017), no âmbito da Rede Cegonha, organiza-se de modo a assegurar o acesso, acolhimento e resolutividade na atenção à mulher durante a gravidez e pós-parto preconizando ações de prevenção e promoção da saúde, além de diagnóstico e tratamento adequado dos problemas que ocorrem neste período.

A rede prioriza o acesso ao pré-natal de qualidade, a garantia do acolhimento com avaliação e classificação de risco e vulnerabilidade, a vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro. (BRASIL, 2015b).

Uma atenção pré-natal de qualidade é capaz de diminuir a morbidade e a mortalidade materno-infantil uma vez que a identificação do risco gestacional pelo

profissional permite a orientação e os encaminhamentos adequados em cada momento da gravidez. (TOMASI, et al. 2017)

METODOLOGIA

Serão utilizadas como fontes de pesquisa as seguintes plataformas de informação: pesquisa e revisão bibliográfica pelos bancos de dados Scielo, BVS, LILACS, Pub Med, dados coletados pelo CNES.

Os Descritores em Saúde (DeCS) utilizados foram: “Equipe de Assistência ao Paciente”. “Cuidado Pré-Natal”. “Educação Pré-Natal”. “Saúde Materno-infantil”. “Gravidez”.

A seleção dos estudos para compor a amostra obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: publicações de 2015 até o primeiro semestre de 2020, nos idiomas português e inglês, realizados no Brasil, cujo desenho do estudo compreendesse pesquisa de campo (estudos de caso-controle, coorte e estudos transversais) e que estivessem disponíveis na íntegra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar todos os artigos que selecionamos percebe-se que a atenção e a disponibilidade oferecida pelos profissionais de saúde da equipe multiprofissional no cuidado de pré-natal em esclarecer dúvidas e dar orientações detalhadas, dissipam o medo e a angústia apresentados pelas mulheres ao vivenciarem uma gestação.

Após serem orientadas e incluídas nos grupos aos quais os profissionais lhes apresentam, as gestantes sentem-se mais seguras e aptas a terem uma gestação saudável e de qualidade.

A segurança e a tranquilidade atingida por meio desta garantia de atendimento, bem como o vínculo estabelecido entre a mulher e a equipe de saúde são um quesito considerável para humanização da atenção e para adesão e a permanência das gestantes no serviço de atenção ao pré-natal. O ideal seria que todo o serviço de atenção pré-natal priorizasse os aspectos que o usuário deseja ver solucionado e dispor da possibilidade de referência para os casos dos riscos identificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção pré-natal tem sido uma preocupação constante do Ministério da Saúde, o qual tem investido na capacitação de profissionais de todo o sistema de saúde, através da criação de protocolos e da implementação de unidades de referência.

Os níveis de mortalidade materna e perinatal são influenciados pelas condições de vida e pela qualidade da assistência obstétrica, assim como do pré-natal. E ainda que existam controvérsias, pesquisas sugerem que a assistência pré-natal pode contribuir para a redução da ocorrência de prematuridade e do baixo peso ao nascer.

Visto que o SUS têm requerido a reformulação da atuação dos diversos profissionais que compõem o quadro da atenção à saúde, as equipes multiprofissionais surgem como uma proposta de assistência baseadas nos princípios da universalidade, integralidade, equidade, intersetorialidade, humanização do atendimento e participação social.

Acriação de uma equipe multidisciplinar tende a romper o modelo de saúde assistencialista e biologicista, visando o atendimento de forma integral, respeitando as diretrizes e princípios propostos pelo SUS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.351/GM/MS, de 5 de outubro de 2015. Altera a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2015, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede Cegonha. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 jul. 2015a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 570, de 1º de junho de 2015b. Instituir o Componente I do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento - Incentivo à Assistência Pré-natal no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015b.

CEI, Natália et al. Rede Cegonha e equipe multiprofissional no pré-natal e puerpério de Unidades Básicas de Saúde de Belém, Pará. Res Med J. 2019;

DE LIMA SANTOS, Aliny; RADOVANOVIC, Cremilde Aparecida Trindade; MARCON, Sonia Silva. Assistência pré-natal: satisfação e expectativas. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, v. 11, p. 61-71, 2015.

OLIVEIRA, Virgínia Junqueira; MADEIRA, Anézia Moreira Faria. Interagindo com a equipe multiprofissional: as interfaces da assistência na gestação de alto risco. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 103-109, Mar. 2018.

SILVEIRA, Denise Silva da; SANTOS, Iná Silva dos; COSTA, Juvenal Soares Dias da. Atenção pré-natal na rede básica: uma avaliação da estrutura e do processo. Cadernos de Saúde Pública, v. 17, n. 1, p. 131-139, 2019.

TOMASI, Elaine et al. Qualidade da atenção pré-natal na rede básica de saúde do Brasil: indicadores e desigualdades sociais. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, 2017.

VIELLAS, Elaine Fernandes et al. Assistência pré-natal no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 30, p. S85-S100, 2015.

DEPRESSÃO PUERPERAL: CONHECENDO OS CUIDADOS PRESTADOS ATRAVÉS DE VISITAS DOMICILIARES AO BINÔMIO MÃE-FILHO EM UMA DETERMINADA UBS DE CAÇADOR, SC.

Fernanda Santos Bueno, naanda.bueno@hotmail.com¹
Isadora Bordignon, isadora.bordignon@hotmail.com²
Miriam Gonçalves de Castro, miriam990412@gmail.com³
Talita Czekster, talita.czerkster@uniarp.edu.br⁴

Resumo – O período puerperal é aquele que compreende o pós-parto, nesta fase, verificam-se inúmeras modificações fisiológicas do corpo da mulher em busca do retorno a fisiologia normal, tanto em relação aos aspectos físicos quanto psicológicos. Dessa maneira, é preconizada a realização da primeira visita domiciliar puerperal no decorrer da primeira semana após o parto, objetivando uma assistência integral, individualizada ao binômio mãe-filho, e efetuando a identificação precoce de psicopatologias. É na Atenção Primária à Saúde (APS) que se realizam os cuidados puerperais, esses, que pretendem diminuir as dificuldades encontradas por puérperas nesse período. Diante disso, após levar em consideração a importância desse momento na saúde e vida das mulheres, o projeto foi idealizado, com o objetivo de reconhecer os benefícios da realização da primeira visita puerperal, e, ainda, estipular o número de puérperas com problemas de saúde mental pós-parto tendo como base comparativa um estudo realizado em uma maternidade de MG. A partir da análise quantitativa dos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, foi observado que são realizadas poucas visitas domiciliares mensais, diante da quantidade de puérperas incluídas na área de abrangência, conseqüentemente, a prevenção do desenvolvimento da depressão puerperal e outros transtornos associados a essa fase não é desempenhada.

Palavras-chave: Depressão Puerperal. Visita Domiciliar. Puerpério.

INTRODUÇÃO

O puerpério, período que tem início logo após a expulsão da placenta até seis a oito semanas pós-parto, pode ser dividido em três momentos, sendo esses: imediato (1º ao 10º dia), tardio (11º ao 45º dia) e remoto (a partir do 45º dia). Dessa forma, representa uma fase de intensas alterações fisiológicas e psicológicas para o binômio mãe-filho, à vista disso, ambos necessitam de cuidados exclusivos que demandam uma dedicação especial da equipe multiprofissional na atenção primária à saúde. Visto isso, verifica-se a realização da visita domiciliar puerperal, que por sua vez, viabiliza a continuidade dos cuidados prestados à mulher no ciclo gravídico-puerperal (ANDRADE, et al; 2015).

Nesse contexto, objetivando o acolhimento materno no decorrer do ciclo gravídico puerperal, foi instituída a Rede Cegonha, estabelecida pela portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, associada ao Sistema Único de Saúde (SUS), a qual propõe uma melhoria na assistência às mulheres ao longo da gravidez, parto e o pós-parto, assim como ao recém-nascido e às crianças até dois anos (BRASIL, 2006). Nessa perspectiva, preconiza-se a instituição da Primeira Semana de Saúde Integral (PSSI), que pode ser compreendida como uma estratégia de saúde, na qual são realizadas

¹ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ações relacionadas à atenção à saúde de puérperas e recém-nascidos. Conseqüentemente, essas ações contribuem para redução da mortalidade infantil e ainda, diminuem risco do desenvolvimento de distúrbios envolvendo a saúde mental, devido à realização de intervenções básicas precocemente (FÉLIX, et al; 2013).

Diante disso, um exemplo seria a DPP (depressão puerperal) que pode ser caracterizada como um transtorno mental que surge frequentemente em mães recentes, acarretando alterações emocionais, físicas, comportamentais, além do sentimento de desamparo, incluindo a concepção da incapacidade materna ao enfrentar novas situações. Dessa maneira, a sintomatologia se estabelece de forma insidiosa, e pode perdurar por semanas e até mesmo meses após o parto. Nessa perspectiva, no decorrer da realização da primeira visita domiciliar puerperal, preconiza-se uma detecção precoce da sintomatologia referente as psicopatologias e o conseqüente encaminhamento materno aos profissionais da área de saúde mental (FÉLIX, et al; 2013).

Em vista disso, o objetivo do estudo é refletir a respeito da importância das visitas domiciliares puerperais no cuidado da saúde mental de puérperas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O puerpério, segundo o Ministério da Saúde, se refere ao período que tem início na primeira hora após o parto até o quadragésimo segundo dia. Portanto, caracteriza um momento provisório, apesar disso, a mulher se torna susceptível a uma vulnerabilidade psíquica e um possível desencadeamento de transformações psicoemocionais e corporais, que são capazes de influenciar diretamente na sua saúde mental (MACIEL, et al; 2019).

O primeiro contato entre mãe e filho é estruturado com o predomínio de uma comunicação não-verbal e, portanto, é intensamente mobilizador e emocional. O nascimento de um bebê gera inúmeras ansiedades e sintomas relacionados a depressão são frequentes (BRASIL, 2006). O período gestacional e o pós-parto implicam em um alto risco para mulheres no que diz em relação ao desenvolvimento de psicopatologias (FIGUEIRA, et al; 2009).

Um grande exemplo de psicopatias relacionadas ao puerpério, é o baby-blues ou tristeza puerperal, que é um transtorno mental de maior predomínio durante o pós-parto. É estimado que acometa cerca de 85% das mulheres, não obstante, essa problemática não é notificada na maioria dos casos, pelo fato de reconhecerem o momento apenas como uma dificuldade de adaptação materna e não como um provável transtorno mental pós-parto. Alguns pontos que propiciam o surgimento dos transtornos psiquiátricos são a falta de amparo social, a gravidez não planejada, os obstáculos no aleitamento materno e eventos estressantes. O baby-blues no seu estágio mais grave e contínuo eleva as chances do desenvolvimento de um quadro depressivo pós-gestacional, caracterizado por um quadro clínico crítico e intenso que demanda uma assistência psicológica e psiquiátrica (MACIEL, et al; 2019).

A depressão pós-parto diferentemente da tristeza puerperal não é um distúrbio de humor temporário visto que o seu período de duração ultrapassa as três primeiras semanas após o nascimento. Esta patologia aparece como um quadro clínico característico e provoca inúmeros malefícios ao bebê, à mãe e a esfera familiar em que ambos estão inseridos. Possui uma maior incidência, normalmente em primigestas que demonstram o sentimento de incompetência em relação aos cuidados com o filho,

principalmente as que não estão incluídas em um ambiente familiar estável ou que experienciaram uma gravidez difícil (FÉLIX, et al; 2013).

A visita domiciliar puerperal é considerada de suma importância para a identificação de um possível caso de depressão pós-parto, pois contribui para o diagnóstico precoce e a consequente redução dos índices de mortalidade de puérperas e recém-nascidos, além disso propiciam uma maior vinculação entre Unidade Básica de Saúde e família, reduzindo eventuais riscos e complicações no pós-parto, entretanto, a assistência voltada a estas mulheres ainda enfrenta grandes obstáculos para se ter um amparo de fato satisfatório (MEDEIROS, 2016).

Para facilitar a auto avaliação da gestante no período da gravidez e no pós-parto, foi desenvolvido por pesquisadores escoceses em Edimburgo no ano de 1987, um teste avaliativo conhecido como a Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo a qual é a mais utilizada para a identificação e diagnóstico da depressão puerperal na atenção primária. Desse modo, foi elaborado e aplicado de forma sintética como ferramenta de auxílio na triagem de puérperas que expressam maior probabilidade de desenvolver este transtorno (MARINI, et al; 2004).

A Escala de Depressão Pós-parto de Edimburgo (EPDS) é baseada em um questionário simples de dez itens, o qual é autoaplicável, e organizado em quatro níveis (0 a 3). Os tópicos da escala se correlacionam a diversos sintomas de depressão clínica. A análise geral é constituída pela somatização dos pontos de cada pergunta, sendo definida pela adição das pontuações para cada um dos dez itens. Resultados mais elevados indicam sintomas depressivos. A Escala de Depressão Pós-parto de Edimburgo pode ser colocada em prática no período de 8 semanas pós-parto. Dessa forma, a EPDS avalia a existência e intensidade de manifestações depressivas nos últimos sete dias (FIGUEIRA, et al.,2009).

A incidência de puérperas depressivas é crescente em nosso meio, e resulta de manifestações sintomatológicas como, irritação com o choro do recém-nascido, ausência de estímulo para amamentar, falta de desejo sexual, a transferência da responsabilidade materna perante ao bebê e em casos mais extremos agressão física. Tanto esses sintomas como outros, fazem parte da caracterização dos quadros de depressão leve a moderada, uma vez que, independentemente de qual for a intensidade do diagnóstico, o bebê é o principal prejudicado pela desordem emocional materna (FÉLIX, et al; 2013).

METODOLOGIA

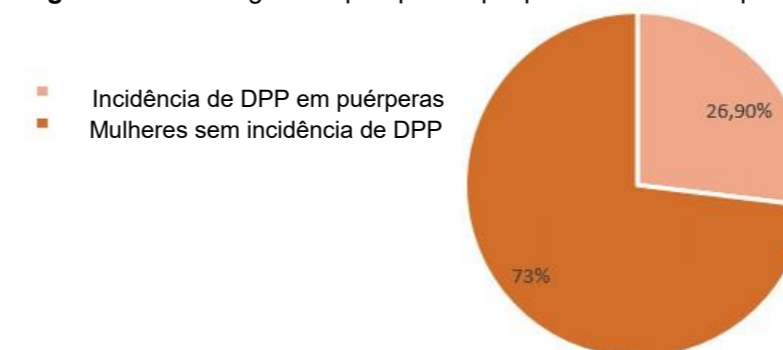
Trata-se de uma pesquisa quantitativa, com base em puérperas cadastradas em uma Unidade Básica de Saúde de uma determinada cidade localizada no meio oeste de Santa Catarina. Os dados foram coletados do sistema informatizado do município, que alimenta mensalmente o sistema e-SUS, dentro do prazo estipulado no período de agosto de 2019 até agosto de 2020. Os mesmos foram analisados em estatística simples de comparação com artigos publicados em plataformas científicas como BVS e Scielo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo conta com uma amostra constituída por 807 gestantes, selecionadas a partir dos dados de registro de uma Unidade Básica de Saúde, além disso, foi

verificado que nessa mesma Unidade as visitas domiciliares puerperais são realizadas de uma a duas vezes por mês. Após a análise bibliográfica de artigos científicos, publicados em bases de dados como BVS e Scielo, algumas estimativas foram consideradas. Em vista disso, estima-se que 85% das puérperas desenvolvam um quadro de tristeza puerperal (baby-blues), ou seja, 685 das mulheres da amostra, sendo que muitas delas podem apresentar um agravamento nessa sintomatologia, evoluindo para uma eventual depressão puerperal. Ademais, tendo como base comparativa um estudo realizado em uma maternidade privada de Belo Horizonte (MG) entre 2005 e 2006, portanto, espera-se que 26,9% das puérperas progridam para um quadro de Depressão Pós-Parto (DPP), totalizando então 217 casos da amostragem, entretanto, por ainda ocorrer uma subnotificação dos dados, possivelmente esses índices seriam maiores. Diante destas estimativas, percebe-se que o número de visitas a essas puérperas está abaixo do esperado, ocasionando um maior índice de DPP não acompanhadas devido à ausência dessa identificação primária.

Figura 1. Porcentagem de puérperas que possivelmente adquiriram depressão pós-parto (DPP).



Fonte: Autoras, 2020.

A experiência de gestar, zelar e conceber um filho pode dar à mulher uma nova perspectiva de vida e favorecer para seu crescimento particular e emocional. Simultaneamente, pode ocasionar confusão interna, corte de vínculos e de papéis e até provocar quadros de depressão puerperal. O que talvez se explique pelo fato da dinâmica de ser mulher, mãe, esposa, e administradora do lar, quase sempre percorre à revelia da condição bioquímica, hormonal e psicológica feminina nesse momento. Fatores sociais como a escassez de apoio conjugal e familiar influem fortemente na etiologia e manejo da DPP. Outro aspecto considerável é a desinformação dos familiares sobre o distúrbio em questão. Nesta situação, o cuidado e as visitas domiciliares a essas puérperas devem iniciar durante o pré-natal com a análise da autoestima, do amparo social e do contentamento das futuras mães. Além do mais, a observação e empatia ao orientar o cuidado na superação das dificuldades inerentes à DPP são de extrema importância (FIGUEIRA, et al; 2009). Ademais, é válido salientar que as visitas puerperais são realizadas apenas pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Cabe ao enfermeiro da Unidade Básica de Saúde, a habilidade de reconhecer a sintomatologia associada a DPP durante as consultas puerperais, visto que esse profissional atua na porta de entrada para efetuar o acolhimento e encaminhando a puérpera para um adequado tratamento e prevenção desse transtorno mental (FÉLIX, et al; 2013).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Raquel Dully, SANTOS, Jaqueline Silva, MELLO, Débora Falleiros. Fatores relacionados à saúde da mulher no puerpério e repercussões na saúde da criança. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 181-186, Mar. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000100181&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Nov. 2020. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150025>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada: manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 162p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf

FÉLIX, Tamires Alexandre, NOGUEIRA, Adriana Gomes Ferreira, D'ÁVILA, Siqueira Danielle, VIEIRA, Katia do Nascimento, XIMENES, Rosemiro Guimarães Neto Francisco, MUNIZ, Livia Mira Quiteria. Actuación de enfermería frente a la depresión postparto en las consultas de puericultura. **Enferm. glob.**, Murcia, v.12, n.29, p.404419, Jan. 2013. Disponível em:<http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S169561412013000100022&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FIGUEIRA, Patrícia, CORRÊA, Humberto, MALLOY-DINIZ, Leandro, ROMANOSILVA, Marco Aurélio. Escala de Depressão Pós-natal de Edimburgo para triagem no sistema público de saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, supl. 1, p. 7984, Aug. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000800012&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Nov. 2020.

MACIEL, Luciana Pessoa, COSTA, Jackeline Carvalho Carneiro, CAMPOS, Gescianne Mychelle Benigno, SANTOS, Nadja Maria, MELO, Rosana Alves, DINIZ, Lucyo Flávio Bezerra. Transtorno mental no puerpério: riscos e mecanismos de enfrentamento para a promoção da saúde. **Rev Fun Care Online**. Rio de Janeiro, v 11, n.4, p 1096 -1102, Jul/Set. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/21755361.2019.v11i4.1096-1102>

MARINI, Flávia Casasanta. Estudo dos fatores relacionados à pontuação na Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS9Q3J9W/1/tese_flavia_marini___final.pdf.

MEDEIROS, Leticia dos Santos, COSTA, Ana Carla Marques. Período puerperal: a importância da visita domiciliar para enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. **Rev Rene**. Maranhão, v 17, n. 1, p 119, Jan/Fev. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/2622#:~:text=Conclus%C3%A3o%3A%20a%20visita%20domiciliar%20%C3%A9,est%C3%A1%20recoberta%20de%20grandes%20desafios>.

DETERMINANTES DA SAÚDE MENTAL ENTRE ADOLESCENTES EM UM BAIRRO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC¹

Luiza Mezzomo Toazza, luizamezzomotoazza@hotmail.com²

Paola Patrícia Dias, paopdias@gmail.com²

Andreia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br³

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br³

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br³

Resumo – O conceito de saúde mental é determinado pela Organização Mundial da Saúde como um estado de completo bem-estar mental, físico e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades. São inúmeros os fatores que estão envolvidos na definição da saúde mental de um indivíduo, dentre eles: estar confortável consigo mesmo, assim como com as pessoas ao seu redor; reconhecer sua própria capacidade; consentir com as imposições da vida; saber lidar com as diferentes emoções vividas, ora boas, ora ruins; ser apto a colaborar enquanto membro de uma sociedade; reconhecer seus limites; procurar amparo quando houver necessidade. Diversos coeficientes determinam o conforto psicológico de um adolescente, deste modo, quanto mais expostos a essas condições, maior a possível perturbação na saúde mental desses jovens. Dessa forma, objetivará neste projeto de pesquisa, identificar os determinantes de saúde mental entre adolescentes em um bairro no município de Caçador/SC, assim como verificar a prevalência de transtornos mentais diagnosticados e o número de acompanhamentos psicológicos em adolescentes residentes do bairro estudado.

Palavras-chave: Saúde do Adolescente. Atenção Primária à Saúde. Autoagressão. Adolescente. Sofrimento Mental.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um tempo primordial para que ocorra o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos hábitos emocionais e coletivos, que são indispensáveis para o bem-estar mental, os quais incluem a adoção de níveis de sono considerados saudáveis, regularidade de exercícios físicos, desenvolvimento de enfrentamento, solução de problemas e algumas habilidades interpessoais, como aprender a lidar com suas emoções. Dessa forma, a adolescência compõe uma das classes mais vulneráveis no que diz respeito aos problemas mundiais no âmbito atual (SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS, SILVARES, 2010).

Inúmeros são os determinantes de saúde mental de um adolescente, dessa maneira, quanto mais exposição houver a esses fatores, maior será o potencial impacto à saúde mental desses sujeitos. Outrossim, a relação das alterações no comportamento tem sido ampliada de forma significativa entre os adolescentes; ademais, metade das condições de saúde mental tem início aos 14 anos de idade, todavia, a maior parte dos casos não é identificada e nem estudada (OPAS, 2020).

Ao mesmo tempo que a maior parte dos adolescentes porta uma saúde mental adequada, várias mudanças emocionais, físicas e sociais, abrangendo a exposição à

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmica do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

miséria, violência ou abuso, tendem a vulnerabilizar os adolescentes à algumas condições de saúde mental. Protegê-los de experiências desconformes, e fornecer o conforto psicológico, além de fatores que possam abalar sua capacidade de prosperar, não são só fundamentais para que ocorra seu bem estar, contudo igualmente para promover sua saúde mental e física durante a vida adulta, definindo oportunidades futuras (OPAS, 2020).

Portanto, a atual averiguação e posterior implementação desse projeto é de fundamental importância, vez que auxilia na identificação dos principais determinantes de saúde mental entre adolescentes em um bairro no município de Caçador/SC.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A adolescência compreende indivíduos que apresentem a faixa etária entre 10 e 19 anos e difere-se em dois períodos: inicial, entre 10 e 14 anos, e final, entre 15 e 19 anos (ULBRICH et al., 2017). As modificações biológicas da puberdade são nítidas e conduzem o jovem para a vida adulta; tais mudanças incluem: alterações sociais, cognitivas e de entendimento acerca da vida (SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS, SILVARES, 2010).

Essa etapa da vida abrange diversas modificações no organismo do indivíduo, ora mudanças mentais, ora fisiológicas; tais transformações são capazes de propiciar manifestações diferenciadas em relação à conduta e atitudes normais para esta fase. Apesar de existirem diversas alterações do comportamento na puberdade, algumas não são previstas para este período. As pesquisas de suicídio apontam um aumento extremamente expressivo entre os jovens. Diversos estudos indicam que nos locais em que existem informações verídicas sobre mortalidade, o ato suicida em indivíduos maiores de 5 anos está compreendido entre as dez principais causas de óbito. Ao relacionar diretamente a adolescentes entre 15 e 19 anos, essa ocorrência engloba as cinco principais causas de letalidade (ULBRICH et al., 2017).

Dessa forma, a saúde mental está relacionada diretamente com a saúde física e cognitiva, indo muito além da inexistência de uma doença (RIBEIRO et al., 2015). Ademais, o sofrimento psíquico é entendido pela população como motivo de interferência médica; nesse sentido, tal sofrimento tem compreendido o estereótipo de “transtorno mental”, recebendo também outras nomenclaturas como distúrbios e doença mental. Esses transtornos são resultados de diversos fatores extrínsecos e intrínsecos presentes na vida de um indivíduo, como modificações na fisiologia do cérebro, genética, auto personalidade, estresse e ansiedade, agressões físicas e mentais (DEL'OLMO, CERVI, 2017).

Assim, algumas circunstâncias são estabelecidas como distúrbios psíquicos, a exemplo os estados de depressão, o qual envolve um misto de sensações persistentes de abatimento, desestabilidade emocional, desesperança, desânimo, nervosismo (DEL'OLMO, CERVI, 2017). Além disso, conforme a OMS (2019), os transtornos mentais estão relacionados às apreensões irracionais, e são definidos como um excessivo nível de ansiedade, ocorrendo de forma permanente e interrupta.

Os transtornos mentais são apresentados de diversas formas e, normalmente são determinados por um conjunto de ideias, assimilações, emoções e condutas anormais, as quais acabam afetando não somente o indivíduo, mas também a sociedade na qual está inserido. Entre os distúrbios psíquicos estão: psicoses, demências, depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia, deficiência intelectual e transtornos de desenvolvimento, como o autismo (OPAS, 2019).

Além dos determinantes individuais da saúde mental, também estão inclusos fatores culturais, sociais, políticos, ambientais e econômicos, como condições de vida do indivíduo, circunstâncias de trabalho, pessoas de seu convívio, políticas nacionais, nutrição, genética, entre outros elementos os quais favorecem o desenvolvimento de transtornos mentais (OPAS, 2019).

A conduta suicida é dividida em três conjuntos: ideação, tentativa, e o próprio suicídio. O marco para suicídio se define em ações nas quais a intenção não se resume a findar a própria vida, e sim mudar o meio no qual se está inserido. Tal conduta é característica de pessoas imaturas, as quais não tem estrutura para reagir aos próprios conflitos, o que é uma peculiaridade da adolescência (ULBRICH et al., 2017).

A autoagressão é exposta como qualquer caso de morte que seja resultado de forma direta ou indireta de uma ação positiva ou negativa, realizada pela respectiva vítima, consciente de que poderá gerar tal resultado; determinando, assim, a autoagressão como uma prática consciente e autodestrutiva que pode ser compreendida como uma enfermidade multidimensional. A tentativa de suicídio é caracterizada como um ato autodestrutivo, mas não fatal, ou seja, o indivíduo por algum motivo não concluiu o objetivo de pôr um fim à vida. A definição para suicídio foi ajustada recentemente, para referir à atos de autodestruição que não causaram morte, ou, atos em que não era presente a intenção de morrer (ULBRICH et al., 2017).

O perigo da autoagressão e da tentativa ou ideação de suicídio não teria de ser uma aflição exclusiva da área da saúde, mas sim de todo o corpo social. Perante a manifestação de ideação suicida e de comportamento autoagressivo, se fazem necessárias intervenções em vários níveis. Com a utilização do trabalho interdisciplinar entre família, profissionais da saúde e gestores é possível reduzir e prevenir atitudes autoagressivas e suicídio em meio a adolescentes em período escolar, por meio da visualização das razões e superior efetividade na prevenção (ULBRICH et al., 2017).

Conforme pesquisas científicas, a maioria dos jovens já passou por algum transtorno psicológico, ora abalos emocionais, ora idealizações suicidas e autoagressão. Acresce-se a isso que, por atingir não só o indivíduo, mas a sociedade como um todo, trata-se de um problema de saúde pública. Nesse sentido, é fundamental que os responsáveis, professores, assim como profissionais da área da saúde cada vez mais auxiliem e deem a esses indivíduos na fase de puberdade (ULBRICH et al., 2017).

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, a qual reuniu informações acerca da identificação dos principais determinantes de saúde mental em um bairro do município de Caçador/SC, através de dados eletrônicos fornecidos pela secretaria municipal de saúde. Os dados utilizados para o estudo foram: número de adolescentes por sexo residentes do bairro, número de adolescentes encaminhados para o psicólogo e número de adolescentes diagnosticados com algum problema de saúde mental. Tais dados foram registrados do período de agosto de 2019 a agosto de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os dados oriundos da secretaria municipal de saúde, os números nos mostram que no bairro estudado, atualmente, residem 265 jovens, dos quais 12 foram

encaminhados para auxílio e intervenção médica relacionado à saúde mental; ademais, 2 deles foram diagnosticados com algum transtorno psicológico. Assim, 4,52% dos adolescentes do bairro investigado apresentam preocupações envolvendo a sanidade mental.

Apesar de os índices averiguados serem relativamente “baixos”, é nítida a crescente que esses transtornos vêm tomando, ora em âmbito nacional, ora mundial. Além disso, é explícito que inúmeros distúrbios psíquicos passam despercebidos, não sendo diagnosticados e nem ocorrendo uma intervenção e tratamento.

Ademais, estudos científicos apontam que as condições de saúde mental são motivadores de pelo menos 16% da carga global de doenças e lesões entre adolescentes, sendo que, o suicídio é a terceira principal causa de morte entre 15 a 19 anos (OPAS, 2020).

Diante do exposto, é primordial a promoção da saúde mental na escola, lar, comunidade e sociedade como um todo, para assim, trabalharmos com a prevenção ao invés do tratamento e cura. Para isso, é necessário que políticas públicas coloquem em prática projetos, ações e campanhas, os quais priorizem a saúde mental da população, incluindo também os adolescentes, já que essa fase é caracterizada por diversas mudanças hormonais, psicológicas e fisiológicas que, como consequência, acarretam no estado emocional dos jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo presente apresenta dados alarmantes ao relacionar transtornos psíquicos com a adolescência; infelizmente, estimativas apontam que esses números só tendem a crescer, visto que, a sociedade atual compreende e padroniza estereótipos a serem seguidos e preconceitos que ferem os direitos humanos, os quais, como consequência, acabam atingindo o estado emocional e psicológico dos jovens, justamente por essa cobrança visível nos dias de hoje.

Por fim, os distúrbios psíquicos e condutas autoagressivas e suicidas devem ser combatidos, para que assim, como forma de enfrentar seus conflitos, os adolescentes busquem apoio profissional em detrimento da autoagressão e ideações suicidas.

Mediante a análise de saúde mental realizada nos adolescentes do bairro pesquisado, torna-se plausível a adoção de medidas. Dessa forma, cabe à equipe multiprofissional investir em atitudes de prevenção como grupos de apoio, rodas de conversa ou até mesmo palestras para frisar a importância de reconhecer seus desalentos e a necessidade de amparo. Por meio dessas ações, será possível reduzir os níveis de eventos de saúde mental entre os adolescentes.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, Valmir Rycheta; BARROS, Sônia; COLVERO, Luciana de Almeida. Saúde mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 6, p. 1501-1506, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000600032&script=sci_arttext>. Acesso em: 14, set. 2020.
- COUTO, Maria Cristina Ventura; DUARTE, Cristiane S.; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, n. 4, p. 384-389, 2008. Disponível

em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462008000400015&script=sci_arttext>. Acesso em: 09, set. 2020.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; CERVI, Taciana Marconatto Damo. Sofrimento Mental e Dignidade da Pessoa Humana: os desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. **Sequência (Florianópolis)**, n. 77, p. 197-220, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/seq/n77/2177-7055-seq-77-197.pdf>>. Acesso em: 09, set. 2020.

OPAS. Adolescent mental health. World Health Organization. 2020. [INTERNET]. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>>. Acesso em: 14, set. 2020.

OPAS. Mental disorders. World Health Organization. 2019. [INTERNET]. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>>. Acesso em: 09, set. 2020.

PEREIRA, Vinícius Oliveira de Moura et al. Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200004. SUPL. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/rbepid/2020.v23suppl1/e200004.SUPL.1/>>. Acesso em: 06, set. 2020.

REIS, Dener Carlos dos et al. Health vulnerabilities in adolescence: socioeconomic conditions, social networks, drugs and violence. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 586-594, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692013000200586&script=sci_arttext>. Acesso em: 06, set. 2020.

RIBEIRO, J. Pais et al. Ulterior validação do questionário de saúde geral de Goldberg de 28 itens. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 16, n. 3, p. 278-285, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862015000300001>. Acesso em: 09, set. 2020.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; DE MATTOS SILVARES, Edwiges Ferreira. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000200004>. Acesso em: 09, set. 2020.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; RIBEIRO, Edith Lauridsen. Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 477-486, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 06, set. 2020.

ULBRICH, Gislaine Dias Siqueira et al. Motivadores da ideação suicida e a autoagressão em adolescentes. **Adolescência e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 40-46, 2017. Disponível em: <http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=648>. Acesso em: 06, set. 2020.

ações do cuidado puerperal realizadas na atenção básica de um município do meio oeste catarinense ¹

Gabriela Picolo Pereira, gabrielapicolop@gmail.com ²
Larissa Esbegen Marcelino, larissa.esbegen@gmail.com ³
Jessica Zilli Nunes, jessicanzilli@gmail.com ⁴
Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br ⁵
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br ⁶
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br ⁷

Resumo

O puerpério, também conhecido como período pós-parto, inicia após o nascimento do conceito e dura em torno de seis semanas. A consulta de puerpério deve ser realizada até 42 dias após o parto, em que são passadas orientações e informações importantes para a mulher, finalizando assim, o acompanhamento prestado durante toda a sua gestação. Porém, a consulta puerperal não apresenta bons índices de cobertura no País. A partir desse contexto, o presente estudo visa elencar e compreender o cuidado puerperal em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um município do meio oeste catarinense. Os dados foram obtidos a partir de uma pesquisa quantitativa por meio de análises de artigos e manuais do Ministério da Saúde no período de 2015 a 2020. Esses achados foram associados aos números extraídos pela Secretaria de Saúde do Município de Caçador (SC) da UBS de estudo, coletados entre primeiro de janeiro de 2020 e vinte e oito de outubro do mesmo ano. Notadamente, há baixa procura das mulheres pelo sistema de saúde no puerpério, o que dificulta atuação eficiente dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Puerpério. Saúde da Mulher. UBS.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde propõe assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério (pós-parto) e, às crianças, o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Para isso, houveram modificações no modelo de atendimento à mulher, desde a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) até a implementação da Rede Cegonha, modelo atual de acolhimento a gestante brasileira (BRASIL, 2016).

Mediante a integralidade proposta pela rede de atendimentos, sobretudo focalizado no nível da atenção primária, o puerpério, período imediato ao pós-parto, compreende momento oportuno para captação do neonato à unidade de atendimento em saúde, visando reafirmar os cuidados do pré-natal, bem como captar precocemente o neonato e viabilizar o acompanhamento da puérpera (ANDRADE, 2015).

Assim, por ser um estágio de insegurança, o puerpério, independentemente de ser a primeira gestação ou não, circunda emblemáticas relacionadas ao cuidado do recém-nascido e também do próprio organismo materno (ANDRADE, 2015). A partir desse panorama, é fundamental que os profissionais de Medicina e a equipe de saúde

¹O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

^{2,3 e 4}Acadêmicas do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{5, 6 e 7}Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

saibam identificar as necessidades da puérpera e assim delimitar ações que possam maximizar fatores de proteção a mãe e a criança. Com base nesses achados, o presente estudo visa elencar o cuidado puerperal em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Caçador-SC.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A saúde da mulher, historicamente, apresenta notoriedade em questões sobretudo do período gestacional e do parto. Ainda, na década de 80 houve um salto da preocupação com o binômio mãe-filho, para a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o qual delibera importante modificação no cenário da saúde feminina no âmbito do setor público e privado. Embora essa movimentação tenha sido importante, por muito tempo os programas oficiais não conseguiram mobilizar o sistema público na direção de uma melhora efetiva na qualidade da atenção à mulher para além dos aspectos da procriação (ALMEIDA; SILVA, 2008). Ainda, conforme o PAISM, a estratégia de assistência integral à saúde da mulher constituiu importante instrumento no sentido de efetivar a assistência em saúde, porém, é a questão da integralidade que coloca em articulação diferentes níveis de atenção: todo e qualquer contato que a mulher viesse a ter com os serviços de saúde deveria ser utilizado em benefício da promoção, proteção e recuperação de sua saúde (ANDRADE, 2015).

Em virtude dessa integralidade, o puerpério, tempo de seis a oito semanas após o parto – dividido em três estágios, sendo: imediato (1º ao 10º dia), tardio (11º ao 45º dia) e remoto (a partir do 45º dia) – período no qual ocorrem modificações internas e externas, configura-se também como um dos momentos carregado de transformações psíquicas, onde a mulher continua a precisar de cuidado e proteção (ANDRADE, 2015). Por isso, tornam-se essenciais os cuidados qualificados que tenham como base a prevenção de complicações, o conforto físico e emocional e ações educativas que possam dar à mulher ferramentas para cuidar de si e do recém-nascido. Essas ações devem ser permeadas pela escuta sensível e valorização das especificidades das demandas femininas que sabidamente são influenciadas por expectativas sociais relativas ao exercício da maternidade (ALMEIDA; SILVA, 2008).

Essas ações em saúde da mulher são determinantes no desenho de políticas públicas do Brasil. Para tanto, as medidas assistencialistas de pré-natal e puerpério da rede básica de saúde, desde o século XX e nas primeiras décadas dos anos 2000, têm determinado crescente diminuição na morbimortalidade materna e infantil. Ademais, quando na presença de consulta puerperal bem desenvolvida, há indícios de desenvolvimento saudável do neonato, redução significativa de desfechos perinatais negativos, assim como redução nas complicações pós gestacionais da mulher. Nesse contexto, a Atenção Primária de Saúde, representada pela UBS, representa espaço estratégico para manutenção de bons indicadores sociais no que diz respeito ao processo saúde-doença do binômio mãe-bebê (MARQUES, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica e abordagem quantitativa. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da busca manual, com pesquisadores independentes, nas seguintes bases de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e BVS (*Biblioteca Virtual em Saúde*) sendo considerados artigos e literaturas oficiais publicadas, além dos dados coletados na plataforma do Ministério da Saúde.

Os descritores utilizados para a busca foram: “puerpério”, “Saúde da mulher”, “Período Pós-Parto” e “Ministério da Saúde”, todos disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Os artigos incluídos são os publicados entre os anos 2015 e 2020, idioma em português.

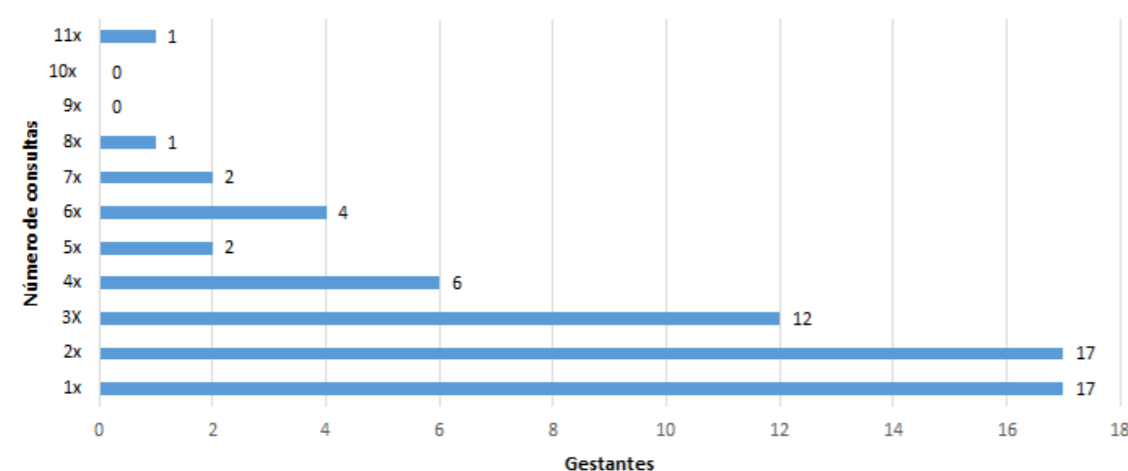
Além da pesquisa bibliográfica também foram disponibilizados dados da Secretaria de Saúde do Município de Caçador (SC) no período de 01/01/2020 até 28/10/2020, referentes às puérperas cadastradas na UBS de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em conformidade aos achados bibliográficos, a Unidade Básica de Saúde (UBS) estudada apresenta baixo número de consultas de acompanhamento puerperal. Tal que, os registros da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador-SC apontam 63 gestantes assistidas pela UBS, sendo que apenas uma delas realizou consulta puerperal. O período da pesquisa engloba os atendimentos prestados entre primeiro de janeiro de dois mil e vinte e oito de outubro do mesmo ano. Essa análise, em vias gerais, explicita baixa eficácia no sistema de saúde continuada da mãe e do neonato.

A UBS tem população adscrita estimada em 3750 pessoas, haja vista que os serviços prestados contam com cinco Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e a lei prevê até 750 pessoas para acompanhamento por ACS. Também o número de consultas registradas no pré-natal demonstrou apenas 4 das 63 gestantes com o número mínimo de consultas preconizada por gestação pelo Ministério da Saúde; essa conjuntura vem de encontro ao número de consultas relacionadas ao cuidado puerperal, já que a ideia do cuidado pré-natal é mais difundida socialmente em comparado ao cuidado puerperal. Sendo assim, a baixa estatística de consulta para o pré-natal é um importante indicativo de maior fuga no acompanhamento puerperal.

Frequência de consultas no Pré-Natal



FONTE: As autoras (2020).

Também, ao analisar o gráfico acima nota-se que apenas 6,45% das gestantes frequentaram as seis consultas mínimas preconizadas pelo Ministério da Saúde, soma-se mais da metade das gestantes, 87,10% que não realizaram as seis consultas, e, o restante, 6,45% que frequentaram mais que seis consultas de pré-natal, devido alguma comorbidade associada à gravidez. Com isso, é notório que essa falta das gestantes durante o pré-natal acarreta na ausência de orientação e informação no pós-parto que pode ocasionar danos ao binômio mãe-recém-nascido,

também a falta de comprometimento das gestantes com a Unidade de Saúde e a falta de realização de busca ativa de gestantes que não compareceram às consultas.

Em conformidade, nas Unidades Básicas de Saúde, em geral, o acolhimento se restringe a recepção e triagem da demanda espontânea, esquecendo-se, muitas vezes, do acesso facilitado e do atendimento individualizado, os quais provocam insatisfação nos usuários. Essa análise, parte de estudos de diferentes países, inclusive do Brasil, a qual demonstra que na percepção da mulher as necessidades no puerpério, especialmente as emocionais e reprodutivas, são desconsideradas (CORRÊA, 2017). Em conformidade, uma das situações evidenciadas em uma das Unidades Básica de Saúde no Município de Caçador é o baixo número de consultas puerperais em relação ao número de gestantes acolhidas no serviço. Sendo que no período de um de janeiro até vinte e oito de outubro de 2020, foi acompanhado o pré-natal de 63 gestantes, e, destas somente 1 realizou a consulta de puerpério.

Simultaneamente, o baixo número de atendimentos de puerpério correlato, deve-se há alguns fatores, entre eles podemos destacar: a falta de orientação durante o pré-natal, a falta de comprometimento das gestantes com a Unidade de Saúde, a falta de realização de busca ativa de gestantes que não comparecem às consultas de pré-natal nas datas marcadas, dificuldades de deslocamento até a Unidade de Saúde, entre outros (DONADUZZI, 2019). Desse modo, a baixa captação de puérperas implica deficiência no sistema que preconiza a prevenção de complicações, o conforto físico e emocional e ações educativas que possam dar à mulher ferramentas para cuidar de si e do recém-nascido. Além disso, a baixa procura dessas mulheres pelo sistema de saúde no puerpério dificulta atuação eficiente dos profissionais de saúde, resultando em maior morbi/mortalidade materna e infantil, aumentando as chances de abandono à amamentação e outros determinantes de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados indicam que há lacunas a serem preenchidas nos atendimentos da gestação e cuidado puerperal nas redes de atenção pública. As redes de atenção, bem como a UBS e também as gestantes parecem estar, de certa forma, desconexas. Também se faz importante ressaltar que a pesquisa foi elaborada em período de pandemia, o qual reflete em menor procura pelos setores de saúde tanto das gestantes como da população em geral. Tal fato explicita a necessidade de estudos mais robustos, que tragam a realidade em números reais, afastando-se da pandemia, para melhor compreender a conjuntura do sistema de atenção à puérpera e ao recém-nascido.

Ademais, se faz necessário a criação de projetos multidisciplinar que facilitem a busca ativa das gestantes adscritas, assim como oficinas educativas durante o pré-natal para que as mulheres possam conhecer os benefícios da consulta puerperal tanto para o neonato quanto para as próprias gestantes. A cativação desse público implica em modificações importantes nos moldes de assistência: sempre objetivando otimizar o suporte já realizado, assim como maximizar resultados em busca de melhores indicadores para a saúde regional.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ao curso de graduação de medicina e a Secretaria Municipal de Saúde de Caçador-SC.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariza Silva; SILVA, Isília Aparecida. Necessidades de mulheres no puerpério imediato em uma maternidade pública de Salvador, Bahia, Brasil. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 347-354, June 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000200019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2020.

ANDRADE, Raquel Dully et al. Fatores relacionados à saúde da mulher no puerpério e repercussões na saúde da criança. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 181-186, Mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000100181&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf Acesso em: 31 out. 2020.

CORRÊA, Maria Suelly Medeiros et al. Acolhimento no cuidado à saúde da mulher no puerpério. **Cadernos de saúde pública**, v. 33, p. e00136215, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33n3/1678-4464-csp-33-03-e00136215.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

DONADUZZI, Daiany Saldanha et al. Motivos relacionados ao não comparecimento das mulheres à consulta puerperal. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 26, p. e862-e862, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/862>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MARQUES, Bruna Leticia et al. Orientações às gestantes no pré-natal: a importância do cuidado compartilhado na atenção primária em saúde. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, e20200098, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452021000100211&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2020.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PROFISSIONAIS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE SAÚDE E DOENÇA DE USUÁRIOS HIPERTENSOS EM UM BAIRRO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC

Fernando Pereira dos Santos, fernandopsantos1@gmail.com¹

Victória Catarina Consoli Webber, vicatarinacw@gmail.com¹

Vinícius Ricieri Deitos, vini.deitos.dc@gmail.com¹

Andréia Valeria de Souza Miranda, andrea.valeria@uniarp.edu.br²

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br²

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br²

Resumo

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica multifatorial em que os níveis de pressão arterial estão elevados. Este estudo tem como objetivo avaliar o número de hipertensos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um município catarinense e a efetividade das ações da equipe multiprofissional para a população hipertensa da UBS. Por meio da pesquisa documental, constatou-se que a população cadastrada na UBS de estudo foi de 6721 pessoas, estando acima do que é preconizado pelo Ministério da Saúde. Dentre essa população, 736 pacientes possuem o diagnóstico de HAS, e 2.944 foi o total de consultas ao público hipertenso, no período de agosto de dois mil e dezenove e agosto de dois mil e vinte. Contudo, é possível afirmar que a população tem sido assistida pelos profissionais, mas é necessário estratégias de reorganização e redistribuição das consultas e das ações preventivas para acompanhamento mais eficaz dos usuários portadores de doença hipertensiva.

Palavras-chave: Equipe multidisciplinar. Hipertensão Arterial. UBS.

INTRODUÇÃO

Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a hipertensão arterial (HAS) é uma doença clínica multifatorial caracterizada por aumento contínuo dos níveis pressóricos ≥ 140 e/ou 90 mmHg. No Brasil, a causa da maior taxa de mortalidade são as doenças cardiovasculares, sendo a HAS uma das patologias com maior probabilidade de causar complicações (MALACHIAS, 2016).

O cuidado à hipertensão arterial é um excelente exemplo de trabalho em equipe multidisciplinar. Por ser uma doença multifatorial que envolve orientações para diversos objetivos, receberá o tratamento mais eficaz com o apoio de diversos profissionais da saúde. Múltiplos objetivos requerem métodos diferentes, e a composição de uma equipe multidisciplinar proporcionará essa ação diferenciada, ampliando assim a taxa de sucesso no controle da hipertensão e de outros fatores de risco cardiovascular. A prevenção e o tratamento da hipertensão arterial incluem ensinar às pessoas sobre a doença, suas inter-relações, suas complicações e, na maioria dos casos, isso significa mudanças no estilo de vida (JARDIM, 2002).

¹ Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

² Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

A Atenção Primária de Saúde (APS) apresenta como características: priorizar o acesso ao sistema de saúde, reconhecer uma série de necessidades e impactar positivamente na saúde da população. Portanto, para a HAS, é um grande desafio para a rede originária, pois é condição para a coexistência dos determinantes biológicos e sociais e culturais, e para que seus métodos sejam eficazes, requer a participação de hipertensos e comunidades, sendo notável a contribuição do acesso, vínculo e acolhimento nesses casos. Nesse sentido, é necessário compreender que a solução para o tratamento do paciente com hipertensão não reside apenas no uso de medicamentos e na formulação de medidas regulatórias, mas também na consideração geral do paciente. Portanto, todo adulto com 18 anos ou mais que participa de consultas, atividades educativas, procedimentos, entre outros da UBS, deve ter registrado no prontuário pelo menos uma verificação da PA nos últimos dois anos, para o rastreamento (GIRÃO; FREITAS, 2016).

Devido ao grande número de pessoas hipertensas no Brasil e a necessidade da equipe multidisciplinar em conhecer a ação individual de cada um dos membros para oferecer ao paciente e à comunidade a melhor adesão do tratamento, o presente estudo busca avaliar o número de hipertensos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um município catarinense e a efetividade das ações da equipe multiprofissional para a população hipertensa da UBS.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As Diretrizes Brasileiras de Hipertensão VII (2016, p. 1) conceituam a HAS como:

“condição clínica multifatorial caracterizada por elevação sustentada dos níveis pressóricos ≥ 140 e/ou 90 mmHg. Frequentemente, se associa a distúrbios metabólicos, alterações funcionais e/ou estruturais de órgãos-alvo, sendo agravada pela presença de outros fatores de risco (FR), como dislipidemia, obesidade abdominal, intolerância à glicose e diabetes melito (DM).

No Brasil, os desafios do controle e prevenção da HAS e suas complicações são, sobretudo das equipes de Atenção Básica (AB). As equipes são multiprofissionais, cujo processo de trabalho pressupõe vínculo com a comunidade e a clientela adscrita, levando em conta a diversidade racial, cultural, religiosa e os fatores sociais envolvidos. Nesse contexto, o Ministério da Saúde preconiza que sejam trabalhadas as modificações de estilo de vida, fundamentais no processo terapêutico e na prevenção da hipertensão (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

A alimentação adequada, sobretudo quanto ao consumo de sal e ao controle do peso, a prática de atividade física, o abandono do tabagismo e a redução do uso excessivo de álcool são fatores que precisam ser adequadamente abordados e controlados, sem os quais os níveis desejados da pressão arterial poderão não ser atingidos, mesmo com doses progressivas de medicamentos (GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO, 2009).

O trabalho de uma equipe multiprofissional ajudará a proporcionar aos usuários e à comunidade um leque mais amplo de respostas às questões, para que tenham o conhecimento e a motivação para ultrapassar os descontos e adotar uma atitude para mudar o seu estilo de vida e mudar o tratamento proposto com base no risco cardiovascular global. A equipe multiprofissional pode ser composta por todos os profissionais que atendem aos hipertensos: médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais,

farmacêuticos, funcionários administrativos e agentes comunitários de saúde (JARDIM; SOUZA; MONEGO, 1996).

Quando as pressões sistólicas e diastólicas se situam em categorias diferentes, a maior deve ser utilizada para classificação da PA, de acordo com a Figura 1. A medição da PA deve ser realizada em todas as consultas pelos médicos de qualquer especialidade e demais profissionais de saúde quando avaliam os pacientes em seu dia a dia (DUARTE, 2014).

Figura 1 – Classificação da pressão arterial.

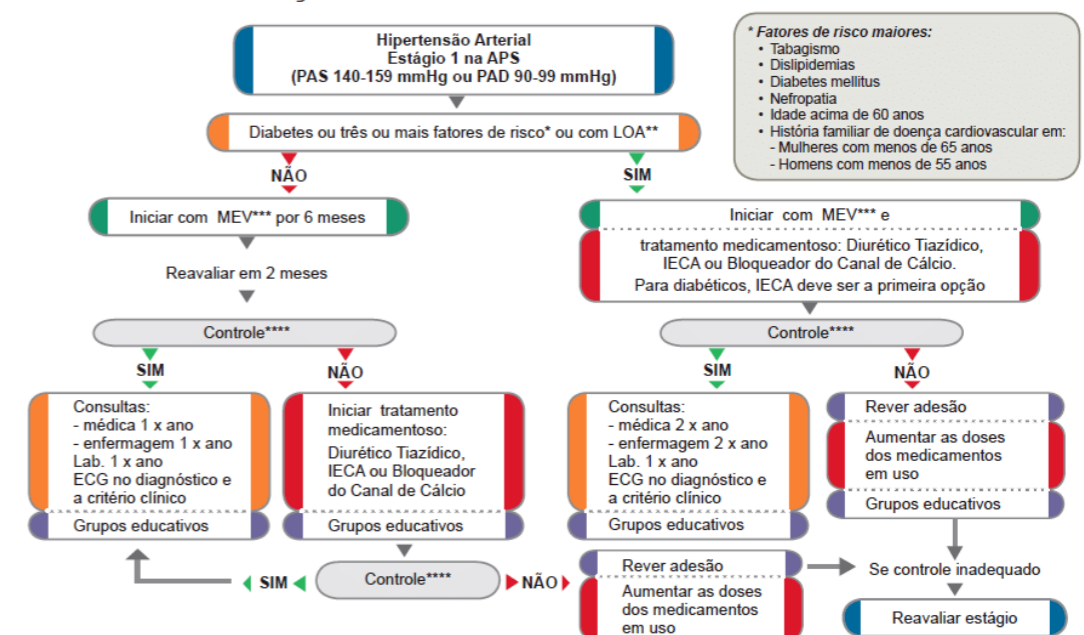
Classificação	Pressão sistólica (mmHg)	Pressão Diastólica (mmHg)
Ótima	< 120	< 80
Normal	< 130	< 85
Limitrofe	130 - 139	85 - 89
Hipertensão Estágio 1	140 - 159	90 - 99
Hipertensão Estágio 2	160 - 179	100 - 109
Hipertensão Estágio 3	≥ 180	≥ 110
Hipertensão Arterial Isolada	≥ 140	< 90

Fonte: SBC (2010).

Segundo a 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial, a avaliação inicial de pacientes com HAS inclui a confirmação do diagnóstico, a suspeita e a identificação das causas secundárias, além da avaliação de risco. Como parte desta investigação, preconizado pela Secretária de Saúde, tem-se a medição da PA no consultório e/ou fora dele, história médica, exame físico, clínico e laboratorial. Recomenda-se uma linha de cuidado para o acompanhamento da HAS, seguindo o fluxograma na Figura 2.

Figura 2 – Fluxograma para acompanhamento de hipertensão arterial.

Linha de cuidado para o acompanhamento da Hipertensão Arterial Sistêmica na Atenção Primária



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

METODOLOGIA

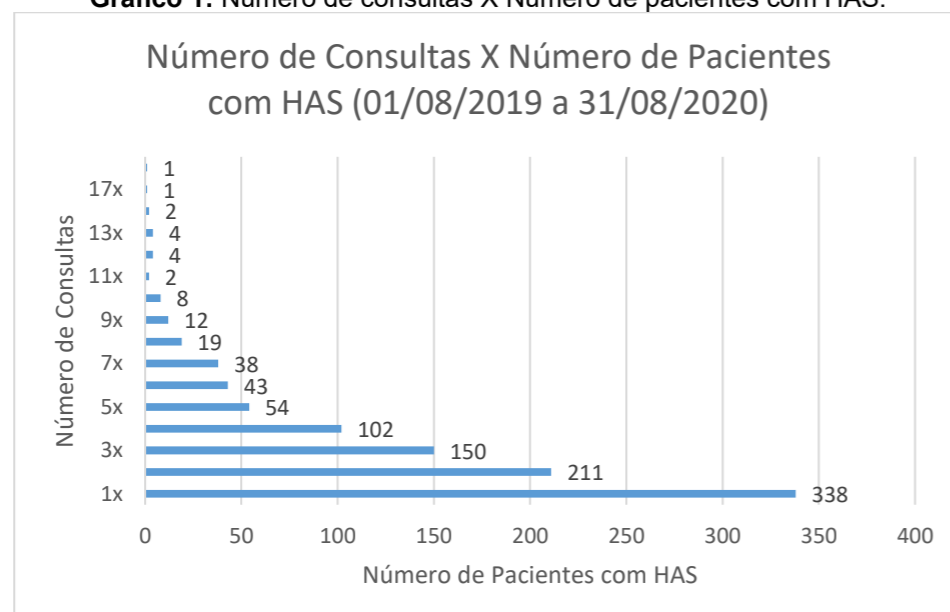
Estudo documental, realizado com base nos relatórios disponibilizados pela secretaria de saúde de Caçador-SC e unidades básicas de saúde, que alimentam o e-SUS mensalmente. Os dados coletados, relativos aos portadores de hipertensão arterial, cadastrados nesta unidade, são referentes ao período de agosto/2019 a agosto/2020 e analisados através de estatística simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a responsabilidade das autoridades públicas que gerenciam esse país, estados e municípios e diante da competência de cada profissional de saúde em seu devido local de trabalho destacamos algumas observações realizadas na cidade de Caçador-SC e especificamente na Unidade Básica de Saúde Municípios. Certificou-se que a população do município de Caçador-SC, de acordo com dados do e-Gestor de 2019, é de 77.863, tendo uma cobertura de equipe de Saúde da Família de 66%, então, 26.473 pessoas estão sem cobertura de nenhuma equipe de saúde. Entre todos esses habitantes pertencentes a área de abrangência do município, 9.885 possuem o diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica, sendo que a população adscrita da UBS é de 6.721 pessoas, desses 754 são diagnosticados com HAS e cadastrados na UBS, entretanto, segundo o Ministério da Saúde, cada equipe de Saúde da Família deve ser responsável por, no máximo, 4.000 pessoas, com isso, podemos constatar que a quantidade de profissionais é insuficiente para a demanda e para serviço de qualidade.

A equipe multiprofissional de saúde deve trabalhar com a conscientização da comunidade para a adesão ao tratamento, pois comportamentos ocasionados pela ansiedade, às vezes, relacionados a vulnerabilidade social estão presentes (consumo de álcool, tabagismo e descontrole alimentar), podendo ser associados à HAS as doenças ateroscleróticas, obesidade, disfunção pulmonar, entre outras. Portanto, durante o período de 01/08/2019 à 31/08/2020 foram realizadas 2.994 consultas aos pacientes hipertensos da UBS, como demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Número de consultas X Número de pacientes com HAS.



Fonte: autores (2020).

Os dados obtidos demonstram que a população hipertensa do território da UBS está sendo assistida pelos profissionais, considerando o número de consultas

realizadas, porém, há casos de alguns pacientes que tiveram atendimento mais de dez vezes, necessitando assim de adequação do fluxo por responsabilidade dos funcionários administrativos, como também, capacitação das agentes comunitárias de saúde na participação mais efetiva das ações coletivas e coleta de dados nas visitas domiciliares; e através da avaliação clínica do médico, é considerável o reforço na abordagem do paciente, pois o número de consultas é estabelecido de acordo com os fatores de risco de cada paciente, sendo necessário a investigação das causas pela busca excessiva de atendimento. Conclui-se, também, que 338 pacientes tiveram consultas prestadas pelos profissionais da UBS pelo menos uma vez, tendo a participação do enfermeiro pela consulta de enfermagem que inclui medida da pressão arterial, acompanhamento do tratamento e controle de medicamentos.

O Programa Hiperdia é o melhor momento para conscientizar os usuários para a adesão aos tratamentos. Podem ser programadas palestras educativas e/ou orientações individuais, explicando e esclarecendo a população da importância da prevenção e do controle da hipertensão e do diabetes pelo seguindo corretamente os tratamentos prescritos pelo médico e enfermeiro (BRASIL, 2002).

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, campus Caçador-SC.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica / **Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- GIRÃO ALA, FREITAS CHA. Usuários hipertensos na atenção primária à saúde: acesso, vínculo e acolhimento à demanda espontânea. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 2, jun. 2016.
- JARDIM PCBV; SOUSA ALL & MONEGO ET. Atendimento multiprofissional ao paciente hipertenso. **Medicina**, Ribeirão Preto, 29: 232-238, abr./set. 1996.
- MALACHIAS, Marcus Vinícius Bolívar et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 107, n. 3, supl. 3, p. 1-104, set. 2016.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL. Superintendência de Atenção Primária. **Guia de Referência Rápida: Hipertensão - Manejo Clínico da Hipertensão em Adultos** (versão profissional) adaptado de NICE (National Institute for Health and Clinical Excellence, NHS- Reino Unido) / Rio de Janeiro: SMSDC, 2013.

A PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS DIABÉTICOS CADASTRADOS EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM CAÇADOR-SC: ANÁLISE PARA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO¹

Alex Moreira Souza, med.alexmoreira@gmail.com²

Isabela Lara Marcondes, belinhamarc@hotmail.com³

Viviane Dorgievicz, vivianedorgievicz@hotmail.com⁴

Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁵

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁶

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁷

Resumo - A Diabetes Mellitus é uma doença provocada por alterações na capacidade do organismo de produzir ou absorver a insulina, provocando altas taxas de glicose no sangue. É uma patologia que, se não controlada por medicamentos como a insulina, pode ser letal ao paciente. Por isso, a importância do tratamento certo e contínuo da mesma. Entretanto, durante as práticas realizadas no estágio curricular na unidade básica de saúde, em Caçador-SC, foi evidenciado que em pacientes idosos há certas dificuldades na administração medicamentosa e aderência à conduta terapêutica. Dessa forma, objetivou-se minimizar os gargalos de adesão e eficácia ao tratamento de Diabetes Mellitus, a fim de promover o autocuidado. Para isso, foram adquiridos dados com a Secretaria Municipal de Saúde referente ao número de idosos cadastrados na unidade portadores de diabetes mellitus (74), o número dos respectivos atendimentos (286), assim como a disponibilização de insulina pelas unidades (31 frascos), a partir disso, evidenciou-se a necessidade de medidas interventivas com o intuito de melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Adesão. Tratamento. Atenção básica.

INTRODUÇÃO

A Diabetes Mellitus (DM) é uma doença metabólica caracterizada pela elevação da glicose no sangue, isso ocorre devido a produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e fornece energia ao organismo. Por ser uma doença gradativa, consequentemente, os portadores tendem a possuir uma diminuição da qualidade de vida derivadas das diversas complicações do mau controle glicêmico, as quais podem resultar em problemas cardiovasculares, nos olhos, nos rins, nos nervos e em casos mais graves, o diabetes pode causar a morte do indivíduo (BRASIL, 2019).

Por isso, o paciente diabético deve ter acompanhamento médico para uma terapêutica que amenize ou exclua as consequências dessa patologia. Na Atenção Básica, a equipe da Unidade Básica de Saúde (UBS) deve abordar e monitorar: sinais de hipoglicemia e hiperglicemia, orientações sobre uso correto de medicamentos prescritos e complicações da doença. (BRASIL, 2013).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, titulação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, titulação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, titulação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Todavia, mesmo com todos os esforços da equipe de saúde, muitos diabéticos, em especial os idosos (pessoas com 60 anos ou mais), têm dificuldades em manter esse controle glicêmico pela não aderência ao medicamento ou em prol de uma desinformação a aplicação do mesmo (BORBA et al. 2018). Dessa forma, se faz necessário a busca por novas estratégias de intervenção que objetivam minimizar os gargalos de adesão e eficácia ao tratamento de DM, com a finalidade de promover o autocuidado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A DM tornou-se um problema de saúde pública em consequência do aumento de sua incidência e prevalência no Brasil que se dão, respectivamente, pelo envelhecimento da população e pelos hábitos de vida dos pacientes. No que pertine ao assunto, tornou-se de suma importância o apoio da saúde pública, que formulou estratégias próprias para melhorar a qualidade de vida desse público. (FARIA et al. 2013).

Acerca da condição de saúde de tais pacientes, o tratamento pode consistir em medicamentos orais ou aplicação de insulina. O objetivo destes, é controlar as taxas glicêmicas. No caso da insulina, a administração é injetável e pode ser inferida pelo próprio paciente, sem a necessidade da colaboração de terceiros. Entretanto, um fator preocupante em relação à população idosa é o autocuidado. Em muitos casos, a aplicação por pacientes idosos é dificultada por debilitações normais desta fase da vida, diminuindo a eficácia e a aderência ao tratamento e, como consequência final, ficam impedidos de atingir o patamar de normoglicemia. O apoio ao autocuidado é necessário e, poderá ser realizado pela família, comunidade, equipe multiprofissional da atenção primária, articulados para esse fim (BORBA et al. 2018).

Todavia, mesmo que a Rede de Atenção à Saúde (RAS) disponibilize todo o acesso à qualidade de vida da pessoa com DM, para que se concretize o cuidado é necessário também a adesão do paciente ao tratamento. A não adesão ocorre, normalmente, devido a acessibilidade e disponibilidade do medicamento nos serviços de saúde, as condições sociodemográficas do usuário, a aceitabilidade do medicamento, a sensação de perda de controle sobre seu corpo, a atitudes familiares e de amigos, ao isolamento social, a relação entre usuário e profissional de saúde, ao esquema terapêutico, a cronicidade, a ausência de sintomas, ao tempo de diagnóstico, ao conhecimento e compreensão da doença e do tratamento. Deste modo, são necessárias medidas interventivas que auxiliem na aceitação do diabético ao tratamento e estilo de vida pretendido (BORBA et al. 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, embasado nos relatórios informatizados do município, disponibilizados pela Secretaria de Saúde e pela Unidade Básica de Saúde em estudo, do município de Caçador em SC, onde o mesmo alimenta mensalmente o e-SUS. Os dados coletados são referentes ao período de janeiro a agosto de 2020, buscando o quantitativo de idosos cadastrados na unidade, portadores de Diabetes Mellitus, principalmente, aqueles insulino-dependentes, fazendo relação as comorbidades associadas e as medicações utilizadas.

Os dados foram analisados de forma a identificar a qualidade de vida desses pacientes, seus hábitos medicamentosos, além de analisar a eficácia dos programas

específicos já existentes. Isso, de forma a promover o autocuidado e a adesão desses usuários ao tratamento correto e otimizar a saúde dos mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através deste estudo foi possível analisar a prevalência de pacientes portadores de Diabetes Mellitus, o número de consultas e a assistência do Sistema Único de Saúde (SUS) com a finalidade de comparar com a pesquisa científica, percebendo-se a importância do incentivo ao tratamento e readequação das estratégias. A partir de dados comprobatórios, os idosos portadores de DM apresentam maiores possibilidades de controle glicêmico, bem como restauração da qualidade de vida, apresentando menores condições debilitantes ao fluxo das atividades diárias. Assim sendo, é importante que a assistência terapêutica seja exercida em conjunto com eventos sentinela para melhor monitoramento e aprimoramento da situação de saúde.

Por meio de uma pesquisa quantitativa obteve-se como resultado o registro total de 506 pacientes cadastrados com faixa etária entre 60 a 120 anos de idade, demonstrando a predominância deste grupo na unidade básica de saúde estudada. Foi possível verificar que no grupo destacado, 74 pacientes são portadores de DM, ou seja, aproximadamente 15% (14,62%) do total do grupo. Apesar de esta porcentagem não apresentar tanta expressividade conforme a interpretação, em conjunto com a análise qualitativa, foi possível delinear certos hábitos de vida determinantes para a composição do cenário assistencial em saúde e suas dificuldades.

Outro fator relevante para a pesquisa, foi a determinação da conduta terapêutica relativa à modalidade de medicamento, sendo dividida em dois grupos, o primeiro caracterizado pela prescrição de insulina injetável, e o segundo, pela utilização de medicamentos de via oral. Foi possível verificar que, no grupo dos pacientes estudados (74 pacientes), aproximadamente 23% utilizam insulina e 74% servem-se de outros medicamentos para o controle das taxas glicêmicas.

Por conseguinte, foram considerados os números de consultas realizadas para pacientes de Diabetes Mellitus nos meses de janeiro a agosto do ano de 2020, que apresentou uma média mensal de 35,75 consultas por mês, referente ao período analisado. Estes dados possibilitam estabelecer que cerca de 48% (48,64%) dos pacientes recebem acompanhamento mensal referente ao DM. Contudo, é possível verificar que aproximadamente 52% dos pacientes cadastrados não compõe o número de consultas para acompanhamento de Diabetes Mellitus.

Sendo assim, é concebível concluir que a avaliação dos dados demonstrou que o acompanhamento da atenção primária, referente ao número de consultas registradas, não apresenta cobertura superior à 50% dos pacientes. Este padrão ainda não pode ser definido como verídico e incontestável, pois, o acompanhamento da população pode sofrer interferência de condições adversas do meio. Sendo assim, vale salientar que, apesar de todos os esforços proferidos pela equipe de saúde no desempenho de suas atividades e execução dos protocolos determinados pelo Ministério da Saúde, as consultas tiveram suas médias modificadas em função do momento vigente, a pandemia.

Dessa forma, os dados poderão ser utilizados como base para uma estratégia de intervenção, visando aumentar a procura por atendimentos em saúde pelos indivíduos do grupo alvo, afim de prevenir e conscientizar sobre os agravos decorrentes do desconhecimento da importância desse cuidado.

Com a análise dos dados, foi verificada a necessidade de divulgar a importância da educação em saúde, principalmente no que diz respeito ao controle glicêmico durante a terceira idade, elaborando estratégias que incluam a conscientização e adesão ao tratamento disponível na Atenção Básica. Em razão aos fatos mencionados, os diabéticos deverão ser abordados e alertados sobre a necessidade de procurar a Unidade Básica de Saúde a fim de prevenir riscos associados as complicações que possam se desenvolver, além de introduzir bons hábitos de vida que visem a plenitude e restauração da saúde.

Baseado nisso, preparou-se um plano de ação para ser implementado na UBS foco do presente trabalho. A princípio, os estudantes de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe se organizarão de forma a dividir a amostra da população estudada para uma intervenção prática. Os alunos vão até a residência desses pacientes, acompanhados de uma agente de saúde da unidade básica de saúde, e vão aplicar um questionário que consiste em avaliar a qualidade de vida dos mesmos. Esse questionário se chama "Questionário de qualidade de vida SF-36". Após a aplicação do questionário, pode-se trabalhar de forma individual com a dificuldade de cada paciente.

Além disso, os alunos desenvolveram uma cartilha contendo recomendações simples que poderão melhorar os resultados do tratamento, contando com uma alimentação saudável, atividade física e controle diário do uso insulínico. Com a cartilha, evita-se o esquecimento e promove a organização e informação do diabético em relação a sua patologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diabetes Mellitus é uma patologia que possui reflexos negativos na vida dos idosos, repercutindo em seu quadro de saúde e em sua qualidade de vida. Felizmente, o uso de medicamentos associado a uma alimentação saudável e a prática de atividades físicas torna possível que o diabético tenha uma vida normal, pois possuem grande potencial de resolutividade. Além disso, intervenções como a das Redes de saúde pública e a que os alunos de medicina desenvolverão são de fundamental importância para reduzir o sofrimento do indivíduo, melhorando sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BORBA, Anna Karla de Oliveira Tito et al. Fatores associados à adesão terapêutica em idosos diabéticos assistidos na atenção primária de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 953-961, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diabetes (diabetes mellitus): sintomas, causas e tratamento, 2019. Disponível em: <http://saude.gov.br/saude-de-a-z/diabetes>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica, 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_diabetes_mellitus_cab36.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

FARIA, Heloisa Turcatto Gimenes et al. Qualidade de vida de pacientes com diabetes mellitus antes e após participação em programa educativo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 47, n. 2, p. 348-354, 2013.

MENEZES, Marina et al. Qualidade de vida e diabetes mellitus: autopercepção de adolescentes de uma cidade do sul do Brasil. **Psic.: Teor. e Pesq., Brasília**, v. 35, p. e35430, 2019.

MIRANZI, Sybelle de Souza Castro et al. Qualidade de vida de indivíduos com diabetes mellitus e hipertensão acompanhados por uma equipe de saúde da família. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 672-679, 2008.

SANTOS, Ranailla Lima Bandeira dos; CAMPOS, Monica Rodrigues; FLOR, Luisa Sório. Fatores associados à qualidade de vida de brasileiros e de diabéticos: evidências de um inquérito de base populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1007-1020, 2019.

Sociedade Brasileira de Diabetes. Tipos de diabetes., Disponível em:

<https://www.diabetes.org.br/publico/diabetes/tipos-de-diabetes#:~:text=O%20Tipo%20%20aparece%20quando,mas%20crian%C3%A7as%20tamb%C3%A9m%20podem%20apresentar>. 2019. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

Prevalências e fatores associados a condutas preventivas do câncer de mama em mulheres adultas de uma UBS de Caçador-SC

Ana Carolina Hauth Leite, anahauthleite@hotmail.com¹

Andressa Gorny, andressagorny@hotmail.com²

Jéssica Favretto, jessica.favreto@hotmail.com³

Andreia V. S. Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁴

Dayane C. Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁵

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁶

Resumo - Visto que as doenças relacionadas a saúde da mulher são cada vez mais estudadas, este projeto tem como objetivo identificar as ações preventivas do câncer de mama em mulheres de todas as idades as quais realizam consultas, em uma Unidade Básica no município de Caçador/SC. Felizmente, hoje conta-se com uma série de procedimentos que ajudam no tratamento dessa neoplasia, bem como a possibilidade da realização gratuita de consultas nas Unidades Básicas de Saúde, além de exames laboratoriais. Para a realização da pesquisa, utilizou-se da revisão de artigos e dados quantitativos do sistema informatizado do município, que alimentam o sistema e-SUS, de mulheres cadastradas na UBS durante janeiro de 2020 à outubro de 2020, assim como a aderência dos exames de mama. Demonstrou um total de 935 mulheres consultando com um médico mastologista. Os profissionais da saúde necessitam orientar a população sobre essa doença para que aja mais procura a realização das consultas médicas em caso de detectar precocemente alguma problemática.

Palavras-chave: Câncer. Mulheres. Exames. Ações. Mama.

INTRODUÇÃO

O câncer mamário não tem somente uma causa, mas a idade é um dos mais importantes fatores de risco para a doença. Porém, existem outros fatores que aumentam seu risco, como fatores genético-hereditários, ambientais ou hormonais (BRASIL, 2014). Nesse sentido, a mulher que possuir um ou mais desses fatores é considerada com risco elevado para desenvolver câncer de mama (INCA, 2020).

É o tipo de câncer mais incidente em mulheres no mundo, sendo um dos maiores problemas de saúde pública atual. Essa situação se deve à dificuldade de prevenção primária, observando-se como consequência o aumento significativo na incidência e na mortalidade decorrente dessa neoplasia. No Brasil, excluídos os tumores de pele, o câncer de mama representa a primeira causa de morte por câncer na população feminina brasileira. Por exemplo, no período 2014-2018, os óbitos por câncer de mama ocuparam o primeiro lugar no país, sendo os maiores percentuais no Sudeste e Centro-oeste, seguidos pelo Sul e Nordeste (INCA, 2020).

¹ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{4, 5 e 6} Professoras do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

Desse modo, tivemos por objetivo verificar as ações preventivas a respeito do câncer de mama com mulheres de todas as idades, que são realizadas em uma Unidade Básica de Saúde no município de Caçador/SC. O intuito de investigar essa temática surgiu pelo acompanhamento de um caso de câncer de mama dentro da Unidade de Saúde enquanto nós, acadêmicas, fazíamos as vivências e acompanhamentos domiciliares semanais. Nessa perspectiva, é imprescindível levar conteúdo de cunho científico que contribuam para a saúde das mulheres propensas ao desenvolvimento do câncer de mama ou, então, as que já convivem com essa patologia. Somente assim se promoverá condições de prevenção, de atendimento médico e de melhoria no tratamento, como também, contribuirá no aprendizado dos acadêmicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O câncer de mama é uma doença causada pela multiplicação desordenada de células da mama. Esse processo gera células anormais que se multiplicam, formando um tumor. Os sintomas mais comuns dessa neoplasia são o aparecimento de nódulo, geralmente indolor, duro e irregular, pele da mama avermelhada e retraída, alteração no bico do peito, pequenos nódulos na região embaixo dos braços (axilas) ou no pescoço e também, saída de líquido anormal das mamas. (INCA, 2020).

Existem vários tipos de câncer de mama e alguns se desenvolvem rapidamente e outros não, sendo que a maioria dos casos tem boa resposta ao tratamento, principalmente quando diagnosticado e tratado no início. O câncer de mama é um dos tipos de câncer mais comum, e também o que causa mais mortes pela neoplasia em mulheres, porém homens também podem ter câncer de mama, mas isso é raro (BRASIL, 2014).

Sua incidência tende a crescer a partir dos 40 anos, bem como a mortalidade por esse tipo de câncer. Na população feminina abaixo de 40 anos, ocorrem menos de 10 óbitos a cada 100 mil mulheres, enquanto na faixa etária a partir de 60 anos o risco é 10 vezes maior (INCA, 2020). O Instituto Nacional de Câncer (INCA) estima que para cada na do triênio 2020/2022, sejam diagnosticados no Brasil 66.20 novos casos dessa doença. No estado de Santa Catarina a estimativa é de 3,370 novos casos para o mesmo período. (BRASIL, 2020).

Os fatores de risco para o câncer de mama vão além da idade, existem os fatores relacionados ao estilo de vida e ambientais que aumentam a probabilidade de desenvolvimento dessa neoplasia, como por exemplo, ingestão de bebidas alcoólicas, sedentarismo e a frequente exposição à radiação. Existem também, os fatores hereditários, hormonais e reprodutivos, certos tipos de doença benigna da mama e raça. Sendo os hereditários responsáveis por apenas 10% dos casos de câncer de mama (BRASIL, 2019).

Existe a grande possibilidade de cura quando o diagnóstico dessa doença é realizado precocemente. Todavia, no Brasil os dados de mortalidade são elevados porque se descobre o câncer de mama tardiamente. Infelizmente, junto com esta realidade estão as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, carência de serviços oncológicos fora das grandes capitais, falhas nos processos de capacitação oncológica para os profissionais, descontinuidade no acesso desde os serviços de atenção básica aos serviços especializados e dificuldades de gestores estaduais e municipais organizarem os fluxos assistenciais (MACHADO, 2017).

Segundo os dados advindos do Sistema de Informação do Câncer de Mama (SISMAMA), por intermédio do SUS, cerca de metade das mamografias de rastreamento são realizadas fora da população-alvo de 50 a 69 anos, das quais a maioria é feita em mulheres com menos de 50 anos, a despeito de existirem diretrizes nacionais há mais de dez anos recomendando a mesma à população-alvo devido a maior chance de detectar a possível neoplasia. Com base em dados nacionais registrados no SIA-SUS, a cobertura do rastreamento entre mulheres com idades entre 40 e 49 anos foi semelhante à da população-alvo de 50 a 69 anos. Um estudo recente que avaliou as informações da Pesquisa Nacional de Saúde também mostrou que o percentual de mulheres com pedido médico de mamografia de rastreamento no Brasil na faixa etária de 40 a 49 anos não difere muito da faixa de 50 a 69 anos, tanto no SUS quanto na saúde suplementar (MIGOWSKI, 2018).

Todas as mulheres, independentemente da idade, devem conhecer o seu corpo para identificar as alterações suspeitas em suas mamas. Além desses autocuidados, mulheres de todas as idades precisam realizar a mamografia diagnóstica para avaliar uma alteração suspeita na mama, além de visitas regulares ao ginecologista para a avaliação clínica de rotina. Para as mulheres a cima de 50 a 69 anos, é recomendada a mamografia de rastreamento que deve ser realizada a cada dois anos (BRASIL, 2014).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa realizada em uma UBS do município de Caçador-SC na qual extraiu-se dados disponibilizados pela secretaria municipal de saúde pelo sistema informatizado, que alimenta mensalmente o e-SUS. Esses dados se referem as mulheres cadastradas na Unidade Básica de Saúde as quais realizaram consultas preventivas no período de janeiro a outubro de 2020.

Realizou-se, também, pesquisas bibliográficas fundamentadas em publicações científicas com dados de artigos da Scielo e BVS Saúde que norteiam a qualidade e a busca da realização de mamografias. A publicação dos artigos científicos utilizados acontece do ano 2014 a 2020, em idioma português, dos quais extraiu-se informações e dados quantitativos a respeito do câncer de mama e adesão de mamografias. Para facilitar a pesquisa usamos descritores como: câncer, mama, neoplasias, mulher, doença, exames.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população de mulheres cadastradas na Unidade Básica do município de Caçador/SC é de, aproximadamente, 2773 mulheres. Dessas, pelo menos 1439 possuem mais de 40 anos de idade. Através dos dados advindos do sistema informatizado e-SUS, obtivemos um total de 935 mulheres que realizaram o exame de mamografia do dia 1º janeiro a 31 de outubro de 2020 com idade de 1 ano a 55 anos. Desse total de consultas, 906 mulheres possuem mais de quarenta anos e que, segundo o Ministério da Saúde, preconizam a maior faixa etária no aparecimento de neoplasias.

Os dados extraídos dos artigos da SciELO, no ano de 2018, reverenciam uma menor adesão por mulheres em idades suscetíveis a patologias mamárias. Esses dados demonstram que há uma menor procura por consultas preventivas, fato pelo qual muitas mulheres demoram a diagnosticar o câncer de mama e são, então,

submetidas a processos de tratamento mais invasivos que muitas vezes acabam por não obter o resultado positivo esperado (MACHADO, 2017).

Assim, visando a importância das ações preventivas sobre o câncer de mama em mulheres de todas as idades, salienta-se a necessidade do autoexame, o conhecimento sobre os sinais e sintomas apresentados, além da realização periódica de consultas médicas preventivas do diagnóstico mamário. Diante do exposto, torna-se possível a detecção precoce dessa neoplasia, bem como a possibilidade de um tratamento mais assertivo em caso de necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do Projeto de Pesquisa foi perceptível a necessidade de ações para a população feminina buscando levar a importância do exame de toque, como também o hábito anual em realizar consultas médicas com um mastologista, principalmente, para mulheres com mais de 40 anos de idade.

Levando em consideração os dados apresentados, conclui-se que ainda há pouca procura das mulheres, principalmente, as que se encontram em idade de maior risco. Infelizmente, esse fator se torna preocupante para a saúde delas e requer que os profissionais da saúde salientem a importância da procura por um mastologista, bem como a consulta anual preventiva.

Assim, buscando levar o conhecimento e a importância do autoexame, como também maior adesão da mamografia em mulheres com 40 anos ou mais, pretende-se, no próximo semestre, inserir na UBS de estágio palestras sobre o câncer de mama e encontros mensais com as mulheres cadastradas na unidade para salientar a importância do autocuidado.

Diante do exposto, salienta-se a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, entre outros para qualificar e ampliar o atendimento e o diagnóstico precoce nas mulheres com câncer de mama. Além disso, é indispensável ter uma vida equilibrada e balanceada, incluir a prática do autoexame/autocuidado, o acompanhamento regular com especialista, a prática de atividades físicas rotineiras para que haja uma maior prevenção contra o câncer de mama, medidas estas que devem ser sempre incentivadas pelos profissionais de saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Dados advindos da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador/SC e Prefeitura Municipal de Caçador/SC.

REFERÊNCIAS

GOVERNO DE SANTA CATARINA-SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE. **Câncer de Mama é o mais comum nas mulheres**. Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/noticias-geral/11705-cancer-de-mama-e-o-mais-comum-nas->

[mulheres#:~:text=Em%20Santa%20Catarina%2C%20a%20realidade,mais%20fez%20v%C3%ADtimas%20em%20SC](#). Acesso em: 06 nov. 2020

INCA INSTITUTO NACIONAL DO CANCER. **Câncer de Mama**, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama>. Acesso em: 06 nov. 2020

INCA INSTITUTO NACIONAL DO CANCER. **Conceito e Magnitude do Câncer de Mama**. 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-de-mama/conceito-magnitude#:~:text=O%20c%C3%A2ncer%20de%20mama%20%C3%A9%20o%20mais%20incidente%20em%20mulheres,1%20milh%C3%A3o%20de%20casos%20novos>. Acesso em: 06 nov. 2020

INSTITUTO NACIONAL DE CANCER JOSE DE ALENCAR GOMES DA SILVA. **A situação do Câncer de mama no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/a_situacao_ca_mama_brasil_2019.pdf. Acesso em: 09 nov. 2020

INSTITUTO NACIONAL DE CANCER JOSE DE ALENCAR GOMES DA SILVA. **Câncer de mama: é preciso falar disso**. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cancer_mama_preciso_falar_disso.pdf. Acesso em: 06 nov. 2020

MACHADO, Márcia Xavier, et al. **Significados do câncer de mama para mulheres no contexto do tratamento quimioterápico**. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/physis/2017.v27n3/433-451/pt/>. Acesso em: 11 nov. 2020

MIGOWSKI, Arn, et al. **Diretrizes para detecção precoce do câncer de mama no Brasil. III - Desafios à implementação**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csp/2018.v34n6/e00046317/>. Acesso em 11 nov. 2020

CONSULTAS DE PUERICULTURA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC¹

Ânari Pereira Pieczarka, ani.pieczarka@gmail.com²

Gabriela Bendlin Dias, diasgabibd@outlook.com³

Maykon Ribeiro, maykonribeiro4703@gmail.com⁴

Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁵

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁶

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁷

Resumo – A puericultura se faz necessária para a prevenção e a promoção da saúde infantil. Nestas consultas, devem ser englobadas diversas ações, que devem seguir a Caderneta de Saúde da Criança, avaliar seu crescimento e desenvolvimento, acompanhar o calendário vacinal, orientar aos pais sobre prevenção de eventuais incidentes, importância do aleitamento materno, higiene e identificação precoce de enfermidades. Tudo isso a fim de intervir preventivamente e evitar problemas futuros. Dessa maneira, buscou-se, por meio de dados documentais da Secretaria Municipal de Saúde, entender qual o índice de atendimentos puericulturais em certa Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC, assim como o seu planejamento e as suas maneiras de melhorar a adesão e a organização das principais ações de puericultura, para que, conseqüentemente, melhore a sua eficácia. Concluiu-se que os atendimentos puericulturais na Unidade, ocorrem em três consultas/ano para cada criança cadastrada, sugerindo uma redistribuição das consultas entre a equipe multiprofissional, assim como ações da mesma para completar as orientações feitas nessas consultas.

Palavras-chave: Puericultura. Consultas. Unidade Básica de Saúde.

INTRODUÇÃO

A puericultura se resume em um conjunto de consultas e técnicas médicas, realizadas na primeira infância, que visam o perfeito desenvolvimento físico e mental da criança. O objetivo desse acompanhamento, implementado na rede básica pelo Programa Saúde da Família, é oferecer medidas preventivas de saúde, para as crianças e os seus familiares, de modo a evitar as principais doenças da infância, para que se tornem adultos mais saudáveis (DEL CIAMPO, 2006).

A puericultura, feita de maneira adequada, possibilita mais que o acompanhamento crescimento e desenvolvimento das crianças. Pode-se melhorar a cobertura vacinal, estimular a prática de aleitamento materno, e também orientar como e quando deve ser feita a introdução da alimentação complementar, entre outras ações (FREITAS; MANDU, 2010).

Para que possam se tornar eficazes, as ações de puericultura devem ser voltadas para o atendimento focado em buscar não apenas a prevenção das doenças. Deve-se investigar o paciente e todo seu contexto biopsicossocial (SANTOS, 2012).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{5,6,7} Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Ao buscar o meio em que a criança vive, as ações médicas ficam mais fáceis de serem realizadas, pois tudo é entendido de uma maneira melhor. Evidenciando assim, a necessidade de uma boa interação com os pais e responsáveis da criança, pois sem esses é impossível de se entender as particularidades de vivência de cada um. Por isso, mostra-se necessário que os pais/responsáveis participem de forma ativa nas consultas, sejam bem orientados para que possam dar continuidade nas ações puericulturais em suas casas, visando o bem da criança (SANTOS, 2012).

Mediante o exposto, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de entender qual o índice de atendimentos puericulturais em certa Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC, assim como o seu planejamento e as suas maneiras de melhorar a adesão e a organização das principais ações de puericultura, para que, conseqüentemente, melhore a sua eficácia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A puericultura, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), atua na Atenção Primária, no sentido de promoção e prevenção de saúde infantil. Desse modo, o acompanhamento puericultural visa assegurar um desenvolvimento sadio, objetivando em um indivíduo com um futuro mais saudável e menos propenso a desenvolver patologias. Assim, se feita de maneira correta, a puericultura cumpre um dos principais eixos propostos pela Atenção Primária que é a prevenção e promoção de saúde (FERREIRA, 2017).

A rotina de puericultura, deve iniciar até o sétimo dia após a saída da maternidade, para fazer a primeira avaliação do recém-nascido, conferência da triagem neonatal, imunizações, exame físico, medidas antropométricas, orientações sobre o aleitamento materno, higiene e os principais cuidados que se devem ter com a criança (SBP, 2004). Esses cuidados devem ser mantidos durante todas as consultas posteriores, e ainda, deve-se abordar a prevenção e controle de patologias diarreicas, infecções respiratórias agudas e um acompanhamento geral do crescimento e desenvolvimento. Os registros devem ser feitos e acompanhados pela Caderneta de Saúde da Criança (DE BRITO, 2018).

A Atenção Básica recomenda que a criança tenha pelo menos sete consultas no primeiro ano de vida, sendo elas na primeira semana, segundo mês, terceiro mês, quarto mês, sexto mês, nono mês e no décimo segundo mês. Ainda, que sejam realizadas duas consultas no segundo ano de vida e a partir disso consultas anuais (SILVA, 2016).

As consultas de puericultura, podem ser realizadas pelo profissional médico, pediatra ou enfermeiros da Unidade Básica de Saúde, de acordo com a disponibilidade. Ademais, faz-se necessário uma atuação da equipe multiprofissional em atendimentos/ações que podem ser intercalados ou em conjunto (SILVA, 2016).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, no qual foram buscados dados na Secretaria Municipal de Saúde por meio do sistema informatizado, sobre o número de crianças que frequentam certa Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC e o número de acompanhamento puericultural. Juntamente, qual o número de consultas mensais de puericultura oferecidos durante o primeiro semestre de 2020. Ainda, foram coletados o número de gestantes, a fim de prever as necessidades das consultas de

puericultura. Por fim, quais as ações extras que são ofertadas para as crianças (grupos, atividades, etc.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseado nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Caçador/SC do ano de 2019, obteve-se um cadastramento de 387 crianças de zero a cinco anos na Unidade Básica de Saúde do referido bairro em estudo. O procedimento de puericultura é realizado apenas pelo médico pediatra, que atua na Unidade, duas vezes por semana, totalizando 96 consultas/mês, correspondentes a aproximadamente 1152 atendimentos anuais. Entretanto, em 2019 foram realizados 816 atendimentos e em 2020, 390 atendimentos até o momento. Observando os dados em questão cada criança cadastrada teria em média cerca de três consultas/ano.

De acordo com as premissas do Ministério da Saúde, cada criança menor de um ano precisa de em média uma consulta por mês, menores de dois anos, duas consultas por ano e a partir do terceiro ano de vida, as consultas devem ser anuais (BRASIL, 2015). Se as crianças dessa Unidade, necessitarem de retorno ou atendimento extra, em caso de adoecimentos, o atendimento se torna inviável, visto a quantidade disponível de consultas.

A Estratégia de Saúde da Família preconiza que o atendimento puericultural seja realizado também pelo Médico de Saúde da Família e por um profissional de enfermagem, assim como outros membros da equipe multiprofissional que podem participar desse atendimento (BRASIL, 2015).

Observando os dados gestacionais do ano corrente, até o momento, nota-se uma projeção do nascimento de 34 crianças nos próximos nove meses, podendo influenciar no aumento de atendimentos de puericultura mensais. Nessa unidade de saúde, percebe-se que não há ações multiprofissionais para profilaxia e prevenção de causas evitáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os dados referidos, conclui-se que há uma alta demanda de atendimentos na Unidade, mas também há boa disponibilidade de consultas puericulturais. Contudo, existe um limite de adoecimento que não pode ser previsto e tende a sobrecarregar os atendimentos pediátricos. Uma das alternativas é a qualificação do profissional enfermeiro e do Médico de Saúde da Família para atuar juntamente na causa de atendimentos.

Dessa maneira, seria de suma importância o engajamento de uma equipe multiprofissional para orientação e ações de prevenção e profilaxia de causa evitáveis, como por exemplo, grupo de pais e gestantes para troca de experiências e informações, em encontros quinzenais, com o rodízio entre o pediatra, nutricionista, enfermeiros e médicos da Unidade. Nesses encontros seriam abordados temas como aleitamento materno, primeiros socorros, cuidados com a criança, introdução alimentar, entre outras abordagens que ajudem a melhorar o conhecimento dos pais e responsáveis sobre a puericultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção à Saúde da Criança no Primeiro Ano de Vida**, 2015.

CAMPOS, Roseli Márcia Crozariol et al. Consulta de enfermagem em puericultura: a vivência do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 566-574, jun, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2020.

DE BRITO, Geovânia Vieira et al. Consulta de Puericultura na Estratégia Saúde da Família: Percepção de Enfermeiros. **Revista de APS**, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1623/Dilcelene%20Menezes%20da%20Silva%20-%20Assist%C3%Aancia%20de%20enfermagem%20em%20puericultura%20-%20um%20estudo%20bibliogr%C3%A1fico.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 nov. 2020.

DEL CIAMPO, Luiz Antonio et al. O Programa de Saúde da Família e a Puericultura. **Ciência da saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 739-743, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000300021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2020.

FERREIRA, Tainara Lôrena dos Santos et al. Avaliação do atributo coordenação do cuidado em serviços de puericultura na atenção primária à saúde. **Revista Ciência Plural**, p. 98-107, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-848600>. Acesso em: 09 nov. 2020.

FREITAS, Maria de Lourdes de Assis; MANDU, Edir Nei Teixeira. Promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: análise de políticas de saúde brasileiras. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 200-205, abr, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SANTOS, Renata Cavalcante Kuhn dos; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini. Puericultura e a atenção à saúde da criança: aspectos históricos e desafios. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 160-165, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S104-12822012000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2020.

SILVA, Dilcelene Menezes da. Assistência de enfermagem em puericultura: um estudo bibliográfico, 2016. Disponível em: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1623/Dilcelene%20Menezes%20da%20Silva%20-%20Assist%C3%Aancia%20de%20enfermagem%20em%20puericultura%20-%20um%20estudo%20bibliogr%C3%A1fico.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 nov. 2020.

TESTAGEM DO HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC

Cristiano Salini, crissalini19@hotmail.com¹
Maria Eduarda Wilvert, mariawilvert@gmail.com¹
Maria Heloisa Testoni, mariahelotestoni@gmail.com¹
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br²
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br²
Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br²

Resumo – O HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana, atua atacando o sistema imunológico do organismo, afetando principalmente os linfócitos chamados TCD4+. Para a regressão dos sintomas e estabilidade do bem estar dos indivíduos infectados existe um tratamento, entretanto, não há cura. A transmissão dessa infecção sexualmente transmissível (IST) ocorre através de relações sexuais desprotegidas, contato com mucosas ou sangue dos contaminados e ainda, via congênita. Por conta da gravidade desse vírus para o organismo, salienta-se a importância da adesão a prevenção ou tratamento da doença em questão. O presente estudo objetivou evidenciar o número de indivíduos que realizaram a testagem para o HIV entre 2019 a 2020 em uma UBS no município de Caçador-SC a partir de um estudo quantitativo através da obtenção de dados epidemiológicos do município de Caçador – SC. Como resultado, observou-se que o número de testagens durante os anos evidenciados foi baixo se comparado ao número de habitantes e do total de Unidades Básicas no município. Concluiu-se dessa maneira que, as políticas públicas de prevenção e de estímulo as testagens rápidas do HIV ainda são pouco efetivas para alcançar e conscientizar toda a população quanto a importância da promoção de saúde.

Palavras-chave: HIV. IST. Prevenção. Incurável. Tratamento.

INTRODUÇÃO

A aids é a doença causada pela infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). O vírus ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. O vírus é capaz de alterar o DNA dessa célula e fazer cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Desde a primeira fase de 1980, quando surgiram os primeiros casos de HIV no Brasil são evidentes os esforços para o enfrentamento da epidemia. Entretanto, a doença ainda age como um grande problema de saúde pública no país, posto que, apesar dos avanços nas medidas de prevenção e promoção da saúde tenham ocasionado uma queda nas taxas de infecção e da mortalidade, atualmente os números voltaram a subir. (BRITO, 2001).

Destaca-se que é de extrema importância conter a disseminação do vírus pensando além do tempo presente, como um compromisso com as futuras gerações. É preciso convencer e explicar as informações verdadeiras através da comunicação em massa a respeito do assunto à todos aqueles que mantêm a vida sexual ativa,

¹Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

²Professores do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

esclarecendo a obrigatoriedade do sexo seguro com a utilização do preservativo como a única forma de prevenir o contágio com HIV (VILLARINHO, 2013).

De acordo com o contexto citado brevemente acima, o presente estudo busca conhecer a proporção de pacientes portadores de HIV e incentivar práticas de prevenção de saúde em relação a essa IST pela Estratégia de Saúde da Família no município de Caçador-SC em uma Unidade Básica de Saúde. Além disso, busca-se identificar quantos indivíduos realizaram o teste de HIV no ano de 2019 e 2020 na UBS e no município em questão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No início da década de 1990 o termo “vulnerabilidade” ganhou destaque no campo da saúde na busca de estratégias para o enfrentamento da AIDS. De acordo com Ayres e colaboradores (2003), o conceito de vulnerabilidade é expresso por um “conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados ao grau e modo de exposição a uma dada situação e, de modo indissociável, ao maior ou menor acesso a recursos adequados para se proteger das consequências indesejáveis daquela situação”. A adoção desse conceito substitui noções de grupos de risco rotuladoras e reprodutoras de estigmatização.

Nesse sentido, de acordo com Garcia *et al.* (2010) em um estudo realizado com 64 indivíduos sexualmente ativos, residentes nos municípios de São Paulo (n = 32) e Recife (n = 32), o nível de conhecimento a respeito da prevenção e tratamento das IST's demonstrou-se preocupante. Os participantes relataram como principal fonte de informação os meios de comunicação em massa, os mais jovens afirmaram obter conhecimento por meio da internet. Atentou-se durante a pesquisa para informações erradas, principalmente dos mais velhos e menos escolarizados a respeito dos meios de transmissão e prevenção.

Além disso, ainda de acordo com o estudo de Garcia *et al.* (2010), o nível de conhecimento dos participantes com maior nível de escolaridade sugeriu uma possível falha na transmissão de conhecimento através das instituições escolares. No quesito formas de prevenção da HIV/Aids, todos os entrevistados citaram o uso do preservativo durante as relações sexuais. Alguns entrevistados ainda revelaram utilizar a exclusividade sexual, o conhecimento e a diminuição de parceiros como um meio de prevenção. Ademais, o depoimento de um homem com escolaridade fundamental chamou atenção, o participante afirmou que a higienização do pênis entre as práticas sexuais é uma prática preventiva. Em outro depoimento, outro indivíduo com escolaridade média, revelou que utiliza como meio de prevenção o controle do seu “fluxo urinário”.

Ambos os depoimentos demonstram uma associação entre a doença e a higiene, porém, nota-se que ainda se acredita que o adoecimento é provocado por contágio de micro-organismos facilmente elimináveis pelo processo de higienização. Demonstra-se desse modo uma falha na disseminação de informações, tanto do sistema escolar quanto das campanhas públicas. Conforme Garcia *et al.* (2010), os entrevistados relataram que a sazonalidade das campanhas preventivas prejudica o processo de educação sexual, citando como exemplo as campanhas realizadas durante o período da comemoração do carnaval, além disso, os participantes criticaram a linguagem utilizada e o conteúdo presente nas campanhas.

Ademais, Garcia *et al.* (2010) declara que alguns participantes afirmaram que utilizam a camisinha para prevenção da gravidez, não lembrando da sua importância como o único método de prevenção de IST's. As mulheres ao serem questionadas a respeito do uso de preservativos, afirmaram que a confiança no parceiro é um dos

motivos para a não utilização, além disso, o fator cultural também age interferindo, haja visto que muitas mulheres ainda são submissas aos homens que, em grande parte não aceitam que a mulher realize a prevenção, algumas mulheres ainda citaram o medo do julgamento ao solicitar que o homem utilize a camisinha.

Ainda nessa temática, Brito, Castilho e Szwarcwald (2001) salientam que antigamente essa doença era uma questão de desigualdade social, mas que na atualidade não se pode considerar dessa forma, ainda que as principais causas dessa epidemia sejam a heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização. De acordo com esse estudo, as práticas sexuais seguras em homossexuais e bissexuais tiveram uma baixa considerável representam apenas 16% dos casos, ainda a transmissão heterossexual era de 6,6% em 1988 e aumentou para 39,2% em 1998, porém, as justificativas para esse aumento não são eficazes tendo em vista que, houve um aumento no controle de sangue e hemoderivados, os testes laboratoriais tornaram-se mais acessíveis e resolutivos.

Nesse período, a falta de proteção, instrução e conhecimento por parte da população atuaram como os principais mecanismos para a prevalência da doença. Brito, Castilho e Szwarcwald (2001) estimaram em 536.920 o número de pessoas de 15-49 anos e o de 12.898 o número de gestantes infectadas pelo HIV no Brasil em 1998. A pesquisa indicou também que o número de gestante positivadas para a imunodeficiência humana em 12.898 sendo 0,4% do total de gestantes. Porém, o Ministério da Saúde relatou que somente 2.512 receberam a zidovudina injetável que serve para o tratamento de doenças de diminuição congênita no momento do parto.

Ademais, segundo Santos *et. al.* (2002) em um grupo de 148 mulheres, a média de parceiros sexuais era quatro. Sendo que, a metade das participantes, mesmo infectadas continuaram sua vida sexual. Dessa pesquisa, 76% das participantes já possuíam filhos e 21% ainda pensavam em ter. Evidenciando também, que a maioria dessas mulheres não tinham estudo superior ou renda própria, o que esbarra na relação de falta de conhecimento, perspectiva de vida, além de baixo nível socioeconômico.

Concomitante Santos *et. al.* (2002) relataram que a média das mulheres que sofreram abuso sexual ao menos uma vez foi de 22%, sendo que desde que descobriram a soropositividade para o HIV menos da metade do total de mulheres entrevista mantiveram sua vida sexual ativa, embora mais da metade ainda tenha o desejo do sexo. Essa recusa se dá pelo fato dessas mulheres possuírem vergonha de conversar sobre o assunto com seus parceiros. Além disso, Santos *et. al.* (2002) apresentaram que a maioria das mulheres teve sua vida alterada por conta da infecção, haja visto que elas possuem medo de transmitir para seus parceiros, além de terem referido aumento no estresse, relatando também que se sentem menos sensuais e acabaram por perder o apetite sexual.

Diante do exposto, observou-se ainda no estudo de Santos *et. al.* (2009) que, a submissão das mulheres frente aos homens e o preconceito existente torna elas mais susceptíveis as IST'S e mais vulneráveis psicologicamente. Outrossim, toda a questão da baixa escolaridade e falta de conhecimento de toda a população, potencializam a aquisição da doença mesmo nos tempos modernos. Dessa maneira, faz-se necessário a manutenção e implementação de novas medidas para diminuir drasticamente essa doença.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa quantitativa com base nos dados adquiridos pela Secretaria de Saúde e vigilância epidemiológica do município de Caçador - SC, através do sistema informatizado de saúde que alimenta mensalmente o e-SUS, buscando o quantitativo de acompanhamentos referentes à temática HIV. Para a comparação das informações e obtenção de resultados fidedignos e fundamentados, utilizou-se de uma revisão de literatura a respeito do conteúdo. Os descritores para a busca aplicada na BVS foram: HIV, prevalência, prevenção. Delimitou-se a pesquisa para os últimos dez anos, idioma português e preferência pelas bases Lilacs, Medline e Scielo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o conteúdo já exposto, destaca-se a falta de informação e conhecimento a respeito dos meios de prevenção do HIV como um fator central e desencadeante para a transmissão da IST ainda apresentar-se como um problema de saúde pública na sociedade. Dessa forma, analisando esse contexto no qual muitas pessoas podem estar acometidas pela doença, é inegável a importância da realização de testagens. A partir disso, foi realizada uma solicitação de dados para Prefeitura Municipal de Caçador, com o intuito de quantificar o número de testagens da UBS em estudo. Essa quantificação deu-se entre o mês de janeiro de 2019 e novembro de 2020, totalizando 48 testagens. Ainda, no município de Caçador, no período de tempo do dia 1º de janeiro de 2019 até o dia 1º de janeiro de 2020 em um cenário pertencente a 13 Unidades Básicas de Saúde, contabilizou-se ao total, 2775 testes.

Nesse contexto, segundo Santos et. al. (2009), em uma pesquisa realizada com 3822 gestantes relatou-se que mais de 53% das participantes não tinham realizado o teste rápido de HIV até a consulta do pré-natal. Ademais, segundo o Ministério da Saúde (2019), existem cerca de 900 mil pessoas infectadas por HIV no país, sendo que 135 mil não sabem que possuem o vírus. Ressalta-se dessa maneira como a baixa efetividade das campanhas de prevenção e realização de testagens e ainda, a desinformação da população a respeito da gravidade dessa IST atuam para o a contaminação desenfreada da população com o vírus.

Nesse mesmo sentido, no município de Caçador-SC evidenciou-se 1794 testagens realizadas no ano de 2019 e outras 981 testagens no ano de 2020, é válido ressaltar que o município possui uma população segundo o IBGE (2019) de 78.313 habitantes. Destaca-se assim, que o número de testes realizados é desproporcional se comparado ao número total de habitantes da cidade. Além disso, pode-se confirmar a redução de 45% de testes realizados de 2019 para 2020. Salienta-se que essa redução deve-se ao desconhecimento da população sobre a IST em questão, as discrepâncias de gêneros na sociedade, a baixa efetividade das campanhas de prevenção e excepcionalmente no ano de 2020 a pandemia do Coronavírus, haja visto que essa causou um grande alarme na população que por meses evitou a procura de serviços médicos.

Infere-se, portanto, que, as políticas públicas de prevenção e de estímulo as testagens rápidas do HIV ainda são pouco efetivas para alcançar e conscientizar toda a população quanto a importância da promoção de saúde. Diversos fatores são contribuintes para as baixas taxas de testagens e por isso, deve-se investir, incentivar e atentar-se a meios de informação e conscientização da comunidade constantemente a respeito da gravidade do HIV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as evidências expostas, considera-se a necessidade de investigações e estudos em formas de efetivar em todo o território e para toda a população as políticas públicas de prevenção e estímulo a testagem para o HIV. Considera-se também que o presente estudo foi realizado em ano de pandemia, dificultando e limitando a obtenção de dados e pesquisa a campo sobre o assunto. Ademais, mantém-se a ideia de que a prevenção é o melhor caminho para alcançar a estabilização da saúde pública no país. Para isso, através do curso de Medicina da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, visamos elaborar cartilhas de informação didáticas que explicitem as consequências do HIV e a importância da prevenção e testagens para a promoção da saúde. Além disso, planeja-se realizar dias de testagens em massa na UBS em questão, com a disponibilização de profissionais para sanar dúvidas e transmitir conhecimento explicativo a toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, O que é HIV. Ministério da Saúde. [INTERNET]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>. Acesso em: 27 out. 2020.
- BRITO, Ana Maria de; CASTILHO, Euclides Ayres de; SZWARCOWALD, Célia Landmann. **AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada**. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0037-86822001000200010&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2020.
- GARCIA, Sandra *et al.* Vulnerabilidades ao HIV/aids no Contexto Brasileiro: iniquidades de gênero, raça e geração. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 9-20, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902010000600003>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000600003. Acesso em: 13 out. 2020.
- IBGE. Cidades e Estados Caçador. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/cacador.html>. Acesso em 20 out. 2020.
- SANTOS, Naila J. S.; BARBOSA, Regina Maria; PINHO, Adriana A.; VILLELA, Wilza V.; AIDAR, Tirza; FILIPE, Elvira M. V. Contextos de vulnerabilidade para o HIV entre mulheres brasileiras. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2009.v25suppl2/s321-s333/>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- SANTOS, Naila Js *et al.* **Mulheres HIV positivas, reprodução e sexualidade**. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000500004. Acesso em: 20 mar. 2002.
- VILLARINHO, Mariana Vieira; PADILHA, Maria Itayra; BERARDINELLI, Lina Márcia Miguéis; BORENSTEIN, Miriam Susskind; MEIRELLES, Betina Horner Schindwein; ANDRADE, Selma Regina de. Políticas públicas de saúde face à epidemia da AIDS e a assistência às pessoas com a doença. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 66, n. 2, p. 271-277, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672013000200018>

ANÁLISE DO PERFIL DE INDIVÍDUOS TESTADOS PARA HIV EM UMA UBS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC

Ana Paula Schermack, schermacka@gmail.com¹

João Marcos Nunes Wanzeller, joao.wanzeller6@gmail.com¹

Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br²

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br²

Talita Czekster, talita.czekster@uniar.edu.br²

Resumo - O vírus da imunodeficiência humana (HIV) é um retrovírus causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) - responsável por atacar o sistema imune do indivíduo - e é considerado, desde a sua descoberta, um grave problema de saúde pública no mundo. O presente trabalho tem como objetivo identificar o perfil das pessoas testadas para HIV em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Caçador/SC entre os anos de 2017 a 2019, para isso, os dados foram coletados na Secretaria Municipal de Saúde. Dentre a população englobada pela UBS em questão, 375 pessoas realizaram os testes rápidos para o HIV. Sendo que a maioria dos casos se tratavam de indivíduos entre 15 a 35 anos de idade. Diante disso, fica evidente a necessidade de ações voltadas principalmente a esse grupo de pessoas, afim de que os possíveis casos de HIV nessa parcela da população sejam minimizados.

Palavras-chaves: Vírus da imunodeficiência humana. UBS. Teste Rápido. Atenção Básica. Perfil.

INTRODUÇÃO

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) - descoberto em 1983 por cientistas da França e Estados Unidos – se configura como um retrovírus causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), caracterizada por atacar o sistema imunológico do hospedeiro. Dessa forma, é importante ressaltar que possuir o HIV é diferente de desenvolver a AIDS, de maneira que nem todos os indivíduos que apresentam o vírus - ou seja, são soropositivos - desenvolvem a síndrome e/ou sintomas. Porém, mesmo sem sintomas esses indivíduos, quando não estão com a carga viral controlada, possuem a capacidade de transmitir o HIV para outras pessoas (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, para a execução do diagnóstico do vírus da imunodeficiência humana é necessário a realização de testes laboratoriais de triagem e/ou testes confirmatórios por meio de amostrar sanguíneas. Sendo que é necessário que se espere o período de 6 a 12 semanas após o contágio com o vírus para que então se realizem esses testes, de modo que se evite os resultados falsos-negativos – esse período em que os resultados podem dar falso negativo devido a não detecção do vírus é denominado janela imunológica (LAZZAROTTO; DERESZ; SPRINZ, 2010).

Dessa forma, o presente estudo teve por objetivo identificar o perfil das pessoas testadas para HIV em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Caçador/SC entre os anos de 2017 a 2019, a fim de traçar uma estratégia de prevenção eficiente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Almeida e Labronici (2007), o HIV/Aids, desde a sua descoberta, vêm sendo considerado um problema de saúde coletiva, de maneira que possui característica pandêmica, atingindo, assim, todas as áreas sociais, econômicas, culturais e raciais. Além disso, estima-se que em 2012 existiam no mundo 35,2 milhões de pessoas soropositivas, e desses indivíduos cerca de 530 a 660 mil estavam no Brasil. No país, no período de 2000 até junho de 2019, foram notificadas 125.144 gestantes infectadas com HIV, das quais 8.621 no ano de 2018, com uma taxa de detecção de 2,9/1.000 nascidos vivos (BRASIL, 2019).

Diante disso, a infecção inicial do HIV pode apresentar sintomas característicos de uma gripe, seguido por um grande período assintomático. Estima-se que indivíduos soropositivos e que não realizam o tratamento, possuem um tempo médio de 10 anos entre o contato com o vírus, ou seja, o contágio, e o aparecimento da doença. Além disso, como se trata de um vírus que ataca o sistema imune, o organismo fica mais suscetível ao aparecimento de outras doenças oportunistas concomitantes, que normalmente – em uma pessoa saudável – não ocorreria (BRASIL, 2013).

Ademais, no âmbito da Atenção Primária, consideram-se cinco momentos essenciais para que ocorra a vinculação, a retenção e a adesão do tratamento pelos indivíduos portadores do HIV, sendo eles: diagnóstico oportuno; vinculação do indivíduo HIV positivo a um serviço de saúde; a sua retenção no seguimento, por meio do acompanhamento e realização de exames periódicos; início da TARV e sua promoção para uma boa adesão ao tratamento, com o intuito de alcançar os objetivos finais do cuidado, e por último a supressão da carga viral e o alcance de uma qualidade de vida comparável à das pessoas que não possuem o HIV (BRASIL, 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo quantitativo, com foco na população cadastrada em uma Unidade Básica de Saúde do município de Caçador/SC, que realizou testagem rápida para HIV. Onde se realizou a verificação de relatórios do sistema informatizado de saúde, que alimenta mensalmente o sistema e-SUS, com o intuito de verificar o número de testes rápidos realizados nessa UBS, levando em consideração ambos os sexos e faixas etárias durante os anos de 2017 a 2019, a fim de traçar uma estratégia de prevenção eficiente.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Constatou-se que entre todos os 3870 habitantes pertencentes a área de abrangência da UBS, entre os anos de 2017 a 2019, 375 indivíduos realizaram o teste rápido para o HIV, sendo que as mulheres tiveram o maior destaque contabilizando 226 testes, enquanto que os homens foram responsáveis por 149, como demonstrado na Tabela 1, onde analisa os dados recebidos por meio da Secretária de Saúde do município de Caçador/SC.

¹ Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

² Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

Tabela 1-NÚMERO DE TESTES RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE INFECÇÃO PELO HIV (2017-2019)

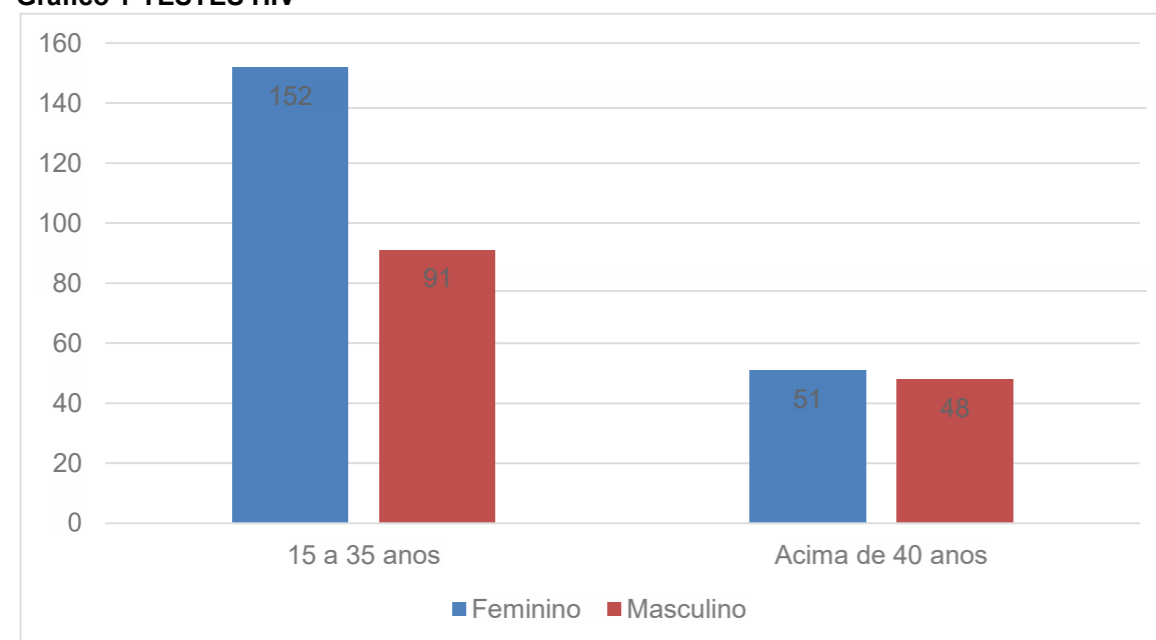
IDADE (ANOS)	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
15-20	24	53	77
21-25	25	46	71
26-30	21	32	53
31-35	21	21	42
36-40	10	23	33
41-45	8	18	26
46-50	14	11	25
51-55	12	9	21
56-60	4	6	10
61-65	7	3	10
66-70	1	3	4
71-75	2	1	3

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Caçador (2020)

Pode-se observar, ainda na tabela 1, que dos 226 testes realizados em mulheres, 85,4% são em mulheres em idade fértil (15 a 45 anos), sendo que desses testes, 23,4% apresentam idade entre 15 a 20 anos. Já em relação aos homens, nota-se uma prevalência de indivíduos testados entre 15 a 35 anos, visto que contabilizando os testes rápidos de HIV (TRH) para esse grupo de homens, chegou-se ao número de 91 testes; a partir desse período (35 anos), apenas 38,9% realizaram testes rápidos.

Ademais, os dados obtidos e demonstrados por meio da tabela 1 evidenciam que a população – pertencente a uma UBS em Caçador/SC – testada para uma confirmação do vírus da imunodeficiência humana, têm a sua prevalência de testes rápidos realizados em indivíduos com idade entre 15 a 35 anos, sendo que as mulheres são responsáveis pela maioria desses números, principalmente as que estão em idade fértil, representando, dessa forma, 51,4% do número total dos TRH. Entretanto, levando em consideração os indivíduos que possuem 40 anos ou mais, notou-se um equilíbrio em relação a preocupação com seu estado de saúde entre ambos os gêneros, sendo que foram testados 51 mulheres e 48 homens.

Gráfico 1-TESTES HIV



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Caçador (2020)

Por meio desses dados, percebe-se, então, que há uma maior procura das mulheres para a realização dos testes rápidos em relação aos homens, o que demonstra uma preocupação e um cuidado maior por parte delas no que se refere ao autocuidado e cuidado coletivo da saúde. Além disso, levando em consideração os dados obtidos, notou-se que 64,8% dos testes realizados se tratavam de indivíduos entre 15 a 35 anos de idade, o que nos evidencia a importância de serem realizadas ações e medidas preventivas voltadas, principalmente, para essa faixa etária, visto que são responsáveis por mais da metade dos testes rápidos para HIV realizados nessa população. Tais ações e medidas serão realizadas por meio de busca ativa de portadores de HIV através dos agentes comunitários de saúde (ACSs), campanhas de prevenção e testagem em massa da população pertencente a uma UBS em Caçador/SC.

LIMITAÇÕES

É preciso considerar algumas limitações na realização do estudo, de maneira que a pandemia pelo Covid-19 impossibilitou a coleta dos dados diretamente na UBS, tendo como consequência a coleta dos dados por fontes secundárias.

RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO

Sugere-se que mais estudos na área sejam realizados, que possam abranger o estabelecimento de causa e efeito entre as variáveis estudadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.R.C.B.; LABRONICI, L.M. **A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral.** Ciência & Saúde Coletiva, v.12, n.1, p.263-274, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico de HIV/Aids 2019.** Brasília, dez. 2019. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hivaids-2019>. Acesso em: 01 nov. 2020

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis: o que é hiv. O que é HIV.** Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS PARA MANEJO DA INFECÇÃO PELO HIV EM ADULTOS.** Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_manejo_hiv_adultos.pdf Acesso em: 01 nov. 2020

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS PARA MANEJO DA INFECÇÃO PELO HIV EM ADULTOS.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos>. Acesso em: 01 nov. 2020

LAZZAROTTO, Alexandre Ramos; DERESZ, Luís Fernando; SPRINZ, Eduardo. HIV/AIDS e Treinamento Concorrente: a revisão sistemática. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 149-154, abr. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-86922010000200015>.

AGRADECIMENTOS

Agrademos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ao curso de graduação de medicina e a Secretaria Municipal de Saúde de Caçador-SC.

CUIDADOS PUERPERAIS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Débora Santos de Souza, deebby.ss@outlook.com (**)
Paola Ribas Gonçalves dos Santos, paolaribas0302@gmail.com (**)
Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br (*)
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br (*)
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br (*)

Resumo – O período puerperal se inicia imediatamente após o parto e promove inúmeras alterações no organismo materno, tanto fisiológicas, quanto psicológicas. Não menos importante que o período gestacional, o puerpério requer total atenção e amparo, posto que as mudanças no corpo da mulher levam à inúmeras transformações na vida tanto da mãe, quanto do recém-nascido e dos familiares envolvidos. Desse modo, aliado ao apoio do núcleo familiar, bem como atenção da Unidade Básica de Saúde em conjunto com uma equipe multidisciplinar, os cuidados puerperais são de extrema importância para a mãe e para o bebê recém chegado. Esse estudo realizou uma análise quantitativa baseada nos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Caçador, com o intuito de obter informações quanto ao número de gestantes atualmente em uma Unidade Básica de Saúde. Outrossim, trata-se de um estudo básico quantitativo que busca acompanhar as mulheres em estado gravídico atual, bem como traçar um plano de acompanhamento para estas gestantes que, a posteriori, tornar-se-ão puérperas. Ademais, foi contemplado dentro do presente trabalho a importância em ofertar apoio multidisciplinar às puérperas e aos recém-nascidos, porém, devido a atual situação do COVID-19, não se obtiveram resultados conclusivos, gerando situações hipotéticas.

Palavras-chave: Puerpério. Pós-parto. Gestação.

INTRODUÇÃO

Segundo Mendes (2003), o nascimento é um processo que se origina desde a concepção até o puerpério, o que abrange inúmeros fatores intrínsecos e tem grande impacto na convivência pessoal e coletiva, envolvendo aspectos do contexto social e cultural. Ademais, conforme descrito, após o nascimento do bebê a mãe passa para “segundo plano”, algo preocupante, visto que o corpo da mulher no pós-parto passa por inúmeras transformações.

Conforme explanado por Costa et al. (2013), o período do puerpério é carregado de modificações no organismo da mulher após seu estado gravídico, o que implica em diversas dificuldades, tanto no âmbito fisiológico quanto psicossocial, uma vez que há significativas mudanças e percepções no que tange ao relacionamento com seu filho, cônjuge ou outros membros da sua família.

Instaurado no domínio do SUS, pelo decreto nº 1.459 de 24/06/2011, a rede cegonha assegura às mulheres assistência humanizada para a melhor experiência possível no período gravídico e pós gravídico. Assim, a assessoria prestada à mulher no período pós-parto de forma imediata, bem como a continuidade do cuidado é

(*) Professoras do curso de Medicina da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

(**) Acadêmicas do curso de Medicina da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

imprescindível para a saúde materna e neonatal, visando evitar complicações, aumentar o conforto emocional da mulher e bem estar físico do binômio mãe-bebê (GOMES; SANTOS, 2017).

De acordo com o Ministério da Saúde (2019), as unidades básicas de saúde devem ser o principal meio de entrada da gestante no sistema único de saúde, uma vez que é um ponto de atenção capacitado e planejado para atender de forma eficaz e adequada às necessidades apresentadas tanto pela gestante quanto pelo bebê, viabilizando assim um acompanhamento longitudinal e constante.

Assim sendo, objetivou-se neste trabalho identificar o acompanhamento puerperal em uma Unidade Básica de Saúde do município de Caçador, apresentar e discutir as generalidades do período de puerpério, bem como os aspectos fisiológicos, psicológicos, sociais, econômicos e psicossociais envolvidos nesta condição pós-gravídica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A mulher, desde o início da gravidez, passa por diversos períodos de transição em seu corpo. Nesse sentido, o período após o parto é o momento em que há o nascimento do bebê e que ocorrem novas variações no corpo da mulher, processo este denominado puerpério (MOREIRA; RIBEIRO, 2017).

O puerpério é considerado um período cronologicamente variável, uma vez que seu término é imprevisível e o organismo de cada mulher é diferente. Além disso, durante esse momento, sabe-se que enquanto a mulher amamenta, também sofrerá modificações decorrentes da gestação (lactência, alterações hormonais, anatômicas como nas mamas), o que pode ocasionar alterações em seus ciclos menstruais normais (MESTIERI; MENEGUETTE, 2005).

Além disso, embora o puerpério não possua o seu término definido, pode-se dizer que a duração da fase após a expulsão do feto e da placenta, até a volta do organismo materno às condições pré-gravídicas, tem duração em média de seis a oito semanas. Vale ressaltar que o puerpério pode ser dividido em Imediato (até dez dias pós o parto), tardio (parte do décimo primeiro dia até o quadragésimo segundo) e remoto (a partir do quadragésimo terceiro dia) (TAKAKI, 2009).

O ciclo gravídico-puerperal é uma experiência única na vida da mulher, período no qual ocorrem diversas alterações tanto anatomofisiológicas como psíquicas, modificações das quais requerem cuidados. Dessa forma, faz-se necessário que os cuidados com a saúde materno-infantil se iniciem durante o pré-natal, momento no qual a mãe deve ser informada sobre os cuidados com a gestação, parto e pós-parto (BERCINI, et al; 2010).

Diante o exposto, nota-se a necessidade de os profissionais da saúde estarem informados sobre as diretrizes preconizadas pelo Ministério da Saúde em relação ao cuidado e atenção com as mulheres e aos recém-nascidos no pós-parto. Dessa forma, o Ministério da Saúde, baseado na Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PNPN), preconiza a atenção da saúde no ciclo gravídico-puerperal por meio de assistência nas primeiras semanas do pós-parto, recomendando-se visita domiciliar após a alta do bebê, por exemplo (FELICIANO; KATIA; PEDROSA, 2017).

Além disso, o Ministério da Saúde recomenda o retorno da mulher e recém-nascido ao serviço de saúde entre o período de 7 a 10 dias após o parto, sendo essas ações imprescindíveis para a primeira semana de saúde integral. Dessa forma, nota-se que essas ações são benéficas para a saúde materna e do neonato, uma vez que promove uma avaliação do estado mãe-bebê e são essenciais para transmitir

orientações sobre os cuidados básicos com o neonato para a mãe e familiares, e ainda a identificação precoce de possíveis riscos ou intercorrências à saúde da mulher e do recém-nascido (BRASIL, 2006).

Neste sentido, sabe-se que o puerpério é uma das áreas básicas de atuação da Estratégia Saúde da Família (ESF), devendo ser responsabilidade das unidades básicas de saúde iniciar os cuidados da saúde materno-infantil, desde orientações sobre o pré-natal e gestação até o período do puerpério. Para isso, cabe as UBS com sua equipe de ESF realizar o acolhimento da puérpera, por meio de visitas domiciliares e novas consultas da puérpera e neonato após o parto. Além disso, cabe à equipe multidisciplinar identificar as principais queixas e demandas das puéperas, realizando uma avaliação continuada e de forma humanizada. (FELICIANO; KATIA; PEDROSA, 2017).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo com base nos dados disponibilizados pela secretaria municipal de saúde do município de Caçador, através do sistema informatizado em saúde, que transmite mensalmente ao e-SUS, buscando o número de gestantes cadastradas em unidade de saúde do município estudado, assim como o número de consultas puerperais realizadas no período de janeiro a agosto de 2020, associando ao número total da população cadastrada na mesma unidade

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Mendes (2003), o nascimento é um processo que surge desde a concepção até o puerpério, o que abrange diversos fatores intrínsecos e tem grande impacto na convivência pessoal e coletiva, envolvendo aspectos do contexto social e cultural. Ademais, conforme descrito, após o nascimento do bebê a mãe passa por inúmeras transformações biopsicossociais e, por esta razão, a mulher deve ser orientada sobre o puerpério, para então enfrentar esse período de novas experiências com maior segurança.

Neste viés, o presente trabalho buscou identificar o acompanhamento puerperal em uma Unidade Básica de Saúde do município de Caçador, bem como apresentar e discutir as generalidades do período de puerpério. Para isso, foram coletados dados, por meio do sistema informatizado em saúde (e-SUS), afim de buscar o número de gestantes cadastradas na unidade de saúde do município estudado, assim como o número de consultas puerperais realizadas no período de janeiro a agosto de 2020, associando ao número total da população cadastrada na mesma unidade.

Assim sendo, os resultados obtidos foram que o bairro estudado atende uma população de 6.721. Além disso, dentre essa população, apenas 29 são gestantes. Em relação ao número de consultas puerperais realizadas pela unidade, os dados não foram encaminhados pela Secretaria de Saúde até o prazo previsto. Vale pontuar que, em virtude da pandemia do COVID-19, os dados coletados são secundários, uma vez que as práticas não estão sendo realizadas presencialmente nas UBS.

Dessa forma, pode-se notar que as mulheres dessa Unidade Básica que estão no período gravídico se tornarão puéperas. Diante o exposto, faz-se necessário que a UBS em questão, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), inicie os cuidados da saúde materno-infantil, com orientações sobre o pré-natal, gestação e principalmente ao puerpério. Para isso, cabe a esta UBS, adjunto a sua

equipe, realizar o acolhimento da puérpera, por meio de visitas domiciliares, reconsulta da puérpera e neonato após o parto. Além disso, cabe a equipe multidisciplinar identificar as principais queixas e demandas das puérperas do bairro, realizando uma avaliação continuada e de forma humanizada (FELICIANO; KATIA; PEDROSA, 2017).

Na mesma perspectiva, o presente trabalho traz como sugestões de ações para a UBS do bairro do município de Caçador o acompanhamento das puérperas individualmente, por meio da elaboração de um questionário online para melhor conhecê-las. Esse questionário deve ser realizado de acordo com o período gestacional, além de recorrência de consultas e adaptação da gestante. Ademais, tal questionário deve ser estruturado dando ênfase em cada caso com suas particularidades como moradia, situação econômica e estado geral de saúde, visando ações que auxiliem na qualidade dos cuidados da gestante e posteriormente da mãe e do recém-nascido.

Outrossim, diferente ação proposta seria analisar quais intervenções a Unidade Básica já implementa para a saúde das gestantes e puérperas, afim de contribuir para análise do contexto geral dos atendimentos realizados pela unidade, bem como para traçar planejamentos da saúde puerperal que contribuam para diminuir a mortalidade e melhoria na saúde da mãe e da criança. Assim, visa difundir conhecimentos direcionados às mães e incentivar o autocuidado, bem como realizar o acompanhamento adequado do binômio mãe-bebe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da pesquisa, algumas limitações foram enfrentadas. Alguns dados solicitados à secretaria de saúde, como o número de consultas puerperais realizadas pela unidade em estudo, não foram repassados até o prazo previsto, o que pode sugerir uma falha no próprio sistema ou que os dados não foram coletados e registrados corretamente. Além disso, o principal empecilho da pesquisa foi em virtude da pandemia do COVID-19, visto que tal situação impediu que os pesquisadores fossem até a unidade básica do município de caçador acompanhar as gestantes e vivenciar na prática como a equipe de ESF realiza o cuidado da saúde das gestantes, puérperas e recém-nascidos do município.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Bárbara Helena de Brito; BRITO, Rosineide Santana de. Consulta Puerperal: O Que Leva As Mulheres A Buscarem Essa Assistência? **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 13, n. 5, p. 1163-1170, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027984021.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020

BRASIL. Ministério Da Saúde. Pré-Natal E Puerpério: Atenção Qualificada E Humanizada. 2006. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459, de 24 de Junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS-a Rede Cegonha. **Diário Oficial da União**, 2011.

CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, 12., 2013, Belém. **Conhecimento da gestante sobre gestação, puerpério e cuidados com o recém-nascido.** Disponível em: <https://cmfc.emnuvens.com.br/brasileiro/article/view/724/720>. Acesso em: 28 out. 2020.

CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, 12., 2013, Belém. **Avaliação sobre cuidados no puerpério e com recém-nascido em ESF em Cuiabá - MT.** Anais do Cbmfc: 2013. Disponível em: <https://cmfc.emnuvens.com.br/brasileiro/article/view/564/562>. Acesso em: 28 out. 2020.

FRANCISQUINI, Andréa Rodrigues *et al.* Orientações recebidas durante a gestação, parto e pós-parto de um grupo de puérperas. **Ciência Cuidado e Saúde**, Maringá, jul. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/13826/7193>. Acesso em: 23 out. 2020

FAISAL-CURY, Alexandre; MENEZES, Paulo Rossi. Ansiedade no puerpério: prevalência e fatores de risco. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 28, mar. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-72032006000300006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 22 out. 2020.

GOMES, Gabriella Farias; SANTOS, Ana Paula Vidal dos. **ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PUERPERIO.** 2017. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1407/1081>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MENDES, Margarete Fernandes. **Puerpério Na Atenção Básica: As Interfaces Da Assistência Institucional E Das Práticas De Cuidados De Saúde.** 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Niversidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84852/195375.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 out. 2020.

MIRANDA, Denismar Borges; MAROSTICA, Flávia Cristina; MATÃO, Maria Eliane Liégio. Influência do fator cultural no processo de cuidado puerperal. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, Goiás, v. 6, n. 3, p. 2444-2459, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5555805>. Acesso em: 26 out. 2020.

MOREIRA, Ana Flávia Gonçalves; RIBEIRO, Marcus Vinícius Paixão. A (In) Existência Do Estado Puerperal De Acordo Com A Medicina Forense. **Revista Unifenas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 109-119, 2017. Disponível em: <http://revistas.unifenas.br/index.php/BIC/article/download/177/115>: 23 out.2020.

TAKAKI, Muriel Takaki Ricardo de Jesus. **O estado puerperal.** Presidente Prudente, 2009. Disponível: Acesso em: 25 mar. 2017.

IMPORTÂNCIA DA HIGIENE BUCAL NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS EM CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA DE 6 A 10 ANOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA REGIÃO DO MEIO OESTE CATARINENSE

Débora Helena Bini, deborabini31@gmail.com¹
Lucas Bottesini dos Santos, bottesinilucas@gmail.com¹
Luiz Carlos Pereira da Silveira, dr.silveiraluiz@gmail.com¹
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br²
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br²
Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br²

Resumo – A higiene bucal é a prática que promove a limpeza da cavidade oral a fim de evitar o aparecimento de cáries, gengivite, periodontite, endocardite bacteriana, entre outras doenças. A importância do ensinamento apropriado à população sobre a conduta referente à saúde bucal de crianças é eficiente para o desenvolvimento e execução de ações complementares de saúde pública para promover uma melhor qualidade de vida. O presente estudo visa conhecer as ações de acompanhamento de saúde bucal em crianças de 6 a 10 anos adscritas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Caçador. Os dados foram coletados no sistema e-SUS e fornecidos pela secretaria de saúde, onde verificou-se que a UBS em análise apresenta o registro de 518 crianças e, que apenas 187 desses usuários tiveram atendimentos prestados pelo setor odontológico no período de janeiro de 2019 a outubro de 2020. Desta forma, conclui-se que apenas 36% da população na faixa etária analisada tiveram assistência médico-odontológica, o que evidencia um quadro preocupante pelo baixo índice de comparecimento a UBS para a prevenção de doenças causadas pela higiene bucal.

Palavras-chave: Higiene bucal. Saúde bucal. UBS. Crianças. Prevenção.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a prevalência de cárie na população, em geral, tem apresentado reduções significativas nos últimos anos, na maioria das faixas etárias estudadas. Entretanto, os índices de cárie tipo mamadeira, ainda vigentes, representam um importante indicador da precária saúde oral em crianças, tal fato vem contribuindo para o aumento do risco e progressão da doença em idades subsequentes (RAMOS, 1999)

O ensino à saúde é essencial para o aprimoramento de programas e ações que buscam a promoção da saúde bucal. De modo que, crianças na faixa etária estudada, são mais fáceis de aprender pelo fato de possuírem a capacidade de construir conhecimento a partir do desenvolvimento de habilidades e autonomia, alcançando assim, uma boa saúde bucal a fim de evitar o aparecimento de novas doenças (GARBIN, et al., 2012)

¹ Acadêmicos do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professoras do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A disseminação desses conhecimentos, objetivando a promoção de saúde de crianças de 6 a 10 anos, portanto, representa a principal meta educacional a ser alcançada, fato que deve ser iniciado o mais precocemente possível, através da orientação às gestantes e às mães de recém-nascidos, já que estas passam a ser o principal agente para o desenvolvimento de hábitos em seus filhos (RAMOS, 1999).

Desse modo, o trabalho visa mostrar a importância da orientação sobre a saúde bucal nas pessoas através da educação de bons hábitos higiênicos, o que possibilitará a identificação de doenças em sua origem e em intervenções preventivas diminuindo a sua frequência, facilitando o seu controle e tratamento tornando-o a medicina mais preventiva e menos curativa. Assim, o presente estudo objetiva conhecer as ações de acompanhamento de saúde bucal em crianças de 6 a 10 anos adscritas em uma UBS no município de Caçador.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A importância da saúde bucal, inicia logo após receber o leite materno. A criança nessa fase, já recebe os primeiros cuidados de higiene bucal, sendo que eles servirão como prevenção de bactérias no futuro. Importância da higienização bucal começa pelas orientações dos profissionais, que no caso são os dentistas, repassando aos pais todos os cuidados necessários. Já no segundo semestre de vida os primeiros dentes de leite surgem e o cuidado se torna cada vez mais intenso. Não é porque os dentes são de leite, que não precisa ter um cuidado maior. A saúde bucal de criança está vinculada com a sua qualidade de vida, sendo ela econômica, física e social, além de possuir relação com maus hábitos alimentares. Por isso a importância desses cuidados nessa fase, podendo acarretar em problemas futuros e apresentando algumas doenças relacionadas a higiene bucal (ALMEIDA et al., 2019).

Diante dessa lacuna, a relevância da equipe saúde bucal (eSB) dentro dos serviços de saúde vem sendo reforçada e reorganizada em todos os níveis do SUS, buscando adequação diante de uma equipe multidisciplinar, nos quais se encaixam no melhor e qualificado atendimento prestado. Dessa maneira, sabe-se que a ampliação de atendimentos em saúde bucal traz benefícios para esse processo, buscando tratamentos mais eficazes, ações de prevenção tanto individual como coletiva, melhor acolhimento e vínculo para quem recebe o atendimento. Portanto é de extrema importância essa integração entre (eSB) com toda e equipe saúde da família. (SCHERER et al., 2018)

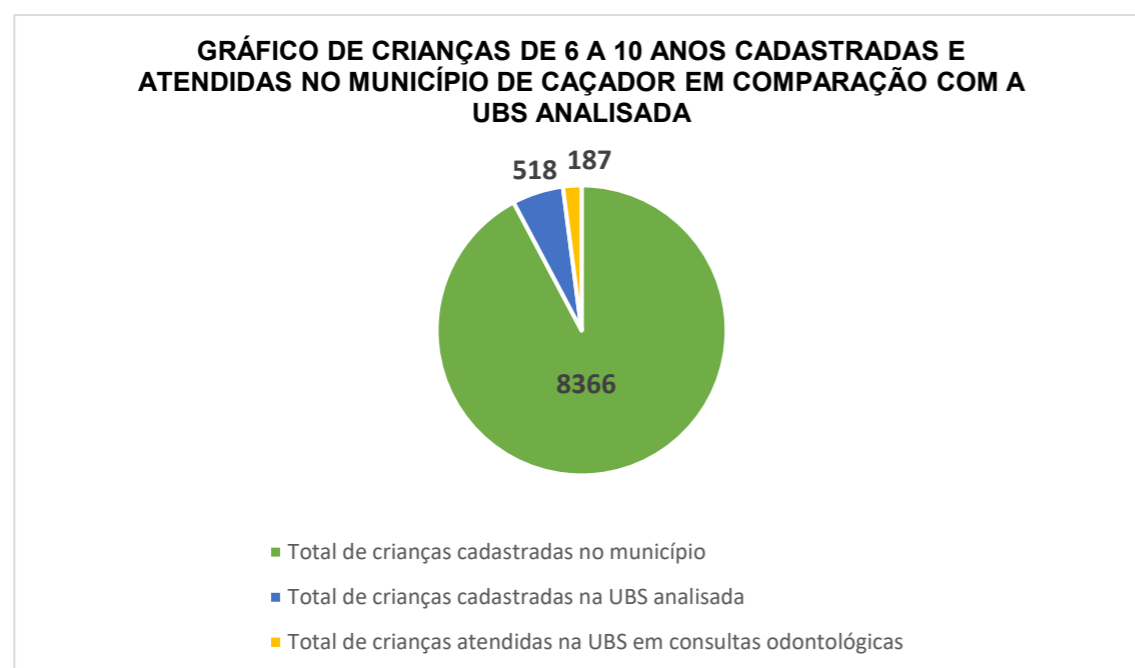
Nesse viés, um dos programas que vem se destacando, como promoção em saúde, é o Programa Saúde na Escola (PSE), que atua juntamente com Estratégia Saúde da Família (ESF). O PSE teve início em 2007, com a proposta de unir dois setores da saúde e educação com objetivos de melhorar a qualidade de vida dos alunos das escolas e educação básica. O PSE possui cinco importantes componentes: avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens das escolas públicas; promoção da saúde e ações de prevenção de doenças e de agravos à saúde; educação continuada e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens; monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; monitoramento e avaliação do programa. Assim, através desse programa, é realizado uma análise para a construção de ações de prevenção de doenças e promoção à saúde (CAVALCANTI, 2015).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa documental, descritiva, do tipo quantitativo, com ênfase no acompanhamento de crianças na faixa etária de 6 a 10 anos cadastrados em uma UBS localizada no município de Caçador, tendo como foco a saúde bucal na prevenção de doenças. Os dados coletados foram fornecidos através de relatórios disponibilizados pela secretaria de saúde do município onde situa-se a UBS, a qual é informatizado e alimentado mensalmente no sistema e-SUS pelos profissionais da área da saúde. Ademais, o período informado para a verificação de acompanhamento de crianças atendidas no consultório odontológico compreende entre janeiro de 2019 a outubro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

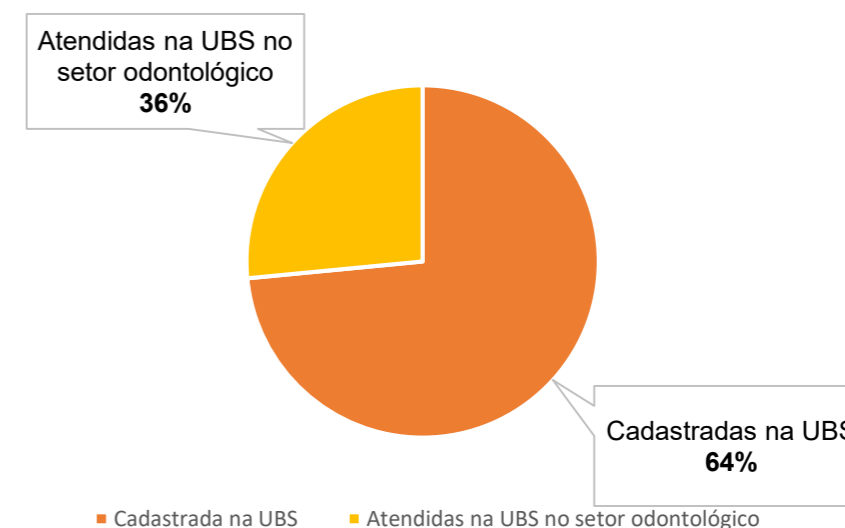
Após avaliar os dados levantados no período de 01/01/2019 a 30/10/2020, concluiu-se que a população de crianças entre 6 a 10 anos no município de Caçador é de 8366, conforme gráfico a seguir.



FONTE: os autores (2020)

Dentre essas, 518 situam-se cadastradas na UBS estudada. Foram realizados 187 atendimentos odontológicos nessa faixa etária, o que corresponde apenas 36% do público alvo, conforme dados informados pela da secretaria municipal de saúde de Caçador, conforme gráfico, a seguir:

GRÁFICO DE CRIANÇAS DE 6 A 10 ANOS CADASTRADAS E ATENDIDAS EM UMA UBS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR



FONTE: os autores (2020)

Dessa maneira, observa-se um déficit de 64% no atendimento de crianças, a qual credibiliza um estudo mais aprofundado e criação de um programa específico para minimizar tal déficit. À vista disso, a falta de higiene bucal afeta o organismo como um todo, o que pode levar o indivíduo, em especial na faixa etária estudada, a ter um aumento significativo na proliferação de bactérias, já que é nesta fase que se estimula hábitos saudáveis de saúde. Portanto, se o cuidado não for feito corretamente, essas bactérias se instalam em outras partes do corpo levando a pessoa desencadear infecções que antes o organismo não tinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os números levantados e analisando nos gráficos, é necessário a criação ou adaptação de uma política pública de saúde bucal na UBS analisada que atenda ou possibilite atender um maior número de crianças possível, evitando assim possíveis futuras doenças. Desse modo, a integração com outras áreas de atendimento social como educação, através das escolas, a assistência social e principalmente a secretaria da saúde, é de suma importância para atingir o objetivo proposto.

Sabe-se que a saúde preventiva sempre será o melhor método de controle de muitas doenças, incluindo doenças bucais e em especial nas crianças em idade escolar, pois estão no seu melhor momento para conhecer e saber cuidar de seu corpo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana Aparecida, et al. Saúde bucal infantil: ações educativas de enfermagem no Centro. **Revista Saberes UNIJIPA**, Paraná, v. 12, n. 1, p.48, jan., 2019. Disponível em: <https://unijipa.edu.br/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/4.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CAVALCANTI, Patricia Barreto; LUCENA, Carla Mousinho Ferreira; LUCENA, Pablo Leonid Carneiro. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, vol. 14, n. 2, p. 387 – 402, ago./dez., 2015. Disponível em: file:///D:/Downloads/21728-Texto%20do%20artigo-92720-1-10-20160112%20(1).pdf. Acesso em 03 nov. 2020.

GARBIN, Cléa Adas Saliba, et al. Saúde bucal e educação infantil: avaliação do desgaste e do acondicionamento de escovas dentárias utilizadas por pré-escolares. **Revista Odontologia UNESP**, São Paulo, v. 41, n.2, p. 81-87, mar./abr., 2012. Disponível em: <https://www.revodontolunesp.com.br/article/588018f97f8c9d0a098b4ef0/pdf/rou-41-2-81.pdf>. Acesso em 15 de nov. 2020.

RAMOS, Bárbara de Carvalho; MAIA, Lucianne Cople. Cárie tipo mamadeira e a importância da promoção de saúde bucal em crianças de 0 a 4 anos. **Revista de Odontologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 303-311, jul./set., 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-06631999000300016&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 10 nov. 2020.

SCHERER, Charleni Inês, et al. O trabalho em saúde bucal na Estratégia Saúde da Família: uma difícil integração? **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 233-246, out., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe2/0103-1104-sdeb-42-spe02-0233.pdf>. Acesso em 10 de nov. 2020.

ANÁLISE DOS ÍNDICES E BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM CRIANÇAS DE ATÉ 6 MESES NO ESTADO DE SANTA CATARINA ¹

Amanda Rosa Coelho, a.amanda-c@hotmail.com²
Érica Caroline Strada, ericacarolinestrada@hotmail.com³
Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁴
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁵
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁶

Resumo – O Aleitamento Materno Exclusivo (AME), além de evitar a desnutrição e diminuir os índices de mortalidade infantil, contribui para o desenvolvimento saudável da criança, promovendo o vínculo afetivo entre mãe e filho e melhorando a qualidade de vida de toda a família. Diante disso, o objetivo principal do estudo é refletir sobre a importância do AME e analisar as condições desse indicador de saúde em Santa Catarina, destacando a importância da Atenção Básica em saúde pública. O trabalho foi realizado através de uma revisão bibliográfica em bases de dados científicos e artigos publicados nos últimos 9 anos. Apesar dos avanços nos indicadores, os dados sobre o AME no Estado ainda estão inferiores ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), visto que, em 2008, foram estabelecidos parâmetros percentuais de classificação do AME em crianças menores de 6 meses: ruim de 0-11%; razoável de 12-49%; bom de 50-89% e; muito bom de 90-100%. Com isso, conclui-se que, através da melhora do nível de informação e orientação, há expectativa de aumentar a qualidade de vida de mais famílias, proporcionando maior promoção e prevenção à saúde.

Palavras-chave: Aleitamento. Materno. Exclusivo. Benefícios. Atenção Básica.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o Aleitamento Materno Exclusivo (AME) seja realizado até os 6 meses de idade e complementado até os 24 meses ou mais devido aos numerosos benefícios dessa prática para a saúde da mulher e da criança (SANTOS et al., 2019). Estudos apontam que o aleitamento materno (AM) é capaz de associar três elementos fundamentais: alimentação, saúde e cuidados, constituindo-se na melhor alternativa para a nutrição das crianças após o nascimento (SADECK; LEONE, 2013). Devido às crianças nascerem com o sistema imunológico e gastrointestinal imaturos, a introdução precoce de outros alimentos antes dos 6 meses de idade eleva os riscos de problemas digestivos, respiratórios e renais, além de interferir negativamente na formação dos hábitos alimentares (SANTOS et al., 2019).

Além disso, o conhecimento sobre o aleitamento materno é essencial e necessário para definição de políticas públicas de proteção, promoção e apoio a essa prática, necessários para elevar os índices de AME (SADECK; LEONE, 2013). No

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor(a), do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

final da década de 2000, as ações de promoção, proteção e apoio ao assunto passaram a ser desenvolvidas a partir de um ou mais dos eixos prioritários, que incluem: o eixo da atenção básica (com ênfase na puericultura), da atenção hospitalar, da rede brasileira de bancos de leite humano, da proteção legal ao AM, da mobilização social e do monitoramento dos seus indicadores (SANTOS et al., 2019).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal refletir sobre a importância do aleitamento materno exclusivo e analisar as condições desse indicador de saúde em Santa Catarina, destacando a importância da Atenção Básica em saúde pública.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A puericultura é uma área da pediatria relacionada com a prevenção e a promoção da saúde e tem como objetivo manter a criança saudável para garantir seu desenvolvimento, de modo a atingir a vida adulta sem influências desfavoráveis e problemas trazidos da infância. Suas ações envolvem o acolhimento e a assistência de todas as crianças de forma integrada, o acompanhamento periódico e sistemático para a avaliação do crescimento e desenvolvimento, o controle da vacinação, orientações aos pais e/ou cuidadores sobre a prevenção de acidentes, aleitamento materno, alimentação e nutrição, higiene individual e ambiental, bem como a identificação precoce dos agravos à saúde e a prevenção e controle das doenças diarreicas e respiratórias agudas (CAMPOS et al., 2011; BRASIL, 2014).

Além disso, o programa na Estratégia de Saúde da Família está direcionado para o desenvolvimento nos aspectos físico, emocional e social, a fim de melhorar a qualidade de vida desse público e reduzir as taxas de mortalidade infantil por causas evitáveis (DE BRITO et al., 2018). A atuação da equipe de saúde multiprofissional é essencial para assistir a criança e sua família, através da consulta de enfermagem, consulta médica, consulta odontológica, grupos educativos e visitas domiciliares, no âmbito da atenção básica (BRASIL, 2014; DE BRITO et al., 2018). Para a puericultura ser desenvolvida com integralidade, a criança deve ser analisada e compreendida em seu ambiente familiar e social, além de suas relações e interação com o contexto socioeconômico, histórico, político e cultural em que está inserida (BRASIL, 2014).

O Aleitamento Materno Exclusivo (AME) é quando a criança recebe somente leite materno, direto da mama ou ordenhado, ou leite humano de outra fonte, sem outros líquidos ou sólidos, com exceção de gotas ou xaropes contendo vitaminas, sais de reidratação oral, suplementos minerais ou medicamentos. E recomenda que esse seja realizado nos primeiros seis meses de vida (BRASIL, 2016).

Quando a amamentação não pode ser realizada pela mãe, em virtude do ingurgitamento mamário, dor nos mamilos, mamilos machucados, candidíase, bloqueio de ductos lactíferos, por exemplo, tem-se a opção dos Bancos de Leite Humano. Esses têm entre seus objetivos a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. Neste sentido, desenvolvem trabalho para auxiliar e orientar as mulheres-mães no período da amamentação (BRASIL, 2017a).

Dentre os benefícios do aleitamento materno exclusivo, destaca-se a diminuição dos riscos de desenvolver diarreia, infecção respiratória, alergias, hipertensão, colesterol alto e diabetes, redução dos índices de obesidade, melhora na nutrição da criança, tem efeito positivo na inteligência, melhora o desenvolvimento da cavidade bucal, protege contra o câncer de mama, evita nova gravidez, possui menor custo financeiro, promove o vínculo afetivo entre mãe e filho e melhora a qualidade de vida de toda a família (BRASIL, 2016).

Em 2008 o Ministério da Saúde adotou uma política voltada à promoção da amamentação na Atenção Básica, a Rede Amamenta Brasil, apoiada nos princípios da educação crítico-reflexiva, voltada para a revisão e o matriciamento dos processos de trabalho interdisciplinar nas unidades básicas de saúde, de forma a contribuir para o aumento da prevalência do Aleitamento Materno. As Atividades da Rede Amamenta Brasil na Unidade de Saúde incluem a revisão e apoio ao processo de trabalho para a promoção, a proteção e o apoio ao aleitamento materno e complementar saudável nas UBS, pactuação e implantação de ações, organização da atenção à mãe, bebê e família vivenciando todo o processo do aleitamento infantil (BRASIL, 2017b).

Uma das ferramentas na Atenção Básica para o registro e controle dessas atividades é a Caderneta de Saúde da Criança. A Caderneta é um instrumento de comunicação, educação, vigilância e promoção da saúde infantil, e que a família deve ser participante e corresponsável em sua utilização no processo de acompanhamento da saúde de seus filhos (SILVA, 2015). É responsável por registrar dados como os de identificação, história obstétrica e neonatal, crescimento e desenvolvimento, saúde bucal, visual, auditiva, vacinação, assim como contém informações sobre o aleitamento materno e alimentação. Além disso, contém ainda orientações sobre a promoção de saúde e prevenção de agravos como acidentes e violências domésticas (BRASIL, 2014).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico, buscando atentar-se as condições do aleitamento materno exclusivo, obtendo artigos científicos através das bases de dados SCIELO e Biblioteca Virtual da Saúde, com os descritores Aleitamento Materno Exclusivo; Benefícios; Atenção Básica, sendo os artigos utilizados publicados nos últimos 9 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um estudo realizado na capital de Santa Catarina, Florianópolis, em 2011, encontrou-se que 27,5% das crianças foram amamentadas exclusivamente ao seio por menos de um mês ou nunca foram exclusivamente amamentadas, 36,6% das crianças foram amamentadas exclusivamente por período de um a três meses de idade e 30,6% foram exclusivamente amamentadas por um período de quatro a seis meses (GONSALEZ et al., 2017). Já em um estudo realizado em uma Unidade Básica de Saúde de Balneário Camboriú/SC, constatou-se que apenas 31,2% das crianças com menos de 6 meses estavam em aleitamento materno exclusivo. Esses números estão abaixo da média nacional que é de 41%, da média da região Sul e de 52,4% da capital do estado, Florianópolis (SILVA, 2016).

Apesar de todo o esforço do governo federal, os dados sobre o AME ainda estão a baixo do esperado e recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), visto que em 2008, a OMS estabeleceu parâmetros percentuais de classificação de dados sobre o AME em crianças menores de 6 meses: ruim de 0 - 11%; razoável de 12 - 49%; bom de 50 - 89% e; muito bom de 90 - 100% (SILVA, 2016).

Contudo, segundo dados recentes divulgados pelo Ministério da Saúde durante a Semana Mundial de AME I2020, os índices de amamentação no Brasil cresceram nos últimos anos. Em pesquisa realizada em março desse mesmo ano, 60% das crianças menores de quatro meses e 45,7% menos de 6 meses se alimentam

exclusivamente de leite materno e mais da metade (53%) das crianças continuam sendo amamentadas no primeiro ano de vida. Esses números refletem um aumento de 15 vezes na prevalência de aleitamento materno exclusivo entre as crianças menores de 4 meses, comparando com dados de 2006 (BRASIL, 2020).

O aleitamento materno exclusivo realizado até o sexto mês de vida pode evitar, anualmente, mais de 1,3 milhão de mortes de crianças menores de 5 anos nos países em desenvolvimento (COSTA, 2017).

Os estudos mostram que vários fatores estão envolvidos na prática e efetividade do AME. Dentre eles, destaca-se maior nível de escolaridade, presença de um companheiro, história de amamentação pregressa, aleitamento materno exclusivo na alta hospitalar. Em relação às variáveis relacionadas à assistência pela equipe de saúde, observou-se uma maior prevalência de AME naquelas mães que tiveram informações sobre o AM em grupos e por aquelas que foram ensinadas como colocar o bebê para mamar. Além disso, baixo peso ao nascer, uso de chupetas, mães adolescentes, mães que realizaram menos de 5 e mais de 9 consultas de pré-natal e mães etilistas e/ou tabagistas apresentaram menos índices de AME (SILVA, 2016).

Dessa forma, para incentivar que cada vez mais mulheres amamentem, e como parte da Semana Mundial do Aleitamento Materno 2020, o Ministério da Saúde lançou a campanha "Apoie a amamentação: proteger o futuro é um papel de todos". Além da campanha, o ministério ainda capacitou 55 mil profissionais da atenção primária para auxiliar as mães na amamentação e incentiva empresas a terem espaços para que as mães possam amamentar ou colher leite (BRASIL, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é imprescindível que sejam realizadas ações na Atenção Básica para estimular à prática de Aleitamento Materno Exclusivo (AME), aumentar o nível de informação e aprimorar a orientação sobre os benefícios desta prática. Para isso, sugere-se maior interação dos profissionais da saúde não só na Semana Mundial do Aleitamento Materno ou no mês de agosto destinados ao estímulo à Amamentação Exclusiva mas sim, nas atividades diárias das Unidades Básicas de Saúde. Dessa forma, há expectativa em aumentar a qualidade de vida de mais famílias, proporcionando promoção e prevenção à saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O estudo foi realizado com recursos próprios das autoras do estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Protocolo de Atenção Primária à Saúde da Criança / Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal. Subsecretaria de Atenção Primária à Saúde. Diretoria de Ciclos de Vida e Práticas Integrativas em Saúde. **Gerência de Ciclos de Vida. Núcleo de Saúde da Criança**. Brasília: Núcleo de Saúde da Criança, 2014. Disponível em: http://www.saude.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/03/Protocolo_de_Atencao_Primaria_a_Sa%C3%BAde_da_Crianca_-_Versao_Final.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde da Criança: Nutrição Infantil, Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. **Caderno de Atenção Básica**, Brasília, nº 23, 2ª edição, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Banco de Leite Humano**. Brasília, 2017a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/banco-de-leite-humano>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno**. Brasília, 1ª edição, 2017b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/bases_discussao_politica_aleitamento_materno.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde lança campanha de incentivo à amamentação**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/08/ministerio-da-saude-lanca-campanha-de-incentivo-a-amamentacao>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAMPOS, Roseli Marcia Crozariol et al. Consulta de enfermagem em puericultura: a vivência do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 45 (3): 566-74, 2011.

COSTA, Natan Rosa da. **Implementação do aleitamento materno exclusivo na UBS Parque Jair**, 2017. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/8153/3/NATAN%20ROSA%20DA%20COSTA.pdf>. Acesso em 10 nov. 2020.

DE BRITO, Geovânia Vieira et al. Consulta de Puericultura na Estratégia Saúde da Família: Percepção de Enfermeiros. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, v. 21, n. 1, 2018.

GONSALEZ, Priscila Schramm, et al. Aleitamento materno exclusivo, alimentação complementar e associação com excesso de gordura corporal em escolares de Florianópolis, SC, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, 17.1: 115-125, 2017.

SADECK, Lilian dos Santos Rodrigues; LEONE, Cléa Rodrigues. Avaliação da situação do aleitamento materno em menores de um ano de idade no Município de São Paulo, Brasil, em 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, 29: 397-402, 2013.

SILVA Fabiane Blanco et al. Utilização da Caderneta de Saúde da Criança pela família: percepção dos profissionais. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, nº 2, p. 407- 414, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n2/pt_0104-0707-tce-24-02-00407.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

SILVA, Thiago Lenoir Da. **Projeto de intervenção para incentivo do aleitamento materno exclusivo na Unidade Básica de Saúde (UBS) Ariribá no município de Balneário Camboriú-SC**, 2016. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12710/1/Thiago_Lenoir_da_Silva.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

Importância da adesão às consultas de puericultura para o desenvolvimento da criança com ênfase nos 12 primeiros meses¹

Érica da Silva Anselmo, erianselmo@gmail.com²
Morgiana Costenaro de Souza, morgi_costenaro@hotmail.com³
Nathallia Martins Marton Moraes, nathalliamarton@hotmail.com⁴
Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁵
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁶
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Puericultura é a promoção e prevenção da saúde das crianças desde seu nascimento até completar 10 anos de idade e por extensão na adolescência até os 19 anos. O presente estudo, busca enfatizar o cuidado da puericultura de crianças com ênfase nos 12 primeiros meses, trazendo dados relevantes sobre a importância das consultas para desenvolvimento e crescimento adequado, assim como, a análise das adesões às consultas. A pesquisa foi realizada a partir da observação dos dados da Secretaria de Saúde de Caçador – SC, e também a partir do artigo “Consulta de Puericultura na Unidade Básica de Saúde Clínica da Criança do Município de Machadinho Do Oeste – RO”. Sendo assim, os resultados obtidos, nota-se, que o número de gestantes realizando o acompanhamento pré-natal é alto, porém, quando se trata do acompanhamento da criança, os pais acabam por somente recorrer a unidade básica, na maioria dos casos, quando já se tem o adoecimento desta criança. Portanto, concluiu-se que o acompanhamento puerperal é uma ferramenta imprescindível à saúde da mãe e da criança e é necessário discutir esse tema e ampliá-lo para que às adesões as consultas se tornem maiores.

Palavras-chave: Puericultura. Atenção Integral à Saúde da Criança. Unidade Básica de Saúde.

INTRODUÇÃO

A Puericultura é utilizada para o acompanhamento da saúde das crianças, tem como objetivo acompanhar o crescimento e desenvolvimento, a cobertura vacinal, estimular a prática do aleitamento materno, orientar a introdução da alimentação complementar na busca pela prevenção de doenças em crianças nos primeiros anos de vida. A puericultura é definida como o conjunto de técnicas empregadas para assegurar o perfeito desenvolvimento físico e mental da criança,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

² Érica da Silva Anselmo, acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

³ Morgiana Costenaro de Souza, acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁴ Nathallia Martins Marton Moraes, acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{5, 6 e 7} Professoras, titulação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

desde o período de gestação até a idade de 4 ou 5 anos, e, por extensão, da gestação à puberdade (BRASIL, 2012).

O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança constitui-se um dos pilares da saúde infantil, e há inúmeras evidências científicas que norteiam as diretrizes do cuidado da atenção integral da criança estabelecidas pelo Ministério da Saúde para a promoção do crescimento e desenvolvimento da criança e para a prevenção de doenças na infância e também na idade adulta. A partir disso, o Ministério da Saúde sugere um calendário mínimo de consultas de puericultura, sendo a 1ª consulta até os 15 dias de vida, 2ª consulta com 1 mês, 3ª consulta com 2 meses, 4ª consulta com 4 meses, 5ª consulta com 6 meses, 6ª consulta com 12 meses e a 7ª consulta com 18 meses, totalizando 7 consultas com dentro do primeiro ano e meio de vida da criança (BRASIL, 2012).

Sendo assim, esse trabalho busca identificar na literatura as ações de puericultura que devem ser realizadas na atenção básica, com ênfase nos 12 primeiros meses de vida da criança e assim posteriormente propor ações a serem implantadas em uma UBS do município de Caçador, a fim de melhorar os índices de acompanhamento dessas crianças. Além disso, o presente estudo tem os objetivos de avaliar as ações de puericultura, informar a importância e os benefícios das consultas de puericultura no desenvolvimento e crescimento para o RN e para os pais, discutir o diagnóstico prévio de doenças que podem ser evitadas ao RN, a partir das consultas de puericultura, incentivar a adesão às consultas desde o primeiro mês de nascimento do RN e abordar sobre as possíveis consequências da não adesão às consultas com as gestantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A necessidade de estimular as consultas de puericultura nas Unidades Básicas de Saúde é grande, visto que elas irão garantir que a criança tenha um crescimento saudável e desenvolvimento adequado, juntamente com o acompanhamento de um médico e de uma equipe multiprofissional. Este acompanhamento garante que haja um crescimento e desenvolvimento saudável, além de realizar o cronograma correto de vacinação, haver orientação sobre o aleitamento materno e desmame, assim como orientação sobre higiene e identificação de sinais precoces de uma possível doença (BRASIL, 2012).

O artigo publicado pelo Scielo, “Puericultura em Enfermagem: perfil e principais problemas encontrados em crianças menores de um ano” corrobora as informações apresentadas, dizendo:

“O acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil deve ser feito de forma regular, de modo que seja possível a detecção precoce de alterações, viabilizando as devidas condutas em tempo hábil, com o objetivo de proporcionar à criança oportunidades para um desenvolvimento adequado durante toda a infância, contribuindo para que suas potencialidades sejam desenvolvidas, de forma a refletir positivamente por toda a vida.” (GAUTERIO; IRALA; CESAR-VAZ, 2012, p.508).

Segundo (BRASIL 2012), diante deste cenário, ressalta-se a importância de realizar este acompanhamento a partir da atenção primária à saúde, e deve começar ainda durante a gestação. É de grande relevância que as gestantes sejam estimuladas e tenham todas as informações necessárias para aderirem ao programa. Muitas vezes, a não adesão ocorre por falta de informação e conhecimento, então cabe à equipe da unidade básica realizar este serviço, através

de campanhas de divulgação por meio de palestras, panfletos e diálogos durante o pré-natal.

A puericultura é muito importante, principalmente nos primeiros 12 meses de vida porque é o período mais crítico para o recém-nascido. Isso porque ele ainda está em estágio de desenvolvimento, não tem seu sistema imunológico completamente formado e sua alimentação é exclusiva por leite materno, isso começa a mudar a partir dos 6 meses de vida, quando é permitido introduzir frutas na alimentação. Visto isso, é de grande incidência aparecer em consultas, crianças menores de um ano com problemas que estão diretamente relacionados com o aleitamento materno, principalmente por aplicação errada na técnica, então a criança tem dificuldade para realizar a pega de maneira correta, prejudicando sua amamentação e machucando o bico do seio da progenitora (BRASIL, 2012).

Além das indagações citadas anteriormente, as consultas se fazem muito importantes para realizar o acompanhamento no crescimento desta criança. Alguns agravos podem ser identificados a partir de alterações nas medidas antropométricas, por exemplo. De acordo com o trabalho publicado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP):

“Na avaliação do crescimento infantil, devem-se considerar algumas medidas antropométricas e a evolução de certas estruturas físicas conhecidas como indicadores do crescimento, sendo os mais comuns o peso, a estatura, os perímetros cefálicos (PC), torácico e braquial, a erupção dentária, o fechamento das fontanelas e suturas e, eventualmente, a idade óssea da criança [...]. Para uma boa avaliação do crescimento, são necessárias pesagens periódicas. Em geral, o peso do nascimento duplica dos quatro aos cinco meses, triplica aos 12 meses, quadruplica aos 24 meses e quintuplica entre os quatro e cinco anos de idade.” (UNIFESP, acessado em 27/10/2020, p. 4).

Portanto, o cuidado integral às crianças através da puericultura deve ser realizado de forma qualificada e completa, pois o crescimento e desenvolvimento adequado dependem dessa extensão de cuidados. Além disso, o acompanhamento as consultas de puericultura irão auxiliar os pais também em assuntos como amamentação, calendário vacinal e estimulação do neurodesenvolvimento da criança.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva. A parte quantitativa foi realizada através da análise de dados fornecidos pela Secretaria de Saúde do município de Caçador, SC, dentro de um intervalo de tempo pré-determinado, sendo de janeiro a agosto de 2020. Já a pesquisa descritiva foi a partir da observação do estudo (Consulta de Puericultura na Unidade Básica de Saúde Clínica da Criança do Município de Machadinho Do Oeste – RO) do ano de 2015, presente no portal BVS, na língua portuguesa, encontrado por meio dos descritores: consulta, puericultura e unidade básica de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados recebidos por meio da Secretaria de saúde municipal de Caçador – SC, foi constatado que, no período de 01 de janeiro de 2020 à 31 de agosto do mesmo ano havia uma média de 52,5 gestantes com até 36 semanas na

área subscrita da unidade de saúde em questão. Sendo que, neste mesmo período havia um total de 479 consultas pré-natais, dentre estas 479 consultas que as gestantes realizaram, 63 consultas foram realizadas o acompanhamento puerperal.

Com relação ao atendimento de crianças de com até 12 meses, foram utilizados dados do artigo Consulta de Puericultura na Unidade Básica de Saúde Clínica da Criança do Município de Machadinho Do Oeste – RO, do ano de 2015, presente no portal BVS. Tal pesquisa, foi realizada com dados de 72 mães com crianças menores de 1 ano. O instrumento de avaliação utilizado foi um questionário composto por 12 questões que buscaram identificar o número de crianças de 0 a 1 ano por residências, assim como levantar que serviços são mais utilizados pela população, quais são os principais motivos e quais os anseios frente ao serviço de saúde oferecido para seus filhos.

Observa-se no estudo acima citado, que com relação à frequência com que estas crianças são acompanhadas na unidade de saúde 50% delas utilizam às vezes, 38% nunca e 12% utilizam sempre. Esses valores reforçam a ideia de que a maioria das famílias ainda não compreende a importância do acompanhamento puerperal, e de como esse primeiro ano é vital para o bom desenvolvimento destas crianças. Já com relação às consultas de rotina, o mesmo documento relata que 12,8% procura a unidade e 62% não tem este hábito. Por outro lado, 43,9% sempre procuram atendimento devido doença aguda dos filhos, 17,1% às vezes e 39% nunca foram atendidos.

Através dos resultados obtidos, nota-se, que o número de gestantes realizando o acompanhamento pré-natal é alto, porém, quando se trata do acompanhamento puerperal, os pais acabam por somente recorrer à unidade básica, na maioria dos casos, quando há o adoecimento desta criança. Este fator torna difícil atuar na promoção e prevenção da saúde destas crianças em sua fase de maior vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

O acompanhamento puerperal é uma ferramenta imprescindível à saúde da mãe e da criança. Desde modo, é possível propor a implementação de projetos que estimulem as famílias a realizar devidamente as consultas puerperais e o devido acompanhamento na puericultura pela equipe da saúde da família. É importante sensibilizar pais e/ou responsáveis para procurar as consultas na UBS para que seja realizado o melhor acompanhamento do desenvolvimento da criança, assim como, estimular a criação de um vínculo de confiança maior entre mãe, filho e unidade básica de saúde.

O presente estudo visa estimular e promover a maior adesão ao programa de puericultura, as ações serão realizadas na Unidade Básica de Saúde, através da divulgação de campanhas educativas, folders e cartazes que serão disponibilizados nas consultas de pré-natal, além de promover reuniões e palestras com as gestantes para incentivar a adesão às consultas e a conscientização, ressaltando a importância das consultas de puericultura para o desenvolvimento infantil.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto do Rio do Peixe, ao curso de graduação de medicina e a Secretaria Municipal de Saúde, SC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Saúde da Criança: Crescimento e Desenvolvimento / Cadernos de Atenção Básica, nº 33. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. De<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 27/10/2020.

GAUTERIO, Daiane Porto; IRALA, Denise de Azevedo; CEZAR-VAZ, Marta Regina. Puericultura em Enfermagem: perfil e principais problemas encontrados em crianças menores de um ano. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, n. 3, p. 508-513, 2012.

RAMIREZ, YULYS CARBONELL. **CONSULTA DE PUERICULTURA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CLÍNICA DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE-RO**. 2016.

UNIFESP/UNA-SUS. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Puericultura**. S/A. De<https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/pab/5/unidades_casos_complexos/unidade15/unidade15_ft_puericultura.pdf>. Acesso em: 27/10/2020.

ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO NA UBS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR¹

Gabriel Chiela Casaril, gabrielcasaril@outlook.com²
Vinicius de Lima Oliveira, viniciusssoliveira@hotmail.com³
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁴
Andréia Valeria de Souza Miranda, andrea.valeria@uniarp.edu.br⁵
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁶

Resumo: Sabe-se que a frequência de transtornos mentais ao longo da vida é muito alta pelo mundo inteiro tendo grande impacto em suas vidas, A PSF juntamente com a atenção básica permitiu a possibilidade de implementação de práticas e mudanças na área da saúde mental para melhorar esse quadro. Neste trabalho foi feita uma pesquisa qualitativa com busca bibliográfica em artigos já publicados, nele busca-se debater e evidenciar diferentes práticas que podem incrementar nesse modelo de atenção da saúde mental potencializando a redução de danos, com a inclusão das PICS. Evidenciou-se que as oficinas terapêuticas, estão sendo uma alternativa para quem é portador de transtornos mentais, sendo desenvolvidas nas UBS ou na própria comunidade promovendo o ensino de habilidades, minimizando os sintomas de desabilitação dos pacientes, ocasionando uma melhor qualidade de vida do paciente e dos familiares. Observou-se também que no município dispõe somente de uma Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, a auriculoterapia, que antigamente era realizada pelas fisioterapeutas e educadora física do NASF, porem atualmente se encontra desabilitado.

Palavras-chave: Saúde Mental. Atenção Básica. Promoção da Saúde. PICS.

INTRODUÇÃO

Estudos têm demonstrado frequências de transtornos mentais ao longo da vida entre 12,2% e 48,6%, Aproximadamente 90% dos casos de transtornos mentais na população geral são transtornos de humor, ansiedade e/ou somatoformes. Observando a alta prevalência de transtornos mentais e o impacto na vida dos indivíduos afetados, tem-se visto a necessidade de implementação de práticas e mudanças na área (CORREIA; BARROS; COLVERO, 2011).

Nas últimas décadas, no crescente aumento das doenças psicossomáticas no mundo, temos acompanhado diversas transformações no modelo de atenção em saúde mental, que focam em ações voltadas para a inclusão social, cidadania e autonomia das pessoas portadoras de transtornos mentais (CORREIA; BARROS; COLVERO, 2011).

Algumas práticas e mudanças produzem impacto na qualidade de vida da população se bem executadas. Desde o início da implantação do SUS, algumas

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora, titulação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, titulação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, titulação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

propostas de organização dos serviços e das práticas têm buscado dar conta deste problema. Dentre estas propostas, vale ressaltar a atenção básica (AB) e o Programa de Saúde da Família (PSF) (GONCALVES; KAPCZINSKI, 2008).

O Programa de Saúde da Família (PSF) foi criado pelo Ministério da Saúde em 1994, objetivando mudar a prática da atenção básica. O PSF passou a ser denominado Estratégia de Saúde da Família (ESF) quando deixou de ser apenas um programa para se tornar a estratégia principal de organização da atenção básica. Desse modo, ele trabalha num contexto de saúde ampliada e integral, com equipes multiprofissionais responsabilizadas por uma determinada região (BRASIL, 1997).

O trabalho possui como objetivo elaborar estratégias para contribuir na promoção de saúde e prevenir as doenças de saúde mentais potencializando a redução de danos, com a inclusão das PICS (Práticas Integrativas e Complementares) com os residentes do bairro estudado com a faixa etária maior que 50 anos.

Dessa maneira, com o apoio que possibilitaram os programas ESF e a AB, existe uma maior possibilidade de realizar práticas e diferentes modelos para a promoção e prevenção de transtornos mentais. Esse trabalho busca debater e evidenciar diferentes práticas que podem incrementar nesse modelo de atenção da saúde mental potencializando a redução de danos, com a inclusão das PICS (Práticas Integrativas e Complementares) na promoção e prevenção com os residentes do bairro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a reforma sanitária, nos anos 70, o processo de reforma psiquiátrica vem sofrendo mudanças, nos seus conceitos e práticas na atenção aos transtornos mentais no país, tem como objetivo diminuir os leitos nos manicômios e ampliar a rede comunitária de serviços substitutivos (TANAKA; RIBEIRO, 2009). A definição da doença mental dá-se pela questão biológica, porém associada ao fator cultural (SPADINI; SOUZA, 2006).

A atenção básica tem potencial para desenvolver dois principais tipos de ações de saúde mental. O primeiro consiste em detectar as queixas relativas ao sofrimento psíquico e prover uma escuta qualificada deste tipo de problemática. O segundo compreende as várias formas de lidar com os problemas detectados, oferecendo tratamento na própria atenção básica ou encaminhando os pacientes para serviços especializados (TANAKA; RIBEIRO, 2009).

As PICS (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde), foi intitulada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como medicinas tradicionais e complementares, foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), aprovada pela Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006 (BRASIL, 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com busca bibliográfica em artigos já publicados. O período de busca foi de publicações entre 2005 e 2015, exceto legislações e outras publicações básicas anteriores. Nessa pesquisa foram utilizados os seguintes descritores para a busca: PICCS, saúde mental, atenção básica, escritos em português

Por fim, as informações contidas nos artigos servirão de base para o desenvolvimento do plano de ação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A unidade Básica de saúde em que realizamos as práticas de Integração Ensino, Serviço e Comunidade (IESC – Campo) possui uma população cadastrada de 2153 pessoas com idade maior ou igual a 50 anos.

Para que aconteça a promoção da saúde mental e prevenção nas ESF, deve ocorrer um acolhimento diferenciado, para isso se mostra necessário que ocorra a integração entre a equipe da UBS e os profissionais de Equipes de Saúde Mental (CORREIA; BARROS; COLVERO, 2011).

As oficinas terapêuticas, são uma alternativa para quem é portador de transtornos mentais, podendo ser desenvolvidas na própria comunidade ou nas UBS. As possíveis atividades realizadas: oficina de pintura, oficina de trabalhos manuais, recepção de saúde mental, oficinas de artesanato, grupos de caminhada e atendimentos individuais (CORREIA; BARROS; COLVERO, 2011).

A PNPIC abrange diretrizes e responsabilidades institucionais para disponibilizar de serviços e produtos de homeopatia, chinesa/acupuntura, medicina tradicional, plantas medicinais e fitoterapia, além de constituir observatórios de medicina antroposófica e termalismo social/crenoterapia. Essas atividades práticas ampliam as abordagens de cuidado e as possibilidades terapêuticas para os usuários, garantindo uma maior integralidade e resolutividade da atenção à saúde (BRASIL, 2018).

A UBS oferece consultas individuais para os usuários para quem apresentam sofrimento mental e demandam intervenção terapêuticas individualizadas, respeitando a realidade local e a inserção social. Há UBS que fazem o desenvolvimento de ações de reabilitação psicossocial e promoção da cidade através dos agentes comunitários da saúde na UBS, com atividades que suscitam a interação e participação (CORREIA; BARROS; COLVERO, 2011).

As atividades citadas promovem o ensino de habilidades, minimizando os sintomas de desabilitação dos pacientes, ocasionando uma melhor qualidade de vida do paciente e dos familiares, sendo os objetivos terapêutico da Reabilitação Psicossocial (CORREIA; BARROS; COLVERO, 2011).

Há um público que tem uma maior chance de apresentar transtornos mentais de ansiedade, humor e somatização (THAS), incluem: desempregados, donas-de-casa e aposentados por invalidez ou em benefício por problemas de saúde. Deve ser ressaltado de uma forma geral que o trabalhador em atividade será mais sadio que os desempregados e, mais ainda, que os afastados do trabalho por problemas de saúde (GONÇALVES; MAFFASIOLI, 2008).

A família se mostra muito importante na assistência ao doente mental, pois ajuda alcançar melhor qualidade de vida do doente e da família. É necessário que a equipe de enfermagem auxilie o paciente a ser participante ativo no processo terapêutico, deve voltar-se para o núcleo familiar e oferecer suporte necessário. Se mostra necessário o trabalho em conjunto com o doente e seus familiares na compreensão da doença, para que haja a melhoria na qualidade de vida de todos. (SPADINI; SOUZA, 2006).

O município dispõe somente de uma Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, a auriculoterapia, que antigamente era realizada pelas fisioterapeutas e educadora física do NASF, porem atualmente se encontra desabilitado, por

decorrência da pandemia e também por conta das mudanças no formato do financiamento da atenção básica. Não há sobretudo a cobertura de todas as unidades de saúde, sendo a referente ao estudo, não contemplada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto o município de caçador se encontra com baixa coberturas de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, essas práticas são fundamentais para que ocorra a estratégia e a promoção da saúde mental. Pertinente a todas as informações anteriores, propõe-se ações que traga as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde em todas as UBS do município.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto do Rio do Peixe, ao curso de graduação de medicina e a Secretaria Municipal de Saúde, SC.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde. 2018. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/12/glossario-tematico.pdf>

BRASIL. Portaria nº 1.886 de 18 de dezembro de 1997. Aprova as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de dezembro de 1997. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/21_Portaria_1886_de_18_12_1997.pdf.

CORREIA, Valmir Rycheta; BARROS, Sônia; COLVERO, Luciana de Almeida. Saúde mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1501-1506, Dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000600032&lng=en&nrm=iso.

GONCALVES, Daniel Maffasioli; KAPCZINSKI, Flavio. Transtornos mentais em comunidade atendida pelo Programa Saúde da Família. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 1641-1650, July 2008. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000700019&lng=en&nrm=iso.

Programa Saúde da Família. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 316-319, Junho 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000300018&lng=en&nrm=iso.

SPADINI, Luciene Simões; SOUZA, Maria Conceição Bernardo de Mello. A doença mental sob o olhar de pacientes e familiares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 40, n. 1, p. 123-127, 2006.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; RIBEIRO, Edith Lauridsen. Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 477-486, 2009.

CONSULTA DE SAÚDE DA MULHER E A SUA RELAÇÃO COM A NEOPLASIA DE MAMA

Isabela Oliveira Moreira, isaomoreira@hotmail.com¹

Milena Kelner, milenakelner@hotmail.com²

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br³

Andreia Valéria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁴

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁵

Resumo – O câncer de mama representa sério problema de saúde pública, tanto em relação ao aumento da incidência quanto ao exponencial número de óbitos entre mulheres, uma das causas apontadas para este fato é o predomínio do diagnóstico em fase avançada da doença em países subdesenvolvidos, como o Brasil. O objetivo deste trabalho é analisar as consultas de saúde da mulher e sua relação com o diagnóstico da neoplasia de mama em município do estado de Santa Catarina. É um estudo descritivo, do tipo quantitativo. Os dados foram obtidos junto a Secretaria de Saúde do município, por meio do Sistema Informatizado (e-SUS). Os dados foram coletados entre janeiro e outubro de 2020 e analisados em estatística simples. Os resultados obtidos demonstraram que 906 mulheres a cima de 40 anos realizaram a mamografia no município de caçador, e 56 encaminhamentos para um especialista.

Palavras-chave: Câncer de mama. Epidemiologia. Mulher. Consultas.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é o mais comum entre o sexo feminino no Brasil. Conforme o Instituto Nacional do Câncer (INCA), em 2020, a estimativa é de 3.370 novos casos para o estado de Santa Catarina e 66.280 para o Brasil (BRASIL, 2019).

De forma oposta ao que acontece nos países desenvolvidos, onde a mortalidade diminui, o aumento da incidência e prevalência do câncer de mama no Brasil é acompanhada de aumento do número de mortes, o que pode ser atrelado ao diagnóstico tardio e a dificuldade ao acesso aos serviços de saúde (TRALDI et al, 2016). Segundo o INCA (2019), a doença quando diagnosticada de forma precoce tem 95% de chance de cura. A demora no diagnóstico e a morosidade do sistema de saúde para iniciar o tratamento tem sido associada à menor sobrevida (AYALA, 2012).

O tempo transcorrido entre o primeiro contato com os serviços de saúde e a primeira consulta até a efetivação do diagnóstico é definido como demora no diagnóstico. Da mesma forma, a demora no início do tratamento pode ser definida como a data da primeira consulta e o início do tratamento (DANG-TAN; FRANCO, 2007).

Tendo como objetivo a redução da mortalidade e as diversas repercussões físicas, psíquicas, e sociais do câncer de mama feminino, o Ministério da Saúde do Brasil e o Instituto Nacional do Câncer (INCA) estabeleceram políticas públicas de saúde, com o intento de estruturar uma rede para estimular a detecção e o tratamento precoce da doença. O protocolo nacional atual prevê o exame de rastreamento, a

¹ Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

mamografia, a cada dois anos para mulheres com idade superior a 50 anos, e de forma antecipada às mulheres de 35 anos se pertencentes ao grupo de risco (BRASIL, 2015).

O tempo de demora na confirmação do diagnóstico do câncer de mama é uma possibilidade de indicador para avaliar a efetividade das políticas públicas no Brasil e no estado de Santa Catarina, mas são escassos os estudos nesta área (BARROS et al, 2012).

Desta forma o objetivo deste estudo é analisar a relação entre o número de mulheres - a partir de 40 anos - e o número de encaminhamentos de mulheres para realizar exame de mamografia no período de janeiro até outubro de 2020 na cidade de Caçador.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com as estimativas para o câncer no Brasil em 2020/22, ocorrerá aproximadamente 625 mil casos novos de câncer, incluindo os casos de pele não melanoma. Os tipos mais incidentes para o sexo feminino, excluindo os tumores de pele não melanoma, são o câncer de mama (29,7%) seguido por cólon e reto (9,2%) e colo do útero (7,4%) (BRASIL, 2019).

O câncer de mama é extremamente preocupante devido a sua alta frequência, e, sobretudo, pelos efeitos psicológicos que afetam a percepção da sexualidade e autoimagem (ARAÚJO; FERNANDES, 2008).

Até o momento o câncer de mama não pode ser evitado. Todavia os fatores de risco e proteção são conhecidos e bem descritos na literatura. Estudos demonstram, que a idade, após os 50 anos, é o fator mais importante e em muitos casos é o único encontrado. Entretanto, outros fatores como o histórico familiar de câncer de mama, fecundidade e fatores hormonais também foram associados, como o uso de contraceptivos, primeira gestação tardia e longa história menstrual. Os fatores de risco modificáveis são aqueles relacionados ao sobrepeso, tabagismo, sedentarismo, consumo de bebida alcoólica e uso de terapia hormonal após a menopausa (INUMARU et al, 2011).

A prevenção da neoplasia ainda não é totalmente possível em razão da diversidade de fatores de risco e das características genéticas envolvidas na sua etiologia. Diante disto, as recomendações para a prevenção primária do câncer de mama estão relacionadas aos hábitos de vida, tais como: alimentação saudável, prática regular de atividade física e controle do peso corporal (BRASIL, 2015).

O maior desafio atual para o controle de taxas de mortalidade por câncer de mama decorre da falta de acesso ao sistema de saúde pública, mas também da ineficácia no diagnóstico e início rápido do tratamento, ou seja, qualidade da assistência prestada (TRALDI et al, 2016).

Um estudo apresentou que a raça/cor branca apresentou melhor tempo de sobrevida (76%) que a raça/cor preta, parda, amarela e indígena agrupadas (62%). E ao analisar a escolaridade identificou que mulheres com nível superior apresentam melhores taxas de sobrevivência (92%) quando comparado às mulheres analfabetas (56%) (SCHNEIDER; D'ORSI, 2009).

Os programas de rastreabilidade são divergentes entre diversos países. O início, a frequência e o término do rastreamento não são consensuais. A mamografia é denominada padrão ouro para o rastreamento da população de risco, porém sua acurácia depende de fatores como a densidade das mamas, idade e até a técnica do exame (SILVA; HORTALE, 2012).

O Ministério da Saúde (MS) recomenda contra o rastreamento com mamografia em mulheres com menos de 50 anos ou acima dos 75 anos, os possíveis danos superam os possíveis benefícios. Quanto a periodicidade o MS recomenda que seja feito de forma bianual. Em relação ao autoexame de mamas o MS é contra o ensino do autoexame como método de rastreamento do câncer de mama e o exame clínico de mamas é isento de orientação, visto que o balanço entre os benefícios e possíveis danos é incerto (BRASIL, 2015).

A identificação de sinais e sintomas suspeitos como: qualquer nódulo mamário em mulher com mais de 50 anos; nódulo mamário em mulher acima dos 30 anos que persistem por mais de um ciclo menstrual; nódulo mamário de consistência endurecida, fixo, que vem aumentando de tamanho em mulheres de qualquer idade; descarga papilar, presença de linfadenopatia axilar; retração da pele mamaria, aumento progressivo da mama, com edema e pele em aspecto de casca de laranja e mudança no formato do mamilo devem ser referenciados urgentemente para serviços de diagnóstico mamário (BRASIL, 2015).

Desta forma é papel da atenção primária a saúde (APS) o esclarecimento dos fatores de risco e de proteção para o câncer de mama, assim como a correta classificação de risco dos casos atendidos. Para isto, o MS recomenda que a APS inclua o atendimento – sem agendamento ou o mais breve possível – dos casos de mulheres e homens com queixas mamárias. Os médicos da APS devem estar preparados para identificar, por meio da anamnese e exame clínico das mamas, os casos de suspeita de câncer e referenciá-los para investigação diagnóstica definitiva (BRASIL 2015).

METODOLOGIA

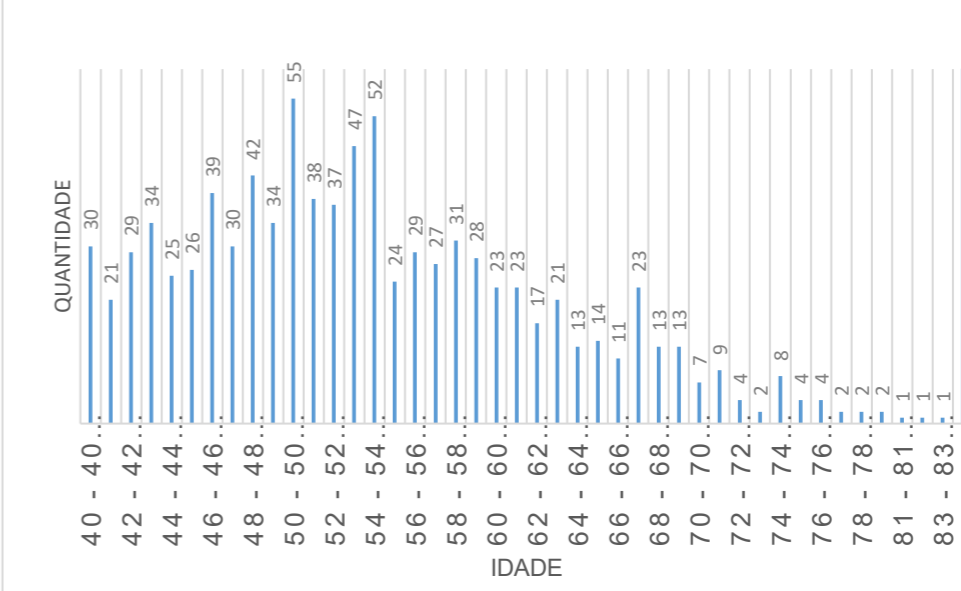
Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo quantitativo. Os dados foram obtidos pela Secretaria de Saúde do município de Caçador/SC (e-SUS). Os dados foram coletados dentro do período de janeiro de 2020 a outubro de 2020 e foram analisados em estatística simples de comparação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados referentes ao número de mamografias realizadas em mulheres com mais de 40 anos mostram que a quantidade de mamografias realizadas em caçador é 906 mulheres, sendo que a maior quantidade é de mulheres com 50 anos, levando em consideração que a grande maioria é atendida pela atenção básica, sendo apenas 56 delas encaminhadas para especialista.

Gráfico 1 – Número de mamografias em mulheres com mais de 40 anos entre as datas de 01/01/2020 e 31/10/2020

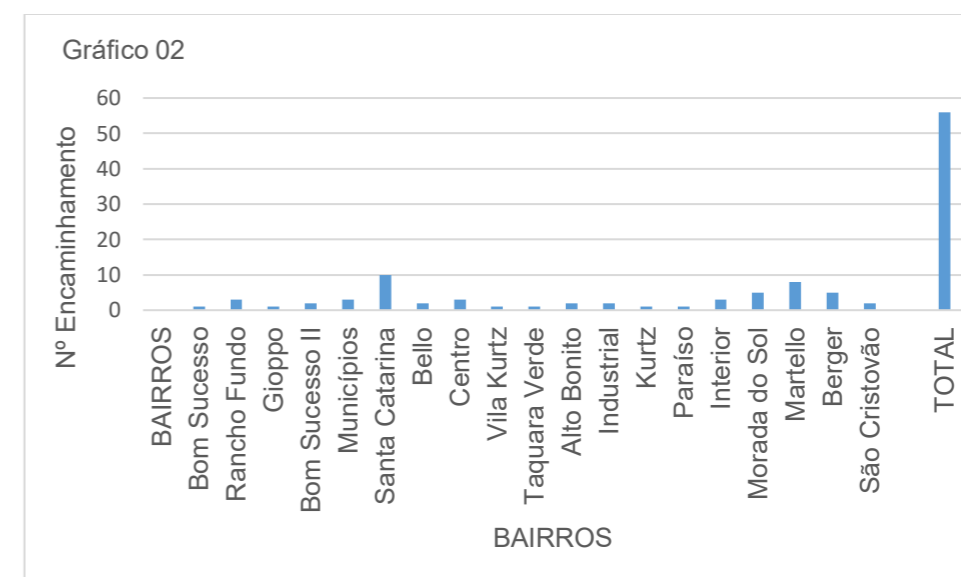
GRÁFICO 01



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do município de Caçador/ SC(2020).

Os encaminhamentos para o mastologista no município contabilizam um total de 56, porém não há dados referentes a idade das mulheres encaminhadas.

Gráfico 2 – Número de encaminhamentos na UBS para consulta com especialista, janeiro a outubro de 2020.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do município de Caçador/ SC(2020).

Conforme citado anteriormente, de acordo com o protocolo do Ministério da Saúde do Brasil e o Instituto Nacional do Câncer (INCA) atualmente a mamografia é indicada a cada dois anos para mulheres com idade superior a 50 anos, e de forma antecipada às mulheres de 35 anos se pertencentes ao grupo de risco (BRASIL, 2015). Portanto conforme os dados dos exames realizados na cidade de Caçador, a faixa etária se adequa aos dados sendo que o maior numero de exames foram feitos em mulheres com 50 anos ou mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer de mama é um problema de saúde pública não só no Brasil como no mundo, frente aos dados expostos neste estudo é urgente a adequação do sistema de saúde para atender à crescente demanda. A principal estratégia é prover um menor tempo entre a detecção da doença e o início do seu tratamento, minimizando quaisquer tipos de atraso que possam ocorrer, visto que esse é associado a menor sobrevida e ao maior avanço da doença. Outros estudos precisam ser realizados para fornecer mais indicadores e dados aplicáveis aos diferentes cenários que podem ser encontrados em nosso território.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO IMA, FERNANDES AFC. O significado do diagnóstico do câncer de mama para a mulher. **Esc Anna Nery Rev Enferm**, 12 (4): 664-71, dez 2008.
- AYALA, ARLENE LAURENTI MONTERROSA. Sobrevida de mulheres com câncer de mama, de uma cidade no sul do Brasil. **Rev Bras de Enfermagem**.2012 v. 65, n. 4, p. 566-570.
- BARROS, ANGELA FERREIRA ET AL. Atraso no diagnóstico e tratamento do câncer de mama e estratégias para a sua redução. **FEMINA**. Janeiro 2012. V. 40, n 1, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA; 2015.
- DANT-TAN T, FRANCO EL. Diagnosis delays in childhood cancer: a review. *Cancer*. 2007 Aug; 110(4):703-13.
- INUMARU LE, SILVEIRA EA, NAVES MMV. Fatores de risco e de proteção para câncer de mama. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(7):1259-1270, jul, 2011.
- SCHNEIDER IJC, D'ORSI E. Sobrevida em cinco anos e fatores prognósticos em mulheres com câncer de mama em Santa Catarina, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 25(6):1285-1296, jun 2009.
- TRALDI, MARIA CRISTINA ET AL. Demora no diagnóstico de câncer de mama de mulheres atendidas no Sistema Público de Saúde. **Cad. saúde colet**. Rio de Janeiro. v. 24, n. 2, p. 185-191, Junho. 2016.

TESTES RÁPIDOS PARA HEPATITES VIRAIS: RETRATO DE UMA UBS

Nei Carlos Santin, neicarlos@gmail.com¹
Lucas Felipe Wagner de Oliveira, lucassoluz@gmail.com¹
Andréia Valéria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br²
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br²
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br²

Resumo - As hepatites virais são causadas por diferentes agentes etiológicos, têm distribuição universal, e a assistência para sua detecção e tratamento pode envolver desde a atenção básica até a de alta complexidade. As principais vias de transmissão das diferentes hepatites envolvem água e alimentos contaminados, via sanguínea e sexual. Considerando-se que ainda existem muitos indivíduos portadores assintomáticos de hepatites, faz-se necessária a realização de testes rápidos nas populações de maior vulnerabilidade social, além do aumento das medidas de conscientização quanto à gravidade da doença e as formas de prevenção da transmissão. Diante disso, este trabalho teve como objetivo a identificação do número de testes rápidos para hepatites realizados em uma UBS de Caçador/SC, com a perspectiva de melhorar as ações de prevenção à doença. Utilizaram-se dados disponíveis e fornecidos pela secretaria municipal de saúde do município, onde se observou que foram realizados 247 testes para hepatite C, para uma população de 2.153 indivíduos. Tendo em vista o impacto das hepatites virais na saúde da população, conclui-se que ações mais assertivas de prevenção e testagem devem ser aprimoradas e aplicadas continuamente.

Palavras-chave: Hepatites virais. Testes rápidos. Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

As hepatites virais são causadas por diferentes agentes etiológicos e apresentam muitas características semelhantes, sob o aspecto clínico, mas possuem diferentes particularidades. A distribuição das hepatites virais é universal, sendo que cada região apresenta diferentes magnitudes e podem apresentar importantes complicações agudas e crônicas. No SUS, a assistência às hepatites virais é dividida em três níveis: atenção básica, secundária e terciária/quaternária, competindo à atenção básica as ações de promoção à saúde, prevenção, triagem sorológica, exames confirmatórios e acompanhamento dos pacientes (BRASIL, 2020).

Quanto ao quadro clínico, os casos agudos apresentam grande diversidade, desde formas assintomáticas até insuficiência hepática grave. A forma crônica geralmente é assintomática, com manifestações clínicas nas formas adiantadas de comprometimento hepático, sendo que a determinação do agente etiológico só é possível de ser determinado por meio dos testes sorológicos ou de biologia molecular (BRASIL, 2015). Quanto à forma de transmissão, exceto para a hepatite A, que é basicamente transmitida por água e alimentos, as causas das demais é

¹ Acadêmico do curso de medicina da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

² Professora do curso de medicina da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

quase sempre ignorada, mas presume-se que seja principalmente pela via sexual (BANDEIRA et al, 2018).

Considerando que o tratamento das hepatites virais é de grande impacto econômico e social e tendo em vista que a prevenção da transmissão das hepatites virais é de baixo custo, diretamente dependente da conscientização a respeito dos métodos para se evitar a infecção, faz-se necessária a verificação da incidência de casos e seus subtipos, para potencialização de ações de promoção à saúde e criação de indicadores, visando a diminuição de casos de infecção por hepatites virais. Dessa forma, este trabalho teve como objetivos a quantificação de testes rápidos para hepatite C realizados no ano de 2019, em uma UBS do município de Caçador/SC, para posterior proposta de ações de prevenção da doença.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As infecções virais são a causa mais comum de doenças hepáticas em todo o mundo. Nas hepatites virais, a evolução pode ser portador assintomático até apresentações clínicas como hepatite aguda ou crônica, cirrose e carcinoma hepatocelular. Independente do agente etiológico, os sintomas das hepatites virais são similares, sendo que a confirmação do agente deve ser realizada por exame laboratorial (LAGE 2011).

No período de 1999 a 2018 foram notificados, no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), 632.814 casos confirmados de hepatites virais no Brasil, sendo 167.108 (26,4%) referentes aos casos de hepatite A, 233.027 (36,8%) aos de hepatite B, 228.695 (36,1%) aos de hepatite C e 3.984 (0,7%) aos de hepatite D. A região Nordeste concentra a maior proporção das infecções pelo vírus A (30,3%) e na região Sudeste verificam-se as maiores proporções dos vírus B e C, com 34,9% e 60,0%, respectivamente. A região Norte acumula 74,9% do total de casos de hepatite D (delta) (BRASIL, 2019).

A hepatite A é transmitida principalmente pela via de fekal-oral, por contato inter-humano ou por meio de água e alimentos contaminados. Está diretamente relacionada às condições de higiene e falta de saneamento básico (BRASIL, 2008). A incidência de hepatite A no Brasil tem mostrado queda desde 2007, passando de 7,1 casos por 100 mil habitantes em 2007, para 1,0 caso por 100 mil habitantes em 2017, redução de 85,7% (BRASIL, 2018).

A hepatite B é transmitida por via parenteral (compartilhamento de agulhas, seringas, procedimentos cirúrgicos) e principalmente pela via sexual e é considerada uma doença sexualmente transmissível. O leite materno também pode conter o vírus e ser uma fonte de infecção. A transmissão vertical é frequente. Em torno de 30% dos pacientes apresentam a forma icterica da doença e sua cronificação – persistência do vírus por mais de 6 meses – ocorre em aproximadamente em 5 a 10% dos casos. Em 20% a 25% dos casos crônicos evoluem para doença hepática avançada (cirrose e hepatocarcinoma) (BRASIL, 2008). As taxas de detecção de hepatite B no Brasil, desde 2011, apresentam tendência de queda, com 6,5 casos por 100 mil habitantes em 2017. A principal forma de transmissão dos casos notificados, quando identificadas, foi por via sexual (BRASIL, 2018).

A hepatite C é causada pela transmissão do vírus principalmente por via parenteral e a transmissão sexual é pouco frequente, sendo que a coexistência de alguma doença sexualmente transmissível (DST), inclusive HIV, é facilitador para a transmissão. A transmissão vertical é rara quando comparada à hepatite B. A cronificação ocorre em 70% a 85% dos casos, com um quarto a um terço destes

pode evoluir para formas graves ou cirrose em um período de 20 anos, caso não haja tratamento (BRASIL, 2008).

A hepatite D é causada pelo vírus da hepatite delta (HDV). A doença pode ser assintomática, sintomática ou como formas graves. O HDV precisa do HBsAg para realizar sua replicação (BRASIL, 2008).

O vírus da hepatite E (HEV) é de transmissão fekal-oral, sendo que a transmissão interpessoal não é comum. A doença é autolimitada e pode apresentar formas clínicas graves, principalmente em gestantes (BRASIL, 2008).

O diagnóstico das hepatites virais é realizado com amostras de sangue, soro, plasma ou fluido oral das pessoas infectadas. A triagem é realizada com testes rápidos, os quais ampliam o acesso ao diagnóstico e proporcionam aumento da resolutividade, pois permitem a detecção precoce dos vírus causadores das hepatites. Podem ser realizados com fluido crevicular gengival (fluido oral), soro, plasma ou sangue total (amostras obtidas por punção digital). Podem detectar antígenos ou anticorpos, possuem elevada sensibilidade (>97%) nos portadores crônicos de hepatite B e hepatite C (BRASIL, 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa, com foco no número de testes rápidos para hepatites virais realizados em uma UBS do município de Caçador/SC, no período de janeiro a dezembro de 2019. Utilizaram-se relatórios fornecidos pela secretaria municipal de saúde, por meio do sistema informatizado e-SUS, em que constavam o número de testes rápidos realizados para hepatite C em uma UBS do município de Caçador/SC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados fornecidos pela secretaria municipal de saúde, no período de janeiro a dezembro de 2019 foram realizados 247 testes rápidos para detecção de hepatite C na UBS de pesquisa.

É importante estabelecer ações para prevenção das hepatites virais e incentivo à realização de testes rápidos para detecção dos casos assintomáticos, para que se estabeleça o tratamento precoce e prevenção da transmissão. Para as hepatites transmitidas por água e alimentos, medidas relacionadas aos cuidados com a água de consumo, manipulação de alimentos e condições de saneamento devem ser discutidas junto à população. Para prevenção das demais hepatites, principalmente da hepatite B, deve-se fortalecer a orientação da população quanto às formas de transmissão e incentivar a vacinação nos indivíduos não imunizados. (BRASIL, 2005).

Uma das propostas sugeridas para a prevenção das hepatites virais foi a elaboração de estratégias e materiais educativos para sensibilizar a população quanto às formas de transmissão das hepatites virais, capacitação dos profissionais de saúde, especialmente as agentes comunitárias de saúde, para trabalhar com a população de sua área em relação prevenção das hepatites, além da aplicação de testes rápidos para as pessoas com maior exposição e incentivo à imunização quando necessário e possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se os impactos sobre a saúde dos indivíduos susceptíveis aos agentes etiológicos das hepatites virais, a convivência com o agente etiológico muitas vezes de forma assintomática e pensando no potencial de transmissão da doença, além do custo para o sistema público de saúde em relação ao tratamento dos casos sintomáticos e crônicos, faz-se necessária a elaboração de ações que objetivem interromper ou pelo menos minimizar as taxas de transmissão das hepatites virais no Brasil, ou seja, ações de prevenção das hepatites devem ser incentivadas mediante esforços coletivos dos profissionais de saúde que atuam na atenção básica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Livia Liberata Barbosa et al. Epidemiologia das hepatites virais por classificação etiológica. Rev Soc Bras Clin Med. 16(4), p. 227-231, 2018. Disponível em: <<http://www.sbcm.org.br/ojs3/index.php/rsbcm/article/download/376/338/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Programa Nacional de Hepatites Virais. **Hepatites Virais: o Brasil está atento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hepatites_virais_brasil_atento_3ed.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de aconselhamento em hepatites virais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 52 p. Disponível em:<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hepatites_aconselhamento.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 68 p. Disponível em:<<https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201701/04162030-manual-diagnostico-das-hepatites-virais-ms-2015.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Hepatites virais: o Brasil está atento**. 3 ed. Brasília/DF, 2008. 60 p. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hepatites_virais_brasil_atento_3ed.pdf>. Acesso em 27 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais. **Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais**. Brasília/DF, 2. ed, 2016. Disponível em:<https://qualitr.paginas.ufsc.br/files/2018/08/manual_tecnico_hepatites_08_2018_we_b.pdf>. Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV). **Boletim Epidemiológico - Hepatites Virais**. Volume 49, n. 31, 2018. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-de-hepatites-virais-2018>>. Acesso em 27 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico - Hepatites Virais**. Volume 50, n. 17, 2019. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hepatites-virais-2019>>. Acesso em 20 out. 2020.

LAGE, Paula Souza. **Hepatites Virais: Um Importante Problema de Saúde Pública**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. Governador Valadares/MG, 2011. Disponível em:<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2563.pdf>>. Acesso em 27 out. 2020.

ADESÃO AO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO¹

Ana Clara Simon, ana_clara.simon@hotmail.com²

Andriele Alba, andrialba2@hotmail.com²

Ridiger Clauss, ridigergertzclauss@gmail.com²

Andreia Valéria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br³

Dayane C. Borille, dayanecarla@unairp.edu.br³

Talita Czester, talita.czester@uniarp.edu.br³

Resumo – O aleitamento materno, além de promover o desenvolvimento sadio do bebê e prevenir infecções e alergias, defeitos no fechamento dos dentes e problemas na fala, desempenha papel fundamental nos laços afetivos entre mãe e filho. O presente trabalho tem como objetivo investigar as evidências científicas sobre a importância do aleitamento materno bem como seus impactos na saúde da mãe e do bebê. Para isso, foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza básica, que compreende bibliografias publicadas entre os anos de 2015 a 2020. Concluiu-se que a amamentação traz benefícios para o lactente que vão além da questão nutricional, favorecendo questões psicológicas, afetivas, imunológicas e sociais. Já para a nutriz, fortalece o vínculo, é econômico e prático, além de trazer benefícios para o corpo no puerpério.

Palavras-chave: Amamentação. Lactante. Lactente. Aleitamento materno. Saúde.

INTRODUÇÃO

Amamentar é um ato que vai além da nutrição, ele estabelece vínculo, contato, afeto, desenvolve a capacidade cognitiva e emocional do bebê e saúde física e mental da mãe, além de ofertar imunização contra doenças infecciosas. Estima-se que dois copos (500 mL) de leite materno no segundo ano de vida fornecem 95% das necessidades de vitamina C, 45% das de vitamina A, 38% das de proteína e 31% do total de energia (BRASIL, 2015).

O Ministério da Saúde (2015) estimula a prática do aleitamento materno até dois anos de idade ou mais, tendo em vista os inúmeros benefícios que o aleitamento materno traz para o bebê como, melhor nutrição, efeitos positivos na inteligência, desenvolvimento adequado da cavidade bucal, diminui o risco de alergias e de doenças como diabetes, colesterol alto, hipertensão, doenças respiratórias e diarreia. A Atenção Básica, a família e a comunidade devem oferecer suporte, apoio e incentivo à nutriz, para que esta sinta-se segura e estimulada a amamentar. Todavia, o aleitamento materno acarreta inúmeros desafios que levam à baixa adesão.

Visando a promoção do vínculo afetivo entre mãe e filho e os inúmeros benefícios do aleitamento materno exclusivo como a diminuição do risco de alergias e diarreias, menor custo financeiro, melhor nutrição, efeito positivo no desenvolvimento da cavidade bucal entre outros (BRASIL, 2015). O exposto trabalho teve como propósito discutir a adesão ao aleitamento materno e sua importância para mãe e filho.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, titulação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O leite materno é um alimento único, que fornece nutrição, imunidade, carinho e afeto. Devido a sua composição de nutrientes é considerado um alimento completo e suficiente para garantir o crescimento e desenvolvimento saudável do bebê durante os primeiros anos de vida. É um alimento de fácil e rápida digestão, completamente assimilado pelo organismo infantil e possui componentes com benefícios superiores aos demais leites, é rico em gorduras, minerais, vitaminas, enzimas e imunoglobulinas. Além disso, possui vantagens nutritivas, inclusive por promover o crescimento e desenvolvimento, bem como por influenciar no futuro desempenho escolar da criança (BARBOSA, 2015).

O aleitamento materno diminui o índice de mortalidade infantil e acarreta segurança à nutriz e ao lactente. A prática reduz as chances de ocorrer qualquer tipo de infecção causada por fatores externos como diarreia, infecções respiratórias ou alergias. Tal proteção ocorre devido a IgA secretória, principal anticorpo que atua contra microrganismos presentes nas superfícies mucosas. Os anticorpos IgA no leite humano são um reflexo dos antígenos da mãe, que produz anticorpos contra agentes infecciosos com os quais já teve contato, proporcionando, dessa maneira, proteção à criança contra os germes prevalentes no meio em que ela vive (BRASIL, 2015).

Apesar das evidências científicas provarem a superioridade da amamentação sobre outras formas de alimentar a criança pequena, e apesar dos esforços de diversos organismos nacionais e internacionais, as prevalências de aleitamento materno no Brasil, em especial as de amamentação exclusiva, estão bastante aquém das recomendadas (BRASIL, 2015). Dificuldades associadas a amamentação exclusiva trazem a baixa adesão, como não ter realizado pré-natal, ou não ter recebido orientações na consulta, lactante com auto percepção desfavorável da própria saúde, dificuldade em colocar o bebê no peito para mamar, Ingurgitamento mamário, contratempos com a ordenha manual das mamas, ou referente ao uso de mamadeira. Uma menor prevalência de aleitamento materno exclusivo foi observada entre as mães que fumavam ou que consumiam bebida alcoólica (ALVES, 2018).

Após os seis meses é importante manter o aleitamento materno e introduzir alimentos variados e saudáveis; pois a partir dessa idade, a alimentação tem a função de complementar a energia e outros nutrientes necessários para o crescimento saudável e pleno desenvolvimento das crianças. Até no segundo ano de vida, o leite materno continua sendo importante fonte de nutrientes (WHO, 2000). Porém, conforme o estudo desenvolvido, a prevalência de aleitamento materno exclusivo diminuiu em 22% a cada mês de vida do bebê. À medida que aumenta a idade da criança a probabilidade da introdução de outros líquidos e alimentos também aumenta. Vários pesquisadores sugerem que a duração da amamentação em humanos seja, em média, de dois a três anos, idade em que costuma ocorrer o desmame naturalmente (BRASIL, 2015).

Na Unidade Básica de Saúde, o pré-natal e a Rede Cegonha são fundamentais para uma gravidez saudável, pois promovem incentivo a prática do aleitamento materno desde a gestação, oferecendo apoio, suporte e ainda as maneiras corretas de amamentar, como posicionamento ideal da mãe e do bebê, como colocar o lactente no peito para que seja efetuada a pega, como oferecer o peito e terminar a mamada. Desta maneira, a lactante se sentirá mais segura e apta para ofertar o aleitamento ao bebê, todavia, o apoio de todos do seu meio é importante para reforçar tal questão (BRASIL, 2007).

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza básica. A busca da literatura inclui documentos das seguintes bases de dados: Scielo, BVS e revistas como Revista de Ciências Médicas e Biológicas. Os descritores de busca utilizados no portal Biblioteca Virtual em Saúde foram: “Amamentação”, “Lactente”, “Lactante” e “Saúde” utilizando operador *booleano* “AND”, além de utilizar os filtros: texto completo, idioma português, assuntos principais: “aleitamento materno”, “promoção da saúde”, “leite humano”, “conhecimentos, atitudes e práticas em saúde” para compor a busca. O período de publicação varia entre os anos de 2015 a 2020. A partir disso, foram escolhidos artigos com título correspondente ao objetivo da pesquisa. Após essa seleção, realizou-se uma leitura das bibliografias encontradas, e, desta forma, foram selecionados aqueles que estavam aptos a fazer parte da pesquisa bibliográfica, por corresponderem ao objetivo do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há um consenso mundial de que o aleitamento materno exclusivo até os seis anos de idade é a melhor maneira de nutrir a criança, visto que é uma prática essencial para seu crescimento e desenvolvimento, com vários benefícios nutricionais, imunológicos, econômicos e sociais, além de estimular o vínculo afetivo entre a mãe e o filho.

Nesse sentido, a Portaria nº 371 de 2014 do Ministério da Saúde (MS) estabelece que, ao nascer, o bebê seja colocado em contato imediato com a mãe, estimulando e favorecendo a primeira mamada, bem como normatiza procedimentos comprovados por estudos científicos que mostram os benefícios dessas práticas para a saúde da criança e da mulher, reduzindo os riscos de morte e anemia. Ademais, a sucção precoce é benéfica também para a saúde da mulher, devido a produção do hormônio ocitocina, que contrai o útero da mãe e protege-a de uma das principais causas de morte materna: a hemorragia uterina pós-parto (SILVA, 2018).

No estudo realizado por Flores et. al. (2017), foi observado que mães com crianças de 0-5 meses e 29 dias tinham 80% de adesão ao aleitamento materno exclusivo, que decaiu para 62% ao longo do segundo semestre de vida do lactente. Além disso, observou-se a introdução alimentar precoce, visto que as mães complementavam a dieta do bebê com chás, leite de origem distinta, água ou outros alimentos. O desmame e introdução alimentar precoce são justificados no estudo como resultados da união de fatores sociais, psicológicos, comportamental ou cultural.

Ferreira et. al. (2018) afirma conforme seus estudos que o aleitamento materno exclusivo possui alta adesão no primeiro mês de vida do lactente, e que a adesão decresce conforme a criança aumenta de idade. O autor elenca como principal variável de risco à não adesão do aleitamento materno exclusivo a mãe ser primípara ou nunca ter amamentado antes ou não ter recebido informações e orientações prévias sobre o aleitamento exclusivo. Portanto, o autor conclui que o principal método para promover a adesão ao aleitamento materno é iniciar as orientações durante o pré-natal, visto que tal prática transmite confiança à mãe.

Azevedo et. al. (2019) relacionou de maneira comparativa dois grupos: crianças que mamaram de forma exclusiva por mais de seis meses e crianças que não mamaram exclusivamente. Quando correlacionou peso e altura, peso e idade e IMC dos grupos, observou que o primeiro não apresentava déficits antropométricos nem

nutricional ou bioquímico, já o segundo apresentava deficiência nos parâmetros de crescimento e desenvolvimento, e ainda carência de vitaminas e anemia.

Fosu-Brefo e Arthur et. al. (2015) realizaram um estudo transversal utilizando dados da Pesquisa Demográfica de Saúde de Gana de 2008, através de uma amostra de 2.449 crianças nascidas nos cinco anos precedentes à pesquisa. Verificou-se que, se todos os recém-nascidos fossem amamentados na primeira hora de vida, 22% das mortes neonatais poderiam ter sido prevenidas. Além disso, foi verificado também que a continuidade da amamentação seguida àquela que se iniciou imediatamente após o nascimento foi maior que daqueles que não receberam o aleitamento materno após a primeira hora de vida. Assim, os resultados apontam que crianças que são amamentadas na primeira hora de vida tem melhor contribuição para a sua saúde, visto um maior índice de continuidade do aleitamento materno.

No Brasil, de acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2014), o índice de mortalidade infantil em crianças com menos de 5 anos, é de 85% ainda no primeiro ano de vida, além disso, a taxa de mortalidade nessa faixa etária, no período de 1990 a 2011, teve uma queda de 47,1 óbitos por mil nascidos vivos, para 15,3. Para tanto, o período citado coincide com importantes políticas nacionais de saúde que entraram em vigência, como a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento, vinculação à maternidade e assistência no âmbito do SUS, Portaria nº 569/GM/MS, de 01 de junho de 2000, que institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do SUS, o Pacto pela Vida, definido pela Portaria nº 2669/GM/MS, de 03 de novembro de 2009, que tem como um dos objetivos a redução da mortalidade materna e infantil, a instituição da Rede Cegonha, portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, a qual preconiza, por exemplo, a atenção integral à saúde da criança por meio da promoção do aleitamento materno e do acompanhamento da puérpera e do recém-nascido na atenção básica.

Portanto, comparando tais estudos, observa-se os benefícios da adesão ao aleitamento materno exclusivo e verifica-se a importância da orientação durante o pré-natal. Visando dessa maneira, diminuir os índices de mortalidade infantil, carência nutricional, alergias e outros déficits.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa pesquisa, concluímos que o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade é de extrema importância para a nutrição e desenvolvimento das crianças. Assim, cabe em especial à atenção primária, incentivar a amamentação através de acompanhamento das gestantes, desde o pré-natal, e das puérperas, por meio de visitas domiciliares, tendo como objetivo orientar essas mulheres acerca da importância do aleitamento materno exclusivo, seus benefícios e como fazê-lo, além de visar o vínculo com a Unidade Básica de Saúde e maior adesão à prática em questão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jessica de Souza; OLIVEIRA, Maria Inês Couto de; RITO, Rosane Valéria Viana Fonseca. Orientações sobre amamentação na atenção básica de saúde e associação com o aleitamento

materno exclusivo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1077-1088, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2018.v23n4/1077-1088/pt>

ALVES, Leylla Lays et al. PREVALÊNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO E SEUS FATORES DE RISCO. **Saúde e Pesquisa**, v. 11, n. 3, p. 527-534, 2018. Acesso em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/6871>

AZEVEDO, Pedro Tadeu Álvares Costa Caminha de et al. Estado nutricional de crianças em amamentação exclusiva prolongada no Estado de Pernambuco. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. e190007, 2019. Acesso em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v22/1980-5497-rbepid-22-e190007.pdf>

BARBOSA, Luma Natalia et al. Prevalência de práticas educativas acerca do aleitamento materno exclusivo (AME) em Cuiabá-MT. **Escola Anna Nery**, v. 19, n. 1, p. 147-153, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v19n1/1414-8145-ean-19-01-0147.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 1999. p. 30. Acesso em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html

BRASIL. Ministério da Saúde. **PROMOVENDO O ALEITAMENTO MATERNO**. 2007. Acesso em: <http://www.redeblh.fiocruz.br/media/albam.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2015. Acesso em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf

DA SILVA, Cláudia Patrícia Vargas et al. Aleitamento materno exclusivo na primeira hora de vida do recém-nascido. **Saúde (Santa Maria)**, v. 46, n. 1, 2020. Acesso em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/41745>

FERREIRA, Hellen Livia Oliveira Catunda et al. Fatores Associados à adesão ao aleitamento materno exclusivo. **Ciencia & saude coletiva**, v. 23, p. 683-690, 2018. Acesso em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n3/1413-8123-csc-23-03-0683.pdf>

FLORES, Thayná Ramos et al. Consumo de leite materno e fatores associados em crianças menores de dois anos: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00068816, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33n11/1678-4464-csp-33-11-e00068816.pdf>

FOSU-BREFO, Rita; ARTHUR, Eric. Effect of timely initiation of breastfeeding on child health in Ghana. **Health economics review**, v. 5, n. 1, p. 8, 2015. Acesso em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s13561-015-0044-8>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. 2014. Acesso em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatoriiodm.pdf

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto et al. Prevalência de aleitamento materno e fatores associados: uma revisão de literatura. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 17, n. 1, p. 95-101, 2018. Acesso em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/12783>

SILVA, Cristianny Miranda et al. Práticas educativas segundo os "Dez passos para o sucesso do aleitamento materno" em um Banco de Leite Humano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1661-1671, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n5/1661-1671/>

A SAÚDE DO IDOSO NA ATENÇÃO BÁSICA: IMPORTÂNCIA DE AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DO IDOSO COM A COMUNIDADE, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E NATUREZA

Eder Ricardo Haag, ederhaag@gmail.com 1
Gabriela Pontarolo Granemann Melo, gabipgmelo@hotmail.com 1
Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br 2
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br 2
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br 2

Resumo – Envelhecer engloba diversos aspectos, não apenas a idade cronológica. É um processo natural, que reflete as experiências passadas, o estilo de vida e as expectativas do futuro. É nessa fase que se procura encontrar novidades e se adaptar às mudanças, assim, permanecendo ativo. O presente trabalho busca caracterizar a população idosa de uma UBS de Caçador, Santa Catarina, assim como propor ações que impactem positivamente na vida desses idosos, por meio da interação social, com os profissionais de saúde, comunidade, animais e natureza. O estudo é qualitativo, com dados da Secretaria Municipal da Saúde, e pesquisas em bases de dados: Scielo, BVS e revistas como PEPsic. Durante a seleção de informações, verificou-se na UBS a existência de 1.249 idosos, sendo 468 do sexo masculino e 781 femininos, deixando evidente a importância de um projeto que proporcione a socialização e interação desses indivíduos. A Atenção básica, tem papel fundamental nesse processo, através da criação de políticas públicas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do idoso. A interação social é fundamental para isso, além da prevenção de doenças e promoção de Saúde.

Palavras-chave: População Idosa. Interação Social. Saúde do idoso. Atenção Básica.

INTRODUÇÃO

A partir de 2012 até o ano de 2019, a população brasileira obteve um crescimento de 18% de idosos, ou seja, já existem mais de 30 milhões de pessoas com mais de 65 anos. Ainda de acordo com o IBGE (2016), até 2034, o número de idosos deve atingir 15% da população brasileira.

Para a Organização Mundial da Saúde (2018), quando os idosos têm acesso a serviços de saúde, sentem-se mais independentes e contribuem melhor com suas famílias e comunidade. Portanto, uma vida longa e boa, traz boas oportunidades aos idosos, às suas famílias e sociedade.

Atualmente, existem políticas sanitárias para os determinantes sociais de saúde. Esses, envolvem características próprias do contexto social, que influenciam na saúde e como as circunstâncias sociais a afetam. Quando se trata de idosos, esses determinantes são mais evidentes, devido ao fato de terem um estado de saúde reflexo da sua vida pregressa. (GEIB, 2012).

- 1 - Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
2 - Professor(a), do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Para Smith e Segal (2019), senescência saudável significa, reinventar-se, ou seja, encontrar novos métodos, aprender a se adaptar às mudanças, permanecer físico e ativo na sociedade, conectar-se à comunidade e família. Esse direito, está previsto no Estatuto do Idoso (2003), Artigo 8, “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente”.

A pesquisa se justifica com o intuito de elucidar a importância da interação dos idosos com a comunidade, profissionais de saúde e natureza. Por meio dos dados coletados e informações levantadas, foi possível propor o desenvolvimento de um projeto de ação comunitária à população, dessa faixa etária, no intuito de impactar de maneira positiva na saúde da respectiva comunidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento vai muito além da idade cronológica. Envolve aspectos psicológicos, biológicos, intelectuais, econômicos e sociais que se entrelaçam como uma rede. A forma de levar a vida, somada às experiências que se sucederam durante seu passado compõe a pessoa idosa. Ficar velho é um decurso inerente da existência humana, sendo conhecido como senescência (DARDENGO E MAFRA, 2018).

Para a Organização Mundial da Saúde – OPAS/OMS (2015), a velhice é caracterizada a partir dos 60 anos ou mais. Como exemplo, no Brasil de acordo com o Estatuto do Idoso (2003), em seu artigo primeiro garante que, o “Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”.

Para Schenker e Costa (2019), o programa que se destaca na saúde do idoso é o auxílio do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), que trabalha como um suporte às equipes de saúde da família. Esse núcleo é composto basicamente por assistente social, fisioterapeuta, educador físico, nutricionista e psicólogo, ou seja, uma equipe multiprofissional. Além disso, a população idosa em muitos casos lida com limitações físicas, e é nesse contexto que entra o fundamental papel das visitas domiciliares.

Ainda de acordo com Schenker e Costa (2019), com a união do NASF e as visitas domiciliares, pode-se promover maior interação entre usuário idoso e às equipes da Atenção Primária à Saúde. Assim, fica mais fácil trazê-los para participarem de projetos que visem a interação social. Uma vida socialmente ativa está associada a múltiplos benefícios relacionados à saúde, além de diminuir riscos de depressão e ampliar expectativa de vida. Um novo estudo, citado abaixo, sugere que interagir com uma ampla gama de pessoas pode oferecer benefícios ainda maiores.

O estudo, publicado no *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences* em 20 de fevereiro de 2019, chegou à conclusão de que pessoas mais velhas que possuíam interação social que não fossem familiares ou amigos mais chegados, estavam propensas a ter índices mais altos com relação à prática de atividade física e, por consequência, menores anseios negativos e um elevado estado de bom humor.

1 - Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

2 - Professor(a), do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Ainda segundo esse estudo, os pesquisadores solicitaram a 300 idosos com 65 anos ou mais para tomar nota de todas as suas atividades e interações sociais de três em três horas durante um período de uma semana. Eles observaram que idosos que possuíam maior amplitude em suas interações sociais gastavam menos tempo sendo sedentárias. A explicação? Mesmo os idosos sendo mais sedentários na companhia de familiares e amigos próximos – como por exemplo relaxar em casa ou até mesmo assistir TV – possuíam a necessidade de sair de seus domicílios para interagir com outras pessoas, logo tornavam-se pessoas mais ativas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quali-quantitativo, baseado nos relatórios disponibilizados pela secretaria municipal de saúde, através do sistema informatizado que repassa informações mensais ao e-SUS, buscando dados referentes aos idosos cadastrados na unidade em estudo do município de Caçador, Santa Catarina, até outubro de 2020.

Foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza básica. A pesquisa narrativa da literatura inclui documentos das seguintes bases de dados: Scielo, BVS e revistas como PEPISIC. Os descritores de busca utilizados no portal da Biblioteca Virtual em Saúde foram: “Saúde Mental” e “Estratégia de Saúde da Família”, utilizando o operador booleano “AND”, além de utilizar os filtros: texto completo e idioma português e espanhol para compor a busca. A partir disso, foram escolhidos artigos com título interessante para a pesquisa. Após essa seleção, realizou-se uma leitura prévia dos artigos e, desta forma, foram selecionados quais estavam aptos para fazer parte da pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da coleta de dados informados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caçador, observou-se que o número de idosos cadastrados na unidade em estudo é relativamente alto. O total de usuários adscritos é 3.093, destes, 1.249 tem mais de 60 anos, isso representa que 40,38% da população é considerada idosa, sendo 468 do sexo masculino e 781 femininos, com idades que variam entre 60 e 99 anos. (SMS – Caçador, 2020).

Diante deste número fica evidente a necessidade de um trabalho que envolva essa população, por meio de um programa que auxilie na socialização e interação, promovendo saúde por intermédio de atividades prazerosas.

Para Ferreira e Barham (2011), a prática de atividades prazerosas na chamada terceira idade demonstra não receber a devida atenção no Brasil, pois dinâmicas e programas que envolvam lazer para os idosos ainda carecem de políticas públicas e sociais voltadas para esse tema.

De acordo com Dias (2006, apud Viscardi, Santos e Marinho, 2018), programas e atividades que envolvam a natureza vêm surgindo de maneira significativa, pois possibilitam aos idosos estímulos que os auxiliam a permanecerem fisicamente mais ativos e, com isso, melhorar a percepção para superar seus limites e potencialidades. Segundo os autores vivenciar atividades

1 - Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

2 - Professor(a), do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

na natureza isso poderá colaborar para o aumento de sua autoestima e autonomia, consequentemente sensações de bem-estar e prazer em viver.

Já para Reed, Ferrer e Villegas (2012), os animais podem atuar como curadores de seus cuidadores. Conforme os autores, mesmo que a terapia assistida por animais não seja ainda utilizada como tratamento complementar, especialmente na população portadora de doenças crônicas, investigou-se por meio de resultados valiosos a sua eficácia em diversos contextos, como ambientes hospitalares, educacionais e moradia assistida, sobretudo entre crianças e idosos.

Mariana Almeida (2017) – Gerontóloga pela UFSCar, argumenta que as relações sociais também promovem o bem-estar mental na velhice. A falta de interação social, além de ocasionar profundos efeitos negativos na função cognitiva, pode também desencadear a depressão. Idosos que permanecem em contato com outras pessoas, tendem a pender para hábitos mais saudáveis, além de influenciar positivamente no bem-estar psicológico.

Diante da necessidade de implementar um plano que auxilie essa parcela da população, e mediante pesquisas relacionadas, tem-se por objetivo propor um projeto baseado num tripé interacional, onde simultaneamente venha ocorrer uma interação do idoso com a natureza, animais e humanos.

A princípio o local escolhido será o Horto Florestal de Caçador, haja vista que neste ambiente podemos integrar a proposta do tripé interacional num mesmo recinto. No Horto Florestal o grupo de idosos terá a oportunidade de interagir com a natureza, por meio do plantio e colheita. No mesmo local também se encontra o Centro de Bem-Estar Animal Maria Alves, no qual os idosos poderão ter contato com animais de maneira terapêutica. Por fim, além da interação com o próprio grupo, haveria também inter-relação com os profissionais de saúde acompanhantes e acadêmicos do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP que, por intermédio de algumas dinâmicas em grupos e mini palestras, objetivariam conscientizar e promover saúde dessa população idosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o expressivo aumento da população brasileira idosa, e projeções futuras confirmando que esse número tende a aumentar ainda mais nos próximos anos, fica evidente a necessidade de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida do idoso no âmbito da Atenção Básica. Uma das maneiras de se alcançar o bem-estar dessa parcela da população é mediante programas que objetivem a interação social entre eles e profissionais da saúde, no qual o impacto final venha ser a prevenção de doenças e a promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariana. A importância das relações sociais na terceira idade. **O Popular**. Disponível em: <https://opopularmm.com.br/as-relacoes-sociais-na-terceira-idade-20143>. Acesso em: 09 nov. 2020.

1 - Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

2 - Professor(a), do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do idoso**, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_2ed.pdf. Acesso em: 03 nov. 2020.

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi, MAFRA, Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? **Revista de Ciências Humanas**, 2018. Acesso em: 03 nov. 2020.

FERREIRA, Heloísa Gonçalves, BARHAM, Elizabeth Joan. O Envolvimento de idosos em atividades prazerosas: Revisão da Literatura sobre Instrumentos de Aferição. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro, 2011. Acesso em: 09 nov. 2020.

GEIB, Lorena Teresinha Consalter. Determinantes sociais da saúde do idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, Passo Fundo, 2012. Acesso em: 01 set. 2020.

Harvard Health. Broader social interaction keeps older adults more active. 2019. Disponível em: <https://www.health.harvard.edu/mind-and-mood/broader-social-interaction-keeps-older-adults-more-active>. Acesso em: 03 nov. 2020.

OPAS/OMS Brasil, 2018. Folha informativa - Envelhecimento e saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 03 nov. 2020.

PARADELLA, Rodrigo. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. **Agência IBGE**, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/agencia-home.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

REED, Reiley, FERRER, Lilian, VILLEGAS, Natalia. Curadores naturais: uma revisão da terapia e atividades assistidas por animais como tratamento complementar de doenças crônicas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, 2012. Acesso em: 09 nov. 2020.

SMITH, Melinda, SEGAL, Jeanne. Aging Well. **Helpguide.org**. Disponível em: <https://www.helpguide.org/articles/alzheimers-dementia-aging/staying-healthy-as-you-age.htm>. Acesso em: 15 out. 2020.

SCHENKER, Miriam, COSTA, Daniella Harth. Avanços e desafios da atenção à saúde da população idosa com doenças crônicas na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2019. Acesso em: 03 nov. 2020.

VISCARDI, Adriana Aparecida da Fonseca, et al. Percepções de Idosos Sobre Atividades de Aventura na Natureza. **Licere**, 2018. Acesso em: 09 Nov. 2020.

World Health Organization (WHO). Ageingandhealth2018. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>. Acesso em: 07 set. 2020.

1 - Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

2 - Professor(a), do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA NA PREVENÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Renan Lucas Carminatti Valsoler, renanlucascarminatti@hotmail.com¹

Rúbia Bortoli, rubiabortoli.01@gmail.com¹

Tulio Dylan Eickoff Araujo, eickoff@hotmail.com¹

Andréia Valéria de Souza Miranda, andreiavaleriamiranda@hotmail.com²

Dayane Carla Borille, dayanecarla@unairp.edu.br²

Talita Czesker, talita.czekster@uniarp.edu.br²

RESUMO

Com uma alta prevalência de usuários da Atenção Básica de Saúde com transtornos mentais (até 38%) e tendo em vista que na sociedade moderna há um aumento nesses casos, objetivou-se realizar uma pesquisa sistemática de literatura de ações de promoção e prevenção em saúde desenvolvidas e aplicadas pela Estratégia Saúde da Família. Dessa forma, o presente trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica, realizadas online na base de dados Biblioteca Virtual de Saúde, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores “Educação em saúde”, “Transtorno mental”, “Atenção básica” e “Estratégia saúde da família”. Foi evidenciado que a Atenção Básica se torna a principal porta de entrada e estrutura fundamental no vínculo e resolutividade na assistência aos transtornos mentais, os transtornos mais comuns constatados foram ansiedade, hiperatividade, problemas de comportamento, esquizofrenia e depressão. Foi visto ainda que tais transtornos afetam os usuários de todas as faixas etárias, tendo maior prevalência em adultos. É um problema parcialmente negligenciado pelo Estado, uma vez que os investimentos direcionados a esses transtornos são baixos, porém, a Atenção Básica oferece uma porta de entrada para o diagnóstico, tratamento e resolutividade do problema, proporcionando uma melhor qualidade de vida para esses usuários.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Atenção Básica. Transtornos mental. Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais representam hoje um dos principais desafios na agenda de saúde, tanto de países desenvolvidos como de países em desenvolvimento, constituindo um ônus importante para os serviços públicos. Estima-se que 30% dos adultos em todo o mundo atendam aos critérios de diagnóstico para qualquer transtorno mental (LOPES, 2020).

Nos últimos anos, o Ministério da Saúde, através das políticas de expansão, formulação, formação e avaliação da Atenção Básica, vem estimulando ações coletivas e individuais aos problemas mais graves de saúde mental da população neste nível de atenção. A Estratégia Saúde da Família (ESF), enquanto diretriz para reorganização da Atenção Básica no contexto do Sistema Único de Saúde - SUS, tornou-se fundamental para a atenção das pessoas portadoras de transtornos mentais e seus familiares; com base no trabalho organizado segundo o modelo da atenção básica e por meio de ações comunitárias que favorecem a inclusão social destas no território onde vivem e trabalham (CORREIA et al., 2011).

¹Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

²Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

Objetivou-se neste trabalho, demonstrar a importância da criação de grupos de apoio que promovam reuniões e palestras informativas na Unidade Básica de Saúde, bem como orientação e palestras nas escolas, como forma preventiva de agravos, preconizado fortemente pelo Sistema Único de Saúde para o controle dos transtornos mentais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), dados publicados em 2018, apontam que os transtornos mentais comuns (TMC) são: depressão, transtorno afetivo bipolar, esquizofrenia, demência, deficiência intelectual e transtornos de desenvolvimento, incluindo o autismo. Correspondem associadas aos sintomas como: insônia, fadiga, esquecimento, irritabilidade, dificuldades de concentração, queixas somáticas e sentimento de inutilidade (PORTUGAL et al., 2016).

Os TMC possuem significativa prevalência nas sociedades modernas, afetando pessoas de diversas faixas etárias, com destaque para os adultos, pois é nesta fase que, geralmente, iniciam-se as responsabilidades, o que acarreta sofrimento tanto para o indivíduo, quanto para a família e comunidade (ROCHA et al., 2010).

Tanto no contexto nacional quanto no internacional, reconhece-se que diversos fatores podem acarretar baixa autoestima, aumentando assim a suscetibilidade de transtornos mentais comuns, tais como: eventos de vida estressantes e desempenho insatisfatório de papéis sociais; problemas interpessoais; internações hospitalares; problemas de saúde; acesso desigual aos cuidados de saúde; desemprego; condições inadequadas de habitação; abuso do tabaco e do álcool; sedentarismo; ser do sexo feminino; ser imigrante; baixo nível de escolaridade; e ser vítima de violência (LUCHESE et al., 2014).

No Brasil, a prevalência de transtornos mentais na população geral é de 29,9%, chegando a 38% nos usuários da Atenção Primária à Saúde (APS) (ROCHA et al., 2010). No contexto mundial, as projeções para 2030 são de incluírem estas perturbações entre as mais incapacitantes do ser humano (SOUZA et al. 2017 apud SKAPINAKIS et al., 2013).

O acolhimento e o vínculo na atenção básica são eixos norteadores na assistência, principalmente se direcionado aos doentes mentais, proporcionam um atendimento humanizado em saúde. Assim, a Estratégia da Saúde da Família desenvolve mecanismos capazes de ouvir, escutar e orientar, representando neste sentido a efetivação de princípios do SUS, fundamentais no desenvolvimento de suas práticas como a integralidade e a resolutividade dos problemas encontrados (CORREIA et al., 2011).

As atividades grupais desenvolvidas pela equipe da ESF, das quais os portadores de transtornos mentais participam, são desenvolvidas na UBS ou na própria comunidade. As atividades desenvolvidas são: oficinas de artesanato, trabalhos manuais, pintura, grupos de caminhada, terapia comunitária, recepção de saúde mental, atendimentos individuais e, quando necessário, incorporação e participação da família (CORREIA et al., 2011).

Em relação as ações de saúde preventivas, que alcance com mais facilidade o público infanto-juvenil, a escola é vista como local privilegiado de grande concentração de estímulo longitudinal e de grande impacto sobre todos os aspectos da vida, assim, tende a ser um grande aliado nesse processo. O sistema educacional é destacado

¹Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

²Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

como protagonista no contexto de disseminação de saúde e define o termo "aprendizagem socioemocional", referindo-se a um processo fundamental que auxilia o relacionamento interpessoal e introspectivo do indivíduo, ressaltando cinco processos dessa aprendizagem: autoconhecimento, consciência social, tomadas de decisão responsável, habilidades de relacionamento e autocontrole. Essas habilidades, se bem desenvolvidas e trabalhadas, poderão resultar em fatores de proteção contra um possível transtorno mental (GARCIA, 2016).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa sistemática de literatura, elaborada através da análise de dados, baseada em materiais já existentes. Os dados dos resultados foram apresentados de forma descritiva. Teve como base, dados encontrados nas plataformas de dados online: Google Acadêmico, SciELO e BVS. Refinando os periódicos em: disponibilidade do texto na íntegra e preferencialmente em PDF; disponíveis no idioma português; artigos publicados entre os anos de 2010 a 2020 coerentes com o tema proposto, utilizando-se os seguintes descritores, com auxílio do operador booleano AND: "educação em saúde", "atenção básica", "transtorno mental", "estratégia saúde da família".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação em saúde mental, advinda principalmente das escolas e do ambiente familiar, é fundamental para que o público infante-juvenil se torne conhecedor das patologias mentais, entenda a sua gravidade e assim evite problemáticas como, por exemplo, a supervalorização de doenças, discriminação entre colegas e de medicalização indevida (GARCIA, 2016). Estudos epidemiológicos apontam que problemas de saúde mental em crianças e adolescentes são comuns, atingem cerca de 10% a 20% deles, dependendo da metodologia utilizada para estimar a prevalência (OMS, 2001). No Brasil, estudos apontam uma taxa de prevalência entre 10,8% a 12,7% (BRASIL, 2013).

Em relação aos tipos de problemas encontrados, verificou-se que os mais comuns são: ansiedade (5,2% – 6,2%), problemas de conduta/comportamento (4,4% – 7,0%), hiperatividade (1,5% – 2,7%) e depressão (1,0% – 1,6%). Autismo e problemas correlatos apresentam taxa de prevalência abaixo de 1% (BRASIL, 2013). Esses dados ratificam a importância da educação, para que a escola se torne apoiadora de pessoas e não as façam se sentir culpadas e envergonhadas por seu distúrbio.

No âmbito de saúde mental dos adultos, a Atenção Básica torna-se o principal vínculo acolhedor e resolutivo na assistência dos transtornos mentais. As sobrecargas da vida cotidiana e as responsabilidades da vida adulta são as causas relatadas desencadeadoras dessa problemática. O relatório da OMS e da OPAS assinala que os TMs correspondem a 12% da carga mundial de doenças e a 1% da mortalidade, quando menos de 1% dos recursos da saúde é investido em ações para a saúde mental. Apesar disso, mais de 40% dos países ainda carecem de políticas em saúde mental e 30% não têm programas nessa esfera. Sabe-se ainda que a maioria dos transtornos mentais são tratáveis e evitáveis, corroborando a premissa de que, quando se investe na prevenção e promoção da saúde mental, se pode reduzir significativamente o número de incapacidades resultantes desses transtornos (SANTOS, 2010).

¹Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

²Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os transtornos mentais mais acometidos na população mundial são: depressão, transtorno afetivo bipolar, esquizofrenia, demência, ansiedade, deficiência intelectual, transtornos de desenvolvimento e autismo. Correspondem a cerca de 12% do total das causas de morte em todo o mundo, sendo que a população adulta é a mais afetada. Apesar de sua relevância nas taxas de mortalidade, é uma problemática parcialmente negligenciada no âmbito governamental, pois apresenta índice de investimento financeiro menor que 1% do valor total destinado à programas de saúde. A Atenção Básica, desenvolvendo seu papel, em relação aos usuários, representa o vínculo acolhedor e resolutivo a partir das ações de promoção e prevenção de saúde. O diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento adequado possibilitam aos pacientes melhores formas de apoio e um acompanhamento mais efetivo, proporcionando a estes indivíduos, uma melhor qualidade de vida, agindo de forma ativa a fim de reduzir os elevados índices de mortalidade ocasionados por transtornos mentais. Portanto, propomos que ações em educação em saúde, como palestras, rodas de conversa, estudos direcionados ao uso de medicamentos relacionados aos transtornos mentais, levantamentos de prevalência nas diversas faixas etárias da população adscrita à unidade, dentre outras, sejam realizadas nas Unidades Básicas de Saúde, a fim de quantificar, sensibilizar, educar e assim minimizar os efeitos dos transtornos mentais na população afetada.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ao curso de graduação de medicina e às professoras da disciplina de Integração Ensino Serviço e Comunidade que nos orientou na formulação do projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf Acesso em: 03 Nov. 2020.

CORREIA, Valmir Rycheta; BARROS, Sônia; COLVERO, Luciana de Almeida. Saúde mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, vol.45 n.6, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342011000600032&lng=en. Acesso em: 08 nov. 2020.

GARCIA, Janaína Mandra. Saúde Mental na Escola: O que os Educadores Devem Saber. **Revista Psico USF**, vol.21, n.2, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712016000200423. Acesso em: 10 nov. 2020.

¹Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

²Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

LOPES, Claudia de Souza. Como está a saúde mental dos brasileiros? A importância das coortes de nascimento para melhor compreensão do problema.

Caderno Saúde Pública, vol.36, n.2, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000200201.

Acesso em: 08 nov. 2020.

LUCHESE, Roselma et al. Prevalência de transtorno mental comum na atenção primária. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 200-207, June 2014.

Available from

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002014000300200&lng=en&nrm=iso. access on 08 nov.

2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201400035>.

PORTUGAL, Flávia Batista et al. Qualidade de vida em pacientes da atenção primária do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil: associações com eventos de vida produtores de estresse e saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2016, v. 21, n. 2 [Acessado 08 novembro 2020], pp. 497-508. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.20032015>. ISSN 1678-4561.

<https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.20032015>.

ROCHA, Saulo Vasconcelos et al. Prevalência de transtornos mentais comuns entre residentes em áreas urbanas de Feira de Santana, Bahia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, p. 630-640, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/rbepid/2010.v13n4/630-640/pt/#ModalArticles>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SANTOS, Élem Guimarães dos; SIQUEIRA, Marluce Miguel de. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010. Available from

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S004720852010000300011&lng=en&nrm=iso. access on 03 Nov.

2020. <https://doi.org/10.1590/S0047-20852010000300011>.

SOUZA, Luís Paulo, et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em adultos no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n.18, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164721602017000300009. Acesso em: 08 nov. 2020.

SAÚDE MENTAL: UM PANORAMA NOS ADOLESCENTES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM UM PERÍODO DE 2020 NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC¹

Amanda Eliz da Silva, amandaaeliz@hotmail.com²

Flávia Eduarda Cachoeira, flaviadud@hotmail.com³

Grazielle de Souza, grazielledesouzacaldas@gmail.com⁴

Dayane Carla Borille dayanecarla@uniarp.edu.br⁵

Talita Czekster talita.czekster@uniarp.edu.br⁶

Andréia Valeria de Souza Miranda andrea.valeria@uniarp.edu.br⁷

Resumo – A saúde é caracterizada pelo completo bem-estar físico, social e mental. Todavia, grande parcela da população não se atém ao aspecto psicológico, fazendo com que, seja uma das patologias mais presentes na população brasileira e mundial. Nesta perspectiva, o presente trabalho teve por objetivo avaliar o número de adolescente e caracterizar a assistência a eles quanto aos atendimentos em saúde mental na unidade em estudo. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativa através da coleta de dados da Secretaria de Saúde do município pesquisado. Durante a seleção de informações na UBS, verificou-se uma população adscrita de 808 pessoas compreendidas entre 12 e 18 anos. Dentre esses adolescentes, 27 possuem encaminhamentos para psicólogo, neuropsicólogo e psiquiatra no período compreendido entre 01/01/2020 e 31/08/2020. Desta forma, é possível concluir que 3,3% dos adolescentes possuíram acompanhamento na saúde mental, demonstrando assim que a UBS está abaixo da estatística da OPAS, que 16% de tal população é acometida de problemas do âmbito mental.

Palavras-chave: Adolescentes. Saúde Mental. Unidade Básica de Saúde. Encaminhamentos.

INTRODUÇÃO

A saúde mental é um assunto bastante abordado, as relações entre saúde/doença mental e vulnerabilidade social são muito complexas e exigem uma série de reflexões e contextualizações para serem compreendidas, de forma que não reproduzam uma lógica simplista que associe vulnerabilidade social com distúrbios da mente.

Compreender o impacto deste tipo de comportamento na vida da pessoa que se automutila, bem como entender os fatores internos e externos que podem explicar esta prática, são alguns dos assuntos abordados (GAMA, CAMPO, FERRER, 2014).

O modelo de atenção primária que visa um olhar preventivo para promoção em saúde pública ainda é bastante falho quando pensado em atendimento em saúde mental, vários médicos da saúde da família relatam que seus pacientes os procuram com anseios de resolverem seus problemas de natureza psiquiátrica/psicológica, e os mesmos acreditam que: se as unidades básica de saúde, dispusessem de psicólogos grande parte da demanda seria resolvida sem passar pelos consultórios de atendimento clínico (GAMA, CAMPO, FERRER, 2014).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do Curso de Medicina

^{2, 3 e 4} Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{5, 6 e 7} Professor(a)s, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

¹ Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

² Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

As metodologias ativas proporcionam aos estudantes contato com a realidade das unidades básicas de saúde, dessa forma, surgiram alguns questionamentos acerca da demanda de pacientes à procura de atendimento psiquiátrico/psicológico. Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar o número de adolescentes e caracterizar a assistência a eles quanto aos atendimentos em saúde mental.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Saúde mental é considerada um estado onde o indivíduo está bem ao ponto de saber lidar com as situações cotidianas e muito mais que a ausência de doenças mentais (OPAS/OMS, 2016).

O SUS oferece inúmeros serviços em saúde para melhorar a qualidade de vida dos pacientes que precisam de ajuda e tratamento de saúde mental, nesses serviços cada unidade de saúde é responsável pelos pacientes que necessitam desses cuidados. Diante disso as Unidades Básicas de Saúde (UBS) são de grande importância por oferecerem cuidados em saúde mental na maneira de se garantir o princípio da integralidade, diretriz da Atenção Primária e do SUS (OPAS/OMS, 2018).

Porém a procura por ajuda como nos CAPS, ainda é carregada de estigmas relacionados a “loucura”, haja vista que a reforma psiquiátrica em nosso país ocorreu de modo muito recente, em perspectiva da cronologia histórica. Na década de 70 houve o que se chama de processo de desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos, o próprio sistema único de saúde é muito recente para um país que apresenta mais de 500 anos. Destarte, observamos que a simples alusão ao acompanhamento dos pacientes pelos profissionais dos centros de atendimento psicossocial ainda seja tratado com relutância por grande parcela da população, que faz esta associação negativa (GAMA, CAMPO, FERRER, 2014).

Em contrapartida, nossa sociedade absolutamente capitalista, imediatista, com destaque em desigualdade social, produz cada dia mais pessoas adoecidas. Os transtornos mentais são agravos de saúde altamente prevalentes na sociedade atual. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), transtornos mentais como depressão, abuso de álcool, transtorno bipolar e esquizofrenia se encontram entre as 20 principais causas de incapacidade. Mazelas que estatisticamente crescem como importante fator de detrimento da qualidade de vida da população (VIAPIANA, 2018).

A adolescência é marcada pelo momento de transição entre a infância para a vida adulta logo é carregada de mudanças físicas, a forma de pensar e agir que vai moldando os adolescentes. Porém essas mudanças podem causar alguns conflitos para esses jovens em razão de tantas mudanças que acabam afetando a saúde mental (OPAS/OMS, 2018).

Muitos fatores como a qualidade de vida, as relações familiares e amigos, violência sexual, problemas com bullying e socioeconômicos estão relacionados com a saúde mental dos adolescentes. Quanto mais expostos a esses fatores, maior será o impacto na saúde mental desses jovens (OPAS/OMS, 2018).

Pensando nestes vieses, pode-se observar que há um número significativo de pacientes na unidade básica de saúde, do bairro em estudo, que necessitam de acompanhamento psicológico/psiquiátrico, levando ao presente trabalho que objetiva inferir grupos de apoio aos adolescentes com o distúrbio de automutilação não suicida.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, realizada sob os relatórios informatizados, disponibilizados pela secretaria de saúde do município de Caçador, SC, onde buscou-se o quantitativo de encaminhamentos dos pacientes para acompanhamento psicológico e psiquiatra, dentre os adolescentes, referente ao período de 01/01/2020 e 31/08/2020. Os dados foram analisados por estatísticas simples e comparativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente pesquisa, consta-se que o número total de adolescentes na unidade básica de saúde se configura em 808 adolescentes cadastrados. Entre toda a população objetivada nessa pesquisa, 27 possuem encaminhamentos para profissionais da saúde mental, entre psicólogos, neuropsicólogos e psiquiatras no período de 01/01/2020 e 31/08/2020. Percebe-se então que, 3,3% da população compreendida entre 12 e 18 anos possuem algum tipo de acompanhamento mental nessa determinada área.

Através dos dados obtidos, demonstra-se que a população de adolescentes não está sendo assistida em sua totalidade, pois, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, os problemas de saúde mental são designados a acometer em 16% da carga global de doenças e lesões, ou seja, deveria haver encaminhamentos para 129 pessoas dessa população.

De acordo com o exposto, ressalta-se a importância da equipe multiprofissional em fazer a abordagem correta, a fim identificar adolescentes através da conjunta com a ação de agentes de saúde em visitas domiciliares, pois, com isso pode-se perceber essa população com características que necessitam de ajuda, tanto através de relatos familiares ou atitudes próprias, ter o encaminhamento correto para profissionais especializados. Tal atitude visa romper a estatística da OMS, que expõem o suicídio como segunda principal causa de morte em adolescentes.

A fim de se diminuir esse índice, a integração dos serviços prestados pela saúde é indispensável. Dentre eles, frisa-se a maior aproximação entre a atenção básica, visto que é a porta de entrada dos pacientes, com o centro de atenção psicossocial, responsável pelo cuidado especializado com a saúde mental da população. Dessa forma, há uma potencialização dos trabalhos prestados, além de que o compartilhamento de ideias entre os profissionais sobre o caso gera uma individualização nas demandas e necessidades, promove o fortalecimento do suporte, maior resolutividade, e por consequência, uma melhor qualidade de vida. (BRASIL, 2015).

Entre as ações promovidas pelo SUS, algumas substituem a escuta atenciosa ao focalizar a doença. Com isso, o Projeto Terapêutico Singular é fundamental ao incluir diferentes visões da equipe no paciente de forma integrada e dinâmica. Esse modelo é amplo e integral, com o objetivo de focar unicamente no indivíduo. Outras ferramentas também são de grande valia, o genograma e o ecomapa contribuem para a melhor compreensão do contexto, através do olhar amplo, não só para o indivíduo como para a família, seus adoecimentos, relações e convivências. (BRASIL, 2015).

Em experiência em uma cidade do Brasil, práticas integrativas e complementares, como o relaxamento e a meditação se mostraram positivas em pacientes com transtornos mentais, a exemplo, a confusão e o estresse na unidade

básica de saúde. Entre os indicativos relacionados a saúde mental, foram constatados a convivência, o vínculo e o relacionamento. Em relação aos aprendizados durante as práticas integrativas e complementares, se destacam a paz, sabedoria, tranquilidade, alegria e relaxamento. Com esses dados, pode-se notar a importância de tecnologias de cuidado assistenciais com a implantação na atenção básica, que visa não sobrecarregar o CAPS e oferecer uma ampla assistência a esses pacientes (Carneiro, Caribé, Rego, 2020).

Nesse viés, traçar medidas que corroborem com a construção de laços entre a equipe multidisciplinar e os usuários da unidade de saúde básica, é algo que almeja-se conquistar através das práticas integrativas complementares a exemplo das reuniões semanais onde há a troca de experiências nas rodas de conversas, nas terapias manuais, em encontros que promovam meditação e relaxamento, por exemplo. O grau de especificidade da rede é que se estabelecem espaços permanentes e regulares de encontro e discussão entre as equipes de atenção básica, outras equipes de saúde e outras organizações de serviço da região. Portanto, investir nas ferramentas de apoio que são algumas das inúmeras PICS citadas, é a base para o desenvolvimento de estratégias de abordagem e atendimento à população da região. Quanto mais frequentes esses canais de comunicação e construção coletiva, maior a chance de integração entre os profissionais e as políticas envolvidas. (Caderno de atenção básica nº 34 saúde mental 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde mental é de extrema importância, visto que é considerada um dos pilares da definição de saúde e bem-estar, por esta razão é de suma importância o acompanhamento na atenção básica, visto que é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde do Brasil e é responsável pelos encaminhamentos aos especialistas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, uma das limitações desse tipo de estudo são a não aceitação do tratamento que o paciente necessita, visto que culturalmente a saúde mental é relacionada à loucura e todo o preconceito que o paciente recebe de familiares e pessoas próximas. Além disso, o presente momento da pandemia do COVID-19 impediu os autores de se deslocarem até a unidade básica de saúde a fim de coletar os dados de maneira rápida e completa, visto que isso impediu uma abordagem ampla sobre o tema nesse determinado local.

Através da análise dos dados recebidos, objetiva-se com essa pesquisa, e, com o término da pandemia, implementar um grupo de apoio em saúde psicológica para a assistência de adolescentes com transtornos psiquiátricos leves, usuários da Unidade Básica de Saúde no município de Caçador-SC, a fim de se dar o apoio completo a esses pacientes.

Desse modo, as práticas integrativas e complementares são fundamentais e indispensáveis, a exemplo, a terapia comunitária integrativa com rodas de conversas com pacientes para a troca de vivências e experiências. Além disso, a implementação de profissionais especializados como psicólogos para um acompanhamento contínuo e individual, e psiquiatras a fim de se complementar com a ação medicamentosa.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Psiquiatria, Guia Intersectorial de Prevenção do Comportamento Suicida em Crianças E Adolescentes; 2019. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/carga_20190837/26173730-guia-intersectorial-de-prevencao-do-comportamento-suicida-em-criancas-e-adolescentes-2019.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 10.216, de 15 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm#:~:text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos. 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_criancas_adolescentes_sus.pdf

DE LIMA BRAGA, Luiza; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 1, p. 2-14, 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/contextosclinicos/article/view/3592>.

FUREGATO, Antônia Regina Ferreira. Políticas de saúde mental e abertura para o futuro. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018. Disponível em: <https://portal.seer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/27578/16914>.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko; FERRER, Ana Luiza. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latinoamericana Psicopatologias Fundamentais**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-84, mar. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S141547142014000100006>.

LOPES, Claudia de Souza. Como está a saúde mental dos brasileiros? A importância das coortes de nascimento para melhor compreensão do problema. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, e00005020, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00005020>.

PREVALÊNCIA DO CÂNCER DE MAMA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE EM CAÇADOR-SC¹

Andressa Fatima Konzler, andressakonzler@outlook.com.br²
Luciana Bonissoni Volpato, luucianabonissonivolpato@hotmail.com²
Maria Eduarda Kleis, mariaeduardakleis@hotmail.com²
Andréia Valéria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br³
Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br³
Talila Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br³

Resumo - O Câncer de Mama é uma doença neoplásica acometida por uma proliferação anormal das células da mama da mulher, na qual a nível genético desregula a capacidade de homeostase celular, influenciando na capacidade de diferenciação e consequentemente, levando um aumento descontrolado e autônomo das células da mama. Os principais sinais e sintomas são as próprias alterações nessas estruturas, que podem causar nódulos, dor nas mamas, retrações e lesões, dentre os métodos de detecção atuais, destacam-se a mamografia e o autoexame. O objetivo é conhecer as ações realizadas para prevenção do câncer de mama em uma UBS de Caçador, sob a metodologia de um estudo quantitativo, descritivo com base nos dados coletados através da Secretaria Municipal de Saúde do município de, por meio do sistema eletrônico. A partir dos dados coletados, pode-se pontuar que a falta de prevenção e o descuido com a saúde da mulher, são as maiores causas para o não diagnóstico e tratamento adequado dos casos de câncer de mama atualmente. Assim, são necessárias medidas de orientação como o autoexame, consultas ginecológicas e a realização de mamografias, e além disso, a atuação da equipe multiprofissional para a detecção precoce na área de abrangência da Unidade Básica.

Palavras-chave: Câncer de mama. Neoplasia mamária. Câncer. Mamografia. Autoexame.

INTRODUÇÃO

Segundo De Arruda et al. (2015) o câncer de mama é um tumor invasivo desenvolvido pela multiplicação desordenada de células da mama. Processo esse que quando gera células com mutações, é responsável pelo desenvolvimento de um tumor. Além disso, por ser uma doença estrógeno dependente, como fator de risco tem a idade avançada (principalmente após os 40 anos), as características reprodutivas da mulher, os históricos familiar e pessoal e os hábitos de vida (SILVA, PAMELLA ARAÚJO DA AND RIUL, SUELI DA SILVA. 2011). Nesse sentido, há diversas maneiras de ocorrer uma multiplicação anormal de células, por isso, a doença pode se manifestar e evoluir de várias formas.

Os índices de Câncer de mama no Brasil são altos: sem considerar os tumores de pele não melanoma, o câncer de mama feminina ocupa a primeira posição mais frequente de mortalidade em todas as regiões brasileiras, nesse sentido, destaca-se a importância de prevenir e orientar as mulheres sobre essa patologia, tendo em vista

¹ Projeto integrador referente a disciplina de IESC do Curso de Medicina da UNIARP

² Alunos do curso de medicina da segunda turma do Curso de Medicina da UNIARP

³ Professor orientador, da disciplina de IESC, do Curso de Medicina da UNIARP

que, entre os anos de 2005 a 2015, foram diagnosticados 141.168 mil óbitos no país (MARTINS, ANA CLAUDIA SIERRA; SILVA, LÉLIA SOUZA. 2018).

Diante disso, o objetivo deste estudo é conhecer as ações realizadas para prevenção do câncer de mama em uma UBS de Caçador, uma vez que se diagnosticado precocemente, o câncer de mama tem grandes chances de cura e sobrevida elevada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo De Arruda et al. (2015), O Câncer de Mama é uma doença neoplásica acometida por uma proliferação anormal das células da mama da mulher, na qual a nível genético desregula a capacidade de homeostase celular, influenciando na capacidade de diferenciação e consequentemente, levando a um aumento descontrolado e autônomo das células da mama.

Da Silva & Da Silva Riul (2011) destacam que os principais sinais e sintomas do câncer de mama são as próprias alterações nessas estruturas, que podem causar nódulos, modificações na pele, presença de secreções, abaulamentos, dor nas mamas, retrações e lesões, que em geral são indolores, com suas extremidades irregulares e fixas. Além disso, essa doença causa sinais e sintomas emocionais, como o medo, a ansiedade, perda da autoestima e baixa valorização da imagem corporal.

Referente aos fatores de risco para o desenvolvimento da neoplasia da mama, Da Silva et al. (2011) destaca a idade avançada, a carga genética, particularidades reprodutivas, menarca precoce, nuliparidade, gestação após os trinta anos e a influência do ambiente e de seus hábitos de vida. Ademais, dentre os hábitos de vida relacionados com essa doença neoplásica, pode-se destacar a obesidade, o climatério, tabagismo. Ainda, as influências ambientais dispostas nos casos de câncer é principalmente a exposição e radiações ionizantes.

Dentre os métodos de detecção e prevenção atuais, destacam-se um exame radiológico chamado mamografia, que objetiva a identificação de alterações na mama, que sugere malignidade, podendo ser visível antes das manifestações estruturais e biológicas. Ademais, um instrumento facilitador no diagnóstico de câncer de mama é o autoexame, que com a devida orientação, pode ser realizado pela própria paciente na identificação de sinais específicos da doença (THULER et al. 2003).

De acordo com Makluf et al. (2006), e os dados revelados pelo INCA (Instituto Nacional do Câncer), o câncer de mama é uma doença com maior incidência de óbito de mulheres no país, isso se explica pelo diagnóstico tardio já nas fases graves da neoplasia, o que deriva da falta de políticas de rastreamento e prevenção, e consequentemente, da precariedade de mamografias, autoexames e consultas ginecológicas em prática pelas mulheres.

Levando em consideração a gravidade dessa doença, De Arruda et al. (2015) afirma que é preciso orientar as mulheres quanto os sinais e sintomas do câncer, bem como a realização do autoexame e da periodicidade das consultas ginecológicas que consequentemente, as levam a cuidados e busca por mamografias e exames clínicos regulares das mamas. Desse modo, é importante salientar a importância da atuação do profissional nos serviços de saúde, para realizarem essa assistência integral às mulheres, com a implementação de estratégias que priorizem o autocuidado, a prevenção e o diagnóstico precoce nos estágios iniciais da doença.

O câncer de mama é o tipo de câncer de maior incidência no sexo feminino, segundo Barros et. al. (2020), no período de estudo entre 2005 e 2015 o número de óbitos por neoplasia maligna de mama no Brasil foi de 141.168. Ademais, de acordo

com os autores, é o câncer que ocupa a primeira posição entre as doenças mais frequentes em todas as regiões brasileiras, sendo a proporção na região Sul de 71,16 por 100 mil habitantes.

No Brasil, as estimativas, de acordo com os autores, são de que 66.280 mil casos novos de câncer são diagnosticados a cada triênio. No estudo realizado por Barros et. al. (2020), a idade mais acometida por óbitos em virtude do câncer de mama compreende a faixa etária de 40 e 59 anos, reduzindo a partir dos 60 anos.

Segundo Ayala (2012), em estudo realizado com 655 mulheres, se observa um fator importante no prognóstico, que é o período entre o diagnóstico de câncer de mama e a ocorrência de óbito, visto que, estádios mais avançados são mais perigosos e menos tratáveis que estádios precoces da doença. No estudo, a maioria das mulheres com câncer de mama estava na faixa etária de 40 a 50 anos, e no que diz sobre o estágio da doença, 48% das mulheres analisadas estavam em estágio II. Em relação aos estádios da doença e a sobrevida, a probabilidade de viver mais de 10 anos após diagnóstico de câncer é maior quando diagnosticada no estágio I da doença.

Ademais, de acordo com Hofelmann, Anjos e Ayala (2013), em 2002 o registro de sobreviventes de câncer era de aproximadamente 25 milhões, e a estimativa para 2050 é de cerca de 70 milhões, esse fato pode ser bem explicado pelo desenvolvimento de políticas que visem à prevenção e o autocuidado das mulheres com seu próprio corpo. Além do mais, a melhor chance de sobrevida é de mulheres que receberam diagnóstico precoce em que o câncer estava em estágio I.

Em estudo realizado entre 2000 a 2011 com 137.593 mulheres diagnosticadas com câncer de mama no Brasil, Medeiros et.al. (2015), afirmam, que nas últimas três décadas o câncer de mama foi considerado a primeira causa de morte por câncer em mulheres no país, além do mais, a mortalidade vem aumentando, fato que pode ser atribuído, segundo os autores, ao retardo no diagnóstico e atraso na instituição terapêutica adequada, o que leva ao aumento do crescimento desordenado das células tumorais. No estudo a faixa etária que mais é acometida pelo câncer está entre mulheres de 50 a 69 anos e prevalece em mulheres de cor branca (52,4%), e a maioria das mulheres com ensino fundamental incompleto.

Ademais, segundo Guerra et. al. (2015), a condição socioeconômica se mostra como um importante determinante da condição da sobrevida após diagnóstico de câncer de mama, visto que, de acordo com os autores, entram nesse quesito: escolaridade, renda, possuir plano privado de saúde ou ser usuária do sistema público. Sendo assim, no estudo realizado por esses autores com 437 mulheres na faixa etária de 40 a 69 anos 71% foram assistidas pelos serviços públicos enquanto 61% em serviços privados.

Contudo, os serviços públicos tinham mais mulheres com estágio mais avançado do câncer de mama: estágio III e IV, sendo assim, o maior número de óbitos das mulheres do estudo também foi mais frequente entre as mulheres que usaram serviços públicos. Com isso, percebe-se a relevância do nível socioeconômico na questão de sobrevida, uma vez que, mulheres usuárias do sistema público acabaram recebendo diagnóstico tardio, o que culmina no tempo de sobrevida dessas pacientes.

METODOLOGIA

Este estudo quantitativo, descritivo com base nos dados coletados através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Caçador-SC, por meio do sistema eletrônico informatizado que alimenta o e-SUS mensalmente. A coleta dos dados, referente às mulheres que buscaram atendimento preventivo ao câncer de mama,

ocorreu no período de janeiro a agosto de 2020, e analisados mediante estatística simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo AYALA (2012), um fator importante no prognóstico é o tempo entre o diagnóstico e a ocorrência do óbito por câncer de mama. Em seu estudo, a maioria das mulheres com câncer de mama estava na faixa etária de 40 a 50 anos. Sendo assim, observamos que na UBS em questão, há 232 mulheres que estão na faixa etária mais perigosa para desenvolvimento do câncer de mama.

Ao analisar os registros de mulheres sobreviventes ao câncer de mama, notou-se que a patologia acomete a maioria das mulheres em faixa etária de 40 a 69 anos (HOFELMANN, ANJOS E AYALA, 2013). Visto dessa maneira, em uma UBS de Caçador, onde foi feito a coleta de dados, há 561 mulheres que estão na faixa etária mais acometida pelo câncer de mama.

A partir dessa análise observa-se que em 2002 o registro de sobreviventes de câncer era de aproximadamente 25 milhões, e a estimativa para 2050 é de cerca de 70 milhões, esse fato pode ser bem explicado pelo desenvolvimento de políticas que visem à prevenção e o autocuidado das mulheres com seu próprio corpo. Desse modo, os dados encontrados sobre a prevenção em uma UBS de Caçador, não concordam com as estimativas, pois de 944 mulheres entre 25 e 69 anos, sendo 561 de 40 a 69 anos que é a faixa etária alvo das campanhas de prevenção ao câncer de mama, foram realizadas apenas 8 mamografias e 10 exames de ultrassonografias das mamas no primeiro semestre de 2020. Sendo a falta de prevenção e o descuido com a saúde da mulher, principalmente, uma das maiores causas para o não diagnóstico e tratamento adequado dos casos de câncer de mama hoje em dia no Brasil.

Cabe ainda ressaltar que os dados coletados são referentes ao período pandêmico sofrido, o que pode ter dificultado o acesso dessas mulheres a UBS, porém, no mês de outubro foi possível perceber os esforços do município a fim de resgatar essas mulheres através da campanha nacional do Outubro Rosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, o câncer de mama pode ser considerado uma das doenças que mais afetam as mulheres e nesse sentido, é imprescindível a implementação de ações de monitoramento dos casos de câncer de mama na UBS em estudo, com o intuito de identificar precocemente essa doença. Assim, são necessárias medidas de orientação quanto ao autoexame, quanto a periodicidade das consultas ginecológicas e a realização de mamografias, e além disso, a atuação da equipe multiprofissional para a detecção precoce de câncer nas mulheres situadas nas áreas de abrangência da Unidade básica de Saúde. Portanto, são necessárias medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento, para poder assegurar e avaliar a saúde dessas mulheres e diminuir os entraves na prática clínica.

REFERÊNCIAS

AYALA, Arlene Laurenti Monterrosa. **Sobrevida de mulheres com câncer de mama, de uma cidade no sul do Brasil**. 2012.

BARROS, Liana de Oliveira; MENEZES, Vanessa Barreto Bastos; JORGE, Antonia Cristina; MORAIS, Sônia Sâmara Fonseca de; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da.

Mortalidade por Câncer de Mama: uma Análise da Tendência no Ceará, Nordeste e Brasil de 2005 a 2015. 2020.

DA SILVA, Pamella Araújo; DA SILVA RIUL, Sueli. Câncer de mama: fatores de risco e detecção precoce. **Revista brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 6, p. 10161021, 2011.

DE ARRUDA, Raquel Leda et al. Prevenção do câncer de mama em mulheres atendidas em Unidade Básica de Saúde. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 16, n. 2, p. 143-149, 2015.

GUERRA, Maximiliano Ribeiro; SILVA, Gulnar Azevedo e; NOGUEIRA, Mário Círio; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel de Vasconcellos Carvalhaes de; CINTRA, Jane Rocha Duarte; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, Maria Teresa. **Sobrevida por câncer de mama e iniquidade em saúde.** 2015.. 2020.

HÖFELMANN, Doroteia Aparecida; ANJOS, Juliana Cristine dos; AYALA, Arlene Laurenti. **Sobrevida em dez anos e fatores prognósticos em mulheres com câncer de mama em Joinville, Santa Catarina, Brasil.** 2013.

MAKLUF, Ana Sílvia Diniz; DIAS, Rosângela Corrêa; BARRA, Alexandre de Almeida. Avaliação da qualidade de vida em mulheres com câncer da mama. **Revista Brasil Cancerol**, v. 52, n. 1, p. 49-58, 2006.

MEDEIROS, Giselle Coutinho; BERGMANN, Anke; AGUIAR, Suzana Sales de; THULER, Luiz Claudio Santos. **Análise dos determinantes que influenciam o tempo para o início do tratamento de mulheres com câncer de mama no Brasil.** 2015.

MIGOWSKI, Arn et al. Diretrizes para detecção precoce do câncer de mama no Brasil. III-Desafios à implementação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00046317, 2018.

SILVA, Pamella Araújo da; RIUL, Sueli da Silva. Câncer de mama: fatores de risco e detecção precoce. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 64, n. 6, p. 10161021, Dec. 2011.

PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL NAS CRIANÇAS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CAÇADOR-SC¹

Diego Melato, diegomelato1@gmail.com²
 Gabriela Luiza Vázquez Nicareta, gabrielanica15@gmail.com³
 Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁴
 Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁵
 Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Esta pesquisa foi realizada para revelar o grau de cuidados e as informações prestadas em Unidade Básica de Saúde (UBS) em Caçador/SC, relacionadas à promoção de saúde bucal e prevenção. Objetivou-se analisar a existência de dados que forneçam informações do fluxo de crianças atendidas no consultório odontológico da unidade, com as ações de saúde bucal da escola do bairro, através do Programa Saúde na Escola e o número de atendimentos odontológicos prestados no ano de 2019, realizados em crianças de 1 a 12 anos. Encontrou-se dados de 3870 usuários. Os padrões escolhidos para discussão, foram os três procedimentos mais numerosos: Selamento Provisório de Cavidade Dentária (122), Restauração de Dente Decíduo (221) e Orientação de Higiene Bucal (302). Observou-se incoerências entre prevenção/promoção à saúde e o número de atendimentos, totalizaram-se 702 atendimentos que, deveriam reduzir o número de procedimentos curativos. Os principais tratamentos curativos na UBS, somaram 343 atuações. Dessas, 221 em dentes que deveriam ser mantidos saudáveis apenas com uma boa escovação. Inferiu-se, que existe uma lacuna entre efetividade nas práticas de promoção a saúde e os serviços prestados pela UBS. Evidenciou-se a necessidade de melhoria no plano técnico de abordagem de prevenção, principalmente nas escolas.

Palavras-chave: Higiene Bucal. Saúde Bucal. Consultas Odontológicas. Unidade Básica de Saúde. Promoção à Saúde.

INTRODUÇÃO

Na historicidade das ações de cuidado à saúde bucal se percebe um esforço unidirecional para o tratamento curativo. No entanto, nas últimas décadas a prevenção/promoção em saúde bucal, gradativamente, adquiriu patamar de relevância/importância (CASSAL; CARDOZO; BAVARESCO, 2011).

Frente à ideia de promoção à saúde, sobretudo focalizado no nível da atenção primária, ainda consiste os modelos tradicionais de intervenções educativa-preventivas desenvolvidas preferencialmente em ambientes escolares. Infere-se, portanto, que algumas dessas diretrizes apresentam problemas operacionais, como também baixo apelo técnico científico no campo odontológico (KUSMA; MOYSÉS; MOYSÉS, 2012).

Além disso, a cárie contém a classificação de doença crônica mais comum em crianças e, ainda, gera graves impactos no desenvolvimento e qualidade de vida, já que interfere no ato de comer, de modo, a afetar o crescimento saudável. Nesse contexto de nocividade, a dentição cariada pode acarretar prejuízos no sono, déficit

¹ O presente trabalho, refere-se ao Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{4,5,6} Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

na aprendizagem, na vida adulta maior vulnerabilidade da saúde bucal (NUNES; PEDROSA, 2017).

Mediante ao exposto, a pesquisa foi realizada para revelar o grau de cuidados, como também de informações prestadas da Unidade Básica de Saúde (UBS) em questão, relativas à promoção de saúde bucal e prevenção. Ainda, objetiva-se analisar se existem dados que forneçam informações do fluxo de crianças atendidas no consultório odontológico da unidade; analisar se há ações de saúde bucal na escola do bairro e verificar o fluxo de atendimento aos problemas verificados na escola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação em saúde bucal ultrapassa o âmbito da atividade prática e propagação de informação. Desse modo, requer estar atrelada a construção e desenvolvimento de bases sólidas/integradoras de promoção à saúde. A cárie corresponde a vários fatores associados ambiental, cultural, social e de hábitos de vida. Assim, a escola favorece um ambiente promissor para diminuir os aspectos multifatoriais da falta de saúde bucal, justamente, pela possibilidade de trabalhar no comportamento coletivo (PEREIRA et al., 2018).

Nesse sentido, crianças que estudam em colégios públicos apresentam chances multiplicadas de dentição decídua cariada não tratada, à medida que a experiência de cárie dentária se torna diretamente proporcional ao contexto socioeconômico, uma vez que existem evidências que correlacionam comunidades de baixa renda com a ingestão elevada de carboidratos (açúcares), e com acesso diminuído a serviços odontológicos (ANTUNES; PERES; MELLO, 2006).

Além disso, o âmbito escolar possui elevada influência na saúde de crianças/jovens, paulatinamente, surgiram “filosofias” como Escola Promotora de Saúde ou Escola Saudável, à fim de objetivar um estilo de vida sadio, já que se desenvolveu ambientes que conduzem à promoção da saúde. Nesse sentido, os programas educativos sobre higiene bucal possuem destaque (PEREIRA et al., 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, nos quais foram buscados dados, na Secretaria Municipal de Saúde através do sistema informatizado, sobre o número de usuários que frequentam certa Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC, o número de atendimentos odontológicos prestados no ano de 2019. Juntamente, dessas consultas, quais foram realizadas em crianças, como também foram analisadas as ações de saúde bucal na escola, através do Programa Saúde na Escola. Por fim, verificou-se o fluxo de atendimento aos problemas encontrados nessas ações.

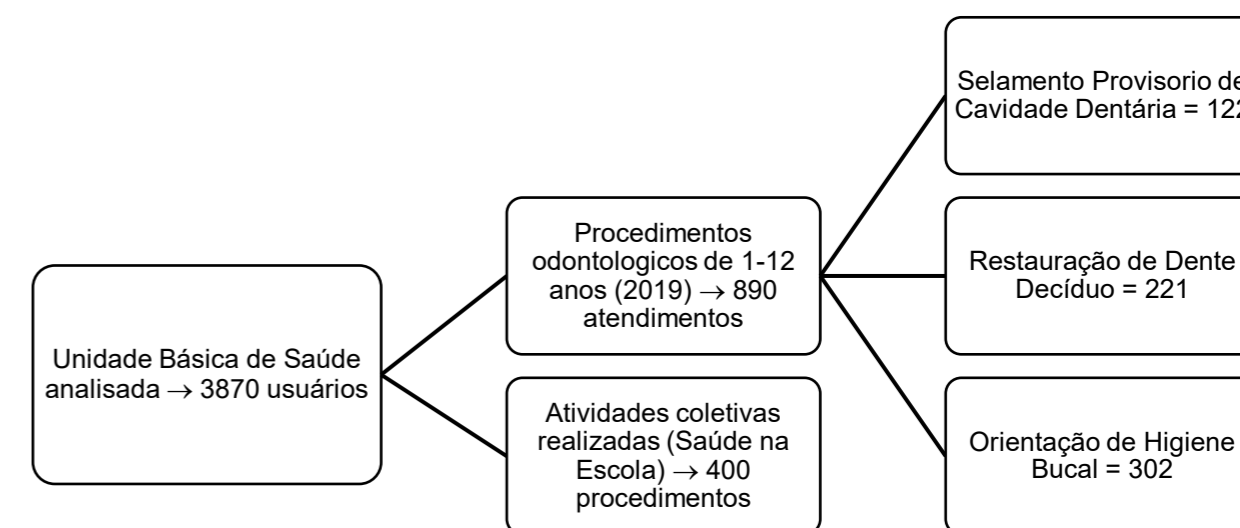
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente à ideia obtida na busca de informações por dados, objetivou-se a procura de informação sobre a quantidade de crianças atendidas no consultório odontológico da unidade. Assim, dentro da faixa de 1 a 12 anos foram encontrados 890 atendimentos entre as mais variadas necessidades (Acesso Polpa Dentária e Medicação; Selamento Provisório de Cavidade Dentária; Gengivectomia; Raspagem Alisamento e Polimento Supragengivais; Aplicação Tópica de Flúor; Restauração de Dente Decíduo; Restauração de Dente Permanente Anterior e Posterior; Exodontia de Dente Decíduo; Aplicação de Cariostático (por dente); Aplicação de Selante (por dente); Profilaxia; Orientação de Higiene Bucal). E, ainda, encontrou-se dados de

procedimentos realizados em atividades coletivas, como ações de Saúde na Escola, de modo, a totalizar 400 procedimentos.

Nesse sentido analítico, os padrões escolhidos para discussão foram os três mais numerosos: Selamento Provisório de Cavidade Dentária (122), Restauração de Dente Decíduo (221) e Orientação de Higiene Bucal (302). A Figura 1 elucida uma melhor orientação sobre esses dados.

Figura 1: Fluxograma dos principais dados coletados.



Fonte: Os autores, 2020.

Sob à luz dos dados coletados, é possível observar incoerências entre a questão de prevenção/promoção à saúde e o número de atendimentos consequentes da falta dela. Dado como exemplo, a relação do número de orientações de higiene bucal e ações de Saúde na Escola, de modo, a totalizar 702 atendimentos que, teoricamente, deveriam reduzir o número de procedimentos curativos.

Nesse sentido, os principais e mais numerosos tratamentos curativos na UBS, somam 343 atuações. Dessas, 221 em dentes decíduais, um número grande, visto que esses dentes podem ser mantidos saudáveis apenas com uma boa escovação e higiene bucal, que deveriam ser ensinadas nessas ações preventivas, mostrando que elas não estão sendo tão eficazes quanto deveriam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, pois, que existe uma lacuna entre efetividade nas práticas de promoção a saúde e os serviços prestados pela UBS, o que acarreta a não diminuição do fluxo de atendimentos emergenciais curativos. Nesse caso, evidencia-se a necessidade de melhoria no plano técnico de abordagem de prevenção, principalmente nas escolas, que se mostra o melhor local para atuar nesse sentido.

Dessa maneira, o incentivo para uma abordagem efetiva da saúde bucal na escola requer apoio das instituições públicas municipais, com kit dental incluso no material escolar, de tal modo que no mínimo contenha uma escova, creme e fio dental.

E, ainda, exige que o dentista funcionário público ou privado seja encorajado a estar dentro das escolas municipais para realizar projetos de prevenção a cárie.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; PERES, Marco Aurélio; MELLO, Tatiana Ribeiro de Campos. Determinantes individuais e contextuais da necessidade de tratamento odontológico na dentição decidua no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 79-87, 2006. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2006.v11n1/79-87/pt/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CASSAL, Judith Barros; CARDOZO, Débora Deus; BAVARESCO, Caren Serra. Perfil dos usuários que procuram atendimento de urgência odontológica em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de APS**, v. 14, n. 1, jan-mar, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14613>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DE SOUSA PEREIRA, Gethesemane et al. A promoção da saúde bucal no contexto escolar: uma revisão integrativa. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 2, n. 2, p. 09-16, 2018. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/recsaude/article/view/2111>. Acesso em: 04 nov. 2020.

KUSMA, Solena Ziemer; MOYSÉS, Simone Tetu; MOYSÉS, Samuel Jorge. Promoção da saúde: perspectivas avaliativas para a saúde bucal na atenção primária em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. s9-s19, 2012. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2017.v22n1/191-200/pt/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

NUNES, Vinícius Humberto; PEROSA, Gimol Benzaquen. Cárie dentária em crianças de 5 anos: fatores sociodemográficos, lócus de controle e atitudes parentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 191-200, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2017.v22n1/191-200/pt/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

ações multiprofissionais no âmbito da atenção primária à saúde: o foco no atendimento a pacientes diabéticos

ANA PAULA DELLANI, anapaula.dellani06@gmail.com ¹

CLAUDIO HENRIQUE DINIZ, dinizclaudiohenrique@gmail.com ¹

LUIZA SANTOS E SILVA, luzasantosesilva1@gmail.com ¹

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br ²

Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br ²

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br ²

RESUMO - O diabetes é uma patologia decorrente de fatores hereditários e ambientais, que pode ser regulada pelo consumo controlado de carboidratos, medicamentos e administração de insulina, orientados por uma equipe multiprofissional. Na prática da atenção primária, percebeu-se a baixa frequência em grupos de apoio aos diabéticos, bem como a dificuldade de adesão ao tratamento. Objetivou-se nesse trabalho, realizar uma pesquisa sobre nível de conhecimento dos pacientes portadores de Diabetes Mellitus do Tipo 1 e 2, sobre a patologia e a importância da equipe multiprofissional no auxílio e tratamento integral da doença, a fim de promover ações educativas. Pesquisa descritiva, quantitativa, utilizando dados e informações fornecidas pelo setor de Tecnologia da Informação da Secretaria municipal de saúde de Caçador. Utilizaram-se relatórios do Sistema Informatizado e-SUS. Os resultados apontam que, 4,5% da população adscrita da Unidade Básica de Saúde, são diagnosticados com algum dos tipos de diabetes. Sendo que 13% desses indivíduos, tinham idade inferior a 50 anos, o que representa a necessidade do cuidado integral devido a cronicidade da doença. A implementação de um modelo de atenção multiprofissional pode constituir um desafio, marcado pela necessidade de profissionais e gestores preparados e políticas que deem condições para a operacionalização desse modelo.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Estilo de Vida Saudável. Atenção Primária à Saúde. Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

Cerca de 16 milhões de brasileiros sofrem de diabetes. Além disso, o diabetes é uma epidemia global e o Brasil ocupa o 4º lugar em países com o maior número de casos (OMS, 2018). Classificada pela Organização Mundial de Saúde em 4 subtipos, na prática clínica a diabetes mellitus assume a forma de diabetes tipo 1 (DM1) ou tipo 2 (DM2). A DM1 resulta da destruição das células β pancreáticas na decorrência de fenômenos autoimunes, e a DM2 varia entre um estado de insulino-resistência predominante com déficit insulínico relativo e um predomínio do defeito secretor com insulino-resistência associada. O diagnóstico de DM1 estabelece-se geralmente em doentes jovens, magros, com manifestações clínicas e analíticas compatíveis com insulinopenia, e a DM2, por ausência de marcadores específicos (GUELHO et al, 2013).

¹ Acadêmicos do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

² Professoras do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

O diabetes é uma patologia relacionada aos carboidratos, decorrente de fatores hereditários e ambientais, que levam a uma deficiência na produção ou na ação da insulina, hormônio cuja função principal é controlar a entrada de glicose nas células. Nos diabéticos, a quantidade de glicose no sangue aumenta, comprometendo vários órgãos e sistemas. A doença pode ser regulada pelo consumo controlado de carboidratos e, em casos mais severos, pela administração de insulina (POMIN, 2006). Sabendo-se que o carboidrato é o nutriente que mais compromete a glicemia, a utilização da estratégia do controle glicêmico devem ser associadas à ingestão de uma quantidade adequada de carboidratos (SANTOS et al, 2018).

O diabetes tem íntima relação com dislipidemias, como a doença cardiovascular (DCV), que é a principal causa de mortalidade em diabéticos adultos e em portadores de DM2. Desta forma, a dislipidemia no diabético pode estar associada à síndrome metabólica e, neste caso, pela somatória de múltiplos fatores de risco, exige uma abordagem terapêutica rigorosa devido ao impacto deletério sobre a qualidade de vida e risco cardiovascular (ALMEIDA, 2007).

O tratamento medicamentoso do diabetes ocorre por meio do uso da injeção de insulina ou medicamentos orais. Segundo a Associação Nacional de Atenção ao Diabetes, pessoas com DM1 precisam de insulina para sobreviver pois seu organismo não produz o hormônio. Em alguns casos de portadores de DM2, também é necessário a terapia com insulina, entretanto, apenas medicamentos orais são utilizados na maioria dos casos. Há diversos tipos de remédios para DM2 disponíveis e todos eles visam a redução da glicemia (ANAD, 2017).

Esse trabalho teve por objetivo, realizar uma pesquisa sobre nível de informação e conhecimento dos pacientes portadores de Diabetes Mellitus do Tipo 1 e 2, sobre a patologia e a importância da equipe multiprofissional no auxílio e tratamento integral da doença, a fim de promover ações educativas, em conjunto com a equipe multiprofissional, que auxilie no entendimento fisiopatológico da Diabetes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A regulação do índice glicêmico no organismo depende basicamente de dois hormônios, o glucagon e a insulina. A ação do glucagon é estimular a produção de glicose pelo fígado, e a da insulina é bloquear essa produção, além de aumentar a captação da glicose pelos tecidos periféricos insulino-sensíveis. Com isso, eles promovem o ajuste, minuto a minuto, da homeostasia da glicose. Os níveis normais de glicose no sangue são de até 99mg/dl pré-prandial (período que antecede a alimentação), e até 140 mg/dl pós-prandial (1 ou 2 horas após a alimentação). Níveis alterados desses valores podem sugerir crises hiperglicêmicas ou hipoglicêmicas (GELONEZE, 2006)

Diabetes é uma doença causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo. A insulina é um hormônio que tem a função de quebrar as moléculas de glicose (açúcar) transformando-a em energia para manutenção das células do nosso organismo. O corpo precisa desse hormônio para utilizar a glicose, que obtemos por meio dos alimentos, como fonte de energia. Quando a

pessoa tem diabetes, no entanto, o organismo não fabrica insulina e não consegue utilizar a glicose adequadamente então o nível de glicose no sangue fica alto, o indivíduo encontra-se hiperglicêmico. Se esse quadro permanecer por longos períodos, poderá haver danos em órgãos, vasos sanguíneos e nervos (DIABETES FEDERATION, 2019).

O diabetes é dividido em vários tipos e formas, dependendo da condição que o organismo da pessoa apresenta, porém, os tipos mais comuns são o tipo 1 e 2. O diabetes mellitus tipo 1 é uma doença crônica adquirida hereditariamente, mas não transmissível, em algumas pessoas, o sistema imunológico ataca equivocadamente as células beta. Logo, pouca ou nenhuma insulina é liberada para o corpo. Como resultado, a glicose fica no sangue, em vez de ser usada como energia. Esse é o processo que caracteriza o Tipo 1 de diabetes, que concentra entre 5 e 10% do total de pessoas com a doença. O Tipo 1 aparece geralmente na infância ou adolescência, mas pode ser diagnosticado em adultos também, essa variedade é sempre tratada com insulina, medicamentos, planejamento alimentar e atividades físicas, para ajudar a controlar o nível de glicose no sangue (Sociedade Brasileira de Diabetes, SBD 2019)

No diabetes mellitus tipo 2, a insulina é produzida, porém, sua ação está dificultada, caracterizando um quadro de resistência insulínica, isso leva a um aumento de sua produção para tentar manter a glicose em níveis normais, quando não é possível realizar esse controle, surge o diabetes. Cerca de 90% das pessoas com diabetes têm o Tipo 2, dependendo da gravidade, pode ser controlado com atividade física e planejamento alimentar porém alguns casos, exige o uso de insulina e/ou outros medicamentos para controlar a glicose. A instalação do quadro é mais lenta e os sintomas – sede, aumento da diurese, dores nas pernas, alterações visuais e outros – podem demorar vários anos até se apresentarem. Se não reconhecido e tratado a tempo, também pode evoluir para um quadro grave de desidratação e coma (SBD, 2019).

Na estrutura da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, a Atenção Básica à Saúde (ABS) tem caráter estratégico por ser o ponto de atenção com maior capilaridade e potencial para identificar as necessidades de saúde da população e realizar a estratificação de riscos que subsidiará a organização do cuidado em toda a rede. É responsável também por realizar ações de promoção e de proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde para a maior parte da população (BRASIL, 2011).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa, utilizando dados e informações fornecidas pelo setor de Tecnologia da Informação da Secretaria municipal de saúde de Caçador. Utilizaram-se relatórios do Sistema Informatizado e-SUS. Buscando os dados referentes aos pacientes portadores de Diabetes Mellitus cadastrados na unidade de saúde estudada até outubro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador-SC, 4,5% da população adscrita da Unidade Básica de Saúde de um bairro de Caçador, são diagnosticados com algum dos tipos de diabetes. Sendo que 13% desses indivíduos, tinham idade inferior a 50 anos, o que representa a necessidade do cuidado integral devido a cronicidade da doença.

Segundo dados divulgados pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, a prevalência global de diabetes atingiu 9,3%. Desse número, 50,1% dos adultos não são diagnosticados, com o diabetes tipo 2 sendo responsável por cerca de 90% dos casos. Diante disso, em comparação com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Caçador, constata-se a similaridade dos valores, o que comprova a necessidade de intensificação das estratégias multiprofissionais de atenção básica ao paciente diabético, além da promoção de ações que visem o diagnóstico precoce nos indivíduos com a doença.

Em relação ao grau de escolaridade, apenas 3,3% da população adscrita foi cadastrada pela SMS, condicionando a números insuficientes para estudo. Entretanto, por ser um bairro caracterizado por classe média baixa e pobre, estima-se que o nível de conhecimento fisiopatológico e tratamento da doença seja baixo, corroborando com os achados de Rodrigues et al (2012) quando diz que em relação à escolaridade, os usuários com DM2 apresentaram baixo grau de instrução em seus estudos. Além disso, segundo pesquisa de Lyra et al (2010) realizada em Recife, do total da amostra, 13,1% eram analfabetos, 80,0% tinham apenas o ensino fundamental, 6,9% tinham ensino médio e não havia indivíduos com ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da atenção primária, percebeu-se através da análise criteriosa de artigos, alguns problemas em comum, como a baixa frequência em grupos de apoio aos pacientes diabéticos, bem como a dificuldade de adesão ao tratamento. A implementação de um modelo de atenção multiprofissional pode se constituir um grande desafio, marcado pela necessidade de profissionais e gestores preparados para trabalharem com doenças crônicas e abertos a romperem com o modelo tradicional; e políticas que deem condições para a operacionalização desse modelo nos âmbitos do micro ao macro (SALCI, 2017).

Dessa forma, é imprescindível a orientação multiprofissional, tanto na terapia farmacêutica, como nos cuidados nutricionais e demais hábitos de vida dos pacientes diabéticos. A equipe multiprofissional da AB deve realizar o acompanhamento integral dos pacientes diabéticos, bem como orientar o bom controle glicêmico, informar sobre a fisiopatologia e riscos da doença, além de estimular os hábitos de vida saudáveis.

REFERÊNCIAS

GELONEZE, Bruno; LAMOUNIER, Rodrigo N.; COELHO, Otavio R. **Hiperglicemia pós-prandial: tratamento do seu potencial aterogênico.** Arquivo Brasileiro de Cardiologia. Vol.87, n.5, São Paulo, nov. 2006.

GUELHO, Daniela; PAIVA, Isabel; CARVALHEIRO, Manuela. **Diabetes mellitus – um «continuum» fisiopatológico.** Revista Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo. Volume 8, Issue 1, JANEIRO 2013.

LEITE, Patricia. **Remédio para diabetes os mais usados no tipo 1 e 2.** Associação nacional de atenção ao diabetes. Portal da Saúde do R7, julho 2017.

LYRA, Ruy. **Prevalência de diabetes melito e fatores associados em população urbana adulta de baixa escolaridade e renda do sertão nordestino brasileiro.** Arq Bras Endocrinol Metab, São Paulo , v. 54, n. 6, p. 560-566, Aug. 2010.

OLIVEIRA, BS; COELHO, SC. **Contagem de carboidratos aplicado ao planejamento nutricional de pacientes com diabetes melittus.** Revista Brasileira de Nutrição Clínica, vol.27, n.4, p.273-9, 2007.

POMIN, Vitor Hugo; MOURÃO, Paulo Antônio de Souza. **Carboidratos - de adoçantes a medicamentos.** Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro. CIÊNCIA HOJE, vol. 39, nº 233. Dezembro de 2006.

RODRIGUES, Flávia Fernanda Luchetti. **Relação entre conhecimento, atitude, escolaridade e tempo de doença em indivíduos com diabetes mellitus.** Acta paul. enferm., São Paulo , v. 25, n. 2, p. 284-290, 2012..

SANTOS, Beatriz Russo; SANTOS, Luiza Florentino; FAVERO, Thaís; QUIÑONES, Eliane Marta; CAVALCANTI, Nayara Carvalho; GIOVANINI, Elaine Cristina. **Consumo de Carboidratos x Diabetes Mellitus Tipo 2: uma revisão bibliográfica.** Revista científica das faculdades de medicina e enfermagem. UNIMES, 2018.

IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO DOS MARCADORES BIOQUÍMICOS E SOROLÓGICOS NA COVID-19

Ariane Testolin, e-mail, arianetestolin@hotmail.com¹
Daniella Cristina Boff, daniellaboff@gmail.com¹
Fernanda Paloschi de Oliveira, fernanda_paloschi@hotmail.com¹
Emyr Hiago Bellaver, hi.agobellaver@hotmail.com²

¹ Acadêmicas do curso de Farmácia – UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro, Caçador - SC, 89500-000

² Coordenador adjunto do curso de medicina, Professor do curso de Farmácia – UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro, Caçador - SC, 89500-000

RESUMO

O vírus que causa a COVID-19 é da família *Coronaviridae* e foi nomeado coronavírus ou SARS-CoV-2 pelo ICTV (*International Committee on Taxonomy of Viruses*) e COVID-19 pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Os primeiros casos do coronavírus foram registrados em dezembro de 2019 e janeiro de 2020 em Wuhan, China. A infecção pelo SARS-CoV-2 inicialmente afeta o trato respiratório superior, causando sintomas semelhantes a um simples resfriado, no entanto, pode comprometer o trato respiratório superior podendo causar Síndrome Respiratória Aguda Grave. Diante disso, este trabalho tem como objetivo relatar os principais marcadores bioquímicos que podem ser utilizados para diagnóstico e monitoramento do SARS-CoV-2 (COVID-19). O estudo foi realizado através de uma revisão narrativa da literatura. As manifestações clínicas da COVID-19 podem ser muito variáveis, podendo se apresentar com sintomas leves, moderados e graves. Exames laboratoriais são fundamentais para o diagnóstico e prognóstico da COVID-19. Os marcadores enzimáticos e não enzimáticos podem ajudar no reconhecimento prévio das indicações de formas graves de COVID-19, bem como a identificação de alterações em pacientes nas formas leves, moderadas e graves. Os marcadores bioquímicos são ferramentas essenciais para o diagnóstico da COVID-19, sendo ideal, que a coleta, manuseio e armazenamento sejam fiscalizados e sigam padrões para garantir resultados confiáveis, por se tratar de um vírus que apresenta sintomatologias parecidas com os demais vírus que causam doenças respiratórias, havendo a necessidade de maior atenção as apresentações clínicas do paciente e associação com outras técnicas, pois todos os testes possuem suas limitações devendo ser utilizados em conjunto, de forma que todo seu potencial seja aproveitado.

1 INTRODUÇÃO

Os coronavírus são vírus com diâmetro de 60 a 130nm que contém um genoma de ácido ribonucleico (RNA) de fita simples, senso positivo, são envelopados podendo apresentar capsídeos pleomórficos, ou seja, possuem mais de um estágio de seu ciclo e projeções radiais superficiais como uma coroa. De ordem *Nidovirales*, família *Coronaviridae*, subfamília *Orthocoronavirinae*, foi nomeado coronavírus ou SARS-

¹ Acadêmicas do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

CoV-2 pelo ICTV (*International Committee on Taxonomy of Viruses*) e COVID-19 pela OMS (Organização Mundial da Saúde) (XAVIER et al., 2020).

Os primeiros casos da COVID-19 foram registrados em dezembro de 2019 e janeiro de 2020 em Wuhan, China. Esses primeiros casos referenciaram um mercado de frutos do mar, onde os primeiros pacientes contaminados confirmaram terem circulado por lá.

A infecção pelo SARS-CoV-2 inicialmente afeta o trato respiratório superior, causando sintomas semelhantes a um simples resfriado, no entanto, pode comprometer o trato respiratório superior podendo causar Síndrome Respiratória Aguda Grave. O tempo de incubação do vírus é entre 2 a 14 dias após o contágio e os primeiros sintomas comuns são febre, tosse, mialgia e fadiga podendo ser acompanhado ou não de dor de cabeça, diarreia, secreção respiratória, lesão cardíaca e/ou renal, infecções secundárias e choque.

Os exames laboratoriais são importantes e essenciais para nortear as condutas médicas, no SARS-CoV-2 há relatos de vários biomarcadores que são úteis para a detecção do vírus. A análise laboratorial de biomarcadores para COVID-19 é fundamental para definição, avaliação e desenvolvimento do prognóstico dos casos além de que são bases de estudos epidemiológicos para a correta orientação das estratégias governamentais (GARRIDO; RODRIGUES, 2020).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo relatar os principais marcadores bioquímicos que podem ser utilizados para diagnóstico e monitoramento do SARS-CoV-2 (COVID-19).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura sobre a investigação dos principais marcadores bioquímicos utilizados para acompanhamento da COVID-19. A revisão bibliográfica foi conduzida por meio de busca de bibliografias indexadas nas principais bases de dados eletrônicas, ao exemplo: Google Acadêmico (Google), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Biblioteca Virtual em Saúde MS, publicados em língua inglesa e portuguesa.

A pesquisa bibliográfica deu-se entre os meses de setembro e outubro de 2020. Incluíram-se neste estudo literaturas que faziam menção aos marcadores bioquímicos e exames laboratoriais para a COVID-19, excluindo todas as literaturas que não se enquadravam nos quesitos citados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As manifestações clínicas da COVID-19 podem ser muito variáveis, podendo se apresentar com sintomas leves, moderados e graves. Segundo estudos realizados, Lu et al. (2020) demonstraram que os sintomas principais encontrados são: Febre (88,3%); Tosse (68,6%); Mialgia ou Fadiga (35,8%); Expectoração (23,2%); Dispneia (21,9%); Cefaleia ou tontura (12,1%); Diarreia (4,8%); Náuseas e vômitos (3,9%). Dessa maneira, a COVID-19 pode se manifestar em três condições: Portadores assintomáticos, pacientes com síndrome respiratória aguda grave (SARS) ou pacientes com pneumonia. Deve-se ter cuidado ao analisar os sintomas do novo coronavírus, pois muitas vezes eles podem se assemelhar a outros tipos de vírus.

Exames laboratoriais são fundamentais para o diagnóstico e prognóstico da COVID-19. Os marcadores enzimáticos e não enzimáticos podem ajudar no reconhecimento prévio das indicações de formas graves de COVID-19, bem como a identificação de alterações em pacientes nas formas leves, moderadas e graves (KUBINA; DZIEDZIC, 2020). Em estudo, foi observado que os valores de lactato desidrogenase (LDH), aspartato aminotransferase (AST), alanina aminotransferase (ALT), bilirrubina total, ureia, creatinina, creatina quinase (CK), fração MB da creatina quinase (CKMB), mioglobina e troponina I aumentam, enquanto a albumina sérica diminui em quadro clínico grave da doença (XAVIER et al., 2020).

As alterações desses marcadores bioquímicos e o que a sua alteração indica na COVID-19, podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela1: Alterações laboratoriais observadas em pacientes diagnosticados com covid-19.

Marcador bioquímico	Significado	Alteração na COVID-19	Descrição
<i>Lactato desidrogenase (LDH)</i>	Enzima presente nas células responsáveis pelo metabolismo da glicose	Altos índices	Indicativo de lesão pulmonar/ falência de órgãos.
<i>Aspartato aminotransferase (AST)</i> <i>Alanina aminotransferase (ALT)</i>	Enzimas encontradas em várias células e é liberada no sangue quando tiver uma lesão em algum desses órgãos, ex: fígado, coração, músculos, rim e cérebro.	Altos índices	Taxas elevadas do marcador hepático ALT, indica lesão no fígado, enquanto a AST correlaciona-se com lesões musculares, hepáticas, cardíacas e renais.
<i>Bilirrubina total</i>	Substância amarelada encontrada no sangue e na bile, permanece no plasma sanguíneo até ser eliminada na urina. É a soma da indireta e direta no sangue e serve para monitorar ou diagnosticar alguma doença do fígado.	Altos índices	A hiperbilirrubinemia pode indicar problemas no fígado, baço, nos rins ou na vesícula biliar.
<i>Creatinina e Creatinina quinase (CK) e (CKMB)</i>	Enzima encontrada no coração, no cérebro, nos músculos esqueléticos e em outros tecidos. Serve para determinar se uma pessoa teve um infarto do miocárdio ou se houve lesão de outros músculos do corpo.	Altos índices	Valores de CKMB altos indicam lesões miocárdicas.
<i>Albumina Sérica</i>	Indicador de estado nutricional.	Baixos índices	Diminuição de albumina sérica e aumento de globulinas indicam processos de infecção. Valores diminuídos no sangue também podem ser indicativos de lesões hepáticas.

<i>Ureia</i>	Exame utilizado principalmente para avaliar a função dos rins.	Altos índices	Valores aumentados de ureia pode ser indicativo de lesão nos rins.
<i>Mioglobina</i>	Proteína presente no músculo cardíaco e outros músculos do corpo, ele fornece o oxigênio necessário para realizar a contração muscular.	Altos índices	Valores altos de Mioglobina significa que houve lesão muito recente do músculo cardíaco ou de músculos esqueléticos.
<i>Troponina I</i>	Exame realizado para avaliar a quantidade das proteínas troponina T e troponina I no sangue, elas são liberadas quando ocorre uma lesão no músculo do coração.	Altos índices	Indica lesão miocárdica.

FONTE: LIMA et al. (2020); Bellaver, Locatelli e Zancanaro (2020).

Muitos dos pacientes positivos para COVID-19, conseguem um bom prognóstico e se recuperam bem, no entanto deve-se atentar aos grupos de risco, idosos, pacientes com comorbidades, etc. Pacientes que já possuem doenças cardiovasculares e renais, podem vir a ter uma forma mais agressiva da COVID-19, como observado na tabela anterior.

O avanço dos sintomas da COVID-19 para sepse pode ser demorado, porém ela é caracterizada principalmente por insuficiência cardíaca refratária e danos nos rins. Estudos e relatos mostram que a evolução para sepse pode chegar a uma taxa de 50% dos pacientes graves, segundo Zhou et al. (2020).

Diante dos fatos, torna-se importante a realização dos exames bioquímicos em pacientes com COVID-19, tanto para os casos mais leves, quanto para os mais graves, pois dessa forma pode-se ter um controle maior da evolução dos pacientes e uma melhor recuperação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os marcadores bioquímicos são ferramentas essenciais para o diagnóstico da COVID-19, sendo ideal, que a coleta manuseio e armazenamento sejam fiscalizados e sigam padrões para garantir resultados confiáveis, por se tratar de um vírus que apresenta sintomatologias parecidos com os demais vírus que causam doenças respiratórias, havendo a necessidade de maior atenção as apresentações clínicas do paciente e associação com outras técnicas, pois todos os testes possuem suas limitações devendo ser utilizados em conjunto, de forma que todo seu potencial seja aproveitado.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLAVER, Emyr Hiago; LOCATELLI, Claudriana; ZANCANARO, Vilmair. Diagnóstico laboratorial do COVID-19. In: MARTINS, Anderson Antônio Mattos; LOCATELLI, Claudriana (org.). **COVID-19: um olhar interdisciplinar sobre a grande pandemia do século XXI**. Caçador: Uniarp, 2020. Cap. 3. p. 42-59. Disponível em: <https://www.uniarp.edu.br/home/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2020/07/Covid-19-Um-olhar-interdisciplinar-sobre-a-grande-pandemia-do-s%C3%A9culo-XXI.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; RODRIGUES, Eduardo Leal. COVID-19: uma abordagem médico-conservacionista. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 394-411, 2020.

KUBINA, Robert; DZIEDZIC, Arkadiusz. Molecular and serological tests for COVID-19 a comparative review of SARS-CoV-2 coronavirus laboratory and point-of-care diagnostics. **Diagnostics**, v. 10, n. 6, p. 434, 2020.

LI, Long-quan et al. COVID-19 patients' clinical characteristics, discharge rate, and fatality rate of meta-analysis. **Journal of medical virology**, v. 92, n. 6, p. 577-583, 2020.

LIMA, Felicson Leonardo Oliveira et al. Diagnóstico da COVID-19: importância dos testes laboratoriais e dos exames de imagem. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e259997162-e259997162, 2020.

XAVIER, Analucia R. et al. COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **J Bras Patol Med Lab**, v. 56, p. 1-9, 2020.

ZHOU, Peng et al. A pneumonia outbreak associated with a new coronavirus of probable bat origin. **nature**, v. 579, n. 7798, p. 270-273, 2020.

ÁGUA POTÁVEL: CONSUMO CONSCIENTE E PREVENÇÃO DE ZOOSE AOS USUÁRIOS DA UBS – CAÇADOR (SC)¹

Leonardo Soares de Albuquerque Barros, leobarrosconsultoria@gmail.com²

Claudia Strassburger, claustrassburger@gmail.com³

Tyfani Miréia Stortti, tyfani29@gmail.com⁴

Andreia Valéria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁵

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁶

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Com a vivência em uma unidade básica de saúde (UBS), situada numa das regiões mais carentes de Caçador, no momento das visitas domiciliares, notou-se ser comum em diversas áreas do bairro a existência de esgoto a céu aberto, além do contato direto com as sujidades provindas da falta de saneamento básico, grande parte dos usuários da comunidade consomem água de pouca qualidade em relação ao seu padrão de potabilidade; diante desses problemas, o risco para a saúde das famílias fica eminente, podendo afetar diretamente na saúde dos usuários da UBS. O presente trabalho tem como objetivo conscientizar a comunidade local a respeito da importância de cuidados e medidas sanitárias, com o auxílio da atenção primária, que está sempre presente e a par das maiores vulnerabilidades do seu território. Perante as dificuldades socioeconômicas existentes, este é justificado fato de que muitas pessoas podem não ter acesso a informação necessária para saberem o quão importante são medidas sanitárias, por que segui-las, e quais riscos envolvidos caso tais medidas não sejam consideradas. A linha de pesquisa utilizada foi de ações multiprofissionais no âmbito da atenção primária à saúde.

Palavras-chave: Zoonoses. Saneamento Básico. Atenção Primária. Saúde da Comunidade.

INTRODUÇÃO

Sanitarismo conceitua-se com um adjetivo relativo às medidas que visam garantir a conservação da saúde pública, especialmente relacionada com a higiene e saneamento básico; conceito esse já explanado em nosso país desde as primeiras décadas do século XX, mas que em sua efetivação ainda deixa a desejar hodiernamente (PONTE et al., 2010). Inúmeras vezes contemplamos um sistema de abastecimento de água precário em pleno perímetro urbano, onde ou famílias encontram-se sem água corriqueiramente ou conseqüentemente fazem uso então de água de pouca confiabilidade em relação a sua potabilidade, retornando num feedback negativo a atenção básica local, associando a possíveis diagnósticos de doenças de porte transmissível a utilização de água não tratada (SILVA, 2017);

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

situação essa explícita então aos usuários da Unidade Básica de Saúde (UBS) estudada, localizada no município de Caçador (SC).

Tal artigo se apresenta com o propósito de promover a conscientização populacional sobre a importância do consumo devido da água potável e as possíveis consequências advindas com o seu descuido: zoonoses. Em suma, essa situação se torna relevante então ao que tange a saúde coletiva local, pois os usuários, o meio inserido e essa cultura de descaso se tornou um quadro natural e patogênico, uma vez que poderia ser simplesmente evitado com medidas básicas de saneamento, contribuindo com a diretriz de prevenção e contribuindo então com a diminuição de gastos em tratamento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As doenças infecciosas em humanos acometem 6 em cada 10 pessoas e são oriundas da transmissão animal, processo denominado zoonose (CROSS et al., 2019). No cenário da saúde pública, as zoonoses são extremamente relevantes pois infecções mais virulentas ameaçam se tornar uma pandemia com alto índice de mortalidade (GEBREYES et al., 2014). As doenças zoonóticas podem ser oriundas de vírus, protozoários, parasitas e bactérias (CROSS et al., 2019). Diante disso, a ausência de um saneamento básico nas comunidades gera um ambiente propício para a disseminação dessas enfermidades (MATILLA et al., 2018). A tabela 1 a seguir, mostra as principais vias de transmissão, pessoas em maior risco e as medidas preventivas necessárias para diminuir os surtos de zoonoses. As principais vias de transmissão zoonóticas são: consumo de água ou alimentos contaminados, exposição de fluidos de animais, picadas de mosquitos ou carrapatos. Enquanto que as medidas preventivas são: beber apenas água tratada e consumos laticínios pasteurizados e carne de animais saudáveis, armazenar comida longe de roedores e de áreas expostas a contaminantes e, principalmente, a vigilância e saneamento básico pelas autoridades de saúde pública do município (CROSS et al., 2019)

O saneamento básico e as medidas preventivas nas comunidades podem contribuir de modo significativo para a diminuição e controle das doenças zoonóticas. O conhecimento acerca dos ciclos de transmissão de cada patógeno e da infraestrutura precária das comunidades com maior surto de doenças zoonóticas possibilitaria medidas preventivas em relação a remoção de dejetos fecais de humanos e animais, fornecimento adequado de água potável e melhoras nas práticas higiênicas ao nível da comunidade (MATILLA et al; 2018). Há uma grande possibilidade da presença de animais domésticos soltos em ambientes precários que contenham água não tratada e contaminação de fezes contribuir para a transmissão de zoonoses (ASSANA et al; 2013).

A atenção primária é definida como:

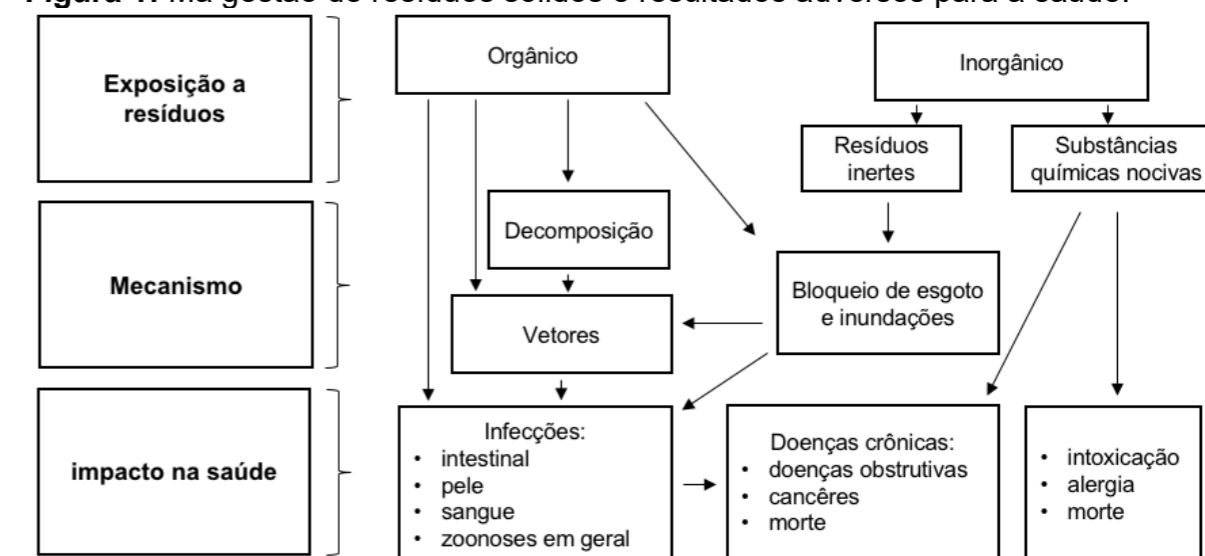
"Serviços de saúde integrados e acessíveis por médicos que são responsáveis por atender grande maioria das necessidades pessoais de saúde, desenvolver uma parceria sustentada com os pacientes e praticar no contexto da família e da comunidade"(ELLNER; PHILLIPS, p. 2017).

De modo geral, a atenção primária zela pelo acesso, continuidade, integralidade, equidade e coordenação da saúde na comunidade. Dito isso, é de suma importância que todos essas ideias sejam cumpridos em todas as regiões do território nacional (FRIEDBERG; HUSSEY; SCHNEIDER, 2010).

As estimativas para 2025 predizem que cada pessoa irá produzir cerca de 1,42kg de resíduos por dia (ZIRABA; HAREGU; MBERU, 2016). A gestão de resíduos

é responsabilidade municipal e de empresas privadas (OGUNTOYINBO, 2012), o acúmulo de resíduos e dejetos contribuem para a proliferação de agentes patogênicos e disseminação de várias doenças, como as zoonoses (ACHUDUME; OLAWALE, 2007; CABRAL, 2010). A Figura 1 demonstra a má gestão de resíduos sólidos e os resultados adversos para a saúde.

Figura 1: Má gestão de resíduos sólidos e resultados adversos para a saúde.



Fonte: Adaptado (ZIRABA; HAREGU; MBERU, 2016).

METODOLOGIA

O presente projeto trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, publicados entre 2000 a 2020 buscando por descritores como "zoonoses", "saneamento básico", "atenção primária" e "saúde da comunidade" que se enquadravam na temática abordada. Ademais, foram utilizados os dados referentes às notificações de diarreias disponibilizadas pela secretaria de saúde do município pelo seu sistema informatizado em saúde, que exporta dados mensalmente ao e-SUS. Os dados são apresentados são do período de agosto de 2019 até agosto de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A água potável é limitada e de difícil acesso em algumas populações e comunidades no mundo e essa demanda vem aumentando exponencialmente com o passar do tempo (OLIVEIRA, 2017). Ainda, grande parte dessa parcela de água necessita de condições adequadas de saneamento. O Brasil apresenta uma boa quantidade de reservas hídricas com água potável (AUGUSTO et al., 2012), porém, apresenta uma distribuição desigual (TUNDISI, 2008).

A ausência de saneamento básico e água potável contribuem para um aumento no índice de quadros diarreicos. Em 2017, de agosto de 2018 até agosto de 2020 houve cerca de 120 casos da diarreia registrado nessa UBS estudada.

De acordo com o site município de Caçador, a média do pH da água no bairro estudado entre os meses de março e abril de 2020 foi de 6,95 (pH neutro). Já foi demonstrado cientificamente que uma grande gama de bactérias se desenvolvem e crescem melhor em um pH neutro (PADAN et al., 2005). Ainda, o bairro em questão

é um dos bairros periféricos de Caçador que não apresenta rede de esgoto, fatos que contribuem para a maior incidência de enfermidades relacionadas às zoonoses (CASTRO; CRUVINEL; OLIVEIRA, 2019). A ausência de rede de esgoto no bairro vai contra as ideias de equidade e integralidade inseridas na atenção primária. Há evidências demonstrando que em regiões geográficas com maiores cuidados primários existe um aumento na qualidade de vida, menores despesas médicas, menor incidência de doenças e resultados de saúde mais equitativos (FRIEDBERG; HUSSEY; SCHNEIDER, 2010).

Em 2017 foi registrado no mundo mais de 220 milhões de pessoas que necessitaram de tratamento preventivo para esquistossomose, doenças contraídas por exposição à água contaminada por vermes e parasitas ressalta ainda que todo ser humano tem direito a água potável, contínua, segura, fisicamente acessível e barata para o uso pessoal. Quando a água é potável e oriunda de fontes seguras o resultado na saúde coletiva é otimizado, uma vez que a probabilidade de adoecimento diminui e, por consequência, as despesas médicas também (WHO, 2019).

De fato, os números devem ser bem maiores, levando em consideração que boa parte da população não procura auxílio médico diante dessa situação. Há grande probabilidade desses quadros diarreicos serem oriundos da ausência de água potável e saneamento básico (CASTRO; CRUVINEL; OLIVEIRA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é inegável a importância do consumo de água tratada no processo de prevenção de zoonoses em meio a saúde da família e comunidade, no caso, aos usuários locais da UBS estudada, uma vez que tal área se apresentava em quadro suscetível a tal situação de risco a saúde coletiva.

O trabalho referido, foi efetuado com o então intuito de conscientização da comunidade, ou seja, uma leva de informação antes pouco desenvolvidas, e prevenção, retornando futuramente num feedback positivo ao atendimento efetuado pela atenção básica.

REFERÊNCIAS

- ACHUDUME, A. C.; OLAWALE, J. T. Microbial pathogens of public health significance in waste dumps and common sites. **Journal of Environmental Biology**, 2007.
- ASSANA, E. et al. Taenia solium taeniosis/cysticercosis in Africa: Risk factors, epidemiology and prospects for control using vaccination. **Veterinary Parasitology**, v. 195, n. 1–2, p. 14–23, 2013.
- AUGUSTO, L. G. DA S. et al. O contexto global e nacional frente aos desafios do acesso adequado à água para consumo humano. **Ciencia e Saude Coletiva**, 2012.
- CABRAL, J. P. S. **Water microbiology. Bacterial pathogens and water** **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2010.
- CASTRO, R. S. DE; CRUVINEL, V. R. N.; OLIVEIRA, J. L. DA M. Correlação entre qualidade da água e ocorrência de diarreia e hepatite A no Distrito Federal/Brasil. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe3, p. 8–19, 2019.

CROSS, A. R. et al. **Zoonoses under our noses** **Microbes and Infection**, 2019.

ELLNER, A. L.; PHILLIPS, R. S. The Coming Primary Care Revolution. **Journal of General Internal Medicine**, 2017.

FRIEDBERG, M. W.; HUSSEY, P. S.; SCHNEIDER, E. C. **Primary care: A critical review of the evidence on quality and costs of health care** **Health Affairs**, 2010.

GEBREYES, W. A. et al. The Global One Health Paradigm: Challenges and Opportunities for Tackling Infectious Diseases at the Human, Animal, and Environment Interface in Low-Resource Settings. **PLoS Neglected Tropical Diseases**, 2014.

MATILLA, F. et al. Animal influence on water, sanitation and hygiene measures for zoonosis control at the household level: A systematic literature review. **PLoS Neglected Tropical Diseases**, 2018.

OGUNTOYINBO, O. O. **Informal waste management system in Nigeria and barriers to an inclusive modern waste management system: A review** **Public Health**, 2012.

OLIVEIRA, C. M. DE. Sustainable access to safe drinking water: fundamental human right in the international and national scene. **Ambiente e Agua - An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, 2017.

PADAN, E. et al. **Alkaline pH homeostasis in bacteria: New insights** **Biochimica et Biophysica Acta - Biomembranes**, 2005.

PONTE, Carlos Fidelis et al. **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. EPSJV/COC, 2010.

SILVA, Edson. Modernização, sanitarismo e cotidiano urbano: o processo de implantação do sistema de água encanada em Jacobina (1955-1963). **História Unicap**, 2017.

TUNDISI, J. G. Recursos hídricos no futuro: Problemas e soluções. **Estudos Avancados**, 2008.

ZIRABA, A. K.; HAREGU, T. N.; MBERU, B. A review and framework for understanding the potential impact of poor solid waste management on health in developing countries. **Archives of Public Health**, v. 74, n. 1, p. 55, 26 dez. 2016.

CONSULTAS DE PUERICULTURA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC¹

Fabiola Giacomelli, fabiolagiacomelli@outlook.com²
Lara Cardoso Gregório, lara_cardoso10@hotmail.com²
Lucas Figueiredo de Lima, lucasfigueiredodelima@gmail.com²
Andreia Valéria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br³
Dayane C. Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br³
Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br³

Resumo – A puericultura caracteriza-se pelo conjunto de ações voltadas para o acompanhamento periódico do crescimento e desenvolvimento infantil e atua como um eixo de referência para a atenção integral à saúde. A presente pesquisa analisa o número de consultas de puericultura em uma Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC. Os dados foram obtidos por meio de informações contidas nas plataformas informatizadas do município, disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, exportados ao e-SUS. Através da análise, verificou-se a existência de uma falha na oferta de consultas de puericultura, sendo que o número de atendimentos durante os oito meses analisados demonstra cerca de apenas 13% do total aconselhado pelo Ministério da Saúde. Portanto, é evidente a necessidade de melhoria do vínculo entre a unidade de saúde e a família. Para isso, sugere-se a realização de projetos educativos de prevenção e promoção da saúde. E faz-se fundamental a realização uma busca ativa de pacientes que não comparecem às consultas e a intensificação de visitas domiciliares da puérpera e do recém-nascido para garantir, assim, a continuidade do cuidado e direito à vida e à saúde da criança.

Palavras-chave: Puericultura. Consulta. Criança. Saúde. Unidade Básica de Saúde.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável por promover o conceito da integralidade e sobre esta perspectiva, busca criar estratégias de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Alinhadamente, tem o dever de defender o direito à vida e à saúde da criança, além do acesso universal e igualitário aos serviços em todos os âmbitos de atenção (BRASIL, 2016).

A puericultura caracteriza-se pelo conjunto de ações voltadas para o acompanhamento periódico do crescimento e desenvolvimento infantil e atua como um eixo de referência para a atenção integral à saúde. A fragilidade do ser humano durante esse período da vida exige um cuidado diferencial e holístico que atenda à todas as particularidades do meio onde a criança está inserida, como aspectos sociais, biológicos e afetivos. Nesse sentido, a puericultura é uma das principais linhas de cuidado à saúde pueril e de extrema importância para a promoção e educação da saúde da população (GAÍVA et al., 2018).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do Curso de Medicina.

² Acadêmico do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professoras do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A presente pesquisa analisa o número de crianças menores de um ano e o quantitativo de consultas de puericultura em uma Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC. Faz-se relevante devido à observações em vivências de campo de prática, objetivando a verificação da longitudinalidade do cuidado em puericultura e a pontuação dos benefícios desse acompanhamento ao infante. Assim, acredita-se que com a elaboração de um raciocínio sobre o assunto, o trabalho poderá contribuir com os demais profissionais da área da saúde local, no desenvolvimento de planos de intervenção focados na prevenção e não somente no tratamento da doença. Garantindo, portanto, a promoção à saúde, maior vínculo da família com a Unidade Básica e melhor qualidade de vida à criança.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As primeiras obras de puericultura surgem após o Renascimento decorrentes dos precários conhecimentos fundamentais em relação à mortalidade e as doenças das crianças. Os avanços científicos, como a Teoria microbiana das doenças impactou e marcou a consolidação da puericultura, incentivando o aleitamento materno e também à fervura dos líquidos, evitando assim, as doenças diarreicas e reduzindo instantaneamente os índices de óbito infantil. No Brasil, a partir do final do século 18, as práticas da atenção médica dirigida às crianças foram documentadas nos primeiros tratados sobre educação física, diretrizes aconseladoras sobre higiene, trabalhos de conclusão universitários e estudos estatísticos de mortandade (BONILHA E RIVORÉDO, 2005).

A puericultura surge como uma aliada à Atenção Básica (AB) e ao Sistema Único de Saúde (SUS) com programas estruturados para oferecer e promover saúde à criança. A AB é o nível de entrada dos sistemas de saúde e suas ações consideram as diferentes necessidades de saúde dos usuários, com o propósito de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde de maneira preventiva e promova responsabilidades sobre os determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) caracterizam-se como as principais estruturas físicas da AB, fornecendo grande diversidade de serviços realizados pelo SUS (DEL CIAMPO et al., 2005).

Dessa forma, PEREIRA (2011) afirma que as ações ofertadas pelo SUS oferecem a avaliação do desenvolvimento da criança sobre a ótica biológica, a partir dos dados antropométricos avaliados pelos profissionais, como o peso, estatura, medidas de cabeça e tórax e pregas cutâneas aliadas a ótica psicológica, são princípios fundamentais para o controle do crescimento adequado e auxílio no gerenciamento de ações básicas de saúde voltadas à infância, pois quanto menor a criança, mais vulnerável, dependente e sujeita aos impactos do meio. Sendo assim, um bom acompanhamento de assistência à puericultura possibilita um desenvolvimento sadio e harmonioso, contribuindo para a formação de um indivíduo em pleno estado de saúde.

É importante salientar que as consultas de puericultura são de caráter preventivo e de vigilância da saúde. Porém, o que acontece na prática é que a população em geral procura o atendimento apenas quando a doença já encontra-se instalada. Sendo assim, as dificuldades do programa e as falhas em relação à família do infante, muitas vezes ocorrem pela falta de conhecimento sobre a ação e os benefícios que traz, além de uma escassez de grupos educativos voltados para a efetivação desse planejamento (REZER, SOUZA, FAUSTINO, 2020).

Nesse contexto, uma pesquisa realizada com mães que não compareceram à consultas de puericultura de seus filhos, traçou um perfil social composto de mulheres, acima de 25 anos, donas de casa, casadas, com escolaridade de nível fundamental e renda familiar menor que um salário mínimo. Dessa maneira, corrobora-se a teoria de que o baixo nível socioeconômico, baixa escolaridade e a dupla jornada de trabalho da mulher (fora e dentro do lar) contribuem no processo saúde-doença infantil e na qualidade do cuidado. As justificativas vão desde esquecimento, escassez de tempo, ausência de relevância e interesse, lacunas na marcação dos atendimentos, desconhecimento da funcionalidade do sistema, ausência de comunicação para a retirada de dúvidas e informações sobre as consultas e até intercorrências diárias (NETO et al., 2010).

Outro estudo apontou que entre os inúmeros limitantes da aderência ao acompanhamento multidimensional da criança na atenção básica, envolvem as esferas políticas, gerenciais, institucionais e estruturais. Com base nisso, os argumentos apresentados giram em torno do deficiente relacionamento entre os profissionais, da ausência de pediatra e da falta de materiais fundamentais, como termômetro e medicações. Isso tudo faz com que as genitoras não se preocupem com a prevenção na rede primária, levando seus filhos à emergência apenas quando há aparecimento de uma doença (SOUSA, ERDMANN, MOCHEL, 2011).

É papel da equipe de saúde acompanhar o recém-nascido desde o nascimento e na medida que identificam-se crianças faltantes à consultas já na primeira semana de vida, deve-se realizar uma busca ativa da puérpera através de visitas domiciliares. Assim, ao pactuar o calendário de consultas com a família, a equipe de saúde promove a participação familiar no eixo de cuidado à saúde pueril, bem como a criação de um vínculo entre a unidade de saúde e a criança, garantindo a continuidade da atenção básica (BRASIL, 2012).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, com base nos dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde e pela enfermeira responsável pela unidade em estudo através do Sistema Informatizado em Saúde do município que exporta mensalmente ao e-SUS, no período de janeiro a agosto de 2020. Buscou-se dados referentes à crianças de até 12 meses cadastradas, bem como o número de consultas em puericultura realizadas dentro deste período de tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados obtidos da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, a Unidade Básica de Saúde em estudo apresenta cerca de 62 crianças menores de um ano cadastradas. Além disso, o número de consultas em puericultura obtidos no período entre 01/01/2020 e 31/08/2020 foi de 49 atendimentos.

A análise das informações adquiridas permite uma importante correlação com o calendário mínimo de consultas para assistência à criança preconizado pelo Ministério da Saúde, que recomenda acima de sete consultas no primeiro ano de vida, com consultas mensais até o sexto mês e trimestrais do sexto ao décimo segundo mês (BRASIL, 2016). De acordo com o calendário, o necessário para atender a demanda das 62 crianças durante os seis primeiros meses de vida seriam 372 consultas. Na prática o que acontece está longe do ideal, já que o número de

atendimentos (49) durante os oito meses analisados demonstra cerca de apenas 13% do total aconselhado.

A importância do cronograma de consultas e a periodicidade em que ocorrem, principalmente nos primeiros meses de vida até a criança completar um ano, está relacionada à vulnerabilidade em relação a diversas manifestações clínicas que podem interferir na saúde do infante negativamente. Além disso, é nessa fase que ocorre a maturação do sistema nervoso e a evolução da aprendizagem neuropsicomotora. Por isso, a influência de fatores ambientais, nutricionais, emocionais e sociais são de grande relevância para o contexto de desenvolvimento de um ser humano (BRASIL, 2015).

As ações em puericultura abrangem vacinação, orientações à respeito de higiene, saúde bucal e prevenção de acidentes, aleitamento materno, identificação de fatores de risco individuais e ambientais, entre outros. Nesse sentido, a puericultura mobiliza uma grande equipe multidisciplinar, que atua nas consultas médicas, de enfermagem e de odontologia, acompanhamento domiciliar e educação em saúde (CAMPOS et al., 2011).

Na UBS em questão, a enfermeira responsável relata que as consultas são realizadas apenas pelo profissional pediatra, em um dia da semana, sendo o único encarregado pela puericultura nessa unidade de atenção primária. A estrutura ainda conta com um médico da Estratégia da Saúde da Família, uma enfermeira e algumas agentes comunitárias de saúde, porém que não participam ativamente do desenvolvimento dessa ação. Dessa forma, percebe-se uma carência de vínculo entre a equipe de saúde e a família no acompanhamento da criança, que interfere integralmente na longitudinalidade do cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo traz uma abordagem de contexto da realidade, confrontando informações preconizadas pelo Ministério da Saúde e dados municipais à respeito de uma UBS da cidade de Caçador. Através dessa análise, verificou-se a existência de uma falha na oferta de consultas de puericultura, que reflete diretamente no crescimento e desenvolvimento da criança e a torna mais suscetível a intercorrências. A principal limitação do projeto foi a falta de dados específicos relacionados à puericultura no município.

Portanto, é evidente a necessidade do acolhimento da criança pela equipe de saúde, bem como a melhoria do vínculo entre a unidade de saúde e a família. Para isso, sugere-se um aprimoramento da capacitação da equipe e do plano de ações da UBS, através da realização de projetos educativos de prevenção e promoção da saúde, intensificando a relevância da puericultura, do aleitamento materno exclusivo e da vacinação. Além disso, faz-se fundamental realizar uma busca ativa de pacientes que não comparecem às consultas e intensificar visitas domiciliares da puérpera e do recém-nascido para garantir, assim, a continuidade do cuidado e direito à vida e à saúde da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à saúde do recém-nascido: Guia para os profissionais de saúde. Cuidados Gerais, V. 1, 2a. ed. Brasília, 2012. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_profissionais_v1.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da atenção básica: saúde da criança/ Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. – Brasília, 2016. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/dezembro/13/PAB-Saude-da-Crian--a-Provis--rio.pdf>. Acesso em: 7 set. 2020.

BONILHA, Luís RCM; RIVORÊDO, Carlos RSF. Puericultura: duas concepções distintas. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 1, p. 7-13, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jped/v81n1/v81n1a04.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

CAMPOS, Roseli Márcia Crozariol et al. Consulta de enfermagem em puericultura: a vivência do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 566-574, Junho 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n3/v45n3a03.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

GAÍVA, Maria Aparecida Munhoz et al. Avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil na consulta de enfermagem. **Av Enferm.** 2018 Apr; 36 (1):9-21. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v36n1/0121-4500-aven-36-01-00009.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

NETO, F. R. G. X. et al. Porque eu não levo meu filho para a consulta de puericultura. **Rev Soc Bras Enferm**, v. 10, n. 2, p. 51-9, 2010. Disponível em: http://journal.sobep.org.br/wp-content/uploads/articles_xml/2238-202X-sobep-S1676-3793201000007/2238-202X-sobep-S1676-3793201000007.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

PEREIRA, Orlando Antônio. Crescimento e desenvolvimento. Apostila de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unifenas, 2011. Disponível em: <http://www.orlandopereira.com.br/puericultura/Crescimento%20e%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

REZER Fabiana, SOUZA Thailorrane Vieira de, FAUSTINO Wladimir Rodrigues. Dificuldades dos responsáveis por crianças na adesão a puericultura. **Journal Health NPEPS**. 2020 jan-jun; 5(1): 338-350. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1100364/4301-16413-1-pb.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Caderno de Atenção à Saúde da Criança Primeiro Ano de Vida - Paraná: 2015. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/pdf4.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

SOUSA, Francisca Georgina Macedo; ERDMANN, Alacoque Lorenzini; MOCHEL, Elba Gomide. Condições limitadoras para a integralidade do cuidado à criança na atenção básica de saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 20, p. 263-271, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v20nspe/v20nspea33.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PUERPERAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)¹

Mariana Siqueira Leite, marianasiqueiramed@gmail.com²

Luiza Alves Daros, luizaadaros@outlook.com³

Andréia Valeria de Souza Miranda, andrea.valeria@uniarp.edu.br⁴

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁵

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁶

Resumo – O puerpério é um período em que a mulher apresenta inúmeros questionamentos de como ela deve se portar em relação a sua saúde e a do bebê. A mãe precisa de orientação, apoio e assistência de um profissional habilitado. Dessa forma, o SUS através da atenção básica realiza a visita domiciliar sendo utilizada como uma ferramenta estratégica de cuidado, para auxiliar as mulheres no puerpério. Contudo, há uma falha nesse sistema, em que algumas puérperas não recebem visitas ou não são devidamente realizadas. O presente estudo tem como objetivo reforçar a importância do acompanhamento puerperal. A partir da obtenção do número de gestantes no período de 2019 a 2020 em uma APS foi verificada a necessidade de realizar uma análise bibliográfica em artigos científicos publicados nos últimos cinco anos para reforçar a importância do cuidado materno-infantil. Foram selecionados um total de 9 artigos, apresentando características em comum que reafirmavam a importância do acompanhamento puerperal e que destacavam as visões tanto das gestantes como dos profissionais da saúde neste atendimento via visita domiciliar e consulta na APS. A análise bibliográfica destacou os pontos principais dos artigos relacionados para que se ressaltasse a importância de um atendimento puerperal de qualidade.

Palavras-chave: Consulta puerperal. Binômio. Dificuldades no Puerpério.

INTRODUÇÃO

O período puerperal consiste em uma fase de transformações orgânicas e psicológicas para o binômio mãe-bebê, dessa maneira, é necessário cuidados específicos que necessitam de atenção especial da equipe de saúde (ROCHA E CORDEIRO, 2015). Por essa razão, para que a mãe não tenha complicações no pós-parto é preciso que a mesma tenha um acompanhamento regular desde o período do pré-natal por profissionais da saúde que estejam preparados para oferecer um serviço de qualidade (DA SILVA et al, 2016).

Há um controle feito com as grávidas recomendado pelo Ministério da Saúde (MS) desde o pré-natal, acompanhamento efetuado do início ao fim da gestação, até a primeira consulta puerperal. Neste seguimento existem inúmeras atividades voltadas à saúde da mulher como atendimento psicológico e a realização de exames, além dessas atividades a visita domiciliar puerperal é de extrema importância, a qual

¹ Projeto Integrador dos alunos da terceira fase de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{2,3} Acadêmicas do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{4,5,6} Professoras do curso de medicina Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

deve ser feita na primeira semana após a alta do bebê (FUSQUINE et al, 2019). Além disso, o MS orienta que a gestante deva receber pelo menos uma consulta puerperal entre o 7º dia e o 10º dia após o parto, sendo relevante abordar assuntos além da saúde física. Por isso, contexto social, familiar e psicológico precisa ser enfatizado, para que seja feito um diagnóstico correto (DONADUZZI et al, 2019). Porém, mesmo sendo prioridade no âmbito de saúde pública, existe uma alta redução de mulheres que retornam às consultas pós-parto (FUSQUINE et al, 2019). Ademais, nem todas as ações direcionadas ao binômio são cumpridas, e principalmente as visitas domiciliares não são efetuadas nos serviços de atenção básica (ANDRADE et al, 2015).

As puérperas apresentam inúmeros desafios, sendo a amamentação um deles, pois é nesse período que há a necessidade de orientação, apoio e assistência de um profissional habilitado (ANDRADE et al, 2015). As principais dúvidas que surgem em relação ao ato de amamentar são: as técnicas corretas de sucção do seio, ingurgitamento mamário, importância de amamentação, involução uterina, entre outras. Dessa forma, é notória a falta de conhecimento das mães em relação aos principais cuidados que sucedem o parto (DA SILVA et al, 2016).

Observado em diversos estudos, percebemos o desafio que é prestar um atendimento de qualidade e que supra as expectativas das novas mães, tanto em se tratando de seu próprio reestabelecimento de saúde, quanto para garantir um bom crescimento e desenvolvimento para seu bebê. A partir da análise dos dados locais e após relacionarmos com os dados publicados em artigos científicos, surge a necessidade de posteriormente desenvolvermos ações que busquem incrementar de maneira positiva o cuidado ao binômio. Este presente estudo busca reforçar a importância do acompanhamento puerperal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em países em desenvolvimento as taxas de mortalidade durante a gravidez e durante o parto ainda são elevadas, mesmo tendo gradativa melhora com o passar dos anos. Estudos apontam que 99% das mortes maternas estão contabilizadas nestes países, e o mais alarmante de tudo é que a maioria das mortes são de causas evitáveis, como as em decorrência de emergências hipertensivas, hemorragias, sepse/infecções e complicações relacionadas a aborto (BARATIERI E NATAL, 2017).

O estudo de revisão bibliográfica realizado por Baratieri e Natal (2017) concluiu que a maioria das mortes maternas estão concentradas no puerpério imediato, mas que também se estende no período puerperal tardio e ainda mais adiante, estudos que levam a afirmar que agravos podem persistir por mais de 4 anos pós-parto.

O período puerperal é descrito como tendo início no momento do parto até o reestabelecimento do corpo da mulher ao estado anterior à gestação. Podemos ainda dividir este processo em puerpério imediato (primeiro ao décimo dia), tardio (décimo primeiro dia ao quadragésimo segundo) e remoto (a partir do quadragésimo terceiro dia) (FUSQUINE et al, 2019).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o centro de atenção à saúde do binômio mãe- filho, e a partir de 1984 dentro do Programa de Assistência Integrada da Saúde da Mulher (PAISM), inseriu-se a proposta de colocar a mulher como um sujeito a ser cuidado em sua individualidade, focando não só em sua biologia mas também a considerando holisticamente suas dimensões histórica, social, política e

cultural. E assim iniciou-se uma atenção também direcionada ao puerpério, período tão único e complexo da vida de uma mulher (ANDRADE et al, 2015).

Mais atualmente, surge para incrementar este cuidado do binômio a Rede Cegonha, regida pela portaria 1.459/2011 que tem como objetivo principal organizar e estruturar a rede de atenção materno infantil, com atendimento humanizado e resolutivo em todo o período gestacional e puerperal, garantindo a mulher o direito reprodutivo, bem como o direito à criança ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudável (ANDRADE et al, 2015). Dentro da Rede Cegonha, foi criada pelo Ministério da Saúde (MS), ações que compõem a “Primeira Semana de Saúde Integral”. Trata-se de uma proposta que busca reconhecer a importância das ações pós parto para prevenir agravos em saúde e que salienta que este período é muito oportuno para que os profissionais de saúde interfiram, realizando ações de educação em saúde em duas clientelas bastante vulneráveis. Além disso, é de suma importância a busca por sinais e sintomas que apontam riscos de saúde para a mãe e/ ou bebê, adversidades em que a família vive, como problemas socioeconômicos e condições de higiene, que impactam diretamente na qualidade de vida do binômio (ANDRADE et al, 2015).

É preconizado no Brasil, que a consulta puerperal deva ser realizada nos primeiros 10 dias de pós-parto e se a gestação for considerada de risco, deve-se adiantar a consulta para os primeiros três dias. De grande importância é o acompanhamento, que tem como protocolo ser no mínimo sete consultas de rotina no primeiro ano de vida da criança, duas no segundo ano e partir daí consultas anuais (DE BRITO et al, 2018).

As visitas domiciliares devem ser vistas como padrão-ouro no cuidado materno-infantil e não devem ser negligenciadas pelos profissionais da equipe multiprofissional. Por fim, este estudo reforça todo este cuidado necessário com o binômio mãe-bebê e abre espaço para que ideias de implementação e incremento no cuidado sejam discutidos e posteriormente instituídos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo de abordagem qualitativa realizado por meio de pesquisa em base de dados científicas como PUBMED, para relacionar com o dado obtido pela Secretaria de Saúde através do E-SUS.

Utilizou-se descritores como “consulta puerperal, puerpério e dificuldades no puerpério” para seleção de artigos publicados entre anos de 2015 a 2020. Como critério de inclusão artigos completos originais, no idioma português.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados obtidos através da Secretaria de Saúde pelo E-SUS na cidade de Caçador/ SC, em que o número de gestantes no período de 2019 a 2020 era de 807, motivou esta pesquisa bibliográfica por ser um número bastante relevante.

A partir deste dado identificou-se a necessidade de reunir informações pertinentes ao período puerperal, para que se estabeleça cada vez mais a importância das consultas e do atendimento materno-infantil neste período tão complexo e único na vida do binômio e seu núcleo familiar.

Foram analisados nove artigos científicos originais e completos, sendo o ano de publicação variando entre 2015 e 2019, com 22,2% publicados em 2019, assim como 22,22% em 2017, 2016 e 2015. Apenas 11,11% dos artigos foram publicados em 2018. O idioma predominante foi o português em 100% deles.

ANDRADE et al, 2015; DA SILVEIRA DONADUZZI et al, 2019; DE BRITO et al, 2018; FUSQUINE et al, 2019 e ROCHA E CORDEIRO, 2015, destacam a importância da atenção puerperal para a mãe e o bebê, em amplos aspectos abrangendo os cuidados que são necessários para a saúde de ambos. Além do mais, BARATIERI, 2019; CORRÊA, et al, 2017; FUSQUINE et al, 2019 e ROCHA E CORDEIRO et al, 2015; apontam que a visita domiciliar é extremamente necessária durante o período puerperal, e deve ser realizada nos primeiros sete dias pós-alta na maternidade. Com isso, ANDRADE et al, 2015; BARATIERI, 2019 e FUSQUINE et al, 2019, realizam a visita domiciliar com o objetivo de controlar e diminuir a morbimortalidade da criança e da mulher.

Uma ferramenta considerada imprescindível em vários estudos é a visita domiciliar, onde a consulta puerperal pode ser feita nos lares das famílias, sem que haja necessidade de mobilização do binômio, e que é considerada muito efetiva por haver esta busca de problemas relacionados ao ambiente em que a família vive e que afeta diretamente na saúde materno-infantil. Com a equipe de saúde se direcionando às casas, tem-se uma ideia da realidade da família, além de termos estudos relatando que as mulheres se sentiam mais seguras para tirar dúvidas e falar sobre seus sentimentos (MENDES et al, 2016).

Infelizmente nem todas as ações direcionadas ao binômio são cumpridas e ainda as visitas domiciliares não são realizadas em todos os serviços de atenção básica. Em estudos que demonstravam a percepção das puérperas frente ao modelo assistencial durante seu período gravídico e puerperal, demonstravam em sua maioria uma insatisfação, onde muitas alegaram que as consultas eram muito rápidas, que o atendimento era voltado para apenas o bebê, ou que muitas vezes a consulta nem ocorria (DE BRITO et al, 2018).

O preparo da equipe de saúde para esta clientela vulnerável é de extrema importância, pois o enfermeiro (e sua equipe), deve atuar como um educador, mediador entre as usuárias e a unidade, assim como também deve ter conhecimento científico para identificar os riscos, sinais e sintomas que podem ser corrigidos antes que os danos sejam estabelecidos (MENDES et al, 2016).

O acompanhamento puerperal pode ser visto como pilar central na diminuição dos riscos de morbidade e de mortalidade materno-infantil. É de extrema importância não só que os profissionais das APSs (Atenção Primária Em Saúde) tenham capacitações para saberem lidar com a demanda das gestantes mas também que as gestantes compreendam a necessidade de se ter um acompanhamento gestacional de qualidade desde o início, através do pré-natal e após o parto através do acompanhamento puerperal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise global dos estudos selecionados, percebeu-se a limitação dos profissionais de saúde em realizar uma consulta puerperal de qualidade e que também é notadamente refletido na insatisfação das mães, que alegam não ter o suporte necessário para lidar com todas as mudanças na vida das mesmas.

É importante ressaltar que nada deve ser colocado como prioridade acima de uma boa consulta puerperal multidisciplinar que englobe saúde física, mental e social da família acompanhada. Para isso, deve-se considerar a inclusão de cursos de aperfeiçoamento permanente destinados aos profissionais que irão realizar os atendimentos, para que haja uma padronização nos atendimentos e que eles ocorram de modo eficiente e holístico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Raquel Dully et al. Fatores relacionados à saúde da mulher no puerpério e repercussões na saúde da criança. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 181-186, mar., 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000100181&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06Nov. 2020.

BARATIERI, Tatiane e Natal, Sonia. Ações do programa de puerpério na atenção primária: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 24, n. 11, pp. 4227-4238, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.28112017>. Acesso em: 23 out. 2020.

CORRÊA, Maria Suely Medeiros et al. Acolhimento no cuidado à saúde da mulher no puerpério. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 33, n. 3, abr., 2017 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00136215>. Acesso em: 31Out. 2020.

DA SILVA, Rosângela Nunes Almeida et al. O papel educativo e assistencial de enfermeiros durante o ciclo gravídico-puerperal: a percepção de puérperas. **Revista Interdisciplinar**, v. 9, n. 3, p. 49-56, 2016.

DE BRITO, Geovânia Vieira et al. Consulta de Puericultura na Estratégia Saúde da Família: Percepção de Enfermeiros. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, v. 21, n. 1, 2018.

DA SILVEIRA DONADUZZI, Daiany Saldanha et al. Motivos relacionados ao não comparecimento das mulheres à consulta puerperal. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 26, p. e862-e862, 2019.

FUSQUINE, Rafaela Serrano et al. Adesão e rejeição à consulta puerperal por mulheres de uma unidade básica de saúde da família. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 26, n. 1, p. 37-40, ago., 2019. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/1241>. Acesso em: 31 out. 2020.

GONCALVES, Cristiane de Souza et al. Frequência e fatores associados à não realização da consulta puerperal em um estudo de coorte. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 19, n. 1, p. 63-70, mar., 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292019000100063&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 Oct. 2020.

ROCHA, Geisa Mercês; CORDEIRO, Renata Cavalcanti. Assistência domiciliar puerperal de enfermagem na estratégia saúde da família: intervenção precoce para promoção da saúde. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 13, n. 2, p. 483-493, 2015.

VILELA, Maria Luiza Fernandes; PEREIRA, Queli Lisiane Castro. Consulta puerperal: orientação sobre sua importância. **Journal Health Npeps**, v. 3, n. 1, p. 228-240, 2018.

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR¹

FRITSCH, Letícia, leticiafritsch10@gmail.com, 109.077.729-94²
 BERTOTTO, Jennyfer, jennyferbertotto@hotmail.com, 105.792.979-42³
 GARCIA, Amanda M., amanda.mgarcia01@gmail.com, 094.975.589-37⁴
 MARQUES, Valéria K., valeriakaulm@gmail.com, 098.887.849-60⁵
 SILVA, Carolina A., carolina_azeredo@outlook.com, 069.392.889-10⁶
 MASSOCO, Sarah C. C., sarah@uniarp.edu.br, 065.822.449-22⁷

Resumo: Nos últimos anos, diversos hábitos de vida mudaram, dentre eles a alimentação, impactando nas diversas faixas etárias, passando a ter a necessidade da avaliação nutricional desde a infância, devido a obesidade e sobrepeso tornarem-se comuns ainda no período do desenvolvimento da criança. O presente estudo teve como objetivo investigar o estado nutricional de crianças do ensino fundamental, buscando por meio deste definir estratégias de promoção da saúde e prevenção da obesidade através de uma análise multidisciplinar. Como metodologia, utilizou-se a revisão bibliográfica a partir de pesquisas na Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), que foram inclusos neste estudo 9 artigos, após a para leitura prévia. Conclui-se que os profissionais da saúde, como nutricionistas, fisioterapeutas, e farmacêuticos, desempenham papel primordial no acompanhamento de crianças com problemas nutricionais relacionado ao ganho de peso, promovendo saúde e melhorando a qualidade de vida.

Palavras-chave: Estado nutricional. Crianças. Educação alimentar. Multidisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O estado nutricional de crianças em idade escolar é um fator importante a ser investigado, visto que dados epidemiológicos indicam que a obesidade, por exemplo, está se tornando um fator de risco para a população brasileira (MIRANDA et al., 2015). Condições médicas como obesidade ou desnutrição são fatores que impactam diretamente na vida e na saúde do indivíduo, e, por isso, é de extrema importância o acompanhamento com a equipe multiprofissional.

O presente trabalho faz parte da disciplina de Projeto Integrador em Saúde, o qual está incluso na segunda fase do Núcleo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. A situação mobilizadora é embasada na investigação do estado nutricional de crianças do ensino fundamental, baseando-se em um olhar multidisciplinar. Sem dúvidas a análise nutricional de crianças em idade escolar proporciona parâmetros sólidos para a previsão de como serão os índices da saúde nas próximas décadas, conforme Brasil (2014) que preconiza as ações como a

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum Saúde.

² Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora do Núcleo Comum Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

alimentação saudável (tão essencial de ser trabalhada na situação atual de epidemia de obesidade infantil).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação nutricional foi desenvolvida para identificar precocemente o risco nutricional (OLIVEIRA et al, 2017). Sendo um mecanismo usado para aferir as condições de vida e a qualidade de vida da população, o estado nutricional infantil é determinado pela condição de vida populacional associado a aspectos sociais e econômicos (PEREIRA et al, 2017), podendo ser também classificado como uma variável do fator pessoal biológico, determinando características relevantes individuais e definindo comportamentos (SOUZA et al, 2020).

Para a avaliação antropométrica, são usados índices pré-determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo eles: peso por idade (P/I), altura por idade (A/I), peso por altura (P/A) e Índice de Massa Corporal (IMC) (AZEVEDO et al, 2019).

No Brasil, esta questão tem se tornado cada vez mais frequente, visto que os hábitos alimentares, como o consumo de alimentos ultraprocessados, e hábitos de vida têm mudado. Esse distúrbio pode causar diversas complicações para a saúde da criança, aumentando o risco do desenvolvimento precoce de doenças crônicas (MIRANDA, et al., 2015).

METODOLOGIA

Neste estudo utilizou-se de uma revisão bibliográfica, na base da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) como fonte para coleta de dados com os descritores: “estado nutricional” e “crianças”, abrangendo artigos que foram publicados entre os anos de 2015 a 2020. O método qualitativo foi usado, coletando os dados a partir das leituras prévias. E a análise descritiva aponta a importância do trabalho multiprofissional relacionado com estado nutricional da criança na prevenção da obesidade infantil.

Tabela 1 – Revisão bibliográfica sobre o estado nutricional de crianças do ensino fundamental

Título da publicação	Tipo de publicação	Publicação	Ano
1. Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas.	Artigo	Revista Brasileira de Medicina do Esporte	2015
2. Capacidade funcional de exercício e hábitos de vida de crianças escolares	Artigo	Revista de Fisioterapia da Universidade de São Paulo	2018
3. Estado Nutricional de Crianças e Adolescentes Hospitalizados: comparação entre duas ferramentas de	Artigo	Revista Paulista de Pediatria	2017

avaliação nutricional com parâmetros antropométricos			
4. Estado Nutricional de menores de 5 anos de idade no Brasil: evidências da polarização epidemiológica nutricional.	Artigo	Revista Ciência & Saúde Coletiva	2017
5. Associação do estado nutricional e os desfechos clínicos em cirurgia cardíaca pediátrica.	Artigo	Acta Paulista de Enfermagem	2020
6. Estado nutricional de crianças em amamentação exclusiva prolongada no Estado de Pernambuco	Artigo	Revista Brasileira de Epidemiologia	2019
7. Desenvolvimento da motricidade fina em crianças com desnutrição crônica	Artigo	Cadernos brasileiros de terapia ocupacional	2019
8. A influência do nutricionista na afetividade e na alimentação da criança na creche.	Artigo	Brazilian Journal Of Health Review	2020
9. A influência da farmácia comunitária na promoção de estilos de vida saudáveis em crianças e adolescentes	Monografia	Repositório Científico Lusófona	2019

Fonte: os autores,2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os profissionais de diferentes áreas da saúde podem auxiliar no tratamento de crianças com problemas nutricionais, o olhar multiprofissional é destacado na como essencial para a promoção da saúde, onde cada profissional executa suas atribuições em uma ação primária de promoção da saúde. Além disso, estudos indicam que crianças que possuem desnutrição crônica apresentam atraso no crescimento e desenvolvimento, comprometendo a motricidade fina, fator de extrema importância no desenvolvimento da criança (COSTA, NETO, 2019).

Descreve-se então que o fisioterapeuta é responsável por avaliar a capacidade funcional de exercícios, pois os hábitos de vida impactam diretamente na capacidade funcional da criança (POZZO, CIBINELLO, FUJISAWA, 2018). Estudos indicam que o sedentarismo leva ao desenvolvimento precoce de doenças, com a obesidade que poderá acarretar em alterações ortopédicas, as quais podem ser tratadas com fisioterapia (MIRANDA et al, 2015).

O farmacêutico, por sua vez, revela grande importância em relação à proximidade do profissional com o paciente quando trata-se de aconselhar e acompanhar o tratamento, bem como na promoção da saúde, atuando o e intervindo precocemente para minimizar riscos de doenças relacionadas ao sobrepeso e à obesidade (SOUZA,2019).

Sendo assim, a infância é um período de adaptação física e social, saindo do meio familiar e indo para a escola, assim o nutricionista desempenha um papel fundamental no educar e cuidar, tendo a finalidade de buscar o lúdico para a

explicação, de modo a atingir os objetivos de uma boa alimentação, a fim de que o propósito seja atingido, o profissional necessita conhecer as condições familiares (LOPES et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os presentes aspectos, pode-se concluir que o olhar multidisciplinar amplia as estratégias de promoção da saúde, desempenham um papel primordial no acompanhamento e reabilitação crianças obesas. Partindo do pressuposto que a educação alimentar e a saúde nutricional da comunidade necessitam de atenção da equipe, ainda mais as crianças obesas em idade escolar que estão em constante desenvolvimento, ou seja, físico, cognitivo ou psicossocial.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Pedro Tadeu Álvares Costa Caminha de et al. Estado nutricional de crianças em amamentação exclusiva prolongada no Estado de Pernambuco.

Revista brasileira de epidemiologia, São Paulo, v. 22, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2019000100408&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

COSTA, Aline Gabrielle dos Santos da; NETO, Jorge Lopes Cavalcante. Desenvolvimento da motricidade fina em crianças com desnutrição crônica.

Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 27, n. 1, p. 54-60, Jan. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000100054&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Out. de 2020.

LOPES, Wedja Myrelly de Andrade et al. A influência do nutricionista na afetividade e na alimentação da criança na creche. **Brazilian Journal Of Health Review**, Curitiba, jan. 2020. V. 3, n. 1, p. 300-307. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv3n1-022>>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

MIRANDA, João Marcelo de Queiroz et al . Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.104-107, Abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922015000200104&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de Set. de 2020.

OLIVEIRA, Thaynara Cristina de et al. Estado nutricional de crianças e adolescentes hospitalizados: comparação entre duas ferramentas de avaliação nutricional com

parâmetros antropométricos. **Revista paulista de pediatria.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 273-280, Set. 2017. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822017000300273&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

PEREIRA, Ingrid Freitas da Silva et al. Estado nutricional de menores de 5 anos de idade no Brasil: evidências da polarização epidemiológica nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3341-3352, Out. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003341&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

POZZO, Carolina Cotrim Dal; CIBINELLO, Fabíola Unbehaun; FUJISAWA, Dirce Shizuko. Capacidade funcional de exercício e hábitos de vida de crianças escolares. **Fisioterapia e Pesquisa.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 49-55, Mar. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502018000100049&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de Out. de 2020.

SOUSA, Sara Cristina Camacho de. A influência da farmácia comunitária na promoção de estilos de vida saudáveis em crianças e adolescentes. **Repositório Científico Lusófona**. Lisboa, 2019. Disponível em <<https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/9923>>. Acesso em 28 de Out. de 2020.

SOUZA, Nayana Maria Gomes de et al. Associação do estado nutricional e os desfechos clínicos em cirurgia cardíaca pediátrica. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 33, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100459&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Out. de 2020.

Brasil. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 2. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento_1ed.pdf Acesso em: 05 de Nov. De 2020.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE UMA POPULAÇÃO EM RISCO DE SOBREPESO E OBESIDADE NA FAIXA ETÁRIA DE 12 À 14 ANOS¹

BATISTA, Gislaíne M., gisabatista011@gmail.com, 105.954.409-15²
 MELO, Pamela R., pamelaritchele@gmail.com, 103.582.209-12³
 DE SOUZA, Regina A., sar06042009@gmail.com, 060.767.179-39⁴
 MASSOCO, Sarah C. C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22⁵
 TAVARES, Sandréa, sand_nutri@hotmail.com, 620.631.890-72⁶

Resumo – Objetivo: Determinar os principais fatores do sobrepeso e da obesidade em pré-adolescentes e adolescentes durante a pandemia do COVID-19 de uma escola privada é essencial para identificar as ações de promoção da saúde para esta faixa etária. **Metodologia:** fundamentando-se em uma revisão crítica sobre o assunto, e aplicando um formulário através do Google a esta população de pesquisa, com a temática sobre a obesidade infantil. **Resultados:** a amostra apresentou a prevalência de participantes com 14 anos (37%), que relataram mudança nos hábitos alimentares durante a pandemia 66% e com percepção de ganho de peso em 51% da amostra, nota-se que a pandemia torna-se um fator agravante para a obesidade entre esse grupo etário.

Palavras-chave: Adolescentes, Pré-adolescentes, Sobrepeso e Obesidade.

INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é uma disfunção caracterizada pelo excesso de peso entre bebês e crianças com até 12 anos de idade (GUIMARÃES,2018). Onde o aumento da gordura corporal pode acarretar problemas, como diabetes, hipertensão e colesterol alto, que são fatores de risco para as doenças cardiovasculares (GUIMARÃES,2018).

A obesidade infantil faz soar o alarme da saúde pública, é que devido ao maior tempo de exposição ao excesso de gordura, poderá desencadear doenças crônicas, reduzindo a expectativa de vida do indivíduo (GUIMARÃES,2018) .Pois está relacionada diretamente com o estilo de vida do seu ambiente, ou seja, inicia

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), especialista curso de Nutrição do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

nos hábitos alimentares das famílias, além do sedentarismo e fatores hereditários, geram distúrbios psicológicos e emocionais(GUIMARÃES,2018) .

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os números de pessoas obesas não deixam dúvidas de que a obesidade é hoje um problema de saúde pública que atinge uma parcela cada vez mais significativa da população, é uma doença que pelo excesso de gordura corporal acumulada pode trazer impactos negativos para a saúde da população em geral, a prevalência da obesidade em adolescentes tem aumentado de forma preocupante em todo o mundo e assim vem despertando a preocupação de pesquisadores e profissionais da saúde (MARTINS, 2018 vol.58).

O aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade em idades cada vez mais precoces tem despertado a preocupação de pesquisadores e profissionais da área de saúde, em razão dos danos e agravos à saúde provocados pelo excesso de peso, tais como hipertensão arterial, cardiopatias, diabetes, hiperlipidêmicas, dentre outras (ENES, 2010).

O aumento da incidência de obesidade no Brasil é ainda mais preocupante quando se admite que este problema frequentemente não se apresenta de forma isolada, mas como uma condição favorável para a ocorrência de morbidades associadas, na população adulta, a obesidade aumenta o risco de doença e morte, enquanto na população jovem esse evento vem se convertendo em um problema que causará profundas repercussões na saúde pública. O estado nutricional do adolescente é de particular interesse, pois a presença de obesidade nesta faixa etária tem sido associada ao aparecimento precoce de hipertensão arterial, dislipidemias, aumento da ocorrência de diabetes tipo 2, distúrbios na esfera emocional, além de comprometer a postura e causar alterações no aparelho locomotor(ENES, 2010) .

A obesidade é uma comorbidade altamente prevalente em casos graves de COVID-19 em crianças e adolescentes e o isolamento social pode levar ao aumento do acúmulo de gordura. Tecido adiposo excessivo, déficit de massa magra, resistência à insulina, dislipidemia, hipertensão, altos níveis de citocinas pró-inflamatórias e baixa ingestão de nutrientes essenciais são fatores que comprometem o funcionamento dos órgãos e sistemas no indivíduo obeso (NOGUEIRA DE ALMEIDA, 2020) .

No Brasil, dados do IBGE de 2014 mostram que 15% das crianças entre 5 e 9 anos e 25% dos adolescentes, têm sobrepeso ou obesidade. O aumento desses índices está relacionado principalmente a fatores ambientais, como a redução do tempo dedicado às atividades físicas e as mudanças de hábitos alimentares, com a diminuição do aporte de frutas e vegetais e aumento do consumo de alimentos industrializados e ricos em açúcares e gorduras, com grande valor calórico (HERCOWITZ,2017).

METODOLOGIA

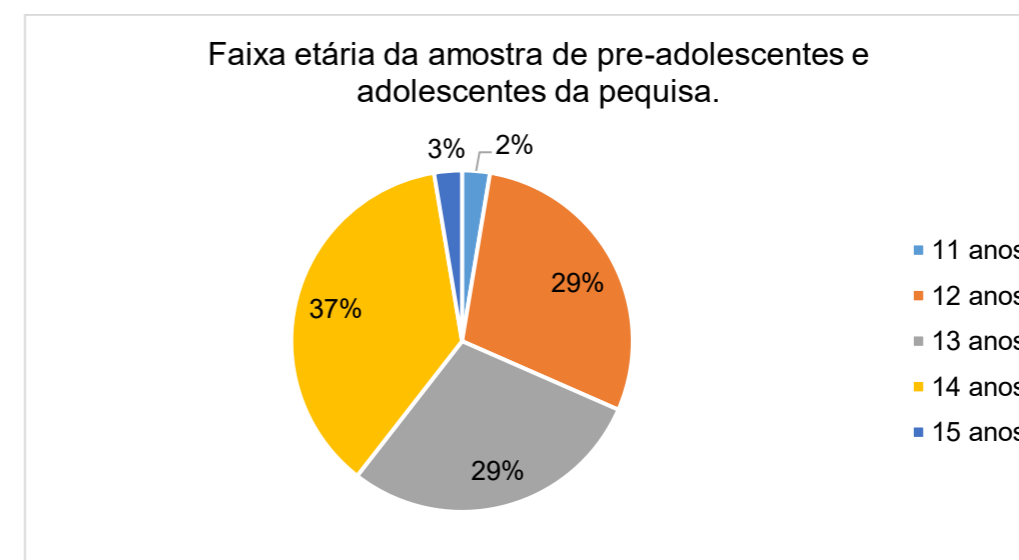
Este trabalho tem por metodologia quantitativa, descritiva quanto aos aspectos epidemiológicos da obesidade pré-adolescentes e adolescentes de uma escala privada no Meio Oeste Catarinense. Foi utilizado a plataforma Google com a elaboração de um formulário, sendo enviado a escola para ser divulgado entre os

estudantes. O total de participantes foram 45 indivíduos, porém com exclusão de 6 por não pertencem a faixa etária de estudo e/ou preenchimento errôneo de informações. Os dados foram tabulados em planilhas do Excel, e apresentados para análise de resultados em formato de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

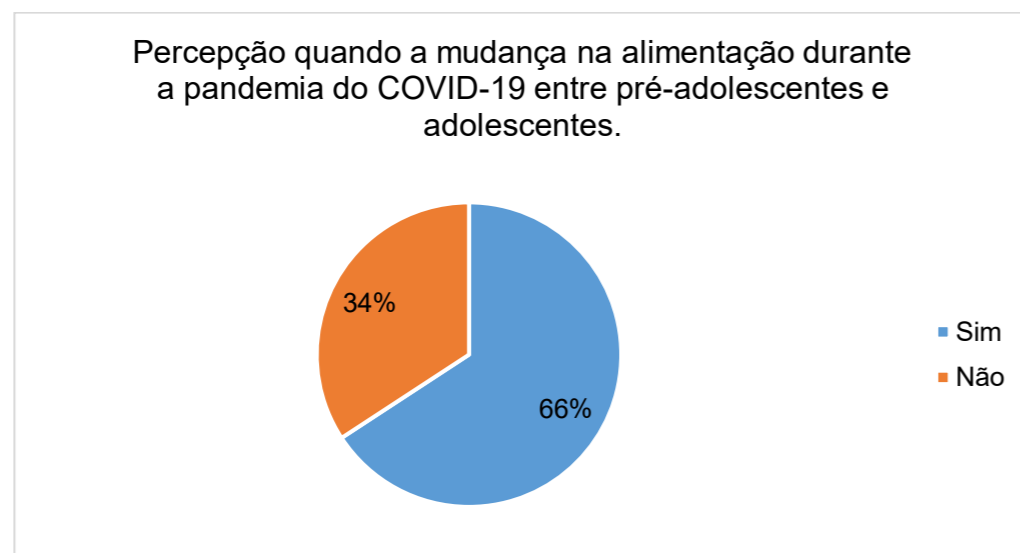
A pesquisa demonstrou a influência da pandemia do COVID-19 com o isolamento social nos hábitos alimentares, favorecendo a obesidade nas diversas faixas etárias, no entanto para os pré-adolescentes e adolescentes ficou evidente. A amostra contempla 38 participantes (n=38), com idades de 11 anos a 15 anos, que tiveram sua alimentação e peso corporal durante este período.

Gráfico 1 – Identificação das idades dos participantes da pesquisa via online pelo questionário Google.



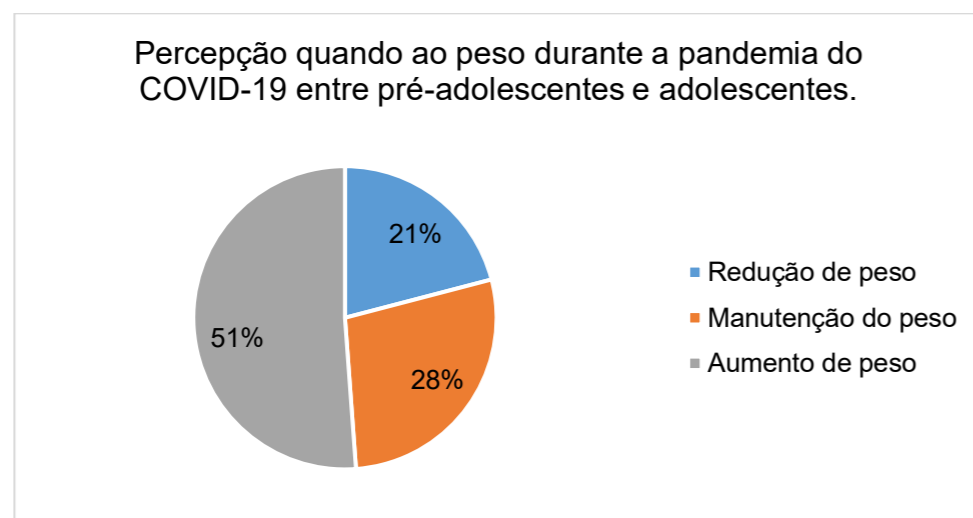
Fonte: os autores, 2020.

Gráfico 2 – Percepção dos participantes sobre hábitos alimentares via online pelo questionário Google.



Fonte: os autores, 2020.

Gráfico 3 – Percepção dos participantes sobre hábitos alimentares via online pelo questionário Google.



Fonte: os autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo nota-se a importância de, considerar que os portadores de sobrepeso, na faixa etária e na população estudada, já podem apresentar alterações indicativas de prejuízos à sua saúde, à semelhança dos obesos, sendo, portanto, necessária a sua inclusão nos programas de prevenção e tratamento, tanto no atendimento individual, quanto nas políticas públicas.

O correto diagnóstico do estado nutricional e a monitorização do crescimento, incluindo as medidas de IMC nos serviços de seguimento clínico de crianças e adolescentes pode ajudar a promover a educação nutricional e a educação em saúde, facilitando a atuação da equipe multiprofissional na prevenção de riscos e promoção da saúde .

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Erica de Vasconcelos et al. Influência do consumo alimentar e da prática de atividade física na prevalência do sobrepeso/obesidade em adolescentes escolares. **Cadernos Saúde Coletiva**, v.28, n.1 Rio de Janeiro 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2020000100012&lng=en&nrm=iso

ENES, Carla Cristina; SILVA RONDONI, Jessica. Associação entre excesso de peso e alterações lipídicas em adolescentes. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.23, n.12 Rio de Janeiro dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204055&lng=pt&lng=pt

ROCHA, Marília et al. Aspectos psicossociais da obesidade na infância e adolescência. **Psicologia Saúde e Doenças**, v.18, n.3 Lisboa dez.2017. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862017000300007&lang=pt

ENES, Carla Cristina; SLATER, Betzabeth. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.13, n.1 São Paulo Mar.2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2010000100015&lang=pt

TORNQUIST, Luciana et al. Efeitos de um programa de intervenção no perfil de risco cardiometabólico de adolescentes com excesso de peso. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 28, n.1 Brasília 2020. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/10191>

NOGUEIRA DE ALMEIDA, Carlos Alberto et al. COVID-19 e obesidade na infância e adolescência: uma revisão clínica. **Jornal de Pediatria**, v.96, n.5 Porto Alegre set./dez 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572020000500546&lng=pt&nrm=1&tlng=pt

OBESIDADE INFANTIL: IMPACTO DO COVID-19 EM CRIANÇAS EM ISOLAMENTO SOCIAL ¹

BLASKOWSKI, Cardinally dos Santos, blask.aln@hotmail.com, 102.342.649-85 ²
MIRANDA, Djenifer Jiane Baze, djeniferBaze@gmail.com, 074.936.319-30 ³
GILIOLI, Jéssica Santana, jegiliolicdr@gmail.com, 102.369.019-58 ⁴
PACHEVITCH, Kelianne Fernandes, keliannepachevitch@gmail.com 111.041.17908 ⁵
MENDES, Nathalia. A. Gonçalves, mendes1nathalia@gmail.com, 135.716.879.90 ⁶
MASSOCO, Sarah C.C., sarahmassoco@gmail.com, 065.822.449-22 ⁷

Resumo – Objetivo: demonstrar a importância de cuidados na infância com as medidas antropométrica e nutrição infantil adequada em isolamento social na pandemia do COVID-19, relacionando com alteração dos hábitos aumento do sedentarismo. **Método:** trata-se de uma pesquisa qualitativa com bases em artigos referentes a COVID-19 e obesidade infantil. **Resultados:** A partir de determinados estudos constatou-se que muitas crianças terão alto teor calórico em suas refeições durante o isolamento social, com ganho de peso durante a pandemia, porém com o direcionamento certo as crianças e suas famílias, através do acompanhamento e incentivo a hábitos saudáveis pelos profissionais de saúde a fim de prevenir a obesidade infantil durante a epidemia do COVID-19, visto que há relação entre obesidade e isolamento social.

Palavras-chave: Obesidade Infantil. Saúde infantil. Isolamento social. Nutrição.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a obesidade infanto-juvenil não é uma questão de estética, mas de bom senso como afirmava (Carlos Alberto Hang, 2020).

Obesidade é um grave problema, o qual afeta, cada vez mais crianças e adolescentes, nestes últimos meses a sociedade tem sido mais sedentária, devido a pandemia, com o fechamento das escolas, onde crianças e adolescentes praticavam inúmeros exercícios físicos e o entretenimento ficou na dependência aos eletrônicos no ambiente familiar, levando ao sobrepeso (PINHEIRO et al, 2020).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O Índice de Massa Corporal (IMC), é a medida para verificar o peso ideal e identificar a obesidade, estudos concluíram que ambos os sexos o distúrbio do peso, aumenta a susceptibilidade a sobrepeso na vida adulta, sendo a faixa entre 4 e 8 anos (PINHEIRO et al, 2004). Sendo a obesidade infantil um problema de saúde pública mundial que pode estar associado ao risco de complicações nas infecções por SARS-CoV-2, analisar essa possível correlação é extremamente relevante no cenário atual.

A população infantil é, do ponto de vista psicológico, socioeconômico e cultural, dependente do ambiente onde vive, que na maioria das vezes é constituído pela família, sendo que suas atitudes são, frequentemente, reflexo deste ambiente (ROSSI et al, 2008). Quando este é desfavorável, poderá propiciar condições que levem ao desenvolvimento de distúrbios alimentares (ROSSI et al, 2008).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ganho de peso na criança é acompanhado por aumento de estatura e aceleração da idade óssea, no entanto, depois, o ganho de peso continua, e a estatura e a idade óssea se mantêm constantes (MELLO et al, 2020). Já a puberdade pode ocorrer mais cedo, o que acarreta altura final diminuída, devido ao fechamento mais precoce das cartilagens de crescimento (Elza D. et al, 2004). Este aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade infantil tem preocupado os profissionais e pesquisadores da área da saúde, pois, é um grande preditor da obesidade na vida adulta, o excesso de peso corporal na infância está associado a doenças crônico-degenerativas ((ALVES ET.AL,2020), et al.2011).

A origem da obesidade pode ser dividida em endógena, para a endógena, deve-se identificar a doença básica e tratá-la (MELLO, et al, 2020), e a obesidade exógena origina-se do desequilíbrio entre ingestão e gasto calórico, devendo ser manejada com orientação alimentar, especialmente mudanças de hábitos e otimização da atividade física (DIETZ WH, 1999).

A atual pandemia do novo coronavírus 2019 (COVID-19) está causando morbidade e mortalidade em diversas faixa etárias, sobrecarregando os sistemas de saúde, fechando economias e fechando distritos escolares (RUNDLE, G; et al.,2020).

Embora haja impacto imediato, queremos chamar a atenção para o efeito de longo prazo da pandemia na saúde das crianças, onde o fechamento de escolas de a privação da atividade física como atividade educacional, pode exacerbar a epidemia de obesidade infantil e aumentar as disparidades no risco de obesidade (RUNDLE. G. A et al., 2020). Os dados mostraram que há associação da COVID-19 e de comorbidades preexistentes como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças crônicas respiratórias e câncer resultaram em maiores taxas de letalidade, assim como a obesidade é também um fator de risco (COSTA R.L et al., 2020).

Para a avaliação do peso da criança ou adulto, utiliza-se de determinação índices nutricionais e o acompanhamento do perfil epidemiológico populacional, isto é através da avaliação antropométrica realizada por profissionais da saúde como enfermeiro ou nutricionistas, como prática do exame físico da criança ((ALVES ET.AL,2020), et al.2011).

Em estudo recente, enfermeiros e nutricionistas destacaram a relevância da epidemia de obesidade observada nas décadas contemporâneas, recomendando a adoção do índice de massa corporal (IMC) como um sinal vital, ressaltaram o valor da medida do peso e estatura corporal na identificação do estado de saúde do indivíduo e na adoção de medidas preventivas e terapêuticas precoces para o combate ao sobrepeso e obesidade (ALVES ET.AL,2020), et al.2011).

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão de artigos publicados de consulta pública e integral de referenciais da plataforma Google Acadêmico, SciELO, revistas digitais, com os descritores: obesidade infantil, saúde infantil, isolamento social, nutrição infantil, estes do ano de 2020. Após a leitura dos títulos e resumos, os artigos selecionados foram revisados e analisados de forma qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia acarretou distanciamento social, e com o incentivo de permanecer em casa, houve uma redução da atividade física para as crianças, fazendo com que elas se exercitassem menos (COSTA R.L et al., 2020). As famílias estocam alimentos estes ultraprocessados, alimentos como farinha, arroz e feijão, assim como biscoitos, batatas fritas, macarrão, refrigerantes, cereais açucarados e refeições prontas processadas foram os mais consumidos nos supermercados (RUNDLE.G.A et al, 2020).

Este consumo por alimento calóricos, leva a prever que muitas crianças terão dietas de alto teor calórico durante a resposta à pandemia (RUNDLE. G. A et al., 2020), associado ao distanciamento social, reduzindo a atividade física das crianças que vivem em áreas urbanas, levando ao sedentárias com o uso de videogames online como meio de entretenimento (RUNDLE. G. A et al., 2020).

Tornando a obesidade infantil como um fator agravante em relação a COVID-19, pois o excesso de tecido adiposo pode promover disfunção metabólica e um estado inflamatório, isto altera o funcionamento do sistema imunológico, o que têm relação com o aumento da incidência de doenças respiratórias crônicas como a asma em escolares acima do peso ideal (COSTA R.L et al., 2020).

No entanto, como os programas de intervenção ainda têm pouco consenso, a prevenção continua sendo o melhor caminho. Os esforços para a prevenção da obesidade na infância são provavelmente mais eficazes quando endereçados simultaneamente aos alvos primário e secundário, com metas apropriadamente diferentes. A prevenção primária objetiva evitar que as crianças em risco adquiram sobrepeso, e a prevenção secundária visa impedir a gravidade crescente da obesidade e reduzir a comorbidade entre crianças com sobrepeso e obesidade (ALVES ET.AL,2020), et al.2011).

Assim é evidente a importância da prevenção da obesidade infantil, principalmente em momentos de férias ou ainda durante esta pandemia, como também o tratamento da obesidade incluem alterações gerais na postura familiar e da criança, em relação a hábitos alimentares, tipo de vida, atividade física e correção alimentar (ALVES ET.AL,2020), et al.2011), estes incentivados e orientados por profissionais de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade é um fator agravante quando o indivíduo contrai a doença do COVID-19, mesmo que ainda as crianças não se constituam como grupo de risco, mas são agentes de transmissão da doença ou ainda apresentares outros problemas respiratórios, pelo aumento da resposta inflamatória. Esta temática é atual e ainda

serão necessárias mais revisões, a fim de estabelecer esta relação, que, no entanto, já é evidente entre o isolamento social, aumento da obesidade infantil e a pandemia atual.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

- ABESO (Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica). **Covid-19 e obesidade: conhecendo o risco**. ABESO. 2020. Disponível em: <<https://abeso.org.br/covid-19-conhecendo-o-risco/>>. Acessado em 20 de outubro de 2020.
- ALVES, Marchi et al. **Obesidade Infantil Ontem e Hoje: Importância da Avaliação Antropométrica pelo Enfermeiro**. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, vol. 15, núm. 2. UFRJ: 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1277/127719099004.pdf>>. Acessado em 28 de outubro de 2020.
- BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; SILVA, Carlos Eduardo Menezes da; SOARES, Fernando Ramalho Gameleira; SILVA, José Alexandre Menezes da. **Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19**. Rio de Janeiro: Ciênc. saúde coletiva 25 (suppl 1) Epub: 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl1/2411-2421/>> Acessado em 20 de outubro de 2020.
- COELHO, Taiane R e LELUDDAK, Daniela. **Obesidade Digital Será este mais um Legado da COVID-19?** Conference: Information Systems in Latin America (ISLA 2020). Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/344081812_Obesidade_Digital_Sera_este_mais_um_Legado_da_COVID-19>. Acessado em 22 de outubro de 2020.
- COSTA, Luciano Rodrigues; MUELLER, Maria Eduarda de Oliveira; FRAUCHES, Júlia Porto; CAMPOS, Nicole Braz; OLIVEIRA, Lívia Schmeisser de; GENTILIN, Karla Faria; MELLO, Ana Luísa e Pena. **Obesidade Infantil e Quarentena: Crianças Obesas Possuem Maior Risco Para a COVID-19?**. Centro Universitário de Volta Redonda, Medicina, Pediatria - Volta Redonda - Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <<https://residenciapediatrica.com.br/detalhes/523/obesidade%20infantil%20e%20quarentena-%20criancas%20obesas%20possuem%20maior%20risco%20para%20a%20covid-19-#:~:text=CONCLUS%C3%83O%3A%20Embora%20a%20literatura%20seja,agravante%20do%20quadro%20infeccioso%20sist%C3%AAmico.>>>. Acessado em 22 de outubro de 2020.

DIETZ, WH; **Childhood obesity**. In: Shils ME, editor. **Modern Nutrition in Health and Disease**. Baltimore: Williams & Williams; 1999. p. 1071-80.

LIMA, Lopes Ferreira; DIAS, Aldo Angelim; RABELO, Renata Sabóia; CRUZ, Igor Demes da; COSTA, Samuel Carvalho; NIGRI, Flávia Maria Noronha; NERI, Giovanna Rabelo. **COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia**. Rio de Janeiro: Ciênc. saúde coletiva vol.25 no.5. Epub: 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n5/1575-1586/pt/>> Acessado em 20 de outubro de 2020.

MELLO, Elza D. de; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. **Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?** Porto Alegre: J. Pediatr. (Rio J.) vol.80 no.3: 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572004000400004&script=sci_arttext&lng=pt.>. Acessado em 20 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, Ana Mayra A.; CERQUEIRA, Eneida M.M.; SOUZA, Josenira da Silva; OLIVEIRA, Antônio César de. **Sobrepeso e obesidade infantil: influência de fatores biológicos e ambientais em Feira de Santana, BA**. São Paulo, Arq Bras Endocrinol Metab vol.47 no.2. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-27302003000200006&script=sci_arttext>. Acessado em 20 de outubro de 2020.

PINHEIRO, Anelise Rízzolo de Oliveira, Sérgio Fernando Torres de Freitas, Arlete Catarina Tittoni Corso. **Uma abordagem epidemiológica da obesidade**. Revista de nutrição, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732004000400012> Acessos em 16 de novembro de 2020.

ROSSI Alessandra, Emília Addison Machado Moreira, Michelle Soares Rauen. **Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família**. Revista de Nutrição, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000600012&lng=en&nrm=iso> acessos em 16 de novembro de 2020.

RUNDLE, Andrew; PARK, G. Yoosun; HERBSTMAN, Julie B; KINSEY, Eliza W; WANG, Y. Claire. **COVID-19-Related School Closings and Risk of Weight Gain Among Children**. Wiley Online Library. 2020. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/oby.22813>>. Acessado em 22 de outubro de 2020.

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro. PEREIRA, Marcos; CAMPELLO, Tereza; ARAGÃO, Érica; GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros; FERREIRA, Andréa JF; BARRETO, Maurício Lima; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro, Ciênc. saúde coletiva vol.25 no.9. Epub: 2020. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/csc/2020.v25n9/3421-3430/>> Acessado em 22 de outubro de 2020.

SOUZA, Márcia Ferreira Cândido de; et al. **Impact of the COVID-19 pandemic on the nutritional treatment of serious obese patients candidate to bariatric surgery.** Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão e Inovação Tecnológica em Saúde, Universidade Federal de Sergipe. Vol 7. REVIPI: 2020.

Disponível em:

<<https://seer.ufs.br/index.php/revipi/article/view/14208#:~:text=Conclus%C3%A3o%3A%20A%20inseguran%C3%A7a%20e%20o,a%20prepara%C3%A7%C3%A3o%20da%20cirurgia%20bari%C3%A1trica>>

Acessado: em 22 de outubro de 2020.

WISEMANDLE W; MAYNARD, LM; GUO, SS; SIERVOGEL, RM. **Childhood weight, stature, and body mass index among never overweight early-onset overweight, and late-onset overweight groups.** Pediatrics Jul 2000.

ELABORAÇÃO DE UM CARDÁPIO SAUDÁVEL PARA ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19 ¹

PINZIGHER, Airan., airanpinzigher19@gmail.com - 090.527.389-39²

STRAUSS, Fernanda K., fernandakayser98@gmail.com - 100.680.689-05³

HERNANDES, Gisele T. artegicaster@gmail.com - 523.151.854-04⁴

DA SILVA, Bruna C., bruna199303@hotmail.com - 079.312.699-18⁵

CIPRIANI, Julia., jucipriani15@gmail.com - 020.324.800-77⁶

MASSOCO, Sarah C.C., e-mail sarahmassoco@gmail.com - 065.822.449-22⁷

Resumo – Não é de hoje que a alimentação inadequada tem sido um problema para a saúde dos indivíduos, e em tempos de pandemia isso pode acabar agravando ainda mais, principalmente em crianças e pré-adolescentes, que preferem o prático, tendo em vista esse cenário, foi elaborado um cardápio para tentar amenizar esse problema da má alimentação dos pequenos. **Método:** buscou-se esta em pesquisas e revisões bibliográficas em sites como Google acadêmico (Ciência & Saúde Coletiva), SCIELO, OMS (Organização Mundial da Saúde) e também alguns artigos que tratavam do assunto publicações como: dissertação de pós-graduação e uma tese de mestrado, que abordam para uma alimentação saudável. **Conclusão:** logo, a combinação de bons alimentos proporcionam nutrientes, energia, calorias e gorduras essenciais para o desenvolvimento dos pré-adolescentes e adolescentes, portanto com base nas indicações e informações contidas no Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), foi elaborado algumas opções de cardápio para este público durante a pandemia do COVID-19.

Palavras-chave: Adolescentes, alimentação saudável, cardápio e covid-19.

INTRODUÇÃO

Visto que os hábitos alimentares começam desde a infância, a elaboração de um cardápio adequado ajuda a garantir o desenvolvimento dos adolescentes, pois proporciona os nutrientes necessários para a saúde. Na adolescência com todas as mudanças hormonais, as crises existenciais, e toda pressão do “corpo perfeito” impulsionam ao início de dietas inadequadas, e isso pode causar quadro epidemiológico de sobrepeso, obesidade, carências nutricionais, doenças crônicas não transmissíveis e comportamentos de risco para transtornos alimentares (ENES; SLATER, 2010).

Conforme Coutinho (2020), “vários fatores aumentam o risco de pessoas com obesidade diante do novo coronavírus, como o excesso de peso, outras

¹ O presente trabalho refere-se à atividade do Projeto Integrador da 2ª fase do Núcleo Comum da área da saúde.

² Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista curso de Enfermagem do Eixo Comum em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

doenças metabólicas: diabetes e hipertensão arterial, frequentes nas formas graves de COVID-19”. Assim os riscos só aumentam, com a ausência de uma alimentação adequada, então as práticas educativas alimentares promovem a conscientização para pré-adolescentes e adolescentes, nesta pesquisa de um cardápio saudável, para minimizar os riscos à saúde, nesse momento de pandemia mundial à esta população específica.

Para SILVA, (et al, 2015), quanto aos fatores positivos da adesão dos adolescentes à alimentação saudável, estes se mantiveram relacionados com o gostar de alguns alimentos saudáveis, o acesso e disponibilidade a estes alimentos, o medo de engordar, a recepção de incentivos da mídia, ambiente familiar, bem como da escola por meio de práticas educativas alimentares, pois a preocupação com a imagem corporal demonstrou interferir na prática alimentar dos sujeitos. Na infância, a alimentação qualitativa e quantitativamente adequada é essencial para garantir o crescimento e o desenvolvimento da criança, pois proporciona energia e nutrientes necessários para o bom desempenho de suas funções e para a manutenção da saúde. Assume ainda caráter decisivo na formação de hábitos alimentares saudáveis. (MENEZZA, et al, 2011).

Destacamos a preocupação específica a este grupo etário, conforme Ghebreyesus (2020) “os efeitos indiretos da COVID-19 na saúde da criança e no adolescente podem ser maiores que o número de mortes causadas pelo vírus de forma direta.” (FIOCRUZ, 2020). Os efeitos diretos dizem respeito às manifestações clínicas da COVID-19, e os indiretos estão relacionados à prejuízos no ensino, na socialização e no desenvolvimento, gerando estresse e ansiedade, assim consequentemente o aumento do sedentarismo e obesidade. (FIOCRUZ, 2020).

Para DEMOLINER (et al, 2020), manter uma alimentação saudável pode auxiliar na prevenção da COVID-19, pois fornece nutrientes e compostos bioativos necessários para a integridade da barreira imunológica, a resposta imune é comprometida quando a nutrição é ruim, favorecendo a predisposição do indivíduo a infecções. Entretanto, não existe um nutriente isolado ou composto bioativo, com comprovação científica, capaz de impedir infecção viral, como da COVID-19.

METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido pelos acadêmicos da disciplina de Projeto Integrador, que será submetido ao SEDEPEX (Seminário de Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão), estudo de revisão bibliográfica, retrospectivo, qualitativo e descritivo, para a uma proposta de cardápio saudável a pré-adolescentes e adolescentes durante a pandemia COVID-19. Com os descritores: adolescentes, alimentação saudável, cardápio e covid-19, em análises e revisões bibliográficas, nos seguintes sites: Google Acadêmico (Ciência & Saúde Coletiva), Organização Mundial da Saúde (OMS), Revista Científica Perspectiva (Ciência e Saúde) e SCIELO, além de dissertação de pós-graduação e tese de mestrado, com inclusão para este estudo de um total de 9 publicações para a elaboração desta proposta de cardápio saudável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a elaboração da proposta de cardápio, foi utilizada uma revisão bibliográfica para verificar as indicações e alimentos para pré-adolescente e adolescente.

Tabela 1 – Revisão bibliográfica de acordo com descritores para a elaboração de proposta de cardápio durante a pandemia do COVID-19.

Título da publicação	Tipo de publicação	Ano
Programa nacional de alimentação escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a covid-19	Artigo	2020
Covid-19: nutrição e comportamento alimentar no contexto da pandemia.	Artigo	2020
Covid-19 e saúde da criança e do adolescente	Manual	2020
Avaliação qualitativa das preparações do cardápio de centros de educação infantil	Artigo	2011
Guia alimentar para a população brasileira	Guia	2014
Percepção de adolescentes sobre a prática de alimentação saudável	Artigo	2015
Alimentação na adolescência e as relações com a saúde do adolescente	Artigo	2020
Adequação dos cardápios da alimentação escolar de creches segundo a pirâmide alimentar infantil	Artigo	2018
Cardápio e qualidade: composição nutricional na alimentação escolar	Dissertação	2016

Fonte: autores, 2020.

O cardápio pode ser definido como um conjunto de preparações ou conjunto de refeições de um dia alimentar, o nutricionista, através de conhecimentos construídos de nutrição, antropologia, economia e administração, realiza a escolha de alimentos e preparações que irão compor (GUIMARÃES; GALISA, 2008), apud, (XEREZ, 2016). E o tempo entre as refeições segundo a OMS (Organização do Ministério da Saúde) e o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), deve ser três em três horas.

Tabela 2 – Proposta de cardápio direcionado a pré-adolescentes e adolescentes durante a pandemia do COVID-19.

Cardápio (opção 1)	Cardápio (opção 2)
<p>- Café da Manhã 1 copo de 200 ml de vitamina de frutas (morango, mamão, banana) 1 pão francês com cream cheese (uma colher rasa de sobremesa) 2 fatias de queijo minas</p> <p>- Lanche da manhã 4 Biscoitos integrais 1 barra de cereais</p> <p>- Almoço 5 colheres (sopa) de arroz integral com alecrim 1 concha pequena de feijão branco 2 Rolês de Frango com cenoura e salsa Salada verde (a vontade), ou vagem 2 colheres de sopa com 2 ovos de codorna picados, 2 tomates cereja, pouco sal, vinagre, orégano e azeite de oliva 1 fruta de sobremesa</p> <p>- Lanche da tarde 1 Pão sírio com gergelim com maionese (1 colher rasa de sobremesa) 2 fatias de peito de peru 3 tomatinhos cereja picados 1 copo de iogurte natural misturado com frutas cortadas</p> <p>- Jantar Almondegas 2 unidades 2 colheres (sopa) Macarrão (integral) na manteiga salada de alface, ou rúcula, ou repolho com vinagre, pouco sal e azeite de oliva (a vontade) 2 colheres (sopa) de abobrinha cozida 100 ml de flan diet 100 ml de suco de frutas</p> <p>- Ceia 1 copo de leite com 1 colher de mel e duas torradas (integrais) com manteiga.</p>	<p>- Café da Manhã 1 copo de 200 ml de leite com cereais</p> <p>- Lanche da manhã 100 g de Salada de frutas com abacaxi e morangos</p> <p>- Almoço Bife grelhado de frango, ou panqueca (feita com tapioca) e recheio de frango 3 colheres (sopa) de salada de cenoura, beterraba raladas e tomate picado, cogumelos paris, orégano, azeite de oliva e vinagre ou salada de alface, ou rúcula ou repolho com vinagre, pouco sal e azeite de oliva 5 colheres (sopa) de arroz 1 concha pequena de feijão. Lembrando que o feijão é bom ser ingerido com um pouco de laranja para melhor absorção de ferro F3. (Se o indivíduo apresentar um pouco de anemia) 1 caqui</p> <p>- Lanche da tarde 200 g de pipoca (estourada em pipoqueira livre de óleo e pouco sal) 200 ml Suco de fruta natural, (de preferência feito com a fruta, sem acrescentar leite nem açúcar)</p> <p>- Jantar 3 colheres (sopa) de arroz 150 g de peixe ao molho 2 colheres (sopa) de abóbora sauté com salsinha 3 rodela de tomate ou uma colher de beterraba ralada 100 ml de gelatina diet colorida 100 ml de suco de laranja ou abacaxi</p> <p>- Ceia Leite com granola sem açúcar (uma caneca).</p>

Fonte: adaptado pelos autores, com base revisão bibliográfica, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente os alimentos industrializados e rápidos são mais valorizados do que os alimentos saudáveis, devido a velocidade da vida moderna, mas comer alimentos in natura ou minimamente processados essenciais para a saúde, ainda mais em tempos de isolamento social como na COVID-19. Promover práticas de alimentação saudável a este público é essencial, pois compete também ao nutricionista a prevenção da obesidade infantil.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo estímulo à produção científica aos acadêmicos do Núcleo Comum de Saúde.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Daniel. LIMA, Tácio de Mendonça. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia do COVID-19.** Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/852/1184/1237>>. Acesso em: 24 de setembro, 2020.

BRASIL. **Guia Alimentar para a População Brasileira.** Brasília, DF 2014. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasil_2ed.pdf>. Acesso em: 25 de outubro, 2020.

DEMOLINER, Fernanda. DALTOÉ Luciane. **COVID-19: nutrição e comportamento alimentar no contexto da pandemia.** Perspectiva: Ciência e Saúde, Osório, V. 5 (2): 36-50, agosto de 2020. Disponível em: <<http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/perspectiva/article/view/510>>. Acesso em 01 de outubro, 2020.

ENES, Carla Cristina; SLATER, Betzabeth. **Obesidade na adolescência e seus principais determinantes.** Revista Brasileira de Epidemiologia. São Paulo, v. 13, n. 1, pág. 163-171, março de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2010000100015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 de novembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2010000100015>.

FIOCRUZ, Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira **Covid-19, saúde da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro, agosto de 2020. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencaocrianca/covid-19-saude-crianca-e-adolescente>>. Acesso em: 24 de setembro, 2020.

MENEGAZZO, Manoela FRACALLOSSI, Korina FERNANDES, Ana Carolina. MEDEIROS, Neiva Inez. **Avaliação qualitativa das preparações do cardápio de centros de educação infantil.** Campinas Mar./Apr. de 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732011000200005>>. Acesso em 22 de outubro, 2020.

SILVA, Dayanne Caroline de Assis. FRAZÃO, Iracema da Silva. OSÓRIO, Mônica Maria. VASCONCELOS, Maria Gorete Lucena de. **Percepção de adolescentes sobre a prática de alimentação saudável.** São Paulo 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n11/3299-3308/pt/#>>. Acesso em: 24 de setembro, 2020.

SILVA, Julyana Gall da. TEIXEIRA, Maria Luiza de Oliveira. FERREIRA, Márcia de Assunção. **ALIMENTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E AS RELAÇÕES COM A SAÚDE DO ADOLESCENTE**. 19 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt_0104-0707-tce-23-04-01095.pdf>. Acesso em: 24 de setembro, 2020.

SILVA, Rebeca Silvestre Chaves. PASSOS, Tatiana Uchôa. **Adequação dos cardápios da alimentação escolar de creches segundo pirâmide alimentar infantil**. J. Health Biol Sci, jul/set. de 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/1743>>. Acesso em: 08 de outubro, 2020.

XEREZ, Nayana de Paiva Fontenelle. **Cardápio e Qualidade: composição nutricional na alimentação escolar**. São Luís MA, setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.ceuma.br/mestrado/pss/wp-content/uploads/2017/08/2016-XEREZ-NAYANA-DE-PAIVA-FONTENELLE.pdf>>. Acesso em: 08 de outubro, 2020.

AVALIAÇÃO NO ENSINO ESCOLAR ¹

Josiane Cristina Gonçalves Batista Saba; josi.cris16@gmail.com²
Joice de Paula; joice.paula2010@bol.com.br³

Resumo – A sociedade está em constante transformação, e isso exige da educação mudanças para que atenda a demanda da meio social, como consequência a avaliação que é um sistema integrado a educação também necessita se reinventar. Em virtude disso, a avaliação está em constante desenvolvimento e aprendizagem, apesar de já ser praticada a muito tempo na escola. Nesse contexto, saber o porquê avaliar, o que avaliar e como avaliar, é um diferencial que qualifica o ensino e a aprendizagem. O objetivo dessa pesquisa, foi justamente a identificação dessas mudanças no processo de avaliação, bem como seus aspectos qualitativos e quantitativos, com o foco em como avaliar e para quê. Desse modo para responder essas e outras indagações pertinentes a avaliação, essa pesquisa foi realizada de modo qualitativo. Na qual pesquisamos uma gama de autores, aos quais serviram para o embasamento dessa linha de pensamento. Concluímos que, a avaliação é uma ferramenta que está diretamente ligada ao processo ensino aprendizagem, mas que, além disso, assume um caráter social, político e econômico. E sua função abrange mais do que atribuir notas e conceitos para aprovação ou reprovação dos alunos para outro nível, ela também abrange outras dimensões, ressaltando ainda as suas mais diversas funcionalidades e modos de execução.

Palavras-chave: Educação. Avaliação. Ensino aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A avaliação está presente no cotidiano escolar há muito tempo, mas sabemos o que é avaliar de fato? Será que avaliar consiste em aplicar provas e quizzes aos quais os alunos respondem para obtenção de notas e posteriormente serem aprovados para o nível seguinte? É possível que a avaliação influencie diretamente no meio social? Quais as aplicabilidades que a avaliação tem para o processo de ensino aprendizagem? Qual a trajetória que a avaliação percorreu e suas influências para chegar a que vemos hoje nas escolas?

Foi com essas questões pertinentes que nos instigamos a nos aprofundar na pesquisa sobre avaliação, pois é um tema antigo e também atual, pois ainda levanta muitos questionamentos quanto a sua função e aplicabilidade.

Tivemos como objetivo conceituar a avaliação, entender seu processo desde o começo de sua aplicação, identificar suas funções e aplicabilidades, estudar o processo da avaliação na educação, apontar vantagens da avaliação para o aluno, o professor, a escola e os familiares, pesquisar diversos autores para embasamento sobre o tema, bem como identificar nos processos de avaliação os que priorizam a qualidade e quais priorizam quantidade.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de projeto integrador 8ª fase do curso de Pedagogia.

² Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

AVALIAÇÃO NO ENSINO ESCOLAR

Russel e Airasian (2014, p. 35), chegaram a seguinte conclusão: “Avaliação é o processo de coletar sintetizar, e interpretar informações que ajudam na tomada de decisão. A avaliação é uma parte contínua da vida na sala de aula”. Nesse sentido, Léa Depresbiteris, educadora mestrado no instituto de pesquisas espaciais. Doutora na Universidade de São Paulo, Psicologia escolar. Experiência de 12 anos no ensino pública e municipal de São Paulo como professora primária e assistente de direção. Atualmente técnica de ensino do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial na equipe de avaliação: divisão dos currículos e programas. E em seu livro intitulado, O desafio da Avaliação da Aprendizagem: Dos fundamentos a uma proposta inovadora. Sintetiza:

A avaliação é um instrumento no qual o docente e a escola se apoiam para verificar em que nível dos alunos se encontra e com isto planejar e replanejar a atividade de ensino quer imediata, quer mediamente.(DEPRESBITERIS,1989, p.58)

Russell e Airasian (2014), criaram uma tabela denominada “Perspectivas e usos variados das avaliações em sala de aula”, na qual eles afirmam que a avaliação é uma ferramenta usada de acordo com as necessidades de cada pessoa. De acordo com os autores, a avaliação para os administradores escolares serve como uma ferramenta que mostra os pontos positivos e negativos da escola no geral, além disso, serve para o planejamento e melhorias nas aulas, bem como o acompanhamento do trabalho realizado pelos professores, do mesmo modo é útil para o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, identificando também os pontos que requerem mais atenção nesse processo. Do mesmo modo, afirmam que para os professores a avaliação serve para o acompanhamento dos alunos, definir e se necessário também alterar o currículo, detectar alunos com necessidades especiais, sendo utilizada também para estimular os alunos a melhorar cada vez mais, outra usualidade é identificar alunos com dificuldades de socialização e incluí-los nos grupos, bem como uma ferramenta que ajuda dar um feedback tanto para o aluno em sala de aula, como também para os familiares e equipe pedagógica, muito utilizada também para identificar as facilidades e dificuldades individuais dos alunos para que assim possa

ajudá-los de forma mais adequada, por último e não menos importante deve ser usada para definir o nível de qualidade do profissional em sala de aula.

Russel e Airasian (2014) concluem que, naturalmente a palavra avaliação é associada à provas, sejam elas orais ou escritas. Por isso explicam que a prova é apenas um dos métodos formais utilizados para a coleta de dados que resultarão na avaliação posterior, nesse sentido avaliação vai além desse processo de atribuir nota. Por isso:

É importante reconhecer que nem todas as decisões de avaliação exigem o uso de provas ou mensurações. Além disso, nem todas as decisões de avaliação resultam na análise ou no julgamento de um aluno. (RUSSEL e AIRASIAN, 2014, p. 20)

De acordo com Saul (2015), os alunos são submetidos ao medo das avaliações, a escola molda os alunos de acordo com seus interesses, pois os alunos fazem o que lhes é designado para obter notas, nesse sentido confere a avaliação uma forma de punir os alunos e fazer com que sejam submissos às regras impostas a eles, em virtude disso a aprendizagem não é significativa. Nas palavras da autora, “A avaliação passa a ser uma arma na mão do professor, conferindo-lhe um poder disciplinador e ameaçador, que se amolda, tão bem, à formação de crianças e adolescens.” (SAUL 2015, p.1)

Souza (2012), afirma que assim como no processo de ensino e aprendizagem, na avaliação deve considerar-se a diversidade de contextos envolvidos, assim avaliar qualitativamente possibilita uma abordagem de renovação social. Fugindo então do que normalmente se verifica nas escolas, avaliação para coleta de dados que quantificam e classificam.

METODOLOGIA

O seguinte trabalho foi revisado de modo interpretativo e sistemático, utilizando-se de fontes bibliográficas digitais e obras físicas, buscados na biblioteca da UNIARP, bem como em plataformas digitais como Scielo, Google Acadêmico e Capes. Os dados analisados, foram classificados de modo a responder os objetivos previamente estabelecidos, sendo que todos foram referenciados aos devidos autores.

Na busca pelas respostas aos nossos anseios, revisamos as literaturas que tratavam do tema: Avaliação no Ensino Escolar, sob uma ótica investigativa, e a partir dos autores procuramos montar um diálogo entre as ideias para que o entendimento fosse embassado corretamente, facilitando assim o entendimento.

No decorrer dessa pesquisa, traçamos uma linha de pensamento que classifica-a tanto como qualitativa quanto quantitativa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando esse estudo de revisão bibliográfica afirma-se que avaliar vai muito além da aplicação de uma prova oral ou escrita, essa avaliação está também na observação em todos os momentos, como também no contato com os alunos.

De fato, a avaliação não é apenas para julgar o desempenho dos alunos e atribuir notas e conceitos, ela abrange as mais diversas dimensões, exercendo também a função de julgar a prática pedagógica exercida pelo professor.

A avaliação nessa perspectiva, abrange a dimensão social, pois o professor observa o aluno a fim de saber pelas dificuldades as quais está passando no momento, encaminhando se necessário para atendimentos especializados, nesse sentido, podemos afirmar que o professor fazendo uso da avaliação, é o primeiro agente de transformação social, pois é de sua atenta avaliação que ele consegue transformar a vida dos alunos, encaminhando-os para os devidos atendimentos.

Com essa base de literatura é possível ter uma ótica mais abrangente do conceito e função da avaliação, concebendo-a como uma ferramenta de extrema importância nesse processo de ensino aprendizagem. Pois, com uma rápida avaliação em sala de aula, o professor consegue engajar os alunos em seus conteúdos fazendo com que seja uma aprendizagem significativa.

Foi possível ver claramente a avaliação se renovando no contexto escolar, perpassando o tradicionalismo para ótica pedagógica, buscando atender a nova perspectiva na qual a educação está adentrando.

REFERÊNCIAS

DEPRESBITERIS, Léa. O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: Dos Fundamentos a Uma Proposta Inovadora, São Paulo: EPU, 1989.

RUSSELL, Michel K; AIRASIAN, Peter W. Avaliação Em Sala de Aula, Conceitos e aplicações. 7ª edição. Porto Alegre. AMGH, 2014.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipadora. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol.41, 2015.

SOUZA, Ana Maria de Lima. Avaliação da aprendizagem no ensino superior: aspectos históricos. Revista Exitus, vol.2, 2016. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/85/85> acessado em: 09 de Nov. De 2020

ECOPEDAGOGIA¹

A ECOPEDAGOGIA E A VISÃO DA VIDA

Ana Silvia Ariatti. adairozorio17@gmail.com²

Cintia Aparecida Guedes. cintiaguedes511@gmail.com³

Cristiane Aparecida Correa. Criscorrea1109@outlook.com⁴

Fabiana Polaski. fabianapolavski@gmail.com⁵

Marcia Eduarda Felipe dos Santos. marciaeduardafelipedossantos@gmail.com⁶

Ilse Behrens. behrens@conection.com.br⁷

RESUMO

A Ecopedagogia pode ser definida como a ciência da consciência. Ela pode trazer uma rica contribuição para a formação crítica dos alunos, desde a Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seguindo por toda a vida. A Ecopedagogia trata da Pedagogia orientada para a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana, tendo como objetivo a promoção da sociedade sustentável, trabalhando com a fundamentação de uma “cidadania planetária”, dando maior sentido para a ação dos seres humanos enquanto seres vivos que compartilham suas vidas. A Ecopedagogia está relacionada com a sustentabilidade, superando conhecimentos e conceitos da economia e da ecologia. Pode-se afirmar que a Ecopedagogia é um movimento político e educativo na busca de mudar as relações humanas, sociais e ambientais, com respeito e solidariedade.

Palavras-chave: Ecopedagogia. Educação. Cidadania.

INTRODUÇÃO

Uma profunda crise ambiental afeta a vida no planeta terra e esta é uma das principais questões a serem discutidas na contemporaneidade deste mundo globalizado e que se coloca no centro das discussões sobre a relação da Ecopedagogia e da Educação. Vários setores da sociedade têm apresentado sinais de deterioração ética, envolvendo as organizações religiosas, sociais, políticas, econômicas e culturais.¹

¹ Artigo do Projeto Integrado do Sedepex, apresentado à UNIARP.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁴ Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁵ Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁶ Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁷ Professora Mestre do Curso de Pedagogia da UNIARP.

Neste ponto se questiona a formação do cidadão, envolvendo a Família e a Escola, principalmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, período onde os alunos estão mais suscetíveis ao envolvimento afetivo e cognitivo.

Neste sentido, entendermos a importância de discutir alguns fundamentos teóricos que sinalizam uma relação entre a Ecopedagogia e sua interferência no processo de ensino-aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando a formação crítica no cotidiano escolar. Como acadêmicas do Curso de Pedagogia não podemos deixar de nos envolver nesta discussão que envolve os conceitos de Ecopedagogia e Educação como base de um processo de transformação inserido na formação dos educandos, na formação dos professores e na análise do papel da escola no contexto da comunidade planetária.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ECOPEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DA VISÃO CRÍTICA NOS ANOS INICIAIS

Analisando a profunda crise ambiental que atinge a vida no planeta terra e analisando as consequências do desequilíbrio presente em diversos setores da sociedade humana, levanta-se o papel das instituições responsáveis pela formação educacional do cidadão.

Entende-se a importância de explicitar os fundamentos teóricos que sustentam a discussão em que a Ecopedagogia interfere significativamente no processo de ensino-aprendizagem, principalmente em se falando das crianças dos primeiros anos de escolarização, com vistas à a formação crítica e a práxis pedagógica no cotidiano escolar, envolvendo principalmente os responsáveis pelo processo educacional. Os conceitos de Ecopedagogia e Educação constituem a base de um processo de transformação que envolve profundamente a constituição dos educandos, a formação dos professores e o papel da família e da escola no contexto da comunidade planetária.

A Ecopedagogia analisa a possibilidade de reconstrução dos valores morais, sociais, econômicos, culturais e ambientais, na perspectiva de um novo olhar e novas possibilidades de organizar as condições básicas para que os alunos possam visualizar o mundo de maneira mais crítica, mais humana e com compreensão ampla e solidária da dinâmica do mundo e dos seres humanos.

Nesta perspectiva Paulo Freire (1996) defende a formação permanente de professores, uma formação ligada a uma prática político-pedagógica consciente. Esta formação deve ser norteada pelos seguintes princípios: o educador é o sujeito social de sua prática e sua formação deve ser constante e sistematizada; a prática pedagógica requer a compreensão da própria gênese do conhecimento; o programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular. Os cursos de Pedagogia devem possibilitar a formação de profissionais capazes de formar novas gerações para transformar o mundo e de transformarem a si próprios. Isso será possível se estes profissionais se dispuserem a superar seus próprios limites e romper com um modo de pensar e agir hegemônico em nossa sociedade.

Construir-se de maneira diferente ao que a lógica política espera traz consequências para aquele que resiste à ordem. Esta práxis deve ser a objetivação de convicções políticas emancipadoras, democráticas, ética e da vontade do sujeito social. Daí, pensamos e acreditamos que mudar, transformar e revolucionar é uma escolha que se fundamenta fortemente nos sentimentos e em uma razão sensível, mudando a visão do mundo e da vida. Ora, para que serve a qualificação docente se não for para construir maior sensibilidade e proximidade entre as pessoas que ensinam e as pessoas que aprendem? Aliás, todos ensinam e todos aprendem e isso deve estar presente no cotidiano da educação escolar.

Pode-se afirmar que, de acordo com o que está acontecendo em nosso planeta, a Educação Ambiental deve ser inserida numa dimensão da educação, como atividade intencional da prática social e humana, imprimindo ao desenvolvimento individual um caráter social e ético em sua relação com o mundo, com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar a vida.

A ecopedagogia traz uma oportunidade de valorizar habilidades da essência humana e incorporar uma cultura de sustentabilidade dentro do espaço escolar. Compreende-se que ela valoriza a terra, proporcionando uma estrutura integrada e coerente para a evolução do ensino, devendo estar integrada às práticas cotidianas.

Segundo Gadotti (2001) a ecopedagogia não se opõe a uma educação ambiental, ela incorpora-se e oferece-lhe estratégias, propostas e meios para realização concreta. Hoje a ecopedagogia se tornou, um movimento e uma perspectiva da educação maior do que uma pedagogia de desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que devemos formar defensores ambientais, não como simples multiplicadores, mas como fomentadores e dinamizadores desse ambiente, não como ambiente fechados nas escolas ou até mesmo em sua comunidade do entorno, mas como um movimento voltado para a interconexão com outros espaços em que movimentos semelhantes estejam em elaboração.

Nossa sugestão é que o tema não seja apenas trabalhado na semana ou mês do meio ambiente, mas sim, diariamente, a partir do espaço em que a criança vive e do ambiente escolar, pois o que se observa nas escolas é um abandono de ideias e concepções de vida. A Interdisciplinaridade deve fazer parte essencial da vida das crianças e da prática pedagógica, sendo que os professores/educadores devem acreditar e trabalhar a Ecopedagogia como uma visão de mundo e de vida, pela preservação da natureza e do planeta.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, M. **Educar para a Sustentabilidade: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra – Ideias Centrais para um Debate**. Site do Instituto Paulo Freire, 2006.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

A ECOPELAGOGIA E A INTERDISCIPLINARIDADE NOS ANOS INICIAIS¹

Clara Girioli, claragirioli@gmail.com²

Dâmaris Conceição Varela, damaris.cvarela@gmail.com³

Édina Maria Fernandes, edinamaria.fer@gmail.com⁴

Natalia Maria Hillesheim, nataliahillesheim1@gmail.com⁵

Simone Aparecida Ribeiro, simone.apribeiro88@gmail.com⁶

Sônia de Fatima Gonçalves, soniafatima@uniarp.edu.br⁷

RESUMO

O Ensino Fundamental faz parte do processo de desenvolvimento escolar da criança, e quando se fala em anos iniciais, sente-se que estas são etapas que representam um marco para a vida educacional. Normalmente neste período a vida escolar se transforma no alicerce da fase de aceitação e escolhas. Dentro desta perspectiva os professores (as) precisam dar uma ênfase maior à Interdisciplinaridade e introduzir a ecopedagogia, trabalhando com o conhecimento e o papel de cada um na melhoria da qualidade de vida e busca da felicidade. Dentro das disciplinas trabalhadas nos anos iniciais, os conteúdos são a base para todo o processo de aprendizagem de e irão acompanhar o aluno em toda sua vida, sendo que o professor deve fazer uso desta relação interdisciplinar para melhorar a qualidade de ensino e de educação.

PALAVRAS CHAVE: Interdisciplinaridade, Ecopedagogia, Ciências e Novas Tecnologias.

INTRODUÇÃO

A ecopedagogia juntamente com a interdisciplinariedade procura construir de forma pedagógica métodos e processos que possam alertar desde cedo crianças e jovens sobre a natureza a que se refere ao processo de ligação entre as disciplinas, apresentando-se como uma proposta onde a maneira do professor ensinar considera

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da VI fase do curso de Pedagogia;

² Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

a construção do conhecimento pelo aluno. Sob esta perspectiva este artigo tem como objetivo apresentar as possibilidades de se trabalhar nos anos iniciais buscando integrar maior número de disciplinas, numa visão interdisciplinar, considerando principalmente Artes Ciências Geografia e as tecnologias, como elementos integrantes do desenvolvimento dos trabalhos. As experiências trabalhadas nos anos iniciais, integrados a Artes, Desenho, pintura, Geografia e às Tecnologias são essenciais para o bom desenvolvimento da criança, independente da fase na qual esta se encontra, pois desde o início do processo escolar, se inicia a construção de identidade da mesma, facilitando e permitindo que melhore em muitas áreas, aumentando a autoconfiança, ajudando a desenvolver a criatividade, coordenação motora fina, a noção de espaço, respeito pelos limites e melhoria na escrita e leitura.

DESENVOLVIMENTO

A Interdisciplinaridade e ecopedagogia em anos iniciais.

Voltada para a formação do indivíduo, a interdisciplinaridade Junto com a ecopedagogia propõe a capacidade de dialogar com as diversas disciplinas, fazendo entender o saber como um todo, e não como partes ou fragmentações. Trata-se de uma prática que está em processo de construção e desenvolvimento dentro da Escola. Assim, interdisciplinaridade é parte de um movimento que busca a superação da disciplinaridade. A Interdisciplinaridade é uma prática que não dilui as disciplinas no contexto escolar, mas que amplia o trabalho das disciplinas na medida em que promove a aproximação e a articulação das atividades docentes numa ação coordenada e orientada para objetivos bem definidos pelos professores (SORRENTINO, 1998).

Segundo Pereira (2020, p. 1) , a interdisciplinaridade pode ser traduzida em tentativa do homem conhecer as interações entre mundo natural e a sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos. Consiste, portanto, em processos de interação entre conhecimento racional e conhecimento sensível, e de integração entre saberes tão diferentes, e, ao mesmo tempo, indissociáveis na produção de sentido da vida.

Dentro deste contexto da Interdisciplinaridade e da ecopedagogia, a Ciência juntamente com as outras disciplinas são fundamentais para o desenvolvimento da

criança, independente da fase na qual esta se encontre, pois desde o início do processo escolar se inicia a construção de identidade da mesma, facilitando e permitindo que melhore em muitas áreas, aumentando a autoconfiança, ajudando a desenvolver a criatividade, coordenação motora fina, a noção de espaço, respeito pelos limites e melhoria na escrita e leitura. Dentro destes aspectos, não podemos deixar de expor a importância da interdisciplinaridade e da ecopedagogia.

A Ecopedagogia, também conhecida como Pedagogia da Terra, possui um projeto complexo que versa a formação de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Seus princípios tem a finalidade de reorientar o olhar do ser humano para o seu eu, suas ações, para a cotidianidade, para o outro e tudo que há no planeta Terra, chamando a atenção para a interdependência que une a todos. Ela pode ser entendida como um processo de transformação do sujeito humano que pretende se arraigar por toda a sociedade, gerando novas formas de ser, se perceber, se posicionar ante aos outros e a si mesmo, fornecendo os subsídios mínimos necessários para superar paradigmas tradicionais, buscar o novo e enfrentar os desafios atuais (NEPOMOCENO, LINDINO, 2020)

Ciências

As Ciências contribuem de uma forma bem significativa para a formação da personalidade e da maturidade psicológica do aluno, assim como auxiliando em suas dificuldades de aprendizagem em áreas específicas, principalmente contando com as vastas experiências que o aluno poderá fazer que o ajudara no aprendizado. Já nas Artes esta manifestação da criança é algo natural, pois toda criança desenha e faz uso da pintura, é algo que ela aprende por imitação e criação, vendo os adultos escreverem, entendendo que é um meio de comunicar-se com o mundo, seja com lápis, caneta, giz ou qualquer coisa que risque.

É fundamental a compreensão das atividades desenvolvidas, pois essa é uma fase das mais importantes no desenvolvimento da criança, por este motivo é indispensável a reflexão ao analisar o trabalho do aluno, pois as emoções, sentimentos, segredos entre outros que o indivíduo esteja a vivenciar e não encontra outra maneira de se comunicar, estão todos ali. Em todas as disciplinas escolares se

trabalha a Arte, o desenho e a pintura, pois a Arte está em tudo e em todo lugar, podendo estar integrada com a Ciências, Geografia e as novas Tecnologias.

Importância das Metodologias Ativas na Interdisciplinaridade

Diversas mudanças na maneira de interagir com o mundo foram apresentadas à sociedade contemporânea através das tecnologias e da informatização, alterando relações políticas, econômicas, sociais e educacionais. A educação apresentou grande evolução ao se integrar na área da informática, utilizando-se das metodologias ativas de aprendizagem.

Segundo Oliveira Pinto (2020, p. 01), na metodologia ativa, o aluno é personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizado. Sendo assim, o objetivo desse modelo de ensino é incentivar que a comunidade acadêmica desenvolva a capacidade de absorção de conteúdos de maneira autônoma e participativa.

O professor/educador pode substituir aulas expositivas por conteúdos virtuais, sendo que o aluno pode ter acesso aos conteúdos on-line, para que o tempo em sala seja mais bem aproveitado com outras atividades integradoras. Desta forma faz com que o aluno, principalmente do quinto ano, chegue à sala de aula com um conhecimento prévio, podendo tirar dúvidas com os professores e possa desta maneira, interagir com os seus colegas fazendo projetos, pesquisando, jogando, resolvendo problemas ou analisando estudos de caso. Desta forma o professor poderá observar um aumento do interesse dos alunos nas aulas, participando do seu processo de ensino e aprendizagem.

Os alunos podem se beneficiar com um melhor planejamento das aulas e com a utilização de recursos variados, como vídeos, imagens e textos nos mais diversos formatos. Afinal, cada um tem um jeito de aprender. Dessa forma, é possível melhorar a concentração e dedicação dos alunos também nos encontros presenciais, sem que os professores se desgastem tanto. A inserção da tecnologia na educação escolar provocou uma verdadeira revolução na concepção de ensino e de aprendizagem, principalmente por parte de alguns professores que não a aceitaram, ou por não terem conhecimento, por acomodação, ou por não terem vontade de mudar suas aulas. O computador pode ser utilizado para ensinar, desde que o professor esteja inserido no processo de planejamento das atividades.

Portanto, a tecnologia se mostrou útil no processo de ensino/aprendizagem, principalmente com a utilização da variedade de programas educacionais que podem ser inseridos nas metodologias de ensino. Um jogo que pode ser usado nas aulas é o Kahoot, um serviço gratuito para PC, celular Android e iPhone, que proporciona para o aluno o jogo aliado ao estudo, utilizando-se de testes de perguntas e respostas. O importante é o professor utilizar a interdisciplinaridade nos jogos, estimulando o interesse pelos conteúdos e conhecimentos de todas as disciplinas.

METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2009), nenhuma pesquisa parte da estaca zero, o pesquisador busca fontes de pesquisas já existentes, documentais e bibliográficas. E com citação das principais conclusões a que outros autores chegaram, permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrando contradição ou reafirmando comportamentos e atitudes.

Este estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2007, p. 65) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Marconi e Lakatos (2011, p. 57) discorrem que:

A pesquisa bibliográfica ou de fonte secundárias abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicações orais. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Este estudo foi composto pelo levantamento bibliográfico em artigos que tratam do tema Ecopedagogia. Segundo Marconi e Lakatos (2011) são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com a maneira que será realizada a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao estudarmos a ecopedagogia juntamente com a interdisciplinaridade, entendemos que é buscar novos meios de explorar os processos de ensino/aprendizagem, podemos usar como exemplo a tecnologia. Sugerimos como proposta de trabalho, dentre as várias

possibilidades que a ecopedagogia e a interdisciplinaridade nos apresentam, criar um jogo utilizando das tecnologias e fazer uso do aplicativo denominado kahoot⁸, e desta forma revisar os assuntos trabalhados em sala de uma maneira mais lúdica, e tendo assim novas possibilidades de assimilação do conhecimento, unindo a tecnologia e a interdisciplinaridade integrando a ecopedagogia em um todo e interagindo com os alunos de uma maneira ampla e com uma proposta de linguagem diferenciada do que eles estão acostumados na escolas. Como resultados através da proposta do jogo, busca-se saber o que o aluno aprendeu, e o próprio aplicativo nos proporciona os dados necessários para o percentual de aproveitamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho proporcionou um conhecimento amplo do que é ecopedagogia e interdisciplinaridade conceitos que ainda estão em desenvolvimento no Brasil. A ecopedagogia não é uma proposta pedagógica ela não é uma didática ou metodologia de trabalho ela é um movimento que vem trazer sentido aos atos, porém não é uma pedagogia que está somente restrita nas escolas. Aprendemos também que a ecopedagogia é levar a criança a desafiar-se e sentir-se mais profundo em seu mundo levar a criança a perceber a importância da nossa casa que é única e pode acabar sendo destruída por seus próprios habitantes.

REFERÊNCIAS

ALAL, Cristiane Yates. **Ecopedagogia, uma nova educação**. Revista de Educação. Vol. XII. Ano 2009. UNIPAMPA

ANDRADE, Cíntia Cristiane de et al. **Ecopedagogia – Utopia Ou A Chave Para Uma Sociedade Sustentável?** – UNESPAR. Disponível em:

⁸ Kahoot! uma ferramenta em sala de aula. É plataforma de criação de questionário, pesquisa e quizzes que foi criado em 2013, baseado em jogos com perguntas de múltipla escolha, que permite aos educadores e estudantes investigar, criar, colaborar e compartilhar conhecimentos e funciona em qualquer dispositivo tecnológico conectado à Internet. Kahoot! é uma ferramenta de avaliação gratuita na Web, que permite o uso de quizzes na sala de aula, e ajuda a ativar e envolver os alunos em discussões. (Disponível em: <
<http://www.giseldacosta.com/wordpress/kahoot-um-gameshow-em-sala-de-aula/>>)

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24018_12938.pdf Acesso em 20 ago 2020.

FRUTUOSO, Gerson Marques. FRANÇA, Cecília de Campo. **A Ecopedagogia E Sua Episteme Como Contribuição Para A Formação Crítica Na Escola**. Revista Moinhos. Tangará da Serra, vol.6, 2018.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**: Ecopedagogia e educação sustentável. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf> > Acesso em 27 jul 2020.

GUERRA, Fábio Soares. **Ecopedagogia**: Contribuições Para Práticas Pedagógicas Em Educação Ambiental. AMBIENTE & EDUCAÇÃO Revista de Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental Universidade Federal do Rio Grande - FURG ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NEPOMOCENO, Taiane Aparecida Ribeiro; LINDINO, Terezinha Corrêa. **Práticas Educativas Ambientais Formais Sob o Olhar da Ecopedagogia**. NEPOMOCENO, T.A.R.; LINDINO, T.C. Práticas Educativas Ambientais Formais Sob o Olhar da Ecopedagogia. Plêiade, 13(28): 13-28, jan./jun., 2019 DOI: 10.32915/plêiade.v13i28.542

OLIVEIRA PINTO, Diego. **Metodologias Ativas de Aprendizagem: o que são e como aplicá-las**. Disponível em: <https://blog.lyceum.com.br/metodologias-ativas-de-aprendizagem>. Acesso em 13 Nov de 2020.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em < <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/int.html> >. Acesso em 08 nov 2020.

RESGATE DA CULTURA DAS BENZEDEIRAS E BENZEDORES DA REGIÃO DE CAÇADOR – SC: O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA PRÁTICA DE BENZEDURAS ¹

Camila Maboni, camilamaboni@gmail.com²
Ilse Behrens, behrens@conection.com.br³

Resumo – A prática das benzeduras apresenta-se num contexto histórico e cultural no Brasil, principalmente nas origens dos povos escravos africanos e dos indígenas que já habitavam no país na época do descobrimento. A medicina durante muito tempo não fez parte do cotidiano das pessoas, pela falta de profissionais e pelas distâncias entre as cidades e vilas. Portanto, desde muitos séculos os benzimentos já faziam parte dos tratamentos de saúde nas comunidades. Houve época em que as Benzedoras eram consideradas pecadoras e condenadas pela Igreja, precisando lutar pela sua aceitação ao longo da história. Isto não foi diferente na nossa região, onde as Benzedoras e Benzedores tiveram que mostrar seu valor, principalmente após a passagem do Monge João Maria, incorporando os benzimentos à cultura local.

Palavras-chave: Benzimento. Cultura. Plantas medicinais. Regionalismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho do Paec tem como objetivo principal expor a importância das Benzedoras e dos Benzedores em nossa região, enfatizando o uso das ervas e da água em suas atividades de cura. Em época mais remota o acesso a médicos, remédios e meios de atendimento à saúde eram raros, assim os benzimentos e o uso de chás acabavam sendo um dos únicos recursos disponíveis quando surgiam problemas de saúde. Houve época em que as Benzedoras eram classificadas como bruxas e condenadas pela igreja. O tempo passou, a medicina evoluiu, os médicos e remédios estão disponíveis até aos lugares mais longínquos, mas os benzimentos e as ervas ainda fazem parte da cultura do ser humano e de suas crenças na busca de cura para as moléstias que ainda se propagam em nossas comunidades. Os benzimentos fazem parte da cultura popular, sendo que muitas vezes constituem herança familiar passando o “dom” de geração para geração. Os benzimentos se apresentam sob vários de tipos e usos, dependendo das regiões, influências dos costumes locais, a variedade de plantas utilizadas e abundância na natureza. Em nossa região os benzimentos são muito solicitados e os mais comuns relatados são para curar rendiduras, que são problemas relacionados a dores musculares, torcicolos e outros. Também há o relato de Benzimentos de quebrante, mau olhado, sol na cabeça, arca caída, míngua e “ataque de bichas” em crianças, cobreiro, ferida braba e também a oração do Responso de Santo Antônio, para encontrar coisas perdidas.

A PRÁTICA DE BENZEDURAS

A prática da benzedura tem caráter histórico e cultural no Brasil, desde a herança trazida pelos europeus, povos africanos através dos escravos e as origens

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto de Bolsa de Estudo Programa de Apoio a Extensão e cultura – PAEC, eixo de extensão: resgate e preservação da cultura.

² Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

indígenas já estabelecidas no país. Nem sempre a prática da medicina esteve presente na vida das pessoas, através de médicos e hospitais, sendo que ao longo da história diversas práticas curativas faziam parte das comunidades, estando diversas vezes ligadas à religião e ao que cada pessoa defendia através da cultura que herdava de seus antepassados.

Na era medieval a prática da benzedura poderia ser considerada como um pecado e até mesmo um gravíssimo crime, o qual tinha como punição a perseguição contra seus praticantes e a pena de morte. Assim, esta prática teve que disputar espaço entre as comunidades e a sua aceitação ao longo da história. Na idade medieval o catolicismo era a religião dominante e assim tentava controlar toda e qualquer manifestação diferente de seus princípios. Com a modernidade a medicina foi ganhando forma e o contexto também passou a considerar a prática da benzedura contrária aos princípios das ciências. Ao longo da história é necessário considerar qual era a concepção de vida e doença, muitas crenças existiam, e os malefícios da saúde muitas vezes eram relacionados a castigos, mal olhado, entre outros. Sendo assim os benzedeiros eram considerados como seres à parte que sabiam lidar com estas doenças que possuíam uma explicação sobrenatural (BOING; STANCIK, 2013).

Os benzimentos fazem parte da cultura da humanidade e de suas crenças na busca de cura para as moléstias, fazendo parte da cultura popular das civilizações. Muitas vezes constituem a herança familiar destes, passando por transformações e mudanças no decorrer do tempo e também das renovações que se dão nesta prática. Apesar do avanço da tecnologia e da medicina a benzedura ainda faz parte da vida das pessoas e de suas buscas na cura de doenças, não tão frequente como antigamente. Os benzimentos possuem grande gama de tipos e usos, pois devido às variações regionais que se dão, estes acabam por ser muito influenciados pelos costumes do local onde estão inseridos. Na prática ainda são utilizadas diversas variedades de plantas características de cada local, demonstrando assim a proximidade existente entre o benzimentos e a natureza (SILVA, 2014).

Ao falar de benzimentos é necessário considerar fatores históricos e familiares, visto nos remete a sentimentos de lembranças e algo que é transmitido pelos entes mais antigos das famílias. Porém a prática do Benzimento também nos remete ao esquecimento, pois já não é algo comum de visualizar nem frequente encontrar pessoas que realizam o mesmo, visto que a maioria das pessoas que realizam benzimentos já possui uma idade avançada. É comum entre os benzedeiros que relatem o aprendizado das práticas com parentes e que essa tradição foi transmitida de geração em geração em suas famílias (COLVERO; KNACK; SILVA, 2020). O Benzimento retrata a cultura, a regionalidade e questões religiosas das pessoas.

Segundo Krüger (2004) e Thomé (1983) os monges do Contestado eram pessoas que detinham certo conhecimento sobre as plantas medicinais e procedimentos de cura e saberes religiosos. Na falta de padres e de médicos, ou estes não tendo a preferência de parcelas da população, tais curadores tinham uma importância social bastante grande, porque, em sintonia com suas concepções sobre saúde e doença, supriam as necessidades religiosas e medicinais da população. Em outras palavras, atuavam como rezadores e curandeiros (BOING; STANCIK apud. KRUGER; THOMÉ, 2013).

A cultura do Benzimento ainda envolve a utilização de plantas medicinais na busca pela cura de doenças, atravessando gerações. O estudo sobre a ação dos vegetais faz parte da medicina tradicional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OMS. No Brasil a herança desta cultura vem de muitas gerações desde as tribos indígenas, imigrantes e escravos, sendo que esta utilização tem como base a

variada biodiversidade e a grande quantidade de recursos ofertados pela natureza (MACHADO; VARGAS apud. SIMÕES et al., 1989).

No restante do mundo esta cultura também fazia parte da vida das populações. Na China existem registros de manuscritos com idades superiores a 5.000 anos, com conteúdo relacionado ao tema. No Egito foram encontrados papiros que listam e especificam o uso de variadas plantas que são utilizadas até os tempos atuais. Na Índia antigos poemas fazem citações referentes a plantas que eram utilizadas na produção de chás e demais substâncias. Na Grécia Hipócrates realizava estudos baseados no uso de plantas e efeitos que produziam nas pessoas com diferentes enfermidades. São alguns exemplos a respeito desta cultura milenar que vem acompanhando a população no decorrer dos tempos. No Brasil os portugueses que vieram até o país para o colonizarem, como o Jesuíta José de Anchieta, fazia uso de plantas, o mesmo foi o primeiro boticário a se instalar no país (CRFSP, 2019).

Mesmo com o avanço da tecnologia na fabricação de remédios industrializados, a utilização de plantas medicinais continua a fazer parte do tratamento de enfermidades pelos mais variados motivos: pela cultura popular, repassada de geração em geração nas famílias e também pelo fato da utilização de medicamentos industrializados poderem ter efeitos colaterais, a dificuldade da população ao acesso a saúde, o maior consumo e propaganda de produtos naturais, bem como a tendência em surgir preocupações e cuidados relacionados à saúde e ao bem estar e melhor qualidade de vida. Ressaltando sempre que apesar destes produtos serem de origens naturais o seu uso deve ser cuidado, visto que é necessária a informação clara dos efeitos que plantas podem trazer para o organismo do ser humano. Antes de consumir qualquer tipo de produto é preciso verificar para que problemas sejam aconselhados e que não trata se de uma planta que pode ao invés de trazer melhoras para o organismo irá ao caminho contrário da cura, podendo prejudicar o mesmo (CRFSP, 2019).

Muitos dos medicamentos utilizados atualmente no mundo todo foram originados de estudos desenvolvidos a partir da cultura popular e conseqüentemente da utilização de plantas na produção de remédios. Há registros que existam no mundo cerca de 500 mil espécies de plantas, destas 30% podem ter potencial terapêutico, ou seja, que podem ser utilizadas na fabricação de remédios para o tratamento de variadas enfermidades. O Brasil devido sua grande biodiversidade e riqueza natural é um rico campo de pesquisa para a descoberta e estudo das mesmas (MACHADO; VARGAS apud. Brasil, 2006). Considerando este contexto o Ministério da Saúde através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS instituiu a mesma como forma de contemplar estes métodos alternativos como práticas nas tratativas relacionadas à saúde. Pela introdução de práticas da medicina alternativa como formas de tratamentos para doenças e agravos na saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido por meio da pesquisa de campo onde o professor orientador e acadêmico extencionista juntamente com o setor de Extensão e Cultura efetivaram o trabalho de busca pelo público alvo do trabalho. Posterior a isso realizamos o primeiro contato com estes e a apresentação do projeto e de seus objetivos, assim questionávamos se o mesmo deseja fazer parte do grupo de entrevistados. A metodologia conta com o relato de suas histórias e práticas a respeito do tema, como iniciaram esta, se herdaram de algum familiar, quais as moléstias em

que realizam benzimentos, o que utilizam nos mesmos, uso de ervas, uso de água e possibilidade de passar o “dom” para a frente.

As entrevistas aconteceram de forma presencial nas residências destas pessoas e também através de contato telefônico e WhatsApp, pois devido a pandemia tivemos que readequar a forma de contato com os entrevistados. Através de um questionário com as perguntas já formuladas e respondidas fizemos a tabulação de dados para obter nossos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com treze entrevistas, sendo doze participantes do sexo feminino e mais o grupo de trabalho da Pastoral da Saúde do Bairro Santelmo, sendo as idades das participantes entre 56 a 87 anos. A grande maioria relata a origem humilde e também vivida na zona rural das cidades, em comunidades do interior e que suas famílias tinham o sustento baseado na agricultura familiar. Algumas das participantes ainda relatam que suas famílias possuem origens indígenas e bugres e cresceram nestes locais onde o Benzimento e a utilização de ervas e chás era muito comum e até mesmo o único recurso.

A prática da benzedura era comum nestes locais, não somente pelo fato do difícil acesso a recursos de saúde, mas também pelo contato com a natureza e a fé na religião. Outra questão em destaque é a tradição familiar que existe nela, pois todos destacam que ao menos um ente da família fazia benzimentos e estavam habituados com este em suas criações. Não é a toa que entre as perguntas do questionário consta esse assunto, de quem herdou esse dom, as respostas foram mães, pais, avós, madrinhas, enfim demonstrando que a benzedura faz parte de uma cultura familiar e regional.

Entre as moléstias que as pessoas mais procuram por Benzimento estão rendiduras, ataque de “bichas” em crianças, cobreiro, susto, sol na cabeça, mordida de animais e insetos, ferimentos, brasa de fogão, quebrante, etc. Muitas relatam que as crianças são o público mais frequente e também pessoas adultas com problemas de rendiduras, mau olhado, inveja e problemas familiares. A Oração do Responso de Santo Antônio também é uma das práticas realizadas, quando alguém perde algum objeto esta é feita por três dias seguidos, sendo que houve o relato de nove dias, a fim de encontrar o objeto perdido, a oração deve ser realizada mesmo que o objeto continue perdido.

A água é um recurso comum na utilização nos benzimentos, pois todos os entrevistados usam a mesma, água benta ou comum. Entre as práticas relatadas está a utilização da água para tirar “sol da cabeça”, utilização de pano e linha para costurar rendiduras, pano com mel enrolado na sola do pé esquerdo para febre, uso de chumbo para ataque de bicha. A arruda (*Ruta graveolens*) é a erva mais comum utilizada nos benzimentos. Também foram citados: hortelã (*Mentha spicata*), cidreira (*Melissa officinalis*), tanchagem (*Plantago major*), raiz de gengibre (*Zingiber officinale*), “quebra pedras”, alecrim (*Salvia rosmarinus*), manjerona (*Origanum majorana*), camomila (*Matricaria chamomilla*) e alevante (*Mentha citrata*).

O envolvimento da religião também foi um fator comum entre os relatos, com a utilização do terço, da vela acesa e da cruz, que são objetos utilizados frequentemente nos benzimentos, assim como as orações que são feitas em todos eles. Muitos Santos e guias foram citados, como Nhá Chica e Santa Ana, pedindo proteção na hora do parto, Monge João Maria e Santa Clara, em tempestades e mau tempo.

Durante a pesquisa algumas receitas nos foram repassadas: três folhas de hortelã, três gotas de vinagre e água fervendo para tratar bichas em crianças; três folhas de laranjeira e um litro de água para depressão; banho de sal grosso e anil para espantar energias negativas; para atrair boas energias, banhos com orégano, mel, cravo, canela, guiné, espada de São Jorge e hortelã enrolada em uma toalha branca. Na questão de cobrança pela realização dos benzimentos estes relatam que o Benzimento não funciona deste modo, que não se pode cobrar, senão o mesmo não funciona. Aceitam doações espontâneas e lembranças, como frutas, verduras, pão, doces, etc. A respeito da continuidade desta prática em suas famílias, já que a mesma também foi herdada, é questionada, pois alguns relataram que estão preparando um familiar ou que percebem a proximidade de alguém em relação ao Benzimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das entrevistas pudemos perceber o quanto esta prática é relacionada às ligações familiares, à cultura regional e às influências no modo de vida das pessoas. A prática da benzedura é muito influenciada pelas crenças que cada pessoa possui, assim como de seus praticantes. O Benzimento é uma cultura que acompanha as gerações, principalmente em regiões interioranas, como o local desta pesquisa, porém é algo que não está mais tão próximo das pessoas. Pudemos concluir isso através da quantidade de pessoas que participaram da pesquisa e da idade avançada destas, não assegurando a continuidade desta por muito tempo. Um dos problemas enfrentados foi conciliar o projeto à pandemia e com o isolamento social, principalmente dos grupos de risco, o andamento da pesquisa foi comprometido, visto que todas as pessoas entrevistadas encontram-se no grupo de risco. Assim necessitamos conciliar a pesquisa com as exigências do momento.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Setor de Extensão da Uniarp, através do Programa de Apoio à Extensão e Cultura – PAEC pela oportunidade e conhecimento obtidos neste projeto, assim como, de forma especial, às senhoras Rosana Rachinski D’Agostini, Simone Pompermaier e minha orientadora, Ilse Behrens.

REFERÊNCIAS

BOING, Lucio; STANCIK, Marco Antonio. **Benedeiras e Benzimentos: práticas e representações no município de Ivaiporã/PR** (1990-2011). Disponível em: <<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/ahu/article/view/3914/3596>> Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº5.813 de 22 de junho de 2006**. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm> Acesso em: 28 set. 2020.

CRF SP. **Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Disponível em: <<http://www.crfsp.org.br/images/cartilhas/PlantasMediciniais.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2020.

COLVERO, Ronaldo Bernardino; KNACK, Eduardo; SILVA, Juliani Borchardt da. **Memória e esquecimento como alicerces da prática dos benzimentos**. Estudos Históricos – Año XII – Julio – 2020 – n°23 – ISSN: 1688-5317. Uruguay. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/23/eh2307.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

SILVA, Juliani Borchardt da. **Benzimentos: estudo sobre a prática em São Miguel das Missões (RS)**. Pelotas, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/Dissertacao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

SIMÕES, C.M.O.; MENTZ, L.A.; SCHENKEL, E.P.; IRGANG, B.E.; STEHMANN, J.R. **Plantas da Medicina Popular no Rio Grande do Sul**. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1989. p. 9-20

O IMPACTO DO COVID 19 NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SEU LEGADO¹

Kemely Gonçalves Cordeiro Meireles, kemelymeireles@gmail.com²

Vanessa Faier Pereira, vanessafayer@hotmail.com³

Daiane Aparecida Geral Cousseau, ane.cousseau@gmail.com⁴

Adriana Ribas, adrianaribas@uniarp.edu.br⁵

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade trazer em xeque o impacto do covid 19 na sociedade contemporânea, de maneira que mostrará o legado que o mesmo deixará pós pandemia, nesta perspectiva vai transparecer de maneira didática os efeitos causados no psicológico dos seres humanos. Outrossim tende-se em destacar o oriundo e a mutação genética atrelado ao corona vírus, nesta dinâmica o feito frisara a diferença do impacto do vírus em diferentes pessoas, e por fim e não menos importante os efeitos que causado na humanidade por esta nova ameaça.

Palavras-chave: covid 19, pandemia e legado.

INTRODUÇÃO

O novo corona vírus ou como é conhecido globalmente covid 19, indubitavelmente é um dos temas mais polêmicos da sociedade nos dias atuais, de modo que sua complexidade atinge todas as classes sociais sendo debatidas em várias etnias, propagando dúvidas e medo, desta forma podemos nos questionar a respeito de quais serão os impactos que o covid 19, causa na sociedade contemporânea? Certamente está pandemia causa muitas perguntas em relação ao futura da saúde mental da humanidade.

O covid 19, é um vírus oriundo da china, está doença advenho de Wuhan uma cidade do oriente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou como uma pandemia o novo corona vírus, cujo o mesmo seria uma doença infecciosa onde sua propagação era mundial, desta forma causou dúvidas e incertezas, se a espécie humana iria superar tal vírus, neste viés cabe salientar com o advento do vírus coisas simples se tornaram difíceis de se realizar, nesta temática o estudo vai expor o impacto psicológico que o covid 19, causou e causará na humanidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 2019, na cidade de Wahun, localizado na China, surgiu um novo vírus, o Covid 19, um vírus que sofreu uma mutação genética. Devido a esta mutação ocorreu uma epidemia (MCLNTOSH, 2020). Em dezembro de 2019, iniciou-se um surto na cidade de Wahun, cerca de 50 pessoas foram infectadas, estas pessoas haviam sido expostas no mercado de Huanan (mercado de frutos do mar), entretanto nem todos os infectados tiveram relação com o mercado de frutos do mar, tendo se assim a

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Psicologia.

² Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, especialista do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

hipótese de que outras fontes de infecção poderiam ter colaborado para o surto (GRUBER, 2020).

Com a rapidez que se espalhou por vários países, ela é caracterizada como uma pandemia, doença infecciosa, esta doença é transmitida através de gotículas do nariz e boca ao tossir, falar, exalar, e espirrar, o período de incubação do SAR-COV-2 é de aproximadamente 14 dias, os pacientes com sintomas clínicos da doença é em torno de uma semana, estes sintomas são tosse, febre, congestão nasal, fadiga, infecções do trato respiratório, entre outros dependendo do paciente (Netto; Correia, 2020).

No Brasil, o primeiro caso identificado foi de um homem de 61 anos, que esteve viajando para Itália, o mesmo chegou em São Paulo em 21 de fevereiro de 2020, sendo também o primeiro caso identificado na América Latina. Com isso após um mês todos os estados tiveram casos confirmados. Após a confirmação foram tomadas algumas medidas, na intenção de conter o contágio em um número maior de pessoas, mas quando as medidas foram tomadas já havia um grande número de pessoas contagiadas pela doença (NETTO; CORREIA, 2020).

Algumas intervenções foram feitas na intenção de inibir a transmissão entre os seres humanos, e desacelerar o espalhamento da doença, entre estas medidas que foram tomadas está: lavar as mãos, etiqueta respiratória, distanciamento social, não frequentar lugares com aglomeração de pessoas e o uso de máscaras. Algumas providências comunitárias também foram tomadas como por exemplo a restrição ao funcionamento de escolas, universidades, transporte público, e locais de convívio comunitário, eventos sociais e estabelecimentos que não sejam caracterizados como essenciais (GARCIA; DUARTE, 2020).

Podemos observar que esta doença não escolhe classe social, cor ou etnias, por isso o cuidado e a prevenção devem partir de nós mesmos. Ainda com tudo isto somos bombardeados por uma quantidade imensa de informações, não só através das redes sociais, mídia social e da televisão, tudo isso ganha uma repercussão muito maior fazendo com que não apenas nossa saúde física seja colocada em risco como também a nossa saúde mental “O isolamento físico e o excesso de informações nem sempre confiáveis somam estressores à crise”. (NABUCO, GUILHERME, OLIVEIRA, M.H.P. Pires, & AFONSO, M. P. D. 2020).

Barros e Gracie (2020, p. 1) a respeito da saúde mental relatam:

Os principais fatores de estresse identificados foram a duração da quarentena, o medo da infecção, os sentimentos de frustração e de aborrecimento, a informação inadequada sobre a doença e seus cuidados, as perdas financeiras e o estigma da doença. Os estudos revistos relatavam a ocorrência, nas pessoas em quarentena, de sintomas psicológicos, distúrbios emocionais, depressão, estresse, humor depressivo, irritabilidade, insônia e sintomas de estresse pós-traumático.

O mundo todo está passando por uma grande crise de saúde devido à pandemia e exatamente por isso a diretriz principal das organizações científicas de saúde envolve o isolamento social, ou seja, quem puder e tiver o privilégio de permanecer o mais isolado possível melhor, essa é a orientação mundial da saúde. E isso tem trazido para muitas pessoas uma série de angústias sem saberem o que fazer para reduzir a ansiedade que estão sentindo nesse momento, muitos estão desmotivados e sem energia e muitas vezes com medo do que virá futuramente com relação até mesmo pelos problemas que isso pode causar na economia porque a final de contas muitos dependem de um sustento do que ganha diariamente. (STURZA;

MACHADO;TONEL,2020).

Diante de tal fato podemos observar três momentos importantes desta análise: pré-crise, Inter crise e pós-crise.

Pré-crise: A primeira fase é o momento no qual são passadas, para a população em geral, as principais informações quanto à existência do problema de saúde pública, das formas de contágio, transmissão ou desenvolvimento da doença e seus sintomas, além das consequências relacionadas ao fator de adoecimento. No caso da COVID-19, o primeiro estágio se associa às informações sobre seu impacto inicial, sendo feitas recomendações de distanciamento social.

Em isolamento social pelo novo coronavírus, temos vivenciado uma situação de stress diário com as notícias e com tudo o que está acontecendo. São visíveis os impactos psicológicos trazidos pelas situações de isolamento, confinamento ou afastamento social que todos estão tendo que se submeter atualmente em adesão as medidas de vigilância sanitária e saúde pública. Este isolamento se torna profundamente estressante, e ainda mais estressante quando somamos a tudo isso a solidão e os efeitos negativos desse isolamento.

A saúde mental vem sendo estudada mais atentamente há poucas décadas, em tempos de pandemia a preocupação com a psique tomou uma dimensão mais ampla, a saúde mental já havia sido estudada de várias formas, dentre elas um estudo realizado com trabalhadores de empresas. Estudo realizado em (2018 NASSAR) Demonstrou que as preocupações e pressões sofridas no trabalho desencadeiam sofrimento psíquico, empresas extremamente capitalistas que oprimem e visam somente o lucro sem se preocupar com bem estar e conforto do indivíduo, causando-lhes um estresse mental.

METODOLOGIA

Trata-se de um projeto de pesquisa que consiste em reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação trazida a partir do tema em questão, o novo corona vírus ou covid 19. O objetivo da pesquisa é se aprofundar no tema, de modo que incentive o leitor a chegar a um veredicto correlacionando as informações absorvidas na pesquisa. Nesta temática o feito está ligado a fontes públicas, acessível a todos aqueles que buscarem através das referências outrora mostrados, vale ressaltar que a pesquisa está regrada pela normatização da Uniarp, tendo como base a BNT.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa mostrou o novo corona vírus, uma ameaça que não se pode ver, mas que causou e está causando dor e sofrimento em um âmbito global. Nesta dinâmica podemos observar a origem do vírus que foi na cidade de Wahun na China, e seus reflexos na humanidade, e o legado de dor e sofrimento nas pessoa, onde mostrou que mesmo com avanços tecnológicos não estávamos preparados para tal ameaça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou um tema que vem de encontro a situação atual a qual a humanidade está vivendo nos dias de hoje, uma doença a qual pegou a população mundial totalmente de surpresa, esta doença considerada uma pandemia causou grande medo e preocupação a humanidade, médicos, cientistas e até mesmo o governo ficaram totalmente impotente diante da situação. O covid 19, até o momento matou um grande número de pessoas, não escolheu etnia, raça, sexo ou religião, fazendo vítimas em todas as classes sociais sem qualquer tipo de distinção.

Podemos observar que a propagação do vírus passou de cidade em cidade, chegando em todos os continentes, pode-se dizer que não estávamos preparados para enfrentar tal acontecimento, e foi neste cenário que a psicologia percebeu que a humanidade estava passando por grande dificuldade emocional frente ao contexto que nos encontramos, entretanto estão sendo tomadas medidas para prevenção e tratamento da saúde mental como auxílio e também informações psicológicas, podemos observar através do tema tratado as consequências e os reflexos que o covid 19, vai deixar na pessoa humana, e como consequência do isolamento, medo, angustias e traumas, deixados na vida da população.

Para concluir, podemos observar que o legado que o covid 19, vai deixar na população mundial vai ser um grande rasto de dor, sofrimento e recordações as quais deveram ser tratadas de maneira adequada por profissionais qualificados, diante desta situação o auxílio e as informações referentes ao emocional da sociedade poderá fazer uma grande diferença na saúde mental do ser humano.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Para a realização da obra foi de sua importância à contribuição da orientadora, Adriana Ribas, onde a mesma deu contribuição teórica e empírica, para realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo; Gracie, Renata, 2020, **Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de covid-19**. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2020.v29n4/e2020427/pt/>. Acesso em: 07 out. 2020.

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: **A emergência do cuidado**. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 37, e200074, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v37/1982-0275-estpsi-37-e200074.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020

GARCIA, Leila Posenato, DUARTE, Elisete; **Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil**. SCIELO, 29 (2) 09, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2020.v29n2/e2020222/pt/>. Acesso 07 out. 2020.

GRUBER, Arthur. Covid-19: **o que se sabe sobre a origem da doença**. Jornal da USP, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>. Acesso em: 12 set. 2020.

MALTA, Deborah Carvalho et al. **A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal**, 2020. Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]. V. 29, n. 4, e2020407. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400026>. Acesso 08 out. 2020

MCLNTOSH, Kenneth. **Doença de coronavírus 2019 (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <http://www2.ebserh.gov.br/documents/1688403/5111980/4.pdf/49227786-d768-470e-9ea2-7e021aa96cc9>. Acesso 13 set. 2020.

NABUCO, G., Pires de Oliveira, M. H. P., & Afonso, M. P. D. (2020). **O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à saúde?** Disponível em: <https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/2532>. Acesso em: 07 out. 2020.

NETTO, Raimundo Gonçalves Ferreira; CORREIA, José Wilson do nascimento. **Epidemiologia do surto de doença por corona vírus (covid-19)**. 2020. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8710/16715>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

STURZA, Janaina Machado, TONEL, Rodrigo, 2020. **Os desafios impostos pela pandemia covid-19: das medidas de proteção do direito à saúde aos impactos na saúde mental**. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/3267>. Acesso em: 07 out. 2020.

STURZA, Janaina Machado, TONEL, Rodrigo, 2020. **Os desafios impostos pela pandemia covid-19: das medidas de proteção do direito à saúde aos impactos na saúde mental**. Disponível em <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/3267>. Acesso em 07 de outubro de 2020.

VIAPIANA, Vitória Nassar, et al. Cavalcanti de **Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença**. *Saúde em Debate [online]*. [2018, v. 42, n. spe4], pp. 175-186. Disponível em: ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>. Acesso 08 out. 2020

EFEITOS DAS AULAS ONLINE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS DO ENSINO INFANTIL, EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO, CONSIDERANDO OS FATORES BIOPSISSOCIAIS POR OCASIÃO DA PANDEMIA ¹

Prof.^a Adriana Ribas, adrianaribas@uniarp.edu.br²
Eduarda Teles Magalhães, dudaatelles50@gmail.com³
Evelyn Alves de Lima, evelynalvesdelima@gmail.com⁴
Flávio Augusto Paixão Capilé, vtbr50@gmail.com⁵
Inglids Greter de Souza, inglids.jktransportes@outlook.com⁶
Keslen Gabriel de Oliveira Schultz, keslenstz.ks@gmail.com⁷

Resumo – O presente estudo é resultado de Projeto Integrador que abordou a temática dos efeitos das aulas online no desenvolvimento de crianças do ensino infantil, na fase de alfabetização, por ocasião da pandemia, considerando os fatores biopsicossociais envolvidos nesse processo, com o objetivo de identificar seus efeitos, reconhecer os fatores favoráveis ao desenvolvimento infantil, e como a falta do ambiente escolar e das interações com os demais alunos e professores afetam sua aprendizagem, desenvolvimento motor, e seu estado psicológico; apontando possíveis prejuízos desse formato de aulas, e conhecendo quais os desafios dos pais e familiares nesse contexto. Na elaboração do projeto, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica, com base na literatura existente, sobre o desenvolvimento infantil, através das plataformas digitais, em que se constatou consistentes evidências de prejuízos no desenvolvimento cognitivo e biopsicossocial infantil, bem como verificou-se condições adversas e fatores estressores com potenciais riscos à saúde mental e física das crianças, pelo fechamento das escolas, podendo acarretar comprometimento no desenvolvimento e vida adulta.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Infantil. Ensino. Online. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura da história mundial, anseia-se responder às questões humanas atingidas pela pandemia, e dentre as mais relevantes, destaca-se o fechamento das escolas em todos os níveis educacionais. Tal circunstância fez com que as instituições de ensino implantassem, em caráter emergencial, o sistema remoto através das aulas online para alunos de todas as etapas.

O presente estudo pretendeu pousar o olhar sobre as condições peculiares das crianças que se encontram no Ensino Infantil, em processo de alfabetização, bem como os possíveis prejuízos para seu desenvolvimento cognitivo e biopsicossocial,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Psicologia).

² Professora, titular do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

mediante a inédita experiência de afastamento do ambiente escolar, substituída pelo ambiente virtual de aprendizagem.

O projeto contempla os aspectos psicológicos das crianças, nesse momento de afastamento escolar e social, e se existem fatores estressores afetando seu desenvolvimento normal, apontando possíveis prejuízos das aulas online para sua aprendizagem, especialmente no início da alfabetização, conhecendo os desafios que os pais e familiares têm enfrentado para acompanhá-las nas atividades escolares remotas.

OS EFEITOS DAS AULAS ONLINE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS DO ENSINO INFANTIL, EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO, NA PANDEMIA.

O campo do desenvolvimento humano concentra-se no estudo científico dos processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas. (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 36)

A primeira infância compreende entre zero e seis anos de idade. Nessa etapa, é fundamental valorizar todos os estímulos, seja o cognitivo, o motor, o social ou o afetivo, a fim de proporcionar um crescimento sadio e pleno à criança. (CORRÊA, 2016, p.30)

Segundo Piaget, estágio pré-operatório – De 2 a 7 anos de idade. Nesse estágio, a criança passa do período sensório-motor para o pré-operatório. Ele é marcado pelo início da linguagem verbal, que se caracteriza por uma explosão linguística, graças a um aumento do vocabulário. [...] Outra característica dessa fase é o aparecimento da inteligência simbólica ou semiótica, que se manifesta por uma série de gestos imitativos para representar objetos ou pessoas que não estão presentes, também conhecida como fase do faz de conta, e pela interiorização de ação da fase anterior (sensório-motora). (CORRÊA, 2016, p. 49-50)

Segundo Vygotsky, as crianças aprendem internalizando os resultados de interações com adultos. Essa aprendizagem interativa é mais efetiva para ajudar as crianças a atravessarem a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), o espaço psicológico imaginário entre o que elas já são capazes de fazer sozinhas e o que elas poderiam realizar com ajuda. A ZDP pode ser avaliada por testes dinâmicos que fornecem uma melhor medida do potencial intelectual das crianças do que os testes psicométricos tradicionais. (MARTORELL, 2014, p. 189)

A riqueza e a complexidade do desenvolvimento infantil pressupõem uma estreita relação e dependência entre as várias dimensões desse desenvolvimento: físico, emocional, moral, social, cognitivo e linguístico. Por conseguinte, a PNA reconhece o valor das práticas multissensoriais na alfabetização (art. 5º, III). (OBERER; GASHA; ROEBERS, 2018 apud BRASIL, Ministério da Educação, 2019, p. 41)

Um lugar onde as crianças são expostas a muitas oportunidades tanto para transmissão social quanto para experiência é a escola. De fato, estudos em todo o mundo demonstraram que as crianças que frequentam a escola atravessam mais rapidamente os estágios de Piaget do que aquelas que não frequentam (Mishra, 2001). (BEE; BOYD, 2011, p. 171)

Em 2020, quando o mundo foi surpreendido pela pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID 19 -, a vida social, sacudida pela imposição de novas rotinas, deparou-se com condições inéditas de trabalho, de produção, de relações humanas e de lazer no contexto do necessário distanciamento entre as pessoas. Como parte

desse cenário, a escola também mudou, inaugurando a inusitada realidade do ensino remoto, o qual, partilhando responsabilidades entre famílias e educadores, também dividiu com a comunidade escolar desafios, tensões, expectativas e sentimentos (em especial, apreensões, ansiedades, inseguranças e frustrações). (COLELLO, 2020)

[...] Além das grandes perdas do processo de aprendizagem formal, as crianças estão sendo privadas da necessária socialização com os pares, em que ocorrem aprendizados significativos para o desenvolvimento humano, tais como: experiências lúdicas compartilhadas, que implica em interações proximais face a face; cooperação; convivência com as diferenças; compartilhamento de decisões; enfrentamento de desafios; negociação de conflitos; adiamento de gratificações; espera da sua vez; exercício controle de impulsos; entre outras habilidades. (HOLMES et al, 2020; SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020 apud LINHARES; ENUMO, 2020)

Segundo Lipp (2003) as principais fontes do estresse infantil são as mudanças significativas e constantes, o excesso de responsabilidade, o excesso de atividades, as brigas familiares, a morte e as exigências excessivas ou a rejeição por seus pares. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2017)

A exposição a múltiplos e contínuos eventos adversos podem colocar em risco a trajetória do desenvolvimento típico da criança. Considera-se como fator de risco toda a sorte de eventos negativos da vida, e que, quando presentes, aumentam a probabilidade dos indivíduos a apresentar problemas físicos, sociais e emocionais (Yunes&szymanski, 2001 apud SANTOS; PACHECO, 2012).

Dentre as reações emocionais e alterações comportamentais frequentemente apresentadas pelas crianças durante a pandemia, destacam-se: dificuldades de concentração, irritabilidade, medo, inquietação, tédio, sensação de solidão, alterações no padrão de sono e alimentação. (DOLABELLA et al. (orgs), 2020)

Portanto, é possível considerar que uma educação à distância para a primeira etapa da Educação Básica pode se apresentar como inviável e pouco produtiva. Como vimos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, crianças aprendem e se desenvolvem por meio das interações e da brincadeira. Por isso, o contato com outras crianças e com os adultos é fundamental nesse processo. (SOARES, In: OSTETTO, 2019, p. 154-155 apud LORZING; NEGRÃO, 2020)

No que diz respeito especificamente à alfabetização, o ensino remoto evidenciou que, em muitos casos, para além das dificuldades práticas de transposição do presencial, prevaleceram fragilidades conceituais que comprometem o ensino (ainda mais quando elas são intensificadas no âmbito doméstico pela lógica do “assim aprendi, assim ensinarei”). São práticas descontextualizadas, artificiais e centradas na aquisição do sistema, que pouco levam em conta os processos cognitivos e a construção da escrita ou as práticas sociais de uso da língua. [...] Nesses casos, a criança é duplamente penalizada: pelo distanciamento social e pela inadequação da prática pedagógica remota. (COLELLO, 2020)

Questionamentos sobre a efetividade dessa forma de ensino têm sido feitos, sobretudo porque o uso de tecnologias não é acessível a todas as crianças, e os processos de escolarização não se restringem à distribuição mais ou menos efetiva de conteúdos acadêmicos. (DOLABELLA et al. (orgs.), 2020)

[...] Há diferenças substanciais entre as famílias, atualmente, em confinamento. Algumas podem ajudar seus filhos a aprender mais do que outras. Fatores como a quantidade de tempo disponível para se dedicar aos estudos dos filhos, auxiliando-os com as aulas online – muitos pais estão em home office cumprindo horário laboral integral e outros tantos precisam trabalhar externamente para garantir a renda mensal –; as habilidades não cognitivas dos genitores; a possibilidade de acessar o material

online; a quantidade de conhecimento inato dos pais – afinal, é difícil ajudar o filho se tiver de aprender algo estranho ao que se conheceu e aprendeu – , são questões a serem levados em conta quanto ao papel dos pais na Educação dos filhos em tempos de pandemia. Toda essa situação gerará um aumento da desigualdade na Educação e no progresso do estudante (CIFUENTES-FAURA, 2020 apud DIAS; PINTO, 2020).

METODOLOGIA

O estudo foi realizado através de pesquisa de natureza bibliográfica, com base na literatura existente, sobre o desenvolvimento infantil, através das plataformas digitais, com consulta em artigos e trabalhos científicos publicados e disponíveis em base de dados, tais como Scielo, Google acadêmico, observando a solicitação da disciplina de Projeto Integrador, da segunda fase do curso de Psicologia, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos estudos, constata-se que, com o fechamento das escolas, existem evidências consistentes, de que as crianças vivenciam situação de sofrimento emocional e prejuízo ao seu desenvolvimento cognitivo, pela falta de interação entre seus pares, destacando as condições adversas e estressoras ocasionadas pelo distanciamento social, bem como pelas dificuldades que os pais estão enfrentando, para acompanharem de maneira adequada, sua aprendizagem, através de ensino remoto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do estudo ainda é pauta muito recente, conforme a atual situação de saúde pública mundial que enfrentamos neste ano de 2020. Assim, verifica-se certa limitação na exploração e pesquisa de materiais consolidados, todavia, pode-se chegar às respostas dos problemas levantados conhecendo seus conceitos e a análise dos fenômenos estudados.

Os aspectos de desenvolvimento cognitivo, os fatores biopsicossociais, o estado psicológico diante de agentes estressores, a falta do ambiente e convivência escolar das crianças do ensino infantil, e os possíveis prejuízos das aulas online no processo de alfabetização, foram o foco de nossos estudos.

Precisamos compreender as vivências assimiladas na primeira infância, e como podem alterar o curso do desenvolvimento humano, em busca de potenciais resoluções, com o enfrentamento de toda a sociedade intervindo no caso de eventuais prejuízos no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

REFERÊNCIAS

BEE, Helen; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/**Secretaria de Alfabetização**. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 25/10/2020.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. Alfabetização em tempos de pandemia. **Convenit Internacional**. São Paulo: Cemoroc-Feusp 35 jan-abr 2021. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit35/Silvia.pdf>. Acesso em 28/10/2020.

CORRÊA, Mônica de Souza. **Criança, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo, SP: Cengage, 2016.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, Sept. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300545&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/10/2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362019002801080001>.

DOLABELLA, Bernardo Melo et al (orgs.). Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: crianças na pandemia Covid-19. Rio de Janeiro: **Fiocruz/CEPEDES**, 2020. 20 p. Cartilha. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41182/2/CartilhaCrianca%cc%a7as_Pandemia.pdf. Acesso em: 25/10/2020.

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas: v. 37, e200089, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100510&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30/09/2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200089>.

LORZING, Renata de Moura Santos; NEGRÃO, Vanessa Aparecida Marconato. Pedagogia e pedagogos da educação infantil em tempos remotos. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1 (1 sem. 2020) Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/23765-Texto%20do%20artigo-85669-1-10-20200705%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/23765-Texto%20do%20artigo-85669-1-10-20200705%20(2).pdf). Acesso em: 25/10/2020.

MARTORELL, Gabriela. **O desenvolvimento da criança**: Do Nascimento à Adolescência. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2014.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 800 p.

SANTOS, Heloisa V. ; PACHECO, Marcia Maria D. R. Fatores de risco ao desenvolvimento da criança: da visão biomédica à visão psicossocial. **The 4th International Congress on University-Industry Cooperation** – Taubaté, SP – Brazil – December 5th through 7th, 2012. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf542.pdf>. Acesso em: 28/10/2020

SBP- Sociedade Brasileira de Pediatria. O papel do pediatra na prevenção do estresse tóxico na infância. **Manual de Orientação- Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento**. Nº 3, junho de 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/06/Ped.-Desenv.-Comp.-MOrient-Papel-pediatra-prev-estresse.pdf. Acesso em 21/10/2020.

EFEITOS DAS AULAS ONLINE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS DO ENSINO INFANTIL, EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO, CONSIDERANDO OS FATORES BIOPSISSOCIAIS POR OCASIÃO DA PANDEMIA ¹

Prof.^a Adriana Ribas, adrianaribas@uniarp.edu.br²
 Eduarda Teles Magalhães, dudaatelles50@gmail.com³
 Evelyn Alves de Lima, evelynalvesdelima@gmail.com⁴
 Flávio Augusto Paixão Capilé, vtbr50@gmail.com⁵
 Inglids Greter de Souza, inglids.jktransportes@outlook.com⁶
 Keslen Gabriel de Oliveira Schultz, keslenstz.ks@gmail.com⁷

Resumo – O presente estudo é resultado de Projeto Integrador que abordou a temática dos efeitos das aulas online no desenvolvimento de crianças do ensino infantil, na fase de alfabetização, por ocasião da pandemia, considerando os fatores biopsicossociais envolvidos nesse processo, com o objetivo de identificar seus efeitos, reconhecer os fatores favoráveis ao desenvolvimento infantil, e como a falta do ambiente escolar e das interações com os demais alunos e professores afetam sua aprendizagem, desenvolvimento motor, e seu estado psicológico; apontando possíveis prejuízos desse formato de aulas, e conhecendo quais os desafios dos pais e familiares nesse contexto. Na elaboração do projeto, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica, com base na literatura existente, sobre o desenvolvimento infantil, através das plataformas digitais, em que se constatou consistentes evidências de prejuízos no desenvolvimento cognitivo e biopsicossocial infantil, bem como verificou-se condições adversas e fatores estressores com potenciais riscos à saúde mental e física das crianças, pelo fechamento das escolas, podendo acarretar comprometimento no desenvolvimento e vida adulta.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Infantil. Ensino. Online. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura da história mundial, anseia-se responder às questões humanas atingidas pela pandemia, e dentre as mais relevantes, destaca-se o fechamento das escolas em todos os níveis educacionais. Tal circunstância fez com que as instituições de ensino implantassem, em caráter emergencial, o sistema remoto através das aulas online para alunos de todas as etapas.

O presente estudo pretendeu pousar o olhar sobre as condições peculiares das crianças que se encontram no Ensino Infantil, em processo de alfabetização, bem como os possíveis prejuízos para seu desenvolvimento cognitivo e biopsicossocial,

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Psicologia).

² Professora, titular do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

mediante a inédita experiência de afastamento do ambiente escolar, substituída pelo ambiente virtual de aprendizagem.

O projeto contempla os aspectos psicológicos das crianças, nesse momento de afastamento escolar e social, e se existem fatores estressores afetando seu desenvolvimento normal, apontando possíveis prejuízos das aulas online para sua aprendizagem, especialmente no início da alfabetização, conhecendo os desafios que os pais e familiares têm enfrentado para acompanhá-las nas atividades escolares remotas.

OS EFEITOS DAS AULAS ONLINE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS DO ENSINO INFANTIL, EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO, NA PANDEMIA.

O campo do desenvolvimento humano concentra-se no estudo científico dos processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas. (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 36)

A primeira infância compreende entre zero e seis anos de idade. Nessa etapa, é fundamental valorizar todos os estímulos, seja o cognitivo, o motor, o social ou o afetivo, a fim de proporcionar um crescimento sadio e pleno à criança. (CORRÊA, 2016, p.30)

Segundo Piaget, estágio pré-operatório – De 2 a 7 anos de idade. Nesse estágio, a criança passa do período sensório-motor para o pré-operatório. Ele é marcado pelo início da linguagem verbal, que se caracteriza por uma explosão linguística, graças a um aumento do vocabulário. [...] Outra característica dessa fase é o aparecimento da inteligência simbólica ou semiótica, que se manifesta por uma série de gestos imitativos para representar objetos ou pessoas que não estão presentes, também conhecida como fase do faz de conta, e pela interiorização de ação da fase anterior (sensório-motora). (CORRÊA, 2016, p. 49-50)

Segundo Vygotsky, as crianças aprendem internalizando os resultados de interações com adultos. Essa aprendizagem interativa é mais efetiva para ajudar as crianças a atravessarem a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), o espaço psicológico imaginário entre o que elas já são capazes de fazer sozinhas e o que elas poderiam realizar com ajuda. A ZDP pode ser avaliada por testes dinâmicos que fornecem uma melhor medida do potencial intelectual das crianças do que os testes psicométricos tradicionais. (MARTORELL, 2014, p. 189)

A riqueza e a complexidade do desenvolvimento infantil pressupõem uma estreita relação e dependência entre as várias dimensões desse desenvolvimento: físico, emocional, moral, social, cognitivo e linguístico. Por conseguinte, a PNA reconhece o valor das práticas multissensoriais na alfabetização (art. 5º, III). (OBERER; GASHA; ROEBERS, 2018 apud BRASIL, Ministério da Educação, 2019, p. 41)

Um lugar onde as crianças são expostas a muitas oportunidades tanto para transmissão social quanto para experiência é a escola. De fato, estudos em todo o mundo demonstraram que as crianças que frequentam a escola atravessam mais rapidamente os estágios de Piaget do que aquelas que não frequentam (Mishra, 2001). (BEE; BOYD, 2011, p. 171)

Em 2020, quando o mundo foi surpreendido pela pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID 19 -, a vida social, sacudida pela imposição de novas rotinas, deparou-se com condições inéditas de trabalho, de produção, de relações humanas e de lazer no contexto do necessário distanciamento entre as pessoas. Como parte

desse cenário, a escola também mudou, inaugurando a inusitada realidade do ensino remoto, o qual, partilhando responsabilidades entre famílias e educadores, também dividiu com a comunidade escolar desafios, tensões, expectativas e sentimentos (em especial, apreensões, ansiedades, inseguranças e frustrações). (COLELLO, 2020)

[...] Além das grandes perdas do processo de aprendizagem formal, as crianças estão sendo privadas da necessária socialização com os pares, em que ocorrem aprendizados significativos para o desenvolvimento humano, tais como: experiências lúdicas compartilhadas, que implica em interações proximais face a face; cooperação; convivência com as diferenças; compartilhamento de decisões; enfrentamento de desafios; negociação de conflitos; adiamento de gratificações; espera da sua vez; exercício controle de impulsos; entre outras habilidades. (HOLMES et al, 2020; SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020 apud LINHARES; ENUMO, 2020)

Segundo Lipp (2003) as principais fontes do estresse infantil são as mudanças significativas e constantes, o excesso de responsabilidade, o excesso de atividades, as brigas familiares, a morte e as exigências excessivas ou a rejeição por seus pares. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2017)

A exposição a múltiplos e contínuos eventos adversos podem colocar em risco a trajetória do desenvolvimento típico da criança. Considera-se como fator de risco toda a sorte de eventos negativos da vida, e que, quando presentes, aumentam a probabilidade dos indivíduos a apresentar problemas físicos, sociais e emocionais (Yunes&szymanski, 2001 apud SANTOS; PACHECO, 2012).

Dentre as reações emocionais e alterações comportamentais frequentemente apresentadas pelas crianças durante a pandemia, destacam-se: dificuldades de concentração, irritabilidade, medo, inquietação, tédio, sensação de solidão, alterações no padrão de sono e alimentação. (DOLABELLA et al. (orgs), 2020)

Portanto, é possível considerar que uma educação à distância para a primeira etapa da Educação Básica pode se apresentar como inviável e pouco produtiva. Como vimos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, crianças aprendem e se desenvolvem por meio das interações e da brincadeira. Por isso, o contato com outras crianças e com os adultos é fundamental nesse processo. (SOARES, In: OSTETTO, 2019, p. 154-155 apud LORZING; NEGRÃO, 2020)

No que diz respeito especificamente à alfabetização, o ensino remoto evidenciou que, em muitos casos, para além das dificuldades práticas de transposição do presencial, prevaleceram fragilidades conceituais que comprometem o ensino (ainda mais quando elas são intensificadas no âmbito doméstico pela lógica do “assim aprendi, assim ensinarei”). São práticas descontextualizadas, artificiais e centradas na aquisição do sistema, que pouco levam em conta os processos cognitivos e a construção da escrita ou as práticas sociais de uso da língua. [...] Nesses casos, a criança é duplamente penalizada: pelo distanciamento social e pela inadequação da prática pedagógica remota. (COLELLO, 2020)

Questionamentos sobre a efetividade dessa forma de ensino têm sido feitos, sobretudo porque o uso de tecnologias não é acessível a todas as crianças, e os processos de escolarização não se restringem à distribuição mais ou menos efetiva de conteúdos acadêmicos. (DOLABELLA et al. (orgs.), 2020)

[...] Há diferenças substanciais entre as famílias, atualmente, em confinamento. Algumas podem ajudar seus filhos a aprender mais do que outras. Fatores como a quantidade de tempo disponível para se dedicar aos estudos dos filhos, auxiliando-os com as aulas online – muitos pais estão em home office cumprindo horário laboral integral e outros tantos precisam trabalhar externamente para garantir a renda mensal –; as habilidades não cognitivas dos genitores; a possibilidade de acessar o material

online; a quantidade de conhecimento inato dos pais – afinal, é difícil ajudar o filho se tiver de aprender algo estranho ao que se conheceu e aprendeu – , são questões a serem levadas em conta quanto ao papel dos pais na Educação dos filhos em tempos de pandemia. Toda essa situação gerará um aumento da desigualdade na Educação e no progresso do estudante (CIFUENTES-FAURA, 2020 apud DIAS; PINTO, 2020).

METODOLOGIA

O estudo foi realizado através de pesquisa de natureza bibliográfica, com base na literatura existente, sobre o desenvolvimento infantil, através das plataformas digitais, com consulta em artigos e trabalhos científicos publicados e disponíveis em base de dados, tais como Scielo, Google acadêmico, observando a solicitação da disciplina de Projeto Integrador, da segunda fase do curso de Psicologia, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos estudos, constata-se que, com o fechamento das escolas, existem evidências consistentes, de que as crianças vivenciam situação de sofrimento emocional e prejuízo ao seu desenvolvimento cognitivo, pela falta de interação entre seus pares, destacando as condições adversas e estressoras ocasionadas pelo distanciamento social, bem como pelas dificuldades que os pais estão enfrentando, para acompanharem de maneira adequada, sua aprendizagem, através de ensino remoto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do estudo ainda é pauta muito recente, conforme a atual situação de saúde pública mundial que enfrentamos neste ano de 2020. Assim, verifica-se certa limitação na exploração e pesquisa de materiais consolidados, todavia, pode-se chegar às respostas dos problemas levantados conhecendo seus conceitos e a análise dos fenômenos estudados.

Os aspectos de desenvolvimento cognitivo, os fatores biopsicossociais, o estado psicológico diante de agentes estressores, a falta do ambiente e convivência escolar das crianças do ensino infantil, e os possíveis prejuízos das aulas online no processo de alfabetização, foram o foco de nossos estudos.

Precisamos compreender as vivências assimiladas na primeira infância, e como podem alterar o curso do desenvolvimento humano, em busca de potenciais resoluções, com o enfrentamento de toda a sociedade intervindo no caso de eventuais prejuízos no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

REFERÊNCIAS

BEE, Helen; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/**Secretaria de Alfabetização**. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 25/10/2020.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. Alfabetização em tempos de pandemia. **Convenit Internacional**. São Paulo: Cemoroc-Feusp 35 jan-abr 2021. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit35/Silvia.pdf>. Acesso em 28/10/2020.

CORRÊA, Mônica de Souza. **Criança, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo, SP: Cengage, 2016.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, Sept. 2020 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300545&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/10/2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362019002801080001>.

DOLABELLA, Bernardo Melo et al (orgs.). Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: crianças na pandemia Covid-19. Rio de Janeiro: **Fiocruz/CEPEDES**, 2020. 20 p. Cartilha. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41182/2/CartilhaCrianca%cc%a7as_Pandemia.pdf. Acesso em: 25/10/2020.

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas: v. 37, e200089, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100510&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30/09/2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200089>.

LORZING, Renata de Moura Santos; NEGRÃO, Vanessa Aparecida Marconato. Pedagogia e pedagogos da educação infantil em tempos remotos. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1 (1 sem. 2020) Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/23765-Texto%20do%20artigo-85669-1-10-20200705%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/23765-Texto%20do%20artigo-85669-1-10-20200705%20(2).pdf). Acesso em: 25/10/2020.

MARTORELL, Gabriela. **O desenvolvimento da criança: Do Nascimento à Adolescência**. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2014.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 800 p.

SANTOS, Heloisa V. ; PACHECO, Marcia Maria D. R. Fatores de risco ao desenvolvimento da criança: da visão biomédica à visão psicossocial. **The 4th International Congress on University-Industry Cooperation** – Taubaté, SP – Brazil – December 5th through 7th, 2012. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf542.pdf>. Acesso em: 28/10/2020

SBP- Sociedade Brasileira de Pediatria. O papel do pediatra na prevenção do estresse tóxico na infância. **Manual de Orientação- Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento**. Nº 3, junho de 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/06/Ped.-Desenv.-Comp.-MOrient-Papel-pediatra-prev-estresse.pdf. Acesso em 21/10/2020.

A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ALGUMAS DE SUAS MARCAS PSICOLÓGICAS¹

Alice Cristina Fernandes, alicecristinafernandes55@gmail.com²
Claudio Fernandes de Souza Matoso, claudiogamer67@gmail.com³
Vitor Lima da Costa, vitorlcosta@hotmail.com⁴
Adriana Ribas, adrianaribas@uniarp.edu.br⁵

Resumo –O presente trabalho é a materialização das atividades desenvolvidas na disciplina Projeto Integrador I e teve como objetivo investigar de que forma a violência sofrida por crianças e adolescentes pode desencadear transtornos psicológicos que se manifestarão no transcorrer de suas vidas. Buscamos compreender, entre outras questões, de que forma o contexto social influencia nos casos de violência, a origem da agressão (que em sua maioria acontece no seio familiar) e quais os principais transtornos psicológicos e prejuízos cognitivos acometem a estas vítimas de violência. Baseamo-nos na pesquisa exploratória de ampla bibliografia disponível, tanto em formato digital como físicos, de forma a ancorar nossas questões e comprovar a relação direta entre violência contra crianças e adolescentes e os transtornos já citados.

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Violência. Pesquisa bibliográfica. Psicologia.

INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do afastamento social imposto neste ano de 2020 por força da Pandemia do vírus SARS-COVID19 e novas formas de convívio e adaptações sociais, como o fechamento de escolas, creches, faculdades, o fechamento de diversos postos de trabalho (temporária ou definitivamente) impôs uma maior e mais próxima convivência entre pessoas, pertencentes em sua maioria absoluta ao mesmo núcleo familiar. Tal situação agravou (como pode ser visualizado diariamente nos telejornais e diversas outras formas de mídias) os casos de violência praticados contra crianças e adolescentes.

O presente estudo aborda a violência (em suas mais diversas e perversas formas e origens) sofrida por crianças e adolescentes. Este grupo foi definido como sendo aquele de indivíduos com idade de 0 anos até o momento imediatamente anterior à vida adulta (entendemos que esta fase não é rigidamente definida). Buscamos entender de que forma estes indivíduos vitimados pela violência desenvolverão transtornos psicológicos e, ainda, prejuízos cognitivos, emocionais e comportamentais ao longo de suas vidas.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade desenvolvida na disciplina Projeto Integrador, da 2ª fase do curso de Psicologia.

² Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ALGUMAS DE SUAS MARCAS PSICOLÓGICAS

De acordo com a psicóloga e psicanalista Teresa de Carvalho, há um consenso de que é na infância que se constroem os alicerces da formação do humano, ali se encontram as bases nas quais se fixarão as estruturas da vida, tal qual uma casa que, “se bem estruturada suportará o que pode vir: móveis e decorações, moradores e vizinhos, tempestades, bons e maus tempos. Enfim, aquilo que é bem construído poderá suportar crescimento e transformações” (CARVALHO, 2019). Ainda, é sabido que através das relações construídas com as primeiras figuras de cuidado é que se garante desenvolvimento pleno do indivíduo. Deste modo as relações nesta fase da vida devem ser de “qualidade, baseadas tanto em atenção às necessidades do corpo e do organismo quanto em vínculos afetivos consistentes, comunicação, segurança e ainda oferta de boas experiências para apresentar-lhe o mundo” (CARVALHO, 2019).

Cunha (apud CARVALHO, 2019), afirma que as sensações provenientes do cuidado, carinho e proteção surgidas da relação criança cuidador, “é fator intrínseco e imprescindível para a saúde mental, conquanto determinante da construção dos caminhos neurais adequados” e “essencial para a formação da quantidade e qualidade de células neurais próprias para cada tempo específico da plasticidade cerebral”. Sendo assim, todas as atitudes, gestos, maneiras e formas de cuidar “está diretamente ligado à constituição de um corpo e uma mente que se desenvolvem, fazendo marcas em seu futuro”. Gestos de acolhimento e carinho permitem a plenitude do desenvolvimento emocional⁶ em um ser, atitudes opostas a estas (agressivas, violentas, de desinteresse) vão cercear e limitar as potencialidades do desenvolvimento emocional do indivíduo.

A violência é, de acordo com COSTA (Apud BOCK, FURTADO E TEIXEIRA, 2018), uma situação na qual um indivíduo é submetido a uma coerção e um desprazer desnecessário ao seu crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem estar (físico, psíquico e social). Para Paviani (apud MODENA 2016), “As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório.” Ainda, para este mesmo autor, “a violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo, é geralmente um excesso de força de uns sobre outros”

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002). Quando aplicadas a crianças e adolescentes, acarretará em prejuízos no seu desenvolvimento físico, emocional, social e comprometerá seu futuro como cidadão, tendo em vista que este sofrimento desnecessário acarretará em traumas e, assim, alterar todo o curso de seu desenvolvimento.

⁶ “O desenvolvimento emocional remete às interações afetivas, à vivência dos diferentes sentimentos e emoções, a poder expressar alegrias, tristezas, raivas e medos e, acima de tudo, a ter a experiência da segurança transmitida pelo cuidador que deve existir para o bebê como um porto seguro. Segurança é palavra-chave nesse percurso, o que não significa proteger ao ponto de evitar que a criança faça suas experimentações pelo mundo. Segurança significa fazer a criança confiar que sempre vai ter alguém por perto, olhando e zelando por ela para resolver todos os seus problemas” (CARVALHO, 2019)

A legislação brasileira, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define, em seu art. 2º: “criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. As autoras Bock, Furtado e Teixeira (2018), por sua vez, informam que a adolescência é uma fase que se inicia na puberdade, indo até a idade adulta. Erickson (apud BOCK, FURTADO E TEIXEIRA, 2018) que nos diz que esta é “uma fase especial de desenvolvimento, com confusões de papéis” que apresenta “dificuldades para estabelecer uma identidade própria”.

Para os autores Borges e Dell’Aglio (2008), violência na infância se relaciona diretamente com severas consequências para o desenvolvimento infantil, incluindo prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais. Levando isto em consideração, as vítimas de violência podem sofrer de várias doenças psicopatológicas (transtorno de estresse pós-traumático, dissociação, depressão, transtornos psicopatológicos, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, transtornos alimentares, transtornos psicossomáticos, comportamento delinquente e abuso de substâncias psicotrópicas).

Os danos causados pela violência, notadamente a sexual, se encontram em vários níveis (BLANCHARD, apud AMAZARRAY & KOLLER,1998), psicológicos e físicos podendo ser terríveis e irreversíveis (KAPLAN & SADOCK, apud AMAZARRAY & KOLLER,1998). Knutson (apud AMAZARRAY & KOLLER,1998) evidencia que entender as consequências da violência é um trabalho complicado levando em consideração a falta de estudos longitudinais, bem como a falta de grupos apropriados para o controle do mesmo. No entanto, antes de evidenciar as características dos sintomas apresentados durante a violência sexual infantil, é de bom tom esclarecer os fatores que influenciam o dano causado por esse trauma.

Segundo os autores Furniss e Knutson (apud AMAZARRAY & KOLLER,1998), o grau de gravidade dos prejuízos da violência sexual na criança varia de acordo com: idade que se inicia a violência sexual, não se tendo conhecimento de qual idade pode causar mais prejuízo, tempo de duração do abuso, grau de força utilizado pelo agressor, tanto a curto como a longo prazo, proximidade entre abusador e vítima (quanto mais próximo for o agressor piores as consequências). Também nos é apontado por Kendall-Tackett, Williams, e Finkelhor (apud AMAZARRAY & KOLLER,1998) que a ausência de figuras que tem o caráter de proteger sendo elas parentais ou não, ou de apoio social, agravam a situação bem como o nível de ameaça ao indivíduo.

Wright e Scalora (apud AMAZARRAY & KOLLER, 1998), esclarecem que fatores como a saúde emocional anterior à agressão, faz com que os danos sejam menores; bem como o tipo de agressão, item reforçado por Kendall-Tackett, Williams, e Finkelhor (apud AMAZARRAY & KOLLER,1998). Na adolescência, os sintomas mais presentes são: transtorno depressivo, isolamento social, comportamento suicida, autoagressão, queixas somáticas, atos ilícitos, fugas, abuso de substâncias e comportamento sexual inadequado.

METODOLOGIA

Este trabalho é a concretização das atividades da disciplina Projeto Integrador I, do segundo período acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), e foi realizado através de pesquisa bibliográfica, ancorados na vasta literatura existente e largamente disponibilizada nas plataformas digitais (SCIELO, Google Acadêmico, Bibliotecas virtuais), bem como em meios

físicos. Buscamos também em mídias jornalísticas (preferencialmente as digitais), tendo em vista a existência de dados relevantes nestes meios de comunicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos estudos realizados nesta pesquisa, constata-se que a violência sofrida pelo indivíduo enquanto criança ou adolescente é responsável por deixar marcas profundas no seu ser, impondo às vítimas de atos violentos diversos transtornos e cicatrizes em diversos níveis: emocionais, físicos, cognitivos, sociais, sendo que cada um deles será distinto, tendo em vista a duração do ato violento (segundos, minutos, horas, dias, meses, anos) bem como a intensidade no uso da força (física ou não), o tipo de violência empregado pelo autor (física, emocional, sexual) e ainda em que momento da vida se manifestaram os atos violentos. Indo além da bibliografia consultada e valendo-nos de conhecimentos empíricos, percebemos que violência é causadora de dores e sofrimentos profundos às suas vítimas e as cicatrizes deixadas por estas devem ser tratadas, e suas vítimas acolhidas e devidamente amparadas por todos, com empatia e respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou demonstra a relação direta entre a violência contra crianças e adolescentes e a ocorrência de transtornos psicológicos e alterações cognitivas, emocionais e até mesmo desordens que se manifestam no campo social.

A literatura pesquisada e a vivência diária nos mostram que atitudes violentas contra crianças e adolescentes não são novidades em nossa sociedade. Como novo podemos apontar a maior divulgação de casos de uso de violência contra estes grupos. O aumento do convívio provocado pela crise sanitária mundial de SARS COVID-19 em conjunto com a massificação das mídias eletrônicas tornou mais explícito o triste quadro de violência que crianças e adolescentes estão inseridos.

Esta violência possui em grande parte origem no próprio seio familiar, lugar que deveria salvaguardar crianças e adolescentes deste triste mal.

Esta pesquisa inicial nos mostra que é necessário aprofundar este tema, indo além das pesquisas e análises bibliográficas (mas sempre ancorados nas diversas pesquisas e teorias já desenvolvidas), desenvolvendo o tema através de uma investigação mais profunda, parametrizando, qualificando e quantificando dados em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ADED, Naura Liane de Oliveira; DALCIN, Bruno Luís Galluzzi da Silva; MORAES, Talvane Marins; CAVALCANTI, Maria Tavares. **Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura**. Revista. Psiquiatria Clínica, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rpc/v33n4/a05v33n4.pdf>. Acesso em 25 out. 2020.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual**. Psicologia Reflexiva Crítica, Porto, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 out. 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias – Uma introdução ao estudo de psicologia.** – 15 ed. - São Paulo. Saraiva, 2018.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Relação entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos.** Psicologia em Estudo, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a20v13n2.pdf>. Acesso 25 out. 2020.

CÂMARA FILHO, José Waldo; SOUGEY, Everton. **Transtorno de estresse pós-traumático: formulação diagnóstica e questões sobre comorbidade.** Revista Brasileira de Psiquiatria, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462001000400009&script=sci_abstract&tng=pt. Acesso em 27 out. 2020.

CARVALHO, Maria Teresa Venceslau. **Primeira infância, a etapa mais importante na vida da criança.** UNOi educação, 2019. Disponível em: <https://unoieducacao.com/2019/03/14/primeira-infancia-a-etapa-mais-importante-na-vida-da-crianca/>. Acesso em 18/11/2020.

HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **De que infância nos fala a psicologia do desenvolvimento? Algumas reflexões.** Psicologia e educação, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000200005. Acessado em 06 out. 2020.

KRUG, Etienne et al. **World report on violence and health.** Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1 Acesso em 28 out. 2020.

MODENA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência** – Caxias do Sul 2016. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em 28 out. 2020.

PORTO, Madge. **Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS.** Psicologia ciência e profissão, Brasília, 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28 out. 2020.

ROSA, Rosélia. et al. **Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da área da saúde.** Interface – Comunicação Saúde, Educação, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v14n32/07.pdf>. Acesso em 28 out. 2020.

SCHERER, Edson Arthur; SCHERER, Zeyne Alves Pires. **A criança maltratada: uma revisão da literatura.** Revista latino-americana de enfermagem, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n4/12380.pdf>. Acesso em 25 out. 2020.

RELAÇÕES ENTRE A POSTURA PROFISSIONAL E O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO ONLINE ¹

Adriana Ribas²
 Amanda Neimeth³
 Ellen Zanatta⁴
 Estéfano Marlon Theisen⁵
 Luciano Franke⁶
 Maiara Schmeier De Lima⁷

Resumo – O presente trabalho foi realizado pelos acadêmicos da 2ª fase do Curso de graduação em Psicologia ofertado pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e se trata de uma pesquisa bibliográfica produzida através da consulta em artigos e livros, teve como objetivo abordar a atuação dos profissionais da psicologia durante o acompanhamento psicológico a distância via internet. Esta abordagem foi reconhecida como alternativa de atendimento devido ao período atípico que surpreendeu a humanidade no ano de 2020 (vírus COVID-19) que obrigou os indivíduos permanecerem em isolamento social a fim de não proliferar o vírus. O atendimento online que já é aprovado em outros países, veio para o Brasil e foi regularizado por meio de técnicas aprovadas pelo Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Federal de Psicologia, mantendo assim a postura do profissional comprometido com a ética e com a ciência, sendo uma conduta de acompanhamento assertiva, à distância, sem deixar de lado os laços terapêuticos entre paciente e psicólogo.

Palavras-chave: Atendimento online. Acompanhamento psicológico. COVID-19. Ética profissional.

INTRODUÇÃO

Observando o desajuste psicológico que a pandemia ocasionou, percebe-se a forma do profissional psicólogo atuar perante o acompanhamento de um indivíduo deveria ser o mais cauteloso possível. Este projeto tem a intenção de explicar a forma correta, coerente e ética que este profissional deve proceder no acompanhamento psicológico durante o período de pandemia, o qual decorre neste momento no Brasil e em tantos outros países. Tendo o foco no estudo e análise das relações de ética e dos desafios no atendimento e acompanhamento psicológico durante a pandemia, a fim de sanar dúvidas referentes a este assunto.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador I da 2ª fase do curso de Psicologia.
² Professora, docente do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), e-mail: adrianaribas@uniarp.edu.br
³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e-mail: amandaneimeth@hotmail.com
⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e-mail: zanatta.padiilhaa@gmail.com
⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e-mails: theisenestefano@gmail.com
⁶ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e-mail: luciano.franke@hotmail.com
⁷ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e-mail: maiarachmeierdelima@gmail.com

O estudo apresentado contém dados sobre o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo que vem a contribuir no entendimento do desenvolvimento cognitivo que decore no passar dos anos. Sobre o acompanhamento psicológico diante da pandemia, este vem sendo realizado neste período de forma remota (a distância), conforme regularizado pela resolução CFP nº 011/2018 e Resolução CFP nº 004/2020. Destaca-se neste projeto as técnicas de atendimento utilizadas no acompanhamento psicológico online, tal como a viabilidade desta forma de atendimento online, assim como a forma em que o psicólogo deverá proceder com relação aos preceitos éticos na avaliação psicológica, descrevendo a importância da ética profissional neste processo de acompanhamento e desenvolvimento do indivíduo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O indivíduo desde o nascimento sofre influências e estímulos externos, segundo Martorell (2014) “os bebês são receptivos à estimulação, eles começam a demonstrar interesse e curiosidade, exploram seu ambiente utilizando de pessoas as quais tem mais apego como base segura”. O autor complementa “à medida que dominam o ambiente, tornam-se confiantes e mais ávidas por autoafirmação”. Para Harter (1998, apud Martorell, 2014, p.256) “a criança passa a formar sistemas representacionais: autoconceitos amplos e abrangentes que integram diversos aspectos do self”.

O psicólogo deve estar preparado para atender a demanda do indivíduo desde o início de seu desenvolvimento e sua conduta influenciará diretamente no atendimento. A base da conduta do psicólogo para com seu paciente deve ser a confiança e a abordagem, segundo o código de ética da Psicologia, conforme resolução CFP Nº 010/05 “esta abordagem deve ser baseada no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”, desta forma se fortalece os vínculos de confiança entre o profissional e o paciente.

(...) o vínculo terapêutico só pode ser estabelecido através do amor terapêutico. Esse amor presume a aceitação e confirmação do cliente exatamente como ele é também acolher e validar suas necessidades, sentimentos, desejos, valores, conflitos, crenças e a totalidade da existência do outro, do seu ser-no-mundo, portanto “é o estado de ser amoroso do terapeuta que possibilita a formação do vínculo com o cliente, que em geral chega à psicoterapia impossibilitada de estar amoroso no mundo” (CARDELLA, 1994, p.63).

No ano de 2020 o mundo foi surpreendido pela pandemia mundial do novo corona vírus (COVID-19), esta nova situação fez com que o trabalho terapêutico procurasse formas para suprir a demanda quanto ao atendimento psicológico da população, com o isolamento social a alternativa mais segura neste período foi o atendimento online. Para Pimentel, (2017) a utilização de outras linguagens expressivas ao trabalho clínico virtual, como exemplo, poesias, fotos, vídeos, etc., conforme as escolhas e preferências de expressão do cliente, a criatividade do terapeuta, bem como a habilidade no manejo clínico também são recursos importantes para a construção da relação terapêutica em meio virtual.

Segundo Pieta (2014), apesar das práticas de modalidades psicoterapêuticas alternativas como o telefone existirem desde a década de 1950, a psicoterapia pela internet recebeu forte contestação e objeção em seu surgimento, há mais de uma

década. Há preocupações éticas acerca da confidencialidade, da identidade de pacientes e terapeutas, dos papéis desempenhados através da rede e do manejo de situações de emergência. “Questões legais referentes à jurisdição e ao regulamento da prática também inquietavam, bem como considerações sobre a necessidade de treino de terapeutas na nova modalidade psicoterápica” PIETA, (2014 apud BARAK, HEN, BONIEL-NISSIM, & SHAPIRA, 2008).

Apesar de oferecer diversas vantagens como disponibilidade, conveniência, acessibilidade, baixo custo, anonimato, privacidade e redução de estigma (PIETA, 2014 apud CARTREINE, AHERN, & LOCKE, 2010), é justificável que a psicoterapia pela internet necessite de maiores estudos para melhor compreensão. Até o presente, a maior parte das pesquisas nesta área são conduzidas no exterior. Pieta (2014) complementa dizendo que atualmente, há evidências a favor da terapia online nos países em que é praticada, como Austrália, Estados Unidos e Reino Unido.

Como citado anteriormente à relação psicoterapêutica do profissional com o paciente “sua capacidade de amar, criatividade, disponibilidade para um encontro genuíno, aberto à crença de que seu cliente também é capaz de amar e compartilhar suas fragilidades” PIETA (2014). O profissional alia sua teoria e à técnica às bases para o vínculo terapêutico presencial ou virtual, caracterizando-se assim o padrão comunicativo que se estabelece entre terapeuta e paciente. Compreendemos que essa relação em sua forma online se difere qualitativamente de sua forma presencial, porém com a mesma essência da psicologia como ciência.

O código de ética pode ser utilizado de forma a nortear as atividades do psicólogo neste período, nesta linha o Conselho Regional de Psicologia do Paraná publicou no dia 03 de abril de 2020 a seguinte informação:

Conforme resolução CFP nº 011/2018 e Resolução CFP nº 004/2020, regulamentou-se a prestação de serviços psicológicos por meio de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a qual chamamos de atendimento psicológico online.

A Resolução CFP nº 011/2018 prevê os serviços que podem ser ofertados nesta modalidade:

Consultas e/ou atendimentos psicológicos que poderão ser realizados em tempo real (atendimento síncrono) ou de forma assíncrona (como mensagens, e-mail, ligação telefônica, entre outros), nas diferentes áreas de atuação da Psicologia com vistas à avaliação, orientação e/ou intervenção em processos individuais e grupais;

Processo de recrutamento e seleção de pessoal;

Utilização de instrumentos psicológicos devidamente regulamentados por resolução pertinente, sendo que os testes psicológicos devem ter parecer favorável do Sistema de Avaliação de Instrumentos Psicológicos (SATEPSI), com padronização e normatização específica para utilização online;

Supervisão técnica dos serviços prestados por Psicólogas(os) nos mais diversos contextos de atuação.

Considerando a psicologia como uma ferramenta que auxilia o indivíduo a buscar sua subjetividade, esta demonstra a importância do impacto da psicologia na vida do indivíduo. Para Coimbra (2000) “nossas práticas produzem efeitos poderosíssimos no mundo, sendo, portanto, políticas”. Durante toda trajetória acadêmica destaca-se a importância da postura do profissional em qualquer área de atuação, e quando o assunto é o profissional de psicologia é necessário descrever a importância da ética nesta área. A ética deve ser o eixo norteador da atuação dos

profissionais de psicologia (CARNEIRO et al., 2010), este pacto entre ética e profissional reflete diretamente nas obrigações como profissional, para Coimbra, (2001) “uma obrigação moral ou dever é uma exigência moral que leva um indivíduo a fazer ou não fazer alguma coisa.”

Trazendo para o atendimento, a ética é contextualizada como uma ferramenta que auxilia o profissional a cuidar da melhor forma o seu paciente para Furrow, (2007) o cuidado faz parte da estrutura básica da experiência humana, não é uma qualidade que uma pessoa possa ter ou não. O cuidado está focado particularmente em pessoas ou coisas, com as quais um agente moral tem um relacionamento íntimo. O autor complementa dizendo que “igualmente importante é o fato de que o cuidado é uma forma de aprendermos o que tem valor. O cuidado começa com um comprometimento de fazer com que a pessoa que está sendo cuidada tenha valor”.

METODOLOGIA

A caracterização da pesquisa apresenta-se como revisão bibliográfica que irá abranger aspectos gerais e amplos do contexto pesquisado, que compõe o levantamento dos fatos do problema ou do fenômeno em estudo. A caracterização da pesquisa busca atingir o objetivo estabelecido, pois se apresentará como conclusiva aos procedimentos no acompanhamento psicológico online e do desenvolvimento humano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ser psicólogo é uma responsabilidade que exige além do conhecimento específico da área, uma visão ampla das demais variáveis que circundam o indivíduo. Este entendimento sobre o mesmo faz do psicólogo um mediador entre o indivíduo e seus conflitos apresentados durante seu desenvolvimento biopsicossocial.

O estudo demonstrou a importância do acompanhamento psicológico principalmente em tempos de adversidades, pois se compreende que neste período atípico de pandemia as dificuldades enfrentadas pelo indivíduo podem se potencializar. Diante deste novo cenário o Conselho Federal de Psicologia (CFP) juntamente com os conselhos regionais e seus profissionais prontamente buscaram alternativas para que a população que possui esta demanda não ficasse desassistida e os atendimentos não viessem a cessar. Com base nesta demanda foi regulamentado o Acompanhamento Psicológico Online (Resolução CFP Nº 4, de 26 de março de 2020).

Apesar dessas modalidades psicoterapêuticas alternativas já existirem a muito tempo e terem sofrido fortes contestações e críticas, hoje no ano de 2020 o Brasil acabou por regulamentar esta prática a qual é reconhecida pela sua qualidade, viabilidade, e conta com profissionais comprometidos com a ética e com a ciência, sendo uma conduta de acompanhamento assertiva, à distância, sem deixar de lado os laços terapêuticos entre paciente e psicólogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que apesar do período atípico que a humanidade enfrentou em 2020 diante da pandemia os profissionais em psicologia demonstraram resiliência ao estudar e encontrar alternativas para que o vínculo terapêutico e o relacionamento entre paciente e psicólogo não fossem prejudicados e que a população não ficasse desassistida em suas demandas psicológicas, visto que a pandemia além de trazer a doença em si, trouxe consigo o isolamento social. Referente ao atendimento online (que até então era algo visto como apenas opção de atendimento) passou ser tratado como principal ferramenta dentro do atendimento clínico. Compreende-se que o desenvolvimento humano é feito de experiências em convívio social, na ausência deste, se fragiliza a saúde mental e emocional ao sujeito trazendo consequências desagradáveis ao mesmo. Isso demonstra a importância do psicólogo no acompanhamento clínico em tempos adversos como este, que de forma online/remota consegue manter o relacionamento paciente X psicólogo saudável e por meio de técnicas aprovadas pelo Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Federal de Psicologia mantendo assim a postura como profissional comprometido com a ética e com a ciência. Garantindo o sigilo, qualidade no atendimento e mantendo o compromisso com a saúde mental do paciente tal como antes presencial.

REFERÊNCIAS

- Martorell, Gabriela. **O Desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência** – Porto alegre: AMGH, 2014
- Berger, Kahtleen Stassen. **O Desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade** – Rio de Janeiro: LTC, 2016
- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000300006 – acesso dia 30/09/2020
- Furrow, Dwigth, **Ética: conceitos-chave em filosofia**, tradução Fernando José da Rocha – Porto Alegre: Artmed, 2007
- Coimbra, C. M. B. Psicologia, **direitos humanos e neoliberalismo. Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 139-148, 2001.
- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612013000200006 – acesso dia 23/09/2020
- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000300006 – acesso dia 30/09/2020
- Barak, A., Hen, L., Boniel-Nissim, M., & Shapira, N. (2008). **A comprehensive review and a meta-analysis of the effectiveness of internet-based psychotherapeutic interventions. Journal of Technology in Human Services**, 26(2/4), 109-160. doi : 10.1080/15228830802094429
- <https://crppr.org.br/como-fazer-atendimento-online/> - acesso dia 07/10/2020



A Automedicação Infantil Durante a Pandemia COVID-19

**Acadêmicos do curso de Psicologia
Universidade Alto Vale Rio do Peixe*

Resumo

Este trabalho apresenta o tema “A automedicação infantil durante a pandemia do COVID-19”, sendo este relacionado ao Projeto Integrador da UNIARP, no curso de Psicologia. A questão levantada para a pesquisa foi: houve por parte dos pais, automedicação para seus filhos em virtude de estarem passando pelo isolamento social devido à pandemia do COVID-19? Objetivo da pesquisa: investigar se durante o período de pandemia houve uma tendência maior dos pais em automedicarem seus filhos. Trata-se de uma pesquisa de campo, com suporte de referenciais teóricos através de fontes bibliográficas, de material impresso ou digital como livros e artigos científicos. Para a realização da pesquisa foi elaborado um questionário semiestruturado contendo 12 perguntas, sendo este questionário direcionado aos pais maiores de 18 anos. No início do questionário foi incluída orientação aos pais sobre a livre participação, sem necessidade de identificação, não havendo remuneração ou riscos aos participantes. A pesquisa está acontecendo nesse momento, através do google forms, onde os pais que tiverem interesse, poderão participar. Após a conferência dos resultados, estes poderão ser divulgados através do sedepex/Uniarp.

Palavras-chave: Origem. Contexto. Covid-19

INTRODUÇÃO

O presente trabalho relacionado ao Projeto integrador, apresenta uma pesquisa em fase de conclusão, com pais maiores de dezoito anos, sobre a automedicação que direcionam aos seus filhos pequenos, neste período de isolamento social devido à pandemia do COVID-19. Trata-se de uma pesquisa de campo, com 12 perguntas semiestruturadas, realizada através da ferramenta google forms.

1.1 Automedicação

A automedicação é conceituada como o uso ou seleção de medicamentos sem a supervisão de um profissional do qual acarretam-se riscos à vida do paciente. A automedicação coloca em risco a vida de um paciente, por conta de o mesmo não possuir informações o suficiente a respeito de seu problema, portanto, é possível que haja contraindicações ou efeitos colaterais que possam resultar em complicações ou até mesmo a agravamento do quadro durante o tratamento. (NAVES et al, 2008)

É importante perceber que a automedicação não é apenas um problema ligado ao indivíduo que a pratica, muitas farmácias no Brasil vendem medicamentos sem prescrição ou qualquer tipo de autorização médica. A utilização indevida de medicações como antibióticos, podem fazer com que o paciente desenvolva novas infecções, ou até mesmo a evolução do quadro para um estágio mais grave. Medicamentos como antidepressivos, benzodiazepínico e anticonvulsivantes podem causar diversos efeitos colaterais, como confusão

mental, alucinações e autoindução a utilização desnecessária. (NAVES et al, 2008)

Dentre as formas pelas quais a automedicação pode ser praticada, citam-se a aquisição de medicamentos sem receita, o compartilhamento dos medicamentos com outros integrantes da família ou do círculo social, a reutilização de sobras de medicamentos de tratamentos anteriores e a utilização de antigas prescrições (Beckhauser et al., 2010, apud ABRAHÃO et al., 2013, p.135).

As formas de automedicação citadas acima são as mais comuns e segundo a pesquisa realizada pelo ICTQ em 2018 sobre automedicação no Brasil os principais prescritores leigos e informais são a família que prescreve medicamentos para 68% da população, balconistas de farmácia com 48% das prescrições, amigos 41%, vizinhos 27% e artistas de TV influenciam em 16% a população na aquisição de medicamentos.

1.2 Automedicação Pediátrica

A automedicação pediátrica é o ato de medicar crianças sem prescrição médica com o objetivo de aliviar, prevenir ou até mesmo curar determinado sintoma, é muito comum automedicação quando elas estão resfriadas ou com algum tipo de dor, essa automedicação ocorre através de uma farmácia domiciliar que temos dentro de casa, esta se constitui através de medicamentos receitados anteriormente ou que compramos simplesmente de forma “preventiva”, os medicamentos mais comuns utilizados na automedicação pediátrica são analgésicos, antigripais e antiinflamatórios. Este hábito presente na vida de muitas pessoas pode ser extremamente prejudicial para as crianças, pois normalmente são utilizados de forma inadequada com, por exemplo, erro nas dosagens, tempo de administração e tempo de utilização. (BELO; MAIO e GOMES, 2017)

Segundo SOUSA et al, apud LIMA et al (2019) a automedicação é uma das práticas mais utilizadas nos cuidados com as crianças, sendo assim realizado o autocuidado. O alívio imediato da dor é a principal forma de consumo de medicamentos sem a prescrição médica, sendo assim uma forma sedutora e vendável dos mesmos. O alcance da saúde de forma rápida é o que fortalece o consumo de medicações sem o acompanhamento médico.

Mesmo sendo parte integrante do autocuidado, a automedicação deve ser realizada de forma racional. Neste sentido, as crianças representam um grupo susceptível ao uso irracional, principalmente em função da grande disponibilidade de medicamentos e reduzido número de estudos no uso e desenvolvimento destes envolvendo as crianças, sendo que com frequência as doses utilizadas são ajustadas em relação às doses testadas em adultos. (SOUSA et al, apud LIMA et al, 2019, p.3)

1.3 Os efeitos da automedicação

O uso de medicamentos é utilizado, de forma geral, para o alívio de sintomas e mal-estar de forma imediata. Nos últimos anos a automedicação vêm aumentando cada vez mais, gerando, muitas vezes, sérios problemas para o organismo dos seres humanos (SOUSA; SILVA; NETO, 2008).

A automedicação é realizada através da ingestão de remédios sem prescrição médica, sem um diagnóstico exato ou sem orientação de horários e dosagem. Muitas vezes as pessoas procuram através da internet possíveis sintomas e quais os remédios que seriam utilizados para aliviar os mesmos (PEREIRA et al., 2008).

Existem complicações na automedicação como intoxicação, interação medicamentosa, mascaramento da real causa da doença, reação alérgica, dependência e o organismo pode criar resistência ao medicamento. A intoxicação medicamentosa é classificada como aguda ou crônica e apresenta sintomas no organismo após a ingestão do remédio. Essa intoxicação pode causar, até mesmo, úlceras estomacais (JOAQUIM, 2011).

Já a interação medicamentosa para Trebiem (2011), acontece quando um remédio interage com o outro, na maioria dos casos, de forma negativa, causando mais sintomas ao paciente. Por exemplo, uma mulher que faz uso contínuo de anticoncepcional e se automedica com antibiótico, anula o efeito do anticoncepcional e pode acabar engravidando.

A automedicação faz parte da nossa sociedade e o seu aumento é inevitável. A utilização dos medicamentos não sujeitos a receita médica é facilitada pela sua distribuição em farmácias, para-farmácias e outros estabelecimentos como alguns supermercados. Assim, o fácil acesso a estes medicamentos promove a sua aquisição. Contudo há que ter alguma precaução com os medicamentos, pois estes não são isentos de riscos e complicações. Todos os medicamentos têm efeitos secundários (JOAQUIM, 2011, p. 2).

Caso a pessoa possua uma doença crônica o uso incorreto de remédios pode acabar agravando ainda mais essa doença, devido à combinação dos compostos desse medicamento, podendo anular ou potencializar o seu efeito (TREBIEM, 2011).

No dia 5 (cinco) de maio foi criada a data para conscientização do uso desnecessário de medicamentos alertando a população de que tal uso pode causar danos severos a saúde (PEREIRA et al, 2008).

METODOLOGIA

Este estudo faz parte do projeto integrador instituído pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), instituição acadêmica de ensino superior incluindo as disciplinas: Teoria e Técnicas Psicoterápicas Infantil ministrada por Débora Greice Gonçalves Vieira; Teoria e Técnicas Psicoterápicas Sistêmicas ministrada por Neuzeli Aparecida da Silva; e, Psicofarmacologia ministrada por Mozartt Bondan. Trata-se de uma pesquisa de campo, quali-quantitativa, onde a fundamentação teórica foi sistematizada através de artigos científicos disponibilizados na internet, e o questionário semiestruturado foi elaborado com 12 perguntas direcionadas aos pais maiores de 18 anos, cujo tema se refere à conduta dos pais em automediar as crianças, supondo-se que no período de pandemia do COVID-19, esta prática tenha sido mais intensa em relação ao ano anterior, sem a pandemia.

A pesquisa está em andamento, com o recolhimento dos questionários, cujos dados serão computados e analisados para a finalização deste trabalho.

A pesquisa está relacionada ao Projeto integrador da UNIARP, o qual envolveu o curso de Psicologia, neste caso, a turma da 8ª fase. Os resultados da pesquisa assim como os conhecimentos produzidos serão socializados à população acadêmica através de exposição no evento Sedepex que acontecerá no início do mês de dezembro/20.

EQUIPE DE ACADÊMICOS PARTICIPANTES DO PROJETO INTEGRADOR

*Afonso, Claudia Mroz, Evelise Otto, Stephanie Grobe, Luana Lemos, Aline Zimmer, Carol Marghotti, Christian Belo, Gabrielle Lopes, Samara, Bueno, Jessica Silva de Mello, Karine Durek, Lucas do Nascimento, Maria Eduarda Santana, Sheila Menegasso, Victoria Costa Bensberg: Vitória Coning Stédile

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Rafaela Carvalho; GODOY, Julia Almeida; HALPERN, Ricardo. **Automedicação e comportamento entre adolescentes em uma cidade do Rio Grande do Sul**. Aletheia, n. 41, p. 134-153, 2013. Disponível em: https://moodle.uniarp.edu.br/pluginfile.php/106107/mod_resource/content/1/n41a11.pdf. Acesso em: 16/11/2020.
- BELO, Nídia; MAIO, Patrícia e GOMES, Susana. **Automedicação em idade pediátrica**. *Nascer e Crescer* [online]. 2017, vol.26, n.4, pp.234-239. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0872-07542017000400005&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 6 de novembro de 2020.
- GOOGLE FORMS: pesquisa. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfd_fGetWj4dd4nS2NiKnoF-Ufb7hkO84abdxDXhU3czwfbeQ/viewform
- ICTQ – Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação para o mercado farmacêutico. **Pesquisa Auto Medicação no Brasil**. 2018. Disponível em <https://www.ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil-2018>. Acesso em 16 de Novembro de 2020.
- JOAQUIM, Magali Rocha. **Automedicação versus Indicação Farmacêutica**. *Automedicação versus Indicação Farmacêutica*, Faro – 2011. Disponível em < https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/1746/1/Auto_versus_ind.farm__final.pdf>. Acesso em 16.out.2020.
- LIMA, F. P. et al. **A prática da automedicação em crianças por pais e responsáveis**. *Revista HOLOS*. 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/5120/pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2020
- NAVES, Janeth de Oliveira Silva; CASTRO, Lia Lusitana Cardozo de; CARVALHO, Christine Maria Soares de; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. **Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações**. Scielo,

2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s2/pt_0034-8910-rsp-s2-S01518-87872016050006117.pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

PEREIRA, Januária Ramos; SOARES, Lucianos; HOEPFNER, Lígia et al. **Riscos da automedicação**: tratando o problema com conhecimento. Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, 2008. Disponível em <http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/premio_medica/pdfs/trabalhos/mencoes/januaria_ramos_trabalho_completo.pdf>. Acesso em 16.out.2020.

SOUSA, Hudson W.; SILVA, Jennyff L.; NETO, Marcelino S. A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia**. ISSN 1808-0804. Vol. V (1), 67-72, 2008. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/REF/article/view/4616/3938>>. Acesso em 16.out.2020.

TREBIEN, Herbert Arlindo. **Medicamentos**: benefícios e riscos com ênfase na automedicação. RAM, Projeto de Extensão Universitária Riscos da Automedicação. Curitiba, 2011. Disponível em <http://farmacologia.bio.ufpr.br/posgraduacao/Professores/Herbert_trebie_n_arq/Medicamentos_automedicacao.pdf>. Acesso em 16.out.2020.

ANEXO 1 - QUESTIONARIO PARA A PESQUISA

Pesquisa acadêmica do curso de Psicologia da UNIARP, direcionada aos Pais com crianças de 0 à 12 anos.

Olá! Solicitamos sua participação em uma pesquisa elaborada pelos acadêmicos do Curso de Psicologia da UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, de Caçador, sobre o tema: "Riscos e prevalência da automedicação pediátrica em tempos de COVID-19".

Sua participação é voluntária, não havendo remuneração e nem riscos para você. É preciso ser maior de idade. Não é necessário sua identificação.

***Obrigatório**

Possui mais que 18 anos de idade? *

Sim

Tem filhos pequenos? *

Sim

Não

Concorda em participar da pesquisa? *

Sim

Não

1 - Qual a quantidade de crianças entre 0 a 12 anos em seu grupo familiar? *

2 – Você ou seu filho precisou utilizar algum medicamento nos últimos 90 dias? *

Sim Não

Se a resposta foi SIM, qual o medicamento?

3 – Os medicamentos utilizados em sua residência são prescritos por um médico ou fazem parte de sua automedicação? *

Médico

Automedicação

4 – Durante algum momento da pandemia do COVID-19 foram utilizados medicamentos como Ivermectina ou Hidroxicloroquina, tanto por você quanto por seus filhos? *

Sim Não

5 - Os responsáveis, principalmente as mães, geralmente pessoa mais próxima e que passa mais tempo com a criança, adquirem o hábito da automedicação por querer uma solução imediata para o problema. Você acha correto a automedicação em crianças? *

Sim Não

6 - Assinale os remédios mais usados quando você resolve automedicação seu filho: *

Dipirona - Paracetamol

Xaropes expectorantes

Antialérgicos

Antibióticos

Anti-inflamatórios

Nenhum desses

7- Normalmente você faz uso da automedicação para seus filhos, pelo motivo de: *

Indicação de parentes ou de amigos

Possuir medicamentos que sobraram.

Não precisar receita médica para comprar.

Influência de propagandas.

Ser medicamento à base de substâncias naturais

Ser medicamento químico e, portanto, é melhor.

Não faço automedicação.

8– Este ano de 2020, com a chegada da pandemia, você utilizou da automedicação em crianças ou levou a criança ao médico? *

- Levei a criança ao médico
- Usei de automedicação
- Nenhuma das alternativas

9- Entre as patologias ou sintomas comuns em crianças, que levam os pais a administrar medicamentos sem prescrição médica, estão: *

- Dor na cabeça
- Febre
- Inflamação na garganta
- Resfriado
- Dor de ouvido
- Dor abdominal
- Nenhuma das alternativas

10- Sobre as doses e o consumo diário das medicações para seus filhos, você costuma: *

- Dar medicamentos por conta própria, seguindo as instruções na bula.
- Dar medicamento por conta própria, mas não lê a bula.
- Administrar a medicação somente com orientação médica.

11- Este ano de 2020, devido à pandemia você automedicou seus filhos: *

- Menos do que em 2019.
- Mais do que em 2019.
- Não fez automedicação.

12- Sobre os efeitos colaterais e os riscos da automedicação para as crianças? *

- Acho perigoso.
- Os efeitos colaterais ou riscos são mínimos.
- Não há efeitos colaterais ou riscos.
- Não tenho conhecimento.

Agradecemos sua colaboração!

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE: A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA

Alessandra P. de Oliveira, alessandrapacheco97@gmail.com¹
Gabriela Zanini, gabizani2001@gmail.com²
Giovana F. Dias de Almeida, giovanadda@gmail.com³
Luize Rossi de Abreu, luizerossi@outlook.com⁴
Clayton Luiz Zanella, clayton@uniarp.edu.br

Resumo – O presente trabalho possui o objetivo discutir e apresentar os complexos fatores envolvidos durante o processo de atendimento psicológico online, avaliando o contexto biopsicossocial de uma sociedade em tempos de pandemia. Não sendo recente a prestação de atendimento psicológico por meio virtual e remoto, a pandemia do COVID-19 exigiu que o modelo de atendimento tomasse maior proporção, já que o contexto pandêmico em si afeta diretamente a saúde e a sanidade mental dos indivíduos e conseqüentemente exige maior atenção e cuidado com os mais vulneráveis. Portanto, realizou-se entrevistas com instituições públicas da cidade de Caçador responsáveis por atendimento psicológico na assistência social, sendo estas os equipamentos sociais de proteção social. Os psicólogos entrevistados detalharam como vem realizando o cuidado e atenção psicológica com as pessoas que procuram por esse atendimento. Notou-se que as dificuldades nos atendimentos remotos são grandes e as estratégias ficaram resumidas nas vídeo-chamadas e telefonemas.

Palavras-chave: Atendimento psicológico. Pandemia. Assistência social.

INTRODUÇÃO

A pandemia no novo coronavírus não foi a primeira a causar o terrível cenário de milhares de vidas perdidas por conta de um vírus com capacidade mortal. Quando falamos em pandemia, estamos nos referindo a uma disseminação mundial de uma nova doença que não consegue ser controlada rapidamente que espalha-se de forma não vista e atinge principalmente os mais vulneráveis. Com seu primeiro caso detectado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan na China, o vírus se alastrou rapidamente, e em fevereiro de 2020 já havia chegado em praticamente todos os países, inclusive no Brasil que passado poucos meses declarou que o país estava passando por calamidade pública, obrigando o fechamento de bares, restaurantes, escolas, shoppings, praias, templos religiosos e igrejas, todo o qualquer lugar que houvesse aglomerações de pessoas. O distanciamento social tornou-se regra e todas as pessoas se viram obrigadas a ficarem afastadas, usando máscaras de proteção em todo e qualquer local que frequentassem e realizando a assepsia com álcool 70%.

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Professor Mestre do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Quando um novo ano se inicia, muitas pessoas costumam fazer planos, metas e projetos para o novo ciclo que está começando, se enchem de esperança e motivação buscando dar um sentido diferente para suas vidas. Porém, 2020 foi um pouco diferente, o ano se iniciou e após passados os primeiros meses houve uma mudança drástica pela qual todas as pessoas tiveram que se adaptar. Todos se viram obrigados a isolar-se dentro de casa, proteger crianças, idosos e pessoas que portavam doenças, uma vez que consideradas do grupo de risco, as saídas de casa deveriam ser as mínimas possíveis pois a taxa de contágio da doença era altíssimo.

O isolamento social obrigou todos a se afastarem de seus trabalhos, com exceção dos profissionais da saúde, como médicos, enfermeiros e farmacêuticos que atuavam na linha de frente em combate ao coronavírus. A forma de trabalho passou a ser *home office* por um período de tempo, assim como as aulas em escolas e faculdades que trabalhavam de forma presencial. Todo o contexto pandêmico acabou afetando o psicológico das pessoas, o medo de contrair o vírus, a preocupação excessiva com a saúde e a proteção ao mais vulneráveis e o fato de se isolar em casa torna as pessoas um pouco menos saudáveis psicologicamente e a busca por assistência psicológica também aumenta. Com isso, o presente trabalho traz consigo entrevistas e esclarecimentos realizados com instituições de assistência social da cidade de Caçador, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Norte e o CRAS Martello. Os psicólogos foram questionados sobre como se sucederam os seus respectivos trabalhos durante a pandemia do novo coronavírus, como foram as demandas em atendimento psicológico e quais as expectativas para quando tudo voltar a ser como era antes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Podemos definir pandemia como uma epidemia que decorre em larga escala geográfica, atingindo vasta região ou país, enquanto o termo coronavírus refere-se a uma família de vírus que pode causar desde resfriados comuns até doenças respiratórias mais graves, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS; COSTA; GIRARD; SANTANA, 2020).

Mesmo a partir da compreensão destes conceitos a magnitude de seus significados atuais não é tão simples, a pandemia causada pelo novo COVID-19 apresentasse como uma situação inédita de dificuldades para a sociedade. A psicologia social e comunitária sempre enfrentou diversos desafios desde seu surgimento por estar ligada a realidade direta dos indivíduos mais segregados da sociedade, contudo nada se compara a nova situação que a pandemia vivida atualmente apresenta (TORRES; LIMA; BREDA, 2020).

Registrados inicialmente na cidade chinesa de Wuhan, em dezembro de 2019, os casos de contágio pelo novo coronavírus começaram a se espalhar rapidamente pelo mundo, a partir do continente asiático, ganhando status de pandemia ao alcançar os demais continentes ainda no início de 2020 (TORRES; LIMA; BREDA, 2020).

Brevemente observou-se o fechamento de restaurantes, bares, shoppings, espaços religiosos, praias, meios de transporte e ademais locais, de súbito o isolamento se tornou a medida mais indicada devido ao elevado nível de propagação

do vírus, contudo atender as demandas mais básicas para barrar o contágio se mostrou um desafio no Brasil (TORRES; LIMA; BREDA, 2020).

Sendo um dos países mais desiguais do mundo, o Brasil segue tendo dificuldades em atender recomendações básicas da Organização Mundial da Saúde – OMS para conter a pandemia, como higienização constante das mãos com uso de água, sabão e álcool, além do uso de máscaras que devem ser substituídas periodicamente ao longo do dia¹⁰. Por mais que pareçam medidas simples e baratas, o contexto da pandemia expõe com nitidez que entre grande parte das parcelas mais vulneráveis da população o atendimento a tais recomendações é praticamente impossível, escancarando uma vez mais a desigualdade social brasileira (TORRES; LIMA; BREDA, 2020).

Segundo Machado e Meio (2020), “seja no setor público ou no privado a necessidade de se adequar a esta realidade se mostrou urgente, o que não foi diferente com a psicologia social e comunitária.

O contexto de pandemia em que mergulhamos nos últimos meses veio, de forma brusca e inesperada, confrontar os interventores sociais (assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, gerontólogos, educadores sociais, entre outros) com novos desafios no trabalho que desenvolvem diretamente com populações desfavorecidas e carentes. Quando todos se confinam, como garantir o apoio necessário aos mais desfavorecidos? Como manter, numa lógica de compromisso com a ética profissional, o trabalho junto das populações mais carentes sem as colocar e sem se colocarem a si em risco? O confinamento e a necessidade de distanciamento físico exigiram, por isso, uma reinvenção das práticas de atuação (MACHADO; MEIO, 2020).

Considerando que os interventores sociais trabalham em direto contato as populações mais desfavorecidas, que neste contexto são a população sem abrigo, os doentes crônicos, os imigrantes, dependentes químicos, trabalhadores precários, idosos, desempregados entre outros, que por vezes não possuem sequer suas necessidades básicas de alimentação supridas, de que forma prover proteção frente a uma pandemia quando se há uma cisão desse contato. Argumentasse que o uso das TIC's é de valia neste contexto (TORRES; LIMA; BREDA, 2020).

Neste sentido visualizando as TIC e o Home Office no contexto da Pandemia do Coronavírus 2019-20 os serviços psicológicos mediados pelas TIC ocorrem pela conexão do acesso à internet por *hardware* e *software*, websites, aplicativos, plataformas digitais dispositivos móveis, TV e aparelhos conjugados ou híbridos e qualquer outro modo de promoção da interação de maneira síncrona (chat, conferências) ou assíncrona (e-mails, mensagens) que possa vir a ser implementado (COSTA; GIRARD; SANTANA, 2020).

Contudo, considerando a situação das parcelas mais desfavorecidas da sociedade, que são o público alvo das ações da psicologia social e comunitária que por vezes não dispõe de saneamento básico terá acesso as tic's (COSTA; GIRARD; SANTANA, 2020).

A evidência das profundas desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas é mais alarmante quando constatamos o quanto o uso de

tecnologias de informação e comunicação passou a ser essencial para a plena participação dos cidadãos na vida social e no acesso aos serviços públicos e privados (NASCIUTT, 2020).

Frente a essa realidade, o trabalho de profissionais psicólogos sociais e comunitários se fazem de suma importância, indivíduos a margem da sociedade devem ser atendidos e não segregados, onde há a possibilidade de realização de trabalhos por meio das TIC's seu uso é indiscutível, contudo há ainda o desafio para alcançar aqueles que carecem em necessidades e não podem ser atingidos por meio delas (COSTA; GIRARD; SANTANA, 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa foi baseada em dados obtidos de livros, artigos, periódicos e a partir de entrevistas com quatro psicólogas que atuam na assistência social. Embora seja uma situação nova, já existem muitos estudos iniciados, e artigos disponíveis que versam sobre os problemas psicológicos decorrentes da pandemia COVID-19 e suas consequências. Os resultados são apresentados de forma sintética, tendo em vista que as estratégias de avaliação psicológica e monitoramento são bem limitadas na assistência social no contexto da pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados levantados através das entrevistas com os psicólogos atuantes nas instituições alvo desta pesquisa são interessantes. Ambos os profissionais psicólogos da assistência social indicaram que houve mudanças no atendimento devido à situação pandêmica, levando à suspensão integral dos atendimentos feitos em grupos por tempo indeterminado e reorganização para que os atendimentos individuais na modalidade presencial ocorressem com máxima segurança e somente em casos emergenciais, atendendo a todas recomendações dos órgãos de saúde.

O acesso ao atendimento psicológico na assistência social é de suma importância para enfrentar o cenário pandêmico. Para continuar atendendo as demandas de forma eficiente foram necessárias algumas adequações como organização de uma sala para atendimentos *on-line*, via whatsapp, chamada telefônica e demais ferramentas disponíveis a fim de preservar o sigilo e a privacidade.

A modalidade de atendimentos online é regulamentada pelo Conselho Federal de Psicologia, possui suas nuances e não é uma grande novidade [...] Atender à distância era algo excepcional, reservado para casos específicos, como, por exemplo, pessoas que moravam fora do país, que estavam viajando, com locomoção reduzida, entre outros (MOURA, 2020)

Os atendimentos realizados remotamente foram extremamente necessários, tendo como recurso mais recorrente o telefone, possibilitando que as orientações fossem feitas pontualmente e de forma precisa. Leva-se em conta que nem todos os indivíduos que são usuários da assistência social dispõem dos recursos necessários para um atendimento remoto, ou até mesmo podem estar passando por situações mais emergenciais, necessitando assim de um atendimento mais complexo, quando

muito necessário os atendimentos presenciais eram realizados, mediante agendamento prévio, restrito para demandas mais complexas e emergenciais.

As queixas mais recorrentes e mencionadas pelos profissionais foram ideação suicida, conflitos familiares, maus-tratos contra idosos e crianças, ansiedade, sentimento de solidão e entre outros. Embora muitas pessoas que já passavam por acompanhamento psicológico antes mesmo da pandemia começar tenham seus sintomas agravados diante do cenário atual, e de fato estejam sendo exponencialmente afetadas por este fator de pressão biopsicossocial é necessário atentar para o fato de que algumas das queixas seriam erros de pensamento, ocasionados pelo tempo ocioso, pressão psicológica e obrigatoriedade de convivência em tempo integral imposto pela quarentena. Todavia, os sentimentos relatados pelos usuários, quando não trabalhados, tornam-se problemas psicológicos. Diante disso, quando refletimos sobre o aumento de problemas psicológicos durante a pandemia, constatou-se que houve sim um aumento significativo, porém imensurável devido à demanda que é imprevisível.

A pandemia possibilitou entender ainda mais como a organização social traz impactos diretos na saúde mental das pessoas. Nesse sentido, uma anamnese psicológica deve sempre levar em conta o contexto onde a pessoa está inserida e quais os possíveis agentes estressores. Desse modo, examinando a capacidade que cada indivíduo tem em lidar com a adversidade, diante da pandemia COVID-19, observou-se a importância das reflexões pertinentes à convivência familiar, na tentativa de que a família e também os indivíduos em quarentena e/ou isolamento social obtenham autonomia para a resolução adequada de suas problemáticas familiares e pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa era entender como o coronavírus afetou os campos terapêuticos na assistência social. Percebeu-se que a demanda por atendimento aumentou na assistência social, juntamente com a adaptação das novas formas de atuação dos psicólogos. Percebe-se que as pessoas ainda têm dificuldade em lidar com seus conflitos internos em família, essa falta de autonomia é algo a ser trabalhado em sociedade. Outro dado importante a ser considerado foi que muitas pessoas perderam seus empregos e passaram a ficar mais tempo em casa. Isso também causou problemas familiares, sendo o aumento de agressões contra idosos e crianças uma consequência. Aqueles indivíduos que já possuíam problemas psicológicos, tiveram seus sintomas agravados na quarentena.

Os trabalhos em grupo foram suspensos, por outro lado foram encontradas outras formas de realizá-los, como por exemplo, por chamadas de vídeo. E, por fim, podemos afirmar que o campo da saúde mental foi um dos que mais sofreu danos, pois as taxas de suicídio subiram e as de agressão e maus-tratos intrinsecamente das famílias subiu neste período, o que demanda atenção de psicólogos e autoridades.

Como esperado, ainda não temos uma data correta de quando as coisas vão "voltar ao normal", o que por um tempo ainda passará a ser difícil para o campo da saúde mental. Como exemplo disso, as crianças que ainda não voltaram a frequentar as escolas, também sofreram atrasos na sua aprendizagem (principalmente crianças que estavam em período de alfabetização) e isso fará com que futuramente, elas possam ter déficits na da aprendizagem por conta de não ter tido o ensino adequado

durante o período de pandemia. Haverá muito trabalho aos psicólogos, principalmente os da assistência social. Com o agravamento da desigualdade social e os problemas emocionais, novas estratégias deverão ser implementadas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Daniel Jackson Estevam; COSTA, Levi Cadmiel Almaral; GIRARD, Carla Daniella Teixeira; GIRARD, Cristiane Marina Teixeira; SANTANA, Sérgio Rodrigues. **Os desafios dos serviços psicológicos mediados pelas TIC no contexto da Pandemia do Coronavírus 2019-2020**. Revista de biblioteconomia e Ciência da informação, 11 de abril de 2020.

MACHADO, Idalina; MEIO Sara. **CADERNOS DA PANDEMIA: (re)inventar a intervenção social em contexto de pandemia**. Vol 4. Instituto de sociologia da universidade de porto, junho de 2020.

BREDA, Roselene de Lima; LIMA, Jose Rodolfo Tenorio; TORRES, Liliana Vanessa Pininga. **PANDEMIA E DESIGUALDADE SOCIAL: Centro de Referência da Assistência Social e o enfrentamento à Covid-19 em Arapiraca/Alagoas**. Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 161-183, set. 2020.

NASCIUTT, Jacyara Carrijo Rochael. **PANDEMIA E PERSPECTIVAS NO MUNDO DO TRABALHO**. Caderno de administração, Maringá, v.28, Ed.Esp., jun./2020.

MOURA, M C. **Atendimentos online em época de pandemia: relato pessoal de uma psicoterapeuta**. Diário do Nordeste. 07/11/2020. Acesso em 07/11/2020.

A MOTIVAÇÃO DOS PAIS PARA A AUTOMEDICAÇÃO EM SEUS FILHOS¹

Jaqueline Gatti, jaquegatti20@gmail.com²
Kaliany Dalzotto, kalianydalzotto@gmail.com³
Marceli Deon Moraes, marci-79@hotmail.com⁴
Monique Sonda Petry, moniquepetry@hotmail.com⁵
Rosmari Dias, rosmari_dias@hotmail.com⁶
Sibele Godoy Caminski, sibele.godoy@uniarp.edu.br⁷

Resumo – A prática da automedicação é muito utilizada na atualidade, seja para se automedicar ou medicar os filhos. Mesmo sendo um processo que acontece frequentemente, é bastante perigoso e pode causar prejuízos para vida do indivíduo. Esse hábito é universal, sendo assim, é importante que todos busquem compreender que a frequência desse comportamento pode acarretar malefícios à saúde, pois por maiores que sejam as motivações, algo que pode parecer benéfico e curativo pode se tornar nocivo e tóxico. Deste modo, este artigo tem como objetivo entender os riscos e motivações que levam os pais a praticarem tal ato sem orientação profissional, através de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Automedicação. Filhos. Motivação. Pais. Riscos.

INTRODUÇÃO

A automedicação pode ser considerada favorável por muitas pessoas pelo fato de amenizar a dor ou sofrimento de forma imediata, porém é uma prática que pode causar efeitos adversos para a saúde do indivíduo se administrado de modo errado. Medicar uma criança sem consultar um pediatra, repetir receitas antigas, aumentar a dose do remédio ou então fazer um tratamento reduzido ou prolongado demais são procedimentos que podem levar a consequências graves.

A automedicação é um fenômeno cultural que passa de geração em geração, a preocupação com o autocuidado e com a prevenção, permitiu que os indivíduos usufríssem da facilidade de compra do fármaco sem recorrer ao médico, detentor de conhecimento, para fazer as indicações corretas. Muitos desconhecem os riscos do uso prolongado de determinado medicamento e fazem o uso exagerado do mesmo, mascarando muitas vezes a patologia (MATOS, 2005).

A facilidade de acesso a medicamentos permite que o indivíduo possa se automedicar sem avaliar os riscos que possivelmente podem ocorrer. Observa-se que esta questão está relacionada ao autocuidado, ao dever e direito da pessoa de se medicar intervindo no processo saúde/doença, cabe salientar, que muitas vezes, o sujeito não tem conhecimento necessário para isso e que pode acarretar em problemas maiores (MATOS, 2005).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Psicologia.

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, titulação do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

AUTOMEDICAÇÃO

A automedicação vem sendo definida como a utilização de remédios sem prescrição, com o objetivo de tratar ou aliviar sintomas ou mesmo de promover a saúde, independente da prescrição (FILHO; JÚNIOR, 2013). Desse modo, automedicação é compreendida como o ato de se medicar por conta própria.

Muitos desses fármacos são utilizados de forma inadequada. Destacam-se os problemas relacionados ao uso de antibióticos para tratar infecções de etiologia viral, a utilização de fármacos cuja efetividade não está comprovada, além de problemas como erros na dosagem, intervalo de administração e tempo de utilização (FILHO; JÚNIOR, 2013).

A automedicação infantil não significa pais de nível de escolaridade baixo, pois justamente os pais com nível elevado estão automedicando seus filhos pelo fato de maior compreensão das bulas e prescrições. Esses pais se sentem mais seguros para realizarem a prática, deste modo, são justamente eles que estão relacionados a prática da automedicação em crianças (MACÊDO et al., 2019).

Hoje muitos dos responsáveis pelas crianças empregam a automedicação para alívio dos sintomas como cefaleia, resfriado e dor, recorrendo a farmácias domiciliares, as quais contêm analgésicos, antigripais e anti-inflamatórios que podem representar risco para as crianças. Outra consideração importante a ser destacado na autoadministração de fármacos em crianças, é a utilização abusiva de embalagens atraentes, medicamentos coloridos e adocicados, com sabor de frutas e formatos de bichinhos, colaborando sobremaneira para o aumento das intoxicações acidentais (FILHO; JÚNIOR, 2013).

Além do problema que existe, em que alguns pais medicam por conta própria seus filhos, há o risco em que as crianças, por sua curiosidade e pelo local não ser seguro quanto as mesmas, encontram os medicamentos e sem um adulto por perto acabam ingerindo. Os medicamentos além de possuírem embalagens simples que as crianças possam abrir, as cores também podem ser chamativas, colaborando para imprevistos tóxicos (CELLA; ALMEIDA, 2012).

A utilização de medicamentos pela população é alta e influenciada por diversos fatores: aumento da expectativa de vida da população, aumento e surgimento de novas doenças, prevalência de transtornos de humor, doenças resultantes da poluição ambiental e das mudanças climáticas, entre outras (ARRAIS et al., 2016).

Quando praticada a automedicação pode ter consequências que incluem as interações medicamentosas, efeitos adversos, risco acrescido de intoxicação ou interpretação incorreta dos sintomas, com conseqüente acréscimo de custos de saúde, atrasando ou dificultando o diagnóstico e a abordagem terapêutica correta da doença (BELO; MAIO; GOMES, 2017).

A automedicação pode gerar riscos para a saúde do indivíduo, tais como: atraso no diagnóstico ou diagnóstico incorreto, pois mascara os sintomas; possibilita o agravamento do distúrbio; administração incorreta; dosagem inadequada; uso excessivo ou prolongado do medicamento; dependência; possibilidade da ocorrência de efeitos indesejados graves; interações com outros fármacos; reações alérgicas; intoxicações; e ainda, o armazenamento incorreto e o uso do remédio vencido pode gerar prejuízos para a saúde do sujeito (MATOS et al., 2018).

No ambiente familiar, o uso de fármacos é muito comum. As mães recorrem à prática de medicar por conta própria seus filhos quando estes apresentam algum sintoma desagradável, decorrente ou não de alguma doença. Crianças e adolescentes são mais suscetíveis aos efeitos nocivos dos medicamentos, uma vez

que os aspectos fisiológicos são dinâmicos e se modificam ao longo do seu desenvolvimento, por tanto, deve ser administrado com cautela (CARVALHO et al., 2008 apud LEITE et al., 2015).

A prática da automedicação pode, como dito anteriormente, estar sujeita a inúmeros riscos e fatores, nesse sentido, é importante que todos se conscientizem que esse hábito não é seguro e que pode ocasionar problemas graves de saúde, dependendo do uso, abuso e dosagem de medicamentos, os quais o indivíduo não tem conhecimento, pode levar até a morte.

A MOTIVAÇÃO

Os principais motivos para as pessoas se automedicarem e assim medicarem os demais que fazem parte da dinâmica da família são: dificuldade de acesso aos serviços de saúde; limitação do poder prescritivo; recomendação de medicamentos por conhecidos, familiares ou atendentes de farmácias; repetição de sintomas anteriores; falta de tempo para procurar um profissional da saúde; e o livre comércio de remédios, passando a imagem de milagrosos e inofensivos à saúde (MATOS et al., 2018).

Os cinco pilares que podem exercer influência ou conduzir a automedicação são: consumidor (doente); prescritor (médico); vendedor (farmácia); fabricante (indústria farmacêutica); e a publicidade (mídia). Esses pilares exercem influência na automedicação, porém, o conflito de interesses, falta de informação e conscientização, permitem ao consumidor fazer o uso de forma desproporcional de alguns remédios. Ao prescrever um fármaco o profissional passa ao indivíduo a imagem de que os sintomas desaparecerão, desta forma, toda vez que houver indícios de determinados sintomas, o sujeito recorrerá ao remédio de forma a obter alívio (MATOS, 2005).

Outro problema que leva ao uso desenfreado da automedicação são as farmácias e os fabricantes. O lucro obtido pela venda e a bonificação recebida pela indústria farmacêutica faz com que o atendente dê soluções mágicas e rápidas, além da sugestão de vitaminas, calmantes naturais, entre outros. A confiança que o consumidor projeta no farmacêutico faz com que ele adquira as drogas de forma contínua. A própria propaganda gerada em torno do medicamento cria a imagem de prolongamento da vida e de medida imediata, induzindo ao seu consumo (MATOS, 2005).

A prescrição de medicamentos para ocorrer de forma segura exige do profissional da saúde conhecimentos relacionados ao reconhecimento das indicações terapêuticas e contraindicações, posologia apropriada (dosagem recomendada, via de administração e frequência de uso), verificação das interações medicamentosas e incompatibilidade entre medicações simultâneas, monitoramento da resposta ao tratamento e das possíveis reações alérgicas, efeitos colaterais e adversos (LUCAS et al., 2015).

Levando em consideração as motivações, percebe-se que todos possuem uma boa intenção, entretanto, isso não significa que seja a alternativa mais adequada, afinal, por melhor que seja o propósito, ele pode prejudicar muito mais do que ajudar, por isso, é importante levar em ponderação os riscos, incluindo o de morte por intoxicação, visto que um remédio, por mais que possua efeito curativo, dependendo da dosagem pode virar veneno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dor é um incômodo, um desconforto, onde quem sente almeja a cessação dela, sendo assim, a automedicação é usada de forma irracional com o objetivo de aliviar a dor da criança, mas desta forma os cuidadores (mães, pais) esquecem que a utilização da medicação sem prescrição médica e sem conhecimento médico coloca em risco a vida do indivíduo, afinal, ela pode estar camuflando alguma possível patologia, causando alguma alergia ou intoxicação, ou ainda, ao prolongar o uso exagerado de fármacos, pode estar gerando alguma dependência.

A prática da automedicação é vista como uma dinâmica social e familiar, e principalmente, na ansiedade do cuidador da criança em buscar um alívio imediato para o desconforto infantil, sendo a Unidade Básica de Saúde a segunda opção, ou seja, se o medicamento não funcionar, é procurado então uma orientação médica.

Diante dos aspectos observados, conclui-se, que a automedicação é uma prática que perpetua todas as classes sociais, o fácil acesso, a mídia e toda propaganda envolvida em torno da função dos medicamentos, faz com que o indivíduo recorra a soluções mais fáceis e de menor custo.

Este artigo não possui por objetivo encontrar um culpado, o que se percebe é a falta de orientação de médicos, farmacêuticos e da própria mídia em conscientizar a população acerca da automedicação e dos riscos que podem acarretar à saúde do indivíduo, desse modo, minimizando o consumo excessivo e prolongado dos fármacos.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado et al. Prevalência Da Automedicação No Brasil E Fatores Associados. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, supl. 2, 13s, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s2/pt_0034-8910-rsp-s2-S01518-87872016050006117.pdf. Acesso em: 27/09/2020.
- BELO, Nídia; MAIO, Patrícia; GOMES, Susana. Automedicação Em Idade Pediátrica. **Nascer e Crescer**, Porto, v. 26, n. 4, p. 234-239, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/nas/v26n4/v26n4a05.pdf>. Acesso em: 27/09/2020.
- CELLA, Elisandra; ALMEIDA, Rodrigo Batista de. Automedicação: Enfoque Pediátrico. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://revista.saude.sc.gov.br/index.php/inicio/article/view/109>. Acesso em: 27/09/2020.
- FILHO, Paulo Celso Prado Telles; JÚNIOR, Assis do Carmo Pereira. Automedicação Em Crianças De Zero A Cinco Anos: Fármacos Administrados, Conhecimentos, Motivos E Justificativas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 291-297, Junho, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200013. Acesso em: 27/09/2020.
- LEITE, Inêz Cristina Palitot Clementino Remígio et al. Automedicação Em Crianças: Uma Revisão Integrativa. **EFDeportes Revista Digital**, Buenos Aires, Ano 20, n. 205, Abril, 2015. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd205/automedicacao-em-criancas-uma-revisao.htm>. Acesso em: 27/09/2020.

LUCAS, Eduardo Alexander Júlio Cesar Fonseca et al. A Problemática Da Automedicação Na Infância. **Enfermagem Brasil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 98-108, 2015. Disponível em: <http://www.portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/173>. Acesso em: 27/09/2020.

MACÊDO, Maria Ayrilles et al. A Prática Da Automedicação Em Criança Por Pais E Responsáveis. **Holos**, Ceará, Ano 35, v. 5, p. 1-13, dez. 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5120>. Acesso em: 27/09/2020.

MATOS, Januária Fonseca et al. Prevalência, Perfil E Fatores Associados À Automedicação Em Adolescentes E Servidores De Uma Escola Pública Profissionalizante. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 76-83, Mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v26n1/1414-462X-cadsc-26-1-76.pdf>. Acesso em: 27/09/2020.

MATOS, Mara Célia Alves. **Auto-medicação**. Psicologia.pt, Portugal, p. 1-18, 2005. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?auto-medicao&codigo=TL0048&area=d2. Acesso em: 27/09/2020.

A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO EM CRIANÇAS POR SEUS PAIS E RESPONSÁVEIS ¹

Josiéli Varela Forlin, josieli.varela@uniarp.edu.br ²

Ana Claudia F Domingues, anaclaudiaferreiradomingues@gmail.com ³

Camila Luiza Scorsin, camilisscorsin123@gmail.com ³

Danielle Thaynara Stüpp, danithaynara@hotmail.com ³

Jéssica Camile Dallagnol, jessicadallagnol@hotmail.com ³

Suelen Fátima de Souza, suelendesouza17@gmail.com ³

Resumo – Esse trabalho é advindo de projeto integrador do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e tem como objetivo apontar a prevalência da automedicação, em crianças, sendo essa prática realizada por pais e responsáveis de maneira irracional, esclarecer as principais formas de automedicação, os motivos mais frequentes que levam ao consumo de medicamentos sem prescrição médica, retratar os influenciadores da automedicação que são pessoas do meio familiar e muitas vezes balconistas de farmácia, e por fim descrever as consequências negativas da automedicação à saúde, como por exemplo, o risco de alergias e intoxicações.

Palavras-chave: automedicação, crianças, motivos, consequências.

INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como foco principal analisar os seguintes textos “a prática da automedicação em crianças por pais e responsáveis” e “a medicação dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos”, visando discutir os pontos importantes destacados em cada um dos textos, descrevendo de uma forma simples, mas direta o que cada qual trabalha.

Os artigos são de grande importância, pois auxiliam no conhecimento de coisas simples e complexas ao mesmo tempo, destacando que quando falamos de automedicação por pais ou responsáveis ou até mesmo de desvios de comportamento causados pela medicação estamos nos referindo aos riscos e danos que podem ser causados. Então este projeto traz grandes informações sobre o desenvolvimento das crianças e seus pontos importantes de vida.

A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO EM CRIANÇAS POR SEUS PAIS

2.1. AUTOMEDICAÇÃO POR PAIS E SEUS MOTIVOS

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador na matéria de TTP Existencial do curso de Psicologia ofertado pela UNIARP.

² Professora do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Dentre os cuidados com as crianças, Sousa et al (2013) relata que uma das partes integrantes do autocuidado é a prática da automedicação. Além disso, o simbolismo de saúde fortalece os hábitos do consumo, principalmente de medicamentos, de forma sedutora e vendável, como “alívio imediato da dor” dentre outros (URBANO et al, 2010).

Podemos entender a automedicação como um autocuidado dos pais com seus filhos, uma forma de cuidar com algo que está acessível em seus lares, que geralmente são sobras de remédios já usados alguma vez ou quando não se tem em casa, procuram uma farmácia mais próxima para fazer a compra do mesmo e utiliza-lo como um alívio imediato da dor do filho, o que não é o correto a se fazer.

Segundo Conrad et al (2007) “A medicalização pode ocorrer tanto em casos de desvios de comportamento quanto de processos naturais da vida”. Ou seja, a criança pode ser medicada por dores e problemas comuns como gripe, febre entre outras, e nesses momentos comuns que acontecem a automedicação das crianças pela parte de seus pais sem devida orientação necessária e sem antes um exame necessário para entender o porquê da devida dor.

2.2. AUTOMEDICAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Isso pode acarretar em vários problemas futuros, esses sintomas podem simbolizar algo mais grave, algo mais complexo e como não e dado a devida atenção e a criança só e automedicada no momento pelos pais sem conhecimento prévio no medicamento e por intuição apenas, esse medicamento pode apenas mascarar algo que deveria receber atenção e ir atrás do porquê daquela dor, antes de medica-lo de imediato.

Tudo isso e importante para percebermos a importância do check-up tanto em crianças quanto em adultos a importância do autocuidado, da prevenção devemos sempre fazer exames de seis em seis meses, para termos certeza que a nossa saúde está boa e para devidos diagnósticos quanto antes de doenças que podem aparecer ao longo de nossas vidas.

“A infância se tornou um tempo particular da constituição humana, que necessita de preparo e de prevenção para produzir indivíduos capazes para o trabalho e saudáveis, que fizessem parte do corpo social” (Guarido, 2010). E na infância que ocorre o desenvolvimento da criança e onde deve-se evitar o uso de medicamentos sem necessidade aparentes para que esse desenvolvimento ocorra da melhor forma possível.

“O processo de medicalização está diretamente ligado ao que é considerado um desvio social e ao controle social” (Brzozowski e Caponi, 2009). O medicamento usado de forma incorreta pode trazer danos graves para a vida das crianças, podendo até mesmo prejudicar sua vida social e profissional se usado incorretamente e sem orientação profissional.

A melhor escolha antes de usar qualquer medicamento e procurar um profissional da saúde para orientação e não usar medicamentos que já se tem em casa, o correto a se fazer e procurar ajuda profissional e não apenas agir pelo impulso do momento para aliviar os sintomas dos filhos.

METODOLOGIA

Este projeto obteve seu resultado por meio de pesquisa bibliográfica através do método comparativo de dois artigos publicados no respectivo tema. Medicalização dos desvios de comportamentos na infância: A prática de automedicação em crianças por seus pais e responsáveis (LIMA et al. 2019). Aspectos positivos e negativos (BRZOZOWSKI e CAPONI, 2013). Foi possível obter de forma significativa que a prática da automedicação realizada com crianças em sua maioria por seus responsáveis.

De acordo com o primeiro artigo as crianças menores de 2 anos geralmente são automedicadas por seus responsáveis ao qual todas as entrevistadas possuem reserva de medicamentos em casa e agem com a intenção de ajudar, porém poucos sabem que tais medicamentos com uso indevido podem causar reações adversas. Sobre os dados levantados as principais situações clínicas do uso indevido de medicamentos é a febre, dor e gripe.

A febre foi a situação clínica mais referida como motivo para a prática da automedicação (93%), 44,2% citaram dor e 37,2% gripe. Vale ressaltar que 53,5% mencionaram até duas situações clínicas apresentadas pela criança. Dos medicamentos, os antitérmicos foram os mais utilizados (88,4%), seguidos por analgésicos (53,5%), polivitamínicos (30,2%) e soro nasal (27,9%), sendo que a maioria (62,8%) possui o hábito de ler a bula das medicações. (LIMA et al. 2019, pg. 8).

Após a coleta de dados do presente artigo evidenciou-se que com relação ao grau de escolaridade dos pais e responsáveis quanto mais elevado maior é a utilização indevida do medicamento, pois faz com que se sintam mais seguros por poder compreender a bula. Fazendo então com que acreditem estar certos sobre a medicalização da criança. Percebe-se que a prática da auto medicalização está inserida na sociedade e nas famílias em um contexto de alívio imediato dos sintomas para não procurar um profissional já que muitas vezes os sintomas são vistos como “simples” e entendidos como logo vai passar. Vale ressaltar que a febre se trata de um mecanismo de defesa e que é um dos principais sinais de há algo de errado com o corpo.

No artigo de BRZOZOWSKI e CAPONI, 2013 A medicalização dos desvios é possível por meio da flexibilização dos limites do que é considerado normal e do que não é. Alguns dos desvios de comportamento são: o alcoolismo, homossexualidade, loucura, hiperatividade, dificuldades de aprendizagem, problemas alimentares, abuso infantil, transexualidade dentre outros. Neste artigo é possível refletir sobre a medicalização dos desvios e fazer um comparativo sobre os aspectos positivos e negativos.

Os desvios de comportamento antigamente eram de responsabilidade de diferentes instituições, a partir de que a medicina assumiu um papel na vida escolar, familiar e social foi possível tratar tais comportamentos, para que certas condutas possam passar por uma resolução de problemas.

Sendo assim após a medicalização de tais comportamentos ser aceita pela sociedade tais comportamentos passaram a ser características da doença e os indivíduos considerados doentes.

Quando pensamos especificamente na escola, a medicalização dos processos de aprendizagem pode representar uma ajuda em sala de aula,

pois resulta em crianças mais calmas e concentradas. (BRZOZOWSKI e CAPONI, 2013, pg. 214).

Porém se pararmos para refletir ficou mais fácil simplesmente medicar principalmente quando se tratando de criança, do que buscar um entendimento sobre tais comportamentos.

Os aspectos positivos do processo de medicalização dos comportamentos da infância parecem estar mais relacionados ao entorno das crianças do que a elas mesmas. Exceção a maior compreensão de seu comportamento por parte dos adultos, não podemos afirmar com certeza até que ponto os demais fatores citados aqui beneficiam o próprio indivíduo medicalizado. (BRZOZOWSKI e CAPONI, 2013, pg. 214).

O artigo nos traz a reflexão sobre o uso excessivo de medicamentos na atualidade principalmente na medicalização dos comportamentos da infância aonde a criança não responde por si, portanto a medicalização muitas vezes pode ser um meio mais fácil para seus pais, escola e sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em ambos os textos podemos observar que a sociedade necessita de uma conscientização necessária a respeito da medicalização, seja ela sem indicação médica e utilizando de forma indevida ou seja ela por comportamentos aos quais a criança possui e que devem ter mais atenção do que somente o ato de medicar na espera que traga alívio imediato a sintomas que devem ser tratados da forma correta.

Obtém-se uma grande reflexão sobre a medicalização exacerbada quando se trata de desvios de comportamento e da automedicação em crianças. Em ambas situações há necessidade de maior conhecimento pelos pais e responsáveis sobre os assuntos, pois a uma grande necessidade de diminuir tais práticas, pois se tratando de crianças precisamos de qualidade, segurança e confiança na medicação utilizada para que possam se desenvolver saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos cuidadores cabe terem um papel ativo de que a automedicação quando incorreta pode conduzir a graves consequências. Geralmente os familiares fazem a automedicação sem prescrição e muitas das vezes não se dão conta dos riscos que a criança ou qualquer outro indivíduo estará correndo. O que facilita a automedicação é o fácil acesso nas farmácias onde as pessoas compram remédios isentos de prescrição médica. É o caso do paracetamol e da dipirona, que em outros países são controlados. Cabe ao farmacêutico dentro da sua ética profissional prestar assistência, com o objetivo de conscientizar. A automedicação hoje é um problema que deve ter mais atenção por parte dos órgãos de saúde pública, alertando as pessoas de que a prescrição errônea pode trazer diversas consequências e problemas indesejáveis e com isso o mascaramento de doenças.

Diante deste contexto deve ser necessária várias medidas de forma preventiva para que se torne visível a população o quanto é perigoso o uso desta prática. Não será fácil acabar com a automedicação, porém é possível minimizá-la e com isso garantir o bem-estar da população de modo geral.

REFERÊNCIAS

BRZOWSKI, F. S. (2009). **Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade: medicalização, classificação e controle dos desvios**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

BRZOWSKI, Fabíola Stolf; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. **Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos**. PDF. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000100016&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 08 nov. 2020

CONRAD, P. (2007). **The medicalization of society: On the transformation of human conditions into treatable disorders**. Baltimore: The John Hopkins University Press.

GUARIDO, R. (2010). **A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação**. In CRP-SP (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo) (Orgs.) *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos* (pp. 29-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.

LIMA, M.F.P. et al. **A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO EM CRIANÇA POR PAIS E RESPONSÁVEIS**. PDF. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5120>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SOUSA, M. S. et al (2013). **Automedicação em crianças que procuram o serviço de emergência em um hospital no sul do Brasil**. Tubarão, SC: Rev. Bras. Farm. p.54-58.

URBANO, A. Z. R. et al. (2010). **Automedicação Infantil: o uso indiscriminado de medicamentos nas cidades de Santos e São Vicente**. [Santos, SP]: Revista Ceciliana.

A Relevância do Aconselhamento Psicológico e das Técnicas Projetivas nas Empresas de Caçador/SC Durante a Pandemia da COVID-19¹

Dannielly Aparecida Bernardes, danbernardes810@gmail.com²
 Guilherme Stocco da Silva, guilhermestocco@hotmail.com³
 Jozeane Zanella Cassol, jozezc2011@hotmail.com⁴
 Paola Carolyna Marim, marincpaola@gmail.com⁵
 Talia Rodrigues Santiago, taliasantiago21@outlook.com⁶
 Patrícia Aparecida Rusczyk Favarin, patricia@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Essa pesquisa tem como objetivo principal apresentar e analisar os dados obtidos em pesquisa realizada pelos acadêmicos da sexta fase do curso de Psicologia, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em dez organizações da cidade de Caçador/SC. Esta pesquisa busca compreender a relevância do aconselhamento psicológico e das técnicas projetivas nestas empresas durante o período de pandemia da COVID-19. Para isso, utilizou-se um questionário quantitativo elaborado na plataforma Google Forms e enviado por e-mail aos psicólogos participantes. Como resultado constatou-se que o aconselhamento se fez muito necessário durante a pandemia, uma vez que a sua frequência aumentou neste período em praticamente todas as organizações que fizeram parte da pesquisa. O projeto verificou que dentre as empresas pesquisadas, muitas delas veem que os testes psicológicos seriam uma ferramenta útil neste processo.

Palavras-chave: Aconselhamento. Covid-19. Técnicas Projetivas. Empresas.

INTRODUÇÃO

O mundo está vivendo uma situação atípica desde o início de 2020, a pandemia de COVID-19. A doença se espalhou por todas as partes do globo, levando populações e países inteiros a se isolarem, na esperança de conter o contágio rápido da doença.

Esta crise atingiu não só a economia e a saúde pública, mas também a saúde mental da população, que ao mesmo tempo que possui medo de se infectar com a doença, não suporta os longos períodos de isolamento e confinamento sugeridos pelas medidas de contenção da COVID-19. Diante desta situação advinda da pandemia, sentiu-se a necessidade de verificar junto às empresas da cidade de Caçador, por meio dos psicólogos que nelas atuam, a relevância do aconselhamento psicológico e do uso de testes projetivos em tempos de pandemia.

É sabido que, pela brevidade da duração do aconselhamento psicológico, não há tempo hábil para a aplicação de testes psicológicos. Contudo, buscou-se verificar

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Psicologia

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, especialista do Curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

se neste momento singular que estamos vivendo, viu-se a necessidade de empregar o uso destas ferramentas como forma de auxílio aos atendimentos efetuados nas organizações.

COVID-19 (CORONAVIRUS DISEASE OF 2019 - COVID-2019)

O início da contaminação do coronavírus se deu na China, mais precisamente na cidade de Wuhan, no começo do mês de dezembro de 2019. Tão rápida como a evolução da doença é a sua propagação e devido a estas características, a COVID-19 (coronavirus disease of 2019 - COVID-2019) se espalhou por todos os cantos do planeta, fazendo com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) a nomeasse como pandemia. (SCHMIDT et al, 2020).

Mesmo tomando todos os cuidados necessários para evitar a sua contaminação e a de outras pessoas, nem sempre é fácil conviver com esta situação de risco iminente. Conforme Lima (2020), esta pandemia tem atingido a todos, não preservando a coletividade ou a individualidade de nenhuma pessoa, gerando abalos na saúde mental destes indivíduos. Como nenhuma esfera populacional foi poupada das consequências da COVID-19, aqui na cidade de Caçador/SC não foi diferente e neste trabalho, se busca saber quais as ferramentas utilizadas pelas empresas sediadas no município que auxiliam os trabalhadores a enfrentar esta nova verdade.

TESTES PSICOLÓGICOS

Segundo Cohen, Swerdlik e Sturman (2014), a testagem psicológica é compreendida como um processo que tem por objetivo estimar as variáveis psicológicas através de ferramentas e instrumentos planejados para coletar e observar amostras dos fenômenos psicológicos que atingem os indivíduos.

Os testes psicológicos podem ser divididos em dois subgrupos: os psicométricos e os projetivos. Para Formiga e Mello (2000), os psicométricos são mais objetivos e mais científicos ao analisar os dados coletados, sendo muitas vezes caracterizados como mais confiáveis em seus resultados. Já os projetivos são definidos pelos autores como uma grande interpretação de resultados a partir das respostas do inconsciente de cada indivíduo, o que leva à dúvida de sua confiabilidade, visto que não há teor quantitativo, ou seja, provas empíricas e científicas.

Completando a informação acima, Frank (1939 apud PINTO, 2014) cita que as técnicas projetivas oferecem acesso ao mundo dos sentidos, significados, padrões e sentimentos, revelando aquilo que o sujeito pode ou não querer dizer, frequentemente por não se conhecer bem.

ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

Para Corey (1983, p. 22 apud SCORSOLINI-COMIN, 2014), o aconselhamento é o processo por meio do qual "se dá oportunidade aos clientes de explorarem preocupações pessoais; esta exploração conduz a uma ampliação da capacidade de tomar consciência e das possibilidades de escolha". É um processo de duração curta com enfoque na solução de problemas, dessa forma ajuda as pessoas na remoção de alguns obstáculos encontrados em seu processo de crescimento.

Temos visto no momento atual de pandemia devido ao vírus da COVID-19 a necessidade significativa e um aumento dos aconselhamentos psicológicos, principalmente nas empresas. Atualmente, o aconselhamento psicológico nos

contextos da saúde e da doença relaciona-se com a mudança verificada na morbidade: ênfase crescente na promoção da saúde e na prevenção da doença, aumento dos tratamentos de longa duração com maior ênfase no controle do que na cura, e participação ativa do sujeito doente. (TRINDADE e TEIXEIRA, 2000).

METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado através de pesquisa quantitativa por meio de questionário criado pelos acadêmicos na plataforma Google Forms; com onze questões, sendo duas delas perguntas abertas e nove delas perguntas de múltipla escolha. Este questionário foi enviado por e-mail para psicólogos de dez empresas, de diversos segmentos, localizadas em Caçador/SC. Ao receber a devolução do questionário com as respostas, das dez perguntas, estas foram analisadas e os dados relevantes foram utilizados para o desenvolvimento do resumo expandido. O trabalho foi realizado pelos acadêmicos da sexta fase do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, no percurso da disciplina de Técnicas Projetivas, com supervisão da professora Patricia Favarin.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos por meio do questionário, realizado junto aos colaboradores nas empresas, que contava com questões sobre o aconselhamento psicológico e testes projetivos. Tal ferramenta buscou estabelecer relações entre o cenário atual de pandemia e os benefícios destas práticas psicológicas para fundamentar um encaminhamento para outro profissional, quando necessário.

Como resultado dessa pesquisa, constatou-se que grande parte das empresas entrevistadas (70%) realiza aconselhamento psicológico, entretanto, o restante delas (30%) ainda não realiza tal procedimento. A partir dos resultados obtidos, algumas respostas vieram a contribuir ainda mais com nossa pesquisa. A maioria destas empresas já realizava o aconselhamento antes da pandemia e aproximadamente 14% destas não o fazia, passando a prestar este serviço após às necessidades impostas pela COVID-19.

Em relação aos aconselhamentos, as respostas obtidas mostraram que 50% destes ocorreram com colaboradores que trabalhavam próximos a quem foi positivado pela COVID-19 e os outros 50%, ocorreram com o grupo de colaboradores que testou positivo. Com relação a frequência da ocorrência dos aconselhamentos, as respostas apresentaram os seguintes resultados: diário (28,6%), semanal (28,6%) e trimestral (42,9%); nenhuma das empresas assinalou a opção mensal.

A respeito do aumento no número de aconselhamentos após o início da pandemia, 71,4% das organizações responderam de maneira afirmativa. Sobre este aumento, comparado às respostas anteriores, 28,6% das empresas relataram que os aconselhamentos que antes eram feitos semanalmente, passaram a ser feitos diariamente, já os demais, aumentaram de mensal para semanal (28,6%) e de trimestral para mensal (14,3%).

Um ponto importante descoberto na pesquisa, foi que todas as empresas respondentes confirmaram que quando o aconselhamento não consegue suprir a demanda necessária para sanar o sofrimento ou dificuldade apresentada no aconselhamento, os profissionais responsáveis fazem o encaminhamento para outros profissionais.

Ao falarmos sobre testes projetivos e psicométricos, esse trabalho demonstra uma realidade de que poucos profissionais utilizam testes psicológicos para auxiliar no aconselhamento, em média de 14%. Sendo que estes poucos profissionais que fazem o uso, utilizam tanto testes projetivos quanto psicométricos. A grande maioria baseia seu atendimento nos aconselhamentos, em percepções de alteração comportamental e demais fenômenos psicológicos apresentados.

Para finalizar essa pesquisa, foi questionado às empresas se estas acreditam que seria benéfico o uso de testes projetivos ou psicométricos no aconselhamento. Como resultado obteve-se respostas diversas, em sua maioria (60%) acreditam que seria válido o uso de testes psicológicos para o aconselhamento. A resposta negativa para essa questão (20%) justificou-se pelo fato do profissional em questão, considerar o aconselhamento um momento para resolução de situações urgentes e emergentes, sendo o uso dos testes desnecessário. Além disso, outra pequena parte (20%) acredita que o uso dos testes no aconselhamento pode ser benéfico apenas em alguns casos, sendo mais utilizado por esse profissional o diálogo e a observação no aconselhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto integrador teve como objetivo compreender a relevância do aconselhamento psicológico e das técnicas projetivas nas empresas de Caçador/SC durante a pandemia da COVID-19. Os resultados obtidos por meio da pesquisa nos levam a concluir que o aconselhamento psicológico ainda não está presente em todas as empresas, entretanto, grande parte das organizações entrevistadas já utilizam esta prática e uma delas passou a adotá-la após o início da pandemia da COVID-19.

O aconselhamento se fez muito necessário durante a pandemia, uma vez que a sua frequência aumentou neste período em praticamente todas as organizações que fizeram parte da pesquisa. As empresas afirmaram que 50% dos seus aconselhamentos foram feitos para pessoas próximas de quem testou positivo para a COVID-19. O que nos leva a concluir que o foco do aconselhamento é para demandas emergentes, assim sendo, o mesmo tem enorme importância em situações de esclarecimento de dúvidas e necessidades dos colaboradores.

Nossos estudos a respeito desse tema mostram que nos dias atuais se faz pouco uso de testes psicológicos em aconselhamento. Entretanto, o projeto verificou que dentre as empresas pesquisadas, muitas delas percebem de maneira positiva o uso de tal ferramenta nesse processo.

Quando as organizações se deparam com situações extremas e inesperadas, como uma pandemia, alguns métodos que não eram utilizados podem tornar-se de grande valia. Nesse sentido, observa-se que a psicologia tem conquistado e ampliado cada vez mais seu campo de atuação. O cenário atual mostrou a necessidade de ver as pessoas com outros olhos e aprimorar a forma de se gerenciar o capital humano. Uma maneira de fazer a diferença é implementar os serviços psicológicos em todas as empresas e prezar pela qualidade dos mesmos. Ademais, tanto colaboradores quanto seus familiares e a própria organização, obtêm ganhos independente das circunstâncias em que se encontrem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, de Caçador-SC, pela oportunidade de realizar o projeto, aos profissionais de psicologia das empresas caçadorenses, que se prontificaram em responder ao nosso questionário. Agradecemos principalmente, a professora Patrícia Favarin que desde o início do projeto nos auxiliou e nos deu o suporte necessário para efetivação desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

COHEN, Ronald J.; SWERDLIK, Mark E.; STURMAN, Edward D. **Testagem e Avaliação Psicológica: Introdução a Testes e Medidas**. Artmed, 2014.

FORMIGA, Nilton Soares; MELLO, Ivana. **Testes psicológicos e técnicas projetivas: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo**. *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v. 20, n. 2, p. 12-19, Junho 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893200000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2020

LIMA, Rossano Cabral. **Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.30, n. 2, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/physis/2020.v30n2/e300214/pt>>. Acesso em: 25 out. 2020.

PINTO, Elza Rocha. **Conceitos fundamentais dos métodos projetivos**. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 135-153, June 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2020.

SCHMDIT, Beatriz et al. **Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)**. *Estudo de Psicologia*, Campinas, 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2020000100501&script=sci_arttext&lng=pt> Acesso em: 08 out. 2020.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 02-14, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.01>.

TRINDADE, Isabel; TEIXEIRA, José A. Carvalho. Aconselhamento psicológico em contextos de saúde e doença: Intervenção privilegiada em psicologia da saúde. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 18, n. 1, p. 3-14, 2000. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312000000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2020.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE: A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

Ana Paula Araújo, ana.paulaaraujo2@hotmail.com²

Anderson Zago Ribeiro, andersonzrnote@gmail.com³

Edilaine Casaletti, Edilaine@uniarp.edu.br⁴

Josiani Carvalho Pacevicz, paceviczjosi@gmail.com⁵

Júlio Cezar Rodrigues Palhano, pmx-jc-10@hotmail.com⁶

Stephanny Chrystine Sabini Cechetto, stephannycechetto2015@gmail.com⁷

Resumo – Surge, nessa época de adaptação às consequências da pandemia pelo coronavírus, um questionamento o qual incentivou esse estudo: Como é realizada a avaliação psicológica, do paciente quando o atendimento é remoto. Inicialmente foi realizada busca teórica sobre o assunto em questão e em seguida aplicado um questionário on-line para levantamento de informações dos profissionais da Psicologia que trabalham com o atendimento remoto, sendo 7 (sete) a quantidade de respondentes. Assim, foi possível compreender melhor a percepção dos psicólogos em tempos de ajustes e adaptações devido a pandemia, acerca da avaliação psicológica por meio de atendimento on-line.

Palavras-chave: Avaliação; Atendimento; Remoto.

INTRODUÇÃO

As restrições impostas pelo distanciamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus exigiram adaptações dos psicólogos a uma nova realidade de trabalho que privilegia atividades remotas. Assim, surge, dentre tantos, um questionamento que incentivou esse estudo, a busca pela compreensão de como é realizada a avaliação biopsicossocial do paciente quando o atendimento é remoto. O principal objetivo então foi descobrir quais estratégias os profissionais da Psicologia utilizam para a realização de avaliação biopsicossocial, quando esta é realizada na modalidade online.

Objetivamente buscou-se com esse projeto integrador promover atenção à saúde, desenvolvendo habilidades para ações de prevenção, promoção, proteção e

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Psicologia.

² Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora, especialista do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

reabilitação da saúde psicológica e psicossocial; desenvolver habilidades de avaliação e tomada de decisão das condutas mais adequadas; manter os princípios éticos no uso da comunicação das informações e elaboração de informes psicológicos; aprender a desenvolver trabalhos em equipes multiprofissionais, assumindo quando necessário, papel de liderança; incentivar a busca permanente por atualização, bem como o compromisso com a formação profissional.

Assim, as disciplinas envolvidas nesse estudo foram: Psicopatologia I; Psicologia Social e Comunitária; e Psiconeurofisiologia. O estudo interdisciplinar foi realizado por meio de grupos distintos, sendo que cada disciplina buscou dados referentes ao conteúdo em sua área específica, sendo os resultados discutidos e compartilhados interdisciplinarmente. A disciplina de Psicopatologia I buscou compreender como é realizada a avaliação biopsicossocial, durante o contexto da pandemia, ou seja, de forma remota.

Assim, a princípio foi realizado uma pesquisa bibliográfica com base no que se tem, atualmente, de informações científicas sobre a avaliação psicológica na modalidade de atendimento psicológico On-line. Depois disso, os acadêmicos elaboraram e aplicaram um questionário online, o qual buscou informações para responder ao problema central, aos profissionais da área da Psicologia que atuam com atendimento on-line.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O propósito da avaliação psicológica é avaliar os fenômenos psicológicos, caracterizá-los e elucidá-los a respeito dos relatos expostos pelas pessoas. As teorias psicológicas servirão de base para o levantamento teórico das avaliações psicológicas, esses processos se dão através do uso de princípios específicos ou amplos que auxiliarão no esclarecimento de eventos e processos psicológicos (MIRANA,2019).

A avaliação psicológica é, por lei, prática exclusiva do psicólogo, o que, em alguma medida, lhe concede uma reserva nesse segmento. Para o presente século, espera-se que seja imputada ao profissional a competência necessária para a realização de ações com excelência, de modo que o garantido por lei seja acrescido de competência e segurança nas suas práticas avaliativas, constantemente

correspondida às técnicas, testes e instrumentos psicológicos a avaliação psicológica é um procedimento mais minucioso, em que além de obter os resultados e desempenhos esperados, o cenário em que a pessoa está sendo examinada e no retorno à solicitação do exame (MIRANA,2019).

Esse trabalho compreende a colaboração de muitos objetos e métodos de análise demandando do profissional um amplo conhecimento nas mais diversas áreas da psicologia, exigindo competências e uma formação elevada tenta-se, com isso, que a avaliação seja realizada apenas por profissionais que tenham competência para tal, e não por qualquer psicólogo, já que a eles é dado o direito de avaliar.

Nesse sentido, o exame psíquico é o onde a partir o médico analisa as funções psíquicas do paciente, o estado mental atual, tais como apresentação do paciente, incluindo higiene, atitude frente à entrevista (cooperativo, desconfiado), características da fala e do pensamento, dentre outros. MIRANDA (2020), lembrando que cabe a anamnese a visão longitudinal do caso.

As atividades psíquicas determinantes e os sintomas que podem suceder de suas adulterações são elencados a continuar de forma mais ou menos hierarquizada: logo, em primeiro lugar é necessário avaliar se o paciente está consciente, mas se não o estiver todas outras atividades serão afetadas. De similar forma, se não estiver com a atenção preservada a memória será prejudicada, e se o afeto for muito abatido a psicomotricidade estará lentificada, e assim por diante. Dessa maneira, as funções a seguir relacionadas são usualmente atreladas aos antecedentes. Zimmermann (2019), indica os dois polos da psicomotricidade: Do ponto de vista quantitativo, a psicomotricidade oscila entre dois polos: inibição psicomotora, ou abulia e o da agitação psicomotora. [...] O paciente poderá, assim, estar inquieto, acelerado, lentificado, apático, dentre outros termos (KRIEGER, 2020).

Ao contrário do exame físico, que é descritivo, o exame psíquico tende a ser menos descritivo e mais compreensível, ou seja, a não se transformar em um observador e um observado. O entrevistador deve saber que ele é uma variável de grande significado e que o exame é uma interação entre duas pessoas. Seus sentimentos naquele momento se influenciam mutuamente, e grande parte dessa

influência ocorre de uma forma que ambos não se dão conta, ou seja, inconscientemente (KRIEGER, 2020).

No exame psíquico da criança procura-se colher dados necessários para traçar o perfil de seu estado ou funcionamento mental. Este perfil será o resultado da observação de um conjunto de funções psíquicas que correspondem, na sua maior parte, à vida consciente da criança. No exame da criança, é necessário investigar os seguintes itens: aparência geral; atitude geral; atividade motora; atenção e concentração; temperamento, afeto e humor; memória; orientação e percepção; pensamento; linguagem e fala; defesas, fantasia, imaginação e devaneio. Como corrobora Krieger (2020):

Passos mínimos para se fazer avaliação psicológica:
- Levantamento dos objetivos da avaliação e particularidades do indivíduo ou grupo a ser avaliado. Tal processo permite a escolha dos instrumentos/estratégias mais adequados para a realização da avaliação psicológica;
-Coleta de informações pelos meios escolhidos (entrevistas, dinâmicas, observações e testes projetivos e/ou psicométricos, etc.). Não é recomendada a utilização de uma só técnica ou um só instrumento para a avaliação;
-Integração das informações e desenvolvimento das hipóteses iniciais. Diante destas, o psicólogo pode constatar a necessidade de utilizar outros instrumentos/estratégias de modo a refinar ou elaborar novas hipóteses;
-Indicação das respostas à situação que motivou o processo de avaliação e comunicação cuidadosa dos resultados, com atenção aos procedimentos éticos implícitos e considerando as eventuais limitações da avaliação (FARPINELLI, 2006)

Com base nos passos mínimos supracitados e de acordo com Kessler (2019), pode-se dizer que o exame do estado mental segue um protocolo sistemático através de método de pesquisa dos sinais e sintomas. Exemplo para tal fim é MEEM (Mini Exame do Estado Mental), utilizado no Brasil pelo pioneiro Bertolucci *et al.* O MEEM averigua orientação, memória imediata, atenção e cálculo, evocação e linguagem, com isto, há maior fundamentação para a avaliação psicológica e o exame psíquico no âmbito da avaliação psicológica (MEDICINANET, 2020).

Avaliação Psicológica na modalidade de atendimento online

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013), o conceito de avaliação psicológica é compreendido como um amplo processo de investigação, no qual se

conhece o avaliado e sua demanda, com o intuito de programar a tomada de decisão apropriada para o psicólogo, refere-se à coleta de dados em conjunto de interpretações, obtida por meio de um conjunto de procedimentos confiáveis, reconhecido pela CFP.

Ela é dinâmica e constitui-se em fonte de informações de índole explicativo sobre os fenômenos psicológicos, junto a objetivo de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de representação do psicólogo, dentre eles, vigor, educação, trabalho e outros setores em que ela se fizer necessária. (CRP 13, 2020)

Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de Avaliação Psicológica. (CFP, 2013 p.13)

A Modalidade Online e sua Regulamentação

No ambiente virtual, assim como pessoalmente em clínica ou na rede de saúde o que regulamenta a profissão é o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Online, da mesma forma que presencial, deve-se seguir suas normativas, tomando cuidados levemente diferenciados para a consulta ocorrer, levando em conta a apropriação da especificidade dos meios tecnológicos utilizados e a particularidade de cada caso. Deve-se prezar por um local reservado para a consulta e respeitar o sigilo, protegendo a intimidade da pessoa, por meio da confidencialidade (CFP, 2018).

Em 2000, foi publicada uma primeira resolução pelo CFP fazendo referência ao atendimento psicoterapêutico mediado por computador. Passados cinco anos, em 2005 uma nova resolução com alguns ajustes revogou a anterior. Em 2012, regulamentaram-se os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação à distância e o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental. Chegando então, em 2018, à resolução que regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meio das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), nos dias de hoje.

Devido à pandemia do novo coronavírus o CFP publicou uma nova resolução orientando sobre os atendimentos online, pontuando que, assim como em outros

formatos, é dever fundamental do psicólogo conhecer e cumprir o Código de Ética Profissional, na prestação de serviços psicológicos por meio das TICs (CFP, 2020).

O Conselho também recorda que para poder atender nesses moldes é necessário o cadastro prévio na plataforma e-Psi onde o psicólogo deve manter o cadastro atualizado e poderá exercer o atendimento conforme aprovação do respectivo Conselho Regional de Psicologia (CRP). Sem cadastro ou com permissão negada pelo CFP o profissional está inapto para prestar serviços psicológicos por meio das TICs e incorre em falta de ética se o psicólogo resolver atuar mesmo assim (CFP, 2020).

Com a resolução nº 4/2020, também foram suspensos alguns artigos da resolução nº 11 de 2018, que citavam a necessidade de atendimento presencial em casos de urgência e emergência, bem como situações envolvendo desastres, não permitindo que fosse realizado o atendimento online. (CFP, 2018)

As Diferenças e Desafios do Atendimento Online

A necessidade e distanciamento físico aceleraram a expansão dos serviços psicológicos na modalidade remota. Com a repentina procura pelos serviços da psicologia por meio das TICs (tecnologias de informação e comunicação) os profissionais passaram a enfrentar novos desafios da área, como o próprio conhecimento sobre essas tecnologias e a necessidade de contar com métodos, técnicas, procedimentos e instrumentos adequados em meio a esse novo contexto de atuação (CFP, 2018).

Um grande problema encontrado no atendimento online foi a aplicação de testes, pois é preciso garantir que de fato seja o próprio cliente que está realizando o teste, e que o mesmo esteja em ambiente livre de distrações, sem que haja outras pessoas por perto, para garantir o sigilo e proporcionar um ambiente adequado para que a pessoa possa realizar as atividades do modo mais espontâneo possível. Além de que atualmente o número de testes psicológicos aprovados para aplicação informatizada e remota disponibilizados no SATEPSI é pequeno (CFP, 2018).

O atendimento efetivo em âmbito virtual na psicologia ainda é algo muito novo, vem sendo explorado, não se conhece todas as suas facilidades e nem todas as suas limitações. O contexto mundial é atípico, e enfrenta-se a enorme dificuldade

da adaptação dos métodos e instrumentos utilizados no atendimento psicológico, para que esses possam atender com segurança as necessidades do paciente (IBAP, 2020). Mantendo, dessa forma, os mesmos padrões éticos empregados nos serviços tradicionais de avaliação psicológica.

Como realizar a avaliação psicológica online

Para realizar a avaliação psicológica na modalidade online, recomenda-se que os psicólogos estejam atentos à demanda apresentada, ao objetivo da avaliação, ao contexto e ambiente de vida da pessoa a ser avaliada, bem como manter os aspectos éticos da profissão. (CFP, 2020) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, os profissionais devem prestar serviços de qualidade, utilizando-se de técnicas adequadas e condizentes com a ética e com a legislação da profissão, de forma apropriada quanto à natureza do serviço a ser prestado pelo psicólogo (CFP, 2005).

Segundo a Sociedade Brasileira de Psicologia (2020), na realização da avaliação online, é necessário que o psicólogo se organize com antecedência em relação ao ambiente que deve ser silencioso e restrito a interferências externas e às tecnologias que serão utilizadas, verificando a conexão com a internet e a plataforma adequada. Os cuidados na condução da avaliação devem ocorrer desde o primeiro contato com a pessoa a ser avaliada, a fim de estabelecer uma relação agradável com o paciente e não prejudicar a integridade dos serviços prestados. (CFP, 2005)

O profissional deve analisar se possui conhecimento suficiente das tecnologias a serem utilizadas e se o avaliando possui internet de qualidade e domínio das plataformas tecnológicas, de forma a não comprometer a segurança e sigilo do processo avaliativo. A privacidade é imprescindível e se pode utilizar plataformas com criptografia de ponta a ponta para proporcionar maior segurança ao atendimento. Cabe ao psicólogo a responsabilidade sob a escolha do instrumento adequado, do sigilo das respostas e a forma correta de aplicação de testes, bem como de todo o processo avaliativo (CFP, 2019).

Em relação ao registro de documentos, o psicólogo deverá registrar em prontuário ou registro documental todas as consultas, assim como no atendimento

presencial, incluindo data, hora, e tipo de tecnologia utilizada. Também são importantes os registros dos dados clínicos necessários para condução do caso, de preenchimento obrigatório em cada contato com o paciente (SBP, 2020).

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi de natureza mista, com estudo bibliográfico e acesso a dados coletados por meio de questionário digital. Esse questionário foi organizado com intuito de buscar informações sobre a avaliação psicológica em tempos de pandemia. A plataforma utilizada para gerar o link do questionário foi o “google forms”, o link foi enviado via whatsapp.

A revisão bibliográfica existente nesse trabalho foi resultante de pesquisa realizada em plataformas online de publicação de periódicos e sites oficiais de órgãos públicos, foram utilizadas palavras chaves para selecionar os artigos e conteúdos de maior relevância para pesquisa.

Quanto a natureza da pesquisa, classifica-se como mista, levando em consideração que durante a coleta e análise dos dados foram utilizadas perguntas abertas e fechadas, com dados quantificados e descritos. O universo da pesquisa são os psicólogos que realizaram o atendimento online durante o período de pandemia em Caçador-SC e região. A amostra coletada é não probabilística por conveniência dos pesquisadores, totalizando 7 respondentes.

A técnica de coleta de dados adotada foi o método de questionário, com perguntas abertas, onde os respondentes tiveram a liberdade de expressar suas opiniões e perspectivas próprias acerca do assunto abordado. O questionário foi desenvolvido e aplicado com auxílio da ferramenta Google Formulários, Que é uma ferramenta que possibilita a elaboração de formulários eletrônicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 04 a 11 de novembro de 2020 foi aplicado o questionário de maneira remota à 7 psicólogos, sendo eles 6 mulheres e 1 homem. Os entrevistados possuíam idade entre 24 e 56 anos, todos os bacharéis em psicologia, atuantes em sua área de formação. Seguem abaixo demonstradas, no Quadro 01, as perguntas realizadas na entrevista.

Quadro 1: Questionário sobre avaliação psicológica na modalidade de atendimento online.

1.Nome Completo
2.Idade
3.Telefone (Opcional)
4.E-mail (Se desejar receber a compilação dos dados)
5.Quantas pessoas já recorreram ao atendimento psicológico online com você nesse período de pandemia e qual a principal faixa etária dos pacientes atendidos?
6.Em média quanto tempo duraram os atendimentos?
7.Você atendeu alguma pessoa pela primeira vez nessa modalidade online que não fazia acompanhamento pessoalmente antes? Dessas, você realizou algum diagnóstico? Se sim, descreva como foi o processo.
8.Você tinha domínio das tecnologias a serem utilizadas para o atendimento? Se não, explique sobre o seu processo de aprendizagem.
9. Você já realizava atendimento psicológico de forma online antes do período de pandemia? Qual ou quais os softwares (programas) você utiliza nos atendimentos?
10.Como você se organizou para a preservação das informações do paciente e a realização do registro do atendimento?

11. Numa escala de 0 a 10, como você considera que está sendo a avaliação psicológica e a coleta de dados para dar uma solução/ajudar o seu paciente, na modalidade de atendimento online? Justifique

12. Como você considera o nível de dificuldade para estabelecer o clima de confiança entre paciente e terapeuta (rapport), no atendimento online?

13. No atendimento online, como você faz para identificar a situação e o estado de humor do entrevistado? Caso ele falte com sinceridade, você consegue perceber?

14. No atendimento online o psicólogo não tem controle sobre o ambiente em que o paciente se encontra, ocasionalmente podem ocorrer interrupções, ruídos, ou ainda problemas com a conexão, entre outras interferências externas, isso tem sido um problema real para você?

15. Um grande desafio do atendimento online tem sido a aplicação de testes, você já aplicou algum teste psicológico durante o atendimento nessa modalidade? Se sim, qual/quais?

16. Para você qual o maior desafio em relação a modalidade de atendimento online? Elenque pontos que você considera positivos e os que considera negativos desse formato de atendimento.

17. Você julga ter se adaptado bem a essa modalidade? Pretende continuar atendendo nesse formato?

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

De acordo com os dados coletados na entrevista das questões 01 a 05, todos os 7 entrevistados realizaram atendimento psicológico na modalidade online durante o período de pandemia. Quanto ao número de pacientes atendidos pelos profissionais entrevistados, há uma grande amplitude de dados, uma vez que o número de atendimentos varia entre 2 e 350 atendimentos durante o período de pandemia na modalidade online.

Quanto ao tempo médio de duração dos atendimentos questionado na pergunta 06, 04 respondentes afirmaram que o atendimento dura em média 60 minutos, 02 respondentes 30 minutos e 01 respondente 40-50 minutos.

Referente à pergunta número 7 que questiona se houve pacientes que tiveram seu primeiro contato com o profissional através de uma plataforma online, obteve-se 05 respostas “sim” e 02 respostas “não”.

Referente à questão 08, que questionava quanto ao domínio das tecnologias a serem utilizadas para o atendimento, 06 respondentes afirmaram terem domínio sobre as tecnologias, enquanto 01 afirmou não possuí-lo, alguns respondentes informaram no entanto que tiveram que buscar conhecimento e formação sobre o assunto, para desenvolverem suas atividades com mais qualidade.

A questão 09 abordou se os respondentes já realizavam atendimento online antes do início da pandemia, e quais os softwares\programas utilizados. 05 respondentes afirmaram não realizarem atendimento online até então, enquanto 2 já realizavam. Quanto aos software\programas utilizados foram citados: Skype, WhatsApp, Zoom, Google meeting, Zenklub e Gotomeeting.

O profissional deve analisar se possui conhecimento suficiente das tecnologias a serem utilizadas e se o avaliando possui internet de qualidade e domínio das plataformas tecnológicas, de forma a não comprometer a segurança e sigilo do processo avaliativo. A privacidade é imprescindível e se pode utilizar plataformas com criptografia de ponta a ponta para proporcionar maior segurança ao atendimento. Cabe ao psicólogo a responsabilidade sob a escolha do instrumento adequado, do sigilo das respostas e a forma correta de aplicação de testes, bem como de todo o processo avaliativo (CFP, 2019).

Na questão 10 foi perguntado como era realizado os registros dos atendimentos nessa modalidade, 04 respondentes relataram continuar realizando os registros de maneira manual, com armazenamento físico seguindo o padrão ético de privacidade de dados. Dois dos respondentes afirmaram estar utilizando técnicas de armazenamento de dados de maneira eletrônica, utilizando de HD externo com senha de acesso, e prontuários online com assinatura eletrônica. E 01 respondente afirma não realizar registros considerando que realiza apenas rápidos aconselhamentos nessa modalidade.

Foi solicitado aos respondentes na questão número 11 que apontassem numa escala de 0 a 10, como consideravam que está sendo a avaliação psicológica e a coleta de dados para dar uma solução/ajudar o paciente, na modalidade de atendimento online. Dois respondentes não avaliaram em escala, porém citaram de maneira descritiva, um deles avaliando como “muito bom”, e o outro como “frágil” e com dificuldade de adaptação. Dois atribuíram escala 08, um atribuiu escala 09 e um atribuiu escala 10.

Quanto ao Rapport, questionado na pergunta 12, unanimemente os respondentes apresentaram uma perspectiva positiva, relatando não encontrarem grandes dificuldades relacionadas a modalidade online, e sim quanto às particularidades do paciente, o que também é uma característica do atendimento presencial.

A questão 13 levantou o questionamento quanto à percepção do profissional quanto ao estado de humor do paciente e a identificação de possíveis simulações, e falta de sinceridade. Cinco respondentes afirmam que a simulação, a tentativa de manipulação e a falta de verdade que podem vir a ocorrer durante o atendimento, são problemas encontrados tanto na modalidade online quanto na presencial, e o fato de ser online não trás grandes prejuízos para a identificação de tal situação. Dois respondentes afirmaram ter maiores dificuldades de perceberem esses sinais na modalidade online.

Na questão 14 foi abordado se ocasionalmente houve interrupções, ruídos, ou ainda problemas com a conexão, entre outras interferências externas, durante algum atendimento. Três respondentes afirmaram já enfrentar problemas do gênero. Já os outros quatro respondentes afirmaram não ter até então problemas relacionados a isso, e salientaram a importância de orientar antecipadamente o paciente quanto às condições ideais de ambiente, para que o atendimento seja realizado da melhor forma possível.

A questão 15 contempla a realização de testes psicológicos na modalidade online, nenhum dos sete respondentes fez uso de testes nessa modalidade de atendimento até então. Esse dado pode estar relacionado com a informação do CFP, onde relata que um grande problema encontrado no atendimento online foi a aplicação de testes, pois é preciso garantir que de fato seja o próprio cliente que está realizando o teste, e que o mesmo esteja em ambiente livre de distrações, sem

que haja outras pessoas por perto, para garantir o sigilo e proporcionar um ambiente adequado para que a pessoa possa realizar as atividades do modo mais espontâneo possível. Além de que atualmente o número de testes psicológicos aprovados para aplicação informatizada e remota disponibilizados no Satepsi é pequeno (CFP, 2018).

Quanto a pontos positivos e negativos elencados pelos respondentes na questão 16, foram elencados como pontos positivos: A possibilidade de atender e monitorar pacientes que se encontram a uma grande distância física; A segurança de ambas as partes em relação a possível contaminação; Um maior conforto, acessibilidade, e flexibilidade de horários.

Foram elencados como pontos negativos: A dificuldade em garantir sigilo total dos dados; Limitação do acolhimento da demanda; Dificuldades de adaptação tanto do paciente quanto do profissional; Desconfiança e/ou receio por parte do paciente; Falta do contato pessoal com o paciente; Falta de comprometimento de alguns pacientes com o horário e tempo da sessão; Dificuldade do paciente ter acesso a um ambiente sigiloso; Possibilidade de compreensão equivocada das orientações, em especial nos atendimentos que não são por chamadas de vídeo.

Na questão 17 por fim, foi possível a explanação dos respondentes quanto a sua adaptação ao atendimento online e se pretendem ou não continuar a atender nesta modalidade. Quatro respondentes afirmaram terem se adaptado bem a essa modalidade de atendimento, e que pretendem continuar atendendo online. Dois respondentes afirmaram terem se adaptado bem a essa modalidade, porém pretendem atender online somente em casos extraordinários, do contrário continuarão atendendo presencialmente assim que possível. E um respondente afirmou não se adaptar de forma efetiva ao atendimento online, mas que ocasionalmente pretende atender se houver extrema necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com esse projeto integrador promover atenção à saúde, desenvolvendo habilidades para ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial; desenvolver habilidades de

avaliação e tomada de decisão das condutas mais adequadas; manter os princípios éticos no uso da comunicação das informações e elaboração de informes psicológicos; e em especial aprender a desenvolver trabalhos em equipes multiprofissionais.

A disciplina de Psicopatologia I buscou Compreender como é realizada a avaliação biopsicossocial, durante o contexto da pandemia, ou seja, de forma remota. Assim, foi possível concluir que todos os profissionais que responderam a essa pesquisa já fizeram atendimento online, com avaliação sendo uma das suas intervenções. Todos apresentaram uma perspectiva positiva, relatando não encontrarem grandes dificuldades relacionadas a modalidade online, e sim quanto às particularidades do paciente, o que também é uma característica do atendimento presencial.

Utilizando uma escala de pontuação onde 0 (zero) a 10 (dez), ao questionar sobre como consideravam a prática da avaliação psicológica e a coleta de dados para efetivamente ajudar o paciente, na modalidade de atendimento online, dois profissionais citaram de maneira descritiva, avaliando como “muito bom”, e “frágil”, com dificuldade de adaptação, já os demais, somando 5 (cinco) profissionais, avaliaram a prática on-line da avaliação como boa ou muito boa, pois oscilaram em respostas 8, 9 e 10. Isso demonstra que os profissionais tem buscado adaptação a essa nova modalidade de atendimento, proporcionando qualidade no atendimento e a busca constante por melhoria e segurança das informações.

Vale ressaltar que um profissional relatou não se adaptar a essa modalidade de atendimento e outros dois profissionais relataram que procuraram adaptar-se a essa nova necessidade, porém não acreditam que a avaliação seja tão eficaz como no atendimento presencial.

Esse assunto é extremamente atual e está em constante estudo de novas possibilidades de intervenção, bem como deve-se manter um rigor quanto a fiscalização da prática profissional ética e segura. Assim, sugere-se novos estudos para aprofundamento teórico-prático da avaliação psicológica na modalidade on-line.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:

CFP, **Cartilha de boas práticas para avaliação psicológica em contextos de pandemia**, 2020. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/clique-aqui.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

CFP, Resolução n. 11, de 11 de maio de 2018. **Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação**. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-11-2018-regulamenta-a-prestacao-de-servicos-psicologicos-realizados-por-meios-de-tecnologias-da-informacao-e-da-comunicacao-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-11-2012?origin=instituicao&q=11/2018>>. Acesso em: 07 set. 2020.

Conselho Federal de Psicologia (2013), CRP-13. **Avaliação Psicológica: Critérios para escolha de recursos avaliativos**. In: PB, CRP -13. Avaliação Psicológica: Critérios para escolha de recursos avaliativos. JOAO PESSOA, 1 jan. 2013. Disponível em: <https://crp13.org.br/regulacao-da-profissao/avaliacao-psicologica/>. Acesso em: 20 set. 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

IBAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, **Orientações para a prática da Avaliação e Clínica Psicológica à Distância**, 2020. Disponível em: <<https://www.notion.so/Orienta-es-para-a-pr-tica-da-Avalia-o-e-Cl-nica-Psicologica-Dist-ncia-90f3701176f24703821ed6c1262f3118>>. Acesso em: 13 set. 2020.

KRIEGER, Débora Mascella; CORONEL, Luiz Carlos Illafont; LIMA, Liliane Dias de. The relevance of Mini Mental State Examination (MMSE) use on demential interdiction exams in judicial proceedings. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 73-77, Jan. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852020000100073&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Sept. 2020. Epub May 08, 2020. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000259>.

MEDICINANET. **Entrevista Psiquiátrica e Exame Psíquico**. Disponível em: http://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/1290/entrevista_psiquiatrica_e_exame_psiquico.htm. Acesso em: 17 set. 2020.

MIRANDA, Alex Barbosa Sobreira de. **Fundamentos da Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico**. *Psicologado*, [S.l.]. (2019). Disponível em <https://psicologado.com.br/psicodiagnostico/fundamentos-da-avaliacao-e-diagnostico-psicologico>. Acesso em 22 Set 2020.

SBP, **Recomendações para o exercício profissional presencial e on-line da psicologia frente à pandemia de COVID-19**, 2020. Disponível em: <https://www.sbponline.org.br/arquivos/To%CC%81pico_5_Tudo_em_um_documento_s%C3%B3_atendimento_online_volunt%C3%A1rio_presencial_e_hospitalar_durante_a_COVID-19.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

OS BENEFÍCIOS DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NAS ORGANIZAÇÕES E O AUMENTO PELA BUSCA DESTA PRÁTICA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID 19¹

Camila Antônia Pereira Eleutério, camila.antonias21eleuterio@outlook.com²

Cristiane Tibes Evangelista, cristianetibes94@gmail.com²

Joice Pelentir Ottoni, Joiceottoni123@gmail.com²

Josiéli Varela Forlin, josieli.varela@uniarp.edu.br³

Leandro Ribeiro dos Santos, leandroribeirodosantosl@gmail.com²

Silvana Dias de Aguiar, Silvana2059@hotmail.com²

RESUMO - A pandemia de coronavírus levou instituições educacionais a usar repentinamente a forma remota de se comunicarem com os alunos, fazendo que com a tecnologia disponível para se comunicarem, e criarem conteúdo e formas inovadoras de aprendizado. Professores e alunos estão experimentando várias novas possibilidades de aprendizado inovadoras, a pandemia levou o mundo todo a aprender o significado de vivermos globalmente conectados, o vírus não conhece barreiras os profissionais precisam se adaptar a novas dificuldades. Além de todos os aspectos e que, indistintamente são positivas, por permitirem novos conhecimentos, nas ações em amplo espectro já apresentado, temos talvez a de maior necessidades: as atividades de aprendizagem ou metodologias ativas. São também ativas para os professores, exigindo um estudo mais aprofundado e igualmente uma elaboração mais refinada, aprendendo e usando as velhas – agora novas – tecnologias. Mas, acima de tudo, ativas para os estudantes. Os ganhos no campo da disciplina como na experiência de metodologias, conteúdos-conceitos, constituindo Objetivos e competências para todos principalmente: sociedade, família, escola, professores e estudantes, e por outro ponto de vista, para quem infelizmente, tenha algum recurso limitante, mesmo que seja somente falta de disciplina, terá grandes perdas.

Palavras-chave: Aconselhamento Psicológico. Pandemia. Psicologia Escolar

INTRODUÇÃO

Quem no cenário atual não sentiu alguma das consequências desde que a pandemia se fixou? Desde a repentina propagação do vírus pelo mundo várias indústrias e meios de ensino vem sendo prejudicadas, porém o mundo vem se remodelando a fim de inibir os impactos no novo covid-19. Uma das mudanças mais expressivas é o modo de comunicação, seja ela digital ou pessoal, o meio tecnológico tem se mostrado o divisor de águas para esse novo método de interação, fazendo com que novas tecnologias e equipamentos para web conferências ganhassem espaço e reconhecimento.

Apesar de que aos poucos alguns países venham conseguido passar pelo ápice da pandemia, muitas escolas e universidades perderam muito com o isolamento, porém um ponto a se analisar são as demandas públicas e particulares, se por um lado o meio tecnológico abriu portas por outro também restringiu, muitas ferramentas se

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da matéria de Psicologia Escolar do curso de Psicologia ofertado pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora do curso de Psicologia e Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

tornaram de utilidade e necessidade significativa, no entanto nem todos os ambientes escolares tiveram acesso a essas ferramentas, muitos alunos de escolas públicas não obtiveram contato com esse novo meio de comunicação tendo uma porcentagem perdendo muito do ano letivo, assim podemos ver a fragilidade em que se encontra o meio público em alguns aspectos. Os profissionais e alunos vem buscando o modo mais prático e dinâmico possível para não perder a essência do contato, por tanto o artigo busca trazer uma análise reflexiva sobre o atual momento a qual o ambiente escolar se encontra

METODOLOGIA

Participaram da pesquisa do projeto integrador, cinco alunos integrantes da equipe e a professora responsável na orientação. A metodologia deste trabalho diz respeito a pesquisas bibliográficas feitas pelos acadêmicos, referente ao aumento das demandas durante a pandemia em relação aos aconselhamentos psicológicos nas instituições escolares. O embasamento deste estudo fora realizado em fontes reconhecidas e seguras conforme as referências descritas. Todo o material coletado foi amplamente discutido entre o grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os dados da revista educação que traz o estudo da Pandemia e os impactos irreversíveis na Educação, observou-se que Mais de 1,5 bilhão de alunos e 60,3 milhões de professores de 165 países foram afetados pelo fechamento de escolas devido à pandemia do coronavírus. Observa-se que no Brasil temos um cenário com várias escolas fechadas e o impacto no ensino são vários como:

- Despreparo dos professores
- Despreparo da escola
- Inacessibilidade a tecnologias educacionais

No momento atual da pandemia, percebeu-se que a minoria dos docentes tem uma formação adequada para lecionar de forma a distância. As dificuldades enfrentadas diariamente são imensas pois uma aula remota é diferente de lecionar em uma sala de aula. Também evidenciou-se que as escolas não conta com um suporte necessário para o atendimento dos alunos de forma remota ou a distância. As crianças e os jovens também não estavam acostumados a rotinas mais pesadas de estudos em casa, ambiente no qual normalmente priorizavam atividades de descanso e entretenimento. De maneira geral, os estudantes não possuíam a maturidade para lidar com a autonomia implícita no ensino a distância, em especial os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

A falta de equidade social e de acesso a tecnologias, o que na área da Educação causa um abismo entre aqueles que podem dar continuidade ao seu processo de aprendizagem e alguns alunos que nem sequer possuem um dispositivo eletrônico com a conexão adequada à internet dentro de casa. As tecnologias educacionais neste momento atípico é a principal solução para a situação que vivemos e de maior potencial de inovação na maneira como ensinamos crianças e jovens. Contudo, a realidade brasileira está bem longe de ser igualitária, infelizmente.

Verificou que a pesquisa do IBGE, apenas 57% da população do nosso país possui um computador em condições de executar softwares mais recentes. Um estudo realizado em 2018, feito uma Pesquisa TIC Domicílio, aponta que mais de 30% dos lares no Brasil não possuem acesso à internet, que é praticamente indispensável para o serviço de ensino remoto. O resultado disso é uma inevitável acentuação da desigualdade de acesso não só ao ensino de qualidade, mas do ensino básico, causando um déficit de aprendizagem ainda maior do que já temos entre os alunos do

sistema público e da rede particular de ensino.

DISCUSSÃO

A pandemia que vivemos hoje é o novo coronavírus, responsável pela COVID-19, que já atingiu várias partes do mundo, afetando de diversas formas várias áreas. Entre elas a Educação que passou por diversas adaptações com seus alunos e professores. Por conta de emoções como ansiedade e medo serem comuns para o momento, alguns alunos também podem se desgastar por conta da apreensão, aumentando assim a demanda a ser atendida pelos psicólogos, com tantas mudanças e incertezas e se adaptar a uma nova maneira de ensino, com essa nova rotina tem sido uma preocupação para professores e psicólogos, com essa preocupação se tem pelo fato de que mais alunos estarem enfrentando problemas emocionais, provocados pelo isolamento social, trazendo danos no processo de aprendizagem.

Com danos a serem prejudicados no processo de aprendizagem dos alunos, causados pelos problemas emocionais entra o trabalho do psicológico e professores para juntos fazer um acolhimento com os alunos dentro de um ambiente escolar estando em casa, é de máxima importância que o professor tenha relações e diálogos com os alunos, fazendo com que não haja o sentimento de solidão, e com isso se torna absolutamente uma troca de experiência entre aluno/professor, e principalmente apesar das dificuldades nas adaptações que essa nova rotina pode possibilitar também um momento rico em autoconhecimentos e experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando as escolas reabrirem, e, em algumas partes do mundo, tal evento já iniciou a ocorrer, a emergente recessão econômica, certamente, aumentará as desigualdades e poderá reverter o progresso obtido por alguns países na expansão do acesso educacional e na melhoria da aprendizagem, todos dos os esforços são valorizados pelo momento, sejam eles no sentido de manter os aspectos econômicos ligados à educação do ensino, até as ações voltadas para redução de danos no processo de ensino e aprendizado. O que essa urgência não pode deixar de perceber é o aumento da vulnerabilidade de um grande número de estudantes. O processo não pode ser ainda mais cruel que o momento que estamos vivenciando, atropelando o sonho do ensino em saúde de milhares de seres humanos que não apenas não conseguem acompanhar as aulas por falta de tecnologia, mas também por falta de alimento à mesa, por falta de equilíbrio emocional e cognitivo.

Desta forma se vê claramente a importância do planejamento de estratégias para minimizar os danos, que serão grandes na aprendizagem e um ano retroativo em relação ao conhecimento acadêmico. A importância da valorização dos profissionais da educação é um caminho para o momento em que se encontramos pois é o que corresponde ao país desenvolvido uma educação valorizada e de ponta.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Paulo. **A pandemia e os impactos irreversíveis na educação**. Revista educação. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2020/04/15/pandemia-educacao-impactos/>> acesso em: 15 de abr. 2020

Educação e Coronavírus – Quais são os impactos da pandemia? Saedigital. 2020. Disponível em: <https://sae.digital/educacao-e-coronavirus> acesso em 10/11/2020

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE: A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Avaliação social e comunitária no contexto da avaliação psicológica

Gabriely Alice Tesser, gaabi.tesser@gmail.com¹
Naria Elisa Baldissera Vedana, nariabaldissera@gmail.com²
Paloma da Luz Pereira, palomabon33@gmail.com³
Thays Dalanhol, dalanholthays@gmail.com⁴
Clayton Luiz Zanella, clayton@uniarp.edu.br⁵

RESUMO:

Este trabalho traz como tema o atendimento psicológico on-line: a avaliação biopsicossocial em tempos de pandemia. Acompanhou-se as restrições impostas pelo distanciamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus, que é uma das maiores emergências de saúde pública do mundo inteiro. Contudo, além da preocupação física das pessoas, há também a preocupação psicológica, pois com o distanciamento social muitos profissionais da saúde e a própria população acabam passando por situações desafiadoras. As restrições impostas pelo distanciamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus exigiram adaptações dos psicólogos a uma nova realidade de trabalho que privilegia atividades remotas. O objetivo deste trabalho foi verificar quais estratégias os profissionais da Psicologia utilizam para a realização da avaliação biopsicossocial, quando realizada na modalidade online no contexto da assistência social. A metodologia consistiu na análise de entrevistas realizadas nos seguintes locais: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Norte, Central e Martelo na cidade de Caçador-SC. Por fim, discutem-se os desafios para a prática dos psicólogos durante a pandemia e se houve aumento dos problemas psicológicos de seus pacientes diante o distanciamento social e tantos outros problemas que a pandemia acarretou.

INTRODUÇÃO

A pandemia trouxe inúmeros desafios ao trabalho social dos psicólogos. Na área da assistência social não foi diferente, pois aos profissionais passaram a atender remotamente na modalidade de monitoramento social. Devido ao intenso avanço pandêmico, foi necessário que o Conselho Federal e os regionais de Psicologia lançassem mão de novas estratégias de atendimento à população, flexibilizando e permitindo que os psicólogos pudessem atuar no monitoramento dos casos por meio da tecnologia da comunicação e informação.

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor Mestre em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Remotamente, os psicólogos de todas as áreas, incluindo da assistência social, passaram a utilizar aplicativos tecnológicos, telefone e agendamentos remotos para dar suporte emergencial aos casos de maior vulnerabilidade social, visto que a pandemia ampliou a vulnerabilidade social e dificultou o acesso aos direitos sociais dos usuários. Por isso, pensou-se em conhecer melhor as estratégias de ação e atendimento à população vulnerável, nos processos de avaliação psicológica, na política municipal de assistência social de Caçador-SC, mais especificamente na proteção social (CRAS). Percebeu-se as estratégias de enfrentamento à pandemia foram readaptadas pelos psicólogos, com contato telefônico com os usuários, contato on-line por meio de aplicativos e vídeo-chamadas. Não foram realizadas avaliações psicológicas nesse período pandêmico. Os atendimentos foram evidenciados como monitoramento dos usuários, com o intuito de ampliar o acesso aos direitos sociais e benefícios eventuais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A característica que define as pandemias é o surto epidêmico de abrangência global. Em meados do século XIV, acredita-se que houve a maior pandemia registrada: a da Peste Bubônica (popularmente Peste Negra), que dizimou pelo menos um terço da população europeia, atingindo fortemente outros países também. Causada por uma bactéria transmitida por ratos, a falta de saneamento urbano impactava diretamente na transmissão, mas sem dúvida o isolamento social atuou fortemente na contenção daquela pandemia. O termo quarentena surgiu na cidade de Veneza, epicentro da pandemia (BITTENCOURT, 2020).

Ainda que a humanidade já tivesse experimentado outras pandemias, como a varíola e o sarampo, além de pandemias de gripe como a gripe espanhola, gripe asiática, gripe de Hong-Kong e gripe aviária. Os números relacionados com a pandemia do COVID-29 são alarmantes em dimensão global: 17 de abril de 2020 já eram 2.074.529 casos no mundo, 1.050.871 na Europa, 743.607 nas Américas (sendo 632.781 só nos Estados Unidos da América – E.U.A.), 127.595 nos países do Pacífico Ocidental, 115.824 na região do Mediterrâneo Oriental, 23.560 no sudeste asiático e 12.360 na África. No Brasil, na mesma data, eram 28.320 casos (SOUZA, 2020).

Em tempos de pandemia, a quantidade de pessoas psicologicamente afetadas costuma ser maior do que as pessoas infectadas, sendo estimado que um terço a metade da população possa apresentar consequências psicológicas e psiquiátricas caso não recebam cuidados adequados. Estudos sobre situações de quarentena aponta alta prevalência de efeitos psicológicos negativos, especialmente humor. O significativo número de casos que demandam internação hospitalar (SCHMIDT et al, 2020), incluindo cuidados em unidade de terapia intensiva, bem como a ausência de intervenções farmacológicas eficazes e seguras, tais como medicamentos ou vacinas, têm gerado preocupações quanto ao colapso do sistema de saúde em diferentes nações (SCHMIDT et al, 2020). Com o objetivo de reduzir os impactos da pandemia, diminuindo o pico de incidência e o número de mortes, alguns países têm adotado medidas tais quais isolamento de casos suspeitos, fechamento de escolas e universidades, distanciamento social de idosos e outros grupos de risco, bem como quarentena de toda a população (SCHMIDT et al, 2020). Estima-se que essas medidas tendem a “achatar a curva” de infecção, ao favorecer um menor pico de incidência em um dado período, reduzindo as chances de que a capacidade de

leitos hospitalares, respiradores e outros suprimentos seja insuficiente frente ao aumento repentino da demanda, o que se associaria a uma maior mortalidade (SCHMIDT et al, 2020).

Em linhas gerais, na vigência de pandemias, a saúde física das pessoas e o combate ao agente patogênico são os focos primários de atenção de gestores e profissionais da saúde, de modo que as implicações sobre a saúde mental tendem a ser negligenciadas ou subestimadas (SCHMIDT et al, 2020). Contudo, medidas adotadas para reduzir as implicações psicológicas da pandemia não podem ser desprezadas neste momento (SCHMIDT et al, 2020). Se isso ocorre, geram-se lacunas importantes no enfrentamento dos desdobramentos negativos associados à doença, o que não é desejável, sobretudo porque as implicações psicológicas podem ser mais duradouras e prevalentes que o próprio acometimento pela COVID-19, com ressonância em diferentes setores da sociedade (SCHMIDT et al, 2020).

Estudos têm sugerido que o medo de ser infectado por um vírus potencialmente fatal, de rápida disseminação, cujas origens, natureza e curso ainda são pouco conhecidos, acaba por afetar o bem-estar psicológico de muitas pessoas (SCHMIDT et al, 2020). Sintomas de depressão, ansiedade e estresse diante da pandemia têm sido identificados na população geral (SCHMIDT et al, 2020) e, em particular, nos profissionais da saúde (SCHMIDT et al, 2020). Ademais, casos de suicídio potencialmente ligados às implicações psicológicas da COVID-19 também já foram reportados em alguns países como Coreia do Sul (SCHMIDT et al, 2020) e Índia (SCHMIDT et al, 2020).

Afora as implicações psicológicas diretamente relacionadas à COVID-19, medidas para contenção da pandemia também podem consistir em fatores de risco à saúde mental. Em revisão de literatura sobre a quarentena, (SCHMIDT et al, 2020) identificaram que os efeitos negativos dessa medida incluem sintomas de estresse pós-traumático, confusão e raiva. Preocupações com a escassez de suprimentos e as perdas financeiras também acarretam prejuízos ao bem-estar psicológico (SCHMIDT et al, 2020). Nessa conjuntura, tende ainda a aumentar o estigma social e os comportamentos discriminatórios contra alguns grupos específicos, como é o caso dos chineses, população primeiramente afetada pela infecção pelo novo coronavírus (SCHMIDT et al, 2020), bem como dos idosos, pois é nessa faixa etária que tem ocorrido o maior número de óbitos em decorrência da COVID-19 (SCHMIDT et al, 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa foi baseada em dados obtidos de livros, artigos, periódicos e a partir de entrevistas com quatro psicólogas que atuam na assistência social. Embora seja uma situação nova, já existem muitos estudos iniciados, e artigos disponíveis que versam sobre os problemas psicológicos decorrentes da pandemia COVID-19 e suas consequências. Os resultados são apresentados de forma sintética, tendo em vista que as estratégias de avaliação psicológica e monitoramento são bem limitadas na assistência social no contexto da pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os possíveis distúrbios potencializados ou desenvolvidos a partir desse evento ou como consequência dela, embora seja um fato novo, sabe-se que sob situações estressoras os indivíduos tendem a vivenciarem sentimentos e emoções distintas, especialmente no que se refere às emoções básicas, relacionadas ao medo, raiva, alegria, tristeza, ansiedades que surgem inevitavelmente diante de fatores desconhecidos. Além das dificuldades enfrentadas pelos profissionais, mais especificamente os desafios encontrados pelos psicólogos e as adequações que precisaram fazer para atuarem, evidenciou-se também o prenúncio do novo normal, que ainda está sendo assimilado pela população e que cujas consequências resultantes da pandemia, constituem uma oportunidade de observar e analisar também como uma nova e grande experiência que impõe consequências para a saúde mental dos mais variados grupos, em diferentes contextos e idades.

As entrevistas realizadas com as psicólogas que atuam na política de assistência social evidenciaram que a avaliação psicológica ficou prejudicada nesse contexto, tendo em vista a dificuldade de acesso aos usuários. As principais estratégias de monitoramento social foram realizadas por telefonemas, vídeo-chamadas pelo aparelho celular e atendimentos remotos por aplicativos de comunicação, nos casos em que isso foi realmente possível. Poucos contatos por aplicativo foram efetivados. Apesar das diversas tentativas, os profissionais obtiveram pouco sucesso, uma vez que o público atendido oriundo de camadas sociais vulneráveis e não possui acesso à inclusão digital. Outro aspecto observado nas entrevistas que a preocupação com as medidas preventivas foi intensa na assistência social. Os trabalhos foram paralisados pelo período de quinze dias e retomados de forma gradativa. No contexto geral, na assistência social, a avaliação psicológica não foi nem está sendo realizada. O monitoramento remoto e com agendamento presencial foram e estão sendo as estratégias mais utilizadas pelos psicólogos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que esse é um momento delicado, e que saúde mental é determinante para qualidade de vida de todos. O apoio dos órgãos governamentais através de políticas públicas que promovem a saúde e o bem-estar de todos é vital, e se destaca a atuação dos profissionais da área da assistência social, como o trabalho dos psicólogos, no sentido de amenizar ao máximo as dificuldades decorrentes desse período quanto a falta de adaptação à diversas situações novas, algumas das quais são irreversíveis. Considerando o que ocorreu desde o início da pandemia, confinar milhões de pessoas, restringindo a movimentação não apenas daqueles que foram expostos a essa doença contagiosa, mas a todos na tentativa de proteger a população, teve e terá um preço altíssimo.

Este trabalho evidenciou as grandes dificuldades que os profissionais psicólogos enfrentaram e estão enfrentando durante a pandemia. O trabalho destes profissionais na assistência social, no contexto da pandemia, ficou restrito e limitado. A avaliação psicológica nesse contexto não pode mais ser realizada. Tentou-se atendimentos remotos por aplicativos, o que foi impossibilitado pela falta de inclusão digital dos usuários. As principais estratégias para dar conta de casos mais emergenciais evidenciam as vídeo-chamadas e telefonemas, estratégias essas

apenas de monitoramento social. Em casos mais graves, são agendados atendimentos presenciais.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Paulo. **Artigo: as pandemias na História**. Universidade Federal da Fronteira Sul. 07 de Abril de 2020. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/noticias/artigo-as-pandemias-na-historia>>. Acesso em: 05/11/2020.

SOUZA, Diego. **A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social**. Ciência e Saúde Coletiva. 05 de Junho. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05/11/2020.

LIMA, Rossano C. **Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental**. SciELO - Saúde Pública. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/physis/2020.v30n2/e300214/>>. Acesso em: 05/11/2020.

SCHMIDT, Beatriz et al. **Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501>. Acesso em: 16/11/2020. Goulart, M. S. B. & Durães, F. (2010). A reforma e os hospitais psiquiátricos: histórias da desinstitucionalização. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 112-120.

[1] O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Psicologia.

OS RISCOS DA PRÁTICA DE AUTOMEDICAÇÃO À SAÚDE E SUA PERSPECTIVA DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19¹

Luan Carlo Vicente, vicenteluancarlo@gmail.com²
Márcia Maria de Oliveira Rocha Dawe, direitokids@gmail.com³
Michaela Letícia Lemes, lemes.michaela@gmail.com⁴
Thaís Duarte, thaisduarte_93@hotmail.com⁵
Aline Fantin Grando, alifgrando@gmail.com⁶

Resumo – A prática da automedicação é um problema de saúde pública atual e amplo, que possui vertentes profundas na cultura mundial há gerações, sendo também uma realidade brasileira, principalmente, diante da atual pandemia da COVID-19. Englobando pessoas de diversas faixas etárias, inclusive crianças, que acabam recebendo o medicamento, por intermédio de um cuidador que confia e aposta, por inúmeros fatores nessa prática. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento sobre como a pandemia de COVID-19 influenciou a prática da automedicação na população e administração realizada por pais ou cuidadores em crianças e idosos. Para tanto, baseou-se em pesquisas quanti-qualitativas, através de um levantamento de dados, por meio de questionário, online, aplicado a população em geral. Dos participantes envolvidos, 56% encontram-se na faixa etária de 20 a 39 anos e 31,5% de 40 a 59. 18,7% estão cursando o nível superior e 58,2% têm ensino superior completo, dessa parcela, 36,4% declararam praticar a automedicação e 16% declararam utilizar medicamentos sem prescrição médica em seus filhos durante a pandemia. A promoção de educação em saúde, incentivando à população na busca por orientação e prescrição médica, se faz necessária diante dos riscos em evidência causados pela prática de autoadministração medicamentosa.

Palavras-chave: Automedicação. Cuidados. Prevenção. Crianças. Pandemia.

INTRODUÇÃO

A prática da automedicação, já amplamente utilizada, se destaca ainda mais na atualidade, sobretudo com aspectos relacionado à pandemia da COVID-19, onde muitas pessoas evitam sair de suas casas e optam por utilizar medicamentos de forma autônoma. Como as formas básicas de autocuidado são milenares, as mesmas se mantiveram com tendência de se intensificar na população mundial, principalmente quando o acesso aos medicamentos é ainda facilitado pela praticidade de compra, pagamento, ou pela dificuldade de recorrer a um profissional da área médica.

Infelizmente esse método de autocuidado, ocorre desde de muito cedo, onde os pais sem conhecer os riscos em questão, optam por medicar seus filhos, a fim de reduzir sintomas, como febre e dor, interferindo no processo da doença, possibilitando o diagnóstico tardio ou agravamento da mesma. Já nos adultos e idosos, a prática é ainda mais sugestiva, pois se torna um procedimento de iniciativa do próprio usuário, com a crença de que este lhe trará benefícios, como os de aliviar sintomas e tratar a doença que também erroneamente foi autodiagnosticada.

O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Psicologia.

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, titulação do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O presente estudo, tem como objetivo realizar um levantamento sobre como a pandemia de COVID-19 influenciou a prática da automedicação na população e administração realizada por pais ou cuidadores em crianças e idosos, quando detectada a necessidade de intervenção medicamentosa em virtude de alguma desordem de saúde.

1. AUTOMEDICAÇÃO

“A prática da automedicação é conhecida não só no Brasil, mas abrange o restante do mundo. É uma prática realizada pela própria pessoa ou por seu responsável com a finalidade de obter resultado satisfatório no tratamento da doença ou alívio do sintoma” (MATOS et al, 2018). “A Organização Mundial da Saúde (OMS) define automedicação como o uso de produtos terapêuticos para obtenção da cura ou alívio dos sintomas de uma doença sem que estes tenham sido indicados por profissional prescritor” (CORRÊA; GALATO; ALANO, 2012 apud WHO, 1998).

“A automedicação é uma forma comum de atenção própria à saúde, ou seja, consiste no consumo de medicamento não prescritos por médico, mas que possibilite alguma melhora de sintomas” (SOUZA; SILVA; NETO, 2008). “Aqui são incluídos também pessoas não habilitadas no uso da medicina, mas que indiquem medicamentos, como por exemplo, farmacêuticos ou balconistas, familiares, amigos, pessoas próximas” (SOUZA et al., 2008, apud KOVACS & BRITO, 2006).

O mesmo autor, enfatiza que “estes medicamentos, vendidos sem receita médica, possibilitam a automedicação, onde o indivíduo, motivado por fatores econômicos, sociais e culturais, baseado em conhecimentos próprios, reconhece alguns sintomas de sua doença e os trata”. “Ao menos 35% dos medicamentos adquiridos no Brasil são feitos através da prática de automedicação” (AQUINO, 2008).

1.1 MOTIVOS QUE LEVAM A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO

“Em alguns países, com sistema de saúde pouco estruturado, a ida à farmácia representa a primeira opção procurada para resolver um problema de saúde, e a maior parte dos medicamentos consumidos pela população é vendida sem receita médica” (AUTOMEDICAÇÃO. Rev. Assoc. Med. Bras. 2001).

“A prática ocorre por diversos fatores motivantes, mas um bastante comum é o fator econômico e as dificuldades de obtenção de consulta médica em serviços de saúde” (CORRÊA; GALATO; ALANO, 2012).

Outro fator importante é a medicalização de crianças. “Atualmente muitos dos responsáveis por elas empregam a automedicação para alívio dos sintomas como cefaleia, resfriado e dor” (FILHO; JÚNIOR, 2013 apud ALBARRÁN; ZAPATA, 2008). O mesmo autor, cita que, “as famílias recorrem a farmácias domiciliares, que contêm analgésicos, antigripais e anti-inflamatórios que representam risco às crianças”.

Desse modo, as razões pelas quais as pessoas se automedicam são inúmeras. A propaganda desenfreada e massiva de determinados medicamentos contrasta com as tímidas campanhas que tentam esclarecer os perigos da automedicação (AUTOMEDICAÇÃO. Rev. Assoc. Med. Bras. 2001).

2. O PERIGO DA AUTOMEDICAÇÃO

“A utilização inadequada de medicamentos pode tornar difícil a detecção de doenças, pois as complicações são verificadas em longo prazo, mascarando os efeitos indesejáveis ocasionados pela automedicação” (BRITO, 2017).

Atualmente muitos dos responsáveis pelas crianças empregam medicamentos para alívio dos sintomas como cefaleia, resfriado e dor, recorrendo a farmácias domiciliares, as quais contêm analgésicos, antigripais e anti-inflamatórios que podem representar risco para as crianças (TELLES et al., 2013, p. 292).

Vale salientar ainda, que a automedicação pode mascarar diagnósticos na fase inicial da doença. “No Brasil, embora haja regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a venda e propaganda de medicamentos que possam ser adquiridos sem prescrição médica, não há regulamentação nem orientação para quem os utiliza” (AUTOMEDICAÇÃO. Rev. Assoc. Med. Bras. 2001).

Silva et. al. (2012), ressalta que essa prática pode acarretar prejuízos à saúde decorrentes de reações de hipersensibilidade, utilização de dosagem insuficiente ou excessiva, enfermidades iatrogênicas, alteração do padrão evolutivo das doenças, de má-formação fetal, mascaramento ou agravamento da doença de base, dependência do medicamento, resistência à ação dos fármacos, entre outros.

METODOLOGIA

O presente estudo, baseou-se em pesquisas quantitativa e qualitativa. Onde se concretizou no período de setembro a novembro de 2020, um levantamento de dados de modo transversal e exploratório, através de um questionário próprio, online, conseguidos por meio da ferramenta Google Forms, aplicado a 225 pessoas, de forma aleatória e anônima. Foram realizadas perguntas relativas ao nível de escolaridade e questões relacionadas à prática de automedicação, tais como: classes medicamentosas mais utilizadas sem prescrição médica e principais situações que impulsionaram a prática da automedicação. Posteriormente os dados foram avaliados através de uma análise estatística descritiva simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os entrevistados, 19,6% foram homens e 80,4% foram mulheres, com idade igual ou superior a 14 anos. Nas seguintes faixas etárias: 10 - 19 anos – 7,5%; 20 – 39 anos – 56%; 40 – 59 anos – 31,5% e 60 ou mais – 4,8%.

Os dados obtidos no presente estudo demonstraram que houve uma predominância por automedicação no sexo feminino (80,4%). Dados semelhantes foram encontrados por Arrais et. al. (2016). Este fato pode estar relacionado à maior preocupação das mulheres em relação à saúde, sobretudo durante a pandemia da Covid-19.

No presente estudo, pode-se avaliar, que o consumo de medicamentos sem qualquer critério médico muda radicalmente de acordo com a faixa etária dos brasileiros. Entre os 20 e os 39 anos 56% das pessoas chegam a se medicar sozinhas. Dos 60 anos em diante, o índice cai para 4,8%.

Possivelmente os jovens vivendo numa sociedade imediatista optam pela automedicação com o objetivo de aliviar apenas os sintomas, evidenciando a baixa disposição para marcarem uma consulta médica.

Em relação ao nível de instrução, este estudo revelou que 15,6% dos entrevistados possuem ensino médio completo, 18,7% estão cursando o nível superior, 58,2% têm ensino superior completo e apenas 5,3% possuem o ensino médio incompleto.

Dados semelhantes foram encontrados no estudo realizado por Arrais et. al. (2016). Provavelmente, um nível de escolaridade elevado, pode aumentar a confiança do indivíduo na prática da automedicação devido uma melhor compreensão das informações contidas na bula do medicamento.

Da população estudada, 36,4% declararam praticar a automedicação e 16% declararam utilizarem medicamentos sem prescrição médica em seus filhos na Pandemia da Covid-19. Além disso, este estudo apontou que a maioria dos medicamentos utilizados na automedicação foi por conhecimento e decisão própria.

Apesar deste levantamento apontar que 89,8% das pessoas conhecem os riscos relacionados a automedicação e que 58,7% acreditam na automedicação responsável, porém o estudo não abordou o nível de conhecimento em farmacologia que teriam estas pessoas para decidirem com segurança pela prática da automedicação.

Na análise dos principais motivos que atualmente justificaram a prática da automedicação identificou-se o medo de contaminação ao sair de casa com 18,7%, comodidade com 10,7%, confiança em quem indicou a medicação com 10,2% e apenas 5,8% apontaram a influência de propaganda nesta decisão. Possivelmente a influência de familiares e amigos somada ao apelo das propagandas, induzem à prática da automedicação.

Ao mesmo tempo, 30,2% da população estudada relataram terem utilizados antiparasitários (Ivermectina, Annita) e 22,7% os complexos vitamínicos para prevenção ou tratamento da Covid-19, sem prescrição médica.

Ainda, 41,3% dos entrevistados afirmaram que a procura por medicamentos sem prescrição médica se manteve igual ao período antes da Pandemia da Covid-19, 58,7% informaram que acreditam em automedicação responsável, 89,8% disseram conhecer os riscos relacionados à prática da automedicação e 51,3% dos entrevistados estocam medicamentos em suas casas (farmácia caseira).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A automedicação ainda é uma prática muito comum na sociedade atual. Os consumidores são impulsionados por inúmeros fatores para obterem alívio imediato dos sintomas diante de qualquer tipo de transtorno. Sabe-se que os medicamentos isentos de prescrição não são isentos de risco, o que implica maior atenção por parte de gestores e profissionais da saúde no sentido de reforçar e ampliar as práticas educativas, principalmente diante da pandemia da Covid-19, a qual estamos enfrentando. Além disso, a maioria dos interessados não possui conhecimento adequado a respeito dos efeitos farmacológicos, posologia e interações causadas pelo uso indevido dos medicamentos.

O cenário de incertezas e o medo de contrair uma doença infectocontagiosa, a exemplo da COVID-19, associada a propagandas de medidas, preventivas e curativas, estimulam ainda mais a procura de uma solução eficaz e imediata, levando ao aumento do índice de automedicação, não só em adultos e idosos, mas também em crianças, que sofrem com a falta de orientação de seus cuidadores, e que neste momento passam a ter um maior contato com eles, em virtude do período de quarenta, imposto como medida preventiva durante a pandemia.

Cabe então esclarecer a importância da divulgação de informações com respaldo científico, que auxiliem na utilização de medicações em condições seguras e responsáveis e que desta forma possam priorizar a orientação e prescrição médica.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Daniela Silva de. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? **Ciênc. saúde coletiva**, vol.13, p.733-736, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232008000700023&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 nov. 2020.

ARRAIS PSD, FERNANDES MEP, DA SILVA DAL PIZZOL T, RAMOS LR, MENGUE SS, LUIZA VL, et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Rev Saúde Pública**. 2016.

AUTOMEDICAÇÃO. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 269-270, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-42302001000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de nov. de 2020.

BRITO, Everton Guedes de. (2017). **Automedicação dos Profissionais de Saúde: uma revisão de literatura**. Pernambuco, Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/29316/1/467.pdf>. Acesso em: 14 de nov de 2020.

CORRÊA, Taís dos Santos; GALATO, Dayani; ALANO, Graziela Modolon. Condutas relacionadas à automedicação de adultos: um estudo qualitativo baseado na técnica de grupo focal. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 93, p. 315-320, 2012. Disponível em: <https://rbfarma.org.br/files/rbf-2012-93-3-8.pdf>. Acesso em 04 nov. 2020.

FILHO, Paulo Celso Prado Telles; JÚNIOR, Assis do Carmo Pereira. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: fármacos administrados, conhecimentos, motivos e justificativas. **Esc. Anna Nery**, v.17, N. 2, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200013. Acesso em: 02 de nov. de 2020.

MATOS, Januária Fonseca et al. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 26, p. 76-83, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v26n1/1414-462X-cadsc-26-1-76.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020

Silva RCG, Oliveira TM, Casimiro TS, Vieira KAM, Tardivo MT, Faria JM, et al. Automedicação em acadêmicos do curso de medicina. **Rev. Medicina (Ribeirão Preto)**. 2012. 45(1): 5-11. Disponível em: <http://www.fmrp.usp.br/revista> Acesso em: 03 de nov. de 2020.

SOUZA, Hudson W. O; SILVA, Jennyff L; NETO, Marcelino S. A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia**, V. 5(1), P. 67-72, 2008. Disponível em: http://scholar.google.com.br/scholar_url?url=http://www.revistas.ufg.br/index.php/REF/article/download/4616/3938&hl=pt-BR&sa=X&ei=mmKYX43fJ4_0mQHdI78Q&scisig=AAGBfm0zVh98MIsk3ozZPQ6e0S-N6Vcjxg&nossl=1&oi=scholar. Acesso em 03 de nov. de 2020.

TELLES FILHO, Paulo Celso Prado; PEREIRA JUNIOR, Assis do Carmo. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: fármacos administrados, conhecimentos, motivos e justificativas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 291-297, June 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de nov. 2020.

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

Cintia Maria Ribeiro, cintia_ribeiro03@Outlook.com²

Edilaine Casaletti, Edilaine@uniarp.edu.br³

Emilli Fornari Bueno, Emilli_fornari@outlook.com⁴

Matheus Ribeiro Ferreira de Lima, matheusrib07@outlook.com⁵

Noeli Salete Machado, noeli.s.m@hotmail.com⁶

Pedro Vinícius Barreto Matos de Almeida, 33467cvvpedro@gmail.com⁷

Quezia Zarur, queziazarurzarur@gmail.com⁸

Resumo – A pandemia exigiu adaptações dos psicólogos a uma nova realidade de trabalho que privilegia atividades remotas. Assim, surge dentre tantos, um questionamento que incentivou esse estudo, a busca pela compreensão de como é realizada a avaliação psicológica do paciente quando o atendimento é remoto. Inicialmente foi realizada busca teórica sobre o assunto em questão e em seguida aplicado um questionário on-line para levantamento de informações dos profissionais da Psicologia que trabalham com o atendimento remoto. Sendo assim, foi possível analisar a percepção de 8 (oito) psicólogos que nesses tempos de ajustes e adaptações devido a pandemia, tem realizado atendimentos on-line.

Palavras-chave: Psicologia; Atendimento; Remoto.

INTRODUÇÃO

As restrições impostas pelo distanciamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus exigiram adaptações dos psicólogos a uma nova realidade de trabalho que privilegia atividades remotas. Assim, surge, dentre tantos, um questionamento que incentivou esse estudo, a busca pela compreensão de como é realizada a avaliação biopsicossocial do paciente quando o atendimento é remoto. O principal objetivo então foi descobrir quais estratégias os profissionais da Psicologia utilizam para a realização de avaliação biopsicossocial, quando esta é realizada na modalidade online.

Objetivamente buscou-se com esse projeto integrador promover atenção à saúde, desenvolvendo habilidades para ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial; desenvolver habilidades de

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Psicologia.

² Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, titulação do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

avaliação e tomada de decisão das condutas mais adequadas; manter os princípios éticos no uso da comunicação das informações e elaboração de informes psicológicos; aprender a desenvolver trabalhos em equipes multiprofissionais, assumindo quando necessário papel de liderança; incentivar a busca permanente por atualização, bem como o compromisso com a formação profissional.

Assim, as disciplinas envolvidas nesse estudo foram: Psicopatologia I; Psicologia Social e Comunitária; e Psiconeurofisiologia. O estudo interdisciplinar foi realizado por meio de grupos distintos, sendo que cada disciplina buscou dados referentes ao conteúdo em sua área específica, sendo os resultados discutidos e compartilhados interdisciplinarmente. A disciplina de Psicopatologia I buscou Compreender como é realizada a avaliação biopsicossocial, durante o contexto da pandemia, ou seja, de forma remota.

Assim, a princípio foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base no que se tem, atualmente, de informações científicas sobre a avaliação psicológica na modalidade de atendimento psicológico On-line. Depois disso, os acadêmicos elaboraram e aplicaram um questionário online, o qual buscou informações para responder ao problema central, aos profissionais da área da Psicologia que atuam com atendimento on-line.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O propósito da avaliação psicológica é avaliar os fenômenos psicológicos, caracterizá-los e elucidá-los a respeito dos relatos expostos pelas pessoas. As teorias psicológicas servirão de base para o levantamento teórico das avaliações psicológicas, esses processos se dão através do uso de princípios específicos ou amplos que auxiliarão no esclarecimento de eventos e processos psicológicos (MIRANA, 2019).

A avaliação psicológica é, por lei, prática exclusiva do psicólogo, o que, em alguma medida, lhe concede uma reserva nesse segmento. Para o presente século, espera-se que seja imputada ao profissional a competência necessária para a realização de ações com excelência, de modo que o garantido por lei seja acrescido de competência e segurança nas suas práticas avaliativas, constantemente correspondida às técnicas, testes e instrumentos psicológicos a avaliação

psicológica é um procedimento mais minucioso, em que além de obter os resultados e desempenhos esperados, o cenário em que a pessoa está sendo examinada e no retorno à solicitação do exame (MIRANA,2019).

Esse trabalho compreende a colaboração de muitos objetos e métodos de análise demandando do profissional um amplo conhecimento nas mais diversas áreas da psicologia, exigindo competências e uma formação elevada tenta-se, com isso, que a avaliação seja realizada apenas por profissionais que tenham competência para tal, e não por qualquer psicólogo, já que a eles é dado o direito de avaliar.

Nesse sentido, o exame psíquico é o onde a partir o médico analisa as funções psíquicas do paciente, o estado mental atual, tais como apresentação do paciente, incluindo higiene, atitude frente à entrevista (cooperativo, desconfiado), características da fala e do pensamento, dentre outros. MIRANDA (2020), lembrando que cabe a anamnese a visão longitudinal do caso.

As atividades psíquicas determinantes e os sintomas que podem suceder de suas adulterações são elencados a continuar de forma mais ou menos hierarquizada: logo, em primeiro lugar é necessário avaliar se o paciente está consciente, mas se não o estiver todas outras atividades serão afetadas. De similar forma, se não estiver com a atenção preservada a memória será prejudicada, e se o afeto for muito abatido a psicomotricidade estará lentificada, e assim por diante. Dessa maneira, as funções a seguir relacionadas são usualmente atreladas aos antecedentes. Zimmermann (2019), indica os dois polos da psicomotricidade: Do ponto de vista quantitativo, a psicomotricidade oscila entre dois polos: inibição psicomotora, ou abulia e o da agitação psicomotora. [...] O paciente poderá, assim, estar inquieto, acelerado, lentificado, apático, dentre outros termos (KRIEGER, 2020).

Ao contrário do exame físico, que é descritivo, o exame psíquico tende a ser menos descritivo e mais compreensível, ou seja, a não se transformar em um observador e um observado. O entrevistador deve saber que ele é uma variável de grande significado e que o exame é uma interação entre duas pessoas. Seus sentimentos naquele momento se influenciam mutuamente, e grande parte dessa influência ocorre de uma forma que ambos não se dão conta, ou seja, inconscientemente (KRIEGER, 2020).

No exame psíquico da criança procura-se colher dados necessários para traçar o perfil de seu estado ou funcionamento mental. Este perfil será o resultado da observação de um conjunto de funções psíquicas que correspondem, na sua maior parte, à vida consciente da criança. No exame da criança, é necessário investigar os seguintes itens: aparência geral; atitude geral; atividade motora; atenção e concentração; temperamento, afeto e humor; memória; orientação e percepção; pensamento; linguagem e fala; defesas, fantasia, imaginação e devaneio. Como corrobora Krieger (2020):

Passos mínimos para se fazer avaliação psicológica:
- Levantamento dos objetivos da avaliação e particularidades do indivíduo ou grupo a ser avaliado. Tal processo permite a escolha dos instrumentos/estratégias mais adequados para a realização da avaliação psicológica;
-Coleta de informações pelos meios escolhidos (entrevistas, dinâmicas, observações e testes projetivos e/ou psicométricos, etc.). Não é recomendada a utilização de uma só técnica ou um só instrumento para a avaliação;
-Integração das informações e desenvolvimento das hipóteses iniciais. Diante destas, o psicólogo pode constatar a necessidade de utilizar outros instrumentos/estratégias de modo a refinar ou elaborar novas hipóteses;
-Indicação das respostas à situação que motivou o processo de avaliação e comunicação cuidadosa dos resultados, com atenção aos procedimentos éticos implícitos e considerando as eventuais limitações da avaliação (FARPINELLI, 2006)

Com base nos passos mínimos supracitados e de acordo com Kessler (2019), pode-se dizer que o exame do estado mental segue um protocolo sistemático através de método de pesquisa dos sinais e sintomas. Exemplo para tal fim é MEEM (Mini Exame do Estado Mental), utilizado no Brasil pelo pioneiro Bertolucci *et al.* O MEEM averigua orientação, memória imediata, atenção e cálculo, evocação e linguagem, com isto, há maior fundamentação para a avaliação psicológica e o exame psíquico no âmbito da avaliação psicológica (MEDICINANET, 2020).

Avaliação Psicológica na modalidade de atendimento online

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013), o conceito de avaliação psicológica é compreendido como um amplo processo de investigação, no qual se conhece o avaliado e sua demanda, com o intuito de programar a tomada de

decisão apropriada para o psicólogo, refere-se à coleta de dados em conjunto de interpretações, obtida por meio de um conjunto de procedimentos confiáveis, reconhecido pela CFP.

Ela é dinâmica e constitui-se em fonte de informações de índole explicativo sobre os fenômenos psicológicos, junto a objetivo de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de representação do psicólogo, dentre eles, vigor, educação, trabalho e outros setores em que ela se fizer necessária. (CRP 13, 2020)

Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de Avaliação Psicológica. (CFP, 2013 p.13)

A Modalidade Online e sua Regulamentação

No ambiente virtual, assim como pessoalmente em clínica ou na rede de saúde o que regulamenta a profissão é o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Online, da mesma forma que presencial, deve-se seguir suas normativas, tomando cuidados levemente diferenciados para a consulta ocorrer, levando em conta a apropriação da especificidade dos meios tecnológicos utilizados e a particularidade de cada caso. Deve-se prezar por um local reservado para a consulta e respeitar o sigilo, protegendo a intimidade da pessoa, por meio da confidencialidade (CFP, 2018).

Em 2000, foi publicada uma primeira resolução pelo CFP fazendo referência ao atendimento psicoterapêutico mediado por computador. Passados cinco anos, em 2005 uma nova resolução com alguns ajustes revogou a anterior. Em 2012, regulamentaram-se os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação à distância e o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental. Chegando então, em 2018, à resolução que regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meio das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), nos dias de hoje.

Devido à pandemia do novo coronavírus o CFP publicou uma nova resolução orientando sobre os atendimentos online, pontuando que, assim como em outros

formatos, é dever fundamental do psicólogo conhecer e cumprir o Código de Ética Profissional, na prestação de serviços psicológicos por meio das TICs (CFP, 2020).

O Conselho também recorda que para poder atender nesses moldes é necessário o cadastro prévio na plataforma e-Psi onde o psicólogo deve manter o cadastro atualizado e poderá exercer o atendimento conforme aprovação do respectivo Conselho Regional de Psicologia (CRP). Sem cadastro ou com permissão negada pelo CFP o profissional está inapto para prestar serviços psicológicos por meio das TICs (tecnologias da informação e da comunicação) e incorre em falta de ética se o psicólogo resolver atuar mesmo assim (CFP, 2020).

Com a resolução nº 4/2020, também foram suspensos alguns artigos da resolução nº 11 de 2018, que citavam a necessidade de atendimento presencial em casos de urgência e emergência, bem como situações envolvendo desastres, não permitindo que fosse realizado o atendimento online. (CFP, 2018)

As Diferenças e Desafios do Atendimento Online

A necessidade e distanciamento físico aceleraram a expansão dos serviços psicológicos na modalidade remota. Com a repentina procura pelos serviços da psicologia por meio das TICs os profissionais passaram a enfrentar novos desafios da área, como o próprio conhecimento sobre essas tecnologias e a necessidade de contar com métodos, técnicas, procedimentos e instrumentos adequados em meio a esse novo contexto de atuação (CFP, 2018).

Um grande problema encontrado no atendimento online foi a aplicação de testes, pois é preciso garantir que de fato seja o próprio cliente que está realizando o teste, e que o mesmo esteja em ambiente livre de distrações, sem que haja outras pessoas por perto, para garantir o sigilo e proporcionar um ambiente adequado para que a pessoa possa realizar as atividades do modo mais espontâneo possível. Além de que atualmente o número de testes psicológicos aprovados para aplicação informatizada e remota disponibilizados no Satepsi é pequeno (CFP, 2018).

O atendimento efetivo em âmbito virtual na psicologia ainda é algo muito novo, vem sendo explorado, não se conhece todas as suas facilidades e nem todas as suas limitações. O contexto mundial é atípico, e enfrenta-se a enorme dificuldade da adaptação dos métodos e instrumentos utilizados no atendimento psicológico,

para que esses possam atender com segurança as necessidades do paciente (IBAP, 2020). Mantendo, dessa forma, os mesmos padrões éticos empregados nos serviços tradicionais de avaliação psicológica.

Como realizar a avaliação psicológica online

Para realizar a avaliação psicológica na modalidade online, recomenda-se que os psicólogos estejam atentos à demanda apresentada, ao objetivo da avaliação, ao contexto e ambiente de vida da pessoa a ser avaliada, bem como manter os aspectos éticos da profissão. (CFP, 2020) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, os profissionais devem prestar serviços de qualidade, utilizando-se de técnicas adequadas e condizentes com a ética e com a legislação da profissão, de forma apropriada quanto à natureza do serviço a ser prestado pelo psicólogo (CFP, 2005).

Segundo a Sociedade Brasileira de Psicologia (2020), na realização da avaliação online, é necessário que o psicólogo se organize com antecedência em relação ao ambiente que deve ser silencioso e restrito a interferências externas e às tecnologias que serão utilizadas, verificando a conexão com a internet e a plataforma adequada. Os cuidados na condução da avaliação devem ocorrer desde o primeiro contato com a pessoa a ser avaliada, a fim de estabelecer uma relação agradável com o paciente e não prejudicar a integridade dos serviços prestados. (CFP, 2005)

O profissional deve analisar se possui conhecimento suficiente das tecnologias a serem utilizadas e se o avaliando possui internet de qualidade e domínio das plataformas tecnológicas, de forma a não comprometer a segurança e sigilo do processo avaliativo. A privacidade é imprescindível e se pode utilizar plataformas com criptografia de ponta a ponta para proporcionar maior segurança ao atendimento. Cabe ao psicólogo a responsabilidade sob a escolha do instrumento adequado, do sigilo das respostas e a forma correta de aplicação de testes, bem como de todo o processo avaliativo. (CFP, 2019)

Em relação ao registro de documentos, o psicólogo deverá registrar em prontuário ou registro documental todas as consultas, assim como no atendimento presencial, incluindo data, hora, e tipo de tecnologia utilizada. Também são

importantes os registros dos dados clínicos necessários para condução do caso, de preenchimento obrigatório em cada contato com o paciente (SBP, 2020).

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi de natureza mista, com estudo bibliográfico e acesso a dados coletados por meio de questionário digital. Esse questionário foi organizado com intuito de buscar informações sobre a avaliação psicológica em tempos de pandemia. A plataforma utilizada para gerar o link do questionário foi o “google forms”, o link foi enviado via whatsapp.

O universo da pesquisa são os psicólogos que realizaram o atendimento online durante o período de pandemia em Caçador-SC e região. A amostra coletada é não probabilística por conveniência dos pesquisadores, totalizando 8 respondentes. As informações foram compiladas e analisadas com base no referencial teórico anteriormente examinado. Foram selecionadas para análise as questões 1 (um), 2 (dois), 5 (cinco) e 7 (sete), as quais apresentam maior interesse à resposta da questão problema.

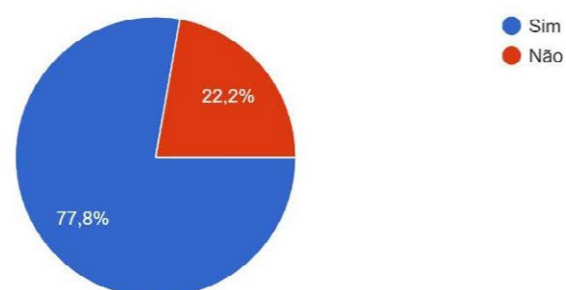
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido à pandemia do novo coronavírus o CFP publicou uma nova resolução orientando sobre os atendimentos online, pontuando que, assim como em outros formatos, é dever fundamental do psicólogo conhecer e cumprir o Código de Ética Profissional, na prestação de serviços psicológicos por meio das TICs. Assim, algumas perguntas foram feitas aos profissionais e as respostas podem ser observadas abaixo.

Questão 1 – Durante a terapia online, o profissional segue as mesmas linhas teóricas do atendimento presencial?

Na terapia online o profissional segue as mesmas linhas do atendimento presencial?

9 respostas



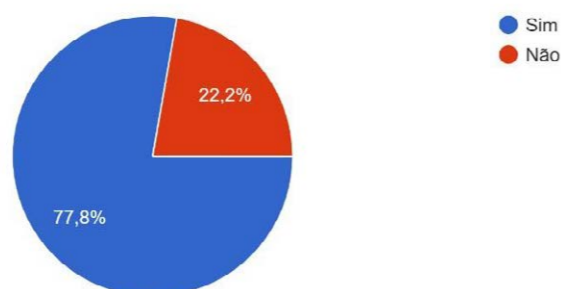
No gráfico acima foi possível identificar que a grande maioria dos profissionais seguem a mesma linha teórica de trabalho, ou seja, durante o atendimento online, a abordagem teórica utilizada por 77,8% dos profissionais se mantém, sendo que 22,2% relatam mudar a linha teórica.

A necessidade e distanciamento físico aceleraram a expansão dos serviços psicológicos na modalidade remota. Com a repentina procura pelos serviços da psicologia por meio das TICs os profissionais passaram a enfrentar novos desafios da área, como o próprio conhecimento sobre essas tecnologias e a necessidade de contar com métodos, técnicas, procedimentos e instrumentos adequados em meio a esse novo contexto de atuação. (CFP, 2018)

Questão 2 – Na sua opinião, o atendimento psicológico online é eficaz como o presencial?

O atendimento psicológico online é tão eficaz quanto o presencial?

9 respostas



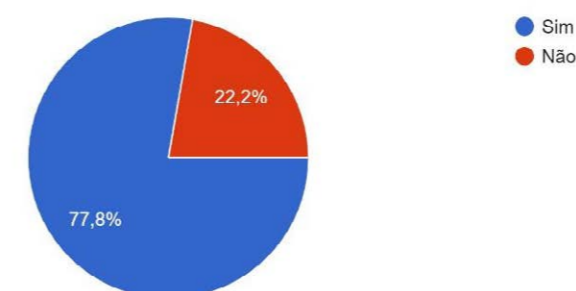
A mesma porcentagem de profissionais que relatam manter a abordagem teórica no atendimento online, também acredita que o atendimento psicológico é tão eficaz quanto o presencial.

O atendimento efetivo em âmbito virtual na psicologia ainda é algo muito novo, vem sendo explorado, não se conhece todas as suas facilidades e nem todas as suas limitações. O contexto mundial é atípico, e enfrenta-se a enorme dificuldade da adaptação dos métodos e instrumentos utilizados no atendimento psicológico, para que esses possam atender com segurança as necessidades do paciente (IBAP, 2020). Mantendo, dessa forma, os mesmos padrões éticos empregados nos serviços tradicionais de avaliação psicológica.

Questão 5 – Você buscou capacitação para atendimento on-line durante a pandemia?

Você buscou novos meios de se capacitar para atender online durante o período de isolamento social?

9 respostas



É possível observar nos dados desse gráfico, que a maioria dos profissionais buscar capacitar-se para uma nova modalidade de atendimento, sendo que 77,8% destacam essa prática de educação ao novo modelo de intervenção terapêutica.

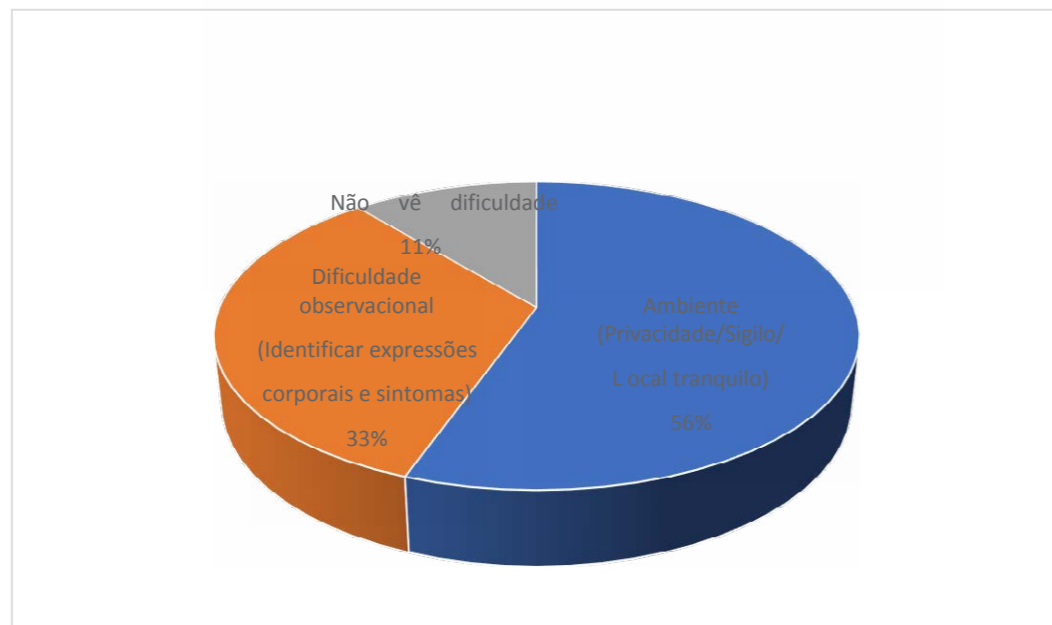
O atendimento efetivo em âmbito virtual na psicologia ainda é algo muito novo, vem sendo explorado, não se conhece todas as suas facilidades e nem todas as suas limitações. O contexto mundial é atípico, e enfrenta-se a enorme dificuldade da adaptação dos métodos e instrumentos utilizados no atendimento psicológico, para que esses possam atender com segurança as necessidades do paciente (IBAP, 2020).

O profissional deve analisar se possui conhecimento suficiente das

tecnologias a serem utilizadas e se o avaliando possui internet de qualidade e domínio das plataformas tecnológicas, de forma a não comprometer a segurança e sigilo do processo avaliativo. A privacidade é imprescindível e se pode utilizar plataformas com criptografia de ponta a ponta para proporcionar maior segurança ao atendimento. Cabe ao psicólogo a responsabilidade sob a escolha do instrumento adequado, do sigilo das respostas e a forma correta de aplicação de testes, bem como de todo o processo avaliativo. (CFP, 2019)

Questão 7 - Qual maior dificuldade, em sua percepção, no atendimento online?

Qual maior dificuldade, em sua percepção, no atendimento online?



As informações deste gráfico retratam as principais dificuldades na avaliação e atendimento do paciente com base na percepção dos profissionais psicólogos. 56% dos profissionais relatam que as maiores dificuldades no atendimento online são: privacidade, capacidade de manter o sigilo das informações, bem como em conseguir um ambiente tranquilo e seguro; 33% relatam que a maior dificuldade, em especial no momento da avaliação psicológica, é o prejuízo na observação direta das expressões corporais e dos sintomas do paciente; e 11% relataram não ter nenhuma dificuldade.

Um grande problema encontrado no atendimento online foi a aplicação de testes, pois é preciso garantir que de fato seja o próprio cliente que está realizando o teste, e que o mesmo esteja em ambiente livre de distrações, sem que haja outras pessoas por perto, para garantir o sigilo e proporcionar um ambiente adequado para que a pessoa possa realizar as atividades do modo mais espontâneo possível. Além de que atualmente o número de testes psicológicos aprovados para aplicação informatizada e remota disponibilizados no SATEPSI é pequeno (CFP, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com esse projeto integrador promover atenção à saúde, desenvolvendo habilidades para ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial; desenvolver habilidades de avaliação e tomada de decisão das condutas mais adequadas; manter os princípios éticos no uso da comunicação das informações e elaboração de informes psicológicos; e em especial aprender a desenvolver trabalhos em equipes multiprofissionais.

A disciplina de Psicopatologia I buscou Compreender como é realizada a avaliação biopsicossocial, durante o contexto da pandemia, ou seja, de forma remota. Assim, foi possível concluir que a avaliação psicológica na modalidade on-line, para a grande maioria dos profissionais questionados, é realizada da mesma maneira que no atendimento presencial. 77,8% dos profissionais acreditam que é possível manter a mesma abordagem do atendimento presencial, sendo que 56% relatam apresentar dificuldades apenas com relação ao ambiente não seguro ou controlado pelo psicólogo, enquanto 33% apenas citam a dificuldade na observação dos sinais e sintomas para uma boa avaliação. O que surpreende no resultado, além da maioria citar o ambiente como maior dificuldade, é também que 11% dos respondentes afirmam não encontrar nenhuma dificuldade na avaliação on-line. Isso sugere que esses profissionais devam ser os que buscam constantemente atualização e capacitação para esse atendimento.

Vale ressaltar a importância de dar continuidade a esse estudo, podendo-se realizar um estudo mais aprofundado acerca da avaliação diagnóstica, algo que se mostra extremamente necessário atualmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:

CFP, **Cartilha de boas práticas para avaliação psicológica em contextos de pandemia**, 2020. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/cli-que-aqui.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

CFP, Resolução n. 11, de 11 de maio de 2018. **Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação**. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-11-2018-regulamenta-a-prestacao-de-servicos-psicologicos-realizados-por-meios-de-tecnologias-da-informacao-e-da-comunicacao-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-11-2012?origin=instituicao&q=11/2018>>. Acesso em: 07 set. 2020.

Conselho Federal de Psicologia (2013), CRP-13. **Avaliação Psicológica: Critérios para escolha de recursos avaliativos**. In: PB, CRP -13. Avaliação Psicológica: Critérios para escolha de recursos avaliativos. JOAO PESSOA, 1 jan. 2013. Disponível em: <https://crp13.org.br/regulacao-da-profissao/avaliacao-psicologica/>. Acesso em: 20 set. 2020.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

IBAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, **Orientações para a prática da Avaliação e Clínica Psicológica à Distância**, 2020. Disponível em: <<https://www.notion.so/Orienta-es-para-a-pr-tica-da-Avalia-o-e-CI-nica-Psicol-gica-Dist-ncia-90f3701176f24703821ed6c1262f3118>>. Acesso em: 13 set. 2020.

KRIEGER, Débora Mascella; CORONEL, Luiz Carlos Illafont; LIMA, Liliane Dias de. The relevance of Mini Mental State Examination (MMSE) use on demential interdiction exams in judicial proceedings. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 73-77, Jan. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852020000100073&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Sept. 2020. Epub May 08, 2020. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000259>.

MEDICINANET. **Entrevista Psiquiátrica e Exame Psíquico**. Disponível em: http://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/1290/entrevista_psiquiatica_e_exame_psiquico.htm. Acesso em: 17 set. 2020.

MIRANDA, Alex Barbosa Sobreira de. **Fundamentos da Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico**. *Psicologado*, [S.l.]. (2019). Disponível em <https://psicologado.com.br/psicodiagnostico/fundamentos-da-avaliacao-e-diagnostico-psicologico>. Acesso em 22 Set 2020.

SBP, **Recomendações para o exercício profissional presencial e on-line da psicologia frente à pandemia de COVID-19**, 2020. Disponível em: <https://www.sbponline.org.br/arquivos/To%CC%81pico_5_Tudo_em_um_documento_s%C3%B3_atendimento_online_volunt%C3%A1rio_presencial_e_hospitalar_durante_a_COVID-19.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

COVID-19 - Origem e Contexto da Pandemia

Camila Bassani da Silva, camilabassani15cb@gmail.com¹
Gabrielly Guimarães da Silva, gabrielly.g.almeida@gmail.com²
Jean Santos de Azevedo, azevedojs92@gmail.com³
Liana Alves, liaalves2031@gmail.com⁴
Lucas Morais da Silva, lucas.morais1703@gmail.com⁵
Talia Cordeiro Batista, taliaa.cordeiro@gmail.com⁶

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar as origens da pandemia do Covid-19, sua propagação mundial até chegar ao Brasil, bem como os comportamentos adotados pela população neste contexto. Entre as medidas de prevenção e contenção do novo vírus, o isolamento social é a mais segura, aliado a adoção da utilização de álcool em gel para higienização das mãos e também de ambientes. A propagação desta patologia ocorreu de forma rápida e, notoriamente na Europa, a Itália foi um dos países mais atingidos, já com registros de 1 milhão de casos e mais de 45 mil mortes. Na América, não levou muito tempo para os Estados Unidos ganhar as manchetes dos jornais e logo depois o Brasil veio a ser acometido. Em nosso contexto nacional, atitudes de negação ficam evidentes até os dias atuais, de forma que as pessoas se recusam a acreditar e pior, a respeitar as normas de contenção, tal comportamento é compreendido e explicado pela Psicologia. Os índices de ansiedade e depressão acompanharam esta crescente, o que é compreensível, afinal o ser humano precisou se readaptar, seja na forma de trabalhar, praticar lazer ou simplesmente se reunir. A informação e a conscientização serão determinantes neste cenário.

Palavras-chave: Origem. Contexto. Covid-19

INTRODUÇÃO

Na graduação de Psicologia estudam-se os transtornos que acometem a mente, bem como suas causas, sintomas, prevalência e tratamento. A chegada do novo coronavírus COVID-19 e sua progressiva expansão mundial, além de trazer danos físicos para a população, também prejudicou a saúde mental, em muitos casos, agravando quadros de depressão e ansiedade. Esse fator se deve em função da insegurança instaurada, aliada ao isolamento social.

O presente trabalho objetiva explicar sobre a origem e o contexto desta nova pandemia, a qual já vem sendo tratada por muitos estudiosos como endemia. Além da crise de saúde pública, a mesma encontra-se vinculada a uma crise social e também política, ou seja, o medo tornou-se comum de forma geral e mais prejudicial a quem sofre de alguma patologia. As medidas protetivas também serão abordadas, bem como os comportamentos mais recorrentes desde 2019.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em dezembro de 2019 a China informou à OMS sobre um surto de uma nova doença, semelhante a uma pneumonia. Essa doença, transmitida pelo novo coronavírus, foi denominada COVID-19. Em janeiro de 2020, novos casos da COVID-19 foram notificados fora da China, então a OMS resolveu declarar emergência internacional em saúde pública. Na América Latina, o primeiro caso registrado foi em São Paulo, no Brasil, no dia 26 de fevereiro de 2020 (BEZERRA, et al, 2020).

1 à 6: acadêmicos da 8ª fase - Curso Psicologia - Universidade Alto Vale Rio do Peixe (UNIARP).
Professores orientadores: 1. Neuzeli Aparecida da Silva – disciplina Teorias e Técnicas Psicoterápicas Sistêmicas; 2 Débora Greice Gonçalves Vieira - disciplina Teoria e Técnicas Psicoterápicas Infantil; 3. Mozartt Bondan – disciplina Psicofarmacologia - Curso Psicologia - Universidade Alto Vale Rio do Peixe (UNIARP).

O homem é um ser social, seres individualizados e, ao mesmo tempo, coletivos. Seres influenciados pela sociedade a partir das relações culturais e de nossas relações sociais. O homem, desde seus primórdios, é considerado um ser de relações sociais, que incorpora normas, valores e regras presentes na sociedade. A relação homem e trabalho também reflete a relação entre o ser social e a natureza. Ao mesmo tempo em que ele transforma a natureza, transforma a si mesmo, possibilitando a transição do ser biológico para o ser social (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

Vale ressaltar que, considerando as medidas de prevenção e controle de doenças, impactos econômicos, políticos e sociais, a recente pandemia representa um grande desafio para a sociedade por se tratar de um evento gerador de estresse.

A Organização Mundial de Saúde tem apontado que o caminho para a redução da velocidade de circulação do vírus, o controle e queda do número de casos e óbitos decorrentes dessa pandemia só poderá ser alcançado com adoção em massa de medidas fundamentais que incluem higienização das mãos, uso do álcool em gel, etiqueta respiratória, limpeza de superfícies, evitar aglomerações e distanciamento social. A curva epidemiológica da doença mostra claramente as proporções devastadoras na Itália, Espanha e nos Estados Unidos, superando a China em registros de óbitos, devido ao atraso na adoção dessas medidas. No Brasil, a progressão rápida em relação ao mundo e à América Latina aponta um importante aumento do número de casos (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

O novo Corona vírus trata-se de uma extensa família de vírus causadores de doenças não só em animais como em seres humanos também, segundo a Organização Mundial da Saúde, esses vários tipos de vírus podem causar infecções respiratórias que podem evoluir de resfriado comum a uma síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS), síndrome respiratória aguda severa (SRAS), podendo até levar a morte. O número de óbitos por dia no Brasil chegou a 866 de acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), no início de outubro de 2020 não era ultrapassado a marca de 800 casos fatais em 24 horas, foi totalizado 90% a mais de casos confirmados em relação à semana anterior. (PERES, et al, 2020).

No Brasil os casos de Covid-19 chegaram apenas em fevereiro de 2020, apesar de já estar em vários lugares do mundo em 2019, e isso aconteceu devido a repatriação dos brasileiros que viviam em Wuhan cidade chinesa epicentro da infestação, logo após quinze dias, foi confirmado a primeira contaminação, enquanto isso a Europa já estava confirmando centenas de mortes por conta do covid-19. E com o passar dos dias se estendeu o número de pessoas contaminadas no Brasil. (SANAR, 2020).

METODOLOGIA

Desenvolveu-se, a partir de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, um resumo expandido para apresentação do projeto integrador, da 8ª Fase do Curso de Psicologia da UNIARP – Universidade Alto Vale Rio do Peixe.

Foram utilizados artigos retirados das plataformas Google Acadêmico e SciELO para composição do estudo. A pesquisa foi realizada através de estudo e análise de artigos científicos, e materiais disponibilizados na web, onde foram selecionados os títulos relacionados aos impactos psicológicos decorrentes da nova pandemia de COVID-19. Por se tratar de um tema recente, as referências utilizadas são dos anos de 2019 e 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a chegada do COVID-19 ao Brasil, as autoridades sanitárias locais tomaram diversas medidas para controlar e prevenir a doença em diferentes áreas administrativas. A pandemia gerada pelo COVID 19, tem gerado grandes impactos nas vidas das pessoas, o isolamento social e consequentemente a quebra de contatos mútuos tem levado as pessoas a aderir novos comportamentos.

Eventos esportivos foram adiados durante muito tempo, o que levou inúmeras instituições esportivas a tomarem medidas de reduções de custos para que não viessem a falência. Medidas paliativas foram adotadas, no futebol os jogos estão acontecendo sem torcida e os membros integrantes das equipes precisam fazer testagem com frequência semanal.

Inúmeras empresas fecharam as portas, muitas precisaram dispensar colaboradores, o que corrobora ainda mais para o tripé da crise que vivemos em nosso país: Pandemia x Social x Política. Em alguns momentos a pandemia apresentou uma queda gerando expectativa, aliada as possíveis vacinas que estão em estudo, porém, ao final de 2020 ainda não a temas, da mesma forma, pessoas que já haviam sarado, voltaram a apresentar a doença. Em nosso estado, Santa Catarina, principalmente no litoral, o comportamento da população foi de total negligência: aglomerações em feriados além da não utilização das máscaras. O resultado é o alto número de contaminação nos municípios, Caçador na última semana já registrou mais de 100 casos novos.

Se antes a palavra Pandemia causava medo, a tendência discutida mundialmente agora é a Endemia, não restando alternativa para a população se não, aderir as medidas de segurança como o isolamento social, utilização das máscaras e álcool em gel. Temas como “o novo normal” tem sido abordados em âmbito acadêmico, considerando a readequação das profissões, dos atendimentos clínicos e até a prática de lazer. Neste cenário caótico, a demanda por profissionais da saúde nunca foi tão grande, se por um lado temos a população que precisa de atendimentos médicos, por outro, a população não infectada sofre psicologicamente em decorrência do isolamento social, da não segurança de emprego e do bombardeio de notícias negativas da mídia. É e será um trabalho de pequenos passos, onde cada conquista precisa ser comemorada em celebração a vida e por mais que soe redundante, os pilares dessa “batalha” contra a Covid-19 são a informação e a conscientização da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como presumir que a vida social e econômica se desenvolverá naturalmente com o aumento da propagação do vírus? A conscientização da população e dos poderes públicos é o fator essencial para que haja um breve controle e consequentemente uma queda no número de mortes.

Enquanto acadêmicos de Psicologia, estudamos os fatores de risco, a prevalência, os sintomas e os tratamentos para os transtornos que acometem a saúde mental, dentre eles a Depressão e Ansiedade. Tais patologias tiveram aumento significativo desde 2019 em função da insegurança instaurada em cenário mundial. Já haviam discussões acerca das aulas on-line, dos atendimentos clínicos, etc., mas a pandemia tornou isso urgente, para continuar as pessoas, as organizações, as empresas precisam se adequar e a tecnologia (capacitação dos profissionais, velocidade da internet) vem integrar mais fator determinante.

Portanto, uma das medidas mais importantes para prevenir a transmissão é a higienização das mãos, que é considerada uma medida de baixo custo e alta eficiência, pois as mãos são o principal meio de contaminação cruzada, dentre tantas estratégias de prevenção, o distanciamento social também é uma das prioridades dos órgãos que reduzem a disseminação da COVID-19.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Uniarp – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, instituição proponente e financiadora do projeto integrador. Da mesma forma, deixamos nossas palavras de gratidão aos professores e orientadores envolvidos, sendo eles: Neuzeli Aparecida da Silva, Mozartt Arthor Bondan e Débora Grace Golçalves Vieira.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, et al. **Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19**. Rio de Janeiro: Epub, 05/06/2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020006702411&script=sci_arttext. Acesso em 15/11/2020.

OLIVEIRA, Adriana Cristina; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. **O que a pandemia da COVID-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?** Florianópolis: Epub, 08/05/2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072020000100201&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 15/11/2020.

PERES, et al. **Enfrentamento da COVID-19: o que não pode ser relativizado na educação superior em enfermagem**. Florianópolis: Epub, 11/11/2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072020000100214&lng=pt&nrm=iso&lng=pt#aff10. Acesso em 15/11/2020.

SANAR. **Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em 16/11/2020.

ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NAS ORGANIZAÇÕES NO PERÍODO DA PANDEMIA COVID-19¹

Aloise Dallagnol de Souza, aloise@conection.com.br²

Ana Paula da Silva Caetano, aninhabryan2009@gmail.com³

Débora Maciel dos Santos, www.deboramacioldossantos@gmail.com⁴

Nilton Paulo, niltonpaulobj@hotmail.com⁵

Suzamara de Lima Padilha, suzi.padilha@bol.com.br⁶

Vitor Czerniak, czerniak@uniarp.edu.br⁷

RESUMO

Esse trabalho aborda o tema: aconselhamento psicológico nas organizações no período da pandemia COVID-19. Para melhor entendimento, o artigo busca conceituar o tema pandemia, bem como conceituar o que é a doença COVID-19 e também expor suas consequências. De forma geral, o artigo sistematiza as informações baseado na ciência e evidencia através da revisão literária a necessidade do envolvimento da área da psicologia nesse tema. Busca, ainda, relacionar a periodicidade que ocorrem e devem ocorrer os aconselhamentos psicológicos nas organizações, deixando exposto os níveis e quais emoções são as mais presentes nas pessoas durante o período da pandemia.

Palavras chaves: Aconselhamento psicológico. Pandemia. COVID-19. Organizações.

INTRODUÇÃO

O Aconselhamento Psicológico nas organizações se reveste de grande importância e, enfaticamente, no atual momento de pandemia, face aos impactos negativos no mercado de trabalho.

O aumento do número de desempregados em aproximadamente 22 milhões, além das pessoas que continuaram trabalhando sofrerem com a queda na renda familiar em função da Medida Provisória 936, em 1º. de abril do corrente ano, apresenta-se como de necessário apreço.

O problema que nos motivou a este trabalho foi saber que benefícios poderiam advir do Aconselhamento Psicológico nas organizações, bem como se houve aumento em sua demanda durante o contexto da pandemia. Assim, compreender os benefícios desse serviço nas organizações, bem como sua demanda no contexto da pandemia covid-19, foram os objetivos focados nesta pesquisa, cuja justificativa está nas respostas obtidas, as quais se constituem em subsídios para ações imediatas e urgentes de modo mais assertivo diante das demandas súbitas em questão.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de psicologia.

² Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Especialista do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo pandemia presta-se a esclarecer a condição criada por uma epidemia, quando esta extrapola limites estreitos, em número de casos e locais, passando a atuar de forma ampla, podendo até mesmo atingir proporções intercontinentais. A intensidade mantém essa proporção dimensional, podendo atingir desde milhares de mortes até levar destruição a cidades e regiões inteiras (FRANÇA, [20--]).

Devido ao alastramento que teve, a partir dezembro de 2019, início da transmissão, o novo coronavírus levou a OMS, em março de 2020, a destinar-lhe a classificação de pandemia (UNOPAR, 2020). A atual pandemia, da COVID-19, conforme esclarece o site do Ministério da Saúde, é uma

[...] doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. [...] a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL, 2019).

Aconselhamento Psicológico é mais popularmente conhecido pela definição citada por Scheffer apud Scorsolini-Comin (2014, p. 4) segundo a qual o mesmo é uma "relação face a face de duas pessoas, na qual uma delas é ajudada a resolver dificuldades de ordem educacional, profissional, vital e a utilizar melhor os seus recursos pessoais".

Morato apud Ferrari; Gordon (2013, p. 3/4), apresenta aconselhamento psicológico como sendo:

[...] uma relação de ajuda que visa facilitar uma adaptação mais satisfatória do sujeito à situação em que se encontra e otimizar os seus recursos pessoais em termos de autoconhecimento, autoajuda e autonomia. [...] um processo que ajuda o ser humano a lidar mais eficazmente com a sua vida.

Tem como objetivo "orientar e auxiliar as pessoas na resolução de problemas pessoais ou profissionais, focado em questões emergentes/urgentes, as quais nem sempre precisam de acompanhamento psicológico prolongado", segundo Rosemberg apud Ferrari; Gordon (2013, p. 2).

Meirelles apud Jardim (2017, p. 1), apresenta os seguintes benefícios esperados do Aconselhamento Psicológico nas organizações:

Resoluções de problemas, crises pessoais, processo de tomada de decisão, melhoria nas habilidades e conseqüentemente nas interações sociais, estão diretamente relacionados com aconselhamento psicológico, por ser centrados na pessoa, em seus sentimentos, percepções e conflitos. Por ter um sentido também preventivo é focado no presente, de caráter situacional.

METODOLOGIA

Este artigo foi produzido através de pesquisas bibliográficas e exploratórias, as quais foram obtidas online, através de artigos como Pepsic, Blog UNOPAR, entre outros. E concomitantemente através de pesquisas em sites governamentais – Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho – e não governamentais tais como, Tua Saúde, Mundo Educação e afins. O período de pesquisa correspondeu entre setembro e novembro do ano corrente.

A Pesquisa bibliográfica é uma revisão da literatura científica, podendo ser realizada em vários meios, tais como, artigos de jornais, livros, periódicos entre outros (PIZZANI et al., 2012).

Já a pesquisa exploratória possui o intuito de familiarizar-se com o objeto de estudo, e geralmente envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de situações que promovam a compreensão (GIL, 2007 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou pelo seu canal a preocupação com as consequências dos impactos negativos ocasionados pelo COVID-19. Afirma crer que os impactos terão grande alcance, prejudicando significativamente os resultados do mercado de trabalho (ILO, 2020).

A ordem prevista, inicialmente, seria de 5,3 a 24,7 milhões de desempregados. No entanto, não apenas o desemprego deve ser considerado em relação aos prejuízos financeiros e sociais, mas também o subemprego, como decorrência (ILO, 2020).

Em relação a quem permanecer trabalhando, estes poderão sofrer queda da renda, em função da medida provisória 936 de 1º de abril, redução de jornada de trabalho e salário proporcional, bem a suspensão de contratos para organizações que obtiveram até 4,8 milhões de reais de faturamento em 2019, sendo que as maiores devem pagar 30% do respectivo salário, nessa mesma circunstância (GERCINA 2020).

Zaninelli (2020), aponta como consequente a essa pandemia, o ganho de peso e suas implicações metabólicas, afecção à saúde mental, sofrimento psicológico, estresse, distúrbios do sono, depressivos e de ansiedade, podendo chegar a ataques de pânico, surtos paranoicos, psicóticos e potencial ideação suicida.

Uma pesquisa desenvolvida pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, demonstra que o

[...] distanciamento social tem provocado impactos significativos sobre o comportamento e o desenvolvimento infantil, das quais, destacam-se a dependência excessiva dos pais, desatenção, preocupação, alterações no sono e apetite, pesadelos, desconforto e agitação. [...] temos visto o aumento expressivo dos casos de violência intrafamiliar em detrimento de uma convivência em maior tempo junto aos agressores (LIMA, 2020).

No sentido de encontrar uma solução alternativa, mesmo que provisória, a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), através dos psicólogos Dra. Maria Rita Zoéga Soares e Dr. João Gabriel Modesto, manifesta-se quanto à importância em que “se identifique o conflito e haja predisposição para tonar [sic] esse tipo de discussão em algo construtivo. Em sentido contrário, protelar ou ignorar esses conflitos só agravam os comportamentos negativos, como brigas e frustrações”. E continua sugerindo o envolvimento familiar em atividades coletivas, quando exemplifica “organizar um álbum de fotos ou reorganizar a mobília da casa”, objetivando a construtiva quebra de rotina e favorecimento dos laços afetivos positivos (TERRA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apoio psicológico nas organizações teve aumento na procura durante a pandemia. Segundo a Fundação Instituto de Administração (FIA), ainda em maio, diante do alerta da ONU, as empresas reagiram e “75% desenvolveram ações de apoio psicológico aos funcionários, segundo a pesquisa Gestão de Pessoas na Crise de COVID-19 [...]” (RODRIGUEZ, 2020).

Rodriguez (2020), publicou que “mesmo quem já tinha uma estrutura de suporte estabelecida viu a demanda crescer nos últimos meses”. Cita a Gerda que “teve um salto de 30%, segundo a gerente técnica de desenvolvimento humano Adriana Mansueto”, nos seus atendimentos sociais, incluindo online.

Um fator interessante obtido em nossas pesquisas diz respeito à motivação nesse momento a que nos referimos. Dulce Brito, coordenadora médica de saúde populacional do Hospital Israelita Einstein e docente do curso Saúde Mental nas Organizações em Tempos de Pandemia, declarou: “Estudos mostram que é preciso conectar as equipes ao propósito. Esse senso de propósito faz as pessoas ganharem uma resiliência muito grande” (RODRIGUEZ, 2020).

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2019. Ministério da Saúde. **Coronavírus**. Disponível em <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em 21 out. 2020.

FERRARI, Gislaine P.; GORDONO, Fernanda S. **Aconselhamento Psicológico em Empresa: A Escuta Empática como Poder Transformador**. III Encontro Científico do GEPro. [online]. 2013, p. 01-08. Disponível em <<http://geprofatecjahu.com.br/anais/2013/4.pdf>>. Acesso em 26 out. 2020.

FRANÇA, Neuda B. M. F. Endemia, Epidemia e Pandemia. **InfoEscola**, [20--]. Disponível em <<https://www.infoescola.com/doencas/endemia-epidemia-e-pandemia/>>. Acesso em 27 out. 2020.

GERCINA, Cristiane. Confirma o que muda para o trabalhador na crise do coronavírus. **Folha de São Paulo**. 2020. Disponível em <<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/04/confira-o-que-muda-para-o-trabalhador-na-crise-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em 27 out. 2020.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa**. Editora da UFRGS, [online]. Porto Alegre, 2009, v. 1, p. 1-120. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2020.

ILO. **Organização Internacional do Trabalho**. 2020. Disponível em <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740753/lang--pt/index.htm>. Acesso em 27 out. 2020

JARDIM, Camila. **Aconselhamento Psicológico nas Organizações**. [online]. 2017, p. 01-07. Disponível em <<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Psicologia/Aconselhamento-Psicol%C3%B3gico-nas-Organiza%C3%A7%C3%B5es-1328313.html>>. Acesso em 05 nov. 2020.

LIMA, Helen T. dos S. Insegurança psicológica por causa da pandemia: como isso afeta a saúde mental das crianças. **Jornal de Brasília**. 2020. Disponível em

<<https://jornaldebrasil.com.br/saude/inseguranca-psicologica-por-cao-da-pandemia-como-isso-afeta-a-saude-mental-das-criancas/>>. Acesso em 27 out. 2020.

PIZZANI, Luciana, et al. **A arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento**. Rev. Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [online]. Campinas, 2012, v. 10, n. 1, p. 53-66. ISSN 1678 765X. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em 04 nov. 2020.

RODRIGUEZ, Diogo A. 75% das empresas criaram apoio psicológico para funcionários na pandemia. **UOL**. 2020. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/31/75-das-empresas-criaram-apoio-psicologico-para-funcionarios-na-pandemia.htm>>. Acesso em 27 out. 2020.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos**. Contextos Clínic. [online]. São Leopoldo, 2014, v. 7, n. 1, p. 02-14. ISSN 1983-3482. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000100002>. Acesso em 27 out. 2020.

TERRA. Os impactos psicológicos e comportamentais causados pela Covid-19 em razão do isolamento social e da desaceleração da economia. 2020. Disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/os-impactos-psicologicos-e-comportamentais-causados-pela-covid-19-em-razao-do-isolamento-social-e-da-desaceleracao-da-economia,d55adea68b8d08f863f968d38aab1b21e7uku0pb.html>>. Acesso em 27 out. 2020.

UNOPAR. UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ. **A importância da Psicologia em tempos de pandemia**. 2020. Disponível em <<https://blog.unopar.com.br/psicologia-pandemia/>>. Acesso em 27 out. 2020.

ZANINELLI, Daniele. Quais as principais consequências metabólicas da pandemia por Covid-19?. **Portal PEBMED**. 2020. Disponível em <<https://pebmed.com.br/quais-as-principais-consequencias-metabolicas-da-pandemia-por-covid-19/>>. Acesso em 27 out. 2020.

Como realizar avaliação biopsicossocial da criança vítima de bullying

How to perform biopsychosocial assessment of child victim of bullying

Maria Lucimara da Silva Pawuk ⁽¹⁾

Marina Alves de Quadras Vitória ⁽²⁾

Thais Cardoso Simão ⁽³⁾

Thailine Pires ⁽⁴⁾

Neuzeli da Silva ⁽⁵⁾

Resumo

O presente trabalho aborda a temática de como realizar avaliação biopsicossocial da criança vítima de bullying. O objetivo é realizar um estudo teórico acerca do tema e esclarecer sobre as técnicas utilizadas para identificar tal situação. A prática de bullying consiste em atitudes agressivas, intencionais e repetidas, as quais, algumas vezes ocorrem aparentemente sem motivos, outras vezes estão correlacionados à condição social da vítima. A pesquisa seguiu o método bibliográfico, de natureza qualitativa, direcionado à população infantil vítima de bullying. Como resultado, constatou-se que uma das principais ferramentas de avaliação dos psicólogos é a entrevista psicológica, a qual permite a avaliação biopsicossocial incluindo todo o contexto do avaliado (vítima). A psicoterapia auxilia a vítima a enfrentar a problemática do bullying e a superar os traumas.

Palavras-chave: Psicologia. Avaliação. Bullying.

Abstract

The present work addresses the theme of how to perform biopsychosocial assessment of child victims of bullying. The objective is to conduct a theoretical study on the topic and clarify the techniques used to identify such a situation. The practice of bullying consists of aggressive, intentional and repeated attitudes, which, sometimes seemingly without reasons, sometimes are correlated with the victim's social condition. The research followed the bibliographic method, of qualitative nature, directed to the child population victim of bullying. As a result, it was found that one of the main assessment tools for psychologists is the psychological interview, which allows for biopsychosocial assessment including the entire context of the subject (victim). Psychotherapy helps the victim to face the problem of bullying and overcome traumas.

Keywords: Psychology. Evaluation. Bullying.

1. Introdução

Em momento de grandes mudanças no cotidiano dos indivíduos, como estamos vivendo com relação a pandemia, presume-se ser relevante abordar assuntos pertinentes ao sofrimento psíquico que as crianças vítimas de bullying

1 à 4: Acadêmicas do curso de Psicologia - VIII fase - UNIARP - Campus de Caçador.
 5: Professora orientadora - curso Psicologia - UNIARP - Campus de Caçador.

estão enfrentando, permanecendo reclusas em suas casas, uma vez que bullying ocorre em qualquer contexto, inclusive no ambiente familiar.

Bullying não tem uma tradução específica no português, porém os estudos apontam que essa referência é utilizada quando indivíduos fazem uso da violência física e verbal para amedrontar aqueles que se sentem fisicamente e emocionalmente mais fracos.

O bullying pode ocorrer em diversos ambientes, como nas escolas, nas ruas, na igreja, no clube, na própria família e na sociedade em geral. São constantes os relatos de pessoas que foram vítimas nestes ambientes, nos quais elas estão inseridas com maior frequência. Levando-se em consideração tais relatos, compreende-se que são problemas relacionados às questões sociais.

Este estudo está relacionado ao Projeto Integrador da UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, através do curso de Psicologia, cuja pesquisa apresenta relevância científica, acadêmica e social uma vez que trata de um tema de interesse universitário, de interesse científico e por parte da sociedade, para compreender o tema, identifica-lo e atuar na sua prevenção.

2. O bullying e seus autores

Bullying compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando-lhes dor e angústia, sendo praticadas dentro de uma relação desigual de poder. Essa discrepância de poder associada ao bullying pode ser resultado da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes. (NETO, 2005)

O bullying pode ser dividido em alvos, alvos/autores, autores e testemunhas, respectivamente:

O perfil dos autores é caracterizado por pessoas que praticam o bullying, geralmente demonstram pouca empatia, estão inseridas em meios familiares com pouca demonstração de afeto e tem a violência como modelo de comportamento e posição de poder. Procuram agredir pessoas obesas, de baixa estatura, deficientes físicos e mentais e de culturas diferentes. Já os Alvos são as pessoas que sofrem essa violência, geralmente são pouco sociáveis, tímidos, com baixa autoestima e pouco estímulo familiar. (SANTOS, 2008, p. 4)

Os alvos/autores são pessoas que sofrem de bullying e em seguida o pratica, com a finalidade de reagir e levantar a sua autoestima, vingando-se dos atos que sofrem, exercendo poder sobre um grupo de pessoas e humilhando outros. E por fim as testemunhas, que são representadas como a maioria das pessoas que não denunciam a violência por medo de se tornarem alvos. Essas pessoas podem até não se sentirem confortáveis com a situação, porém inseguros sobre o que fazer. (SANTOS; JUNIOR, 2011)

Alguns fatores podem desencadear um perfil de autores de bullying, entre eles estão: sentir-se inseguro, pessoas vítimas de algum tipo de abuso, humilhações, pressão para a obtenção de sucesso em suas atividades, dificuldade de relacionamento com outros crianças, além de assumirem o papel de “bodes expiatórios” e gostarem de experimentar sensação de poder. (SANTOS; JUNIOR, 2011)

3. As consequências do Bullying

Passar por uma situação de bullying faz com que jovens se sintam inseguros e em alerta o tempo todo. Isto tem um impacto mental e emocional enorme, a vítima sente-se excluída, isolada, inaceitável e brava. Há sempre o pensamento que poderá fazer melhor e de como escapar de um bullying que está prestes a ocorrer. Os músculos geralmente estão atrofiados devido a constante tensão e ao afastamento de amigos ou a falta de ter alguém com quem conversar, visto que são pessoas que geram melhoria no desenvolvimento social. (GINI; POZZOLI, 2009; LEREYA et al, 2015; REIJNTJES et al., 2010; TTOFI et al, 2011)

Sobre as consequências na saúde física, segundo Hager e Leadbeater (2016) os efeitos físicos podem ser imediatos ou podem ser de longo prazo, como perturbações do sono ou somatização de outras patologias. Esses efeitos de longo prazo tendem a serem mais difíceis de identificar e de linkar com eventos de bullying passados ou até de outros não relacionados a isso.

Para Bogart et al (2014), crianças vítimas de bullying tiveram a saúde física mais afetada do que aqueles que não passaram por esta experiência. Os sintomas somáticos que mais comumente são identificados como sintomas emocionais ou somatização, são sintomas físicos que se originam pelo estresse ou condição emocional. Estresse, ansiedade, problemas para dormir, dores gastrointestinais, palpitações e dores crônicas são alguns dos sintomas relatados pelas vítimas.

Segundo Kowalski e Limber (2013), através de uma pesquisa feita, foi concluído que há diferenças de gênero nos efeitos do bullying e foi concluído que as meninas sofrem mais sintomas psicológicos e emocionais do que os meninos.

Crianças que sofreram violência de bulinadores, têm experiência de dor social, e conseguem ativar regiões do cérebro similares a dores físicas, logo explica porque ao descreverem o que sentem no momento do bullying, elas a comparam com alguma violência física, por exemplo, há um relato de uma vítima: “eu sinto que, emocionalmente, eles [seus valentões] têm me batido com uma vara por 42 anos.” (EISENBERGER; LIEBERMAN; KROSS et al., 2011; VAILLANCOURT et al., 2010)

Existe uma diferenciação entre os sintomas de internalização (depressão, ansiedade, medo do afastamento social, mutilação) e dos de externalização, que são aqueles que reflete o comportamento direcionado para os outros, como raivas, agressões, problemas de conduta, uso e abuso de substâncias. (SIGURDSON, 2015)

4. A avaliação biopsicossocial em crianças e adolescentes vítimas de bullying

Quando averiguado quais as ferramentas que encontram-se disponíveis para trabalhar com as crianças, em relação a psicoterapia são diversas abordagens no que se refere a psicoterapia infantil, no entanto nesse momento de pandemia deve-se buscar alternativas de continuar ou iniciar um trabalho com a criança para ajuda-la a lidar com os sentimentos, o sofrimento psíquico vem experimentando. O Conselho Federal de Psicologia diz que, “em relação ao atendimento on-line de crianças e adolescentes, a(o) psicóloga(o) deverá avaliar a sua viabilidade e, para que ocorra, será fundamental o consentimento expresso de ao menos um dos responsáveis legais” (CFP, 2020, p. 1).

Quando é refletido sobre esse assunto, vem a pergunta como trabalhar com essa criança on-line, quais as técnicas utilizar, como brincar sem estar fisicamente presente? Alguns autores se pronunciaram em relação a este fato, como as autoras Grinfeld e Sanches em um artigo citam:

A psicoterapia, nas palavras de Winnicott, “se efetua na sobreposição de duas áreas do brincar, a do paciente e a do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em consequência, onde o brincar não é possível. O trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é.” (O Brincar & a Realidade, 1975, p.59). Assim sendo, não precisamos de um espaço físico-presencial (o consultório) para que a terapia aconteça, mas de espaços transicionais, que permitam o trânsito entre mundo interno e mundo externo. (GRINFELD, 2020, p. 2)

Pode-se analisar inclusive se os direitos dessa criança, vem sendo respeitado em todos os ambientes de convívio em que ela se encontra, direito esse que é garantido por lei. No Brasil através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) observa-se que a criança tem seus direitos garantidos como é citado por Paranaíba:

O bullying consiste numa ameaça ou violação ao direito ao desenvolvimento sadio e harmonioso da criança e do adolescente, preconizado no art. 7º do ECA. Naturalmente, essa prática abjeta afeta a causar doenças psicossomáticas, comprometendo o desenvolvimento sadio e harmonioso. Inclusive, há registro de suicídio em decorrência do bullying. (SANTOS apud PARANAÍBA, 2016, p. 1).

Os principais instrumentos de avaliação psicológica são: entrevista psicológica, testes psicológicos e observação. A entrevista procura proporcionar ao avaliador, através de subsídios técnicos, informações acerca da conduta, comportamento, conceitos, valores e opiniões do entrevistado. Os testes psicológicos são medidas objetivas e padronizadas de uma amostra do comportamento de uma pessoa e possuem como objetivo medir as diferenças entre os indivíduos, ou a mesma pessoa em momentos diferentes. A observação é a ação de olhar com atenção os fenômenos para os descrever, estudar, explicar. (SANAR, 2019, p. 1)

Para Maria da Graça Pereira (2002), realizar a avaliação biopsicossocial deve-se levar em consideração diversas áreas do paciente como: se enfrenta alguma doença ou problema de saúde, o histórico biopsicossocial deste e seu contexto social familiar e cultural:

A avaliação biopsicossocial permite contextualizar o problema de saúde do doente tendo em atenção os fatores envolvidos nos diferentes níveis acima descritos. Esse tipo de avaliação permite definir e desenhar intervenções que se adequam melhor a cada paciente e às suas necessidades. Gostaríamos de ressaltar que a melhor forma de implementar o modelo biopsicossocial consiste na avaliação que o próprio psicólogo faz com base na informação reunida acerca do paciente. Assim, e nesse sentido, torna-se imperioso que o psicólogo reúna os vários indicadores quer ao nível da doença, quer da saúde que lhe permitiram planejar uma intervenção à medida de cada paciente. Acreditamos que nem sempre o paciente necessita de se avaliado em todos os níveis referidos, pois tal como o modelo biopsicossocial preconiza qualquer

doença pode requerer mais atenção à um nível que a outro [...] Contudo, cabe ao psicólogo aperceber-se dos níveis mais afetados e saber selecionar aqueles que necessitam ser mais avaliados para posteriormente serem avaliados e alvos de intervenção. (PEREIRA, 2002, p. 4)

Através da avaliação biopsicossocial é que se pode identificar a prática do bullying e auxiliar as possíveis vítimas para que possam enfrentá-la, as fortalecendo psicologicamente e pessoalmente para que não tenham traumas futuros decorrentes desta circunstância.

Diante do que foi exposto, percebe-se a importância da avaliação biopsicossocial com as vítimas de bullying, levando-se em consideração todo seu contexto social, para que o tratamento seja mais assertivo e ela o impacto desta ação seja o menor possível em seu cotidiano.

5. Metodologia

Esse estudo foi realizado através do método de pesquisa bibliográfica, através da procura em livros, artigos e material digital. O trabalho foi desenvolvido pelas acadêmicas da quarta e décima fases do curso de psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, no percurso da disciplina de Psiconeurofisiologia, com o intuito de analisar de forma qualitativa sobre a avaliação biopsicossocial em crianças e adolescentes vítimas de bullying. A pesquisa foi realizada no contexto de uma leitura interdisciplinar proposta pela professora da referida disciplina.

6. Considerações Finais

Um dos principais instrumentos de avaliação utilizados pelos psicólogos é a entrevista psicológica e nela está inserida a avaliação biopsicossocial do avaliado. Analisar todo seu contexto social é de suma importância para que se verifique o ambiente em que ele está inserido, sua cultura bem como suas relações familiares.

Identificar os motivos pelos quais o avaliado está sofrendo bullying, em qual ambiente, suas reações e sentimentos perante esta prática através da avaliação biopsicossocial o auxiliará a melhor enfrentar esta situação assim como seus familiares e o fortalecerá psicologicamente para que encare esta circunstância sem traumas e maiores consequências.

Com o atual cenário mundial percebe-se que os profissionais estão passando por um processo de inovação, os psicólogos estão colocando em prática um “brincar” de maneira que a avaliação da criança continue alcançando os objetivos propostos durante o atendimento, mesmo que de maneira online, para que seja tão eficaz quanto de forma presencial.

Em face do exposto, pode-se concluir que a avaliação biopsicossocial das vítimas de bullying é de suma importância, uma vez que através dela, se perceberá o quanto esta ação lhes trouxe prejuízo e para que se consiga realizar um tratamento de forma mais assertiva de acordo com cada realidade.

7. Agradecimentos

A instituição parceira neste trabalho de pesquisa acadêmica, foi a UNIARP- Universidade Alto Vale Rio do Peixe, através do curso de Psicologia na pessoa da

Coordenadora Ana Claudia Lawless, dos professores: Clayton Zanella (disciplina Psicologia Social e Comunitária); Neuzeli Aparecida da Silva (disciplina Psicoeuofisiologia) e Edilaine Casaletti (disciplina Psicopatologia I), através do Projeto Integrador.

À Instituição, à coordenadora do curso, aos professores orientadores e aos colegas da turma, pelo envolvimento neste estudo, sinceros agradecimentos.

8. Referências

CFP/CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Coronavírus: Comunicado sobre atendimento online**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-sobre-atendimento-on-line/>. Acesso em 20 out. 2020.

EDITORA SANAR. **Avaliação psicológica: instrumentos**. Disponível em: <https://www.sanarsaude.com/portal/carreiras/artigos-noticias/av-psicologica-instrumentos>. Acesso em: 25 out. 2020.

GRINFELD, Patricia Paione. **Psicoterapia online com crianças: é possível?** Disponível em: <https://ninguemcrescesozinho.com.br/2020/04/06/psicoterapia-online-com-criancas-e-possivel/>. Acesso em: 20 out. 2020.

NETO, Aramis Antônio Lopes. **Bullying – comportamento agressivo entre os estudantes**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572005000700006&script=sci_arttext. Acesso em: 19 out. 2020.

PARANAHIBA, Tales Alves; PARANAHIBA, Taís Alves. **Criança e Adolescente: o uso do ECA no combate ao bullying**. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2033.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

PEREIRA, Maria da Graça. **A perspectiva biopsicossocial na avaliação em psicologia da saúde: modelo interdependente**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277063797_A_perspectiva_biopsicossocial_na_avaliacao_em_psicologia_da_saude_modelo_interdependente. Acesso em: 20 out. 2020.

SANTOS, Thayse Emanuelle. JUNIOR, Francisco de Oliveira. **Repercussões psicossociais do Bullying em adolescentes**. Disponível em <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/467/246>. Acesso em 20 set. 2020

A AVALIAÇÃO BIOPSISSOAL NA ALIENAÇÃO PARENTAL

BIOPSYCHOSAL ASSESSMENT IN PARENTAL ALIENATION

Camila Padilha Borges, cami_borges89@hotmail.com ⁽¹⁾

Claudio A. B. Ribas, claudiobribas@gmail.com ⁽²⁾

Denise Moreira Assini, deniise.moreira@gmail.com ⁽³⁾

Thais Cristina Weber das Chagas, thaischagas249@gmail.com ⁽⁴⁾

Neuzeli Aparecida da Silva, neuzeli@uniarp.edu.br (coautora) ⁽⁵⁾

RESUMO

A alienação parental sempre existiu, porém somente em 2010 foi tipificada pelo ordenamento jurídico brasileiro como um crime, tal atitude pode desenvolver na criança sintomas como ansiedade, culpa e muitas vezes, a depressão. A separação dos pais é um processo doloroso para a criança, pois a família como ele conhece está sendo desfeita. É nesse momento da relação que um dos pais pode usar a criança como instrumento para ferir o outro, sem entender as graves consequências que possam vir a ocorrer. O psicólogo desempenha um papel de suma importância nesse tema, não apenas na questão entre o casal e o ambiente, mas igualmente, em relação aos efeitos e às consequências que possam afetar o(s) filho(s), situações essas que vem piorando devido ao isolamento social, causados pela pandemia do COVID-19.

Palavras-chave: Alienação Parental, Separação, Pandemia, Psicólogo.

ABSTRACT

Parental alienation has always existed, but only in 2010 was it classified by the Brazilian legal system as a crime, such an attitude can develop in the child symptoms such as anxiety, guilt and often, depression. Separation from parents is a painful process for the child, as the family as he knows it is being broken up. It is at this point in the relationship that one parent can use the child as an instrument to hurt the other, without understanding the serious consequences that may occur. The psychologist plays an extremely important role in this theme, not only in the question between the couple and the environment, but also, in relation to the effects and consequences that may affect the child (ren), situations that have been getting worse due to social isolation caused by the COVID-19 pandemic.

KeyWord: Parental Alienation, Separation, Pandemic, Psychologist.

INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se ao Projeto Integrador relacionado ao Curso de Psicologia da Universidade Alto Vale Rio do Peixe. O tema de estudo que motivou a pesquisa acadêmica foi “a avaliação biopsicossocial na alienação parental”, tendo como objetivo “compreender como se realiza a avaliação psicológica em um

contexto de alienação parental”, quando um dos pais em processo de separação conjugal acaba desqualificando o ex-parceiro para a criança, com a finalidade de obter vantagens e prejudicar a visão da criança sobre seu pai ou mãe. Esta atitude acaba desencadeando prejuízos emocionais para a criança, a qual fica desorientada entre tantas críticas negativas direcionadas à pessoa que ela ama. Neste estudo buscou-se compreender como o psicólogo pode estar trabalhando para atuar diante deste problema, ainda mais em tempos de pandemia do COVID-19, onde os atendimentos presenciais tiveram que ser reduzidos, e o psicólogo precisa se adaptar à nova realidade.

ALIENAÇÃO PARENTAL

O termo Alienação Parental é usado tanto no campo jurídico, como no campo da saúde, envolvendo até mesmo a conhecida Síndrome da Alienação Parental (SPA). A alienação ocorre quando o agente alienador passa a ter atitudes que afaste a criança do outro genitor, e síndrome quando a criança começa a acreditar e viver essas atitudes como sendo verdadeiras. Apesar do termo já existir a muito tempo, somente em 2010 que passou a existir a Lei 12.318/10. (JUSBRASIL, 2020)

A prática pode vir de um dos genitores, parente, ou por aquele que tenha a criança sob sua vigilância, interferindo na formação psicológica, dificultando a criação ou manutenção de vínculos com o genitor alienado. Tendo duas figuras principais, sendo elas o agente alienador e o sujeito alienado. Observa-se que não necessariamente são pessoas distintas, podendo ser ambos os genitores, quando são ao mesmo tempo, agentes alienadores e sujeitos alienados. (JUSBRASIL, 2020)

Temos então alguns atos que configuram essa prática, como dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar, omitir informações relevantes sobre a criança, dentre outros, todavia a lei não esgota a previsão de possibilidades por meio de perícia psicológica ou biopsicossocial. A legislação na busca de cessar tais comportamentos prevê medidas que não afastam a responsabilidade tanto civil, pois viola um direito fundamental da criança ou adolescente, sendo uma forma ilícita, quanto criminal. Como multa ao agente alienador, alteração de guarda e declaração a suspensão da autoridade parental, dentre outras. (JUSBRASIL, 2020)

Atualmente diante do cenário de isolamento, no qual se observa a migração do contato físico entre os genitores e suas proles para um contato tecnológico, visando à proteção de todos. Porém o problema segue, como retirada de contato, desligar internet, mudar senha de wi-fi, esconder carregador de celular e tablets, trocar número de telefone, bloquear em redes sociais, dentre outras atitudes que envolvem o desenvolvimento psicológico, emocional e físico da criança e adolescente. (JUSBRASIL, 2020)

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Na alienação parental os filhos assumem os pensamentos do alienador, dessa forma a criança passa a ter uma postura diferente referente ao alienado. Os alienadores muitas vezes movidos por vingança podem causar, além de uma desestruturação familiar, uma desestruturação emocional e comportamental, até mesmo desestruturação profissional e financeira. Inicia-se com uma crise de

1 à 4 - Acadêmicas do curso de Psicologia - VIII fase - Universidade Alto Vale Rio do Peixe – UNIARP - Campus de Caçador.

5 – Professora orientadora – Curso de Psicologia/UNIARP/Caçador-SC.

lealdade entre ambos os genitores, na qual o afeto por um é entendido como uma traição pelo outro, o que faz com que o filho acabe confuso. (CAMACHO e VIANA, 2014)

Com o tempo, o alienado passa a ser rejeitado ou odiado pelo filho, tornando-se um desconhecido para ele, e tendo o vínculo que os une destruído. Já o genitor alienador, torna-se o principal e muitas vezes o único modelo do filho, o que gera uma grande tendência de a criança reproduzir a patologia psicológica no futuro. (CARMO E MARIA, 2014)

Crianças que são alienadas podem sofrer diversas consequências, podem se tornar pessoas com graves casos de depressão crônica, transtornos de identidade, comportamentos hostis, desorganização mental, agressividade, ansiedade e algumas vezes até cometer suicídio. (CARMO E MARIA, 2014)

ATENDIMENTO PSICOLOGICO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Diante desse cenário observa a adaptação do psicólogo no meio do atendimento online, como forma de não deixar desatendido. A sessão online, não é novidade para a psicologia, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), essa modalidade de atendimento existe desde 2018, por profissionais cadastrados na plataforma e-Psi. (AGENCIA BRASIL, 2020)

No caso de crianças maiores, que já fazem uso de tecnologia, é conectada a criança e já deixado aos cuidados do profissional, qual adapta suas técnicas e ferramentas para utilização online, quando o atendimento envolve crianças menores de 05 anos de idade, o profissional precisa adaptar melhor suas ferramentas, com o auxílio dos pais, pois crianças pequenas têm mais dificuldade em passar longos períodos fazendo determinada atividade, sempre considerando aspectos éticos de sigilo profissional, lembrando que o atendimento presencial não está proibido, porém segue regras de segurança, distanciamento, higienização de ambientes e matérias e ventilação dos consultórios. Porém deve existir uma avaliação do profissional se não está se expondo em risco ou expondo seu paciente. (AGENCIA BRASIL, 2020)

PSICOLOGIA E ALIENAÇÃO PARENTAL

A aproximação entre o Direito e outras ciências humanas é inevitável visto que a afinidade entre os diferentes ramos do conhecimento é inerente à sua própria existência, em relação ao Direito, tal premissa não poderia ser diferente, uma vez que as demandas trazidas à luz do Poder Judiciário são cada vez mais complexas, de modo que o Direito passa a tentar buscar a solução não apenas nas normas dispostas no ordenamento jurídico, mas também, em outras áreas do conhecimento como na filosofia, na sociologia, na antropologia e na psicologia. (PEREIRA, 1999).

Pereira (2003, p. 157) aponta que:

Não é muito simples fazer a interlocução Direito e Psicanálise, principalmente porque teremos que rever conceitos muito estáveis no campo do Direito. Mas torna-se necessário e impositivo na contemporaneidade repensar paradigmas e o sujeito do Direito a partir da Psicanálise. A Psicanálise traz para o pensamento jurídico uma contribuição revolucionária com a descoberta do sujeito inconsciente.

Na atuação da Psicanálise junto ao Poder Judiciário no que tange ao Direito de Família, essa ramificação do Direito, em especial, evidencia uma estreita ligação com o pensamento desenvolvido por Sigmund Freud, que constatou a existência do inconsciente e o modo como isto influencia na vida dos indivíduos, ou seja, o estudo da Psicanálise. (FIGUEIREDO, 2018).

Nos conflitos de família que envolve casos de Alienação Parental. Há momentos em que as partes querem apenas desabafar, expor suas angústias e levar seus sentimentos para o processo.

Além disso, Rodrigo Pereira (2013) acentua:

A psicanálise remete-nos a elementos e instrumentos que ampliam e fazem entender melhor o discurso do nosso cliente. Freudianamente, é escutar o que está por detrás do discurso ou, como diz Lacan, o que está entre o dito e o por dizer.

Com relação à afetividade que acompanha o processo, o Direito avança em direção à humanização das relações de afeto, atribuindo, inclusive, um valor jurídico ao sentimento. É preciso ter ciência que a relação entre as pessoas envolvidas é dinâmica e instável, e não uma relação dura e imutável; afinal, o Direito lida com pessoas e não seres inanimados. (FIGUEIREDO, 2018).

De tal modo que cabe uma maior sensibilidade a todos os que participam do conflito. Isto é, aos magistrados, membros do Ministério Público, advogados, e até mesmo às partes, a fim de se encontrar a melhor maneira de harmonizar a convivência familiar. Sob essa ótica, torna-se relevante analisar não só o litígio trazido aos autos, mas, sobretudo o contexto em que está inserido, e até mesmo em suas entrelinhas. (FIGUEIREDO, 2018).

Diante do rompimento dos laços conjugais, o que se nota é um grande desgaste emocional daqueles que compõe a família, pai, mãe e filhos. De modo que a alienação parental é apresentada como um dos principais problemas desenvolvidos em decorrência de desentendimentos familiares. (FIGUEIREDO, 2018).

Tendo a afetividade humana como um elemento intrínseco a esses conflitos, deve se valer de outras áreas do conhecimento e permitir que profissionais da Psicologia, por exemplo, possam intervir juntamente com os magistrados nesse conflito. (FIGUEIREDO, 2018).

No contexto atual, a Psicanálise é vista como uma importante ferramenta, ao oferecer aos operadores do direito, subsídios necessários para a viabilização de uma escuta diferenciada daqueles que compõe a família. (FIGUEIREDO, 2018).

Nesse cenário, buscou - se um novo método de atendimento àqueles que procuravam as Varas de Família, o modelo onde o magistrado impunha sua decisão às partes, já não satisfazia àqueles que o procuravam. Surge a figura da mediação, como forma alternativa de solução do conflito, sendo um instrumento no trabalho de escuta e interpretação do discurso. (FIGUEIREDO, 2018).

As autoras Sales e Vasconcelos (2006, p. 07) esclarecem que:

A mediação introduz a cultura do diálogo, ressaltando a importância da comunicação. Na mediação não existem adversários; as partes devem buscar a solução do problema de forma pacífica, construindo conjuntamente uma solução satisfatória.

A mediação mostra-se como uma alternativa eficaz na solução de problemas oriundos da prática da alienação parental, já que esse instituto busca resolver o conflito por meio do diálogo entre as partes, sendo, em muitos casos, mais eficaz do que a própria sentença, tendo em vista que a resposta para o conflito é perquirida pelos próprios litigantes. (FIGUEIREDO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um problema que estava cada vez maior, com grande dano à saúde emocional da criança, o ordenamento jurídico realizou a criação de leis para proteção da instituição chamada família, foi assim que surgiu a Lei 12.318/10, que dispõe sobre alienação parental. Além disso, o judiciário e a psicologia andam de mãos dadas, com intuito de proteger os membros desta instituição. (JUSBRASIL, 2020).

A alienação parental ocorre quando um dos genitores passa a ter atitudes que afastem a criança ou adolescente do outro genitor, atitudes como, omitir da criança a vontade que o outro genitor tem de vê-la, atos esses que possam fazer com que a criança não sinta vontade de ver ou conversar com outro genitor, até mesmo acreditar que essa inverdade existe, com sentimentos negativos relacionados a algo que foi modificado e inserido em sua mente.

Com a pandemia do Covid-19, o cenário favoreceu esse distanciamento entre o genitor alienado e o filho, trazendo mais prejuízo para as partes afetadas. O psicólogo teve que adaptar e realizar sessões de forma online, para ajudar ambos os genitores e a criança. Foi preciso ter essa aproximação do Direito com o a Psicologia, para solucionar o maior número de Alienação Parental. E ainda existe uma busca constante para que esse comportamento seja modificado, por um bem maior, que é o bem estar e saúde emocional de ambos envolvidos, principalmente quando se tem criança envolvida, pois acabam sendo vulneráveis diante das informações recebidas.

PARCERIAS-AGRADECIMENTOS

A Universidade Alto Vale Rio do Peixe (UNIARP) foi a instituição parceira para a realização desta pesquisa acadêmica, através do curso de Psicologia por intermédio da Coordenadora Ana Claudia Lawlless, e dos professores: Clayton Zanella (disciplina Psicologia Social e Comunitária); Neuzeli Aparecida da Silva (disciplina Psicoeurofisiologia) e Edilaine Casaletti (disciplina Psicopatologia I), através do Projeto Integrador.

Os agradecimentos são direcionados à direção acadêmica da UNIARP por oportunizar aos acadêmicos a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos através do projeto integrador; à coordenadora do curso pelo incentivo; aos professores pela orientação e aos colegas envolvimento no estudo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMACHO, Palloma Cunha. **VIANA**, Anny Ramos. **O Rompimento Conjugal e Suas Consequências Jurídicas: Ensaio Sobre Alienação Política**. Disponível

em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-124/o-rompimento-conjugal-e-suas-consequencias-juridicas-ensaio-sobre-alienacao-parental/>> Acesso em 20 de Setembro 2020.

CARMO, Elisete Bezerra do, **MARIA**, Raquel Ximenes de. **Alienação Parental: um Olhar da Psicologia Jurídica e o Direito**. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/alienacao-parental-um-olhar-da-psicologia-juridica-e-o-direito>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

FRANCO, Nádia. **Covid-19: Como Ficam Sessões de Crianças com Psicólogos na Pandemia**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/covid-19-como-ficam-sessoes-de-criancas-com-psicologos-na-pandemia>>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

FIGUEIREDO, Letícia. **A contribuição da psicanálise para a solução de conflitos em casos de alienação parental**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5661, 31 dez. 2018.

GALVES, Gabriela Latorre. **O Que é Alienação Parental?** Disponível em: <<https://gabrielalatorregalves.jusbrasil.com.br/artigos/837529643/o-que-e-alienacao-parental?ref=feed>> Acesso em 18 de setembro de 2020.

IBIAS, Delma Silveira. **SILVEIRA**, Diego Oliveira da. e **RÜBENICH**, Aline. **A Alienação Parental em Tempos da Pandemia do Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/artigos/1454/A+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental+em+tempos+da+pandemia+do+coronav%C3%ADrus>>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

MONTEIRO, Poliana Brenda de Souza. **Alienação Parental: Guia Psicológico Completo**. Disponível em: <<https://www.psicanaliseclinica.com/alienacao-parental/>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito De Família: Uma Abordagem Psicanalítica**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

_____. **Direito de Família e Psicanálise**. Disponível em: <<https://www.rodrigodacunha.adv.br/direito-de-familia-e-psicanalise/>> Acesso em 24 de setembro 2020.

SALES, Lilia Maia de Moraes. **VASCONCELOS**, Mônica Carvalho. **A Família na Contemporaneidade e a Mediação Familiar**. CONPEDI. 2006. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/015.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

VIEIRA, Larissa A. **BOTTA**, Tavares. **ANEAS**, Ricardo Alexandre. **O Efeito Devastador da Alienação Parental: e suas Sequelas Psicológicas sobre o Infante e Genitor Alienado**. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/o-efeito-devastador-da-alienacao-parental-e-suas-sequelas-psicologicas-sobre-o-infante-e-genitor-alienado>>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DA CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

Autores: Aline Maria Pinto Ribeiro, alineribeirropa@gmail.com
Daiani Deisi dos Santos, daiani_deisi@hotmail.com
Juciele Ribeiro Palhano, jucieledudah@gmail.com
Lais Karolyne Bertotto Quaresma, laiskarolyneb08@gmail.com
Marcos Felipe Padilha dos Santos, pse.padilha@gmail.com
Neuzeli Aparecida Silva, neuzeli@uniarp.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar os aspectos a serem considerados em uma avaliação em caso de abuso sexual e o prejuízo para a estruturação do aparelho psíquico da criança. A prática do abuso sexual pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes de diferentes maneiras e intensidade. Devido à complexidade e à quantidade de fatores envolvidos no impacto da violência sexual para a criança, esta experiência negativa representa um sério fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias. Objetivo desta pesquisa foi levantar alguns dos principais prejuízos emocionais que atingem as crianças após serem violentadas sexualmente. O estudo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Além da definição sobre o abuso sexual, este documento apresenta informações acerca dos agressores e sobre as consequências emocionais que sofrem as crianças que são abusadas sexualmente, sendo este um episódio traumatizante e que se não for tratado, deixará marcas para a vida toda. Daí, a relevância em compreender como a psicologia tem contribuído para compreensão do abuso infantil, incluindo o período de pandemia e isolamento social que se vive no momento, e que pode deixar as crianças mais vulneráveis aos abusos.

Palavras-chave: Criança. Abuso Infantil. Pandemia.

Abstract

The present work has the objective of presenting the aspects to be considered in an evaluation in case of sexual abuse and the damage to the structuring of the child's psychological system. The practice of sexual abuse can impair the cognitive, affective and social development of children and adolescents in different ways and intensity. Due to the complexity and the number of factors involved in the impact of sexual violence on the child, this negative experience represents a serious risk factor for the development of psychopathologies. The objective of this research was to raise some of the main emotional damages that affect children after being sexually assaulted. The study took place through a bibliographic and qualitative research. In addition to the definition of sexual abuse, this document presents information about the aggressors and the emotional consequences of children who are sexually abused, which is a traumatic episode and which, if left untreated, will leave marks for a lifetime. Hence, the relevance in understanding how psychology has contributed to the understanding of child abuse, including the period of pandemic and social isolation that is currently happening, and that can leave children more vulnerable to abuse.

Keywords: Child. Child abuse. Pandemic.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual está entre uma das classes mais comuns de maus-tratos contra crianças e adolescentes, as quais também incluem abuso físico, abuso emocional e negligência. Os efeitos decorrentes do abuso sexual podem variar de mínimos até problemas mais graves, com repercussões sociais, emocionais e psiquiátricos

causando depressão e diversos transtornos. As pessoas que são expostas a esses abusos, principalmente crianças e adolescentes geralmente têm sua autoestima e comportamentos afetados, podendo acarretar outros tipos de sintomas, tais como, tristeza, medo, isolamento social, irritabilidade, entre outros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adota a doutrina da proteção integral, concebendo a criança e adolescente como sujeitos de direitos sociais, políticos e jurídicos. O ECA prescreve, em seu artigo 5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. (Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990).

Percebe-se que a psicologia juntamente com a psicanálise tem uma contribuição importante para esse âmbito no sentido de ampliar a visão acerca do funcionamento mental e dos problemas emocionais acarretados por esse ato de violência, visto que, cada indivíduo reage de uma maneira diferente quando se tem seus direitos violados.

Acredita-se que a psicologia em casos de abuso sexual colabora para o desenvolvimento de estratégias menos invasivas e mais sensíveis para que a criança ou o adolescente se sinta acolhido de tal maneira que seja possível minimizar danos secundários que as mesmas poderiam vir a sofrer.

CONCEITO DE ABUSO INFANTIL

A definição de abuso infantil segundo a Organização Mundial da Saúde:

Abuso sexual infantil é todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. São também aqueles atos que violam leis ou tabus sociais em uma determinada sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado pela atividade entre uma criança com um adulto ou entre uma criança com outra criança ou adolescente que pela idade ou nível de desenvolvimento está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder com a criança abusada. É qualquer ato que pretende gratificar ou satisfazer as necessidades sexuais de outra pessoa, incluindo indução ou coerção de uma criança para engajar-se em qualquer atividade sexual ilegal. Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais. (WORLD HEALTH ORGANIZATION -WHO, 1999. p. 1)

Os abusos sexuais, que vão desde tentativas de atentado ao pudor até o estupro, constituem, atualmente, importante evento mórbido que vitimiza crianças e adolescentes, adquirindo caráter endêmico e convertendo-se em um complexo problema de saúde pública, caracterizando uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos e ocasionando impactos relevantes na saúde física e mental de suas vítimas. (MARTINS; JORGE. 2010. p.1)

A definição de abuso para Azevedo e Guerra (1989.p10):

Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança menor ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Além da identificação, essencial para o conhecimento das características e magnitude do agravo, torna-se essencial refletir sobre o atendimento, tratamento e acompanhamento das vítimas e famílias. É preciso estruturar os serviços de saúde para que se possa oferecer atendimento terapêutico adequado, numa ampla rede de apoio, a fim de que se possam minimizar as importantes sequelas da violência sexual. (MARTINS; JORGE. 2010. p.1)

O Brasil teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. O número pode ser ainda maior devido à subnotificação e preconceito social. Período de isolamento em casa já preocupa o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (EXTRACLASSE, 2020. p. 1)

Segundo o ouvidor nacional de Direitos Humanos Fernando César Ferreira “Os números mostram uma queda no mês de abril, em relação ao último ano. Contudo, a subnotificação preocupa e fez com que o Ministério crie ações para o pós pandemia”. (EXTRACLASSE, 2020. p.1)

A pasta está em contato com uma associação de universidades particulares para a requisição de psicólogos voluntários que possam trabalhar na identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes no retorno às aulas, no período pós isolamento. (EXTRACLASSE, 2020. p.1)

QUEM SÃO SEUS AGRESSORES E CAUSAS DOS ABUSOS

Os homens acusados de abuso sexual contra crianças dispunham de boa articulação ao falar e possuíam uma noção adequada das normas sociais. Este tipo de dado mostra que homens que cometem abuso sexual contra crianças não podem ser taxados de loucos, de insanos, de animais ou de não humanos, uma vez que, o agressor pode ser um vizinho, um tio ou até mesmo o próprio pai. (MOURA, 2007)

Abusadores perceberiam as crianças como seres sexuais e, portanto, o contato sexual entre adultos e crianças apenas despertaria impulsos que já existiam antes do momento do abuso, nota-se que esses abusadores têm uma mente perturbada a ponto de pensar que as crianças que consentiram e provocam esse ato. (MOURA, 2007, p. 86)

A maioria dos casos de abuso sexual ocorre na residência da vítima, a casos em que a violência sexual é cometida por quatro ou mais vezes, ou até mesmo a infância/adolescência inteira. Muitas vezes as crianças ou adolescentes por medo, ou até mesmo vergonha não conseguem contar para outra pessoa que sofreu algum tipo de abuso e acabam ficando nesse ciclo. Muitos desses casos são descobertos quanto à criança começa a ir a um psicólogo, ou até mesmo nas escolas, quando a criança está demonstrando um comportamento diferente. (MARTINS; JORGE. 2010)

Em pensar que várias crianças e adolescentes que passam por violência infantil, não têm com quem contar, não consegue se manifestar, pelo fato do abusador ser o pai, e muitas vezes com o consentimento da mãe. É uma realidade triste, mas há casos que as mães simplesmente fecham os olhos, são negligentes. (HABIGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005)

Em vídeos ou em alguns sites é alertado para que não deixem suas crianças sentarem em colos de tios, padrastos, vizinhos, nem que beije seus filhos na boca, e qualquer comportamento inadequado denunciar. A violência sexual da criança é uma das situações em que precisamos dar mais critério às histórias contadas por elas do

que aos exames físicos, que eventualmente, elas possam ter sido submetidas. (Luísa (HABIGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005)

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DA CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

A avaliação psicológica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é um desafio para os profissionais, devido à complexidade do fenômeno. Os profissionais e as instituições que constituem a rede de apoio social para crianças e famílias vítimas de violência sexual encontram-se diante do desafio de evitar formas traumáticas de intervenção sem incorrer, contudo, em uma postura negligente. (FERREIRA; SCHRAMM, 2000. p. 1)

Considerando as consequências negativas de experiências sexualmente abusivas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e a complexidade da dinâmica deste fenômeno, observa-se a dificuldade para a avaliação psicológica destes casos e a necessidade de providenciar a capacitação especializada dos psicólogos e demais profissionais da saúde. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008, p. 1)

Esse primeiro contato com a criança versa sobre a compreensão da história sofrida pela mesma, identificar os fatores de risco avaliar se há sintomas de depressão, ansiedade, stress, TEPT, sintomas psicopatológicos e alterações cognitivas, emocionais e comportamentais, entre outros problemas que o abuso pode ter afetado nesse indivíduo. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008)

O ato de relatar a situação abusiva é importante para a vítima por uma série de fatores: ativação e reorganização da memória traumática, percepção de que existem pessoas que acreditam no seu relato, possibilidade de confiar em um adulto não-abusivo, reestruturação de crenças distorcidas sobre culpa e diferença em relação aos pares, proteção nos casos em que a violência sexual continua ocorrendo. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008, p. 1)

Outro fator que podem desencadear após o abuso seria abaixa escolaridade se tratando de adolescente, podendo afetar também os pais que poderiam ter dificuldades em lidar com essa situação, acabando sendo vítimas de abuso de álcool, desemprego, dificuldades conjugais, dificuldades econômicas, etc. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008)

A psicologia tem contribuído para a compreensão do abuso sexual infantil, através de estudos sobre dinâmica familiar, incidência epidemiológica, consequências do trauma para o desenvolvimento e intervenções clínicas. A efetividade de métodos de avaliação tem sido um importante desafio para psicólogos clínicos e pesquisadores, uma vez que aspectos teóricos, metodológicos, éticos e técnicos devem estar coordenados, visando à proteção e à promoção de saúde e qualidade de vida das vítimas e suas famílias. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008, p. 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões pode-se notar o quão crítico é a realidade das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, uma vez que muitas crianças se calam perante essas situações e passam anos até conseguir se abrir com alguém. Quando ocorre o abuso, a maioria das crianças se sente desamparadas, ficam desconfiadas, se

fecham para o mundo, perdem a confiança nas pessoas pelo fato do abuso não ter sido cometido por estranhos e sim pelo pai, padrasto.

Como citado no texto sobre a queda de abuso durante a pandemia, não há como ter uma porcentagem durante esse tempo, mas sim na volta às aulas. Por isso o Ministério irá criar ações pós-pandemia.

O abuso sexual é um risco para as crianças, sendo que acarreta prejuízo em seu desenvolvimento, deve ser denunciado quando a criança ou o adolescente muda seu comportamento. Nas escolas quando o aluno está com comportamento inadequado o certo a se fazer, é chamar os pais para orienta-los, ou até mesmo um vizinho, parente, amigo. Às vezes tem pessoas próximas passando por abusos e não prestamos atenção. Quanto antes o abuso for descoberto mais fácil da criança começar a se tratar, a ter um atendimento psicológico eficaz, nenhum ser humano merece ter seus direitos violados.

PARCERIAS - AGRADECIMENTOS

A instituição parceira neste trabalho foi a Universidade Alto Vale Rio do Peixe (UNIARP). A pesquisa acadêmica está relacionado ao Projeto Integrado, através do curso de Psicologia por intermédio da Coordenadora Ana Claudia Lawless, e dos professores: Clayton Zanella (disciplina Psicologia Social e Comunitária); Neuzeli Aparecida da Silva (disciplina Psicoeurofisiologia) e Edilaine Casaletti (disciplina Psicopatologia I),

Os agradecimentos se estendem à direção acadêmica da UNIARP; à coordenadora do curso; aos professores e aos colegas envolvidos neste estudo, o qual gerou grande aprendizagem para a equipe.

REFERÊNCIAS

Christine Baccarat de Godoy Martins; Maria Helena Prado de Mello Jorge. **Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072010000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 25.10.2020.

Extraclasse. Redação. Brasil teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/05/brasil-teve-17-mil-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2019/>. Acesso em: 25.10.2020.

Ferreira, A. L., e Schramm, F. R. (2000). **Implicações éticas da violência doméstica contra criança para profissionais de saúde.** Revista de Saúde Pública.

Habigzang Luísa Fernanda; Corte Fabiana Dala; Hatzenberger Roberta; Stroehner Fernanda; Koller Sílvia Helena. **Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000200021. Acesso em: 25.10.2020.

Habigzang, Luísa F.; Koller, Sílvia H.; Azevedo, Gabriela Azen; Machado, Paula Xavier. **Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>. Acesso em: 25.10.2020.

Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25.10.2020.

Moura, Andreína da Silva; Koller, Helena. **A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a11.pdf>. Acesso em: 25.10.2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (Organização Mundial da Saúde) Documentos e publicações da Organização Mundial da Saúde. Geneva, 2003. Disponível em: http://www.who.int/topics/child_abuse/en/. Acesso em: 25.10.2020.

AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DA CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

Autores: Aline Maria Pinto Ribeiro, alineribeirempa@gmail.com
Daiani Deisi dos Santos, daiani_deisi@hotmail.com
Juciele Ribeiro Palhano, jucieledudah@gmail.com
Lais Karolyne Bertotto Quaresma, laiskarolyneb08@gmail.com
Marcos Felipe Padilha dos Santos, psc.padilha@gmail.com
Neuzeli Aparecida Silva, neuzeli@uniarp.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar os aspectos a serem considerados em uma avaliação em caso de abuso sexual e o prejuízo para a estruturação do aparelho psíquico da criança. A prática do abuso sexual pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes de diferentes maneiras e intensidade. Devido à complexidade e à quantidade de fatores envolvidos no impacto da violência sexual para a criança, esta experiência negativa representa um sério fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias. Objetivo desta pesquisa foi levantar alguns dos principais prejuízos emocionais que atingem as crianças após serem violentadas sexualmente. O estudo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Além da definição sobre o abuso sexual, este documento apresenta informações acerca dos agressores e sobre as consequências emocionais que sofrem as crianças que são abusadas sexualmente, sendo este um episódio traumatizante e que se não for tratado, deixará marcas para a vida toda. Daí, a relevância em compreender como a psicologia tem contribuído para compreensão do abuso infantil, incluindo o período de pandemia e isolamento social que se vive no momento, e que pode deixar as crianças mais vulneráveis aos abusos.

Palavras-chave: Criança. Abuso Infantil. Pandemia.

Abstract

The present work has the objective of presenting the aspects to be considered in an evaluation in case of sexual abuse and the damage to the structuring of the child's psychological system. The practice of sexual abuse can impair the cognitive, affective and social development of children and adolescents in different ways and intensity. Due to the complexity and the number of factors involved in the impact of sexual violence on the child, this negative experience represents a serious risk factor for the development of psychopathologies. The objective of this research was to raise some of the main emotional damages that affect children after being sexually assaulted. The study took place through a bibliographic and qualitative research. In addition to the definition of sexual abuse, this document presents information about the aggressors and the emotional consequences of children who are sexually abused, which is a traumatic episode and which, if left untreated, will leave marks for a lifetime. Hence, the relevance in understanding how psychology has contributed to the understanding of child abuse, including the period of pandemic and social isolation that is currently happening, and that can leave children more vulnerable to abuse.

Keywords: Child. Child abuse. Pandemic.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual está entre uma das classes mais comuns de maus-tratos contra crianças e adolescentes, as quais também incluem abuso físico, abuso emocional e negligência. Os efeitos decorrentes do abuso sexual podem variar de mínimos até problemas mais graves, com repercussões sociais, emocionais e psiquiátricos

causando depressão e diversos transtornos. As pessoas que são expostas a esses abusos, principalmente crianças e adolescentes geralmente têm sua autoestima e comportamentos afetados, podendo acarretar outros tipos de sintomas, tais como, tristeza, medo, isolamento social, irritabilidade, entre outros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adota a doutrina da proteção integral, concebendo a criança e adolescente como sujeitos de direitos sociais, políticos e jurídicos. O ECA prescreve, em seu artigo 5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. (Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990).

Percebe-se que a psicologia juntamente com a psicanálise tem uma contribuição importante para esse âmbito no sentido de ampliar a visão acerca do funcionamento mental e dos problemas emocionais acarretados por esse ato de violência, visto que, cada indivíduo reage de uma maneira diferente quando se tem seus direitos violados.

Acredita-se que a psicologia em casos de abuso sexual colabora para o desenvolvimento de estratégias menos invasivas e mais sensíveis para que a criança ou o adolescente se sinta acolhido de tal maneira que seja possível minimizar danos secundários que as mesmas poderiam vir a sofrer.

CONCEITO DE ABUSO INFANTIL

A definição de abuso infantil segundo a Organização Mundial da Saúde:

Abuso sexual infantil é todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. São também aqueles atos que violam leis ou tabus sociais em uma determinada sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado pela atividade entre uma criança com um adulto ou entre uma criança com outra criança ou adolescente que pela idade ou nível de desenvolvimento está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder com a criança abusada. É qualquer ato que pretende gratificar ou satisfazer as necessidades sexuais de outra pessoa, incluindo indução ou coerção de uma criança para engajar-se em qualquer atividade sexual ilegal. Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais. (WORLD HEALTH ORGANIZATION -WHO, 1999. p. 1)

Os abusos sexuais, que vão desde tentativas de atentado ao pudor até o estupro, constituem, atualmente, importante evento mórbido que vitimiza crianças e adolescentes, adquirindo caráter endêmico e convertendo-se em um complexo problema de saúde pública, caracterizando uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos e ocasionando impactos relevantes na saúde física e mental de suas vítimas. (MARTINS; JORGE. 2010. p.1)

A definição de abuso para Azevedo e Guerra (1989.p10):

Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança menor ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Além da identificação, essencial para o conhecimento das características e magnitude do agravo, torna-se essencial refletir sobre o atendimento, tratamento e acompanhamento das vítimas e famílias. É preciso estruturar os serviços de saúde para que se possa oferecer atendimento terapêutico adequado, numa ampla rede de apoio, a fim de que se possam minimizar as importantes sequelas da violência sexual. (MARTINS; JORGE. 2010. p.1)

O Brasil teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. O número pode ser ainda maior devido à subnotificação e preconceito social. Período de isolamento em casa já preocupa o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (EXTRACLASSE, 2020. p. 1)

Segundo o ouvidor nacional de Direitos Humanos Fernando César Ferreira “Os números mostram uma queda no mês de abril, em relação ao último ano. Contudo, a subnotificação preocupa e fez com que o Ministério crie ações para o pós pandemia”. (EXTRACLASSE, 2020. p.1)

A pasta está em contato com uma associação de universidades particulares para a requisição de psicólogos voluntários que possam trabalhar na identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes no retorno às aulas, no período pós isolamento. (EXTRACLASSE, 2020. p.1)

QUEM SÃO SEUS AGRESSORES E CAUSAS DOS ABUSOS

Os homens acusados de abuso sexual contra crianças dispunham de boa articulação ao falar e possuíam uma noção adequada das normas sociais. Este tipo de dado mostra que homens que cometem abuso sexual contra crianças não podem ser taxados de loucos, de insanos, de animais ou de não humanos, uma vez que, o agressor pode ser um vizinho, um tio ou até mesmo o próprio pai. (MOURA, 2007)

Abusadores perceberiam as crianças como seres sexuais e, portanto, o contato sexual entre adultos e crianças apenas despertaria impulsos que já existiam antes do momento do abuso, nota-se que esses abusadores têm uma mente perturbada a ponto de pensar que as crianças que consentiram e provocam esse ato. (MOURA, 2007, p. 86)

A maioria dos casos de abuso sexual ocorre na residência da vítima, a casos em que a violência sexual é cometida por quatro ou mais vezes, ou até mesmo a infância/adolescência inteira. Muitas vezes as crianças ou adolescentes por medo, ou até mesmo vergonha não conseguem contar para outra pessoa que sofreu algum tipo de abuso e acabam ficando nesse ciclo. Muitos desses casos são descobertos quanto à criança começa a ir a um psicólogo, ou até mesmo nas escolas, quando a criança está demonstrando um comportamento diferente. (MARTINS; JORGE. 2010)

Em pensar que várias crianças e adolescentes que passam por violência infantil, não têm com quem contar, não consegue se manifestar, pelo fato do abusador ser o pai, e muitas vezes com o consentimento da mãe. É uma realidade triste, mas há casos que as mães simplesmente fecham os olhos, são negligentes. (HABIGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005)

Em vídeos ou em alguns sites é alertado para que não deixem suas crianças sentarem em colos de tios, padrastos, vizinhos, nem que beije seus filhos na boca, e qualquer comportamento inadequado denunciar. A violência sexual da criança é uma das situações em que precisamos dar mais critério às histórias contadas por elas do

que aos exames físicos, que eventualmente, elas possam ter sido submetidas. (Luísa (HABIGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005)

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DA CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

A avaliação psicológica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é um desafio para os profissionais, devido à complexidade do fenômeno. Os profissionais e as instituições que constituem a rede de apoio social para crianças e famílias vítimas de violência sexual encontram-se diante do desafio de evitar formas traumáticas de intervenção sem incorrer, contudo, em uma postura negligente. (FERREIRA; SCHRAMM, 2000. p. 1)

Considerando as consequências negativas de experiências sexualmente abusivas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e a complexidade da dinâmica deste fenômeno, observa-se a dificuldade para a avaliação psicológica destes casos e a necessidade de providenciar a capacitação especializada dos psicólogos e demais profissionais da saúde. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008, p. 1)

Esse primeiro contato com a criança versa sobre a compreensão da história sofrida pela mesma, identificar os fatores de risco avaliar se há sintomas de depressão, ansiedade, stress, TEPT, sintomas psicopatológicos e alterações cognitivas, emocionais e comportamentais, entre outros problemas que o abuso pode ter afetado nesse indivíduo. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008)

O ato de relatar a situação abusiva é importante para a vítima por uma série de fatores: ativação e reorganização da memória traumática, percepção de que existem pessoas que acreditam no seu relato, possibilidade de confiar em um adulto não-abusivo, reestruturação de crenças distorcidas sobre culpa e diferença em relação aos pares, proteção nos casos em que a violência sexual continua ocorrendo. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008, p. 1)

Outro fator que podem desencadear após o abuso seria baixa escolaridade se tratando de adolescente, podendo afetar também os pais que poderiam ter dificuldades em lidar com essa situação, acabando sendo vítimas de abuso de álcool, desemprego, dificuldades conjugais, dificuldades econômicas, etc. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008)

A psicologia tem contribuído para a compreensão do abuso sexual infantil, através de estudos sobre dinâmica familiar, incidência epidemiológica, consequências do trauma para o desenvolvimento e intervenções clínicas. A efetividade de métodos de avaliação tem sido um importante desafio para psicólogos clínicos e pesquisadores, uma vez que aspectos teóricos, metodológicos, éticos e técnicos devem estar coordenados, visando à proteção e à promoção de saúde e qualidade de vida das vítimas e suas famílias. (HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER et al, 2008, p. 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões pode-se notar o quão crítico é a realidade das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, uma vez que muitas crianças se calam perante essas situações e passam anos até conseguir se abrir com alguém. Quando ocorre o abuso, a maioria das crianças se sente desamparadas, ficam desconfiadas, se

fecham para o mundo, perdem a confiança nas pessoas pelo fato do abuso não ter sido cometido por estranhos e sim pelo pai, padrasto.

Como citado no texto sobre a queda de abuso durante a pandemia, não há como ter uma porcentagem durante esse tempo, mas sim na volta às aulas. Por isso o Ministério irá criar ações pós-pandemia.

O abuso sexual é um risco para as crianças, sendo que acarreta prejuízo em seu desenvolvimento, deve ser denunciado quando a criança ou o adolescente muda seu comportamento. Nas escolas quando o aluno está com comportamento inadequado o certo a se fazer, é chamar os pais para orienta-los, ou até mesmo um vizinho, parente, amigo. Às vezes tem pessoas próximas passando por abusos e não prestamos atenção. Quanto antes o abuso for descoberto mais fácil da criança começar a se tratar, a ter um atendimento psicológico eficaz, nenhum ser humano merece ter seus direitos violados.

PARCERIAS - AGRADECIMENTOS

A instituição parceira neste trabalho foi a Universidade Alto Vale Rio do Peixe (UNIARP). A pesquisa acadêmica está relacionado ao Projeto Integrado, através do curso de Psicologia por intermédio da Coordenadora Ana Claudia Lawless, e dos professores: Clayton Zanella (disciplina Psicologia Social e Comunitária); Neuzeli Aparecida da Silva (disciplina Psicoeurofisiologia) e Edilaine Casaletti (disciplina Psicopatologia I),

Os agradecimentos se estendem à direção acadêmica da UNIARP; à coordenadora do curso; aos professores e aos colegas envolvidos neste estudo, o qual gerou grande aprendizagem para a equipe.

REFERÊNCIAS

Christine Baccarat de Godoy Martins; Maria Helena Prado de Mello Jorge. **Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072010000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 25.10.2020.

Extraclasse. Redação. Brasil teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/05/brasil-teve-17-mil-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2019/>. Acesso em: 25.10.2020.

Ferreira, A. L., e Schramm, F. R. (2000). **Implicações éticas da violência doméstica contra criança para profissionais de saúde.** Revista de Saúde Pública.

Habigzang Luísa Fernanda; Corte Fabiana Dala; Hatzenberger Roberta; Stroehner Fernanda; Koller Sílvia Helena. **Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000200021. Acesso em: 25.10.2020.

Habigzang, Luísa F.; Koller, Sílvia H.; Azevedo, Gabriela Azen; Machado, Paula Xavier. **Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>. Acesso em: 25.10.2020.

Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25.10.2020.

Moura, Andreína da Silva; Koller, Helena. **A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a11.pdf>. Acesso em: 25.10.2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (Organização Mundial da Saúde) Documentos e publicações da Organização Mundial da Saúde. Geneva, 2003. Disponível em: http://www.who.int/topics/child_abuse/en/. Acesso em: 25.10.2020.

VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA

Scheila Fernandes da Silva ¹
Adriane Alves da Cruz ²

Resumo – Apresentamos aqui um breve resumo do projeto integrador da sexta fase do curso de Serviço Social, devemos explicar que o nosso foco consistiu-se no público idoso. O desenvolvimento do trabalho baseou-se na produção de vídeos, com objetivo de levar a eles diferentes temáticas com relação à inclusão, prevenção, garantia de direitos entre vários outros fatores. Pode-se dizer que diante do contexto que estamos vivenciando com relação a pandemia do COVID-19 e a necessidade do isolamento social, nossa única alternativa girou em torno da tecnologia e da criatividade, óbvio que foi um desafio, porém, vale lembrar que todo e qualquer ato que insere e inclui a pessoa idosa deve subsistir e persistir, principalmente no momento atual.

Palavras-chave: Idoso, vídeos, isolamento social, criatividade.

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar sem nenhum receio que quando planejamos o projeto ele tinha um método de interação diferenciada, contávamos em poder abraçar os idosos, olhar nos olhos, aplicar dinâmicas, rodas de conversa que definiria como “troca de experiência”, porém, o normal mudou, inevitavelmente abraçamos apenas o desafio de enfrentar muitas limitações, fomos sujeitos a nos adaptar ao “novo normal” mesmo que isso implique em um normal incerto e inconstante. Para me deter sobre o projeto em sua real totalidade é fundamental levantar questões que foram trabalhadas no decorrer do planejamento e desenvolvimento, por isso acredito ser relevante abordar tal aspecto que fez total diferença na aplicação do projeto e conseqüentemente no resultado final.

Visto que a necessidade de atenção à pessoa idosa agora mais do que nunca é imprescindível, buscar estratégias e de certo modo utilizar os recursos tecnológicos e a criatividade ao nosso favor, embora essas características não garantam um resultado perfeito e absoluto, o decorrer do processo a organização e a execução foram surpreendentemente eficiente e acessível, pois os vídeos produzidos foram disponibilizados aos idosos da casa lar São José do município de Caçador SC, como estratégia e resposta que pode ser utilizada neste momento epidêmico, pois o isolamento social em um extenso prazo causa diversos danos, principalmente relacionado a saúde mental de qualquer pessoa, mas pode ser impactante e mais intenso para os idosos.

Independentemente das diferentes formas de como os idosos estão reagindo a quarentena, pois existem variadas condições da qual eles se encontram

¹ Acadêmico do curso de Serviço Social da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professora do curso de Serviço Social da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

no atual momento, mas é essa preocupação e atenção dada a eles, que vai auxiliar e demonstrar uma necessidade de equilíbrio, principalmente na questão da saúde mental dos idosos, pois vale lembrar a importância de não isolar esse público.

Emocionalmente, isso fará total diferença. E mesmo que o projeto em si não seja absoluto, caminha em direção de um fator determinante, junto com o aperfeiçoamento interligado com a iniciativa, diante disso pode-se afirmar que o projeto integrador do curso de serviço social foi, e ainda é de extrema relevância

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO COM PESSOA IDOSA NA PANDEMIA

É inevitável a permanência em casa, sabemos que devemos usar máscaras, lavar as mãos e ter cuidados básicos, entre vários outros fatores, a sociedade em si está enfrentando circunstâncias inabitual, as escolas fechadas o comércio parcialmente aberto, mais o ponto que quero destacar aqui é o restringimento ao acesso de pessoas idosas na maioria dos locais, é fato que essa restrição é para controle da contaminação do COVID-19, porém tem circunstâncias que exige uma reflexão mais ampla e atenção com relação a outros aspectos, principalmente à pessoa idosa, visto que “É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos dos idosos (BRASIL, 2003).

Sem sombra de dúvidas para o público idoso se torna ainda mais massacrante o isolamento, unificado com a falta de políticas públicas que possam dar respaldo ou suprir as necessidades dessa demanda, por isso a questão de trabalhar a saúde mental deles, estabelecer uma confiança, dar a eles esperança, pois volto a reforçar a necessidade de não isolar os idosos emocionalmente, exponho aqui pontos fundamentais para se refletir, ou seja, buscar estratégias para reprimir este ato é improrrogável, e com projetos reforçarmos políticas para a atenção primária em saúde, criar estratégias de cuidar dos idosos que vivem em situação de rua, apoiar os idosos que cuidam de idosos ou que ainda trabalham na informalidade para sua subsistência (KALACHE, 2020).

Vale lembrar e destacar questões que no faz refletir com relação ao nosso agir, principalmente quando destacamos o agir profissional, é óbvio que no cotidiano do profissional assistente social, como na maioria das profissões é preciso ter um posicionamento estratégico e criativo, visto que a necessidade de capacidade também deve ser transitória, quero expor aqui a questão de que estarmos frente a uma pandemia mundial, que muitas vezes nos deixa vulnerável contribui como alguns dos fatores que implica e aciona certa vedação, mas não devemos parar totalmente, mesmo que tenhamos que caminhar lentamente e pouco a pouco em busca de mudança e resultados, o importante é não parar definitivamente, ou seja, “existem milhares de trabalhadores na linha de frente que são indispensáveis” (YAZBEK, 2020).

Por conta dos limites impostos pelo momento atual acabamos ficando fragilizados e muitas vezes não percebemos que atenção aos idosos não baseia-se apenas em os manter em isolamento social ou evitar que o mesmo seja contaminado, a questão é que por conta dos idosos ser grupo de risco do covid-19 reprimimos os outros riscos e necessidades como a questão psicológica, mental entre vários outros fatores que podem ser reavaliados, e que sem dúvida alguma deve-se recriar interações, intervenções e ações possam dar resultados que dependem dos movimentos sociais, aos partidos políticos, às universidades, a tarefa de mobilizar energias criativas e a razão crítica para aprofundar o debate sobre

os rumos da nossa ameaçada democracia, não apenas para decifrar o tempo presente, mas para resistir e transformá-lo.

METODOLOGIA - DIREÇÕES E VISÃO

O projeto foi elaborado na intenção de recriar possibilidades que possam auxiliar o público idoso, foi desenvolvido da seguinte forma, primeiramente feito a junção do embasamento teórico com projeto integrador, ou seja associando e relacionando a teoria com a prática, posteriormente foi agrupado a turma em grupos reforçando o desafio, pois traz a questão que nos faz refletir a interdisciplinaridade e sua importância, mais vale reforçar que a capacidade de entendimento destes aspectos é individual, mesmo que o desenvolvimento do trabalho seja em grupo. Foi elencado uma temática para cada grupo, o primeiro grupo ficou com o histórico da pessoa idosa, segundo grupo garantia de direitos para exercer a cidadania, terceiro grupo prevenção contra violação dos direitos, e o último grupo questões relativas à saúde e o convívio social da pessoa idosa. Depois escolhemos o lugar para organizar o cenário e fazer as gravações, assim cada grupo iria se apresentar usando da criatividade e dos materiais que tínhamos ao nosso alcance, posso dizer que tivemos muitas limitações pois não podíamos nos encontrar pessoalmente com frequência para dar andamento e produzir algo extraordinário, mas, de certo modo gosto de pensar que o sucesso resulta de diversas tentativas, e cada uma delas com propósito de melhorar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Poderíamos dizer que o resultado do projeto foi a tentativa de inserir, incluir o idoso e mostrar seu valor para eles mesmo, de certa forma passar para eles a sensação de que não estão sozinhos e por mais que possamos não ter domínio com relação algumas limitações, podemos cada vez mais se aperfeiçoar para melhorar e buscar estratégia diárias de interação e reflexão.

Segue abaixo acesso para os vídeos produzidos:

<https://www.youtube.com/watch?v=7Liw-nPLm40>

<https://www.youtube.com/watch?v=OVVxAHy7PRQ>

<https://www.youtube.com/watch?v=nd-uYHg2aD8>

https://www.youtube.com/watch?v=0fll51HqU_Y

<https://www.youtube.com/watch?v=7Liw-nPLm40>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos limites do trabalho, tivemos como foco nestas considerações, expor o real objetivo proposto até aqui, que está interligado com um resultado singular, que é promover o idoso como um público prioritário e exclusivo, o que queremos destacar é que os limites e erros são consequência de quem tentou fazer, realizar, buscar resultados, porém, não existe falha maior do que não fazer nada, pelo simples fato de que acreditar que o que pode fazer ou fez é insuficiente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Financiamento próprio, e apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, através do Curso de Serviço Social

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003 (estatuto do idoso) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

KALACHE, Alexandre et al. Envelhecimento e desigualdades: políticas de proteção social aos idosos em função da Pandemia Covid-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 6, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 7-12, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 138, p. 207-213, 2020.

PROJETO INTEGRADOR: “APRENDER FAZENDO”

A PRAXIS DO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL¹

Liane Capelin, lianecapelin@gmail.com²
Tânea Maria Hoffmann, tanyhoffy1011@gmail.com³
Adriane Alves da Cruz, adriane.cruz@uniarp.edu.br⁴

RESUMO

O presente trabalho objetiva explicar sobre a importância de se conhecer os espaços de trabalho do assistente social, o conceito da profissão, qual seu principal objeto de trabalho e a importância das experiências vivenciadas e sua relevância para a aprendizagem, bem como os resultados deste “aprender fazendo” no campo de trabalho do assistente social. O curso de Serviço Social Híbrido visa a formação de profissionais conhecedores de suas competências, críticos em sua atuação, aptos a enfrentar os desafios que a profissão propõe e, acima de tudo, capacitados a gerir, executar, monitorar e formular programas e projetos em instituições públicas e privadas. Nesse contexto de aprendizagem, o projeto integrador entra como ferramenta fundamental para instigar o estudante a desenvolver criticidade, capacidades e competências inerentes ao exercício da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Prática profissional. Projeto integrador. Experiências Vivenciadas

INTRODUÇÃO

O acadêmico ao ingressar no curso de Serviço Social traz consigo um pré-conceito do que é Serviço Social e do trabalho desenvolvido pelo profissional, uma visão equivocada, vinculada à ideia da benevolência e de caridade. Esse conceito diverge totalmente do real significado da profissão compreendido durante o processo de aprendizagem.

O assistente social é um profissional capacitado para atuar diante das mazelas da questão social e suas expressões, atuando nas áreas das políticas sociais públicas e em organizações privadas, na busca pela garantia dos direitos dos seus usuários.

As múltiplas manifestações da questão social originadas da relação entre o trabalho e o capital, estabelecem as demandas para a atuação do assistente social, assim, a questão social, por meio da intervenção do assistente social, constitui-se em objeto central no exercício da profissão.

O projeto integrador tem como premissa a interdisciplinaridade, unindo o técnico operativo, o metodológico e o ético-político, conduzindo o acadêmico à

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do: Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Serviço Social Híbrido.

² Acadêmico do curso de Serviço Social Híbrido da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Serviço Social Híbrido da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora, do curso de Serviço Social Híbrido da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

experiência da prática profissional, um contato direto com a realidade, facilitando e estimulando a aprendizagem, agindo como uma ferramenta que busca reforçar a unidade teoria-prática despertando nos acadêmicos o interesse e a busca pelo conhecimento da profissão.

Os campos ocupacionais do profissional de serviço social são inúmeros, no entanto, conciliar teoria à prática no fazer profissional traz certa inquietação ao acadêmico, e o projeto integrador vem subsidiar essa necessidade, proporcionando experiências *in loco*, oportunizando conhecer/vivenciar as expressões da questão social, objetivando aprimorar seus conhecimentos teóricos, norteando-o a um possível campo de atuação. Com o foco direcionado à apresentar os espaços ocupacionais do assistente social, o projeto integrador do Curso de Serviço Social Híbrido envolve também a adaptação aos instrumentos e técnicas utilizadas no dia a dia do fazer profissional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O serviço social, é uma profissão de caráter interventivo, inserida na divisão sócio técnica do trabalho, que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, ou seja, é uma profissão que intervém na vida do indivíduo, da família e da comunidade. Está amparado por lei, a qual regulamenta a profissão, tendo a competência de trabalhar em vários âmbitos das políticas sociais, de saúde, educação, dentre outras, trabalhando com um conjunto de problemas, todos resultantes dos conflitos entre capital e trabalho. O Conselho Federal de Serviço Social, em 2010, assim define a profissão:

O/a assistente social ou trabalhador/a social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010).

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) a demanda por assistentes Sociais é crescente no Brasil, tendo registrado cerca de 160 mil profissionais, com prevalência do vínculo estatutário em todas as regiões, sendo ainda os espaços tradicionais, tais como saúde, assistência social e a previdência, o “tripé da assistência social”, os maiores campos de atuação. O trabalho do assistente social pode ser dividido em duas grandes áreas, público e privada onde desempenha papéis de gestão e planejamento além de executar políticas, programas e projetos na área social.

Para os assistentes sociais será reservada, prioritariamente, a relação com os segmentos sociais mais vulnerabilizados pelas sequelas da questão social e que buscam, nas políticas públicas especialmente nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas e prementes. (RAICHELIS, 2009, p. 3).

METODOLOGIA

Os dados aqui apresentados, foram colhidos a partir de alguns instrumentais, tais como: bibliografias, entrevistas online, relatórios, e trabalho *in loco*. Esta disciplina proporciona uma visão de mundo mais ampla e crítica, levando a um melhor entendimento acerca da profissão e do agir profissional na contemporaneidade oferecendo as condições necessárias para que os acadêmicos determinem suas competências de acordo com a relação teoria/prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

O assistente social busca executar suas técnicas teórico metodológicas nos mais diversos contextos, objetivando o enfrentamento da questão social. Sendo assim, a disciplina de Projeto Integrador visa inserir o discente nas práticas cotidianas. Para tanto, o primeiro desafio proposto foi a realização de uma entrevista com um profissional de serviço social, levando à aproximação e familiarização com a profissão. Os acadêmicos tiveram a oportunidade de conversar, conhecer e entender melhor a profissão, o fazer profissional do assistente social, como desenvolve seu trabalho diante de tantos desafios que a profissão exige, expectativas, dúvidas, curiosidades e incertezas acerca do dia a dia do profissional. Assim, muitas reflexões foram construídas no tangente ao conceito de profissão e à atuação do assistente social na viabilização dos direitos em detrimento da precarização dos serviços ofertados.

ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Com o intuito de reforçar o embasamento teórico acerca dos espaços sócio ocupacionais do assistente social, foram realizadas leituras de conteúdos que promoveram uma percepção maior dos espaços onde este profissional efetivamente assume seu exercício profissional e, por meio do material oferecido, bem como através de pesquisas os acadêmicos apresentaram um levantamento das instituições que executam programas, projetos, e ações voltadas às políticas públicas associando-as aos espaços sócio ocupacionais do assistente social. Assim, foram listadas múltiplas instituições que contemplam o assistente social em seu quadro funcional, sobressaindo a importância deste profissional no âmbito da articulação e gerência das políticas públicas fomentando a garantia dos direitos aos cidadãos.

Partindo deste norte, os acadêmicos divididos em grupos, realizaram visitas técnicas a alguns desses locais onde os assistentes sociais concretizam sua práxis profissional. As informações coletadas foram, posteriormente, elencadas em relatório. Outrossim, foi possível identificar, conhecer e aprender sobre suas condições de trabalho, estrutura, demandas diárias, a organização da Política de Assistência Social, a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e, primordialmente propiciar que o acadêmico de serviço social se habitue ao campo de trabalho compreendendo a realidade para então apropriar-se verdadeiramente do serviço social.

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A terceira atividade proposta pelo projeto integrador, traz como objetivo um momento de observação e de vivência prática. Por meio de visita *in loco* em ambientes e localidades permeadas pelas expressões da questão social, os acadêmicos foram defrontados com as mais diversas mazelas, induzindo-os a uma leitura profunda sobre a vulnerabilidade social.

Este momento propiciou agregar informações importantíssimas para o aprimoramento de conceitos e valores, assim como, para uma análise crítica sobre o “como fazer”, “para quem fazer” e “por que fazer”, e assim, participar da garantia de direitos aos cidadãos.

FAMÍLIA EM VULNERABILIDADE SOCIAL

A última prática desenvolvida no Projeto Integrador propôs, num primeiro momento, a elaboração de um questionário investigativo, sendo este, o instrumental utilizado na visita à famílias que se encontram em situação de risco social. No segundo momento, realizar visita domiciliar à famílias que se encontram em vulnerabilidade social, uma realidade complexa e multifacetada. Essa atividade objetivou despertar no acadêmico a interação necessária para o desenvolver de um trabalho pautado nos princípios éticos, onde o profissional deve despir-se de julgamentos pois ao adentrar no seio familiar ele será um elo de transformação, num ambiente onde seus componentes são atingidos diretamente pela ineficácia ou falta de políticas públicas. O profissional deve olhar a família no seu movimento, sua vulnerabilidade e sua fragilidade, compreendendo a significação de família, numa visão ampla do contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central do presente trabalho foi analisar o quão importante é que o acadêmico conheça e entenda sua futura profissão, presencie e identifique o objeto de trabalho do assistente social com olhar crítico às manifestações e suas principais implicações a fim de desenvolver habilidades conciliando-as à capacidade de correlacionar conhecimentos básicos e aplicados das disciplinas envolvidas. Há que se mencionar também a importância desse contato direto com os espaços sócio ocupacionais do assistente social que nos remete à análise dos campos de trabalho e das áreas de atuação disponíveis para o serviço social.

Diante desse cenário, muito mais se faz necessário a presença de profissionais de serviço social éticos, qualificados, críticos, atuantes na garantia dos direitos no combate às desigualdades. Essas aptidões são adquiridas na formação acadêmica desse profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL. Definição global da profissão de serviço social. Lisboa: APSS, 2014. Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2017.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: . Acesso em: 01 maio 2017

<https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/administracao/a-atuacao-assistente-social-na-implementacao-projetos.htm#:~:text=O%20profissional%20de%20Servi%C3%A7o%20Social,e mpresas%2C%20habita%C3%A7%C3%A3o%2C%20entre%20outras> acesso em 18/11/2020 às 16:57

PROJETO INTEGRADOR: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO SETOR DE APOIO¹

Adriel Medeiros, adriel.medeiros7@gmail.com
Daniele Müller, dani.mullerti@gmail.com
Nelson Bruno Pasini, brunopasini19@gmail.com
Ramon Meireles da Silva, ramon.meireles32@gmail.com
Sam Anderson Dorisin, dorisinanderson@gmail.com

Resumo - O setor de apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe é um setor central para as atividades docentes. Entre as atividades que estão sendo realizadas no setor estão: reservas de salas, empréstimo de equipamentos, fornecimento de materiais, resolução de incidentes nos equipamentos e salas e agendamento de eventos. O objetivo do projeto integrador é construir um sistema de informação que gerencie tudo isso.

Palavras-chave: Laboratórios. Salas. Equipamentos. Materiais. Sistema. Incidentes.

INTRODUÇÃO

O setor de apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe é responsável pela gestão de salas de aula e laboratórios, dentre as atividades de gestão estão a reserva de salas e laboratórios, empréstimos de equipamentos, suporte e manutenção das salas, agendamento de eventos e outras atividades gerais de suporte aos docentes e acadêmicos da universidade.

Considerando que seus processos são realizados manualmente, principalmente com uso de planilhas, faz-se necessário o desenvolvimento de software específico para atender as necessidades de gestão e controle do setor de apoio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento do projeto integrador baseia-se nos principais conceitos aprendidos nas disciplinas cursadas pelos acadêmicos até então. Conceitos de engenharia de software como levantamento de requisitos, gestão de desenvolvimento de software, padrões de projetos, prototipação de interfaces, entre outros. Através desta base conceitual e das orientações do professor foi possível desenvolver as seguintes etapas do projeto:

LEVANTAMENTO DE REQUISITOS

O levantamento de requisitos é um processo importante no início de todo projeto. Ele tem como objetivo de achar e entender os problemas, necessidades e desejos do requerente e se possível, os usuários do resultado final. Existem várias técnicas de levantamento de requisitos, mas a técnica usada é: Entrevista.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Sistemas de Informação.

Commented [1]: Ramon, estou arrumando a fundamentação e conclusão

Commented [2]: @dorisinanderson@gmail.com
Atribuído a Sam-Anderson Dorisin_



A entrevista, além de ser uma técnica famosa, é muito fácil de usar pois se trata de uma conversa. Foi feita em duas abordagens:

- Conversa aberta com o principal responsável: A conversa não foi estruturada, foi baseada nos atuais processos de apoio. Os entrevistadores tiveram o papel de extrair informações importantes para o projeto.
- Conversa semi-aberta com usuários: O usuário responde a uma lista de perguntas com a liberdade de se expressar sobre suas queixas, seus desejos, etc.

HISTÓRIAS DE USUÁRIO

As histórias de usuário tem como objetivo elucidar as ações do sistema e dos usuários que irão interagir com a aplicação através das especificações das funcionalidades do sistema definidas na etapa de levantamento e análise de requisitos. Uma história de usuário tem a seguinte estrutura:

- Pré- Condições: É uma lista de condições que têm que ser verificadas antes que o caso de uso comece.
- Fluxo: Passo a passo das ações realizadas pelo usuário na interação com o sistema.
- Pós-Condições: É uma lista de condições que têm que ser verificada após o fim do caso de uso.
- Regras de Negócio: regras definidas junto ao cliente na etapa de levantamento de requisitos, as funcionalidades do sistema respeitarão a definição destas regras acertadas com o cliente, neste caso, o setor de apoio.

DIAGRAMA DE CASOS DE USO

O diagrama de casos de uso é um método de exposição de todas as possibilidades de fluxo de uso de um software, nele temos os autores e ação realizada. Todas as possibilidades que podem ser tratadas durante a execução do sistema ou programa são pensadas e expostas de forma explícita.

O diagrama de casos de uso podem ser utilizados para produzir outros artefatos como o diagrama de classes a nível de análise e as histórias de usuário.

DIAGRAMA DE CLASSES - ANÁLISE

Um diagrama de classes trata da abstração dos elementos que podem ser gerados no contexto do sistema, chamados "objetos".

No diagrama de classes a nível de análise são expostos os atributos, que são especificados as características do objeto especificado, sem os tipos de dados expostos. São relacionadas também às classes entre si, se tem a cardinalidade das relações (de quanto para quanto) em ambas as pontas da relação e que verbo caracteriza essa relação.

PROTOTIPAÇÃO DE INTERFACE DE USUÁRIO

Após uma breve conversa com os desenvolvedores, foi definido que a plataforma para solução seria uma aplicação web, com isso foi inicializado a prototipação das interfaces, usando vários padrão de interface, para chegar a qual seria mais adequada para esta solução.

E com isso alguns princípios foram levados em consideração no projeto da interfaces da aplicação, o desenho da aplicação foi centrado no usuário com base

Commented [3]: @dani.mullerti@gmail.com
Atribuído a Dani Muller

Commented [4]: @022984@uniarp.edu.br
Atribuído a Ramon Meireles da Silva

Commented [5]: @022984@uniarp.edu.br
Atribuído a Ramon Meireles da Silva

Commented [6]: @adriel.medeiros7@gmail.com
Atribuído a Adriel Medeiros



nas entrevistas, diagrama de classe e história de usuário, para que a interface seja mais intuitiva possível para o usuário final.

DIAGRAMAS DE ATIVIDADE

O objetivo deste método é ilustrar um determinado comportamento através de fluxos, essas informações são retiradas do diagrama de classes. O intuito deste método é entender cada processo e facilitar a leitura do mesmo.

FERRAMENTAS DE DOCUMENTAÇÃO

As ferramentas de documentação são utilizadas desde o primeiro momento devido que o processo de desenvolvimento sofre diversas modificações até à sua conclusão. A documentação auxilia no trabalho em equipe pois tudo que for desenvolvido deve estar descrito e isso facilita na comunicação.

O processo de documentar é simplesmente descrever tudo o que é desenvolvido, e para realizar esse método existem diversas ferramentas.

METODOLOGIA

Os acadêmicos da sexta fase realizaram um levantamento de requisitos junto ao setor de apoio através de uma entrevista utilizando um roteiro com questões chaves para compreender a rotina do apoio. Através da investigação dos processos do setor de apoio atuais, produzimos os diagramas de Caso de Uso e as Histórias de Usuário se baseando nessa entrevista.

Tendo como base esses artefatos que foram produzidos da entrevista foi produzido um diagrama de classes a nível de análise.

As personas foram o método utilizado para as entrevistas dos alunos, professores e outros funcionários da universidade. Foram feitas perguntas sobre o contexto atual do apoio e cada membro do projeto ficou responsável de fazer um número predefinido de entrevistas. Expomos em aula os requisitos extras que não foram listados em primeira instância na entrevista com o apoio.

Seção destinada a apresentação do tipo de pesquisa, à abordagem, ao local, à população e amostra, às técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, à metodologia de análise de dados, bem como aos procedimentos éticos da pesquisa. Caso seja um relato de experiência, esta seção pode ser substituída pela sua descrição, ajustando o respectivo título.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos das etapas realizadas foram documentados e compartilhados em ambiente cloud pela equipe de trabalho. A primeira etapa de levantamento de requisitos teve como resultado as histórias de usuário onde foram definidos os requisitos e ações do sistema e dos respectivos usuários dos software. Ainda, esta primeira etapa, teve como resultado o diagrama de casos de uso, que traduz as diferentes ações dos atores do sistema na interação com o mesmo. Por último, foram feitas entrevistas com personas clientes do apoio para a identificação de possíveis oportunidades de melhoria na proposta da solução. A segunda etapa teve como resultados o refinamento e detalhamento das histórias de usuário, bem

Commented [7]: @brunopasini19@gmail.com
Atribuído a bruno pasini

Commented [8]: @brunopasini19@gmail.com
Atribuído a bruno pasini

SISTEMA DE CONTROLE DE RESERVAS PARA O SETOR DE APOIO



como a elaboração do diagrama de classes em nível de análise e a prototipação das telas do sistema através da utilização de software específico para esta finalidade. Todas as atividades descritas até então, estão documentadas mantendo-se os históricos para fins de consulta, comparação e controle de versões. A dinâmica de realização das atividades do projeto deu-se através de conferências onde foi possível discutir, orientar, sugerir, estudar e executar as tarefas propostas pelo professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste projeto integrador é desenvolver uma ferramenta para auxiliar o setor de apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe que no atual cenário executa atividades manuais.

Durante o desenvolvimento do projeto integrador, realizamos diversos processos, como entrevistas com os colaboradores do setor, professores, coordenadores e alunos com o intuito de entender como os mesmos interagem nas ações relacionadas ao setor, após este processo foi adquirido muitas informações que nos possibilitaram dar continuidade com o projeto e em sequência elaborar o levantamento de requisitos. Com os requisitos em mãos e validados a equipe passou por diversas etapas e uma delas foi a criação dos protótipos de interface.

Devido ao cenário de pandemia que estamos vivenciando, nos deparamos com algumas dificuldades e limitações para o desenvolvimento do projeto. Estas dificuldades são oportunidades para melhorias e amadurecimento no processo de desenvolvimento do software em questão, desafio para os membros da equipe a fim de re-organizar atividades que envolvam comunicação, trabalho remoto, gestão de tempo, documentação e a experiência da equipe. Assim, foi possível superar essas barreiras e obter um excelente resultado até o momento.

Commented [9]: @bruno fiz algumas alterações aqui, onde estava o texto : "Devido ao cenário de pandemia que estamos vivenciando, nos deparamos com algumas dificuldades, limitações para o desenvolvimento do projeto, uma das foi a comunicação e a experiência em trabalhar remotamente, porém superamos essas barreiras e obtivemos um excelente resultado até o momento". Ajustei ali essa parte.

Alexandre Tesser, xande_tesser02@hotmail.com
 Diego Sicka, diegosicka@gmail.com
 Hugo Samuel de Souza Dziuba, hugodziuba@hotmail.com
 Leonardo Kondrat Gonçalves, leokondratme@gmail.com
 Saul Assenor Martiol Furtado de Souza, saulmartioltg@gmail.com

Resumo – Este projeto tem como objetivo o desenvolvimento de um sistema para o setor de Apoio da Uniarp que servirá para efetuar o controle das reservas de salas, laboratórios e equipamentos disponíveis aos coordenadores e professores. O início das atividades se deu com a realização de uma entrevista com um dos colaboradores do setor de apoio a fim de identificar os controles que o setor de apoio realiza. Após a análise passamos para a etapa análise dos dados coletados na entrevista para identificação dos requisitos e funcionalidades que o sistema contemplará. As etapas do projeto serão seguidas com base nos conteúdos aprendidos nas matérias concluídas no decorrer do curso, buscando a integração dos conhecimentos obtidos para desenvolvimento desse projeto.

Palavras-chave: Sistema. Apoio. Controle. Informatização.

INTRODUÇÃO

O setor de Apoio da Uniarp realiza diversas atividades de suporte para auxiliar o andamento das aulas da Universidade, muitas das quais possibilitam a realização das aulas. Dentre as atividades realizadas pelo setor de Apoio, estão as reservas de salas, reservas de laboratórios, controle de materiais e equipamentos disponibilizados pela Universidade entre outras.

O processo de reserva é uma das principais atividades do setor, a qual garante que o cronograma de aulas possa ser cumprido. Atualmente essa atividade é realizada totalmente de forma manual e controlada através de planilhas que o próprio setor desenvolveu. Além das reservas de salas e laboratórios, há também as reservas do salão nobre e do auditório, então também é responsabilidade do apoio organizar essas reservas e garantir o funcionamento do evento.

Como todos os controles são realizados manualmente existe muito retrabalho e o funcionamento do setor fica muito suscetível a falhas. Este projeto visa criar uma ferramenta que facilite o processo de reservas como um todo e garanta uma boa integridade das informações trazendo facilitadores para o setor, como abertura de tickets de suporte e dashboards para visualização rápida de reservas.

CONTROLE DE RESERVAS

O setor de apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe é responsável pela gestão de salas de aula e laboratórios, dentre as atividades de gestão estão a reserva de salas e laboratórios, empréstimos de equipamentos, suporte e manutenção das salas, agendamento de eventos e outras atividades gerais de suporte aos docentes e acadêmicos da universidade.

Considerando que seus processos são realizados manualmente, principalmente com uso de planilhas, faz-se necessário o desenvolvimento de software específico para atender as necessidades de gestão e controle do setor de apoio. Assim, os acadêmicos da sexta fase realizaram um levantamento de requisitos junto ao setor de apoio através de entrevista utilizando um roteiro com questões-chaves para compreender as rotinas do apoio e propor uma solução para automatizar alguns processos manuais, centralizar as atividades e tornar os processos mais ágeis, organizados e transparentes.

A equipe dois propõe o desenvolvimento de uma plataforma web onde o gerenciamento das atividades será feito através de módulos compostos por cadastros, solicitações, agendamentos, calendário dinâmico e dashboards. Esta plataforma seguirá o modelo de desenvolvimento orientado à objetos possibilitando melhor escalabilidade do software, flexibilidade, adaptabilidade, reaproveitamento de código e desenvolvimento paralelo através de módulos. A arquitetura que será definida posteriormente conforme encaminhamento das orientações quanto ao desenvolvimento.

Módulo de Cadastros

O módulo de cadastros será composto pelos cadastros de usuários bem como das salas, laboratórios, equipamentos e materiais. No cadastro do usuário, o mesmo deverá preencher nome, e-mail, login e senha para autenticação no sistema. Este módulo poderá fazer uso da conta google ou outras contas, no caso da conta google será possível integrar dados do usuário e a agenda com notificações de reservas dentre outros recursos.

No cadastro de materiais, o usuário deverá preencher o código e quantidade de material, neste cadastro deve ser possível fazer edições/atualizações conforme estoque disponível (inventário de materiais?).

No cadastro de equipamentos, o usuário deverá cadastrar os campos obrigatórios como: tipo de equipamento, modelo, marca, ID, dados de aquisição e outros campos opcionais a definir.

Módulo de Solicitações

O módulo de solicitações será composto pelas solicitações de reservas semestral e semanal, que por sua vez terão opção de solicitação de equipamentos e materiais; e também solicitações de instalação de software. Neste módulo será possível o usuário solicitar, consultar, alterar ou cancelar reservas, realizar devoluções de equipamentos/materiais.

Na tela de reserva, o professor terá que especificar equipamentos, número de lugares e materiais necessários e por fim confirmar a reserva. O funcionário do apoio identifica a reserva, verifica se a sala/laboratório possui reserva, confirma a reserva ou cancela avisando o professor através de email/notificação. O sistema irá enviar uma confirmação de reserva e como sugestão para evitar que o professor esqueça de cancelar a reserva, solicitamos o envio de lembrete (notificação) avisando sobre a reserva e sugestão de cancelamento caso seja necessário....

Neste mesmo módulo deve ser possível solicitar reserva de salas especiais. Nesta tela, o coordenador escolhe a sala, verifica a data disponível, escolhe uma data disponível e confirma a reserva. O sistema então dispara um email para o setor de apoio notificando-o sobre a reserva especial.

Módulo Relatórios

O módulo de relatórios contará com histórico de reservas, relação dos equipamentos, relação das salas e histórico de chamados de suporte onde será possível visualizá-los utilizando filtros específicos e também imprimir relatórios específicos se o usuário desejar.

Módulo Incidentes

O módulo de Incidentes será composto pelos incidentes que possam acontecer em laboratórios, salas e equipamentos, relatados pelos professores/coordenadores e o atendimento dos mesmos.

Na tela de incidentes, o professor terá que especificar o local/material (Lab 1, sala 420, caixa de som, controle), e descrever o problema, após a abertura do incidente é disparado um e-mail para o setor de apoio. O setor de apoio vai identificar o nível do incidente e se é possível resolver sem envolver terceiros (TI) caso seja o incidente é resolvido, se não o mesmo é despachado para o setor responsável. Para fins de informações é possível gerar um relatório com a possibilidade de filtros.

METODOLOGIA

O presente projeto será desenvolvido com base em um conjunto de passos metodológicos que compreendem entrevistas com os stakeholders para definição dos requisitos e funcionalidades desejáveis. Após esta etapa será elaborada uma documentação com os passos e recursos que se espera da aplicação para fins de registro.

Por fim será desenvolvida uma aplicação para controle das atividades realizadas pelo setor de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste projeto o objetivo é desenvolver uma aplicação que realize o controle das atividades de reservas de salas, laboratórios, materiais e equipamentos para utilização do setor de apoio, a qual permitirá ao setor de apoio obter um melhor controle de suas atividades e melhor registro de suas informações.

AROMATERAPIA NO TRATAMENTO DA ALOPECIA

THAIS GRANEMANN DOS SANTOS¹
GABRIELE BASSO¹

¹ CURSO DE TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA – UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro, Caçador - SC, 89500-000

Resumo: A preocupação com os cabelos é muito comum entre homens e mulheres, pois os cabelos são de grande importância para a autoestima das pessoas, também mostrando a personalidade de cada indivíduo. Longos curtos, colorações, naturais ou tingidos, com vários tipos de cortes, são bastante fundamentais para a imagem que queremos passar. Em geral é normal a queda dos fios entre 70 a 100 fios de cabelos por dia, apesar disso se estas quedas forem contínuas, e maior a este número que é considerado normal de quedas, há necessidade de considerar que poderá estar subjacente algum problema procedendo em possíveis consequências como é o caso do comprometimento da aparência da pessoa envolvida. A alopecia é uma doença dermatológica, conhecida pela queda dos fios de cabelo que ocorre por conta de complicações psicossociais. A principal causa da alopecia é agravada por fatores como o estresse e doenças autoimunes um problema genético que atinge os folículos da parte superior da cabeça, onde ocorre uma miniaturização do pelo, com consequência a diminuição do tamanho natural dos fios. A alopecia pode ser tratada, e um dos métodos de tratamento é a aromaterapia, que é uma forma terapêutica que se utiliza óleos essenciais que são 100% puros que são uma forma de para a prevenção ou tratamento natural para a alopecia e também para problemas emocionais e físicos proporcionando bem-estar. São comprovadas sua eficácia e promovem grandes resultados por possuir ação, anti-sépticas, cicatrizantes, anti-infecciosas e estimulantes do couro cabeludo.

Palavras-chaves: alopecia, tratamento, óleo essenciais.

1 Introdução

A preocupação com os cabelos é muito comum entre homens e mulheres, pois os cabelos são de grande importância para a autoestima das pessoas, também mostrando a personalidade de cada indivíduo. Longos curtos, colorações, naturais ou tingidos, com vários tipos de cortes, são bastante fundamentais para a imagem que queremos passar. O cabelo demonstra um símbolo de beleza que é muito valorizada em todos os tempos. (SANTOS; ALMEIDA; MOSER, s.d.).

E com isso a perda dos fios de cabelo acabam atingindo a auto estima de várias pessoas, e essa perda é geralmente é traumatizante, influenciando de forma negativa sobre a qualidade de vida. (de Sousa Nobre, Lucas, (2017). A alopecia tem poucos efeitos físicos nocivos, mas pode levar a consequências psicológicas negativas, incluindo altos níveis de ansiedade ou até mesmo a depressão (REBELO, 2015).

Em geral é normal a queda dos fios entre 70 a 100 fios de cabelos por dia, apesar disso se estas quedas forem contínuas, e maior a este número que é considerado normal de quedas, há necessidade de considerar que poderá estar subjacente algum problema procedendo em possíveis consequências como é o caso do comprometimento da aparência da pessoa envolvida (Ferreira, A. R. M. 2019).

Hoje em dia possui diversas afecções do couro cabeludo, onde o fio vem aparecendo com menos frequência, sendo um dos motivos a alopecia que é um dos fatores que se mostra mais frequentes na área da estética. (FAVA, C. C., MACHADO, É. S., Zanolli, K., & Rezende, J. 2011).

A aromaterapia pode ser utilizada como um complemento para tratar a alopecia. Ele emprega extratos intensamente concentrados que são decorridos de flores, folhas, cascas e raízes de várias plantas, como Arnica montana, Cedrus atlantica, Lavandula agustifolia, Oscimum sanctum, Pilocarpus jaborandi, Rosmarinus officinalis, Tomilho vulgaris etc. Na aromaterapia, os óleos essenciais adentram no corpo pelo sistema olfativo ou pela pele. Os óleos essenciais chegam ao sistema circulatório, onde se ligam aos receptores e alteram a composição química. Esses óleos atuam não apenas no nível celular para fortalecer ou acalmar o sistema nervoso, mas também no espiritual, proporcionando uma sensação de bem-estar. (KAUSHIK, Rahul; GUPTA, Deepika; YADAV, R. 2011).

2 Objetivos

O objetivo deste trabalho foi revisar os procedimentos usados no tratamento da alopecia, utilizando o uso de óleos essenciais para o tratamento do estímulo do crescimento capilar.

3 Aspectos metodológicos

Esta revisão foi elaborada em caráter bibliográfico e exploratório foi conduzido por meio de busca de artigos científicos indexados nas principais bases de dados eletrônicas: SCIELO e GOOGLE ACADÊMICO. Cuja contribuição teórica, constitui de livros, artigos de revistas, trabalho de conclusão de curso sobre o referido assunto.

O presente estudo procurou investigar a literatura a respeito de AROMATERAPIA NO TRATAMENTO DA ALOPECIA, explorando as informações sobre os óleos essenciais eficazes no tratamento da alopecia. Para tanto, foram utilizados os descritores "essential oils in the treatment of alopecia" em inglês, e de forma complementar em espanhol e português. Para melhor atualização, foi adicionada a busca a palavra "alopecia", que apresenta a mesma grafia nos três idiomas.

4 Resultados e discussões

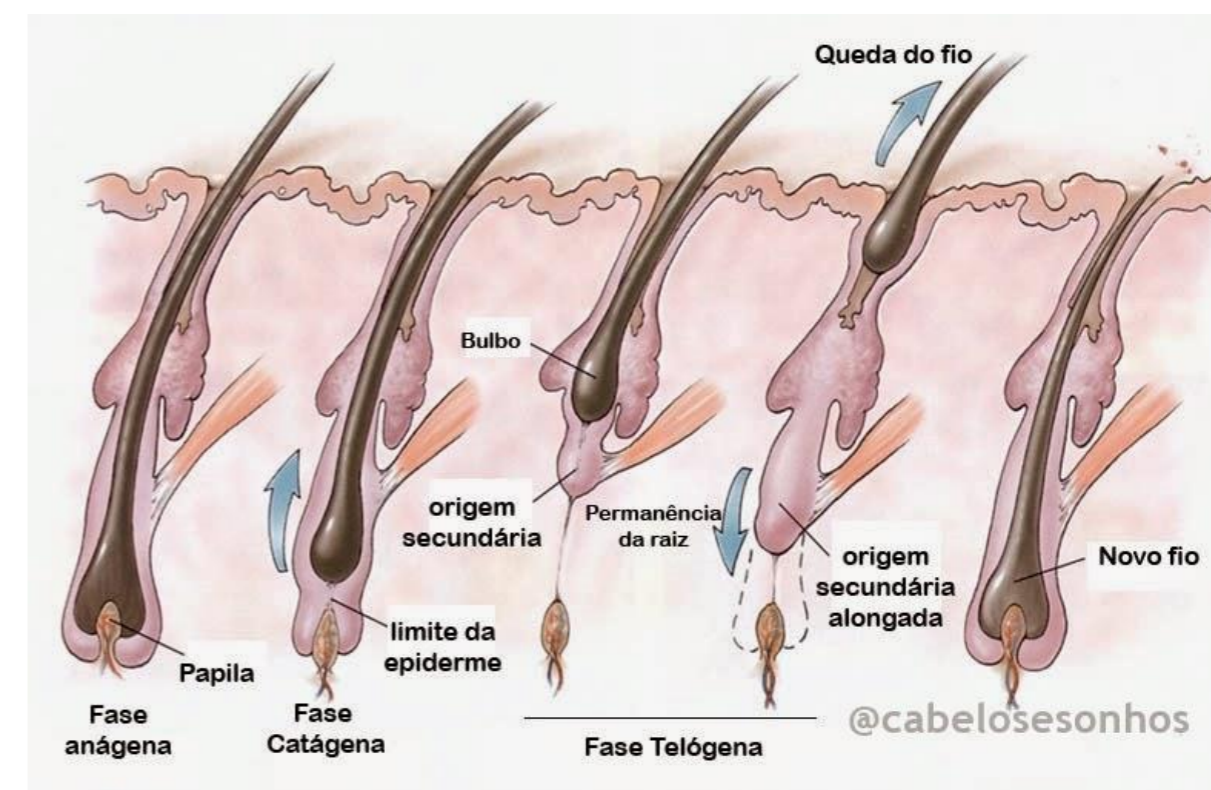
A alopecia é uma doença dermatológica, conhecida pela queda dos fios de cabelo que ocorre por conta de complicações psicossociais. A principal causa da alopecia é agravada por fatores como o estresse e doenças autoimune um problema genético que atinge os folículos da parte superior da cabeça, onde ocorre uma miniaturização do pelo, com consequência a diminuição do tamanho natural dos fios.

A matriz do bulbo capilar possui uma enzima, a 5 α -redutase (5 α R), que altera o hormônio testosterona em dihidrotestosterona (DHT) e acaba penetrando no no

folículo piloso, e modificando o seu metabolismo, e acaba enfraquecendo os fios enfraquecendo e acelerando a queda dos cabelos. (SAWAYA, 1998)

O ciclo biológico capilar (Figura 1) envolve 3 fases: anágena que é o ciclo de crescimento, que dura 2 a 8 anos; catágena, a de repouso que é uma fase curta que dura em torno de 2 a 4 semanas, em que a matriz do folículo piloso detém a sua proliferação e a parte inferior do folículo entra em atrofia; telógena que é a queda dos fios que dura em torno de 2 a 4 meses. A fase telógena só acontece depois que uma nova fase da anágena se inicia. O crescimento do cabelo em cada folículo é um processo independente. (Pereira, D. F. S. 2015).

Figura 1 - Ciclo biológico do cabelo



Fonte: Autores (2020)

A alopecia segundo Wilkinson e Moore (1990) pode ser gradual ou rápida, existem vários tipos de alopecia, as mais conhecidas são: difusa, eflúvio, areatas e a androgenética.

A alopecia difusa ocorre devido uma queda difusa que atinge todas as regiões do couro cabeludo em um só momento, isso deve estar ligada a stress, ausências alimentares, tratamentos ou medicamentosos, variações hormonais ou pode estar relacionado a estação do ano.

A alopecia eflúvio é de queda capilar que atinge tanto homens como mulheres e ocorre devido as situações do dia a dia onde as pessoas não apresentam importância, sendo que esse tipo de alopecia possui uma duração maior que seis meses, e sendo assim são considerados como um quadro crônico. (Nunes, 2007)

A alopecia areata, também é conhecida como alopecia pelada, é uma doença caracterizada pela queda brusca dos cabelos em algumas áreas específicas. A área atingida apresenta formas arredondadas ou oval, e na maioria das vezes não apresenta sinais de irritação e nem inflamação. As áreas mais afetadas pela alopecia areatas são: o couro cabeludo, sobrancelhas e barba, em algumas situações mais frágeis esse tipo de alopecia pode se manifestar de forma crônica, podendo modificar para a alopecia total, ou seja, é quando todo couro cabeludo é comprometido. Suas causas não são exatamente específicas, porém alguns fatores podem estar envolvidos como os fatores emocionais e problemas relacionados à imunidade. Cerca de 2% da população possuem este problema. (BEDIN, 2009).

A alopecia androgênica conhecida como calvície é uma aparição fisiológica que atinge principalmente indivíduos geneticamente predisposto levando à queda dos cabelos que sofrem um processo de atrofia. A alopecia androgenética é decorrente devido a uma estimulação dos folículos pilosos por hormônios masculinos que se produzidos desde a adolescência que é a testosterona. A sua característica principal é a queda persistida dos cabelos com substituídas por fios menores e mais finos até a interrupção do crescimento, levando à escassez dos pelos e ao afastamento da linha de implantação para trás, o progresso do quadro acaba levando a calvície masculina, que se caracteriza pela ausência de cabelos na parte superior e frontal da cabeça, (Vasconcelos e Cols., 2008). Na maioria das vezes após a menopausa algumas das mulheres também podem ser afetadas, porém é raramente serem afetada pela alopecia total, (Nunes, 2007).

A alopecia pode ser tratada, e um dos métodos de tratamento é a aromaterapia, que é uma forma terapêutica que se utiliza óleos essenciais que são 100% puros que são uma forma de para a prevenção ou tratamento natural para a alopecia e também para problemas emocionais e físicos proporcionando bem-estar. (LAVABRE, 2005). A aromaterapia pode ser usada como um suplemento para tratar a alopecia, que sua eficácia foi comprovada pois promove grandes resultados por possuir ação, anti-sépticas, cicatrizantes, anti-infecciosas e estimulantes do couro cabeludo. (KAUSHIK, Rahul; GUPTA, Deepika; YADAV, R. 2011).

Essa ação proporcionara resultados se os óleos foram favoravelmente extraídos e conservados corretamente. Sua ação ocorrerá através do sistema circulatório, pois contem moléculas minúsculas que podem penetrar através da pele. Os seus benefícios começam em aproximadamente meia hora por ativar a circulação periférica e conseqüentemente a nutrição do folículo piloso. Alguns exemplos de óleos para tratamento da alopecia.

- **Alecrim** (*Rosmarinus officinalis*): que promove uma melhora a circulação, limpando e estimula o couro cabeludo e combatendo as infecções.
- **Bergamota** (*Citrus aurantium*): que possui ação antisséptica, adstringente e cicatrizante.
- **Lavanda** (*Lavandula officinalis*): que tem ação cicatrizante, diminui a oleosidade do couro cabeludo e estimulado a renovação celular. Provendo também ação tônica sobre os cabelos.
- **Patchouli** (*Pogostemon patchouli*) tem ação antisséptico atuando contra infecções bacterianas do couro cabeludo. É bactericida, bacteriostática e fungicida.
- **Salvia** (*Salvia sclarea*) possui ação regenerador do couro cabeludo e estimula o crescimento dos fios. Também tem ação antisséptico e bactericida.

Essa forma de tratamento pode ser associada com eletroterapia e argiloterapias, que acaba promovendo grandes resultados. Além de tratar a alopecia o óleo essencial possui múltiplos benefícios como: estresse, ansiedade,

depressão, enxaqueca, dor muscular, rinite, resfriados, dor nas articulações, aumenta a concentração e ainda pode ajudar a melhorar a respiração, entre outros.

5 Conclusões

As condições capilares é o centro das atenções nos dias de hoje. A alopecia, além de não ser prejudicial à saúde, pode promover conseqüências psicológicas nas pessoas, que acaba deixando-as com baixo autoestima.

E ao realizar essas pesquisas, conclui-se que existe vários óleos essenciais potentes no tratamento da alopecia, e os efeitos significativos no couro cabeludo.

6 Referências bibliográficas

1. Bureau, J. P., et al. "Essential oils and low-intensity electromagnetic pulses in the treatment of androgen-dependent alopecia." *Advances in therapy* 20.4 (2003): 220-229.
2. CHO, Young Hye et al. Effect of pumpkin seed oil on hair growth in men with androgenetic alopecia: a randomized, double-blind, placebo-controlled trial. *Evidence-based complementary and alternative medicine*, v. 2014, 2014.
3. da Silva, Luciana Bárbara Pereira, and Belúzia Almeida Santos. "Uso do Laser de baixa intensidade no tratamento da Alopecia Androgenética: Uma Revisão Bibliográfica." ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA 12.40 (2018): 1065-1081.
4. DA SILVA LIMA, Joyce Tayná Carvalho et al. Tratamento de Alopecia Androgenética com o uso de Laser de Baixa Potência e Dermotonia (Vacuoterapia) Associado a Argiloterapia e Óleos Essenciais. *Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes-SEMPESq*, n. 18, 2018.
5. Estrada, Bruna Duque, et al. "Dermoscopy patterns of cicatricial alopecia resulting from discoid lupus erythematosus and lichen planopilaris." *Anais brasileiros de dermatologia* 85.2 (2010): 179-183.
6. FAVA, Carla Cristina, et al. "PROPOSTA DE TRATAMENTO DE ALOPECIA AREATA COM A UTILIZAÇÃO DE ÓLEOS ESSENCIAIS: UM ESTUDO DE CASO." (2011).
7. FERREIRA, Ana Rita Marques et al. Plantas e produtos vegetais no tratamento da alopecia: alopecia androgenética. 2019. Tese de Doutorado.
8. Forte, Juliany Ferreira, Aline Barbosa Teixeira Martins, and Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne. "Efeitos da eletrofototerapia associado a aromaterapia na Alopecia Androgenética masculina." (2018).
9. Harries, M. J., et al. "Management of alopecia areata." *Bmj* 341 (2010).

10. Hay, Isabelle C., Margaret Jamieson, and Anthony D. Ormerod. "Randomized trial of aromatherapy: successful treatment for alopecia areata." *Archives of dermatology* 134.11 (1998): 1349-1352.
11. Hordinsky, Maria, and Aline Donati. "Alopecia areata: an evidence-based treatment update." *American journal of clinical dermatology* 15.3 (2014): 231-246.
12. Kaushik, Rahul, Deepika Gupta, and R. Yadav. "Alopecia: herbal remedies." *International Journal of Pharmaceutical Sciences and Research* 2.7 (2011): 1631.
13. LIMAS, JR. "A argiloterapia: uma nova alternativa para tratamentos contra seborreia, dermatite seborreica e caspa." *Vale do Itajaí: Univali* (2010).
14. MAKISHI, CADS. "Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmetologia." Mendes, KDS, Silveira, RCDCP, & Galvão, CM (2008).
15. NASCIMENTO, Flávia Sales Lopes do. Otimização de método analítico e obtenção de um dermocosmético a partir de *Eclipta alba* (L.) para o tratamento de alopecia. MS thesis. Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
16. Nobre, Lucas de Sousa, et al. "AROMATERAPIA: TRATAMENTO NÃO CONVENCIONAL DA ALOPÉCIA FEMININA." (2016).
17. PEREIRA, Diana Filipe Soares et al. Fitoterapia nos cuidados capilares: segurança e eficácia. 2015. Tese de Doutorado.
18. Peres, Marla Costa, Jéssica Daiana Mergen, and Tatiele Katzer. "TERAPIA CAPILAR VETORIZADA EM HOMENS COM ALOPECIA ANDROGENÉTICA." *Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia da Unisc* (2020): 398.
19. RIVITTI, Evandro A. Alopecia areata: revisão e atualização Alopecia areata: a revision and update.

7 Instituições financiadoras

Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

8 Agradecimentos

Ao Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Orientadora Gabriele Basso e a todos envolvidos.



AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DAS DISCROMIAS QUE MAIS AFETAM A POPULAÇÃO E OS ATIVOS DESPIGMENTANTES EMPREGADOS PARA O TRATAMENTO BEM COMO SUA REAL EFICÁCIA

Sabrina Konflanz Pessoa, sabrinakonflanz@hotmail.com¹
Aline Fantin Grando, aline.fantin@uniarp.edu.br²

Resumo – A pele funciona como uma barreira natural para nos proteger do meio externo, ela é composta por 3 camadas principais, epiderme, derme e hipoderme. Em uma das camadas da epiderme, encontram-se os melanócitos, células que produzem a melanina. Entretanto, existem algumas alterações na pigmentação cutânea, chamadas de discromias, que podem ser do tipo hipocromias ou hiperpigmentações. As hiperpigmentações ocorrem por diversos motivos, como exposição solar, genética, gravidez, entre outros motivos. Atualmente, podemos encontrar diversos ativos despigmentantes, capazes de amenizar estas manchas na pele. Este artigo tem como objetivo realizar um levantamento das discromias que mais afetam a população, e avaliar os principais ativos despigmentantes utilizados, bem como a eficácia obtida pós tratamento. Para tanto, baseou-se em pesquisas quantitativas, através de um levantamento de dados, por meio de questionários, online. Também foram coletadas informações por meio de pesquisa bibliográfica. Todos os ativos, proporcionam redução das discromias, não havendo nenhum que se destaque quanto a indicação, ou eficiência, já que todos apresentam vantagens e desvantagens quanto ao seu uso.

Palavras-chave: Pele. Melanina. Discromias. Hiperpigmentação. Ativos despigmentantes

INTRODUÇÃO

Atualmente, por meio das mídias sociais, a busca e preocupação em ter uma aparência perfeita, tem aumentado. São comerciais, produtos, fotos em redes sociais, tudo isso sempre passando aos consumidores a ideia de que não estamos encaixados no padrão de beleza, influenciando diretamente em uma cobrança pessoal e em uma autoestima diminuída. Um dos fatores que mais influenciam na aceitação com a aparência, são as discromias, famosas manchas de pele, principalmente na região do rosto. É comum pessoas que possuem manchas de pele, se sentirem incomodadas com vergonha de sua aparência.

O presente estudo foi elaborado com a finalidade de proporcionar um maior conhecimento sobre as discromias, entender o que é melanina e como funciona o mecanismo de formação das discromias, em especial das hiperpigmentações. E desta forma, comparar diversos ativos despigmentantes, baseados em livros e artigos científicos. Além, da utilização de dados de uma pesquisa realizada com pessoas comuns e profissionais da área de estética. Este artigo tem como objetivo realizar um levantamento das principais discromias que afetam a população, de forma a avaliar os principais ativos despigmentantes utilizados no tratamento de discromias, bem como a real eficácia obtida pós tratamento.

¹ Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professora Orientadora do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

PELE E AS DISCROMIAS

A pele possui diversas funções, sendo a principal, a proteção contra o meio externo (GERSON ET AL., 2011, p.5). Segundo Elder (2011, p.7), “a pele é dividida em duas camadas separadas, epiderme e derme, que dependem uma da outra para executar suas funções”. Patriota (2019, p.11 apud Obagi, 2004), destaca que “a epiderme é formada por cinco tipos diferentes de células, organizadas em camadas, que são: estrato córneo, estrato lúcido, estrato granular, estrato espinhoso e a camada basal ou estrato germinativo”. No estrato germinativo é onde se localizam as células responsáveis pela coloração da pele, chamadas melanócitos, que produzem um pigmento chamado de melanina (RIZZO, 2011, p.116). O mesmo autor também destaca que todos nós temos a mesma quantidade de melanócitos, o que varia é a sua produção de melanina. Mascena (2016, p.9 apud Sampaio e Rivitti, 2007), explica que a radiação solar pode aumentar a quantidade de melanina produzida.” Patriota (2019 p.13 apud Caetano, 2014; Lin JY, 2007), relata que a melanina “desempenha, um importante papel foto protetor contra danos da radiação”.

Moura, et al. (2017 p.36 apud Souza; Junior, 2011), relatam que “as discromias são alterações na pigmentação da pele, chamadas comumente de manchas, divididas em: hiperpigmentação quando há um aumento na pigmentação da pele ou hipopigmentação quando ocorre a diminuição ou deficiência de pigmentação na pele”. Souza e Reis (2017 p. 12 apud Draelos, 2012 p. 29), descrevem que “os melanócitos podem sofrer alterações, devido a traumas ou inflamações, passando a produzir menor ou maior quantidade de melanina”.

Além disso, Moura, et al. (2017 p.36 apud Souza; Junior, 2011), destaca que “a radiação solar, principalmente a radiação UVA acentua as hiperpigmentações, que se tornam mais visíveis [...], deixando a pele com manchas irregulares escuras, diferentes do tom da pele normal”.

“A hiperpigmentação da epiderme, chamada de hiperpigmentação, ocorre devido a produção excessiva de melanina” (ARAÚJO; MEJIA, [20-] apud BOLOGNIA et al, 2011). “Essas manchas podem manifestar-se em consequência do envelhecimento, alterações hormonais, inflamações, alergias e exposição ao sol” (TIBURTINO; VIDAL, 2017, p.154 APUD EVELINE, 2006).

PRINCÍPIOS ATIVOS DESPIGMENTANTES

Para Araújo e Mejia ([20-] p.4 apud Tedesco, 2007; Andrade et al, 2012), “os princípios ativos despigmentantes são destinados a clarear a pele e manchas pigmentares, isso ocorre através de diferentes mecanismos de ação”. O mesmo autor, cita “dentre os principais mecanismos a inibição da produção de melanina, da síntese de tirosina e da formação de melanossomas, além da alteração química da melanina, entre outros”.

Destacam-se no presente estudo, os seguintes ativos: “A hidroquinona que é um ativo despigmentante de uso tópico, utilizado para clarear áreas com hiperpigmentação na pele” (ARAÚJO E MEJIA, [20-] p.7 APUD BORGES, 2010), a cisteamina, o ácido tranexâmico que “possui efeito despigmentante na pele e é utilizado de forma tópica, injetável e pode ser utilizado também via oral” (GOMES ET AL., 2019, P.89 APUD BANIHASHEMI ET AL 2015), a niacinamida que para Portilho e Pacheco (2016 apud Mohammed et al, 2013), “é a forma amida da niacina (vitamina B3) utilizada para tratamentos de acne, rosácea e dermatoses autoimunes

[...], o alpha arbutin, que “atua inibindo a tirosinase e é um clareador proveniente da hidroquinona, porém possui menos propriedade nocivas” (MACRINI ,2004 P. 19 APUD ZHAI ET AL, 2001), o ácido kójico “possui ótimos resultados e dentre os despigmentantes é um dos mais naturais, ele age inibindo a síntese de melanina e bloqueando a ação da tirosinase” (GOMARA, 2003 p.20 apud BEZERRA; REBELLO, 1996), o antipollon HT, que é “um silicato de alumínio sintético, finamente granulado e que absorve muito bem a melanina” (MASCENA, 2016 P. 34 APUD RODRIGUES; GUEDES, 2009),

METODOLOGIA

O presente artigo, baseou-se em pesquisas quantitativa e qualitativa. Onde se concretizou no período de agosto a outubro de 2020, um levantamento de dados de modo transversal e exploratório, através de dois questionários próprios, online. Um destinado a população em geral e outro destinado aos profissionais da área da estética, de forma aleatória e anônima. Além disso, também se realizou pesquisa bibliográfica para a revisão de literatura. Dessa forma, foram utilizados como base para a realização do estudo em questão: artigos científicos, revistas científicas e livros da biblioteca da UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe), com publicações realizadas a partir do ano de 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação de 169 pessoas, sendo destas, 6 profissionais da área de estética, os quais responderam um questionário específico para profissionais. Após a análise do questionário popular pode-se observar os seguintes dados: dos participantes, 84,7% eram mulheres e 15,3% homens.

Em relação a faixa etária, verifica-se que a maioria dos participantes apresentam idade entre 25 e 40 anos sendo 42,9%. A coloração de pele predominante obtida foi de 78,5% cor branca. Dos pesquisados 63,2% possuem algum tipo de discromia. Sobre o período do surgimento das manchas, 34,6% não apresentam manchas, 21,6% não sabem identificar quando apareceram as manchas, 19,1% responderam que apareceu durante a adolescência, 13,6% após a gestação e 11,1% surgiu com o envelhecimento. Sobre a utilização do protetor solar e, 41,7% quase nunca utilizam, 25,2% utilizam apenas quando lembram, 23,3% utilizam todos os dias e apenas 9,8% utilizam na maioria das vezes. Janasco et al. (2016, p.15), “aconselham que o uso correto de protetores solares pode prevenir o aparecimento das discromias”.

O questionário trazia uma comparação por meio de imagens descrevendo os principais tipos de discromias, sendo assim, 31,5% se enquadram naqueles que não possuem manchas, 22,8% responderam possuir manchas de acne, 13,6% melasmas, 9,9% efélides, 6,8% melnose solar, 6,2% alegaram que nenhuma das imagens se assemelhava com as suas manchas, 4,9% relataram apresentar acromia e 4,3% lentigo solar.

Quando questionados sobre suas manchas, 49,7% afirmaram incomodar-se com as manchas que possuem, 33,7% relataram não possuir manchas e 16,6% não se incomodam. Os mesmos, foram então questionados, se pretendem tratar as manchas e o resultado obtido foi o de que 33,8% não possuem manchas, 33,8% pretendem tratar logo, assim que for possível, 25% pretendem tratar futuramente e, 7,5% não pretendem tratar as manchas, já que não se importam com a sua

aparência. Em relação aos ativos e tratamentos que já foram utilizados, os pesquisados relataram que já utilizaram ativos como o Ácido Kójico, Ácido Hialurônico, Tri-luma, Hidroquinona, Ácido Glicólico e Peeling do mar morto. Alguns já realizaram tratamentos com laser, peeling de diamante, além de tratamentos com nitrogênio. A maioria relatou que obteve resultados temporários.

Já entre os 6 profissionais da área de estética entrevistados, os resultados obtidos foram os seguintes: todos possuem pacientes com discromias, e todos são do sexo feminino, portanto nota-se que a procura pelo tratamento das discromias se destaca entre as mulheres. Outro destaque é a faixa etária dos pacientes, sendo 83,3% de 30 a 40 anos. Também, vale ressaltar que discromia mais comum relatada pelos profissionais de estética são os melasmas atingindo a marca de 66,7%.

Sobre o grau de importância que seus pacientes relatam ter sobre suas discromias (em relação ao incômodo que elas ocasionam) o resultado foi que, 50% dos pacientes relatam ter um grau alto (se importam muito) e pretendem tratar e livrar-se das manchas o mais rápido possível, já 50% relatam ter um grau médio (se importam relativamente) e pretendem tratar futuramente com cautela. Para finalizar, buscou-se informação sobre o protocolo de tratamento mais utilizado, e o resultado obtido foi de que 66,7% utilizam peeling químico para tratar discromias. Sobre os ativos utilizados nos protocolos, os mais citados foram: ácido mandélico, hidroquinona, ácido tranexâmico, niacinamida, ácido glicólico e ácido retinóico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a saúde e aparência, além do padrão de beleza imposto principalmente pelas mídias, são as principais causas de influência direta na busca por tratamentos estéticos para a redução das discromias. Sendo que, a maior parte da população apresenta algum tipo de discromia e pretende tratá-las quando for possível, principalmente as mulheres, que são as que mais buscam estar em harmonia com a sua aparência externa. Entretanto é importante salientar que ainda, há uma parcela significativa da população, que não se importa, ou talvez não tenha tempo ou o devido cuidado para buscar esses tratamentos alternativos.

Em geral o estudo demonstra que todos os ativos citados, realmente proporcionam alguma eficácia na redução das discromias, não havendo nenhum que se destaque quanto a indicação, ou eficiência durante o tratamento, já que todos apresentam vantagens e desvantagens quanto ao seu uso. Constata-se também que a maioria das manchas ressurgem, principalmente quando não há o devido cuidado pelo paciente, pós tratamento. Principalmente, pela falta ou uso indevido do protetor solar. Sendo assim, é importante recomendar às pessoas que buscam melhorar a sua aparência, ir além do tratamento estético ou paliativo, mas além disso, realizar os cuidados preventivos, reduzindo o risco de discromias e também problemas mais graves relacionados a pele.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Islane Lunier; MEJIA, Dayana Priscila Maia. **Peeling químico no tratamento das hiperpigmentações**. Artigo científico (Pós-graduação em fisioterapia) - Faculdade Cambury, Goiás, [20-].

ELDER, David E. **Histopatologia da pele**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

GERSON, Joel et al. **Fundamentos de Estética 3: Ciências da Pele**, Volume 3. 1ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GOMARA, Fernanda de Lacerda. **Estudo de permeação cutânea in vitro do ácido kójico**. Dissertação (Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2003.

GOMES, Andreia Bartachini et al. **Ácido tranexâmico: diferentes formas de utilização para tratamento de melasma**. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.88-92, dez./fev., 2020.

JANASCO, Aline Da Silva; ROCHA, Caroline De Freitas da; SILVA, Luany Meneguini da; VALÉRIO, Adriana Cristina Lourenção. A importância do filtro solar nas discromias: revisão de literatura. **Revista Científica do Centro Universitário de Jales (Unijales)**, ed. VII, p. 15-29, São Paulo, 2016.

MACRINI, Daclé Juliani. **Avaliação de extratos de plantas da região amazônica quanto à atividade inibitória da tirosinase**. Dissertação (Pós-Graduação em fármaco e medicamentos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MASCENA, Thereza Cristina Feitosa. **Melasmas e suas principais formas de tratamento**. 2016. Monografia (Especialização em Biomedicina Estética) - Instituto Nacional de Ensino Superior e pesquisa e Centro de Capitação Educacional, Recife, 2016

MOURA, Maria Cristiana de., et al. O uso de ácidos e ativos clareadores associados ao microagulhamento no tratamento de manchas hiperpigmentadas: estudo de caso. **Revista Científica da FHO Uniararas**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 34-45, 2017. Disponível em: http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.026-2017.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

PATRIOTA, Juciele Cleice Malaquias de Lima. **Melasma: principais tratamentos estéticos**. 2019. Monografia (Pós-Graduação em Biomedicina Estética) - centro de capacitação educacional, Recife, 2019.

PORTILHO, Lucas; PACHECO, Hermano. Niacinamida e Dermatologia. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, São Paulo, vol.15, n.3, p.123-129, jun./ago., 2016.

RIZZO, Donald C. **Fundamentos de anatomia e fisiologia**. 3ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SOUZA, Danielly José de., REIS, Natália Nascimento dos. **Experiências Estéticas na Redução da Hiperpigmentação da Pele**. Monografia (Bacharelado em Estética) - Centro Universitário Hermínio da Silveira, Rio de Janeiro, 2017.

TIBURTINO Kalygia Maria de Sousa; VIDAL, Giovanna Pontes. **Ação do dermaroller nas hiperpigmentações dérmicas**: revisão de literatura. Temas em saúde, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 149-158, 2017.

TRATAMENTO DE GORDURA LOCALIZADA E FLACIDEZ COM USO ASSOCIADO A ELETROTERAPIA, MASSAGENS E ATIVOS COSMETICOS.

Carolen Catapam, carolencatapam33@gmail.com
Janaine De Moraes Ramos Pereira, janaine12_moraes@hotmail.com
Milena Cabral, milenacabral526@gmail.com
Vilma Aparecida Szymkspierdoná vilma@uniarp.edu.br
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP

RESUMO

O presente trabalho irá mostrar terapias combinadas contra uma das principais disfunções estéticas que acometem homens e mulheres, gordura localizada e flacidez. A gordura localizada consiste em uma alteração das células adiposas caracterizada como um distúrbio no metabolismo de gordura ou crescimento anormal de gordura na hipoderme, acometendo principalmente quadris, oblíquo, abdômen e coxas (GOMES; DAMAZIO, 2009). A flacidez é ocasionada devido a diminuição do tônus muscular deixando o musculo rígido. Esta condição pode ser encontradas de duas formas: a flacidez muscular e a de pele tissular. É muito frequente que estas disfunções estejam relacionados, deixando mais visíveis as áreas do corpo que são impactadas pelo problema. E devido à falta de exercícios os músculos ficam fragilizados (MENDONÇA E RODRIGUES, 2010). Não só mulheres mais homens desejam ter o corpo mais desejado atualmente por isso este tratamento está associado a aparelhos para acelerar a queima da gordura e a sustentação da pele contra a flacidez. Objetivo deste trabalho é associar os aparelhos as massagens e os cosméticos e diminuir a gordura localizada e a flacidez, através de estudos bibliográficos e auxílio dos professores. Foi feita a ficha de anamnese na qual determinamos 4 semanas de tratamentos sendo a 1º sessão esfoliação corporal e massagem modeladora, e as 3 ultimas o equipamento Velox e a finalização com a drenagem associada a massagem. Ao final conclui-se uma melhora gradativa contra a gordura e a flacidez. Ambas associações foram de grande melhoria para a paciente.

Palavras-chave: Esfoliação. Gordura Localizada. Flacidez. Velox. Drenagem Linfática. Massagem Modeladora.

INTRODUÇÃO

A procura de tratamentos estéticos não invasivos vem aumentando a cada dia, em vista da grande busca á perfeição corporal. Muitas vezes associada ao apelo midiático das redes sociais. A (OMS) Organização Mundial de Saúde estuda que a pessoa que não estiver bem com bem estar físico pode acarretar problemas emocionais, psicológicos e acarretando a síndrome da desarmonia corporal. (MACHADO, 2011).

A gordura localizada consiste em uma alteração das células adiposas caracterizada como um distúrbio no metabolismo de gordura ou crescimento anormal de gordura na hipoderme, acometendo principalmente quadris, oblíquo, abdômen e coxas (GOMES; DAMAZIO, 2009).

A flacidez é ocasionada devido a diminuição do tônus muscular deixando o musculo rígido. Esta condição pode ser encontradas de duas formas: a flacidez muscular e a de pele tissular. É muito frequente que estas disfunções estejam relacionados, deixando mais visíveis as áreas do corpo que são impactadas pelo problema. E devido à falta de exercícios os músculos ficam fragilizados (MENDONÇA E RODRIGUES, 2010)

O Velox que é um aparelho de Ultrassom de grande potência (57W), com uma era de 19cm², o que implica na emissão de maior quantidade de ondas ultrassônicas e com a vantagem de tecidos trabalhados com maior intensidade e maior área. (BORGES et al, 2016).

A forma de uso do aparelho consiste em delimitar a área a ser tratada, e então calcular o tempo de uso do aparelho, levando-se em consideração o tamanho da ERA (Área de Radiação Efetiva). Se for uma área mais extensa, recomenda-se dividir em quadrantes, e aplicar por regiões. Não pode haver presença de ar entre o cabeçote e o tecido, para que a ondas cheguem na área a ser tratada, sendo assim, é usado um agente acoplador, como o gel hidrossolúvel, ou um gel com princípios ativos lipolíticos. (BORGES et al, 2016).

A massagem auxilia nas células mortas, estimulando a circulação sanguínea ocorrendo eritema no local desobstrui os poros, deixa a pele hidratada e mais delicada. Atua na eliminação de retenção de líquido devido a sua atuação também no sistema linfático (SANTOS 2012). Em nosso tratamento utilizamos esfoliante com erva doce, creme de massagem com cafeína e um termospray de cafeína.

OBJETIVO

Objetivo deste trabalho foi realizar a associação de aparelho, massagem e ativos cosméticos no tratamento de gordura localizada e flacidez.

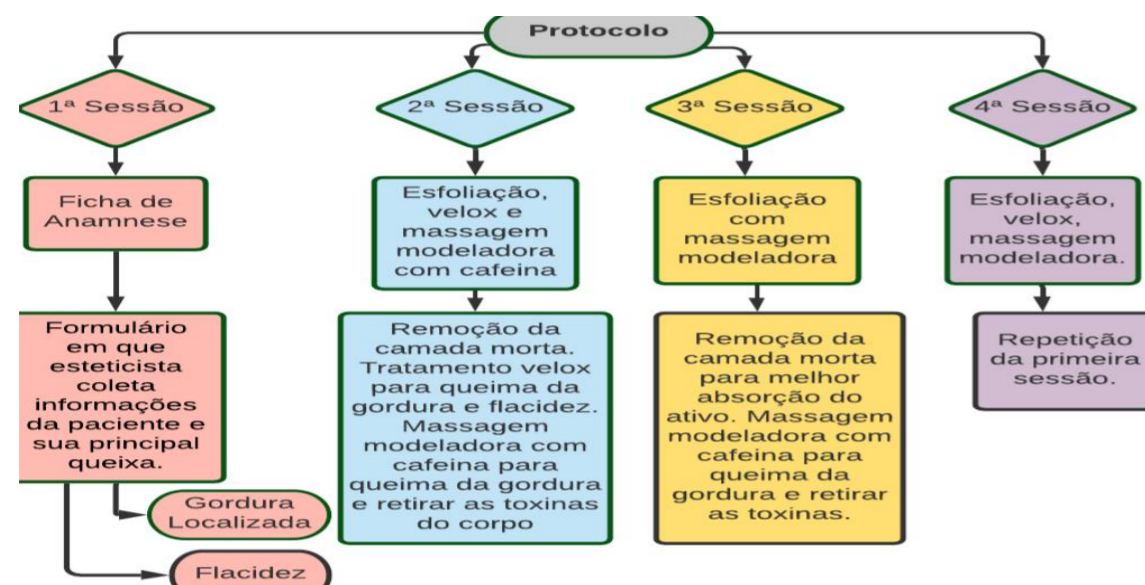
METODOS

Através de uma ficha de anamnese que continha informações relevantes sobre a queixa principal da paciente, notou-se que sua reclamação estava voltada para a gordura localizada e flacidez na região do abdômen. Após avaliação foi realizado um estudo para definir o protocolo de tratamento específico para a redução e melhora da flacidez e da gordura localizada.

O tratamento foi realizado em quatro sessões, uma vez por semana, ocorrendo o atendimento na disciplina de Estética Avançada.

Primeiramente foi realizada a esfoliação no local com o gel esfoliante liporedux da BIOAGE em seguida foi utilizado o aparelho Velox que tem a função de ultrassom e drenagem linfática por 20 minutos encerrando com a massagem modeladora, com o gel redutor de nicotinato de metila da marca BIOAGE. Durante a aplicação do Velox, o calor gerado foi monitorado e medido através de um termômetro que vem acompanhado junto do equipamento.

Fluxograma: Protocolo de intervenção



Fonte: (Carolen, Janaina e Milena, 2020)

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo de composição dos produtos escolhidos, estão descritos nas tabelas 1, 2 e 3, onde foram destacado os ativos e as funções que desempenham nos produtos cosméticos.

Tabela 1 –Ativos que compõe o produto cosmético Bioage Liporedux Gel Esfoliante Corporal, e as funções desempenhadas por eles

COMPOSIÇÃO	FUNÇÃO
Erva Doce	Ativo antisséptico, suavizante, calmante e refrescante.
Nozes	Adstringente e emoliente.
Extrato de Algas	Hidratante e anti-inflamatório.

Tabela 2 - Ativos que compõe o produto cosmético Bioage Flúido Potencializador Liposhock Cafeína 24h, e as funções desempenhadas por eles.

COMPOSIÇÃO	FUNÇÃO
Cafeína Encapsulada	Ação Lipolítica 24h
Bodyfit	Diminui a aparência da celulite e intensifica a firmeza da pele.
Pro- sveltlyl	Ativa a lipólise, intensifica o cuidado nos tecidos.
Phytosonic	Atua na redução de gorduras resistente.
Células- tronco vegetais da Centella Asiática	Firmeza, nutrição e renovação da pele, forte propriedade antioxidante e drenante.

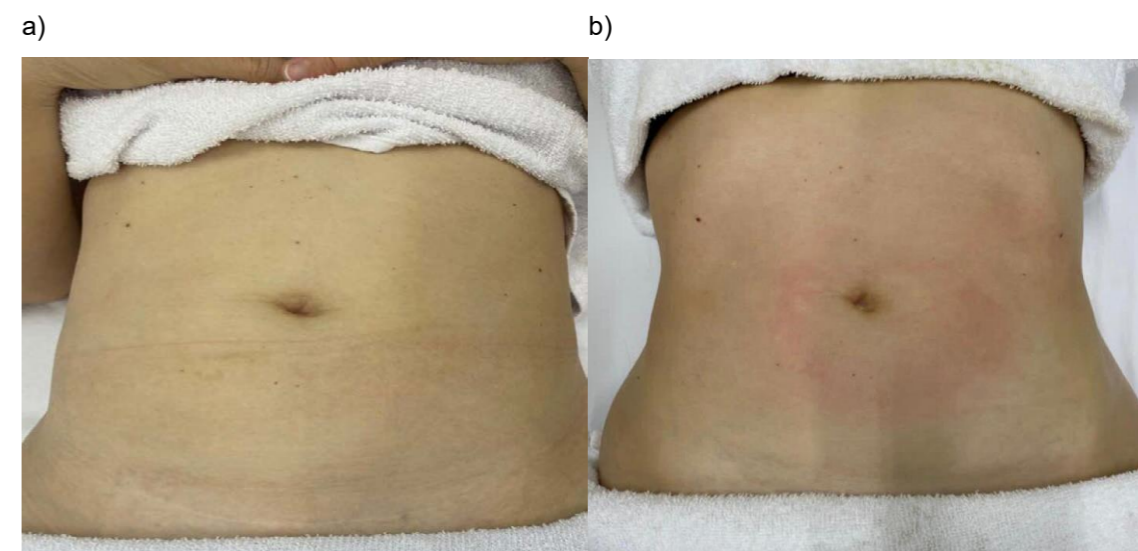
Tabela 3 - Ativos que compõe o produto cosmético Bioage Liporedux Creme de massagem redutor com cafeína 24h, e as funções desempenhadas por eles

COMPOSIÇÃO	FUNÇÃO
Bio-Nano Slim	Conduz os nanoativos sem alterar a barreira lipídica da pele, potencializando os resultados.
Cafeína Encapsulada 24h	Ação Lipolítica 24h

Chá Verde	Hidratante, suavizante, melhora a circulação local.
Castanha da Índia	Melhoria do funcionamento da circulação local
Centella Asiática	Normalizador da circulação, vasodilatador e anti-celulítico

Após o estudo da composição dos produtos cosméticos e escolha dos mais adequados para tratamento, realizou-se um protocolo associado à aplicação de aparelho Velox e massagem. Com o tratamento Velox, drenagem linfática, massagem modeladora e o auxílio dos cosméticos corretos observou-se melhora no aspecto e tonalidade da pele, melhorando assim o aspecto da gordura localizada na região do abdômen e da flacidez, conforme figura 1.

Figura 1 – Antes e depois da aplicação do protocolo desenvolvido para tratamento de gordura localizada e flacidez, com junção de produtos cosméticos, aparelho e massagem.



Legenda: a) foto da paciente antes da aplicação do protocolo; b) foto da paciente após a aplicação do protocolo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar tratamentos estéticos começamos por uma coleta de dados, a ficha de anamnese para montar o protocolo de tratamento específico para cada paciente.

O objetivo da paciente é a gordura localizada e flacidez na região do abdômen, então foi utilizado para o procedimento o aparelho Velox, que foi extremamente eficaz acelerando a queima de gordura na região do abdômen.

O resultado do tratamento foi bastante positivo, o efeito térmico do ultrassom provocou um aumento da vascularização do tecido e da oxigenação local. Por ser um equipamento de grande potência, o procedimento foi realizado em apenas um mês, mas melhorou muito o aspecto da pele da paciente, mas deve ser continuado por mais tempo para que haja um aumento de resultados positivos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a nossa orientadora Prof. Talita Granemann, por todo apoio, comprometimento e aprendizado durante o projeto. E agradeço aos meus colegas pela colaboração e finalização deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DA CRUZ, Kelly Bispo et al. Efeito do ultrassom terapêutico na comparação das técnicas direta e fonoforese com gel de cafeína no tratamento do fibro edema gelóide. **J. Health Sci. Inst.**, p. 259-263, 2015.
- DUARTE, Andresa Brito; MEJIA, Dayana Priscila Maia. A utilização da Radiofrequência como técnica de tratamento da flacidez corporal. **Portal Biocursos**, 2012.
- GOMES, Rosaline Kelly; DAMAZIO, Marlene Gabriel. *Cosmetologia: descomplicando os princípios ativos*. ed.3, São Paulo, 2009.
- MACHADO, G. C. et al. Análise dos efeitos do ultrassom terapêutico e da eletrolipoforese nas alterações decorrentes do fibroedemagelóide. *Fisioter Mov.*, v.24, n.3, p.471-479, 2011.
- MAUAD, Raul. **Estética e cirurgia plástica: tratamento no pré e pós-operatório 2 ed.** São Paulo: SENAC, 2003.
- MENDONÇA, R. S. C.; RODRIGUES, G. B. O.; As principais alterações dermatológicas em pacientes obesos. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid acesso em 04/11/20
- PEYREFITTE, G.; MARTINI, M.C.; CHIVOT, M. *Estética: cosmética cosmetologia biologia geral biologia da pele*. São Paulo: Organizações Andrei Editora, 1998.
- PINTO, M. C. C. S.; PEREIRA, L. P.; BACELAR, I. A. O uso do ultrassom no tratamento de lipodistrofia localizada–revisão de literatura. **Revista Saúde em Foco**, v. 10, p. 485-495, 2018.
- ROCHA, Leticia Oliveira. Criotermolipólise: tecnologia não-invasiva para redução de medidas, remodelagem corporal, tratamento de celulite e flacidez cutânea. **Ciência & Desenvolvimento-Revista Eletrônica da FAINOR**, v. 6, n. 1, 2013.
- SANTOS, Daniela Braz Ferreira. A influência da massagem modeladora no tratamento do fibro edema gelóide. **Monografia de conclusão de pós-graduação de fisioterapia dermatofuncional. Manaus: Faculdade Avila**, 2012.
- SEVERO, Vanessa Fuhr; VIERA, Emanuelle Kerber. Intradermoterapia no tratamento de gordura localizada. **Rev Saúde Integrada**, v. 11, n. 21, p. 27-39, 2018.



PRINCÍPIOS ATIVOS COSMÉTICOS ASSOCIADOS A TERAPIA DE INDUÇÃO PERCUTÂNEA DE COLÁGENO NO TRATAMENTO DE CICATRIZ DE ACNE. ¹

Anaile Schmitt dos Santos, anailechmittao@gmail.com²

Mariane Fátima Soares, soaresmarianef@gmail.com³

Talita Granemann Nunes, talita.granemann@uniarp.edu.br⁴

Vilma Aparecida Skymks Pierdona, vilma@uniarp.edu.br⁵

Resumo – Os princípios ativos são substâncias que atuam atendendo as necessidades do tecido cutâneo, no ramo da estética podendo ser associado a terapia percutânea de colágeno ou microagulhamento, esta técnica é realizada através do derma roller ou caneta elétrica, proporcionando resultados eficazes para pacientes que apresentam cicatrizes de acne. O objetivo do protocolo propôs melhoria na aparência estética facial, através da associação de limpeza de pele, peeling químico, seguido do uso do Smart Derma Roller com 540 agulhas de 0,5mm. Na disciplina de cosmética aplicada realizou-se o estudo e avaliação dos princípios ativos dos cosméticos, os quais foram aplicados em prática na disciplina de estética avançada na clínica de estética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, campus de Caçador. O tratamento totalizou cinco sessões, a primeira sessão constitui-se de uma limpeza de pele, a segunda e terceira sessão aplicação do peeling químico e de modo final sessões de microagulhamento, as quais totalizaram duas aplicações. Para realização dos atendimentos obteve-se todo o cuidado necessário em noções de higiene e uso de EPI'S. Grandes resultados foram perceptíveis nas cicatrizes de acne, nas linhas de expressão e algumas manchas de sol, obtendo-se satisfação e elevação da autoestima da paciente.

Palavras-chave: Microagulhamento. Princípios ativos. Cicatriz de acne. Estética avançada.

INTRODUÇÃO

Quando se fala de tratamentos estéticos, é comum ver a relação entre beleza e autoestima (BORBA; THIVES, 2017). Dentre várias causas que acometem o perfil psicológico e a aparência física do indivíduo, estão as cicatrizes causadas pela acne. (SOUZA, et al. 2020).

A cicatriz de acne pode ser tratada de diversas formas, sendo que a terapia de indução percutânea de colágeno, o conhecido popularmente como microagulhamento, tem se mostrado bastante eficiente. Esse processo permite a liberação de fatores de crescimento que irão incentivar a produção de colágeno e elastina na derme papilar (SOUZA, et al. 2020).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso Tecnologia em estética e cosmética.

² Acadêmico do curso de Tecnologia em estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Tecnologia em estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor(a), Mestre do curso de Tecnologia em estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), especialista do curso de Tecnologia em estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O objetivo desse trabalho consistiu em amenizar as cicatrizes de acne e clarear a pele da paciente escolhida, através do estudo dos princípios ativos dos cosméticos na disciplina de cosmética aplicada e na escolha e aplicação dos mesmos na disciplina de estética avançada, além da aplicação do microagulhamento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Carvalho (2008) diz que a imagem corporal está relacionada como o maior contributo para o desenvolvimento da autoestima. Nos dias de hoje é comum encontrar relação entre autoestima e tratamentos estéticos, nesse sentido se dá a importância de tratar uma disfunção estética muito comum que é a cicatriz de acne.

A acne é um dos fatores que mais leva pacientes a procurar um dermatologista e é a doença que mais predomina em pessoas brancas, negras e pardas, de ambos os sexos, com idade entre 14 e 39 anos (SANTOS, et al. 2019).

A acne é caracterizada pelo aumento das secreções de sebo nas glândulas sebáceas localizada no folículo piloso, junto a isso acúmulo de células da pele, as quais não se descamam dentro do período esperado, ficando assim aderidas e causando obstrução nos poros (ALBERTINI; SOUZA, 20), a partir disso se forma a cicatriz de acne que segundo Santos (2017) se inicia por conta de uma falha de reparação na pele. Uma lesão inflamatória no folículo piloso forma um abscesso, o qual não é reabsorvido, isso induz a formação de trajetos fistulosos múltiplos, o que nada mais é que a cicatriz.

A Terapia de indução percutânea de colágeno é conhecida popularmente como microagulhamento, a aplicação dessa técnica necessita de um aparelho chamado "roller", que possui formato cilíndrico e é de aço inoxidável cirúrgico, constituído por múltiplas agulhas paralelas com modelos que apresentam cerca de 190 a 590 agulhas finas e o comprimento varia de 0,20 mm a 3,0 mm. Quando as microagulhas penetram na pele, é causada uma lesão localizada e um sangramento mínimo devido a ruptura dos vasos sanguíneos finos. O processo de cicatrização das lesões resulta na formação de colágeno, e também novos capilares (SANTOS, et al. 2019).

METODOLOGIA

O tratamento se iniciou com a escolha da paciente, há qual se trata de uma mulher com 25 anos de idade, através da análise clínica e ficha de anamnese observou-se olheiras vasculares, comedões, oleosidade na zona T e cicatrizes de acne, ocasionado após o tratamento de isotretinoína, sendo essa a principal queixa. Os atendimentos totalizaram cinco sessões, realizadas na clínica de estética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, campus de Caçador, sob orientação da professora e Mestre Talita Granemann Nunes e a especialista Vilma Aparecida Skymks Pierdona. Para que os atendimentos fossem possíveis a paciente assinou um termo de responsabilidade e consentimento sobre o uso e divulgação da sua imagem.

No laboratório de farmacotécnica realizou-se o estudo dos princípios ativos presentes na composição dos cosméticos disponíveis na clínica de estética. O estudo dos princípios ativos foi individual, a obtenção de dados se baseou através de fontes como Mapric, Prospector, InfinityPharma, Purifarma, PharmaNostra, Florian, PharmaSpecial e site da Bioage e Arago.

Com base nas pesquisas, concluiu-se que os cosméticos mais viáveis para o tratamento seria o *kit bio - Clean System*, da marca Bioage e o *Peeling GLYCOPEEL* da marca Arago e como finalizante aplicação do método de microagulhamento.

No primeiro atendimento com a paciente, realizou-se a limpeza de pele, utilizando-se o protocolo bio - Clean System e o sabonete de ácido glicólico. O segundo e terceiro atendimento destinaram-se a aplicação do peeling, com o objetivo de auxiliar no clareamento e afinamento cutâneo. E o tratamento finalizante se deu a aplicação de microagulhamento, aplicado duas vezes, que consistiu na higienização com sabonete de ácido glicólico e assepsia da pele com álcool 70% e aplicação do roller, sobre a pele na horizontal, vertical e diagonal, contudo cuidados rígidos da paciente tornaram-se necessários após o procedimento para efeitos positivos, com a utilização de filtro solar, produtos de limpeza facial, hidratante em gel após 24 horas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realizar tratamentos estéticos é imprescindível conhecimento sobre o paciente e os cosméticos para uso no mesmo. Na aula de cosmética aplicada ocorreu a análise e verificação de qualidade desses cosméticos, com base em estudo e descrição da função de cada princípio ativo presentes nos produtos.

1. Princípios ativos presentes na composição do kit limpeza de pele Bio Clean System

Sabonete		
Ácido glicólico	Afinamento da pele, remoção de impurezas.	Fonte: Infinity Pharma, 2018.
Creme esfoliante		
Ácido mandélico	Esfoliante, antienvelhecimento	Fonte: Infinity Pharma, 2019.
Ácido glicólico	Afinamento da pele, remoção de impurezas.	Fonte: Fragon, 2018.
Ácido tartárico	Esfoliante químico, despigmentante	Fonte: Bioage, 2018.
Semente de damasco	Hidratante, mineralizante	Fonte: Florian, 2017.
Extrato fermentado de cacau	Nutrição da pele	Fonte: Infinity Pharma, 2019.
Casca de nozes	Esferas esfoliantes	Fonte: Bioage, 2016.
Tônico facial		
Extrato de tília	Adstringente, antisséptico	Fonte: Mapric, 2016.
Camomila	Calmante	Fonte: Bioage, 2016.
Aloe Vera	Cicatrizante	Fonte: Bioage, 2017.
Trietanolamina líquida		
Trietanolamina	Alcalinizante e corretor de pH	Fonte: Mapric, 2007.
Solução pós extração		
Ureia	Ação queratolítica, ação bactericida	Fonte: Infinity Pharma, 2016.
Complexo bioativo	Anti-inflamatório, reduz edema, rubor e dor.	Fonte: Bioage, 2017.

Abyssne	Calmante e Seborregulador	Fonte: Bioage, 2017.
Óleo de melaleuca	Atividade antibiótica, antisséptica.	Fonte: Infinity Pharma, 2014.
Óleo de andiroba	Calmante, Anti-inflamatório	Fonte: Infinity Pharma, 2016.
Vitamina E	Antioxidante	Fonte: Mapric, 2008.
Máscara calmante beta glucan		
Beta glucan	Estimulador de colágeno, antioxidante	Fonte: Bioage, 2018.
Extrato de camomila	Calmante	Fonte: Bioage, 2018.
Aloe Vera	Cicatrizante	Fonte: Bioage, 2018..
Alantoína	Hidratante e renovador celular	Fonte: PharmaSpecial, 2012.
Alfa bisabolol	Anti-inflamatório, cicatrizante	Fonte: PharmaNostra, 2016.
Óleo essencial de lavanda	Anti-inflamatório, cicatrizante	Fonte: Florien, 2017.
Licorice	Anti-inflamatório, bactericida	Fonte: Florien, 2017.
Sanbucus nigra	Refrescante, cicatrizante	Fonte: Florien, 2017.
Protetor solar Bioage		

2. Princípios ativos presentes na composição do Peeling químico Glycopeel.

Sabonete facial sistema iluminador		
Ácido glicólico 5%	Afinamento intenso da pele, remoção de impurezas.	Fonte: Infinity Pharma, 2018.
Irgasan	Antisséptico, bactericida, fungicida.	Fonte: Mapric, 2007.
Pré-peeling		
Ácido salicílico	Diminui a hiperqueratinização, atua no controle de sebo.	Fonte: PharmaNostra, 2009.
Gel personal		
Ácido glicólico 5%	Afinamento, revitalização, remoção de impurezas.	Fonte: Infinity Pharma, 2018.
Ácido kójico	Despigmentante antioxidante	Fonte: Infinity Pharma, 2008.
Alfa bisabolol	Anti-inflamatório, cicatrizante	Fonte: PharmaNostra, 2016.
Uva-ursi	Despigmentante, antisséptico	Fonte: Florien, 2006.
Própolis	Cicatrizante, bactericida	Fonte: Florien, 2006.
Niacinamida 4%	Antioxidante, renovação celular	Fonte: Purifarma, 2008.
Máscara		
Ácido glicólico 5%	Afinamento, revitalização, remoção de impurezas.	Fonte: Infinity Pharma, 2018.
Niacinamida 4%	Antioxidante, renovação celular	Fonte: Purifarma, 2008.
Ácido salicílico	Diminui a hiperqueratinização, controle de sebo.	Fonte: PharmaNostra, 2009.
Protetor solar Bioage		

O estudo dos princípios ativos foi eficaz. Auxiliando no quesito de entender melhor a composição dos cosméticos e fazer a escolha certa na hora do atendimento.

Figura 1



Fonte: Autoras, 2020.

Os produtos escolhidos associados com duas sessões de microagulhamento proporcionaram a paciente resultados perceptíveis de amenização das cicatrizes de acne, clareamento da pele e diminuição da oleosidade na zona T, elevando a autoestima da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos princípios ativos aperfeiçoa e capacita profissionais da estética a realizar o melhor aos seus respectivos pacientes. A maior dificuldade para realização desse trabalho, se deu ao contexto de pandemia, onde todos os cuidados de higiene necessitaram de atenção redobrada, além disso foi curto o período para aplicação dos protocolos estéticos, contudo o resultado mostrou-se satisfatório.

REFERÊNCIAS

- SANTOS; MARTINS. **Microagulhamento no tratamento de cicatrizes de acne.** 2017. Acesso em: 30 out. 2020.
- ALBERTINI; SOUZA. **Ação do microagulhamento em pessoas com cicatriz de acne.** 2010. Acesso em: 30 out. 2020.
- SOUZA, et al. **Microagulhamento nas cicatrizes de acne.** 2020. Acesso em: 30 out. 2020.
- SANTOS; et al. **Terapia de indução de colágeno no tratamento de cicatrizes de acne: revisão de literatura.** 2019. Acesso em: 02 nov. 2020.
- BORBA; THIVES. **Uma reflexão sobre a influência da estética na autoestima, automotivação, e bem estar do ser humano.** 2017. Acesso em: 30 nov. 2020.
- CARVALHO, CARINA. **Imagem corporal e auto-estima em rapazes pré-adolescentes.** 2008. Acesso em: 03 nov. 2020.

A IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS EM PRODUTOS COSMÉTICOS

Andressa Cardoso, andressaaparecida2008@hotmail.com

Larissa Maiberg, larissamaiberg@hotmail.com

Samantha Moreira Alves, samanth.moreira321@gmail.com

Thalia Dalanhol, dalanholthalia@gmail.com

Talita Regina Granemann Nunes, talita.granemann@uniarp.edu.br

Vilma Aparecida Szymks Pierdona, vilma@uniarp.edu.br

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Resumo

A limpeza de pele é de extrema importância para a higienização e cuidados da nossa face, e as pessoas cada vez mais estão em busca de tratamentos estéticos e produtos que tratem sua pele. Com isso utilizamos produtos com ativos que atuam na camada da pele, cada um exercendo o seu cargo, para ter uma pele saudável é muito importante a realização da uma boa limpeza de pele mensal. Cada vez mais as pessoas estão em busca de tratamentos estéticos e produtos que ajudem a tratar e manter uma aparência mais jovial. Neste trabalho utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica juntamente com a aplicação dos protocolos da BioAge que possui uma linha de produtos específicos para limpeza de pele entre outros. Os ativos encontrados nesses produtos são muito eficazes, trazendo ótimos resultados, e uma melhora significativa pós aplicação. Para ter uma pele saudável é muito importante a realização da uma boa limpeza de pele mensal. Cada vez mais as pessoas estão em busca de tratamentos estéticos e produtos que ajudem a tratar e manter uma aparência mais jovial. Neste trabalho utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica juntamente com a aplicação dos protocolos da BioAge que possui uma linha de produtos específicos para limpeza de pele entre outros. Os ativos encontrados nesses produtos são muito eficazes, trazendo ótimos resultados, e uma melhora significativa pós aplicação. O objetivo desse trabalho foi demonstrar o quão importantes são os ativos para nossa pele, usar um produto de boa qualidade e que tenha eficácia.

Palavras-chaves: Estudo da função dos ativos. Produtos Cosméticos. Limpeza de pele.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos a busca por uma pele perfeita, beleza e bem estar foram crescendo e com isso o avanço dos cosméticos veio trazendo cada vez mais novidades para o mercado, para bons resultados utilizamos produtos específicos para cada tipo de pele. Ter uma boa pele é uma questão de saúde, ela faz ponte entre o corpo e o meio ambiente (MACEDO,1998).

A limpeza de pele é o tratamento mais importante na estética facial, é indicado fazer antes de qualquer protocolo, pois tem a função de limpar, nutrir, vitalizar e remover impurezas. Após o procedimento, é indicado que o paciente continue tratando sua pele em casa, fazendo uso de produtos indicados para seu biotipo cutâneo, e sempre utilizando protetor solar, os cuidados cotidianos são essenciais para manter a pele saudável (MACEDO, 2001).

DESENVOLVIMENTO

A limpeza de pele é um dos tratamentos faciais mais importantes na área de estética facial, é feito antes de qualquer outro procedimento. O protocolo é composto por higienização, esfoliação, emoliência, extração, alta frequência, hidratação e proteção solar. Ter uma boa pele é questão de saúde, absorve fatores extremos, como a luz ultravioleta e centenas de tóxicos da natureza química e orgânica (MACEDO, 1998).

O período utilizado para fazer a limpeza de pele é de 28 dias em peles mais jovens e 40 dias em peles mais maduras, pacientes com a pele mais oleosa precisam de um cuidado a mais e pacientes com a pele mista podem realizar o procedimento a cada 2 meses (OLIVEIRA; PEREZ, 2008).

Os ativos são fundamentais para a formulação dos cosméticos, eles dão a função do cosmético, os ativos tem extrema importância na hora de realizarmos o tratamento, pois são eles que vão dar o resultado e o efeito em nossa pele, são substancias adicionadas as formulas dos produtos cosméticos para agir de alguma forma sobre a pele. São eles que promovem os benefícios descritos na embalagem dos cosméticos (MARÇAL, 2019).

A absorção dos ativos acontece por difusão pela epiderme, sendo três vias de penetração intercelular, transcelular e pelos apêndices (ALVES, 2015).

No kit bio clean da Bioage em seus produtos encontramos vários desses ativos, como por exemplo, o óleo de arnica que é anti-inflamatório. Lopes (2001) comprovou as propriedades analgésicas e anti-inflamatórias da arnica.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se pesquisa bibliográfica por meio de busca em bases de dados do Google Acadêmico. Bem como, utilizou-se o site da Bioage para obtenção de dados específicos sobre as matérias primas que compõe os produtos cosméticos estudados.

Foram utilizadas como palavras chave para a presente pesquisa: Estudo da função dos ativos. Produtos Cosméticos. Limpeza de pele. Foram pesquisados arquivos, após análise destes artigos foram considerados os que tiveram mais relevância para a pesquisa.




RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da pesquisa realizada foi possível concluir com base nas informações obtidas como é importante usar produtos de boa qualidade para atingirmos um ótimo resultado na pele de nossas clientes e como o protocolo contendo ativos certos resolvem todos os problemas.

O protocolo de limpeza facial é realizado seguindo as seguintes etapas: Higienização, esfoliação, emoliência, extração, alta frequência, hidratação e proteção solar. Sendo que para cada etapa, utiliza-se um produto cosmético específico.

Os ativos que compõem cada produto cosmético utilizado nas etapas de limpeza facial e as funções estudadas, encontram-se descritas no quadro 1.

Quadro 1 – Produtos, Ativos e Respectivas Funções

PRODUTOS COSMÉTICOS	ATIVOS ENCONTRADOS	FUNÇÃO PROPORCIONADA PELOS ATIVOS AO PRODUTO COSMÉTICO
<p>Gel Esfoliante 3 em 1</p> 	<p>Ácido glicólico 4%, Ácido tartárico 2%, Ácido mandélico 4% Extrato fermentado de Cacau</p>	<p>Emoliência, absorção dos ativos, a remoção dos comedões e lesões acneicas, ação anti-inflamatória, antioxidante, reconstrutor de tecidos.</p>
<p>Loção tonica suavizante</p> 	<p>Camomila Aloe vera Óleo de lavanda</p>	<p>Emoliente, cicatrizante, suavizante Hidratantes ,antioxidante, anti-inflamatória e cicatrizante. antisséptico e antibacteriano</p>
<p>emoliente</p>  <p>Creme</p>	<p>Arnica-anti-Carbonato de sódio Melaleuca</p>	<p>Anti-inflamatórias e antibacterianas. Controle do ph. Conservante, regenerador</p>

<p>Trietanolamina concentrada</p> 	<p>Trietanolamina Glicerina</p>	<p>Balancedor do ph Hidratante</p>
<p>Solução Pós-Extração</p> 	<p>Ureia, Óleo Essencial de Melaleuca, Vitamina E</p>	<p>Cicatrização e a regeneração, Efeito Calmante Imediato, reduz o processo inflamatório.</p>
<p>SYSTEM MÁSCARA CALMANTE BETAGLUCAN</p> 	<p>Extrato de Tília, Óleo Essencial de Lavanda</p>	<p>Descongestionante., hidratante, efeito calmante.</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a higienização da pele é fundamental para a saúde e beleza da nossa pele. O uso do cosmético adequado para cada tipo de pele e sabendo a função

de cada ativo que está na formulação do cosmético utilizado, tem também uma grande importância para que o tratamento cosmético seja eficaz, conhecendo os ativos, saberá o que será bom para cada paciente, e para cada tipo de pele.

REFERÊNCIAS

ALVES, Natália Cristina. Penetração de ativos na pele: revisão bibliográfica.

Amazônia: science & health, v. 3, n. 4, p. 43-36, set./ 2015.

LOPES, Norberto Peoporine. **A essência da Arnica**. 2001. Disponível em:

<https://revistapesquisa.fapesp.br/a-essencia-da-arnica/>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

MACEDO, Otávio Roberti. **Segredos da boa pele: preservação e correção**. 1 ed.

São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **Segredos da boa pele: preservação e correção**. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

MARÇAL, Claudia. **Para que servem os ingredientes ativos presentes nos produtos cosméticos**. 2019. Disponível em:

<https://panoramafarmaceutico.com.br/2019/04/05/saiba-o-que-sao-e-para-que-servem-os-ingredientes-ativos-presentes-nos-produtos-cosmeticos/>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

OLIVEIRA, Andrea Lourenço de; PEREZ, Erika. **Estética Facial: curso didático de estética**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2008.

COSMÉTICOS NATURAIS

Camila Kunze Bleicher, camilaspn@outlook.com¹
Karina Esteves Rech, karinarech816@gmail.com²
Larissa Arl, larissaar13000@gmail.com³
Laura Comel Mandelli, lauracomelmandelli@gmail.com⁴
Ághata Korand da Roza, aghata@uniarp.edu.br⁵

RESUMO

O presente resumo expandido é uma revisão bibliográfica que parte da compreensão das estimativas de crescimento da utilização de cosméticos naturais pelo grande público, pontuando a casualidade das taxas analisadas. Em conjunto, é analisada a relação entre os números das buscas por esses produtos e a divulgação midiática de eventos relacionados à crise ambiental por acúmulo de plásticos no globo, inter-relacionando os dados com a utilização de embalagens amigáveis ao meio ambiente e com o não uso de animais em testes laboratoriais.

Palavra-chave: Cosméticos naturais. Sustentabilidade. Produtos naturais. Cosméticos. Meio ambiente.

1 INTRODUÇÃO

O interesse por produtos naturais está aumentando cada vez mais, a escolha de um produto como também sua embalagem e seu processo de fabricação tem tido um grande efeito sobre o meio ambiente. Muitos produtos cosméticos têm em sua formulação ativos naturais que exercem uma função biológica própria, porém estes produtos devem ser avaliados quanto a sua eficácia e toxicidade. A crescente busca pela beleza tem sido um grande desafio tanto para quem formula cosméticos como também para os seus consumidores, pois o uso excessivo de cosméticos químicos pode acarretar em alergias e irritações.

Este trabalho tem como objetivo mostrar as consequências do uso de cosméticos químicos e a importância de se pensar nas possibilidades para conter o descarte incorreto e excessivo de embalagens no meio ambiente. Serão abordados também as dificuldades que as empresas enfrentam com a fabricação como também as vantagens e desvantagens da compra e utilização de cosméticos naturais e o não uso de animais em testes laboratoriais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os cosméticos naturais estão sendo cada vez mais procurados pelos consumidores, tanto por aqueles que procuram ter hábitos de vida mais sustentáveis, ou por aqueles que procuram por produtos mais naturais possíveis, por acreditar que é melhor para a saúde. Estudos mostram

¹ Acadêmica do curso de Tecnólogo em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Tecnólogo em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Tecnólogo em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Tecnólogo em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora do curso de Tecnólogo em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

que o mercado internacional, de produtos de higiene pessoal feitos com produtos naturais tem crescimento médio anual estimado em 8-25%. Os mesmos estudos mostram que o mercado de produtos sintéticos apresenta um crescimento menor, oscilando em 30-10%. Nas últimas décadas houve um aumento do interesse pelos produtos naturais e pela biodiversidade e há um mercado consumidor em crescimento, principalmente nos países europeus, denominado “consumidor verde”, que tem atraído muitos fãs (DUERBECK, 2004).

Cosméticos naturais são excelentes para cuidados anti-idade por não terem substâncias químicas e sintéticas que podem prejudicar a elasticidade e acelerar o envelhecimento da pele. Existe uma rotina de cosméticos naturais que pode ajudar com a elasticidade, rugas e linhas de expressão. A limpeza deve ser feita com sabonete natural de preferência esfoliante, esse tipo de produto ajuda com a firmeza da pele e pode ajudar a prevenir rugas e o aparecimento de linhas de expressão. Depois de lavar, tonificar a pele com o uso de águas florais pode ser uma boa opção, deixando assim a pele pronta para aplicação de hidratantes. Por possuírem óleos essenciais que são absorvidos pela pele, podem proporcionar uma profunda hidratação e por serem naturais são biocompatíveis com a nossa pele, com grande parte de sua estrutura orgânica, possuem a capacidade de tratar, nutrir e curar falhas superficiais (PATRÍCIO, 2020).

Um cosmético pode ser classificado como natural e certificado se a formulação for composta por matérias-primas naturais certificadas ou não. As matérias-primas naturais são produtos vegetais ou minerais, na maioria das vezes produzidos em condições convencionais e nem sempre obedecendo aos critérios estabelecidos para produção orgânica (SANTOS; CORRÊA; CHORILLI, 2015)

A palavra natural se aplica a formulações que contenham 95% de ingredientes naturais e 5% de ingredientes orgânicos. Uma fórmula que prioriza insumos naturais, porém não está totalmente isenta de provocar reações. Ao adquirir uma fórmula natural, evitamos que uma série de elementos sintéticos e não recicláveis chegue até o meio ambiente. É o caso dos esfoliantes de microesferas de plástico, nocivas à saúde e ao meio ambiente. Cosméticos veganos usam sua fórmula livre de ingredientes de origem animal e também não podem conter ativos testados em animais (RODRIGUES, 2016)

O mercado de produtos cosméticos naturais e orgânicos movimenta mais de 1 bilhão de euros na Europa, nos EAU os números são bem parecidos. Já no Brasil, esse mercado não se mostra muito desenvolvido, destacando a falta de capacitação técnica necessária para o desenvolvimento desse tipo de produto, um dos fatores que eleva o mercado brasileiro é a pequena quantidade de produtos especializados nesses cosméticos, o que gera baixa concorrência, e assim os preços se tornam pouco acessíveis aos consumidores (BARROS, Cleber, 2019).

Sustentabilidade, palavra que vem sendo cada vez mais utilizada pela maioria das indústrias, tem sido responsável pela mudança de comportamento de consumidores e empresas, levando a novos rumos para o desenvolvimento de matérias-primas e produtos, meio ambiente, pessoas e resíduos. Melhorando a aplicação de recursos energéticos e comportamento do consumidor (BROWER; LEON; 1999).

3 METODOLOGIA

O trabalho corresponde a uma revisão de literatura sobre cosméticos naturais. O estudo foi realizado através de leitura de artigos e textos encontrados nas bases de dados Scielo e PubMed, no período de setembro a novembro de 2020. Os descritores usados foram: produtos naturais e cosméticos naturais. Os artigos encontrados têm como linguagem disponível português.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cosméticos naturais são muito mais seguros para a nossa pele, no Brasil a busca por esses produtos ainda é superficial pela falta de especialistas atuantes desta área, tornando-se um produto de alto custo mesmo com o aumento de pessoas procurando por esses cosméticos. As empresas tomam consciência do uso de embalagens sustentáveis contribuindo assim para a redução do impacto ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir então que cosméticos naturais desde a sua formulação até as vendas podem tornar um grande desafio por conta do baixo número de substâncias orgânicas e sintéticas utilizadas em cosméticos naturais como também o baixo número de concorrência, diminuindo assim o número de vendas fazendo com que os valores desses cosméticos subam. Mesmo as vendas sendo cada vez mais superiores pelo número crescente de pessoas procurando, ainda assim o valor fica superior aos produtos convencionais.

Após uma análise feita em artigos podemos dizer que os produtos naturais, são mais indicados que os produtos sintéticos, pois trazem mais ingredientes naturais, sem serem formulados artificialmente. Melhorando a saúde da pele, sem agredir a mesma, podendo diminuir consideravelmente o risco de alguma irritação ou alergia, protegendo o meio ambiente com embalagens orgânicas e animais não serão usados em teste laboratoriais.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Cleber. **A importância dos cosméticos naturais e orgânicos no cenário mundial e principalmente no mercado brasileiro**, Ano: 2019. Disponível em: <https://www.cleberbarros.com.br/cosmeticos-naturais-e-organicos/> Acesso em: 12/11/2020.
- BROWER, M.; LEON, W. **O guia do consumidor para escolhas ambientais eficazes: conselhos práticos da Union of Concerned Scientists**. Nova York: Three Rivers Press, 1999. 292p.
- JONES, A.; DUERBECK, K. **Ingredientes naturais para cosméticos: pesquisa de mercado da UE - 2004**. [SI: sn], 2004.
- PATRÍCIO, Louise. **Cosméticos naturais. Orgânicos e veganos**. Beleza pura, Ano: 2020. Disponível em: <https://belezapurastore.com/blog> Acesso em: 12/11/2020.
- RODRIGUES, Marcela. **Aprenda a identificar um cosmético natural, orgânico, vegano e artesanal**. Ano: 2016. Disponível em: <http://anaturalissima.com.br/aprenda-a-identificar-um-cosmetico-natural-organicovegano-e-artesanal/> Acesso em: 20/11/2020.
- SANTOS, Fonseca Bruno; CORRÊA, Antonio Marcos; CHORILLI, Marlus. Sustentabilidade, cosméticos naturais e orgânicos: consumidor, produtos, eficácia, considerações toxicológicas e regulatórias. **Revista Brasileira de Ciências**, 2015.

TERAPIAS ALTERNATIVAS E OS BENEFÍCIOS DA VENTOSATERAPIA

Mirian Herdrich, mirianherdrichvda@outlook.com¹
Sabrina Prates Pereira, spratespereira@gmail.com²
Aghata Konrad, aghata@uniarp.edu.br³
Gabriele Basso, estética@uniarp.edu.br⁴

¹ Acadêmica do Curso de Tecnologia Em Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

² Acadêmica do Curso de Tecnologia Em Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

³ Docente do Curso de Tecnologia Em Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

⁴ Docente do Curso de Tecnologia Em Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo explicar sobre as terapias complementares, a fim de citar os métodos utilizados principalmente na área de estética e cosmética, sendo que são muito presentes nesta área devido seus inúmeros benefícios para saúde física e mental do paciente. A ventosaterapia é uma das terapias complementares mais utilizadas por atletas, pois ela diminui a fadiga muscular e traz bem estar, sendo essa uma técnica de fácil aplicação e com poucas restrições, podendo também ser aliada em diversos outros métodos, como por exemplo o procedimento de massagem relaxante. A ventosaterapia tem como principais benefícios o relaxamento muscular e a desintoxicação do sangue.

Palavras-chaves: Terapias alternativas. Estética. Ventosaterapia.

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a área da estética muitas vezes é considerada somente como a profissão que atua apenas dentro da área da beleza física das pessoas. Mas pelo contrário, a estética está mais conectada com a importância de elevar a autoestima e bem-estar. Com base nisso ela desempenha um papel fundamental para melhorar o bem-estar mental e emocional dos pacientes. Por este motivo a estética é considerada uma profissão importante para o equilíbrio mental, físico, social e espiritual do indivíduo (CEOLIN, 2009).

São várias as técnicas de terapias complementares que possuímos atualmente, além de que auxiliam significativamente nos resultados dos tratamentos, pois muitas das vezes os procedimentos estéticos podem ser complementados com as terapias complementares, sendo este um grande diferencial para os atendimentos (CEOLIN, 2009).

A ventosaterapia é uma técnica de terapia alternativa, mas ainda não é de grande conhecimento entre as pessoas no Brasil, porém é muito utilizada entre os atletas, pois reduz as dores no corpo e ajuda com a recuperação da fadiga causada pelos treinos. Esta terapia faz parte da Medicina Tradicional Chinesa e ela apresenta inúmeros benefícios para saúde física e mental (PAIVA, 2018).

2 REVISÃO DA LITERATURA

O uso de terapias alternativas se desataca em várias áreas de estudo e profissões. Sendo que é muito utilizada na área da estética corporal e facial, em diversos métodos. Dentre estes podemos citar; acupuntura, cromoterapia, ventosaterapia, aromaterapia e bambuterapia (PAIVA, 2018).

A ventosaterapia é uma técnica complementar que proporciona alívio das dores e relaxamento físico e mental. Os primeiros indícios de utilização desse método foram pelos antigos egípcios, sendo que na época as ventosas eram produzidas de chifres de boi ou de bambus. Esta técnica tem como objetivo regular o fluxo de Qi e desintoxicar o sangue, e isso é possível por meio da vasodilatação causada no vaso sanguíneo quando aplicado o procedimento e logo em seguida a volta ao normal do vaso sanguíneo causada pela retirada das ventosas. A energia vital (Qi) segundo a medicina oriental, possui relação entre o corpo e o sangue. Pois como o sangue é o fluido que leva nutrientes pelo corpo, os dois devem estar em harmonia (PAIVA, 2018).

Este método tem como função promover a desintoxicação do sangue, expelir as toxinas do organismo e promover um sangue rico em nutrientes, através da pressão negativa aplicada aumenta-se o fluxo sanguíneo local. As ventosas devem permanecer de 5 a 10 minutos fazendo a sucção, podendo ser aplicado várias ao mesmo tempo, de forma fixa ou móvel. Também pode ser espalhado óleos sobre a pele para fazer o deslizamento das ventosas sobre uma tensão ou em pontos de acupuntura. As formas mais utilizadas são, com copos de silicone, onde são colocados sobre a região a ser tratada, e com um pistão é realizada a sucção que permite com que a ventosa fique presa a pele. A ventosa com vidros já é realizada por meio de um recipiente de vidro semelhante a um copo, onde é colocada uma vela acesa dentro, e logo em seguida é adicionada a pele, onde o oxigênio vai reagir com o calor e vai fazer a sucção. Já a ventosa eletrônica é realizada por meio de um aparelho onde são apenas colocadas as ventosas sobre a pele, sendo que a quantidade de sucção é programada pelo profissional no aparelho (PAIVA, 2018).

A ventosaterapia pode ser realizada com sangria, esse é um procedimento mais invasivo onde é perfurada a pele com uma agulha, geralmente em um local tensionado, e após é realizada a colocação da ventosa afim de retirar o sangue tóxico e induzir a produção de um novo, e segundo a medicina tradicional chinesa serve para liberar a energia acumulada do local (OLIVEIRA, 2019).

Essa técnica possui muitos benefícios e entre eles estão: relaxamento de músculos e mente, alívio da tensão muscular, aumento do líquido sinovial nas articulações, fortalece os vasos sanguíneos, melhora a oxigenação dos tecidos, estimula pontos de acupuntura, melhora da aparência da celulite, além de trazer sensação de relaxamento e bem-estar ao paciente. Também apresenta algumas contraindicações, tais como; varizes, febre, feridas, trombose, tromboflebite, distúrbios hemorrágicos, fratura no local a ser aplicado, e na gravidez dependendo da autorização do médico. Estas contraindicações devem ser avaliadas e analisadas no paciente no instante da ficha de anamnese, que é de suma importância ser realizada com prudência, cuidado e organização (PAIVA, 2018).

Na estética a ventosaterapia é eficaz no tratamento de hidrolipodistrofia ginóide (celulite), pois o aumento da circulação sanguínea proporciona uma melhora na pele, pois são levados muitos nutrientes até o local tratado e isso melhora o aspecto de “casca de laranja na pele”. Ainda pode ser associada com cosméticos firmadores e anticelulite para aumentar a elasticidade da pele e evitar o aparecimento de novas celulites, para um melhor resultado podem ser anexadas ao tratamento, sessões com aparelhos, como a radiofrequência (OLIVEIRA, 2019).

Geralmente logo após a sessão já são verificadas marcas roxas na pele, estas que o profissional deve analisar e verificar o problema que se encontra no local, por exemplo, uma marca

extremamente roxa significa que o sangue está altamente tóxico no local, enquanto que se a marca quase não aparecer significa que há insuficiência sanguínea, sendo esta que será aumentada com a ventosaterapia (RIBEIRO, 2019).

Muitos atletas e esportistas utilizam desta técnica, o nadador olímpico norte-americano, Michael Phelps exibiu manchas redondas e arroxeadas sobre o corpo em 2016 nas olimpíadas, o que ocasionou uma grande repercussão entre as pessoas e principalmente nas mídias, a partir daí a ventosaterapia ganhou ainda mais destaque no mundo e no Brasil, Neymar, jogador brasileiro também utiliza essa técnica (RIBEIRO, 2019).

3 METODOLOGIA

O trabalho corresponde a uma revisão de literatura sobre A utilização da ventosaterapia na estética. O estudo foi feito através de busca online das produções científicas sobre terapias alternativas nas bases de dados Scielo e Lilacs no período de julho a novembro de 2020. Os descritores utilizados foram respectivamente: “ventosaterapia” e “terapias complementares”. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos no período de 2006 a 2020, artigos completos captados gratuitamente; textos disponíveis no idioma Português. Foram excluídos do estudo artigos científicos repetidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As terapias alternativas são muito utilizadas e associadas aos tratamentos estéticos, pois a maioria das terapias são naturais e apresentam inúmeros benefícios, sendo que isso torna um grande diferencial para os tratamentos. Estas técnicas tem como objetivo proporcionar benefícios na saúde emocional e mental do paciente. Sendo descritas como técnicas confortáveis e de fácil aplicação (PAIVA, 2018; OLIVEIRA, 2019).

A técnica de ventosaterapia é muito utilizada por atletas sendo que os mesmos relatam relaxamento e bem-estar após as terapias. Está técnica é conhecida como o “roxo do bem” pois seus hematomas oferecem relaxamento físico e mental (RIBEIRO, 2019).

Portanto, a ventosaterapia é utilizada para tratar problemas como; ansiedade, estresse, enxaquecas, fadiga e dores musculares, e tudo isso por meio da acupuntura Chinesa, onde há estimulação de pontos a fim de causar harmonia entre o organismo e órgãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este presente estudo conclui-se que a ventosaterapia é eficaz para o bem estar físico, pois a sucção realizada causa relaxamento aliviando tensões, trazendo oxigenação para as células, aumento da circulação sanguínea e conseqüentemente mais nutrientes para o local, decorrente deste relaxamento físico, aponta-se que ocorre o relaxamento mental do paciente. Portanto, a ventosaterapia é uma técnica utilizada em clínicas de estética, pois além de ser um tratamento com resultados e relaxamento imediato, também é de fácil associação, sendo bastante associada em massagens, desde massagens relaxantes a massagens terapêuticas.

5 REFERÊNCIAS

CEOLIN, T et al. A inserção das terapias complementares no sistema único de saúde visando o cuidado integral na assistência. **Enfermería Global**. Junho, 2009.

OLIVEIRA, M.A.R., SILVA, A.P., PEREIRA, L.P. Ventosaterapia: revisão de literatura. **Revista Saúde em Foco**, São Lourenço. Minas Gerais, 2018.

PAIVA, Júlia Lessa. Efeitos da ventosaterapia no tratamento da insônia: uma revisão integrativa. **Monografia**. Centro Universitário Federal. Rio Grande Do Norte, 2018.

RIBEIRO, J.; et al Ventosaterapia: tratamento alternativo para diversas afecções. **Revista Saúde em Foco**, São Lourenço. Minas Gerais, 2019.

COMBATE DE RUGAS E LINHAS DE EXPRESSÕES ATRAVÉS DO MERCADO DE ESTÉTICA

Andressa Xavier¹
Gabrielle Colaço²
Rafaela Misturini³
Tainara Lidani⁴
Ághata Roza⁵

¹ Acadêmica, Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

² Acadêmica, Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

³ Acadêmica, Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

⁴ Acadêmica, Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

⁵ Docente, Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

RESUMO

O envelhecimento é natural do organismo e o principal órgão que reflete essa condição é a pele. Isso se dá devido ao fato das células somáticas do corpo começarem a morrer e não serem substituídas por novas, como na juventude. As rugas são vincos que resultam de uma flacidez da pele e dos músculos. São as chamadas marcas do tempo e da vida, pois decorrem da natural perda de tonicidade, elasticidade e firmeza inerentes ao passar dos anos e também da forma como nós vamos tratando, tanto ao nível físico como psicológico. No mercado atual, a estética relacionada com a boa aparência física está crescendo incontrolavelmente, e cada vez mais o mercado da estética vem inovando para a potencializar resultados positivos na área do rejuvenescimento, os tratamentos são inúmeros e muitas vezes são buscados pelas mulheres apenas para melhorar a sua autoestima. Sendo que, com a tecnologia que temos hoje em dia voltada para essa área, já é permitido que tenhamos não apenas métodos diferenciados como também resultados avançados procurando sempre o bem-estar e ajudando na aparência estética das pacientes, assim aumentando o desejo em realizar tal procedimento.

Palavras-chaves: Linhas de expressão. Rugas. Procedimentos estéticos.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo fisiológico influenciado por fatores intrínsecos e extrínsecos. O fator intrínseco se relaciona com a idade do indivíduo e sua genética, enquanto que o fator extrínseco corresponde a ação sobre a pele de agentes externos como exposição solar, agentes químicos e tabagismo. Clinicamente, o envelhecimento intrínseco se expressa como uma pele alíptica, enrugada, flácida e com apresentação de algumas neoplasias benignas. A exposição aos raios ultravioleta ocasiona o envelhecimento extrínseco cutâneo, caracterizando o fotoenvelhecimento. As rugas são o primeiro sinal visível do envelhecimento, essas linhas marcadas, que surgem e se aprofundam na pele com o passar do tempo, devido à perda de colágeno, elastina, ácido hialurônico, entre outras substâncias que sustentam a pele podem ser classificadas em dois estágios que aparecem de forma progressiva. São elas: Rugas dinâmicas: as primeiras a serem notadas, conhecidas também como linhas de expressão, e não aparecem no repouso; Rugas estáticas: são visíveis mesmo sem movimentos faciais e muito comuns em rostos maduros.

A diferença está na profundidade, também sofrendo com a genética, espessura da pele e exposição aos raios solares sem proteção. Há grandes quantidades de fatores que podem

causar o aparecimento de rugas, mas pode-se destacar: Envelhecimento, perda de colágeno, exposição solar, poluição, má alimentação, tabagismo, estresse, consumo excessivo de açúcar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a necessidade humana em combater as marcas do envelhecimento, principalmente as rugas e a flacidez tissular, muitas tecnologias estão voltadas para o rejuvenescimento. A dermatologia moderna disponibiliza recursos que buscam o rejuvenescimento corporal e facial. Entre estes recursos estão os cosméticos, que estão a cada dia mais modernos dispondo de uma variedade de ativos que podem melhorar a pele envelhecida ou retardar este processo. Outro recurso disponível é a fototerapia com LASER, LEDs, luz pulsada e campos eletromagnéticos como a eletroporação, a radiofrequência, acupuntura e o ácido ascórbico (BAENA, 2003).

No mercado de estética encontra-se o fator que possui total influência no comportamento feminino e no mercado profissional, a beleza. Através dos meios de comunicação, a sociedade dita os padrões físicos e comportamentais a serem seguidos. Dependente desses padrões, as mulheres se vêem divididas entre o que é surreal e o que é natural, enquanto as empresas de estética aproveitam essa relevância da beleza para modernizar cada vez mais seus bens e serviços (BAENA, 2003).

A indústria da beleza, formalmente conhecida como Indústria Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, apresentou, nos últimos anos, o maior crescimento da indústria em geral. Isso vem ocorrendo devido a fatores como a entrada da mulher no mercado de trabalho, o avanço de tecnologias voltadas para a área de estética, o constante lançamento de produtos para todos os segmentos do mercado e o aumento da expectativa de vida do brasileiro, o que cria o desejo de estar sempre jovem. O mercado de estética é o mercado que mais cresce no Brasil e no mundo, e a mulher, independentemente de sua classe social, chega a gastar mais de um terço de seu orçamento em produtos e tratamentos de beleza, que vão desde cremes à cirurgias plásticas. A demanda é tão grande, que o preço e a forma de pagamento são flexíveis, o que estimula ainda mais o consumo. O principal fator que estimula o consumo crescente de produtos e serviços de estética é o medo de envelhecer. Os produtos mais consumidos e os tratamentos mais realizados são para o rejuvenescimento e para o combate ao envelhecimento. Entretanto essa procura é maior por mulheres a partir dos 35 anos, que já sentem os efeitos físicos do tempo.

rada. Ela tem sido muito utilizada tanto por médicos na forma ablativa para tratamento de tumores cancerígenos e de dor, e na modalidade não ablativa utilizada em fisioterapia dermato-funcional e traumatologia (BORGES, 2010). O aparelho emite uma radiação que gera calor em um espectro eletromagnético entre 30 KHz e 3 GHz, sendo que as frequências mais utilizadas em dermato-funcional são equipamentos entre 0,5 MHz e 1,5 MHz. Ela atua por conversão (BORGES, 2010), ou seja, à passagem da radiofrequência com comprimento de onda métrica e centimétrica pelo tecido do indivíduo se converte em outra radiação, o calor, cujo comprimento de onda está na ordem nanômetro (CAPPONI, 2007).

A energia penetra a nível celular em epiderme, derme e tela subcutânea e alcança inclusive as células musculares. Quando passa pelos tecidos, a corrente gera uma ligeira fricção ou resistência, produzindo uma elevação térmica da temperatura tissular. No momento que o organismo detecta uma maior temperatura que o fisiológico, aumenta a vasodilatação com abertura dos capilares, o que melhora o trofismo tissular, a reabsorção dos líquidos intercelulares excessivos e o aumento da circulação. Com isso, ocorre um ganho nutricional de oxigênio, nutrientes e oligoelementos para o tecido, com uma melhora no sistema de drenagem dos resíduos celulares (toxinas e radicais livres). Estes efeitos proporcionam a possibilidade de

fortalecer a qualidade dos adipócitos, provocando lipólise homeostática e produção de fibras elásticas de melhor qualidade, atuando nos fibroblastos e em outras células (GOMÉZ, 2007).

E segundo Agne (2009), os efeitos térmicos da radiofrequência provocam a desnaturação do colágeno promovendo imediata e efetiva contração de suas fibras, ativando fibroblastos, ocorrendo a neocolagenização alterada em diâmetro, espessura e periodicidade, levando a reorganização das fibras colágenas e subsequente remodelamento do tecido.

Outro recurso disponível é a acupuntura estética facial, esse método auxilia na redução de rugas, além de prevenir o envelhecimento, melhorando a estrutura da pele, renovando o estrato córneo e estimulando a circulação local. Segundo (Queiroz e Mejia, 2012) o tratamento é realizado de acordo com a necessidade do paciente, e a quantidade de sessões de acordo com o número de rugas que este deseja tratar, podendo ocorrer o acréscimo de técnicas complementares, como exercícios, eletroterapia, massagens e cremes para potencializar os resultados. É indicada a aplicação semanal, e a duração é de aproximadamente 30 minutos. O tratamento estético por acupuntura é feito da mesma maneira que as sessões de acupuntura para doenças. A Acupuntura possui inúmeras vantagens se comparando a outras técnicas. Além de ser indolor, ela não necessita de tempo para recuperação, o custo é muito baixo, não possui efeitos colaterais e os resultados são rápidos, varia de pessoa para pessoa, mas em alguns casos na segunda, terceira sessão, já se vê resultado. Com a Acupuntura estética, os efeitos são do interior para o exterior, a pessoa se reequilibra e rejuvenesce cerca de dez anos sem perder suas feições. Através da Acupuntura facial podemos promover duas ações no organismo: a primeira ação é localizada, onde a puntura facial desencadeia reações fisiológicas (Queiroz e Mejia, 2012).

Atualmente, tem-se a disposição muitos ativos que atuam retardando o encurtamento dos telômeros, bem como, outros que estimulam mensageiros celulares específicos para a produção de colágeno e elastina. Verifica-se que vários princípios ativos são utilizados, como por exemplo, vitamina A e C, e ácido hialurônico. Dentre esses, destacasse a vitamina C, a qual tem sido muito utilizada na minimização dos efeitos do envelhecimento celular, por inibir e neutralizar a ação dos radicais livres nas células e sua alta eficácia na ação antioxidante (SILVA; FERRARI, 2011).

Também conhecida como ácido ascórbico, à vitamina C, considerada essencial à saúde do ser humano, entretanto, não é sintetizada pelo organismo. É uma molécula ácida, com forte atividade redutora, derivada de açúcares. O ácido ascórbico exerce papel fundamental no crescimento e reparação do tecido conectivo e na síntese de colágeno e glicosaminoglicanas, os quais são fundamentais para o tônus e firmeza cutânea (MACIEL; OLIVEIRA, 2011).

Para combater os efeitos dos raios ultravioletas (UV), a indústria cosmética vem investindo em formulações contendo vitamina C, por ser eficaz no combate aos radicais livres, além de, possuir ação despigmentante, em manchas senis e também por atuar na proteção e estimulação da síntese das proteínas estruturais da pele como o colágeno e elastina, responsáveis pela firmeza e elasticidade cutânea (GUIRRO; GUIRRO, 2004). Assim, a vitamina C, além de auxiliar na fotoproteção preventiva, também é considerada agente antiaging, por se tratar de um importante antioxidante. Dessa forma, o seu uso tópico tem se tornado uma importante forma de proteção à epiderme dos efeitos nocivos dos raios UV a longo prazo (GOMES, 2009). O ácido ascórbico pode ser combinado com o ácido hialurônico, o qual é um importante agente higroscópico, em razão de sua ligação com átomos de hidrogênio, propriedade esta que permite aumentar a hidratação cutânea. Desta forma, juntos agem para manter ou recuperar a elasticidade da pele, além do efeito antioxidante, atuando como sequestrantes de radicais livres e contribuindo para a reparação tecidual. Outro benefício, do ácido hialurônico é a sua capacidade de estimular a produção de novo colágeno (OLIVEIRA, 2009; STRAHAM; COHEN, 2010).

3 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho corresponde a uma revisão de literatura sobre rugas e linhas de expressão. O estudo foi feito através de busca online nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) no período de setembro a novembro de 2020. Os descritores utilizados foram respectivamente: “rugas”, “linhas de expressão”, “procedimentos estéticos”. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos no período de 2010 a 2020, artigos completos captados gratuitamente; textos disponíveis no idioma Português. Foram excluídos do estudo dissertações, teses, monografias bem como artigos publicados em idioma Espanhol e Inglês.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tratamento estético para o combate de rugas visa não só resultados externos, como os benefícios nutricionais, a suavidade na expressão facial, e a melhora na tonicidade muscular. Além disso, estes pontos possuem propriedades diferentes das outras regiões do corpo por se localizarem em sítios mais vascularizados, com maior concentração de terminações nervosas, maior concentração de células como mastócitos, entre outras (SANTOS, 2003).

O mecanismo de ação desses procedimentos tem sido associado ao estímulo neuro-humoral para a liberação de certas substâncias como norepinefrina, endorfina, encefalinas, serotonina e a liberação ou inibição de algumas substâncias que atuam na sensação da dor. Também estariam envolvidos mecanismos de vasoconstrição ou vasodilatação que resultam no aumento de células leucocitárias. Esses tratamentos visam a normalização dos sistemas e órgãos internos que possuem influências diretas nas diversas regiões do rosto. Trata-se primeiramente o interior, para depois atuar nos resquícios externos, a parte estética propriamente envolvida (BICUDO, 2005).

Os tratamentos são realizados de acordo com a necessidade do paciente, e a quantidade de sessões de acordo com o número de rugas que este deseja tratar, podendo ocorrer o acréscimo de técnicas complementares, como exercícios, eletroterapia, massagens e cremes para potencializar os resultados (ZUCCO, 2004).

A acupuntura possui inúmeras vantagens se comparada a outras técnicas. Além de ser praticamente indolor, não necessita de tempo para recuperação, o custo é baixo, não possui efeitos colaterais e os resultados são rápidos. Com a acupuntura estética, os efeitos são do interior para o exterior, a pessoa se reequilibra e rejuvenesce cerca de dez anos sem perder suas feições (FERNANDES, 2008).

A luz de LED, traz além de benefícios relacionados aos rejuvenescimentos e aumento da produção de colágeno, e melhor de tudo é que a técnica é totalmente indolor. O procedimento funciona da seguinte maneira: “a luz de Led traz benefícios e reparação tecidual e quando associada a cosméticos promovem resultados excelentes. As lâmpadas de LEDs atuam diretamente em nível celular favorecendo a formação de colágeno sem nenhuma agressão, dor ou risco de marcas ou cicatrizes” (TAVARES, 2020).

A Máscara de LED surge como um dos tratamentos mais modernos e conceituais e já pode ser encontrado na Clínica Bonum Vitae Brasília. Foi criada para tratar marcas de acne, promover o rejuvenescimento, melhorar a flacidez, rugas e linhas de expressão da pele e vem ganhando a confiança dos adeptos aos procedimentos.

Além dos benefícios relacionados aos rejuvenescimentos e aumento da produção de colágeno, e melhor de tudo é que a técnica é totalmente indolor. A esteticista Jessica Tavares explica como funciona o tratamento: “a luz de Led traz benefícios e reparação tecidual e quando associada a cosméticos promovem resultados excelentes. As lâmpadas de LEDs atuam

diretamente em nível celular favorecendo a formação de colágeno sem nenhuma agressão, dor ou risco de marcas ou cicatrizes” finaliza.

Após a higienização da pele e hidratação com máscara específica para cada tipo de pele, o LED é aplicado no rosto através de combinações de cores e tem efeitos distintos. “Pode ser utilizado o LED azul, amarelo, vermelho e até roxo, vai depender do tipo de tratamento e qual o benefício que está sendo almejado.

O tratamento dura em média quatro sessões de uma hora de duração, uma vez por semana e com o uso de cosméticos associados ao Led.

LED AZUL: Tem efeito bactericida, indicado para tratar acne, melhorar a hidratação dos tecidos, amenizar manchas e vasinhos, além de ajudar o clareamento das áreas.

LED AMARELO: Estimula colágeno, elastina e melhora a elasticidade das fibras, além de ter efeito drenante.

LED VERMELHO: Tem efeito anti-inflamatório, cicatrizante e estimulador de colágeno. A combinação de LED vermelho com amarelo melhora a elasticidade da pele e elimina manchas.

LED ROXO: É a combinação das luzes vermelha e azul, resultando na luz roxa. Ela tem ação anti-inflamatória podendo ser utilizada após procedimentos estéticos, tais como toxina botulínica, preenchedores e tratamentos a laser.

A radiofrequência se trata de uma terapia em que se programa e modula as frequências que são projetadas ao tecido corporal. Ele pretende atingir a camada subcutânea, que é a camada mais profunda da pele, ou seja, a energia da radiofrequência penetra em nível celular em epiderme, derme e tecido subcutâneo e alcança inclusive as células musculares. A radiofrequência permite minimizar os sinais de envelhecimento do rosto, do pescoço ou de qualquer outra parte do corpo. E, também melhora a gordura localizada e celulite. É uma terapia segura e que pode ser feito em todos os tipos de pele (fototipos cutâneos).

Se trata de uma terapia em que se programa e modula as frequências que são projetadas ao tecido corporal. Ele pretende atingir a camada subcutânea, que é a camada mais profunda da pele, ou seja, a energia da radiofrequência penetra em nível celular em epiderme, derme e tecido subcutâneo e alcança inclusive as células musculares. A radiofrequência permite minimizar os sinais de envelhecimento do rosto, do pescoço ou de qualquer outra parte do corpo. E, também melhora a gordura localizada e celulite. É uma terapia segura e que pode ser feito em todos os tipos de pele (foto tipos cutâneos).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a literatura confirma a eficácia da aplicação de recursos estéticos no combate à flacidez, espera-se com a realização desta pesquisa, verificar que a luz de LED, acupuntura, a radiofrequência e o ácido ascórbico também são um potente recurso para o tratamento de peles envelhecidas, principalmente em áreas delimitadas da face, como as regiões com rugas e linhas de expressões periorbiculares e perioral, comprovando-se que sua aplicação reduza a profundidade e/ou o número de rugas e linhas de expressão nessas regiões.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. Máscara de LED é utilizada para estimular colágeno, combater rugas e cicatrização de acne, <https://jornaldebrasil.com.br/saude/mascara-de-led-e-utilizada-para-estimular-colageno-combater-rugas-e-cicatrizacao-de-acne/>, 2020

CUNHA et al. Técnica de aplicação superficial com ácido hialurônico de matriz coesiva polidensificada para o tratamento de linhas e rugas, 2019.

MACEDO, M. TENÓRIO, C. Tratamento de rugas: uma revisão bibliográfica sobre carboxiterapia, radiofrequência e microcorrente, 2015.

QUEIROZ, R; MEJIA, D. A Acupuntura no Tratamento de Rugas. Sociedade Brasileira de Dermatologia, 2017.

WAMBIER et al. Pesquisa de opinião sobre eficácia, custos e cicatrização de procedimentos de resurfacing para rugas estáticas faciais, 2018.

USO DE ÓLEOS ESSENCIAIS NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO FACIAL

Débora Tessari, deboratessari@hotmail.com¹
Giordanna Spricigo Pagliarini, gsripagliarini@gmail.com²
Ághata Konrad da Roza, aghata@uniarp.edu.br³
Gabrieli Basso, estetica@uniarp.edu.br⁴

Resumo

As terapias complementares vêm ganhando cada vez mais espaço nas clínicas de estética. Seus benefícios vão além do físico, pois elas são capazes de tratar e promover equilíbrio físico e espiritual, proporcionando uma melhora na saúde como um todo. A aromaterapia é uma das terapias complementares que mais tem ganhado espaço na área da beleza e bem estar. É um tratamento que utiliza óleos essenciais e através de seus efeitos terapêuticos trabalha o corpo de maneira natural e holística e procura restaurar o equilíbrio do organismo em níveis fisiológico, emocional e até mesmo espiritual. A aromaterapia pode ser incorporada no dia a dia como uma terapia complementar em busca da cura, e em preparos para cuidados de beleza. Devido suas propriedades antioxidantes, bactericidas, anti-inflamatórias, hidratantes, entre outras, os óleos essenciais quando utilizados forma correta apresentam grande potencial na associação de tratamentos e prevenção do envelhecimento cutâneo.

Palavras-chave: Aromaterapia; terapias alternativas; envelhecimento cutâneo; óleos essenciais; tratamento de rugas.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da pele é um processo biológico lento, progressivo, que varia conforme o indivíduo e se caracteriza por alterações celulares e moleculares, decorrendo de fatores intrínsecos e extrínsecos (ADDOR; STAINER, 2014).

As terapias complementares buscam por objetivos diferentes da medicina ocidental, elas consideram o todo do indivíduo, tratando com uma visão holística, utilizando a prevenção ou tratamento do doente, considerando corpo e mente (CEOLIN, T. et al., 2009).

A aromaterapia tem sido muito estudada atualmente e sua aplicação na área da estética vem crescendo devido suas propriedades antimicrobianas, anti-inflamatórias, adstringentes e cicatrizantes dos óleos essenciais (NEUWIRTH; CHAVES; BETTEGA, 2008).

Os benefícios dos óleos essenciais correspondem com os objetivos dos profissionais da estética quanto a melhora nas condições da pele e a prevenção de danos causados pelos processos de envelhecimento (FERRAZ, 2018).

¹ Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor(a), do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor(a), do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REVISÃO DA LITERATURA

ENVELHECIMENTO CUTÂNEO

De acordo com Addor e Stainer (2014), a pele é o órgão do nosso corpo que mais sofre degradação morfológica e fisiológica com o tempo. As áreas que mais sofrem com a exposição a fatores extrínsecos são a face, pescoço e mãos. Já as áreas não expostas tem seu envelhecimento voltado principalmente aos fatores intrínsecos, que estão relacionados com a passagem do tempo, bem como com a genética.

O envelhecimento da pele é um processo biológico lento, progressivo, que varia conforme o indivíduo e se caracteriza por alterações celulares e moleculares, decorrendo de fatores intrínsecos e extrínsecos. O envelhecimento intrínseco é gerado por fatores internos. Já no envelhecimento extrínseco é resultado de agressões externas. O envelhecimento cutâneo ocorre por alterações nas fibras de colágeno e remodelamento das fibras elásticas. Estas fibras acumulam danos ao longo do tempo alterando suas propriedades mecânicas (ADDOR; STAINER, 2014).

Addor e Stainer (2014) explicam que, a epiderme é a camada mais externa e mais fina da pele, com espessura que varia de acordo com a região. Ela está dividida em cinco camadas, a camada basal, camada espinhosa, camada granulosa, camada lúcida e por fim a camada córnea, mais superficial. Na epiderme também podemos encontrar os queratinócitos, os melanócitos e as células de Langerhans. A derme encontra-se abaixo da epiderme e apresenta espessura variada de acordo com a região do corpo. Nela estão localizados os folículos pilossebáceos, vasos sanguíneos e linfáticos, dutos sudoríparos, estruturas nervosas, fibroblastos, mastócitos e células dendríticas. O colágeno representa a maior parte constituinte da derme, e com o tempo fica mais rígido e menos solúvel. Com o passar dos anos, as fibras elásticas diminuem, bem como as fibras de colágeno, o que contribui para a atrofia dérmica.

Addor e Stainer (2014) ressaltam que os principais fatores que levam ao envelhecimento intrínseco são a idade, genética, sol, radicais livres, tabagismo, álcool e drogas, fatores emocionais, fatores ocupacionais, hormônios, expressões e medicamentos. E os que levam ao envelhecimento extrínseco são poluição, fumo, álcool, exposição demasiada ao sol, distúrbios do sono, estresse, drogas, alterações constantes do peso, excesso de atividade física, entre outros, também contribuem com o aumento de radicais livres e alterações da aparência da pele.

Normalmente, a pele envelhecida é caracterizada pelo enrugamento generalizado, e fina, além de despigmentações, rugas, sardas (efélides), lentigos solares e até mesmo câncer de pele (ADDOR; STAINER, 2014).

TERAPIAS ALTERNATIVAS

As terapias alternativas ou complementares são abordagens que buscam a assistência à saúde do indivíduo, na prevenção, tratamento ou cura, considerando-o como mente, corpo e espírito (CEOLIN, T. et al., 2009).

Segundo Ceolin, T. et al., (2009) o seu custo é inferior quando comparado com a medicina tradicional, que apresenta altos valores. Entre as terapias complementares está o uso dos óleos essenciais, fitoterapia, florais, acupuntura, homeopatia, meditação e também a reflexologia.

As terapias alternativas têm por objetivo serem utilizadas buscando um atendimento integral. Sendo assim, em 2006 o Ministério da Saúde implementou a

Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS) (CEOLIN, T. et al., 2009).

Ceolin, T. et al., (2009) ressalta que as buscas por estes tratamentos passaram a ganhar mais forças pois as pessoas vêm buscando por tratamentos mais naturais, sem remédios que causem grandes os efeitos colaterais e de alto custo.

As terapias complementares buscam por objetivos diferentes da medicina ocidental, tratando de uma visão holística, utilizando a prevenção ou tratamento, e considerando corpo e mente integrados (CEOLIN, T. et al., 2009).

AROMATERAPIA E ÓLEOS ESSENCIAIS

O termo aromaterapia foi criado nos anos 20 pelo químico francês René Maurice Gattefossé para definir a prática do uso de óleos essenciais em tratamentos terapêuticos. A aromaterapia baseia-se no uso de óleos essenciais a fim de promover ou melhorar a saúde, o bem-estar e a higiene. Os óleos essenciais são compostos químicos naturais, complexos e extremamente voláteis, que tem como característica um aroma forte, produzidos pelos metabolitos secundários de plantas aromáticas. Os óleos essenciais podem ser administrados através inalação, via cutânea ou ingestão, sendo que apenas alguns óleos específicos podem ser ingeridos (GNATTA et al., 2016).

Os óleos essenciais podem ser extraídos de partes das plantas, como folhas, flores, raízes, sementes, pétalas, caules, cascas e rizomas. Eles são constituídos por diferentes substâncias químicas que atuam de forma terapêutica no organismo (CORAZZA, 2004).

Segundo Amaral (2015), cada planta que dá origem a um óleo essencial possui propriedades terapêuticas, as quais são divididas em classes farmacológicas, orientadas pela presença dos princípios ativos na planta e no óleo essencial que dela é extraído.

Amaral (2015) ressalta também que a forma de aplicação de cada óleo essencial deve levar em conta qual o objetivo do tratamento. Para o tratamento emocional as técnicas utilizadas são aquelas feitas por meio da absorção olfativa, como por exemplo, a difusão aérea, a inalação e sauna facial através do vapor d'água quente. Para efeitos físicos, as técnicas utilizadas são as de aplicação na pele, como as massagens, banhos de imersão, fricção, compressas, escalda-pés e a utilização de argilas.

A aromaterapia tem sido muito estudada atualmente e sua aplicação na área da estética vem crescendo devido as propriedades antimicrobianas, anti-inflamatórias, adstringentes e cicatrizantes dos óleos essenciais (NEUWIRTH; CHAVES; BETTEGA, 2008).

Amaral (2015) destaca sobre a eficácia da aromaterapia e as diversas possibilidades de tratamento que ela oferece, o que tem levado segmentos da saúde e beleza a desenvolverem esse novo nicho do mercado, que é formado por consumidores que buscam por tratamentos eficazes que ofereçam benefícios de forma rápida e prazerosa.

ÓLEOS ESSENCIAIS NO TRATAMENTO DE RUGAS

Os óleos essenciais podem ser grandes aliados da pele devido seus benefícios na influência no ritmo de envelhecimento da pele; redução de cicatrizes; melhora da aparência cutânea; regulação e proteção das células imunológicas da pele; equilíbrio da produção do sebo; redução de inflamação; alívio de coceiras; proteção da matriz lipídica da pele; aumento da firmeza e tonificação da pele;

aumento da hidratação; suavização e atenuação do envelhecimento cutâneo; prevenção da perda de água trans-epidérmica; proteção da saúde da pele através da barreira cutânea (FERRAZ, 2018).

Os benefícios dos óleos essenciais correspondem com os objetivos dos profissionais da estética quanto a melhora nas condições da pele e a prevenção de danos causados pelos processos de envelhecimento (FERRAZ, 2018).

De acordo com Amaral (2015) um tratamento rejuvenescedor eficaz utilizando óleos essenciais deve associar, depois da higienização da pele, uma máscara de argila que proporcione uma melhora do tônus da pele finalizando com uma massagem com óleos essenciais antirugas. Na estética, as concentrações para aplicação cutânea não podem ser superiores a 2% de óleo essencial diluído em um óleo vegetal carreador, como de semente de uva ou de girassol, ou em um creme base não iônico, ou em máscaras de argila, sendo que nesse caso, a concentração deve ser ainda menor.

Três óleos essenciais para tratamento e prevenção de envelhecimento cutâneo	
Gerânio	Eficaz na redução de manchas de envelhecimento e cicatrizes. Auxilia na uniformização do tom de pele. Recomendado para peles secas, e opacas, pois melhora o tônus, a cor e o brilho natural da pele. Por ser rico em antioxidantes o óleo essencial de gerânio melhora elasticidade e firmeza da prevenindo assim o aparecimento de rugas, sinais de idade e linhas de expressão. Também atua estimulando a circulação sanguínea.
Lavanda	Equilibra a oleosidade, é recomendado para peles com acne, envelhecida, psoríase ou com queimadura. Tem propriedades tônica, anti-inflamatória, adstringente e cicatrizante. Possui propriedades antioxidantes que protegem a pele dos radicais livres, bem como dos danosos raios ultravioletas que causam o envelhecimento extrínseco.
Palma-rosa	Utilizado para tratamento de peles secas, envelhecidas e flácidas. Esse óleo essencial ajuda a reter a umidade nos tecidos mantendo o equilíbrio da hidratação e maciez da pele. Alivia inflamações e alguns outros sintomas de desidratação, é utilizado no tratamento de dermatite, além de curar feridas e estrias na pele. Age também como clareador de manchas da pele. Restabelece o equilíbrio fisiológico da pele e tem imediata ação calmante e refrescante.

Tabela 1- Fonte: Amaral, 2015.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica, através de pesquisa de artigos científicos, obtidos em sites acadêmicos como Scielo, em livros, e-books e também sites. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: aromaterapia, terapias alternativas, envelhecimento cutâneo, óleos essenciais e tratamento de rugas. Como critérios de inclusão foram utilizados artigos e livros cuja temática abordasse o tema proposto e por meio de palavras chave encontradas nos títulos e resumos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Amaral (2015) considera eficaz a utilização da aromaterapia e óleos essenciais em tratamentos estéticos de rejuvenescimento e destaca que existem diversas possibilidades de tratamento envolvendo a aromaterapia.

Ferraz (2018) considera os óleos essenciais grandes aliados aos tratamentos de rejuvenescimento, devido seus benefícios na influência no ritmo de envelhecimento da pele e na melhora da aparência e saúde cutânea.

De acordo com Amaral (2015), um tratamento rejuvenescedor eficaz utilizando óleos essenciais deve associar, depois da higienização da pele, uma máscara de argila que proporcione uma melhora do tônus da pele finalizando com uma massagem com óleos essenciais antirugas.

Amaral (2015) e Ferraz (2018) concordam em relação aos benefícios dos óleos essenciais e que a sua utilização em tratamentos de rejuvenescimento é eficaz e correspondem com os objetivos dos profissionais da estética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da revisão bibliográfica pode-se concluir que os óleos essenciais associados aos tratamentos para diminuição de rugas e linhas de expressão causadas pelo envelhecimento cutâneo são eficientes, pois devido suas propriedades terapêuticas, os óleos essenciais são capazes de melhorar o aspecto e o viço da pele, uniformizando o tom, melhorando a elasticidade e firmeza, mantendo a hidratação, reduzindo a oleosidade e conseqüentemente reduzindo o aspecto de rugas e linhas de expressão. Com base na literatura pesquisada, verificou-se que os óleos essenciais são eficientes também na prevenção do envelhecimento cutâneo, pois alguns óleos apresentam propriedades como proteção UV e função antioxidante, protegendo assim a pele das agressões diárias, sendo elas externas ou internas.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Flávia; STEINER, Denise. **Envelhecimento Cutâneo**. 1ª ed. Editora: GEN. Rio de Janeiro, 2014.

AMARAL, Fernando. **Técnicas de aplicação de óleos essenciais**. Ed. Cengage Learning, São Paulo, 2015.

CEOLIN, T et al. **A inserção das terapias complementares no sistema único de saúde visando o cuidado integral na assistência**. Enfermaria Global. Junho, 2009.

CORAZZA, S. **Aromacologia: uma ciência de muitos cheiros**. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

FERRAZ, André. **13 óleos vegetais e suas incríveis propriedades terapêuticas para a pele**. E-book, 2018.

FERRAZ, André. **Os incríveis benefícios da aromaterapia**. E-book, 2018.

GNATTA, Juliana Rizzo et al. Aromaterapia e enfermagem: concepção histórico-teórica. Revista da escola de enfermagem da USP, São Paulo, 2016, p. 130 a136.

NEUWIRTH, A.; CHAVES, A.L.R.; BETTEGA, J.M.R. **Propriedades dos óleos essenciais de cipreste, lavanda e hortelã-pimenta**. 2008. 13 f. Artigo (Graduação em Cosmetologia e Estética) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2008.

MASCNE: UM ESTUDO DE EFICÁCIA DE PRODUTOS COSMÉTICOS PARA TRATAMENTO DA ACNE PROVOCADA PELO USO DE MASCARA¹

Andressa de Cássia Müller, andressamuller01@outlook.com²

Milena Stefany Alves, milenaalves04@hotmail.com³

Takina dos Santos Poniecinski, takinaponiecinskids@outlook.com⁴

Vilma Aparecida Szymks Pierdorá, Vilma@uniarp.edu.br⁵

Gabriele Basso, estetica@uniarp.edu.br⁶

Talita Regina Granemann Nunes, talita.granemann@uniarp.edu.br⁷

RESUMO: A acne acomete cerca de 80% da população, sendo mais comum na puberdade. O uso frequente de máscaras de proteção em decorrência da pandemia instalada pelo novo Coronavírus, desencadeou em muitas pessoas a “maskne”, um tipo de acne mecânica provocada pela fricção das máscaras com a barreira cutânea. Além de causar dor e desconforto, a maskne pode deixar sequelas como manchas e cicatrizes, que levam a baixa estima e falta de confiança. Sendo assim o presente estudo teve como objetivo estudar um protocolo contendo ativos cosméticos e procedimentos estéticos que visam melhorar o aspecto da pele da paciente voluntária acometida por maskne. Foram quatro semanas de tratamento, onde foram realizadas duas limpezas de pele, com intervalo de quinze dias entre uma e outra, e a aplicação de um kit de cosméticos contendo ativos cosméticos para tratamento de pele acneica, com intervalos de sete dias entre uma aplicação e outra. Obteve-se um resultado positivo, com melhora visível da acne, manchas e oleosidade cutânea.

Palavras-chaves: Acne. Ativos. Cosméticos.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética.

² Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, especialista do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Coordenadora, do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

DESENVOLVIMENTO

Segundo Dal Gobbo (2010), a acne, também conhecida como espinha, é uma doença dermatológica que ataca o folículo pilosebáceo (glândula sebácea) atingindo muitas pessoas em graus e períodos diversos.

De acordo com o Ministério da Saúde (2012) a acne pode ser classificada em: grau I, com pequenos comedões, sem lesões inflamatórias; Grau II apresenta comedões, pápulas e pústulas; Grau III apresenta vermelhidão, comedões, pústulas e lesões dolorosas e profundas com intensa inflamação como cistos; Grau IV comedões, pústulas e grandes lesões císticas, com abscessos e cicatrizes, resultando em uma deformidade cutânea (acne conglobata).

Cada grau requer um tratamento específico que deve ser desenvolvido através de um protocolo criado a partir de consultas individuais de anamnese realizadas por profissionais como esteticistas ou dermatologistas. No entanto todos os graus podem ser agravados por fatores externos, atualmente com a pandemia de covid-19 e o uso excessivo das máscaras pode levar ao aparecimento de "maskne".

Para Ivy Sanches (2020), "maskne", ou em português "Mascne", pode ser definido como acne de origem mecânica, ou seja, causada pelo atrito da máscara com o rosto, especialmente nas áreas como bochechas, queixo e nariz, este atrito aumenta a umidade e a oleosidade do local, assim facilitando a proliferação de bactérias. Para a prevenção é necessário triplicar os cuidados com a pele, mantendo-a limpa e hidratada, e se possível suspendendo a maquiagem nos locais oclusos pela máscara, que caso não venha a ser descartável, tenha um tecido macio que não cause mais irritações, lembrando sempre de higienizar a máscara reutilizável antes do próximo uso.

METODOLOGIA

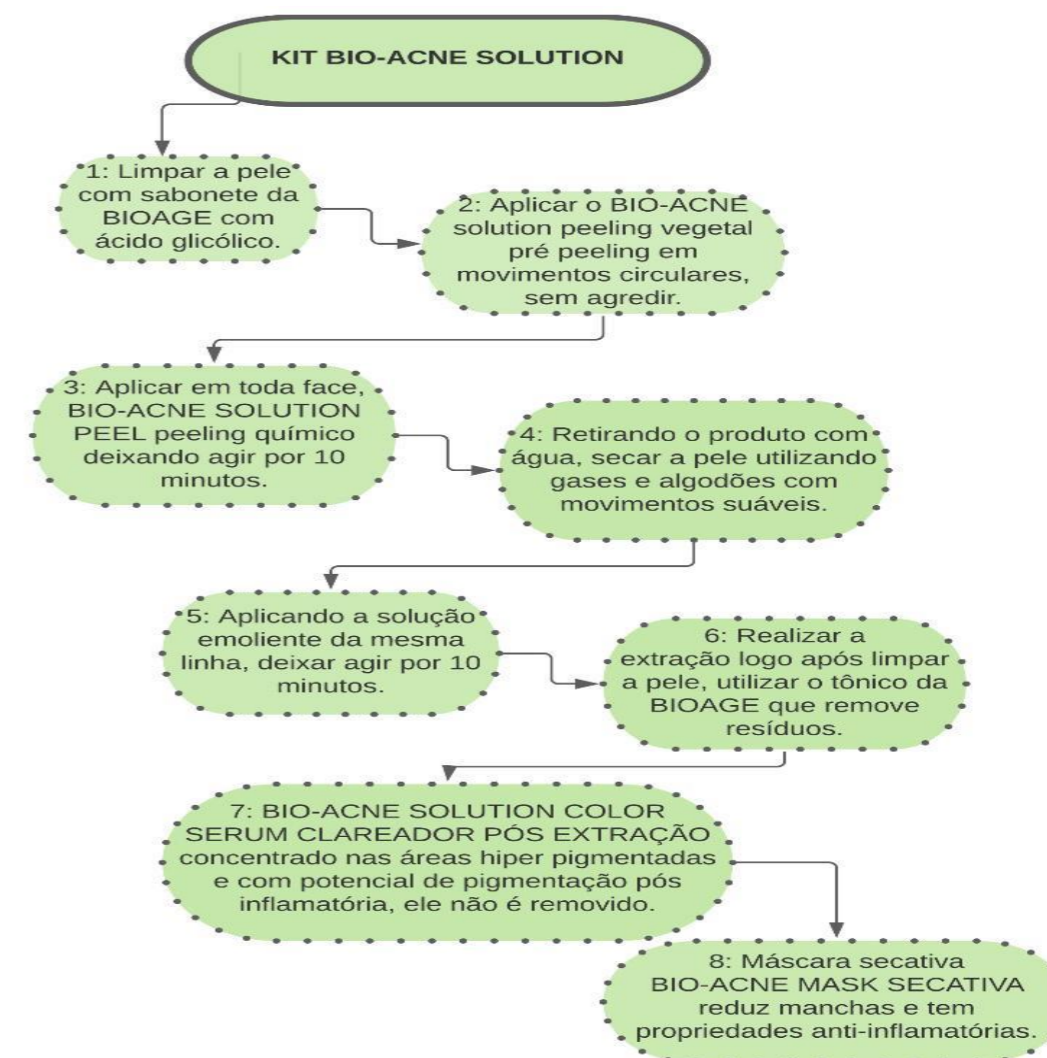
Trata-se de um estudo "pré e pós" tratamento com o uso de ativos. O estudo foi realizado na clínica de estética na Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe-UNIARP. A linha de ativos usados é um tratamento completo para reversão do quadro acneico. Após a avaliação iniciou-se o tratamento com limpeza de pele, antiacne da linha da BIOAGE, EXPERT ACNE SOLUTION. Indicada para peles Acneicas Grau I, II, III e IV.

Essa pesquisa foi realizada com uma paciente voluntária de vinte e um anos de idade que possui acne grau III, agravado com o uso de máscara, identificado através da anamnese.

Após a coleta de dados e entendimento da queixa principal da paciente, realizou-se um estudo da composição dos produtos cosméticos disponibilizados na clínica de estética. O estudo da composição de produtos cosméticos permite a escolha do produto mais adequado e eficiente para o tratamento da queixa principal.

Iniciou-se um protocolo com quatro sessões sendo realizadas uma vez na semana. Para dar início ao tratamento e melhorar a eficácia na permeação dos ativos, foi realizada uma limpeza de pele, cujo procedimento foi repetido ao intervalo de quinze dias. A figura um mostra como foi aplicado o passo a passo deste tratamento.

Figura 1: Fluxograma para revisão da literatura.



Fonte: Os autores (2020)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Notou-se a melhora através de registros pré e pós o tratamento. A pele teve uma boa redução de manchas, oleosidade e cistos. Já a aplicação do kit BIO-ACNE solution manteve um intervalo de sete dias entre uma aplicação e outra.

O sabonete da BIOAGE com ácido glicólico, que ajuda a remover as células mortas da pele, acelerando a renovação celular e promovendo rejuvenescimento da pele, em seguida aplicar o BIO-ACNE solution peeling vegetal pré-peeling, ajudando a preparar a pele para receber ativos como, alantoina e ácido salicílico que afinam a camada córnea da pele pois contribuem na ação queratolítica, licopeno que combate radicais livres, óleo essencial de sândalo que tem ação de purificar e renovar a pele.

Tônico da BIOAGE possui extrato de Tília, que promove ação refrescante diminuindo a vermelhidão, camomila que apresenta efeito calmante sobre a pele suavizando o inchaço, e Aloe Vera que é cicatrizante, anestésico, hidratante. Dando

sequência com o BIO-ACNE SOLUTION COLOR SERUM CLAREADOR PÓS EXTRAÇÃO. Apresenta ácidos Láticos, Mandélico e kójico que tratam a acne de forma eficaz, ativos clareadores e dermawhite que inibe a tirosinase.

A máscara secativa BIO-ACNE MASK SECATIVA que contém óleo De Rosa Mosqueta que reduz manchas e tem propriedades anti- inflamatórias e ácido salicílico com ação antioxidante. Quanto a “maskne” foi recomendado que a paciente não use maquiagem nos locais oclusos e troque a máscara, que deve ter um tecido macio, a cada seis horas de uso, além de manter o rosto limpo e hidratado.

Nota se através da figura dois a grande diferença entre o antes e o depois do tratamento. Nas quais a figura (a) demonstra o rosto debilitado da paciente voluntária, antes de iniciar o tratamento, já na figura (b) notasse que a pele apresenta um número bem menor de acne e manchas, já com um aspecto de pele saudável.

Figura 2: Antes e depois do tratamento com o kit BIO-ACNE solution.



(a) Antes de iniciar o tratamento

(b) Após o tratamento

FONTE: Os autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o profissional possa montar um protocolo de tratamento, é necessário buscar conhecer e identificar o tipo de pele e lesões presentes, para assim, usar os ativos adequados. A paciente apresentava muitos nódulos internos, o que dificultava no momento de extração. O tratamento buscou reduzir a oleosidade da pele e melhorar seu aspecto. Os resultados foram satisfatórios, houve diminuição de lesões e clareamento das manchas de acne, melhorando a auto estima da paciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS
Agradecemos a instituição UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- Campus Caçador-SC, e ao curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, assim como todos os seus coordenadores e professores que compactuaram para com a realização desse projeto.

REFERENCIAS

BRASIL, M. da S. et al. Ministério da Saúde. **Portaria MS**, v. 2914, p. 12, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/> Acesso 01, Nov 2020.

BIOAGE: BIO BRANDS FRANCHISING GESTAO DE MARCAS- 20.937.822/0001-00 Disponível em <https://www.bioage.com.br/> Acesso em: 01 Nov.2020.

BRENNER, Fabiane Mulinari et al. Acne: um tratamento para cada paciente. **Revista de Ciências Médicas**, v. 15, n. 3, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1117-2248-1-SM.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

GALEMBECK, Fernando; CSORDAS, Yara. Cosméticos: a química da beleza. **Coordenação Central de Educação à Distância**, 2009. Disponível em: <http://old.agracadaquimica.com.br/quimica/arealegal/outros/175.pdf> . Acesso em 01 Nov.2020.

GOMOLIN, Tamar A .; CLINE, Abigail; RUSSO, Marian. Maskne: Exacerbação ou erupção da acne durante a pandemia de COVID-19. **PELE The Journal of Cutaneous Medicine** , v. 4, n. 5, pág. 438-439, 2020. Acesso em: 01 Nov.2020.

NASCIMENTO, Patricia Maris Vedroni Belmar. O USO DE TERAPIA COMBINADA ENTRE ATIVOS COSMÉTICOS ADCOS E HYGIALUX KLD NO TRATAMENTO DE ACNE GRAU III: UM ESTUDO COMPARATIVO. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2015/publicado/artigo0243.pdf> Acesso em: 30 out. 2020

NOS, Protocolo Contendo Ativos Que Interferem; DESTA, Fatores Patogênicos. O USO DA FITOCOSMÉTICA NO COMBATE ÀS LESÕES DE ACNE: Um. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Jessika%20Dutra%20de%20Mira,%20Karen%20Rubria%20Francez.pdf> . Acesso em: 09 out. 2020.

SBCD- Sociedade Brasileira de Cirurgia Dermatológica Disponível em: <https://www.sbcd.org.br/cirurgia-dermatologica/o-que-e-cirurgia-dermatologica/para-sua-pele/acne/> Acesso: 01 Nov 2020.

ASSOCIAÇÃO DA RADIOFREQUÊNCIA E DA VITAMINA C NO TRATAMENTO DE MELASMA, RUGAS E FLACIDEZ FACIAL¹

Cristian Wellington Rozentalski Aimi, cristianaimi1@gmail.com²

Renata Cristina da Silva, recrissilva01@hotmail.com³

Thais Aparecida Repukna, thais_repukna@hotmail.com⁴

Vilma Aparecida Szymks Pierdoná, vilma@uniarp.edu.br⁵

Talita Regina Granemann Nunes, talita.granemann@uniarp.edu.br⁶

Resumo

O melasma é uma discromia comum que resulta em hiperpigmentação da pele com acúmulo de melanina, afetando principalmente as mulheres. A flacidez facial se resulta de um processo natural da pele, devido ao envelhecimento e a diminuição da produção do colágeno que proporciona firmeza e sustentação à pele. Assim como a flacidez, as rugas são causadas pelo envelhecimento e também pelo excesso de expressões faciais. O objetivo do trabalho foi avaliar a eficácia da associação de radiofrequência e cosméticos contendo vitamina C no tratamento de hiperpigmentação do melasma, flacidez e rugas. Foram sessões semanais durante um mês, iniciando com uma limpeza facial, seguida de 2 sessões de radiofrequência e 2 sessões do protocolo efeito pele nova com tecnologia Radiance Bright C de forma intercalada. Como resultado, foi observada melhora visual expressiva do melasma e uma leve alteração positiva na flacidez e nas rugas. A associação da radiofrequência e do protocolo de Vitamina C proporcionou um resultado positivo no tratamento proposto.

Palavras-chave: Melasma. Flacidez. Rugas. Radiofrequência. Vitamina C.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da pele, apesar de lento, é um processo irreversível, que pode ser influenciado por fatores internos ou externos do organismo (KEDE; SABATOVICH, 2004).

Segundo Di Mambro et al. (2005), uma das teorias que explicam o envelhecimento é a teoria dos radicais livres, ao longo dos anos a exposição a agentes externos e hábitos de vida, como a poluição, radiação ultravioleta (RUV), alimentação, uso de drogas lícitas, reduzem a capacidade antioxidante do organismo, além disso a exposição a RUV gera radicais livres que levam ao mau

¹ [O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética.](#)

² [Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe \(UNIARP\).](#)

³ [Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe \(UNIARP\).](#)

⁴ [Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe \(UNIARP\).](#)

⁵ [Professora, especialista do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe \(UNIARP\).](#)

⁶ [Professora, mestre do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe \(UNIARP\).](#)

funcionamento das células ou até mesmo a sua morte, potencializando o processo de envelhecimento cutâneo.

Os radicais livres atacam principalmente os queratinócitos que estão presentes na epiderme e fibroblastos na derme. Os principais sinais do envelhecimento são as rugas, hiperpigmentações, pele seca, perda de luminosidade e ptose tissular (BUCHIL, 2002).

Segundo Ramos & Silva, et al 2009, apud Moreno, et al, 2015, as alterações em que somente a cor da pele se modifica, tendo sua cor natural alterada, recebe o nome de discromias.

Sendo um órgão visível com função de barreira externa, a pele é capaz de refletir distúrbios que acontecem nos órgãos internos. Em condições normais a cor da pele é determinada pela combinação de três fatores: hemoglobina, carotenóides e melanina (KEDE; SABATOVICH, 2009).

Segundo Rebello (2004), cosméticos podem ser naturais ou sintéticos com aplicação destinada às áreas externas de diferentes partes do corpo.

De acordo com Ribeiro (2006), as formulações cosméticas ajudam a diminuir radicais livres, hidratam a pele, clareiam manchas, atenuam rugas e linhas de expressão.

Segundo Ullmann (2008) e Giraldo (2007), a radiofrequência é um aparelho que pode ser utilizado para combater a flacidez facial, age modelando as fibras de colágeno, reduz as rugas, melhora a elasticidade e força da pele.

O objetivo deste estudo foi analisar a eficácia da associação radiofrequência com cosméticos contendo vitamina c para o tratamento de hiperpigmentação, flacidez e rugas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento cutâneo é um processo fisiológico, cronológico, irreversível, e os fatores que influenciam são o intrínseco e o extrínseco. O fator intrínseco está relacionado com a idade, genética e são inevitáveis, causando danos estéticos que incluem ressecamento, rugas, flacidez, pigmentação e lesões proliferativas. Com o passar dos anos a pele perde sua elasticidade, colágeno e suas fibras elásticas, essas alterações provocam o envelhecimento, que é a partir dele que surgem as rugas e linhas de expressão. (GUIRRO, 2004).

Ao contrário do fator intrínseco, o extrínseco é o envelhecimento que está relacionado aos fatores externos como a exposição solar, radicais livres, agressões ambientais, doenças cutâneas, má alimentação, tabagismo e estresse. (WASSERMAN, 2010).

Hoje em dia a busca pelo rejuvenescimento e pela beleza é algo que já se tornou comum. O uso de cosméticos e de inúmeros tratamentos é uma ótima alternativa para o indivíduo sentir-se mais belo e satisfeito, fazendo com que a necessidade de cirurgia plástica não seja cogitada. (SANTOS & BELO, 2000; TEIXEIRA et. al., 2007).

A Vitamina C, por exemplo, é um ativo muito usado em cosméticos que apresenta diversas finalidades de tratamento, entre eles o combate do envelhecimento cutâneo. Tem propriedade antioxidante, despigmentante e estimuladora da síntese de colágeno, auxiliando no combate aos sinais do envelhecimento.

Com todo esse aumento da busca pela beleza, a radiofrequência se destacou por ser um aparelho moderno capaz de combater a flacidez da pele sem provocar

dor. A radiofrequência gera energia e forte calor sobre a camada mais profunda da pele, entre 50 e 60 graus, enquanto na superfície a pele se mantém resfriada e protegida. A mesma inibe a flacidez porque aumenta a temperatura do tecido, fazendo a contração das fibras de colágeno. Outros benefícios são o aumento do metabolismo e uma maior difusão do oxigênio intracelular para o sistema linfático de modo a ser eliminada pelo organismo. (GOMES, 2014). Um dos tratamentos mais procurados é para o melasma, que é caracterizado por manchas na pele, decorrentes de uma hiperpigmentação melânica, onde a causa principal é a radiação ultravioleta. As manchas são localizadas principalmente na face e normalmente possuem cores acastanhadas. Também podem acometer a região cervical, torácica e membros superiores. Os fatores associados ao melasma são genéticos, hormonais, devido ao uso de medicamentos, cosméticos, fatores endócrinopatias e fotoexposição. (MIOT, 2009).

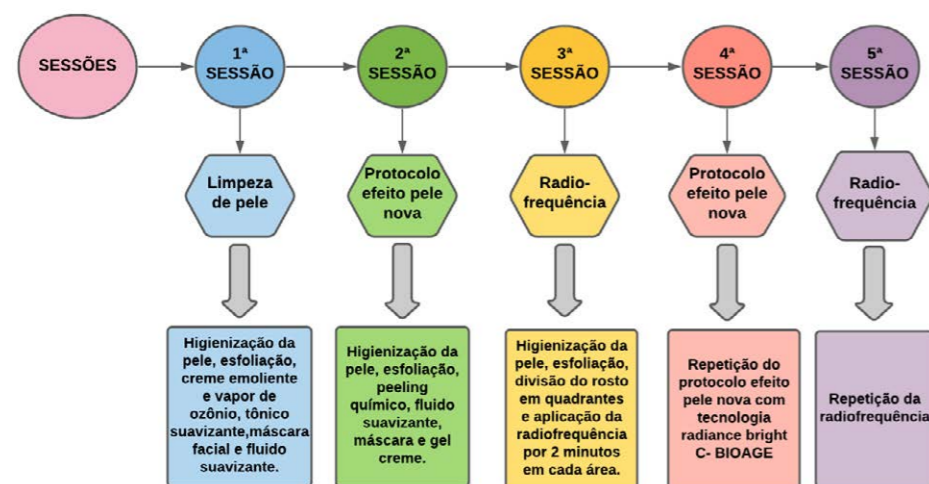
METODOLOGIA

Através de uma ficha de anamnese observou-se que a queixa principal da paciente estava voltada ao melasma encontrado no pescoço e na face, contudo, a flacidez e as rugas também a incomodavam. Com uma avaliação facial foi estabelecido um tratamento específico para o clareamento da mancha, assim como melhora na flacidez e nas rugas.

Após a coleta de dados e entendimento da queixa principal da paciente, realizou-se um estudo da composição dos produtos cosméticos disponibilizados na clínica de estética. O estudo da composição de produtos cosméticos permite a escolha do produto mais adequado e eficiente para o tratamento da queixa principal.

O tratamento foi feito em cinco sessões, uma vez por semana durante um mês na clínica de Estética da UNIARP – Caçador/SC. As sessões seguiram um protocolo específico: a primeira sessão uma limpeza de pele, a segunda sessão aplicação do kit efeito pele nova com vitamina c, a terceira sessão sendo radiofrequência facial, a quarta sessão novamente o kit efeito pele nova e na quinta sessão a radiofrequência. Conforme o fluxograma 1.

Fluxograma 1: Sessões e seus respectivos protocolos para o tratamento do melasma, flacidez e rugas.



Fonte: Os autores (2020)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o tratamento citado acima, observou-se melhora no aspecto e tonalidade da pele assim como um leve clareamento do melasma. As rugas e a flacidez presentes diminuíram, e na palpação facial apresentou-se uma pele levemente mais firme, assim como os ativos ajudaram na hidratação dessa pele. Os produtos utilizados possuem ativos que foram de suma importância para a melhora da mancha.

Quadro 1- Estudo dos Ativos e suas devidas funções nos produtos cosméticos utilizados para o tratamento de melasma, rugas e flacidez facial.

Produto	Função
BIO-NANO C PRÉ PEELING	Potente peeling clareador químico e físico, possuindo nanoesferas de Vitamina C e Tecnologia Radiance Bright C que favorece o afinamento intenso da pele. Alto teor queratolítico proporcionando melhor permeação de ativos.
BIO NANO C PEEL	Peeling químico clareador que favorece a luminosidade, afinamento, revitalização e retexturização da pele.
BIO NANO C MASK	Máscara facial argilosa de ação altamente clareadora e antioxidante, previne envelhecimento precoce, favorecendo o rejuvenescimento.
BIO C RADIANCE 20%	Gel creme de Vitamina C pura estabilizada com elevada permeação percutânea e liberação de Ácido Ascórbico na junção dermoepidermal. Alto poder antioxidante e clareador.

Fonte: site <https://www.bioage.com.br/kit-efeito-pele-nova>

Esse protocolo é uniformizador do tom da pele, potencializa a Vitamina C e proporciona um novo aspecto à pele imediatamente.

A principal limitação foi o tempo reduzido de aplicação do projeto, devido à situação atual que estamos vivendo, tendo um progresso menor, onde o resultado poderia ter sido mais promissor. Contudo, seguem as fotos do antes e depois do tratamento.

Figura 1: fotos iniciais antes do tratamento.



Figura 2: fotos com o tratamento finalizado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar tratamentos estéticos é muito importante começar pela coleta de dados, que foi realizada por meio da ficha de anamnese, à partir desta ficha foi possível montar um protocolo específico para a paciente. Começar procedimentos estéticos com limpeza de pele não é uma regra, mas faz toda a diferença durante o tratamento. É através da assepsia da pele que removemos células mortas, comedões, acne, impurezas e removemos o excesso de oleosidade presente na barreira cutânea, fazendo com que as discromias fiquem mais aparentes e prontas para o tratamento.

A vitamina C é um ativo muito utilizado em protocolos de rejuvenescimento, ela estimula a síntese de colágeno, é antioxidante, despigmentante e retarda o envelhecimento. A radiofrequência é um dos aparelhos mais indicados para o tratamento de flacidez e rugas, pois o calor provocado promove uma contração nas fibras de colágeno, melhorando assim a aparência e sustentação da pele.

O tratamento mostrou-se positivo, com leve melhora em todos os aspectos que se tinha objetivo de tratar. O procedimento realizado em apenas um mês, melhorou a pele da paciente em vários pontos. As manchas clarearam e as rugas e textura da pele melhoraram. O procedimento deve prosseguir por mais tempo para que haja um aumento de resultados positivos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e aos alunos voluntários da pesquisa pela disponibilização dos recursos para finalização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, NOELI. Eficácia da radiofrequência no tratamento de rugas e flacidez facial Revisão Bibliográfica. 2017.

BUCHIL, L. Radicais livres e antioxidantes. *Cosmetics e Toiletries*, v.14 (2): p. 54-57, 2002.

DI MAMBRO, V.M.; MARQUELE, F.D.; FONSECA, M.J.V. Avaliação in-vitro da ação antioxidante em formulações antienvhecimento. *Cosmetics e Toiletries*, v.17 (4), 2005.

DUZ, Livia Maria dos Santos. A utilização da endermoterapia associado à cosmetologia no tratamento da flacidez facial—uma proposta terapêutica. 2012.

GIRALDO, J.C.S. Experiência personal em El manejo de La flaccidez corporal com radiofrequência. *Anais do XVI Congresso Mundial de Medicina Estética*. Argentina: Buenos Aires, Abril 11-14, 2007.

HANDEL, Ana Carolina; MIOT, Luciane Donida Bartoli; MIOT, Hélio Amante. Melasma: uma revisão clínica e epidemiológica. *Anais brasileiros de dermatologia*, v. 89, n. 5, pág. 771-782, 2014.

KEDE, M. P. V.; SABATOVICH, Oleg. **Dermatologia Estética**. 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

RAMOS- E-SILVA, Márcia. **Fundamentos de Dermatologia**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.

Ribeiro C. Cosmetologia aplicada a dermoestética. 1 edição. São Paulo: Pharmabooks Editora; 2006. 149-156 p

SILVA, Marta Viviane Rodrigues da; HANSEN, Dinara Sturzenegger; MEDINA, Tatiana. Radiofrequência no rejuvenescimento facial. **Santa Cruz-RS**, 2012.

SOUZA, Soraya LG et al. Recursos fisioterapêuticos utilizados no tratamento do envelhecimento facial. **Revista Fafibe On Line**, v. 1, n. 3, p. 1-12, 2007.

STADNICK, Tainá Delfino. Estudos dos ativos cosméticos vegetais de uso profissional utilizados no envelhecimento facial. **Tecnologia em Cosmetologia e Estética-Tubarão**, 2019.

ULLMAN, D. Radiofrequência. *Anais do XVI Congresso Mundial de Medicina Estética*. Argentina: Buenos Aires, 2008

FISIOPATOLOGIA DO MELASMA E TRATAMENTOS¹

Diully Nathielly Scolaro²

Gabriela Galvan³

Jéssica Samara França⁴

Maria Eduarda Meier⁵

Ághata Konrad⁶

Resumo– O melasma é considerado um problema de pele, advindo da produção aumentada de melanina e melanocitose. A pele fica repleta de manchas castanhas claras ou escuras, e necessita de cuidados dermatológicos. Neste sentido, este trabalho de pesquisa, tem como objetivo analisar a fisiopatologia do melasma e possíveis tratamentos. O método da pesquisa foi baseado em uma revisão bibliográfica sistemática. Pode-se concluir que a fotoproteção e a utilização de agentes despigmentares ajudam no clareamento e remoção do melasma, entretanto é importante considerar o tipo de lesão e o caso de cada paciente.

Palavras-chave: Fisiopatologia. Melasma. Tratamentos.

INTRODUÇÃO

O melasma é considerado uma dermatose, e é caracterizado pelo excesso de melanina na pele, constituindo-se como um problema de desordem pigmentar, e possui um tratamento complexo e também traz prejuízos estéticos para as mulheres que possuem a doença (MAZON, 2017).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética.

² Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O foco do tratamento do melasma concentra-se no clareamento ou a remoção das manchas, tendo em vista o fato de como a pessoa responde aos tratamentos ministrados (BALAKRISHNAM, LABRO, SODERSTROM, 2014).

É preciso avaliar clinicamente as possibilidades para cada tratamento, o histórico do paciente e também a utilização do índice de gravidade do melasma (MASI) também pode ser considerada uma opção para mensurar as áreas afetadas (TOKARSKI, 2006)

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral de pesquisa: analisar a fisiopatologia do melasma, destacando, seus possíveis tratamentos, considerando a complexidade do problema.

A metodologia utilizada baseou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir de autores clássicos e contemporâneos que discutem a questão da fisiopatologia do melasma e os possíveis tratamentos para cada caso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A melanina é um pigmento biológico determinante para as diferenças de coloração da pele. Este pigmento faz parte da pigmentação cutânea. Para o desenvolvimento da melanina é essencial à tirosina, como aminoácido essencial, que sofre impacto da atuação química da tirosinase (MIOT et al, 2009).

Quando ocorre o fenômeno de aumento da produção aumentada de melanina, pode-se dizer que é uma reação de defesa do organismo contra a exposição e agressões solares. Após o processo de irradiação, os melanossomas presentes no indivíduo se reagrupam, para o núcleo com o objetivo de proteger o material genético da célula. Não se pode deixar de mencionar que também são responsáveis por promover a coloração cutânea e capital, pois a melanina tem a capacidade de filtrar a radiação por meio da difração da luz solar (MACEDO, 2019).

Os melanócitos também tem um papel importante na saúde da pele, são células responsáveis pela pigmentação da pele e dos pelos, dando sua contribuição para a consolidação da tonalidade cutânea, e oferecendo proteção direta contra os danos causados pela radiação ultravioleta (MIOT et al, 2009).

Eles estão localizados na camada basal da epiderme, e também de forma ocasional na derme. É responsável por proteger os dendritos, por meio da camada malpighiana, o lugar em que acontece a transferência dos melanossomas aos queratinócitos, localizados de forma não fixa na epiderme, podendo ser feita

identificação a partir do pequeno desnível feito na posição dos melanócitos, considerando o alinhamento da camada basal, e ocorrendo assim uma projeção em direção a derme (MACEDO, 2019).

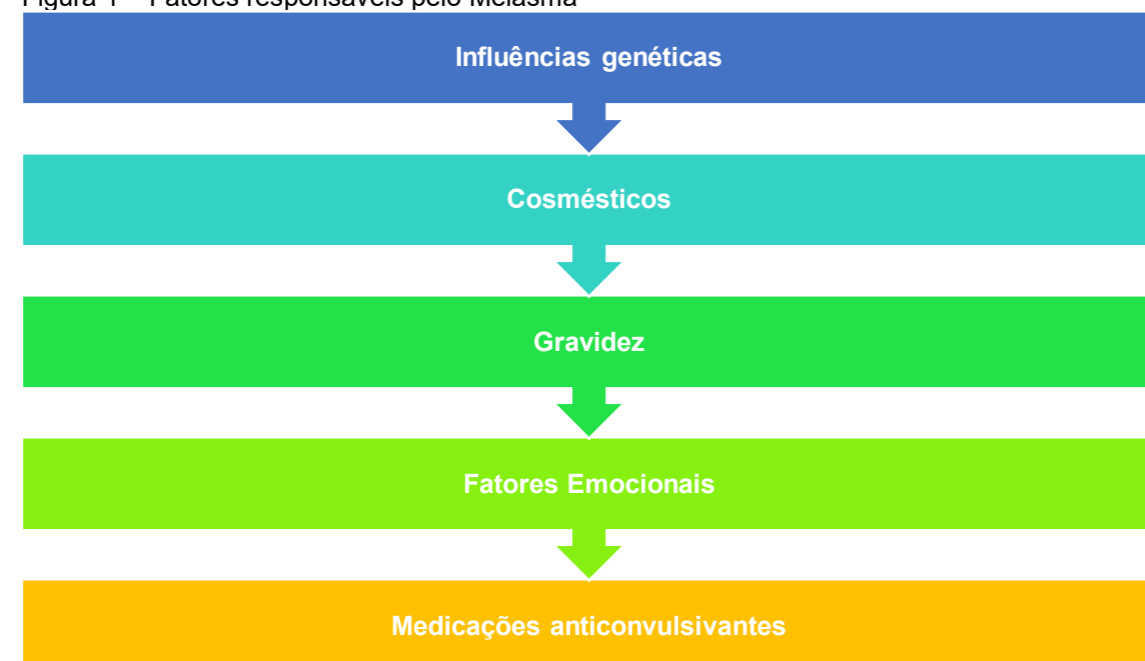
O melasma se manifesta através de uma hiperpigmentação da pele, ocasionada pelo processo da deposição aumentada da melanina. Este problema de saúde torna-se aparente quando se percebe na pele do indivíduo a formação de manchas castanho escuras ou marrom-acinzentadas, com tamanho e formatos irregulares (SOUSA et al, 2020).

Ocorre principalmente na região da face, e é entendida como uma condição crônica e recorrente em mulheres que estão em idade reprodutiva. Pesquisas demonstraram que as pessoas de pele negra estão mais suscetíveis a doença, devido a concentração ativa de melanócitos (SOUSA et al, 2020).

A ocorrência do melasma tem sido considerada um aspecto antiestético na vida das mulheres que possuem a doença, pois devido às alterações da pele, a pessoa acaba tendo seu desempenho profissional e vida social prejudicados, preferindo o isolamento (SOUSA et al, 2020).

Existem diversos fatores que são discutidos na etiologia do melasma. Entretanto, estes aspectos não podem ser caracterizados como causas isoladas da doença, com base em Miot et al (2009), a figura 1, cita esses fatores:

Figura 1 – Fatores responsáveis pelo Melasma



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Miot et al (2009).

Miot et al (2009) destacam que o fator da predisposição genética e a frequente exposição excessiva ao sol sem o devido cuidado, pode contribuir para o aparecimento dos melasmas.

Em relação ao diagnóstico do melasma, ao realizar o exame físico do paciente, considera-se os seguintes padrões clínicos dos melasmas existentes no indivíduo, conforme destaca Balkrishnan, Labro e Soderstrom (2014), na figura 2 a seguir:

Figura 2 – Padrões Clínicos do Melasma



Fonte: Adaptado de Balkrishnan, Labro e Soderstrom (2014).

Existe um índice chamado de gravidade de melasmas (MASI), utilizado para avaliar a intensidade do problema. Este índice divide a face em quatro grandes áreas: fronte, região malar direita, região malar esquerda e mento, utilizando respectivamente os seguintes percentuais: 30%, 30%, 30% e 10% do total que representa a face (TOKARSKI, 2006).

De acordo com Tokarski (2006) são consideradas três variáveis para a medição do índice: 1. Porcentagem da área total envolvido pelo melasma; 2. Escurecimento e 3. Homogeneidade. O cálculo é feito da seguinte maneira: compara-se cada variável para se chegar ao MASI através da soma do grau de escurecimento e homogeneidade, multiplica-se pelo valor das envolvidas e as porcentagens de cada área facial. O cálculo do MASI é representado pela seguinte

fórmula: **MASI** = fronte 0,3 (D+H)A + malar D 0,3 (D+H)A + malar E 0,3 (D+H)A + mento 0,1 (D+H) A.

Em relação aos tipos de tratamento do melasma, pode-se afirmar que o seu objetivo principal é o clareamento das lesões, e também as ações que previnem e reduzem as áreas afetadas por meio dos menores efeitos adversos possíveis, tais como a hiperpigmentação pós-inflamatória, a hipopigmentação das áreas subjacentes e também o desenvolvimento de cicatrizes (MACEDO, 2019).

Cesário (2015) destaca a fotoproteção e a administração de agentes despigmentares tópicos a laser, para poder clarear ou remover as manchas, entretanto o melasma misto e o melasma dérmico tem menor eficácia à terapia. Também são utilizados ativos dermatológicos isolados ou em associação nos tratamentos de hiperpigmentação, peelings, orgânicos e inorgânicos e lasers. Vale ressaltar a importância de se usar protetores solares de amplo espectro e não evitar a exposição solar excessiva, sem tomar os devidos cuidados de proteção.

Em relação a utilização de lasers, para o tratamento do melasma, é importante considerar que a aplicação deste tratamento, possui um impacto nas estruturas da pigmentação da pele que é absorvido e também eliminado pelas nossas células. A principal vantagem da utilização dos lasers é que o pulso é rápido e intenso, ocasionando a quebra do pigmento, sem o aquecimento da pele, entretanto o principal efeito adverso, é que este tratamento pode gerar mais manchas (MAZON, 2017).

No que se refere aos lasers ablativos considera-se uma alternativa útil para o tratamento do melasma, visto que os resultados são melhores, entretanto, é difícil de manter os resultados no longo prazo por causa do problema de hiperpigmentação pós-inflamatória depois que o trabalho é ministrado (MAZON, 2017).

Uma recomendação é que o tratamento físico com lasers só seja utilizado com os pacientes que não tenham respondido ao tratamento primário e cosmético. Vale mencionar que devido ao fato de que as lesões hiperpigmentadas são recorrentes, no tratamento só é possível obter resultados de forma transitória, elas poderão reaparecer novamente (MAZON, 2017).

Vale mencionar que alguns estudos demonstraram que utilização de lasers no tratamento do melasma traz bons resultados, entretanto a eficácia e a segurança ainda são questionadas pela maioria das pesquisas, pois é necessário cada tipo de equipamento e considerar o comprimento da onda emitida e a duração dos pulsos,

para que assim se possa aproveitar suas funcionalidades em relação ao tratamento clínico (MAZON, 2017).

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo elaborado no presente artigo utilizou dos métodos de pesquisa online nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Os descritores utilizados para coleta de dados foram: “fisiopatologia, “melasma”, “tratamentos”, com combinação entre estes, em cada base de dados, para a formação da parte teórico-metodológica no período de setembro a outubro de 2020”.

Para análise dos conceitos contamos com o procedimento da revisão de literatura bibliográfica sobre a fisiopatologia do melasma e seus tratamentos através de um levantamento em artigos publicados, monografia, livros, textos disponíveis no idioma português em periódico no período de 2006 a 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos dados o melasma não é só adquirido através da exposição solar excessiva, mas também devido a fatores genéticos, emocionais, também por uso de cosméticos e anticonvulsivos.

De acordo com o índice de gravidade do melasma (MASI), se identifica sua intensidade, dividindo a face em quatro áreas: fronte, região malar direita, região malar esquerda e mento, fazendo uso respectivamente os seguintes percentuais: 30%, 30%, 30% e 10%, resultando na fórmula: **MASI** = fronte 0,3 (D+H)A + malar D 0,3 (D+H)A + malar E 0,3 (D+H)A + mento 0,1 (D+H) A.

O melasma misto e o melasma dérmico tem menor eficácia em relação aos tratamentos administrados por fotoproteção e a uso de agentes despigmentares tópicos a laser.

O tratamento a laser, em alguns casos pode causar mais manchas, por isso só é indicado caso não se tenha eficácia no tratamento primário e cosmético, tendo em vista também que nenhum resultado é definitivo, a dermatose pode reaparecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Melasma é uma dermatose que provoca prejuízos estéticos e baixa autoestima nas mulheres que o possuem, e que interfere diretamente no desempenho do trabalho e a vida pessoal. O tratamento para o problema é complexo e difícil devido ao caráter crônico e recorrente.

Em relação aos tratamentos disponíveis é preciso considerar a extensão do problema, através da medição da gravidade do melasma pelo MASI, para poder administrar o tratamento mais adequado. O tratamento com lasers produz efeitos adversos, e ainda existem poucas pesquisas para atestar a segurança e eficácia do tratamento.

É importante a prevenção do problema, com a utilização de protetor solar de amplo, e evitar o máximo a exposição a exposição à radiação solar e ultravioleta.



REFERÊNCIAS

BALAKRISHNAN, R.; LABRO, E.; SODERSTROM, N. S. Cost structure and sticky costs. **Journal of Management Accounting Research**, 2014, v. 26, n. 2, p. 91-116.

CESÁRIO, G. R. **Principais ativos utilizados no tratamento do melasma**. Tocantins: Centro Universitário Luterano de Palmas, 2015.

MACEDO, Juliana Rodrigues Bueno de. **Fisiopatologia do melasma**. 2019. 31 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biomedicina Estética, Núcleo de Estudos e Treinamento Ana Carolina Puga, Nepuga, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40459310/N%C3%BAcleo_de_Estudos_e_Treinamento_Ana_Carolina_Puga_NEPUGA_P%C3%B3s_Gradua%C3%A7%C3%A3o_em_Biomedicina_Est%C3%A9tica_FISIOPATOLOGIA_DO_MELASMA. Acesso em: 29 out. 2020.

MAZON, Vanulza de Fátima Pinto. **A utilização do laser no tratamento do melasma**. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 1, n. 1, p. 75-84, 2017, Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/EIP/article/view/1826/914>. Acesso em: 30 out. 2020.

MIOT, Luciane Donida Bartoli et al. **Fisiopatologia do melasma**. An. Bras. Dermatol., Rio de Janeiro, v. 84, n. 6, p. 623-635, dez. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0365-05962009000600008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2020.

SOUSA, Vera Lúcia de Medeiros et al. **Melasma: tratamento com método invasivo**. Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde. 2020; 2 (3), p. 80-86. Disponível em: <http://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/114/106>. Acesso em: 29 out. 2020.

TOKARSKI, M. C. **Proposição de um método de avaliação da evolução do melasma tratado com hidroquinona por meio da análise computadorizada de fotografias digitais**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

ÓLEOS ESSENCIAS NA REDUÇÃO DO STRESS E DA ANSIDADE

Deisiâni Pinheiro Guedes, deisiani.p.guedes89@gmail.com
Mariliza Machado de Lima, marilizamachado09@gmail.com
Sandrieli dos Santos Pegoraro, sandrielipegoraro@gmail.com
Ághata Konrad da Roza, aghata@uniarp.edu.br
Gabriele Basso, estetica@uniarp.edu.br

Resumo– Em 2018, a Aromaterapia foi incluída na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS) do Ministério da Saúde (MS). A aromaterapia é uma prática terapêutica que utiliza as propriedades dos óleos essenciais para recuperar o equilíbrio e a harmonia do organismo. Além disso, ajuda a promover a saúde física, mental e o bem-estar. Os óleos essenciais 100% puros contêm substâncias químicas que atuam no nosso corpo. Assim, restauram as energias curativas e proporcionam o balanceamento entre corpo, mente e espírito. Os óleos essenciais ajudam a aliviar a ansiedade e a depressão. O estresse é um sintoma que muda nosso estado de forma indescritível. Ele pode ser caracterizado por sensações de irritação, medo, desconforto, preocupação, frustração, indignação, nervoso, e ser motivado por diversas razões distintas. A ansiedade é, basicamente, uma resposta do corpo vinda do sistema nervosoautônomo, que age independente do nosso pensamento racional, como um reflexo. O estudo foi feito através de busca online das produções científicas, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e no Google Acadêmico no período de agosto a novembro de 2020.

Palavras-chave: Aromaterapia, Óleos Essenciais, Estresse, Ansiedade e Óleos essenciais na redução do estresse e ansiedade.

INTRODUÇÃO

Em 2018, a Aromaterapia foi incluída na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS) do Ministério da Saúde (MS). Evidências científicas, inclusive, têm mostrado os benefícios do tratamento integrado entre medicina convencional e práticas integrativas e complementares. Antes de qualquer coisa, é importante saber que a aromaterapia trabalha de uma maneira natural e holística. Os óleos essenciais ajudam a aliviar a ansiedade e a depressão. Além disso, podem domar a reação física ao estresse, induzir o sono e intensificar a energia. O objetivo desse trabalho é mostrar a eficácia da aromaterapia em doenças como ansiedade e estresse.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Aromaterapia é uma prática terapêutica que utiliza as propriedades dos óleos essenciais para recuperar o equilíbrio e a harmonia do organismo. Além disso, ajuda a promover a saúde física, mental e o bem-estar. Seus benefícios chamaram a atenção durante a Segunda Guerra Mundial. Com a escassez de antibióticos, os médicos recorreram aos óleos para amenizar os processos de infecção dos pacientes e os resultados foram surpreendentes. De lá pra cá, a aromaterapia vem ganhando muitos adeptos. É uma prática reconhecida pela Organização Mundial da Saúde. Segundo a International Aromatherapy Association, aliás, é uma técnica complementar aos tratamentos de sintomas físicos, mentais, emocionais e do bem-estar geral. Em 2018, a Aromaterapia foi incluída na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS) do Ministério da Saúde (MS). (LIV UP, 2020).

Óleos Essenciais 100% puros contêm substâncias químicas que atuam no nosso corpo. Assim, restauram as energias curativas e proporcionam o balanceamento entre corpo, mente e espírito. Os especialistas defendem a ideia de que, ao inalar os aromas dos óleos, os canais olfativos mandam a mensagem para a parte do sistema nervoso. Esse, por sua vez, é responsável pelas emoções. Portanto, nosso cérebro reage às propriedades aromáticas, modificando o humor ou o estado de espírito de alguém. E não para por aí: a técnica pode ajudar a combater insônia, estresse, ansiedade, dor, depressão, entre outras doenças e desconfortos, por exemplo. Além dos efeitos benéficos na nossa mente, os óleos essenciais têm ainda propriedades bactericidas, antifúngicas, antivirais, entre outros. (BIZZO, Humberto R.; HOVELL, Ana Maria C.; REZENDE, Claudia M, 2009)

Estresse é um sintoma que muda nosso estado de forma indescritível. Ele pode ser caracterizado por sensações de irritação, medo, desconforto, preocupação, frustração, indignação, nervoso, e ser motivado por diversas razões distintas. Além disso, muitas vezes, a causa para o estresse é desconhecida. Quando o estresse interfere na sua vida, tornando difícil passar dias tranquilos por um longo período, ele pode ser mais perigoso tanto para mente quanto para o corpo. Isso acontece porque o estresse também leva a incômodos físicos. (PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Álvaro, 2004).

Ansiedade é uma emoção normal ao ser humano, e surge comumente ao enfrentarmos situações estressantes. Porém, a ansiedade excessiva pode se tornar uma doença (CID 10 F41.1), como o transtorno de ansiedade generalizada, fazendo com que sintamos preocupação e medo extremo diante de situações simples da rotina. A ansiedade é, basicamente, uma resposta do corpo vinda do sistema nervoso autônomo, que age independente do nosso pensamento racional, como um reflexo. Tem a porção simpática, que tem reações de resposta ao estresse, preparando o corpo para fugir ou lutar em uma situação de perigo. A liberação do cortisol também ocorre neste processo, o que traz alguns outros impactos ao corpo, como aumento da gordura corporal, inibição do muco da parede gástrica e trazendo fadiga ao cérebro. (MARGIS, Regina et al, 2003)

Óleos essenciais na redução de estresse e ansiedade Tendo a aromaterapia como um grande aliado ao combate a isso, que têm o poder de ativar a memória e fazer as pessoas se sentirem em um momento específico no passado. Portanto, a aromaterapia utiliza princípios ativos de plantas medicinais aromáticas para equilibrar corpo e mente e é uma terapia alternativa para quem tem sinais de estresse e ansiedade. Existem óleos essenciais capazes de remover antigos sentimentos, que estão armazenados em nossa memória olfativa e que pode contaminar nossa vida. Óleos essenciais para tratar e aliviar sintomas de estresse e ansiedade, Óleo de lavanda, esse óleo ajuda no equilíbrio das emoções e causa um estado de calma imediato. Óleo de hortelã controla as emoções aumenta a paciência e diminui a irritabilidade. Óleo de camomila é um poderoso calmante, alivia angústia, amargura, irritação, tristeza e depressão. Óleo de Bergamota: tem propriedades terapêuticas e medicinais são antisséptico, analgésico, digestivo e bactericida, são utilizados para combater o estresse pelos seus efeitos sedativos e energizante. Aromas que aliviam estresse, lavanda, camomila, melissa e outros. (LYRA, Cassandra Santantonio de; NAKAI, Larissa Sayuri; MARQUES, Amélia Pasqual, 2010)

METODOLOGIA

O trabalho corresponde a uma revisão de literatura sobre efeito da aromaterapia no alívio da ansiedade e estresse. O estudo foi feito através de busca online das produções científicas sobre Aromaterapia, Óleos Essenciais, Estresse, Ansiedade,

Óleos essenciais na redução de estresse, Óleos essenciais na redução da ansiedade nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) no período de agosto a novembro de 2020. Os descritores utilizados foram respectivamente: “aromaterapia” e “terapias complementares” “Aromaterapia”, “Óleos Essenciais”, “Estresse”, “Ansiedade”, “Óleos essenciais na redução de estresse”, “Óleos essenciais na redução da ansiedade”. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos que explicavam melhor sobre o conteúdo, artigos completos captados gratuitamente; textos disponíveis no idioma Português. Foram excluídos do estudo artigos científicos repetidos, e artigos nos idiomas de Espanhol e Inglês.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo do que diz Lyra (2009), após a inalação, ocorre a ativação do sistema olfatório, por parte do bulbo e nervos olfativos, tendo um direcionamento ao Sistema Nervoso Central (SNC), estimulando o Sistema Límbico, que dentre as suas funções é responsável pelo controle emocional. Em concordância, Silva (2004), expressa a grande ação dos óleos essenciais de Lavanda (*Lavandula officinalis*) e Gerânio (*Pelargonium graveolens*) no SNC, por conterem substâncias quimicamente similares ao grupo funcional Éster, sendo tranquilizante, equilibrante e calmante. Já Price, desde 2002, pontua de forma bem mais ampla que Silva (2004), os efeitos do aroma da Lavanda atuando no: estresse, melancolia, depressão, debilidade, raiva, medo, ciúme, culpa, apatia, mudança de humor, confusão, timidez e divagação. Assim, bem como o Gerânio, agindo na ansiedade, agitação debilidade, fadiga nervosa e mental, raiva, medo, desequilíbrio nervoso e mudança de humor causada por alteração hormonal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ansiedade e o estresse sendo um estado emocional, que apresenta componentes tanto psicológicos como fisiológicos, que fazem parte do conjunto das experiências humanas que estimulam o desempenho. Mesmo a aromaterapia sendo com produtos naturais pois possuem diversas ações sobre o organismo como, sonolência, ansiolítica, anti-inflamatória, antidepressiva e outras. Pode ser observado que a aromaterapia tem seus efeitos significativamente positivos no

auxílio do tratamento da ansiedade. Porém com o auxílio de diversos óleos essenciais, que podem ser colocados no tratamento.

REFERÊNCIAS

BIZZO, Humberto R.; HOVELL, Ana Maria C.; REZENDE, Claudia M. Óleos essenciais no Brasil: aspectos gerais, desenvolvimento e perspectivas. **Química Nova**, v. 32, n. 3, p. 588-594, 2009.

LIV UP, Aromaterapia: entenda par que serve e como fazer. **Blog da liv up**, abril 28, 2020

LYRA, Cassandra Santantonio de; NAKAI, Larissa Sayuri; MARQUES, Amélia Pasqual. Eficácia da aromaterapia na redução de níveis de estresse e ansiedade em alunos de graduação da área da saúde: estudo preliminar. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 13-17, 2010.

MARGIS, Regina et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, p. 65-74, 2003.

PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Álvaro. Validação da escala de estresse no trabalho. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, n. 1, p. 45-52, 2004.

O USO DA CENTELLA ASIÁTICA NO TRATAMENTO DO FIBRO EDEMA GELÓIDE¹

Andressa Schulze Cordeiro, dressaschulze@gmail.com²

Angélica de Souza, angelicadsouza111@gmail.com³

Fernanda da Luz Martins, fer.martins.luz@gmail.com⁴

Ághata Konrad da Roza, aghata@uniarp.edu.br⁵

Resumo- O fibro edema gelóide é caracterizado por pequenas depressões na pele, trata-se de uma desordem no tecido dérmico, causada por um acúmulo de gordura sob a pele. Alguns tratamentos são eficazes para essa afecção da pele, é o caso do uso de fitocosméticos. O presente trabalho tem como objetivo estudar o uso de uma terapia complementar aliada aos tratamentos estéticos para o FEG. A terapia complementar escolhida foi a fitoterapia e como ativo natural escolhemos a Centella Asiática. Com base em estudos, foi possível comprovar a grande atuação da Centella no tratamento, devido a suas funções produzirem um grande efeito em relação à fisiopatologia do FEG.

Palavras-chave: Fitoterapia. Fibro edema gelóide. Centella asiática.

INTRODUÇÃO

O fibro edema gelóide, popularmente conhecido como celulite, é uma desordem dos tecidos dérmicos com maior incidência no sexo feminino após a puberdade e possui origem multifatorial, sendo alguns deles: alterações hormonais e anatômicas (AFONSO et al., 2010; DAVID; PAULA; SCHNEIDER, 2011; KRUPPEK; COSTA, 2012; HUSCHER; LESSMANN; FERENS, 2015 apud ALBRECHT et al., 2019). Existem alguns tratamentos, que podem envolver equipamentos estéticos e formulações cosméticas, como o uso do ativo Centella asiática (CHRISTENSEN, 2014 apud ALBRECHT et al., 2019).

A fitoterapia é conhecida como o estudo e a aplicação de princípios ativos extraídos de materiais vegetais (ARAÚJO et al., 2010 apud RUIVO 2012). Fitocosméticos são, portanto, preparações compostas por substâncias naturais (COMISSÃO EUROPEIA, 1993 apud RUIVO, 2012).

A Centella asiática é um exemplo desses ativos naturais, ela é uma erva da família Apiaceae, encontrada em regiões quentes como China, Indonésia, América do Sul e Tailândia (WHO, 1999 apud MELO, 2007). Ela é bem conhecida na medicina tradicional chinesa e possui efeito comprovado no tratamento do fibro

¹O presente trabalho refere-se à atividade de projeto integrador da 4ª fase do curso de tecnologia em estética e cosmética.

²Andressa Schulze Cordeiro, acadêmica do curso de tecnologia em estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³Angélica de Souza, acadêmica do curso de tecnologia em estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴Fernanda da Luz Martins, acadêmica do curso de tecnologia em estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora, do curso de Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

edema gelóide. Com base em estudos foi confirmado que seus ativos aceleram a integração e o metabolismo de aminoácidos de estruturação do colágeno, além de favorecer a microcirculação (GOLDMAN et al., 2006 apud FERREIRA;TORRES, 2017).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com GERBER, 1988, o que atualmente é considerada boa saúde é um estado de neutralidade, de "ausência de sintomas", em que não existem problemas identificáveis. O estado de neutralidade é diferente de bem-estar, que é o objetivo da medicina holística, para a qual o homem encontra-se em um estado ótimo de integração entre os elementos do corpo, da mente e do espírito.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), práticas não convencionais de saúde, estão ganhando espaço no tratamento complementar às terapias com medicamentos alopáticos, um exemplo dessas práticas é a fitoterapia (PINTO, 2018). A fitoterapia é conhecida como o estudo e a aplicação de princípios ativos extraídos de materiais vegetais (ARAUJO et al, 2010 apud RUIVO,2012). Fitocosméticos são, portanto, preparações de produtos de origem natural para prevenir ou curar uma patologia (COMISSÃO EUROPEIA, 1993 apud RUIVO, 2012). Os princípios ativos podem estar apresentados na forma de óleo essencial, óleo ou extrato (SIMÃO, 2019). Um fitocosmético pode ser utilizado em diversas partes superficiais do corpo, principalmente na epiderme. Além disso, são formulados com a finalidade de limpar, proteger, perfumar, modificar aspecto entre outras funções. As formulações cosméticas com o uso de ativos naturais podem ser variadas, as mais comuns são, cremes, pomadas, géis e loções (SIMÃO, 2019).

Os cosméticos à base de creme podem ser considerados sólidos ou semissólidos, e possuem uma alta viscosidade. Os cremes são formulados à partir de uma fase oleosa e uma fase aquosa, as quais são imiscíveis e para juntá-las é necessário um tensoativo, substância capaz de alterar a tensão superficial dos líquidos e formar emulsões. Um exemplo de cosméticos são os hidratantes, e um exemplo de medicamento de uso tópico, são os anti-inflamatórios (MARTINS, 2017).

Para pessoas com pele oleosa ou acneica, o ideal são cosméticos à base de gel, pois essa fórmula irá oferecer hidratação sem deixar a pele com aspecto oleoso. O gel é considerado um semissólido e geralmente é incolor (MARTINS, 2017).

As loções são fórmulas com baixa viscosidade e consistência mais líquida em relação ao creme. Em sua formulação há uma maior quantidade de água, o que permite uma aplicação mais suave e uma absorção mais rápida pela pele, sem necessitar muita fricção ao espalhar. Já as pomadas são produtos semissólidos com consistência mais grossa em relação aos cremes, pois seu conteúdo aquoso é menor. Além disso, as pomadas possuem uma natureza oclusiva, fornecendo um selo sobre a pele (MARTINS, 2017).

O fibro edema gelóide (FEG), popularmente conhecido como celulite, é uma desordem dos tecidos dérmicos, caracterizada por pequenas depressões na pele. Apresenta maior incidência no sexo feminino após a puberdade e possui origem multifatorial, sendo alguns deles: alterações hormonais e anatômicas; distribuição do tecido adiposo; e hereditariedade (AFONSO et al., 2010; HUSCHER; LESSMANN;FERENS, 2015 apud ALBRECHT et al., 2019).

O FEG pode ser classificado em quatro formas clínicas: a dura, mais presente em pessoas com boa tonicidade muscular; a flácida, vista em pessoas com flacidez; a edematosa, e a mista, que é uma junção de todas em uma mesma pessoa, mas

em regiões diferentes (BORGES, 2010 apud KRUIPEK,2012). A gravidade de cada uma das formas clínicas é identificada de acordo com os graus (I a IV). O grau I só é visto quando feita uma compressão do tecido; no grau II observa-se depressões sem a compressão do tecido; no grau III é possível identificar um aspecto de "casca de laranja" e pode ser observado com o paciente em qualquer posição, apresenta diminuição da temperatura no local e dor; e no grau IV ocorre as mesmas características do grau III, porém, mais agravadas, podendo até ter alterações circulatória como varizes (BORGES, 2010, apud KRUIPEK, 2012).Esse conhecido aspecto de "casca de laranja" é devido às implicações dermo-hipodérmicas do quadro, a hipertrofia dos adipócitos fica mais visível (GUIRRO; GUIRRO, 2007 apud KRUIPEK, 2012). Essa afecção é muito mais visto em mulheres e tende a ocorrer nas áreas em que a gordura está sob a influência do estrógeno, como quadris, coxas e nádegas (WANNER, 2008 apud AFONSO et al., 2010).

Existem alguns tratamentos para o fibro edema gelóide, que podem envolver equipamentos estéticos e formulações cosméticas. Entre esses cosméticos, destacam-se compostos presentes em extratos vegetais, como a Centella asiática (CHRISTENSEN, 2014 apud ALBRECHT et al., 2019).

A Centella asiática é uma planta de porte herbáceo rasteiro com função medicinal que tem sido usada na medicina popular por centenas de anos e seus compostos ativos incluem triterpenos, alcaloides e tanino (CUNHA et al., 2008 apud RUIVO, 2012). Essa planta é usada por anos na medicina indiana para o tratamento de doenças como asma, lepra, úlceras, eczemas e no tratamento de feridas (CHOPRA et al., 1956; HANDA et al., 1988 apud SILVA, 2008).

Seu principal efeito é acelerar a integração e o metabolismo de lisina e prolina, aminoácidos de estruturação do colágeno, além de favorecer a microcirculação, o que pode levar a redução de edemas. Há estudos que mostraram o impacto de Centella asiática na melhoria da nutrição dos tecidos (GOLDMAN et al., 2006).

A presença dos triterpenos são os principais responsáveis pelos valores medicinais desta planta (LING; MARZIAH, 2000 apud HASHIM et al., 2011). Estudos mostraram que o ácido asiático (componente triterpeno) foi responsável por estimular a síntese de colágeno de fibroblastos humanos (MAQUART et al., 1990 apud HASHIM et al., 2011). Outros estudos mostraram que o extrato de Centella contendo três constituintes triterpênicos(ácido asiático, ácido madecássico e asiaticosídeo) foram capazes de estimular a síntese de colágeno na cultura de fibroblastos da pele (BONTE et al., 1994 apud HASHIM et al., 2011).

Devido à capacidade de estimular o colágeno, a Centella tem sido usada em produtos de cuidados da pele para restaurar a firmeza, elasticidade e melhorar a aparência da pele (LOISEAU; MERCIER, 2000 apud HASHIM et al., 2011).

METODOLOGIA

O trabalho corresponde a uma revisão de literatura sobre o Uso da Centella Asiática no tratamento do Fibro Edema Gelóide. O estudo foi feito através de busca online das produções científicas sobre terapias alternativas, fitoterapia, fitocosméticos, Centella Asiática e Fibro edema gelóide nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Pubmed, livros online e alguns sites no período de Agosto a Novembro de 2020. Os descritores utilizados foram respectivamente: "fitoterapia", "fitocosméticos", "centella asiática" e "fibro edema gelóide". Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos, E-books, sites e monografias publicados em periódicos

no período de 1988 a 2020, artigos completos captados gratuitamente; textos disponíveis nos idiomas Português e Inglês. Foram excluídos do estudo dissertações, teses, bem como artigos científicos repetidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um estudo realizado confirmou a influência dos triterpenos de *C. asiática* no aumento do metabolismo da lisina e da prolina, os aminoácidos que constroem a molécula de colágeno. Além disso, esses compostos aumentaram a síntese de tropocolágeno e mucopolissacarídeo nos tecidos conjuntivos. Os resultados obtidos mostraram o impacto de *C. asiática* na melhoria da nutrição dos tecidos (GOLDMAN et al., 2006)

Os efeitos positivos do tratamento do FEG com o extrato de *Centella* foram confirmados por alguns estudos clínicos que utilizaram diferentes métodos. Um estudo realizado, envolvendo 35 pacientes, avaliou o tamanho dos adipócitos na região glúteo-femoral e na região deltóide. Vinte pessoas que participaram do experimento receberam 60 mg do extrato seco de *C. asiática* por via oral uma vez ao dia, por 90 dias. Outros participantes do grupo experimental tomaram um placebo. Os resultados mostraram que nos pacientes que tomaram o extrato de *Centella*, o diâmetro dos adipócitos diminuiu nas duas regiões do corpo estudadas com predomínio de alterações positivas na região glúteo-femoral (ROSSI; VERGNANINI, 2000).

Um experimento feito com um grupo de 60 pessoas com FEG, foi estudada a influência de uma pomada contendo o extrato de *C. asiática* conhecida como Madecassol®. Esse produto foi aplicado quatro vezes ao dia durante 4 meses. Os resultados mostraram um grande efeito benéfico desse extrato na inibição do progresso do Fibro edema gelóide e uma melhora significativa na condição da pele em 85% dos participantes do experimento (BRINKHAUS et al., 2000).

Outro experimento realizado em 65 pacientes com FEG avançado mostraram que o uso do cosmético Madecassol, juntamente com a redução simultânea da dieta por 3 meses causaram um declínio significativo da celulite em 58% dos pacientes, porém em 20% dos voluntários os efeitos foram apenas satisfatórios (CRAKER; SIMON, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em estudos é possível concluir que a fitoterapia está ganhando espaço entre as terapias complementares. Essa é uma boa opção para os consumidores devido ao fato de se utilizar produtos naturais em seu tratamento. A *Centella asiática* possui algumas contraindicações, como exemplo disso, pessoas com gastrites, gestantes e lactantes. Em relação ao uso do ativo *C. Asiática* para o tratamento de fibro edema gelóide foi constatada sua eficácia, com base no levantamento de dados. Alguns estudos de caso também foram realizados, assim foi possível obter resultados, demonstrando o poder desse fitoativo no tratamento dessa afecção de pele. A *centella asiática* possui funções como: auxiliar na produção de colágeno, ação vasodilatadora efeito drenante, e também possui ação anti-inflamatória, auxiliando na melhora do aspecto “casca de laranja”, presente nesta patologia.

REFERÊNCIAS

AFONSO, João Paulo Junqueira M. et al. Celulite: artigo de revisão. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, v. 2, n. 3, p. 214-219, 2010.

ALBRECHT, Laís De Paula et al. Tratamento do fibro edema gelóide: uma revisão sobre o uso do ultrassom e dos ativos cafeína e centella asiática. **6º Congresso Internacional em Saúde**. Cruz Alta, 2019.

BRINKHAUS, Benno et al. Chemical, pharmacological and clinical profile of the East Asian medical plant *Centella asiatica*. **Phytomedicine**, v. 7, n. 5, pág. 427-448, 2000.

CRAKER, Lyle ; SIMON, James. **Herbs, spices, and medicinal plants: recent advances in botany, horticulture, and pharmacology**, v 1. Psychology Press, 1992.

GERBER R. **Medicina Vibracional: uma medicina para o futuro**. São Paulo: Cultrix; 1988.

GOLDMAN, Mitchel P.; HEXSEL, Doris. **Cellulite: pathophysiology and treatment**. 2 ed, CRC Press, 2010.

HASHIM, Puziah et al. Triterpene composition and bioactivities of *Centella asiatica*. **Molecules**, v. 16, n. 2, p. 1310-1322, 2011.

KRUPEK, Tuane et al. Mecanismo de Ação de Compostos Utilizados na Cosmética para o Tratamento da Gordura Localizada e da Celulite. **Saúde e Pesquisa**, v. 5, n. 3, 2012.

MARTINS, L. F. **Introdução e Fundamentos da Estética e Cosmética**. Porto Alegre: Grupo A, 2017.

MELO, Joabe Gomes de et al. Qualidade de produtos a base de plantas medicinais comercializados no Brasil: castanha-da-índia (*Aesculus hippocastanum* L.), capim limão (*Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf) e centela (*Centella asiatica* (L.) Urban). **Acta Botanica Brasilica**, v. 21, n. 1, p. 27-36, 2007.

PINTO, Hêider Aurélio. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sus**. 2ed. Ministério da Saúde, 2018.

PITTELLA, Frederico et al. Atividades antioxidantes e citotóxicas de *Centella asiatica* (L) Urb. **Jornal internacional de ciências moleculares**, v. 10, n. 9, pág. 3713-3721, 2009.

Rossi, Ana Beatris, Vergnanini André Luiz. Cellulite: a review. **J Eur Acad Dermatol Venereol**, 2000.

RUIVO, Joana Sofia Pais. **Fitocosmética: aplicação de extratos vegetais em Cosmética e Dermatologia**. 2012.

SIMÃO, Daniele. **Cosmetologia Aplicada I**. 1. ed. Porto Alegre, 2019.

MICROAGULHAMENTO NO TRATAMENTO DE ESTRIAS ASSOCIADO À COSMETOLOGIA¹

Carolina dos Santos, carolina-finst@hotmail.com²
Morgana Rodrigues, morgana.rodrigues1296@hotmail.com³
Nathalia Lais da Silva, nathalialaisdasilva14@gmail.com⁴
Suelen Regina Vezolli, suvezolli@icloud.com⁵
Ághata Konrad da Roza, aghata@uniarp.edu.br⁶

RESUMO

As estrias são lesões atróficas ocasionadas pelo rompimento das fibras elásticas e colágeno da camada dérmica. Normalmente são intercaladas, e dependendo da sua fase, possuem coloração rosada ou esbranquiçada, tem prevalência em mulheres, porém não são descartados os casos em homens. Na técnica de microagulhamento é utilizado um aparelho com formato de rolinho, composto de até 200 microagulhas finas de aço inoxidável que causam microlesões, gerando um pequeno processo inflamatório no local, estimulando a proliferação celular, aumentando assim a produção de colágeno, elastina e outras substâncias presentes no tecido, restituindo a integridade da pele. A técnica de microagulhamento leva a resultados satisfatórios, pois além de estimular a produção de colágeno, diminuir a espessura e alterar a coloração da estria, tem ótimos resultados na melhora da autoestima do paciente.

Palavras-chave: Microagulhamento. Dermaroller. Estrias rubras. Estrias albas. Estimulação de colágeno.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, indivíduos que não estão satisfeitos com sua aparência estética, acabam procurando profissionais da área de estética, com o intuito de melhorar suas disfunções, como por exemplo: as estrias. A insatisfação e a busca pelo corpo ideal fazem parte da história da humanidade. As mulheres e homens ignoram a dor em função da vaidade e beleza. Ao longo dos tempos, sentem dor e escravizam o corpo de acordo com os padrões de beleza (FERNANDES, 2006).

As estrias por sua vez são caracterizadas por uma alteração das fibras de colágeno e elastina, que consequentemente altera a pele e pode ser classificada em dois estágios conhecidos

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética.

² Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

como, rubras e atróficas albas. São cicatrizes atróficas que atingem principalmente as mulheres e podem levar a baixa da autoestima.

O sistema de microagulhas aplicado à pele tem o objetivo de gerar múltiplos microcanais, longos o suficiente para atingir a derme e desencadear um estímulo inflamatório que resultaria na produção de colágeno. Após a inflamação causada pelo roller, existem três fases do processo de cicatrização. A técnica de micragulhamento é indicada tanto para estrias albas, quanto para estrias rubras, de qualquer natureza etiológica. Os benefícios desta técnica são: estímulo da formação de um processo de regeneração saudável, aumento da liberação de fatores da espessura da epiderme e da derme levando ao reparo tecidual, melhorando o aspecto estético (NEGRÃO, 2017).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na sociedade atual, o padrão estético imposto traz consigo a busca pela perfeição e quando se refere a pele, as estrias são uma das principais queixas. A pele possui extrema importância, não só na estética, mas também é o principal órgão do corpo humano. Recobre totalmente o corpo, e seus limites são os orifícios externos dos sistemas: auditivo, respiratório, digestório e urogenital. Além de ser algo totalmente ligado a autoimagem, é também um órgão funcional vital ligado à saúde do organismo (BORGES, 2016).

A pele é o maior órgão do corpo humano, extremamente resistente e flexível, sua formação é constituída por três camadas: epiderme, derme e hipoderme (camada subcutânea), cujo apresentam as funções de transpiração, proteção, pigmentação, nutrição, desenvolvimento dos tecidos córneos e defesa (SANT'ANNA, 2003).

Um das principais queixas de lesões na pele são as estrias, que acabam interferindo na autoestima. A estria se caracteriza pela rescisão das fibras elásticas e colágenas, que estão localizadas na derme. Elas se dispõem paralelamente umas às outras e perpendicularmente às linhas de fenda da pele, tendo como tendência distribuir-se simetricamente em ambos os lados” (MENDONÇA, 2011).

Os sintomas iniciais são variáveis, sendo que os primeiros sinais clínicos geralmente são: irritação, coceira, dor, erupção papular plana e levemente rosada. Na fase inicial são denominadas rubras, na seguinte já estão com o processo de formação praticamente estabelecido, aparentemente esbranquiçadas, são denominadas albas (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

A prevalência das estrias ocorre no sexo feminino, principalmente entre os 12 e 14 anos. Nas mulheres a incidência é de 4 a 6 vezes mais frequentes que nos homens (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

O sistema de microagulhas aplicado à pele, tem sido utilizado com o objetivo de criar múltiplas micropuncturas, sendo estas, longas o suficiente para atingir a derme para assim desencadear com o sangramento, estímulo inflamatório que resultaria na produção de colágeno (LIMA, 2013).

O instrumento utilizado para realização do microagulhamento é constituído por um rolo de polietileno encravado por agulhas de aço inoxidável e estéreis, alinhadas simetricamente em fileiras perfazendo um total de 190 (cento e noventa) unidades, em média, variando segundo o fabricante. O comprimento das agulhas se mantém ao longo de toda estrutura do rolo e varia de 0,25mm a 2,5mm de acordo com o modelo (LIMA, 2013).

Este equipamento tem a finalidade dermatológica de induzir a formação de colágeno através de micro lesões provocadas na pele, gerando assim um processo inflamatório local,

fazendo com que aumente o metabolismo celular deste tecido. É utilizada na melhora da aparência das cicatrizes, estrias novas e antigas (MELO, 2018).

Essa técnica vem se destacando no público feminino quando associado as estrias. Suas microagulhas agem estimulando o colágeno da pele e atenuam sinais de envelhecimento, resultando em uma redução de cicatrizes de acne e estrias (VASCONCELOS, 2020).

O Roller é um dos equipamentos, com cerca de 200 agulhas, suas microperfurações na pele é capaz de induzir um processo de inflamação na região, estimulando os fibroblastos, células essas, produtoras de colágeno. Outra consequência desse procedimento é a angiogênese, que é a criação de novos vasos sanguíneos e um aumento da vasodilatação, fazendo com que haja uma melhora na ventilação e nutrição dos tecidos da pele (VASCONCELOS, 2020).

Para realizar o procedimento de microagulhamento, o profissional terá uma série de protocolos a serem seguidos, tais como: (a) desinfetar a pele para diminuir o risco de infecções; (b) anestésiar o local aplicando uma pomada anestésica; (c) deslizar o roller exatamente em cima das estrias em sentidos vertical, horizontal e na diagonal para que as agulhas penetrem uma grande área de estrias; (d) se necessário o terapeuta deve remover o sangue que for surgindo; (e) pode-se resfriar a pele para diminuir inchaço, vermelhidão e desconforto; (f) aplicar uma loção cicatrizante, creme para estrias ou ácido que o profissional achar mais adequado. Se for aplicado ácido em alta concentração, esse deve ser retirado depois de alguns segundos ou minuto, mas quando são aplicados ácidos em forma de sêrum não é preciso retirar; (g) para finalizar é preciso hidratar a pele e usar filtro solar.

O dermaroller estrias não remove as estrias após um ou dois tratamentos, mas quando o processo é repetido, as camadas dérmicas da pele aumentam de espessura e o alongamento gradualmente desaparece, sendo substituído por uma pele saudável e macia (VANDER, 2017).

Cada sessão deverá ter um intervalo de 04 a 05 semanas e os resultados podem ser notados desde a primeira sessão. O procedimento não cria uma ferida profunda na pele, mas as células do corpo são enganadas ao acreditar que a lesão ocorreu, resultando em uma melhor irrigação sanguínea, estimulando a formação de novas células com fator de crescimento, produzindo em maior quantidade o colágeno, quem tem como funcionalidade sustentação da pele por até 06 meses depois do tratamento (PINHEIRO, 2019).

O tratamento é contraindicado para pessoas que tem queloides (cicatrizes volumosas no corpo), se tiver alguma ferida no local a ser tratado, caso esteja em tratamento com remédios que afinam o sangue, aumentando o risco de sangramentos, e também em pessoas em tratamento contra o câncer (VASCONCELOS, 2020).

Após a realização do procedimento, alguns cuidados são necessários: (a) não tomar sol durante o período inflamatório (de 03 a 05 dias); (b) não usar protetor solar; (c) utilizar cremes antirugas, antiestrias e clareadores de pele para potencializar os resultados do tratamento - produtos devem ser recomendados por um especialista; (d) aliar alimentação saudável e prática de atividades físicas (VASCONCELOS, 2020).

METODOLOGIA

O estudo corresponde a uma revisão da literatura científica e coleta de dados em pesquisa virtual no período de julho a novembro de 2020. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos, artigos completos captados gratuitamente; textos disponíveis em redes de web sites no idioma Português. Foram excluídos do estudo dissertações, teses, monografias bem como artigos científicos repetidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tratamento com as agulhas melhora 90% das estrias, sendo muito eficaz reduzindo seu comprimento e largura com poucas sessões (VASCONCELOS, 2020).

Quase todo mundo pode obter grandes resultados usando um rolo dermaroller para estrias sem riscos ou efeitos colaterais. A eficácia do uso do microagulhamento para remoção de estrias e velocidade dos resultados dependerá de vários fatores. Tais como a gravidade das estrias, a frequência e o número total de tratamentos, além da seleção do comprimento correto da agulha e da pele apropriada. soro ou creme (VANDER, 2017).

Resultados são perceptíveis dentro de 3-5 sessões de tratamento e melhora considerável após um ano (com base em um tratamento por mês). As estrias continuarão a desaparecer até um ano após o último tratamento com dermaroller estrias, devido à renovação contínua da pele (VANDER, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o procedimento de microagulhamento associado ao tratamento de estrias é uma técnica com muitas aplicabilidades, cria múltiplas micropuncturas, sendo estas, longas o suficiente para atingir a derme estimulando um processo inflamatório o qual resulta na produção de colágeno.

O seu resultado pode ser notável através da terceira a quinta sessão e sendo totalmente visível dentro de um ano. Essas sessões devem ser aliadas com alguns cuidados após a sua realização, não deverá a pele ser exposta ao sol e nem ser feito uso de protetor solar, conciliar com uma boa alimentação e usar cremes antirugas, antiestrias para potencializar o efeito do procedimento.

REFERÊNCIAS

- BORGES, F.; SCORZA, F. **Terapêutica em Estética: conceitos e técnicas**. São Paulo: Phorte, 2016.
- GUIRRO, E.; GUIRRO, R. **Fisioterapia dermatofuncional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2004.
- LIMA, E. LIMA. TAKANO, D. Microagulhamento: estudo experimental e classificação da injúria provocada. **Revista Sociedade Brasileira de Dermatologia**. vol. 5, n. 2, abr-jun, 2013.
- MELO, B. CARVALHO, D. FRANCO, W. Estudo do Tratamento Cutâneo de Estrias pela Técnica de Microagulhamento. **Revista Saber Científico**, p 4-12, 2018.
- MENDONÇA, R. S. C.; RODRIGUES, G. B. O. As principais alterações dermatológicas em pacientes obesos. **ABCD. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva**, v. 24, n. 1, p. 68-73, 2011.

NEGRÃO, M. M. C. **Microagulhamento: bases fisiológicas e práticas.** 2. ed. São Paulo: Cr8, 2017. 295 p.

PINHEIRO, M. **Microagulhamento para estrias: como funciona e dúvidas comuns.** Disponível em <https://www.tuasaude.com/dermaroller-para-estrias/>. Acessado em 23/10/2020 às 21:19.

SANT'ANNA, P. A.; et al. A expressão de conflitos psíquicos em afecções dermatológicas: um estudo de caso de uma paciente com vitiligo atendida com o jogo de areia. **Psicologia teoria e prática**, São Paulo, v.5, n.1, p.81-96, 2003.

VASCONCELOS, J. **Microagulhamento para estrias.** Disponível em <https://emagrecimentonasauade.com/microagulhamento/para-estrias/>. Acessado em 23/10/2020 às 21:24.

AROMATERAPIA E OS BENEFÍCIOS DOS ÓLEOS ESSENCIAIS

Flávia Karoline Ballico, flaviakaroline.ballico@hotmail.com
Gabriele Amanda Santoro, gabrielesantoro13@gmail.com
Aghata Konrad, aghata@uniarp.edu.br
Gabriele Basso, estetica@uniarp.edu.br

RESUMO

A aromaterapia é a arte e a ciência de usar óleos de plantas em tratamentos dos desequilíbrios, através dos aromas. Na aromaterapia se tem a utilização dos óleos essenciais, que são substâncias sintetizadas, armazenadas e liberadas pelas plantas. Sendo completamente de origem vegetal, eles proporcionam vários benefícios para a saúde.

Palavras-chave: Aromaterapia. Óleos essenciais. Extração dos óleos essenciais. Benefícios dos óleos essenciais.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é um artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Campus de Caçador/SC como Trabalho de SEDEPEX, abordando como tema a aromaterapia, como é feita a extração da mesma e os seus benefícios.

A Aromaterapia foi introduzida por René Maurice da Gatefossé, químico francês e começou a ser propagado em 1964. A aromaterapia é a arte da ciência de usar óleos de plantas em tratamento dos desequilíbrios, através dos aromas. Ela é considerada uma medicina natural, alternativa, preventiva e também curativa.

É um recurso que traz benefícios, promove relaxamento, equilíbrio, auxilia no tratamento da depressão, reduz o stress, eleva o humor, auxilia na cicatrização, clarear manchas, hidratar, ajuda no tratamento de várias doenças e desequilíbrios estéticos. Uma técnica que promove cura, com atestado científico.

Os principais métodos usados em aromaterapia são: a inalação, o banho aromático e a aplicação.

Dentro da aromaterapia utiliza-se os óleos essenciais, sendo eles encontrados em várias plantas, em folhas, flores, raízes, casca, caule e sementes. Encontram-se em forma de pequenas gotas entre as células das plantas, onde atuam como hormônios reguladores e catalisadores. Existe vários métodos de extração desses óleos, os principais são destilação, prensagem, maceração e enfloração.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A palavra "Aroma" se refere ao cheiro e terapia a cura (LASZLO,2010).

O termo aromaterapia foi introduzido pelo químico e francês René Maurice de Gatefossé e começou a ser expandido em 1964. Aromaterapia é a arte e a ciência de usar óleos de plantas em tratamento dos desequilíbrios, através dos aromas. É considerada medicina natural, preventiva, alternativa e também curativa (CORAZZA, 2002).

A aromaterapia vale-se dos poderes de cura do mundo das plantas, mas em vez de usar toda a planta ou parte dela, somente o óleo aromático é utilizado. Essa substância aromática é encontrada em pequenas glândulas localizadas tanto nas partes mais externas quanto nas partes mais centrais das raízes, caule, folhas, flores ou frutos de uma planta. (PRICE,1999).

Os principais métodos usados em aromaterapia são: a inalação, o banho aromático e a aplicação (MORRIS, 2002).

Os aromas constituem o nosso contato mais próximo da natureza e têm o poder de nos predispor ao sono, ao estado de alerta, à criatividade, à irritabilidade e à criação, entre outros, pois o olfato é o mais antigo e o mais desconhecido dentre os sentidos desenvolvidos pelo homem. (CORAZZA, 2002).

É um recurso que traz benefícios, promove relaxamento, equilíbrio, auxilia no tratamento da depressão, reduz o stress, eleva o humor, auxilia na cicatrização, clarear manchas, hidratar, e também ajuda em várias doenças, desequilíbrios estéticos. Uma técnica que promove cura, com atestado científico (MORRIS, 2002).

Atualmente a Aromaterapia é muito reconhecida e empregada em muitos países, sendo um método extremamente eficaz de terapêutica. Em se tratando do conhecimento e avanço na área, a Inglaterra e a França são os países que mais se destacam, com trabalhos ótimos, sérios e de qualidade. Vale ressaltar que na Inglaterra existe um conselho de Aromaterapia, e na França existem faculdades que possuem a disciplina “Aromaterapia” nos cursos de medicina (BUCKLE, 2002).

Um procedimento convencional na Aromaterapia é o de diluir óleo essencial em óleo vegetal, por exemplo, o de lavanda com semente de uva e adicioná-los a um banho quente para relaxar (MORRIS, 2002).

Os óleos essenciais tem uma grande utilização nas indústrias alimentícias, de cosméticos, perfumaria e de higiene e limpeza. Na aromaterapia, os óleos essenciais podem ser ingeridos em sua forma pura ou então diluídos em álcool. Externamente, podem ser usados em fitas, massagens e inalações e como ingredientes de inúmeros cosméticos e perfumes (SVENDSEN; SCHEFFER, 1985).

Um óleo essencial pode ser definido com seu material variável presente nas plantas, com características em seu odor e fragrância, que consiste em compostos orgânicos, obtidos de uma mesma família de terpenóides. Usualmente, é um líquido menos denso que a água, mas mais viscoso que ela a condições ambientes (CHAVES,2007).

De acordo com Svendsen e Scheffer (1985), os óleos essenciais podem ser encontrados em várias plantas, em folhas, flores, raízes, casca, caule e sementes. Encontram-se em forma de pequenas gotas entre as células das plantas, onde atuam como hormônios reguladores e catalisadores.

Óleos essenciais apresentam diferentes propriedades biológicas como: ação larvicida, fungicida, antioxidante, analgésica, anti-inflamatória e atividade antitumoral (CARMO, 2008; SILVA, 2008; MENDES, 2010; WANNES, 2010).

Para se ter um melhor uso dos óleos essenciais utilizam-se métodos de aplicação distintos e apropriados para cada caso. As formas de uso mais utilizadas são: banho de imersão, banho de assento, banho de imersão, compressa fria, compressa quente, loções e cremes, fricção, difusão, inalação, massagem, pulverização e puros (CHAVES,2007).

Nos últimos anos, a demanda internacional por óleos essenciais obtidos por meio das matérias-primas vegetais tem aumentado o interesse por novos métodos de extração, visando melhorar a qualidade dos extratos obtidos pelas plantas, e também baixar custos operacionais de processo (MENDES, 2010).

Os principais métodos para extração dos óleos essenciais são a destilação, prensagem, maceração e enfloração (CHAVES,2007).

Destilação: É o principal método de extração, este processo se realiza em um destilador, onde as partes secas ou frescas da planta são colocadas. A planta é aquecida, colocando-a na água, que então é fervida (destilação direta), ou colocando ela em uma grade e aquecendo então a água que está por baixo, de modo que o vapor passe através dela (destilação a vapor) (DAVIS, 1996; CORAZZA, 2002).

Prensagem: Conhecido também por "expressão " ou por "processo da esponja", é utilizado na Sicília (Itália) para extrair os óleos essenciais cítricos. As frutas cítricas são cortadas ao meio e as polpas são separadas das cascas, essas cascas são deixadas imersas na água por horas. Depois comprime-se as cascas com as mãos em cima de esponjas que absorvem o sumo das frutas, diluindo em água. Já a prensagem feita por máquina se tem o mesmo resultado (SILVA, 2001).

Maceração: Neste processo as flores e folhas são esmagadas até o ponto inicial da ruptura das glândulas das células. Logo após são colocadas em gordura purificada e inodora, ou em óleo vegetal quente. Para adquirir a concentração do óleo coloca-se uma nova massa vegetal de folhas e flores do primeiro óleo vegetal que já está aromatizado, aquecendo-o novamente em 30°C e então ele fica macerando, isso deve se repetir até alcançar a concentração de óleo essencial desejado (SILVA, 2001).

Enfloração: É utilizado para extração de flores com baixo teor de óleos essenciais, ou muito delicadas que não podem ser destiladas a vapor. É um processo demorado, rudimentar e de rendimento baixo (CORAZZA, 2002).

No método de enfloração é colocado uma camada de pétalas sobre uma camada de banha ou gordura depurada que repousa sobre uma placa de vidro, essa gordura absorve os óleos essenciais. Este processo é repetido e as folhas de vidro são enfileiradas em estrutura de madeira de chassi. As pétalas murchas são removidas e substituídas por novas e frescas, este processo se repete até que a gordura tenha absorvido todo óleo essencial possível (DAVIS, 1996).

O óleo essencial de lavanda, possui propriedades antidepressivas, anti-inflamatórias, antibacterianas, relaxantes, sedativas, descongestionante, tonificantes, antivirais e calmantes, é eficaz no tratamento de mais de setenta problemas de saúde; O óleo de Alecrim é um agente analgésico não muito sedativo, que ajuda a amenizar a gota, a dor reumática e o cansaço muscular por excesso de esforço. É um elemento tonificante para o coração e um estimulante cardíaco valioso, normalizando a pressão arterial em caso de hipotensão. Óleo essencial de laranja: auxilia a absorção de vitamina C, cuja ação pode prevenir infecções por vírus. Parece ser benéfico para casos de resfriado, bronquite e febre, fazendo baixar a temperatura do organismo. Ajuda na formação de colágeno, vital para o crescimento e renovação dos tecidos do corpo. E esta propriedade, aliada a sua natureza relaxante, parece ser um paliativo eficaz para dores e inflamação musculares e também para fragilidade óssea. Sua natureza relaxante pode ser benéfica para casos de insônia decorrentes de ansiedade. Também há a possibilidade de baixar as taxas de colesterol no sangue (WANNES, 2010).

Óleo essencial de Hortelã pimenta: Tem um efeito relaxante e levemente anestésico sobre os músculos de estômago. Parece ser benéfico para combater a intoxicação alimentar e tratar casos de vômito, diarreia e prisão de ventre, flatulência, mau hálito, cólica, cálculos biliares e náusea, além de enjôo em viagens. Pode ser útil em caso de distúrbios renais e hepáticos (BYSAMIA,2020).

3 METODOLOGIA

O trabalho corresponde a uma revisão de literatura sobre os benefícios que a aromaterapia pode trazer ao nosso bem estar físico e mental. O estudo foi feito através de busca online das produções científicas sobre aromaterapia nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) no período de setembro a novembro de 2020. Os descritores utilizados como critérios de inclusão: Aromaterapia; óleos essenciais; extração dos óleos essenciais; benefícios dos óleos essenciais. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos no período de 2003 a 2015, artigos completos e captados gratuitamente; textos disponíveis no

idioma Português, Espanhol e Inglês. Foram excluídos do estudo dissertações, teses, monografias bem como artigos científicos repetidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudos mostraram que o estado de humor do indivíduo pode interferir na sua avaliação de um aroma: um aroma "neutro" de álcool pode ser considerado desagradável quando o indivíduo está de mau humor (CHEN; DALTON, 2005; HER, 2007, 2009).

Assim, traços de personalidade também podem interferir na resposta aromas (CHEN; DALTON, 2005).

Já os óleos essenciais são definidos como o material volátil presente nas plantas, com odor e fragrância característicos. Usualmente, é um líquido menos denso que a água, mais viscoso que ela a condições ambientes (CHAVES,2007). Composto basicamente de mono e sequiterpenos e de fenilpropanoides, metabólicos que conferem suas características organolépticas (STEFFANI,2003; BIZZO, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As moléculas presentes nos óleos penetram diretamente no sistema límbico, que é responsável por regular nossos sentimentos, emoções, a memória e a energia física. Os benefícios do mesmo contribui de forma extremamente satisfatória em processos terapêuticos, pois, ao conhecer seus princípios ativos, descobrimos suas potencialidades e os motivos que fazem o ser humano se sentir melhor.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D.; SILVA E. Os efeitos da massagem relaxante associada a aromaterapia no tratamento da depressão, **Revista científica do Unisalesiano**. n.13, p.209-224, dez./2015. Disponível em: <http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no13/artigo7.pdf>. Acesso em: 24-082020.

ANDREI, P.; COMUNE, A. Aromaterapia e suas aplicações, **Cadernos Centro Universitário S. Camilo**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 57-68, out./dez. 2005. Disponível em: http://www.saocamilosp.br/pdf/cadernos/36/07_aromaterapia.pdf. Acesso em: 24-092020.

AVELAR, C.; VEIGA, R. Como entender a vaidade feminina utilizando a autoestima e a personalidade. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 4, p. 338-349, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/30022>. Acesso em: 24 set. 2020.

BIZZO, H., REZENDE, A. M. C. H. E. C. M. Óleos essenciais no Brasil: Aspectos gerais, desenvolvimento e perspectivas. **Quím. Nova** v. 32, n. 3, p. 588- 594, abr./2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/qn/v32n3/a05v32n3.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

BARBOSA, K. B. F et al. Estresse oxidativo: conceito, implicações e fatores modulatórios; **Rev. Nutr.** v. 23, n. 4, p. 629-643, ago./2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rn/v23n4/v23n4a13.pdf> Acesso em: 24 set. 2020.

LYRA, C. S. D; NAKAI, L.; MARQUES, A. Eficácia da aromaterapia na redução de níveis de estresse e ansiedade em alunos de graduação da área da saúde: estudo preliminar.

Fisioterapia e Pesquisa, v. 17, n.1, p. 137, mar/2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fp/v17n1/03.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

MARGIS, R. et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade; **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n.1, p.65-74, abr./2003. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010181082003000400008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 24 set. 2020.

SACCO, P.; FERREIRA, G.; SILVA, A. Aromaterapia no auxílio do combate as estresse: bem estar e qualidade de vida, **Revista Científica da FHO|UNIARARAS**, v.3, p.54-62, 2015. Disponível em: http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.6-014-2015.pdf. Acesso em: 20-08-2020.

TRANCOSO, M. Projeto Óleos Essenciais: extração, importância e aplicações no cotidiano, **Revista Práxis**, n. 9, p. 90-95, 2013. Disponível em:

<http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/09/89-96.pdf>. Acesso em: 17-082020. TELES

MACHADO, B; JUNIOR, A. Óleos essenciais: aspectos gerais e uso em terapias naturais, **Cadernos acadêmicos**, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em:

http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Cadernos_Academicos/article/view/718/671. Acesso em: 10-11-20.

BENEFÍCIOS DA MASSAGEM COM PEDRAS QUENTES EM TRATAMENTOS DE SAÚDE

Ana Lúcia Alves de Oliveira, analuciaalves199@gmail.com¹
Nátaly Pereira Dias, nataly-pd@live.com²
Gabriela Guill Silveira, gabiguill@icloud.com³
Ághata Konrad de Roza, aghata@uniarp.edu.br⁴

RESUMO

A massagem é uma das técnicas de relaxamento mais antigas, utilizadas para alívio de dores e tensões musculares. Com o passar dos anos, estudos feitos sobre a mesma foram aprimorados, e ao longo desses acrescentados objetos para manuseio durante a massagem. Aonde se observou uma maior eficácia. Perante aos mesmos estudos começou-se a se fazer uso de pedras durante a massagem, originando a massagem com pedras quentes. As pedras utilizadas na massagem são ágata, ametista, quartzo azul e quartzo verde, conhecidas por reter o calor trazendo ao paciente sensação de bem estar. Com o passar dos anos novos estudos foram feitos, novas técnicas foram descobertas e foi se obtendo muitos resultados, desde o relaxamento profundo, diminuição das tensões do dia a dia, doenças acarretadas pelo estresse diário e equilíbrio energético. A massagem com pedras quentes é de grande importância em portadores da síndrome da fibromialgia associados ao tratamento, portadores de dores musculoesqueléticas dorsais, para qualidade de vida de gestantes, imunidade, ansiedade e estresse e ao alívio da cólica menstrual.

Palavras-chave: Massagem. Termoterapia. Tratamentos terapêuticos.

1 INTRODUÇÃO

A técnica de massagem com pedras quentes vem sendo utilizada por orientais e hindus a milênios, tem como objetivo o relaxamento muscular e ainda auxilia na cura da saúde física e mental.

Com o passar dos anos novos estudos foram feitos, novas técnicas foram descobertas e foi se obtendo muitos resultados, desde o relaxamento profundo, diminuição das tensões do dia a dia, doenças acarretadas pelo estresse diário e equilíbrio energético. A massagem com pedras quentes é de grande importância em portadores da síndrome da fibromialgia, portadores de dores musculoesquelético dorsal, qualidade de vida de gestantes, imunidade, ansiedade e estresse e alívio da cólica menstrual; aonde se obteve excelentes resultados no tratamento associado.

As pedras usadas durante a massagem são retiradas de regiões vulcânicas e outras de lugares com fácil acesso, sendo elas; ágata, ametista, quartzo azul e quartzo verde, conhecidas por reter o calor.

¹ Acadêmica do curso de Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Docente do curso de Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Elas são posicionadas pelo corpo da pessoa de acordo com os pontos dos chakras e para cada ponto uma pedra diferente. A pesquisa buscou conhecimento sobre as técnicas através de pesquisas comparativas, tendo em vista a melhora na qualidade de vida e bem estar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A massagem é a mudança dos tecidos moles do corpo tendo propósitos terapêuticos, sendo ela uma das técnicas mais antigas de relaxamento muscular atualmente estudada para inúmeros benefícios a saúde, que no espaço pré-histórico o homem promovia o bem-estar de uma maneira geral e possibilitava a proteção contra lesões e infecções através de fricções no corpo humano (ALVES et al, 2018).

Todos os adultos em algum momento da sua vida sofrerão um ou mais episódios de dor e desconforto musculoesquelético na região dorsal. Eventos que causam dor crônica, estresse, má postura e tensão muscular contribuem para aparecimento da dor (FERREIRA et al., 2011; MANESCO, 2010). Por meio de procedimentos manuais, a massagem é um método que proporciona estímulos mecânicos táteis e aumenta a vascularização local, promove maior fluxo de nutrientes, diminuindo produtos catabólicos e metabólicos e estimulando o processo de cicatrização (CARVALHO, 2016).

Desde a antiguidade, a massagem é utilizada como método terapêutico para aliviar a dor ou curar ferimentos (FRITZ, 2002)

A termoterapia consiste na aplicação de calor superficial como terapias utilizando instrumentos, como as pedras quentes. A termoterapia é a condução de calor resultante do contato direto entre dois corpos, sendo assim o aquecimento provoca uma sensação de relaxamento imediata com efeito terapêutico (POSSER, 2011).

A fibromialgia é definida como uma dor profunda cuja fisiopatologia é classificada como Síndrome da fibromialgia Primária ou Secundária. Especialistas a caracterizam como um distúrbio do sistema nervoso central e endócrino, psicológicos ou por traumas físicos, Sendo assim as queixas relatadas por pacientes fibromiálgicos são: dor, rigidez muscular acentuada, sensibilidade ao serem tocados, pontadas, queimações, espécie de formigamentos, dormência e cansaço Estes sintomas afetam a qualidade de vida destas pessoas, causando mal-estar físico, psicológico, gerando mau humor, baixo autoestima, depressão e ansiedade, comprometendo-os no seu desempenho diário (VERSAGI, 2015).

A massagem vem sendo estudada e aperfeiçoada para obter resultados mais satisfatórios, tendo como base o relaxamento muscular, nutrição e oxigenação dos tecidos, melhora da circulação e fluxo de drenagem natural dos gânglios linfáticos. É um protocolo terapêutico eficiente na precaução e cura de fatores de origens internas ou externas responsáveis pelas fisiopatologias, proporcionando um bem estar físico e psíquico (OLIVEIRA, 2016).

As consequências das tensões geradas pela forma de vivenciar as dificuldades do dia-a-dia, da vulnerabilidade e sensibilidade da pessoa, repercutem na mente e no cérebro e podem atingir a saúde. Estas tensões quando não são liberadas, tornam-se crônicas, criando rigidez no corpo e bloqueios à livre circulação dos fluídos corporais. Isto faz com que se acumulem toxinas e resíduos celulares que acabarão por resultar em alterações corporais como tensões musculares. O tratamento com pedras quentes é classificado como uma terapêutica de termoterapia, pois as pedras são consideradas um veículo para as temperaturas

quente e fria, aplicadas em alternância ou ao mesmo tempo no corpo (SOUZA, 2018).

3 METODOLOGIA

O trabalho corresponde a uma revisão de literatura sobre os benefícios da massagem com pedras quentes em tratamentos terapêuticos. O estudo foi feito através de busca online, produções científicas sobre massagens e seus benefícios, nas bases de dados e em livros no período de agosto a outubro de 2020. Os descritores utilizados foram respectivamente: "massagem", "pedras quentes", "tratamentos terapêuticos". Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos, publicados em periódicos no período de 2004 a 2020, artigos completos captados gratuitamente; textos disponíveis no idioma Português. Foram excluídos do estudo dissertações, teses, monografias bem como artigos científicos repetidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A terapia com pedras quentes é eficaz principalmente no relaxamento corporal dando bem-estar e saúde ao paciente.

A temperatura das pedras quentes flui diretamente no sistema circulatório, por isso é uma exclusividade desta terapia.

A massagem com pedras quentes é uma terapia milenar, aonde se é utilizado pedras de formatos diferentes e adequadas, com pressões e movimentos corretos aplicados pelo terapeuta ou esteticista, também que esta massagem é uma integração com a massoterapia e a termoterapia (terapia pelo calor).

Nesta massagem as pedras utilizadas são vulcânicas ou sedimentares, que são encaixadas de acordo com a parte do corpo a qual deve ser tratada, para que as pedras atinjam a temperatura adequada são colocadas em água quente, e assim estão prontas para dar início ao procedimento.

Seus benefícios, com a utilização de óleos essenciais as pedras são ótimas para várias áreas do corpo, auxilia na vasodilatação, melhora o fluxo sanguíneo pelo corpo, melhora as dores musculares e até mesmo as cólicas menstruais que atinge muitas mulheres entre vários outros benefícios citados acima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A massagem com pedras quentes proporciona muitos benefícios para a saúde e bem-estar do paciente. Sendo muito eficaz para várias partes do corpo, auxiliando principalmente no relaxamento corporal e também no sistema circulatório.

As pedras para melhores resultados devem estar bem aquecidas, proporcionando assim a sensação de bem-estar ao paciente. As mesmas são utilizadas atualmente, pois tem diversos benefícios como diminuição das tensões do dia-a-dia, auxilia no melhoramento das dores musculares, melhora na qualidade de vida das gestantes, alívio de cólicas menstruais e estresse.

REFERÊNCIAS

ARBEX, C. S. C. D. B.; ARAÚJO, R. P.O.; CORTES, S. A.O.; SOUZA, S. M.; MONTAGNANA, V.S. O efeito das pedras quentes nas tensões musculares. **Revista**

Universo. 2018 Disponível em:

<<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1JUIZDEFORA2&page=articulo&op=viewFile&path%5B%5D=6357&path%5B%5D=3441>>. Acesso em: 20 Nov. 2020.

CAETANO, Rafael. Massagem com pedras quentes. **Guia de massagens**. 2019. Disponível em: <<https://www.guiademassagem.com.br/artigos/massagem-com-pedras-quentes.asp>>. Acesso em: 20 Nov. 2020.

SAIBA tudo sobre massagens com pedras quentes. **Revista da mulher**. 2017. Disponível em: <<https://www.arevistadamulher.com.br/faq/30307-saiba-tudo-sobre-as-massagens-com-pedras-quentes>>. Acesso em: 20 Nov. 2020.

SANTOS, S. A.; PEREIRA, C. M.; GUIMARÃES, G. H.; ARAUJO, A. Impressões sobre a primeira experiência com a massagem com pedras quentes. **PERIODICOS**. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/viewFile/1750/1415>>. Acesso em 20 Nov 2020.

OLIVEIRA, T. O.; ULIANO, C. B. O.; CARVALHO, D. K. Estudo comparativo sobre os efeitos da massagem reflexa da coluna associada a pedras quentes no alívio da dor e desconforto musculoesquelético dorsal. **RIUNI**. 2017. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/4780/artigo%20Thamires%20vers%c3%a3o%20final%2012-7-2017.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em 20 Nov 2020.

TERAPIA das pedras quentes: benefícios da técnica milenar. **Derma SPA urbano**. 2017. Disponível em: <<https://dharmaspaurbano.com.br/terapia-das-pedras-quentes-beneficios/>>. Acesso em: 20 Nov. 2020.

TEIXEIRA, Silvana. Técnicas de relaxamento - massagens aliviam tensões e promovem descanso físico e mental. **Cursos CTP**. 2020. CPT. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/cursos-estetica-e-beleza/artigos-massagens-aliviam-tensoes-e-promovem-descanso-fisico-e-mental>>. Acesso em: 20 Nov. 2020.